

ANAIS DA

34^a

RBA

REUNIÃO BRASILEIRA
DE ANTROPOLOGIA
BELO HORIZONTE

TERRITÓRIOS VIVOS,
CORPOS PLURAIS

ANTROPOLOGIA E SABERES CRÍTICOS

UFMG | 2024

ISBN no 978-65-87289-36-6

ABA PUBLICAÇÕES
COMISSÃO EDITORIAL DE LIVROS CIENTÍFICOS DA ABA

A Associação Brasileira de Antropologia tem a satisfação de disponibilizar os anais da 34^a Reunião de Antropologia, evento que ocorreu entre 23 e 26 de julho de 2024, em formato presencial, na UFMG, em Belo Horizonte / MG.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bianca Mara Souza – Bibliotecária - CRB-14/1587

R444 Reunião Brasileira de Antropologia - RBA (34.: 2024: Belo Horizonte, MG).
Anais da 34^a Reunião Brasileira de Antropologia : Territórios vivos,
corpos plurais : antropologia e saberes críticos, 23 a 26 de julho de 2024 /
Organizado pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA; Brasília : ABA
Publicações, 2024.

1.416 p. ; PDF ; 10 MB.

ISBN 978-65-87289-36-6

1. Antropologia. 2. Sociologia. I. Associação Brasileira de Antropologia – ABA.
II. Título.

CDD 301

Índices para catálogo sistemático:

1. Sociologia e Antropologia – 301

Sumário

Comissão Organizadora	12
Conferências	16
Conferência 1: Gersem Baniwa (Universidade de Brasília)	16
Conferência 2: Alpa Shah (London School of Economics)	16
Conferência 3: Christen Smith (Universidade do Texas).....	17
Grupos de Trabalho	18
GT 001: A produção de conhecimentos em situações de conflito	18
GT 002: Alimentando o fim do mundo: agronegócio, saúde e Antropoceno	33
GT 003: Alteridades na universidade: saberes locais e diálogos críticos	40
GT 004: Américas: retomadas na antropologia pelo pensamento indígena e da África- diaspórica por meio de experimentos de linguagens e escritas contra-coloniais	54
GT 005: Antropoceno, Colonialismo e Agriculturas: resistências indígenas, quilombolas e camponesas diante das mutações climáticas	69
GT 006: Antropologia audiovisual com fotografias e filmes: da película ao digital	84
GT 007: Antropologia Biológica e interfaces biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras	98
GT 008: Antropologia da Arte	106
GT 009: Antropologia da Economia	121
GT 010: Antropologia da percepção e dos sentidos.....	135
GT 011: Antropologia da técnica	145
GT 012: Antropologia das Emoções	160
GT 013: Antropologia das práticas esportivas e de lazer.....	173
GT 014: Antropologia das Relações Humano-Animais.....	187
GT 015: Antropologia digital: experiências, transformações, desafios e dilemas	199
GT 016: Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Disputas Identitárias e Conflitos	213
GT 017: Antropologia dos Resíduos	223
GT 018: Antropologia dos venenos	234
GT 019: Antropologia dos/nos Gerais	238
GT 020: Antropologia e Alimentação: interculturalidade, saberes críticos e desafios contemporâneos em contextos de luta por direitos	244
GT 021: Antropologia e Extensão Universitária.....	260
GT 022: Antropologia e Povos Indígenas em Contextos Nacionais Diversos.....	270

GT 023: Antropologia e saúde mental: sofrimento social e (micro)políticas emancipatórias ..	281
GT 024: Antropologia e Turismo: transversalidades, conflitos e mudanças	297
GT 025: Antropologia(s) Contemporânea(s) e Sofrimento Psíquico.....	311
GT 026: Antropologia, memória e eventos críticos	324
GT 027: Antropologias da Paisagem: Conhecimentos, Relações e Políticas Multiespécie.....	340
GT 028: Antropologias e Deficiência: etnografias disruptivas e perspectivas analíticas contemporâneas.....	355
GT 029: Arquivos, coleções e objetos de arte: artefatos e invenções em perspectiva etnográfica	365
GT 030: Arranjos contemporâneos de parentalidades	375
GT 031: Artes e crafts: composições, técnicas e trajetos criadores	387
GT 032: As Ações Afirmativas no Brasil atual: análises antropológicas sobre a eficácia, eficiência e efetividade das reservas de vagas no ensino superior	394
GT 033: Cartas, cartografias, confabulações e outras correspondências antropológicas.....	404
GT 034: Casas, cozinhas, quintais e suas agências em coletivos quilombolas, sertanejos, pescadores, indígenas e camponeses	412
GT 035: Cidades e cidadinidades: questões de Antropologia Urbana.....	425
GT 036: Cidades: espaço construído e formas de habitar	441
GT 037: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora	458
GT 038: Criatividades indígenas na transformação da educação escolar	472
GT 039: Crise civilizacional, neoextrativismo e giro ecológico: perspectivas para outros futuros possíveis	479
GT 040: Culturas populares e os usos da tradição	488
GT 041: Culturas populares: entre tradições, espetáculos e protagonismos contemporâneos..	503
GT 042: Desafios dos estudos ciganos no campo da Antropologia: questões de método e novas demandas políticas	516
GT 043: Desenvolvimento e conflitos socioambientais: práticas de apropriação territorial e alternativas transformadoras	527
GT 044: Dialéticas da plantations e da contraplantation: expropriação, recusa e fuga	544
GT 045: Economias, políticas e territorialidades indígenas e negras: cenários de conflito, mudança social e identidade étnica	560
GT 046: Educação diferenciada e territorialidades: fazeres, conflitos e resistências	569
GT 047: Elementos vitais: emaranhados socioambientais existenciais, reflexivos e expressivos na América Latina	580

GT 048: Ensinar e aprender Antropologia	585
GT 049: Ensino e aprendizagem da antropologia na educação básica	596
GT 050: Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas	610
GT 051: Envelhecimentos, Interseccionalidade e Cuidados	623
GT 052: Estudos de Cultura Material: contribuições da Antropologia e da Arqueologia em um mundo mais-que-humano	634
GT 053: Estudos Etnográficos sobre Cidadania	647
GT 054: Etnografia da e na cidade: o viver no contexto urbano em suas formas sensíveis	660
GT 055: Etnografias de processos de resistência de povos indígenas em Estados e governos de exceção	675
GT 056: Etnografias do catolicismo: práticas, rituais, experiências e trajetórias em perspectiva	686
GT 057: Etnografias em contextos de violência, criminalização e encarceramento	700
GT 058: Experiências com laudos antropológicos no Brasil profundo	717
GT 059: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no Brasil e na América Latina	722
GT 060: Experimentos de Ontologia: formas de mundialização desiguais e etnografia como atuar criativo	726
GT 061: Formas da restituição: coleções científicas, reparação e a longa jornada de volta	742
GT 062: Fronteiras e fabulações: antropologias especulativas e experimentos etnográficos	747
GT 063: Gênero, sexualidade e raça: produção de diferenças e desigualdades na cidade	763
GT 064: Gêneros, sexualidades e corpos plurais: abordagens antropológicas de práticas esportivas	777
GT 065: Igualdade jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades	791
GT 066: Imagens emergentes: antropologia e (re)montagens de arquivos audio-visuais	800
GT 067: A Pesquisa Antropológica e os Estudos sobre violência em meio escolar: Críticas e Contribuições	815
GT 068: Liderança: estilos, modos, formas, problemas e exemplos entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais	822
GT 069: Maternidades Violadas: desigualdades, violências e demandas por justiça e direitos	835
GT 070: Memórias sensíveis, contramemórias e patrimônios incômodos: políticas, suportes e narrativas nas cidades	850
GT 071: Mercados culturais e trabalho: desafios e fazeres etnográficos	865

GT 072: Migrações, mobilidades e deslocamentos: problemas sociais, desafios antropológicos	875
GT 073: Mobilidade, memória e etnicidade: trajetórias biográficas e familiares indígenas.....	890
GT 074: Modos de aprender e de ensinar a antropologia: desafios contemporâneos da formação e da escrita em antropologia.....	899
GT 075: Mundos em performance: interfaces entre antropologia e arte	907
GT 076: Antropologia nos Museus: coleções etnográficas, detentores e artistas	921
GT 077: Novas perspectivas antropológicas a partir de África: caminhos para reconfigurações autônomas no contexto sul-sul.....	928
GT 078: O campo biográfico-narrativo e a prática etnográfica: diálogos possíveis.....	937
GT 079: O visível e o in(di)visível: ciências, conhecimentos e produções de mundos.....	948
GT 080: Ontologia e Linguagem: línguas indígenas, artes verbais e retomadas linguísticas...	964
GT 081: Os limiares do corpo: a circulação de substâncias corporais e a produção de pessoas e relações.....	976
GT 082: Para além do CEP/Conep: desafios e reflexões sobre ética na pesquisa antropológica	991
GT 083: Patrimônios culturais e meio ambiente: pensando a proteção de modos de vida e territórios de povos e comunidades tradicionais	996
GT 084: Patrimônios Culturais, Gênero e Diversidade Sexual: confluências e divergências	1010
GT 085: Pesquisas sobre infâncias a partir das cosmologias tradicionais	1015
GT 086: Povos indígenas e experiências de construções biográficas	1028
GT 087: Práticas espirituais na África e nas Américas.....	1040
GT 088: Processos e histórias transfronteiriças de coletividades em movimento - Os desafios da mobilidade indígena na atualidade.....	1047
GT 089: Quilombos: processos de territorialização, movimentos sociais e conflitos	1054
GT 090: Religiões afro-ameríndias entre Norte e Nordeste do Brasil: territórios, trânsitos e práticas	1067
GT 091: Religiões afro-brasileiras e mobilizações afroreligiosas: enfoques etnográficos e metodológicos contemporâneos	1078
GT 092: Retomadas, tessituras e insurgência no fazer antropológico e outros fazeres.	1087
GT 093: Ritmos negros e periféricos: Hip-hop, Música e Identidades.....	1095
GT 094: Saberes Localizados, escritas de si e entre os seus: desafios político-teóricos e metodológicos nas práticas etnográficas	1106
GT 095: Saberes plurais em torno do uso de drogas.....	1121

GT 096: Sexualidade, gênero, raça e territorialidades: articulações, pertencimentos e direitos em disputa	1134
GT 097: Sistema de justiça e a (re)produção da cultura jurídica brasileira	1150
GT 098: Som, música e eventos: experimentações etnográficas	1165
GT 099: Técnica, Território e Práticas de Conhecimento.....	1177
GT 100: Trabalho Sexual em Tempos (Pós)Catastróficos.....	1185
GT 101: Trabalhos etnográficos com população em situação de rua: modos de existir/resistir, políticas, governos e agências	1191
GT 102: Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais.....	1201
GT 103: Universidade Indígena no Brasil: experiências e possibilidades	1210
GT 104: Visualidades Indígenas	1217
Mesas Redondas	1225
MR 03: A antropologia vista do Nordeste: práticas insurgentes de intelectuais negres e indígenas	1225
MR 01: 20 anos de pesquisa em Antropologia e Educação(2000-2020): trajetórias, contribuições e perspectivas de formação na e para a diversidade.	1225
MR 02: A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas.....	1226
MR 04: A Configuração Política Atual para os Povos e Comunidades Tradicionais: ameaças e resistências.	1228
MR 06: A ocupação da prostituta e suas redes de afeto.....	1230
MR 07: A Pesca Artesanal é um objeto da Antropologia? Reflexões sobre o estado das artes na produção acadêmica brasileira	1231
MR 08: A Pós-Graduação em questão: os desafios da formação em Antropologia diante das demandas contemporâneas.....	1231
MR 09: A presença da antropologia na discussão sobre perspectiva sociocultural das drogas.	1234
MR 10: Alimentação e Cultura: saberes críticos e diálogos transdisciplinares sobre a fome e a insegurança alimentar e nutricional	1234
MR 11: Alimentação, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.	1236
MR 12: Antropologia do Segredo	1236
MR 13: Antropologia e etnografia das culturas populares entre fins do XIX e meados do XX: novas visões a partir de arquivos	1239
MR 14: Antropologia e Patrimônio: Desafios, perspectivas e interfaces com as políticas públicas	1240
MR 15: Antropologia e Performance Negra	1241

MR 16: Antropologia em meio a políticas de enfrentamento à violência.....	1241
MR 17: Antropologias e Literaturas: criações no ato de narrar	1242
MR 18: As novas dinâmicas das emigrações brasileiras	1243
MR 19: Coleções e Museus Etnográficos: o pioneirismo de antropólogas mulheres.....	1243
MR 20: Conflitos passados e presentes: história, memória e política em Moçambique.....	1244
MR 21: Desafios e (re)existências das parteiras tradicionais no Brasil: diálogos teóricos e práticos	1245
MR 22: Diálogos atuais sobre as políticas e demandas ciganas no Brasil e no mundo	1247
MR 23: Dinamismo cultural e (re)configurações identitárias entre Ciganos/Rom e a sociedade envolvente na contemporaneidade.	1248
MR 24: Direitos Sexuais e Reprodutivos na América Latina: Família, Valores e Religião Frente ao Ascenso Conservador	1248
MR 25: E eu, não sou uma antropóloga? Negras, mães, quilombolas e afro-indígenas na feitura do saber antropológico	1249
MR 26: Ecologias do Plantationceno: modos de habitar, resistir e preservar.....	1250
MR 27: Estética, Gestual e Oralidades: invenções de si, invenções da cidade.....	1251
MR 28: Etnografias com o sistema de justiça criminal.....	1252
MR 29: Etnografias do digital: tecnossocialidade, biossocialidade ou quando códigos binários encontram códigos genéticos na antropologia	1255
MR 30: Etnografias dos negacionismos e das alt-sciences: Perspectivas a partir da antropologia da ciência.....	1256
MR 31: Etnografias em serviços de saúde: perspectivas atuais e futuras nas pesquisas sobre o processo saúde e adoecimento	1259
MR 32: Fronteiras em movimento, processos de territorialização e riscos socioambientais na Amazônia brasileira	1260
MR 33: Fronteiras LGBTI+: olhares antropológicos compondo histórias brasileiras.....	1261
MR 34: Indígenas, quilombolas, metodologias participativas e território na produção do Censo demográfico nacional de 2022	1263
MR 35: Infâncias Migrantes e Refugiadas: entre pesquisas etnográficas e políticas públicas	1263
MR 36: Intelectuais negras e negros e insurgência acadêmica	1265
MR 37: Internacionalização da Ayahuasca e Conhecimentos Indígenas e Tradicionais.....	1266
MR 38: Mães: gênero, raça, mobilidades e dinâmicas familiares nas experiências de maternidades no Sul Global	1268

MR 39: Matas e matos, bichos e encantos: estudos sobre as relações entre seres humanos e outros-que-humanos entre os povos indígenas no Leste do Brasil	1269
MR 40: Memórias ambíguas: processos e narrativas de desestabilização de políticas de reconhecimento e preservação	1270
MR 41: Mídias e evangélicos no Brasil contemporâneo: novas perspectivas analíticas	1273
MR 42: Migrantes indígenas ou indígenas migrantes? Indígenas venezuelanos no Brasil, agenciamentos e o acesso a políticas públicas.	1275
MR 43: Mineração, dependência e patronagem: compreendendo a recorrência dos desastres minerários em Minas Gerais	1277
MR 44: Mobilizações e Ativismos: como a Antropologia contemporânea tem tratado os “movimentos sociais”?	1279
MR 45: Monocultura e grandes projetos de desenvolvimento no plantationoceno: resiliências, tecnociências e mercados	1279
MR 46: Movimentos hermenêuticos: Migrações, mobilidades, circulações, diásporas, deslocamentos, exílios.....	1280
MR 47: Mundos, estranhamentos mais-que-humanos e expansões no fazer etnográfico.....	1281
MR 48: Narrar a terra: criações, histórias e resistências de coletivos quilombolas e povos tradicionais.....	1284
MR 49: Nas ciladas dos direitos: refletindo sobre enquadramentos políticos, administrativos e de pesquisa na produção de sujeitos e assujeitamentos	1284
MR 50: Nexos África - Caribe: diálogos etnográficos para além dos "estudos de área"	1285
MR 51: Novas Fronteiras Minerárias: violências e transformações territoriais no laboratório político do desenvolvimento	1286
MR 52: O exílio na antropologia contemporânea: interrogando uma presença nebulosa	1287
MR 53: O FAZER ANTROPOLÓGICO NUMA SOCIEDADE DAS IMAGENS: perspectivas críticas e desafios teóricos e metodológicos aos cânones clássicos	1289
MR 54: O patrimônio cultural face à superexploração de commodities no Brasil: direitos, desastres e políticas de reconfiguração de memórias.....	1293
MR 55: O processo do morrer e os mortos no Brasil: um balanço a respeito do término da vida em contexto contemporâneo	1294
MR 56: Para além do Brasil: história indígena de longa duração e diálogos entre antropologia e arqueologia.....	1294
MR 57: Para evitar a queda do céu: o que as crianças nos ensinam para sair da crise contemporânea?.....	1295
MR 58: Patrimônios insurgentes: disputas e agenciamentos políticos no campo patrimonial	1297
MR 59: Podcasts em antropologia: desafios e possibilidades.....	1298

MR 60: Perspectivas etnográficas sobre direitos humanos e violências no Norte e no Nordeste	1298
MR 61: Por uma antropologia da agroecologia: desafio urgente perante o Capitaloceno	1299
MR 62: Povos Indígenas e a Comissão Nacional da Verdade: 10 anos depois	1302
MR 63: Povos Quilombolas e Violações de Direitos no Brasil	1303
MR 64: Reimaginações etnográficas: fotografia, desenho e produção de memórias contracoloniais	1304
MR 65: Religião, culturas africanas e lideranças afro-muçulmanas: atributos como ações significativas	1304
MR 66: Remoções Urbanas Planejadas: Gênero, Geração e Raça	1307
MR 67: Saúde, Sofrimento e Políticas da Vida: desafios etnográficos.....	1308
MR 68: Sobre os modos de pesquisa afro-diaspórico: a pesquisa de mulheres negras no continente africano	1310
MR 69: Socialidades animais nas ciências humanas e sociais: desafios multidisciplinares e diálogos multiespécies	1310
MR 70: Tempo, cidades e memória ambiental no Brasil: etnografia da duração das/nas paisagens urbanas mais que humanas	1313
MR 71: Teoria crip à brasileira: aleijando a normalidade.....	1313
MR 72: Territórios Digitais em Movimento: algumas contribuições antropológicas.....	1314
MR 73: Universidade Indígena no Brasil: experiências e possibilidades	1315
MR 74: Vícios, dependências e (des)articulações em torno de regimes terapêuticos e de cuidados.....	1315
MR 75: Vissungos: de língua de segredo a patrimônio cultural	1317
MR 76: “Qual o lugar da Antropologia na Educação Básica?”: ensino, pesquisa, aprendizagem e fazeres.....	1318
Minicursos.....	1320
MC 01: Entre o terreno e o campo: perspectivas do fazer-etnográfico entre Brasil e Portugal	1320
MC 02: Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia.	1320
MC 03: Guerra em Gaza e a questão palestina: Contextos, representações, mobilizações	1321
MC 04: Mapeamento das Coleções Etnográficas e desenvolvimento de banco de dados com software Tainacan™	1322
Oficinas.....	1324
OF 07: O quê e Quem (não) contam os números: metodologias colaborativas para mensurar as violências de Estado	1324

OF 01: Confabulações tecnopoéticas e imaginações mediadas por IAs	1324
OF 02: Desenho-conhecer e outras amarrações antropológicas	1326
OF 03: Dicas para pedir financiamento para chamadas da Wenner-Gren	1326
OF 04: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Antropologia	1327
OF 05: Drama, performances e suas Antropologias: breve mergulho entre técnicas teatrais e saberes tradicionais no giro da decolonialidade	1328
OF 06: Éticas em pesquisa e o espírito cartorial do sistema CEP/CONEP: desafios para a antropologia.....	1329
OF 08: Prêmio Pierre Verger : diálogos sobre filmes etnográficos	1330
OF 09: Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre Fotografia	1332
OF 10: Protocolos Autônomos em contextos de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais.....	1332
Prêmios.....	1334
Prêmio de divulgação científica 2024 (II Edição).....	1334
Prêmio Lélia González 2024 (III Edição)	1334
Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2024 (XI Edição).....	1335
Prêmio Pierre Verger de Filmes, Fotografias e Desenhos Etnográficos 2024.....	1336
Prêmio ABA de Ensino de Antropologia 2024 (III Edição)	1338
Prêmio Lévi-Strauss 2024 (X Edição)	1338
Prêmio Mário de Andrade 2024 (I Edição).....	1339
Prêmio Heloísa Alberto Torres 2024 (VI Edição)	1339
Simpósio Especial	1341
SE 15 - Laicidade e Democracia em Perspectiva.....	1341
SE 01: A noção de periferia e algumas questões transversais: Estado, territórios, cuidados, fluxos e violências.....	1347
SE 02: Ações Afirmativas: Impactos e Desafios para a Antropologia Brasileira.....	1348
SE 03: Antropologia e Saúde: epidemias, iniquidades e o trabalho antropológico	1349
SE 04: Antropologia sob o signo da urgência	1354
SE 05: Antropologia visual, re-existências e mundo porvir	1355
SE 06: Antropologia, Direitos Humanos e Ciências Forenses.....	1361
SE 07: Antropologias mundiais: Políticas associativas, políticas da etnografia (WCAA/ABA)	1363
SE 08: As escolas como arena, instrumento e alvo de disputas públicas	1366

SE 09: Comitê Inserção Profissional / ABA: percursos e atuações da antropologia contemporânea	1370
SE 10: Democracias, conflitos e viradas autoritárias em contextos africanos	1371
SE 11: Disputas fundiárias em contextos de instabilidade.....	1375
SE 12: Etnografias das práticas de conhecimentos no Sistema Único da Assistência Social.	1378
SE 13: Experiências de descolonização em museus e coleções indígenas	1379
SE 14: Histórias plurais e situadas da antropologia: novos horizontes metodológicos e temáticos	1380
SE 16: Mediação de Conflitos Ambientais e seus desdobramentos sobre as Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: balanço da última década	1382
SE 17: Mudanças climáticas e desigualdade ambiental no Brasil	1383
SE 18: Novos cenários nas instituições de ensino superior: ampliação do acesso, permanência e debates sobre as, carreiras e epistemologias	1386
SE 19: O Debate Contemporâneo sobre Masculinidades Negras	1387
SE 20: O que ameaça o presente e o futuro dos povos indígenas no Brasil?.....	1388
SE 21: Patrimônios culturais em países de língua portuguesa: decolonialidade e reparação no contexto contemporâneo	1392
SE 22: Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: entre margens, fissuras e reconstruções.....	1398
SE 23: Territórios quilombolas, reconexões e reconstrução dos modos de vida.....	1401
SE 24: Territórios, etnocídio e criminalização indígena.....	1403
SE 25: Uma 'Antropologia implicada' nos tempos e espaços rurais: homenagem a Carlos Rodrigues Brandão.....	1405
Realização	1412
Apoio.....	1412
Organização	1412
Contato	1413

Comissão Organizadora

DIRETORIA DA ABA

- Presidente:** Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG)
Vice-Presidente: Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA)
Secretária Geral: Deborah Bronz (UFF)
Secretária Adjunta: Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)
Tesoureiro Geral: Guilherme José da Silva e Sá (UnB)
Tesoureiro Adjunto: Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)
Diretora: Flávia Melo da Cunha (UFAM)
Diretor: Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)
Diretor: Tônico Benites (CEFPI-MS)
Diretora: Denise Fagundes Jardim (UFRGS)

SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA ABA

- Secretária Administrativa:** Carine Lemos
Assistente Administrativo: Silvane Xavier
Analista de Desenvolvimento: Roberto Pinheiro

COMISSÃO EXECUTIVA

- Coordenação Geral:** Aderval Costa Filho (UFMG) e Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Alexandra Barbosa da Silva (UFPB/ABA)
Deborah Bronz (UFF/ABA)
Emmanuel Almada (UEMG)

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA

- Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)
Marcos Cristiano Zucarelli (Museu Nacional /UFRJ)
Vinícius José Ribeiro F. Santos (UFMG)

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE

- Anna Paula Vencato (UFMG)
Fernanda Jorge Maciel (ESP-MG e PPGE/UFMG)
Pedro Lopes (UFRJ/UFABC)

COMISSÃO DA ABINHA

Lilian Panachuk (UFMG)
Amanda Jardim da Silva Rezende (UFMG)

COMISSÃO DE MONITORIA

Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG)
Juliana Gonzaga Jayme (PUC Minas)
Myriam Martins Álvares (PUC Minas)
Regina de Paula Medeiros (PUC Minas)
Ricardo Ferreira Ribeiro (PUC Minas)

COMISSÃO DE ALIMENTAÇÃO, HOSPEDAGEM E TRANSPORTE

Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG)
Breno Trindade da Silva (UFMG – NEPPAMCs e LEAR)
Rubens Silva (UFMG)

COMISSÃO DE ATIVIDADES ARTÍSTICO-CULTURAIS

Ana Maria R. Gomes (UFMG)
Candice Vidal e Souza (PUC Minas)
Eduardo Viana Vargas (UFMG)
Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (PPGAN/UFMG - PUC Minas)

COMISSÃO DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Andrea M. N. Rocha de Paula (UNIMONTES)
Anna Paula Vencato (UFMG - Comitê Deficiência e Acessibilidade ABA)
Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ - Comitê de Antropólogas/os Negras/os ABA)
Cláudia Luz de Oliveira (UNIMONTES)
Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES)
Giancarlo Marques C. Machado (UNIMONTES)
João Batista de Almeida (UNIMONTES)
Rute Morais Souza (Povo Anacé/CE - Comitê de Antropologxs Indígenas ABA)

COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Carolina Parreiras (USP)
Mariana Ramos de Moraes (Museu Nacional/UFRJ)
Matheus França (ABA)
Messias Basques (Universidade de Harvard)

IDENTIDADE VISUAL

Anderson Marques

PRÊMIO PIERRE VERGER

Presidenta: Lisabete Coradini (UFRN)

Fabiana Bruno - coordenadora do CAV (UNICAMP)

Luis Felipe Hirano - coordenador do CAV (UFG)

Daniele Borges Bezerra (UFPEL)

Eduardo Vargas (UFMG)

José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

Karina Kuschnir (UFRJ)

Tatiana Lotierzo (USP)

PRÊMIO MÁRIO DE ANDRADE

Coordenação: Luciana Carvalho (UFOPA) e Patrícia Osório (UFMT)

PRÊMIO DE ENSINO DE ANTROPOLOGIA

Presidente: Guillermo Vega Sanabria (Coordenador da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia / UFBA)

PRÊMIO LÉLIA GONZÁLEZ

Comissão de Tese

Presidenta: Antônia Gabriela Pereira de Araújo (UFRJ)

Membros: Beatriz Martins Moura (UnB) e Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Comissão de Dissertações

Presidenta: Edilma do Nascimento Souza (UFSC)

Membros: Nathália Dothling Reis (UFSC) e William Paulino Rosa (Unicamp)

Comissão de artigos de graduação

Presidente: Mauro Cordeiro de Oliveira Junior (UFRJ)

Membros: Vinícius Venâncio de Sousa (UnB) e Juliana Cintia Lima e Silva (MN/UFRJ)

PRÊMIO HELOÍSA ALBERTO TORRES

Coordenação: Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Membros: Kelly Cristiane da Silva (UnB) e Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

PRÊMIO LÉVI-STRAUSS - 34^a RBA

Coordenação: Paula Mendes Lacerda (UERJ) e Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

PRÊMIO ANTROPOLOGIA E DIREITOS HUMANOS - 34^a RBA

Coordenação: Taniele Cristina Rui (Unicamp) e Flavia Medeiros Santos (UFSC)

PRÊMIO DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA - 34^a RBA

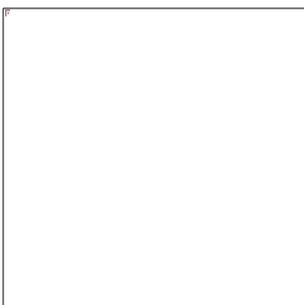
Coordenação: Daniela Manica (Unicamp), Eva Lenita Scheliga (UFPR), Matheus Gonçalves França (UFG/ABA) e Messias Basques (Williams College)



Conferências

Conferência 1: Gersem Baniwa (Universidade de Brasília).

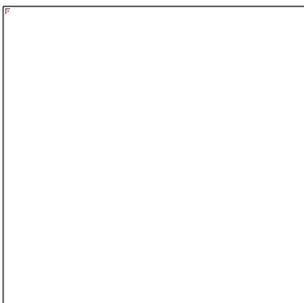
"Saberes indígenas e lutas territoriais: utopias e retomadas que inspiram vidas e (re)existências"



Minibio: Gersem Baniwa, possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Amazonas (1995), mestrado (2006) e doutorado em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (2011). Atualmente é professor associado no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Entre 2009 e 2021 foi Professor Adjunto e Associado no Departamento de Educação Escolar Indígena da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Foi Coordenador do Curso de Formação de Professores Indígenas da Universidade Federal do Amazonas (2020-2021); Diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal do Amazonas (2015-2016) e Gerente Técnico de Projetos Demonstrativos/PDPI no Ministério do Meio Ambiente (2000-2004), Conselheiro no Conselho Nacional de Educação (2006/2008 e 2016/2020), Secretário Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira/AM (1997-1999). Foi presidente do Centro Indígena de Estudos e Pesquisas/CINEP, Coordenador Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (2007-2011) e Diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro/FOIRN e Coordenador Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira/COIAB.

Vídeo da conferência: <https://www.youtube.com/embed/vF-KrjG9Jhs>

Conferência 2: Alpa Shah (London School of Economics)

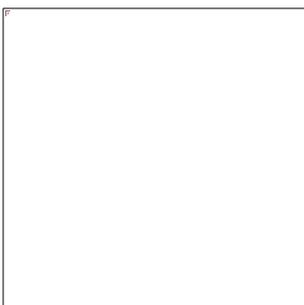


"The Incarcerations and Environmental Justice"

Minibio: ALPA SHAH é a autora premiada de *Nightmarch*, livro baseado na sua experiência de vida em acampamentos móveis dos Insurgentes Naxalitas em vilarejos florestais da Índia. Ela é professora de Antropologia Social na London School of Economics, tendo escrito e apresentado para a BBC Radio 4 os programas *Crossing Continents* e *From Our Own Correspondent*. Shah foi criada em Nairóbi, no Quênia, estudou em Cambridge e na London School of Economics, e agora vive em Londres. Suas pesquisas abrangem temas que incluem insurgência revolucionária, estado e cidadania; terrorismo, democracia e direitos humanos; capitalismo global, desigualdade e pobreza; mudanças agrárias, migração precária de mão de obra e economias informais de cuidado; política indígena, conservação e justiça ambiental; relações de raça, casta, classe e gênero. Suas pesquisas de campo

envolvem profundas imersões entre os povos indígenas que vivem na floresta no leste da Índia - Adivasis - embora ela também tenha conduzido pesquisas no Nepal e entre os Dalits - estigmatizados como intocáveis. Seu último livro, publicado em 2024, é *The Incarcerations*, que trata da prisão e do julgamento em andamento do BK-16 - advogados, professores, artistas, jornalistas, poetas, ativistas - grupo que luta pela democracia para as três principais minorias da Índia: Adivasis, Dalits e Muçulmanos e que foi enquadrado como um grupo terrorista pelo Estado indiano.

Vídeo da conferência: <https://www.youtube.com/embed/t3nSarNFUXQ>



Conferência 3: Christen Smith (Universidade do Texas)

"Para uma antropologia amefricanizada: repensando o mundo através das epistemologias negras"

Minibio: Christen A. Smith, Ph.D., é uma antropóloga feminista negra, e seu trabalho intelectual enfoca as dimensões transnacionais da tradição feminista negra e as contribuições intelectuais das mulheres negras das Américas, principalmente da perspectiva anti-imperialista do Sul para o Norte. Desde 2011 ela pesquisa a vida e as contribuições intelectuais de Beatriz Nascimento com a meta de situar a obra dela no discurso transnacional da tradição radical do negro nas Américas. Além disso, ela investiga sobre as dimensões de gênero da violência estatal contra as mulheres negras nas Américas. Christen é professora de antropologia e estudos da diáspora Africana na Universidade do Texas em Austin e autora de tres livros: *Afro-Paradise: Blackness, Violence and Performance in Brazil* (University of Illinois Press, 2016); *The Dialectic is in the Sea: The Black Radical Thought of Beatriz Nascimento* (Princeton University Press, 2023); e *Black Feminist Constellations: Black Women in Dialogue and Translation* (University of Texas Press, 2023). Em 2017, ela iniciou *Cite Black Women*. – uma iniciativa transnacional que conscientiza a tendência grosseira da sociedade de ignorar as contribuições intelectuais das mulheres negras e de não citar mulheres negras dentro e fora da academia.

Vídeo da conferência: <https://www.youtube.com/embed/XH5r22ergRQ>

Grupos de Trabalho

GT 001: A produção de conhecimentos em situações de conflito

Este GT visa refletir situações de pesquisa que se inserem em um contexto social no qual os direitos de povos e comunidades tradicionais estão ameaçados. A atual conjuntura sociopolítica se mostra extremamente desfavorável, em que proposições reacionárias ganham força, visando atender uma diversidade de interesses empresariais. Esses interesses, representados por setores do agronegócio, de empresas de mineração, de setores imobiliários e da construção civil, articulados com a implantação de complexos de geração de energia, se contrapõem diretamente a modos de vida de povos e comunidades. Destacamos a usurpação dos recursos naturais existentes nas terras tradicionalmente ocupadas e nas águas de uso comum de lagos, rios e mares. Para exploração dos recursos naturais se intensificam desmatamentos, contaminam-se terras e águas, deslocam-se famílias de suas terras, ameaçam e criminalizam agentes sociais que buscam organizar mobilizações de resistência. Essa exploração, invariavelmente, se contrapõe tanto à legislação ambiental e às legislações que garantem direitos às terras tradicionalmente ocupadas. O GT visa a apresentação de trabalhos relacionados à situações de pesquisa em condições específicas de conflito como referência para analisar a relação entre a construção de conhecimentos e os modos de vida de povos e comunidades tradicionais. d

Coordenação

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB), Carmen Lúcia Silva Lima (UFPI)

Debatedor(a)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE), Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA), Helciane de Fátima Abreu Araujo (UEMA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A caminhada dos Pataxó de Gerú Tucunã e a construção do fab'bwá upù pinapõ'txe

Antonio Augusto Oliveira Gonçalves (UEMG)

Os Pataxó de Gerú Tucunã retomaram uma área no Parque Estadual do Rio Corrente, Açucena (MG), em julho de 2010. Inicialmente, levantaram uma grande tenda de lona próxima a uma lagoa sazonal, onde as famílias se abrigaram por seis meses. Com o tempo, conseguiram construir seus kijemes (casas) de pau a pique e plantar seus roçados nas proximidades do ribeirão São Félix. O São Félix e o rio Corrente são os dois cursos de água que atravessam Gerú Tucunã e desaguam no rio Doce. O Parque Estadual do Rio Corrente foi decretado em 1998, mas, quando os txihi (autodenominação dos Pataxó) lá chegaram, parte dos trechos de Mata Atlântica já haviam sido reduzidos à pasto. Latifundiários e posseiros da região se aproveitaram da não regularização fundiária do Parque, estabelecido apenas no papel, para extrair madeira e soltar seus rebanhos de bois nelores e búfalos. Com a mudança dos Pataxó, eles atacaram por

diversas vezes a aldeia, incendiaram as matas, atiraram contra os indígenas e contaminaram de forma proposital as fontes de água do território, adoecendo as crianças. Mesmo assim, os txihi mantiveram a duras penas sua luta, reflorestaram áreas do Parque, construíram a kijetxawê (escola), o polo de saúde e uma Cabana Grande no centro da comunidade. Em novembro de 2015, ocorreu o rompimento da barragem do Fundão em Mariana (MG), os rejeitos de minério desceram pela bacia do rio Doce e dizimaram os pescados no ribeirão São Félix e no rio Corrente. A quantidade de pias (*Leporinus obtusidens*), até então principal fonte de proteína dos habitantes de Tucunã, foi reduzida drasticamente. Em 2018, enquanto medida reparatória do rompimento, houve a construção de uma adutora de captação no rio Corrente, este empreendimento deve diminuir a vazão de água e secar as nascentes da aldeia nos próximos anos. Nessa comunicação, em específico, pretende-se mostrar como esses acontecimentos na caminhada dos txihi se desdobram na construção de um fab'bwá upù pinapõ'txe (documento de consulta) para garantir a proteção da comunidade. Nas conversas e reuniões das lideranças, os Pataxó demandaram a escrita do fab'bwá e foram, pouco a pouco, percebendo as conquistas ao longo de quase quatorze anos de retomada, como por exemplo, o decreto do estado de Minas Gerais, em 2018, que reconheceu a dupla afetação do Parque, isto é, enquanto unidade de conservação e território indígena. Ao mesmo tempo, os txihi puderam deixar registrado as suas preocupações em relação aos empreendimentos circundantes, sobretudo com a inauguração da adutora em 2023, posicionando-se como duplamente atingidos pelo crime ambiental de Mariana, tanto por conta do rompimento, quanto pelo seu processo de reparação. Assim, denota-se a ação política dos Pataxó em transformar a escrita em arma de defesa do território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

OS RE-REASSENTADOS/REATINGIDOS PELO PROJETO MINAS-RIO: A dinâmica de revitimização das famílias atingidas

Bruna Monique Machado Simoes (UNIMONTES), Éder Luiz Araújo Silva (UNIFEI)

A mineração é considerada uma atividade economicamente estratégica no Brasil, sustentada pelo discurso de desenvolvimento do setor. Entretanto, suas operações provocam impactos socioambientais, desvelando conflitos socioambientais pela disputa territorial e por bens naturais. O município de Conceição do Mato Dentro/(CMD)-MG e região, desde 2008, vem sofrendo com as atividades do Projeto Minas-Rio (PMR). De propriedade da mineradora Anglo American (AA), é considerado um dos maiores projetos de extração de minério de ferro do mundo (Barcelos, 2021). Assim, voltamos o olhar/objetivo deste artigo para refletir sobre a realidade de 9 (nove) famílias que pertenciam a comunidade de Água Santa e devido a utilização do seu território para a Área da Barragem de Rejeitos da AA foram reassentadas na comunidade do Gondó e após 10 anos precisarão de um novo reassentamento tornando-se reatingidas/re-reassentados. Por não ter uma categoria acadêmica para nominar esse fenômeno, na Ação Civil Pública (ACP) o Promotor da Comarca de CMD, nomeou essa categoria de ter o segundo reassentamento com as mesmas famílias de re-atingido. Como aporte metodológico para desenvolvimento da pesquisa realizamos análise documental, levantamento bibliográfico e a observação participante. No que tange aos deslocamentos e reassentamentos, diversas famílias foram removidas para a instalação do empreendimento, sobretudo para a instalação de

suas infraestruturas e da barragem. Os impactos sobre os processos de reassentamentos se configuram como um dos principais fatores desencadeadores dos conflitos provocados pelo PMR, juntamente ao acesso à água (Zhour, 2014, p.86). Alfredo Wagner (1996) e Renata Nóbrega (2011) categorizam como refugiados do desenvolvimento as pessoas que sofreram deslocamentos forçados motivados por grandes obras, e nesse sentido, pessoas atingidas por barragem se enquadram nessa categoria. Neste contexto, as famílias de Gondó após serem deslocadas compulsoriamente para o avanço do PMR passaram a sofrer impactos em seus modos de vida, uma vez que este localiza-se nas adjacências da cava. Dentre os principais impactos observou-se prejuízos à saúde das famílias e a produtividade agropecuária em virtude do aumento do pó de minério proveniente do desmonte de rochas; impossibilidade de uso dos cursos hídricos e supressão de nascentes pelo descarreamento de sedimentos das operações de extração. Tal dinâmica levou ao abastecimento de água via caminhão-pipa, evidenciando a dinâmica de insegurança hídrica. Ademais, as famílias tiveram seus direitos violados desde o início do reassentamento e que perduram até os dias atuais, uma vez que entregaram as documentações de suas propriedades de origem para AA, mas em contrapartida não tiveram suas propriedades de destino regularizadas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_489_35988150_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conflito ambiental em torno da Ferrovia Paraense: a investigação pública das comunidades quilombolas do Baixo Caeté em Abaetetuba-PA

Danilo Mourão dos Santos (UNB)

O propósito deste estudo de caso é descrever o processo de investigação pública (DEWEY, 1974, 2004) realizado pelas comunidades quilombolas Laranjituba e África, localizadas no nordeste do Pará, e seus aliados no conflito ambiental em torno da Ferrovia Paraense, que afetará seus territórios. Anunciada em 2016, a Ferrovia Paraense é um empreendimento de infraestrutura que tem como objetivo escoar as mercadorias do agronegócio e mineração da região sul e sudeste do Pará pelos portos marítimos na região portuária de Abaetetuba-PA e Barcarena-PA. Para isso, várias comunidades rurais quilombolas e camponeses terão seus territórios afetados. Porém, em 2017, as comunidades tradicionais, ONGs e políticos locais se organizaram na Frente de Defesa do Território e passaram a produzir conhecimento que orientam suas ações de resistência e fundamenta seus argumentos em disputas nas arenas públicas. A partir da observação participante e entrevistas não estruturadas, é possível verificar um conhecimento baseado na biointeração (SANTOS, 2015) com o território dos povos tradicionais, que questiona os argumentos do governo do Pará a respeito das medidas de proteção ambiental. Por outro lado, a operação de investigação pública da Frente de Defesa do Território tem estabelecido causas e motivos do empreendimento que fazem se reposicionar no processo do conflito ambiental, ao identificar aliados e adversários, complexificando a crítica acerca da Ferrovia Paraense.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

camponeses amazônicos e cocaleros na Amazônia andina.

Diana Paola Gómez Mateus (USP)

As e os camponeses cocaleros da amazônia andina colombiana constroem conhecimento em um contexto adverso: fronteira agrícola em expansão, apropriação de terras, mineração e ações militares derivadas da política antidrogas. A partir de um trabalho de doutorado junto a produtores de folha de coca para a cocaína argumento que estas pessoas são grandes estudiosos das formas locais do estado e produtores de análises para elaborar propostas para reformar a política antidrogas. Essas trajetórias que já somam quase trinta anos de experiência se discute sobre terra, cuidado da vida "de todas as formas de vida" na Amazônia, àgua, coca, cocaína e cidadania. Assim expandem noções estatais, empresariais, das ONG e do sistema ONU e da academia, ajustando-as à esse contexto e às projeções que elas e eles tem desenhado para o futuro individual, coletivo e da selva. À pergunta pela natureza da configuração regional do estado (Chaves, 2011) e dada a importância que atualmente cobra a pesquisa sobre urbanização e dinâmicas de conflito armado na Amazônia, esta pesquisa responde a partir do olhar do camponês amazônico produtor de folha de coca e pasta básica de cocaína. Frequentemente ignorado nas análises sobre a região -ou vistos, erradamente, como destrutores da floresta-, apesar de ser um dos agentes de grandes transformações e necessárias discussões sobre o que é e como viver na Amazônia. Para compreender essas perspectivas vou trazer à discussão o trabalho feito por estes agentes no contexto do mais recente programa de substituição de cultivos de uso ilícito, implementado na Colômbia, o PNIS. Controvérsias nas reuniões, documentos produzidos e participação em consultas governamentais sobre a política antidrogas, e especificamente os programas de substituição, serão o material empírico a partir do qual responderei à pergunta central: quais são as contribuições das e dos camponeses cocaleros putumayenses à construção de lugares para viver bem na Amazônia andina colombiana no meio da situação de conflito armado e narcotráfico que se vive no país?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conflitos socioambientais associados à expansão de usinas eólicas e híbridas em territórios de Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto na Bahia

Edna de Almeida (UNB)

A geração de energias renováveis está em notável crescimento no Brasil, com destaque para a eólica e solar. O Nordeste, em especial o semiárido, é a principal área de expansão desses projetos. Esse crescimento é uma das principais estratégias para a transição energética no país. Embora contribuam para a redução de gases de efeito estufa, a implementação e operação dessas tecnologias têm, contraditoriamente, causado ou intensificado danos ao meio ambiente, resultando em perdas ou enfraquecimento dos direitos territoriais de agricultores e comunidades tradicionais, gerando diversas "zonas de sacrifício verdes" (ZSV) que resultam em inúmeros conflitos socioambientais no Nordeste. A Bahia é um dos principais geradores de energia renovável. Com o objetivo de atrair maiores investimentos no setor, o governo baiano tem criado padrões específicos de regularização fundiária e licenciamento ambiental, além de políticas públicas de incentivo. A expansão de usinas eólicas e híbridas (eólica e solar) tem afetado negativamente as Comunidades Tradicionais de Fundo e Fecho de Pasto (CFFP), grupos caracterizados pelo uso de áreas coletivas no semiárido para criação de animais,

revelando situações de injustiça ambiental e energética. Desta maneira, o objetivo desta pesquisa foi entender como a expansão de usinas eólicas e híbridas afeta as CFFP e analisar as relações entre o estado da Bahia e as empresas de energias renováveis, e como essas interações influenciam a conformação desses conflitos. Para tanto, além da revisão da literatura, foram realizadas entrevistas com gestores públicos estaduais e membros da Articulação Estadual de Fundo e Fecho de Pasto, além de consulta aos dados da ANEEL e uma pesquisa documental acerca dos materiais elaborados por diferentes instituições públicas e privadas que se dedicam ao tema. Sustentado na defesa da transição energética e do desenvolvimento econômico, o estado da Bahia tem cumprido um papel primordial na criação de um ambiente atrativo e seguro (ambiental e fundiário) para o aumento acelerado de usinas eólicas e híbridas. Ao mesmo tempo, percebe-se que ainda é escassa e incipiente a legislação que regula o processo de geração de energia eólica e solar, e que estão ausentes medidas e garantias de proteção às comunidades tradicionais, criando um ambiente de insegurança para as CFFP e uma lacuna propícia para que as empresas do setor avancem de forma predatória sobre o território baiano. O desenvolvimento da geração de energias renováveis na Bahia tem explorado desigualdades socioambientais, gerando danos consideráveis às CFFP, que, por serem sistemas sociais dependentes de recursos de biodiversidade, já enfrentam impactos significativos das mudanças climáticas, o que pode resultar na transformação de suas terras em ZSV.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Não estou no território, eu sou o território”: mobilizações e ações coletivas dos moradores do Assentamento Agroextrativista PAE Lago Grande, Santarém – Pará

Eloane Janay dos Santos Picanço (UFPA)

No contexto específico da região conhecida como Baixo Amazonas, oeste do estado do Pará, a luta organizada pela posse da terra remonta ao início da década de 1990, período em que as comunidades ribeirinhas, quilombolas e aldeias indígenas enfrentavam o avanço progressivo da grilagem de terras, a chegada de empresas madeireiras e o agronegócio da soja. O PAE Lago Grande é um Assentamento de reforma agrária, criado em 2005, no município de Santarém, após a pressão de movimentos sociais (Sindicatos, Igreja católica, ONGs e Associações) que reivindicavam direitos territoriais e socioambientais às comunidades e povos tradicionais locais. Nos últimos anos, o PAE Lago Grande tornou-se palco de embates, principalmente com o interesse da mineração em explorar bauxita nas terras do Assentamento. Com quase 20 anos desde sua criação, o PAE Lago Grande não recebeu a titulação coletiva da terra, crucial para a regularização fundiária, o que resulta em um cenário de insegurança dos agricultores assentados que temem serem expulsos de suas terras de moradia e de cultivo. À medida em que cresce a pressão de setores econômicos sob as terras do PAE Lago Grande, com uma lógica de “desenvolvimento” que se contrapõe aos modos de vida de povos e populações tradicionais, as comunidades locais estão em permanente mobilização pela defesa de um “território coletivo e livre de mineração” por meio de atos, protestos, fechamento de estradas, campanhas e eventos que objetivam chamar a atenção do Estado brasileiro sobre a situação de violência e opressão que têm enfrentado ao longo de décadas. Diante disso, busca-se analisar as diferentes estratégias

de resistência coletiva construídas pelos sujeitos do PAE Lago Grande para assegurar direitos territoriais em contexto de acirrados conflitos socioambientais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A formação do território da terra indígena Serra da Moça: Recuperando memórias Wapichana sobre o esbulho territorial e o processo de territorialização

Eriki Aleixo de Melo (UFAM)

Pretende-se descrever e refletir acerca da formação deste território Wapichana, da Terra Indígena Serra da Moça, seguindo as orientações da antropologia histórica, proposto por Oliveira (2016; 2020; 2022), buscando entender significações dos fenômenos sociais contemporâneos (Oliveira, 2022) que marcam as memórias e representações destes sujeitos sociais. Ainda, compreender a partir destes processos históricos nos permite enxergar as atuais configurações e sobretudo, as reivindicações políticas coletivas contemporâneas, as implicações que estes processos levaram ao modelo atual de demarcação de terras indígenas em formatos de ilhas, as situações de conflitos sociais e as demandas por ampliação territorial. Para tanto, a primeira situação histórica aqui apresentada se refere à fronteira pecuarista consolidada no final do século XIX (Santilli; Farage, 2022) e a segunda aqui apresentada trata das demarcações das terras indígenas iniciadas em plena ditadura militar na década de 1970.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_934_72824785_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

ENTRE ÁGUA E PETRÓLEO: etnografia dos efeitos sociais de um megaempreendimento em uma comunidade rural na Bahia

Fernanda Santos Santiago (Autonoma)

Este trabalho busca contribuir para o fomento do debate acerca dos efeitos sociais gerados por megaempreendimentos desenvolvimentistas, em especial, os provocados em uma comunidade rural chamada Fazenda Pindobal, na cidade de Alagoinhas no estado da Bahia. Partindo do conhecimento empírico dentro de experiências profissionais desenvolvidas no bojo da mitigação socioambiental, enquanto condicionante de operação de um megaempreendimento, a pesquisa etnográfica foi idealizada e posteriormente desenvolvida com o intuito de apresentar a perspectiva dos moradores da comunidade em torno dos efeitos percebidos por estes em sua maneira de experienciar o território, na produção de sociabilidades e qualidade de vida. Para isso, foi produzida uma etnografia entrelaçada por entrevistas abertas, registros imagéticos e revisão bibliográfica sobre o assunto. O que acabou se revelando fundamental para compreender os diversos efeitos não mensurados pelo empreendimento e o encruzamento de situações que impõe a comunidade uma mudança na qualidade e modos de viver o local.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre violências, trajetórias e direitos - a antropologia em um Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos

Fernando Antônio Duarte Barros Jr (PEPDDH)

A violência no Brasil, além de uma instituição social que fundamentou a ocupação colonial e a própria sociedade contemporânea, deve ser compreendida também a partir do seu caráter etnocida e contra minorias sociais. Algumas das evidências desse aspecto advêm de dados de programas de proteção mantido pelo MDH. A exemplo disso, uma rápida análise do público incluído no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos de Pernambuco (PEPDDH-PE) evidencia que 80% dos casos acompanhados se referem a integrantes de povos ou comunidades tradicionais sejam elas indígenas, camponeses, quilombolas, pescadores e/ou comunidades de terreiro. No processo de análise qualitativa, nota-se intensa elevação dos casos indígenas nos últimos quatro anos, sendo cerca de 68% do total de casos indígenas tendo sido incluído nesse período mais recente. Além disso, o acompanhamento dos casos já atendidos apontam para o acirramento da relação entre os grupos e as forças policiais, à revelia do Plano Operacional Padrão (POP) Indígena, desenvolvido pelo governo do estado em colaboração com o PEPDDH-PE, que aponta, por exemplo, a necessidade de reconhecimento das lideranças locais para a realização de abordagens e rondas nos territórios indígenas. Na mesma medida, o referido período também é marcado pela postura do empresariado - agronegócio, elites econômicas dos municípios e do estado - que passaram a atuar de forma mais incisiva na implementação de seus projetos desenvolvimentistas, à revelia dos direitos dos povos. Como expressão disso, constam casos de uso das terras indígenas para pasto de gado bovino, das águas para piscicultura, desmatamentos, implementação de estações de energia eólica no limites e em territórios reivindicados, sem o devido processo legal, prospecção e estudos mineralógicos em busca de jazidas para exploração. Nesse contexto, a participação de profissional da antropologia e do uso de metodologias desse campo de conhecimento tem se mostrado de importância significativa para a constatação de violação e na tipificação delas, junto a instâncias do executivo e judiciário. Por meio de pesquisa etnográfica, por exemplo, foi possível elaboração de documentos: com intuito de regularização fundiária de povo indígena ameaçado; para formulação de denúncia sobre como operações policiais se dão no intuito de fragilização de um cacicado; de como boatos suscitados no bojo de uma investigação se relaciona com interesses de grupos econômicos e políticos que se opõem ao povo protegido. No sentido da compreensão dos elementos estruturais das violências e de como as violações se relacionam com a composição sociopolítica dos povos tradicionais, a antropologia contribui para a ampliação da noção de proteção apontando também a necessidade de reparação e garantia de direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saberes em Movimento: Ações coletivas no enfrentamento dos projetos eólicos e outras renováveis no Nordeste

Flora Clarissa Cardim Pimentel (UTFPR)

Diante da “invenção de um Nordeste eólico” mediante a escalada dos parques eólicos na região do semiárido, temos que esta região tem se configurado em zona de sacrifício no atual modelo do capitalismo extrativista. Este último que é marcado pela submissão política, econômica, financeira e também ecológica. De acordo com Acselrad, “a submissão ecológica implica na oferta de zonas de sacrifício, assim como de capacidade de suporte e serviços ambientais dos territórios do Sul aos interesses das corporações transnacionais, configurando o que seria uma

‘ecodependência’. Este trabalho busca apresentar o mapeamento de ações coletivas desenvolvidas pelas comunidades atingidas por parques eólicos e outras renováveis no semiárido do Nordeste. É parte de uma pesquisa em desenvolvimento e busca identificar as especificidades do conhecimento circunscrito ao conflito socioambiental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_569_20471229_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nova Cartografia Social e a formação de novos pesquisadores

Franklin Plessmann de Carvalho (UFRB)

A atual conjuntura sociopolítica se mostra extremamente desfavorável, em que proposições reacionárias ganham força, visando atender uma diversidade de interesses empresariais. Esses interesses, representados por setores do agronegócio, de empresas de mineração, de setores imobiliários e da construção civil, articulados com a implantação de complexos de geração de energia, se contrapõem diretamente a modos de vidas dos povos e comunidades tradicionais. Destaco a usurpação dos recursos naturais existentes nas terras tradicionalmente ocupadas e nas águas de uso comum de lagos, rios e mares. Para exploração dos recursos naturais se intensificam desmatamentos, contaminam-se terras e águas, deslocam-se famílias de suas terras, ameaçam e criminalizam agentes sociais que buscam organizar mobilizações de resistência. Essa exploração, invariavelmente, se contrapõe tanto à legislação ambiental e às legislações que garantem direitos às terras tradicionalmente ocupadas. Por outro lado, os movimentos sociais buscam novas estratégias para articular ações de resistência. Cada vez mais a construção de conhecimentos é utilizada como orientação para construção destas ações. Além de conhecimentos para compreensão de situações de seus interesses, buscam-se conhecimentos que sirvam de subsídios para a articulação de uma contra narrativa que possa contrapor proposições que legitimam os interesses dos empreendimentos ligados aos setores citados acima. Os movimentos sociais identificam a construção de conhecimentos como uma das bases das estratégias de luta, e passam a incentivar que jovens que pertencem a povos e comunidades tradicionais adentrem no campo universitário. A formação de pesquisadores que pertencem a povos e comunidades tradicionais têm provocado a universidade a refletir sobre as formas de construção de conhecimentos, buscando ampliar as bases epistemológicas que orientam a pesquisa, a extensão e o ensino. Estes pesquisadores estão trazendo uma maior diversidade de temas, de abordagens e perspectivas para o mundo acadêmico. Neste contexto, os grupos de pesquisa que integram a rede Nova Cartografia Social passaram a se reestruturar para um contexto mais expandido de construção de conhecimentos, incorporando em nossas equipes pesquisadores indígenas, quilombolas, pescadores, de fundos e fechos de pasto, vazanteiros, de povos de religião de matriz africana. Neste sentido, o ingresso na universidade vem carregado de desafios, pessoais e coletivos, que impulsionam estes jovens pesquisadores a elaborarem arranjos para uma boa sintonia entre os campos acadêmico, militante e a vida pessoal. Este exposição busca refletir alguns desafios relacionados a formação destes novos pesquisadores.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

TERRITÓRIOS, PROCESSOS DE RESISTÊNCIAS E PANDEMIA: efeitos sociais da Covid-19 nos territórios quilombolas no Maranhão.

Geovana Alves Rocha (UEMA)

As situações de conflito que perpassam a realidade quilombola compreendem aspectos de diferentes momentos e suas diferentes perspectivas. Isso pode ser apreendido, por exemplo, desde a conceituação de quilombo, até as políticas de reconhecimento desses povos. Nesse sentido, trago para reflexão as unidades de análise dentro da situação empírica de Santa Rosa dos Pretos, comunidade quilombola localizada em Itapecuru Mirim- Ma. Santa Rosa dos Pretos, aqui apreendida enquanto unidade social, está situada no entorno da rodovia BR-135 e sofre os efeitos de diferentes empreendimentos instalados em seu território, como a Ferrovia Carajás, Ferrovia Transnordestina, e linhas de energia, são empreendimentos de âmbito público e privado que diariamente provocam efeitos sobre o território e vão interferindo nas vivências diárias da comunidade. Os empreendimentos por si só já produzem impactos sobre a comunidade, contudo, esses impactos foram agravados devido a pandemia da Covid-19, causada pelo SARS-CoV-2, período esse que se teve um grande aumento de restrições de direitos de povos e comunidades tradicionais, sobretudo, quilombola. Desta forma, a proposta deste trabalho é analisar os efeitos sociais de megaempreendimentos e da pandemia da Covid-19 em territórios quilombolas, mais especificamente em Santa Rosa dos Pretos, localizada em Itapecuru-Mirim no estado do Maranhão, e Compreender as ações do Estado brasileiro frente aos conflitos vivenciados pelas comunidades quilombolas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia de processos de licenciamento ambiental na Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica

Ilana Magalhães Barroso (UFPE)

Minha jornada de pesquisa ocorre no sudoeste do sertão pernambucano, considerada a Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica (RDSI) ou visto como “vazio demográfico, da miséria, e dos estigmas sociais que marcam a visão deturpada que passam a ser registradas e tomadas como verdades no projeto de desenvolvimento” (SILVA, 2019, p. 16). Contudo, a região é um “complexo étnico”, que compreende uma diversidade de grupos sociais marcado por alianças, trocas e parentescos que vêm se articulando e resistindo aos projetos de desenvolvimento. As Regiões de Desenvolvimento- RD’s contemplam os potenciais econômicos do território pernambucano com estímulo do desenvolvimento local. A divisão por RD’s fornece indicações indispensáveis a uma política de organização do espaço para facilitar a promoção do desenvolvimento para o estado de Pernambuco. A RD do Sertão de Itaparica concentra um aglomerado de projetos de desenvolvimento que se relacionam com a geração de energia e configuram uma série de impactos para os mais variados segmentos sociais. Ademais, a Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica (RDSI), lócus dessa pesquisa, é formada por sete municípios, sendo eles: Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Jatobá, Belém de São Francisco, Carnaubeira da Penha e Tacaratu. Considero o fato de que essa região é afetada por grandes projetos de desenvolvimento, que vêm afetando populações tradicionais que ali vivem, sendo o Rio São Francisco e o Lago de Itaparica, os que representam um fator econômico

importante para a região; o primeiro parque híbrido do Brasil, que une a geração de energia solar e eólica, situado em Tacaratu; a instalação de unidade de mineração para a produção de minerais com destaque para ilmenita e titânio, a partir da lavra de depósitos minerais localizados nos municípios de Floresta e Carnaubeira da Penha e existe o mais recente debate para a instalação de uma usina nuclear às margens do Rio São Francisco no município de Itacuruba. Além disso, esses povos tiveram suas histórias modificadas pela instalação da Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que ainda causa uma série de transtornos à população de forma geral. Um dos principais assuntos dessa pesquisa são os processos de Licenciamento Ambiental de megaprojetos, assim me proponho a avaliar o percurso que a Eletronuclear, empresa que gerenciará a Usina Nuclear na cidade de Itacuruba, caso seja instalada e a Titânio das Américas S/A, empresa que gerencia a mineração de Titânio na cidade de Carnaubeira da Penha e Floresta vêm seguindo de acordo com leis, códigos e normas dando foco aos EIA/RIMAS que são primordiais para a instalação, ampliação, alteração e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Confluências e trajetos de resistência da Comunidade Quilombola Sumidouro (PI) na era da transição energética

Isadora Fortes do Espírito Santo (UNB)

Neste artigo investigo sobre transformações geradas por grandes empreendimentos de energia eólica na Comunidade Quilombola Sumidouro, situada em Queimada Nova/ Piauí, o município brasileiro que abriga o maior complexo eólico em operação na América do Sul (o complexo eólico Lagoa dos Ventos). Empreendimentos de tal natureza são uma resposta às novas tendências mundiais de políticas e planos de transição energética, que buscam reduzir os efeitos das mudanças climáticas por meio de investimentos em fontes de energia mais sustentáveis. Contudo, é desafiador realizar essa transição de maneira justa e democrática, respeitando as populações tradicionais, povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Esse desafio é compartilhado pela CRQ Sumidouro, que desde 2018 enfrenta transformações e conflitos relacionados à garantia de direitos e à proteção de seu território tradicional frente às intervenções de quatro empresas de energia. Estas acabam apresentando riscos à manutenção do direito ao território tradicional, e geram desafios que evidenciam a forte lógica hegemônica que prioriza a terra como mercadoria em detrimento da terra/ território. Nesse sentido, a pesquisa centraliza-se nas confluências (Bispo, 2023) e percursos de articulação política da comunidade na defesa e garantia dos direitos territoriais, ressaltando os processos de formação e fortalecimento das redes de articulação quilombola da região: causa e também efeito da agência quilombola diante as negociações entre a comunidade, o estado e as empresas que intervieram em território sertanejo, campesino e quilombola.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_400_07581193_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Deslocamentos invisíveis: abandono de terras pela implantação de empreendimentos eólicos no agreste pernambucano

Jeíza das Chagas Saraiva (PPGA)

A implantação de empreendimentos eólicos tem submetido famílias a se deslocarem das suas terras e gerado mudanças nos modos de vida nesses lugares. Esse é o caso observado no Agreste de Pernambuco. Mesmo que o argumento empregado pelos empreendedores seja o da permanência dos agricultores em suas terras famílias têm se deslocado dos seus sítios. Os deslocamentos têm ocorrido de 2 formas: (1) por meio dos arrendamentos e indenizações para instalação dos equipamentos, (2) forçosamente, pelo cercamento de aerogeradores que tem incidido na saúde das pessoas, devido a zuada proveniente dos equipamentos. Tem também as pessoas que desejam se deslocar, mas não conseguem por falta de condições financeiras, se vendo obrigadas a conviverem com os equipamentos. Tentativas de negociar com representantes das empresas não tem surtido efeito para as famílias afetadas, processos judiciais, com altos custos para os agricultores se arrastam por anos sem sequer terem tido a primeira audiência. Essas situações são desconhecidas pela sociedade em geral por meio do argumento "sempre" benéfico de sustentabilidade. São deslocamentos invisíveis, encobertos pelo discurso da energia renovável, limpa e de baixo impacto, mas vivenciados silenciosamente e individualmente pelas populações locais dos lugares desses empreendimentos. O trabalho buscou apresentar e refletir essas situações de pesquisa, reveladas e sentidas pelas pessoas que vivem nos locais de instalação desses empreendimentos no agreste pernambucano, mas que também podem ser observados em outros contextos. A pesquisa etnográfica realizada com agricultores estudou os efeitos sociais provocados na vida cotidiana e na territorialidade dessas populações expostas a danos, observando indefinições e alterações nos modos de vidas a partir da prospecção, instalação e operação dessas fontes energéticas. Demonstrou-se que os desafios para pensar os futuros dessas matrizes energéticas e das populações dos lugares de instalação desses empreendimentos está posto em destaque e necessitam ser visibilizados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_439_41090303_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O corpo indígena como objeto e alvo do poder: um olhar sobre a Fazenda Guarani

Joana D`Arc Fernandes Ferraz (UFF)

Este artigo resulta de um trabalho de pesquisa de pós-doutoramento, em curso, sobre as violações de direitos sofridas pelos indígenas das etnias Tupinikim e Guarani, do Município de Aracruz (ES), que foram confinadas pela FUNAI, na Fazenda Guarani (MG), entre os anos de 1972 a 1978, durante a ditadura empresarial-militar brasileira. A Fazenda Guarani é identificada pela Comissão Nacional da Verdade (2014) como campo de concentração criado para os indígenas considerados "desajustados". As entrevistas realizadas com esses indígenas revelaram que essas etnias foram deslocadas compulsoriamente pela FUNAI, para esse campo de concentração, a fim de facilitar o esbulho de suas terras a favor da holding Aracruz Celulose S/A. Desse modo, este artigo tem como objetivo discorrer sobre os modos como os corpos indígenas se inserem nas estratégias de poder/saber, articuladas pelo capital, pelo Estado e os seus aparelhos, durante o período da ditadura empresarial-militar e dar especial atenção às relações entre a FUNAI e as empresas; adicionalmente, refletir sobre a permanências dessas

políticas refratárias às existências desses povos, no período pós-ditadura. Dentre as estratégias de poder/saber utilizada pela FUNAI, serão discutidas: a negação das identidades indígenas (sob o argumento de que não falam mais seu idioma, no caso dos Tupinikim; e de que não eram originários do município de Aracruz, no caso dos Guarani), o deslocamento compulsório, a destruição da Mata Atlântica e, em consequência, os seus modos de vida e cosmologia. O domínio sobre o corpo indígena ganha diferentes feições em diversos períodos históricos. Antes da instalação da transnacional do agronegócio da celulose na região, em 1967, existiam aproximadamente 36 aldeias, em 1979, essas aldeias foram reduzidas a três. A fábrica de processamento químico do eucalipto em pasta de celulose branqueada, construída em 1972, se localiza em cima do cemitério indígena. Atualmente, essas aldeias não possuem água potável, para sobreviver fazem uso de carros-pipa (caminhão de reservatório de água), permanecem imprensadas pelo eucalipto, as águas que restaram estão contaminadas, o veneno jogado nas plantações de eucalipto produzem várias doenças graves nesses indígenas: cegueira, câncer, doenças respiratórias, dentre outra. A holding Aracruz Celulose S/A passou por diversas reorganizações societárias e administrativas, porém, manteve seu CNPJ. Hoje é o Grupo Suzano Papel e Celulose S/A, a maior produtora mundial de pasta de celulose branqueada. Discorrer sobre essas estratégias de poder/saber sobre os corpos indígenas, neste momento em que o golpe empresarial-militar completa 60 anos, é fundamental para a construção de políticas de memória e de reparação, que ainda não foram realizadas a contento, em nosso país.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre encantados, mães d'água e faccções: produção de conhecimento entre os Tremembé de Almofala

Juliana Monteiro Gondim (UECE)

Este trabalho trata da produção e circulação de conhecimento entre os Tremembé de Almofala, litoral oeste do Ceará, diante dos atuais desafios vivenciados pela comunidade. A Terra Indígena Tremembé foi reconhecida e delimitada pela FUNAI ainda no começo dos anos 90, desde então, o grupo trava uma batalha jurídica que paralisa o processo de demarcação. Enquanto isso, a comunidade vê seu território sucumbindo às ameaças de vários setores da indústria e, mais recentemente, do crime organizado que passou a atuar na região, gerando um aumento sem precedentes de casos de violência. Pretendo, neste trabalho, apresentar alguns dados de campo coletados ao longo das duas últimas décadas, durante meus trabalhos de graduação, mestrado e doutorado – período no qual a vida social e o território dos Tremembé passaram por intensas transformações. No começo dos anos 2000, quando comecei minha pesquisa para monografia de graduação em Almofala, o foco da luta dos Tremembé era a demarcação das terras, embora as questões relativas à saúde e educação ocupassem um lugar de destaque nas suas reivindicações, a demarcação era tida como o principal objetivo da mobilização. Nessa época, comecei uma pesquisa sobre os rituais de cura praticados pelas pajés do grupo, nos quais havia a presença de seres encantados que auxiliavam os membros do grupo nas suas dificuldades cotidianas. Desde então, o foco das minhas pesquisas tem sido as relações entre os Tremembé e os encantados. Na minha tese de doutorado, dediquei um capítulo à produção e circulação de conhecimento no grupo, no qual saliento que os conhecimentos e

práticas cotidianas do grupo são elaborados a partir das relações que estabelecem com os mundos encantados. Os conhecimentos sobre o funcionamento dos ecossistemas, das plantas, águas, mangues da região – ou seja, tudo aquilo que classificamos como “natureza” – são revelados a partir das relações que algumas pessoas, classificadas como mais “experientes” ou “sabidas”, estabelecem com encantados. Isso porque o contato entre os membros dos grupos e seres encantados era muito presente no cotidiano; diariamente, agricultores, pescadores e rezadeiras tinham contato com encantados durante as caminhadas por suas moradas, já que tais seres habitam as paisagens “naturais” da região. Pretendo aqui trazer algumas questões sobre a situação atual do grupo, na qual o contato com as moradas dos encantados está cada vez mais limitado por fatores como a diminuição de áreas de preservação, o incremento do agronegócio do coco, a pesca predatória, o aumento de igrejas pentecostais que demonizam as relações com encantados e a atuação de facções ligadas ao crime organizado na última década. Como fica a produção e circulação de conhecimentos diante de tais desafios?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A duplicidade de um conflito ambiental: sobre a catástrofe da UHE Belo Monte a partir dos Yudjá do Médio Xingu

Lucas de Lucena Fiorotti (UFES)

O interesse na criação de megaempreendimentos alinhados com uma ideia de desenvolvimento econômico suplanta a política ambiental brasileira, de forma que seus cronogramas de construção estão sempre acelerados e blindados contra ações públicas que tentam evidenciar suas violações contra a qualidade ambiental e os direitos de povos indígenas e das populações locais habitantes dos territórios afetados pelas obras. A construção da UHE Belo Monte é um desses megaempreendimentos. Sua história começa com os Estudos de Viabilidade do então Complexo Hidrelétrico do Xingu em 1980 quando Belo Monte ainda se chamava UHE Kararaô. A insegurança local frente ao projeto culminou no Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, que barrou a construção da usina e exigiu revisão dos projetos de desenvolvimento na região. O projeto retorna em 1993 com o nome de Belo Monte, é barrado novamente em 2001 por uma Ação Civil Pública do Ministério Público Federal, porém em 2002 é classificado como obra estratégica do Eixo de Desenvolvimento Madeira/Amazonas tendo seus estudos de viabilidade aprovados pelo STF em 2005 com o tempo recorde de trâmite de quatro dias. Trabalhos recentes insistem na série de violações de direitos territoriais indígenas e na destruição do regime de vida do Rio Xingu perpetrados pela construção e operação de Belo Monte. Segundo o relatório “Climate Change and Human Rights”, do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente de 2015, a mudança climática decorrente de fatores antrópicos é a maior ameaça ao meio ambiente e aos direitos humanos de nossa era. A grande estrutura que compõe a filosofia ocidental dispõe de um esforço histórico para criar e perpetuar uma distinção entre duas séries paradigmáticas chamadas Natureza e Cultura, sendo a primeira exterior à dimensão social constituída pela segunda, o que, dentre outros efeitos, parece legitimar a subjugação do meio ambiente em relação à “sociedade”. A construção da usina é tomada aqui como um exemplo, dentre vários, da expansão desenfreada do Ocidente sobre o meio ambiente, nesse caso o Médio Xingu e os povos indígenas que o habitam. Esse trabalho

visa investigar as reflexões e articulações epistemológicas-políticas do Povo Yudjá da região do Médio Rio Xingu, no estado do Pará, em relação à construção e operação da usina hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. A proposta é refletir sobre os modos de viver e habitar a terra segundo a cosmociologia Yudjá e como tais modos respondem e se posicionam em relação aos processos de modificação e afetação do território causado por este empreendimento, de suma importância no cenário político-ambiental brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_939_25241097_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Não pode criar um porco, não pode criar um gado, é arame para todo lado Cercamentos e expropriação territorial em São Roque - MA.

Maryane Monroe Martins (UEMA)

Este trabalho apresenta a violência sofrida pela comunidade quilombola de São Roque a partir dos cercamentos realizados pela expansão do agronegócio. Diante da expropriação territorial, da impossibilidade de sua reprodução social e perda da autonomia provocadas pelos cercamentos das fazendas, os quilombolas passaram a se mobilizar coletivamente, resgatando através da memória social, a trajetória dos ancestrais desse grupo, dos espaços sagrados, os caminhos históricos dentro do território que hoje são proibidos de trafegar, elementos culturais, dentre outros aspectos que foram destacados nestas fotografias realizadas durante o trabalho de campo na referida comunidade. Demonstra a violência no campo, especificamente a violência vivenciada nas terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombolas da comunidade de São Roque, localizada no município de Anajatuba, Maranhão- Brasil. A pesquisa emerge do trabalho de campo desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC e pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA, projeto esse intitulado “Quilombo São Roque: Narrativas Orais e Construção de Territorialidades Específicas”, com esse recorte feito para direcionar a observação ao cercamento do território, que produz efeitos sociais diretos no modo de vida e as terras tradicionalmente ocupadas dos quilombolas de São Roque, buscando apresentar a expropriação territorial diante a expansão crescente do agronegócio, expropriação dos seus recursos naturais, o que afeta diretamente suas práticas produtivas e modo de vida, proibição de tráfego dentro do seu próprio território e um processo de apagamento e destruição dos caminhos antigos, entre outros efeitos destacados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Herança maldita do Projeto Salitre: Etnografia das narrativas de dor, sofrimento e resistência dos habitantes do Vale do Rio Salitre frente aos impactos de um projeto de desenvolvimento agrícola

Renato Santos do Nascimento (FAVIC)

No início dos anos 1960, o Vale do Rio Salitre, localizado entre os municípios de Campo Formoso e Juazeiro, na bacia do rio Salitre (afluente do São Francisco), na porção norte do Estado da Bahia, foi integrado à rota da ideologia e das políticas desenvolvimentistas do Estado



brasileiro. Em colaboração com a ONU/FAO e BIRD, diversos estudos de viabilidade agrícola foram conduzidos na região para a implementação do Projeto Público de Irrigação Salitre, oficialmente inaugurado em 2010. Ao longo de mais de 60 anos, os habitantes das comunidades às margens do rio Salitre, nos arredores do Perímetro Irrigado, mantiveram a esperança nas recompensas prometidas pela CODEVAS (agência estatal gestora do Projeto) para compensar os prejuízos socioambientais e territoriais causados pelas diversas etapas de implementação do Projeto. No entanto, esses moradores agora enfrentam os efeitos do que chamam de "herança maldita" do Projeto Salitre. Autodenominando-se "salitreiros" como forma de reafirmar sua identidade com o rio e como elemento de resistência e enfrentamento à ação do Estado na região, eles reivindicam: a perenização total do rio; o uso responsável da água, conforme a lei 9.433/97, que estabelece o consumo humano como prioridade em situações de escassez; e a distribuição dos benefícios prometidos, como a alocação de lotes agrícolas, atualmente concentrados nas mãos dos grandes produtores do agronegócio, que exploram a terra e os recursos hídricos da região. Ao realizar uma etnografia das narrativas e histórias das populações locais, este estudo visa tornar visível a violência silenciosa incorporada no discurso e nas práticas desenvolvimentistas do Projeto Salitre, transformando o "sonho de redenção" dos salitreiros em uma realidade de exclusão, sofrimento, dor e indignação. Este estudo, portanto, caracteriza-se como uma etnografia da vida do povo salitreiro, profundamente alterada em nome de um desenvolvimento historicamente alinhado com uma ideologia social ocidental de dominação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_807_28352682_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações Espirituais com o território - uma análise antropológica sobre a importância dos rituais e das Nhandesy para os Guarani Kaiowa

Thaisa Coelho Fernandes (UFMS)

A pesquisa de iniciação científica está inserida no projeto de pesquisa “ÑANDESY e o OGUATÁ PORÃ– estudo antropológico das mulheres Kaiowá e Guarani no contexto da mobilidade e fronteira” e teve como intuito compreender as dinâmicas relacionais entre rezadeiras indígenas da etnia Guarani Kaiowá na (re)construção do território face as imposições econômicas pelo agronegócio com respaldo do governo do estado de Mato Grosso do Sul (Benites, 2020). Buscou-se verificar como as teorias etnológicas apreendidas no decorrer do curso de Ciências Sociais se aplicam/dialogam com o contexto regional, enfatizando as relações produzidas entre sociedade nacional e povos indígenas (Oliveira, 1993). Foi realizado um levantamento das violências cometidas contra as rezadeiras (Ñandesy) entre os anos de 2019 e 2022 na região do cone-Sul, no qual entendemos os ataques às rezadeiras como parte do processo de epistemicídio e genocídio praticado contra os Guarani Kaiowá em favor das monoculturas desenvolvidas como principal fonte econômica do estado. Portanto, o que se verificou foram interesses econômicos compondo relações políticas e afetando a produção cultural e religiosa do povo Kaiowá, tendo esse povo suas perspectivas cosmológicas e subjetivas atravessadas pela lógica mercadológica aplicada sobre seus corpos, mentalidade e territórios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_816_78571739_16.pdf

GT 002: Alimentando o fim do mundo: agronegócio, saúde e Antropoceno

Este GT concentra-se nas interseções entre os Sistemas Alimentares Globais, Saúde e Antropoceno, com ênfase na expansão do agronegócio no Brasil e América Latina. Muitos países em desenvolvimento veem o agronegócio como um motor de crescimento econômico. Mas a rápida expansão desse setor tem frequentemente se dado às custas de desregulações ambientais e trabalhistas. Além disso, enquanto o agronegócio promete um futuro biotecnológico sustentável voltado à erradicação da fome, o que ele parece alimentar são as emergentes catástrofes ambientais, sociais e de saúde com consequências devastadoras, como epidemias emergentes, eventos climáticos extremos e desigualdades. Diante disso, o objetivo do GT é reunir pesquisas antropológicas que envolvam alimentação, meio ambiente, relações humano-animal, toxicidade e saúde e que contribuam com evidências sobre como o agronegócio tem acelerado transformações que caracterizam as geografias desiguais do Antropoceno e suas hierarquias de classe, raça, gênero e espécie. Em foco, estão as etnografias sobre a exploração do trabalho de populações vulneráveis, a apropriação de territórios indígenas e áreas de conservação, o aumento de doenças zoonóticas e hídricas e eventos climáticos adversos à saúde, também o câncer e as doenças crônicas não-transmissíveis associadas ao crescente uso de agrotóxicos e ao consumo de alimentos ultraprocessados baseados em cultivos e criações intensivas de monoculturas animal e vegetal e a insegurança alimentar.

Coordenação

Jean Segata (UFRGS), Ivana Dos Santos Teixeira (University College London)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O mundo não acabou: A COVID-19 e a reprodução das desigualdade no oeste da Bahia.

Bruna Luiza Soares Pires (UFOB)

Esta pesquisa busca discutir os principais impactos da pandemia de COVID-19 nas vidas da população da região oeste do estado da Bahia, especificamente a região geográfica imediata de Barreiras, e analisar quais políticas públicas foram implementadas e como foram desenvolvimentos nos municípios locais. O oeste da Bahia é um território de expansão agrícola, com alta concentração de renda e significativas desigualdades socioeconômicas, cuja dinâmica impacta profundamente na vida das pessoas residentes na região, fazendo com que as condições precárias de vida dos grupos ali residentes tenham se intensificado em um cenário de emergência de saúde pública, como a pandemia. Os caminhos metodológicos percorridos são de base qualitativa, desenvolvidos por meio do levantamento de fontes bibliográficas e documentais. Observa-se que em um país desigual como o Brasil a pandemia acentuou todos os problemas socioeconômicos existentes, criando-se formas de se justificar essas desigualdades para a comodidade de uma minoria privilegiada da população. Grande parte dos

municípios do oeste da Bahia são compostos por uma população predominantemente rural, que já viviam inúmeras privações materiais, mesmo em um período pré-pandêmico, e que foram intensificadas durante a pandemia, gerando retrocessos em lutas históricas. Entre esses retrocessos deve-se citar o aumento do desemprego e da insegurança alimentar entre os mais vulneráveis, paralelo ao fortalecimento do agronegócio na região. Para parte da população local, a fome e a miséria passaram de um medo para uma realidade que foi experienciada durante mantida após a pandemia, onde as políticas públicas foram insuficientes para acolher as demandas. Este trabalho visa apresentar análises que permitam compreender os danos da pandemia sobre essa população, podendo subsidiar políticas para a reparação desses prejuízos no cenário pós-pandemia.

Palavras chave: COVID-19, Pandemia, Impactos sociais, Insegurança alimentar, Pobreza, Oeste da Bahia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Trabalhadores na/à deriva: investigando a morte de um trabalhador indígena nos pomares de maçã

Graziela da Silva Motta (IFFarroupilha)

Em 1989 a lei dos agrotóxicos entra em vigor e o decreto que a detalha data de 2002. Se considerarmos a revolução verde como o embrião da economia do agronegócio, temos, pelo menos, vinte anos de liberdade para os usos de substâncias nocivas na agricultura. Isso significa dizer que qualquer produto tóxico poderia ser utilizado, armazenado ou descartado na natureza e não havia empecilhos legais para isso. Mesmo depois da sua regulamentação, os agrotóxicos continuaram sendo as substâncias mais utilizadas nas agriculturas – como o herbicida glifosato nas lavouras de grande e de pequena escala – e seus defensores na sociedade e na política se esforçam para alterar seu nome – para defensivos agrícolas ou produtos fitossanitários -, a fim de “abrandar” as associações negativas causados pela pronúncia do “tóxico” ligado ao “agro”. A dificuldade (e o descaso) em se investigar um nexos causal para o adoecimento por “agrotóxicos” amplia cada vez mais a liberdade para o uso indiscriminado dessas substâncias, mesmo em tempos de regulamentação. Em algumas produções agrícolas, como é o caso da maçã, coexistem máquinas e humanos que, não raro, se confundem numa deriva perigosa. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as causas da morte de um trabalhador indígena que atuava nas atividades rurais de produção de maçã no interior do Rio Grande do Sul, a fim de refletir sobre os riscos do trabalho manual na agricultura. Trata-se de resultados parciais de uma pesquisa que se encontra em andamento intitulada “mãos que movimentam o mercado: uma pesquisa sobre trabalho e trabalhadores rurais”. Ao final dessa investigação, pretende-se realizar um documentário que explora as relações de trabalho no campo, dando destaque para a história de vida do trabalhador mencionado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Das técnicas ao tech: o agronegócio e as transformações digitais da agropecuária no Rio Grande do Sul

Jonathan Madeira Rocha (UFRGS), Jean Segata (UFRGS)



Inteligência artificial, drones e aplicativos para dispositivos móveis têm ganhado destaque em feiras do agronegócio, influenciando políticas, práticas e a formação de um novo imaginário agropecuário no Brasil. Eles indicam uma tendência de substituição de técnicas tradicionais da agricultura e da pecuária pelo uso de infraestruturas digitais e biotecnológicas. Esse "pacote tecnológico do agro" promete inovação e eficiência com baixo custo ambiental e social, promovendo a ideia de maior produtividade de maneira sustentável e moderna, quando, na realidade, tem reconfigurado relações, identidades, tradições, ecologias e a saúde de populações humanas e animais, além de ambientes. Este trabalho examina como o ufanismo tecnológico no setor se tornou hegemônico, não só entre fazendeiros e investidores, mas também na opinião pública, nos operadores de políticas públicas e entre as populações rurais e urbanas. Mesmo aqueles que sentem diretamente os efeitos nocivos desse modelo de produção percebem uma aceitação e até entusiasmo pela industrialização da agricultura. Ao descrever a digitalização do agronegócio no Rio Grande do Sul, objetiva-se fornecer evidências de que, apesar dos recordes na balança comercial, esse modelo impõe mais custos do que benefícios às pessoas envolvidas na crescente atividade agrícola. Portanto, o digital é analisado não apenas como um conjunto de técnicas e infraestruturas que intensificam e lucram com a atividade, mas também como um meio de convencer sobre a sustentabilidade, modernidade e eficiência do agronegócio. Para analisar esse cenário, o estudo começa com a construção de uma história etnográfica sobre a expansão e consolidação do agronegócio nas últimas três décadas no Rio Grande do Sul, enfatizando os novos discursos modernizadores associados às inovações tecnológicas. A pesquisa segue, a partir das feiras e exposições agropecuárias no estado, explorando como as tecnologias digitais chegam às propriedades da região do Pampa gaúcho e como elas transformam as relações produtivas, a criação e a extinção de postos de trabalho, a demanda por novas habilidades e o abandono de técnicas tradicionais, incluindo aquelas que definem identidades no sul do Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Boi, Soja, Milho, Portos Fluviais e Frigoríficos: A Indústria do Agro em expansão no Sul do Amazonas

Jordeanes do Nascimento Araujo (UFAM)

Por mais de quatro décadas a Amazônia vem se constituindo como fonte de recursos da natureza vinculado ao crescimento econômico do Brasil. Atualmente novas áreas estão sendo incorporadas a esse processo confirmando a continuidade da Amazônia como fronteira agrícola do país. Atualmente o sul do estado Amazonas vem sendo inserido ao mercado global das commodities da soja. Neste contexto procuramos analisar as transformações territoriais no município de Humaitá como reflexo do processo de expansão da fronteira. Compreendendo que a fronteira é uma área de apropriação natureza e de diferentes possibilidades de projetos, partimos do uso do território para tal análise. A retomada do plantio de soja, vem acompanhado de sistemas técnicos para dinamizar a atividade e deslocando a pecuária e o desmatamento para os territórios institucionalizados pelo Estado para a reprodução da vida amazônica, como é o caso dos assentamentos de desenvolvimento sustentável e agroextrativistas. Ao que tudo indica a fronteira agrícola irá se estabelecer no sul do Amazonas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_107_37062451_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As mulheres e o café no Maciço de Baturité, Ceará: uma aliança agroecológica.

Júlia Moreira Ribeiro (UNILAB), Lailson Ferreira da Silva (UNILAB)

Nossa pesquisa debruça-se sobre as relações entre a organização do cultivo agroecológico do café 100% arábica em torno da Associação EcoarCafé, formada por cafeicultores da região do Maciço de Baturité, e o aumento da participação de mulheres nessa modalidade de agricultura. O cultivo do café no Maciço teve dois grandes marcos históricos: primeiramente, a sua introdução em 1822, que foi em monocultivo e gerou um grande processo de desmatamento. Nesse primeiro momento, também houve a construção de uma ferrovia, ligando a região a Fortaleza, com a finalidade de escoamento do produto. Segundamente, o Programa de Erradicação dos Cafezais na década de 1960, de iniciativa federal, promoveu o redirecionamento da cafeicultura para o sudeste do país e inseriu o monocultivo da banana. Atualmente, essa prática extrativista tem gerado impactos socioambientais nos municípios do Maciço. A retirada do café colaborou para a degradação da região, pois as raízes profundas da planta ajudam na sustentação do solo, mas esta não aconteceu totalmente. A descoberta de que o melhor cultivo se dá à sombra de plantas nativas da região, como a ingazeira, despertou interesse dos cafeicultores interessados em manter o plantio, possibilitando o reflorestamento da região e consorciando com outras variedades de plantas. A pesquisa, portanto, visa observar os atuais movimentos que as/os cafeicultores realizam em diálogo com os modos de produção agroecológicos, focando na atuação feminina e como se dão suas contribuições para influenciar na propagação de práticas ecológicas. Acompanhamos por meio da trajetória de Mônica Farias, filha de um tradicional cafeicultor em Mulungu e atual presidente da associação citada, a influência no aumento da entrada de outras mulheres na cultura do café tanto em setores administrativos quanto nos trabalhos diretos com o campo. Percebemos uma relação entre os modos de fazer e a preservação da região por meio do “fazer parentes” (Haraway, 2016), sendo também associado à ideia do “ecologismo dos pobres” (Alier, 2007), no qual há uma preocupação com os recursos naturais necessários à subsistência e à diversidade dos cultivos no Maciço. Nesse sentido, o aumento da participação das mulheres tem menos a ver com uma suposta afinidade biológica do feminino com a natureza, como propõe o ecofeminismo de base essencialista (Paulilo, 2016), do que com a possibilidade de as mulheres tomarem à frente da construção de relações ecológicas e de conservação dos seus lugares de origem por meio da entrada na agricultura, levando em consideração também que os centros urbanos não necessariamente são o único antro de possibilidades de vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_520_76693620_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Akwaha jakã pe himi’u te Ka’apor je’ẽ ha ko ixo ame’ẽ ta Gurupiúna pe har ta Saberes e memórias da alimentação do Povo Ka’apor na fala dos moradores de Gurupiúna

Karina Borges Cordovil (Nenhum)

Esta cartilha foi desenvolvida de forma colaborativa com o povo Ka'apor, de forma a dar um retorno da pesquisa que foi desenvolvida a partir de 2017 em Gurupiuna, através do meu ingresso como aluna no Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia. Busquei através desta mostrar a importância da alimentação dos Ka'apor, a partir de sua cosmologia, suas formas de compreensão e entendimento sobre o que é comida e seus modos de vê-la. Notamos uma característica fundamental na relação deles com a sua alimentação, que é a forma de cultivar e preservar o lugar de onde provém seu alimento, a floresta (Ka'a), uma relação de cooperação entre eles e a natureza. Para este foi imprescindível o auxílio dos colaboradores Ka'apor, a exemplo de Maiowá Ka'apor.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_429_02351010_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O paraíso do gado: a dinâmica geoeconômica do Município de São Félix do Xingu na atualidade

Núbia Vieira Cardoso (INSEA)

No ano de 2019 foi registrado um incremento recorde de desmatamento em relação aos anos anteriores na Amazônia Legal. O município de São Felix do Xingu, no Sudeste Paraense, destaca-se nesse contexto, apresentando duas áreas protegidas com maiores índices de desmatamento. São Félix do Xingu, localizado na Amazônia Oriental está entre os seis municípios mais extensos do país. Do total da extensão territorial de 84 mil km², 50% dela é formada por terras indígenas que somadas às unidades de conservação chegam a mais de 70% de toda a sua extensão territorial. Município da Bacia do Médio Xingu, a sede municipal é atingida por via terrestre por uma única estrada estadual, ainda que o município abrigue o maior rebanho bovino do Brasil, 2,5 milhões de cabeças. Se de um lado a maior parte da extensão territorial é constituída por áreas voltadas para a conservação da natureza, de usufruto indígena e de posse da União, de outro, o rebanho bovino, demanda novos pastos, o que faz do município uma fronteira econômica, e territorial em permanente atualização. Dentre as alegorias associadas a São Félix do Xingu uma delas é a de capital do desmatamento. Buscando apresentar e discutir a dinâmica geoeconômica do município de SFX na atualidade, esta pesquisa foi desenvolvida em duas grandes partes e em dois momentos. A primeira, “a viagem de ida”, onde é elaborada a fundamentação teórica e histórica partindo do quadro regional onde está inserido o município. O segundo, a viagem de volta quando partindo do “concreto”, por meio da relação entre dados públicos e dos dados da pesquisa de campo, realizada em junho de 2022 em São Félix do Xingu, leva até o terceiro momento: a síntese. Identificou-se a relação entre o uso e apropriação da terra com a re-estruturação da produção da pecuária. Se na primeira década dos 2000 a produção esteve concentrada em fazendas, na atualidade a produção é descentralizada, tanto na distribuição da cadeia produtiva quanto na sua distribuição territorial até a escala do comércio e exportação. Ao contrário da imagem de um exótico “Brasil profundo”, o estudo geoeconômico de São Félix do Xingu na atualidade levou ao seu espelhamento com o Brasil. Sua função em uma rede de negócios central na economia brasileira contemporânea demonstra que ao contrário de exceção, o Município deve ser a regra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_833_72856717_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os impactos da pandemia de COVID-19 na (In)segurança alimentar entre os estudantes universitários no Oeste da Bahia.

Pedro Paulo Amorim Cezar (UFOB)

A insegurança alimentar (IA) refere-se à falta de acesso regular e seguro a alimentos nutritivos em quantidade e qualidade suficientes para uma vida saudável. A insegurança alimentar entre os universitários é uma realidade que tem sido observada em outras pesquisas (Martins, 2021; Moura, 2022), refletindo um desafio a ser enfrentado. A IA pode ocorrer tanto por falta de recursos para aquisição de alimentação, como também devido a escolha por alimentos de baixo valor nutricional, muitas vezes em razão da facilidade de preparo e pelo baixo custo que geralmente possuem. Esta pesquisa concentra-se no Oeste da Bahia, especificamente nos estudantes universitários da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), que foi criada em 2013, após o desmembramento da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fruto de uma política de interiorização do ensino superior. A interiorização das universidades proporciona oportunidades àqueles estudantes que teriam maior dificuldade no acesso à graduação devido barreiras geográficas, financeiras e/ou sociais. Além disso, permite com que grupos historicamente excluídos da educação superior consigam pertencer a esse espaço, tais como estudantes da zona rural e de comunidades tradicionais. No território onde essa pesquisa se insere, é marcado pela forte expansão do agronegócio. Segundo o Censo Agropecuário de 2018, 93% da produção agropecuária no território é de origem não familiar, mostrando a expansão desta atividade econômica na região. O agronegócio pode aprofundar desigualdades na região, em razão da maior concentração de terras aos grandes produtores, bem como pelo aumento dos preços de custo de vida nas cidades, contribuindo com expulsões da população com menor condição socioeconômica. No que tange ao contexto das universidades, os Restaurantes Universitários (RU) oferecem refeições acessíveis e nutritivas aos estudantes, o que corrobora com a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional, além de serem espaços de socialização importante para a comunidade acadêmica. Em 2020, com a chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil, foi necessário a adoção de algumas medidas de contenção, tais como o isolamento social, que impôs a suspensão das aulas presenciais nas escolas e universidades, além da interrupção das atividades dos restaurantes universitários, como no caso da UFOB. Essa suspensão pode ter gerado impactos negativos nas condições alimentares dos estudantes, muito embora a instituição tenha oferecidos auxílios em forma de pecúnia para os alunos em maiores condições de vulnerabilidade. Esta pesquisa constitui parte integrante de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo compreender os impactos da pandemia de COVID-19 na (in)segurança alimentar de universitários na Universidade Federal do Oeste da Bahia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_332_71352731_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comer é um ato político? Uma etnografia das experiências em torno da produção e consumo de uma alimentação sustentável em casas de permacultura, São Paulo/Brasil

Thágila Maria dos Santos de Oliveira (UFRN), Julie Antoinette Cavnac (UFRN)

A produção e o consumo de comida nos meios urbanos têm gerado cada vez mais debates nos setores privados e públicos e ações da sociedade civil tanto a nível individual como coletivo. Ao analisar os ativismos alimentares no Brasil e na América Latina, Portilho (2020) afirma que estes se dividem em duas gerações: a primeira marcada por ações na esfera institucional e predominância de críticas éticas, e a segunda marcada pela politização da comida e do ato de comer, e pela participação de vários atores, como profissionais de saúde, chefs de cozinha, veganos, ambientalistas, sindicalistas e membros dos movimentos sociais. Esta nova conformação, como citado por Barbosa (2016), é caracterizada pela convergência entre temas éticos e estéticos, envolvendo ações coletivas e individuais de compra, preparo, consumo e descarte de alimentos, como ocorre nas casas de permacultura. As casas de permacultura são espaços concebidos por indivíduos das classes médias urbanas que buscam viver em harmonia com a natureza. Nestes lugares, a alimentação, vestuário, produtos de higiene, e outros itens devem ser produzidos respeitando o fluxo e o tempo da natureza. Na região central de São Paulo, mais especificamente na Vila Mariana e em Perdizes, estão localizadas a Casa Botânica e a Casa Planta, respectivamente, que funcionam desde 2018. Ambas são casas de permacultura destinadas à hospedagem e visitação, sendo procuradas por viajantes, mulheres, mães, idosos, chefs de cozinha, profissionais de saúde, artistas e membros de movimentos sociais, como o movimento da agricultura familiar, pessoas ligadas ao MST, veganos, feministas e membros do movimento LGBT e punk, que desejam repensar a forma de se alimentar em uma megalópole caracterizada pela vida acelerada. Embora essas pessoas não se identifiquem como ativistas alimentares, a comida e o ato de comer são considerados por elas como atos políticos, e rever os hábitos alimentares é uma maneira de "salvar" o meio ambiente. Com a utilização de entrevistas semiestruturadas com os frequentadores das casas, realizadas para minha pesquisa de doutorado em antropologia social no PPGAS UFRN, busco trazer respostas para as perguntas: quais as circunstâncias socioculturais que levaram a essas mudanças no perfil dos ativismos? Quem são esses ativistas? Por que escolheram esse estilo de vida? O trabalho de campo inicial realizado entre agosto e novembro de 2023 mostrou que a experiência de compartilhar vivências com pessoas compartilhando as mesmas ideias é considerada uma forma de contestação a uma sociedade que valoriza o hiperconsumo e a artificialização da alimentação e das relações humanas. Palavras-chaves: ativismos alimentares; alimentação sustentável; casa de permacultura; consumo alimentar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o periférico e o hegemônico: uma análise do arranjo de ativismo alimentar periférico no Brasil a partir da Crioula | Curadoria Alimentar

Vitória Giovana Duarte (UFRGS)

Este trabalho aborda o ativismo alimentar no Brasil, com foco na organização Crioula | Curadoria Alimentar, para compreender os arranjos do ativismo alimentar periférico no país. A partir desse caso exemplar, a análise propõe que existem diferentes formas de performar o

ativismo alimentar, categorizando-os em ativismo alimentar periférico e hegemônico. Assim, caracterizo o que estou propondo para pensar a primeira categoria e apresento hipóteses do que a diferencia desta segunda. A pesquisa utiliza abordagens dos Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias, sobretudo a Teoria Ator-Rede e as discussões sobre múltiplas ontologias/performances da realidade, além da literatura sobre sistemas e ativismo alimentar no Brasil. O campo incluiu análise de documentos, entrevistas semiestruturadas com membros da organização e observação participante em suas atividades. Conclusões preliminares destacam quatro diferenças fundamentais entre as formas dessas categorias performarem seu ativismo alimentar: a relação com o Estado, a influência no debate público sobre alimentação, as discussões centrais em suas agendas e a identidade das pessoas envolvidas nos arranjos e para quem eles são construídos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_487_30449408_16.pdf

GT 003: Alteridades na universidade: saberes locais e diálogos críticos

As universidades brasileiras vêm sendo, nas últimas décadas, o palco de profundas transformações sociais resultantes de políticas de ampliação do ensino superior e de ações afirmativas. Muitos sujeitos, outrora excluídos, chegam com histórias ativas, com experiências interculturais e com novas pautas acionadas e tensionadas na construção cotidiana e intercientífica do ensino. Essas manifestações representam grupos que sobreviveram às invasões coloniais, à assimilação forçada e ao racismo e hoje lutam por agendas decoloniais e um diálogo crítico e historicamente sensível aos modelos hegemônicos e às relações de poder. Os alicerces para esse novo ensino são o protagonismo juvenil, a emergência de identidades raciais, étnicas, tradicionais e a interação com territórios, redes e cotidianos comunitários. A antropologia tem sido, portanto, provocada a se aproximar dessas arenas de conhecimento emergentes nas universidades e mediar posições e estratégias que respeitem os saberes locais e ancestrais. Ao retomar os diálogos entre alteridades na universidade promovidos na 33^a RBA e ampliá-los em parceria com o Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico-Raciais na Unimontes (MG), esperamos receber trabalhos de pesquisa, ensino e extensão sobre a temática em tela. As formas de conhecer, sentir e agir no mundo, ao serem partilhadas, promovem uma antropologia aberta à construção de espaços mais democráticos e a permanência dos jovens na universidade.

Coordenação

Carla Susana Alem Abrantes (UNILAB), Carla da Costa Dias (UFRJ)

Debatedor(a)

Joanice Santos Conceição (UNILAB), José Gabriel Silveira Corrêa (UFMG), Maria Railma Alves (UNIMONTES)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A emergência de quilombolas na pós-graduação da Amazônia

Adrian Kethen Picanço Barbosa (UFBA)

Este resumo busca fazer uma discussão sobre a emergência de Quilombolas pesquisadores/as na pós-graduação a partir das discussões que tenho desenvolvido no projeto de tese intitulado “Embates epistemológicos contra coloniais: A produção de conhecimentos quilombolas nas Universidades da Amazônia”. O projeto de tese tem como objeto de pesquisa as interlocuções construídas com quilombolas pesquisadores/as visando de compreender como as epistemologias quilombolas por eles produzidas tensionam e dialogam com o status quo acadêmico na Amazônia. A partir disso, para compreender o aspecto da emergência dos indivíduos quilombolas na Pós-Graduação, apresento uma discussão sobre como os processos de acesso a direitos básicos como a educação são atravessadas pelo Racismo estrutural (ALMEIDA, 2019). Dentro da academia evidenciam-se as relações de poder nos âmbitos institucional e educacional, onde esses indivíduos são colocados como pesquisadores/as fora de uma noção ocidentocêntrica* de intelectualidade. Desta forma, as produções epistemológicas de quilombolas na pós-graduação são invisibilizadas e taxadas como não científicas. Grada Kilomba (2020) afirma que as pesquisas de intelectuais lidos como subalternos são apontadas “como muito específicas” (KILOMBA, 2020, p.51) e que tais comentários são uma forma de silenciar as vozes e produções neste espaço. Por isso trago a contra-colonialidade de Nego Bispo (2015) como uma estratégia que endossa a luta pela (re)existência do povo quilombola em todos os espaços, inclusive na Pós-Graduação. Dialogando com essas questões, Luena Pereira (2020), atravessada pelas diferentes formas de construção de alteridade entre África e Brasil em seu campo, afirma que as noções de alteridade e diferença nas ciências sociais são praticamente sinônimas e isso leva a uma caracterização do antropólogo brasileiro “como não índio, não negro, e não camponês” (PEREIRA, 2020, p.08). Diante desta reflexão, a referida autora ressalta, que indivíduos subalternizados são a todo tempo questionados e invalidados. Dessa sorte, argumento aqui que a emergência de estudantes quilombolas na Pós-Graduação, munidos da visão de educação como ferramenta política de luta, modifica gradualmente o cenário epistemológico das humanidades no Brasil, visto que, a partir destes indivíduos é possível pensar formas outras de pesquisa, narrativas racializadas e posicionadas que falam de si e de outros horizontes de pesquisa, levando em conta o pertencimento, a relação com a terra e as experiências coletivas em comunidade. O acesso e a permanência de quilombolas na universidade promovem, assim, uma disputa de narrativas visando a construção de uma intelectualidade compartilhada entre os saberes ancestrais quilombolas e os saberes acadêmicos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_870_67123919_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Travestilizando as universidades: um estudo sobre o tecer de redes coletivas de resistência das travestis universitárias

Ana Luiza do Nascimento Rezende (UFMG)

Este trabalho é fruto de uma pesquisa de Mestrado em Psicologia Social, ainda em desenvolvimento, na cidade de Belo Horizonte (BH) e Região Metropolitana (RM). A ideia



surgiu dos trânsitos e análises que fui construindo, ainda na graduação, a partir do contato com pensadoras/ativistas travestis seja nas pistas, em eventos acadêmicos, nos movimentos sociais, na instituição prisional, nas cenas artísticas, na política ou nas produções acadêmicas/literárias. Tais contatos, à luz dos feminismos, especialmente nas perspectivas interseccional (Collins e Bilge, 2021) e decolonial (Passos, 2019), entrecruzaram-se a experiência enquanto estagiária do Núcleo de Apoio ao Estudante, na luta por vias de democratizar a Universidade. Conforme aproximava do campo, fui percebendo a batalha travada coletivamente pelas travestis, reconhecendo a importância das pistas, mas reivindicando para si ocupar espaços para além da prostituição (Moira, 2016; Passos, 2022). Dentre esses espaços, a educação, historicamente marcada por lógicas coloniais, mas que diante da luta, vem se reinventando (Iazzetti, 2021; Mayorga, Costa e Cardoso, 2010; Passos, 2019; Zanela, 2019). No cenário do ensino superior, para as travestis e mulheres transexuais, tais reinvenções se concretizam a partir da conquista de alguns direitos, como por exemplo: a garantia do uso do nome social e implementação de políticas afirmativas (Iazzetti, 2021). Para além da conquista de tais direitos que se operacionalizam a partir de resoluções nas Instituições e que muitas vezes se apresentam falhas, cabe salientar a importância da tecitura de redes transcendradas. Estas são organizadas pelas próprias acadêmicas como formas de se acolherem e oferecer apoio entre si, criando assim, “respiros” para que continuem na luta e esbocem o caminho para outras companheiras que virão depois (Iazzetti, 2021). Diante do que foi exposto, o objetivo da pesquisa é compreender como o ingresso e a organização em grupos das Travestis dentro do espaço universitário proporcionam um tecer de redes coletivas de (r)existência que contribuam para a permanência delas na Universidade. Mapeamentos iniciais feitos no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP), a partir de descritores como “Travesti”/“Transfeminismo”, indicam a região sudeste em evidência na discussão. Nesse sentido, em termos metodológicos localizo essa pesquisa como qualitativa (Minayo, 2012). Busco alinhar os dados documentais levantados no DGP, na qual mapeio as Instituições de Ensino Superior onde travestis e mulheres transexuais acadêmicas estão, aos fatos etnográficos (Peirano, 2008) vivenciados em campo junto a essas estudantes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pode uma metodologia "colonizar" uma pesquisa?

Andi Pinheiro de Almeida (UFPE)

A colonização não se encerra enquanto um episódio histórico na perspectiva linear do tempo. Do contrário: se reinventa e se alastra às esferas psicossociais com uma nova roupagem, configurando o que entendemos hoje por modernidade em todas as suas facetas. Neste texto, pretendo iniciar uma investigação teórica interdisciplinar do potencial colonizador que a doutrina de objetividade descorporificada (Haraway, 1988) pode ter nas pesquisas acadêmicas. Além disso, propor um ebo epistemológico (Rufino, 2019) como aposta radical para arriar as estruturas de organização do pensamento branco-eurocêntrico masculino. No limiar de minha observação está uma proposta de uma autoetnografia (Silvio Santos, 2017) aplicada nas redes sociais. Convido a pensar em conjunto: quais são os desafios de um cientista com uma postura contracolonial (Bispo dos Santos, 2023) em um terreno no qual não só o objeto (redes sociais), como também os meios para desvendá-lo (ciência nos moldes ocidentais) são instrumentos de



colonização? De que maneira os saberes de uma outridade (Ferreira da Silva, 2019) contribui para o desmonte do pensamento que se propõe como único e universal? Qual é o papel político e ético de uma postura científica no ato de localizar e corporificar um saber? Quais são os limites de uma proposta epistemológica determinada a reencantar o conhecimento? Essas e outras indagações são pertinentes ao percurso desta breve investigação. Desse modo, é minha intenção incentivar a pluralidade de saberes e, ao mesmo tempo, invocar o encantamento como movimento contracolonial em resposta ao monorracionalismo predominante no interior dos laboratórios das ciências humanas e sociais; entre elas, a Antropologia. Partindo do argumento de que as formas de apreensão de uma fatia da realidade caracterizadas como metodologias científicas – a exemplo, a etnografia – são construções sociais dentro de um campo de poder que classifica e autoriza a manutenção ou a morte de um saber em detrimento de outro, meu objetivo é não só defender a subjetividade e a reflexividade como caminhos estruturantes de uma episteme, mas sobretudo, defender uma prática descolonizadora (Rivera Cusicanqui, 2019) para além de uma parafernália espertalhona de um discurso pretendido a ser descolonizador.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Cumé que a gente fica?" lutas e estratégias contracoloniais de estudantes quilombolas na Unilab

Antonio Jeovane da Silva Ferreira (UFG)

A Universidade apresenta-se enquanto um ambiente radicalmente distinto da realidade experienciada por quilombolas nas comunidades onde cresceram e vivem. Trata-se, portanto, de uma mudança significativa nos seus modos de viver, tornando-se assim, um desafio transcendente que demanda luta e estratégias antes, durante e após a travessia nesse “novo”, porém, antigo espaço. Deste modo, esta comunicação alinha reflexões iniciais que partem da pesquisa desenvolvida no âmbito do doutorado, com foco na investigação das estratégias de contracolonização (SANTOS, 2015) forjadas por estudantes quilombolas no ensino superior, analisando as articulações e mobilização político-estudantil no sentido de garantir o acesso, permanência e o êxito acadêmico na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), localizada na região do Maciço de Baturité, estado do Ceará. Interessa-nos refletir a influência dessas estratégias na transformação das posturas institucionais, bem como em ações, políticas e programas universitários, possibilitando a (re)existência de suas identidades e modos de vida. Sob uma perspectiva etnográfica, analisaremos o tema à luz das discussões teóricas de Spivak (2010), Kilomba (2019), Santos (2015, 2023), Hall (2006), Gonzalez (1984) e Quintiliano (2019), entrecruzando o debate de temas correspondentes a identidade, diferença e políticas afirmativas no ensino superior.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias da diáspora: relatos de racismo cotidiano na Unilab/Ce e nas cidades de Redenção e Acarape.

Antonio Marcos de Sousa Silva (UNILAB)

Esta proposição analítica é fruto de um conjunto de atividades que realizo na disciplina de Sociologia da relações étnico-raciais ministrada para os cursos de licenciatura em Sociologia e

bacharelado em Humanidades na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira/UNILAB. Essas atividades foram desenvolvidas no formato de oficinas de relatos sobre episódios de racismo cotidiano sofridos pelos estudantes internacionais dentro da universidade e nas cidades onde habitam, Redenção e Acarape, no Ceará. Como suporte teórico para a atividade, trabalho com o livro de Grada Kilomba, *Memórias da Plantação*, especialmente as reflexões em torno dos episódios de racismo cotidiano. Nesse artigo, minhas preocupações analíticas se concentram no entendimento das tensões e conflitos causados pela produção do racismo nas vidas dos estudantes internacionais durante sua formação. Tendo em vista essa linha de pensamento, o objetivo deste trabalho é analisar, a partir de relatos de racismo cotidiano, como os estudantes lidam com os episódios de racismo em suas condições de sujeitos diaspóricos, do outro lado do atlântico. Como arcabouço metodológico, trilho o caminho da etnobiografia, na forma de relatos de si como dispositivo de construção de conhecimento do mundo. Nesse sentido, a memória surge como suporte de onde as narrativas de si emergem como produtoras de tensões analíticas entre antes (o evento racista) e o agora (a reflexão sobre o ato), pois, quando acionamos a memória, produzimos conhecimento e nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor, como salienta Kilomba (2019). *Memórias da diáspora* dos estudantes de Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de Angola, de Moçambique neste trabalho tem o sentido também de pensar as tensões e conflitos, numa perspectiva macro, produzidos pela relação triangular entre Universidade/estudantes/cidades. Pensar as tensões e conflitos a partir de relatos de racismo cotidiano vivenciados pelos estudantes em suas diásporas, também alimenta um corpus de saberes em torno do papel da universidade no combate às múltiplas formas de racismo em nossa sociedade brasileira. Para finalizar, este trabalho traz como achados epistêmicos, isto é, como fonte de reflexões no campo da sociologia e da antropologia, pensar a produção de práticas racistas como produtora de tensões e conflitos permanentes entre os estudantes internacionais, a Unilab e as cidades onde habitam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_469_37737496_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As divindades do candomblé de angola: proximidades e diferenças entre os povos originários do brasil

Charlene Ramos Aguiar (UNIMONTES)

Introdução: O estudo investiga a relação entre as entidades afro-brasileiras e as entidades indígenas no Candomblé Angola, destacando a importância histórica desse encontro marcado pela colonização e escravatura. **Objetivos:** Observar, coletar e analisar rituais, festas e artefatos relacionados ao culto dos caboclos no Candomblé Angola e compreender a relação afroindígena no contexto das religiões de matriz africana e resgatar a identidade ameríndia dos caboclos. **Justificativa:** O estudo aborda a resistência cultural dos povos de terreiro, evidenciada em manifestações como a capoeira, a culinária e as práticas religiosas, buscando narrar essa presença sem os vieses do branqueamento e da estatização. **Referencial Teórico:** São exploradas as contribuições de autores como Márcio Goldman e Roger Bastide para entender a dinâmica da relação afroindígena no contexto das religiões de matriz africana. **Metodologia:** Adota-se

uma abordagem qualitativa, baseada em observação participante e pesquisa bibliográfica e etnográfica, visando coletar e analisar dados relacionados aos cultos e rituais praticados nos terreiros de Candomblé Angola. Discussão: A pesquisa busca compreender as conexões e misturas culturais entre africanos e indígenas no Brasil, reafirmando o conceito de "Relação Afroindígena" proposto por Goldman, e contribuindo para uma compreensão mais profunda das entidades afro-brasileiras e indígenas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_297_28982574_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Refletindo sobre o PET Indígena como um espaço de interculturalidade na universidade

Cíntia Cinara Moraes Borges Soares (UFPB)

Este trabalho traz a discussão sobre o significado do Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena para as universidades, num contexto de democratização do ensino superior, configurado pelas políticas de acesso e permanência para estudantes negros, indígenas e quilombolas, historicamente excluídos da formação superior no Brasil. O Programa de Educação Tutorial (PET) vinculado à Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, foi instituído em 2005 para fomentar a aprendizagem tutorial sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, vinculados às diversas áreas de conhecimento, composto por estudantes bolsistas e um professor tutor. Atividades acadêmicas em padrões de qualidade de excelência estimulariam a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica e tecnológica. A Portaria 976/2010 trouxe inovações para a estrutura do PET como, por exemplo, a flexibilização e dinamização da estrutura dos grupos, união do PET com o Programa Conexões de Saberes, vinculação dos novos grupos às áreas prioritárias e às políticas públicas e de desenvolvimento, assim como a correção de desigualdades regionais e interiorização do programa, rompendo com uma lógica meritocrática de constituição do programa. De acordo com informações do MEC (<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/pet>), o Programa conta com 842 grupos distribuídos entre 121 Instituições de Ensino Superior (IES). O PET Indígena tem sua criação vinculada à Universidade Federal da Bahia (UFBA), pela luta de estudantes que tinham origem indígena e conseguiram em Brasília a aprovação para criação do PET Indígena. Está presente em algumas universidades, dentre elas a UFPB, UFPE (vinculada ao Centro Acadêmico do Agreste), UFES (PET Nãnde Reko), UFSCar, UFMT, UFAC, UNIFAP. A presença dos PETs Indígenas provoca reflexões sobre a necessidade de agregar a diversidade cultural na dinâmica da universidade, com espaços de diálogo intercultural. Portanto, qual o significado do PET Indígena nas universidades, para os estudantes indígenas e demais comunidade acadêmica? Quais as motivações que impulsionam os estudantes indígenas a serem petianos? Através de pesquisa nos sites dos PETs Indígenas, da observação participante em eventos e acompanhamento do PET Indígena da UFPB, foi possível perceber a importância do PET Indígena como local de acolhida afetiva e efetiva dos estudantes indígenas. Desenvolvem projetos de extensão no território indígena e na universidade, cartografia, participam de eventos acadêmicos, com exposição de objetos e rituais indígenas, rodas de conversas e pesquisas temáticas. O PET Indígena demarca um lugar de visibilidade dos estudantes indígenas nas

universidades, provocação para romper com a colonialidade de saberes e possibilidade de vivências interculturais na universidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS": Coletivos negros e trans, ações afirmativas e ativismo na Universidade Estadual de Campinas

Guilherme dos Santos Oliveira (SEEDUC RJ), Elis Rosa dos Santos Simão (Un)

A Universidade Estadual de Campinas tem sido palco nos últimos cinco anos de intensas e importantes transformações. A entrada expressiva de estudantes negres e LGBTQ+ vem promovendo avanços em diferentes aspectos com destaque para mudanças nos corpos discentes, nos temas de pesquisa e na produção de conhecimento. Nos debruçando sobre esse contexto, este trabalho visa apresentar como esses sujeitos políticos se organizam no espaço universitário agenciando marcadores sociais como raça/cor, gênero, sexualidade, classe e geração a fim de tornar a Unicamp mais inclusiva e democrática. Tendo como pano de fundo as ações afirmativas (FERES et al, 2018) existentes hoje na instituição, especialmente no que tange às cotas raciais e a cota para pessoas trans, nossa análise recai nas ações desenvolvidas pelo Fórum de Coletivos Negros da UNICAMP (Aquilomba Fórum) e pelo Núcleo de Consciência Trans (NCT) que apesar de serem aliados, desenvolvem repertórios e enquadramentos diferentes sem suas formas de atuação política na universidade. Portanto, partindo das noções de conhecimento situado (HARAWAY, 1995), de estar a margem (hooks, 1995), de posicionalidade (COLLINS, 2016) e da articulação com o campo de estudos das relações raciais e em diálogo com a perspectiva teórica do feminismo negro e dos estudos transfeministas, nossa intenção é apresentar as contribuições desenvolvidas por esses atores políticos na cena sociopolítica universitária a fim de fazer com que a UNICAMP transicione e enegreça.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Poder e alteridade no espaço universitário: em busca do equilíbrio entre emergências teóricas e tradicionais

Joanice Santos Conceição (UNILAB), Antonio Renaldo Gomes Pereira (UFPA)

A alteridade exige do outro uma relação de respeito e cumplicidade para a construção do ser humano enquanto portador de direitos e deveres. Por muito tempo, na sociedade brasileira, a educação e as instituições criaram seus saberes a partir da percepção daqueles que possuíam o poder de nomear, classificar e gestar a vida de pessoas consideradas passíveis de serem dominadas. De igual modo, em certa medida, a Antropologia se insere neste cenário, validando saberes etnocêntricos sem considerar as marcas identitárias deixadas pelos povos tradicionais, especialmente da população negra e indígena, que, na maioria das vezes, tiveram e têm suas manifestações culturais invisibilizadas, quer pelo sistema educacional, quer pelas políticas públicas implementadas no país. Neste sentido, por meio das reivindicações dos movimentos sociais, paulatinamente, os saberes tradicionais adentram os espaços acadêmicos, convocando a todos os envolvidos na construção dos saberes científicos a olharem para as experiências de vida dos povos tradicionais como possibilidade de desconstrução do saber hegemônico e

colonial. Tal convocação é feita no sentido de fomentar conhecimentos que interseccionem o saber acadêmico com as experiências dos povos outrora excluídos do processo de institucionalização. Partindo desta perspectiva, esta proposição visa refletir sobre os desafios colocados pelas decolonialidades. Haja vista que nos últimos tempos os espaços acadêmicos têm revelado o quão é desafiador trazer para o debate as emergências advindas da inserção de novos agentes sociais que adentram tais espaços. Tal fala encontra consonância em duas situações observadas nos últimos meses em duas universidades públicas. O primeiro traz uma cena em que alunos evangélicos protagonizam a realização de cultos no espaço acadêmico periodicamente; o segundo apresenta uma cena em que apenas uma liderança religiosa, presente em um ritual de defesa de mestrado, é o único legitimador de todo o processo avaliativo em que o candidato/adepto é outorgado com o título de mestre sem que os demais membros da banca fossem ouvidos. Nos propomos a refletir sobre os dois casos mensurando o quanto a decolonialidade pode gerar equívocos ao considerar apenas um dos lados. É preciso que tanto a Antropologia quanto os novos saberes encontrem um equilíbrio, a fim de promover a formação respeitosa que considere tanto o papel da academia quanto dos saberes tradicionais já que ambos têm poder na construção de novos sujeitos sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sentidos da universidade pública nas periferias

Juliana Athayde Silva de Morais (IFRJ)

Este trabalho tem como objetivo apresentar os achados de pesquisa realizada entre 2015 e 2019 a respeito da expansão do ensino superior brasileiro e a consequente descentralização das instituições públicas para regiões consideradas periféricas e interioranas do país. O foco da pesquisa realizada foi entender a forma como práticas pedagógicas, ações coletivas e produções acadêmicas consideradas "engajadas" são desenvolvidas por professores e estudantes desde as "periferias", e seus possíveis impactos nas comunidades locais. O trabalho de campo concentrou-se em três instituições de ensino da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro: a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em Duque de Caxias; o Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Nova Iguaçu; e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), em Nilópolis. Através da participação em diversos eventos acadêmicos que pautavam a expansão e maior inclusão social na universidade e de entrevistas realizadas com docentes e discentes vinculados a cursos superiores de Ciências Humanas, Linguagens e Educação, observei como o processo de descentralização da rede pública de educação superior vem acompanhado de transformações, questionamentos e tensões que afetam não apenas os sujeitos que acessam a graduação, mas as próprias instituições de ensino e a forma como tradicionalmente vem sendo desenvolvida a formação acadêmica no Brasil. Esse novo e complexo cenário educacional tem demandado práticas pedagógicas com maior sensibilidade política, relações intelectuais baseadas no afeto e na escuta e uma produção acadêmica conectada às experiências e corporalidades daqueles que a desenvolvem. Um dos resultados da pesquisa indica que a construção de práticas e ações no meio universitário comprometidas e engajadas com a realidade social das periferias e com as

condições de vida do corpo discente produz sentidos à experiência universitária favoráveis à permanência de estudantes negros, periféricos e trabalhadores, tornando-se especialmente relevantes em contextos de crise. Observar a universidade pública periférica em um contexto pré-pandemia de Covid-19 pode, inclusive, nos dar luz sobre como seguir adiante com os atuais e complexos desafios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_73_69884659_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Políticas Afirmativas na UFRN

Layla Ingridy de Melo Nascimento (UFRN)

Quando a política de cotas foi sancionada em 2012, eu tinha apenas 9 anos. Quando prestei o vestibular e passei - através dessa cota e da escola pública - consegui entender a dimensão que aquela política afirmativa teve na minha vida e na vida de outros colegas não brancos. Dentro da universidade, consigo ver e ouvir relatos de amigos não brancos que necessitam totalmente dessas políticas afirmativas para se manterem na graduação e pós-graduação. Quando me encontrei trabalhando no formulário de ações afirmativas para a pós graduação de antropologia (área que pretendo atuar) me vi revendo muitas coisas do passado e do presente. Entrar numa universidade federal é algo extremamente tocante, mas quando as portas se abrem e podemos ver o que está lá dentro, nem sempre o resultado é positivo. Numa universidade não pensada para corpos como o meu, como minha subjetividade e meus sentimentos poderiam ser lidados? Era essa a pergunta que passava pela minha cabeça por algum tempo (às vezes ainda bato na mesma tecla) mas após entender o que são ações afirmativas e pensar as possibilidades diversas que podem trazer, meu vez repensar o possível futuro de uma universidade federal. As ações afirmativas - me referindo à UFRN - trouxeram grande retorno com as questões de pesquisas e intelectuais indígenas. O departamento de antropologia hoje, pode contar com pessoas como Meyrienne, mulher indígena e doutora de antropologia. A força que ações afirmativas podem ter para o crescimento intelectual de pessoas não-brancas é algo que deve ser prioridade. O que fortalece, da voz, da fôlego é o real conhecimento sobre quem somos e onde pertencemos. Enquanto bolsista do professor Gilson Rodrigues, aprendi a ver certas posturas estruturais com outros olhos, olhos mais fortes dessa vez. Porquê seremos muito, nossos conhecimentos serão diversos e grandiosos e ninguém vai poder nos dizer ao contrário. Atualmente estou terminando a graduação. Então, pra me ajudar a pensar em minha monografia e na minha formação de cientista e mulher, estou lendo o tão amado “Os condenados da terra” do Frantz Fanon, relendo “Memórias Póstumas de Bras Cubas” do Machado de Assis e “Transgredindo a educação” da Bell Hooks. Essas três leituras moldam um pouco a minha subjetividade e o meu anseio profissional. Agradeço ao professor Gilson, e a Matheus que se somou conosco para criação desses formulários. Foram meses agregadores.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Ensino Superior Público no Cenário Pandêmico e Pós-Pandêmico: Um estudo de caso sobre o Oeste da Bahia

Lucas Macêdo Batista (UFOB)

Esta pesquisa tem por objetivo discutir e compreender os principais impactos da pandemia de COVID-19 sobre o ensino superior público na região geográfica imediata de Barreiras, no Oeste da Bahia e busca propor reflexões que possam subsidiar políticas e ações para redução dos prejuízos gerados entre as os grupos mais impactados pela pandemia entre as Instituições de Ensino Superior públicas da região. O Oeste do estado da Bahia pertence a uma região conhecida como MATOPIBA, uma das principais fronteiras agrícolas do Norte e Nordeste do país, tendo o agronegócio como seu motor econômico. Historicamente isso representa inúmeros conflitos socioambientais e prejuízos na vida e no trabalho das populações locais, muitos oriundos de comunidades rurais diversas, entre elas, várias comunidades tradicionais. A chegada da Universidade pública nesse cenário, nos últimos anos, vem representar oportunidades de mobilidade social e de inserção no debate público para esses grupos locais que por muito tempo foram excluídos das oportunidades, sendo silenciados, explorados e oprimidos pelo agronegócio. No entanto, a pandemia de COVID-19, iniciada em 2020, provocou efeitos devastadores nesse ambiente em transformação, gerando retrocessos significativos em décadas de lutas, cujos danos não foram sanados com o fim da pandemia, em 2023. Nessa direção, torna-se fundamental refletir sobre os reais prejuízos gerados pela pandemia, entre as populações locais, bem como nos impactos que isso representa para a própria Universidade enquanto espaço democrático. O estudo tem natureza qualitativa e se desenvolve por meio de fontes bibliográficas e documentais, com análise e interpretação das dificuldades produzidas pelo cenário pandêmico nas vidas e nas rotinas dos grupos locais em interação com a Universidade e das intervenções institucionais e de políticas públicas para reduzir ou mitigar esses prejuízos sobre as populações e sobre a universidade. Observa-se que a pandemia impactou significativamente as populações mais vulneráveis, produzindo sofrimentos diversos e afetando suas condições de continuidade na Universidade, reproduzindo e alargando desigualdades estruturais preexistentes. Essa dimensão coloca em risco a sustentabilidade da Universidade, uma vez que reduz seu papel na região e restringe o debate e o diálogo plural no seu interior. Deste modo, ressalta-se a importância do levantamento de dados e reflexões sobre esses efeitos, a fim de subsidiar ações voltadas para a reparação dos sofrimentos e perdas causadas pela situação pandêmica e para a recomposição da Universidade e da sua diversidade no cenário pós-pandemia, para que novas pandemias não venham reproduzir os mesmos danos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ressignificando práticas e saberes na academia: Desenho como objeto e método na pesquisa decolonial

Luciana Barbosa de Sousa (PUC-RIO)

O objetivo do presente trabalho é refletir sobre o lugar de enfrentamento entre pessoas negras e a “academia eurocentrada”, acreditando que é na chave deste enfrentamento que emergem os sujeitos negros “do conhecimento”, capazes de produzir o resgatar a experiência do saber com e para o mundo contemporâneo. Observe-se, entretanto, que a natureza deste conhecimento é distinta daquele dito hegemônico (de base europeia), já que é fruto da resistência ao empreendimento colonial. Para construir meu argumento, vou partir da minha própria trajetória

como professora universitária e pesquisadora negra, projetando-a em conceitos elaborados por autoras e autores cujas produções dissertam sobre colonialidade, colonialidade de gênero, decolonialidade, feminismo decolonial, pensamento feminista negro e narrativas no campo das artes visuais. Trata-se, portanto, de um relato em primeira pessoa, absolutamente "manchado" por sensações e experimentado pelo meu corpo, cujo significado está em fletir a fala acadêmica até que esta receba os contornos da trajetória de uma mulher negra. Acredito que a visibilidade desta presença irá encorajar outras mulheres negras a rever suas trajetórias e constituir suas próprias narrativas de si, suas trajetórias acadêmicas e de suas pesquisas, para gerar entendimento sobre as potências deste espaço em construção. Concordo com e pesquisadore prete trans Abigail Campos Leal quando diz que algumas ações artísticas não geram necessariamente objetos, mas sim comunidades. A partir do relato da minha trajetória como pesquisadora negra, vou buscar pensar a experiência de chegada à academia de grupos de negros, marcados pelas violências da diáspora colonial e por assimilação forçada. Neste enquadramento, refletirei sobre a luta antirracista em face do campo do conhecimento, reconhecendo as agendas decoloniais, que buscam, a partir diversas práticas e vieses distintos, superar o discurso colonial. O foco principal deste trabalho é o diálogo crítico com modelos hegemônicos de percepção de mundo, no sentido apontar, a partir do enfrentamento com a recusa da diferença, novos métodos, linguagens e práticas para a produção de conhecimento científico e saberes locais ancestrais e contemporâneos. Vale evidenciar, neste processo, a importância do papel de uma antropologia crítica, que visa debater com campos emergentes de conhecimento, para retomar, de forma horizontal, diálogos entre alteridades no espaço da "academia". Finalmente, proponho o desenho como caminho para acessar categorias de conhecimento que ultrapassam a experiência escrita para performar relações sensoriais com o espaço, o tempo e conteúdos ancestrais, historicamente subalternizados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_555_48342901_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Indigenizando a universidade": ações afirmativas, lutas por reconhecimento e ativismos juvenis na Universidade Federal Fluminense

Mariana Paladino (UFF)

A presente proposta tem como objetivo documentar e discutir antropologicamente a experiência de construção de um grupo de trabalho na Universidade Federal Fluminense, que visa criar e implementar um vestibular específico para estudantes indígenas e quilombolas nessa universidade. A demanda, levantada inicialmente por um grupo de estudantes indígenas da referida instituição, possibilitou a criação de um espaço de visibilidade diante da escassa presença de corpos negros e indígenas na instituição, habilitando também questionamentos aos silêncios e às exclusões em termos curriculares e epistemológicos. A Universidade Federal Fluminense, que possui vários campus em diferentes municípios do Estado do Rio de Janeiro, conta atualmente com 72 mil estudantes, mas apenas 0,18 se autodeclararam indígenas, o que indica uma sub-representação se considerarmos que segundo o último censo (2022) a população indígena no país alcançou quase o 1%. Em 2022, foi formado um coletivo de estudantes indígenas que, junto com professores e outros estudantes não indígenas parceiros, vêm

discutindo propostas de acesso e permanência, como a criação de um vestibular específico, pois entendem que a política de cotas (Lei 12.711/2012 e Lei 14.723/2023) não dá conta de combater as desigualdades educacionais, nem de atender as especificidades culturais e escolares das populações indígenas e quilombolas. A apresentação abordará os debates e as práticas que o grupo vem desenvolvendo, que revelam posicionamentos e ativismos juvenis importantes de serem compreendidos em profundidade, bem como as alianças, tensões e conflitos estabelecidos com diversos agentes universitários.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do Porão ao Pedestal: Processos de Colonização Simbólica

Marina Fernandez da Cunha (UFBA)

Da falácia interpretativa proposta pelos evolucionistas culturais aos discursos pós-coloniais despolitizados, o processo de subalternização dos povos indígenas segue um tempo linear pautado na dominação, dentre tantas, simbólica. Assim, com as pautas governamentais centradas no desenvolvimentismo macro, a inclusão dos defensores da mata torna-se interessante como ornamento neutralizador aos olhos do Estado. Com isso, é possível analisar por meio deste artigo, a suposta mudança do pensamento ocidental sobre o lugar possível do outro e os impactos da moda do discurso decolonial e a importância de uma prática efetiva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_240_42975132_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrativas e Trajetórias dos Egressos do Sistema de Cotas da Universidade Estadual de Montes Claros(Unimontes): uma análise da naturalização do preconceito e da discriminação racial.

Mônica Nogueira Camargo (UNIMONTES), Maria Railma Alves (UNIMONTES)

Esta pesquisa investigou os impactos das políticas de reserva de vagas para afrodescendentes na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) sobre a titulação e inserção profissional dos egressos. A motivação para este estudo surge da necessidade de compreender os efeitos das políticas de ação afirmativa na redução da desigualdade racial no Brasil, com base na visão dos próprios egressos e apreender o significado das narrativas sobre as práticas discriminatórias e preconceito racial vivenciados/as por acadêmicos/as ao longo do processo de formação. Desde a virada do século, o Brasil testemunha uma mudança na postura em relação às questões raciais, com a adoção de medidas afirmativas, como cotas em universidades. Este estudo se concentra na experiência da Unimontes, examinando os perfis socioeconômicos e acadêmicos dos egressos. Empregamos uma abordagem qualitativa para compreender os fatores em questão, considerando suas interações e influências mútuas. Foi realizada uma revisão bibliográfica extensiva para embasar teoricamente o tema, abrangendo diversas fontes como livros, revistas e publicações eletrônicas. Além disso, a pesquisa documental foi utilizada para analisar documentos institucionais internos da Universidade Estadual de Montes Claros, fornecendo dados relevantes e permitindo contato com ex-alunos. Para garantir a precisão dos resultados, uma metodologia quantitativa foi adotada, empregando um questionário com 39

questões enviado a 58 ex-alunos, dos quais 45 participaram, estabelecendo contato por meio de ligações telefônicas e redes sociais para explicar os objetivos da pesquisa. Essa abordagem combinada proporcionou uma análise abrangente e precisa dos dados coletados. Por meio da análise de conteúdo, identificamos seis indicadores que abrangem diferentes aspectos da trajetória educacional e profissional dos egressos, incluindo aspectos econômicos, acadêmicos e de enfrentamento do preconceito racial. Os resultados revelam que a maioria dos egressos experimentou melhorias significativas em sua renda e inserção no mercado de trabalho após a graduação. No entanto, persistem desafios relacionados à discriminação racial, tanto dentro quanto fora do ambiente universitário. Apesar das limitações da pesquisa, os dados indicam a importância de aprofundar o estudo sobre as trajetórias individuais dos egressos, considerando suas experiências únicas e as nuances do processo de inclusão educacional e social. Palavras-chave: Egressos, Sistema de Cotas, Inserção Profissional, Desigualdade Racial, Políticas Afirmativas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_926_37158133_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ismália: Sobre as Experiências de Solidão e a Luta de Alunos Negros nas Universidades Cariocas

Rennan Pires da Silva Porto (UNIRIO)

O presente trabalho está vinculado à pesquisa Ação Afirmativa e Ensino Superior: os impactos dos processos de educação sobre perspectiva de Seleção, Acesso e Inclusão do Programa de Educação Tutorial (PET) Diagnóstico e Análise de Política de Ação Afirmativa, custeado pelo MEC e sediado na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e tem enquanto objetivo a analisar a solidão vivenciada por estudantes negros dentro das universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro e os movimentos organizados para resistir a austeridade do ambiente universitário. Sendo a Lei 12.711/12, hoje representada após atualização pela Lei 14.723/23, responsável por implementar as cotas nas instituições federais, afetando diretamente as universidades, houve então o crescimento do alunado negro no ambiente acadêmico. Entretanto, ao entrar são confrontados com uma realidade hostil a sua presença, na medida que rompem com o paradigma, formado por décadas de exclusão, em que a universidade é um espaço exclusivo para as elites, que historicamente são pessoas brancas e de classes sociais mais altas. Visto que estes alunos não estão representados dentro do corpo docente, que atualmente ainda é composto majoritariamente por pessoas brancas, mesmo com as ações afirmativas promovidas pela Lei 12.990/14 que prevê a reserva de vagas para pessoas negras em cargos públicos. Ou mesmo pelos autores presentes nas ementas de disciplinas, que sobretudo são brancos. Portanto, o ambiente acadêmico é formado por uma cultura institucional que colabora para a exclusão da população negra que tenta ingressar nestes espaços, criando uma realidade que rejeita a sua presença. Partindo destas premissões, este trabalho tem como objetivo analisar a construção de movimentos sociais e políticos encabeçados pelos grupos racializados dentro das universidades da cidade do Rio de Janeiro, a partir da criação de coletivos, grupos, ligas acadêmicas, projetos de pesquisa, entre outros. Realizações estas que tem em seu objetivo central resistir e modificar a realidade do ambiente universitário, lutando

para a maior presença da população negra dentro da universidade, estando também presente no corpo docente, nas ementas de disciplina e nos quadros administrativos mais altos como reitorias e pró-reitorias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazendo cruzos com Antropologias, Artes e Museologias: a linguagem expositiva amefricana enquanto ferramenta contracolonial

Thaina Castro Costa (UFSC)

O presente trabalho traz um panorama sobre as exposições realizadas no evento Fazendo Cruzos ao longo dos últimos anos. O evento em questão é um momento de extroversão do projeto de pesquisa e extensão Ebó Epistêmico, concebido a partir da parceria de professoras negras dos cursos de Antropologia e Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina. No escopo deste evento que celebra o encontro de diversos grupos sociais com a academia e tem como objetivo a proposição de um novo fazer acadêmico, são realizadas oficinas, rodas de conversa, performances e exposições. Neste trabalho especificamente discorreremos como a linguagem expositiva contracolonial se organiza como um espaço político e poético de debates práticos e encontros sociais potentes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

LETRAMENTO RACIAL: a relevância das narrativas judiciais de Dr. Luiz Gama para ressignificar corpos e mentes

Viviane Santos Miranda (UNIMONTES), Viviane Santos Miranda (UNIMONTES), Maria Railma Alves (UNIMONTES)

O presente artigo tem como propósito inicial evidenciar a importância de impulsionar o letramento racial no espaço acadêmico, por meio de estudos de autores e autoras decoloniais, cujas bagagens culturais auxiliarão a descortinar o mito da superioridade do conhecimento produzido pelo movimento eurocentrista, o qual edificou as bases epistemológicas no sistema educacional, inclusive das universidades públicas. E, para tanto, utilizar-se-á da metodologia qualitativa, focada na revisão bibliográfica, que consiste em uma investigação científica de obras as quais já foram publicadas, tendo como finalidade servir de suporte ao tema pesquisado, promovendo, assim, um conhecimento mais apurado e aprofundado. Diante disto, este trabalho objetiva apresentar a pesquisa sobre as narrativas processuais de Dr. Luiz Gama, um ex-escravo negro, que conseguiu alçar várias profissões, dentre elas a de rábula, no intuito de identificar alguma aproximação com a categoria da decolonialidade, alimentando a expectativa de se comprovar que, as mencionadas narrativas foram capazes de abrigar, em seu cerne, a desarticulação de um discurso colonial, servil, patrimonialista e escravocrata que imperava no Século XIX, por meio das reivindicações providas de mulheres e de homens negros, mantidos na condição ilegal da escravidão, articuladas perante os Tribunais da Província de São Paulo, no período de 1874 a 1880. Consoante tais ideias, a relevância do estudo sobre a escrita e atuação processual de Dr. Luiz Gama está orientada na tentativa de apreender uma mobilização sobre a possível construção de uma estratégia permeada por uma luta que foi além da abolição, já que, possivelmente, estava sendo engendrado um caminho para se formar e se consolidar um

projeto de resistência, em que foi agregado várias vozes que gritavam pelo direito à cidadania e à garantia do acesso aos direitos sociais. De posse destas preliminares, o letramento racial, a atuar como uma das estratégias a ser incursionada no sistema universitário, é essencial para se construir um processo de amadurecimento intelectual, que tenha como uma das metas descolonizar a educação eurocêntrica, pavimentando caminhos que promovam diálogos interculturais, através do reconhecimento da pluridiversidade de tantos outros saberes, inclusive daqueles gestados pelos grupos historicamente subjugados. Palavras-chave: decolonialidade; Dr. Luiz Gama; educação eurocêntrica; letramento racial; narrativas judiciais; universidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fissuras na “Alteridade” e nas “Relações Étnico-Raciais” no pensamento antropológico brasileiro promovidas pelas políticas de ações afirmativas

Zwanga Adjoa Nyack Mesquita Xavier (UFRJ)

Este artigo consiste num exercício de reflexão acerca das tentativas de reconstrução do termo "relações étnico-raciais" que realizei durante a minha pesquisa de mestrado, na qual busquei compreender a produção de conhecimento antropológico sobre esta temática em 05 Programas de Pós-Graduação em Antropologia (Social) durante o período de 1968-2000. Reencenado este balanço, e a partir das provocações e inquietações posteriores, tenho pensado no que me possibilitou (re)articular esta discussão e de como as políticas de ações afirmativas da qual sou oriunda, foram, de forma sistemática, responsáveis por diversas transformações causadas nos mais variados campos dos saberes, e em especial na antropologia. Tal fenômeno provoca fissuras/quebras no que até então era tido como “alteridade”, bem como possibilitou a emergência de novas epistemologias que não necessariamente se pautam por tal perspectiva. Por fim, este texto se apresenta como uma dessas produções, que adentram as quebras, e aponta para a necessidade de construção de rotas de fugas e do entendimento da fuga como lugar de produção de conhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_333_32910094_16.pdf

GT 004: Américas: retomadas na antropologia pelo pensamento indígena e da África-diaspórica por meio de experimentos de linguagens e escritas contra-coloniais

Convocamos a noção de Amefricanidade, elaborada pela antropóloga e ativista Lélia González, para pensar as dinâmicas histórico-culturais do Brasil, tensionando a ideia de que a formação cultural brasileira tem influência predominante europeia, e apontando para a relevância das dinâmicas resultantes dos encontros entre os povos indígenas e os povos afro diaspóricos que se estabeleceram e perpetuam no território brasileiro. Para dialogar com esse pensamento, convocaremos também reflexões acerca dos modos de fazer antropologia da intelectual negra estadunidense Zora Neale Hurston, que, apesar de sua invisibilização ao longo da história da disciplina, produziu experimentos etnográficos-literários e artísticos fecundos e, mais do que nunca, atuais. Por fim, queremos crer que há uma nova geração de pensadores e escritores

indígenas e quilombolas que nos convocam a realizar novas experimentações contra-coloniais no campo da etnografia, como David Kopenawa e Nego Bispo. Este Grupo de Trabalho estará aberto a trabalhos e experimentos etnográficos inovadores, inclusive indo além do texto escrito, elaborados por pensadores indígenas ou da afro-diaspórica, e, ainda, sobre o pensamento da América. Nas suas três sessões, propomos: Sessão 01: Confluências Afroindígenas: alianças, encontros e articulações ancestrais, Sessão 02: Afrodiáspora em movimento: saberes localizados e Sessão 03: Corporalidades e narrativas.d

Coordenação

Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB), Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Debatedor(a)

Rafaela Rodrigues de Paula (UFMG), Steffane Santos (UFMG), Nicole Faria Batista (IEPHA-MG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Representações da branquitude na imaginação negra dialogando entre Zora Hurston, bell hooks e Toni Morrison

Amanda do Carmo Ribeiro (UFMG)

O presente texto é inspirado pelas reflexões de bell hooks (2019) sobre as representações da branquitude na imaginação negra, onde a autora evidencia que a Ciência ocidental não reconhece a autonomia de pensamento das pessoas negras, tampouco muitos dos sujeitos brancos. Isso leva a uma crença de que as pessoas negras também veem a branquitude a partir das características que esta forja e imagina para si mesma, centradas na bondade e na neutralidade. Busco, portanto, nas autoras, Zora Hurston e Toni Morrison, evidências do que destaca bell hooks: pessoas negras pensam, e pensam criticamente inclusive sobre a branquitude. E que, além disso, as pessoas negras podem ter uma representação de pessoas brancas que difere das características relacionadas à bondade e à neutralidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_945_52787775_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Que memória queremos ter?": O percurso imersivo-formativo de um pesquisador diante o lugar da representação do negro em Redenção - CE

Antônio Wilame Ferreira da Silva Junior (UNILAB)

No começo de minha formação acadêmica, ouvi diversas vezes que é necessário manter uma distância entre o objeto e o pesquisador, pois assim, a pesquisa não seria influenciada pelo viés subjetivo do seu autor. Porém, como conseguiria me distanciar do meu objeto se eu o atravessava cotidianamente, a qualquer passo que dava na cidade aquela história se materializava em monumentos, e sua representação repetitiva e desatualizada sobre o negro me causava angústia e indignação. Desse modo, este trabalho busca apresentar em três atos como foi o percurso imersivo-formativo de um pesquisador diante do seu objeto de estudo, o lugar da representação do negro na cidade de Redenção, primeira no Brasil a abolir a escravatura, mas

que possui um verdadeiro memorial da dor negra espalhado por seu território. Os atos são propostos na seguinte disposição: I. Primeiro vieram as serras; II – Depois o susto; III – Surge na encruzilhada um pesquisador. Assim, o ato I busco narrar como foi o impacto visual que tive com os relevos característicos da região, o primeiro dado que pude contatar ao chegar em Redenção e que em uma dimensão afro-religiosa vai ser concebida como energias de orixás. Já no ato II, trago a experiência que tive ao voltar-se a zona urbana da cidade e encarar o memorial acervo da dor negra presente em seus espaços públicos, através de monumentos que materializam intenções narrativas da branquitude local de remorar a escravidão e abolição com paralelo status de glória. Por fim, no ato III trato da minha formação na UNILAB, universidade essa que considero uma encruzilhada cosmopolita, ao fazer com que diversos povos negros brasileiros e africanos estejam em confluência, na produção de conhecimentos interdisciplinares, como também na construção de uma outra imagem do lugar do negro na cidade de Redenção, ressaltando a importância que esse contato teve para uma melhor compreensão do meu objeto de estudo. Assim, este trabalho segue como parte da minha pesquisa junto ao Mestrado Interdisciplinar em Humanidades da UNILAB, tendo o aporte teórico-metodológico na antropologia, história e geografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_951_33391625_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Eu sou feliz na comunidade, na comunidade eu sou feliz”: forjando redes afetivas e políticas entre professoras indígenas, negras e quilombolas para o enfrentamento ao racismo ambiental

Áquila Bruno Miranda (UFMG)

O presente trabalho apresenta reflexões acerca da tese de doutorado, ainda em desenvolvimento, intitulada: O Cocar não anda sem o turbante e o turbante não anda sem o cocar”: (re)existências afro-pindorâmicas a partir do Tehêy de Pescaria do Conhecimento da professora Dona Liça Pataxoop. A pesquisa tem como objetivo identificar, a partir dos encontros entre as professoras Dona Liça Pataxoop e a quilombola Simone Maria de uma escola atingida pela barragem de Fundão em Mariana(MG), mediado pelo Tehêy de Pescaria do Conhecimento, possíveis saberes, práticas e memórias ancestrais de enfrentamento do racismo ambiental. Considerando o impacto do racismo ambiental e as marcas da colonialidade nos corpos-territórios de mulheres negras e indígenas, é importante interpelar o silenciamento acerca das vozes dessas mulheres, para tanto o Tehêy de Pescaria do Conhecimento da D. Liça Pataxoop coloca-se como uma metodologia para romper com o silêncio colonial. O Tehêy é um instrumento para a formação política das crianças e jovens, por meio dele, são ensinados a cultura, a história, a ciência e a tradição do povo Pataxoop. Nessa pesquisa a experiência de “Tehêyá” é um posição ético-política que se opõe a universalização e fragmentação do ser, do saber e do corpo-território imposto pelas teorias eurocêntricas. Por meio da pesquisa-ação participante, da autoetnografia e do Tehêy de Pescaria do Conhecimento, buscaremos conhecer as práticas, saberes e memórias ancestrais das professoras Dona Liça e Simone Maria para o enfrentamento do racismo ambiental. Neste trabalho o racismo ambiental é entendido como um dos recursos da colonialidade para a materialização do racismo estrutural. A categoria corpo-

território coloca-se como uma lente, que conduz os nossos olhares para as lutas sociais e políticas, no território de Abya Yala, considerando os corpos como territórios vivos e históricos, onde habitam nossas feridas, processos de cura, saberes e memórias ancestrais. Como resultados temos que, encontrar com os saberes e as narrativas produzidas por professoras indígena, negra e quilombola, em diálogo com o feminismo negro e decolonial e o Tehêy de Pescaria do Conhecimento, é um movimento de afirmação de uma postura ético-política-afetiva para pensar o enfrentamento ao racismo ambiental, a partir dos saberes de mulheres negras e indígenas. Concluimos que diante dos destrutivos instrumentos de silenciamento das sociedades ocidentais, torna-se urgente tecermos metodologias e encontros de resistências, caminhos que possam fraturar as narrativas únicas e distorcidas sobre as mulheres de Abya Yala e transformar o silêncio colonial em linguagem, em movimento, em redes afetivas e políticas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Título: quilombolas e indígenas; entre encontros, reencontros e confluências.

Beatriz Natiele Dos Reis Sabino (UFMG)

Através do pensamento de Antonio Bispo dos Santos, penso as relações afroindígenas por meio da caracterização das cosmologias indígenas e quilombolas como não sendo modos totalmente distintos, sobretudo na relação com a natureza. Assim, o presente trabalho reflete sobre as confluências e transfluências apresentadas pelo autor para pensar as relações entre indígenas e quilombolas na região do oeste do Pará, principalmente nos municípios de Oriximiná/PA, Óbidos/PA e em Macapá/AP. Primeiro, apelo para os documentos históricos narrar os encontros seculares entre esses dois grupos na Amazônia. Depois, valendo-me de materiais etnográficos contemporâneos, descrevo semelhanças nas relações que indígenas e quilombolas mantêm com as entidades descritas como mães-pais e donos de lugares. Manuseio também narrativas mitológicas, e trabalhos produzidos por antropólogos e arqueólogos que trabalham com os tais grupos nesta região. O objetivo é pensar essas relações sem necessariamente passar pelo contato que essas populações estabelecem com brancos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_631_94957974_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Plantas diaspóricas, mulheres griotas, e territórios de cuidado

Debora Fernandes Herszenhut (UNB)

São popularmente conhecidas como “farmácia viva” ou “farmácia verde”, o hábito mantido, principalmente, por mulheres, de cultivarem e manejarem uma diversidade de espécies de plantas medicinais e alimentícias. Estes espaços apresentam-se como paisagens destacadas nos quintais e nos territórios tradicionais tanto por sua rica biodiversidade, quanto pelos recursos ambientais gerenciados associados a estas, como o manejo das águas e do solo. As práticas de manejo da biodiversidade desempenhada por povos e comunidades tradicionais, ou seja: “As roças de quilombo, as roças de aldeia, as roças dos ribeirinhos, as roças das Quebradeiras de Côco” (Bispo, 2023) são consideradas hoje a principal responsável pela utilização sustentável



dos recursos naturais e pela manutenção das vegetações nativas. Na manutenção destas práticas são vivenciados valores referidos a uma organização coletiva, cosmovisão e tradições, nas quais o território e os recursos naturais são variáveis importantes. É diante deste contexto de valorização das práticas e saberes tradicionais para a manutenção e preservação da biodiversidade que Carneiro da Cunha coloca a seguinte questão: "Afim, quem ocupa as áreas de maior riqueza genética, não por acaso, mas porque são produtores de diversidade? E quem são os produtores do conhecimento associado? São precisamente populações tradicionais, e usarei por enquanto esta expressão em sua acepção mais vaga e abrangente." (Carneiro da Cunha, 1999:149) Neste artigo proponho, através de escritos feministas (em sua maioria do sul global), observar como as práticas de cuidado exercidas por mulheres, por meio de seus atos radicalmente rebeldes de promoção e proteção da vida, possibilita-se a criação de territórios de cuidados. Ou sejam terreiros de resistência, de matrizes culturais africanas, indígenas e europeias, onde salvaguardam-se sementes, histórias e cosmoassociabilidades e onde repousam as plantas diaspóricas. Através de algumas experiências de campo proponho neste trabalho, observar como as práticas de cuidados, exercidas prioritariamente por mulheres, transparece como uma das principais estratégias de manutenção da vida nos territórios tradicionais e conseqüentemente uma importante componente para a (re)produção e manutenção da vida (entendida aqui em amplo espectro). Ainda sobre estas experiências de campo, ao final deste trabalho, apresento uma série de fotografias e registros de campo, nas quais procuro ilustrar as reflexões aqui propostas, e as quais através do "compartilhamento do sentimento estético", orientam o ponto de vista pelo qual pretendo observar as discussões que suscitam me suscitam à elaboração de uma pesquisa de doutorado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_91_53813062_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Olha, mamãe, uma empregada bebê!”: memórias, reflexões e confluências a partir de imagens e representações da existência negra na contemporaneidade

Emerson Silva Caldas (UFPA)

Este trabalho tem suas tecituras fincadas nas reflexões e indagações surgidas em torno de imagens e representações da existência negra na contemporaneidade. Por isso, parte das epistemologias negras da diáspora africana em confluência com a narrativa autoetnográfica. Tal como, das construções artísticas do diário de campo "Kuumba", produzido com colagens analógicas e digitais, a partir do contato estabelecido com o coletivo de artistas negras/os da Amazônia paraense "Ilustra Pretice". Além disso, é levado em consideração as proposições do mestre quilombola Antônio Bispo dos Santos (2023), e as palavras germinantes; confluências, afro-confluências e compartilhamentos. Sendo assim, os compartilhamentos se estabelecem através de memórias negras da infância/adolescência, as colagens analógicas e digitais do diário de campo, e os saberes de intelectuais negras/os, como Stuart Hall (2016), e suas propostas de contra-estratégias de representação, Zélia Amador de Deus (2008), e as herdeiras/os de Ananse, bell hooks (2019), e o Olhar Opositor, W.E.B Du Bois (2021), e o Vêu Racial, Guerreiro Ramos (1995), e as questões que envolvem o Negro-Vida e o Negro-Tema, assim como as contribuições de Audre Lorde (2019), Zora Hurston (1950), James Baldwin (2020), dentre

outras. Deste modo, ressaltando a importância de reflexões sobre as questões que envolvem as imagens e as representações negras no mundo contemporâneo em diferentes territórios, contextos políticos, culturais e sociais. Assim como, os impactos diretos que as imagens e representações possuem nas relações cotidianas, na psique e na existência de pessoas negras. Sendo assim, ao trazer esses debates e reflexões, é possível compreender de forma mais ampla estes fenômenos, e a partir disso, criar estratégias e possibilidades para manutenção das vidas negras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_772_53270625_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Para Além da Estética: uma análise da simbologia do cabelo na construção da identidade negra nas redes sociais da internet

Gilmara Gabrielle Gomes Santos (UEMA)

A presente pesquisa tem como objetivo analisar de que forma a estética capilar afrorreferenciada se torna um símbolo da identidade negra a partir dos movimentos sociais que discutem sobre a negritude a exemplo movimento Black Power nos EUA, movimento Black Rio no Rio de Janeiro e Centro de Cultura Negra no Maranhão que proporcionaram debates importantes sobre o negro e a sua estética, permitindo assim a construção de uma beleza negra. Além disso, analisa-se como essas discussões em torno do cabelo ocupam espaços nas redes sociais da internet como facebook, instagram, youtube e blog proporcionando uma representatividade nunca vista antes nas mídias convencionais. Isso se deu como contraposição ao padrão eurocentrado que era fortemente representado nos veículos de imagens, como cartazes, novelas e mídias convencionais e era imposto ao negro, o que fez esses movimentos de estetização questionarem e refletirem sobre esses padrões

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_973_37097689_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Escrivência etnográfica e fílmica na ENCANTARIA QUILOMBOLA com os amefricanos de Santa Rosa dos Pretos

Juliana Loureiro Silva (PPGSA/UFRJ)

Encantaria é uma dimensão invisível que tangencia o mundo material, no fundo dos mares e rios, em dunas e pedras, em matas e manguezais. É a morada dos encantados - seres espirituais, os quais, muitos deles, viveram, mas não tiveram a experiência da morte, se encantaram. A Encantaria Quilombola é uma ontologia relacional que a engendra como espaço-tempo ontológico amefricano. A Encantaria Quilombola é aquela vivida e significada pelos quilombolas. Em minha tese de doutorado, recentemente defendida, me dedico a compreensão do universo ontológico da Encantaria Quilombola vivenciado em Santa Rosa dos Pretos, comunidade rural negra maranhense com mais de 200 anos de história. Apesar de no exercício narrativo se promover afirmativas, nossa proposta não é convencionar o que ela é, uma vez que se potencializa na multiplicidade de vivências e interações exercidas em muitas das quase seis mil comunidades negras quilombolas em todo Brasil, e nem, tampouco, pretendemos

estabelecer uma demarcação de fronteiras étnico-religiosas. Mais do que definir, o propósito é a escrevivência na Encantaria Quilombola, possibilitada pelo encontro e convivência com encantados e quilombolas e potencializada pelo registro fílmico e fotográfico de suas “atuações”, incorporações e performances, no espaço-tempo ontológico dos rituais. Desde a primeira entrevista com Mãe Severina e a filmagem da festa do Caboclo Cearenso, em agosto de 2004, ela e seus encantados tornaram-se protagonistas da etnografia fílmica. São eles, seus familiares e os encantados “atuados”, que dançam na Tenda Nossa Senhora dos Navegantes e em outros salões de tambor de mina, que performam o misterioso e vivencial universo da Encantaria Quilombola e contam suas histórias. Aprendemos com eles e as Caixeiras do Divino, com suas liturgias e encantorias, corporeidades e oralituras, em seus próprios termos e agências, as performances indiciáticas, as conceitualizações e exegeses, a gramática da relação, a cosmopolítica, a dramática ontológica vivenciada neste múltiplo, complexo e surpreendente universo cosmo-ontológico amefricano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Espaço da barbearia na construção da autoestima e subjetividade de jovens negros e periféricos

Laísa Fernanda Alves da Silva (UNB)

É em uma das salas do primeiro andar do prédio de uma escola pública da periferia do Distrito Federal, que Davi, 17 anos, estudante do primeiro ano do ensino médio, me perguntou: "qual creme você usa para finalizar o cabelo?". Sua curiosidade despertou em mim uma série de sentimentos conflitantes em relação ao meu retorno a essa escola, dado minhas vivências atravessadas pelo racismo enquanto aluna da mesma instituição de ensino entre 2010 e 2015, como estagiária de uma disciplina de prática docente. Em contraste com o cabelo alisado ou o coque preso no topo da cabeça de quase todas as meninas negras e o cabelo raspado da maioria dos meninos negros de minha época, observo como parte significativa dos/das estudantes negros/negras presentes na sala usam seus cabelos: dedolis, corte americano, waves, box braid e black power. Nilma Lino Gomes (2003) afirma que as mudanças da percepção sobre o negro no espaço escolar não é mérito da escola em si exclusivamente, ao ressaltar o papel dos movimentos negros unificados para inserção positiva do corpo negro nos espaços e especialmente na mídia. A autora coloca também que a mudança é lenta e tensa, diante da permanência do racismo e da discriminação racial (GONZALEZ, 2020). Por isso, me proponho a refletir sobre alguns aspectos que tocam na desconstrução de estereótipos raciais e construção da autoestima de jovens negros a partir de espaços de barbearias localizadas nas periféricas do Distrito Federal.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_309_23471794_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encruzilhadas poéticas: a escrita contra-colonial autobiográfica de mulheres negras das Amazônias.

Laura Loisy Brito Fernandes (UEPA)

O trabalho busca analisar criticamente a escrita de poemas e textos autobiográficos de mulheres negras que vivem em diferentes territórios da Amazônia. Esse estudo será feito através do encontro de trabalhos de escrita, sendo a maioria publicados de forma independente e não reconhecido pelas instituições artísticas das cidades onde as autoras vivem. Desse modo, foi percebido as potencialidades ancestrais presentes em suas poéticas, sendo essas escritas contra-coloniais que rompem com os lugares pré-determinados a mulheres negras (Evaristo, 2016). Assim foi percebido que essa escrita possui um significado coletivo, tendo em vista que a história que se conta descreve muitas outras mulheres que vivem nesses territórios, tecendo histórias-teias (Amador de Deus, 2019) que tecem linhas da Amazônia até o continente Africano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_967_39095971_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**“ENTÃO EU SOU UMA MULHER NEGRA MARAJOARA AMAZÔNIDA [...]”:
debates sobre as categorias preta e parda entre mulheres da Amazônia Marajoara.**

Leticia Cardoso Gonçalves (UFPA)

O presente estudo tem por objetivo investigar e analisar os modos como três mulheres marajoaras, de diferentes contextos do arquipélago do Marajó (PA), produzem entendimentos sobre suas identificações raciais e de gênero enquanto mulheres pardas. Partindo do pressuposto de que a Amazônia Negra, em especial a Amazônia do Arquipélago do Marajó, é marcada por trajetórias diversas de negritude, trajetórias essas fortemente atravessadas pelas ideias de “pardo” (DAFLON, 2014), essa pesquisa propõe identificar e analisar o lugar ocupado por mulheres pardas nas relações de hierarquia raciais no contexto do Arquipélago do Marajó. As três protagonistas participam ou já participaram de projetos desenvolvidos pelo Observatório do Marajó que visavam potencializar políticas públicas para outras mulheres marajoaras. A partir do uso da experiência etnográfica, especificamente da etnografia virtual por meio da plataforma WhatsApp (MILLER, 2020) e da pesquisa de campo, desenvolvo os questionamentos a partir de conversas guiadas por perguntas que envolvam experiências de racismo e negritude. A ideia desta pesquisa é investigar como elas constroem entendimentos sobre ser negra com base em suas experiências, e como tais experiências possibilitam desenvolver a reflexão sobre a construção da negritude em contexto marajoara. As perguntas que direcionam a pesquisa foram formuladas a partir das problemáticas sobre raça e Identidade Social no Brasil; o papel das Ciências Sociais na construção e reformulação de discursos sobre mestiçagem; as direções escolhidas pelo IBGE para formular os censos demográficos, e as intersecções existentes entre identidade racial e território, sendo esta última a compreensão que elas mesmas têm de si a partir de vivências em suas comunidades com familiares, amigos, vizinhos entre outros agentes. Pude perceber o silenciamento de experiências é algo presente para elas, mas que ainda assim a partir daquilo que elas viveram, se afirmam enquanto negras a partir das noções de “coletividade” e “comunidade” ao se referenciar às memórias de seus territórios.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um “problema de prática”: a experiência sensível como produtora de saber nas ações das agentes comunitárias e indígenas de saúde.

Maria Christina Almeida Barra (UFMG), Maria de Fátima Evangelista Gavião (Secretaria Municipal de Saúde Salvador), Edilasomara Sampaio (Distrito Sanitário Especial Indígena do Leste de Roraima - SESAI)

Tomando por base a crítica ao poder que se delega à racionalidade do pensamento científico e sua tendência em desqualificar outras práticas produtoras de saber propomos pensar a desqualificação das experiências sensíveis e vividas como um “problema de prática” (Stengers, 2018) nas ações cotidianas da atenção à saúde da população indígena e da população negra. Para pensar esse “problema de prática”, trazemos o cotidiano experiencial das profissionais de saúde: Edilasomara Sampaio, mulher indígena pertencente à etnia Taurepang, que após anos trabalhando como agente indígena de saúde (AIS) e conselheira de saúde do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Leste de Roraima fez a formação de técnica de enfermagem e trabalha, hoje, como técnica de enfermagem nesta mesma instituição e Fátima Gavião, mulher negra, periférica e mobilizadora social pertencente à favela do Calabar em Salvador, que trabalha como agente comunitária de saúde (ACS) na Unidade de Saúde da Família Ivone Silveira. O que se observa nas ações dessas mulheres como agentes de saúde é a condição da experiência sensível e vivida como o meio das práticas que as animam, o meio das fronteiras de seus pertencimentos e de suas capacidades de pensar, sentir e fazer. Para Edilasomara Sampaio, trabalhar como AIS e como conselheira de saúde a ensinou a defender os direitos indígenas e a buscar melhores condições de vida para sua comunidade. Segundo ela, o trabalho do AIS é muito importante na equipe multidisciplinar de saúde indígena (EMSI), pois ele é o olhar, o cuidado. “O AIS vê as pessoas, visita as casas, conhece a comunidade. Sabe da vida de cada lugar, sabe quem está doente, sabe quem é a parteira, o rezador e o pajé. Sabe do conhecimento de seus antepassados”. Para Fátima Gavião, ser agente comunitária de saúde é pertencer a um lugar, a uma comunidade, é estar com as pessoas do cotidiano, “que são dos nossos, da nossa vivência, da identidade do local que nasci, que minha mãe nasceu, que minhas filhas nasceram também”. Segundo ela, se tornou mobilizadora social a partir de seu trabalho como ACS ao levar “as vozes que me falam e que me fazem também por serem o que eu penso, o que eu sinto, o que minhas filhas e meus netos sentem também ao pertencer a uma comunidade empobrecida por um racismo estrutural, no qual a maioria das pessoas pretas são colocadas em condições de menor importância”. Destacar esse “problema de prática” é iluminar o modo como essas mulheres, ao moverem-se entre práticas e saberes, criam movimentos que acolhem suas próprias forças e produzem condições regeneradoras das comunidades, instituindo novas premissas para a construção das políticas públicas em saúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_959_66117796_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que mostram as fotografias do Nego Fugido de Acupe/BA?

Maria José Villares Barral Villas Boas (UFRJ)

O trabalho utiliza a pergunta título como dispositivo metodológico para direcionar o escrito sobre a pesquisa documental de imagens digitais expostas em rede social, realizadas sobre e como o Nego Fugido, da comunidade remanescente de quilombo de Acupe/Bahia. O Nego Fugido pode ser compreendido como uma manifestação da cultura amefricana diaspórica que conta a história da liberdade conquistada por negros escravizados fugidos em disputa com caçadores, capitão do mato, guardas militares e madrinha. Os sujeitos presentificam na cena, há mais de um século, o protagonismo das pessoas escravizadas na libertação a partir da insurgência, da compra da carta de alforria, ajuda da ancestralidade e da madrinha, e do sequestro do rei. Muitas e outras cenas realizam o acontecimento, que se dá todos os domingos de julho pelas ruas da comunidade. O artigo busca refletir sobre o imaginário e as significações atribuídas ao Nego Fugido a partir dessas imagens produzidas e veiculadas digitalmente. A estratégia de análise antropológica parte do cruzamento entre uma etnografia realizada ao longo de 9 anos, no âmbito da formação em antropologia da graduação ao doutorado; e o levantamento documental de séries de 10 fotografias de 13 fotógrafos/as, durante julho e dezembro de 2021, em rede social digital, sobre e com a manifestação amefricana Nego Fugido. Foi elaborado um formulário digital como estratégia de construção de dados sobre o processo de feitura dessas imagens, além de análise etnográfica das fotografias. A análise das imagens foram feitas a partir da noção de regime de existência, de Marco Antônio Gonçalves, e apontam para reflexões sobre o conceito de dor, de fuga, de espetacularização do sofrimento. Ao mesmo tempo, estereótipos raciais e rompimento das imagens de controle, a partir do conceito de Patrícia Hill Collins, são acionados pelas imagens.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnicidade e Deficiência no Corpo Racializado: disrupções inevitáveis e despreensão nas políticas de habitar a terra

Natália Maria Alves Machado (UNB), Bruno Araújo Lopes (independente)

Na intenção de “novas experimentações contra-coloniais no campo da etnografia”, nos colocamos: a primeira autora enquanto Antropóloga ComDeficiência e também sob outros marcadores sociais da diferença e desigualdade (por raça, classe, etnicidade, sexo/gênero) e o segundo autor Antropólogo homem negro enicamente relacionado e em refazeduras corpo-pessoa, com intenção de dialogar desde nossa bagagem de observações etnográficas marcadas por percalços, ausências e não-acessos que cercam de limites e impossibilidades o concurso acadêmico e o existir. Intentamos algo de experimentação dialógica e algo de um horizonte tecnológico que quiçá transborde contribuindo com as demandas dos temas aqui relacionados, e apostando no ato cosmopolítico de que delinear os entraves revela as normatizações e clivagens que privilegiam determinados corpos, trajetórias e modos perceptivos em que ficam pronunciadas também dinâmicas específicas, de inteligibilidades e governanças próprias, que barram modos singulares de reflexão, cosmopercepção e ritmo, criando barreiras a “epistemologias singulares” que emergiriam caso houvesse consolidação de amplas garantias em acessibilidade acadêmica e outras. “Deficiência” desde o Modelo Social, logo, não estando esta nos corpos, antes, nas barreiras socioculturais. Na impossibilidade de não sermos movidos pelo lugar de pessoas pretas de ascendência afrodiaspórica e indígena Nordeste brasileiro, do

sertão do Ceará, retomadas e descendentes migrantes, e a vida em interlocução com a comunidade dos espíritos [nos termos do Davi Kopenawa, numa mediação entre o mundo ordinário e a “comunidade dos espíritos” que nos são constituintes, confrontando o ‘corpo estranho’ sendo significado com habilidades “xamânicas”, mediúnicas, místicas, e a dupla entrada: a do anormal, aleijado, do abjeto na experiência social e outra, quase um cargo de prestígio na experiência étnica (e um lugar de desespero na experiência racial). Então, com todas as precariedades dessas categorias e as contestações que elas já recebem há um bom tempo nas Ciências Sociais, étnico e racial é uma distinção que aqui teria força pedagógica, pois entendemos que pensar o étnico para elaborar a experiência na deficiência é fundamental. Uma necessidade contemporânea da reflexão sobre deficiência no Brasil, entre inúmeras, é seguir mostrando a polifonia que não é contemplada. A maior parte das pessoas com deficiência no Brasil, segundo informações demográficas recentes, são mulheres negras, todavia, que mulheres negras são essas? Perguntamos nos termos do ‘direito à complexidade’, que é bastante negado pela ausência de outros direitos e entradas de significação da vidas plurais e corpos literais polissêmicos, um toró.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

MODA & IMIGRAÇÃO AFRICANA NO BRASIL Estética E Visualidades Para Discutir Conexões Entre África E Suas Diásporas- Cabo-Verde & Brasil: Coleções Da Estilista Angela Brito

Nianga Nicolina Lucau Ferraz (UFF)

O presente trabalho de campo surge da interseção de diversas experiências em minha vida. Pessoalmente, como um corpo africano na diáspora e profissionalmente, através de minha experiência na indústria da moda. Sinto um desconforto com o apagamento da história da África no ensino educacional, na moda e sociedade brasileira como um todo. Como filha de comerciantes de vestuário/calçados (comércio Brasil-Angola) e neta de um alfaiate. Minha pergunta de pesquisa se concentra no impacto dos imigrantes africanos no contexto da moda. Observo o enriquecimento econômico, cultural, histórico e estético. Assim como as importantes contribuições que essas pátrias africanas trazem para o Brasil. Especialmente em termos de estética visual, muitas vezes pouco discutida e valorizada em sua forma original. Meu trabalho de campo e minha trajetória têm como objetivo descrever o papel dos corpos africanos no âmbito da moda. O ato de vestir vai além de apenas cobrir e proteger o corpo; é uma expressão da identidade do indivíduo. Minha principal interlocutora, Angela Brito, estilista cabo-verdiana radicada no Rio de Janeiro há 29 anos. Evidencia em suas coleções sua herança ancestral através do "panu di tera", um têxtil 100% artesanal feito em teares por artesãos locais em Cabo-Verde. Pretendo analisar o resgate e a preservação da identidade do "panu di tera", que carrega história, significados e símbolos de resistência entre as gerações cabo-verdianas. O uso da técnica tradicional no trabalho da estilista Angela Brito. Onde proporciona uma experiência atemporal diaspórica partindo do deslocamento atlântico. Baseando-me na produção decolonial e nas interseções de gênero, classe e raça, pretendo debater as relações da África e a diáspora Brasileira. O têxtil panu di tera na expressão da identidade cabo-verdiana. Com abordagem

contemporâneo no Brasil através das coleções da estilista Angela Brito em seus desfiles no São Paulo Fashion Week.

Palavras chave: Moda, Imigração, Africanos, Angela Brito, Panu di tera, Ancestralidade, Identidade, Diáspora

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_866_98362608_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O avesso da cerâmica: A categoria da amefricaneidade enquanto tessitura analítica das cerâmicas brasileiras

Pedro Augusto Soares de Menezes (UFMG), Luana Rodrigues Nascimento (UFMG), Beatriz Natiele Dos Reis Sabino (UFMG)

As marcas constituidoras das cerâmicas entendidas como “Neo-brasileiras”, cabiam na esteira da interpretação do unir quase que perfeito dos três elementos tidos como formadores da sociedade brasileira: o europeu, o indígena e o negro. A democracia racial foi replicada para pensar os tons das cerâmicas. Isso pode ser visto tanto na toada de pesquisas do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas) a partir de meados dos anos 1960, como também no legado do programa em se pensar a categorização da cultura material no contexto de contato. A mestiçagem enquanto um processo de formação dessa suposta identidade materializada tem encontrado aporte em trabalhos que buscam nessa categoria um caminho que identifica essas marcas indicativas de cada “elemento”, de forma que essa cerâmica aparente ser uma trama desses “pedaços de identidade”. Este trabalho busca, então, pensar numa tessitura distinta, tanto em relação ao fazer do barro quanto ao que se refere às narrativas que se propõe a contar este tramar. Desta forma, acionamos a categoria de amefricanidade elaborada por Lélia Gonzalez enquanto um caminho analítico reflexivo distinto da narrativa hegemônica que ao categorizar as cerâmicas de contato endossaram a noção de uma formação social do país a partir de um processo de mestiçagem acrítico. Uma vez que a antropóloga trilha uma compreensão tanto através da partilha do ser quanto no experienciar entre as pessoas negras e indígenas diante da colonialidade, elaboramos questões para se repensar metodologicamente futuros objetos a serem analisados. Tal exercício demanda que entendamos a crucialidade de localizarmos as epistemes que guiarão nossa metodologia. Trabalhos anteriormente mencionados se empenharam em elaborar uma categoria a partir da observação da peças cerâmicas em seu estágio já finalizado, atentando para os aspectos como marcos físicos da cerâmica que indicassem as influências culturais que sustentassem a visão tida sobre a dinâmica social que a resultou. A trajetória que desejamos fazer aqui encaminha-se em outra direção, já que partimos do desejo de refletir sobre as relações e o que delas se materializa, retornaremos para o processo, como estes encontros transformam o aprender como a feitura desses materiais. Assim, acionaremos a experimentação do fazer cerâmico, enquanto um espaço de implicar o corpo que produz na pesquisa, dialogando para tanto com as etnografias que se dedicam a refletir sobre confluências quilombolas e indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Travessias Transatlânticas: Nos Passos Dos Afoxés

Renata do Amaral Mesquita (UFPE)

A pesquisa se entrelaça com as confluências existentes entre Brasil e o continente africano, mais especificamente com a Nigéria, a partir da relação com o Atlântico e a diáspora africana no Brasil. A investigação está conectada com uma perspectiva não-linear, onde no presente podemos confluir com o passado e com o futuro. O afoxé, manifestação que pretende-se investigar, possui essa relação de conexão com o tempo passado, presente e, por estar sempre em movimento, contribui com a continuidade da cultura negra no Brasil. Podemos destacar a religiosidade e as representações dos Orixás no afoxé como elementos culturais que nos dão indícios dessa relação ancestral. Em Pernambuco, território onde foi iniciada a pesquisa durante o mestrado, essa manifestação tem grande representatividade no contexto social, cultural, político e religioso da população negra. Costuma-se dizer que o afoxé é o candomblé na rua, pois sua criação deve estar ligada diretamente à tradição religiosa dos terreiros de candomblés. Os afoxés desfilam em grupos com instrumentos, canto, dança, indumentárias, estandartes e símbolos que retratam as lutas e resistências do povo negro. Dentre as evidências sobre o surgimento dos afoxés no Brasil, uma delas remete aos festejos realizados por Oxum na região de Ijexá, na Nigéria. Contudo, diante dos poucos estudos tidos no campo científico sobre os afoxés e também entre Brasil-Nigéria, essa pesquisa etnográfica pretende aprofundar os estudos teóricos sobre as confluências existentes entre os Afoxés, em especial, os afoxés Pernambucanos, tendo como referência as cidades de Recife e Salvador, no Brasil, e a Festa da Oxum que acontece na cidade de Osogbo, na Nigéria. Esta pesquisa utiliza registros audiovisuais, como uma maneira de captar os aspectos subjetivos para além das descrições e entrevistas escritas, trazendo os recursos imagéticos como um estímulo à memória, seja no reviver experiências, no vivenciar e na partilha/ trocas. Tal investigação conta com um acervo de fotos e vídeos dos afoxés em Pernambuco, utilizando as imagens como ponto de partida para o acesso à memória entre a África-Brasil. Tal pesquisa traz uma abordagem que abarca a discussão a partir de perspectivas teóricas afrodiáspóricas, pluriversas e contracoloniais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_848_66183793_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As Dinâmicas dos Saci-Pererê A Partir dos Guarani, Outros Povos Ameríndios e Afro-Americanos: Narrativas de origem, constelações, poder, confluências ancestrais e afroindígenas

Rogério Reus Gonçalves da Rosa (UFPEL)

O Saci-Pererê é precioso. Ele é um personagem profundamente admirado pelas pessoas na América Latina e outras partes do mundo. Tratando-se do folclore brasileiro, é o ser mais buscado no Google Trends. A contribuição ameríndia e afro-americana à vida desse ser – nomeado também de Jaxy Jaterê, Mati-taperê, Xaxim-Tarerê, Yasy-yateré, Kambá'í, Saci-ave, Matinta-Perera, etc. – é instigante e paradigmática. O presente trabalho realizará um estudo a partir de um conjunto de narrativas e etnografias produzidas sobre o Saci, especialmente aquelas publicadas nas áreas de etnologia ameríndia, mitologia, astronomia cultural, literatura indígena e folclore, as mesmas escritas a partir de intensos diálogos com interlocutores/as afro-

americanos e, em especial, indígenas (Tupiniquim, Tupinambá, Kayowa, Taurepang, Mbyá e Chiripa) no decorrer dos séculos XX e XXI. O texto terá como objetivos, de início, a apresentação de Saci ligados a diversas formações culturais na América do Sul. O passo seguinte será, a partir do “Saci negrinho” e do “Saci índio”, investigar as relações desse ser com a lua e as constelações tupi-guarani (em especial, a Tudja’i, traduzida como Homem Velho e Ancião), sendo que a partir disso revelar-se-ão as dobradiças presentes nos saberes da mitologia, da etnologia indígena e da astronomia cultural. A seguir, destacar a relevância de outros personagens pernetas ligados a inúmeros povos originários, além de apresentar um dos motivos que levam esses personagens a terem a sua perna decepada. Por sua vez, considerando os modos de pensamento dos Mbyá e dos Chiripa, demonstrar a ligação das divindades Ñanderú, Tupã kuéry, Karaí, Kuaray e Jaxy, que habitam no céu guarani, com as plantas, os animais, o Curupira e o Saci-Pererê, resultando na ideia de respeito e proteção às florestas ou à natureza (a partir da categoria já, traduzida na etnologia indígena como “dono” ou mestre) e/ou “eto-ecológica”, onde a pessoa guarani e/ou afro-americana se constitui em continuidade ao ambiente e outros seres que o povoam. Finalmente, apresentar as articulações ancestrais e as confluências afroindígenas e de amefricanidade protagonizadas por Saci, Ossain e Exu, entre outras divindades e orixás, tornando evidente as experiências contra-coloniais de ameríndios e afroamericanos entre a terra e o céu, a América Latina e a África.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_957_52081544_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Confluência de saberes negro-indígena na Amazônia: Pajelança e política na região gurupiense

Vanderlúcia da Silva Ponte (UFPA)

A confluência de saberes indígenas e quilombolas na Amazônia ainda tem sido pouco explorada pela antropologia brasileira, principalmente quando as mulheres estão no centro do debate político. Para entender as particularidades da política negro-indígena e sua dinâmica cultural na região do Gurupi (rio que separa os estados do Maranhão e Pará), demonstro como Verônica Tembé e Maria Petronília (Pituca) ajudaram a fundar e defender a Terra indígena do Alto Rio Guamá e o quilombo de Itamoari. Por meio da etnografia e etnobiografia dessas mulheres, analiso a confluência entre xamanismo, política, territórios e territorialidades na região gurupiense e busco demonstrar como as alianças em festas e rituais garantiram a permanência do quilombo e das aldeias na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_92_79728421_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As narrativas eos sonhos das masculinidades negras no Tororó: Bairro mais recuado de Cachoeira (BA)

Vinicius Pereira Lopes (UFRB), Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Esta comunicação aborda um campo de memórias afetivas e socioculturais da identidade territorial do bairro investigado, o Tororó, que fica recuado do centro da cidade de Cachoeira,



no Recôncavo da Bahia. Território originário ameríndio, também morada da população preta que desembarcava nos portos do Paraguaçu na condição de escravizada, em um passado histórico doloroso e traumático, no tempo da escravidão, que se reflete até os dias de hoje. Mas não é só isto que resume a nossa história. Bem como Beatriz Nascimento nos alerta, esta é uma terra que não mais representaria o sentimento de pertença, na verdade o corpo negro é o próprio território de pertença. Pensando em diálogos contemporâneos com a ancestralidade e a ruptura do que é tido como ideal intelectual do Ocidente, busco trazer nessas memórias mais dolorosas, atingidas pelas lembranças do tempo passado, as narrativas ancestrais que são a possibilidade de conexão com nossa identidade fugitiva, a partir desse corpo negro que antes de tudo é como uma máquina do tempo transatlântico, compreendendo o pensamento elaborado pela Lélia González de Amefricanidade para “castelar” as dinâmicas histórico-cultural na favela, a partir de onde reexistimos em espaço-tempo físico e espiritual distinto. Nesse sentido, apresentamos narrativas autobiográficas e memórias de homens negros, jovens e mais velhos, alguns centenários, que habitam o território do Tororó. A pesquisa está sendo desenvolvida como um Trabalho de conclusão de curso e visa exatamente ressaltar como as memórias masculinas, ancoradas no território se alimentam de sonhos que atravessam gerações de homens negros, entre a memória pessoal e a coletiva. Investigamos assim as memórias dos mais velhos e jovens para “castelar” e cartografar narrativas que constroem a identidade do bairro investigado e como esses sonhos mantiveram-se vivos em espaço-tempo distintos, passado, presente e futuro, na ancestralidade e em suas subjetividades

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_269_61355449_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Questões identitárias e estéticas a partir do uso dos turbantes por mulheres negras ativistas em Fortaleza

Yasmin dos Santos Djalo (UNILAB)

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise do turbante a partir do olhar de mulheres negras ativistas em Fortaleza, Ceará, mostrando qual relação essa peça do vestuário tem com a experiência da negritude no contexto brasileiro. Os objetivos específicos são: a) explorar quais as consequências do colonialismo e racismo para a formação identitária dessas mulheres; b) traçar as relações entre: poder, identidade e estética na ótica do feminismo negro; e c) investigar a trajetória de elementos identitários de origem africana presentes nas vestimentas, em especial o turbante. Para entender a hierarquia racial brasileira é necessário, primeiro, analisar como aconteceu a interação histórica entre os habitantes do Brasil, do ponto de vista cultural, social e econômico, desde o período colonial até então e, principalmente, suas consequências. O primeiro método de pesquisa necessário para cumprir os objetivos propostos é a pesquisa bibliográfica. Nesses materiais, será analisado o contexto social e histórico da negritude no Brasil com enfoque no gênero feminino e no estado do Ceará, fazendo uma pesquisa interdisciplinar utilizando autores como Abdias do Nascimento, Kabengele Munanga, Joice Berth, Rodney William, Alex Ratts, Iray Carone, Grada Kilomba, entre outros. Para, a partir dessas informações, investigar o universo delimitado para o trabalho, no caso, o movimento feminista negro na cidade de Fortaleza. Após esse levantamento de informações,

seguiremos para uma pesquisa mista, ou seja, quantitativa e qualitativa, em que uma funciona de forma complementar a outra, pois faz-se necessário tanto dados numéricos e estatísticos acerca da população negra do gênero feminino, quanto informações subjetivas dessas mulheres, englobando suas sensações, opiniões, percepções e pensamentos. Assim, tendo como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), iremos, por meio de formulários divulgados on-line, captar informações sobre determinada parcela de mulheres negras na cidade de Fortaleza, visando descobrir, principalmente, se possuem relação com o movimento negro, se consideram-se ativistas, como empregam esse ativismo e se usam turbante no dia a dia. A partir desses dados, partirei para uma pesquisa de campo, na qual atuarei como observadora participante, em locais que estejam relacionados ao ativismo feminino e negro, e selecionarei uma amostra não-probabilística de mulheres ativistas negras fortalezenses que usam turbante, para realizar uma entrevista presencial de método qualitativo que será gravada em voz, seguindo um roteiro, visando entender de forma profunda as experiências e vivências dessas mulheres, além de qual ou quais significados o turbante possui para elas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_662_08797450_16.pdf

GT 005: Antropoceno, Colonialismo e Agriculturas: resistências indígenas, quilombolas e camponesas diante das mutações climáticas

As mutações climáticas, provocadas por ações antrópicas, decorrentes do extrativismo de florestas, mineração e avanço das monoculturas, são nomeadas como Antropoceno/Plantationoceno e outras designações. Para a compreensão dessas questões, é imprescindível considerar as consequências do colonialismo, que expropriou territórios e tornou a terra mercadoria, provocando genocídio, escravização e eliminação de práticas e conhecimentos de diversos povos. A plantation, base desse padrão de poder, não se limita a agricultura, mas remete a uma forma de habitar colonial que provoca a destruição da sociobiodiversidade; acarreta desigualdades raciais, de gênero, sociais e outras; e esgota as condições de vida no planeta. Em contraposição, ocorrem resistências indígenas, quilombolas e camponesas, por meio de composições cosmopolíticas que criam outros modos de fazer agriculturas e de se relacionar com a terra, envolvendo diferentes seres que nela coabitam, constituindo relações multiespécies. Assim, este grupo de trabalho se propõe a acolher pesquisas que abordam conhecimentos, práticas, memórias e modos de vida desses coletivos que fazem retomadas de seus territórios, cultivam refúgios, criam ressurgências diante das catástrofes e propõem outras formas de habitar. d

Coordenação

Josiane Carine Wedig (UTFPR), Sergio Baptista da Silva (UFRGS)

Debatedor(a)

João Daniel Dorneles Ramos (USP), Patrícia Binkowski (UERGS)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações multiespécies e percepções climáticas em propriedades agroecológicas da Zona da Mata mineira

Brendo Henrique da Silva Costa (UFV), Maria Alice Fernandes Corrêa Mendonça (UFV)

Ao caminharmos por propriedades agroecológicas na região da Zona da Mata mineira, presenciamos as relações multiespécies entre os agricultores e os não-humanos (plantas, insetos, animais, solos etc.) que compõem suas paisagens. Essas relações, reconhecem os papéis e contribuições de cada ser nos espaços (Van Dooren, Kirskey e Münster, 2016), onde uma planta de café é considerada um “grande amor” e as larvas da mosca das frutas são reconhecidas como “indicadores de uma produção de qualidade”, não como inimigas. Essa concepção onde os não-humanos não se resumem a recursos é o que diferencia essa agricultura, para aquela praticada nas plantations (Tsing, 2019). As plantations surgiram com a colonização da América, simplificando as paisagens e as relações multiespécies através da diminuição da biodiversidade e estabelecendo a mercantilização de humanos e não-humanos. Para Haraway et. al (2016), essas relações estabelecidas a partir das plantations permitem pensar as questões climáticas atuais, ela denomina esse período como Plantationoceno. No entanto, em contraste com esse modelo, encontram-se os agricultores agroecológicos, que percebem as questões climáticas a partir das relações multiespécies, pois diferentes culturas possuem suas próprias formas de se relacionar e interpretar os fenômenos climáticos (Ulloa, 2017). Neste contexto, a pergunta que instiga esse estudo é como as relações multiespécies são vivenciadas nas propriedades agroecológicas, e como auxiliam na percepção das mudanças climáticas? A percepção das questões climáticas pelos agricultores agroecológicos, mediada pelas relações multiespécies, destaca a importância de preservar e compreender essas práticas locais. O conhecimento, refletido no canto de insetos e no comportamento de animais, evidencia uma sabedoria importante para enfrentar os desafios climáticos. REFERÊNCIAS HARAWAY, Donna; ISHIKAWA, Noboru; GILBERT, Scott F.; OLWIG, Kenneth; TSING, Anna; BUBANDT, Nils. Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, v. 81, n. 3, p. 535–564, 2016. TSING, Anna Lowenhaupt. Viver nas ruínas: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019. VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Estudos multiespécies: cultivando artes de atenção. *ClimaCom*, v. 3, n. 7, p. 39-66, 2016. ULLOA, Astrid. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: ¿es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? *Desacatos*, Ciudad de México, n. 54, p. 58–73, ago. 2017.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_824_08356421_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A “chagra” (roça) entre os Ticuna e os Murui-Muina na economia atual da fronteira Brasil-Colômbia-Peru

Daniela Botero Marulanda (UFBA), Mauricio Caviedes (UFBA)

O texto a seguir apresenta as formas de produção agrícola da fronteira Colômbia- Peru-Brasil e as tensões e confluências entre as economias desses países e o que os povos indígenas na

região chamam de “chagra” (em espanhol) ou “roça” (em português). Este texto descreve a dinâmica da produção na chagra/roça por meio da relação entre o uso antropológico da teoria do valor, descrições etnográficas das relações políticas e econômicas entre diferentes povos indígenas e o contexto histórico regional. Embora esta apresentação retoma debates teóricos sobre a relação entre pensamento indígena e economias nacionais, sem sugerir um caminho teórico definitivo, mas retomando de autores como Pereira e Tobón os conceitos de resistência e memória. As descrições apresentadas aqui estão baseadas em observações etnográficas realizadas em várias temporadas de trabalho de campo realizadas entre 2015 e 2020. Parte delas tiveram lugar entre os Murui-Muina colombianos e outra parte teve lugar entre os Ticuna colombianos (território indígena de San Antônio) e Ticuna brasileiros (comunidades indígenas de Umariçu I e II). Ao contrário de buscar expor resultados definitivos de pesquisa, este texto propõe-se abrir perguntas na busca de caminhos possíveis de análise da importância das lutas e os direitos indígenas para as economias das fronteiras dos países da América Latina.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_861_82105004_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia-compostagem: abordagens multimodais ao solo de uma paisagem em ruína

Daniela Rodrigues (IDEAS - AMU)

Este artigo apresenta os resultados preliminares de um projeto de pesquisa multimodal e transdisciplinar em curso, com foco principal em práticas de regeneração e de ocupação do solo no montado Alentejano, paisagem antropogénica moldada ao longo dos séculos após os grandes arroteamentos do bosque mediterrânico. Foi ao estudar esta região empobrecida e árida do país colonizador que Amílcar Cabral (1949), engenheiro agrícola, panafricanista e revolucionário, desenvolveu a sua concepção de solo enquanto um corpo histórico sintonizado com processos político-sociais, noção que desempenhou um papel central na teorização das lutas de libertação africanas (César 2018). Em sintonia com a inseparabilidade e interatividade das dimensões geológicas, ecológicas, culturais e sociopolíticas (Barad 2003), esta pesquisa aborda fricções bio-sociais e onto-epistemológicas passadas, presentes e futuras de uma "paisagem em ruínas" (Tsing 2015). Apesar de desafios como seca, erosão do solo e toxicidade resultantes de práticas históricas e contemporâneas de monocultura intensiva, de plantações extensivas, de exploração e de extrativismo, a região acolhe, no presente, como no passado, experimentações dissidentes, como a colectivização de terras que, durante a Reforma Agrária durante da década de 1970, subverteu ideias de propriedade privada; ou projetos inovadores e ancestrais de reflorestação e regeneração de ecossistemas. Este trabalho procura ter em consideração os passados, presentes e futuros do solo, a intricada teia de relacionamentos multi-espécie que ele sustenta e os potenciais espíritos que o podem habitar. A pesquisa inspira-se no conceito de "Escritura Compostaje" de Verónica Gerber e aspira a uma "Etnografia-Compostaje" ao desafiar as fronteiras entre arquivo, testemunho, ficção, linguagem e materialidade. A abordagem multimodal propõe combinar a recuperação (e reapropriação) de arquivos visuais que documentam a ocupação de terras nos anos 1970 com pesquisa etnográfica em torno de práticas que nutrem e regeneram solos intoxicados e erodidos. Acedendo ao passado e simultaneamente perscrutando o futuro, este estudo de caso visa a) dar a ler a terra numa abordagem geomântica,

compreendendo o solo como um arquivo do passado (especialmente dos passados dissidentes, como aqueles que caminharam nesta terra ocupada durante a reforma agrária); b) formular narrativas de um mundo por vir, juntamente com atores, humanos e não humanos, que, no presente, através de alianças multiespécie estão a otimizar a fotossíntese e a produção de biomassa, aumentando a fertilidade geral do solo, criando um sistema de resistência e abundância.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Mahindra e apapalutapanhau: novos graus de impactos do agronegócio a partir da cosmologia do povo Yawalapíti (Aruak).

Diego Gabriel Leandro Moreira (UNB)

Este é um trabalho que visa analisar as decorrências do avanço da fronteira agrícola sobre a Terra Indígena do Xingu (TIX), situada no estado de Mato Grosso, pela perspectiva do povo Yawalapíti. O limite da Terra Indígena é um divisor entre a preservação de boa parte de cobertura vegetal — registrada na TIX — e grandes porções que perderam sua cobertura vegetal para empreendimentos econômicos de plantio de monoculturas — principalmente de soja, milho e algodão — e criação de gado destinado para a indústria da carne. O processamento e a logística de distribuição destas produções também devem ser considerados. Apesar da TIX ter sido demarcada em 1961 e homologada 30 anos após, existem diversas denúncias, dados oficiais e relatos que evidenciam as pressões das atividades citadas sobre a Terra Indígena (TI). A região que compreende a TIX é de grande importância hídrica. Nas fazendas vizinhas, localizam-se as cabeceiras dos três principais rios formadores do rio Xingu — Kurisevo, Kuluene e Ronuro — que ficaram de fora da demarcação da TI, devido a articulações políticas e interesses do plano de ocupação de terras da região. Os impactos decorrentes destes grandes empreendimentos estão além de serem apenas ambientais ou ecológicos, mas afetam também a escala social, cultural e cosmológica. É importante a compreensão dos aspectos fundiários da região e dos agentes envolvidos, assim como as dimensões desses impactos, tanto pela cosmologia yawalapíti quanto pela ótica externa. Desta forma, é possível evidenciar não só diferentes perspectivas, mas também usos convergentes da terra e dos recursos naturais, através de práticas de manejo e cultivo dos diferentes grupos sociais que habitam a região. O que nos interessa aqui é o desenvolvimento de sistemas de agricultura, comum aos indígenas e aos não-indígenas, mas que se baseiam em princípios díspares. Com filosofias e propósitos de plantio bem diferentes, destaca-se um marcador bem incisivo que separa os modos de uso da terra e de acesso aos que tangem os territórios. Esse marcador se dá pela forma de perceber, se relacionar e classificar o que entende-se como “recursos naturais” segundo os grandes empreendimentos ou segundo os Yawalapíti, que destacam a agência dos apapalutapanhau — espíritos. Dado contexto, o objetivo final é evidenciar possíveis convergências entre estes diferentes modos de produção e perspectivas, considerando, por exemplo, as anomalias ambientais provenientes do desmatamento e outras ações antrópicas de larga escala — o capitalismo agrário — e sua relação com as mudanças climáticas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_845_26863614_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Redefinindo a Relação Humano-Natureza: Perspectivas Guarani Tchiripa-Phaĩn no Antropoceno

Felipe Boin Boutin (UFSC)

Este trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em curso que possui como objetivo analisar a cataclismologia Guarani Tchiripa-Phaĩn e qual a práxis xamânica deste grupo étnico que impede o cunhado "fim do mundo". Um dos fundamentos da análise trata da tópica do Antropoceno à luz da proposta de uma teoria da "não escalabilidade" apresentada por Anna Tsing, que questiona a expansão ilimitada como forma de habitar a Terra e propõe observar os destroços causados pelos seres humanos, buscando maneiras de coabitar com a diversidade. O Antropoceno, fundado em uma ontologia da escalabilidade, se fortalece na destruição de ontologias, especialmente na rejeição às animistas. Como resultado, a capacidade de nos relacionarmos com outros seres humanos e não humanos, com outras cosmologias, está, pouco a pouco, desaparecendo. O presente estudo, inspirado pela tese de Philippe Descola dentre os Achuar, visa repensar as práticas de conhecimento moldadas pela ontologia da escalabilidade. Para os Achuar, a eficácia do sistema não se dá em função da quantidade da acumulação, mas da obtenção de um estado de equilíbrio definido como "bem viver", onde diversos mecanismos simbólicos e a destruição de excedentes, criam uma via capaz de evitar o desenvolvimento de um cenário de acumulação, de expansão ilimitada, da degradação da natureza, ou seja, do fim do mundo. De maneira semelhante, a concepção de ecologia dentre os guaranis não se restringe somente à natureza e nem se define por seu valor produtivo ou capacidade de acúmulo de excedentes. O tekoa guarani é uma compreensão de sociedade que produz e preserva todas as relações que envolvem o grupo, sejam econômicas, sociais, políticas ou religiosas. A terra fértil e a possibilidade de caças são outros elementos que expressam a qualidade do tekoa. É o local, físico e simbólico, onde se dão as possibilidades do nhandereko - modo de ser guarani. Portanto, a proposta metodológica envolve um estudo da ontologia com foco no xamanismo desse grupo, explorando suas práticas e processos materiais e simbólicos. Nesse sentido, é apenas colaborando e aprendendo com essas populações nativas que poderemos desenvolver formas de pensamento que contribuirão para a nossa permanência no mundo. A diferença central entre as nossas ontologias e as ontologias dessas populações, dentre elas a dos Guarani Tchiripa-Phaĩn, é a noção da existência de uma cosmopolítica onde a condição de sujeito é estendida a múltiplos elementos da natureza. As ações capitalistas, as quais têm sido o fundamento da sociedade global até o momento, são destrutivas porque não somente impedem, mas negam dinâmicas de sociabilidade. Limitam suas relações ao Eu, em um universo que é regulado por socialidades e ontologias múltiplas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_790_73781360_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

(Re)existências em tempos de catástrofes climáticas: etnografando neorruralizados

Fernando Firmo Luciano (UFV)



Nas últimas décadas assistimos de longe e de fora: investidas vultosas e violentas de grandes latifundiários, empresas transnacionais em terras tradicionalmente ocupadas pela agricultura familiar, pelos coletivos que vivem nas/com florestas; a liberação estatal de pacotes cada vez mais volumosos, tóxicos e agressivos de agrotóxicos para a produção de cultivares alimentares básicos; paisagens/biomas/territórios sendo arrasados, degradados, destruídos e reconstruídos para atender a lógica do mercado global. A um só tempo, emergem (re)existências em mundos rurais possíveis, tendo como norte “agroflorestar”. De 2019 para cá, tenho me dedicado a uma reflexão engajada de como “agroflorestar” compreende uma pluralidade de significados para seus/suas praticantes: um modo de (re)existir, de lutar contra o capitalismo vigente; uma técnica singular de como se fazer agricultura; e um movimento social (listo os que pretendo me ocupar na presente comunicação). Além disso, trata-se de uma engenharia sócioecológica que capacita, engaja e afeta pessoas a deixarem grandes centros urbanos rumo a estes mundos rurais. Portanto, o presente trabalho tem a intenção de visibilizar pontos de vista sobre o que significa fazer agrofloresta para sujeitos, distantes geograficamente e aproximados pelas suas éticas e aspirações sócioecológicas para se viver suas possíveis ruralidades em tempos de catástrofes climáticas. O presente campo teve início na pandemia e se estendeu presencialmente na Zona da Mata-MG, pós-pandemia, com recursos da FAPEMIG. Durante a pandemia, para me aproximar do campo, desenvolvi uma série de ações que merecem ser analisadas como um “campo”, no estrito sentido desta palavra. Participei de eventos (cuja temática era transição cidade-campo; aglofloresta) oferecidos on-line e analisei dados coletados no Youtube de pessoas urbanas que se mudaram para a zona rural e postaram seus relatos nesta plataforma digital totalizando mais de 50 horas de material. A partir destas experiências e dos dados coletados com elas até então, teço algumas interpretações sobre um dos temas que mais tem me intrigado ao analisar os dados em questão: uma assertiva poderosa e de muito efeito, proclamada por jovens (dentro de uma faixa etária de 30 a 40 anos de idade) que se autodenominam como “neorruralizados”: “viver fora do sistema fazendo agrofloresta”.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflorestando a resistência: o debate contemporâneo sobre florestas entre povos indígenas, quilombolas, movimentos sociais e empresários.

Gabriel de Araujo Silva (UNICAMP)

O debate em torno de práticas de reflorestamento e agricultura agroflorestal tem alcançado crescente reconhecimento em relação à promoção da biodiversidade, autonomia de comunidades, soberania alimentar, produção de alimentos saudáveis, valorização de agriculturas tradicionais indígenas e quilombolas, assim como por promoverem melhores condições ecológicas e produtivas a longo prazo. Este trabalho traça um panorama destes debates, para isso iremos fazer um exercício de equivocação controlada entre diferentes perspectivas sobre o plantio de florestas e agroflorestas. Através de uma revisão bibliográfica, utilizando um levantamento multidisciplinar de trabalhos recentes sobre plantio florestal e agroflorestal iremos identificar e contrastar as perspectivas da agricultura sintrópica de Ernst Götsch, do discurso em torno de alguns dos grandes produtores agroflorestais privados, da teoria antropológica das florestas antropogênicas, de trabalhos sobre a gênese florestal segundo

povos indígenas como os Ka'apor, Wajãpi, Kayapo e Yanomami; a relação entre as florestas e os quilombos segundo a proposta contra colonial de Antonio Bispo dos Santos e da ecologia decolonial de Malcom Ferdinand; da forma como a agrofloresta esta presente nos "Cadernos de Agroecologia" (2020) do Movimento Sem Terra (MST), denominado "Subsídios para construir o Plano Nacional Plantar Árvores, Produzir Alimentos Saudáveis" e no livro manifesto da Teia dos Povos "Por Terra e território: caminho da revolução dos povos no Brasil".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_595_27733714_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmopolíticas afro-brasileiras ante o Plantationoceno: re-existências quilombolas e de terreiros de matriz africana

João Daniel Dorneles Ramos (USP)

Esta comunicação busca discutir as lutas operadas por comunidades quilombolas e terreiros de matriz africana, localizadas na região Sul do Brasil, tecendo considerações sobre as re-existências de coletividades compostas por humanos e outros seres, enquanto formas de enfrentamentos contracoloniais ao contexto das mudanças climáticas. Estas comunidades lutam pela demarcação definitiva de seus territórios, frente ao Estado, e por políticas de reconhecimento de seus modos de vida e práticas, que envolvem dimensões socioambientais diversas, na ampla relação natureza-cultura não-eurocêntrica. Os modos de vida e as relações com a terra dessas comunidades foram suprimidas e até mesmo devastadas junto com seus povos, pelo Plantationoceno, mas também ocorrem processos de resistência e de reterritorialização, como os quilombos, as religiões de matriz africana e outras expressões culturais negras. Assim, compreendo que humanos, plantas, animais, espíritos, territórios e demais entes resistem aos processos catastróficos, seja no uso de ervas, águas e alimentos, seja nas retomadas e na preservação de matas e no uso de outros sítios importantes. Os principais elementos que me instigam à possibilidade de reconhecer saberes ancestrais, filosofias plenas, cosmo-ontologias, epistemologias e modos de vida, advém daquilo que esses grupos mobilizam em torno de suas próprias organizações e de suas lutas, da relação com a terra, com outros entes e territórios, resistindo aos contextos de racismo e de estigmatização que operam, cotidianamente, em nossa sociedade. Portanto, busco apresentar de que modo essas práticas ancestrais negras compõem cosmopolíticas de coexistência multiespécies, onde poderíamos visualizar as formas de "aquilombamento", naquilo que propõe Malcom Ferdinand, nas quais existem relações muito mais abertas com o mundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_932_99433729_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um habitar multiespécies nas margens da metrópole: modos de ocupar e plantar na Comuna da Terra Irmã Alberta (São Paulo/SP)

Juliana Alvarenga Prado (UNICAMP)



Este trabalho propõe-se a apresentar um conjunto de histórias e relações intrincadas de luta por terra e território, construídas ao longo dos 21 anos de ocupação e (re)existência na Comuna da Terra Irmã Alberta, acampamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) localizado na periferia noroeste do município de São Paulo (SP). No amplo rol de relações implicadas no fazer-mundos local, o objetivo deste trabalho será compor um breve panorama acerca dos entrelaçamentos entre modos de ocupar e de plantar, a partir de um olhar sobre as especificidades que permeiam as questões agrária, de produção de alimentos e de composições multiespécies nas paisagens do acampamento. Nesse sentido, será importante rastrear e incluir neste debate os arcaibouços conceituais que perpassam os discursos político-epistêmicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que atualmente vêm incorporando extensivamente à sua agenda pautas atreladas à questão ambiental, propondo soluções populares à crise climática ocasionada pelo projeto capitalista e monocultural moderno. Essas soluções encontram-se em sua maior parte associadas à adoção da Agroecologia, de partida concebida como modelo agrícola e alimentar antagônico ao agronegócio contemporâneo, como diretriz central para o seu Programa de Reforma Agrária Popular. Assim, noções como produção, terra, meio ambiente/natureza e agroecologia serão abordadas neste trabalho enquanto categorias políticas sem-terra que são empunhadas como bandeiras a nível nacional e apropriadas e significadas localmente a partir de processos e demandas sociais locais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Calendário agroecológico do Coletivo Romzã: uma interface entre espaços, língua, educação e produção de alimentos no semiárido

Luiza Reis do Nascimento (UFMG), Rebeca Cássia de Andrade (PBH)

Os modos de produção coloniais de alimentos têm nos levado a emergências climáticas que afetam as formas de vida no planeta. Contrapondo-se a esse modelo, destacam-se as resistências de povos tradicionais, como o Coletivo de Agricultores e Agricultoras Familiares Indígenas Romzã, na Terra Indígena Xakriabá (TIX). Este grupo busca construir refúgios sustentáveis dentro da sua realidade semiárida, agravada pelas Mudanças Climáticas, promovendo esperança na relação com a terra, o território e na produção de alimentos. O artigo relata o processo de criação de um calendário agroecológico interativo de plantio e colheita, iniciado em 2021 pelo edital Urbe Urge do BDMG. O calendário propõe um fortalecimento e integração entre as demandas do PNAE e do PAA com a produção dos agricultores familiares da TIX. Além disso, a iniciativa transborda fronteiras disciplinares, ao estimular discussões sobre retomadas de conhecimentos e sobre a revitalização da língua Akwê-Xakriabá. Em 2024, o calendário tem sido aprimorado com apoio de projeto pela Inter-American Foundation, agora com a tradução para o idioma Akwê e impressão em maior escala para distribuição nas escolas da TIX.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_270_87928819_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O roubo das águas e os donos do rio: estratégias Juruna (Yudjá) frente a destruição da Volta Grande do Xingu pela UHE Belo Monte

Marcus Antonio Schifino Wittmann (Museu Nacional)

“Nós somos uma parte do rio Xingu. Nós conhecemos o rio como nossas próprias vidas, como ele nasce, como ele se comporta, quando ele precisa de ajuda, quando podemos ajudar”. Essa frase de Diel Juruna encapsula as estratégias de luta e resistência dos Juruna (Yudjá) frente a destruição promovida pela UHE Belo Monte em seu território tradicional. Desde 2015, com o início do funcionamento da hidrelétrica, a região da Volta Grande do Xingu sobrevive sob um novo regime hídrico. Em torno de 80% da vazão do rio é desviada para o canal de derivação da UHE, formando um Trecho de Vazão Reduzida de 130km, local onde há terras indígenas e comunidades ribeirinhas. Essas populações chamam esse processo de “roubo das águas”, tornando o rio Xingu doente. Os Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba, a menor T.I. da bacia do Xingu, ativam diferentes estratégias, atores e discursos para reconstruir a paisagem, o rio e seus modos de vida. Essas ações vão desde protestos e fechamento de rodovias, o estabelecimento de uma área de conservação de ninhos de tracajá, a criação do Monitoramento Ambiental e Territorial Independente (MATI), até táticas de aproximação e aproveitamento dos projetos de mitigação propostos pela Norte Energia, a concessionário de Belo Monte. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica em andamento junto aos Juruna (Yudjá), navegando com eles pelo rio, acompanhando reuniões com a Norte Energia, vistorias com IBAMA e FUNAI, e campos e atividades do MATI.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre a Agricultura Guarani: discursos, práticas e políticas públicas no Rio Grande do Sul

Mariana de Andrade Soares (EMATER)

Os estudos etnológicos e etnográficos sobre os Guarani demonstram a importância da agricultura para a reprodução do seu modo de ser e estar no mundo (na língua guarani, traduzido como mbya reko). O ato de plantar possui significados simbólicos e culturais, para além da perspectiva utilitarista de produção de alimentos (autoconsumo e/ou comercialização de excedentes), demarcando diferenças em relação aos não índios (categorizados como “agricultores familiares”). Os Guarani são horticultores milenares, cujos usos, saberes e práticas de manejo do ambiente que habitam, suas relações humanas e não humanas, revelam outros modos de saber e fazer a agricultura. Desde 2002, minha experiência com os coletivos Guarani tem sido a partir do exercício profissional como antropóloga na instituição oficial de assistência técnica e extensão rural no Rio Grande do Sul, responsável pela execução de políticas públicas que incidem sobre os seus territórios e modos de vida. Mesmo diante de situações históricas que resultaram na perda gradativa de seus territórios tradicionais, no seu confinamento, os Guarani protagonizam resistências frente à expansão do agronegócio na região sul do Brasil, (re)afirmando outras cosmopolíticas no contexto atual e latente dos impactos globais das mutações climáticas. O presente artigo tem como objetivo realizar algumas reflexões sobre a agricultura Guarani, através de seus discursos, suas práticas e relação com as políticas públicas no contexto do Rio Grande do Sul. O potencial etnográfico dessas reflexões é dar visibilidade às capacidades de agência e resiliência dos coletivos Guarani, assim como, construir subsídios

para a formulação de políticas públicas, garantindo o protagonismo e a autonomia dos povos indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre percepções e prognósticos de alterações climáticas entre pequenos agricultores na Amazônia.

Marisa Barbosa Araújo (UFV)

É sabido que, embora as mudanças climáticas sejam uma realidade global, suas consequências impactam a população de forma desigual. A agricultura familiar amazônica é diretamente afetada pelas alterações climáticas, que comprometem sistemas produtivos e modos de vida, impactando a produção de alimentos e, portanto, a segurança alimentar de pequenos agricultores. Populações locais possuem conhecimentos e práticas que estão intrinsecamente ligados à observação e interpretação das mudanças climáticas, fundamentados em um sistema de classificações e ordenações próprias, culturalmente construído, transmitidos de geração em geração e atravessados pela experiência cotidiana. A vila de Entre Rios localiza-se no município de Caroebe, no sudeste de Roraima, em área de Floresta Tropical Úmida e dista cerca de 280 quilômetros da capital, Boa Vista. Moradores da localidade se dedicam ao cultivo da banana, dentre outras culturas. Além da prática agrícola outras atividades são também empreendidas por este coletivo: a pesca, a caça e a coleta de castanha. Tais atividades requerem o conhecimento e manejo de refinadas técnicas de percepção e observação da paisagem, de seus coabitantes, além de fenômenos atmosféricos e astronômicos. Assim, conhecimentos específicos sobre o clima são compartilhados, percebidos e até mesmo antecipados por moradores através do reconhecimento e interpretação de indicadores sensíveis. O uso desses conhecimentos sobre os sinais da natureza é compartilhado com os mais próximos e define a época certa de começarem a se preparar para um tempo de chuva ou um tempo de estiagem, para o preparo de roçados e plantio. Buscamos neste trabalho abordar o conhecimento de pequenos agricultores moradores da Vila entre Rios, em Roraima, acerca de prognósticos de alterações climáticas além de apontar estratégias utilizadas por estes agricultores para lidar com os desafios climáticos na Amazônia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_545_06307247_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sanar os territórios-corpo: reflexões sobre a soberania alimentar do Chile, em território mapuche

Melanie Antin (UNIVERSITE PARIS CITÉ)

Com base em uma pesquisa etnográfica realizada no Chile, principalmente na região da Araucanía, minha apresentação se concentrará nas contribuições das mulheres rurais e indígenas para repensar os termos de uma agroecologia feminista. Organizadas como um coletivo auto gerenciado em escala micro e ligadas a uma rede nacional de mulheres rurais, as mulheres pesquisadas estão defendendo a soberania alimentar e questionando as relações de poder (classe/gênero/raça) dentro do sistema alimentar e agrícola dominante. Veremos como a

horta mapuche, historicamente ocupada por mulheres, é um espaço para transmissões in situ, emocionais e altamente estéticas, em oposição às monoculturas promovidas pelas políticas de desenvolvimento agrícola. Essas monoculturas, essencialmente plantações florestais, contribuem para a formação de "ruínas" coloniais e tóxicas, afetando particularmente as mulheres rurais e indígenas. A horta é um espaço íntimo para as mulheres mapuche, um lugar onde a terra e o corpo cuidam um do outro e onde a noção de "reparação" assume múltiplos significados. As mulheres pesquisadas estão envolvidas em nível comunitário, regional e nacional na denúncia do extrativismo em sua território, mas também na visibilidade de outras relações com a terra (levar em conta as relações com seres não humanos e invisíveis). Desde as práticas micropolíticas (como a troca) até a luta mais visível contra os megaprojetos, elas estão passando da esfera íntima para a esfera pública. Eles estão destacando o valor das sementes como repositório da vida e da memória e reivindicando políticas públicas mais justas que levem em conta suas próprias realidades, ao mesmo tempo em que fazem parte de uma luta primordialmente comunitária para o "Buen vivir". Embora a alimentação possa reproduzir desigualdades e opressões nas relações sociais de gênero e raça, minhas análises mostram que as mulheres podem usá-lo como uma ferramenta emancipatória. Longe de todas elas fazerem parte explicitamente de uma dinâmica politizada, elas expressam a necessidade de pensar sobre a justiça ambiental e o anticolonialismo pelo prisma da alimentação. Apesar das contradições internas, suas contribuições são essenciais para atualizar a visão frequentemente essencializada das mulheres rurais do Sul e para ajudar a construir alternativas alimentares sustentáveis e justas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Temazcal no País Basco: as Vivências das Mulheres Bascas nas Práticas Espirituais Indígenas

Nahikari Santano Urkidi (UNIVERSIDAD DEL PAÍS VASCO)

Desde os anos 90 do século passado, um grupo cada vez maior de pessoas do País Basco (território dividido entre a Espanha e a França) participa do ritual de temazcal. Em sua origem, este ritual era utilizado pelos indígenas da América do Norte e da Mesoamérica. Posteriormente, após um encontro entre membros da comunidade mexicana nos Estados Unidos e os indígenas Lakota nos anos 80, decidiram disseminar sua cosmologia através da propagação deste ritual. Foi dessa forma que eles também chegaram ao País Basco, em uma tentativa que chamaram de "Reconquista espiritual" da Europa. Porém, essa disseminação do conhecimento indígena tem causado certa controvérsia, especialmente entre os acadêmicos do Norte global. Ao mesmo tempo, no País Basco, tanto o temazcal quanto todas as práticas espirituais não 'convencionais' sofrem rejeição da sociedade, sendo as mulheres as principais participantes. Num contexto mundial permeado pelo capitalismo, pelo sistema de gênero, pelo Antropoceno e pela colonização, a sociedade basca, com sua identidade e idioma próprios, enfrenta a chegada de migrantes do Sul global sem poder lidar com o passado colonial e o racismo atual da sociedade. No trabalho de campo realizado no País Basco, investiguei como as mulheres participantes do ritual do temazcal constroem uma espiritualidade baseada na conexão com a natureza, distante dos cânones ocidentais e fundamentada nos conhecimentos transmitidos pelos indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o fazer terra e o consumo de alimentos: uma etnografia da vida no solo ao alimento na mesa

Raquel Rau (UFPEL), Renata Menasche (UFPEL)

O alimento é elemento central da vida e sua produção é dependente da vida do e no solo. Entretanto, observamos no planeta, constantes extinções, entre elas a de pequenos seres que dão sustentação à vida do solo. Mutações climáticas que envolvem a geo, bio e antroposfera estão acontecendo, resultantes do modo de ver e estar nas relações que permeiam a vida, herdadas do colonialismo. Em direção contrária à vida, a ciência hegemônica busca solucionar problemas decorrentes desse processo apoiando-se na pretensa separação entre natureza e cultura e supremacia do homem moderno ocidental, invalidando os saberes tradicionais. Já, os agricultores ecologistas que fazem parte da pesquisa, localizada na metade sul do Rio Grande do Sul, sabem que a vida invisível da e na terra é que faz o alimento crescer, por isso buscam preservar técnicas tradicionais que privilegiam a diversidade da microbiota do solo. Em suas palavras, eles dizem que “fazem terra”. Por outro lado, diante da presença de pequenos invertebrados, como larvas de insetos, por exemplo, consumidores da Feira Agroecológica Ana Primavesi, em Santa Maria (RS), demonstram a percepção de contaminação do alimento. Essa percepção de risco alimentar vem sendo construída pelo sistema agroalimentar hegemônico que, apoiado em normas sanitárias e alicerçado no conhecimento científico, impõe a perspectiva de que a ausência de microrganismos configura o alimento como seguro, constituindo uma visão germofóbica (PAXSON; HELMREICH, 2013). Diante da guerra estabelecida contra os microrganismos, consumidores indicam como tendência desconsiderar o que não é enxergado (agrotóxicos e aditivos químicos), voltando a atenção ao que pode ser visto, como pequenos insetos. Assim, embora o alimento faça parte da vida, a construção social do alimento seguro conduz à ideia de que a natureza é o inimigo e, se o inimigo é invisível, microscópico, fica evidente a necessidade de entregar esse combate a um especialista, o sistema agroalimentar hegemônico. Nesse quadro, ao etnografar o “fazer terra” de agricultores e as percepções de risco alimentar de consumidores, esta pesquisa busca compreender processos que contribuam para a continuidade de gaia enquanto sistema complexo, vivo e dinâmico. É nesse quadro que diversos autores (MARRAS, 2014; COCCIA, 2018; TSING, 2019) validam a urgência em transformar nossas relações com os não-humanos e em realizar novos pactos, que estabeleçam limites ao humanismo moderno ocidental, reorientando os rumos a que tende o Antropoceno, dadas a necessidade de conservação das espécies vegetal, animal e humana. O alerta, seja na forma de enchentes, secas ou pandemia, está dado. O momento de cuidarmos de tudo quanto há é o agora.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Pandemia das roças": impacto das mudanças climáticas na agricultura tradicional indígena no Oiapoque

Rita Becker Lewkowicz (Instituto Iepé)

As Terras Indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, estão situadas no município de Oiapoque/AP. Nesta região, vivem os indígenas Karipuna, Galibi Marworno, Galibi Kali'na e Palikur, exímios



pescadores e agricultores, conhecedores dos movimentos das águas, do comportamento das espécies pesqueiras e de uma diversidade de produtos da sociobiodiversidade. Há mais de cinco séculos mantém relações com a sociedade não indígena, de diferentes formas. Uma das principais é a comercialização da farinha de mandioca e seus derivados, que costumava abastecer integralmente o município. Toneladas de farinha e outros produtos agrícolas chegavam semanalmente na cidade, provenientes das diferentes aldeias da região. Mais de 60 variedades de mandioca foram identificadas a partir de um levantamento dos pesquisadores indígenas da região, em 2011, cultivadas com base em seu complexo sistema agrícola tradicional. Contudo, nos últimos anos, essa realidade mudou. O regime de chuvas tem se alterado, trazendo um grande impacto para os sistemas agrícolas. O excesso de chuvas no período de abertura das roças tradicionais (no sistema de queima e coivara) fizeram com que algumas famílias não conseguissem abrir novas roças, assim como outras roças não queimassem direito. Especialmente em 2022 e 2023, houve uma proliferação de pragas e doenças, que acometeram a maior parte das roças dos 9mil indígenas que vivem na região. As plantas de mandioca, antes vigorosas e verdes, começam a secar e as raízes chegam a apodrecer antes de amadurecer. Segundo avaliação da Embrapa, foram identificados diferentes microorganismos que estão afetando a sanidade da mandioca. Essa situação também foi registrada no outro lado do rio, na Guiana Francesa, e em outro município. Esses técnicos afirmam que não há previsão de quando essa situação se normalizará, podendo levar até uma década. Ao mesmo tempo, propõem ações de enfrentamento e mitigação fundamentadas em conhecimentos técnico-científicos que desconsideram os conhecimentos dos povos indígenas. Por sua vez, os indígenas têm suas explicações próprias e vêm discutindo, experimentando e buscando nos conhecimentos e práticas tradicionais formas de enfrentar o problema. Tamaña catástrofe fez com que os indígenas comparassem o problema das roças à pandemia da Covid-19, nomeando esse momento como da “pandemia das roças”. Neste trabalho, fruto das discussões com os agentes ambientais indígenas do Oiapoque, pretende-se abordar três aspectos do impacto dessa situação para a população indígena do Oiapoque: a) insegurança alimentar, b) diminuição da renda familiar indígena e aumento de atividades exploratórias, e c) desvalorização dos conhecimentos indígenas e perda de variedades endógenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

VIDA EM MUTIRÃO: uma etnografia sobre ações coletivas e formas possíveis de habitar a comunidade Alegria em Timbiras, Maranhão.

Silmara Moraes dos Santos (UFPI)

Este artigo tem como objetivo investigar, de maneira inicial, a partir da etnografia, processos de resistência, os limites e as possibilidades de re-habitar o território a partir das ações corporais sob a ótica de mulheres da comunidade Alegria (território Campestre), localizado na região dos Cocais, no município de Timbiras, Maranhão (distante 284 km da capital São Luís). Visa ainda, narrar as experiências de afetação vividos por mim durante as etapas do mutirão – mobilizações coletivas para reflorestamento em áreas altamente desmatadas – da construção do SAF (Sistema Agroflorestal). As fazendas e empreendimentos em curso sobre as 22 comunidades que compõem o território onde vivem cerca de 360 famílias e que compreende uma área de 17.000

hectares são marcadas por um contexto de violências socioambientais desencadeadas pelas fronteiras agroextrativistas que avançam sobre essas terras, impondo novas práticas, derrubando matas, envenenando rios e promovendo um verdadeiro estado de guerra. Os mutirões de reflorestamento na comunidade Alegria apresentam-se como lócus interessante para análise das técnicas corporais utilizadas durante o trabalho, sobretudo braçais. A partir das vivências em campo e de formulações teórico-metodológicas foi possível compreender que as mulheres, em especial, reivindicam e constroem uma forma de habitar o território contrastante com os fazendeiros e empresas com quem disputam a terra, na tentativa de pensar outras relações de cuidado e interdependência entre humanos (não-humanos?) e a natureza.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_555_81052012_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Contracolonização e resistências Mbyá-Guarani diante do Antropoceno

Simone Alves de Almeida (UFRGS), Josiane Carine Wedig (UTFPR)

Os Mbyá-Guarani estão na linha de frente contra as mudanças climáticas, junto a outros povos indígenas, comunidades quilombolas e camponesas. Tendo um modo próprio de conceber a terra e os outros seres que a compõem, eles vêm atualizando suas estratégias para enfrentar a destruição de seus territórios ancestrais e do planeta. De que modo a resistência Mbyá-Guarani tem interpelado a marcha de destruição do Antropoceno? Essa pesquisa ocorreu com comunidades Mbyá-Guarani que vivem junto da floresta, na Mata Atlântica do RS. Ao acompanhar o guatá (caminhar) Mbyá, nos perguntamos: que modos de relação com a terra e com os outros seres há em seu mundo? Como eles favorecem a habitabilidade das paisagens que compõem seu guatá tape porã? Em que esses modos de se relacionar com a terra se diferem do juruá-reko - o Habitar Colonial do Antropoceno? (Ferdinand, 2022). Quatro categorias de análise emergem da experiência de acompanhar o guatá a partir destas aldeias. A primeira delas é “A Retomada da Terra” como experiência na qual os Mbyá-Guarani executam uma estratégia política de proteção de determinados territórios, não só requerendo para si o direito territorial, mas impedindo sua destruição. “A Paisagem Mbyá” é uma segunda categoria, na qual procuramos mostrar como se constituem essas paisagens (Tsing, 2019) e como elas se diferem das paisagens ocupadas pelos juruá. A terceira categoria é o que chamamos “Presenças Multiespécies”, e onde abordamos como a cotidianidade Mbyá é habitada por muitos seres, construída com eles, que são reconhecidos em importância, lugar e espírito. A quarta categoria é o “Guatá Tape Porã”, onde abordamos o guatá como elemento fundamental do modo de vida Mbyá e que permite perceber um jeito de caminhar na terra com efeitos muito distintos daqueles vinculados ao Antropoceno. A pesquisa mostra que aquilo que o juruá chama de preguiça, dizendo que “índio não sabe trabalhar”, “que é um atraso para o desenvolvimento da nação”, é o modo de vida desse povo e uma atitude ativa e deliberada de viver sem destruir aquilo que possibilita a própria vida. Atitude esta que é baseada na compreensão de que essas condições dependem de relacionamentos entre distintos seres. A pesquisa traz a perspectiva dos Mbyá-Guarani sobre a terra, as mudanças climáticas, e aborda aquilo que eles apontam sobre o juruá-reko, como o responsável pela destruição das condições de habitabilidade do planeta. O modo

contracolonial (Santos, 2023) de habitar e caminhar dos Mbyá-Guarani apresenta inúmeros modos de resistência (Santos, 2023) ao Habitar Colonial do Antropoceno (Ferdinand, 2022).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_451_08809739_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perdas e decomposições de sementes crioulas no agreste paraibano

Simone da Conceição Silva (UFF)

A perda de sementes crioulas é um tema multifacetado, que se por um lado nos remete às heranças nefastas deixadas pela empreitada colonial e às consequências da biopirataria capitalista da Revolução Verde, por outro, pode conceder uma oportunidade singular de pensar com um conjunto de questões intrínsecas a ciclos intermitentes de existência. O plantar, selecionar, comer e guardar fazem parte de trajetos superpostos e interdependentes que configuram o fazer-mundo de agricultoras e agricultores e de suas sementes. Cada uma dessas ações, a depender de uma série de fatores, por exemplo, uma estiagem prolongada ou chuvas torrenciais imprevistas, incorre em alguns riscos e figura, assim, uma trama de eventos cotidianos que pode culminar em incontornáveis perdas, mas também em ressurgimentos. O desafio, destarte, é conduzir as tarefas da lida com a terra diante da certeza de que as sementes coalescem, se transformam e, sobretudo, se decompõem. A partir de histórias alternativas de cultivo, de guarda e de resgate de sementes crioulas do agreste paraibano, estou interessada em analisar como a perda enquanto decomposição (e não pela exaustão ou alienação) nos ajuda a desestabilizar noções hegemônicas como, por exemplo, “produção”, “recurso”, “sustentabilidade”, ou mesmo a concepção linear de processos que são, de fato, cíclicos e espiralados. Darei especial destaque às histórias de colapsos (de regeneração com a morte) para refletir em que medida o “desmantelo” suscita obrigações eco-poéticas (Bellacasa, 2021) alinhavadas à expressiva multiplicação de sementes crioulas. A pesquisa etnográfica na qual esta comunicação se baseia vem sendo desenvolvida desde agosto de 2023 com um grupo de agricultoras e agricultores da mesorregião do agreste da Paraíba, e tem como objetivo central analisar como mulheres, a partir da guarda de sementes, sinalizam para formas insurgentes de forjar relacionalidade ecológica por meio de ações coletivas e interdependentes, que gestam mundos e apontam para outros modelos de habitar o planeta.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando a Caatinga nos convoca

Tereza Raquel Arraes A. Rocha (UFC), Karlene da Silva Andrade (UFBA)

Este texto se elabora a partir do encontro de duas pesquisadoras indígenas em Retomada, da área de antropologia e comunicação social, convocadas pela sua ancestralidade/espiritualidade a pensar com a Caatinga. A pesquisa e as pesquisadoras estão situadas no Ceará, lugar no qual este bioma é dominante, vindas de extremos diferentes - uma criada na capital, litoral, outra na ponta do Estado, no Crato-Cariri, onde se abriga a Floresta Nacional do Araripe - suas trajetórias se encontram nos sonhos/ações de vida e acadêmicas, que buscam técnicas e mecanismos para confluir em favor da Terra. Deste modo, numa perspectiva antropológica

multiespécie, refletimos como a Caatinga está atrelada às formas de resistência no Nordeste, em especial no Cariri-CE. Fazemos isso, a partir dos arquivos do boletim "O Candeeiro", elaborado pelas organizações agroecológicas deste território. As narrativas do boletim nos contam sobre os modos de vida do/no campo, a partir das perspectivas de seus especialistas, usualmente chamados de agricultoras/es familiares. Para pensar este trabalho, fazemos alianças com pensadores indígenas e quilombolas, como Antônio Bispo e Casé Angatu. Considera-se assim, que a(s) Caatinga(s) para além de um bioma, é também uma forma de estar no mundo, que se liga às formas de (re)existências caatingueiras e evidenciam as relações multiespécies dos povos indígenas com o Semiárido.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_118_58429956_16.pdf

GT 006: Antropologia audiovisual com fotografias e filmes: da película ao digital

A fotografia, o cinema e o vídeo acompanham a Antropologia desde o momento de seus respectivos surgimentos. Inicialmente como simples formas de representação, atestados do real, essas formas de expressão se constituem, cada vez mais, como parte significativa dos processos de pesquisa, passando de meros recursos ilustrativos, adereços e anexos, ao estatuto de objetos e componentes metodológicos das pesquisas (Nakaóka Elias, 2018, 2019). Partindo dessa perspectiva, o presente GT irá acolher trabalhos que reflitam sobre as potencialidades da fotografia, do cinema e do vídeo nas produções etnográficas/antropológicas. Nossa proposta é reunir pesquisadoras/es que promovam debates que orbitem em torno da centralidade dessas linguagens, enfatizando sua importância na aproximação com o campo de pesquisa, seu poder de uso, seu potencial metodológico, as possíveis relações com a escrita, etc. Tudo isso levando em consideração as múltiplas materialidades das imagens, sejam elas analógicas ou digitais. Além disso, o GT buscará estimular discussões sobre as múltiplas potencialidades narrativas acionadas nos atos de registrar, descrever, imaginar e compartilhar pesquisas com e por imagens, sejam elas provenientes de acervos, produzidas pelo/a pesquisador/a, ou feitas dialogicamente com nossos/as interlocutores/as. Buscará, ainda, o diálogo com outras especializações da Antropologia que focam em temas diversos como, por exemplo, religião, técnica, questões urbanas, de gênero, trabalho etc.d

Coordenação

Alexsânder Nakaóka Elias (Pesquisador), Jesus Marmanillo Pereira (UFPB)

Debatedor(a)

Olavo Ramalho Marques (UFRGS), João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A imagem como eixo infraestrutural. Contato e exposição do porto de Suape

Alex Giuliano Vailati (UFPE)

Uma das infraestruturas mais impactantes da história do Brasil é o Complexo Portuário de Suape, que a partir da década de setenta foi responsável por uma rápida transformação do litoral ao sul de Recife, capital do estado de Pernambuco. As comunidades que foram deslocadas e que vivem hoje em dia ao redor do Porto foram objeto de uma extensa exploração imagética, e muitas imagens e gravações audiovisuais foram realizadas em coincidência de laudos ou outros acontecimentos. Este trabalho visa propor uma análise dessas imagens, destacando como essas formas materiais são uma parte fundamental da infraestrutura do Porto e permitem uma exploração das poéticas e das temporalidades que foram impostas aos moradores das regiões interessadas. Esta chave de leitura permite uma repolitização do Porto, que passa fundamentalmente pela materialidade das imagens, além do concreto das suas instalações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fotrica: apontamentos à construção de uma metodologia de conjunto destinada ao cruzamento de fotografias, memórias e trajetórias de mulheres que compartilham uma territorialidade

Aline de Jesus Maffi (UNESP)

A partir da década de 1930, a história oficial do norte do Estado do Paraná passou por um amplo processo de (re)escrita. A violência, a exclusão e o silenciamento são elementos constitutivos da (re)ocupação das terras ao norte do Estado. Contudo, a produção do discurso “Norte do Paraná” buscou promover um amplo conjunto de ideias e imagens sobre a região que visava produzir e consolidar um imaginário de que o processo ocorreu de modo pacífico, com uma estrutura racional e ordenada. Esse contexto fundamenta a pesquisa “À margem do visível: a reemergência de memórias e trajetórias de mulheres ao longo de uma pesquisa com imagens no Distrito de Maravilha”, construída em interlocução com mulheres negras e brancas, migrantes ou de família migrante, que tiveram as suas trajetórias (in)visibilizadas pela história oficial do estado. Ao considerar as disputas políticas que envolvem os processos de construção da memória, entende-se que as mobilizações e os agenciamentos produzidos pelas fotografias, integrantes de álbuns de família das interlocutoras do estudo, podem se configurar como práticas de contramemória e como uma possibilidade de reemergência da memória coletiva local. Nesse contexto, este texto busca apresentar uma metodologia de conjunto, denominada como fotrica, destinada ao trabalho de memória realizado a partir da articulação de fotografias e relatos orais, para subsidiar o cruzamento de memórias, trajetórias e imagens de mulheres que compartilham uma territorialidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cinema e ativismo no Recife Contemporâneo: interpretação histórico- antropológica sobre uma ativação de circuito cultural urbano e audiovisual

Fabiano Lucena de Araujo (UFPE)

O presente artigo apresenta uma discussão sobre a formação de um circuito cultural urbano no Recife e área metropolitana, dando destaque para a constituição da cena audiovisual como linguagem e interesse orientador de uma modalidade de ocupação espacial na cidade e sua emergência a partir do contexto contemporâneo. O estudo deriva de uma imersão etnográfica

do autor, requisito da pesquisa de doutoramento em antropologia, entre os anos de 2016 e 2020, onde constatou-se o relacionamento entre as táticas ou demarcações socioespaciais, empregando os termos usados por Michel de Certeau e seu desdobramento em Rogério Proença Leite, e a dimensão do ativismo, enquanto reivindicação estética e política de um uso da cidade e de questionamento da cultura dominante por parte de uma fração da classe artística e intelectual. Este setor articulou-se, contemporaneamente, a partir do contexto de redemocratização, o que suscitou uma cena videoativista e cineclubista no final dos anos 80, associada ao mangubeat nos 90, posteriormente convertida ao formato digital na década de 2000. Palavras-chave: Direito à cidade; Cinemas de Rua; Ruínas; videoativismo; Cena Mangu

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_37_15068236_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memória em movimento: resgate de trajetos e práticas ilhota, território negro mítico de Porto Alegre/RS, a partir de fotografias de acervo

Felipe da Silva Rodrigues (UFRGS), Elisa Algayer Casagrande (UFRGS)

O presente artigo busca relatar o processo de elaboração de uma crônica videográfica que objetiva um resgate da memória, dos caminhos e de práticas da antiga Ilhota, um significativo território negro na história de Porto Alegre/RS, bem como de seus habitantes. A crônica fotográfica foi concebida a partir da animação de coleções fotográficas obtidas de acervos museais específicos da cidade, como, por exemplo, Museu de Porto Alegre Joaquim Felizardo, Memorial do Legislativo do RS e Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV/PPGAS/UFRGS), e reunidas a partir do método de convergência (Eckert & Rocha, 2013). A ideia foi criar uma narrativa que evidenciasse os aspectos da Ilhota, bairro agora desaparecido, e que, de certa forma, trouxesse à tona o cotidiano dos seus moradores. O roteiro que resultou neste material foi baseado nas narrativas de Mestre Borel (Walter Calixto Ferreira), obtidas através de entrevistas realizadas pela Profª Drª Ana Luiza Carvalho da Rocha. Essas entrevistas, juntamente com outros materiais, contribuíram para a produção do documentário "Memória do Trabalho na Cidade de Porto Alegre", uma peça importante do acervo BIEV. No seu depoimento, Borel relata detalhes dos trajetos da população local até o Mercado Público, utilizando barcos como meio de transporte para chegar aos seus locais de trabalho. A crônica videográfica se fundamenta na análise dos registros temporais dos processos de retificação do Arroio Dilúvio e da construção da Avenida Ipiranga, eventos que resultaram no desaparecimento da Ilhota e em uma drástica transformação na paisagem urbana de Porto Alegre. Estas intervenções urbanísticas se somam aos projetos de remoção da população negra de certos espaços da capital gaúcha, como é o caso do Projeto Renascença, que se aplicou à região mencionada e transferiu os habitantes da Ilhota para o bairro da Restinga. No entanto, apesar das tentativas de apagar a presença da população negra da memória coletiva da cidade, a Ilhota, assim como outros territórios emblemáticos, permanece viva na memória da cidade e de seus antigos moradores. A ideia é que esse material possa atuar como uma forma de contrapor essas narrativas de apagamento e evidenciar os conflitos socioambientais e raciais presentes em Porto Alegre ao longo do tempo. Para pensar o contexto e a memória da cidade nesse contexto,, traremos partes desses depoimentos e dados da memória urbana, para falar

sobre os personagens presentes nas imagens, sob o olhar da Antropologia Urbana e da Antropologia Visual, utilizando a etnografia da duração, proposto por Eckert e Rocha (2013).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_562_21639320_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Exu nas escolas”

Francisco Gleidson Vieira dos Santos (Universidade Estadual Vale do Acara)

Este trabalho versa sobre a produção de um documentário de curta metragem intitulado “Caminhos de Exu”. Faz parte de um processo de pesquisa cujo objeto é o discurso religioso público, observado por meio da produção de uma série de documentários de curta-metragem sobre as religiões afro-ameríndias, destinados aos professores e alunos do ensino básico. A escolha das temáticas dos filmes e a produção é compartilhada com os sujeitos religiosos, pais e filhos-de-santo do “Centro de Umbanda Rei Urubatan da Guia” e do “Terreiro de Candomblé Iemanjá Ogunté”. A temática escolhida para o primeiro filme versa sobre Exu, a parti da cosmologia umbandista. Embora existam diversos filmes produzidos sobre a entidade, chegou-se à conclusão da importância desta produção, tendo em vista ser direcionado para o público escolar. Tal conclusão reverberou no desafio de encontrar uma linguagem verbal e imagética adequada, que preserve os aspectos ontológicos pertinentes ao universo religioso afro-indígena, mas que seja inteligível para a sociedade englobante, uma vez que os filmes se propõem a serem instrumentos de diálogo, em função dos altos índices de racismo religioso no ambiente escolar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da futilidade à potência em "Legalmente Loira": análise fílmica como recurso educacional para o ensino de socioantropologia

Gabriel Cortezi Schefer Cardoso (UFRGS)

Este trabalho tem como objetivo apresentar um projeto de análise fílmica voltado para o ensino de socioantropologia no Ensino Médio, que tem como conteúdo “identidade e diversidade cultural”, conforme especificação da Base Nacional Comum Curricular (2018). Utilizando-se da obra cinematográfica “Legalmente Loira” (2001), apresenta-se uma proposta didática que utiliza o filme para refletir sobre questões de identidade, cultura, diversidade e diferença, temáticas centrais do ensino de socioantropologia. A fim de proporcionar um ensino que movimentava a imaginação sociológica (Mills, 1982), a análise do filme usufrui de recursos sociais que permitem com que os alunos imaginem e fabulem a realidade, dispondo-se a pensar e refletir como os conceitos de teorias socioantropológicas são mobilizados na obra, tendo em vista que a personagem principal se choca com culturas distintas entre as universidades da Califórnia e de Nova York. Para fins didáticos e metodológicos, a aula irá expor trechos do filme para gerar debates seguidos por perguntas norteadoras. Entende-se, portanto, que apesar do filme parecer fútil, sua narrativa é imbuída de discussões sobre a vida social, tornando potente o uso didático de recursos da indústria cultural, principalmente de filmes mainstream, que atravessam as vidas dos estudantes. Além disso, acredita-se na necessidade de criação de aulas que contemplem as realidades sociais dos estudantes, a fim de proporcionar uma educação

que esteja engajada com temáticas de interesse dos jovens, e que movimente seus mundos sociais, com o intuito de compreender e interpretar as temáticas sociais por óticas críticas das produções audiovisuais. Por fim, este projeto reafirma as teorias de didáticas que usufruem de materiais alternativos ao ensino tradicional, como a análise fílmica, que contribuem para maneiras de imaginar o social de forma criativa estimulando a participação dos estudantes e favorecendo a compreensão de teorias complexas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_140_60954952_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um defeito de cor: Reflexões sobre o racismo na fotografia analógica a partir do caso dos “Shirley Cards”

Gabriel Nunes da Silva (esta)

O presente trabalho se propõe a analisar uma das maneiras como o racismo se manifesta na fotografia através da análise do que foram as cartelas de calibração de cor para revelação de fotografias analógicas introduzida pela Eastman Kodak Company nos anos 1940, conhecidas popularmente nos Estados Unidos como “Shirley Cards”. As cartelas possuem a função de calibrar e padronizar as cores, particularmente tons de pele, no processo de revelação e ampliação de negativos fotográficos por laboratórios da Kodak. Os cartões receberam seu apelido em referência a mulher que estampa a primeira versão da ferramenta, Shirley Page. O tom de pele de Shirley, mulher branca, era utilizado como o instrumento oficial para a calibração de cores e ajustes de tons de pele em todos os laboratórios da empresa que foi a maior companhia de produtos fotográficos do mundo, revelando um viés racial na própria constituição da fotografia enquanto suporte, técnica e mídia. Esta comunicação visa retomar as discussões e críticas já levantadas vários intelectuais acerca das problemáticas que podem ser observadas a partir da questão dos Cartões Shirley e os impactos que esse viés racial pode ter conferido a relação histórica entre as populações negras do mundo e a fotografia. Pretende-se também ensaiar sobre estratégias de superação desse viés empregadas por pessoas negras na fotografia e possíveis reverberações desse caso na fotografia digital e no trabalho de artistas negros e negras na contemporaneidade. O trabalho visa compreender como esta querela aparece e é discutida nos campos dos estudos das relações étnico-raciais e das imagens.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Revisitando fotografias documentais a luz de Henri Cartier-Bresson e outros autores.

João Piuzana Rosa (UFMG)

Desde minha entrada na graduação tive a oportunidade, em especial através da minha orientação junto do docente, etnólogo e fotógrafo Rogerio Duarte do Pateo, de aprender sobre fotografia. Inicialmente, mergulhei no âmbito técnico das câmeras e do tratamento das imagens, e posteriormente o lado teórico do fazer fotográfico através de uma disciplina sobre Narrativas Fotográficas na Antropologia, ministrada por Rogerio. Nesse cenário, o ano de 2023 foi muito produtivo pensando nas práticas visuais, uma vez que integrei uma série de trabalhos de campo, atividades extensionistas e eventos acadêmicos, contemplando as áreas da Antropologia e

Arqueologia, como fotógrafo, direcionando meu trabalho sempre em um viés documental. Em especial, me aproximei das proposições de Henri Cartier-Bresson, renomado fotógrafo francês responsável por desenvolver a temática do instante decisivo, isto é, aquele momento onde a composição do que se tenta fotografar está em uma harmonia única, onde o fotógrafo vê e faz ver determinados acontecimentos através justamente destes instantes decisivos. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é compartilhar uma série de meus registros e refletir sobre estes por meio de Bresson, mas também acionando conceitos e bibliografias como série e sequência, abordado por Inês Bonduki em seu trabalho sobre Nathan Lyons, o Verdadeiro Fotográfico de Rouillé e o Artista como Etnógrafo de Hal Foster; possibilitando assim uma ampla reflexão sobre o potencial das visualidades dentro da nossa área do conhecimento, pensando principalmente no aspecto interdisciplinar Antropologia/Arqueologia presente na UFMG.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre fotografias e memórias: notas sobre a circulação das imagens técnicas na cidade de Mamanguape-PB

José Muniz Falcão Neto (UFPB)

Este trabalho tem como objetivo analisar dados, coletados para pesquisa de doutoramento em Antropologia, sobre circulação de fotografias antigas da cidade de Mamanguape - PB na rede mundial de computadores. Através do contato com antigos fotógrafos nesta cidade, pretende-se discutir como as fotografias do passado tem circulado no universo digital, em especial nos aplicativos que buscam simular redes sociais. Como os usuários destes programas compartilham imagens? Em que medida foram responsáveis pela digitalização? Como tratam da questão da autoria fotográfica nos seus compartilhamentos? Que tipo de narrativas e interatividades tais imagens agenciam e até que ponto esse tipo de circulação ajuda a refletir sobre a construção de uma memória fotográfica histórica no vale do Mamanguape. Tratando-se, pois, de uma etnografia das práticas fotográficas e da sua circulação em ambiente digital, busco analisar duas entrevistas realizadas com dois antigos fotógrafos deste município, no sentido de explorar algumas questões em seus relatos, desde a atribuição de autorias, contextos retratados e experiências da profissão de fotógrafo no século XX no vale do Mamanguape - PB. Nesse movimento, entre as vozes dos antigos fotógrafos e os conteúdos visuais e verbais das postagens de imagens nas redes sociais, são despertadas reflexões antropológicas em relação à fotografia antiga, sua circulação e os processos de colonialidade na constituição de uma memória visual na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_367_48675028_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens e instalações de resiliências: o experimentar de uma professora da/sobre a EJA
Katiuci Pavei (Professora)

Busco com esse trabalho apresentar experimentações na produção de grafias como fotografia e instalação, enquanto formas de expressão e comunicação. Parto da visão circunscrita pela minha experiência pessoal, enquanto professora de Ciências Sociais/Sociologia, de uma escola

pública, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Tal proposta surgiu da necessidade de conhecer as alunas/os/es da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. Sentia que, para estabelecer uma relação dialógica, precisava propor iniciativas que abordassem suas percepções sobre o retorno à escola e ao cotidiano escolar. A escuta dessas pessoas sobre suas trajetórias, bem como os enfrentamentos diários por estarem estudando e trabalhando (ou procurando trabalho), tendo uma gama de responsabilidades, engendrou um repensar sobre a minha prática docente. Também fez surgir a vontade de produção de visualidades para externalizar meus sentimentos e minhas reflexões sobre o próprio status social que a EJA e seu público discente tem no nosso país. Comecei a criar imagens e, por meio do sensível, fui experimentando narrativas visuais que tentassem abordar temáticas como evasão e regresso escolar; desafios da condição estudantil e trabalhadora; autorretratos; caminhada etnográfica estudantil pelo colégio no turno da noite. Tais ensaios, junto com uma outra proposta de produção de autorrepresentação discente, compõem o Projeto de Extensão Imagens e Retratos de EJA (@imagens_e_retratos_eja). Aqui pretendo socializar imagens das instalações “O que me arrancou da escola”, “Porque voltei a estudar”, “Mesas Estudantis-Trabalhadoras” que foram montadas no próprio colégio e depois fotografadas por mim. Também a série fotográfica “Mãos Estudantis-Trabalhadoras”. Utilizei o ambiente da sala de aula, artefatos da cena escolar como mesas-cadeiras, cadernos, quadro, bem como objetos representativos das temáticas abordadas, na tentativa de trazer fragmentos narrativos e expressar de forma figurada situações. Essas instalações foram remontadas com manuscritos, fotos, áudios e vídeos em exposições realizadas em diferentes espaços culturais da cidade (MARS, Pinacoteca Ajuris, Espaço Força e Luz, UFCSPA, UFRGS) e na VII ALA, com o intuito de levar a discussão para além dos muros escolares e ampliar a visibilidade social da EJA. Nesses eventos locais convidei estudantes para falarem sobre si e suas histórias, pois foi junto com elas/eles que consegui realizar essas produções. Vale registrar que, movida pela força coletiva dessa ação, lancei-me a retomar neste ano a minha trajetória acadêmica, ingressando no curso de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação da professora Fabiene M. V. Gama (NAVISUAL).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_182_26796971_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Fotografia no Tempo e o Tempo do Outro: Notas etnográficas sobre álbuns de fotografia de família

Kennedy Anderson da Silva Valério (UNIFESP)

Fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento que se propõe a discutir sobre como álbuns fotográficos de uma família negra, interiorana e pobre podem desvelar memórias, vivências e poéticas que perpassam as relações sociais desta família. Este resumo trata-se de uma pesquisa que é construída numa relação em que as fotografia de família e meus interlocutores, as guardiãs dessas imagens, são minhas parentes-interlocutoras. Dessa maneira, nos propomos à reflexão que parte dos apontamentos de Johannes Fabian (1983) sobre o Tempo e o lugar do Outro na pesquisa etnográfica. Nos indagamos aqui, sobre as possibilidades e limites da crítica feita por Fabian. Uma vez que ocupo o lugar de parente-pesquisador, questiono aqui, em que medida a

crítica de Fabian acerca da noção de Tempo pode ser incorporada em uma pesquisa etnográfica que pensa a partir dos/com os álbuns de fotografia da mesma família do pesquisador, em outros termos, refletimos como se mobiliza a noção de temporalidade e outridade, a partir das imagens e de uma relação etnográfica em que o pesquisador é alguém de dentro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_751_33042295_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fotografar, esquecer e revelar: fotografias e outros registros de ausência e presença em uma monografia.

Mariana Ribeiro de Oliveira (UFRGS)

Em março de 2023 me dirijo à capital portenha com o objetivo de iniciar uma possível pesquisa de graduação. A procura de materiais que demonstrassem a presença do meu objeto que viveu e estreou-se como escritora há dez décadas atrás nessa cidade. Encontro seus arredores, as publicações de seus colegas e amigos, os locais que frequentava e centros culturais nomeados após seus contemporâneos. Mas em Buenos Aires, nessa cidade que se lembra tanto, havia uma presença que parecia só existir para mim, e como se documenta a ausência? Quando a luz encontra a película do filme através do obturador, não há dúvidas da captura, mas só se descobre posteriormente o que foi encontrado. A procura de María Luisa Bombal, é uma tentativa de experimentação através da fotografia, montagem e colagem do primeiro contato com o campo que se tornaria trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A busca pelas palavras dessa escritora surrealista chilena mas que se fez em diversos países, especialmente na Argentina, e compôs uma das grandes cenas literárias da América Latina. Publicou na revista Sur e escreveu obras consideradas, atualmente, vanguardistas do realismo mágico latino americano. Uma figura enevoada de escândalos, contradições e categorias estratégicas para sua definição tanto nas áreas acadêmicas quanto artísticas. Este material acabou se distanciando dos conhecidos estudos de trajetórias com fotografias meramente acompanhantes do processo, ou da conversão da arte em artigo de uso (Sontag, 2020). Se tornou uma oportunidade de trabalhar com essas imagens pela beleza da faísca do momento obtido (Breton, 1972), ao encontro com as palavras de Bombal, no contexto da cidade de Buenos Aires. Assim como a própria tentativa de um possível resgate, que também havia ficado apenas na pretensão, os filmes revelados elucidam a possibilidade do viver depois de esquecer. Seja pela demora do processo de transformar o negativo em foto, ou por uma artista assombrada pelo constante fantasma desse esquecimento, em suas obras, seus testemunhos e suas biografias desenvolvidas anos após sua morte. O encontro das fotografias com as palavras de Bombal abriu caminhos de intersecção, para um estudo sobre esta escritora em conjunto da sua obra, entendendo como a separação do artista e de seu trabalho raramente é benéfica, pois é possível encontrar fragmentos de Bombal em suas produções, se levados a sério e compreendermos suas devidas agências. O viver depois de esquecer pode ser entendido pela ressignificação da relação com os fragmentos distribuídos que são mantidos nos mais diversos formatos, no começo eram os romances de Bombal, depois as fotografias de campo, para o material desenvolvido pela montagem e agora esta pesquisa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_281_30935713_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Mal de Família": perspectivas e articulações entre cinema de horror, família e parentesco

Mário Ferreira da Silva (UFRGS)

Este trabalho versa sobre movimentos, articulações e imbricações entre a família, sua representação e [re]criação dentro do cinema, focando especificamente no cinema de horror enquanto gerador, formador e [de]formador (Grunvald, 2016) de família. O cinema de horror enquanto um objeto antropológico, nos permite analisar diversas formas pelas quais as famílias são construídas e [des]construídas em tela; o horror enquanto gênero, produz brutalidade mas também produz tensões e emoções pungentes, que permitem não só nos atermos a esses filmes como um espelho nefando da realidade, mas como um reflexo implacável, o qual tal fabulação traz com sangue e medo, laços de parentesco que se cristalizam tanto em tela quanto no nosso tecido social. Inspirado no estudo que Rose Satiko Hikiji (1998) faz da representação da violência no cinema para a pensar dentro da sociedade, aqui coloco o foco no horror para analisar de que formas as famílias são articuladas, representadas e enquadradas dentro desse gênero fílmico. Fazer essa etnografia fílmica (Reyna, 2019), não é apenas ser espectador do filme, não fazer apenas uma etnografia da tela mas fazer parte da narrativa, estar no mundo-película convivendo com esses personagens acompanhando-os durante o percurso fílmico. Assim, o cinema é o locus, a gênese imagética para estudar as formas de ser e estar enquanto família, às pensando dentro de um devir do seu fazer-família (Grunvald, 2021), constituídas no seu fazer e não como algo já dado e concreto, monolítico. A película, ao retratar diversos modelos e formações familiares não apenas articula as formas que as famílias são retratadas na tela, seja para cristalizar formatos já prescritos na sociedade quanto para ressignificar e dar um novo molde para relações de parentesco. O filme, neste caso, é tanto o objeto de estudo quanto a tecnologia que produz as famílias e a realidade social, o locus de estudo e a gênese produtora de família.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_637_58387017_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turmalina Paraíba e os olhares possíveis da alteridade na Feira de São Cristóvão

Nicolas Alexandria Pinheiro (UFRJ), Fernando Cordeiro Barbosa (UFF)

No início do ano de 2003 começamos a filmagem do Turmalina Paraíba, que tem por objetivo registrar um processo de mudança em pleno desenvolvimento: a transformação da Feira de São Cristóvão em Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, ocorrida em setembro daquele ano. A relevância deste documentário está relacionada à importância cultural e social da Feira de São Cristóvão e ao impacto desse processo de mudança na vida social dos agentes sociais, os migrantes nordestinos, que mantêm uma estreita relação com este espaço na Cidade do Rio de Janeiro. A mudança não foi radical no que se refere à localidade, uma vez que a feira continuou a ser realizada no Campo de São Cristóvão, só que não mais ao redor do Pavilhão de

São Cristóvão e sim no seu interior. Contudo, o de fora para dentro, não é um deslocamento espacial desprovido de significações. O "lugar", conforme aponta Bourdieu, é definido pela relação entre as estruturas do espaço físico e as do espaço social, assim, estar dentro, em oposição a estar fora, apresenta graduações de uma certa ordem. Esse processo de mudança foi captado pelo filme: a razão da mudança, como foi o processo, quem se beneficia, quem é prejudicado, os prós e os contras, os pontos de conflitos entre os diferentes agentes sociais que estão direta ou indiretamente ligados à feira: feirantes, frequentadores, moradores do bairro, habitantes da cidade e representantes do poder público. As oposições tradição/modernização, primitivo/civilizado e atrasado/desenvolvido são os referenciais teóricos do filme. No ano de 2023 o documentário foi finalizado. Os motivos da demora foram diversos, mas foi compensada pela emocionante primeira exibição, que ocorreu em outubro de 2023, 20 anos após o início das filmagens, na Praça Catolé do Rocha, conhecida como Praça dos repentistas, na Feira de São Cristóvão. Os convidados para a exibição foram os feirantes, artistas e frequentadores que participaram das filmagens, bem como seus familiares e amigos, por conta inclusive de alguns já terem falecido. Se reverem 20 anos depois na tela do cinema, ou verem os familiares ou amigos falecidos, bem como ver a antiga feira e esse processo de mudança foi muito emocionante para o público presente. O filme, que tem uma estética voltada à emoção, bem como sua exibição em um espaço, que é referência de trajetórias sociais, cumpriram a missão que havia sido desenhada desde o início do projeto fílmico: ser a expressão de uma despedida e uma forma de lembrança. Nesse sentido, nosso trabalho traz uma discussão sobre as possibilidades de diálogos sobre olhares postos pela produção fílmica e suas interações com os próprios sujeitos retratados, procurando contribuir com o debate sobre a produção de imagens como suporte privilegiado em pesquisas etnográficas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_403_30616933_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da imagem dos vaqueiros de gibão ao NOSSO ENTES

Pablo B. Pinheiro (UFRN)

Neste trabalho, abordo questões importantes para minhas investigações pessoais e acadêmicas sobre a imagem, tendo como base minha experiência com os vaqueiros de gibão de Acari, no Rio Grande do Norte, e a utilização de imagens na ação expositiva "NOSSOS ENTES" de 2019. Minha jornada começou como fotógrafo curioso e evoluiu para um fotógrafo-antropólogo após o mestrado em Antropologia Social na UFRN, sob orientação da professora Dra. Lisabete Coradini. Ao longo de mais de 13 anos, estabeleci vínculos e estratégias de pesquisa de campo, percebendo um olhar antropológico desde 2010. Neste ensaio, busco construir um caminho que une minha experiência no campo das imagens com textos que fortalecem a reflexão. A antropologia visual serve como ponto de partida para observar as imagens e seu contexto, enquanto a abordagem de objetos e artefatos artísticos ajuda a compreender e contextualizar as imagens produzidas. Destaco a influência de autores como Alfred Gell, Els Lagrou e Howard Morphy, este último especialmente no debate sobre estética transcultural, que me inspira a investigar a imagem no projeto "NOSSOS ENTES". É importante contextualizar esse projeto e a ação para entender como as imagens estão posicionadas tanto no campo real quanto no

simbólico, e como as figuras humanas se relacionam com essas imagens. Ainda há muito a ser explorado nesse "entre" a imagem e o humano, um espaço desconhecido que oferece possibilidades metodológicas e teóricas. Embora seja possível focar nas potencialidades da antropologia para a imagem ou nas pessoas envolvidas, como os "Guardiões das Imagens", pretendo concentrar-me nesse espaço intermediário ainda inexplorado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_463_60246434_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrimônio Mundial na Ilha de Moçambique: os desafios da produção compartilhada de imagens no trabalho de campo

Pedro Henrique Baima Paiva (NIPAM-UFG)

O trabalho de campo é uma etapa fundamental para a pesquisa antropológica, pois em termos de posição epistemológica, a antropologia se caracteriza pelo relativismo, valorizando o discurso do nativo e preterindo quadros de interpretação e análise mais gerais e universalizantes. Conforme José Guilherme Magnani, a etnografia, seu método tradicional, é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados compartilhando seus horizontes numa relação dialógica de troca, comparando suas próprias representações e teorias com as deles, para então refletir e partir para um modelo novo de entendimento, ou ao menos, partir para uma pista nova. Nesse sentido, em minha pesquisa de doutorado, optei pela produção compartilhada de vídeos e a produção de fotografias durante o trabalho de campo em 2019 na Ilha de Moçambique. A Ilha de Moçambique é um lindo recife de corais com 445 km² a 15° de latitude Sul caprichosamente deitado à frente da baía de Mussuril na Província de Nampula, região norte de Moçambique. Estrategicamente localizada no caminho das rotas marítimas que por séculos atravessam o Oceano Índico, Omuhipiti, como pode ser chamada localmente, é considerada um sítio maningui nice em qualquer lugar em que você perguntar pelo país, mesmo que seu interlocutor nunca tenha pisado lá. Com a área peninsular delimitada como Patrimônio Mundial, toda a cidade da Ilha de Moçambique, que é composta por 08 bairros na ilha e outros 25 bairros no continente, ligados por uma ponte de um pouco mais de três quilômetros inaugurada em 1967, vive cotidianamente atravessada pelo título concedido pela Unesco em 1991, assim como pelos sentidos que são atribuídos aos lugares e as emoções de vivê-los. Tendo em vista o processo de gentrificação e de degradação ambiental provocados pela política de turismo e de restauro dos imóveis patrimonializados, optei pela produção de uma caderneta de campo virtual com imagens, a produção compartilhada de vídeos de cunho etnográfico com interlocutores e a realização de uma oficina sobre o método da Câmera Participante com alunos da Universidade Lúrio na Ilha de Moçambique. Portanto, nesse artigo pretendo apresentar as dificuldades e as potencialidades da metodologia escolhida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_112_28027160_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens como testemunhas, instrumentos e atores de uma pesquisa etnográfica visceral

Rose-France de Farias Panet (UEMA)

A comunicação pretende abordar a compreensão e a concepção do uso do audiovisual e da fotografia, como ferramentas da pesquisa social e sobretudo etnográfica à partir de experiências pessoais durante o período do trabalho de campo com os Kanela-Ramkokamekra para a elaboração da minha tese de doutorado. Abordarei o uso de câmeras fotográfica e filmadora, na produção de imagens e de filmes etnográficos como instrumentos de pesquisa bem como a metodologia antropológica e sua influência no cinema etnográfico. A câmera fotográfica e a câmera de filmar registraram inúmeras cenas no trabalho de campo de duração de 9 meses, e assim como utilizadas na antropologia desde o final do séc. XIX enquanto recursos de análise cultural por Franz Boas, M. Mead, Gregory Baterson, Jean Rouch, me servi desta metodologia para revisitar as imagens produzidas. A materialização dessas imagens contribuiu não apenas para a elaboração da pesquisa, mas foram além de instrumentos, importante material com o qual produzi diversos filmes e exposições fotográficas, hoje suportes e janelas de observações disponíveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por entre fotos e Deuses: Uma etnografia visual em terras pagãs

Sâmara Vanessa Nascimento Costa (UFPB)

Em uma dimensão epistemológica do imaginário e do sagrado, pensamos a imagem como elemento de pesquisa e transitamos por diferentes representações que se entrelaçam a manifestações artísticas; entre elas pinturas, esculturas, fotografias, e construções de sigilos através de conexões mediúnicas. A imagem aqui, atravessa o sensível e acessa uma dimensão de “seres outros”. Entendemos assim o lugar da imagem como um lugar de fenômeno e de sujeito de conhecimento. A presente pesquisa debruça-se em uma investigação sobre cultos neopagãos na região da mata de cocais, tendo a Vila Pagã - santuário politeísta localizado na zona rural do município de José de Freitas - PI, como locus da pesquisa. O grupo de neopagãos que ocupam e vivem a Vila Pagã, constroem o Paganismo Piaga ou Piaganismo, que é compreendido como um movimento cultural, identitário e religioso. O Piaganismo segue três princípios básicos comuns às tradições neopagãs: o politeísmo, a conexão com a natureza e o culto à ancestralidade. Este também é denominado como “o culto mágico da terra e dos espíritos do lugar”. (NOLÊTO, 2015, p. 13). A “terra” e o “lugar”, fazem referência à localização do meio que é sacralizado; a natureza é o lar de diversos animais da região e também a casa de diferentes “seres outros”; divindades, encantados e elementais. É importante frisar que os grupos neopagãos precisam reconstruir suas liturgias que foram violentadas pela colonização cristã, que por diversas vezes demonizaram, marginalizaram, e reduziram à categorias de lendas divindades pagãs. Assim, a pesquisa também vai se enlaçando a reflexões sobre os processos colonizadores que ainda afetam e deturpam diferentes práticas, religiões e modos de existir. Nesta pesquisa busca-se compreender como o paganismo piaga constrói um elo entre a materialidade religiosa, o meio ambiente e a identidade regional, tendo vínculos com práticas e cultos que vão em direção a uma força contra-hegemônica, e um movimento de reavivamento de cultos pagãos. Além disso apostamos na dimensão epistemológica do imaginário, da arte e do sagrado, pensando a imagem (fílmica e fotográfica) como elemento de pesquisa. Através do universo Piaga compreendemos que a dimensão do invisível não se aparta do mundo material,

tornando-se assim um campo riquíssimo de aprendizagem para se pensar imagem e cosmologia. Esta pesquisa é uma construção etnográfica com os Piagas. Sua metodologia é composta de produção de imagens, observações e entrevistas, explorando os recursos da subjetividade. A reflexão teórica se baseia em: CAIUBY NOVAES, Sylvia(2021); FREUND, Gisèle(1983); GAMA, Fabienne(2009); KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce.(2015); KOURY, Mauro (2014); KRENAK, Ailton.(2020); OLIVEIRA, João Pacheco(2018); SANTOS, Antônio Bispo(2015), etc.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_249_41479091_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Método autoetnográfico e processo de criação fílmica: relato-reflexivo sobre a experiência com a ficção documental Matriarcas da Serra

Simone Marques de Moura (PUC MINAS)

O trabalho relata o processo de pesquisa que culminou na produção da ficção documental "Matriarcas da Serra" lançado em 2023 e dirigido por cineastas negras, faveladas, belo-horizontinas. O longa, resultado de pesquisa documental e de campo, realizada entre 2018 e 2019, é protagonizado tanto à frente, quanto atrás das câmeras por mulheres étnica e etariamente diversas que têm em comum morarem no Aglomerado da Serra (BH/MG). Na obra, as participantes contracenam com atrizes profissionais, também moradoras do Aglomerado, encenando seus dramas, experiências e histórias, numa proposta que articula fabulação e realidade. A partir dessa contextualização sobre o filme, o objetivo deste relato-reflexivo é relacionar conceitualmente algumas questões relativas à criação artística colaborativa e a autoetnografia, enquanto método de pesquisa e sistematização de dados, impressões e ideias que emergiram durante o itinerário de pesquisa e também de feitura da obra audiovisual digital e independente. O relato e as reflexões nele tecidas terão como base teórico-metodológica as contribuições de Reed-Danahay (1997) e Ellis e Bochner (2000), dentre outros(as), que articulam filme e autoetnografia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do Berço ao Túmulo: um olhar etnográfico sobre o "lixo" - Simone Portela de Azambuja, Navisual/UFRGS/RS; Alexsânder Nakaóka Elias, Navisual/UFRGS/RS, NIISA/Unimontes/MG

Simone Portela de Azambuja (Agapan), Alexsânder Nakaóka Elias (Pesquisador), Alexandro Cardoso (UFRGS)

Resumo: Desde tenra idade sempre fui fascinada por tudo que dizia respeito ao elemento água. Ela representa 70% dos nossos corpos (LOTE, 2012) e 70% da superfície do planeta (PRESS et al., 2006). Deste percentual, aproximadamente 3% são de água doce. Numa caminhada pela orla da cidade, observando o vai e vem das ondas do Guaíba, vejo o que restou de um bebê de plástico se movimentando em suas águas. Há quem diga que o primeiro plástico do mundo ainda existe e que ou ele está poluindo alguma região do planeta ou, no melhor cenário, foi transformado em um brinquedo, um produto ou o que for. A sociedade humana consome cerca

de 400 milhões de toneladas de plástico por ano (United Nations Environment Programme, 2021). Ele está em nossas casas, nos solos, nas águas, na forma de grandes ilhas como no Pacífico ou na forma de microplásticos nos líquidos que ingerimos. As imagens trazidas neste estudo foram realizadas durante o curso “(Des)Montagens como Modos de Conhecimento” que realizei no Núcleo de Antropologia Visual na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação de Aleksânder Nakaóka Elias, o qual ocorreu de 14 de março a 4 de abril de 2023. O processo de produção de meu trabalho, tentava refletir porque não só o plástico, mas o “lixo” em geral, se tornou tão presente em nossas vidas. Os problemas relacionados à geração, acondicionamento e destinação final do “lixo” têm sido vinculados ao processo de passagem da humanidade à vida em grupo e a sua fixação em determinados lugares, agravando-se com o acelerado desenvolvimento de muitas comunidades humanas. Por outro lado, a emergência da civilização industrial, o acelerado crescimento urbano e rural e a desconsideração em relação à variável socioambiental nos planos de desenvolvimento, são fatores que provocaram expressivo aumento da geração de resíduos sólidos. O “lixo” é a expressão de uma sociedade. Sua composição e o tratamento recebido por parte das pessoas denuncia o tipo de sistema sob o qual elas estão submetidas e reproduzem, e a relação deste com a natureza. Neste contexto, este estudo buscará interpretar a complexidade da relação entre a humanidade e a produção de resíduos, com uma abordagem centrada em um caso específico: Porto Alegre (RS, Brasil). Ao observar esta realidade local, do ponto de vista imagético e contextual, esperamos trazer as intrincadas teias que conectam as práticas de produção e destinação final de resíduos sólidos à escala global. Um caso tão particular como o de nossa cidade carrega consigo reflexões que transcendem fronteiras, refletindo desafios enfrentados por comunidades em todo o mundo. Esta análise detalhada não apenas evidenciará as peculiaridades locais, mas pode vir a contribuir para uma compreensão mais profunda da complexidade relacionada a esta temática.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_229_10287756_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Devolver, compartilhar ou restituir? Entre fluxos de colecionamento de imagens e a construção de narrativas etnofotográficas no litoral norte da Paraíba

Yuri Schönardie Rapkiewicz (UFPB)

Este estudo etnográfico busca investigar as práticas e fluxos de colecionamento de imagens em Rio Tinto - PB, uma cidade universitária, localizada no litoral norte da Paraíba, marcada por uma ancestralidade fabril e indígena. Partindo da perspectiva do Grupo de Pesquisa Antropologia Visual, Artes, Etnografias e Documentários (AVAEDOC), vinculado ao Laboratório de Antropologia Visual da Universidade Federal da Paraíba (ARANDU), nosso objetivo é compreender as múltiplas racionalidades e subjetividades envolvidas no processo de constituição e divulgação de acervos fotográficos de interesse antropológico, tanto públicos quanto privados. Ao mapear os fluxos de colecionamento de imagens, buscamos realizar uma cartografia colaborativa e identificar as redes de colecionadores de imagens locais, investigando como seus acervos visuais são formados, mantidos e compartilhados ao longo do tempo. Além disso, abordaremos as reverberações sensíveis e políticas dessas práticas colecionistas quando associadas à construção de narrativas visuais emergentes em Rio Tinto - PB, reconhecendo a

vivacidade desses acervos fotográficos e a multiplicidade de usos e sentidos atribuídos a essas imagens, por diferentes detentores, tais como memorialistas locais, antigos fotógrafos da região, operários aposentados da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT) e seus descendentes, entre outros narradores. Ademais, discutimos como as práticas de devolução, compartilhamento e restituição de imagens, no formato de exposições etnofotográficas, legitimam o ato da curadoria compartilhada como uma estratégia dialógica, criativa, ética e responsável, de produção e divulgação científica em Antropologia Visual. Isso nos permite reconsiderar criticamente as tradicionais lógicas de acervo, salvaguarda e expografia etnográficas, assim como refletir sobre o papel do antropólogo nesse contexto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_13_64354292_16.pdf

GT 007: Antropologia Biológica e interfaces biologia e cultura: história, pesquisas atuais e perspectivas futuras

Desde suas primeiras investigações, na primeira metade do século XIX, até o presente, a Antropologia Biológica brasileira tem se apresentado multifacetada, com uma profusão de estudos com reconhecida inserção na comunidade antropológica internacional. Não obstante, são ainda escassos os espaços de discussão que abordem as interfaces entre Ciências Biológicas e as Ciências Humanas no país, marca da Bioantropologia contemporânea, incluindo em um mesmo fórum pesquisas realizadas em Etnobiologia, Antropologia Ecológica, evolução biocultural, Antropologia Forense, Bioarqueologia, Antropologia Genética, Socioecologia da Saúde, Primatologia, entre outros campos correlatos. Sempre orientado pelas recentes e cada vez mais proeminentes discussões em torno do que se tem chamado internacionalmente de uma Antropologia Integrada, em que perspectivas teórico-metodológicas de mais de um campo da Antropologia e áreas afins são postas em diálogo, este GT, nesta terceira edição, segue com o propósito de se consolidar como um espaço aberto, dentro das RBAs, a investigações de natureza teórica, experiências em trabalho de campo, bem como relatos de iniciativas institucionais, que contemplem os aspectos históricos, os múltiplos temas atuais, as perspectivas futuras e, sobretudo, as possibilidades de diálogo entre Biologia e Antropologia no e a partir do Brasil.d

Coordenação

Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ), Pedro Jose Tótora da Glória (UFPA)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/438_87041679_456098.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre o Futuro dos Mortos de Mazagão Velho: pesquisa sobre a relação entre uma comunidade no Amapá e remanescentes humanos

Aline dos Santos Coutinho (UNIFAP)

É reconhecido que o registro bioarqueológico representa uma importante fonte de informações sobre os modos de vida de indivíduos ou coletivos humanos. Ao passo que a relação entre

Bioarqueologia e comunidades contemporâneas se desenvolveu principalmente focada sobre os aspectos legais e éticos da pesquisa, ainda temos poucos exemplos ou propostas de trabalho que articulem arqueólogos e comunidades para o estudo de remanescentes de corpos humanos. No início dos anos 2000, a vila de Mazagão Velho, no Amapá, foi objeto de pesquisa focada na escavação da área onde outrora esteve localizada uma igreja do período pombalino. Além da base, alicerces da edificação e de centenas de objetos, a escavação coordenada por pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco resultou na exposição de mais de oitenta sepultamentos humanos. A época, a partir de uma decisão em conjunto entre comunidade, pesquisadores e agentes estatais, optou-se pela construção de um pequeno mausoléu no interior do cemitério São Benedito e a realização de um novo sepultamento dos corpos. Embora Mazagão Velho tenha sido alvo de inúmeros estudos – muitos dos quais voltados ao problema das intrincadas camadas que formam a identidade local – a relação que essa comunidade mantém com os remanescentes humanos do mausoléu de São Benedito restava por ser estudada. Uma sondagem inicial apontou para diferentes interpretações e perguntas que emergem entre as pessoas de Mazagão Velho. Questões sobre a identidade negra ou portuguesa dos remanescentes de corpos humanos coexistem com o receio de que a realização de pesquisas sobre os esqueletos impliquem em sua saída e/ou extravio da comunidade. Nesta pesquisa, chamamos atenção para o fato de que a pesquisa arqueológica em Mazagão Velho está imersa em um contexto social complexo e que envolve pesquisadores, o poder estatal e uma comunidade atuante e preocupada com o futuro dos mortos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_178_92685855_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Como a mãe sabe que o seu bebê está bem? Uso de antropometria e comportamento infantil pelas mães da Amazônia urbana.

Ana Carolina da Silva Brito de Azevedo (Programa de Pós-Graduação em Antropologia), Talita Cestonaro (USP), Pedro Jose Tótora da Glória (UFPA), Barbara Piperata (Ohio State University)

Os seres humanos são resultado de processos bioculturais, uma vez que aspectos biológicos e culturais são interligados e possuem impacto na construção dos processos de saúde e doença, nos auxiliando na compreensão do desenvolvimento humano. Este trabalho investiga as ferramentas utilizadas pelas mães para avaliar o estado de crescimento e bem-estar dos seus bebês. Para isso, utilizamos do aporte metodológico misto na obtenção dos dados. Para os dados quantitativos, coletamos medidas antropométricas do peso e comprimento de bebês nos nove primeiros meses de vida, que participam de um projeto maior, que visa analisar os impactos ecológicos e culturais na formação do microbioma intestinal infantil. Para os dados qualitativos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as mães, para compreender sua percepção sobre saúde dos seus bebês. Os resultados quantitativos demonstraram que ao nascer, 94% dos bebês estavam com comprimento adequado para a idade, 89,3% estavam com peso adequado para comprimento e 97% estavam com peso adequado para a idade (n= 188). No primeiro mês, 77,5% dos bebês apresentavam comprimento adequado para a idade; 81,4% apresentavam peso adequado para comprimento e 63% apresentavam peso adequado para idade (n=120). No

terceiro mês de vida, 68% dos bebês apresentavam estar com o comprimento adequado para a idade, 87% com peso adequado para comprimento e 73% com o peso adequado para idade (n=120). Ao nono mês, os bebês apresentavam adequação de 79% de estatura para idade, 86,8% com peso adequado para comprimento e 80% estavam com peso adequado para idade (n=144). Além disso, constatou-se através dos dados qualitativos, que as mães obtêm informações sobre o crescimento antropométrico de seus bebês através das visitas pediátricas de rotina, que por sua vez, utilizam-se da Caderneta de Saúde Infantil, distribuída amplamente pelo governo federal, em hospitais públicos e privados, como uma ferramenta para avaliar se a criança está inserida nas normas de crescimento ideal segundo a OMS. Para além disso, as mães também avaliam o bem-estar por meio de comportamentos esperados para cada idade, moldados culturalmente. Bebês que são mais ativos, interagem com outras pessoas, brincam, se interessam por alimentos, são bebês que são considerados sadios na perspectiva materna. Com base no exposto, a avaliação sob o viés biomédico é importante, mas a percepção materna sobre os comportamentos esperados de seus bebês é essencial para compreender a complexidade do que seria um bebê saudável na Amazônia urbana.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Bioantropologia e Antropologia Forense na Identificação Humana e Efetivação de Direitos

Ana Cláudia Goes Rocha (UFMS), Priscila Lini (UFMS)

As mudanças de ordem social, políticas e intelectuais ocorridas durante o século XVIII foram catalisadoras para o surgimento da antropologia como disciplina. Inicialmente, concentrando-se em categorizar e explicar as diferenças entre grupos humanos com base em critérios raciais hierárquicos, fundamentados em ideias deterministas e racistas. A partir do século XX, a antropologia passou por uma transformação, especialmente devido a avanços na genética e herança humana, influenciada também pelos eventos ocorridos ao redor do mundo especialmente na primeira metade do século. Essa mudança resultou na virada da Antropologia Física, que se tornou a Bioantropologia, focando na compreensão da diversidade humana como um todo e no tratamento adequado dos mortos. No Brasil e na América Latina, a Bioantropologia, incluindo a Antropologia Forense, desempenhou um papel essencial em investigações legais, na compreensão de populações e na preservação da história, e especialmente no movimento que busca por verdade e justiça para os países que enfrentaram ditaduras militares. A institucionalização dessas disciplinas levou ao desenvolvimento de métodos e materiais específicos para a identificação de restos humanos, usando critérios como estatura, idade, sexo/gênero e ancestralidade, juntamente com a análise de lesões, traumas e patologias. Esses métodos combinados permitem a identificação de indivíduos desconhecidos, a resolução de casos criminais e a documentação de violações de direitos humanos. Consequentemente, há a necessidade de estudar a Bioantropologia e a Antropologia Forense no século XXI, estabelecendo padrões apropriados para análise e perícia, com ênfase no papel fundamental dessas disciplinas na efetivação dos direitos humanos e na preservação da dignidade humana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_664_32371260_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Integração ou Isolamento? O caso dos caçadores-coletores do Deserto do Kalahari.

Daniel Pereira Rocha (UFSB)

Esse ensaio pretende retomar parte do pensamento antropológico que se desenvolveu ao longo do século XX em relação aos San, que são grupos de caçadores-coletores habitantes da África Austral. O intuito é analisar o entrelaçamento entre teorias antropológicas, perspectivas históricas, estudos arqueológicos e análises biológicas que levam a eleger essas populações como aquelas sociedades que estariam mais próximas do que seria a sociedade “primitiva” ou “originária” da humanidade. Logo, busca-se problematizar em que medida essas pesquisas e análises podem soar contraditórias ao mesmo tempo que um determinado imaginário científico-social sobre essas populações.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_887_31630695_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Medindo lacunas: os debates recentes sobre a origem e evolução da linguagem e a sobrevida da tensão natureza/cultura em Antropologia sociocultural

Diego Ferreira Marques (UFBA)

Nas últimas três décadas, pelo menos, o problema da origem e evolução da linguagem, outrora tomado com certa desconfiança apriorística, constituiu objeto de crescente interesse em diferentes domínios das Ciências Naturais e das Ciências Humanas, engendrando numerosos esforços de pesquisa multidisciplinar e impactando diferentes áreas de conhecimento. Seja por meio da intensificação de estudos de campo em primatologia, pelo desenvolvimento de modelos computacionais e de experimentos fundados em teorias dos jogos ou pelo aparecimento de novas vertentes analíticas em ecologia linguística, por um lado, seja, por outro, pela emergência de novos conjuntos de evidências relacionadas à evolução do comportamento linguístico em campos como a genética, a arqueogenética e a neurolinguística, dentre outras inovações teórico-metodológicas, a transformação do estatuto epistêmico dessa questão tem suscitado incontáveis debates, polêmicas e mesmo a revisão de modelos interpretativos gerais em Biologia Evolutiva. De forma aparentemente paradoxal, contudo, embora a reflexão atual sobre a evolução da linguagem tenha implicações significativas sobre a forma com que, historicamente, a Antropologia definiu em termos conceituais grandes problemas como a natureza própria e típica das culturas humanas e/ou do simbolismo, esse novo afluxo de pesquisas sobre o tema em tela parece não gerar uma reação proporcional no campo da Antropologia sociocultural. Se grandes modelos teóricos em Linguística tiveram, ao longo do século XX, uma força geradora que desencadeou o aparecimento de diferentes correntes de pensamento em Antropologia sociocultural (desde o relativismo boasiano ao estruturalismo e ao interpretativismo), a investigação recente sobre a origem e evolução da exaptação linguística parece não conseguir ter o mesmo sucesso em ingressar na agenda daquele campo, independentemente de seus diferentes contextos regionais, nacionais ou institucionais, malgrado os empreendimentos de alguns pesquisadores individuais e/ou grupos pontualmente situados. Neste trabalho, pretende-se desenvolver uma revisão crítica e sistemática suscinta de

pesquisas multidisciplinares sobre a origem e evolução da linguagem, oferecendo uma espécie de estado da arte sobre a questão, bem como, para além da mera alegação de "biofobia" por parte das Ciências Sociais e/ou da controvérsia em torno ao "evolucionismo", discutir as potenciais razões dessa lacuna de diálogo e integração efetiva ao debate por parte de uma maioria expressiva do campo da Antropologia sociocultural.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aspectos da oposição natureza/cultura em Jane Goodall

Gláucia Oliveira da Silva (UFF)

O trabalho explora uma mudança que ocorre hoje nos campos da biologia e da antropologia social, sinalizando um intento comum de transcender os efeitos heurísticos da oposição entre natureza e cultura. Enquanto o neo-darwinismo atribui importância exclusiva às variações de frequências genéticas e às mutações aleatórias para a explicação do processo evolutivo, correntes não-hegemônicas da biologia privilegiam a capacidade de comunicação intra e inter-específica para o entendimento deste processo. A antropologia, ao se satisfazer com o equacionamento entre cultura e capacidade de simbolização como manifestações especificamente humanas, abre mão de uma articulação mais abrangente não só da compreensão do fenômeno cultural, mas também da reinserção das sociedades humanas na natureza. Para discutir a eventual possibilidade de convergência entre os paradigmas da biologia e da antropologia social, me apoio em textos da primatóloga Jane Goodall interrogando em que medida a sua primatologia é também uma etnografia, no sentido moderno do termo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Modelagem baseada em agentes, complexidade e antropologia ecológica no estudo da agrobiodiversidade

Juan Sebastián Felipe Olmos Núñez (USP)

A mudança climática e a crise da biodiversidade são só alguns dos perigos mais imediatos causados pelo impacto das ações antrópicas no planeta. Com o objetivo de afrontar as novas crises, mudanças sistêmicas e profundas são necessárias (DÍAZ et al., 2019; IPBES, 2019). Nesse sentido, as abordagens que consideram as interações entre o ser humano e seu meio ambiente são cruciais. Dentre as principais áreas dedicadas ao estudo da interação entre o ser humano e o meio ambiente, a antropologia, a ecologia, a biologia e a ciência política são as mais representativas; muitos dos debates são aprofundados especialmente pela antropologia ecológica. Em todo caso, para abordar esse objeto de estudo tão interdisciplinar é fundamental responder à pergunta sobre como considerar a imensa e crescente complexidade de relações entre o ser humano e o meio ambiente (BRONDÍZIO; ADAMS; FIORINI, 2017). Este texto procura ressaltar uma das respostas a essa pergunta: a Modelagem Baseada em Agentes. Neste trabalho é proposta a Modelagem Baseada em Agentes como uma solução no problema da integração balanceada das variáveis ambientais, culturais, políticas e históricas no estudo da antropologia ecológica e/ou ambiental (BRONDÍZIO; ADAMS; FIORINI, 2017); aqui é sugerida a técnica de modelado computacional como uma ferramenta para o estudo das zonas limítrofes entre a antropologia e a biologia. A potencialidade do método radica nas

oportunidades que abre para a antropologia, em geral, e para a antropologia que pesquisa as interações entre os humanos e não humanos, em particular. Após uma introdução sobre o tema da minha pesquisa (a agrobiodiversidade), as aproximações teóricas relevantes (sistemas socioecológicos e a complexidade) e a técnica utilizada para responder essas questões (Modelagem Baseada em Agentes), pretendo mostrar as potencialidades da utilização desse tipo de modelagem computacional no estudo da agrobiodiversidade e nos trabalhos referentes às interações entre o ser humano e o meio ambiente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_964_13770393_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Disposições naturais e dispositivos de saber: pressupostos, processos e rendimentos de produções contemporâneas das ciências biológicas sobre gênero e sexualidade

Larissa Tanganelli (Fundação José Luiz Egydio Setúbal)

Esta comunicação tem como tema a centralidade concedida às dimensões biológicas em debates políticos e científicos contemporâneos sobre sexualidade e identidade de gênero. Nas últimas décadas, pesquisas genômicas e de outros campos das ciências biológicas têm alcançado culturalmente lugar de destaque e legitimidade para tratar da “natureza humana” e algumas de suas vertentes teórico-experimentais têm investido particularmente sobre a produção de estudos que visam explorar as “causas” ou “natureza” da sexualidade e identidade de gênero. Ao tomar “genes” e outros índices de produção de sujeitos e corpos como hormônios, órgãos anatômicos (cérebro ou sexo) ou dimensões fisiológicas - entre outros compreendidos enquanto estruturas elementares determinantes da constituição do humano e índices de suas disposições sexuais -, a produção contemporânea das ciências biológicas entrecruza dimensões de natureza e cultura, humanidade e animalidade, gênero e sexualidade, ou seja, binômios caros às reflexões antropológicas que classicamente se debruçam sobre a articulação destas temáticas e problemáticas. Tendo como objeto produções das últimas cinco décadas de campos diversos das ciências biológicas sobre gênero e sexualidade, esta comunicação busca identificar alguns questionamentos caros à reflexão antropológica no que se refere à universalidade e particularidade, a perspectivas deterministas ou interacionistas (ao que é tomado como dimensão biológica em relação àquela tida como cultural), a dicotomias que são reativadas ou atualizadas como dado e construído, inato e adquirido, fenômeno natural e experiência social. Essa comunicação aposta na potencialidade da antropologia em contribuir para a reflexão dos saberes produzidos pelas ciências biológicas, levando em consideração, por exemplo, a compreensão da medida em que as evidências encontradas pelas ciências biológicas harmonizam com o que é culturalmente relevante e sancionado, e o que isto nos permite refletir sobre a “objetividade” dos dados. Esta reflexão se mostra importante uma vez que as ciências biológicas são constitutivas do pensamento moderno e ocidental e, portanto, se apresentam como um campo social e cientificamente autorizado a produzir verdades sobre o humano e algumas das suas disposições, entre as quais gênero, sexualidade, comportamentos e a natureza e naturalidade dos corpos. A partir deste levantamento, a proposta é também considerar que os produtos discursivos destas investigações ultrapassam as esferas de produção científica e

suscitam controvérsias públicas que aglutinam atores sociais heterogêneos, trazendo à tona disputas que têm lastro histórico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_650_05373243_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Devir-fungo: experimentações etnográficas com fermentações

Melanie Theresia Peter (UFAM)

O que podemos aprender com o fazer mundos dos fungos e das assembleias constituídas por eles junto aos humanos e às miríades de outros seres? É possível experimentar uma antropologia micelial? Será essa antropologia um caminho apoiado nos traçados enquanto hifas que se agitam e transmitem mensagens inevitáveis entre espécies animais, vegetais e fúngicas? Afinal, esses aglomerados de estruturas em constante processo de ramificar-se sabem quando mudar as rotas, se necessário, perfuram rochas e assim criam paisagens impensadas. Porque as margens, indomáveis, como as descreve Anna Tsing, estão sempre em movimento. São fluxos reencontrados entre linhas de existência. Os questionamentos levantados por essa pesquisa/ensaio/experimento visam sinalizar a insurreição fúngica em curso e destacar processos dentro dos quais substâncias e palavras ainda podem transformar, fermentar. A partir da descrição de exercícios com fungos e de um apanhado sobre estudos etnomicológicos e processos fermentativos, sobretudo na amazônia, visa-se especular uma virada fúngica na antropologia. Parto de algumas das muitas etnografias de povos do Rio Negro - essa gente de transformação -, para esboçar os caminhos de investigações em torno da fermentação multiespécies dos caxiris. Confluências chegam então para uma experimentação etnográfica da feitura de um caxiri de cará roxo junto a indígenas do povo Tukano e ao testemunho de um encontro entre artistas e cientistas em uma residência a bordo de um barco laboratório que deslizou por paisagens amazônicas durante a expedição fungicosmology.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_619_13382166_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Usos e ressignificações do Cemitério da Soledade em Belém do Pará sob uma perspectiva biocultural

Pedro Jose Tótora da Glória (UFPA)

O cemitério da Nossa Senhora da Soledade é considerado o primeiro cemitério público da cidade de Belém do Pará, tendo sido inaugurado em 1850. Ele foi criado como parte de um movimento higienista de mudança dos enterros feitos próximos às igrejas para o enterro em locais distantes dos centros urbanos, buscando evitar o contágio por sucessivas epidemias que assolaram a cidade durante o século XIX, tais como a febre amarela e a cólera. O Cemitério da Soledade foi oficialmente desativado em 1880, porém continuou fazendo parte do imaginário da cidade na forma de relatos de visagens e na frequente visita da população para a adoração de santos populares. Reconhecido como local de relevância paisagística, arquitetônica e histórica, ele foi tombado pelo IPHAN em 1964. Em 2023, foi inaugurado um parque aberto ao público como resultado de um projeto de restauro e conservação realizado pela Universidade

Federal do Pará em parceria com a Secretaria de Cultura do Estado do Pará. O presente trabalho objetiva descrever os usos e intervenções no Cemitério da Soledade sob uma perspectiva da arqueologia mortuária e da bioarqueologia, considerando os elementos biológicos e culturais. Foram investigados 31 jazigos, representando locais de sepultamento de membros de famílias nobres de Belém, através de metodologias de mapeamento do interior dos jazigos por croquis, documentação fotográfica e descrição das estruturas, objetos e remanescentes humanos presentes em seu interior. Os seguintes resultados podem ser destacados: i) os jazigos apresentaram danos estruturais tais como marcas de infiltração de água, portas danificadas, rachaduras e descascamento nas paredes, resultando em camadas de sedimento no chão, folhas, galhos, raízes, e manchas esverdeadas; ii) A maioria dos sepultamentos eram secundários depositados em urnas de ferro e pedra, e em casos raros de madeira, sendo detectados também caixões de madeira violados, possivelmente utilizados para enterramentos primários; iii) Houve violação sistemática das urnas e gavetas mortuárias resultando em ossos espalhados no chão e nas prateleiras, fragmentação óssea, e ossos escurecidos, esverdeados e esbranquiçados; iv) Foram encontrados sinais de uso dos jazigos para fins rituais tais como velas derretidas, marcas escurecidas nas paredes, e estruturas rituais com presença de frascos de vidro com ervas, velas em forma de caveira, ossos humanos e de animais e cartas com dizeres. Esses resultados indicam que o Cemitério sofreu processos de abandono, deterioração, invasão de elementos naturais, violações e utilização como espaço de ritualização popular, indicando uma complexa relação de processos naturais e humanos, incluindo ressignificação de seu espaço.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Bioantropologia e Urbanismo: desafios para a integração entre saúde e ambiente no contexto urbano amazônico.

Uriel Melquisedeq Lopes Coelho (UFPA)

Nos últimos anos, a Bioantropologia tem dedicado diferentes esforços para contemplar visões mais integrativas em suas teorias e métodos, buscando investigar questões relevantes acerca das interações entre aspectos biológicos, a sociedade e a cultura humana. Dentre estas abordagens, a perspectiva ecológica tem ganhado cada vez mais destaque frente a desafios como a crise climática global, tema este que também tem levado as comunidades, bem como os gestores e planejadores urbanos de todo o mundo a buscarem novas soluções para os problemas decorrentes das relações entre a sociedade e o meio ambiente, tarefa esta, que, no entanto, enfrenta ainda inúmeras barreiras. Considerando este cenário, este trabalho busca estimular uma maior aproximação entre os campos da Bioantropologia e do Urbanismo, identificando potenciais de complementariedade entre as suas abordagens que apontem também para soluções às atuais problemáticas de saúde vividas no espaço urbano amazônico. Para tanto, toma-se como referência um estudo de caso realizado entre os anos de 2023 e 2024 em um bairro periférico da cidade de Belém- PA, utilizando-se também de revisão de literatura, análise de dados secundários, técnicas de geoprocessamento e observações diretas a fim de instruir uma narrativa capaz de evidenciar algumas das lacunas e afinidades existentes entre estes dois campos, bem como ampliar os olhares acerca da influência do ambiente urbano na saúde humana. Argumenta-se que este olhar é relevante, pois além de aproximar campos comumente

vistos como distintos, nos permite também encaminhar propostas de planejamento urbano mais sintonizadas com as demandas de saúde específicas das comunidades periféricas da região amazônica, contribuindo, portanto, para criar um cenário de maior estímulo ao desenvolvimento de políticas públicas mais democráticas e inclusivas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A institucionalização da Antropologia Biológica no Pará: recapitulação histórica e apontamentos preliminares

Verlan Valle Gaspar Neto (UFRRJ)

Em sua primeira parte, esta apresentação traça o histórico da criação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGA-UFPA), em 2010, concebido para, entre outras coisas, abrigar, institucionalmente, a Antropologia Biológica. Tendo como inspiração o modelo institucional norte-americano, internacionalmente conhecido como Antropologia dos quatro campos (Antropologia Sociocultural + Linguística + Bioantropologia + Arqueologia), a sua gestação e inauguração se deu, curiosamente, num momento em que esse modelo era alvo de ataques e debates públicos naquele país. Em sua segunda parte, a apresentação traz a lume um conjunto de apontamentos preliminares sobre o funcionamento deste Programa após mais de uma década desde a sua criação. Baseados em fontes documentais e entrevistas com bioantropólogos do PPGA-UFPA, esses apontamentos tocam na questão de se, passado todo esse tempo, os objetivos inicialmente previstos foram parcialmente, totalmente ou mesmo não alcançados.

GT 008: Antropologia da Arte

O GT visa a reunir pesquisas, em andamento ou concluídas, voltadas às searas do campo da Antropologia da Arte, em um sentido amplo. O desiderato é abranger pesquisas etnográficas, documentais ou bibliográficas, de distintos subcampos, de modo a produzir debates e dar saliência a uma série de produções acadêmico-científicas desenvolvida nas últimas décadas na antropologia. Pretendemos reunir trabalhos e pesquisas sobre: audiovisual, imagem e som; performance, ritual, dança e teatro; poéticas, literaturas e artes verbais; artes plásticas, patrimônios e museologia; etnomusicologia. A vasta abrangência do GT foi propositalmente assim pensada, de modo a mapear uma série de fenômenos (fatos e feitos), que está abarcada, em nossa forma de organização social, pela seara que nomeamos de “arte”. Uma das frentes é dar destaque a pesquisas, em médio e longo prazo, das referidas áreas, contemplando trabalhos tanto em contextos modernistas (urbanos e euroamericanos), quanto em povos tradicionais, originários (etnológicos). Esperamos que os trabalhos do GT permitam, em comparações, provocar torções de perspectiva articulando modos empíricos teóricos não canônicos no campo da “história da arte”.d

Coordenação

Kleyton Rattes Gonçalves (UFC), Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)

Debatedor(a)

Leonardo Carvalho Bertolossi (UFRJ), Daniele Borges Bezerra (UFPEL), Paulo Maia (UFMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem é esse Palhaço que chega ao espaço do cuidado? Unindo pontos para uma compreensão antropológica de sua performance e ritual.

Aldenildo Araujo de Moraes Fernandes Costeira (UFPB)

O presente trabalho consiste em um exercício de compreensão do palhaço na contemporaneidade, que se manifesta em diversos espaços da vida cotidiana. Além disso, representa um ensaio para a escrita de um capítulo destinado a esse arquétipo na minha tese, que atualmente está em fase de pesquisa de campo. Esta tese é intitulada "O PALHAÇO CUIDADOR: um estudo etnográfico do cuidado em saúde" e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia da Universidade Federal da Paraíba - PPGA-UFPB. Para realizar este exercício, faço um breve relato da trajetória histórica do palhaço, descrevendo sua presença em diferentes espaços e épocas. Em seguida, aproximo-me de alguns estudos antropológicos sobre rituais de cura conduzidos por dois antropólogos: Ernesto De Martino, que estudou o processo ritualístico do Tarantismo, e Victor Turner, que analisou o artefato/personagem Kavula no ritual Chihamba dos povos Lunda-Ndembus. Continuo buscando compreender a dimensão corêutica do Tarantismo, fazendo uma aproximação com as produções de Rudolf Laban, que ao se interessar pelos estudos do movimento, desenvolveu a Coreologia, construindo assim uma metodologia própria. Retorno a Victor Turner, desta feita para fazer uma aproximação do Drama Social no processo saúde-doença, tentando compreender as quatro fases desenvolvidas por ele na teoria do Drama Social, e como podemos remetê-las à vivência do adoecimento. Sigo com Tim Ingold, ao estabelecer o olhar do Palhaço Cuidador que relaciona-se com o Drama Social do adoecimento, como algo implicado em uma máxima inserção e observância aos acontecimentos e numa perspectiva da antropologia da vida. Por fim, concluo com as Teorias do Iniciador e do Guru de Frederik Barth, apresentando elementos essenciais para a formação do Palhaço Cuidador em um processo de ritual de iniciação que propicia o desenvolvimento desse papel social. Busco assim, por meio de aproximações com determinadas teorias e conceitos de alguns autores, compreender o papel do palhaço que chega à palhaçaria do cuidado, refletindo sobre suas ações ritualísticas em práticas diversas e na prática de cuidado, por meio desse exercício. As hipóteses formuladas dizem respeito às bases antropológicas do palhaço, à utilização do drama social como uma ferramenta analítica para compreender o processo saúde-doença/adoecimento, à metodologia de formação do Palhaço Cuidador no contexto da figura do iniciador e à prática desse ator social dentro da perspectiva de uma antropologia ecológica. Nesse contexto, acredito que minha abordagem encontra ressonância na Antropologia da Arte, explorando as interseções entre a performance do palhaço e as expressões artísticas, oferecendo uma perspectiva única sobre as relações entre arte, ritual e cuidado em saúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_743_92357525_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A macumba lírica de Lívio Abramo: traduções visuais do sagrado afro-brasileiro

Alexandre Araujo Bispo (Aut)

A macumba lírica de Lívio Abramo: traduções visuais do sagrado afro-brasileiro. Em 1951, 1953, 1955, 1957 e depois em 1981, o desenhista, gravador, jornalista, pintor e professor paulista Lívio Abramo (Araraquara 1903 – Assunção 1992) produziu algumas obras em xilogravura (4), linogravura (1), litografia (1), aquarela (1), nanquim e aguada (1), às quais deu o título de Macumba. O elemento comum entre elas é a representação figurativa não realista de mulheres em movimento, dançando, algumas, seguramente, em transe já que esse é um traço, à princípio, particular às religiões afro-brasileiras. Em cada uma das imagens, o artista criou soluções líricas, pouco objetivas, descritivas ou documentais, para abordar um tema ainda hoje rodeado por preconceitos, transmitindo com sedutora precisão a circularidade, a espiritualidade, a transcendência e performance feminina na condução do rito religioso da macumba carioca. Em contato durante dois anos com um terreiro em Duque de Caxias, Abramo fugiu aos estereótipos e à folclorização do rito da macumba encantado que estava pelo movimento, ritmo e suntuosidade do evento sacro. O objetivo desta comunicação é mostrar que a série foi realizada em dois momentos de mudança social na sensibilidade em torno da macumba, na década de 1950 e na década de 1980 quando as religiões afro-brasileiras se apresentavam como uma oportunidade legítima de fé. Em depoimento de 1984, o artista se aproxima dos antropólogos que vão a campo para conhecerem, por experiência e observação, uma determinada realidade cultural e se relacionarem “cientificamente” com a cultura do outro. No contato, eles estabelecem relações de diálogo, experimentam os modos de ser e viver das pessoas em seus contextos de produção de sentido e dão forma a essa experiência por meios como a escrita e a imagem etnográfica. Abramo que admite uma “predisposição natural para tal manifestação”, dá forma a esse contato por meio de técnicas artísticas, transformando o movimento da macumba em linhas, manchas de cor, jogos de claro escuro, gestos cromáticos. Trata-se, portanto, de pensar que macumba é essa que o artista traduziu visualmente ao visitar por dois anos a casa da Mãe de Santo Dona Dalva?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_85_41859193_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Canções de liberdade: as pulsões sonoras do reggae jamaicano como forma de resistência

Anderson de Jesus Costa (IFBA)

O presente trabalho é resultado da minha pesquisa de doutorado sobre o conteúdo político das músicas de reggae jamaicano, e, mais do que isso, sobre uma estética afrodiáspórica. Neste comunicação, me debruço sobre as músicas do reggae jamaicano correlacionando-as com as estruturas de segregação colonial e pós-colonial e suas consequências para o povo negro da Jamaica. O intuito é discutir a maneira como esses contextos se tornaram importantes instrumentos para formação de modos de composição musical, que expressam formas de resistência dessas populações negras e afrodiáspóricas. A partir das produções musicais realizadas por dois dos principais responsáveis pela bases da resistência afrodiáspórica na música reggae jamaicana, Peter Tosh e Bob Marley, busquei debater a relação entre a música

reggae e o contexto social, político e cultural da sua atuação política contestatória. Para tanto, busquei um cenário de diálogo entre algumas composições presentes em dois álbuns de cada cantor, que apontam, de forma latente, a presença de um conteúdo de descolonização e reafricanização dos afrodiáspóricos no atlântico, e as experiências biográficas dos compositores. Atentando para as suas biografias como testemunhos compartilhados das experiências de segregação colonial, mas também, de contestação. Dentro deste diálogo, três temas foram eleitos como eixos de análise: pan-africanismo, anti-racismo e as críticas ao capitalismo econômico e racial. Se, por um lado, optei por interrogar as respectivas músicas em função de uma análise dos conteúdos das letras, em sua forma/conteúdo, a partir da utilização do processo de decomposição da música, por outro lado, investi em um retorno às memórias e experiências destes artistas em trenchtown - gueto Jamaicano. Diante disso, proponho estabelecer uma relação dos conteúdos intra-estéticos da música com as bases de sentido e eficácia outorgadas pelo contexto socio-histórico-cultural, acionado aqui através dos usos de elementos biográficos. Argumento que o reggae se apresentou nos diversos cenários de diáspora africana, como uma sonoridade que diz muito sobre o que é ser um ser humano negro, principalmente, quando se é pobre e constantemente confrontado com a experiência do colonialismo/colonialidade do poder. Proponho pensarmos sobre como a diáspora diz muito sobre o que nós somos, não fazendo parte somente de uma única história biográfica, mas de sentidos sonoros de muitas existências, de pulsões sonoras que não podem ser compreendidas pela estética ocidental.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Paisagens cenográficas nas ruínas da mineração: Arte e natureza nos lugares de ausência do Instituto Inhotim

Carolina Lara de Matos (UFMG)

O Instituto Inhotim localizado no município de Brumadinho, Minas Gerais, propõe um espaço de imersão e experimentação entre obras de arte e jardins paisagísticos explorando a potencialidade da relação entre arte e natureza. Os lugares que surgem dessa proposta tomam as mais diversas formas, colocando as relações entre obras/estruturas expográficas, cultura/natureza e lugar/caminho em evidência. As experiências produzidas pelo museu, únicas em sua estética e múltiplas em seus arranjos espaciais, carregam ausências e presenças e revelam a centralidade de determinados corpos na construção de sua arte. Aspectos do contexto da região e da formação da instituição, eclipsados na produção da experiência, tomaram corpo na minha percepção direcionando o escopo das discussões para as relações entre arte, natureza, capitalismo e colonialismo tendo como eixo a mineração. Esta que, não se emaranha somente com a região de Brumadinho, mas sustenta as bases do museu. O Inhotim tomou a forma de um agente que retroalimenta a estrutura desse capitalismo feral e colonial ao qual estamos imersos, se apropriando até mesmo das críticas e movimentos de resistência a ele na produção de paisagens cenográficas que mascaram esse processo. Esse estudo tem como objetivo analisar a dinâmica das relações - obliteradas ou não - que produzem o Instituto e sua experiência nos moldes que ele propõe, assim como compreender os tipos de arte e natureza que estão emergindo desse lugar. A noção de paisagem percorre o texto enquanto um eixo de minhas

análises dada a sua centralidade nas propostas conceituais do instituto. Nesse sentido, em minhas discussões busquei pintar a paisagem que se formou para mim a partir das ausências e presenças colocadas pelo Inhotim acionando experiências etnográficas, reflexões produzidas anteriormente sobre o instituto e seu contexto social, político, geográfico e histórico e discussões que percorrem os campos de antropologia da arte, da economia e da ciência.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o ofício e a prática: curadoria, o que é, o que é?

Guilherme Viana (UFRN)

O presente trabalho está inserido no campo da antropologia da arte, com objetivo de elaborar uma discussão sobre os ofícios da curadoria, suas tramas, e suas escolhas, partindo dos conceitos de contra colonial, decolonialidade, fabulação especulativa e ficção visionária. Pensar a curadoria por essas perspectivas é propor um fazer curatorial que produz novos repertórios de imaginários, imagens, narrativas, paisagens e sons que fujam das prisões coloniais hegemônicas. É produzir um conhecimento curatorial que consiga fazer modificações nas estruturas institucionais e estéticas - é criar trâmites que possibilitem uma articulação tanto no campo teórico, como na prática, buscando-se um desmonte nas práticas coloniais hegemônicas que ainda persistem dentro do sistema artístico - cultural, político e estético. A cada curadoria elaborada, é possível evocar imagens, sons, textos e obras que manifestam aspectos, sentidos e memórias que em um determinado momento foram tornadas ausentes. Além disso, a pesquisa pensa a curadoria enquanto um espaço de autorização, ou seja, atuar enquanto curador é autorizar e decidir o que deve ser preservado e visto. Diante disso, a curadoria contemporânea de festivais e museus tem se caracterizado pela sua capacidade de legitimação, ou seja, é possível enxergar, a partir dela, como se organizam as relações de poder tanto no campo estético quanto a nível institucional. Nesse sentido, também será incorporada uma discussão das seleções/escolhas de obras e bens culturais, já que pelos os museus e festivais não são uma escolha ingênua, mas sim resultado de uma disputa política.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Artes Indígenas: (des)Caminhos para Novos Olhares, Estéticas e Concepções

Gustavo Santos Moreira Franca (UFMG)

O presente trabalho busca investigar o saber-fazer mobilizado por indivíduos e/ou coletivos indígenas nas suas expressões e estéticas artísticas, explorando as formas como essas manifestações são rearranjadas, propondo sensibilidades e percepções no encontro entre mundos. Pretende-se caminhar na esteira das novas práticas curatoriais e museológicas que estão buscando compor e refletir sobre seus acervos e exposições através de outras perspectivas. As múltiplas expressividades, concepções e relações entrelaçadas na rede obra-autoria-museu-público evocam não somente o conhecimento sobre técnicas e estéticas distintas do ocidente, mas convoca a uma potente reflexão sobre corporalidades, ontologias, relações com seres humanos e não-humanos, transmissão e aquisição de saberes que servem como pilares didáticos-pedagógicos para uma (re)configuração nos modos de pensar, agir e ser moderno-capitalista. Nesse contexto, o Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (MASP) será

central para as proposições e análises discutidas sobre a potência das imagens, tanto pelo fato de seu grande reconhecimento nacional e internacional, quanto por ser um importante fomentador de reflexões para toda a sociedade, tendo realizado feitos como a inauguração de duas exposições e catálogos, MAHKU: Mirações e Histórias Indígenas, em 2023. Essa última contou com a colaboração do Kode Bergen Art Museum, ecoando internacionalmente as produções indígenas de distintos continentes, com curadoria e pesquisadores indígenas. A crescente contínua expressão, valorização e reconhecimento das Artes Indígenas por diversas instituições internacionais torna ainda mais urgente a atenção de olhares da política patrimonial para a conservação, proteção e difusão das tantas possibilidades de bens culturais-artísticos no território brasileiro. Para isso, é preciso um esforço das Políticas de Patrimônio Cultural Imaterial de lançar mão do encerramento em si de conceitos tão relativos, como arte, identidade, circulação, entre outros, visto a especificidade epistemológica e ontológica de cada povo. Por fim, este trabalho busca eleger considerações de grande importância para a reconfiguração e reivindicação das relações que as produções artísticas indígenas evocam, em suas múltiplas formas e suportes. É importante ressaltar que a temática abordada requer uma vasta articulação interdisciplinar, envolvendo disciplinas como Arte, Educação, Museologia e Antropologia. Embora seja reconhecida a impossibilidade de esgotar essa complexa discussão, se faz necessário emaranhar distintos campos no esforço para identificar possibilidades frutíferas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O palco é a rua: Uma etnografia visual em conjunto com artistas de sinal em Recife-PE

Ingrid Rodrigues Cirino (UFPB)

A arte de rua se apresenta em diversos formatos pelas cidades do mundo. A pesquisa aqui abordada foi fruto de uma dissertação de mestrado onde o campo aconteceu na rua e a etnografia foi construída a partir da experiência e vivências de artistas de sinal na cidade de Recife-PE. A ideia sempre foi fortalecer a relação entre ciência e arte utilizando do audiovisual como algo que vai além da entrega de produto final de pesquisa. A arte conversando com a ciência cria possibilidades de levar a pesquisa acadêmica para fronteiras que vão além dos repositórios das universidades, cria diálogos com os interlocutores e a sociedade além das possibilidades de compartilhamento e devolução. Utilizei fotografias e desenhos na dissertação, e produzi um filme etnográfico, onde pude dialogar diretamente com os artistas sobre como eles querem que suas imagens sejam construídas, no caso compartilhei a direção de imagem com Boby Oliveira, um dos artistas de sinal que foi meu interlocutor. Durante a experiência em campo precisei criar estratégias para seu uso na rua e trabalhando com artistas que constroem suas apresentações em menos de um minuto e com inúmeras interferências externas. Aqui, quero dividir alguns aprendizados obtidos durante os meses em campo no sinal com a câmera na mão, e pensar como a junção da antropologia/ciência e arte pode ser algo potente e muito interessante para nossa construção como pesquisadores, e nas relações feitas com os interlocutores. Também no pós pesquisa, pensando no momento depois do filme etnográfico ser lançado em plataformas digitais. Também quero, através das imagens, trazer um pouco do trabalho com a arte de sinal na cidade de Recife e o que isso nos conta sobre a urbanidade na cidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_239_55946895_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A criação de um dossiê temático para o processo de tombamento e patrimonialização do ofício do trabalho informal a partir do uso de carrinhos de mão: um estudo (etno)gráfico sobre os instrumentos com rodas nas práticas s

João Vítor Velame (UERJ)

Entre 2021 e 2023, ao longo de uma pesquisa de mestrado, produzi uma série de desenhos sobre os usos e sentidos atribuídos às coisas com rodas (conhecidos como carrinhos de mão) que são utilizadas por diferentes atores sociais no âmbito de um mercado público e de uma ocupação de catadores, localizados no Bairro dos Estados da cidade de João Pessoa, Paraíba. No ano de 2023, a partir da dimensão rica dos resultados gráficos do trabalho final da dissertação, dei continuidade a esta pesquisa no âmbito do doutorado. Esta pesquisa aqui apresentada trata-se de perambulações e linhas iniciais da minha pesquisa de doutorado a qual está inserida no campo da Antropologia, especificamente na linha de pesquisa "Produções artísticas, Imagéticas e Intelectuais" do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). O principal objetivo é realizar uma análise abrangente dos usos e sentidos atribuídos aos carrinhos de mão, por meio de um estudo etnográfico das práticas socioculturais relacionadas a um mercado público da cidade do Rio de Janeiro, RJ/Brasil. O resultado deste estudo é a criação de um dossiê temático que servirá como proposta crítica o tombamento e patrimonialização dos ofícios de trabalho, tanto formais quanto informais, de diversos atores sociais que fazem uso desses instrumentos em seu cotidiano. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa tem sido fundamentada na pesquisa etnográfica, que envolve observação participante, coleta de relatos orais, uso de diário de campo e diário gráfico, a criação de uma coleção de desenhos etnográficos e o levantamento de dados iconográficos em acervos públicos inspirado em Aby Warburg com seu trabalho "Atlas Mnemosyne". Venho me apoiando nas reflexões inspiradas pelo debate antropológico da década de 1980, nos debates teóricos de James Clifford e George E. Marcus (1983) com Writing Culture e em Roy Wagner (1986), Timothy Ingold (2000), Karina Kuschnir (2016) e Aina Azevedo (2016), influências orientadoras para repensar a criação, desenho e invenção no fazer etnográfico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sapataria Contracolonial: onde a beleza dos ossos é dançada pela terra

Juliana Fonseca Martins (UFMG)

O uso dos calçados, cultura material colonizadora, identificou homens livres e de alto status social, enquanto os pés descalços dos povos originários manifestaram a liberdade de uma relação com a terra em que há sustentação e cuidado mútuo. Meus pés cresceram com ossos fortes e abertos, nutridos no sertão, e encontraram outros parecidos em diferentes lugares e nas cidades, também próximos à terra. A divergência entre as formas de pés e calçados é um fenômeno civilizatório que transcende meus pés, e registrei-a durante a série de performances Gravação de Raízes. Os pares de imagens estão compilados no "Traçado preliminar de uma estética da base", livro que prescinde das palavras no argumento imagético favorável à expansão da sapataria artesanal sob medida. Os registros evocam os tratados de antropologia física para questionar os padrões de fôrmas de calçados que se pretendem "anatômicos", e a



cientificidade de uma indústria que produz tecnologias nem sempre favoráveis à vida, distanciando do que salta aos olhos. Na confluência com os saberes ameríndios e afro-brasileiros, em que estar descalço é prática cotidiana de cuidado com a saúde, instaurou-se esse processo de (des)calçamento que é contracolonial em sua forma, feitiço e circulação. A beleza dos ossos, seu conceito fundador, significa alinhar-se com a anatomia, o caminho de vida, o movimento e a vitalidade. A oficina, espaço de difusão da habilidade de produção, é gerida por relações horizontais de cooperação, que fortalecem a autoridade somática dos participantes. A circulação dos calçados se dá em relação com criantes, híbrido de cliente e criador, ciente da autopoiesis que é a confecção de seus calçados: construção de corpo, educação somática, abertura de caminhos. O tipo de mercado a que se adequam estes artefatos é regido por Exu, como descrito por Flor do Nascimento, em que as trocas não necessariamente trazem benefícios a todos os envolvidos. A metodologia passa pela sustentação do compromisso (po)ético de calçar-me exclusivamente com os calçados que produzo, aferindo o sucesso da produção antes de abri-la a outros e expandi-la ao atender a demanda de criantes e compartilhar as habilidades de confecção. Pelo poder de abraçar e sustentar toda a existência que se manifesta na singularidade do corpo que calçam, os calçados artesanais sob medida foram denominados sapatas. Celebram, através de uma ciência que dança, a força e alegria advinda do contato entre pés e terra, e revelam a comunhão ancestral que abre caminho para a expressividade. Feito de corpo, artefato de uso cotidiano cuja força se ancora em seu vazio, as sapatas deixam-se preencher pela força e beleza dos ossos que se abrem para ser dançados pela terra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_851_39901086_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Gosto e o Gozo do Recalcado: Fragmentos de uma Antropologia Estética Freudiana

Leonardo Carvalho Bertolossi (UFRJ)

O Gosto e o Gozo do Recalcado: Fragmentos de uma Antropologia Estética Freudiana. Essa comunicação pretende apresentar e discutir uma pesquisa em estágio inicial sobre a relação da psicanálise freudiana com o campo das artes visuais. Para tanto, pretendo dialogar com autores como o historiador Carl Schorske, para quem o gosto moral e o gozo freudiano se constitui em sua relação com a materialidade arqueológica clássica e egípcia, e o filósofo Jacques Rancière para quem o inconsciente estético freudiano está enodulado com a poética e a mitologia gregoromana que se desdobram nas teorias do Édipo e do narcisismo. Ademais, se pretende considerar a estética freudiana, sua teoria do desamparo, dos afetos, gozos e das pulsões, na interface com pensadores caros ao pai da psicanálise, como Nietzsche, Spinoza e Hobbes. Por fim, pretendo avançar nessa antropologia estética da psicanálise e pensar as relações de Freud com o movimento artístico surrealista em alguns autores pós-freudianos, assim como a partir do diálogo com a obra das psicanalistas Tania Rivera e Noemi Moritz Kon.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens inquietas: tecendo a(s) história(s)

Letícia Martins Santa Cruz (Aluna)



O trabalho a seguir apresenta algumas reflexões que venho desenvolvendo na minha pesquisa sobre a "imagética do índio do sertão". Partindo de um conjunto específico de imagens de expedição, minha tarefa tem sido lidar de forma bem direta com a interface entre arte e ciência, e sua relação com o saber histórico. Assim, o diálogo entre antropologia e história da arte tem sido bastante fértil no que diz respeito à produção de conhecimento e a constituição de vias alternativas à categorias como "objeto" e "representação". Neste trabalho em específico, gostaria de apresentar um diálogo que faço entre a noção de "imagem lacunar" de Didi-Huberman (2011, 2013, 2017, 2018) e o conceito de "coisa" de Tim Ingold (2012). No primeiro caso, a imagem é pensada não como um objeto total e fechado, cuja apreensão poderia se dá por um conhecimento específico igualmente total, mas antes, como algo em constante expansão, cujos caminhos e relações não cessam de se constituir. Nesse mesmo caminho, Ingold (2012) repensa a produção de conhecimento num ambiente sem objetos, no qual as coisas são priorizadas nos seus fluxos e contra-fluxos, e sua existência tece e é tecida por linhas que deixam diversas "pontas soltas". Diálogos como este tem me ajudado a revisitar essas imagens de expedição com novas perguntas para além do que elas "representam" sobre um contexto histórico específico, e mais em como elas podem nos ajudar, em diferentes configurações, a tencionar a memória iconográfica do Brasil, e assim redescobri-lo de outras formas que redefinam a relação mesma que traçamos entre imagem e tempo, percebendo-as, assim, como "coisas vivas" (Samain, 2012).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_519_93222244_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arte e rituais de luto em contextos de violência: os trabalhos de denúncia e homenagem produzidos pelo coletivo Magdalenas por el Cauca – Colômbia

Natália Guindani (UFRJ)

Este trabalho decorre das análises empreendidas em minha dissertação de mestrado (2018) que teve como objetivo central compreender a relação estabelecida entre arte e memória, em um contexto particular e historicamente delimitado, de violência sistemática. O estudo circunscreve-se sobre as três primeiras obras realizadas pelo coletivo colombiano Magdalenas por el Cauca, entre os anos de 2008 e 2013. A partir de entrevistas realizadas com a dupla de artistas Gabriel Posada e Yorladi Ruiz e da análise do registro documental e visual das obras, evidenciam-se vínculos com trabalhos de memória coletiva, empreendidos na Colômbia nas últimas décadas. Mobilizadas, principalmente, por organizações de familiares de vítimas, com apoio de organizações civis e governamentais, as obras estudadas inserem-se no contexto do chamado 'pós-conflito'. Entende-se que há um conjunto de produções artísticas que foi sendo empreendido no país, cujo foco incidia sobre o trabalho com comunidades de vítimas como meio de visibilizar cenários de violação e sofrimento. Especificamente, o coletivo Magdalenas por el Cauca ao propor obras de intervenção efêmera no rio Cauca – lugar onde a marca da morte violenta está inscrita, formulam seus trabalhos como "intervenções rituais", ao estabelecerem junto às mães e familiares meios de homenagem e denúncia. Ao aprofundar sobre a trajetória percorrida pelo coletivo e seus recursos artísticos, simbólicos e afetivos, encontramos a figura da mãe como o principal símbolo ativado. O primeiro trabalho do coletivo

no rio Cauca, é definido pelos artistas como uma exposição-procissão, um evento ritual em que a memória das mães que perderam entes queridos emerge por meio de balsas que levam seus rostos desenhados em larga escala. Ao utilizarem o rio Cauca como local dessa intervenção ritualizada, os artistas operam com diversos sentidos a partir do reconhecimento da dor e da importância do luto na vida dos familiares que viram seus entes desaparecerem. O rio Cauca, que foi sistematicamente utilizado como ‘fossa comum’, também revelou, ao longo dos anos, vários corpos que haviam sido despejados em suas águas. Dessa forma, entende-se que o trabalho de homenagens nas suas águas é uma maneira de trazer luz a esses casos, ressignificando a memória do horror ali praticado, como um lugar de memória e testemunho. Também compõem as análises trabalhos subsequentes realizados pelo coletivo em colaboração com as mães do coletivo Madres de Trujillo, cidade do Valle del Cauca, onde ocorreu, ao longo de sete anos seguidos, um massacre contínuo. Nessas ações, as ações participativas propostas pelo Magdalena por el Cauca são entendidas como empreendimentos ritualizados de luto e dignificação das vidas atingidas, um meio de tecer resistências contra a barbárie.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões iniciais a partir das relações entre as “imedu/aredu” ou trans/travestis do povo bóe bororo com a pintura/grafismo

Neimar Leandro Marido Kiga (UFG), Neimar Leandro Marido Kiga (UFG)

Este trabalho buscará investigar e compreender as relações existentes entre as “Imedu/Aredu: Homem/Mulher”, (Trans/Travestis) e a prática cultural da pintura/grafismo em dias festivos, eventos e rituais do povo Bóe Bororo. O povo Bóe divide algumas funções sociais entre homens e mulheres. Atualmente, é possível observar e perceber a presença das Imedu/Aredu no que diz respeito a pintura facial e corporal, prática mais comumente realizada por mulheres cis. Tenho como objetivo trazer relatos de pessoas Imedu/Aredu de aldeias e territórios distintos do povo Bóe, a fim de mostrar para sociedade acadêmica e civil a atuação dessas pessoas no âmbito cultural/tradicional, visto que, muitas vezes, não são consideradas pertencentes às culturas tradicionais indígenas. A pesquisa será realizada a partir de entrevistas semi-estruturadas, conversas informais com interlocutoras das aldeias Meruri (T.I Meruri), Apido Paru (T.I Tadarimana) e Arareiao (T.I Teresa Cristina) e a observação participante, bem como literaturas relacionadas ao tema abordado, tais como Lux Vidal em Grafismo Indígena e Lévi-Strauss com Tristes Trópicos, entre outros. Para coleta de mais informações, será possível também o contato e observações pelas redes sociais, tais como Facebook, Instagram e WhatsApp, onde podemos encontrar fotos, áudios, vídeos e textos. Entre os resultados esperados, poderemos ter o empoderamento deste grupo tão estigmatizado pela sociedade, seja indígena ou não. Poderá trazer também mais motivação por parte da autora, das interlocutoras e de outras pessoas em produzir mais trabalhos voltados a valorização deste grupo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Provocações e caminhos entre mundos: a emergência da cena de arte indígena contemporânea no Brasil

Nina Vincent Lannes (iphan)



Este trabalho apresenta algumas reflexões desenvolvidas na tese ARTE, TERRA INDÍGENA. Caminhos e relações da arte indígena contemporânea entre mundos, defendida em 2021, que acompanhou desde 2015 a crescente presença de artistas indígenas do Brasil no mundo da arte contemporânea na segunda década do século XXI. Transitando entre mundos ontologicamente diversos e habitando zonas de contato, suas criações são marcadas pela reverência e reinvenção das cosmologias e estéticas de suas culturas de origem, articuladas com técnicas e linguagens da arte contemporânea. Por meio de uma etnografia multissituada realizada com artistas e curadores em exposições e eventos culturais, discutimos elaborações conceituais, escolhas estéticas, temáticas e trajetórias de vida que configuram um panorama amplo deste território partilhado. A análise de obras de arte e discursos de artistas, permite enxergar estratégias de inserção, subversão, apropriação, colaboração e criação de novos espaços e circuitos de arte. A partir destas criações e processos, destacam-se certos temas, práticas e gestos que podem servir como chave de entendimento deste fenômeno recente, permitindo aproximar alguns trabalhos de artistas e buscar chaves de interpretação que emergem das próprias poéticas analisadas. Assim, nos deparamos com obras-pensamentos que apresentam tradições e inovações por meio da experimentação com grafismo, figuração, técnica e suporte; que constroem um Corpo-terra por meio de performances na confluência arte e vida; que tensionam zonas de contato trabalhando identidade, violência, memória e contemporaneidade; que exploram mitologia, cosmologia, espiritualidade, ancestralidade e naturezas; que se colocam declaradamente como ativismo e buscam uma prática relacional; que se posicionam na História da Arte, seja buscando um lugar ou criando outras histórias a partir deste movimento coletivo de inserção, confrontação e criação. Percebemos que a arte contemporânea tem buscado nos universos indígenas inspiração para repensar o mundo e a sociedade, os efeitos do colonialismo, do capitalismo, do antropoceno e a fronteira entre arte e vida, embora não deixe de reproduzir práticas de expropriação e exotização do "outro". Os artistas indígenas buscam valorizar sua identidade e memória, ocupar espaços de visibilidade e representatividade, criando suas próprias narrativas e provocando transformações no mundo da arte. Fortemente política, a arte contemporânea feita por estes artistas é eminentemente relacional e atua no mundo materializando e mediando redes complexas de relações com o cosmos, os seres não-humanos e com os não-indígenas, abrindo caminhos para outros mundos possíveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Engajamento e Movimentação em 1966-67: Gilberto Gil às vésperas da explosão tropicalista

Orlando José Ribeiro de Oliveira (UESB), Marília Flores Seixas de Oliveira (UESB)

Resultante de pesquisa bibliográfica em que se investiga a relação entre cultura e política no Brasil dos anos 1960, o trabalho utiliza as categorias de engajamento e movimentação, no caso particular do campo da música popular brasileira, para analisar da trajetória do compositor Gilberto Gil, no período que antecedeu a explosão do Tropicalismo. As letras de canções deste período (1965 a 1967) permitem entender o engajamento praticado pelo compositor e a reconstituição de sua movimentação na agitação cultural do eixo São Paulo-Rio ajuda a compreender as condições de produção de sua música, inclusive suas parcerias. Nelas se

evidenciam indícios do quanto havia de antecipação e anunciação da ruptura que viria a seguir, a despeito da ambiguidade de sua movimentação e de sua posição frente à questão dos rumos e embates da música popular brasileira. Os novos termos da relação artista-público, a emergência dos efeitos das novas mídias – com destaque para a TV e sua voracidade idólatra -, a visão crítica da realidade presente, inclusive as ‘realidades cotidianas menores’, em favor de certa brasilidade atualizada, tendo a antropofagia oswaldiana como marco referencial, definiriam, grosso modo, o caráter do movimento tropicalista que, apesar da curta duração (outubro de 1967 a dezembro de 1968), marcaria para sempre a música popular brasileira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_912_50674603_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reativar a catástrofe, descobrir onde pisar: proposições ontológicas no pensamento estético japonês pós-2011

Ryanddre Sampaio de Souza (UFMT)

A presente comunicação pretende apresentar a pesquisa realizada pelo autor, com campo no Japão, durante o doutorado em Antropologia Cultural (PPGSA/IFCS/UFRJ) sob a orientação da Profa. Dra. Els Lagrou e que originou a tese defendida em agosto de 2023. A referida pesquisa objetivou uma análise antropológica acerca das implicações estético-ontológicas em parte da arte japonesa contemporânea produzida após (e compondo com) o triplo desastre de 2011. Tomando como ponto de partida a importância fundamental da arte como forma de compreensão da catástrofe, a etnografia se estabeleceu como o resultado de reflexões produzidas em-e-sobre um campo profícuo de tensões, paradoxos, afetos e traumas cuja potência é situada por uma dinâmica de constantes transformações e ressignificações. Verificou-se que o poder devastador da catástrofe e as consequentes possibilidades de reconstrução – ou reinterpretação – do mundo representaram no Japão uma profunda transformação estética, política e social que pode ser compreendida através das obras criadas no contexto artístico pós-2011, relacionando-se assim não apenas a questões climáticas e ambientais e aos debates contemporâneos sobre o antropoceno, mas também com aspectos sociais, culturais e cosmológicos, reafirmando sua indissociabilidade e possibilitando a reflexão sobre novas formas de existência humana em um mundo devastado. Sugerimos que a arte produzida em-e-sobre o triplo desastre de 2011, através do seu potencial interpretativo e de articulação com os animismos japoneses ressignificados pelos desastres ambientais da história recente do Japão, pode ser entendida como uma forma de resistência, uma subversão da ordem estabelecida pela radioatividade que torna a arte japonesa contemporânea um movimento político e cosmológico em busca de um possível futuro pós-nuclear e menos violento. Busca-se, desta forma, não apenas divulgar os resultados obtidos após a defesa da tese mas, também, articular novas possibilidades de reflexão e atuação no campo da antropologia da arte e dos estudos japoneses no Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Teoria Crítica Racial e a interseção com a história da arte

Tatiane de Oliveira Elias (UFMS)

Esta comunicação pretende explorar as conexões entre a teoria crítica racial na perspectiva de Ruja Benjamin e a interseção com a história da arte, conceitos e imagens artísticas a partir das obras de artistas afrodescendentes como Jonathan Harris, Jonatas de Andrades, Angelica Dass, Kehind Willey. Deste modo, pretende-se abordar como estes artistas desconstroem, com suas obras, as imagens de controle e opressão usadas há séculos enquanto ferramenta de propagação do racismo estrutural. Examinaremos, através da teoria crítica racial, as maneiras pelas quais o racismo está embutido nos sistemas, conceitos e políticas legais. Benjamin, em seus estudos, dá ênfase às leis do Jim Crow usadas no século XIX para reforçar a segregação no sul dos Estados Unidos. A socióloga ainda explica que, na contemporaneidade, o racismo se manifesta de maneira mais sutil, diferentemente do passado no período do Jim Crow. Outrossim, as tecnologias, apesar de parecerem ser neutras e objetivas, estão imbuídas de preconceito por quem as criou. Outra teórica de suma importância é Patricia Hills Collins. Ela explica como as imagens foram usadas para oprimir e controlar os afrodescendentes. A estudiosa propõe a noção de imagens de controle como uma categorização dos discursos circulantes no imaginário social a respeito de mulheres negras, entendendo-as como artifícios designados para fazer as injustiças sociais, sobretudo em torno de gênero, raça e classe, para aparentarem normais, naturais e inevitáveis (COLLINS, 2020). As questões levantadas por Ruja Benjamin e Patrícia Collins são baseadas numa história de desigualdade social, de colonialismo e na herança invisível da escravidão. Elas demonstram as formas como o racismo se manifesta na sociedade, se alterando e se expandindo também no uso de tecnologias, palavras e imagens. As obras de arte a serem abordadas nesta comunicação são exemplos claros de tais afirmações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O pornobomb em desenho: uma etnografia desenhada sobre uma pintura corporal encontrada na socialidade do graffiti

Thayanne Tavares Freitas (UFRGS)

"Meu corpo, eu faço o que eu quiser", e ele jogou a tese "Ah vamos fazer um pornobomb?", essa é uma fala de uma das minhas interlocutoras sobre o pornobomb. O pornobomb é uma pintura corporal diretamente vinculada ao graffiti, majoritariamente, realizada por grafiteiros em corpos de mulheres. Após a realização da pintura são registradas imagens fotográficas que em sua maioria são postadas em redes sociais digitais. A estética dessa pintura se aproxima do que é feito nas ruas, os chamados bombs, tags e personas saem dos muros para serem inscritos nas peles e curvas dos corpos. Como existe esse vínculo com a socialidade do graffiti e pixação, é possível encontrar a prática dessa pintura corporal em vários lugares (inclusive, fora do país), para além do campo proposto nesta pesquisa, porém com denominações diferentes. Em Belém, onde minha rede de interlocutoras foi criada e estabelecida, o termo mais comum é o pornobomb, razão que faz acreditar que este termo seja uma categoria da cena local. Em Porto Alegre, por exemplo, onde realizei o meu doutorado e parte de minha pesquisa de campo, esse tipo de pintura é conhecido por bodypaint. Neste percurso, levo em consideração a minha atuação enquanto artista-pesquisadora (ilustradora e grafiteira), desde o primeiro contato com esse tipo de pintura corporal, o que influenciou na produção de várias narrativas visuais incluindo desenhos e colagens digitais. Durante o período da pesquisa foram produzidas

inúmeras imagens em desenhos que conduziram a investigação de acordo com as reflexões das interlocutoras e o entrelaçamento dos incômodos da pesquisadora, bem como, impulsionado pela experimentação de outras técnicas de desenho no decorrer da pesquisa. Diante do que foi encontrado em campo foi possível propor como reflexão dessa prática o conceito corpo-muro que abrange a complexidade que essas mulheres vivenciaram experienciando o pornobomb, que rompe com a hipótese inicial de uma unilateralidade no conjunto de decisões que se estabelecem antes e durante a pintura, o que nos apresenta uma tensão na disputa de poder de ambos. Nessa comunicação apresento o campo de pesquisa e a metodologia utilizada para desenvolver a minha tese de doutorado, discuto questões voltadas ao corpo, performances de um masculino e um feminino, consentimentos e o conceito corpo-muro. O desenho mobiliza a escrita e vice-versa, criando um movimento contínuo de camadas de imagens que surgem de acordo com as narrativas. Por fim, este trabalho pretende apresentar a minha pesquisa de doutorado com o intuito de ampliar o diálogo sobre a produção de desenhos nas pesquisas antropológicas e como os modos de desenhar acompanham o ritmo da pesquisa de campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um General curador de arte: “A Retirada do Cabo de São Roque”, de Henrique Bernardelli (1927), por Hamilton Mourão

Thayla Fernandes da Conceição (UERJ)

Em 28 de setembro de 2019, por ocasião das comemorações do Bi-Centenário da Independência do Brasil, o ex-vice-presidente e general da reserva Hamilton Mourão fez a seguinte fala em seu twitter: “Na data de hoje, em 1532, o Rei D. João III criava as #capitanias no #Brasil. Descoberto pela mais avançada #tecnologia da época, o País nascia pelo #empreendedorismo que o faria um dos maiores do mundo. É hora de resgatar o melhor de nossas origens.”. No dia posterior, o General segue com pronunciamentos na mesma linha e afirma: “Donatários, bandeirantes, senhores e mestres do açúcar, canoieiros e tropeiros, com suas mulheres e famílias, fizeram o Brasil. Só um povo empreendedor constrói um país dessas dimensões que segue o destino manifesto de ser a maior democracia liberal do Hemisfério Sul”. Juntamente a esta última declaração, Mourão anexou quatro pinturas, que reforçam as projeções e os heróis nacionais por ele elencados. Essas pinturas são: “Retirada do Cabo de São Roque”, de Henrique Bernardelli (1927); “Mulato”, de Albert Eckhout (1643); Partida da Monção, de Almeida Junior (1897) e “Tropeiros”, de Henri Chamberlain (1821). A seleção destas quatro pinturas é um curioso exercício de uma espécie de curadoria realizada pelo General. Mourão, ao nosso ver, criou ali uma “imagem” (Didi-Huberman, 2020), e não qualquer uma. As pinturas, juntas, montam uma espécie de exposição, materializam sintomas e indícios da comunidade por ele imaginada (Anderson, 2013) e do seu projeto de nação, alinhados a uma perspectiva que resuscita, ou enfatiza elogiosamente, determinados heróis nacionais e respectivas violências em longa duração. Com Jacques Rancière (2009), reconhecemos que a política possui uma dimensão estética e que possíveis partilhas de um sensível unem ou diferenciam os sujeitos e, por que não, também unem ou diferenciam projetos de nação e as imagens e imaginários relativos a estes projetos. Paul Virilio (2005), por sua vez, expõe que as forças militares são regidas pela aparência – esta que imprime uma referência ao aparato estético de apresentação

peçoal militar (que invoca lugares ordem, poder, controle, hierarquia e respeitabilidade) e, também, uma referência à expectativa sobre a aparência da própria comunidade, como deve ser imaginada e percebida. As duas possibilidades se comunicam narcisicamente e se encontram no reforço de imagens míticas e heroicas convenientes a determinados projetos, tais quais a imagem do bandeirante. Na busca de criar uma espécie de mosaico em movimento, de estabelecer conversas entre fragmentos e entre cenas e contra-cenas, aqui propomos uma discussão sobre estas questões focada de uma das pinturas citadas – “A Retirada do Cabo de São Roque”, que, sob custódia do Museu do Ipiranga, ilustra o bandeirantismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Jongo, “música popular” e “caráter nacional brasileiro” nos meados do século XX: um estudo antropológico a partir dos acervos da Hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular-CNFCP

Wilson Rogério Penteado Júnior (UFRB)

O jongo, presente ainda hoje na região sudeste brasileira, consiste em prática cultural marcada por cantos enigmáticos – isto é, o lançamento poético de palavras metafóricas, quase sempre em tom de desafio entre os participantes, acompanhadas do som de instrumentos de percussão – e dança, sendo os primeiros registros sobre sua existência datados do século XIX. Seus referenciais históricos remontam aos tempos da escravização de negros africanos no Brasil, e evidencia influência de aspectos culturais do complexo banto. Por sua importância histórica e cultural, foi reconhecido Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2005. Especialmente, desde o início deste século XXI uma gama de pesquisas tem se voltado a produzir dados etnográficos junto a diversas comunidades jongueiras. Não obstante, muitos aspectos sobre a existência do jongo ainda estão por ser estudados e evidenciados a partir de incursões investigativas. Dito isso, a presente comunicação se volta a apresentar dados sobre a relação entre o jongo e o que se convencionou chamar “música popular” no Brasil. Mais especificamente, objetiva-se demonstrar como o jongo despertou a atenção de musicistas eminentes no cenário brasileiro de meados do século XX e como deu-se a conhecer nesses circuitos. Para tanto, foram analisados recortes de periódicos existentes no conjunto de acervos da Hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, cujo trabalho antropológico empreendido voltou-se a compreender o que os noticiários que fizeram referência ao jongo em meados do século XX (mais especificamente, entre finais da década de 1940 e finais da década de 1960) podem revelar sobre ideações e imaginações, configuradas em narrativas escritas, sobre o jongo e o mercado da música popular brasileira. No conjunto de acervos da Hemeroteca, que conta com quase 60.000 (sessenta mil) recortes de jornais, foram identificados 629 registros sobre o jongo. A análise sobre tais fontes permitiu constatar que, além da preocupação de fundo em definir o caráter nacional musical, havia uma marcada relação de mediação entre jongueiros e os autores que estiveram com (e escreveram sobre) eles em diferentes ocasiões registradas nos fragmentos de jornais; uma relação baseada em processos criativos em que os intelectuais que se voltaram ao jongo para classificá-lo como “música popular” passaram a “inventar” – no sentido de tomar consciência, nomear e definir – a cultura do jongo nesses termos, assim como os jongueiros, no contato com esses interessados pela cultura do jongo, envidaram esforços

para configurar criativamente a sua cultura nessa relação. Tais dados permitem, pois, contribuir com os estudos e discussões sobre “música popular brasileira”, bem como sobre os modos como o jongo foi tomado como bem cultural da nação

GT 009: Antropologia da Economia

Os intercâmbios de objetos e riquezas, as formas de valoração e o provimento das condições materiais de manutenção da vida foram assuntos destacados nas etnografias que estiveram no nascedouro da nossa disciplina. A mediação pelo dinheiro, as hierarquias sociais geradas pelo acesso desigual a ele e as técnicas e saberes de gestão desses recursos são elementos centrais na compreensão do mundo moderno e da contemporaneidade. Os estudos sobre economia se renovaram nas últimas décadas, acompanhando a complexificação do mundo social, a expansão dos mercados e dos meios de circulação de coisas, pessoas e ideias. A proposta neste GT é seguir com o espaço - aberto desde 2018, quando foi organizado pela primeira vez - para os estudos sobre economia e todos os diálogos que este campo suscita com: o papel da ciência, dos saberes técnicos e dos especialistas; as moralidades e a ética das transações; a constituição dos mercados; as regulações estatais e não estatais; as assimetrias associadas ao engajamento desigual na circulação de riquezas e os objetos e infraestruturas dos intercâmbios. Nos interessam debater as interseções entre a circulação de dinheiro e os âmbitos do afeto, da intimidade e da família, nas quais as dádivas expressam as ambivalências das trocas. O GT, portanto, concerne a uma multiplicidade de objetos, temas e possibilidades de abordagem que implicam, sempre, o questionamento sobre a própria definição de "economia" ou que caracterize algo como "econômico".d

Coordenação

Eugênia de Souza Mello Guimarães Motta (UFRJ), Gustavo Gomes Onto (UFRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A luta é no básico: Práticas econômicas ordinárias entre motofretistas no estado do Rio de Janeiro.

Ana Raquel Rosa Do Couto (UFF)

Este trabalho se propõe a destacar as práticas econômicas ordinárias entre as motofretistas cariocas, também chamadas de motogirls. A partir da vida de Rose, motogirl, diarista e artesã, e de outras motogirls, viso explicitar etnograficamente uma série de estratégias utilizadas para a marcação dos dinheiros. Estas práticas podem ser pensadas através dos conceitos de earmarking (ZELIZER 2009,2011), os dinheiros da casa como nexos prático-valorativo de conexão entre as relações na e via a casa (MOTTA 2014, 2023), e dos usos sociais do dinheiro para ganhar a vida (NEIBURG, 2022). Boletos caseiros, listas e tabelas fazem parte de um cotidiano de incertezas e instabilidades agravadas pela pandemia da COVID-19, mas vividas constantemente. Traço inicialmente um breve panorama da trajetória das experiências laborais de Rose, seu início das entregas e algumas motivações de suas escolhas. A experiência de minhas interlocutoras demonstra que o trabalho com entregas se iniciou a fim de suprir as

necessidades da casa, a qual não pode ficar descoberta. Este aspecto se relaciona com a necessidade de manter a reprodução e manutenção da vida material e social. Categorias como “dinheiro das entregas”, “coisinhas dos filhos”, “contas grandes e/ou pequenas” aparecem frequentemente em seus relatos. Tais categorias convergem para a noção de dar conta, habilidade que recebe múltiplos significados e direcionamentos morais, e que também remete ao equilíbrio necessário para pilotar uma motocicleta.

Palavras chave: Motofretistas, dinheiros da casa, earmarking

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_820_80982322_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dinheiro da pensão: entre o direito, a necessidade e a moralidade

Ananda da Silveira Viana (IESP-UERJ)

A presente proposta parte de uma etnografia que articula vida, economia, gênero e favela e traz como foco as tensões, articulações e possibilidades a partir do dinheiro de pensão alimentícia. Em dezembro de 2023, ouvi circulando pela família de minha interlocutora uma fofoca de que ela estaria recebendo R\$5.000,00 de pensão alimentícia. Já conhecendo os desdobramentos da luta judicial de Pâmela, minha principal interlocutora em minha etnografia, bem como as fofocas que passam pela família, levantei algumas indagações sobre o valor: “mas ela está recebendo cinco mil? Pensava que fosse menos”. As afirmações sobre o valor continuaram, seguidas de algumas narrativas as quais já havia escutado, tanto pelos familiares, quanto por minha interlocutora. Destas narrativas, os questionamentos sobre o “alto valor” da pensão e o que Pâmela faz com esse dinheiro são corriqueiros. A partir de uma etnografia dos dinheiros cotidianos realizada com uma família no Complexo do Alemão, conjunto de favelas situada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, este trabalho tem como objetivo pensar etnograficamente o “dinheiro da pensão” a partir de seu caráter legal, moral e propriamente financeiro. Viso desdobrar, então, como o dinheiro da pensão, por sua própria origem, desencadeia uma rede de moralidades e disputas. E não apenas sua origem, como também o seu valor intensificam tais redes de fofoca, que se desdobram com questionamentos sobre como Pâmela estaria “sempre enrolada com dinheiro” já que recebe um valor “tão alto de pensão”. Minha interlocutora hoje recebe R\$2.500,00 de pensão alimentícia para sua filha mais velha, fruto de seu primeiro casamento. Após alguns anos de acordo no “boca a boca”, Pâmela percebeu a necessidade de reivindicar um aumento na pensão. De início, tentou negociar o aumento de maneira informal e amigável com o ex-marido, pedindo R\$500,00 a mais, proposta negada por ele, que entendia que o valor era “o suficiente” para criar a menina. O embate foi para a justiça e minha interlocutora, após cinco meses, conseguiu um aumento de mil reais, recebendo 13% do salário de seu ex-marido, dono de uma rede de pizzarias na zona norte da cidade. Ademais, minha interlocutora defende o dinheiro da pensão como um direito não apenas por suas razões legais, mas também por ser ela quem “cuida” do dinheiro e organiza as atividades de manutenção da casa e do cuidado, cujo dinheiro da pensão é enquadrado, aqui, como um “dinheiro certo”, nos termos de Motta (2023). Desse modo, desenvolverei neste trabalho a relação moral perpassada por esta forma de rendimento, bem como as estratégias que são construídas a partir de sua regularidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_797_22333725_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O Caju é uma mãe": estratégias de vida e práticas econômicas da reciclagem no bairro do Caju no Rio de Janeiro

Barbara Da Costa Amoras (UERJ)

O estudo investiga as práticas culturais e econômicas da reciclagem no bairro do Caju, no Rio de Janeiro, com foco nas estratégias de vida adotadas pelos moradores do entorno da Estação de Transferência de Resíduos situada neste bairro. Esse investimento interpretativo conduz a novas questões ao debate, através das formas de vida e de ganhar a vida por meio dos produtos descartados, e pela prestação do serviço de recuperação dos recicláveis. O estudo questiona os efeitos da experiência de vida em torno de um dos mais evidentes dilemas ambientais urbanos, as infraestruturas de transbordo de resíduos. Assim, o objetivo da investigação é apresentar e discutir a experiência no Caju a partir do ponto de vista dos interlocutores que traçam estratégias e que ganham a vida por meio da reciclagem realizada por formas populares de trabalho. O estudo foi conduzido por métodos qualitativos e diferentes técnicas de pesquisa, com ênfase na observação participante. E como resultado, a contribuição apresenta uma análise interpretativa da trajetória dos interlocutores, destacando os sentidos, significados e experiências no âmbito da cadeia de reciclagem.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A valsa da revendedoria: uma etnografia dos modos de sustento e reprodução social da vida no bairro Vida Nova de Campinas-SP

Bruna Lousado de Paula (UNICAMP)

O presente trabalho é produto das reflexões etnográficas do projeto de pesquisa PIBIC em que estou atualmente inserida cuja temática é a revendedoria de cosméticos no bairro Conjunto Habitacional Vida Nova de Campinas-SP. Ele se insere em uma série de reflexões contemporâneas da antropologia econômica (L'ESTOILE 2020, NAROTZKY y BESNIER 2020, ÁLVAREZ y PERELMAN 2020) que propõe uma saída analítica às explicações abstratas em que a economia se confunde com o mercado. A abordagem etnográfica das "formas de ganhar a vida" (ÁLVAREZ y PERELMAN), busca capturar a complexidade da reprodução social da vida, dando ênfase às múltiplas relações não necessariamente econômicas que constituem e orientam a economia "por baixo" (L'ESTOILE). No caso da revendedoria de cosméticos, realizada por meio da venda direta por milhões de mulheres no mundo, existe uma centralidade nas relações e vínculos sociais que de um lado são mobilizados pelo branding das marcas e de outro são cultivados pelas revendedoras em forma de estratégias de venda. São elas as responsáveis por garantir que os produtos adentrem nos mais diversos espaços através do vínculo, de modo que a compra e venda de produtos adquira sentidos extra monetários, em especial por se enquadrar em uma relação trabalho-consumo-relações de vizinhança cujos lucros, são dificilmente mensuráveis. Busco levantar indagações em relação às percepções de realização pessoal-profissional no contexto de transformações das formas-trabalho no contexto de flexibilização neoliberal, marcado pela centralidade do trabalho feminino na reprodução

social da vida. A partir da etnografia coloco em perspectiva a esfera da economia do lar (oikonomia) em seus sentidos de construção de “vidas que valham a pena serem vividas” (NAROTZKY y BESNIER), dado que o ritmo flexível da revendedoria segue a valsa da incerteza (L’ESTOILE, 2020): característica estrutural que no contexto da financeirização da economia e da vida, com a tendência de privatização de serviços básicos - tensiona as formas de produzir valor e existir com dignidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_746_46800906_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dinâmicas econômicas, práticas alimentares e cuidados de saúde no Complexo da Maré, Rio de Janeiro/RJ

Bruno Guilhermano Fernandes (UFRJ), Thais Lopes Silva (UFRJ)

Neste trabalho, apresentamos uma análise que entrelaça dinâmicas econômicas, alimentação e saúde. Nosso ponto de partida é um projeto de pesquisa coletiva, realizado em duas comunidades do Complexo da Maré, Rio de Janeiro/RJ. A partir da abordagem etnográfica, situamos como dinâmicas econômicas e práticas alimentares se articulam com cuidados de saúde, sobretudo em casos nos quais interlocutores necessitam fazer tratamentos contínuos de doenças crônicas, em contextos urbanos de baixa renda. Com a pesquisa, visualizamos como diferentes modos de gerir o dinheiro nas casas levam em conta despesas, previsíveis ou não, com alimentação, remédios, tratamentos e demais formas de cuidado. Além da busca por tratamentos contínuos, que podem estar indisponíveis ou disponíveis na rede pública de saúde, os nossos interlocutores demonstraram como os gastos com as doenças influenciam em seus orçamentos e na composição do dinheiro da casa. Essa situação gera efeitos em suas práticas alimentares, já que restringe os valores de dinheiro destinados à comida e demais despesas, repercutindo em maior consumo e uso de alimentos processados de baixo valor nutricional, ou aumentando a dependência de outros cuidadores. Na luta cotidiana pela gestão de recursos escassos, a farmacêuticalização da saúde se associa a diferentes estratégias calculativas (pesquisar e calcular os valores dos remédios) e experiências inflacionárias, temporalidades de políticas públicas, tecnologias médicas e relações territoriais específicas. Outro aspecto analisado se refere ao plano discursivo e que gera efeitos práticos ao cotidiano. Em alguns casos, observamos como percepções sobre as restrições, impostas pela inflação e pelas doenças, fomentam a necessidade de ser ajudado, fazendo com que familiares, amigos e vizinhos se envolvam na alimentação e no preparo de comida, ou na compra de produtos e insumos ao adoentado. Alguns interlocutores, sobretudo idosos e inaptos às atividades laborais, empregam o vocabulário dos sofrimentos psíquicos e corporais para justificar a impossibilidade de preparação de sua própria comida, revelando como o não cozinhar é parte fundamental da expressão de aflições, comorbidades e/ou de traumas oriundos de eventos críticos. Assim, as maneiras de lidar com as aflições e doenças servem, por vezes, como motivadoras à circulação de alimentos entre as casas, fomentando diferentes circuitos de cuidado, estratégias, cálculos e fluxos de dinheiro.

Palavras chave: Dinâmicas econômicas; alimentação; saúde; Complexo da Maré/RJ

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_195_10441278_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dívidas, dinheiro e moralidades. Um olhar desde a feira municipal de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas

Caio do Amaral Mader (UNB), Paula Cristina Correa Bologna (University of Leeds), Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Esta proposta nasce de uma experiência etnográfica compartilhada entre as/o autor/as na feira municipal de São Gabriel da Cachoeira, cidade transfronteiriça do noroeste amazônico brasileiro, com uma das maiores porcentagens de população indígena autodeclarada do país. Situada no centro da cidade, a feira municipal é um dos principais pontos de comercialização de gêneros agrícolas e de outros produtos, e reúne diferentes categorias de vendedores, em sua maioria mulheres: artesãs, revendedoras, produtoras, merendeiras, representantes comerciais e agiotas. Nosso objetivo é descrever as relações comerciais protagonizadas por mulheres nesse particular contexto amazônico, dedicando especial atenção ao modo como estas produzem e são produzidas por diferentes formas de dívidas e de circulação de dinheiro, e de moralidades sobre ambas. Mais detidamente, abordaremos essas relações a partir de quatro eixos descritivo-analíticos: (i) a dinâmica de relações econômicas, sociais e morais entre revendedoras e produtoras, cuja relação é marcada por conflitos referentes à legitimidade de se vender e revender produtos; (ii) os regimes de "legalidade" e "ilegalidade" que regulam as transações econômicas; e (iii) o processo de precificação construído por valores não exclusivamente monetários, como, por exemplo, valores morais e mnemônicos; (iv) sua relação com a dívida. Embora seja extensa a bibliografia sócio-antropológica na interface entre relações de dívida e transações econômicas nessa região, há uma lacuna em como gênero se entrelaça a essa discussão. Assim, buscaremos fornecer uma análise etnográfica das complexas interações entre gênero, dinheiro, dívida e moralidades naquele contexto, com vistas a suprir, ainda que parcialmente, essa lacuna.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que está em jogo quando raça é estratégia de negócio? Desenhando uma pesquisa a partir de uma agência criativa.

Everton Rangel Amorim (PUC-RIO)

Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória de jovens negros e/ou periféricos que foram beneficiários de políticas de ação afirmativa e, hoje, são sócios majoritários de uma agência criativa que nasceu na favela do Jacaré, no Rio de Janeiro, e promovia concursos de beleza que tinham como intuito transformar a cara da moda nacional em termos raciais, embora não somente. É também objetivo deste trabalho descrever a própria trajetória desse negócio, com foco nas condições de possibilidade de sua emergência e continuidade. A agência em questão, após se reposicionar no mercado criativo, deixando de ser apenas uma produtora de casting, passou a realizar parcerias comerciais com grandes marcas, muitas delas globais com forte atuação no mercado "Latam". Para essas parcerias, jovens negros de periferias urbanas espalhadas pelo Brasil são contratados como PJ porque, segundo os sócios, apesar do negócio

ter faturado mais de 3,5 milhões em 2021, os custos associados à CLT ainda não fazem parte da realidade da agência. A busca pela descentralização das atividades é vista, internamente, como uma forma de fazer o dinheiro circular em lugares que não somente o Sudeste, podendo ter gerado transferência de cerca de 2 milhões, também no ano 2021, para mãos não-brancas. Por que grandes marcas querem se associar a esse negócio, sem, no entanto, investir nele as cifras transferidas para agências criativas de grande porte? Como o tamanho dessa agência influencia a circulação de dinheiro? Atualmente, a agência promove, politicamente e comercialmente, discursos sobre o "Brasil real" produzidos pelo "Brasil real", o que se materializa em campanhas de comunicação, estratégias de branding, treinamentos, guias, pesquisas, casting, frameworks etc. Desde 2021, atuo na produção de alguns desses materiais, ora gerindo projetos, ora desenvolvendo pesquisas e estratégias metodológicas, mas sempre como corpo / trajetória imerso em uma teia político-comercial da qual depende o negócio em questão e que em muito o excede. Essa agência atrai companhias que, na última década passaram a investir no que chamam de ESG (Environmental, Social and Governance)? São empresas que contrataram e promoveram jovens negros a cargos de liderança? A continuidade dessa agência criativa depende dessas lideranças? É verdade que diversas marcas estão realizando esforços (estratégias de branding) para mudar não só a forma como se apresentam publicamente no Brasil, mas também o modo como fazem negócios? Por que raça parece ser politicamente e comercialmente interessante para algumas marcas? Em última análise, este trabalho, a partir de um estudo de caso, pretende analisar contemporaneamente a relação entre capitalismo e raça, sem deixar de considerar dinâmicas políticas mais amplas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Agoniados: ética e moralidades no trabalho para levar água às casas no bairro da Chatuba

Gustavo Silva de Azevedo (IESP UERJ)

Em um bairro da Baixada Fluminense, a Chatuba de Mesquita (RJ), há uma rede complexa de sistemas informais de abastecimento produzida através do trabalho monetizado de autoconstrução dos moradores. Essa rede é formada principalmente por ligações feitas de maneira clandestina nos troncos distribuidores de água do sistema formal e pela perfuração de poços artesanais. Contudo, os moradores que trabalham na construção destas infraestruturas, são muitas vezes, desprestigiados. Um dos moradores chegou a defini-los como “agoniados”. Este desprestígio se fundamenta principalmente no fato de que estes trabalhadores cobram um valor de seus vizinhos para a execução de seus serviços. Os agoniados seriam, portanto, uma categoria desprestigiada de trabalhadores, que supostamente se aproveitam da fraqueza e da agonia dos vizinhos por estarem sem acesso à água, para “arrancar” algum dinheiro deles. Em casos extremos estas práticas podem até mesmo carregar uma conotação de covardia. O termo faz referência ao fato de que estes sujeitos, em agonia financeira, se aproveitam da agonia hídrica do próximo. É possível observar, assim, um circuito específico que nos mostra formas de ganhar e gastar dinheiro, que, nesse caso, podemos chamar de dinheiro que se gasta ou se ganha com a agonia. Porém, a má fama desses indivíduos perante seus vizinhos se contrasta com a forma como eles enxergam seu próprio trabalho: alguns deles falam orgulhosamente do

feito de ter “colocado água” nas casas do bairro, em momentos de falta extrema do recurso. Tentando não cair em romantizações comuns ao falar sobre autoconstrução, meu argumento é que estes trabalhadores, visto muitas vezes por outros moradores de maneira negativa, na realidade produzem o bairro da Chatuba e, tendo em vista que a água é um bem essencial para a vida humana, é a agonia e o agoniado que tornam a vida possível no bairro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_264_40745417_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arranjos de mercado: Categorizando o mercado a partir do mundo cafeeiro

Igor Mayworm Perrut (UFRJ)

O presente paper se debruça sobre processos de coordenação, valoração e categorização dos mercados na vida social, apresentando um conjunto inicial de reflexões de minha tese de doutorado, ainda em andamento, sobre a relação de duas famílias produtoras de café, no Espírito Santo, com compradores de grãos com perfis distintos, desde os voltados à negociação dos cafés de maior valor agregado – chamados de cafés especiais – até os de menor valor – conhecidos como cafés commodity. A partir de uma abordagem etnográfica de cerca de um ano com as referidas famílias e com dois compradores de café, trato o mercado por uma abordagem comparativa que o entende como um objeto de valoração, julgamento e interpretação dos próprios atores sociais, antes que como uma modalidade fixa de interação, buscando produzir um arranjo analítico sociológico que dê conta de delimitar de maneira exaustiva como os mercados coordenam ações humanas e são categorizados de maneiras diferenciadas pelos atores, assentando hierarquizadas e políticas próprias de interação social que, a partir do mundo cafeeiro, espelham a maneira pela qual o mercado é instituído no ceio da sociedade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_307_59255997_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Trabalho e intimidade na perspectiva patronal: empregadoras domésticas e a hibridez das relações de trabalho doméstico remunerado

Júlia Vargas Batista (UNICAMP)

O presente trabalho se trata de um recorte de minha dissertação de mestrado (financiada pela Fapesp, processo n. 2021/03417-6), defendida em 2024, que buscou compreender perspectivas patronais no trabalho doméstico remunerado (TDR), especialmente na região de Campinas-SP. Durante a investigação, pude realizar uma série de entrevistas semiestruturadas com empregadoras domésticas com o fim de identificar como elas se posicionam e compreendem vários aspectos da relação com as trabalhadoras, com a legislação e com os sindicatos patronais. Aliando a análise das entrevistas e discursos das empregadoras com toda a incursão etnográfica realizada na pesquisa, foi possível observar que pensar as demandas das patroas na contratação de TDR implica considerarmos as relações de gênero em articulação ao acúmulo de capitais, os modelos de família, as noções e expectativas sobre trocas econômicas e domesticidade, e também às identidades de classe e de raça. Nesse sentido, o tema do profissionalismo a partir da perspectiva patronal surge como tema fundamental. Esse “profissionalismo”, além de

conservador, meritocrático, classista e servilista (Brites, 2000; Monticelli, 2017; Oliveira, 2007), também se relaciona a um forte tecnicismo ligado à ideia de produtividade e/ou otimização do TDR, onde o “como se fosse da família” parece caminhar em direção a algo mais próximo de uma “gestão de recurso humano”. Sob a veste científica das práticas inovadoras e das tecnologias eletrodomésticas, esses discursos ainda implicam desvalorização do TDR e do conhecimento nele presente, inferindo uma noção hierarquizada entre saberes. Para as empregadoras, ter uma relação “profissionalizada”, além de se conectar a ideais e expectativas de controle e poder sobre as trabalhadoras, parece também ser um instrumento de manutenção da distância social e emocional. Nesse sentido e a partir de autores como Sahlins (2003), Zelizer (2012), Monticelli (2017) e Canevaro (2020; 2018), busco tensionar o conceito de “ambiguidade” no TDR, pensando termos como “hibridéz” e “ambivalência” como possibilidades analíticas para pensar as imbricadas relações entre afeto e trabalho, dinheiro e intimidade, técnica e amizade, profissionalismo e personalidade, público e privado. Por fim, buscarei ainda tratar sobre etnografia e as posicionalidades de raça e classe em um campo marcado pela identidade racial branca, analisando criticamente os modos como os discursos patronais em torno do TDR são construídos diante de uma pesquisadora negra.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Hay que ahorrar”: notas etnográficas sobre as transformações econômicas em casas de renda, em Camagüey (Cuba)

Juliana Silva Chagas (UNB)

As notas etnográficas apresentadas neste texto trazem reflexões iniciais sobre alguns pontos observados ao longo do meu trabalho de campo, fruto de uma pesquisa realizada junto a trabalhadores de casas de renda, na cidade de Camagüey, em Cuba. A primeira fase da pesquisa etnográfica, realizada entre abril e agosto de 2023, meses de baixa estação para o turismo no país, objetivou verificar as transformações econômicas em curso na economia interna cubana, denominada Economia Socialista de Estado em transição, sob o recorte temporal pós-pandêmico. Ao me preparar para a viagem de campo, ao chegar à minha primeira parada, em Havana, antes de me deslocar até o destino final, e, em seguida, ao viver em uma casa de renda (ou simplesmente renda), conviver com V. e B. como hóspede de longa duração, e entrevistar outros cuentapropistas – isto é, trabalhadores por conta própria – deste ramo não estatal do turismo, pude analisar, em conjunto às perspectivas dos anfitriões de pesquisa, as continuidades e discontinuidades entre os discursos e práticas econômicas e políticas sobre a economia cubana. Além de ter a oportunidade de acessar um ponto-chave de toda a cadeia econômica da ilha, a qual se materializa por meio da dolarização interna da economia. Como ocorre em outras ilhas ao redor do mundo, Cuba, mesmo com seu sistema de governança singular, tem no turismo uma fonte significativa de entrada de divisas e de trocas socioeconômicas com outros países do mundo. Assim, o tipo de turismo viabilizado pela presença das casas de renda revela como ocorrem transações e adaptações no dia-a-dia da gestão do negócio e da moradia em si, em que cuentapropistas precisam mediar operações financeiras com os dólares advindos dos turistas – e, muitos deles, com as remessas oriundas das famílias que vivem no exterior – e uma complexa rede de trocas econômicas, na qual câmbio oficial, câmbio paralelo, cotação, flutuação de

preços, sistemas oficiais de precificação, sistemas próprios de medida, precificação e meios de ahorrar são assuntos diários.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_849_95213268_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia da Economia: Financeirização da cultura

Maria Eduarda Ribeiro Taques (UFG), Leticia Sued de Souza (Estagiária)

Neste artigo, buscamos compreender a partir do programa social, bolsa família, o auxílio prestado pelo Estado com objetivo de amortizar os efeitos da extrema pobreza de famílias no Brasil. A análise deste trabalho tem como foco famílias indígenas que estão inseridas em um processo de financeirização que contempla a operação do dinheiro e sua dinâmica com os bancos. Como percurso metodológico, é feita uma revisão de literatura em bancos de dados de produção científica, a destaque para a base de tese e dissertações e periódico capes, sobre a utilização do programa em comunidades indígenas como instrumento de financeirização pelos bancos, além de realizar um levantamento de dados estatísticos, taxas e índices que evidenciam uma crise sistemática sutil que afeta os territórios, os corpos e os saberes. Nesse contexto, conceitos como endividamento, propriedade privada, assalariamento, monetarização do tempo, alienação, fetichismo e consumismo servem de base para entender como o setor privado utiliza-se de uma política pública como meio para obtenção de riqueza. Dessa maneira, é possível perceber como essa relação produz transformações no cotidiano das comunidades e escancara um processo de destruição criativa da terra, evidenciando as faces do etnocentrismo e estimulando um consumo capitalista.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Articulações dos circuitos econômicos, de cuidado e comida no Complexo da Maré (RJ)

Maria Fernanda Maciel Aguiar (IESP-UERJ)

Apresento nesta proposta aspectos relacionados às dinâmicas econômicas e aos circuitos de comida e de cuidado em uma comunidade do Complexo da Maré, Rio de Janeiro (RJ). Suas considerações partem de uma pesquisa coletiva – ainda em andamento – realizada pelo Núcleo de Pesquisas em Cultura e Economia (UFRJ) e pela organização Redes da Maré, na qual se busca compreender as dinâmicas de circulação, produção e armazenamento de alimentos a partir das casas e das relações entre elas. A comida e o ato de comer se mostram entrelaçados com diferentes dimensões da vida socioeconômica dos indivíduos. Aqui, enfocaremos sobre como se relacionam com o dinheiro, a família e os circuitos e práticas de cuidado. Partiremos, então, de uma interlocutora principal. Rosa é uma mulher de 43 anos, mãe de 4 filhos e avó de dois netos. Atualmente encontra-se desempregada e suas rendas advêm principalmente do dinheiro do Bolsa Família – o qual recebe um valor de R\$600,00 – e de biscates que faz como faxineira – e nos informa que, em um bom mês, consegue fazer em torno de R\$1.300,00. A partir de conflitos com sua filha do meio, Camila, Rosa tomou a decisão de expulsar a filha de casa, junto à sua companheira, assumindo os cuidados e responsabilidades com o neto, um bebê de seis meses. Além de cuidar do neto, moram com ela também dois outros filhos, uma neta de

11 anos e seu companheiro. Nas dinâmicas econômicas e familiares da casa de Rosa, é ela a responsável por arcar com as despesas e fazer a gestão financeira, recebendo pouca ou nenhuma ajuda dos demais membros. Quando estávamos realizando a entrevista, Camila chegou com a atual companheira e prontamente Rosa questionou a filha sobre o “dinheiro do Mucilon” da criança. Na sequência, nos contou que era ela quem tinha que “se virar” para comprar os itens e alimentos do bebê. A partir desta interlocução, o presente trabalho tem como objetivo desdobrar a relação entre alimentação, dinheiro e cuidado. Com o aumento do custo de vida e com a percepção da alta dos preços dos alimentos, novos movimentos são realizados: buscar trabalho fora de casa, e em consequência intensificando a necessidade de redes de apoio; solicitar auxílio ou empréstimos de familiares e amigos; ir na casa de familiares ou vizinhos para fazer refeições; compartilhar, doar ou emprestar insumos alimentícios e botijões de gás; e reconfigurar a relação no núcleo familiar, como a expulsão de casa da “filha que não quer nada”, a cobrança sobre as necessidades dos membros dependentes e a assunção dos cuidados e responsabilidades com o neto, que, nesta ocasião, passa a ser entendido como “filho”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_49_78232267_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres Indígenas, Dinheiro e Comércio na Tríplice Fronteira Amazônica - Brasil, Peru e Colômbia

Marilene Aicate Peres (UFAM)

A circulação e mobilidade entre Brasil, Peru e Colômbia é recorrente e intenso, tal circulação e mobilidade acontece por diversos motivos, um deles é para comercialização de produtos alimentícios agrícolas e industrializados, realizados por agentes dos três países que fazem o circuito diariamente, seja homens e mulheres, indígenas e não indígenas, residentes nas sedes dos municípios ou que moram nas comunidades. Deste modo, minha proposta é apontar, a partir de uma perspectiva etnográfica, como gênero, dinheiro e comércio se entrecruzam e como se fazem presente na realidade local. Com esse intuito, o objetivo que norteia este trabalho é reconhecer a partir das mulheres indígenas Kokama como dinheiro e comércio se relacionam no processo de comercialização de produtos principalmente alimentícios advindos da roça para a cidade bem como da cidade para comunidade. O lugar da pesquisa é marcado pela tríplice fronteira, á sudoeste do estado do Amazonas, na mesorregião do alto Solimões, onde o fluxo de pessoas dos três países é intenso, produzindo assim uma conjuntura de transnacionalidade e transfronteiriça, onde os diferentes contextos são tanto de colaboração quanto de conflito. Olhar para este lugar nos permite apreender como ocorrem as interações entre as/os agentes que vivem na região e partilham um mesmo território e intensas trocas. Nesse sentido, a grande diversidade étnica e o fluxo de nacionais dos países que compõe essa tríplice fronteira nos revelam uma intrincada rede de relações culturais, sociais e econômicas, marcadas por diferenças de nacionalidade, classe social, gênero e raça/cor/etnia. Palavras-chave: Mulheres indígenas, dinheiro, comércio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Casas em circuito: deslocados pela guerra síria e comida em São Paulo

Natalia Neme Carvalhosa (Fiocruz)

O trabalho discutirá as configurações múltiplas das casas e suas relacionalidades ao se converterem e se reconverterem simultaneamente em local de consumo e de produção no que denomino de circuito das comidas com deslocados pela guerra síria em São Paulo. Diante das dispendiosas condições de abertura e manutenção de restaurantes, dos valores elevados de aluguéis e custo de vida em São Paulo, as casas (alugadas) tornam-se espaços e meios estratégicos de produção de comidas. A partir desse cenário, argumento que o esforço teórico de reconhecimento dos tipos de trabalho para além da fábrica, pelo trabalho reprodutivo nas casas, trazem avanços para o entendimento do trabalho feminino, mas, quando privilegiam contextos específicos norte-americanos ou eurocentrados, acabam por reforçar a dicotomia entre espaços produtivos e reprodutivos. O entendimento de cálculos econômicos para além da circunscrição do dinheiro em si, isto é, de uma economia imanente, que não está à parte em uma formalidade restrita, nos permite ir além de esquemas analíticos que ratificam espaços e relações em uma dicotomia entre produção e consumo. Em contexto brasileiro, etnografias sobre transformações nas relações sociais em áreas rurais no Nordeste Brasileiro ao longo dos anos 1970, nas discussões sobre trabalho familiar e economia camponesa inspiradas em Chayanov e Bourdieu, já apontavam reflexões nesse sentido. As mesmas mostravam que, embora nem sempre as mulheres fossem remuneradas com o dinheiro valorizado socialmente pelos homens na comercialização dos produtos agrícolas, suas atividades eram fundamentais para o funcionamento das trocas produtivas. Partindo dessas contribuições, baseio-me em estudos que revelam campos inventivos de valores, inclusive dentro das casas - em vez de visões homogeneizadoras sobre dinheiro - e que identificam a sobreposição de espaços de produção, consumo e armazenamento nas múltiplas formas de conversão da casa. Somado a esses, argumento que pensar a partir das relacionalidades das casas ajuda a compreender a construção ativa de um novo cotidiano através da comida. As receitas canalizam memórias, “referências”, “metonímias imaginadas” de afetos constantemente atualizados em rituais que envolviam produções coletivas de comidas pelos meus interlocutores na Síria. Por sua vez, as relacionalidades das casas nos permitem acessar as “matérias primas” mnemônicas/sensoriais basilares para a formação dos cardápios e como as mulheres assumem maior centralidade nas encruzilhadas cotidianas em torno do controle dos alimentos e ganhavam maior poder na obtenção de renda familiar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_816_01230702_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Negociando valores, conciliando direitos e deveres: notas sobre indenização e reparação civil

Paula Mendes Lacerda (UERJ)

O presente trabalho faz parte da pesquisa mais ampla, intitulada “A política de indenizações como forma de reparação de direitos humanos no Brasil: Estado, grandes empresas e mobilização social”, cujo objetivo principal é mapear e analisar as políticas e as práticas em torno das indenizações no Brasil em situações consideradas de violações de direitos humanos

em que setores do estado e/ou empresas são apontados como responsáveis por violações. Apesar de as indenizações estarem, cada vez mais, associadas a políticas de reparação no contexto dos direitos humanos, ainda há poucos estudos sobre os sentidos e os efeitos dessas práticas. Nessa apresentação, analiso o processo de conciliação promovido pela Advocacia Geral da União no processo de reparação civil da comunidade indígena Ashaninka, em que responderam como réus empresas madeireiras e seus proprietários, por invasão na terra indígena, extração ilegal de madeira e danos morais durante a década de 80. A partir de entrevistas e análise documental, discuto os parâmetros utilizados e as tensões na proposição do valor da indenização, bem como as percepções dos agentes envolvidos sobre direitos, dinheiro e compromissos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Capitalismo selvagem: princípios, valores e regras que regem o mercado ilegal de apostas da loteria do jogo do bicho nas ruas e esquinas da cidade do Rio de Janeiro.

Rômulo Bulgarelli Labronici (FAPERJ/CONICET)

No Rio de Janeiro as apostas feitas na loteria do jogo do bicho costumam ser realizadas nas ruas e esquinas da cidade. Tal fato a torna uma atividade privilegiada de interpretação sobre a forma pela qual se expressam as contradições legais e morais no cotidiano urbano carioca. Com isso, este trabalho busca analisar como a relação ambígua e contraditória do jogo é posta à prova quando os sujeitos que o praticam, em muitos casos, não entendem esta atividade na chave da transgressão. Deste modo, procura-se aqui investigar alguns dos princípios, valores e regras inseridas nos jogos de apostas que vão ser suas bases de sustentação e continuidade. Ideais como honra, dívida, racionalidade, previsibilidade e sorte serão discutidas aqui a luz da antropologia econômica e que permitirá enxergar esta atividade sob a chave de um Mercado. Para alcançar tais objetivos, busca-se, a partir de um trabalho etnográfico sobre o jogo, realizado em diferentes pontos espalhados por diversos bairros do Rio de Janeiro, explorar como a relação entre jogadores e operadores se estabelece nesse mercado de apostas ilegais. Esta observação do cotidiano do jogo permitirá compreender como estão construídos alguns dos entrelaçamentos entre a lei e a ilegalidade no mercado de jogos praticado no meio urbano carioca.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_488_02788954_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Afluência das economias naturais

Samuelson Xavier de Lima Silva (Prefeitura de Fortaleza)

Este trabalho investiga as críticas sociais de Jack London e Oswald de Andrade sobre o problema da afluência das economias naturais e da carência das economias capitalistas, e acompanha a discussão correlata de Karl Polanyi e Marshall Sahlins em suas reflexões sobre a riqueza nas sociedades originárias. Tenta aproximar-se da abordagem metodológica da história intelectual, seguindo a referência de metodólogos como Ludvik Fleck e Reinhart Koselleck, para indicar a historicidade das noções e dos conceitos. Em seguida, discute a abrangência da



ideia de economia natural nos autores. Seguindo o raciocínio sobre a relação de convergência e proporcionalidade entre o desenvolvimento científico-técnico e o desenvolvimento social-ecológico que constitui as economias naturais, busca no argumento da economia orientada à função social da comunidade e à adaptação ambiental ao lugar uma compreensão da utopia social presente nos clássicos modernos identificados com as teorias socialistas e progressistas. Assim, consideramos dois pressupostos nos autores como princípios para um modelo antropológico: (1) A afluência das economias naturais desde as sociedades originais, (2) a perspectiva de uma nova economia natural para as sociedades presentes e futuras. Estes pressupostos tornam nítida a existência de um modelo afluente, uma hipótese social e ecológica fundada na crítica da metafísica mercantil da modernidade e no elogio das variedades da experiência humana de longa duração. Concluímos com o exame do modelo e a indicação tanto de sua antiguidade quanto de sua persistência na literatura social contemporânea.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Auxílios e autonomia: Impactos das políticas governamentais de auxílio financeiro na comunidade de Laranjal

Suelton Vinícius Costa Pereira (UFOPA)

As comunidades rurais amazônicas, também conhecidas comunidades tradicionais, são em geral associadas a uma quem em seu cerne a produção familiar e o extrativismo para subsistência aliadas a quaisquer outras práticas produtivas ou empregatícias para o complemento da renda familiar, tais como venda de peixe, trabalho em olarias, diárias de roçado ou de doméstica, entre outros, tornando assim a comunidade rural ou tradicional um local de equilíbrio entre as práticas econômicas tradicionais e o capitalismo crescente. No entanto, em antropologia sabemos que o equilíbrio e a coesão são sempre categorias suspeitas, e, aos nos debruçarmos sobre alguns contextos rurais vemos que as comunidades já passaram do estágio de absorção dessa economia capitalista em sua dinâmica específica, para serem elas quase que absorvidas pela economia mundial capitalista, tendo a sua autonomia alimentar e estrutural colocada em cheque e a sua diferenciação ao contexto urbano cada vez mais opaca. Meu objetivo neste trabalho será o de expor dados colhidos em campos no ano de 2023 juntamente com a ONG Saúde e Alegria, em parceria com a Cooperativa Agroextrativista do Oeste do Pará, a ACOSPER, para a aplicação de diagnósticos socioprodutivos nas regiões da Resex Tapajós/Arapiuns e do PAE Lago Grande, no município de Santarém, Pará. Esses diagnósticos revelaram uma crescente dependência de auxílios governamentais, tais como aposentadorias e bolsas para a subsistência das famílias. Estes dados vêm a complementar um estudo etnográfico mais focado na comunidade de Laranjal, no Lago Grande, região de Arapixuna, que num continuum entre autonomia camponesa e integração à economia urbana se encontra muito mais próximo do segundo caso, tendo abandonado quase que completamente a produção de farinha e de outras culturas todas como intrínsecas ao modo de vida rural na Amazônia, a comunidade se apresenta como um desafio analítico da categoria rural. Essas transformações decorreram de diversos fatores históricos, como chegada da rede elétrica no ano de 2009, a desvalorização dos produtos da agricultura familiar na economia local e, como analisarei neste trabalho, a entrada de um novo modelo de economia que liga o camponês diretamente ao estado, os auxílios, bolsas

e aposentadorias. Como essa nova dinâmica econômica afeta a reprodução social da população dessa comunidade? Que arranjos econômicos e sociais a comunidade encontra para mitigar esses impactos? Onde nesses ainda cabe a categoria "rural"?, visto que esta se emprega sempre em um contexto de relação de um povo com o território, principalmente sob o prisma produtivo? São essas e outras questões que buscarei desenvolver neste breve trabalho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Onde comprar história em quadrinhos: uma abordagem etnográfica dos mercados

Victoria Perfeito dos Santos (UFRGS)

Este trabalho parte de uma etnografia que seguiu os fluxos das histórias em quadrinhos na cidade de Porto Alegre/RS. O que implica dizer que a etnógrafa, em construção de campo empírico, seguiu as HQs por onde elas circulavam. No entanto, as HQs não fluem ao acaso se não intermediadas por diferentes agenciamentos (Callon, 2013) que orientam estes fluxos materiais e sociais ensejados por relações de troca de tipo mercantil. Dito isso, a etnografia tomou forma e se sucedeu em arenas de mercado - sebo, gibiteria e feira de quadrinhos - que organizam encontros que qualificam variadas HQs - usadas, editoriais-tradicionais e independentes - e engendram distintas modalidades de valoração e vínculo entre os atores engajados na troca - livreiros, gibiteiros, quadrinistas e público consumidor. Desse modo, neste trabalho, busco argumentar como as arenas mercantis são capazes de produzir dissonantes práticas de venda, consumo e diferenciação de bens e mercados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_608_85285081_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A comercialização de artesanato pelas mulheres Guarani no litoral de Santa Catarina

Viviane Coneglian Carrilho de Vasconcelos (UFSC)

São frequentes nas narrativas Guarani do litoral de Santa Catarina relatos que associam as ocupações atuais das porções litorâneas do território, designadas por Yvy Rembe, com as atividades de comercialização de artesanato. Tal recorrência sugere a relevância desta prática na garantia do acesso aos recursos econômicos fundamentais que asseguraram desta maneira, a manutenção do território litorâneo na contemporaneidade. Melià (1990) indica que as áreas Guarani do interior do continente parecem estar mais frequentemente ligadas à agricultura, caça e pesca no que se refere a atender às demandas básicas de subsistência do que aquelas do litoral, que apresentariam maior ênfase sobre a produção de artesanato. Isso indicaria para o autor, uma inversão das práticas produtivas nas áreas de ocupação Guarani do interior do continente sul-americano em relação aos locais de ocupação litorânea. O maior interesse na produção de artesanato nas áreas do litoral, pode ser sugestivo, e mesmo consequência, de menor acesso às terras para plantio e áreas de caça e pesca se consideradas em relação àquelas do interior do continente. Soma-se a isso, uma maior disponibilidade de mercado de compra de artesanatos indígenas. Em todo caso, isso volta às atenções para pensar a importância desta atividade na garantia da manutenção do território guarani litorâneo. O caso abordado nesta pesquisa traz ênfase para as mulheres Mbya Guarani e uma prática, muito comum no estado de Santa

Catarina, e principalmente na cidade de Florianópolis que se refere à comercialização de artesanatos nas calçadas do centro da cidade. Abordo nesta pesquisa alguns pontos relacionados às práticas comerciais e econômicas intrínsecas às relações sociais entre mulheres Guarani e não indígenas e indico um primeiro ponto relacionado às trocas e ajudas mútuas que elas estabelecem através de recebimento de doações e repasses destas para outras pessoas que necessitem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_817_73337135_16.pdf

GT 010: Antropologia da percepção e dos sentidos

A percepção é uma forma de ação que se dá no movimento do fazer, nas práticas exploratórias dos seres em relação ao ambiente, objetos ou outros seres, dependendo tanto da fisiologia quanto de um processo de orientação. Ao mesmo tempo em que se define pela variação de estímulos que os órgãos sensoriais são capazes de responder, o próprio grau de sensibilidade dos órgãos é em parte modulado e modelado pelo ambiente cultural. O contínuo processo de modulação das percepções sensoriais resulta das interações entre os seres, humanos e não humanos, em diferentes ambientes e de um processo de aprendizagem, que acontece de forma implícita ou deliberada. O objetivo do GT é reunir contribuições de diferentes horizontes etnográficos que se dediquem à temática, considerando, em alguma medida: 1) os mundos perceptivos e universos sensoriais criados por diferentes grupos; 2) as práticas e articulações entre os seres - máquinas, instrumentos, animais, plantas, substâncias, tecnologias - capazes de ampliar as formas humanas de perceber e os meios de agir no mundo; 3) os modos de educação da atenção para a percepção e os sentidos, e o papel do corpo e da experiência sensorial nas práticas de ensino/aprendizagem; 4) o descentramento sensorial nas experiências etnográficas, que ensinam a sentir outramente a relação com o mundo e com os outros; 5) as formas estéticas de evocar, na escrita ou outras modalidades de registro, as atmosferas sensoriais vividas no encontro etnográfico. d

Coordenação

Olivia von der Weid (UFF), Viviane Vedana (UFSC)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pobreza, demônio e o transe: rituais de “cura e libertação” nas igrejas neopentecostais cachoeiranas.

Andrews Amorim Rodrigues de Jesus (UFRB), Andrews Amorim Rodrigues de Jesus (UFRB)

Este estudo etnográfico se propõe a investigar as experiências do transe em rituais de "cura e libertação" realizados nas igrejas neopentecostais localizadas em Cachoeira, Bahia. Com foco nas práticas rituais da Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Mundial do Poder de Deus e Renascer em Cristo, busca-se compreender como o fenômeno do transe desempenha um papel central nessas cerimônias semanais. A metodologia adotada baseia-se na fenomenologia e semiótica, utilizando a observação participante como principal ferramenta para descrever e analisar os eventos ocorridos durante os rituais. Ao explorar a noção de "subjetividade

corporificada" e considerar a memória coletiva da cidade de Cachoeira, este estudo visa não apenas compreender a dinâmica da conversão religiosa, mas também examinar como os rituais neopentecostais são mantidos e perpetuados ao longo do tempo. A análise se estende para além do aspecto religioso, buscando compreender os impactos socioculturais dessas práticas, especialmente no contexto de uma cidade com uma rica história de religiosidade afro-brasileira. Através da imersão na realidade das igrejas neopentecostais e na vivência dos fiéis durante os rituais de "cura e libertação", este estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão das práticas religiosas contemporâneas e seus efeitos na vida das pessoas e na comunidade em que estão inseridas. Destaca-se a importância da etnografia como uma abordagem que permite uma interpretação mais profunda e contextualizada dessas experiências transcendentais, possibilitando uma reflexão mais ampla sobre a religiosidade e a cultura em Cachoeira, Bahia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_811_30181334_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ver, ouvir e fotografar: um relato a partir de derivas etnográficas no jogo “Alba: A Wildlife Adventure”

Brenno Brandalise Demarchi (UFSC)

Este trabalho é um ensaio etnográfico experimental sobre/no jogo “Alba: A Wildlife Adventure” (2020) em que arrisco uma tradução da minha experiência de jogabilidade, inserindo capturas de tela e colagens sonoras a partir de derivas que realizei nas regiões do mapa, analisando também as discussões ambientais abordadas pelo jogo. Alba – a personagem jogável – é uma menina que deseja impedir a construção de um hotel de luxo em uma área de preservação ambiental na ilha mediterrânea “Pinar del Mar”, onde seus avós residem e onde ela costuma passar as férias. Nesse percurso, somos desafiados/as a realizar uma série de ações como retirar os resíduos espalhados na ilha, fotografar animais, reconstruir bebedouros para pássaros e placas de identificação, dentre outras atividades que nos levam a concluir o objetivo principal do jogo que é construir uma credibilidade na comunidade e coletar 50 assinaturas para entregar um abaixo-assinado para o prefeito. Voltado para o público infantil, “Alba: A Wildlife Adventure” é um jogo que promove uma conscientização e percepção ambiental que se aproxima com as artes de notar (Tsing, 2019; Haraway, 2022). Todos os elementos de game design (cenário, ambientação, roteiro, trilha sonora etc.) incentivam as/os jogadoras/es a andar pela ilha, seja para cumprir as missões do jogo, ou para observar e contemplar a paisagem de cada região presente na ilha, nos convidando a prestar atenção em cada detalhe (Ingold, 2000). Andar pela ilha é uma imersão sensorial (sonora, auditiva e tátil), mas há uma outra característica bem interessante. Inspirado na prática de observação de aves (birdwatching), é proposto uma missão de fotografar 62 animais com um celular para completar as informações de um catálogo que recebemos do avô de Alba – e que muito se assemelha com a Wikiaves –, estabelecendo uma relação entre “jogador”, “câmera” e “assunto” (sendo em sua maioria pássaros, mas há também mamíferos e outras ordens de animais) em uma perspectiva engajada e responsável de documentar a fauna e flora locais. Por fim, compreendo que, apesar do jogo promover uma experiência educativa de conscientização ambiental e responsabilidade cidadã, muitas dessas ações estão pautadas em uma abordagem ecocívica (Sauvé, 2012) que

individualiza e fragmenta a possibilidade de observá-las enquanto questões infraestruturais complexas. No entanto, é bastante interessante a maneira pela qual o enredo não oferece soluções mágicas: mesmo entregando o abaixo-assinado, as obras já tinham começado e o que resta são infraestruturas em ruínas a céu aberto, dilacerando o verde da Reserva Ambiental.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Fazia muita visagem isso”: o papel das coisas em encontros com o extra-ordinário e o ‘sobrenatural’ na Amazônia

Gabriel Rodrigues Barbosa (UFPA)

Este trabalho é instigado pela grande quantidade de histórias de visagem que, contam, acontecem no Theatro da Paz, o principal teatro da capital paraense (Belém, PA), luxuosamente construído durante a ‘Belle Époque’ regional. Atráves das narrativas que coletei sobre o teatro e de casos similares na bibliografia, busco explorar a capacidade da materialidade na Amazônia de ‘fazer visagens’: tanto em seu papel de provocar os sentidos, que informam sobre a presença de visagens, quanto na potencialidade que alguns objetos tem de atrair ou causar visagens. Visagem é um termo que descreve, principalmente, uma categoria de encontros multissensoriais com entes extra-ordinários, com os quais se tem uma relação mais ou menos simétrica. Isso inclui encontros com entes por vezes chamados de Encantados, como a Curupira e a Matinta Perera; com não-vivos, na forma de fantasmas e assombrações; e com certos animais da mata e dos rios, como Macacos Guariba e os Botos. É comum que lugares antigos (como palacetes, ruínas, locais importantes em revoltas populares e antigas prisões) tenham fama de serem ‘visagentos’; assim como, à beira dos rios, às margens da cidade, certas regiões da mata e locais com artefatos arqueológicos. E, geralmente, é ouvindo histórias desses lugares que se escuta o termo ‘fazer visagem’, que, nesses contextos, significa performar ações que atraem ou provocam visagens. Porém, essa capacidade de ‘fazer visagem’, não é atribuída somente às pessoas, mas também a objetos, frequentemente artefatos arqueológicos e pertences ligados aos mortos, como a cadeira preferida de um idoso ou a carteira perdida de um inspetor de segurança. Contudo, ouvindo as narrativas de visagem, contadas por funcionários e pessoas que trabalham no Theatro da Paz, notei que materialidades ordinárias, como quadros de energia, paredes, chapéus, e principalmente portas e janelas, aparecem com frequência nos relatos. Por mais que não sejam ‘provocadores’, da mesma forma que as outras categorias de objeto listadas, essas materialidades tem um papel no ‘fazer visagem’, uma vez que, frequentemente, é através da sensorialidade despertada por elas que às visagens se fazem notar. Destacando, por fim, um duplo papel das coisas: de mediador e de agente nas relações com o extra-ordinário.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“A gente aprende com o corpo todo”: o diário têxtil como uma prática tátil-reflexiva

Gabriela Novaes Santos (UFRN), Aline Maria Pinto da Paixão (UFPB), Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB)

Entre 2022 e 2023 o projeto de extensão Histórias de Quilombo, junto ao grupo Fuxico do Bem, realizou oficinas de bordado na E.M.E.I.E.F. Ovídio Tavares de Moraes no quilombo de Mituaçu (Conde, Paraíba). Durante o fazer artesanal, histórias eram contadas e os bordados

eram invadidos pela experiência das mulheres artesãs. Em uma tentativa de pensar os bordados produzidos a partir de sua própria linguagem manual, um diário têxtil foi elaborado buscando reunir e refletir sobre os bordados utilizados como modelos-base nas oficinas. Essa etapa organizacional, prévia aos encontros, desembocou na produção de diversos bordados que se caracterizam como parte das experimentações táteis do campo. Assim, a elaboração de um diário têxtil apareceu como uma possibilidade de prática tátil-reflexiva de uma etnografia. Como Chizzolini (2020) nos apresenta em seu experimento na produção de um diário de campo têxtil, esta grafia organizada em forma de caderno provoca uma antropologia que se descostura da dicotomia entre fazer científico/fazer manual, cosendo a si outras estratégias de investigação. A importância do diário se mostra em seu processo, nas reflexões que influencia e na possibilidade de experimentação com materiais táteis, propondo outro modelo para o fazer antropológico, envolvendo uma prática corporal criativa ao fazer científico. Ao traçar linhas, criamos outras superfícies (Ingold, 2022). E nas oficinas, muitas linhas se apresentaram, das mais difíceis até as mais fáceis de serem identificadas: desde a linha que une as histórias e memórias dos(as) moradores(as) da comunidade, até a desenhada e bordada em superfície têxtil; as linhas das mãos que conduzem a prática, as marcas da idade na pele. Abrindo caminho pelo tecido com diferentes tipos e cores de linhas, a agulha fere a superfície para poder desenhar outra. O bordado e o seu processo atam linhas, tecidos e agulhas a um chão etnográfico específico. Este trabalho remete ao bordado menos como objeto de investigação que como objeto investigativo. Ralyanara Freire (2021) identifica o bordado como abordagem antropológica, um pensar-saber-fazer que exige contato, uma compreensão tátil. Romper e desordenar, como Pérez-Bustos (2016) escreve, é uma forma de reavaliar pressupostos científicos e suas criações de hierarquias do conhecimento. Como consequência, podemos avaliar se temos aprendido a ensinar ou apenas transmitir conhecimento. Esse movimento, de elaborar questões a partir do bordado, tanto como processo quanto resultado, é o que chamamos aqui de prática tátil-reflexiva, pois une a prática à reflexão sem tirar a importância do corpo, através do manejo manual de materiais, neste caso, têxteis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_431_86424109_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Abençoando pelo áudio: sensorialidades da escuta evangélica em grupos de oração no WhatsApp

Lorena Mochel (UFRRJ)

Todos os dias, mensagens de texto e de áudio, emojis, figurinhas, gifs, vídeos e fotos enviados por quem pede orações e destinados a quem precisa ser alcançado pela força de milagres divinos, são enviados em “grupos de oração” evangélicos no WhatsApp. Acompanhar este cotidiano através de uma etnografia realizada em dois destes grupos, ambos exclusivamente formados por mulheres, possibilitou compreender o lugar central do envio de orações, pregações e testemunhos em mensagem de voz como tecnologias de aperfeiçoamento da virtude religiosa. A partir de análises resultantes minha tese de doutorado em Antropologia Social sobre as relações entre religião, gênero e tecnologias digitais, exploro neste trabalho como os áudios do “zap” tem propiciado o desenvolvimento de disposições éticas relacionadas à escuta e

reconduzido experiências coletivas de “progressão moral” (Hirschkind, 2021). Ao gravar, compartilhar e ouvir o áudio para orar junto, mulheres evangélicas pentecostais têm aprimorado habilidades sensoriais envolvidas no exercício diário de suas intimidades com Deus. Diante das “reconfigurações da privacidade” (boyd, 2014) provocadas pelos usos de smartphones e aplicativos de mensagem, reflito sobre como estes sentidos de intimidade são mobilizados por engajamentos sensoriais em que os áudios ganham relevância significativa nas práticas de evangelização online. A experiência de gravar e ouvir mensagens de voz no WhatsApp tem transformado smartphones em importantes “campos de batalha”, arena propícia para a emergência de novas maneiras de exercer a autoridade religiosa e narrar coletivamente o sofrimento. Os elementos que analiso neste trabalho envolveram centralmente a relação dos áudios com a ritualização produzida através de diferentes materialidades religiosas que se combinam aos usos do celular, tais como óleos de unção, bíblias, sucos de uva e outros objetos utilizados para “guerrear” em oração. Meu principal objetivo com este trabalho é dialogar com debates sobre as mediações entre pessoas, mídias e materialidades, explorando modos pelos quais a paisagem sonora dos áudios do “zap” tem modulado performances devocionais no cotidiano evangélico e promovido, assim, reconfigurações na vida político-espiritual de mulheres pentecostais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_189_67098956_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Um saber (in)corporado”: emoções e sentidos na aprendizagem do ofício de Doula da Morte

Lucía Copelotti Guedes (UNICAMP)

Nesta comunicação pretendo refletir sobre o lugar concedido às emoções e aos sentidos no processo de formação de doulas da morte ou doulas de fim de vida, profissionais que, de forma similar e antagônica às doulas do nascimento, oferecem suporte e conforto a pessoas no período final da vida e no morrer, e também aos familiares na despedida e no luto. A partir da observação e participação das aulas do curso de Doulas da Morte desenvolvido pelo instituto AmorTser, procuro evidenciar como o engajamento sensório-afetivo é condição fundamental no “tornar-se” doula da morte. A consciência em relação às emoções e sensações corporais, a partir dos exercícios práticos propostos, atravessam toda a formação e são uma ferramenta central na aprendizagem das técnicas de doulagem. Por um lado, as dinâmicas propostas buscam aguçar os sentidos, desenvolver formas sutis de atenção e sensibilizar em relação a sentimentos comuns no processo de morrer. Por outro lado, a tônica das atividades recai no reconhecimento da doula em formação de sua própria subjetividade, do que a caracteriza como pessoa, de suas qualidades e limitações, e a integração desses aspectos com o conhecimento e as habilidades aprendidas e exercitadas no processo de aprendizado. Trata-se, como expresso por uma das idealizadoras do curso, de exercitar e integrar os conteúdos e ferramentas conceituais “sentindo no corpo” esses aprendizados. Desse modo, a partir da descrição extensa dos exercícios e práticas desenvolvidos no contexto da aprendizagem, sugiro que a consciência sobre os pensamentos, sentimentos e sensações corporais que emergem da experimentação não é apenas o meio através das quais as doulas em formação desenvolvem habilidades perceptivas

e aptidões para a doulagem de pessoas em processo de morrer, mas o próprio fundamento do saber-fazer da doula da morte.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sons das cidades: a pesquisa sonora no Brasil urbano

Marcelo de Medeiros Reis Filho (IESP/UERJ)

Este artigo analisa a produção científica sobre as sonoridades em cidades brasileiras. Por meio do uso do software Publish or Perish e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), reuni artigos, livros, teses e dissertações que abordam a via sonora em termos teóricos e metodológicos nos contextos urbanos do Brasil. Este trabalho busca compreender como moralidades (Cohen, 1995), atmosferas (Stewart, 2011), técnicas de venda (Girão, 2011), administração de conflitos (Dechelette, 2019) e rotinas podem ser descritas e analisadas por meio da sonoridade. Nesse sentido, a pesquisa reúne como os sons se tornam ruídos (Trotta, 2020) e as políticas sonoras (Cardoso, 2019), assim como os procedimentos teóricos e metodológicos daqueles que se dedicam a estudar as sensorialidades nos espaços urbanos (Vedana, 2018; Castro; 2021).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Despertando outros sentidos: modos yanomami de perceber e agir n/o mundo

Mariana Spagnuolo Furtado (Secretaria de Estado da Educação)

De muitas formas distintas, podemos considerar a vida sensorial, em sentido amplo, como uma dimensão significativa da vida social. No mundo yanomami, existem diversas substâncias mágicas (hëri keki) utilizadas no cotidiano como propiciadoras (para encontrar caça, pegar caranguejo), como proteção (para atrair bons espíritos e/ou afastar os maus), como feitiço (para seduzir ou causar infortúnios a alguém), etc. Geralmente são misturas de espécies vegetais, que atuam especialmente através de seu aroma. Para que um iniciado possa tornar-se xamã de verdade, os espíritos das folhas, dos cipós e das árvores esfregam seu corpo com água fresca de igarapé da montanha, para limpá-lo de todo fedor: é assim que o corpo começa a se preparar para receber os espíritos. Nesse sentido, o cheiro nos fala de um conhecimento que passa pelo corpo de forma bastante literal. Em *A Queda do Céu*, Davi Kopenawa (2015) também conta que as ferramentas de metal dos brancos, assim como suas cidades, têm um cheiro nauseante de epidemia xawara, a doença que devora as pessoas. Além disso, as pinturas e adornos corporais também são mobilizadas como forma de proteção nas caminhadas pelo mato ou no intuito de indicar e acionar presenças durante uma festa, ritual ou encontro político. Indo além de uma paisagem mais intelectualista, na qual as qualidades sensíveis são boas para pensar ou conhecer o mundo, aqui o universo sensorial aparece como sendo particularmente bom para agir e se relacionar. Assim, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre as relações entre ética, estética e prática no mundo yanomami, partindo de reflexões etnográficas oriundas da minha pesquisa de mestrado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sonoridades Sísmicas: Transduções Táteis na Escuta dos Ecos da Mineração na Arte e Cultura.

Pedro Silva Marra (UFES), Ana Beatriz Moreto do Vale (UFES)

A atividade mineradora – uma das mais importantes para a economia brasileira, ao mesmo tempo que é responsável por uma série de crimes ambientais recentes no país – é marcada pela proliferação daquilo que este trabalho denomina sonoridades sísmicas: sons de caráter subgrave, intenso e tátil, cuja transmissão e propagação pelo solo remete às atividades subterrâneas e as permite alcançar longas distâncias. Desde a ação rítmica das escavações do solo nas minas e das sirenes das fábricas de beneficiamento de minérios para ordenar o tempo de trabalho; às engrenagens das esteiras, ao fluir da água em minerodutos, e aos apitos de navios nos quais o produto extraído é transportado; estas sonoridades do processo produtivo da mineração ecoam nas cidades que se organizam a partir desta cadeia econômica. Paralelo a isso, empresas do setor são responsáveis por alguns dos crimes ambientais de maior impacto no país – como a Vale, em Minas Gerais, e no seu complexo portuário em Vitória, ou a Braskem em Maceió, Alagoas – e trabalham para impedir a escuta pela sociedade das sonoridades sísmicas, da destruição, que provocam por meio de ações de marketing cultural. Estes sons sísmicos são percebidos tanto por um registro perceptível tátil, quanto detectados, quantificados, analisados e estetizados por processos transdutórios – aqueles que buscam transformar energia, informação, dados, sentidos e sensorialidades a fim de repassá-los de um meio a outro (Sterne, 2003; Helmreich, 2007) – presentes em sensores de monitoramento da atividade mineradora e em obras de arte financiadas por estas mesmas empresas, como a instalação Sonic Pavillion, do artista multimídia Doug Aitken localizada no Museu Inhotim, em Brumadinho. Este trabalho busca escutar as sonoridades sísmicas da atividade mineradora a fim de esboçar uma acustemologia (Feld, 2018) deste setor econômico que, por um lado, produz e emprega tais sons em toda sua cadeia e processos produtivos, e que, por outro, busca limpar sua imagem de poluidor e destruidor do ambiente por meio de ações de fomento artístico e cultural. Uma hipótese que se delinea é que estas sonoridades sísmicas são moduladas por tal setor econômico a fim de seduzir as populações dos locais onde atua e convencê-las da inevitabilidade da destruição que provocam, face aos benefícios que supostamente produzem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_2_80461721_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Descrivendo formas de acesso de uma pesquisadora com deficiência as tecnologias assistivas

Priscilla Isabel Menezes Dantas (UFBA)

Com as políticas afirmativas nas universidades públicas, muitos grupos subalternizados, dentre eles o das pessoas com deficiência, encontraram a possibilidade de fazerem pesquisas que envolvam suas reais aspirações, visto que deixaram de ser o objeto da pesquisa para serem os sujeitos produzindo conhecimento sobre suas realidades. Aliado a reserva de cotas destinadas às pessoas com deficiência temos a conquista dos recursos de acessibilidade, tanto no quesito dos recursos humanos propiciado pelas políticas públicas, quanto no avanço das tecnologias

assistivas que ajudam pessoas com deficiência a se manterem nos cursos de pós-graduação, pois estes funcionam como extensores de seus corpos. Nesse sentido, levando em conta a autonomia relacional, busquei realizar uma pesquisa autoetnográfica, afim de refletir sobre a autonomia de mulheres com deficiência e dependência complexa e, nesse ínterim, observei o quanto é importante expor sobre a importância que há na relação entre eu, que dou o comando e a tecnologia assistiva, que o recebe, para que o terceiro elemento na relação, o leitor, receba as informações o mais próximo possível do que o primeiro citado desejou transmitir. Dessa forma, o artigo proposto tem o objetivo de descrever algumas questões relacionadas a forma de interação que tenho com o leitor de telas, que hora acelera, ora retarda a produção acadêmica tendo em vista que eu, enquanto mulher cega e mobilidade reduzida, incluindo a funcionalidade prejudicada das mãos, dependo desses recursos para realizar minha pesquisa, e também explorar diversos espaços. Concluímos que apesar das ações afirmativas, a estrutura acadêmica ainda age com capacitismo na medida em que tem resistência em aceitar ou por vezes simplesmente rejeitar as produções acadêmicas que contém especificidades de pesquisadores pós-graduandos com deficiência, afinal são corpos diferentes com funcionalidades diversas que enfrentam as barreiras físicas e de acesso com suas peculiaridades diversas precisando de diferentes formas de estratégias. Assim sendo, existe urgência que a academia se envolva com a justiça defixa, pois apesar das limitações temos grandes possibilidades para desenvolver nosso potencial.

Palavras chave: Acessibilidade, acesso, normas acadêmicas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_287_70603827_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A paisagem sensorial da relação humano-mosquito

Raul Lisboa Pereira Basilio (University of Georgia, Athens)

Historicamente, os mosquitos evoluíram junto com os humanos, utilizando o nosso sangue para o desenvolvimento de seus ovos e águas paradas como locais de desova. Atualmente, algumas espécies se destacam por suas capacidades adaptativas de proliferação no ambiente urbano. Este ano, diversos estados e municípios declararam emergência de saúde pública devido aos altos índices de casos de dengue que se alastram pelo país. Paralelamente ao *Aedes aegypti*, responsável por ser o transmissor de dengue, o mosquito de Género *Culex*, também conhecido como pernيلongo (ou muriçoca), é um vilão em áreas com baixo índice de saneamento básico. Características marcantes do *Culex*, como seus hábitos noturnos e seu zumbido, criam uma condição sensorial de incômodo para uma grande parcela da população. Além disso, sua picada causa uma coceira incessante. Esse trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa etnográfica em uma área de planície costeira com crescente urbanização onde existem lagoas e canais contaminados, cercados por diversos tipos de moradias e classes sociais. Neste estudo ilustro os impactos da relação humano-mosquito, incluindo barreiras e estratégias praticadas por moradores e órgãos públicos na tentativa de controlar a paisagem sensorial do lugar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias de vivências na docência em escola pública: percepções de professoras aposentadas através da arte-etnografia

Sandra Maria Costa dos Passos Colling (Pesquisadora), Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS), Magna Lima Magalhães (FEEVALE)

Este texto foi elaborado a partir das arte-escritas da tese intitulada “Olhares e movimentos com o que resta de giz nas mãos: memórias do mundo do trabalho de professoras aposentadas da rede pública de ensino e o patrimônio cultural escolar do município de Portão/RS”, defendida pelo Programa de Pós-graduação em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale. Esta pesquisa se realizou a partir de fontes bibliográficas, documentais e, principalmente, da arte-etnografia em encontros com sete professoras. A etapa que se deu em campo foi realizada com um olhar diferenciado, à procura de um registro anterior do que se tem como imagem, através do ver o mundo com os sentidos. Nos encontros realizados, as conversas se deram a partir do roteiro semiestruturado, e a arte-etnografia possibilitou diferentes formas de perceber a identidade narrativa e o percurso docente de cada parceira de pesquisa. Estas lembranças colocam em jogo a potencialidade da arte como um tipo de força capaz de expandir os modos de pensar a docência, a educação e a escola. O livro arte-etnográfico resultante dos encontros apresenta fotografias, escritas e criações artísticas realizadas pelas parceiras desta pesquisa, impulsionadas e desafiadas pela pesquisadora, partindo das lembranças do mundo do trabalho em educação. Por meio destes fazeres é possível observar delicadezas, espaços, potências, traços e movimentos. Estes gestos são acompanhados por um “aquarelar” da pesquisadora numa tentativa de reunir o pó de giz que resta nas mãos destas professoras. Este trabalho é uma tentativa de oferecer outras formas de leitura e apresentar as ricas imagens que fizeram parte deste percurso rodeado de sentidos e percepções das reminiscências de mulheres sobre a docência em escola pública.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_857_87168692_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sentidos na fermentação: percepções sensíveis e caxiri entre as Tukano Oriental do Noroeste Amazônico

Talita Samanta Sene (UFSC)

Proponho aqui uma brevíssima reflexão acerca da categoria Tukano Oriental caxiri (peeru) – nome genérico atribuído (1) a uma diversidade de tipos e modalidades de bebidas fermentadas à base de mandioca brava e outros temperos e (2) ao modelo de festa que tem como mote o seu consumo. Através da análise dos modos de preparo e ingestão do caxiri, pretendo destacar a centralidade de conhecimentos e técnicas corporais multissensoriais que envolvem a distinção de sons, cores, odores, sabores e texturas muito específicas, na sinalização da natureza do estado da bebida (forte/fraco, doce/azedo, por exemplo) - dimensões sensoriais que têm despertado pouco interesse na etnologia da região do rio Negro, mas ocupada um lugar de crescente importância na antropologia de modo geral. Para tanto, parto de minha experiência entre mulheres Tukano Oriental de São Gabriel da Cachoeira, Noroeste Amazônico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O magnetismo como terapêutica de cura para adoecimentos psíquicos: etnografia no Centro Espírita William Crookes - AL

Victor Hugo Silva Martins (UFAL)

O Espiritismo é uma religião que surgiu em 1857, codificada por Hippolyte Léon Denizard Rivail sob o pseudônimo de Allan Kardec, após a publicação do Livros dos Espíritos, na França. Em sua fundação, obteve a característica de uma doutrina de cunho filosófico, religioso e científico, o que a tornou o foco de inúmeros estudos e críticas pela base científica, principalmente por abordar a imortalidade da alma e o plano espiritual. No Brasil ganhou força em 1865, com a abertura do primeiro centro espírita na cidade do Rio de Janeiro. Diferente da própria França, país de fundação do Espiritismo, no Brasil, a religião, como assim foi adotada em solo brasileiro, encontrou terrenos férteis, se proliferando e agregando milhares de adeptos. No entanto, sua chegada não obteve uma recepção acalorada pela base científica e catolicista no Brasil, o que resultou na criminalização de suas terapêuticas de cura, entre 1890 e 1940. Tais práticas são baseadas no Magnetismo, ideia apresentada pelo médico francês Franz Anton Mesmer. O médico postulava que assim como a terra sofre influência da gravidade no movimento de fluxo e refluxo da lua, os seres humanos também seriam compostos por tais energias, podendo influenciar no campo magnético de outra pessoa, se utilizando desse método para curar adoecimentos. No entanto, tais práticas adotadas pelo Espiritismo passou a ser postulada como charlatanismo, o que me impulsionou a compreender os benefícios das terapêuticas magnéticas no itinerário terapêutico dos adeptos do Centro Espírita William Crookes em Maceió-AL. A partir do método etnográfico, utilizando estudos de caso, coletei em um vasto material etnográfico sobre como essas terapêuticas foram significativas no processo de cura dos meus interlocutores. Assim, como movimento da minha pesquisa de mestrado, nesta pesquisa, apresento o estudo de caso intitulado: Os bons espíritos me trouxeram aqui. Que narra o caso de Matheus (nome fictício), que diagnosticado com esquizofrenia, passou por tratamento através das terapêuticas magnéticas do Espiritismo. A partir desse caso, apresento a cosmologia de saúde e doença mental para o Espiritismo, a nosologia presente no sistema médico da religião e o mecanismo de ação das terapêuticas no tocante ao tratamento de adoecimentos mentais, além de apresentar o percurso de Matheus na sua busca por saúde mental. Através desse estudo, pode-se notar a pluralidade nas abordagens de cuidado à saúde mental, existindo diferentes rotas para além da biomédica, e conseqüentemente, diferentes maneiras de se perceber e de se tratar os adoecimentos de cunho psíquico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_121_69000729_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Em movimento: boi e miolo

Vitor Sampaio Soares (UFPR)

Miolo é aquele que se torna medula no interior do boi. Boi é um artefato dotado de agência que ocupa lugar central na festa de bumba-meu-boi do Maranhão. Trata-se de uma manifestação popular, disseminada na mesorregião norte maranhense, na qual estão presentes elementos religiosos afro-católicos, da dança, da música e do teatro. Este trabalho compõe o escopo da

minha pesquisa de mestrado, em andamento, que reúne uma série de reflexões acerca da materialidade, corporeidade e performatividade presentes nessa festa. Por essa razão, meu olhar se volta para os modos de relação entre humanos e não-humanos e ao aspecto étnico-racial que marcam as práticas de feitura e os fazedores da brincadeira. A partir de uma imersão etnográfica no litoral ocidental maranhense, busco compreender de que maneira a criação técnica do boi-artefato está relacionada ao sistema de ideia local e como as intencionalidades do mestre-artesão provocam mudanças significativas na performatividade da festa e na recepção por parte dos brincantes. Para isso, descrevo e analiso o caso de um artesão em via de elaboração do boi-artefato e, posteriormente, a performance que o boi-miolo assume durante a festa. Essa investigação tem me levado a refletir acerca das complexidades presentes nos processos de criação de artefatos e das potencialidades que a relação entre humano e não-humano podem atingir a partir de determinados domínios técnicos no universo da cultura popular.

GT 011: Antropologia da técnica

A 6ª edição deste GT busca dar continuidade às reflexões iniciadas na 29ª RBA, contribuindo para a ampliação do interesse pelo tema e a consolidação desta área de estudos na antropologia brasileira. Quando tratamos de técnica no sentido maussiano, como « ato tradicional eficaz », é necessário, seguindo Sigaut, lembrar que não temos acesso direto às técnicas em si. O que vemos são pessoas fazendo coisas. Nesse sentido, este GT tem um interesse particular nas estratégias metodológicas oferecidas pela antropologia da técnica para perceber e descrever os processos de operação, manipulação, coordenação e correspondência, além das relações de predação, simbiose e cooperação implicadas nas variadas interações entre humanos e não-humanos (artefatos, plantas, animais, minerais, máquinas e ambientes de modo geral). Apostamos na tecnodiversidade envolvida nestas cadeias de atos enquanto entrada perspicaz para o entendimento das condições de habitabilidade dos mundos, sobretudo diante da atual crise ecológica e das ansiedades tecnofóbicas/tecnotópicas provocadas pela irrupção do digital. Assim, estimulamos a submissão de comunicações que abordem tanto as habilidades e composições sociotécnicas, quanto as hierarquizações e políticas mais que humanas. Consideramos de grande relevância os trabalhos que privilegiem aspectos etnográficos, inclusive aqueles mediados por equipamentos audiovisuais, qualificando a análise descritiva de processos técnicos em escalas e temporalidades diversas.d

Coordenação

Guilherme Moura Fagundes (USP), Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (UFSC)

Debatedor(a)

**Eduardo Di Deus (UNB), Fabiano Campelo Bechelany (ministério da igualdade racial),
Thiago Novaes (UFF)**

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experimentando açaí no Cerrado

André Gondim do Rego (IFB)



Açaí é o fruto de uma variedade de palmeira nativa da região norte do país (*Euterpe Oleracea*) com grande incidência em áreas alagadas. O Brasil é o maior produtor mundial da fruta e o estado do Pará abarca mais de 90% dessa produção. O aumento crescente da demanda, local e global, tem incentivado cada vez mais estudos para sua produção em terra firme e por meio de irrigação. Tais estudos têm se concentrado no bioma amazônico. Por sua vez, iniciativas de cultivo em outras regiões do país são escassas e, até aqui, recebem pouco ou nenhum suporte de agências de pesquisa e extensão rural. Não por acaso, iniciativas recentes de incentivo à sua produção no Cerrado – ambiente avesso às condições pensadas como ideais para este cultivo – tem sido tratada com certa surpresa, mas também como uma grande oportunidade. Uma referência incontornável neste cenário é o trabalho pioneiro de cultivo e processamento do açaí no Distrito Federal realizado por dona Aida Kanako, mulher, esposa e mãe transformada em produtora rural por intermédio dessa fruta. Este trabalho discute a dinâmica de sua aprendizagem técnica do processamento do açaí, considerando a história de tal aprendizagem como um processo de coprodução – a um só tempo da planta, da polpa e da pessoa –, processo que, nos próprios termos de dona Aida, envolve um “grande experimento”. Embora o foco da apresentação recaia sobre seu engajamento no processamento da fruta como polpa, este não pode ser compreendido sem referência à própria atividade de plantio e às iniciativas posteriores para sua comercialização. A pesquisa se baseia nos relatos dessa produtora sobre o caminho percorrido ao longo desse “grande experimento”, bem como na observação de suas tentativas de reencontrar seus resultados na atualidade a partir de novas mediações envolvendo humanos e não humanos que passaram a cruzar, confluír ou concorrer com ela na produção continuada desse caminho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Movimentos saindo da água: transformações do sistema de abastecimento de água na Tekoa Vy’a

Bruna Cobelo Pinelli (UFSC)

Os povos indígenas compartilham um quadro de injustiça deflagrado pela privação do acesso a direitos humanos fundamentais. De maneira geral, no Brasil, as aldeias estão expostas ao consumo de água contaminada e a dejetos humanos sem tratamento. A respeito da situação das condições sanitárias dos indígenas em Santa Catarina, foi realizada coletas pela equipe do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI Litoral Sul) em 2023. Segundo o levantamento, apesar de 96% das aldeias Guaranis do Estado terem estruturas de captação e abastecimento de água, a maioria encontra-se em ruim ou péssimo estado de conservação. Este estudo etnográfico trata do saneamento básico e do acesso à água potável no território indígena Tekoa Vy’a, da etnia Mbya Guarani, localizada em Major Gercino/SC. A ineficiência do Estado em prover um direito básico destas populações evidenciou a necessidade da presença de organizações não governamentais para ajudar a solucionar problemas sanitários no território. A pesquisa inicia com a problemática da falta de água na Tekoa Vy’a, motivando a intervenção de ONG’s e de um projeto de extensão da Universidade Federal de Santa Catarina, denominado “Saneamento Ambiental em Aldeias Indígenas de Santa Catarina”, desenvolvido pelo NEAmb (CTC/UFSC). As análises deste estudo focaram as relações sociais a partir das águas, observando as ações da

implementação de técnicas e tecnologias sanitárias que incluíam: a reconstrução do sistema de abastecimento, proteção de nascente fonte Caxambu, aqualuz® (sistema de desinfecção solar) e coleta de água. Além disso foram observados os conflitos durante a execução do projeto que destacam a necessidade de compreender os diferentes tipos de engenheiros presentes: o engenheiro popular e o técnico, e os impasses ocorridos durante a aplicação de técnicas sanitárias com os moradores indígenas. As estratégias metodológicas utilizadas foram a observação participante nas dinâmicas sociais, em vivências da realidade da Tekoa Vy'a e aplicação entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental. Nestes quase dois anos em campo (desde março de 2022) observamos processos de operação e manipulação de técnicas e tecnologias sanitárias dentro deste território indígena, buscando a melhor abordagem para implementá-las. Destacamos a importância do entendimento prévio do local físico e relacional, da negociação entre usuário real e usuário-projeto e da compreensão dos modos de aprendizagem da comunidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_525_00830177_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As tecnologias digitais e a tecnodiversidade: impactos socioculturais e estratégias de resignificação entre os Ka'apor

Carlos Victor Correa Pontes (Centro de Formação Saberes Ka'apor)

Os dispositivos tecnológicos digitais de informação e comunicação desenvolvidos durante as últimas décadas tem apresentado eficácia na captação da atenção dos usuários e na relação de dependência estabelecida entre eles. Zuboff (2021) argumenta que distintos grupos sociais estão tendo seus imaginários e relações sociais alteradas pela vigilância massiva que as grandes corporações tecnológicas estão submetendo a sociedade. Porém, é necessário reconhecer que a relação de dependência com essas tecnologias de mercado não afeta todos os grupos de maneira uniforme, necessitando de uma maior atenção para seus impactos entre os povos indígenas. O povo Ka'apor, habitantes da região amazônica no noroeste do estado do Maranhão, tem se questionado sobre os impactos que as redes sociais e outras formas de socialização digitais tem ocasionado em sua sociedade, atribuindo horários específicos para que os aparelhos de acesso à internet sejam ligados e desligados. Embora o aparelho celular e a rede de internet proporcionem registrar, produzir e divulgar provas contra invasores do território indígena, ela também interfere nas relações entre membros do grupo, privilegiando outras lógicas relacionais que se contrapõem ao Bem Viver, como a lógica de consumo. De acordo com Hui (2021), a aceitação de tecnologias estrangeiras podem contrariar a cosmovisão de povos e comunidades tradicionais, e repensá-las criticamente constitui um papel fundamental para a sua negação, reapropriação ou produção. Sendo necessário estimular a criação de tecnologias alternativas que possam se contrapor ao desenvolvimento tecnológico do Norte Global, que impõe uma história universal da técnica e nega valores culturais próprios dos povos que se recusam a aceitar a racionalidade imposta pela colonialidade. Cusicanqui (2010) argumenta que a produção de uma técnica diversificada deve priorizar a valorização epistemológica de cada povo, através de seus códigos, linguagens, ações e conhecimentos culturais e políticos. Nesse sentido, esta pesquisa pretende apresentar como os arranjos sociotécnicos são utilizados pela sociedade

Ka'apor, suas expectativas em relação ao contato interétnico estabelecidos com grupos de apoiadores através da rede, que ajudam na disseminação de imagens e vídeos sobre invasões e conflitos com atores da sociedade nacional e fornecem apoio aos indígenas para pressionarem as instituições governamentais responsáveis pela sua proteção, e suas frustrações em razão da dependência que os indivíduos de cada comunidade, sobretudo os mais jovens, estabelecem com as tecnologias digitais, como as redes sociais, e deixam de valorizar aspectos da própria cultura para considerar formas relacionais próprias da sociedade ocidental que contrariam o Bem Viver.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A maquinização da sangria de seringueira: um novo capítulo em uma linhagem técnica

Eduardo Di Deus (UNB)

Há dez anos apresentei, na primeira edição do GT antropologia da técnica, um trabalho sobre uma faca motorizada que havia sido lançada pouco tempo antes no interior de São Paulo e que prometia substituir as centenárias facas utilizadas para realizar a sangria de seringueiras (*Hevea spp.*). Trata-se de um ofício altamente dependente das habilidades manuais de trabalhadores que, em plantações localizadas em diferentes regiões tropicais do mundo, desde o final do século XIX, extraem o látex das cascas dessas árvores nativas da Amazônia, um produto que está na base da produção de borracha natural. Naquela ocasião, a faca motorizada havia falhado, não havia sido adotada nas plantações de seringueira localizadas no interior de São Paulo (nem em outras regiões do país). A partir de etnografia realizada junto a trabalhadores na região com maior concentração de plantios da árvore produtora de borracha, discuti a fenomenologia da interação humano-máquina-vegetal envolvida na rejeição do objeto técnico. Dez anos depois, uma nova faca motorizada de sangria é anunciada, dessa vez em desenvolvimento em uma nova região produtora da borracha natural, no cerrado goiano, próxima a Brasília e a Goiânia. Dessa vez, circulam informações sobre a eficácia do novo objeto técnico que, diferente do anterior, gera interesse e euforia em produtores rurais e técnicos da heveicultura. A história da produção da borracha natural é reveladora de processos característicos do campo que vem sendo denominado “plantationoceno”, como a intensificação da disciplina e da dominação de seres humanos e não humanos (Chao, 2022). Nessa comunicação pretendo analisar esse novo capítulo na linhagem técnica da extração da borracha, descrevendo a recepção da nova máquina em campo e situando as reflexões a respeito do desejo patronal pela maquinização (Di Deus, 2017) da sangria de seringueiras e da eliminação do chamado “problema da mão de obra” no contexto das discussões sobre o plantationoceno.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rizomas, escalas e criações: tecnopolíticas quilombolas e bananeiras no Vale do Ribeira

Frederico José Coffani dos Santos Sabanay (USP)

É possível inferir sobre uma antropologia da monocultura a partir de redutos onde resiste a diversidade? O que pode dizer uma antropologia da técnica que investiga as relações entre humanos e não-humanos sobre o caráter das desigualdades raciais, ecológicas e políticas tanto nos contextos de perturbação ostensiva do mundo da monocultura quanto dos envolvimento

ecossistêmicos de comunidades quilombolas em seus territórios? Essas questões são mobilizadas a partir da pesquisa de mestrado em andamento “A arte de resistir no Plantationoceno: roças quilombolas e monocultura da banana no Vale do Ribeira” (título provisório), realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (PPGAS/FFLCH/USP). A apresentação deste trabalho pretende relacionar as noções de tecnodiversidade, proposta pelo filósofo Yuk Hui (2020), de escalabilidade e não-escalabilidade em Anna Tsing (2019) e discussões sobre o cultivo de plantas de um ensaio de André-Georges Haudricourt (2013 [1962]) com o contexto etnográfico da pesquisa que descreve as transformações técnicas dos manejos de variedades de bananeiras (*Musa spp.*) nas comunidades quilombolas da região do Médio Rio Ribeira de Iguape, nos municípios de Eldorado/SP e Iporanga/SP. Com a patrimonialização do Sistema Agrícola Tradicional das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 2018, que inventariou um conjunto de práticas e saberes dos modos de vida de 19 comunidades quilombolas da região, os órgãos ambientais passam a reconhecer, por meio de dispositivos jurídicos, direitos associados às práticas da agricultura quilombola itinerante a partir de “índícios de tradicionalidade” (SIMA, 2022). A tecnodiversidade nos cultivos de bananeiras em associação com as práticas e saberes ancestrais quilombolas passam a ser encarados como um problema pela fiscalização ambiental, reverberando conflitos com a ecologia política diversificante das comunidades quilombolas. Pensadas enquanto redes sociotécnicas (Latour, 1994), as mediações entre quilombolas e bananeiras em sua diversidade se filiam a continuidades e descontinuidades técnicas, atravessadas por memórias, resistências, processos de diversificação ecológica e por tensionamentos coloniais ocasionados pela associação histórica da monocultura da banana com a sobreposição de unidades de conservação nos territórios quilombolas. A presente pesquisa busca somar às discussões da antropologia da técnica no Brasil a partir dos rizomas de bananeiras que transitam entre a ecologia diversificante quilombola e a produção de mundo da monocultura.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cabeça de Gente, Cabeça de Peixe, Ponta de Dedo e Ponta de Faca: Minha experiência de registro e estranhamento ao filetar uma anchova

Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira (UFSC)

Essa ideia veio de uma conversa com meu orientador, e ao pensar sobre o mercado de pescados e como se dariam os cortes feitos nas peixarias, ele me propôs a como seria necessário não só fazer etnografia, mas também fazer antropologia (Ingold, 2015; 2016). Fazer antropologia no sentido de realizar o corte de um peixe como uma tentativa de aprendizado. Ou seja, cortar o peixe fazendo antropologia como educação da atenção. Utilizei dessa estratégia também inspirado em Sautchuk (2013; 2014) e sua pesquisa com a pesca com arpão. Assim, seria uma maneira não só de aprofundar meu conhecimento na prática do corte e pensar em novas questões para meus interlocutores, mas também de registrar todo o passo a passo. Esse movimento tinha como a intenção o aprendizado pela prática, percebendo o processo pelo corpo e pelo movimento, trazendo a questão de como se trás uma pessoa para o centro dessa atividade

realizada. Essa atividade também nos mostra muito sobre vários processos e corpos diferentes. Assim, a ideia aqui é que nesse exercício estarei aprendendo sobre esses processos, corpos e também construindo novas questões sobre o campo que fiz (Ingold, 2015; 2016). Pensando junto ao ensaio *Andando na prancha* de Tim Ingold (2015), também cheguei a conclusão de que sua experiência serrando uma prancha de madeira e a minha cortando um peixe (no caso, uma anchova) dividem algumas similaridades. Da mesma forma que, o corpo de quem serra uma prancha participa ativamente do exercício, o corpo de quem corta também participa ativamente do corte. O corte depende de uma junção de muitas coisas. Apesar de conseguirmos pensar em um passo a passo para ser aplicado no corte, ainda dependemos de muitas variáveis. Como: qual peixe é este, se sua carne está rígida, qual resultado é almejado e et cetera. O que ressalta aqui é que seria muito difícil construir uma espécie de guia, justamente por causa da quantidade de variáveis, pois, além dessas variáveis do peixe, ainda temos que pensar nas variáveis do corpo de quem corta e em como dois movimentos nunca serão iguais (Ingold, 2015). Existe também uma especificidade em relação ao corte. Diferente de uma caminhada, por exemplo, o corte não desaparece. Tudo isso também diz respeito a criação de uma sensibilidade no olhar, não só quando pensamos no corte, mas também no registro. Pensando que o meu repertório de conhecimento que vai me ajudar a entender o que está acontecendo (Novaes, 2021), é também a partir do desenvolvimento dessa sensibilidade que irei notar muito dos que meus interlocutores me dizem e conseguir perceber o meu avanço nesse aprendizado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_474_31356132_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Culinária na Floresta: técnicas indígenas na produção alimentar amazônica

Gilton Mendes dos Santos (UFAM), Lorena França Reis e Silva (UFSC)

Há uma grande diversidade de modos de processar e consumir as espécies vegetais pelos povos tradicionais da Amazônia, o que se desdobra em distintos modos de conhecer, produzir e promover a biodiversidade da floresta. A riqueza de técnicas e operações de transformações, construída ao longo do tempo e conectada às formulações cosmológicas, foram e são empregados nas transformações de plantas de modo amplo ou transversal, sejam estas cultivadas ou não, domesticadas ou silvestres, nativas ou exóticas, da roça, da floresta ou da capoeira. Neste trabalho, apresentamos um recorte sobre três espécies vegetais – o açai (*euterpe* sp), a batata mairá (*casimirela* sp) e o umari (*poraqueiba* sp) –, observando os modos de transformação técnica que permitem a obtenção de ingredientes fundamentais (a goma e a massa) ou a alteração dos estados da matéria vegetal (defumação, fermentação). A elaboração conceitual e prática dos povos indígenas sobre os frutos está expressa não apenas nos modos materiais de transformação, mas também nas cosmologias e nos ritos a ela unificados, isto é, numa cosmotécnica, como procuramos evidenciar na análise sobre o umari entre os povos Tukano do Noroeste Amazônico. Este fruto, cultivado e não cultivado, presente nas capoeiras e na floresta, e suas diversas formas de processamento, nos ajuda a pensar como a técnica se apresenta como uma profícua ferramenta de dissolução de antinomias adotadas historicamente para falar da imbricada relação dos povos indígenas com a floresta amazônica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A marcha das panelas e temperos: ritmos e técnicas do corpo na produção de tempo e espaço em uma cozinha profissional

Guilherme Henrique Vasconcellos Leonel (as)

Quando Leroi-Gourhan classificou o ato humano por excelência como “a criação de um tempo e espaço humanos” (Leroi-Gourhan, 1993, p. 313), ele não estava necessariamente pensando nos ritmos e dinâmicas do trabalho de cozinhas profissionais, mas poderia muito bem estar. Seja ao controlar o tempo de cocção, mantendo-se alerta às transformações das substâncias e respondendo de acordo, seja no corte e preparo de ingredientes, inserindo-se num sistema que envolve ferramentas, insumos e espaços, seja circulando pela cozinha e respondendo “contínua e fluentemente a perturbações do ambiente percebido” (Ingold, 2010, p. 18 apud Ingold, 1993a: 462), o cozinheiro vê-se constantemente participando do ritmo que produz e é produzido pelo ambiente, utilizando-se de uma “educação dos movimentos” (Mauss, 2003) para “em face das proclividades anárquicas de seus materiais, [...] manter alguma aparência de controle sobre o que se passa” (Ingold, 2012, p. 35). Assim, o trabalho proposto por este resumo trata-se de uma parte de um dos capítulos de minha dissertação de mestrado, e parte de uma cena etnográfica na cozinha de um restaurante árabe de Florianópolis (SC) para questionar: como as relações entre cozinheiros, ferramentas e alimentos dentro do ambiente técnico da cozinha podem produzir um espaço e tempo próprios em que coisas, alimentos e pessoas estão em fluxo?

Palavras chave: Antropologia da Técnica; Culinária; Comida Árabe; Ritmos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_319_82913238_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A vida no Queijo Serrano importa: etnografia sobre um queijo produzido no sul do Brasil

Guilherme Rodrigues de Rodrigues (UFPEL), Renata Menasche (UFPEL)

Nos Campos de Cima da Serra, região situada ao nordeste do Rio Grande do Sul e sudeste de Santa Catarina, é realizada a produção tradicional de Queijo Serrano. O queijo é um produto artesanal, feito à base de leite cru recém ordenhado, sal e coalho. As condições ambientais, climáticas, territoriais e microbiológicas fazem deste queijo um produto único, com aromas e sabores característicos. Cultura, identidade, tradição, saber fazer e outros elementos são traços distintivos deste queijo. No entanto, no Brasil – e particularmente no Rio Grande do Sul –, as normas sanitárias para produtos de origem animal são extremamente restritivas e inadequadas à realidade dos pequenos produtores. Essas regulamentações são frequentemente projetadas para atender às grandes indústrias, o que as torna pouco adequadas para estimular e facilitar a inclusão no mercado formal do queijo produzido por famílias, de modo artesanal. Partindo dessa questão em direção a um diálogo possível, esta pesquisa propõe uma abordagem que visa aprofundar a compreensão desses conflitos, examinando as noções de vida que estão em questão. Propõe-se pensar sobre uma coevolução do ser humano com a fermentação (KATZ, 2011), abordagem que se distancia da que propõe uma relação antropocêntrica com o ambiente (SÜSSEKIND, 2018), aproximando-se de uma Antropologia da Vida (INGOLD, 2015). A urgência da questão está na necessidade de uma mudança de paradigma: trocar a ideia de um

mundo asséptico pelo entendimento de que – como no estudo de Benemann (2021) – cozinhamos com outras vidas. Ou, pensando no queijo, produzimos com outros vivos. Sandor Katz (2011) discute a fermentação como um fator integral da evolução do ser humano. Ele entende - pensando na alimentação - que a fermentação é a transformação do alimento por fungos e bactérias diversos. Logo, o queijo é, essencialmente, leite coalhado e fermentado por outras vidas. Como Nicole Benemann (2021) propõe, trata-se de cozinhar (com) outros vivos, criando sabores coelaborados em uma cozinha viva. Pensando com Katz (2011), o fermento está enraizado na cultura humana. O queijo é parte disso, pois, ao longo dos séculos, produtos fermentados - como pão, vinho, iogurte e cerveja - têm sido consumidos ao redor do mundo. Culturalmente, traçamos nossos caminhos epistêmicos cotidianos em interação com outras formas de vida, coexistindo e coevoluindo com elas. Em vez de aniquilá-las, convivemos com elas - uma prática humana que persiste desde tempos imemoriais. Assim, a etnografia realizada visa contribuir à preservação da prática tradicional de produção do Queijo Serrano, além de incidir em debates teóricos no campo da Antropologia, explorando a ideia de vida e conectando-se com estudos sobre alimentação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rede de Corais: um exame das escolhas técnicas na restauração de recifes de corais no Caribe mexicano

Larissa Brito Ribeiro (UNB)

Três categorias de restauração de recifes de corais existentes no mundo vêm, há mais de 15 anos, sendo desenvolvidas e implementadas no Parque Nacional Arrecifes de Puerto Morelos, localizado no Caribe mexicano, e foram inseridas, em 2020, em um programa do governo mexicano de adaptação às mudanças climáticas: propagação sexuada, propagação assexuada e aprimoramento do substrato recifal. No interior de cada uma destas categorias, circulam globalmente diferentes possibilidades relativas aos objetos, processos e habilidades humanas para desenvolvimento e implantação das mesmas, configurando um campo marcado por “escolhas técnicas” (Lemonnier, 1993). Este trabalho parte de uma etnografia realizada no Parque, com uma abordagem comparativa de duas modalidades de restauração: a propagação sexuada, desenvolvida pelo Laboratório de Investigación Integral para la Conservación de Arrecifes (Coralium), vinculado à Universidad Nacional Autónoma de México, e a propagação assexuada, desenvolvida e implementada pela ONG Oceanus A.C. Enfocarei a adoção, pela equipe do Coralium, de uma rede de coleta de gametas de corais (que subsequentemente são fertilizados para cultivo de “bebês” de corais em incubadoras e aquário), que ganha destaque em relação a demais possibilidades de coleta de gametas: uma tenda subaquática, dois outros tipos distintos de redes e a coleta de gametas de colônias coralíneas cultivadas em aquários (ex situ). A referência à confecção da rede (hacer rede) como um processo “mágico” pela líder do Laboratório, num curso de capacitação, lançou a pesquisa para o diálogo com as abordagens antropológicas acerca da relação entre técnica, magia e ciência, como parte dos elementos a serem analisados. Num contexto ainda incipiente de análise para a escrita da tese, o objetivo deste trabalho é explorar os elementos envolvidos na “escolha técnica” desta rede, como ela se vincula à relação estabelecida pela líder do Laboratório com a magia, bem como a associação

com as categorias “cuidado” e “redução do stress” ao longo do processo de coleta, cultivo, semeadura e possibilidades de sobrevivência dos “bebês” de corais semeados no mar. A etnografia permitiu compreender que a rede, mais do que a projeção de intencionalidades humanas, está envolvida em um conjunto de relações estreitas entre as propriedades vitais dos corais e as ações de demais organismos, habilidades humanas, astros, eventos meteorológicos, um conjunto de objetos e ferramentas, compondo uma sequência operacional que abarca a formação e história da paisagem e as dimensões políticas que a atravessam.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Práticas de Forrageio na Agricultura do Assentamento de Reforma Agrária 12 de Julho - RS.

Larissa Mattos da Fonseca (UFRGS)

Resumo: este artigo propõe a recharacterização da agricultura feita no assentamento de reforma agrária 12 de Julho através da descrição de práticas de forrageio presentes no conjunto total das atividades agrícolas do assentamento. A prática de forragear diferentes plantas, para diferentes fins, ocorre no fluxo cotidiano das assentadas. Forrageiam-se folhas comestíveis, mudas e madeira para construção e manutenção de ferramentas. Tais práticas são feitas em espaços de mata, localizados no interior dos lotes familiares, assim como em antigas capoeiras e pousios, também no interior dos lotes. Incluir tais práticas na caracterização do que seja a agricultura feita no assentamento resulta da atenção às atuais propostas de ressignificação do que seja agricultura (GRAEBER; WENGROW, 2022), no entanto, a percepção alocada em tais práticas e sua inclusão e caracterização no sistema agrícola geral do assentamento decorre, de forma imprescindível, da aplicação (o que incluir, por vezes, reformulações) das perspectivas e dos métodos advindos da antropologia da técnica, de forma mais precisa das tipologias de modos de ação propostas pela antropologia da ação (FERRET, 2014) e dos métodos de engajamento em ações e encadeamento destas ações, decorrentes dos itinerários técnicos (DI DEUS, 2017).

Palavras chave: técnica; forrageio; agricultura; assentamento de reforma agrária

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Se você é queijeiro tem que pegar todo o tipo de queijo": tradicionalidades e tecnicidades na comercialização de queijos artesanais da região da Canastra, Minas Gerais

Leonardo Vilaça Dupin (Nacab)

Este artigo privilegia a dimensão técnica envolvida na comercialização do queijo Canastra em um setor de mercado que vem sendo progressivamente ilegalizado por intermédio de instrumentos e mecanismos microbiopolíticos. Seu universo empírico é a área não desapropriada do Parque Nacional da Serra da Canastra, no sudoeste de Minas Gerais. Ali, a fabricação e comercialização dos queijos se fazem presentes desde o período colonial, estando profundamente inseridas nos modos de vida locais e tendo atualmente enorme importância econômica para um conjunto de municípios de perfil marcadamente rural. A questão principal será entender de que modo operam e se atualizam um conjunto de tecnicidades dos atores locais para o funcionamento desse mercado que, mesmo sendo corriqueiramente alvo de ações

repressivas de fiscalização, abastece diferentes tipos de comércio e indústria nos grandes e médios centros urbanos e dão notoriedade nacional ao alimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_971_97930423_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tecnógenos: entropia técnica, função e tradição não-intencional - os contrastes da colonização humana da Antártica e da Amazônia

Luís Guilherme Resende de Assis (MPF)

Trago à discussão do grupo os possíveis encadeamentos do conceito de tecnógenos para a máxima maussiana da técnica como ato tradicional eficaz. Em geral associadas às intencionalidades técnicas, as eficácias, que redundam em tradições discretas, pouco trataram, em antropologia da técnica, da entropia das cadeias operatórias, manifestas em resíduos, sedimentos, ou desenvolvimentos mais ou menos autônomos, não diretamente vinculados à função dos 'objetos técnicos'. O debate arqueológico acerca da 'terra preta de índio' na Amazônia parece girar em torno dessa questão: ou bem resultou da agricultura - o que não parece ter sido o caso - ou bem, das consequências não intencionais ou não (propriamente) funcionais do habitar na abundância. Na Antártica, por outro lado, recentes descobertas da composição do 'carvão foqueiro' por osso e gordura de baleia demonstraram maior controle da homeostase humana no ambiente polar pelos trabalhadores braçais do que imaginavam os arqueólogos, impactando a reconstrução histórica da anexação do continente ao Sistema-Mundo. O 'carvão foqueiro' também atua no presente, sendo observado não somente concentração de carbono equivalente a solos ornitogênicos de milhares de anos nos arredores dos sítios; como, ademais, franca atividade queratinofílica de fungos, semelhante à atividade natural de solos em berçários de elefantes marinhos. Um par de verões em que ocorreu a frequência humana dos sítios foqueiros equivaleu, portanto, à atividade natural de aves e fungos, indiciando a 'grande aceleração' doméstica no terreno austral. Esses dois aspectos colocam em perspectiva a colonização humana sucessiva dos últimos continentes, que, abordada desde a técnica (de habitar), parecem indicar a possibilidade de rastreio e integração analítica da antropologia, não pelos resultados técnicos eficazes e, por isso, tradicionais; mas pelos desenvolvimentos 'sedimentares' e pedológicos consequentes. Oportunidade em que se faz necessário sofisticar a abordagem da entropia - e suas manifestações - em sistemas técnicos, friccionando o que seja eficácia, tradição e função. Debates acerca do inorgânico na composição vocabular da antropologia da técnica, frequentemente pautada pela "vida" e "animação", me parecem relevantes; especialmente com a ressurgência do conceito geológico soviético de 'tecnógenos', anterior e concorrente do Antropoceno.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_349_05618729_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre os aspectos sensoriais da caça de trufas negras (*Tuber melanosporum*) no Chile

Luisa Amador Fanaro (UFSCAR)



Nesta apresentação, minhas intenções são refletir especialmente sobre a dimensão sensorial da caça de trufas negras (*Tuber melanosporum*) no contexto da truficultura chilena. Como se verá, essa é uma prática que envolve uma multiplicidade de aspectos não verbais, como cheiros, movimentos, sons e texturas, e que depende da constituição de uma relação de cooperação entre seres humanos e outros-que-humanos. No Chile, o cultivo de trufas remonta ao início dos anos 2000, momento em que técnicas, conhecimentos e o próprio fungo foram importados da Espanha com o intuito de implantar os primeiros “pomares trufeiros” na América do Sul. Não obstante, passadas mais de duas décadas desde o estabelecimento das plantações experimentais, a truficultura, ali, já tem um “DNA chileno” – em outras palavras, o cultivo de trufas, a depender de onde é desenvolvido, demanda “manejos culturais distintos”, e, no país sul-americano, novos métodos, técnicas e tecnologias, próprias para seu contexto e ambiente, foram criadas. Durante a pesquisa de campo, realizada entre os anos de 2022 e 2023, pude acompanhar a rotina dos irmãos Rafael e Víctor Henríquez, dois dos sócios-fundadores da Agrobiotruf, uma empresa especializada na produção e venda de árvores micorrizadas, na implantação de “pomares” em território chileno e na preparação e comercialização de cães trufeiros. Hoje em dia, seja nos bosques europeus ou em pomares cultivados mundo afora, a caça de trufas é uma atividade desempenhada pelo binômio cão-humano, companheiros de longa data em uma diversidade de atividades. De acordo com meus interlocutores, os cães, ao contrário de porcos e javalis – muito utilizados para essa faina nos séculos passados, especialmente na França –, não são comedores naturais de trufas, são de fácil transporte e manutenção, têm alto rendimento de trabalho, aprendem rapidamente, e, por fim, têm uma excelente capacidade olfativa. A partir de meus dados etnográficos, proponho, nesta apresentação, que é por meio do cão que aquilo que está oculto, escondido no subsolo, pode ser revelado. Nas palavras de Víctor, responsável por treinar os animais para a prática em questão, os cães “se conectam” com o aroma das trufas e permitem, com isso, que acessemos – através de seu olfato, principalmente – um mundo que nos é inacessível. Um mundo que, em última instância, depende da comunicação entre cães e trufas através de um cheiro e do desenvolvimento, entre cães e humanos, de formas de se comunicar a respeito dessa “linguagem fúngica” particular.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Das terras pretas ao biochar: etnografia de uma rede sociotécnica

Marina Esteves Vergueiro de Almeida (Universidade de São Paulo)

A apresentação visa compartilhar um projeto de pesquisa etnográfica acerca do composto sólido carbonoso chamado “biochar”. Trata-se de um biocarvão gerado pela pirólise, processo de queima controlada de biomassa vegetal para geração de biocombustíveis. Componente sólido do resultado da queima, o biochar se mostra interessante para a indústria e para os cientistas climáticos uma vez que pode capturar e estocar grande quantidade de dióxido de carbono atmosférico e tem o potencial substituir fertilizantes químicos na agropecuária. Por essas razões, o biochar está inserido no rol das ditas Solução baseada na Natureza. A etnografia em questão tem como foco a startup NetZero, que em 2023 inaugurou na cidade de Lajinha-MG a maior planta do mundo de fabricação de biochar. A empresa afirma que a inspiração do biochar vem ao encontro de descobertas arqueológicas sobre os benefícios microbiológicos e físicos das

Terras Pretas de Índio (TPI), que serve de inspiração para a fabricação biotécnica do produto. A pesquisa visa investigar não apenas os aspectos internos da fabricação do biochar, através do exame de sua cadeia operatória, mas também sua rede sociotécnica mais ampla. Espera-se, com base numa abordagem etnográfica simétrica, analisar em detalhe as práticas, os discursos e as interações do biochar com diferentes elementos sociais e naturais que extrapolam sua fábrica laboratorial, almejando problematizar as continuidades e descontinuidades entre as dinâmicas técnicas e ambientais que estão imersas em iniciativas contemporâneas de Solução baseada na Natureza.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Caso do Sururu Branco: Controvérsias sociotécnicas e relações ecológicas entre pescadores e cientistas

Nicollas Pinheiro de Lima Santos (UNICAMP)

Durante o verão de 2022, uma controvérsia se espalhou entre os pescadores artesanais de Alagoas. Em um período do ano no qual a pesca do sururu (*Mytella falcata*) se encontraria em alta, devido a maior reprodução desta espécie de mexilhão nos períodos de estiagem, pescadores e marisqueiras notaram que algo estava diferente. Ao cozer e peneirar as conchas extraídas da lagoa Mundaú, a população local notou que a carne de coloração amarelada, que deveria ser destinada a comercialização, não mais era encontrada nos sururus pescados. Buscando respostas para o que haveria acontecido, os pescadores acionaram o Ministério Público Federal, denunciando que a espécie pescada havia sofrido uma "mutação", devido a extração de salgema realizada por uma mineradora na região. Por sua vez, o MPF convocou cientistas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), para que emitissem um laudo técnico que comprovasse a denuncia levantada pelos pescadores. Contudo, as análises feitas em laboratório apontaram para um resultado diferente, levando a conclusão de que a empresa não seria responsável por uma mutação no sururu pescado na lagoa, tratando-se de uma "espécie invasora". Através de algumas notas etnográficas acerca da cadeia operatória (Coupaye, 2017) da pesca do sururu, assim como da análise de documentos científicos e participação em audiências públicas, esta apresentação busca na comparação entre as diferentes operações técnicas dos cientistas e pescadores, compreender o porquê da divergência entre os diferentes atores, assim como apontar algumas considerações sobre as formas como estes diferentes sistemas sociotécnicos interagiram frente a controvérsia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre veias e fios: as relações entre humanos e máquinas numa clínica de hemodiálise

Pedro Rabello Brasil Corrêa (UNIFESP)

O presente trabalho aborda a técnica, a saúde e doença, o sofrimento, enfim, o corpo e a vida. Trata-se de uma etnografia desenvolvida numa clínica de hemodiálise de um hospital público da cidade de São Paulo/SP, cujo objetivo foi investigar as relações entre humanos e máquinas ao longo de um processo terapêutico onde a técnica é elemento fundamental. A bem dizer, não existe hemodiálise sem a máquina de diálise: longe de ser mero incremento, ela é um instrumento que permite o exercício da medicina, por um lado, e a restituição da saúde e bem-

estar dos portadores de doença renal crônica, de outro. Ou seja, a técnica na hemodiálise é tanto um regulador da atividade e do ambiente de trabalho dos profissionais da saúde, quanto uma garantia de eficácia do tratamento. Evidentemente, não há “cura” para a doença renal crônica, sendo ela uma marca indelével na vida dos enfermos. Mas, se conectados à máquina, estes passam a experimentar uma terapêutica que, apesar de rígida e exaustiva, atenua os sofrimentos e expande os limites dos corpos, devolvendo-lhes uma maior autonomia, qualidade de vida etc. Nesse sentido, o objeto técnico integra um jogo entre vida e morte, saúde e doença, gozo e dor, liberdade e privação; a clínica encerra um conjunto de relações sociotécnicas que reconfigura a própria vitalidade dos vivos, possibilitando-os instaurar novas normas de existência, as quais são enormemente tributárias dos não-humanos. Contudo, essas relações entre humanos e não-humanos não são “harmônicas” ou “equivalentes”. Embora possamos nos referir à máquina de diálise enquanto “objeto” técnico, ela pode vir a ser, por vezes, um sujeito e/ou agente. A depender da formação e autoridade do profissional, as manipulações e expectativas acerca da máquina são diferentes: médicos, enfermeiros e técnicos em enfermagem podem encará-la como algo “estranho”, “surpreendente”, “previsível”, “perfeito” etc.; as habilidades que possuem, a posição que ocupam na hierarquia da clínica, influem nas correspondências com a máquina, que adquire qualidades e significados distintos conforme os usos e desusos que se faz dela. Os pacientes, por sua vez, detêm um conhecimento tácito sobre a técnica, construído durante os anos de tratamento. Intuitivamente, eles sabem como a máquina funciona, sabem dos ganhos, perdas e dificuldades da hemodiálise, se familiarizando com a tecnologia através de experiências vivenciadas com o corpo e no corpo. Abrindo mão de quaisquer abordagens essencialistas e apriorísticas sobre as relações entre humanos e não-humanos, este trabalho pretende, portanto, tratar a técnica (no caso, terapêutica) de modo processual, relacional e multilateral, num esforço de pensá-la não como um recurso “artificial” ou “antinatural”, e sim como uma potência imanente à vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_853_07959591_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Captura da virtualidade em algoritmos bioinspirados: apropriação da informação em práticas de modelagem computacional biomimética

Rafael Gonçalves (UNICAMP), Giordanno Oliveira Padovan (UNICAMP)

Com a crescente digitalização de diversos processos da vida cotidiana e o aumento significativo de situações mediadas por algoritmos, entender como estes são produzidos e funcionam é tarefa fundamental. Nesse sentido, uma classe de algoritmos de grande relevância hoje são os algoritmos bioinspirados, isto é, aqueles que visam imitar algum aspecto de processos biológicos. Exemplos importantes são o algoritmo de “otimização por colônia de formigas” (Dorigo; Birattari; Stützle, 2006), que visa simular o comportamento destas para resolver problemas diversos como o “problema do caixeiro viajante” e as “redes neurais artificiais” (McCulloch; Pitts, 1943; LeCun; Bengio; Hinton, 2015), principal componente das tecnologias de inteligência artificial contemporâneas como o Dall-E e o ChatGPT da Open AI, inicialmente inspiradas no funcionamento do sistema nervoso de animais e hoje utilizado para resolver as mais diversas tarefas, tais quais: classificação, geração e representação (de imagem e de texto,

por exemplo). O processo de dupla tradução envolvido no desenvolvimento desses algoritmos que passa do comportamento de seres para observações-descrições biológicas e, por fim, modelos matemático-computacionais, não é direto e nem neutro (sobre a não-neutralidade da prática tecnocientífica, conferir, por exemplo: Latour, 2011). Nele, há a pretensão de extrair da atividade atual de existentes humanos ou mais-que-humanos, suas virtualidades, sua informação (Garcia dos Santos, 2003a; 2003b). Esse processo cria representações que instrumentalizam as potências desses existentes para a resolução de problemas computacionais que visam, principalmente, a acumulação capitalista. Nesse contexto, este trabalho parte de um corpus de artigos científicos de algoritmos bioinspirados - incluindo “redes neurais artificiais”, “enxame de partículas” (Kennedy; Eberhart, 1995), “forrageio de bactérias” (Passino, 2002), “enxame de abelha” (Karaboga, 2005), “colônia de formigas” e “algoritmo de morcego” (Yang; Gandomi, 2012) - para analisar como os próprios cientistas descrevem a passagem dos seres concretos para os modelos abstratos. O objetivo é descrever as traduções operadas por cientistas, relacionando esse processo com a noção de captura das virtualidades inerentes a estes seres.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_167_22896221_495073.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Variações sazonais e cosmotécnicas na pesca artesanal da tainha

Rafael Victorino Devos (UFSC)

A pesca artesanal poderia ser indicadora de emergências climáticas? Essa proposta se dedica aos modos de coletivos de pesca lidarem com variações nas condições ambientais, que orientam cosmotécnicas da pesca artesanal, seus modos de relação ecológica e política com a paisagem que habitam, expressos em suas práticas. Tais cosmotécnicas poderiam revelar modos de se relacionar com emergências climáticas, percebidas da beira da praia, ou na percepção embarcada? Neste texto, apresento algumas reflexões a partir de pesquisas com pescadores, territórios pesqueiros e técnicas de pesca diferentes, no Sul e Nordeste do Brasil. Em especial, no caso do Sul do Brasil, as últimas temporadas de pesca da tainha têm sido pontuadas por fenômenos climáticos extremos – a incidência de ciclones extratropicais, chuvas e calor intenso e outros efeitos. Analiso transformações nas formas de entender as variações nas condições oceânicas em relação a outros aspectos da temporada de pesca, que os pescadores chamam de “novidade”, ou “notícia de peixes”, atualizada na vigia diária de cardumes. Destaco o modo de avaliação entre a sequência de eventos ecológicos, climáticos e sociais de uma temporada de pesca como variação sazonal intranual, atualizada pela memória das temporadas, ou safras anteriores, em uma avaliação de variações interanuais. Nestas últimas, eventos como El Niño e o aquecimento das águas e da temperatura média nos meses de frio se somam a outras variáveis, como políticas ambientais e econômicas em relação à pesca, ou mesmo dinâmicas internas aos coletivos de pesca. As avaliações intranuais remetem a um modo de relação aberto ao inesperado e a recursividade sistêmica dos eventos da temporada. Já as variações interanuais remetem a outros aspectos do modo de organização social dos coletivos de pesca e suas formas de articular a continuidade de seu modo de vida. Enquanto que as variações intranuais são observadas no cotidiano da vigia de cardumes e nos esforços de captura da temporada, para

evocar avaliações de caráter interanual uma das ações de pesquisa foi a organização de uma exposição fotográfica no rancho de pesca, com imagens de diferentes safras do mesmo coletivo de pesca.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Seguindo os muitos fios da seda: uma etnografia interespecífica da indústria da seda brasileira

Valérie Seurin (EHESS - École des hautes études en sciences sociales (ED286))

As cadeias operatórias são parte integrante da caixa de ferramentas do antropólogo para analisar e descrever processos sociotécnicos. Esta comunicação apresenta os motivos pelos quais as cadeias operatórias podem ser úteis também no contexto de uma etnografia multiespécie e multissituada, tomando como objeto o setor de sericultura, isto é, a criação do bicho-da-seda para a produção textil e laboratorial. A sericultura brasileira é uma atividade integrada que envolve o cultivo da amoreira (*Morus sp.*) e a criação do bicho-da-seda (*Bombyx mori L.*), com o objetivo principal de produzir casulos. Diferentemente de seus congêneres de seda selvagem, a seda domesticada se presta particularmente bem às necessidades da indústria têxtil, já que o fio secretado pelo dócil *Bombyx mori L.* é a única matéria-prima que a natureza emite na forma de um filamento contínuo (Erhardt et al., 1975). Além de ser um material têxtil, as propriedades inestimáveis da seda são uma fonte de bioinspiração, com novas aplicações sendo encontradas regularmente. Esse biopolímero mantém os pesquisadores ocupados em uma grande variedade de campos, e o bicho-da-seda é muito procurado tanto em viveiros de criação quanto em laboratórios industriais e científicos. A principal fábrica de fiação no Brasil (Fiação de Seda BRATAC S.A.), minha porta de entrada para a etnografia no país, tem sua especificidade e relevância justificada por fornecer lagartas, casulos e ovos de *Bombyx Mori L.* para fins de pesquisa nos departamentos de biologia, bioquímica e genética de universidades brasileiras. Mas também para fins de reprodução para criadores nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná. A BRATAC trabalha com mais de cem cultivares diferentes de amoreira e a manutenção genética de mais de 70 raças diferentes de bicho-da-seda, já adaptadas ao clima tropical do Brasil. Minha comunicação buscará demonstrar a relevância desta cadeia operatória da seda para uma antropologia das técnicas e das relações interespecíficas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Possibilidades metodológicas entre o estudo da técnica e do mito: uma história material dos Laklãnõ no século XIX

Yves Marcel Seraphim (UFRGS)

Quais são os caminhos possíveis para compreender a dimensão sensível da técnica por meio de fontes documentais e míticas? Este trabalho integra uma tentativa de caracterização e interpretação da vida social dos Laklãnõ de Santa Catarina ao longo do século XIX, quando a guerra com os não indígenas e com os Kaingang era parte integrante do cotidiano. Para tanto, a pesquisa coteja um conjunto de fontes históricas (documentos estatais e administrativos, relatos de viajantes, notícias em jornal etc.) a um conjunto de fontes míticas laklãnõ produzidas no início do século XX. Em particular, o intuito é enfatizar a materialidade do passado

documentado e/ou narrado a ponto de exceder a constatação historiográfica de certos fatos técnicos, alcançando a capacidade de descrevê-los e interrelacioná-los. Tendo em vista que este é um momento inicial da pesquisa de doutorado, a apresentação privilegiará a experimentação metodológica (de inspiração estruturalista) para a compreensão de diferentes problemas colocados pela leitura das fontes. A discussão transitará por diferentes campos da experiência histórica indígena, incluindo as técnicas de guerra, a transformação do metal incorporado, a extração do mel, a capacidade de transporte de objetos e a agricultura. Nesse sentido, esta apresentação pretende testar limites e possibilidades para a relação entre o estudo do mito e o estudo da técnica, na expectativa de formular alternativas ao fosso que os separa entre o campo da imaginação e o campo da concretude.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_610_88832463_495073.pdf

GT 012: Antropologia das Emoções

O objetivo deste grupo de trabalho é reunir pesquisas que tenham como foco analítico a compreensão da maneira como as dimensões emocionais integram a vida social e dão sentido às experiências dos sujeitos. As pesquisas em Antropologia das Emoções se consolidaram no Brasil nas últimas duas décadas - a partir de perspectivas de campo variadas e com linhas teóricas específicas -, problematizando oposições centrais no pensamento antropológico, tais como indivíduo versus sociedade, natureza versus cultura, micro versus macro, mente versus corpo, privado versus público, interno versus interno, entre outras. Esse grupo de trabalho elege três focos principais do debate sobre emoções: a) sua capacidade micropolítica; b) a dimensão moral da vida emocional; e c) a relação entre emoções e temporalidades. As principais temáticas a serem contempladas são: a) emoções, gênero e sexualidade; b) emoções e religiosidades; c) emoções, geração e curso da vida; d) emoções e política; e) emoções e movimentos sociais; f) emoções e discursos/práticas profissionais; g) emoções, consumo e lazer; h) emoções, sofrimentos e adoecimentos.d

Coordenação

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ), Raphael Bispo dos Santos (UFJF)

Debatedor(a)

Maria Claudia Pereira Coelho (UERJ), Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP), Claudia Barcellos Rezende (UERJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Kpoppers: sociabilidades e a resignificação do lugar por meio das emoções

Agatha Elias Andrade dos Santos (UFRRJ), Edson Miagusko (UFRRJ)

A indústria midiática sul coreana tem gerado fãs em todo o mundo, principalmente, a partir do kpop (música pop coreana). Este trabalho visa compreender os fãs desse fenômeno global, os "koppers", debatendo, a partir de cenas etnográficas, como o fã gera sociabilidades por meio de emoções compartilhadas, que são capazes de resignificar o lazer e o lugar. Observando os fãs, através da etnografia multissituada, visando seguir conexões e objetos que estão em

movimento pelo tempo e espaço. O que permite uma melhor compreensão desses fãs e sua importância na expansão da Onda Coreana, analisá-los é olhar diretamente para a etnografia das emoções. Visto que, não é necessariamente a geografia que une os fãs, e sim as emoções que podem ou não estar associadas ao espaço. Pesquisei os "kpopers", desde 2018. Passei três meses na Coreia do Sul, convivendo diariamente com fãs de várias partes do mundo, o que me permitiu olhar para cidade pela visão do fã, e não apenas do turista. Espaço e tempo, em que se encontram as principais cenas etnográficas que analiso. Dando enfoque, em certos aspectos das emoções, que ultrapassam essas fronteiras e localidades, na construção de um fenômeno global.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_881_36226733_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Emoções entre jogadores de xadrez

Amanda Mello Andrade de Araújo (UFF)

Esse texto é resultado de uma investigação mais ampla na qual busquei analisar a formação do habitus de jogadores de xadrez, com ênfase em três aspectos: performance, corpo e emoções. No recorte aqui proposto, dedico-me a apresentar os resultados relativos ao terceiro eixo. Analiso, portanto, a partir de uma perspectiva contextualista, os discursos sobre emoções produzidas no âmbito do referido esporte, a partir de uma incursão etnográfica feita durante dois anos não apenas em um clube de xadrez, como em torneios estaduais e nacionais. Os resultados apontam para uma presença multifacetada da circulação desses discursos no ambiente pesquisado, contrapondo-se a ideia comumente aceita de que enxadristas seriam sujeitos "frios", "calculistas", destituídos de emoções. Discuto como os torneios presenciais de xadrez tornaram-se um indutor significativo de emoções de valência positiva em tempos posteriores ao isolamento social que ocorreu durante a pandemia da COVID. Abordo ainda como o rating, taxa de performance da modalidade, tornou-se um dispositivo regulador das emoções durante as partidas em competições e como os significados atribuídos à derrota estão articulados à honra dos jogadores. Por fim, discuto como o xadrez, apesar de ser um esporte em que não há distinção formal entre gêneros nas competições, acaba por atualizar essa diferença no plano emocional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_104_07668052_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Raiva e revolta nos ritos funerários recortados da pandemia de Covid-19

Andreia Vicente da Silva (UNIOESTE)

As narrativas dos enlutados que perderam parentes durante a primeira fase da pandemia de Covid-19 no Brasil, estão repletas de expressões associadas à raiva, frustração e angústia. Esses interlocutores experienciaram aquilo que tenho denominado de "rituais funerários abreviados" - que foram resultado das medidas restritivas de biossegurança impostas pelo governo brasileiro a partir de março de 2020 para conter o avanço da doença no país e que contemplaram, entre outras diretrizes, o isolamento hospitalar dos infectados; a lacração dos cadáveres contaminados; e a proibição dos velórios. Naquele contexto, a supressão de fases e atores fez

surgir uma experiência de morte recortada que ressoa em relatos de enlutados rememorando a impossibilidade de cuidar e proteger os doentes e de preparar e homenagear os mortos. Nesta comunicação, quero debater a forma como a “morte má” da pandemia e os cortes dos rituais afetaram essas experiências. Estou especialmente interessada na interação entre raiva e revolta como forças afetivas que moldam o luto. Para exemplificar, analisarei o caso de Marcelo, evangélico, que perdeu a esposa Letícia, uma jovem de 23 anos sem comorbidades para a Covid-19 em Toledo, no Paraná. Revolta, raiva e tristeza pautaram nossa conversa, na qual ele rememorou a despedida final de seu “grande amor”. Neste caso em específico, é possível debater como o poder dos agentes de saúde em aplicar princípios aproximados à perspectiva da “morte moderna” se confrontou com as expectativas do enlutado gerando reações violentas. De maneira geral, argumento que a interrupção do fluxo do ritual, as inovações e invenções e as emoções relatadas apontam para a centralidade do aspecto relacional na avaliação do fracasso do rito. Afinal, se os rituais funerários funcionam como marcadores de identidade, quem somos nós que sobrevivemos às mortes da pandemia?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Amor, vergonha e culpa nos discursos das mães de homens trans: uma análise micropolítica das emoções

Anne Alencar Monteiro (UFBA)

Este trabalho analisa os aspectos micropolíticos das emoções presentes nos discursos de familiares de homens trans, em sua maioria mães ligadas ao ativismo político. A análise desses discursos está situada no campo teórico e etnográfico conhecido como antropologia das emoções e na sua intersecção com os temas do gênero, parentesco e poder. Este trabalho integra parte de uma pesquisa mais ampla de doutorado, ainda em desenvolvimento, em que foi realizada uma etnografia entre os anos de 2020 e 2023, que incluiu observação participante em espaços frequentados por homens trans e suas famílias nas cidades de Salvador/BA, Feira de Santana/BA e Aracaju/SE, entrevistas semiestruturadas, além de conversas informais. Para esta apresentação, será focado nos discursos das mães que, ao narrarem o momento de “descoberta” da identidade transmasculina de seus filhos, descreveram um misto de sentimentos, sendo a vergonha, a culpa e o amor os mais abordados por elas. A vergonha emerge nessas falas como uma resposta ao olhar julgador do outro que não respeita a transgeneridade, sendo esta percebida como algo negativo e, portanto, motivo de constrangimento. Associada a isso, a culpa também emerge nessas narrativas atrelada a compreensão da transgeneridade como um desvio moral. Essas mães relataram que sentiram culpa e foram culpabilizadas pela transição de seus filhos e, conseqüentemente, recaiu sobre elas a responsabilidade dessa “falha de conduta”. Assim, a análise desses sentimentos evidencia duas formas de manutenção das hierarquias de gênero: o entendimento da transgeneridade como um “erro de conduta” que se contrapõe a cisgeneridade como “normal”; e a responsabilização das mulheres por esse “erro”, sendo elas culpadas por qualquer “desvio” em suas famílias. Por outro lado, o amor aparece nos discursos dessas mães como um elemento fundamental para apoiar a transição. Assim, “aceitar um filho trans por amor” foi uma das formas pelas quais essas pessoas conseguiram manter suas relações, sendo o amor descrito como parte constitutiva do parentesco. Além disso, o amor ganha

contornos mais coletivos ao ser utilizado como principal estratégia de mobilização política de um grupo ativista composto majoritariamente por mães de pessoas LGBTQI+. Esse grupo utiliza de concepções hegemônicas sobre a maternidade, como “a boa mãe é aquela que ama e cuida”, para que esse “amor” possa “eliminar preconceitos” e incluir as dissidências sexuais e de gênero. Assim, essas mães ativistas utilizam de retóricas políticas emocionais como forma de agir frente à cisheteronormatividade. Com isso, essa apresentação visa demonstrar a complexidade do potencial micropolítico das emoções frente às relações normativas de subordinação e poder.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o “vínculo” e o “cuidado”: uma análise das emoções na enfermagem em saúde da família

Bruna Motta dos Santos (UFRJ)

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de doutorado em andamento que tem como objetivo mais amplo compreender como as emoções são compreendidas e gerenciadas por enfermeiras e enfermeiros. Tendo em vista o enfoque dessa investigação, a pesquisa está sendo conduzida através de uma etnografia com residentes e professoras de um curso de residência de enfermagem em saúde da família. Neste trabalho, mais especificamente, partimos da análise de casos clínicos apresentados pelos residentes, cujas narrativas evocam duas categorias nativas que ganham relevo no que concerne à experiência emocional: cuidado e vínculo. Enquanto categoria definidora da enfermagem, o cuidado tem sido uma noção associada às ideias de totalidade e integralidade, uma percepção alicerçada na compreensão do paciente em sua dimensão biológica, social, psicológica e emocional. Já o vínculo é apontado, dentro dos princípios da Estratégia de Saúde da Família, como uma categoria que se refere à aproximação entre o profissional e usuário, como um pressuposto da eficácia das ações em saúde e como um atributo fundamental para uma compreensão mais ampla do processo saúde-doença. A partir da análise dessas duas categorias, buscamos compreender como as emoções dessas enfermeiras e enfermeiros estão atravessadas pelos sentidos e significados dessas noções. A epistemologia do cuidado em enfermagem, por um lado, e a Saúde da Família, por outro, constituem dois universos - ou idiomas culturais, para usar os termos de Rosaldo (2019) - que oferecem aos residentes um conjunto de noções e visões de mundo que permitem um engajamento do profissional no contexto, influenciando seus modos de sentir frente às situações vivenciadas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_512_59907614_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Em busca do parto positivo: as emoções e a assistência ao parto em relatos de internet

Claudia Barcellos Rezende (UERJ), Maria Clara Matos Barreiros (UERJ), Amida Reis Umogo (UERJ)

Neste trabalho, analisamos os sentimentos que compõem um parto positivo em relatos de parto publicados em um site britânico e como eles expressam aspectos importantes da assistência à saúde neste país. Este material resulta de um projeto de pesquisa que compara relatos de parto

em sites ingleses e redes sociais brasileiras, olhar comparativo que informa nossa análise. Entendemos estes relatos como discursos emocionais que revelam dinâmicas sociais e devem ser compreendidos em termos de seu contexto – sites organizados por doulas que promovem experiências “positivas”, em um sistema de saúde majoritariamente público onde a assistência ao parto é em geral feita por midwives (parteiras), com eventos acontecidos durante os primeiros anos da pandemia de Covid-19. Partindo dessas premissas, mostramos como os relatos concentram muitos detalhes sobre como as mulheres vivenciaram emotivamente o parto, com a participação dos maridos e das midwives como coadjuvantes. Argumentamos que a ênfase nos “sentimentos positivos” – com destaque para calma e confiança em si e no seu corpo – bem como a preocupação em afastar as emoções “negativas”, marcadas pelo medo e ansiedade, apontam para o papel central que a narradora assume como condutora do evento, pondo em segundo plano as relações de assistência ao parto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_335_95327894_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Emoções em narrativas de pessoas trans e travestis: possibilidades de agência

Déa Bertran Munhoz (UNICAMP)

Nas últimas décadas, as pessoas trans e travestis iniciaram o processo de desvelamento de suas vidas e ocupação do espaço social, em áreas diversas como a academia, política, artes e cultura, entre outras, demandando respostas da sociedade às suas reivindicações enquanto sujeitas/os/es de direitos. Para tanto, faz-se necessária a produção de conhecimento sobre o assunto, bem como a geração de imaginário que abarque a variedade de possibilidades existenciais humanas. No âmbito da literatura não-ficcional, reconhece-se a abertura para as autobiografias de pessoas trans e travestis, fonte de descrição de experiências que confrontam o modelo binário, cisgênero e heterossexual de vivenciar a sexualidade. Esta proposta de apresentação, recorte de projeto de doutorado em andamento, pretende refletir sobre a possibilidade de se identificar, por meio de emoções expressas na narrativa autobiográfica, agenciamentos provenientes de experiências que não as marcadas pela opressão. Emoções, assim, entendidas como sentimentos tonalizados pelos contextos sociais e culturais em que aconteceram, capazes de possibilitar movimentos de legitimação e pertencimento, configuram-se em movimentos micropolíticos. Dessa forma, amplia-se a sua dimensão para que sejam consideradas como práticas sociais, fora do modelo restritivo que somente as têm enquanto expressão da natureza humana. O material empírico é a tese de mestrado em sociologia defendida em 2014 por Letícia Lanz, “O corpo da roupa. A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero”, bem como o livro dela derivado, lançado em 2021, “A construção de mim mesma. Uma história de transição de gênero”. Tal eleição se deve ao fato de que sua narrativa retrata a passagem do cenário brasileiro em relação aos costumes e, particularmente, à sexualidade - nascida em 1951, pode vivenciar a longa abertura para subjetividades diversas alcançada pelo país, dos anos de repressão da ditadura à abertura à diversidade e inclusão social, embora as anacrônicas correntes opositoras sempre atuantes. O foco analítico, sob olhar interdisciplinar, é o dos estudos de gênero, antropologia das emoções, feminismos, transfeminismo e psicanálise, enquanto geradores de sentidos em que se entrelaçam aspectos singulares, sociais e políticos.

A importância desse trabalho está em ressaltar aspectos afirmativos de uma comunidade que se destaca por ser vitimizada pela violência e transfobia social, além de promover discussões sobre a permanência da construção do binarismo, bem como as rupturas possíveis ao status quo.

Palavras chave: Pessoas trans e travestis. Narrativas autobiográficas. Emoções. Agência. Sexualidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_559_30886416_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O medo do futuro, o tédio do instante e as nostalgias do pertencimento: leituras de uma liberdade paradoxal

Eduardo Moura Pereira Oliveira (UERJ)

Esse ensaio busca mapear o debate teórico a respeito de algumas representações do tempo e as emoções vinculadas a partir de diagnósticos da contemporaneidade, considerando a hipótese da nostalgia como mecanismo de defesa, âncora e bússola aos anseios por liberdade diante de um futuro representado como inseguro e um presente marcado pelas sensações de enfado e esgotamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_672_59925714_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A economia moral da materialidade da dor na experiência social da fibromialgia

Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego (UFRN)

Este trabalho busca refletir e descrever os contornos da experiência social da fibromialgia, particularmente no que se refere à dinâmica moral para a comprovação coletiva da materialidade da dor. Isto é, o objetivo é descrever e compreender etnograficamente as racionalidades e as práticas produzidas no escopo das relações sociais e diante de especialistas de cura médica e popular que possibilitam a alguém adoecido provar que a dor que sente e narra é algo real e necessita de intervenções coletiva (reconhecimento, suporte econômico e emocional etc.) e em saúde (tratamento, explicação etc.) que se interconectam e se confundem. A emergência da fibromialgia como uma doença crônica esteve envolvida em dinâmicas sociais que a definiram como uma doença de mulheres e alicerçada primeiramente em fundamentos psicológicos e, posteriormente, em uma apresentação fisiológica dos sintomas relevantes. Atualmente, e de modo crescente, trata-se de uma doença reconhecida que detém um diagnóstico que não se restringe a ouvir o paciente em anamneses e se expande ao exame de toques em pontos determinados do corpo que exponham ao médico a dor narrada. Mesmo assim, a fibromialgia continua a desafiar a compreensão familiar sobre o adoecimento do parente e coletiva do trabalhador e do membro da comunidade em geral, principalmente porque a sua dor associada está, muitas vezes, invisível na superfície da pele e nas profundezas da fisiologia e antecede efeitos que restringem a mobilidade corporal. Pode-se perceber que há uma organização social das emoções que tem se constituído em uma economia moral que traduz e apresenta a dor sentida no corpo em sua materialidade visceral e liga profissionais, familiares e pacientes. No curso do itinerário terapêutico, como a dor é sentida e tornada visível no espaço

das suas relações sociais? Se conforma aí uma linguagem da dor? Interessa-me observar como se administra corporalmente a dor e como essa materialidade implica-se em atitudes e técnicas corporais, tanto do adoecido como das pessoas partes da sua vida na conformação de biossocialidades. Este trabalho se baseia em pesquisa etnográfica em andamento desenvolvida a partir de uma Unidade Básica de Saúde do SUS, localizada no semiárido potiguar. Ao longo da observação participante, inicialmente nas dependências coletivas do postinho (sala de espera, corredores, calçadas etc.) e, posteriormente, em consultas e tratamentos com profissionais de saúde, têm-se buscado compreender a trajetória social que conforma a experiência da fibromialgia. A isso se liga tanto a análise de documentos na forma de legislações e guias em saúde, quanto entrevistas de longa duração com gestores, médicos, fisioterapeutas, enfermeiros, além das próprias pessoas que vivem com o adoecimento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre família, ciúmes e sexualidades entre pessoas não monogâmicas sob a luz da Antropologia das emoções

Larissa Teixeira Pires (UFSC)

O presente trabalho surge através de reflexões e inquietações que tive na escrita do meu projeto de mestrado em Antropologia Social. Este trabalho busca reunir um levantamento bibliográfico do que vêm sendo produzido no país envolvendo estudos sobre não monogâmias, e portanto, investigando a dimensão moral da vida emocional no âmbito de gênero, sexualidades e dissidências sexuais, compreendo as relações não monogâmicas como dissidências sexuais e amorosas do modelo diádico e exclusivo, hegemônico nas sociedades ocidentais (PILÃO; BARBOSA; BORNIA JR; SILVÉRIO, 2021). Estes, questionam a norma regulatória da sexualidade e da família no ocidente: a monogamia. Entendendo as emoções enquanto categorias entrelaçadas na vida social e que conferem significado às experiências individuais, meu objetivo é, através da bibliografia da área de Antropologia das Emoções e junto à pesquisas mais recentes realizadas em solo nacional que discutem sobre não monogâmias e arranjos de relações não-monogâmicos, assim, anseio pesquisar como essas pessoas nesses contextos e identidades compreendem e (re)inventam conceitos como família, ciúmes e/ou práticas não exclusivas de sexualidade, refletindo como sexualidades não hegemônicas vêm sendo (ou não) transformadas e ressignificadas. Pesquisas etnográficas sobre não monogâmias no Brasil já ocorrem em programas de pós-graduação de algumas cidades do país, como em Porto Alegre (BORNIA JR, 2018), Brasília (FRANÇA, 2016), Recife (CAVALCANTI, 2018), e Belo Horizonte (pesquisa comparativa entre esta cidade e Lisboa, a qual está ainda em andamento e sendo realizada pela pesquisadora Maria Silvério), as quais pretendo utilizar como algumas das referências da pesquisa

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relacionamentos, atração e sexualidade no discurso de pessoas aspec

Lucas Miranda dos Santos (UFF)

Dando continuação e trazendo um olhar mais amadurecido a um trabalho originalmente redigido para a conclusão de uma matéria na graduação, esse trabalho analisa e discute o

discurso emotivo de pessoas que não sentem atração sexual e/ou romântica (aspec) que estão ou estiveram em relacionamentos sexuais e/ou românticos após se identificarem como não sentindo algum grau de atração. Trabalhando principalmente a partir de posts em redes sociais e entrevistas, a discussão presente toma como base nos trabalhos de Abu-Lughod sobre o discurso emotivo, em especial em "Language and the politics of emotion", e "A ilusão biográfica" de Bourdieu. Entendo aqui que toda afirmação sobre o "eu" de um dado momento faz parte de uma narrativa autobiográfica que é construída e (re)contextualizada a partir do momento de fala, e que todo discurso (inclusive o emotivo e sobre a emoção) toma parte em meio a uma gama de projetos sociais nos quais meus interlocutores têm interesses, explícitos ou não. O principal foco da análise é como pessoas aspec articulam em palavras seus relacionamentos, assim como, em relação a esses, o papel de sua (falta de) atração, os seus sentimentos, e o que as levou a entrar em um relacionamento com sue(s) parceire(s).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Silêncios e Humilhações: O Papel da Retórica Emocional na Construção da Culpabilidade da Vítima em Casos de Femicídio no Brasil

Márcio Ferreira de Souza (UFU), Silvana Aparecida Mariano (UEL)

Este trabalho analisa o fenômeno do feminicídio (Segato, 2005) a partir da humilhação social como categoria de análise socioantropológica, sob o pressuposto de sua dinâmica racional de poder (Decca, 2005) enraizada na sociedade brasileira. A culpabilização da vítima e o processo de revitimização têm sido, historicamente, expedientes comuns impactantes nos resultados judiciais que, de certo modo, contribuem para o favorecimento dos réus, a exemplo de usos do argumento de assassinato em defesa da honra (Corrêa, 1983). Sob este mote, interessa-nos investigar a humilhação de gênero por meio de práticas de culpabilização de hábitos social e comportamental das próprias vítimas em processos penais. Com o auxílio da análise de discurso, focalizamos os atos performativos das defesas dos réus em autos de processo públicos, em vídeos de sessões de julgamentos no Tribunal do Júri, traduzidas pela retórica emocional (Lutz, 1990) em apelos sentimentais e moralizantes. Baseamos, também, em coberturas da imprensa, a partir da seleção de casos de feminicídios tentados ou consumados ocorridos no Brasil. Como critério de seleção consideramos a existência de vítimas mais potenciais, portanto mais estigmatizadas (Goffman, 1980), como as trabalhadoras do sexo, as mulheres transexuais e mulheres usuárias de drogas ilícitas. Nesses casos, inferimos à eficácia simbólica das performances condenatórias a partir de argumentos moralizantes que contribuem para incremento de silenciamentos e sofrimento social das mulheres (Das, 1985).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_233_21298483_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rituais de Humilhação

Matheus Alysson Cunha (UFU)

O seguinte trabalho faz parte da pesquisa de Iniciação Científica intitulada "A face oculta do riso: o humor como dispositivo de humilhação social". Tem por objetivo, ao realizar uma



etnografia virtual e análise de conteúdo e imagens a partir das redes sociais de determinados comediantes (Léo Lins e o “Canal Hipócritas”, principalmente), relatar a importância da análise socioantropológica do discurso humorístico como um dos fatores para a construção de uma visão de mundo (e, por consequência, também de uma conduta) que, aqui no caso analisado, opera como uma técnica racional da narrativa da humilhação social, destinada principalmente às minorias sociais. Essa narrativa, portanto, auxilia na construção de determinadas margens: daquilo que se considera correto e daquilo que se considera incorreto, ou, em um salto teórico, do que é inteligível e do que é ininteligível (Butler, 2019). Ou seja, que a partir do discurso que faz rir (Foucault, 2010) pode-se investigar questões objetivas da assimetria e hierarquização daquele agente do “perigo”, de desordem. Para isso, é necessário localizar o humor enquanto uma das partes constituintes dessa narrativa, sendo um desdobramento cultural da instrumentalização da raiva por parte do “bolsonarismo” que, em um contexto de neoliberalismo autoritário e austero, depende de delimitar um “inimigo” no local da impureza e que, por consequência, deve ser eliminado. É o humor, aqui, um tipo de técnica, mesmo que simbólica, capaz de construir discursos e práticas. Funciona, no âmbito cultural, do entretenimento e do espetáculo, como uma justificativa do “bolsonarismo” como um agente reintegrador da norma. O trabalho, portanto, pretende: I) apoiando-se teoricamente em uma gama de autores, estabelecer que a humilhação social faz parte de um duplo encontro: por um lado, uma ação racionalmente guiada. Pelo outro, um sentimento em si; II) que o humor pode funcionar como uma técnica de construção de condutas, práticas e de visões de mundo e III) que a narrativa da humilhação, construída humoristicamente por agentes morais da extrema-direita brasileira, é fabricada afetivamente pela raiva, ressentimento, ódio e nojo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_527_15870269_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que é, afinal de contas, o amor?

Mayara Achilei de Freitas (UFMG)

Neste trabalho, analiso discursos emocionais de mães acerca de suas experiências de maternagem, em especial envolvendo o “amor materno”, que tem sido historicamente questionado como enquanto um sentimento instintivo e obrigatório (BADINTER, 1994), assim como tem sido problematizado também pelas interlocutoras a partir de suas experiências cotidianas. A pesquisa ocorreu, inspirada nos métodos histórias de vida (KOFES, 2001) e histórias de família (PINA CABRAL; LIMA, 2005), com cinco mulheres brasileiras, participantes de um grupo virtual de mães, centrado no compartilhamento de narrativas críticas e de dificuldades sobre o maternar. Os discursos das interlocutoras evocam emoções como solidão, culpa, arrependimento, ódio, amor e gratidão, organizados, em suas narrativas, desvelando complexos emocionais organizados não apenas a partir do gênero, mas também do parentesco. Interlocutoras do trabalho, como Maria, narraram o sofrimento vivido pelo descompasso entre as expectativas sobre a maternidade e suas “maternidades reais”, ao não sentir amor instintivo, ou “um calorzinho no peito” pelo filho, ao passo em que Carol é apontada como ingrata pelo marido, ao pedir que ele “ajude” no cuidado com a filha ao chegar do trabalho. No caso de Maria, o amor que não sentia, foi “entendido” e “construído” com o passar

do tempo, a partir de um trabalho emocional (HOCHSCHILD, 2013) empenhado também por seu marido: “você cuidaria tanto desse menino se não o amasse? Então você ama sim!” Em suas experiências plurais, que questionam a noção de amor instintivo, as interlocutoras do trabalho elaboram que, de certo modo, amar é cuidar. Os discursos emocionais que expressam, indicam os impactos de suas maternidades em suas trajetórias e cotidianos, bem como as emoções são agentes ativos no processo de elaboração de suas experiências, em perspectivas com ideários como a “romantização da maternidade” e a maternidade compulsória, e na organização do cuidado. Desse modo, reforçam a compreensão das capacidades micropolíticas das emoções (BISPO; COELHO, 2019), em suas articulações com gênero, e, no caso deste trabalho, se imbricando também com a organização do parentesco.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dura ação - “dourar a pílula”, “água com arroz” e “acolhimento”: emoções, cuidado e envelhecimento no habitar da vida e do convívio em serviços socioassistenciais

Natalia Negretti (Fundação Escola de Sociologia e)

A partir de uma pesquisa etnográfica iniciada e realizada primordialmente em um “centro de acolhida especial para idosos” (CAEI) na cidade de São Paulo, que denomino como Estação Sentinela, nessa apresentação busco relacionar emoções, cuidado e convivência circunscritos a ambientes institucionais gestados pela Assistência Social. A interlocução com Valquíria e com suas vias de “dourar a pílula”, que articulam entre outras dimensões, “resistência” e “resiliência” a envelhecimento e instituição, possibilitam uma reflexão que circunscreve e considera possibilidades e agências. Na aproximação com um trajeto - de vida e pela rede socioassistencial - dessa interlocutora, busco estender a discussão de cuidados de si aos espaços que o controle das emoções ocupou, desde moralmente, no cotidiano acompanhado na etnografia e atentar a um público convívio; entre emoções, cuidado, controle e agência na governamentalidade compreendida, nos termos de Foucault (2022, p.31), como “a maneira como os indivíduos são dirigidos e a maneira como eles se conduzem a si mesmos”. Essa abordagem visa trazer possibilidade de vincular emoções e cuidado com significações de direitos, necessidades e subjetividades em instituições socioassistenciais, a contar do encontro com Macela e da interlocução com Junquilha durante a pesquisa de campo. Na indignação apontada por ambos, enquanto a recusa à “água com arroz” dessa usuária da rede socioassistencial paulistana atentou vínculos entre oferta e básico em serviços e atendimento, a abordagem de Junquilha frente a “Acolhimento” informou na simultaneidade de possibilidades de significar tal termo técnico não apenas sua problematização e disputas, mas também expectativas e uma fricção entre acolher e cuidar. As interlocuções atentam tais imbricações a partir de seus contextos, moradias públicas, e dão densidade para a consideração de um campo tanto específico quanto relacional; emoções e cuidado em redes socioassistenciais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Emoções no punk: um estudo sobre a performance da raiva na cena Riot Grrrl carioca

Patricia Conceição Silva (UERJ)

O presente trabalho visa apresentar, dentre as possibilidades de estudo sobre o movimento Riot Grrrl, a performance do sentimento de raiva na cena punk feminista carioca. O movimento Riot Grrrl surgiu durante os anos 90 nos Estados Unidos em Olympia, chegando na mesma década no Brasil, idealizando a construção de um estilo independente e se associando fortemente com ideais do punk como o “faça você mesmo”, trazendo o “girls to the front” e criando punkzines. Com isso, surge a urgência para o aparecimento do tema sobre cenas musicais, punk e musicologia feminista atualmente, reforçando as mudanças na cena Riot Grrrl dos anos 90 para cá. Com base em um recorte de duas bandas cariocas que se autointitulam Riot Grrrl e com fortes influências no punk, pretende-se analisar, a partir dos estudos de Antropologia das Emoções e Gênero, os sentimentos expressos em músicas punks dessas bandas, que em sua maioria expressam o sentimento de raiva. A pesquisa é do tipo qualitativa, pois suas características proporcionam um envolvimento com o movimento Riot Grrrl e bandas da cena carioca, permitindo adquirir informações mais aprofundadas sobre as emoções naquela cena. Além disso, foram usadas as técnicas de entrevistas semi estruturadas com integrantes da banda e análise das letras das músicas, a fim de relatar quais os sentimentos expressos nas canções das bandas, além da pesquisa de campo em shows das bandas. O trabalho demonstra que as ideias feministas no estilo musical punk rock abriram portas para a proliferação de uma resistência cultural das mulheres nesse espaço que é ainda conhecido por ter uma ampla presença masculina. A partir da análise das letras das bandas escolhidas para o trabalho, constata-se que as emoções podem ser observadas como “dinâmicas” ou como “complexos”, onde os sentimentos de raiva e humilhação podem ser transformados em performances de raiva e ódio nas canções. Além disso, as músicas apresentam o desprezo e provocações a outra pessoa - apontada como uma figura masculina - e colocando mulheres não em posição de subordinação, mas de destaque. É nesta conjuntura que a presença feminina reivindica espaço nas cenas musicais através de afirmações que exigem espaço, voz e protagonismo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_819_85454706_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrick Monteiro do Nascimento Silva (CNFCP/IPHAN)

O artigo a ser apresentado é parte da pesquisa de tese em andamento sobre os processos de requalificação civil de pessoas trans e travestis junto à Justiça Itinerante-Manguinhos no Rio de Janeiro. A solicitação de alteração de nome e sexo nos documentos pode ser feita diretamente nos cartórios de registro de pessoas naturais. No entanto, a Justiça Itinerante ainda é frequentemente buscada no Rio de Janeiro e há casos em que o processo judicial é a única opção. Este artigo trata de um desses casos, que são as requalificações post mortem, ou seja, aquelas solicitadas pela família após a morte da pessoa trans. O título escolhido para este texto é parte de uma poesia escrita por uma das interlocutoras da pesquisa, que também é citada nas sentenças de requalificação post mortem: “Na sua lápide não era seu nome que estava escrito. Mataram Maria e enterraram João”. Nesse sentido, a solicitação feita pelas famílias nos processos é que nos documentos por elas guardados, inclusive na certidão de óbito, passe a constar o nome pelo qual a pessoa era reconhecida em vida e com o qual ela melhor se identificava. As categorias “dignidade póstuma”, “respeito à memória” e “trajetória de dor e

sofrimento", que apareceram nas falas de familiares, defensora, juiz, servidores técnicos, e nos textos das sentenças, são foco deste artigo. Assim, o objetivo do texto não é apenas abordar os aspectos do ritual judicial e jurídico a partir dos diálogos entre Antropologia e Direito, mas pensar especialmente sobre as dimensões de gênero e emoções em torno desses processos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Histórias de amor": as relações entre boys e clientes do cabaré Realeza

Roberto Carlos Nunes Queiroz de Mendonça (UFRN)

Este artigo é resultado da minha pesquisa de doutorado que, ainda em desenvolvimento, está situada num cabaré de homens que chamo de Realeza. Aqui o descrevo como um estabelecimento comercial que, ambientado numa casa, se organiza pela prestação de serviços sexuais por intermédio de um agenciador. Localizado numa cidade de médio porte do nordeste brasileiro, o cabaré Realeza tem recrutado boys de outros municípios, e que os defino genericamente como rapazes entre a faixa etária dos 18 aos 30 anos, de classes populares e em sua maioria negros. Após passarem a resistir no Realeza, os boys estabelecem relações das mais diversas com o estabelecimento: como aqueles que se mantêm por meses ou anos em intercursos temporários ao município de origem, que saem e retornam a residir no Realeza, que são expulsos, ou mesmo que reconstroem seus projetos de vida a partir das redes construídas com o cabaré, mantendo algum nível de relação com ele. De modo geral, entendo que os boys, ao longo das suas trajetórias, estão (re)fazendo seus projetos de vida e junto a eles, optam por se engajarem na prostituição, ou não. Durante minha pesquisa no Realeza, tenho acompanhado as trajetórias dos boys na prostituição também serem (re)feitas por causa das relações afetivas e sexuais que eles mantêm com os clientes, como por exemplo: suas preferências ou exclusividades com eles; namoros e casamentos; ou mesmo, suas desvinculações temporárias ou permanentes do Realezas advindas dessas relações. Além disso, venho observando que tanto clientes como boys estão investindo, negociando, classificando e atribuindo significados as lógicas de intercâmbios sexuais, afetivos e econômicos que os aproximam. Ainda sobre as relações entre boys e clientes, observo o amor ser tematizado enquanto um sentimento organizador, seja ao reafirmarem sua presença, ou mesmo sua ausência. Pensando nisso, aqui utilizarei o amor para descrever e analisar os modelos de relação entre boys e clientes. Para tal fim tomarei como base casos que chamo de "histórias de amor". Assim os nomino, pois, seja pelo meu contato retrospectivo ou prospectivo, costumava ouvir as relações serem (re)contadas, especialmente pelos clientes, em eventos ordenados e coerentes que do seu começo ao fim eram entrançados por objetivos narrativos. Para terminar, digo que no decorrer deste texto buscarei centralizar o sentimento de amor para explicar: as noções morais nas transações econômicas, sexuais e afetivas; as dinâmicas de poder e hierarquia que se expressam nas relações afetivas; as formas classificatórias, as práticas e os bens materiais que exteriorizam o engajamento de ambas as partes. De modo geral, este texto é sobre como o sentimento de amor ordena as interações entre boys e clientes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Segue o “fluxo”! Emoções a partir de uma etnografia numa cena de uso de crack no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Rodolfo Ferreira da Silva (SEEDUC)

Na pesquisa de Doutorado, propus discutir os desdobramentos sociais do consumo visto como problemático de crack, sob o ponto de vista dos próprios consumidores, sobretudo daqueles estigmatizados sob a pecha de “cracudos”, ou seja, indivíduos que construíram um sentido próprio de vida em torno do consumo de crack. Me interessou mapear possíveis caminhos que levaram esses consumidores a uma situação que os distingue de uma parte da sociedade, constituindo uma rede de sociabilidade específica, de signos e sentidos próprios. Para tanto, busco refletir sobre o contexto social em que estão inseridos, seus hábitos, demandas e emoções, ou seja, examinar a partir de uma etnografia da cena pesquisada, as gramáticas emocionais relativas ao consumo problemático de crack. Acionando o referencial teórico da Antropologia das Emoções (Coelho & Rezende, 2010), reflito sobre como as emoções dos usuários da cena pesquisada podem dialogar com a percepção social construída em torno de seus “modos de vida” e que emoções são mobilizadas ao narrarem suas trajetórias. Partindo de uma perspectiva contextualista dos estudos sobre as emoções, entendidas numa lógica pragmático-discursiva, penso na relação entre os discursos acionados e a dimensão micropolítica das emoções, evidenciando relações de poder, hierarquias, moralidades e desigualdades. Nesse sentido, mais do que pensar os estados intersubjetivos de onde emergiram as emoções, busquei pensá-las como um ato de enunciação que confere sentido, como uma forma de ação social que afeta o “estar no mundo” dos meus interlocutores e que são socialmente informadas. Nesse quadro, a vergonha emergiu como afeto central, onde os moradores/frequentadores da ocupação pesquisada internalizam o que Milito e Silva (1995) chamaram de “cultura da evitação”, bem como atua como uma forma de conferir sentido, aglutinando a construção de identidades sociais a partir de uma emoção que, segundo Scheff (2000), é um tabu na modernidade, expressando a fragilidade na construção de vínculos e laços de sociabilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_515_56185175_218593.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A temporalidade das emoções no cotidiano pandêmico de estudantes de ensino médio

Sasha Cruz Alves Pereira (USP)

A partir de pesquisa de campo em uma escola pública da cidade de São Paulo durante a pandemia de Covid-19, sob o distanciamento social, até a volta às aulas presenciais e o aparente retorno à “normalidade de antes”, observei o modo como estudantes do ensino médio exprimiam suas emoções em relação a diferentes temporalidades, de maneira a reconfigurar as expectativas acerca do futuro e a reavaliar o presente ainda profundamente marcado pela experiência pandêmica. O campo foi construído a partir de conversas, no formato de reuniões online e presenciais, com a participação de alunas e alunos da referida instituição, no âmbito do Projeto Temático FAPESP “Vulnerabilidades de jovens às IST/HIV e à violência entre parceiros”, que promove formação em ciência e em prevenção em escolas públicas e ao qual o autor é pesquisador associado. As emoções elaboradas pelas e pelos jovens em relação às

incertezas do momento, ao luto que atravessou a rede ampliada de sociabilidade, ao desprezo do governo Bolsonaro pelas mortes por Covid e pela demora na distribuição de vacinas no Sistema Único de Saúde e à falta de interação em copresença física marcaram o passado durante a pandemia com apatia e a impossibilidade de “sentir qualquer coisa”. Contudo, isso não significou estados extensos de paralisia social. Se em determinado momento da pandemia, o futuro deixou de ter qualquer contorno e/ou direção, o que foi subsumido na frase “os jovens deixaram de sonhar”, proferida por uma das estudantes durante o lockdown, também houve intensa reelaboração das expectativas e reposicionamentos tanto em relação ao futuro, como trajetória acadêmica e carreira, quanto ao próprio presente, na produção de uma linguagem que elaborasse as dores e os sofrimentos. Não houve um retorno à normalidade, ao “como era antes”, mas uma (re)construção de si e dos sentidos de ser jovem.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A maioria dos negros não beija no ensino médio": Uma análise antropológica feminista da produção de preferências e escolhas afetivas e de sentidos socioemocionais entre jovens estudantes negras

Winy Gabriela Pereira de Santana (UFSC)

Ao longo da minha experiência de trabalho como professora de sociologia do ensino médio em escolas públicas de Campo Grande - MS desde 2021, e sendo uma mulher negra, recebo demandas de estudantes por atividades que envolvam letramento racial, de gênero e sexualidade voltado, em especial, a questões afetivo-conjugais. Oficinas, clubes de leitura, palestras bem como conversas informais em busca de escuta acolhedora foram-me requisitadas por minhas estudantes de modo a possibilitar processos de reflexão e compreensão da complexidade envolvida nas relações afetivo-sexuais envolvendo convenções de gênero, de sexualidade, processos de racialização e de produção de posições de sujeito. Em um trabalho de campo exploratório em sala de aula, atuando como professora de sociologia do ensino médio das escolas públicas de Campo Grande- MS, identifiquei posicionamentos que evidenciam muitas vezes um preterimento de estudantes negras na escola, como também elas sendo alvo de chacota quando abordaram entre eles o assunto das afetividades. Assim, a partir da pesquisa etnográfica em andamento sobre o lugar ocupado pelas emoções na construção da identidade e na expressão das afetividades e conjugalidade nas experiências afetivas, sexuais e conjugais e dos processos de racialização entre jovens estudantes negras do Ensino Médio das escolas estaduais de Campo Grande- MS, neste trabalho analisarei como as emoções não apenas refletem, mas também contribuem ativamente para a formação dessas identidades. As vivências de discriminação, hiperssexualização e estigmatização racial apontam para a produção de um sentido emocional significativo, influenciando a autoestima, a percepção do próprio corpo e a maneira como essas jovens se relacionam consigo mesmas e com os seus outros significativos. Palavras- chaves: afetividades; racismo; contexto escolar.

GT 013: Antropologia das práticas esportivas e de lazer

No intuito de dar continuidade as reflexões realizadas em mais de vinte e dois anos de reuniões anteriores da RBA e RAM, este grupo de trabalho tem por objetivo aprofundar os diálogos entre as pesquisas no campo de estudos das práticas esportivas e do lazer. Este é um campo antropológico que abrange diálogos e reflexões plurais, propiciando a interação entre pesquisadores e pesquisadoras das mais variadas áreas científicas. É, também, um campo em expansão na medida em que o tema dos esportes em nosso país se desloca da monocultura futebolística para abarcar diversas práticas esportivas em um nível cada vez mais intenso. Este processo, por sua vez, remete à construção de novos territórios esportivos, incorporando não apenas as práticas já tradicionalmente esportivizadas, mas aquelas desenvolvidas por grupos indígenas, que realizam seus próprios eventos esportivos, inclusive de caráter internacional, por jovens que desafiam os limites entre esporte e práticas artísticas e de lazer – como a incorporação do surf, do skate e do breaking no programa olímpico impõe à nossa reflexão. Desta forma, novas corporalidades adentram o cenário esportivo, seja o de alto rendimento das competições profissionais, seja o das práticas populares e cotidianas, que precisam ser analisadas e interpretadas a partir das reflexões críticas do saber antropológico.d

Coordenação

Leonardo Turchi Pacheco (UNIFAL-MG), Luiz Fernando Rojo (UFF)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Segue o Jogo: Futebol e Tribunais no Rio Grande do Sul

Augusto Leal de Britto Velho (UFRGS)

A antropologia do esporte vem realizando importantes pesquisas sobre o futebol profissional e amador; sobre a cultura de arquibancada, também sobre os megaeventos esportivos e a formação de jogadores, desde as categorias de base até os circuitos profissionais. O PPGAS/UFRGS, à partir da linha de pesquisa sobre esportes abrigada dentro do GAEP (Grupo de Antropologia da Economia e da Política), tem uma tradição em investigações pioneiras no tema. Esperamos que este projeto contribua no empreendimento mais amplo de virar o olhar antropológico para o futebol e suas instituições. A pesquisa em curso visa destacar um aspecto crucial que ainda não foi trabalhado em profundidade: o impacto significativo dos tribunais desportivos na realização do futebol como espetáculo. Estas instituições de caráter privado atuam sobre o esporte como entidades reguladoras e de “accountability que permitem a resolução de conflitos dentro ou fora do estádio de maneira definitiva. Buscaremos neste trabalho estabelecer uma conexão entre a ideia de “seguir o jogo como uma função do árbitro de campo e do TJD. A etnografia destas instituições, apoiada por um diálogo com a antropologia econômica e a antropologia do direito, permitiria entender melhor as diferenciações entre uma abordagem do direito comum e o desportivo, como o caráter privado destes tribunais impacta no seu funcionamento e como funciona a produção de conceitos jurídicos ou de governança sobre tudo aquilo que envolve o futebol profissional. Particularmente interessantes são os casos que envolvem atos transgressores por parte de torcedores ou torcidas organizadas: Como e por quais motivos os tribunais estabelecem entendimentos de culpabilização ou penalização para clube, torcedor individual ou torcida

organizada? Até onde estas três figuras são distinguíveis e separáveis dentro da lógica da justiça desportiva? Ao tentar responder esses questionamentos, planejo mobilizar os dados etnográficos produzidos ao acompanhar o cotidiano do Tribunal de Justiça Desportiva do Rio Grande do Sul. A hipótese levantada é que existe uma preocupação por parte dos tribunais desportivos em manter o jogo de futebol como um espetáculo ininterrupto e cujas variáveis extra campo sejam controladas. Nesse sentido, associamos a figura dos tribunais desportivos à posição do árbitro de campo, que de forma similar está incumbido e performa em campo para que o jogo siga sem maiores interrupções ao espetáculo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ainda somos aquele país do futebol?: uma análise da produção sobre esportes em artigos de Antropologia Urbana (2006-2023)

Bruno Vieira Borges (USP), Matheus Farah Tijiwa Birk (USP)

"O tempo "em que tudo era mato não mais qualifica o cenário da produção das ciências sociais brasileiras sobre as dimensões do esporte. É notável um crescimento vertiginoso de teses, dissertações, periódicos e dossiês destinados ao assunto nas últimas duas décadas, com destaque para a Antropologia. No entanto, a falta de sistematizações bibliográficas, fato necessário para o refino de qualquer área de estudos, nos impede de aferir se esse crescimento foi acompanhado de uma diversificação de objetos e temas. De modo a sanar esta lacuna, oferecemos uma análise qualiquantitativa dos artigos de Antropologia Urbana publicados na *Esporte e Sociedade* e na *FuLia/UFMG*, duas importantes revistas de Ciências Humanas e esportes cujos catálogos contemplam, com frequência, etnografias. Apoiamo-nos na metodologia de trabalho desenvolvida pelo *UrbanData-Brasil* (<https://urbandatabrasil.fflch.usp.br/>), banco de dados fundado no desfecho da década de 1980 pela socióloga Licia Valladares e que, desde então, se consagrou como referência para a pesquisa urbana brasileira. Emprestamos de seus protocolos de classificação, em especial, as Áreas Temáticas, vocabulário controlado que mapeia os trinta e cinco principais temas dos estudos urbanos. Com a amostra dividida em dois recortes temporais, constatamos que a "monocultura futebolística não sofreu uma derrocada, pois 78,8% dos artigos elegeram o futebol como objeto de investigação. Contudo, transparece entre 2015 e 2023 um alargamento do que se entende por "futebol"; aquele mais "tradicional", jogado profissionalmente e torcido por homens, passa a conviver com outros (futebol de várzea e de bairro, futebol de mulheres, futebol trans, etc). Nesse sentido, o que se tornou mais diversificado na Antropologia foi o campo de pesquisa em futebol, embora outros esportes, de fato, apareçam. Procuramos, assim, oferecer hipóteses para este fenômeno com base na bibliografia e na emergência de agentes e eventos (a refundação do Campeonato Brasileiro de Futebol Feminino, a criação da Taça das Favelas, a exposição da relação gênero/esportes na mídia, etc). No que diz respeito às Áreas Temáticas, sublinha-se o aumento acentuado de pesquisas em gênero e, também, sobre os espaços e as infraestruturas urbanas, o que pode estar relacionado com o ciclo de megaeventos e a construção de novos estádios e praças esportivas. Na contramão, chama atenção a escassez de pesquisas sobre relações étnico-raciais, algo incongruente com o legado colonial brasileiro, os casos de racismo ocorridos no mundo dos esportes e as crescentes manifestações de afirmação de identidade, resistência e denúncia. Estes e outros tópicos,

portanto, foram tomados de modo a evitar o acúmulo perdulário de informações e oferecer perguntas e caminhos aos pesquisadores da área."

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lutas, Artes Marciais e Modalidades Esportivas de Combate (L/AM/MEC): proposta comparativa em Antropologia das práticas esportivas

Carlos Eduardo Costa (lelus)

Esta proposta de trabalho propõe o desenvolvimento analítico em torno de uma linha de pesquisa que se consolida etnográfica e conceitualmente, a Antropologia das práticas esportivas. Nosso foco será uma abordagem comparativa entre distintas técnicas de embates corporais, armistícios e ressignificações nos usos de armas, através do universo das Lutas, Artes Marciais e Modalidades Esportivas de Combate (L/AM/MEC). A proposta é destacar proximidades e diferenças entre modalidades esportivas de combate, tendo a luta corporal kindene e as disputas nos dardos jawari como referência, desde o contexto etnográfico do Alto Xingu, MT/BR. Nosso caminho, após melhor elucidar o universo das artes marciais disputadas ritualmente no Alto Xingu, seguirá por uma breve análise comparativa entre modalidades esportivas de combate que, apesar de suas distâncias geográficas, simbólicas, contextuais, passaram por esportificações técnicas em determinados momentos históricos. Na literatura produzida no Brasil, judô e capoeira são as modalidades mais trabalhadas, assim como o boxe, a "nobre arte". De maneira mais ampla, pretendemos demonstrar que as artes marciais são formas integradas de manifestações artísticas realizadas a partir dos contextos em que são vividas, somando pinturas corporais, vestimentas, universo musical, danças típicas e performances próprias a cada uma delas. Além, é claro, da codificação das práticas e do abandono e ressignificação de instrumentos usados como armas. Portanto, nossa proposta é evidenciar as associações entre a rica diversidade etnográfica e as sofisticadas abordagens teóricas em torno das L/AM/MEC para colocá-las em relação, procedimento que também nos é conhecido quando falamos sobre práticas esportivas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_170_76821496_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A corporalidade na Asa Delta

Emanuelle de Oliveira Camolesi (UFF)

"A prática do voo livre é milenar, tendo registro da construção do que podemos considerar a primeira asa delta datada em 852 d.C. por Abbas Ibn Firnas. Em 1974, o primeiro voo na Pedra da Gávea/RJ foi realizado pelo piloto francês Stephan Dunoyer de Segonzac, e pouco tempo depois, no mesmo ano, pelo carioca Luiz Claudio Mattos, do qual juntos expandiram a prática esportiva em território brasileiro. Este esporte é composto de conhecimentos específicos, técnica e manejo de equipamentos resistentes ao ar e constante negociação com as condições climáticas que possibilitam sua prática, como a pressão atmosférica e o aquecimento do solo e do ar pelo sol. A asa delta é um aerodesporto controlada pelo profissional ou aluno apenas com a deslocação do peso de seu corpo, permitindo alterações no direcionamento do voo. Partindo

deste princípio, tal prática parece rica em construções diferenciadas da corporalidade, já que neste esporte, não há restrições corpóreas demasiadas – seu principal condicionante é o peso, que deve ser entre 35 kg e 80 kg – permitindo a decolagem desde jovens a partir de 16 anos acompanhados de responsáveis, homens, mulheres, idosos e pessoas portadoras de deficiências. A nula atenção dada ao esporte pela Antropologia Brasileira é uma das motivações para propor um estudo em um dos pontos de decolagem de asa delta, localizado em Niterói/RJ. Estimulada por questões envolvendo este esporte considerado radical e de risco e a construção da corporalidade como local da experiência, foram identificados poucos trabalhos envolvendo esta prática esportiva, concentrados nas áreas de Educação Física e Turismo, mesmo com mais de 30 anos consolidada no Brasil, com muitos adeptos, campeonatos nacionais estabelecidos e aerodesportistas brasileiros no topo dos rankings mundiais. Para tal, pretende-se utilizar como técnica de trabalho de campo a observação participante e entrevistas, utilizando também, efetivamente, de meu próprio corpo e emoções, a fim de trazer reflexões que somente a experiência e a vivência corpórea no esporte, podem revelar. Como esta é uma pesquisa em desenvolvimento, que dá seus primeiros passos, pretendo apresentar um apanhado bibliográfico quanto as construções da corporalidade que servirão de base para as questões que permeiam o estudo proposto, na prática aerodesportiva exposta. Também é intenção apresentar como se deu a entrada em campo e a recepção da proposta no ponto de decolagem escolhido. "

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_214_78315663_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Teatro em Contexto de Lazer na Cidade de São Paulo: Grupo Amador- Instituto Juntos
Fernanda Rocha Macedo (UNESP)

O lazer é uma ação escolhida de forma voluntária para ser executada durante o tempo livre, essas auxiliam no desenvolvimento da estabilidade emocional, trazendo para o indivíduo benefícios como a alegria de viver e maior disposição física e mental. É possível notar, que o lazer esteve presente em diversos contextos históricos, nos dias atuais pode-se perceber que o lazer é uma necessidade direta e direito dos indivíduos, que permite vivenciar novas oportunidades e experiências enquanto ser humano, propiciando novos desafios sociais e pessoais, possibilitando a construção da identidade pessoal e social. Também, como forma de lazer, o teatro estimula a aprendizagem, a comunicação e a interpretação de situações da vida cotidiana, influencia o desenvolvimento de diversas capacidades e se reflete no pensamento, e no que se produz com o pensamento. Constitui assim, a prática teatral, uma necessidade humana, no sentido em que confere meios para desenvolver uma comunidade, através da interação e integração de tudo o que a envolve (Lucas, 2019, p.9). Por todo o exposto, proponho desenvolver este trabalho em conjunto com o Instituto Juntos, situado na zona sul da região da Paraíso, na cidade de São Paulo, trazendo a prática teatral como ferramenta de lazer que permite aos seus integrantes desenvolver as capacidades pessoais e sociais. Mediante a realização de entrevistas e consulta de acervos e documentos do Instituto Juntos, pretendendo questionar e observar as ações dos participantes em contexto de grupo, a fim de perceber e entender uma possível ação transformadora pessoal e social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_794_04817307_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dez anos de Arena Corinthians em dez anos de Brasil: primeiros apontamentos sobre processos de segregações e movimentações torcedoras.

Gabriel Moreira Monteiro Bocchi (Escola Alef Peretz)

Neste trabalho apresenta-se as primeiras reflexões referentes ao desenvolvimento da pesquisa, em âmbito de doutorado, focada em discutir transformações no futebol espetacularizado e na sociedade brasileira pós-Copa do Mundo de 2014. A principal interlocução é com torcedores corinthianos frequentadores da Arena Corinthians, na cidade de São Paulo. Parte-se de distintas perspectivas torcedoras: coletividades que associam as militâncias clubística e torcedora às militâncias políticas; torcedores que deixaram de ser assíduos nas partidas como mandante do Sport Club Corinthians Paulista (SCCP), aqueles que passaram a o ser nos anos seguintes à inauguração da Arena; pessoas vinculadas e não vinculadas a torcidas organizadas e coletivos torcedores. O campo de pesquisa é ampliado para além de torcedores e situações relacionados ao Corinthians, abrangendo coletividades torcedoras-militantes vinculadas ao São Paulo Futebol Clube (SPFC) e o Estádio do Morumbi, a fim de analisar similaridades e diferenças nas experiências torcedoras em regiões distintas da cidade de São Paulo, em modelos de estádios e gestões de clubes distintos. Desenvolve-se um estudo comparativo ao realizado na pesquisa de mestrado, no sentido de analisar temas em comum àquela pesquisa - habitação de lugares públicos, privados e domésticos por torcedores; relações com ingressos, programas de sócio torcedor e acesso aos jogos; setorização dos estádios e formas de torcer; usos de ferramentas digitais como parte dos espaços e relações presenciais - com um intervalo de dez anos. Tem-se por hipótese que tal exercício comparativo entre as vivências etnográficas de 2014/15 com as atuais, 2022-25, permitirá analisar transformações de ordens social, política e econômica no Brasil no mesmo período, a partir das práticas de torcedores, compreendendo-as como relacionadas às suas perspectivas e práticas de vida mais amplas. Apresenta-se, por fim, com maior densidade etnográfica, reflexões sobre coletividades de torcedores-militantes e discussão que entremeia possibilidades antropológicas na pesquisa em diálogos com Michel Agier e Tim Ingold.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O perfil dos atletas de Breaking e a dissonância entre estrutura e mega evento.

Gabriela Seta Alvarenga (UFSCAR)

"Essa apresentação pretende dar luz às “dissonâncias paralelas encontradas no campo etnográfico da minha pesquisa de mestrado que pretende responder (em sua dissertação) a seguinte pergunta: “O que muda quando o dançarino vira atleta? e que encontra em campo os mesmos falando eloquentemente que às vezes são atletas, e que sempre são b-boys. O trabalho, portanto, tem a intenção de trazer à tona a discussão recorrente na pesquisa em que se fazer atleta é ir aos mega eventos (campeonatos olímpicos/esportivos) e voltar, é sempre como b-boys, para o Hip Hop, traçando assim, uma tensão explícita entre cultura e esporte.

Palavras chave: Antropologia das práticas esportivas, esportificação, Olimpíadas, atleta, mega evento, estrutura

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tênis como instrumento de interação social

Halisante dos Anjos Vieira Neto (UFF)

TÍTULO: O TÊNIS COMO INSTRUMENTO DE INTERAÇÃO SOCIAL Halisante dos Anjos Vieira Neto (UFF/Rio de Janeiro) **RESUMO** A presente pesquisa visa abordar questões que se revelaram no campo, sob uma perspectiva de teorias antropológicas das emoções e corporalidades provenientes de projeto social voltado para o esporte, que usa a prática esportiva do tênis para incluir crianças moradoras de comunidades carentes e de áreas adjacentes também em condições de vulnerabilidade, com um objetivo educacional comprometido com o encaminhamento das crianças para escolas e faculdades particulares com bolsa esportiva integral. Nesse contexto, investigar a interação dos atletas, funcionários e todos os envolvidos no tênis, sobretudo a forma como se comportam diante de cada situação de jogo ou treinamento. Além disto, as regras de convívio social e alteridade comum a todos, plateia, atletas, arbitragem, boleiros e demais integrantes do evento quem não estão livres desse senso comum inerente ao tênis. Por fim, coletar dados sobre o rendimento dos atletas em situações de jogo, inclusive quando o atleta oscila durante uma partida, e de repente perde a confiança. **Palavras-chave:** emoções, corporalidades, tênis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Controle de Multidões e a torcida: Debate sobre a Torcida Única

Júlio César de Oliveira Porto (UFF)

O Brasil é reconhecido mundialmente como o “país do futebol e a sociabilização do brasileiro é marcada pela forte influência da monocultura futebolística. Essa influência possibilita articular o sentimento de pertencimento e nacionalismo além de também ser um grande lazer e um local onde o torcedor pode extravasar sua excitação, tal como disposto no clássico livro de Eliás e Dunning. Porém, essa paixão nem sempre se materializa com a ida ao estádio o que gera uma relação paradoxal que transita entre a paixão e o medo: a paixão pelo futebol e o medo de ir aos estádios. Esse medo é quase sempre atribuído às torcidas organizadas que por vezes são estigmatizadas como vilãs e causadoras da sensação de medo de ir aos estádios. Em muitos estados como São Paulo, por exemplo, a política de segurança pública concernente ao tema foi a de estabelecer torcida única. Porém, uma grande dúvida deve ser esclarecida: torcida única é apenas um mito ou uma solução? Conforme Maurício Murad, apenas 5% dos membros de torcida organizada delinquem. No Rio de Janeiro, local onde foi efetuada a pesquisa de campo, por meio de observação participante, junto a membros de torcidas organizada Fla Manguaça, já foi cogitada a implementação de torcida única. Porém, não foi levada a cabo e esta etnografia visa analisar estes aspectos sob a ótica de membros de torcidas organizadas. As políticas de segurança pública sobre esta temática atendem de fato às demandas dos torcedores?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Vila Maria, Eu Sou!": a torcida organizada da escola de samba Unidos de Vila Maria

Júlio César Valente Ferreira (CEFET/RJ)

Futebol e carnaval são manifestações da cultura popular, de circularidade, as quais rompem uma suposta hierarquia de manifestações culturais por classe, sendo ambas máquinas de socialização, porque são rotineiros. Isto é, tem futebol e carnaval quase durante todo o ano. No atual modelo de configuração, preparação e apresentação do desfile, uma parcela cada vez mais significativa da agremiação dedica significativa parte de seu tempo cotidiano, e em uma intensidade, a qual supera (e muito) os dias oficiais de folia. As torcidas organizadas de escolas de samba são fenômenos recentes, surgindo a partir da década de 2000. Elas se mobilizam para organizar eventos, auferir recursos para as performances nas arquibancadas do Sambódromo, participar ativamente dos ensaios anteriores aos dias do desfile, promover ações de salvaguarda da memória própria e da agremiação a qual mantém relações de pertencimento e participam ativamente da política interna da agremiação. A pesquisa em questão possui enfoque predominantemente qualitativo. Para tal, teve relevância o delineamento, a observação e a compreensão deste universo apreendido etnograficamente. O posicionamento e a atuação destes coletivos no carnaval são explicados através da compreensão do processo de construção de sua identidade e do delineamento das forças sociais que os mobilizam e das redes internas e externas. A partir do fato de que as torcidas das escolas de samba são fenômenos praticamente desconhecidos e com número praticamente nulo de trabalhos no âmbito acadêmico, a estrutura da pesquisa revela também seu caráter exploratório, considerando a necessidade de aproximação com a realidade empírica em questão. A partir destas premissas, projeta-se a articulação teórica em torno dos conceitos e noções de ritual, malha, redes, sociabilidade e construção da pessoa, trajetórias individuais e carreiras com o trabalho de campo. O estudo de caso foi realizado junto à torcida organizada da escola de samba Unidos de Vila Maria, agremiação carnavalesca da cidade de São Paulo e participante recorrente dos desfiles na principal divisão hierárquica do carnaval paulistano. No decorrer do estudo, verificou-se que sua participação em todas as etapas para a consecução do desfile possibilita aos membros da torcida organizada da Vila Maria ocupar o espaço urbano de outras formas para além daquelas típicas dos foliões e das torcidas organizadas. Também se revelou uma configuração de sociabilidades e práticas junto aos demais integrantes da agremiação carnavalesca, que não permite marcar uma separação rígida entre um habitus de torcedor organizado e outro de folião, principalmente em se tratando de um coletivo formado por jovens, público com reduzida capacidade de agência nas escolas de samba.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_948_56574373_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Crônicas do Capixabão: Uma breve descrição etnográfica da pré-temporada do Vitória Futebol Clube

Leonardo Vinicius Rodrigues de Mendonça (UFES)

O presente trabalho é parte do texto produzido para a qualificação de minha pesquisa de mestrado. A empreitada teve início no dia 01/06/2022, quando eu e meu orientador fomos a

sede do Vitória Futebol Clube, clube de futebol de Vitória, capital do Espírito Santo, para uma reunião com a diretoria. A ideia que deu origem ao projeto de pesquisa com o qual ingressei no mestrado era fazer um trabalho de caráter teórico, algo que idealizei como uma filosofia das táticas no futebol, ou mesmo uma sociologia do conhecimento da tática, a partir de uma análise mais abstrata do panorama do esporte nos dias de hoje. A ameaça neoliberal ao futebol é parte de um fenômeno geral, integrado às dinâmicas globais do capitalismo. O esporte não é um universo à parte da sociedade, muito embora sua estrutura de espetáculo o faça parecer. Portanto, em um primeiro momento, tendo em vista essa perspectiva teórica-conjuntural, não estava nos planos realizar um estudo empírico, ou mesmo uma pesquisa que envolvesse qualquer tipo de "campo". Mas a possibilidade que se apresentou de passar um período acompanhando a pré-temporada do clube capixaba me fez rever os planos iniciais, e acabou por inverter as prioridades da pesquisa. O que pretendo apresentar no congresso é a minha experiência ao acompanhar o dia a dia de um clube que disputa um campeonato estadual periférico, e habita as divisões inferiores do futebol nacional. Meu relato etnográfico teve inspiração na perspectiva de Alexandre Nodari, da Literatura como uma forma de Antropologia Especulativa, detalhada em artigo um deste autor. Além disso, baseei o estilo da escrita do texto no clássico trabalho de William Foote Whyte, Sociedade de esquina. No texto, relato não apenas o que observei do cotidiano dos atletas, mas também minhas dificuldades em me adaptar ao ambiente, e principalmente, a maneira pela qual o estilo de jogo de um time de futebol é construído na prática, tendo em vista a discussão teórica da pesquisa, que tem como objeto de investigação a relação entre os sistemas táticos do futebol contemporâneo, e as dinâmicas subjetivas do neoliberalismo, que cada vez se expandem para além do mundo do trabalho.

Palavras chave: Neoliberalismo, Sociologia do futebol, Estilo de jogo, Etnografia

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_631_51141192_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Daminhas da Bola: o Futebol de Meninas e emoções

Maíra Tura Pereira (UFF)

Existe um universo de possibilidades e muito já se pesquisou sobre o Futebol de mulheres no Brasil, porém meu trabalho está localizado em uma lacuna ainda não preenchida pelos estudos da Antropologia dos Esportes. Este artigo trata do discurso sobre as emoções das crianças que estão crescendo em categorias de base do Futebol de mulheres. Propõe a utilização do terno futebol de meninas para se referenciar a prática esportiva que envolve essas crianças. Demonstra como as atletas manejam suas emoções e como se dá essa construção dentro e fora do campo e ainda analisa como a questão do gênero ligada ao esporte aparece neste contexto. A maneira como as crianças localizam suas emoções nos diferentes momentos e situações que rodeiam o ambiente esportivo são essenciais na construção de dados. Como procedimento metodológico foi iniciado um trabalho de campo no projeto social "Daminhas da Bola". A pesquisa abrange tanto os treinos quanto os jogos, acrescida da leitura e análise de capítulos de livros e artigos que tratam da questão da emoção, do esporte e do futebol de mulheres. A hipótese é de que as expressões das emoções por parte das meninas são construídas dentro e fora das quatro linhas, não são naturais e estão interligadas às relações de poder assimétricas de

gênero. Para a análise das emoções dessas atletas foi utilizado como principal referencial teórico a visão contextualista, proposta por Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod.

Palavras chave: Futebol de mulheres; crianças e emoções

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_176_92231605_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A busca da excitação e a construção de corpos a partir de jogos e esportes culturalmente definidos

Márcin César Tempass (FURG)

O presente trabalho é fruto de reflexões produzidas durante oito anos de aulas de Antropologia para o curso de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande. Partimos do princípio que os seres humanos, inseridos nas mais diversas culturas, necessitam frequentemente de novos acontecimentos para a manutenção das relações sociais. Sem a ocorrência de novidades a vida humana seria insuportavelmente tediosa. Pretendemos, assim, analisar como jogos e esportes são acionados para a produção de fatos novos, tanto entre os praticantes quanto entre os espectadores. Apoiados no trabalho de Norbert Elias e Eric Dunning, objetivamos demonstrar que jogos e esportes, constitutivos do lazer, são os recursos mais acionados para satisfazer “a busca da excitação social, presente em todas as sociedades. Mais detalhadamente, buscamos observar como cada jogo e esporte é escolhido e praticado de acordo com as culturas de seus praticantes, posto que “a busca da excitação nos jogos e esportes é um espelho da sociedade. E, em decorrência disso, a ideia é demonstrar como os corpos são culturalmente e historicamente construídos em consonância com a excitação social almejada. Para exemplificar a argumentação, reuniremos dados bibliográficos e etnográficos sobre jogos, esportes e lazer em diversas sociedades, desde metrópoles até pequenas aldeias indígenas, do futebol massivo até brigas de galos, de profissionais e amadores, de atletas e expectadores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_050_82312880_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nostalgias, identidades e sociabilidades entre torcedores do Riograndense Futebol Clube

Mateus Cordenonsi Bonez (UFSM)

O presente trabalho apresenta parte de uma tese de doutorado em Ciências Sociais, ainda em andamento, que busca compreender a construção de identidades entre torcedores do Riograndense Futebol Clube (Santa Maria- RS), instituição futebolística de origem ferroviária que não conta com time profissional desde 2017. A pesquisa diz respeito a um empreendimento etnográfico, realizado entre março de 2022 e março de 2024, que almejou compreender a construção social de identidades dos torcedores por meio de narrativas de si e de práticas de sociabilidade. Dessa maneira, a etnografia tratou de descrever e interpretar sociabilidades torcedoras vigentes em um espaço alheio às arquibancadas, mais especificamente em meio a um grupo de botonistas (praticantes do futebol de mesa), os quais também são torcedores de futebol dos times locais. As narrativas, aqui exemplificadas pelos relatos de dois antigos torcedores, afirmam a identidade torcedora, local e ferroviária em consonância com algumas

práticas observadas entre os botonistas em treinos, competições e conversações. Sendo assim, as narrativas de si, bem como o comportamento e a cultura material evocada pelos botões e outros objetos, indicaram que as identificações sobre o Riograndense e sobre o trabalho ferroviário se orientam, entre outras coisas, por expressões de memórias nostálgicas. A torcida e as memórias torcedoras se mesclam com a cultura material do futebol de botão/mesa no entendimento sobre a emergência e afirmações de identidades clubísticas, locais e regionais, as quais evocam tempos áureos da ferrovia, do Riograndense e de antigas sociabilidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A classificação funcional na natação paralímpica: mapeando controvérsias e disputas em torno da categoria de deficiência.

Mônica da Silva Araujo (UFPI)

O intento maior deste trabalho é compreender de que maneira a classificação funcional no esporte paralímpico funciona como um campo de elaboração de concepções sobre o corpo, ao mesmo tempo em que mobiliza disputas em torno da categoria de deficiência. Na natação paralímpica, assim como em outras modalidades pertencentes ao rol dos esportes paraolímpicos, existem diferenças entre os atletas relacionadas às especificidades motoras que tem como base cada tipo de deficiência. A classificação funcional é justamente o sistema que arquiteta e rege a igualdade competitiva, uma vez que, através do acionamento da diferença no nível corporal fornece o dado necessário para a construção de uma posterior equivalência. Quando entramos em contato com textos e documentos que tratam da classificação, vemos que ela é apresentada como uma espécie de “princípio de justiça que permite um nivelamento dos participantes ao tentar colocá-los em condições de igualdade para competir. A classificação funcional realiza um mapeamento do corpo que leva à montagem de um tipo de registro matemático que, ao acionar a diferença no nível corporal, fornece o dado necessário para a construção de uma posterior igualdade. A partir dela, os atletas vão sendo alocados em cada uma das classes existentes na natação paralímpica. Além disso, o corpo que é constantemente observado, medido e calculado passa por um processo de ressignificação de corpo deficiente em corpo potente. A classificação funcional está imersa num campo de disputas que envolve os atletas, treinadores, dirigentes de clubes e associações, classificadores, patrocinadores, dentre outros agentes. As tensões envolvem um confronto entre o que é ser deficiente dentro das regras próprias do esporte e o que é ser deficiente na vida cotidiana. Como desdobramento, temos as identidades forjadas a partir das classes de nadadores sendo atravessadas por vivências que extrapolam o universo paralímpico. Para o escopo deste trabalho, acompanho a trajetória de um nadador de destaque, que durante muitos anos figurou como estrela entre os atletas de classe S10 (com pouco comprometimento físico) mas que, recentemente, foi impedido de continuar participando de competições, por conta de um processo de reclassificação que passou a considera-lo inelegível para o esporte paralímpico. Realizando um estudo sobre essa trajetória de vida, pretendo mapear as controvérsias e disputas que atravessam a categoria de deficiência, na expectativa de contribuir também com um debate sobre a construção de corporalidades e identidades no esporte paralímpico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cronometrados: tecnologias de produção de corpos atléticos na natação

Pedro Diniz Marques Vieira (UFRJ)

O artigo tem como objetivo investigar o lugar das tecnologias e materialidades presentes no contexto da formação de nadadores de alto rendimento a partir de uma etnografia realizada nas categorias de base de um clube esportivo. O argumento mobilizado é de que tais tecnologias e materialidades são agentes fundamentais na produção do que chamamos de "corporalidade atlética", que tem como característica marcante sua racionalização sistemática, visando ganhos constantes de performance esportiva. Entendo que há toda uma rede sociotécnica que deve ser levada em consideração para se compreender como são produzidos atletas de alto rendimento, sem a qual a progressão permanente do desempenho dos atletas, geração após geração, seria impossível. É comum ouvir que essa rede está "por trás" da performance do atleta. Apesar de só ele aparecer no pódio com a medalha, sabe-se que vários profissionais estavam envolvidos em sua preparação. O que quero sustentar é similar, mas com o foco inverso. Pois argumentar que a rede sociotécnica está por trás da performance suscita a ideia de um indivíduo isolado que tira o melhor proveito dessa infraestrutura oferecida a ele. Ao contrário, entendo que o atleta não pode ser apartado das relações com essa rede, que inclui não só outros indivíduos, mas uma gama de agentes não-humanos que atuam decisivamente na produção do corpo atlético.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_445_98367931_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Considerações Antropológicas Sobre a Prática do Jogo de Xadrez

Pietro Bueno Longoni (UFRGS)

A presente proposta de pesquisa busca compreender, através de uma perspectiva antropológica, o jogo de xadrez em sua totalidade. Acreditamos que, até o presente momento, a antropologia e seus conceitos foram pensados por meio do xadrez, de modo que o jogo figura somente como metáfora para disputas sociais ou sistemas de relações. Com isso em vista, propomos percorrer o caminho contrário, pensando o xadrez através da antropologia, e trabalhando em uma interseção entre as temáticas em antropologia dos esportes, análises de jogos e estudos sobre campos sociais. Buscamos, portanto, analisar o xadrez enquanto uma prática social, visando compreender as sociabilidades que são mobilizadas através do jogo. Partindo da abordagem etnográfica, procura-se mapear o perfil dos jogadores, atentando às relações de sociabilidade nos espaços onde o xadrez é ensinado, praticado e jogado em Porto Alegre (RS). Ao mesmo tempo, procuramos delimitar de que formas os jogadores se relacionam e avaliam uns aos outros, bem como os modos pelos quais se defrontam com a teoria enxadrista e sua linguagem. Também questionamos o porquê dos agentes sociais se dedicarem a um jogo tão complicado, o qual mesmo a compreensão básica leva tempo considerável para ser cultivada. A partir disso, conseguimos apreender campo social do xadrez, revelando-o na sua faceta menos espetacularizada, da forma como é ensinado, praticado e jogado de modo amistoso ou competitivo nos clubes. Assim, somos capazes de compreender as múltiplas temáticas que compõem e depreendem-se de seu universo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As torcidas organizadas e o fazer etnográfico multissensorial: notas sobre uma atualização metodológica

Roberto de Alencar Pereira de Souza Junior (UFSCAR)

Com este trabalho busco refletir sobre a necessidade de atualizações metodológicas às etnografias com torcidas organizadas no Brasil, sobretudo ao se observar suas mais diversas formas de sociabilidade urbana na contemporaneidade. Tomo como recorte a cidade de São Paulo, onde algumas torcidas também atuam como Escolas de Samba no carnaval oficial da metrópole. Na pesquisa de doutorado (FAPESP, processo: 2022/14384-4) proponho a análise comparativa de três torcidas/escolas: Os Gaviões da Fiel e a Camisa 12, associadas ao Sport Club Corinthians Paulista; e a Mancha Verde, atrelada a Sociedade Esportiva Palmeiras. Com o objetivo de vivenciar as Torcidas Organizadas para além da classificação já datada de pertencimento clubístico, a qual propõe a existência desses coletivos em prol do torcer para seus clubes e rivalizar com torcedores de times rivais, tenho explorado a experiência dos torcedores para além do futebol, como no samba de espetáculo da cidade. E busco com isso demonstrar a complexidade contemporânea desses coletivos que ao se expandirem negociam e disputam suas práticas de sociabilidade entre ser Torcida Organizada e Escola de Samba. Ao se tratar de um ambiente amplamente subjetivo, estético e performático, tenho me amparado em uma etnografia multissensorial, a qual visa perceber os múltiplos sentidos em campo para além da descrição meramente objetiva, e com isso tenho vivenciado uma relação constante do fazer etnográfico experimental entre as antropologias das práticas esportivas e audiovisual. Através desse exercício antropológico, isto é, de um fazer antropológico que se propõe inventivo por se ater mais ao sensível do que a razão descritiva impressa nas palavras, tenho aproveitado de minha aptidão enquanto antropólogo, fotógrafo e profissional do audiovisual nas periferias da cidade. A partir disso tenho refletido sobre a necessidade de algumas atualizações metodológicas, desde a presença em campo de pesquisa até a comunicação científica de nossas vivências etnográficas. Afinal, como narrar práticas de lazer e estilo de vida tão estéticas e sensoriais como a de nossos interlocutores senão extrapolando para além da descrição textual? Como compreender a sensorialidade do torcer e do sambar sem uma participação mais experimentada no próprio corpo que etnografa? E como combater os estereótipos reproduzidos pela mídia sem o uso de imagens e sonoridades que proponham uma outra perspectiva de narrativa sobre os torcedores organizados? Com base nestas questões e no que tenho experimentado metodologicamente ao acessar outras vivências dos torcedores para além do futebol, discuto aqui sobre maneiras inventivas de lidar com a observação e a produção antropológica desse conhecimento tão sensível, sonoro e visual.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Geografias emocionais das práticas esportivas: o slackline como caso de estudo

Rodrigo Álvarez Véliz (Pontificia Universidad Católica de Valparaíso)

Diversas formas de entender o esporte tem sido destacada durante os últimos anos, porém, a perspectiva espacial e das emoções não tem sido central. Esta pesquisa busca aprofundar uma temática periférica da geografia como são os esportes, ajudado pelo contacto teórico com a



antropologia e uma ponte teórica como as emoções, consideradas formas importantes de conhecer, fazer y experienciar o espaço (Pile, 2010; Tuan, 1977). Se apresenta a abordagem teórica e metodológica da tese que tenta posicionar a geografia emocional como uma lente para entender a construção simbólica de lugares na natureza e em espaços verdes nos contextos urbanos, a través de uma prática chamada slackline, um esporte de equilíbrio que tem crescido no mundo na última década e que é praticado em diversas modalidades, destacando se para esta pesquisa o highline, sua modalidade de altura. Esta é uma pesquisa em andamento do mestrado em geografia da PUC de Valparaíso (Chile). Mediante um trabalho etnográfico baseado em participação observante (Soulé, 2007) e etnografia multisituada (Marcus, 1995), que será realizado este ano em setores de prática no Chile e no Brasil, eu tento refletir sobre as possibilidades de construção de lugares e espaços sociais alternativos na cidade e em espaços naturais, a través da experimentação do espaço mediante o corpo e as emoções na prática do slackline. A perspectiva dos protagonistas, quem está na fita, é única e permite experimentar o espaço de uma outra forma, a dezenas de metros de altura numa fita de uma polegada, em constante diálogo consigo mesmo e numa "meditação em movimento". Ao mesmo tempo, existem dinâmicas sociais internas dos grupos que são interessantes de refletir, tanto de género, raciais e de relação com a natureza. E apropriado também discutir as impressões da alteridade, os "outros", aqueles que veem esta prática e são questionados por ela. Se plantea como hipótese que esta prática esportiva e de lazer permite questionar e reinterpretar em diferentes escalas a relação corpo-emoção no espaço e facilita a construção de espaços sociais alternativos aos espaços convencionais urbanos e não urbanos, por meio de práticas espaciais, discursos e imaginários que desafiam certas concepções da sociedade moderna e o ritmo urbano. Procuo responder à pergunta ¿quais são as práticas, discursos e imaginários dos atores que configuram esses espaços social, cultural y geograficamente? Se plantea a importância dessa pesquisa para fortalecer os diálogos interdisciplinares sobre os esportes, além de propor uma alternativa de aprofundar a abordagem geográfica das práticas esportivas em relação a sua emocionalidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A eleição para presidência e Conselho Deliberativo do Sport Club Internacional em três tempos

Vicente Magno F Cardoso (UFRGS)

O presente resumo se propõe a apresentar trecho da pesquisa em andamento sobre mercadorização de um clube de futebol. O texto é um etnografia do que chamo três tempos da eleição realizada pelo Sport Club Internacional, em 2023. O clube porto-alegrense travava debates internos sobre ações que deveriam ser tomadas pela instituição visando sua existência e competitividade esportiva. Os três tempos envolvem a pré-eleição, quando grupos políticos colorados confrontaram seus pontos de vista e debateram sobre modelos de Sociedade Anônima de Futebol, sobre qual proposta de associação a uma liga de futebol profissional adotar (dois modelos foram apresentados ao clube), mas também a votação no Conselho Deliberativo (o segundo tempo) e, por fim, a realização do "pátio", a votação com a participação dos associados (o terceiro tempo). A eleição traz luz ao faccionalismo presente no clube e permite que se observe a complexidade de agentes e seu encadeamento de ações em meio aos rituais políticos

do Internacional que visam chegar ao poder na instituição. Os diferentes perfis de indivíduos envolvidos põem em pauta elementos ligados à cultura torcedora, mercadorização e financeirização da instituição. Palavras-chave: eleição; Internacional de Porto Alegre; faccionalismo

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_619_08160734_342118.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Torcer à distância: os Consulados de torcedores dos clubes do Sul do Brasil

Vinícius Teixeira Pinto (Universidade Federal de Pelotas)

Proponho, a partir de inserção etnográfica, um estudo a respeito dos Consulados de torcedores dos clubes do Sul do Brasil. Trata-se de uma modalidade de organização do torcer marcada por duas características essenciais e obrigatórias: primeiro, são grupos que estão distantes geograficamente da sede de seus clubes; e, depois, são grupos restritos, diminutos e organizados por um “Cônsul”, que é designado pelo próprio clube. A medida em que são representações oficiais e institucionais, os Consulados desempenham um papel intermédio entre os torcedores locais e seus clubes, assumindo tarefas administrativas e trabalhando pela expansão do quadro social à distância. Embora atualmente diferentes clubes do Brasil organizem grupos denominados “consulados ou “embaixadas”, no Rio Grande do Sul, são uma modalidade de organização tradicional, datando possivelmente da primeira metade do século XX. A organização consular também é consideravelmente volumosa nessa região, de modo que Internacional e Grêmio se orgulham de terem cerca de 1.000 entidades dessa modalidade espalhadas pelo Brasil, pelos países vizinhos e pelos demais continentes. A pesquisa é um desdobramento de minha tese de doutorado – intitulada “Sociedades do Torcer” – quando pesquisei detidamente a respeito das transformações históricas e das diferenças entre as modalidades organizadas e coletivas do torcer no Brasil. Na diversidade de formações de torcidas de futebol, as literaturas, tanto internacionais como nacionais, priorizaram olhar para determinados grupos e formas de torcer em detrimento de outras. No caso brasileiro, as pesquisas trabalharam principalmente com as Torcidas Organizadas Independentes (formadas a partir da década de 1960), em seguida com as Torcidas Uniformizadas (iniciadas na década de 1940) e, mais recentemente, com barras (surgidas no século XXI) e torcidas femininas, feministas, LGBTQI+, entre outras que representam grupos que reivindicam seu direito de torcer nos estádios desde a última década. No caso dos Consulados dos clubes gaúchos, elementos de regionalismo, classe social, gênero e raça se mostraram marcantes nesses conjuntos de torcedores. Dada a associação do “grenalismo ao “gauchismo”, a expansão de Internacional e Grêmio, especialmente em direção ao Oeste e ao Norte do país, traz consigo símbolos locais e regionalistas, constituindo espaços privilegiados para a sociabilidade, a transmissão e a descendência do clubismo amalgamado ao regionalismo, entre grupos torcedores pertencentes às camadas altas e médias.

GT 014: Antropologia das Relações Humano-Animais

O campo das relações humano-animal, ou Animal Studies, teria emergido na década de 1970 em meio a movimentos de proteção animal que, não obstante, remontam ao século XIX. Na verdade, os animais participam das análises antropológicas há muito tempo. Algumas análises identificaram dois paradigmas correntes: um que pode ser chamado de materialista, em busca do animal "real"; e outro semiótico, pós-estruturalista ou simbólico, em busca de representações. Mais recentemente, a emergência de reflexões sobre o perspectivismo ameríndio realçou a centralidade dos animais em aspectos da vida religiosa e cosmológica de populações ameríndias, com um forte impacto nas conhecidas relações entre natureza e cultura. O presente Grupo de Trabalho pretende ser um espaço para reflexões teóricas e pesquisas empíricas acerca das relações entre animais humanos e não humanos, a partir de um viés antropológico. Serão aceitos trabalhos tanto sobre as percepções simbólicas quanto sobre relações concretas materiais entre ambos. Entre eles, destacam-se produções voltadas aos animais de estimação, de abate, de tração, animais da fauna silvestre brasileira ou estrangeira, caça, criações, rinhas, concursos, turismo, animais de laboratório; em meio urbano, rural ou entre populações ameríndias e mesmo fora do continente americano; relações cotidianas, científicas, religiosas, alimentares, ideológicas, morais, artísticas, legislação, políticas públicas, saúde, entre outras possibilidades.d

Coordenação

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF), Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA)

Debatedor(a)

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF), Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA), Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas sobre conjugalidades bestiais

Ana Paula Perrota Franco (UFRRJ), Gleiton Matheus Bonfante (UFF)

O trabalho reconhece a existência de arranjos de convivência tabu entre humanos e animais, nomeadamente a zoofilia, de cuja prática se explora suas decorrências éticas, morais e performativas. Assumindo com Haraway (2016) que parentesco multiespécie não são livres de riscos e consequências, discute-se consentimento, agência animal e a produção de limites entre humano e animal a partir de revisão bibliográfica e de dados gerados em uma etnografia digital em grupos de WhatsApp para performance do desejo zoófilo. A análise evidencia a centralidade da noção de consentimento no âmbito da controvérsia sobre a legitimidade ou deslegitimidade da prática sexual com animais. Além de identificar três tipos de discurso sobre zoofilia online, o pedagógico, o questionamento ético e a performance íntimo-espetacular, descreve o cuidado com os bichos e as estratégias de atenção aos signos de agência animal, ressaltando diferentes abordagens éticas na relação multiespécie.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Como vai se chamar?”: algumas reflexões sobre “nomes de gente”, “nomes de bicho e burocracias

André Luíz Coutinho Vicente (UFRJ)

Durante o trabalho de campo para construção da dissertação de mestrado, voltada à escolha de nomes para crianças e as burocracias de registro, fui me aproximando de outro grupo “nomeável”: os animais. A partir da leitura de Ingold (2015), Rapchan (2015), Perrota (2015) e Coulmont (2016), fui montando a teia a partir da qual estes seres apareciam também envolvidos em dinâmicas de afetos, simbolismos e burocracias. Indo para os caminhos para onde meu campo ia me conduzindo, reflito que é comum termos pets em casa e, em muitos casos, eles se tornam “membros da família (C.f. RAPCHAN, 2015). Conforme notícia divulgada pela Forbes Brasil em 2022, uma pesquisa do Instituto Pet Brasil concluiu que, no país, aproximadamente 70% da população tem um pet em casa ou conhece alguém que tenha; as relações dos humanos com estes outros animais “são geralmente híbridas e multifacetadas (RAPCHAN, 2015). Os pets geralmente têm nomes e estes podem ser aqueles que identificamos como “nomes de gente ou outros termos, referentes a diversas coisas do mundo e das características físicas e temperamentais dos próprios pets, e que passam a cumprir a função de nome, ou seja, os “nomes de bicho”. A partir de um caso etnografável de nomeação de uma gata, busco discutir estas duas categorias, pensando-as em interação com a nomeação entre humanos. Ainda, olhando para os processos e procedimentos burocráticos que envolvem o registro de animais domesticados, como a existência da Lei Estadual (RJ) nº 8.015/2023, sinalizo para as diferenças de estatuto entre os seres do ponto de vista do ordenamento jurídico brasileiro. Ao passo que cresce, como política administrativa, a necessidade do registro dos animais (RGA), tais registros são feitos nos Escritórios de Títulos e Documentos, não nos de Pessoas Naturais, como o são os humanos. A outra diferença está na natureza jurídica, uma vez que há tensões sobre entender tais animais como objetos ou sujeitos de direitos. Reflito, ainda, a formulação de Tim Ingold (2015, p. 243), a qual expõe que há uma presunção nas sociedades ocidentais modernas de que ter um nome é “ser humano”. Para o autor (2015, p. 244. Grifo do original) há, na tradição ocidental do pensamento, uma doutrina da singularidade do indivíduo e uma separação entre a sociedade humana e o domínio da natureza, daí os seres humanos (como seres sociais) devem realizar sua autoidentidade. Dessa forma, o nome próprio emergiria como um marcador desta identidade e aquilo que indexaria “o que é pensado como uma capacidade distintiva dos seres humanos enquanto pessoas de intervirem na natureza [...]”, demarcando, ao fim, estatutos desiguais entre os seres.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_943_48919131_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vizinhaças outras-que-humanas: conviver com macacos-prego, saguis e avifauna em um trecho de Mata Atlântica urbana.

Andréa Barbosa Osório Sarandy (UFF)

A questão central da apresentação ora proposta é uma reflexão sobre animais silvestres em meio urbano. Partindo de uma experiência pessoal de ser vizinha de saguis, macacos-prego, tucanos e jacus, para citar apenas as espécies mais emblemáticas, tento tecer uma reflexão sobre a importância de áreas de preservação ambiental em meio urbano. O caso analisado trata de um bairro central na cidade do Rio de Janeiro, coalhado de Unidades de Conservação, mas também de áreas verdes, mormente quintais e jardins, por onde trafegam os animais em questão.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pets, Família e Política. Aproximações Entre Proteção Animal e Conservadorismo no Congresso Brasileiro.

Bernardo Lewgoy (UFRGS)

Esta proposta de trabalho busca analisar a crescente adesão de parlamentares conservadores à pauta da proteção de animais de estimação no Brasil. A partir de uma análise de alguns projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, pretende-se investigar as possíveis conexões entre a defesa dos pets e a promoção de agendas políticas e ideológicas alinhadas com o campo conservador. Argumenta-se que a causa animal tem sido estrategicamente mobilizada por esses atores políticos como forma de: (1) sintonizar-se com uma agenda crescentemente popular e de baixo custo político; (2) dialogar com tendências que articulam neoliberalismo e religião, como a valorização da família conjugal heteronormativa através da promoção enviesada da categoria "família multiespécie"; (3) atender a interesses econômicos ligados ao mercado pet, cada vez mais sintonizado com o mundo do agronegócio e suas cadeias produtivas; (4) avançar pautas conexas, como a segurança pública, a desburocratização e a liberdade individual. Através de uma abordagem antropológica das relações humano-animais, busca-se compreender como a proteção de pets tem sido ressignificada e instrumentalizada no discurso e na prática política desses parlamentares. Propõe-se uma reflexão sobre as ambiguidades e contradições que emergem dessa aproximação entre conservadorismo e defesa animal bem como sobre os potenciais impactos dessa articulação para a formulação de políticas públicas e para a transformação das sensibilidades morais em relação aos animais na sociedade brasileira contemporânea.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre riscos e incertezas: antropologia, primatas e primatologia

Fagner Carniel (UEM), Eliane Sebeika Rapchan (Universidade de Coimbra)

O texto parte de um balanço analítico dos contemporâneos estudos sobre primatas e sobre a primatologia na antropologia brasileira, procurando destacar os principais contextos de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas mobilizadas por essas investigações. O objetivo é retomar esse mergulho parcial na literatura antropológica para indagar: o que esses encontros com a primatologia e com os próprios primatas pode nos ensinar sobre a arte de correr riscos na antropologia? Dito em outras palavras, tal aproximação entre primatas e a antropologia brasileira pode afetar os modos de pensar e fazer teoria e etnografia? A hipótese que orienta esta análise está relacionada com a emergência de um conjunto de princípios sobre o fazer etnográfico que estão sendo gestados por esses estudos em um diálogo crítico com a tradição socioantropológica clássica que também problematizou as relações entre natureza e cultura, agência e história, humanos, ambientes e outros seres vivos. Desse modo, enfatizamos uma dimensão dessas relações que tende a ser cada vez mais ativada em contextos de riscos (ambientais, éticos, epistêmicos ou políticos); ou melhor, quando antropólogas socioculturais e biocientistas se situam diante da necessidade de compartilhar um mesmo e urgente problema de pesquisa. Isso porque a população mundial de primatas habita predominantemente regiões de clima equatorial e tropical ameaçadas pela crise climática e ambiental global, o que inclui

todo o território brasileiro. Além disso, essas configurações colocam novas perguntas que estão na ordem dos limites e emaranhados entre o fazer pesquisa antropológica sobre encontros multiespécie e/ou fazer antropologia da ciência. Sem a pretensão de esgotar o debate, concluímos o texto procurando argumentar que, mesmo diante das inúmeras incertezas e controvérsias implicadas nesses diálogos multidisciplinares, a prática antropológica só permanecerá humana na medida em que conseguir se manter inclusiva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_067_09429085_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Mãe de pet existe? O conflito moral acerca da maternidade de cães e gatos

Ialê Pires de Moraes (UFRRJ)

A partir dos avanços no campo do direito dos animais, marcados principalmente pela adoção da perspectiva na qual os animais passam a ser considerados seres sencientes (PERROTA, 2015), as relações entre humanos e animais continuam a sofrer transformações de ordem moral. É cada vez mais profunda a introdução dos animais de companhia nas relações familiares. Ao serem compreendidos como filhos, ou membros das famílias, os cuidados providos por seus parentes podem partir da ideia de posse responsável (OSÓRIO, 2011). Esse processo deu origem à categoria auto identificada “mãe de pet”; mobilizada para identificar as mulheres que atuam na manutenção do bem-estar dos animais de estimação e estabelecem relação de cuidado e afeto com seus pets. Nessas interações, os animais de companhia passam a ser interpretados enquanto pessoa (MAUSS, 2003) ao invés de um objeto amoroso. Diante dessa figura e das relações de parentesco que possuem com os pets, utilizamos os trabalhos sobre etnologia indígena para pensar sobre os vínculos identitários e afetivos que também constroem o parentesco. Longe de reafirmar a dicotomia natureza – cultura em uma chave analítica de pré-modernos x modernos, o diálogo com os textos sobre o parentesco em sociedades indígenas serve para refletir sobre como tais práticas podem ser pensadas no caso das “mães de pet e na construção do vínculo afetivo que elas têm com seus animais. Diante dos exemplos de parentesco estabelecido com os animais entre os povos indígenas, num esforço de estranhar o familiar, constatamos que existem outras formas de interpretar as relações entre espécies, de maneira que a interpretação do parentesco por parte das sociedades modernas não é natural, muito menos universal. Nesse sentido, compreendemos que o pensamento moderno é uma construção social embora reivindique um caráter natural, objetivo e auto evidente. Considerá-lo uma construção social nos permite reconhecer suas transformações, assim como permite pensar em outros modos de parentesco, inclusive multiespécie. Podemos utilizar as referências emergentes do campo dos estudos das dinâmicas sociais interespecies em conjunto com outras discussões teóricas das ciências sociais para a construção de importantes reflexões antropológicas sobre o parentesco autodeclarado dessas mulheres com seus animais de estimação. A análise da controvérsia existente com relação às “mães de pet nos leva a uma reflexão crítica que problematiza a dicotomia natureza e cultura na medida em que percebemos a constituição do parentesco entre humano e animal. Tal discussão é permeada por questões morais das relações entre humanos e animais e da família enquanto instituição social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_715_28812299_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vacas, plantas, bactérias e outros entes – emaranhados multiespécies na pecuária leiteira
Iara Maria de Almeida Souza (UFBA)

O presente artigo analisa a prática da pecuária leiteira partir de uma abordagem multiespécies, considerando as relações entre uma diversidade de entidades – plantas, animais, micróbios etc – que convivem em uma complexa imbricação, compondo a vida e a paisagem de uma fazenda (de médio porte) voltada para a criação de gado bovino. A partir da realização de uma pesquisa etnográfica foi possível compreender com essas múltiplas vidas se enredam formando arranjos que envolvem instrumentalização, relacionalidade afetiva, convivialidade e disputas entre inúmeros seres. Além disso, apontamos para o fato de que tentativas de homogeneização dos animais e submissão a regras e protocolos estritos na produção leiteira, como uso de ordenha mecanizada, se fazem acompanhar da emergência de espécies ferais, criaturas que escapam ao controle, perturbam e ameaçam esse tipo de pecuária e agricultura. Considerando a existência de diferentes tipos de vínculos entre as criaturas que convivem na fazenda, este artigo dá especial ênfase às relações de parasitismo, pensada a partir da proposta de Michel Serres.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Humanos e animais peçonhentos em um laboratório de ciências biológica: notas etnográficas sobre cuidado, afeto e prática científica

Jackeline da Silva Jeronimo de Souza (UFBA)

Esse trabalho é uma investigação etnográfica que tem por objetivo descrever, analisar as relações estabelecidas entre humanos e animais peçonhentos, especificamente cobras, no âmbito da prática científica e nas relações afetivas que são desenvolvidas ao longo do processo principalmente pelos tratadores que se fazem presente no dia-a-dia com os animais. A pesquisa também tem o objetivo de desmitificar essa simbologia que as cobras carregam dentro da sociedade enquanto seres passíveis de nenhum afeto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_770_35699607_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A relação humana-animal-ambiente na perspectiva da ANTAR - Poder Popular Antiespecista

Joaquim Gonçalves Vilarinho Neto (UFPE)

A ANTAR - Poder Popular Antiespecista é um agrupamento de tendência político-social formado em 2019 com núcleos nos estados de São paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e um em Portugal, tem como principais princípios e ponto de convergência entre seus membros o antiespecismo, o ecologismo e o veganismo popular, com isso, pretendem se aliar aos demais movimentos sociais e construir as pautas antiespecistas e as ecologias radicais. Ao destacarem o antiespecismo e o poder popular em seu nome, o grupo demonstra pretender uma união entre as causas animal e humana (trabalhadores, feminismo, antirracismo, anticolonialismo), desta

forma, reivindicam uma política multiespécie que leve em conta tanto os animais humanos quanto os não-humanos com o objetivo de libertar ambos, pois, para eles, não existe libertação animal sem a libertação humana. Para além da causa animal e humana, a ANTAR aborda uma ecologia radical e social, dessa forma, a natureza, além de ser ativa, é compreendida como parte inseparável e orgânica da sociedade. Uma abordagem que desconstrói a dualidade cartesiana de cultura e natureza e a ideia ocidental de que o humano é desprendido da natureza, mas sim, é parte integral da natureza. Dessa forma, a ANTAR prega uma relação humana-animal-ambiente harmônica. Com isso, este trabalho pretende analisar, a partir das reflexões desenvolvidas com o grupo Antar, os diálogos possíveis entre antiespecismo, ecologia e pautas humanas, bem como identificar seus limites.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_915_16292419_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O dia do abate

Lara Mattos Martins (UFRRJ)

Resumo: Este trabalho é um relato etnográfico sobre o dia do abate de um porco em um sítio no interior do Espírito Santo. A reflexão que segue foi organizada em duas sessões essenciais para conduzir o debate sobre as relações entre humanos e animais que constituem o processo da criação à morte dos porcos para o abate doméstico. A primeira sessão descreve o abate em detalhes, desde a insensibilização do animal até a sangria e o esquarteramento, além dos eventos paralelos que acompanham o processo. A segunda sessão do artigo fornece ao leitor uma perspectiva teórica sobre a agência dos não humanos, mais especificamente dos porcos, destacando que a matança do porco é interpretada como um evento que nos permite desenvolver uma reflexão sobre as relações humano-animais no mundo rural. O dia do abate envolve: a participação de várias famílias, que contribuem com a mão de obra em troca de parte do animal; a ocorrência anual do abate, geralmente próximo ao dia 20 de dezembro, para assegurar fartura nas refeições de fim de ano; e a divisão da carne - "quem ficará com o pernil?". O argumento deste artigo é que na antologia rural, os animais constituem uma rede na qual, mesmo quando transformados em alimento, ainda são agentes, fortalecendo laços familiares e de vizinhança, envolvendo a partilha de alimentos em um contexto de festa e convívio social. O porco é um animal do sítio, e a carne deste animal neste contexto é alimento e não produto. Fundamentalmente, este artigo propõe que neste contexto rural, pode-se distinguir da forma como os animais são transformados em objetos de consumo desanimalizado e a questão da moralidade e dilemas morais envolvidos no abate comercial de carne. Palavras -chaves: Relações humano-animais; Abate animal; antropologia rural;

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_844_80720031_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Búfalos e as paisagens marajoaras: elementos humanos e não-humanos em transformação.

Laynara Santos Almeida (UFPR), Ângela Camana (CONTER/ANR), Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa (UFPR)

Este trabalho se debruça sobre o debate como a paisagem pode ser construída a partir das interações entre elementos humanos e não humanos de formas intencionais e não intencionais. A partir da presença, induzida, do búfalo no arquipélago do Marajó, buscamos entender como um animal exótico, mas entendido por diferentes agentes como "ecologicamente viável" para região, dinamiza e reconstrói a paisagem em suas dimensões natural, econômica e cultural. Utilizamos como metodologia a Teoria Ator-Rede de Bruno Latour, abordagem que nos permite entender que diferentes elementos são atores que coproduzem com o meio ecológico. E, em diálogo com esta perspectiva, compõem o quadro teórico as contribuições de Anna Tsing sobre as relações multiespécies, que se sobrepõem à dicotomia natureza-cultura. A proposta é fruto de uma pesquisa mais ampla, ainda em curso, de caráter qualitativo. São procedimentos da investigação a pesquisa documental, observação no Marajó (PA) e entrevistas com atores-chave (como, por exemplo, representantes de comunidades rurais, bubalinocultores, pesquisadores e extensionistas). O búfalo foi domesticado a cerca de 4.000 anos, na atual China. Sua jornada a partir da Ásia passou pela África, Europa e por fim as Américas e tem se adaptado nestes ambientes de formas distintas (Nascimento; Carvalho, 1993). As características fisiológicas colocaram o búfalo como pretendente para regiões como o Marajó. Contudo, estudos (Zhang, et al., 2020; Pineda, 2021) sugerem que a historiografia dos búfalos foi mais complexa, impulsionadas por mudanças climáticas, cruzamentos de raças e manejo, não apenas "aclimatização" natural aos diferentes ambientes e biomas onde foram inseridos. A ideia de animal de fácil adaptação à Amazônia colocou o búfalo como "animal ecológico" (Miranda, 1986, p.11), próspero para a região e fonte de pesquisas que visam o melhoramento do manejo do rebanho (Embrapa, 2016) e da biotecnologia de reprodução (Fapespa, 2021). Apesar da sua marcante presença na paisagem marajoara, na vida cotidiana dos ilhéus, nos quintais, ruas, culinária, festividades, o crescimento do rebanho tem provocado impactos ambientais (ISA, 2006; Monteiro, 2009; ICMBio, 2021) e transformado as paisagens, novamente. Para olhar a Amazônia no século XXI é preciso compreender as relações criadas entre os atores, humanos e não humanos, da rede ecossistêmica criada através das biointerações das socialidades existentes, entender que esta natureza foi construída, direcionada, reconfigurada para se tornar paisagem com elementos bióticos e culturais agregados, onde não há ruptura entre natureza e homem.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“É bom para a minha vaca, é bom pra mim”: contrastes produzidos a partir da ideia de enriquecimento ambiental na pecuária leiteira

Leandra Holz (UFSCAR)

"A intensificação dos sistemas de criação mudou a forma sob a qual os animais interagem com os humanos e com o ambiente em que vivem. No caso da pecuária leiteira, mudanças que envolvem essas interações são vistas, em maior medida, quando vacas que viviam soltas no campo, pastando, brincando e se refrescando em águas de açudes, mais distantes dos humanos, passam a viver em galpões industriais e na companhia permanente de humanos, máquinas e

estruturas artificiais. Uma das preocupações encontradas em manuais zootécnicos e veterinários, que faz parte de políticas bem-estaristas utilizadas, inicialmente com animais silvestres em cativeiro, mas também expandidas para animais de criação diante da intensificação de sistemas de produção, são medidas que visam deixar o ambiente desses animais supostamente mais próximo ao “natural”, adotando práticas de “enriquecimento ambiental”. A questão é que, quando confinadas, é preciso evitar o estresse das vacas, já que comportamentos considerados “anormais”, estereotípias e competição, são potencializados por ambientes entendidos como “empobrecidos”. Por isso é preciso “enriquecer esses espaços, ou seja, adicionar objetos que “reconstituam o que seriam o ambiente e o comportamento “naturais dos bovinos. Só que esse “natural promovido por meio de objetos e artefatos, é, antes de tudo, artificial, ou seja, há um esforço em produzir espaços que pareçam naturais com objetos sintéticos em um espaço também artificial/industrial feito de concreto. Por outro lado, esse “natural e o que julgam ser “bom para as vacas apresentam dimensões diferentes para produtores de leite e técnicos agrícolas vinculados à cooperativa Coopar de São Lourenço do Sul/RS. ““Vacas e açudes não combinam devido a questões sanitárias, diz o técnico, enquanto que produtores mostram-me suas vacas felizes se refrescando nos açudes. Por que preciso de um aspersor de água para aliviar o estresse térmico dos dias quentes, uma das medidas de “enriquecimento ambiental”, se as vacas podem ir até o açude se refrescar? Um técnico me disse que os produtores dessa região “não estão muito aí para essas coisas de bem-estar”, e que “não cuidam bem de suas vacas – sugerindo, assim, um bem-estar que só pode ser produzido artificialmente, um artefato que se opõe à condições naturais, mesmo que busque emular este mesmo “natural”. O contraste presente nas ideias de produtores e de técnicos é bastante visível em minha pesquisa de campo. Diante disso, esse trabalho pretende discutir como o natural, o conforto e o cuidado são encarados nesse contexto por diferentes perspectivas, com especial atenção para a implementação (ou não) de práticas de enriquecimento ambiental e confinamento, e suas possíveis justificativas no que se refere ao que é “bom para a minha vaca”.”

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um humano no ninho - As mulheres Akuntsú e os pássaros

Luciana Keller Tavares (Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (OPI))

Babawru, ou “pica-paus”, era como se autodenominavam os Akuntsú, povo falante de língua da subfamília Tupari (tronco tupi) que atualmente vive dentro dos limites da Terra Indígena Rio Omerê, junto a um coletivo Kanoé de quatro indivíduos, em meio a monocultura e pastagens, no sul de Rondônia. Sobreviventes de inúmeros massacres que aconteceram como fruto da colonização dos “vazios” amazônicos, os Akuntsú foram contatados pela Funai em 1995 e são hoje uma das populações mais vulneráveis do mundo, tendo sido reduzidos a três mulheres adultas: Pugapía, Aiga e Babawro. Em um mundo devastado pelo genocídio, onde as crianças não nascem mais, os animais de criação, sobretudo os pássaros, conquistaram um lugar central. Hoje, entre araçaris-de-bico-riscado (*Pteroglossus inscriptus*), maracanãs-guaçu (*Ara severus*), periquitões (*Psittacara leucophthalmus*), jacamins-de-costas-verdes (*Psophia viridis*),

jacupembas (*Penelope superciliaris*) e periquitos (*Brotogeris chiriri*), as três mulheres Akuntsú vivem com dezenove pássaros dentro de sua pequena maloca. Os animais são capturados pelos funcionários da Funai ou pelos homens Kanoé. Alguns são demandas específicas e diretas das mulheres, outros foram encontrados pelo caminho por acaso e trazidos para elas. Cada ave possui sua “mãe entre as três mulheres e suas respectivas relações de parentesco com as outras do grupo. As mulheres parecem ter criado com seus animais uma relação de mútua dependência, onde os pássaros foram tão acostumados à convivência com os humanos quanto os humanos o foram com os pássaros. Nesse sentido, mais do que “familiarizados”, os pássaros seriam, portanto, familiares. Adentrando etnograficamente no ninho das mulheres (e dos pássaros) Akuntsú, o presente trabalho busca conhecer sentidos e significados das relações entre humanos e outros-que-humanos, debruçando-se sobre a hipótese de que, após a experiência extrema da destruição, de assistir a quase todos os seus parentes humanos serem mortos, as mulheres vem produzindo relações de afeto e proximidade com outros-que-humanos que se aproximam de uma “mutualidade do ser”, nos termos de Sahlins (2013) - seres que compartilham de uma mesma existência, que vivem a vida uns dos outros e morrem a morte uns dos outros. Relações também chamadas de parentesco.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Medicina dos cavalos: saúde multiespécie e transdisciplinaridade a partir das terapias assistidas por equinos, na área cultural pampeana

Marília Floôr Kosby (UNIPAMPA), Cristoffer Rodrigues Lopes (UNIPAMPA), Maria Alexandra do Nascimento Silva (UNIPAMPA)

O presente estudo é uma investigação junto a intervenções terapêuticas assistidas por cavalos, que apresentam o desafio ao antropocentrismo como vórtice para o aperfeiçoamento da pessoa humana e conseqüente cura para diferentes mazelas e sofrimentos. Trata-se de um estudo transdisciplinar, partindo da desestabilização das fronteiras entre os campos das ciências humanas, das ciências da saúde e das ciências da natureza, a partir de uma perspectiva cara aos estudos da chamada virada animal (Yelin, 2015). Com essa pesquisa, busca-se compreender o funcionamento (técnicas, práticas, resultados) e os possíveis efeitos ontológicos sobre o paradigma equestre “campeiro”, de algumas terapias assistidas por cavalos que se desenvolveram no sul da América do Sul, mais especificamente abarcando a área cultural da pampa (Rieth et al, 2013). A metodologia que embasa a pesquisa é constituída de trabalho de observação participante, junto a terapeutas (humanos e não-humanos) e usuários das seguintes intervenções terapêuticas assistidas por cavalos: Constelações Xamânicas Assistidas por Cavalos, no sul do Brasil e no Uruguai; Doma Índia, na Argentina e no sul do Brasil; Movimentos Sistêmicos Assistidos por Cavalos, no sul e sudeste do Brasil e Psicoterapia à cavalo, em Porto Alegre/RS. No pampa, território onde emergem perspectivas etnográficas e etnografáveis específicas (Leal, 1997), conhece-se bem o paradigma equestre “campeiro” – protagonizado por homens que conhecem como lidar com os animais de criação, sua saúde, nascimento, reprodução, abate, zelando por manter os animais dentro dos limites da propriedade de terra. Nas terapias aqui abordadas, tal paradigma é problematizado por padrões de relação que primam pelo estabelecimento de uma convivência hierarquicamente simétrica

entre humanos e equinos - na maioria das terapias abordadas aqui, por exemplo, a montaria é preterida. Nelas preponderam preceitos e técnicas que, além de cura e bem-estar, visam o aprimoramento humano com a ajuda da "sabedoria da manada" (Knaapen, 2016). Prevalece, portanto, a concepção de saúde multiespécie, por não ter a pessoa humana como protagonista isolável dos processos de adoecimento, tratamento, cura, tanto de humanos quanto de outros animais. Noções como de "sabedoria da manada", "medicina dos cavalos", "cura interespecífica", estão relacionadas à capacidade que os equinos teriam de acionar nos humanos afetos e percepções que não aqueles que afirmam a tese da exceção humana (Schaeffer, 2009). Esses afetos despertariam nos humanos a consciência de que vivem em comunalidade com outros modos de vida, os quais costuma ser alocada no domínio da "natureza" (Descola, 2023).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Marina Abreu Torres (UFMG)

No clássico trabalho de Florestan Fernandes (2008) sobre os ofícios exercidos pela população negra de São Paulo nos anos 1920, um dos seus informantes afirma que "os cocheiros eram geralmente brancos, mas os que cuidavam dos cavalos eram negros (p. 151). Neste trabalho, procuro compreender a relação entre pessoas e animais no contexto dos transportes no Brasil a partir de uma perspectiva racializada, evidenciando como esse vínculo se distingue daquele estabelecido entre as elites e os animais utilizados para transporte. Como se sabe, ao longo da história brasileira, bois, cavalos e mulas foram protagonistas na circulação de pessoas e de mercadorias em meio rural e urbano. Se a expansão dos sistemas de transportes foi comandada pelas elites e estruturada a serviço de suas pretensões coloniais — desbravar os sertões, ocupar terras, garantir a circulação de mercadorias —, a sua realização, de fato, ficava a cargo de trabalhadores humanos e não-humanos que não faziam parte das classes dominantes e que desenvolveram relações próprias uns com os outros. Tropeiros, em sentido estrito, eram os donos dos animais e das negociações efetuadas pelas tropas, mas o cuidado das mulas e dos outros animais que compunham os lotes era feito por camaradas, que organizavam as cargas, tratavam de suas enfermidades e faziam as viagens a pé, ao seu lado. Carros de bois, da mesma forma, embora pertencessem às elites rurais, eram conduzidos por carreiros — homens negros escravizados, livres ou libertos, muitas vezes referidos como mestres. Relatos históricos (SOUZA, 2003) trazem indícios sobre as relações complexas estabelecidas entre carreiros e bois, apontando para aspectos da comunicação, dos cuidados e dos laços de amizade desenvolvidos entre eles. Nos centros urbanos, a presença de carroças para o transporte de mercadorias é marcante desde a segunda metade do século XIX. Carlos Santos (2008), ao apontar que, em São Paulo, "nem tudo era italiano", mostra como o trabalho de carroça, assim como o de lavadeiras, ambulantes e vendedores de raízes, fazia parte dos chamados "serviços de negro (p. 163), que configuravam verdadeiros espaços de resistência dessa população no pós-abolição. Carroceiros, ao contrário dos camaradas nas tropas e dos carreiros, eram geralmente os donos de suas próprias carroças e, possivelmente, dos animais com quem trabalhavam, sendo, como hoje, também os responsáveis pelos seus cuidados. A partir de trabalhos históricos e também de etnografias contemporâneas sobre tração animal (CARVALHO, 2016; OLIVEIRA, 2017; BARRETO, 2022), pretendo refletir sobre como a

questão racial, tão cara à Antropologia, pode impactar a forma como pensamos as relações humano-animais no contexto dos transportes no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_633_18812363_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A (des)humanização de humanos e animais em situação de rua no espaço urbano

Matheus Soares Ferreira (UFRRJ)

Historicamente, humanos e animais em situação de rua vivem à mercê da sociedade que tantas vezes a discrimina como indivíduos, cidadãos e humanos. O trabalho, ainda em construção, procura observar como esses dois grupos encontram formas de sobreviver juntos e reconhecem socialmente um ao outro no espaço urbano. Como mostra o relato a SP Invisível (@SPInvisível) em 2020, onde o humano conta que seu cachorro, Capitão, mudou a sua vida trazendo esperança em meio as vulnerabilidades da rua. A troca de reconhecimento entre esses humanos e animais que vivem nas ruas produz afetos, autoconfiança, respeito e o sentimento de pertencer a algo. Marcados pela negligência e a ausência de direitos, esta população está sujeita a violência urbana e a invisibilidade, colocando em debate a sua humanidade e a perda dela. Há vidas que são violentadas e desumanizadas nas ruas, muitas vezes suas mortes e dores não são condenadas, e sim invisibilizadas, desaparecendo entre outras vidas invisíveis. O debate da humanidade, animalidade e desumanização não é recente nas Ciências Sociais, autores como Tim Ingold em “What is an Animal? (1994) e Jussara Freire e Cesar Pinheiro Teixeira em “Humanidade disputada: sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro (2016) discutem a ideia de humanidade e as suas desqualificações na sociedade. A humanidade de humanos e animais em situação de rua entra em disputa no contexto da violência urbana, há desqualificações do “estado de humano (FREIRE e TEIXEIRA, 2019) nesse ambiente e a perda de direitos. Tendo em vista as ideias apresentadas, essa pesquisa tem como plano metodológico a utilização de técnicas e métodos de pesquisa qualitativa e a adoção de uma abordagem compreensiva a respeito dos grupos sociais que proponho o estudo. Através dessa metodologia pretende-se compreender de forma abrangente e aprofundada as perspectivas morais e as controvérsias, conforme os distintos contextos relacionais que envolvem relações entre humanos e animais e o ambiente que vivem, nesse caso, a rua. Desse modo, para a realização desse trabalho está sendo feita a pesquisa bibliográfica e a análise das redes sociais da ONG “SP Invisível que destaca a importância de contar a história desses sujeitos. O início da construção dessa pesquisa tem como debate a humanidade e desumanização da população em situação de rua, colocando como principal questão se humanos e animais em contextos de vulnerabilidade tem uma vida qualificada moralmente e como é construída as ideias de humanidade e desumanização acerca dessa população. Logo, procuro refletir sobre tais ideias e analisar esses grupos a respeito de compreender a posição que animais e humanos em contexto de rua ocupam na sociedade urbana brasileira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_637_62299220_735934.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Vargens e Morrarias: a criação de animais no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses

Ricardo Rodrigues Cutrim (UFMA), Benedito Souza Filho (UFMA)

Este trabalho toma como referência o modelo de natureza que orienta o modo de vida das populações tradicionais que historicamente vivem e trabalham na área hoje identificada como Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que se dedicam à atividade de criação de animais e que, não ocasionalmente, aparece em oposição ao modelo do Estado. O estudo teve como universo empírico o Povoado Mocambo, localizado no município de Barreirinhas-MA, e procura refletir sobre a relação entre humanos e não humanos a partir das análises em torno de uma atividade econômica tradicional e historicamente desenvolvida pelas famílias, a criação de animais, que aparece no Plano de Manejo daquela Unidade de Conservação de Proteção Integral como de baixo valor econômico e grande impacto ambiental. Contrariamente a essa visão oficial, e levando em conta o ponto de vista daqueles que se dedicam a tal atividade, o trabalho procura demonstrar que essa atividade extrapola os fatores puramente econômicos, expressando um modelo de natureza compatível com a conservação do meio ambiente, expressando múltiplas formas de interação entre humanos e não humanos derivados de processos históricos, mobilização de conhecimentos tradicionais na relação com o mundo biofísico e respeito aos ciclos ecológicos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_107_21831273_735934.pdf

GT 015: Antropologia digital: experiências, transformações, desafios e dilemas

Na convergência entre Antropologia e tecnologias, a Antropologia Digital emerge como campo essencial para compreender as transformações contemporâneas. Oferece ferramentas fecundas para a compreensão dos processos disruptivos e fragmentadores que alimentam as crises atuais, contribuindo igualmente para o processo de construção de pontes que alarguem o horizonte da convivialidade, sobretudo aquelas em diálogo com outras formas de conhecimentos e saberes. Este GT propõe uma reflexão sobre as implicações da digitalização em territórios múltiplos e corpos plurais, considerando os desafios e oportunidades que as tecnologias apresentam para as comunidades, subjetividades e práticas culturais. Quer refletir também sobre as implicações do uso das tecnologias e da internet na realização de nossas pesquisas. O GT deseja, sobretudo (mas não apenas), explorar como as dinâmicas digitais impactam as formas de ser, estar e devir no mundo, destacando a incidência das plataformas online na construção de narrativas, na preservação do patrimônio imaterial e no fortalecimento de movimentos sociais, bem como em suas diversas formas de produção/reprodução de desigualdades por meio de lógicas algorítmicas. Abordaremos questões como o impacto das plataformas na vida cotidiana e em processos políticos, a disseminação de informações e desinformações, a transformação de práticas culturais e as implicações éticas no desenvolvimento e uso de dispositivos e artefatos tecnológicos, como a inteligência artificial. d

Coordenação

Carolina Parreiras Silva (USP), Patricia Pavesi (UFES)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lasanha, Djavan e a sociabilidade do ódio no Twitter/X

Amanda Toledo do Prado Paes (UFRJ)

O Twitter/X é uma plataforma digital cuja experiência para o usuário pode ser devastadora. Indiscriminadamente, todo e qualquer usuário pode sofrer ataques massivos por parte dos outros usuários, não apenas por atitudes de cunho preconceituoso ou repreensíveis, como uma forma de "cancelamento", mas também por relatarem experiências comuns do cotidiano. Este trabalho busca analisar o ódio presente na plataforma como forma essencial de sociabilidade entre os usuários. Seguindo a proposição de Sara Ahmed (2015), entende-se as emoções como circulantes e que, a partir do encontro, a emoção gruda em um objeto. Da mesma forma, no Twitter/X o ódio estaria em circulação até grudar em um objeto. Neste caso, abordaremos um tweet de dezembro de 2023, em que um usuário postou um vídeo fazendo lasanha enquanto ouvia Djavan. Esse tweet foi massivamente repercutido entre os usuários, com mensagens de ódio e de projeções de inseguranças individuais sobre o caráter do criador do vídeo. A repercussão chegou ao ponto do usuário que postou o vídeo excluir sua conta. Neste trabalho, exploramos como o ódio circulante no Twitter/X encontrou seu objeto, causando reações e impactos, para, enfim, voltar a circular em busca de um novo objeto para grudar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_655_11372898_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os vídeos e as crianças: as preferências infantis de conteúdos no YouTube

Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa (UFRJ)

Este trabalho consiste em um desdobramento de uma dissertação de mestrado voltada para os vídeos de brinquedos presentes no YouTube (Costa, 2023) e está centrado nos conteúdos mais assistidos pelas crianças na plataforma referida. Com base na realização de entrevistas semiestruturadas virtuais com dez interlocutores infantis, na faixa etária dos 7 aos 10 anos, a argumentação discute as preferências de vídeos das crianças em diálogo com os apontamentos da literatura. Dessa forma, há a abordagem das experiências infantis e da classificação das publicações elencadas no YouTube, como gameplay, unboxing e desafio (Monteiro, 2020), perpassando pelas dimensões de gênero e de uso de dispositivos pelas crianças. Nesse cenário, o consumo emerge como um elemento fundamental por meio da divulgação de marcas e de produtos nos vídeos em questão (McCracken, 2003; Rocha, 2010). Assim, a pesquisa indica uma vivência plural da plataforma e a existência de uma audiência infantil que acompanha determinadas produções em um ambiente digital.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres na política: o diálogo sobre cotas entre o feminismo de raiz e o transativismo

Camila Martins Castro de Almeida Gigliolli (UEM)

Por meio do presente estudo pretendo analisar o tensionamento verificado entre grupos politicamente sub-representados (mulheres e mulheres trans) quanto ao meio de ingresso nos centros deliberativos e de poder do país. O conflito emerge a partir do momento em que mulheres integrantes do feminismo de raiz passam a questionar e a se opor à utilização das cotas políticas reservadas às mulheres (lei nº 9.504/97) pelas mulheres trans. No contexto atual, as candidaturas de mulheres trans podem ser efetivadas em tais cotas em razão de decisões proferidas pelo judiciário brasileiro. Essa disputa por representatividade, por direitos e por exclusividade tem ocorrido de maneira bastante intensa no âmbito virtual, onde as feministas de raiz e os transativistas têm construído suas narrativas sobre si e sobre o outro. O espaço digital é um terreno fértil para os movimentos sociais que conseguem ali discorrer sobre suas perspectivas acerca de fatos e do mundo, divulgar seus princípios fundantes e pautas e desenvolver estratégias de fortalecimento e de atuação do movimento, tanto no ambiente virtual quanto no real. A forte influência das ideias divulgadas no espaço virtual em ambientes não digitais é facilmente percebida com a verificação, a título de exemplo, das inúmeras manifestações orquestradas virtualmente (atos de 2013, #elenao, atos bolsonaristas) e de algumas alterações de caráter jurídico ocorridas após a pressão de grupos organizados e mobilizados digitalmente (retirada de trechos da proposta de reforma do Código Civil, conforme defendido por coletivos de mães e mulheres; interpretação de leis considerando o gênero e não o sexo, consoante a letra da norma). O ciberespaço se tornou um local onde os movimentos feminista de raiz e transativista encontraram um meio de comunicação direta, sem intermediários, com aqueles que porventura tenham interesse em conhecer e compreender a realidade desses grupos. É nesse ambiente digital, que se firma como cenário no qual são travadas as disputas pelo poder e pela representatividade, que estabeleço meu local de observação e documentação dos argumentos construídos pelo transativismo e pelo feminismo de raiz, visando apresentar a existência de posicionamentos antagônicos sobre o tema e a importância das dinâmicas cultivadas no ciberespaço para a construção de afetos, a atualização de discursos e a criação e mobilização de estratégias de atuação. Para tanto, coletaremos dados divulgados pelo QG Feminista (coletiva feminista) e pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), tanto em seus sítios eletrônicos quanto em suas redes sociais oficiais (Instagram).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_751_71373951_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia e uso de plataformas digitais: aprendendo com o WhatsApp

Carolina Parreiras Silva (USP)

Esta apresentação tem como objetivo refletir sobre métodos de pesquisa, com foco especial em ambientes digitais. A pandemia de Covid-19, além de trazer impactos significativos nas várias esferas da vida, confrontou a antropologia com a discussão mais espalhada sobre formas de realização de pesquisa de campo por meio das tecnologias digitais. Ainda que essa discussão não seja inaugurada pela pandemia, ela ganha força, inclusive com a legitimação ainda maior do campo da antropologia digital. Desse modo, a proposta deste trabalho é, a partir de experiência de pesquisa de campo e de inúmeras atividades de docência, trazer uma discussão

especificamente voltada para o uso de comunicadores digitais, especificamente o Whatsapp. A escolha pelo Whatsapp se justifica por ser a ferramenta mais utilizada no Brasil e também por seu caráter muito particular de permitir comunicações em diferentes formatos e temporalidades, tendo se conformado em anos recentes como mais uma plataforma pertencente a uma big tech. Ainda, ao longo de disciplinas e cursos que ofereci nos últimos anos, foi apontado como uma das ferramentas mais utilizadas. No entanto, seu uso é tão cotidiano, banal e mundano – e poderíamos, como sugerem Cruz e Harindranath (2020), tomá-lo como uma “tecnologia da vida – que acaba sendo relegado a uma posição secundária das reflexões sobre método. Esta discussão se mostra relevante na medida em que a utilização de qualquer ferramenta digital requer uma teorização mais detida, preocupada com as diferenças entre elas. No caso específico do Whatsapp, trago uma perspectiva que leva em conta as implicações do uso de uma plataforma de uma big tech, as formas de armazenamento, os modos de construção de intimidade e garantia de privacidade dos dados coletados e os aspectos éticos envolvidos nesse uso.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Netnografia não é método: Reflexões sobre o fazer Campo e Método em redes sociais

Drielly Elienny Duarte de Figueiredo (UFPB)

O presente trabalho surge como uma reflexão após a conclusão da minha dissertação de mestrado, intitulada "Homem internauticus: uma reflexão sobre juventude(s), influencers digitais e estéticas da masculinidade através de perfis do Instagram" onde discuti, dentre outras coisas, as Redes Sociais, em especial o Instagram, como campo e método de pesquisa, simultaneamente. A pesquisa em Redes Sociais exige uma metodologia própria justamente pela rapidez com que o fluxo de informações é compartilhado. Dessa forma, me propus, durante a pesquisa, a compreender campo e método como duas coisas distintas e ao mesmo tempo integradas: fazer o campo num aplicativo que muda diariamente, criar estratégias que me permitissem acompanhar as mudanças sem comprometer minha linha temporal de pesquisa foi essencial não apenas para discutir sobre os temas propostos na minha dissertação como também entender os sentidos da Netnografia na era de stories e conteúdos que duram 24 horas. Durante a pesquisa, foi necessário entender o que é uma netnografia, como se produz uma pesquisa online e principalmente como a Internet (e o uso dela) se transformou nos últimos anos, ao ponto de não haver mais a distinção entre online e off-line. Utilizando o método da observação participante por meio de likes e comentários, me propus a investigar 5 perfis no Instagram, observando a criação de conteúdo (temas e formatos) para construir o meu campo. O método consistiu principalmente em entender a dinâmica da plataforma Instagram, a interação entre usuários/seguidores e os próprios criadores por meio de comentários e curtidas em fotos e outros formatos de publicação. Por fim, gostaria de ressaltar que o principal objetivo da pesquisa foi observar o universo das redes sociais a fim de entender e ampliar o que é entendido enquanto netnografia depois da introdução da velocidade das redes sociais e outras formas virtuais de relacionamentos. Redes sociais. Netnografia. Instagram.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**“Eu sou gorda, é claro que eu vou no shopping e não vou achar roupa no meu tamanho”:
Etnografia online sobre acesso a moda**

Eduarda Helena Fernandes Toniato (UFES)

A fala contida no título da presente proposta foi transcrita de um reels conjunto (collab) das influenciadoras digitais @raynean e @todebells, publicado na plataforma Instagram. O vídeo, na íntegra, demonstra aspectos e desdobramentos da gordofobia nas mais variadas esferas da vida social de ambas as influenciadoras. Entretanto, a questão focal da presente proposta é o acesso destes corpos gordos à moda. O mercado da moda se configura enquanto um dos segmentos que mais cresce no Brasil, entretanto, ainda parece demonstrar certa relutância em abarcar todo público consumidor de maneira completa e efetiva, em especial, corpos maiores. Vale salientar que o público consumidor de moda plus size no Brasil vem crescendo nos últimos anos (segundo dados do IBGE, no ano de 2019, cerca de 25,9% da população do país era constituída de ‘obesos’), o que deixa evidente a dissonância entre oferta e demanda. Compreendendo o consumo como uma relação dotada de sentidos e significados, que muitas vezes transcendem a ideia de mera ‘necessidade material’, expandindo-se em uma série de outras formatações, seja como experimentação ou como forma de resistência e autodescoberta, a ação social de consumir passa a ser compreendida em uma esfera de maiores proporções, levando em consideração os diversos atores, atividades e ‘objetivos’ que o mesmo propicia nas sociedades contemporâneas. A escolha em realizar a pesquisa na plataforma Instagram, especialmente no perfil de influenciadoras digitais gordas, se dá pela multiplicidade de conteúdo possível de análise referente à temática do consumo nesses espaços. Além do papel das influenciadoras digitais (facilitam o acesso à moda, mesmo que por intermédio de publicidades pagas), também é importante compreender a plataforma enquanto um local de comércio, onde marcas divulgam e vendem seus produtos. Comprar online pode ser, muitas vezes, a única opção para uma mulher gorda que não encontra roupa do seu tamanho em lojas ‘convencionais’ de shopping. Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa é, por intermédio de experimentações etnográficas em ambientes digitais direcionadas a influenciadoras digitais gordas e suas seguidoras – utilizando os comentários das publicações como recurso de pesquisa -, seguindo a sensibilidade etnográfica de perambulações (LEITÃO & GOMES, 2017) buscar compreender suas experiências de compra e de não compra, além de buscar identificar quais seriam as causas do acesso tão dificultado destes corpos à moda. LEITÃO, Débora e GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersão. Revista Antropolítica, n. 42, Niterói, p.41- 65, 1. sem. 2017.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografar o canal de YouTube da PMSC: questões teórico-metodológicas de uma etnografia com métodos mistos

João Pedro Barros Klinkerfus (UFSC)

Neste trabalho discuto a proposta metodológica de minha pesquisa de mestrado, na qual realizei uma etnografia do canal de YouTube da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), o PMSC Oficial. Procurei compreender e descrever como o universo policial - a polícia como instituição, os policiais, o trabalho policial, as pessoas com quem eles interagem e as ideias de “segurança

e “violência - é representado nos vídeos do canal a partir de uma pesquisa mista - proposta teórico-metodológica quantitativa e qualitativa. Foi preciso lidar com os dilemas de uma pesquisa que se propunha etnográfica e antropológica a partir da investigação com documentos, arquivos, plataformas digitais, redes sociais e vídeos, dialogando com a obra de antropólogas que o fizeram previamente. O primeiro passo da foi o uso do método de documentação estatística por evidência concreta, proposto por Malinowski e baseado no registro de acontecimentos específicos conforme eles se repetem e na criação de representações gráficas do campo, a partir do qual levantei os dados quantitativos da interface - quantidade de inscritos, publicações, data de publicação, duração, quantidade de visualizações, quantidade de curtidas, quantidade de comentários, data de acesso e link do vídeo - dos mais de 500 vídeos da plataforma em uma planilha eletrônica. Em seguida o campo foi realizado assistindo os vídeos em ordem cronológica de lançamento e construindo duas principais fontes de dados para a análise posterior: um diário de campo e uma segunda planilha eletrônica na qual documentei as características qualitativas dos vídeos e a forma como abordaram os cinco elementos do que chamei de universo policial. Esse segundo momento de aprofundamento nos produtos audiovisuais possibilitaram a construção de outras variáveis específicas do conteúdo ali presente, como movimento de câmera, quantidade de cortes, elementos extra vídeo, adição de som não-diegético, categorias usadas para descrever cada um dos cinco elementos do universo policial, categorias morais, dentre outros. Ao final do campo foi possível perceber que o emprego de métodos mistos foi especialmente frutífero em uma pesquisa de antropologia digital pelo caráter fixo/estático de grande parte do conteúdo que pesquisamos em ciberespaços, isto é, é mais viável documentar estatisticamente as minúcias de textos e imagens em redes sociais do que de interações sociais em tempo real. Essa construção dos dados também possibilitou a realização de inferências estatísticas na pesquisa e abre caminhos para mais diálogos entre Antropologia e métodos quantitativos, diálogos esses necessários para a compreensão do continuum off e online das representações e acontecimentos do universo policial.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experiências Políticas de Mulheres Conservadoras das Novas Direitas no WhatsApp: articulações entre políticas da identidade, afetos, emoções e tecnologias

Julio Cesar de Oliveira Valentim (UFES), PATRICIA PEREIRA PAVEIS (UFES)

O presente estudo se debruça sobre as experiências políticas de mulheres nas correntes conservadoras contemporâneas, buscando desvendar as disposições e capacidades que fomentam tal fenômeno nos últimos anos. A investigação parte da hipótese de que o aumento da participação política das mulheres conservadoras é facilitado pela intersecção de várias dimensões: políticas de identidade; economias de afeto e emoções; a interação entre os domínios público e privado; e o uso de tecnologias digitais de comunicação, como o WhatsApp. Este trabalho é fundamentado em uma análise interpretativa e especulativa, enriquecida por dados empíricos oriundos de uma pesquisa etnográfica digital de longa duração, que monitorou as manifestações digitais de mulheres conservadoras de classe média na Região Metropolitana de Vitória, Espírito Santo, Brasil. A metodologia adotada se ancora em uma perspectiva relacional e construcionista, incorporando conceitos da Teoria Ator-Rede (Mol, 2010; Latour,

2007), Estudos de Afetos e Emoções (Berlant, 2008; Ahmed, 2004; Boler e Davis, 2018; 2020; Hochschild, 1979; Papacharissi, 2015) e a análise da dicotomia casa-rua sugerida por Roberto DaMatta (1984; 1997). Este estudo pretende se somar a outros trabalhos desenvolvidos a partir da abordagem da Antropologia Digital na busca pela ampliação do entendimento das mudanças provocadas pela digitalização em múltiplas esferas da vida contemporânea. Através deste estudo, contribuímos para o debate sobre como as mulheres conservadoras utilizam plataformas digitais para articular suas identidades políticas, gerenciar emoções e mobilizar-se em torno de causas políticas, evidenciando a complexidade das interações entre tecnologia, sociedade e cultura.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_068_06067820_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Eu vi no zap": promoção à saúde e divulgação de informações no whatsapp durante a pandemia do Covid-19

Liana Santos de Carvalho (IMS)

Nesta pesquisa, investigo a mobilização do WhatsApp na circulação de informações sobre a pandemia, procurando entender de que forma as informações sobre saúde disponíveis na internet podem contribuir para a participação dos sujeitos na produção e prática das ações de Promoção à Saúde, sem deixar de averiguar seus potenciais riscos. Nesse sentido, realizo um estudo de caso do projeto Jovens Comunicadores. Durante a pandemia, uma das grandes preocupações que surgiram foi sobre como as favelas e periferias, enquanto expressões das desigualdades das grandes cidades, seriam afetadas. Nesse contexto, surge o projeto Jovens Comunicadores, utilizando o WhatsApp como um meio de difundir informações sobre a pandemia. O projeto que, entre os meses de julho e novembro de 2020, alcançou 500 jovens das favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, ofertou oficinas sobre produção de conteúdo para mídias sociais e literacia em saúde. O objetivo era auxiliar os jovens na identificação e checagem de notícias falsas para que eles pudessem reunir informações confiáveis sobre o covid-19, produzir conteúdo e compartilhar com seus contatos por meio de listas de transmissão do WhatsApp. A pesquisa se baseou na realização de entrevistas semiestruturadas com integrantes do projeto, análise dos conteúdos compartilhados por eles e das interações no interior das listas de transmissão. Os resultados da pesquisa foram analisados à luz da Antropologia Digital. Esses conteúdos e interações nos mostram que, ao ser apropriado enquanto ferramenta principal de compartilhamento sobre a pandemia pelos jovens comunicadores buscando a garantia do acesso a informações verídicas e de qualidade, o WhatsApp se configura enquanto campo de disputas informacionais. Dessa forma, o projeto se torna uma alternativa comunicacional a partir do desenvolvimento de estratégias que buscam descentralizar a produção e compartilhamento de informações, por meio da apropriação de narrativas e técnicas. Além de ser tecido um fluxo de envio e recebimento de mensagens entre os jovens comunicadores e sua rede construída a partir das listas de transmissão, o WhatsApp também foi mobilizado enquanto espaço que possibilitou a manutenção da relação entre os envolvidos no projeto e a interação para a construção dos conteúdos. Com a realização das oficinas, o projeto cumpre alguns princípios fundamentais da Promoção à Saúde que são: a

educação em saúde, o desenvolvimento de habilidades pessoais e o reforço a ação comunitária. Assim, frente ao período tenebroso que assombrou o Brasil, tornou-se urgente as ações realizadas pela população e para a população a fim de salvaguardar a vida dos que foram lançados à sua própria sorte.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Explicação, zoação, queimação de filme...usos das redes sociais para produção de intimidação sistemática, preconceitos e afastamentos sociais no âmbito das relações juvenis

Lucas Ribeiro da Silva (UFRRJ), Nalayne Mendonça Pinto (UFRRJ), Mariana Silva de Andrade (UFRRJ), Cristian de Oliveira Reis (UFRRJ), Gabriela Rodrigues de Oliveira (UFRRJ)

Este trabalho é fruto da pesquisa #Oquerolanaescola realizada no curso de Ciências Sociais da UFRRJ, nesse artigo buscamos discutir a relação entre juventudes, espaço escolar, usos das redes sociais e os conflitos gerados a partir desse encontro. A escola é uma instituição socialmente referenciada e importante para a formação de sujeitos, mas na contemporaneidade é experimentada pelos atores através de interações presenciais e virtuais. A internet, seus inúmeros aplicativos e modos de uso, é considerada um meio produtor de símbolos e significados; no espaço escolar é utilizada na sociabilidade, aprendizado como também para produção de ofensas, notícias falsas e acusações, gerando desentendimentos, conflitos, violências, sofrimento físico e emocional diversos, mas que são usualmente classificados como Cyberbullying. Nesse sentido, a pesquisa busca através de relatos de alunos/as e análise de postagens em redes sociais compreender o que é usualmente categorizado como Cyberbullying; e, através dessas plataformas analisar o uso das tecnologias digitais na produção de subjetividades, narrativas, interpretações e acusações dos jovens sobre si mesmos e sobre os outros. A metodologia para esta pesquisa consiste em trabalho de campo em escolas públicas de ensino médio em Seropédica, entrevistas com alunas/os e análises das páginas de “Explana produzidas por alunos das escolas. Dentre os relatos e casos identificados nas redes sociais chama atenção a produção/reprodução de preconceitos e intimidações entrelaçados aos marcadores sociais de raça, classe, gênero, local de moradia, entre outros. Nesse sentido, a propagação de memes, imagens, notícias falsas, fofocas nas redes sociais, nos perfis de “explana”, e nos aplicativos de conversa como Whatsapp produzem impactos nas sociabilidades e subjetividades juvenis, alterando inclusive a dinâmica do ambiente escolar e o comportamento de alguns alunos/as. Nos casos observados mais diretamente a escola não produziu um espaço de diálogo, aprendizado e administração dos conflitos; os mesmos são abafados ou punidos. A pesquisa aponta para a necessidade de uma discussão mais cuidadosa sobre os usos das redes sociais e aplicativos de conversa no âmbito da socialização juvenil, além da importância do letramento digital ético e não violento; ao mesmo tempo que destaca a abordagem etnográfica como um meio de valorizar e visibilizar as experiências juvenis no contexto escolar. Importa considerar que a juventude passa grande parte da sua vida no ambiente escolar e considera o meio virtual como um território vivo e ativo em suas vidas; celulares, redes sociais são artefatos tecnológicos que constituem modos de ser, estar e

compartilhar suas experiências vividas bem como suas formas de “zoar e “explanar seus colegas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_017_50205861_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Eu chorei quando a vi igreja com as portas fechadas - Fé e crise na pandemia.

Magnólia Almeida (UFRJ)

As igrejas durante o período mais intenso da pandemia foram forçadas a se atualizarem. A inserção de um novo modo de comunicação produziu afetos e efeitos para além do incômodo que toda inovação pode trazer consigo. O presente trabalho analisa as interações online nos contextos de culto e estudos bíblicos de uma Igreja Batista na periferia da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, através das vídeo-chamadas na plataforma Google meet durante o período de restrição devido à pandemia de Covid. A adequação para o período de distanciamento social revelou-se um desafio para o exercício da fé, que tem nas tarefas realizadas coletivamente um parâmetro de unidade e demonstrativo de comunhão entre os membros e a divindade. Os ajustes forçosos devido ao contexto foram disparadores de reflexões relacionadas ao serviço cristão, lugar de culto como algo determinado, rígido e a fé. O texto analisa o espaço de culto como um lugar de construção de identidade, de memória e de vivência religiosa, assim como o impacto do afastamento ou impedimento de utilização desse local. Desta forma, este trabalho analisa os abalos das rápidas transformações impostas pela crise sanitária nos modos de conceber e exercer a espiritualidade desses evangélicos fluminenses. Palavras-chave: religião – mídias digitais - subjetividade

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que produz o desejo em tempos de plataformas?: cartografando a ressignificação da gramática da sexualidade no digital

Marcelo Chaves Soares (UFF)

Neste trabalho, propomo-nos a discutir a dimensão produtiva do desejo e como as plataformas digitais atuam como veículos na ressignificação da gramática da sexualidade no capitalismo de plataformas. Analisamos o avanço das plataformas digitais voltadas ao compartilhamento de conteúdo adulto e os significados atribuídos por seus usuários (criadores de conteúdos e fãs) às interações nelas produzidas. A busca por cartografar esses novos códigos-território como descreveu Perlongher (1988) leva-nos aos estudos de Deleuze e Guattari (2010) e Richard Miskolci sobre o desejo como produtor de sentido e os sujeitos em ambientes digitais; a Michel Foucault (2019a; 2019b) sobre sexualidade; e aos trabalhos de Thomas Poell, David Nieborg e José Van Dijck sobre plataformização (2016; 2020). Metodologicamente, este estudo qualitativo emerge de uma etnografia digital em andamento, parte de uma tese de doutorado, e se fundamenta em dados coletados durante essa pesquisa. Os resultados indicam que: a) o desejo é instrumentalizado para gerar relações de consumo nas plataformas; b) a sexualidade é redefinida através de uma nova gramática, estabelecida na dinâmica entre fãs e criadores de

conteúdo; c) o desejo que articula a sexualidade nas plataformas é impulsionado por uma lógica neoliberal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Alguém também sente?": O Facebook como um facilitador para redes de apoio online

Maria Luiza Epifanio Marciniak (UFRR)

A pandemia da COVID-19 ocasionou diversas transformações na sociedade. A doença afetou o convívio social da população, que passou a utilizar do meio digital principalmente com o intuito de socialização. As redes sociais atingiram seus maiores acessos durante os lockdowns e as formas mais simplórias de socialização passaram a ocorrer online. O medo e o terror ocasionado pela COVID-19 era uma realidade solitária, dessa forma, as plataformas digitais se demonstraram fundamentais para a consolidação de redes de apoio para os indivíduos que passavam pela doença ou a sua suspeita. Nesse âmbito, o Facebook se destaca pois é uma rede social composta por particularidades que facilitam a criação de grupos com um interesse específico. Esses agrupamentos, durante e pós-pandemia, construíram redes de apoio em que era possível compartilhar experiências, temores e ansiedades. Porém, já nos primeiros meses pandêmicos foi possível notar que muitos indivíduos sofriam com os sintomas pós-covid, então, a partir deste ponto, redes de apoio online que focavam na infecção da doença se transformaram em grupos onde se discute e relata sintomas pós-covid. O presente trabalho tem como objetivo analisar o Facebook como um espaço que facilita a troca de experiências, as suas especificidades para que esse compartilhamento aconteça, além de compreender o interesse de indivíduos que passaram ou passam por sintomas pós-covid, no qual buscam por grupos de apoio no Facebook para partilhar suas experiências e seus sintomas com outros que se encontram em situação semelhante. Para a composição do trabalho estão sendo acompanhados dois grupos de sintomas pós-covid, sendo realizada uma etnografia virtual com um recorte temporal de 2023 a 2024. O presente trabalho é parte do projeto: "Alguém também sente?": Uma netnografia acerca dos indivíduos que sofrem de sintomas pós-covid do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Roraima com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_167_12160365_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Juventudes urbanas amazônidas, cultura digital em tempos de ódio, cancelamentos e ‘fake news’: uma análise em torno das práticas sociais com juventudes em uma escola de ensino médio de Belém.”

Mário Jorge Brasil Xavier (UEPA)

A ambiguidade entre bem e mal, não constitui tarefa fácil ao se procurar limites através de regras e disciplinas. Em se tratando de ambientes virtuais, estes reproduzem na maioria das vezes, o que a realidade da vida cotidiana expressa nestas sociabilidades. Numa análise antropológica, é possível afirmar que as discussões em torno das sociabilidades, dentre as quais as que afetam as interações virtuais, especificamente das juventudes, revelam certo

desregramento social. A necessidade por entender em parte, as vivências digitais praticadas pelas juventudes se tornou recorrente, não apenas por meios midiáticos de comunicação, mas na realidade concreta. A vida intensa no mundo virtual mesmo com todas as vicissitudes positivas, comunicação, informação, diminuição de distâncias, trouxe um crescimento exponencial de atitudes e discursos de ódio, intolerâncias, agindo de forma invasiva e preconceituosa em seus comentários nas redes, tais situações favorecem estas conflitualidades virtuais que se concretizam na prática vivida nos cotidianos, inclusive os escolares. As redes provocaram uma relação maior entre opiniões diversas, promovem uma construção e exposição de identidades, algumas vezes, sem o uso de regras, tornando se espaço favorável para que discursos conservadores se ampliem pela conectividade, pois virtualmente são capazes de se propagar e atrair cada vez mais seguidores, agora em uma dimensão global.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_492_46536713_424488.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Inspirado no outro - a produção artístico musical sob influência dos afetos das mídias sociais

Ollivia Maria Gonçalves (UFSC)

Minha pesquisa se concentra em estilos musicais considerados periféricos, como Punk e Rap-Metal, e examina como as plataformas de mídias sociais afetam e criam affordances para músicos dedicados a esses estilos. O estudo, apoiado pelos conceitos de Richards e Rudnyckj (2016) e Gibson (1977), mergulha na dinâmica entre a construção da marca pessoal, o processo criativo e a comunicação com o público potencial desses artistas. O coração deste trabalho é entender a música como simultaneamente um processo e um produto (Cook 2001). Nesse contexto, quatro objetivos específicos guiam a pesquisa: Explorar a Música no Ambiente Digital: Concentrando-se na música como produto de ação coletiva (Becker 1974), a pesquisa explora como a colaboração e a interação online moldam a produção musical. Esta análise abrange desde a formação de comunidades virtuais de fãs até as parcerias entre artistas em plataformas digitais. Performance Artística no Universo Digital: Este aspecto do estudo (Bayn 2010) foca em como os artistas constroem suas performances no ambiente digital. Ao examinar o papel das mídias sociais e plataformas de streaming, busca-se compreender como os artistas utilizam esses meios para apresentar sua arte e interagir com o público. Impacto das Mídias Sociais no Trabalho Criativo: Investigando a influência das mídias sociais no processo criativo dos artistas, o estudo identifica como esses indivíduos se estabelecem como marcas (Banet-Weiser, S. 2012). A pesquisa examina as dinâmicas de inspiração e influência no processo de composição, incluindo como as interações sociais digitais alimentam a criatividade. Impacto na Indústria da Música dos Processos de Corretagem Digital: Avalia-se o impacto dos novos artistas na indústria da música, com um foco especial nas estratégias digitais adotadas para ganhar visibilidade e sucesso no cenário musical contemporâneo. O estudo busca entender as nuances das práticas de corretagem digital e como elas transformam as trajetórias dos músicos e a própria indústria. O objetivo final desta pesquisa é fornecer insights detalhados sobre a cena cultural periférica e a intersecção entre arte, tecnologia e sociedade na era digital. Através desta

lente, espera-se desvendar as complexas camadas de interação e influência que definem a música e os músicos em um mundo cada vez mais conectado digitalmente.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações família-escola-internet: produções adolescentes relacionadas a gênero e sexualidade no TikTok

Renata Guedes Mourão Macedo (FCMSCSP)

Nas controvérsias recentes sobre gênero e sexualidade na educação básica, muito se tem discutido sobre o papel da família e da escola em tais esferas. Por um lado, conforme defendem agentes conservadores, seria papel exclusivo das famílias ensinar sobre saúde sexual e reprodutiva, bem como sobre normativas de gênero e orientação sexual. Assim, slogans como "meus filhos minhas regras", utilizado no Brasil por movimentos como o Escola Sem Partido, ou "con mis hijos no te metas", amplamente utilizado por movimentos conservadores na América Latina, a família estaria contraposta à escola nesse processo educativo sobre gênero e sexualidade. Por outro lado, setores progressistas têm enfatizado o papel da escola e da educação formal ao reivindicar uma educação comprometida com a diversidade e os direitos humanos. O que, no entanto, pouco se tem discutido por tais agentes é o papel da internet entre crianças e adolescentes, delineando outros caminhos na produção e consumo sobre temáticas ligadas à gênero e sexualidade. Vale lembrar que, conforme a pesquisa Tic Kids Online Brasil 2023, 95% da população de 9 a 17 anos é usuária de Internet no país, o que representa 25 milhões de pessoas. O celular foi apontado como um dispositivo de acesso para 97% dos usuários, sendo o único meio de conexão boa parcela dos entrevistados (38% nas classes DE). Enquanto as conexões via televisão e videogame registraram expressivo aumento, o uso de computadores segue pouco acessível para as crianças e adolescentes de menor renda (apenas 15% das crianças das classes DE), evidenciando as intensas desigualdades digitais que atingem crianças e adolescentes no país, as quais se somam a outras desigualdades educacionais e sociais. Segundo a pesquisa, 88% das crianças e adolescentes de 9 a 17 anos disseram manter perfis em plataformas digitais. Entre as redes sociais, 88% tem acesso à plataforma de vídeos Youtube, 78% WhatsApp, 66% Instagram, 63% TikTok e 41% Facebook. Especialmente quando se olha a faixa de idade entre 11 e 12 anos, o Tiktok passa ser a rede preferida. Nesta apresentação, analiso produções realizadas por adolescentes na rede social TikTok sobre o cotidiano escolar, relacionado com gênero e sexualidade. Por meio do acompanhamento de algumas trends relacionadas a estudantes de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, trago uma discussão inicial sobre a produção de corpo, juventude, gênero e sexualidade em tal plataforma.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Plataformas digitais, dinheiro e cotidiano: uma etnografia do trabalho Streamer

Sara Soares dos santos (UFRRJ), Carly Barboza Machado (UFRRJ)

O crescimento do cenário de jogos nos últimos anos tem sido bastante significativo, sobretudo pela possibilidade rentável que as plataformas de jogos vêm apresentando. É importante dizer que o cenário de isolamento imposto pela pandemia de Covid-19 também teve grande influência na formação dos streamers enquanto uma categoria profissional: o ambiente online também se



tornou o espaço em que o trabalho acontece. Neste estudo procuro realizar uma análise sobre a "Twitch", uma plataforma online de transmissão ao vivo, principalmente de jogos. O objetivo central aqui é compreender as usabilidades da plataforma e de seus usuários, perpassando por estratégias e construção da carreira de streamer. A partir do meu lugar como usuária, moderadora e pesquisadora das Ciências Sociais, realizei uma etnografia na plataforma e nos eventos: Brasil Game Show e Comic Con Experience realizados em São Paulo, analisando a Twitch como um território que tem suas próprias normas, linguagens, comportamentos, moeda e público-alvo. Desta maneira, a categoria do trabalho entra em cena e, atrelada a ela, a circulação do dinheiro também é acionada, sendo o foco privilegiado de discussão neste momento, considerando os desafios e oportunidades que esta plataforma apresenta na vida cotidiana destas/es gamers. Pensar a circulação do dinheiro e do trabalho, bem como o surgimento de novas categorias profissionais implica também a análise das formas como o digital e o cotidiano estão emaranhados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Plataformas de streaming de música e sistemas de recomendação personalizada: os algoritmos refletem as desigualdades de gênero já existentes?

Stephanie Pereira de Lima (InternetLab), Fernanda Kalianny Martins Sousa (InternetLab)

O surgimento de plataformas de streaming nos últimos anos alterou a forma de interação com conteúdos culturais. Tais empresas passaram a impactar na forma como se consome conteúdo, utilizando-se de ferramentas como as de recomendações personalizadas, baseadas no uso de algoritmos. Com isso, levantam-se preocupações relacionadas a possíveis vieses discriminatórios existentes nesses sistemas. Este trabalho observa a indústria da música, a partir da análise das plataformas Spotify e Deezer, duas das mais utilizadas no Brasil. Busca-se compreender se as recomendações feitas pelos sistemas são influenciadas por e/ou refletem desigualdades estruturais vinculadas a gênero. Questiona-se, assim, se a recomendação de músicas difere a partir do gênero de quem está ouvindo; se artistas de algum gênero são privilegiados; e se o gênero musical interfere na forma como artistas são recomendados. Como resultado, é possível observar que nos diferentes cenários analisados, o gênero masculino geralmente ocupa o maior percentual de recomendação pelas plataformas de streaming. Pondera-se ainda que a falta de representatividade de artistas do gênero feminino, travestis, transexuais e não-binários seja derivada de uma já existente desigualdade na indústria da música. Portanto, é importante compreender como esta desigualdade é perpetuada por meio dos algoritmos das plataformas e qual é a responsabilidade social que essas empresas têm na promoção da equidade de gênero na indústria nacional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Negociando significados em uma galáxia digital: publicidade e radicalismo na recepção online de um blockbuster

Thais Farias Lassali (UNICAMP)

A crescente digitalização da vida cotidiana tem modificado os modos de consumo dos mais diferentes artefatos culturais, principalmente aqueles relacionados a meios de comunicação em

massa, tais como o cinema e a televisão. Cada vez mais, a produção, a difusão e a recepção de tais objetos são influenciadas pelas arquiteturas sócio-técnicas gestadas pelas plataformas digitais. E, além disso, são atravessadas pelos processos delas decorrentes, como a datificação e a algoritmização. Ao mesmo tempo, os mais diversos sujeitos sociais – tais como influenciadores, usuários, empresas – tem atuado no ambiente digital em busca de notoriedade e ganhos financeiros. Tendo esse panorama em vista, a presente comunicação oral tem como objetivo apresentar e debater o caso da recepção online, ocorrida especificamente no YouTube, de um filme blockbuster pertencente a uma grande franquia do cinema hollywoodiano. Após seu lançamento, em dezembro de 2017, a película em questão muito rapidamente passou a ser considerada polêmica por supostamente dividir a opinião dos espectadores. Isso gerou uma série de discussões e de controvérsias entre os espectadores. O epicentro dessa controvérsia se deu justamente na plataforma de vídeos de propriedade do Google/Alphabet Inc. Por um lado, o episódio que será esmiuçado mostra o papel fundamental da referida empresa na negociação de significados em torno do blockbuster em questão. Por outro, aponta para a importante participação de um conjunto de atores associados a grupos radicais estadunidenses na criação do consenso de que aquela era uma obra “problemática”. Para tanto, tais grupos se valeram de táticas de marketing e de conhecimentos sobre o funcionamento das plataformas digitais e de seus algoritmos. Além de também contarem com o fato da indústria cinematográfica estadunidense cada vez mais utilizar meios digitais em suas estratégias de publicidade, principalmente por meio da captura de atenção dos usuários promovida pelas plataformas. Dessa forma, a presente comunicação oral argumentará sobre o modo como filme ora debatido serviu, concomitantemente, como um objeto de interesse publicitário por parte das mais diferentes corporações e como um veículo de radicalização tanto de usuários, quanto de criadores de conteúdo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Cacofonia do Instagram: desdobramentos de influencers “fitness no compartilhamento de conteúdo.

Vitória da Silveira Alves (UFSC)

Essa comunicação tem base na minha monografia de conclusão de curso cuja proposta foi observar como a crise dos sistemas de peritos (Cesarino, 2022) se manifesta dentro da nutrição a partir de postagens feitas por influenciadores, que podem ou não ser nutricionistas, em redes sociais. Com o uso da etnografia digital, foram coletadas postagens com base em hashtags que tivessem envolvimento com o universo da nutrição e postagens de dois influenciadores fitness específicos que fazem prescrições dietéticas indiretas. Essa coleta foi feita no TikTok e no Instagram, mas para a viabilidade dessa comunicação pretendo focar somente no material coletado no Instagram e no conteúdo compartilhado pelos influenciadores Renato Cariani e Paulo Muzy. Assim, pretendo expor e conceituar alguns dos resultados obtidos como a performatividade digital, a cacofonia (Alves, 2023) gerada por essa performatividade e as suas interações com o algoritmo do instagram, e também exemplificar a crise dos sistemas de perito dentro do universo nutricional. A cacofonia é um conceito principal para elaborar esse trabalho, já que a mistura de ruídos ou nesse caso a mistura de conteúdos para agrado do algoritmo faz-

se presente constantemente. Por fim, pretendo fazer uso da descrição densa para explicar como o algoritmo do Instagram age sobre esses conteúdos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Digitalização e virtualização da fronteira documental: uma análise a partir dos caminhos documentais de indígenas refugiados Warao em Natal-RN.

Waleska Maria Lopes Farias (UFRN)

À primeira vista, a digitalização de documentos e de seus processos de aquisição podem ser entendidas apenas pelo seu viés positivo: economia de tempo e de dinheiro, realização de procedimentos sem sair de casa, autonomia cidadã, etc. Entretanto, a equação é bem mais complexa. A virtualização do mundo burocrático supõe inicialmente que todas as pessoas saibam ler e escrever, que sejam alfabetizados tecnologicamente, que possuam conexão com internet com equipamentos que a viabilizem e que esses aparatos sejam individuais e individualizantes. Este trabalho busca debater, por meio da experiência etnográfica de acompanhar durante quatro anos os Warao presentes na cidade de Natal-RN, as facilidades, mas sobretudo as dificuldades observadas no processo de documentação destes indígenas refugiados, criando uma nova fronteira para além da geográfica. Bem como o caminho que resultou na total informatização desses procedimentos e de seus frutos. Por fim, discutir as relações afetivas entre o cidadão e seu documento que foram diretamente impactadas nesse ínterim.

GT 016: Antropologia dos Povos Tradicionais Costeiros: Práticas Sociais, Disputas Identitárias e Conflitos

Diversos grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras atividades – tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral – foram ou são habitantes de regiões costeiras e historicamente têm sido impactados por diversos fenômenos. A expansão metropolitana, os desastres ambientais de grandes proporções, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em áreas de interesse ecológico, são alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupação de territórios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Este Grupo de Trabalho tem reunido, de modo bem sucedido, nos últimos anos, pesquisas empíricas e de caráter etnográfico que colocam em evidência tensões, disputas e conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e os vários modelos de uso e ocupação de territórios ribeirinhos e costeiros, além de reunir trabalhos que tem, de maneira inovadora, evidenciando as desigualdades de gênero, também encontradas nestes contextos. Reflexões sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organização política destes grupos, suas estruturas econômicas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais – sobretudo agências estatais, organizações não governamentais e empresas – são alguns dos aspectos que serão discutidos nesta atividade.d

Coordenação

José Colaço Dias Neto (UFF), Francisca de Souza Miller (UFRN)

Debatedor(a)

Paulo Gomes de Almeida Filho (UFRN), Voyner Ravena Cañete (UFPA), Luceni Medeiros Hellebrandt (UFPR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Práticas dialógicas de educação para co-criação de conhecimentos sobre o território e a biodiversidade em comunidades tradicionais costeiras no Antropoceno

Claudia Regina dos Santos (Pesquisadora), Francisco Araos (Universidad de Los Lagos)

Na Zona Costeira catarinense populações tradicionais manejam a biodiversidade marinha, estuarina e dos ecossistemas associados ao Bioma da Mata Atlântica. Apesar do aparato legal, institucional as populações tradicionais não participam de forma satisfatória das instâncias de tomada de decisão voltadas para defender seus direitos. O objetivo desta pesquisa é analisar a relação entre aprendizagem social e pedagogia da autonomia em comunidades tradicionais. Neste artigo, será relatado o surgimento de uma rede nacional de pesquisa para promover a conservação da sociobiodiversidade por meio do fortalecimento das identidades das populações tradicionais de guaranis, descendentes de açorianos e de quilombolas. No sul do Brasil, a estratégia utilizada será a promoção de um curso de formação dialógica para populações tradicionais e atividades de educação ambiental em três escolas. Os participantes irão teorizar, discutir em grupo e propor alternativas em relação aos problemas socioambientais que são vivenciados pela comunidade. Desta forma, as situações enfrentadas no cotidiano passam a ser objeto de uma reflexão sistematizada e da experimentação de propostas alternativas. Estas ações estão inseridas em um modelo de análise voltado para a co-criação de conhecimentos sobre o território e a biodiversidade, vinculado às questões centrais do Antropoceno, como a justiça (quem provoca e quem paga os custos), o papel dos não-humanos (bióticos e abióticos) nas possibilidades de vida e as alternativas de restauração socioambiental.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pesca, política e precedentes judiciais: o caso da ADI 6.218

Fernanda Pacheco Huguenin (PEA)

A Política Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pesca, Lei nº 15.223 de 2018, foi construída a partir de um amplo processo de discussão com a participação dos pescadores das comunidades pesqueiras artesanais do Rio Grande do Sul. A principal diretriz da Política foi a proibição da pesca de arrasto, considerada extremamente predatória, em todo território do Estado, incluindo as 12 milhas náuticas da faixa marítima da zona costeira. Como consequência, o dispositivo confrontou a indústria pesqueira, sobretudo o setor industrial de Santa Catarina, responsável majoritário pela pesca de arrasto no litoral vizinho. A restrição deste tipo de pesca implicou a constituição de um conflito não apenas socioambiental, como também jurídico, tendo em vista a disputa em torno dos recursos, da arrecadação de impostos e da manutenção de empregos. Assim, foi ajuizada pelo Partido Liberal (PL) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 6.218 contra o Estado gaúcho, na qual sustentou que houve inconstitucionalidade formal da referida Lei, pois somente o Congresso Nacional seria o ente legitimado para legislar sobre o mar territorial. Tal controvérsia provocou o Supremo Tribunal Federal (STF) a decidir o problema, invocando suas decisões precedentes na matéria. A partir

das decisões liminares dos ministros, bem como do julgamento de mérito da ADI, busco refletir sobre a dimensão política da questão e pensar o Direito como um tipo de saber local nos termos da antropologia cultural geertziana. Tal reflexão considera o ritmo processual da ADI como um encadeamento de fatos que, ao invés de resolver o conflito, o acirrou. A questão central na antropologia interpretativa é considerar como fatos e leis são realidades culturalmente (portanto, simbolicamente) imaginadas, de modo que o Direito pode ser visto como um campo dialético no qual o dever-ser das leis e o ser dos fatos compõem um saber local. Tal concepção requer considerar que a cisão ou a subsunção entre leis e fatos depende da linguagem e, logo, de sistemas simbólicos nos quais processos hermenêuticos nem sempre os distinguirão. Como representações, as decisões e mesmo os precedentes judiciais estão sujeitos a disputas políticas, escolhas nem sempre racionais, prestações, contraprestações e interesses diversos. Neste particular, o ritmo processual da ADI revela uma interessante competição por competências, não apenas administrativas e legislativas constitucionalmente previstas, mas aquelas referentes ao próprio conhecimento (o saber local da comunidade pesqueira e o saber local do STF) acerca da matéria em análise. Este resumo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caiçaras do norte de São paulo e a mitilicultura: Territórios em disputa e tecnologias de resiliência diante o Antropoceno

Isabela de Oliveira Brasil (UNB)

O presente estudo etnográfico busca investigar formas contemporâneas de resiliência e adaptação desenvolvidas por comunidades caiçaras diante dos desafios impostos pelos novos contextos nos quais estão inseridas, com ênfase em experiências observadas na Praia da Cocanha, em Caraguatatuba, litoral norte de São Paulo. Tais grupos, formados por pescadores e agricultores de subsistência, cujas práticas culturais estão fundamentalmente ligadas ao ambiente marinho e costeiro, vêm enfrentando cada vez mais os impactos diretos da globalização dos processos econômicos e das mudanças climáticas associadas ao Antropoceno. Tais impactos não se limitam apenas ao clima e aos ecossistemas, mas também afetam as estruturas existentes e os ciclos naturais, resultando em prejuízos econômicos e sociais para esses grupos que, de acordo com Diegues e Gassala (2011), possuem um caráter singular associado aos vínculos peculiares com os ecossistemas que habitam, especialmente o mar, onde passam a maior parte de suas vidas, e que têm sido cada vez mais afetados por intervenções humanas e fenômenos atmosféricos capazes de transformar suas condições. A partir deste contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar como esta comunidade caiçara tem desenvolvido tecnologias adaptativas e de resiliência para permanecer em seu território, com especial atenção para as atividades de pesca e cultivo de mexilhões, atividade econômica emergente na região. Considera-se, aqui, a implementação das fazendas marinhas de mexilhão enquanto uma nova técnica de manejo e domesticação do ambiente, representando uma forma de resistência e alternativa para aqueles que optam por permanecer em seus locais de origem. Através desta perspectiva vislumbra-se uma valiosa reinvenção da relação com o mar por parte

destes indivíduos, essencial tanto para a comunidade da Praia da Cocanha quanto para a cultura caiçara como um todo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por entre essas marés: Agenciamentos na prática da pesca de muruadas na Reserva Extrativista de Cururupu - Maranhão

Jerônimo Amaral de Carvalho (UFES)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a prática de pesca de muruada, predominante na Costa Amazônica, abrangendo os Estados do Pará, Amapá e Maranhão. A pesquisa está situada na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu, na costa norte do Maranhão, na região conhecida como reentrâncias maranhenses. A muruada é uma modalidade de pesca que utiliza as forças das marés de preamar e baixamar para capturar camarões brancos e sete-barbas, conhecidos localmente como camarão piticaia. Ao contrário das pescas de camarão realizadas na costa sul, sudeste e parte do nordeste, que empregam o sistema de arrasto, a muruada inverte a forma de captura do camarão, utilizando a força da maré. Esta prática não se limita à inversão da forma de captura, mas vai além, evidenciando de forma extrema as agências compartilhadas entre humanos e não humanos em um mesmo plano, apresentando relações simétricas e assimétricas entre eles. A hipótese da pesquisa coloca a técnica, enquanto artefato, como elemento mediador desses dois planos (humanos/não humanos), estabelecendo relações simétricas/assimétricas por meio dos agenciamentos (Despret, 2013). Ao situar as muruadas nessa mediação, observou-se que elas estão inseridas em um sistema anímico, sendo uma ontologia presente nas relações humanas e não humanas com caráter social (Viveiros de Castro, 2004; Descola, 2012; 2016). Nesse contexto, conforme descrito por Descola (1992, 1996, 2012), o animismo apresenta modos de relação com a natureza, como troca, predação, reciprocidade, produção, proteção e transmissão. Assim, é possível que haja um circuito de operação desses modos relacionais na pesca de muruada, representando práticas sociais dos povos das marés.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No ritmo das águas: análise do desenvolvimento local no distrito de Pajuçara, São Gonçalo do Amarante- RN

Jocyle Ferreira Marinheiro (UFRN)

O estudo que está sendo elaborado tem por objetivo analisar as vivências, tradições locais de moradores da comunidade Pajuçara no município de São Gonçalo do Amarante/RN — conhecido pela cultura popular e grupos folclóricos — tem como principal fonte de sustento a pesca artesanal de camarão, sururu e outros crustáceos, pensando também, as tradições que ainda vivem e as transformações na comunidade pesqueira que tem suas memórias desde a cultura do camarão, sendo este, o prato típico mais consumido pelos moradores e também pelos seus visitantes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_373_75756452_354124.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o mar e a terra: mariscagem e transformações do universo pesqueiro dos Potiguara da Paraíba

José Glebson Vieira (UFRN)

A presente comunicação examina as transformações na prática de mariscagem entre os Potiguara, desenvolvida no estuário do Rio Mamanguape, situado no litoral norte da Paraíba. Através de experiências etnográficas com mulheres indígenas, observa-se uma mudança significativa na dinâmica da coleta de mariscos, anteriormente liderada por mulheres, agora apresentando uma preeminência masculina que resulta no reforço da desigualdade de gênero. O objetivo é problematizar as mudanças no contexto das atividades pesqueiras, especialmente no que diz respeito ao trabalho feminino, em face do aumento significativo na comercialização de frutos do mar, impulsionado pela produção de camarão em viveiros, que tem contribuído para a reconfiguração do uso e da ocupação de territórios costeiros e para redefinições no mercado regional. Ademais, busca-se discutir a adoção, por parte dos/as marisqueiros/as, de novas técnicas de coleta e beneficiamento, bem como estratégias de comercialização, o que inclui a redefinição de papéis de homens e mulheres no âmbito da pesca, coleta de crustáceos e moluscos, além das complexas redes comerciais locais e regionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Aqui também é do Palácio": as disputas por apropriação do território urbano pela comunidade dos pescadores artesanais de Boa Viagem, Niterói

Larissa de Fátima Ramalho Pereira (IESP - UERJ)

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado da autora, que analisa a Economia Popular Solidária a partir do trabalho associado dos pescadores e marisqueiros artesanais reunidos coletivamente na TAMBOA, sigla para Trabalhadores Associados do Mar de Boa Viagem. Neste estudo, apresento a história de formação da Associação e as imbricações com os conflitos sócio-ambientais e com as disputas e diálogos travados com os órgãos da Prefeitura Municipal de Niterói. O trabalho discute as motivações para a Associação dos pescadores e marisqueiros artesanais da Ilha de Boa Viagem, a TAMBOA, que flutuaram ao longo do tempo, conforme se estreitavam as disputas pelo território e pelo direito à memória, e se identificavam oportunidades diversas e, por vezes, antagônicas. Esses conflitos se relacionam às transformações urbanísticas do município e aos discursos sobre o tipo de cidade pensada pela gestão pública. Os dados utilizados foram coletados no trabalho etnográfico realizado entre 2022 e 2023, além de entrevistas semi estruturadas com oito membros da TAMBOA e quatro marisqueiros e marisqueiras individuais que trabalham diretamente com a associação. Nesse sentido, o trabalho tem como foco a análise sobre a experiência dos pescadores artesanais, grupo historicamente tutelado e marginalizado pelo poder público, para observar o sentido que esses atores dão às suas práticas. Os resultados indicam que a coletivização do trabalho não suscitou fortes laços associativos, contudo, a formalização da Associação trouxe benefícios para o grupo analisado, principalmente no que tange ao direito à memória e ao território, sendo reconhecidos institucionalmente e conquistando a promulgação do decreto municipal nº15.058, de setembro de 2023, que reconhece os marisqueiros da Ilha de Boa Viagem como comunidade tradicional da cidade de Niterói.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_135_07439464_354124.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

MEMÓRIAS, TERRITORIALIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: modos de (r)existir de uma comunidade ribeirinha atingida por barragem

Laylson Mota Machado (UFPEL), Gabriela Pecantet Siqueira (UFPEL), Manoela Vieira Neutzling (UFPEL)

Os conflitos socioambientais estão presentes entre grupos sociais que fazem uso diversificado da apropriação do território e que atribuem significação distintas a este. Na maioria das vezes são causados por grandes empreendimentos que afetam além do meio ambiente, a vida de povos e comunidades tradicionais. Entre os grupos atingidos destaca-se a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, que ocupa um território em Palmeiras do Tocantins (TO) e é formada por um grupo de pescadores/as e ribeirinhos/as que foram atingidos pela a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Atualmente quem detém a posse do território ocupado por essa comunidade é o Consórcio Estreito Energia (CESTE), empreendedor da usina, que disputa judicialmente a posse da terra desde outubro de 2015. A contenda tem ocasionado efeitos e conflitos diretos com as comunidades que foram atingidas por esse megaempreendimento, desde sua chegada à região, em 2007, até os dias atuais. A comunidade teve sua relação com o rio, por exemplo, completamente transformada, visto que o empreendimento provocou mudanças naquele ecossistema, afetando inclusive a atividade pesqueira. Em vista disso, este trabalho tem por objetivo analisar as alterações nos modos de vida da comunidade ribeirinha perante os conflitos socioambientais causados pela UHE de Estreito, buscando compreender como a população tem enfrentado os conflitos e as alterações na cultura ribeirinha, com foco nas lutas e r-existências no processo de reivindicação do lugar ribeirinho. A pesquisa é de cunho etnográfico, com a articulação da observação participante na comunidade e o método de histórias de vida de cada morador/a do acampamento. Este é utilizado como recurso metodológico para aprofundar as inteligibilidades do que acontece na vida social da comunidade e possibilitar a descrição, a partir das narrativas orais, como a vida se moldou a partir dos efeitos enfrentados contra os empreendedores da barragem e as formas de luta e resistência que enfrentam para continuarem exercendo suas práticas culturais e de subsistência. Diante disso, é perceptível as afetações advindas da construção da barragem na região que desde sua instalação até hoje tem ocasionado disputas, violado direitos e alterado compulsoriamente as vivências das populações atingidas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Filhas de Marudá: vivências das mulheres no universo da pesca artesanal em uma localidade da região do Salgado Paraense.

Layse Rosa Miranda da Costa (UFPA), Denise Machado Cardoso (UFPA)

Este trabalho tem como objetivo analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e etnográfica, a vivência das moradoras - conhecidas como Filhas - em torno do universo da pesca artesanal em uma das antigas vilas de pesqueiras da região do Salgado Paraense, denominada Marudá, que está inserida na RESEX Marinha Mestre Lucindo e localizada no litoral do nordeste paraense.

Este texto é um dos desdobramentos da minha dissertação de mestrado, que está em prosseguimento. Além do amparo teórico oriundo de trabalhos de pesquisadoras sobre o universo pesqueiro artesanal no Estado do Pará, utilizo outras referências que abordam a temática de gênero nesse contexto, assim como minha própria vivência, enquanto mulher amazônica e periférica, pesquisando nessas conjunturas litorâneas, além de outros marcadores sociais que permeiam as histórias de vida dessas mulheres em uma localidade situada na região amazônica, a qual apresenta suas desigualdades, conflitos e particularidades. Palavras-chaves: Universo da pesca artesanal; Gênero na pesca; Filhas; Vivências; Marudá/PA.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As identidades relacionais nas Amazônias: reflexões sobre o Eu e o Outro a partir de uma experiência etnográfica na Vila do Jubim, no Arquipélago Marajó

Layza Thalita Lisboa Silva (UFPA), Gustavo Goulart Moreira Moura (efetivo), Michele Escoura Bueno (UFPA)

Os diversos modos de vida estabelecem diversas relações de gênero em comunidades pesqueiras, não permitindo que concepções generalizantes se tornem paradigmas. Este trabalho, desenvolvido dentro do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará (UFPA), surge a partir de minha primeira experiência etnográfica na Vila do Jubim, no município de Salvaterra-PA, costa oriental do Arquipélago do Marajó, em que fui defrontada a uma forma de se referir à atividade da pesca feminina que em muito se diferenciava das atividades na região do “salgado paraense (na costa Atlântica), de onde sou, onde é comumente chamada “mariscagem”. Estava em um restaurante na beira da praia e perguntei a uma moça que trabalhava no local se conhecia alguma marisqueira na região, quando um homem a interrompeu dizendo “ela não sabe o que é isso”. E me ajudou com os nomes e endereços que procurava. Depois, ao conversar com a moça, entendi que o termo utilizado era, na verdade, pescadora. O ocorrido me levou a refletir sobre a pesquisadora que sou e os marcadores sociais que trago comigo por onde passo e em como tais posicionamentos exigem reflexividade sobre a atividade em campo tanto quanto sobre os limites e as possibilidades para a produção de dados antropológicos. Neste trabalho, adoto o entendimento de que a atividade da pesca compreende uma complexa rede de relações na terra, no mar, nos lagos, nos igarapés, entre homens e mulheres, e também parto da análise crítica do surgimento do termo “marisqueira”, notando quais processos históricos o circunscrevem, ou seja, a tentativa de negritar a assimetria nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres na pesca, compreendendo, no entanto, a sua importância na garantia de direitos. Na região costeira da Amazônia, seja na relação com as águas salgadas ou as águas doces, existem diversos mundos de vida, nos quais, categorias são constituídas por diversos processos particulares. Assim, elaboro uma reflexão sobre as produções de identidades múltiplas em um território muitas vezes dito “comum”, evocando o caráter relacional das identidades e a complexidade do território. Desta maneira, relativizo a condição “de perto e de dentro e “de longe e de fora”, uma vez que uma “mesma Amazônia se mostra multidiversa de uma outra perspectiva e, como a pesquisadora amazônica que sou, reconheço, na Vila do Jubim, um “Outro”. Por fim, cortejo a possibilidade de identificar a

pluralidade das e dos amazônidas, contribuindo para que a Amazônia seja compreendida, em contrapartida, como as Amazônias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Mar e a corpoterritorialização dos pescadores: o caso da comunidade tradicional de pesca de Jubim, Salvaterra, Arquipélado do Marajó/PA.

Lucas Gabriel Pereira da Silva (UFPA), Gustavo Goulart Moreira Moura (efetivo), João Bráullio de Luna Sales (UFPA)

Diversos povos e comunidades tradicionais de pesca se engajam no mundo marinho-costeiro, inclusive os que habitam a zona costeira amazônica. Os pescadores experimentam multisensorialmente o mundo marinho-costeiro e suas variações espaço-temporais, e as incorporam nas suas tomadas de decisão. Dessa forma, este trabalho busca analisar os processos de des-re(corpo)territorialização dos modos de conhecer o mar. Para isso, analisamos a construção da constelação-epistêmica-corpoterritorializada da pesca marítima de Jubim por meio da incorporação de novas técnicas ao longo do tempo. Neste trabalho, (corpo)território é um espaço epistêmico, ou seja, de produção de conhecimentos. Com a chegada de novos instrumentos de pesca (motor, redes de pesca, sondas etc.) novas habilidades surgem remodelando os modos de produção do mar incorporando-se novas formas de acesso e de revelações do espaço marinho-costeiro. Nesse ciclo de retroalimentação, em uma relação simbiótica entre o corpo, instrumentos e o espaço ao seu redor, tem-se a produção de múltiplas corpoterritorialidades. Portanto, o processo de des-re(corpo)territorialização gera em movimentos diagramáticos infinitos uma constelação-epistêmica-corpoterritorializada, um processo dinâmico que molda o mundo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres da Vila de Jubim tecendo redes de pesca e redes sociais: manutenção de sociobiodiversidade, garantia de ambiente sadio e organização coletiva no maretório de Jubim (Salvaterra, Marajó / PA)

Luceni Medeiros Hellebrandt (UFPR), Thiago Zagonel Serafini (UFPR)

O trabalho que propomos é uma pesquisa de pós-doutorado em andamento, que compõe o projeto selecionado no edital “Iniciativa Amazonia +10”, desenvolvido em parceria pela UFPR, UFPA e Unifesp, denominado “Maretórios amazônicos: ameaças aos espaços de produção de sociobiodiversidade e garantia de mundos de vida da comunidade tradicional de pesca de Jubim, Arquipélago do Marajó – Salvaterra/PA”. Na pesquisa que desenvolvemos, utilizamos lentes de gênero para observar e analisar relações que constituem um território de interface mar e terra (maretório), destacando a atuação das mulheres da Vila de Jubim na forma como constituem relações socioprodutivas, considerando a utilização de recursos costeiros e o envolvimento em redes e organizações coletivas que se fazem presente em seus cotidianos. Em Jubim, distrito do município de Salvaterra (Marajó/PA) a atividade pesqueira artesanal tem especial relevância para a soberania alimentar local, composta de uma grande diversidade de recursos pesqueiros, frutos e tubérculos. Dentre as atividades produtivas praticadas pelas mulheres da comunidade, pode-se destacar a pesca na beira de rios e igarapés, capturando



espécies como pratinzeira, arraia, pitú, camarão, siri, o trabalho no mangal, tirando caranguejo e turu, nas roças de mandioca, produzindo farinha, nos açazais nativos e na coleta de diversas outras plantas e frutas locais, que compõem a dieta da comunidade onde “só passa fome quem é preguiçoso”. Além da alimentação, o uso medicinal é revelado em receitas que compartilham para a cura de diversas doenças. Essa coleção de saberes ouvidos nas conversas com mulheres em Jubim revela a vivência num continuum mar e terra, permeado por relações de pertencimento e cuidado com a comunidade. Para a falta de interesse governamental na comunidade, assumem como estratégia a organização coletiva, evidenciando o protagonismo das mulheres na defesa dos territórios, referenciado na literatura e no discurso e prática de quem vive o território marajoara. Como resultados preliminares, destacamos os usos dos recursos costeiros, sobretudo na relação com a pesca, tanto na captura quanto nas atividades de pré e pós captura, tais como os trabalhos de confecção de redes e comercialização local dos recursos pesqueiros, e o surgimento do “bloco das patroas”, organização coletiva informal, pensado inicialmente como espaço de socialização e diversão para o carnaval em um grupo exclusivo de mulheres, mas que expande suas ações com atividades em benefício da comunidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Considerações sobre formas de crédito entre pescadores no litoral sul do Espírito Santo

Márcio De Paula Filgueiras (IFES)

A pesquisa que venho coordenando nos últimos cinco anos no campus Piúma tem tido como um dos pontos de atenção principal o setor da cadeia produtiva da pesca referente à esfera da circulação do pescado. Esta envolve desde doações voluntárias, pagamento pelo trabalho, presentes políticos, ofertas religiosas até a comercialização. Neste contexto, o crédito aparece como um ponto chave para entendermos a natureza das relações sociais presentes na esfera de circulação do pescado. Neste artigo vou contrastar as formas de crédito encontradas em Piúma com o crédito como ele é oferecido no sistema bancário. Para tanto, vou explorar as diferenças entre o princípio da escassez e aquele da raridade. Podemos dizer que, enquanto o acesso ao crédito bancário está submetido à lógica da escassez, ou seja, é universalmente acessível, desde que o indivíduo demonstre possuir os recursos para pagá-lo, (recursos estes que são sempre escassos por definição, como pretende a teoria econômica clássica), o acesso ao crédito pessoal obedece à lógica da raridade, ou seja, não é universalmente acessível, mas apenas àqueles que dentro do sistema local hierárquico da confiança pessoal possuem o prestígio para acessá-lo. E este prestígio depende tanto da possibilidade objetiva de pagar, quanto das relações estabelecidas ao longo do tempo. Assim, podemos compreender empréstimos feitos mesmo que o credor tenha poucas chances de ser ressarcido, ou que são considerados pagos, ainda que o valor total não tenha sido quitado. Como aponta Godelier: "A balança de trocas é regulada, portanto, antes de tudo pelo volume das necessidades sociais". Assim, se o crédito bancário faz parte de um mercado de crédito, o crédito pessoal é uma forma de crédito fora do mercado, nos termos que expliquei acima.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_583_48724816_354124.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saberes locais e a percepção de pescadores artesanais marítimos frente a instalação do Porto do Açú.

Paolla Correa Azeredo (UENF)

A pesca configura-se como atividade milenar praticada por diferentes povos em distintos territórios. No que concerne ao território nacional, a pesca artesanal representa importante atividade econômica com forte expressão sociocultural nas regiões litorâneas. Apesar das vulnerabilidades e afastamento dos produtores diretos em relação ao seu meio de produção em virtude dos processos de desterritorialização ocasionados, com frequência, por conflitos socioambientais, os pescadores artesanais continuam reivindicando a permanência nos territórios junto a manutenção da atividade pesqueira. O modelo vigente de desenvolvimento, com frequência confundido com crescimento econômico, tem sido direcionado pelo acúmulo de capital e contínuo fluxo de mercadorias, que traduz-se na presença de infraestruturas exógenas em territórios costeiros, por exemplo, a partir da implantação de grandes empreendimentos que compõem o sistema global de produção. Nesse contexto trago ênfase aos desdobramentos da relação de dissenso quanto uso e apropriação territorial pelo Porto do Açú, maior complexo portuário e industrial privado da América Latina, o qual teve suas obras iniciadas no ano de 2007 no 5º distrito de São João da Barra (RJ) com início das operações em 2014, e os pescadores artesanais oceânicos de Atafona, 2º distrito de São João da Barra. Apresento nesta comunicação resultados iniciais da pesquisa etnográfica desenvolvida desde 2023 no âmbito do curso de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Nela busco descrever e analisar a percepção de pescadores artesanais marítimos acerca da construção e impactos ocasionados pelo Porto do Açú. Assim, considerando as alterações diretas ocasionadas pelo empreendimento na atividade da pesca oceânica, investigo como os pescadores artesanais lidam com a presença do mega empreendimento portuário no território? Quais são as estratégias assumidas pelos pescadores para lidar com as alterações na atividade pesqueira advindas desta implementação? Tendo em vista a restrição da área de pesca, como se dá a atualização dos quadros de conhecimento em relação aos antigos e novos pesqueiros?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma “floresta oficial em uma paisagem social: a criação de Unidades de Conservação em Porto Belo/SC

Silvia Beatriz Mendonca (UFSC)

"Na região de Porto Belo, Santa Catarina, o processo de criação de reservas teve início no final da década de 80 e concretizou-se com a criação da Reserva Biológica Marinha do Arvoredo criada, através do Decreto Federal nº 99.142 de 1991. Esta inviabilizou algumas modalidades de pesca e a comunidade tradicional do Araçá viu-se obrigada abandonar esta importante área sob o risco de tornarem-se infratores da lei ambiental. Mais recente foi a criação da Área de Proteção Ambiental Ponta do Araçá através do Decreto 395 de 30 de Abril de 2008. Esta, ao demonstrar a importância daquele território para a comunidade tradicional em seu Plano de Manejo conseguiu assegurar maiores restrições em determinadas localidades auxiliando a preservação da própria comunidade em vista os conflitos presentes com as pessoas “de fora”.



As interferências ocorridas na região ao longo de cinco gerações levaram a modificar o modo de vida, de habitar, de ocupar o território e também as práticas de agricultura e pesca desta comunidade. Entretanto, a paisagem do Araçá, é natural e social ao mesmo tempo, é uma coisa só. Ingold (2000a) afirma que a paisagem é a expressão da relação entre os seres humanos e o meio ambiente e que não é um objeto estático, mas um organismo em movimento. A paisagem para os pescadores é mais do que uma representação simbólica, pois seus pesqueiros existem concretamente, e podem deixar de existir pelas restrições que as UC's podem impor, ou pela ação de outros empreendimentos que ganham existência concreta através de práticas de gestão e de restrição da relação dos pescadores com as ilhas do Arvoredo, ou com outras áreas, através de políticas públicas. Em minha pesquisa atual, tenho ponderado sobre o papel das Unidades de Conservação na sua modulação. Procuro em minha análise compreender a criação de Unidades de Conservação integralmente e como um fenômeno sociocultural específico, sendo, portanto, necessário considerar as suas múltiplas dimensões. Me auxilia nesta reflexão o conceito de fricção de Anna Tsing. Ao pensar as UCs como espaços de fricção, entendo que elas são espaços onde diferentes valores e práticas sociais se encontram e se confrontam. As UCs são criadas por meio de processos de negociação e conflito, e são constantemente moldadas por essas interações. Anna Tsing me provoca a questionar: como se impõe uma “floresta oficial em uma paisagem social? Como se constrói a paisagem da Comunidade do Araçá combinando seus morros, roças, barcos de pesca, peixes, ilhas, praias, mares e matos com Unidades de Conservação, navios, lanchas e urbanização? "

GT 017: Antropologia dos Resíduos

Os resíduos, comumente denominados “lixo”, têm sido foco de interesse crescente de diferentes áreas de conhecimento, incluindo a Antropologia. Os diversos sentidos e formas de tratamento que os resíduos assumem ao longo da história desvelam sua dimensão sociocultural. Se em determinados tempos e espaços foram compostos por elementos exclusivamente orgânicos, nas sociedades contemporâneas apresentam composições variadas, associadas aos diferentes modos de vida que inter-relacionam humanos e não-humanos e suas práticas de produção e consumo. Vistos atualmente como um problema ambiental capaz de comprometer a vida do planeta, os resíduos mobilizam diferentes agentes em disputas e negociações em torno de seus sentidos e destinação, permeados, por vezes, por relações desiguais de poder e regimes de (in)visibilidade. Considerando as potencialidades dos resíduos como objeto de pesquisa antropológica, este GT convida pesquisadores(as) a submeterem trabalhos que contemplem diferentes questões, tais como: o trabalho de catadores(as), tanto informais quanto organizados em associações, a formação de identidades coletivas mobilizadas em torno deste trabalho, os processos de ressignificação dos resíduos, as políticas públicas e projetos de gerenciamento e gestão, novas tecnologias, práticas de reutilização e reciclagem, os conflitos entre diferentes agentes envolvidos na produção e destinação dos resíduos, as interfaces entre resíduos e configuração do espaço urbano, entre outras.d

Coordenação

Viviane Kraieski de Assunção (UNESC), Simone Lira da Silva (UNILA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**Contratos de prestação de serviços executados por organizações de catadoras/es:
Configurações de inclusão perversa.**

Alexandro Cardoso (UFRGS), Cristiano Benites Oliveira (IFRS), Mario Ricardo Guadagnin (Pesquisador)

As/os catadoras/es são fundamentais para a reciclagem. Realizam 90% do trabalho envolvido na cadeia produtiva da reciclagem, entretanto ficam com apenas 10% das riquezas geradas (MNCR, 2014; IPEA, 2013). No Brasil, priorizados pela Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2007) e pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS, 2010), cooperativas e associações de catadoras/es têm sido contratadas pelos municípios para prestação de serviços. Entretanto, há significativas diferenças, que vão desde obrigações e sanções impostas, até o pagamento ou o não-pagamento pela prestação de serviços. Neste trabalho analisaremos dois casos de contratação com organizações de catadoras/es em duas cidades, Cruz Alta e Porto Alegre, ambas no Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, serão utilizados os aportes dos estudos em antropologia dos resíduos na perspectiva intersubjetiva pós-humanista, que focam nos temas de descarte e desperdício do trabalho das/os trabalhadoras/es, cujas identidades estão fortemente ligadas aos resíduos (Millar, 2018). O desperdício desta categoria de trabalhadoras/es, por meio de processos de inclusão perversa que os/as mantêm sujeitos à precarização de suas vidas e de sua atividade produtiva, influencia nos encontros mais gerais com materiais descartados que acontecem quando separamos os resíduos recicláveis (Hawkins, 2006, 2018), ou nos encontramos inesperadamente com emaranhados de resíduos nas ruas e avenidas. Isso é demonstrado em trabalhos etnográficos realizados em distintos centros urbanos: São Paulo (Rosaldo, 2016, 2022, 2024), Rio de Janeiro (Millar, 2018) e Porto Alegre (Cardoso, 2022), em que a educação ambiental, a coleta seletiva, a triagem e destinação adequada contribuem para a transformação dos resíduos em materiais recicláveis. Pois, a catação e reciclagem não são apenas um trabalho, mas uma “forma de vida”, uma forma de ressignificar os resíduos, que é muito mais amplo do que uma forma simples de sobrevivência e geração trabalho e renda (Dias, 2016), mas uma prática ligada intimamente às mudanças climáticas, aos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), a outra forma de fazer economia inclusiva, solidária e uma forma concreta de inclusão de trabalhadoras/es excluídos socioeconomicamente, garantindo-lhes, para além da sobrevivência, a dignidade enquanto trabalhadoras/es. A metodologia, de caráter qualitativo, será realizada através de uma interpretação comparativa entre os contratos de prestação de serviços manejo de resíduos executados por cooperativas populares de reciclagem em Porto Alegre e Cruz Alta, por meio de análise documental e da modalidade de “pesquisador que vem de dentro (Cardoso, 2022).

Palavras chave: Catadoras/es. Contratos de prestação de serviços; Inclusão, Inclusão Perversa

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_027_07758482_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reciclagem para quem? Diálogos sobre atuação de catadores autônomos e políticas de inclusão em Belo Horizonte (MG)

Ana Paula da Costa Assunção (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE), Juliana Teixeira Gonçalves (UFMG)

Belo Horizonte é uma cidade conhecida historicamente pela trajetória de inclusão de catadores na política pública de gestão de resíduos e inclusão social de grupos organizados em cooperativas e associações de catadores (Jacobi & Teixeira, 1997; Dias, 2002). Diante da falta de políticas públicas e sistemas que possam incluir os catadores que não fazem parte de grupos organizados e se situam em uma zona de conflito constante. Este artigo tem como objetivo discutir os conflitos urbanos existentes no contexto da coleta de reciclagem nas ruas por catadores autônomos e apontar aspectos relacionados ao racismo ambiental vivenciado por esses trabalhadores. A atuação dos catadores de materiais recicláveis tem a rua como principal espaço de trabalho, tanto para aqueles que trabalham de forma independente quanto para os que fazem parte de organizações coletivas. É nesse espaço urbano que se estabelecem as interações, especialmente com a população local. Essa interação é característica da rua como local de convivência entre as pessoas nas cidades (Lefebvre, 1999). Os conflitos resultantes da atuação de catadores nas ruas se manifestam principalmente nas disputas entre catadores autônomos e em confrontos diretos com os residentes locais e também com o poder público. O estudo sobre os conflitos socioambientais urbanos que tange a atividade de catador de material reciclável na cidade de Belo Horizonte permitiu identificar estratégias para compreender os conflitos de forma mais aprofundada e buscar subsídios para fomentar novas políticas públicas para inclusão de catadores organizados e individuais.

Palavras chave: conflitos socioambientais, gestão de resíduos, racismo ambiental

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_879_5552550_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Transtis trópicos: de volta à ilha de “Serei.a.descartada”

Ariska Derù da Costa Lopes (UFAM)

A natureza é uma ilha de descarte, desrespeitada. Uma joia roubada, assim como o meu corpo. Da natureza, do lixo e do descarte vem a força de criação. É da imaginação que me foi passada pelos meus ancestrais que faço possível derrubar o que foi importado como concreto. Aos que não conhecem nosso poder, não se espantem, o lugar de exílio virou o de retomada. Os clássicos me pedem para que eu me divirta com seus títulos, considerando suas intenções questionáveis e fiadas por poderes nada ocultos. Não é reparação, é apenas gargalhar historicamente, um exercício daquilo que ouvi da boca mágica de uma yalorixá em uma tarde cheia de axé e cura, “brincar é urgente”. Aqui, nesse trópico ficcional e catártico, não há nada de triste. Qualquer lágrima é antes de tudo a seiva quente de uma semente contrabandeada, profanada, descartada e reciclada para, então, ser importada. Imposta a si, submissa e subalterna ao Outro que não é si, mas em si se aloja e implode, enquanto construção identitária programada a um padrão dentro de um [c]sistema-mundo social. O curta foi lançado em 2022, concebido durante a

primeira edição da residência artística Plataforma Ribanceira, ao presente diálogo buscamos olhar essa obra audiovisual como um texto posto em tensão com os autores, assumindo como pré-requisito que “a busca por ordem pode obstruir a visão de uma desordem produtiva”. A fim de desobstruir e desembaraçar minimamente as afetações em atravessamento corpóreo, realizamos pesquisa documental, revisão bibliográfica e análise de conteúdo. A presente obra trata-se também de um registro processual maior, ou até mesmo em processo, como um eterno devir, visto que marca para a autora que vos fala um momento importante nas minhas transições, à época eu estava não-binária, hoje sou travesti. Dessa forma, o objetivo deste ensaio se faz estabelecer diálogos entre o curta e as leituras empreendidas durante a disciplina de Antropologia das Relações de Gênero, a fim de fomentar uma etnografia sobre a protagonista Sereia e seus tensionamentos discursivos sobre questões de gênero, corpo, identidade e necropolítica. Nossa desordem também busca considerar outro ponto importante no que diz respeito às possibilidades ao se trabalhar com pesquisa e o audiovisual, sendo uma delas gerar discussão a respeito de que “um dos problemas de se disseminar o conhecimento somente por meio textual é que isso pode ser exclusivo e excludente (idem). Além disso, visto que “a performance revela aquilo que, muitas vezes, os textos silenciam” (MARTINS, 2021, p. 47), tal diálogo aponta uma reescrita de narrativa, na qual as existências destoantes às regras impostas pelos muitos mecanismos normativos podem forjar seu protagonismo, assumindo os muitos lugares de exílio e de descarte como retomada em potencial.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_783_17656413_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ruy Frazão Sustentável: ativismo e gestão de resíduos em um conjunto habitacional do Recife (PE)

Caroline Soares de Almeida (UFPE), Adriana Eidt (UFSC)

Em setembro de 2023, foi implementada em um conjunto habitacional do Recife (PE), por meio de uma oficina com moradoras e moradores, a tecnologia social de "Gestão Comunitária de Resíduos Orgânicos", desenvolvida pela Revolução dos Baldinhos. Esse método não se concentra apenas na redução do descarte de resíduos em aterros sanitários por meio da compostagem termofílica, mas também na construção de um projeto de desenvolvimento econômico e social pensado a partir das demandas apontadas pela comunidade - nesse caso, constituída, em sua grande maioria, por mulheres mães solo. O local escolhido é resultante de reivindicações por moradia digna do Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB), e foi entregue em abril de 2023 a 336 famílias. Importante salientar que esse empreendimento tem caráter inovador, já que foi o primeiro, em todo o país, na modalidade Minha Casa Minha Vida Entidades. Esta proposta consiste na apresentação dos aspectos iniciais da etnografia que está sendo realizada em paralelo a concretização do Projeto Ruy Frazão Sustentável.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mega centrais: a invisibilidade das/os catadoras/es na concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos no Brasil

Cristiano Benites Oliveira (IFRS), Mario Ricardo Guadagnin (Pesquisador), Alexandro Cardoso (UFRGS)

Os processos de concessão de serviços de manejo de resíduos sólidos em andamento no Brasil, com objetivo de sustentabilidade financeira e ampliação da prestação de serviços, configuram-se em novas formas de inclusão perversa e de apagamento de catadoras/es de materiais recicláveis. Com observação de diferentes situações no país, principalmente em Porto Alegre - RS, Belém - PA, Tangará da Serra - MT e Cuiabá - MT, faz-se uma análise de contexto empírico para o textual com contribuições de como manter acesa a chama de permanência de catadoras/es nestes projetos de concessão. As propostas em discussão privatizam os serviços na modalidade de Parceria Público Privada (PPPs), sob a interpretação da novíssima legislação de saneamento básico com o esquecimento da legislação de resíduos sólidos, em especial da necessidade de participação de organizações de organizações coletivas de catadoras/es como as cooperativas e associações que são as/os principais agentes na gestão dos resíduos no tangente da reciclagem, transformando-as/os em mero coadjuvantes. A abordagem da antropologia econômica introduziu o binário: desperdício e valor, nessa perspectiva analítica, proposta pela teoria do lixo de Michael Thompson (1979, 2017), há a compreensão de que na circulação de resíduos entre diferentes regimes de valor, focada nos valores mutáveis dos resíduos e não na poluição ritual, explora a dinâmica através da qual os resíduos podem voltar a entrar em circulação como um a mercadoria valorizada, revelando consequências da compulsão de consumir e descartar desenfreadamente, que estão longe de ser inevitáveis, explorando um olhar antropológico sobre rejeitos humanos, que por um lado os vê como resíduos problemáticos e por outro como recursos valiosos, dependendo onde estão e principalmente nas mãos de quem os manipula. O objetivo deste trabalho é a identificação e o reconhecimento de novos mecanismos tecnoburocráticos que associam Estado e Capital em processo de exclusão de catadores e catadoras nos contratos de concessão do manejo de resíduos, por períodos de 25 à 35 anos, para grupos empresariais privados com implantação de mega centrais de triagem. Por meio de pesquisa qualitativa, será realizada a análise de documentos oficiais, de relatos de situações e de análise de notícias veiculadas nos sites oficiais dos municípios e efetuam-se as interpretações dos mecanismos perversos de exclusão e invisibilidade das/os catadoras/es.

Palavras chave: Catadoras/es de materiais recicláveis. Contratos de Concessão; Inclusão Perversa; Despossessão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_216_46141138_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Urbanos mais que humanos: resíduos, catadores, coleta e catações na perturbação de São Paulo

Daniel Laerte Segetti Luchini (FER)

No último relatório da International Solid Waste Association estima-se que a geração de resíduos sólidos urbanos no mundo aumentará todo ano, passando de 2 bilhões de toneladas por ano, em 2016, para 3,4 bilhões de toneladas em 2050. Estudos censitários realizados na cidade de São Paulo demonstram que a principal atividade de subsistência de pessoas adultas em

situação de rua é a coleta de materiais recicláveis, muitos provenientes do lixo urbano. Contextualizada no debate sobre as urgências ecológicas do Antropoceno e informada por abordagens antropológicas sobre resíduos sólidos, este projeto de pesquisa propõe realizar um estudo etnográfico com coletores não cooperados de materiais recicláveis em situação de rua do centro da cidade de São Paulo. O enfoque recai sobre as relações humanas e mais que humanas que podem ser encontradas nas interações com o lixo urbano, enfatizando as modalidades de ação e territorialidades dos coletores. Nesse sentido, propõe-se uma pesquisa etnográfica com ponto de partida em um ferro-velho específico onde se compram tais materiais, buscando cartografar a itinerância desses coletores, gestos e circuitos de coleta e troca de materiais recicláveis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_636_09461482_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma análise antropológica sobre os resíduos: materialidade e agência no cenário urbano

Elissa Paiva Alexandre Ferreira de Lucas (UFRJ)

Neste trabalho, me proponho a dialogar com as discussões teóricas da antropologia sobre resíduos, agência e materialidade com um recorte de minha pesquisa de mestrado. O objetivo geral da pesquisa é entender como os garis da Comlurb (Companhia Municipal de Limpeza Urbana), da cidade do Rio de Janeiro, desenvolvem resistência física e mental para se adaptarem ao trabalho envolvendo os resíduos urbanos. Aqui, o interesse de análise também será um outro agente que se faz presente de forma marcada pela paisagem urbana: o lixo. Neste estudo, priorizo e delimito algumas das referências que mencionam a multiplicidade de problemas advindos da produção e alocação dos resíduos. Nessa investigação, destaco algumas contribuições teóricas que abordam temas como significado, circulação, assimilação e transformação dos resíduos sólidos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_950_39383913_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

À caminho da intimidade: notas sobre o sacrifício e a dominação nas economias "arcaicas"

Gabriel Barbosa Teixeira (bolsista)

Em "O Ensaio sobre a dádiva", obra magistral de Marcel Mauss, o antropólogo, discípulo de Durkheim, finaliza seu texto com considerações esperançosas acerca de uma "retomada do arcaico" que pudesse, recuperando noções das "economias dispendiosas", fizesse frente aos limites do individualismo ocidental que vigorava em sua época. Não obstante, o autor não deixou de salientar certa ressalva, observando que os regimes da dádiva eram "excessivamente dispendiosos" e que, tendo em vista a permanência de valores suntuários ainda entre os ocidentais, como nas "ostentações do homem rico", é de se pensar se "está bem que assim seja". É partindo dessa reticência que pretendo aqui cotejar as considerações das "sociedades do dispêndio" analisadas por Mauss, com o problema da "Duração", tal como elaborado por Georges Bataille em "Teoria da Religião". Ali, como pretendo argumentar, Bataille aponta para

uma ânsia presente na maior parte das configurações religiosas em domar aquilo por ele denominado como "intimidade". Analisando cuidadosamente sua fenomenologia, veremos como Bataille vê na economia do sacrifício, típica das sociedades do "potlatch", uma forma de dispêndio que faz frente aos ditames da razão liberal, mas que também não deixa de lançar o homem à posição de objeto, ou mais especificamente, de objeto que "dura", que se fixa e se distingue, ou seja, que nomeia-se enquanto coisa "útil", e doravante nega à si próprio o livre fluxo da intimidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lixeiras, Lixões e Aterros: Dinâmicas de uma etnografia de documentos sobre o aterro sanitário da cidade de Manaus.

Israel Pinheiro Matos (UFAM), Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (UFAM)

: O Aterro sanitário da cidade Manaus, no quilometro 19 da estrada AM010, foi construído em 1986, após uma CPI do LIXO realizada durante a gestão do prefeito Amazonino Mendes (1983-1986), sofrendo diversas reformas ao longo dos 38 anos de funcionamento. O presente trabalho tem o objetivo compreender a dinâmicas discursivas e práticas sociais no desenvolvimento do Aterro Sanitário da Cidade de Manaus, ao longo dos últimos 40 anos, através de reportagens, documentos e entrevistas, que construíram sentidos sobre o lixo na cidade de Manaus. Lidar com o lixo e com resíduos sólidos é umas das principais preocupações políticas das cidades pós-industriais (RIAL, 2016), dessa forma compreender como as articulações e argumentos em um regime histórico particular, produzem sentidos, permeiam o imaginário e a memória de uma cidade como Manaus. Buscamos nesse trabalho aprofundar o debate de uma etnografia dos documentos (FERREIRA & LOWENKRON, 2014) (VIANNA, 2016), tendo em vista que reportagens, arquivos e entrevistas publicizadas contém a possibilidade de interpretação e compreensão de práticas sociais que vão delimitando e configurando o espaço urbano, mobilidade e limites possíveis dentro de uma cidade. Para tanto, usamos como fio condutor documentos públicos do Acervo Digital e da Hemeroteca da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, entre os anos 1980-2014, também foram utilizados vídeos e reportagens de jornais de 2014-2022 sobre o aterro sanitário.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_946_88192742_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas etnográficas sobre a agencia de catadores e catadoras de recicláveis no carnaval de Salvador

Joelma Cristina de Lima Antunes (UFBA)

Um dos grandes problemas que a humanidade tem enfrentado na atualidade refere-se a emergência das mudanças climáticas, que atinge de diferentes formas as populações do globo inteiro. O diálogo em torno do Antropoceno tem organizado e reorganizado uma série de reflexões e problematizações, nos desafiando a olhar para essa agenda climática de outros lugares. O "lixo", como popularmente é denominado, ocupa um lugar expressivo na agenda internacional das pesquisas, tornando-se agente e agenciador de diferentes disputas em torno

dos seus usos e sentidos e um campo frutífero de reflexão para a antropologia. Diante das problemáticas oriundas do grande volume e má gestão dos resíduos, fruto de um modelo de produção econômica predatório, proponho com esse trabalho, voltar o olhar para as mobilizações em torno dos resíduos, particularmente, para o trabalho e a agência dos/as catadores/as de materiais recicláveis, tendo como palco o carnaval de Salvador. Estes atores prestam um serviço essencial para a manutenção da vida em sociedade e para mitigação dos impactos socioambientais, na medida em que reinventam através da reciclagem e bricolagem, formas outras de lidar e co-existir com os resíduos produzidos no dia-a-dia, sem, no entanto, receberem a devida remuneração e reconhecimento pelos serviços prestados. Por sua vez, o carnaval de Salvador apresenta um cenário privilegiado para observar a complexa teia de relações que permeiam as disputas pela produção, circulação e gestão dos resíduos sólidos, onde atores como: as cervejarias, as cooperativas, catadores-autônomos, usuários e os atravessadores, encontram oportunidades de atuação e geração de renda. A partir de observações e imersões realizadas em campo, entre os anos de 2020 e 2024, onde pude acompanhar parte das ações desenvolvidas pelo projeto "Eco-folia solidária: O trabalho decente, preserva o meio ambiente", pretende-se refletir sobre os regimes de visibilidade e invisibilidades que atravessa essas redes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Inclusão de catadores de materiais recicláveis em sistemas de coleta seletiva municipais: proposições teórico-práticas para construção de novas alternativas

Juliana Teixeira Gonçalves (UFMG), Larissa Sousa Campos (UFV)

O surgimento das primeiras experiências de inclusão de catadores em sistemas de coleta seletiva acontece há cerca de três décadas. Reflexões críticas sobre como esses sistemas vêm se desenvolvendo podem contribuir para o avanço e aperfeiçoamento dessas estratégias. O estabelecimento das cooperativas e associações de catadores e o surgimento do movimento social organizado, desde 2001, em torno do MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis), representam um avanço para a categoria de catadores, demonstrando o crescimento e consolidação do trabalho de catação desde então. Com base nos resultados de pesquisas-ação, realizadas em cooperativas e associações de catadores, bem como em experiências dessas cooperativas com catadores autônomos, este artigo tem como objetivo fornecer contribuições conceituais para o aperfeiçoamento teórico dos modelos de inclusão. Essas contribuições se desdobram em recomendações operacionais visando à melhoria das políticas públicas vigentes no que diz respeito à inclusão de catadores na cadeia produtiva da reciclagem, tanto do ponto de vista da coleta seletiva como de política pública. Nesse sentido, serão discutidas duas concepções sobre o trabalho de catadores de forma mais detalhada. A primeira refere-se ao entendimento de que as pessoas que sobrevivem do trabalho de coleta, separação e comercialização de materiais recicláveis, trabalham em condições precárias, muitas vezes sem remuneração ou recebendo um valor baixo pelos materiais coletados. Por outro lado, há o reconhecimento de que a organização do trabalho dessas pessoas a partir de uma perspectiva coletiva, em cooperativas e associações, resulta na melhoria das condições de trabalho e, em alguns casos, no aumento da remuneração dos catadores. Esses entendimentos

definem um modelo de inclusão que, contraditoriamente, acaba por reproduzir a exclusão. Este artigo apresenta uma proposta de categorização dos modos de inclusão de catadores: inclusão confinada, inclusão ampliada e inclusão híbrida. A argumentação passa pela expansão da categoria “inclusão para além da dualidade usual rua/galpão ao mesmo tempo que qualifica as ações práticas de inclusão e suas limitações. A proposta do artigo é trazer à tona a discussão dentro de um contexto onde muitos sistemas de coleta seletiva operam o mesmo modelo de inclusão há décadas, sem nenhuma avaliação ou adaptação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_840_47920623_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os carrinhos de resíduos na produção da cidade: etnografia de um instrumento sociotécnico popular

Maria Raquel Passos Lima (UERJ)

O trabalho apresenta uma reflexão etnográfica sobre um instrumento sociotécnico específico, os "carrinhos de resíduos", com o objetivo de analisar como estes são mediadores da criação de mundos urbanos populares. A partir de dois casos provenientes de duas pesquisas distintas, uma no Rio de Janeiro e outra em João Pessoa, discutimos o papel desse instrumento nas estratégias de ganhar a vida e nas práticas cotidianas de trabalhadores que atuam na coleta e comercialização de materiais recicláveis. Os casos descortinam os múltiplos usos e significados dos carrinhos em suas relações com corpo, subjetividade, projetos de vida, lógicas econômicas, estratégias políticas e dinâmicas urbanas. Os exemplos permitem refletir sobre modos de governo de camadas periféricas e formas contemporâneas de habitar cidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A inventividade de tecnologias sociais de (re)existência no exercício da coleta de materiais recicláveis em cidades do sul do Brasil

Mario Ricardo Guadagnin (Pesquisador), Viviane Kraieski de Assunção (UNESC)

O trabalho exercido por catadoras/es de materiais recicláveis nas ruas e avenidas nas cidades é o início da gestão dos resíduos sólidos urbanos. As catadoras/es de materiais recicláveis não são apenas coadjuvantes do gerenciamento integrado de resíduos sólidos, mas participantes efetivos do processo de gestão. Esta ação implica o reconhecimento de fontes geradoras, das rotas de coleta de resíduos, na busca por recicláveis nos contentores e lixeiras, a identificação dos materiais, a realização de acordos e parcerias com geradores de grandes volumes como redes de lojas e comércios nas partes centrais das cidades e a recolha e acomodação deles em diferentes mecanismos e instrumentos de armazenamento e transporte até o espaço de separação e triagem. Num período de cerca de 20 anos objetivou-se desenvolver o reconhecimento de tecnologias que possibilitam a coleta e o transporte dos resíduos sólidos domiciliares recolhidos pelos catadores de materiais recicláveis nas cidades de Criciúma - SC, Torres e Porto Alegre - RS. As observações realizadas nas ruas e avenidas de três cidades do sul do Brasil, com o acompanhamento de catadores/as que atuam de forma individual ou em pequenos grupos de membros da família, possibilitou o levantamento, por meio de registros fotográficos com a

prática de etnografia de rua e de etnografia de imagem, do reconhecimento de equipamentos que representam diferentes inventividades criativas como tecnologias de resistência e sobrevivência em meio à invisibilidade do trabalho exercido por catadoras/es.

Palavras chave: Catadores de material reciclável. Tecnologia social. Inventividade; (re)existência

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_401_65185824_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Eu foco em sair na rua e ser bem reconhecida” - Catadores de materiais recicláveis em luta pelo reconhecimento da sua estima social.

Matheus Braz Horstmann (Universidade Federal de Santa Maria), Carilo Marzari Machado (UFSM), Virgínia Susana Vecchioli (UFSM)

O presente trabalho trata dos conflitos sociais e morais que atravessam os catadores de materiais recicláveis em luta pelo reconhecimento de seu valor no espaço social. A análise funda-se numa pesquisa etnográfica em uma Associação de catadores localizada numa cidade interiorana do Estado do Rio Grande do Sul. A questão geográfica da localização marginal implica também na baixa dotação de capitais simbólicos desses agentes, disposições necessárias para competir no campo social da reciclagem. Para construir os dados da pesquisa utilizamos a descrição microscópica de distintas cenas paradoxais e eventos que permitiram dar conta dessas representações num nível analítico de proximidade com os catadores. Ao longo do processo de imersão etnográfica, a problemática social e moral do reconhecimento foi tensionada no conflito entre catadores e agentes da prefeitura com destaque para a disputa pela manutenção da sede das atividades de reciclagem. Consideramos que o acesso precário às disposições sociais mais valorizadas numa sociedade industrial explique a baixa dotação de capitais dos catadores e a sua condição de miséria social. Ainda assim, esta dimensão estrutural objetiva não tem peso determinante sobre a sua capacidade de agência coletiva. Pois, é no conflito com os agentes “externos que valorizam negativamente a identidade dos catadores que se reconstrói a estima pessoal e se disputam as categorias morais de reconhecimento da categoria dos catadores de materiais recicláveis como a autonomia, a solidariedade e o respeito à dignidade humana e a sua ocupação laboral.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres, Negras, Carolinas: uma perspectiva Afetiva, Teórica e Política sobre a atuação das catadoras de resíduos sólidos recicláveis do Moura Brasil e a luta por direitos.

Paulo José Rodrigues Monteiro (UNILAB)

A partir de um diálogo entre Carolina Maria de Jesus, por meio de sua obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada e mulheres negras catadoras de resíduos sólidos recicláveis integrantes da Associação de catadores/as do Bairro Moura Brasil, em Fortaleza – Ceará, este estudo se propõe a apresentar uma perspectiva Afetiva, Teórica e Política sobre a participação social das mulheres catadoras na luta por direitos em meio às contradições que vivenciam enquanto trabalhadoras que atuam para a manutenção de uma cidade habitável e sustentável sendo

moradoras de ambientes muitas vezes precários e desassistidos de políticas públicas. Além da escritora e compositora, dentre outras habilidades, Carolina Maria de Jesus e das mulheres catadoras, entrelaçam nosso referencial teórico aportes de outras/os intelectuais negras/os como a Arquiteta e Urbanista Joice Berth, a Antropóloga e Filósofa Lélia Gonzalez e o Engenheiro ambiental e Cientista político Malcom Ferdinand apresentando suas contribuições acerca da construção dos espaços urbanos e o direito à cidade, articulação entre gênero e raça em nossa sociedade e a abordagem interseccional entre ecologia e o pensamento decolonial antirracista confrontando a realidade vivida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_517_00205776_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nobres resíduos

Tatiana de Lourdes Massaro (INCT)

Embora o termo resíduo seja constantemente associado a significados como descarte, restos, ruínas e lixo, alguns destes resquícios desafiam essa lógica ganhando nobre relevância. O par residual composto por serragem de pau-brasil oriunda do feitiço de arcos de violino e seda feita com casulos descartados pela indústria convencional encontra-se nessa chave. Juntos eles compõem um vestido de alto custo feito por uma marca de moda têxtil reconhecida como sustentável que com uma gama de parceiros faz o que nomeia como "roupa viva". O encontro da marca com o vermelho do pau-brasil veio da pesquisa de uma das tintureiras naturais que lá atuou e que muito conhecia sobre música. Em suas investigações ela encontrou nos resíduos do feitiço dos arcos essa possibilidade, que depois é negociada e se transforma em parceria. Na etnografia que realizei pude conhecer mais sobre o feitiço dessa roupa e de algumas de suas parcerias, observando como resíduos tornam-se elementos vitais para essa moda, o que permite pensar reconfigurações sobre o modo como estes são entendidos, utilizados, disputados e desejados dentro desse circuito. Pessoas, florestas, espécies em extinção (como o pau-brasil), música, amoreiras, bichos-da-seda, tecidos e roupas estão envolvidas nestes entrelaçamentos. Nele diversas relações entre humanos e não humanos estão intrincadas, guardando nexos com paisagens atuais, onde alguns objetos de valor circulam como joias, a partir das e por entre contextos indelevelmente marcados por ruínas geradas pela época atual. Tal debate nos remete à etnografia e às análises da antropóloga Anna Tsing, nas quais os desejados cogumelos matsutake, oriundos de florestas arruinadas, circulam como joias no Japão. Neste sentido proponho pensar os resíduos a partir do campo que conheci e de debates que com ele se correlacionam. Palavras-chave: Resíduos, Moda, Sustentabilidade

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_549_80653508_611690.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reaproveitamento de materiais na elaboração dos desfiles das Escolas de Samba do Carnaval Carioca

Yuri Marcos Alves da Costa (UFF)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de reaproveitamento de materiais na confecção dos desfiles das Escolas de Samba do Grupo de Acesso do Carnaval do Rio de Janeiro. Partindo do pressuposto de que esses materiais já cumpriram seu papel de ilustrar o enredo ao longo do seu cortejo ritual uma vez e que, inicialmente, foram descartados, busco acompanhar como esses objetos são adquiridos, ressignificados e inseridos em um novo desfile, contando uma nova história, um novo enredo. Ano após ano, as escolas de samba levam para a avenida diferentes enredos, composto com diversos carros alegóricos e fantasias pensadas para contar uma determinada história. Passado o desfile, começa um processo de desmontagem desse carnaval para dar lugar ao próximo. Dentro dos barracões (lugar onde são elaborados os desfiles), os trabalhadores realizam uma triagem de materiais que podem ser reutilizados dos que serão descartados. Desses objetos descartados, como por exemplo pedaços de alegorias, esculturas, fantasias, tecidos, entre outros, surgem novas possibilidades de desfiles para Escolas de Samba dos Grupos de Acesso do Rio de Janeiro e, até mesmo, escolas de outras cidades e estados. Autores como Araújo (2008) e Barbieri (2012), assinalam que essa prática de reaproveitamento é bastante comum entre os Grupos de Acesso no carnaval. Entretanto, o que chama a atenção é a capacidade de ressignificação que esses objetos ganham em cada desfile. Nesse processo, os carnavalescos possuem a função de requalificar o objeto, ultrapassando os limites de seus usos originais (DEBARY, 2017) para serem usados novamente em uma nova narrativa. Sob esse ponto de vista, é possível atribuir a noção de valor biográfico (APPADURAI; KOPYTOFF, 2008) a essas esculturas. Segundo os autores, esses objetos possuem uma vida social e podem ser compreendidos seguindo sua trajetória de vida. Sendo assim, irei apresentar a vida social dessas esculturas e seus desdobramentos e ressignificações a partir de suas aparições nos desfiles das Escolas de Samba, tanto no Grupo Especial, quanto no Grupo de Acesso.

GT 018: Antropologia dos venenos

Substância que perturba ou interrompe o funcionamento do corpo, o veneno é tema recorrente em diversas etnografias. Sua identificação, a observação de seus efeitos, as artes do seu preparo e uso, e o conhecimento necessário para evitar ou desfazer seus danos compõem o universo técnico e conceitual de inúmeros grupos sociais. A substância aparece na caça e na pesca, na agropecuária e na guerra, em disputas ou desavenças, na medicina e em atividades mágico-religiosas. A capacidade de subverter a ordem da vida confere ao veneno eficácia simbólica, conectando-o à outras noções extraídas de uma ciência do concreto, como gostos, odores, cores e texturas. Temida e cobiçada, a substância também causa fascínio ou repulsa. A ambiguidade exige que o veneno seja manipulado exclusivamente por especialistas: xamãs, feiticeiros, rezadores, químicos, médicos, espiões. A substância tem origem ou é propriedade de certos animais, vegetais ou minerais, mas pode igualmente ser transformada pelos homens. Como sugere Lévi-Strauss, ao ser objeto de atenção e arte, institui conexões, limites e tensões nas relações entre os humanos e o ambiente. O GT “Antropologia dos venenos” pretende fomentar um diálogo que atravessasse as subáreas do conhecimento antropológico, para tratar de temas articulados ao mundo dos venenos: vida e morte, mito e rito, saúde e doença, economia e

alimentação, controle estatal e poluição ambiental, práticas científicas, além das relações entre seres humanos e outros-que-humanos.d

Coordenação

Luzimar Paulo Pereira (UFJF), Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCAR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pensando com a disrupção endócrina do meio ambiente: um diálogo entre os estudos feministas e sociais da ciência com os estudos queer e trans

Emília Braz (UFRGS)

Partindo de um breve comentário sobre as distinções e descontinuidades entre os status de gênero cis/trans (homem cis, mulher cis, homem trans, mulher trans), onde Donna Haraway (2023, p. 260) afirma se tratar de uma “lista enganosa, empobrecida e restrita”, a presente apresentação oral se propõe a complexificar as continuidades e descontinuidades entre diferentes status de gênero a partir do que a disrupção endócrina do meio ambiente pode contribuir para tal diálogo. Nesta apresentação, objetiva-se discutir as influências e os efeitos do que algumas autoras têm chamado de “um mar de estrogênio (Roberts, 2007), isto é, o aumento na circulação e contaminação do meio ambiente e dos corpos, humanos e outros-que-humanos, pelo estrogênio e os xenoestrogênios. Entre os agentes que se interessam e discutem tal tópico, é interessante perceber como a opinião de especialistas das mais diversas áreas, especialmente relacionados às questões ecológicas, e a opinião pública e não especializada tendem a concordar quanto aos perigos e riscos eminentes de tal contaminação, entre os quais a perda de masculinidade dos homens e a própria continuação da vida humana como espécie figuram como preocupações centrais. A perspectiva teórico-conceitual aqui assumida, proveniente dos debates feministas sobre a ciência e as discussões queer e trans sobre fronteiras de sexo e gênero, busca questionar a defesa de e a busca por, ou melhor, o retorno a um lugar menos tóxico onde tais fronteiras se apresentem como “realmente são”, estáticas e distintas. Nesse sentido, nos perguntamos quais possíveis caminhos e quais questões pragmáticas a disrupção endócrina do meio ambiente pode trazer aos debates sobre a cisgeneridade e a transgeneridade. Tal trabalho se configura como uma investigação inicial a ser desenvolvida durante a escrita do trabalho de doutorado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_792_75146861_393104.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Flechas envenenadas, corpos venenosos: uma toxicologia Karitiana

Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCAR)

Entre os Karitiana, povo indígena de língua Tupi-Arikém que habita sete aldeias no norte do estado de Rondônia, diz-se que as flechas com pontas lanceoladas feitas de taquara, apropriadas para a caça de grandes mamíferos, têm veneno. Um mito conta, inclusive, a origem deste veneno, fundada na íntima conexão entre as serpentes e as armas de caça: flechas são, de certo modo, cobras. Ademais, os Karitiana conhecem alguns outros venenos de origem vegetal

aplicados às pontas de setas. Não obstante, uma série de práticas dietéticas e técnicas corporais destinam-se a agir sobre os corpos dos caçadores, tornando-os, eles mesmos, envenenados. Parece haver, assim, uma comunicação intensa entre as potências predatórias dos homens e suas armas de caça: o que afeta uns afeta também as outras. A atenção a estas práticas relacionadas à alimentação, ademais, aponta para uma categorização do veneno como um gradiente que vai do eficaz ao mortífero, pois é preciso balancear o consumo de certas substâncias para que se obtenha um corpo (e flechas) envenenado e, portanto, eficiente na caça, sem correr-se os riscos de envenenar-se pelo excesso. Este artigo, assim, busca iluminar uma toxicologia da caça Karitiana - sua definição de veneno de caça, dos modos como eles são obtidos e de que maneiras são empregados no abate de suas presas. A noção de que a eficácia dos venenos depende não só do ato de envenenar armas, mas também de fazê-los nos corpos de seus usuários, ademais, convida-nos a repensar os próprios relatos indígenas acerca dos venenos de flecha.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conexões cosmopolíticas entre humanos, feitiços e seres outros-que-humanos

Jeferson Bastos de Souza (USP)

"Este ensaio parte de uma reflexão inicial de minha pesquisa no doutorado que tem como objetivo refletir sobre algumas implicações e pressupostos cosmopolíticos no que se refere ao tema da feitiçaria no contexto indígena. Por meio do Bahserikowi – Centro de Medicina indígena, de Manaus/Amazonas, onde se realiza a prática do bahsese (benzimento) de cura e cuidados do corpo, venho refletindo, tendo como base e aporte analítico/bibliográfico o trabalho de João Paulo Barreto (2018, 2021) sobre os aspectos relacionados aos Waimahsã. Barreto (2018) observa que os waimahsã além de possuírem condições e qualidades humanas, também dispõem de ponto de vista humano. Diante disso, nos resta pensar o que é “ser humano mediante a um contexto de vida altamente sofisticado e dinâmico. A feitiçaria enquanto teoria indígena sobre o humano (Vanzolini, 2015), engendra e levanta questões cruciais para pensar justamente nessas “humanidades outras que reatualizam o que entendemos como política e formas de existir. Logo então, me pergunto se seriam os waimahsã o meio pelo qual se torna possível refletir sobre o dohasepihagʉ - feiteiro, especialista praticante de dohase (feitiçaria), bem como, a própria feitiçaria, tendo em vista justamente a indeterminação do estatuto ontológico e político desses seres outros-que-humanos. Diante disso, tenho me debruçado na problemática de como que essa dinâmica cosmopolítica dos waimahsã, tal como elaborada por Barreto (2018; 2021), em conexão com o fenômeno da feitiçaria, ajuda a pensar o nosso mundo e nosso entendimento sobre o que é ser humano?

Palavras chave: Waimahsã; Humanos; Feitiçaria; Cosmopolítica

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_228_75056655_393104.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre venenos e remédios: sentidos xucuru-kariri acerca da cachaça

João Roberto Bort Júnior (Instituto de Pesquisa e Formação Indígena - Iepé)

Alguns povos indígenas no Nordeste do Brasil consomem a cachaça durante processos ritofestivos. Entre os Xucuru-Kariri, contudo, em especial entre os que habitam o Alto Rio Pardo, no sul do estado de Minas Gerais, a cachaça é totalmente proibida antes e durante as cerimônias fumadas e as festas ouricuri dentro da mata - o que não impede os indígenas de reconhecer o potencial de cura da bebida na área de habitação cotidiana, nos lugares mais exteriores à mata. Ou seja, em determinados contextos relacionais e territoriais da vida xucuru-kariri em Caldas, o poder corrosivo da cachaça aproxima-a dos agrotóxicos que adoecem o corpo mediante os alimentos adquiridos na cidade, mas, por outro lado, também a mantém relativamente próxima dos enteógenos que são igualmente classificados como remédio. A ideia do trabalho é explorar alguns sentidos em torno da bebida alcóolica, demonstrando que, em comparação ao seu consumo por outros povos indígenas no Nordeste brasileiro, ela se opõe apenas muito contextualmente às substâncias com poder de cura para os Xucuru-Kariri no Alto Rio Pardo. O problema, enfim, é o limiar entre as categorias de veneno e remédio em específicos processos de alcoolização.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_203_49541698_393104.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Luzimar Paulo Pereira (UFJF)

Em Urucuaia e entorno, “ofensa de cobra designa um ato cujo resultado é a inoculação de veneno no sangue de uma vítima por meio da “mordida ou “picada de uma serpente peçonhenta. A expressão evoca uma forma de violação, o resultado violento de um encontro entre corpos induzido pela cobra (o “bote”). Na região, os envenenamentos são entendidos como processos de composição espúria. Ao ser introduzida na corrente sanguínea e se espalhar através do sangue, a toxina da cobra destrói as relações que compõem o corpo: ela o desmembra, o degrada. A ofensa não afeta apenas o indivíduo vítima da picada. A degradação e o desmembramento fisiológico dos corpos correspondem à degradação e ao desmembramento dos agrupamentos domésticos, quando famílias constituídas em torno das casas (as unidades efetivas e afetivas de produção e consumo) podem se desarticular com a perda de seus membros devido à morte ou ao aleijamento. Na minha apresentação, pretendo discutir a qualidade dos venenos inoculados pelas serpentes, analisar seus efeitos no corpo humano e interpretar as atividades de cura mobilizadas pelos habitantes da região.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Alimentos espirituais, venenos e corpos femininos: notas de farmacologia rionegrina

Pedro Lolli (UFSCAR), Geraldo Andrello (UFSCAR)

Esta artigo proposta de apresentação explora as origens, as propriedades e o uso ritual de um conjunto de substâncias psicoativas entre os povos indígenas do alto Rio Negro. Partindo da gênese mítica do tabaco, coca (pó fabricado a partir de folhas de coca torradas), paricá e caapi (ayahuasca), buscamos inicialmente indicar a relação dessas substâncias com aspectos ou partes dos corpos femininos e seus poderes reprodutivos, sugerindo que podem ser tomados como verdadeiros pharmakon, isto é, podem funcionar tanto para proporcionar aumento de força vital como maleficiar e matar. Nesse sentido, seus efeitos são relacionados à prática de encantamentos

mágicas sopradas empregadas para provocar e curar doenças, o que nos permite colocar em evidência noções de força de vida, fala e sopro como meios pelos quais corpos afetam-se entre si.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A contingência na floresta e a produção dos venenos vegetais suruwaha

Priscila Ambrósio Moreira (Unicamp), Miguel Aparicio Suárez (UFOPA)

Os venenos são conhecidos em biologia como produtos do metabolismo secundário dos organismos. Até os anos 80 eram considerados "lixo fisiológico", pois não seriam essenciais à sobrevivência. Tais substâncias compõem a via fundamental da comunicação e sociabilidade entre as espécies. Sua produção e liberação são contingentes, em correspondência aos encontros na história de vida do organismo. O efeito não consiste de apenas uma substância, mas uma mistura que age em sinergia. As misturas não são fixas, mas variam em concentração e composição, e nos vegetais também diferem entre órgãos da planta e seus estágios desenvolvimento. Os venenos vegetais circulam na floresta, pois uma vez estocado no corpo dos insetos fitófagos, podem compôr a dieta de vertebrados, provocando alterações nos corpos ao longo da cadeia alimentar, como a plasticidade de cores nas pererecas. Ironicamente, são justamente estas substâncias, responsáveis por uma permanente negociação na floresta, que são alvo tanto da biopirataria, quanto de seu oposto, a salvaguarda do patrimônio genético. Ambos operam na lógica do isolamento de plantas e moléculas, apoiados em uma transcendência no papel do gene como informante-chave. Neste caso, as espécies e suas substâncias são entidades acabadas, e portanto, passíveis de cópia. Neste ponto compartilhamos a inquietação de Marilyn Strathern (2016): "como o mundo chegou a fazer com que tal defesa de uma apreciação das relações se tornasse necessária?" Esta questão tem nos atravessado ao longo da elaboração do livro "Alquimia na floresta, os Suruwaha e os venenos", resultado de um projeto de salvaguarda do patrimônio imaterial promovido pelo Museu do Índio (Funai) em articulação com a Unesco. Transitando entre etnografia e botânica, percorremos a pé um total de quase 100 km de trilhas florestais em itinerários vegetais guiados pelos Suruwaha, povo que habita o interflúvio Purus-Juruá, no sudoeste da Amazônia brasileira. Assim como a arte alquímica dos vegetais, o "naturalismo" suruwaha se faz em contato com a matéria viva, com intensa experimentação de diferentes teores de toxicidade, ensaios de novas misturas e mudanças nas preferências por certos vegetais que vivem em ambientes plenos de memórias coletivas e espíritos-cantores. Este enredo de transformação e alquimia, presente nas narrativas transmitidas ao longo de gerações, possibilitou a própria resistência coletiva, diante do panorama de alteridades perigosas que se faz presente na floresta. Tal concepção indígena, que tece redes de relações com sujeitos vivos na floresta, desafia a noção de salvar ou restaurar paisagens bioculturais, pois aponta em direção às relações e aos encontros, e não aos objetos ou espécies em si mesmos.

GT 019: Antropologia dos/nos Gerais

É um imperativo ético-político discutir criticamente o destino do saber científico e suas interações com outros sistemas de conhecimento. Vivenciamos um tempo em que aqueles que

foram e são olhados como o outro, o nativo do Sertão - e, assim, foram interpretados em termos da lógica e para os usos antropológicos dos de fora -, interpelam a ciência e seus agentes. Qual o olhar dos de dentro, viventes do Sertão dos Gerais, espaço territorial em Minas Gerais que possui tempo histórico e cultura diferenciada que se constitui na alteridade interna nesse estado? Duas perspectivas de abordagem interpretativa dialogam nesse exercício crítico: a daqueles originários da região de fronteira ou de povoados e de cidades dos Sertões descritos magistralmente por Guimarães Rosa e a daqueles que, como passantes, permaneceram por um tempo convivendo com os povos e comunidades que escolheram estudar. Nesse duplo caminhar, há as dúvidas que têm origem no fazer acadêmico e a devolução dessas dúvidas que são desafiadas por aquelas próprias dos que foram objeto de pesquisa, e questionam - desde a sua vivência histórica, social e cultural - o saber acadêmico. Nessa encruzilhada de saber antropológico, interessa a este GT contribuir para o diálogo entre essas vertentes, buscando compreender confluências e tensões, possibilidades de transformação do fazer acadêmico e elaborações dos sujeitos dos Gerais, em trânsitos ou interações com o campo acadêmico.d

Coordenação

Mônica Celeida Rabelo Nogueira (UNB), João Batista de Almeida Costa (Unimontes)

Debatedor(a)

Cláudia Luz de Oliveira (UNIMONTES), Alessandro Roberto de Oliveira (UNB), Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cantar a cidade, criá-la: uma cartografia afetiva de Pirapora/MG a partir da canção de Marku Ribas

Brenda K. Souza Gomes (UNB)

Marku Ribas foi um compositor, performer e músico norte-mineiro nascido em Pirapora-MG, cidade localizada no maior trecho navegável do que ficou conhecido como rio da integração nacional, o rio São Francisco. Destaco esse “lugar de gênese/nascimento não para aprisionar a minha leitura a esse lócus, mas para marcar que toda a composição de Ribas é atravessada pelos deslocamentos geográficos, afetivos, políticos e estéticos empreendidos pelo corpo artista que, invariavelmente, partem desse lugar e se fazem presentes no plano de composição de sua vasta produção musical ao longo dos anos de 1970 e 2013. A partir da leitura do espaço Pirapora/Gerais, nos termos que Marku o mobiliza, desejo propor nesta comunicação o esboço de uma cartografia afetiva que considere nos traços de seu desenho tanto as singularidades territoriais marcadas pelo artista quanto a sua plasticidade, isto é, a possibilidade de tomar esse espaço geográfico a partir de certo movimento de metamorfose ancorado na possibilidade do encontro. Marku inclui Pirapora, essa pequena cidade-passagem, no circuito da diáspora negra, desse modo, apreender os caracteres distintivos desse espaço passa pela compreensão dos movimentos, fluxos e encontros que o compõem. Dito em outros termos: existe uma cidade mapeada; do mesmo modo, existe uma cidade cuja cartografia se desenha fora e entre esse estado dado de mapeamento. Para empreender o movimento de leitura que proponho aqui, mobilizarei parte do vasto arquivo documental do músico – a partir de uma perspectiva

etnográfica – com intuito de mapear como documentalmente a cidade se inscreve (ou é inscrita por ele). Aliado ao arquivo documental, pretendo ainda analisar o álbum Barrankeiro, de 1978, objeto privilegiado nesta análise.

Palavras chave: Gerais. Pirapora/MG. Cartografia afetiva. Música. Marku Ribas

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Andanças na beira do rio e a poética das águas: Cavalos de Santo da História e a cosmopolítica vazanteira no sertão norte-mineiro.

Cledisson Geraldo dos Santos Junior (UFRRJ)

A racionalidade capitalista ao se manifestar sobre o meio ambiente interfere nas condições de (re)produção dos povos e comunidades tradicionais, haja visto que a degradação da natureza, da sua biodiversidade, e dos ecossistemas provocam a modificação das práticas de manejo e gestão dos recursos naturais, forçando a reorientação de estratégias que resultam nas constantes mobilizações e reivindicações por autonomia destas comunidades. No Brasil, neste exato instante, povos e comunidades tradicionais e povos indígenas têm seus territórios e modos de vida ameaçados pela atuação do Estado, por corporações transnacionais, pelas monoculturas do agronegócio e por megaempreendimentos como a mineração e o hidronegócio. Entre estas comunidades violentadas estão os vazanteiros da Ilha de Pau de Léguas, quilombolas ribeirinhos, do extremo norte de Minas Gerais, que tem o seu território às margens do Rio São Francisco e sobreposto pelo Parque Estadual da Mata Seca, uma das condicionantes ambientais da segunda etapa de expansão do projeto Jaíba, o segundo maior perímetro irrigado em área contínua do mundo. A luta por liberdade, dignidade e manutenção dos seus território e modos de vida, são as tônicas da conflituosa relação destas comunidades com o Estado brasileiro. Há séculos, se instalou em seus corpos e territórios um campo de batalha racial, que, como acontecimento, nos permite apreender a partir das suas lutas, a criação no aqui e agora do contraponto radical a violência racista promovida pela colonização. Partindo da compreensão de que o território vazanteiro é resultado de inúmeros agenciamentos, fruto da fratura colonial, conceitos-chave serão mobilizados para a coesão desta comunicação como territorialidade, contra-colonização, cosmopolítica, ecosofia, cavalos de santo e catástrofes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A “pecuária geraizeira e a conservação da biodiversidade no Cerrado no Norte de Minas

Igor Simoni Homem de Carvalho (UFRRJ)

A criação de gado bovino foi fundamental na ocupação do interior do Brasil e na formação do campesinato dos biomas Cerrado e Caatinga. Nos cerrados do Norte de Minas, o gado se configura como elemento central na cultura, na economia, no manejo dos ecossistemas, no modo de vida e na territorialidade do povo tradicional denominado Geraizeiro. Entretanto, nos estudos e debates sobre a conservação da biodiversidade na região, o gado representa um “tabu”, pois a ele são atribuídos grandes impactos, mas praticamente inexistem estudos que demonstram e mensuram estes impactos. Neste artigo, apresento elementos que demonstram a possibilidade de conciliação da criação de gado praticada no “Gerais – aqui denominada

“Pecuária Geraizeira – com a conservação da biodiversidade no Norte de Minas, sugerindo ainda uma agenda de pesquisas relacionadas ao tema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caminhos das águas: a produção dos brejos e das culturas

Isabela Martins Itabaiana (cnpq), Flávia Maria Galizoni (UFMG), Aureo Eduardo Magalhães Ribeiro (professor)

No gerais, na margem esquerda do Alto rio São Francisco, Semiárido mineiro, as fontes de água foram e são delimitadoras de territórios e de soberania alimentar durante épocas de cheias ou de secas. Das chapadas aos mananciais, as populações generalistas criaram e criam domínios agrários e habitações mediadas pelo acesso à água. Nesta região, formas de insurgências, os brejos, tiveram papel fundamental no provimento das famílias, na criação de modos de vida e de sistemas de produção de alimentos baseados no uso comum de terra e águas. Os brejos são agroambientes socialmente construídos e categorizados a partir do conhecimento tradicional sobre a natureza. Entretanto, políticas de modernização da agricultura baseadas nos princípios da revolução verde, implantadas na região a partir da década de 1970, foram responsáveis por expropriações de acesso às águas e às terras tradicionalmente ocupadas por agricultores familiares; concomitantemente, cenários de mudanças climáticas, fomentados pelos padrões de produção e consumo de recursos da natureza instituídos, agudizaram questões socioambientais vinculados à morte e secamento de mananciais. Comunidades rurais precisaram se reorganizar para lidar com as mudanças impostas, buscaram então criar narrativas, técnicas e formas de ocupar o espaço geográfico e enfrentar os conflitos socioambientais, resistindo e compartilhando seus saberes e fazeres sobre as águas. É neste sentido, e com base na perspectiva teórica-conceitual de ciclos hidrossociais, que este trabalho apresenta resultados preliminares de pesquisa de dissertação cujo objetivo geral é compreender como as mudanças sociais e climáticas impactam as populações tradicionais que constituíram seus modos de vida a partir da convivência com os brejos, em comunidades rurais do gerais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_086_28230214_769718.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Performances teatrais nos Gerais e outras expressões das territorialidades geraizeirinhas

Jonielson Ribeiro de Souza (Escola Estadual de Ensino Médio)

Este trabalho apresenta reflexões sobre as relações entre performances teatrais e outras formas expressivas de crianças e adolescentes geraizeiras com os modos de ser e viver de suas comunidades em contextos de conflitos socioambientais. É resultado de pesquisa de doutoramento do autor, realizada entre março de 2019 e outubro de 2023, nas comunidades Água Boa 2, Baixa Grande, Moreira e Sobrado, todas do município de Rio Pardo de Minas (norte do estado de Minas Gerais). Dezenas de comunidades rurais da região, como estas, vivenciaram processos de expropriação territorial desde os anos 1970, quando seus territórios foram invadidos por monocultivos de eucalipto, o que as colocaram numa situação de encurralamento. A partir dos anos 2000 várias dessas comunidades começaram a se organizar

em prol da retomada de seus territórios e de seus modos de vida tradicionais. Tais processos de luta envolvem atos performáticos, sejam artísticos e culturais, sejam ritualísticos e/ou de resistência que, de alguma forma, envolvem corpos e vozes das crianças, adolescentes e jovens do lugar. Aliando etnografia e teatro, a pesquisa buscou entender como se dá o envolvimento das crianças e adolescentes nesses processos e como tais relações seriam expressas em performances teatrais executadas pelas mesmas, o que faz com que denominemos tal proposta metodológica como uma etnografia performativa. Tal denominação resulta da compilação de diferentes bases teórico metodológicas adotadas no trabalho, como a da pesquisa guiada pela prática, do etnoteatro e da etnografia propositiva. Para isso, a participação observante propiciada pela vivência do autor nos processos de luta ou eventos do cotidiano, aliada a práticas como caminhadas pelos territórios, somam-se às oficinas de iniciação teatral para crianças e adolescentes ministradas pelo autor nas comunidades foco do trabalho. O sentido de performance aqui desenvolvido vai ao encontro de perspectivas que percebem os atos performáticos enquanto processos capazes de gerar transformações, sejam individuais ou sociais, transitórias ou permanentes, tanto em quem os executa como em quem os assiste. As análises constataam que as performances executadas, além de expressarem territorialidades próprias das pessoas de tenra idade, demonstram capacidade de proporcionar as mesmas um aprofundamento dos vínculos com os processos de luta de suas comunidades. Por outro lado, para além do teatro, as formas expressivas dessas territorialidades geraizeirinhas são acionadas nos mais diferentes espaços de convivência dos pequenos, como a escola, eventos religiosos e culturais e caminhadas, sendo capazes de ampliar a difusão dos aspectos relacionadas às percepções sociais da territorialidade e identidade geraizeira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_222_20781825_769718.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias das águas e territórios: as migrações dos atingidos por barragens e as Bahias que habitam Pirapora (MG)

Jordhanna Neris Sampaio Cavalcante (UNB)

Este trabalho compõe um estudo etnográfico mais amplo sobre as trajetórias e histórias de vida de famílias baianas que migraram para Pirapora (MG) durante a década de 1970, em razão da construção da Barragem de Sobradinho (BA), erguida no período ditadura civil-militar no Brasil. Emaranhada nas malhas do “progresso do sertão”, a cidade mineira situada à margem direita do rio São Francisco – no limite de seu maior trecho navegável – já era uma passagem conhecida pelos migrantes da região nordeste nesse período de êxodo baiano, em 1970, e experimentava um promissor crescimento industrial produzido pelos investimentos da SUDENE nas gerais. Os fluxos de pessoas entre Juazeiro (BA) e Pirapora (MG), cidades que limitam o médio São Francisco, ilustram esses trânsitos recorrentes e conhecidos entre essas duas regiões. Nesse contexto, o interesse é compreender os processos percorridos desde a recepção da notícia sobre a construção da barragem à escolha do município norte mineiro como destino e a permanência nesse lugar. Dessa maneira, com o intuito de desviar do binômio causa-consequência, a pretensão é analisar etnograficamente a cidade de Pirapora (MG) como integrante de circuitos comunicativos e de parentesco formados no curso do São Francisco, cujo

histórico de interações pode ter atravessado a escolha e agência das famílias migrantes diante do impasse causado pela construção da barragem. Tomando, então, a etnografia como mote deste trabalho, lanço mão da abordagem da história de vida, além de recursos como questionários fechados para mapeamento do campo, e entrevistas semiestruturadas para entender a genealogia das famílias migrantes e como elas construíram suas trajetórias, perante contingências, flexões históricas e contextos migratórios. Em suma, dada a relevância da cidade no contexto da construção de “grandes obras para o desenvolvimento e modernização nacional, esta proposta de pesquisa-trabalho tem a intenção de dilatar o campo etnográfico das migrações e parentescos a partir das trajetórias e histórias de vida desses sujeitos, registrando as narrativas que, embora não habitem largamente a história oficial ou as investigações antropológicas nessa região, compõem as dinâmicas formativas do Brasil no século XX.

Palavras chave: Pirapora (MG); gerais; parentesco; fluxos migratórios MG-BA

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A emergência do Rio como sujeito e suas implicações teórico-metodológicas: Recortes do conflito ambiental do projeto da UHE Formoso no curso médio do Rio São Francisco

Mauro Toledo Silva Rodrigues (UNIMONTES)

De uma forma mais crítica, os conflitos ambientais podem ser compreendidos enquanto uma disputa de “mundos”, em que o mundo ocidental hegemônico e sua visão de mundo entre em guerra com o mundo ribeirinhos, configurando uma verdadeira “guerra de mundos (LATOURET, 2002). É preciso ressaltar que no caso latino-americano, essa guerra de mundo está sendo travada por populações subalternas marginalizadas desde a inauguração das colônias com a invasão dos impérios europeus. A configuração e constituição destes mundos operam a partir de ontologias distintas. No caso do conflito ambiental instalado pela megaprojeto da UHE Formoso, povos ribeirinhos reivindicam o “rio vivo ou mesmo o “rio livre em contraposição às implicações que serão causados a ela caso a UHE seja construída. Nesse sentido, o rio está presente em seus mundos enquanto uma pessoa mais que humana, detentora de agências que estruturam suas realidades e interconexões com o ambiente sicionatural, sendo o rio considerado um ser vivo, um “parente segundo os ribeirinhos que pude conversar. Por outro lado, o Estado e os empreendimentos figuram o rio enquanto um “recurso natural”, um “objeto da natureza obtuso, passível de ter seu “potencial energético extraído em prol do progresso e do bem comum. Munido desse instrumental analítico-metodológico, recorro aos meus dados primários coletados em trabalhos de campo junto aos povos do médio rio São Francisco para compreender alguns pontos que podem avançar com o campo de estudos dos conflitos ambientais e também no auxílio de possíveis caminhos de superação da crise ecológica no mundo ocidentalizado enfrenta: i) Qual a contribuição da incorporação da cosmovisão ribeirinha para a interpretação dos conflitos ambientais, sobretudo no que diz respeito a construção da UHE Formoso; ii) Como o rio se configura em sujeito e agente no mundo ribeirinho?; e iii) Como podemos pensar “desenvolvimento e conservação ambiental a partir destes povos?

GT 020: Antropologia e Alimentação: interculturalidade, saberes críticos e desafios contemporâneos em contextos de luta por direitos

O primeiro GT sobre o fenômeno da alimentação nas Reuniões da ABA ocorreu em 1996, em Salvador/BA. Desde então, o GT se tornou um profícuo espaço de discussões no campo da Antropologia da Alimentação, aprofundando as diversificadas temáticas e estimulando novas possibilidades de análises epistemológicas. No contexto atual, marcado pela coexistência de uma pluralidade de crises que convergem com o acirramento de problemas alimentares no Brasil e no mundo, é crucial dialogar com outros saberes para pensar os processos que as produzem, bem como as diferentes formas de ação à garantia do direito à alimentação adequada e à soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Serão acolhidos trabalhos que discutam em uma perspectiva antropológica e interdisciplinar os sistemas alimentares em suas múltiplas dimensões socioculturais, políticas, ambientais, religiosas, econômicas, étnicas e interculturais, abrangendo contextos rurais e urbanos, considerando as profundas desigualdades socioeconômicas, de gênero, raça, classe e região, bem como os significados sobre a noção de alimentação saudável, práticas culinárias e as experiências educativas, como também em agroecologia, território, memórias e patrimônios alimentares, em perspectivas críticas. Em síntese, são esperadas contribuições para traçar novas configurações aos estudos das relações entre alimentação e cultura e as vivências de diferentes sujeitos para a garantia do direito à alimentação.d

Coordenação

Fabiana Bom Kraemer (UERJ), Flávio Bezerra Barros (UFPA)

Debatedor(a)

Ligia Amparo da Silva Santos (UFBA), Anelise Rizzolo de Oliveira (UNB), Mônica Chaves Abdala (UFU)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“SERTÕES, SEMENTES E RAÍZES GERAIS”: O Conhecimento Alimentar como estratégia de lutas e resistências Vazanteiras/Quilombolas no Norte de Minas Gerais

Adinei Almeida Crisóstomo (UFRN)

Este trabalho é resultado e o tema principal de pesquisa do meu doutoramento em antropologia social. Tem como objetivo central compreender o sistema agroalimentar em uma comunidade Vazanteira/Quilombola do rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais. Analisa as práticas de conhecimentos associados ao território tradicional na caracterização do saber-fazer, na produção e no manejo dos alimentos. Como recorte empírico, este estudo é realizado no Quilombo de Praia, localizado no município de Matias Cardoso, extremo norte do estado. Esta comunidade possui uma sociobiodiversidade, um vínculo ancestral com a terra, com as vazantes e com o rio São Francisco, o que caracteriza seus modos de vida e as suas relações de pertencimento ao lugar. Os vazanteiros/quilombolas utilizam das práticas dos roçados nas vazantes em beira rio e lagoas para a produção dos alimentos, o que faz com que as relações de

uso e manejo dos diferentes ambientes de paisagem, se relacionam e são influenciados diretamente pela dinâmica e cheias do rio São Francisco. Ao utilizarem essas práticas reafirmam e acionam suas identidades enquanto vazanteiros e quilombolas, utilizam mecanismos como trocas de sementes, o trabalho coletivo e expressões culturais como as “rodas de batuque” para reafirmação destas identidades. Neste estudo, pretende-se abordar e investigar o saber-fazer, os saberes ancestrais, os meios de plantar as roças, de colher os alimentos e de como estes mesmos saberes acabam se estabelecendo como uma forma de “resistência” as lutas, reivindicações territoriais e aos processos de conflitos ambientais e transformações do lugar, havendo mudanças significativas nas relações de produção alimentar na comunidade. Como estrutura principal a análise etnográfica, a observação, a descrição das roças, das histórias de vida dos sujeitos/atores, dos conhecimentos e saberes, as descrições das relações existentes entre na terra firme, a vazante e o rio, apontando assim para uma lógica de reprodução e prática social da vida e da identidade Vazanteira e Quilombola.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A devastação da mata atlântica e ecossistema litorâneo e as perdas das referências culinárias regionais do Norte Fluminense/RJ.

Alexandre Fernandes Correa (UFRJ)

Desde 2020 realizamos estudos no espaço social da culinária e gastronomia do Norte Fluminense, buscando compreender as transformações na paisagem alimentar regional sob o impacto da implantação da indústria de petróleo e gás protagonizado pela Petrobras nos anos 70. A partir desta década, os modos de fazer e saber culinários e gastronômicos passam por severos riscos de perda e desaparecimento sob o incremento de processos simultâneos de globalização/mundialização. A industrialização/urbanização intensificadas, transformaram os modos de vida, desenraizando/desterritorializando padrões alimentares tradicionais (POULAIN, 2014). Os ecossistemas regionais são erodidos em múltiplas dimensões geoespaciais: enclaves portuários na costa litorânea e avanço das manchas urbanas e industriais. Historicamente as devastações da Mata Atlântica se deram através da exploração predatória de madeira, ciclos das monoculturas da cana de açúcar, do café e da pecuária extensiva; destruindo patrimônios indígenas autóctones. Esse cenário de irrupção do Antropoceno (DANOWSKI, 2022) foi desfavorável à manutenção dos traços culturais e dos ingredientes culinários tradicionais. Tais transformações avassaladoras, ainda em curso, romperam elos de transmissão de saberes e fazeres intergeracionais. Detectam-se resistências no âmbito das comunidades quilombolas, mas as comunidades caiçaras/caipiras ainda não são capazes de enfrentar a modernização cada vez mais sofisticada (DORIA, 2021). Através da etnografia no espaço social da culinária e gastronomia regional, registram-se os rastros destas perdas. O processo de turistificação/gourmetização tem provocado o apagamento da memória culinária regional. Mesmo com a aprovação da Lei do Marco Referencial da Gastronomia como Cultura (2015), não se detecta mudanças - o poder público ainda não apreende a importância turística e cultural da preservação e da promoção patrimonial dos saberes e fazeres regionais e tampouco consegue sustentar uma economia culinária voltada para a promoção do consumo dos ingredientes locais. É possível apresentar exemplos destas perdas culinárias em situações emblemáticas. Pode-se

tomar o caso do brasão e da bandeira do município e da cidade de Macaé (MACAÉ, 2008). A pesquisa CULINÁRIA MACAENSE procura através de entrevistas e abordagens diversificadas no campo empírico, recuperar traços, documentos, memórias e testemunhos dos hábitos alimentares da população local e regional (BECKER, 1994). Ao promover a proteção da cultura alimentar, resiste-se à homogeneização da alimentação e apagamento da culinária tradicional, realizando o trabalho de levantamento de dados, catalogação e classificação por observação e coleta das receitas ou formas de preparo a partir dos relatos dos entrevistados (PHILIPPI, 2014).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivências da Terra: mulheres, agricultura familiar e a tradição da produção de farinha em Ibuçu (CE).

Camila Moraes Passos (UECE)

Por atravessamentos da trajetória da pesquisadora e outros dados apresentados em campo, essa pesquisa tem por objetivos apresentar através da intersecção entre alimentação, família e gênero, um estudo em torno da produção da farinha de mandioca em Ibuçu, interior do município de Granja (CE). O presente trabalho busca refletir sobre as práticas cotidianas da agricultura familiar, analisando as interações sociais que reiteram a importância da produção de farinha dentro da comunidade. Essa produção articula-se como um instrumento central para a economia social da região, dessa forma, enfatizo também a importância de analisar o cultivo de mandioca como fonte de alimento, emprego e principal fonte de renda para as mulheres da localidade. Neste ínterim, tentaremos localizar as práticas concernentes à agricultura familiar e à farinhada, que por sua vez, está situada no espaço de confluência entre a natureza e a cultura, a mandioca articula biodiversidade, sistemas culturais e tradições étnicas, dada a importância que possui como um dos itens básicos na alimentação brasileira. Devido aos variados aspectos que envolvem desde o cultivo até a transformação em alimento – e que estão ligados a costumes específicos nas refeições realizadas em diferentes partes do país – a mandioca possui significativa importância histórica, cultural e econômica (Júnior, 2022; Oliveira, 2021). Complexificando e adensando suas funções na comunidade e situando a farinhada como distintivo elemento cultural, geracional, social e econômico de famílias cearenses, juntamente ao recorte geográfico que seguimos, situamos a fabricação da farinha de mandioca como representante de um importante produto simbólico e econômico cearense. Nesse aspecto, o encadeamento entre os objetivos dá-se desse modo porque a análise pretende observar como a farinhada reúne gerações de famílias diversas em Ibuçu. Dentro dessas relações familiares nosso foco será o papel da presença feminina durante as farinhadas, objetivando-se o que ela representa dentro do processo da produção de farinha, as funções e as atividades próprias às mulheres, assim como também a continuidade da tradição. Pois, a farinha, além de estar diretamente associada à sustentabilidade alimentar, também possui significativa importância nos costumes, valores culturais e alimentares, e na garantia de diversas atividades produtivas e econômicas (Santos; Silva, 2021; Araújo, 2015).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_240_79662997_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ambientalização do Estado e do Mercado e a valorização da origem: um estudo sobre marcas coletivas para produtos de povos e comunidades tradicionais.

Celiana Nogueira Cabral dos Santos (Presidência da República), Camila Batista Marins Carneiro (Ministério do Desenvolvimento Assistência Social Família e Combate à Fome)

O presente artigo discute a relação entre o processo de ambientalização do Estado e do Mercado e o crescente estímulo governamental dado a grupos produtivos de famílias de povos e comunidades tradicionais (PCT) para o acesso a mercados privados, por meio do uso de signos distintivos. O apoio a construção de Marcas Coletivas para produtos de povos e comunidades se insere no âmbito das políticas públicas de apoio e fomento à inclusão produtiva rural e, portanto, esse apoio pode ser compreendido em um contexto de mudança na posição do Estado brasileiro frente a à agricultura familiar no geral e aos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, em específico. A partir dos anos 2000, é possível perceber essa mudança, materializada em um conjunto das políticas, de inclusão social e produtiva, voltadas aos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Interessante destacar que o reconhecimento, por parte do Estado, da existência e valorização dos povos e comunidades tradicionais está diretamente relacionado com a percepção que as populações tradicionais são parceiras na luta pela conservação dos recursos naturais. Além de ser uma ferramenta de geração de renda, entende-se que os selos distintivos têm um papel importante nas estratégias de valorização da biodiversidade e do conhecimento tradicional, além de dar visibilidade à produção de povos e comunidades tradicionais, em um contexto que os consumidores passaram a estar cada vez mais preocupados em saber onde e como os produtos foram produzidos, relacionado à um processo de desfeticização da mercadoria. Emerge, assim, a noção de um novo consumidor politizado, que não vê o consumo separado da produção e por isso, luta apoiando e fomentando determinadas práticas agrícolas tradicionais e lidas como menor impacto socioambiental. Nesse sentido, torna-se ainda mais relevante pensar em estratégias governamentais de estímulo a organização social e produtiva dos grupos de PCT para expandir o acesso a mercados diferenciados. A partir dos casos de apoio a marca coletiva para a cadeia do Caranguejo- Uçá dos extrativistas do Delta do Parnaíba, da mangaba de Sergipe, do mel dos povos indígenas Wassu Cocal e Xocó, dos produtos quilombolas Kalunga e da pescada amarela dos pescadores da Resex Arapiranga Atromaí, o artigo mostra como esse apoio se insere no âmbito das estratégias de valorização dos produtos vinculados a determinada origem e modo de fazer tradicionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Como estamos cuidando das pessoas com obesidade? O hiato da interseccionalidade e interprofissionalidade no cuidado em saúde

Danielle Cabrini (UFES), Lorrany Santos Rodrigues (CASSI), Sara da Silva Meneses (ISCON)

A obesidade afeta de forma distinta as pessoas segundo o gênero/sexo, raça/cor, classe social e diversos outros marcadores sociais, mediados pelas suas diversas formas de opressão, especialmente quando tais marcadores atravessam de forma interseccional indivíduos e



coletividades em sociedades marcadas por intensas desigualdades e iniquidades sociais, como o Brasil. É fundamental destacar que a narrativa dominante das causas da obesidade, é centrada no resultado do binômio: alimentação não saudável e ausência de exercício físico, o que é conhecido como balanço energético positivo. Mas um olhar crítico-reflexivo sobre tal narrativa dominante é primordial, não com objetivo de desqualificar a importância do balanço energético, e sim de ampliar a compreensão da obesidade como um problema social multidimensional e potencializado pela desigualdade social e iniquidades em saúde. Tal ampliação pode ganhar contornos e compreensões ampliadas quando observado a partir da teoria crítica da interseccionalidade. Toda essa complexidade é convidativa e se traduz como um imperativo ético utilizar a interseccionalidade como lente de observação e análise crítica, considerando a necessidade de compreender a obesidade a partir de uma abordagem interseccional, que considera que as múltiplas formas de opressão e as relações de poder exercem influência nas relações sociais que tornam as pessoas que experimentam tais opressões mais vulnerabilizadas para o surgimento e/ou agravamento da obesidade. Tendo como base as questões já trazidas sobre a complexidade da obesidade, é necessário compreender as possíveis lacunas de um cuidado uniprofissional e até multiprofissional. Será utilizado o seguinte questionamento para auxiliar na construção de uma expansão dos cuidados em saúde destinados às pessoas com obesidade: A oferta de um cuidado multiprofissional para uma condição de saúde complexa como a obesidade é suficiente? Avançar de um cuidado multiprofissional para um cuidado interprofissional é necessário considerando as lacunas que a primeira apresenta na garantia da integralidade do cuidado, em um contexto de problemas de saúde cada vez mais complexos, que requerem ações ainda mais sinérgicas e assertivas, e não apenas realizadas em blocos separados de categorias profissionais distintas. A existência de uma compreensão ampliada do surgimento da obesidade, das iniquidades em saúde, que tornam grupos populacionais mais vulnerabilizados, e da urgência de um cuidado integral, equitativo e equânime no SUS que contemple todas as pessoas com obesidade, discutir a multidimensionalidade da obesidade sob todos esses aspectos é um exercício crítico-reflexivo que supera o hiato entre a interseccionalidade e interprofissionalidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_015_07773802_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres Negras em seus Novos Zungus: Cozinha e Poder no Rio de Janeiro Cntemporâneo

Debora Rios de Souza (SM)

A cozinha é símbolo de civilização e cultura. Assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica (MONTANARI, 2004). É depositária das tradições e da identidade de um grupo. É instrumento de identidade. São inúmeros os exemplos comprovando que historicamente a cozinha sempre foi um espaço ocupado por cozinheiras negras. Era grande a destreza de Tia Nastácia na cozinha nas histórias de Monteiro Lobato, porém o livro de receitas foi chamado de “Dona Benta – Comer Bem”. Em 1958, Ofélia Anunciato, pioneira do gênero, apresentava o programa culinário “A cozinha Maravilhosa de Ofélia”, também à frente das câmeras estava a mineira Cidinha Santiago que, por ser a

empregada doméstica de Ofélia, foi “convidada” para estar junto de sua patroa. A cozinha passou por alterações, alcançou níveis profissionais, exige qualificação e proficiência. Porém, mantém raízes nas desigualdades proporcionadas pelas distinções de raça, gênero e classe, ou seja, fundamenta-se no racismo, na misoginia e no capitalismo. No Rio de Janeiro novos espaços foram inaugurados durante a pandemia, muitos geridos por empreendedoras (es) negras (os). Cozinheiras e cozinheiros que se arriscaram em empreender durante um período em que estabelecimentos passavam por dificuldades ou eram fechados. Oportunamente, a prefeitura da cidade lançou o “Zungu: Guia de Gastronomia Preta”, com 21 restaurantes com sócios e/ou cozinheiras(os) negras(os), dos quais, treze possuíam suas cozinhas comandadas por cozinheiras negras. A maioria desses lugares, segundo seus administradores, são Novos Zungus. A resistência, a determinação e a união sendo resgatadas dos modelos ancestrais, espaços do século XIX. A reconfiguração mantendo a persistência em existir, a resistência em sobreviver e a força por lutar tipicamente oriundas da ancestralidade quilombola perpetuada nos Zungus e renascidas nestes novos espaços. O que também se configura como uma forte marca presente em muitos desses lugares é o sentido de comunidade. Muitos desses espaços trazem a pluralidade presente pois são bar, produtoras de eventos culturais, livraria, floricultura, loja de acessórios, onde cada um tem um gestor próprio, mas todos eles sob a égide do restaurante, ou seja, a cozinha como o centro agregador para o funcionamento de outros espaços. Mais um traço remanescente da ancestralidade Zungu ou Casas de Angu, a manifestação da cultura, da identidade e da resistência preta pela cozinha. Os Zungus de outrora também eram comandados por mulheres negras. Proponho analisar de que modo, as cozinheiras negras atuais driblam e enfrentam as violências e amarras do trabalho gastronômico que, impulsionado pelo racismo, pelo sexismo, pela colonialidade e pela estratificação social tentam imobilizá-las.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_104_80245906_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Papel da Participação na Construção do Controle Social

Felipe Kelvyn Marques Ferreira (SEMED)

Este trabalho visa refletir sobre a 5ª Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CESAN) realizada no estado de Alagoas, nos meses de setembro e outubro de 2023. Nas Conferências Regionais, temáticas e Municipais observadas, interagi com interlocutores que integraram o eixo 3, intitulado Democracia e Participação Social. Dado o contexto de "reconstrução" das políticas públicas no ano de 2023, as Conferências aconteceram em um momento de grandes desafios para a Política e o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), bem como para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). A partir das observações e conversas com interlocutores, de caráter investigativo e qualitativo, busquei analisar a relação da "sociedade civil" com representantes de Instituições do Estado, na participação nas instâncias do Governo garantidas pelo conceito de controle social. Considerei, portanto, os limites da democracia direta por meio do controle social, as possibilidades de ações políticas que contemplem o diálogo e a tradução das conquistas institucionais em melhorias significativas na realidade cotidiana. No entanto, é

importante reconhecer que a democracia direta por meio do controle social tem seus limites. Nem sempre é possível garantir que todas as vozes sejam ouvidas ou que as decisões tomadas sejam plenamente representativas. Ao mesmo tempo, os agentes sociais esperam que as conquistas institucionais resultantes dessas conferências sejam traduzidas em ações tangíveis e impactantes na realidade cotidiana das pessoas. Isso requer não apenas a implementação efetiva das políticas acordadas, mas também o monitoramento contínuo e a prestação de contas por parte das autoridades responsáveis. Em suma, a participação ativa da sociedade civil nas conferências de segurança alimentar e nutricional pode desempenhar um papel fundamental na construção do controle social e na promoção de uma democracia mais robusta e inclusiva. No entanto, é importante reconhecer os desafios e limitações desse processo, buscando constantemente maneiras de aprimorar e fortalecer a participação cidadã em prol do bem-estar coletivo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_894_77543175_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Habitar e viver em um mundo devastado: a fome na precarização da vida cotidiana

João Paulo de Oliveira Rigaud (UFBA)

Nas últimas décadas, a leitura sobre fome no Brasil tem se reduzido a um status circunstancial ou exclusivamente nutricional - a ideia da falta de nutrientes e sua casualidade parecem persistir nos discursos político-científicos. Partindo da etnografia que tenho desenvolvido como pesquisa de doutorado, o meu objetivo com esse ensaio é explorar como o pensamento da antropóloga indiana Veena Das e o conceito de habitar um mundo devastado podem ser categorias úteis para ampliarmos os estudos empíricos em relação à fome. Aqui eu me aproprio de casos empíricos de duas obras: a história de Manjit, do livro *Vida e Palavras* de Veena Das, bem como, a história de Renilda, do livro *Agonia da Fome* de Maria do Carmo Freitas, na tentativa de explorar, a partir da lente analítica dos estudos de violência extrema, os limites e silêncios da fome na precarização da vida cotidiana. Essas duas mulheres interlocutoras de histórias aparentemente antagônicas servirão como material empírico a ser analisado a partir da seguinte pergunta: o que é viver em um cotidiano permanentemente devastado? Ao compreender a fome como sinônimo direto de violência e sofrimento social, procuro demonstrar algumas das formas de se escutar a fome oculta e o silêncio que ela produz em nossos trabalhos de campo, bem como, mostrar a necessidade de ultrapassarmos a condição reducionista da fome como horror para reconhecê-la de outras maneiras. É perceptível que, ao sairmos da esfera dos indicadores, na maioria das vezes a fome é lida, puramente, como um espetáculo abominável ou uma condição reduzida a tudo aquilo que falta na vida dos sujeitos famintos. Entretanto, frente ao terror da fome e todos os seus fantasmas impregnados no imaginário social, sujeitos habitam seus ordinários devastados com lógicas, sentidos e experiências que não podem ser reduzidas a tais limites. Por fim, arrisco a dizer que uma compreensão ordinária, material e concreta da fome parte de uma tentativa de resposta à sensibilidade que o próprio objeto conclama: o viver, todos os dias, em meio a essa condição crônica e devastadora de mundos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Retratos da fome: vivências de pessoas em situação de Insegurança Alimentar no entorno do Mercado Municipal de São Paulo

João Pedro Marinho Rodrigues (UFU)

Este trabalho tem como objetivo narrar as vivências de pessoas que habitam as proximidades do Mercado Municipal de São Paulo – SP, e que buscam em seu entorno alimentos descartados para complementar sua alimentação. Com enfoque em compreender suas histórias e como estas convergem com temas como a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN), investigando as razões pelas quais essas pessoas, apesar de viverem ou trabalharem nas proximidades de um dos maiores centros de distribuição de alimentos do Brasil, enfrentam algum grau de insegurança alimentar. Analisando também as dinâmicas de abundância e escassez que afetam essas pessoas, as desigualdades e dificuldades decorrentes da falta de acesso aos alimentos, bem como a negligência do Estado e outros fatores que as colocam em situação de vulnerabilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_060_70540406_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do pilão ao rubacão: continuidades e ressignificações gastronômicas do arroz vermelho no Brejo Paraibano

Josélio dos Santos Sales (UEPB)

O arroz vermelho (*Oryza sativa* L.), o mais antigo cultivado no mundo e o primeiro introduzido no Brasil, chegou à Bahia no século 16 e expandiu-se para a capitania do Maranhão no século seguinte, sendo amplamente cultivado e disseminado pelos lavradores locais, que o chamavam de arroz-da-terra (Pereira, 2002). O tipo branco, procedente de Lisboa, chegou depois à província maranhense, em 1765, mas os rizicultores recusaram-se a produzi-lo. Por isso, a Coroa decidiu proibir o cultivo e do vermelho numa restrição que vigorou mais de 120 anos e resultou na sua marginalização e quase desaparecimento no estado do Maranhão. A Paraíba é considerada o refúgio desse arroz no Brasil, cultivado em pequenas propriedades e força de trabalho familiar. Ele era beneficiado no pilão pelas próprias famílias produtoras e era encontrado nas feiras livres, já beneficiado, e nos pequenos comércios locais (bodegas). No Brejo Paraibano, até a década de 1960 ele predominava, acompanhando o feijão e a “mistura” (proteína), preparado na “água e sal”, com carne e/ou costela suína salgadas. Como “arroz de leite”, acompanhava a carne de sol, sendo comida de jantar. Considerado “comida de pobre” era substituído nas festividades: casamento, batizado ou festas de inauguração de casa (festas da cumeeira), quando o tipo branco assumia o protagonismo, cozido separadamente e “afinado” na “graxa (caldo gordo) de galinha” e chamado “arroz de festa”. Com o passar dos anos, perdeu espaço para o arroz da classe longo fino, comercialmente conhecido como “arroz-agulhinha”, o mais consumido no Brasil (Conab, 2015). Por ser translucido, solto e firme após o cozimento, é mais rápido e fácil de fazer. Próximo das prateleiras desse que também é o mais barato dentre todas as opções de arroz apresentadas, está o arroz vermelho, agora na prateleira reservada aos arrozes especiais, com preço superior ao branco, alcançando o dobro do preço daquele. O

objetivo deste trabalho, que faz parte de uma pesquisa de doutorado, é compreender as continuidades no sistema de plantio e distribuição do arroz vermelho para a população local em suas práticas cotidianas e sua ressignificação pela gastronomia de Bananeiras (PB), observando os restaurantes instalados na cidade e que integram um projeto de turismo iniciado em 2006 com foco em mais de 15 condomínios fechados de casas individuais dali. Buscamos entender quem são os produtores e como se beneficiam dessa ressignificação gastronômica. Como a população local usa o arroz cotidianamente, e principalmente no preparo dos pratos “chave” da culinária festiva local como o rubação (uma variação do baião de dois), acompanhante contemporânea da carne de sol. Finalmente, como o arroz vermelho tem sido apropriado ou reinterpretado pela gastronomia produzida naquele município?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_283_31729313_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Comida de pobre" ou patrimônio ? O consumo das tanajuras no Nordeste do Brasil.

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Iremos analisar o consumo de tanajuras e os conhecimentos associados a esta tradição alimentar no Nordeste do Brasil. Embora muitas vezes estigmatizada como uma fonte de alimento reservada a períodos de crise e rotulada como "comida de pobre" ou "de índio", a tanajura é considerada uma iguaria nas comunidades rurais e entre os povos tradicionais do sertão nordestino. Seu consumo é discreto e excepcional, ocorrendo em condições meteorológicas e ambientais específicas: as formigas emergem dos ninhos apenas uma vez por ano, nos períodos que antecedem a estação chuvosa e após algumas horas de calor intenso. A coleta é realizada durante os voos nupciais, que são breves. Apesar da dificuldade em generalizar, o consumo e o comércio das tanajuras são circunscritos a grupos específicos, frequentemente associados a uma identidade local, étnica ou regional, assim como à experiência de infância no campo. Esta prática envolve saberes relacionados à observação meteorológica, à coleta, ao comportamento animal e às tradições alimentares do mundo rural. Tais conhecimentos e práticas são considerados patrimônios invisíveis, valorizados como alimentos de exceção por aqueles que se orgulham de seguir uma tradição ancestral. No entanto, em situações em que os interlocutores estão fora de seu grupo de origem, o consumo é muitas vezes negado, especialmente entre as gerações mais jovens. Para alguns, evocar o prato ou o cheiro do cozimento dos insetos pode causar repulsa olfativa ou visual, ou mesmo descrença, pois algumas pessoas não conseguem conceber a ideia de comer insetos. O consumo de tanajuras também pode ser considerado uma comida afetiva, sendo apreciadas por migrantes que expressam sua nostalgia pela falta desse alimento, o que os remete à lembrança de suas regiões de origem. O anúncio de uma coleta farta causa um frenesi entre os conhecedores; a ausência de uma boa safra provoca debates sobre a causa da mudança no comportamento dos animais, a previsão do tempo ou as mudanças climáticas. A comercialização das tanajuras, realizada por meio de redes de conhecimento, é limitada aos espaços urbanos, especialmente em Recife, e é direcionada para consumidores que migraram de suas regiões de origem e encontram amigos que têm este hábito em poucos estabelecimentos localizados em bairros populares ou periféricos. No entanto, poucos consumidores admitem comer formigas, e seus filhos tendem a

rejeitar a prática devido ao estigma atribuído a ela pelas classes sociais dominantes, que a consideram "comida de pobre" ou "comida de índio". Iremos analisar o aspecto patrimonial de consumir tanajuras e o conhecimento associado a essa tradição alimentar regional, bem como a invisibilidade dessa prática e daqueles que detêm esse conhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_037_31864094_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Em períodos de crises, cuidado comunitário: a distribuição de alimentos através de campanhas de solidariedade durante a pandemia do coronavírus

Luma Mundin Costa (CEBRAP), Lina Penati Ferreira (usp)

Em 2014, o Brasil superou sua classificação entre os países no mapa da fome. No entanto, em 2022 o país voltou a essa posição depois de anos de crise político-econômica e da crise sanitária do coronavírus. As múltiplas ações estatais de combate à fome e à insegurança alimentar, foram perdendo alcance, seja pela negligência com a qual os governos trataram as políticas sociais nos últimos anos, seja pela inacessibilidade que o isolamento social impôs. O resultado é que em 2021, depois de quase dois anos de pandemia, 58,7% da população brasileira viva em situação de insegurança alimentar e 15,5% passavam fome (Rede PENSSAN, 2022). Em resposta a esse contexto, observamos, durante a pandemia, uma onda de solidariedade, centrada na distribuição de alimentos. Campanhas mobilizavam recursos, estruturas e expertise, para lidarem com os desafios de acesso a alimentação que a maioria do país enfrentava naquele momento. Este trabalho pretende analisar as ações de solidariedade que distribuíram alimentos durante a crise da pandemia da covid-19. As perguntas que guiam nossa reflexão são: quais atores e organizações foram responsáveis por essas campanhas? Quais os formatos de manuseio e distribuição dos alimentos? Quais dimensões políticas foram desenhadas na fronteira entre comida e solidariedade? Utilizaremos os dados da base Cuidado e Comunidade: ações coletivas durante a Covid-19, um trabalho das autoras desenvolvido dentro do projeto TAP-Fapesp Who Cares? Rebuilding care in a post-pandemic world. Atualmente, a base conta com 627 ações catalogadas, das quais 559 distribuíram alimentos na forma de cestas básicas, cestas de alimentos perecíveis e/ou refeições prontas. Os resultados preliminares apontam ainda que as principais organizações responsáveis pela estruturação dessas campanhas são os movimentos sociais e coletivos identitários, assim como as organizações não-governamentais, que beneficiavam em grande maioria grupos vulnerabilizados em contextos urbanos. As análises serão desenvolvidas em diálogo com a literatura do cuidado, em particular, com o cuidado comunitário (Razavi, 2007; Fournier, 2020). Entendemos que, ao enquadrar o problema dessa forma, seremos capazes de identificar provedores, beneficiários e práticas de cuidado desenvolvidas coletivamente na produção da vida. O cuidado, nesse sentido, é pensando como uma categoria ampla, que inclui o trabalho empenhado na manutenção do bem-estar e da vida, de si próprio ou de outros (Tronto, 1993). Com o auxílio das reflexões sobre alimentação e política (Appadurai, 1981; Zambiasi, 2023), buscaremos compreender as imbricações entre produção, consumo e distribuição de alimentos e cuidado, que se expressou de maneira coletiva em tempos de crise.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_124_15054304_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Crise e carestia: o tema da alimentação nos jornais paranaenses O Dia (PR) e Diário da Tarde (PR) na década de 1920

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla (PUCPR)

O presente estudo faz parte de uma pesquisa maior que tenho desenvolvido a respeito do papel do alimento como componente fundamental na construção da trajetória histórica do Paraná, mais especificamente de Curitiba, e suas contribuições nos campos do social, do político, do econômico e do cultural a partir da avaliação das diferentes proposições da temática alimentação na agenda da Câmara Municipal de Curitiba entre 1900-1945, bem como nas ações do poder executivo municipal. Junto às fontes oficiais também estão sendo pesquisados artigos de jornais locais, mas que não se restringiam a notícias apenas da região, e traziam em suas páginas novidades do Brasil e do exterior em meio a colunas, anúncios comerciais, cartas de leitores locais, entre outras notícias. Nesse sentido é que aqui quer se priorizar a análise do que apareceu nas páginas dos periódicos O Dia (PR), e Diário da Tarde (PR), que circularam entre a população da cidade e que de alguma forma trazem elementos sobre a alimentação no cotidiano da capital na agitada década de 1920. Metodologicamente o estudo consiste no levantamento das fontes, os periódicos acima citados, disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, utilizando-se como descritor a palavra 'alimentação', em seguida as notícias são lidas e sistematizadas por assunto e então é realizada a análise em conjunto com outras informações e dados do período. Da atual fase em que está a pesquisa já podemos afirmar que o acesso à alimentação é uma preocupação constante na história e permeia a dinâmica das cidades brasileiras, dentre elas Curitiba. Alguns pesquisadores explicam que essa dinâmica perversa tem suas raízes em um modelo de desenvolvimento que favoreceu sempre as grandes propriedades rurais que têm destinado sua produção pautada nas necessidades do mercado externo, deixando o mercado interno entregue a medidas paliativas de combate à fome. Garantir segurança alimentar à população é saber administrar crises de abastecimento, regular preços, oferecer condições sanitárias confiáveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando se alimenta o orixá, também se alimenta seu egbe: Uma etnografia no campo alimentar ancestral de terreiro e o seu impacto social.

Mariana Rodrigues dos Santos (UFAL)

Culturalmente nossas relações são definidas conforme nossa cultura ou uma junção delas, e dentro dessas relações também são definidos os costumes alimentares. Todo processo de costume de um povo passa por etapas de inserções de informações de outras culturas ou dos processos feitos mediante seus próprios costumes. Isso não é diferente com as religiões de matriz africana, onde seus hábitos alimentares foram constituídos a partir dos africanos escravizados que traziam em sua maior bagagem, a mente, os costumes, crenças e valores de sua cultura originária. E que infelizmente sofreu proibições, castigos ou qualquer outro tipo de punição conforme insistissem em permanecer com seus hábitos culturais. Assim, o vasto

conhecimento dos africanos sofria cada vez mais apagamento, mas nunca deixando de existir. Com isso, mediante ao que já compreendemos sobre o período escravista, proponho nesta pesquisa debatermos a respeito do preconceito religioso e racial no contexto alimentar dos terreiros de candomblé. Como Yabassé de terreiro responsável pela cozinha e todo o preparo de alimentos votivos dos orixás e pesquisadora, percebo a resistência nos ouvintes quando se trata no falar da história dos alimentos ancestrais, mas que quando apresentado como um alimento típico de algum estado brasileiro, como por exemplo, o acarajé, e sem contexto, a receptividade referente à informação sobre o alimento é diferente. Um alimento ancestral de terreiro sem história se torna apenas um prato qualquer. O que possivelmente acontece ao se ter ciência em relação a alimentos votivos ou comuns do dia a dia do candomblé é um comportamento carregado de racismo religioso em cima de toda uma gama de pessoas pretas que foram responsáveis por criar uma cultura alimentar tão rica como a do Brasil. Com isso, proponho um debate sobre a valorização da alimentação ancestral de terreiros e suas derivações disponíveis em nossa alimentação diária e também sua inserção nos campos de saberes para que assim possamos falar sobre a história da alimentação brasileira sem precisarmos ocultar informações que fazem parte da história construída pelos escravizados que aqui habitaram. Para isso, através do meu campo de pesquisa sobre a alimentação votiva dos orixás no candomblé, trago minhas percepções juntamente com referências que dialoguem juntamente com o que está sendo proposto na pesquisa. Palavras chaves: ancestrais, alimentação, candomblé.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_442_04204156_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre becos e vielas: práticas culinárias de mulheres, durante a pandemia de COVID-19, participantes de um projeto social e moradoras no Complexo Paraisópolis.

Nathália César Nunes (UERJ)

Introdução: A multiplicidade que permeia a alimentação, o comer e o cozinhar podem influenciar as práticas culinárias dos indivíduos modificando e sendo modificada pela trajetória social destes. Com a pandemia de COVID-19, cenários de desigualdades socioeconômicas foram evidenciados. Pesquisa brasileira com 2.087 moradores de favelas, mostrou que 68% não tiveram dinheiro para comprar comida em ao menos um dia, o que agravou um cenário que já era crítico. Assim, é importante entendermos quais são os significados e representações construídos sobre as práticas culinárias de indivíduos ou de grupos sociais específicos, para compreendermos o nosso contexto atual. Objetivos: Compreender os significados das práticas culinárias de mulheres moradoras do Complexo Paraisópolis/São Paulo participantes do projeto Fazendeiras, no contexto da pandemia de COVID-19. Métodos: De natureza qualitativa, este estudo foi fundamentado em uma pesquisa de campo etnográfica, construída junto à vivência de dez mulheres em um projeto social chamado Fazendeiras, organizado pelo instituto Fazendinhando na favela do Jardim Colombo/Complexo Paraisópolis, São Paulo. Foi realizada a observação participante das aulas do curso de culinária cursado pelas interlocutoras deste estudo e de algumas ações sociais realizadas pelo instituto Fazendinhando, além da construção de um diário de campo durante todo o período da pesquisa. Para análise do material, utilizamos a descrição densa e, posteriormente, as etapas de identificação e problematização das ideias;



busca pelos sentidos socioculturais atribuídos; diálogo entre as ideias problematizadas, a literatura acerca do assunto. Resultados: Observamos limitadas estratégias alimentares e culinárias que precisaram ser colocadas em prática pelas mulheres interlocutoras deste estudo. Além disso, vimos que para elas as práticas culinárias têm múltiplos significados permeados por suas trajetórias sociais e estilos de vida. Os significados versam sobre temas como carinho e cuidado com a família; obrigação/responsabilidade, isso porque elas precisaram cozinhar desde pequenas para alimentar suas famílias e durante a pandemia eram as responsáveis por correr atrás da cesta básica; e sobrevivência. Conclusão: Observamos que as práticas culinárias são atravessadas por diferentes perspectivas que expressivamente destacam seu determinismo histórico-estrutural a partir de um modelo de sociedade capitalista, patriarcal e racista. Dessa forma, abordar questões que estruturaram e estruturam essas práticas culinárias baseadas na interseccionalidade de opressões de gênero, raça, classe, região de procedência, dentre outras é fundamental para pensarmos na manutenção das políticas públicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sociabilidades e agência das coisas em hortas, cozinhas e despensas: uma etnografia das práticas alimentares de uma matriarca ítalo-brasileira

Rangel Carraro Toledo Borges (UFPEL), Renata Menasche (UFPEL)

O estudo que origina esta comunicação volta o olhar para saberes e técnicas culinárias de matriarcas ítalo-brasileiras do município de Campestre da Serra, na região dos Campos de Cima da Serra, Rio Grande do Sul. A interlocutora principal da pesquisa, avó materna do primeiro autor do trabalho, passa grande parte de suas manhãs na horta, plantando, colhendo, sentindo e remexendo a terra com os pés descalços. Nas tardes, conversa com amigas, revivendo o passado, redescobrimo acontecimentos que compõem sua identidade, tornando-os presentes e fontes de emoções quando os narra ao neto (AMON; MENASCHE, 2008). A partir de observação participante e do uso de fotografias, este estudo autoetnográfico pretende refletir sobre sociabilidades e agenciamento e potência das coisas do cotidiano: dos ingredientes da despensa, das sementes da horta e de outros tantos objetos que são utilizados diariamente por esta nonna (avó em italiano). Os saberes e fazeres presentes nas memórias narradas, técnicas reproduzidas, recriadas e fotografadas indicam que a tradição presente nesses espaços não é fruto apenas de um passado que se esvai, mas que acaba por se articular com o presente e reformular suas representações (MARQUES et. al., 2015). As motivações do retorno do neto ao pequeno vilarejo onde vive sua avó, as antigas receitas de massas e as novas histórias que as mesmas propiciam acontecem na cozinha, na horta e na despensa, constituindo-se também em temas de reflexão neste trabalho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"É Natal! Vamos ter cardápio especial?" notas exploratórias de um evento em uma escola pública do Rio de Janeiro.

Renata de Souza Nogueira (Colégio Pedro II)

O trabalho é um recorte da pesquisa sobre os sentidos e significados da alimentação escolar e se ancora na observação de um evento, mais precisamente um almoço especial com a temática

do Natal, realizado em dezembro de 2023, no refeitório de uma escola pública do Rio de Janeiro. Parte-se da noção antropológica de que um evento é considerado especial pelos próprios nativos daquela localidade e são mais vulneráveis ao acaso e ao inestimável, mas não desprovidos de estrutura e propósito (PEIRANO, 2006). Sendo o refeitório da escola um espaço relativamente heterogêneo socialmente, constituído por diferentes sujeitos, pela divisão do trabalho, pelas relações hierárquicas estabelecidas, é que se considera o cenário de estudo como um espaço apropriado para refletir questões associadas entre a comida da escola e o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAAS). Para tanto, foi observada a dinâmica do evento, o cardápio do dia, o fluxo e interação entre pessoas, a ambiência (clima, decoração, sonorização), os desejos e sonhos registrados, por escrito, na "árvore dos desejos", além de outros detalhes julgados pertinentes pela pesquisadora. Posteriormente foram realizadas as notas de cunho etnográfico em um diário de campo e analisadas também as fotografias e matéria publicada pela instituição, afim de transformar tal experiência social em experiência etnográfica. Nesse momento de aproximação do campo, observamos lacunas na escola para efetivação do DHAAS. Apesar de garantir dimensões importantes como o acesso e a disponibilidade de alimentos para a segurança alimentar e nutricional dos estudantes, evidenciou-se no extraordinário do cotidiano aspectos da desigualdade social através da comida. A comida ordinária de alguns grupos sociais passa a ser comida de festa na escola revelando que aquela comida "especial" marca um ordenamento social. Considerando que a comida é símbolo de pertencimento familiar, cultural, social e existencial (KRAEMER et al., 2014), a discussão sobre alimentação escolar deveria ultrapassar os limites do refeitório, abrangendo toda a comunidade escolar, especialmente os estudantes de maneira interdisciplinar, de forma que essa comida seja representação de um direito conquistado, reconhecido e usufruído na práxis de seus portadores.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comida e antropologia: os debates sobre cultura e alimentação desde a breve revisão de Sidney Mintz (2001)

Talita Prado Barbosa Roim (UNESP)

Essa comunicação trata de colocar em diálogo o campo da Antropologia da Alimentação, suas teorias e categorias a fim de compreender o desenvolvimento do campo de pesquisa nas últimas duas décadas. Não pretendo avaliar a revisão teórica de Mintz (2001) por razões óbvias, mas tentar atualizar o debate e vislumbrar tendências para a área. O artigo de Sidney Mintz é referência e tem sido ponto de partida para nossos estudos, porém desde a data de publicação muito foi e tem sido desenvolvido no campo de pesquisa, carecendo de atualizações. Por isso, apesar dos desafios, proponho a discutir acerca de comida e cultura nos moldes do autor a partir do presente, com olhar crítico para os últimos vinte anos. Trabalharei perspectivas de autoras e autores que desenvolveram novas correntes de pensamento, conceitos e categorias, somando a análise já realizada sobre o campo da antropologia da alimentação no Brasil a partir de publicações de estudos apresentados nos grupos de trabalho (GTs) sobre o tema nos últimos vinte anos nas Reuniões Brasileiras de Antropologia (RBA), que este ano encontra-se na sua 34^a edição, ocorrida bianualmente desde 1954. Para tanto, passaremos pelas discussões

levantadas no artigo de Mintz (2001), faremos breve revisão dos debates em Antropologia e Comida pós 2001, adentrando no campo da antropologia da alimentação no Brasil a fim de sustentar as teorias antropológicas, suas etnografias e posicionamentos para o desenvolvimento de nossas pesquisas. Palavras-chave: Antropologia da Alimentação, história da Antropologia, teoria

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O papel da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na prática instituinte da Reserva Extrativista Marinha de Canavieiras (BA) como um comum

Victor Andres N. Urzua (IFBA)

As Reservas Extrativistas (Resex) Marinhas são Unidades de Conservação da Natureza (UC) previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e abrangem comunidades extrativistas baseadas predominantemente na pesca, na cata (coleta) e na mariscagem (beneficiamento) em mangues, estuários e no mar. Seu principal produto é o alimento in natura ou minimamente processado. As atividades dos extrativistas são ao mesmo tempo ofertantes de alimentos diversos para o sistema alimentar e constituem sua principal ocupação e meio de geração de renda (comércio), além da obtenção de comida (autoconsumo). Assim, as atividades nesses ambientes promovem a soberania e segurança alimentar (SSAN) das famílias pescadoras. A partir de estudo sobre a Resex Marinha de Canavieiras-BA, busco investigar de que maneiras essas atividades e territórios, ao serem politizados pelas lideranças comunitárias da Resex, articulam-se como práticas instituintes do comum. Noutras palavras, as ações de consolidação da Resex, entendida como a instituição de um bem comum, acionam noções relacionadas com a SSAN, em suas múltiplas dimensões. A investigação baseou-se em três eixos: levantamento bibliográfico a partir de cruzamentos entre os temas da SSAN e da Conservação da Natureza; oficinas de pesquisa junto a lideranças marisqueiras para aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) em suas comunidades e observação participante das reuniões do Conselho Deliberativo. As Resex preveem o uso direto dos recursos, condicionados a regras específicas sobre a conservação da natureza e de manutenção das características peculiares das populações, estabelecidas em contratos de concessão e direitos com o Estado. A gestão compartilhada do território por um Conselho Deliberativo possibilita a participação popular e democrática no planejamento do modelo territorial, o que pode se desdobrar, idealmente, em maior autonomia no processo decisório e em práticas políticas de constante consolidação, fortalecimento, defesa, manutenção e permanência no território. Essas características situam o modelo da Resex no debate atual sobre o comum, entendido seja como autogestão dos recursos naturais pelas comunidades locais, seja como ação política construída coletivamente pela e para a comunidade. Esta última forma de ação pode ser compreendida como uma práxis instituinte (Laval e Dardot, 2014) da Resex Marinha Canavieiras como um comum, resultado da luta pelo direito ao território da atividade da pesca e do território do viver do pescador.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Importância das Feiras de Agricultura Familiar no Vale do Jequitinhonha para as Comunidades do Município de Araçuaí, no Nordeste Mineiro

Vitória Rocha Carmona (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais)

O Mercado Municipal e a Feira de Agricultura Familiar desempenham um papel fundamental na construção da identidade cultural do município de Araçuaí, em Minas Gerais. Este espaço é mais do que um local de comércio, é um ponto de encontro e trocas materiais e imateriais, bem como saberes, práticas e valores, entre os habitantes locais, comerciantes e visitantes. A feira não apenas representa uma tradição enraizada na história da cidade, mas também é um símbolo de solidariedade, união e pertencimento para a comunidade. Ao longo dos anos, a Feira de Araçuaí tem sido um espaço onde gerações se encontram, mantendo viva a memória da origem da cidade, que remonta ao comércio de canoas no Rio Jequitinhonha. A presença constante da feira na vida dos moradores e comerciantes, atravessando diferentes épocas e desafios, fortalece a identidade coletiva e a conexão com as raízes culturais do município, por exemplo com a partilha de conhecimentos tradicionais sobre cultivo, colheita e preparo de alimentos transmitidos em sua maioria através da oralidade. Ademais, a Feira de Araçuaí atua na provisão de alimentos básicos para a população local, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e a nutrição da comunidade. Através da comercialização de uma variedade de produtos alimentícios frescos e tradicionais, a feira atende às necessidades nutricionais e culturais dos moradores de Araçuaí. A Feira de Araçuaí oferece uma ampla gama de produtos alimentícios básicos, como frutas, verduras, legumes, cereais, carnes, laticínios, entre outros. Essa diversidade de alimentos frescos e sazonais permite que os moradores tenham acesso a uma alimentação equilibrada e variada, essencial para uma dieta saudável. Muitos dos alimentos vendidos na feira são produzidos localmente ou regionalmente, o que promove a economia local e valoriza a agricultura familiar. Essa conexão direta entre produtores e consumidores contribui para a sustentabilidade da produção de alimentos na região e para a preservação de práticas agrícolas tradicionais. A Feira de Araçuaí também é um espaço onde são comercializados alimentos tradicionais e típicos da região, que fazem parte da identidade cultural e gastronômica da comunidade. Esses alimentos não apenas alimentam o corpo, mas também alimentam a memória e as tradições locais, fortalecendo os laços com a história e a cultura da região. A proximidade entre produtores e consumidores na feira garante a qualidade dos alimentos oferecidos. Os moradores de Araçuaí e região têm a oportunidade de adquirir alimentos frescos e de qualidade, muitas vezes produzidos de forma orgânica e sustentável, o que contribui para uma alimentação mais saudável e nutritiva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_629_96753857_974990.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Emergências e Crises Sanitárias: diálogos sobre políticas públicas, fome, gênero e favela.

Viviane Mattar Villela Salles (UERJ)

O objetivo deste trabalho é refletir sobre como a instabilidade na gestão da precariedade, caracterizada pelas incertezas nos recebimentos de auxílios governamentais (e outras



incertezas), pode resultar no aumento da pobreza e da fome na vida de moradoras de uma favela localizada entre as zonas norte e oeste da cidade do Rio de Janeiro, a qual chamo de Tripé. Como uma peça de um quebra-cabeça, a fome se manifesta como uma das muitas desigualdades que se encontram na vida de mulheres, cujas situações vistas enquanto exceções para uns, rompem determinados cotidianos se tornado o ordinário, e a resistência é a única alternativa para produzir possibilidades de vida. A realidade ali destacada, permeada e assombrada pela fome, por inúmeras violências, pela desinformação, pela instabilidade no recebimento de programas sociais, pelo empobrecimento e por crises sanitárias, produz novas lógicas de vida, novas relações sociais e a mobilização de moralidades, afetos e conflitos. Defendo então que a fome é um dos fatores que organiza a vida social no território em questão, produzindo resistências, conflitos, tensões e alianças que culminam até mesmo em novas organizações e lideranças comunitárias. Em um contexto recente de crise, a pandemia de COVID-19 agravou a fome no Brasil e evidenciou a profunda desigualdade socioeconômica presente no país e, conseqüentemente, no Tripé. Muitas famílias moradoras da favela vivenciaram situações de grave insegurança alimentar e as estratégias para conseguir alimentos se tornaram importantes elementos para organização de relações e dinâmicas sociais. A insegurança alimentar disparou entre as mulheres brasileiras negras que chefiavam seus lares e que possuíam baixa escolaridade, mostrando que a fome tem gênero, cor e grau de escolaridade. Isto aponta para a necessidade de refinar as ferramentas e a gestão de políticas públicas, elaborar guias alimentares e produzir medidas que regulem e promovam uma alimentação regular e permanente em quantidade e qualidade, respeitando a diversidade cultural e levando em consideração a sustentabilidade, precisa estar na agenda de uma decisão política eficaz.

GT 021: Antropologia e Extensão Universitária

A Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do CNE instituiu as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, definindo seus princípios, fundamentos e procedimentos para o planejamento na política, na gestão e na avaliação das Atividades Acadêmicas de Extensão nas instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país. Assim, a Extensão passou a ser reconhecida e identificada como componente curricular obrigatório dos projetos pedagógicos dos cursos superiores no Brasil. A Antropologia encontra mais um desafio para atuar em atividades que promovam a articulação de seus saberes com as comunidades locais que ultrapassem a pesquisa de campo e proporcionem por meio das Atividades Acadêmicas de Extensão, “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. O objetivo deste GT é discutir propostas de atividades de extensão em Antropologia, já em execução, em suas diferentes modalidades e eixos integradores e suas relações curriculares em diferentes IES no Brasil. Reflexões teóricas sobre ensino, pesquisa, trabalho de campo na Antropologia e suas possíveis relações com a Extensão Universitária também serão aceitas.d

Coordenação

Fernanda Valli Nummer (UFPA), Maria Cristina Caminha de Castilhos França (IFRS)

Debatedor(a)

Carlos Alberto Batista Maciel (UFPA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia, extensão universitária e arquivo público: a mobilização comunitária e o diálogo de saberes.

Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro (UNESP)

O patrimônio cultural constituído pela cultura negra no Brasil demonstra vigor e diversidade de valores que marcaram profundamente nosso cenário histórico-cultural. A organização de associações, grupo de mulheres e jovens, políticas públicas, mostram relações sincréticas, que são atualizadas num cotidiano de enfrentamentos com a sociedade mais ampla em luta pelos direitos civis e pelo reconhecimento étnico. A partir de 2010, formou-se no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP grupo de pesquisa sobre cultura negra no município (grupo Africanidades) tendo como objetivo a interlocução com a comunidade negra e a reconstituição de sua trajetória histórica local. A partir de 2015 as atividades de extensão universitária visando a temática da cultura negra no município teve sua inclusão no âmbito da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual Paulista (UNESP), fazendo parte do NUPE – Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão. Em 2023, o NUPE foi atualizado, e passou a ser vinculado ao Programa Unesp de Integração Social Comunitária – PISC, da Pró-Reitoria de Extensão Universitária, congregando professores, pesquisadores e alunos da UNESP com a finalidade de estimular atividades de extensão e de pesquisa sobre a temática da cultura negra, ações afirmativas e história afro-brasileira e africana, buscando fortalecer a Lei 10.639/03. Nesse sentido, o NUPE GT Rio Claro se reestruturou a partir de 2023, incluindo docentes de diversos departamentos, alunos da graduação e pós-graduação e coletivos, tendo como proposta a retomada de atividades junto à comunidade negra do município. O projeto proposto a partir de 2024 tem como tema Espaços Negros no Município de Rio Claro.

Palavras chave: antropologia; extensão universitária; mobilização comunitária

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Extensão universitária, antropologia e gênero em práticas educativas

Elisete Schwade (UFRN)

Questões de gênero e sexualidade em contextos educativos tem sido objeto de pesquisa, atividades de extensão, componentes curriculares na formação de educadoras/es em todos os níveis, bem como temas de debates políticos, nas últimas décadas. Trata-se de um conjunto de questões que atravessam a pesquisa, o ensino e a extensão, no interior da universidade e nos diálogos com a sociedade. Com a proposta e implementação da curricularização da extensão universitária, evidencia-se a necessidade de refletir sobre diferentes formas de articulação do ensino, pesquisa e extensão, na graduação e pós graduação, por meio da formação e de intervenções. Esse texto discute a experiência do projeto de extensão "Semeando Gênero na Educação", desenvolvido por membros do Grupo de Pesquisa Gênero Corpo e Sexualidade – GCS/DAN/UFRN. O projeto envolve uma equipe que desenvolve pesquisa em temas objeto das atividades de intervenção realizadas em escolas públicas. As ações realizadas nas escolas

se fundamentam em um longo processo de discussão, pesquisa e reconhecimento do contexto escolar, em diálogo com gestores, docentes e estudantes, utilizando a prática da etnografia. As atividades se concentram na construção de espaços de diálogo sobre gênero e diversidade. O texto tem como enfoque o relato dessa experiência, com a indicação de desafios para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo especial na formação em antropologia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando a Antropologia transpassa fronteiras entre o Ensino e a Extensão: a aplicação de diálogos feministas no enfrentamento à violência de gênero.

Flávia Valéria Cassimiro Braga Melo (UEG)

Proponho contribuir com as discussões sobre a aplicabilidade da Antropologia na extensão universitária. Temos acompanhado o debate de que a Antropologia, em especial, a latino-americana, esteja passando por uma virada epistemológica e metodológica. Dos anos 1970 para cá, o fazer descolonial (Mignolo, 2007) aprofundou os debates em Antropologia, assim, ideias foram colocadas em xeque, como por exemplo, alargou-se o debate crítico sobre a colonialidade, a naturalização do racismo, as violências e o patriarcado. Dessa maneira, foram lançadas luzes para outros caminhos, outras epistemologias, outros lestes. Muitos trabalhos etnográficos têm sido abordados com diligência mais cuidadosa em relação à luta travada pelos grupos estudados. Quanto à sala de aula, professoras/es de nossa área têm diluído as fronteiras entre ensino-pesquisa-extensão e recorrido a uma antropologia mais engajada, tendo como aliadas, por exemplo, a metodologia Paulo Freireana de ensino e a proposta de educação transformadora e transgressora de bell hooks (2017), em que a sala de aula tem se tornado um espaço provocador de responsabilidades. Dessa maneira, proponho relatar sobre minhas vivências (enquanto professora e antropóloga) em ações extensionistas, tendo como foco o enfrentamento à violência doméstica e familiar, com mulheres que vivem na periferia da região metropolitana goiana. Sem a intenção de romantizar esse trabalho, farei relato sobre as dificuldades estruturais, financeiras e humanas, além das limitações e impedimentos que nos atravessaram durante a execução desse projeto. O Projeto de Extensão “Diálogos Feministas: rodas de conversa sobre o ciclo da violência doméstica e familiar” (em sua terceira edição) nasceu em sala de aula, no ensino de Antropologia Jurídica, com estudantes do curso de Direito, numa Universidade Pública Estadual (UEG). Nessa experiência, a extensão universitária nos transportou do ambiente da academia e nos levou até a comunidade. Como resultado, os diálogos feministas (em rodas de conversa) puderam ser aplicados como estratégia emancipatória, possibilitando-nos fazer a aplicação de epistemologias feministas e de Leis Mulheristas brasileiras. Temos vivido a experiência da interlocução, escuta, troca de experiências, saberes e acolhimento de mulheres, além de poder divulgar os canais de denúncia para o rompimento do ciclo de violência doméstica e familiar. Enfim, pretendo descrever neste grupo de trabalho sobre a experiência da extensão como um devir antropológico, que também tem nos transformado e nos tornado mais úteis, dentro e fora da academia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_709_87586178_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pesquisa e extensão lado a lado: o caso do podcast Urbanidades, uma iniciativa do UrbanData-Brasil/CEM/USP

Isis Gabrielle Belon Fernandes (USP), Mateus Cardoso de Almeida (USP)

Nos últimos anos, o formato podcast adquiriu popularidade e diversas iniciativas se disseminaram pela comunidade acadêmica. As reflexões sobre o seu papel nos processos de divulgação científica têm se mostrado essenciais para compreendermos como essas plataformas podem democratizar o acesso ao conhecimento acadêmico e promover um diálogo mais amplo entre a comunidade científica e o público em geral. Neste trabalho, estimulados a refletir sobre a importância da pesquisa nas iniciativas de extensão, realizamos uma meta-análise dos episódios do catálogo do Urbanidades, podcast sobre o urbano brasileiro produzido pelo UrbanData-Brasil e coordenado pela Prof^a Bianca Freire-Medeiros (FFLCH-USP). O programa traz entrevistas com autores/as de publicações recentes de diversos formatos e foi reconhecido com Menção Honrosa no último prêmio ANPOCS de divulgação científica. Recentemente, o podcast ultrapassou a marca dos 100 episódios publicados e acumula 10.000 ouvintes e 50.000 plays no Spotify, ao longo dos 6 anos do projeto. Nosso foco são os episódios classificados na disciplina de Antropologia. Os 14 episódios contemplados foram investigados com base nos recursos metodológicos e analíticos do UrbanData, os indexadores utilizados para a classificação das referências da base de dados, sendo eles: disciplina; referência temporal e áreas temáticas (ATs). Quando comparamos a quantidade de trabalhos com temáticas ligadas à disciplina de antropologia presentes na base do UrbanData com os episódios do podcast, proporcionalmente, temos índices parecidos na prevalência das discussões, sendo 9,8% dos trabalhos presentes na base e 14,8% dos episódios. Em relação às Áreas Temáticas em que se classificam os episódios, também reflete-se uma confluência entre os dados. A AT “modo de vida, imaginário social e cotidiano” é a que mais aparece em ambos os casos e a sua associação com os temas da antropologia é muito evidente. Em segundo lugar, vemos a AT “pobreza e desigualdade” e em terceiro lugar, temos a AT “espaço urbano”, relacionada ao escopo dos estudos urbanos. Ao analisar criticamente os episódios do podcast e seu impacto no cenário acadêmico, torna-se evidente a contribuição para a divulgação científica e para a promoção de um diálogo acessível e diversificado, devido a sua representatividade e multidisciplinaridade. Além disso, sua equipe composta inteiramente por bolsistas de graduação evidencia um compromisso com a formação acadêmica e o envolvimento ativo dos estudantes na produção de conhecimento. Dessa forma, o Urbanidades não só enriquece o debate acadêmico, mas também contribui para a integração entre ensino, pesquisa e extensão, tornando-se uma peça fundamental na promoção do conhecimento e da reflexão crítica sobre as pesquisas antropológicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_509_90979446_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Para além dos muros universitários: a extensão falando sobre Aids

Lídia Marcelle Arnaud Aires (UFPB), Luziana Marques da Fonseca Silva (UFPB), Mônica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB), Francisco Paulino de Oliveira Neto (UFPB), Gabriel Cavalcante Bueno de Moraes (UFPB)



O projeto de Extensão “Falando sobre AIDS: debate e informações nas ruas, nas praças e nas redes” é um desdobramento de ações e pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisas e Estudos em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB) desde o ano de 2007, que mostraram a urgência de ampliar o debate sobre o tema do HIV/aids para além do campo acadêmico e profissional especializado. O nosso propósito é promover atividades/ações que ultrapassem os muros da universidade, ocupando espaços de debates e promovendo a disseminação de informações, abordando as dimensões subjetivas, sociais, culturais e políticas em torno da prevenção, da vivência e convivência com o HIV/Aids. Nesse sentido, o Instagram apresentou-se como ferramenta intermediadora e fundamental para a divulgação das atividades realizadas, e como espaço para divulgar informações que estão circunscritas na história do HIV, especialmente durante o período pandêmico da Covid-19. Desde a primeira versão do projeto (2020-2021), desenvolvemos nossas ações através de uma equipe interdisciplinar - embora a nossa proposta se constitua e siga o eixo antropológico - integrada por estudantes de graduação e pós-graduação, docentes e pesquisadores do campo antropológico, bem como de outras áreas como a pedagogia, a psicologia, o direito e a sociologia, que têm unido suas vozes à nossa. Diante da já referida pandemia, iniciamos a nossa atuação virtualmente, alimentando o perfil no Instagram @falandosobreAids, desenvolvendo os quadros Cine PositHIVo, Biografia PositHIVa, Escuta PositHIVa, Letras PositHIVas e Primeiros Cuidados, que eram publicados periodicamente na rede e estão ativos até hoje. Desde de 2022 e na atual edição (2023-2024), mantemos o Instagram como recurso privilegiado de comunicação, mas não mais apenas para o desenvolvimento de atividades, e sim para a divulgação de ações que realizamos nas ruas, nas praças e mesmo nas redes sociais: oficinas com profissionais de saúde e com estudantes do ensino médio, participação em eventos acadêmicos e do movimento social com ações voltadas à ampla discussão sobre HIV/Aids, entre outras atividades. Virtual ou presencialmente, falamos sobre Aids nos espaços da Universidade Federal da Paraíba, mas ecoamos para além dela através das parcerias com as redes locais, municipais e estaduais para o desenvolvimento e participação em ações que visem à desconstrução do estigma em torno do HIV/Aids e que forneçam informações qualificadas sobre a prevenção e o tratamento, atualizando assim o debate sobre as questões que decorrem da infecção pelo HIV.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_347_72335528_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por Uma Luta Ainda Mais Diversa, Direitos Indígenas LGBTQIAPN+ & Políticas Públicas num Contexto Pós-COVID.

Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (UFRR)

Trata-se de resultados da ação de extensão que objetiva promover espaços de discussão, reflexão e proposição de políticas públicas construídas para atender as singularidades de indígenas LGBTQIAPN+, em Boa Vista, Roraima. Buscou-se usar como balizadores para a leitura e compreensão da realidade observada as políticas públicas de inclusão em vigor no Brasil e no estado de Roraima. De maneira mais objetiva, para além dos referenciais mais teóricos e conceituais, o projeto inclui estudos e pesquisas das principais políticas públicas de educação e inclusão em vigor no Brasil nesta área, sobretudo, as Diretrizes Nacionais para a



Educação em Direitos Humanos, que se aplicam a todos os sistemas e instituições de ensino e definem como fundamentos: a dignidade humana; a igualdade de direitos; o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; a laicidade do Estado; a democracia na educação; dentre outros; e a Resolução nº 12/2015 CNCD, que estabelece parâmetros para a garantia das condições de permanência de pessoas travestis e transexuais - e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino. Percebemos que a população indígena LGBTQIAPN+ vive invisibilidades e é alvo de violência de gênero. Sabemos, portanto, da necessidade de dar visibilidade, publicar, fazer comunicação, pesquisar pessoas envolvidas nas temáticas dentro e fora da universidade, abordar o assunto sobre indígenas LGBTQIAPN+ dentro e fora das comunidades indígenas, tendo em vista que o assunto pouco se fala, apesar de sua existência concreta. Numa sociedade como a brasileira, marcada pelo preconceito, ser indígena, homossexual, transsexual etc. são recortes que solicitam grande atenção voltada para os direitos e para as políticas públicas. Percebe-se dentro da universidade o protagonismo dos indígenas LGBTQIAPN+ na luta por seu reconhecimento formulando orientações quanto ao seu reconhecimento institucional. Dessa forma a ação buscou promover espaços de discussão, reflexão e proposição de políticas públicas construídas para atender as singularidades de Indígenas LGBTQIAPN+ no contexto pós-pandemia. Por fim, esperamos proporcionar maior visibilidade para o debate dessas questões, avaliando seu potencial analítico e político em vista da sua contribuição para as políticas públicas. Para ajudar a colocar a diversidade sexual em pauta dentro das aldeias e de universidades, para discutir os padrões dos colonizadores, assim como, o padrão heteronormativo, é de especial importância o desenvolvimento de ações de levantamento e disseminação de informação e de educação que garantam a discussão, reflexão e proposição de políticas públicas construídas para atender as singularidades dos indígenas LGBTQIAPN+

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Círculos de Culturas, cidade e pertencimento: diálogos entre saberes e extensão universitária.

Maria Cláudia Martinelli de Mello Pitrez (UFF)

O presente trabalho pretende apresentar e discutir o projeto de extensão “Educação, cidade e pertencimento: círculos de culturas entre coletivos estudantis e artísticos da cidade de Campos dos Goytacazes”, que venho realizando no Departamento de Ciências Sociais da UFF. O projeto tem como proposta promover encontros e trocas de saberes que entrecruzam práticas sociais, artísticas e lúdicas entre experiências educativas e artísticas de coletivos e grupos de dentro e fora da Universidade. A partir dos princípios e metodologias freirianos da educação popular, a proposta de extensão busca conectar Universidade e cidade com a criação de círculos de cultura, criando um espaço de troca e acolhimento que prezam pela dialogicidade, valorização dos diferentes saberes, desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia dos sujeitos envolvidos. Assim, de modo geral, busca-se criar parcerias, ações e conhecimentos críticos e engajados com o território e comunidades na qual a Universidade está alocada, colocando em diálogo coletivos locais com jovens universitários, na sua maioria oriundos de outras cidade e

que não conhecem muito bem a cidade, restringindo suas atividades entre local de estudos e moradia. Com isso, os Círculos de Culturas vem se tornando uma prática educativa importante na construção de vínculos na universidade e também de laços de pertencimento com a cidade a partir de trocas de saberes e mapas afetivos entre a cidade de origem e a cultura local. No entanto, o diálogo educacional e intercultural entre conhecimentos formais e não formais não é fácil e pode gerar muito atrito, se tornando desafiador diante da hierarquia de saberes e da formatação curricular das instituições de ensino. O presente trabalho busca levantar alguns questionamentos em torno de educação, cultura e pertencimento, bem como a função extensionista e de relação entre Universidade e comunidades locais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um Jardim que abriga o lixo e impede a horta

Maria Luiza Damasceno Martins (UFRJ), Verônica Oliveira (UFRJ), Isabelle Dias Pereira (UFRJ), Jemilee Andrade da Silva (UFRJ), Amanda Marinho de Souza (UFRJ), Giovana Oliveira Rodrigues da Costa (UFRJ)

O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) aborda as dimensões nutrição, soberania alimentar, gênero, raça e etnia, abarca, ainda, necessidades de grupos invisibilizados e demanda participação em soluções territoriais. Vislumbrando o DHAA, hortas comunitárias podem ser uma ferramenta para alcançar transformação social em ambientes vulnerabilizados a partir de uma interação dialógica, uma vez que funcionam como jardins pedagógicos ao criar laços entre a produção de alimentos, meio ambiente e comunidade. O objetivo do trabalho foi construir, de modo coletivo, especialmente, com as cozinheiras do projeto Gramachinhos, soluções possíveis para introdução de ingredientes não doados na alimentação cotidiana das crianças e adolescentes. Nesse sentido, iniciamos o planejamento de uma horta no Projeto Gramachinhos - antigo Aterro Sanitário de Jardim Gramacho - Duque de Caxias/RJ. Estratégias da pesquisa-ação foram priorizadas na condução do trabalho e as construções teóricas de Amartya Sen sobre liberdade e desenvolvimento guiaram uma análise crítico-reflexiva sobre como uma horta pode se apresentar num movimento contra-hegemônico de privação de liberdade, a exemplo de um restrito acesso à comida. Numa roda de conversa, sob uma perspectiva interativa acerca do conhecimento de horta, preferências de espécies para plantio e cuidados no manejo, as cozinheiras demonstraram familiaridade com a temática, sinalizando, inclusive, o cultivo em casa, tal qual destacaram o alecrim, a salsa e o manjeriço como temperos de maior interesse para iniciar uma horta. A estrutura/localização, ao entrarem no centro do debate, revelaram-se limitantes, pois como o espaço interno é compartilhado com outras atividades para o público infantil, dificulta o manejo da horta e arrisca sua integridade. Por outro lado, ao se levantar a hipótese de uma horta acessível para moradores da região, as cozinheiras, igualmente moradoras, refutaram a ideia apontando falta de educação dos sujeitos do território. Assim, a conversa avançou em busca de solucionar o primeiro problema encontrado - onde plantar? Nessa lógica, a troca de experiências com grupos semelhantes pode colaborar com diferentes estratégias, por isso, foi realizada uma vivência no Projeto Favela Orgânica, localizado nos morros da Babilônia e Chapéu Mangueira - RJ, que tem um trabalho comunitário de utilização integral dos alimentos, agroecologia e segurança alimentar e nutricional. Nos termos de Sen, o

desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Desse modo, acreditamos que processos construídos no coletivo, buscando uma liberdade substantiva, carregam em si um potencial para consolidar ações em torno do DHAA, de modo resiliente e transformador.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazendo democracia e promovendo direitos através do curso de extensão O Mundo das Mulheres e seus Direitos

Martha Celia Ramirez Galvez (UEL), Elaine Ferreira Galvão (UEL)

O que é democracia? Foi a primeira pergunta que escutamos de uma das mulheres convocadas para participar em uma reunião de apresentação do projeto de Extensão Mulheres Construindo Democracia (MCD), da Universidade Estadual de Londrina. O projeto geral, que envolve várias frentes de ação, foi formulado em ano eleitoral, após a provocação de dona Rosalina Batista, uma liderança comunitária e à época presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), que indagou o que a universidade estava fazendo para promover a participação de mulheres na política e formar candidatas para a disputa eleitoral. A provocação estimulou a formulação do projeto MCD, que articula um conjunto de atividades—realizadas em cooperação entre a UEL, o CMDM e a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres de Londrina—voltadas para a promoção dos direitos das mulheres, dos direitos humanos e do desenvolvimento humano sustentável. A partir de tal articulação tem surgido várias demandas, dentre elas, do CREAS, dispositivo de Proteção Social Especial para indivíduos e famílias em situação de risco em função da violação de seus direitos. Para desenhar essa intervenção consideramos 1) os objetivos da política pública de Assistência Social do município, que procura restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das usuárias; contribuir para a ruptura de padrões violadores de direitos no núcleo familiar; prevenir a reincidência de violações de direitos em contextos intra e extra-familiares; 2) pesquisas com mulheres sobre o atendimento do CRAS, que indicam que atividades grupais entre elas geraram mudanças positivas e a integração em redes socioafetivas para superar situações de vulnerabilidade provocada pela violência. Orientadas pela demanda apresentada, pelos objetivos do CREAS e pelas pesquisas que evidenciavam mudanças estimuladas por reuniões grupais, desenhamos o curso de extensão o Mundo das Mulheres e seus Direitos, orientado para mulheres em situação de risco e desproteção social, atendidas pelo CREAS e CRAS em territórios periféricos da cidade. O curso, certificado pela UEL, segue uma metodologia de rodas de conversa e feminista e é ofertado nos territórios. Consiste em 12 encontros de duas horas, com temáticas que são decididas com as mulheres ou a partir de disparadores como a pergunta sobre o que é democracia. A avaliação das mulheres participantes, das profissionais de CREAS e CRAS e da equipe de extensionista da UEL aponta no mesmo sentido de as pesquisas mencionadas acerca das rodas constituírem um espaço de acolhimento, empoderamento e integração em redes socioafetivas transformadoras. A proposta para esse GT é apresentar o desenvolvimento do curso realizado, até o momento, em sete grupos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_746_14902353_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Retomar telas: um relato de experiência de ensino, pesquisa e extensão a partir da Sessão Kilombo da UFRPE-UAST, no sertão pernambucano

Paula Manuella Silva de Santana (UFRPE), Manoel Sotero Caio Netto (UFRPE)

Essa proposta é fruto da trajetória de exercício intelectual e engajado de contra-colonização (SANTOS, 2015) que deu vida, no âmbito da Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, ao projeto de ensino, pesquisa e extensão Sessão Kilombo. A ideia é pensar as articulações múltiplas da trajetória que culminam na realização do evento em diálogo com a recente proposta de curricularização da extensão, a implementação em curso do notório saber de mestras e mestras da cultura popular e a indissociabilidade deste tripé tão importante para as universidades. A Sessão Kilombo, que está em sua terceira edição e é o único evento de cinema de autoria quilombola da região, emerge como expressão de projetos em rede que englobam o grupo de pesquisa Macondo, a disciplina de Educação para as relações étnico-raciais, a universidade, a escola quilombola, o cineclube Bamako, o Movimento Negro pela Igualdade Étnico-racial de Serra Talhada e outros coletivos e cineastas quilombolas e aliados de/em Pernambuco, numa interrelação que atualiza e dialoga através de múltiplos espaços sociais, diluindo fronteiras problemáticas como a oposição “a academia” versus “a sociedade”. A partir de tal cenário, busca-se contribuir para a efetivação da Lei nº 11.645/2008, via um intercâmbio de saberes entre estudantes das licenciaturas, técnicos administrativos, professores da instituição e a comunidade extra-acadêmica com os povos quilombolas. O estado de Pernambuco, vale endossar, possui a quinta maior população de quilombola do país, distribuída majoritariamente no Sertão (IBGE, 2020). Nesse sentido, a Sessão Kilombo tem como sustentáculo a noção de amefricanidade, elaborada por González (1988), para pensar as dinâmicas histórico-culturais do Brasil a partir da relevância dos encontros entre povos indígenas e povos afro-diaspóricos que se estabeleceram e perpetuam no território brasileiro. A posição geográfica de nosso campus, no Sertão e com uma quantidade significativa de estudantes quilombolas e indígenas, possibilitou a construção de um evento para rediscutir, continuamente, outros modos de fazer antropologia na força conjunta. A ideia é exercitar uma práxis antropológica que dialogue com as proposições de Lélia González, Nego Bispo, Beatriz Nascimento, Abdias do Nascimento e Zora Neale Hurston, que produziram ensaios etnográficos-literários e artísticos fecundos e contra-coloniais. A Sessão Kilombo é um território de retomada da tela de cinema a partir dessas e outras experimentações. A ideia não é comparar conhecimentos, mas expressar outros mundos possíveis, reconhecendo e valorizando suas epistemologias e saberes orgânicos (SANTOS, 2015), tornando estes o epicentro de discussões para a construção de uma educação antirracista.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

CICLO DE ENCONTROS: Alternativas Pedagógicas para uma Universidade Pluriepistêmica

Sara Nogueira de Araújo (UNB), Khamai Guarino Guerra (UNB)

O documento tenta apresentar a experiência da Socius, enquanto projeto de extensão, na aplicação de uma nova metodologia pedagógica dentro do universo de pesquisa-ação proposto,

em conjunto a mestras e mestres do saberes tradicionais, pelo antropólogo José Jorge de Carvalho, com o Encontro de Saberes. O Ciclo de Encontros pretende discutir, e incidir, embebido pelas contribuições desses agentes e de uma vasta rede de professores do ensino superior, em cima de reivindicações não só de um um corpo discente inquieto com a monoepistemia de nossa academia, mas também de demandas do próprio tempo histórico que vivemos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_944_00534596_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ebó Epistêmico: propondo encruzilhadas e ressignificando a noção de extensão universitária.

Thiago da Silva Santana (UFSC), Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC), Flavia Medeiros Santos (UFSC)

O programa de ensino, pesquisa e extensão Ebó Epistêmico tem como objetivo ofertar conhecimentos que tenha nas diversidades seu princípio formativo. Para tanto no que tange a extensão, além de oficinas de letramento racial em instituições de ensino da rede pública de Santa Catarina, o programa vem desde 2022 desenvolvendo um projeto intitulado Fazendo Cruzos com Antropologias, Artes e Museologias que consiste num evento científico semestral, que reúne cerca de 300 pessoas, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (CFH/UFSC), promovendo a transposição curricular da disciplina obrigatória da Licenciatura em Ciências Sociais para um público mais amplo que o acadêmico. Dessa forma este artigo pretende analisar a 2ª edição do evento cujo tema foi “Pedagogias das/nas Encruzilhadas: Exu como educação”, realizada em junho de 2023, no sentido de questionar porque as ações de curricularização de extensão devem somente abarcar espaços fora das universidades, uma vez que há movimentos sociais que enxergam este espaço enquanto um espaço de poder a ser ocupado por esses agentes. Assim nossa metodologia utilizará de descrições etnográficas do referido evento, destacando seus impactos no espaço universitário e relacionando com as noções de curricularização de extensão presentes nas políticas públicas que vem sendo implementadas pela UFSC no que tange este tema.

Palavras chave: Ebó Epistêmico; Antropologia e Extensão; Fazendo Cruzos; Pedagogia das Encruzilhadas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_655_63075859_768965.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Petflix: a extensão universitária como elo na discussão de temas contemporâneos em ciências sociais.

Vanessa Oliveira da Silva (Fclar/UNESP), Vitória Sousa (FCLAR), Leandro Teixeira da Silva (fclar)

Este resumo é fruto de um trabalho realizado junto ao programa de educação tutorial (PET-Ciências Sociais) da Faculdade de Ciências e Letras/UNESP. O petflix nasce da necessidade de fomentar a discussão na universidade, ainda em tempos de pandemia. Desta forma, o início

dos trabalhos do Petflix se deu em outubro de 2021, trazendo para o debate temas emergentes que dialogam entre si, como por exemplo questões de gênero e relações étnico-raciais, meio ambiente e mudanças climáticas, a interdisciplinaridade nas ciências humanas e da saúde, debates acerca da crise científica e política no Brasil. Inicialmente, a execução do projeto se deu de maneira remota, dado o cenário pandêmico, inaugurando com o evento “Bate papo com projeto interação: responsabilidade social e meio ambiente”; posteriormente, em 2022, retornamos com a agenda presencial, com o evento “50 anos da Conferência de Estocolmo: desdobramentos contemporâneos e a crise ambiental no Brasil”, contando com a presença da atual ministra dos povos indígenas, Sônia Guajajara. Ao longo do processo de desenvolvimento da Comissão, tecemos debates com outras figuras centrais do ponto de vista político e acadêmico, tais como: Professor Dr. Pedro Jacob, Amara Moira, Adélia Sampaio, Sâmia Bonfim, Daiara Tukano, Alessandra Korap, Professor Dr. Thiago Duarte, Paulo Galvão, dentre outros. O debate estabelecido entre Petflix e a comunidade acadêmica aguça as novas possibilidades de pensar a realidade social junto aos agentes políticos e ativistas em consonância com a agenda teórico-metodológica na Universidade, pensando que as produções científicas corroboram para a transformação da sociedade. Além disso, é expressamente urgente a integralidade da Universidade para com as questões que emergem acerca da proteção social e da sobrevivência do nosso Planeta, dado as interferências do capitalismo na organização societária. Portanto, com os agravantes já conhecidos acerca do distanciamento das produções acadêmicas para com a sociedade, o Petflix conecta as produções artístico-visuais e as produções acadêmicas, proporcionando uma conversa pertinente às questões contemporâneas, e, germinando saberes.

GT 022: Antropologia e Povos Indígenas em Contextos Nacionais Diversos

O GT pretende reunir pesquisas que examinam a interface entre Antropologia e povos indígenas em contextos de Estados nacionais diversos, a partir da proposta de estudar “estilos de antropologia”, iniciada no Brasil pelo professor Roberto Cardoso de Oliveira (1988, 1998). Neste caso, focamos na Antropologia Social junto a Povos Indígenas e como nos ambientes específicos de cada país ela se desenvolveu enquanto disciplina acadêmica de pretensões universais, entretanto com especificidades relacionadas a histórias distintas e diferenças culturais nacionais. O Brasil, desde a Constituição de 1988, reconhece legalmente a diversidade cultural existente no país e iniciou, nos anos de 1990, um processo de descentralização administrativa das políticas indigenistas. Numa escala internacional, tais mudanças estão relacionadas com uma ampla reforma do Estado que, por um lado, avançou em políticas neoliberais e, por outro lado, deu passos no reconhecimento legal do pluralismo cultural e de direitos diferenciados para os povos autóctones. Uma espécie de face pública, bem como resultado dos interesses externos na governabilidade dos regimes políticos. O GT pretende reunir pesquisadoras/es que trabalham com povos indígenas e que fazem paralelos sobre suas relações com Estados nacionais e/ou em fronteiras, atualizando assim, tanto o debate sobre estilos de etnologia indígena em contextos nacionais, quanto as discussões sobre colonialismo interno.d

Coordenação

Stephen Grant Baines (UNB), Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS | Institut national de la recherche scientifique)

Debatedor(a)

Stephen Grant Baines (UNB), Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS | Institut national de la recherche scientifique)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Das ideias às práticas: a intelectualidade indígena contemporânea e a atuação política de lideranças indígenas na burocracia de Estado

André da Silva Muniz (UFABC)

Os últimos anos viram a ascensão e o reconhecimento de intelectuais indígenas dentro e fora da academia, através de publicações, premiações acadêmicas, titulações de doutor honoris causa, etc.; bem como a recente criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e a liderança por uma mulher indígena da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Portanto, esse trabalho visa pesquisar a relação entre os intelectuais indígenas e o Estado, como estes o compreendem, o que propõe enquanto atuação prática e horizonte de construção política e como avaliam a atuação das pessoas indígenas na burocracia estatal. Para tanto, propomos uma etnografia institucional, organizada em uma análise documental e do discurso, observação participante e entrevistas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As vertigens da feitiçaria: o caso da AWANDA - Associação do povo Makurap da Terra Indígena Rio Guaporé

Breno Duarte Castro (USP)

Entre agosto e novembro de 2022, enquanto estive na Terra Indígena Rio Guaporé, realizando trabalho de campo junto ao povo Makurap, de língua Tupi-Tupari, acompanhei e participei das atividades e reuniões que formularam a “AWANDA: Associação do Povo Makurap da Terra Indígena Rio Guaporé”. Legalmente fundada quase um ano depois, a associação tem se tornado um ponto importante de relação dos indígenas com o poder público regional, com outros grupos não-indígenas como as Organizações Não-Governamentais, e com outras associações indígenas. Inicialmente, a “AWANDA” foi pensada como uma forma de adquirir recursos, especialmente dinheiro, para a construção de um chapéu de palha para realização de encontros e reuniões dos Makurap, ideia ainda não realizada. Contudo, a ação dessa figura jurídica, largamente presente nos movimentos indígenas no Brasil, não me parece tão evidente, pois, ainda que haja a adoção de formas de organização e enunciação que remetam ao Estado, a ação política e econômica da associação não pode ser resumida a isso: como Jefferson Makurap, liderança da juventude indígena, me falou certa vez, num tom de brincadeira, a ideia da associação é caçar os recursos dos brancos. Essa afirmação, nada trivial reforça a relação estabelecida entre a associação e a Awanda, a “jiboia verdadeira”, em função de sua homonímia. Esse ato de nomeação, porém, não é exclusivo dessa organização política, ele reapareceu quando algumas mulheres nomearam seus pilões ou cochos de chicha (bebida

fermentada a base de macaxeira) com o nome desta serpente enquanto estive em campo. Quando perguntei para Rosana Makurap, professora e liderança indígena da aldeia Pedral, o porquê dessa nomeação, ela me disse que “a chicha embriaga as pessoas, igual a jiboia caça suas presas, usando feitiço. Elas ficam paradas e a música atrai as pessoas”. É interessante notar que a forma como Awanda caça é entendida como um ato feiticeiro, que resulta numa predação. Essa correlação com a jiboia, feita por Rosana para evidenciar o potencial predador e feiticeiro da chicha, faz retornar à problemática da associação: longe de ser uma forma meramente jurídico-estatal de ação política e econômica, será que a fundação da associação também não poderia ser pensada como um ato de feitiçaria? Nesse sentido, o presente trabalho é um esforço inicial de pensar o equívoco entre as formas de ação política estatais e ameríndias que estão presentes na associação indígena no Guaporé e sua relação com a feitiçaria.

Palavras chave: Associações; Cosmopolítica; Embriaguez; Feitiçaria; Mulheres

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A etnopolítica feminina indígena: ativismo, feminismo e resistência

Danielle Araujo Bueno dos Santos (UFRJ)

O trabalho propõe uma reflexão sobre a articulação e ação política das lideranças femininas indígenas das terras baixas da América do sul. A atuação política das mulheres indígenas não é novidade, elas têm atuado politicamente tanto em lutas por demandas específicas femininas quanto da nação indígena, há décadas. Contudo, nos últimos anos, as mulheres se tornaram parte ativa e fundamental no movimento indígena enquanto lideranças e ativistas. O intuito do trabalho é entender e refletir não só sobre a ascensão feminina em meio a uma política tradicionalmente masculina, mas, primordialmente, sobre a construção do recente protagonismo feminino na etnopolítica ameríndia atual, que cresceu tanto na última década ao ponto de extrapolar a esfera local e expandir-se para a esfera política estatal, federal e internacional, o que implica na necessidade de estudo antropológico desse fenômeno.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fronteiras nativas na costa leste-oeste da América portuguesa: colonização e trocas ameríndias na Serra da Ibiapaba, século XVII-XVIII

David Rodrigues Stigger (USP)

O objetivo da presente pesquisa é apontar algumas análises nas relações dos grupos ameríndios estabelecidos na região da Serra da Ibiapaba na capitania do Ceará e a construção de fronteiras no mundo colonial americano, sobretudo no período 1655-1758, através da leitura de fontes primárias, provenientes da missão jesuítica da Serra da Ibiapaba e do regime de repartição de sesmarias na América portuguesa. A pesquisa se debruça sobre documentos que relatam informações sobre as populações ameríndias que habitavam essa localidade. Os principais conjuntos documentais utilizados são: o livro “Documentos para a história colonial, especialmente a indígena no Ceará. (1690- 1825)”, a coleção de “Datas de Sesmarias”, do Arquivo Público do Estado do Ceará; além de correspondências e relatórios produzidos por padres ligados à Missão da Serra da Ibiapaba. A Serra da Ibiapaba, no século XVII, foi sede de intensos embates entre ameríndios e forças conquistadoras (missionários, colonos e

bandeirantes), sendo uma área disputada por diversos sujeitos históricos. Exemplo disso é a posterior tentativa de desanexação da aldeia da Ibiapaba no início do século XVIII, causando uma disputa entre o Piauí e o Ceará. Devido à sua importância na organização da América portuguesa, Lúcio Maia (2010) entende aquele espaço como uma região colonial importante para a efetivação da colonização portuguesa. A hipótese que norteia a pesquisa é que os ameríndios da região praticavam uma rede de socialidades na Ibiapaba antes mesmo dela se tornar uma região colonial, tendo elaborado um sistema de trocas culturais entre grupos (seguimos a ideia de grupos, elaborada por Peter Gow (2014)), concentrado na região da Serra da Ibiapaba durante o período colonial na América portuguesa, interagindo diretamente com o projeto de colonização da costa leste-oeste. O fio metodológico da pesquisa, sedimenta-se nas reflexões do historiador Carlo Ginzburg (2007) sobre a possibilidade de se fazer uma micro-história. Acreditamos que uma leitura aprofundada do material de estudo seria uma forma de construir reflexões mais conectadas com a atividade cotidiana e prática de grupos e populações, permitindo o que o Viveiros de Castro (2018) chamou de “equivocação controlada” na pesquisa antropológica. Dessa forma, pretende-se evidenciar as relações estabelecidas pelos grupos ameríndios locais e as interações entre suas fronteiras próprias e a constituição da colonização na América portuguesa, acentuando uma reflexão sobre o modo de trabalhar com uma documentação que deriva das tentativas de colonização na América portuguesa e nos avanços teóricos e políticos da antropologia/do movimento indígena brasileiro que permitiram pensar os povos indígenas enquanto protagonistas na história da formulação do Estado brasileiro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As dinâmicas sociais indígenas em Roraima: poder e alteridade

Emanuel de Araújo Rabelo (UFAM)

Este trabalho tem como o objetivo de aprofundar e explicar, onde partindo do princípio que as organizações e as mobilizações indígenas em Roraima não surgem de forma isolada e única, mas é na sua essência, um movimento heterogêneo, com diversas vozes de lideranças indígenas e não indígenas em todas as suas esferas antropológicas, históricas, jurídicas e étnicas. A ênfase da pesquisa engloba os indígenas Macuxi na Terra Indígena Raposa Serra do Sol e a Igreja Católica como agente sociopolítico de um tipo de indigenismo na construção dos processos de reafirmações identitárias e dinâmismos sociais indígenas, de relações interétnicas e de contato, assim como as mobilizações indígenas com o grande movimento para a construção de direitos conquistados pela Constituição Federal de 1988, a análise de laudos antropológicos e jurídicos debatendo a questão do território da TIRSS e seus andamentos até a homologação do território. Partindo-se da noção de pessoa elaborada por Cunha (1986), na qual discute essa relação, parece ser precisamente a atribuição da amizade formal que, jogando com a alteridade, instaura uma dialética, um princípio dinâmico que funda a pessoa como ser de autonomia. Nesse sentido, a amizade formal, em seu duplo aspecto de evitar as relações de prazenteiras, é uma modalidade de um processo de construção da pessoa. Se instaura, então, distância e subverte a ordem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_791_11836466_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Luta territorial Xavante na Terra Indígena Pimentel Barbosa/MT: a cartografia como instrumento geográfico de análise e auxílio ao monitoramento

Isabella Coelho de Oliveira (UNICAMP)

A Terra Indígena(TI) Xavante Pimentel Barbosa localizada no leste mato-grossense, majoritariamente nos municípios de Canarana e Ribeirão Cascalheira, foi homologada em 1986, o que garantiu legalmente a segurança territorial da etnia. Sabe-se, entretanto, que o contexto histórico de ocupação da região envolveu políticas governamentais de interiorização, favoráveis à implantação no centro-oeste brasileiro de grandes fazendas agropecuárias, além de outras atividades exploratórias secundárias, que permanecem e se ampliam hoje. Em meio a interesses opostos, onde os indígenas intencionam a manutenção territorial para reprodução de um modo de vida particular e os grandes proprietários objetivam crescer economicamente por meio da mercantilização da terra, as ameaças aos limites da TI têm sido constantes, apontamentos feitos por lideranças Xavante locais. A cartografia, como instrumento geográfico, busca, neste sentido, dar suporte ao importante monitoramento para a preservação das áreas reservadas. Tendo conhecimento de dados sobre uso e ocupação, valendo-se da interpretação de imagens de satélite e outras atividades envolvendo recuperação de dados e aplicação de geotecnologias, acredita-se ser possível realizar uma análise situacional recente delimitando áreas de conflito, motivações e principais sujeitos envolvidos, tendo como base, a literatura temática produzida até o momento. Palavras-chave: Xavante; Território; Cartografia;

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_724_67353582_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre a antropologia na saúde indígena institucional brasileira a partir do DSEI Amapá e norte do Pará

Karine Assumpção (Funai)

A antropologia, suas obras e especialistas, é geralmente utilizada na saúde indígena institucional brasileira em situações pontuais. Antropólogos/as participaram da elaboração da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (LANGDON, 2016), por exemplo, e de outras diretrizes a nível nacional, e propuseram ou apoiaram projetos na interface entre saúde e povos indígenas ao longo da história do Subsistema (LANGDON; GARNELO, 2004). Porém, a inclusão de antropólogos/as de forma sistemática nas rotinas do Subsistema de Saúde Indígena (SasiSUS) tem se dado somente nos raros casos em que esse/a profissional está inserido no quadro de funcionários de um Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). Neste trabalho, reflito sobre esse/a profissional da antropologia, previsto na legislação do SasiSUS vigente, contratado/a pela conveniada do DSEI, cumprindo escala de trabalho semelhante aos/às demais profissionais da instituição. Faço essa reflexão através de entrevistas semiestruturadas que realizei em minha pesquisa de doutorado junto ao DSEI Amapá e norte do Pará, juntamente com dados secundários fornecidos pela Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde (Sesai) e de minhas experiências profissionais. Argumento que esse/a antropólogo/a, contratado/a para trabalhar em DSEI, tem o desafio de aproximar a produção científica antropológica da prática biomédica, algo fundamental para garantir a atenção

diferenciada preconizada na PNASPI. Contudo, enfrenta um contexto (i) em que as produções científicas antropológicas não são internalizadas nas rotinas sanitárias, e (ii) de não regulamentação da profissão no Brasil, gerando incompreensões sobre suas competências e fragilização de seu papel junto aos demais profissionais da saúde.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processos de territorialização, transmissão de conhecimentos e educação escolar indígena: paralelos entre o Quebec (Canadá) e o Nordeste brasileiro

Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS / Institut national de la recherche scientifique)

Reflico o tema da transmissão de conhecimentos indígenas a partir da observação de dois contextos regionais: a província do Quebec (QC), no Canadá, e a Região Nordeste (NE), no Brasil. A partir de um olhar de longa duração observo os processos de territorialização pelos quais os povos indígenas do que veio a se transformar América passaram desde a invasão europeia até a contemporaneidade. Mais do que um estudo comparativo, minha ideia parte da perspectiva de que, apesar das trajetórias coloniais que os levaram a lugares opostos no nível global, há três elementos estruturantes comuns que permitem uma análise transversal das realidades indígenas. Em primeiro lugar, como Povos que sofreram as consequências das políticas coloniais desde o primeiro contato, as nações que habitavam o que veio a ser o Quebec e do Nordeste compartilham uma longa história de expropriação territorial e coabitação forçada com povos não indígenas. Em segundo lugar, o tema da educação para esses povos vai além das questões de escolarização. Do lado estatal, reúne estratégias de dominação e tentativas de aculturação dos povos originários. Para os povos indígenas, assumir a responsabilidade pela educação se alinha a um movimento de descolonização e afirmação de sua autonomia, com foco na reapropriação dos conteúdos pedagógicos e no ensino das línguas e saberes indígenas. Em terceiro lugar, durante a segunda metade do século XX, esses povos criaram alianças com outras Nações Indígenas e fundaram organizações dedicadas à educação escolar indígena e a transmissão de suas culturas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_883_20374531_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Percepções iniciais sobre experiências de “polícia comunitária” indígena em Roraima

Marina Bohnenberger (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

Em outubro de 2023 estive na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, em virtude de uma pesquisa de campo para um projeto da organização onde trabalho, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. A razão de estarmos ali era entender melhor a atual situação de um quadro mais geral na Amazônia brasileira que envolve velhos problemas: extração ilegal de minério, narcotráfico, ameaças socioambientais e seus impactos principalmente nas comunidades indígenas (no caso de Roraima). Enquanto um braço da equipe entrevistava atores estatais e não-estatais (policiais federais, rodoviários federais, militares e civis; agentes do Ibama e do Ministério Público; entidades ligadas aos direitos indígenas) na capital, Boa Vista, minha equipe foi conhecer uma iniciativa de “Polícia Comunitária” na comunidade Raposa II

(majoritariamente do povo Macuxi). Este trabalho é um esforço de organizar, pela primeira vez, algumas percepções a respeito de um emaranhado complexo sobre os desafios que a localização da TI Raposa Serra do Sol, por ser estratégica para atividades de narcotráfico e outros “fluxos de ilegalidade”, coloca para as comunidade, e que envolve questionamentos a respeito do que se entende por segurança pública em contextos distintos como os indígenas e não-indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Documentos, mercadorias e benefícios sociais: os sentidos da cidadania entre os Yuhupdeh do Alto Rio Negro

Michel Paes Barbará (UFSCAR)

Na última década, o povo Yuhupdeh, que habita a Terra Indígena Alto Rio Negro, no estado do Amazonas, têm viajado com frequência para a cidade de São Gabriel da Cachoeira, especialmente nos períodos de férias das escolas comunitárias indígenas. As viagens são motivadas, principalmente, pelos prazos dos programas e benefícios sociais, assistenciais e previdenciários, assim como por pendências burocráticas dos professores indígenas. Do mesmo modo, muitas pessoas aproveitam para obter documentação básica ou pedir segunda via de documentos perdidos ou em situação irregular. Por uma série de fatores históricos e sociais do contexto regional, os agrupamentos indígenas que se deslocam à cidade permanecem acampados de forma improvisada às margens do rio Negro, na zona portuária, onde ficam sujeitos a diversas situações de vulnerabilidade, como a recorrência de doenças, a falta de água adequada ao consumo, insegurança alimentar, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e violências por parte de comerciantes locais, com os quais assumem dívidas durante o período de estadia na sede municipal. Nesse sentido, o poder público tem se esforçado para elaborar formas de adequação das políticas públicas de assistência e previdência social na tentativa de superar as barreiras de acessibilidade e promover a cidadania indígena, o que tem colocado muitos desafios em torno da efetivação dessa cidadania, considerando a diversidade de contextos socioculturais e geográficos dos povos indígenas no território brasileiro em relação aos arranjos burocráticos e institucionais das políticas públicas. Do mesmo modo, os Yuhupdeh vêm se articulando junto a pesquisadores e coletivos indigenistas para reivindicar direitos e melhorias para as comunidades por meio do Plano de Gestão Territorial e Ambiental, levando demandas que variam entre infraestrutura comunitária, suporte específico à saúde, projetos de educação e materiais pedagógicos na língua materna, assim como estruturas de acolhimento na cidade para os períodos de estadia. No entanto, quais os sentidos assumidos pela noção de cidadania para os Yuhupdeh? Como esse povo tem vivenciado os projetos de promoção à cidadania por meio das políticas de transferência de renda e previdência social? Ainda, qual o discurso dos agentes e agências estatais em torno da construção de uma cidadania indígena? O objetivo desta comunicação é, portanto, discutir os sentidos de cidadania para os Yuhupdeh, considerando suas relações com o contexto histórico e social do Alto Rio Negro e a diversidade de atores indígenas e não-indígenas com os quais se engajam na busca por direitos sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Política de saúde indígena e suas esferas de gestão: uma perspectiva do sul do Brasil

Nádia Heusi Silveira (secretaria da saúde RS)

Esta comunicação se alicerça em uma experiência no Estado, com o intuito de descrever alguns impasses relacionados ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI) em âmbito regional. No Brasil, a política de saúde para os povos indígenas foi desenhada de maneira a privilegiar a organização espacial e cultural dos povos indígenas, visando a uma oferta de serviços culturalmente diferenciados. Além disso, com o modelo de gestão do SASI, procurou-se evitar que interesses locais, sobretudo os de cunho anti-indígena, pudessem comprometer a oferta de atenção à saúde para esta população. Dessa forma, apesar de ser parte do Sistema Único de Saúde (SUS), o SASI difere significativamente do SUS em termos das relações interfederativas que lhe são constitutivas. Esse ponto será abordado desde uma perspectiva localizada na esfera estadual. De uma posição de agente na gestão do SUS, apresentarei reflexões sobre os atravessamentos hegemônicos dados no campo da saúde pela ciência, em contraponto ao caráter participativo instituinte da política de saúde no Brasil, contextualizadas pela mediação da aplicação de recursos estaduais (RS) na atenção à saúde indígena.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estudos antropológicos realizados na Venezuela sobre as populações Warao (1945-2021)

Pablo Quintero (UFRGS)

O objetivo central deste trabalho é sistematizar os estudos antropológicos realizados na Venezuela sobre as populações Warao no país sul-americano. O trabalho abrange a antropologia científica produzida entre 1945 e 2021, começando com os estudos etnológicos pioneiros do antropólogo venezuelano Miguel Acosta Saignes e finalizando com uma das últimas produções do antropólogo norte-americano Charles Briggs publicada em 2021. A tentativa de sistematização considera os estudos antropológicos, propriamente ditos, excluindo, por motivos de extensão, produções arqueológicas e/ou linguísticas, assim como trabalhos proto-etnográficos de cronistas e missionários existentes. Neste marco, o trabalho pretende também: a) caracterizar historicamente as pesquisas antropológicas realizadas sobre/com a população Warao, considerando os influxos que a antropologias científicas tiveram nos processos de diferenciação social e emergência étnica na Venezuela; e b) refletir criticamente sobre os estilos de antropologia que tem sido desenvolvidos nos últimos 75 anos a partir dos diversos grupos Warao.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O tempo do documento

Rafael Chaves Nakamura (USP)

Por diversas vezes, ouvi dos Ava Guarani da região Oeste do Paraná que antigamente não precisavam dos documentos. De início, meu projeto de pesquisa estava mais focado em investigar questões da territorialidade ava guarani no contexto da fronteira Brasil-Paraguai. O fato do assunto dos documentos aparecer tantas vezes, sem nenhuma provocação mais direta, me fez pensar que esse seria um bom caminho para escutar atentamente o que parece ser importante para os Ava Guarani naquele contexto. Passei a prestar atenção, não apenas no que

me diziam meus interlocutores nas conversas que tive ao longo da pesquisa iniciada em 2021, mas também em depoimentos coletados em relatórios e pesquisas feitas junto aos Ava Guarani, materiais com os quais passei a lidar desde que comecei a trabalhar na região Oeste do Paraná por meio de projetos do Centro de Trabalho Indigenista, em 2014. Isto considero meu material de campo, uma mistura das observações em campo, dos diálogos registrados e dos muitos relatórios sobre o contexto ava guarani na região, alguns dos quais participei diretamente da elaboração e outros que tive acesso somente por meio de leituras. E já com a minha atenção direcionada, não foi surpresa observar que também nos relatórios e outros documentos sobre os Ava Guarani, o tema dos documentos aparecia por diversas vezes. Os Ava Guarani falam de um tempo em que os documentos de branco não eram necessários. Esse tempo é menos marcado por datas específicas do que por uma experiência concreta relacionada à possibilidade de viver nas matas da beira do rio Paraná. Falam também da necessidade dos documentos para conseguirem viver no tempo de hoje, um tempo em que dependem de negociações com os brancos que ocuparam quase todas as terras por onde os Ava Guarani habitavam e caminhavam anteriormente. Atualmente, os Ava Guarani vivem em aldeias nos municípios de Guaíra, Terra Roxa, Santa Helena, Itaipulândia, Diamante D' Oeste e São Miguel do Iguçu. Todas as comunidades, são 24 no total, estão ligadas por meio do parentesco e pelo histórico de habitação na beira do rio Paraná, de onde foram sendo gradualmente expulsos ao longo do século XX. Também compartilham um histórico mais recente de uma série de retomadas de terras no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, momento em que o Estado brasileiro passa a lidar com a reivindicação de duas terras indígenas: Tekoha Guasu Guavira e Tekoha Guasu Ocoy-Jacutinga. Para os Ava Guarani, os documentos aparecem então sob diferentes aspectos. Como uma invenção dos brancos para controlar a mobilidade e a própria identidade dos Ava Guarani como povo, mas também como algo necessário para negociar e seguir habitando terras que hoje estão cercadas pelos brancos e seu sistema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vida e morte autoprovocada entre jovens Kaiowá: dispositivos de cuidados de professoras indígenas na Reserva Indígena de Dourados (MS)

Raíssa Almeida de Magalhães (UNB)

Este trabalho propõe contribuir com o debate acerca do fenômeno de mortes autoprovocadas de jovens indígenas Kaiowá, por meio de uma investigação realizada na Reserva Indígena de Dourados, no Mato Grosso do Sul. Desde o início, a intenção deste projeto foi a realização de uma pesquisa de cunho etnográfico para análise e discussão de como ocorrem as mortes autoprovocadas de indígenas dessa etnia. Além disso, foi também de meu interesse compreender como ocorriam as estratégias de cuidados e de tratamentos multiculturais disponibilizados na Reserva aos jovens indígenas, em sua maioria da etnia Kaiowá, que se encontravam em situação de vulnerabilidade e sofrimento psicossocial. As redes de cuidados em saúde, que encontrei na Reserva, aconteciam por meio de algumas estratégias multiculturais desenvolvidas por rezadeiras e rezadores Kaiowá, profissionais da saúde mental indígenas e não-indígenas e professoras e professores indígenas de uma escola localizada na Reserva. Neste artigo, o foco é especialmente apresentar e discutir as narrativas e os dispositivos de cuidados

desenvolvidos por professoras indígenas residentes na Reserva Indígena de Dourados (MS) para o acolhimento de jovens em sofrimento psicológico, que manifestam ideação de morte autoprovocada e/ou já realizaram tentativas de tirar a própria vida. As estratégias destas professoras em saúde mental foram os dispositivos de: escuta atenta e sensível dos jovens; acolhimento afetivo dos estudantes; aconselhamento quasi-familiar; mediação entre os jovens e profissionais da saúde e construção de fortes laços sociais e afetivos com os jovens. Esta pesquisa encontrou algumas pistas de possíveis respostas às questões discutidas neste trabalho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_975_44765432_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Historicidades ,Narrativas e Etnogêneses Xukuru-Kariri.

Rogério Rodrigues dos santos (SEDUC-AL)

Há dois momentos históricos do processo de territorialização dos povos indígenas do Nordeste, o primeiro ocorreu entre os séculos XVII e XVIII, com o movimento construído pela Igreja Católica com o objetivo de aldear os indígenas para a catequese. O segundo, era viabilizar as terras indígenas para o domínio das oligarquias políticas para exploração agrícola e para os interesses econômicos desenvolvimentista do Estado (OLIVEIRA FILHO, 1998).O processo de aldeamento missionário implicou na reorganização social dos grupos étnicos envolvidos, através do qual, atores sociais individuais utilizaram diversos instrumentos políticos relacionados à etnicidade (SILVA JR, 2007). Considerando a perspectiva de Barth (2011) a identidade étnica é legitimada dentro das situações que corroboram para divergências sociais e políticas. Devido a invasão, ocupação, posse e exploração de suas terras que teria ocorrido no ano de 1740 os grupos étnicos se uniram dando origem ao povo que se denomina Xucuru- Cariri (escrita atual Xukuru-Kariri) (ANTUNES, 1984). Para Ferreira (2016), Silva Jr. (2007) e Peixoto (2013), a população indígena do município de Palmeira dos Índios não se constitui de um único povo, mas de diversos grupos que formam o povo indígena pesquisado, assumindo a identidade Xukuru-Kariri, formados por diferentes povos como os Pankararu (Petrolândia e Tacaratu-PE), Fulni-ô (Águas Belas- PE), Kariri-Xokó (Porto Real do Colégio-AL), Wassu-Cocal (Joaquim Gomes-AL), Karapotó (São Sebastião-AL), além de não indígenas casados com indígenas que residem dentro das aldeias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_507_45549298_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia e Povos Indígenas desde uma perspectiva comparativa: Brasil, Canadá, Austrália e Argentina

Stephen Grant Baines (UNB)

A partir da noção de “estilos de antropologia” (Cardoso de Oliveira; Ruben, 1995), fazemos um esboço da antropologia social que se pratica no Brasil junto a povos indígenas para examinar tentativas de definir um estilo nacional da disciplina. Para o período entre os anos 1920 e 1950, Roberto Cardoso de Oliveira distingue fases históricas da disciplina, marcadas na etnologia indígena pelo período “heroico” representado por Curt Nimuendaju, e o período “carismático”

representado por Darcy Ribeiro, cujas orientações foram pautadas pela noção de cultura (cultural-funcionalismo), e Florestan Fernandes, orientado pela noção de estrutura (estrutural-funcionalismo) (Cardoso de Oliveira, 1988, p. 109-128). A partir dos anos 1950 surgiram autores como Egon Schaden, Eduardo Galvão, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro. Peirano (1991) argumenta que a reconstrução histórica da sociedade Tupinambá realizada por Fernandes não teve impacto forte na etnologia por estar longe do empenho dos antropólogos da época na construção da nação brasileira. Darcy Ribeiro, insatisfeito com a abordagem culturalista para estudar as sociedades indígenas no Brasil, propôs a noção de “transfiguração étnica”, a partir de noções neoevolucionistas e marxistas, muito abrangente para ser aplicável no nível empírico, e ainda vinculada ao culturalismo. O rompimento teórico com a abordagem culturalista, que predominava no Brasil na época, foi realizado por Roberto Cardoso de Oliveira que elaborou a noção de “fricção interétnica” (1964), mudando o foco de análise da cultura indígena para as relações sociais entre indígenas e não-indígenas. Esta noção foi explorada por seus primeiros alunos nos anos 1960, como Julio Cezar Melatti, Roque de Barros Laraia e Roberto DaMatta e teve forte impacto na etnologia indígena no Brasil durante duas décadas. A próxima geração, representada por autores como João Pacheco de Oliveira e Eduardo Viveiros de Castro, resultou no surgimento de duas vertentes na etnologia indígena. Pacheco de Oliveira e seus seguidores se enredaram por uma antropologia histórica examinando sociedades indígenas no contexto da sociedade nacional, enquanto Viveiros de Castro e seus seguidores elaboraram o perspectivismo ameríndio, abordagem influenciada pelo estruturalismo de Claude Lévi-Strauss e seus seguidores como Phillippe Descola. Outros antropólogos no Brasil seguiram linhas independentes abordando tanto aspectos internos das sociedades indígenas como as relações interétnicas. Nos últimos anos, o ingresso de indígenas na antropologia vem trazendo mudanças à disciplina com a presença crescente de indígenas antropólogos, o que promete criar novos rumos na disciplina.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_614_24680015_446394.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ressurgência Étnica do Povo Tapuya Kariri de São Benedito (CE) em meio as plantations de Não-indígenas

Táynna Maria de Assis Rodrigues (UFRRJ)

O presente trabalho pretende refletir, a partir da ressurgência étnica do povo Tapuya Kariri de São Benedito (CE), localizados na região noroeste do estado do Ceará, a luta pela demarcação territorial da Aldeia Gameleira. Além disso, pretende-se refletir sobre os conflitos entre indígenas e não-indígenas que coabitam o mesmo território, com destaque ao fato dos atores estabelecerem relações socioeconômicas em torno das plantations de batata-doce. Ademais, utiliza dos métodos de equivocação controlada e observação participante, bem como entrevistas semiestruturadas de interlocutoras/es indígenas, que descrevem suas relações e vínculos com os não-indígenas e a necessidade de lidar com a convivência e co-dependência, em prol da garantia de sustento e renda familiar. Considerando as implicações sociais e étnico-raciais que constroem essas interações e as torna(ra)m indispensáveis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_604_48159564_446394.pdf

GT 023: Antropologia e saúde mental: sofrimento social e (micro)políticas emancipatórias

Esta proposta visa reunir trabalhos sobre diferentes dimensões e contextos do sofrimento social apreendidas pelo campo da saúde mental. As questões de saúde mental têm aparecido como problema emergente nas políticas de saúde, chegando a ser anunciadas como uma possível futura pandemia, dado o aumento considerável dos diagnósticos nos últimos anos, situação agravada com a pandemia de Covid-19. É premente a compreensão antropológica desse contexto: a análise sobre o quanto a saúde mental se produz como linguagem e modelo explicativo de questões mais amplas de sofrimento social; a problematização sobre como experiências sociais, individuais ou coletivas, são apreendidas como questões de saúde mental; o escrutínio sobre os caminhos futuros para políticas de saúde mental e para a emergência de novas práticas e saberes sobre esse tema; as políticas e micropolíticas do sofrimento social, seus modos de abordagem, de resistência e de formulação de projetos emancipatórios. Serão aceitos trabalhos que discutam práticas, políticas e saberes locais, tradicionais e/ou dissidentes; políticas públicas, serviços e ações do Estado nesse campo, envolvendo redes de atendimento, dispositivos epidemiológicos, políticas e biopolíticas pretensamente universais e seus modos desiguais de distribuição de direitos; os saberes científicos e especializados e as tecnologias biomédicas, psiquiátricas, psicológicas e farmacológicas, entre outras, acionadas nesse contexto.d

Coordenação

Sônia Weidner Maluf (UFSC), Érica Quinágua Silva (UNB)

Debatedor(a)

Ana Paula Müller de Andrade (UNICENTRO)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os tempos da reforma psiquiátrica: há algo de novo por vir?

Ana Paula Müller de Andrade (UNICENTRO)

Neste trabalho revisito arquivos de pesquisas construídos no diálogo com usuárias/os de serviços de saúde mental com o objetivo de problematizar o momento atual da assistência psiquiátrica no Brasil. Trata-se de um ensaio teórico amparado nos arquivos de pesquisas etnográficas realizadas em três tempos entre os anos de 2011 e 2021. Foram realizadas em momentos distintos da reforma psiquiátrica brasileira, mantiveram em comum o diálogo com usuárias/os dos serviços de saúde mental e, a partir da análise empreendida nos arquivos, apontam para dois aspectos relevantes para a compreensão do momento atual da assistência psiquiátrica: (a) os processos de desinstitucionalização requerem um investimento na dimensão sociocultural a fim de reposicionar socialmente a loucura, o que aparece como bastante frágil nas diferentes pesquisas realizadas; (b) a rede de atenção psicossocial requer mecanismos formais de interlocução com outros setores e coletivos capazes de promover a ampliação dos

modos de ofertar a assistência psiquiátrica e de reconhecer a pluralidade de existências. A desinstitucionalização, para além da desospitalização e/ou da mudança estrutural e organizacional da RAPS, implica em criar novas possibilidades de assistência psiquiátrica calcadas na lógica da liberdade e na invenção de formas de cuidado junto às redes sociais dos sujeitos que acessam os serviços de saúde mental. No momento atual da reforma psiquiátrica brasileira, em que os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e as comunidades terapêuticas estão sob desestabilização legal, importa retomar os aprendizados tidos até então no campo da atenção psicossocial, especialmente aqueles produzidos no diálogo com os usuários/as, a fim de encontrar pistas para a compreensão do presente. Ainda que tal desestabilização possa anunciar novos tempos, o que as pesquisas indicam é que há processos de universalização e ontologização de categorias centrais do campo da saúde mental, tal como a doença mental. Ainda assim, o que emergiu nas diferentes pesquisas realizadas foram possibilidades de interpretação, singularização e maior ou menor adesão a tais categorias como recurso para a produção de si e alívio do sofrimento de muitos sujeitos. Por fim, destaco que o diagrama de forças e formas que produzem o campo da saúde mental no Brasil está em processo de transformação e requer uma compreensão antropológica com a qual este trabalho pretende contribuir.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"MATEI PORQUE FILHA MULHER SOFRE MAIS DO QUE HOMEM": uma etnografia documental da trajetória institucional de Nadine, entre modos de subjetivação e discursos de poder

Beatriz Figueiredo Levy (pesuqi)

Este trabalho tem por objetivo analisar a (re)produção discursiva sobre as representações sociais da loucura e da periculosidade associada a ela, materializadas na figura de Nadine, uma mulher com transtornos psíquicos em conflito com a lei, que foi internada no Hospital Geral Penitenciário (HGP) do Pará. Pretendeu-se investigar de que forma esses discursos atuam como modo de justificar mecanismos de poder em uma instituição que possui caráter tanto manicomial, quanto carcerário. Nadine, de outra mão, sustenta narrativa diversa sobre ela mesma, que também são exploradas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a respeito dos processos de produção discursiva que conduziram às concepções estigmatizadas sobre as ditas loucas infratoras no Brasil. Posteriormente, foi realizada uma etnografia de e em documentos, momento no qual foi analisado o processo judicial que perpassa a internação da interlocutora no HGP, com ênfase nos laudos psiquiátricos, avaliações de equipes multidisciplinares e decisões judiciais presentes nos autos, atentando-se, sobretudo, a como se manifestam os distintos discursos sobre a trajetória de Nadine. A opção pela etnografia em documentos se mostrou via importante para acessar as narrativas em disputa quanto ao destino de uma mulher colocada sob a tutela dos poderes-saberes considerados competentes para decidirem sobre esse aspecto, narrativas essas que abrangem também as suas próprias, considerando seus agenciamentos e estratégias de resistência ao horror do manicômio judiciário.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 - AVICO: uma análise sobre a morte e o luto em Manaus/AM.

Crislane Oliveira do Nascimento (UFSC)

A pesquisa investiga a Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 - AVICO, no processo de construção do luto, enquanto experiência compartilhada em um grupo de suporte no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil. Como objetivos específicos procuramos: descrever e analisar as informações contidas no site oficial da AVICO e seu processo histórico formativo; investigar as percepções dos membros da AVICO sobre as diferentes fases da pandemia de Covid-19 em Manaus/Amazonas e as suas repercussões; e analisar a percepção relativa aos processos de morte e de luto vivenciados durante a pandemia de Covid-19 e de que maneira influenciaram na vivência do luto. O coletivo social surgiu em defesa da luta, justiça e memória das vítimas e garantia igualitária dos Direitos Humanos e constitucionais dos sobreviventes da Covid-19, sendo formado através de voluntários que oferecem apoio e serviços gratuitos acerca de questões: jurídico, apoio psicossocial, mobilização e controle social. Compreender a luta por justiça e garantia aos direitos humanos em decorrência da pandemia de Covid-19 irá contribuir e promover através da ampliação de reconhecimento político e social as demandas propostas pelos seus membros associados. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória e compreensiva, que utilizou a técnica de grupo focal com 04 mulheres, associadas da AVICO, no Diretório de Manaus. O material coletado foi analisado com a abordagem de Análise de Narrativa ancorada em Walter Benjamin (2012). Compreende-se que a AVICO como um grupo que transforma o luto público enquanto ato político, e atua enquanto grupo de apoio social para a experiência do luto através da rede criada e fortalecida no associativismo, ao mesmo tempo em que luta para o não esquecimento dos familiares mortos pela Covid-19, enriquecendo a memória e suas dimensões de luta por justiça e garantia de direitos.

Palavras chave: AVICO; pandemia; luto; Brasil; Covid-19

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um experimento etnográfico num grupo de Mulheres em Sofrimento Mental: Pensando a Agência

Cristiane Otoni Gomes (Efetivo)

O artigo analisa a possibilidade de agência de mulheres em sofrimento psíquico em um grupo de saúde mental, focalizando as vivências de gênero. Destaca a abordagem antropológica da sexualidade, ressaltando influências construtivistas e culturais. Discute diversas perspectivas sobre gênero e feminismos, desde estudos pioneiros com críticas ao longo do século XX até reflexões contemporâneas, propondo uma antropologia mais inclusiva da mulher. McIntosh (1968) discutiu o papel homossexual como uma categoria social, argumentando contra uma abordagem médica ou psiquiátrica. Oakley (1972) e Rubin (1975) expandiram essas reflexões, destacando a variação cultural na definição de gênero e sexo, e separando a sexualidade do gênero como sistemas distintos. Aborda a relação entre agência e saúde mental, considerando as interseccionalidades de gênero, raça e classe, e destaca a importância das políticas públicas nesse contexto. Ortner (2007) e Mahmood (2019) oferecem perspectivas sobre agência e poder.

A proposta metodológica deste estudo envolve a análise dos registros feitos por uma usuária e uma trabalhadora que coordenaram os encontros do Grupo de Mulheres em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS III) brasileiro. O grupo, composto principalmente por mulheres negras e pardas de baixa renda e escolaridade, teve como objetivo proporcionar um espaço seguro para discutir vivências de gênero. Os encontros ocorreram semanalmente ao longo de cinco semanas. A metodologia adotada incluiu atividades como apresentação pessoal, escolha de uma palavra representativa, uso de recursos musicais e expressivos, e produção de cartazes reflexivos. O estudo visa compreender como as questões de gênero afetam a saúde mental das mulheres usuárias do CAPS, problematizando as relações de poder e promovendo trocas de experiências e debates no grupo. A partir das considerações sobre registros do grupo, o texto sugere que, apesar do sofrimento, essas mulheres demonstram agência ao refletir sobre suas experiências de dominação. A análise antropológica oferece insights críticos sobre questões de saúde mental e direitos humanos. Por fim, destaca-se a complexidade dos temas para além da visão biomédica, apontando para a necessidade de políticas públicas e antimanicomiais mais inclusivas e sensíveis às questões de gênero.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_925_14830259_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Este não é o vocabulário de nossa comunidade": Percepções dos moradores da Favela da Zona Leste em São Paulo em relação a instrumentos psiquiátricos validados para o Brasil.

Daniela Ravelli Cabrini (UNESP)

Antropólogos e psiquiatras colaboram com a Saúde Mental Global (GMH) para aprimorar a adequação cultural das ferramentas de avaliação de saúde mental. Dentro desse campo, o Conceito Comum do Sofrimento (Cultural Concept of Distress) surge como uma ferramenta notável para examinar como fatores culturais moldam a forma como os indivíduos comunicam, expressam e enfrentam o sofrimento, sendo incluído no DSM-5. Este artigo se envolve em uma análise crítica de um estudo conduzido durante a pandemia com residentes na favela de Sapopemba, uma região vulnerável da megalópole de São Paulo, Brasil. Um dos objetivos deste estudo era treinar os residentes para administrar dois instrumentos psiquiátricos validados para o Brasil- PANAS e o SRQ-10- para avaliar a saúde mental das pessoas que vivem na mesma região. Com base nas percepções daqueles treinados para usar esses instrumentos, este artigo explora as complexidades em torno das ferramentas psiquiátricas epidemiológicas e sua adaptação cultural. Durante o estudo, o envolvimento ativo com a comunidade trouxe à tona desafios específicos encontrados ao utilizar esses dois instrumentos. Primordialmente, o vocabulário utilizado nessas escalas não ressoava com as experiências cotidianas das pessoas que viviam nesse território. Os membros da comunidade compartilharam a necessidade de "explicar, interpretar e até mesmo traduzir" a terminologia da escala para seus pares, apesar de estar na sua língua. Além disso, eles destacaram a importância de criar confiança com as pessoas que respondiam às perguntas nas escalas padronizadas de psiquiatria. Minha argumentação segue em três etapas. Primeiramente, explorarei se a tradução cultural pode ser limitada apenas à dimensão léxico-semântica, dadas nossas dificuldades com duas ferramentas

que já passaram por validação no Brasil. Em seguida, analisarei os desafios de extrair objetividade no contexto de experiências altamente subjetivas enraizadas em significados sociopolíticos. Por fim, abordarei a importância da dinâmica da relação entrevistador-entrevistado durante a coleta de dados. Partindo da ideia de que a antropologia desempenha o trabalho distintivo de tradução cultural e, segundo Viveiros de Castro, "Traduzir é traír o destino da linguagem e não a linguagem de origem", o objetivo deste artigo é reintroduzir a psiquiatria e a antropologia na cena comparativa ao realizar a tradução de outras "culturas". Palavras-chave: Conceito Cultural de Sofrimento; Tradução Cultural; Favelas Brasileiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_787_12540172_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nomeando a dor: Pânico, desigualdade social e sofrimento psíquico na pandemia da covid-19

Eduardo Baptista Prisco Paraiso (UERJ), Júlia Fleury Ferreira (UERJ)

Em meio à pandemia da covid-19, um jovem de 26 anos se encolhe num canto da rua com medo e começa a gritar que vai morrer. Uma senhora de 68 anos desiste de caminhar até o mercado com medo das multidões. Ambos afirmam que passaram por crises de pânico. As histórias de Afonso, homem pardo morador de uma favela em São Gonçalo e de Rebeca, uma mulher branca que morava em um apartamento na zona sul do Rio de Janeiro, se encontram nesse trabalho. Elas agem como fio condutor para pensar a forma como as ideias de sofrimento social, de emoções e da linguagem biomédica se articulam em realidades socioeconômicas distintas no intuito de compreender a dor vivenciada por nossos interlocutores. Este trabalho é fruto do encontro das pesquisas de mestrado empreendidas pelos dois autores e dos debates promovidos a partir delas. Realizadas durante a crise sanitária do novo coronavírus, ambos os estudos utilizam entrevistas semi-estruturadas como ferramenta investigativa e contaram com 10 participantes cada. Enquanto uma das pesquisas se debruçou sobre a investigação dos impactos psicossociais do isolamento social em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro, a outra se ateve a investigação das experiências de adoecimento e internação por covid-19 entre pessoas de camadas médias da mesma região. Para compor essa comunicação no GT, escolhemos recortes das narrativas de nossos interlocutores que abordam as suas experiências de pânico e de medo. Apesar de virem de contextos e possuírem vidas bastante distintas, ambos se utilizam de um vocabulário psi para nomear sua angústia. Com base na linguagem utilizada por ambos os participantes, pretendemos discutir como termos clínicos ultrapassaram as fronteiras da academia, de consultórios e hospitais e passaram a ser empreendidos na vida cotidiana. Questionamos: com que finalidades e em que momentos esses termos são mobilizados? O quanto é preciso patologizar emoções para, então, legitimá-la ou valorizá-la? Que categorias são audíveis? E quem as escuta?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A saúde mental de quem custodia: elementos para pensar a relação entre trabalho prisional e o adoecimento mental dos policiais penais

Francisco Elionardo de Melo Nascimento (professor)



Os policiais penais atuam na execução penal, sendo este um trabalho desenvolvido preponderantemente no interior das prisões e longe da visibilidade social. É uma função que se firma na rotina prisional, pelo desenvolvimento de atividades que visam à punição e a ressocialização, com contato direto e prologado com pessoas indesejáveis socialmente. O desempenho desta função é diretamente influenciado pelas condições estruturais das prisões brasileiras que, historicamente, são reconhecidas pela superlotação e insuficientes condições materiais de vida. Os policiais penais são responsáveis diretos pela seleção, remoção, vigilância e movimentação dos presos de suas celas para atendimento de técnicos (médicos, sociais, psicológicos, jurídicos, etc.); para transferências externas (por exemplo, para hospitais, velórios, audiências judiciais); e para participação em oficinas e educação escolar dentro da prisão. A complexidade do trabalho envolvido em uma prisão e a quantidade insuficiente de profissionais em serviço resulta em uma sobrecarga de trabalho para os policiais penais. Isso, por sua vez, causa; fadiga, dor física e distúrbios emocionais e psicológicos entre policiais penais brasileiros. O objetivo deste artigo é compreender a relação entre as dinâmicas do trabalho prisional e a saúde mental dos policiais penais, pensado a precarização, periculosidade e a insalubridade como fatores desenvolvedores de adoecimento mental nos trabalhadores da segurança prisional. Trata-se de um texto que resulta de uma pesquisa pós-doutoral de natureza quali/quantitativa ampla, desenvolvida em meio aos policiais penais do Estado do Ceará. Utilizamos entrevistas, aplicação de questionário e observação participante como instrumentos para a captura dos dados. O conjunto dos dados analisados nos permite perceber que a natureza estressante e perigosa da função atrelada às difíceis condições de trabalho, a exaustividade dos plantões e a desvalorização social contribuem para o adoecimento psíquico dos policiais penais, impactando em altos índices de afastamento laborais por adoecimento mental, na insatisfação com o trabalho e em efeitos negativos na qualidade de vida desses profissionais. Todo o contexto de adoecimento dos policiais penais cearenses tem relação direta com as alterações na política prisional, pela imposição da autoridade do Estado no controle das dinâmicas cotidianas entre presos, exigindo mais esforço desses profissionais na aplicação de um conjunto de medidas para conter a expansão das facções criminais que avançam nos territórios, principalmente em prisões e periferias, impondo regimes de governança criminal que alteram não apenas as relações que permeiam as interações entre pessoas envolvidas com o crime, mas também entre agentes de Estado e a população em geral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_320_98116725_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sofrimento e socialização em contexto pós-pandêmico: A escrita de si como mecanismo de compartilhamento de vivências depressivas.

Gabriel Bandeira Cantu (UFSC)

Após o pico da pandemia de covid-19, a Organização Mundial da Saúde voltou a olhar para o adoecimento mental e sinalizar a possibilidade do surgimento de uma nova pandemia, agora na saúde mental (OPAS, 2023). Neste cenário, minha pesquisa atual visa entender como se dá a socialização de pessoas autodeclaradas depressivas no Instagram, através de páginas criadas com o intuito de abordar temas relacionados à depressão e promover a interação entre



depressivos objetivando uma espécie de ajuda mútua. Escolhi duas páginas públicas, com postagens regulares e mais de cem mil seguidores cada uma para realizar minha pesquisa de campo, às quais me refiro através de siglas, a saber SODEP e SAD, criadas a partir de seus nomes originais, mantendo seu anonimato. Ao longo do campo, que culminará em minha tese de doutorado, venho observando que mais do que a conversa sobre trivialidades cotidianas, a busca pelas e permanência nas páginas acontece com a necessidade de os sujeitos relatarem extensamente suas experiências depressivas endereçando-as a outrem. Daí vão surgindo amizades, redes de apoio mútuo e troca de informações sobre como lidar com o sofrimento no cotidiano com depressão. Parece-me interessante pensar a construção desta forma de socialização como algo similar àquilo que Foucault (2002) descreve como escrita de si (p.129). O autor destaca dois tipos de escrita de si que considera essencialmente importantes para, em sua argumentação, distinguir da escrita enquanto combate espiritual apregoado pelo cristianismo, hypomnematas e correspondências. Os primeiros, presentes na Grécia antiga, são livros de registros que continham desde registros contábeis até reflexões pessoais de coisas que o sujeito lia ou ouvia, visando uma conexão dele consigo mesmo. Já as correspondências, práticas de filósofos como Sêneca e Marco Aurélio, visavam desde conselhos endereçados a alguém até um autoexame do cotidiano para que ao deixar-se ver por um terceiro, o sujeito cuidasse constantemente de suas ações para não incorrer em erros prejudiciais a sua constituição subjetiva (FOUCAULT, 2002). Acredito possível aproximar os relatos das experiências depressivas de meus interlocutores aos dois tipos foucaultianos de escrita de si, tanto por constituírem uma tentativa de entrar em contato consigo mesmo quanto um deixar-se ver reflexivo endereçado a múltiplos alguéns através dos comentários públicos, promovendo um auto cultivo simultâneo entre quem lê e quem escreve (FOUCAULT,2002). SAD e SODEP nos possibilitam aproximar os dois tipos de escrita de si para pensar o universo do sofrimento psíquico nas redes sociais, especificamente no Instagram. Para tanto, noções como bildung e aufhebung (DUARTE,2003) se fazem aliadas para pensar materiais que venho colhendo em campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O trabalho me consome. Ele consome a minha mente": Pensando o trabalho através da experiência de pessoas com Transtorno Afetivo Bipolar em grupos no Facebook

Gabriela Gonçalves de Aguiar (UFRGS)

Este trabalho visa discutir a relação de indivíduos não institucionalizados que possuem o diagnóstico de Transtorno Afetivo Bipolar (TAB) com o mercado de trabalho. O TAB é uma condição que está relacionado com altos índices de desemprego, dificuldades financeiras e laborais, maior propensão a estresse interpessoal e instabilidade no emprego. Recentemente tem-se falado mais sobre a relação entre as condições atuais de trabalho e o adoecimento psíquico de trabalhadores, mas como esses trabalhadores percebem e lidam com o trabalho em seu dia a dia, quando já possuem um diagnóstico de transtorno psiquiátrico? A partir da minha própria experiência convivendo com o diagnóstico de TAB há seis anos e trabalhando em empregos formais, bem como dos relatos em grupos de pessoas com TAB da rede social Facebook, pretendo discorrer sobre como o trabalho pode assumir uma dimensão grande e



complexa, por vezes pesada, na vida de pessoas com TAB. É através dele que é garantido o seu sustento, e muitas vezes de suas famílias, e também se coloca como condição necessária para a continuidade do tratamento psiquiátrico, custeando as consultas de psiquiatras e psicólogos e, principalmente, a compra dos medicamentos. Em muitos casos é necessário tomar vários medicamentos ao mesmo tempo que não são acessíveis, nem estão disponíveis pelo SUS. É comum que as empresas pressionem por um rendimento, dito "normal", criando ambiente prejudicial à saúde mental, o que atrapalha o tratamento da pessoa com TAB. Ao mesmo tempo, é uma reclamação comum nos grupos do observados a resistência dos médicos em dar atestados que permitam o afastamento do trabalho ou recebimento de auxílio-doença. Tanto a empresa quanto os psiquiatras subestimam o quanto o TAB é incapacitante e, por vezes, querem que a pessoa com TAB se esforce e trabalhe mais do que ela consegue. O medicamento psiquiátrico é a principal via de tratamento, mas este também pode interferir no rendimento no trabalho e em outros âmbitos da vida já que nem sempre o organismo da pessoa se adapta a primeira medicação indicada, sendo necessário testar vários medicamentos e dosagens e manejar seus diversos efeitos colaterais. Assim, a pessoa diagnosticada com TAB tem que navegar entre dois sistemas de controle. Por um lado, submetido ao sistema disciplinar do trabalho, em que pode ser punida por sua condição ao não apresentar a produtividade esperada. Por outro, submetida ao regime biopolítico do poder médico, que pretende o gerenciamento da vida pelos medicamentos. Os dois sistemas tem como prioridade a produtividade do indivíduo para o sistema capitalista, e não o seu bem-estar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Aquilo prejudica dentro da pessoa": sofrimento e saúde mental entre adolescentes e jovens de camadas pobres

Jamile Guimarães (USP)

O tema da saúde mental vem apresentando relevância exponencial entre adolescentes e jovens. Se pudemos observar um recrudescimento de sofrimentos a partir do isolamento social e seus efeitos nos períodos pandêmico e pós-pandêmico, as discussões sobre ansiedade e depressão já se faziam presentes anteriormente. Este trabalho surge do acervo de dados produzidos, entre 2018 e 2023, em pesquisas com adolescentes e jovens. Os sujeitos tinham entre 11 e 23 anos e moravam em duas comunidades periféricas de São Paulo. O objetivo foi compreender como aspectos e condições sociais, culturais e simbólicas configuram experiências de sofrimentos. Os instrumentos metodológicos mobilizados foram observação em espaços de sociabilidades, organizações comunitárias e escolas públicas, conversações etnográficas e entrevistas abertas. O sofrimento social remete a compreensão das relações entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos. Por um lado, violências estruturais vão modulando relações cotidianas, de modo a condicionar arranjos e trocas possíveis entre pares e com os adultos próximos. Se entre os adolescentes prevaleceu narrativas de "falta", vazio e dor na relação com os pais, os jovens, já trabalhadores, ponderavam ascendências de condições de vida e de trabalho nas maneiras de exercer maternidade/paternidade. Outra frente de análise é o binômio julgamento-vergonha nas interações de intimidação e aviltamento entre pares: havia um receio corrente pelo julgamento da aparência, comportamento e ideias. O julgamento foi

definido como ação de valor estigmatizante ou de invalidação. Assim como, situações de racismo cotidiano que evocam a opressão e o não-pertencimento como sujeitos em determinados espaços. O racismo aponta à luta contra sentimentos depreciativos imputados, que se enraízam na subjetividade, ao mesmo tempo em que defendem a necessidade de pautar a igualdade. Restam ainda as questões emergentes na transição para a adultez, que interseccionam expectativas normativas para cumprir marcos biográficos, insegurança ontológica e a concepção do projeto de vida. Por outro, a cultura e os saberes psi passam a integrar o universo simbólico de adolescentes e jovens. O valor conferido ao psicólogo e a terapia está intrinsecamente relacionado a ausência de espaços de diálogo educativo e compreensivo na trama intergeracional familiar e escolar. Há um anseio por apoio ao processo de autoconhecimento e para lidar com problemas e relações pessoais. Mobilizar o sofrimento social permite trabalhar a saúde mental a partir do princípio da integralidade do cuidado, tornando-se um importante contraponto aos discursos e programas de intervenção para a adolescência, que tendem a focalizar a saúde sexual e reprodutiva.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Contexto pra lá, contexto pra cá": Contribuições antropológicas para a formação de psicólogos-psicoterapeutas

João Paulo Siqueira (UNB)

Afinal, o que significa o repetido uso da palavra contexto na formação de psicólogos-psicoterapeutas no Brasil? A partir de inserção etnográfica junto a um grupo de estágio e serviço de psicoterapia racializada para universitários negros, discuto a formação de psicólogos para atenderem demandas raciais na clínica psicológica. O recorte escolhido para este paper foi a discussão dos documentos que regem a formação de psicólogos. Especificamente, me debrucei sobre dois documentos: As Diretrizes Nacionais Curriculares para os cursos de graduação em psicologia (DCN) e o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia (PPC) da universidade investigada. As DCNs e o PPC definem, em âmbito nacional e local respectivamente, princípios e compromissos; competências e habilidades gerais; eixos estruturantes; ênfases curriculares e orientações nos âmbitos do ensino, pesquisa e estágio para os cursos de psicologia, sempre prezando por uma aplicação contextualizada dos conhecimentos psicológicos. Nas DCN, um documento em formato de lei contendo seis páginas, a palavra contexto aparece 15 vezes, já no PPC, documento com quase 150 laudas, a frequência do uso da referida palavra também é alta, 78 vezes - mas nem todas com o sentido formativo. Embora a palavra contexto não pareça necessitar de detalhamento em seu significado, o sentido do uso é diferente a depender do referencial teórico utilizado, pois podem ser reduzidas à variáveis ambientais, sem muito aprofundamento, como feito pela psicologia social cognitiva estadunidense, em contraste com as perspectivas críticas em que o contexto sociocultural e suas dinâmicas hierárquicas são o ponto de partida para as análises em termos teóricos, como na decolonialidade ou na aplicação psicoterapêutica das etnopsicologias, etnopsicanálise e etnopsiquiatria ou simplesmente das intervenções psicoterapêuticas atentas à realidade social e comprometida com as demandas do território. De forma comum, todas essas etnopsis apropriam-se de reflexões antropológicas para fundamentar o entendimento de contexto sociocultural enquanto estruturante dos processos de

subjetivação e para saúde mental, sendo identificado inclusive, como uma forte justificativa para a inserção da antropologia e de antropólogos na formação em saúde mental, uma vez que situar o sujeito em sua cultura auxilia na probabilidade de eficácia das intervenções. Nesse sentido, defendo que a palavra contexto venha acompanhada do termo ao qual se objetiva frisar, sob o perigo de ser utilizada somente como um totem vazio, que na verdade deixa de citar as violências estruturais da sociedade brasileira, como o racismo, e assim, contribui para o mito da democracia racial, sintomático no país, que apenas potencializa o recrudescimento do racismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saúde mental nas experiências dos migrantes e nos discursos de entidades humanitárias e esferas do estado

Lilian Leite Chaves (UFRR)

No Brasil, as elaborações acerca da loucura e saúde mental (e outros termos que guardam relação e que ganham proeminência com transformações históricas, epistemológicas e políticas), fazem parte da reflexão antropológica desde as primeiras análises sobre o povo brasileiro e a construção da nação. Na atualidade, os processos migratórios, e os múltiplos deslocamentos que eles engendram, figuram entre os fatores que precisam ser considerados com atenção tendo em vista que o país emergiu como uma rota preferencial para migrantes do sul global no corrente século. O Brasil vem recebendo migrantes de países vizinhos e também de países de outros continentes acometidos por situações de desastre ambiental, crise política e guerras. O recebimento de migrantes possui peculiaridades devido às diferenças regionais, sobretudo quando se trata de regiões afastadas dos grandes centros e que fazem fronteiras com outros países. Este trabalho busca trazer insights sobre como os migrantes, na cidade de Boa Vista-RR, relatam sobre os seus sofrimentos, o quê e quando eles consideram da ordem do psíquico ou de saúde mental, e como a assistência ao migrante, a saúde mental e o acolhimento psíquico aparecem nos discursos oficiais das organizações de acolhida, do Estado e nas últimas Conferências de Saúde Mental, Municipal e Estadual, ocorridas no ano de 2022.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias compartilhadas da pandemia de Covid-19 entre indígenas Fulni-ô/PE: estratégias de enfrentamento e os impactos sociais (pós-)pandêmicos

Liliane Cunha de Souza (UFPB)

Esse trabalho consiste em uma primeira análise dos dados coletados por mim junto a colaboradoras/es Fulni-ô, especialmente Luiz Carlos Frederico da Silva, estudante Fulni-ô de ciências sociais e Xice Fulni-ô, xamã Fulni-ô e agente indígena de saúde, que estão escrevendo esse resumo comigo. As reflexões apresentadas por nós foram elaboradas, no âmbito de minha pesquisa de pós-doutorado, financiada pela CAPES, sobre as memórias da pandemia de Covid-19, os seus impactos sociais e efeitos longos que persistiram no momento pós-pandêmico, entre indígenas Fulni-ô que vivem na Terra Indígena/TI, situada no município de Águas Belas-PE, bem como nesse município. Essa pesquisa deriva do projeto maior intitulado “Impactos sociais, políticas públicas e estratégias locais de enfrentamento à pandemia de Covid-19: saúde,

proteção social e direitos - uma abordagem interdisciplinar a partir das ciências humanas”. Essa pesquisa busca realizar uma etnografia das memórias da pandemia entre pessoas Fulni-ô. A metodologia da pesquisa se deu por meio de trabalho de campo com a realização de observação participante, escrita de diário de campo e realização de diálogos. Utilizei princípios da metodologia participativa (Arribas Lozano, 2015) como: o diálogo simétrico e colaborativo; conexão entre os interesses da pesquisa e os interesses e necessidades dos interlocutores e valorização das reflexões e análises dos interlocutores. A fundamentação teórica desta pesquisa está baseada em trabalhos do campo da antropologia médica (Menéndez, 2003), da saúde indígena (Langdon, 2004; Garnelo, 2022), memória (Jelin, 2002), bem como sobre os estudos das relações interétnicas e processos de territorialização (Oliveira Filho, 1998, 2004; Teófilo da Silva, 2005) e colonialismo (Batalla, 1990). É importante destacarmos a diferença entre os indígenas Fulni-ô “aldeados” e “desaldeados” pelo serviço de saúde, realizado pela SESAI/MS, durante o período da pandemia. Tal categorização trouxe para esses últimos um peso surpreendente, bem como promoveu diversos desdobramentos em relação à garantia do direito deles ao acesso ao serviço de saúde indígena. Esta pesquisa busca ainda descrever e compreender as estratégias locais de enfrentamento da pandemia, dentre elas o papel importante que desempenharam, no contexto pandêmico e pós-pandêmico, o sistema de cura e cuidado Fulni-ô e o ritual do Ouricuri.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Seguir em luta ainda que contra novos vilões: considerações sobre a produção das violações de direitos humanos em comunidades terapêuticas como um problema público

Maria Luiza de Freitas de Souza (UFRJ)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discorrer sobre a construção do tratamento ofertado por comunidades terapêuticas – e direcionado a pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas – como um problema público. Tais considerações derivam da pesquisa etnográfica realizada durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, no Museu Nacional, e que resultou na dissertação intitulada “A disputa do tempo e o tempo da disputa: reflexões etnográficas sobre a trajetória das comunidades terapêuticas e suas inflexões na Reforma Psiquiátrica Brasileira”. Além disso, figuram como reflexões bastante iniciais acerca dos próximos passos a serem trilhados na continuidade de minha formação durante os anos de doutorado. De acordo com as pesquisas desenvolvidas por Rui (2012), o crescimento de metodologias de trabalho direcionadas ao tratamento e à prevenção do uso de drogas tem provocado a intensificação da disputa por espaço político e legitimidade social entre entidades públicas e privadas. Diante desse cenário, busquei investigar as ações de governo (Souza Lima, 2012) em saúde mental, álcool e outras drogas no país a partir das disputas entre terapêuticas cotidianamente (re)formuladas como sendo distintas. De um lado, o paradigma da redução de danos e o atendimento centrado no território – tal como ofertado pelos Centros de Atenção Psicossocial. De outro, o modelo das comunidades terapêuticas baseado na abstenção completa ao uso de quaisquer substâncias, na espiritualidade e na laborterapia. Tendo em vista que as diferenciações entre ambos os modelos não estão dados por princípio e são cotidianamente construídas a partir do trabalho político e epistemológico desempenhado por

diversos atores sociais, buscarei refletir como essas têm sido formalizadas em denúncias públicas às supostas violação de direitos humanos ocorridas em tais instituições terapêuticas. Isto é, na produção dessa problemática social em um problema público de dimensão “societal” (Gusfield, 1981) e que, enquanto tal, deve concernir a todos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma autoetnografia sobre o processo de sofrimento no trabalho de um profissional de saúde da atenção básica no SUS

Mateus do Amaral Meira (UFPB)

Neste trabalho apresento o processo de sofrimento e adoecimento emocional que vivi e vivo como profissional de saúde do SUS, inserido na Atenção Básica (AB). Para tanto, utilizei o conceito de narrativa de Sonia Maluf (2021) e a autoetnografia a partir de Dulce Ferraz (2020) e Fabiene Gama (2020, 2022). Trago brevemente minha formação profissional como psicólogo desde a graduação até os dias atuais, ressaltando os caminhos de aprendizados que me levaram a trabalhar na AB. Depois, contextualizo o processo de implementação dessa política num contexto de privatização e precarização do trabalho e relaciono esses aspectos com a saúde dos/as/es trabalhadores/as da AB. A partir de uma experiência com um dos usuários que acompanhei em alguns atendimentos reflito sobre os sentidos do sofrimento/adoecimento emocional que tenho vivido e os seus desdobramentos. A autoetnografia começa apresentando mais um profissional de saúde que aprendeu a defender e a sonhar com a construção e o fortalecimento do SUS e que desde a graduação buscou e foi guiado por caminhos críticos de formação e de prática. Depois de mais de dez anos de atuação como profissional na AB na cidade do Recife-PE, especificamente trabalhando no Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF (hoje equipes multiprofissionais na atenção primária à saúde - eMulti), o desgaste, o cansaço e o sofrimento no trabalho começaram a ser maiores do que o gosto, o orgulho e o prazer, ao ponto de produzirem adoecimento com o diagnóstico de burnout. Escrevi esse trabalho autoetnográfico não apenas por um desejo (quase necessidade) de organizar as emoções, mas também, por querer falar com e falar para outros/as/es trabalhadores/as da AB no SUS que passaram ou passam por situações semelhantes, para que a escrita possa ser um veículo da experiência e do sentido (Maluf, 2021), explicitando caminhos que lhes ajudem a perceber e refletir como seu trabalho tem afetado sua saúde mental para, a partir daí, encontrarem estratégias de resistência e superação desse processo. Tomar consciência quando o sofrimento no trabalho se torna adoecimento, por exemplo, é fundamental para buscar ajuda. Além disso, é muito importante pensar a construção de políticas públicas efetivas para esses/as (e outros/as/es) trabalhadores/as no âmbito do SUS. Não falamos aqui de um cuidando do cuidador para fazer de conta que existe, mas, quem sabe, da construção de uma política nacional de promoção da saúde dos trabalhadores do SUS, uma política que parta da compreensão sobre o trabalho em saúde de maneira articulada à formação permanente dos/as/es trabalhadores/as, à organização do trabalho na AB, as relações de gênero e de raça, à ampliação de concursos públicos e à salários e carreiras profissionais dignas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_249_87263143_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Política Nacional de Saúde Mental e Sobre Drogas no Brasil: reflexões etnográficas das práticas do cuidado e resistência da luta antimanicomial

Maycon Leandro (UFSCAR), Nathália Gonçalves Zapparoli (Secretaria de Educação do Estado de São Paulo)

Esta pesquisa visa analisar o sofrimento psicossocial, práticas de cuidados e resistências antimanicomial nas margens urbanas em interface com as estratégias de desinstitucionalização das pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos e Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. No Brasil, o modelo manicomial produziu privação de liberdade, estigmatização e controle punitivo, gerando a institucionalização dos sujeitos com experiência à loucura e sua retirada do convívio coletivo. Nesse sentido, o Movimento Nacional Antimanicomial contribui para um cuidado humanizado, lutas emancipatórias, promoção dos Direitos Humanos e questões referentes a psiquiatrização e psicofarmacológicas. Para tanto, o Estado dispõe de ações como o Programa de Volta Para Casa, voltados para a inclusão social nos territórios e inserção pelo trabalho, educação, arte-cultura, militância e da ocupação urbana, configurando-se em possibilidades subjetivas e construção de sociedades plurais e democráticas (Amarante; Torre, 2018; Andrade, 2020). Todavia, tais conquistas da reforma psiquiátrica brasileira, se veem ameaçadas desde 2016, engendradas em um movimento de contrarreforma, desmonte das políticas públicas, acirradas pela pandemia de Covid-19. As novas orientações traduzem em atender os interesses neoliberais e neoconservadores, como a disputa pelo fundo público pelas Organizações Sociais de Saúde, sucateamento do SUS, financeirização e ascensão das Comunidades Terapêuticas. Nesta seara, realizamos um estudo etnográfico e composto por tais procedimentos: i) etnografia desenvolvida nos Serviços Residenciais Terapêuticos e Centros de Atenção Psicossocial nos municípios de São Paulo-SP e Campinas-SP; ii) compilação de materiais secundários como os marcos legislativos e gestão organizacional dos serviços; iii) entrevistas semiestruturadas com os profissionais de saúde. Os dados foram sistematizados por meio da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), dando ênfase em discursos que articulem as subjetividades, práticas e saberes e sintetizado em eixos norteadores: práticas de cuidado e cidadania; conflitos a judicialização da saúde; desdobramentos do neoliberalismo que acentuam a precarização do trabalho e assistência à saúde mental e desafios para o processo de desinstitucionalização por meio de itinerários nas cidades, que (re)produzem subjetivação e vulnerabilidades. Conclui-se, para os nossos interlocutores embora haja um certo consenso dos avanços da reforma psiquiátrica em promover mudanças das instituições psiquiátrica e política-institucional, sustentar ações antimanicomiais exigem resistências, um cuidado como uma micropolítica e enfrentamento ao racismo, LGBTfobia e gramáticas morais que aniquilam os corpos, sobretudo, das pessoas que fazem uso abusivo de álcool e drogas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_166_20039606_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Muitos anos de surto, muitos anos de exposição": Narrativas de experiências em sofrimento mental no Cariri Paraibano

Milenna Jordana de Sousa Andrade (UFPG)

Este trabalho traz uma reflexão acerca do sofrimento de mulheres em experiências de adoecimento mental no interior Paraibano. Tem-se como objetivo compreender o contexto social da realidade de mulheres que convivem com o adoecimento e quais as redes que são adicionadas pelo sujeito em condição de sofrimento e busca por escuta. Este trabalho faz parte de uma pesquisa de doutoramento a partir de uma etnografia realizada em um Centro de Atenção Psicossocial CAPS em um município no interior da Paraíba. O trabalho de campo foi realizado durante oito meses com visitas regulares e conversas informais. Este artigo propõe refletir a experiência de adoecimento a partir da narrativa de uma mulher experiente residente da cidade de Sumé -PB, com o intuito de compreender quais estratégias são acionadas em seus momentos de aflição. A narrativa expõe uma experiência de sofrimento e as redes de apoio social que são adicionadas por ela, seja no serviço de saúde, seja em seu cotidiano familiar e social, enfatizando situações relacionais de andanças entre serviços de saúde mental, desde hospitais psiquiátricos à serviços de saúde mental, em especial, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em diferentes estados e cidades. As discussões propostas aqui, estão em diálogo com referências teóricas do campo da Antropologia da Saúde, e considerando que o exercício de escrita através da trajetória de uma única pessoa, inspirada em Biehl (2008), que retrata a potencialidade de etnografar a experiência de uma pessoa, capaz de relacionar aspectos macros de sofrimento em sociedade que foram sendo corporificadas e construídas de forma singular por meio da narrativa de uma mulher caririzeira.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As crianças laudadas nas escolas e as realidades que governam: Articulações entre vida e morte, na mira dos carimbo médicos

Nathalia Mazolli Veiga (UERJ)

Atuando como Mestranda de Ciências Sociais e Saúde Coletiva, desejo investigar a medicalização da educação a partir dos laudos médicos que se fazem presentes nas escolas municipais da educação infantil no Rio de Janeiro. O ponto de partida desta investigação se deu em minha atuação profissional, num CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil), intrigada e em conflito com a larga demanda das escolas por laudos médicos para que as crianças pudessem frequentar as atividades escolares. Questionava os impactos de uma médica branca poder afirmar em poucas linhas que arriscavam dizer a história clínica daquelas crianças que se davam sobre contextos complexos e marcados por injustiças sociais. O descarte de velhas interrogações e a formulação de novas, com o auxílio precioso das direções partilhadas pelo meu orientador, consigo trazer com a devida centralidade a questão do racismo em minha pesquisa, traçando como objetivo específico investigar a presença dos marcadores de raça nos laudos e no percurso das crianças laudadas em território escolar. Delimitando como campo desta pesquisa o diálogo intersetorial entre saúde mental e educação infantil e definindo como elemento central de meu objeto de pesquisa os laudos médicos presentes nas escolas, trago no texto a categoria crianças laudadas utilizada, para dizer das crianças que já apresentam laudos ou, ainda, para indicar a necessidade deles em contexto escolar. As infinitas camadas de questionamentos que essa categoria analítica aqui desenvolvida é a mola propulsora de minha pesquisa. Ao interrogarmos sobre as categorias raça presentes nos laudos médicos que adentram

as escolas a partir de suas demandas, faz-se necessário operacionalizá-las na performance de tais documentos, que virá a ser objeto de minha pesquisa. Considerar que esta performance é atravessada pelas hierarquias existentes entre esses papéis e as pessoas envolvidas em sua magnitude me parece parte da principal hipótese que é a de que tais laudos contribuem para a medicalização da educação. Assim, encaminho-me para buscar compreender como esses laudos operam os regimes de visibilidade dessas hierarquias, produzindo determinações e agências no contexto investigado e que podem apontar práticas emancipatórias como formas de resistência. Este breve ensaio que desejo apresentar a principal hipótese envolvida nesta pesquisa, argumentada a partir do Dispositivo de Racialidade de Sueli Carneiro, que é a de que os diferentes conceitos e fenômenos abordados por este dispositivo podem estar articulados à confecção e performance dos laudos médicos que circulam em chão escolar impactando, como também pretendo argumentar, na rearticulação da vida e da morte das crianças laudadas nas escolas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_871_58645825_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Subjetivações neoliberais e sofrimento social: políticas globais de saúde mental em tempos de neoliberalismo

Sônia Weidner Maluf (UFSC)

O objetivo deste artigo é analisar as políticas globais de saúde mental em contexto de hegemonia neoliberal. A proposta parte da constatação de que a forma específica das subjetivações neoliberais, discutidas por Foucault em O nascimento da biopolítica, remete a formas específicas de produzir e lidar com o sofrimento e as aflições. Ao contrário da concepção liberal, em que o sofrimento deve ser eliminado ou contido, porque retira o sujeito do processo produtivo, no neoliberalismo o sofrimento é economicamente produtivo, conforme nos aponta Saflate (2021). Entre outros documentos, será relevante o documento World Mental Health Report, da OMS, publicado em 2022 e considerado a maior revisão sobre saúde mental global publicada nas últimas décadas. Como constatamos em outras análises de políticas de saúde mental, há uma dinâmica de abordagem do sofrimento a partir da série individualizada do sintoma-diagnóstico-tratamento, mesmo quando determinados problemas de saúde mental são considerados em sua dimensão social. Nossa pergunta de fundo, na perspectiva da abordagem antropológica da saúde, é sobre como uma experiência social de sofrimento é produzida como problema psicológico, psiquiátrico ou biomédico em geral e o quanto essa matriz de apreensão do sujeito responde a uma razão neoliberal. FOUCAULT. Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008. SAFATLE, Vladimir. Introdução. In: Saflate, V. Silva Jr, N.; Dunker, C. Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico., Belo Horizonte: Autêntica, 2021, 9-13

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A construção da noção de autonomia nos CAPS: uma etnografia da experiência e os processos de subjetivação relacionados à perspectiva da GAM.

Stephanie da Motta Virginio (UFES)

O presente trabalho consiste em um substrato da pesquisa em curso, desenvolvida para a dissertação de mestrado no PPGCS/UFSM. A pesquisa busca compreender a noção de pessoa face aos processos de subjetivação que se apresentam experienciados através de grupos terapêuticos nos CAPS (Centros de Atenção Psicossocial), em Santa Maria/RS. Esses grupos adotam a estratégia da Gestão Autônoma da Medicação (GAM), no contexto do tratamento farmacológico em saúde mental. A investigação se concentra na interação entre a construção da pessoa e as práticas terapêuticas orientadas pela GAM nos CAPS. Este ponto de partida cria condições para uma reflexão acerca do estatuto da pessoa como categoria analítica do sujeito no campo antropológico, assim como possibilita uma provocação para o alargamento da noção, ao engendrar a categoria analítica do sujeito com formas singulares de subjetivação. Mediante análise crítica acerca das configurações de pessoa e no modo como se apresentam os processos de produção de subjetividade experienciados, a prática do desenho de mapas afetivos emerge no contexto da pesquisa de campo. Por meio da experimentação artística, a pesquisa etnográfica é composta enquanto textualidade implicada em arte, assim, representa uma abordagem viável para acessar variadas dimensões da criatividade, oferecendo um potencial significativo para a reflexão acerca de itinerários vividos, estratégias cotidianas, rituais, percepções terapêuticas ligadas às diferenças no modo de experiência no mundo. A tarefa torna-se, então, explorar as modalidades de relação consigo, com o outro e as diferentes formas de experimentar e perceber a produção desses processos, delineados para além do modelo de sujeito individualizado que se normatizou como universal.

Palavras chave: Etnografia; Noção de pessoa; Mapas afetivos; Gestão Autônoma da Medicação

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_732_33995303_863639.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

REFLEXÕES ANTROPOLÓGICAS SOBRE CRIME, LOUCURA E SUBJETIVIDADE no Hospital Geral Penitenciário do Pará em tempos da Resolução CNJ nº 487/2023

Thamiris Dias Arraes (faci wyden)

No Pará, contrariando a direção da reforma psiquiátrica, cuja formalização ocorreu com a aprovação da Lei nº 10.216/2001, foi implementado em 2007 o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico, atualmente conhecido como Hospital Geral Penitenciário (HGP). Com foco especial no HGP e nas residências terapêuticas, os objetivos do presente trabalho são compreender o processo de (des)institucionalização e refletir sobre os conceitos de crime, loucura e identidade ao longo das experiências carcerárias de pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei. Após duas décadas da aprovação da lei da reforma psiquiátrica, foi instituída a Política Antimanicomial do Poder Judiciário por meio da Resolução nº 487/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina o fechamento dos manicômios judiciais em até 12 meses a partir da entrada em vigor dessa Resolução (Art. 18). A partir dessas reflexões e desses encaminhamentos, apresento uma experiência metodológica que me permitiu a imersão no campo por meio da etnografia de documentos, fotoetnografia e observação participante. No sentir afetada pelas vicissitudes do contato com as pessoas, os

aparelhos e os dispositivos que compõem o sistema penitenciário, busco entender essa realidade ainda em construção.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_659_99980527_863639.pdf

GT 024: Antropologia e Turismo: transversalidades, conflitos e mudanças

Dando seguimento aos encontros realizados em edições anteriores da RBA e RAM, retomamos o interesse de fortalecer os estudos do turismo, a partir do olhar da Antropologia e áreas contíguas. Considerando a emergência, no âmbito do turismo e seu entorno, de novas demandas sociais, culturais, econômicas e simbólicas, muitas vezes em contexto de conflito, este GT se propõe a debater e aprofundar os principais eixos teóricos e metodológicos, que vêm norteando os estudos socioantropológicos do turismo, como as questões de conflito territorial e ambiental, étnico-raciais, de gênero, e as disparidades econômicas entre os atores envolvidos. Destacam-se, ainda, as relações múltiplas que se estabelecem no âmbito do encontro turístico como, a disputa por recursos, a luta por reconhecimento, a plataformização e o Turismo 4.0, a formação da imagem dos destinos e a dimensão teórico-conceitual do turismo e seus desdobramentos, como experiências de turismo comunitário, cultural, étnico e ecoturismo apresentadas como diferenciadas e menos predatórias. Podemos, além disso, acrescentar, no debate da dinâmica das atividades turísticas, o comportamento dos distintos atores envolvidos, incluindo-se Estado e governos, em diferentes contextos socioespaciais. Assim, buscamos, com este GT, levantar reflexões sobre a transversalidade do turismo e situações de conflito e mudanças que o perpassam, para o fortalecimento do debate acadêmico na área de Antropologia do Turismo.d

Coordenação

Álvaro Banducci Júnior (UFMS), Euler David de Siqueira (UFRRJ)

Debatedor(a)

Lea Carvalho Rodrigues (UNIVERSIDADE), Euler David de Siqueira (UFRRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O itinerário das águas de São João Maria

Adiles Savoldi (UFFS)

O imaginário popular tem inspirado rotas e caminhos turísticos. No Sul do Brasil, há uma hagiografia popular sobre o monge João Maria que é constantemente atualizada em diferentes contextos. Há itinerários demarcados no Estado do Paraná, com parques que investem no ambientalismo e defesa da natureza, amparados por ensinamentos e profecias do monge. As romarias privilegiam a relação com o sagrado e as curas que são a ele atribuídas. Em Santa Catarina, além das cidades que compõem o roteiro do conflito do Contestado, que cultuam a história e as marcas da passagem do monge, em Canoinhas foram realizadas cinco edições da Cavalcada de São João Maria. No oeste catarinense, os caboclos e os povos indígenas, que foram marginalizados pelo processo de colonização, implementado, especialmente no final do

Século XIX e início do XX, rememoram e transmitem às novas gerações a importância da preservação dos modos de conhecimento transmitidos pelo São João Maria como costumam se referir. As narrativas dos ancestrais sobre o monge são adotadas para ressignificar lugares e traçar novas rotas para a visitação pública. As fronteiras impressas no espaço pela colonização dificultaram o acesso às fontes do monge. No presente, há uma tentativa de incluir e dar visibilidade aos olhos d'água reconhecidos como pontos do itinerário do monge. A pesquisa busca além de mapear e acompanhar a visitação das fontes de águas consideradas santas no interior do município de Chapecó, SC, refletir sobre os significados e práticas do culto ao São João Maria no presente.

Palavras chave: São João Maria; fontes de águas; caminhos turísticos

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turismo Comunitário: reflexões teóricas e conceituais

Adjane de Araújo Machado (UFPB)

Defendido no rol de novos valores e como uma nova ética de desenvolvimento turístico, o turismo comunitário surge em defesa de territórios e culturas pertencentes a comunidades que, devido às ausências históricas de políticas públicas, encontram uma alternativa de protagonismo socioeconômico através da atividade (Oliveira, Diógenes e Almeida, 2021; Vera, Garcia e Campos, 2020). São comunidades de pescadores, ribeirinhas, pequenos agricultores, artesãos, populações quilombolas e/ou indígenas que desenvolvem práticas de lazer e hospitalidade relacionadas à natureza e aos elementos culturais, materiais e imateriais, da coletividade, além de complementarem suas produções artesanais e de subsistência. Tal proposta diferenciada de exploração turística, chama a atenção para a autogestão, a geração de benefícios socioeconômicos e a sustentabilidade (Lima, Irving e Oliveira, 2022). Por outro lado, apresenta contextos que instigam análise, tais como a participação de agentes externos no projeto comunitário: ONGs, Instituto de Educação Superior e órgãos públicos (Neudel, 2015); a ideia de população tradicional fixada no tempo e no espaço em oposição à modernidade; a construção da autenticidade cultural com uma visão estereotipada para atender as representações turísticas (Shuaipi, 2013); e a perspectiva de trocas entre visitantes e visitados sem levar em consideração a noção de justaposição, podendo perpetuar elementos da colonialidade. Nesse contexto, o objetivo dessa pesquisa é propor uma discussão em torno de termos comumente associados ao referido modelo turístico, tais como protagonismo social, modo de vida tradicional e resistência cultural, a fim de traçar novos apontamentos sobre a organização e prática da atividade. Para tanto, proponho uma revisão sistemática da literatura, para analisar as principais dimensões teóricas e conceituais da temática, a fim de contribuir na construção de um debate crítico acerca do tema, principalmente diante da predominância de pesquisas acadêmicas focadas em discussões valorativas e, muitas vezes, sem levar em consideração as complexas relações existentes no interior dessas comunidades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_960_63330919_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Povos indígenas e turismo no Pantanal: experiência em construção na T.I. Kadiwéu.

Álvaro Banducci Júnior (UFMS)

A pesca esportiva é a modalidade que mais atrai turistas no Pantanal de Mato Grosso do Sul. O setor enfrenta, entretanto, redução gradativa e sistemática no volume de visitantes devido a fatores tais como o limite da cota de captura e transporte e a concorrência com outras áreas de pesca. Somado a esses aspectos, novas experiências turísticas têm surgido e se consolidado em território pantaneiro, como o turismo ecológico e contemplativo, modalidades de pequena escala com foco no ambiente e nas culturas regionais que atraem visitantes com novos olhares e interesses para a planície. Alguns povos indígenas, como os Kadiwéu, que participam desse mercado de forma tangencial, mediante o comércio de produtos como cerâmica e artesanatos, têm vislumbrado a possibilidade de uma inserção mais direta e ativa no turismo. Cresce o interesse e as iniciativas por parte desse povo por implantar atividades de visitação em seus territórios, de forma autogerida e com resultados mais consistentes para as comunidades. Diante disso, este estudo tem como propósito analisar o modo como o povo Kadiwéu, sobretudo as mulheres que vivem nas aldeias Alves de Barros e Campina, no Pantanal de Porto Murinho, têm se mobilizado e atuado para viabilizar o turismo em suas aldeias. O trabalho pretende discutir acerca de sua concepção de turismo, as expectativas em torno da atividade e as iniciativas políticas e de caráter estrutural que têm mobilizado para integrar suas aldeias no mercado do turismo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_576_32164737_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turismo e Museologia Comunitários: as atividades da Fundação Casa Grande no Ceará e a perspectiva decolonial

Andrea Rabinovici (UNIFESP)

A Fundação Casa Grande, no Cariri cearense, tem como um dos seus eixos de atuação o empreendedorismo social, a partir do qual realiza diversas atividades entre elas o turismo. São várias experiências sendo realizadas, entre elas os Museus Orgânicos (MOs) com características singulares em seu formato e propostas e que vêm ganhando terreno e projeção. Os MOs resultam de um projeto que consiste na escolha de mestres de saber e na transformação de suas casas e/ou oficinas em MOs visitáveis, com uma série de protocolos e especificidades que lhes dão identidade. Até 2023, existiam treze MOs em funcionamento e outros tantos sendo projetados. Estudá-los é importante para compreender os significados, as particularidades, os acertos, os desafios e sua replicabilidade. O processo que vem ocorrendo por meio das atividades promovidas pela FCG, parece convergir com o ideário preconizado pelas redes de turismo que se autodenominam contra hegemônicas, como o Turismo de Base Comunitária (TBC) e da museologia social/pós-museu. Não há evidências e nem estudos descrevendo estas experiências e seus referenciais relacionados aos preceitos decoloniais. Também consideramos importante buscar conhecer e refletir sobre isso com os atores sociais envolvidos neste processo, especialmente os mestres de cultura. Relatos destas experiências de turismo e de museus na lógica decolonial estão em evidência, porém são recentes e pouco conhecidos. O discurso decolonial, as modalidades de turismo alternativos podem ser absorvidos pelo mercado

de forma a descaracterizá-los promovendo novas desigualdades e conflitos. Alguns autores afirmam que tais processos, podem ser pacificadores, apagando o racismo e até atrapalhando seu combate. Mesmo com muitas experiências alternativas de turismo e de museus é evidente que o terreno está em construção. Especialmente quando ocorre em territórios e grupos periféricos, marginalizados, conseguindo com isso um tipo de autenticidade que somente grupos organizados com base em um aprendizado social próprio, de um caminho de lutas comunitárias e políticas, consegue ter. Desta forma, são poucas as experiências que somam todos os atributos e com resultados esperados. Entendemos que há paralelos importantes e que precisam ser pensados, amadurecidos a fim de que sejam compartilhados com todos os envolvidos e buscar convergir e fortalecer os vínculos e a proposta, com a coerência necessária e assim, tentar atingir as missões originais evitando contradições e armadilhas possíveis. Trata-se de uma pesquisa em andamento e, até o momento, foi realizada parte da revisão bibliográfica, três visitas à região para conhecer as experiências e instaurar um canal de comunicação com atores locais, por meio de diálogos e registros que auxiliarão a continuidade da pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Visualidades da natureza comodificada do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses: entre a continuidade do pitoresco e a incorporação do instagramismo em imagens turísticas

Benedita de Cássia F Costa (IFMA)

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM), instituído como uma unidade de conservação de proteção integral em 1981, é atualmente um dos destinos turísticos mais desejados por pessoas de todas as partes do mundo. Apesar dos seus atrativos naturais, é um território marcado por tensões, disputas e conflitos socioambientais em razão da histórica presença de famílias de comunidades tradicionais, antes mesmo da sua instituição, que ali vivem e desenvolvem tradicionalmente suas atividades econômicas e outras relacionadas com o turismo. Como destino turístico, o PNLM é construído pelo imaginário social como lugar que possui uma natureza paradisíaca, intocada, desconectada da produção humana e, em razão dessas construções sociais, torna-se uma destinação propícia à exploração econômica pelos agentes ligados à cadeia do turismo. Nesse cenário, a imagem se torna um instrumento de reprodução e perpetuação de tal imaginário, ajudando não somente a conformar e consolidar o olhar sobre a natureza, mas servindo como uma ferramenta eficaz de mediação e sedução do olhar para o consumo turístico da natureza no PNLM. Nesta proposta, estabeleço uma relação de proximidade entre a fotografia e turismo, em que determinadas imagens fundamentam de maneira decisiva o processo de constituição, definição e escolha de certos destinos turísticos e ajudam a pensar imaginários sobre a natureza de lugares e posses de espaços pelo consumo turístico. Busco refletir através do caso do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, algumas imagens produzidas por diferentes agentes, inclusive pelos próprios turistas, considerando-as como um mecanismo integrante do processo de comodificação da natureza, que age antes, durante e depois da viagem. Em meu recorte de pesquisa, identifico em tais imagens com suas legendas e narrativas, extraídas de repositório de imagens, redes sociais, livros de fotografia, ensaios fotográficos, uma espécie de película ideológica construída e composta por de

determinadas estéticas que podem ser identificadas como uma continuidade do pitoresco e a inclusão do instagramismo, em que estas conformam um tipo de imagem da natureza propícia a contemplação turística, que vem consagrando os Lençóis Maranhenses como paraíso, sendo capazes não somente de convencer o olhar, mediando as decisões do consumo da natureza através do turismo, mas também de negligenciar a existência das populações tradicionais que ali vivem, a partir de enquadramentos que destacam a natureza como cenário, composto apenas por dunas alvas e sinuosas e lagoas com águas cristalinas sob um céu azul de verão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_160_18125639_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rocinha Histórica: um tour de favela pelas memórias e histórias com o Museu Sankofa

Camila Maria dos Santos Moraes (UNIRIO), Mariah Cristina Rodrigues Carbone (UNIRIO)

O turismo em favelas é a expressão local de um fenômeno global: o turismo em áreas de pobreza, cujos primeiros registros datam no final dos anos 1980 e início dos anos 1990, de maneira concomitante na África do Sul e no Brasil. Em 2015, estimou-se um número anual de mais de um milhão de turistas circulando por áreas de pobreza pelo globo e 80% deste fluxo se concentrava entre África do Sul e Brasil (Rio de Janeiro). Nesse fluxo global, a Rocinha aparece como a paradigmática favela turística (Freire-Medeiros, 2013), considerada a primeira a receber roteiros turísticos estruturados no Rio de Janeiro, tornou-se referência para outras favelas do Rio e outras áreas de pobreza no mundo como modelo a ser seguido ou contestado. Na primeira década dos anos 2000, as favelas se consolidaram como atrativos turísticos, o Estado passou a reconhecer essas áreas como atrativos oficiais e a estimular sua comercialização, o que foi acompanhado por novas políticas públicas nessas áreas. O turismo entrou em pauta. Consultores realizaram estudos de potencialidades e capacitaram moradores de favelas para empreenderem no turismo. Ao mesmo tempo que se espalhou, esse turismo especializou-se e diferenciou-se. O turista passou a encontrar as mais diversas experiências em favelas, desde a gastronomia local a museus, trilhas e hospedagens. Neste trabalho, retornamos a Rocinha, mas agora com o Museu Sankofa um museu de percurso que através do roteiro turístico Rocinha História apresenta as memórias e histórias da Rocinha. Partimos de observação participante realizada entre 2022 e 2023 em visitas, reuniões e outras atividades organizadas pelo Museu. E, descrevemos e analisamos como as memórias e histórias são mobilizadas durante essas visitas, reuniões e outras atividades. Por fim, concluímos que as visitas turísticas se tornaram uma ferramenta para produção e reprodução de narrativas, memórias e histórias sobre as favelas. Para as visitas são feitas pesquisas, conversas, entrevistas com moradores que ganham ouvintes nos turistas. Diferente de outros roteiros na Rocinha, o Museu Sankofa conta as histórias de luta por moradia, saúde, saneamento, seguranças, entre outras pautas. A luta pelo direito a cidade se revela como a principal eixo de memória e história desse tour que traz concretude para um museu comunitário que existe como prática cotidiana e não como prédio construído com objetos em seu acervo, mas como prática de coleta e contação de memórias e histórias que são vistas, percebidas e sentidas ao longo de uma caminhada turística.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Favela, rito e carnaval: experiências etnográficas em duas noites na Marques de Sapucaí, Rio de Janeiro*Euler David de Siqueira (UFRRJ)*

O objetivo desse trabalho é discutir algumas questões mais gerais acerca do rito e de seus mecanismos a partir da etnografia de duas noites na Marques de Sapucaí, no Rio de Janeiro, durante o carnaval. A metodologia empregada nesse trabalho é de natureza qualitativa e orientada por um olhar relacional. Através da etnografia, investigo o camarote Favela, espaço privado exclusivo no interior da avenida Marques de Sapucaí. Teoricamente, lanço mão das noções de ritual, festa, carnaval e sociabilidade a fim de compreender alguns dos discursos e práticas no interior do camarote Favela. Resultados preliminares assinalam a construção de espaços hierárquicos no interior do camarote Favela, colocando em tensão o mecanismo de inversão e conjunção presentes no ritual.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_271_54531230_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A diversidade de formas de hospedagem na contemporaneidade*Felipe José Comunello (UFRGS)*

Este trabalho trata das bases teóricas para pesquisas sobre as diversas formas contemporâneas de hospedagem. No quadro das maneiras pelas quais as sociedades recebem estrangeiros (migrantes, refugiados, turistas, etc.), são dois os principais campos de estudos nas ciências sociais que serão mobilizados nesta discussão: turismo e hospitalidade. Com isso, objetiva-se formular estratégias teóricas e metodológicas para pesquisar campos que se entrecruzam, destacadamente no contexto de advento das plataformas on-line de hospedagem, impulsionadas pela chamada economia compartilhada e pela ampliação do uso de smartphones para acesso à internet. Nesse sentido, cabe destacar que os hotéis como forma de hospedagem têm sido um foco importante de discussão para a antropologia no Brasil nas abordagens sobre o turismo. Segundo Banducci Jr. (2001), antropólogos e antropólogas nos anos 1990 advertiram sobre os problemas decorrentes de empreendimentos turísticos para comunidades locais em regiões costeiras, com ênfase nas contradições econômicas e políticas. No entanto, segundo o autor, estes trabalhos passavam ao largo dos significados envolvidos para essas comunidades na sua relação com o turismo enquanto um fenômeno mais amplo. Nos anos 2000, muitos trabalhos procuraram situar os grandes empreendimentos no quadro daquilo que Marc Augé chamou de "não-lugares". Dentre estes, destaca-se Rufino (2006), que acentua as diferenças promovidas por grandes empreendimentos, tais como redes de hotéis, onde se instalam: "devido à sua padronização, ao modo de administração que garante a mesma qualidade de serviços em qualquer parte do mundo (RUFINO, 2006, p. 208). Recentemente, esta padronização está cada vez mais exposta às avaliações on-line por meio das plataformas que, concorrem com ou permeiam as redes hoteleiras. Diante disso, cabe questionar como se transformam estes padrões, seus artefatos e infraestruturas em suas relações com os modos contemporâneos de viajar e, também, de trabalhar e morar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL: um estudo de caso dos quilombos Vila Fé em Deus e Cariongo (Santa Rita/MA).

Isanda Maria Falcão Canção (UNICEUMA), Karla Suzy Andrade Pitombeira (FACULDADE FLORENCE)

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma abordagem que vem ganhando espaço em contextos culturais específicos, com uma variedade multifacetada de definições para o conceito e tipologias existentes (PAKMAN, 2014; SANCHO; MALTA, 2015). Trata-se de um modelo de gestão turística centrado na participação ativa de comunidades locais orientada para a conservação ambiental, criação de oportunidades econômicas sustentáveis e valorização da cultura e patrimônio local. Nesse contexto se encontra as comunidades de Vila Fé em Deus, certificada em 2010 pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e Cariongo, certificada em 2006. Estas comunidades, em parceria com o Instituto de Políticas Sustentáveis do Maranhão (INSPOSUMA), estão gestando uma Rota Turística Quilombola em atendimento às condicionantes de licenciamento ambiental por meio do Plano Básico Ambiental Quilombola (PBACQ/Vale); elaborado como parte do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). O Plano Básico Ambiental Quilombola é um documento pactuado entre diversas instituições (IBAMA, Fundação Cultural Palmares e Mineradora Vale) que contém ações voltadas a mitigar impactos ambientais por ocasião da implantação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) em áreas quilombolas. Esta proposta de artigo apresenta uma pesquisa em andamento que possui por objetivo a análise da implementação de dois projetos classificados de TBC em dois territórios quilombolas, entrecortados pela Estrada de Ferro Carajás e certificados pela Fundação Cultural Palmares. Estão situados no Município de Santa Rita, no estado do Maranhão, a saber: 1) quilombo Vila Fé em Deus onde vem sendo implementado um Café Quilombola, atualmente em fase de construção e discussão da forma de gestão do espaço; 2) quilombo Cariongo, com o Museu Quilombola, uma referência de memória para a comunidade, ao abrigar peças e artefatos que preservam a história local, em especial a do fundador do quilombo, Sr. Sebastião Cariongo. A análise consiste na compreensão: a) da caracterização sociocultural turística das comunidades e identificação das atividades realizadas; b) da formatação dos produtos turísticos; c) dos atores e dilemas envolvidos. O percurso de pesquisa adotado é de caráter exploratório/descritivo, utilizando o método qualitativo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turismo comunitário, turismo empresarial e outros projetos de desenvolvimento na costa do Ceará: luta por direitos, visibilidade étnica e homologação de Terras Indígenas

Isis Maria Cunha Lustosa (Laboter)

Aborda-se o turismo comunitário em territórios indígenas como vetor da identidade étnica acionada por meio de reivindicações junto ao Estado, a fim de efetivar os seus direitos como povos indígenas. Enfatiza-se a zona costeira do Ceará, e discute-se o turismo nas Terras Indígenas (TIs) Lagoa Encantada do povo Jenipapo-Kanindé e Tremembé da Barra do Mundaú, um tema que provoca distintas reflexões a propósito de seu impacto na cultura, na reelaboração

ética, incluindo-se questões sobre as práticas de turismo em territórios tradicionais. Estes povos se tornaram protagonistas nos processos de reivindicação das suas TIs objetivando reconstruir a história, tirando-os da condição de invisibilizados ou extintos. O turismo comunitário junto ao Museu indígena e a educação indígena é um vetor da identidade étnica, em momento histórico da invasão dos seus territórios por grandes empresas. Examinam-se territórios tradicionais onde se pratica o turismo com autogestão indígena, adverso ao turismo empresarial e os demais projetos de desenvolvimento - agronegócio (camarão e monocultura de coco), instalações eólicas (offshore) e metropolização urbana para o turismo internacional que avançam sobre os seus territórios acirrando conflitos. E as perspectivas atuais para o turismo comunitário face à reestruturação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) no governo atual. O artigo permite reflexões a partir do estudo comparado em territórios tradicionais dos povos indígenas Jenipapo-Kanindé e Tremembé da Barra do Mundaú, levando em conta o papel das mulheres; as situações jurídicas das suas TIs visadas por projetos hegemônicos; as relações sociais de conflitos decorrentes destas pressões de empreendedores internacionais; as práticas culturais e os seus protagonismos indígenas; as relações de poder no trâmite da demarcação; os vínculos de pertencimento como sujeitos coletivos com construções de processos alternativos (a exemplo, o turismo comunitário). Discute-se o turismo empresarial internacional imposto aos povos indígenas do estado do Ceará, com anuência de governos anti-indígenas. Demonstram-se as contestações e as pressões para impedir o andamento dos processos de demarcação das TIs por parte de conjunturas (política, jurídica, ruralista, religiosa, empresarial e de cooperação internacional) nos dois casos investigados. A minha tese de doutorado a ser referida tornou-se um fio condutor para organizarmos em 2013 o Colóquio Internacional de Turismo em Terras Indígenas (CTurTI), itinerante na América Latina, com ampla participação de povos indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, como um espaço de protagonismo no âmbito das reivindicações por direitos coletivos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_015_92243079_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre os Mayas de Yucatán e o complexo turístico da Riviera Maya - turismo, territorialidade e culturas em conflito.

Janaína de Alencar Ribeiro (UNB)

Nossa intenção é apresentar, brevemente, o complexo turístico na região da Riviera Maya, região de Cancun - México, em que a população nativa maya é ao mesmo tempo empregada dos grandes projetos de turismo como também foco de um turismo mágico de volta ao mundo dos mayas antigos, imaginário perpetuado pelo próprio turismo arqueológicos nas ruínas mayas. Neste sentido, a Riviera maya apresenta vários elementos para a análise em que se mesclam a exploração capitalista, idealização do mundo maya antigo e as possibilidades de gestão do turismo das próprias comunidades mayas. Não deixar de denunciar a exploração submetida pela população maya, mas também estamos interessados possibilidades de compreensão e gestão, fruto das interações entre comunidades locais, agentes turísticos e turistas. Acreditamos que o turismo é também uma das manifestações da modernidade. O turismo não é apenas uma das suas facetas em que se manifesta o capitalismo e o seu projeto

de modernidade e uma importante fonte de recursos económicos para o Estado-nação, especialmente nos países em desenvolvimento e também para as comunidades nele envolvidas. No México, é a terceira maior fonte de renda do Estado, e Cancún é o circuito global de turismo de praia e sol de maior sucesso na América Latina. Tal como estou interessado nas comunidades locais envolvidas e na sua relação com o turismo, estamos interessados precisamente nas comunidades locais envolvidas no turismo arqueológico. O fascínio exercido pelos sítios arqueológicos é anterior à própria constituição do campo do turismo. E como o nosso foco seria justamente o turismo arqueológico, que é justamente o que tem origem no próprio colonialismo. A proposta é apresentar todos estes fenômenos e colocar algumas questões no sentido de que um grande complexo turístico como a da Riviera Maya pode ser também palco da apropriação do próprio patrimônio e gestão do turismo ou será somente produto da expropriação cultural maya e exploração do trabalho subqualificado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A concessão do Parque Nacional de Jericoacoara à iniciativa privada: cenário atual e possíveis efeitos sociais e ambientais na vila turística de Jericoacoara

Lea Carvalho Rodrigues (UNIVERSIDADE), Lucas da Silva Oliveira (UNILAB)

A presente proposta toma como norte a abordagem teórico metodológica que vimos desenvolvendo nos estudos sobre o processo de mudanças na dinâmica do turismo praticado na vila de Jericoacoara, situada no extremo-oeste da costa cearense, no município de Jijoca de Jericoacoara. Esse processo resulta dos embates em torno ao gerenciamento do Parque Nacional de Jericoacoara (Parna Jeri) criado em 2002 e da expansão turística na região. Em 2014, no governo Dilma Rousseff, foi pela primeira vez proposta a adoção de Parceria Público-Privada (PPP) para o gerenciamento do parque. Esta não chegou a ser implementada, mas gerou fortes reações da população local. Desde então vimos acompanhando os acontecimentos e as mudanças ocorridas, por meio da observação in loco, realizando coleta de dados etnográficos na localidade, além de material secundário referente às mudanças na Política Nacional de Turismo decorrente dos diferentes momentos políticos vividos no país e aos encaminhamentos do Ministério do Turismo em cada gestão. Em setembro de 2023, foi lançado o edital de licitação da Concorrência nº 002/2023, que concede os serviços públicos do Parna Jeri para a iniciativa privada. Em janeiro de 2024, o Consórcio Dunas, composto pelo Grupo Cataratas e Construcap, venceu a concorrência de concessão de serviços de apoio à visitação ao Parna Jeri, e desde então, a pesquisa vem se voltando para o estudo dos efeitos ambientais dessa concessão sobre a vila e refletir criticamente acerca de como a questão ambiental será pensada frente aos inúmeros interesses em jogo. Em 2024, foi realizada uma visita na região, com a intenção de observar mudanças ambientais e na atividade turística ali praticada, como também a movimentação da comunidade local em torno da concessão, através de entrevistas com representantes de diversos segmentos; pousadas, caminhonetes, trabalhadores informais e representantes da gestão de turismo. A noção de ambiente em seu sentido amplo e relativo, proposta por Ingold (2000), será norteadora deste estudo. Como recurso metodológico, a pesquisa busca articular etnografia e a ecologia política com base na proposta metodológica de Little (2006), levada a efeito e aprofundada por Rodrigues (2019), para o estudo dos conflitos

socioambientais, identificando os atores, estratégias, argumentos e os interesses dos sujeitos envolvidos nos conflitos. Vale notar que Rodrigues (2019) já apontava a crescente elitização do turismo na localidade, sem resolução dos problemas ambientais e com prejuízos daqueles que detêm menos poder e capital político; trabalhadores ambulantes, pequenos comerciantes e prestadores de serviços turísticos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O "lazer liberta": os paradoxos do turismo e suas relações com a Antropologia nos Engenhos de Farinha em Santa Catarina - Brasil

Luciano von der Goltz Vianna (UFSC)

A presente pesquisa, em fase de construção, visa entender como o Turismo de Base Comunitária (TBC), pensado no contexto da Rede Catarinense de Engenhos de Farinha (RCEF), permite compreender as inter-relações entre lazer, trabalho, hospitalidade e mobilidade com as discussões epistemológicas nas áreas do Turismo e da Antropologia. Na busca por alcançar esse objetivo mais geral, será produzido, no âmbito do NAUI Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural UFSC/CNPq (NAUI), um dossiê necessário para a obtenção do Registro de Patrimônio Cultural dos Engenhos de Farinha junto ao IPHAN, assim como será feita uma ampla revisão bibliográfica e uma pesquisa documental sobre as temáticas acima citadas. A expectativa com essa pesquisa é contribuir para um debate mais amplo e teórico que parte de discussões lançadas em minha tese e dissertação (VIANNA, 2013 e 2018) e que vão ao encontro de paradoxos e dilemas observados nos debates produzidos no Turismo (como por exemplo, as controvérsias sobre a definição de Turismo e sobre o conceito de autenticidade no TBC). A escolha do objeto de pesquisa é um campo privilegiado para se avançar nos atuais debates sobre os fenômenos contemporâneos relacionados aos campos de pesquisa dos espaços urbanos e transnacionais; da cultura local, nação e processos de globalização; dos deslocamentos, migrações e diásporas e dos processos de patrimonialização, de mobilidade e do lazer. Assim como é um campo de observação pertinente para refletir sobre os paradoxos epistêmicos clássicos encontrados nas mais diversas pesquisas nas áreas do Turismo e da Antropologia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_763_64665145_79322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turismo Religioso e Peregrinação: novas perspectivas

Luiz Guilherme Mattos Braga (UERJ)

O estudo acadêmico sobre turismo é de temática e abordagem ampla, abrangendo múltiplas áreas do conhecimento. A busca de uma definição conceitual do que é o turismo vem sendo objeto de discussão na antropologia e outras disciplinas (Nash, 1981; Urry, 2001; Grünewald, 2003). Nesse contexto, a relação entre turismo e peregrinação ajuda a esclarecer essa tarefa de compreender o fenômeno do turismo. Considerando turismo e peregrinação como duas categorias de viagem (Badone, 2004), a presente pesquisa visa entender ambos a partir de uma etnografia multissituada e com variados interlocutores que se entrelaçam numa rede que



possibilita a existência tanto do turismo quanto da peregrinação. A pesquisa constituiu dois objetos de estudo: primeiro, uma agência de turismo no centro da cidade do Rio de Janeiro que se apresenta como especializada em turismo religioso por organizar exclusivamente peregrinações religiosas para famosos destinos como Terra Santa, Santuários Marianos, Caminhos São de Paulo e Vaticano; segundo, uma Igreja Católica na zona sul do Rio, onde um padre é o líder religioso de peregrinações e contrata a agência de turismo para viabilizar todo o processo organizacional da viagem. Classificando-a de "peregrinação mista", o padre lidera os fiéis da Igreja numa viagem de peregrinação na qual se celebra missa todos os dias em lugares santos ou nos hotéis e, ao mesmo tempo, inclui visitas turísticas a lugares sem relação direta com religião. No roteiro França e Espanha, os peregrinos vão aos santuários de Lourdes, Montserrat e Ávila, assim como fazem compras como turistas no Principado de Andorra, visitam Saragoza para degustar bons vinhos em vinícola espanhola e conhecem os principais pontos turísticos de Barcelona. Assim, a presente pesquisa busca dar voz a todos esses múltiplos atores (Clifford, 2002) ao tentar entender seus próprios conceitos de peregrinação e turismo, buscar as razões, motivações e crenças para eles estarem, de alguma forma, envolvidos nas atividades de turismo e peregrinação. A etnografia incluiu entrevistas na agência de turismo, na Igreja com o padre e os fiéis, em outras Igrejas com outros padres, além de observação participante no cotidiano dessas instituições, acompanhando missas, festas do padroeiro, procissões, assembleias e novenas. O que se aponta é a existência múltiplas motivações e crenças de todos os atores envolvidos e a importância da chamada arena de discursos em competição (Eade e Sallnow, 1991), o que faz com que os conceitos estejam em constante negociação. Chama-se atenção ainda para as articulações promovidas por cada atividade (Coleman, 2021), ampliando o olhar de pesquisa etnográfica para situações cotidianas como a liturgia da missa que colabora na construção do imaginário e do desejo de viajar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Natureza e Cultura: o poder oculto dos guias de turismo em Bonito (MS)

Marcelo Gil da Silva (UFMS)

Os guias de turismo em Bonito (MS) desempenham um papel fundamental na dinâmica entre visitantes e a rica tapeçaria cultural e natural da região. Esses profissionais não apenas facilitam a experiência turística, mas também atuam como intérpretes culturais, mediando a compreensão e apreciação das tradições locais. Mergulhando nas suas experiências cotidianas, descobre-se como eles utilizam e acumulam capital cultural, econômico e simbólico para navegar e influenciar o setor turístico. Com a ajuda de teorias de renomados sociólogos e antropólogos, como Bourdieu, Leach e Sahlins, evidencia-se o papel significativo desses guias na formação da percepção dos visitantes sobre a região, além de sua participação ativa na moldagem da cultura turística local. Além de serem essenciais na promoção das belezas naturais e da cultura de Bonito, os guias estão no centro das relações de poder, lutando por reconhecimento e legitimidade em um ambiente social e cultural complexo. Eles são, portanto, peças-chave na intersecção entre natureza, cultura e sociedade, influenciando não só a experiência turística, mas também a percepção e valorização do turismo como fenômeno social. Este panorama destaca a importância vital dos guias de turismo, não apenas como facilitadores da experiência

turística, mas como agentes ativos que contribuem para a continuidade e evolução da indústria do turismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sistemas alimentares, populações tradicionais e projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro

Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)

Uso Público é o termo que define a gestão de visitação em Unidades de Conservação (UC). Nesse sentido, abrange o planejamento, a implementação de diferentes formas de visitação e seu monitoramento. Dentro dos limites de Parques Estaduais, Reservas Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental entre outros tipos de UCs, são atualmente incentivadas atividades inerentes ao denominado uso público objetivando primordialmente as que relacionam recreação com o contato com a natureza; as que fomentam educação e esportes e; o ecoturismo. Desta forma, o uso público insere-se em uma política pública, cujas diretrizes estão contidas no documento intitulado Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais produzido pelo Ministério do Meio Ambiente. No referido Documento, consta como VI diretriz: Promover a diversificação de oportunidades e experiências de visitação na UC. A promoção de diversificação de oportunidades e experiências de visitação em Unidades de Conservação estimulada pelos órgãos oficiais de meio ambiente, assenta-se, sobretudo, na inserção de aspectos culturais quer sejam esses de natureza material ou imaterial, na experiência de visitação. Assim sendo, o presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir como grupos culturais enquadrados sob a denominação de populações tradicionais que habitam tais territórios estão utilizando os movimentos de indução a visitação dar visibilidade as suas questões e, em especial, a garantia da legitimidade de sua permanência em tais territórios. Considerando que a proposta em tela está inserida em projeto de pesquisa voltado para análise das relações entre sistemas alimentares, populações tradicionais e projetos de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro, ainda em andamento, cabe destacar que apresentaremos resultados parciais de tal pesquisa e assim sendo, nos deteremos na apresentação de iniciativas elaboradas pelos agricultores orgânicos do Rio da Prata de Campo Grande e das pescadoras de Arraial do Cabo, no que tange ao uso de seus sistemas alimentares enquanto estratégia de diversificação das experiências de visitação construídas para turistas, sendo essas atreladas a um movimento de afirmação identitária.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_465_57808174_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Parceria em Áreas Protegidas: Estudo de caso na Rota das 10 Cachoeiras em Conceição do Mato Dentro/MG

Mariana Reis Utsch Jorge (UFVJM), Hebert Canela Salgado (UFVJM)

Desde 1998 a comunidade do Tabuleiro, em Conceição do Mato Dentro - MG convive com um cenário de disputas territoriais após a criação do Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, atual Parque Natural Municipal do Tabuleiro. Em 2007, com a criação do Parque Estadual Serra

do Intendente essa situação se agravou, alcançando também as comunidades de Três Barras, Itacolomi, Parauninha, Candeias, Baú no mesmo município e Extrema, no município de Congonhas do Norte. Ambas as unidades de conservação - uc, de categoria proteção integral, passaram a impor regramentos sobre as comunidades, para as quais ainda não há previsão de regularização fundiária, limitando os usos da terra e quebrando a continuidade das atividades historicamente praticadas por elas. Por muito tempo esse passivo se configurou em um ambiente de discordâncias, entretanto, agora propicia um campo fértil de diálogos entre as gestões das uc e as comunidades atingidas, que passaram a adotar boas práticas de convivência a fim de construir um modelo de gestão territorial que respeite os variados usos da terra. Comunidades e Parques carregam um aspecto central em comum, o turismo. A partir desse entendimento, as comunidades e as uc construíram espaços de diálogo e apreenderam seus locais de semelhança e a também propor ações de base local, que permitissem a interação humana. Nesse ínterim nasce o Projeto da Rota das 10 Cachoeiras, que se propõe como um elemento organizador, que viabiliza a participação comunitária nas tomadas de decisões relativas aos seus territórios. Exposto esse cenário, este projeto se justifica pois visa criar elementos e base de dados que podem colaborar com outros territórios semelhantes. Por ser um território inserido em múltiplas chancelas, tais como Mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Cipó, Circuito Turístico Parque Nacional da Serra do Cipó, Reserva da Biosfera da Serra do Espinhaço, Rede Brasileira de Trilha de Longo Curso, entre outros, precisa-se entender também a apreensão por parte dos sujeitos que se conciliam, do conceito de turismo de base comunitária - TBC, se o trabalham no modus vivendi ou se tratam apenas como segmento do setor de turismo. A Rota das 10 Cachoeiras pode garantir a gestão territorial participativa, promover a justiça ambiental por meio da distribuição equânime dos ônus e bônus do turismo, manter as pessoas em seus lugares de origem, colaborar na conservação e na manutenção dos aspectos ambientais e estimular um modelo de (des)envolvimento econômico na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_709_80307003_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do câmbio e do cambiar, surgiu a evolução: existências e resistências de trabalhadoras de meios de hospedagem do Município de Nova Xavantina - MT

Michel Alves Ferreira (UNEMAT), Rita Maria de Paula Garcia (UNEMAT)

Este texto é fruto de um conjunto de ações de extensão da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus de Nova Xavantina, realizadas nos meses de novembro de 2022 e novembro de 2023, em alusão ao Mês da Consciência Negra, com a pretensão de discutir criticamente como o racismo, e o sexismo, operam violentamente nas relações cotidianas, incluindo o turismo. As atividades desenvolvidas foram orientadas para as práticas antirracistas, a partir de palestras, rodas de conversa e cursos de capacitação. O turismo pode ser entendido como um fenômeno sociocultural e interdisciplinar, para além de indicadores técnico-econômicos e de uma formação profissional tecnicista, pois envolve as percepções das/os viajantes, da própria comunidade e, finalmente, mas não menos importante: de trabalhadores e trabalhadoras que atuam no setor e concretizam as experiências de quem viaja, muitas vezes sendo excluídos/as de vivenciar os atrativos em decorrência de questões de gênero, classe social e

etnia/raça na sua própria cotidianidade. Por outro lado, também é sabido que as relações de trabalho no setor de turismo e, especialmente na hotelaria, podem ser marcadas pela reprodução de estereótipos e práticas discriminatórias de raça e de gênero. O objetivo central desta comunicação é, portanto, costurar, qualitativamente, reflexões analítico-comparativas entre uma ação de capacitação técnica, voltada as/aos trabalhadoras/es de meios de hospedagem do Município de Nova Xavantina (MT), e realizada durante as ações da Consciência Negra de novembro de 2023, com estudos realizados no campo que apontaram questões e práticas discriminatórias de gênero e raça. Ações como a realização de um evento de capacitação as/aos profissionais da hotelaria, pode trazer para essas/esses trabalhadoras/es conexões entre suas vivências cotidianas às experiências da luta antirracista e feminista ao contexto nacional, aplicadas tanto na máxima dar-receber-retribuir, cara aos princípios da hospitalidade, como em outros espaços de sociabilidades. Palavras-chave: Trabalho; Turismo; Gênero; Racismo; Hotelaria.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_134_82025881_079322.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Turismo e imaginário colonial no contexto brasileiro: Reflexões decoloniais

Roque Pinto da Silva Santos (UESC), Marcella Beraldo de Oliveira (UFJF)

Na perspectiva de uma interface entre antropologia e turismo, propõe-se pensar a atividade turística a partir de uma perspectiva simbólica e de produção e/ou reprodução de desigualdades sociais. Um dos elementos mais importantes para a atividade turística é justamente a capacidade de manipulação do imaginário, que pode se dar de inúmeras formas. E no caso do Brasil, um país com uma forte herança colonial e escravocrata, não é raro que sejam encontradas emulações locais que remetam direta ou indiretamente à sujeição racial e/ou de gênero, inclusive porque é condição da própria atividade turística a existência de relações assimétricas e transitórias entre os que servem e os que são servidos. Partindo de uma perspectiva decolonial, objetiva-se delinear a produção deste imaginário turístico que afeta diretamente as relações entre turistas e locais, tomando como central o referencial teórico-conceitual da imagem de controle. Estas reflexões poderão contribuir para pensar de que modo a atividade turística vem produzindo e reconfigurando sentidos sociais, tanto no espaço do emissivo quanto no receptivo, na medida em que reforça diferenças, estereótipos e relações assimétricas de poder. E ressaltar a necessidade de evitar armadilhas de discursos únicos montados para satisfação dos operadores turísticos, privilegiando, metodologicamente, um quadro interpretativo polifônico e multifoliado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Pantanal sul sob as lentes dos influenciadores digitais: os efeitos para os turistas e para o turismo

Sabrina Sales Araújo (UFMS)

Essa comunicação focaliza o fenômeno recente e ainda pouco pesquisado do efeito que os influenciadores digitais têm gerado no turismo. A pesquisa que tem caráter bibliográfico e

etnográfico, utiliza a etnografia digital para acompanhar, por meio das plataformas digitais como o Instagram e o TikTok, influenciadores que estiveram presentes no Pantanal sul mato grossense. A coleta e análise dos dados tem como propósito identificar como tema vem sendo analisado e as principais questões abordadas, além de como os influenciadores interferem na percepção do destino turístico de seu público, influenciando na escolha dos destinos, dos passeios e serviços contratados, dos restaurantes e demais locais frequentados pelos turistas. A pesquisa também objetiva explorar o sentido que essas escolhas e consumos adquirem para os turistas, e como eles refletem no cotidiano trabalhadores do setor turístico e nas comunidades locais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia da Turiperegrinação a Santiago de Compostela

Xerardo Pereiro Pérez (UTAD)

Esta comunicação assenta numa reflexão antropológica sobre as relações entre peregrinação e turismo, e tendo em conta o fenómeno jacobino da revitalização das rotas de peregrinação a Santiago de Compostela. O centro disso é o questionamento da tradicional dicotomia entre turismo e peregrinação (Di Giovine, 2013) e o surgimento de um fenómeno que consideramos novo: a turiperegrinação. Entendemos a turiperegrinação como um sistema cultural polissêmico, à maneira de Clifford Geertz (1988) e também politômico, integrando elementos da modernidade e da pós-modernidade ao mesmo tempo, de forma articulada e dialética. Consideramos a turiperegrinação um modelo de interpretação e análise da atual peregrinação a Santiago de Compostela ao longo dos seus vários percursos. Entendemos as peregrinações a Santiago de Compostela como experiências hipersignificativas (Di Giovine e Choe, 2020), ou seja, como algo mais do que religião (por exemplo, turismo religioso) e sacralidade (Roccas e Elster, 2014), mas também como algo mais do que secularidade profana (cf. Taylor, 2015; Giner, 2016) ou simples experiência recreativa ou hedonista. Podemos afirmar que as peregrinações são cada vez mais turiperegrinações espirituais pós-seculares (Di Giovine, 2013; Lois e Santos, 2015; Berger, 2016; Balkenhol, Hemel e Stengs, 2020) e neoespirituais (Mendel, 2015). Isto não é pejorativo nem diminui o significado da peregrinação, mas antes resinifica-a, refuncionaliza-a e promove-a em resposta às novas necessidades sociais (por exemplo, reconectar-se com a natureza, com os outros e consigo mesmo após os confinamentos de a pandemia de COVID)-19). Significativamente, as peregrinações turísticas a Santiago de Compostela criaram um sentido de comunidade humana global, mas também recriaram e recriam identidades individuais, locais, regionais, nacionais, transnacionais e europeias, que devem ser estudadas e analisadas do ponto de vista de seus processos sociais de transformação e seus significados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_522_95679689_079322.pdf

GT 025: Antropologia(s) Contemporânea(s) e Sofrimento Psíquico

Nossa proposta de Grupo de Trabalho parte do pressuposto de que a Antropologia, de longa data, tem contribuído significativamente para a compreensão dos fenômenos associados aos processos de saúde e adoecimento. Apesar da diversidade de perspectivas no interior da disciplina, é possível vislumbrar certo consenso no entendimento de que mudanças ocorridas nas últimas décadas ocasionadas sobretudo por questões de ordem social, política, econômica e tecnológica, e mais recentemente acentuadas pelo complexo cenário político-pandêmico, têm impactado diferentes âmbitos da vida social, de modo geral, e subjetiva, de modo particular. Nesse escopo, desejamos constituir um espaço de diálogo vinculadas/os/es a diferentes áreas disciplinares interessadas/os na compreensão e desnaturalização dos mecanismos de opressão contemporâneos produtores de sofrimento psíquico, cujas causas e efeitos estão longe se esgotarem em um debate biologizante e/ou medicalizante. A premissa aqui adotada é de que a saúde mental é um campo pluridisciplinar e de caráter psicossocial, e, portanto, não circunscrita apenas aos campos psis (psicologia, psiquiatria e/ou psicanálise) e/ou biomédico. Deste modo, serão bem-vindas investigações etnográficas e reflexões teórico-analíticas que estejam interessadas no diálogo entre as Antropologias contemporâneas e o campo psi, comprometidas com uma concepção de saúde mental e sofrimento psíquico como um fenômeno complexo, multifatorial e histórica e culturalmente situados

Coordenação

Anaxsuell Fernando da Silva (UNILA), Esmael Alves de Oliveira (UFGD)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dois ensaios de antropologia psicológica: notações etnográficas sobre ansiedade e sofrimento socioemocional em estudantes da rede pública no Ceará.

Alef de Oliveira Lima (Secretaria da Educação do Estado do Ceará)

A ansiedade é frequentemente retratada como um curto-circuito bioquímico nas percepções de medo captadas e processadas pelo cérebro. Tal leitura biológica não permite compreender outras interfaces da ansiedade subscritas em dimensões propriamente simbólicas e culturais, compartilhadas enquanto afetos e relações do sujeito com o mundo. Diante dessas características, o presente trabalho etnográfico visa discutir os significantes culturais da ansiedade em termos de correntes ansiogênicas vinculadas a marcadores de tempo, tecnologia e experiência social, a partir de um conjunto de entrevistas semiestruturadas de estudantes da rede pública cearense. A perspectiva defendida é que a ansiedade se configura como sofrimento socioemocional, e, necessariamente vivenciada na construção de espaços-tempos desordenadores do mundo em suas marcações simbólicas e existenciais pelos sujeitos. Nesse sentido, o artigo abre-se a uma reflexão que mescla etnografia e narrativas de sofrimento encampados no chão da escola e podem representar indícios de um fenômeno mais amplo do que aparenta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_401_03269804_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desvelando as Complexidades da Fome: Uma Análise das Dinâmicas Sociais envolvendo a Saúde Mental e as Práticas Alimentares

Beatriz Aparecida Lopes Maciel (UFAL)

O presente trabalho propõe uma investigação meticulosa das interseções entre a fome e a saúde mental na antropologia, almejando uma compreensão completa e profunda desses fenômenos interligados. Reconhece-se que a fome transcende a mera falta de alimentos, sendo um fenômeno multifacetado que abrange aspectos econômicos, sociais, culturais e psicológicos. Assim, a saúde mental está intimamente ligada à nutrição adequada e à segurança alimentar, influenciada por fatores individuais, comunitários e estruturais. Para alcançar os objetivos propostos, adota-se uma abordagem metodológica diversificada. Primeiramente, analisarei documentos disponibilizados pelo Centro de Referência de Assistência Social Denisson Menezes e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Primeira Infância e Segurança Alimentar (SEMEDES), localizada no bairro Cidade Universitária, na cidade de Maceió, Alagoas. Em seguida, a partir de trabalho de campo realizado no conjunto Graciliano Ramos, também situado na cidade universitária, elaborarei uma etnografia visando compreender as percepções, as práticas alimentares e as respostas sociais expressas pelos moradores diante de sua realidade. Com esse estudo, será possível examinar o impacto dos determinantes socioeconômicos da fome na vida dos interlocutores dessa pesquisa, bem como sua influência na saúde mental. Além disso, adotarei uma lente antropológica para interpretar as práticas alimentares e as dinâmicas culturais em torno da comida, buscando compreender como as tradições, crenças e normas culturais moldam a experiência da fome e da alimentação em diferentes contextos socioculturais. Integra-se a Teoria da Justiça Social à análise, buscando identificar como a desigualdade estrutural, geradora da fome, é percebida pelos moradores da comunidade, a partir da apreciação de suas narrativas, sempre levando em consideração as condições sociais, políticas e econômicas nas quais se encontram. Espera-se que esta abordagem interdisciplinar e teoricamente fundamentada amplie o entendimento desses fenômenos complexos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivismo e cosmopolíticas na saúde mental em contextos indígenas

Carlos Sérgio de Brito Moreira Júnior (UFPA)

Pesquisas relacionadas à saúde indígena são de vital importância para auxiliar na organização de políticas de atenção a estes povos. A saúde mental em contextos indígenas, especificamente, ainda é um campo acadêmico novo, mas que tem se mostrado promissor e levantado questões cruciais que atingem diretamente o cuidado com a saúde dos povos indígenas. A saúde mental como conceito originado diretamente da psiquiatria, uma ciência ocidental moderna, encontra dificuldades ao ser traduzida para o contexto dos povos ameríndios, que possuem epistemologias outras e formas diferentes de conceber as relações entre o que entendemos por mente, corpo, natureza, humanidade, assim como psíquico e espiritual. O que para a ciência poderia ser entendido como um quadro de sofrimento psíquico, para os povos indígenas, na maioria das vezes, tratam-se de fenômenos de origem espiritual. Frequentemente, outros seres além dos humanos, como espíritos e entidades donas dos animais e dos lugares, são evocados

e passam a fazer parte das narrativas sobre o acometimento de quadros que poderíamos classificar como de ordem da saúde mental, agredindo as pessoas e desestabilizando-a espiritualmente, resultando em seu adoecimento. Neste sentido, este trabalho propõe visualizar a saúde mental no contexto dos povos indígenas a partir das lentes de dois conceitos que são cruciais ao se trabalhar com realidades onde outros além dos humanos passam a fazer parte importante da análise e a influenciar na saúde das pessoas: o primeiro destes é o perspectivismo de Viveiros de Castro, que permite um vislumbre de como as cosmologias ameríndias são construídas e das relações que se estabelecem entre os humanos e os outros seres habitantes do cosmos; o segundo é o conceito de cosmopolíticas pensado por Isabelle Stengers, que propõe que nos desfaçamos de nossas certezas construídas pelo pensamento científico para permitir pensar ontologias em que os outros-que-humanos passam a fazer parte importante das diversas categorias da vida das pessoas, mais especificamente, no caso deste trabalho, de sua saúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_753_02071418_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Práticas Integrativas e Complementares de Saúde: um novo paradigma no tratamento do sofrimento psíquico

Daniele Ferreira Soares (UNESP)

O processo de adoecer, por colocar a vida humana em risco, sempre foi alvo de inquietações. Nas sociedades ocidentais, o modelo explicativo para o processo de saúde e doença é estruturado pelo paradigma biomédico. Este respectivo paradigma é constituído por princípios científicos e busca compreender e curar doenças com base em causas físico-químicas e biológicas. Dentre as suas mais diversas características, o modelo biomédico enxerga o corpo humano como uma máquina. E, mediante essa visão, a doença é caracterizada como uma disfunção em algum dos sistemas que nos compõe. A medicina ocidental se tornou uma ferramenta de normatização, definindo tanto o que é comum quanto o que é patológico. Contudo, nas últimas décadas, ela tem sido alvo de questionamentos por razões éticas, filosóficas e culturais. Dentre os questionamentos, destaca-se o argumento de que o paradigma de saúde hegemônico das sociedades ocidentais é reducionista. Além do mais, os tratamentos médicos têm sido reavaliados pelo uso excessivo de medicamentos e por sua ineficácia na cura de algumas enfermidades de ordem psicológica, tal como o sofrimento difuso. Tendo isso em vista, a Organização Mundial da Saúde (OMS), tem promovido o exercício de repensar o conceito reducionista de saúde. Uma consequência disso foi que, a partir de 2003, passou a recomendar aos seus Estados Membros a adoção de Práticas Integrativas e Complementares de saúde (PICs) como aliadas na luta pela prevenção e cura de enfermidades, principalmente de ordem psicológica. No contexto brasileiro, tal recomendação foi aceita em 2006 por meio da publicação da portaria 971, que implementou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) no Sistema Único de Saúde (SUS). Diante deste atual cenário, o presente trabalho possui como objetivo examinar a relação entre Práticas Integrativas e Complementares de Saúde e o tratamento de doenças mentais. Especificamente, revisaremos produções desenvolvidas no Brasil sobre essa temática. Faremos uma análise crítica de oito estudos teóricos obtidos na biblioteca eletrônica SCIELO, identificando suas principais

perspectivas e modos de abordar o tema. Com isso, esperamos contribuir com o mapeamento das contribuições teóricas brasileiras nesse campo e a enriquecer a discussão antropológica sobre diferentes abordagens de cuidados em saúde.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Existências insurgentes: um debate sobre sofrimentos psíquicos de mulheres negras na política partidária

Debora Simões de Souza (UFRJ)

Proponho realizar uma análise sobre as violências raciais e de gênero sofridas por mulheres negras que ocupam cargos na política partidária. O campo etnográfico do qual este resumo é produto concentra-se em acompanhar mulheres negras cis e trans vinculadas à partidos de esquerda, atuantes no Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, realizo uma pesquisa de pós-doutoramento acompanhando, pessoalmente e virtualmente, mulheres negras que exercem funções como deputadas (federal e estadual) e uma vereadora no contexto carioca. Argumento que as experiências de mulheres negras da política partidária podem ser compreendidas tanto como sofrimento psíquico individual como sofrimento coletivo. Ao sofrer racismos ou discriminação de gênero um duplo sofrimento é causado, pois grande parte dessas pessoas estão trabalhando a favor dos direitos das minorias sociais das quais elas mesma fazem parte. Estou preocupada como operam os mecanismos de opressão nas instituições políticas oficiais, ou seja, como certos corpos e subjetividades são violentamente atacados por agentes políticos da extrema direita no Brasil contemporâneo. Essa análise será realizada a partir das diferentes categorias que constituam a vítima entre ela o gênero, faixa etária, a raça, local de nascimento, entre outras. Nesse contexto analítico, também desejo apresentar um debate ligado aos diferentes campos de conhecimento interessados no entendimento e desnaturalização das formas de opressão contemporâneas geradoras de sofrimento psíquico, como modo de pensarmos modos de minimizar esses danos que são micros e macros.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_722_35282850_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma tentativa de retorno à narrativa como base epistemológica do entendimento do sofrimento psíquico: uma análise do sofrimento psíquico discente na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Felipe Paes Piva (USP)

Esta proposta tem como objetivo geral apresentar as múltiplas dimensões das questões relacionadas à saúde mental de alunos de graduação e pós-graduação na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP), com especial atenção às transformações estruturais e institucionais do Ensino Superior. Procura-se entender como tais mudanças vêm interagindo com a experiência dos discentes: o caráter relacional entre o sofrimento psíquico e o suicídio, as condições estruturais de iniquidade e as formas complexas como raça, classe, gênero, sexualidade (dentre outros marcadores que se mostrem relevantes neste meio) se apresentam na universidade. A pesquisa está sendo feita através de um formulário on-line para mapear as

temáticas e os perfis discentes diversos, entrevistas em profundidade e, por fim, etnografia na própria FFLCH e nos eventos e movimentos associados ao tema. Defende-se que para apreender como o sofrimento psíquico tem incidido sobre as vivências universitárias é preciso descer ao ordinário, ao nível do cotidiano, para as diferentes formas que esse sofrimento é corporificado e vivenciado. Ademais, por mais que todo aluno possa estar condicionado a sofrer em decorrência das relações dentro e fora da universidade, tal sofrimento não é vivido ou reconhecido da mesma maneira. A orientação buscada é a de um retorno à narrativa como base epistemológica do entendimento do sofrimento psíquico, especialmente na universidade. Indo contra o processo diagnóstico psiquiátrico que abstrai os sofrimentos e os sintomas de sujeitos singulares, no caso específico desta pesquisa, estudantes de graduação e pós-graduação da FFLCH. Mais do que entender seus transtornos, o objetivo é observar as características sociais dos sujeitos que, de alguma forma, sofrem ou sofreram no meio universitário, procurando entender como os sintomas que se apresentam neste meio se dão mediante os seus processos de vida e suas experiências subjetivas, isto é, olhando para o sofrimento não sob uma perspectiva estritamente ontogênica, mas, acima de tudo, sob uma perspectiva sociogênica, para o contexto social. Defende-se o ímpeto de desbravar a relação esgorregadiça entre o coletivo e o individual. Assim, não apenas tratando das dores e sofrimentos dos discentes, mas mostrando as diferentes formas como suas vidas cotidianas enquanto o espaço do ordinário encerra em si as violências presentes em nossa sociedade e, mais especificamente, no ambiente universitário estudado. Diferentes cenas de violência são retratadas nesta pesquisa - seja como racismo, machismo, LGBTfobia, elitismo, dentre outras -, violências que nem sempre são percebidas enquanto tais pelos interlocutores, mas que podem influenciar, de forma complexa, em questões em torno do sofrimento psíquico e do suicídio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O vínculo na construção do cuidado na saúde mental.

Haylla Chastinet Pimenta Sampaio (PMC), Thais Rodrigues Penaforte (UFBA)

Em atendimento a uma paciente de 51 anos, casada, acompanhada por um centro de atenção psicossocial, há oito anos, ela relata sua história, as adversidades familiares e diversos outros abusos que forjaram a sua relação com o álcool. “Bebo pra não me sentir sozinha, a cachaça é como uma amiga!” Sua trajetória clínica possui uma inflexão importante, a partir da sua relação com seu técnico de referência. “Ele é como um amigo, com ele eu tive confiança de poder dizer as coisas (...) com ele posso me abrir!”. Essa relação paciente-profissional, no desenho assistencial da saúde brasileira, se sedimenta pelo conceito vínculo. Um tipo de prática institucional, que organiza e delimita as ações de cuidado, constituindo um processo de corresponsabilização que impulsiona o processo terapêutico. Não obstante, quando tomado pelas lentes da antropologia, o vínculo se desdobra como um conceito aberto, que é mobilizado pela e na vida das pessoas. Um caminho intersubjetivo que engendra circuitos e movimentos que propicia novas conformações e associações. E na trajetória dessa paciente, essa relação afluiu, não para estratégias focadas na redução do consumo de álcool, mas, para transformações individuais. “Está nascendo uma nova pessoa, por que antes era como se eu fosse uma personagem inventada”. Assim, orientado pelas redes de significados e experiências, o vínculo

potencializa novos paradigmas ao cuidado, cujo regime de produção se efetiva pelas tramas da própria vida.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Juventudes em tempos de crise: a "turma de amigos" como espaço de reconhecimento social e promoção da saúde dentro da escola

Higor Breno Cagnoni Silva (USP)

A proposta deste trabalho é discutir o processo de aprendizado emocional vivenciado por estudantes secundaristas com base nas redes de apoio que compartilham entre si e com professores(as) ou funcionários(as) da instituição escolar. O trabalho parte do princípio que a escola pode funcionar como uma mediadora de passagens culturais ao tornar possível a experimentação afetiva de outros núcleos de sociabilidade, de modo a se posicionar como um dos poucos espaços de solidariedade inter e intra geracionais disponíveis à juventude. De fato, a maior parte desse intercâmbio afetivo ocorre não naquilo que a institucionalidade educacional propõem enquanto regra ou norma de comportamento, cujo teor disciplinador apenas em pequena parcela é capaz de pautar os diversos circuitos de interações que existem dentro do seu ambiente, e sim nos grupos de amizade construídos de maneira alternativa à ordem pedagógica. Na verdade, entende-se que a própria turma de amigos(as) exerce um papel de educação sentimental ao aproximar contextos relacionais de vida que, potencialmente, compartilham de um grande conjunto de preocupações. Nesse sentido, há uma gramática do reconhecimento sendo gestada no interior dessas comunidades de afinidade, que propiciam o desenvolvimento de habilidades sociais ligadas à gestão das emoções e ao manejo do sofrimento psíquico. Alguns estudos têm chamado atenção para a notável piora nos índices de saúde mental dos(as) jovens durante o período de fechamento das escolas, devido a pandemia de COVID-19, sobretudo nos casos de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social. Depreende-se disso, portanto, que os anos de afastamento significaram uma perturbação no ciclo de formação da juventude, que não só instalou um cenário de incertezas a respeito do futuro, mas suspendeu parte do processo interpessoal de passagem da infância para a idade adulta. Logo, defende-se que os grupos de pares, ainda que crivados de violências e micro-agressões, fornecem canais de envolvimento relacional que seriam improváveis de acontecer no meio familiar, o que também articula práticas de cuidado e de promoção da saúde inerentes aos vínculos de amizade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_191_78177853_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sofrer e adoecer na contemporaneidade: uma etnografia dos problemas de saúde mental no contexto universitário

Igor Holanda Vaz Arcoverde (UFPE)

Ao longo das últimas décadas, o sofrimento tem se tornado cada vez mais presente na vida cotidiana das pessoas em todo mundo. Em meio a um período histórico onde o neoliberalismo precariza todos os aspectos da saúde, trabalho e educação nas sociedades humanas (Brown, 2019), o sofrimento e o adoecimento mental se tornaram um sinal físico-moral (Duarte, 1986)

de um problema mais amplo, evidente nos índices estatísticos alarmantes de diagnósticos que apontam para um problema global (WHO, 2017; 2021). Entre os diferentes mundos que compõem o sofrer/adoecer na contemporaneidade, está o mundo universitário, notável pelos diferentes cruzamentos entre gerações, áreas do conhecimento, gostos de classe, sem falar no caráter elitista e cosmopolita pelo qual a sociedade percebe a prática de produzir ciência (Stengers, 2018; 2020). A partir do trabalho de campo realizado entre estudantes de pós-graduação em Nova Iorque e Recife, pretendo desenvolver de maneira comparativa como o sofrimento e adoecimento é feito, ou melhor enacted (Mol, 1999) nas trajetórias acadêmicas, e diante desse sofrer/adoecer, de que maneira surgem estratégias que produzem uma coreografia do cuidado-controle acadêmico (Pols et al., 2023). Na atual fase do neoliberalismo, produtividade, competitividade e meritocracia se tornaram conceitos centrais que pretendo investigar nesse artigo, produzindo pela doença mental uma versão oposta do sujeito depressivo no chamado "self-made man": um sujeito autossuficiente, realizado e merecedor, fruto de um individualismo enraizado no colonialismo ocidental (Dumont, 1997). Partindo dos dados etnográficos de entrevistas, observação participante e autoetnografia, pretendo analisar como o sofrimento se transforma em um processo de saúde e doença pelo diagnóstico, como estudantes de pós-graduação desenvolvem um sentimento de solidão e abandono pelas universidades, e quais as consequências da molecularização do sujeito em reações bioquímicas manipuláveis pelo cérebro (Rabinow, 1999; Rose e Abi-Rached, 2013; McKinnon, 2021), e como essas tecnologias da indústria farmacêutica tiveram papel central em colonizar a diversidade cultural do sofrimento humano em um modelo altamente lucrativo de doença (Davies, 2013; Halliburton, 2020). Por fim, pretendo concluir esse artigo apontando as estratégias institucionais de acolhimento e tratamento clínico aplicadas, avaliando como as perspectivas entre Norte e Sul global destacam diferentes compreensões sobre o fazer político nos processos saúde e doença mental, e como compreender o adoecimento mental no contexto acadêmico abre possibilidade para a aplicação de uma pluridisciplinar e integrada dos sistemas de saúde, capaz de efetivamente contribuir na vida da comunidade acadêmica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_549_81066068_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Neoliberalismo, felicidade e sofrimento

Jainara Gomes de Oliveira (UFGD)

Nas sociedades capitalistas avançadas, o neoliberalismo tem sido encarado, de maneira analiticamente ampla e fundamental, como o resultado de um processo histórico-social cuja racionalidade política pressupõe uma noção de liberdade assentada na forma-propriedade e generalizada para os mais variados estratos culturais. Por meio dessa noção de liberdade, o neoliberalismo produz e gerencia o sofrimento psíquico, na medida em que enfatiza modos de subjetivação cujo modelo de sujeito presume um indivíduo livre, independente e autônomo, que deveria ansiar e buscar, de maneira persistente, pela felicidade meritocrática. Na fronteira entre a Antropologia e a Psicologia, discuto neste trabalho o processo de individualização e psicologização que constitui a relação entre neoliberalismo, felicidade e sofrimento. Trata-se

de um processo cultural em que o individualismo foi reinstitucionalizado e, por conseguinte, a responsabilidade pela felicidade e pelo sofrimento individuais foi reforçada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Biblioterapia e Redução de Danos: por emancipação de sujeitos.

Jairo Nascimento Santos (Prefeitura de Camaçari), Thais Rodrigues Penaforte (UFBA)

A ideia de criar o Grupo de Cidadania em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) surgiu, a partir da reflexão acerca de uma frase dita por paciente: "ninguém presta atenção ao que um bêbo fala". Tal afirmação revelava um sentido de invisibilidade e, assim, buscou-se constituir um espaço terapêutico voltado à socialização, que tivesse como dispositivo a promoção de atenção e cidadania. Para tanto, adotou-se como recurso terapêutico a leitura biblioterápica. Com essa escolha, buscamos instigar relações e produções que emergem, não de sugestionamentos ou identificações, mas, propriamente como devires. Um processo que propicia linhas de fuga, desviando-se de modelos, para produzir libertação de fluxos e espaços de criação. Desse modo, a partir de encontros semanais, as discussões produzidas engendram um cuidado, que é delineado como um código aberto, que se abre a novas (e ilimitadas) interpretações e conexões. E, apoiados em textos literários, poemas, contos e letras de música, que privilegiem histórias e autorias negras, como Conceição Evaristo e Cuti Silva, suscitamos o espelhamento de histórias pessoais e reinserções em outras temporalidades. Assim, estabelecendo outras redes dialógicas e interpretativas, abre-se caminho para novas possibilidades terapêuticas, quer seja pacificando emoções ou restabelecendo fluxos vitais, que visem a regenerescência do sujeito e da subjetividade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

QUANDO O SOFRIMENTO SE OBJETIVA: Automutilação e tentativa de suicídio entre jovens estudantes em São Luís / MA.

Karlene Carvalho Marinho de Araújo (UFMA)

Este trabalho busca trazer para o cenário dos estudos antropológicos, o debate sobre a prática da automutilação e tentativa de suicídio entre jovens estudantes de escolas públicas no município de São Luís /MA . O suicídio é um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo, estima-se que, anualmente, mais de 800 mil pessoas morram por suicídio e, a cada adulto que se suicida, ao menos 20 atentam contra sua própria vida. Segundo o Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, no período de 2011 a 2018 foram notificados 339.730 casos de violência autoprovocada, dos quais 154.279 (45,4%) ocorreram na faixa etária de 15 a 29 anos, representando 6% das mortes violentas no Brasil. Face a essa realidade a presente pesquisa, busca verificar conexões de cunho socioantropológico destes fenômenos na intenção de trazer para o debate acadêmico um tema tão pouco debatido no cenário das ciências Sociais. Assim procedendo, avaliei que poderia desconstruir as análises ligadas apenas à explicações dessas práticas pelo viés médico, que, em geral, muitas vezes suprime a relação do indivíduo com a coletividade. A partir dessa ideia, busco submeter o fenômeno da automutilação juvenil e suas tentativas de suicídio, ao crivo de uma análise socioantropológica a partir de relatos dos sujeitos etnográficos construídos no ambiente da escola.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_710_12626418_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Deixar de SER, para TER? Impacto do Neoliberalismo nas Condições psíquicas : Uma investigação sobre as pressões socioeconômicas contemporâneas, e o sofrimento psíquico.

Lorraine Carla C. Cordeiro (UFES), Marcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES)

A presente proposta irá analisar como os discursos neoliberais embricaram-se na sociedade brasileira, funcionando como mecanismos de interpelação da busca do inalcançável e infindável projeto de sucesso individual e perfeito. O estudo apresentará digressões historicizadas das características deste projeto neoliberal individualista e narcísico, observando como narrativas do alcançar o sucesso são utilizadas como instrumento de avaliação do sujeito na sociedade. Isto posto, o exame conjugará as bases da Teoria psicanalítica freudlaciana almejando interpretar a ruptura que atravessam os sujeitos na contemporaneidade e as consequências psíquicas coletivas e singulares podem causar. O artigo interpretará esses discursos, principalmente utilizando concepções internalizadas como, consumo e/ou capacidade econômica aquisitiva, que são utilizados pela sociedade, como régua avaliadora de um sucesso na condição de humano, dentro deste processo civilizatório. As ferramentas de investigação privilegiarão a revisão das características basilares do projeto neoliberal e sua construção histórica baseada em peculiaridades encontradas na cena social brasileira. Tomaremos como referência a afirmação utilizada em pesquisa conduzida pelo instituto IPSOS, que destacava: Eu meço o meu sucesso pelo que possuo, com o Brasil ocupando o 4º lugar, em aceitação desta premissa. Ademais, por meio da análise de discursos, será examinado como os discursos acerca do neoliberalismo e do conceito de "sucesso" são elaborados e assimilados pelos sujeitos. Com este propósito, a investigação abrangerá a análise de textos, mídia e discursos políticos e culturais, fundamentadamente selecionados, com o objetivo de identificar padrões de linguagem e representações simbólicas pertinentes ao tema. Ao integrar a psicanálise à análise das dinâmicas sociais e econômicas do neoliberalismo, esta pesquisa propõe conceder insights importantes sobre os processos psíquicos subjacentes ao sofrimento psíquico contemporâneo, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das interações entre o contexto socioeconômico e a saúde mental. Assim, podemos pensar, como os ideais de sucesso material e competição promovidos pelo neoliberalismo influenciam os desejos e fantasias inconscientes das pessoas, e como isso pode contribuir para sentimentos de inadequação e insatisfação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mal estar escolar e a expectativa de afinação da subjetividade

Mario Pereira Borba (UFF)

Neste ensaio reflito sobre sofrimento psíquico no contemporâneo desde algumas considerações transversais de uma etnografia que realizei em uma escola pública do Rio de Janeiro. Nela observei, ao longo de um trabalho de campo diário de um ano e três meses, a incidência de diagnósticos psiquiátricos, a prescrição e consumo de medicamentos psicoativos, episódios de automutilação, dentre outros fenômenos que afetavam estudantes do segundo ciclo do Ensino Fundamental. Aqui pretendo abordar tais incidências entre corpo e subjetividade, explorando

disciplinamentos e recalitrâncias diante do que se apresentava (pelos e para os jovens) nestes contextos. Diante de uma ampla gama de situações, tal como ganham visibilidade dentro de uma escola, é notória a incidência de uma racionalidade psiquiátrica (catalogada em seus manuais de diagnóstico) nas formas como problemas ganham concretude (laudos) e expectativas de tratamento (medicamentos). Nisso, proponho abordar uma expectativa de microafinação tecnocientífica da subjetividade, em tecnologias de microcontrole das formas de ser e estar, no contexto da adequação a um regime corporal e cognitivo (escolar) entre contenções e incitações. Aqui pretendo refletir criticamente sobre como essa conformação dos problemas em diagnósticos e suas prescrições (prêt-à-porter) pode subsumir complexidades e temporalidades que não caibam na realidade produzida a partir dos tratamentos hegemônicos. Não se trata de negar esta realidade, mas explorar analiticamente tanto sua ampla incidência quanto a eventual resistência ou recusa dela por alguns jovens, concebendo esses fenômenos como uma entrada para pensar sobre subjetivações no contemporâneo. Exploro analiticamente também os efeitos dessa ampla incidência, na forte adesão a alguns diagnósticos mais comuns dentro da escola (como TDAH e TOD), que eventualmente parecem ou pretendem dar sentido a processos complexos na subjetivação escolar, tais como problemas de atenção (que aprofundi na tese) e comportamento. Como se a subjetividade passasse a ser afinada (bioquímica ou tecnocientificamente) de acordo com esses diagnósticos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O Estado é o nosso maior inimigo": formas de defesa contra perseguições na administração pública

Monique Florencio de Aguiar (UFAL)

A partir da interação com funcionários técnico-administrativos, entre os anos de 2008 a 2015, pude notar a preocupação que tinham com as perseguições no ambiente de trabalho. Assim, escolhi como tema de estudo as situações persecutórias existentes em um tipo autoritário de gestão das instituições. Os funcionários com os quais interagi estavam locados em instituições estatais situadas no estado do Rio de Janeiro. Atentando aos argumentos apresentados por eles, examinei as estratégias que usavam para se defender, evitar ou resistir às perseguições desencadeadas por seus superiores hierárquicos. Analisei cinco estratégias, entre as mais usadas, que indicavam uma aproximação progressiva dos núcleos de maior autoridade dentro do sistema político-estatal. Essas estratégias evidenciaram a grande desigualdade de poder entre os lados envolvidos e o uso do poder coercitivo como meio de gestão. Em consonância, aponto como questão norteadora: como a maioria dos funcionários reagia para sobreviver num ambiente entendido como persecutório? Com o passar do tempo, essas perseguições foram entendidas como assédio moral ou organizacional, que levam a comprometimentos psíquicos, desencadeando uma série de transtornos emocionais, psicológicos e psiquiátricos aos alvos dos assédios. Nas administrações públicas, os indivíduos se relacionam articulando ou confrontando seus poderes, que são de diferentes intensidades. Este aspecto foi teorizado por Bailey (2001: 71), para quem as burocracias são arenas políticas e os burocratas são competidores em suas organizações. Nesses ambientes, observamos a realpolitik, ou seja, a política que é feita com base em interesses privados de acumular poder dentro das instituições

(2001: 6). Neste texto, procurarei abordar as estratégias que os funcionários com os quais interagi usavam para driblar o ambiente opressivo e não serem alvos de perseguições a partir da literatura sobre o campo burocrático, a antropologia das instituições e o assédio organizacional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quilombos, saúde mental e conflitos socioambientais: apontamentos sobre a desigualdade em saúde como expressão da qualidade ambiental do território

Priscila Soraia da Conceição (UTFPR), Maria Janaína Silva dos Santos (UFRN), Rosimeiry Florêncio de Queiroz Rodrigues (UERJ), Anaxsuell Fernando da Silva (UNILA)

Esta comunicação se propõe discutir a relação entre saúde mental e ambiente em comunidades tradicionais a partir da confluência do debate entre diferentes projetos de investigação em curso. O ponto de partida se dá na utilização de metodologias participativas, não-extratvistas e de pesquisa-ação, em três comunidades quilombolas do nordeste brasileiro, duas no Rio Grande do Norte (Jatobá e Nova Esperança) e uma na Paraíba (Talhado). Do ponto de vista metodológico, estas investigações etnográficas partilham do testemunho e da experiência de marginalidade, subalternidade e subjugação, de onde emergem estes sujeitos políticos e suas perspectivas a respeito do impacto das questões ambientais na saúde mental da comunidade. Essa proposta de análise e compreensão desafia as narrativas hegemônicas, ao mesmo tempo que promove o interesse em estabelecer as relações entre história, memória, saber e poder em uma perspectiva contra-colonial, que permita pensar aspectos comunitários em saúde mental como expressão da qualidade ambiental do território onde vivem. Para este trabalho, priorizaremos a relação destas comunidades com a questão do acesso à água para abastecimento doméstico, do gerenciamento dos resíduos sólidos domiciliares e dos impactos decorrentes da geração de energia eólica. Entendemos que este debate propicia evidenciar os processos reveladores da determinação social da saúde mental e ambiental em comunidades quilombolas, assim como os processos geradores de desigualdades socioespaciais e raciais em saúde e sua articulação com movimentos sociais envolvidos em processos de mobilização e resistência. Reconhecer tais processos, a partir das vozes dos moradores, contribui para o enfrentamento das desigualdades e injustiças por intermédio de uma promoção emancipatória da saúde mental.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saúde Mental e Sofrimento Psíquico: reflexões de uma Etnografia de Hospitais Psiquiátricos

Sabrina Melo Del Sarto (UEMS)

Neste estudo, apresento um fragmento de uma etnografia que investiga a vida social de moradores permanentes de alas asilares em dois hospitais psiquiátricos públicos de Santa Catarina. O objetivo principal foi observar as experiências singulares desses indivíduos diante da institucionalização, destacando como a realidade restritiva e coercitiva desses ambientes influencia suas possibilidades micropolíticas de movimento. Além disso, buscou-se analisar a inserção desses locais nos processos de institucionalização, examinando a presença ou ausência de orientações para a implementação de potenciais mecanismos de desinstitucionalização. Em

termos gerais, adotou-se uma abordagem etnográfica para compreender de que maneira a construção social do cotidiano institucional contribui para reforçar a perspectiva manicomial da doença mental. O enfoque da investigação concentrou-se nas experiências e vivências dos moradores que permanecem institucionalizados por, pelo menos, 35 anos em hospitais psiquiátricos. Questões interdisciplinares foram também exploradas, destacando as diversas formas de conduzir uma pesquisa etnográfica dentro do campo psi, com o intuito de construir novas perspectivas sobre a institucionalização psiquiátrica permanente no Brasil. Ao final, a complexidade das histórias de vida compartilhadas por essa população emergiu como um elemento fundamental para a compreensão da atual realidade da institucionalização no país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_872_01032868_691594.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da Antropologia à Psicanálise: Relato da conversão de um antropólogo ao mundo dos psicanalistas

Ulisses Corrêa Duarte (UFF)

A proposta de trabalho se baseia na trajetória pessoal do autor que, após o Doutorado em Antropologia, iniciou uma formação em Psicanálise em andamento. A entrada na Escola de Psicanálise no Rio de Janeiro no ano de 2019, associação com formação na abordagem lacaniana, proporcionou o encontro com o aparato epistemológico e conceitual de Freud e Lacan, e produziu nesta imersão a possibilidade de reflexão sobre as constantes interfaces entre os respectivos campos do saber. A noção de pessoa, a construção da alteridade, o registro do simbólico e a ética da diferença, - assim como a variação possível na balança entre a preponderância dos fenômenos socioculturais sobre os individuais ou, por outro lado, a tônica da subjetividade sobre o coletivo nos processos psíquicos do inconsciente -, marcaram a mediação conversiva do olhar antropológico até o desejo do analista. Nestas buscas pelas interlocuções possíveis entre Antropologia e Psicanálise, é importante ressaltar o diálogo no estudo de Freud Totem e Tabu (1913), sobre a gênese das sociedades e o parricídio, e as propagações das teses freudianas nas ciências sociais e as consequentes críticas a respeito de suas ideias em Bronislaw Malinowski; assim como a influência de Lévi-Strauss e a função simbólica no discurso lacaniano. Outrossim, há dois importantes autores que produziram Antropologia e Psicanálise com o mesmo rigor ao avançarem na construção de uma possível conjunção entre os dois campos: a Antropologia Psicanalítica do húngaro Géza Róheim (1891-1953) e a Etnopsicanálise do francês George Devereux (1908-1985).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A produção empírica de Transtornos Mentais a partir de uma etnografia realizada em ambulatórios para cuidados em dependência de drogas

Wander Wilson Chaves Junior (Programa de Orientação e Atendimento ao Dependente (PROAD) - UNIFESP)

Durante minha pesquisa de doutorado realizei etnografia em dois ambulatórios para tratamento/cuidado de dependência de drogas, ambos vinculados ao departamento de



psiquiatria de duas universidades público-estatais da cidade de São Paulo. Um dos momentos da tese trabalhou com a construção empírica dos transtornos mentais, partindo tanto das definições feitas pelos profissionais de saúde, quanto da afirmação dos usuários de que eles tinham algum transtorno específico e como esta relação era descrita. Este tipo de diagnósticos parte das definições encontradas no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) produzido pela Associação Americana de Psiquiatria, que, no momento da pesquisa, estava em sua quinta edição. Ambientes para cuidados em dependência de drogas são espaços privilegiados para pensar este tipo de construção. Quando se trata do Transtorno de Uso de Substâncias, a psiquiatria compreende que comorbidades são a regra de sua produção, o que implica uma prevalência de outros transtornos acoplados a este diagnóstico. Para a construção de cada um desses transtornos os conceitos de escolha e responsabilidade em relação aos atos individuais de cada pessoa são fundamentais. A dependência de drogas é comumente apresentada como uma patologia da liberdade de escolha, e um olhar empírico de sua construção é capaz de nos dizer algo sobre o próprio conceito de transtornos mentais. A partir da etnografia foi possível notar os transtornos se formando e se movendo a partir de sua produção relacional em cada uma destas instituições. Neste sentido, de um lado, os possíveis diagnósticos relacionados ao uso problemático de drogas comumente são realizados pelas próprias pessoas que buscam cuidados nos ambulatórios, antes mesmo de ingressarem nos serviços de saúde. De outro, existe uma circulação e estabilização de outros transtornos compreendidos como estas comorbidades, estabelecendo uma racionalidade clínica articulada com a medicalização da pessoa convertida em paciente. Um diálogo em que dois psiquiatras conversam sobre a dupla hipótese diagnóstica de Dependência de cocaína e Transtorno Bipolar Tipo 1 de um paciente é emblemática neste sentido. Um dos psiquiatras questiona por que seria possível, neste caso, entrar com uma medicação chamada carbamazepina. A resposta foi a de que: “Não tem nada comprovado para dependência de cocaína, mas tem pesquisas que indicam, de todo modo, uma medicação que a gente testa para um diagnóstico que a gente não tem certeza de que ele tem”. Esta comunicação pretende revisitar estes momentos para repensar a construção empírica do diagnóstico junto aos conceitos de escolha e responsabilidade, articulando esta relação por meio da construção de uma racionalidade neoliberal.

GT 026: Antropologia, memória e eventos críticos

Desde os anos 1980, o “boom” dos estudos sobre a memória nas ciências sociais tem passado por significativas transformações. Se o fenômeno incluiu o risco de uma certa banalização, fazendo simplesmente coincidir o conceito de memória com o de cultura, também implicou em um interesse renovado no estudo das situações limite, revelando os nexos inarredáveis entre memória, esquecimento e silêncio. Na segunda edição deste GT, propomos reunir trabalhos etnográficos que, a partir de distintas realidades sociais e períodos históricos, reflitam sobre os processos de construção (e tentativas de destruição) da memória frente aos chamados eventos críticos. Acidentes, catástrofes, desastres socioambientais, contextos de crise econômica, violências de Estado e de gênero, guerras, conflitos étnico-raciais, rupturas biográficas, perturbações físico-morais e relações de exploração capitalista, patriarcal e colonial costumam

ser os cenários privilegiados dessa indagação. Trata-se de compreender como as rupturas do cotidiano se inscrevem no ordinário a partir de agenciamentos que envolvem não somente as narrativas do passado, mas também a reconfiguração das próprias relações e identidades sociais. Dando continuidade aos debates realizados em 2021, abordaremos as relações entre memória e museus, patrimônios, arquivos, saberes e materialidades; as biografias, trajetórias, histórias de vida, escritas e imaginações de si; e os movimentos sociais e as disputas por verdade, justiça e reparação.d

Coordenação

Carolina Castellitti (UERJ), Felipe Magaldi (UNIFESP)

Debatedor(a)

Aline Lopes Murillo (UFAL)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Nossa Casa não foi organizada para dar aula": Memórias das Professoras e dos Professores da Educação Básica na Amazônia Paraense durante a pandemia do covid-19.

Ádima Farias Rodrigues Monteiro (Seduc), Michele Escoura Bueno (UFPA)

Este trabalho faz parte de minha pesquisa de mestrado, que caminha para fase conclusiva e tem como objetivo geral compreender os efeitos sociais, profissionais e emocionais dos arranjos políticos emergenciais praticados pelo Governo do Estado do Pará na educação pública estadual durante a pandemia da COVID-19, a partir da experiência de professoras/es da Rede Pública Estadual de Ensino no Município de Ananindeua, na região metropolitana de Belém. Metodologicamente, esta pesquisa foi produzida a partir de observações de campo, rodas de conversa e entrevistas com professoras/es em 4 unidades de ensino no período de janeiro a fevereiro de 2022, em um momento de retorno às atividades presenciais após os 10 meses de suspensão das aulas e 6 meses de ensino remoto em um contexto de desigualdade digital. Os dados aqui apresentados referem-se a relatos e memórias das/os profissionais da educação sobre a experiência neste evento crítico e descrições de situações observadas em campo que são somados às minhas próprias experiências enquanto docente de 2 destas instituições de ensino no período da pandemia. Como resultados, pude reviver minhas memórias e identificar similaridades e diferenças na maneira em que cada profissional encontrou para se adaptar às exigências do governo do Estado do Pará, ante ao deslocamento da escola para o meio virtual, seja na relação entre a secretaria de educação e as professoras e os professores, seja na relação entre professoras e/ ou professores com os estudantes e/ou seus familiares, mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, bem como a vivência desses profissionais da sobreposição de múltiplos trabalhos, sendo todos realizados a partir de seus locais de moradia. Discorrer sobre a minha experiência e de minhas interlocutoras e interlocutores sobre nossas vivências na pandemia reavivou memórias de sofrimento, características daquele ambiente apavorante que predominou nos primeiros anos da Pandemia, principalmente quando ainda não tínhamos acesso a vacina. Pretendo demonstrar como que a memória de professoras/es da educação básica revela violências de Estado e de gênero pré-existentes em nossa sociedade, mas que foram aguçadas durante a Pandemia do Coronavírus. Inspirada em Veena Das, abordo

a Pandemia como evento crítico que provocou profundas mudanças no ordinário e no cotidiano, que reverberaram no aprofundamento da crise da educação e na feminização da precarização do trabalho docente, bem como na feminização do trabalho de cuidados. Entendo que ouvir, falar e escrever sobre a experiência das professoras/es da educação básica na Amazônia Paraense contribui para tirar do silenciamento e da invisibilidade os conflitos vividos durante a pandemia, mas que seguem presentes no cotidiano da sociedade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pessoas memoriais: reencontrando origens familiares e refazendo memórias sobre a ditadura militar argentina

Aline Lopes Murillo (UFAL)

Este trabalho examina práticas de pessoas que souberam, na idade adulta, serem filhas de militantes desaparecidos e de terem sido sequestradas por motivos políticos durante a Ditadura argentina (1976-1983) quando eram bebês. Essas pessoas foram criadas por militares, por aliados da Ditadura ou por casais que não estavam envolvidos com a repressão política; seus nomes, sobrenomes, filiação, datas e locais de nascimento foram adulterados nas certidões de nascimento, prática que ficou conhecida como "plan sistemático de apropiación de menores". Se para eliminar a oposição política, a Ditadura obliterou identidades pessoais, anulou vínculos de parentesco e silenciou discursos contrários, a resistência surge como seu espelho: são o sangue, o nome e os relatos os principais meios para trazer à tona o passado ocultado à vida presente. Ao conhecerem as suas origens familiares por meio do trabalho da associação civil Abuelas de Plaza de Mayo, os chamados nietos e nietas restituídos se perceberam como parte de um mundo devastado pela repressão estatal da década de 1970. Este trabalho coloca suas histórias de vida em foco e em relação, para entender modos como o conhecimento da origem familiar é acionado e participa das artes de (re)constituir identidades pessoais, (re)criar parentesco e (re)alimentar memórias. Como pessoas que elaboram e difundem histórias pessoais, familiares e do país, nietos e nietas mobilizam uma pluralidade de ideias sobre a ditadura militar. Além disso, e tão somente porque sofreram a apropiación de menores, situam em si e convidam (até requerem) a produção de memórias e ideias, constituindo-se, assim – tal como sustento – como “pessoas memoriais”.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aflicção, adoecimento e cuidado: a gestão do desastre no cotidiano de mulheres e crianças atingidas de Barra Longa (MG)

Amanda Gabrielle Covelo de Araújo (UFRRJ)

Oito anos após o rompimento da barragem de Fundão (Mariana, Minas Gerais), os moradores e moradoras dos territórios afetados ainda lidam com as marcas de “uma lama que não sai” (Teixeira, 2018). O trabalho que aqui se apresenta objetivou especialmente pensar as formas com as quais acontece a mútua absorção entre o desastre e o ordinário nesse cotidiano envenenado (Das, 2023), a partir das experiências de doença e cuidado vividas por mulheres e crianças atingidas do município de Barra Longa (MG), cidade beiradeira do rio Gualaxo do Norte e do rio do Carmo. Em uma dimensão local e doméstica, busco compreender a gestão do



cuidado de mulheres, cujos filhos e filhas apresentaram um quadro de saúde que indica a contaminação, levando em conta a divisão entre homens e mulheres no trabalho do cuidado e a luta pelo reconhecimento enquanto pessoas atingidas. Para isso, realizei entrevistas e analisei os laudos e os relatórios produzidos pelas assessorias técnicas presentes no território. Metais pesados como níquel e arsênio fazem parte da composição dos rejeitos que estão esparramados e diluídos por toda a cidade: nos quintais de cultivo, nos rios, no ar, na água para o consumo doméstico e até mesmo na pavimentação das vias públicas da cidade, já que em Barra longa a lama de rejeitos foi reutilizada. A “reconstituição” da cidade, gerida pelas empresas violadoras, a Vale S.A e a BHP Billiton, foi literalmente forjada por uma complexa infraestrutura combinada de rejeitos do desastre, insumos e materiais de construção. Relatos de coceira, dermatites, manchas no corpo e alergias respiratórias, no entanto, foram tomados nesta pesquisa não apenas como sintomas de intoxicação, mas como as formas com as quais o corpo pode falar sobre a convivência ordinária e contínua com o desastre. A doença aqui não é conjugada como um quase-evento (Povinelli, 2011) inserido na rotina, mas como tentáculos do próprio evento preso e absorvido no cotidiano (Das, 2020). Por fim, neste trabalho, trago reflexões sobre adoecimento, memórias do desastre no corpo, o manejo do cuidado gerido por mulheres na contramão das dúvidas aniquiladoras de mundos e a possibilidade da criação de futuros possíveis em recuperação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

São Paulo cidade transatlântica: memória afro e resistência quilombola

Claudelir Correa Clemente (UFU)

Atualmente, na cidade de São Paulo, em territórios devassados por grandes projetos metroviários e imobiliários, um conjunto de vestígios materiais de africanos e afro-brasileiros escravizados no período colonial tem sido desenterrado. A exemplo disso, no bairro da Liberdade durante as escavações de um empreendimento, em 2018, foram encontradas ossadas dos tempos de escravidão, comprovando a existência do Cemitério dos Aflitos, até então conhecido apenas por meio de documentos. Fatos como este reacendem debates sobre a presença africana na São Paulo colonial, sobre suas formas de resistência seja nas irmandades religiosas ou nas lutas quilombolas. A partir de uma perspectiva centrada na produção antropológica africana, em especial nos estudos do antropólogo Georges Niangoran Bouah e nas análises de Beatriz Nascimento, este trabalho visa estimular o conhecimento sobre as origens étnicas dos escravizados na São Paulo colonial e suas vinculações com a resistência quilombola contra portugueses ensejada na costa africana no século XV. Na contemporaneidade, há por parte dos movimentos sociais e diversos segmentos da população negra paulistana uma busca por reconhecimento do seu patrimônio cultural, ao qual é atribuído sentido identitário. No entanto setores mais abastados da sociedade paulistana, associados ao capitalismo neoliberal manifestam-se em estratégias e narrativas de não reconhecimento desses bens enquanto patrimônio local e nacional. Parece haver convivência dos órgãos públicos municipais e estaduais responsáveis por esse legado. Portanto, também se visa com este trabalho contribuir em questões contemporâneas referentes a salvaguarda da memória e patrimônio negros localizados na metrópole paulista.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_042_27441021_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por entre memórias étnicas, celebrações, patrimônio e turismo: observações etnográficas sobre diferentes contextos.

Flávia Carolina da Costa (UFMT)

O objetivo deste trabalho é apresentar como a noção de memória étnica realçada pelas rotas de celebração da ancestralidade africana no Brasil tem tensionado o conceito de patrimônio e apontado para um diálogo interseccional com o turismo, as dinâmicas locais e a mercantilização da cultura. Tomo como ponto de partida dois contextos etnográficos distintos, que neste trabalho serão comparados à luz da teoria antropológica, visando destacar aproximações e distanciamentos analíticos e contextuais. São eles a zona portuária carioca com a Rota da Celebração da Herança Africana em torno da patrimonialização do Cais do Valongo e os movimentos culturais, étnicos e religiosos em torno da Igreja de São Benedito, em Cuiabá, Mato Grosso, a partir da Rota da Ancestralidade recentemente inaugurada. O processo de construção de uma memória étnica na região portuária do Rio de Janeiro, leva em consideração todo o processo desencadeado desde o projeto de revitalização empreendido pelo Porto Maravilha até a descoberta do Cais do Valongo e sua candidatura como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. O esforço reflexivo, neste sentido, passa pela análise das disputas e construções narrativas em torno de uma memória preta territorial (termo advindo da fala nativa) e seus desdobramentos percebidos na construção de equipamentos de salvaguarda da memória da região popularmente denominada Pequena África. No que toca ao patrimônio cultural de uma área central de Cuiabá, capital de Mato Grosso, o espaço em questão compreende a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, entre o Morro da Luz e a Prainha, um dos marcos de fundação da cidade. Tomando a Igreja como ponto de partida, bem como os debates sobre o patrimônio local, compreendido em seu universo simbólico constituído a partir de uma igreja dedicada a um santo e às irmandades negras, interessa-nos observar como a proposição da Rota da Ancestralidade dialoga com o contexto brasileiro de reparação das memórias da escravidão. Entrelaçando tais contextos, este trabalho pretende realçar as análises acerca da Escravidão na Era da Memória e as formas pelas quais tal tema vai sendo aos poucos tomado por um movimento de mercantilização da cultura e da memória a partir do turismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Terra, Sangue e Testemunho: Mouloud Feraoun e os Romances Etnográficos

Gustavo Beckhauser Farias (UNIMONTES)

A apresentação propõe a análise do impacto das políticas de assimilação francesa na construção dos dilemas sofridos pela intelectualidade argelina, através do romance etnográfico *Terre et sang* (1953) do escritor, professor e intelectual argelino Mouloud Feraoun (1913-1962). Os romances etnográficos se inserem em um movimento político-literário, durante o século XX, que buscava registrar e descrever a cultura e o cotidiano de povos nativos que estavam sob ocupação colonial. Conforme aponta Bourdieu (2022), foram fontes fundamentais para escapar de uma produção antropológica com fortes marcas coloniais. Destacam-se nessa apresentação

as relações coloniais entre a França e a Argélia, evidenciando as políticas assimilacionistas que aceleram a destruição do modo de vida tradicional Cabila (localizada na cordilheira do Atlas em território argelino). Feraoun escreve seus principais romances, *Le fils du pauvre* (1950) e *Terre et sang* (1953) próximo da eclosão da guerra de independência da Argélia (1954-1962) e testemunha os horrores da guerra em seu diário (*Journal*, 1955-1962), publicado após o seu assassinato por paramilitares franceses, dois meses antes do cessar-fogo em 1962. Sua literatura emerge como expressão significativa na construção e preservação da memória cabila, durante os eventos críticos da descolonização argelina. Nesse complexo contexto, seus manuscritos registram a vida e as tradições cabilas, bem como as alterações sofridas por essa população rural durante a colonização. Paralelamente, Feraoun apresenta em seus textos um alargamento da concepção de humanidade compartilhada, enquanto uma tentativa de humanizar para o leitor o povo cabila frente ao colonizador. Argumentamos que através de seu romance semi-autobiográfico, *Terre et sang*, o autor concilia a sua educação burguesa francesa, adquirida através do regime colonial, com o saber prático cabila, resultando em uma escrita engajada com a denúncia da violência colonial e os horrores perpetrados pelo exército francês. Dessa forma, sua literatura se torna uma busca pela coerência pessoal e coletiva ao dar voz e sentido às suas memórias, enquanto narra e denuncia as violências e destruições enfrentadas pelos cabilas. Com base em sua produção intelectual e das análises de Debra Kelly e Jane Hiddleston em *Autobiography and Independence* (2005) e *Decolonising the Intellectual* (2014), respectivamente, esse estudo contribui para a compreensão da complexa relação entre o testemunho do intelectual assimilado frente aos eventos críticos da guerra e luta anticolonial.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_297_81284943_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Clínicas do Testemunho como lugar de memória e reparação: tentativa de implantação do projeto no noroeste do RS

Iris Fátima Alves Campos (UFSM)

Este trabalho é parte de uma investigação a respeito dos “dispositivos de gestão do sofrimento de vítimas de violência no Brasil e hierarquias morais”. O campo desta etnografia é a experiência de interiorização do projeto Clínicas do Testemunho, dispositivo de reparação psíquica aos afetados pela ditadura militar brasileira, criado pela Comissão de Anistia. Introduzimos o texto com breve descrição sobre a movimentação de coletivos de vítimas junto a Comissão de Anistia em busca de dispositivo para a reparação psíquica e a instalação do Projeto C.T em Porto Alegre a partir de associações psicanalíticas. Na primeira parte tratamos de descrever densamente as movimentações para a implantação do Projeto na cidade de Ijuí, noroeste do RS, refletindo sobre o repertório de ação dos grupos que protagonizaram a experiência: professores universitários do curso de Psicologia, História e Direitos Humanos articulados com psicanalistas da Associação Psicanalítica de Porto Alegre, onde se destacou a presença de testemunhas- locais, regionais e internacionais- tecendo as articulações entre os pilares da Justiça de Transição - direito a memória e a reparação (psíquica) -. Na parte final, desde a análise do material coletado em campo, reflete-se sobre a construção social das vítimas – a luz de referências como Vechhioli.2013,2014, Sarti,2011, Gatti, 2016 e outros – e, em

especial, se pretende conhecer como a burocracia estatal e o corpo de legislação conduz ao silenciamento/esquecimento/não reconhecimento e o lugar do projeto Clínicas do Testemunho no resgate a memória social submersa, tomando referências em Candau, 2002, Pollack, 2006, Sarlo, 2005, e o papel da memória e dos testemunhos na gestão do sofrimento das vítimas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_164_06018373_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cantos para Gaza: sons da diáspora palestina no contexto do genocídio de 2023

Isabella Almeida de Abreu Aquino (USP)

Este trabalho é um desdobramento da pesquisa de mestrado "Memórias palestinas: práticas sonoras de um exílio existencial", proposto a partir das novas necessidades metodológicas e analíticas suscitadas pelo contexto de genocídio em curso, perpetrado por Israel na Faixa de Gaza desde outubro de 2023. A pesquisa realizada em conjunto com músicos palestinos radicados na cidade de São Paulo, tem como objetivo compreender de que maneira os artistas atribuem significado à sua experiência de exílio permanente por meio de suas práticas sonoras e artísticas. A partir da noção de acustemologia, cunhada por Steven Feld (2012), a atenção está voltada para abordar o som em uma perspectiva ampla, propondo a reflexão acerca de como os espaços em que meus interlocutores vivem são sonoramente habitados e construídos, interessada por escutar histórias de escuta (Feld, 2020) e atenta aos temas da memória, tempo, som e exílio. No entanto, a revolta de Toofan Al-Aqsa, executada em 7 de outubro de 2023 pelas Brigadas Al Qassam, mudou de forma repentina e profunda o cenário político, histórico e social da Palestina, impactando a vida de milhões de palestinos em Gaza, Cisjordânia, nos territórios ocupados e ao redor do mundo em diáspora, comprovando que a Nakba não se encerrou em 1948. Busco a partir de etnografias do particular (Abu-Lughod, 2018) demonstrar como sonoridades e memórias estão a todo momento sendo convocadas diante de um evento crítico, onde assistimos o fracasso da gramática e a violência aniquiladora de mundo permear vidas e cotidianos (Das, 2020). A pesquisa em contextos sonoros e críticos é capaz de deslocar o antropólogo de sua posição clássica, exige novas demandas - torna-o por vezes aluno, platéia e ativista, desafiando hierarquias estabelecidas e exigindo novos engajamentos etnográficos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A monstruosidade se vestiu de beleza": uma etnografia com e no filme La hora de los hornos

Janaina Silva de Oliveira (UFG)

O filme argentino La Hora de los Hornos de 1968, dirigido pelos cineastas Fernando Solanas e Octavio Getino se propõe a construir uma narrativa acerca dos dias de ditadura vividos na Argentina, assim como em parte da América Latina. Trata-se, no entanto, de uma obra cinematográfica aberta às vontades revolucionárias e que sempre percorria seu caminho até o fim ou algo que possa representar a ideia de um fim cinematográfico, apenas quando inserida dentro do processo revolucionário como defendiam os diretores e demais cineastas do chamado Nuevo Cine Latinoamericano. Está inserção do filme no processo revolucionário se dava no

caso do cinema militante argentino das décadas de 1960 e 1970, através da projeção do filme seguida do debate, sendo através deste debate que o espectador agora no caráter de ator militante também se insere no processo de construção da narrativa fílmica e, portanto, também se insere no processo revolucionário. Contra a ideia de um espectador passivo, o filme convoca Frantz Fanon, Che Guevara e outras figuras representativas para a chamada nova esquerda latino-americana. Este trabalho pretende centrar-se na construção de um discurso cinematográfico que se dá através das imagens em tela e extracampo, desenvolvendo uma análise fílmica antropológica atenta a elementos como: narração, trilha sonora, gestos, cores, planos, utilização de documentos oficiais nas imagens, além de outros elementos associados ao constante exercício de entender o filme junto ao contexto histórico em que foi produzido e sobre o qual se posiciona enquanto testemunho artístico e político. Através de reflexões acerca dos usos da memória em sua relação entre arte e política, este trabalho discorrerá acerca da relação entre imagem e antropologia, mais precisamente através de relatos imagéticos, sonoros e documentais sobre as ditaduras militares na América Latina, assim como sobre os processos imperialistas e neocoloniais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrar a sobrevivência, elaborar a luta

Jesser Rodolfo de Oliveira Ramos (USP)

Neste trabalho, minha intenção é mostrar como experiências vividas por pessoas LGBTQIAP+ engendram tanto memórias de um passado violento, como a busca por outras maneiras viver o presente e de imaginar o futuro. Essa reflexão será feita a partir das histórias de três pessoas assistidas pela CasAmor, casa de acolhimento para pessoas LGBTQIAP+, localizada em Aracaju (SE), onde realizo minha pesquisa de doutorado. As histórias descritas serão de Selma, uma mulher lésbica, moradora da Ocupação Beatriz Nascimento, e de Keila e Gisele, duas travestis, moradoras da Ocupação Valdice Teles. Tais ocupações são coordenadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), cujas ações políticas estão ligadas a política de acolhimento da CasAmor. Como veremos ao longo da primeira parte do texto, em suas narrativas, o passado é recriado e adensado a partir de experiências de sobrevivência vividas na casa da família e na rua. A sobrevivência mobiliza uma série de violências experimentadas nesses lugares, produzindo imagens do insuportável e do perigo. Na história de Selma, as relações vividas no interior da casa são lembradas sob a ótica do abandono e da rejeição, enquanto nas histórias de Keila e Gisele, as memórias da casa revelam as violações e crueldades sofridas por um corpo travesti não aceito pela família. Além disso, esse passado é saturado pelas experiências de humilhação, fome e perigo vividos na rua. Nesse sentido, mostrarei, incipientemente, como essas memórias produzem outras perspectivas no entrelaçamento entre casa, família e cuidado. Numa segunda parte, mostro como essa noção de sobrevivência se modifica e se pluraliza ao caracterizar a luta por moradia que guia as existências presentes e futuras de Selma, Keila e Gisele. A partir do momento que elas passam a morar nas Ocupações, suas lutas para sobreviver se ligam a luta coletiva por moradia gestada pelo MTST. Veremos, então, a sobrevivência refere-se não só a um passado violento, mas também as suas luta diária para criar outras condições de possibilidades para existir no presente, bem como para elaborar

outros futuros. É na constituição desse existir no presente e na abertura de outros futuros que a CasAmor aparece nas narrativas delas, justamente porque as assistências oferecidas pela CasAmor são fundamentais as sobrevivências cotidianas das pessoas LGBTQIAP+. Nessa segunda parte, então, exploro como a luta para existir se liga a uma luta por moradia coletiva, conformando outros sentidos para a noção de casa e também outros modos de constituição de si. Dessa forma, busco, nesse texto, explorar as memórias em seus acionamentos criativos, uma vez que no presente vivido convoca-se a reelaboração de experiências passadas, ao mesmo tempo que se projetam outras possibilidades de existir.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O vaivém do busto do reitor: controvérsias em torno da memória e do esquecimento da ditadura na UFPR

João Frederico Rickli (UFPR)

Este trabalho propõe uma reflexão sobre as ações contraditórias de derrubada e reinstalação do busto de Flávio Suplicy de Lacerda em 2014 na Universidade Federal do Paraná. Reitor da UFPR entre 1949 e 1964, Ministro da Educação imediatamente após o golpe, entre 1964 e 1966, e novamente reitor entre 1967 e 1971, Flávio Suplicy de Lacerda teve seu busto arrancado e arrastado pelas ruas de Curitiba, e novamente restaurado a seu local de origem em duas ocasiões: na greve de estudantes de 1968 e nas celebrações dos 50 anos do golpe, em 2014. O trabalho busca analisar as dinâmicas de construção da memória institucional e de seu silenciamento evidenciadas pela trajetória deste objeto ao investigar: 1) as movimentações do busto e de objetos em torno dele; 2) a mobilização de agentes dentro e fora da instituição em torno das controvérsias do caso; 3) os ritos institucionais (reuniões de conselhos e comissões) e suas contrapartidas (protestos, greves e manifestações) que determinam os passos a serem seguidos pela escultura; e 4) a produção documental e narrativa gerada ao longo do processo. O trabalho pretende lançar luz, através deste caso, sobre as relações complexas e frequentemente ambíguas que a Universidade Federal do Paraná (e quiçá outras universidades públicas brasileiras) mantiveram com a ditadura, e seus reflexos sobre as políticas de memória e esquecimento na instituição ao longo dos anos recentes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrimônio, Silêncio e Aniquilação da Memória afro-ameríndia: um relato do Nordeste do Brasil

Luciana de Oliveira Chianca (UFPB)

Apesar da antiguidade histórica e relativa importância no cenário cultural nacional, João Pessoa desconhece o valor de muitos de seus bens patrimoniais materiais e imateriais. Embora não seja um caso isolado no Brasil, buscamos mitigar essa realidade entre 2015 e 2019 organizando Oficinas em educação patrimonial com universitários da UFPB que dialogavam com adolescentes de um Centro Cultural de João Pessoa, o Piollin, situado no bairro do Roger. Ao longo de cinco anos, muitas foram as descobertas da comunidade envolvida, inicialmente surpresa e reticente por nosso interesse por suas expressões culturais, artísticas e religiosas: o que estávamos ali procurando, já que “nada havia” para encontrar? O tema da “falta” e da

“ausência” patrimonial revelou-se de grande valor pedagógico e possibilitou Oficinas surpreendentes aos sentidos de todos. Enquanto o “público” da educação patrimonial se dirigia para as referências culturais relevantes de sua identidade (pessoas, edificações, espaços de culto religioso, monumentos, espaços públicos, alimentos e instituições do seu território), foi sendo coletivamente elaborada uma nova percepção daquela localidade, permitindo o afloramento de uma consciência positiva da identidade e da autoridade cultural do seu território. Após o encerramento destas Oficinas algumas questões continuaram provocando nossa reflexão, notadamente no que se refere à “aniquilação simbólica” (SMALL: 2012) do patrimônio. Como compreender que a afrodescendência seja ignorada enquanto tema de debate naquele Centro Cultural, se jovens e adolescentes pobres, negros e pardos residindo em suas proximidades desenvolvem suas habilidades teatrais e circenses num antigo engenho de cana de açúcar desativado? Por que encobrir as senzalas, hoje convertidas em salas de aula, de trabalho, bibliotecas, camarins e refeitórios? O que nos revelam o antigo banguê, reformado em sala de espetáculos e a casa grande, transformada em salão de reuniões, celebrações e festas? Esse artigo busca seguir o fio dessas transformações, combinando a negociação dos sentidos e narrativas subterrâneas (POLLAK:1983) ao “desapossamento dos atores originais de narrarem a si mesmos” (RICOEUR: 2007). Podemos considerar que as oficinas de educação patrimonial afloraram “zonas de silêncio” no inventário participativo de 18 referências culturais majoritariamente afro-indígenas? Ou estamos diante de “uma forma artilosa de esquecimento” combinando incorporação relativa, marginalização e a aniquilação simbólica” (SMALL: 2012) de um passado escravocrata e patriarcal que ali se deseja esquecer?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A CORRENTEZA DAS MEMÓRIAS: A construção da memória pós Companhia de Tecidos Rio Tinto

Maria Carolina Araujo Santos da Silva (UFPB)

Com um histórico fabril, diferentes configurações acompanharam e atravessaram as últimas décadas em Rio Tinto, impactando direta e indiretamente todos os aspectos sociais e naturais do entorno. A cidade, localizada no Litoral Norte da Paraíba, com uma população de 24.581 pessoas e a 60 quilômetros da capital João Pessoa, também abrange parte do território indígena Potiguara. Em 1924, nesta cidade, foi fundada a Companhia de Tecidos Rio Tinto, uma fábrica têxtil criada pelos filhos herdeiros do sueco naturalizado brasileiro Herman Theodor Lundgren, que também era proprietário da Companhia de Tecidos Paulista, em Pernambuco. A fábrica produzia tecidos de algodão e chegou a ser o maior complexo do setor têxtil na América do Sul. No entanto, a partir da década de 1970, a Companhia entrou em crise e foi gradualmente desativada, até ser fechada definitivamente nos anos 90. Assim sendo, o foco desta pesquisa etnográfica é analisar os impactos dessas mudanças na paisagem política e social sobre a construção da memória da população local, uma vez que esses resultados demonstram perspectivas importantes, muitas vezes silenciadas, sobre fatos relevantes do Brasil no último século, possibilitando compreender como os moradores do município percebem esses acontecimentos e os incorporam em seus corpos, suas histórias e suas memórias. Além disso, questiona-se a questão patrimonial e territorial, visto que os vestígios físicos da fábrica

permanecem na cidade sob a forma de novos espaços, como o Campus IV da Universidade Federal da Paraíba, atualmente situado no edifício principal da antiga Companhia, ou como ruínas que se mesclam entre a vegetação e outros espaços.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Coisas, corpos e falas: índices que narram o desastre patrimonial

Mariane Aparecida do Nascimento Vieira (PPGAS/Museu Nacional)

De modo cotidiano somos atravessados por desastres que são marcados pela narrativa da perda e do trauma, tanto quanto da resiliência e da luta. O enfoque do presente texto está no que chamarei de desastre patrimonial, ou seja, um evento crítico que causa prejuízos ou mesmo a destruição de um patrimônio. Em especial, tomo como caso paradigmático o Museu Nacional (Rio de Janeiro, Brasil). O paço de São Cristóvão, sua sede, sofreu um incêndio de grandes proporções no dia 2 de setembro de 2018, que afetou e destruiu parte considerável das coleções científicas e didáticas, bem como, dos espaços expositivos, reservas técnicas e salas de aula. Para analisar as mudanças e permanências do pós desastre, partirei das memórias e narrativas produzidas pela comunidade museal, atentando para os variados suportes privilegiados. É importante observar o contexto de disputa em que as memórias do desastre são tecidas, visto que logo na primeira semana se iniciam as investigações para determinar as causas do fogo e a possibilidade de improbidade administrativa. Na imprensa, a administração universitária é posta em suspeita, enquanto se discute a criação de uma agência estatal para gerir a reconstrução, a Agência Brasileira de Museus que viria a substituir o Instituto Brasileiro de Museus, tirando do organograma da UFRJ o Museu Nacional. Nos anos seguintes, as disputas permanecem, com destaque para a proposição que o Paço passasse a abrigar um centro dedicado à memória da família imperial. Desta vez, sugerindo a retirada do Paço, da administração universitária. No que tange às narrativas tecidas pela própria comunidade museal, ganha destaque uma linguagem cara aos museus, as exposições. Apenas cerca de quatro meses após o incêndio, em janeiro de 2019, é inaugurada a primeira exposição contando com itens de coleções resgatadas, “Quando Nem Tudo era Gelo – Novas Descobertas no Continente Antártico”. No mês seguinte foi inaugurada a amostra “Museu Nacional Vive – Arqueologia do Resgate” contando com coleções resgatadas e novas aquisições. As coisas expostas evidenciaram os trajetos variados do fogo, alterando formas e materiais. Lado a lado às exposições, a memória do desastre se desdobra em uma série de suportes, tais como, publicações, lives e até mesmo, no corpo da comunidade museal, através de tatuagens referentes à símbolos da instituição, caso do próprio edifício. A recomposição das memórias geradas no contexto pós-incêndio pela comunidade museal, diretamente afetada, transitam pelo passado e projetos de futuro que modelam os caminhos da reconstrução, enquanto as próprias identidades e papéis sociais são reconfigurados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_877_30785791_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memória e genocídio: considerações sobre os efeitos mnemônicos de um massacre estatal

Matheus de Araújo Almeida (USP)

O poder de um evento crítico pode ser visto com o tempo, na medida em que seus desdobramentos não cessam de imediato. A morte, como evento crítico, é capaz de transformar profundamente a vida de diversas pessoas. E um massacre estatal marca um ponto de inflexão na história de famílias e comunidades, produzindo efeitos duráveis. O objetivo desse trabalho é analisar quais os efeitos mnemônicos que um massacre oficioso promovido pelo Estado em maio de 2006 na Baixada Santista do estado de São Paulo, no evento conhecido como Crimes de Maio, gerou nas mães e familiares das vítimas da violência estatal que formaram o Movimento Mães de Maio. Através de uma pesquisa etnográfica realizada durante cinco anos, busco deslindar qual a relação da memória com esse evento crítico que remodelou irreversivelmente as vidas dessas mães. Por um lado, almejo saber quais marcações a violência de Estado gerou na memória dos familiares (a exemplo da dor, do sofrimento, da nostalgia e do trauma). Por outro lado, busco compreender como esses familiares produzem ativamente práticas mnemônicas que implicam um valor político para a memória do filho morto e da injustiça cometida. Nesse sentido, observo como as composições de memória (BORGES, 1944) das Mães de Maio em relação aos Crimes de Maio são formadas, bem como quais as “imagens agentes” que tais composições criam e inventam (CURRUTHERS, 2000). Assim, a memória será encarada nesse trabalho não como meio de representações, mas a partir daquilo que ela cria, das relacionais que faz e desfaz (CARSTEN, 2007). Portanto, ao analisar a história, práticas e falas das Mães de Maio, interpelo a noção, o conceito e o tema da memória a partir de cinco eixos iniciais: a) as formas de inscrição da memória no corpo; b) a memória como plataforma de luta contra o genocídio e o esquecimento; c) a memória como ferramenta constitutiva da identidade política e existencial; d) a memória como dispositivo de pertencimento a uma comunidade moral; e) a memória como forma de conexão entre vivos e mortos. Consequentemente, ao explorar as relações entre memória e evento crítico por meio dessas diferentes linhas de aproximação à temática, interessa-me apreender os sentidos etnográficos que conectam memória, parentesco e política para o Movimento Mães de Maio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Colonialidade & Esquecimento: interlocuções entre a Ditadura, os Povos Indígenas e o Relatório Figueiredo

Paulo Victor Neri Cardeal (IFPA), Paulo Victor Neri Cardeal (IFPA)

O propósito deste trabalho é abordar o esquecimento como uma política estatal diante de graves violações de Direitos Humanos. A pesquisa focaliza na análise etnográfica das dez mil páginas do relatório conclusivo da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instituída em 1967, e presidida pelo procurador Jader de Figueiredo Correia. Esta CPI foi estabelecida com o intuito de investigar irregularidades administrativas no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão encarregado das políticas indigenistas naquela época. Denominado como Relatório Figueiredo, esse documento, além de apontar indícios de desvios nas finanças públicas, revela inúmeros casos de violações de Direitos Humanos contra comunidades indígenas, tais como torturas, estupros, execuções sumárias, entre outras violações. A pesquisa baseou-se na análise dos diversos tipos de documentos que compõem o relatório, os quais foram organizados e examinados de forma interdisciplinar. Este estudo proporciona uma análise abrangente das

interações entre o Estado e os Povos Indígenas, os quais foram considerados como obstáculos ao progresso na nação e relegados a uma posição secundária na narrativa da História Oficial, além de suas vidas serem menosprezadas e afetadas pela colonialidade. Discute-se, ainda, o esquecimento por mais de quarenta anos deste documento considerado, na época de sua elaboração, como o "escândalo do século", que registra como o governo militar percebia os corpos indígenas e gerenciava seus territórios, bem como as políticas de memória que posteriormente contribuíram para o seu ressurgimento, especialmente no contexto da Comissão Nacional da Verdade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As Alianças e os Aliados na Segunda Guerra Mundial segundo os manuscritos do Povo Marworno

Ramiro Esdras Carneiro Batista (UNIFAP), Daniel da Silva Miranda (UEPA), Gildo Firmino Nunes (UNIFAP)

A colonização da região do escudo das guianas foi demarcada dentre fluxos e refluxos pelo clarim de diferentes máquinas de guerra euro-americanas, ao longo de cinco séculos, o que determinou a sujeição da territorialidade dos povos autóctones que inadvertidamente participaram da produção de novas fronteiras arbitrárias, engajando-se, ora como aliados, ora como inimigos dos agentes coloniais. Nesse sentido, o exercício de (re)compôr a história da invasão e colonização guianense deve partir de fontes mnemônicas e historiográficas outras, que não a interessada produção eurocêntrica. Tal possibilidade/exercício ganha novos significados quando nos deparamos com os registros da contra-história ou, se pudermos assim conceituar, de uma modalidade de antropologia-histórica reversa, tornada possível no passado e no presente pelo trabalho de uma elite de pessoas indígenas que se aplicaram e aplicam à apropriação das ferramentas de domínio cultural do colonizador – a exemplo do código alfabético – na tentativa de organizar seu mundo e seu próprio lugar na história, segundo critérios epistêmicos próprios. Aparentemente, foi a partir desse exercício de “se reassenhorear de si mesmo” e de seu lugar na história/mundo – proposição de Albert Memmi em direção ao sujeito colonizado (MEMMI, 2007, p. 177) – que os manuscritos do ancião indígena Koko Tavi (1953-2016) foram coligidos ao longo do século XX, guardando, no tempo presente, o potencial de permitir-nos o vislumbre de uma história Galibi Marworno, tida e havida em seus próprios termos, no caso de conseguir-se realizar uma tradução intercultural adequada. Na presente reflexão pretende-se, aos manuscritos indígenas, acrescentar imagens e informações coligidas sobre a Segunda Guerra Mundial no interior da antiga Guiana portuguesa – atual ente federado do Amapá –, tendo em vista que a conflagração guarda a característica de ser o conflito mais bem documentado da história global, tendo em vista o vigor documental da propaganda de guerra das nações beligerantes. Dos registros constantes do diário do escritor/memorialista indígena, nos concentraremos nas menções a segunda guerra, evento que parece ter marcado um profundo sulco na memória do Povo Marworno, nação de origem Carib, atualmente territorializada na Terra Indígena Uaçá, município de Oiapoque/Amapá/Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_328_27825952_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma Revolução feita para a fotografia

Rodolfo Junqueira Fonseca (CMD - PPGSOL / Unb)

Este artigo relata e analisa o processo de pesquisa e produção do curta-metragem Foto Revolução de Abril (2022), filme realizado pelos autores na Oficina Colaborativa de Audiovisual Brasil-Portugal: Ditaduras e Resistência(s), promovida pela FGV/CPDOC e a Fundação Mário Soares e Maria Barroso, de Portugal. Por meio de uma narrativa estabelecida na montagem entre fotografias, áudios, ruídos de arquivo e da voz off de duas entrevistas gravadas, o filme desvela os pontos de vista, sensações, vivências e memórias de dois fotógrafos portugueses, Alfredo Cunha e Mário Varela, nos dias 25 e 26 de Abril de 1974, durante a Revolução dos Cravos, em Portugal - Lisboa. Alfredo Cunha, reconhecido como o “Fotógrafo de 25 de Abril”, já era um jornalista e fotógrafo profissional em 1974, do Jornal português “O Século”. Já Mário Varela era um homem da cultura e estudante de arquitetura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Através de suas fotos realizadas em pontos de vista distintos diante dos acontecimentos, no mesmo dia e espaço urbano de Lisboa, é possível construir uma cartografia e descobrir novas miradas que revisitam o clima político e social. Um marco da história portuguesa contemporânea que completa 50 anos em 2024. Para Ronaldo Entler (2008), “desejamos que a imagem funcione como memória objetiva, explicando o momento que lhe deu origem e, enquanto não puder fazê-lo, nós a guardamos e catalogamos na esperança de que um dia ela possa entregar efetivamente aquilo que tem a dizer. Mas o que ela tem a dizer?” Ele argumenta que um documento como a fotografia oferece poucas garantias de uma compreensão e leitura precisa, pois o discurso da fotografia é poroso, permeável às intenções, usos, contextos e memórias que a confrontam. O que tem a nos dizer as imagens da Revolução dos Cravos hoje? Este artigo busca traduzir em diálogo com o filme alguns dos sentidos atuais destas imagens na porosidade dos olhares e memórias conhecidas, e outras desconhecidas. Trata-se de ver nas fotografias não apenas documentos históricos, mas novos olhares em detalhes e re-enquadramentos inéditos das imagens, isto, em diálogo com o discurso e a memória dos próprios fotógrafos. Alfredo Cunha é hoje um reconhecido fotojornalista internacional e possui imagens icônicas da Revolução e guerras ao redor do mundo. Já Mário Varella Gomes é hoje um Professor e Arqueólogo na Universidade Nova Lisboa e fotógrafo amador. Assim, este artigo busca traduzir o processo de construção e a narrativa do filme em expor e atualizar as memórias dos fotógrafos sobre suas próprias fotografias, revisitando seus pontos de vista à época, em sentimentos e vivências naqueles dias de radicais mudanças, e atualizam suas perspectivas, passados 50 anos da vida de cada um.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_051_61632946_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Preparação das pessoas frente aos eventos extremos de tempo e clima: reflexões a partir de uma pesquisa longitudinal nos desastres de São Luiz do Paraitinga e Nova Friburgo

Victor Marchezini (Cemaden)

O sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas indica a intensificação dos eventos extremos de tempo e clima, como os relacionados à temperatura e precipitação, tais como ondas de calor, secas e chuvas intensas. Esses eventos extremos, associados aos processos de intensificação da vulnerabilidade social no território, podem acarretar eventos críticos, como desastres associados a inundações e deslizamentos. Diante de um cenário de crise climática e social – acentuada pela pandemia da Covid-19 –, como desenvolver métodos e abordagens transdisciplinares que possam subsidiar a implementação de políticas públicas de preparação para eventos extremos de tempo e clima? Em busca de respostas a esta pergunta, o objetivo deste trabalho é analisar as práticas sociais de preparação frente a eventos extremos de tempo e clima. A partir de uma pesquisa longitudinal com os sobreviventes dos desastres de 2010 em São Luiz do Paraitinga(SP) e 2011 em Nova Friburgo(RJ), tem-se utilizado metodologias de pesquisa para análise das memórias sobre o evento crítico, como também de compreensão sobre os desafios de preparação frente aos futuros eventos críticos. Ao longo desta pesquisa longitudinal têm sido utilizados métodos de pesquisa social (etnografia, história oral, entrevistas, questionários e grupos focais) como também outros considerados participativos como cartografia social e maquetes interativas. A combinação desses diferentes métodos catalisou diversas formas de “falar sobre o desastre”, bem como de dialogar sobre as possíveis práticas de preparação frente a eventos críticos futuros. A pesquisa tem envolvido estudantes e professores (as) de Ensino Médio, estudantes de pós-graduação, agentes de defesa civil e representantes de organizações não-governamentais. Os estudantes de Ensino Médio têm sido envolvidos na aprendizagem de alguns desses métodos, a fim de que dialoguem com os sobreviventes dos desastres e se tornem jovens pesquisadores(as) que estudam sobre suas localidades, preparando-se para futuros desastres. Ao longo da pesquisa longitudinal é possível identificar mudanças e novos desafios no modo como as pessoas percebem e representam suas práticas de preparação frente aos desastres, sobretudo diante da emergência de novas tecnologias, redes sociais e indústria da desinformação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias no cotidiano, o passado e o presente na Universidade de Brasília

Victória Smith de Sousa Cunha Silva (UFRJ)

O objetivo deste artigo é analisar a coleção de fotomontagens feita pela estudante Gabriela Zchrotke intitulada “I walk through my memories everyday – connections 1968 – 2018”¹ a partir de uma perspectiva do surrealismo etnográfico. As análises da coleção serão feitas a partir da apresentação de conceitos relativos à fotografia, para que a partir da introdução dos conceitos possa ser possível delinear a construção do surrealismo etnográfico presente na exposição, entendendo-a como uma representação prática e teórica da justaposição, um fundamento crucial para a relação entre o surrealismo e a etnografia (Clifford, 2014). A proposta de analisar a coleção sob um viés surrealista é fundamentada justamente pela intenção do trabalho da estudante, revelar os contrastes e continuidades entre o campus da Universidade de Brasília entre 1968 e 2018, as imbricações entre o passado e o presente, e como as justaposições entre os dois períodos marcam continuidades que não são vistas a olho nu, são marcas que se fazem presentes no espaço da universidade mesmo que não sejam percebidas sem um olhar atento ao

que a universidade representa quando reconhecida enquanto um espaço de resistência à ditadura militar (1964 – 1985), a criação do contraste entre passado e presente convida à reflexão sobre a identidade da universidade (Stemmy, 2023).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_365_13792930_243299.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Guardiãs da Memória: Mulheres e Modos de Produção de Memória na Pandemia de Covid-19

Weverson Bezerra Silva (UFPB), Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Em meio a uma pandemia, na qual a doença e a morte individuais se fundem em uma experiência coletiva e traumática, os desafios se multiplicam, chamando a atenção não apenas para os aspectos sanitários, mas também para as dimensões da construção da memória. Este resumo insere-se no campo da Antropologia da Morte e da Memória, buscando compreender os processos ritualísticos em torno da morte e do luto durante a pandemia de covid-19, especificamente o modo como ocorreu (e ocorre) a produção da memória das vítimas da covid, destacando os desafios enfrentados e os recursos mobilizados por mulheres enlutadas. As perdas em massa, atreladas às normas de biossegurança que afetaram radicalmente o acompanhamento dos pacientes hospitalizados e os rituais de passagem após a morte, nomeadamente nos primeiros tempos da pandemia, são o pano de fundo inescapável sobre o qual precisamos compreender os modos específicos de produção de uma memória pandêmica por parte dessas mulheres. Ao examinar as diretrizes e protocolos que foram implementados para lidar com os impactos da pandemia na esfera funerária e de luto, torna-se possível identificar como as autoridades governamentais condicionaram a maneira como as enlutadas lidaram com a passagem, bem como como essas intervenções regulamentares podem ter moldado a experiência de morte e o processo do luto no post-mortem. Diante da ausência de despedidas coletivas, com caixões lacrados e, por vezes, em valas comuns, a produção de memória se volta a criar suportes materiais e virtuais para o luto, quer seja nas redes sociais, como é o caso do Memorial das Vítimas do Novo Coronavírus no Facebook, quer na custódia dos símbolos de materialidade ligados à pessoa perdida e, por vezes, de sua passagem pelo hospital (laudos, exames etc.), ou pela Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19 (AVICO), como também entre outras práticas. Destacamos a importância dos celulares e smartphones como novos actantes nesse processo - funcionando como única ponte entre o doente e seus familiares na hospitalização solitária, ele continua sendo uma forma de comunicação post-mortem, em conversas que se estendem até hoje. Como também os registros fotográficos, desenhos e cartas. Esclarecemos que a escolha das mulheres ("guardiãs da memória") não foi definida a priori; é antes resultado da observação em campo que ofereceu um importante recorte de gênero na produção da memória das vítimas da covid. Por fim, os resultados aqui apresentados podem alcançar um entendimento sobre práticas voltadas para a memória dos corpos mortos na pandemia, bem como sobre políticas públicas que possam assegurar ações para as enlutadas, analisando as respostas que estão sendo criadas neste momento de desafio e crise sanitária.

GT 027: Antropologias da Paisagem: Conhecimentos, Relações e Políticas Multiespécie

Paisagem é uma categoria que tradicionalmente ganhou pouco destaque nas discussões antropológicas, geralmente compreendida a partir de suas dimensões estéticas e representacionais, especialmente aquelas relacionadas ao campo visual. Recentemente, abordagens processuais das paisagens tem ganhado força a partir, por um lado, do questionamento das fronteiras entre natureza e cultura, com autores contemporâneos como Philippe Descola, Tim Ingold e Anna Tsing e, por outro lado, com abordagens que incluem a dimensão da ecologia política e do reconhecimento público de paisagens como patrimônio imaterial de povos e comunidades tradicionais. O GT discutirá as diversas possibilidades do uso do conceito de paisagem na antropologia, incluindo abordagens estéticas e processuais, dimensões visuais, sonoras ou táteis, e suas relações com outros conceitos antropológicos tais como território, terra, lugar, ambiente e patrimônio; com os debates sobre o Antropoceno/Plantationoceno/Capitaloceno; e com as perspectivas de uma etnografia multiespécie e/ou uma antropologia da vida, que excedem as socialidades humanas. São encorajadas experimentações etnográficas que se fazem em diálogos com outras disciplinas que também se utilizam da categoria paisagem, entre elas a geografia, a ecologia e as artes visuais.d

Coordenação

Pedro Castelo Branco Silveira (Fundação Joaquim Nabuco), Thiago Mota Cardoso (UFAM)

Debatedor(a)

Karine L. Narahara (UNT), Emmanuel Duarte Almada (UEMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

João Guabiraba: relações com espíritos na paisagem beiradeira do médio e alto Tapajós

Carlos Roberto Calenti Trindade (UFAM)

À margem direita do médio Tapajós, o pequeno porto leva a uma casa antiga e dali a uma trilha levemente inclinada, por onde chegamos à capela, pintada de azul contra o verde da mata ao redor. Na penumbra do seu interior, iluminados pelas chamas que brotam das latas de óleo diesel e das velas, pedaços de corpos talhados em madeira se espalham pelo chão e se escoram pelas paredes. Em um lugar privilegiado, de frente à porta de entrada, está uma estátua, a imagem do João Guabiraba, o santo a quem essa capela é dedicada, para quem são feitas todas as promessas materializadas nos objetos daquele lugar e ainda tantas outras no curso do rio. É na relação dos beiradeiros do médio e alto Tapajós com esse santo, que vou me concentrar nessa comunicação, pensando em como essa relação anima e constitui a paisagem intensamente disputada da região e é mobilizada nas lutas políticas de defesa dos territórios. Eu ouvi sobre o João Guabiraba pela primeira vez ao conversar com seu Luiz de Matos, liderança da comunidade ribeirinha de Pimental. Ele me contou que seu pai, Ernesto, havia feito uma promessa ao “espírito milagroso” para que a construção da hidrelétrica que inundaria a vila não

fosse à frente – pedido atendido e promessa paga. Segundo a história que seu Luiz contou, e que descobri ser uma entre várias, o Guabiraba foi um seringueiro da época da escravidão por dívidas. Ele ficou doente enquanto trabalhava e o patrão ordenou que seu melhor amigo o levasse até o alto de um morro e o abandonasse lá, sem qualquer assistência. Quando, muitos dias depois, o patrão permitiu que o amigo voltasse ao lugar, ele encontrou apenas os ossos do Guabiraba. Em um momento de aperto, quando o seringueiro tinha se acidentado numa caçada, a sua esposa sugeriu que ele fizesse uma promessa ao amigo morto. Assim, tendo sido curado na mesma noite, a fama do João Guabiraba se espalhou pelos beiradões do médio e alto Tapajós, onde vive até hoje. Para mim, a história desse santo emaranha temporalidades, espacialidades e socialidades na paisagem, sua própria existência um emaranhado de histórias que não se fecham numa só narrativa ou em uma entidade dada, mas que se produz e produz relações com outros continuamente. Essas relações são muitas vezes ignoradas nos cálculos que desertificam territórios (especulativa ou concretamente) para a maximização de recursos. Mas os espíritos, entre eles o João Guabiraba, são parte inextricável das disputas que se travam ali, como no caso das hidrelétricas. E, mais importante, eles mediam e produzem relações com o território. Nesse sentido, a capela, cravada em meio a uma complexa justaposição de mapas, entre parques, reservas, terras indígenas etc., é um nó de materiação dessas relações que constituem a paisagem beiradeira do médio e alto Tapajós.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_027_06744713_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia multi-especie com a paisagem no cerrado do sudoeste piauiense no município de santa Filomena.

Cristhyan Kaline Soares da Silva (UFRN)

A partir do contexto do cerrado no sudoeste piauiense, no recorte da comunidade Indígena Gamela do Vão do Vico e do povoado Matas Localizados no município de Santa Filomena a presente pesquisa etnográfica, possui como pano de fundo a antropologia da paisagem. Por paisagem entendemos um emaranhado de vidas humanas e outras que humanas e topografias que são construídas a partir de encontros e dinâmicas dos humanos e outros que humanos com o meio a sua volta. Tendo em conta que o sudoeste do Piauí, vem enfrentando uma investida do agronegócio nas últimas décadas, nos interessamos nas mudanças e permanências paisagística no contexto do cerrado piauiense habitado por povos tradicionais entre eles o povo indígena Gamela. Os indígenas Gamela vivenciam a paisagem a partir dos brejos, serras, lagoas, roçados etc. na experiência com o território há a construção de diversas formas de interação entre humanos e outros que humanos. Nossa pesquisa em andamento no doutorado de Antropologia Social na UFRN, se baseia no questionamento de como antropólogos podem apreciar paisagens diferentemente de outras áreas temáticas que veem o cerrado como bioma produtivo, como berço das águas, como impulsionador de mercado, ou apenas como bioma multiverso. Nossa proposta metodológica gira em torno do viver com as pessoas na paisagem para assim compartilhar com elas do seu modo de vida. No desenvolvimento da pesquisa estaremos atenta as escutas sensoriais, ou seja, no andamento da etnografia estaremos atentas aos cheiros, sabores, texturas sons e sensações que permeiam a experiencia de estar na

paisagem. Nos apropriamos de conceitos e reflexões de Anna Tsing (2015, 2019), Tim Ingold (2011, 2015, 2017), Davi Kopenawa (2016), Eduardo Konh (2013) entre outros autores para embasar a nossa pesquisa. Em suma a pesquisa pretende se estender a partir da antropologia, como as pessoas vivenciam seus territórios e como constroem sociabilidades multiéspecie no bioma do cerrado piauiense.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_268_65886680_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Teia de conexões: explorando a intersecção da paisagem visível e invisível no Território Taquaritiua do povo Akroá-Gamella

Deanny Stacy Sousa Lemos (UFSCAR)

Este itinerário de reflexão busca apresentar o Território Taquaritiua, um espaço rico em história e significado, onde reside o povo Akroá-gamella e uma miríade de outros seres invisíveis, localizado na vasta e diversificada paisagem da baixada maranhense. Trata-se de um cenário multifacetado e multidimensional, cujas camadas de significado transcendem a mera geografia física. Habitado por seres invisíveis conhecidos como seres encantados, bem como por outros seres relacionados à caça, este território é uma teia de conexão com vários seres. Os seres encantados, entidades que permeiam as narrativas tradicionais, são figuras ancestrais que remontam aos tempos imemoriais, quando se diz que habitavam a região antes mesmo da chegada dos seres humanos. Os encantados são presentes na vida cotidiana dos Akroá-gamella, sendo relacionados como protetores espirituais e donos do território. Suas casas, conhecidas como moradas, são consideradas locais sagrados pelos indígenas, espaços onde o mundo visível se entrelaça com o mundo invisível e nos permite conhecer essa paisagem multidimensional. Esta paisagem multifacetada e rica em diversidade biológica é de suma importância para os Akroá-gamella, pois além de abrigar os encantados e suas moradas, estabelecem uma conexão profunda entre o povo e o ambiente que os cerca, influenciando na construção desse corpo-território. Essa relação associativa se manifesta não apenas nas práticas cotidianas dos indígenas, mas também em suas estratégias políticas e de resistência no território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma corografia social do rio Paraguaçu: história, percepções e travessias.

Emili Almeida da Conceição (UESB)

Compreendendo a paisagem como um processo, um indicativo de um mundo em desenvolvimento, atravessado, proponho apresentar o modo como venho abordando a paisagem do rio Paraguaçu, através da minha pesquisa de doutorado ainda em andamento. No intuito de desenhar uma corografia social do Paraguaçu, uma das minhas escolhas metodológicas tem sido a travessia. O rio Paraguaçu é o maior rio localizado inteiramente no estado da Bahia. O curso d'água nomeia a bacia hidrográfica do Paraguaçu, que é considerada por muitos o mais importante sistema fluvial de domínio do estado da Bahia, já que, com mais de 150 afluentes é a responsável pelo abastecimento de água e 60% da população da região da Grande Salvador – capital do estado e região metropolitana - e da cidade de Feira de Santana, segunda cidade mais

populosa do estado, através da Barragem da Pedra do Cavalo. O rio vincula três biomas distintos: a mata atlântica, a caatinga e o cerrado. A presença desses três biomas se torna notória pelas alterações da vegetação, da geomorfologia e pela diversidade de modos de ocupação e uso do solo, que vai desde a presença de serras e vales da Chapada Diamantina, passa pela aridez da caatinga, pelos patrimônios materiais e históricos do recôncavo baiano, até o encontro com a Baía de Todos os Santos. Ilhas, enseadas, restingas, lagos de barragens, um leito ora largo, ora estreito e meandros são algumas das formas que aparecem na paisagem do rio. Histórias, pessoas e coisas atravessam e ocupam o leito deste rio, fabricam suas margens, limites e fronteiras, construindo encontros, fazendo laços, barrando o tempo em eventos, resistindo e negociando com o agronegócio e o hidronegócio, enquanto nos apresentam outras possibilidades de conhecimentos que mantém vidas ao longo da vinculação desses biomas. Desse modo, inspirada na paisagem como uma categoria interessante para abordagens processuais em etnografia (Silveira et al., 2021), proponho descrever e compreender diferentes sentidos construídos, ao passo que diferentes modos de existência vivem com o Paraguaçu, interagem com ele e com outras existências que o habitam, diante dos três biomas percorridos por suas águas. Para tanto, recorro a narrativas de travessias, produzidas a partir da memória e da minha inserção etnográfica, como um meio de testemunhar estes sentidos e descrever a vinculação destes biomas. Assim, esta comunicação objetiva apresentar uma visão geral da paisagem do Paraguaçu, considerando as vinculações entre os três biomas por onde ele passa, os modos de exploração e de lidar com o rio, que decorrem dessas vinculações, a partir da travessia como escolha metodológica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Santo Também Luta: cosmopolíticas dos povos de terreiro em meio às ruínas do crime da Vale em Bumadinho - MG

Emmanuel Duarte Almada (UEMG), Laura Cristina Martins Araujo (UEMG), Pedro Henrique de Jesus Assis (UEMG), Mauricio dos Santos (UFMG)

Em 25 de janeiro de 2019, o desastre sociotécnico da Mineradora Vale S.A, causado pelo rompimento das barragens I, IV e IV-A da Mina Córrego do Feijão Brumadinho (MG) atingiu 26 municípios, ocasionou 275 vítimas fatais e deixou inúmeros/as atingidos/as em toda Bacia do Rio Paraopeba. Todavia, sob véu da categoria atingido, há uma diversidade de povos, comunidades e coletivos que experimentam, também de forma diversa, os impactos dos rejeitos em seus territórios e suas vidas em comum com o rio. Dentre estes, encontram-se os Povos de Terreiro, que têm atuado de forma organizada para que as políticas de reparação considerem as vidas humanas e mais-que-humanas que habitam seus territórios e que com eles teciam suas histórias. O objetivo desta pesquisa, ainda em curso, é desenvolver uma etnografia participante junto à comissão de atingidos pelo crime da Vale automeada como Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana (PCTRAMA), com sede em Betim, a fim de evidenciar alguns conflitos que entendemos serem cosmopolíticos, em que se veem envolvidos amplos coletivos compostos por humanos, mais-que-humanos [santos, nkisis, orixás], e instâncias político-burocráticas como o Estado, Ministério Público, a Defensoria Pública de Minas Gerais e a Vale S.A, todos enredados no conflito e na luta por direitos e reparação

socioambiental gerada pelo chamado "Desastre de Brumadinho". Até o momento, realizados entrevistas com oito autoridades tradicionais de terreiros, além de caminhadas pelos territórios atingidos e participação em reuniões políticas do PCTRAMA. Os dados produzidos junto a nossos interlocutores indicam de forma evidente a participação ativa dos mais-que-humanos na luta por reparação. Orixás, pedras, plantas, águas, fungos e tantos outros seres, tratados pelas instituições de justiça e empresas como meros elementos das culturas destes povos, são evocados como sujeitos ativos da luta. Xangô, orixá da justiça, está à frente das demandas e lutas destes povos, Dandalunda (a própria água e seus seres) é celebrada em meio à morte/vida do rio e as folhas sagradas renascem e tecem a paisagem arruinada pelo rejeito. A cosmopolítica do PCTRAMA também se desdobrou na produção de um Protocolo de Consulta, uma importante ferramenta interlocução com Estado, empresas e academia e que também reafirma e denuncia violações dos direitos humanos e da natureza frequentemente silenciados em contextos de desastres sociotécnicos. A vida multiespécie, refeita em meio às ruínas do crime da Vale, ao mesmo tempo que ampliam a comunidade de viventes que lutam por reparação e justiça, evidencia outras dimensões do processo de "se tornar atingido", resultado das múltiplas formas de ser afetado por humanos e mais que humanos que habitam os terreiros.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A feminização do conceito de quilombo e as paisagens do Engenho Ilha em Suape (PE)

Irene Adryane Marciano da Silva (UFPE)

A interlocução da dimensão de raça às questões ambientais e suas consequências em escala planetária tem ganhado cada vez mais espaço nas discussões antropológicas. A partir das análises de Bispo dos Santos (2015), Moura Fagundes (2019) e Ferdinand (2022) através da denúncia da ausência de pessoas negras nos debates ambientais, também torna-se importante destacar a questão colonial frente às urgências do antropoceno. Ao colocar em primeiro plano outras epistemologias, destaca-se nesse processo os espaços dos quilombos não só como um refúgio humano e de outras espécies, mas também como um lugar privilegiado para se pensar maneiras de promoção da biodiversidade. Porém, diante das desterritorializações baseadas no racismo ambiental, promoveu-se uma forma de violência particular direcionada às mulheres que vem sendo cada vez mais denunciada (MATOS DA SILVA, 2019; DEALDINA, 2020), este é o caso do Engenho Ilha, na cidade do Cabo de Santo Agostinho (SILVA et al, 2014). Sua formação foi marcada pelo controle por meio da diferenciação fenotípica, desde o período colonial, nas relações de exploração da escravização e um contínuo avanço em busca da ampliação do desenvolvimento econômico local, marcado por sua agressiva exploração ambiental. Desse modo, as mulheres sofrem pela destruição dos espaços comuns, a limitação da circulação no território, exclusão do Estado e estratégias políticas marcadas pela invisibilidade de suas reivindicações. O objetivo deste trabalho é debater este movimento através da feminização do conceito de quilombo (ALMEIDA, 2022) e da etnografia em andamento entre as mulheres do Engenho Ilha, onde relações de responsabilidade (HARAWAY, 2023) são refletidas em suas paisagens. Formado por vários sítios e áreas comuns como a Mata do João Grande, o Areeiro, Miranda, Zumbi, Ilha dos Martins, Cajá, e outros, o Engenho Ilha tem promovido através das técnicas desenvolvidas pelas mulheres

importantes debates sobre uma noção conservacionista da natureza que tem sido apropriada pelo Complexo de Suape. Através de estratégias desenvolvidas por elas e de seus fazeres ecológicos, é possível destacar uma articulação maior que nos dá pistas para caminhos outros diante da crise socioambiental atual. Desse modo, o que podemos aprender com essas mulheres de quilombos? De que maneira suas ações produzem formas do fazer ecológico? Como elas nos mostram uma vida para além do fim do antropoceno? É a partir desta quebra de fronteiras que busca-se evidenciar suas ações contra-colonizadoras (BISPO DOS SANTOS, 2015; MATOS DA SILVA, 2019) através do aquilombamento de suas ações agroecológicas em espaços políticos de cuidado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_057_61226184_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A paisagem em Lévi-Strauss: uma estratigrafia estrutural

Jaqueline de Araújo Vieira (UFRJ), Izabela Henriques Feffer (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo apresentar a categoria paisagem sob a perspectiva de Claude Lévi-Strauss, especialmente por meio da relação do antropólogo com a geologia, área do conhecimento que muito influenciou sua obra, tendo relevante impacto em seu pensamento (GOLDMAN, 2008). Sabendo que a categoria paisagem tem sido acionada na antropologia a partir de debates contemporâneos, principalmente por estar situada entre as fronteiras da relação natureza e cultura - permitindo profícuos diálogos interdisciplinares - nossa ideia é investigar em que medida esta discussão estava presente no pensamento de Lévi-Strauss. Cabe mencionar que debates envolvendo a geologia no campo da antropologia ganharam força nos últimos anos diante de estudos do Antropoceno, o que Maniglier (2023) denomina como "virada geológica", além de perspectivas indígenas (DE LA CADENA, 2018) e quilombolas (BISPO DOS SANTOS, 2023) sobre a terra. No caso de Lévi-Strauss, a paisagem, que à primeira vista pode ser descrita como desordenada, passa a ser organizada em sentido estratigráfico, tal qual as estruturas geológicas, garantindo-lhe uma imagem inteligível (GOLDMAN, 2008), lógica de ordenação que orienta o pensamento estrutural. Partindo da análise de alguns textos do autor, especialmente da obra *Tristes Trópicos*, traremos luz à investida sobre a paisagem em diferentes momentos, realizada por meio de uma instigante descrição etnográfica. A paisagem é evocada pelo antropólogo através das cidades, florestas, viagens e até mesmo nas artes plásticas. Além disso, configura um importante elemento para formulação de sua crítica à ideia de progresso - buscaremos enfatizar no texto. Tendo em vista que a categoria em questão é polissêmica, sendo utilizada por diferentes áreas disciplinares, ressaltamos que não é nossa intenção enquadrar o uso que o autor fez da paisagem de forma unívoca, e sim dimensionar como a inseriu na antropologia. Referências: BISPO DOS SANTOS, Antonio. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023. 112 pp; DE LA CADENA, Marisol. *Natureza incomum: histórias do antrope-cego*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 95-117, abr. 2018; GOLDMAN, M. Lévi-Strauss, a ciência e outras coisas. In: Queiroz, R.C de; Freire Nobre, R. (orgs) *Lévi-Strauss. Leituras brasileiras*, p.73; LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996 [1955]; MANIGLIER, P. *Quantas Terras?*

A virada geológica na antropologia. In: Danowski, D; Viveiros de Castro, E; Saldanha, R (orgs) Os Mil Nomes de Gaia: do Antropoceno à Idade da Terra, volume 2, 2023.

Palavras chave: Lévi-Strauss, paisagem, geologia, estruturalismo

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Coletando junto: Um estudo antropológico sobre as relações entre espécies a partir da coleta do Tucumã (*Astrocaryum aculeatum*)

Lais Maria Rodrigues Oliveira (UFAM)

Estudos de Ecologia Histórica têm mostrado que a floresta amazônica, longe de um ecossistema natural, é o resultado de ações antrópicas de longa duração (Balée, 1998). Pesquisas em ecologia e botânica têm revelado que a Amazônia é um dos maiores centros de domesticação do mundo (Clement et al, 2010), apresentando quase duas centenas de espécies com algum nível de domesticação, dentre elas a mandioca (*Manihot esculenta*) e o açaí (*Euterpe oleracea*). No campo da antropologia, os estudos atuais têm mostrado que a prática da coleta é muito mais que uma simples subtração de frutos, constituindo-se num requintado processo de manejo da floresta e processamento de produtos para fins alimentares e outros (Mendes dos Santos, 2016). Estes produtos da floresta, conhecidos e manejados historicamente pelas populações amazônicas, juntamente com aqueles oriundos da agricultura familiar, estão presentes ao longo do ano nas feiras de Manaus. Durante minha trajetória como pesquisadora me vi de encontro com várias espécies, entre elas o tucumã (*Astrocaryum aculeatum*). O tucumã é o fruto da palmeira popular na região norte, existindo duas espécies do fruto mais conhecidas como o Tucumã do Amazonas ((*Astrocaryum aculeatum*)) e o Tucumã do Pará (*Astrocaryum vulgare*, Mart.), o primeiro é comum encontrá-lo nas feiras de Manaus, principalmente por ser um dos principais por ser um dos ingredientes presentes no lanche X-Caboquinho amplamente consumido no café da manhã e lanche da tarde dos habitantes de Manaus (Shanley et al., 2005). Além do consumo pelos humanos, o tucumã também é consumido pelos não-humanos, ele é fonte de alimento de animais silvestres como macaco, arara, paca, tatu e a cutia (*Dasyprocta*). Dentre esses animais a protagonista é a cutia, porque ela é responsável por dispersar o tucumã, ela costuma enterrar as sementes para procurá-las depois e ao esquecer essas sementes acabam germinando (Shanley et al., 2005). Deste modo, os humanos coletores e a cutia são espécies que se cruzam caminhos por suas vivências, principalmente quando se trata do tucumã, por esse motivo o trabalho pretende entender os modos de se relacionar entre esses seres. Pensando com Ingold (2000) sobre a questão da história dos caçadores-coletores que não está escrita nas páginas e ancorando o trabalho no conceito de socialidade de Tsing (2019) que não faz distinção entre humanos e não-humanos pois inclui ambos, este trabalho busca estreitar o foco do estudo e abordar a partir de uma etnografia da coleta do tucumã as relações entre humanos e não humanos observando os modos de construção do conhecimento e formas de se relacionar com essa espécie em que a maioria das vezes não aparecem nos estudos, levando em consideração as histórias e trajetórias desses sujeitos com o tucumã.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_955_72339076_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Diálogos multiespécies através da lente: fotografia, paisagem e coexistência na Reserva Natural da Rolinha do Planalto

Leonardo Bruno Barbosa (UFJF)

Neste estudo, exploro a intersecção entre fotografia, paisagem e relações multiespécies, tendo como cenário o município de Botumirim, Minas Gerais, Brasil. Através da narrativa de minha jornada como fotógrafo e pesquisador, acompanho o trabalho do fotógrafo e observador de aves, Manoel Freitas, mergulhando na prática da fotografia de aves como uma forma de engajamento com o território. Este trabalho é impulsionado por uma curiosidade inicial sobre a fotografia como meio de conexão com o ambiente, evoluindo para uma investigação acadêmica durante o meu doutorado. A pesquisa se ancora na teoria antropológica que vê o conhecimento como emergente dos "caminhos de vida", proposta por autores como Tim Ingold, Philippe Descola e Bruno Latour, para discutir a fotografia de aves no contexto das relações multiespécies, tendo, neste caso, referências importantes como Donna Haraway e Vinciane Despret. A descoberta da Rolinha do Planalto (*Columbina cyanopis*) em Botumirim, previamente considerada extinta, e o subsequente influxo de fotógrafos de natureza na região, fornecem um palco para observar como a fotografia atua como uma ponte entre humanos e não-humanos, revelando uma complexa teia de relações e conhecimentos. Neste contexto, discuto a dualidade entre o háptico e o óptico, conforme explorado por Deleuze e Guatarri, e como essa dualidade se manifesta na prática fotográfica. A fotografia de aves, neste sentido, não é apenas um ato óptico de captura de imagens, mas também uma experiência háptica de estar no mundo, um modo de conhecer através da imersão e do envolvimento sensorial com o ambiente e suas espécies habitantes. Através da análise dessa prática fotográfica em Botumirim, argumento que a fotografia de natureza pode ser uma ferramenta de engajamento e de construção de novos conhecimentos. As imagens capturadas não servem apenas como documentação, mas também como pontes para um entendimento mais profundo das interconexões entre seres humanos, outras espécies e o ambiente, incentivando uma reflexão sobre coexistência, conservação e as políticas multiespécies que emergem dessas relações.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_191_59816239_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Territorialidades Suruwaha: uma análise etnográfica a partir das paisagens

Lucas Timoteo de Oliveira (USP)

Este trabalho visa investigar as práticas de territorialidade dos Suruwaha, povo indígena Arawa, cujo território se localiza no sudoeste do estado do Amazonas. Os Suruwaha transitam em uma rede de caminhos, entre malocas, roçados e floresta, onde se engajam em socialidades sociocósmicas que constituem uma paisagem densamente povoada. Apesar dos deslocamentos constantes em seu território, os Suruwaha raramente ultrapassam a região de ocupação tradicional que, neste caso, coincide com os limites da Terra Indígena Zuruahã. Nesse contexto, coloca-se a seguinte questão: quais os efeitos de descrever as práticas de ocupação espacial dos Suruwaha ao tomar a paisagem como categoria analítica que busca destacar as dimensões concretas e vividas do espaço? Ao voltar o olhar para a paisagem, levando em conta a

articulação entre o modo indígena de apropriação do território com o conceito estatal de Terra Indígena, o interesse é ampliar a compreensão da relação entre os Suruwaha e o território que ocupam, o que possibilita uma apreensão de nuances das práticas territoriais e contribui para uma compreensão mais abrangente dessa relação. O objetivo é apresentar percepções etnográficas a respeito dos modos de construção e experimentação das paisagens a partir de uma etnografia dos lugares e dos modos de ocupação territorial, em que humanos (incluindo gentes estrangeiras/inimigas), plantas, animais e espíritos se movimentam e interagem em uma rede de caminhos que conecta florestas, roçados e malocas. Neste trabalho, apresento resultados preliminares de pesquisa em andamento, os quais colocam, em primeiro plano, as práticas que caracterizam uma territorialidade em transformação, num movimento de atualização das concepções e das formas de apropriação do espaço no contexto contemporâneo, em que a ocupação tradicional se articula com a Terra Indígena. Como contribuição, espera-se ampliar as perspectivas para uma investigação sobre os processos de transformação das territorialidades dos Suruwaha.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notícias do subsolo: paisagem, “taltuzas” e relacionamentos multiespécie num território rural da Costa Rica

Luis Miguel Barboza Arias (UFRGS)

Neste artigo, faço uma reflexão crítica do conceito de "paisagem" com base na incorporação de uma perspectiva multiespécie. Proponho que os agenciamentos e as capacidades performativas das vitalidades outras-que-não-humanas são aspectos relevantes no estudo das redes de relacionamentos em torno das quais os territórios de coexistência multiespécie são (re)configurados. Esta discussão continua elementos analíticos formulados em minha pesquisa de doutorado. Retomo os relacionamentos humano-taltuzas que ocorrem em um território rural da Costa Rica para construir um estudo de caso empírico. As “taltuzas” (Rodentia: Geomyidae) são roedores fossoriais. Na região norte de Cartago (província da Costa Rica), indivíduos da espécie *Heterogeomys heterodus* constroem túneis em terrenos destinados à produção de hortaliças, nos quais entram com a intenção de se alimentarem. Isso levou à sua designação como "espécie-praga" nas atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, a espécie é endêmica do país e tem uma área de distribuição limitada, o que levou à sua inclusão na lista de espécies ameaçadas ou com populações reduzidas. Neste artigo, mobilizo essa ambivalência para argumentar que "desenvolvimento", "sustentabilidade" e "progresso" são categorias antropocêntricas que precisam ser repensadas em relação às contingências e à complexidade dos mundos de vida situados. Por outro lado, as taltuzas propõem narrabilidades sobre os modos de habitar que enriquecem nossa compreensão dos "paisagens outras-que-não-humanas", e até mesmo podem nos ajudar a entender melhor a relação entre os ciclos do carbono e do nitrogênio e os solos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Contar a Terra: memória e movimento na paisagem trombetana

Luisa Gonçalves Girardi (Opi)

A comunicação coloca em cena a conexão entre lugares e pessoas entre os Kahyana, Katxuyana e Yatxkuryana, povos (-yana) da família Karib originários dos rios Trombetas (Kahu), Cachorro (Katxuru) e Jascuri (Yatxkuri), na porção norte-brasileira da Amazônia Guianense. Com atenção aos acontecimentos que constituem o início dos tempos (panano wetxitpiri), considero essa conexão para descrever as histórias multiespecíficas que fabricam a paisagem trombetana, fértil de lugares e personagens nomeados (re)lembrados por gerações sucessivas em seu incessante movimento pelo território. Aldeias antigas, cachoeiras, caminhos, montanhas e palmeirais são alguns dos condutores desta descrição: concebidos como imagens, contam sobre a continuidade, a duração e a temporalidade da paisagem – dizem, em suma, da historicidade terrena, condição da existência dos Kahyana, Katxuyana e Yatxkuryana no contexto contemporâneo. O artigo dedica-se, pois, à dinâmica mnemônica elicitada pelos movimentos vivenciados por estes povos, destacando a mutualidade que enunciados como “nós somos a terra” sustentam.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que pode a água? Materiação e socialidade mais-que-humana nas paisagens sanfranciscanas

Luiz Felipe Rocha Benites (UFRRJ)

Esta comunicação tem por finalidade examinar a materialidade ativa da água na composição da socialidade mais-que-humana que emerge nas paisagens às margens do Rio São Francisco, em sua porção norte-mineira. Inspirado na noção de materiação (mattering), cunhada por Karen Barad em sua abordagem materialista-performativa, busco pensar a capacidade agencial da água, sem separar suas dimensões semióticas e materiais, na conformação de paisagens em movimento permanente. Partindo das ideias dos habitantes do povoado de Ribanceira, comunidade ribeirinha e quilombola, situada às margens do rio São Francisco, sobre os movimentos das águas do rio e das chuvas, traço uma breve reflexão sobre o rio e seu entorno como um fenômeno em devir intra-ativo em que as fronteiras e propriedades dos componentes das paisagens sanfranciscanas vão sendo moldadas em práticas relacionais mais-que-humanas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Criar uma terra habitável: histórias de processo (e não de progresso)

Luiza de Albuquerque Leite Vieira (UFSM), José Marcos Froehlich (UFSM)

Esta comunicação apresenta recortes de minha pesquisa etnográfica conduzida durante o mestrado no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFSM. Um dos objetivos centrais da pesquisa foi observar e analisar como as práticas de cuidado moldam a formação de refúgios, influenciando na (re)configuração da habitabilidade multiespécies. O olhar desta pesquisa concentrou-se na história de duas famílias de permacultores e suas espécies companheiras, observando sua interação com a paisagem circunscrita no que hoje é a Estação de Permacultura Jerivá. Ao longo de três anos, por meio de técnicas de cuidado que provocaram perturbações lentas, muitas vezes orientadas pelas noções de design da permacultura, foi surgindo uma mancha de habitabilidade em meio a uma paisagem arruinada pela lógica da plantation. A partir de práticas de cuidado com o solo, essas histórias costuradas pela “agulha

da permacultura” mostram a importância da conexão com o processo e a indeterminação dos encontros na criação de refúgio, lugares que possibilitam a renovação da diversidade biossocial após distúrbios significativos. Estudar refúgios em tempos urgentes nos oferece não apenas referências de projetos de compor-mundo habitável; também nos ensina que criar refúgio não significa necessariamente se livrar do fracasso, ou do “colapso”, como alvitrou um dos permacultores da Estação. Por isso a esperança é “fragmentada”, estamos cercados de incertezas, porém, mais do que nunca, devemos continuar respondendo ao problema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Paisagens e Pixirica: fazendo parentescos no caminho

Maria Clara Ribeiro Moreira (UFMG), Luiza Reis do Nascimento (UFMG)

Vivemos em um mundo de ruínas, sobre escombros de muitos mundos. O arruinamento é uma constante, e habitamos as paisagens que se fazem da perturbação. O texto aborda a coexistência entre ruína e esperança no mundo contemporâneo, enfatizando a importância de construir alianças e relações de parentesco em uma escala ecológica, questionando a definição moderna que separa natureza-cultura. Ao contar a história de uma muda de Pixirica, uma planta que veio do Assentamento Terra Vista, no Sul da Bahia, e viajou por diferentes mãos até chegar ao coletivo Paisagismo de Guerrilha em Belo Horizonte. A muda foi, então, plantada em meio ao entulho num terreno de bota-fora, iniciando uma empreitada de construir, ali, uma horta comunitária. Essa jornada destaca as complexas interações entre humanos e não humanos, as suas alianças e os conflitos dos encontros nas paisagens. O texto propõe uma reflexão sobre as possibilidades de vida e sobre o fazer parentesco no contexto do capitaloceno, na urbanidade com seus ecossistemas de ruína, questionando a dicotomia entre natureza e cultura e buscando transformar imaginários a partir de uma ecologia política multiespécie.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_586_29987960_682014.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A vida multiespécie dos queijos do Marajó: Paisagens e ecologias na Amazônia

Matheus Henrique Pereira da Silva (UFSCAR)

O foco deste trabalho são as paisagens multiespecíficas que compõe a manifestação de um modo de vida e de uma natureza cultura alimentar tradicional ligado ao gado bubalino e bovino, bem como as fazendas, as pastagens nativas, aos campos e as famílias tradicionais da Ilha de Marajó na Amazônia paraense: a vida dos queijos marajoaras. A partir de uma etnografia em andamento em fazendas, dos Municípios de Soure e Cachoeira do Arari, sobre as relações multiespecíficas envolvendo a criação sistemática de animais na pecuária e as paisagens dos campos naturais busca-se seguir os emaranhados que produzem o queijo dentro de ecologias: do pasto à sala de ordenha, à sala de fabricação de queijo, à prateleira e além. O queijo do Marajó historicamente é produzido na região dos campos, onde predomina a atividade da pecuária, sendo a região composta por rios, lagos, mangues, praias e igarapés, além de vastas campinas e pastagens nativas diversas que subsidiam a atividade. A produção de queijo se restringia, inicialmente, às fazendas na microrregião do Arari desde o século XVIII, sendo feito,

originalmente, com leite bovino, o chamado queijo tipo manteiga, de produção de pequenas famílias. A partir do final da década de 1920 e início de 1930, quando da inserção da desnatadeira no processo produtivo, iniciou-se a diferenciação dos queijos. Surgia o queijo tipo creme predominante nas fazendas de Soure. Enquanto esse é mais cremoso e comum em Soure, o tipo manteiga é mais rústico e comum em Cachoeira do Arari, além de possuírem diferenças quanto ao nível de gordura, textura, produtividade e durabilidade (tempo de prateleira). A safra do leite/queijo ocorre na época de lactação a partir de maio até setembro/outubro quando as vacas estão produzindo leite com suas crias pequenas, embora a produção continue em algumas fazendas e queijarias com uma produção menor até a seca severa no veraneio. A sazonalidade impacta diretamente no ciclo do leite visto os animais dependerem das pastagens nativas para o aumento da produção de leite. O leite oriundo das fazendas é comercializado in natura nos municípios de Soure e Cachoeira do Arari através da venda em varejo, de porta e porta, nas padarias, ou ainda, para as queijarias que atuam de forma independente. Dessa maneira, ao seguir o emaranhado da vida dos queijos marajoaras é possível problematizar as paisagens marajoaras que o constituem de três modos: 1) a relação da criação com o trabalho animal, neste caso, das pastagens nativas à ordenha manual, como um modo de incorporação dos animais as paisagens; 2) a emergência dos queijos nas queijarias a partir do manejo microbiopolítico; e por fim, 3) as relações entre queijo, paisagem e sazonalidade de onde emergem modos de vida multiespecíficos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Paisagens invisíveis: espacialidade e memória no alto rio Uaupés (AM)

Pedro Rocha de Almeida e Castro (UFMG)

Nesta apresentação, vamos explorar as relações entre toponímia, narrativas míticas, benzimentos e outras formas de expressão simbólica assentadas nos lugares que compõem a paisagem da bacia do Uaupés, no noroeste do Amazonas. Os dados utilizados nesta reflexão são provenientes da pesquisa colaborativa realizada pelos povos Kotiria e Kubeo em 2016, no âmbito da elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Kotiria e Kubeo, do qual participamos como colaboradores. Dentro do largo escopo do PGTA KK, o mapeamento de lugares "sagrados", isto é, lugares com nome e com história, que figuram nos "benzimentos" e narrativas míticas destes povos, ocupou um lugar central. Foram mapeados 713 lugares nomeados, sendo 482 lugares identificados como parte do território Kotiria (67%) e 231 lugares no território Kubeo (33%). Tratam-se de marcos geográficos (como rios, igarapés, lagos, canais, praias, cachoeiras, estirões, poços, ilhas, pedras, areais, serras, chavascais, etc.) que possuem nomes próprios e contrastam com seções territoriais que não possuem nomes próprios. Vamos argumentar que a análise comparativa dos dados Kotiria e Kubeo sobre os lugares nomeados nos permite pensar em "imaginários compartilhados" ou – como preferimos colocar – em uma espacialidade comum enquanto uma dimensão simbólica que estrutura o pensamento sobre o território. Espacialidade não deve ser entendida como uma categoria vazia, fria e objetiva em oposição aos lugares enquanto uma categoria carregada de sentido. Pensamos que a espacialidade articula as formas do pensamento cultural, enquanto os lugares articulam as substâncias que expressam as noções de territórios e mundos. Logo, podemos falar de uma

espacialidade específica, no caso Kotiria e Kubeo, mas que também é compartilhada com outros povos do Alto Rio Negro e quiçá alhures. Neste contexto, pensar em termos de “paisagem” permite que se alinhe em um mesmo “plano de consistência” os diferentes níveis da experiência de humanos e não-humanos que a compõem, passando ao largo de uma divisão estanque entre natureza e cultura, que de resto seria alheia ao pensamento indígena.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Criação de paisagens e memórias multiespécies no semiárido pernambucano

Renan Martins Pereira (Universidade de São Paulo)

No sertão, ‘criação’ é o nome que se dá ao rebanho de bodes e cabras. Mas onde ‘se criam’ os bichos, também ‘se criam’ as plantas, as terras, as águas e as gentes. E por que não as paisagens e as memórias? As transformações no ecossistema da Caatinga e os efeitos da crise ecológica são debatidos de diferentes maneiras pelos sertanejos com quem faço pesquisa de campo em Floresta, município do semiárido pernambucano. Secas cada vez mais duradouras e severas; chuvas menos regulares e distribuídas; desertificação; espécies invasoras de plantas; desmatamento para produzir lenha, madeira e estradas; urbanização; construção de obras de impacto, como barragens e hidrelétricas; cercamentos de campos de uso comum; poluição, transposição e vazão de rios e riachos. Estas e outras formas de ação antrópica, ao mesmo tempo que contribuem para a transformação da mata nativa, criam paisagens e memórias multiespécies, com as quais criadores, vaqueiros, agricultores, pecuaristas e fazendeiros narram, imaginam, significam e preservam o universo ao seu redor. Dessa maneira, o regime ecológico na Caatinga será analisado nesta apresentação a partir de discursos, imagens, memórias e histórias sobre formas particulares de viver, habitar, perceber e criar a vida nesse bioma. Falar de árvores como umbuzeiros, quixabeiras, aroeiras, caraiibeiras, por exemplo, é falar de paisagens, lugares e lembranças de pessoas, famílias e acontecimentos históricos. Falar de chuvas, minas, lagoas, rios e riachos é falar de cheias, secas e das águas quando ‘sangram’ e levam ‘fatura’ para as casas sertanejas. Falar de açudes, cacimbas, barreiros e poços - assim como das ‘criações’ (caprinos), do ‘gado’ (bovino), do ‘animal’ (equinos, asininos e muares) e da ‘caça’ (preás, mocós, tatus, pebas, emas, seriemas etc.) -, é falar de paisagens centenárias de fazendas e ribeiras, com suas tecnologias e infraestruturas, com seus viventes e criaturas, que povoam as lembranças de infância e juventude, as histórias, os valores e os costumes do ‘povo antigo’. Mas como as memórias e paisagens sertanejas se tornam criações umas das outras? E quais os limites desse processo de criação à medida que as coisas e a vida se transformam radicalmente na Caatinga? Estas e outras perguntas têm o objetivo de tensionar relações estabelecidas pelo pensamento antropológico entre o passado e o presente, o tradicional e o contemporâneo, a duração e a mudança, o mito e a história, o natural e o artificial. Tais relações serão analisadas à luz da antropologia, sobretudo, em sua interlocução com os estudos multiespécies, a literatura, a ecologia e a geografia, a fim de pensar também nos rendimentos analíticos de conceitos como os de “lugar”, “habitat”, “ambiente” e “território” vigentes nesses diferentes campos de conhecimento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O que muda quando a paisagem muda?": Uma etnografia multiespécies no Dique de Cabedelo, PB

Sthevson Lourran de Melo Santos (UFPB)

Banhado pelas águas salgadas do oceano atlântico de um lado, e pelas águas doces do Rio Paraíba do outro, o Dique de Cabedelo - localizado no litoral norte paraibano no município de Cabedelo - é uma paisagem em constante movimento, desde o cenário áqueo até suas faixas de areia. Se constituindo como um dos cartões postais da Paraíba, o dique é um espaço de lazer e sociabilidade, de encontros e desencontros. É também uma paisagem em que se desenha um grande tráfego de embarcações aduaneiras, que perpassam as águas doces até o Porto de Cabedelo, seguindo o oceano Atlântico. Com uma história marcada pela caça às baleias no século XX, o dique se demarcou como atrativo para a pesca, seja ela legal (ou não), seja esportiva (ou não). Tendo em vista que a dimensão do atrativo pesqueiro é uma constante presente no local, percebe-se uma relação de simbiose, nutrida pelo envolvimento não apenas do pescador e do pescado, mas também de outras vidas, como os botos e as gaivotas e os pequenos vórtices que se formam nessa interdependência com os que estão no solo, no mar, e nos céus. No entanto, desde 2020 uma construção em grande escala circunda as adjacências do dique. E, a partir de 2021, foi divulgado que trata-se da construção de uma orla para expandir o turismo local. À luz de uma etnografia multiespécies (Kirksey, Helmreich, 2020) e do desenho como artefato de análise etnográfica (Azevedo, 2016), este trabalho analisa as nuances de tais reformas e seus impactos nas dinâmicas das relações e socialidades dos seres que transitam e habitam o dique, sejam eles humanos ou não humanos. Também busco desenvolver a ideia de ondas de concreto como conceito chave para análise que permite entender a troca da terra pelo cimento e, com isso, o esquecimento da mata e da areia. Trago como questionamento: o que muda quando a paisagem muda? E para buscar responder a essa indagação, atento para as temporalidades e os ritmos dos sujeitos humanos e não humanos que de algum modo experienciam os eventos que ocorrem no dique.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando a maré desce: enmaranhados e correspondências na paisagem marinho costeira do arquipélago de Chiloé (Chile).

Valentina Cortinez (UFSC)

O trabalho traz uma descrição das relações e atores, humanos e mais que humanos, que compunham a paisagem costeira marinho da região de Chiloé antes da entrada da grande indústria do salmão no mar interior do arquipélago. Em particular, o trabalho apresenta o "Pilcán" instancia específica dos modos de vida do arquipélago de Chiloé que refere tanto o fenômeno das maiores e mais baixas marés quanto às várias relações, práticas e técnicas que eram ativadas a partir do movimento do mar. O trabalho se fundamenta no material etnográfico recolhido entre novembro do ano 2021 e janeiro do ano 2022 entre comunidades indígenas Mapuche-Williche do sul do arquipélago de Chiloé, na patagônia chilena, região fortemente atingida pela apropriação privada de espaços e recursos marinhos por grandes indústrias aquícolas. Inspirada nas discussões e conceitos que ampliam a noção de ambiente e o definem como um espaço eminentemente relacional (Bateson, Gibson, Ingold, Tsing), o trabalho

descreve as varias relações, conhecimentos, praticas e técnicas que eram ativadas e atualizadas com ocasião da recolhida do mar, bem como a relevancia que tinha dito fenomeno na organização da vida cotidiana das comunidades. A densa trama de relações entre humanos junto a elementos não humanos nessa instancia especifica, bem como a insistencia dessa lembrança nas conversações com as pessoas, faz refletir sobre o quanto é espuria a distinção entre fenomenos naturais e sociais no cotidiano das populações tradicionais. Igualmente, o trabalho interpela para avançar a uma melhor compreensão do que está em jogo – eticamente, politicamente e epistemologicamente – quando se promove um modelo de exploração do mar que simplifica as relações que sustentam essa paisagem aos códigos que orientam o mundo do mercado e das mercadorias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre poluições e memórias: as narrativas em torno do rio Ipojuca

Yvisson Martins Gonçalves de Lima Sabino (FACEPE)

Em tempos de negação do comitê das Ciências Geológicas para decretar a nova era denominada antropoceno, é possível percebermos cada vez mais o sobreaquecimento, as mudanças aceleradas e drásticas que perturbam as paisagens do planeta. A presente pesquisa, de caráter inicial, não pretende focar em contextos internacionais de crise ambiental, mas o toma enquanto plano de fundo, redimensionando o foco para um problema local que irrompe no território pernambucano, o Rio Ipojuca, considerado o terceiro rio mais poluído do Brasil, segundo o IBGE (2010). Devido à sua larga extensão que atravessa mais de onze cidades, faço o recorte geográfico na cidade de Caruaru, que para além do turismo, contém nas suas águas uma quantidade massiva de resíduos químicos e toneladas de lixo. Afetando não somente os humanos, mas também as plantas e os animais (Ver ALYNE COSTA, 2015), a poluição das infraestruturas atuantes na cidade, se ramifica e deixa os rastros da destruição que prejudica a população local. Assim sendo, busco, através do fazer etnográfico, compreender as realidades dos seres humanos e não humanos, as ontologias (Ver KOHN, 2015), entre o discurso científico e dos moradores, em torno do rio Ipojuca. Por meio disso, podemos constatar lembranças de um tempo que ecoa nas memórias das pessoas – atividades de pesca, lazer, doenças, bem como investigar as atuais relações e práticas permeadas de saudosismo e dos desmontes ontológicos. Desse modo, quais narrativas estão sendo construídas a partir desse problema ambiental? É possível falarmos de ontologia política (ESCOBAR 2015)? De “mal entendidos produtivos”? (Ver BRUCE ALBERT, 1995). A visão de Tsing (2020) para o antropoceno é de um fragmento, uma mancha que deixa a sua marca na paisagem, como os subúrbios, por exemplo. O pesquisador deverá estar atento na sua contribuição etnográfica, não somente interessado em acrescentar detalhes pormenores naquilo que já foi estabelecido, até por outras ciências como as da área da natureza, mas de “refazer” o que entendemos do antropoceno. Desse modo, provocamos uma abertura para a compreensão das desigualdades existentes no campo, em que a justiça social não deverá ser desentrelaçada na nossa análise (TSING, 2020).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_783_57025297_682014.pdf

GT 028: Antropologias e Deficiência: etnografias disruptivas e perspectivas analíticas contemporâneas

O campo de estudos da deficiência tem se consolidado na Antropologia a partir de diferentes abordagens teóricas e epistemológicas, oferecendo ao fazer antropológico uma perspectiva analítica crítica e disruptiva que se estende da teoria à técnica, da ética à metodologia. Tais contribuições apontam para diferentes corporeidades, linguagens, temporalidades e sensorialidades das experiências da deficiência, assim como intersecções com outros marcadores sociais da diferença, com políticas públicas e acesso a direitos; com a acessibilidade e inclusão; com domínios tecnológicos, políticos e de cuidado; com campos da saúde e doença, entre outras. Prosseguindo com os debates em edições anteriores, este GT visa reunir pesquisas, em andamento ou concluídas, de abordagens antropológicas variadas mediante as questões norteadoras: Em que consiste as experiências da deficiência? Como é possível pesquisar sobre suas corporeidades? De que maneira a antropologia e sua epistemologia tem sido reinventada a partir das etnografias da deficiência? Assim, esperamos contribuições sobre: articulações entre deficiência e demais marcadores sociais da diferença; analíticas e teorias dos Estudos da Deficiência, da Teoria Crip e vertentes associadas, como os estudos feministas e decoloniais; (des)articulações entre deficiência e saúde, com especial atenção aos debates sobre epidemias e pandemias; disputas de fronteira no campo da deficiência, à exemplo dos autismos, surdez, cronicidades, dentre outras

Coordenação

Julian Simões Cruz de Oliveira (UFPR), Eudenia Magalhães Barros (UECE)

Debatedor(a)

Anahí Guedes de Mello (Anis - Instituto de Bioética), Helena Moura Fietz (Louisiana State University), Pedro Lopes (UFABC)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O autismo por relatos: o compartilhamento de experiências no diagnóstico tardio de adultos autistas

Ange Machado Muniz Vieira (UFAL)

O autismo há muitos anos é visto como uma “condição infantil” (Caitité, 2017) e, apesar do conhecimento investido, é importante destacar que o repertório subjetivo dos profissionais – dentro e fora do campo da saúde – é orientado para identificação do autismo em um determinado perfil de sujeito, sobretudo meninos brancos e cisgênero. Entretanto, muitos autistas – principalmente os que fogem ao estereótipo acima mencionado – são diagnosticados tardiamente, já adultos. É comum que, durante a vida, aprendam a mascarar suas características mais “autísticas”, em busca de uma inclusão postíça entre “neurotípicos”. Esse artigo se dedica a explorar de onde vem a suspeita do autismo para essa pessoa adulta, e o que faz com que pessoas negras, mulheres, transgêneras se perguntem: “é possível que eu seja autista?” A hipótese do trabalho é que relatos de experiências vividas, histórias, fofocas –compartilhadas

através de redes sociais e conversas informais – são um grande motivador dessa suspeita e das investigações na idade adulta. Para além da “lista de sintomas” do DSM-5 ou do CID-11, é através da conexão com pessoas autistas, suas histórias e experiências, que possibilita uma identificação e, então, a suspeita, que levaria à procura pela investigação do autismo. Nicolau e Assis (2023) articulam que, da mesma forma que culturas e identidades foram oprimidas e apagadas, pessoas autistas são escondidas e excluídas numa sociedade capacitista, e que a única maneira de descolonizar o autismo é entendê-lo como identidade social e deficiência, mas também incentivar, dar voz e ouvidos às perspectivas autistas. Não há descolonização do autismo sem protagonismo autista. Dessa forma, o presente trabalho busca a autoetnografia de uma pessoa autista, branca e não binária, numa linguagem diferente da usual para pesquisas e textos acadêmicos: os quadrinhos. Por permitir uma “conversa” com o leitor, os quadrinhos configuram um meio de comunicação especialmente eficaz não apenas para produzir conhecimento a partir de um protagonismo autista, mas também aumentar a capilaridade e impacto desse conhecimento. Pretende-se, então, contribuir para a descolonização do autismo através do compartilhamento da experiência de autistas com seu diagnóstico tardio.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_859_47891179_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O olho que a Michelle Bolsonaro colocou no bolso": reflexões sobre visão monocular e espetacularização da deficiência visual no Brasil

Ceres Karam Brum (UFSM)

O trabalho objetiva efetuar um conjunto de reflexões sobre deficiência visual no Brasil, entre 2019 e 2023. O recorte temporal coincide com a polêmica suscitada pelo Projeto de Lei 1615/2019 a respeito do reconhecimento da visão monocular como deficiência visual e a promulgação da Lei nº 14.126 e do Decreto Lei nº 10.654, de 22 de março de 2021, que a instituem como tal. O período coincide com a investigação sobre percepção visual que realizei no mesmo período. A escrita deste texto coloca em diálogo a autoetnografia e a autobiografia. A autora é deficiente visual com nistagmo e visão monocular e pretende explorar, ao longo do artigo, o embate entre as políticas públicas cristalizadas na legislação e na perícia biopsicossocial e as subjetividades envolvidas nos processos de reconhecimento e de aceitação da deficiência, bem como estigmas que encerra. A utilização dos polêmicos vídeos de Michele Bolsonaro e Amália Barros têm por objetivo analisar posturas populistas e demagógicas no tocante à deficiência no Brasil e sua espetacularização como estratégia política. Objetiva igualmente dialogar com a autobiografia de Amália Barros – o livro *Se enxerga* - como contraponto para analisar o cenário do reconhecimento da visão monocular como deficiência visual no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_742_51018608_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Performances linguísticas heterogêneas na surdez: tensões entre o português e a libras

Cesar Augusto de Assis Silva (NAU-USP / Cebrap)

A língua brasileira de sinais (libras) foi reconhecida pela lei federal 10.436 de 24/02/2002. Desde então, desenhou-se uma política na educação e na garantia de acessibilidade no espaço público em que a libras é compreendida com a primeira língua dos surdos (língua própria e devida) e o português na sua modalidade escrita é a segunda língua (sendo esta naturalmente dos ouvintes). Os sinais que durante todo o século XX estiveram numa posição marginal, muitas vezes proibitiva, tornaram-se meio legítimo de comunicação, língua para todos os efeitos. Como surdos e ouvintes partilham os mesmos territórios, geralmente estão em situação cotidiana de interlíngua e são mais ou menos bilingues com graus heterogêneos nas duas línguas (os pertencentes dessa rede), há um fenômeno sociolinguístico de fronteira que carece de descrição: a tensão que se estabelece entre a língua de sinais e a língua oral nacional. A intenção deste trabalho é analisar os contextos históricos e situacionais de valorização e precificação das duas entidades linguísticas presumidas: o português e a libras. Além disso, cabe entender as relações de sobreposição entre elas na expressão do português sinalizado, performance linguística outrora valorizada nos anos 1980, e ilegítima e desprestigiada após 2002. Serão analisadas também as relações de empréstimo de uma língua para a outra (contaminação) advindas pelo alfabeto manual e de oposição ao português na construção da natureza da libras (sua própria gramática). Cabe considerar também as posições anormativas de certos sujeitos: surdos oralizados ou falantes de português sinalizado. A intenção aqui é compreender a lógica social (sociológica) de valorização e precificação de performances e sujeitos e a definição de fronteiras estáveis entre português, português sinalizado e a libras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_486_30021971_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que gestualidades e visualidades ensinam: reflexões sobre uma etnografia em ambientes educacionais bilíngues com surdos

Cibele Barbalho Assensio (UNIFESP)

O que a antropologia aprende ao analisar gestualidades e visualidades que se desenvolvem entre pessoas surdas e com pessoas falantes de uma modalidade gestual-visual de comunicação, normatizada sob a forma da Língua Brasileira de Sinais (Libras)? Este trabalho propõe uma imersão em ambientes educacionais caracterizados pela gestualidade e visualidade vinculada à surdez e busca explicitar, então, reflexões decorrentes dos esquemas de percepção acerca das corporeidades descritas, tanto minhas quanto dos/das minhas interlocutoras. Ao longo de uma pesquisa nossos esquemas de percepção não são sempre os mesmos. Posicionados e localizados, eles são potencial conhecimento, assim como os aprendizados corporais nossos e dos nossos interlocutores são capazes de acessar perspectivas acerca do humano, das suas potencialidades de sentido e de comunicação. Para melhor situar o lugar de onde analiso, cabe dizer que ao longo da minha trajetória acadêmica e de pesquisa com surdos usuários de Libras, entre os períodos de iniciação científica, mestrado e doutorado, obtive experiências como professora em escolas especificamente de atendimento a pessoas surdas e obtive experiências também com pessoas não-surdas que se propuseram a aprender a Libras, enquanto eu ia aprendendo a Libras e em momentos mais recentes também ensinando essa língua, além de que ia lidando mais amplamente com a visualidade e a gestualidade que caracteriza o universo da

surdez de variadas formas. Depois de passar por algumas instituições e por essas experiências, percebo a gestualidade e visualidade que pesquiso como algo mais naturalizado no meu corpo e procuro questionar que possibilidades reflexivas se extraem daí. Assim, a presente proposta tem, sobretudo, enfoque metodológico e procura dialogar com questões epistêmicas que têm sido desenvolvidas no campo de estudo da deficiência, as quais considero enriquecedoras para o conhecimento antropológico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_013_50675246_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia sobre violência contra mulheres deficias

Eliene Berto (ICS UFAL)

Os estudos sobre deficiência, no Brasil, têm tido avanços significativos no campo antropológico. A contribuição da antropologia, vem dando visibilidade para que contornos específicos sobre corpos de pessoas deficias sejam evidenciados, questionados e enfrentados. Dentro dessas especificidades, há as experiências das mulheres deficias, que são marcadas por trajetórias e percursos de vidas atravessadas pelas intersecções do capacitismo e da desigualdade de gênero. Contudo, o aprofundamento das análises dessas interseccionalidades, revelam a urgência de pautar a violência contra mulheres deficias. A partir do método etnográfico, desenvolvo ferramentas para dar notoriedade às narrativas de nós, mulheres deficias, do estado de Alagoas. Propondo questionar quais os impactos dessas violências, bem como compreender como essas intersecções se tornam nocivas a corpos específicos. Tenho como hipótese que o ponto de vista biomédico, ao definir e estabelecer a leitura social de que as pessoas com deficiência são hierarquicamente inferiores, incapazes, anormais, desumanizando nossos corpos, ao mesmo tempo em que nega nossa autonomia, desejos, anseios, necessidades de socialização e respeito. A invisibilização dessas violências prejudica o desenvolvimento de políticas públicas que abordem de maneira integrada o capacitismo e a violência de gênero. Torna-se crucial discutir as particularidades das mulheres com deficiência e promover a produção de dados empíricos, partindo da premissa de que, em geral, estamos mais suscetíveis à abrangentes violências, devido à dupla vulnerabilidade fomentada pelo capacitismo e pelo patriarcado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_923_12176678_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Exercício de [des]articulações entre deficiências e corporalidades gordas

Fernanda Jorge Maciel (Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais), Maria Luisa Jimenez Jimenez (PUC MINAS), Will Paranhos (UERJ)

Nos encontramos para pensar sobre a falta de legitimação das corporalidades gordas no Brasil para o direito à acessibilidade. Foi um exercício que emergiu de incômodos pessoais, os quais tínhamos urgência em discutir. “Talvez o corpo gordo seja como quando a Fernanda está sentada” foi uma sentença que ganhou vida a partir das difrações de Malu Jimenez em nosso encontro. Gordas maior, ao se sentir, de algum modo, numa condição semelhante à de Fernanda,



uma mulher com deficiência física e que usa duas muletas canadenses para andar, Malu criou tal analogia. Fernanda - assim como Will - quando sentada, vista por uma câmera ou mesmo pessoalmente, não aparenta ter nenhuma deficiência, cumprindo, ainda que não intencionalmente, com os pressupostos da normalidade física. Ao levantar e andar, Fernanda passa a ter seus direitos de acessibilidade compreendidos e garantidos, ainda que não na totalidade. Apesar de estarem no estatuto da pessoa com deficiência como tendo mobilidade reduzida, e apesar de serem consideradas “incapazes” pela sociedade capitalista neoliberal, pessoas gordas têm estes direitos negados. Começamos a problematizar as possíveis disputas de fronteira com o campo da deficiência, sobretudo acerca das imagens sociais que se constituem em torno de corpos gordos, com deficiência e com mobilidade reduzida. Questionamentos emergiram: as pessoas percebem que um corpo gordo enfrenta barreiras de acessibilidade em nossa sociedade normativa, acarretando sua exclusão? As pessoas gordas sabem que estão contempladas no estatuto da pessoa com deficiência? Pessoas gordas acessam políticas públicas de acessibilidade? Pessoas consideradas doentes “obesas” estão em um não lugar como experiência no mundo? A gordofobia nega acessibilidade às pessoas gordas maiores? O que faz uma pessoa ser considerada, aos olhos da sociedade, uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida? Foi a partir deste cenário que surgiu a ideia de propormos este trabalho, o qual preocupa-se muito menos em dar respostas e muito mais em tornar-se um exercício difrativo que parte das aproximações e distanciamentos entre o que significa ser uma pessoa com deficiência, com mobilidade reduzida e gorda maior. Nas interseções dos marcadores sociais da diferença - lidos numa perspectiva categorial, importante quando das políticas de reconhecimento - partimos das abordagens analíticas e teóricas dos Estudos críticos da Deficiência, da Teoria Crip, dos estudos feministas de[contra]coloniais e das teorizações cuir, na tentativa - e sempre tentativa - de (des)articular deficiência e saúde, evidenciando as desigualdades estruturais e os desafios enfrentados pelas pessoas gordas maiores, que não conseguem acessar políticas públicas de acessibilidade, mesmo quando há legitimidade jurídica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A experiência discente em música a partir da perspectiva de pessoas com deficiência: uma proposta etnográfica.

Gabriel Barth da Silva (UFPR)

A presente proposta de apresentação centra-se em fomentar um debate sobre os caminhos epistemológicos e teóricos que estruturam o atual projeto de tese de doutoramento que estou desenvolvendo, que possui como objetivo investigar as experiências de pessoas com deficiência em um curso de Música no ensino superior público na cidade de Curitiba-PR. Com o trabalho, busco compreender o alcance e os limites que envolvem o trabalho na atividade musical dessas pessoas, que compõem uma população que é percebida enquanto incapaz, contemplando os motivos e os sentidos que estão relacionados com a escolha de ocupar e vivenciar a educação formal na Música, e como a relação com esse espaço modifica ou não as práticas musicais em outros espaços no cotidiano dessas pessoas. Para isso, busco entender como, na experiência dessas pessoas, os marcadores de diferença de gênero e deficiência

atravessam a sua relação com a música, sendo a partir da própria leitura das pessoas sobre sua relação com os objetos musicais até na observação das interações sociais que se dão no contexto formal e informal. O projeto se insere na perspectiva da deficiência a partir do modelo social (Oliver, 1983) acompanhado por uma leitura de como o eixo de diferenciação de gênero pode reconfigurar esse modelo (Diniz, 2007). Para me inspirar e sensibilizar meu olhar sobre os fenômenos que envolvem as interações desses eixos de diferenciação no contexto da música, parto de leituras de música e deficiência (Lubet, 2011), música e gênero (Nogueira e Rosa, 2015) e da própria interação entre gênero e deficiência (Garland-Thompson, 2005). Pretendo, com isso, perceber como nesse contexto da prática musical os eixos de gênero e deficiência se interagem no ensino superior e fora dele, propondo uma etnografia multissituada (Marcus, 1995) a partir de uma observação participante (Whyte, 2005) para perceber como esses eixos são experienciados em diferentes contextos. Com a apresentação, espero poder fomentar debates de técnicas, métodos, epistemologias e da mobilização de diversos arcabouços teóricos para promover uma investigação que possa contemplar, com a sensibilidade e a seriedade necessária, a experiência de pessoas com deficiência no campo de estudo formal da Música.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Capacitismo e mercado de trabalho: Olhar de dentro e olhar de fora

Ítalo Cássio de Assis (UFMG)

Este artigo propõe examinar a reprodução das desigualdades, discriminação e do preconceito no local de trabalho por meio de entrevistas em profundidade com pessoas com deficiência (PcD) adquirida, ou seja, pessoas que se tornaram pessoas com deficiência em algum momento da vida. O foco deste artigo é demonstrar uma perspectiva “de fora para dentro” (Collins 1986) sobre o “capacitismo”. Grande parte das PcDs retornam ao mercado de trabalho após se tornarem PcD devido a política de inserção adotada e incentivada pela previdência social brasileira (Lei nº 8.213/91). O argumento de que as experiências anteriores (sendo PsD) somadas às novas experiências (agora PcD) possam tornar visíveis as bases das disparidades capacitistas no local de trabalho e ajudar a iluminar como as desvantagens estruturais (sendo elas existentes) para as PcDs são reproduzidas nas interações no local de trabalho. Como as PcDs veem as desvantagens e vantagens (sendo elas existentes) e em que medida o gênero, raça e tipo de deficiência influenciam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_395_95944659_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Decolonizando epistemologias: o papel do coletivo Acessibilíndigena no fortalecimento dos estudos da deficiência no sul global

Júlia Vilela Garcia (UNB)

Estima-se que, no Brasil, mais de 15 mil indígenas possuem algum tipo grave de deficiência (SÁ; ARMIATO, 2020). Embora os povos indígenas representem apenas 0,83% da população do país (IBGE, 2022), a incidência de determinados tipos de deficiência entre os originários chega a ser maior do que a média nacional a depender da região observada (SÁ; ARMIATO,

2020). Contudo, não só a deficiência nos/dos corpos indígenas tem ocupado pouco espaço nas pautas de pesquisa e de políticas públicas, como os próprios estudos e políticas acerca da deficiência têm sido fortemente dominados pelo Norte global, corroborando ainda mais para a marginalização desses povos. A agenda da deficiência no Brasil e no mundo deriva, portanto, de estudos construídos sem referência às experiências do Sul, culminando em estratégias universais ao passo que excludentes. Tal abordagem constitui uma espécie de colonialismo acadêmico que desconsidera as especificidades do Sul global (MEEKOSHA, 2011). Posto que os discursos hegemônicos sobre a deficiência continuam invisibilizando e impondo normativas sobre os diversos corpos e vivências, uma abordagem crítica da deficiência a partir de narrativas sul-globalistas revela uma desobediência epistêmica, isto é, uma atitude decolonial que desafia o lócus eurocêntrico da epistemologia e propõe novas referências na produção dos estudos da deficiência (SANTOS; JANSSEN, 2018). Nesse sentido, considerando também os conceitos de “colonialidade” (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2017) e “interculturalidade” (WALSH, 2019), este trabalho visa reforçar a importância dos estudos críticos da deficiência desde o Sul global e a práxis do movimento decolonial da deficiência a partir da etnografia das ações e pautas do coletivo Acessibilíndigena, criado em 2022. Esse coletivo – primeiro movimento de indígenas com deficiência do/no Brasil – tem dialogado com autoridades governamentais, pesquisadores e população civil sobre a deficiência nos corpos originários e as suas especificidades diante das políticas públicas e dos Direitos Humanos, contribuindo, assim, com uma perspectiva própria na construção dos estudos e do pensamento decolonial e intercultural da deficiência. Dado que a deficiência no âmbito do Sul global é tida, para além da questão identitária, como “uma linguagem a partir da qual se pode nomear a pobreza, a desigualdade racial (econômica e espacial) e as condições de saúde e doença” (LOPES, 2019, p. 11-12), notou-se que o movimento de indígenas com deficiência é peça fundamental na construção de novas epistemologias ao trazer à tona demandas, agências e olhares outros que não os do Norte global, confrontando, assim, a universalidade do conhecimento e as políticas públicas vigentes sobre a deficiência.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_353_90689439_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

IDENTIDADES: Relações cotidianas em escolas e no mercado de trabalho entre pessoas com e sem deficiência

Lais Griebeler Hendges (UFSC)

Neste artigo, são discutidas as identidades e as relações entre as pessoas com e sem deficiências, principalmente na escola e no trabalho, no Brasil. A justificativa é a importância de pensar as relações sociais e a inclusão das pessoas com deficiência na educação e no mercado de trabalho de forma que elas acessem os mesmos espaços que as pessoas sem deficiência. Ao longo da história do Brasil, sobre as pessoas com deficiência foram elaboradas diferentes legislações e/ou foram realizadas diferentes práticas culturais: por um lado, algumas criminalizavam, ou abominavam e escondiam a sua existência; e por outro lado, há políticas públicas e práticas culturais que asseguram a sua humanidade. Atualmente, o acesso às escolas e ao mercado de trabalho prevê a inclusão das pessoas com deficiência nos mesmos espaços ocupados por

peças sem deficiência. Neste contexto, pensar as identidades possibilita compreender como se dão as relações de sociabilidade nesses ambientes. O conceito chave é o de identidade, pensado a partir dos postulados da Antropologia. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica e a análise de Leis, tais como: a Lei Nº 4.169/1962, a Lei nº 10.436/2002 e a Lei Nº 13.146/2015. Como resultados, é possível evidenciar uma inserção cada vez maior das pessoas com deficiência nos diversos espaços de sociabilidade, no entanto, ainda há práticas de discriminação, realizadas majoritariamente por pessoas sem deficiência.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_394_23168974_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Família, gênero e emoções: redefinições após o diagnóstico de autismo de uma criança

Marcos Paulo Magalhães de Figueiredo (UNICAMP)

O autismo é caracterizado pelo saber biomédico como um transtorno ligado ao neurodesenvolvimento. Em um curto período histórico, desde o início do século XX, o transtorno do espectro autista (TEA) passou por classificações e reclassificações nosológicas. A título de exemplificação, a versão mais atual do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM -5) excluiu a categoria síndrome de Asperger. Tal categoria, a grosso modo, foi aglutinada à classificação mais ampla do espectro autista. A forma como ordenamento jurídico brasileiro enxerga o TEA também passou por mudanças. Desde o advento da Lei Nº 12.764 – Berenice Piana - de 2012, o autismo é tido como deficiência. Todavia, essas constantes reclassificações não surgiram num vácuo temporal e político. Há toda uma miríade de pessoas autistas e das famílias de crianças com autismo no impulsionar de tais mudanças. Existe a máxima de que toda pesquisa, em algum grau, esta relacionada com a subjetividade da pessoa que pesquisa. Este trabalho, com toda certeza, não é uma exceção. No ano 2022, uma de minhas sobrinhas foi diagnosticada com autismo. A partir de seu diagnóstico que comecei a procurar leituras acerca do TEA, bem como, estabelecer contato com profissionais da psicologia, com mães e outros familiares de crianças autistas. Foi no entrelaçar da literatura na ciência social e/ou etnográfica em conjunto das andanças com minha sobrinha a tiracolo que formulei o projeto de pesquisa intitulado “Os filhos que queremos: família, relações de gênero e emoções entre mulheres com crianças diagnosticadas com autismo”. Nesta comunicação oral, o objetivo é descrever e analisar três cenas das incursões exploratórias realizadas. A primeira cena é referente ao estranhamento com minha sobrinha, bem como, os desdobramentos iniciais pós diagnóstico de autismo. Já na segunda, serão narrados os contatos iniciais que tive com mães de crianças autistas próximas a mim. A terceira, por sua vez, tem como palco as salas de espera nos consultórios médicos e psicológicos do itinerário terapêutico da minha sobrinha. A partir destas três cenas, apresentarei quais os primeiros elementos, a partir de minha experiência e da literatura sobre autismo na antropologia, que apontam a importância de se olhar para a redefinição dos arranjos familiares e das relações de gênero após o diagnóstico de autismo em uma criança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_812_34343886_824437.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desfiguração com agentes químicos: sobre a debilitação de corpos e a criação de deficiências

María Elvira Díaz Benítez (PPGAS)

Este trabalho apresenta reflexões sobre experiências de agressão realizadas com agentes químicos, comumente chamados de ácidos, sobre corpos que ficam com desfigurações, especialmente no rosto, tórax e extremidades, e passam a sofrer deficiências de mobilidade, visão, audição, fala, respiração ou exposição ao sol, entre as mais comuns. O trabalho de campo vem sendo feito desde 2019 em Bogotá (Colômbia) entre pessoas, majoritariamente mulheres, que viveram ataques com agentes químicos e passam atualmente por longos processos de recuperação via cirurgias, fisioterapias, psicoterapias e intervenções funcionais/estéticas. Colômbia chegou a ser considerado em 2012 o primeiro país do mundo em apresentar incidências de ataques com ácidos, o que tem gerado diversas legislações para o controle dos mesmos, rotas de atendimento em saúde para as vítimas e organizações de prestação de assistência, varias das quais geridas pelas sobreviventes, como chamam a si mesmas. O meu intuito é refletir sobre a violência e a afetação do corpo violentado nos níveis da desfiguração, o adoecimento e o comprometimento das capacidades funcionais. Violência será desdobrada em noções como mutilação, entendendo-a como uma técnica específica que tem como efeitos a debilitação de corpos (Puar, 2017), o rebaixamento moral, ou como já tenho defendido, a monstrificação do outro (Díaz Benítez, 2021). Em resumo, proponho pensar as relações entre as categorias trauma, humilhação, debilitação e deficiência, refletindo também sobre os efeitos subjetivos, as transformações nas vidas após o ataque e os engajamentos realizados para o refazimento de si.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas antropológicas sobre o encontro entre deficiência e câncer de mama: a mastectomia e as disputas por direitos sociais

Nathália Caroline Dias (PPGAS-MN/UFRJ)

Este trabalho tem como proposta somar-se aos debates antropológicos sobre deficiência através de perspectivas teórico-analíticas pautadas pelas experiências de saúde-doença do câncer de mama, sublinhando outras percepções e significados da deficiência a partir da mastectomia. Provocado pela multiplicação desordenada de células anormais na(s) mama(s), este tipo de câncer destaca-se por sua preponderante incidência e mortalidade entre as mulheres. Ainda que também acometa homens cisgêneros, dados no Instituto Nacional de Câncer apontam que estes representam somente 1% do total de casos da doença no Brasil. Podendo se manifestar de modos diversos e resultar em terapêuticas singulares de acordo com cada experiência, um de seus principais tratamentos compreende a cirurgia de retirada parcial ou total da(s) mama(s) – mastectomia. Ressalta-se que a reconstrução mamária é garantida pelo Sistema Único de Saúde desde 2013, através da Lei nº 12.802, podendo acontecer no decurso do mesmo procedimento cirúrgico da mastectomia ou em outro momento, segundo recomendação médica e/ou escolha das mulheres afetadas. Uma vez que em alguns casos a reconstrução da mama não se confirma possível devido a quadros médicos particulares e/ou as próprias mulheres decidem não passar por esta cirurgia, elas se veem diante de uma série de implicações subjetivas, sociais e políticas



da ausência de uma parte que até então compunha seu todo biológico e biográfico. Logo, a mastectomia é apreendida e analisada como um processo ritual a partir do qual as percepções corporais e os significados sociais relacionados ao câncer de mama podem ser deslocados. Tal deslocamento, tanto em termos simbólicos quanto político-legais, reflete-se na demanda por políticas públicas e direitos das mulheres que vivenciam “deformidades recorrentes do tratamento oncológico” em seus corpos. Nesse contexto, alguns direitos sociais são garantidos às pessoas com câncer, em geral, em razão da doença em si. Entretanto, no caso do câncer de mama, em particular, as mulheres afetadas passam a ter o direito a acessar benefícios e isenções fiscais comuns às pessoas com deficiência devido à ausência de uma ou ambas as mamas, transformando essa experiência de adoecer em uma expressão da deficiência física. Nesse sentido, este trabalho apresenta considerações etnográficas a partir de trabalho de campo em desenvolvimento com mulheres que vivenciam o câncer de mama acerca de como a mastectomia é percebida e interpretada por elas nos termos de uma deficiência, conformando cenários de disputas simbólicas e político-legais que as deslocam de “doentes” para “pessoas com deficiência” – afetando não somente suas corporalidades, mas especialmente suas interioridades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cenários da deficiência como critério de elegibilidade para a reserva de vagas em universidades públicas no Brasil

Pedro Lopes (UFABC), Luana Piveta de Moura Luz (USP)

Nos últimos 20 anos, o acesso ao Ensino Superior no Brasil passou por uma notável ampliação e diversificação. Particularmente importantes nesse processo são as ações afirmativas, originalmente desenhadas para a inclusão em termos raciais e sociais. Nesta apresentação, costuramos três cenários que explicitam dilemas e contribuem com uma aproximação da temática da deficiência ao debate sobre ações afirmativas no Brasil. Nosso objetivo principal é colaborar com a tradução entre categorias e experiências ocasionadas por uma mesma política de cotas em universidades que visa (e constrói) diferentes sujeitos, a partir da perspectiva dos marcadores sociais da diferença ou da antropologia da diferença. Para tanto, identificamos dilemas de tradução entre a política e o debate sobre a reserva de vagas por critério racial e por deficiência e, a partir desses dilemas, percorremos três cenários nos quais se insere a política para pessoas com deficiência em universidades públicas brasileiras: (1) as (in)definições do que seja a deficiência; (2) o perfil da população nacional com deficiência; e (3) questões sobre o (baixo) acesso de pessoas com deficiência no Ensino Superior.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Capacitismo nas trajetórias educacionais de mulheres negras com deficiência: barreiras, fissuras, práticas de cuidado e sofrimento social

Valeria Aydos Rosário (UNIPAMPA), Marivete Gesser (UFSC), Pamela Block (Western University)

Este trabalho é parte de uma pesquisa mais ampla sobre as barreiras encontradas por mulheres negras com deficiência ao longo de suas trajetórias educacionais e os efeitos destas tecnologias

de exclusão na saúde mental e na vida social destas mulheres. A pesquisa, ainda em andamento, conta com o mapeamento das participantes através de um formulário socio-demográfico, e 12 entrevistas em profundidade de caráter autobiográfico com participantes de diferentes regiões do Brasil. Dentre os vários resultados já alcançados, as principais barreiras atitudinais, pedagógicas e arquitetônicas encontradas reafirmam o já sabido capacitismo estrutural de nossas instituições de ensino e aponta fissuras possíveis para seu combate no cotidiano escolar e universitário. A pesquisa também mostra as principais “estratégias de apoio” encontradas por essas mulheres para seu acesso e permanência em instituições de ensino, apesar da extrema “fadiga do acesso” (Annita Konrad, 2021) por elas sofrida ao longo de suas vidas. Dentre elas, percebemos que é no acolhimento de redes de cuidado informais e na presença de “figuras pedagógicas inclusivas” centrais em suas vidas escolares que elas encontraram tecnologias sociais de sobrevivência ao capacitismo estrutural das nossas instituições escolares. Tais relatos deixam claro o caráter individual e biomédico com o qual as deficiências são entendidas, assim como a ausência de políticas educacionais que pensem ações coletivas ao invés de se basearem em ideologias neoliberais que centram a responsabilização da inclusão no indivíduo. Além disso, as situações de “violência interseccional” por elas sofridas demonstram o quanto o racismo, a misoginia e o capacitismo estão entrelaçados na deslegitimação da voz e subalternização destas mulheres - desde a busca por diagnóstico para acesso através de políticas afirmativas até o reconhecimento profissional de suas carreiras - acentuando as suas experiências de exclusão no cotidiano universitário e laboral, e levando-as ao adoecimento físico e mental. Por fim, apesar de esta pesquisa ter um caráter mais semi-estruturado, neste texto optamos privilegiar mais as narrativas de cenas e vivências cotidianas do que sistematizar os resultados mais gerais. Acreditamos que mais do que apontar quais são as barreiras encontradas ou analisar teoricamente os achados da pesquisa, é nas histórias narradas que está a força e a maior contribuição da Antropologia na produção de conhecimento na contemporaneidade.

Palavras chave: Trajetórias educacionais, deficiência, capacitismo, fadiga de acesso, sofrimento social, saúde mental, políticas educacionais, interseccionalidade

GT 029: Arquivos, coleções e objetos de arte: artefatos e invenções em perspectiva etnográfica

Este Grupo de Trabalho pretende abordar e discutir pesquisas etnográficas centradas na análise de arquivos, coleções e obras de arte entendendo-as como artefatos em uso e como invenções da vida cotidiana. Trata-se de acolher tanto trabalhos que lidem com arquivos, coleções e artistas institucionalizados ou legitimados como tais em nossas sociedades contemporâneas, quanto aqueles que lidam com o que comumente tratamos como arquivos, coleções e objetos de arte "populares", "caseiros", fundados na experiência cotidiana de inventar uma memória para si ou para uma coletividade. Nos interessa também pensar nos cruzamentos entre a produção de arquivos, coleções e obras de arte, na medida em que muitos artistas têm criado arquivos como uma técnica de trabalho e que arquivos e coleções já instituídos (ou artefatos que, por sua complexidade e relações que os constituem, podem ser pensados como arquivos) são também

eles materiais da criação artística. Nesse sentido, nosso interesse se concentra em refletir sobre os agenciamentos que esses materiais produzem no tempo e no espaço, nas relações que engendram com seres (tangíveis ou não), nas técnicas que requerem, bem como nas poéticas que suscitam. Assim, se interpõe aqui também uma reflexão sobre a produção do contemporâneo e da memória pensados não a partir de um acúmulo de experiências a serem retomadas, mas como criação, tendo em vista sua constante (re)invenção e materialização.

Coordenação

Júlia Vilaça Goyatá (UFMA), Magdalena Sophia Ribeiro de Toledo (UAH)

Debatedor(a)

Alline Torres Dias da Cruz (UFBA), Maria Luisa Lucas (USP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Artes de cuidado e cultivo: criações negras contemporâneas no Brasil e Caribe

Alline Torres Dias da Cruz (UFBA)

Esse resumo se baseia na produção artística negra contemporânea, no Brasil e Caribe, que faz uso de materiais de arquivo - pessoais ou institucionais, alguns produzidos em contextos coloniais ou imperiais -, para discutir modos de (re)criação de tempos-espacos e a emergências de subjetividades e sensibilidades acerca da Diáspora Negra que poderiam ser compreendidos a partir do que Christina Sharpe (2023) definiu como "anotação e revisão negra no vestígio", levando-se em conta que essas práticas artísticas poderiam se aproximar de atos/técnicas de cuidado, e, ainda, de cultivo. Ao se aproximar inicialmente de algumas obras de María Magdalena Campos-Pons (Cuba, radicada nos EUA), Eustáquio Neves (Brasil), Rosana Paulino (Brasil) e Giana De Dier (Panamá), o trabalho aqui proposto - primeiro movimento da pesquisa intitulada "Poéticas afro-diaspóricas e políticas do sensível: trabalho artístico no Caribe e no Brasil", buscará apresentar e discutir alguns dos modos pelos quais as obras materializam experiências, conhecimentos, concepções e sensações acerca da Diáspora Negra no sentido de reconfigurá-la por meio de um trabalho artístico de intervenção, rasura, junção e disjunção, mas também de enraizamento e produção de embelezamento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As contribuições do acervo Mariza Corrêa para as reflexões sobre a produção de pesquisa antropológica

Amanda Gonçalves Serafim (UNICAMP)

Mariza Corrêa (1945-2016) foi uma antropóloga brasileira que se dedicou a dois principais temas de pesquisa: os estudos de gênero e a história da antropologia, incluindo uma relação entre esses dois campos. Dentre os trabalhos realizados, dois se destacam na área de história da antropologia. O primeiro é o Projeto História da Antropologia no Brasil (PHAB), que almejou recuperar a memória das décadas iniciais da disciplina no país, principalmente através de entrevistas e do recebimento de documentos dos antropólogos das primeiras gerações de profissionais que atuaram no Brasil. O segundo é o Projeto Antropólogas & Antropologia, um desdobramento da iniciativa anterior, que buscou refletir sobre o silêncio em relação às figuras

femininas dessa história – aqui o trabalho consistiu principalmente na busca de informações através de textos, acervos e conversas com pessoas para ajudar na obtenção de dados. Dessa forma, ambas as iniciativas aglutinaram e produziram documentos que hoje estão, principalmente, reunidos no Fundo Mariza Corrêa no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), doado a instituição alguns anos após a morte da antropóloga. A partir disso, essa proposta de trabalho almeja ir mais além de uma análise das potencialidades desse material para uma recuperação de fatos históricos relacionados a esses projetos ou a outros trabalhos de sua autoria. Nesse sentido, busco refletir sobre como o olhar para esse material e para o trabalho de Corrêa pode nos auxiliar a pensar sobre a produção de acervos e de como eles podem contribuir com novas pesquisas (incluindo a relação entre os processos técnicos envolvidos na organização e no trabalho cotidiano com esse material); e também na forma como produzimos uma história da antropologia. Para mais, procuro refletir sobre como ir além de uma recuperação sobre o passado da disciplina e do conhecimento sobre determinadas trajetórias, incluindo efetivamente as contribuições que esses novos olhares podem proporcionar e alterar na forma como podemos produzir as pesquisas antropológicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Valorização e preservação dos conhecimentos wauja por meio de um ecomuseu

Autaki Waurá (UNICAMP)

Os Wauja vivem no Território Indígena do Xingu, estado do Mato Grosso. Esse povo indígena continua praticando seus conhecimentos tradicionais, como músicas, danças, adornos corporais, festas, arquitetura, e a produção de objetos de cultura material para pesca, caça e agricultura. Nas últimas décadas, esse modo de vida tem sido ameaçado pela mudança climática, pela agricultura de veneno dos grandes latifúndios de monoculturas de soja e algodão e pelo desmatamento. O povo Wauja já não vive como antigamente, sua cultura e o modo de viver na comunidade está mudando em consequência das ações dos seres humanos, principalmente dos não indígenas. Além disso, os Wauja perderam uma parte considerável de seu território no alto rio Batovi, onde se encontra o sítio sagrado de Kamukuwaká, um lugar considerado pelos Wauja como repositório de histórias e conhecimentos e antigos e para aprendizado de como ser uma pessoa wauja verdadeira. Por meio do recém-criado Museu Indígena Ulupuwene (MIU), os Wauja realizarão oficinas de produções de objetos, cantos, danças e narrações de histórias. Para ensinar as novas gerações wauja sobre a importância de manter viva a sua cultura. Nesta etapa, o MIU está realizando o diagnóstico-inventário cultural-patrimonial para identificar e documentar as práticas que estão em risco de serem esquecidas pela comunidade, e também as práticas que ainda estão em uso. Mais adiante, o MIU vai contribuir para a preservação dos patrimônios naturais, junto Centro de Monitoramento do Território. O MIU pretende colecionar os objetos que são feitos nas oficinas como documentos do conhecimento. Queremos movimentar e ensinar as crianças e jovens wauja a valorizar os conhecimentos tradicionais e sua língua. O MIU se estabelece como um espaço de trocas de conhecimentos e de memória wauja. Assim, as novas gerações wauja conhecerão sobre a demarcação do território, corrigirão as informações dos objetos que estão no museu das cidades

e produzirão seus materiais para utilizarem no cotidiano. Esses conhecimentos serão também divulgados para outros povos, indígenas e não indígenas, através das oficinas do MIU.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Acervo Djalma Corrêa: musica brasileira em gravações sonoras

Cecilia de Mendonca (PPGSA - UFRJ)

O Acervo Djalma Corrêa é um acervo pessoal de grande diversidade de temas e de tipos documentais que retrata muitos aspectos da cultura brasileira, em especial da música popular e da percussão afro-brasileira. Constituído em âmbito particular, o acervo, que leva o nome do renomado percussionista, possui grande interesse público pela riqueza, importância, raridade e qualidade técnica dos documentos produzidos e/ou colecionados por Djalma Corrêa (1942-2022). Nesta apresentação trago considerações sobre o trabalho de pesquisa e preservação do/no acervo, desenvolvida e acompanhada pelo músico, nos últimos anos de sua vida. Trabalhando com o Djalma desde 2015, ao longo de aproximadamente sete anos, desenvolvi junto ele e seu filho José Caetano Dable Corrêa, um trabalho de pesquisa associado a projetos de preservação e difusão de seu acervo, em especial, da seleção de documentos intitulada Coleção Culturas Populares. Nesta apresentação irei refletir sobre parte do trabalho que desenvolvemos de digitalização, catalogação e descrição desta coleção do artista, e assim através da análise e escuta etnográfica, buscarei evidenciar suas motivações, suas escolhas, seus percursos e seus interlocutores.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas indígenas sobre a repatriação digital: as coleções Wai Wai no Museu das Culturas do Mundo de Gotemburgo

Cintha Lana Cardoso Oliveira (Universidade de Gotemburgo), Roque Yaxikma Waiwai (APITMA), Reginaldo Oliveira de Souza (UFMG)

Museus europeus possuem enormes coleções etnográficas brasileiras ainda pouco estudadas e conhecidas por pesquisadores e pelos próprios grupos indígenas no Brasil. O Museu das Culturas do Mundo de Gotemburgo, Suécia, possui uma das maiores coleções de etnografia e arqueologia brasileiras fora do país, com em torno de 11.500 objetos. A apresentação discute a experiência de um projeto piloto de repatriação digital das coleções Wai Wai depositadas neste museu em colaboração com estudantes indígenas da comunidade de origem. Partindo de uma metodologia orientada pela descolonização das informações, práticas e pesquisas museológicas, o projeto pretende abrir espaço para que os estudantes e comunidade possam interagir, modificar e re-significar as coleções de modo que elas possam refletir mais diretamente os regimes indígenas de entendimento de sua cultura material.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens como arte-fatos: os álbuns da família e da editora Leuzinger no Instituto Moreira Salles

Gabriela Costa Limão (UNICAMP)

A trajetória da Família Leuzinger se inicia, no Brasil, na primeira metade do século XIX. O patriarca suíço, Georg, aportou no Rio de Janeiro e, alguns anos depois tornou-se o formador da Casa Leuzinger, ou poderíamos dizer "das casas Leuzinger": a familiar, que reflete o projeto de sociedade burguesa do período, com filhos enviados a Europa para realizarem seus estudos e filhas (muito bem) educadas pela mãe francesa; e a editorial, que teve um grande destaque no ramo de impressos no país, e esteve associada aos projetos do Império. Rebatizado, Georges, na grafia francesa, língua e cultura muito valorizadas nas principais ruas da cidade carioca, ele financiou a viagem de Albert Frisch, fotógrafo alemão, para a Amazônia, junto de seu genro, o engenheiro Franz Keller, casado com sua primogênita Sabine Leuzinger – quem acompanha o marido em viagem. As paredes que delimitam os contornos entre negócios e família são porosas, pois ambos estão imbricados nas trajetórias de seus membros. De Frisch, o editor publicou o livro *Resultat d'une expedition photographique sur le Solimoes ou Alto Amazonus et Rio Negro*, em 1869. Esse livro traz imagens de povos indígenas, da fauna e da flora, assim como de cidades da região visitada, percebendo-se a consonância com ideias do período em que o exótico se tornou uma mercadoria em países estrangeiros. O encontro entre ideais românticos e cientificistas da segunda metade do século XIX permeia as poses e descrições dos sujeitos fotografados, seja nas montagens fotográficas, nas encenações de cenas, ou mesmo na catalogação material presente nas imagens. Um exemplar deste livro encontra-se no Instituto Moreira Salles, que também guarda o acervo da Família Leuzinger, no qual algumas cartas, um álbum e diários de mulheres da família estão arquivados. Para esta apresentação, me interessam o álbum de autoria de Albert Frisch e o álbum familiar dos Leuzinger. A proposta não é compará-los, mas sim, somá-los para uma análise que aproxima a vida familiar da vida editorial, e que considera a curadoria imagética de cada um e seus significados quando de suas produções e atualmente. Além disso, proponho encará-los como arte-fatos, discutir o caráter múltiplo das imagens e o que elas têm a nos dizer enquanto produção artística, fonte documental e fragmentos históricos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sala de Milagres, sala de museu: processos de circulação de ex-votos no Santuário do Bom Jesus de Matosinhos (Congonhas-MG)

Isabella Mendes Freitas (UFJF)

A cidade de Congonhas (MG) abriga o Santuário Bom Jesus de Matosinhos, construído no século XVIII e reconhecido como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO. A história desse monumento está intrinsecamente relacionada à produção de ex-votos: o próprio Santuário é considerado um ex-voto, pois sua construção foi realizada como pagamento de um milagre – a cura de uma doença adquirida pela atividade mineratória durante o Ciclo do Ouro, pelo português Feliciano Mendes. E desde sua construção no período colonial até os dias atuais, o local recebe uma grande quantidade de objetos votivos, que demonstram a permanência, no tempo, dos ritos devocionais estabelecidos no local, ao mesmo tempo que atestam as mudanças dessa prática e da vida social. Por algum tempo destruídos ou abandonados nos fundos de sacristias, os ex-votos de Congonhas passaram a ser considerados, desde a década de 1980, importantes "bens culturais" e documentos históricos, ganhando relevância na preservação das

comunidades e nos estudos sobre as sociedades que os produziram. A partir daí, os objetos votivos passaram por novas formas de organização, disponibilização e exibição, tomados como uma "coleção". São essas novas formas, em seus respectivos contextos, que serão analisados no presente trabalho. O primeiro processo a ser analisado é o da aquisição das 89 tábuas votivas dos séculos XVIII ao XX pelo IPHAN em 1979 para destiná-las à Sala dos Milagres de Congonhas. O segundo é a aquisição de ex-votos da colecionadora Márcia de Moura Castro em meados de 2011 para destiná-las ao Museu de Congonhas, compra realizada pelo IPHAN por intermédio da Unesco. Por um lado, os dois processos se assemelham, por serem narrados pelos agentes do patrimônio oficial como uma forma de "reconquista" e de "resgate", compreendidos assim como meios de salvar as coisas e de devolvê-las às "comunidades". Por outro lado, os processos se distinguem, e essa distinção está relacionada ao destino de cada coleção: a primeira está em exibição em uma sala anexa ao Santuário, ao lado de inúmeros objetos votivos não tombados e em constante estado de circulação, inseridos, pois, em uma viva dinâmica de devoção; a segunda está disposta em uma sala do Museu de Congonhas, instituição criada em 2015 para funcionar como um "museu de sítio" com funções de interpretação e de salvaguarda do Santuário. Nesse trabalho, que faz parte da tese de Doutorado em andamento, pretendo analisar o caminho desses objetos, seu estado e configuração atual, e as relações estabelecidas entre eles e os diferentes agentes envolvidos, nos seus respectivos contextos e locais de produção de sentidos (casas de colecionadores, sala de um santuário, sala de um museu).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Coleção Asurini do Xingu em seus trânsitos expositivos e curatoriais: uma etnografia das exposições "Altäre kunst zum niederknien" e "Brésil Indien: Les Arts des Amerindién du Brésil"

Isaura de Aguiar Maia (UNICAMP)

Nesta apresentação, abordarei as experiências expográficas da arte Asurini do Xingu nas exposições "Altäre: kunst zum niederknien" realizada na Alemanha, no ano de 2001 e "Brésil Indien: Les Arts des Amerindién du Brésil", na França, em 2005. Na primeira exposição a proposta curatorial de Jean Hubert Martin buscou construir um circuito de arte instalação com a reprodução temporária de altares utilizados por povos de diversos lugares do mundo. Assim, o historiador da arte francês traçou um paralelo entre as expressões plásticas destas materialidades voltadas à experiência metafísica em distintas culturas do mundo com a arte contemporânea pensando a partir daí uma espécie de "arte de ajoelhar-se". Na segunda exposição a arqueóloga Cristina Barreto e os antropólogos Luis Grupioni e Regina Muller, pensaram a exibição de objetos de povos indígenas do Brasil por meio de sete eixos temáticos para o Grand Palais, em Paris, na ocasião do evento comemorativo do Ano do Brasil na França. Minha ideia aqui será apresentar como a arte Asurini do Xingu foi trabalhada nas propostas curatoriais de ambas exposições que buscaram refletir as relações entre as estéticas indígenas, suas cosmologias e conceitos da arte contemporânea.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que rege a vida dos objetos? Objetos de arte e fruições nativas no vale do catimbau - uma etnocartografia

Juliana Freitas Ferreira Lima (UFPE)

A discussão das artes não-ocidentais tem sido cada vez mais abordada como imprescindível para uma melhor compreensão acerca das demais sociedades com uma inserção no debate antropológico onde a produção artística vem ganhando destaque desde a agência dos artefatos até a relação com a corporalidade e o ambiente. Com esse intuito adentramos as trilhas do Vale do Catimbau investigando as manifestações artísticas locais considerando o contexto ambiental, os grafismos rupestres e as expressões visuais contemporâneas na perspectiva das fruições nativas. Entre o agreste e o sertão pernambucano encontra-se a Serra do Catimbau onde dois territórios são delimitados juridicamente: o Parque Nacional do Catimbau e a Terra Indígena Kapinawá. A região é conhecida pela presença de pinturas e gravuras rupestres datadas entre 6 mil até 800 anos AP. Os sítios arqueológicos apresentam um significativo conjunto iconográfico que, para além de representar vestígios da ocupação pré-colonial, expõe simbolismos apropriados a interpretações e expressões contemporâneas. Dos contatos interétnicos e intercâmbios culturais, emergem narrativas acerca do patrimônio cultural representado pela arte rupestre e pelas manifestações visuais nativas. Tal acervo expressa relevante importância para um estudo aprofundado no âmbito da antropologia da arte e se faz indispensável um olhar voltado aos seus aspectos singulares, a sua contextualização socioambiental e as expressões visuais do passado pré-colonial como significativa referência para os agrupamentos sociais da contemporaneidade. Com o propósito em testemunhar traduções e produções atualizadas de representações daquele sistema cultural. A investigação opera na identificação, sistematização e articulação do complexo acervo de objetos de arte, agentes e fruições nativas expressivas no Vale do Catimbau. O método etnográfico com abordagem cartográfica se designa aplicável para o levantamento das distintas manifestações visuais encontradas na região. Os percursos trilhados envolvem tanto a arte rupestre quanto os objetos tradicionais e a produção artística e artesanal relativa ao povo Kapinawá e artesãs(ões) motivados pelo fluxo turístico (ambiental e cultural) da Serra do Catimbau. A pesquisa ainda busca testemunhar técnicas de produção assim como as distintas relações nos processos de criação, fruição, experiências estéticas e colecionamentos. O propósito é alia-se aos agentes sociais e engajar-se na difusão de seus objetos de arte aos quais compõem e acessam dimensões simbólicas e expressivas da cultura a qual estão vinculados. Ao dialogar acerca dos objetos de arte nativos, tratamos diretamente das emergências intrínsecas à experiência de criação e de compreensão do universo que os rege.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_184_17281261_760206.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Arquivos e Arte: A materialidade como meio de dialogo na Antropológico

Kaléo de Oliveira Tomaz (Unicamp)

Embora a teoria da arquivologia informe a existência de uma diferença entre Arquivos, Museus e Bibliotecas, de que forma uma antropologia da arte poderia borrar os limites dessa definição?

Afinal, existem diferenças significativas entre as instituições arquivísticas e as Coleções de Arte? De que maneira os estudos sobre materialidades, antropologia em arquivos e antropologia da arte podem desconstruir essas diferenças? Neste trabalho, discuto como o ato de reencontrar a materialidade no processo arquivístico abre espaço para reimaginar o arquivo, a produção da memória e as múltiplas definições de Arte. Analiso as maneiras pelas quais a materialidade dos objetos, documentos, pastas e fotografias possibilita a construção de novos horizontes de significado nos arquivos. Nesse contexto, integro o debate sobre etnografia em arquivos aos debates sobre antropologia da arte. Desta forma, reencontrando na materialidade do arquivo a noção antropológica de objetos artísticos. Além disso, busco exemplos empíricos de exposições que unam o arquivo à arte. Assim pretendo desenvolver uma dimensão dialógica no processo de organização do arquivo e de construção de uma coleção artística. Para fazer essa discussão, o presente trabalho é dividido em quatro partes. Na primeira, faço uma recapitulação do reencontro entre a etnografia em arquivos e a materialidade arquivística. Em seguida, discuto a concepção de Alfred Gell sobre uma antropologia da arte e sua noção de objetos artísticos para a antropologia. Neste mesmo momento analiso algumas das obras do artista Stanley Brouwn e seu processo de transformação de objetos de arquivo em objetos de arte. Em uma terceira parte, utilizando o exemplo prático do Arquivo comunitário Zumví Arquivo Afro-fotográfico na 35^a Bienal de Arte de São Paulo, discuto como o próprio arquivo pode ser concebido como uma exposição de arte e quais são as implicações teóricas desse processo. Por fim, desenvolvo uma experimentação com as fotografias presentes no fundo Roberto Cardoso de Oliveira. Hoje esse fundo pertence ao acervo do Arquivo Edgard Leuenroth. Por último, realizo uma experimentação com as fotografias do acervo Roberto Cardoso de Oliveira, atualmente parte do Arquivo Edgard Leuenroth. Meu objetivo final é reinterpretar as diversas fotografias deste renomado pesquisador brasileiro como registros artísticos que contribuem para a formação da história da antropologia no país. Cardoso de Oliveira foi um destacado antropólogo brasileiro, tendo sido um dos principais responsáveis pela institucionalização da antropologia no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_443_61554203_760206.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aprendendo a olhar com o Outro: um exercício reflexivo do trabalho antropológico

Laura Alves Guimarães (FGV CPDOC)

O material produzido em campo por antropólogos compõe uma gama de significados que dão substância a um arquivo etnográfico que ecoam as relações construídas entre antropólogos e nativos. Neste trabalho, tive em vista olhar para as relações que foram desenvolvidas a partir da doação do arquivo pessoal do antropólogo Roberto DaMatta ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas (FGV CPDOC) e a revisitação do material etnográfico do autor referente a sua pesquisa de campo entre os Indígenas Apinajé nos anos 60. Foi por meio da doação do arquivo que os indígenas Apinajé tiveram acesso a uma parte desse material, que estava privado até então, provocando novos olhares sob o mesmo material. Portanto, busco desenvolver algumas questões no que se refere ao fazer do trabalho etnográfico e sobre algumas implicações da socialização da pesquisa antropológica. Dessa forma, irei refletir sobre a potencialidade de um arquivo etnográfico que

ganha vida a partir das relações entre o próprio material e as pessoas, deslocando o passado e o presente através do encontro com as fotografias, dos áudios e vídeos produzidos. Estou aqui interessada nas relacionalidades que emanam entre teorias, técnicas, máquinas, pesquisadores indígenas e não indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Apontamentos sobre hibridismo e contaminação simbólica da Casa pelo Museal.

Maria de Lourdes Fernandes Campos de Oliveira (UFPE)

As mudanças de abordagens nos últimos 50 anos para o estudo das relações entre indivíduo e sociedade, ora distanciando essas categorias ora integrando ou hierarquizando as mesmas, tem como resultado um expressivo construto teórico no âmbito da antropologia. Neste trabalho, as discussões se concentraram no cruzamento de práticas e simbologias identificadas nas espacialidades do museu e da casa, evidenciando as especificidades de suas materialidades, dos valores simbólicos que as atravessam e das relações sociais e de poder que ambas engendram. Nesse sentido, argumenta-se sobre a casa como possibilidade de fronteira com os espaços simbólicos do museal, incorporando as contribuições e desenvolvimentos teóricos realizados por Mary Douglas (1921-2007) e Alfred Gell (1945-1997). Por meio de Douglas (1966), faz-se discussões pertinentes aos sistemas simbólicos envolvendo as práticas museais, compreendendo os processos de musealização como rituais de passagem, bem como identificando uma manifestação do museal no ambiente doméstico, a partir do acionamento dos conceitos de ambivalência e hibridismo, decorrentes de um processo simbólico de contaminação da casa pelo museu. Assim, o espaço da casa, reorganizado e permeado por atos ritualísticos, trazidos dos processos de musealização para o âmbito da vida cotidiana, entrelaça-se ao sistema simbólico do museal, ou seja, tornando ambígua ou híbrida a categoria de casa e de museu; conferindo uma viscosidade ou indefinição de fronteiras entre as mesmas, objeto de interesse desta pesquisa. Para a abordagem das relações que são estabelecidas entre as pessoas e as coisas, numa perspectiva acerca das relações que estabelecemos com a materialidade, articulou-se as proposições teóricas acerca da antropologia da arte e da objetificação, cujos conceitos de agência e de 'trecos', de Alfred Gell (2018) e Daniel Miller (2013), respectivamente, indicaram bons caminhos para a discussão proposta. Nessa direção, defendeu-se que os objetos de uma casa, assim como a própria casa e os seus habitantes são possuidores de agência, onde se constroem reciprocamente. Diante destes cenários e a partir da ideia de que o espaço da casa é habitado por sujeitos, afetos, coisas, comportamentos prescritos socialmente, memórias individuais e coletivas; discorreu-se sobre as apropriações simbólicas que determinados indivíduos engendram, conferindo musealidade a esses espaços. Por fim, procurou-se identificar, nas espacialidades de algumas casas, formas de representações simbólicas e produtoras de sentidos, seja partir de valores partilhados pelo grupo familiar, seja por meio de uma aproximação estética ou do imaginário construído sobre os museus, enquanto índices representativos da memória ou de locais de fruição da arte por meio das exposições.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_524_92905878_760206.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As coisas ejiwajegi da Coleção Boggiani (MUCIV/ Roma): transformações museais do olhar sobre elas

Maria Raquel da Cruz Duran (UFMS)

Minha proposta objetiva tratar de uma parte do meu projeto de pós-doutorado, que visa compreender as 288 coisas ejiwajegi da Coleção Boggiani, situada no Museo delle Civiltà (MUCIV), dentro da Seção de Etnografia Extraeuropeia - mas que antes pertencia ao Museo Nazionale Preistorico Etnográfico Luigi Pigorini, ambos localizados em Roma. Nesta parte, eu gostaria de focar estes dois contextos de guarda, organização e interpretação de objetos e coleções, destacando os agenciamentos que essas coisas produziram nos museus pelos quais passou, refletindo sobre a produção do contemporâneo e da memória nesta trajetória.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os materiais educativos do Coletivo LGBT Sem Terra e seus impactos na luta pela reforma agrária do MST

Victor Augusto Lage Pena (UFES)

Este trabalho tem por finalidade analisar os materiais produzidos pelo Coletivo LGBT Sem Terra, como cartilhas, livro e documentário. Busca-se compreender como os objetos são utilizados pelo Coletivo, tendo como foco as atividades realizadas no Extremo Sul da Bahia. O Coletivo LGBT Sem Terra faz parte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e tem por objetivo construir uma comunidade camponesa sem a presença de LGBTI+fobia. Um caminho importante para esse processo de transformação é a educação, sendo os objetivos aqui analisados produzidos com intuito de educar a população sem terra produzindo um movimento de luta pela reforma agrária que seja acolhedor para a população LGBTI+. Também consideramos que esses materiais dialogam com a construção de identidade coletiva desses sujeitos enquanto LGBT Sem Terra. Esta pesquisa possui um caráter interdisciplinar, e mescla metodologias da história, pensando na história do tempo presente, e da antropologia. Inspirado nas ideias de José Reginaldo S. Gonçalves (2007), em que trata da “antropologia dos objetos”, além de pensar em metodologias do campo historiográfico, como a análise interna e externa das fontes, buscamos analisar, além do conteúdo interno, como acontece a relação entre os camponeses sem terra e esses materiais. Foi possível perceber diferenças entre os textos das cartilhas, e do livro de memória, por exemplo. Enquanto as cartilhas têm por objetivo uma circulação interna, aparecem relatados casos de LGBTI+fobia sofrido dentro dos espaços do MST, apresentando caminhos de denúncia interna para punição dos agressores. Esse texto deixa claro que ainda há LGBTI+fobia no MST, e que precisa ser combatida. Já as narrativas do livro de memórias e do documentário, percebe-se um tom mais positivo, mostrando as conquistas do Coletivo, exemplos de pessoas LGBTI+ que vivem em assentamentos e acampamentos, representando de forma mais positiva a relação entre o MST e as pessoas LGBTI+. Há ali, um cuidado na hora de denunciar casos de LGBTI+fobia, pois não é interesse desse Coletivo difamar o MST. Portanto, mesmo havendo avanços a serem alcançados, quando se dialoga com espaços fora do movimento, o Coletivo procura representar de forma positiva o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, pois também se entendem pertencentes a tal. Para compreendermos esse diálogo entre identidades, que nem sempre são complementares, buscamos dialogar com

o conceito de interseccionalidade de Patricia Hill Collins (2022) e de Kimberlè Crenshaw (2002). Essas ideias nos ajudam a compreender como esses marcadores sociais dialogam na vida desses sujeitos, e não há nenhuma intenção de apagar uma identidade em detrimento da outra, buscando caminhos para que suas vivências e lutas caminhem juntas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_820_30081902_760206.pdf

GT 030: Arranjos contemporâneos de parentalidades

No presente GT, pretendemos reunir trabalhos que abordem os diversos arranjos contemporâneos de parentalidades e sobretudo como esses se tornam centro de disputas pelos sujeitos. O termo parentalidade, embora frequentemente remeta às funções parentais educativas, engloba um conjunto de processos desde antes da concepção até à convivência das gerações na idade adulta. Diante de novos arranjos familiares, a parentalidade permite reconhecer funções parentais que podem ser assumidas por pessoas que não possuem necessariamente o estatuto jurídico de pai e mãe. A parentalidade também permite problematizar as diferentes formas e sentidos do cuidado, decodificados enquanto responsabilidades, competências e/ou déficit, bem como o leque de agentes implicados nas múltiplas práticas do cuidar. Rastreando as infraestruturas que conectam as esferas local e global, disseminando ideias e padrões no campo da proteção à infância, queremos entender como as políticas públicas e as leis, junto com discursos científicos e morais, interagem com os múltiplos arranjos familiares para estabelecer uma hierarquia de responsáveis pelo bem-estar de crianças. Assim nesse GT, buscamos congregiar pesquisas que abarquem: formas plurais de família e suas relações de interdependência no cuidado; adoções, políticas de entrega voluntária de crianças para adoção, retirada dos filhos de mães em situação de pobreza, apropriação de crianças, busca de origens, etc.d

Coordenação

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS), Fernanda Cruz Rifiotis (EHESS)

Debatedor(a)

**Janaína Dantas Germano Gomes (UFRGS), Alessandra de Andrade Rinaldi (UFRRJ),
Vanessa Ponte (UFRRJ)**

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Animais de estimação como filhos: uma abordagem etnográfica de festas de aniversários pet

Alana Pacheco dos Reis Verani (UFSC)

Este trabalho faz parte de uma pesquisa etnográfica mais ampla que tem como temática a articulação entre família, convenções de gênero e animais domésticos. Nesta comunicação, pretendemos apresentar elementos que surgiram em pesquisa de campo junto a tutores de cães que se autodefinem como “pais” e “mães de pets” em aniversários de cães. Percebemos no fenômeno emergente, parentalidade pet, peças que podem nos auxiliar na compreensão de mudanças, permanências e redefinições de convenções sociais relativas às convenções de gênero, família e parentesco. Aqui, buscamos refletir sobre dados oriundos de nossas incursões

em aniversário de cães, que apontam a diferenciação de animais de estimação enquanto sujeitos e passíveis de filiação. Nas práticas sociais observadas, o cuidado aparece como parte fundamental na compreensão da relação entre nossos interlocutores e seus cães. É através da linguagem do cuidado que podemos perceber a busca de serviços especializados para pets, como as confeitarias pet, o preparo caseiro de bolos e doces permitidos para consumo animal e a elaboração de festas para celebrar mais um ano de vida. A organização de festas de aniversário destaca a personalidade e individualização dos animais, estando localizada no processo de construção de parentalidade entre seres humanos e animais de estimação, que passam a ser tomados como sujeitos e imbuídos de subjetividade. A partir do aporte teórico-metodológico da antropologia feminista, em particular seu comprometimento na análise das relações de poder implicadas na produção de alteridades complexas (Bonetti, 2012), buscamos compreender os sentidos e as práticas mobilizadas entre interlocutores de nossa pesquisa sobre parentalidade, cuidado e filiação de animais de estimação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Monitorando cuidados, produzindo famílias

Amanda Gioriatti Lunkes (UFPB), Pedro Francisco Guedes do Nascimento (UFPB)

Discutiremos resultados de pesquisas etnográficas desenvolvidas entre 2013 e 2019, em uma cidade do interior da Paraíba, em que buscamos compreender como pressupostos sobre gênero e família e moralidades maternas se articulavam na implementação de programas de inclusão social como o Criança Feliz (PCF) e o Programa Bolsa Família (PBF). O PCF tem como finalidade “promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida”, tendo como um dos pilares de sua atuação as visitas domiciliares por profissionais chamadas de “visitadoras”. O PBF, por sua vez, é um programa de transferência condicionada de renda internacionalmente reconhecido por seu impacto na mitigação da fome, na redução da pobreza e no acesso a direitos básicos das famílias “em situação de extrema pobreza”, por meio das condicionalidades. O trabalho de campo teve por base o acompanhamento das visitas domiciliares do PCF, assim como das ações das agentes de saúde no controle das condicionalidades do PBF. Essa experiência, somada à análise da legislação e documentos oficiais orientadores destes programas, indica-nos que partem do pressuposto de que as famílias pobres não têm conhecimentos suficientes sobre como cuidar das crianças. Sendo assim, seria necessário educá-las para que possam cuidar e “estimular” adequadamente seus filhos (PCF), e monitorar o cumprimento das condicionalidades, para assegurar o cuidado com saúde e educação (PBF). O foco das ações é colocado nas mulheres, responsabilizando a figura materna por problemas enfrentados pelo núcleo familiar e por desigualdades estruturais duradouras. Em ambos os casos, é estabelecida uma hierarquia de responsáveis pelos cuidados, em que a mãe é colocada como cuidadora primária, e, na sua ausência, este lugar passa a ser ocupado por outras mulheres, como avós, tias e irmãs da criança, raramente os homens. Além disso, acaba-se delegando atividades adicionais às demandas de cuidado das mulheres, como as exigências das condicionalidades e as atividades repassadas pelas visitadoras. Estes programas têm um entendimento bastante específico de família, reduzido à relação mãe-bebê, embora os materiais orientadores das ações das equipes,

compostas quase que exclusivamente por mulheres, utilizem termos que visam ampliar o possível espectro de cuidadores. Aliando-nos a estudos que percebem estas iniciativas como geradoras da feminização da inclusão e politização da maternidade pretendemos discutir como estas orientações das políticas públicas e seu repertório legal promovem uma persistente avaliação das práticas de cuidado das famílias com que atuam, assim como questionamentos dos arranjos familiares e de cuidado em sua diversidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_224_26253628_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entrega Voluntária e Governança Reprodutiva: Regulação das Práticas Reprodutivas no Brasil

Denise Clemente da Silva (Faculdade de Saúde Pública - FSP/USP)

Sob a luz da Governança Reprodutiva, o trabalho busca analisar de que maneira o dispositivo legal da Entrega Voluntária, combinado com as mais recentes tendências de proteção à primeira infância, tem promovido uma intensificação da regulação e monitoramento das práticas reprodutivas no Brasil. Realizamos uma análise documental etnográfica, considerando os documentos gerados pelo Estado como objetos que carregam significados, produzem e modificam subjetividades. Utilizamos como material de análise o "Manual sobre Entrega Voluntária", divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça em maio de 2023. Este manual faz parte de uma série de práticas incentivadas nos últimos anos no Brasil que se propõem a fortalecer uma cultura de entrega de crianças para adoção, mediada e regulamentada pelo sistema judiciário. A ênfase na priorização do direito da criança a um desenvolvimento saudável desde a primeira infância tem sido um elemento fundamental da chamada "nova cultura da adoção", que utiliza essa prática como política para a infância e para a juventude, para além de um projeto parental. Esse cenário indica um esforço do Estado em normatizar e centralizar a circulação de crianças, ao mesmo tempo em que favorece a produção de regimes morais sobre as parentalidades ideais, fornecendo embasamento para destituições do poder familiar, especialmente para as famílias em situação de vulnerabilidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem vai ficar com as crianças? Orfanidades e parentalidades estabelecidas a partir da Covid-19

Flávia Ferreira Pires (UFPB), Mohana Moraes (UFPB), Pedro Henrique Gomes da Paz (UFPB), Laura Marques Lopes (UFPB)

Este artigo analisa orfanidades e parentalidades estabelecidas a partir da Covid-19. Para isso, apresenta três casos etnográficos, resultado de trabalho de campo realizado por uma equipe de quatro pesquisadores em 2023. São as histórias de três mulheres – uma avó, uma tia e uma irmã –, residentes em três diferentes regiões geográficas no estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro. Em meio a moralidades e afetos reforçados socialmente, cada uma delas assumiu o trabalho do cuidado de órfãos da Covid-19 em suas respectivas famílias. São, no total, dez crianças e adolescentes, com idade entre 2 e 17 anos. Concluímos que elas eram potenciais cuidadoras

antes mesmo dos óbitos ocorrerem, e que a tutela obedeceu à identidade de gênero, ao grau de parentesco, ao laço sanguíneo, aos afetos, à idade, à proximidade geográfica e à condição financeira, acarretando impactos negativos em seus estilo e projeto de vida, e na saúde mental, nesse tempo que deu novo sentido às suas vidas, devastadas pelo luto.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O terceiro setor e as ações de incentivo à adoção de crianças institucionalizadas: um estudo de caso partindo de uma instituição filantrópica de base protestante histórica no Paraná.

Gabriela Propp Fucks (UFRGS)

Em setembro de 2023 como parte do meu projeto de pesquisa da dissertação de mestrado realizei uma incursão a campo com o intuito de observar ministérios de inclusão de pessoas com deficiência em uma instituição religiosa protestante histórica localizada na cidade de Curitiba. A intenção inicial era participar de atividades que envolvessem as pessoas com deficiência, e realizar entrevistas com os líderes responsáveis por realizar esses processos inclusivos. Entretanto, durante uma conversa informal, uma voluntária me apontou algumas das iniciativas da instituição, que é de grande porte e se encontra no coração da cidade. Dentre essas iniciativas, muitas delas partem do pressuposto de suprir necessidades sociais percebidas pelos voluntários e líderes do próprio entorno da instituição, e, portanto, possuem um forte cunho filantrópico e de ação social. Esse projeto específico que pretendo tratar ao longo do presente trabalho se trata de uma iniciativa que parte dos líderes e voluntários por meio, segundo eles, de influência divina, e que tem funcionado a partir de alguns eixos. Um deles é o de incentivo a adoção por meio de vídeos de testemunhos de pessoas adotivas que congregam na instituição, e que relatam a influência do fato de terem sido adotados com a formação do seu self. Em um dos relatos um dos pastores cita sua própria história sendo um filho adotivo e aproveita a oportunidade com o intuito de sensibilizar outros membros da instituição a tomarem o passo de se habilitarem para receber alguma criança ou adolescente também. Os relatos tocam principalmente no que diz respeito as projeções dos diferentes caminhos, que se destacam como não moralmente desejados, pelos quais poderiam ter incorrido se não houvesse a intervenção divina por meio do processo adotivo. Além disso, incentivam a adoção como uma ação desejável a ser tomada e apoiada pela liderança da instituição que rege esse projeto devido ao impacto possível que eles avaliam que possui. Essa percepção se associa a noção de que a paternidade e a maternidade são tidas como um dos valores centrais dentro dessa comunidade religiosa e nesse contexto a adoção é tida como um dos meios válidos de concretização desse chamado. Essa iniciativa apresenta um fenômeno social que se associa diretamente com concepções de direitos humanos, intervenção social por meio de agentes religiosos, e parcerias público privadas, e, portanto, é algo que intento me aprofundar etnograficamente em breve. O conceito de cuidado se implica diretamente nessas noções de atuação voluntária em prol da adoção, e me leva a questionar antropologicamente quais seriam as intencionalidades que movimentam esses sujeitos, e quais são as moralidades que se apresentam dentro desse contexto de disputa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rio de Janeiro (BR) e Toulouse (FR): a entrega de recém-nascidos para adoção em perspectiva comparada

Giulia Escuri de Souza (UFRRJ), Juliana Nunes da Rocha (UFRRJ)

Busco dimensionar alguns dos sentidos mobilizados através da entrega de um recém-nascido por sua mãe de nascimento ao serviço de adoção. Sendo essa pesquisa um produto da minha tese de doutorado ainda em desenvolvimento, intenciono conduzir esse trabalho em dois eixos. Primeiramente, pretendo fazer uma breve revisão do *Accouchement dans le secret*, parto anônimo, na França e da Entrega Voluntária no Brasil, em seguida busco trazer comparativamente o lugar da filiação e da parentalidade em ambos os casos. Diante essas diferentes leis que são aliadas a práticas e morais dentro de um padrão euro-americano de reprodução e maternidade, pretendo assimilar sob que circunstâncias é possível que uma mulher em puerpério não estabeleça uma relação de filiação com o recém-nascido. Desse modo, vale analisar de que forma essas burocracias e legislações permitem que mulheres possam entregar bebês em adoção como maneira de não se tornarem mães. Para a escrita desse trabalho trago materiais de entrevistas com profissionais francesas que acompanham essas mulheres no processo da entrega através do parto anônimo e de um caso etnográfico presente em um dos processos analisados em uma das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso no Rio de Janeiro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A busca por parentes (bio)revelados: um estudo antropológico sobre famílias entre consumidores de testes de ancestralidade genética

Jadhe Santana Azevedo Mineiro (UNB)

O presente trabalho, fruto de uma monografia de graduação, tem por objetivo analisar os efeitos íntimos e pessoais causados em consumidores de testes de ancestralidade genética a partir dos resultados que recebem a respeito de seus parentes genéticos e suas origens biogeográficas, atravessando suas configurações e noções de família. Busca-se, para fins de contextualização, compreender o que são esses testes, como funcionam, quais são seus potenciais e suas problemáticas, qual é o perfil de seus consumidores e o que estes procuram ao adquirir esse dispositivo, inserido no contexto da revolução da biomedicina tecnocientífica. O campo escolhido para esse trabalho se circunscreveu virtualmente, no grupo do Facebook intitulado “DNA Brasil - Genealogia com Genética”, onde cerca de 16 mil pessoas discutem diariamente temas relacionados aos testes genéticos, à pesquisa genealógica, ao método científico de empresas que oferecem a análise do DNA coletado pelos testes, e às interpretações de seus resultados. São postados também muitos pedidos de ajuda para encontrar parentes não localizados ou desconhecidos, e debates a respeito de família, raça e biologia. Foi realizado um formulário de perguntas para coleta de dados mais amplos, assim como entrevistas online com interlocutores de diferentes regiões brasileiras e múltiplas experiências de vida. Três interlocutores, com histórias e perspectivas diversas, foram selecionados como pontos de partida para refletir sobre como os testes de ancestralidade genética se articulam e influenciam as noções de parentesco a nível individual e coletivo, à luz de estudos da antropologia do parentesco. Assim, ao tensionar os moldes e as bases das noções de parentesco com os dados

coletados por meio deste trabalho de campo, é possível obter observações interessantes a respeito de como podem ser e se constituir famílias no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_784_76535076_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Substâncias , transformações e alexetérios: relações de parentesco e outras relacionalidades

Juliana P. L. Caruso (USP)

A partir de diferentes contextos etnográficos, nos últimos anos venho buscando refletir sobre substâncias especificamente, através do prisma que os estudos de parentesco oferecem. Deste então, em pesquisas anteriores realizadas entre moradores e moradoras de comunidades tradicionais de pescadores, assim como na pesquisa atual a respeito de uma síndrome genética hereditária, o conceito substância tem ampliado possibilidades e percepções sobre as relações de parentesco estudadas. Considerando as discussões que visavam ampliar substâncias para além dos fluídos corporais, englobando comensalidade, mais-que-humanos, diferentes materialidades e imaterialidades, esta proposta de apresentação busca discutir processos de transformação de substância e seus possíveis alexetérios. A pergunta central gira em torno de refletir como diversas dinâmicas e movimentos dialogam pelas/nas relações de parentesco e convivialidade e de qual forma tais relações modificam e transmitem substâncias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Se você não sabe, eu é que vou saber?”: No labirinto das burocracias da dupla maternidade por adoção

Klarissa Almeida Silva Platero (UFF), Lígia Duque Platero (Instituto Chacruna)

Tarde de 16 de maio de 2023. Lígia está em casa quando recebe uma ligação. Do outro lado da chamada, uma voz feminina informa que é a psicóloga da Vara e pergunta se Lígia ainda está interessada em adotar uma criança. A pergunta é pertinente, pois 7 anos se passaram desde que iniciamos os trâmites jurídicos para adotar uma criança com perfil de 0 a 3 anos, sendo-nos sexo e raça aspectos indiferentes. Também havíamos decidido aceitar crianças com doenças tratáveis nascidas em todo o território nacional. Abro a porta de casa e vejo Lígia ao telefone. Ela me vê, aponta para o celular e diz sussurrando que é da Vara. Eu lhe pergunto o motivo da ligação, imaginado se tratar de mais uma reunião com a equipe técnica. Lígia me responde: “Tem uma criança para nós!”. Trêmula, balbuciei: “coloca no viva voz”. Então, a psicóloga me cumprimentou e repetiu o que já havia dito para Lígia: um menino de cinco meses e meio acabara de ficar disponível para adoção e havia chegado a nossa vez. Ela continuou nos informando sobre o histórico jurídico e perguntou se gostaríamos de conhecer o processo. Prontamente respondemos “sim”, marcamos o horário e desligamos o telefone. Nós nos abraçamos e ligamos para uma de nossas advogadas. Na manhã seguinte, estávamos na Vara para ler toda história de nosso filho, narrada nas entrelinhas de três processos judiciais. Horas depois, chegávamos ao abrigo para conhecê-lo e interagir por algumas horas. Voltaríamos ao abrigo na quinta e sexta-feira subsequentes, para o estágio de convivência. Na noite da sexta,

fomos informadas de que ele poderia vir para nossa casa no sábado. Mas havia uma ressalva: caso o Termo de Guarda Provisória para Fins de Adoção não fosse emitido até às 17h da terça-feira seguinte, teríamos que levá-lo de volta ao abrigo. É aqui que começam as reflexões teórico-analíticas que pretendemos tratar neste artigo, num exercício cognitivo de transformar nossa experiência dos primeiros meses de dupla maternidade por adoção em material empírico. A frase que dá título ao trabalho é a que eu disse inúmeras vezes a operadores de diferentes instâncias, quando me via imersa no labirinto das burocracias na busca pelos direitos de nosso filho e de nossa família. Os desafios são compreender como as disputas de poder-saber entre a equipe técnica e as lógicas cartoriais do judiciário impactam no desenrolar do processo judicial de adoção e, por outro lado, compreender como a adoção é um universo desconhecido por instituições públicas e privadas, como operadoras de planos de saúde, instituições de saúde e escolas. Em meio a essas disputas de poder saber e de descontinuidades entre o direito normativo e as práticas dos operadores, discutimos os conflitos e as indignações presentes em uma história de dupla maternidade por adoção.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Conceito de Família para o Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos: Uma Etnografia com Famílias de Brasileiros

Laise Rosales Munhoz (UFMS)

Este trabalho tem como objetivo geral descrever o reconhecimento de família pelo Serviço de Cidadania e Imigração dos Estados Unidos (USCIS), órgão responsável por julgar os pedidos vistos nos Estados Unidos. Será analisada a importância do conceito de família dentro das políticas migratórias dos Estados Unidos, especialmente no que diz respeito à obtenção de “green card”, baseado no casamento. A pesquisa se concentrará em entender como a imigração estadunidense reconhece e define o conceito de família, especialmente em relação aos laços afetivos e legais. Será explorado o papel das instituições e das práticas sociais na construção do conceito dentro do contexto imigratório. Para alcançar esse objetivo, será utilizado o método da observação participante aliado à técnica da entrevista. Isso permitirá a interpretação das dinâmicas que ocorrem no campo da imigração estadunidense, assim como as experiências subjetivas vividas pelos indivíduos naturais brasileiros que são afetados pelo processo imigratório. Essa pesquisa só foi viável devido a minha atividade profissional como “paralegal” em um escritório de Imigração nos Estados Unidos. Um dos principais desafios enfrentados durante a pesquisa será a navegação através das complexas políticas migratórias dos Estados Unidos, que muitas vezes podem ser confusas e contraditórias. Para embasar teoricamente esta pesquisa, serão utilizadas obras que abordam o conceito de família dentro do campo da Antropologia e dos Estudos Migratórios. Autores como Fonseca (1981) e Schneider (1984) fornecem bases importantes sobre as construções sociais e culturais da família, que podem ser aplicadas ao contexto migratório. Fonseca (1981), destaca a influência das forças institucionais na formulação das sensibilidades familiares. Essa abordagem será fundamental para entender como as políticas imigratórias dos Estados Unidos influenciam a concepção de família dos imigrantes naturais brasileiros. Schneider (1984), por sua vez, argumenta que a estrutura biológica da família é uma construção cultural, e não uma base natural. Essas perspectivas serão

utéis para analisar como as políticas migratórias podem reconhecer e legitimar diferentes formas de família, independentemente de laços biológicos. Além disso, será realizada uma revisão bibliográfica de teses e estudos sobre imigração e políticas imigratórias nos Estados Unidos. Ao final deste trabalho, espera-se contribuir para uma melhor compreensão do reconhecimento de família de brasileiros pela imigração americana, assim como dos desafios enfrentados pelos indivíduos que buscam formar família com cidadão estadunidenses ou residentes permanentes legais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_538_56641617_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desafios da família desorganizada no Acolhimento Institucional: uma perspectiva sobre tempo, moralidades, soluções e políticas públicas.

Luciana da Silva Menéndez (PPGAS - UFRGS)

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes gera conflitos que transcendem a relação entre Estado e famílias destituídas do poder familiar. Atores jurídicos e não jurídicos, rede de acolhimento e proteção, equipe técnica e todos os envolvidos são cobrados por soluções que privilegiam demandas dos sujeitos em situação institucional. A ideia de que há um problema a ser solucionado, fundamentada por vezes nos marcos legais, legítima e convoca a atuação dessa multiplicidade de atores que constroem e disputam narrativas sobre a vitimização de crianças e adolescentes. Isso envolve não apenas a construção social da vítima em si, mas também de outros atores que assumem papéis de culpados e salvadores. Tal visão fomenta a crença de que a família é o epicentro da ameaça e violação de direitos de crianças e adolescentes, desconsiderando a influência de outros fatores sociais e institucionais. Famílias consideradas inadequadas para o desenvolvimento de seus filhos são marcadas como desorganizadas, justificando a retirada das crianças e adolescentes como medida para garantia de seus direitos. Entretanto, essa lógica pode implicar na dissociação dos direitos da criança e do adolescente dos direitos de suas famílias. A etnografia se dará por meio da observação de discursos proferidos em debates sobre temas como violação de direitos humanos, primeira infância, acolhimento institucional, entre outros, ocorridos em audiências públicas conduzidas pelos agentes que gerenciam esses processos. A análise também se debruça sobre como os agentes gerenciam o tempo presente visando atender expectativas de um futuro idealizado. Esse tempo se configura como um evento central e crítico: por um lado, impõe um senso de demora na solução do problema do institucionalizado; por outro lado, serve para manter viva a ideia de que os agentes agem incessantemente contra o tempo e pelo melhor interesse da criança e do adolescente, mesmo com limitações institucionais e dos prazos legais. Diante desse cenário, questiona-se a precariedade da estrutura física e técnica do acolhimento institucional, bem como a possível desvalorização dos programas de assistência e seguridade social, que visam o cuidado integral da família em seu contexto territorial. Essa desvalorização pode se manifestar na subestimação do profissional e na falta de investimento em atualização e capacitação da equipe técnica para lidar com as novas demandas que se acumulam ao longo do tempo. Partindo desses e de outros questionamentos, este trabalho busca ampliar o debate, sem a pretensão de apresentar uma solução definitiva. O objetivo é incorporar perspectivas diferentes daquelas

arraigadas pelos marcos legais e alguns de seus operadores, a fim de analisar alguns dos conflitos sobre o acolhimento institucional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Não vai ter filho agora, hein? Maternidade e vida acadêmica: entre desafios cotidianos e constrangimentos institucionais"

Manuela Vieira Blanc (UFES), Nathalia Cominotti Bonfiglio (UFES), Victoria Rangel de Moraes (UFES)

Este trabalho tem como objetivo analisar os desafios encontrados por mães estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo no que se refere a conciliação entre as atividades de cuidado e estudos diante da insuficiência de suporte estatal e de serviços oferecidos pela própria universidade e conferindo especial destaque aos constrangimentos institucionais observados ao longo de um trabalho de observação de inspiração etnográfica. Esta proposta se inspira em um conjunto de situações observadas pelas autoras enquanto estudante e professora universitárias, a segunda também mãe, e que apontam para os constrangimentos institucionais vivenciados por estudantes mães e seus dilemas em torno da conciliação entre os estudos, o trabalho e o cuidado e que se somarão às diferentes dimensões que atravessam a condição de sobrecarga materna. Esta proposta, portanto, se utiliza de dados de observação de inspiração etnográfica, de dados coletados ao longo de uma pesquisa etnográfica digital, via whatsapp, e de relatos de membros do coletivo Parentalidades quanto às suas vivências e embates no contexto acadêmico. No plano teórico, esse trabalho se inspira no debate da Desigualdade Sexual do Trabalho e na Teoria da Reprodução Social, que fazem o esforço de expor como são dadas as desigualdades entre homens e mulheres no que tange o trabalho do cuidado e esclarecer como esses desafios e desigualdades se organizam em prol da manutenção do sistema capitalista. A Teoria da Reprodução Social reconhece a reprodução como aspecto central ao processo produtivo, enquanto atividade de reposição da força de trabalho. A desqualificação e invisibilização destas atividades de cuidado estão relacionadas a um sistema de exclusão das mulheres, historicamente as principais responsáveis por realizá-las, dada a ausência de um aparato coletivo, na contemporaneidade, que culmina na exclusão das crianças e seus cuidadores de diferentes contextos sociais. Destacaremos o papel de uma série de constrangimentos institucionais que incidem negativamente sobre as experiências parentais, sobretudo de mulheres estudantes que são as cuidadoras principais de seus filhos no contexto acadêmico entre mulheres estudantes que são as cuidadoras principais de seus filhos, bem como os esforços de mobilização, igualmente restritos em função dos desafios de conciliação entre as atividades de cuidado e de estudos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_874_12415745_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Representações de infância enquanto tecnologias de governo e seu papel na tutela de crianças Warao em Porto Alegre

Milena Weber Rodrigues (UFRGS)

Há uma década se dá o início do processo de deslocamento forçado de indígenas da etnia Warao da Venezuela para o Brasil. Esse movimento vem ocasionando uma série de transformações significativas entre estes indígenas, na medida em que o contato com a sociedade brasileira se intensifica e novas problemáticas oriundas desta relação emergem. Concomitante a isso, uma série de conflitos de diferentes naturezas têm início na medida em que grupos Warao se dispersam pelo país. O presente trabalho corresponde a uma pesquisa em andamento que busca, neste sentido, dar enfoque ao conflito existente entre as instituições de proteção à criança e ao adolescente e os indígenas Warao em Porto Alegre. A escolha do tema se dá pelo interesse em elaborar reflexões em torno das representações de infância que aparentemente são mobilizadas enquanto tecnologias de governo para tutelar as crianças destes grupos e que, por consequência, se estendem a estas unidades domésticas como um todo, operando uma lógica semelhante à do poder tutelar exercido pelo Estado nacional sobre as populações indígenas. Com base no trabalho de campo etnográfico realizado junto à população Warao na cidade ao longo de quatro anos, o objetivo aqui é contrastar a representação de infância enraizada em duas instituições - a Fundação de Assistência Social (FASC) e o Conselho Tutelar - com as concepções de infância Warao, sem esquecer de suas transformações neste contexto de deslocamento forçado. Posicionando-se de forma estrategicamente interseccionada, buscamos estabelecer diálogos com autores da antropologia da infância, antropologia das instituições e também com a etnologia em sua abordagem mais processual.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_337_17042832_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Pecados dos Nossos Pais: o reconhecimento público de filhas e filhos de sacerdotes católicos nas disputas político-religiosas do movimento Coping International

Monique Batista do Nascimento (UFRJ)

O celibato é um dos dogmas mais controversos da tradição católica romana. Diante dos inúmeros escândalos sexuais de celibatários religiosos – somados a um momento de crise vocacional –, os debates sobre a obrigatoriedade do celibato na Igreja Católica se intensificaram nas últimas décadas. A partir disso é possível notar diversos investimentos de pesquisa acerca das bases teológicas do celibato, porém pouca atenção vem sendo dada aos cônjuges e descendentes gerados a partir da quebra desse voto sagrado, sobretudo nos dias atuais. Em razão da pouca visibilidade pública e política das discussões sobre as famílias, em 2014, um psicoterapeuta irlandês – que descobriu ser filho de padre somente aos 28 anos de idade – fundou a plataforma online denominada Coping International. Tendo como um de seus objetivos a criação de uma rede de contato e de apoio essencialmente às filhas e filhos de padres, esta plataforma pretende, também, adotar estratégias políticas para eliminar o estigma que os acompanha e alertar sobre os problemas emocionais e psicológicos que, muitas vezes, são causados pelo silêncio imposto diante deste tipo de situação familiar. Entre 2014 e 2017, o site contou com mais de 400 mil acessos em 175 países, chamando a atenção da Igreja Católica para a indesejada questão de padres que violam os seus votos de castidade. Essa rede contava ainda com a parceria de uma agência de DNA, a Origin Genetics, com o intuito de contribuir para a confirmação das paternidades. Logo, gerou-se um cenário de disputas pelo



reconhecimento oficial da Igreja Católica dos descendentes de celibatários religiosos na Europa, fomentando discussões mais acirradas sobre as diretrizes adotadas pela instituição religiosa em casos de quebra de celibato. Neste sentido, o presente trabalho tem como proposta analisar e apreender, através de alguns casos públicos de filhas e filhos de padres que recorreram ao Coping International na busca por suas origens paternas, como elas/eles expressam suas percepções e interpretações sobre família, particularmente pensando esses arranjos relacionais diante de contextos sócio-históricos fortemente marcados por valores morais-religiosos. Ademais, torna-se relevante analisar as controvérsias em torno da manutenção ou não do celibato católico, especialmente a partir das diretrizes do Vaticano na lida com a paternidade de seus ordenados, observando as implicações desses casos para a Igreja Católica e para os próprios padres.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O direito à convivência familiar: um estudo sobre a rede de proteção e os processos de destituição do poder familiar na cidade do Rio de Janeiro

Nayra de Oliveira Martins (UFF)

Esse trabalho tem como proposta, a partir de uma observação direta, compreender como os processos de destituição do poder familiar são concebidos pelos profissionais da rede de proteção dos direitos da criança e do adolescentes, seguindo as diretrizes das medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar do processo de adoção ser apontado como uma medida excepcional para assegurar tais direitos, ainda é usado como justificativa de “salvação” em processos de destituição do poder familiar. Com a revogação de alguns artigos do ECA, devido a lei Nº 12.010|09, a qual trouxe a convivência familiar e o vínculo afetivo como primordiais no desenvolvimento do indivíduo e que, em teoria, teria como objetivo a redução dos altos números de retirada e acolhimento de crianças, a preservação do vínculo comunitário e não o apagamento de sua origem, por conta da situação de vulnerabilidade social do núcleo familiar, mostra, entretanto que, na prática, esses elementos ainda se mostram presentes. O Conselho Tutelar é a principal instituição de proteção, portanto surge como um campo de análise cuja característica é garantir a proteção integral da criança e do Adolescente, a partir do acompanhamento de famílias denunciadas, e a parceria de outras instituições de proteção, das áreas de assistência, saúde e direito. Busco observar os casos “fatídicos” descritos pelos atores envolvidos e os métodos utilizados pelos mesmos. Diante disso, procuro compreender a seleção das famílias denunciadas e o processo que permitiu que os casos fossem judicializados, ou seja, onde a rede de proteção não pode impedir a violação. Elementos que enfatizam “quem pode ter|ser mãe”, aliada a presença majoritária de mulheres intimadas a comparecer nessas instituições, servem como um reflexo a quem essa responsabilidade é designada. Da mesma maneira, demonstra quais são os tipos de maternidades reconhecidas e quais são negadas, e a violência contra elas durante e antes do processo. Além de não compreender a pluralidade do cuidado e das formas de maternar devido aos julgamentos e moralidades atravessadas na maternidade, marcados pela questão de gênero, raça, classe e território. A pesquisa ainda está em andamento e o campo se delimita na região da cidade do Rio de Janeiro, e a partir de uma análise das legislações, e as políticas públicas

designadas para um controle sobre as famílias, em nome da proteção das crianças. Procuo realçar esse campo de disputa de direitos entre o “direito à infância” e o “direito à maternidade”, cuja priorização é justificada pela categoria do mais “vulnerável”, que é entendida pelos agentes como sendo sempre a criança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_295_33681624_988245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"chegamos para morar na casa 11 do abrigo em uma terça do mês de março de 2003 e lá já havia uma família": modos de constituir famílias sociais na Aldeias Infantis SOS Brasil Caicó/RN

Saionara de Jesus Dantas (UFRN)

No meu trabalho de conclusão de curso desenvolvi uma etnografia do processo de institucionalização que eu e meus dois irmãos vivemos, no início dos anos 2000, em Caicó, região do Seridó potiguar. Uma escrita elaborada através das minhas memórias, as dos meninos, as de mainha e as familiares. Familiar, para mim, pode referir-se tanto à minha família de origem, quanto à minha família social. Complementando-as: as legislações que versam a respeito do direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar e comunitária, as fotografias desse processo e os documentos oficiais da intervenção. Os documentos produzidos pelo Estado através da Aldeias Infantis SOS, entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional, produziram uma família social como expediente de controle. Anterior ao "ganhar uma nova família", com uma mãe social, irmãos sociais, tias sociais e um tio-gestor e uma Comunidade SOS, mainha, Sandra de Jesus, foi lida como incapaz de nos criar e a nossa família gerenciada como desestruturada, por sete anos. Eu, Saionara, fui a criança-ponte desta intervenção. Agora, aciono meu diário de campo e as memórias do processo de escrita e acrescento mais questões ao debate.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Maternidade tutelada e cuidados compartilhados: a situação de mulheres privadas de liberdade em São Luís, Maranhão

Yasmin de Sousa Andrade (UEMA)

O exercício da maternidade no cárcere é cercado por vulnerabilidades, como o abandono familiar e a permanência integral das mães e os seus filhos dentro de um espaço da penitenciária denominado "berçário". Esse espaço é habitado tanto por gestantes quanto por mulheres que cuidam dos filhos que nasceram enquanto estavam presas (de acordo com a lei, a criança pode permanecer com a mãe privada de liberdade até completar dois anos de idade). A partir de pesquisa etnográfica realizada na Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís Maranhão (UPFEM), fruto de uma iniciação científica, pude perceber, por um lado, as múltiplas formas de cuidados destinadas a crianças nascidas na prisão e o exercício de uma maternidade compartilhada entre as internas e, por outro, interferências institucionais nas atividades maternas dentro do berçário da penitenciária. Quando estão no berçário, as gestantes e as mães perdem o direito de realizarem as atividades laborais e educacionais disponibilizadas na

penitenciária. Durante a pesquisa de campo, pude ver que as duas crianças do berçário passavam de mão em mão, recebiam cuidados de diversas mulheres e cada uma das internas as chamavam por um nome diferente. Apenas a observação seria insuficiente para saber quem eram as mães das duas crianças, pois não era visível um vínculo maior de uma ou outra com elas. O companheirismo se mostrou um componente importante no cotidiano do berçário. As tarefas são divididas, desde a faxina do local até os cuidados com as crianças (como alimentação, higienização, brincadeiras). O companheirismo se expressava, também, no suporte emocional que umas davam às outras, na troca de conselhos acerca do melhor momento de se separar de seus filhos e da situação das crianças quando saírem do estabelecimento prisional. Muitas internas são abandonadas pelos seus familiares, logo, nem sempre os responsáveis pelas crianças são membros da família das internas. Nos casos em que a criança não tem para onde ir, de acordo com a lei 1.584 §º5 do Código Civil, o caminho é a adoção, o que significa a perda da guarda de seu/sua filho/a, e a certeza de nunca mais vê-los. Uma das presas relatou não ter família, apenas uma amiga de confiança que considera como uma irmã. É ela que cuida do seu filho de 8 anos que está no "fora", assim como também cuidará da filha que está esperando. Nesta apresentação, a partir de pesquisa etnográfica realizada na UPFEM, pretendo fazer uma discussão sobre essas situações de cuidado e tutela que as crianças nascidas na prisão passam até o momento de saírem da penitenciária.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_988_47990999_988245.pdf

GT 031: Artes e crafts: composições, técnicas e trajetos criadores

Este grupo de trabalho propõe colocar em relação as chamadas produções “artístico-artesanais” e/ou “populares”, em suas diversas expressões e contextos. Trata-se de reunir pesquisas de caráter etnográfico que se debruçam sobre modalidades de fazer e feitura, criadores e criaturas, técnicas e trajetos criadores, com a atenção voltada para como se cria, com o quê se cria e com quem se cria. Em outros termos, a ideia é comparar modalidades de criação diferentes, do ponto de vista dos sujeitos (humanos e não-humanos), das técnicas, materiais e instrumentos que são mobilizados na confecção de artefatos, formas e composições heterogêneas. Sem esquecer os processos de aprendizagem e formação envolvidos nesses processos criadores que se dão em espaços diversos - casas, oficinas e mercados; associações profissionais, coletivos artísticos e políticos - nos quais são forjados vocações e projetos, corpos e pessoas. A ênfase está colocada, assim, menos nas coisas feitas e consideradas acabadas, e sobretudo nos trajetos criadores, que deixam ver seres, relações e concepções díspares. Além disso, interessa refletir, com a ajuda de exemplos precisos, o modo com as etnografias ensaiam novas formas de descrição e apresentação de seus resultados, convocados pelas criações sob escrutínio.

Coordenação

Fernanda Arêas Peixoto (USP), Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB)

Debatedor(a)

Fernanda Arêas Peixoto (USP), Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Poiesis fotográfica: aprendendo através da experiência do próprio fazer.

Alfredo Gresta Brant (Universidade Católica Portuguesa)

A presente comunicação investiga o fazer fotográfico como estratégia de produção de conhecimento no contexto de uma residência artística organizada na ilha de São Vicente (Cabo Verde) e voltada para fotógrafo-a-s emergentes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). O carácter etnográfico da pesquisa se manifesta através da metodologia de observação participante e da análise qualitativa das estratégias de produção fotográfica desse grupo. Privilegiando a visualidade em sua perspectiva cognitiva e com o objetivo de compreender a produção de fotografias como uma prática significativa que descoloniza construções hegemônicas da epistemologia ocidental, essa apresentação propõe uma revisão conceitual do termo poética e a retomada do conceito de poiesis. Enquanto o primeiro representa uma sistematização da sensibilidade ao determinar leis e princípios que guiam a percepção e o entendimento das obras de arte, a poiesis representa uma forma de traduzir a realidade baseada na dinâmica do próprio fazer. Por se definir como a passagem do não-ser à presença (Zambrano 2019, 44), a poiesis possibilita processos de aprendizagem através de estratégias decoloniais e de táticas específicas envolvendo a fabricação de imagens. Ao enfatizar o carácter processual ao invés do objeto final, propomos a noção de poiesis fotográfica como uma estratégia de literacia visual. Tal noção busca no próprio fazer uma relação cognitiva com a realidade que ultrapasse as particularidades da mídia e questione sua inserção numa história (supostamente linear ou universal) da arte. Assim, exploramos algumas possibilidades da poiesis fotográfica que remetem ao fazer fotográfico como prática transformadora tanto no nível pessoal quanto social. Por exemplo, como uma ferramenta de construção de mundos dotada de carácter autorreflexivo, através do potencial cognitivo que envolve a capacidade imaginativa, na fabricação e transmissão de micronarrativas ou em seu potencial pedagógico como prática emancipadora aplicável às produções artísticas-artesanais. Conclui-se que ao tornar porosa a linha que separa artes e "crafts", a própria ideia de conhecimento (knowledge) é desconstruída em benefício da noção de sabedoria (wisdom) onde o sentido emerge da ritualização do próprio fazer.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Criação e ornamentação do cotidiano: um olhar sobre as servilletas em Oaxaca (México)

Bianca Barbosa Chizzolini (USP)

Minha pesquisa etnográfica investiga o papel social da servilleta, têxtil artesanal de uso cotidiano, que é, ao mesmo tempo, um detalhe trivial e vital das práticas alimentares ordinárias e festivas, centrais à reprodução da vida em Oaxaca de Juárez e alguns pueblos zapotecos dos Vales Centrais, no México. Deambulando entre casas, mercados, festas, cemitérios e barracas de comida de rua, as servilletas, peças quadradas tecidas em tear de cintura (técnica ancestral de tecelagem presente em distintos países do continente americano) ou adornadas com bordado e acabamento em crochê ou macramê, participam de modo ativo de um circuito predominantemente feminino, tradicional e popular que abrange dimensões econômicas, afetivas, criativas, relacionais, simbólicas, éticas e transformativas importantes para a



sustentação da vida cotidiana. Apesar de sua notória presença na vida social e na estrutura alimentar de Oaxaca, a servilleta está quase ausente do debate entre especialistas, revelando a invisibilização da peça, de suas artífices e seus conhecimentos técnicos e referenciais estéticos, bem como dos trabalhos dos quais ela participa. Em 2022 realizei 8 meses de pesquisa etnográfica com duas famílias de mulheres artesãs em San Antonino Castillo Velasco e Ocotlán de Morelos (pueblos vizinhos entre si e distantes 40 min de Oaxaca de Juárez, capital do estado de Oaxaca) focada sobretudo nos circuitos de produção, uso e circulação da peça. O processo de pesquisa junto às artesãs foi documentado em diário de campo escrito e em um “diário de campo têxtil” que inscreve, em tecido, o processo de aprendizado técnico dos bordados e da relação entre as peças e suas artífices ao longo da etnografia. Da exploração desses aspectos e dessa metodologia de pesquisa que associa texto e têxtil, palavra e fio, argumentarei de que maneira a criação, o uso e a circulação dessas peças estão emaranhadas à criação e sustentação da vida cotidiana entre espaços públicos e privados, ordinários e extraordinários e, sobretudo, coletivos. Interessa-me, assim, discutir como tais expressões estéticas do cuidado exercem um importante papel político na vida culturalmente compartilhada de algumas comunidades zapotecas de Oaxaca cuja ornamentação não é uma tarefa exclusivamente feminina, mas comunitária.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arte e Consumo: localização e redistribuição de narrativas dissidentes

Farley Santana Pereira (ESPM)

Tomando como base as produções artísticas como parte de um importante fluxo informacional e cultural em sociedades, o presente artigo explora no mercado emergente de artes visuais em São Paulo, com foco na galeria Hoa, as fricções e motivações mercadológicas, de consumo e fazer artístico, isto é: identificar, construir e manter realidades antes não centralizadas. Para isso, utiliza-se a etnografia para explorar a relação entre arte, sociedade, mercado e cultura, destacando a importância da observação participante. A técnica etnometodológica foi empregada para compreender a construção de realidade social, dessa forma o campo revela que as práticas da galeria redistribui e reordena a comercialização de arte, impactando o consumo e narrativas em evidência no campo sociocultural, gerando sua localização e redistribuição.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_294_53170354_544268.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Observando pátinas, perturbando estratigrafias: o uso de ferramentas artísticas na produção de uma didática contra colonial em antropologia e arqueologia

Lara de Paula Passos (UFMG)

O trabalho pretende apresentar algumas experiências de ensino-aprendizagem envolvendo técnicas artísticas (em especial, a escrita poética e a collage) que vem sendo aplicadas pela autora a fim de construir uma prática pedagógica contra colonial de floração de pensamento crítico envolvendo as áreas de antropologia e arqueologia. Inicialmente, apresenta o universo arqueológico e seus atravessamentos colonialistas, ao passo em que desenvolve breve

explanção acerca da importância da presença do lúdico nos sistemas de partilha de saberes. Por fim, apresenta os recursos teórico metodológicos aplicados enquanto referência e reflete acerca da importância das contribuições de vozes plurais dentro destas áreas, reivindicando o protagonismo de uma africanidade nos debates acadêmicos e espaços de produção de conhecimento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cadernos de bordado: A permanência de um saber-fazer

Leila Santana da Silva de Carvalho (UFRB)

A presente pesquisa tem como objetivo geral o estudo sobre a produção dos cadernos de bordados da Fundação Instituto Feminino da Bahia. A partir do estudo de arquivo, interessamos a produção didática cultural inerente ao saber-fazer de um ofício ancestral, o ofício das bordadeiras e as formas de registro de um saber tanto pela ótica dos estudos do patrimônio quanto pelo impacto na produção artística contemporânea.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_187_71237055_544268.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Linhas Pretas: Mapa Afrobrasileire de criadores de Moda

Lidyane Souza Querino (UFV), Larissa Sarmiento Lira (UFPB)

Nasce em 2022 a Coletiva Presentes Futuras, fruto do encontro de mulheres de diferentes regiões do Brasil que enxergam na arte a dimensão da força e do afeto como estratégia de produção de vidas. Composta por pesquisadoras, designers, stylists, costureiras e artistas, a moda é o que costura nossas histórias, trama nossos processos de criação e nos atravessa enquanto forma de luta por novas formas de ser e estar no mundo. Em 2024 lançamos o Mapa afrobrasileire de criadores de Moda. O incômodo que surge da invisibilização do trabalho de pessoas pretas foi a força motriz do projeto que teve como apoio e financiador, a FARM e o Instituto Precisa Ser. O objetivo da iniciativa, que está em sua primeira edição, foi criar uma ponte entre criadores, instituições, marcas e organizações, colocando esses nomes literalmente no mapa para futuras parcerias e presentes conexões, fortalecendo uma rede de apoio, por meio de uma plataforma online de acesso livre para consulta (<https://mapalinhaspretas.com/>). Mapeou-se 92 criatives pretes de 18 a 35 anos de diversos setores da moda, de todas as regiões brasileiras e que tem como pilares de seu trabalho: inovação, sustentabilidade, originalidade e decolonialidade. As inscrições foram recebidas via formulário online, estimulados por divulgação e abertura de diálogos estabelecidos nas nossas redes sociais. Para além dos elos estabelecidos, o projeto agora tem um valioso banco de dados que está em processo de análise de forma quali-quantitativa e pretende trazer informações importantes quando o assunto é a moda afrobrasileira. Leda Maria Martins (2021) nos fala que a vestimenta e o modo de vestir são integrantes das práticas corporais e acrescentam valores, movimentos, produzem imagens, esculpe gestos, marcam espacialidades e traduzem conceitos e hábitos, sendo assim, a composição vestuária é um veículo de mensagem. A moda, em seu caráter artístico (devido ao seu poder semiótico) e educador (devido a sistematizar de maneira organizada diversos saberes)

permite que uma história seja contada sem proferir uma palavra. Na antropologia, a partir dos finais da década de 1980, a moda integra um outro quadro reflexivo sobre cultura material, que passa a considerar também as propostas conceituais, os objetos enquanto coisas que fazem as pessoas, tendo Daniel Miller (2013) e Karen Tranberg Hansen (2004) como algumas de suas figuras centrais. Por meio da análise desses dados, será possível identificar tendências, padrões e lacunas na representação e no reconhecimento dos criadores afrobrasileiros na indústria da moda. Essas informações podem servir como base para a formulação de políticas públicas, programas de incentivo, bem como para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão, a equidade e a diversidade dentro do setor.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A propósito da produção das pessoas e das coisas Nagô em Natal/RN

Marcos A. de S. Queiroz (IFRN)

A pesquisa tem como proposta estudar a rede de casas religiosas de culto aos orixás Nagô na cidade de Natal/RN, por meio da sua produção material. O campo de pesquisa indicado apresenta um contexto religioso afro-indígena múltiplo com vertentes diversas em interação - o Nagô/Xangô, a Jurema, a Umbanda e diversas nações de Candomblé (ASSUNÇÃO 2022; QUEIROZ, 2013), muitas vezes entrecruzadas no interior de uma mesma casa religiosa. Para tanto, amparo-me numa perspectiva teórica que procura fazer uma interface entre os campos da Antropologia e da Arte, no sentido de pensar os processos de produção e manutenção das coisas e das pessoas produzidas (FERNADES DIAS, 2001; GELL, 2005; 2018; LAGROU, 2003). Procuo ressaltar os usos, as apropriações e as técnicas de produção desse contexto, pois tanto as coisas quanto as pessoas necessitam de cuidado e manutenção ao longo da vida. Na vivência etnográfica, pretendo tomar como material de análise as relações entre as pessoas e destas com os objetos, com o propósito de compreender como são agenciados os índices da identidade Nagô. Nesta perspectiva, os sinais identitários podem assumir uma forma concreta como artefato e agente causador de eventos verificáveis na vivência etnográfica, ou seja, na percepção do agenciamento do que é ser Nagô. A percepção desse agenciamento permitirá entender como são formalizados os procedimentos e técnicas que produzem e/ou transformam as coisas e pessoas de forma concreta evidenciando o estilo Nagô dessa rede (GELL, 2018).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_831_59371257_544268.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ativismos têxteis contemporâneos: uma cartografia de novas artes da política no Brasil

Milena de Oliveira Silva (USP)

Esta comunicação visa apresentar resultados preliminares e caminhos de uma pesquisa que se dedica ao que é conhecido por activismos têxteis contemporâneos no Brasil. As práticas dos coletivos têxteis podem ser sintetizadas no uso do tecido como forma de denúncia ou expressão política onde, geralmente, mulheres são as protagonistas; são elas quem fazem uma reapropriação estratégica do têxtil e do bordado, subvertendo concepções e estereótipos associados ao feminino. Se tais activismos se fazem presentes na América Latina desde pelo

menos as arpilleras chilenas - técnica de bordado realizada por mulheres que lutaram contra a ditadura de Augusto Pinochet no país, a partir de 1973 -, no Brasil, a atuação dos coletivos têxteis é bem mais recente e se dá de modo particular. Difundidos sobretudo nos anos 2000, no país tem destaque um conjunto de coletivos de mulheres que se identificam como “Linhas” – do Horizonte, de Sampa, do Rio etc. - coletivos que se dedicam à produção de panfletos bordados, produzidos com a intenção de serem distribuídos em espaços públicos (às vezes também produzidos no espaço público), com temáticas diversas associadas, em geral, às pautas de movimentos políticos de esquerda brasileiros. Interessada em conhecer os coletivos e a compreender como atuam, a pesquisa se organiza em dois tempos. Em um primeiro, trata-se de realizar uma cartografia dos coletivos, de modo a pensar quem são, onde se localizam e o que fazem. Em um segundo, o objetivo é colocar o foco da atenção em questões levantadas por uma etnografia iniciada com o Linhas de Sampa, por exemplo, as relações entre política e cuidado, e expressão artística e ativismo político.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_092_18327384_544268.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre traços e riscados - um esboço dos modos de criar, desenhar e fazer sigilos mágicos

Milena dos Reis Rabelo (UFSC)

Como descrever o terreno mágico e material do Paganismo Contemporâneo? A partir de experiências de prática e produção de pesquisa junto ao Círculo Piaga na Vila Pagã, no Piauí, o seguinte trabalho coloca em cena os modos de criar e fazer uma religião pagã na contemporaneidade. Traçando a magia como mediadora da experiência de estar num mundo “infundido de espíritos” (Greenwood, 2016), seguirei, nessa escrita, os traços riscados dos sigilos mágicos desenhados por um sacerdote-bruxo piaga inspirado por almas, bruxas, espíritos e encantados. Enquanto imagens gráficas de seres outros-que-humanos – geralmente feitas a partir de representações pictóricas e/ou rúnicas, ou criadas junto a experiências mediúnicas –, os sigilos fazem indagar: o que um sigilo faz? Como se faz um sigilo? O que media e o que é mediado por sigilos mágicos? Como os gestos de desenhar, inscrever e traduzir nomes, símbolos e imagens emergem reciprocamente com os sigilos? Essas indagações – que povoam minha atual pesquisa no mestrado sobre as materialidades da experiência da magia num contexto pagão –, nos levam a prestar atenção ao processo de criação e feitura desses traços mágicos-rituais e às dimensões criativas e materiais que os trazem à existência junto às pessoas em cujas vidas eles estão envolvidos. Entrelaçando rastros biográficos-sociais e mágico-rituais, riscarei nessa escrita o devir das pessoas e o devir das “coisas”, me concentrando nos fluxos materiais pelos quais “coisas” surgem e continuam como organismos que crescem a partir do que fazem (Ingold; Hallam, 2014). Desde pedras, madeiras, troncos, chão e giz, os sigilos riscam entidades e energias que agem durante rituais, mas, que antes, foram criados e feitos em processos que envolvem experiências mediúnicas; ao mesmo tempo que são riscados através do corpo do sacerdote-bruxo que está inspirado, irradiado, canalizado e/ou incorporado por entidades – que escrevem-inscrevem e traduzem as imagens nos/dos sigilos como participantes ativos na experiência da magia. Como uma simpoiese (Haraway, 2016), a relacionalidade provocada pelo ato de criar e fazer sigilos pode indicar modos de

visualizar como acontece a intimidade de uma religião pagã na contemporaneidade desde uma escala situada e específica – mas que também está enredada na paisagem religiosa do Paganismo Contemporâneo no Brasil a partir da produção de um mundo mágico e religioso localizado –, como é o caso da tradição do Paganismo Piaga no Piauí.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relatos artísticos-antropológicos com o barro preto de Goiás

Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO)

O barro preto é tradicionalmente modelado pelas paneleiras do quilombo urbano Alto Santana, em Goiás (GO), cidade reconhecida, em 2001, pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade. As peças de cerâmica terracota são queimadas em fornos tradicionais, feitos também de barro. A lenha, oriunda de restos de construção e de árvores do Cerrado goiano, é capaz de gerar calor de 900° a 1.200°, temperatura esta suficiente para transformar o barro preto em cerâmica vermelha. A construção e manuseio do forno tradicional, bem como o controle do fogo são tarefas árduas conduzidas, sobretudo, por mulheres negras do quilombo, detentoras do saber-fazer na cidade. Desde 2021, dona Xica, mestra amplamente reconhecida em Goiás, vem me ensinando essas tarefas e me escolhendo como uma de suas aprendizes do ofício de ser paneleira. A priori, nesta proposta de comunicação, eu busco discorrer e refletir sobre as experimentações etnográficas e processos criativos que eu venho realizando com a cerâmica e a sua principal matéria orgânica. Assim, amparada pelos ensinamentos do barro e de dona Xica, discorro sobre conceitos de campo como a “ciência do barro”, o “tempo do forno”, o “cheiro de panela queimada”, o “amassar o barro”, o “alisar o barro” e outros. Também trago uma descrição visual que focaliza as etapas de construção das panelas de barro e técnicas de modelagem e escultura desenvolvidas por dona Xica bem como os materiais utilizados no ateliê/oficina como a espiga de milho, o pedaço de couro, e a ponta da chinela. Neste momento inicial da pesquisa, me interessa investigar as possibilidades inventivas a partir do barro e com pessoas detentoras do “pensar-saber-fazer” que, cotidianamente, modelam narrativas futuristas com vistas a um caminho ancestral. Fazendo uma relação com pesquisas anteriores de mestrado e de doutorado, sobre a materialidade têxtil e os bordados políticos, eu sigo criando conexões entre os ofícios do saber ancorados em técnicas tradicionais, tecnologias ancestrais, territorialidades, materialidades, processos criativos e mulheres plurais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pontos para alinhar um método - Arquivos, repertórios e performances do tecido, corpo e espaço

Thiago Duarte Flores (UFMG)

Ao investigar o universo dos fazeres têxteis, encontramos um limite em relação às fontes escritas tradicionais. Ingold lembra que “a fiação, torção e união das fibras estiveram entre as artes humanas mais antigas, das quais todas as demais derivaram, incluindo tanto as construções quanto os têxteis”. Apesar disso os fios nunca foram matéria de atenção aos estudos das artes, humanidades e ciências, por não levarem a sério os trabalhos compreendidos como femininos. Recorrer à oralidade seria a resposta mais rápida de um cientista social frente ao desafio de lidar

com tal contexto não registrado pela escrita. No entanto, seria a voz suficiente para dar conta de um sistema permeado por gestos, imagens e silêncios? A autora Leda Maria Martins nomeia oralituras os movimentos performáticos grafados pela voz e pelo corpo na oralidade, nos quais o “gesto não é apenas uma representação mimética de um sentido possível (...) mas também institui e instaura a própria performance” (MARTINS, 2003,p. 65). Em extensão, o fazer se torna uma forma de contar, o artesanato uma expressão de um olhar subjetivo sobre o mundo. Podemos, com Diana Taylor, ir além e pensar nos mais diversos tecidos, mesmo aqueles à primeira vista ordinários, como registros, no sentido em que “tudo que tem significado se torna uma espécie de escrita”(TAYLOR, 2013, p. 57). Nesse fio, podemos pensar as performances que envolvem os fazeres têxteis como repertório, “maneiras como se produz e se transmite conhecimento por meio da ação incorporada” (TAYLOR, 2013, p. 55). Pensando com Diana e Leda, podemos “levar a sério o repertório de práticas incorporadas como um importante sistema de conhecer e de transmitir conhecimento.” (TAYLOR, 2013, p. 57). Nesta relação entre o dizer, o saber e o fazer, Porto-Gonçalves enxerga uma dimensão de disputa de poderes: “Há uma tradição que privilegia o discurso – o dizer – e não o fazer. Todo dizer, como representação do mundo, tenta construir / inventar / controlar mundos. Mas há sempre um fazer que pode não saber dizer, mas o não saber dizer não quer dizer que não sabe. Há sempre um saber inscrito no fazer.” (Porto-Gonçalves, 2017, P. 51). Não basta, assim, que escutemos apenas com os ouvidos às histórias que essas praticantes do tecido têm a nos contar, precisamos aprender a implicar nossos corpos e dialogar com suas performatividades. Há uma voz que não se manifesta da mesma forma que a palavra falada na vida política ou pública, pessoas que encontram outros meios para compartilhar suas subjetividades. Neste pequeno ensaio busco tatear, na interlocução de artesãs e pesquisadoras, os pontos que alinhavam uma inteligência própria dos fazeres têxteis: a textualidade dos arquivos têxteis; a leitura pelo avesso; os jogos de escala; os gestos que retramam o mundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_867_64188818_544268.pdf

GT 032: As Ações Afirmativas no Brasil atual: análises antropológicas sobre a eficácia, eficiência e efetividade das reservas de vagas no ensino superior

Ao longo de duas décadas da implementação das ações afirmativas nas universidades públicas no Brasil, e ao completar 12 anos da lei federal 12.711/2012 mobilizou o debate público sobre sua eficácia e objetivos. No recente debate sobre sua renovação no Senado e Congresso Nacional, discorreu-se sobre sua ampliação e houve uma avaliação ampla sobre os “resultados” alcançados. O debate público após a implantação das políticas de “cotas” modificou sensivelmente a percepção das populações beneficiárias e das instituições universitárias sobre a questão racial e das desigualdades sociais. A proposta deste GT é reunir trabalhos atuais que reflitam sobre os modos de monitorar as políticas de ações afirmativas e avaliar as repercussões das ações afirmativas. Se, inicialmente, as atenções estiveram voltadas a “eficiência e eficácia” da política, observando o período de sua implementação, entendemos que cabe ampliar o escopo

de conhecimento sobre as formas de monitoramento dessa política na sociedade brasileira. Estas são questões que fazem parte de dinâmicas atuais de monitoramento e avaliação sobre a efetividade das ações afirmativas, e o modo como uma política social e antirracista reverbera na vida brasileira. Pretende-se reunir trabalhos que examinem criticamente as reverberações das ações afirmativas no contexto das universidades, instituições públicas, no debate sobre afro empreendedorismo, e nas transformações no mercado laboral no Brasil. d

Coordenação

Denise Fagundes Jardim (UFRGS), Marcos Silva da Silveira (UFPR)

Debatedor(a)

Jocélio Teles dos Santos (UFBA), Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nada será branco como antes: atores anticotas, um campo profícuo de monitoramento da política de cotas no ensino superior no Brasil

Ana Carolina Canegal de Almeida (Observatório da Branquitude)

As experiências de ação afirmativa no ensino superior no Brasil são eloquentes em revelar o êxito das políticas públicas que franquearam o acesso a estudantes negras e negros aos bancos universitários. Fruto da luta do movimento negro pela garantia ao direito à escolarização e formação qualificada para o mundo do trabalho, a política federal de cotas, renovada em 2022, consiste na primeira - e até hoje única - resposta concreta do Estado brasileiro na direção de reparação via promoção de justiça e igualdade racial. A despeito das evidências científicas comprovarem seus impactos positivos nas trajetórias escolares e de vida das novas gerações negras, é notável a persistência de atores sociais avessos à radicalização da democracia encarnada pelas cotas sociais e sobretudo raciais. Com a finalidade de contribuir com o monitoramento contínuo e sistemático em torno das ações afirmativas no ensino superior, o Observatório da Branquitude busca mapear e acompanhar dimensões anticotas que podem ameaçar, direta e indiretamente, o cumprimento efetivo e eficaz destes programas entre nós, sob a ótica dos estudos críticos da branquitude. Por branquitude, entende-se um lugar de privilégios raciais, simbólicos e materiais construído historicamente como o mais elevado na hierarquia racial, e que confere aos grupos raciais brancos o monopólio do acesso a estruturas de poder. Mediante a aplicação de metodologias qualitativas, o Observatório investigou o comportamento da imprensa, de intelectuais e levantou um conjunto de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional ao longo das duas últimas décadas e que, de certa forma, restringem, banalizam ou procuram acabar com a política de cotas no Brasil. Deste estudo concluiu-se que tais dimensões de análise do discurso anticotas fundamentam suas narrativas em torno de um mesmo argumento central controverso: a política de cotas no país deveria somente observar critérios sociais. Ao afirmar isso, implicitamente ratificam que ela é - e não deveria ser - racialmente orientada. Portanto, para pensar a política de cotas em termos de eficiência, eficácia e monitoramento faz-se necessário, também, e de maneira complementar, conhecer, mapear e monitorar grupos anticotas ao longo do tempo. Os anticotas, em última instância, são antinegros. Em que pese todas as evidências de sucesso da política, que

necessariamente focaliza na inclusão de pessoas negras no ensino superior, seguem se articulando para frear o processo de reparação e justiça históricas para populações negras e não brancas. Sofrem de uma síndrome de curupira, em que a marcha aponta para frente, mas insistem em virar seus pés para trás, em um eterno retroceder. Em uma eterna negação de que nada será branco como antes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_107_43763928_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cotas raciais no estado do Paraná: mobilizações políticas em meio ao apagamento histórico

Daniara Thomaz Fernandes Martins (UFPR)

Presente no debate público e intelectual brasileiro desde a virada do milênio, o tema das ações afirmativas e, em particular, das cotas raciais, tornou-se alvo de uma ampla disputa de narrativas no que se refere aos seus feitos e efeitos na sociedade brasileira, sobretudo, em relação ao racismo e às desigualdades e discriminações raciais vivenciadas no país. Mais do que evidenciar as mazelas oriundas desse mal social pautado pelas diferenciações e classificações raciais, as ações afirmativas também lançaram luz à luta política e organizada da população negra em torno do acesso ao ensino superior e da pauta antirracista como um todo. Talvez, em razão disso, a literatura produzida sobre o assunto tem, ao longo dos anos, privilegiado os embates e mobilizações acampadas em instituições localizadas nos grandes centros do país, a exemplo do notório caso da Universidade de Brasília (UnB). Com isso, as articulações e reivindicações pavimentadas pelo movimento negro em locais de menor prestígio no cenário nacional têm ocupado posição periférica no escopo de pesquisas e estudos que abordam as cotas raciais e as lutas dos sujeitos e coletivos negros para a sua implementação. Enquadram-se, neste caso, as universidades paranaenses cujos processos de adoção de políticas afirmativas racializadas receberam pouca atenção de estudiosos do tema, com ressalva para a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e, em menor escala, a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Embora haja um breve acúmulo de pesquisas e textos sobre a implantação das cotas raciais, bem como de seus resultados, nas instituições mencionadas acima, as demais universidades do estado carecem de análise mais detalhada no que tange suas relações com as ações afirmativas. Com efeito, não podemos ignorar as relações de poder inerentes à própria produção de conhecimento científico no Brasil, cuja agenda tende a priorizar determinadas regiões em detrimento de outras. Contudo, tratando-se deste tema específico, urge destacar que o Paraná tem sido representado, ao longo de sua história, enquanto um estado majoritariamente branco, construído sob as heranças culturais e genéticas dos povos europeus, subtraindo, portanto, de sua representação oficial a presença negra. Diante disso, a proposta deste trabalho é elucidar os processos de reivindicação e implementação de cotas raciais nas universidades paranaenses, considerando a relação destes eventos com a atuação do movimento negro no contexto universitário. Para isso, faço uso do método de etnografia de arquivos, tomando como principais fontes documentos institucionais, textos acadêmicos e matérias jornalísticas que descrevem os percursos enfrentados para a consolidação da ação afirmativa. Palavras-chave: Ações afirmativas; Cotas raciais; Movimento negro; Paraná.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Presenças, Jornadas e Travessias de Estudantes Negros (as) na Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Daniel Bergue Pinheiro Conceição (UNIMONTES), Karine Cristine Costa (IEMA)

A presença da população negra brasileira nos espaços educacionais formais, em particular na universidade é algo recente. Por muito tempo as universidades públicas se mantiveram como um espaço onde só era visto a presença de um grupo social, por dentro desta discussão a partir das lutas e tensionamentos dos movimentos negros (as) no Brasil, passamos a discutir sobre às ações afirmativas para a população negra na educação superior objetivando rever as múltiplas desigualdades socioeducacionais e raciais que estão presente na sociedade brasileira sucedida de um passado opressor e desigual. Sendo assim, intervenções foram ponderadas para democratizar o acesso e a permanência dos (as) agentes sociais pertencentes a grupos socialmente vulneráveis e com sub-representação no ensino superior, pois os espaços universitários caracterizam-se como um espaço de prestígio social e de poder. No centro dessa discussão, tendo conhecimento de que a Universidade Estadual do Maranhão reserva 10% de suas vagas para estudantes auto declarados pretos (as) e pardos (as) ou oriundos de comunidades indígenas e que deverão ter cursado o ensino médio exclusivamente em escolas da rede pública, conforme determina a Lei Estadual n.º 9.295/2010 e disciplinada pela Resolução n.º 1.658/2023 - CEPE/UEMA, acreditamos necessário desenvolver um estudo para refletir, verificar e analisar como tem se dado a presença, jornada e travessia dos (as) estudantes negros (as) cotistas na UEMA.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_877_86361712_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem é negro no Ceará? Processos de racialização no Estado e políticas de ação afirmativa

Geísa Mattos de Araújo Lima (Universidade Federal do Ceará), Antônio Sérgio Moreira de Santiago Filho (UFC)

O trabalho objetiva analisar as problemáticas envolvidas na autoclassificação e heteroclassificação do pardo no contexto do Ceará, buscando compreender como essa categoria é mobilizada e que impactos têm na política de ação afirmativa no Estado. Pardos constituem 64,7% do total da população cearense, de acordo com o último censo demográfico (IBGE, 2022). Porém, dentre os indivíduos que se autodeclararam pardos, quais deles têm de fato direito a concorrer a vagas por cotas raciais nas universidades públicas, sendo considerados negros pelas comissões de heteroidentificação, para efeito das políticas de reparação? A questão dos pardos tornou-se crucial para o debate sobre ações afirmativas no Brasil, como diversos autores vem reconhecendo. Porém, no Ceará esse debate torna-se ainda mais relevante, uma vez que o Estado é o terceiro com a maior população parda do País (IBGE, 2022). Além disso, se no Brasil, a ideologia racial tem como eixo o mito de que somos todos mestiços, no Ceará a crença difundida por intelectuais brancos é de que aqui não existem negros e a matriz populacional cearense seria composta apenas de povos originários e colonizadores brancos. Nesse contexto,

em que a própria existência da negritude é negada, buscamos compreender o papel que tem os debates em torno de quem tem ou não direito ao acesso às ações afirmativas como um tipo de letramento racial. Entendendo raça como construção social, as discussões sobre quem é ou não negro para ter acesso às ações afirmativas, criam a possibilidade de ler a negritude de alguém com base no exame detalhado de seu fenótipo. Fizemos o acompanhamento dos debates na mídia convencional e nas redes sociais digitais sobre denúncias de fraudes nas cotas raciais para acesso às universidades, e também sobre contestações judiciais ao indeferimento de candidatos como pardos pelas comissões de heteroidentificação. Discutimos a literatura existente sobre mestiçagem no Brasil e nos detivemos nas especificidades das relações raciais e do racismo no Ceará, em seus aspectos sincrônicos e diacrônicos. Como resultados da pesquisa, entendemos que esse processo, por mais que seja permeado de conflitos, tem levado ao reconhecimento de que negros no Ceará têm especificidades fenotípicas em relação a outros lugares do País onde a pele é mais escura e os traços afrodescendentes mais marcantes. Por outro lado, faz-se necessário cada vez mais o letramento racial da população de forma ampla, para levar a compreensão de que é para os negros/pardos no Ceará que as cotas são destinadas e não para brancos que, por desconhecimento ou má fé, se autodeclaram pardos nos levantamentos censitários e para fins de acesso às políticas públicas de reparação histórica aos afrodescendentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_343_79963330_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ações afirmativas para pessoas trans e travestis na pós-graduação

Glauber Carvalho da Silva (USP), Laura Moutinho (USP)

Os debates sobre implementações de políticas de ações afirmativas ganharam destaque ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, é salutar a promoção de discussões acerca do público-alvo dessas políticas, especialmente no campo da pós-graduação. A Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016, determina que as Instituições Federais de Ensino Superior adotem ações afirmativas nos programas de pós-graduação; A portaria define os grupos para os quais as AA serão destinadas: pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou com deficiência. Cabem às instituições aperfeiçoar essa política. Em levantamento realizado, nota-se o baixo número de universidades federais com uma política de ações afirmativas destinada às pessoas trans e travestis e que contemple todos os seus programas de pós-graduação. Com esse cenário em tela, primeiramente, essa comunicação busca investigar de que forma são estruturadas ações afirmativas para pessoas trans e travestis nas universidades federais, procurando também reconhecer quais argumentos estão sendo utilizados. Ademais, com o objetivo de compreender como a Universidade de São Paulo (USP) se insere no movimento de implementação e debate das políticas em questão e estabelecer comparações com as demais instituições analisadas, foram levantadas legislações da USP que tratam do tema. As seguintes perguntas orientam nossa pesquisa: quantos e quais programas de pós-graduação tem cotas ou políticas de ações afirmativas na USP? A população trans e travestis tem sido concernida nesses programas? Com os resultados ainda em andamento, temos como hipótese que a USP carece de um olhar sensível para as questões de gênero, especialmente no tocante à inclusão e permanência na universidade.

Portanto, nos interessa também prescrutar como são alçados os debates sobre ações afirmativas na pós-graduação no campo da antropologia. Nesta comunicação iremos apresentar os argumentos que sustentam a criação da AA para pessoas trans e travestis e fornecer os dados levantados até o momento. O objetivo mais amplo é contribuir para os debates sobre tema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Metapragmáticas da raça nas comissões de heteroidentificação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio

José Sena (UNIRIO)

Esta pesquisa em andamento teve início em 2023, e tem como foco identificar e analisar os efeitos dos entendimentos sobre a categoria raça nas comissões de heteroidentificação. Com o recorte voltado ao primeiro semestre de 2023, quando foi realizada uma imersão etnográfica durante o funcionamento das comissões, a pesquisa também tem se dedicado a análise de documentos e entrevistas com sujeitos envolvidos na instalação das bancas desde seu surgimento. Embora a instrução normativa nº 008, de 02 de abril de 2021, da Unirio, determine no artigo 6º, § 2º que Deverá ser observado apenas o caráter fenotípico do candidato avaliado, o que se observa em campo é a flutuação dos significados sobre a raça com efeitos na avaliação da comissão e no próprio funcionamento institucional em torno das comissões. Com base em entrevistas e imersão em campo, a pesquisa debate a constituição dessa dimensão das Políticas de Ação Afirmativa na Unirio, traçando um paralelo outas experiencias desta política no estado do Rio de Janeiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_899_40254061_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Efetividade das Políticas Reparatórias no Brasil: uma reflexão crítica sobre os atores sociais das avaliações

Lidia Bueno Pereira (UFRGS)

O presente trabalho, inserido no campo temático das relações étnico-raciais e culturais, reflete sobre a vigência contemporânea das políticas públicas de ações afirmativas, assumindo como métrica o viés antropológico da efetividade em conformidade direta com a visão dos movimentos sociais negros. A efetividade de uma política pública está diretamente ligada ao dinamismo com que essa se renova e se reinventa no tecido social, a partir das mudanças conjunturais da sociedade. Nesse sentido, minha pesquisa tem como foco as políticas de reparação, com ênfase na inclusão das demandas de diversos atores sociais. Dessa maneira, busco analisar a perspectiva desses agentes no processo de formulação e monitoramento de demandas sociais na esfera pública dos direitos, o que tem viabilizado a construção e a continuidade deste contexto étnico-racial e reparatório afirmativo. Nesse termos, esse trabalho inclui a análise dos atores do campo científico e acadêmico, e como esses têm desempenhado papéis fundamentais na implementação e monitoramento das políticas de ações afirmativas para além do ambiente universitário no panorama brasileiro. Para construção do percurso metodológico desta pesquisa, foi selecionado um conjunto de documentos que situam atores

públicos e institucionais da arena das ações afirmativas, sendo o conjunto documental: Revisão Periódica Universal da ONU, Levantamento das políticas de ação afirmativa, do GEMAA, de 2020 e Relatório do Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Ações Afirmativas No Serviço Público: A Reserva De Vagas Para Pessoas Negras. A partir desse enfoque e da identificação dos espaços onde as políticas públicas são formuladas, desenvolvo uma análise qualitativa e quantitativa da efetividade das ações afirmativas a partir de um olhar antropológico. A indagação sobre a efetividade neste contexto, tem como um dos seus diferenciais, a incorporação de uma abordagem interpretativa do processo, englobando dimensões culturais, políticas, econômicas, entre outras, reconhecendo a diversidade de atores sociais e institucionais implicados nessa trajetória, assim como os diferentes cenários em que são implementadas as políticas públicas reparatórias. A noção de efetividade emerge como um conceito transversal e socialmente relevante no processo de avaliação de políticas públicas, destacando a importância do aprimoramento das políticas de ações afirmativas e estimulando uma reflexão mais ampla sobre quem tem participado dessas discussões e definido as métricas e demandas das ações afirmativas na realidade brasileira vigente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_055_87432146_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Escrevivências na academia como produção de conhecimento e enfrentamento ao racismo no Ensino Superior Federal

Maurício Silveira Cardoso (USP-ESALQ), Gabriela Rabello de Lima (Université du Québec à Montréal)

Os estudos sobre a experiência e aplicação da política de reserva de vagas nas Instituições Federais de Ensino, vem crescendo exponencialmente em diferentes regiões do Brasil, seja por meio de relatórios de gestões via coordenação dessas Instituições de Ensino, ou também através do campo científico, em especial com estudos quantitativos, evidenciando a eficiência e eficácia desse tipo de política pública (Jardim et. al, 2022). Contudo, poucos são os exemplos de estudos que centralizam as experiências das pessoas beneficiárias dessas políticas como sujeitos de saberes e produtores de conhecimento através da prática. Para explorar tal lacuna, o presente artigo busca utilizar a metodologia de escrevivência como instrumento para refletir sobre os processos de estigmatização e resistência, enfrentados por pessoas negras, em estudo de caso vinculado à instituição federal de ensino da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tomando como base a pesquisa em que relatem as repercussões no tema de estigmatização e os seus reflexos voltados ao tema de racismo, dialogando com literatura que aborda a importância de metodologias narrativas, para a produção de conhecimentos decoloniais. Apresentaremos três relatos coletados a partir de registros anteriores de experiências vivenciadas pelos autores durante o seu período acadêmico de agosto de 2012 a janeiro de 2023 e agosto de 2016 a dezembro de 2020. Como proposta autorreflexiva, usaremos o tratamento em primeira pessoa do singular em diálogo com a terceira pessoa, permitindo que essa proposta crie um ser que vê, imagina, sente, assume, realiza e se afirma com o contato ao seu redor e pelo qual ele ou ela são afetados. Como principal contribuição, deste artigo soma-se a contribuições de trabalhos que visam dialogar com o tema de políticas de ações afirmativas em

ensino superior e também traz propostas críticas para refletirmos o tema de eficiência e eficácia da inclusão de políticas de reserva de vagas, sem as adequadas adequações burocráticas, ideológicas e de estruturas necessárias para acolher estudantes e servidores nessas instituições de ensino.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_280_54405313_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior: O caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Casa do Estudante Indígena

Raquel Santos Franckini (UFRGS)

O presente trabalho procura analisar a relação entre a ampliação de condições que promovam a permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior e a conquista da Casa do Estudante Indígena (CEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Resultado de pesquisa realizada para produção de Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) do curso de Ciências Sociais em 2023, o trabalho procura compreender a conquista da casa nos termos em que foi colocada pelas estudantes durante o processo de reivindicação: Uma retomada de território indígena tradicional. A partir de análise retrospectiva do processo de conquista da CEI, por meio de entrevistas semiestruturadas e dados secundários, além de observação participante, o objetivo foi procurar apreender de que maneira a casa possibilita a ampliação das condições de permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior e como se deu a articulação política entre as estudantes para organizar um movimento de reivindicação pela casa. Assim, procura-se apresentar o processo de conquista da CEI, relacionando-o ao movimento político dos estudantes indígenas na UFRGS, e apreender de que forma, e por meio de quais mecanismos, a existência da casa amplia as condições de permanência no Ensino Superior. A pesquisa realizada busca estabelecer um debate com as demais experiências de implementação de políticas que visam o ingresso e permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_199_66306724_122191.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Dever do Jaleco Branco: A Promoção das Políticas Públicas de Ações Afirmativas e a Interiorização do Ensino Superior no Nordeste Brasileiro

Rosana da Silva Pereira (UNB)

Compreendendo as mudanças significativas no cenário do Ensino Superior Brasileiro com a implantação das Políticas Públicas de Ações Afirmativas de Acesso e Permanência, este trabalho, decorrente da Pesquisa qualitativa intitulada Enegrecendo o Jaleco Branco: Trajetórias Negras nos cursos de saúde no Ensino Superior Nordestino realizada entre os anos de 2021 e 2023, tem como objetivo central realizar a reflexão acerca da promoção das Políticas Públicas de Ações Afirmativas e a Interiorização no Ensino Superior Nordestino em confluência com a presença negra nos cursos de saúde. Tendo a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

como estudos de caso, a pesquisa se concentrou nas entrevistas semiestruturadas das trajetórias de egressas negras e negros dos cursos de Medicina, Psicologia e Enfermagem, tendo a análise de conteúdo para a interpretação dos dados. Através das discussões sobre as desigualdades raciais e sociais na educação brasileira, o enegrecimento dos cursos de saúde - considerados historicamente como cursos imperiais/cursos de branco e a implementação de Políticas Públicas Educacionais, a pesquisa apresenta discussões sobre os avanços e os desafios da implementação das Políticas Públicas de Ações Afirmativas, a Expansão e Interiorização do Ensino Superior e a importância do crescimento gradativo de negras e negros nos cursos de saúde.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Nós por nós": Alguns apontamentos sobre ações afirmativas, de iniciativa empreendedora negra, promovidas em quatro Bairros Suburbanos do Rio de Janeiro

Thayane Morais da Silva (luminus), Priscila de Alantino Braz Silva (UFRRJ), Michelle Lopes de Souza (UFRRJ), Giovanna Vitória C Costa (UFRRJ)

Este trabalho é parte de uma pesquisa, em andamento, que tem como objetivo analisar o perfil social de 4 bairros do subúrbio da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque e Guadalupe -, de forma a perceber suas necessidades e orientar as atividades do Luminus, um projeto social localizado no bairro de Ricardo de Albuquerque. A metodologia deste trabalho consiste em pesquisa documental e bibliográfica, observação participante, entrevistas e aplicação de questionários. O projeto Luminus, criado em 2023 por jovens negros e universitários - como uma iniciativa empreendedora social sob orientação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especificamente os objetivos: 4 - "Educação de Qualidade", 5 - "Igualdade de Gênero" e 10 - "Redução das Desigualdades" -, visa promover a oportunidade de acesso às universidades e instituições de ensino público aos jovens de bairros periféricos, por meio de orientação pedagógica, preparatório educativo nas disciplinas exigidas, assistência social, acompanhamento nutricional e psicológico, fazendo a interseção entre essas instituições e os alunos. O Luminus tem o papel social de orientar sobre as diversas ações afirmativas que essas instituições oferecem aos jovens e crianças, a fim de melhorar o acesso à informação e de que gozem do direito a uma educação pública de qualidade. Percebendo um desinteresse gradual e crescente no ingresso à universidade, pelos jovens residentes nestes bairros, o Luminus iniciou em 2024 uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com o intuito de perceber as necessidades das famílias destes 4 bairros e os motivos que fazem com que os jovens não queiram ingressar na universidade, ainda que hajam ações afirmativas para facilitar o seu acesso, como por exemplo, o sistema de cotas. Em síntese, o projeto acredita que através do acesso a uma educação de qualidade é possível diminuir desigualdades sociais existentes na região. Este trabalho se justifica, então, pela necessidade de um olhar mais cuidadoso para o subúrbio carioca, de forma a entender suas necessidades e cooperar para a atuação dos projetos sociais, localizados nesta região, através de ações afirmativas eficazes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Estudar te traz poder”: a presença indígena na universidade e a luta pelas ações afirmativas.

Vinícius Cosmos Benvegnú (ICMBio)

Esta proposta de artigo é o desdobramento da tese de doutorado, cuja pesquisa versou sobre a presença de estudantes indígenas em uma universidade em Oiapoque, município do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa. Aqui vivem quatro povos indígenas – Karipuna, Galibi Kali’na, Galibi Marworno e Palikur – que compartilham o território de três Terras Indígenas demarcadas e tituladas. No final da década de 1990 as lideranças indígenas dos quatro povos se uniram para reivindicar o direito de acesso ao ensino superior na Universidade Federal do Amapá (Unifap). Após longos anos de articulações e negociações em vários âmbitos institucionais, em 2007 os indígenas conseguiram que a Unifap criasse o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena (CLII), implementado no município de Oiapoque. Passados 15 anos – a contar entre 2007 e 2022 – o CLII teve mais 500 alunos indígenas ingressantes na universidade. Os relatos de alguns desses alunos nos levam a refletir sobre as políticas de ações afirmativas, principalmente no que tange às dificuldades enfrentadas em acessar as políticas de permanência dentro da universidade. Porém, em que pese esses desafios, a formação desses estudantes, aliado à organização política dos povos indígenas do Oiapoque e das comunidades quilombolas desencadeou um movimento de reivindicação pelo direito à reserva de vagas nos demais cursos do Campus Binacional do Oiapoque. No ano de 2018 indígenas e quilombolas ocuparam a Campus Binacional e não recuaram até conseguirem que as 5 licenciaturas mais os cursos de Direito e Enfermagem destinassem reserva de vagas e que a Unifap criasse um processo seletivo específico. A luta dos indígenas do Oiapoque pelo direito ao acesso à universidade pública e a implementação das ações afirmativa também se ampliou para os cursos de pós-graduação. Em 2018 eles lograram que o recém criado PPG de Letras da Unifap destinasse 13 das 20 vagas para cotas raciais e sociais. Apresentada essa sucinta contextualização, pretendo nesse artigo trazer excertos da etnografia para pensarmos como o ingresso dos indígenas no Campus Binacional do Oiapoque e a conseqüente formação acadêmica proporcionou que os indígenas ampliassem o horizonte de suas reivindicações dentro do escopo das ações afirmativas. Seguindo a frase que dá título ao artigo, o estudo no nível superior tem acarretado em poder e legitimação nas lutas indígenas. Por fim, o contexto dos indígenas do Oiapoque pode contribuir nas reflexões sobre como a implementação das ações afirmativas nas universidades públicas brasileiras além de refletir no aumento quantitativo das populações beneficiárias dentro dos corredores universitários também tem o efeito de instrumentalizar e empoderar esses mesmos beneficiários a demandarem seus direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cota não é bagunça, é reparação: as bancas de heteroidentificação racial da UFRN.

Ysmael Rabino Marrocos Ventura Souza (UFRN)

Desde a implementação das ações afirmativas como resposta à reparação de grupos sociais subalternizados historicamente, como a população negra, indígena e quilombola, que tiveram suas culturas e vidas exterminadas por processos como a escravidão e a exploração de terras, a Antropologia têm se voltado a monitorar e refletir acerca das políticas públicas criadas e

conquistadas por movimentos sociais, principalmente pelos movimentos negros no Brasil. A adesão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN à política de cotas raciais se mostrou eficaz em poder ter transformado o perfil racial dos e das estudantes. Contudo, diante de situações de fraude nas cotas raciais para ingresso nos cursos de graduação, implementou-se, como ferramenta complementar da autodeclaração racial, as bancas de heteroidentificação. A partir de uma descrição etnográfica do percurso da implementação, proponho uma reflexão acerca da metodologia construída pela Comissão Especial de Verificação da Autodeclaração Racial para a identificação dos candidatos e candidatas autodeclarados negros (pretos e pardos), do qual fiz parte, apresentando uma análise das técnicas utilizadas e um comparativo com as de outras universidades federais do Brasil. Problematisa-se aqui, pontualmente, a utilização de fotografias como ferramenta de verificação racial e a um panorama das discussões em torno da categoria pardo, assim como destaca-se os impactos da política de cotas raciais na garantia da equidade racial na UFRN.

GT 033: Cartas, cartografias, confabulações e outras correspondências antropológicas

Neste GT, o coletivo Antropológicas propõe entrelaçar modos sensíveis e multimodais de correspondência entre as pessoas, as coisas e o mundo, vislumbrando alternativas compartilhadas de pesquisar, educar e co-habitar na diferença. Assim, aposta na imaginação e na criação como potências do diálogo atencional e responsivo com a outridade e consigo, capazes de induzir o crescimento do conhecimento a partir de dentro ("Knowing From the Inside", Ingold, 2021). Entendendo que estas relações de correspondência estão ancoradas no corpo, nos afetos e naquilo que nos mobiliza enquanto pessoas - políticas, sociais, criadoras e criaturas -, conclamamos aprendizes (pesquisadoras/es, docentes e estudantes) a compartilharem experimentações, sem receio de infringir modelos acadêmicos pré-formatados. Nesse sentido, pensamos a "performance inscritiva" (Ingold, 2021) da experiência antropológica a partir dos métodos epistolar e cartográfico (Deleuze e Guattari, 1995; Caiafa, 2007; Passos, Kastrup e Escóssia, 2009; Mejía, 2015; Ferraz, 2015), incluindo cartas (Benjamin, 1985; Diniz, 2012; Figueiredo, 2015; Rocha et al., 2017; Baitello, 2018; Anastassakis, 2019; De Oliveira, 2020), vídeo-cartas (Bumachar, 2016; Ikpeng, Ikpeng e Txicão, 2001), cartas sonoras (Martins, 2022), cartovideografias (Caffé e Hikij, 2009), mapas visuais (Elias, 2018) e outros processos artesanais e insurgentes que mesclam vivência, experimentação e saber-fazer, por meio do engajamento no e com o mundo.

Coordenação

Cláudia Turra Magni (UFPEL), Valéria de Paula Martins (UFU)

Debatedor(a)

Daniele Borges Bezerra (UFPEL), Luan Gomes dos Santos de Oliveira (UFCEG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nas pegadas do Juruena: paisagens em foco

Andrea Jakubaszko (UNIMONTES)

Das tatuagens, da anatomia do bico do beija flor que encontra a flor, até desfiladeiros, areias ou geleiras a perder-se no infinito, as escalas da paisagem sempre encantaram e estiveram em foco no horizonte dos hominídeos. Assim também a história das cartografias é remota, e por isso atravessa indiferente as nomenclaturas com as quais pode(re)mos sucessivamente classificá-las. Capturar a paisagem como conceito é tarefa difícil, figurando desde a pintura, a fotografia, os croquis, mapas/etnomapas, passando pelas disciplinas das geociências, ecologia, paisagismo, urbanismo, arqueologia, arquitetura, cada vez mais, a categoria Paisagem ganha relevo como eixo etnográfico. Na RBA de 2012, a partir do envolvimento direto com o Registro do Ritual Yaokwa como Bem Imaterial Indígena, procuramos contribuir com a construção de aportes para a noção de Paisagens Culturais em correlação aos direitos territoriais, destacando os desafios para a Salvaguarda de Bens Imateriais Indígenas. A partir de 2016 seguimos a reflexão, com o marco legal da PNGATI (2012), problematizando, via constatação da ausência de avanços na garantia ao acesso desses lugares pelas vias das políticas públicas instituídas, a negação de direito ao desenvolvimento e, conseqüentemente, ao futuro. Deste modo, circunscrita nas interfaces entre a antropologia, geografia e ecologia política, esta rota se realiza a partir de estudos de casos concretos: Tucumzal, Castanhal, Jenipapal, Taquaral, barreiral, Morcegal, Patuazal e tantos outros "adensamentos monoespecíficos/ áreas core e/ou ecótonos", que estão versados em vasta documentação, constituem pleitos em peças e processos administrativos de revisão de limites de TIs (além de denúncias formais reiteradas que clamam por providências efetivas de proteção) que não avançam, enquanto a aceleração exponencial da destruição dessas paisagens manifesta-se a olho nu solapando a sociobiodiversidade do país. Nesta fase, em continuidade aos estudos de longa duração da paisagem pelas lentes da antropologia, avançamos na sistematização, em curso, de análises comparativas dessas representações no Vale do Juruena (MT) via PGTAs, apreendendo esses Planos produzidos pelos indígenas, nos termos de Little (2010), como "etnografias dos conflitos socioambientais". Essa perspectiva tem permitido prospectar concepções nativas sobre a paisagem em diálogo com contextos acadêmicos, políticos, jurídicos propondo abordagens que exercitam uma "etnografia das intercientificidades (idem, ibidem), em nosso caso, elegendo a categoria - Paisagem - como eixo privilegiado de convergência para férteis reflexões.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_548_59534546_417436.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um diário de viagem e outras correspondências: uma grafia da vida de Luiz Carlos Lessa Vinholes (1933 -)

Hellen da Fonseca (UNICAMP)

A pesquisa de doutorado por mim desenvolvida tem a vida de Luiz Carlos Lessa Vinholes como tema. Nascido em Pelotas-RS em 1933, Vinholes é um poeta, compositor e músico que se mudou para o Japão aos 24 anos de idade para estudar música. Anos mais tarde, quando ainda vivia no país, foi integrado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE) onde atuou como Oficial de Chancelaria até sua aposentadoria. Em razão da natureza de seu ofício,

Vinholes viveu e conheceu diferentes países onde difundiu a música e poesia brasileira. Além disso, atuou como músico, compositor, curador, tradutor, colecionador de obras de arte - sobretudo gravuras. Essa proposta se debruça sobre os materiais de Vinholes encontrados durante minha pesquisa de campo, com destaque para dois objetos escolhidos para esta apresentação. O primeiro será o diário de viagem escrito por Vinholes durante os 33 dias em que permaneceu a bordo do navio Burajiru Maru, que zarpou de Santos-SP com destino ao Japão. O segundo será um conjunto de correspondências trocadas entre Vinholes e seu professor, o compositor Hans-Joachim Koellreutter (1915 – 2005). Conhecendo as potencialidades das experimentações (BRUNO, 2019) com diferentes grafias como forma de produção de conhecimento antropológico (KOFES, 2023), essa apresentação propõe experimentar com tais materiais – e não somente tomá-los como objeto de análise. Espera-se construir um mapa capaz de imaginar o caminho percorrido pela viagem de navio que Vinholes realizou ao Japão. Também proponho criar uma narrativa acerca da transformação dos vínculos entre Vinholes e Koellreutter, tomando como base as cartas que ambos trocaram ao longo de suas vidas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Diálogos interescolares - troca de cartas como proposta de interculturalidade em salas de aula do Ensino Médio

Janaína Meira Reis (secretaria de estado de educação do distrito federal)

O trabalho apresenta pesquisa sobre troca de cartas entre estudantes indígenas do Mato Grosso (MT) e estudantes não indígenas do Distrito Federal (DF). Realizei a pesquisa em turmas de ensino médio no DF onde era também professora. Foram analisadas duas experiências, a primeira entre estudantes do Ensino Médio (EM) de escola da rede pública localizada na região administrativa de Taguatinga (DF) e estudantes indígenas da etnia Mehinako também do EM de escola no Território Indígena do Xingu. Já na segunda experiência, estudantes indígenas do EM de duas escolas da mesma região, uma em aldeia da etnia Mehinako e outra Yawalapiti, trocaram correspondências com estudantes de Samambaia (DF). Quando observo as trocas de cartas aqui apresentadas, concordo com as professoras Meritxell Simon-Martin, Ana Tereza Reis da Silva e Gloria Jové-Monclús ao tratar sobre o intercâmbio epistolar que realizaram, quando consideram que a experiência não chega a alcançar o conjunto das dimensões nem a profundidade da interculturalidade crítica como caracterizada por Catherine Walsh (2012), mas que tem o potencial pedagógico para interculturalizar e decolonizar universidades ocidentalizadas (Simon-Martin et al., 2022). Esse é um objetivo aqui compartilhado pelo trabalho que foi observado: o de interculturalizar e de decolonizar o conhecimento produzido, mesmo sabendo das limitações do exercício da troca de cartas em um sistema escolar que tradicionalmente exclui a pluralidade étnica e desumaniza saberes e corpos que não estão a serviço da colonialidade de poder/ser/saber tal como o termo é trabalhado por Aníbal Quijano (2005). Dessa forma, o diálogo por meio das cartas não é entendido como ponto de chegada, já que se entende que a atividade por si só não é suficiente para enfrentar e abalar essa estrutura colonial-racial. Apesar das limitações, nos relatos de estudantes que participaram, foi destacado como as cartas tinham apelo afetivo e eram capazes de transportar cenas do mundo cultural,

cotidiano e sentimental. Não se trata de romantizar as relações e não situar as diferenças hierárquicas entre os polos de diálogos, isso deve ser pontuado e discutido ao longo das atividades. O que defende-se é que, enquanto instrumento pedagógico, as cartas podem de alguma forma questionar a hegemonia da razão. O processo de corazonar (Arias, 2010) epistemologias dominantes contribui para a construção de outros sentidos da existência e de outra proposta acadêmica e epistêmica. Segundo Patricio Guerrero Arias (2010), as sabedorias insurgentes nos ensinam a não negar a afetividade nos conhecimentos, já que essa negação é entendida por ele como uma das formas mais perversas de colonialidade do poder.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cartografias de palavracidade

Lara Denise Oliveira Silva (Mecila)

Esta proposta de trabalho busca compreender, descrever e imaginar as trocas e interações possíveis entre cidades e seus habitantes a partir da experiência da palavra escrita, anônima e publicamente, nas mais variadas superfícies urbanas. Refiro-me a frases, riscos e palavras escritas e marcadas em muros, paredes, postes e outros equipamentos urbanos. A partir do registro fotográfico e da caminhada como dispositivos metodológicos, busca-se traçar as conexões entre quem escreve, lê, reescreve, risca e interage na paisagem urbana tomando como materialidade as escritas de rua. Nos últimos anos (SILVA 2011;2013;2021), minha atenção enquanto pesquisadora, se mobilizou para compreender e interpretar intervenções que escapavam e pareciam fugir das classificações costumeiras das artes de rua. Eram palavras e frases aparentemente aleatórias e sem significados evidentes como – alento, nua, qualquer coisa, existo etc - escritas, grafadas em equipamentos urbanos diversos como, bancos de praça, caixas de energia, postes, placas de sinalização, asfalto, muros, paredes em demolição etc, sem autoria ou intenção aparente. Para esta proposta em particular, busco perceber o que narram as interações registradas nestes equipamentos urbanos a partir das trocas e diálogos que se estabelecem por meio das rasuras, respostas, riscos, atropelos etc. Ou seja, de que forma o muro registra as interações entre escritores, leitores e passantes a partir da palavra ou frase escrita inicialmente ali? Para responder a estas indagações, um vídeo-carta endereçado aos leitores da cidade será montado. A cidade e a ligação que estabelecemos com ela parece extrapolar o construído, o ir e vir, a racionalidade dos deslocamentos, a temporalidade demarcada, o anonimato e a impessoalidade. Há outras camadas além do concreto das ruas, avenidas, praças, prédios e outros objetos construídos. É possível, portanto, compreender a cidade a partir de lentes alternativas aos estudos e abordagens clássicas, tomando como ponto de partida as inscrições – riscos, frases, palavras, desenhos, garatujas etc – feitas em muros, paredes, calçadas, postes, bancos de praça e tantas superfícies públicas da cidade. E é esta compreensão que proponho aqui: uma abordagem alternativa, não costumeira e transdisciplinar aos estudos da cidade ao debruçar-se sobre um fenômeno crescente e abundante na paisagem urbanas: as intervenções públicas realizadas em superfícies “desimportantes” e que parecem narrar a cidade ao escreverem textos aparentemente sem intenção ou significado, mas que podem se configurar como um instrumento de compreensão da relação entre os sujeitos e como eles se apropriam das cidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quilombolas do Vão Grande, a história daqueles que (r) existem

Lucas Esteves dos Santos Costa (UFMT), Natalia Alencar Cantini (UFMT)

Os conflitos por terras com uso de violência se impõe como um grave problema que afeta diretamente os modos de vida das populações e comunidades tradicionais quilombolas e se constitui como uma das formas de manifestação da questão social que repercute nos direitos sociais. Por meio de cartas a oralidade ganha forma e se registra as ocorrências intercorrências que permeiam as relações deste grupo social, desta forma, esta proposta de pesquisa visa compartilhar as expropriações e diversas violências de direitos sofridas pelos povos Quilombolas do Vão Grande por meio de registros de cartas e história oral, para a partir daí, relacionar com as teorias que embasam as contradições originadas pelo capitalismo e sua ótica desenvolvimentista, com recorte ao território quilombola do Vão Grande em Mato Grosso. Os resultados parciais apontam as evidências de violações graves de direitos humanos, tratados e acordos internacionais e endossadas pela inercia do Estado brasileiro, fatores que contribuem para as explorações predatórias dos territórios, recursos naturais e conseqüentemente o genocídio dos povos tradicionais quilombolas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_328_02621126_417436.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experimentações verbo-visuais como possíveis aproximações a modos Kaiowá de ‘ver’ e ‘dizer’

Luiza de Paula Souza Serber (UNICAMP)

Para este GT, proponho apresentar algumas experimentações verbo-visuais que tenho realizado a partir de um conjunto diverso de materiais - conjugados sob a noção de “práticas de inscrição” (INGOLD, 2000, 2007, 2011) - os quais, no escopo da minha pesquisa, vêm contribuindo para iluminar os imbricamentos entre ‘imagem’ e ‘palavra’ no pensamento Kaiowá (povo de língua Tupi-Guarani que vive em MS e no Paraguai). Abrindo uma fresta nos modelos acadêmicos vigentes, tenho buscado aliar à produção etnográfica e à pesquisa em arquivos, as dimensões do ‘imaginar’ e do ‘criar’ enquanto dispositivos metodológicos para a pesquisa em antropologia, em geral, e na etnologia indígena, em particular. As referidas experimentações ancoram-se, sobretudo, em operações de montagem (BRUNO, 2009; 2019; WARBURG, 2010; BATESON, MEAD, 1942) que nos convocam a um ‘pensar por imagens’ (SAMAIN, 2012) em que se entrecruzam diferentes elementos do universo Kaiowá - tanto aqueles considerados por eles como “tradicionais” quanto produções contemporâneas. Os processos criativos empregados em tais experimentações contribuem, ainda, para que observemos os trânsitos entre imagem-palavra e memória, atualizando as relações entre ‘ára pyau’ (espaço-tempo novo) e ‘ára ymã’ (espaço-tempo antigo). Partindo então da costura artesanal de narrativas, cantos-reza, fotografias, desenhos e mapas, entre outros elementos, espero apresentar aos participantes do GT algumas produções antropológicas que nos permitem entrever uma complexa trama de modos Kaiowá de ‘ver’ e ‘dizer’ - os quais articulam e gerem os campos do visível e do invisível e as relações entre pessoas, coisas, animais, lugares e alteridades mais-que-humanas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os livros no registro do chão

Maria Candida Vargas Frederico (PUC-RIO)

Durante o ano de 2019, na cidade do Rio de Janeiro, frequentei um percurso caminhado (Central do Brasil até Copacabana), para escrever minha tese de doutorado sobre sebos (livrarias de livros usados, raros, esgotados). A variedade de sebos me levou aos sobrados antigos, às feiras de antiguidades, aos leilões, ao sebo de internet, ao camelô de calçada e ao shopping chão (feira horizontal na altura dos pés, espalhada e acomodada aos lances do destino, nas fissuras do ordenamento público, nos dilemas migratórios de quem vive, mora e trabalha pelas ruas). Acompanhei catadores e expositores de coisas descartadas nas ruas e nas portas de prédios. Também conheci outras pessoas que recebiam doação destas coisas e, por isso, não se moviam tanto nas buscas. Existe o shopping chão de aleatoriedades, de tudo que faz sentido estar lado a lado por arranjos e esquemas muito particulares, situacionais, íntimos, e que reservam à edição muitas maneiras de ver, sentir e organizar o mundo; mas existe também o shopping chão de livros, empenhado um pouco, talvez, mais nas entranhas do vai-e-vem da universalidade e da particularidade por separar e reunir “dentro de um mesmo grupo”. Os livros no chão são vivos, nômades, migrantes, articulados, sobreviventes que se entrosam na arbitrariedade de ser livro e de estar no chão, longe das estantes. As classificações “obras de consulta”, “literatura estrangeira”, “crítica de arte” e as fronteiras produzidas pelas estantes obedecem às convenções da divisão dos saberes moderna, contudo, no shopping chão, elas estão suspensas no remelexo da exposição. O que está em jogo é deixar de percebê-los através das ordens de cátedra, dos modos de referência duros, dos determinismos presos à localização, ordenação uniforme; e ainda compreender que a descrição possível do seu embaralhamento não deve ser refletida pelas condições tais que o fizeram chegar ao chão: descartes oportunos, visões de utilidade, perdas, falta de espaço, morte de alguém que lia e colecionava-os etc.; os livros expostos no chão existem no amontoamento e na dispersão do “monta e desmonta” cotidiano como técnica, fazer e habitar nos lençóis e lonas esticados. A instrução seletiva de quem os expõe, que é inusitada e depende de cada um, faz suspender o juízo na ênfase dos seus lugares, onde as estantes ordenadoras se refazem e se dissolvem no turbilhão das calçadas, da reunião entre títulos, gêneros, brochuras, volumes, materiais e ambiente. Cartografias urbanas livrescas promovem uma convivência com a assimetria, refazendo e reformulando as imagens da cidade e da leitura, da precariedade, ou ruínas cheias de desejos e forças; cartografias de não precisão, mobilidade dos escapes, fugas, rolos, virações e garimpagens da segunda mão compõem narrativas etnográficas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Composição, emaranhado e lugar-criação: desestabilizando a prática e a análise musical com a diferença.

Paulo Oliveira Rios Filho (UFSM)

O presente trabalho apresenta um percurso de pesquisa na área de composição musical, iniciado em 2011, em meu doutorado, e desdobrado até aqui principalmente através dos projetos do grupo de pesquisa CM.ÊPA! - Criação musical, experimentação e pesquisa artística



(UFSM/CNPq), no Departamento de Música da Universidade Federal de Santa Maria, onde atualmente sou professor. Trata-se de apresentação de uma proposta de análise musical calcada na imaginação feita com linhas de toda sorte: linhas melódicas, linha rítmicas; os fios sinuosos das senóides espectromorfológicas e das representações diagramáticas das propriedades sonoras; os padrões de vibração das cordas e das colunas de ar, mas também os traços de memória, as trajetórias riscadas dos afectos musicais, os percursos lineares de criação, as setas atiradas de ideias e os corpos de diversas natureza (o corpo-compositor, o corpo-instrumento, -rascunho, -partitura, -som), que também são linhas. Tal análise se configura não mais como um corpo textual assessorado por exemplos em imagens, mas sim como uma análise diagramática assistida pelo verbo, onde agenciamentos (Deleuze; Guattari, 1995) musicais são traçados entre zonas analíticas e composicionais de um mesmo lugar (Ingold, 2011, p. 148), aqui entendido enquanto um emaranhado complexo de linhas em constante movimento. Esse esforço de criação analítica parte, assim, de um contexto mais amplo dado pela pesquisa artística (Coessens et al, 2009; López-Cano, 2020), lançando mão da criação e manutenção de evidências do meu próprio processo criativo (rascunhos, anotações, vídeos, registro de conversas e sensações, diários de campo composicionais, etc.). Por fim, tal horizonte metodológico é empregado para, ao longo de um percurso de comunicação entre pessoas, coisas, ideias e sons, tentar desestabilizar, com essas outridades, meus pensamentos e sentimentos particulares (Goldman, 2009, p. 132)—mais do que isso: para tentar desestabilizar, através da diferença e com ela, teorias e práticas artísticas e seus reflexos no campo da pesquisa acadêmica em música.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre espinhas e discursos: reflexões a partir de um laboratório filmico imersivo

Potira de Siqueira Faria (UFRJ), Rebeca Hertzriken Ferreira (UFF)

O presente trabalho nasceu da parceria entre uma antropóloga e uma cineasta. Juntas, desenvolvemos um laboratório imersivo para a realizar um filme como Trabalho de Conclusão de Curso que buscou levantar reflexões sobre verdade, veracidade e legitimação atrelados ao território. O artigo desenvolvido, está dividido em: I. Relato do Laboratório; II. Discussão metodológica sobre a disciplina; III. O conceito de verdade através da linguagem de documentário e a invenção como potencialidade metodológica. Em Setembro de 2023 partimos para o desafio de criar um roteiro em 20 dias. Os interlocutores já eram conhecidos por conta do projeto Orla sem Lixo da UFRJ que participamos, assim como a câmera por ser usada para fotografar eventos do projeto. Com a proposta de um laboratório imersivo, partimos da ideia de coletar histórias de pescadores que zarparam da Ilha do Fundão e legitimar essas histórias com saberes acadêmicos (inventados ou não). Assim, a primeira etapa do laboratório foi o trabalho de campo se amparando na observação flutuante de (PÉTONNET, 2008) e com a escuta ativa (INGOLD, 2010). Após coletadas as histórias, entrevistamos professores acadêmicos das áreas que as histórias abordaram. A terceira etapa, posterior ao laboratório, trata de filmar atores encenando professores acadêmicos, onde o texto será escrito por nós. A primeira reflexão, uma discussão metodológica, aborda a origem do fazer antropológico. Com Cardoso de Oliveira, refletimos sobre a relação entre o saber tradicional dos nativos e o saber acadêmico, parte do

processo de escrita. Fazendo um paralelo com o Encontro de Saberes (CARVALHO, 2020) problematizamos a legitimação do conhecimento como unicamente acadêmica. Partindo de uma responsabilidade com o território em que pesquisamos (LIBOIRON, 2021), nos debruçamos na história da Ilha do Fundão (aterramento de territórios pesqueiros, remoções, ocupações) para interpretar a ilha como um território em disputa. Somado a discussão metodológica com Geertz, Wagner, discutimos os conflitos entre trabalho de campo e veracidade. A segunda reflexão, aborda a relação entre verdade e ficção no documentário. Surge assim o mocumentário, gênero que discute a verdade pelo seu próprio formato, onde é usado a linguagem do documentário, mas sem haver compromisso com a verdade. Segundo Miranda Campbell (2007), o mocumentário traça uma linha fina entre fato e ficção. Por fim, entendemos a experiência do laboratório como algo atrelado ao encontro (BONDÍA, 2002) e após questionar a verdade, propomos o uso da experimentação como ferramenta metodológica. Assumimos os riscos (ALVES, 2018) das relações entre diferentes (entre cinema e antropologia, pesquisadoras e interlocutores) e defendemos a potência desses encontros geradores de roteiros e pesquisas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De constelações escritas: uma etnografia do escrever de minha avó

Rubens Arley de Almeida Junior (UNESP)

O seguinte trabalho procura realizar uma imersão poética-narrativa mediada e conduzida pelo fazer memorial, pela reminiscência. Desse modo, por meio das memórias e de seus registros materiais, tais como papéis e fotografias, procura-se esboçar possibilidades e potencialidades do processo de escrita realizada por Dona Tereza, uma costureira da cidade de Uberaba, Minas Gerais. A esse processo denominou-se escrita do cotidiano, a qual é marcada pela ruptura com a linearidade e a organização escolarizada. Entende-se que essa escrita é composta por múltiplos fios temporais, que se sobrepõem e se tensionam, sendo também composta a partir de uma determinada configuração de vida em que múltiplos sujeitos/as escreviam coletivamente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_287_44781345_417436.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Carta para o meu filho Arthur ou Como chegamos na Aldeia A'Ukre

Thaís de Souza Pereira (prefei)

Uberlândia, 15 de março de 2024. Oi meu filho!! Hoje eu resolvi fazer uma carta para você. Fui inspirada pela Valéria, professora querida, e o Sensibilidades Antropológicas, o projeto dela, que tem o podcast que eu estava ouvindo e gostando tanto, lembra? Com alguns episódios de cartas sonoras. Quando eu pensei em escrever uma carta, a primeira pessoa que me veio foi você...meu filho. Eu escrevi uma carta para você não tem muito tempo, né? Foi quando a escola propôs, e eu achei muito legal. Ficou tão grande, né? Você comentou. Quando a gente pára para escrever uma carta para alguém, vem tanta coisa que a gente quer falar, acaba que rende! A carta que eu escrevi foi uma carta de finalização do ciclo do fundamental I na escola. Agora essa carta eu quero falar sobre a nossa viagem para a aldeia A' Ukre. Em 2017, eu estava indo

para fazer o trabalho de campo da minha dissertação. Era minha terceira visita à aldeia e eu levei você, então com 4 anos, completando 5. Você lembra um pouco, ne? Eu queria falar um pouco sobre a nossa viagem nesta carta, como chegamos na aldeia A' Ukre. Eu fui a primeira vez para a aldeia em 2014, você estava com 1 ano e 8 meses. Na época, lançaram um edital para um curso de campo lá. Eu estudava, então, educação. Era o tema que eu escolhi pesquisar no meu trabalho de conclusão de curso. E teve muito a ver com você a escolha desse tema, inclusive, né? Antes de você nascer, eu pensava em estudar algo relacionado a religião no trabalho de conclusão de curso. Mas com a sua vinda, sua chegada na minha vida, cada vez mais eu tive interesse em entender, estudar mais sobre educação e infância. O tema do meu TCC foi educação escolar infantil. O que tem muito a ver com você ter entrado na escola com 1 aninho. Era uma EMEI, Escola Municipal de Educação Infantil. Para que eu pudesse continuar meu curso de Ciências Sociais e trabalhar no turno da tarde. Como você, muitas crianças entravam na escola ainda bebês, a partir dos 4 meses. As vagas eram concorridas e tinha lista de espera. Eu me interessei por pesquisar mais sobre esse tema da educação escolar de bebês. Nessa época, pouco após o período que fiz trabalho de campo em uma escola infantil, foi lançado um edital com bolsa para um curso de campo na aldeia Kayapó A' Ukre. Eu fiquei interessada, me inscrevi e deu certo! Eu achei incrível como as crianças da aldeia, já a partir de uns cinco anos, andam em grupos com outras crianças com muita liberdade, brincando no rio, nas trilhas, nas árvores, no pátio da aldeia e nos arredores das casas. (Continua...)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_295_84407665_417436.pdf

GT 034: Casas, cozinhas, quintais e suas agências em coletivos quilombolas, sertanejos, pescadores, indígenas e camponeses

Buscamos neste GT investigar os poderes e agências das casas, cozinhas e quintais situados em coletivos quilombolas, sertanejos, pescadores, camponeses, indígenas - em suma, entre diferentes povos da terra, da floresta e das águas. A partir da singularidade dos arranjos, modos e sistemas que os ativam como dispositivos ou técnicas, queremos pensar como tais entidades se articulam a territórios, e o que fazem: criando (filhos, bichos e plantas, misturas e mexidas, alianças e desafetos, corpos, novas possibilidades de vida); transformando (o cru e o cozido, substâncias, ingredientes e receitas, estórias e histórias, prosa e comida); ou reunindo (vizinhos na prosa cotidiana, conhecidos em torno do café, quem está junto na política ou numa mesma luta, os filhos quando de sua volta à terra natal). Interessa-nos examinar como tais poderes e agências atuam no “mundo”, e em relação às forças a ele associadas. Ao tomarmos “mundo” enquanto categoria nativa, queremos considerar como esses quintais, cozinhas e casas se constituem e operam sob uma perspectiva cosmopolítica, em relação com perigos, alteridades e potências de ordens diversas - por exemplo, aqueles relacionados à vizinhança de monoculturas, plantations, cativeiros e empreendimentos que encurralam povos e territórios; ou os que se vinculam às vicissitudes das famílias que têm seus membros esparramados mundo afora, ganhando a vida “no trecho” ou se aventurando em terras distantes e cidades grandes.d

Coordenação

André Dumans Guedes (UFF), Ana Carneiro Cerqueira (UFSB)

Debatedor(a)

Daniela Carolina Perutti (USP), Rodica Weitzman (UFRRJ), Yara de Cássia Alves (UEMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Sociologia das Cozinhas – usos, práticas sociais, relações de gênero e de trabalho no cotidiano da cozinha das casas

Ana Cláudia Bessa (UFF)

Esta apresentação se refere a um artigo, já publicado em revista científica, se baseia em um trabalho proposto em sala de aula para a graduação em Sociologia. O tema da pesquisa abrangeu as relações sociais que se estabelecem nas cozinhas das casas a partir de paralelos entre o universo doméstico e o comportamento social, cruzando perspectivas diferentes para analisar um contexto que pode produzir tanto a subalternidade, como o protagonismo feminino. A pesquisa exploratória de pequena abrangência foi realizada através de um survey online que forneceu dados que permitem um direcionamento ao desenvolvimento de novas hipóteses a respeito do ambiente doméstico urbano com suas relações sociais e de parentesco. Os resultados permitiram considerações sobre a importância da casa como elemento central das relações, das representações e das reproduções sociais dos papéis masculinos e femininos no cotidiano das casas nas cidades. As respostas revelaram que há um campo a ser explorado nos estudos das relações sociais que se estabelecem a partir da cozinha das casas, que vão além das relações de parentesco e avançam para questões de gênero, dominação e divisão sexual do trabalho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_270_90826645_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rio Jaguaribe e mulheres pescadoras criando fartura, gente, comunidade e política.

Ana Luisa Lisboa Nobre Pereira (Instituto Terramar)

Rio Jaguaribe é o maior rio do Ceará: atravessa praticamente todo o estado e vai desaguar numa foz povoada por muitas comunidades pesqueiras, rodeada de manguezais. Até a desembocadura suas águas contam a história do acúmulo de danos e impactos ambientais graves oriundos do agronegócio, da mineração, de um conjunto de barragens, da criação extensiva de camarão em cativeiro e do turismo. No sentido contrário, do mar ao sertão, um derramamento de petróleo em 2019 penetrou o rio, reforçando a sinergia dos danos. Ao longo de quatro anos de assessoria junto às pescadoras de três comunidades pesqueiras da foz do rio, percebi que as partes do rio são chamadas como partes do corpo humano. Cheio de bocas, troncos, braços, até “suvacos”, essa forma de nomear guarda profundo significado: para elas, é difícil falar de si e da comunidade sem falar no rio e nos mariscos. O contrário também é verdade. Na definição das ações formativas e intercâmbios enquanto assessora, foi uma demanda constante das pescadoras que nas programações sempre existisse um espaço resguardado àquilo que elas diziam “não ser trabalho”, em um contexto de grande demanda de trabalho político e militante: cozinhar, comer

e trocar. Sururu, íntã, búzio, tainha, pirão, pampo, caranguejo, siri, aratu constituíam a “fartura” fornecida pelo rio, preparada e partilhada entre elas nesses momentos de interdito à fala “política”, ainda que esse momento compusesse a programação de intercâmbios e oficinas. O rio, entendido como uma entidade democrática, acessível, nutritora e comum, vem possibilitando meninos “se criarem”, que períodos de “carestia” sejam atravessados (a exemplo da pandemia), que a alimentação dos mais velhos seja garantida, que com os caldos dos mariscos e do pescado as pessoas possam acalmar de suas aflições e ter boa noite de sono. O marisco media e promove relações comunitárias, de vizinhança, na igreja, de amizade. Este trabalho pretende se voltar a pensar sobre a relação das mulheres pescadoras com o cozinhar e o comer juntas e sobre quais sentidos essa prática traz a respeito de um contexto socioambiental de um rio tão maltratado quanto farto e de luta fundiária, assim como uma forma de fazer comunidade. Ainda, pretende pensar sobre as relações entre corpo e território. Por fim, o trabalho se importa a compreender como comer se constituiu como laço e forma de criar uma rede de mulheres do rio e suas lutas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_043_83183108_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre a casa de farinha e a cozinha quilombola: Produção, desafios e resistência na comunidade quilombola do Mocambo - Ourém - PA.

Anael Souza Nascimento (UFPA), Genisson Paes Chaves (UFPA)

O estudo foi realizado no quilombo do Mocambo, localizado em Ourém, Pará, o qual constitui um significativo centro de produção de farinha de mandioca e um espaço essencial para a preservação da cultura alimentar quilombola na região. Esta pesquisa aborda a interação entre a casa de farinha e a cozinha quilombola, destacando os processos de produção e os desafios enfrentados pela comunidade para a manutenção da cultura alimentar e para o avivamento da cozinha quilombola externa nestes dois espaços socioculturais. Conduzimos observação participante, entrevistas abertas e conversas informais. A produção de farinha de mandioca é uma atividade produtiva que marca o cotidiano do quilombo, envolvendo técnicas tradicionais transmitidas de geração em geração. Nesse sentido, conseguimos identificar e compreender a relação intrínseca entre as comidas preparadas na cozinha e a casa de farinha, que muitas vezes estão acopladas uma à outra e vivem essa constante simbiose de práticas e saberes. No entanto, o acesso a recursos naturais, como terras e água, e a pressão exercida pelo avanço da agricultura dita “moderna”, representam desafios significativos para a continuidade dessa prática. Além disso, questões relacionadas à infraestrutura e acesso a mercados também impactam a produção e distribuição da farinha para além do excedente. Apesar dos desafios, a comunidade do Mocambo demonstra resiliência e capacidade de adaptação, buscando soluções criativas para preservar suas tradições e garantir sua reprodução social. A valorização da cultura quilombola e o reconhecimento dos direitos territoriais são fundamentais para apoiar o desenvolvimento sustentável do quilombo do Mocambo e de comunidades semelhantes em todo o país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_410_93099083_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

CUIDAR COM PLANTAS: quintais de mulheres benzedeiros na Serra dos Paus Dóias - Exu/PE.*Camila Correia de Almeida (UFPE)*

Objetiva-se investigar as práticas de cuidado cotidiano com plantas a partir dos quintais de mulheres benzedeiros na Serra dos Paus Dóias, município de Exu (PE). Entendendo o quintal como um espaço de interação entre humanos e agências não humanas que se conectam dinamicamente na produção do cuidado, e o cuidar como uma tecnologia de vida com implicações materiais. Através de dados etnográficos a pesquisa é um esforço de estabelecer conexões entre os dados e as teorias e epistemologias feministas, especialmente no que diz respeito à centralidade do cuidado com intuito de descrever as práticas de cuidado com plantas no espaço dos quintais. Abordar as práticas de cuidado que benzedeiros desenvolvem em seus quintais, buscando a relação com a agência não humana das plantas. A arquitetura do cuidado inclui o quintal e a cozinha. Como bem salienta Nego Bispo, “qual é a parte mais necessária de uma casa no quilombo? É o quintal! Na verdade, é a cozinha e o quintal” (Santos, 2023). E na Serra dos Paus Dóias não é diferente. É no quintal onde acontecem as experimentações de cura, as práticas de cuidado cotidianas, é onde as benzedeiros praticam o seu saber fazer, onde as crianças aprendem a fazer tudo. É onde elas buscam lenha para cozinhar a comida da família, plantam o feijão, a macaxeira, o milho, trocam mudas e experiências. O mundo das benzedeiros é preñado de materialidades, energias e manifestações sobrenaturais, que exigem cuidado. Os quintais das benzedeiros desempenham um papel relevante em seus modos de cuidar através da cura. Lugar preñado da cultura feminina e de empirismo. Essa teia de relacionalidade indica que as práticas de cuidado das benzedeiros incluem outros que humanos. Agências não humana que podem absorver o mau-olhado, por exemplo, ou uma abelha que pode anunciar um mau-presságio. A resistência desses ritos e modos de cuidar falam de uma contracolonialidade que não se deixa “domesticar” e que não se afasta do mundo sensível. E falam de modos de se relacionar que envolvem não apenas um “trabalho de cuidado”, mas também afetos e tensões. Esta pesquisa é um esforço de pensar o cuidado para além das dicotomias trabalho x afeto compreendendo as complexidades que se dão no cotidiano através de suas contradições sem, entretanto, reforçar o lugar da “mulher que cuida”. O saber fazer cotidiano das benzedeiros revela que o cuidado pode envolver situações nem sempre agradáveis como ter que lidar com “reclamações” de entidades supranaturais, por exemplo, e absorver as dores físicas e emocionais do outro. Além do esforço físico para realizar um “trabalho de cuidado” cotidiano que está por trás das práticas de cura como levar sol quente na cabeça enquanto trabalha a terra e cultiva seus “remédios do mato” no quintal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O saber-fazer beiju e a riqueza das mulheres: uma etnografia sobre convenções de gênero nas farinhadas no sul do Brasil*Eliza Abrão Bittencourt (NAUI-NIGS-UFSC)*

No universo-mundo colonial-tradicional-rural-açoriano na Ilha de Florianópolis dos manezinhos e manezinhas - gentílico popular para as pessoas nascidas na cidade - há a continuidade de práticas não-globalizadas ou regionais de saberes e fazeres, adaptadas em



engenhos de farinha de mandioca. Tais elementos passaram a constituir a identidade cultural local, que permanecem vivos na memória da comunidade, tanto em sua dimensão material, quanto imaterial, apesar de atualmente estarem sendo engolidas pelo exponencial crescimento urbano da capital. Pela experiência de pesquisa anterior sobre patrimônio imaterial, mergulhei no mundo das “farinhadas” (eventos temporais e significativos), em que muitos feitos acontecem, e percebi que as mulheres têm lugares bem específicos nessa dinâmica. Para além da farinha, considerado o produto principal, o “beiju” de massa de mandioca também é produzido nessas festividades, sendo feito pelas mãos de mulheres e ensinado pelas mestras. Em novo percurso de pesquisa, agora para fins de conclusão de curso em Antropologia, guiada pela sensibilidade e pela imaginação feminista - assumindo gênero como uma categoria analítica - passei a focalizar o “feito do beiju”, de modo a compreender os sentidos a ele atribuídos, pois na maior parte das vezes é um trabalho desvalorizado em relação ao da farinha e tem sua agência desfeita. Neste trabalho, portanto, apresentarei resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento, problematizando as convenções de gênero no processo da “farinhada”, a partir da perspectiva das mulheres que produzem “beiju”, sabem e fazem, ensinam e aprendem. Num universo folclórico cultural praieiro aterrado pela especulação imobiliária milionária, o “beiju”, assim, se traduz na riqueza das mulheres locais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Enfeites e caminhadas. Diálogo sobre adornos acoplados à indumentária dos conjuntos de atajos de negritos (Peru)

Jane Seviriano Siqueira (UFSC)

O presente trabalho coloca a atenção sobre os adornos acoplados à roupa utilizada pelos participantes dos conjuntos de atajos de negritos no Peru. Os atajos de negritos são conjuntos com música, canto e dança e que entre os meses de dezembro e janeiro fazem recorridos pelas ruas em direção às casas e praças. Seus praticantes tocam pequenos sinos, cantam e dançam com adornos coloridos diante do Menino Jesus, em praças e casas cujos donos montam seus presépios e os recebem com bebidas. As danças acontecem em forma de marcha e batidas dos pés no chão na marcação do ritmo da música e são chamadas de sapateado dos atajos de negritos. Pautado em trabalho de campo entre 2019 e 2020 no litoral centro sul do Peru, o texto sugere que os adereços possibilitam o desempenho da posição no conjunto, e que haveria uma relação entre a banda, peça constitutiva da indumentária nos conjuntos, e o espelho, enfeite obrigatório na banda. A possibilidade de relacionar itens da indumentária dos atajos encontra apoio na consideração feita pelos participantes dos atajos sobre os efeitos dos espelhos nas casas. Os espelhos proporcionam proteção contra más intenções e, por isso, eles ficam próximos à entrada das residências. Neste sentido, o trabalho fala da associação entre o espelho nas casas e enquanto item acoplado na indumentária dos sapateadores no atajo. Na indumentária, o espelho apareceria como um sinal de proteção importante ao cumprimento das atividades do atajo de negritos. Palavras chave: Recorrido. Experiência sonora. Atajos de negritos (Chincha, Peru).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Salão, terreiro e cozinha na constituição do Grupo Afro Ganga Zumba: entre a rua de baixo e a rua de cima de uma comunidade quilombola da Zona da Mata mineira

Jaqueline Cardoso Zeferino (UFMG)

Em 1988 nasce entre a rua de cima e a rua de baixo do Bairro de Fátima, na cidade mineira de Ponte Nova, o Grupo Afro Ganga Zumba. Gestado, parido e nutrido pelas práticas socioculturais “matripotentes” (OYĚWUMÍ, 2016) elaboradas na diáspora negra enquanto práticas de “existência inventiva” (AZEVEDO, 2020), as práticas artísticas do Ganga protagonizadas e agenciadas por mulheres negras especialmente a partir das cozinhas, terreiros e salão de beleza, se tornaram a referência central para a ação política e pedagógica antirracista que transformou a comunidade negra rural do Morro do Sapé em território quilombola. O salão de beleza, as cozinhas e os terreiros das casas são os “espaços seguros” (COLLINS, 2019) que mobilizam e atualizam processos de “autodefinição” e “autodeterminação” negra e quilombola no território. O salão de beleza negra, local privilegiado de discussões sobre a vida comunitária, política, arte e cultura negra, entre outros assuntos de interesse comum (GOMES, 2008), aproximou duas mulheres visionárias que motivaram algumas adolescentes a criar um grupo de dança afro inspirado nos blocos afro-baianos. Do salão desceram para o terreiro, onde eram e ainda são realizados ensaios, encontros resolutivos e festivos, há quase quarenta anos. A rua calçada de pedra fincada virou palco para as apresentações de dança, canto-coral, batuques e cortejos. Das cozinhas emanam os aromas, sabores e saberes ancestrais que fortalecem os laços e a luta quilombola. O antigo salão se personificou naquela que cuida da estética e da beleza da comunidade por meio das amarrações de tecidos, figurinos e cenários. E a partir do uso estratégico da memória e das corporalidades repercutidas dos terreiros e das cozinhas das casas das mais velhas e de suas descendentes, e do dinâmico e complexo conjunto de atividades necessárias ao seu funcionamento, as mulheres do Ganga criam seus repertórios e com eles alianças e articulações dentro e fora da comunidade, além de contribuir com a revitalização constante de um jeito “gangazumbeiro” de ser e viver. Em torno desses espaços a comunidade se fortificou criando a Casa Ganga Zumba, atualmente circundada pelas conquistas como a Escola Municipal, o Posto de Saúde, o Centro de Referência de Assistência Social e a Capela. Contrastam e confrontam cotidianamente à especulação imobiliária, ao racismo ambiental e à penitenciária, que compõem o projeto colonialista (BISPO, 2015) de desarticulação territorial. Contudo, há quase um século as mesmas famílias, casas, cozinhas e terreiros reúnem pessoas, transformam corpos, vidas e reescrevem a história da Zona da Mata mineira.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Plantando nas ruínas: práticas de ressurgência mobilizadas pelo coletivo Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana na periferia de São Paulo (Zona Leste)

Júlia Kaori Miai Tomimura (USP), José Miguel Nieto Olivar (USP)

A cidade de São Paulo é o maior centro urbano do Brasil, sendo historicamente um pólo de concentração de poder que estabelece dinâmicas econômicas e políticas no país. A cidade mostra-se cada vez mais insustentável em termos socioambientais, principalmente em grupos alvo de violência sistêmica, como pessoas negras, indígenas e migrantes nas periferias. No meio deste cenário brotam coletivos por toda a cidade que mobilizam práticas em agricultura urbana.

Resistindo à lógica de plantation, produzem vida em meio ao domínio do agronegócio e do concreto. Na zona leste destacam-se agricultoras(es) que cultivam em terrenos degradados, como as Mulheres do Grupo de Agricultura Urbana (GAU) que transformaram um local antes usado para descarte de entulho de material de construção em uma grande horta agroecológica. Este trabalho pretende apresentar primeiras reflexões do trabalho de campo, focando nos saberes e práticas mobilizados pelo coletivo Mulheres do GAU na produção de alimentos enquanto cuidado para cultivar habitabilidade na cidade. O trabalho reúne coleta de dados bibliográficos e reflexões de campo etnográfico em andamento no 1º semestre de 2024. Buscou-se acompanhar o cotidiano do coletivo e prestar atenção a outros seres que habitam a horta. As Mulheres do GAU cultivam alimentos, vendem para a comunidade, escolas e ONGs, realizam coffee breaks e oficinas de educação ambiental. O trabalho na horta é fundamental para a manutenção do cotidiano delas e de seus familiares, além de fortalecer a saúde biopsicossocial das integrantes e a rede mais-que-humana local. “E nós? Nós também não somos natureza?”: esta foi uma inquietação suscitada por uma das integrantes do coletivo quando conversávamos sobre o anseio em estudar a questão ambiental interseccionando raça e gênero em minha pesquisa. Conectando o território periférico e o início da ocupação na horta, criticou a comum separação pretenciosa realizada dentro de discussões ditas ecológicas, que negligenciam comunidades humanas pobres, racializadas, periféricas. Quando um enorme teiú foi jogado na horta anonimamente, abrem-se perguntas: por que lá foi o local escolhido para deixar o animal? A horta brincaria com categorias dadas como opostas, sendo um misto de urbano, natural e rural? Como este refúgio mais-que-humano impacta na comunidade? As Mulheres do GAU recuperaram não somente o solo, mas uma ressurgência multiespécie, também integrando a paisagem e instigando discussões e imaginários. Desafiando o sistema de plantation, elas plantam comida orgânica nas ruínas da cidade mais urbanizada do país: uma ação comunitária de resistência e criatividade que torna o cotidiano habitável, a cidade “respirável” e o território “comestível” diante da atual catástrofe humanitária e ambiental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_929_03445323_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrativas do coletivo: os associativismos das guardiãs de sementes da paixão

Juliana Constantino do Rosário (UFF)

Por meio deste trabalho busco apresentar as experiências associativas de duas guardiãs de sementes da paixão da Paraíba e, ao mesmo tempo, contribuir para o debate elucidado pela filosofia ecofeminista, que se ancora nas relações e práticas, as quais articulam os espaços de cuidados com as diversas formas de vida. O primeiro associativismo consiste nas reuniões do banco de sementes de Itatuba, onde, além de se reunirem em prol da conservação das sementes, as mulheres se reúnem para produzir remédios e xaropes, sendo uma atividade de grande importância para elas. A segunda experiência associativa se concentra na criação do Clube de Mães, este que fomentou diversas formações para as guardiãs de sementes de Campina Grande, bem como a criação do banco comunitário de sementes da comunidade. Reunir-se para armazenar, selecionar e cultivar as sementes, como nas casas e nos bancos comunitários de sementes crioulas; ou ainda, o trabalho conjunto das associadas para a produção de remédios,

artesanatos, reuniões e em outras atividades agrícolas — configuram processos de cooperação que incluem humanos, não humanos, casas e coisas. Essas atividades desempenham um papel fundamental na autotransformação, na (re)ocupação e na autonomia política das mulheres rurais. A auto-organização das mulheres emerge de processos de luta organizacional e popular à medida que elas reconhecem a sua presença em todos estes espaços sociais. As experiências selecionadas fazem parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado em 2022 na UFF/Campos, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências sociais, intitulado “NÃO PLANTO TRANSGÊNICO PARA NÃO APAGAR A MINHA HISTÓRIA!”: Narrativas do Particular e os Associativismos das Guardiãs de Sementes da Paixão da Paraíba. Com base no conhecimento das guardiãs, a preservação das sementes crioulas está intrinsecamente ligada a vários aspectos, incluindo as narrativas familiares e locais, que são preservadas por meio da transmissão dos conhecimentos de gerações passadas. Além disso, a conservação das sementes também está relacionada à soberania e autonomia alimentar, ao uso com fins medicinais e à manutenção da diversidade genética.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_651_54164800_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivendo nas margens e ilhas, para além das margens e ilhas: Quilombolas e Vazanteiros do Médio São Francisco, suas mobilidades e conexões nas lutas, sentidos, terras e águas crescentes

Maria Cecília Cordeiro Pires (UNIMONTES), Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Vazanteiro é uma categoria étnica acionada por designar um modo de vida de sujeitos que construíram sua existência no movimentar das pessoas, lutas, águas, terras e sentidos. Aqui tratamos de comunidades do Médio São Francisco, sendo elas o Quilombo de Praia, Quilombo da Lapinha e Comunidade Vazanteira de Pau Preto, localizadas na margem direita do rio São Francisco, no município de Matias Cardoso-MG e Comunidade Vazanteira de Ilha de Pau de Légua, à margem esquerda do rio, no município de Manga-MG. As margens e ilhas são lugares de viver e trabalhar, da pesca artesanal, extrativismo, criação de animais e a cultura da vazante, lameiro e terra firme. As plantações seguem os tempos da chuva, da seca e os tempos do rio, das cheias que influenciam nos lugares de viver e circular, e da vazão, quando o rio baixa e oferece uma área úmida que se torna propícia para plantar, assim se entendem como “povos das águas e das terras crescentes”. Seu Natalino (vazanteiro da Comunidade Ilha de Pau de Légua, Manga, outubro de 2022) explica: “eu planto na época da chuva, aí o sol vem e mata, cá embaixo eu planto, o rio vem e mata, a vazante e o lameiro, o rio vem e mata. Então nós somos felizes, porque aqui no lameiro eu plantei e morreu? A vazante morreu? Terra firme ficou”. Outra categoria que acionam é a de encurralamento que representa o contexto de conflitos socioambientais, estando situadas em área de incidência de unidades de conservação, do perímetro de irrigação do Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba e terrenos marginais da União no entorno e sobrepostos aos seus territórios. Esse trabalho traz discussões parciais de tese de doutorado em andamento, onde temos por objetivo compreender as dinâmicas e os sentidos dos movimentos migratórios junto aos Vazanteiros e Quilombolas do Médio São

Francisco, através de uma etnografia multissituada. Por meio da pesquisa, compreendemos que estão em movimento, se articulam e conectam de formas complexas, como a articulação “Vazanteiros em Movimento”, movimento social e político onde diferentes comunidades vazanteiras se organizam, a fim de reivindicar seus direitos e retomadas de território. Ao longo dos anos perderam áreas coletivas, de lagoas, de mata, de vivências, devido a grilagens e outras formas de encurralamento e assim, as mobilidades para trabalho se tornaram intensas. As migrações destinam plantações e colheitas de café no Triângulo Mineiro, e idas para Belo Horizonte e São Paulo, onde os homens saem majoritariamente para a construção civil e empresas agrícolas, já as mulheres para trabalhos domésticos, de cuidados. Movimentam em coletividade, os que migram, mas também os que ficam, se articulando em busca da regularização fundiária, da soberania das comunidades, do respeito ao modo de vida tradicional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_347_17342749_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comidas de Festejo: narrativas de mulheres da zona rural de Camocim-CE

Miguel Francisco de Paulo Rodrigues dos Santos (UFC)

A presente comunicação refere-se ao esforço inicial de minha pesquisa de mestrado, na qual estudarei as narrativas de mulheres camponesas das comunidades Tapuio e Olho D'água, Camocim-CE, suas experiências no fazer da alimentação tradicional daquelas localidades e a interação desse fazer pra casa com o fazer pra vender nos Festejos do Pitimbu (Granja-CE). A inquietação para essa pesquisa surgiu a partir do relato de uma interlocutora-chave, minha tia, sobre sua luta, de outros tempos, em ir vender comida na festa citada. Esse fazer foi, durante muitos anos, uma das fontes de renda daquela casa, assim como de muitas outras daquele lugar. Estava presente nessa narrativa a forma de produzir alimento e cozinhar como rito (BARBOSA, 2007) e como meio de sobrevivência, como festa e como trabalho, combinando o sagrado e o popular. Esse cozinhar ritual está presente nas comidas simples do dia a dia, assim como nas comidas da Semana Santa, nas comidas do Dia de Finados, nos banquetes servidos nos velórios, no alimentar como gesto religioso (SOUSA JUNIOR, 2014), em algumas produções comerciais, nas comidas de festejo, nas farinhadas, etc. Portanto, para melhor compreender essas narrativas, as interlocutoras serão mulheres que vivem no meio rural e que no dia a dia preparam comidas características daquela região, mas em ocasiões específicas, comercializam esses quitutes nos festejos como fonte de renda. Analisarei a partir das narrativas dessas mulheres, quais as experiências da cozinha e do comércio desses gêneros, as relações sociais que se tecem em casa e fora dela. Desse estudo virão à tona trajetórias, personagens, ingredientes, modos de fazer e transformações alimentares. Quem são essas mulheres, quais suas origens? Qual sua relação com o sagrado? Quais são as comidas? Qual o trajeto-trânsito dos seus percursos? Percebo de antemão, que há um lugar de apagamento dessas histórias. Portanto, escrever sobre essas tradições a partir das narrativas dessas agentes, que por si constroem/mantém esse modo tradicional, parece-me relevante registrar esse lugar tão cotidiano e ao mesmo tempo tão ímpar da cultura alimentar do sertão do Nordeste. Em uma primeira ida a campo, em dezembro de 2023, constatei que o cenário se modificou em relação às expectativas iniciais, as mulheres do Tapuio e Olho D' água não estão mais vendendo nos

Festejos do Pitimbu. No entanto estavam lá diversas outras pessoas de outros lugares e a ocasião ainda reúne boa variedade da comida tradicional. Assim se apresentam dois caminhos possíveis: continuar o campo nas comunidades de Tapuiu e Olho D' água ou eleger outras comunidades para observação dos festejos, mantendo o interesse pela preparação dos alimentos pelo trabalho feminino.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No lote, uma renda puxa outra: vacas, casas, pastos e rolistas em assentamentos camponeses do Pontal-SP

Nashieli Rangel Loera (UNICAMP)

A região rural do Pontal de Paranapanema é a que teve, no estado de São Paulo, nos últimos 40 anos, o maior número de terras distribuídas (assentamentos) a demandantes de terra, participantes de movimentos sociais de trabalhadores rurais. Nesta região, um assentamento está intimamente vinculado a outro através de uma rede de parentes, amigos, conhecidos, e também de casas localizadas em pequenas cidades ou comunidades próximas, configurando assim um amplo território partilhado. Este trabalho, se apoia em uma pesquisa etnográfica de longa duração realizada durante mais de uma década entre famílias instaladas, inicialmente, em acampamentos sem-terra, e que após anos "debaixo da lona preta", foram beneficiados com um lote da reforma agrária. A maioria dos assentamentos da região, tem a criação de vacas e produção de leite como atividade principal, e a partir do momento em que se entra nas terras, o lote começa a ser pensado e preparado para esta atividade. O lote vai sendo composto, e esta composição envolve uma série de cálculos e um planejamento para trocar o barraco pela casa, para preparar a terra e o pasto, fazer o curral, adquirir vacas e começar a produção de leite. Durante este processo, que pode durar anos, se colocam em movimento pessoas, parentes, objetos, animais, alimentos, dinheiro e outras produções do lote, assim como cuidados e consideração, num circuito de trocas extensas que envolve também lotes de outros assentamentos e casas das vilas vizinhas. Pedir e trocar são práticas que produzem vizinhança nestes espaços pois envolvem um conhecimento apurado daquilo que o outro tem ou necessita, principalmente nos momentos considerados pelos e pelas minhas interlocutoras como de precisão. Assim, a primeira vaca do lote se torna um evento, e conforme, a partir dela, se obtêm bezerros, se ganha dinheiro com a venda do seu leite, se adquire outra vaca ou uma criação (porcos, galinhas, etc.) se adquirem ou trocam objetos, insumos para a construção e melhoria da casa e do lote, é que essa vaca, assim como outras produções do lote são consideradas "renda". A produtividade do lote para os assentados e assentadas, não se mede então somente em litros de leite ou em alqueires plantados, mas principalmente na capacidade que "uma renda" tem de "puxar outras", o que lhes permite "desapertar das precisão". No entanto, nesse processo cotidiano de composição dos lotes e de produção de renda, há vizinhos e vizinhas, que na avaliação local, trocam demais, negociam demais, estão constantemente "fazendo rolos". Estes assentados e assentadas são chamados de "rolistas". Explorar esta complexidade de relações e mecanismos sociais que fazem possível o sustento, a existência, e a vida em comum dos assentamentos rurais do Pontal é o objetivo principal deste trabalho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A casa e seus adjacências: espaços para a composição de processos de resistência e desaceleração do mundo

Quésia Daiara dos Santos de Jesus (UFBA), Cintia Beatriz Muller (UFBA)

Os poderes e agências de espaços tradicionais são via de regra pensados em um contexto de ruralidade, contudo, em quilombos urbanos também podemos identificar espaços cosmopolíticos, potentes locais de manutenção de práticas relacionadas a identificação tradicional de um povo. A partir da pesquisa de Mestrado empreendida em um quilombo urbano na Região Metropolitana de Salvador/BA analiso a relação do espaço da casa e suas adjacências com práticas da cosmopolítica quilombola, um espaço seguro para desacelerar o mundo, compor tramas de resistência em relação aos perigos que se avizinham e reunir aqueles que são familiares a comunidade em um processo de confluência de forças para enfrentar outros mundos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_322_02607177_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pia, faca, fogão e rodo; o corpo e a cozinha

Rafaela Gava Etechebere (UNICAMP)

Descuidou-se e a faca picou a ponta do dedo. Estava com pressa, pegou a forma e queimou mãos nuas. Não ouviu o pino da panela de pressão soltar e ela explodiu. Esqueceu-se da hora, passou o dia todo em pé e as pernas não suportam as escadas. Na cozinha, a todo momento, estamos descaracterizando algo vivo para torná-lo comestível. O corpo nessa relação sempre é testado até o seu limite. E geralmente falha. Mesmo vivendo em tempos de glamourização da profissão de chef, o serviço na cozinha, como os outros trabalhos manuais no Brasil, geralmente é delegado à uma classe mais pobre. Ao contar alguns acontecimentos ocorridos na Cozinha da Ocupação 9 de Julho, onde trabalhei junto de mulheres e homens que viviam na ocupação, analisarei com Hartman (2022) sobre o trabalho manual e sobre o corpo negro feminino “como colônia” para pensar nas prefigurações (Paternani, 2016) das mulheres negras associadas aos cuidados domésticos e culinários (Machado, 2022). Com ajuda das minhas vivências junto a Nice, procurarei focar nessas miudezas e nas manifestações mais diversas dos participantes da cozinha. Nesse tempo, era perceptível que a cozinha não era sinônimo de cuidado ou, necessariamente, nutrição. Ou que a luta era uma questão de fazer valer seus direitos a partir da consciência destes. Cozinha é trabalho, cansaço, dor, calor, mas também o dinheiro necessário para a família. A luta é uma questão de meio de vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_307_96894046_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mexidas em quintas, brotamento das ancestralidades: descobertas de ossadas, urnas funerárias e outros vestígios na Comunidade Quilombola Pambú-Araçá (Serra do Ramalho/BA)

Raphael Rodrigues (IFBAIANO), Amanda Jardim da Silva Rezende (UFMG)

Em decorrência de um projeto de extensão executado pelo Instituto Federal Baiano (campus Bom Jesus da Lapa, BA), pretendemos compartilhar alguns elementos de nossa investigação antropológica na Comunidade Quilombola Pambú-Araçá, localizada às margens do Rio São Francisco no município de Serra do Ramalho, oeste baiano. A partir de encontros formativos com professores e lideranças da comunidade, foi possível identificar uma série de elementos relacionados à construção da memória local, ganhando destaque os vestígios arqueológicos. Tratados por alguns membros da comunidade como artifício que confere inegável ocupação tradicional do território, passaram a estender aos quintais dinâmicas imprevistas. As recentes mexidas nos terreiros são acompanhadas por cuidados no bater da enxada na terra e zelo no tratamento das ossadas, urnas funerárias, pontas de flecha encontradas em hortas, brincadeiras e instalação de cisternas na faixa dos quintais que margeiam o rio. Para além de um espaço de cultivo de plantas alimentícias, medicinais e ornamentais, os quintais passaram a ser lugares de evidência da ocupação ancestral, que se manifesta pelo seu brotamento, uma espécie de agência continuada no decorrer do processo de regularização fundiária e em meio aos conflitos contemporâneos enfrentados pelos moradores com a chegada de novos atores interessados em ocupar o território. Isso, somado a um esforço de construção da memória coletiva e o arrebato da amnésia como doença que atinge com frequência os mais velhos, nos traz interessantes dados etnográficos para compreender os processos de territorialização ocorridos ao longo das últimas décadas na comunidade. Em sua forma, conteúdo e acionamento, os relatos quilombolas sobre os quintais nos informam sobre as dinâmicas de habitação local, as relações de parentesco e as recentes formas de gestão do território, imbricadas no processo de constituição identitária da comunidade. Em síntese, pretendemos refletir sobre as contribuições de nosso projeto no fortalecimento identitário da comunidade, dando especial ênfase nos quintais como espaços de brotamento da ancestralidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Feijoada na lenha: receita de resistência da comunidade do Quilombo do Grotão em Niterói/RJ

Rodrigo Vilhena Herdy Afonso (UFF), Camila Aguiar Lins do Nascimento (UFF)

O presente artigo pretende explorar como a família Bonfim passou a se identificar enquanto Quilombo do Grotão, tendo encontrado em seu “quintal” e em uma antiga receita de família, a feijoada cozida na lenha, uma forma de reativar e resgatar memórias coletivas e de resistir aos processos de desterritorialização promovidos, antes, pela especulação imobiliária e, atualmente, por políticas ambientais. Após mais de um século vivendo em seu sítio nas encostas da Serra da Tiririca, que atualmente está inserida no Parque Estadual homônimo, a trajetória da comunidade familiar do Quilombo do Grotão acompanhou a transformação do espaço rural em espaço urbano e suas consequências no fazer/viver da comunidade. Diante das diuturnas ameaças de remoção, buscaram, em um primeiro momento, reunir aliados na luta pela resistência e enxergaram em seu “quintal” o lugar propício à reunião e na feijoada na lenha um elemento agregador capaz de ativar antigas alianças com outras comunidades tradicionais da região, mas também trazer novos aliados como pesquisadores, universidades e partidos políticos. Desta forma, a feijoada era, inicialmente, servida aos participantes das reuniões

convocadas para organizar a resistência e a luta pela permanência em seu lugar, resultando em uma relação de sucesso. Quando a comunidade se viu diante de dificuldades financeiras para registrar formalmente a sua associação comunitária, elemento visto como tático para a permanência da comunidade, passaram a comercializar a feijoada na lenha como forma de angariar os recursos necessários, adicionando as rodas de samba para “atrair” um público cada vez maior. Atualmente, as rodas de samba no Quilombo do Grotão são eventos culturais reconhecidos e inseridos no “circuito do samba” do Rio de Janeiro e que recebem sambistas bambas e novatos, consolidando-se enquanto espaço de reprodução e fortalecimento da cultura negra, enquanto a comercialização da feijoada na lenha pela comunidade do Quilombo do Grotão consolidou-se enquanto importante fonte de renda para os membros da comunidade. Interessante notar que a reativação do “quintal” enquanto lugar de afeto e memórias, assim como o resgate da tradicional receita, aparecem na trajetória da comunidade do Grotão como elementos capazes de acionar a “tradicionalidade” da comunidade, mas que no percurso dessa trajetória tais elementos vão sendo percebidos como resgate da cultura negra e se constituíram como elementos de tomada de consciência da própria realidade enquanto relacionada aos processos mais amplos de exploração dos quais os povos negros foram alvo no Brasil, conduzindo a uma espécie de ressurgência da identidade quilombola capaz de fazer frente a remoção compulsória, ao mesmo tempo que oferece a esperança do reconhecimento da ocupação permanente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34RBA_425_23377288_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A dimensão doméstica no cuidado com a saúde entre as mulheres indígenas

Valéria da Silva Santos (UFBA)

A partir de estudos bibliográficos entre mulheres indígenas no Nordeste brasileiro, é impossível refletir acerca da importância da dimensão doméstica e da socialidade no cuidado com a saúde. Embasado em estudos etnográficos com as mulheres indígenas Tupinambá de Olivença, Pataxó Hãhãhãe, na Bahia, Pankararu, em Pernambuco, Tapeba e Tremembé no Ceará verifica-se a prática de auto cuidado baseada, predominantemente, na utilização de plantas medicinais e na observância de determinados cuidados - denominado de resguardo. As plantas medicinais são comumente cultivadas nos quintais pelas mulheres. O conhecimento acerca das plantas medicinais, assim como do resguardo, é socializado de acordo a necessidade em que se apresenta. Cada qual compartilha seus conhecimentos sobre as formas de cura e cuidado, bem como as plantas medicinais que são necessárias para tal. Assim, é comum que as mulheres frequentem os quintais uma das outras, sendo muitas das vezes, este ambiente a porta de entrada para a casa. Ademais, como traz Joana Overing (1999), a influência da dimensão doméstica não está limitada a casa, ao ambiente privado. Os encontros, as convivências e as socialidades ocorridos no ambiente doméstico reverbera nas decisões coletivas e do que seria esse ambiente fora de casa, o público. É à beira do fogão onde se une. A mulher, dona da casa, que agrega seus filhos (as), noras, genros, netos (as) é inferida de respeito e autoridade, por ser ela quem alimenta e cuida. Contudo, esse ambiente doméstico foi despercebido na tradição antropológica, focada na maior parte das vezes nas figuras masculinas e nos espaços públicos.

Por isso, o olhar sobre o ambiente doméstico e, as figuras femininas, traz consigo o potencial de compreender as agências em coletivos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_745_00472470_312407.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“O fogão é o pilar da casa”: Reflexões sobre parentesco, memória e domesticidade entre quilombolas mineiros

Yara de Cássia Alves (UEMG)

O objetivo desta apresentação é analisar a centralidade que o fogão e as cozinhas possuem no cotidiano e no parentesco dos quilombolas de Macuco, Pinheiro, Gravatá e Mata Dois, comunidades situadas em Minas Novas, Vale do Jequitinhonha- MG. A partir de uma pesquisa de cunho etnográfico, iniciaremos o debate com os sentidos que as casas e, especialmente, as cozinhas ganham nas narrativas sobre o tempo e a construção das famílias. Como marcos, as cozinhas e seus fogões indicam o tamanho das famílias, a idade e solidez da casa, as mudanças que são consideradas necessárias diante de determinados momentos de desenvolvimento dos filhos, dentre outros aspectos. Para além, nos interessa perceber o que elas significam na feitura das relações, nos movimentos das prosas, algo semelhante ao que Ana Carneiro (2015) nos aponta entre os buraqueiros, ou nas práticas de constituição de modos e jeitos, próximo ao que nos indica Perruti (2022) entre a Família Magalhães. Assim, nos deteremos nas formas como o fogão é compreendido como “pilar” das casas, mas também das relações e dos corpos que ele aquece, mostrando a centralidade das cozinhas no feitura das casas, famílias e comunidades.

GT 035: Cidades e cidadinidades: questões de Antropologia Urbana

A proposta deste grupo de trabalho é discutir as múltiplas dimensões do urbano a partir da análise das maneiras astuciosas de se fazer cidades em distintos contextos. Nesse sentido, serão valorizadas pesquisas que apreendam as especificidades das tantas experiências do urbano em variadas escalas de cidade, a fim de diversificar o debate sobre as contradições da cidadinidade. O objetivo é tentar compreender os modos distintos pelos quais cidadãos, grupos e instituições são agentes ativos na construção das cidades contemporâneas, situando-se de forma controversa entre táticas e estratégias, legalidades e ilegalidades e acessibilidades e desigualdades. Este GT convida, portanto, à apresentação de trabalhos que abordem, entre outras questões, as múltiplas formas de habitar as cidades, por meio de seus usos e contra-usos dos espaços públicos. Dessa maneira, ressaltam-se questões como as diversas relações e tensões entre mobilidades e imobilidades, as experiências de gestão urbana, os ativismos urbanos, as redes de sociabilidade etc. Trata-se, assim, de agregar o maior número de pesquisas com a perspectiva de constituir um panorama que transcenda a dicotomia “na” ou “da” cidade, visto que se trata de compreender que cada processo social, por mais micro que se apresente, diz respeito às maneiras de se fazer cidades ou produzir novas experiências urbanas. Da mesma forma, como os macroprocessos de gestão das cidades contribuem para o entendimento das ações táticas dos cidadãos.d

Coordenação

Giancarlo Marques Carraro Machado (UNIMONTES), Alexandre Barbosa Pereira (UNIFESP)

Debatedor(a)

Luiz Henrique de Toledo (UFSCAR), Heitor Frúgoli Junior (USP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O agenciamento das identidades pelos sujeitos artistas no corpo da cidade de Belo Horizonte.

Alice Ferreira dos Santos (UNIMONTES)

Em Michel Agier (2001), vemos o desenvolvimento de uma conceituação do que seria identidade cultural enquanto uma categoria de caráter fundamentalmente construído, processual e situacional fugindo de definições essencializantes acerca da temática que por muito tempo compuseram um paradigma no campo dos estudos em antropologia. Neste sentido, o autor aponta que as cidades globais e suas novas dinâmicas concernentes ao contato interétnico exigiram a superação de dualismos simplistas como identidade-cultura; cultura-lugar que permearam o arcabouço teórico da disciplina. No caso específico da capital Belorizontina, as definições de Agier são acionadas para a compreensão do fenômeno de agenciamento da identidade- cultura realizado pelos sujeitos artistas no corpo da urbe. O projeto Circuito Urbano de Arte (CURA) realizado na cidade desde DATA, conta com uma série de pinturas em empenas cegas, as fachadas sem janelas de edifícios, realizadas por artistas que mobilizam ou agenciam suas identidades enquanto pessoas racializadas de maneira política, ao fazer uma resistência crítica em relação a dominação simbólica exercida pelo grupo dominante. Nesse sentido as identidades se tornam não somente um objeto identitário de reconhecimento, mas também um recurso político e muitas vezes econômico para indivíduos e redes em busca de um lugar para si na modernidade. Nesse sentido, objetivou-se com este estudo buscar o aprofundamento no entendimento desse agenciamento político das identidades por meio da produção artística em Belo Horizonte. Para tanto, a pesquisa em questão, buscou uma metodologia apropriada para tal empreitada, utilizando-se da pesquisa de campo, na modalidade de observação participante, na intenção de analisar o fenômeno na perspectiva dos atores sociais para, assim, compreender os sentidos e os meandros de suas ações de perto e de dentro. Assim, acompanhou-se edições do projeto CURA, realizou-se entrevistas semi-estruturadas com alguns de seus artistas e idealizadores, além de acompanhar as redes sociais utilizadas como meio de divulgação do projeto, bem como dos próprios artistas envolvidos. Durante o referido estudo, constatou-se que essa cultura-objeto criada a partir desse trabalho minucioso dos agentes, é o que pode ser acionada enquanto elemento de amparo da identidade no contexto urbano. Essas práticas artísticas, que se disseminam pela região central da cidade de Belo Horizonte, são a concretização estética de um contra-fluxo cultural, abrindo espaço na auto-afirmação identitária, possibilitando que esses sujeitos possam construir eles próprios as narrativas em torno de si.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Territorialidade afro-diaspórica e o cortejo da entrega do presente à Iemanjá pelo afoxé dos Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro

Amaro Sérgio Marques (PUC-RIO)

Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no âmbito da Produção do Território e de Territorialidades Negras do Rio de Janeiro, realizado pelo Grupo de Pesquisa na Produção do Territórios e Territorialidades – Baobá da PUC Rio. Esse trabalho teve como objetivo investigar o contexto da realização da cerimônia e do cortejo da entrega de presente à Iemanjá (orixá das religiões de matriz africana), pelo afoxé Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro. O evento ocorreu no dia 02 de fevereiro de 2024, com início às 8h na sede do grupo na rua Camerino número 07, no bairro da Saúde. A partir de uma revisão de literatura, através de buscadores em repositórios como o Portal Capes, Scielo, e outros, bem como em bancos de dados de Universidades Brasileiras, fizemos uma aproximação do tema. Posteriormente a partir de observação participante, foi realizado um registro de cada etapa desse evento e a seguir, a análise das mesmas. Ainda, durante a concentração na sede do afoxé, bem como na hora da alimentação e da roda para evocação dos Orixás (xirê) e no cortejo, realizamos um amplo registro fotográfico e de vídeos, além de conversas informais com os participantes, buscando compreender cada ação ou fato relevante. Com isso, organizamos a descrição e análise crítica dos fatos e das narrativas, para enfim, partir para as considerações finais. O presente a Iemanjá é realizado há cerca de 70 anos, quando da fundação do afoxé Filhos de Gandhi do Rio de Janeiro, que teria sido criado sob inspiração do Ijexá Filhos de Gandhi-bloco carnavalesco criado anteriormente em Salvador no Estado da Bahia. A presença dos praticantes de religião de matriz africana é histórica nessa área, relatado pela presença de uma grande casa de candomblé do Pai de Alabá (CORRÊA, 2016). Os membros do afoxé, juntamente com seus convidados e a população em geral, se reúnem na sede para preparar os barquinhos que são transportados em um cortejo até a praça Mauá, onde uma embarcação levará as lideranças do grupo e os representantes das religiões de matriz africana até a proximidade dos pilares da ponte Rio x Niterói, onde os participantes entregaram seus presentes a Iemanjá. Em certa medida, podemos salientar uma resistência por parte desse grupo que luta para manter essa importante tradição negra, como se fosse possível fazer – a partir do cortejo – o caminho inverso do desembarque de escravizados no antigo cais do Valongo. Numa espécie de insurgência – literalmente pela contramão da via de trânsito – esse grupo ao som dos atabaques, personagens icônicos de representação da cultura afro-brasileira e berimbaus retorna ao oceano atlântico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Embranquecer o passado, questionar o presente, aspirar o futuro: Contribuições sobre raça, classe, gênero para o porvir na cidade de Osasco/ SP

Ana Carolina Batista de Almeida Farias (UNIFESP)

O que será apresentado neste GT é o fragmento de uma tese no período final, as vésperas da defesa e pretende contribuir para compreender como os processos de uma cidade da Grande São Paulo chamada Osasco. A cidade de Osasco traz em si muitas questões interessantes a serem pensadas: com grandes periferias, pobreza populacional e, ao mesmo tempo, abriga a sede de um dos maiores bancos brasileiros (Banco Bradesco) que, desde sua instalação na

cidade na década de 1950, juntamente com outros pilares, auxiliou para balizar os sonhos de futuros de jovens dos anos de 1980/1990/2000. Uma instituição sólida que, por muito tempo, foi compreendida como o melhor lugar a se trabalhar, sobretudo para estes até então, jovens moradores da cidade de Osasco. Hoje estes jovens são adultos e lidam com jovens de agora, que tem seus próprios anseios, muitas vezes divergentes. Isso que gera algum tipo de incompatibilidade entre os sonhos de futuro dos jovens de agora e os sonhos do futuro dos adultos. Para investigar a questão na cidade de Osasco, a pesquisa etnográfica contou com trabalho de campo presencial entre os anos de 2021 e 2022 em três escolas da cidade localizadas em pontos diferentes: uma escola na zona sul, uma escola no centro e uma escola na zona norte para observação dos jovens e seus pares nestes ambientes. Ainda que sejam três escolas públicas estaduais, o tratamento dispensado para os jovens e seus futuros foram completamente diferentes, sobretudo, quando se observa a partir das diferenças entre classe, raça e gênero. Desta maneira, a interseccionalidade contida nos jovens estudantes do Ensino Médio se constitui como um dos marcadores principais para que estes reflitam sobre suas ideias de futuro, na perspectiva branco centrada oferecida pela própria cidade, ao sonho dos adultos de serem “bradesquinos” na época da juventude. Para além deste sonho dos adultos sobre os jovens, outro pilar se liga a perseguir um ideal de futuro: a discursividade do patrono da cidade, Antônio Agu, um imigrante italiano que fundou Osasco no século XIX. O mito de fundação da cidade está diretamente ligado a esta figura e, não por acaso, também molda uma história de nobreza ligada ao imigrante branco e italiano. Essas influências do passado que refletem no presente são “cobradas” no futuro de jovens de hoje, que, independente de serem brancos ou não, de certa maneira, existe a expectativa que cumpram com este ideal de sucesso, tal qual é a narrativa da própria cidade sobre o que é um bom cidadão. A pesquisa visa compreender, a partir dos pilares básicos entre branquitude aspiracional e interseccionalidade moldam, como os jovens pensam seus próprios futuros e reagem a estas narrativas branco centradas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_697_86259168_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Usos (da) e trajetos em pequenas cidades. Mulheres tecendo o urbano a partir da coleta de resíduos sólidos no Maciço de Baturité, Ceará.

Ana Luiza Rosendo da Conceicao (UNILAB), Jacqueline Britto Pólvora (UNILAB)

Neste trabalho propomos uma reflexão sobre os usos e os percursos de mulheres trabalhadoras com a coleta de resíduos sólidos em contexto de cidades pequenas, a partir de dados iniciais da pesquisa que desenvolvemos na região do Maciço de Baturité, interior do estado do Ceará. Para tanto, lançamos mão de parte da literatura produzida sobre gênero para pensar no inter cruzamento das mulheres, seu trabalho e o espaço urbano. Piscitelli (2009, p.125) em seu livro sobre a história da problematização a categoria de gênero, demonstra teoricamente a necessidade de articularmos outros marcadores sociais da diferença, como raça e classe, para que, desse modo, sejam tratadas as especificidades e diferenças com o devido respeito e equidade. Nesta perspectiva, temos como objetivo problematizar a posição de gênero nos espaços urbanos e analisar a intersecção entre “ser mulher trabalhadora” e a ocupação dos espaços na cidade. Desse modo, os papéis das mulheres em seu cotidiano são observados e

problematizados a partir da ocupação dos espaços públicos e das posições de agência de mulheres dentro da estrutura socialmente masculina e desigual. Assim, pensamos sobre a ocupação de mulheres nos espaços urbanos a partir da reflexão sobre o seu mundo do trabalho, incluindo questões sobre suas atividades cotidianas. O contexto da pesquisa e características específicas como o ethos e a personalidade da pesquisadora e pesquisados, atribuídas as devidas ressalvas, são indicados pela antropóloga Mariza Peirano (1992), como aspectos importantes do fazer antropológico, então acrescentamos que experiências de vida e afetos nos movem também textualmente na Antropologia, assim como o próprio método. Dessa forma, localizar mulheres agentes da pesquisa, dentro de seus contextos, é imprescindível para explicar o mundo de vida das interlocutoras em suas próprias lógicas e termos. Pensamos também na importância da interdisciplinaridade da antropologia para ampliar a pesquisa e neste sentido, apoiamos-nos também na arquiteta Leslie Kern (2021) e pensamos como central em nossa análise sobre os lugares das mulheres nas cidades pequenas. Este estudo se justifica pela necessidade de identificar as especificidades de ser mulher em contextos urbanos pequenos e apontar os enfrentamentos do cotidiano de vida das mulheres que constroem a cidade de forma ativa através do trabalho de coleta de resíduos sólidos e suas formas diversas para viver na cidade Acarape, interior do Estado do Ceará.

Palavras chave: gênero; trabalho; cidade

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Explorando Taquaralto: Perspectivas Iniciais sobre Representações Urbanas e Hierarquias Sociais em uma área periférica em Palmas/TO"

Ana Paula Pinto Pereira (UERJ)

Este artigo apresenta uma pesquisa preliminar que busca lançar as bases para a futura tese da autora, que se debruça sobre as representações sociais e hierarquias urbanas em Taquaralto, região periférica de Palmas/TO. Inspirada por reflexões teóricas sobre urbanismo, sociologia e antropologia urbana, a autora, recém-chegada à área, busca compreender a dinâmica urbana a partir de sua experiência pessoal e das primeiras inquietações surgidas. Fundamentando-se em autores como Milton Santos, Henri Lefebvre e David Harvey, Vera Telles, Robert Park, entre outros, o estudo visa compreender como as representações de Taquaralto influenciam e são influenciadas pela percepção da cidade como um todo, evidenciando as construções de sociabilidade e as hierarquias entre a Palmas planejada e a região sul segregada. A pesquisa de campo exploratória, ainda em estágio inicial, busca investigar as representações sociais dos moradores locais e residentes de outras áreas de Palmas, bem como analisar as políticas de planejamento urbano que contribuíram para a segregação socioespacial na cidade. Assim, este estudo pretende preencher uma lacuna na compreensão da dinâmica urbana em Palmas, destacando a complexidade das relações socioespaciais e urbanas, enquanto sinaliza as primeiras etapas de uma investigação mais aprofundada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cidades travestis: a relação corpo e cidade na produção da urbe

André Rocha Rodrigues (UFSCAR)

Esta comunicação está atrelada à proposta de projeto de pós doutorada que visa contribuir com o campo de estudos da antropologia urbana desde as epistemologias travestis. Trata-se de um desdobramento da pesquisa de doutorado que constatou os deslocamentos realizados por travestis que atuam nos mercados do sexo como uma forma de estar no mundo. O objetivo geral é investigar como e qual cidade é criada por essas travestis em constante deslocamento, destacando a relação entre o corpo e a cidade. O referencial teórico inclui tanto a produção de intelectuais travestis presentes em espaços acadêmicos quanto as interlocutoras com as quais manteve contato durante o trabalho de campo. Isso se junta à proposta de antropologia da cidade que considera as relações, contextos e práticas dos cidadãos para a construção da cidade, negando a urbe como um espaço dado, aprioristicamente, natural e inato. Para tanto pretende-se fazer uso dos materiais levantados durante as etnografias já realizadas para os trabalhos de mestrado (Rodrigues, 2015) e doutorado (Rodrigues, 2020), utilizando a noção de “memória outra” (Toledo, 2019) e de uma “antropologia ex post facto” (Machado, 2019). Também se propõe a considerar as expressões travestis como provedoras de sentido (Wagner, 2012). Espera-se contribuir com a produção de conhecimento sobre as práticas das pessoas na construção das cidades, a dinâmica e a influência dos deslocamentos na criação da cidade, os conhecimentos produzidos pelos corpos que vivem e produzem as cidades, as epistemologias produzidas nesses contextos e uma antropologia da cidade produzida por saberes não hegemônicos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_672_68294025_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A cidade também são as bixas: Graffiti e Pixo como formas de biorresistência da juventude LGBTQIAPN+ teresinense

Ayan Beatrix Pereira Gomes (UFPI)

Em dezembro de 2021, o escritor Alex Sampaio presenteou-me com seu livro “Ressuscito na Cidade Suicida”. Na época, tivemos um breve diálogo sobre saúde mental da juventude teresinense, em específico sobre jovens LGBTQIAPN+. No livro, há uma Teresina que vive em meio ao abandono dos seus habitantes, casas/prédios, patrimônio, Poti e Parnaíba (rios), animais e vegetação. A Cidade Suicida, nomeada por ele, é aquela que impõe obstáculos para aqueles que não devem pertencer a ela. Entendo que esse pertencimento é atravessado por desigualdades de raça, gênero, classe e corporalidades. Desta maneira, quando não se pertence, paga-se com a própria vida. Neste trabalho, tenho como objetivo evidenciar Graffiti e Pixo como formas de biorresistência de uma juventude LGBTQIAPN+ que tenta sobreviver em uma Cidade Suicida, a partir de diálogos com o livro de Alex, minhas experiências com a Bixaria Crew e o pixo-denúncia na Estação Ferroviária. Inicialmente, remeto ao início de janeiro em que a Bixaria saiu para um rolê na zona leste, no qual foram feitas intervenções com Personas, Bombs, Xarpis e duas frases: “Salve as Bixas!” e “Salve as os es Trans”. Nesse período, fazia menos de um mês que Palloma Amaral, travesti preta, havia sido assassinada com pedradas na cabeça. Naquela mesma semana em que a Bixaria riscou, alguém havia pixado a Estação Ferroviária de Teresina com a seguinte frase: “Quem matou Paloma? O Estado”. Em um portal de notícias, o que chama a atenção sobre os pixos na Estação é a degradação ao patrimônio

público que está sendo restaurado. Em outro, no qual a foto do pixo sobre a morte de Palloma é usado como imagem da postagem, pede-se pela prisão de pixadores e o tratamento com o máximo rigor da lei por julgar-se ser um crime que prejudica toda a sociedade. Sobre a denúncia relativa à morte de Palloma, não se fala. O pixo é o vandalismo. A morte de mais uma travesti, não. Por último, destaco uma intervenção minha, na qual meu persona, no muro, diz: “+ 1 domingo, bixa!”. Ademais, utilizo Agier (2011) para o conceito de rede ao comentar sobre conexões que possibilitaram o surgimento da Bixaria Crew e converso sobre formas de fazer cidade a partir do graffiti e pixo; Leite (2002) para as noções de lugar, uso, contra-uso dos espaços públicos e táticas; com Pereira (2020), adentro na discussão sobre pixo biorresistência e necropolítica em diálogo com as vidas precárias de Butler (2019), a heterossexualidade necropolítica de Preciado (2020) e a cisnormatividade como dispositivo do Biopoder (Foucault, 2008; Goulart e Nardi, 2022).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_823_88031904_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Cidade das Crianças”: entre a gestão pública e as experiências dos sujeitos

Beatriz Soares Gonçalves (UFPB), Flávia Ferreira Pires (UFPB)

O presente trabalho visa debruçar-se sobre três respostas (duas positivas e uma negativa) dadas a uma questão colocada às crianças que foram interlocutoras em minha pesquisa de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba), ainda em desenvolvimento: “Vocês concordam que Jundiaí/SP pode ser considerada a ‘cidade das crianças’?” A cidade mencionada integra, desde 2018, a Rede Latinoamericana – Projeto Cidade das Crianças e, desde então, a expressão adjetiva “das crianças” acompanha o nome da cidade (em documentos, em materiais de divulgação, nas redes sociais, etc.). Tal Projeto, elaborado na Itália há mais de trinta anos, consiste em uma proposta de gestão municipal que tem por objetivo colocar as crianças nos centros das ações e está presente em mais de trezentas cidades ao redor do mundo. A tese de doutorado busca compreender as especificidades da realização do Projeto Cidade das Crianças em Jundiaí/SP, desse modo, há três anos tenho acompanhado as políticas públicas e intervenções urbanas realizadas em prol da infância neste município. Três técnicas de pesquisa com crianças foram empregadas no presente recorte da tese. Em primeiro lugar, realizei uma entrevista formal com um menino de nove anos estudante da rede municipal. A segunda refere-se a conversas informais em um parquinho com três meninas moradoras de um bairro periférico. Por fim, realizei uma oficina com um grupo de aproximadamente quinze crianças que integram um órgão municipal intitulado Comitê das Crianças. Ao olhar para três respostas e justificativas conflitantes, busco compreender as diferenças urbanas que perpassam as experiências das crianças e os desafios e contradições impostos pela e à gestão. Além disso, o trabalho irá refletir sobre o fazer-cidade-das-crianças; conceito em desenvolvimento que busca dar conta do que as crianças fazem, querem, propõem e precisam no contexto urbano. Destacarei os agentes (humanos e não humanos) envolvidos nessa construção (prefeito, ongs, empresas, placas, elementos da natureza, pinturas, cores, entre outros).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografias urbanas e seus ancoradouros: regimes de mobilidade e chokepoints no Porto de Santos

Bianca Freire-Medeiros (USP), Isabela Vianna Pinho (UFSCar)

Esta comunicação deriva do diálogo entre campos de pesquisa distintos, porém convergentes em seu interesse pelas mobilidades socioespaciais como grade analítica. O objetivo é apresentar e testar três noções cujo entrelaçamento guarda potencial heurístico para as socioetnografias urbanas, especialmente aquelas que se voltam ao papel central desempenhado pelos mercados informais e ilegais na reconfiguração das cidades, a saber: ancoradouros, regimes de mobilidade e chokepoints. Ao mesmo tempo um espaço-chave, um ponto de observação e um dispositivo analítico, o ancoradouro articula fluxos, fricções e infraestruturas, permitindo o deciframento dos regimes de mobilidade e seus pontos de estrangulamento (Freire-Medeiros, 2022). No âmbito do projeto “Carros Globais: uma pesquisa urbana transnacional sobre a economia informal de veículos (FAPESP e ANR)”, identificamos mundo afora diversos ancoradouros – portos, oficinas mecânicas, ferros-velhos, lojas de revenda e autopeças, leilões, fronteiras – que são estratégicos para articular distintas “jornadas” (de carros, peças de automóveis, políticas, capitais) e “territórios” (em várias escalas). Em cada um desses ancoradouros, as interações entre diversos agentes sociotécnicos produzem, tanto quanto são resultado de, fricções e rupturas que revelam a complexidade do sistema de automobilidade, tomado aqui como estruturante da vida urbana nos dois hemisférios. Nessa grande interpretativa, o Porto de Santos é um ancoradouro de alta relevância: considerado o maior complexo portuário do Hemisfério Sul em movimentação de cargas (mais de 170 milhões de toneladas por ano), por ele passam intensos fluxos transnacionais de importação e exportação necessários às “cidades carrocêntricas”: veículos de grande porte, carros populares novos e usados, diversas autopeças, componentes eletrônicos essenciais para a produção de veículos, tudo isso entrelaçado à circulação de uma infinidade de pessoas, capitais e informações que dão concretude empírica àquilo que o giro móvel chama de mobilidades sistêmicas (Urry, 2007). Palco da maior parte das apreensões de cocaína de todo o país, o Porto de Santos concentra checkpoints, chokepoints, tecnologias de monitoramento e controle, permitindo observar combinacões complexas entre movimentos, pausas e fixidez. A partir de descrições etnográficas dessa infraestrutura, resultantes de um extenso trabalho de campo realizado desde longa data por uma de nós (Vianna, 2022), colocamos à prova essa tríade analítica (ancoradouro, regime de mobilidades e chokepoints) que pretende apreender as dinâmicas entre fluxos e fixos, discursos e práticas (formais e informais), mercados legais e ilegais em diferentes contextos urbanos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Identidade, pertencimento e memória nas narrativas de atores sociais em suas lutas pela moradia na RMBH

Clarissa dos Santos Veloso (PUC MINAS), Junia Ferrari (UFMG), Ana Cristina Aparecida Soares (UFMG)

O objetivo deste trabalho é analisar narrativas de atores sociais em suas práticas de ativismo junto a movimentos sociais de luta por habitação sob a perspectiva da identidade, do

pertencimento e da memória. Consideramos nas análises os processos de nomeação das ocupações urbanas, as formas como os movimentos e atores sociais constroem o frame de suas pautas e os discursos desses sujeitos sobre suas vivências nas lutas por moradia e outros direitos. As análises revelam que são mobilizadas pelos atores, em seus cotidianos e práticas de ativismo, questões que atravessam classe, gênero e raça de forma interseccional, bem como articulam dimensões da moradia associadas à preservação da natureza e às manifestações culturais e religiosas. Os dados analisados foram coletados durante a realização do Curso de Formação de Agentes Sociais pela Reforma Urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte (CFAS/RMBH), que aconteceu ao longo do segundo semestre de 2023. Parte integrante de um projeto que concilia pesquisa, ensino e extensão, o CFAS consiste em um ciclo de encontros gratuitos nos quais reforma urbana e direito à cidade em suas variadas dimensões são problematizados e debatidos. A partir de uma combinação de conhecimentos acadêmicos e conhecimentos produzidos pelos movimentos, facilitadores convidados compartilham experiências com a turma de cursistas e trocam conhecimentos. O Curso visa impulsionar a participação social, a transformação positiva nas comunidades periféricas e socialmente vulneráveis e as redes de apoio entre ativistas e suas pautas. Por isso, o CFAS é voltado para integrantes de movimentos, coletivos e entidades, entendendo que o agente social participante pode replicar os conhecimentos e experiências da formação em seu grupo de atuação. Na edição de 2023, trinta e um cursistas participaram dos sete encontros do CFAS, realizados de forma itinerante em territórios populares da RMBH. Nessas oportunidades, lançamos mão de observação participante para coleta de dados, com ênfase nos discursos orais e relatos de experiências, bem como de outras formas de registro, como gravação de vídeos e fotografias. Em adição, para compor nosso corpus empírico, realizamos entrevistas com os cursistas-ativistas para aprofundar a análise dos discursos e das práticas dos movimentos e de seus atores sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_520_45407837_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tambores da astúcia.

Gilberto Geribola Moreno (UFSCAR)

Este trabalho baseia-se em uma pesquisa realizada em duas cidades de pequeno porte, Foz do Iguaçu localizada na região da tríplice fronteira (Brasil, Paraguai, Argentina) e Sorocaba em São Paulo nas quais são abordadas as interações e as articulações entre as rodas de samba, grupos/blocos de carnaval e terreiros de candomblé como elementos constitutivos de certa astúcia, transgressividade e tática de se criar/fazer as cidades. Neste processo destacam-se sobreposições, deslocamentos e conflitos que instituem diferentes marcos culturais nos territórios distintos daqueles que são hegemônicos. Observa-se as relações intergeracionais e interétnicas como um elemento dessas interações e na propagação de certo saber-fazer relacionado a essa dimensão da cultura afro-brasileira. Por fim, o trabalho sinaliza que essas práticas culturais estabelecem uma configuração social específica, definindo uma cidade distinta daquela promovida pelos agentes públicos e representantes do capital.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_227_80137435_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vende-se o eu e a cidade: a plasticidade da paisagens e dos rituais de consumo em Montes Claros/MG

Gustavo Souza Santos (Centro Universitário FIPMoc - UNIFIPMoc)

Este estudo se dedicou a refletir o encadeamento de práticas e rituais de consumo contíguos à regimes de ocupação e deflagração de práticas socioespaciais em uma região que, nos últimos anos, despontou como um esteio boêmio de consumo e comércio, sobretudo noturno, na cidade média de Montes Claros/MG. A região compreende um emaranhado de vias dispostas sob os bairros Jardim São Luiz, Melo e Funcionários que tiveram seus usos flexibilizados ao comércio por um adendo legislativo municipal em 2022 para ocupação do solo. Nesse ínterim, o intento deste esforço de pesquisa se deu em conjunto tríplice de descrição e análise: inicialmente, uma leitura ciosa das vias e espacialidades de comercialização ante aos processos de urbanização e ocupação do solo urbano; a seguir, a tipificação de práticas e rituais de consumo diante da oferta de signos e totens de lazer e entretenimento; e, por fim, o enquadramento socioespacial da ocupação e do cotidiano da área, à guisa de tecer modos de ver, perceber e consumir o espaço e a imagem da cidade. Por meio de itinerários etnográficos e observação da constituição plástica e imagética dos espaços, procurou-se examinar a composição da paisagem urbana e o influxo social de consumidores. Ora, o espaço é uma poética das relações, enquanto as relações em toda sorte de arranjos constituem as métricas precisas para que esta poética se estabeleça. Aqui, desprende-se o conceito de paisagem urbana. Isto é, a forma visível, sensível e tátil da cidade. Da compreensão dos sentidos, a paisagem urbana é a materialização eloquente da herança histórica de sua produção assimétrica e disputada. Nas vias que constituem o corpus deste percurso etnográfico, os sentidos são capturados pela unidade estética da plástica arquitetônica de letreiros, ambiências e adornos funcionais que potencializa - sob os dizeres publicitários - experiências de marca, enquanto são simultaneamente convite e vitrine de uma vitalidade urbana exígua, afeita nas luzes, musicalidade, boemia e consumo. Ruas mais povoadas, calçadas beligerantemente ocupadas. A cidade, após seu intenso fluxo de expediente comercial, ativa um novo turno em que seu funcionamento é anabolizado e estimulado. Enquanto rotas, mimetismos socioculturais e estéticas ritualísticas de consumo se pulverizam no ócio montesclarenses, noções e imagens bidimensionais de cidade e, porque não, de uma proto-cidadinidade se efetivam. Isto é, é viva a cidade e é vivo o habitante que consome e celebra apenas nesse festim de uma urbanidade estetizada e coisificada no instantâneo do consumo ou do que se materializa entre fachadas e letreiros ou se apregoa como sociabilidade ritual, no qual os sujeitos buscam no consumo o amuleto para anestesiar a visão factual da cidade e de suas outras paisagens de arrocho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_545_13128486_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografias de situações ordinárias e efêmeras nas ruas: análise de vertentes catalãs e francesas

Heitor Frúgoli Junior (USP)

Proponho-me a fazer um balanço crítico do potencial contido em abordagens etnográficas voltadas a usos corriqueiros de ruas e de outros espaços públicos, com base na leitura crítica de duas obras ligadas ao contexto europeu. A primeira delas refere-se ao seguinte livro: Horta, Gerard. *Rambla del Raval de Barcelona: de apropiaciones viandantes y procesos sociales*. Barcelona: El Viejo Topo, 2010. A publicação decorre de projeto coletivo coordenado por Manuel Delgado (Horta, 2010, p. 23), antropólogo catalão que aprofunda fundamentos teóricos e metodológicos referenciais de uma antropologia do urbano, com ênfase nas múltiplas interações no plano das ruas a partir do olhar etnográfico. Durante dois anos, Gerard Horta (docente da Universidade de Barcelona) etnografou formas de apropriação por parte de transeuntes da Rambla del Raval, num bairro assinalado pela marginalidade e submetido há alguns anos por intervenções urbanas, como a própria rambla já mencionada. A segunda abordagem remete a um balanço do seguinte dossiê: Paquot, Thierry (ed.). “Petits riens urbains” (Dossier). *Revue Urbanisme*, n. 370, 2010, p. 39-70. O organizador, Thierry Paquot (docente da Escola Nacional de Arquitetura de Paris–Val de Seine), que trabalha no campo da filosofia do urbano, é autor de livros e organizador de coletâneas francesas voltados a múltiplos aspectos da vida urbana. No referido dossiê, são contempladas várias atividades cotidianas – caminhar, cumprimentar, observar, usar celular etc. – com significativa participação de antropólogas/os, como Yves Winkin, Emmanuelle Lallement, Michèle Jolé, Martine Bergues, Nadja Monnet e Pascale Legué, cujos enfoques buscam extrair conhecimento de ações aparentemente corriqueiras. Em ambas as perspectivas, que serão tratadas em contraponto a outras linhas da antropologia urbana contemporânea, trata-se de atentar para um mosaico de práticas aparentemente banais que, sob outros olhares e estratégias de escrita, abrem possibilidades analíticas instigantes sobre o contexto da cidadania.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As cidades do carnaval de rua

Joanna Munhoz Sevaio (UFRGS)

Em minha pesquisa de doutoramento, tenho analisado as dimensões políticas do carnaval de rua contemporâneo, a partir de trabalho de campo realizado nas cidades de Porto Alegre e Rio de Janeiro, com passagem por Lisboa, onde realizei doutorado-sanduíche. Mais especificamente, considero os usos e contra-usos das ruas como parte de um repertório de contestação de vivências urbanas segregadoras, que preconizam interesses privados. O fenômeno carnavalesco em questão, notadamente a partir dos anos 2010, coloca em evidência a ocupação dos espaços públicos, de modo que praças, monumentos, ruas e avenidas são tomadas por multidões em festa e movimento. Na catarse coletiva promovida pelos blocos, os foliões fazem-cidade, contestando a lógica imperativa das cidades-mercadoria e protagonizando processos de reencantamento do mundo. A festa é uma experiência coletiva, pública, e potencialmente insurgente. Neste trabalho, busco compor um quadro analítico sobre como os cidadãos-foliões produzem as cidades observadas a partir do carnaval, apreendendo os espaços públicos pela cadência dos tambores, trompetes, xequerês e tamborins. Entendo, assim, que a dança, a música, a alegria e a liberdade dos corpos formam uma combinação

poderosa a favor de cidades voltadas para a pluralidade, nas quais a citanidade dos sujeitos é uma possibilidade, entremeada por relações complexas e ambíguas dos blocos de carnaval com o poder público. Minha experiência etnográfica é sobretudo corporal: coloco-me no meio dos milhares de foliões, vivenciando a cidade junto a eles, observando os fluxos e trajetos que vão sendo configurados pelas sociabilidades carnavalescas. Ademais, tenho entrevistado representantes dos blocos que acompanho nas ruas, a fim de aprofundar o entendimento dos vieses que fundamentam as práticas de fazer-cidade dos grupos observados. Este trabalho resulta, portanto, em uma análise situacional das relações entre festa, cidade e política.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da parte alta à parte baixa: um estudo sobre a circulação e o fazer-cidade de mulheres em Maceió (AL).

Júlia Maria Paredes (UFPB)

Este trabalho é oriundo de minha pesquisa de mestrado, ainda em andamento, que tem por objetivo analisar os processos de circulação de mulheres residentes nos bairros da parte alta da cidade de Maceió pelos espaços da parte baixa, a fim de compreender as motivações, percursos, sentimentos e afetações circunscritas no fazer-cidade e na experiência urbana dessas maceioenses a partir de seus trajetos cotidianos. No contexto da cidade de Maceió, a divisão existente entre “parte baixa” e “parte alta” se expressa não apenas em aspectos geográficos, mas também em características socioeconômicas: a parte baixa circunda bairros próximos à costa litorânea e ao centro da cidade, com destaque aos bairros nobres e espaços de grande atividade turística; e na parte alta se encontram os bairros mais distantes do centro e que figuram grandes números de complexos habitacionais e periferias. A divisão entre “parte alta” e “parte baixa” foi o fio condutor desta pesquisa, visto que essa corriqueira diferenciação acaba por produzir e endossar nos espaços urbanos de Maceió uma série de relações desiguais e distanciamentos entre os sujeitos, estes que por sua vez se diferenciam também pelo gênero, raça, classe, sexualidade, e outros aspectos. Haja vista a disposição dicotômica da cidade e sua aparente incidência nas relações sociais entre seus habitantes, busco observar como essas assimetrias e distanciamentos se materializam no cotidiano de mulheres que moram em localidades da parte alta. Compreendendo que o fazer-cidade e a experiência urbana são construídos a partir de subjetividades envoltas no processo de movimentar-se pela cidade (Agier, 2015), este trabalho pretende lançar luz a como essas disparidades se apresentam nas experiências urbanas femininas a partir do reconhecimento de que o fazer-cidade em Maceió reproduz implicações que operam pela impermanência e insegurança das mulheres (Lyra, 2019).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_763_28228423_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rolê na cidade: o rolimã enquanto prática de resistência, disputa e legitimidade

Luciano Silveira Coelho (UEMG)

Este texto discute aspectos estruturantes da prática do carrinho de rolimã, com base em uma etnografia realizada na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) entre 2019 e 2022. As primeiras impressões indicavam que o movimento do rolimã, com equipes de competição, agremiações e organizações de eventos na RMBH, se tratava de uma ampla e coordenada ação, de um grupo coeso de pessoas, em torno de um mesmo propósito. Com uma densa e prolongada permanência em campo, encontrei um movimento marcado por disputas, interesses e apropriações múltiplas que limitam, ao mesmo que conformam, uma comunidade de prática. Tal prática emerge de uma construção coletiva, urbana e marginal, cuja análise encontra grande ressonância nas teorias da aprendizagem situada de Jean Lave e da abordagem ecológica de Tim Ingold, bem como na perspectiva do urbano enquanto território de disputas. Nesse sentido, o presente texto coloca em relevo três aspectos estruturantes da prática do rolimã na RMBH: a participação das mulheres nos eventos, a partir da noção de cidade sexuada de Michele Perrot; as disputas territoriais destes grupos com os ordenamentos do Estado e do capital, na perspectiva de cidade enquanto direito, de Henri Lefebvre; e a busca por legitimidade de uma prática marginalizada, pelo prisma do consumo como constituidor de identidades, segundo Michel de Certeau. Assim, homens e mulheres, adultos e crianças, participam, constituem e são constituídos por uma prática polissêmica, contraditória e essencialmente situada.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_850_66849967_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Copa em movimento - sociabilidade de ajuntamento e produção imagética de cotidianos ritualizados

Luiz Henrique de Toledo (UFSCAR)

Esta comunicação busca alinhar alguns paradigmas indiciários etnográficos que oferecem do ponto de vista imagético as relações insuspeitas entre espaço público, política como sistema cultural convencionalizante e o torcer como mecanismo expressivo ou gramática que performa uma “sociabilidade de ajuntamento”. Tomo três eventos, a saber: a 22a edição da Copa do mundo de futebol masculino e de espetáculo, as “esportivizadas” e feéricas eleições presidenciais que se avizinhavam e que ocorreriam logo em seguida, naquele mesmo ano de 2022 e o velório de Pelé, ocorrido no dia 02 de janeiro de 2023 na cidade de Santos, na chave analógica das relações político-esportivizadas “quiasmáticas”, ou seja, situações relacionais em que as negociações de signos e equivocções semânticas entre planos simbólicos distintos entram no cálculo das disputas de senso comum por significados aparentemente óbvios, mas que transformam simbolizações convencionalizadas, tais como a mera adesão ao selecionado nacional, em experiências altamente relativizadas em significantes flutuantes e/ou diferenciadas. Pensando a noção de movimento em vários planos, e como um princípio ordenador da vida cotidiana, as impressões do país que desacelera em tempos de Copa do mundo e que produz ajuntamentos solidários numa efervescência coletiva, estão obviamente alinhadas à alguma centralidade que aponta o futebol como esporte-nação, imagem que por muitas décadas foi creditada a essa modalidade esportiva no Brasil. Percepções de uma litigiosa cidadania ou cidadinidade também podem ser discutidas a partir dessas formas analógicas de apropriação esportificada da cena política nacional e dos espaços públicos na

contemporaneidade, cujos valores de uma sociabilidade em movimento produz seus efeitos espetacularizados, sobretudo na remodelagem político-perfomática presente nas formas aparentemente mais casuais de ajuntamentos pelas cidades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_315_18159210_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Problemas e possibilidades nos diálogos entre antropologia urbana e educação: refletindo a partir das relações entre jovens feministas e educadoras

Maria Eduarda de Moraes Torres (UNIFESP)

A relação entre antropologia e educação, sobretudo envolvendo contextos de ensino formais como a escola e a universidade, ainda encontra-se em consolidação. Pesquisadores que buscam traçar esse diálogo destacam como possibilidades dessa interdisciplinaridade compreender como instituições de ensino podem marcar os sujeitos a partir de projetos de Estado e sociedade, além de serem espaços para a análise de uma relação de alteridade central: a de diferentes idades e ciclos de vida (Pereira, 2017). Compreendendo isso, a partir de um levantamento bibliográfico, objetiva-se discutir a relação entre as áreas, apontando problemas em relação a esse diálogo, mas também potencialidades. Além disso, busca-se dar enfoque às relações entre gerações que se dão nos espaços educativos, partindo de considerações de uma pesquisa etnográfica em curso, desenvolvida com coletivos feministas de jovens que estão articulados em uma escola pública da zona leste paulistana e em uma universidade particular do centro da cidade. Nesse sentido, apontando aspectos das relações entre feministas, professoras e alunas de diferentes gerações nos grupos, apresenta-se uma reflexão teórico-metodológica sobre a análise das relações entre idades para além de um estabelecido atrito, considerando a questão etária como parte dos marcadores sociais da diferença. Por fim, destaca-se que as relações que se desdobram na escola e universidade extrapolam essas localidades, refletindo em outras dimensões, como a forma como ativistas experienciam o espaço urbano. Considera-se, então, como esses espaços educativos podem interessar a antropologia urbana, além de propiciar análises sobre as relações entre gerações.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_271_22053669_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pensando Sociabilidades e Territorialidades na cidade de Tocantinópolis- TO

Maysa Mayara Costa de Oliveira (UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS)

A proposta desse trabalho é iniciar um debate a partir do contexto de uma cidade localizada na região do Bico do Papagaio, no Tocantins. Tocantinópolis, é uma cidade centenária, que exercia uma certa importância em seu contexto regional antes da formação do estado do Tocantins. Podemos destacar algumas singularidades dessa cidade que a fazem tão interessante para o campo de investigação das ciências sociais, e na proposta dessa pesquisa de entender as sociabilidades e territorialidades na formação da cidade. Primeiro, os conflitos que demarcaram e demarcam a história e o território da cidade. Tocantinópolis possui em sua história uma série

de conflitos agrários, étnicos, que produzem também representações sobre aquele espaço, como a guerrilha do Araguaia que ocorreu naquela região, ou os processos de grilagem de terras em toda a região do Bico do Papagaio, sendo um dos locais de portas de entrada para a Amazônia legal, entre os estados do Maranhão, Tocantins e Pará, constituindo-se em uma região de intenso conflito entre posseiros, grileiros, e fazendeiros durante o regime militar (SILVA; CUNHA, 2012). Outro ponto é a presença de grandes projetos na região que de um lado servem de atrativo populacional e influenciam nos fluxos migratórios, como também intensificam os conflitos territoriais, como a presença de projetos da Barragem de Estreito (MA) há aproximadamente 32 km da cidade; Projeto Carajás; a Transamazônica e as atividades agropecuárias. Outra questão que também nos interessa nessa pesquisa é entender a composição indenitárias dessa região onde se tem uma presença muito significativa de populações tradicionais: povos indígenas, quebradeiras de coco, agricultores, etc. Tais contextos nos colocam a pensar e debater questões como, pertencimento, identidade, fronteiras, estigma, e a cidade é o pano de fundo para compreender essas relações. Levando em consideração essa realidade tão singular da região, esse trabalho é um esforço de entender a realidade de cidades amazônicas, na sua formação populacional, espacial e nas suas sociabilidades, e principalmente na construção de suas identidades que estão atreladas também à constituição da cidade. Nesse aspecto, chamo a atenção para nos desvencilharmos cada vez mais de padrões e conceitos utilizados para pensar as cidades e que muitas vezes não se encaixam em nossas realidades, principalmente, quando nossas pesquisas estão fora dos grandes eixos de produção.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Praça do Dekinha": uma análise do fazer-cidade pelos homens ordinários

Priscila Dias Alkimim (UNIMONTES), Giancarlo Marques Carraro Machado (UNIMONTES)

O presente trabalho explora a relevância das ações individuais na transformação dos espaços urbanos, utilizando como estudo de caso a "praça do Dekinha" localizada no bairro Jardim Palmeiras, em Montes Claros, Minas Gerais. Este espaço, originado de um triângulo viário e não oficialmente reconhecido como praça, foi transformado e mantido por mais de quatro décadas por um residente local conhecido como Dekinha. Sua dedicação envolveu o plantio de árvores, flores, a manutenção diária e esforços para obter melhorias estruturais, como instalação de bancos e lixeiras para o local, além da recente adição de um churrasquinho administrado pelo próprio Dekinha, que introduziu uma nova dinâmica ao espaço. Fundamentada em teorias urbanas de autores como Henri Lefebvre, Urpi Uriarte, Jane Jacobs, David Harvey, Michel de Certeau e Michel Agier, a análise visa entender a produção do espaço urbano através das ações coletivas e participação cidadã, ressaltando o potencial dos homens ordinários em criar espaços de convivência significativos dentro do contexto urbano. A metodologia empregada baseia-se na etnografia urbana, com observações participantes realizadas entre maio e julho de 2023, além de conversas detalhadas com Dekinha. Este enfoque permitiu uma compreensão aprofundada das interações cotidianas e do valor atribuído ao espaço pelos envolvidos, respeitando-se os princípios éticos de pesquisa. Os resultados indicam que a atuação de Dekinha, em conjunto com a comunidade, não só transformou fisicamente o espaço, mas

também reforçou a identidade coletiva e a memória do lugar, evidenciando como intervenções locais e espontâneas podem gerar impactos significativos no tecido urbano. Essas ações refletem um compromisso profundo com a melhoria da qualidade de vida urbana, desafiando as abordagens convencionais de planejamento urbano e destacando a importância de narrativas locais na formação da identidade das cidades. O estudo conclui que a "praça do Dekinha" exemplifica o papel vital que os cidadãos podem desempenhar na criação de espaços urbanos mais inclusivos e humanos, através de ações cotidianas e colaborativas, destacando a capacidade de agência de indivíduos e comunidades na moldagem do espaço urbano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_953_17568163_645093.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Terreiros e cidades: co-constituição, socialidades mais-que-humanas e modos de fazer lugares

Thaís Cristina Leal Verçosa (UFPE)

Como cidades e terreiros de candomblé se fazem, desfazem e refazem, em relação? Que lugares são, esporádica ou continuamente, utilizados pelo povo de santo em cada cidade, transformando seus usos e/ou criando novas formas de habitar o espaço? Aqui, proponho uma reflexão sobre os impactos que o desenvolvimento urbano causa aos terreiros de candomblé, alterando suas rotas e modificando o cotidiano das casas, ao mesmo tempo em que discuto como estas casas de culto surgem, se moldam, se deslocam e se refazem para se manterem ativas apesar da inquietação constante que marca as grandes cidades. Partindo da perspectiva dos estudos sobre candomblé, e olhando desde os trabalhos antropológicos empreendidos por pesquisadores dessa religião afro-brasileira no contexto de Salvador, sua região metropolitana e adentrando o Recôncavo Baiano, destaco que poucos foram aqueles que se debruçaram realmente sobre a temática dos terreiros e sua relação com o espaço-cidade, lidando com a questão de maneira tangencial, assumindo-a como dada ou pensando de maneira determinista, em que o espaço-terreiro está constituído de uma vez por todas e serviria, tal qual um modelo, para todas as formas de apropriação entre terreiros e cidades, desconsiderando as especificidades de cada casa de culto e seus modos únicos de habitar e produzir lugares. Este modo genérico de olhar para a relação aqui proposta torna subjacente, ainda, outro ponto relevante para a discussão: o espaço, ele próprio, viabiliza modos singulares para que cada terreiro venha a existir. Muitos são os desafios enfrentados quando levamos em conta essa conexão, e traz repercussões que incidem sobre a existência dos terreiros. Mudanças espaciais - sejam elas provocadas por demandas de entidades ou pessoas, ação do poder público sobre o espaço ou necessidade de expansão dos terreiros, além de questões relacionadas à perseguição religiosa - são parte da história de vida de muitas dessas casas de candomblé. Para fins desse debate, me interesso em examinar como diferentes tipos de actantes - pensando a partir de Latour (2012) - ou agentes (sendo eles pessoas, animais, objetos rituais e entidades as mais diversas) se associam à questão espacial e como esta afeta os agentes, em uma relação associativa, na qual os vínculos estabelecidos importam e instauram mundos. Ingold (2015) chama essas conexões de malhas, o que me permite olhar para trajetórias de agentes diversos e são boas para pensar sobre como estas constituem lugares, através dos movimentos. O terreiro de candomblé, é, assim, um

organismo vivo, que se movimenta por diversas linhas de trajetórias, que se encontram e se entrelaçam, produzindo espaços urbanos, impactando na dinâmica das cidades e sendo impactado por elas, numa relação dialética incessante.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_515_26315941_645093.pdf

GT 036: Cidades: espaço construído e formas de habitar

Este GT visa reunir pesquisas centradas na relação entre espaço construído, formas de habitar e cidade. Conjuntos habitacionais construídos pelo Estado, moradias autoconstruídas por seus habitantes (recentes ou consolidadas como “ bairros populares”), ocupações organizadas por movimentos sociais ou cortiços, becos ou avenidas, entre outros, podem ser considerados formas que promovem certos conteúdos ou modos de habitar. A virtualidade da forma, entretanto, se concretiza de maneiras particulares pela influência de fatores tais como o regime de ocupação, tempo de permanência, história do lugar, relações de vizinhança, presença do comércio de drogas, características etárias, de classe, gênero, raça, religião etc. Por sua vez, as formas de habitar que emergem produzem um tipo de espaço urbano específico, que é necessário apreender e compreender para nomear ou caracterizar tipos de cidades. Assim, procura-se no espaço deste GT, propiciar o encontro e discussão de pesquisas em torno dos conceitos de habitar, produção do espaço e fazer cidade que, a partir de dados etnográficos, possam contribuir na proposta de políticas habitacionais formuladas desde as particularidades locais e baseadas no que os habitantes julguem serem os aspectos mais importantes a serem considerados e almejados.

Coordenação

Urpi Montoya Uriarte (UFBA), Rolf Malungo Ribeiro de Souza (UFF)

Debatedor(a)

Priscila Tavares dos Santos (UNIFACVEST)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da Ocupação às Casas-Embrião: Projetos de Vida e Produção de Saúde na comunidade Nelson Mandela em Campinas-SP

Alison Douglas da Silva (UNICAMP), Rafael Afonso da Silva (UNICAMP)

A comunidade Nelson Mandela é um movimento social que reivindica o direito à moradia. O movimento começou em 2016, com a ocupação de um território sem função social no sudoeste de Campinas-SP. Após reintegração de posse em 2017, o movimento se rearticulou politicamente para uma nova ocupação, próxima ao Distrito Industrial. Entre 2017 e 2022, embora sempre pressionado por ameaças de reintegração de posse, o movimento conseguiu resistir e iniciar diálogo com o poder público municipal e a Companhia de Habitação Popular de Campinas, a Cohab, o que, em dezembro de 2022, culminou em um acordo para a materialização do Residencial Nelson Mandela e a entrega de casas-embrião (uma moradia de 15m², com banheiro e um cômodo) para cada núcleo familiar. Atualmente, são 105 famílias no Residencial. Este trabalho é fruto de uma pesquisa etnográfica que se situa na interface entre a Saúde Coletiva e a Antropologia Urbana e na qual tentamos mapear práticas de cuidado à saúde

criadas/mobilizadas pelos sujeitos que habitam esse território, para além das ofertadas pela rede de atenção à saúde municipal, e compreender sua articulação com os modos de vida e interação, com especial atenção aos modos de habitação e suas arquiteturas (dinâmicas espaciais). Os resultados preliminares evidenciam produção expressiva de práticas de cuidado, realizadas de forma autônoma pelos sujeitos: práticas curativas por meio do uso de plantas medicinais; estratégias comunitárias de troca e compartilhamento (de alimentos, remédios, saberes terapêuticos etc.); estratégias de uso e regulação comum do espaço (criação de espaços de convívio, prática esportiva e lazer; acordos coletivos de zeladoria do território e manejo do lixo etc.); dentre outras. Os resultados colocam em evidência também uma avaliação negativa da comunidade em relação aos serviços públicos de saúde. Denúncias de racismo, intolerância religiosa, estigma de peso, violência obstétrica, dentre outras formas de violência são frequentes na fala dos moradores. O impacto da mudança para as casas-embrião é ambivalente. Ao mesmo tempo que representa a realização de um sonho e traz segurança para as famílias - eliminando os estressores relacionados à ameaça constante de reintegração de posse e perda de moradia -, produzindo assim ressonâncias positivas para a saúde das pessoas, a reorganização comunitária e o uso do espaço também implica em conflitos entre os sujeitos. Além disso, a arquitetura das casas e de sua distribuição espacial, planejada sem participação da comunidade, projeta uma territorialidade, favorecendo certos modos de interação entre as pessoas e entre elas e o ambiente que repercute na tendência à individualização do modo de vida, já estimulada pela tendência à desmobilização da vida política após a ocupação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_048_73113755_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres das palafitas de Santos: A feminização do déficit habitacional a partir de narrativas biográficas

Ana Carolina Ricco Uranga (PUCRS)

O cenário habitacional brasileiro apresenta diversas nuances sobre as condições precárias de morar. No entanto, a responsabilidade por esses domicílios é assumida majoritariamente por mulheres que compartilham atribuições comuns, sendo elas as chefes de família. De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), 62% do déficit habitacional, conforme levantamento do IBGE no período de 2014 a 2019, é composto por mulheres como pessoa de referência, vivendo em arranjos familiares monoparentais (mães solo). Outro indicador relevante refere-se à participação feminina nos índices de precariedade habitacional na região sudeste, alcançando 67,5% dos domicílios nesse mesmo período. Nesse contexto, este trabalho concentra-se na tipologia habitacional das palafitas, em particular no aglomerado de palafitas que compõem a favela Dique da Vila Gilda, situada na zona noroeste de Santos/SP. A pesquisa baseia-se na coleta de relatos autobiográficos de moradoras dessa comunidade, realizados em junho de 2023. O objetivo é compreender primeiramente, por meio de levantamentos bibliográficos, os processos sociais e urbanos que contribuem para a feminização do déficit habitacional, abordando questões interseccionais relacionadas ao gênero. O embasamento teórico busca fundamentar interpretações extraídas dos relatos autobiográficos, os quais foram coletados por meio de procedimentos de pesquisa biográfica interpretativa. Por fim, pretende-se discutir

como o método das narrativas biográficas pode contribuir para a formulação de políticas habitacionais mais eficazes, que compreendam as necessidades de grupos específicos a partir da capacidade interpretativa dos indivíduos sobre sua vida cotidiana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_925_37030358_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"PÉ NA COVA", OLHO NA CASA: Um estudo de caso do Programa Minha Casa, Minha Vida Jardim Aulidia em Açailândia MA

Antonia Eliane Lobo Carneiro (UFMA)

O presente trabalho traz um estudo de caso do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), mais especificamente de um dos seus muitos empreendimentos: o Conjunto Habitacional Jardim Aulidia ou Pé na Cova (como é conhecido, por sua vizinhança a um cemitério), na cidade de Açailândia, no Maranhão. Destinados a beneficiários dentro do recorte denominado pelo programa de faixa 1 (famílias com renda entre zero a R\$ 2.640,00), os imóveis recebem subsídios diretos de até 95% do seu preço e são financiados sem juros no prazo de 120 meses. O bairro tem aproximadamente 2.500 metros, estando a 2,5 km do centro da cidade, composto por quase 2.000 (duas mil) casas. A pesquisa iniciou em abril de 2022 com a observação flutuante (PÉTONNET, 1982) a fim de obter as primeiras informações, que possibilitassem descobrir as regras implícitas que movimentavam o Conjunto habitacional. Em 2023, adotando a observação participante, em uma perspectiva de perto e de dentro (MAGNANI, 2002), assim como, a referência bibliográfica de Eckert e Rocha (2001), foi possível maior aproximação com nossos interlocutores de modo que pudéssemos conhecer, analisar e compreender como ocorrem as relações, uso e apropriação do lócus, assim como as nuances das políticas de moradia inseridas no bairro. Ademais, as referências metodológicas possibilitaram perceber no cenário a segregação socioespacial (BOURDIEU, 2008), referindo-se ao território onde está situado o conjunto, assim como, a presença de estereótipos dentro e fora do bairro, os estigmas (GOFFMAN, 1975) que são características que sobressaem negativamente sobre determinado grupo ou indivíduo. As observações junto aos conceitos teóricos permitiram identificar usos e apropriações do espaço a partir da análise das relações sociais dos atores que residem no conjunto habitacional, de modo, que possibilitou compreender como são desenvolvidas as dinâmicas sociais do bairro nesse primeiro momento.

Palavras chave: Conjunto habitacional; Programa Minha Casa Minha Vida; Açailândia Moradia

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazer-Cidade a partir do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 na Região Metropolitana de Goiânia.

Beatriz Carolina Dara Neves Saldanha (UFG)

A pesquisa propõe compreender a situação socioespacial dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1) na Região Metropolitana de Goiânia, questionando as relações entre o Fazer-Cidade e o Direito à Cidade a partir da ideia entre Marginalidade e



Centralidade articulada sob interesses econômicos e políticos e a defesa do direito à moradia. A partir da necessidade de entender a organização e o processo habitacional oferecido pelo Programa e as condições dos modos de vida. A ideia de habitar um espaço vai além de uma simples ocupação, é a produção da vida e da constituição do ser social. Pensando a Cidade como um corpo diverso, visualiza-se vários interesses que apesar de, muitas vezes, opostos, são o que de fato mantem e perpetuam relações políticas e de poder. Não fugindo de uma lógica capitalista que estrutura os espaços sociais como campos de produção econômicos, disputas por conquistas de territórios, nos centros urbanos acabam formalizando um grande acordo entre setores públicos e privados que determinam o que vem a ser o centro/centralidade e a margem/marginalidade, entendido na maioria das cidades como espaços elitizados e espaços precarizados, facilmente observáveis através da segregação geográfica e de desigualdades. No Brasil o programa Minha Casa Minha Vida surge como um importante motor político e econômico para a formação social urbana, incentivo por meio do Governo Federal que capacita, ainda mais, o setor habitacional como meio estabilizador da economia. A metodologia utilizada durante a pesquisa foi desenvolvida através do trabalho de campo e aplicação de questionários nos empreendimentos selecionados do Programa Minha Casa Minha Vida juntamente com o levantamento bibliográfico, reuniões presenciais e virtuais, para a compreensão da produção de moradia observada na Região Metropolitana de Goiânia. As cidades visitadas foram Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Guaporé, Goiânia, Bela Vista de Goiás e Hidrolândia, entre setembro e novembro de 2019. A partir da ramificação geoespacial, o olhar atento às marginalidades inaugura o principal ponto de partida dos estudos urbanos/da cidade, revelando os atores sociais e políticos e a construção de paisagens que moldam características sociais necessárias para o entendimento da totalidade do que constitui Cidade, do papel das pessoas em suas transformações e de problemáticas que se entrelaçam em um ambiente conflituoso e múltiplo. Palavras-chave: Urbanização, Fazer-Cidade, Empreendimentos, Moradia

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_802_64959561_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões etnográficas sobre práticas e concepções de luta e resistência entre movimentos de moradia

Carlos Filadelfo (UFPI)

Esta proposta busca trazer algumas reflexões etnográficas sobre práticas de resistência entre movimentos de luta por moradia na cidade de São Paulo. Embora muitos estudos sobre movimentos sociais tratem do tema, a categoria resistência muitas vezes acaba por refletir analiticamente uma polarização dicotômica e acirrada entre Estado e movimentos sociais de pontos de vista externos ao desses agentes sociais, a partir da qual pouco compreendemos sobre como essas coletividades são produzidas processual e situacionalmente e, mais importante, como tantos esforços de resistência são empreendidos e perseverados abarcando conjuntos tão heterogêneos e, por vezes, conflituosos de pessoas. Portanto, procuro discutir aqui como as famílias integrantes de um movimento de moradia específico, a Leste I, refletem sobre práticas de resistência principalmente a partir dos sentidos inculcados no termo luta”. Esse movimento social urbano articula famílias de baixa renda com o objetivo de obterem atendimento definitivo

por programas habitacionais públicos na zona leste paulistana. Busca principalmente conquistar e obter terrenos para construção de moradias por meio de mutirões autogestionários com financiamento público e mão de obra das próprias famílias no controle e execução das obras. Em geral, são as dificuldades familiares e habitacionais anteriores, associadas ao sonho de se ter uma casa própria, espaço de autonomia, independência, liberdade, tranquilidade financeira e, no caso de famílias com filhos, possibilidades de oferta de melhores condições de vida aos filhos do que os pais tiveram, que levam à procura da Leste I. Em vez de se analisar os movimentos de moradia e a participação de suas famílias apenas a partir de conceitos como cidadania, direitos e democracia, que em geral sempre pressupõem normatividades, idealizações e avaliações sobre como os movimentos de moradia devem ser e agir, quais seus alcances e limites, a descrição etnográfica atenta aos processos concretos mostra como eles são mais dinâmicos e incapazes de serem apreendidos apenas por esses conceitos ou de serem facilmente classificáveis e tipologizados. As resistências dos movimentos de moradia são assim complexificadas ao considerarmos que são traduzidas em conflitos entre temporalidades distintas, nas quais o tempo subjetivo e variável de espera do atendimento, de participação das reuniões, de ocupações, manifestações e outras atividades combativas, são produzidos por e produzem reputações, atributos e moralidades da luta”, tidos como indispensáveis para a conquista da casa própria por meio do movimento. Para tanto, questões relativas a parentesco, gênero, corpo e produção de pessoas tendem a ser acionadas para legitimar e justificar um engajamento longo e que exige muita perseverança.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Salvar uma vida ou a saúde pública?" Uma análise socioantropológica sobre reprodução e família na Atrofia Muscular Espinhal (AME)

Celina Moreira Mesquita Mercio Figueira (UFRJ), Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)

A Atrofia Muscular Espinhal (AME) é uma doença rara hereditária autossômica recessiva, caracterizada pela não sintetização da proteína SMN1, crucial à manutenção das células motoras. No século XXI, é a condição genética com maior probabilidade de morte infantil, sobretudo na forma grave (tipo I), com sinais/sintomas manifestados antes dos seis meses e expectativa de vida de dois anos. Sem tratamento específico até 2016, a AME é destacada na mídia devido às gramáticas de direitos em torno do Zolgensma, terapia gênica da empresa Novartis. Aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária em agosto de 2020 e capaz de modificar o DNA pela fabricação de um gene funcional, o acesso ao medicamento "mais caro do mundo" está afinado às reflexões sobre valor da vida humana, biopolítica dos nascimentos e constituição da família moderno contemporânea. A abordagem etnográfica do dossiê "O remédio de seis milhões e a pergunta: salvar uma vida ou a saúde pública?", produzido pelo portal UOL em julho de 2022, denuncia o valor econômico e emocional da criança no modelo de "família conjugal" monogâmica e formada por pai, mãe e filhos. Aplicada às doenças raras e deficiências, a reprodução estratificada endossa éticas seletivas, ao condicionar dinâmicas de família a assimetrias de cuidado referidas a ideários 'sustentáveis' de atenção à saúde. A lógica de eficiência autoriza a capitalização da vida em si, a disciplinarização

e mercantilização do corpo feminino e seus produtos, por serviços e tecnologias dirigidos a nascimentos saudáveis. O viés antropológico feminista reforça os debates sobre governança reprodutiva e controle populacional, e ilumina regimes morais. As políticas públicas em torno da AME apontam a fragilidade e fluidez das definições de pessoa, parentesco e limites de vida, com base em discussões bioéticas de aborto, reprodução assistida e aconselhamento genético. A ênfase na linguagem numérica premissa da noção de raridade, de comprovação do investimento financeiro em medicamentos órfãos e da mortalidade não é acidental. Agrupados em esquemas de (des)investimento, as qualificações médico-Estatais hierarquizam as vidas, contraditam as teorias jurídicas de semelhança entre os seres e desvelam hiatos no caráter universal de cidadania. As economias discursivas de quantificação da AME instrumentalizam e obliteram trajetórias de família à margem das políticas reprodutivas, ao passo que justificam inequidades na distribuição de recursos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Revolta” por desocupação ou manifestação pela luta ao direito à cidade? – Uma análise sobre narrativas em disputa após protesto da Ocupação Residencial Beira Rio na cidade de Teresina, Piauí.

Clara de Assis Soares Nunes (UFPI)

Este trabalho irá tratar sobre como foram retratados eventos críticos (Das, 2020) que permearam o surgimento da Ocupação Residencial Beira Rio, localizada na cidade de Teresina, no Piauí. Em Abril de 2023, poucos dias depois de cerca de quarenta famílias ocuparem um território que até então é propriedade da Prefeitura de Teresina, no Facebook do coletivo OPA – que a ocupação está vinculada - em vídeo é relatado por uma liderança da ocupação, que durante o amanhecer as famílias foram surpreendidas por agentes da Prefeitura, promovendo despejo ilegal sem reintegração de posse ou ordem de despejo. A liderança é Taís, uma mulher cis, mãe e negra, diz que os agentes do estado se utilizaram de violência, destruíram as barracas, apreenderam os instrumentos de trabalho das famílias (destinados ao trabalho de limpeza do terreno da ocupação) e quando os moradores questionaram sobre esse ato, foram respondidos com ‘deboche’ e racismo. Um dia após este evento crítico (Das, 2020) as famílias da ocupação organizaram junto à OPA, sindicatos e coletivos políticos um protesto por direito à moradia que resultou na repressão policial e prisão de Taís, esse ato foi noticiado em portais jornalísticos regionais de Teresina. O cerne deste trabalho é a disputa de discursos políticos (e midiáticos) com base em duas matérias sobre o protesto da ocupação em contraposição ao que foi disponibilizado em uma plataforma de comunicação popular e colaborativa acerca do mesmo, e como meses após os moradores da ocupação decidiram criar um Instagram para comunicar os seus itinerários, mutirões em prol do território e mobilizações políticas. Para tanto, me utilizarei enquanto aporte metodológico e teórico Foucault (2008), Caldeira (2000), Deleuze (2006) Das (2020) Paterniani (2016, 2022), e Agier (2011)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_921_86927120_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Transformações da paisagem e o fazer-cidade em uma ocupação urbana no Triângulo Mineiro

Claudia Wolff Swatowski (UFU)

Nesta comunicação, me proponho a examinar dinâmicas de produção da cidade partir de uma ocupação urbana localizada em Uberlândia, Minas Gerais, e organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Com base em pesquisa de campo de longa duração, discuto as transformações da paisagem (Ingold) considerando desde as ações empenhadas pelos ocupantes para estabelecimento de um loteamento em um terreno situado nas margens da cidade, passando pelas negociações em torno das possibilidades de uso dos 700 lotes que atualmente compõem a ocupação, até as dificuldades e tensões que atravessam a construção de espaços coletivos. Neste processo de fazer-cidade (Agier) em que os ocupantes são os principais agentes de produção do urbano, analiso as alianças e disputas entre diferentes atores sociais, especialmente agentes religiosos e movimentos sociais de luta pela moradia. Chamo a atenção para o entrelaçamento de pertencimentos, para as relações de gênero e para os múltiplos arranjos feitos diante de um conjunto de condições de possibilidade, que se apresentam e se materializam na paisagem ao longo desse processo de produção de um bairro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De unidades habitacionais a lugares de moradia: a redefinição da habitação popular nas periferias de cidades médias.

FRANCISCO PEREIRA NETO (UFPEL)

Nesta proposta pretendo refletir sobre os desafios que se colocam para os moradores do MCMV no processo de constituir as unidades habitacionais como lugares de moradia. Estes desafios envolvem, de início, se relacionar com a organização do espaço arquitetônico proposto pelas normas estabelecidas pela política habitacional, que a grosso modo seguem uma lógica condominial. Como o público alvo desta política pública são pessoas de famílias de baixa renda, algumas dificuldades se colocam, desde os compromissos com o pagamento de taxas de condomínio, de água e de luz; a ocupação de apartamentos, com uma área fixa definida, dificultando a adaptação dos espaços de moradia às necessidades decorrentes das transformações na vida das pessoas e de suas famílias; a presença de grupos de tráfico de drogas nos condomínios e a insegurança que a situação provoca. Esse estudo parte dos dados etnográficos produzidos em uma pesquisa em andamento sobre os processos de pós-ocupação de empreendimentos do programa habitacional Minha Casa Minha Vida (faixa 1) na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul. Os condomínios populares, até por sua expressão quantitativa através dos investimentos do MCMV, passam a fazer parte da paisagem das regiões periféricas das cidades e se colocam como um espaço e uma lógica que compõe a criação das dinâmicas de habitação popular nas cidades brasileiras. Para tratar desta presença nos bairros periféricos, pretendemos abordar os condomínios como uma construção de ideias e valores objetivadas na edificação dos prédios de apartamentos, mas que expressa sua realidade ao ser inscrita num território, propondo definições de modo de vida, ao mesmo tempo que sofre resistências que abrem possibilidade para a redefinição nos elementos que revelam os modos de habitar nas periferias das cidades. Sua incorporação como espaço de moradia popular redefine espaços

periféricos que se configuraram historicamente, predominantemente, através da lógica da autoconstrução em terrenos negociados ou ocupados em regiões de pouco interesse do mercado imobiliário. Os condomínios populares (ou de trabalhadores) como projeto de modernização das cidades estão presentes desde a primeira metade do século XX, porém, a abrangência do investimento do MCMV consolida essa presença nas periferias das cidades brasileiras, propondo mudanças na vida dos cidadãos destas regiões. Diante desta nova condição das relações socioespaciais, nos perguntamos o que ela pode dizer sobre a conformação das cidades, os valores e os significados que a referenciam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_854_20726552_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Habitar e resistir: uma etnografia do Programa João Pessoa Sustentável

Jéssica Neves Lôro (UERJ)

Na cidade de João Pessoa, capital do estado da Paraíba, no nordeste brasileiro, a implementação de um grande projeto urbano adentrou a vida de moradores de 8 comunidades situadas na região da Avenida Beira Rio, ao longo do Rio Jaguaribe, a saber, o Programa João Pessoa Sustentável (PJPS). O PJPS é resultado de um empréstimo concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), juntamente com a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) e faz parte da Iniciativa Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). Entre as atuações do Programa na área está a realocação de cerca de 700 famílias e a construção de novos conjuntos habitacionais. Assim como obras de urbanização como pavimentação, iluminação pública, drenagem e construção do Parque Linear do Rio Jaguaribe (BID, 2014; PMJP, 2022). Neste trabalho, a partir de uma etnografia que está sendo realizada em uma das comunidades atingidas, busco construir analiticamente a ideia do habitar e neste caso também a possibilidade de remoção enquanto chaves para se pensar pobreza, violência, assim como a casa como objetivo e construção de vida. Algumas das famílias que estão marcadas para serem removidas vivem na comunidade há mais de 50 anos, passaram por um longo processo de construção e reconstrução de suas casas, saindo da taipa e chegando na alvenaria, em sua maioria possuem quintal com plantas e criação de animais e becos para passagem de ar, além de pequenos comércios na frente de algumas das casas. Me inspiro nos textos de Veena Das para pensar o anúncio da remoção ou a sua possibilidade, enquanto um evento crítico (Das, 1995) no qual podemos pensá-lo como uma violência que ocorre em sua "descida" ao cotidiano (Das, 2020), no qual essas mudanças abruptas no cotidiano, também chamadas por Vianna e Magalhães (2019) de "desfazimentos da vida", geram uma incerteza em relação ao futuro e ao sentimento de pertencimento à comunidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resiste, João Mulungu! Notas etnográficas sobre uma ocupação urbana em Aracaju-SE

Luiz Gustavo Pereira de Souza Correia (UFS)

A presente comunicação trata da experiência vivida junto à ocupação João Mulungu, localizada em um prédio da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no centro de Aracaju, capital de

Sergipe. A ocupação é coordenada pelas famílias do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), que desde março de 2022 sustenta no local a bandeira que enquanto morar dignamente for um privilégio, ocupar é um direito”. A apresentação é centrada em observações e passagens junto às famílias, desde a entrada no prédio abandonado, com foco nos pontos de tensão surgidos nas assembleias (e as tretas diárias), mas também na camaradagem entre as famílias e na formação política dos militantes e moradores. Pretende abordar os desdobramentos da investigação policial, conduzida pela Polícia Federal, o desenrolar da ação judicial de reintegração de posse (e questões como a função social da propriedade, a lei do Despejo Zero, etc) e as tentativas de intimidação de moradores e apoiadores da ocupação João Mulungu. Busca discutir o cotidiano da luta do MLB por moradia digna e pelo direito à cidade, e como o movimento leva à prática suas propostas para a reforma urbana, seu questionamento à sagrada propriedade privada capitalista e seu confronto com a ordem estabelecida”. Por fim, pretende também refletir sobre os desafios e embates surgidos durante a pesquisa em um contexto de aberta perseguição ideológica na administração pública e do uso dos recursos e instrumentos públicos na tentativa de criminalização dos movimentos sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os planos de puxar: problematizando a ideia da ausência de planejamento na feitura cotidiana das cidades a partir do processo de construção de Puxadinhos

Luiz Henrique Prado Campos (UERJ)

Este texto é fruto de uma tese em andamento e tem como proposta discutir processos de construção de puxadinhos em um conjunto habitacional. Aqui minha intenção é argumentar sobre a potência dos puxadinhos para pensar processos de produção da cidade a partir das transformações da casa e do cotidiano da vida doméstica. A partir de trabalho de campo etnográfico nos prédios do Conjunto Habitacional Maria Antonieta Mello Azevedo - popularmente conhecido como Conjunto Palmital -, localizado no município de Santa Luzia, Região Metropolitana de Belo Horizonte, o objetivo desta apresentação é a reflexão e desconstrução sobre a representação da ideia da ausência de planejamento nos processos de fazer cidade pelas camadas mais pobres, ideia essa historicamente presente nos estudos urbanos. Por meio da ênfase em trajetórias de arranjos familiares, reveladores de planos e projetos de vida que vinculam casa e trabalho na transformação do espaço urbano e suas dinâmicas, argumento que a construção de puxadinhos envolvem cálculos e negociações cotidianas sofisticadas revelando-os como parte dos planos de vida que fazem a cidade na relação entre a gestão da vida doméstica e a vida coletiva em conjuntos habitacionais. Configura-se assim uma paisagem urbana de convivência entre os planos da política habitacional e a vida social dessa política transformada pela autoconstrução, em um conjunto habitacional projetado e construído na transição dos anos 1970-80 pela Cohab-MG no seio das políticas de remoção de favelas de BH e da política habitacional do BNH.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_808_49112171_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Habitação e Ocupação de São João Clímaco e Heliópolis: sentidos etnográficos do atravessamento da política habitacional na luta pela moradia na periferia de São Paulo

Marcos Vinícius Guidotti Silva (UFSCAR)

A periferia de São Paulo, ao cabo da história das ideias do urbano, foi descrita e pensada como um problema fundamentado no trinômio: loteamento irregular-clandestino/casa própria/autoconstrução. O tipo de negócio, de moradia e mão de obra inerentes a esse trinômio serviu de base para a produção dos objetos e descrições da pesquisa social em São Paulo, desde 1976. Dessa maneira, a habitação na periferia tem sido compreendida sob os termos da ilegalidade, precariedade e vulnerabilidade. No entanto, essa compreensão também fundamentou o desenvolvimento de políticas habitacionais como o Programa de Urbanização de Favelas que é apresentado como o que há de mais progressista no combate à vulnerabilidade e precariedade habitacional no Brasil. Contudo, tendo morado numa área de intervenção desse programa e realizando um trabalho de campo nessa área, compreendi que os moradores da periferia de São Paulo apresentam outros sentidos para suas habitações além da ilegalidade, precariedade e vulnerabilidade. Dessa maneira, proponho apresentar etnograficamente os sentidos da habitação e ocupação da periferia que as lutas por moradia de meus interlocutores e parentes me ensinaram. Também almejo passar a visão etnográfica de como o entendimento da habitação descrito por pesquisadores e urbanistas tem gerado complexidades para as lutas e para a habitação da população periférica de São Paulo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Respeitem nossas famílias": disputas morais e emocionais durante audiência de votação do Projeto de Lei 54/2021

Maria Alice Magalhães da Silva Batista (UFMG)

Este trabalho, parte de minha dissertação, aborda a audiência pública de votação do Projeto de Lei 54/2021, de Belo Horizonte, que buscava proibir o uso da linguagem neutra nas escolas da capital, ocorrida em abril de 2023. Acompanhei o evento junto a integrantes do coletivo de mães de pessoas LGBTQIA+, Mães pela Liberdade, com as quais realizei minha pesquisa de mestrado. No presente trabalho, argumento como disputas em torno de gênero e sexualidade eram permeadas por estratégias discursivas similares adotadas por atores com posições distintas em relação ao assunto, os quais recorriam a categorias morais e emocionais semelhantes. A minha proposta é pensar como concepções de gênero formuladas naquele contexto estavam imbricadas a narrativas sobre direitos, moralidades e família, e como argumentos distintos recorriam a essas categorias para se fazerem ininteligíveis. A família era especialmente acionada, seja em falas em que a linguagem neutra era considerada uma ameaça a tal instituição ou sobre como ela era uma demanda de pessoas trans e seus familiares. Assim, abordo como nesse embate de ações e reações, gênero e sexualidade eram disputados a partir de categorias emocionais e morais que traziam a família e em minha pesquisa a maternidade de forma acentuada como instância central de legitimação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_440_51185638_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Gênero e Moradia: reflexões a partir do PAC-Beberibe na cidade do Recife/PE

Maria Carolina Lins Mendonça (UFPE)

Este estudo busca o aprofundamento acerca da complexidade urbana brasileira através da análise e qualificação dos aspectos socioeconômicos, históricos e políticos que esculpiram a paisagem das cidades, com foco especial no contexto do Recife/PE e na atuação do Programa de Saneamento Integrado da Bacia do Beberibe (PAC-Beberibe). Investigamos como as mulheres beneficiárias desse programa percebem moradia e direito à cidade, destacando as questões de gênero presentes nessa experiência. A pesquisa discute, a partir das narrativas das mulheres, portanto, como a experiência de gênero opera as percepções e noções sobre moradia. Para alcançar esse objetivo, adotamos uma abordagem qualitativa e utilizamos uma perspectiva teórica de gênero para compreender nosso objeto de estudo. Além disso, combinamos diferentes fontes de dados, incluindo observação participante, análise documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com seis beneficiárias do programa. A pesquisa também discute o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) como uma resposta do governo brasileiro aos problemas de precariedade urbana. No entanto, ressalta que os projetos habitacionais do PAC, ao serem implementados em locais distantes dos centros urbanos, tiveram um impacto negativo, especialmente nas mulheres. Conforme apontado pelas interlocutoras, a implementação da política foi marcada por contradições, pois, embora tenha sido apresentada com o propósito de superar os níveis de precariedade urbanística, a subsequente realocação nos conjuntos habitacionais não assegurou a devida compensação e, de fato, dificultou as condições de moradia previamente identificadas na área de intervenção do programa. Conforme apresentado nos relatos das interlocutoras, o desejo de retorno às condições de moradia anteriores à implementação desta política evidencia uma ferida histórica que o PAC, através do eixo de Urbanização de Assentamentos Precários, objetivava reparar. Nesse sentido, para além de um desdobramento reflexivo das pesquisas anteriores (Mendonça, 2018; 2021), o resumo ora proposto emerge, por sua vez, em uma cadeia discursiva que aponta que cenários como este não são exceção, mas parecem permear as políticas urbanas brasileiras com recorrentes episódios de produção e de reprodução de precariedade, cuja consequência é a manutenção de uma experiência de casa e de cidade desestruturada e historicamente em crise. Como efeito, compreendemos - levando em consideração os impactos do PAC-Beberibe na vida de suas beneficiárias, nossas interlocutoras - que a perspectiva de gênero precisa compor e fundamentar o instrumental estruturante das políticas habitacionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Direito à moradia e movimentos sociais: lutas e engajamentos no Rio de Janeiro através do programa MCMV-E.

Michelle Lima Domingues (UFF)

Esse trabalho é resultado dos projetos de pesquisa "Lutas pela Moradia no Centro da Cidade", financiado pela National Science Foundation, finalizado em 2021, e "Direito à moradia: os princípios político-pedagógicos de organização comunitária e de luta pela moradia popular na cidade do Rio de Janeiro", em andamento e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro. Por meio deles procurou-se compreender processos de luta pelo direito à



moradia na cidade do Rio de Janeiro, em espaços imbricados por disputas pelo território, cujos demandantes, coletivamente organizados, são trabalhadores (as), em geral informais e precarizados. Tendo em vista importante cenário de correlações de força, pretendeu-se estudar, de forma comparativa, diferentes experiências de organização e resistência comunitária com a finalidade de nestes espaços permanecer, sob a perspectiva dos valores das famílias organizadas com este propósito. A partir dos anos 2000, podemos perceber a inclusão de famílias de baixa renda como beneficiárias de programas habitacionais federais e para o caso que aqui interessa, mediadas por organizações do campo da reforma urbana, como movimentos sociais de luta pela moradia, entre outras, que no início dos anos 90 formularam a proposta de um Fundo Nacional de Moradia Popular, ao que se seguiu a proposição de um sistema de autogestão dos projetos de moradia de interesse social. Abriu-se a possibilidade de entendimento de ações regulares de intervenção social que requerem da sociedade civil organizada e famílias objetivadas nos projetos, a aprendizagem de novas habilidades e conhecimentos para o acesso a financiamentos mediados por diretrizes e normativas institucionais. Proponho apresentar um dos casos etnográficos estudados para retratar esse processo de engajamento de um grupo de famílias para viabilização de uma vida digna na cidade do Rio de Janeiro, via participação no programa habitacional MCMV-Entidades. Esse grupo constitui o projeto Quilombo da Gamboa, localizado no bairro de mesmo nome e composto no ano de 2015 por 116 famílias beneficiárias, a maioria representada por mulheres. O projeto, cancelado no final de 2018 e reapresentado em 2023, deriva da ocupação Guerreiras Urbanas, surgida em 2006 em um prédio abandonado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro, cujos integrantes constituem hoje parte do grupo de famílias que se reúne nos terrenos cedidos pela Superintendência de Patrimônio da União e pela Companhia de desenvolvimento Urbano da Região do Porto. O grupo foi originalmente representado pelos movimentos sociais União por Moradia Popular do Rio de Janeiro e Central de Movimentos Populares e pela ONG Centro de Defesa dos Direitos Humanos Centro Rubião. Atualmente é associado apenas à Central de Movimentos Populares.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Tem que tá na luta": impasses e disputas pelo direito à moradia na maior favela do Brasil.

Michely Alvarenga de Amorim (UNB)

Este trabalho é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada na região administrativa de Sol Nascente, localizada na periferia do Distrito Federal considerada a maior favela do Brasil, segundo dados do Censo do IBGE, realizado em 2022, que teve como objetivo analisar algumas implicações que perpassam a luta e conquista da casa própria no referido contexto. Partindo da proposta de Michel Agier (2015:492) de pensar a cidade a partir de espaços precários à margem, tendo em vista que a forma ocupação tornou-se mundialmente uma das maneiras para os mais pobres de fazerem reconhecer seu direito de estar ali”, busquei verificar questões que permeiam as dinâmicas de lutas coletivas por moradia e os efeitos da conquista sobre a vida das famílias beneficiadas. A análise inicia revelando o contexto de formação do Distrito Federal que se deu a partir de invasões e da marginalização das classes populares em cidades dormitório popularmente denominadas cidades-satélites e oficialmente designadas regiões administrativas.

Em seguida trato sobre alguns modos pelos quais os interessados empenham-se na obtenção dos lotes e, como a conquista de um pedaço de terra repercute na vida dos membros da comunidade. Fato que nos possibilita refletir sobre como a destinação de lotes realizada pelo Estado não representa a garantia efetiva do direito à moradia; e, na sequência, destaco o modo pelo qual a obtenção/construção da casa própria pode assumir outros valores. Por fim, diante da primeira conquista, por si só, se mostrar insuficiente para a concretização do sonho da casa própria, abordo sobre a efetivação da luta de algumas das minhas interlocutoras. Neste sentido, tratadas ao longo deste trabalho, as categorias lote, barraco e casa dizem respeito à processos de um mesmo elemento. Cabe destacar que, no decorrer do ensaio, a questão do parentesco transparece enquanto tópico sensível no que tange ao morar junto”. Em síntese, argumento que a obtenção da casa própria é aspecto central na vida das pessoas de baixa renda e que, para a realização desse projeto, ainda que por meio de política pública de habitação governamental, é imprescindível que uma série de redes sejam acionadas, dentre elas destaco a atuação de movimentos sociais de luta por moradia regionais e nacional (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_539_72206727_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O consumo nos espaços públicos infantis

Milene Morais Ferreira (UFPB), Flávia Ferreira Pires (UFPB), Marco Aurélio Paz Tella (PPGA/UFPB)

O presente trabalho resulta de uma tese de doutorado em andamento, desenvolvida através do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGA/UFPB) com financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). De modo geral, a tese tem como objetivo principal compreender como se constituem os espaços públicos voltados para o lazer infantil, desde a sua concepção estrutural até as práticas sociais dos grupos geracionais que os vivenciam, com ênfase nas crianças. Desse modo, pretende-se refletir sobre a produção social do espaço, a partir de uma geração que, apesar de não atuar no planejamento urbano, impacta diretamente nos espaços que são construídos nas cidades, mobilizando outras gerações de múltiplas formas. Neste recorte, abordaremos a relação do espaço público com o consumo, compreendendo que este aspecto direciona os sujeitos a certo tipo de vivência espaço-temporal e que esta também é ressignificada mediante a atuação. O objetivo é elaborar uma reflexão sobre a forma com que o consumo tem perpassado a experiência dos espaços públicos das cidades que são voltados para o lazer, principalmente no que se refere ao público infantil. A pesquisa de campo foi realizada no Parque Solon de Lucena, em João Pessoa, capital do estado da Paraíba. O parque, que também é conhecido como Parque da Lagoa”, em decorrência da lagoa que acompanha sua extensão, fica localizado no centro da cidade, atraindo principalmente crianças e famílias que moram nas áreas periféricas, por serem os bairros mais próximos da região. Contudo, ainda consegue ampliar o alcance, em decorrência da facilidade de acesso ao espaço pelo transporte público que atua com várias linhas transitando por lá. Trata-se de uma pesquisa etnográfica, que conta com o aporte de registros em diário de campo, conversas informais com crianças e

adultos responsáveis e observação participante, durante toda a programação elaborada em referência ao mês das crianças, em outubro de 2023. Consideramos, para a análise, as experiências das crianças que frequentam o espaço, bem como a de suas famílias. Os resultados preliminares apontam que os gastos relacionados à ida ao local tem sido um dos maiores empecilhos para o uso mais recorrente do espaço, tendo em vista os diversos dispositivos privativos que se encontram alojados em sua estrutura, cuja utilização está condicionada ao pagamento de uma taxa individual, o que significa que os parques públicos infantis parecem estar sendo moldados pela atividade econômica intrínseca às interações sociais presentes nos contextos urbanos, associadas às experiências de lazer das crianças.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O sistema produz os pobres e depois quer escondê-los": Disputas em torno do habitar as ruas paulistanas

Nayara Alvim Machado (USP)

Padre Júlio Lancellotti tem atuado por décadas como um ferrenho defensor dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, especialmente as que se encontram em situação de rua na capital paulista. Em sua atuação cotidiana e pública, a expressão da hostilidade à hospitalidade tem sido evocada recorrentemente para fomentar, em quem o acompanha, uma sensibilidade que seja capaz de perceber como as cidades podem ser agressivas às pessoas desde os seus detalhes e propor um novo olhar para a produção do espaço, que preze pelo valor de uso e não pela preeminência do seu valor de troca. Nessa perspectiva que impera a imposição do concebido sobre o vivido, o sacerdote questiona: esse sistema, o neoliberalismo, esse capitalismo liberal exacerbado, ligado à meritocracia, ligado à competição, isso não tem futuro, isso é de morte. E os pobres vão morrer. É o que o Papa Francisco chama de descartáveis. É uma população que está aí para morrer mesmo: é deliberadamente descartada pelo sistema. O religioso mobiliza ações cotidianas de assistência às pessoas em situação de rua na zona leste de São Paulo, onde atua como pároco, e também estimula o debate de garantia e cumprimento da função social dos espaços, tendo inspirado a criação de uma lei federal para coibir as instalações consideradas antipobres, que promovem a espoliação do uso das cidades por esses sujeitos tidos como indesejáveis. Além da regulamentação da Lei Padre Júlio Lancellotti em 21 de dezembro de 2022, foi lançado no dia 11 de dezembro de 2023 o Plano Ruas Visíveis Pelo Direito ao Futuro da População em Situação de Rua colocando a prioridade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania o enfrentamento a violação dos direitos das pessoas em situação de rua. Apesar dos desafios cotidianos para garantir este fim afinal, estamos num país cuja justiça preza sobretudo pelo direito de propriedade, o padre considera que a Lei e as suas ações públicas podem despertar nas pessoas um estranhamento para com as estratégias ocultas em torno das paisagens urbanas. Ao partir de tais considerações, o trabalho buscará refletir, por meio da etnografia, como as ações inscritas enquanto uma Pedagogia Urbana eventualmente podem produzir, por um lado, a conformação de políticas públicas de promoção do direito à cidade e, por outro, validar outras formas de viver a cidade a partir das condições de pessoas tidas como indesejáveis. Vislumbra-se ampliar as problematizações sobre as intenções e consequências da arquitetura hostil e da aporofobia na cidade de São Paulo, lócus do presente

estudo, evidenciado um conjunto de situações concretas que são sintomáticas da tentativa de controle dos espaços urbanos e das pessoas vulneráveis, como aquelas que se encontram em situação de rua.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do lago ao asfalto: Autoconstrução, relações de vizinhança e a urbanização na Amazônia em uma ressaca aterrada em Santana/AP

Nina Acacio Oliveira de Souza (UFRGS)

Essa apresentação tem como cerne uma discussão sobre múltiplas temporalidades no processo de construção de uma vizinhança, em um terreno híbrido”, próxima da área Central da cidade de Santana/Amapá. Ao utilizar do material etnográfico que deu origem a minha dissertação de mestrado, lanço olhares para como as dinâmicas ligadas a autoconstrução das casas perpassa as relações entre vizinhos e, também, processos mais amplos de urbanização na Amazônia, em especial tratando das especificidades das cidades amapaenses. A partir das mudanças proporcionadas por uma intensa remodelação do espaço, das formas de socialidade e das materialidades das casas, compreendo que as alterações na paisagem dialogam com as histórias de vida das pessoas que habitam a região, participando de um processo contínuo de fazer-cidade (Agier, 2015), mas também de produção de outros sentidos para o que é a experiência urbana. Assim, o enfoque analítico dessa comunicação perpassa o entendimento dos modos de habitar espaços, casas e cidades em outros interstícios e representações, contribuindo, de algum modo, para um olhar mais apurado acerca das cidades amazônicas e sua gente.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Domingo na praia para além do baculejo: Transatlanticidade, divisão racial na cidade / do espaço e juventudes negras na Praia do Poço da Draga em Fortaleza (CE)

Paulo Henrique Ferreira de Freitas (UNB)

Esta pesquisa identifica, corporifica e apresenta esboços de cartografias, narrativas e fotografias do espaço urbano sob as margens das praias periféricas de Fortaleza (CE) com foco na Praia do Poço da Draga. Parte de uma compreensão física e existencial do Atlântico Negro interpretado por pesquisadores (as) que se debruçam sobre a construção das diásporas negro - africanas para abordar experiências construídas e modificadas pela presença negra em cidades litorâneas, especificamente aqui, Fortaleza. A abordagem do campo de pesquisa foi realizada através da observação participante, realização de entrevistas e por meio de colaborações de jovens artistas negros (as) das áreas da música, poesia e artes visuais de Fortaleza, que evidencia representações de sociabilidades, relações de pertencimentos e transgressões de jovens negros (as) na cidade e nos espaços urbanos. É possível nesta etnografia tornar visível um debate sobre juventudes negras em contextos plurais de suas experiências cotidianas em relação ao direito à cidade e mais especificamente, direito à praia e ao lazer, arte e cultura, não esgotado à interpretações sobre o genocídio da juventude negra como conceito estrito às violações de direitos em abordagens policiais, extermínio e encarceramento em massa praticados pelo Estado brasileiro contra jovens negros (as), mas preenchendo lacunas e silêncios em torno do racismo e suas estratégias de manutenção do poder nas grandes cidades brasileiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_190_37693494_120761.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A importância do Trabalho social nas políticas públicas de habitação: Limitações, avanços e desafios

Shirley Alves Torquato (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), Beatriz Fernandes Coelho Gomes (UFF)

Esta apresentação tem como objetivo construir uma reflexão sobre a importância e limites do trabalho técnico social na condução das políticas públicas voltadas para a habitação. O problema do déficit habitacional no Rio de Janeiro fato que remonta ao processo de urbanização do país é um dos grandes responsáveis e motivadores para se pensar as políticas públicas voltadas para a habitação de interesse social. Invariavelmente anunciados como grande solução de um problema social crônico de nosso país, em especial dos grandes centros como o Rio de Janeiro, projetos e programas de governo que têm como foco mitigar ou mesmo eliminar este problema, incorrem reiteradamente nos mesmos erros: pensam a habitação em separado das demais esferas sociais, e, conseqüentemente, os propósitos iniciais não são alcançados e, não raramente, são descontinuados, deixando todo o ônus à população que deveria ser assistida. O resultado que se observa é a periferização de espaços urbanos, levando determinados segmentos da população à uma segregação socioespacial que frustra, ou mesmo impede os cidadãos de exercerem seus direitos à cidade. Reforçando uma representação negativa construída pelos mais pobres com relação à cidade e ao poder público. A descontinuidade de políticas públicas nesse viés, uma tônica que perpassa todos os governos, reforça o sentimento coletivo de que os programas são sempre eleitoreiros, que nunca dão em nada”, ou, ainda, que servem apenas para desperdiçar o erário público. A comunicação apresentada é fruto da observação participante advinda da experiência de trabalho vivenciada na Subsecretaria Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 2022, onde, exercendo o cargo de Técnico Social, as autoras trabalharam no programa do governo formulado com base na Lei Federal 11.888/2008, mais conhecida como Lei de ATHIS Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social. Neste trabalho, a discussão será baseada nas observações fruto de uma experiência no Trabalho Social em um programa habitacional do estado do Rio de Janeiro, que ocorreu nos anos de 2021 e 2022. Desse modo, a proposta que se segue é uma breve reflexão realizada a partir da experiência empírica exigida pelo cargo exercido e das atividades e observações derivadas do locus privilegiado no campo, a saber, um escritório central localizado na Subsecretaria de governo e em 22 escritórios distribuídos em 22 favelas da capital e da região metropolitana do estado, que reuniam diferentes outros profissionais com o intuito de realizar melhorias habitacionais em residências de famílias com baixo Índice de Desenvolvimento Social - IDS.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Só pode entrar quem for essencial" Desafios da regulamentação da profissão de doula no Brasil

Thaís Teles Rocha (UFMG)

Para além de profissionais do parto, as doulas têm se conformado como importantes agentes de defesa de um conjunto específico de direitos sexuais e reprodutivos no Brasil. Desde 2013, diversos estados e municípios brasileiros têm sancionado a Lei da Doula”, que legisla permitindo sua entrada em hospitais e casas de parto. O escopo gravídico e puerperal, porém, não é o único contexto em que atuam. A doulagem pode ser estendida ao contexto da adoção, da fertilização in vitro, dos cuidados paliativos, do divórcio e até da morte. Apesar da amplitude da atuação nos mais variados contextos da reprodução ou de finalizações de ciclos de vida, a profissão ainda não é regulamentada. A doula trabalha durante jornadas imprevisíveis e incalculáveis. Isso significa que o chamado para um atendimento pode vir a qualquer momento do dia, durando longos períodos, muitas vezes sem intervalos para descanso. O tempo de um trabalho de parto é extremamente particular e pode variar de poucas horas a dias inteiros. A jornada de uma doula é fisicamente exauriente e emocionalmente complexa, por envolver forte vínculo empático com a pessoa que está sendo atendida. O requerimento de leis e políticas públicas que garantam o exercício da profissão e o acesso à assistência de uma doula se faz necessária em decorrência de um cenário que ainda não reconhece a categoria como profissional da saúde, somado ao tenso cenário de violência e racismo obstétrico no Brasil. Tais desafios se tornaram mais ostensivos durante a pandemia de Covid-19, considerando o impedimento da entrada dessas profissionais nas unidades institucionalizadas de saúde, sob o pretexto de não fazerem parte da equipe essencial”. Os impactos da pandemia somados à precarização do acesso a direitos sociais amplificaram um processo já existente de reconfiguração das relações entre cuidado, gênero, raça, classe e mercado de trabalho formal. Seja pelo isolamento social justamente imposto pelas políticas sanitárias, e consequente sobrecarga de funções domésticas e de cuidado, seja pelo aumento da demanda de profissionais da saúde, impelido pela alta de casos de COVID-19, é imprescindível reconhecer que passamos (ou deveríamos ter passado) a admitir as profissões vindas das áreas de enfermagem, cuidado com idosos, bebês, crianças e/ou pessoas com deficiências, trabalho doméstico, dentre outras, como funções essenciais para a manutenção da vida em sociedade. Este trabalho, portanto, busca contribuir com a discussão do acesso à saúde sexual e reprodutiva, por meio de políticas públicas, por meio de uma etnografia feita entre doulas, trabalhadoras e usuárias do SUS e da rede privada, dentro do contexto da mobilização pela aprovação do PL 3946/2021, que regulamenta a profissão e o acesso à doula, via SUS, em todo o país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_102_84395275_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Modos de fazer um lugar Timbó: A produção de sentidos sobre uma comunidade urbana na cidade de João Pessoa - PB

Williane Juvencio Pontes (UFPB)

Modos de fazer cidade encontram complexificação com a emergência do digital no cotidiano dos cidadãos, contribuindo para a produção de formas de ser e estar no urbano e a construção de espaços para diversas práticas, usos e sentidos. Como pensar o processo de construção e as representações de um espaço ermo transformado em lugar de moradia e pertencimento, resultado do ajustamento de códigos morais e emotivos e de projetos individuais e coletivos

agenciados através de disputas e alianças, apoiando-se no entrecruzamento do digital e do presencial? Busca-se analisar um espaço urbano e sua fabricação enquanto lugar, fruto de uma produção simbólica, com base nas interações presenciais e digitais na configuração em torno do imaginário social sobre a Comunidade do Timbó, situada na zona sul da cidade de João Pessoa - PB. O Timbó é uma comunidade periférica consolidada nos anos de 1980, fruto de um processo de ocupação, considerado irregular pela prefeitura municipal, de um espaço vazio deixado de lado pelo planejamento urbano que estava em voga, sendo ocupado por uma pobreza sem casa, composta de homens comuns pobres, para a construção de moradia para se estabelecer na cidade. A proposta visa pensar uma comunidade urbana, construída como periférica e atualmente situada em uma área de valorização imobiliária, em relação com a cidade que integra, compreendendo modos de ser e estar, de transformar espaços em lugares de pertença e de disputas. A ênfase se apoia na continuidade entre o digital e o presencial enquanto instâncias que constituem a vida cotidiana, de modo a apreender os agenciamentos nas duas instâncias para a fabricação de um Timbó comunitário, um lugar de expressões de maneiras de viver e sentir na capital paraibana. A construção de um lugar Timbó é um processo contínuo em que moradores, frequentadores, mídia e prefeitura integram o jogo comunicacional, configurado por códigos morais e emotivos. As elaborações da mídia são articuladas no jornal impresso, televisão e plataformas digitais, é uma instância hegemônica na constituição de um imaginário sobre a comunidade. A prefeitura sistematiza produções no site oficial e em matérias na mídia, veiculando intervenções da administração pública no Timbó. São produtos de fora, daqueles que não estão inseridos e não compartilham do cotidiano local. Os moradores e os frequentadores utilizam, principalmente, a rede social Instagram, com a administração de perfis coletivos e de acesso público, elaborando produções de dentro, daqueles que participam do cotidiano e possuem um vínculo com o lugar. São construções que colocam representações em tensão, contrastando imaginários negativos e positivos em constantes negociações e disputas na produção de sentidos sobre o lugar. Palavras-chave: Lugar; Sentidos; Digital

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_101_83496785_120761.pdf

GT 037: Corpo, reprodução e moralidades: disputas de direitos e resistência à onda conservadora

O país continua sob impacto do avanço do conservadorismo no Estado e na sociedade. Embora as eleições para presidente em 2022 tenham arejado os embates, o discurso da defesa da família, restrita a um único modelo pouco mudou, sendo associado à defesa de liberdades individuais, como a de crença religiosa. Há mobilização após o desmonte das políticas públicas voltadas ao segmento LGBT e a direitos reprodutivos no governo anterior. Grupos conservadores cerceiam o debate público sobre questões referentes a gênero e sexualidade, englobado na categoria de acusação “ideologia de gênero”. Agentes religiosos envolvidos no aparelho de Estado e no Legislativo, além de empreendedores morais, especialmente do campo religioso, buscam influir na opinião pública e nas políticas de governo. O valor da liberdade individual é acionado para defender o direito da liberdade religiosa a fim de impor posições LGBTfóbicas e contra os

direitos das mulheres, alegando a defesa da família. O GT pretende dar continuidade ao debate iniciado em anos anteriores na RBA, acolhendo trabalhos que problematizam as articulações entre diferentes moralidades, discursos religiosos e pânicos morais. Aborto, reprodução assistida, adoção por casais de mesmo sexo, transgeneridade, reconhecimento do nome social, parto humanizado, são questões de interesse. O objetivo é verificar percepções de sexo, gênero e família, sustentados no interior de tais tensões e impactos no acesso a direitos e às políticas públicas.d

Coordenação

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ), Rozeli Maria Porto (UFRN)

Debatedor(a)

**Marcelo Tavares Natividade (NEPP-DH-UFRJ), Tatiane dos Santos Duarte (UNB),
Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)**

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Família, escola e militares: concepções familistas produzidas em escolas cívico-militares

Adriana Angerami (UFSC)

Entre os meses de junho e setembro de 2023, acompanhei o cotidiano de duas escolas cívico-militares localizadas em Santa Catarina com o objetivo de sistematizar, a partir de dados sensíveis do cotidiano, que tipo de cultura escolar tem sido produzida nesses contextos, além de descrever de forma analítica as ritualísticas e representações morais que permeiam o respectivo programa. O Programa Nacional de Escolas Cívico-militares (Pecim) foi instituído durante o Governo Bolsonaro (2019 - 2022), em correlação a outras mobilizações e disputas em torno de políticas educacionais com fundamentos conservadores, a exemplo da reivindicação do modelo homeschooling, subtrair abordagens que considerem as religiões de matriz africana e cosmologias indígenas, reforçando o racismo religioso, o movimento nacional Escola Sem Partido que corrobora com o pânico moral em torno da ideologia de gênero e o debate e as proibições em torno da linguagem neutra nas escolas. Um aspecto comum entre esses movimentos é a maneira como a instituição família ganha centralidade e significado moral. Na própria regulamentação do Pecim, à família é destinado o papel decisório na aderência ao modelo cívico-militar, assim como para a gestão escolar e corpo docente. Nas interações cotidianas, os monitores-militares – homens cis, oriundos da reserva das forças armadas brasileiras, interlocutores preferenciais da pesquisa – passam a ser os mediadores entre a escola e a casa, representando os supostos interesses da família junto à escola e promovendo a assimilação de determinados "valores". Associada a esta atuação, a figura masculina do militar nas escolas, tomada como referencial de autoridade para o corpo discente, ganha contornos particulares: ora acionada como essencial para suprir eventuais lacunas familiares, reproduzindo uma certa concepção de família; ora tomada como o amigo da turma, figura acolhedora que escuta e dialoga. É possível notar que a concepção central de 'família' acionada pelos interlocutores do campo vai ao encontro de uma lógica familista que reforça convenções de gênero heteronormativas refletindo, em alguma medida, na formação (ou manutenção) de mentalidades consonantes a um modelo de valores conservadores. As reflexões apresentadas

neste trabalho buscam levantar subsídios que contribuam com os debates contemporâneos sobre as disputas travadas no campo educacional em interface com as mobilizações de caráter conservador, tendo como foco analítico compreender os sentidos e os usos da categoria família no contexto das escolas cívico-militares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_294_58797999_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O aborto em telemedicina: as coletivas de acompanhamento no Brasil

Alessandra Brigo (Università Cà Foscari)

A prática do aborto farmacológico existe desde antes da epidemia de COVID-19. No final dos anos 1980, o potencial abortivo do fármaco foi relatado no Brasil e foi adotado informalmente primeiro pelas mulheres e depois por profissionais de saúde em muitos outros países do mundo onde a interrupção da gravidez era ilegal. A partir do final dos anos 1980, o uso combinado de mifepristona e misoprostol começou a entrar nos protocolos adotados nos serviços de aborto em muitos contextos em que esse procedimento era legalizado. A metodologia farmacológica autogerida representa, nos tempos contemporâneos, o instrumento através do qual o processo de aborto está passando por uma trajetória de reapropriação de conhecimentos, experiências, narrativas e compartilhamento por pessoas grávidas em muitos contextos. O acesso à interrupção da gravidez farmacológica em estabelecimento de saúde pode ser dificultado por uma série de barreiras. Por conta do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, alguns países onde o aborto já era legalizado optaram pela realização do aborto farmacológico, com o uso de misoprostol e mifepristona, na casa das mulheres. A criminalização do aborto e a extrema dificuldade de acesso às vias legais na América Latina e Caribe coincidiram com o desenvolvimento de coletivas feministas que acompanham as pessoas gestantes que necessitam abortar. Graças ao trabalho dessas coletivas, o número de mortes maternas por abortos ilegais e inseguros diminuiu drasticamente ao longo dos anos. Diferentemente de outros contextos latino-americanos, as redes brasileiras de acompanhamento ao aborto operam em um contexto particularmente hostil e criminalizado. A pesquisa indagou os efeitos da pandemia da COVID-19 no trabalho dessas coletivas com dados coletados a partir de entrevistas realizadas em 2021 com acompanhantes no Brasil. Apesar das dificuldades, as redes continuaram a operar durante a pandemia, criando comunidades online e permitindo o acesso ao aborto autogerido através do acompanhamento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Leis Antigênero no Parlamento: Um estudo sobre projetos de lei antigênero na Assembleia Legislativa de São Paulo

Álex Kalil Alves (UNIFESP)

O avanço conservador no cenário político brasileiro, após as eleições presidenciais de 2018, foi marcado pela ascensão de movimentos conservadores e o acirramento de debates públicos sobre gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. A presente proposta propõe uma investigação acerca dos avanços desses grupos no campo legislativo com projetos de leis que visam conter

o avanço das políticas de gênero e sexualidade. Para isto, será apresentado um levantamento das proposições legislativas na Assembleia Legislativa de São Paulo, entre 2019 e 2022 que visam limitar os avanços de tais políticas. A partir deste levantamento, este trabalho propõe analisar a articulação de atores e categorias em tais proposições, identificando como o uso de categorias como as de ideologia de gênero e família são articuladas e ressignificadas por esses atores nestas proposições. A análise realizada por este estudo identificou 34 projetos de lei com este teor e destaca uma série de temas recorrentes nessas proposições, incluindo restrições ao reconhecimento da identidade de gênero, oposição à educação sexual inclusiva, proibição de terapias de afirmação de gênero para menores, limitações ao uso de banheiros públicos conforme a identidade de gênero, a imposição de conceitos tradicionais sobre planejamento familiar e a contestação do uso de linguagem neutra ou inclusiva. Emerge também a preocupação com a "proteção do nascituro", refletindo tentativas de restringir direitos reprodutivos, inclusive o acesso a procedimentos de aborto legal. Este levantamento ajuda a compreender de forma abrangente como as noções de ideologia de gênero e família são reformuladas pelos parlamentares, revelando a complexa relação entre discursos e categorias advindas do religioso e a esfera legislativa. Este fenômeno a ser analisado por este estudo visa destacar a complexidade das estratégias políticas advindas dos setores conservadores da sociedade, suas articulações e estratégias para se inserir na disputa mais ampla pela agenda governamental dos Direitos Humanos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_481_60063475_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazer dupla maternidade: disputas em torno do reconhecimento das lesboparentalidades

Anna Carolina Horstmann Amorim (UEMS)

O campo de estudos sobre parentesco, em sua conexão com relações de gênero e sexualidade tem produzido, especialmente para os contextos urbanos contemporâneos, importantes discussões sobre famílias e parentalidades, sobretudo sobre as homo/lesbo/transparentalidades. É na esteira destas discussões que este trabalho se insere. Pretende pensar como, no seio de famílias formadas por mulheres lésbicas cisgênero, se produz a dupla maternidade, ou seja, a maternidade partilhada por duas mulheres cisgênero. Atenta, em específico, para famílias lesboparentais e suas lutas para serem reconhecidas, com mesmo peso, legitimidade e legalidade, as duas maternidades. Neste sentido, analisa quais são os dispositivos implicados na mediação da produção destas dupla maternidades, com especial atenção ao Direito e suas normativas que determinam modelos e filiações possível e dispõem sobre outras regras que incidem sobre reconhecimento das maternidades, regras em grande medida heterociscentradas. Em especial, este artigo analisa o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) brasileiro do dia 13 de março de 2024 a respeito da possibilidade de concessão de licença maternidade para mãe não gestante em relação de união estável com outra mulher, configurando, portanto, uma relação não heterossexual. A partir deste julgamento traçamos debates sobre famílias, e modelos heterociscentrados de família e filiação no Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Movimento feminista crítico de gênero: corpo, diferença sexual e disputas em torno da categoria mulher

Fabiana Jordão Martinez (UFCat)

Este trabalho é fruto de uma extensa pesquisa que desde 2015 vem mapeando os feminismos no ciberespaço, sua dinâmica de atuação, segmentação em vertentes, bem como detectando o surgimento e crescimento de grupos auto intitulados feministas radicais (MARTINEZ, 2019; 2021). Neste trabalho, analiso o movimento feminista crítico de gênero, seu crescimento, formas de mobilização e disputas em torno da categoria mulher. Movimento feminista crítico de gênero é uma categoria híbrida, êmica e ética, e uma estratégia metodológica para descrever um fenômeno ideológico e político amplo e pulverizado pelo ciberespaço. Em primeiro lugar, ela permite que seja feita uma distinção entre os diversos movimentos antigênero que têm surgido nos últimos anos, de caráter neo conservador que visam restaurar a diferença sexual como manutenção do status quo patriarcal (BIROLI, MACHADO e VAGGIONE, 2020) e aqueles que surgem no seio do movimento feminista, de caráter mais laico e progressista visando a autonomia das mulheres através da reconstituição da categoria mulher com base no sexo (corpo e diferença sexual) como forma do que acreditam ser a manutenção e proteção de direitos já conquistados. Em segundo lugar, esta categoria permite descrever um fenômeno, que embora intrínseco ao Feminismo Radical, extrapola suas fronteiras, através de uma onda crescente e maciça de conscientização sobre a necessidade da reconstituição da categoria mulher como um sujeito político ontológico centrado na diferença sexual. Em primeiro lugar, descrevo o movimento feminista crítico de gênero através do caso da página do Ministério das Mulheres na plataforma Instagram, que desde seu início tem sido alvo de uma estratégia sob a acusação de “de não se pautarem em uma definição precisa de mulher” ; ou ainda, sobre se esquivar em relação ao uso da categoria mulher ou menina em suas propagandas. Em seguida, analiso as disputas em torno da categoria mulher através da epistemologia que rege o movimento crítico de gênero, que seguindo a tendência da chamada virada materialista das teorias críticas irá operacionalizar uma disputa sobre a categoria mulher, tecendo críticas ao establishment acadêmico, onde predominam o conceito de gênero, as teorias queer e pós estruturalistas. Analiso também as formas de mobilização e a dinâmica de atuação do campo e exploro os motivos do seu crescimento através das falas de ativistas em um survey aplicado em 2020. Por fim, exploro como as reivindicações e supostas colisões de direito estão sendo organizadas e pautadas pelo movimento através de alguns dos instrumentos produzidos neste campo e voltados a produção de políticas sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_881_09578369_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Bolsonaroismo e o Idioma de gênero

Fatima Regina Cecchetto (FIOCRUZ), Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF), Sandro Cozza Sayão (UFPE)

O projeto de (in)segurança pública levado a cabo pelo Bolsonaroismo é o tema desse artigo. Aqui, buscou-se acessar o sistema de ideias que fornece sentido para as práticas construídas no

ponto de encontro entre gênero, família, religião e o regime do medo. Situa as tensões e disputas de sentido em torno dos avanços conquistados pelos coletivos feministas e da população LGBTQIA+. Explora os usos do binarismo de gênero, do neoconservadorismo religioso e da lógica tutelar hiperautoritária para a legitimação de projetos de poder antidemocráticos que insurgem no ideário político brasileiro. Tudo isso justificado por narrativas que falam em nome de valores familiares e que põem em circulação uma ordem social particularizada pela moral e pelo bons costumes da entidade genérica família brasileira com suas marcas branca, cristã, patriarcal e heteronormativa. Uma narrativa que instrumentaliza como necessária a cruzada vigilante dos bons contra os maus e, por sua vez, o recrudescimento da violência e da barbárie contra os sujeitos sociais historicamente colocados no final da fila de ingresso no cercado da cidadania tutelada. Em especial, aqueles que são inscritos e se reconhecem nas agendas públicas ligadas à igualdade de gênero, diversidade sexual, questões indígenas e raciais, defesa social e proteção da dignidade humana. No trânsito argumentativo aqui proposto, ressaltamos o que nos parece ser uma manobra política astuta: permitir que a certos grupos deformarem a concepção de segurança pública como um bem coletivo em uma visão particularista da proteção, zoneando-a a um determinado contexto ideológico em cujo eixo gravita a desfiguração da democracia e do próprio Estado de Direito.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_674_27826272_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por que minha felicidade lhe incomoda? Reflexões sobre o casamento entre homens na cidade de Cuiabá/MT

Gleisson Roger de Paula Coêlho (UFMT)

Assumir-se gay ou bissexual, não é algo simples, afinal diferentemente de pessoas que se relacionam com alguém do mesmo sexo, não é preciso sair do armário e muito menos que sejam discretas para não correrem o risco de serem excluídas seja em seu ambiente familiar ou social. Porém, antes de assumir uma orientação afetiva sexual que não a heterossexual perante a sociedade é necessária a autoaceitação, em que se manifestam episódios de dúvidas, crises, isolamento, perspectivas de cura. Dessa maneira, estratégias em torno do segredo sobre a orientação afetiva sexual e/ou relação conjugal, como o fato de não frequentar o meio gay”, podem contribuir de alguma forma para a construção de uma imagem pública de respeitabilidade e autoaceitação. Entretanto, pensar em questões como homoconjugalidade e casamento entre pessoas do mesmo sexo, em um país que existe uma lacuna legislativa, é algo que merece atenção, afinal tal vínculo afetivo-sexual, além de desafiar uma heterossexualidade compulsória, faz com que seja necessária uma nova perspectiva para compreender essas relações sociais, que sempre estiveram presentes, mas que por motivos diversos foram ignoradas. E ainda que não exista no Brasil uma lei que possibilite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, como a aprovada na Argentina, em 15 de julho de 2010, depois do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132/2008 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.277/2009 do Distrito Federal, em 05 de maio de 2011, tornou-se possível a celebração do casamento, que entre 2013 a 2021 somavam 66.514 (sessenta e seis mil, quinhentos e quatorze) casamentos entre cônjuges

do mesmo sexo. Assim, inicialmente se abordará questões relacionadas ao reconhecimento da possibilidade do casamento entre casais do mesmo sexo, posteriormente se trará alguns dos resultados de minha pesquisa de mestrado realizada na capital de Mato Grosso entre 2020 e 2022, com homens em relações afetiva/sexual com alguém do mesmo sexo, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso UFMT, e por fim, analisar o PL 5167/09, apensado ao PL 580/07, que visa proibir a celebração do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Trata-se de um recorte de um estudo etnográfico realizado em Cuiabá/MT, complementado com a análise da legislação e literatura pertinentes ao tema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre ciborgues e deusas, a ficção da medicina: Uma discussão sobre transplante uterino no Brasil a partir de publicações científicas.

Juliana Rodrigues Vieira (Psicóloga), Rogerio Lopes Azize (UERJ), Marina Fisher Nucci (UERJ)

Em 2016, um acontecimento científico no Brasil ganhou notoriedade ao redor do mundo: o primeiro caso de nascimento após um transplante de útero. Além da gestação e de um artigo publicado no *The Lancet* pelos pesquisadores, o procedimento de caráter experimental gerou também debates importantes sobre o tema: do imenso fascínio biotecnológico a duras críticas éticas. O procedimento, voltado para mulheres que nasceram sem útero, já ocorreu em outros países, mas o Brasil foi pioneiro ao utilizar o útero de uma doadora falecida e por ter alcançado um nascimento após o transplante. Nosso objetivo foi identificar e analisar artigos científicos que vêm sendo publicados no Brasil e no mundo, que abordam o caso do transplante uterino realizado por uma equipe de pesquisa brasileira. Analisamos como estes discursos se constituem, como se posicionam no campo das novas tecnologias reprodutivas. Seleccionamos 13 artigos, por sua grande relevância no campo médico-científico, e os documentos foram localizados no PubMed, através da combinação entre os termos "Transplant", "Uterus" e "Brazil". Partimos da perspectiva dos estudos sociais da ciência e identificamos um crescimento significativo das publicações dos últimos 10 anos, o que nos parece ser animado pelos resultados considerados positivos dos ensaios clínicos que vêm sendo conduzidos. Tratando-se de uma tecnologia ainda experimental, os artigos tendem a retomar o que nos soa como os mitos de origem do procedimento, recuperando historicamente as primeiras tentativas de transplante, as técnicas utilizadas e aplicando os critérios de sucesso cirúrgicos. O ufanismo científico que surge nas publicações anuncia o procedimento como o começo de uma nova era", apontando para uma revolução na lida com questões de tecnologia reprodutiva e apresentado também como uma esperança aos corpos sem útero. É constante também o debate sobre a dimensão ética deste tipo de transplante efêmero", já que o útero transplantado é retirado logo após o nascimento do bebê. Nesta direção, o debate envereda para os limites de intervenções que não tem como objetivo a extensão da vida, lançando mão do valor nebuloso da qualidade de vida". A noção de natureza enquanto algo instável que precisa ser produzida ou assegurada pela medicina coloca em voga um tensionamento entre noções de natureza e artifício, que vislumbra outros caminhos para as denominadas novas tecnologias reprodutivas". A escolha pela

maternidade através de um processo biológico desenvolvido dentro do próprio corpo destaca um uso da ciência que se ancora em argumentos morais. A problemática que se coloca nos remete aos limites borrados entre natureza e cultura e ao valor atribuído neste contexto à experiência de uma gestação (termo êmico).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Catty Lares e o casamento com Jesus: a destransição de uma travesti e seu enlace com a Igreja.

Kallile Sacha da Silva Araújo (UFRN)

Este artigo versa a respeito da destransição de gênero da ex-travesti Catty Lares, considerando para tanto, o atravessamento religioso como mobilizador do processo destransicional, a partir do discurso de encontro e noivado com Cristo”. Nesse diapasão, busco arquitetar possibilidades teóricas para pensar tal experiência, a partir da etnografia realizada no ciberespaço, com a costura teórica que atravessa as temáticas de gênero, travestilidade, corporalidade, violência, biopoder e suas categorias conceituais tangenciais. A escolha metodológica da etnografia no ciberespaço reforça a utilização das imagens registradas no Instagram e vídeos publicados diariamente para fornecer a perspectiva imagético-descritiva da mudança, atrelada aos discursos do neopentecostalismo, percebendo como essa destransição chega à plataforma, sob a forma de quais discursos esse processo é trazido a público e quais as implicações de poder e/ou religiosas estão embaraçadas nisso.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Menstruação e tecnopolíticas de resistências ativismos feministas e plataformização do ciclo menstrual

Larissa Maués Pelúcio Silva (UNESP)

Nesta apresentação discuto a menstruação como um tema tecnopolítico, considerando formação de grupos de ativismo menstrual em países sul-americanos e o crescente extrativismo de dados biológicos e fisiológicos que ocorre por meio de aplicativos móveis para o monitoramento do ciclo menstrual. O campo investigativo desdobra-se em uma etnografia de plataforma e multiterritorializada com frentes digitais e outras presenciais no território. No ambiente online a atenção investigativa recai sobre o Flo Period & Ovulation Tracker, aplicativo para o controle menstrual, um dos mais populares menstruapps do mercado, soma-se à observação participativa no perfil na plataforma Instagram do projeto colombiano Escuela de Educación Menstrual Emancipadas, dedicado à educação e ao ativismo menstrual. Emancipadas deriva de outro projeto, o Princesa Menstruantes, ambos pensados como espaço de produção de conhecimento sobre menstruação e saúde de pessoas que menstruam. A menstruação é tratada em sua dimensão política, decolonial e emancipatória, a partir de cursos, apostilas e realização anual do Encuentro Latino Americano de educación, salud y activismo menstruales. Além de acompanhar sistematicamente as atividades dos citados projetos, realizo imersão descritiva na arquitetura do Flo a fim de compreender quais são os valores de gênero, sexualidade e saúde com os quais operam. Os dados obtidos até o momento estão sendo analisados e discutidos a partir dos aportes dos estudos feministas, dos estudos de gênero e dos estudos de plataformas,

informados por discussões decoloniais sobre extrativismo de dados e datificação da vida, inspirada na Teoria Ator-Rede.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Suspeição e moralidades no atendimento a mulheres vítimas de violência sexual que optam por realizar a interrupção de gestação: reflexões a partir da experiência de um estágio em Psicologia

Lorena de Brito Marcelino Pereira (UFMG), Paula Rita Bacellar Gonzaga (UFMG)

Discutir aborto no Brasil é sinônimo de intensas e calorosas disputas narrativas, devido ao conservadorismo dominante em nossa sociedade. Apesar disso, o aborto mantém-se como uma das principais causas de morte materna no país (BRASIL, 2021). Essa questão não é diferente quando se trata da interrupção prevista em lei, regulamentada desde 1940, por meio do decreto de lei nº 2.848, que prevê o aborto em caso de estupro e risco de vida para a gestante. Contudo, é apenas na década de 80 que o primeiro serviço público de aborto legal é inaugurado no país (SOARES, 2003). Já nos anos 2000 surgem as notas técnicas que regulamentam estes serviços, são elas a de Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes (2012) e Atenção Humanizada ao Abortamento (2011). Esses documentos também trazem importantes orientações sobre como deve se dar a prática dos profissionais nesses espaços, frisando a necessidade de realizar uma escuta ativa e manter uma postura acolhedora, sem julgamentos e juízos de valor. No entanto, o dia a dia nesses equipamentos tem se mostrado distante dessas normativas, apresentando uma assistência permeada por moralismos, julgamentos, falta de capacitação e conhecimentos acerca dos documentos legais (MOREIRA et al., 2020; SILVA et al. 2020; GONZAGA, 2022). Este trabalho visa discutir sobre a prática de trabalhadores de um serviço de referência para o abortamento legal na cidade de Belo Horizonte, a partir de uma experiência de estágio supervisionado de psicologia. Para isso, iremos nos debruçar sobre os diários de campo, produzidos pelas alunas, durante a disciplina, utilizando-se das lentes do feminismo negro e da psicologia feminista. Nestes diários foram registradas falas, cenas e acontecimentos da rotina de trabalho do local. Elegemos duas situações, onde é evidente a suspeição, por parte de trabalhadoras, em relação aos relatos das mulheres que buscam atendimento. A partir da análise desses materiais foi possível identificar discursos moralistas em relação a escolha da mulher pelo aborto e, principalmente, descrença sobre as falas das pacientes, indo de encontro a outros estudos já realizados sobre a questão (LIMA, 2015; LOPES, 2022). Essas condutas punitivistas podem ser lidas como violências institucionais cometidas em espaços de saúde que deveriam exercer o cuidado e o acolhimento. Acreditamos que este comportamento é um reflexo da maneira como temos tratado o aborto no Brasil. Sendo necessária e urgente a busca por capacitação desses profissionais sempre alinhada com a luta pela legalização e descriminalização do aborto em nosso país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_392_70878370_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aborto e ativismo: o uso das mídias digitais e redes sociais para pautar estratégias morais de acesso ao aborto no Brasil.

Magna Karol Alves de Paiva (UFPR)

O avanço do conservadorismo no Brasil cerceia debates públicos de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e dos movimentos LGBT. Nos espaços das mídias digitais e redes sociais, crescem polarizações e divergências, pelos grupos pró vida”, de um lado, que são contra o aborto, utilizando estratégias de pânico moral para pautar o aborto legal e ilegal no Brasil. De um outro, temos os pró aborto”, que lutam para que as mulheres tenham autonomia para decidir sobre o seu próprio corpo, ter acesso ao aborto legal garantido pela lei, e que o aborto seja descriminalizado e legalizado no Brasil. Ambos movimentos, utilizam das mídias digitais e redes sociais para divulgação e compartilhamento sobre o aborto. Porém, evidenciamos que os movimentos a favor do aborto utilizam métodos com base na ciência e na garantia do acesso aos direitos das mulheres, que compreendem, o acesso ao aborto legal sem estigmas e com segurança. Com base nisso, o ativismo digital a favor do aborto se fortaleceu e formou redes com ativistas na causa do acesso ao aborto legal e ilegal. Buscando ajudar as mulheres a acessarem ao aborto de maneira segura e confiável. Tentando mediar o acesso frente a omissão do Estado ao aborto legal. Usando as mídias como ferramentas para ajudar as mulheres a conseguirem realizar o aborto legal. Essas redes utilizam técnicas de compartilhamentos, publicações e campanhas para falar do aborto com base em dados científicos e que consigam chegar as mulheres do Brasil, como de todo o mundo. Diante disso, a questão central desse trabalho é entender como essas redes utilizam de estratégias morais para pautar a descriminalização do aborto no Brasil. Partindo do pressuposto, que esses sites e redes são performativos, já que oferecem uma estrutura conectiva que as conduz na rede, mostrando suas sociabilidades e moralidades. Essa rede ela envia pílulas abortivas, como compartilha notícias, atualizações sobre o aborto cientificamente respaldado, e ajuda as mulheres a realizarem o aborto medicamentoso seguro via telemedicina. Compreendendo que essa rede se alia as outras via Twitter, Instagram para pautar o aborto legal e ilegal de forma segura. Com base nos relatos produzidos pelas mulheres nessa rede, serão analisadas as experiências sobre o aborto, repertórios e negociações que essas mulheres buscaram para realizarem o aborto, e como essa rede utiliza de estratégias morais para debater o aborto nas mídias digitais e redes sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_435_68723022_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sem trégua: violências nas trajetórias de jovens trans, travestis e não-binários no Brasil

Nathália Pacífico de Carvalho (UFMG), Guilherme Lamperti Thomazi (USP), Cristiane da Silva Cabral (USP)

O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking dos países com maiores índices de violência letal contra pessoas trans e travestis no mundo, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). Os atos e expressões de violência constituem uma ameaça real em todos os domínios da vida dos indivíduos que não se conformam com as normas cis-heteronormativas enraizadas na sociedade, desde assassinatos, insultos, a restrições de acesso



a espaços públicos e privados. A juventude engloba um período de múltiplos processos, incluindo a auto-descoberta, a experimentação sexual e emocional, a construção da identidade, a educação e a possibilidade de entrar no mercado de trabalho, entre outros. Esse trabalho tem como objetivo analisar as experiências e formas de violência que vitimizam jovens trans, travestis e não-binários em diferentes centros urbanos do Brasil. Os dados são provenientes do estudo multicêntrico "Jovens da era digital", realizado em 2022, e que entrevistou 194 jovens de 16 a 24 anos em 4 capitais brasileiras: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo a respeito de suas trajetórias afetivo-sexuais, práticas contraceptivas e experiências reprodutivas. A pesquisa foi aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e os respectivos comitês de ética em investigação afiliados às instituições participantes. O corpus deste estudo é constituído por entrevistas realizadas com duas mulheres trans, uma travesti, dois indivíduos não-binários, um homem trans e uma pessoa com fluidez de gênero - definições fornecidas pelos participantes. Dentre os participantes, três relataram ter sido vítimas de violência sexual praticada por parceiros, familiares ou desconhecidos. A violência intrafamiliar foi narrada por cinco dos sete indivíduos entrevistados, manifestando-se em ameaças de expulsão, restrição de liberdade, vigilância e desrespeito aos nomes ou pronomes escolhidos. O medo de discriminação por parte das famílias dos parceiros das pessoas entrevistadas também surgiu, levando a situações como a não aceitação dos parceiros trans pela família do parceiro e a imposição de sigilo na relação. Durante a juventude, os grupos de pares assumem maior importância nas interações sociais, sendo o espaço online uma das formas de se ligarem. Jovens trans relataram encontrar na internet, contudo, uma "terra sem lei", onde se tornam alvos de interações extremamente violentas relativas às suas existências. Dentro das vivências dos jovens trans, o medo e a violência são realidades quotidianas constantes. A família é percebida como um ambiente inóspito marcado pela pouca ou nenhuma aceitação das suas identidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A "família Bolsonaro" e a moralidade de todos: direitos humanos e a política antigênero no Governo Federal

Paula Andréa Gomes Bortolin (UNICAMP)

Essa pesquisa tem como recorte empírico a atuação do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) do Governo Bolsonaro. Centramos nossa análise no desempenho e nas formas de apresentação desse órgão, tendo em vista que é nessa arena que a moralidade relativa à categoria de família e seus correlatos (sexualidade, identidade de gênero e reprodução) é amplamente manejada. Dessa forma, propomos analisar a intersecção entre moral e política, a fim de compreender como essa última organiza e é organizada pela categoria de família. À vista disso, descreveremos e analisaremos as estratégias utilizadas por esse órgão federal para implantar uma noção de família conservadora como um ponto regulador dos direitos humanos no Brasil. O mapeamento das ações e dos discursos efetuados pela instituição evidenciou que a organização do campo dos direitos humanos, por meio da centralidade dada às relações familiares, foi uma potente estratégia para promover no Executivo Federal uma política antigênero. Em outras palavras, apontamos que a promoção dos vínculos familiares nas

políticas e ações criadas pelo governo Bolsonaro produziu um esvaziamento do debate institucional acerca de temas que rompem com a noção tradicional de família, como a desconstrução dos papéis de gênero, a promoção da diversidade sexual e de gênero, e a descriminalização do aborto. Apesar da derrota de Bolsonaro à reeleição, o bolsonarismo avançou no Congresso Nacional com o auxílio da eleição de um número significativo de candidaturas vinculadas às pautas conservadoras e de extrema-direita. Nesse sentido, pretendemos discutir as contribuições deixadas pelo MMFDH ao ativismo conservador, atuante na arena política, contrário às demandas de gênero e à diversidade sexual.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pesquisando o aborto ilegal: compartilhando experiências etnográficas

Priscilla Braga Beltrame (UFPE), Marion Teodósio de Quadros (UFPE)

O trabalho a ser apresentado é um dos resultados da pesquisa de doutorado realizado no Programa de Pós-Graduação de Antropologia da UFPE, com orientação da profa dra Marion Teodósio Quadros, no grupo de pesquisadores(as) do FAGES (Núcleo de Família, Gênero e Sexualidade). A apresentação no GT e o artigo submetido têm por base a referida tese, com o recorte específico das percepções de gênero de grupos conservadores e seu impacto para o acesso das mulheres aos direitos de cidadania. Estudos a respeito da criminalização do aborto comprovam que essa política, além de não funcionar para a redução do número de abortos, é responsável pela alta da taxa de mortalidade materna e falta de respeito à autonomia sexual e reprodutiva das mulheres, sendo um obstáculo para o acesso aos direitos de cidadania. Sabe-se ainda que a manutenção da criminalização do aborto, devido à pressão no poder legislativo de políticos representantes de propostas da extrema direita atreladas a uma noção de religião fundamentalista, tem a intenção, por meio do controle da sexualidade e da reprodução das mulheres, de obter poder político e econômico em uma articulação entre elite econômica e grupos fundamentalistas religiosos. Na etnografia realizada o objetivo foi de apresentar as narrativas das trajetórias de aborto ilegal de mulheres residentes na cidade do Recife-PE. Foi construída com base em trabalho de campo na região metropolitana do Recife, ao longo de três anos (2000 a 2022), com mulheres com faixa etária entre 20 e 40 anos. A pesquisa foi realizada no contexto de aumento de conservadorismo e de tentativas de criminalizar os permissivos legais existentes, ampliando a criminalização e a negatividade que o aborto representa para a maior parte da sociedade brasileira. Por outro lado, as interlocutoras da pesquisa, mesmo em um contexto de ilegalidade da prática, decidiram interromper a gestação indesejada e, nas suas narrativas, demonstraram uma possível discordância do modelo de gênero hegemônico de maternidade (caracterizado pela maternidade compulsória), entendendo a maternidade como uma escolha. Uma das conclusões da pesquisa realizada no que diz respeito ao avanço de uma perspectiva conservadora é que o aborto enquanto prática cultural, tem como uma das bases de sua criminalização a falta de respeito à pluralidade cultural dos modelos de gênero, especialmente no que tange à maternidade e, conseqüentemente, da falta de respeito aos direitos de cidadania das mulheres. A proposta da participação no GT é de compartilhar alguns dos resultados da pesquisa com outras(os) pesquisadores(as) da área, especificamente do avanço do conservadorismo relacionado aos direitos reprodutivos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_925_07182481_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre o impacto da formação médica para a garantia do acesso aos direitos reprodutivos de mulheres e meninas

Stephania Gonçalves Klujza (UFRJ), Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ)

Este trabalho diz respeito aos dados de pesquisa de pós-doutorado em andamento pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que tem como tema a formação médica na residência em obstetrícia em duas maternidades públicas na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é analisar como a formação do médico impacta na assistência e, conseqüentemente, no acesso aos direitos reprodutivos, levando em consideração o recorte de raça e classe. A pesquisa busca compreender como a formação de jovens médicos impacta na compreensão destes em relação ao cuidado, à humanização da assistência, violência obstétrica, altos índices de cesárea e a vacinação contra Covid-19 em gestantes. A metodologia desse trabalho conta com observação nas maternidades das reuniões clínicas, eventos internos e entrevistas com os residentes. Os achados pertinentes até agora apontam que os residentes reconhecem as inequidades nos serviços de saúde e buscam estar de acordo com as melhores práticas recomendadas pela OMS, mas esbarram em questões institucionais que conseqüentemente se apresentam como uma barreira para a efetivação de direitos das mulheres. Reconhecem as práticas compreendidas como violência obstétrica e a repudiam, no entanto, questionam os limites que a estabelecem. Outro achado interessante diz respeito ao incomodo apresentado pelos residentes com a relutância persistente das usuárias do serviço em aderirem a vacinação contra a Covid-19. Além disso, reconhecem que a melhoria da assistência durante o pré-natal, o consentimento livre e esclarecido para a realização de intervenções e a comunicação entre médico e paciente são as principais ferramentas para a melhoria do cuidado e da experiência das mulheres e meninas. Dessa forma, a formação do médico e a responsabilização do Estado aparecem como pontos chaves para assegurar que a assistência ao ciclo gravídico puerperal se concretize de forma digna.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Negociações e testagens em torno da seguridade do DIU de cobre no Brasil desde 1960 vistas a partir de uma perspectiva etnográfica

Tifani Isabele de Fraga Medeiros (PPGAS UFRGS)

O dispositivo intrauterino (DIU) com cobre é um método contraceptivo politicamente versátil e disputado em várias escalas de governança reprodutiva. Ele passou por várias redefinições a partir do anos 1960 sob a influência do Population Council, conselho do qual a pesquisadora Chikako Takeshita argumenta ser a coluna vertebral do dispositivo. A história de co-configuração de diferentes modelos de dispositivos, usuárias e tecnologias nos processos de desenvolvimento e de aprovação dos modelos levou em conta formas de gerir fluidos corporais como a menstruação - ora entendida como anormal sob a influência do DIU de cobre, por conta deste aumentar seu fluxo; ora outra, interpretada como desnecessária por mulheres designadas para serem usuárias do DIU hormonal, o qual suprime o fluxo menstrual. Os diversos testes

clínicos com modelos de DIUs levaram em conta também outros indicativos centrais para a observação de sua eficácia e aceitação, como: fluidos correntes no canal vaginal, os quais indicariam inflamação pélvica, e fluidos invisíveis como o ferro na corrente sanguínea. Este último é ainda mais relevante pelo pressuposto de que mulheres da América do Sul são mais propensas a terem anemia, ao mesmo tempo que precisam ter sua fertilidade controlada. No Brasil, três médicos figuram no histórico de agenciamentos de disputas pela seguridade e aceitação do DIU: Anibal Faúndes, Elsimar Coutinho e Amaury Teixeira Leite Andrade. O primeiro, um dos fundadores do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e defensor da ampla distribuição de dispositivos intrauterinos. O segundo, personagem central da história dos métodos anticonceptivos e um dos desenvolvedores do DIU hormonal, propagando o argumento da inutilidade da menstruação. O terceiro, menos conhecido publicamente, mas figura chave, pois foi pesquisador da OMS em projetos sobre diversos modelos de DIUs por 24 anos, e um dos responsáveis pela testagem de alguns modelos europeus no Brasil, atuando a maior parte de sua vida em Juiz de Fora (MG). Este trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado, a qual baseio minha análise a partir dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia na interface com os estudos sobre gênero e sexualidade. A metodologia da qual utilizo é a etnografia de documentos, sendo minha principal fonte os artigos e ensaios biomédicos, assim como conferências, livros e entrevistas. O meu objeto de pesquisa é sobre como as disputas políticas permeiam as restrições e recomendações de e para usuárias do DIU de cobre no Brasil. Ao trazer à tona o trabalho dos médicos citados, pretendo situar o Brasil e a América Latina na relação entre as normas globais e locais de saúde, que interferem no acesso da saúde reprodutiva e na co-configuração de corpos, tecnologias e matéria.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_565_07900651_818962.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A vida social da homofobia na Câmara dos Deputados: os usos políticos da categoria nos discursos de parlamentares brasileiros (2018-2023)

Yuri Alexandre Estevão Rezende (UFMG)

Este estudo é um recorte da minha pesquisa de doutorado em andamento, dedicada à investigação dos usos e efeitos políticos da homofobia enquanto categoria em diversas conjunturas e, conseqüentemente, por diferentes atores ao longo dos últimos anos no país. Na esteira de quase quarenta anos de produção socioantropológica sobre o tema, minha abordagem não visa construir ou reiterar abstrações conceituais, mas objetiva seguir etnograficamente a vida social da homofobia. Inspirado pela etnografia realizada por Abu-Lughod (2011) ao acompanhar a "vida social dos direitos" nos mundos das mulheres muçulmanas, meu interesse é compreender como a categoria (homofobia) é produzida e opera no cotidiano a partir de uma variedade de contextos, que incluem desde coletivos e movimentos LGBTQ+ a instituições do Estado, fontes documentais, eventos, manifestações, controvérsias públicas e o cenário político brasileiro. Este último, o plano da política, é o que anima a proposta deste texto, uma vez que, influenciado pelo processo metodológico delineado pela antropóloga Naara Luna (2017), busco analisar os discursos de deputados(as) sobre homofobia disponíveis no portal da Câmara entre os anos de 2018 a 2023. Dar atenção a essas narrativas pode proporcionar uma compreensão

mais nuançada do modo como agentes políticos têm se apropriado, tensionado e mobilizado essa categoria através de gramáticas morais, políticas e religiosas às quais aderem. Meu argumento é que tais práticas discursivas não operam meramente em uma lógica de negação da existência da homofobia, mas na sua relativização como um problema menor ou pouco incidente no tecido social brasileiro, principalmente por parte de lideranças que se autodenominam conservadoras do Congresso Nacional. E, por conseguinte, nas tentativas destes parlamentares em escrutinar, esvaziar ou relativizar a categoria na sua dimensão política, conceitual e jurídica (conforme definido pelo Supremo Tribunal Federal em 2019). A exemplo, a afirmação em plenário, em 2019, do então deputado Otoni de Paula (PSC-RJ) de que não existe uniformidade nas definições empregadas para homofobia e transfobia”. Assim, o que pretendo investigar neste trabalho é como deputados(as) estão empenhados(as) em contorcer, enquadrar e cooptar os sentidos e significados do conceito, ao mesmo tempo em que o condicionam ou o contrapõem a noções de liberdade de expressão, religiosa e na defesa da família. O intuito com isso é apreender como o termo tem sido inserido e manejado no terreno da política nacional, especialmente no que diz respeito às controvérsias públicas e aos pânico morais em torno do gênero e das sexualidades.

GT 038: Criatividades indígenas na transformação da educação escolar

Após séculos de políticas educativas assimilacionistas voltadas aos povos indígenas, experiências inovadoras nas escolas podem ser observadas. Ancoradas no movimento indígena, elas são produzidas por professores/as indígenas e apoiadas em um marco legislativo e políticas públicas que, se não garantem a sua efetivação, ao menos propõem reconhecer e valorizar os conhecimentos e epistemologias indígenas. Essas escolas vêm transformando suas rotinas, estruturas e regras para abranger saberes, atores/as e espaços-tempos próprios. Seres não-humanos têm sido considerados nas decisões escolares, assim como os tempos e espaços de rituais e atividades agrícolas importantes para o bem-viver são incluídos nos calendários escolares. Paralelamente, surgem experiências de escolas indígenas autônomas que visam garantir maior independência na sua gestão e propósitos e que, por vezes, atendem também estudantes não indígenas. Há um renovado interesse antropológico para analisar essas experiências, a partir de abordagens decoloniais e utilizando referenciais teóricos de autoria indígena. Etnografias recentes, muitas produzidas por autores/as indígenas, têm revelado maior articulação do cotidiano escolar com várias outras esferas da vida social, especialmente xamanismo e parentesco. O GT propõe discutir essas experiências de escolarização indígena, com potencial para uma abordagem inter-epistemológica transformadora da educação, valorizando as análises produzidas por pesquisadores/as indígenas.d

Coordenação

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC), Nathalie Le Bouler Pavelic (Paris 8)

Debatedor(a)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA), Clarice Cohn (UFSCAR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As crianças xikrin e seus futuros: projetos escolares

Clarice Cohn (UFSCAR)

Discuto aqui a importância da etnografia para estudos em ambientes escolares indígenas. Embora essa possa parecer auto-evidente, proponho demonstrar como é por ela que podemos entender as propostas de indígenas em relação às suas escolas, sua gestão, e as práticas pedagógicas nelas articuladas. Tenho argumentado que a educação escolar indígena é tanto uma política de Estado quanto uma política indígena - e há poucos lugares em que não são demandadas, de acordo com um projeto de futuro, uma concepção de infância e ensino e aprendizagem, uma relação específica com as crianças, as famílias, a comunidade, a territorialidade e as relações com o Estado, não-indígenas e outras instâncias com quem lidam atualmente. Pretendo explorar, a partir de etnografias feitas por mim, mas também em um âmbito comparativo, como a etnografia é um meio privilegiado para perceber, nas diferenças de propostas engendradas por esses povos, as criatividade que levam e praticam em suas escolas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_518_47739027_180738.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A escola, assim como os Yanomami, tem corpo e precisa estar bem alimentada para ficar feliz"

Daniel Stiphan Jabra (Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana), Thiago Magri Benucci (UFMG)

A chegada da escola entre os Yanomami a partir da década de 1960 serviu a#768;s for#807;as de colonizac#807;a#771;o e sedentarizac#807;a#771;o, mas tamb#769;m a#768;s estrate#769;gias indi#769;genas de contraefetuac#807;a#771;o da colonizac#807;a#771;o. A adoc#807;a#771;o das escolas pelos grupos Yanomami da regia#771;o do rio Marauia#769; (AM) se da#769; paralelamente a um processo conti#769;nuo de reflexa#771;o sobre o que e#769; a escola e o que eles te#770;m buscado com ela e atrave#769;s dela. Neste contexto, as ac#807;o#771;es poli#769;ticas de certos grupos yanomami passam a se apropriar das escolas para agir contraefetuando, ou diminuindo, a viole#770;ncia do contato e da assimilac#807;a#771;o. Assim como a escola, a arquitetura destes espa#769;os nas comunidades tamb#769;m serviu ao colonialismo como instrumento civilizatório. Junto com os Yanomami da regio#771;o do Marauia (AM), nos provocamos a pensar em como poderíamos fazê-la servir aos interesses das comunidades. Como projetar uma escola capaz de refletir o modo yanomami de produzir e trocar conhecimento, ao invés de reproduzir a lógica ocidental/colonial? Seria possível pensar e construir uma escola propriamente yanomami? “A nossa escola é como o corpo do Yanomam#616;. Usa algumas roupas dos nap#1105; (não-indígena), usa algumas coisas dos nap#1105;, mas ela tem pensamento Yanomam#616;”, sintetizaram os professores da comunidade Pukima Cachoeira. Partindo do acúmulo e reflexões de certas lideranças, xamãs e professores yanomami sobre a casa da escola como um corpo yanomami - com todas os seus compósitos físicos e imateriais - como arquitetos e antropólogos,

trabalhamos junto com as comunidades yanomami na tradução espacial de ideias e conceitos, para muito além de sua arquitetura. O trabalho apresenta algumas elaborações yanomami a partir de um esforço coletivo com os professores e xamãs yanomami para construir uma escola propriamente yanomami, com “olhos para enxergar o caminho certo e cabeça para pensar como Yanomami; pensa e para conhecer o pensamento dos napë”. Apresentamos reflexões não só conceituais, mas também empíricas decorrentes de um longo processo de projetar, construir e transformar duas escolas com as comunidades yanomami no alto rio Marauíá entre 2019 e 2023. (PS: Está prevista a presença de Sérgio e Maurício Yanomami em Belo Horizonte durante a RBA, ambos são interlocutores da pesquisa e mediadores de todo o processo da construção das escolas e poderemos contar com a participação de ambos na apresentação.)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_023_92562060_180738.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sábados de Ciência Indígena: Educação, Conexão de Saberes e Perspectivas para o Futuro

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

O trabalho analisa duas edições do projeto de extensão "Sábados de Ciência Indígena", promovido pelo "Programa de Educação Tutorial (PET) - Conexões de Saberes - Comunidades Indígenas" da Universidade Federal da Bahia (UFBA). As edições de 2022 e 2023 ocorreram respectivamente no Colégio Estadual Indígena de Coroa Vermelha (Território do Povo Pataxó em Santa Cruz de Cabrália/BA - Aldeia de Coroa Vermelha) e no Colégio Estadual Indígena José Zacarias (Território do Povo Kiriri em Banzaê/BA - Aldeia de Mirandela). A terceira edição, prevista para 2024, será realizada no território do Povo Jiripankó no estado de Alagoas. Contextualizado nas transformações da educação indígena, especialmente na ampliação do acesso de estudantes indígenas ao Ensino Superior e na promoção de atividades de extensão nessas comunidades, o projeto emergiu da necessidade de redirecionar a atenção dos estudantes indígenas da capital baiana para suas próprias escolas. Diante da crescente demanda por suas perspectivas em escolas públicas de Salvador/BA sobre questões indígenas, a decisão coletiva foi tomada para canalizar a energia desses estudantes no desenvolvimento de um projeto de extensão de longo prazo focado nas escolas indígenas, particularmente aquelas enfrentando desafios significativos. A iniciativa envolve a mobilização de uma equipe composta por cerca de 20 estudantes indígenas, docentes e colaboradores indigenistas, deslocando-se para escolas indígenas no Nordeste Brasileiro. O projeto busca não apenas disseminar o conhecimento gerado pelos estudantes indígenas de diversos povos na iniciação científica universitária, mas também estabelecer uma conexão entre saberes e cosmologias. Atividades como mesas-redondas, exposições de fotografias, rodas de conversa e oficinas abordam temas como Saúde Indígena, Direitos Indígenas e Contextos de Violência e Discriminação, sempre em perspectiva interdisciplinar, uma vez que o grupo é composto por estudantes de várias áreas do conhecimento. O projeto vai além do aspecto acadêmico, promovendo encontros interculturais profundos. Em cada comunidade visitada, ocorre uma rica troca de saberes e uma imersão na história dos povos anfitriões, transformando a dinâmica do projeto em um processo abrangente de formação ativista, profissional e cidadã. Com a terceira edição planejada para Alagoas em

2024, o "Sábados de Ciência Indígena" continua a sua missão de fortalecer as conexões entre academia e comunidades indígenas, contribuindo para a valorização das criatividades indígenas e um futuro educacional baseado na autoridade indígena na produção e difusão dos saberes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Projeto Matakan : escola na floresta, floresta na escola. Inovações na educação atikamekw (Quebec)

Laurent Jerome (Université du Québec a Montréal)

Conduzido em parceria com o Conseil des Atikamekw de Manawan (aldeia do Quebec), Tourisme Manawan, a escola secundária da aldeia de Manawan e a Université du Québec à Montréal, o projeto Matakan tem como objetivo promover e transmitir o conhecimento Atikamekw relacionado a patrimônio, cultura, idioma e território. O projeto também visa incentivar a integração desse conhecimento nos currículos escolares por meio do uso de várias ferramentas, incluindo fotografias, filmes, peças de teatro e novas tecnologias. Esse conhecimento é transmitido aos jovens participantes em acampamentos de transmissão cultural realizados no site território Matakan, no Lago Kempt, durante uma quinzena por ano desde 2018. Os Atikamekw Nehirowisiwok (Haute-Mauricie e Lanaudière) estão preocupados com o desenvolvimento de seu patrimônio material e cultural (Nehiro Pimatisiwin), transmitindo o conhecimento associado ao seu território ancestral (Nitaskinan) e protegendo sua língua materna (Nehiromowin) e as práticas associadas a esse patrimônio vivo. O projeto Matakan reconhece e valoriza a experiência e os conceitos Atikamekw de ensino e transmissão de conhecimento, e conta com uma equipe interdisciplinar, intergeracional e intersetorial para fortalecer o sentimento de pertencimento à escola e o orgulho entre os jovens e membros da aldeia Manawan Atikamekw. O projeto tem como objetivo mostrar o território Atikamekw e afirmar a educação Atikamekw por meio da criação de espaços, atividades e conteúdos culturalmente relevantes que serão oferecidos e reconhecidos durante toda a carreira escolar dos jovens na escola de ensino médio Otapi de Manawan. O objetivo geral é documentar e entender melhor as semelhanças e diferenças entre três conceitos Atikamekw fundamentais nesse projeto: Kiskinohomakewin (educação), Kiskinohomasowin (ensino) e Aniskenamakewin (transmissão). Nesta apresentação, discutiremos dos quatro objetivos específicos do projeto: 1) continuar a documentar o idioma Atikamekw (Nehiromowin), a cultura (Nehiro Pimatisiwin) e a educação (Kiskinohomakewin); 2) fortalecer o conhecimento do território Atikamekw (Nitaskinan) para ajudar a protegê-lo e promovê-lo entre os jovens; 3) incentivar o desenvolvimento de treinamento e iniciação à pesquisa para jovens Atikamekw; 4) desenvolver, por meio do uso de mídia digital, tecnológica e visual, novas ferramentas para a transmissão, proteção e promoção do conhecimento, do patrimônio e do território Atikamekw.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias Pitaguary: um olhar sobre a ancestralidade através do jogo da memória

Mel Vanessa Lopes da Silva Pereira (UFC)

Este trabalho é um recorte da minha monografia no curso de bacharelado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará, sobre a Escola Indígena Ita-Ará, do povo Pitaguary, na

aldeia de Monguba, localizada no sopé da Serra de Aratanha, no Ceará. Durante o trabalho de campo, tomei conhecimento de que as escolas indígenas do Ceará possuem um componente curricular diferenciado, para além dos componentes convencionais (matemática, português, etc.). Como, por exemplo, uma série de conteúdos específicos que são fundamentados na cultura indígena no caso, da escola em questão, com ênfase na arte e no repasse da cultura. São chamadas de "matérias eletivas", que poderiam ser descritas como um recurso de uma pedagogia nativa". Vale salientar que, até este momento, não há material didático específico sob a ótica da cultura indígena para ser utilizado em sala de aula; apesar disso, os professores(as) buscam realizar uma abordagem diferenciada em sala de aula, como por exemplo, a professora Cristina utiliza sementes para ensinar operações matemáticas, entre outras experiências. Nesse contexto, pensando em recurso pedagógico específico para escolas indígenas, pretendo apresentar no GT um jogo da memória didático com referências do povo Pitaguary, principalmente da aldeia de Monguba, produzido por muitas mãos, juntamente com a participação da escola, como proposta de desdobramento do texto acadêmico da minha pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arandu sentir o tempo na pessoa: Pedagogias nativas na construção de corpos

Oendu de Mendonça Pereira (CAPES)

Esta pesquisa em andamento visa discutir algumas experiências de escolarização Guarani no Rio Grande do Sul, colocando em perspectiva as escolas autônomas nas retomadas de terras na mesma região. A centralidade da investigação reside na adoção de metodologias nativas para compreender como a construção do conhecimento Guarani se desenvolve através do corpo e da experiência vivida. Utilizando uma abordagem etnográfica, o estudo se baseia em textos etnográficos de Sandra Benites, incorporando trabalhos sobre educação de outros intelectuais indígenas, como Célia Xakriabá, Daniel Munduruku e Gersem Luciano Baniwa. O histórico da Educação Escolar Indígena no Brasil nos remete ao contato do colonizador, no qual as primeiras escolas foram criadas para atender às demandas da colonização, desde a catequização, vale salientar as Missões Jesuíticas Guarani, passando pela política de Estado integracionista e assimilacionista, até a redemocratização, com marco na Constituição de 1988, que regulamenta o Ensino Escolar Indígena com diretrizes de igualdade e respeito à diferença. Gersem Luciano Baniwa, enfatiza que o indígena contemporâneo busca o ensino escolar como um modo de fortalecimento na luta por direitos e cidadania, num processo de consciência histórica (LUCIANO, p. 46, 2019). Nesse sentido, ressalto as experiências das escolas autônomas, nas quais as comunidades criam as escolas sob seus próprios termos, como na Escola Autônoma Tekó Jeapó, que representa a realização de um sonho para o Cacique André Benites, responsável pelo levante para retomar as terras em Maquiné RS, na área da extinta Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária. Nas palavras do Cacique, "sonhar a escola" (André Benites, Retomada, 2019), considerando seu modo de vida e suas próprias pedagogias nativas. Em sua fala: "Retomada não é só território, não é só da terra, do lugar, retomada, é retomada da vida, a gente voltou a viver" (André Benites, Retomada, 2019). A pesquisa destaca uma filosofia educacional comunitária, evidenciada nos cuidados compartilhados, desde a fase pré-

gestacional até a cerimônia do batismo (Nhemongarai). Os rituais de pós-parto, dedicados à proteção da criança e de seu espírito (nhe'é), são elementos essenciais dessa abordagem, que fundamenta a educação na experiência e em práticas de construção da pessoa. Isso culmina na fluidez da noção de pessoa, com ênfase na centralidade da corporeidade moldada por relações sociais e espirituais, em interconexão com outros seres, humanos e mais que humanos, em mútua relação com o cosmos e a natureza, participando do processo educativo e de construção de conhecimento. Finalizo com o exemplo da palavra guarani "arandu", comumente traduzida como "conhecimento" apresentada como uma relação temporal que atua no corpo da pessoa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_517_21057692_180738.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Educação Escolar e Patrimônio Cultural: Esforços Huni Kuĩ; para construir políticas públicas e proteger infâncias

Paulo Roberto Nunes Ferreira (UFSC)

O texto que segue traduz-se como um exercício que articula reflexões desenvolvidas a partir de esforços indígenas para a transformação de duas políticas públicas: a de Educação Escolar e de Patrimônio Cultural, cujo efeito derradeiro é a proteção das infâncias, associada ao devir dos adultos. Os Huni Kuĩ, povo que vive em terras indígenas no Brasil e Peru, falantes da língua pano, desde os anos 2000 desenvolvem vigorosas estratégias para defesa de direitos e incidência nas políticas públicas que alcançam seus territórios. Suas perspectivas nos fazem ultrapassar o binômio políticas públicas interculturais e dirigidas aos povos indígenas, para específicas e construídas pelos Huni Kuĩ. Neste cenário, destaca-se a articulação intracomunitária, que busca comunicar, ampliar, aprofundar e consolidar o que é denominado Educação Escolar Huni Kuĩ, que enseja a participação de sábios e sábias deste povo nos processos educativos escolares, a definição de currículos próprios, a autonomia e o protagonismo pedagógico. Ao mesmo tempo, empenham-se de forma intensa no campo da política de patrimônio cultural, que convocou o Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN) à proteção dos seus grafismos, os Kene Kuĩ; que, com efeito, deu início ao seu registro como patrimônio cultural imaterial do país. Ao passo que agir sobre as políticas públicas é uma ação dos homens e mulheres em fase adulta, a sua consequência mobilizadora no interior das comunidades ocorre em virtude da compreensão Huni Kuĩ; de que a exposição excessiva a conhecimentos exteriores é um perigo às infâncias e, deste modo, todo adulto deve estar comprometido com a educação das crianças para serem corpos/pessoas que pensam sobre sua comunidade, o que sugiro, é uma estratégia de proteção. Esta comunicação propõe uma análise inicial sobre a interconexão e efeitos da política Huni Kuĩ; de produzir, proteger e fixar os corpos das crianças, articulada às suas dinâmicas externas de atuação e controle sobre a ação do poder público nos campos da educação escolar e do patrimônio cultural.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A escola, assim como os Yanomami, tem corpo e precisa estar bem alimentada para ficar feliz"

Thiago Magri Benucci (UFMG), Daniel Stiphan Jabra (Rede Pró-Yanomami e Ye'kwana)

A chegada da escola entre os Yanomami a partir da década de 1960 serviu a#768;s for#807;as de colonizac#807;a#771;o e sedentarizac#807;a#771;o, mas tamb#769;m a#768;s estrate#769;gias indi#769;genas de contrafetuac#807;a#771;o da colonizac#807;a#771;o. A adoc#807;a#771;o das escolas pelos grupos Yanomami da regia#771;o do rio Marauia#769; (AM) se da#769; paralelamente a um processo conti#769;nuo de reflexa#771;o sobre o que e#769;a escola e o que eles te#770;m buscado com ela e atrave#769;s dela. Neste contexto, as ac#807;o#771;es poli#769;ticas de certos grupos yanomami passam a se apropriar das escolas para agir contraefetuando, ou diminuindo, a viole#770;ncia do contato e da assimilac#807;a#771;o. Assim como a escola, a arquitetura destes espa#770;os nas comunidades tamb#769;m serviu ao colonialismo como instrumento civilizat#807;rio. Junto com os Yanomami da regi#807;o do Marauia (AM), nos provocamos a pensar em como poder#807;amos faz#807;la servir aos interesses das comunidades. Como projetar uma escola capaz de refletir o modo yanomami de produzir e trocar conhecimento, ao inv#807;es de reproduzir a l#807;gica ocidental/colonial? Seria poss#807;vel pensar e construir uma escola propriamente yanomami? “A nossa escola #807; como o corpo do Yanomam#616;. Usa algumas roupas dos nap#1105; (n#807;o-ind#807;gena), usa algumas coisas dos nap#1105;, mas ela tem pensamento Yanomam#616;”, sintetizaram os professores da comunidade Pukima Cachoeira. Partindo do ac#807;mulos e reflex#807;es de certas lideran#770;as, xam#807;es e professores yanomami sobre a casa da escola como um corpo yanomami - com todas os seus comp#807;os#807;os f#807;isicos e imateriais - como arquitetos e antrop#807;logos, trabalhamos junto com as comunidades yanomami na tradu#770;#807;o espacial de ideias e conceitos, para muito al#807;m de sua arquitetura. O trabalho apresenta algumas elabora#770;#807;es yanomami a partir de um esfor#770;o coletivo com os professores e xam#807;es yanomami para construir uma escola propriamente yanomami, com “olhos para enxergar o caminho certo e cabe#770;a para pensar como Yanomam#616; pensa e para conhecer o pensamento dos nap#807;”. Apresentamos reflex#807;es n#807;o s#807;o conceituais, mas tamb#769;m emp#807;ricas decorrentes de um longo processo de projetar, construir e transformar duas escolas com as comunidades yanomami no alto rio Marauia entre 2019 e 2023. (PS: Est#807; prevista a presen#770;a de S#807;rgio e Maur#807;cio Yanomami em Belo Horizonte durante a RBA, ambos s#807;o interlocutores da pesquisa e mediadores de todo o processo da constru#770;#807;o das escolas e poderemos contar com a participa#770;#807;o de ambos na apresenta#770;#807;o.)

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_408_27939262_180738.pdf

Apresenta#770;#807;o Oral em Grupo de Trabalho

A luta e a inventividade Tikm#807;#8217;n-Maxakali na (re)constru#770;#807;o de sua educa#770;#807;o escolar: um olhar a partir da circula#770;#807;o dos materiais de autoria ind#807;gena Maxakali entre as crian#770;as

Vanessa Lorena Anast#807;cio (UFMG)

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre as demandas Tikm#807;#8217;n-Maxakali na (re)constru#770;#807;o de sua escola a partir da observa#770;#807;o da circula#770;#807;o das produ#770;#807;#807;es impressas e audiovisuais de autoria maxakali, entre as crian#770;as Tikm#807;#8217;n. Os Tikm#807;#8217;n t#807;em a partir de sua

relação com os cantos yãmiyxop (yãmiy = espírito, xop = grupo) especificidades sociolinguísticas, expressivas e cosmológicas. Um cotidiano repleto de agências que revelam um conhecimento do território ancestral e dos seres que o habitam transmitido ao longo das gerações por meio de modos de aprendizagem pautados na oralidade e na prática corporal e ritual coletiva. À educação maxakali soma-se a escola, tapet pet, e com ela a chegada de práticas de ensino-aprendizagem a partir da escrita, inicialmente em língua maxakali e mais tarde também em língua portuguesa. A partir da expansão da escola, os Tikmũ'ũn passam a ter dois espaços agenciados como lugares de transmissão do conhecimento que vem do exterior, um deles é a kuxex (casa de religião), outro é a tapet pet (casa de papel). A concepção de espaço de aprendizagem entre os Tikmũ'ũn tem sido relatado por Sueli Maxakali e Isael Maxakali que elucidam: a aldeia é a escola, a escola é a aldeia, a floresta é a escola, a escola é a floresta, ou seja, todo espaço é lugar de aprender. Neste sentido, surgem inventividades e negociações diversas com os órgãos educacionais governamentais para a garantia dos conhecimentos e epistemologias tikmũ'ũn em sua educação escolar, além da autonomia didática e de gestão. É através da educação escolar indígena maxakali que se intensifica o acesso das crianças aos materiais produzidos em língua maxakali. Pois, é principalmente, a partir da criação das escolas indígenas específicas e diferenciadas que se passa a produzir material didático específico para as escolas indígenas de todo o país no contexto de programas governamentais e órgãos não governamentais. Neste ínterim, identifica-se nos diferentes territórios e aldeias Maxakali, o trânsito de materiais que revelam, por exemplo, a criatividade com que pensam sua educação escolar, no que tange seus saberes e tempos. Observar como as crianças se apropriam destas produções suas trocas e aprendizagens intergeracionais oferecerá subsídios para pensar novos materiais de educação, valorização e fortalecimento dos saberes, tempos e língua maxakali? Estas reflexões são parte de uma pesquisa de doutorado em que são feitos diálogos teóricos e metodológicos entre antropologia e educação, mobilizando também minhas experiências com professores maxakali no âmbito do Programa Saberes Indígenas na Escola (SIE) e de outros projetos de educação Maxakali.

GT 039: Crise civilizacional, neoextrativismo e giro ecológico: perspectivas para outros futuros possíveis

Nas últimas décadas, diferentes áreas do conhecimento se debruçaram sobre as transformações climáticas que apontam para uma possível era de extremos ambientais, e uma sexta extinção passou a ser anunciada. Nesse contexto, evidencia-se que a história moderna da humanidade e da natureza se estruturou em meio à exclusão da maioria dos humanos da própria Humanidade - povos indígenas, negros, mulheres e homens de diferentes etnias, árabes, ciganos, asiáticos e tantos outros. O sistema Capitalista, principal força da crise biosférica, criou formas específicas de organizar e gerir a natureza, muitas vezes, por meio de uma ecologia com contornos necrófilos. Reconhecer outras formas de habitar ambientes em meio a um mundo em ruínas torna-se necessário para se pensar outros mundos em devir. As destruições ambientais não atingem todos da mesma maneira. A Antropologia vem denunciando as frentes de desenvolvimento que transformam e expropriam coletividades e perturbam as relações com o espaço e as teias

ecológicas que estabelecem as conexões multiespécies que formam ambientes particulares. Sendo assim, são esperadas contribuições que tratam das relações ecológicas desenvolvidas entre grupos humanos e seus ambientes frente às perturbações ocasionadas pelo avanço de um capitalismo voraz. São bem vindos trabalhos concluídos ou em andamento vinculados à Antropologia política, desenvolvimento e neoextrativismo, conflitos ontológicos, autonomia indígenas e de povos tradicionais.d

Coordenação

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG), Davi Pereira Junior (UEMA)

Debatedor(a)

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG), Davi Pereira Junior (UEMA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cartografando paisagens em risco: uma análise sobre o impacto do Doutor no habitar de Antônio Pereira, MG

Ana Paula Leal Pinheiro Cruz (UNICAMP)

O paradigma moderno científico, que direcionou a maneira como a sociedade ocidental passou a se relacionar com o meio e com o Outro, segue influenciando diferentes dimensões da vida humana e não-humana. A perspectiva que colocou em oposição e que justificou a dominação da natureza pela sociedade, gera múltiplos impactos, considerados enquanto era geológica do Antropoceno. Problematizações no campo social buscam enfatizar a profunda relação com o capitalismo, Capitaloceno, e com os modos de produção, Plantationceno e Miraloceno tratando de endereçar a responsabilidade pela crise planetária à uma parcela da humanidade que desconsiderou e dominou outras formas de existir ao longo os séculos (Machado Araújo, 2023). A pesquisa em andamento, ancora-se nesse debate para pensar sobre a relação histórica estabelecida com a atividade mineral e as consequências das apropriações neoextrativistas (Gudynas, 2012; Svampa, 2019) que se fazem sobre a paisagem, o habitar e as subjetividades de comunidades atingidas. Para tanto, partimos dos episódios de rompimentos das barragens de rejeito das empresas Samarco/BHP Billiton e Vale S.A., em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), Minas Gerais, para pensar os desdobramentos que se seguiram com a promulgação da Lei Mar de Lama Nunca Mais. Desde 2019, comunidades passaram a conviver com ações que interferem intensamente no seu cotidiano, não só nas Zonas de Autossalvamento (ZAS) - delimitação geográfica inundável mas no município como um todo (Laschefski, 2020). Essa pesquisa estuda o distrito de Antônio Pereira, Ouro Preto/MG, e busca evidenciar e analisar os processos conflituosos de remoções de moradores das ZAS iniciado em abril de 2020, devido a alteração do grau do risco da barragem do Doutor, Vale S.A.. O objetivo é analisar e cartografar as paisagens (re)configuradas pela mineração, destacando os impactos e complexidades causadas pela atividade nos modos de vida e nas subjetividades daqueles que ali habitam. Além da análise de documentos e planos de ação, a ida a campo tem permitido o reconhecimento da área através do mapeamento dos atores envolvidos e da observação, por uma aproximação etnográfica, das dinâmicas locais da paisagem em que se inserem. A pesquisa assim busca destacar as narrativas de mulheres atingidas, principais impactadas pela atividade

mineral (Brito, 2016) em suas buscas por (re)significação e (re)existência nesse território pela contra-cartografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_103_27809949_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

CAMINHOS DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA RAMAL DE QUINDIUA: análise da resistência do território quilombola Ramal de Quindiuá frente as políticas de desenvolvimento do Estado de Maranhão

Ana Paula Silva Oliveira (UFSCAR)

Este trabalho é pesquisa que objetiva analisar os impactos socioambientais que foram causados pela construção do complexo ponte/estrada pensando a perspectiva territorial a partir do racismo estrutural com a face do racismo ambiental para pensar a desapropriação dos territórios tradicionais a partir de projetos desenvolvimentista executados pelo Estado dentro dos territórios quilombolas no Maranhão. A partir da laceração feita no território Ramal de Quindiuá, a comunidade vem sofrendo diversos tipos de violências como a especulação imobiliária, invasões e cercamento pedaços de dentro do território, o aumento de mortes por acidentes com veículos que andam em alta velocidade pela MA-211. O território quilombola Ramal de Quindiuá, é composto pelas comunidades de Santa Rita, Mafra e Ramal de Quindiuá, tais comunidades essas que sofrem as consequências socioambientais trazidas pelo empreendimento estatal. A categoria bem viver será trabalhada na perspectiva de Alberto Acosta (2016) que nos provoca a refletir acerca desta categoria do ponto de vista dialético, onde a mesma se opõe a categoria viver bem que é uma construção capitalista que embasar toda concepção de consumismo e fetichismo que o modelo econômico capitalista impõe às estruturas sociais vigentes. Proponho neste trabalho compreender a noção de bem-viver construídos dentro do território quilombola Ramal de Quindiuá no Bequimão MA, e entender quais as estratégias de resistência que as humanidades que povoam o território quilombola construíram ao longo de quase 388 anos de resistência à escravidão, construir dentro dos territórios ocupados e aquilombados (Abdias do Nascimento, 2016) o bem-viver (Alberto Acosta, 2016). A comunidade conta que há 43 anos aquele mesmo lugar havia sido cercado pelo pai do homem que que cercou um pedaço do território da comunidade. Chegamos para conversar com a comunidade e fomos surpreendidas com o convite para participar da derrubada da cerca em Ramal de Quindiuá. A comunidade se organizou para retirar a cerca que foi construída com para marcar a delimitação da propriedade dentro do território quilombola Ramal de Quindiuá. No entanto, a comunidade retirou estaca por estaca, arame por arame e a propriedade deixou de existir e a resistência aos invasores externos foi reafirmada coletivamente pela comunidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_112_12257104_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Outras ecologias possíveis na construção de territórios tradicionais

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG)

A pesquisa busca compreender os ambientes/territórios reivindicados por povos tradicionais do Norte de Minas Gerais, tomando como base as relações institucionais junto ao Estado e as formas nativas de habitar e se constituir em relação aos seus ambientes, por meio de suas práticas ecológicas que culminam na construção de identidades ecológicas específicas. Desse modo, objetivo refletir sobre os campos de possibilidades de conceber modalidades instrumentais para fins da regularização de terras ocupadas por populações tradicionais. Nas últimas décadas a Antropologia vem contribuindo para o adensamento das reflexões e apontando, por meio de fartos materiais etnográficos, outros caminhos possíveis para que grupos autorreconhecidos como tradicionais possam reivindicar seus territórios como base em suas práticas ecológicas próprias. A partir desses trabalhos evidencia-se a necessidade de se atentar aos limites da construção e da noção do que vem a ser os territórios tradicionais, fazendo-se necessário estabelecer o diálogo e levar a sério o conhecimento dos grupos nativos, como meio necessário para se pensar novas perspectivas que busquem garantir diferentes formas de compreender e habitar esses territórios em processos ou territórios em devir. Desse modo, devido a processos sociopolíticos particulares observo o Norte de Minas Gerais como espaço privilegiado para a presente proposta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_149_10134613_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cartografia dos conceitos-pilares do debate contemporâneo sobre o Antropoceno

Camila Clozato Lara (IFPR), Felipe Augusto Moreira Bonifácio (IFPR)

"Afiml, estamos vivendo no Antropoceno?" Esse é o título da reportagem veiculada na imprensa nacional no mês de março de 2024. A matéria nos conta que os cientistas decidem que não: não estaríamos vivendo a nova era, pois carece consenso sobre o tema. O Antropoceno remete à possível capacidade da humanidade de modificar a biosfera terrestre a ponto de inaugurar um regime geológico. Os efeitos estão postos: deflorestamento, crise climática, poluição e toxicidade ubíquas. Populações cada vez mais à margem e à miséria, salientando um novo-velho atravessamento: o racismo ambiental. Do olhar crítico, o Antropoceno seria, de fato, o Capitaloceno. Essa "humanidade" devastadora não passaria, a grosso modo, de alguns milhares de indivíduos que retém assombrosa acumulação do poder. Esses que excluem e segregam a maioria dos humanos da ideia de "humanidade". A ciência tem assumido a posição asséptica de analista de dados. Elementos geológicos, químicos e estatísticos serão capazes de abarcar a complexidade do sistema que empurra vidas humanas e não humanas para a extinção? Não. Entretanto, há muita política nesse poder de decisão, capaz de fundamentar/refutar deliberações de lideranças globais. E, sobremaneira, a nomenclatura tem peso ímpar na compreensão e desdobramentos dessas decisões. Esta pesquisa se propõe a apresentar uma possível cartografia com os conceitos-pilares associados ao debate contemporâneo sobre o tema Antropoceno, e argumentar que, a despeito de um fazer científico supostamente apolítico, a assertividade acerca das causas do problema - acumulação primitiva, extrativismo, exploração da mão-de-obra, mecanismos de expulsão e marginalização - é a forma de assegurar meios de discussão, reflexão e combate. Por tal razão, a palavra-conteúdo de base da pesquisa será Capitaloceno. A cartografia será construída a partir da polifonia de pensadoras/es como Achille

Mbembe, Ailton Krenak, Antônio Bispo, David Kopenawa, Donna Haraway, Eileen Crist, Françoise Vergès, Frantz Fanon, Grada Kilomba, Jason Moore, Judith Butler, Lélia González, Malcom Ferdinand, Milton Santos, Paul B. Preciado, entre outras vozes. Como método, elencamos categorias analíticas que pudessem envolver um conjunto terminológico coerente. Foram elas: Capitalismo, Política, Epistemologia e Corpo. Dentro de cada uma, enumeramos conceitos que dialogam entre si, formando uma nuvem semântica. Por exemplo, dentro de Capitalismo, estão os conceitos "globalização", "tecnologia", "trabalho", "crise", entre outros. Dentro de Corpo, estão "gênero", "classe", "racismo". Dessa forma, a intenção do trabalho é relacionar as categorias e suas ramificações pela prática dialógica, e, assim, possibilitar elucidações não só sobre causa e efeito, mas também sobre novas possibilidades de enredamento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O projeto da mina guaíba: neoliberalismo, direito e carvão mineral

Christyan Muller Ajala (UFSC)

O carvão mineral é o combustível fóssil mais poluente do mundo, com significativo aumento em sua demanda global (MARQUES, 2015). Ademais, no Rio Grande do Sul, maior reserva de carvão mineral do país, milhares de requerimentos de autorização de pesquisa mineral foram aceitos nos últimos anos, potencializando a exploração de carvão no estado (COSTA, 2019). Não por acaso, o projeto Mina Guaíba, que seria instalado na Região Metropolitana de Porto Alegre, chefiado pela empresa Copelmi Mineração LTDA, pretendia extrair 166 milhões de toneladas de carvão bruto ao longo de duas décadas (GIONGO, 2019), sendo objeto de resistência pela população, tendo seu procedimento de licenciamento ambiental anulado pela justiça federal e posteriormente arquivado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) (G1/RS, 2022); Por meio de análise documental e teórico bibliográfica, essa pesquisa busca refletir criticamente sobre o sistema de justiça e o modo de produção enquanto ferramentas de manutenção do controle social e econômico na esfera ambiental, a partir das experiências e conflitos com minas de carvão no estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, serão utilizados conceitos advindos da criminologia verde, da criminalidade dos poderosos, do marxismo ecológico e da crítica materialista do direito, para contribuir com o estudo da vitimização ambiental. Portanto, o objeto deste estudo foi delimitado de forma que seja possível a análise do movimento real e contraditório do capital e dos conflitos ambientais em dada configuração social: a da população e indústria mineral do estado do Rio Grande do Sul, sem prejuízo das implicações nacionais e globais advindas dessa configuração. Por fim, considerando o aparente sucesso da proteção jurídica dos direitos ambientais, por meio do arquivamento do Projeto, procura-se compreender tal fenômeno, que muitas vezes não foi replicado em outros megaprojetos ao redor do país.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Agentes locais na rota da exploração dos recursos naturais: breve reflexão sobre a baixada maranhense e o Território Quilombola Camaputua

Dorival dos Santos (IFMA)

RESUMO Objetivo neste texto é uma breve reflexão sobre os impactos ambientais em comunidades tradicionais na contemporaneidade, a partir de pesquisas e observações in loco que presencio no Território Quilombola Camaputiua no Município de Cajari-MA. As observações colocam em relevo as relações atuais que ocorrem nas comunidades rurais entre agentes locais e exploradores dos recursos naturais presentes nestas. Para esta reflexão revisitei inicialmente as relações que foram construídas a partir de nossos ancestrais com os elementos não humanos e seu papel na proteção do ambiente natural. Para tanto referencio Galvão, Pereira Junior e Santos, como forma de visualizar a importância dos elementos invisíveis para o controle dos bens naturais. Em seguida coloco em evidência a relação de exploração da mão de obra local e a indução dos agentes locais cooptados pelo poder econômico, e colocados na posição de escudos que protegem os verdadeiros beneficiários com a retirada dos recursos naturais. Explicito que não se trata necessariamente de operadores de grandes projetos, mas demonstro a fragmentação destas ações por detentores do poder econômico e político local. Por fim, discuto as consequências dessa relação para as ações comunitárias fragilizadas pelas promessas de ganhos econômicos propostas pelo poder econômico, que coloca em posições opostas os sujeitos da mesma comunidade no que concerne à temática dos impactos ambientais. É neste contexto que se faz necessário refletir sobre a dupla exploração dos agentes locais pelo poder econômico; primeiro pela usurpação dos recursos naturais locais e segundo pela exploração da mão de obra dos trabalhadores locais. Palavras-chave: Impactos ambientais, Território, exploração do trabalho

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_618_15098305_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Globalização e a produção de commodities na Amazônia Maranhense: agroestratégias sobre territórios camponeses em Imperatriz MA

Filipe da Cunha Gomes (UFPE), Josefa Salete B. Cavalcanti (UFPE)

A análise sociológica sobre o campesinato maranhense defronta-se à necessidade de voltar atenção para as relações natureza-sociedade, a partir de novos paradigmas sinalizados pela Nova Sociologia Rural (BUTTEL, 1990). Esse campo de estudo requer uma leitura crítica sobre os efeitos da globalização nas novas dinâmicas dos territórios locais. Desde as últimas décadas do século XX, no Brasil, as políticas ditadas pela agenda neoliberal priorizaram a abertura das fronteiras nacionais a investimentos privados, implantados sobretudo por grupos multinacionais na Amazônia maranhense sob um modelo neoextrativista de exportação de produtos primários. Aponta-se Imperatriz como campo empírico, município localizado no oeste do estado do Maranhão, compreendido na área da Amazônia Legal e inserido no repertório dos grandes projetos desde finais da década de 60 sob influência do então Programa Grande Carajás. A partir de pesquisas de campo realizadas em diferentes unidades sociais, busca-se compreender como essa dinâmica de acumulação guiada pelo mercado globalizado tem produzido diferentes transformações na vida social e simbólica das famílias camponesas. Apoiase na problematização das denominadas agroestratégias elaboradas pela empresa Suzano Papel e Celulose, que, no ano de 2014, implantou uma fábrica para fins de produção de commodities como papel e celulose. Essa empresa articula-se a extensos plantios de eucalipto, que dependem

do contínuo movimento de compra de grandes e pequenas propriedades rurais no entorno de unidades sociais nas quais camponeses e comunidades tradicionais praticam a implantação de roçados, o extrativismo do coco babaçu e pequenas criações de gado bovino. Essa situação social concreta tem construído novas formas de relações sociais, à medida que a exploração econômica de territórios é potencializada pela intensa mobilidade do capital e tem provocado acentuadas transformações, como a devastação da floresta nativa, privatização e cercamento dos babaçuais, disciplinamento do extrativismo, tradicionalmente realizado, e o acirramento de conflitos internos. Estas transformações são identificadas à medida que a gestão do território e dos recursos naturais depende de setores empresariais, que protagonizam relações de poder por meio de políticas ditas de responsabilidade social e ambiental com o propósito de neutralizar críticas à ação empresarial, aspecto essencial na governança dos territórios e que é reivindicado por grupos com posição crítica ao empreendimento. Dessa maneira, as reflexões apresentadas neste trabalho, articulam-se às análises sobre como o processo de globalização, traduzido nas práticas do modelo neoextrativista de monocultivo de eucalipto, tem afetado o cotidiano desses territórios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_343_83818637_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tecendo uma trama com sensibilidades de mundo contra-hegemônicas frente à crise ambiental

João Francisco Canto Loguercio (UNICAMP)

Tendo-se como chave analítica o divisor natureza-cultura, decorrente do projeto civilizatório moderno Ocidental, procura-se tecer uma trama de múltiplos fazeres-saberes-seres contra-hegemônicos a esse malsucedido empreendimento, de tal forma a vislumbrar potenciais alternativas ao processo de agravamento da crise ambiental que testemunhamos. Nesse sentido, este trabalho, baseado em um projeto de estágio pós-doutoral, desdobra-se na busca por fazer convergir distintos núcleos de resistência alinhados com o questionamento às e/ou o despreendimento das ontologias e epistemologias euro-norte-americanocêntricas. O tecido visado compõe-se de dois grandes grupos - acadêmicos e não acadêmicos. O primeiro destes representado: pelos fenomenólogos; pelos estudos voltados às relações entre humanos e não-humanos; pelo movimento que ficou conhecido como virada ontológica; pelos autores dedicados aos estudos pós-coloniais, assim como aos estudos da modernidade, colonialidade de decolonialidade. O segundo, por sua vez, representado: por grupos subalternizados pelos processos de colonização, os quais tiveram suas sensibilidades de mundo invisibilizadas ao confrontarem a lógica inerente à expansão colonial/capitalista, ou seja, povos originários e populações tidas como tradicionais, como, por exemplo, caiçaras, extrativistas, quilombolas e ribeirinhos; e por coletivos (grupos, associações, ONG's etc.) voltados à causa ambiental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_006_29060592_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Liberem o mofo: controvérsias na regulamentação do Queijo Minas Artesanal de Casca Florida

Letícia Helena Pereira Rosa (IPHAN), Tainah Victor Silva Leite (iphan)

Mundialmente reconhecido por suas características únicas, o Queijo Minas Artesanal, está presente na vida mineira há pelo menos quatro séculos. O Modo Artesanal de Fazer o Queijo Minas foi registrado pelo IPHAN como Patrimônio Imaterial do Brasil em 2008, revalidado em 2021, com a ampliação da abrangência territorial para todas as regiões com produção de queijo existentes, incluindo as que surgissem posteriormente. Os bens culturais de natureza imaterial acautelados na constituição pelo artigo 216, são “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. O Queijo Minas Artesanal de Casca Florida possui em sua superfície a presença de fungo, popularmente conhecido como “mofo branco”. Em âmbito estadual, foi reconhecido pela resolução nº 42 da SEAPA2, em dezembro de 2022. Em 2023, o Instituto Mineiro de Agricultura (IMA) submeteu “Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Queijo de Casca Florida” à consulta pública. Nela, havia a previsão de ingrediente obrigatório “cultura fúngica comercial liofilizada de *Penicillium candidum* e *Geotrichum candidum*” Foi iniciada uma corrida contra o tempo para manifestação contrária à minuta da portaria, tendo como um dos espaços privilegiados o Coletivo da Salvaguarda Dos Modos de Fazer o Queijo Minas Artesanal, instância deliberativa e de participação social no esteio da política de patrimônio imaterial, questionando, entre outras coisas, a imposição de uma cultura fúngica específica para regulamentação de um produto artesanal, oriundo de um saber tradicional. Para além da necessidade de testes para segurança sanitária e alimentar, a salvaguarda do patrimônio imaterial pela e para comunidade, é pela junção de conhecimentos e poderes que o caminho se constrói. A partir daí, abriu-se um amplo campo de debates e discussões, em diferentes áreas e cenários, colocando em diálogo diferentes campos de conhecimento (microbiologia, engenharia de alimentos, veterinária, conhecimentos tradicionais de produtores de queijo, história e antropologia) e agentes (entidades vinculadas ao “sistema agricultura” do governo estadual, produtores rurais; pesquisadores do campo da microbiologia; entidades ligadas à proteção do patrimônio, além claro de diferentes fungos).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desafios do ambientalismo radical dos povos: caminhar em direção à autonomia nos territórios para regenerar a vida na T(t)erra

Letícia Magalhães Fernandes (UESB), Erahsto Felício de Sousa (IFBA), Mônica Celeida Rabelo Nogueira (UNB)

A exploração da Terra e a privatização das terras estão na origem da acumulação primitiva do capital, que se forjou na sociedade moderna a partir da degradação da natureza, da desterritorialização e genocídio de povos originários, da exploração do trabalho feminino não remunerado e da escravização dos povos de África. A conversão dos povos em trabalhadores assalariados e expropriados de suas terras também contribuiu para o contexto de policrise ao qual estamos expostos na atualidade. Apesar disto, observamos cada vez mais perplexos a banalização dos discursos contemporâneos sobre sustentabilidade e ambientalismo. Cada vez mais vazios e permeados de contradições, que não conseguem dar materialidade e concretude ao enfrentamento da catástrofe capitalista que ameaça vidas humanas e não humanas na T(t)erra. Neste cenário de disputas reside o perigo e/ou a grande oportunidade que precisamos

agarrar para enfrentar o alarido publicitário da sustentabilidade do mercado, de ONG' s do norte global e do desenvolvimento sustentável encampado pelos Estados nacionais que não enfrentam com responsabilidade o cerne da questão: a questão fundiária. Atualmente, as lutas protagonizadas por mulheres, povos tradicionais, sem terras e outros em busca de emancipação para a garantia dos seus projetos de vida em territórios ancestrais, nos inspiram a olhar para novas/antigas práticas de convivências com a T(t)erra. Ao invés de continuarmos apostando nas correntes convencionais, estamos olhando para os povos que vivem numa relação mais integral com os seus biomas e nos perguntando: é possível aprender práticas, cosmovisões e categorias políticas que nos ajudem a viver de maneira mais equilibrada na T(t)erra? Em outras palavras, a ruptura com o ambientalismo difuso e a sustentabilidade pregada nos mercados talvez possa ser iniciada a partir do entendimento sobre o ambientalismo radical executado por quem luta por terra e pelo Planeta Terra desde uma perspectiva territorial: extrativistas, raizeiros, geraizeiros, povos indígenas, quilombolas, sem terras e etc. Para isto, visamos apresentar e discutir o ambientalismo radical proposto pela articulação Teia dos Povos (surgida em 2012 na Bahia e no Maranhão e presente em mais de 10 estados do Brasil) que apresenta um projeto político forjado na tradição política dos povos brasileiros em luta por sua emancipação contra o imperialismo colonial capitalista. A Teia propõe uma aliança preta, indígena e popular de comunidades em defesa da T(t)erra e dos territórios, com foco na promoção de suas autonomias, de modo a favorecer modos de vida mais integrados aos sistemas naturais, menos dependentes do capital, e menos predatórios, capazes de abrigar e grande potencial material e imaterial para a regeneração da T(t)erra.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

50 anos de A Sociedade Contra o Estado: permanências e Insurgências

Margot-Ann Bachi dos Santos (UNESP)

No ano de 2024, em meio a crises climáticas e econômicas, se completam 50 anos do lançamento do célebre ensaio de Pierre Clastres "A Sociedade Contra o Estado". Na obra, o antropólogo e etnólogo francês, de maneira profunda e dialogando de maneira crítica tanto com marxistas quanto com estruturalistas, nos convida a nos questionar sobre a suposta inevitabilidade histórica do Estado e as consequências discursivas dessa inevitabilidade, e que, como expõe ao longo do ensaio, tão logo se mostra um embuste quando se analisam as sociedades ditas primitivas ameríndias. Nesse sentido, para o autor, o Estado se mostra impossível nessas sociedades, uma vez que nelas existem mecanismos sociais para impedir o surgimento da figura do chefe de Estado, detentor do poder. O presente ensaio então busca compreender as permanências e a atualidade do pensamento de Clastres na antropologia através do antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, em especial de que maneira, ainda hoje, podemos pensar o Estado como vetor de um poder destrutivo e responsável pela crise climática do Antropoceno.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_009_48404472_203744.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Neoextrativismo e Desenvolvimento na Mineração de Grafite: Uma Análise no Município de Pedra Azul-MG

Mauro Magno Quadros Ruas (UFMG)

O Grafite é a forma mais pura do carbono, pode ser considerado o melhor condutor térmico e elétrico entre os não metais. Especialmente na Região Geográfica Imediata de Pedra Azul-MG, tem-se uma mineradora que por mais de 45 anos extrai grafita ou grafite, localizada no Município de Pedra Azul-MG, a finalidade da extração do minério é a comercialização da matéria prima e vários derivados nos mercados interno e externo. A abordagem extrativista ou do neoextrativismo propõe uma leitura crítica da extração dos recursos naturais, apontando os danos ambientais e sociais deste processo. O define como estruturalmente baseado na violência da extração, violações de direitos, nas alegalidades, na exportação de riquezas e empobrecimento dos povos e dos lugares. Alberto Acosta denominou isso como a maldição da abundância”, isto é, a riqueza natural de um país é exportada, gerando empobrecimento dos lugares. Toda a literatura sobre o neoextrativismo demonstra como as grandes corporações minerárias se enriquecem em detrimento dos lugares (pessoas e natureza). Nesse sentido, a abordagem do Neoextrativismo é uma abordagem que faz a crítica profunda do desenvolvimentismo, mesmo em governos progressistas, sob o manto do desenvolvimento sustentável. Em síntese, o Neoextrativismo é uma crítica ao desenvolvimento sustentável levado à cabo na América Latina, em que atividades como a mineração são taxadas como economia verde”, lítio verde”, ferro-gusa verde”, aço verde”, etc. Analisando estes aspectos, a presente pesquisa tem como tema central a identificação das características do neoextrativismo na mineração no município, abordando que o Neoextrativismo tem mostrado que os processos de extração e exportação das riquezas naturais empobrecem os lugares (as pessoas, as paisagens, a flora, a fauna, os rios, etc. etc.) Esse empobrecimento é incompatível com a ideia de desenvolvimento. Pode-se falar de crescimento econômico, aumento do PIB Total e Per Capita, etc. Mas, não em desenvolvimento. Esse é um princípio analítico do campo investigativo do Neoextrativismo. A pesquisa se desenvolverá no âmbito dos Órgãos Ambientais, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, do Poder Judiciário, Agência Nacional de Mineração, recursos hídricos, analisando-se quais são os principais atores sociais envolvidos, os fatos apresentados pelas partes, bem como os documentos apresentados, os depoimentos testemunhais sendo aplicado questionário semiestruturado, com objetivo verificar o local de ocorrência do conflito; quando ocorreu ou se ainda é atual; quais são os envolvidos na disputa; qual o motivo que o provocou; se já foi solucionado e de que forma o foi; por quais instâncias se desenvolveu o conflito; dentre outros pontos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_465_30279473_203744.pdf

GT 040: Culturas populares e os usos da tradição

As ideias de “tradição” e “autenticidade” têm raízes profundas no pensamento Ocidental, atravessando diferentes períodos e movimentos intelectuais. O romantismo alemão é um marco

crucial nessa história e, na própria antropologia, clássicos da disciplina utilizaram-se destes termos para classificar e atribuir valor a diferentes modos de estar no mundo. A ideia de tradição não se manteve restrita aos debates acadêmicos. É base para projetos identitários em vários níveis e tem presença constante em dinâmicas contemporâneas referenciadas pelas chamadas “culturas populares”. Este GT traz em foco os diversos modos como a tradição é significada e instrumentalizada no universo das culturas populares. Interessam-nos pesquisas que abordem temas como: as formas como grupos de cultura popular empregam as ideias de tradição e autenticidade na representação de si e na relação com outros atores; o lugar dessas categorias em processos de patrimonialização e musealização; o papel dos grupos de cultura popular na construção de memória e ressignificação do passado; os usos da ideia de tradição na elaboração e execução de políticas públicas de fomento à cultura; as práticas de grupos tidos como tradicionais ao desafiar ou incorporar expressões culturais hegemônicas; as lutas protagonizadas por diferentes grupos de cultura popular em defesa de seus direitos culturais.d

Coordenação

Juliana Braz Dias (UNB), Patricia Silva Osorio (UFMT)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Significados e instrumentalizações do termo tradição nos bois-bumbás do Amazonas

Alvatir Carolino da Silva (IFAM), Socorro de Souza Batalha (UFAM)

O meu bonito veste a luz da tradição (Chico da Silva, GARANTIDO 1991); É meu bonito, é de tradição, a morena dança quando eu canto meu baião (Mestre Zé Preto, CORRE CAMPO 1988). A recorrência do termo tradição nas toadas de Bois como o Corre Campo de Manaus (AM) e do Garantido de Parintins (AM) tem significados múltiplos, tanto para a reafirmação de memória dos grupos sociais que integram cada um desses bois, quanto sobre as discussões e legitimidade frente aos bois contrários de suas respectivas cidades, tendo em vista que, o Corre Campo e o Garantido não rivalizam entre si, pois não disputam festivais por serem de cidades distintas. Ambos acentuam significações de serem os mais antigos, o Garantido garante que nasceu primeiro que o contrário, o Boi Caprichoso. O Corre Campo em Manaus é o Boi mais antigo em atividade, os contrários que com ele disputam o festival Folclórico de Manaus todos tem menos da metade da idade dele, são Bois com menos de 50 anos. Portanto, tradição” , nesse sentido tem um significado de legitimidade por antiguidade, está designando o tempo de existência como de valor. Há uma fala recorrente quando ambos são apresentados em palcos e festivais: está aqui o legítimo representante da tradição da brincadeira de boi-bumbá” . Por outro aspecto, o termo tradição é instrumentalizado em documentos oficiais quando essas organizações sociais (os Bois são organizações sociais com diretoria, estatutos, quadro de sócios, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) dialogam formalmente com órgão públicos e empresas privadas situam em seus ofícios, convites, notas oficiais, o termo tradição que soa como uma espécie de selo certificador de garantia daquela ação pretendida com entes públicos ou privados, como exemplo: O Boi-Bumbá Corre Campo, o mais antigo e tradicional Boi-Bumbá de Manaus tem a honra de... ou A Associação Folclórica e Cultural Boi-Bumbá Corre Campo, legítima representante da tradição de Boi-Bumbá, vem por meio deste...” . Percebe-se,

também, que o termo tradição não designa somente coisa remota ou continuidade do passado, ao contrário, situam tradição com efeito de autodefinição e pertencimento, legitimidade de luta social na consolidação e efetivação dos chamados direitos culturais, coletivos e difusos presentes nos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, que dialogam com políticas de patrimônio cultural. Portanto, tradição da forma como aparece inscrita nos textos poéticos e oficiais dos bois não se trata da oposição à modernidade, pelo contrário, é interconexão constante com contemporâneo, com as instituições, com os contextos sociais e, também, com as artes. Brinca Garantido folgado de São João/Em defesa da Amazônia, da cultura e da tradição (Brandão e Carneiro, GARANTIDO 2006)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Samba corrido e samba de barravento em Cachoeira, Bahia: discursos em contraponto sobre a tradição no samba de roda

Caio Csermak (UFPB)

A organização em grupos artísticos de samba de roda dos sambadores de Cachoeira, Bahia, operou transformações significativas na instrumentação, nas técnicas de toque, nas formas de canto e nas funções dos instrumentos do samba na região. Esse processo é indissociável de mudanças na relevância de repertórios de distintos tipos de samba, dado que os sambadores dominam, além de um vasto repertório de sambas, diversos gêneros ou formas de samba, como samba corrido, barravento, chula e samba de caboclo, dentre outros. Com a predominância do grupo artístico como forma de expressão do samba em Cachoeira a partir dos anos 1970, verifica-se uma estabilização e redução de repertórios de samba, o que levou à institucionalização de duas formas de samba pelos grupos: o barravento e o corrido. A partir dos anos 1980, uma segunda etapa é gestada, ganhando força nos últimos anos 20 anos com o processo de patrimonialização do samba de roda e um maior acesso às políticas culturais: a preponderância do corrido sobre o barravento, o que fica mais nítido quanto mais nos aproximamos do regime profissionalizado das toçadas, categoria nativa para as apresentações de samba de roda. Barravento e corrido assumem, então, diferentes funções e figuram em momentos distintos das toçadas. A depender do contexto, os grupos tocarão um ou outro tipo de samba; já alguns grupos cultivam uma identidade inclinada a um deles. Assim, o contraste entre barravento e corrido se tornou estruturante dos grupos de samba de roda em Cachoeira. Nos discursos de sambadores e de pesquisadores sobre o samba, o barravento aparece, por um lado, como autêntico frente à descaracterização do samba pelo corrido e, por outro, o corrido se torna o repertório por excelência das novas gerações. No entanto, na maior parte do tempo acontece um jogo complementar entre ambos os tipos de samba, até porque boa parte dos sambas pode ser tocada nas formas tanto de barravento, como de corrido. O corrido operaria, portanto, como uma ponta de lança, promovendo um maior contato com repertórios alheios ao samba, sobretudo aqueles da música de consumo massivo e dos eventos musicais de caráter mais comercial. O barravento, por sua vez, seria um samba conectado ao fundamento e mobilizado pelos discursos tradicionalistas sobre o samba. Há, contudo, um campo de contenda em que os discursos dos sambadores apontam disputas e polissemias. Por isso, através da análise de dados de campo recolhidos ao longo de 2 anos de pesquisa etnográfica com os

sambadores de Cachoeira, este trabalho analisa perspectivas múltiplas sobre os sambas barravento e corrido para discutir como eles são mobilizados em discursos orais e musicais para produzir compreensões diversas sobre tradição e autenticidade no samba de roda de Cachoeira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_096_08920398_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Canto, tradição e musicalidade: Os sentidos do sotaque no bumba boi de Caxias

Cayo Cezar de Farias Cruz (UFMA)

A brincadeira do boi pode ser encontrada em diversas regiões do país, no Maranhão, a celebração costuma ocorrer no período junino e foi reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade em 2019. É possível encontrar uma diversidade de formas de brincar e viver o bumba boi no Estado, o que geralmente é chamado de sotaque. Algumas instituições públicas alimentam a narrativa classificatória de que brincadeira do boi no Maranhão possui cinco sotaques principais, são eles: zabumba, matraca, baixada, costa de mão e orquestra. Contudo, percebe-se entre os cantadores de Caxias, cidade do leste maranhense, a existência de um sistema de classificação diferente do que é reproduzido pelas instituições e que apreende uma forma específica de se perceber ritmos, movimentos e sonoridades. Partindo da premissa de que essa categoria é uma chave analítica importante para se compreender os processos identitários que a brincadeira do bumba boi mobiliza na cidade o presente trabalho tem como objetivo analisar os sentidos do termo sotaque a partir da perspectiva de cantadores e donos de boi, tendo como foco o canto, a música e a noção de tradição.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Religiosidade e Devoção na Festa do Divino Espírito Santo da Quinta da Boa Vista em Pinheiro-MA: um estudo etnográfico

Claudeilson Pinheiro Pessoa (IFMA)

A Festa do Divino Espírito Santo está presente na maioria dos estados brasileiros e especificamente no Estado do Maranhão é considerada uma das maiores expressões da cultura e religiosidade popular (LEAL, 2019, 2017; BARBOSA, 2006; FERRETTI, 1996). Constituída de elementos religiosos, simbólicos, culturais e de sociabilidades distintas da lógica vista como hegemônica a festa em questão compreende performances e momentos ritual que se consolidam como detentores de aspectos antiestruturais, porém que ao mesmo tempo confirmam as identidades e os saberes dos grupos que as produzem. Diante disso, o estudo em questão faz parte da pesquisa de Iniciação Científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão (FAPEMA) intitulada "Aqui a fé corre beirada: notas etnográficas sobre festejar o Divino Espírito Santo nas áreas periféricas do município de Pinheiro-MA" (EDITAL PIBIC EM/ 2022-2023). O problema que norteou essa pesquisa foi como são realizados os rituais na Festa do Divino Espírito Santo, São Benedito e São Sebastião da Quinta da Boa Vista em Pinheiro-MA e como os aspectos da religiosidade popular e da devoção são mobilizados no cotidiano da festa. Enquanto orientador e orientanda, respectivamente caixeiro e bandeira/imperatriz (e filha da festeira) da referida festa intencionamos neste estudo apresentar

também as nossas impressões e envolvimento com a referida tradição que completou 60 (sessenta) anos de existência. Para tanto, nos baseamos em referenciais bibliográficos de Barbosa (2006); Ferretti (1996) (2013); Leal (2019); Lima (1988); Silva (2015); Metodologicamente nos apoiamos na abordagem etnográfica por meio dos aportes de Clifford (2016); Geertz (1989); e Turner (2013). Este trabalho visa discutir a memória deste festejo e dos seus rituais, a forma de organização que antecede o mesmo e sua realização, o cotidiano dos devotos e festeiros/organizadores, do império, das caixeiras (e caixeiros), bandeirinhas e bandeireiros e demais personagens que compõe esta manifestação cultural e religiosa. A festa em questão é uma das mais antigas e a sua manutenção fortalece o sentimento de pertencimento desta comunidade por meio da sua relação com o sagrado. Palavras-chave: Religiosidade Popular; Devoção, Rituais; Festa do Divino Espírito Santo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_434_36338084_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A tradição tencionada e o retorno à autenticidade: a produção de narrativas sobre o processo de patrimonialização do Carimbó no Pará e seus desdobramentos após 10 anos do registro

Edgar Monteiro Chagas Junior (UNAMA)

Manifestação cultural pertencente ao hall dos ícones constituidores da cultura paraense, e registrada com patrimônio imaterial do Brasil em 2014, o Carimbó passou por um processo intenso de revalidação no que concerne a sua condição de expressão da cultura local de forte apelo popular. Ao longo de seu processo de inventário, sendo este, parte das etapas do registro feito pelo IPHAN, não foram poucos os argumentos e contra-argumentos sobre sua origem étnica que acabaram por tencionar o que até então supostamente estava pacificado: o Carimbó, observado a partir da sua base rítmica, de poesia e dança seria o resultado da junção de negros, índios e europeus, conforme informavam aqueles que se debruçaram em estudá-lo desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo, passou a fazer parte do cotidiano dos fazedores e fazedoras de Carimbó, outra narrativa sobre os processos identitários que estavam em jogo diante o seu processo de patrimonialização e registro. A mobilização surgida por agentes produtores e ativistas culturais, ensejou uma nova forma de apropriação sobre os saberes e fazeres dos detentores mestres e mestras daquela manifestação cultural, dinamizado agora, pelo campo da política que, conforme se observou, estabeleceu um campo de tensões em torno das ideias de tradição e autenticidade forjados, sobretudo, sobre a ideia da perda (GONÇALVES, 1996). Com isso, se estabeleceu um cenário que perdura até os dias atuais onde os agentes estão dispostos em seus diferentes campos de atuação agindo conforme a demanda pública, midiática e estatal. Assim, esta comunicação se debruça em analisar esse movimento que, ao tempo em que faz ressurgir antigos debates sobre tradição e autenticidade, permite observar como o agente público de fomento e preservação da cultura institui uma nova norma que passa a regular a ação social dos conjuntos e demais agentes envolvidos no Carimbó. Busca-se, portanto, debater como os processos de registro de bens culturais no Brasil influenciam na formação e instituição de outras narrativas sobre o patrimônio imaterial, neste caso, o amazônico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Eco dos tambores: reescrevendo a história, refundando imaginários através do batuque

Felipe da Silva Nunes (UFRN)

Durante décadas, o Rio Grande do Norte conviveu com um pensamento quase uníssono que minimizava, quando não, excluía, a importância da cultura afro-ameríndia na formação sociocultural do estado. O estado do Rio Grande do Norte possui uma enorme diversidade de manifestações culturais ligadas aos ritmos percussivos, como por exemplo, o coco de roda, zambê, bambelô, etc. Ao passar das décadas, essas manifestações culturais foram perdendo força em todo o território com a falta de incentivo e apoio por parte das instituições, assim como, com as transformações provocadas pela indústria cultural. Todavia, nos últimos anos, diversas iniciativas ganharam destaque no segmento artístico-cultural potiguar por recolocar esses ritmos nos espaços da cidade. A busca pelo reconhecimento da identidade potiguar e suas raízes afro-ameríndias impulsionou alguns segmentos a comporem práticas culturais identificadas com esses marcadores. Neste trabalho, investigo a articulação de manifestações culturais percussivas em torno do que denomino de cena do batuque potiguar na construção de modos de pertencimento e disputa da memória em torno da formação sociocultural potiguar. O objetivo desta pesquisa é escrutinar a dinâmica desenvolvida por cinco grupos percussivos, Pau e Lata, Grupo Folia de Rua, Coco Juremado RN As Flechas”, Nação Zambêracatu e Coco de Rosa. Os grupos em questão possuem características peculiares no que diz respeito a sua constituição, organização e forma de execução da performance. Todavia, compartilham territórios em comum na cidade e mobilizam grupos de pessoas, sobretudo ligadas às manifestações religiosas de matriz afro-ameríndia, empenhados na organização de eventos que buscam reafirmar a tradicionalidade das suas manifestações e a importância dos elementos culturais afro-ameríndios dentro da cultura do Rio Grande do Norte.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_494_11997396_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os múltiplos caminhos da tradição espiritual e de sabedoria do povo Ejiwajegi

Francesco Romizi (UFMS), David de França Brito (UFMS)

A presente pesquisa tem como enfoque a vida espiritual dos integrantes de uma sociedade ameríndia no atual Mato Grosso do Sul. A espiritualidade dos Kadiwéu, autodenominados Ejiwajegi, é bastante rica e complexa, refletindo processos históricos de contato com a sociedade envolvente e de incorporação de elementos simbólicos e materiais ali encontrados. Descendentes dos temidos cavaleiros Guaicurus, povo guerreiro e resistente que se opôs às penetrações espanholas e portuguesas, aliando-se ao governo brasileiro na ocasião da Guerra da Tríplice Aliança, presenciaram um convertimento ao Evangelho desde a segunda metade do século XX. O objetivo desta pesquisa é compreender a realidade espiritual atual da sociedade kadiwéu, tendo em vista os processos de transformação cosmológica em que ela está inserida, as diversas tradições que ali convergem, e as relações estabelecidas entre estas na construção de ideais de autenticidade étnica e espiritual. Essa investigação não aborda uma religião em particular, mas as múltiplas formas em que se desenvolvem os processos identitários deste



povo, dentro de um universo espiritual intrinsecamente multicêntrico. Ela é desenvolvida ao longo de três eixos, com problemas, objetivos e metodologias que lhe são próprios: o primeiro retoma, essencialmente através de uma releitura da literatura etnográfica clássica com um olhar teórico atualizado, o estudo das crenças animistas e das práticas xamânicas de uma religião tradicional, que oficialmente, foi suplantada pela penetração bem-sucedida do cristianismo (evangélico); o segundo, foca o presente evangélico, a partir também dos depoimentos de algumas pessoas idosas que tomaram parte das grandes transformações que levaram à sua constituição; no terceiro eixo, exploramos as maneiras em que cosmologia animista, cultura popular católica e crenças evangélicas, através de contínuos processos simbólicos de ressignificação e apropriação, são conjugadas para dar vida a um modo de estar no mundo, entendido como autêntico, próprio e originário - aqui realizamos algumas indagações e comparações diacrônicas de rituais xamânicos e cristãos, das atuações e prerrogativas dos *nidjenigi*'s (xamãs) e dos pastores, das cosmologias e mitologias antigas e presentes, atentos tanto aos elementos de continuidade como aos de descontinuidade que ali aparecem. Este trabalho, que busca atualizar a obsoleta literatura sobre a vida espiritual do povo Ejiwajegi, se sustenta em uma abordagem qualitativa, de base etnográfica (com trabalho de campo realizado na aldeia Alves de Barros, capital kadiwéu), com uso de entrevistas e observação, participante ou não.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_526_70637987_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O corpo da tradição e seus procedimentos de autenticidade: aproximações entre música popular brasileira e arte marcial chinesa

Gabriel Guarino SantAnna Lima de Almeida (PUC-RIO), Rafael do Nascimento Cesar (USP)

A presente comunicação pretende explorar o entrelaçamento das noções de tradição, autenticidade e corpo presente em duas modalidades de prática cultural: a música popular brasileira e as artes marciais chinesas. A aposta comparativa repousa nas ressonâncias observadas entre corporalidades relativas a certas linhagens e genealogias e os regimes de autenticação próprios de cada uma dessas atividades. Partindo de um entendimento expandido da ideia de criação, perguntamo-nos como a atribuição dos termos autêntico e tradicional pode ir além da identificação de determinados estilos e técnicas consagrados, dependendo também das formas de narrá-las, armazená-las e transmiti-las. Dessa forma, voltamos nossa atenção a acervos orais e iconográficos, bem como aos procedimentos mobilizados em sua composição. No caso da música popular brasileira, a análise se deterá sobre fotografias de compositores reconhecidos como tradicionais e na coleção "Depoimentos para a Posteridade", do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Iniciado em 1966, o projeto contém entrevistas dos principais musicistas e compositores da época, como Pixinguinha, Ismael Silva e Heitor dos Prazeres. No da arte marcial chinesa, observamos como o encontro de corpos na ocasião de ensino de kungfu/taijiquan na cidade de São Paulo, e sua elaboração por meio de relatos de mestres chineses e discípulos brasileiros, são parte do reconhecimento de uma linhagem autêntica". Recusando a premissa de uma autenticidade auto-evidente, pretendemos com a

comparação entre esses diferentes suportes sondar a importância crucial do corpo, da imagem e da voz na composição de tradições autênticas” .

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_69043338_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memória e tradição no processo de registro do grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro como patrimônio imaterial do DF

Gabriela Soares de Araújo (UNB)

Este trabalho objetiva analisar o grupo de cultura popular de origem brasiliense nomeado Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro, com foco no processo em curso de sua inclusão no Livro de Registro de Formas de Expressão e no Livro de Registro de Celebrações para tornar-se patrimônio imaterial do Distrito Federal. O grupo Seu Estrelo destaca-se pelo modo peculiar como aciona a noção de autenticidade ao inventar um mito para a cidade, o Mito do Calango Voador. A origem do Mito do Calango Voador dialoga diretamente com a noção de invenção da tradição ao produzir, por meio de um material literário de referência cultural, uma história que destaca elementos e figuras do Cerrado em sua narrativa. O presente trabalho leva também em consideração a brevidade da cidade de Brasília, atualmente com 63 anos, e o contexto gênese no qual se formou. A capital traz consigo um projeto que idealizava as noções de inovação e de modernidade, criando uma tensão no que se refere à sua relação com a ideia de tradição. Observamos, nesse contexto, o diferencial do grupo Seu Estrelo, que se constroi por meio de uma iniciativa de negociar, criar e transformar o que se compreende por autenticidade e originalidade na capital do país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_507_67780424_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Passando de geração: a continuidade das Folias de Reis entre jovens.

Henrique Moreira Duarte Piló (Sete-Soluções e Tecnologia Ambiental), Lavínia Botelho e Brito (Sete Soluções e Tecnologia Ambiental), Thamyres da Silva Pacheco (UFMG)

Ao falarmos das Folias de Minas e dos Congados, normalmente os grupos existem há bastante tempo e suas tradições são passadas por gerações desde sua criação. Isso faz com que seja comum em várias cidades mineiras a presença majoritária de pessoas mais velhas e de crianças, sendo pouco comum a presença de jovens entre os membros. Nesses casos, a dúvida de quem dará continuidade à folia ou congado está constantemente presente, com muitos foliões imaginando um futuro incerto e se preocupando com isso, principalmente em instâncias em que a festividade ocorre em cumprimento a uma promessa. O que foi observado na cidade de Patos de Minas em pesquisa sobre o patrimônio imaterial mudou um pouco esse padrão ao apresentar as Folias de Reis surgindo em grupos jovens, mostrando uma manutenção e especialmente uma renovação da tradição, ao surgir como interesse entre os mais novos. Em algumas localidades, a valorização da cultura popular entre crianças e jovens é buscada e incentivada através de ações educativas e ajudando a promover um contato maior com a festa e com seu significado. Quando o grupo folião é de uma mesma família, esse contato acontece mais cedo na vida das crianças,

ao crescerem sendo envolvidos pela organização da festividade anualmente. O que pretendemos com esse trabalho é entender como essa continuidade é influenciada, podendo ser uma realidade próxima e conhecida daqueles que levam a folia adiante ou algo descoberto por eles quando mais velhos e servindo de inspiração para trilhar tais caminhos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um desejo de museu

Júlia Morim de Melo (UFPE)

A política nacional de patrimônio imaterial foi instituída em 2000 por meio do Decreto 3.551 e nessas mais de duas décadas mais de 50 bens foram registrados como patrimônio nacional (ALENCAR & GONÇALVES, 2023). No âmbito das estratégias de salvaguarda, a política federal orienta, por meio do Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, o fomento a Centros de Referência, entendidos como "espaços físicos de uso coletivo para abrigar acervos relativos ao bem cultural Registrado, realizar ações diversas e ser um espaço para a socialização dos detentores e divulgação do bem cultural para a sociedade mais ampla." (IPHAN, 2015, pgs.14-15). Ou seja, espaços em que se promove o bem de forma coletiva e não vinculado a determinado grupo específico. Até 2018, 12 centros tiveram fomento do Programa Cultura Viva e três foram implantados a partir de distintas parcerias (IPHAN, 2018, pgs. 34-36). A partir da realidade de Pernambuco, estado brasileiro com maior número de bens reconhecidos em nível federal, essa apresentação pretende trazer para a discussão a articulação e o entrelaçamento das orientações e impactos das políticas de cultura, o reconhecimento enquanto patrimônio cultural brasileiro e o acionamento da ideia de museu. Partindo da premissa que o Museu é um instrumento de poder, se o museu tem autoridade para contar histórias, por que não contarmos nós mesmos a nossa? Essa é uma pergunta que vem sendo feita por diversos grupos e comunidades que buscam, por meio de seu próprio museu, ter autonomia e protagonismo no processo de musealização e entrar no jogo de disputa de narrativas, de direitos e de recursos. Nas últimas décadas, por exemplo, diversos museus foram criados atrelados sobretudo a questões relacionadas à memória, ao reconhecimento identitário, à posse da terra e à manutenção de saberes e práticas. Esses museus existem de forma plural, seja na estrutura física, no tipo e no conceito de acervo, no modo de exposição, na maneira como funciona, no formato de sua gestão. Buscamos, portanto, refletir sobre o desejo de museu instigado por processos de inventário, mobilização e reconhecimento do patrimônio cultural e como estão sendo estruturadas essas iniciativas museológicas. Quais conceitos de museu estão sendo acionados? Como funcionam esses museus? Em que e como tensionam o campo? Como a patrimonialização e a musealização estão colaborando com a continuidade dos bens, grupos e manifestações? Quais estratégias estão sendo utilizadas?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_068_92730017_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazer e ouvir sons sobre o Brasil: a produção fonográfica do movimento folclórico brasileiro na Coleção fonográfica Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro

Juliana Lima Ribeiro (UFRJ)

Documentário Sonoro do Folclore Brasileiro foi uma edição fonográfica organizada pela Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (1958-1979), em que o primeiro volume foi publicado em 1972, com a temática sobre a banda de pife: Vitalino e Seu Zabumba, e no total foram editados 44 discos compactos. Essa publicação fonográfica marcou uma tentativa de produzir um Mapa Musical do Brasil. Essa iniciativa se aproxima de outra produção, que ocorreu na mesma década, pelos Discos Marcus Pereira. As duas iniciativas tiveram como principal inspiração o projeto de Mário de Andrade, na década de 1930, de documentar musicalmente a cultura do povo no Brasil. O DSFB assumiu a missão de documentar fonograficamente diversas performances musicais populares brasileiras, a partir da perspectiva de que, o folgado registrado fosse representativo do estado onde foi gravado. Assim, para a realização das gravações para posterior edição e publicação, uma trama entre instituições públicas e privadas, secretarias de cultura, folcloristas, comissões de folclore e estudiosos foi mobilizada para viabilizar o projeto de documentar musicalmente o Brasil e legitimar as escolhas das temáticas dos discos. Essa publicação fonográfica foi mais uma iniciativa que marca a importância da música nos estudos de folclore no Brasil, e que também explicita a influência dos estudos de folclore musical na Europa no século XIX nas pesquisas musicais no Brasil organizadas pelos folcloristas brasileiros. O estudo, pesquisa e documentação musical foram muito marcantes na gestão promovida pelo movimento folclórico brasileiro e se prolongaram na década de 70 com a edição do DSFB. Além do mais, a pesquisa musical também está inserida no bojo das ações promovidas pelos folcloristas brasileiros a partir da década de 40 e que visavam preservar a cultura popular brasileira, que segundo eles, estavam em risco de desaparecimento e descaracterização. Vicente Salles, o idealizador do projeto, sob a coordenação de Renato Almeida, utiliza o recurso do disco, que nesse momento sócio-cultural se torna acessível e de interesse de grande parte da população brasileira, para disseminar o folclore musical brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_556_96900764_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Musicalidade rural no Brasil da emergência do Selo Vermelho à hegemonia nas plataformas de Streaming

Luana Marques Figueira (UNB)

A música de temática rural no Brasil inicia sua jornada enquanto produto fonográfico em 1929, a partir das lendárias gravações do Selo Vermelho da Columbia Records, composto por cinco discos de 78 rotações. Considerada como a primeira produção fonográfica independente no país, os discos foram custeados antecipadamente por Cornélio Pires após sucessivas negativas das gravadoras em concretizar sua ideia de registrar cantadores, violeiros e causos do interior do estado de São Paulo, com a chamada Turma do Cornélio Pires”. Tais gravações alcançaram tamanho sucesso que logo a gravadora Columbia assumiu a produção de novos volumes, chegando a cerca de 50 títulos, bem como a gravador RCA Victor produziu a Turma Caipira Victor”, seguindo o modelo criado por Pires e, inclusive, agregando artistas que faziam parte da turma original. Nas décadas seguintes, o formato de canções do interior mescladas com causos e anedotas passa a vigorar também em programas de rádio. Assim, partindo da análise

de Raymond Williams (1976) acerca da hegemonia cultural, analiso a ação pioneira de Cornélio Pires enquanto uma formação cultural emergente, cujas repercussões chegam à contemporaneidade. Tal façanha apresenta uma interessante peculiaridade, visto que se desdobra simultaneamente em: i. uma formação cultural residual, a música caipira contemporânea, cujos artistas identificados com tal estilo buscam selecionar elementos de uma suposta tradição musical rural empreendida por Cornélio Pires e, a partir destes, construir referências de confirmação da autenticidade de suas performances; ii. uma formação cultural hegemônica, a música sertaneja”, considerando-se que foi o estilo musical mais reproduzido nas plataformas Youtube e Spotify no ano de 2023, posição que se sustenta desde 2016. A partir de tais referências, é possível explorar interessantes questões acerca da "tradição" e da "autenticidade" da música rural, tanto no contexto da produção cultural de Cornélio Pires quanto na atualidade, visto que, de lá até os dias atuais encontram-se sucessivas demonstrações acerca da seletividade operante sobre discursos e práticas envolvendo essas categorias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_694_12981659_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Festa do Yakisoba: uma etnografia na Casa do Estudante nipo-brasileira de Brasília.

Luciana Rika Ito (UNB)

Nascida e crescida dentro da comunidade nipo-brasileira eu dificilmente era só espectadora, o meu lugar era quase sempre nos bastidores quentes e barulhentos das cozinhas. Em raros momentos em que me permitia interagir com o mundo exterior via pessoas bem vestidas junto de seus familiares. Não havia como não notar, eu destoava delas ao tirar apressadamente a touca do cabelo ainda com o avental sob o pescoço exalando a cheiro de óleo. Ao perambular pelos visitantes, apesar de estar fora dos meus afazeres, aquilo só servia para afirmar que eu era parte daquela comunidade. Foi ao atender os clientes que passei a notar que essas pessoas não eram tão diferentes de mim, e foi ao dialogar com o mundo fora da minha bolha que percebi que vivia em uma. O yakisoba é um estilo de festa bem típico da cultura nipo-brasileira e são encontros localizados que descrevem com mais detalhes a peculiaridade de cada grupo a partir dos seus aspectos regionais. Com a duração de um final de semana, são eventos que podem ter tamanhos de público diversos mas não diferem quanto a serem encontros entre a sociedade e a comunidade nikkei (a forma como nós nos identificamos). São esses momentos que fortalecem os laços entre as pessoas que se identificam com a cultura, ressignificando ao mesmo tempo que preservam certa compreensão do grupo como um. Porém, por parte da comunidade vejo uma abertura limitada com uma unilateralidade para com a sociedade, isso porque ela se abre mais para uma contemplação da cultura do que para uma interação mútua. Estudo e moro na Casa do Estudante Nipo-brasileira de Brasília, e para este trabalho faço um recorte para falar do yakisoba que nós realizamos. Uma festa que tem como objetivo arrecadar fundos para custear uma moradia mais acessível para os estudantes da comunidade, conta com a colaboração de moradores e de pessoas da comunidade para acontecer. Com mais de 40 anos de história, a Casa é um espaço que vai para além do simples morar, existem aspectos culturais que parecem garantir que ele permaneça ali fisicamente. Estou realizando este ensaio etnográfico para estudar melhor os aspectos culturais do meu campo já que vejo na festa do

yakisoba um potencial que reúne em um só momento elementos fundamentais para a existência e permanência da cultura que vivo e estudo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_819_56658527_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um mingau in memoriam dos finados: um estudo sobre a tradição da bebida feita de mandioca e consumida em meio ao ritual da Iluminação aos Mortos em Vigia de Nazaré - PA

Marcelo Alves Costa (UFPA)

O ritual da Iluminação aos Mortos apresenta muitas variações nos lugares em que acontece, posto que as determinantes culturais, religiosas e mesmo políticas balizam até os mais ínfimos detalhes do relacionamento com a morte e com os mortos. Na região nordeste do estado do Pará e até certa parte do estado do Maranhão, é tradição consumir um mingau feito do sumo da mandioca doce que se chama manicuera, e que é fervido por cerca de quatro horas, a partir do qual acrescenta-se arroz branco ou farinha de tapioca e acompanhamentos como macaxeira, batata doce e cará ingredientes tradicionalmente cultivados e utilizados pelas comunidades indígenas que na região viviam -. Sua particularidade de consumo é ser uma bebida característica da Iluminação, ritual anual que ocorre no dia 02 de novembro, Finados, ocasião em que limpam-se os túmulos para receber a visitação, ofertam-se flores, grinaldas, e se acendem velas durante o dia todo, especialmente a noite. A iluminação compreende várias facetas rituais que congregam, por sua vez, múltiplas performances em meio aos ditames religiosos e sociais, e o aspecto alimentar, assim, não deixa de estar inserido. Durante a iluminação, diversas pessoas, sobretudo as mais idosas e interioranas, relatam não dispensar a beberagem de manicuera nesta data. É uma tradição que se reproduz e que está ancorada em experiências sociais, sensíveis e mesmo palativas que engendram a manutenção de tal costume alimentar. Ancorados na Antropologia da Morte em diálogo com demais campos do saber, e interessados etnograficamente na feitura do mingau, sua venda e seu consumo, deambulamos a partir da etnografia de rua na cidade cemiterial e em seus entornos, praticando a observação flutuante na necrópole e apreendendo a sensorialidade e os sentidos dados à bebida na respectiva data. Assim, refletimos sobre as possíveis razões que conectam uma bebida/alimento com o cotidiano da morte, tencionando as contribuições étnicas para com esse hábito/prática alimentar, bem como pensar acerca das motivações que permeiam a continuidade de tal prática em meio ao ritual de finados, além de destacar as possíveis ressignificações de práticas alimentares dos povos indígenas, tanto cotidianas quanto rituais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Festa do Cururuquara/SP: conflitos religiosos, territoriais e raciais na construção de uma tradição festeira

Maria Clara Guiral Bassi (Museu Nacional/UFRRJ)

Este trabalho parte da etnografia de uma festa de santo, que celebra São Benedito, e é também uma festa de família: a Festa do Cururuquara. Organizada pelo Samba de Bumbo do

Cururuquara, ela acontece todo ano, em maio, em Santana de Parnaíba/SP. Tendo o festejo de 2022 como festa-modelo (MENEZES, 2000), a pesquisa valoriza o ponto de vista dos sambadores e das sambadeiras e busca compreender as tensões que se colocam em evidência na defesa do direito de fazer a festa como se deve”. Se destacam as práticas católicas, o território e a constituição de uma família negra nas disputas ao redor de uma tradição festeira e sambadeira. São analisadas as atualizações do mito de origem desta celebração, as práticas de uma reza familiar e seu papel na manutenção da festa. São exploradas as concepções de dentro e de fora (ELIAS & SCOTSON, 2000), segundo as quais se evidenciam os conflitos entre os atuais moradores do bairro do Cururuquara e a família que organiza a festa - mas já não mora ali. A partir das ideias de parentesco, concepções de corpo e pessoa, tendo especialmente as contribuições de Mauss em mente, se pensa o Cururuquara enquanto território tradicional e religioso de uma festa que existe desde 1888. O pertencimento e identificação com o território se dão pela presença sentida dos antepassados durante as festas e rezas, em espaço e tempo determinados. As características que fazem do Cururuquara um espaço religioso e tradicional tem a ver com a antiguidade da família naquele território e com a realização do samba no mesmo lugar onde seus antepassados sambaram. A reza familiar é apresentada como uma expressão de fé católica e também como uma forma de perpetuar a tradição festeira, se relacionar com os ancestrais da família, com as novas gerações e de se fazer ver para aqueles de fora”. A preocupação com a manutenção da Festa passa pela preocupação também com a manutenção dessa reza. Aproximo ritual (TAMBIAH, 2018), tempo, espaço e narrativas, a fim de pensar a tradição desta festa e o próprio Cururuquara, que é mais do que um bairro delimitado em mapa. Ele é também o lugar onde a história desta celebração acontece, onde o passado desta família é marcado, e onde o presente e a tradição desse grupo se constrói e se renova. Assim, festa, família, território e santo, ali, são de fundamental importância na construção da memória e ressignificação do passado, construindo, mantendo e atualizando as tradições locais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_767_63196786_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre contos e escutas: Tradição, oralidade e memória

Marivaldo Aparecido de Carvalho (UFVJM), Rosana Passos Cambraia (UFVJM)

As reflexões aqui elaboradas são frutos de pesquisa junto ao PPGSaSA (Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Ambiente da UFVJM) e ao PPGER (Programa de Estudos Rurais da UFVJM). Temos como meta neste trabalho demonstrar como os contos tradicionais representam formas de tradição para uma dada comunidade. Os contos transmitem ensinamentos que guiam e organizam o modo de vida da comunidade. Os contos educam, pois transmitem ensinamentos formulados oralmente por pessoas que as comunidades consideram como portadoras de uma tradição. que possuem na fala uma forma valorativa de criar acordos, transmitir conselhos e conhecimentos. Para as culturas tradicionais e populares este vínculo se alicerça nos preceitos religiosos que conduzem a uma formulação ética que se alicerça na tradição, ou seja, no modo que os antigos tempos vividos exigiam das pessoas em seu trato social com a vida (seja de humanos ou não humanos). Os dados aqui analisados são oriundos de pesquisas em comunidades rurais do nordeste e sul de Minas Gerais. A vitalidade cultural

dos contos enquanto tradição possibilita analisar e pensar os processos de mudança sociais e suas resistências que estruturam as ideias de tradição popular. Os contos representam experiências sobre o viver os seus desafios, que precisam ser repassadas para as novas gerações. Momento que o conto assume o papel de retraduzir o real vivido numa linguagem que contempla o lúdico, que contempla os momentos mais íntimos de uma família ou grupos sociais, é o momento que a comunidade reflete de forma teórica”, ou seja, através de elaborações de ideias que são apresentadas de forma metafórica nas narrações.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_489_13640531_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“A gente precisou se unir ‘pra’ gente conseguir ter mais força”: A organização do carimbó no município de Ananindeua-PA.

Rafaela Aimê da Silva Barbosa (UFPA)

O Carimbó é uma manifestação cultural do Estado do Pará, tendo em sua expressividade influências de povos indígenas, ribeirinhos e negros, o fazer cultural se expressa através de musicalidade, dança, festas e mestres, é um tipo de expressão que inicialmente era construído por pessoas que residiam na área rural ou litoral do Estado do Pará, atualmente estando também nos espaços urbanos. Suas canções, geralmente contam a relação do homem com a natureza, seu jeito de se relacionar com pessoas, animais e seres encantados, em alguns casos também mostrando o cotidiano do trabalho, tornou-se patrimônio cultural imaterial do Brasil em 11 de setembro de 2014, sendo assim, esta pesquisa irá apresentar algumas ações e objetivos para o fortalecimento e reconhecimento do Carimbó enquanto patrimônio cultural imaterial brasileiro, no período de 2019 até 2021, partindo das ações do “Coletivo Ananin de Carimbó”, no município de Ananindeua/PA. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica etnográfica. Inicialmente darei característica gerais do Carimbó e sua patrimonização, em seguida identificar e contextualizar o território em questão e tendo por fim, apresentação do coletivo, algumas de suas ações e seus atores.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Reinado da Sociedade Ubaense de Congados Nossa Senhora do Rosário: tradição e relações simbólicas do acervo material de um congado da Zona da Mata Mineira

Roberta da Rocha Salgueiro (Fundação Orquestra Sinfônica Brasileira)

O objetivo desta apresentação é refletir sobre os objetos sagrados que fazem parte do universo simbólico da Sociedade Ubaense de Congados Nossa Senhora do Rosário, localizada em Ubá/MG. Mais conhecida como congado de Ubá”, a manifestação cultural é registrada como patrimônio cultural do município. A especificidade da colonização da Zona da Mata mineira, tardia comparativamente às demais regiões do Estado, confere também às expressões culturais desta região características próprias, em grande parte vinculadas à memória do volumoso contingente populacional escravizado. O atual rei congo de Ubá, coroado em 2021, tem a responsabilidade de manter e transmitir os fundamentos e o legado dos reis anteriores, dois dos quais foram escravizados. Entre os fundamentos do congado de Ubá encontram-se os objetos



rituais, indumentárias e instrumentos litúrgicos que compõem seu acervo. Alguns desses objetos têm status de relíquia, sendo alocados em um altar na sala importante chamada de Reino de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito”, localizada no fundo da sede do congado. Ali estão, em meio a profusa imaginária católica, as coroas dos reis Adão Quintão e Zinho, antecessores do rei Brazinho. Já a espada e o cetro, chamado de Divino devido à figura zoomórfica em sua ponta, transmitidos quando do falecimento do rei anterior, são utilizados no calendário festivo e ritual do congado. Ainda que tenha assumido como Rei Congo imediatamente após receber a coroa, o cetro e a espada que pertenceram ao Mestre Zinho, a coroação diante de Nossa Senhora do Rosário é considerada uma cerimônia essencial para oficializar o reinado. Para a ocasião, rei Brazinho utilizou uma coroa confeccionada por seu filho, que é integrante de um grupo de charola de São Sebastião de Juiz de Fora/MG. Houve controvérsias sobre o modelo da coroa, bastante colorida e adornada, diferente do modelo tradicionalmente portado pelos reis anteriores. A coroa tradicional daquele congado é oblonga e toda coberta de rosários, sem brilhos. Posteriormente, foi confeccionada uma nova coroa, em conformidade com as coroas ancestrais. Nesta pesquisa, pretende-se compreender o modo como os objetos rituais do congado de Ubá reverberam a memória e a temporalidade da cultura e da religiosidade negra de origem colonial. Nesse percurso, espera-se aferir a ideia de temporalidade espiralar proposta por Leda Maria Martins, que compreende o descoroamento e a transmissão da coroa como ritos que permitem a circulação da energia por meio do ancestre. A pesquisa, portanto, propõe discussões sobre as articulações entre tradição, autenticidade, tempo, espaço e memória por meio da dimensão material do patrimônio imaterial.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A saga dos 500 anos de um Santo Negro e seus devotos: Um estudo Antropológico sobre a devoção popular a São Benedito no Brasil.

Sônia Cristina de Albuquerque Vieira (eaufpa), Emilly Mescouto Brito (UFPA)

A seguinte proposta de comunicação trata sobre os resultados obtidos através do projeto de pesquisa intitulado “A saga de um Santo Negro e seus devotos: Um estudo Antropológico sobre a devoção popular a São Benedito no Brasil”, surge com o propósito de mapear festas, irmandades e devoções a São Benedito nos estados brasileiros, analisando a trajetória das festas e investigando os possíveis pontos de relação entre as diversas homenagens ao Santo Afro-Siciliano em cada região do Brasil. No percurso da antropologia das populações Afro-Brasileiras, os estudos sobre catolicismo popular e os santos é tema recorrente mas ainda apresenta quantidade pouco numerosa de literatura quando a discussão se estreita sobre os santos negros, e através da metodologia de pesquisa qualitativa e quantitativa e da utilização das referências bibliográficas, busca-se refletir sobre as questões de construção de identidade e representações iconográficas produzidas através das homenagens ao santo negro para além do levantamento etnográfico. A pesquisa realizada nos leva também a refletir sobre a história da escravização, da colonização portuguesa e das suas consequências que se impregnaram nas diversas esferas da sociedade e na cultura, com isso, compreende-se a importância deste projeto de pesquisa para documentar os símbolos de resistência que as manifestações e devoções ao

santo Benedito trazem consigo, contribuindo para o acervo bibliográfico sobre manifestações do catolicismo popular brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_457_41970137_100704.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Festa como performance e contradição: Negros e Índios, caboclos e escravos em conflito
Vanessa Regina dos Santos (nao se aplica)

A festa conhecida como teatro a céu aberto tem como cenário as ruas de Laranjeiras, uma pequena cidade localizada no interior do Estado de Sergipe-Brasil em que sua história foi construída por conflitos de classes entre brancos, negros e índios, seu nome é Festa dos Lambe Sujos versus Caboclinhos. A luta apresentada teatralmente é a saga do negro em busca de liberdade, fugidos das fazendas de cana de açúcar, constroem seus refúgios nas matas, caçados e capturados pelos índios. Revelam-se por meio dos gestos, da oralidade (perceptível pelas músicas, suas letras entoadas e falas elaboradas) pelas indumentárias como roupas e adereços, símbolos que buscam compor a história pungente da cidade de Laranjeiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_300_75293043_100704.pdf

GT 041: Culturas populares: entre tradições, espetáculos e protagonismos contemporâneos

Este GT tem por objetivo discutir como diferentes práticas e formas das culturas populares articulam aspectos de tradições locais, processos e valores de consumo da globalização, formulando novas práticas e formas simbólicas de articulação das culturas. Questiona-se como as culturas populares interagem com o mercado global da comunicação e do turismo, inclusive em eventos e espetáculos contemporâneos. Por outro lado, é preciso indagar como as culturas populares se apresentam em mobilizações de grupos sociais e comunidades, com intervenções nas cidades, protagonizando novas formas e modalidades de práticas e representações, constituindo outras agências em termos de identidades e processos de identificação socioculturais e políticos. Assim, o GT propõe discutir como as culturas populares redimensionam e problematizam os sentidos de lugar, de tradição, das sociabilidades, do saber-fazer das práticas culturais, ampliando e expandindo criatividade dos fazedores de culturas na atualidade. Deste modo, o GT pretende receber trabalhos etnográficos sobre diferentes formas de expressões culturais populares, tais como: festas e festivais (incluindo festas religiosas); expressões de artes como música, dança, literatura, artesanato, entre outras; manifestações e performances de coletivos em espaços públicos (praças, ruas etc.) marcadores de identidades étnicas, de raça, faixa etária e de gênero; e reivindicações por reconhecimento e patrimonialização de bens imateriais.

Coordenação

José Maria da Silva (UNIFAP), Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Hoje tem maracatu?”: as possibilidades educativas da cultura popular no encontro com as infâncias periféricas.

Ana Caroline Goulart (UNESP)

“Hoje tem maracatu?” - questionava com tom de cobrança e repreensão uma menina de 8 anos aos educadores, que não compareciam à favela da Pedreira há algum tempo devido a uma greve universitária. Trata-se de um projeto, iniciado em 2022 e intitulado "Maracatu Maracá: música no sangue, África no soro", concebido por Antonio Fernandes Donizeti, professor universitário, capoeirista e percussionista do grupo Toneladas de Maracatu. Seu propósito era explorar a cultura do batuque com as crianças da favela da Pedreira, provocando reflexões sobre as identidades raciais na cidade. Jacarezinho, uma pequena cidade com pouco mais de 40.000 habitantes na região nordeste do Paraná, possui aproximadamente 40% da população identificada como preta e parda, conforme dados do Censo de 2023. No entanto, há pouca documentação sobre essa presença na memória da cidade, já que foi consolidado um ethos urbano brancocêntrico e estabelecida uma política informal de apagamento e esquecimento das presenças, histórias e experiências não brancas na cidade. Na favela da Pedreira – como é chamada por muitos, inclusive pelas crianças – a presença negra é proeminente e, entre a rua de pedras, casas e vielas, vibra uma infância engajada no brincar que se encontra com o maracatu. Em sintonia com a sonoridade das alfaias, gonguês, ganzás, tarol e agbê, as vozes das crianças anunciam as novas narrativas sobre a cidade, sobre seus lugares de habitar e conviver. As vozes da infância e dos tambores - ambas silenciadas ao longo história - expressam a intencionalidade pedagógica da cultura popular, que se manifesta como uma “cultura rebelde” (Brandão, 2009), para além das margens impostas socialmente, delineando novos territórios educativos na cidade, convidando todos ao cortejo “ô meu povo, venha cá, venha ver que está chegando, Maracá Pedreira, da Estação Maracatu” Assim, este texto busca refletir sobre as potencialidades educativas da cultura popular na elaboração de territórios antirracistas e identidades afirmativas a partir das experiências em um projeto de extensão que é realizado com crianças periféricas de uma pequena cidade. Para embasar teoricamente essa reflexão, serão utilizados referenciais da Antropologia (Brandão, 2009; Gusmão, 2012; Gomes, 2017) e da Educação (Arroyo, 1997; Freire, 2001, 2005).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Festa, fé, viola de cocho e alegria Ensaio

Brás Rubson Ferreira Barbosa (UFMT)

Buscando retratar o encontro das tradições das festas de santos católicos com a cultura popular da Baixada Cuiabana, em especial as manifestações do siriri e cururu, folguedos que se consolidaram nessa região do Pantanal mato-grossense em que os dançarinos de siriri rodopiam pelo salão ao som de cantigas tradicionais e atuais desse ritmo, e os cururueiros produzem e cantam suas cantigas ao som da viola de cocho instrumento tradicional da região, é que o presente estudo teve lugar. Em Mato Grosso, particularmente na região da Baixada Cuiabana, as festas de santos católicos costumam se unir às manifestações do siriri e do cururu em católicos de grande participação popular, formando um recheado calendário de eventos anuais.

Essas festas na Baixada Cuiabana, que engloba a região do Pantanal mato-grossense, são realizadas por uma gente que tem suas peculiaridades, seu modo próprio de expressão cultural. Uma entre muitas festas de santo da Baixada Cuiabana, a Festa de São Pedro da Comunidade Zé Alves, no município de Poconé, realizada no começo de julho, reúne grande número de devotos e é o objeto desse presente estudo. Em dois dias de celebrações que envolveram novena, levantamento de mastro, siriri, cururu, leilões, baile de rasqueado e lambadão com bandas da região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_929_61387170_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Capoeira na rua, no museu ou numa companhia de saberes

Cássio Henrique Silva da Silva (Capes)

Este trabalho tem como objetivo refletir acerca do protagonismo social motivado pela capoeira em diferentes espaços de sociabilidade e produção de conhecimento em Porto Alegre. Mestres e discípulos me conduziram a ricas experiências em meu trabalho antropológico. Os movimentos de capoeira no matagal do Campus da UFRGS, a pracinha que mobilizou a comunidade para um diálogo com a prefeitura pela realização das rodas debaixo de uma bela árvore, a formação de um capoeirista em artesão através das suas conversas com um Preto Velho, o discípulo narrando as performances de seu mestre no Fórum Social Mundial passando o chapéu. Alguns episódios do Afoxé e o legado de Mestre Môa do Katendê em Porto Alegre. Afinal, um processo coletivo de empoderamento que conecta a capoeira a diversas práticas sociais e experiências no cotidiano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_370_54516727_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A noção de participação social nas políticas públicas de salvaguarda do patrimônio imaterial: o estudo de caso da salvaguarda do carimbó

Cyrolando de Almeida Lins (IPH)

Este trabalho apresenta alguns resultados parciais de uma pesquisa mais ampla, surgida de questões e inquietações a partir de uma experiência de quase dez anos atuando como técnico em antropologia na equipe técnica da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Pará (Iphan-PA). Ao longo dessa atuação, tenho percebido e acompanhado a interação entre Estado e sociedade civil na construção de uma política pública que tem como principal premissa a participação social. Nesse contexto, diversas situações me despertaram o interesse em melhor apreender as condições sociais em que essa interação se processa. Meu principal interesse é identificar e compreender os diferentes sentidos e agenciamentos em torno da categoria de participação social no contexto da implementação da Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, tendo como estudo de caso o processo de salvaguarda do carimbó. Assim, procurei perceber como são construídas as instâncias participativas no processo de implementação da salvaguarda do carimbó, que foi reconhecido como patrimônio cultural brasileiro em 2014. Busquei identificar e entender as múltiplas

dimensões e sentidos mobilizados pelos diferentes sujeitos na constituição das instâncias e desenhos participativos. Nesse contexto, observo os diferentes agenciamentos de categorias como tradição, patrimônio, reconhecimento, salvaguarda, nas disputas e produção de sentidos sobre a participação social no contexto analisado. A base empírica de observação foi construída por meio da etnografia do processo de implementação da salvaguarda do carimbó. O foco principal da análise recai sobre a noção de participação social, categoria mobilizada ao mesmo tempo pelas agências de governo e pela chamada sociedade civil, para definir formas de interação no campo da construção das ações governamentais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Canto do Tempo. Marcadores temporais na oralidade dos Congados mineiros

Daniel Luiz Arrebola (UFES)

Os cantos, ou pontos, entoados por capitães e congadeiros da cultura popular dos Congados são carregados de símbolos e marcadores temporais da história do período do Brasil escravocrata e de antes. Através destas melodias, os cantantes levam os devotos a um outro lugar do tempo, de memórias doloridas e, ao mesmo tempo, da construção de uma devoção aos Santos e Santas católicos. Nesta pesquisa, irei abordar os marcadores do tempo presentes nos cantos congadeiros e apontar o uso simbólico destes como uma forma de viagem temporal que traz aos expectadores o passado ancestral dos capitães negros, o presente da vida cotidiana local e o futuro através do agenciamento da fé do devoto que faz suas promessas. A pesquisa será desenvolvida ao longo de dois anos com trabalhos de campo no centro-oeste mineiro, local de grande efervescência da tradição do Congado, em diálogo com pesquisadores da antropologia do tempo e da cultura popular, em especial com pesquisadores que tratam a oralidade popular e a contra-antropologia. O trabalho tem como hipótese que estes cantos podem ser considerados mecanismos de viagem no tempo através da narrativa histórica somada a catarse da devoção as entidades divinas que estão presentificadas através dos ternos de Congado. A pesquisa tem como metodologia, além do uso da etnografia, o registro audiovisual e as entrevistas semi-estruturadas. O desafio principal será o acesso a respostas, sobretudo dos devotos, que possam ser pessoalmente restritas devido as sacralidades das promessas feitas aos santos, contudo, mediante meu tempo de inserção em campo nestas localidades creio que seja possível angariar respostas em quantidade significativa para a pesquisa. A relevância deste trabalho pode ser apontada pela necessidade do registro e debate sobre oralidades carregadas de tempos anteriores e que trazem importante marcadores culturais e sociais populares e, apesar de evidenciar em suas letras, ainda são apagados pelo racismo, a liberdade social do negro e a história de uma fé que foi construída de maneira impositiva. Além disso, esse trabalho pretende contribuir com novas discussões e abordagens sobre o tema da oralidade no campo da Antropologia do Tempo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tornar-se marujo: a Marujada de São Gonçalo de Rio Preto como contexto de aprendizagem da e na prática social.

Gregório Hernández Pimenta (IFNMG)

A apresentação que proponho para o GT Culturas populares: entre tradições, espetáculos e protagonismos contemporâneos é parte de minha pesquisa de doutorado em andamento, que tem como foco os processos de aprendizagem envolvidos na Festa da Marujada em São Gonçalo do Rio Preto MG, buscando compreender como as diferentes habilidades necessárias aos marujos, como cantar, tocar, dançar, recitar e encenar, são aprendidas pelos praticantes iniciantes e quais os sentidos que os mesmos elaboram para a sua prática. Partindo de minha atuação profissional como docente no curso técnico em teatro no Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), campus Diamantina, e interessado nas possíveis conexões entre teatro e festas populares tradicionais, tenho orientado a pesquisa buscando estabelecer um diálogo ampliado entre a formação em teatro, no contexto de uma escola técnica no interior de Minas Gerais, e as práticas culturais tradicionais da região, que podem modular essa formação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Bum, bum paticumbum, prugurundum: cultura, política e a construção da Passarela Professor Darcy Ribeiro

Gustavo de Queiroz Mesquita Farias (UERJ)

Neste trabalho, dando continuidade a minha pesquisa de mestrado, defendo que a construção da Passarela Professor Darcy Ribeiro, o célebre Sambódromo da Marquês de Sapucaí, no Rio de Janeiro dos anos 1980, é também resultado da articulação de dois processos sócio-históricos distintos, que paulatinamente interconectaram-se naquele momento: a articulação política de artistas, intelectuais, políticos pelo reconhecimento e valorização da cultura popular e do direito à cultura; e; a espetacularização e canibalização das culturas populares latino-americanas (Carvalho, 2010). Isso implica em tentar compreender como o projeto de erguer arquibancadas e camarotes fixas para os desfiles das escolas de samba fluminenses, durante os anos de 1983 e 1984, é resultado de escolhas políticas e poéticas (Larkin, 2020) que apostaram em determinadas reconfigurações, não só do carnaval das escolas de samba, mas também do espaço urbano do Rio de Janeiro e da democracia brasileira. A partir da análise de notícias do Jornal do Brasil e do O Globo, entre 1977 - ano da transferência dos desfiles da Avenida Presidente Vargas para a Rua Marquês de Sapucaí - a 1984 - ano da inauguração da Passarela do Samba, busco refletir quanto a ambivalência que marca a construção da Passarela, pois, ao mesmo tempo que ela é uma ação produtiva e técnica do Estado que pretendeu adequar em solucionar questões e problemas funcionais quanto à disposição dos desfiles das escolas de samba na cidade, proporcionando uma gestão mais eficiente e moderna dos desfiles, ela é construída em meio ao processo de redemocratização. O Sambódromo foi o primeiro projeto de um governo democraticamente eleito no Estado do Rio de Janeiro após 16 anos de eleições suspensas e cassações de direitos pela Ditadura Civil-Militar. Grande monumento do primeiro governo estadual de Leonel Brizola (1983-1987), a concretização da Sapucaí como um espaço de cultura e educação, que reunisse o povo para o desbunde geral dos cortejos negros dos subúrbios e favelas fluminenses também foi um horizonte de um Brasil mais democrático com militares nos quartéis. CARVALHO, José Jorge de. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. Revista Antropológicas, ano 14, vol.21 (1): 39-76. 2010

LARKIN, Brian. A poética e a política da infraestrutura. Ano 24, Volume 31(2), 2020.
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/view/249895/38096>

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_380_79492273_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Novas dinâmicas em torno da Folia de Reis: da resistência cultural à constituição do atrativo turístico

Helena Catão Henriques Ferreira (UFF)

A Folia de Reis se constitui como uma das manifestações culturais de mais longa duração no estado do Rio de Janeiro. Desde o período colonial tem se reproduzido, com mudanças diversas, o que traduz grande plasticidade e adaptabilidade. Hoje, o crescimento das religiões neopentecostais no Brasil tem impactado as expressões religiosas católicas e suas interseções de crenças e práticas, assim como as sociabilidades a elas associadas. Em muitos lugares essas manifestações encontram dificuldades de continuidade pela falta de integrantes e pelas rejeições comunitárias e familiares originadas em questões religiosas e políticas. Observa-se, porém, na Folia de Reis elementos de resistência cultural, pois apesar das adversidades, tem persistido ao longo do tempo, mesmo em cenário de conflitos. Revalorizada atualmente, passa a ocupar novos lugares no imaginário dos seus participantes e de um público assistente, que surge na medida em que tem se transformado em espetáculo. Contribuem para esse fenômeno a demanda por registros, organização de informações e divulgação sobre bens de cultura imaterial, postos em ação pelas atuais concepções de patrimônio cultural, e o interesse, de atores diversos, em instituir esses bens como atrativo turístico. Essa dinâmica revela a complexidade da interação entre tradição, religião e as diversas demandas contemporâneas, entre as quais, o turismo, que concorre para o desenvolvimento de novas sociabilidades e implicações. Dando continuidade às reflexões iniciadas em outras pesquisas relacionadas ao patrimônio cultural e suas ressignificações contemporâneas, este trabalho se propõe a pensar sobre os sentidos e significados da folia em seus novos contextos, a partir de pesquisa de campo em curso sobre a Folia de Reis no município fluminense de Paty do Alferes. Prática de muitas gerações e considerada uma das tradições do lugar, a folia tem tomado nova dimensão, inclusive a partir da intervenção de políticas municipais, ao organizarem projetos de apoio aos grupos locais e apresentações em praça pública, divulgando-a como atrativo cultural do município.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cavallhada do Brejo do Amparo: Uma jornada através da tradição, fé e memória

Janaína Rodrigues Lopes (Secretaria de Estado de Educação de Minas Geras)

Este estudo teve como objetivo central evidenciar a importância da festa de Cavallhada da comunidade do Brejo do Amparo localizada no município de Januária, Norte de Minas Gerais. A Cavallhada representa a luta entre Mouros e Cristãos que foi incorporada às manifestações culturais e no calendário festivo da comunidade há mais de 171 anos. Ocorre no mês de setembro, sendo considerada pelos brejinos como uma das festividades mais importantes da região. Ao acompanhar os festejos buscou-se compreender os sentidos sociais e simbólicos

implicados nos ritos dos festejos, tais como: a dimensão familiar envolvida nos processos e significados contidos nas encenações da luta e também a importância da valorização cultural como parte da dinâmica de interação social dos moradores da comunidade brejina. Este estudo utilizou a metodologia qualitativa, utilizando a técnica de observação participante para analisar a comunidade e observação dos espaços e lugares, do ir e vir, e da oralidade dos moradores complementaram a coleta de dados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_674_08635736_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Capoeira a um clique: adaptações e reminiscências no jogo da capoeira nas rodas digitais

João Caetano Brandão Andrade (UFBA)

Com a crise da COVID-19 e a implementação das medidas de segurança, desde 2020, no Brasil, se evidenciou a centralidade das tecnologias no dia a dia e as plataformas digitais passaram a intermediar todo tipo de relações sociais, produzindo efeitos e transformações dignas de atenção. Desde então, o que se revela de modo aparentemente irreversível é a conversão dessas tecnologias digitais em objetos vitais para a humanidade, na ampla acepção do conceito de vitalidade (Cruz; Siles, 2021; Cruz, 2022). Em 2022, passei a conduzir uma pesquisa etnográfica que tem como objetivo compreender de que modo a capoeira e suas estruturas, fundamentos, métodos, rituais, segredos, tradições e princípios, em suma, seus processos de afirmação cultural, passam a se transformar ao interagir num universo marcado pelas tecnologias e plataformas digitais. Em outras palavras, a partir de uma abordagem que toma como lócus alguns grupos de capoeira estabelecidos na cidade de Salvador-Ba até navegações online, por aplicativos e plataformas como Instagram, Youtube e WhatsApp, me interessa pensar, junto aos meus interlocutores, as seguintes questões: como acessar o axé e os saberes mobilizados, de forma física, num encontro online? Quais as vantagens práticas e as desvantagens subjetivas - ou, ao contrário, as vantagens subjetivas e as desvantagens práticas - destes novos formatos? De que modo gingam a tradição e a modernidade nessas rodas e redes? Tomo como objetos de análise algumas experiências vivenciadas por mim, e registradas em diário de campo, que nos permitem pensar, em perspectiva comparada, as principais transformações e permanências entre os treinos que ocorrem na modalidade presencial e na modalidade online. Devem se somar a esse esforço analítico os principais resultados e dados etnográficos produzidos ao longo da minha pesquisa de mestrado (2019-2021) e, desde julho de 2023, no campo (ainda em curso) do doutorado. São entrevistas, relatos, notas de campo e registros de experiência que, aqui, apresento como jogos de conversa - colocando os diferentes posicionamentos dos interlocutores-chave em perspectiva comparada com o intuito de acessar a complexidade e ambiguidade que marca a interpretação desses atravessamentos digitais pelos agentes diretamente envolvidos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_98777041_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Rala Coco, o bloco mais linguarudo da cidade”: a brincadeira do coco no carnaval de Fortaleza (CE).

Joel Oliveira de Araújo (UFG)

O presente trabalho traz reflexões acerca dos cocos por meio de uma etnografia do bloco Rala Coco, no qual reúne, na segunda-feira de carnaval, centenas de brincantes, simpatizantes, artistas, pesquisadores, admiradores e grupos de cocos da cidade de Fortaleza (CE). Manifestação essa presente nos centros urbanos, ao longo dos anos, vem se consolidando como uma das principais manifestações culturais da cidade. O bloco Rala Coco é idealizado pelo grupo Na Quebrada do Coco e no ano de 2024 teve sua 7ª edição. Pretende-se, nesse texto, problematizar questionamentos de várias ordens, refletindo os elementos político/sociais que atravessam a brincadeira, compreendendo o que chamamos de "Cocos Urbanos" na cidade de Fortaleza (CE).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_481_15461280_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memória é potência: Encruzilhadas de conexão como resistência nos giros das mães baianas do Império Serrano.

Juliana Pereira dos Santos (UNIRIO)

Este trabalho é o fragmento de um mergulho no mundo da ala das baianas da escola de samba Império Serrano, em Madureira, no Rio de Janeiro. Com o interesse na trajetória destas mulheres do grupo, o texto evidencia os diálogos no caminho da observação e a história individual das protagonistas deste enredo. Nessa conjuntura, por meio do trabalho de campo pude compreender a conexão e admiração destas baianas, por outras gerações do grupo. E estes sentimentos serem utilizados como táticas para o fortalecimento da autoestima, e da noção de pertencimento do coletivo. Tal como kabengele Munanga (1988) traduz sobre o sentido de continuidade, como fortalecimento de pertencer para memória negra de um grupo social. Por esta linha de pensamento, a memória da grande e primeiríssima matriarca da comunidade da Serrinha e do Grêmio Recreativo Escola de Samba Império Serrano, Tia Eulália, se faz presente na memória individual de infância da baiana Claraindia. Na sua narrativa a ênfase está no lugar marcante da sua lembrança, na importância da matriarca para história da comunidade da Serrinha, do Império e do próprio carnaval. A noção da memória referencial destas mulheres é centrada em outras mulheres, numa configuração em sua maioria, de mães e avós negras. A lembrança da Lúcia Iara de sua mãe como baiana, o ensinamento da Claraindia do doce da avó, e sua recordação da Tia que apresentou o universo do Império Serrano quando ainda era criança. E ainda, esta ideia de afeto nas relações entre mulheres negras, alcança a linha teórica da socióloga Collins (2019) que aborda a construção nessa dinâmica social de um coletivo de mulheres negras, construir um saber alternativo. Este, conectado ao princípio de cuidar e de falar com o coração, sendo a expressão individual e as emoções, características fundamentais para um desenvolvimento válido deste conhecimento. Esta ideia de respeito, admiração, e honra pelas baianas mais antigas, leva a pensar no lugar de autoridade e afeição que geralmente é transmitido no papel das grandes matriarcas de uma família. Tendo a prática de honrar as mulheres que vieram antes, através das memórias com sentimento de admiração. Assim, trazer para a superfície os relatos das mais antigas no cruzamento com a vivência do presente, foram

dimensões necessárias para refletir sobre a memória das baianas imperianas como potência. E a partir disso, tocar nos fatores que elaboram a transmissão dos valores da ala no dia de hoje, torna visível o contexto social desta memória periférica, sendo a resistência como prática, uma orientação guia nos giros cíclicos do tempo-carnaval das matriarcas do Império Serrano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_725_64937229_184465.PDF

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tradição e valorização: a importância cultural do boi de janeiro em Rubim (MG)

Lavínia Botelho e Brito (Sete Soluções e Tecnologia Ambiental)

O presente trabalho busca falar sobre a tradição do boi de janeiro que ocorre em Rubim, Minas Gerais, e como foi seu processo de surgimento e valorização na cidade com o passar do tempo. Existiram por muito tempo dois bois na cidade, o boi dos Coquis e o boi dos Pé Roxo, sendo que ambos surgiram a partir de promessas feitas por suas criadoras aos Santos Reis em busca de cura para enfermidades, seja de si mesma ou de alguém da família. Cada um pertence a núcleos familiares que compõem as Folias de Reis, saindo pela cidade do dia 01 ao dia 06 de janeiro. A folia dos Coquis tem mais de 100 anos de existência e continua a sair até os dias atuais, enquanto a dos Pé Roxo acabou há cerca de cinco anos atrás, tendo existido por mais de 50 anos. A partir da minha experiência de campo, em janeiro de 2023, acompanhando o Boi dos Coquis; conversas com os participantes das folias, bibliografia sobre o tema e contato prévio com a tradição desde mais nova, procuro entender as formas que o Boi de janeiro marca sua importância na cultura local. As folias se mantiveram por tanto tempo devido principalmente à força da promessa e a necessidade de mantê-la por parte dos familiares, mas já enfrentaram muitas dificuldades pelo caminho. A ONG Vokuim, criada em Rubim, teve e continua a ter um papel muito importante no auxílio à manutenção e valorização dessa festividade que é tão marcante para a cidade. Através de editais, contribuições e oficinas são reveladas formas de divulgar e exaltar o boi de janeiro, além de incentivar o contato de outras pessoas com ele.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_674_58811465_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A arte de cagar na Catalunha

Marcos Alexandre dos Santos Albuquerque (UERJ)

Provocado por Bataille e pelo surrealismo etnográfico de Clifford, procuro nesta apresentação pensar a identidade catalã pela sua escatologia, tradição na qual o grotesco intensifica o sagrado ao invés de negá-lo. Os personagens dessa escatologia são natalinos. Nos presépios, simbolizando fertilidade e sorte, aparecem os caganer que representam um camponês defecando. Substituindo o Papai Noel, quem dá os presentes é o Caga Tió, um tronco de madeira que os "caga" na véspera do natal. A atualização desse repertório e suas vertentes laicas na arte popular e erudita refletem a vivacidade das expressões culturais e identidade catalã, principalmente após o movimento pela independência em 2017. O caganer surgiu no final do século XVII, sua origem é cristã e está relacionado ao período natalino. Era um personagem



dos presépios, representava (assim como o cristo) a renovação, a continuidade da vida; suas fezes, ao fertilizarem a terra, proporcionavam fortuna para o próximo ano. Nos anos 1940 modernizou-se e ganhou versões laicas, mas foi somente nos anos 1980 que atingiu extrema popularidade. Naquela ocasião o bispo de Barcelona denuncia os caganers como símbolos pagãos e tentou bani-los. Em resposta, o fabricante de caganers, Marc Alós, lançou uma linha deles na forma de padres, freiras e bispos. Foi um sucesso, vieram depois caganers de políticos e celebridades. Em 2021 abriu suas primeiras lojas de caganers em Barcelona, era então um momento de fortalecimento da identidade catalã após os conflitos oriundos do referendo de autodeterminação realizado em 2017. Existem outros personagens dessa escatologia natalina. O Caga Tió é um tronco que "toma" o lugar de Papai Noel. Depois de ser alimentado", na véspera de Natal as crianças batem nele com bastões para fazê-lo "cagar" os presentes. Uma atualização é o pixaner, uma escultura de um homem urinando. Esculturas de demônios são escondidas nos presépios, em algumas delas eles estão defecando. Durante o natal são vendidos doces em forma de fezes. A escatologia não é apenas natalina, ela é uma expressão comum em toda a cultura catalã, popular ou erudita, que se revitalizou com o movimento independentista catalão. Assim, nesta apresentação defendo a necessidade de pensar os exotismos como estratégias sociais. No caso específico da escatologia da Catalunha, pensar o apelo turístico com a super exploração das tradições escatológicas é condição para entender parte da dinâmica do processo independentista que vivem os catalães atualmente. Deste modo pode-se aqui defender a ideia de que as identidades se disputam mesmo em torno da visibilidade de tabus sociais, dando publicidade àquilo que no cotidiano é inominável.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O aprendizado do forró-dança nas academias de dança a dois.

Ninno Amorim da Silva (UFPB), Valter Martins Viana (UFPB)

O presente trabalho discute os processos de transformação das formas de dançar forró, seja no Brasil ou no exterior. O aprendizado das formas contemporâneas de dançar forró acontecem nas academias de dança a dois. Dada a diversidade existente no universo do forró, nosso trabalho concentra o foco no estilo conhecido como "forró universitário", vertente que surgiu no sudeste do Brasil como uma "resposta" a um suposto "desaparecimento" ou "desvirtuamento" do forró praticado no nordeste. As pessoas que fomentam o "forró universitário" alegam serem as principais responsáveis por manter o forró tradicional em evidência. Os grupos musicais desta vertente dizem fazer o "autêntico forró pé de serra". O texto reflete também sobre as motivações centrais alegadas pelas pessoas que frequentam as academias: professores, proprietários e alunos. O trabalho de campo vem sendo realizado em algumas academias de dança a dois na cidade de João Pessoa– PB e está vinculado a uma pesquisa em andamento sobre as transformações ocorridas no forró desde os anos 1990.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_627_40696597_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Maracatu Raízes da Tradição: notas sobre Culturas negras, Territórios ancestrais e Educação patrimonial

Tamara Roque Caetano (UFAL)

O estado de Alagoas concentra um número expressivo de diferentes manifestações culturais negras que foram compreendidas como objetos por excelência da pesquisa folclórica nas décadas de 1930-1980. A elite intelectual alagoana tomou para si a missão de registrar, classificar e preservar a memória do Folclore e da Cultura Popular, no entanto, ainda que vasta, estas produções revelam lacunas, ausências e tentativas de silenciamentos de narrativas que em um contexto de tantos privilégios não foram elas contempladas. Conforme Carlos Eduardo A. Lima(2016), as manifestações negras, sobretudo os Maracatus, que tomavam as ruas da capital no período do Carnaval, sofreram duras represálias da sociedade alagoana em decorrência da Quebra de Xangô em 1912, o que ocasionou o desaparecimento da prática no estado. Como bem observa, Jefferson S. Santo(2014) se por um lado a historiografia oficial aborda os segmentos menos favorecidos evidenciando os mecanismo de criação dessa manifestação cultural negra, uma vez que esta foram feitas pelas tradicionais famílias senhoriais permitiu o prolongamento da condição de objeto de estudo da população negra, sob o exotismo característica do pensamento folclórico. Nos últimos anos houveram diferentes movimentações que possibilitaram a retomada de grupos de Maracatu, através da iniciativa de diferentes fazedores da cultura negra na cidade de Maceió. Diante disso, me proponho nas discussões iniciais da minha pesquisa de mestrado colocar o desafio de em meio às contradições, jogos de forças, continuidades e descontinuidades de construir uma análise mais coerente e capaz de causar rupturas com os discursos colonialista e preservacionista produzida pela elite local, e reproduzida no imaginário social ainda nos dias de hoje. Os Maracatus são aqui entendidos como cultura popular negra que age como sujeito político na diáspora, com presença de conflitos legitimadores e lutas simbólicas como observam Denys Cuche(2002) e Stuart Hall(2018), portanto, são manifestações culturais, artísticas e afro-religiosas responsáveis pela promoção e valorização da diversidade étnico-racial, e que assumem um papel fundamental no processo de construção de contra narrativas no estado de Alagoas, sobretudo diante dos debates em torno da aplicação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Dessa forma, busco nesta comunicação desenvolver uma reflexão sobre a atuação político-cultural-pedagógica do grupo Maracatu Raízes da Tradição, criado por Mãe Vera de Oyá, em meados dos anos 2000, cuja suas atividades eram desenvolvidas no Conjunto Otacílio Holanda, parte alta e periférica de Maceió/AL, para tanto, apoio-me na revisão bibliográfica, registros audiovisuais e entrevistas semiestruturadas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia do rolê: percorrendo a avenida Marechal. Um contraste entre a tradição e o moderno

Thays Carvalho Portela (UESPI), Laura Poliana Florencio Araújo (UESPI)

Este artigo propõe uma análise das tradições populares religiosas em Teresina, capital do Piauí, como parte do grupo de trabalho "Culturas populares: entre tradições, espetáculos e protagonismo contemporâneo". Originadas como símbolos de resistência e perpetuação da fé dos povos colonizados, essas tradições adaptam-se ao longo do tempo, persistindo nos dias atuais. No contexto contemporâneo, as práticas religiosas entrelaçam-se à arquitetura urbana,

influenciando e diversificando as paisagens urbanas, seja por meio de avenidas com prédios luxuosos ou esculturas e monumentos dedicados a santos e orixás. A análise concentra-se nos conceitos de hibridismo religioso e aculturação, especialmente considerando a santificação de figuras não canonizadas, como o Motorista Gregório, e na devoção à Iemanjá, cuja representação em uma das principais avenidas da cidade, a Marechal Castelo Branco, se destaca. A pesquisa explora a relação entre as tradições populares, incluindo a devoção, e a estética urbana, investigando elementos como esculturas, alegorias e outras manifestações presentes na paisagem da avenida. A metodologia adotada é a pesquisa qualitativa, utilizando entrevistas e coleta de dados para proporcionar uma compreensão aprofundada das práticas de hibridismo religioso, examinando a interação dinâmica entre as tradições populares e a estética urbana. Este trabalho contribui para o grupo de trabalho ao analisar as tradições populares religiosas em Teresina e destacar o papel da Avenida Marechal Castelo Branco como um espaço onde essas interações se manifestam de maneira significativa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Hallyu Wave em Manaus: estudo antropológico sobre aspectos e influências da cultura coreana entre os manauaras

Tiago Silva de Oliveira (UFAM), Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM)

Este é um estudo antropológico sobre consumos culturais da Hallyu Wave na cidade de Manaus, capital do estado do Amazonas. Hallyu Wave, ou Onda Coreana, é o processo de transmissão da cultura da Coreia do Sul para diferentes países do mundo. Em Manaus, há encontros de fãs de K-pop, que se reúnem em praças públicas, Centros de Convivência do Governo do estado e praças de alimentações de shoppings centers para dançar as músicas dos ídolos coreanos e manifestar o sentimento de fã. Há também os telespectadores dos K-dramas, que realizam encontros em museus, restaurantes e cafeterias para conversarem sobre os atores e novelas coreanas (K-dramas). Por outro lado, há os eventos de consumo de comidas e bebidas tradicionais em festas ou restaurantes coreanos existentes na cidade. Como apoio metodológico tem sido utilizado o registro etnográfico (Geertz, 1989) para interpretação dos eventos e realizar uma descrição densa”, bem como registro fotográfico para visualizar as diferentes vestimentas e categorias de pessoas (fãs, pessoal da organização dos eventos, covers, comerciantes de bens simbólicos). Tem-se utilizado também conversas informais com os fãs e demais categorias de pessoas. Os registros etnográficos têm contemplado uma etnografia multissituada (Gluckman, 2010) para identificar as características locais da Hallyu Wave em Manaus. Estamos reunindo informações sobre os admiradores da cultura coreana que estão presentes em diferentes redes sociais, coletando notícias, opiniões, vídeos, comentários e informações sobre os encontros. Neste caso, tem sido usado a netnografia (Kozinets, 2014) nas redes sociais, para observar as interações estabelecidas entre os fãs em meio online. Assim, esta pesquisa tem como objetivo descrever as diferentes motivações que levam os manauaras a se interessarem pela cultura sul-coreana que vem sendo veiculada na cidade Manaus, considerando os processos de recepção a nível local e global. Considera-se a globalização como um fenômeno econômico e cultural (Santos, 2001) e reconhecendo que as culturas globais não matam as culturas locais e sim ambas se incorporam à vida das pessoas (Ortiz, 2000). É interessante perceber que as redes sociais e

as plataformas de streaming audiovisuais e musicais são elementos que possibilitam o acesso as produções culturais, pode-se dizer que está se estabelecendo uma convergência de interesses entre produtores e consumidores, em que pese contradições inerentes ao desenvolvimento do capitalismo (Jenkins, 2015). A ideia de uma cultura local, para os admiradores da cultura coreana em Manaus, estaria relacionada às trocas simbólicas dos indivíduos e ao consumo, a nível global e local. Tal como sugere Bhabha (1998, p. 20), com a noção de "entre lugares", que denotaria uma arte e cultura híbridas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_556_50437914_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Reflexões sobre o 15º Festival de Cururu e Siriri de Mato Grosso"

Watila Fernando Bispo da Silva (Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso)

Este ensaio visa produzir um material reflexivo a partir da bibliografia utilizada na disciplina de Cultura Popular e Patrimônio do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFMT, realizada pela Prof^a. Dra. Patrícia Silva Osório e Prof^a. Dra. Flávia Carolina da Costa no segundo semestre de 2023. O foco deste texto será de relacionar as atividades dos grupos de Cururu e Siriri com a mobilização e organização política, tendo como ambiente os conflitos e negociações que ocorreram durante um evento que faz parte do calendário da cultura popular Mato Grossense, o Festival de Cururu e Siriri de Mato Grosso, que foi realizado nos dias 15, 16 e 17 de dezembro de 2023 e que neste ano está na sua 15ª edição no Ginásio Aecim Tocantins. A escolha do festival é devido a forma com que foi realizado o evento, onde desta vez foi idealizada e construída numa parceria entre a sociedade civil e o governo estadual, neste caso o Instituto Nandaia, entidade sem fins lucrativos que tem em sua diretoria representantes dos grupos de Cururu e Siriri de Cuiabá; o Instituto Brasil, entidade sem fins lucrativos realizadora de eventos artísticos e culturais em Mato Grosso; e a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso (SECEL-MT). Este é um dado importante pois nos últimos anos foi realizado pela prefeitura de Cuiabá e produtoras de eventos. Fato este ressaltado pelo Presidente do Instituto Nandaia - Aviner Augusto, durante suas falas na abertura dos 3 dias de evento. Além disso, o evento antes, durante e depois da sua realização também evoca múltiplos discursos sobre: Patrimônios, Tradições, Identidades cuiabana/mato grossense, narrativas históricas, cultura popular, entre outros; pois é durante a construção deste evento que muitas dessas questões se tornam assunto no cotidiano das pessoas que estão envolvidas com a prática da cultura popular, mas que tende a ficar nas entrelinhas do dia a dia, não obedecendo uma lógica factual de ordem e progresso histórico. Busco aqui identificar na rotina da prática cultural, ou seja, a partir de ações do cotidiano do grupo que faço parte, o grupo Coração Tradição Franciscano, com temáticas que fizeram parte dos debates em sala de aula, que se apresentam a cada reunião de planejamento, ensaio dos dançarinos, ensaio de músicos, apresentações em eventos, resenhas (gíria para festas informais), fofocas e reuniões deliberativas de organização do festival. Neste emaranhado de momentos que não são linearmente sobrepostos, mas que estão em constante dinâmica e construção.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_192_30236258_184465.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experimentações e circuitos dos sentidos de corpos-territórios, gênero e sexualidades a partir de um terreiro de candomblé na cidade de Dourados MS

Yuri Tomaz dos Santos (UFMG)

Pensar experimentações de gênero e sexualidades de sujeitas/es/os como manifesto performático, político e insurgente nos solos sagrados é pensar, ao meu juízo, nas corporalidades como ferramenta de usos e abusos da radical máxima de constantes e intermináveis produções de corpos, personas, humanos e mais-que-humanos. Agudizando esse debate como tentativa de sobrepor e contestar as categorias auto evidentes, esse paper tem como objetivo apresentar e escarrar pó de pomba nas e das dinâmicas do que se entende por territórios, em concomitância com abordagens da fazeção de macumba como prática pedagógica e política, que subjetiva e ordena o que estarei a reivindicar como corpos-territórios a partir de contratos sociais e cosmologia local. Fruto de uma dissertação de mestrado, esse trabalho centra-se em narrativas e observações participantes realizadas em um terreiro de candomblé ketu, localizado em uma periferia de Dourados. Ao evocar Dourados, cidade localizada ao sul de Mato Grosso do Sul, como lugar em que o debate de território(s) sempre está envolto pelo agronegócio e disputas territoriais, procuro me ater a outras matizes sobre territórios e disputas, compreendendo o terreiro, que é um território que reitera disputas, e os corpos que o ocupam, como territórios polissêmico, remontando a cosmo-ontologia e o modo de existir a partir de ancestrais, que circulam e produzem fluxos e circuitos que enxergo como duais, ou seja, humanos, mais-que-humanos e suas possibilidades extensivas. Proponho, em um primeiro instante, uma leitura cartográfica e rizomática do território do solo sagrado, que está além e aquém do reducionismo do espaço físico, ao passo que demonstrarei como a periferia tem seus acordos tácitos e o máximo respeito como o Ile Asè Alaketu Omó Okòró Ogum Oniré e suas/seus adeptas/es/os. Abordarei com mais afinco como a produção subjetiva é resultado da relação vincular com o cosmos, na relação de ressurgência para com os mortos e como os corpos humanos, ou seja, das pessoas vivas, se constituem enquanto territórios estes invioláveis, e como gênero e sexualidades no contexto estudado será tecnologia de mediação do sagrado. Os sentidos dados a esses corpos-territórios, veremos, são ulteriores à relação com os vivos. Articulado, pois, entre gênero, sexualidades, noção de território em bricolagem com o corpo, temos que o espaço estudado tende a recusar aspectos dramatizáveis tão conhecidos por candomblecistas, no que diz respeito à reiteração de violências calcadas no tradicionalismo, ao mesmo tempo que foi possível observar por parte de interlocutores, em conversas informais, a regurgitação dos pensamentos que se ocultam na seara pública das figuras de dissidências e como as negociações são limitadas a partir do parentesco.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_773_73960205_184465.pdf

GT 042: Desafios dos estudos ciganos no campo da Antropologia: questões de método e novas demandas políticas

Os encontros bienais realizados pela ABA contaram com a presença de pesquisadores vinculados à temática cigana reunidos em diversas atividades desde 2006, gerando a construção de espaço de trocas de conhecimento, articulado ao estudo e reconhecimento de pautas que atravessam demandas políticas das comunidades ciganas, marcadas por convergências e disputas conforme situações específicas. Propomos para a 34ª RBA a manutenção deste espaço, convidando pesquisador@s à apresentação de trabalhos que compartilhem estudos etnográficos e histórico documentais com foco em diferentes grupos Ciganos/ Romani no Brasil ou abordando sua dimensão transnacional. Buscamos a apresentação de trabalhos que permitam compreender as situações sociais vividas por esses grupos, com enfoque nas pautas recentes apresentadas que reforcem suas reivindicações, mobilizações e lutas pelo reconhecimento de direitos, incrementando o debate, criação, manutenção, crítica e expansão de novas políticas públicas. As questões de gênero e geracionais, os processos de produção e manutenção de estigmas e as relações complexas entre ciganos e não ciganos (gadje), em diferentes contextos, continuam na ordem do dia e merecem reflexões antropológicas. Este GT pretende se constituir em espaço de troca entre pesquisadores de diferentes regiões e formações, permitindo um campo de diálogos, gerando possibilidades comparativas e aprofundando discussões teórico metodológicas em torno das pesquisas realizadas e em andamento.d

Coordenação

Mercia Rejane Rangel Batista (UFCG), Felipe Berocan Veiga (UFF)

Debatedor(a)

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB), Mario Igor Shimura (UNICESUMAR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lei Municipal nº 1.650/2019 Dia Municipal da Etnia Cigana de Penedo - AL: Contexto e Reflexões

Eduza Maria Soares de Oliveira (Seduc/AL)

Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social PPGAS, da Universidade Federal de Alagoas em julho de 2023. Cujo os sujeitos da pesquisa foram os ciganos de etnia Calon residentes na parte alta da cidade de Penedo localizada no extremo sul das Alagoas, na região do Baixo São Francisco. Nosso objetivo é desenvolver reflexões sobre o contexto em que se deu a elaboração da Lei Municipal nº 1.650/2019 que instituiu o Dia Municipal da Etnia Cigana de Penedo-AL, analisando tensões e desafios imbricados na referida elaboração. Além de, problematizar as implicações da referida legislação no cotidiano da comunidade. A metodologia que atravessou toda a pesquisa foi a prática etnográfica, e entre as técnicas utilizadas, destaco a análise documental, que possibilitou versar sobre a lei supracitada e os meandros a qual foi instituída. No que se refere aos resultados, a legislação enquanto um aparato legal, se constitui como um instrumento de luta para a visibilização e protagonismo dos Calon. Ainda que, haja um equívoco quanto a denominação da referida lei, esta se apresenta como um marco na construção de um novo regime de memória na cidade de Penedo-AL, no sentido de ser um documento legal que poderá impulsionar a

elaboração e/ou ampliação e ajustes de políticas públicas para a população cigana local.
Palavras-chave: Calon. Lei municipal. Penedo-AL.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_713_44341528_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando os ciganos procuram o antropólogo: notas etnográficas sobre interações nos bastidores do ativismo político

Felipe Berocan Veiga (UFF)

Nesta comunicação, busco refletir sobre as relações de proximidade construídas, ao longo de muitos anos, com pioneiros do ativismo cigano no Brasil, analisando uma série de demandas a mim dirigidas como antropólogo e considerando o modo como tais interações se desenrolam nos bastidores do ativismo político e das mobilizações ao poder público, produzindo intensa interlocução e múltiplos efeitos. A partir de distintas experiências deflagradas por novas políticas de reconhecimento dos ciganos no Brasil, iniciadas com a primeira celebração oficial do Dia Nacional do Cigano em 24 de maio de 2007, até a tramitação em curso no Congresso Nacional do projeto que cria o Estatuto dos Ciganos (PL n. 1387/2022), levando em ambos os casos a concepções e valores bastantes divergentes entre os próprios ativistas, pretende-se aqui discutir o caráter estratégico das diversas demandas dirigidas ao antropólogo e as reiteradas expectativas de seus interlocutores integrantes do movimento nacional cigano. Assim, pretende-se considerar o quadro de relações de amizade e proximidade construídas e seus desdobramentos entre gerações, diante dos renovados interesses de pesquisa e também do papel acadêmico e profissional desempenhado pelo antropólogo na cena pública.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ciganos e podcasts: a antropologia como instrumento de democratização do saber.

Fernando Henrique Pires Mamédio (UFPB), Yanca Caroline Farias de Souza (UFPB), José Aclécio Dantas (SEDEC PMJP)

Este artigo resulta das primeiras ações do projeto de extensão Ciganos e Podcasts: a antropologia como instrumento de democratização do saber”, que em parceria com o GEC - Grupo de Estudos Culturais da Universidade Federal da Paraíba, realiza oficinas voltadas aos jovens da comunidade cigana na cidade de Sousa-PB. O projeto tem o objetivo, a partir da parceria entre a universidade e a comunidade étnica, relacionar os estudos ciganos aos saberes locais, bem como a prática da mídia auditiva digital - podcast - com as demandas internas da comunidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com leituras e discussões de temas relevantes para a construção das identidades étnicas ciganas. O projeto promove oficinas e estudos sobre tecnologias digitais e produção e veiculação de podcasts, sendo dividido em quatro fases: o levantamento bibliográfico sobre o tema e seus conceitos básicos, a escuta e os debates com os jovens da comunidade, a articulação e o estabelecimento de parcerias com as instituições locais, e o planejamento e produção dos primeiros podcasts. Os dados parciais apontam o interesse e o engajamento crescente dos jovens ciganos na produção e veiculação de mídias que promovem o conhecimento e a inserção positiva de sua cultura na sociedade,

contribuindo para a fluidez e a mobilidade das fronteiras identitárias interétnicas entre ciganos e não ciganos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_262_27337177_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Discutindo os processos de (in) visibilização cigana nas páginas jornalísticas.

Izabelle Aline Donato Braz (TRT- 13)

Após séculos de presença cigana em nossa sociedade, os ciganos continuam sendo invisibilizados, marginalizados, vistos ora como contadores de mentiras, e ora como gente perigosa. Mesmo em interação constante com o outro, a visão estereotipada acerca do que é ser cigano, ainda reforça o imaginário que o constrói. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é pensar a identidade cigana no cenário de Campina Grande, tendo como eixo articulador as matérias dos Jornais da Paraíba e Diário da Borborema ao longo das décadas de 1980 e 1990, em torno dos eventos intitulados Saga Cigana / Guerra Cigana. O material jornalístico, acabou por reforçar um imaginário que historicamente atribui aos ciganos uma condição de marginalidade”, por conseguinte, percebemos que no senso comum a criminalidade é um elemento que corrobora o ser cigano”. Diante disso, foi percebido que entre as décadas 1960/1970 os ciganos foram invisibilizados nas páginas jornalísticas, com raríssimas aparições. Por outro lado, na década de 80 são fortemente evidenciados nas páginas policiais dos jornais, como protagonistas de crimes entre membros de uma mesma família, a qual os jornais nominaram como: Saga cigana”, ou Chacina cigana”. Em contraposição a esse fato, a sua presença mostra-se desconhecida para a população local, o que permite muitos moradores imaginar que não existiam/existe pessoas desta etnia residindo na cidade. Diante disso, a fonte jornalística e se tornou primordial no processo de visibilização e representação dos ciganos nas décadas de 70 e 80 na cidade Campina Grande/PB e região. Palavras-chave: invisibilizados, identidade cigana; marginalidade; fonte jornalística; imaginário social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O ativismo político de mulheres Romani no Brasil: uma análise das ações, mobilizações e performances.

Jamilly Rodrigues da Cunha (TRT-13)

Cigano/a”, Rom/Romi”, Romani”, Calon/Calin ou Sinti”, entre outras designações, são as formas de autorreconhecimento e como são identificados este grupo étnico que vive em solo brasileiro desde o século XVI. Historicamente colocados à margem, vítimas de perseguição, preconceito e discriminação, atualmente, tais agentes têm desafiado o Estado no processo de negociação e construção de programas e projetos a partir de demandas específicas e que estão relacionadas às suas vivências, formas de resistência e processos interacionais. Destarte, o presente artigo visa discutir o cenário de mobilização identitária a partir da atuação de algumas mulheres Ciganas ou, respeitando suas formas de autorreconhecimento, mulheres Romani”. Para tal, além de mapear a bibliografia que existe acerca de mulheres desta etnia, pretende-se discutir a participação das agentes em um campo tradicionalmente ocupado por homens, o

universo da política. Afinal, as mulheres romani, dificilmente ocuparam espaços discursivos que permitissem formas de resistências públicas, contudo, a pesquisa revelou um novo momento caracterizado pela ampla atuação das ativistas, rompendo barreiras por meio de uma participação ativa no processo de construção de políticas, buscando, inclusive, desconstruir o imaginário que, para além de carregar muitas violências, pouco diz sobre quem são e o que querem ser. Importa dizer que os dados que embasam tais reflexões foram extraídos por meio do método de observação participante, recurso metodológico essencial por permitir ao pesquisador um acesso mais denso às práticas e dinâmicas vivenciadas. Palavras-chave: Ativismo político; Mulheres Romani; Identidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_106_04170388_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre almas ciganas e histórias incapturáveis: Dinâmicas de Representação, Identidade e Reconhecimento entre os Povos Ciganos no Rio Grande do Sul

Jéssica Nunes da Silva (UFRGS)

Os povos ciganos estão presentes no Brasil desde o período da colonização. No âmbito de uma história oficial, entretanto, tal presença não encontrou contrapartida imediata: até a primeira década do século XXI a história dos ciganos no Brasil carecia de registros precisos, constituindo-se, de um lado, pela escassez de dados historiográficos, e de outro, pela alusão a um imaginário romantizado, sendo envolta a figura dos ciganos em "mistérios e temores" (Karpowicz, 2018; Goldfarb et al., 2019; Nascimento et al., 2023). Os impactos deste duplo movimento são inúmeros, e têm sido objeto de atenção das Ciências Sociais brasileiras nas últimas duas décadas. No presente trabalho, objetiva-se refletir sobre as dinâmicas de representação dos Povos Ciganos, internamente, frente e para além do Estado, enfatizando analiticamente tanto seu reconhecimento como Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), quanto as diferentes situações sociais (Gluckman, 1995) nas quais se exprimem tais dinâmicas de reconhecimento. Com base em uma abordagem etnográfica exploratória, amparada pelo referencial antropológico advindo dos Estudos Ciganos/Romani, busca-se compreender como desvelam-se as relações entre cultura e tradição, performance e reconhecimento étnico entre ciganos do e no Rio Grande do Sul. Ao final, emergem questões relativas à pertencimento e identidade, expressão cultural e representação política, expressas também na relação entre romas (ciganos) e gadjes (não-ciganos) ao sul, esta que é permeada por alianças, conflitos e idealizações: elementos cujo abarcamento necessário justifica-se, dentre outras razões, diante da lacuna de produções dedicadas ao tema em se tratando desta região do país. Palavras-chave: Ciganos; Identidade; Cultura; Representação; Rio Grande do Sul.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_719_79395358_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Histórias Cruzadas: As trajetórias de mulheres ciganas calons no Recôncavo baiano

Joilson Fiuza dos Santos (UFRB)

As reflexões apresentadas neste trabalho, compõem parte da discussão da pesquisa de mestrado ainda em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A respectiva investigação tem como objetivo recuperar e compreender as trajetórias de vida de mulheres ciganas calons em Governador Mangabeira, no Recôncavo baiano. Logo, essa pesquisa não tem a intenção de fazer considerações eternas e definitivas, nem tão pouco de construir uma narrativa universal que se aplica a todas as mulheres ciganas, mas propõe aqui uma reflexão provisória, a partir dos fragmentos dessas trajetórias construídas e reconstruídas pelas próprias interlocutoras. Recupero e aciono o pensamento da teórica Gayatri Spivak, na obra "Pode o subalterno falar?" (2010), para demarcar meu lugar enquanto pesquisador, que não tem a intenção de falar por essas mulheres, mas de escrever em companhia delas. Recorro a uma abordagem metodológica qualitativa, conformada por um conjunto de procedimentos e métodos que ajudou na construção da evidência empírica, a partir do que propõe Cardoso (1986); Jovchelovitch e Bauer (2003). Utilizei o método da participação observante para compreender essas experiências tanto no acampamento quanto fora dele. Dito isso, também empreguei as entrevistas narrativas como uma importante técnica de geração de dados com essas mulheres. Logo, a narrativa não é aqui entendida como uma listagem de acontecimentos cronológicos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido. Os resultados provisórios da pesquisa refutam a ideia da existência de uma mulher cigana arquetípica e essencializada. As narrativas dessas mulheres reconstróem e posicionam suas experiências a partir contextos outros: a vida em comunidade no acampamento, as cerimônias de casamento e festividades; superando assim, narrativas outras que as colocaram historicamente no lugar de vítimas e/ou vilãs.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A narrativa sobre cigano na obra: Os ciganos aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas de Maria Lourdes B. Sant'ana

Jorge Nascimento Trindade (UFPB), Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB)

A partir da obra pioneira sobre a temática do cigano no Brasil de Sant'ana, in: Os ciganos aspectos da organização social de um grupo cigano em Campinas (1983), discute a importância da obra para a produção científica acerca do tema no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_811_28177977_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Representações do trabalho: fluidez e conflito nas fronteiras entre Calons e Gadhes.

José Aclécio Dantas (SEDEC PMJP), Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB)

Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa antropológica de nível doutoral em andamento na Universidade Federal da Paraíba, sobre como os grupos ciganos resgatam sentimentos identitários, e reafirmam posições culturais e sentimentos de pertença ao exercerem suas atividades econômicas e formas de trabalho mais tradicionais, em contraposição aos ritos e exigências do mercado de trabalho formal e institucionalizado. A partir da ausência de estudos que retratam tanto a inserção de ciganos no mercado de trabalho, quanto os sentidos atribuídos

à categoria semântica do trabalho nas relações de poder estabelecidas nas fronteiras interétnicas entre ciganos, especialmente os da etnia Calon e os não ciganos - gadhes, buscamos identificar, através dos discursos proferidos por ciganos, ou a respeito deles, como se compreende o trabalho formal e como as categorias nativas são acionadas, gerando uma distinção entre trabalho/negócio. Constituiu-se numa pesquisa bibliográfica no qual o recorte metodológico é de caráter descritivo e exploratório e o levantamento dos dados empíricos foram feitos em várias dissertações e teses, com ênfase nas pesquisas etnográficas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_084_15272579_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Gênero como Performance: Uma Análise sobre as Mulheres Ciganas Calon

Júlia Cristine Santos (UNIFAL-MG)

O presente trabalho tem como objetivo traçar uma comparação entre a definição de gênero como performance estabelecida por Judith Butler (2018) e a relação das mulheres ciganas Calon brasileiras com seu próprio gênero e etnia descritas pela antropóloga Florencia Ferrari (2010). Segundo a pesquisadora, os ciganos Calon só se enxergam como indivíduos pertencentes da etnia Calon à medida que performam calonidade”, mas esta performance não é igual para todos, homens e mulheres encenam seus gêneros de formas muito distintas. Essa caracterização é incentivada desde a infância, em que meninas calin são parabenizadas por se comportar de determinadas formas (normalmente associadas a serviços domésticos). Este incentivo, portanto, expressa o que Butler (2018) define como performance de gênero”, em que as mulheres não são mulheres por um fator natural, mas sim cultural, em que expressam o que é esperado e ensinado para seu gênero. Atualmente, existem mulheres ciganas Calon que buscam quebrar essas expectativas de gênero que lhe foram postas, subvertendo suas performances. Assim, a partir deste trabalho, serão analisadas tanto as expressões de gênero que determinadas mulheres Calon exercem, como também uma suposta ruptura destas com suas performances.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_626_87782013_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De Festeiros do Rei a Saltimbancos das Praças: a música cigana no Rio de Janeiro

Leonardo Rugero Peres (UNIRIO)

Neste artigo, será apresentado o processo de profissionalização da música cigana praticada na cidade do Rio de Janeiro. Esta narrativa é construída inicialmente sobre o Brasil Império, através de relatos sobre os festeiros do rei e o bródio”. Em seguida, apresento a consolidação das festas ciganas, tendo como marco histórico, a atividade de Mio Vacite à frente do Centro de Estudos Ciganos”. Este trabalho se desenvolve através de pesquisa participante do autor, músico atuante neste contexto profissional, apresentando uma reflexão crítica sobre esta atividade. Palavras-Chave: Música; Cigano; Calon; INTRODUÇÃO Apesar do apagamento histórico, a música cigana no Rio de Janeiro remonta ao Brasil colonial, com a deportação de ciganos ibéricos da etnia calin. Entre os séculos XVI e XVIII, numerosas Ordenações do Reino”, condenam ciganos ao degredo, através de leis expressamente promulgadas para puni-

los (Filho, 1886, p.22). Em decreto de 11 de abril de 1718, ordenava-se ao governador que ponha cobro e cuidado na proibição do uso de sua língua e gíria, não permitindo que se ensine a seus filhos, afim de obter-se a sua extinção (1886, p.24) . De acordo com narrativas da história oral, em torno das ordenações do reino” , algumas famílias extraditadas desembarcaram no Rio de Janeiro e alojaram-se em barracas no Campo dos Ciganos, enorme e inculta praça que se estende da Rua do Cano até a barreira do Senado (1886, p.25). Em 1760, Dom José, rei de Portugal, determinou que a Rua dos Ciganos seria o único local em que poderiam residir. Entretanto, os núcleos dessa mesma comunidade já se encontravam no Valongo e na Cidade Nova (Araújo; Guerreiro, 1999, p.234).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_981_69905414_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma etnografia dos conflitos socioambientais na Comunidade Cigana Calon de Sousa/PB: notas de pesquisa de um antropólogo

Luan Gomes dos Santos de Oliveira (UFCG)

Este texto etnográfico objetivo apresentar um estudo antropológico das reivindicações por reconhecimento e redistribuição na Comunidade Cigana de etnia Calon no município de Sousa, localizada no Alto Sertão Paraibano desde os anos de 2019 a 2023. A chave de leitura antropológica e sociológica que este projeto assume parte da relação entre justiça ambiental, saúde e ecologia política (ACSERALD, PORTO, 2013). Parte-se da matriz epistemológica e política de estudos antropológicos com ciganos e ciganas (BATISTA, 2017, 2018; GOLDFARB, 2004, 2010, 2018; CUNHA, 2018; SIQUEIRA, 2012) e numa perspectiva sociológica de reivindicações por reconhecimento e redistribuição (FRASER, 2007). A pesquisa possui o método de abordagem qualitativo, documental, fundamentada em roteiros de entrevista e na Antropologia do Arquivo, bem como mediada pela etnografia enquanto um diálogo que tem por intuito dar visibilidade às vozes subalternas e silenciadas deste povo que, infelizmente, ainda sofrem com as mazelas presentes na sociedade capitalista, sofrem com a ausência de políticas públicas; convivem com a escassez de recursos, do acesso à segurança, saúde, saneamento básico, etc.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_353_35641734_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Análise da Política de Saúde para os Povos Ciganos a partir da experiência da Estratégia de Saúde da Família em Sousa/PB

Luana Antonino de Medeiros (UFPB)

Este trabalho foi fruto de uma pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2020, como parte do processo para obtenção do título de mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba. Através de uma análise qualitativa, delineou-se como objetivo geral investigar as condições de vida e saúde dos povos ciganos da cidade de Sousa. Os objetivos específicos foram delimitados em: I- identificar os principais fatores que afetam a saúde desses povos e; II- Investigar como os estigmas afetam o acesso à

saúde pelos ciganos. Para isso, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica e documental com o objetivo de fundamentar a pesquisa. Em seguida, foram realizadas entrevistas com ciganos e profissionais da Estratégia de Saúde da Família, que atuam na área territorial onde estão localizados os Ranchos ciganos. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com doze ciganos e quatro profissionais da saúde. A pesquisa concluiu que os ciganos vivem em condições precárias, sem acesso regular a água potável, desempregados, alguns vivendo em casas de taipa sem revestimento, sem banheiro e que, por possuírem uma história de exclusão das políticas públicas de saúde, não têm uma cultura de promoção e prevenção em saúde. Além disso, os ranchos ciganos convivem com uma equipe de saúde sem preparo para lidar com as particularidades em saúde desses povos, que em seus discursos reproduzem, frequentemente, estigmas sobre os ciganos

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Poder do Lúdico: Elevando a Infância Cigana Através do Brincar e Moldando Políticas de Reconhecimento

Maria Cristina Marques (Pesquisadora Independente)

O estudo apresentado, que faz parte de uma tese, analisa a importância do Brincar na cultura das crianças Calon do acampamento Mathias de Quissamã, município do Estado do Rio de Janeiro. Os escritos enfatizam que o Brincar está além da ludicidade, se coloca num pilar essencial para preservação de identidade cultural cigana. Tradicionalmente, muitos grupos ciganos, assim como Sinti, Romã e Calon são conhecidos por seu estilo de vida. No caso dos Calon em Quissamã, embora possam ter um caráter mais sedentário atualmente, poucos ainda se locomovem de modo a sobreviverem através do comércio, tais como venda de pássaros, de carros, além de outros tipos de negócios. A comunidade cigana Calon de Quissamã ainda mantém uma identidade cultural, inclusive marcada pela língua própria, o Chibi e tentam preservar algumas expressões culturais, como se vestirem de acordo com suas expressões culturais. O respeito aos mais velhos, assim como em algumas comunidades, e a manutenção de laços familiares são valores centrais. A infância cigana, particularmente no contexto das crianças Calon, é profundamente enraizada em uma cultura rica e diversificada que influencia fortemente sua formação e experiências diárias. Elas aprendem continuamente por meio da observação e participação em atividades diárias da comunidade, incluindo práticas comerciais, manutenção de sua cultura, muitas vezes observadas nas brincadeiras. A metodologia adotada na pesquisa predominou na fotoetnografia combinada com o trabalho de campo etnográfico para explorar o universo do Brincar. Ela permitiu uma imersão visual e interpretativa, capturando detalhes e nuances da interação das crianças com seu ambiente e entre si, por meio de fotografias e vídeos que documentaram suas brincadeiras. Além do recorte visual, a pesquisa envolveu a observação participante e interações diretas com a comunidade, incluindo entrevistas com crianças, pais e outros membros da comunidade Calon. A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem qualitativa, interpretando as atividades lúdicas observadas em relação à literatura existente sobre o Brincar e a cultura cigana. Como participantes principais, as crianças do acampamento, cujas interações e expressões lúdicas forneceram insights valiosos sobre como o Brincar. A ética na pesquisa foi fundamental e pais e pesquisados mirins

assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido" (TCLE). É crucial a proteção dessas minorias étnicas, garantindo que não sejam submetidos a nenhum risco posterior. A pesquisa revelou que o Brincar é central na vida das crianças Calon de Quissamã, atuando como um veículo para a socialização, aprendizado e manutenção de tradições culturais. Palavras-chave: O Brincar Calon, Educação Infantil Cigana, Etnografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_438_71293910_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Calonidade líquida”: dinâmicas interculturais e a autopreservação étnica dos Calon brasileiros

Mario Igor Shimura (UNICESUMAR)

A linguagem metafórica utilizada por Zygmund Bauman (1999), tomando a propriedade “líquida” como categoria analítica das relações sociais, econômicas e de produção a partir do fim da Segunda Guerra Mundial – momento até o qual prevaleceu, segundo diz, uma “modernidade sólida”, nos serve como perspectiva para analisarmos as relações dos Calon itinerantes com a sociedade ampla no contexto brasileiro. O conceito desenvolvido por Bauman apresenta a ideia de que a “liquidez” das relações não se dá “para acabar de um vez por todas com os sólidos”, mas para “limpar a área para novos e aperfeiçoados sólidos”. A binaridade “sólido-líquido”. aplicada na análise aqui proposta, não se detém ao elemento temporal – ainda que esteja implicado, mas abrange o processo transcultural, nos moldes do que nos apresenta Fernando Ortiz (1944), teórico da transculturación. A imagem dinâmica da “liquidez” que “derrete sólidos” para gerar “novos e aperfeiçoados sólidos” nos remete a um ciclo contínuo de transformações dos modos de vida tradicionais (“sólidos”), que são constantemente reformatados, reorganizados e “enriquecidos” pelos Calon diante da influência das aceleradas transformações (“líquido”) da chamada “modernidade” (GIDDENS, 1990; HALL, 2011). Dito isso, a dinâmica de coexistência entre o “tradicional-sólido” (nas comunidades étnicas) e o “moderno-líquido” (das grandes cidades e ambientes não ciganos) impõe à comunidade tradicional a necessidade de maleabilidade relacional em termos interculturais, e que invariavelmente se reflete no seu ethos, constituindo novas perspectivas étnico-identitárias. Os efeitos dessa dinâmica se traduz na ideia de uma “calonidade estrategicamente líquida” que constantemente “derrete sólidos” (tradições estáveis) e os recria com elementos externos embutidos e contextualizados (“calonizados”) aos seus modos de vida, aperfeiçoando suas relações e estabilidade com/perante a sociedade não cigana. É um processo que implica em somas e subtrações de elementos socioculturais, externos e internos respectivamente, que resultam em novos modelos, códigos e sinais diacríticos. O presente trabalho problematiza o “ser Calon”, ou a “calonidade”, presente no mosaico pluriétnico brasileiro, demonstrando sua adaptabilidade e habilidade intercambial diante/para com a sociedade ampla. Em termos práticos, esses fenômenos podem ser observados e analisados a partir do campo etnográfico, na presença dos Calon nas redes sociais, no seu uso de aplicativos e de outras tecnologias digitais, no consumo de produtos de estética, mídia e vestimenta, na utilização de bancos online etc., modelos e ambientes estes que lhes impõem modelos relacionais, comunicacionais e culturais que resultam no que chamo aqui de “calonidade líquida”.

Palavras chave: colonidade, liquido, hibridação

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_622_08671441_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estatuto do Cigano? Percepção do direito em diferentes cenários

Mercia Rejane Rangel Batista (UFMG), José Gabriel Silveira Corrêa (UFMG)

O presente trabalho busca apresentar e discutir os efeitos gerados pela tramitação do Projeto de Lei n. 1387/2022 no Congresso Nacional (número anterior: PLS 248/2015) que se propõe instituir o Estatuto do Cigano no Brasil. A iniciativa legislativa teve autoria do senador Paulo Paim (PT/RS) e busca regulamentar, através de um marco legal, a garantia de direitos integrais para a população cigana em diversas áreas, como cultura, esporte, lazer, educação, saúde, acesso à terra e trabalho. Constituindo-se em uma resposta ao processo histórico de exclusão e preconceitos direcionados aos mesmos. A tramitação do Estatuto vem gerando reflexões por parte de pesquisadores (ANDRÉA, 2020; SILVA & FIGUEIRA, 2022), como também manifestações de representantes ciganos, tantos em termos individuais, como também na forma de associações. Porém, ao nos debruçamos sobre o cenário, temos identificado uma ausência de tematização por parte tanto dos meios de comunicação não especializados, como também da população não-cigana. Buscamos então refletir sobre os desafios que estão configurados, no sentido proposto por Pacheco de Oliveira (1999) no Atlas das Terras Indígenas no Nordeste, quando nos apresenta a situação na qual ao se indagar se existem índios no nordeste, há sempre uma dificuldade em fazer convergir o sentido atribuído pelos especialistas e a percepção compartilhada pelos não especialistas e os desafios colocados nestes processos complexos de assegurar a garantia de direitos coletivos no âmbito dos Estado-Nação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Práticas educacionais dos ciganos Calons do bairro São Gabriel em Belo Horizonte

Silvia Gomes Pêgo (PUC MINAS)

A pesquisa, de inspiração etnográfica, se propôs a examinar as práticas educacionais da comunidade Calon que se encontra no bairro São Gabriel em Belo Horizonte. O estudo tem por objetivo identificar as práticas educacionais, manifestas nos hábitos e costumes da comunidade cigana supracitada, e compreender como são instituídas e suas relações, ou não, com as práticas educacionais da escola formal. Para tal, fez-se necessário contextualizar historicamente a etnia cigana em termos gerais, examinar, dentro do possível, as informações sobre sua origem, a complexa diversidade cultural e a intrínseca conexão entre identidade e educação observada entre eles, provenientes de artigos, dissertações e teses acadêmicas, uma vez que essas são escassas e em alguns casos imprecisas. A história dos ciganos, segundo os materiais aferidos, é marcada na luta pela sobrevivência e preservação de seus costumes, embora muitos tenham sido alterados por diversas influências culturais não-ciganas ou adaptados a elas, como mostram os dados acerca da comunidade Calon, objeto deste estudo. Os ciganos, onde quer que passem e onde quer que acampem são hostilizados, discriminados e estereotipados. O preconceito veio com eles da Europa para o Brasil e infelizmente os acompanha atualmente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_821_44823615_072684.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Em memória: um estudo da imagem da cidade nas recordações ciganas Calons de Sousa/PB

Vitória Raíssa Ferreira Mangueira (UFPB)

Na reflexão sobre os materiais necessários para se entender a história de um lugar, surge o debate sobre a confiabilidade das fontes, geralmente limitadas aos textos escritos. Somente no século XX as definições de documento começaram a se ampliar, tratando alguns elementos circundantes da realidade do ser humano, a exemplo da paisagem e da forma, como partes que também dizem muito sobre a história (LE GOFF, 1994). Nesse ínterim, a cidade e seus fenômenos ganharam expressão, e seus mais variados objetos vão se constituindo como documentos válidos para registrar uma narrativa. Sendo assim, este trabalho irá abordar a imagem da cidade de Sousa/Paraíba, frente a produção do espaço do Rancho dos Ciganos”, comunidade tradicional localizada no município, através dos conceitos de memória individual e coletiva como documento. O local abriga quase duas mil pessoas da etnia Calon, cujo processo de sedentarização começou nos anos de 1980. A escolha dessa comunidade não foi arbitrária, mas motivada devido a temática da memória para estes ciganos estar intimamente ligada com a identidade coletiva e a coesão grupal (GOLDFARB, 2013). Diante disto e sabendo que a cidade está presente em cada memória (SILVA, 2016), à luz da Arquitetura e Urbanismo e da Antropologia, este trabalho se propõe a fazer uma análise dos discursos dos ciganos de Sousa/PB, presentes em diversos estudos e bibliografias, e encontrar neles vestígios de uma cidade outrora. A função primeira é entender a estrutura do espaço edificado - e até a falta dos elementos construídos - no discurso dos ciganos, talvez enxergando nessa ausência a expressão de uma negligência. Nos fragmentos da imagem da casa, da rua, e de tudo o que a memória conseguir conter, recontar uma história. Isto porque a narrativa dos ciganos pode oferecer indícios de como o espaço da comunidade foi produzido e adaptado, ainda no início da ocupação, em um momento do qual não se possui outros tantos registros além da oralidade. A metodologia adotada foi subsidiada pela revisão sistemática de documentos e bibliografias sobre cidades, memória e os Calon de Sousa/PB, constituindo-se como uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa. Isto posto, essas falas podem apresentar os desejos, as dificuldades e os diversos símbolos que se formaram na organização de um espaço, e tentar responder, ou provocar, inquietações sobre qual cidade que os ciganos desejavam quando chegaram em Sousa/PB e qual lhes foi proposta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_110_28112254_072684.pdf

GT 043: Desenvolvimento e conflitos socioambientais: práticas de apropriação territorial e alternativas transformadoras

O tema do desenvolvimento vem sendo discutido há décadas pela antropologia, seja no campo de sua ideologia/utopia (Ribeiro, 2000), seja em relação aos seus efeitos no espaço social (Sigaud, 1992; Escobar, 2007), ou mesmo na própria gestão do conflito operada mediante a construção de novas institucionalidades, que se constituem como verdadeiras ‘máquinas anti-políticas’ (Ferguson, 2014). Recorrentemente evocadas enquanto “projetos da modernidade”, como a proposta da transição energética pela descarbonização, por exemplo, as novas práticas desenvolvimentistas e suas implicações socioambientais demonstram a atualidade da discussão. Assim, continua instigante verificar como diferentes interesses e lógicas se chocam/cruzam com a territorialidade de populações locais, uma vez que essas, ao sustentar a presença nas arenas públicas, põem em questão os sentidos do desenvolvimento. Quando vistos como “problema” e “obstáculo” a impedir a “modernidade”, camponeses, indígenas, quilombolas e moradores de bairros populares e periferias urbanas têm reagido e proposto alternativas às ofensivas do “desenvolvimento” que os atinge. Neste sentido, a proposta do GT é analisar a racionalidade política e as formas de controle contidas nas práticas de apropriação territorial e os conflitos relacionados às atividades minerárias, agropecuárias, de geração de energia, remoções urbanas, dentre outros projetos de infraestrutura.d

Coordenação

Marcos Cristiano Zucareli (UFRJ), Russell Parry Scott (UFPE)

Debatedor(a)

Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG), Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES), Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O desastre sociotécnico da Vale S.A. na Bacia do Rio Paraopeba, apropriação de terras e retomadas de territórios indígenas em Brumadinho, MG

Alexandre Gonçalves (UFMG)

Este estudo procura compreender aspectos relacionadas à apropriação de terras pela mineradora Vale S.A. no contexto do desastre sociotécnico (ZHOURI et al 2018) na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba, ocasionado pela extração minerária desta empresa nas minas do Córrego do Feijão e Jangada, Brumadinho, Minas Gerais. No mesmo espaço tempo que a Vale desenvolve uma política de controle sobre a gestão da crise, implementada após o rompimento da barragem de rejeitos da mina do Córrego do Feijão, ela amplia de forma violenta sua política de apropriação de terras e neste contexto dá-se o conflito com etnias indígenas. Entre outubro de 2021 e fevereiro de 2022 ocorrem duas retomadas de territórios indígenas das etnias, Kamakã Mongoió e Xucurú Kariri, que podem ser compreendidas como processos de etnogênese e territorialização, que envolve dentre outros aspectos, a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora e a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais (OLIVEIRA, 1998). Os dados preliminares desta pesquisa apontam para um aumento de mais de 280% do número de propriedades rurais adquiridas pela Vale, cadastradas no INCRA/SIGEF. Ao adquirir as propriedades rurais, a Vale implanta uma nova forma controle, com segurança empresarial,

vigília, placas e códigos, além da destruição seletiva de estruturas e patrimônios. No estudo procuro compreender os mecanismos de aquisição de terras e destaco dois deles: 1) processos de indenização e 2) a compra de propriedades por fora do processo indenizatório, na esfera do mercado. As retomadas das etnias Kamakã Mongoió e Xucurú Kariri, ambas são em terras apropriadas pela Vale no pós rompimento, através das compras de terras. No conflito com as etnias, a Vale revela um conjunto de ações violentas de coação, intimidação, segurança empresarial, espionagem e vigilância, além de acionar a esfera jurídico formal para a reintegração de posse das duas áreas. Após a morte do Cacique Merong, em março de 2024, na retomada Kamakã Mongoió a Vale chega ao ponto acionar a justiça formal para impedir o seu sepultamento. OLIVEIRA, J P. "Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais". Mana. Estudos de Antropologia Social. 1998. ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R.; ZUCARELLI, M.; VASCONCELOS, M. O desastre no rio doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI (Org.). Mineração: violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento do Brasil. 1. Ed. Marabá, PA: Editorial iGuana; ABA, 2018.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_843_06765429_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pesca e petróleo na Bacia de Santos. Efeitos e conflitos socioambientais na região marítima do Pré-Sal

Ana Terra Catanzaro da Rocha Leão (UFF)

O objetivo principal da pesquisa é compreender a forma como se dão as práticas estatais e empresariais da exploração do Pré-sal na Bacia de Santos, voltadas para a promoção do desenvolvimento”, em relação à gestão dos territórios previstos para a instalação dos grandes projetos responsáveis por este desenvolvimento, assim como a gestão das populações que habitam esses territórios. Os seus objetivos específicos desta pesquisa englobam compreender os efeitos sociais da exploração do Pré-Sal na Bacia de Santos para comunidades de pescadores artesanais (que na maioria das vezes se auto identificam como caiçaras), analisar os conflitos socioambientais entre os atingidos e as empresas responsáveis pela exploração do Pré-Sal nesta região, identificar quem são os agentes governamentais e as instituições presentes nesses casos e identificar as formas de mobilização social dos grupos de pescadores atingidos. Para isso, essa pesquisa focou no processo de licenciamento ambiental do Projeto Etapa 4, empreendido pela Petrobras, na região do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no litoral sul-fluminense. O projeto, que tem como objetivo ampliar a exploração do Pré-Sal brasileiro na região da Bacia de Santos, se trata de um grande projeto de desenvolvimento empreendido pela maior empresa estatal do país, a Petrobras, e o seu licenciamento está sendo realizado pelo IBAMA, contando com audiências públicas em diferentes cidades como forma de consulta à população.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desenvolvimento(s) e financeirização das UHES da Bacia do rio Uruguai RENK, Arlene e WINCKLER, Silvana

Arlene Anélia Renk (UN), Silvana Terezinha Winckler (UNOCHAPECÓ)

O objetivo do texto é analisar a racionalidade política e as formas de controle dos empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Uruguai, no trecho nacional, inicialmente implantados sob a égide governamental. Configurou-se num campo de disputas, com tensões entre aqueles que se opunham aos empreendimentos, atingidos e lideranças comunitária, e o segmento favorável, expresso nos representantes das prefeituras, em busca de benefícios, tais como a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos. Nesse contexto, geraram um quadro de disputa no qual os primeiros foram levados ao silenciamento, quando não à criminalização. O mote do desenvolvimento, sob as mais diversas rubricas (emprego temporário, filantropia empresaria, green washing) encontrou adesão entre a elite local. O processo de construção das obras nesse trecho do rio de 1973 a 2022, foi permeado de conflitos e trouxe diversos danos que não poderiam ser qualificados como desenvolvimentista, seja, pelo deslocamento populacional, fracionamento de comunidades remanescentes, danos aos meio ambiente, esfacelamento de colônia de pescadores, dentre outros. E, por último, não menos importante, as obras foram construídas com vultosos recursos do BNDES. O controle acionário mudou significativamente de mãos, como indica o mapeamento prévio, e atualmente encontra forte parcela nas mãos de empresas eletrointensivas e empresas transnacionais. Outro fato observado é a financeirização dos empreendimentos, recorrem ao IPO [inicial public offering] da abertura do Capital na Bolsa de Valores, seja na B3 ou noutra no exterior, completa o ciclo da financeirização natureza. Palavras-chave: campo de disputa; financeirização da natureza; IPO.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As sobras de tudo que foram lar: reflexões sobre casas e reparações em um grande projeto hidrelétrico

Bruno Neris Basto (UFRJ)

Esta pesquisa analisa os efeitos sociais das reparações operadas por grandes projetos, concentrando-se em famílias deslocadas e reassentadas há quase uma década para dar lugar a uma hidrelétrica no sul do Brasil. É resultado das reflexões que venho fazendo para a tese de doutoramento em Antropologia Social desde 2017, bem como da minha atuação como cientista social e antropólogo em pesquisas aplicadas junto a grandes projetos no setor elétrico e de mineração entre 2019 e 2023, e se utiliza de observações etnográficas realizadas nesse percurso. Com o passar dos anos, após a instalação de um grande projeto, o fervor de desenvolvimento nos municípios diminui e a atenção pública sobre os territórios atingidos esmaece. A mídia, os intelectuais e políticos falam menos sobre o tema, e a supervisão do cumprimento do licenciamento ambiental por parte dos órgãos públicos responsáveis se torna menos incisiva. As atividades econômicas e as mudanças na paisagem vão sendo incorporadas na rotina das pessoas, e os discursos e as práticas das empresas responsáveis pelo grande projeto se afastam cada vez mais das populações atingidas. As reparações acordadas com o órgão ambiental na forma dos programas ambientais são reduzidas, ou passam a preferir oferecer propostas em dinheiro, ou são diluídas e ressignificadas nos investimentos em responsabilidade social”. Os reassentamentos vão se tornando parte da malha dos municípios e regiões. Recebem cada vez

menos os programas ambientais, enquanto as suas famílias reclamam, de maneira ambígua e oscilante, por direitos e por pedir ajuda à firma, e ao governo. As memórias e aspirações destas famílias revelam a (re)invenção de vidas marcadas por comparações e relações ambíguas entre nostalgia, ressentimento, e resignação diante de perdas materiais e imateriais irreparáveis a falta, a saudade do tempo antigo em meio aos confortos e problemas das casas atuais; as dificuldades socioecológicas e relacionais para produzir, se empregar, diante as frustrações com as reuniões e com as formas de reparação propostas, em meio aos esforços, realizações e expectativas por uma vida melhor. Assim, ser reassentado e ser alvo das reparações por grandes projetos é, pois, uma categorização ambígua, que significa, com o passar dos anos, a alternância entre a satisfação e o se acostumar com: i) os modos de habitar as casas e os territórios então organizados nas linhas, frente os reassentamentos, e os termos legais e ações empresariais para tal; ii) as mudanças nas relações com parentes e vizinhos, atualmente, por vezes também reassentados por outros grandes projetos; iii) o cansaço e a luta pelo reconhecimento e valoração de danos; e iv) as apostas de maior ou menor confiança sobre as reuniões, as visitas nas casas, e o futuro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fantasmas e feitiços do desenvolvimento: licenciamento ambiental como ritual de iniciação e sacrifício

Cleyton Henrique Gerhardt (UFRJ)

Desde os anos 1990, empreendimentos de grande e médio porte no Brasil pressupõem a instituição de um estado de passagem. É preciso "passar" pelo licenciamento ambiental para serem concedidas as três licenças mágicas (prévia, instalação e operação) que irão garantir sua transformação em fato consumado. Note-se que, quando digo licença mágica, não se trata de um recurso retórico. Isto porque o respeito a elas implica na crença partilhada a uma entidade abstrata chamada "lei" (e sua burocracia, obviamente) cujos dispositivos podem funcionar para encantar uma coletividade ao tornar sem efeito as contradições presentes no próprio processo de licenciamento. Afinal, obter tais licenças é ter em mãos um eficaz salvo conduto para fazer coisas que, no cotidiano da vida ordinária, não seria permitido. Por exemplo, destruir a vida e/ou expulsar pessoas da terra onde vivem. Seguindo a literatura antropológica sobre rituais, tomo aqui o licenciamento como evento especial relativamente formalizado que se destaca da rotina cotidiana. Sendo um momento de intensificação do que é usual e tendo um sentido esperado (embora não pré-definido), o licenciamento passa a ser vivido como um drama social com papéis, protagonistas e cenas que se sucedem. É nesse sentido que sua exigência surge como um modo de organização e funcionamento da sociedade que se realiza por meio do ordenamento de ações referidas a fins sociais específicos. Como pretendo mostrar, entre estes fins está à imputação de duas condições: sacrifício e iniciação. No primeiro caso, o processo só se realiza após a consumação de uma complexa cadeia de eventos cujo desenrolar já traz seus personagens: o sacrificante, proponente do empreendimento (empresa ou consórcio de empresas); o sacrificador, encarregado de executar os ritos jurídico-administrativos (Ibama, Funai, Incra); o sacerdote, a quem se deve recorrer (juízes, procuradores e demais atores do poder judiciário); os próprios sacrificados; e os objetos do sacrifício (rios, florestas, terras,

vidas) que, junto com as pessoas, são "oferecidos" em nome de algo maior: no caso, mais "desenvolvimento" e as promessas (de emprego, renda, melhoria de vida, crescimento econômico, sustentabilidade etc.) que dele viriam a se realizar. Já no segundo caso, a passagem pelo licenciamento produz e incute, nos sacrificados, uma condição de liminaridade não só entre antes e depois da obra, mas entre a vida fora do empreendimento e dentro dele. Prisão perversa que faz com que, apesar das pessoas não desejarem ser "atingidas" no sentido corporificado do termo, as leva a buscar ser reconhecidas como "atingidas" juridicamente. Ou seja, o licenciamento, sendo um ritual de sacrifício, é também de iniciação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_891_98363229_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da soja ao condomínio de alto padrão: as retomadas periurbanas em Dourados como ação política de enfrentamento a expansão imobiliária

Elis Fernanda Corrado (Núcleo Institucional de Promoção e Defesa dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial e Étnica (NUPIIR) da Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul (DPEMS))

O movimento de retomada, como ficou conhecido, se refere ao ato de famílias Guarani e Kaiowá de recuperar e reivindicar a demarcação e o direito de viver em seus territórios tradicionais, os tekoha. Esse movimento começou a dar seus primeiros passos ainda nos anos 1970 e se fortaleceu no final dos anos 80. Para meus interlocutores as retomadas representam a defesa e a proteção das terras que foram saqueadas e privatizadas no passado e passaram a sofrer com as monoculturas do agronegócio. Mais recentemente, tendo como lócus de análise o município de Dourados (MS), o crescimento da cidade e a especulação imobiliária também vem pressionando os indígenas através da expansão de condomínios fechados e de loteamentos urbanos, que se sobrepõem aos territórios reivindicados por eles. Em relação a expansão imobiliária, entre 2014 e 2018, surgiram cerca de 15 loteamentos na cidade e, desde 2013, foram contabilizados 14 condomínios fechados de alto padrão. Esses últimos empreendimentos estão localizados, na sua maioria, na região noroeste da cidade, próximos da Reserva Indígena de Dourados (RID) e das áreas de retomada localizada no entorno da RID. O crescimento urbano e a especulação imobiliária são centrais para pensar a relação da cidade de Dourados, as retomadas indígenas, as disputas territoriais e a relação dos Guarani e Kaiowá com o município. Esse trabalho propõe analisar a metamorfose do capital latifundiário na cidade de Dourados, ao mostrar como os grandes fazendeiros e proprietários de terra passaram a negociar suas propriedades e/ou se associaram a grandes empreendimentos imobiliários na região. Busca-se refletir como nesses processos, além do interesse pela terra, há também, a disputa pela imposição de um modo de vida, de uma cidade plantation (Belisario, 2023; Machado, 2022; Pompeia, 2022). Assim, ao analisar a presença e os estilos dos condomínios de alto padrão na região, discuto como a forma condomínio é a manifestação de um projeto não só econômico, mas, sócio-político, que se impõe sobre os lugares e sobre outrem, tornando a terra Kaiowá e Guarani em mercadoria e, assim, passível de ser medida, negociada, retalhada e murada. Por outro lado, há resistência indígenas, praticada no cotidiano das áreas de retomadas Kaiowá e Guarani que afrontam o agronegócio e o avanço da cidade sobre seus territórios, tal como, as

áreas de retomadas localizadas no entorno da RID. Essas retomadas periurbanas, do mesmo modo que são motivadas pelo desejo de viver entre parentes e recompor práticas e conhecimentos tradicionais, são exemplos claros das estratégias dos indígenas para tentarem refrear o avanço da cidade para o lado da reserva”, de se fazerem vistos e ouvidos, pois eles tem o direito de discutir a cidade que querem e os seus limites.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conflitos socioambientais nos licenciamentos das Usinas Hidrelétricas Teles Pires e São Manoel: ações de governança das barragens e de resistência dos Povos Apiaká, Kayabi e Munduruku

Fernanda Oliveira Silva (UFAM)

Os Rios Teles Pires e Juruena são sub-bacias hidrográficas da bacia do Rio Tapajós, locus de diversos projetos (neo) desenvolvimentistas e (neo) extrativistas que compõe um cenário de intensa exploração de energia hidro-agro-mineral nas regiões que abarcam a grande bacia hidrográfica Amazônica. O Teles Pires recebeu quatro barragens em seu médio e baixo curso, construídas de maneira encadeada, sendo elas as Usinas Hidrelétricas (UHE) Sinop, Colíder, Teles Pires e São Manoel. As duas últimas estão situadas em região de fronteira dos estados do Pará e Mato Grosso. O primeiro planejamento do complexo de UHEs na sub-bacia hidrográfica do rio Teles Pires teve início com os estudos de inventário de aproveitamento hidrelétrico da bacia Amazônica na década de 1980. Eles foram realizados de maneira fragmentada em três sub-bacias Tapajós-Jamanxim, Teles Pires e Juruena, desconsiderando a totalidade da bacia do Tapajós e os ditos impactos cumulativos e sinérgicos que poderiam ser causados. Na época, foram inventariados seis barramentos no rio Teles Pires para serem verificados em etapa posterior, o que não se concretizou, sendo o projeto retomado a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2010. Num cenário favorável de políticas (neo) desenvolvimentistas foram executados os projetos no Teles Pires entre os anos de 2011 a 2019. Antes e durante todo o processo de construção das barragens houve diversos conflitos ambientais relacionados à governança dos empreendimentos que afetaram significativamente a vida dos povos indígenas Apiaká, Kayabi e Munduruku bem como de pescadores e assentados da reforma agrária. Foram diversas manifestações contrárias a vinda desses projetos, com ações de resistência que denunciaram as irregularidades e violações aos seus direitos, o que ocasionou centenas de ações jurídicas contra as usinas. Mesmo assim, as obras foram concretizadas e estão em operação, embora as responsabilizações ainda estejam sendo cobradas pelos denominados atingidos”. Este paper propõe apresentar alguns resultados do meu trabalho de doutorado contemplando uma síntese da complexidade do processo de licenciamento ambiental das UHEs Teles Pires e São Manoel, com foco nas ações de governança desses empreendimentos, nas situações conflituosas com os povos Apiaká, Kayabi e Munduruku da região do Teles Pires e nas ações de resistência desses povos na defesa de seus direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desigualdades na Transição Energética: Uma análise crítica através da Justiça Ambiental

Flávia Giordana Diniz Miranda (UFMG), Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES), Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES), Isabela Martins Itabaiana (cnpq)

A transição energética emerge como um imperativo global frente às mudanças climáticas, focando na substituição de fontes de energia fósseis por alternativas renováveis e sustentáveis. Contudo, este processo encerra complexidades significativas, especialmente quando considerado através da perspectiva da justiça ambiental. Este artigo se debruça sobre as desigualdades inerentes à transição energética em curso no Brasil, ressaltando como o neoextrativismo e as atuais políticas climáticas podem reforçar ou intensificar injustiças sociais e ambientais, em especial nas nações do Sul Global. Apesar da importância da transição para energias renováveis na mitigação dos impactos das mudanças climáticas, é crucial considerar as intrincadas dinâmicas socioeconômicas e os efeitos ambientais locais para prevenir resultados que violem os princípios da justiça ambiental. Este trabalho conclui que uma transição energética equitativa e inclusiva demanda uma revisão crítica das práticas neoextrativistas e a formulação de políticas que respeitem e valorizem as necessidades, direitos e conhecimentos das comunidades afetadas. Defende-se uma estratégia integrada que harmonize os objetivos climáticos com os imperativos de justiça social, garantindo que a transição energética favoreça a emergência de um futuro mais justo e sustentável. Palavras-chave: Transição energética; Justiça ambiental; Neoextrativismo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_553_52872467_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Grandes Empreendimentos e Governança Climática: Reparação e direitos climáticos na perspectiva do Ministério Público Federal

Gabriela Santiago (UFF)

A presente pesquisa está inserida no projeto Territórios, Corpos e Meio Ambiente: reflexões e aportes para o desenvolvimento humano e social no Brasil”, contemplado pelo edital Pró-Humanidades do CNPq em 2023, sob a coordenação da antropóloga Andrea Zhouri (UFMG). No âmbito desse projeto e sob orientação da professora Deborah Bronz (UFF), e em diálogo com o conjunto de pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudos Amazônicos e Ambientais GEAM, ela insere-se ainda no eixo Legislações territoriais e ambientais e suas mudanças em relação aos direitos constitucionais vigentes. O debate sobre a emergência climática já produz efeitos concretos nas políticas dos países em escala global. No Brasil, em 2023 o Ministério do Meio Ambiente passou a ser Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e recebeu logo no dia 30/01/2023 duzentos e três milhões de euros (aproximadamente um bilhão de reais) da Cooperação Econômica e Desenvolvimento da Alemanha para promover ações ambientais no país e construir uma agenda de compromissos no combate à mudança do clima. Essas mudanças estão relacionadas às formas de atuação do Estado brasileiro, a gestão dos ecossistemas do país, por meio do conjunto de leis e formulações que garantem os direitos à água, a um meio ambiente equilibrado, à segurança, à liberdade de expressão e manifestação, a uma vida digna, a formas próprias de viver e se relacionar com os espaços e as territorialidades específicas de um conjunto diverso de povos e comunidades que habitam o país. Nesse sentido,

o principal objeto de estudo desta pesquisa são as organizações e as formas de governança associadas ao debate territorial, ambiental e climático do país. Para tanto, me dedico a acompanhar a iniciativa Abrampa pelo Clima (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público e do Meio Ambiente), um projeto que procura mobilizar e instrumentalizar o Ministério Público para o enfrentamento das crises climáticas que ocorrem. Em setembro de 2023 irão ocorrer as audiências públicas do Ministério Público Federal na cidade do Rio de Janeiro, as quais irei acompanhar e etnografar. Essas se dedicam à discussão de como implementar a taxaço de carbono emitida por grandes empreendimentos no Brasil, já que o país se comprometeu durante a COP-26 em realizar esse trabalho: Os compromissos incluíam estabelecer novas metas de redução de emissões, duplicar o financiamento para adaptação, diminuir as emissões de metano, interromper a perda florestal, eliminar gradativamente o uso de carvão e acabar com o financiamento internacional para combustíveis fósseis, para citar apenas alguns.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_565_72969904_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Lama Invisível em Barão de Cocais: o processo de reparação e seus desdobramentos

Graziely Gonçalves Lima (UFMG)

As comunidades rurais de Socorro, Piteiras, Tabuleiro e Vila do Gongo, em Barão de Cocais (MG), foram abrupta e violentamente submetidas a um processo de deslocamento compulsório (Santos, 2007) desde fevereiro de 2019. O deslocamento teve início após a elevação do nível de emergência da Barragem Sul Superior (MPMG, 2019), que contém rejeitos de mineração e está, desde então, em iminência de rompimento. Suas populações, que em geral se configuravam espacialmente em núcleos de vizinhança a partir de relações de parentesco (Woortmann, 1990), foram realocadas na área urbana do município. Assim, foram submetidas a uma lógica distinta sobre o morar, o território e o cotidiano. Ainda em 2019, foram iniciados os processos de compensação e reparação dos danos causados pela Vale S.A, responsável pela barragem. Através de trabalhos de campo e análise documental realizados desde o ano de 2021, tenho observado elementos de coercitividade associados ao processo de reparação, nomeado pela Vale como Programa de Indenização Individual Extrajudicial. Os elementos se relacionam ao tempo, formato e condições do programa. A previsão da empresa é que a descaracterização da barragem seja concluída em 2029. Porém, a mesma imputou aos atingidos um prazo até fevereiro de 2022 para aderir ao processo de reparação que ela mesma tem conduzido extrajudicialmente, alegando a prescritibilidade do caso; o que apenas foi revertido em agosto passado, em acordo de conciliação firmado judicialmente. Como o nome do programa assinala, ele ocorre fora do âmbito judicial, sem controle dos órgãos de justiça, e é conduzido pela própria empresa causadora dos danos. Há uma rica literatura das ciências sociais que trata das chamadas tecnologias resolutivas de disputas (Acsehrad, Bezerra, 2010; Nader, 1994; Viégas, Pinto, Nova Garzon, 2014; Zucarelli, 2021) que apontam para a assimetria de poder, harmonia coerciva, moldagem das percepções e controle dos corpos. Os atingidos têm relatado controle e restrição de público nas reuniões, ausência de esclarecimentos quanto aos critérios adotados na valoração das indenizações, impossibilidade de apresentação de contraproposta e um

considerável medo da Vale diminuir o valor ofertado, que, segundo relatório do MPMG (2022), foi um dos motivos que levou 62,6% a aceitarem a proposta. Assim, há um cenário que indica fortemente que os atingidos foram coercitivamente levados às mesas de negociação. A proposta de trabalho presente objetiva apresentar o caso e investigá-lo preliminarmente à luz da literatura sobre tecnologias resolutivas, analisando as formas de controle por parte da Vale e a hipótese de dupla dependência em relação à ela (quanto a descaracterização da barragem e retorno às comunidades versus chamada para negociação e pagamento das indenizações).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A mineração por trás da Serra: conflitos e violências no contexto de exploração minerária na Serra do Curral

Helena Duarte do Páteo Machado Fernandes (UFMG)

A Serra do Curral, parte da maciça Serra do Espinhaço que atravessa o estado de Minas Gerais, é, para além de um cartão postal da cidade de Belo Horizonte, um objeto de grande especulação e atividade minerária. Por trás de seu contorno montanhoso ao horizonte, encontram-se extensas cavas de mineração a céu aberto, que se escondem dos olhares da cidade. A extração de minério de ferro é, atualmente, praticada pelas mineradoras Gute Sicht e Empabra, e outra parte da Serra se encontra em processo de licenciamento ambiental pela empresa Tamisa Mineração. O caso da mineração na Serra do Curral ganha visibilidade quando se apresenta a ameaça à paisagem que abraça a cidade de Belo Horizonte, porém, por trás, e para além da necessidade de sua preservação por seu marco geográfico e paisagem cultural, encontram-se situações de conflito ambiental e de violência sobre as populações periféricas dos bairros mais próximos da atividade minerária. Parte da extensão da Serra, faz fronteira com o bairro Taquaril, em Belo Horizonte, que sofre grande influência da mineração. O Taquaril é dividido em setores, sendo que, os de número 13 e 14 se localizam há menos de 1 km do portão da mineradora Gute Sicht. As afetações e danos, como aumento de doenças respiratórias, poluição sonora, contaminação das águas, privação do território, entre outras, se apresentam cotidianamente na vida da comunidade, que situada em um contexto marginalizado, assim como observado em outras comunidades do Sul Global, em contexto de grandes empreendimentos, são excluídos do desenvolvimento”, mas assumem seu ônus resultante (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010). Essa configuração não se dá de maneira aleatória, mas sim faz parte de um processo histórico violento de destinação de territórios a determinadas atividades baseadas nas populações que os ocupam, fenômeno chamado de racismo ambiental (PACHECO; FAUSTINO, 2013). Nesse contexto, o presente artigo analisa as formas de desapropriação dos territórios, através de um processo de violência lenta (NIXON, 2011), por parte das mineradoras que atuam e atuaram sobre a Serra do Curral (Tamisa, Gute Sicht, Fleurs Mineração, Empabra). Que por meio de negociações, com posições de poder assimétricas (ZHOURI et al. 2016) _ à exemplo da Audiência Pública sobre o Tombamento Estadual da Serra do Curral (TJMG, 2023) _ e utilizando de alegabilidades e sob tolerância a ilegalidades (GUDYNAS, p. 31), como por meio da utilização de Termos de Ajustamento de Conduta e a continuidade de atividades extrativas irregulares, são amparadas para a continuação/efetivação das atividades minerárias. Dessa

forma, o objetivo é compreender tais dispositivos de controle e desapropriação do território, e expor a complexidade do conflito multilateral que se apresenta na cidade de Belo Horizonte.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando o Estado é o Violador: o disciplinamento da consulta no caso do projeto viário Rodoanel BH-MG.

Hortência Dias Silva Neta (tribunal de justiça de goiás), Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG)

Os Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado (PCCLPI) são importantes instrumentos técnico e político de autodeterminação e proteção territorial, elaborados por povos indígenas, quilombolas e demais comunidades tradicionais. O direito a consulta, previsto na Convenção 169/OIT (1989) e ratificada pelo Brasil no ano de 2002, têm se tornado, em cenário recente, objeto de disputa por grandes projetos de desenvolvimento, que buscam através de seu capital econômico e político, a regulamentação e o disciplinamento da consulta. Este trabalho tem como objetivo geral refletir sobre o contexto e as estratégias administrativas, relativas ao direito a consulta livre, prévia e informada, no âmbito dos poderes legislativo, executivo e judiciário no estado de MG. Tendo como foco a análise do documento metodológico referente às tratativas direcionadas aos povos e comunidades tradicionais, no âmbito do projeto viário Rodoanel BH, proposta pela empresa de consultoria Tractebel Engineering Ltda e aprovada pelo Governo do Estado de Minas Gerais. Cabe ressaltar que, o projeto Rodoanel abrange 11 municípios da região metropolitana de BH e avança diretamente sobre o território de 89 comunidades tradicionais, identificadas pelo empreendedor. Para a análise deste processo realizamos a revisão bibliográfica e análise documental, que nos permitiu observar a ausência da escuta e participação das comunidades tradicionais, como exigido pela Convenção 169 e o direcionamento da metodologia para construção dos PCCLPI, pela consultoria da concessionária, com determinado de 6 meses. Observa-se o encadeamento de atos que levam à gestão da crítica, do disciplinamento da consulta e da participação”, revelando a junção dos poderes governamentais e privados em um ambiente institucionalizado, que levam a um fim: a viabilização do licenciamento ambiental e a mascaração das violações de direitos. Palavras-chave: protocolos de consulta; comunidades tradicionais; Convenção 169/OIT; Rodoanel BH

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Visões de desenvolvimento e conflito na expansão da fronteira agrícola na região da BR-163 no estado do Pará.

Karina Andréa Tarca (UFF)

Nos últimos vinte anos, especialmente, a região sudoeste do estado do Pará atravessada pela BR-163, a Cuiabá-Santarém, tem se apresentado com uma das regiões mais afetadas pelos processos de colonização com a conseqüente pressão pela expansão agrícola mas também da pecuária, dos garimpos, entre outras atividades econômicas - tanto no estado do Pará quanto na Amazônia como um todo. Vários autores, neste sentido, têm buscado chamar atenção para as características e as problemáticas envolvidas no bojo desses processos em curso. Além de



questões territoriais e ambientais explícitas que se colocam na intersecção entre a existência desses processos de colonização, Territórios Indígenas e Unidades de Conservação (mas também assentamentos, entre outros), configurando conflitos ambientais e políticos atuais, temos a presença das chamadas visões ou discursos de desenvolvimento (RIBEIRO, 2000; ESCOBAR, 2007) como uma categoria amplamente disputada, acionada e ressignificada por agentes e grupos chaves nesses processos de colonização. Nesse sentido, visto compartilhar, neste trabalho, alguns dados relacionados ao meu trabalho de campo etnográfico (como parte da minha pesquisa de doutorado) em andamento nas cidades localizadas às margens da rodovia da BR-163 na região sudoeste do Pará. Por meio de entrevistas, observação participante no cotidiano local, conversas com as pessoas, interações, observações de acontecimentos, reportagens e discursos políticos, como também da análise de processos em curso (como o asfaltamento da rodovia), busco apresentar como a categoria desenvolvimento é acionada dentro deste contexto pelos grupos e agentes, especialmente políticos, locais. Assim, visto refletir: de que modo a ideia de desenvolvimento orienta não só as práticas de determinados grupos, como também são construídas e ressignificadas à luz da situação política de disputas e conflitos em torno dos processos de expansão da fronteira na região da BR-163 no estado, mas também na Amazônia? De que modo determinados grupos imprimem não só seus interesses por meio da categoria de desenvolvimento”, mas como também ressignificam suas práticas, suas opções políticas e mesmo suas trajetórias de vida? Como entender a ideia e as visões de desenvolvimento em disputa hoje nas regiões de expansão agrícola e do agronegócio na Amazônia? É com este objetivo que visto apresentar este trabalho, refletir sobre conflitos ambientais e políticos na Amazônia e contribuir com a discussão do GT sobre as reflexões antropológicas desta categoria tão fundante da visão de mundo moderna.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O medo virou rotina": Terrorismo de barragens no município de Itabirito/MG

Lorena Oliveira Castro (UFMG), Yasmin Maria dos Santos Braga Ferreira (UFMG)

Nos últimos anos, recorrentes desastres e ameaças envolvendo rompimentos de barragens de rejeitos da mineração têm sido vivenciados em Minas Gerais, sobretudo na região do Quadrilátero Ferrífero, conhecida pela intensa exploração minerária (ZHOURI, 2023). A priori, os grandes empreendimentos neoextrativistas deveriam atestar a segurança das barragens de rejeito de minério mas, atualmente, nota-se a partir de casos empiricamente delineados (LASCHEFSKI, 2020), recorrentes falhas de gestão que instauram um estado de temor nas comunidades de Itatiaiuçu, Barão de Cocais, Macacos, Nova Lima, Ouro Preto, Itabira, Itabirito, Congonhas e Rio Preto. O terrorismo de barragens, isto é, a transformação dos territórios em zonas de terror, de instabilidade e risco, e a sua marcação através de placas indicando rotas de fuga e pontos de encontro no caso de rompimento de barragem, simulações e evacuações, sirenes disparadas para treinamentos e indicações de Zonas de Autosalvamento (ZA's), sendo muitas vezes localizados e acontecendo em escolas, como o atestado pela moradora I.B., que já participou de simulados de evacuação de emergência e acompanhou o erguimento de tendas da Vale no Instituto Federal de Ciências e Tecnologia (IFMG), é a realidade de muitos dos municípios do estado. Além disso, falhas e lacunas nos estudos dos

Plano de Ação de Emergência para Barragens de Mineração (PAEBM) e nos de Dam Break integram, também, o processo de produção sistemática de terror, colocando as populações em situações de perigo e vulnerabilidade. O município de Itabirito/MG continua sendo palco de um ideário desenvolvimentista que explora, de maneira descontrolada, os recursos naturais, visando a exportação de commodities e o lucro (ZHOURI, 2023). O Pico de Itabirito é o principal ponto minerário da cidade, sendo destacadamente minerado por grandes empreendimentos, como a Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), que desde 1940 explora minério de ferro no Pico, a Herculano Mineração, Gerdau, Vale e CSN. Devido a isso, a população sofre, cotidianamente, com o terror causado pela iminência do rompimento de barragens, chegando ao ponto do medo ter caído na rotina, ou melhor, o medo virou rotina”, como dito pela moradora D.M., através de entrevista semi-estruturada. A partir disso, o poder político das mineradoras se intensifica constituindo, assim, um poderoso lobby a dominar o cenário político do estado e do país (ZHOURI, 2023, p. 15), e promovendo, paralelamente, o esvaziamento, a apropriação e o controle de territórios de interesse. Diante do exposto, o presente trabalho procura verificar a forma como o terrorismo de barragens surge no cotidiano das pessoas, a partir do município de Itabirito/MG.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Se a terra tiver doente e a água tiver doente, nós vamos estar doentes!” Petróleo, desenvolvimentismo, agências e resistências da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão, Oiapoque-AP.

Maria Alice Costa de Oliveira (UFPA)

Os povos indígenas Galibi Kali’na, Galibi Marworno, Karipuna e Palikur vivenciam, há séculos, ameaças e violações aos seus territórios, recursos, identidades e modos de ser e viver. Habitantes das terras indígenas Galibi, Juminã e Uaçá, no município de Oiapoque, estado do Amapá, no extremo norte da Amazônia brasileira, fronteira com a Guiana Francesa, suas histórias e memórias são atravessadas por projetos desenvolvimentistas mesmo antes desse termo ser cunhado na teoria ou na vida cotidiana. Desde o século XVII, lutam contra os impactos da presença dos colonizadores europeus; de ciclos econômicos diversos (lícitos e ilícitos), dentro e fora de suas aldeias; das críticas e imposições de outros modelos socioeconômicos, que desqualificam os seus próprios e impõem formatos exógenos e desconectados de suas realidades e interesses; das dinâmicas econômicas atuais, em que a sociedade não indígena – e mesmo alguns indígenas – priorizam o lucro em detrimento do bem viver e de um futuro bom para seus filhos e netos. A perspectiva da exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, distante cerca de 160 km da cidade de Oiapoque, tem gerado muitos debates, disputas de narrativas, expectativas de grande crescimento econômico no município e no Estado do Amapá, além de conflitos, diretos e indiretos, entre os que defendem e os que questionam e/ou condenam esta possibilidade ameaçadora, especialmente para humanos e não humanos da região. Os povos indígenas têm se colocado na linha de frente de resistência a esse projeto desenvolvimentista, que já se firmou como o mais impactante e potencialmente nocivo, seja pelos impactos que já vem causando (como a imputação de culpa aos indígenas por serem “contra o progresso”) como pelos incalculáveis perigos, no caso de um acidente petrolífero.

Nesta luta, se destaca o papel da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão-AMIM, que representa as mulheres dos quatro povos indígenas de Oiapoque. A AMIM é contra a exploração de petróleo na região e, para além dos eventos, oficinas e debates em que participa sobre o tema, sua atuação junto aos povos e aldeias da região inclui a execução de vários projetos de geração de renda, proteção territorial e uso sustentável dos recursos de seus territórios. Seja por meio dos projetos, de seu posicionamento contrário ao petróleo e a outros impactos nocivos a seus territórios e povos, a AMIM demonstra o papel fundamental dos povos indígenas na reflexão sobre o “desenvolvimento” na perspectiva não indígena, branca, capitalista, reafirmando e exemplificando que formas outras de bem viver são possíveis e necessárias, em contraposição ao desenvolvimentismo que segrega, amplia desigualdades e desrespeita quem privilegia a vida ao invés de royalties petrolíferos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_810_97333900_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"EU COMPREI PARA MORAR, NÃO PARA VENDER": mecanismos de (des)apropriação do Edifício Holiday

Mônica Maria Gusmão Costa (UNIT)

O presente trabalho deseja dar continuidade à pesquisa apresentada no Congresso VIII ALA, na Argentina, e trata da vulnerabilidade social dos moradores que foram expulsos de um edifício localizado na zona nobre da cidade do Recife, na praia de Boa Viagem, chamado Edifício Holiday. O prédio foi construído em 1956, com arquitetura moderna e ousada para a época, possuindo 17 andares e 476 kitnets”, com vista privilegiada para o mar. Inicialmente, adquirido para veraneio por família abastadas do Recife e por estrangeiros, aos poucos foi se tornando local de encontros amorosos clandestinos, mas também lá residiam muitas famílias da classe trabalhadora, onde criaram seus filhos, os quais passaram também a residir no prédio. Alguns comércios foram abertos na área comum do edifício, onde havia uma igreja que prestava serviços sociais aos moradores (atendimento médico, odontológico, creche). O Holiday tornou-se um incômodo para seu entorno: nos prédios vizinhos modernos, e flats (os antigos kitnets), moram empresários, juízes, advogados bem-sucedidos, desembargadores, etc. O prédio abrigava uma comunidade vertical implantada no bairro com o metro quadrado mais caro do Recife. No início do ano de 2019, a Prefeitura do Recife entrou com uma ação judicial para desocupar o Holiday, alegando risco de incêndio e estrutural. O processo, de forma pouco convencional, foi parar nas mãos de um juiz midiático, que logo tratou de expulsar os moradores do prédio, fechou o comércio e interditou a Igreja, tratando, também, de inviabilizar qualquer tentativa de retorno dos moradores. Foram apresentadas ao juiz várias soluções de reformas elétricas patrocinadas pelo curso de extensão de engenharia da Universidade de Pernambuco, bem como foi atestado por engenheiros a total ausência de risco estrutural. Trata-se, claramente, da politização do judiciário (Sousa Santos), pondo em risco as instituições democráticas e a justiça social. Também pode-se verificar claro racismo ambiental, pela forma como as famílias foram removidas de seus lares, passando a residir em periferias, como na favela Entra Apulso, que margeia o Shopping Center Recife. Assim, o presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre os mecanismos de apropriação do Edifício Holiday, através de pesquisa etnográfica,

demonstrando que o judiciário foi legitimador da agressão ao direito à cidade e violador da Constituição, com a clara estratégia de atender à especulação imobiliária, promovendo uma limpeza social em nome do desenvolvimento. Interessante notar que o processo judicial rendeu ao juiz início na política e provável candidatura para as próximas eleições. Atualmente, o Holiday foi sentenciado a ser leiloado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_602_17870710_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Herança maldita": A luta e mobilização da população de Caldas contra o legado da mineração de urânio

Natália Castilho Gonçalves (UFMG)

O município de Caldas, localizado no sul de Minas Gerais, ainda carrega as marcas dos primeiros passos do Programa Nuclear Brasileiro, gestado nos anos de 1930. Inaugurada em 1982, a Mina Osamu Utsumi fez parte do primeiro complexo mineiro-industrial brasileiro voltado para a exploração e enriquecimento de urânio. Com o slogan Caldas dá urânio para o Brasil”, a unidade funcionou até 1995, quando suas atividades foram encerradas devido à baixa produtividade e ao alto custo de produção. Seu nocivo legado é representado hoje pelos materiais radioativos da Unidade de Descomissionamento (UDC). São cerca de 15 mil toneladas de rejeitos radioativos, que estão aterrados em silos ou dispostos em uma barragem de rejeitos nucleares com problemas estruturais. Marcados pela chamada herança maldita, os moradores de Caldas lutam há anos para o efetivo descomissionamento do complexo, além de se mobilizarem contra o envio de novos rejeitos provenientes de outros sítios de produção e beneficiamento de urânio no país e se posicionarem contra a conversão da UDC em um depósito final de rejeitos radioativos resultante da expansão do Programa Nuclear Brasileiro previsto no Plano Nacional de Energia de 2050. Nesse contexto, a pesquisa busca compreender as mobilizações da população local, que com seu histórico de atuação aciona atores estratégicos para direcionar suas demandas, como a Articulação Antinuclear Brasileira, o Ministério Público Estadual de Minas Gerais (MPMG), o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, entre outros. A investigação também examina as estratégias das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), empresa pública, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que exerce o monopólio da produção e comercialização de materiais nucleares e é, portanto, responsável pela UDC. Essa compreensão irá ajudar a entender as disputas envolvidas em torno do risco e seus tensionamentos, sobretudo a partir da abordagem teórica que conceitua a construção do risco a partir de uma lógica política que orienta sua distribuição desigual. A relevância da pesquisa se encontra na contribuição para o debate sobre a questão nuclear no Brasil, através da ótica do renascimento nuclear impulsionado pela crise climática, sobretudo considerando a posição central dos rejeitos radioativos nessa discussão. Através de entrevistas realizadas com moradores locais mobilizados no conflito e antigos trabalhadores da INB, bem como por meio da pesquisa documental, da revisão bibliográfica, de trabalhos de campo e do acompanhamento de audiências públicas, a investigação em curso aponta para o desgaste da relação entre a população de Caldas e a INB, assim como a desconfiança no que se refere à efetivação do descomissionamento total da UDC e o medo em relação à contaminação radioativa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Projeto Serra da Serpentina: licenciamento ambiental, comunidades tradicionais e demanda por direitos

Sabrina Soares D'Almeida (UFMG), Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos (UFMG)

Em 2022, a empresa Vale oficializou junto ao órgão ambiental de Minas Gerais, a SUPRAM, o pedido para licenciamento ambiental do Projeto Serra da Serpentina que, segundo seu Estudo de Impacto Ambiental (EIA), prevê a instalação de 19 cavas, unidade de tratamento de minério, pilhas de rejeito/estéril, um mineroduto de cerca de 115 km e um terminal de minério. Ainda de acordo com o referido estudo, o empreendimento, se instalado, afetaria 11 municípios situados no Médio Espinhaço, comprometendo as bacias hidrográficas do rio Piracicaba e do rio Santo Antônio (e, conseqüentemente, a capacidade de recarga do rio Doce), além de aproximadamente 51 comunidades tradicionais, dentre as quais estão povos indígenas e comunidades quilombolas. Trata-se de um projeto que, assim como outros em processo de licenciamento ambiental na região ou já em operação como o Minas-Rio da Anglo-American representa o avanço da fronteira minerária em direção ao Espinhaço e faz emergir uma série de conflitos socioambientais envolvendo esses grupos. Visto que os estudos ambientais apresentados pelas empresas são construídos a partir de uma economia de visibilidades (TEIXEIRA, ZHOURI, MOTTA, 2020) que conformam um território próprio do empreendimento, obliterando as territorialidades específicas das comunidades atingidas, o presente trabalho pretende trazer uma análise sobre o licenciamento ambiental do Projeto Serra da Serpentina. O foco recairá sobre as práticas e estratégias discursivas da empresa, seus avanços, alianças e recuos ao longo desse processo e, também, sobre as práticas de resistência adotadas pelos povos e comunidades tradicionais afetados visando à denúncia de omissões e do subdimensionamento dos efeitos negativos do empreendimento pelo EIA/RIMA, bem como de sua invisibilização e da violação do seu direito à consulta livre, prévia e informada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Território tradicional do povo Apyãwa (Tapirapé), com sua história, origem e Trajetória milenar.

Samuel Oparaxowa Tapirapé (UFG), Samuel Oparaxowa Tapirapé (UFG)

Samuel Oparaxowa Tapirapé 06-03-2024 (UFG) Mestrando em Antropologia Social/UFG oparaxowa@dicente.ufg.br Título: TERRITÓRIO TRADICIONAL DO POVO APYÃWA (TAPIRAPÉ), COM SUA HISTÓRIA, ORIGEM E TRAJETÓRIA MILENAR. O objetivo deste trabalho é apresentar as transformações que vêm ocorrendo dentro do território do povo Apyãwa, com relação os invasores que estão prejudicando diretamente a nossa cultura. De acordo com os anciãos entrevistados, as transformações dos não indígenas estão causando muitos problemas nas nossas vidas, nos nossos territórios e na nossa cultura, somos invadidos pelos fazendeiros, madeireiros e pescadores. Para alcançar os objetivos deste ensaio realizei diversas pesquisas, não só nos livros, mas principalmente nas comunidades Apyãwa, em diferentes momentos e espaços, como na Takãra (casa cerimonial), nas casas, na escola, na roça, na pescaria e na caçada, onde as conversas são direcionadas entre os Apyãwa. Através de entrevista feitas em três aldeias até o momento (Tapi' itãwa, Myryxitãwa e Wiriaotãwa) já foi

possível perceber os motivos das mudanças que vem acontecendo antes mesmo dos contatos com a sociedade não indígena até nos dias atuais. Também foram registrados alguns territórios Apyãwa que estão fora da Terra Indígena demarcada aos Apyãwa que são considerados espaços sagrados, lugares das aldeias antigas e os lugares em que buscamos a subsistência desde sempre, lugares das caçadas, pescaria e os lugares em que tiramos as madeiras para fazer a casa e a casa cerimonial do povo Apyãwa para que seja realizada a festa tradicional do povo Apyãwa que acontece todo ano formando um calendário de ciclos rituais. Lugares em que também tiramos matérias primas para confeccionar as artes Apyãwa. Acredito que, a partir dos meus trabalhos de pesquisa e dos nossos debates, as pessoas, principalmente as crianças e os jovens do nosso povo, terão chance de ouvir as histórias reais do nosso território, origem e trajetória milenar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_478_72824374_451368.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Acordos Internacionais para o Clima e Mudanças Climáticas

Sofia Campos Melo (UEMA)

O seguinte trabalho é uma ação extensiva realizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Extensão da Universidade Estadual do Maranhão, que objetiva o levantamento bibliográfico e documental das principais conferências e acordos ambientais internacionais, a fim de catalogá-los e disponibilizá-los ao público através de um painel on-line. O projeto leva em consideração que as conferências ambientais são um espaço de debate e resoluções de problemas ambientais a nível global, entende-se que seja uma discussão que necessita de mais visibilidade da população, da comunidade acadêmica, e que envolva movimentos sociais que somem com a causa. Os problemas ambientais causados pela atividade e ocupação humana fomentam desconhecidos impactos a vida terrestre e aquática do planeta. E o desequilíbrio e as alterações climáticas, são umas das mais graves consequências disto, tendo em vista que, seus efeitos causam o aumento da temperatura global, dos longos períodos de estiagem, perda de ecossistemas e da biodiversidade, e inúmeros outros. E, tais consequências, assolam a vida humana, principalmente aquelas de baixa renda e grupos minorizados, desenvolvendo a desigualdade e o racismo ambiental. Para a execução desta extensão, estão sendo realizados levantamentos documentais e bibliográficos das características de destaque das conferências e acordos internacionais já realizados, além de seus efeitos na legislação brasileira. Ademais, está sendo realizado pelos participantes dessa ação de extensão, um painel de monitoramento que incluirá todas as informações sobre o assunto coletadas durante este projeto. Dessa forma, pretende-se com a produção deste painel trazer ao público acadêmico e não-acadêmico maiores referências e conhecimentos sobre os problemas ambientais atuais, seus impactos e as resoluções que estão sendo, e já foram desenvolvidas para resolvê-los. Por fim, cabe ressaltar que, este projeto de extensão, envolve o Núcleo de Extensão para o Enfrentamento das Desigualdades NEED e o Laboratório de Estudos sobre Desigualdades e Diversidades LAEDD-CNPQ/UEMA.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A retomada do Programa Nuclear Brasileiro e o repertório do confronto antinuclear

Whodson Robson da Silva (UFMG)

Publicado em 2020, o Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050) indica ampliar até 10 GW de energia nuclear na matriz elétrica brasileira em um horizonte de 30 anos, o que significaria construir oito novas usinas nucleares, para além das duas já existentes e de uma terceira em construção, e expandir toda a cadeia produtiva do nuclear. Há perspectivas de construção de uma quarta usina no Rio de Janeiro, de até seis usinas no sertão de Pernambuco, como também já foram indicados outros sítios no Nordeste (Alagoas e Sergipe) e no Sudeste (Minas Gerais). Efetivamente, formas de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada têm alinhado o nuclear como a energia do futuro”, que poderá contribuir na redução de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e na resiliência e robustez do sistema elétrico na transição energética - como indica o PNE 2050. O anseio por um futuro nuclear, verde, limpo e sustentável, tem retroalimentado o sonho do progresso e da prosperidade, já tão conhecido no campo do desenvolvimento. O que me provoca etnograficamente, além da estranheza no significado desse futuro, é de como o nuclear tem deslanchado no albergue de um momento paradigmático para discussões, entre as quais ecológicas, e negociações geopolíticas em torno de uma transição energética mundial. Me interessa, portanto, problematizar a retomada do programa nuclear brasileiro a partir das dinâmicas sociopolíticas de sua produção e apropriação simbólica por agentes situados. Na busca por desvelar esse processo político, proponho apresentar o itinerário da retomada do nuclear, como também o itinerário de conflitos nos ambientes sob intervenção dos projetos de infraestrutura deste. O repertório do confronto antinuclear, em contrapartida, tem acirrado a compreensão dos efeitos socioambientais de uma energia nuclear verde, limpa e sustentável, além de possibilitar a exposição do contraditório e visibilizar como agentes locais sugerem futuros alternativos possíveis. Entendo que a opção pelo nuclear tem implicações nos padrões sociais, nas relações ambientais e políticas e, de forma incontornável, na vida das pessoas, dessa maneira, o debate sobre o futuro energético não deve ser encarado de maneira abstrata ou deslocado das realidades locais no agora. Com este trabalho, quero tensionar o debate sobre os processos contemporâneos de escolhas energéticas e de como, em meio a esses processos, é possível ou não pensar alternativas transformadoras.

GT 044: Dialéticas da plantations e da contraplantation: expropriação, recusa e fuga

Em uma era de profundas mudanças ecológicas e climáticas, a reflexão crítica sobre a exploração desmesurada de recursos parece bem assentada, como ilustrado pela difusão do conceito de Antropoceno. Apesar dos consensos quanto aos inegáveis impactos da atividade humana no planeta, restam dúvidas quanto à rentabilidade desse conceito, sobretudo ao se levar em conta que o colonialismo, o racismo, a desumanização e a plantation fundamentam modos destrutivos e altericidas de habitar a Terra. Este GT pretende compreender simultaneamente a centralidade da plantation nos processos de expropriação e os modos de recusa, criação e fuga que podemos definir como contraplantation. Buscamos reunir pesquisas de cunho antropológico e histórico que trabalhem com a plantation como conceito e categoria explicativa do capitalismo.

Entendendo como elemento fundamental da plantation os processos de racialização, expropriação, esvaziamento do outro, aniquilação da diferença, escravização e animalização, convidamos trabalhos etnográficos com o intuito de superar divisões estanques entre contextos diversos - “africanos”, “indígenas”, “afro-americanos”, “tradicionais” etc. - que explorem os jogos de escalas e os esforços criativos para se desembaraçar do enredamento da plantation em mundos hierarquizados habitados por humanos, animais, plantas, fungos, tecnologias, espíritos e ancestrais.d

Coordenação

Martina Ahlert (UFMA), Marcelo Moura Mello (UFBA)

Debatedor(a)

Stella Zagatto Paterniani (UNICAMP), Gustavo Belisário d'Araújo Couto (UFPB), Antonádia Monteiro Borges (UFRRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os espíritos e as mães: o agir dos mortos na contraplantation

Aline Maia Nascimento (MUSEU NACIONAL)

Como explicar a presença da voz, do cheiro ou do vulto de um espírito? O que é a experiência de ver e abraçar um espírito ou conversar com ele? Ao longo do trabalho de campo, as mães de vítimas de violência letal relataram inúmeros momentos em que foram visitadas por seus filhos mortos. O motivo da visita era variado, abarcando desde avisos ao oferecimento de força e/ou carinho. Neste trabalho utilizo dados extraídos da minha pesquisa de campo de doutorado. A maior parte das situações que apresento são eventos que ocorreram entre 2018 e 2021, em favelas da região metropolitana do Rio de Janeiro. Neste artigo discuto os modos de existir dos mortos/espíritos, imersos na esfera mundana, e suas formas de participações na vida das mães. Interessa-me apresentar como suas características/atributos permitem antever os desdobramentos de suas ações. Sem deixar de analisar momentos em que suas aparições se configuraram como inesperadas e transgressivas, tensionando não só os modos de existir no Plantationceno, como também aquilo que por vezes é entendido na literatura como mundo dos vivos e mundo dos mortos, passado e presente, real e ilusório.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Produzindo uma louvação a São Benedito: dissonâncias de escala, rotas de fuga e tecnologias de um tambor de crioula

Aline Yuri Hasegawa (UNICAMP), Rafael Dias (UNICAMP), Lucas César Rodrigues da Silva (UNICAMP), James Turpin (Flor da Aroeira)

Existe um grupo de capoeira, samba e tambor de crioula que performa há mais de quinze anos na cidade de São Paulo. Eles realizam grande parte de suas atividades na zona oeste da cidade de São Paulo, com capilarizações no Centro. O Tambor da Hora Grande é realizado há 13 anos, pelo mesmo grupo, todos os anos, na sexta-feira de carnaval, após a passagem do Bloco Ilu Oba de Min pelo Largo do Paysandu. O mestre e seus discípulos já realizaram atividades em muitas instituições de arte, cultura e educação do Brasil e do mundo levando a cultura da capuera, do

samba e do tambor como forma de mediação e acolhimento. O fogo, a cachaça, São Benedito, tambores, pungas, chamados, convocações, evocações, provocações e transe são elementos presentes nas rodas do grupo, que imprimem ao cotidiano da cidade, maior centro urbano da América Latina, temporalidades e fruições diversas. O desafio do grupo muda de escala quando se considera sua inserção em instituições de arte e cultura que trabalham profissionalizando o campo, burocratizando contratações, trazendo dispositivos legais e constrangimentos outros que versam sobre as práticas tradicionais do grupo que, ao se adequar, cria e recria a partir das recusas e interditos. O que aponta uma aniquilação da diferença a própria plantation no cenário artístico e cultural também é a apropriação, pelas saídas criativas e insurgentes do grupo, do próprio enredo, este que também sobrevem de territórios distantes, que transplantam na cidade de São Paulo as recusas ao esvaziamento e à vida animalizada.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_747_48290541_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dos conflitos territoriais e ambientais em comunidades quilombolas no Recôncavo da Bahia as batalhas cosmológicas e modos de vida sobreviventes em meio as ruínas capitalistas.

Ana Paula Comin de Carvalho (UFRB)

Tendo por base minhas experiências de pesquisa com comunidades quilombolas no Recôncavo da Bahia desde 2010 e de orientação de dissertações de mestrado e teses de doutorado em Ciências Sociais e Antropologia a partir de 2013 - que privilegiaram em suas abordagens os conflitos territoriais vivenciados por algumas delas compartilho uma série de inquietações e ideias. Elas surgem em decorrência da interlocução estabelecida com membros destas coletividades e com colegas de campo, mas também a partir das leituras por mim realizadas que perpassam os debates do feminismo negro, das cosmovisões afro-brasileira e ameríndia, das etnografias do capitalismo, da decolonialidade e do plantationoceno. Não tenho a pretensão de fornecer respostas definitivas a (o) leitora (o) sobre o assunto, mas de empregar em caráter experimental categorias e conceitos e esboçar de modo preliminar possibilidades de análise e compreensão dos processos sociais em foco. As contendas entre quilombolas, fazendeiros, instâncias estatais e empresas existentes neste contexto parecem à primeira vista ser motivadas pelo acesso e controle de espaços e recursos naturais. Outrossim, os danos e prejuízos decorrentes delas estão inequivocamente atrelados as múltiplas expressões do racismo, em especial o institucional e ambiental (CARVALHO, 2019). Contudo, como tentarei demonstrar, esta é a camada mais externa e reconhecível de tais fenômenos. Existem outras mais profundas e turvas nas quais creio que nossa capacidade interpretativa precisa se aventurar a fim de desvelar batalhas cosmológicas (SAHLINS, 1992) e possibilidades de construções de refúgios para a vida em meio as ruínas do capitalismo (TSING, 2022).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Escapar para fazer a vida entre ruínas do açúcar em Cuba

Carlos Gomes de Castro (UFRJ)

A plantation colonial, capitalista e socialista deixou cicatrizes nos territórios e nas pessoas dos bateyes açucareiros cubanos. Não é incomum vislumbrar chaminés-obeliscos sem sinais de fumaça, fincadas em paisagens que misturam tempos e experiências: restos de "barracões", cana-de-açúcar, casas de arquitetura americana, ferragens do socialismo soviético, plástico, placas de cimento, zinco, poeira. A proposta deste paper é entrar em algumas das fissuras desse mundo-de-açúcar, fantasmático e imerso numa dinâmica de corrosão. As pessoas habitam e convivem nesse mundo, do qual precisam "escapar" para "fazer a vida". O objetivo é descrever etnograficamente como os moradores dos bateyes (comunidades açucareiras, numa tradução precária) constituem-se como sujeitos "escapados" e inventam formas de "escapar" e transmutar um presente "parado" em um futuro "em movimento". Um dos elementos dessa descrição se concretiza nos modos pelos quais as pessoas lidam com detritos sociais, políticos e materiais, que, por um lado, conformam seus corpos e ações e, por outro, oferecem matérias e relações para produzir e consumir em meio à "necessidade", bem como para zombar de modelos de governo. A análise dessa dinâmica pode ser um meio de revelar a existência de engajamentos que traduzem complexos regimes de convivialidade entre parceiros, coisas e histórias na Cuba pós-soviética.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Considerações sobre a chegada do mercado de carbono no território do Povo Parakanã, na Terra Indígena Apyterewa

Clara Roman Pinto da Fonseca (USP)

Minha pesquisa propõe uma análise do conflito ontológico ensejado pela chegada das empresas que atuam no mercado de carbono voluntário na região de Altamira, em especial na Terra Indígena Apyterewa, território do povo Parakanã. No estágio atual, tenho me apoiado nas etnografias existentes sobre este povo e nas referências teóricas que analisam criticamente as estruturas do capitalismo tardio. Na COP de 2021, resoluções sobre o REDD+ (créditos de carbono gerados por desmatamento evitado) aqueceram este mercado. Nesse contexto, traders do carbono passaram a buscar lideranças e associações de povos e comunidades tradicionais na tentativa de fechar contratos em territórios onde a floresta está preservada. Desse movimento, surgiram "iniciativas promissoras, mas também um surto de contratos abusivos e desprovidos de projetos, num contexto de baixíssima informação qualificada sobre o tema e com enormes lacunas de regulamentação oficial (VILLAS-BÔAS, ROJAS, JUNQUEIRA. 2023:10). Essa aproximação aconteceu também com o povo Parakanã. Por muito tempo, os Parakanã-Apyterewa, segundo Fausto, adotaram uma trajetória seminômade, em longas jornadas pela floresta os trekkings (Fausto, 2001). Jornadas que não se relacionavam com a impossibilidade de fixar-se, mas com a possibilidade de se mover. Para este povo, a floresta é sinônimo de provimento seletivo de vida". Fausto também aponta os Parakanã Ocidentais da Terra Indígena Apyterewa desenvolveram uma trajetória centrífuga, com estruturas políticas mais descentralizadas e a abertura ao exterior. Nesse sentido, ele fala da predação familiarizante, que relaciona-se, na guerra, ao ato de conter o inimigo em si. Em sentido oposto, o mercado de carbono é um empreendimento repleto de escalabilidade", no conceito de Anna Tsing: a capacidade de um projeto de alterar escalas suavemente, sem qualquer mudança em sua

abordagem”. É, portanto, um esforço em mensurar e precificar a floresta como uma composição de carbono”, de uma forma que tal medida se torne universal e escalável. A pergunta que me move, portanto é como tal empreendimento caberá em um local e em um modo de vida que tem a floresta como um território de experiências e de diversidade? Para responder a essa pergunta, busco bibliografias que discutam a ideia de conflito ontológico (Blaser, 2009, Almeida, 2013, Cadena 2018). Qual será a trajetória do encontro desses duas formas de fazer mundos? Citando Blaser, "às vezes, elas podem coexistir - possibilitando-se mutuamente, ou sem se darem conta uns dos outros - mas, em outras ocasiões, elas se interrompem mutuamente".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_028_06991680_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Povo Truká e Agrobiodiversidade: Território, Resgate, Memórias e Perspectivas

Cristilene Tarcila dos Santos (UEFS)

Enquadrando-se em uma análise de planejamento territorial, na interface entre sociedade e natureza, envolvendo a população indígena Truká de Pernambuco, suas relações com seus quintais agroflorestais produtivos, percepções e usos do território, segurança e soberania alimentar. Com os debates acerca da agrobiodiversidade se ampliando cada vez mais, principalmente no que diz respeito à contribuição dos aspectos culturais das comunidades tradicionais (SANTILLI, 2009). No entanto, a excessiva concentração econômica estabelecida pelos grupos agroindustriais vem transformando as populações tradicionais dependentes do fornecimento de produtos e alimentos industrializados (PLOEG, 2009). O que nesse processo de globalização e padronização agrícola, diversas variedades de plantas melhoradas por meio das práticas tradicionais estão sendo progressivamente substituídas e abandonadas por cultivares comercializados e desenvolvidos pelos grandes setores empresariais. O objetivo da pesquisa é uma compreensão de como os quintais dos Truká, mantêm e desenvolvem variedades de espécies e modos de manejos tradicionais, que compõem o ecossistema agrícola, decorre de práticas que beneficiam a agrobiodiversidade, que pode ser definida como uma parcela da biodiversidade empregada na agricultura familiar. O principal ponto é demonstrar como os quintais agroflorestais dos indígenas Truká podem contribuir para uma maior agrobiodiversidade e recuperação da degradação ambiental. Trazendo registros etnográficos, em colaboração com a comunidade Truká, para descrever, compreender e relatar suas experiências e percepções sobre o que é território e suas relações com os quintais agroflorestais, compreendendo as possíveis alterações sofridas com os impactos ocasionados pela entrada de não indígenas no território. Buscando entender e caracterizar a cultura através do ponto de vista da própria comunidade (SPRADLEY, 1979), registrando-se o cotidiano, acesso às memórias, observações e conhecimento empírico dos moradores em suas atividades relacionadas com o cultivo e manejo agrícolas, e práticas ritualísticas para a lida com o solo. Outra metodologia que será utilizada nesta pesquisa foi proposta e executada pela psicóloga negra e teórica interdisciplinar, Grada Kilomba (2008), no livro Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano (KILOMBA, 2008). Seguindo o exemplo de Kilomba, compartilhando relatos subjetivos da minha própria experiência, afetos e vivências como mulher indígena truká. A

qual, nas palavras da autora, para uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, pois todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específica - não há discursos neutros” (2019: 58).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O algodão, o bicudo e as sementes da paixão: histórias de um mundo desmantelado

Gabriel Holliver Souza Costa (UFRJ)

Nesta comunicação, com base na experiência de antigos trabalhadores da plantation de algodão (*Gossypium hirsutum* L. Marie galante.) no semiárido paraibano, pretendo descrever como operava o referido sistema agrícola que até o início da década de 1980 vigorava como a principal atividade produtiva nesta região. Na medida em que se estabelecia, a monocultura desmantelava as relações sociais nativas então existentes, articulando paralelamente processos de dominação humana – por meio de diversos modos de violência difusa que terminavam por imobilizar a mão de obra – e exploração da natureza – com a devastação da vida social mais que humana do bioma. Movimento que culminou no que hoje se reconhece como zonas em avançado estado de desertificação. Contudo, este mundo também veio se desmantelar, quando a súbita aparição do bicudo (*Anthonomus grandis*), um inseto até então nunca visto nesta região, terminou por impossibilitar a continuidade do cultivo do chamado “ouro-branco” em larga escala. Apesar deste movimento de simplificação da paisagem (que ainda segue em curso após o fim das monoculturas de algodão), nos pequenos plantios de subsistência, onde se cultivam as chamadas “sementes da paixão”, verifica-se a existência de refúgios bioculturais. Prática esta que se manteve a despeito dos constrangimentos exercidos pela plantation e permanece no presente como uma espécie de manifestação plena da vida para alguns agricultores familiares. Argumento que neste vínculo, articulados em em sintonia com o pulsar do ritmo das chuvas no ‘inverno’, humanos e vegetais, estabelecem por gerações, relações de cuidado em mútuo cultivo. Em minha reflexão, considerando o atual estado “desmantelado” do tempo e do mundo neste território, estabeleço um confronto entre dois modos de se relacionar com o mundo mais que humano, buscando explicitar os efeitos não intencionais provocados respectivamente por essas práticas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_079_89580042_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Promessas de desenvolvimento: relações e reconhecimentos mais que humanos na/da Vila Saué em Pernambuco

Glória Maria Batista de Andrade (UFPE)

O presente trabalho pretende refletir sobre as relações, tensões e interseções presentes no território da Vila Saué, na qual agentes sociais como o Estado, os latifundiários, se relacionam sócio-historicamente com a comunidade que é formada por familiares e ex-funcionários, entre operários e cortadores de cana-de-açúcar, da Usina Santo André, animais e paisagens da Vila Saué na Zona da Mata Sul de Pernambuco. A Vila Saué está localizada no município de Tamandaré, que possui cerca de 20.715 habitantes. O município data de 28 de setembro de

1995, mas, sua ocupação é secular, anteriormente habitado pelo povo Kaeté, este território foi passado como posse ainda no século XVI para o coronel João Pais Barreto IV e, mais tarde, enquanto município sofreu a construção da Usina Santo André para a produção de açúcar e álcool fomentando a economia sucroalcooleira. Durante o ciclo do açúcar, entre os séculos XVI e XVIII, Pernambuco foi o maior exportador de açúcar no mundo, com cerca de 100 usinas. É como parte desse contexto que a Usina Santo André foi construída, sua fundação data de 1913 e sua moagem correspondia a cerca de 150 toneladas de cana que produzia aproximadamente 2.500 litros de álcool em 22 horas (Gaspar, 2009) e, como não havia linha férrea, existia uma dependência latifundiária e esse transporte era realizado por animais humanos e não-humanos. Apesar das diferentes denominações políticas do Estado (Santos, 2015), os constantes etnocídios e explorações de recursos naturais em favor de promessas de desenvolvimento econômico aconteceram e continuam acontecendo através do colonialismo e exploração multiespécie. É nesse contexto socioeconômico de exploração e domínio colonial que animais, humanos e não-humanos, plantas e paisagens são tomados como mão-de-obra suscetíveis a uma necropolítica da vida contemporânea (Mbembe, 2011), o que interfere em seus modos de reprodução da vida e devastação da vegetação nativa, que admitimos como parte da infraestrutura moderna do Plantationceno (Tsing, 2015), e seus efeitos estão presentes em situações sócio-políticas, econômicas e ecológicas atuais, como a luta pelos seus territórios, a precarização da educação, a intensificação dos processos migratórios, os desastres ambientais, que, mais recentemente, através de enchentes têm assolado a população da comunidade Vila Saué. A partir disso, é que se pretende nesta apresentação compartilhar dados preliminares de minha pesquisa etnográfica, registrando os impactos de um modelo agrário de desenvolvimento, como também destacar o que entende as pessoas da comunidade Vila Saué sobre a mais nova promessa de desenvolvimento econômico e social através da reativação da Usina Santo André e as mudanças que pode implicar em suas vidas e na paisagem de seus territórios.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O equilíbrio biológico da família-plantation: monoculturas de gênero e relacionalidades promíscuas

Gustavo Belisário d'Araújo Couto (UFPB)

Em nossos estudos, somos ensinados a respeitar as cercas disciplinares que separam o amontoado de pormenores que pesquisamos em domínios muito bem estabelecidos. É dessa divisão domesticada dos objetos de estudo que potentes diálogos entre estudos urbanos e a biologia, por exemplo, raramente são feitos. Parte-se de uma ideia de cidade erguida no empilhamento de substâncias inorgânicas - concreto armado, cimento, estruturas de aço e algumas substâncias orgânicas há muito ausentes de vida asfalto, alvenaria, hidrocarbonetos de forma geral. Esquece-se que as cidades são empreendimentos, por assim dizer, multiespécie. Esquecem-se também dos ossos e carnes de corpos negros concretados nas construções. Neste estudo, fazemos usos de alguns conceitos que vem sendo trabalhados por estudos antropológicos inspirados na biologia para mirar a política habitacional brasileira sob outros prismas. Será feita uma análise mais aprofundada do que chamamos anteriormente de família-

plantation (BELISÁRIO, 2023) e da intenção de inscrever territorialmente nos desenhos das cidades monoculturas unifamiliares restringindo o conceito de família ao de reprodução biológica de recursos humanos. Como veremos, há intenções na concepção dessas políticas de normatização do gênero e da sexualidade para não contaminar a lavoura com a promiscuidade e a ausência de família. Com isso, pretendemos seguir o exemplo de tantas outras estudiosas e pular outra cerca: a que separa os debates afeitos ao Antropoceno das questões raciais e de gênero. Buscando uma ecologia queer decolonial, pretendemos ecoar as irrupções que corpos rebeldes e não domesticados experimentam tecendo outros mundos não prescritos por urbanistas ou biólogos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Re-criando na plantation: uma análise sobre projetos de restauração de florestas da Mata Atlântica em duas localidades do estado do Rio de Janeiro

Iby Montenegro de Silva (PUC-RIO), João Novello Whately (PUC-RIO)

A Mata Atlântica é comumente descrita como um dos biomas mais ricos em diversidade de vida do mundo, o que atesta sua complexidade em termos de relações interespecies. Contudo, passados séculos de exploração de seus ambientes por atividades coloniais e industriais, o bioma como um todo encontra-se reduzido a 12,4% de sua cobertura original. O alcance dessa devastação se reflete na extinção de espécies e no desaparecimento de interações necessárias para a conservação de seus ecossistemas fazendo com que os diferentes esforços de restauração ecológica empreendidos ao longo do tempo representem experiências complexas de re-criação, cuja investigação nos leva a observar a articulação entre muitos atores. Nesse sentido, nosso trabalho tem por objetivo analisar diferentes projetos de restauração de florestas de Mata Atlântica empreendidos em paisagens anteriormente arruinadas por plantations em duas localidades do estado do Rio de Janeiro, buscando evidenciar o envolvimento de atores humanos e não-humanos nos esforços de regeneração dessas florestas. No presente, os debates em torno do Antropoceno nos convocam a prestar atenção às perturbações ecológicas e climáticas decorrentes de atividades humanas, observáveis em praticamente todas as paisagens que recobrem a Terra. Nesse sentido, ao tomarmos a Mata Atlântica do Rio de Janeiro como ponto de referência, torna-se indispensável olharmos para as heranças coloniais, para as marcas das antigas plantations nas paisagens atuais e para as ruínas desse modelo pautado na exploração simultânea de ambientes, de seres e de pessoas. A partir de uma abordagem histórica e etnográfica, pretendemos discutir os legados das plantations nas atuais paisagens de Mata Atlântica do Rio de Janeiro, bem como refletir sobre projetos de restauração ecológica em Cachoeiras de Macacu e na cidade do Rio de Janeiro. Nas diferentes iniciativas analisadas, as experiências de restauração ecológica envolvem não apenas intencionalidades humanas, mas também as atividades de muitos seres sejam estes pioneiros, ferais ou reintroduzidos. Assim, é de nosso interesse discutir em que medida esforços humanos de restauração, acompanhados por dinâmicas mais-que-humanas, tornam possível uma experiência de contra-plantation. Desse modo, pretende-se não apenas caracterizar o envolvimento desses outros seres nos projetos de restauração de florestas, como também discutir em que medida e escala tais projetos possibilitam a existência de assembleias multiespecies que permitam romper com a

homogeneização e hierarquização imposta às paisagens pelas plantations, de modo a produzir refúgios de habitabilidade em meio aos terrores ambientais representados pelo Antropoceno/Plantationceno.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_859_67503212_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Colonialismo, fome e plantations: a migração cabila como resistência às leis de terra na Argélia Francesa (1906-1950)

Jheniffer Caroline Oliveira Souza (UNIMONTES)

Essa apresentação explora a migração como forma de resistência adotada pelos fellahin cabilas para enfrentar os impactos do colonialismo francês, durante a primeira metade do século XX. Em particular, ela debate como a migração de jovens fellahin homens, em busca de recursos econômicos, para a metrópole tornou-se uma estratégia para a manutenção coletiva da posse das terras, bem como a preservação das douars. Trata-se de uma migração temporária que surge enquanto resposta à expansão das plantations coloniais de uva, nas terras férteis argelinas, e que foram intensificadas na década de 1880 devido à crise da filoxera nos vinhedos franceses (Sayad, 2000; White, 2011). Através de fontes documentais, como mapas, será apresentado como essas plantations reorganizaram o universo rural argelino, além de alterar a produção agrícola nativa e sua dieta, levando à generalização dos contextos de fome. A metodologia deste estudo se baseia na consulta e análise de documentos armazenados em arquivos franceses, incluindo Gallica, Archives Nationales de France; Musée de l'histoire de l'immigration; e Institut du Monde Arabe. Ademais, pauta-se em uma revisão literária, focada nas particularidades históricas do contexto. A colonização francesa, especialmente entre 1830 e 1900, teve um caráter fundiário, através da imposição do Sénatus-Consulte (1863) e da Lei Warnier (1873), que fundamentaram práticas destinadas a erradicar a dimensão coletiva das terras dos fellahin e impor a propriedade privada. Estratégia que assegurou não apenas o roubo de terras por parte do estado francês, mas, também, a destruição da organização social cabila (Bourdieu; Sayad, 2017). O uso do aparato jurídico conferiu uma aparência de legalidade às expropriações territoriais e garantiu o comércio de terras a favor dos pied-noirs, responsáveis pela manutenção das plantations em terras férteis argelinas. A colonização se iniciou de maneira anárquica mas passou por uma evolução, concomitantemente às leis, indo de uma pequena colonização oficial, para uma grande colonização oficial e econômica, e depois progredindo para uma colonização privada (Hamani, 2015). Simultaneamente, os fellahin foram confinados em porções de terras cada vez menores e improdutivas à medida em que as plantations avançaram. Todavia, mesmo pressionados pela expansão colonial, os fellahin encontraram meios para não se submeterem à totalidade da violência colonial e recorreram, sobretudo no período entre 1906 e 1950, à emigração para a França (Gillette; Sayad, 1984). Nesse sentido, a apresentação argumenta que a manutenção da posse da terra pela coletividade, por meio da emigração, foi um ato de recusa ao processo de desestruturação imposto pelo colonialismo e às suas consequências, como as expropriações de terra e a fome.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_977_41879805_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Políticas da terra: multiplicidade contra a monocultura

Júlia Otero dos Santos (UFPA), Marcela Stockler Coelho de Souza (UNB)

Políticas da terra: multiplicidade contra a monocultura Essa comunicação é fruto de um diálogo em torno da noção de terra e da política que ela funda junto a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais. A partir da experiência das autoras, com diferentes povos, propomos uma reflexão inicial sobre os efeitos que as ações políticas e os modos de existência desses coletivos, enraizados na terra, podem ter sobre as imagens usuais da política. Terra é entendida aqui como um significante potente e polissêmico, catalisador de lutas, alianças e propostas de transformação. Viver com a terra, constituindo-se a partir de uma multiplicidade de relações com outros em um território criado a partir dessas relações, é o que determina a existência de uma série de coletivos que designamos por povos da terra”. Estamos falando de uma gente que fica agarrada na terra”, nas palavras de Ailton Krenak (2019: 22); que encara a terra como força vital que integra todas as coisas”, como escreve Antonio Bispo (2015: 41); que se entende como a extensão do corpo da terra”, na definição de Célia Xakriabá (2020). Para estes coletivos, os modos de produzir alimentos, criar filhos, cuidar de parentes, habitar e viver são inseparáveis das relações com os co-habitantes de seus territórios: animais, vegetais, outros povos, espíritos. É a atualização das relações com esses sujeitos que anima e dá origem à T/terra. É a atualização das relações com esses sujeitos que anima a terra, fazendo dela algo entre a ordem do acontecimento e do ser, ou do evento e do sujeito. É entre a dimensão imanente da terra e os modos juridificados por meios dos quais a Terra ganha espaço na política, que essa reflexão procura ocupar um espaço. Quais as implicações conceituais dessa política (com todos os seus adjetivos) feita com e junto à terra, caracterizada pela multiplicidade, pelos vínculos vitais entre humanidade e mundo, entre corpo e território? Quais os modos como as políticas da terra conseguem interromper os efeitos dos cercamentos (das desposseções) que dão continuamente origem à separação entre terras e corpos, definidora dos modos de produção e subjetivação capitalista? Estamos interessadas, de um lado, em pensar os efeitos daquilo que se pode chamar de novos ciclos da plantation no Brasil, evidenciados nas políticas de transição energética e no enquadramento das territorialidades originárias nos ideários da "governança" e "regularização fundiária". De outro, interessa-nos como a conjugação terra, vida e luta - uma verdadeira política da T/terra - ganha novos contornos e nos impulsiona a reimaginar a política.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tecer vida, seguir em frente: mulheres quilombolas "convivendo com as secas" nas margens da plantation

Marcela Rabello de Castro Centelhas (Colégio Pedro II)

Desde ao menos meados do século XVI há registros escritos sobre os severos efeitos provocados pelas secas no semiárido nordestino. A historicidade destes registros, o atual debate sobre as mudanças climáticas, bem como os variados sentidos que essa palavra assume demonstram a complexidade de seu entendimento. Afinal, as secas não podem ser reduzidas apenas a aspectos biofísicos, sendo produzidas por diversos modos de enredamento vinculados a dimensões ecológicas, político-administrativas, corpóreas, técnicas, discursivas e afetivas. Da

mesma forma, tomadas como fenômenos ecobiopolíticos, as secas podem gerar, acentuar e reforçar processos de racialização, desumanização, animalização e altericídio característicos da plantation. O trabalho de campo desenvolvido entre 2016 a 2018 em uma localidade do agreste pernambucano junto com mulheres quilombolas possibilitou distanciar-me da seca como um evento inscrito em uma temporalidade linear ou cíclica, para elaborá-la partir da forma como as relações de expropriação, exploração e fuga a ela conectadas se inscrevem no cotidiano” . Partindo de uma região cujo debate sobre tragédias sociais e ecológicas é muito anterior às discussões mais recentes sobre o Antropoceno, me inspiro criticamente na noção de desastre ordinário para dar centralidade a práticas corriqueiras que se aproximam de ideia de convivência” . Convivência” , por sua vez, é um termo que ganha destaque no início dos anos 2000 ao orientar políticas públicas para este local, contudo, ela será abordada aqui em uma acepção mais ampla, que diz respeito aos saberes e fazeres produtores de vidas no e com o semiárido. Este trabalho busca, portanto, descrever e analisar as formas criativas de recusa, desvio e fuga presentes em três aspectos relacionados a modalidades de convivência com as secas” : o uso das águas, o cuidado com as roupas e a organização do samba. Como se verá, estas três dimensões estão articuladas, pois mobilizam artes, saberes e memórias através das quais essas mulheres tecem vida e projetos de futuro. Pelas águas, roupas e pelo samba elas costuram relações entre temporalidades, parentes e seres mediante uma ética e uma estética do cuidado de si, dos seus e do mundo que possibilitam driblar as atualizações do cativo e seguir em frente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_545_49501737_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Cinquenta por cento a bruxa, cinquenta por cento a nossa organização” ou algumas histórias da aliança de pragas contra a Plantation

Mariana Cruz de Almeida Lima (UNICAMP)

A proliferação da vassoura de bruxa, doença causada pelo fungo *Crinipellis* pernicioso, atingiu roças de cacau do sul da Bahia e selou a crise de seu sistema agroexportador. Nesta mesma época, movimentos camponeses fizeram proliferar “a praga dos Sem Terra”, afetando sobremaneira a estrutura fundiária da região, que tornou-se importante mancha de Reforma Agrária já no início dos anos 2000. Embora a agência da “bruxa” seja considerada fundamental entre as pessoas que assentaram-se ali, a “organização do povo Sem Terra” emerge como outro fator determinante na luta contra a plantation cacauzeira. O que a emergência destas pragas pode contar sobre o modo de produção do fruto que sustentou a economia baiana ao longo de quase todo século XX? Como a atenção ao protagonismo compartilhado entre “bruxa” e “Sem Terras” tensiona categorias que proliferam em estudos sobre o entrelaçamento entre humanos e não humanos em paisagens arruinadas? A presente proposta integra pesquisa etnográfica em andamento, realizada junto a habitantes do Assentamento Terra Vista – município de Arataca, Bahia. Busco mapear algumas inflexões históricas da região, explicitando a conjuntura do processo de ocupação da terra e o modo como a questão fundiária vem sendo transformada em sincronia com o refazer de paisagens a partir da aliança entre “organização Sem Terra” e vidas outras que humanas. Focalizo especialmente os agenciamentos que faz tal aliança ser pensada

como uma entre entes circunscritos na mesma categoria - “praga”. Com isso, avanço a hipótese de que, porquanto Sem Terras e “bruxa” compartilhem da capacidade de escapar do controle inerente ao regime da plantation, a chave da “praga” também pode expressar uma equivalência incômoda – sua “condição menos-que-humana”.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pães-de-índio: artefatos sociobiodiversos contra as monoculturas da vida

Mario de Azevedo Brunoro (OPI)

O presente trabalho pretende apresentar o histórico do isolamento do povo Katawixi, habitantes do interflúvio Purus-Madeira, em especial das florestas e campos das cabeceiras dos rios Mari, Mucuim e Pacιά, e discorrer sobre os pães-de-índio, vestígios bioculturais encontrados em expedições de localização e monitoramento realizadas pela Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) da FUNAI Purus-Madeira. O trabalho parte de duas premissas centrais: 1. que o ato de isolamento praticado pelos Katawixi é em si uma declaração de recusa, equivalente aos protocolos de consulta previstos na Convenção 169 da OIT (Ribeiro et al, 2022); e 2. que os povos indígenas são cultivadores da diversidade, seja ela social, biológica ou linguística (Carneiro da Cunha, 2019). O território Katawixi se situa em região - sul do município de Lábrea/AM - que, nos últimos anos, se tornou a nova fronteira da expansão agropastoril, extrativista e madeireira, fato que pressiona e ameaça a vida e território desse povo. Nas últimas décadas, as principais informações sobre os Katawixi provém, justamente, das expedições realizadas pela FPE Purus-Madeira e dos vestígios achados nas florestas antrópicas que manejam e nos artefatos encontrados em seu território (Cangussu et al, 2022, p. 123). Conforme explica Cangussu, os vestígios são os elementos materializados e observáveis no ambiente resultante da ação dos povos indígenas isolados (2021, p. 34), e, no caso específico dos Katawixi, os principais vestígios são pães-de-índio encontrados nas paisagens antrópicas do território katawixi, como castanhais e matas de palhal (Mendes dos Santos et al 2021, p. 9; Cangussu et al 2022, p. 139-141). Neste sentido, o nosso foco está nesses vestígios alimentares, que são o resultado de uma sofisticada técnica de produção de biomassas vegetais, visando seu armazenamento duradouro no solo (Mendes dos Santos et al, 2021, p. 16). Tal prática garante ao pão-de-índio uma posição privilegiada que correlaciona contextos arqueológicos a etnográficos, uma vez que são encontrados tanto em escavações arqueológicas quanto em territórios com a presença de isolados”. Estudos preliminares sobre a composição destes pães revelam grande diversidade vegetal manejada em sua feitura, de tubérculos, frutos e grãos (Furquim, no prelo). Assim, o pão-de-índio é um artefato cultural que fala tanto de sistemas de conhecimento associados à diversidade de plantas alimentícias quanto de dinâmicas territoriais pretéritas e contemporâneas (Mendes dos Santos et al, 2021) que se contrapõem e recusam as políticas de vida da plantation.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia do Revide: ética e recusa na formação do corpo esportivizado

Michel de Paula Soares (USP)

A presente comunicação parte de minha etnografia realizada entre 2021 e 2023 na Bahia, mais especificamente na capital Salvador e em cidades do Recôncavo baiano, quando visitei as principais escolas de formação de atletas no boxe olímpico. Por diversos motivos, a Bahia alcançou a hegemonia do boxe competitivo nos últimos anos. Um dos componentes que informam a eficácia do boxe baiano está na performance da um ética do revide, presente em diversos saberes e fazeres das populações racializadas. Desenvolvo o que denominei como Antropologia do Revide como principal contribuição do Grupo de Trabalho. Narrativas de marginalização, repressão e perseguição policial aos praticantes e espaços onde o boxe é ensinado, assim como aconteceu no passado com outras manifestações culturais afrodescendentes, foram constantes durante todo o século XX. O fato elementar e primordial a se considerar é que, no Brasil, historicamente, o boxe é um esporte praticado por gente pobre e preta, vide a composição da atual seleção olímpica, formada quase que integralmente por pessoas não brancas. As escolas e projetos sociais que iniciam e formam atletas competidores estão majoritariamente localizadas em favelas, quebradas e bairros populares. É um saber desenvolvido nas periferias dos grandes centros urbanos, com protagonismo dos moradores, treinadores e atletas desses espaços. A partir da composição de raça e classe de meus interlocutores, passei a priorizar a dimensão racial enquanto categoria analítica. Ou seja, reconhecer a dimensão central da antinegitude na manutenção das relações sociais e na produção dos espaços, instituições, territórios e formas de circulação. É a partir dessa consideração que podemos pensar uma ética do revide como padrão relacional atuante no Brasil desde sua formação colonial. Partindo da implicância que significa viver em uma nação cujo projeto histórico e ideal de brasilidade o povo brasileiro é pautado pelo extermínio de jovens racializados, é preciso levar a sério quando treinadores dizem que o boxe é um projeto de emancipação do povo negro. Uma ética do revide seria toda e qualquer forma de reação, oposição ou insurgência contra os princípios da necropolítica. São saberes extensivamente praticados por pessoas, coletivos e populações que sofrem a violência. Ou seja, são formas criativamente inventadas no sentido de se criar condições para se viver uma vida digna. Sendo a violência antinegra uma dimensão constitutiva das relações sociais e da reprodução da ordem urbana; considerando o antagonismo estrutural que existe entre sociedade civil e negritude, são as práticas de revide que permitem nos aproximarmos de um entendimento real sobre assimetrias, desigualdades e performances de poder.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivendo entre valentes e serpentes: acordos e lutas contra humilhações, covardias, fogos e venenos em um assentamento na região da BR-163, Amazônia

Renata Barbosa Lacerda (UFRJ)

Este trabalho reflete sobre violências cujas raízes remetem à colonização e ao capitalismo em processos históricos de conquista de regiões de fronteira”. Indago se o modelo analítico da conquista (SOUZA LIMA, 1995; MACHADO ARÁOZ, 2023) pode elucidar como a plantation e a mineração alimentam a exploração e o controle de recursos naturais e de populações em uma fronteira do desenvolvimento neoextrativista. A análise se baseia na etnografia que realizei sobre conflitos socioambientais em um assentamento da região da rodovia BR-163 (Sudoeste

do Pará, Amazônia), o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa. Desde a criação do PDS em 2006, famílias de pequenos agricultores, reconhecidas pela administração pública como assentadas, responsabilizavam o governo pelas violências que enfrentavam. Foi o governo que as jogou em meio a valentes: fazendeiros, grileiros, mineradoras e madeireiras, os quais reproduziam o mito do pioneirismo dos colonos brancos que conquistaram terras supostamente vazias. Os valentes ameaçavam cotidianamente seus bens, lotes, direitos, animais, roças, acesso à água, corpos, casas, escola e outras materializações de seu trabalho e ocupação na terra requisitos para serem assentados. Ao mesmo tempo, muitos servidores do governo se revelaram serpentes por favorecerem valentes e disciplinarem os movimentos dos pequenos agricultores. Movimentos esses necessários para a habitação da terra enquanto morada da vida, em conjunto com seres não humanos e materialidades não redutíveis a recursos”. Para assentados, as serpentes e os valentes, embora diferentes, se complementavam como agentes de sua expropriação em situações narradas por humilhações e covardias, bem como por usos do fogo e de venenos por fazendeiros, grileiros, aviões do agronegócio (pecuária e soja) e mineradoras que exploram ouro do PDS. Ademais, esses antagonistas gradualmente envenenaram as relações entre assentados, via acordos com alguns de seus segmentos, que se converteram ao outro lado da luta. As famílias que se mantiveram na luta do PDS eram alvo de ameaças, agressões, desprezo e racismo anti-indígena e antinegro, sendo estigmatizadas como vagabundas, sem-terra e/ou ambientalistas. Logo, eram retratadas como contrárias às melhorias de vida prometidas pelos valentes que, por seu turno, passaram a ser descritos como amansados ou coringas devido às ajudas que ofereciam. Assim, a persistência do discurso civilizador do desenvolvimento e o apagamento de outras historicidades e formas interespecíficas de habitar o mundo são dispositivos da colonialidade nesses conflitos. Argumento que a questão étnico-racial é central nos conflitos desencadeados por políticas de desenvolvimento orientadas por eixos de exportação de commodities.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_484_82727974_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Alter-naturezas quilombolas: convivialidade, conservação e a plantation no Haiti do século XIX

Rodrigo Charafeddine Bulamah (UERJ)

Conhecido localmente como o rei construtor”, Henry Christophe governou o norte do Haiti em princípios do século XIX. O país vivia as primeiras décadas de sua independência após um longo processo revolucionário que originou um campesinato negro livre, mas ainda circundado por um Atlântico majoritariamente escravista. Originário da ilha de Granada, esse rei-estrangeiro implementou um conjunto de leis de conservação e proteção ambiental pautado em lógicas que parecem operar a partir de uma dialética entre a plantation e a contraplantation. A proposta desta comunicação é explorar de modo detido essas leis ambientais, comparando-as com legislações vigentes em espaços euro-americanos para então discutir as continuidades e rupturas com a plantation no Haiti pós-revolucionário. Não busco aqui afirmar um pioneirismo caribenho nas formulações sobre conservação e proteção de animais e plantas, o que tem sua importância, mas nos levaria subscrever uma linearidade própria à historicidade ocidental.

Parto, então, do conceito de alter-nativo, proposto por Michel-Rolph, Trouillot, para chega à noção de alter-natureza, dialogando com debates recentes sobre conservação e convivialidade explorando outras genealogias políticas afro-atlânticas. De saída, argumento que as leis de proteção ambiental de Christophe tinham inspiração em formas de vida de escravizados e quilombolas, particularmente nos valores que essas pessoas conferiam às plantas e aos animais em hortas e terrenos de criação onde trabalhavam ao lado das monoculturas de cana-de-açúcar e outros produtos tropicais. Essa inspiração, contudo, parecia conviver com durabilidades do colonialismo e com os rearranjos da própria plantation num contexto pós-emancipação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_518_23141331_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vida política na Guiana no rastro da plantation e na era do petróleo

Rogério Louvain Viana Filho (UFRJ)

Esta comunicação é parte de uma pesquisa de doutorado em curso que busca pensar de que formas a atual instalação da indústria petrolífera offshore na Guiana entretém relações com os legados da plantation no país. No contexto em questão, um desses legados é a cristalização da divisão da esfera político-institucional-partidária entre os dois principais grupos étnicos do país, afroguianenses e indoguianenses, descendentes de escravizados e de trabalhadores contratados (indentured labourers) levados para as plantações da antiga colônia holandesa e depois britânica. Diante disso, pergunto: como se atualiza, na Guiana, a vida política no rastro da plantation (Thomas, 2019) e na era do petróleo? Para tecer as primeiras considerações sobre a questão, busco indícios em processos jurídicos movidos por cidadãos nos quais órgãos do Estado e multinacionais petrolíferas aparecem como corrêus, na presença e na ausência de protestos nas ruas, e nas cartas abertas escritas para a imprensa local. Participar ou tomar partido em cada uma dessas atividades possuem certas implicações do ponto de vista dos meus interlocutores. Nessa arena, acusações sobre "to be political" em suas ações convivem com questões que eles chamam de "paramountcy of the party" e "fear of victimization". Aqui, tomarei tais termos enquanto objetos de análise etnográfica para começar a pensar sobre como uma ordem política racializada, condensada na expressão crioula "apaan jaat" (Vaughn, 2022), se atualiza e se transforma à medida que a Guiana ganha proeminência mais uma vez no circuito extrativista do capitalismo global.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vidas dominicanas no vestígio: enredos de negridade, formas de refúgio como vigília e suas marés

Victor Miguel Castillo de Macedo (USP)

O trabalho apresenta duas formas de vestígio, conforme o termo foi definido de modo polissêmico por Christina Sharpe, ao seguir os rastros e modos de vigília que encontrei em minha pesquisa de campo com ex-combatentes da revolução dominicana de abril de 1965. A revolução é tomada enquanto um dos breves momentos em que a maré da história dominicana acena a um contra-movimento (como as tidalectics de Kamau Brathwaite). A ausência do



território dominicano nos registros das plantations coloniais dos séculos XVI ao XIX, não impediu que no século XX, se formassem plantações açucareiras vinculadas à interesses imperiais, em paralelo ao autoritarismo que ocupou mais da metade deste século no país. São vidas atravessadas pelos movimentos de expropriação do século XX que me interessam: ora expressos como violência física, ora na imposição da migração como fuga (que faz dos Estados Unidos a outra fronteira dominicana, além do Haiti). Para tanto, retorno aos itinerários da Fundação de Solidariedade aos Heróis de Abril (FUSHA), organização da qual faço parte, para descrever suas formas de vigilar (seguir os rastros e velar) vidas de pessoas negras dominicanas que participaram da revolução. Mais especificamente tratarei da busca de Tirso Medrano (poeta, advogado, presidente e fundador da organização) no refazimento dos enredos da trajetória da famosa combatente Tina Bazuca. Ao partir destes achados do acervo da FUSHA, ou retornar a tais materiais co-produzidos em campo, argumento que o gentilício que define uma pertença nacional às trajetórias descritas, é somente mais um vestígio das maquinações da plantation. De modo que as atividades da fundação operam, e esse é meu segundo argumento, como refúgios, frestas, contra-arquivos, que se deixam ver entre os vestígios e ruínas coloniais da cidade de Santo Domingo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_382_28518202_209451.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O TEMPO DO CAFÉ: relações, práticas e corpos de camponeses que crescem junto com o cultivo do café - possibilidades de pensar uma "contra-plantation"

Yeison Andres Rojas Ramirez (UFRRJ)

As reflexões desta proposta fazem parte do trabalho de campo realizado em uma comunidade rural colombiana (Trujillo Valle) durante os meses de outubro e novembro de 2023. Nessa comunidade rural, constatou-se que o cultivo de café (predominante no município) aparece como uma ordem temporária. A partir do momento em que uma planta de café é plantada, os agricultores começam a registrar os eventos de sua existência em suas raízes, folhas, sementes e frutos. As pessoas evocam suas memórias, sua espiritualidade, suas emoções, seu passado e constroem seu futuro por meio do tempo do café. Pode-se dizer que o ciclo do café é o ciclo da vida em Trujillo. No entanto, nos últimos seis anos, essa localidade rural vem experimentando uma rápida expansão das plantações de monocultura de abacate de empresas colombo-mexicanas. Terras de camponeses e famílias que antes eram dedicadas ao cultivo de café foram adquiridas para a expansão dessa monocultura. Com base em experiências autoetnográficas, imagens de arquivo e narrativas etnográficas de três famílias camponesas de Trujillo, o objetivo desta proposta é estudar as relações dos camponeses no tempo do café, suas práticas e corpos camponeses como elementos de análise para pensar uma “contra-plantation”. Levando em conta a linearidade temporal da plantação que usa o tempo a seu favor para moldar o futuro das sociedades. Este trabalho apresenta outro tempo de vida e de cultivo: o tempo do café, por meio dos modos de vida de três famílias camponesas que continuam plantando, compartilhando conhecimentos, criando laços de parentesco, movimentando seus corpos e buscando rotas de fuga diante dos sistemas de monocultura que se instauram em seus territórios. Além disso, este trabalho busca refletir sobre os significados e usos dos corpos no tempo do café, o que é

diferente da compreensão dos corpos nos sistemas de plantation que buscam corpos-sujeitos sem conexões comunitárias, sem uniões espirituais ou ancestrais, sem conexões com a terra; mas disponíveis para cultivar, cortar, semear, colher, comercializar. Essa separação entre corpo e território também equivale a novas formas de crescer e viver, de ser homem, mulher ou criança na plantation. Como os modos de vida camponeses que vivem no tempo do café possibilitam diálogos para pensar uma “contra-plantation”? Esta proposta de GT busca dialogar com os modos de enfrentamento, criação e fuga praticados por camponeses que cultivam café contra os sistemas de plantation na localidade de estudo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_577_28791061_209451.pdf

GT 045: Economias, políticas e territorialidades indígenas e negras: cenários de conflito, mudança social e identidade étnica

A proposta deste GT é reunir o conjunto de estudos e pesquisas sobre os cenários de conflito e mudança social, na América Latina, que implicam mobilizações coletivas, dinâmicas territoriais e demandas de reconhecimento étnico que confrontam grupos indígenas e comunidades negras com agências estatais, atores econômicos e empreendimentos capitalistas. O enfoque incidirá sobre contextos de antagonismo entre modalidades distintas de uso dos recursos naturais, estratégias de reprodução social e processos de reorganização econômica e política. Serão privilegiados trabalhos oriundos de etnografias e/ou reflexão teórica sobre os contextos contemporâneos dos conflitos étnicos, das dinâmicas territoriais e suas formas de organização econômica e expressão política. Os regimes de dominação social, expropriação/controlado fundiários e (i)mobilização da força de trabalho são diversos, constituindo uma área de estudos antropológicos que produziram etnografias e um rico arsenal conceitual e analítico que permitem uma base sólida para formulação de reflexões em nível comparativo sobre as situações diversas de reorganização social, econômica e política em que povos e comunidades tradicionais lutam pela manutenção de suas identidades e modos de vida.

Coordenação

Bruno de Oliveira Rodrigues (UFAM), Sidnei Clemente Peres (UFF)

Debatedor(a)

Bruno de Oliveira Rodrigues (UFAM), Sidnei Clemente Peres (UFF)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmopolítica, desenvolvimento e movimentos sócio-religiosos entre os Memortum’ré Canela

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (UFMA)

O mito de Awkhê é considerado o elemento cosmológico pelo qual os povos Timbira (Macro-Jê) elaboram sua compreensão sobre a origem do kupen (“não-índio”) e a formação das relações com a sociedade nacional; explicando ainda, a desigualdade de poder vigente entre “índios” e

“brancos” (Nimuendaju 1946). Em 1963, uma mulher Memortum’ré Canela promoveu uma dramatização do Mito de Awkhê, pela qual se desenvolveu o processo conhecido como “movimento messiânico canela” (Crocker, 1967). Num contexto de conflitos com criadores localizados no cerrado no centro-sul do Maranhão, a “profetiza” afirmava ter no seu ventre a “irmã de Awkhê”, subvertendo a ordem política tradicional Canela. Interpretando os “desejos” e a “indignação” de Awkhê com a apropriação do território e dos recursos naturais indígenas por criadores, ela autorizou e incentivou a matança do gado sertanejo pelos Canela e previu o retorno do herói cultural, quando ocorreria uma inversão nas relações de poder entre “Canelas” e “cristãos”. Os Canela passariam a viver nas cidades e a desfrutar de recursos dos “brancos”, que iriam morar em aldeias e a sobreviver da caça e coleta. O movimento foi frustrado após os primeiros ataques sertanejos e a profetiza desacreditada pelos Canela, que foram transferidos para uma região florestal, onde permaneceram por cinco anos. Nas décadas seguintes foram implantados grandes projetos de desenvolvimento regional na Amazônia e Nordeste, com impactos no centro-sul maranhense. O “messianismo canela” retornou nesse contexto orientando novos movimentos sócio-religiosos entre os Memortum’ré, vinculados ao “messianismo canela”. Este trabalho apresenta os movimentos ocorridos em 1981, 1984, 1990 e 1999, os quais são associados ao poder tutelar e a processos ligados ao desenvolvimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_517_62544749_845127.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Remoções no Rio de Janeiro: o racismo como vetor do apagamento da existência negra através do branqueamento do território e invisibilidade de seus corpos

Ana Cristina dos Santos Araújo (UFRJ)

Com a chegada de um número maior de negros nas universidades e na pós-graduação, tornou-nos não só protagonistas das pesquisas, mas os pesquisadores que introduzirão a situação dos negros na sociedade brasileira visto e sentido não como um objeto de estudo distante. Falarmos e escrevermos sobre a construção do conceito de raça e a falácia da democracia racial, ajuda a compreendermos e repercutirmos as várias facetas do racismo, das políticas de branqueamento do território (apagando o simbolismo do território, destruindo monumentos, ruas ou praças entre outros), das desigualdades sociais e econômicas e do massacre da subjetividade do povo negro. Esse trabalho pretende focar a expropriação das sociabilidades das mulheres negras removidas de seus territórios pela ação do Estado entre os anos de 2009 e 2016, na figura da prefeitura do Rio de Janeiro. Essa política de deslocamento forçado se alicerça na hegemonia de poder branca e racista que visa o branqueamento do território. Palavras-chaves: Racismo, território, mulheres, sociabilidades, deslocamentos forçados

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_499_97840584_845127.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Yanomami e as instituições do napë na região do rio Marauíá, Santa Isabel do Rio Negro-AM.

Daniela Gato Aguilera (UFAM)

O povo Yanomami é constituído por uma gama diversa de línguas, organizações políticas e sociais que são influenciadas e influenciam seus contextos de relações com agências estatais e não-governamentais. Busco, a partir da realidade dos Yanomami da região do rio Marauíá em Santa Isabel do Rio Negro, refletir acerca dessa diversidade e apontar a existência de uma realidade Yanomami que se organiza politicamente a partir de dinâmicas territoriais próprias construindo e reconstruindo a rede de relações com agentes do Estado e de ong's a partir de interesses políticos particulares. Este trabalho resulta da pesquisa bibliográfica de trabalhos etnográficos que versam sobre o povo Yanomami nos seus mais distintos contextos sociais, históricos, políticos e regionais, além de diálogos com professores e lideranças Yanomami; que assumem cargos na Associação Yanomami Kurikama, criada em 2013, como fórum de discussões entre agentes estatais, atores econômicos e os Yanomami;. A associação surge com o objetivo de colocar as pautas referentes as especificidades regionais dos xapono do rio Marauíá em destaque, tendo em vista contextos distintos vivenciados pelos Yanomami no Brasil, em específico no estado do Amazonas. Uma das características políticas dos Yanomami da região do rio Marauíá diz respeito à dinâmica própria de cisão dos xaponos e criação de novas casas comunais bastante comum na região ainda hoje que se articula à uma rede de relações com agentes “externos” reconfigurando-a a partir de novas alianças ou a partir da manutenção das alianças existentes no xapono de origem. Ademais, busco contrastar as demandas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resistência, Religiosidade e Etnicidade entre os Terena da aldeia Buriti/MS: apontamentos sobre a promessa que se tornou 'tradição'

Graziele Açoilini (UFGD), Rafael Allen Gonçalves Barboza (SED)

Os Terena da aldeia Buriti (Dois Irmãos do Buriti/MS) realizam a Festa de São Sebastião há cem anos completados em 2024, sendo esta composta por várias etapas e rituais. São Sebastião foi ressignificado e considerado padroeiro da aldeia Buriti tornando-a ‘tradicional’ entre os Terena de Buriti. Inspirando-se no conceito de ‘estruturas performáticas’ de Sahlins (1990) é possível pensar a Festa de São Sebastião como elemento que já é parte dessa sociedade. Essa Festa foi iniciada a partir da década de 1920 como uma promessa realizada em meio a uma epidemia de febre amarela que assolou a região. Frente a este tema, inevitavelmente depara-se com aspectos religiosos 'tradicionalis'/ 'ocidentais', mas também com organizacionais, territoriais e políticos que refletem relações intra e interétnicas. A Festa de São Sebastião contribui para a reelaboração étnica dos Terena de Buriti, apontando um campo fecundo para se refletir sobre noções como ‘tradição’, ressignificações e etnicidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_903_82301617_845127.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Awá-Guajá e sua relação com os bens, mercadorias e dinheiro: alguns apontamentos

Josy Marciene Moreira Silva (UNICAMP)

Neste trabalho proponho realizar um resgate sócio-histórico da inserção de bens, mercadorias e dinheiro no cotidiano dos Awá-Guajá, apresentando desde sua situação de contato aos dias atuais, e refletindo como a história material dos Awá está conectada a história de suas relações e encontros. A partir de diferentes fontes, tais como, etnografias, relatórios, notícias de jornais, informações e observações de campo identifico e analiso as diferentes fontes de recursos, a inserção das mercadorias em seu cotidiano e os impactos nas socialidades Awá. Os Awá são um povo indígena que habita a porção oriental da Amazônia, mais precisamente localizados no noroeste do estado do Maranhão, entre as bacias do Rio Pindaré e Gurupi, nas proximidades da divisa do Maranhão com o Pará. Foram, contatados e aldeados pelo órgão indigenista brasileiro a partir da segunda metade da década de 1960 sob a justificativa de proteção, tendo como mote principal a construção da Estrada de Ferro Carajás (EFC), que corta seu território tradicional. O recebimento e distribuição de recursos oriundos da mitigação, via Componente Indígena do Plano de Impacto Ambiental da empresa mineradora VALE S.A, pode ser considerada a principal fonte de recursos recebidos pelos Awá, no entanto outras fontes de recursos também se fazem presente nas aldeias Awá, tais como a comercialização de artesanato e o recebimento de salários, como por exemplo, professores e agentes de saúde, além de benefícios sociais, como Benefício de Prestação Continuada e Bolsa Família. Assim, busco compreender a partir do resgate sócio-histórico, acerca de sua relação com os bens, mercadorias e dinheiro, a forma como lidam com a alteridade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Onde estão os Puri do Sudeste brasileiro? Do apagamento aos caminhos da visibilidade e retomada étnica

Juliana Frontelmo Soares (UFRRJ)

Este trabalho tem a intenção de mostrar que a presença dos indígenas Puri no Sudeste brasileiro esteve em evidência em variados processos de resistência e de (re) construção identitária contínuos, apesar da historiografia nacional ter negado suas existências ao declará-los como extintos no século XIX. Para combater o projeto de apagamento e silenciamento de suas histórias nessa região, recorro ao levantamento de fontes primárias e secundárias, além da observação das redes sociais criadas e gestadas pelos Puri, atrelando-as aos vestígios históricos de suas trajetórias e agências, a exemplo dos atuais processos de retomadas desse povo. Essas retomadas acontecem em várias partes do Sudeste em movimentos auto organizados em diálogo com as comunidades urbanas e com pesquisadores por meio de espaços de trocas e de construção coletivos. Como resultado, muitos Puri tem conseguido maior autonomia e visibilidade de suas principais reivindicações, bem como espaços de reconstrução de suas culturas, evidenciando cada vez mais o enfraquecimento das narrativas coloniais e o fortalecimento das memórias e histórias vivas desses indígenas. Assim, proponho uma breve revisão historiográfica para analisar como esses indígenas tem reinterpretado suas próprias histórias hoje e quais foram os caminhos possíveis de sobrevivência que eles traçaram para emergirem do estigma de desaparecimento imposto pelo Estado e por variados setores da sociedade. Os resultados dessa pesquisa poderão contribuir para uma nova abordagem

histórico-antropológica que divulgue e colabore com a reconstrução e manutenção da história dos Puri.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrativa militar versus territorialidade yanomami: disputas em torno do processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami

Laila Zilber Kontic (USP)

Neste trabalho pretendo pensar o processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami a partir das disputas entre a narrativa militar sobre a soberania nacional na zona de fronteira amazônica, de um lado, e, de outro, a defesa dos movimentos pró-yanomami pela demarcação de um território amplo e contínuo para esse povo. O discurso dos militares contrário à demarcação era fundamentado sobretudo no receio de que os Yanomami poderiam transformar-se em uma nação independente cujo território seria controlado por potências estrangeiras, comprometendo a integridade e a soberania territorial do Brasil. Do outro lado, o argumento dos movimentos pró-yanomami evidenciava a indissociabilidade do modo de vida yanomami com a necessidade de um território amplo e contínuo para a sua sobrevivência e manutenção das dinâmicas socioespaciais e cosmológicas. Essas disputas tiveram início a partir dos anos 1970, quando intensificou o contato dos Yanomami com os não indígenas. Nesse período, a importância da Amazônia no pensamento geopolítico brasileiro cresceu substancialmente. A ideia de que a região era internacionalmente cobiçada e que deveria, portanto, ser defendida e ocupada por brasileiros, disseminou-se em alguns setores militares, sobretudo na ala golpista. A implementação de grandes projetos de desenvolvimento econômico como a construção de estradas de longa distância e de infraestrutura foi a solução do governo para criar condições efetivas para essa ocupação. Esses projetos tiveram consequências devastadoras para os povos indígenas amazônicos. No caso dos Yanomami do Brasil, a área ocupada por eles tornou-se um polo de atração para garimpeiros e mineradoras. Como resposta, os movimentos pró-yanomami lançaram uma campanha nacional e internacional pela expulsão dos milhares de garimpeiros das áreas yanomami e pela demarcação de um território amplo e contínuo. O processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami (homologada por Fernando Collor em 1992) durou um pouco mais de vinte anos, durante os quais os diferentes interesses de alas militares e movimentos pró-yanomami e indígenas resultaram em disputas no campo midiático e político no Brasil e no exterior. Neste trabalho, pretendo refletir sobre essas disputas a partir de documentos redigidos na época, do modo como a política indigenista estatal foi estruturada, do modo como os yanomami concebem a territorialidade e, por fim, a partir dos livros que influenciaram o pensamento geopolítico dos militares sobre a Amazônia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Casas de artesanato, casas de artesão: agência, política e cultura no Quilombo Campinho da Independência (Paraty/RJ)

Leonardo da Silva Vidal (UFF), Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes (Departamento de Antropologia - UFF), Karla Estelita Godoy Waizbort (UFF)



As mudanças no Quilombo Campinho da Independência por meio da luta política proporcionaram melhorias nas condições de vida ao mesmo tempo que evidenciam as contradições dos processos de reconhecimento étnico, pois precisam manter elementos de uma noção reificada de cultura quilombola. As diferentes significações da categoria "casa", neste sentido, revelam um processo de objetificação desses valores culturais, na medida em que as casas de artesãos são construções de alvenaria e os objetos que compõem seu interior são de origem industrial e as casas de artesanato permaneceram como construções de pau-a-pique ou alvenaria revestida com barro compostas por objetos artesanais feitos com fibras naturais, conformando o imaginário exótico de uma casa tradicional quilombola, ou seja, a essencialização da identidade étnica como um recurso estratégico. O primeiro aspecto dessa mudança é o consumo desses objetos, o qual não é mais uma realidade no interior das unidades domésticas, sendo reservados apenas para as casas de artesanato, mobilizando o valor cultural atribuído aos objetos a fim de negociação do valor econômico. O segundo aspecto remete à substituição da utilidade prática por uma utilidade política para artesãos, pois criam estratégias nos espaços domésticos para assegurar seus direitos políticos perante ao Estado e assegurar a comercialização frente ao gosto pelo exótico dos turistas. A comparação entre os dois modelos de casa evidenciam o processo de formação da identidade étnica no tempo presente com base no tempo passado (Gusmão, 1995) e o agenciamento da simbologia da casa tradicional quilombola na arena turística que, em outras palavras, é um movimento de politização da cultura (Turner, 1991) e manutenção de elementos da tradição, a qual é inerente ao domínio da política (Grunewald, 2012). O objetivo deste trabalho, portanto, é descrever o processo de reorganização política e econômica do Campinho por meio da análise das estratégias de mobilização dos artesanatos a fim de manutenção dos direitos territoriais quilombolas e geração de recursos financeiros. REFERÊNCIAS GRUNEWALD, R. A. Tradição. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza. Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Brasília/Rio de Janeiro/Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia/LACED/Nova Letra, p. 186-197, 2012. GUSMÃO, N. M. M. Terras de preto, terras de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro. Brasília: MINC, Fundação Cultural Palmares, 1995. TURNER, T. Representing, resisting, rethinking: historical transformations of Kayapo culture and anthropological consciousness. In: STOCKING JR., George W. (Ed.). Colonial Situations: Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Colonialismo epistêmico na construção do pensamento social brasileiro: origens históricas e perspectivas de ruptura

Marina Esteves Andriotti (UFU)

Séculos antes do nascimento das produções sociológicas e antropológicas do Brasil (na primeira metade do século XX), o pensamento colonial já havia construído um extenso discurso ideológico sobre a cultura e a territorialidade dos povos brasileiros. A narrativa construída, documentada e catalogada que se tem sobre o Brasil nos períodos de colonialismo e imperialismo impôs uma identidade atribuída à nossa cultura através de um movimento



centrípeto: de fora para dentro, de modo que o Brasil foi interpretado e descrito por via de um crivo eurocêntrico. Compreender a trajetória das produções sociológicas e antropológicas brasileiras nos últimos 100 anos perpassa por entender a construção histórica da identidade atribuída a nós a partir de modelos teóricos estrangeiros, que poluíram nosso imaginário coletivo durante séculos e jamais deram conta de decifrar a complexidade de nossa história, cultura e sociedade. Desse modo, o presente artigo objetiva investigar na História as origens do discurso eurocêntrico na construção da identidade brasileira, apoiado na análise de documentos, registros e escritos literários dos períodos de colonização e Império, para compreender a que ponto o pensamento social brasileiro aglutinou a narrativa colonialista, e em que medida as produções sociológicas e antropológicas estão caminhando para romper com a identidade eurocentricamente atribuída, rumo à construção efetiva de uma narrativa contra-colonial, que dá luz aos discursos e cosmologias afro e indígenas, como um caminho para discursar seus próprios saberes e reivindicar por identidades próprias. Em um primeiro momento, o artigo retrata historicamente a colonização como uma ordem que se deu para além da exploração de recursos naturais e de mão-de-obra não branca, portando-se também como um grande projeto de padronização de pensamentos e virtudes embasados em modelos europeus, que impunham hegemonicamente valores morais e culturais sobre os demais povos e culturas. Busca-se, portanto, demonstrar que, no eixo da episteme eurocêntrica, os intelectuais europeus que discursavam sobre as Américas atribuíram ao Brasil uma identidade inferiorizada e exotizada, secularmente documentada. Em um segundo momento, o artigo explora a trajetória da construção do pensamento social brasileiro a partir de análises de produções sociológicas e antropológicas do Brasil, germinadas desde o início do século XX. Revelando as continuidades e descontinuidades dessas produções com o discurso eurocêntrico ao longo dos anos, intenciona-se demonstrar o avanço das perspectivas de ruptura com a ordem moderna e colonial, bem como discutir sobre o giro conceitual que abriu possibilidades, no campo discursivo, para grupos sociais subalternizados serem porta-vozes de suas identidades, histórias e culturas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_927_07759420_845127.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Discutindo o fenômeno da racialização no Brasil a partir de cinco chaves conceituais

Miriam Cristina da Silva Dolzani (FAETEC)

Este trabalho se dedicará a entender o fenômeno da racialização sob cinco perspectivas teóricas diferentes, de modo a delimitar uma abordagem que se faça satisfatória para a análise da questão da identidade negra no campo da antropologia. A primeira dessas chaves será a concepção de cultura com aspas”, da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, que fará o exercício de alteridade quanto ao conceito de cultura, demonstrando que a mesma também pode ser apropriada e ressignificada por aqueles que antes eram considerados os nativos”. Dessa forma, os sujeitos da cultura podem pensá-la reflexivamente e manejá-la intencionalmente sem que essas ações sejam entendidas como falsas ou inautênticas. O Encontro Colonial de Tal Assad auxilia na interpretação da produção intelectual atual elaborada por autores negros, que buscam construir novos sentidos para a identidade negra em uma sociedade pós-colonial. A partir desse

encontro consciente com o passado, é possível identificar as disputas discursivas que ocorrem cotidianamente nas mídias e nos coletivos político-identitários. Para ele, é chegada a hora em que as comunidades oprimidas falem por si mesmas ao dominador. O conceito de fronteira étnica em Fredrik Barth é fundamental para um estudo que pretenda compreender as tensões objetivas e subjetivas possivelmente encontradas nas relações raciais entre brasileiros. Sob essa ótica, as fronteiras entre brancos, pardos e pretos passam a ser tão importantes quanto o conjunto de símbolos que demarcam internamente cada um desses grupos. O autor destaca que, com o passar do tempo, essas fronteiras identitárias podem ser reforçadas, deslocadas ou até mesmo se apagar. Didier Fassin escreve sobre o complexo processo de corporificação da raça”, crucial para a racialização dos indivíduos e dos povos, que se faz na tríade sistêmica descrita pelo autor entre o sujeito que denomina, aquele que é denominado, e a testemunha que exterioriza esse processo relacional. O fundamento da racialização estaria posto na sensação permanente de se olhar através do olhar do outro. Kabengele Munanga aposta no conceito de sincretismo cultural como forma de assumir que na realidade brasileira há um multiculturalismo que necessita ser reconhecido e ouvido em suas demandas. A ideia de unidade miscigenada aqui não cabe, sendo a diferença o princípio norteador da convivência coletiva. O autor proclama que só chegaremos a um nível maior de justiça social se absorvemos a diferença em nosso sistema. A proposta é que esses cinco autores e seus respectivos conceitos ajudem a construir as bases para a análise do fenômeno da racialização no Brasil, intrínseco ao estudo da temática da identidade negra neste país.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_425_22379425_845127.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Renascimento Xipai: história e transformação no movimento de fortalecimento cultural de um povo indígena do médio Xingu

Moisés Souza de Sena (USP)

Este trabalho trata de investigar a emergência e as formas de ação do atual movimento de fortalecimento cultural dos Xipai, povo pertencente à família linguística Juruna, do tronco tupi, que historicamente habita a região do médio Xingu. Durante grande parte do século XX, os Xipai foram considerados uma população indígena à beira da extinção, aculturada e integrada à sociedade nacional brasileira. A partir da década de 1990, como forma de se contrapor a essas identificações e narrativas oficiais, os Xipai se mobilizaram para reivindicar seus direitos políticos e fortalecer sua cultura, conforme afirmam eles próprios. Desde então, esse povo tem desenvolvido diversas iniciativas político-culturais, incluindo a revitalização do uso da língua nativa e a intensificação das tradições rituais, entre outras práticas e saberes que consideram importantes para o seu mundo. Esse movimento ocorre em um cenário político e social que é transformado pela concepção e implementação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte e de outras políticas desenvolvimentistas que impactam profundamente os povos indígenas do médio Xingu. Dessa forma, propõe-se compreender o movimento Xipai de autoafirmação de seus modos particulares de existência a partir desse quadro histórico, social e cultural em que estão inseridos. Palavras-chave: Xipai; fortalecimento cultural; reconhecimento étnico; luta por terra; Belo Monte.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Políticas de identidade Guarani Mbya: as tradições, o campo semântico e o regime de índio a partir das experiências na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã

Monique Rodrigues de Carvalho (IFRJ)

O presente artigo pretende apresentar, a partir das experiências obtidas na Aldeia Ka'Aguy Hovy Porã, localizada no município de Maricá no estado do Rio de Janeiro, como se constrói a identidade Guarani Mbya, tendo em vista um contexto no qual o processo de territorialização se constrói em um misto de negociações e conflitos locais. O artigo pretende apresentar as premissas clássicas sobre o termo etnicidade tendo-se como referência a ideia de como ela é construída a partir de suas tradições e possibilidades estabelecidas pela conjuntura histórica na qual os grupos se encontram, compreendendo-se como as diversas interações estabelecidas pelo grupo o constroem, para então se pensar como esse processo se desencadeia no caso em questão, a partir de exemplos práticos obtidos em pesquisa etnográfica, trazendo para a discussão alguns exemplos etnográficos que refletiram conceitos como campo semântico (VALLE, 1993), regime de índio (GRUNEWALD, 1999; 2002) e política de identidade (PERES, 2003; 2004).
Palavras chave: Políticas de Identidade; Guarani Mbya; Regime de índio; Campo Semântico

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_545_04465187_845127.PDF

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Diferenças comparadas: coletivos Kaingang, Nambiquara e os etnônimos.

Rodrigo Souza Fontes de Salles Graça (FUNAI/UFPR)

Apresentamos de modo introdutório proposta de comparação etnológica dos modos de produção de diferença de coletivos/política entre os Kaingang (Jê meridional, região sul e sudeste do Brasil) e os Nambiquara (língua isolada, região oeste/noroeste de Mato Grosso e sul de Rondônia), a partir dos etnônimos. Se entre os Kaingang encontramos densa concentração demográfica por aldeia, distinção da língua limitada a cinco dialetos (WIESEMANN, 1971) e chefia política com amplo lastro populacional, entre os Nambiquara, atualmente, constam mais de 30 grupos que se diferenciam (COSTA, 2009), distribuídos em diversas aldeias com baixa densidade demográfica, bem como apresentando significativas variações linguísticas - três línguas distintas, com variação de 16 dialetos (TELLES, 2013). Há contrastes que se apresentam nestes traços amplos que nos levam a perguntar sobre os distintos modos de diferenciação implicados. O campo de debate entre os processos sociocosmológicos de modos de produção de diferença (FAUSTO, 2001), reconsiderando a contraposição dos Jê estritamente centrípetos e os Tupi centrífugos (GORDON, 2006), ampliam-se em diversidade de dinâmicas, seja entre os Tukano, Arauak, Yanomami e Pano, como observa Andrello (2016) analisando etnônimos, seja retomando a noção de dádiva e hierarquia em torno da política e socialidade no Alto Xingu. Deve-se ainda destacar o alargamento de espectro comparativo considerando aspectos históricos e historicidades subjacentes. Face aos processos históricos de expropriação e homogeneização territorial que os Kaingang (TOMMASINO, 1995) e Nambiquara (ARAÚJO, 2020) enfrentam os primeiros entre o sul/sudeste, os últimos entre centro-oeste/norte, do Brasil - há variações distintivas que se apresentam a partir dos etnônimos: se

entre os Kaingang, entre os séculos XIX e XX há supressão dos etnônimos específicos como referencial distintivo de grupos (GOES, 2018), entre os Nambiquara ao longo do século XX, constata-se multiplicidade dos mesmos (PRICE, 1987). De qual modo compreender tais distintas modulações nos processos históricos? Para abordagem destes contrastes, além da análise das caracterizações estritas dos etnônimos, torna-se relevante contemplar entre os Kaingang e Nambiquara, respectivamente: os padrões das denominadas marcas (rá) nos artesanatos (GRAÇA, 2023); a distinção fúnebre de cavernas de espírito. Deste modo, ao lado da hipótese sobre o dualismo Jê/Kaingang situado para além de aspectos diametrais, referente aos Nambiquara segue-se o lastro da produção da diferença não reduzindo-a a um dualismo econômico sazonal mas contemplando plano cosmopolítico e territorial de multiplicidade de coletivos, possibilitando desdobrar o potencial da análise comparativa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aldeia Três Rios: vinte anos depois da retomada.

Thayná Donato Gomes (UFPB), Estêvão Martins Palitot (UFPB), Ruth Henrique da Silva (UFPB)

A aldeia Três Rios situa-se na Terra Indígena Potiguara de Monte-Mór, município de Marcação, Paraíba. No ano de 2003 as famílias indígenas da região conseguiram retomar este espaço, enfrentando desencadeando uma longa e difícil mobilização contra as usinas de álcool da região que mantinham no espaço da aldeia um imenso canavial. A partir daí seguiu-se um processo de reorganização social, destinando-se o espaço da retomada para moradias e agricultura familiar e sendo vedado o plantio de cana-de-açúcar. Os impactos socioambientais da lavoura canavieira na área retomada implicaram também a necessidade de processos de recuperação das áreas degradadas. Nossa pesquisa visa identificar como está a situação atual da aldeia Três Rios após tantos anos de retomada e contribuindo para dialogar com o campo de estudo das retomadas indígenas. Como temas principais de estudo temos o papel das mulheres na retomada, o processo organizativo da aldeia e os esforços de recuperação ambiental do território.

GT 046: Educação diferenciada e territorialidades: fazeres, conflitos e resistências

A proposta é refletir sobre as situações relacionadas a política de educação específica e diferenciada, tendo como objetivo socializar as tensões e problemáticas apontadas pelos professores indígenas, quilombolas e do campo/floresta e das águas. Refletir sobre o processo de apropriação dos territórios e dos projetos de futuro das comunidades relacionados à educação diferenciada e as tensões com relação aos projetos políticos hegemônicos, impactos de grandes empreendimentos e as políticas locais, as redes municipais e estaduais de ensino, apontando contradições para a efetivação dos processos educacionais. Discutir os processos de mobilização e fortalecimento das comunidades no diálogo entre permanência, deslocamentos e fortalecimento das identidades coletivas. “[...] mobilizações diz respeito aos signos de reconhecimento e aos seus valores evocativos, que passam a identificar as diferentes identidades coletivas e seus

movimentos respectivos [...]”. (ALMEIDA, 2008, p. 95). As transformações não se deram em virtude da legislação, mas bem o contrário, as mudanças na educação brasileira foram consequência da forte mobilização política dos movimentos sociais desde os anos 1980. (TASSINARI e GOBBI, 2009). Deste modo, mostra-se de forma clara que todo o processo de reflexão sobre educação indígena, quilombola e do campo/floresta e das águas coaduna-se com a busca consolidação dos territórios de bem viver, opondo-se a todas as formas de autoritarismo, dominação, destruição.d

Coordenação

Claudina Azevedo Maximiano (IFAM), Euzalina da Silva Ferrão (SEDUC-PA)

Debatedor(a)

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ), Maria Helena Ortolan (UFAM), Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

COLONIALIDADE E PEDAGOGIA DECOLONIAL: "reflexões sobre educação e decolonialidade para as relações étnico-raciais."

Aline Pedro Moura (UFRN)

O artigo apresenta estudos sobre pensamento decolonial as formas de descolonizar o currículo e algumas considerações sobre práticas pedagógicas. O objetivo consistiu-se em compreender as relações étnico-raciais o que têm sido discutidas sobre o conceito de colonialidade, desconstruindo alguns mal entendidos enfrentados por professores em relação ao pensamento decolonial. A metodologia consistiu-se em organizar revisão de literatura utilizando o método de pesquisa bibliográfica de natureza descritiva. Nos resultados e discussões buscou-se analisar o conceito de pensamento decolonial nas abordagens teóricas, situar o currículo escolar na desconstrução de práticas pedagógicas eurocentrados. Concluiu-se que nas abordagens sobre o pensamento decolonial, desconstruir fundamentos não é apenas um desafio, mas uma necessidade para alcançar uma verdadeira emancipação, pois no pensamento decolonial, a libertação está intrinsecamente ligada à rejeição da colonialidade que sustenta as estruturas da modernidade. Portanto não é preciso inventar outro mundo, ou outras formas de viver, mas é preciso reeditar o mundo em que vivemos e o modo como vivemos nele. Palavras-chave: Relações étnico-raciais, Pensamento Decolonial, Colonialidade, Educação escolar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_274_38169616_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre dados oficiais e realidades das escolas indígenas: uma análise crítica da pesquisa-ção

Amanda Rodrigues Marqui (UNESCO)

Esta comunicação pretende discutir o estudo técnico em elaboração para o Ministério da Educação por meio de uma consultoria sobre os territórios etnoeducacionais Rio Negro e Yanomami e Ye'kwana. Os Territórios Etnoeducacionais - TEEs foram dispostos pelo Decreto

nº 6.861, em 27 de maio de 2009, estabelece que cada território etnoeducacional compreenderá, independentemente da divisão político-administrativa do país, as terras indígenas, mesmo que descontínuas, ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações lingüísticas, valores e práticas culturais compartilhados. Na prática os TEEs não foram implementados por diversas questões, dentre elas, a falta de articulação e mediação entre MEC e Secretarias de Educação. Neste estudo técnico foram analisados os dados oficiais, por meio do Censo Escolar da Educação Básica do Inep, de 2012 a 2022, e realizadas visitas técnicas às aldeias/comunidades indígenas. Os dados oficiais sobre os TEEs Rio Negro e Yanomami e Ye'kwana demonstram a precariedade da situação da oferta da infraestrutura da escolas indígenas. As visitas às comunidades revelam a complexidade de fazer políticas públicas específicas que atendam as demandas e respeitem a cultura e os processos próprios de ensino e aprendizagem. Neste sentido, o esforço aqui é problematizar o fazer pesquisa-ação no campo da antropologia e das políticas públicas educacionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cidades educadoras e territorialidades: o continuum entre o urbano e o rural para um desenvolvimento sustentável

Ana Carolina Campos de Melo (UFPA), Beatriz Santos Pontes (Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria)

Tanto os espaços urbanos como os rurais guardam consigo suas especificidades sócio-espaciais, dentro desta perspectiva, o presente estudo propõe algumas reflexões acerca do continuum entre o urbano e o rural, a partir de um diálogo interdisciplinar entre os campos da educação e dos estudos urbanos. A discussão proposta parte da ideia síntese de cidades educadoras, entendidas como estratégias para implementação de ações educacionais visando a valorização de práticas sustentáveis e de valorização da vida, contribuindo para o debate que se assenta dentro de uma dimensão histórico social das relações inter e intra humanas. Percebe-se na atualidade uma confluência entre urbano e rural, uma vez que há uma combinação cada vez maior dos modos de vida que antes caracterizavam a dicotomia urbano-rural, seja nas práticas de sustentáveis de produção, armazenamento e obtenção de alimentos, seja nas formas de diminuir a emissão de gases poluentes, e de tantas outras formas de interação dialética entre a urbanidade e a ruralidade. Urbanidade e territorialidade são termos que designam concepções diferentes; enquanto o primeiro designa modernidade e civilidade o outro, dentro um viés de pejoratividade é usado para referir-se à rusticidade, ao atraso. Tal distinção entre moderno e arcaico, estão caindo em desuso quando se fala em sustentabilidade, pois o termo envolve a articulação entre natureza e sociedade, integrando ações que visem dirimir os riscos que afetam tanto a vida vegetal como a animal. Há de considerar que as configurações sócio-espaciais se apresentam de maneiras distintas, uma vez que têm relação com a diferentes concepções de sociedade e com os objetivos e os parâmetros econômicos e tecnológicos que circundam as sociedades. Logo, pensar numa perspectiva de cidades educadoras é promover ações que fortaleçam vínculos em prol de fazer com que a qualidade de vida e do ambiente sejam elementos chave na formação de um continuum entre rural e urbano, onde o ponto de sinergia

seja as interseccionalidade que ambos encerram quando se fala em educação e cidadania. Os princípios chaves para se pensar o ideário da sustentabilidade tem como pilares a diversidade, os valores, as diferentes linguagens, a valorização da diversidade, as bases epistemológicas do conhecimento, as diferentes visões de mundo, valores associados à cultura, que se entrelaçam nesse complexo invólucro que se chama vida em sociedade, independente do território ao qual está circunscrito. É na confluência dos elementos ora expostos, que propomos novas formas de se pensar em ações educativas a partir de um olhar sobre as complexidades que envolvem o continuum urbano-rural, as quais revelam as diferentes geocrafizações, sem que se possa incorrer no esquecimento de que um é o continuum do outro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre a lei e a luta: disputa pela educação do campo em comunidades rurais no Município de Sumé-PB.

Carla Mailde Feitosa Santa Cruz (UFCEG)

A educação do campo enquanto modalidade é relativamente nova no contexto da educação brasileiro, tendo em seu primórdio a luta dos trabalhadores rurais sem-terra reivindicando uma educação que vinculasse às práticas pedagógicas escolares com o modo de vida camponês (Arroyo, 1999). Em termos de legislação e políticas afirmativas somente a partir dos anos 2000 é que foram promulgados documentos reconhecendo as especificidades desta modalidade de educação. A educação do campo nas comunidades rurais representa a possibilidade de aproximação, de articulação, de interação, de construção de saberes, não só entre os educandos, mas destes com as suas comunidades, promovendo transformações que contribuem para superar o histórico processo de negação de direitos as populações camponesas. O Município de Sumé-PB é o terceiro maior município do Estado da Paraíba, com extensão territorial de 833.315 km². Entre os anos de 1994 e 2018 foram fechadas cinquenta escolas do campo no Município de Sumé-PB. Situando o fechamento das escolas do campo no Município de Sumé-PB em suas particularidades dentro de um contexto mais amplo, temos a estreita relação do neoliberalismo no campo educacional. Os dados sobre fechamento de escolas do campo no Brasil são alarmantes e contradizem o que se tem de avanços em termo de legislações. Esta pesquisa está em curso e buscar analisar o processo de fechamento de três escolas do campo a partir das vivências do movimento contra hegemônico suscitado a partir de 2015 e fortemente alavancado em 2018, reclamado pelos povos do campo das comunidades rurais Carnaúba, Pitombeira e Assentamento Mandacaru e que levou às instâncias jurídicas o poder público municipal. A análise do fechamento e das resistências em defesas das escolas nos fornecerá parâmetros/elementos para compreender como se manifesta a colonialidade e a decolonialidade nos processos educacionais. Enunciamos os sujeitos envolvidos neste processo de reivindicação à educação do campo no município de Sumé-PB como continuadores das lutas contra a desumanização das condições de vida no campo. Uma realidade de injustiça, desigualdade, opressão, que exige transformações sociais estruturais e urgentes (Caldart, 2002, p.18). Em busca de compreender as manifestações da colonialidade e decolonialidade nos processos educacionais através do fechamento das escolas do campo no Município de Sumé-PB aportamos nas bases teóricas dos estudos pós-coloniais latino-americano e utilizando

fundamentalmente os conceitos de Colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005;2007) e Maldonado-Torres (2007) e seus fundamentos através do racismo epistêmico (GROSFOGUEL, 2007); bem como o conceito Diferença Colonial (Mignolo, 2003) e Decolonização (Washl, 2005; 2007).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_882_80427695_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ensinando e aprendendo sobre agroecologia nos Quilombos do Andirá (Barreirinha - AM): possibilidades e desafios da educação profissional

Francine Pereira Rebelo (IFAM), Christiane Pereira Rodrigues (IFAM), Juliana Carolina da Silva (IFAM)

Segundo a lei 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, um dos objetivos dos Institutos Federais é ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. Ainda que seja um dos objetivos da Rede Federal, são inúmeros os desafios para construção de uma educação profissional que dialogue com as demandas dos grupos sociais vulneráveis, tais quais os quilombolas. Desta forma, a partir da experiência do processo de elaboração e execução do curso de Auxiliar em Agroecologia, realizado na comunidade Quilombola de Santa Tereza do Matupiri, Barreirinha-AM e envolvendo seis comunidades quilombolas da região do Andirá, destaca-se as dificuldades e possibilidades dos Institutos Federais na oferta de Educação Profissional nos territórios. Evidencia-se a articulação e mobilização de entidades e lideranças quilombolas, bem como a consulta das comunidades quilombolas envolvidas por parte do Instituto Federal do Amazonas campus Parintins, responsável pela execução do projeto, revelando o protagonismo e participação ativa da comunidade em todas as etapas da construção e realização do curso. As taxas de permanência e conclusão significativas dos discentes quilombolas inscritos no curso apontam que a adesão da comunidade e das lideranças quilombolas, a parceria com demais instituições locais e a mobilização de diferentes setores públicos impactam diretamente no êxito das ações de extensão, sobretudo, nas iniciativas realizadas em territórios com distâncias expressivas de grandes centros urbanos e com exigência de uma complexa logística fluvial. Por fim, apontamos a importância do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) dos IF's e UF's para atendimento das demandas das populações negras, quilombos, indígenas e etnicamente diferenciadas. O projeto ainda apontou a necessidade de visibilizar categorias nativas da região amazônica e que considerem as intersecções de saberes e conhecimentos afro-brasileiros e indígenas afro-indígena. Nas palavras de Fábio Castro (2018), lançando luz ao complexo "tabuleiro social da Amazônia" e que contemple a diversidade de suas populações e, no caso desta pesquisa/relato de experiência, refletindo teoricamente sobre a categoria de "indíobola" apresentado pelos moradores dos quilombos da região do Andirá.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_639_22904260_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Educação como aliada no processo identitário no Quilombo de Coqueiros

Francisco Cândido Firmiano Júnior (UFRN)

A Educação como aliada no processo identitário no Quilombo de Coqueiros Francisco Cândido Firmiano Júnior (Doutorando em Antropologia UFRN) Orientadora: Julie Antoinette Cavignac (Departamento de Antropologia / PPGAS UFRN) Resumo Este trabalho visa refletir sobre a construção de uma educação escolar quilombola, com a aplicação da lei 10.639/2003 em Coqueiros, comunidade quilombola situada na zona rural de Ceará Mirim/RN. Nossa perspectiva visa uma reflexão sobre a educação em relações étnico-raciais e a antropologia da educação, na busca de uma formação escolar que respeite a história e identidade da comunidade quilombola. Apresentaremos a construção da proposta de uma escola diferenciada que inicia com o processo de emergência étnica, nos anos 2000. Analisamos os elementos do que é apresentado como cultura quilombola nas práticas pedagógicas e no cotidiano escolar de Coqueiros, considerando a aplicação das legislações de promoção da igualdade racial, além da apresentação da dimensão identitária para o diálogo com governos municipais e estaduais. Nas duas escolas de Coqueiros, onde a taxa de analfabetismo é elevada, a discussão e implementação da escola como quilombola foi iniciada e já podemos afirmar que a conscientização dos estudantes sobre sua história, seus modos de vida e fazeres contribuiu para o sentido de pertença ao território. A implementação de ações afirmativas parece crucial para conscientização, valorização da população quilombola e combate ao racismo na escola. Ao longo do trabalho, são abordadas as narrativas que emergiram durante o processo de reconhecimento étnico na comunidade de Coqueiros, destacando o papel crucial da escola como aliada nesse processo. A efetivação de uma educação escolar quilombola visa não apenas proporcionar uma formação escolar mais adequada à comunidade, mas também respeitar sua história e identidade cultural. Palavras-Chave: Coqueiros, Educação Diferenciada e Território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A escola como ferramenta de luta pela terra em retomadas Guarani e Kaiowa

Hildyanne Teixeira Costa Cruz (UFSCAR)

Em Dourados, no Mato Grosso do Sul, está localizada uma das terras indígenas mais populosas do Brasil: a Reserva Indígena de Dourados (RID). Com cerca de 20 mil pessoas, vivem nela famílias dos povos Kaiowa, Guarani e Terena, sendo as duas primeiras as etnias mais numerosas e a partir das quais me proponho a pensar as questões desse trabalho. A RID é conhecida, nacional e internacionalmente através de noticiários, movimentos sociais e pesquisas acadêmicas, pela precariedade em que vivem os indígenas que nela residem e pelas situações de violências aos quais foram submetidos desde que foram expulsos de seus territórios tradicionais e recolhidos em pequenas áreas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1917. Em contrapartida, os Guarani e Kaiowa são conhecidos pelas respostas aos ataques de seus direitos através das reocupações dos territórios tradicionais, identificado por eles como tekoha ou retomadas. Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo trazer reflexões a partir das experiências dos Guarani e Kaiowa com a educação escolar na finalidade de compreender a relação entre luta pelo território e novas modalidades de educação escolar dentro

das áreas ainda não demarcadas. As parentelas guarani e kaiowa envolvidas em processos de recuperação dos territórios tradicionais têm dado especial atenção para projetos de educação, que aparecem como um auxílio da luta pelo tekoha e teko porã (bem viver). Dessa forma, o objetivo desse trabalho é elucidar sobre os impasses enfrentados pelos Guarani e Kaiowa na luta para efetivação da escola, bem como, discutir sobre as novas modalidades de educação escolar indígena como política guarani e kaiowa voltada para defesa do território retomado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_727_35836221_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processos educacionais e construções identitárias étnico-raciais: um estudo de caso sobre a configuração da identidade quilombola no Colégio Estadual Quilombola da Bacia do Iguape, Cachoeira/BA

Izabelli Santos da Conceição (fapes)

Este trabalho visa refletir sobre os processos educacionais em interface com a identidade quilombola, buscando compreender a configuração da identidade étnico racial através da educação formal do ensino médio, no Colégio Estadual Quilombola da Bacia do Iguape, situado no território de Santiago do Iguape, Cachoeira, Bahia. Neste projeto buscarei identificar os processos educacionais formais aos quais os estudantes estão sujeitos, suas dinâmicas e conteúdos no que se referem à identidade quilombola, mapeando as construções identitárias que são produzidas pela escola e como elas se relacionam, ou não, com os processos educacionais não formais, localizando dilemas e contradições. É preciso compreender, portanto, como a escola enquanto um espaço político de formação assume uma posição estratégica na configuração da identidade quilombola diante dos conflitos políticos e territoriais que constituem essa identidade. Por isso, essa investigação será de cunho qualitativo e lançará mão de uma diversidade de fontes para o estudo de caso. Consideram-se assim, os dados históricos, econômicos, sociais, culturais, geográficos e documentais, assim como, aqueles que serão oriundos das entrevistas. Palavras-Chave: Educação; Identidade quilombola; processos educacionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Etnomatemática como possibilidade para uma Educação dentro de uma Perspectiva Sócio-cultural

José Eduardo Garcia dos Santos (UFSM), Beatriz Santos Pontes (Secretaria Municipal de Educação de Santa Maria)

A etnomatemática surgiu na década de 70, contrapondo-se aos modelos educacionais tradicionais que sectarizam e excluem. De forma contrária, a etnomatemática proporciona o desenvolvimento do conhecimento lógico matemático, dando ênfase às culturas locais como forma de envolver, ativamente, os estudantes e valorizar as suas culturas. Assim, o presente trabalho tem por objetivo refletir e destacar a etnomatemática como possibilidade de contemplar a diversidade mediante a importância da valorização às várias culturas locais no processo de ensino e aprendizagem da matemática, defendendo assim, que todos os saberes são



importantes e negando a sua hierarquização e homogeneização. Partindo dos referenciais de Wittgenstein (2004) e D'Amdrosio (2006, 2004, 2001), torna-se possível compreender a etnomatemática como uma ferramenta metodológica que contempla as subjetividades dos educandos, qualificando cada vez mais o processo de ensino e aprendizagem da Matemática de forma interdisciplinar. Justifica-se abordar a temática pela desvalorização cultural dos estudantes cujas culturas não refletem, ou não representam o conhecimento "hegemônico" que se expressam em um "currículo fechado", caracterizado pelo uso de rituais e dispositivos que silenciam vozes subalternizadas pelas históricas relações de poder se configurando, por isso, em um eficaz instrumento de silenciamento cultural o que repercute negativamente no processo de ensino-aprendizagem se consubstanciando, muitas vezes, em fracasso escolar que é entendido enquanto resultado de uma estrutura escolar e curricular desigual e excludente e de práticas pedagógicas incoerentes. Portanto, é indiscutível que qualquer tentativa de ensino descontextualizado da realidade se torna um fracasso. Dessa forma, um sistema de ensino que tenta ensinar para seus alunados conteúdos prontos, tendo em conta a diversidade cultural e social dos mesmos, estará na verdade dificultando o processo de ensino-aprendizagem, o que gera, por sua vez, o fracasso escolar e corrobora nos altos índices de evasão e reprovação escolares. Além do problema nos resultados do processo de ensino-aprendizagem, o desfoque curricular, ou seja, a supervalorização de uma única cultura em detrimento das outrem, cria impactos negativos no processo de construção da identidade dos alunos. É importante dar vazão à representatividade cultural no processo de construção curricular e como elementos importantes para a formação da personalidade/identidade dos alunos. A etnomatemática além de ser contextualizada, busca também resgatar os valores culturais dos grupos marginalizados através de validação e reconhecimento de suas culturas no processo de ensino e aprendizagem cuja prática pedagógica está alicerçada na valorização das relações étnico raciais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_328_53599735_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Breve análise sobre a educação oferecida aos Indígenas Tembé: discursos, memórias e relatos da escola do SPI, FUNAI e SEDUC-PA no Posto Indígena Tembé.

José Rondinelle Lima Coelho (Seduc-PA), Josias de Souza Sales (IFPA)

Este artigo analisa a História da Educação Escolar Indígena Tembé do Alto Rio Guamá. Fizemos isto, através da noção de Processo de Territorização e Situação Histórica, categorias que nos ajudaram a refletir sobre as escolas que se estabeleceram em aldeias nesta Terra Indígena. Pois, durante mais de cinquenta anos de escola, os Tembé passaram por diversas experiências no que diz respeito a educação oferecida dentro de suas aldeias. Ou seja, tanto pelo Serviço de Proteção ao Índio, Fundação Nacional do Índio ou Secretaria Estadual de Educação, o que se teve/tem são processos marcados por rupturas e alianças entre o grupo Tembé e tais órgãos administradores da educação escolar oferecida a estes indígenas. Diante disto, nos propusemos a construir este texto pautados em teorias de autores como Oliveira(1988), Foucault(1987), Alonso (1996) e Conh (2005). Escolhemos desta forma, tanto para pensar a educação na antropologia, a partir de noções de poder, território e situações de rupturas e alianças. Além de tecer análises sobre o papel dos agentes sociais envolvidos. Assim,

a partir deste ensaio, tem-se que a educação escolar oferecida para os Indígenas Tembé são marcadas por lutas na busca pela garantia da interculturalidade, do bilingüismo, da especificidade e da diferenciação, propostos na Constituição Federal. Mas que, apesar de não haver garantia total do que diz a lei, a escola vem se apresentando como espaço de luta e fortalecimento destes indígenas por seus direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A produção acadêmica sobre educação diferenciada em comunidades tradicionais

Kalyla Maroun (UFRJ), José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP)

Este trabalho objetiva debater sobre os significados da educação diferenciada entre comunidades tradicionais a partir de uma análise sobre a produção acadêmica disponível sobre a temática. No debate sobre uma possível demarcação conceitual de educação diferenciada, ou currículo diferenciado, partimos da hipótese de que ela não se configura como um objeto em si mesmo, sobre a qual se possa teorizar de forma abstrata, voltando-se a uma linguagem que emerge de situações de conflitos e disputas locais, travadas muitas vezes entre os desejos comunitários para a escolarização, e o currículo universalista, que perpassa documentos como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Base Nacional Comum Curricular. No intuito de verificarmos tal argumento, fomos à bibliografia disponível sobre o tema, por meio da coleta de referências na plataforma Scielo, utilizando as seguintes palavras-chave na busca: educação diferenciada or currículo diferenciado. Encontramos 87 referências, dentre as quais somente 15 abordavam a temática. Foram analisados 11 artigos que tratavam da educação escolar diferenciada indígena, 1 da educação escolar diferenciada caiçara e 3 da educação escolar diferenciada quilombola. Percebemos que a dificuldade de abordar a educação diferenciada como um objeto autônomo está, portanto, no fato de as suas manifestações concretas não resultarem de um projeto comum, mas de reações locais singulares, que variam tanto com relação à configuração e aos projetos políticos (pedagógicos) das comunidades (escolares) de referência, quanto com relação a uma sensibilização dos gestores públicos, em seus diferentes níveis, em incorporar tais singularidades. As manifestações concretas da educação escolar diferenciada são, por isso, não só variadas, mas efetivamente contraditórias, tendo em comum, principalmente, o fato de resultarem de um conflito de perspectivas, projetos e expectativas. Isso, porém, não elimina a importância do debate acadêmico pautado nas diferentes experiências de educação diferenciada de comunidades/povos tradicionais, à medida que ele pode vir a contribuir com a reflexão sobre as ações pedagógicas realizadas no cotidiano escolar, junto aos desejos comunitários de indígenas, quilombolas, caiçaras, dentre outros. Apesar de o tema estar relacionado a um núcleo de elementos comuns, como os currículos, pedagogias e/ou projetos pedagógicos próprios, que tematizam demandas identitárias, sociais, políticas, culturais, linguísticas e econômicas das comunidades, a educação diferenciada não pode ser considerada um objeto em si mesmo, tendo em vista que representa projetos singulares de educação escolar, que não podem ser deslocados para contextos diferentes daqueles nos quais estão inseridos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Educação quilombola como enfrentamento ao racismo no Alto Sertão paraibano

Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB), Fernando Henrique Pires Mamédio (UFPB), Aline Maria Pinto da Paixão (UFPB), Gabriela Novaes Santos (UFRN)

A partir da implementação da Lei 10.639/2003, que inclui a obrigatoriedade da temática e do ensino da História e Cultura afrobrasileira na rede de ensino no Brasil, o presente trabalho propõe uma reflexão acerca da prática da educação promovida pela Comunidade Quilombola de Cruz da Tereza, situada na cidade de Coremas, alto sertão paraibano, em parceria com o projeto de extensão Histórias de Quilombo. Em defesa da equidade, respeitando as particularidades e encorajando o pensamento crítico sobre a invisibilização da cultura negra, neste trabalho, descrevemos os caminhos e mecanismos delineados pela atuação da União dos Negros Quilombolas de Coremas (Unequico) para fortalecer a educação quilombola a partir de atividades pedagógicas e do aprendizado de crianças e adolescentes com base nos saberes quilombolas e nos conteúdos escolares, visando dirimir o racismo estrutural, o apagamento da história e dos aspectos culturais locais na rede de ensino municipal da cidade. Apresentamos processos e materiais didáticos-pedagógicos produzidos pela comunidade desde 2021, como a produção da cartilha *Aprendendo com os Quilombos de Coremas*, aulas de reforço escolar, fichas de acompanhamento pedagógico, oficinas artísticas/artesanais, horta educativa/comunitária, além de atividades temáticas que ressaltam a identidade quilombola e cultura afrobrasileira. Outrossim, enfatizamos os processos de formação e capacitação dos(as) educadores(as) locais, sublinhando a importância de profissionais engajados(as) na busca por valorizar as habilidades pedagógicas, baseadas em perspectivas quilombolas, como cerne do processo educativo. Entre os resultados obtidos ao longo da parceria, iniciada em 2020, tivemos a distribuição de quase 600 exemplares da cartilha em 14 comunidades quilombolas; com base nas aulas de reforço escolar e as fichas de acompanhamento, concebemos números significativos no processo de alfabetização de 58 crianças; realizamos ações de impacto, como a implementação da horta educativa/comunitária; dentre os conteúdos escolares, promovemos atividades temáticas na disciplina de artes e história afrobrasileira e oficinas de artesanato. Destarte, o presente estudo oferece uma visão sobre a prática da educação quilombola, que se produz nas mais variadas formas de organização comunitária como parte de uma educação diversa e contextualizada, considerando as relações da comunidade com o território, os saberes tradicionais e a memória coletiva. Ao observar e valorizar a educação quilombola promovida na Unequico, buscamos contribuir para o fomento do debate teórico e metodológico sobre esses processos educativos promovidos em contextos colaborativos, biointerativos, como ensina o mestre Antonio Bispo, e de diversidade cultural.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_168_14301772_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Prática Pedagógica Diferenciada Com os indígenas Xikrin, do Catete

Petronio Potiguar (UEPA)

A intenção deste texto é trazer uma relato de experiência que revele, de forma prática e dialogada, a materialização de uma prática pedagógica diferenciada com indígenas da aldeia

Xikrim, do Cateté, na cidade de Parauapebas, no sudoeste do Pará, no seio da Licenciatura Intercultural Indígena, na Universidade do Estado do Pará, UEPA, pelo Programa FORMA PARÁ” . Entende-se Prática Pedagógica diferenciada não com algo educacional menor, mas sim um processo que articule ações pedagógicas, a realidade local e as reflexões e ações criadas, a partir dos professores-alunos-indígenas em quem os professores-parceiros da UEPA, se apresentam como interlocutores. A metodologia utilizada para este fim, foi a vivência de 12 dias na aldeia em tela, ministrando a disciplina Prática II” , composição curricular do curso de licenciatura intercultural indígena da UEPA em que reuniões, debates e decisões foram tomadas pelos indígenas, visando uma intervenção pedagógica entre os alunos do ensino médio e fundamental da escola Escola Bep Karoti de Ensino Fundamental e Médio” . Como resultado, foi revelado que, a construção de uma ação pedagógica diferenciada, deve se pautar na realidade local pensada pelos e para os indígenas em que se consegue perceber uma epistemologia em andamento, pautado na oralidade, frutos de experiência cotidianas no tempo e no espaço, ferramentas imprescindíveis para a construção de uma prática pedagógica intercultural, em que a dialogicidade e a parceria entre indígenas e professores parceiros não indígenas da UEPA, foram o pilar para a construção atos e fatos de uma peça de teatro que encaminhe para uma universidade e um epistemologia indígena na busca do bem viver, por meio da educação formal e informal, na desconstrução de um eurocentrismo acadêmico ainda em voga no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_996_15631002_160292.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Educação intercultural na Amazônia Legal

Renata da Silva Montechiare Pires (flacso)

Entre 2022 e 2023, seis organizações sociais brasileiras se dedicaram a dialogar, promover atividades e trabalhar em conjunto com governos e comunidades locais pela melhoria da qualidade da educação para crianças de povos tradicionais na Amazônia Legal. O foco esteve em três estados Amazonas, Amapá e Maranhão, em 34 municípios. Parte deste grupo vem trabalhando na temática da educação indígena, quilombola e extrativista desde 2018 nas regiões norte e nordeste, quando produzimos um mapeamento de práticas educativas empregadas por escolas para atender suas demandas de educação diferenciada, contextualizada, bilíngue ou multilíngue. Nesta aproximação com estudantes, docentes, dirigentes escolares e gestores públicos da educação, o grupo atravessou a pandemia investigando um conceito caro ao debate das escolas no Brasil: educação integral. De que forma essas escolas entendem essa ideia, se a utilizam e com quais estratégias? A hipótese era de que escolas comunitárias sabem como promover a educação integral, já o fazem pela natureza das escolas que abrigam e têm muito a ensinar às urbanas. O mapa desenvolvido revelou experiências inovadoras, e o trabalho dos anos seguintes buscou apoiar escolas e secretarias na sua qualificação. Este trabalho pretende apresentar parte dos resultados desta pesquisa que, por meio de dados sobre matrícula, tipos de escolas que atendem a população e as demandas dos docentes para a educação diferenciada, ajudam a pensar sobre o que querem as comunidades para suas escolas. E se inscreve numa nova frente de investigação, buscando conhecer o que a comunidade escolar entende por competências socioemocionais, conforme a BNCC, e pela relação entre cultura e educação.

Nesta etapa, a pesquisa pretende desenvolver metodologia de trabalho a ser realizada em grupo, assim como o mapeamento produzido entre 2018 e 2019, que contou com sete pesquisadoras, todas elas mestras e doutoras indígenas, quilombolas ou integrantes de suas redes. E considera os estados do Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão como possíveis campos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A implementação das diretrizes da educação escolar quilombola e a Escola Família Agrícola Quilombola Renato Giunípero

Thaise dos Santos Costa (UEMA)

Este trabalho visa discutir as políticas educacionais e a implementação das diretrizes da educação escolar quilombola no Maranhão, especificamente na Escola Família Agrícola Quilombola Renato Giunípero localizada na comunidade São Pedro no município de Anajatuba. Segundo dados da Secretaria de Educação do estado Maranhão, com base no Censo Escolar (2016), no estado do Maranhão, existem 56.603 estudantes quilombolas matriculados, com 3.910 docentes em 716 escolas de educação básica em território quilombola. A educação escolar quilombola tem sido pauta do movimento quilombola. Tendo como objetivo a aplicação da Lei nº10.639/2003, o movimento tem pressionado os poderes públicos a fim de garantir uma educação de qualidade, que respeite a diversidade social, cultural e religiosa. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola foram formuladas de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. A metodologia utilizada para a realizar este trabalho, foi o levantamento bibliográfico de fontes documentais e arquivísticas e de referências bibliográficas relacionadas ao tema, a pesquisa etnográfica, a realização de oficinas e mesas de conversas. As discussões alcançadas ao longo desta pesquisa se deu em torno do diálogo entre o levantamento bibliográfico, as reuniões semanais junto ao grupo de estudo.

GT 047: Elementos vitais: emaranhados socioambientais existenciais, reflexivos e expressivos na América Latina

A água, o fogo, a terra e o ar são elementos que sustentam a vida no planeta. Suas composições, formas de expressão e relações de que participam com seres humanos constituem emaranhados que permitem seguir trajetórias vitais dos/nos territórios. A ameaça de devastação generalizada que conta com certas participações humanas, conhecida como Antropoceno, e por incontáveis outros nomes, traz consigo uma renovada preocupação com as múltiplas maneiras de se viver em meio a esses elementos e às mais distintas ruínas. Tendo-se como base as discussões atuais envolvendo o Antropoceno, sobre o que é, quais constituem seus limites e possibilidades, serão discutidos trabalhos devotados aos diferentes agenciamentos elementais possíveis, em suas inúmeras conformações humanas e não humanas. Bem como estudos e escritos que, a partir de distintos territórios latinoamericanos, abordam alguns desses elementos e/m seus emaranhados. Um ponto que interessa especialmente ao GT é a questão das diferentes escalas de análises e de vínculos existenciais. Igualmente, para além da diversidade dos agenciamentos, os emaranhados

vitais podem ser mobilizados em ações de proteção, cuidado ou regeneração da vida, projetando novas formas de coabitar n/o mundo. O GT é parte de um esforço anterior entre pesquisadoras/es da América do Sul, voltado à compreensão crítica de processos de gestão territorial em cenários de disputas e tensões socioambientais. Segue o convite para novas composições!d

Coordenação

Eliana Santos Junqueira Creado (UFES), Ana Beatriz Vianna Mendes (UFMG)

Debatedor(a)

Francisco Araos (Universidad de Los Lagos)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações entre Humanos e Não Humanos e os entrelaçamentos envolvendo a monetarização e a sacralização das Vidas a partir do crime-desastre da Samarco

Amanda Kapiche Brito (UFES)

Na tarde do dia 05 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, localizada em Mariana-MG, rompeu-se e uma quantidade de aproximadamente 62 milhões de m³ de agregados orgânicos e inorgânicos (Creado, 2022) foram alcançando subdistritos, contaminando o rio Doce e suas extensões até desaguar no mar do litoral do Espírito Santo. Os rastros desse percurso enlameado e de (ir)responsabilidade das empresas Samarco Mineração S.A, a BHP Billiton e a Vale S.A, ficou marcado não só nos territórios, mas em todas as biointerações (Bispo, 2023) presentes no modo de vida dos animais humanos e não humanos atingidos, e, principalmente, nas subjetividades irrecuperáveis por indenizações ou reparações materiais-financeiras. No recorte temporal que marcou o segundo ano (novembro de 2016) e o sétimo ano (novembro de 2022) após o crime-desastre, ocorreu a sobreposição das pautas jurídico-financeiras em contraposição às ambientais, a partir da análise feita de materiais textuais, principalmente, de cunho jornalístico. A falta de diálogo, as imposições e ameaças das empresas réis, a negociação do crime e a propagação de ações pontuais como se fossem as resoluções do rompimento foram observações feitas sobre o processo da cobertura midiática e as pautas colocadas em evidência, bem como a secundarização das pautas envolvendo a urgência na recuperação dos ambientes e seres não-humanos atingidos ao longo das alterações socioambientais sofridas pelo Rio após a chegada da lama”. Desse modo, a continuidade da análise desses materiais textuais, somados aos imagéticos e audiovisuais, é direcionada aos discursos envolvendo as resistências feitas pelos humanos e não humanos atingidos, sendo o meio espiritual e seus entrelaçamentos que envolvem as festas sagradas, romarias e eventos de coletivos como os do grupo Regenera Rio Doce”. Assim, até onde é possível ressignificar a vivência sagrada após tantos traumas (re)vividos pelo crime-desastre? Como mensurar danos que estão na esfera do sobrenatural? Sendo a representação das águas para além das suas materialidades, as quais simbolizam em muitas culturas e espiritualidades a cura, a proteção, a purificação, sendo sinônimo de milagres e fertilidade, como fazer isso em um território intoxicado? Sendo esses um dos principais questionamentos que mobilizam a presente pesquisa. Portanto, cabe pontuar que a política do porão (Ferdinand, 2022) continua a sistematizar as múltiplas rupturas nas relações de

pertencimento, com a terra e a natureza e com as arenas políticas, de modo a emergir sobre as águas os gritos de justiça daquelas e daqueles que tiveram seus modos de vida usurpados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_287_50819083_451638.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Para além da superfície: expansão de territórios em águas profundas

Eliana Santos Junqueira Creado (UFES)

Essa proposta tem como objetivo pensar um conceito: o de Amazônia Azul, no que diz respeito à sua proposta de expansão do território brasileiro em águas profundas. Não se trata apenas de um termo, mas de uma força-motriz que busca modificar as relações de um país com seu território em que subjazem objetivos sócio-econômicos, geopolíticos e projetos de construção de conhecimento, mormente associados com a exploração minerária. Mais especificamente procurarei traçar algumas das linhas gerais desses objetivos e, em especial, qual o papel que se espera de algumas ciências nesse projeto expansionista e quais as alianças que dele emergem e que foram sub-repticiamente notadas a partir de um olhar de soslaio da proponente, a partir de seus próprios vieses terrestres e disciplinares e de seus vínculos de afetação com o crime-desastre da Samarco. Os materiais considerados nesse esboço analítico serão materiais secundários, como documentos e vídeos disponíveis online, todos de acesso público. Como pano de fundo, tem-se preocupações com agenciamentos humanos e não humanos, bem como as dobras dentre diferentes conhecimentos, incluindo aí a Antropologia e suas próprias fronteiras historicamente constituídas. Bibliografia preliminar KIRKSEY, S. E.; HELMREICH, S. 2010. "The emergence of multispecies ethnography". In: *Cultural Anthropology*, vol. 25, n. 4, pp. 545-576. Trad. de F. Vander Velden e T. M. Cardoso. R@U, 12 (2), jul./dez. 2020: 273-307. INGOLD, T. Antropologia versus etnografia. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), [S. l.], v. 26, n. 1, p. 222-228, 2018. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p222-228. MARCUS, G. "O intercâmbio entre arte e antropologia: como a pesquisa de campo em artes cênicas pode informar a reinvenção da pesquisa de campo em antropologia". *Revista de Antropologia*, vol. 47, n. 1, 2004

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Diálogos sobre Reparação Ecológica: Comparando Diferentes Escalas e Emaranhados Existenciais"

Gabrielly Merlo de Souza (UFMG)

Apreciar os emaranhados mais do que humanos intrínsecos nos mundos que habitamos envolve iluminar práticas de manutenção da vida através de atos sutis implicados em processos de reparo, cura, cuidado e reinvenção por humanos e não humanos dos ecossistemas, apesar das investidas contínuas e possivelmente evitáveis de colapso. Este trabalho é parte de uma investigação em andamento desde a pesquisa do doutorado (Souza, 2020), envolvendo o que, anteriormente, chamei de práticas de cuidado do solo". Formas alternativas de entender tanto as relações ecológicas quanto sua reparação passaram, desde então, por leituras adicionais que conduziram à noção de reparação ecológica". A expressão é multifacetada e remete a uma

série de significados: reparações eco-sensíveis” ; reparações que respondam explicitamente à destruição ambiental, por exemplo, relacionadas a crimes ambientais; possibilidades de reparações transformativas” ; reparações eco-sociais como reparação de terras e recompensas monetárias; entre outras. A reparação é uma categoria heurística que deve abranger um conjunto de respostas das comunidades locais e das instituições às graves crises socioambientais que estão intimamente ligadas aos riscos climáticos e às ameaças constantes ao bem-estar das sociedades humanas e dos ecossistemas. Atenta aos seus variados sentidos práticos, o conceito de reparação ecológica amplia o campo de investigação sobre cuidados e ética ecológica, rumo a experiências envolvendo modos insurgentes e inventivos de conservação, reparo, cuidado e recuperação de ecologias mais do que humanas. Especialmente para fins deste GT, serão compartilhadas reflexões sobre alianças, sensibilidades, afetividades e relações materiais em diferentes escalas que articulam noções de natureza, sociedade e justiça. A partir de experiências e estudos que dialogam com essa discussão, a apresentação se propõe a repensar conceitos e práticas que podem ser necessários para reparar e remediar tanto ecologias danificadas quanto as desigualdades persistentes, de forma a apoiar o ressurgimento de iniciativas e práticas contra injustiças mais do que humanas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_557_18071030_451638.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o mar, árvores, fogueiras e areia: Uma etnografia dos afetos e entrelaçamentos compondo com as práticas de cuidados e cura de terapeutas e indígenas de etnia Pataxó (BA)

Jaqueline Rocha Oliveira (UFMG), Andréia Meinerz (IFRS)

A partir do encontro de duas pesquisadoras e seus compartilhamentos, neste trabalho voltamos o nosso olhar para o campo realizado em Santa Cruz de Cabrália, na aldeia Nova Coroa Pataxó, localizada no Sul da Bahia, entre os dias 11 a 22 de janeiro de 2024. Ambas participam do mesmo grupo de orientação, sendo uma da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a outra da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Assim, a entrada para o campo etnográfico aconteceu por meio do convite de um grupo de terapeutas para participar da 5^a Viagem Terapêutica. Essa viagem acontece desde 2006, com intervalos de alguns anos entre uma e outra, reunindo majoritariamente pessoas da região do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Além das(dos) praticantes de diferentes terapias e dos(das) praticantes mais experientes (LAVE & WENGER, 2022), mestras e/ou xamãs, o grupo também é composto por pessoas atendidas por essas práticas de cura e cuidados. São pessoas de diversas faixas etárias e etnias, boa parte residindo em territórios rurais. Por meio das observações em campo, registros, conversas e afetos propomos um trabalho criativo utilizando a metodologia etnográfica. Importante ressaltar que essa etnografia aconteceu, e constitui-se como parte de uma pesquisa de Doutorado em Educação na UFMG de uma das autoras. Esta pesquisa foi iniciada em 2022 e está em andamento. Portanto, interessa-nos debruçar sobre o trabalho de campo realizado em parceria entre as duas pesquisadoras, para que assim possamos compor com as nossas percepções. A partir do encontro entre as pesquisadoras, o mundo indígena e o mundo dos/das terapeutas, nos repositonamos a partir das seguintes questões: O que pode o corpo das

pesquisadoras em um trabalho de campo compondo com diferentes mundos? Quais os afetos (FAVRET-SAADA, 2005) produzidos pelas práticas de cura, cuidado e proteção durante um trabalho de campo etnográfico? Quais as interferências e entrelaçamentos produzidos entre as pesquisadoras e os diferentes territórios? Nas visitas à aldeia, fomos recepcionadas com alimentos, danças, cantos e fogueira. Participamos desses momentos com nossos corpos em movimento, implicadas e afetadas nas vivências coletivas. Ao compor com os diferentes mundos, seja o mundo indígena ou o mundo dos terapeutas, nos enredamos (INGOLD, 2010), desde a posição de pesquisadoras a um certo pertencimento da comunidade de práticas (LAVE & WENGER, 2022), cuidando e sendo cuidadas. Reposicionamos, então, a nossa forma de habitar e perceber outras ontologias. Construimos possíveis alianças (STENGERS, 2013) entre a nossa realidade e as árvores, o mar, as terapias, os cuidados, as fogueiras, o nascer do sol, os humanos e mais que humanos, indo além da dicotomia entre natureza e cultura.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_257_62283530_451638.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazer-espaco-vital: relações de trabalho, (re)existências contra-coloniais e tecnologias de cosmoplanejamento no Alto e Médio Ribeira

Laura Pappalardo (USP)

Este trabalho analisa os entrelaçamentos do uso dos termos "infraestrutura" e "vulnerabilidade" por órgãos do Governo do Estado de São Paulo no contexto da implementação de políticas públicas em territórios Quilombolas e Indígenas nos municípios de Eldorado, Iporanga e Sete Barras, no Alto e Médio Vale do Ribeira. Como o termo "infraestrutura", tal como aplicado pelo Governo do Estado de São Paulo, classifica e se sobrepõe, como uma categoria "universalizada" de gestão e ocupação do território, a formas diversas quilombolas e indígenas de gestão e organização territorial? Práticas quilombolas e indígenas de manutenção, manejo e cuidado da terra no Vale do Ribeira mantém também os maiores remanescentes de Mata Atlântica, tanto no Estado de São Paulo, quanto no Brasil. Traçando a distribuição orçamentária e de políticas públicas na região do Alto e Médio Vale do Ribeira ao longo dos últimos anos, o trabalho coloca, assim, a seguinte pergunta: como políticas públicas destinadas a questões climáticas e serviços ecossistêmicos estão dando suporte e subsídios para as práticas quilombolas, indígenas e caiçaras do Vale do Ribeira de cuidado do solo e manutenção da Mata Atlântica? Propõe-se o termo cosmoplanejamento para etnografar os entrelaçamentos e níveis de negociação entre práticas de planejamento territorial quilombolas e indígenas no Estado de São Paulo, demandas de políticas públicas auto-determinadas por estas mesmas comunidades, e a habilidade de resposta (response-ability) do Governo do Estado de São Paulo frente a estas demandas. Partindo das perspectivas do campo da antropologia em aliança com o campo do planejamento territorial, este trabalho se propõe a aprender e colaborar com práticas de planejamento territorial já praticadas há centenas de anos por lideranças, moradores e comunidades quilombolas, indígenas e caiçaras no Vale do Ribeira. O trabalho busca colaborar como uma pequena engrenagem que pretende agregar, de forma respeitosa e com escuta atenta, engajada e aberta, a esta longa história de alianças e resistências já estabelecidas e organizadas há muitos e muitos anos por lideranças e comunidades quilombolas e indígenas do Vale do

Ribeira, conjuntamente com organizações aliadas, realizando um vasto trabalho de articulações, viagens, deslocamentos, resistências e lutas diárias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_330_77623435_451638.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias Submersas: Um olhar sociocultural sobre as enchentes no município de Rio das Flôres, Rio de Janeiro.

Marco Antonio Almeida Cardozo (UFV)

A chegada das águas tornou-se sinônimo de dor e perda para os moradores do município de Rio das Flôres ao longo dos anos, devido às fortes chuvas que procedem no aumento do fluxo das águas do rio Paraíba do Sul, resultando em enchentes - termo utilizado pelos moradores da região - no entanto, este cenário vem sendo agravado pelas mudanças climáticas. Partindo do pressuposto em que o sistema capitalista possui agência direta nas mudanças ambientais, o seguinte trabalho visa analisar a dimensão sociocultural do fluxo das águas, buscando compreender os efeitos e afetos experienciados pelos moradores com a chegada das águas, e como este evento afeta os mesmos não apenas no âmbito material, mas no que constitui o simbólico, ou seja, como as enchentes afetam sua memória e história. Ademais, objetiva-se demonstrar a urgência de olhar para o problema do forte fluxo das águas de um viés onde elas são uma questão sociocultural, a fim de evitar o fatalismo e a inércia. Espera-se fornecer novas perspectivas e ferramentas para promover a resiliência ambiental diante das catástrofes no Antropoceno.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_44622058_451638.pdf

GT 048: Ensinar e aprender Antropologia

A expansão que a Antropologia alcançou no Brasil nas últimas duas décadas é notável, tanto pelo incremento do número de cursos de pós-graduação e graduação quanto pela sua inserção em outros níveis educacionais e contextos profissionais. Ademais, uma vez que a própria expansão do ensino superior tem se baseado no subsídio à oferta de novas vagas na rede privada e na Educação a Distância, assistimos também ao surgimento de outras modalidades de formação, nem sempre claramente identificadas. Esse quadro exige uma reflexão mais atenta às transformações do ensino e do aprendizado da Antropologia no país. A reflexão passa pela análise do processo formativo, em termos pedagógicos e didáticos. Porém, também remete à epistemologia, a ética e a relação entre teoria, métodos e história da Antropologia. Este GT visa compreender os rumos da Antropologia como ciência e como prática profissional na atualidade. Os trabalhos aqui reunidos analisam a formação em Antropologia e os desafios postos para sua realização. Também interessa aprofundar nos fundamentos históricos, epistemológicos, teóricos e pedagógicos do ensino e da aprendizagem da disciplina, que redundem no aperfeiçoamento da formação, não apenas de antropólogos e cientistas sociais, mas também de outros profissionais que, potencialmente, se beneficiam do conhecimento antropológico. Igual atenção merece o

ensino e a aprendizagem de Antropologia na educação básica e em outros contextos, inclusive não escolares.d

Coordenação

Guillermo Vega Sanabria (UFBA), Luiz Alberto Alves Couceiro (UFRJ)

Debatedor(a)

Graziele Ramos Schweig (UFMG), Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (UFPI), Ari José Sartori (UFFS)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processo formativo e desafios da pesquisa antropológica com educadores

Ana Pires do Prado (UFRJ)

Há mais de uma década atuamos na Faculdade de Educação de uma universidade pública federal como docentes de antropologia em cursos de graduação e pós-graduação. Além da formação de educadores e da realização de pesquisas educacionais com olhar antropológico, temos formado pesquisadores em educação que realizaram seus trabalhos com o olhar antropológico e/ou com a pesquisa etnográfica. O argumento das pesquisas já realizadas sobre o ensino de antropologia na formação de professores indica que ele possibilita a construção do olhar antropológico, a circulação dos conceitos e dos métodos da antropologia fora das ciências sociais e a relativização do que ocorre no espaço escolar. Nesta apresentação avançaremos com esta argumentação ao descrever o processo de formação em Antropologia e as pesquisas já realizadas no campo educacional pelos orientandos da pós-graduação. Destacaremos as dinâmicas de ensino e aprendizagem de antropologia que foram sendo modificados ao longo da nossa trajetória como docentes e descreveremos as pesquisas realizadas por educadores e os desafios colocados pelos pesquisadores iniciantes ao longo de sua formação na Antropologia e atuação com a pesquisa antropológica: o tempo da pesquisa, questionamentos de ser um educador e fazer a pesquisa etnográfica, dificuldades na descrição do "outro" e de relativização do eu educador e os desafios da escrita etnográfica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relato e análise da experiência dos discentes do ensino médio no Fórum Maranhense de Sociologia

Andréa Joana Sodré de Sousa Garcia (UFMA), Ana Carolina Torrente Pereira (SEDUC)

O presente trabalho traz análise sobre a experiência vivenciada por discentes das escolas públicas estaduais do ensino médio do Maranhão, a partir do desenvolvimento e realização do Fórum Maranhense de Sociologia que tem permitido um debate para além da sala de aula, buscando um aprofundamento de temas, não só da sociologia, mas também da antropologia, com objetivo de aprofundar mais as reflexões e conhecimentos sobre tais conceitos. Por meio de observação participante, entrevistas e colaboração dos estudantes que participaram efetivamente do evento, representando suas respectivas escolas, foi possível analisar de que formas este encontro tem sido relevante no desenvolvimento de uma proposta diferenciada de reflexão junto aos jovens estudantes. O Fórum tem sido um espaço que ultrapassa a sala de aula

e promove a reflexão e visibilidade da Sociologia por meio das discussões de temas atuais e relevantes socialmente. Possui também um formato singular que envolve metodologias ativas e o protagonismo dos jovens que cursam o ensino médio. Um fator importante para o desenvolvimento do Fórum têm sido as parcerias com o governo estadual, através da Secretaria de Educação, que aprovou o projeto e tem contribuído com sua realização do Fórum nos 3 anos em que ocorreu.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A percepção da cultura como gambiarra: caminhos possíveis da Antropologia no Ensino Médio

Árllan Maciel Cunha Alves (Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais)

Como explorar as potencialidades do conceito de cultura e do método da Antropologia com estudantes do Ensino Médio? Neste trabalho, apresento uma sequência de aulas realizada na disciplina de Sociologia em uma escola pública do Ensino Médio em que, ao final, em uma articulação entre os conhecimentos dos estudantes e as ferramentas propostas pela Antropologia, chegamos à conclusão de que toda cultura é uma gambiarra. O mote antropológico de se estranhar o que é comum e de se familiarizar com o que é estranho tem servido para mim, enquanto professor de Sociologia na rede estadual, como uma potência criadora de práticas escolares dissidentes de uma educação bancária, como nomeada por Paulo freire, que se fundamenta na repetição do mesmo e na domesticação (quando não exclusão sumária) da alteridade, estabelecendo o uniforme como norma e princípio. Partindo da perspectiva de que, como diz Tim Ingold, a antropologia não lhe diz o que você quer ouvir, ela abala os fundamentos do que você pensava que já sabia”, propus aos alunos alguns exercícios de estranhamento sobre o espaço escolar, suas formas de constituição e as naturalizações que compõem seu cotidiano. Iniciando com uma dinâmica sobre o texto Ritos Corporais Entre os Nacirema”, de Horace Miner, em versão adaptada, fizemos uma caminhada atenta pela escola e, em grupos, os alunos fotografaram objetos, espaços e ritos desse ambiente que consideraram cotidianos e escreveram trechos descrevendo-os como estranhos e exóticos. Em sequência, passamos por um jogo para perceber culturas como teias de significados”, baseado em Clifford Geertz; por uma discussão sobre o fazer antropológico como estranhamento, familiaridade e registro de outros”, seguida de um exercício de escrita de cadernos de campo baseado no olhar, ouvir e escrever antropológicos, como coloca Roberto Cardoso de Oliveira; por fim, discutimos em sala de aula o texto O Cidadão 100% Americano”, de Ralph Linton. Assim, continuando nossas conversas e retomando as práticas anteriores, chegamos juntos à conclusão, pouco ortodoxa, de que toda cultura é uma gambiarra, partindo das ideias de Helena Assunção e Ricardo Mendonça para evocar o termo gambiarra como práticas de improviso, de reapropriação de algum recurso disponível que o transforma e adequa a uma necessidade específica”. Diante dessa sequência, que continua reverberando em minha atuação docente e que culminou numa conceituação coletiva, inesperada e inventiva do tão debatido conceito de cultura, percebo que a própria antropologia ganha novos fôlegos quando propomos que ela seja praticada em ambientes não acadêmicos e especializados, como é o Ensino Médio, num

movimento que reinventa e bagunça os fundamentos do que achávamos que sabíamos, parafraseando Ingold.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_573_45892670_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Letramento Acadêmico em Antropologia: um pilar para a construção de saberes coletivos na (e da) Universidade.

Fabiany Silva Ferreira dos Santos (UFMG), Beatriz Garcia Targino Teodoro Teodoro Da Costa Silva (UFMG), Rogério Brittes Wanderley Pires (UFMG), Glória Maria Vagioni Téga Calippo (UFMG)

Os cursos de ensino superior no Brasil apresentam percalços que podem se transformar em um grande obstáculo para recém ingressos à Universidade, principalmente aqueles que não desfrutaram de uma formação progressiva, consistente e completa. A graduação em Antropologia não foge à regra, existem algumas especificidades que causam insegurança e ansiedade como, por exemplo, a alta carga de leitura, exigência de habilidade para escrever em estilos acadêmicos, pensamento crítico e até questões sobre a própria universidade e sua estrutura acessos às bibliotecas, sistemas, auxílios e etc. De modo geral, os discentes que ingressam no curso apresentam dificuldades de adaptação e inserção ao ambiente acadêmico. Visando uma adaptação mais leve, o Projeto Letramento Acadêmico em Antropologia e Arqueologia se dispõe a amparar estes alunos, oferecendo suporte e tirando dúvidas sobre o ambiente acadêmico, para que possam aperfeiçoar suas capacitações e ler, pensar, falar e escrever academicamente. Este projeto é financiado desde 2020 pela Pró-Reitoria de Graduação da UFMG (PROGRAD), através do Programa de Desenvolvimento do Ensino de Graduação (PDEG). Vinculado ao Colegiado da Graduação em Antropologia e Arqueologia da UFMG, nele atuam em conjunto professores, pós-graduandos e graduandos, aproximando não apenas as duas áreas de nosso curso, mas também a comunicação e a divulgação científica. O projeto produz vídeos, minicursos, oferece monitorias e plantões tira-dúvidas, discutindo questões levantadas pelos alunos do curso. Entre as demandas que recebemos, surgem assuntos como escrita acadêmica, criação e atualização do lattes, possibilidades profissionais etc. Nessa apresentação, daremos ênfase aos vídeos que produzimos, alguns dos quais já estão disponíveis em <https://www.youtube.com/@antropologiaarqueologia>. Apresentaremos o processo de construção das gravações, que visam sanar dúvidas e contribuir para uma inclusão na faculdade que costuma ser, infelizmente, desigual e elitista. As vivências e visões de mundo deixam rastros, por um lado, podem ser prejudiciais como, por exemplo, para alunos de escola pública que se veem diante de um mundo acadêmico completamente novo, hierárquico e que não foi pensado, nem de longe, para incluí-lo mas por outro, possibilitam a intencionalidade de passar pelo caminho transformando-o, causando mudanças e tirando um pouco das pedras que, antes, ocupavam toda a trilha. A partir desse pensamento, surge um projeto que visa colaborar a longo prazo para uma sonhada e, infelizmente ainda distante, equidade; mas que ao mesmo tempo, atinge seus objetivos propostos a curto prazo e provoca um efeito dominó, sendo uma das peças atingidas a própria Antropologia, acessada e composta por quem antes não chegava nem às portas da academia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_636_14498616_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

(Des)caminhos para uma (possível) antropologia da educação matemática

Jhemerson da Silva e Neto (UFMS), Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS), Harryson Júnio Lessa Gonçalves (UNESP)

Pensar a relação entre Antropologia e (Educação) Matemática se faz em um duplo movimento: de um lado, trata-se de concebê-las enquanto formas de criação humana e modos de atribuir sentidos ao mundo vivido. De outro, a despeito desse aspecto levantado, ambas, no contexto do conhecimento dito científico, são disciplinas acadêmicas, isto é, constituídas a partir de um contexto ocidental e eurocêntrico de se conceber o conhecimento, o que nos provoca a tensionar de que modo saberes e fazeres outros inserem-se (ou não) na produção de conhecimento dito científico. Dessa forma, a presente comunicação tem como objetivo propor aportes teóricos com o intuito de construir possibilidades para uma mirada Antropológica da/na Educação Matemática. Ao propor a inter-relação entre essas duas disciplinas, emerge a proposta de uma Antropologia da Educação Matemática”. Pensar uma possível Antropologia da Educação Matemática oferece uma perspectiva interessante para interpretar como determinadas culturas concebem, ensinam e aprendem saberes e fazeres aqui chamados de [etno]matemáticos. Igualmente, pode oferecer subsídios para compreender como marcadores de diferença(s) tais como raça, classe, etnia, gênero(s) e sexualidade(s) produzem efeitos na constituição do ensinar e aprender matemática. A Antropologia, enquanto disciplina que estuda as culturas humanas, pode contribuir para a Educação Matemática ao fornecer subsídios sobre as diversas maneiras como diferentes grupos abordam a [Etno]Matemática em suas vidas cotidianas. Não obstante, a constituição de uma Antropologia da Educação Matemática enquanto campo de estudos e pesquisas tem vários desafios complexos de ordem epistemológica, metodológica e prática. No entanto, uma possível Antropologia da Educação Matemática pode fornecer a possibilidade de realização de uma descrição densa dos saberes e fazeres [etno]matemáticos presentes em tais grupos. Outrossim, uma interpretação antropológica da/na Educação Matemática possibilita compreender o modo como práticas [etno]matemáticas são constituídas nos mais variados contextos (naturais, culturais, sociais e imaginários), bem como os modos como tais grupos percebem e utilizam esses saberes e fazeres. Tal compreensão é importante para desenvolver abordagens pedagógicas sensíveis às diversidades de raça, gênero(s), sexualidade(s), etnia etc. Palavras-Chave: Ensino. Aprendizagem. Etnografia. Etnomatemática.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_706_24804705_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fabulações em laboratórios de Antropologia: as experiências no LABareDA

Katianne de Sousa Almeida (UFG)

O interesse da pesquisa de doutorado foi destacar o desenho como um caminho possível para a produção etnográfica, além de salientá-lo como um recurso pedagógico para a formação antropológica, dentro da estrutura disciplinar acadêmica na universidade. Na medida em que

desenvolvia a ideia de desenhar os processos de compreensão de conceitos antropológicos eu construía uma narrativa gráfica sobre o meu florescimento como uma mulher negra na pós-graduação que precisava articular as teorias antropológicas e suas fissuras no contemporâneo. A tese tem uma proposta experimentativa de compartilhar reflexões por meio de uma manufatura do pensar. Especificamente no capítulo: "Fabulações e Entrelaçamentos" relato alguns dos encontros semanais que se seguiram no LABareDA (Laboratório de Desenho e Antropologia) no ano de 2021, em que foram compartilhadas técnicas, dicas de materiais, cursos, leituras, assim como as pesquisadoras(es) partilhavam seus projetos. O LABareDA foi idealizado no contexto da epidemia do COVID-19 com pesquisadoras(es), em diferentes níveis de sua formação, dos mais diversos estados brasileiros. Nessas interações e por meio de uma certa indisciplina, pois os encontros não tinham um formato vertical de uma classe, em que um sujeito ensinava e as(os) outras(os) aprendiam de forma passiva, ou melhor, apenas escutando, abriu-se a oportunidade para a serendíпия do desenho. As inquietações eram comuns nas partilhas dos encontros do LABareDA. Foram pensadas questões importantes como: a) O que se está criando ao relacionar antropologia e desenho nas produções antropológicas no Brasil?; b) como nós podemos ser levadas(os) a sério? Diante de tais indagações o grupo compartilhou algumas propostas para se avançar no tema, como por exemplo: a) conversar e dialogar para fora da bolha (da antropologia) poderia ajudar; b) experimentar e ousar é importante ao longo do percurso. Nas rodas de conversas no laboratório existia um pensamento partilhado que é: o desenho é bom para pensar e dentro do contexto da pandemia da COVID-19, em que existiam diversas dificuldades para se desenvolver um trabalho de campo nos moldes mais conhecidos pelas etnografias tradicionais na antropologia, foi nos desenhos confeccionados que as(os) membras(os) do LABareDA encontraram um espaço frutífero de produzir um trabalho antropológico. O laboratório se constituiu como uma estratégia de se repensar as práticas de ensino e com suas atividades múltiplas e dinâmicas conclamava a todas, todos e todes a se engajarem cada vez mais. Vislumbro, portanto, que o laboratório na antropologia possa ser um espaço de entusiasmo pelas ideias e a vontade de aprender, apresentando novas maneiras de saber e estratégias diferentes para partilhar o conhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_835_67077594_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cabelo Crespo: Projeto Educacional Para o Ensino Antirracista

Larissa Silva Correia (UFRB), Eduarda Cintra Palmeira (UFRB)

O respectivo trabalho foi realizado no Colégio Estadual João Batista Pereira Fraga localizado no município de Muritiba-Ba, localizado a 114 km de Salvador. Construído com a finalidade em contribuir na semana da consciência negra do ano letivo 2023. É nesse contexto, que foi introduzida a escola pesquisada e escolhida a turma do segundo ano turma A, do turno vespertino, onde que, durante as aulas de sociologia foram aplicadas as oficinas referente ao presente trabalho. Foi escolhido as aulas específicas de sociologia para a aplicação da pesquisa e oficinas, porque compreendemos que o ensino da sociologia é de suma importância para os jovens nos anos finais da educação básica, pois serve para desenvolvimento deles perante a sociedade e a formação de um senso crítico. Então, o objetivo geral é desenvolver uma prática

educacional, com metodologias ativas, com ênfase em contribuir na valorização da cultura, identidade negra e com protagonismo juvenil. Então, o objetivo geral é desenvolver uma prática educacional, com metodologias ativas, com ênfase em contribuir na valorização da cultura, identidade negra e com protagonismo juvenil. Foram delineados os seguintes objetivos específicos: Contribuir para o desenvolvimento político pedagógico, na perspectiva da Lei n 10.639/03 no ensino afro-brasileiro na rede de ensino educação básica; Compreender a historicidade da identidade negra no Brasil; Analisar a cultura negra, no processo de construção da autoestima. No primeiro momento, com o apoio do livro da autora Kátia Maria Dos Santos Barbosa, *Cabelo ruim? Que mal ele te fez?* (2021), foram utilizados dois capítulos do livro, que se refere ao dilema do cabelo e empoderamento. Consecutivamente teve a exibição do Documentário com duração de 16 minutos *Espelho, Espelho meu*, enfatizado em três blocos abordando as seguintes temáticas - Identidade, Mídia, Família. A partir deste momento, como meio metodológico, foi aplicado um questionário com perguntas diretas, para trazer as questões que tiveram no decorrer da exibição do documentário, e também, coletar dados de como a escola trabalha esse tema no ano letivo. No segundo encontro, realizou-se uma oficina de desenho, com o objetivo de saber como é a visão dos alunos referente ao seu cabelo e como se enxergam. No terceiro momento, tivemos o livro da autora Iasmim de Oliveira Gonçalves que se chama *Os Fios de Recontos* (2019), é apresentado em formato impresso, composto por cinco contos formativos, que abrangem discussões em torno dos conceitos de raça, gênero, identidade e juventude através das histórias de vida e formação produzidas por jovens estudantes negras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_662_10592719_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Relevância da Compreensão das Ciências Sociais no Ensino Médio

Letícia Freitas de Carvalho (UFG)

A presente pesquisa tem como objetivo principal relacionar o oferta de disciplinas de ciências sociais no ensino médio com o desmonte da educação, em específico e de forma comparativa, no estado de Goiás e no Distrito Federal. Para tanto, serão discutidas as alterações propostas pela Lei nº 13.415 de 2017 que institui o Novo Ensino Médio (NEM) e como estas são percebidas e avaliadas por diferentes atores no campo de políticas públicas, terceiro setor, estudantes e profissionais da educação com a análise de dados e a partir de experiências vividas em sala de aula. Em seguida, será discutida a relevância das disciplinas de ciências sociais no ensino médio, tendo como base os parâmetros da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para a construção deste indivíduo para sociedade e para o mercado de trabalho. Por fim, será feita uma análise sobre a posição do/a professor/a/e nestas alterações legislativas, como está sendo a adaptação e discutiremos sobre a função social da educação, em especial para jovens de escolas públicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_390_34089207_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os rumos da Antropologia entre o Projeto Columbia e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1949-1960)

Marcus Bernardes (UFSC)

O presente trabalho aborda resultados preliminares de uma pesquisa de doutorado em Antropologia Social ainda em curso. O objetivo geral é analisar o modo de produção do conhecimento antropológico a partir da relação Educação-Antropologia nos caminhos do Projeto Columbia na Bahia e do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais idealizados pelo educador Anísio Teixeira. Embora tecnicamente voltados para o campo da educação, as duas instituições estabeleceram um diálogo forte e original com as Ciências Sociais, principalmente a Antropologia, tomando-as como referências em metodologias para a investigação da realidade educacional, o que inaugura uma tradição de pesquisa no Brasil. Além disso, o Projeto Columbia e o CBPE foram importantes para diversos intelectuais, da iniciação científica até pesquisas doutorais, o que torna o momento necessário para a compreensão dos processos formativos da Antropologia. Esse caráter formativo em Antropologia é refletido, sobretudo, a partir das experiências da antropóloga Josildeth Gomes Consorte que era uma estudante de graduação no início do Projeto Columbia. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de Antropologia Histórica, com especial atenção às fontes primárias disponíveis no Museu Pedagógico da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em Vitória da Conquista, Bahia; o arquivo do CBPE mantido no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro CFCH/UFRJ, encontra-se organizado na Biblioteca do CFCH Espaço Anísio Teixeira, no Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Rio de Janeiro; o arquivo Anísio Teixeira do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e o arquivo histórico do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Dada a relevância dessas duas instituições que de uma só vez impactaram na história da Educação e da Antropologia no país, é fundamental analisar a abordagem antropológica na ação inovadora de Anísio Teixeira, contando com a atuação pioneira da antropóloga Josildeth Gomes Consorte. O estudo sistemático da obra política e teórica de Anísio Teixeira e Josildeth Gomes Consorte é importante para compreender a história da Antropologia e seus processos formativos no Brasil a partir de novas perspectivas. Vasculhar o passado, as dificuldades e enfrentamentos da época podem indicar novos aprendizados para pensar o fluxo do presente. Trata-se de uma reflexão a partir das experiências de um educador baiano e uma antropóloga baiana, cujos trabalhos possuem desdobramentos culturais significativos para refletir sobre processos educativos contemporâneos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_776_00433595_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encontros antropológicos entre professora e aluna

Maria Luiza Jardim da Costa (seduc)

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre o encontro entre uma professora de Sociologia e sua ex-aluna e formanda em Arqueologia e Antropologia dentro da sala de aula. Este encontro

se deu por meio da criação de uma atividade em conjunto, para aula de Sociologia na 1º Série do ensino médio público localizada na cidade de Santos-SP. A escola em que se deu a atividade é a sede da professora e a escola em que sua ex-aluna se formou. A atividade proposta foi uma auto etnografia das juventudes da série mencionada, que trouxera diversas contribuições sobre o fazer e relevância da Antropologia logo nos anos iniciais do Ensino Médio, bem como das relações docente e ex-estudante que voltam a se relacionar para além do cotidiano escolar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia como modo de fazer e tensionar o ensino de Sociologia

Maria Tereza Couto Gontijo (NENHUMA)

Fruto de um trabalho de campo realizado em uma escola pública de Belo Horizonte ao longo do ano letivo de 2023, vinculado à disciplina de Estágio Obrigatório do curso de Ciências Sociais da UFMG, este trabalho tem o propósito de investigar modos possíveis de se fazer pesquisa na confluência entre os campos da Antropologia e da Educação. Ainda que o componente curricular presente nas escolas receba o nome de Sociologia, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, publicados em 2000, já anunciavam que essa matéria deveria compreender as principais questões conceituais e metodológicas das disciplinas de Sociologia, Antropologia e Política (BRASIL, 2000, p. 36). Não obstante, ainda hoje percebemos a predominância da Sociologia nesse espaço, sendo o campo da Sociologia da Educação bastante consolidado no Brasil. É a partir desse cenário que saliento a relevância da compreensão do ensino de Antropologia para além da transposição didáticas dos conteúdos escolares, entendendo-o como uma proposta metodológica que pede uma abertura aos encontros e ao inesperado, assim como a promoção de uma sensibilização a ser cultivada no fazer pedagógico. Articulado sujeito e objeto, a professora, que aqui assume um caráter de pesquisadora que investiga a própria prática, toma seu campo como interventivo, transfigurando-o em um espaço de planejamento de estratégias e táticas capazes de gerar transformações concretas a partir da produção de uma vida relacional (BAREMBLITT, 2002). Partindo desses pressupostos, me atentei a um fator manifesto em campo e que dizia respeito ao espaço físico da escola e sua coexistência com os estudantes, constituída pela forma como as pessoas circulam ali cotidianamente, se apropriam do lugar, transformam-o e dotam-o de identidade. A escola, que a princípio parecia não estabelecer relação com ninguém, passou a ser percebida por mim pelos pixos na parede, a organização dos usos da quadra, na produção autônoma de festas pelos discentes, entre outros fluxos. Essas percepções me conduziram a uma proposta de intervenção que, através de uma explicação a respeito da minha pesquisa, me levou a convidar os estudantes a investigarem comigo através de um jogo. Abri uma caixa cheia de tralhas e espalhei pelo chão, propondo que construíssemos nossa escola com elas. À medida em que essa montagem foi se constituindo, levantei questões que nos propuseram a pensar sobre como construímos a escola que estudamos todos os dias, sendo ela também um espaço simbólico, e que nos implicarmos nesse processo de construção, é uma forma de nos aproximarmos cada vez mais da escola que desejamos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_829_43821964_683347.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O ensino da prática de pesquisa de campo na graduação: panoramas e desafios na formação contemporânea de antropólogas/os

Michele Escoura Bueno (UFPA), Fernando Matheus Souza de Oliveira (UFPA), Maria Rita Reis Fernandes (UFPA)

O campo da Antropologia é permeado por controvérsias sobre quais seriam seus objetivos, sua vocação ou se a disciplina teria por excelência um objeto de estudo. Mas a despeito de tal disputa teórica, há um certo consenso, por outro lado, que uma de suas maiores contribuições para o campo científico foi justamente o de firmar a observação participante como uma técnica de pesquisa imprescindível para o estudo das relações sociais e ferramenta metodológica fundamental à etnografia. Mas embora a produção etnográfica tenha se firmado como um elemento central na consolidação da Antropologia como disciplina, a atenção da comunidade antropológica com o ensino de sua prática de pesquisa não tem atingido proporcional centralidade em seus debates contemporâneos. Como se ensina ser etnógrafo/o? Como a observação participante, técnica de pesquisa essencialmente antropológica, pode ser ensinada? E, após a década de 1980 e o cenário de crítica e reavaliação disciplinar acerca das relações de poder que fundamentaram o trabalho de campo clássico, como têm sido formadas as gerações atuais de etnógrafas/os no país? Estas são as questões de onde partem essa pesquisa que tem investigado o ensino de Antropologia no Brasil, em especial, o ensino dos métodos e técnicas de trabalho de campo antropológico que embasam o saber-fazer etnográfico dentro dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Antropologia nas universidades públicas do país. Para tanto, a investigação tem sido realizada em duas frentes de trabalho: 1) um mapeamento sobre como e quando aparece o debate sobre o ensino das metodologias de pesquisa e do trabalho de campo nas sistematizações históricas sobre a institucionalização da Antropologia brasileira publicadas pela Associação Brasileira de Antropologia; 2) e um mapeamento dos cursos de graduação em Ciências Sociais e Antropologia em instituições públicas, analisando suas matrizes curriculares e o modo como as disciplinas metodológicas têm sido executadas atualmente no processo de formação inicial de etnógrafas/os. Como resultados preliminares, destacamos a dificuldade em encontrar, nas publicações da ABA, trabalhos que sistematizassem as dimensões didáticas sobre o ensino da pesquisa etnográfica e que estivessem articulados às questões e necessidades das licenciaturas e bacharelados. Além disso, ao procurar entender como ensina-se a fazer pesquisa de campo no Brasil, o que encontramos foi um debate em que se sobressalta uma desassociação institucional entre pós-graduação e graduação, e uma baixa disputa do lugar do trabalho de campo na graduação, especialmente dos cursos de Ciências Sociais. Um cenário em que o espaço do treinamento técnico de campo na formação profissional é ora pretendido mais como elemento da formação especializada do que inicial.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uso de cartas aos autores como estratégia pedagógica no ensino de antropologia

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)

O trabalho descreverá uma experiência de ensino e analisará os resultados. Trata-se de um exercício de escrita de cartas para os autores discutidos no decorrer da disciplina de

antropologia na educação, ministrada para o curso de pedagogia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O desenho pedagógico da proposta partiu da expectativa de produzir uma relação mais próxima entre as estudantes e os autores discutidos na disciplina. A justificativa foi a identificação de dificuldades no âmbito da leitura e da escrita relacionadas aos textos clássicos e contemporâneos da antropologia. Desde a primeira experiência, a resposta dos alunos foi positiva porque, em certa medida, desmistificaram os autores passando a percebê-los como interlocutores com os quais se pode compartilhar, inclusive, as angústias envolvidas no trabalho de campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Não tem o que fazer, vou dar aula": a prática e formação antropológica enquanto ferramentas de atuação do professor de ensino básico diante os conflitos escolares.

Talitha Mirian do Amaral Rocha (UFF)

A frase que intitula este trabalho foi dita por mim em 2018, momento em que fui chamada pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) para assumir uma vaga como professora de Sociologia. Naquele momento, já havia passado a metade do meu doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e comecei a ser professora porque via ali uma possibilidade de ter um salário fixo para me manter. Depois, percebi quanto a minha formação em Antropologia me ajudou na prática docente. Neste sentido, o artigo proposto tem como objetivo refletir o quanto prática e formação antropológicas podem ser importantes para atuação do professor de ensino básico, não somente no que se refere a ensinar os conceitos antropológicos e sociológicos, mas também para administrar os conflitos escolares. Para isso, realizarei análises empíricas de minha atuação profissional em colégios de Ensino Médio Público, sobretudo depois de 2022, momento em que começou a implementação do Novo Ensino Médio no Estado do Rio de Janeiro. Uma das mudanças no quadro de disciplinas foi a retirada de Sociologia dos primeiros e segundos anos (disciplina que ministrava até então) e a incorporação de Projeto de Vida e matérias eletivas que são escolhidas por cada escola. No início de 2022, a falta de controle curricular sobre o que se deveria ministrar nas novas disciplinas me possibilitou criar um modelo de aula que estimulasse o estudante a desenvolver um projeto científico de cunho antropológico. A partir daí, nos demais anos de atuação procurei relacionar o planejamento anual das demais disciplinas em que leciono ensinando metodologia científica para os estudantes a fim de que eles produzam pesquisas de caráter etnográfico e apresentem seus resultados não somente como parte da avaliação, mas em Seminários, Olimpíadas e Feiras de Ciências. Um dos obstáculos que tive foi a dificuldade de achar eventos científicos voltados para o Ensino Básico que contemplem as especificidades da pesquisa antropológica. Neste sentido, me juntei a outros professores da SEEDUC-RJ para organizar a Feira de Ciências Simoni Lahud Guedes: conflitos e diálogos na escola, a fim de que os estudantes do Ensino Médio tenham espaço dentro da Universidade para apresentar suas pesquisas etnográficas sobre os conflitos escolares. O evento, que já está na sua terceira edição, homenageia uma professora da UFF que foi uma importante pesquisadora sobre Abordagens Antropológicas sobre a Educação (Guedes e Cipiniuk, 2014). Por fim, será ressaltado como essas análises realizadas pelos estudantes têm se tornado estratégia de pesquisa e ensino para

perceber de que forma as unidades escolares estão lidando com casos de conflitos escolares importantes para cada contexto.

GT 049: Ensino e aprendizagem da antropologia na educação básica

O objetivo da proposta é continuar o debate bem-sucedido iniciado na 33^a RBA envolvendo temas e conteúdos de Antropologia no currículo escolar de Sociologia do Ensino Médio. Com isso, intenta-se promover o diálogo sobre temas na Educação Básica, conteúdos, metodologias e recursos didáticos associados a sua prática na e para além da sala de aula. Dessa forma, ampliaremos as fronteiras do Grupo de Pesquisa "Antropologia na Educação Básica", constituído em 2020, certificado pelo CNPq, reunindo colegas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e de outras redes de ensino. Este grupo vem se consolidando como um importante fórum de interlocução através de grupos de discussão e trabalho e mesas redondas, em eventos nacionais e internacionais, bem como pela publicação de artigos e coletâneas. É neste marco que convidamos docentes, pesquisadores e estudantes interessados/as em continuarem e/ou inaugurarem reflexões sobre a atuação de antropólogos(a) no contexto da educação básica por meio da apresentação de propostas preocupadas com a prática educadora/docente e suas articulações com os diferentes espaços de socialização/aprendizagem. Palavras-chave: Antropologia; Educação Básica; Metodologias

Coordenação

Gekbede Dantas Targino (IFPB), Robson Campanerut da Silva (IFCE)

Debatedor(a)

Lívia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO), Andréa Lúcia da Silva de Paiva (UFF)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando a Antropologia vai à escola pelo olhar da educação patrimonial: o PIBID de Sociologia em Campos dos Goytacazes

Andréa Lúcia da Silva de Paiva (UFF)

O objetivo deste trabalho consiste em descrever acerca das experiências no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) realizado no período de maio de 2023 a março de 2024, no Município de Campos dos Goytacazes. Buscamos mostrar como a Antropologia traz contribuições relevantes para a discussão sobre o processo educacional ao atuar como uma espécie de convite cultural para a inserção e problematização de diferentes temáticas como a questão dos patrimônios de natureza tangíveis e intangíveis desenvolvida em três escolas. O trabalho traz reflexões acerca da Antropologia na educação que se faz presente como uma espécie de ponto de costura”, um dos caminhos possíveis e relevantes mediante as ausências e presenças da Sociologia com a Reforma do Ensino Médio ocasionada em 2018. Vale destacar que no processo de aprendizagem as dimensões emocionais se fazem presentes dando sentido às experiências dos sujeitos envolvidos. Elas se colocam como um ponto

analítico marcados por oposições: sonhos e medos, expectativas e realidade; privado e público, natureza e cultura; laicidade e religiosidade, memória e esquecimento, memória individual e coletiva entre outras. É neste conjunto de desafios que inserimos também a importância em trazer a interação entre a Antropologia na educação com as emoções ao refletimos sobre a formação do licenciando em Ciências Sociais. Neste sentido, sob o olhar antropológico, com base na observação participante e narrativas de integrantes do subprojeto “Quando a educação patrimonial vai à escola: desafios e perspectivas na formação docente”, descreveremos a elaboração e práticas educativas que resultaram na organização de eventos, exposição, oficina de rap, criação de um acervo de memória, elaboração de um documentário e de um material didático, o jogo de memória Patrimônio Cultural Local. Apontaremos como estas atividades se tornaram relevantes para pensarmos o lugar da Antropologia em consonância com o ensino de Sociologia. Sendo assim, visamos problematizar sobre como se ensina e como se aprende no processo de formação docente buscando contribuições mediadas por trocas entre a educação superior e a educação básica. Analisaremos como a Antropologia, a partir da educação patrimonial vivenciada com o PIBID, pode contribuir para o diálogo junto à educação básica trazendo discussões acerca dos conceitos de pertencimento, afetividade, emoções, memória, identidade e cultura no espaço-tempo escolar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_932_10418647_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Antropologia no Guia do PNLD 2021: qual a situação da Antropologia nos livros didáticos pós-reforma do Ensino Médio?

Anny Gabrielle Menezes Sousa (UFPR)

Em 2017 ocorreu a então chamada Reforma do Ensino Médio, modificação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da lei 13.415. Após a reforma, a Base Nacional Comum Curricular foi apressadamente consolidada e institucionalizada como diretriz para a Educação Básica, alterando profundamente o currículo do Ensino Médio. Entre as diversas modificações curriculares, uma das consequências foi a alteração dos objetos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que na edição de 2021 passou a selecionar livros didáticos por área de conhecimento, rompendo com um ciclo histórico de produção e circulação de livros para as disciplinas, incluindo aqueles para a Sociologia. Sendo assim, as disciplinas de Ciências Humanas passaram a integrar os livros didáticos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHSA), caracterizando um material interdisciplinar. O presente trabalho propõe, utilizando a metodologia de análise documental, uma investigação sobre o Guia do PNLD do ano de 2021, o qual se constitui como um documento que apresenta uma síntese dos conteúdos, das atividades e das formas de avaliação presentes nos livros didáticos selecionados para a educação básica no Brasil. Ainda, considerando que a disciplina Sociologia no Ensino Médio é o meio que proporciona também a aprendizagem de conteúdos de Antropologia e Ciência Política, o objetivo do trabalho é realizar uma análise dos conteúdos de Antropologia, mais precisamente verificando se há uma presença consolidada desse saber e como ele está colocado no Guia. Uma vez que com o teor interdisciplinar dos novos manuais, levanta-se a hipótese de uma possível redução de conteúdos das disciplinas e uma dúvida sobre como esses saberes são apresentados

para os e as estudantes do Ensino Médio brasileiro através dos livros didáticos. A base para a investigação será o Guia do PNLD 2018, em que pode ser encontrado livros didáticos ainda divididos por disciplinas, o Guia de 2018 será tomado como base para se fazer um paralelo das mudanças (ou se há mudanças) entre os conteúdos de Antropologia antes e depois da reforma do Ensino Médio. Nos resultados preliminares, constatou-se, com base no Guia de 2021, que o ensino de Antropologia pode estar sujeito à deterioração. Isso ocorre porque os recentes materiais didáticos abordam as Ciências Humanas de forma muito integrada, o que pode resultar em uma abordagem superficial da disciplina. Na prática, o ensino desse saber estará sujeito ao(à) docente em sala de aula, que poderá ou não aprofundar os conceitos da disciplina.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_926_99273765_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Brasília, 19 de março de 2022. Olá, tudo bem?" Cartas sociológicas como estratégia didática de inclusão

Bruner Titonelli Nunes (CMB)

Esse trabalho tem como objetivo apresentar um recurso didático colocado em prática no meu trabalho como professor de sociologia no Colégio Militar de Brasília (CMB). Tratam-se de cartas dirigidas a alguns alunos acompanhados pela Seção de Atendimento Educacional Especializado (SAEE). Este método foi pensado como uma alternativa de inclusão adotada para facilitar a explicação do conteúdo de sociologia/antropologia no ensino médio para alunos neurodivergentes. O processo teve início a partir da demanda de uma aluna diagnosticada com Deficiência Intelectual (CID-10), e perdurou ao longo dos anos de 2022 e 2023, sendo expandido para outros alunos que, em sua maioria, eram diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA-CID-10). Os conteúdos ministrados abarcam conceitos de introdução à antropologia (estranhamento, relativismo, etnocentrismo, entre outros) e sociologia (autores clássicos, socialização, instituições sociais, entre outros). Atender a demandas de alunos com necessidades específicas foi um desafio para várias disciplinas. Na sociologia, em específico, a dificuldade por parte dos alunos em elaborar ideias abstratas foi o obstáculo a ser superado. A preparação das cartas funcionou como um processo de clarificação dos conceitos elencados como os mais fundamentais do Plano de Ensino Didático, expondo-os de forma mais objetiva e direta. O envolvimento das famílias na implementação do instrumento foi um fator positivo da experiência. A estratégia também modificou as aulas ministradas depois de sua elaboração. Metáforas pensadas para a explicação do conteúdo para alunos neurodivergentes, foram incorporadas nas aulas subsequentes. Desse modo, funcionaram também como uma forma de comunicação mais eficaz para com os demais alunos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Museus e temas transversais - A aprendizagem fora da sala de aula com a contribuição da Etnografia

Cristiane Inácio de Souza (secretaria de educação de Pernambuco)

A proposta pedagógica visou resgatar a experiência presencial de aprendizagem para alunos de uma escola da rede estadual de ensino de Pernambuco, não apenas através do aprendizado normativo da busca pela compreensão de temas transversais; por meio da observação etnográfica, incorporando princípios antropológicos os alunos puderam aprender sob outras perspectivas. Com o retorno às aulas presenciais e a flexibilização das medidas de segurança, a discente propôs a escola Ana Malta da Costa Azevedo-Recife/PE, um projeto que não só combinava o aprendizado normativo dos gêneros textuais à vivência cultural proporcionada por visitas a museus da cidade, mas também buscava resgatar a integração de espaços antes reclusos. A iniciativa tinha também como objetivo promover a sociabilidade entre os alunos, proporcionando não apenas um contato estreito com aparelhos culturais, mas também estimulando a compreensão do ambiente circundante de maneira peculiar por meio da etnografia, tendo nos museus e na memoriais uma ferramenta didática enriquecedora. A observação etnográfica, intrínseca à antropologia, foi utilizada para enfatizar a necessidade de reintegrar práticas educacionais não tradicionais, promovendo o contato direto dos alunos não apenas com os conteúdos curriculares, mas também com a cultura local e global. A proposta buscou, assim, ultrapassar os limites tradicionais dos currículos e da sala de aula, utilizando o espaço urbano e histórico como extensões do ambiente educacional. Ao integrar a observação etnográfica, a abordagem pedagógica visava transmitir conhecimentos, mas também incentivar os alunos a interpretar e compreender sua própria realidade cultural. O projeto, ao resgatar a experiência presencial de aprendizagem, não só valorizou o aprendizado normativo dos gêneros textuais, mas também proporcionou aos alunos uma imersão mais profunda na cultura local, promovendo uma educação mais holística e alinhada aos princípios antropológicos da observação participante. **PALAVRAS CHAVE:** Museus, Etnografia, Currículo, Temas transversais

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_312_56614549_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Homens na docência: Gênero, Raça e Desigualdades

Diorge Santos da Costa (Prefeitura do Recife)

As primeiras séries do ensino básico no Brasil são o local de trabalho para uma grande maioria de mulheres que atuam como professoras. Essa demarcação feminina da profissão e do local de trabalho expressam as desigualdades e atribuições de gênero e raça em nossa sociedade, uma vez que espera-se que as mulheres estejam à frente da educação de crianças, principalmente as mais novas, ao passo em que esse trabalho não é valorizado socialmente dadas as precárias condições do exercício da profissão e a baixa remuneração. Quando professores homens e negros se encontram nessa profissão, se deparam com barreiras e falta de aceitação, estranhamento e desconfiança. Esse trabalho procura refletir sobre uma questão relacionada a esta problemática, qual seja: Como os professores das primeiras séries da Educação Básica, se apropriam/utilizam dos conhecimentos vindos das Ciências Sociais, especialmente da Antropologia, para ensinar e atuar em temas relacionados as questões de gênero e raça, no sentido de promover outras práticas didático-pedagógicas possibilitando uma equidade de gênero e raça em sala de aula? Como fio condutor para este trabalho está se refletindo tanto

sobre o local da mulher ocupado em sala de aula e os embates vivenciados diariamente seja pela precarização em termos de valorização profissional, seja em relação a estrutura de trabalho, quanto pela sua ocupação por homens negros. Dialogando com os estudos da Antropologia relacionados a educação, gênero e raça, e também nas pesquisas da área de educação sobre a docência masculina nas séries iniciais, buscarei desenvolver essa reflexão com base no relato de minha experiência enquanto educador infantil negro do ano de 2016 ao ano de 2021, compreendendo os percalços, dificuldades e estranhamentos por ocupar um lugar majoritariamente feminino e poder perceber as desigualdades que se atravessam e se presentificam. Palavras-chave: Antropologia da Educação; Educação Básica; Gênero; Raça; Docência Masculina.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_427_86239334_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da Ufopa a Várzea, a Antropologia como ferramenta para produção de materiais didáticos para escola de ensino básico da região do Aritapera Santarém-PA

Emilly Yasmim Lopes Cardoso (Instituto de Ciências da Sociedade)

Através de trabalhos desenvolvidos pelo projeto Guardiães da Sociobiodiversidade Amazônica em comunidades ribeirinhas do baixo amazonas do oeste paraense, foi possível identificar a ausência de materiais didáticos que retratam a realidade da comunidade, como o ecossistema local, culturas e história. Nesse sentido, sob essa demanda partindo da escola Santíssima Trindade, escola polo da região e que estava envolvida com o projeto desde o início das atividades na região do Aritapera, criou-se um plano de produção de fascículos didáticos que seriam produzidos por estudantes bolsistas de graduação do curso de Antropologia e Arqueologia em conjunto com estudantes bolsistas do ensino médio da escola, sendo os estudantes de graduação tutores dos estudantes do ensino básico. Cada dupla com seus respectivos temas de pesquisa que já estavam em andamento, como, quelônios; capivaras; pato do mato; pirarucu e encantados e crise climática, sendo o último, meu tema de pesquisa e que será retratada essa experiência com a estudante que tutorei e com demais estudantes da escola nesta jornada de trabalhos no projeto. Além das pesquisas desenvolvidas na região, a produção do fascículo didático seguiu por 5 etapas metodológicas, sendo primeiro, a pesquisa na comunidade; segundo, a oficina de imagens (desenhos) e versos na escola; terceiro, sistematização dos dados coletados; quarto, a montagem e produção do material e por último, a entrega do material didático na escola. Essa atividade, foi de suma importância de aprendizado para as duas instituições de ensino (básico e superior), bem como, contribuiu levantar com os jovens das comunidades envolvidas, o reconhecimento do amplo conhecimento que há em suas regiões e o potencial artístico e cultural que estão presentes em seu dia-dia, impulsionando o conhecimento ancestral e o empoderamento de suas identidades. Palavras chaves: comunidades ribeirinhas, antropologia no ensino básico e reconhecimento da identidade varjeira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_345_41017647_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia na sala de aula: um relato de experiência numa escola da periferia do Recife

Felipe Bernado da Silva (UFPE)

A grade curricular do ensino médio não inclui a antropologia como disciplina obrigatória. Entretanto, há a possibilidade de trabalhar temáticas referentes a mesma a partir de conteúdos das disciplinas do campo das ciências humanas. Através desse recurso, é possível introduzir os estudantes do ensino básico às temáticas relacionadas à ciência antropológica e buscar promover o interesse e engajamento desses estudantes. Neste contexto, o presente trabalho se propõe a relatar as experiências observadas durante a realização do estágio de docência do curso de licenciatura em Ciências Sociais na Escola Técnica Estadual Professor Lucilo Ávila, em Recife, no estado de Pernambuco. Assim, o percurso desenvolvido traz apontamentos e observações feitas a partir da experiência obtida com prática docente e diálogo estabelecido com estudantes e professores em temas trabalhados em sala de aula e relacionados à antropologia que estão contidos na ementa do ensino médio. Inicialmente, desenvolveu-se uma etapa de observação dos alunos com o intuito de levantar temáticas cotidianas que pudessem relacionar-se ao tema a fim de oferecer aos estudantes um conteúdo lúdico e próximo às suas realidades. Concomitantemente a isso, um trabalho investigativo também foi realizado com os docentes para que apontassem possíveis temas a serem trabalhados. A construção e reflexão obtida a partir dessa experiência será detalhada e teve o objetivo de evidenciar o debate sobre o papel e os desafios da antropologia na educação básica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_911_53066050_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A implantação do Novo Ensino Médio enquanto desafio pedagógico e objeto de investigação: educação científica a partir da pesquisa etnográfica

Gabriela de Lima Cuervo (seeduc/RJ)

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns resultados sobre a produção de material etnográfico acerca da implementação do Novo Ensino Médio em escolas da rede estadual de ensino do Rio de Janeiro, realizado pelos estudantes vinculados ao Lampejo (Laboratório Marginal de Pesquisa Escolar do Joaquim), núcleo de pesquisa fundado e coordenado por mim desde 2020 no Colégio Estadual Joaquim Leitão (Magé/RJ). O Lampejo foi criado a partir das pesquisas desenvolvidas pelos estudantes para as edições da Feira Simoni Lahud Guedes, projeto idealizado por pesquisadores vinculados ao InEAC/UFF (entre os quais, me incluo) que lecionam em escolas públicas estaduais e/ou que desenvolvem pesquisas sobre administração de conflitos no espaço escolar. O referido núcleo de pesquisa, atualmente, conta com quatro estudantes contemplados com bolsas de pré-iniciação científica Jovens Talentos/FAPERJ, vinculados ao projeto Entre projetos de vida e itinerários formativos: experiência de implantação do Novo Ensino Médio em escolas públicas estaduais do Rio de Janeiro”, contemplado na chamada de 2023. O trabalho de pesquisa conjunto iniciou-se na unidade de ensino em que o grupo está matriculado para, posteriormente, incluir outras escolas na investigação, utilizando-se da rede articulada a partir da Feira de Ciências do InEAC. A proposta de reformulação do currículo da educação básica, manifesta em documentos como a BNCC (2017), ancora-se em uma concepção pedagógica na qual os atores escolares necessitam

desenvolver competências socioemocionais que os tornam mais adaptáveis e autônomos” . Para a promoção e aprimoramento dessas habilidades, são inseridos na grade curricular componentes como Projeto de Vida” , assim como cursos integrados de Empreendedorismo são formulados em parceria com empresas privadas e ofertados aos estudantes. A análise de experiências de implantação do novo modelo curricular em escolas públicas estaduais, assim como o acompanhamento dos debates em torno da reformulação ou revogação da reforma, traz em seu bojo a importância da etnografia para compreender adequadamente as adequações, composições, articulações e resistências dos atores escolares diante destas mudanças.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A antropologia na sala de aula: uma etnografia sobre o Projeto Literatura na Escola do Campo, assentamento Palmares II, Parauapebas (PA)

Genisson Paes Chaves (UFPA), Anael Souza Nascimento (UFPA)

Introdução Nesta proposta analisamos o projeto intitulado Literatura na Escola” , desenvolvido com alunos do 4º, na Escola Oziel Alves Pereira, localizada no assentamento Palmares II, município de Parauapebas, estado do Pará, durante o segundo semestre de 2023. Partindo da noção antropológica de alteridade e do papel transformador que o mundo das letras desempenha em nossas vidas, este projeto incentivou seus alunos-participantes a refletirem, bem como a produzissem narrativas que evidenciassem o respeito às diferenças e por conseguinte, o combate ao racismo e outros tipos de discriminação. O projeto é um desdobramento de uma iniciativa anterior, ocorrida no ano de 2022, juntamente com quatro turmas do segundo ciclo (uma do quarto ano e três do quinto). Como resultado, dois livros foram montados, englobando poesias e contos, além de desenhos acerca das temáticas desenvolvidas. Combatendo o racismo na sala de aula Trabalhamos com o ensino da antropologia na educação básica. O projeto em questão aproveitou o Dia da Consciência Negra, comemorado no dia 20 de novembro, para refletir sobre cultura, diferenças e a importância de se combater o racismo dentro e fora da escola. Acompanhando as situações do dia a dia e tendo como base noções fundamentais da antropologia, ou seja, alteridade, diversidade e o respeito às diferenças, bem como o conceito de escrevivência (EVARISTO, 2020), isto é, uma escrita feita com e a partir do contexto e das próprias experiências, os alunos desta escola pública da rede de educação básica, se debruçaram sobre seus próprios dilemas e curiosidades, ressaltando suas condições de assentados de um acampamento localizado na zona rural deste município. Foram feitas leitura de textos literários, especialmente de poesias, fábulas e contos. Em seguida, mediante rodas de conversas, os alunos discutiram pontos de seu interesse. Posteriormente, foram incentivados a analisar textos, respondendo aos questionamentos. A partir disso, começaram a produzir seus textos. Ao final foi elaborado um livro de contos constituído por 24 histórias e 18 ilustrações, evidenciando narrativas sobre violência, falta de respeito e preconceitos ligados à cor e às origens. Conclusões As produções disponíveis no livro são olhares de crianças, meninos e meninas, que pararam para pensar sobre a importância do respeito, do amor ao próximo, da valorização da alteridade e da necessidade de se combater quaisquer tipos de discriminação. Revelam talentos e a grandeza de uma geração que clama por oportunidades, os textos e as imagens falam por si.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_388_30150433_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fotografando e aprendendo: o uso de câmeras como método de ensino da antropologia no ensino médio

Heytor de Queiroz Marques (UFRN)

Durante toda a minha graduação fui ensinado como ser um professor de sociologia em sala de aula, mas pouco ouvi ou aprendi a como trabalhar as questões antropológicas para além das aulas expositivas e quando trabalhávamos algo diferente sempre estava relacionada a noção de cultura e regionalidade. Mediante a essa problemática, me deparei enquanto um recém-professor de sociologia do IFPB para o ensino médio, com um mestrado e doutorado em antropologia, mas novamente sem dialogar com ensino de antropologia no ensino médio. Neste cenário me deparei com possibilidades de pensar a relação do entendimento do espaço que vivem e como eles percebem o meio que os rodeia em uma das minhas aulas e comecei a planejar essa temática com uma didática do uso da imagem. Sendo assim, o trabalho aqui proposto é resultando de um experimento didático, no qual os alunos utilizaram seus celulares como ferramenta metodológica para fotografar como eles percebiam o campus Patos-PB. Utilizando das bases sobre antropologia da imagem (FELDMAN-BIANCO e BELA, 1998; CHION, 2011; CORADINI, 2014) e dos estudos urbanos (BECKER, 1963; MAGNANI 2003), realizamos uma incursão foto-etnográfica por todo o campus. A partir da visão dos alunos dos terceiros anos fizemos vários registros de como eles vivenciam aquele local. A atividade resultou em uma mostra com as fotos selecionadas por eles, apresentando uma percepção dos espaços de sociabilidades e como podem ser interpretados de formas distintas conforme o olhar de cada um sobre o cenário social vivenciado. Como produto do experimento foto-etnográfico, venho desenvolvido uma peça de ensaio visual propondo um debate sobre como a antropologia pode ser discutida no ensino médio através do uso da fotografia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Abordagens antropológicas no currículo do ensino Médio: um caso sobre o Instituto Educacional de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, de Santa Luzia do Paruá MA.

Juliana Lima de Carvalho Madeira (IEMA)

O referido trabalho traz como proposta uma descrição e análise sobre o aprendizado dos estudantes acerca de conteúdos abordados na disciplina de Sociologia, que faz parte da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Instituto Educacional de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA), localizado na cidade de Santa Luzia do Paruá, no estado do Maranhão. No caso em questão, foram analisados os temas trabalhados em sala de aula, tais como: Preconceito, Raça e Etnia, Cultura Afro em suas diversas formas como a Capoeira, a Culinária e tipos de Religião. Após esses conteúdos terem sido discutidos, os estudantes das três séries do Ensino Médio apresentaram seus conhecimentos em um evento intitulado "II Mostra Cultural de Ciências Humanas", na praça principal da cidade, em dezembro de 2023. Assim, esse trabalho tem o objetivo de identificar os fundamentos e significações sociais da educação. Para isso, pretende-se refletir o ensino da Antropologia no ensino básico, explorando a importância desses estudos para a formação dos indivíduos para o meio social de convívio e

de noções de entendimento de mundo. Destacando a concepção de ser humano como indivíduo, de sociedade e educação em sala de aula. Os objetivos específicos estão centrados em refletir por meio da metodologia de ensino um modo eficaz de aprendizagem no ensino secundário. Analisar o processo de ensino e aprendizagem: continuidades e rupturas nos alunos. Como recortes metodológicos, incentivar a educação e ensino como pesquisa explorando por meio de recursos didáticos o uso da literatura, teatro, cinema e iconografia nos estudos antropológicos, além da importância de uso do livro didático. Desse modo, pretende-se analisar a importância do ensino da Antropologia nas escolas de nível médio e a atuação dessa formação curricular na vida desses estudantes. Seguindo a defesa de Fernandes (1954) sobre as particularidades que o ensino das ciências sociais no curso secundário causaria na vida futura dos indivíduos. Para Fernandes (1954) seria uma condição para a formação de atitudes que são capazes de orientar o comportamento humano no sentido de aumentar a eficiência de atividades baseadas em uma compreensão racional das relações sociais julgando os meios e os fins, em qualquer setor da vida social, seja no trabalho, família ou social. (FERNANDES, 1954). Desse modo, refletimos o ensino nas escolas secundárias, em particular, no Instituto Educacional de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, da cidade de Santa Luzia do Paruá, como o uso do aprendizado antropológico provoca fatores positivos no processo de inserção desses indivíduos na vida social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_498_21060651_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Oficinas Antropológicas na Escola Estadual Winston Churchill: Diálogos interseccionais da universidade à escola pública

Juliette Scarlet Galvão Aires Santos (UFRN)

Este trabalho consiste numa discussão sobre as questões de gênero, sexualidade, raça e classe em contexto educativo. Desde 2023 integro, junto ao grupo de pesquisa Gênero, Corpo e Sexualidade vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o projeto de extensão chamado Semeando Gênero na Educação cujo objetivo é estabelecer diálogos com as escolas públicas promovendo o debate interseccional com toda a comunidade escolar, a partir de uma perspectiva antropológica. Para o debate, trago como recorte uma das práticas educativas em caráter extensionista que nosso grupo realizou na escola, as Oficinas, no espaço das chamadas disciplinas eletivas concedido pela Escola Estadual em Tempo Integral Winston Churchill. Antes de iniciar as oficinas com estudantes, promovemos na escola o Curso de Formação em Gênero e Sexualidade para o corpo docente. O saldo foi tão positivo que o diretor nos convidou para ocupar o espaço de disciplina com uma atividade pedagógica na qual fosse possível discutir as mesmas temáticas com discentes. O objetivo deste artigo é, pois, perfazer uma análise sobre as oficinas, as temáticas abordadas e debates suscitados, a recepção da comunidade escolar e a relação entre ensino e aprendizagem construído ao longo do semestre. Para tal, debruço-me sobre as oficinas que ministrei junto ao grupo de pesquisa, além de abordar a importância da antropologia para os currículos da educação básica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_035_33074668_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologias e imagens na Educação Básica: um olhar sobre a cidade.

Kátia Bárbara da Silva Santos (IFPA)

A proposta traz o resultado do projeto de extensão Sentir a cidade: Paragominas e suas histórias, através do diálogo inter e transdisciplinar das disciplinas de Antropologia na Educação Básica e História. Adotamos a elaboração de vídeos documentários como uma ferramenta de ensino, além de uma tecnologia digital de informação e comunicação (TDICs), para viabilizar a relação entre a teoria antropológica e o audiovisual com as turmas de 2º ano do Ensino Médio dos Cursos Técnicos em Administração, Informática e Meio Ambiente do IFPA/Campus Paragominas. A oficina Cine documentário transformou os vídeos documentários em um instrumento de comunicação e reflexões antropológicas, entre a realidade filmada e a realidade vivida. Os vídeos documentários como recurso áudio visual no processo do ensino aprendizagem, trouxe a realidade contextualizar dos sujeitos onde estão e como vivem; inverteu o olhar deles e o nosso, enquanto professores, sobre a cidade e como está se refere as diversidades no contexto urbano. Palavras-chave: Antropologia; Educação básica; Vídeos documentários.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_745_09348531_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Juventude & Escola: Percepções dos Estudantes sobre a Educação Profissional e Tecnológica em Belém/PA

Kirla Korina Anderson Ferreira (IFPA)

O que os alunos pensam sobre o cotidiano do espaço escolar? Quais significados sociais a instituição escolar representa na socialização de jovens estudantes da rede federal? Essas são as principais questões que orientam as reflexões deste trabalho, que tem como objetivo principal identificar e compreender antropológicamente as percepções de jovens estudantes sobre o cotidiano escolar, no contexto da educação profissional e tecnológica, na cidade de Belém/PA. A discussão desse conteúdo se deu no segundo semestre de 2022, ainda no contexto de retorno ao ensino presencial, após a interrupção das aulas presenciais por conta da pandemia de COVID 19. Utilizei de metodologias ativas, para trabalhar o conteúdo de socialização, sob enfoque da antropologia, ao considerá-la como um processo de aprendizado dos valores, significados sociais e instituições acerca do mundo em que vivemos, processo este que se aprende e se ensina mutuamente, que dura toda a vida do indivíduo. Os resultados alcançados derivam de duas atividades realizadas em duas turmas do primeiro ano, contando com a participação de 37 alunos, a saber: 1) produção de desenhos, divididos em grupos de 04 a 05 pessoas, sobre as áreas de convivência que têm acesso no campus e que gostam de ficar quando não estão em horário de aula; 2) elaboração de linhas do tempo, em que, de forma individual, eles pontuaram os acontecimentos considerados mais significativos em suas vidas. Quanto aos lugares de convivência, os alunos destacaram a biblioteca, a área verde próxima aos blocos de salas de

aula, o refeitório e as escadas dos blocos E e M (que são os blocos das coordenações de curso e laboratórios), sem ter um espaço de convivência próprio em que possam conversar e descansar. No que se refere às linhas do tempo, os discentes destacaram estudos, relacionamento interpessoal, família, religião e saúde, mais especificamente o ingresso no IFPA (citado por 24 deles), a pandemia de COVID 19 (citado por 15), fazer amizades (citado por 16) e viver a primeira paixão (citado por 04) e diagnósticos de ansiedade e/ou depressão (citado por 06). Posso dizer que ser aluno do instituto federal representa a realização de um projeto para os estudantes ouvidos, assim como para suas famílias, pois significa o acesso a um ensino médio de qualidade, como falaram, a possibilidade de ingresso ao mercado de trabalho e no ensino superior, mas que é vivenciado com muitas cobranças e sobrecargas, o que compromete a saúde mental. A utilização das metodologias ativas no ensino de sociologia proporciona o estreitamento de vínculos e a aprendizagem significativa no contexto escolar, assim como suscita a necessidade de reflexão da prática docente do antropólogo e da relação entre os jovens e a instituição escolar na sociedade contemporânea.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_753_28103595_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ensinar brincando: jogos didáticos como ferramenta de formação docente

Millena Ventura (UFRJ), Joyce Louback Lourenço (UFRJ), Julia Polessa Maçaira (UFRJ)

A existência de ações como a Olimpíada de Sociologia do Rio de Janeiro, Olimpíada Brasileira de Ciências Humanas - OBCH e a Olimpíada de Ciências Humanas do Ceará - IF/CE demonstra tanto o aumento do uso de jogos no ensino básico, quanto das reflexões e pesquisa acerca deste instrumento. A partir da análise quantitativa e qualitativa das respostas dos participantes do Curso Jogos Pedagógicos para o ensino de Ciências Sociais”, ação de extensão realizada pela Faculdade de Educação da UFRJ (FE/UFRJ), as quais construíram um banco de questões para o Antropolojogo, um jogo didático sobre a experiência antropológica em campo, criado por discentes do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFRJ, o trabalho tem como objetivo apresentar de que forma o jogo enquanto ferramenta didática muda a percepção da importância do ensino da antropologia. Deseja-se, ainda, investigar como a presença de jogos no processo educacional tanto dos discentes do ensino superior quanto do ensino básico, afirma as potencialidades da recontextualização didática (Bernstein, 2003) para a disciplina, ao articular o tripé universitário - ensino, pesquisa e extensão.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Residência Pedagógica através da Antropologia: trabalhando as relações étnico-raciais em uma escola de Campos dos Goytacazes, RJ.

Raquel Brum Fernandes (UFF), Naiana de Freitas Bertoli (SEEDUC)

Propomos aqui uma reflexão sobre a experiência de abordar antropológicamente a temática das relações étnico-raciais no desenvolvimento da Residência Pedagógica em Ciências Sociais em uma escola de Campos dos Goytacazes, estado do Rio de Janeiro. O Programa Residência Pedagógica foi criado pela Capes em 2018, para implementar projetos em parceria com as redes

públicas de educação básica, qualificando a formação dos licenciandos através da sua inserção em escolas, de forma semelhante ao Pibid (Fernandes; Pereira, 2022). Na Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, o programa se encontra em sua terceira edição (2022-2024), contando com 15 alunos bolsistas e 3 voluntários, divididos em três escolas estaduais. Uma dessas instituições é o Colégio Estadual Julião Nogueira, onde atua a professora de sociologia Naiana de Freitas Bertoli, que recebeu e supervisionou um grupo de seis licenciandos para desenvolverem atividades com o tema das relações étnico-raciais, especialmente no que diz respeito à construção de perspectivas e práticas antiracistas (Souza;Oliveira, 2016). Essas atividades foram fundamentadas em teorias e conceitos antropológicos, sendo executadas pelos residentes com o objetivo de desenvolver nos estudantes de ensino médio a construção do olhar antropológico em relação aos contextos socioculturais em que estão inseridos (Dauster; Grossi; Guedes, 2011). Assim, foi exibido o filme M8 Quando a morte socorre a vida”, para as turmas de primeiro ano. O jogo de cartas Vamos falar sobre Racismo também foi aplicado nessas turmas. Foi também organizada uma visita guiada ao Quilombo da Machadinha, localizado em Quissamã, município vizinho a Campos dos Goytacazes. Durante a Semana da Consciência Negra, em novembro, os residentes mediarão uma roda de conversa na escola, recebendo uma estudante de psicologia e artistas de rap locais. Eles falaram sobre a importância do dia da Consciência Negra, compartilhando um pouco sobre suas vivências, descobertas, dúvidas e desafios como jovens pretos. Foi também um lugar de escuta, no qual os alunos puderam compartilhar suas experiências, percepções, dúvidas e descobertas. Em nosso artigo, descreveremos o processo de planejamento e execução das referidas atividades, analisando a receptividade dos estudantes de ensino médio. Dessa forma, buscaremos demonstrar a importância da antropologia na educação básica, tanto como aparato teórico quanto metodológico (Gusmão, 2009; Alencar; Targino; Araújo, 2023). Evidenciaremos também como a experiência possibilitou aos licenciandos o exercício da antropologia na prática docente, valorizando a sua formação como professores e como cientistas sociais (Oliveira; 2012; Rosistolato; 2013).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_631_85162680_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da experiência e da intuição do antropólogo-professor para uma Didática Multidimensional: tradução epistemológica e sistematização das práticas docentes

Robson Campanerut da Silva (IFCE), Emanuel Pedro Martins Gomes (UESPI)

Após o encontro de antropólogos-professores ocorrido GT 54: Ensino e aprendizagem da antropologia na educação básica: conteúdos, metodologias e recursos didáticos, que ocorreu na XIV Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), realizada entre os dias 1 e 4 de agosto de 2023 na Universidade Federal Fluminense em Niterói, houve um questionamento sobre como a Antropologia e os seus profissionais, enquanto professores, se inserem dentro do contexto da docência na educação básica. Foi percebido que, a maioria dos docentes desenvolvem, a partir de sua formação inicial e continuada, ações e práticas pautadas no conhecimento intuitivo e na experiência (PIAGET, 1972; VYGOTRSKY, 1991; GOODSON, 1995; NÓVOA, 1995), não dispondo, muitas vezes, de um instrumental teórico e conceitual que a área da Educação

desenvolve, sistematizando o conhecimento de uma forma replicável em diversos contextos pedagógicos semelhantes. Também é importante destacar que a maioria dos docentes formados em Antropologia estão ministrando nos componentes curriculares naquilo que Bodart e Tavares (2020) conceituaram de Sociologia escolar, disciplina esta que sofre tensões e resistências em diversas dimensões e esferas de atuação (política, curricular, didática etc.) e que permanece em constante processo de (re)consolidação e (re)institucionalização. Desta forma, o currículo da disciplina e a didática do professor podem ser aprimorados no intercâmbio efetivo entre as Áreas do Conhecimento que, por muitas vezes, é relegado a um mero empréstimo conceitual que não leva em conta os contextos, as práticas de uso e as ações instrumentalizadas. Este trabalho, portanto, têm como objetivo elucidar as práticas pedagógicas do antropólogo-professor em ação e, a partir da tradição da Teoria Ator-Rede (TAR) (LATOUR, 2012), da Antropologia e da Sociologia da Tradução (GEERTZ, 1978; PASSIANI; REUILLARD, 2023), a fim de interpretar, de sistematizar e de ressignificar como essas práticas desenvolvidas a partir da experiência e do conhecimento intuitivo podem ser condensadas e organizadas em uma Didática Multidimensional (FRANCO; PIMENTA, 2016), perspectiva que analisa a prática do ensino como fenômeno complexo e multirreferencial, tão necessária para o aprimoramento docente e qualificação do antropólogo-professor dentro do contexto da Educação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A interface da antropologia visual e o ensino de história: uma proposta metodológica para o uso da narrativa fotográfica na sala de aula

Sandra Simone Moraes de Araújo (UPE)

Esta comunicação oral faz parte de uma pesquisa que tem o objetivo de compreender como a narrativa fotográfica pode se constituir em um instrumento didático, a partir da relação entre a antropologia visual e o ensino de história na formação de docentes da educação básica. No contexto das atividades deste estudo é traçado uma proposta metodológica fundamentada na etnografia Balinese character: a photographic analysis de autoria dos antropólogos Gregory Bateson e Margaret Mead. A ideia é utilizar o método desenvolvido nesta obra na elaboração de narrativas fotográficas e possibilitar apreensão da etnofotografia como uma linguagem, capaz de fomentar reflexões sobre inúmeros assuntos, a depender da escolha das imagens feitas pelos narradores visuais, sendo estes docentes/discentes, autores ou não das fotografias, visto que as narrativas também podem ser construídas com fotos de acervos. As atividades desta pesquisa são desenvolvidas no curso de formação de professores de História que atuam na educação básica e as primeiras ações têm proporcionado a seguinte reflexão: A interdisciplinaridade entre a antropologia e o ensino de história, realizada por meio da construção de narrativas fotográficas, possibilita a organização de um itinerário metodológico, o qual auxilia a leitura da imagem, o incentivo à pesquisa, o estímulo à criatividade e o incremento da habilidade para a produção de textos visuais por meio do entrecruzamento da ciência com a arte, ampliando, dessa forma, o universo cultural dos discentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_107_91335046_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A importância da Antropologia para a Educação das Relações Étnico-raciais (ERER)

Simone de Oliveira Mestre (UFSCAR)

Há 16 anos foi promulgada a Lei 11.645, que incluiu no currículo escolar o ensino sobre História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira na educação básica. Entre os desafios que envolvem a implementação efetiva da referida legislação, é possível destacar os obstáculos na formação de profissionais de educação. Tanto nos tocante a ausência de formação continuada quanto na inclusão de disciplinas e/ou itinerários educativos que abordem a Educação das Relações Étnico-racial (ERER) nos cursos de licenciaturas das Instituições de Ensino Superior. Diante disso, o propósito desta comunicação é apresentar algumas reflexões em torno das contribuições da Antropologia para a ERER e discutir sua importância na formação de profissionais da educação e de estudantes das licenciaturas. O presente trabalho fundamenta-se nas experiências em sala de aula e nas análises das referências bibliográficas da disciplina de Didáticas das educações das Relações Étnico-raciais ofertada para os cursos de Pedagogia e Química da Universidade Federal de São Carlos no ano de 2023. Entre os pontos a serem debatidos e observados, destacam-se: 1) A invisibilidade da temática indígena nas disciplinas que abordam a temática étnico-racial; 2) possibilidades de incorporações conceituais da Antropologia em perspectivas indígenas e afrodiaspóricas; 3) A importância de um currículo pedagógico que articule na ERER os saberes sociológicos e antropológicos na formação de professores em diferentes áreas de conhecimento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A temática indígena no ensino de sociologia: primeiros apontamentos

Thais Nogueira Brayner (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

A ausência percebida de temas relacionados aos povos indígenas nas escolas públicas do Distrito Federal, onde lecionei, sempre me chamou atenção, especialmente no Ensino Médio. As Leis 10.639/03 e 11.645/08 emergiram das reivindicações históricas dos movimentos negros e indígenas por reconhecimento e valorização de sua existência, cultura e saberes, os quais foram marginalizados ao longo da história. Apesar da importância dessas legislações no contexto educacional, sua implementação nos currículos escolares ainda enfrenta diversos desafios, especialmente com a reforma curricular do Ensino Médio. Nesse trabalho, proponho refletir a partir de pesquisa de doutorado em andamento, os primeiros apontamentos sobre os principais obstáculos elencados pelos docentes na inclusão da temática indígena nos currículos de Sociologia no Ensino Médio nas escolas públicas do Distrito Federal. A partir das dificuldades reconhecidas, o que os docentes pensam da temática indígena e como a abordam em suas práticas docentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_550_34244326_450617.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A alteridade em questão: percepções de um professor carioca na educação básica em Goiás

Vítor Gonçalves Pimenta (SEDUC)

Neste trabalho, evoco as minhas experiências interpessoais no interior da sala de aula da educação básica, como professor regente da disciplina Sociologia, com os alunos/as/es da Escola Estadual Polivalente Frei João Batista, localizada no município de Anápolis no Estado de Goiás. Nesse encontro entre professor e aluno, narro as minhas vivências corporais com as turmas do 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Médio, trazendo para o centro da reflexão a relação de alteridade entre um professor carioca e, principalmente, alunos goianos do sexo masculino. O termo alteridade vem do vocábulo latino *alteritas*, que significa ser o outro. Ele designa o exercício de colocar-se no lugar do outro, de perceber o outro como uma pessoa singular e subjetiva. De imediato, ao me encontrar com esses alunos na sala de aula e proferir as primeiras palavras sobre as temáticas “Cultura”, “Movimentos Sociais e Política, Poder e Estado”, respectivamente temas relacionados ao conteúdo da 1ª, 2ª e 3ª séries, o que mais chamava a atenção deles não era o conteúdo em si da Sociologia, mas sim o meu sotaque carioca e as curiosidades ou dúvidas sobre como era nascer e viver na cidade do Rio de Janeiro. Então, logo após uma primeira explanação sobre como se desenvolveria o componente curricular naquele bimestre, os alunos começavam a me questionar com as seguintes perguntas: “Professor, você é carioca?”, “Onde você morava no Rio de Janeiro?”, “Lá é muito violento mesmo?”, “Professor, diz aí, é biscoito ou bolacha?”, “Professor, fala isqueiro, aí. etc. Esses questionamentos revelavam a marca da alteridade que a minha presença corporal causava naquele espaço escolar. Era visível e audível como o meu sotaque carioca que puxa o s de maneira acentuada, para eles, gerava uma mistura de admiração, incômodo e interesse pela diferença. E essas perguntas não fizeram parte apenas do nosso primeiro encontro. Essas indagações são recorrentes ao longo de cada encontro semanal com as turmas e buscam de alguma maneira compreender o professor carioca”. Além disso, esses encontros antropológicos com a alteridade revelam que as aulas de Sociologia são cercadas por essa relação de reconhecimento da existência de pessoas e culturas que são singulares, ou seja, que pensam, agem e entendem o mundo de maneiras distintas. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é trazer à tona esse encontro de alteridade que acontece a cada semana nas aulas de Sociologia, reconhecendo que essa reunião de diferentes culturas e formas de estar o mundo pode proporcionar um exercício prático para a formação de uma sociedade justa, equilibrada, democrática e plural, onde a diversidade cultural seja celebrada e respeitada por todos os seus participantes.

GT 050: Entre arte e política: articulações contemporâneas em pesquisas antropológicas

Em continuidade às reflexões desenvolvidas em Grupos de Trabalho da RBA e da RAM e em Simpósios Temáticos do Encontro Anual da ANPOCS, esta proposta tem como foco práticas e sujeitos sociais que operam nos interstícios entre arte e política. No cenário antropológico contemporâneo, são constantes as investigações que buscam analisar ações sociais que se processam através de imagens, sons, materialidades, objetos, performances e formas expressivas que, não raro, se coadunam em processos de organização coletiva e mobilizações sociais que apontam o rico potencial transformativo de agências que são, simultaneamente, artísticas e políticas. Por outro lado, pelo menos desde os anos 2000, tem se intensificado, em nossa

disciplina, o que podemos caracterizar como “virada artística” e que aponta para uma aproximação entre arte e antropologia do ponto de vista de suas práticas e fazeres, enfatizando novos caminhos etnográficos possíveis para exprimir os resultados de nossas pesquisas, bem como atentando para outras possibilidades metodológicas de construção das mesmas. Nesse sentido, buscamos acolher tanto pesquisas que, ao se debruçarem sobre o campo artístico, enfatizam suas potencialidades políticas (e vice-versa) quanto aquelas nas quais o fazer etnográfico opera a partir de produções que mesclam antropologia e práticas artísticas.d

Coordenação

Glauco Batista Ferreira (PPGAS/UFMG), Vi Grunvald (UFRGS)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

É preciso transver o mundo": algumas notas sobre a produção de imagens além da visualidade

Amanda Dias Winter (UFRGS)

A proposta atual baseia-se nos estágios iniciais de minha pesquisa de mestrado, que investiga o impacto da deficiência visual na experiência de ser e estar no mundo, explorando a relação entre pessoas cegas ou com baixa visão e a produção de imagens e autorrepresentação. Utilizando o ato (também) político de registrar e, desse modo, reivindicar participação em um mundo visual, busco compreender a produção de imagens para além da visualidade convencional. Considerando o poder evocativo da imaginação para criar e compartilhar mundos onde a percepção se estende além dos olhos, o objetivo é ampliar a compreensão da diversidade de corporeidades e experiências vividas em direção a uma "acessibilidade transformativa". Isso envolve compreender como diferentes modos sensoriais afetam a percepção e representação das experiências, ao mesmo tempo em que se questionam noções tradicionais de produção de imagens à luz da singularidade da condição corporal da deficiência visual.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Esboço de etnodrama Memórias de educação popular na revolução de Abril

Ana Inês Aires Mesquita Vieira Ferreira (Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa)

Em 2024 celebram-se 50 anos da revolução do 25 de Abril em Portugal, do momento em que Chico Buarque cantou *Sei que está em festa, pá / Fico contente / E enquanto estou ausente / Guarda um cravo para mim*". Várias são as memórias que se ins/escrevem deste momento de ruptura política e social, em diferentes pontos geográficos de luta, resistência e solidariedade e sob diferentes ângulos de observação e registo. Na sequência de uma recolha etnográfica com base em depoimentos orais, memórias escritas e documentação escrita e visual, em paralelo com formação e prática metodológica na transição entre etnografia e teatro documental, propõe-se um esboço de etnodrama sobre memórias de educação popular na revolução portuguesa. Sobretudo até 25 de novembro de 1975, em diversos territórios e contextos organizacionais portugueses houve debates e experiências no âmbito da educação popular, que, com leituras maioritariamente freireanas, interpelavam a educação formal e criavam dinâmicas educativas

em contextos não necessariamente escolares. Se parte destas campanhas de educação popular e dinamização cultural, proximamente relacionadas com iniciativas de alfabetização e de valorização do conhecimento e das expressões do povo enquanto classe trabalhadora (ainda não necessariamente instruída, mas visando a sua alfabetização associada ao seu envolvimento cívico e político), eram promovidas e apoiadas por organizações de cunho mais estatal, outras emergiam de comissões de moradores e de trabalhadores e outras organizações associativas com enfoque no campo cultural. É o caso do Centro de Estudos Educação e Cultura (C.E.E.C.), que funcionou no Porto com particular dinamismo na década de 1970. Localizado numa zona com forte presença operária, o C.E.E.C. começou por funcionar como centro de apoio de e para jovens estudantes, os quais expandiram essa base organizacional para repensar as estruturas educativas de inspiração revolucionária e desenvolveram campanhas de alfabetização com diversas comissões de moradores e com os trabalhadores de uma fábrica local de borracha. Neste esboço de etnodrama procura-se apresentar uma história da experiência do C.E.E.C., exemplar de movimentos populares pela educação revolucionária em Portugal, através de um texto dramático com base no real, conjugando abordagens de investigação qualitativa com princípios de prática artística, na senda metodológica proposta por Johnny Saldaña.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Canções Mineiras e o Carnaval de Belo Horizonte: A Cidade como Movimentação

André Gouvêa Andrade (UFMG)

Acompanhando minha pesquisa de dissertação, a proposta deste trabalho é falar sobre o Carnaval de Belo Horizonte e das letras das canções mineiras, com o intuito de me aprofundar na efervescência cultural vivida pela cidade, nos últimos 15 anos; e catalisada pelo surgimento da Praia da Estação. A Praia foi uma manifestação popular, surgida a partir de uma performance teatral, que tinha como objetivo transformar o espaço da Praça da Estação em um local para banhistas. Como forma de propor novas ocupações do território urbano. A manifestação, que surgiu ao final de 2009, ganhou forças em 2010, junto ao Carnaval de Beagá. Isso ocorreu, pois a partir da Praia da Estação, muitas estudantes universitárias, artistas e ativistas políticos, passaram a se conhecer, e com isso, novas coletividades, formadas graças aos blocos de Carnaval, começaram a surgir, agregando gradativamente, também pessoas periféricas. O número de blocos e foliões na cidade avançou de forma exponencial. E em um intervalo de menos de 15 anos, Belo Horizonte já tem hoje um dos maiores carnavais do Brasil, tanto em número de público, quanto em número de blocos. Um dos objetivos desta pesquisa é tratar deste crescimento das festividades na cidade, como uma efervescência cultural por qual passa Belo Horizonte atualmente. Para isso, trabalharemos com a ideia de que o Carnaval da cidade pode ser definido como uma Movimentação Artístico-Cultural. Movimentação, compreendida com um sentido diferente de Movimento Artístico, pois enquanto o Movimento é algo fechado, com número delimitado de participantes e orientações objetivas das preocupações estéticas de seus membros; uma Movimentação é algo mais transversal, aberto a porosidades, e com associações mais livres. Portanto, utilizamos nesta pesquisa, como Movimentação Artístico-Cultural, três categorias para defini-la: Vanguardista, Rizomática e Antropofágica. Vanguardista, no sentido de Gonzalo Aguilar, como algo que rompe com a estética dominante de sua

contemporaneidade; Rizomática, por ser algo difuso, múltiplo e horizontal, no qual a organização entre os blocos se dá de maneira descentralizada e; Antropofágico, pois o que ocorre é uma apropriação do espaço e das canções populares, de modo a afirmar novas formas de sociabilidade e ocupações da cidade. Com o objetivo de ter uma etnografia sucinta das festas e shows de Carnaval, e a partir também da realização de entrevistas com artistas e foliões, o material empírico que irá orientar este trabalho são as letras das canções mineiras contemporâneas, que foram selecionadas, a partir de um número total de 1800 músicas, disponíveis na plataforma Spotify e coletadas a partir de certos critérios metodológicos. Deste total, foram escolhidas cerca de 40 músicas, para serem trabalhadas nesta pesquisa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_994_67034763_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A rua respira arte, nós respiramos a rua: uma interpretação antropológica das expressões de arte urbana em Belo Horizonte.

Clara Alvarenga Vale de Castro (UFMG)

A pesquisa busca incentivar reflexões sobre o cenário de arte urbana da cidade de Belo Horizonte, com direcionamento ao Pixo e ao Graffiti, pela abordagem da Antropologia Urbana e da Antropologia Visual/Gráfica. Entendendo a cidade como uma rede de relações em constante transformação, a intenção é trazer um pouco do recorte da arte e da cultura de rua como formas de expressão, de questionamento e de liberdade, que devem ser interpretadas dentro das particularidades do contexto em que estão inseridas. O trabalho traz também o resultado de experimentações gráficas como exercício etnográfico, uma das principais óticas pelas quais optei por observar e apresentar a cidade e suas intervenções. Tive como focos principais os projetos desenvolvidos pelo CURA Art - Circuito Urbano de Arte - na região central de Belo Horizonte, assim como uma análise sobre o Pixo como manifestação cultural de arte e de resistência. Aspecto relevante no processo da pesquisa de que trato aqui diz respeito à Antropologia Urbana e como é ter a cidade como campo, dentro de suas pluralidades e especificidades, que se mostraram bem contraditórias. Há no trabalho uma utilização extensa de recursos gráficos, como fotografias e releituras de algumas intervenções urbanas, com a intenção de trazer um pouco da subjetividade analítica das fotos e desenhos para a pesquisa, e pela dificuldade que vejo em trazer para a escrita algumas percepções e sensações que o tema evoca. As imagens são utilizadas aqui de modo a complementar algumas ideias que as palavras não me pareceram suficientes para expressar, além de funcionarem, por si só, como linguagem comunicativa em suportes variados. A exploração de cada dimensão da metodologia me trouxe uma perspectiva diferente sobre as temáticas, tendo como intenção compor diálogos que possam relacionar o que observei pela Antropologia Urbana, pela Antropologia Visual/Gráfica e pelas conversas e entrevistas, visto que cada experiência trouxe questões específicas que eu não necessariamente tinha elaborado previamente. As cidades carregam em si uma série de relações, literais ou de poder, de hierarquias exploratórias, de pobreza extrema e riquezas acumuladas, numa dinâmica capitalista que conhecemos por inevitavelmente fazermos parte dela. Entre a propriedade privada, a mercantilização do conhecimento e das artes, as cidades são os polos que abrigam toda a complexidade de redes entre pessoas, o ambiente e os demais

seres vivos, assim como suas expressões. Quando digo que respiramos a cidade, é uma analogia a esse contato interminável, ao cotidiano que estamos expostos coletivamente, às pessoas, aos prédios e aos muros cobertos de pixações e pinturas, e essa é a dimensão que tentei trazer e tornar mais palpável ao elaborar este trabalho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_005_78040216_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

VIA FRANCILINA: errâncias artístico=antropológicas

Francilins Castilho Leal (AMU)

Há mais de vinte anos tenho me dedicado à realização de trabalhos de representação, interação e intervenção sócio=artísticas. Para esta edição da RBA proponho apresentar obras realizadas ao longo destes anos; desde a monografia, realizada em suporte visual durante a graduação em Ciências Sociais na UFMG, chegando às pesquisas atuais, desenvolvidas no doutorado em Criação Artística na Universidade de Aix-Marseille, na França. As produções em questão se materializam em forma de livros, exposições, textos, curadorias, performances e situações. Considerando o texto de Hal Foster « The artist as ethnographer » como marco reflexivo incontornável das contaminações entre o fazer antropológico e artístico, realizarei uma refração crítica a partir das criações da minha lida e suas repercussões. Partiremos da análise do ensaio etnofotográfico « vi elas » (2001-2007), realizado a partir das interações com/na Guaicurus, o maior complexo de prostituição das Américas. Esta empreitada deu origem ao livro-objeto homônimo, que foi um dos trabalhos precursores em antropologia visual a ser apresentado formalmente como requisito para obtenção de um título acadêmico. Trataremos dos outros desdobramentos desta investigação, como o livro *Limbo* (2015), a exposição *Umbral de las Pasiones* (2013) e o site specific *Inframundo Tropical* (2014). Outro foco de apreciação se dará em torno das situações sociais criadas a partir de curadorias artísticas, que articularam períodos de residência, criação e exposição. Serão apresentadas as experiências do Museu do Sexo Hilda Furacão, onde artistas habitaram, interagiram e criaram a partir da vivência nos prostíbulos da Guaicurus. Outro projeto examinado será o « Cemitério do Peixe : Arte, Morte, Magia », uma comunhão artística que convergiu centenas de seres em uma cidade dedicada às almas encantadas, na região diamantina das Minas Gerais. JaymeFyigura é artista maior, que transcendeu a vida ordinária, incorporando Exu na totalidade da sua vida pública. Fyigura passou mais de 30 anos sem mostrar seu rosto em público e teve a honra de publicar um livro biográfico, coordenar diversas exposições, além de consolidarmos fortes laços de amizade. Um pequeno resumo da intercessão dos nossos percursos e experiências também será contemplado nesta apresentação. Chegaremos à Via Francilina, uma errância baseada num deslocamento físico pela superfície da terra. Uma marcha artística que atravessa o continente Europeu, África e Brasil. Tratarei do conceito de fotografia ancestral e da formação de um trajeto cultural baseado na interAção com diversos seres e comunidades encontradas. Diálogos com/entre natureza, sociedade e transcendência serão tecidos numa perspectiva antropológica, a partir dos e+feitos de uma arte engajada. "O futuro é ancestral".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_48727933_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ballroom em Florianópolis: o que carrega suas corporeidades ativistas na Feitiço Laboratório Ballroom?

Greg Alexandre Malaquias (UFSC)

A partir de inquietações que nos convida a refletir as relações percebidas no contexto da cultura ballroom, originária do contexto geográfico estadunidense, no bairro do Harlem em Nova Iorque cruzando experiências de pessoas racializadas - pretas e latinas -, LGBTQIAPN+ por meio do gesto de Crystal Labeija - mulher trans preta - ao inaugurar o sistema de casas que sustenta a cultura ballroom ao acolher corpos dissidentes na organização de um espaço que se tornem sujeitas políticas. Logo, campo de notáveis tensionamentos para a compreensão de corpo ao considerar que a cultura ballroom é local de corporeidades ativistas, no sentido que a vida cotidiana das pessoas componentes não se separa da arte do(s) corpo(s)-ballroom, confrontando a questão social de produzir vidas e mortes, ideia que cruzo com a noção de reXistência (GRUNVALD, 2022) na constituição das subjetividades em corporeidades ballroom, mais especificamente em diálogo com o cenário nacional que desponta na região sul do Brasil, enfatizando suas reverberações em Florianópolis. Com isso, ao notar sua proliferação e fortalecimento nos últimos anos no contexto brasileiro, aponto experiência e memória como aspectos marcantes da arte no contexto citado se encontrando inclusive na vivência da Feitiço Laboratório Ballroom - prática experimental da cultura ballroom sediada no bar Opium para aproximação da cena ballroom de Florianópolis e a comunidade externa da cidade, ou mesmo pessoas nativas da cultura, proporcionando um recorte do que se encontra nas balls - como as categorias competitivas ou não, o chant feito por quem conduz o microfone, as batalhas, ou ainda explanações sobre o objetivo das categorias, as performances, a entrega do grand prize [prêmio da pessoa vencedora], a bancada de júri, entre outras questões que dão suporte às corporeidades em jogo na residência que ocorre mensalmente em parceria da Casa das Feiticeiras, primeira casa do sul do Brasil a qual faço parte, e a coordenação do bar Opium. Assim, como pessoa nativa e pesquisadora ativista, proponho a pensar nossa cultura, nossa cena, não apenas com minha experiência, mas na relação com outras realidades que vivenciam a cena de Florianópolis, dialogando com suas experiências na Feitiço Laboratório Ballroom”, refletindo suas presenças na cultura ballroom de Florianópolis e os tensionamentos enquanto cultura afrodiaspórica que desafia a cisheteronormatividade racista por meio de suas corporeidades que se constituem de arte e política.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O pós-humanismo na obra de Lana e Lilly Wachowski: um estudo inicial

Isabel Wittmann (USP)

Neste trabalho pretendo trazer à discussão a filmografia das cineastas estadunidenses Lana e Lily Wachowski, dialogando com o que pode ser chamado de pós-humanismo, conforme Braidotti (2018). O pós-humanismo desloca demarcações entre categorias binárias muitas vezes acionadas por filmes fantásticos que centralizam a temática do corpo, como os da referida filmografia. Segundo o Marchesini (2017), o termo "pós-humano" foi cunhado em 1992 pelo curador Jeffrey Deitch, referindo-se a uma exposição coletiva que apresentou obras de diversos

artistas com obras que questionaram a essencialização e a rigidez da corporeidade e da identificação humanas. Em obras como *Matrix* (1999) e suas sequências, bem como *A Viagem* (2012) e *Sense8* (2015-2018), as autoras abordam temas como gênero, sexualidade, conexão corpórea, espiritualidade panteísta e anticapitalismo, que refletem suas posições políticas e trajetórias pessoais. Essa pesquisa, ainda em estágio inicial, é herdeira de uma lógica de discussões que perpassam o corpo e que discutem o que é "ser humano", abrindo caminho para reflexões futuras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre festas e disputas: Concepções, sociabilidade e política no circuito clubber de Florianópolis

Jackson Francisco da Conceição Müller (Prefeitura Municipal de Florianópolis)

A cidade de Florianópolis, a partir dos anos 1990, em virtude de estímulos conjuntos visando integração ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), favorece o turismo de veraneio, tornando-a uma de suas principais atividades econômicas. Com isso, setores voltados ao entretenimento desenvolveram-se de forma fértil, fazendo com que clubes e festas de música eletrônica, fizessem parte de uma paisagem construída de capital hedonista e cosmopolita. A pesquisa apresentada neste resumo, ainda em seu estágio de desenvolvimento, é uma etnografia que visa percorrer acerca de como as concepções em torno das noções de mainstream e underground, agenciam práticas políticas no circuito de música eletrônica em Florianópolis. Mainstream e underground, configuram concepções musicais antagônicas - uma relacionada a lógica de prazer e outra de comercialização - que operam nos mais diferentes circuitos de festas, gêneros e estilos musicais, bem como representam posicionamentos políticos relacionados à produção do mercado fonográfico. A observação participante de festas, assim como entrevistas e conversas informais com os mais variados atores deste circuito, são utilizados junto a diários de campo e leituras acerca deste tema, para guiar o trabalho de campo, realizado na cidade de Florianópolis. Os resultados preliminares, permitem-nos inferir, que essas concepções se apresentam de forma plural e diversa, e que o pertencimento a grupos permeados por estilos e gêneros musicais é também utilizado como forma de agenciamento político a uma série de demandas e debates pertinentes na cidade. Neste sentido, se deduz, a partir dos dados levantados, que a arte é um estimulante para intervenções, pois a sua natureza estética, produzida por pessoas ou por coletivos, possui o poder amplificador e sensibilizador necessários para reivindicação social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Não esqueça o motivo de nenhuma de suas partidas Ações performáticas em rodoviárias de Natal e a relação de migração e violência de gênero

Júlia de Freitas Motta (UFRN)

Esta pesquisa em andamento faz uma reflexão sobre a relação entre migração e violência de gênero. Através da metodologia criada para o projeto doutoral, realizo uma ação performática em rodoviárias de capitais nordestinas. Essa metodologia ocorre a partir da minha vivência artística. Vestida com um macacão vermelho, sentada em silêncio em um banco na área de



embarque, seguro um cartaz com as frases: Escuto mulheres. Escrevo/escrevemos histórias de mulheres sobre chegadas e partidas” . Por meio da ação performática, busco ouvir e escrever relatos sobre deslocamentos de mulheres. Compartilhar diferentes experiências, num fluxo de memórias, uma movência que convoca escuta, espaço, passagem (KRUCKEN, 2021). Conhecer parte das histórias dessas mulheres, até então, têm me trazido dados de violências de gênero que atravessam diferentes trajetórias ao longo dos anos. No campo, a entrevista piloto já conseguiu mostrar outras dimensões de violências e por isso trago um dos relatos ouvidos até então. Damiana, uma mulher branca, de 52 anos, classe baixa, mora em Salvador e chegou na capital potiguar há quase três meses. Viajou para cuidar da mãe, que está doente. Ficou como cuidadora dela num hospital público em Natal, por dois meses, até a mãe ir para a UTI. Precisou sair do hospital e passou a morar na rodoviária. No dia que participou da ação, estava há duas semanas nessa situação, mas não pensava em voltar para casa. O sentimento que a moveu a viajar foi a perda, o medo de não encontrar mais a mãe viva. Com isso, podemos localizar como o recorte de violência de gênero é ampliado e traz outras dimensões, como a violência de Estado, uma vez que ela precisa morar numa rodoviária para cuidar da mãe, por falta de recursos. Na metodologia, também coloco o meu corpo e experiências. Damiana indaga o que estou fazendo ali. Pergunto se gostaria de ouvir o meu relato, que abre o caderno usado na performance. Damiana será a única a ouvi-lo. Ela narra sua travessia, eu escuto. Eu conto o motivo de minha partida, ela ouve. Damiana fica curiosa e me pergunta mais sobre o projeto. Digo que faz parte de uma pesquisa de doutorado e pergunto se ela autoriza que eu leia o dela para a próxima mulher que se sentar comigo. Ela diz que sim. Volto a ficar em silêncio. Ela, então, começa a falar. Conta sobre as violências que sofreu do ex-marido e do dia que 18 anos depois de casada o colocou para fora de casa. Desse modo, através da escuta de relatos de mulheres, apresento o de outras, construindo uma teia de significados. Rodoviária, são espaços de classe popular e por isso, escolho dialogar com Oyěwùmí (2004), Lugones (2008) e Kimberlé (1991), por também considerar que gênero precisa ser analisado junto com raça e classe, como marcadores da diferença entre as mulheres.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Movimento dos Artistas de Rua de Londrina: conquistas e desafios para a construção da arte pública

Laís Tercioti Vieira (UEL)

O Movimento dos Artistas de Rua de Londrina surgiu em 2012 com a intenção de consolidar a prática artística nos lugares públicos, não categorizados e abandonados da cidade. Ele pretende promover uma articulação com outros movimentos brasileiros que vêm das ruas, a fim de fomentar o debate crítico acerca do uso livre da cidade para fins artísticos. Sua principal conquista enquanto movimento social se deu a partir da ocupação do antigo prédio da União Londrinense dos Estudantes Secundaristas, construído em 1959 e desativado desde 2006. Dois anos antes da conquista do imóvel, o Movimento pôde participar ativamente na assinatura da Lei do Artista de Rua (Nº 12.230/2014), que isenta os artistas do pagamento de taxa de ocupação de solo em locais públicos. Esta lei também permite a permanência transitória neles, sem a interferência de órgãos públicos que atuam não como seus promotores, mas como

obstáculos à livre expressão do artista (Cirino e Vieira, 2023). No caso da ocupação da atual vila cultural visando a conquista do prédio, o não cumprimento da Lei do Artista de Rua observado nos embates entre o poder público e o Movimento, gerou uma reação que incitava a agitação popular para a conquista de uma conjuntura mais favorável para a vida na cidade, de modo a pensar na necessidade de fomentar uma pulsão criadora, de obra e atividades lúdicas, e não apenas de troca de bens materiais de consumo. Assim, o trabalho acompanha as atividades do Movimento através da etnografia do espaço e suas práticas. Avalia, a partir do desmembramento das leis e documentos que se aliam à ação artística popular no espaço público, as condições oferecidas pelo município para a efetivação do direito à cidade por meio da tentativa de democratização dos bens culturais. Segundo Botelho (2001), esse método é conveniente porque elabora diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada. De modo a pensar, principalmente, na extensão dos bens culturais às margens, permitindo aos cidadãos o movimento de fazer a cidade (Agier, 2015) conforme as suas necessidades e desejos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana* [online]. 21, v. 3, 2015 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?lang=pt#>. BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. *São Paulo em Perspectiva* [online], 15 v.2, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S010288392001000200011>. CIRINO, Giovanni. VIEIRA, Tercioti Laís. Canto do MARL como possibilidade de um fazer artístico popular em Londrina, Paraná. *Ponto Urbe* [online], 31 v. 1, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.15039>.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_475_50438304_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Testemunhar o vazio: o retrato fotográfico na busca de pessoas desaparecidas no contexto do conflito armado colombiano

Liza Ysamarli Acevedo Sáenz (USP)

O crime de desaparecimento forçado é tipificado na Colômbia desde o ano 2000 e é caracterizado como a privação da liberdade de um sujeito seguida pela negação de fornecer qualquer informação sobre seu estado ou paradeiro às autoridades ou aos seus entes queridos. Ou seja, no cotidiano, é implantada a ausência de uma pessoa sem qualquer tipo de explicação, narrativa, ferimento ou prova que relate o que aconteceu. Diante disso, surge a pergunta: Como testemunhar o desaparecimento forçado? Ou melhor, o que resta quando não há testemunho que dê conta da violência? Marc Nichinian (2012) propõe refletir sobre a violência a partir do que resta do testemunho, ou seja, refletir sobre o que sobrevive depois que a violência nega até mesmo a possibilidade de ver e narrar o dano. Diante disso, mulheres familiares de detidos e desaparecidos têm criado uma série de dispositivos para apontar a ausência dos seus, ou seja, para evocar o vazio sem defini-lo ou preenchê-lo de significados (DIEGUEZ, 2021). Um dos dispositivos mais usados pelas mulheres é a exposição constante do retrato fotográfico do desaparecido em espaços públicos. Esta apresentação, partindo de dados e reflexões provenientes de minha pesquisa de doutorado em andamento, aborda o uso do retrato fotográfico dos desaparecidos na Colômbia como dispositivos que testemunham o vazio criado

pelo crime. Bibliografía. NICHANIAN, Marc. A morte da testemunha. Para uma poética do resto” . Escritas da violência, vol I: O testemunho. Org. M. Seligmann-silva, J. Ginzburg & F. Hardman. Rio de Janeiro, 7 letras, 2012 DIEGUEZ, Ileana. Cuerpos liminales: la performatividad de la búsqueda. Córdoba: DocumentA/Escénicas. 2021

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Artivismo Periférico: o papel dos coletivos audiovisuais na construção de novas narrativas e subjetividades em Villas e Favelas de Buenos Aires e Rio de Janeiro

Luz Mariana Blet (UFSC)

Nas últimas décadas vimos emergir, nas periferias das grandes cidades, coletivos artivistas que utilizam o espaço das cidades para criar, propor crítica e mobilização social, utilizando diferentes formas de expressão artística. Este artigo tem como objetivo abordar a atuação de coletivos oriundos de regiões periféricas e territórios marginalizados, tecendo um comparativo entre coletivos das cidades de Buenos Aires, na Argentina, e Rio de Janeiro, no Brasil, que utilizam o audiovisual como principal meio de expressão, construção de narrativas e subjetividades. Ao falar sobre coletivos de periferia, é importante não pensá-los como grupos homogêneos de pessoas, mas contemplar a diversidade, subjetividade e singularidade de cada sujeito. Neste ponto, as contribuições de Stuart Hall (2000) sobre identidade, e a necessidade de pensar o conceito sob rasura, são fundamentais, para fugir da ideia de uma identidade fixa e homogeneizante dos sujeitos de periferia. Aqui, interessa pensar no processo de criação e experimentação compartilhada como possibilidade de inserção social do indivíduo em um grupo e de produção de sentido e subjetividade a partir de locais marginalizados da cidade. Considerando as periferias territórios múltiplos e diversos, opto por pensar na produção audiovisual desses coletivos independentes, não a partir da chave da representação, mas sim, a partir da vivência de uma coletividade, busca criar novas formas de ser e estar no mundo, possibilitando outras narrativas além daquelas que são dadas às pessoas subalternizadas. Neste sentido, opto pelos conceitos de fabulação crítica de Saidiya Hartman (2021) e escrevivência, de Conceição Evaristo (2006), para pensar essas produções audiovisuais. Estas produções configuram-se também como intervenções no território, considerando aqui o território como uma categoria definida socialmente, pelos indivíduos e suas práticas, preenchida por fluxos e narrativas (SANTOS, 1996). Seja por meio da identificação ou estranhamento, ou pela participação ativa da comunidade, essas narrativas implicam os sujeitos em implicam os sujeitos em uma decolonização estética e subjetiva. Pensando na estética como uma experiência sensível partilhada, que reverbera nas subjetividades, dando sentido à comunidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Funk como instrumento contra-colonial.

Maria Alice Souza Silva (UFES)

Este ensaio é fruto do trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, que teve como objetivo a análise cultural da construção da estética funk e suas implicações na sociedade colonialista brasileira. A partir dos resultados pode-se elucidar o potencial político e contra-colonial do funk e sua estética, que, ao mesmo tempo que

sucinta na perseguição ao ritmo, agrega a ele o poder de sobrevivência e (re)invenção. O objetivo deste ensaio é analisar as diferentes perseguições sofridas pelo funk institucionais, morais, acadêmicas, políticas, etc.– em busca de semelhanças morais e ontológicas entre os eventos e os perseguidores. Também é objetivo aqui, contrapor os argumentos que estruturam tais perseguições a partir de uma análise crítica do que o funk e a sua estética implicam em uma sociedade em constante colonização. Também é parte central na metodologia a análise e exposição de letras de funk, a fim de estreitar o espaço entre as produções acadêmicas e os saberes localizados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_894_69815877_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cruzando arte, sexo e política: As potencialidades e articulações dissidentes mobilizadas em uma plataforma de pornografia desviante

Rafa Ella Pinheiro Souza (USP)

Este trabalho tem como objetivo traçar as potencialidades e articulações dissidentes mobilizadas nas produções audiovisuais da plataforma on-line EdiyPorn autointitulada como pornô desviante: arejando imaginários sexuais”. Este trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado, ainda em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade de São Paulo (USP). Lançada no primeiro semestre de 2020, a plataforma independente de pornografia desviante foi criada por um coletivo de pessoas artistas e performers residentes na capital paulista. Diferentemente da maioria das produtoras mainstream ou até mesmo de produtoras de pornografia alternativa (chamadas de altporn), a EdiyPorn não trabalha com a ideia de ter um casting de atrizes e/ou atores pornôs (as pessoas que aparecem nos vídeos são creditadas como performers), tampouco classifica os seus vídeos como homossexuais, heterossexuais, bissexuais ou utiliza categorias de práticas sexuais que comumente aparecem em sites com um alto volume de acesso, como Xvideos e Pornhub. Na plataforma com espaços para acesso gratuito e para produções audiovisuais exclusivas destinadas para assinantes os filmes são divididos em séries: Autoprazer, PornoBlock, Sessão, Encontro de Putes, DIY faça você mesmo, além de vídeos que não integram nenhuma série. De modo geral, as publicações se mostram mais interessadas em borrar fronteiras e erotizar o corpo inteiro, incitando o prazer e o gozo para além da fragmentação do corpo que institui os órgãos sexuais reprodutivos como polos únicos de prazer. A partir do questionamento como a plataforma de pornô desviante elabora e produz esses imaginários sexuais?”, que norteia toda a pesquisa, este trabalho busca aproximar as características experimentais e as nuances estético-políticas da EdiyPorn com o movimento pós-pornô, bem como investigar os elementos que constroem essa plataforma que se apresenta como desviante. Cruzando arte, sexo e política, as pessoas artistas que aparecem nas produções audiovisuais evocam corporalidades não-normativas, dissidentes, e com um interesse em ampliar as possibilidades de desejos, além de minar os imaginários cisheteronormativos construídos pedagogicamente pela pornografia tradicional. Nesse sentido, busca-se evidenciar como a EdiyPorn incorpora em suas produções discussões sobre dissidências de gênero e sexualidade, critica as estruturas corporais e de desejo normativas, aponta para possibilidades

contrassexuais (Preciado, 2014) e como elabora os seus vídeos a partir de uma ética pornô termo defendido por uma artista performer que integra a equipe da plataforma.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_511_35602220_481245.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Friccionar imagens para fabular poéticas possíveis: arte e política na cena musical MPBixa e MPBTrans

Solluá Borges Ramires de Souza (UNICAMP)

Esta proposta de trabalho reúne um conjunto de reflexões que vem sendo tecidas a partir de pesquisa de doutoramento que acompanha a cena MPBixa e MPBTrans da música brasileira, dando especial atenção para como ela é produzida em um continuum entre ambientes online e off-line. A cena pode ser compreendida a partir de um conjunto de relações, imagens, suas estéticas e sonoridades que, quando sobrepostas, tencionam quadros de representação e visibilidade de corpos dissidentes em termos de gênero, sexualidade, raça, dentre outros marcadores sociais da diferença, articulados interseccionalmente na produção de experiências. A pesquisa acompanha, assim, artistas musicistas que, com sua produção estético-poética, problematizam normas sociais cis-hetero-branco-centradas, fazendo-o a partir de imagens e sons que falam de lugares outros da política e da estética, traçando tramas e traços, mediando sentidos na fabulação de espaços possíveis a serem habitados por corpos trans, travestis e não-binários na música, na arte e na política. A cena é acompanhada a partir de etnografia que vem sendo realizada em espaços de produção musical, shows de artistas, eventos de movimentos sociais, espaços de intervenção estética e política, festas e engajamentos em plataformas de mídias digitais, tais como Instagram e YouTube. Busco mostrar como a produção da cena MPBixa e MPBTrans engaja uma audiência ora comercial e midiática, ora que demanda por representatividade política nessas produções, ao mesmo tempo em que produz imagens e sonoridades que friccionam estéticas e políticas engessadas em termos de normas de gênero, sexualidade e raça.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Transmutação Têxtil e a Travestilização da Moda

Verdi Lazaro Alves Vilela (UFSC), Lino Gabriel Nascimento dos Santos (IFSC)

Embora a academia ainda tenha uma relutância em problematizar a Moda em vista de um senso comum que a insere no campo da futilidade, este trabalho trata da Moda com M maiúsculo, enquanto sistema ou melhor [c]istema (VERGUEIROS, 2015), o mesmo que Sant'Anna (2005;2007) vem afirmando ser a própria dinâmica da modernidade de modo que uma não existiria sem a outra. Deste modo, desacuendendo da repetição do debate de defesa da legitimidade da Moda enquanto ciência ou arte, e seguindo o pedido de não hierarquização do triângulo arte, política e antropologia proposto por Grunvald, Raposo e Roca (2023). Este trabalho objetiva avançar debate sobre Moda e indicar o rico campo etnográfico a respeito de grupos, coletivos de estilistas trans/travestis/NB que utilizam de suas artes para problematizar o [c]istema Moda. Para tanto, o texto se divide em duas partes, na primeira apresento

brevemente o debate já superado a respeito da Moda como uma importante ferramenta moderna (SANT'ANNA, 2005), mas dessa vez iluminado pela ideia de Segato (2016) para qual o gênero, sobretudo o patriarcado, estrutura as relações de poder. Assim, denunciamos a Moda como uma ferramenta da pedagogia da crueldade (SEGATO, 2016). Na segunda parte, apresento que, em contrapartida, já existem caminhos alternativos que denunciam o [c]istema Moda, como a transmutação têxtil, uma tecnologia decolonial desenvolvida por travestis, mas que entretanto a mesma ainda é negligenciado pela academia. Arte, Desfile, manifesto, fashion show, catwalk de vogue, política. Muitas poderiam ser as definições para desfiles de transmutação têxtil. Entretanto, pouco nos importa classificá-los, nos interessa mais discutir a respeito de suas performances sobre duas direções: i) como os mesmos estão análogos ao debate de Dawsey (2005) a respeito de drama social e drama estético do teatro dos boia-frias, e ii) o discurso necropoético (HEAD 2020; 2023) evidente nesta arte, seja pela comunicação visual das peças, pela performance de quem as desfila ou a paisagem sonora que a acompanha. Por fim, espera-se que este trabalho apresente a potência do campo etnográfico desses grupos e coletivos de estilistas, artistas trans que vem propondo novos caminhos metodológicos de Moda, travestilizados e interseccionados com arte, performance e política. Mas que para além disso, também denuncia a negligência do descaso da academia sobre a transmutação têxtil e reivindica a urgência de travestilizar a educação (ODARA, 2020) de Moda no País.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O levante decolonial metaleiro na América / Abya Yala

Vinicius Pereira dos Santos (UFRRJ)

Observa-se na América Latina o fortalecimento do estilo musical Heavy Metal enquanto meio de expressão e ação no engajamento em lutas e movimentos de resistência descoloniais, antirracistas, feministas, ambientalistas, entre outros. Segundo Nelson Varas-Díaz, atualmente um dos maiores especialistas no assunto, tal fenômeno ainda é bastante negligenciado em trabalhos acadêmicos que discutem esse estilo musical. Nesta presente pesquisa, busca-se investigar como essa luta vem acontecendo na cena Heavy Metal brasileira, especialmente a partir da perspectiva antirracista de diverso(a)s metaleiro(a)s negro(a)s. Em sua dimensão "mainstream", ou seja, aquela que abriga o universo de bandas com maior visibilidade, poder aquisitivo e poder de influência, ainda é notável no Heavy Metal a superioridade numérica de pessoas de cor branca, especialmente homens, em posições de destaque. Além disso, as temáticas tratadas nas músicas (deuses de panteões europeus, por exemplo), bem como a predominância da língua inglesa nas letras, mesmo em países do chamado "sul global", mostram o quanto esse estilo musical é representativo da colonialidade ainda existente. No entanto, por ser um fenômeno cultural marcado por um evidente potencial de transgressão e radicalidade, ao mesmo tempo em que reproduz padrões estéticos e discursivos do "norte global", esse estilo musical também vem produzindo fortes movimentos de resistência e de reconstrução e valorização identitária, numa perspectiva decolonial. Na presente pesquisa, de caráter etnográfico, a partir de entrevistas e do acompanhamento de coletivos (Metaleiras Negras, Preto no Metal), bandas (Punho de Mahin, Oligarquia) e produtor(a)s e seus eventos (como o festival de bandas "O Rock é Preto"), são analisadas as lutas de caráter decolonial

(especialmente antirracistas) que vêm sendo travadas no seio do movimento Heavy Metal. Até o momento foi possível identificar uma tendência de fortalecimento desses agentes na cena, cujas ações se caracterizam pela prática do que o autor Nelson Varas-Díaz classifica como diálogos descoloniais extremos”, compreendendo a junção de trocas horizontais de ideias e informações, posturas expressamente decoloniais e estéticas radicais, geralmente chocantes para a sociedade em geral. Pretende-se, a partir da pesquisa, contribuir para o debate sobre a atualidade da questão do colonialismo e suas consequências para a nossa sociedade, como o racismo, bem como sobre a diversidade de formas de luta e resistência, tendo como ponto de partida a análise da cena Heavy Metal, que se constitui como ambiente privilegiado para a observação de diversos avanços e retrocessos nas tentativas de construção de outros mundos possíveis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_106_67455786_481245.pdf

GT 051: Envelhecimentos, Interseccionalidade e Cuidados

Os envelhecimentos em suas múltiplas facetas figuram como temas relativamente consolidados para a Antropologia. O que significa uma sociedade, um sujeito ou um grupo envelhecer “bem” são temas de disputas acadêmicas, sociais e políticas. O fenômeno ganha centralidade com a recorrente argumentação demográfica de que o Brasil, como outros lugares no mundo, estaria envelhecendo e, por isso, seria necessário criar e defender políticas de cuidado, assistência e atenção, assim como definir e combater expressões de etarismo. Trata-se, ainda, de uma questão complexa devido à heterogeneidade envolvida nos envelhecimentos, o que leva em consideração, por exemplo, pertencimentos de gênero, raça, classe, sexualidade, etnicidade, corporalidades, deficiências, local de moradia, religião, status de saúde, entre outros. Tais questões adicionam diversas camadas de problematização no que diz respeito às disputas sobre o que é envelhecer de modo “bem sucedido”, quem poderia alcançar tais concepções prescritivas, ou, até mesmo, quais grupos estão, de fato, tendo condições de envelhecer no contemporâneo. Neste sentido, convidamos para submeterem a esse GT pesquisas que investiguem velhices e envelhecimentos em suas mais diversas facetas e heterogeneidades, com especial atenção às abordagens teóricas, epistemológicas e metodológicas que priorizem interseccionalidades, assim como marcadores sociais das diferenças, “envelhecimentos bem-sucedidos”, cuidado e apoio social.d

Coordenação

Carlos Eduardo Henning (UFG), Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Não sou velho, só tenho mais idade": reflexões sobre envelhecimento, homoerotismo e masculinidades entre homens de meia idade no Rio de Janeiro e Extremo Sul da Bahia

Alexandre Gaspari Ribeiro (UERJ)

Meia idade é o nome comumente dado a uma fase do curso da vida na qual se está num entre lugares, utilizando a noção de liminaridade de Turner (2005): não se está

mais nos primeiros anos da fase adulta, ainda bastante relacionados à juventude, mas também ainda não se chegou à velhice e suas marcas, sobretudo físicas. De definição imprecisa quando se trata de marcos cronológicos, tem como principal característica sua proximidade com a última etapa da vida. Embora qualquer pessoa comece a envelhecer a partir do momento em que nasce, é a meia idade que costuma nos lembrar da passagem do tempo. Entretanto, essa atenção ao envelhecer não é uma regra inflexível: a percepção do envelhecimento se dá de variadas maneiras, e parece mais ser apontada pelo outro do que por nós mesmos. Assim, este trabalho apresenta parte da minha pesquisa de doutorado que analisou como homens com práticas homoeróticas de meia idade entendem o envelhecimento e como se preparam se é que se preparam para essa nova fase da vida. Morando na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e no Extremo Sul da Bahia (ESB) regiões completamente díspares se considerarmos dados demográficos e socioeconômicos, esses homens são perpassados não apenas pelo curso da vida, mas também por outras categorias sociais de diferenciação, como gênero, sexualidade, corporalidade, território/local de origem e/ou moradia, classe social, raça/cor da pele e também geração, apesar de sua proximidade etária. Assim, mostram similaridades e diferenças que indicam as inúmeras nuances que o envelhecer traz às suas vidas. A partir de referenciais teóricos sobre homossexualidade, envelhecimento e outros marcadores sociais da diferença, o estudo foi desenvolvido por meio de entrevistas semi-estruturadas, em profundidade, que buscaram saber desses sujeitos o seu presente quem são e o que fazem atualmente; o seu passado a descoberta do desejo homossexual e como tal fato se desdobrou nas relações familiares e de amizade; e o que imaginam para o seu futuro quando (e se) perceberam que o tempo está passando e se fazem algo para frear as máscaras do envelhecimento, como aponta Simões (2004). Necessário ressaltar que o desenvolvimento da pesquisa foi profundamente afetado pela pandemia de Covid-19, que não apenas ampliou o território a ser estudado do Rio de Janeiro para o Sul da Bahia, como também impediu a proposta inicial de uma frequência efetiva em locais de sociabilização desses homens, de modo a captar suas relações. Apesar disso, o que se percebe é que a proximidade da velhice, embora não apontada como um fator que cause medo, é agenciada de variadas formas. E também modificada de acordo com a situação e as relações vividas por esses homens seja no Rio, seja no sul baiano.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_606_54764281_863819.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre ritmos e vivências: explorando as intersecções de raça, gêneros e sexualidades na terceira idade através das festas de forró

Amanda Raquel da Silva (Prefeir)

Esta pesquisa investiga algumas dimensões da vivência de gêneros e sexualidades de indivíduos nas fronteiras etárias dos 60 anos que frequentam festas de forró em Natal e municípios



vizinhos, no Estado do Rio Grande do Norte, Nordeste brasileiro, onde eventos de lazer são direcionados a esse público específico. O objetivo do trabalho foi conduzir uma pesquisa qualitativa através de uma etnografia dos circuitos de festas e sociabilidades, mais precisamente forrós, cujo público-alvo ou predominante são pessoas consideradas mais velhas”. Aqui, o forró aparece como estratégia de sociabilidade, de pessoas de classe popular, para as suas sexualidades. Por meio da participação e observações nos eventos, analisarei cenas observadas e outras dinâmicas, inclusive, as falas de mulheres e homens heterossexuais buscando compreender suas percepções em relação ao corpo, sexualidade, afeto, envelhecimento, desejo e expectativas de comportamento nas suas vidas. Ao pesquisar esses espaços encontro um público cuja grande maioria é negra, mas que ainda assim as categorias de cor e raça aparecem sob mecanismos que proporcionam disposições hierárquicas que se apresentam de diferentes maneiras. A partir disso, reservo um espaço dedicado para evidenciar impressões e sensações suscitadas nos ambientes de festas. A presença e participação ativa de minha mãe, mulher negra, de 59 anos de idade, também recebem uma atenção mais aprofundada, pois sua entrada trouxe consigo uma dimensão a parte do meu papel de pesquisadora, mas também provocou transformações dinâmicas na pesquisa. Além disso, reflito sobre como essa participação significou uma mudança impactante em sua própria vida, integrando-se à rede de forrozeiros que eu estava estudando. Em suma, ao acompanhar de perto o exemplo de uma parente, revelo como sua participação nesses espaços de sociabilidade, permitem a ela não apenas dançar e interagir, mas também reconhecer uma nova dimensão de si mesma. Logo, meu intuito com esse artigo é mostrar como as combinações desses mecanismos como raça, gênero e classe, articulados à geração, são analisados sob a ótica de espaços sociais voltados para um público mais velho nas festas de forró. Assim, pretendo mostrar como essas interseções moldam as experiências individuais e coletivas nesses ambientes específicos, através de situações presenciadas e vivenciadas em campo, ao explorar três cenas onde mulheres negras serão protagonistas, e que ilustrarão dinâmicas observadas nas festas de forró. A análise revelará como o desejo se manifesta nos corpos racializados e sexualizados, o que fala também sobre as complexas interações sociais que estarão presentes nesses espaços.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Envelhecer no abrigo: entre a Igreja, o Estado e a Iniciativa Privada

Ana Paula Marcelino da Silva (UFPB)

As Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) se apresentam de formas diversas, principalmente no que se refere a seus aspectos socioeconômicos e estruturais. A depender da época e do local em que foram fundadas, o estilo arquitetônico e a condição socioeconômica das pessoas idosas institucionalizadas, o cotidiano nessas instituições apresenta particularidades como a presença de rituais e símbolos religiosos específicos e rotinas perpassadas pela dinâmica religiosa. Por outro lado, o Estado, ao adentrar nessas instituições que possuem viés caritativo, também traz elementos e ritos específicos e atrelados à práticas biomédicas de cuidado. Neste trabalho discutiremos as características da rotina de cuidados de idosos institucionalizados em uma ILPI fundada pela Igreja Católica em meados do século XX. A instituição, situada no interior do estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro, recebe aporte

funcional e financeiro da Prefeitura local, além de doações de materiais diversos por parte de empresas locais. O espaço físico em que a ILPI funciona faz parte do conjunto arquitetônico de uma igreja construída em 1752 e sofreu poucas modificações. O corpo funcional da instituição está organizado em duas partes: uma composta por funcionários da prefeitura pertencentes ao quadro da secretaria de saúde, como enfermeiros, médico (no singular), fisioterapeutas e nutricionistas e; b) outra composta por cuidadoras de idosos pertencentes ao quadro funcional da própria ILPI. Sob a forma de doações, a instituição ainda recebe equipamentos, produtos alimentícios e produtos de higiene pessoal por parte de empresas locais. Nesse sentido, Igreja, Estado e iniciativa privada formam um tripé por meio do qual a instituição se sustenta e atua na prestação de cuidados aos idosos institucionalizados, criando uma rotina de cuidados caracterizada pelo viés caritativo, tensões entre saberes biomédicos e não-biomédicos, perpassada por interesses econômico-financeiros e sociais. Em meio a disputa pela prestação desse cuidado necessário, homens e mulheres envelhecem sem muita agência sobre as decisões que são tomadas a seu respeito.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O cotidiano de uma Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas na Pandemia de Covid-19: Dores e alegrias num espaço de ressignificação.

Artur Pereira Quinteiro Costa (Pendente) (UFPB)

A longevidade é algo cada vez mais latente na nossa sociedade, as previsões demográficas apontam para um aumento cada vez maior da pirâmide etária brasileira nas camadas das populações idosas. O envelhecer passar a ser uma realidade presente no cotidiano brasileiro, estabelecendo o desafio do envelhecimento bem-sucedido”. O viver em um espaço como uma instituição de Longa Permanência Para Pessoas idosas- ILPI, demanda uma série de desafios aos seus atores (moradores, funcionários, familiares e o poder público), e trazendo o estigma de um envelhecer mal-sucedido”. Esses desafios trazem consigo, toda uma gama de repercussões para a vida dos protagonistas do corpo social dessas instituições, que são os moradores e as suas cuidadoras. A pandemia de Covid-19, que afetou drasticamente esses estabelecimentos, potencializou significativamente os desafios já existentes, e gerou outros consideravelmente, fazendo com que o cotidiano em ILPIs se tornasse ainda mais interessante para uma análise sob o olhar da antropologia. Ao longo da pandemia, podemos perceber que o vírus SARS-CoV-2 não destruiu essas instituições, bem como o Sistema único de Saúde-SUS, mas que há um contínuo desmantelamento, por práticas neoliberais, do SUS e do Sistema único de Assistência Social-SUAS. Assim, O trabalho oferecido para a reflexão no Grupo de trabalho-GT irá relatar uma pesquisa etnográfica, realizada em ILPI pública, durante a pandemia de Covid-19, localizada no sertão pernambucano, que além de impactada pelo surto do SARS CoV-2, tem em seu cotidiano atravessamentos decorrentes de questões socioeconômicas, geográficas, raciais, de gênero e de conflitos entre a sociedade civil e governamental. Detalhando como as dinâmicas do cuidado se moldaram e se renovaram nessas instituições no auge da pandemia. Problematizando as ações de cuidado, oriundas do poder público no combate ao Corona vírus e não à pandemia em si, potencializando situações bem características das ILPIs, como o isolamento social, criando um fenômeno nomeado na pesquisa como duplo

isolamento”. O trabalho de pesquisa também refletiu sobre a necessidade de uma nova produção da vida nessas instituições, dessa forma estabelecendo enormes desafios e transformações, com enormes potenciais para a construção(e reconstrução) do fazer antropológico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Masculinidades, homoerotismo e envelhecimento entre homens gays em aplicativos de relacionamento no interior de Santa Catarina

Daniel da Silva Stack (UFSC)

Inspirado pelas análises que apontam a ascensão de sites e aplicativos de relacionamentos como propulsores de uma cultura afetiva global cujo capital sexual dominante estruturaria as relações afetivas e sexuais, nessa comunicação apresentarei resultados parciais da pesquisa em andamento sobre a articulação entre masculinidades, homossexualidades e envelhecimento para homens que utilizam aplicativos de relacionamentos em contextos interioranos. A partir de pesquisa anterior, identifiquei a centralidade de aplicativos de relacionamentos na construção das relações afetivas-sexuais para jovens universitários nativos digitais em contexto interiorano gaúcho, o que evidenciou, em parte, a maneira como as relações que se constroem por meio de aplicativos vão ao encontro da perspectiva de uma cultura afetiva global. Em contraste, expôs que contextos caracterizados como interioranos revelam particularidades locais na apropriação e uso dos aplicativos de relacionamento, produzindo mecanismos de exclusão e agenciamentos. Desta forma, lançando mão da categoria analítica alteridades complexas, problematizo o modo como sujeitos dissidentes sexuais, e em alguns casos de gênero, experienciam a vivência cotidiana da sexualidade nos usos de aplicativos de relacionamento em contextos urbanos e rurais do interior catarinense. Ao articular a categoria descritiva idade a estas experiências, é possível observar que a noção de juventude é objetivada para a conquista de capital sexual em aplicativos de relacionamento em que homens considerados "mais velhos" são preteridos por outros perfis de usuários em aplicativos. Diante destes processos de distribuição desigual de prestígios e privilégios nas dinâmicas dos aplicativos, é possível identificar algumas dimensões analíticas, das quais destaco duas: a aquisição de letramento tecnológico sobre aplicativos, visto que diferente do público da pesquisa anterior a qual construíram seu desejo e experiências em paralelo a ascensão de aplicativos de relacionamento, esses sujeitos desenvolveram seu desejo em um momento a qual a internet estava se delimitando, com isso o uso de tais tecnologias se constroem de modo particular e, de modo articulado, a abordagem do envelhecimento através dos perfis presentes nos aplicativos de relacionamentos, que por meio de lentes etaristas, restringem o campo de possibilidades das relações afetivo-sexuais para determinados sujeitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O que você está fazendo aqui?": uma etnografia sobre as narrativas de pessoas com 60 anos de idade ou mais nos cursos de graduação da UFG e suas agências

Delson Ferreira (IF Goiano)

Tendo por objetivo analisar como as narrativas sobre as experiências universitárias e de vida dos/as estudantes de graduação com sessenta anos de idade ou mais da

Universidade Federal de Goiás contribuem ou não para produzir, por meio dos seus agenciamentos, potenciais novos significados para as suas velhices e transformações dos cursos de suas vidas, os estudos iniciais desta pesquisa foram teóricos e se deram por meio de uma revisão de parte da produção acadêmica sobre as passagens do curso da vida, especificamente da fase adulta para a velhice, quanto às suas práticas sociais, seus sentidos individuais, coletivos e suas reconfigurações culturais contemporâneas. O seu objeto parte do trabalho de campo realizado, subdividido em duas prospecções, uma primeira quantitativa e, em seguida, outra qualitativa, ambas voltadas para a realização de uma etnografia, concretizada por entrevistas de campo feitas por meio da internet com uso da plataforma Google Meet. Sendo assim, tratamos aqui de apresentar, analisar e comunicar, de forma breve e específica, os resultados obtidos na primeira prospecção do campo, a quantitativa, que foi realizada com a aplicação de um questionário (survey) postado em formulário on-line por meio da plataforma Google Doc's.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De que prevenção estamos falando? Uma reflexão sobre noções de prevenção de doenças, demências e envelhecimento

Érica Renata de Souza (UFMG)

Essa comunicação propõe reflexões acerca da noção de prevenção visando a um envelhecimento saudável”. Suposições normativas de envelhecer bem incluem a prevenção da demência. Em pesquisa anterior, mostramos que a perspectiva hegemônica dos artigos científicos da neurologia norte-americana, que embasa também a brasileira (Souza et al. 2022), não está necessariamente preocupada com a prevenção e tampouco com a interseccionalidade, mas sim com o diagnóstico da doença e o tratamento medicamentoso. Contudo, vemos o discurso biomédico utilizando o próprio fármaco como um recurso de prevenção, como no caso dos antidepressivos (Coelho e Leal, 2015). Concomitantemente, as políticas públicas no Brasil têm, nas últimas décadas, enfatizado e incentivado uma vida ativa para as pessoas idosas, com cartilhas e documentos que materializam essa perspectiva e acentuam a importância da prevenção (Siqueira e Victora, 2015). E se buscarmos a prevenção em outras ontologias, sabemos que as mulheres tupinambá optam pela prevenção através de tecnologias de cuidado por não se identificarem com os diagnósticos e práticas da biomedicina (McCallum et. al., 2015). Portanto, a fim de problematizar a complexa noção de prevenção de doenças (em especial das demências), lançaremos mão da noção de prevenção situada de Annette Leibing (2018), da discussão de Bell (2021) sobre prevenção e estilo de vida e da análise de Schweda e Pfaller (2015) sobre a economia moral da prevenção.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres velhas e protagonistas nos rituais: relações de poder das capitoas nas marujadas da região amazônica

Hildeana Nogueira Dias Souza (UFPA)



A Marujada é um dos rituais formado por um conjunto de danças, apresentadas durante as festas de São Benedito ou São Sebastião na Amazônia paraense. A marujada mais antiga é a que acontece em Bragança, no nordeste paraense, e teve início em 1798, completando neste ano 226 anos de existência. Iniciou-se quando os senhores brancos, atendendo ao pedido de seus escravizados, permitiram a organização de uma Irmandade e a primeira festa em louvor a São Benedito. As Marujadas são constituídas em sua maioria por mulheres, cabendo-lhes a direção e a organização. A organização e a disciplina em relação as marujas e marujos são exercidas por uma "Capitosa". Dentre essas protagonistas, destaco neste trabalho, as Capitoas das marujadas que são realizadas no Pará, representação máxima de um ritual. É a Capitosa quem escolhe a sua substituta, nomeando a "vice-capitosa", que somente assumirá o bastão de direção em caso de morte ou renúncia daquela. A Capitosa, geralmente uma das mulheres mais velhas do grupo, carrega na mão um bastão ou ramo com flores que remete o símbolo da sua autoridade. As apresentações das marujadas, geralmente acontecem no período de 25 de dezembro ao dia 21 de janeiro do ano seguinte. Além da cidade de Bragança no Pará, a manifestação se ramificou em outros municípios vizinhos. Essa pesquisa em relação à abordagem é qualitativa, com relação aos objetivos apresenta-se como descritiva/explicativa e o principal método utilizado nesse trabalho é a coleta de dados baseada nas técnicas conhecidas como Procedimentos de Investigação Etnográfica. A pesquisa tem como sujeitas interlocutoras, 13 mulheres, com a função de capitosa, nas irmandades e ou associações das festas de São Benedito e São Sebastião na Amazônia paraense. Admite-se e reconhece-se que a mulher foi objeto de injustiça e privações no decorrer da história e continua sendo ao ser valorizada apenas por seus atributos físicos e, logo, essas se reportam à Capitosa (uma mulher velha) como referência do feminino na festa, para além disso, todos/as reverenciam e reconhecem a Capitosa como comandante deste ritual. O objetivo deste estudo é revelar o lugar e a presença das Capitoas nas festas religiosas, por uma perspectiva agentiva, na qual as mulheres velhas, negras, pobres e em condições de analfabetismo, são vistas como protagonistas sociais em um certo período do ano. Acredita-se que a presença de mulheres velhas, nas festas religiosas, pode ser vista como protagonismo feminino social. As festas religiosas são um tema presente na antropologia desde longo período e as questões da ordem cultural que envolve religião, festa e ritual, têm sido registradas na disciplina por meio da etnografia, e se constituem como importante no seu arcabouço teórico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Envelhecimento e cuidado das Irmãs: uma etnografia em torno das práticas e relações no cotidiano

Leticia Vicentin (PPGAS/UNICAMP)

O objetivo deste trabalho é tecer compreensões, a partir de uma metodologia qualitativa, sobre como práticas do cuidado e o cotidiano da vida religiosa consagrada feminina se afetam e se relacionam quando inseridos no contexto contemporâneo de envelhecimento, com idades elevadas, de freiras católicas de uma congregação localizada em São Paulo, seguido do baixo número de novas vocações e abertura, pela primeira vez na história delas, para atuação de cuidadoras e outras trabalhadoras remuneradas. O campo da pesquisa é a Residência, como



chamam, criada pelas Irmãs em 2012 com a finalidade de funcionar como lugar comum para aquelas que, antes residindo e atuando em outras comunidades no Brasil, passam a depender de cuidados, por motivos de doenças crônicas ou enfermidades pontuais. Estas, irmãs que ali viverão até o final da vida e ali serão veladas na ocasião da morte, ou que retornarão para às suas comunidades anteriores após um período de realização de consultas, exames e cuidados, e que, ao longo da vida religiosa, foram agentes do cuidado, passam a conviver com as trabalhadoras remuneradas, em sua maioria migrantes vindas da região nordeste para a capital de São Paulo, não-religiosas consagradas, que cuidam delas no cotidiano da casa, ou nos hospitais e clínicas ao as acompanharem nos tratamentos. A imersão e escrita etnográfica composta de mais de um mês vivendo com elas e seguindo os turnos diurnos e noturnos de trabalho das cuidadoras e outras trabalhadoras dos serviços gerais e cozinha entre observações participantes, conversas informais e entrevistas, me aproximaram das relações entre práticas de cuidado e tudo o que isso implica: noções de envelhecimento, dependência, doença e cura; extensão do cuidado o trabalho remunerado e não remunerado; os fluxos migratórios internos; os investimentos emocionais; os "bons cuidados"; as fronteiras não tão óbvias entre irmãs vivendo a velhice e dependentes de cuidados e vivendo a velhice e não dependentes, entre as que residem permanentemente e as que "melhoram e vão embora". Também, me aproximaram de um cotidiano que evidencia diferenças de gênero, religião, raça e classe. Sabendo que o cuidado, é uma arena de conflitos, negociações, ambiguidades e agenciamentos, que só foram possíveis de serem conhecidos através da imersão etnográfica e do estabelecimento de certos laços de confiança e intimidade. Por fim, a pesquisa também busca cumprir com um papel de rever pressupostos e fazer conhecer especificidades e formas de sociabilidades vividas e com um campo ainda pouquíssimo explorado na Antropologia, que são, os desafios enfrentados pelas congregações contemporâneas em relação ao cuidado, diante do envelhecimento de suas irmãs e baixa no número de ingresso de mulheres na vida religiosa consagrada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Envelhecimento e vergonha: quando aquela que cuida não pode mais cuidar

Luana Papelbaum Micmacher (Unifase)

O presente trabalho visa refletir como envelhecimento e trabalho de cuidados se encontram nas experiências de sofrimento de mulheres usuárias de um serviço de saúde da família de um município da região serrana do Rio de Janeiro. Esta reflexão parte da minha experiência enquanto psicóloga residente na unidade de saúde, entre março de 2023 e 2024. Este município conta com 21,3% de idosos em sua população, acima da média nacional, que pelo Censo realizado em 2022 apresentou um percentual de 15,6 % de idosos. Ao longo de meu primeiro ano no programa de residência multiprofissional em saúde da família, me encontrei com a frequente demanda de atender usuárias idosas em suas casas, devido à dificuldade de locomoção. Em outros momentos, tive a oportunidade de propor um grupo de convivência que contou com a participação de 15 mulheres idosas ao longo do ano, ocorrendo semanalmente no território. Nestes dois espaços de cuidado, as categorias de vergonha e humilhação foram frequentemente nomeadas pelas usuárias diante da experiência de depender de cuidado de outro sujeito, posição na cadeia de cuidados (FRASER, 2017) que já desconheciam após uma longa

vida cuidando de todos que as cercam. Agora, inverte-se a relação, e em seus relatos esta nova configuração produz sofrimento. Podemos assim nos aproximar das relações de cuidado enquanto relações de poder (BUTLER, 2019; LOWENKRON, 2015). Cuidar em excesso adoece mas é, para muitas, aquilo que garante um lugar de estabilidade no tecido social. Relatam em suas narrativas uma vida dedicada ao cuidado e como assumir este trabalho incessante de reprodução da vida foi fundamental para que seus filhos e netos tivessem uma vida melhor. Compartilham da máxima Quem não vive para servir, não serve para viver, que circula em seus grupos de oração religiosa, e comumente lamentam-se, com vergonha, pelo fato de precisar agora destes filhos e netos para realizar atividades básicas, como fazer arroz ou limpar a janela. Compartilham, muitas delas, que o que produz saúde são atos de cuidado, atos que ainda conseguem fazer, e temem que tão logo não possam mais desempenhá-los. Trazem frequentemente uma dificuldade em lidar com as necessidades e ofertas de cuidado, o que às vezes aparece como uma recusa - fecham-nos a porta, não atendem o interfone, não aparecem nos atendimentos agendados. Por meio da busca ativa, uma das atribuições comuns a todos os profissionais da atenção básica (BRASIL, 2017), retomamos o cuidado com as usuárias. Neste contexto, esta pesquisa busca explorar como estas idosas relacionam-se com a questão inescapável do cuidado no processo de envelhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_217_28399114_863819.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Envelhecimento ativo, capacitação e adoecimento: quem cuida de quem e para que fim?

Lucas Faial Soneghet (UFRJ)

O envelhecimento ativo, ou saudável, bem-sucedido e produtivo, é objeto de crítica antropológica e sociológica há pelo menos duas décadas (Debert, 1999; Lamb, 2000; Buch, 2015). Enquanto objetos de investigação, essas noções podem ser compreendidas como soluções ou recomendações em um processo de construção do envelhecimento como um problema social”. Lenoir (1988) argumenta que envelhecimento, velhice, terceira idade, dentre outros termos, não são categorias nativas do grupo ao qual se referem, mas abstrações nascidas nos debates entre economistas, políticos, advogados, sociólogos, antropólogos e médicos, além de outras especialidades. Nesse campo, a noção do envelhecimento ativo ganhou espaço em paralelo a iniciativas de saúde pública focadas na comunidade ou em iniciativas comunitárias”. De um lado, um discurso que enfatiza a produtividade, atividade, independência em um enquadramento individualista de pessoa (Lamb, 2014, p. 42) e, de outro, uma espécie de política de terceira via que postula sujeitos eticamente responsáveis e afetivamente compromissados com suas comunidades (Rose, 2000). Com base em uma etnografia em andamento de uma organização voluntária de saúde atuante em duas favelas do Rio de Janeiro, procuro interrogar as intersecções entre envelhecimento, gênero, moralidade e uma economia política do cuidado centrada na ideia de comunidade”. A organização Favela Compassiva oferece cuidados paliativos para pessoas acometidas por doenças crônico-degenerativas, em sua maioria idosos, na Rocinha e no Vidigal. Conta com a participação de voluntárias locais, em sua maioria mulheres entre 40 e 70 anos que moram nesses locais e trabalham voluntariamente com profissionais de saúde para oferecer conforto, qualidade de vida e dignidade para pessoas no

fim da vida. A atuação dessas voluntárias locais ou agentes compassivas é o objeto desse trabalho. Busco refletir sobre os circuitos de cuidado estabelecidos nessa organização, as noções de capacidade e capacitação que ali emergem, a construção de problemas de saúde e os discursos de envelhecimento vigentes. Nessa ecologia local do cuidado, formas distintas de envelhecimento se cruzam, definidas a partir das capacidades e do potencial de capacitação dos sujeitos definidos como da comunidade”. A atividade no envelhecimento é, por um lado, um potencial objetivo na assistência dos pacientes e dos seus familiares e, por outro, um tipo de recurso de cariz comunitário agenciado a partir de um discurso de saúde pública sustentado em relações ética e afetivamente densas de uma localidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_187_43836812_863819.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Condomínio Exclusivo para pessoas idosas.... mas de que idosos estamos falando?

Marcia Reis Longhi (UFPB)

Resumo: O presente trabalho tem o objetivo de refletir sobre as práticas de cuidados dirigidas às pessoas consideradas oficialmente idosas (60 anos ou mais), tendo como locus da etnografia um Condomínio Exclusivo, que se trata de uma política pública de habitação da cidade de São Paulo (BR), resultado da luta do Grupo de Articulação de Moradia de idosos da Capital GARMIC - movimento de luta por moradia no início dos anos 2000. O condomínio foi inaugurado em 2007, dispõe de 145 unidades, 55 apartamentos e 90 quitinetes, onde moram em torno de 200 pessoas. Os critérios para poder morar no condomínio são: ter 60 anos ou mais, ter uma renda de no máximo 3 salários mínimos e serem autônomos e capazes de realizar as Atividades da Vida Diária. É um empreendimento de locação social, o que significa que os moradores não são proprietários do imóvel e pagam um aluguel que equivale à 10% da renda individual. O foco do paper é pensar as tensões existentes entre, por um lado o paradigma da autonomia que norteia a política pública em questão e por outro, as práticas de cuidado cotidianas, observadas durante o trabalho de campo. Foi realizada uma etnografia de 3 meses, no primeiro semestre de 2019, para observar e acompanhar a rotina, as relações, as interdependências e também as trocas de cuidados, as dádivas, as trocas de serviços e também os conflitos, as carências, as ausências, as estratégias de sobrevivências, os lazeres e as atividades laborais. Observou-se que as relações de cuidado indicavam a utilização do tripé de sustentação: Estado (serviços de saúde), Família (através de laços de parentesco ou não) e o Mercado (através dos serviços pagos). Também ficou evidente o predomínio da mulher, tanto com relação às equipes profissionais, como nas prestações de serviço e nas redes familiares. Outra questão que ganhou relevância durante a etnografia foram as relações de sociabilidade entre as idosas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A prática da biodanza no sus como caminho de aproximação intergeracional

Marina Fagundes Gueiros (INSTITUTO DE ESTUDOS EM SAÚDE COLETIVA DA UFRJ)

O Brasil vem caminhando de maneira acelerada em direção à velhice e à longevidade. No entanto, a sociedade brasileira não enxerga a pessoa idosa em sua integralidade, tampouco reconhece a pluralidade dessa etapa da vida. Nesse sentido, o fator que vem precarizando a saúde e ocasionando mortes precoces é a discriminação etária, que provoca isolamento social e onera a economia. Essa discriminação, também conhecida como idadismo, diz respeito as ideias estereotipadas que criamos, aos preconceitos que experimentamos e a discriminação em relação à idade, ao envelhecimento e à velhice. Trata-se de um preconceito que pode interferir no olhar dos indivíduos para si mesmos e provocar conflitos entre gerações. Este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a inclusão, no Sistema Único de Saúde (SUS), de práticas que promovam a aproximação entre gerações como uma estratégia de enfrentamento do preconceito contra pessoas idosas. As reflexões a seguir emergem de uma pesquisa de Doutorado em Saúde Coletiva e, portanto, são recortes de um estudo em andamento. O estudo está sendo realizado com um grupo de 10 mulheres idosas participantes de práticas integrativas e complementares (PICS) em um Centro Municipal de Saúde do município do Rio de Janeiro no município do rio de Janeiro. O projeto está de acordo com os preceitos éticos da resolução CNS n 466/2012, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob parecer número 5.473.135. A fala o jovem precisa ser mais educado com a pessoa idosa de uma das participantes, traz relevo para esse insulamento dos grupos etários que polariza, distancia e solda cada geração em suas representações idadistas. Entretanto, ao mesmo tempo que esse fato, emerge como irrefutável, permite que se vislumbre os potenciais benefícios de um entrelaçamento intergeracional. As polarizações intergeracionais percebidas nas narrativas das participantes deste estudo apontam para um longo caminho a ser percorrido. No entanto, elas também dão pistas de que as próprias engrenagens de assistência do SUS tem potência para arrefecer essa polarização intergeracional. Portanto, considerando que hoje as práticas exclusivas para pessoas criem mais muros do que pontes, cabe a nós pensar no engendramento de propostas que as tornem permeáveis ao público de outras gerações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Direito e acesso ao(s) cuidado(s): uma etnografia com trabalhadoras domésticas em Belém/PA

Rebeca Vitória Alberto Costa (UFPA)

O presente trabalho se propõe a refletir acerca do trabalho doméstico remunerado (TDR) e o acesso ao cuidado, ancorado em uma análise interseccional (Crenshaw, 1989). Sendo o trabalho doméstico uma atividade forjada em um passado escravocrata, muitas são as marcas que refletem essa estrutura, por ser uma atividade predominantemente realizada por mulheres não-brancas e com baixa índice de escolaridade, o trabalho doméstico remunerado sofre um processo histórico de subalternização e desvalorização. Teoricamente e metodologicamente, o trabalho doméstico e o cuidado encontram-se em posições distintas, portando, intenciona-se compreender e tencionar os dois campos de debate. A pesquisa pretende abordar e refletir sobre cuidado a partir das narrativas de quatro trabalhadoras domésticas moradoras da região metropolitana de Belém/PA, buscando compreender as problemáticas que envolvem o TDR.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas informais, priorizando a produção de dados qualitativos.

GT 052: Estudos de Cultura Material: contribuições da Antropologia e da Arqueologia em um mundo mais-que-humano

Este Grupo de Trabalho tem como objetivo explorar as contribuições da Antropologia e da Arqueologia no âmbito dos Estudos de Cultura Material. O diálogo entre pesquisadores/as dessas áreas de conhecimento visa rever as fronteiras que compartimentalizam o saber acadêmico, destacando a riqueza das perspectivas inter e transdisciplinares para o estudo da experiência humana a partir das coisas. As práticas sociais e os significados simbólicos estão intrinsecamente entrelaçados com a cultura material. Nesse sentido, o GT pretende acolher contribuições que explorem a relação dinâmica entre artefatos, patrimônios, paisagens, lugares e a construção de seus sentidos culturais em contextos pretéritos ou contemporâneos. Nosso objetivo é compreender como a materialidade atua como mediadora nas relações entre sociedades humanas e seus ambientes, examinando como as coisas são sentidas e incorporadas em narrativas culturais. O tensionamento das fronteiras entre o material e o imaterial também é incentivado, proporcionando uma compreensão mais aprofundada a respeito da vida das coisas em nosso cotidiano, o que inclui seus contínuos processos de formação e transformação. Ao explorar as confluências entre Antropologia e Arqueologia, no âmbito dos Estudos de Cultura Material, almejamos contribuir para um entendimento mais integrado das práticas culturais humanas, reconhecendo os desafios e benefícios de integrar métodos e abordagens teóricas diversas.d

Coordenação

Gustavo Ruiz Chiesa (FURG), Camilla Agostini (UERJ)

Debatedor(a)

Lilian Panachuk (UFMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O feito do caboclo e os calços do maracatu de baque solto

Alexandra de Lima Cavalcanti (UFPB)

Essa pesquisa pretende refletir acerca das mudanças da indumentária do caboclo de lança (principal personagem do maracatu de baque solto) a partir das mudanças experimentadas pela manifestação ao longo do século XX decorrentes da saída do brinquedo do terreiro para o palco e das novas relações estabelecidas com a sua espetacularização. Até a década de 1970, maracatu de baque solto era associado à violência e despertava inquietação por onde passava. A escravidão, a monocultura canavieira, o controle político de uma elite branca e a hegemonia da religião católica fincaram as raízes das tradições culturais da zona da mata pernambucana. Era inevitável, portanto, que as manifestações surgidas a partir desse contexto imprimissem experiências conflituosas no meio da festa. Isso é muito característico nas festas populares,

quando a própria vida é representada nas apresentações e a brincadeira se torna, por um tempo, vida real. O duelo era, portanto, uma peça decisiva no enredo da tradição. Quando dois grupos defrontavam-se no meio de um canal, era comum que acontecessem brigas severas entre os folgazões. Se defender, resistir, sobreviver era um componente central da experiência. Por outro lado, o espetáculo trouxe um processo inevitável de transformações e adaptações às novas tecnologias, consumo e formas de trabalho, uma vez que as heranças culturais estão impregnadas de significados amplos e extremamente ativos e que a festa é uma forma cheia de significados. Mais do que golas, lanças e chocalhos, a indumentária do caboclo de lança é sua armadura, a extensão do mundo invisível e natural. É a imaterialidade expressa na materialidade. Se vestir para o carnaval envolve uma longa e rica preparação. A festa incorpora o apogeu de uma paixão, de identidades, heranças e representa um símbolo bastante significativo de luta contra a opressão cultural e a marginalização das expressões populares: um duelo mantido no campo da arte.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_972_59075330_951041.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Religião, materialidade e cultura visual: conhecendo espaços devocionais caseiros na cidade de São Paulo

Amanda Patricia Tagliaro (UNIFESP)

A pesquisa de mestrado, realizada no Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade Federal de São Paulo, procura explorar a presença de objetos religiosos no espaço residencial visando as aplicações formais e simbólicas destes elementos. Outro ponto de investigação, está nas relações criadas pelos devotos com os espaços caseiros reservados para alocar estes elementos, que podem ser chamados de altarcinhos, cantos de reza, oratórios, dentre outros termos populares. Entendemos que no grupo religioso escolhido como recorte de pesquisa, cristão católico, o consumo material imagético se mostra forte desde sua construção enquanto instituição, chegando ao Brasil no período colonial e sendo modificado de acordo com as culturas populares regionais, se mostrando na atualidade de diversos modos. Percebemos através das entrevistas coletadas que, apesar dos espaços devocionais carregarem semelhanças materiais, ou seja, imagens com o mesmo código iconográfico, com as mesmas cores, formas e materiais, cada configuração é única, cada experiência e vivência religiosa se manifesta de uma forma, carregam afetos e familiaridades pertencentes a um imaginário religioso coletivo, mas que são expostos conforme suas particularidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dos espíritos aos objetos: reflexões sobre o Museu Nacional do Espiritismo

Ana Carolina Vieira da Silva Pereira (UFPR)

A antropóloga holandesa Birgit Meyer (2018) apontou para uma forma característica de compreensão hegemônica sobre a religiosidade experienciada na Europa, majoritariamente protestante. Ela coloca que essa visão classificaria as religiões em dois campos: o primeiro é imaterial, abstrato e espiritual; contemplando assim as religiões maiores, como é o caso das

denominações protestantes. Já o segundo seria material, concreto e corporal, denominando às religiões tidas como menores, como o Catolicismo, paganismo, e as religiões e crenças advindas do restante do mundo. Nessa perspectiva, havemos de pensar o caso do Espiritismo: uma doutrina nascida na França do século XIX, de berço positivista, que migra ao Brasil no mesmo século, e no seguinte, se mistura às demais religiões aqui estabelecidas; se tornando o que Stoll (2003) chama de Espiritismo à brasileira, ou ainda o que Lewgoy (2012) coloca como um processo de brasilianização”. Todavia, apesar de lida enquanto uma religião dos espíritos, o Espiritismo, como apontou Aubrée e Laplantine (2009), seria essencialmente material. Isso pode ser observado em diversas práticas elaboradas desde Allan Kardec, fundador da doutrina, que consistem em exercícios que produzem provas materiais da existência desses seres, como livros, cartas, pinturas, móveis em movimento, luvas de cera, fotografia, entre outros. Diferentes centros espíritas compreendem essas materializações a sua forma, na Sociedade Brasileira de Estudos Espíritas (SBEE), localizada em Curitiba, isso é expresso não somente em toda sua estrutura, mas também na livraria e no Museu Nacional do Espiritismo (MUNESPI), criado e mantido pela instituição desde 1965. Este trabalho é focado no museu e nessa relação entre o Espiritismo e a materialidade que podemos observar lá. Com isso, procuro compreender como essa materialização é pensada e organizada no espaço, como esta se relaciona com a casa espírita e com a doutrina de forma geral. E como os objetos mediam os vínculos entre os sujeitos vivos e desencarnados (mortos/espíritos), assim como entre os frequentadores e trabalhadores da casa e a religião ali experienciada. Dessa forma, compreender as diferentes formas como esses objetos capturam os simbolismos, discursos e narrativas espíritas que os produzem e que por eles são produzidos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_393_13768318_951041.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões e releituras da Arqueologia e dos Estudos de Cultura Material, a partir dos Estudos Animais e Multiespécies: o reconhecimento científico de capacidades culturais e simbólicas de animais

Carolina Alves d' Almeida (UNIRIO)

Pretendo apresentar reflexões sobre minha dissertação de mestrado em Arqueologia (MN/UFRJ), intitulada A Arqueologia para além dos limites antropocêntricos: reflexões sobre a questão da subjetividade, da cultura e da cultura material de animais não humanos, através de diálogos interdisciplinares (2011). Em vista da incipiência, na época, dos estudos animais no Brasil, os principais objetivos eram éticos-políticos: a) reconhecer capacidades culturais/simbólicas dos animais não-humanos, através da análise da sua cultura material, refletindo sobre controvérsias éticas, ontológicas e epistemológicas envolvidas nesse processo de mudança de status ontológico dos animais "ocidentais"; b) repensar a Arqueologia como disciplina não-antropocêntrica e transversal, através do reconhecimento da capacidade de alguns animais de fabricarem ferramentas e cultura material, construir paisagens e deixarem registro arqueológico; e, c) repensar a Arqueologia da Paisagem como uma abordagem relacional e interdisciplinar, a partir da qual a cultura material é considerada socialmente construída através de relações emaranhadas entre uma multiplicidade de agentes e modos de

vida ao longo do tempo. Inicialmente, me fundamentei no enfoque arqueológico pós-processualista da paisagem como cultura material”. Posteriormente, recorri às abordagens ecológicas, relacionais e simétricas da antropologia da ciência, dos estudos de ciência, tecnologia e sociedade (CTS), dos estudos sociais e culturais das ciências e das perspectivas decoloniais. Consultei trabalhos de etólogos e primatólogos, como os japoneses, pioneiros no estudo do comportamento cultural em primatas, com a jovem macaca-japonesa (Macaca fuscata) Imo, na ilha de Kochima, na década de 1950, como a Jane Goodall, pioneira no estudo das capacidades culturais dos chimpanzés na primatologia ocidental, Boesch, Whiten, McGrew, De Waal, Toth, Schick, Ottoni, Fuentes, Lestel, entre outros que dissolveram fronteiras epistemológicas entre ciências animais e sociais. Acompanhei etólogos e macacos-prego (Sapajus) pelo Brasil. Em resumo, eu buscava, através da discursividade da cultura material, dar visibilidade para a multivocalidade e múltiplas linguagens e racionalidades do mundo animal. A cultura material produzida por animais não-humanos, nesse sentido, era um instrumento para a descolonização interespecífica, ontológica e epistêmica, dos mundos e atores animais, dominados, subalternizados e socialmente-historicamente excluídos. Meu objetivo, portanto, é revisar essas questões visando preencher lacunas à luz dos novos conceitos, ideias e referências dos estudos animais e multiespécies, que reconhecem os animais como sujeitos históricos e arqueológicos em sociedades ou comunidades compartilhadas, híbridas ou multiespécies.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34RBA_17_17793373_16.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Quem diria? E agora tu está aqui!”: indagações acerca das coisas que as coisas podem fazer

Caroline Pereira Dias (UFSM), Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)

Essa proposta de trabalho é um recorte de pesquisa que finalizou em dissertação, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e contou com o suporte da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Enquanto profissional formada em design de produto, as coisas e suas potências sempre me inquietaram, desse modo, na dissertação busquei explorar as relações que se passam entre pessoas e coisas em contextos familiares, nos quais as coisas transcendem sua materialidade e adquirem significados outros, impregnados de um poder “mágico” (mana) que lhes é atribuído e reconhecido nesses contextos. Busca-se com este recorte, por meio de reflexões suscitadas durante o mestrado, trazer indagações sobre as coisas que as coisas me levaram a fazer: meu ponto de partida para o mestrado foi uma camisolinha que minha mãe herdou da mãe dela. Um dia olhei para a camisola e vi algo que não havia visto antes: minha avó e as conexões que se emaranhavam com/por meio da camisola. Partindo deste momento a camisola norteou os caminhos na pesquisa, acompanhando até o “fim” e segue pelos caminhos porvir. Com frequência as coisas, em sua humildade, são relegadas a um espaço periférico de invisibilidade, no entanto, as coisas percorrem trajetórias em seus contextos e em suas interações cotidianas com os sujeitos – pois o fazer cotidiano é sempre um fazer com –, desse modo, por meio da dissertação concluiu-se que as coisas além de nos levar a percorrer os mais

diversos caminhos de pesquisa, também são elos – vinculando e fazendo lembrar – que acabam por atravessar gerações através do tempo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nós nos vendemos, mas não estamos à venda: transformações técnicas, formas de aprendizagem e relações de trabalho na prática da tatuagem comercial no Distrito Federal

David Octavio Moura Martins (UNB)

Este resumo é resultado de uma investigação em curso a respeito de transformações que têm se dado na cultura material da tatuagem comercial brasileira essas transformações, podemos imaginar, não se dão descoladas de um contexto mais amplo, situações análogas com certeza podem ser observadas em diversos outros países e localidades. Os apontamentos aqui feitos, ainda muito gestuais com caráter de esboço, são resultado de uma etnografia em curso e de um engajamento em campo de 9 meses; a partir de interlocuções com tatuadores, suppliers, e construtores de máquinas de tatuar. Nos últimos meses temos concentrado a atenção na oficina do Carlos Marcelo Jabá, em Samambaia Sul, no Distrito Federal. O Jabá é um sujeito bastante relevante e respeitado na cena da tatuagem no Brasil, atuando nesse campo desde os anos 80. Ele se dedica à construção de máquinas de tatuar handmade há quase 20 anos. Bem, a prática da tatuagem comercial como conhecemos hoje, está intimamente ligada à maquinização desse mesmo processo. Um ofício técnico que era costumeiramente executado sem o uso de máquinas, ou seja, com agulhas propulsionadas apenas pela força do corpo e percutidas sobre outro corpo se viu consideravelmente revolucionado com a primeira patente de máquina elétrica. Desde meados do século XX, as máquinas elétricas de tatuagem têm sido replicadas em larga escala: primeiro por tatuadores e construtores artesanais (que eram tanto projetistas quanto usuários dessas máquinas), depois por grandes empresas que nasceram e se estabeleceram nesse meio. Além disso, desde o final dos anos 90 proliferaram-se novos tipos diversos tipos de máquinas de tatuagem (alternativos à máquina elétrica, ou de bobina objeto técnico dominante até então), que com maior ou menor sucesso, encontraram seu lugar e uso pelos trabalhadores do mercado de tatuagem comercial. O esforço etnográfico aqui empreendido busca, a partir de descrições densas dos processos técnicos auxiliados muito provavelmente de materiais audiovisuais que temos produzido até aqui dedicar atenção à compreensão das ações e do comportamento operatório envolvidos na construção de máquinas de tatuar (e de certa forma, de maneira acessória e comparativa, à própria prática de tatuar que é articulada por esses objetos). Partindo-se do arcabouço conceitual e metodológico da Antropologia da Técnica, e da relação dos atores presentes nessa rede sociotécnica povoada por humanos e objetos, pensamos poder projetar alguma luz sobre algumas questões: Que novas formas gestuais aparecem com as transformações nas máquinas de tatuagem? Que tipo de curvas e processos de aprendizagem elas engendram? Como essas dinâmicas transbordam em transformações nas formas de trabalho e nas relações econômicas entre atores do campo?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre o futuro desconhecido, o presente destruído e o passado negado da Palestina

Débora Elpes Rodrigues dos Santos (IPHAN/MG)

Este trabalho busca refletir criticamente a respeito dos registros postados em tempo real do primeiro genocídio televisionado no mundo - o conflito entre Israel e Palestina iniciado em 7 de Outubro de 2023, desdobramento de um complexo conflito étnico (mascarado de conflito religioso) que se arrasta desde a I Guerra Mundial. Partindo de um resgate histórico, para justificar sua existência enquanto nação, Israel lançou mão de diversas estratégias em diferentes campos, dentre eles a Arqueologia. Afinal, a disputa pela memória de um território passa pela fluidez temporal passado-presente-futuro, uma vez que a maneira como formulamos ou representamos o passado molda nossa compreensão e nossas concepções do presente (Said, 2011, p. 27). Nesse sentido, à medida que o Estado de Israel mina a identidade palestina dificultando expressões culturais e se apropriando de outras tantas, a resistência palestina segue incansavelmente encontrando saídas para a manutenção de sua memória e existência. Em um vídeo publicado na rede social Instagram, dia 29 de Novembro de 2023, a jovem repórter palestina Bisan Owda denuncia que um prédio que guardava documentos da cidade de Gaza datados até 100 anos atrás foi destruído por um bombardeio israelense e conclui dizendo: "the future is unknown, the present is destroyed and the past is no longer our past". Motaz Azaiza, importante repórter e fotógrafo palestino de apenas 24 anos, compartilhou em sua conta no Instagram uma refeição chamada Makluba, preparada por sua mãe, no dia 28 de Novembro de 2023 - durante a pausa de 7 dias do conflito. No vídeo é possível ver como a comida é parte afetiva da memória palestina e como a experiência, ao ser compartilhada, ganha significados múltiplos - principalmente um respiro de alento em meio ao caos. Dessa forma, o presente trabalho evidencia como a situação dos palestinos, cuja vida em crise é a vida normal (Bordonaro et. al, 2009), vêm se tornando cada dia mais insustentável à medida que Israel avança com seu projeto de limpeza étnica (Pappé, 2016); ao mesmo tempo em que celebra a força e a resistência deste povo. Referências: Bordonaro, L., Brazzabeni, M., Silva, M.C., Manuel Cavaleiro, J., Durand, J.-Y., Leal, J. ... Almeida, M.V. (2009, nov). A crise é a vida normal: a antropologia face à crise. Próximo Futuro/Next Future. Disponível em https://www.academia.edu/623857/A_Crise_é_a_Vida_Normal._A_Antropologia_Face_à_Crise Ilan Pappé. A limpeza étnica da Palestina. São Paulo, Editora Sundermann, 2016. SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. Editora Companhia das Letras, 2011.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia, arqueologia e história na análise da presença indígena no sul do Triângulo Mineiro e leste do Mato Grosso do Sul

Gabriel Zissi Peres Asnis (UFSCAR)

O presente trabalho tem como objetivo analisar do ponto de vista etnográfico, histórico e arqueológico a presença indígena no sul do Triângulo Mineiro e leste do Mato Grosso do Sul, região que de acordo com a documentação histórica foi dominada pelos chamados Cayapó, um conjunto de grupos guerreiros que dificultaram a entrada das frentes coloniais no interior do Brasil. Desde o início do século XX, os Cayapó foram considerados extintos nessa localidade,

pois haviam perdido a sua cultura em razão do contato com alteridades diversas. Tal afirmação vem se mostrando cada vez mais uma inverdade. Primeiro, pelo fato já constatado de que os atuais Panará seriam um dos grupos que foram encaixotados pelo termo Cayapó”. Segundo, pelo movimento de ressurgência étnica que vem ocorrendo na região, com cada vez mais pessoas se autodeclarando indígenas e possivelmente tendo relações com aqueles antigos Cayapó que foram ali descritos. Assim sendo, o tema central do trabalho é discorrer acerca de como os indígenas do sul do Triângulo Mineiro e leste do Mato Grosso do Sul interpretam, contextualizam, apropriam e explicam as informações contidas nos materiais arqueológicos e nos documentos históricos. Passando por temas como paisagem, interculturalismo, emergência étnica, indígenas em contexto urbano e historicidade indígena, o trabalho busca ser uma ferramenta a mais nas lutas travadas por essas pessoas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um ser multiespécie- Como um terreiro de candomblé nos ajuda a pensar os limites da espécie e as relações mais que humanas

Hugo Wesley Oliveira Silva (UFPE)

O terreiro de candomblé é um ser vivo, e ele está em construção. Para os membros do Ilê Asé Ojú Obá Ayrá e Nanã não há dúvidas ao afirmar que o terreiro é um ser vivo. Com seus próprios santos e mestres, o terreiro demanda vidas em relações, apresentando vontades e desejos próprios, é, como diria Rabelo (2014) um ser em feitura, cujas dependências mostram o poder de suas relações, sejam elas humanas ou mais que humanas. Assim surge uma dúvida: se o terreiro é um ser vivo, como concebê-lo? Uma vez que ele não se enquadra em nenhuma categoria de ser vivo que conhecemos ocidentalmente. É Haraway (2021) quem nos lembra que devemos ir além das categorias sexuais para entendermos o que é um ser vivo, para a autora a categoria espécie não compreende a complexidade da existência de seres humanos e mais que humanos, tal categoria limita os agentes, sejam eles orgânicos ou não, ao resultado de sua reprodução sexual baseada nas materialidades de um corpo confinado em si. Haraway (2022), então, propõe algo que nos é útil na presente discussão: pensar que os agentes como existências multiespécie. Trata-se, portanto, de um ser vivo em relação, tanto quanto qualquer outro. Podemos pensar em um terreiro de religiões afro-ameríndias como um ser mais que humanos? Essa pergunta parece ter uma resposta óbvia de início, mas pode nos revelar uma série de questões do aqui podemos chamar de relações de cuidado multiespécie (Bellacasa, 2017). Ao mesmo tempo em que os santos, mestres e guias precisam do alimento (e dos cuidados que somente uma relação multiespécie pode proporcionar), essa relação não é necessariamente neutra ou pacífica, aquilo que alimenta é um ser vivente capaz de produzir narrativas sobre si e sobre suas relações (Despret, 2021). Então, propomos um estudo cuja base metodológica é perseguir o terreiro, inspirado no modelo de Tsing (2022), nos propomos a acompanhar as relações entre terreiro e agentes humanos e mais que humanos, que não se limitam a uma temporalidade, a uma humanidade ou mesmo uma única classificação de mais que humano. Nesse sentido, a construção material, e espiritual, de um terreiro nos ajudam a compreender como em suas assembleias (Tsing, 2022), isso porque para pensar no terreiro como um ser vivo precisamos pensá-lo como uma formação de muitos que foram uma coisa só. O terreiro seria

um agente formado por muitas relações. Assim, entende-se que o terreiro é também um agente multiespécie, e sua forma de existência está sempre ligada a tantas outras. O terreiro é um ser vivo e multiespécie à medida que depende fisicamente de outros seres, sejam eles vegetais, animais ou minerais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_589_01050113_951041.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre deslocamentos, técnicas e tecnologias de uma vida ribeirinha

Joicieli Pereira de Lima (UFPA)

Esta pesquisa é parte de um trabalho etnográfico da dissertação no qual busco mostrar o modo de vida da população ribeirinha marajoara em São Sebastião da Boa Vista Pa e suas práticas cotidianas diante da sazonalidade entre inverno e verão, especificamente na localidade Pau de Rosa que se encontra na zona rural do município, do qual as pessoas chamam de interior”. A partir da prática da vida cotidiana das pessoas foi possível notar que elas estavam se deslocando seja pelo rio, pelo seco, pela lama, mas que dentro desse deslocamento a noção de tempo e espaço para se referir ao que é perto e ao que é longe estava sendo mediada pela relação das pessoas com as diferentes paisagens, principalmente pela presença ou ausência da água, compreendendo como parte da sua realidade e do seu modo de vida, agindo de acordo com essa vinculação ao seu próprio cotidiano. Além disso, a métrica entre o tempo e espaço também se relaciona com as tecnologias utilizadas para o deslocamento que dependendo se as pessoas têm ou não os equipamentos se torna mais fácil ou mais difícil de interagir com as paisagens. Nesse sentido, é possível perceber como as pessoas desenvolvem habilidades e conhecimentos intrínsecos para se relacionar com os diferentes equipamentos de transporte em diferentes paisagens, e como é fácil ou difícil de se relacionar com essas paisagens a depender dos objetos que possuem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_608_02975350_951041.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Semente, a Árvore e o Encantado: um estudo da ontologia indígena no Alto Sertão de Alagoas, Brasil

José Moisés de Oliveira Silva (UFPA/SEDUC)

Os indígenas Jiripankó, Kalankó, Katokinn, Karuazú e Koiupanká, presentes no Alto Sertão alagoano, Nordeste brasileiro, possuem uma relação estreita entre si, por serem resultantes de diáspora dos Pankararu em Pernambuco, compondo a árvore de tronco Pankararu. A ideia de árvore encontra uma dimensão maior que a genealógica ou mesmo botânica, é ontológica, em uma perspectiva vegetal, onde a ligação destes povos é vista por eles mesmos, a integrar uma fisiologia dentro de sua organização social, sendo os grupos mais antigos tronco e os mais jovens rama. Essa árvore é composta por pessoas, sementes minerais e seres encantados, expressando uma rede de sentidos que vai além da explicação consanguínea, quando conectada ao território cosmológico, a dimensão cultural, de um povo que habita, principalmente, o bioma caatinga. Com esta pesquisa busco por meio etnográfico, da cultura material e a ecologia

humana compreender quais os principais elementos dessa interpretação predominantemente vegetal da natureza, que vem se ampliando, nesse caso, entre os indígenas no Alto Sertão de Alagoas. Por suas categorias próprias de interpretação do mundo que se contrapõem a expansão dos grandes empreendimentos, como a barragem de Itaparica onde está submersa a cachoeira encanta, sendo a principal ação política desses povos a chamada emergência étnica, diante daqueles que negaram suas existências.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Registros de um mundo depois de seu fim: o terricídio cometido pela Braskem.

Laryssa Owsiany Ferreira (UFRRJ)

O presente trabalho é uma etnografia que percorre as rotas de fuga, as ruínas e os escombros dos cinco bairros afetados pelo maior crime ambiental em área urbana em curso no mundo. A frase o solo de Maceió é como um queijo suíço é constantemente repetida por meus interlocutores para exemplificar as 35 minas que foram cavadas pela Braskem sem obedecer à distância mínima de 100 m entre elas. Segundo geólogos, algumas dessas minas se juntaram em buracos onde caberia o estádio do Maracanã. Apesar de ter sérias implicações desde a sua implementação na década de 70, o caso tornou-se conhecido após um tremor de terra em março de 2018. Surgiram rachaduras nos imóveis, fendas nas ruas, afundamentos de solo e crateras que se abriram acarretando no deslocamento forçado de cerca de 60 mil pessoas. A área desocupada desde 2018 é equivalente a 78 campos de futebol, e a cratera aberta recentemente em 2023 pela mina 18 comporta o volume de água de mais de 11 piscinas olímpicas. Tais comparativos são utilizados para ajudar em um exercício imaginativo das proporções da catástrofe em curso. Neste recorte, fruto de minha tese de doutorado, apresentarei o caso de uma igreja evangélica específica localizada em um dos bairros desocupados que é símbolo de resistência no território atingido pela mineradora. Durante a pandemia (em 2021), o templo foi tombado como Patrimônio Material e Imaterial do Estado de Alagoas e, portanto, não pode ser demolido pela Braskem, ainda que todo o seu entorno esteja sob escombros. Um dos aspectos que sempre me chamou a atenção é o modo como a igreja se compromete em todos os seus posicionamentos com a proclamação de uma fé comprometida com todas as existências, não apenas as humanas. Um trecho de uma nota divulgada por sua pastoral ambiental diz o seguinte: compreendemos a importância de promover espaços que reflitam sobre a nossa coexistência na/com a criação, respeitando o sagrado que coabita todo tipo de vida e ambiente." A Defesa Civil de Maceió ao apresentar justificativas para as demolições afirma que casas em ruínas podem gerar epidemias, zoonoses e problemas ambientais. De forma frequente é possível encontrar menções à escorpões, aranhas, insetos, ratos, focos de dengue, fungos, e plantas descontroladas, além de uma superpopulação de gatos que inclusive constitui um eixo de trabalho do Comitê Gestor dos Danos Extrapatrimoniais. Além das paisagens multiespécies (TSING, 2022), parte do objetivo deste trabalho é também compartilhar algumas reflexões sobre um certo turismo que tem surgido em busca pelos bairros fantasmas e pela visita das ruínas. E também registros etnográficos das estratégias de mobilização e luta por memória que vêm sendo desenvolvidas por membros da igreja e ex-moradores no território atingido.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O pano da costa agenciado por memórias na tradicional Festa da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, Recôncavo da Bahia

Lígia Maria Silva Macêdo (UNIRIO), Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

Este trabalho faz parte da minha pesquisa de mestrado defendida em 2024 que propõe pensar o pano da costa enquanto objeto do vestuário agenciado por memórias. O pano da costa é feito de tecido plano retangular e compõe o conjunto de peças que constituem o traje da baiana, indumentária tradicional de Candomblé e obrigatória para as filhas de santo sobretudo nos terreiros. Pode ser utilizado envolvendo o corpo e sobre os ombros, dentre outras formas e funcionalidades. Apresento um estudo sobre esta roupa no contexto do Candomblé, articulando de forma interdisciplinar, memória social e religiosidade afro-brasileira, que a situa, então, na interface dos estudos da cultura popular brasileira e do patrimônio. A presente proposta aborda este artefato pela perspectiva da cultura material, a fim de compreender a roupa e os objetos atrelados à indumentária, fundamentais para os processos desta religiosidade, como coisas dotadas de agência (Gell, 2020). E no âmbito da cultura popular (Arantes, 2012) como roupas designadas pela tradição e costumes de determinados grupos sociais enquanto possuidoras de certa vida, pois não são estáticas ou estão posicionadas em um tempo passado, mas estão em constante atualização e atuação na construção da sociedade”. Assim, ao pensar sobre o pano da costa nesta conjuntura, tal trabalho busca abordá-lo enquanto objeto que materializa e articula dinâmicas em torno de si. Em outras palavras, enquanto objeto que tanto preserva memórias ligadas às tradições e a uma origem em África, como também fragmento de memória (Benjamin, 1936; 1940; Parés, 2018) que se reconfigura construindo o Candomblé no Brasil, modificando-se ao longo das experiências e agenciando outras formas dessa ancestralidade reconfigurada. Como estudo de caso apresentamos o trabalho etnográfico, a partir do que nos ensina o antropólogo Clifford Geertz (1978), realizado na tradicional Festa da Irmandade Nossa Senhora da Boa Morte, no Recôncavo da Bahia em 2023. Neste trabalho de campo podemos observar em diferentes usos do pano da costa, referenciais históricos que remetem, por exemplo, às mulheres de ganho, africanas e descendentes que comercializavam comidas e produtos nos mercados e ao pano da costa conhecido como alaká, que era importado da costa africana e confeccionado em tear manual. Dessa forma o pano da costa, por meio das dinâmicas da memória, regata fragmentos do passado e os ressignifica construindo outras memórias de acordo com as demandas contemporâneas, por exemplo, de luta e resistência diante do racismo e da intolerância religiosa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A construção do campus na Pampulha: Fazenda D'alva, propriedades menores e o Lar dos Meninos (1944-1976)

Lilian Panachuk (UFMG)

O campus da UFMG está inserido na região da Pampulha em Belo Horizonte, em Minas Gerais, e muito já se publicou sobre sua construção, ainda na lembrança de muitos moradores da jovem capital mineira. Nosso interesse aqui é retomar esse evento, sob novas perspectivas, incluindo de forma robusta a arqueologia e a antropologia. Nosso foco de ação está delimitado em especial no que hoje é conhecido como Estação Ecológica da Universidade Federal de Minas

Gerais (EEco-UFMG), que, de acordo com nossos levantamentos abrigou diferentes proprietários de terra, desapropriados para a construção da então Universidade de Minas Gerais (UMG). Nossa narrativa conecta documentos escritos e imagéticos, construções e ruínas, divisa de propriedades e a memória de diferentes pessoas que habitaram esses locais. Parte da área comporta edificações e ruínas do antigo Lar dos Meninos, instituição religiosa e beneficente, que abrigava crianças e jovens entre 7 e 18 anos, organizados em turma dos menores, médios e maiores; além de instrutores leigos, padre, seminaristas e irmãs. Foi inaugurado no final de 1944 com direção de Vicente Guimarães, conhecido como Vovô Felício. A partir de 1948, o Lar passou para os cuidados da Ordem Religiosa dos Orionitas, com a liderança do Padre Nazareno (1948-1953). Os internos eram educados segundo os princípios pedagógicos da ordem, que incluíam educação formal, religiosa e para o trabalho. A região, conhecida pelas muitas obras de JK, apresenta uma enorme desigualdade de acatamento entre os bens patrimoniais da orla Lagoa da Pampulha, ligados diretamente às elites locais; e a história de mesma época em área vizinha ligada à infância e à juventude economicamente vulneráveis. O Lar dos Meninos funcionou, por três décadas, onde hoje se encontra a EEco-UFMG, entretanto, a história oficial pouco o menciona. Poucos também são os membros da comunidade universitária que o conhecem e ainda menos os moradores da cidade. O contato com antigos moradores do Lar dos Meninos, a vivência no espaço e a importância dessa infância e dessa memória para a construção da cidade de Belo Horizonte nos interessa nesse projeto, para ecoar outras histórias locais. Importante indicar a grande olaria existente, posto que no Lar dos Meninos, dentre os ofícios ensinados, havia a fabricação volumosa de tijolos e telhas de cerâmica (8 mil a 12 mil por dia), e desejamos entender a distribuição desses materiais na construção da cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Papel da Produção Material na Ressurgência Étnica Borum-Kren

Matheus Lucas Arcanjo (UFMG)

A fim de compreender os processos de aprendizagem que envolvem a etnogênese indígena Borum-Kren, busca-se refletir o modo ao qual a lida com as materialidades está relacionada com esta ressurgência étnica a partir da premissa de que as coisas fazem pessoas assim como as pessoas fazem coisas. Portanto, pretende-se lançar uma reflexão sobre o papel das coisas bem como da experimentação que diz respeito à produção de materialidades neste contexto. Os Borum-Kren são indígenas do tronco macro-jê, localizados em Minas Gerais na região do alto Rio Doce, alto Rio das Velhas e alto Rio Paraopeba. Ressaltando que a luta pelo reconhecimento étnico e reafirmação da identidade indígena está relacionada a um posicionamento contrário à predação do ambiente neste território que é afetado pela exploração minerária desde o século XVIII. Do ponto de vista da antropologia, podemos observar que há nas experimentações um processo de aprendizagem coletiva. Para compreender esses processos, adota-se uma abordagem etnográfica que investiga as práticas do coletivo e a relação entre as biografias das pessoas e das coisas, reconhecendo o entrelaçamento entre cultura material e identidade étnica. Ao acompanhar este coletivo torna-se possível perceber que a produção de materialidades ocupa um lugar especial na ressurgência, embora nem todos os

integrantes do coletivo estejam experimentando técnicas e tecnologias. No entanto, as pessoas do coletivo são incentivadas a experimentar o feito de artefatos líticos como lascamento para obter pontas de flecha, facas e afins, polimento para confecção de machados e a feitura de soquetes utilizados na produção de fogo por fricção. Bem como a própria produção de fogo que conta com técnicas variadas (arco e broca, broca de mão, arado, etc). Há também o interesse em produções de variadas peças cerâmicas, sobretudo inspiradas nas tradições Una e Aratu-Sapucaí presente no contexto territorial. Pode-se dizer que o interesse por peças cerâmicas possibilitou um ponto de encontro entre o povo Borum-Kren e figuras acadêmicas, possibilitando assim uma troca de conhecimentos e saberes. A partir da demanda do próprio coletivo iniciou uma parceria entre os Borum-Kren e o GESTO-UFMG, tornando possível o intercâmbio entre experimentadores dos campos da antropologia e arqueologia e os experimentadores ressurgentes que trazem consigo o anseio de aprender para fomentar e fortalecer a identidade étnica a partir do saber-fazer. Do mesmo modo que as pessoas criam conexões com os objetos, os objetos também criam conexões entre as pessoas. Neste sentido, nota-se que ao fazer materiais inspirados naqueles feitos outrora, o coletivo indígena soma elementos que colaboram para reafirmar sua identidade étnica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O patrimônio mundial e as peças de cerâmica Serra da Capivara: um estudo sobre o simbolismo e a agência das peças.

Paula Layane Pereira de Sousa (UNIVASF)

As peças de cerâmica Serra da Capivara são resultado de um projeto social que buscou a integração da comunidade e a preservação do Parque Nacional Serra da Capivara, também patrimônio cultural. Dado às suas condições de criação, elas podem ser entendidas por seus simbolismos bem como agentes de relações sociais entre o Parque e os ceramistas, também moradores locais. A partir da visualidade da peça e da gestação dela, ou seja, do momento em que o barro é preparado em um processo em que as peças ganham marcas e sentidos, é possível entender as determinações culturais e outros saberes que sugerem um valor simbólico do patrimônio cultural sobre as peças. Mas para além dos simbolismos, as peças também adquirem um lugar nas relações sociais: elas são igualmente agentes e mediadoras de relações sociais que se mantêm na região da Serra da Capivara. Em busca de compreender o que as peças de cerâmica nos dizem sobre as relações na região da Serra da Capivara, esta pesquisa partiu de duas perspectivas teóricas distintas sobre o lugar e a agência dos objetos: o simbolismo inerentes às peças de cerâmica e da capacidade de mediação da realidade social e cultural que envolve o Parque Nacional. O desfecho da pesquisa permitiu entender que a identidade das peças é dada pelo Parque Nacional Serra da Capivara através das pinturas rupestres, elemento visual que as fazem ter uma relação de incentivo mútuo na promoção da cerâmica e do patrimônio cultural. Foi possível assim flexionar o conceito de patrimônio a partir da produção de cerâmica e da relação com o Parque e o papel do consumo e do turismo na perspectiva daqueles que criam as peças e se envolvem, de diversas maneiras distintas, com o símbolo e a agência do Parque Nacional: os ceramistas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Categorias de análise cerâmica afrocentradas: os conceitos Ìluti e Ojú-inu

Paulo Andrade Campos (UFMG)

Este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de pesquisas realizadas no sítio arqueológico Olhos d'água, localizado no município de Senador Modestino Gonçalves, tendo como foco uma interpretação dos vestígios arqueológicos a partir de categorias afro-centradas. O sítio arqueológico está localizado na região da antiga fazenda do Tamboril, um importante centro de produção alimentícia, no local foi observada uma cultura material composta majoritariamente por fragmentos de vasilhames cerâmicos, associada à ocupação da região pela população afro-brasileira durante os séculos XVIII e XIX. Nesta etapa do trabalho, foram utilizados os conceitos iorubás de Ìluti e Ojú-inú, que relacionam o saber fazer artístico dos/as artesãos/ãs com a manutenção do axé e conhecimento das especificidades religiosas-cotidianas. Durante a pesquisa realizamos a identificação de distintos padrões de decoração e produção dos vasilhames arqueológicos, tendo em vista a potencialidade dos símbolos como forma de dispersão dos saberes. Foi identificada uma intencionalidade na aquisição e produção dos vasilhames, alternando entre peças genéricas fabricadas possivelmente no torno, e peças especializadas com estigmas de produção manual e decorações incisas com padrões amplamente difundidos no território brasileiro. Dentre as conclusões obtidas a partir deste estudo, apontamos para a importância dos/as artesãos/as no processo de reprodução e padronização dos motivos decorativos, com isso o/a bom/a artista seria aquele que identificando a necessidade de cada contexto, elabora nos vasilhames cerâmicos decorações capazes de atender às especificidades de ações pautadas no cotidiano e no sagrado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações entre os Waiwai, os vegetais e os lugares de alimentos: paisagens em transformação

Sara Deambrozi Coelho (UNICAMP)

O presente trabalho se desenvolve com o povo Waiwai (família linguística Karib) habitantes da porção roraimense da Terra Indígena Trombetas-Mapuera, e tem como objetivo apresentar as reflexões que venho desenvolvendo na minha pesquisa de doutorado sobre as relações entre os Waiwai e as paisagens compreendidas como lugares de alimentos, e as transformações de tais paisagens. Essa pesquisa está sendo construída em diálogo transdisciplinar e transcultural. Proponho discuti-la a partir do debate de que os envolvimento dos povos indígenas com os aspectos materiais e imateriais nas paisagens constituem a territorialidade indígena e de que as interações entre humanos e não humanos, ao longo do tempo, constituem as paisagens, também compreendidas como legados bioculturais destes povos. Irei destacar a relação histórica e atividades de manejo dos Waiwai com as plantas alimentícias, lugares de alimentos e território, em diálogo com estudos ecológicos, antropológicos e arqueológicos locais. Discutirei, em seguida, as ameaças e impactos de práticas econômicas ocidentais modernas sobre os lugares de alimentos e sobre os seres que ali habitam e se relacionam, práticas estas caracterizadas pela exploração ambiental e dominação exercida sobre os modos de vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_574_53891927_951041.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

MATERIALIDADE DA DESUMANIZAÇÃO Arqueologia de uma humanidade vilipendiada

Vinicius Siqueira de Freitas (Estagiario)

Este trabalho trata sobre as relações que subjagam os corpos e seus impactos nas relações sociais existentes em nossa realidade, compreendendo que somos frutos dessas relações e que elas moldam a nossa materialidade. Os processos sócio-históricos são responsáveis pela construção da realidade, que se encontra em nosso entorno, e que também forma a realidade material; ou é a materialidade que forma nossa realidade? Dentro destas questões, traçando uma relação panorâmica com os acontecimentos da contemporaneidade, observo como os objetos, os locais e os monumentos trabalham para reduzir a humanidade daqueles seres dotados de uma humanidade não plena. Analiso os processos de desumanização com atenção para compreender o que os sustentam, com a finalidade de destruí-los. Nesse sentido, analiso as relações materiais dentro e fora das residências, pensando objetos de uso cotidiano em sua influência das dinâmicas etno/raciais e da divisão generificadas das tarefas domésticas. Compreendendo como se dá o controle dos corpos femininos que ocupam a função de empregadas domésticas, não somente pela sua função mas também pela materialidade que a cerca. Sendo assim os mecanismo de manutenção do poder colonial, estão dentro e fora das casas. Em nome de um modelo organizativo nossas praças, nomes de ruas são monumentos erguidos os nomes daqueles que no passado serviram como nossos algozes, nesses lugares eles estão em posições heróicas lugares de destaque vestidos como guerreiros que limpam o território de um grande malefício que ameaçava nossa civilização. Heróis da barbárie que hoje chamamos de sociedade! A relação de dominação se dá em muitos âmbitos, se utiliza de meios diretamente violentos ou não se manifestando de forma sutil, se camuflando na violência cotidiana. Na maioria das vezes normalizadas essas relações, subjagam corpos dissidentes se expressando de formas diversas. Entendendo que somente um acesso pleno aos bens produzidos dentro dessa sociedade é uma existência plena, seguimos sendo desumanizados categorizados ainda que de forma velada como inferiores.

GT 053: Estudos Etnográficos sobre Cidadania

A terceira onda democratizante na América Latina não se mostrou capaz de suprimir desigualdades estruturais nem garantiu a efetivação dos direitos civis e sociais dos cidadãos. Isto representou um desafio às abordagens formalistas da teoria política, incapazes de explicar satisfatoriamente as especificidades que caracterizaram este processo. Nesse cenário, a antropologia, com seu foco etnográfico, tem muito a contribuir para o debate sobre “direitos”, “cidadania”, “igualdade” e “justiça”. Ao deslocar a análise da dimensão formal da cidadania para como os direitos são vividos, concebidos e problematizados cotidianamente pelos atores sociais, abre-se espaço para perceber rearranjos e concepções distintas da formulação eurocêntrica tradicional. Ao fazer isso, os antropólogos têm desestabilizado abordagens que naturalizam o modelo liberal, demonstrando que não é possível compreender a “cidadania” como um status puramente legal que garante ao indivíduo um conjunto de direitos e deveres em sua relação com

o Estado. Tendo isto em mente, o GT busca comparar e debater trabalhos etnográficos que abordem: como a “cidadania” é significada em diversos contextos etnográficos e por diferentes atores associados às agências do Estado, ONGs, movimentos sociais e outros coletivos; como se dão as relações que estes diferentes atores estabelecem entre si; quais são os desafios metodológicos dos estudos etnográficos sobre “cidadania”.d

Coordenação

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP), Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografando empoderamento entre Promotoras Legais Populares: noções de cidadania, direitos, igualdade e justiça

Amanda Martha Campos Scott (UFPE)

O presente trabalho versa sobre mulheres difíceis de domar, uma vez que reconhecem e vivem noções de empoderamento em suas trajetórias de vida, na promoção de direitos, cidadania, igualdade e justiça. Etnografamos Promotoras Legais Populares formadas pela ONG Grupo Mulher Maravilha, em Nova Descoberta, Recife- PE, para descobrir o aflorar de uma cidadania explicitada diferentes vertentes, vistas através de seus próprios relatos de experiências de vida e atuação. As paralegais surgiram há mais de 50 anos na África e se espalharam pela América Latina, chegando ao Brasil em 1993, através da ONG Themis, em Porto Alegre, seguida da UMB, União de Mulheres de São Paulo. Nossas protagonistas elaboram em seus discursos significados próprios para empoderamento e a vivência de sua cidadania, quando relatam sobre igualdade de direitos entre homens e mulheres, posicionamento político, articulação e mobilização social, demonstrando aspectos além do status puramente legal para suas condutas. Em suas falas, é possível analisar formas pelas quais elas se tornam difíceis de domar, exercitando, assim, mais amplamente sua cidadania por, a princípio, quatro motivos: possuem uma rede que as apoia, saberem construir sua vida particular, terem um posicionamento político bem resolvido, e saberem tornar outras mulheres também difíceis de domar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_472_96083447_380622.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Eu vivia dentro do vale dos ossos secos": novas sensibilidades cívicas entre mulheres vítimas de violência doméstica em Natal-RN

Andressa Lídicy Morais Lima (UFRN)

Partindo de dados coletados em pesquisa etnográfica realizada com a Patrulha Maria da Penha de Natal-RN durante a pandemia de Covid-19, reúno e analiso a história de vida de um conjunto de interlocutores da pesquisa para pensar sobre as dinâmicas que podem expressar novas sensibilidades cívicas (Cardoso de Oliveira, 2018; 2019). Pretendo discutir duas dimensões conceituais que emergiram da experiência de ser assistida pela PMP-Natal, a saber, os sentidos tributados às noções de cidadania e de justiça. Além de uma contextualização mais ampla sobre

o contexto de desenvolvimento da pesquisa, concentro meu interesse sobre a dimensão vivida do direito, da cidadania e da justiça. Invisto em uma abordagem focada no sentido que as mulheres vítimas de violência doméstica conferem à experiência de ser assistidas por uma política de segurança pública diante de um cenário de aumento de casos de violência doméstica e recuo de políticas públicas dirigidas ao seu enfrentamento. Por fim, discuto as contribuições que o conceito de "sensibilidades cívicas", proposto por Cardoso de Oliveira (2018; 2019), pode oferecer para compreender a reivindicação por justiça, as variações sobre dimensões do reconhecimento e as dinâmicas de exclusão ou supressão discursiva em contextos de violência de gênero.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Pele Alvo": O suspeito natural

Beatriz Fernandes Coelho Gomes (UFF)

O presente trabalho é fruto da etnografia realizada durante o meu mestrado, em que a prisão injusta do músico Luiz Carlos da Costa Justino, jovem negro e violoncelista do projeto social e cultural Orquestra de Cordas da Grota, foi tomada como ponto de partida para a análise da estrutura social brasileira, onde se evidenciam as imensas desigualdades, tendo como realidade subjacente o chamado racismo estrutural. Esta comunicação oral tem como objetivo analisar o processo de incriminação ao qual Justino foi submetido e que o levou a ser preso no dia 02 de setembro de 2020, por conta de um erro de reconhecimento fotográfico, logo após ter sofrido uma injustificável abordagem policial no centro de Niterói-RJ. Justino nunca havia tido uma passagem pela polícia até o fatídico dia de sua prisão arbitrária. Desse modo, como havia uma foto do jovem no álbum de suspeitos da polícia para que a vítima de um crime pudesse fazer um reconhecimento fotográfico? Devido à grande mobilização dos membros da Orquestra da Grota junto à mídia e aos movimentos sociais comprometidos com as pautas dos direitos humanos e antirracista e a rápida articulação com advogados membros da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, a prisão de Justino foi alçada a um caso de repercussão (KANT DE LIMA; EILBAUM; MEDEIROS, 2017), sendo noticiada e acompanhada por todo o espectro da mídia, o que foi determinante para que o jovem obtivesse no dia 06 de setembro de 2020 um Alvará de Soltura. Porém, apesar de ter sua prisão revogada, Luiz Justino teve de ficar em prisão domiciliar até o dia da Audiência de Instrução e Julgamento, ocorrida no dia 09 de junho de 2021, quando finalmente foi absolvido do processo criminal a que teve de responder. Tendo como recorte a lógica da mediação que rege as relações sociais e mesmo institucionais na sociedade brasileira, distinguindo indivíduo de pessoa (DAMATTA, 1979) e assim estabelecendo quem é ou não digno de consideração, reconhecimento e direitos (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2011), a apresentação pretende revisitar algumas das questões desenvolvidas na dissertação Orquestra de Cordas da Grota: mundos da arte e seus dramas sociais, em que a prisão do violoncelista foi tomada como objeto de análise para discutir as diferentes fases do drama social (TURNER, 2008) vivido pelo músico e o racismo estrutural subjacente à nossa sociedade e toda a violência que dele decorre.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encarando a violência através de práticas restaurativas: uma pesquisa antropológica sobre a intensificação de violências em escolas californianas

Bóris Maia e Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Este trabalho analisa as estratégias para prevenir a violência escolar nas escolas públicas da Califórnia, concentrando-se nos desafios colocados pela suspensão prolongada das aulas presenciais. A violência escolar tornou-se um problema público em muitos contextos nacionais nas últimas décadas, embora sua manifestação se dê de formas diferentes e receba tratamento diverso por parte dos responsáveis por administrá-la nas escolas e nos órgãos da burocracia educacional. Nos Estados Unidos, o crescimento da violência escolar alcançou um novo patamar na década de 1990 com os casos de tiroteio (school shooting) em escolas públicas e privadas do país. Mais recentemente, com o advento da pandemia, a Califórnia foi o estado americano que ficou mais tempo com as aulas presenciais suspensas. O prolongado período de aprendizagem remota na Califórnia levou a dificuldades no reengajamento dos alunos após o seu regresso aos campi físicos, resultando num aumento de incidentes envolvendo violência entre estudantes e professores. Para enfrentar e prevenir tal violência, muitas escolas mudaram da abordagem tradicional de tolerância zero para o paradigma da justiça restaurativa. As práticas restaurativas enfatizam a reparação de danos e a restauração de relacionamentos, em vez de aplicar medidas punitivas aos estudantes que cometam infrações às regras escolares, como a prática de violência. Vários distritos escolares da Califórnia adotaram as práticas restaurativas, oferecendo treinamento aos educadores para renovarem seus métodos disciplinares. Essas estratégias priorizam a construção de um senso de comunidade, promovendo a empatia e inculcando responsabilidade entre alunos e funcionários. Busca-se demonstrar como esses conceitos da justiça restaurativa foram aplicados nas escolas públicas da Califórnia no contexto de pós-pandemia, especialmente nas chamadas escolas alternativas americanas, que recebem estudantes com problemas de aprendizagem ou disciplinares. Os dados apresentados baseiam-se em pesquisa etnográfica realizada no segundo semestre de 2022. A pesquisa envolveu entrevistas, observação direta em quatro escolas públicas de ensino médio, conversas e entrevistas com policiais, agentes de segurança, profissionais de organizações sem fins lucrativos envolvidas em projetos de violência escolar e a análise de bancos de dados de violência escolar na Califórnia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Transformações Políticas: Reflexões antropológicas sobre a cidadania através do acesso ao SUS

Bruna Carla Cordeiro de Carvalho (Prefeitura de João Pessoa)

A proposta aqui é expor o desenvolvimento da minha pesquisa de doutorado, localizada em João Pessoa- Paraíba, uma cidade do nordeste do Brasil, que une discussões sobre como resistir e desconstruir padrões burocráticos em um contexto tão específico como o da saúde pública, mais especificamente nos encaminhamentos para consultas especializadas (o caminho entre a Unidade Básica de Saúde e a Regulação Municipal). Este trabalho destaca a importância da etnografia como um instrumento crucial para remodelar políticas públicas em saúde, especialmente no contexto de dentro dos que necessitam do acesso à saúde básica,

demonstrando aqui que o acesso à saúde como uma das vertentes para se concretizar a cidadania. Ao revelar as complexidades das burocracias, a pesquisa busca desfazer padrões que perpetuam desigualdades, documentando os desafios enfrentados pelos usuários para fazer valer seu direito à saúde, como filas, esperas e protocolos. A abordagem etnográfica, essencial para esta análise, enfatiza a necessidade crítica de repensar a relação vertical entre cidadão e política pública, particularmente diante das barreiras impostas à população marginalizada. A pesquisa sobre o acesso à saúde pública e os itinerários burocráticos visa compreender como podemos melhorar a ineficiência na efetivação do direito à saúde, corroborando com a população atendida para mudanças no sentido de minimizar a indiferença burocrática, que normalmente é utilizada como justificativa para o cerceamento do acesso à saúde. Ao utilizar a antropologia como base, visualiza-se uma perspectiva dos indivíduos para com a estrutura burocrática e de como existe uma resistência cotidiana às imposições institucionais e estruturais, das quais Paul Framer chama de violência estrutural.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dívidas e direitos. Os sentidos de pagar pena em cadeias do Distrito Federal.

Carolina Barreto Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP)

Inspirados nas contribuições de pesquisadores/as que atuam dentro do espectro da antropologia do Direito no Brasil e defendem a especial atenção às noções de justiça e de direitos elaboradas por atores sociais concretos e circunscritos em contextos específicos, o trabalho proposto visa apresentar e discutir os significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal, davam a suas experiências cotidianas, com especial foco em situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que essas pessoas nomeavam pagar pena. A reflexão dialoga com estudos produzidos no âmbito da antropologia sociocultural por autores como Caillé (2002), Malinowski (1951), Gluckman (1973), Godbout (1998), Godelier (1996) e sobretudo Mauss (2003) que nos fornecem pistas interessantes para que se interprete adequadamente de que modo pagar pena ganha sentido na experiência das pessoas presas no DF, revelando a centralidade da dimensão moral da obrigação do pagamento e do contrapagamento, assim como sua importância para a criação e a perpetuação dos vínculos sociais. São igualmente importantes para a interpretação que propomos as reflexões acerca de dilemas de cidadania e demandas por reconhecimento, desenvolvidos por Honneth (2003) e, no Brasil, por Cardoso de Oliveira (2011). No contexto analisado, foi possível verificar a reprodução de práticas institucionais marcadas por padrões de arbitrariedade e autoritarismo que naturalizam violações sistemáticas dos direitos formais de pessoas privadas de liberdade e são experimentadas por essas pessoas como formas de desconsideração. O material de campo evidencia, dessa forma, que a instituição prisional é particularmente representativa das disjunções que impactam a experiência substantiva da cidadania dos grupos sociais mais vulneráveis à criminalização e ao encarceramento. Nesse contexto, os sentidos simbólicos suscitados pelas categorias acionadas por pessoas presas são frequentemente marcados por relatos de experiências de violência física e psicológica que mobilizam demandas por direitos e pelo reconhecimento de sua integridade pessoal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conselheiros Tutelares: uma etnografia de modos de gestão

Clara Possebom Pinto (UFPR)

Nesta comunicação apresento alguns dos resultados preliminares de uma pesquisa realizada em uma regional do Conselho Tutelar de Curitiba. O enfoque da etnografia recai sobre os modos de conhecimento e de gestão dessa que é uma das principais instituições responsáveis por assegurar e promover os direitos das crianças e adolescentes em todo o país. Em Curitiba o Conselho Tutelar é dividido em 10 regionais e acompanho as atividades cotidianas da regional Matriz da cidade. Ampliando o debate socioantropológico acerca da gestão do Conselho Tutelar, a pesquisa concentra-se nos conhecimentos, estratégias de gestão e atores sociais para resolver conflitos com outras instituições sociais, seja a família, a escola, o Ministério Público, Casas de Acolhimento, Ministério do Trabalho, entre outras. O objetivo da etnografia é reter de que forma os conselheiros definem suas atividades e lidam com os casos que chegam por denúncias ou solicitações espontâneas. Expandindo a discussão proposta por Francielly Rocha (2021), busco demonstrar como no dia a dia uma série de subjetividades dos conselheiros é acionada para que os direitos das crianças e adolescentes sejam assegurados. A presente pesquisa levanta questões sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA), recurso digital para o acompanhamento das denúncias, além de tratar das emergências que caracterizam o trabalho do órgão que se define, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como uma instituição ininterrupta.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Nós vamos cuidar dos ciganos": Direitos Humanos, família, infância e a gestão da diferença no Estado do Rio de Janeiro.

Cleiton Machado Maia (UERJ)

A frase destacada no título desse trabalho faz parte do discurso da então ministra das Mulheres, Família e Direitos Humanos (MDH), Damares Alves, no dia 24 de maio de 2019, o evento foi organizado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção de Igualdade Racial (Seppir/MMFDH) e pelo Ministério Público Federal (MPF), em Brasília em comemoração ao Dia Nacional do Cigano e intitulado "Ciganos no Brasil: Diálogo e Construção". A cerimônia foi divulgada nos Jornais, Redes sociais e no site oficial do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos. A reportagem do site do MDH tinha por título: Ministra anuncia novo recorte para os povos ciganos no Disque 100, dando destaque a uma das duas mudanças que foram destaques nas falas que ocorreram no evento. Viso analisar a centralidade das categorias infância e família no campo dos Direitos Humanos e sua operação no dispositivo de gestão de populações minoritárias e periféricas, tendo como alvo o campo político cigano, objeto central da tese de doutorado que defendi recentemente. O meu foco de análise para este texto serão as redes construídas por grupos ciganos relacionadas a política e dispositivos de cuidados da família e da infância no Rio de Janeiro. Principalmente após a extinção do Ministério da Cultura (MinC) no ano de 2019 e o deslizamento das políticas públicas direcionadas aos ciganos serem incorporadas e geridas pelo recém criado Ministério da Mulher da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). Refiro-me à Secretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente

(SNDCA) e também alguns Conselhos Tutelares existentes no Estado do Rio de Janeiro. Tanto a Secretaria dos Direitos da Criança quanto alguns Conselhos Tutelares tiveram a participação de ciganos como gestores e/ou como objeto de seus cuidados. Destacando, entre alguns grupos ciganos que acompanhei, cresceu a importância atribuída às categorias infância e família tanto como modo de construir uma identidade pública dos ciganos como minoria quanto como forma de participação de lideranças ciganas reconhecidas na gestão de populações minoritárias em defesa de seus direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Liberdade, trabalho e transferência de renda: dilemas da cidadania (e da economia-política) na África do Sul.

Daniel Mendonça Lage da Cruz (UNB)

Trabalho e assistência social em dinheiro constituem dois pilares históricos da social-democracia europeia, apropriada em diversos contextos nacionais. Embora indispensáveis para o bem-estar cidadão, esses dois aspectos da função equitativa do Estado foram tradicionalmente entendidos como um par hierárquico: a economia orientada para o pleno emprego deveria garantir o direito-dever de trabalhar, as passo que o sistema de assistência social em dinheiro teria função residual, figurando como recurso de última instância para cidadãos não inseridos no mercado de trabalho. Essa diretriz reproduziu-se na África do Sul, cujas políticas de bem-estar remontam à década de 1930. Documentos e declarações históricas do Congresso Nacional Africano (CNA) também enfatizaram o trabalho como base dos direitos-deveres de cidadãos livres. Com o fim do regime do apartheid e a ascensão de Nelson Mandela à presidência sul-africana, uma situação contraditória produziu-se: conquanto a agremiação majoritária mantenha a ênfase discursiva no trabalho, a gestão político-econômica não tem ampliado a demanda de trabalho. Hoje o desemprego conta-se em cerca 30% da mão-de-obra. Paralelamente, os programas de assistência social em dinheiro massificaram-se e atingem, direta ou indiretamente, mais de um terço dos sul-africanos. Essa circunstância estimulou importantes pesquisadores da África austral a sugerirem um novo modelo de cidadania: novo porque primeiramente radicado nas políticas de transferência direta de renda. Embora grata pelo amplo e generoso sistema de bolsas e pensões estatais, a maioria negra sul-africana permanece sequiosa por trabalho. Jobs, e não grants, parecem constituir o desejo primordial de meus interlocutores no país. Nesta comunicação, exploro alguns aspectos dessa contradição. Argumento que as lutas centenárias por trabalho e liberdade (categoria que proponho como equivalente sul-africano da cidadania) imbricaram-se profundamente na consciência popular e continuam a formar o núcleo das demandas e do sentido de correção moral na África do Sul. Noutras palavras, o trabalho segue como um dever e um prazer de cuja privação muitos sul-africanos se ressentem. Esse dilema entre moralidade laboral disseminada e política econômica de alto desemprego também indica zonas de fissão entre o CNA e seu eleitorado orgânico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_283_68013072_380622.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Documentos, informatização, e acesso aos símbolos materiais da cidadania: A demanda pela regularização de documentos pessoais imposta pelas medidas socioeducativas à adolescentes e seus familiares

Juliana Berger Valente (City University of NY - CUNY)

Esta comunicação busca debruçar-se sobre dois programas que visam facilitar o acesso à documentos pessoais, e, portanto, ao exercício da cidadania: o Poupatempo e o Gov.br. A pesquisa, ainda em andamento, se insere num projeto mais amplo que busca compreender uma demanda judicial obrigatória imposta a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de que eles regularizem seus documentos pessoais como parte do seu processo de ressocialização. Tal processo, visto como fundamental à garantia de direitos, requer que adolescentes e seus familiares naveguem por sistemas burocráticos que se encontram cada vez mais informatizados. O material aqui apresentado é fruto de uma pesquisa etnográfica conduzida em dois espaços distintos, com diferentes focos de reflexão. O primeiro tem como lócus de pesquisa uma ONG cofinanciada pela prefeitura de Campinas e responsável pela execução de medidas socioeducativas em meio aberto, em que tenho a oportunidade de acompanhar adolescentes no processo de regularização de seus documentos pessoais, predominantemente em instituições como o Poupatempo, mas também através de plataformas digitais da junta militar e justiça eleitoral. O segundo, conduzida através de pesquisa em arquivos históricos e análise da legislação vigente, visa compreender a criação e implementação dos programas do Poupatempo e do Gov.br. Ambos os programas, que surgiram em momentos distintos da história brasileira, pretendem facilitar o acesso a documentos através da informatização dos processos burocráticos. Buscando refletir sobre as diferentes premissas que sustentam tais programas e seu uso por adolescentes e familiares, pergunto em que termos a facilidade de acesso a esses materiais simbólicos da cidadania, produzem (ou não) a disseminação de direitos garantidos e como, simultaneamente, a obtenção destes mesmos documentos podem limitar e/ou circunscrever cidadanias possíveis. Dialogo com pesquisas como a de Mariza Peirano que refletem sobre como as práticas de documentação não se encerram em sua função prescritiva de dar acesso a direitos formais, mas antes como elas também visam à inclusão de sujeitos em um ideal de nação o qual encontra-se em constante transformação. Se, por um lado, é necessário portar documentos para acessar direitos, ou seja, a cidadania formal é necessária para o exercício da cidadania plena; por outro lado, programas que visam a informatização da burocracia para facilitar o processo de obtenção de documentos, acabam por produzir limitações reais na obtenção e no uso desses objetos formais de cidadania. Assim, esse paper busca lançar luz não só aos mecanismos burocráticos de distribuição de direitos, mas à própria produção de um ideal de cidadania, para a qual identificação e gestão são partes indissociáveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma (In)corporação de extermínio: entre corpos, territórios e violência no Amapá

Juliana do Socorro Rocha da Silva (UNIFAP)

Neste trabalho reflito sobre as dinâmicas sociais de violência em áreas geográficas específicas do estado Amapá, a partir da minha inserção na pesquisa que relaciona mídia, criminalidade e

violência em Macapá, localizado estado com o maior índice de letalidade policial do país a cada 100 mil habitantes (FBSP, 2023). Nesta pesquisa me utilizo de páginas de notícias locais, e institucionais da Polícia Militar- AP para somar com reflexões sobre a violência em suas diferentes facetas, a saber o que a disseminação deste tipo de conteúdo tem produzido. Aqui tento traçar como dinâmicas sociais locais de violência referem-se a interações com certos corpos e modos de vida específicos do Estado. A constatação feita é de que o cenário de confronto com a polícia e a letalidade policial revela um padrão de ocorrências nos bairros que se aglomeram em torno das áreas de ponte/áreas de ressaca do estado ou nos conjuntos habitacionais do governo. Observa-se que a violência incorporada pela instituição da Polícia Militar não somente é uma técnica letal bem como um padrão de agir, um habitus (Bourdieu, 1989) autorizado coletivamente. É por meio de técnicas aprendidas e internalizadas que expressões de violência ganham forma. O corpo é importante aqui por se tornar um lugar na medida em que a diferença é expressa, tornando-se território que abriga expectativas e prática sociais, que inclui manifestações da violência estatal (NAST, 1998). Aqui o corpo também é elemento decisivo das relações de poder em várias dimensões desde a forma como são percebidos e tratados através da violência, punição ou mesmo a letalidade, aqui expresso na figura do bandido/criminoso, ou valorizados, como os policiais, que se transfiguram em guerreiros/heróis”. A desumanização e a naturalização da morte para certos grupos, tensiona a linguagem universal dos direitos humanos com uma nova gramática da violência expressas em: CPF cancelado", "Sal neles" e "padrão A "sociabilidade violenta", o elemento que fragmenta a vida cotidiana e coexiste com diferentes formas de vida, destaca a inexistência de um "mundo comum, resultando na fragmentação da cidadania (FREIRE, 2010). Cidadãos que pertencem a grupos historicamente marginalizados enfrentam uma realidade em que seus direitos são frequentemente desrespeitados, e a violência policial muitas vezes recai de maneira desproporcional sobre esses grupos. A polícia do Amapá como maior representante da letalidade policial no Brasil se torna um reflexo direto dos desafios enfrentados na consolidação de uma cidadania plena para todos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Instrumentos jurídico políticos de defesa da cidadania: um estudo comparado sobre Ação Civil Pública da Maré e ADPF das Favelas

Luciane Patrício (UFF)

Há mais de quatro décadas observa-se um aumento significativo nos espaços da região metropolitana no Rio de Janeiro que se encontram sob o domínio de grupos armados. Como consequência, tiroteios e disparos de arma de fogo se tornaram fenômenos comuns, boa tarde deles durante operações policiais em favelas ou bairros periféricos. A violação sistemática de direitos também pode ser observada através da precariedade no oferecimento de políticas públicas, como habitação, educação, saúde, saneamento básico e outros serviços públicos essenciais. Os moradores convivem com um paradigma belicista, pautado no enfrentamento armado e na desconsideração da vida dos moradores, somada a uma violação sistemática e rotineira de direitos, de modo que os confere um status de subcidadãos. É nesse campo que surgem duas ações judiciais, que serão aqui chamadas de instrumentos jurídico políticos, que

têm sido capazes de, se não controlar a ação da polícia, constranger o Estado no sentido de reduzir a letalidade das operações policiais nas favelas. Trata-se da Ação Civil Pública da Maré, que ficou conhecida como ACP Maré, em vigor de 2016 até 2019; e da Arguição por Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, que ficou conhecida como ADPF das Favelas. O objetivo da presente comunicação é apresentar um estudo comparado dessas duas ações jurídicas e como esses dois instrumentos foram capazes de mobilizar o judiciário, o executivo estadual, a sociedade civil e as próprias polícias, contribuindo para a ampliação dos direitos de cidadania para a populações residentes nas favelas. A análise processual, a atuação de cada ator do Estado, como o MP e a Defensoria Pública, são aspectos importantes no estudo. O desenvolvimento da Ação Civil Pública da Maré e o protagonismo dos seus participantes civis pavimentou o caminho para a construção da ADPF das Favelas alguns anos depois. Destaca-se, para os objetivos do presente estudo, a atuação da sociedade civil que figurou como *amicus curiae* (amigos da corte), representada por mães de vítimas da violência policial, pesquisadores e acadêmicos que estudam o tema, organizações não governamentais que atuam em favelas, entidades de defesa de direitos, dentre outras, que ganharam protagonismo nas audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas de Cidadania: Explorando Dinâmicas Políticas e Sociais em uma Câmara Municipal do interior de São Paulo

Luciano Lombardi Puccini Junior (UFF)

O presente trabalho irá buscar discutir pontos da minha pesquisa para o Mestrado em Antropologia que estou realizando na Universidade Federal Fluminense, em que busco tratar minha vivência como assessor legislativo da única vereadora do Partido dos Trabalhadores de Alaúde (nome fictício), cidade onde tenho participado ativamente de manifestações políticas e encontros partidários. A minha imersão nesse contexto me levou a perceber complexidades nas relações políticas locais, que envolvem questões de representação, reputação, e práticas de prestígio entre os vereadores e os municípios. Sendo assim, meus objetivos na pesquisa, os quais buscarei apresentar neste trabalho, perpassam pela reflexão sobre a produção de uma etnografia do próprio trabalho como antropólogo, assessor legislativo, militante e cidadão local, busco compreender os desafios e conflitos decorrentes dessas múltiplas identidades. Análise das relações políticas e pessoais na Câmara Municipal: Investigação das dinâmicas políticas entre vereadores, municípios e militantes, examinando trocas de favores e alianças. Descrição e análise das trocas de favores entre vereadores e municípios: Exploração das práticas de reciprocidade e influência que ocorrem no âmbito da política municipal. Dessa forma adoto uma abordagem etnográfica, com observação participante nas rotinas legislativas da Câmara Municipal de Alaúde. A análise qualitativa busca captar os pontos de vista dos diferentes atores envolvidos, permitindo uma reflexão crítica e um necessário estranhamento das práticas políticas locais. Acredito que este estudo contribui para os Estudos Etnográficos sobre cidadania ao explorar as complexidades das relações políticas em nível local, destacando como as práticas políticas cotidianas influenciam a percepção e a vivência da cidadania. Ao desvelar as dinâmicas de poder e as negociações presentes na esfera política municipal, este trabalho

enriquece o debate sobre direitos, representação e participação cidadã em contextos específicos, como o da cidade de Alaúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_525_90973846_380622.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cidadania sob o controle de grupos armados: um estudo de caso sobre a atuação política das milícias nas eleições de 2022

Matheus Almeida de Aguiar (UFF)

O controle territorial armado é um problema característico da América Latina e se reflete em segregações socioespaciais e violações de direitos. Diversos grupos armados estabelecem relações próximas com o Estado e constroem grande poder político. Na região metropolitana do Rio de Janeiro, as milícias são os grupos criminosos de maior influência política e têm expandido fortemente seus territórios nos últimos anos. Segundo o Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI, 2022), elas ocupam cerca de 50% dos territórios controlados por grupos armados nesta região, com influência sobre 1,7 milhão de habitantes. Diante do reconhecido poder político das milícias, este trabalho buscou investigar os impactos do controle territorial por milicianos no exercício da cidadania e da democracia na região metropolitana do Rio de Janeiro. Para isso, foram realizados, inicialmente, uma revisão bibliográfica e um levantamento de notícias sobre a atuação política das milícias. Posteriormente, foi efetuado um estudo de caso, por meio de observação em campo, em um bairro sob influência de milícia, localizado em um município da Baixada Fluminense. Essa observação teve como foco inicial a campanha dos milicianos pela reeleição de um candidato a deputado estadual e uma candidata a deputada federal em 2022, mas foi expandida para a campanha dos mesmos milicianos pela eleição do candidato Lula (PT) no segundo turno. O trabalho de campo foi concentrado, sobretudo, em três grandes eventos: um comício com a presença dos candidatos a deputado e os dois dias de eleições - primeiro e segundo turno. Para apoiar o trabalho de campo, foram coletados dados sobre as eleições junto ao TRE-RJ e foi realizada uma observação em redes sociais. Os resultados desta pesquisa indicaram que as milícias possuem várias formas de atuar politicamente, como o lançamento de candidaturas de seus membros, o estabelecimento de cooperação com políticos, as restrições a campanhas de candidatos em seus territórios e até mesmo a intimidação e o assassinato de candidatos rivais. A pesquisa concluiu que a heterogeneidade das milícias se reflete também nessa diversidade de atuação política e no grau de uso da violência nas eleições. O uso do clientelismo é mais frequente e determinante para as milícias do que a violência e a coação, mas estas ainda possuem um papel fundamental para o poder político desses grupos. Por fim, a pesquisa concluiu que a atuação política das milícias em seus territórios compromete os pilares mais básicos do conceito de democracia, ao impedir, por exemplo, a livre concorrência entre candidatos e ao utilizar o Estado para benefício próprio. Ao mesmo tempo, ela compromete também os pilares do conceito de cidadania, ao privar os moradores do pleno exercício de direitos civis e políticos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**"Estão deixando a gente morrer": Notas sobre a atuação do Coletivo Força Tururu como
contraconduta às violações de Direitos no Período de Pandemia.**

Maurilo Miranda Sobral Neto (UFPE)

O presente trabalho se propõe analisar a atuação do Coletivo Força Tururu (CFT) no enfrentamento às violações de Direitos executadas pela prefeitura do município de Paulista/PE nos primeiros meses de Pandemia. Como referencial teórico, a presente análise parte do diálogo entre o pensamento criminológico crítico e de conceitos presentes no pensamento Foucaultiano, por serem chaves teóricas que se apresentam como estratégicas para compreender a hipótese de que a atuação dos coletivos urbanos como atores informais na garantia de Direitos causa rupturas na racionalidade neoliberal de gestão da vida e da morte em sociedade. Ademais, a partir de conceitos como biopolítica, contracondutas e da própria ideia de neoliberalismo é possível observar como o investimento em estratégias de controle social tem produzido estruturas de cidadania precarizadas e antidemocráticas. Como método, foi realizada uma etnografia com base na participação observante em virtude do pesquisador ser integrante do coletivo ora estudado. A pesquisa tem como objeto de análise os primeiros seis meses de pandemia e como se desenvolveu a gestão da vida na comunidade do Tururu, periferia do município de Paulista e que integra a Região Metropolitana do Recife em Pernambuco. Nesse período, a secretaria de saúde do município, sem qualquer aviso à comunidade, fechou o único posto de saúde do território. Em um cenário de pandemia, o fechamento do único serviço gratuito de saúde no território do Tururu e a ausência de qualquer política garantidora da vida nesse período possibilita uma leitura de exposição daquelas vidas às consequências da pandemia. Uma lógica neoliberal que impulsiona estruturas de violações de garantias básicas de um regime democrático. Dessa forma, compreender a atuação do Coletivo Força Tururu na comunidade apresenta como hipótese um enfrentamento às violações no território.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_341_72954226_380622.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**Entre protestos e apitaços: notas sobre as dinâmicas participativas dos movimentos
sociais urbanos na elaboração do PDDU de Salvador.**

Raquel Cerqueira Santos (UNEB)

O presente trabalho é resultado de pesquisa de mestrado que se debruçou sobre as dinâmicas participativas propostas pela prefeitura de Salvador, cidade do nordeste brasileiro, durante o processo de elaboração do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. O estudo se desenvolveu a partir de uma aproximação com os movimentos sociais urbanos e grupos de luta pelo Direito à Cidade e buscou observar, a partir de um olhar etnográfico, o repertório de interações desenvolvidos por estes movimentos nas audiências públicas e demais espaços participativos propostos durante a revisão legislativa. A pesquisa acompanhou as rotinas burocráticas estabelecidas em tais espaços participativos que assumiram dimensões locais (bairros), regionais e municipal; analisando desde as atividades de oficinas realizadas em diversos bairros, até as audiências públicas promovidas pela prefeitura na Câmara de Vereadores. Foi objeto de análise ainda, uma série de documentos, atividades, fóruns e reuniões

realizadas pelos movimentos sociais urbanos, ONG'S e outros atores da sociedade civil envolvidos no processo de formulação da nova legislação. A observação/participante permitiu vivenciar os diferentes sentidos que assumiu o conceito de democracia neste processo e como seus participantes significavam a noção de exercício de direitos e prática de cidadania durante o desenrolar da construção legislativa. Se por um lado o executivo municipal construiu o sentido de participação democrática como possibilidade de intervenção/fala nas atividades promovidas pelo Estado; os movimentos sociais, sociedade civil e cidadãos participantes reivindicaram um aprofundamento desse sentido, numa perspectiva de qualificação da intervenção e de necessidade de escuta por parte do município. Fala e escuta, portanto, foram elaboradas nesta experiência como duas ações não concomitantes e fragmentadas, uma vez que apesar da realização formal dos espaços de consulta participativa, os atores sociais não vislumbraram suas demandas por reconhecimento e garantia de direitos refletidas no texto legal. Da mesma forma, foi possível observar como a rotina burocrática proposta pelo executivo municipal foi tensionada e reelaborada pelos movimentos sociais urbanos e grupos de luta pelo direito à cidade. Diante das deficiências dos canais participativos e restrições impostas às formas de participação política utilizadas pelos movimentos populares, tais sujeitos construíram durante as audiências públicas novas formas de intervenção política como os protestos, intervenções artísticas e apitaços. A partir dessas dinâmicas tais movimentos ressignificaram as rotinas estatais ao inverter os pólos entre aquele que escuta e aquele que fala, provocando alterações diretas nas práticas institucionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

NARRATIVAS E DIREITOS EM DISPUTA: infância, transexualidade e párocos morais na CPI da transição de gênero / ALESP

Thiago Camargo Barreto (UFMG)

Este trabalho parte de reflexão que integra minha pesquisa de doutoramento, na qual busco compreender como distintas narrativas científicas têm sido articuladas em controvérsias em torno dos direitos de pessoas LGBTI+ no Brasil. Nessa esteira, a noção de ideologia de gênero passou a aparecer com frequência como categoria de acusação, principalmente após conquistas de movimentos sociais ocorridas nos últimos anos. Mais recentemente, como já havia sugerido Junqueira (2017), agentes políticos têm se valido não apenas de discursos assumidamente religiosos e/ou morais, mas também de narrativas científicas a fim de se desvencilhar de argumentos laicistas. A partir da chamada CPI da transição de gênero em crianças iniciada em 2023 na ALESP, cujo propósito foi investigar o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual (AMTIGOS/HC-USP), há muito causa de controvérsia (NOVO, 2021) mas que passou a ser alvo de políticos autodenominados conservadores de maneira mais intensa após iniciar o atendimento a crianças e adolescentes travestis e transexuais, busquei construir uma análise de cunho etnográfico a partir de atas, relatórios e demais documentos legitimados pela assinatura do Estado e de notas técnicas elaboradas pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2023). Deste empreendimento, informações distorcidas, inverídicas e discursos que acionam narrativas científicas emergiram como justificativa para desmontar políticas públicas consideradas

fundamentais para população trans. Assim, meu objetivo foi acompanhar ações e reações de grupos políticos que se colocam contra tal pauta, pensadas como pânico morais, e daqueles que lutam por sua consolidação. Sugiro que tal processo evidencia que avanços minimamente já conquistados, como a política pública de acesso à saúde de jovens trans, estão em constante disputa e indicam menos um cenário de exercício da cidadania e mais um panorama de desigualdades onde comparecem, como destacou Cardoso de Oliveira (2022), invisibilidades e demandas por reconhecimento. Referências: ANTRA. 2013. Nota técnica sobre acesso à saúde de crianças trans: do modelo transpatologizante ao cuidado transespecífico”. Brasil: Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 37 p. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. 2022. Direitos ético-morais e a administração de conflitos”. Anuário Antropológico, v. 47, n. 3, p. 11-29. JUNQUEIRA, Rogério. 2017. A gênese de uma categoria”. 20 dez. Rio de Janeiro: Clam. Entrevista concedida a Laura Lowenkron e Cláudia Mora. NOVO, Arthur. 2021. Famílias em transição: uma etnografia sobre relacionalidade, gênero e identidade nas vidas trans”. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 416 p.

GT 054: Etnografia da e na cidade: o viver no contexto urbano em suas formas sensíveis

A vida pulsa na cidade configurada pelas ações, performances, narrativas e gestos de seus habitantes (humanos e não humanos). Muitas etnografias realizadas no encontro da antropologia urbana com a antropologia das imagens têm revelado as múltiplas e complexas práticas de sociabilidades e as paisagens urbanas na vida cotidiana. Objetivamos reunir estudos antropológicos que tragam em evidência as estéticas, estilos e éticas que descrevem e interpretam as cidades a partir de práticas criativas e sensíveis, de experiências vividas e narradas por seus habitantes. As expressões artísticas na produção de murais, as paisagens sonoras e musicais, as práticas sociais políticas e culturais, colocam em evidência os cenários praticados, os arranjos sociais e as experiências compartilhadas que podem qualificar a vida pública em suas criatividades, tanto quanto cunhar as desigualdades, as contradições, os conflitos e as formas de exclusão reconhecidos pelos marcadores sociais de diferenças (étnicas e raciais, de gênero, de classe, de renda, de pertença social, etc.) que banalizam corpos e segregam comportamentos. O/a antropólogo/a como narrador/a reverbera as cidades contexto de suas pesquisas em suas relações sociais plurais e em suas lógicas singulares, por um lado, em suas crises e disjunções por outro lado. Consideramos um patrimônio etnográfico sobre as formas de viver nas cidades em suas ideias, gestos, motivações e desejos tanto quanto suas frustrações e injustiças ordinárias.d

Coordenação

Cornelia Eckert (UFRGS), Regina de Paula Medeiros (PUC MINAS)

Debatedor(a)

Jose Luis Abalos Junior (FURG), Ulisses Neves Rafael (UFS), Maurício de Melo Raposo (EMATER)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que é ser jovem na cidade de São Luís-MA? Relatos das juventudes em seus territórios.

Ana Carolina Torrente Pereira (SEDUC), Andréa Joana Sodré de Sousa Garcia (UFMA)

Este texto busca refletir sobre a categoria juventudes a partir do ambiente escolar e suas representações sobre a cidade. Compreender esse agrupamento se faz necessário para pensar nas questões educacionais postas nesses tempos que se permeiam de caracterizações próprias, como ser um momento pós-pandemia, de manifestação escancarada de pensamentos e grupos de extrema-direita, crises ambientais, revisão de epistemologias da modernidade ocidental, estruturas de poder em movimento, as tecnologias e rede de internet se colocando como importante território das mais variadas interações humanas, o individualismo neoliberal se intensificando e um aprofundamento das desigualdades sociais. A ideia deste artigo nasce do sentimento de angústia no trabalho docente, em que a visão de abismo entre estudantes e professorado aumentam cada vez mais por uma incompreensão sobre os indivíduos com os quais estamos lidando em nosso trabalho. A observação das vivências juvenis nos dá pistas para esse processo de compreensão, além de proporcionar o entendimento de quais questões os permeiam e os afetam, por onde caminham em seu cotidiano e assim como estão formulando suas identidades e culturas juvenis. Nesta pesquisa será utilizado o espaço urbano como território de aprendizado e constituição de si próprios. Pela cidade, em seus bairros, na rua realizam também trocas sociais e interações e assim vão gerando suas experiências e experimentações. Para possibilitar a coleta de percepções utilizamos estratégias diversas para buscar uma aproximação maior das subjetividades expressas pelos discentes. As percepções dos alunos e alunas foram retiradas de um processo de 3 encontros em que no primeiro momento os jovens identificaram seu lugar de moradia por meio do aplicativo Google Earth, para que aqui fossem reconhecidos seus bairros e fossem coletados alguns comentários e expressão de sentimentos. No segundo momento foi realizada uma roda de conversa a qual propus alguns questionamentos sobre a cidade de São Luís. E no terceiro momento os estudantes trouxeram imagens de locais da cidade que lhes tocava de alguma forma, então pedi que eles me contassem as motivações de terem escolhidos esses lugares. A escola aguarda o homogêneo, justamente o que as juventudes não podem oferecer (CARRANO, 2005). Mas podem oferecer muitas outras coisas que só é possível compreender ao reconhecê-los e entendê-los, como por exemplo possibilidades de transformação social. Os jovens são atores potentes que tensionam fronteiras, buscando sutilmente novas vivências, que transgridam. São revisores de modos de sociabilidades, e escutá-los é uma possível alternativa de enxergar outros mundos possíveis.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_585_12925898_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Tu vai estudar essa parafernália?” - Uma Fotoetnografia na Praia do Porto da Barra em Salvador – BA

Daniel de Menezes Soglia (UFBA)

Este resumo é parte da minha pesquisa etnográfica de mestrado, que se atém à feitura da praia do Porto da Barra, na cidade de Salvador, Bahia. A pesquisa busca seguir modos de fazer praia a partir do que interlocutores(as) chamam de "Porto-Paredão". Mobilizo relatos etnográficos preliminares para propor, do ponto de vista analítico, que os modos de fazer a praia do Porto contam com uma cadeia de processamentos e associações, práticas, estratégias e manipulações, que articulam sua composição (LATOURET, 2021, CERTEAU, 1998). Penso, aqui, como meu interlocutores – banhistas, donos de barraca, vendedores ambulantes – produzem uma expertise no uso das palavras, no tato com os clientes, nas escolhas das músicas a serem tocadas nos “paredões” – ou no silêncio deles –, e na feitura das barracas através da associação de atores humanos e não humanos que se estende para muito além da faixa de areia. Busco, ainda, pensar como a minha prática de fotografar interlocutores(as) vem criando uma centralidade para eles/elas na pesquisa, da perspectiva imagética, uma vez que seus gestos e agenciamentos atuam sobre e transformam o registro visual etnográfico, que vem se afastando de uma captura atribuída somente a mim como pesquisador e tornando-se um encontro relacional (PINEEY, 2017).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O peito suado, armadura de si mesmo: as noções de corpo e a relação com o espaço urbano no metrô do Recife.

Denilson Aluizio da Silva (USP)

A experiência corporal-cinestésica do trajeto nos vagões do metrô do Recife transcende as sensações previstas em um deslocamento dentro de uma máquina. As percepções são sobrepostas por outros estímulos de atores, redes e situações que se integram e interagem nos complexos metroviários. Diante disso, é crucial analisar os corpos no metrô sob uma ótica mais ampla. Adotar o paradigma da corporeidade proposto por Csordas (2008) e a noção de corporeidade de Martins (2023) surge como uma possibilidade de observá-los e pensá-los em conjunto com o espaço urbano de forma implicada. Csordas nos oferece pistas, ou nos deixa brechas, para observar esse corpo não apenas em momentos extraordinários, mas também no dia a dia. Percebê-lo como um objeto, um meio e a origem da técnica, expressando a experiência a partir de uma linguagem constituída no corpo em performance nos percursos cotidianos. Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa desenvolveu a articulação entre corporeidade, etnografia, corpografia e fotografia dentro do Metrô do Recife. Como aponta Nascimento (2016), os estudos tendem a separar os campos da antropologia urbana ou da antropologia do corpo. E, como coloca Martins (2013), os antropólogos tendem a se dividir entre visuais e não visuais. Assim, o objetivo da pesquisa foi buscar romper com esses quadros dicotômicos e produzir uma antropologia social do corpo urbano. Ter as imagens como parte do processo de produção do saber etnográfico a fim de identificar esses corpos em ação tendo agência, incorporando, reeditando e fazendo o mundo. Nesse sentido, encontramos no ambiente da cidade um conjunto de condições interativas. Os corpos que nela estão inseridos apresentam a síntese da interação. Assim, o ambiente não é apenas um local, um espaço físico a ser ocupado pelo corpo, ele é um campo de processo. Nesse campo, o corpo interage e produz as corporalidades. Tudo isso acontece baseado na premissa de que a percepção corporal das

As cidades não é resultado da mera ocupação desse espaço, é antes a ação dos corpos que acontece nela. As condições interativas no metrô propiciam uma experiência corporificada singular no âmbito do fluxo de deslocamento urbano. Observa-se uma multiplicidade de corpos e uma significação que transcende o uso objetivo do espaço. Uma experiência corporal é gerada pelos corpos em trânsito e em interação. A investigação dessa experiência a partir do paradigma da corporeidade, do conceito de corpo-tela e da utilização da corpografia nos leva a: identificar as corporeidades presentes no metrô e seu conhecimento específico do lugar; caracterizar as interações entre as pessoas e o espaço urbano; e a traçar as ocupações e apropriações do metrô a partir da lógica própria de circulação dos/das transeuntes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Reviver Centro e algumas anunciações sobre o espaço urbano contemporâneo do Rio de Janeiro/RJ

Diego Pontes (UFSC), Alicia Norma González de Castells (PPGAS UFSC)

As narrativas encontradas em uma gama de estudos antropológicos, literários, historiográficos e urbanísticos sobre a cidade do Rio de Janeiro, Brasil, apontam para ambivalentes processos de transformações em suas paisagens urbanas, sobretudo a partir do século XX. Alicerçada em complexas dinâmicas sanitaristas e excludentes, a cidade passou por um caleidoscópio de arbitrárias reconfigurações e reformas que deslocaram os sentidos atribuídos ao seu cotidiano e a própria ideia de vida urbana que nele se desenha. Desse modo, este trabalho tem por objetivo aprofundar o olhar sobre o centro do Rio de Janeiro pelo recorte de suas transformações atuais por meio da análise do Reviver Centro, anunciado como um promissor plano de recuperação urbanístico, cultural e econômico da região central. O projeto foi lançado e apresentado à população em julho de 2021 em cerimônia oficial em um centro cultural na Lapa, tradicional bairro central do Rio, contando com a presença do prefeito Eduardo Paes e outras autoridades políticas e empresários locais. O plano tem por meta, por meio da isenção tributária e incentivos fiscais, o “renascimento” do centro estimulando a especulação imobiliária e mirando enfaticamente o turismo, a mobilidade urbana, a criação de novas áreas verdes e, conforme apresentado, “a ativação do espaço público através da arte”. Dentre os objetivos do projeto, destaca-se a revitalização de áreas que compõem o centro do Rio de Janeiro, que seriam transformadas em “espaços mais seguros”, acessíveis e atrativos para moradores, comerciantes e a circulação de turistas. Por essa direção, este trabalho busca refletir sobre um plano que se anuncia baseado em um discurso alicerçado na promoção de uma concepção de “cidade sustentável”, onde exalta-se a melhoria da qualidade de vida, a recuperação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Assim, como visto, as narrativas direcionam um projeto que visiona novos investidores e moradores com destino ao centro da cidade, local que concentraria trabalho, comércio, habitação e lazer. Brotam, com isso, expectativas e especulações de um renascer mirando a projeção de um potencial movimentado mix cultural a partir da implementação do Reviver Centro, aquecendo o mercado imobiliário, o turismo e as marcas das desigualdades que envolvem o espaço aqui investigado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_711_98591711_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ser negro: Reflexões sobre condições e vida e trabalho em Porto Alegre

Elisa Algayer Casagrande (UFRGS), Alexandro Cardoso (UFRGS)

No presente ensaio, propomos uma reflexão sobre as condições de vida e trabalho atravessados pelo racismo ambiental na cidade de Porto Alegre, trazendo observações de campo sobre catadoras/es de materiais recicláveis e população negra na cidade. Este estudo se baseia em uma perspectiva antropológica das cidades, da memória e dos resíduos, explorando a intersecção entre as experiências históricas dessas populações e suas paisagens urbanas, sob o olhar da Antropologia Urbana. Inspirados pelos trabalhos de Gilberto Velho (1981, 1994) sobre sociedades complexas, e guiados pela abordagem da etnografia da duração (Eckert, 1991; Rocha, 1994), buscamos investigar as metrópoles e seus habitantes. Nossas pesquisas, conduzidas no doutorado em Antropologia Social pelos Programas de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS), utilizando técnicas de observação participante e mais profundo, como pesquisador que vem de dentro (Cardoso, 2022) e etnografia audiovisual para trazer estes relatos. É importante também considerar a destruição criativa (Durand, 1997) e a ideia de renascimento urbano trazida por um canteiro de obras (Halbwachs, 1990) presente no discurso utilizado para as remoções no processo de "revitalização" em que projetos de desenvolvimento urbano são implementados sem considerar os impactos sociais e ambientais, resultando na marginalização e deslocamento de comunidades inteiras. Nosso objetivo é refletir não apenas as condições materiais, mas também as dinâmicas sociais e ambientais que moldam suas vidas e trabalho, mas, mais do que isso, de que forma algumas populações se deslocam e são deslocadas para a vida em determinados locais da cidade, e como a memória destes grupos se entrelaça com a memória da cidade e das paisagens urbanas. Porto Alegre, como muitas outras cidades brasileiras, é marcada por uma história de urbanização desigual e segregação espacial. As populações negras frequentemente enfrentam condições precárias de moradia, acesso limitado a serviços básicos e discriminação no mercado de trabalho. Além disso, o racismo ambiental se manifesta através da poluição e degradação ambiental concentradas em áreas habitadas predominantemente por pessoas negras. Neste contexto, as relações entre os moradores das cidades e as paisagens urbanas são complexas e multifacetadas. As experiências das populações negras e dos catadores de materiais recicláveis refletem não apenas as injustiças sociais, mas também formas de resistência. Através de nossas pesquisas, buscamos destacar essas vozes e promover uma reflexão mais ampla sobre questões de justiça social, o urbano e direitos humanos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_402_02563884_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mari dihtero, mari catiro: nascer, viver e conviver na cidade mais indígena do Rio Negro/SGC-AM Brasil

Flavio Pereira Ferraz (Secretaria Municipal de Educação/São Gabriel da Cachoeira; UFAM/PPGAS/COLIND)



Este resumo apresenta a visão de um homem indígena, nascido na cidade de São Gabriel da Cachoeira, filho de um Kótiria e de uma Tariana, sobre a urbanização da cidade de São Gabriel da Cachoeira/AM, localizada entre as Terras Indígenas do Rio Negro, no extremo noroeste do Brasil, conhecida como Cabeça do Cachorro”. O território onde viria a ser a cidade, já era habitada por povos indígenas, que segundo Silva (1977) eram os Barés, Mepurí e Jurí. Desde então a mobilidade dos parentes indígenas para a cidade só tem aumentado, mas a conexão com a comunidade/aldeia não se perde totalmente. Apesar da chegada na cidade, no início, fazer com que nos distanciássemos um pouco das nossas culturas, devido ao impacto de estar em uma cidade, onde o coletivo ficou em segundo plano, dentro das famílias não se perdeu a partilha da cultura, da vivência na e em comunidade. No momento que se vivenciou o território com os qüiti/narrativas existentes no espaço da cidade, onde os lagos, cachoeiras, ilhas e pedras tem uma ligação cosmológica com os parentes na cidade, houve o fortalecimento da identidade indígena no contexto da cidade. Neste processo o Movimento Indígena e os Indígenas em Movimento tiveram muita importância, pois os parentes indígenas começaram a se auto-organizar em associações para assim poderem vivenciar a coletividade, a rede de parentesco e territorializar o espaço urbano. Neste processo também é importante mencionar a oficialização (Lei nº 145, 11/12/2002 e o Projeto de Lei nº 001/2017) de quatro línguas indígenas: Nheengatú, Tukano, Baniwa e o Yanomami. E mais recentemente o município foi decretado pelo Estado do Amazonas como a Capital Estadual dos Povos Indígenas (Lei nº 5.796, 12/01/2022). Apesar das leis existentes a nível macrossocial (Município), os agentes políticos ainda precisam atender os parentes indígenas na cidade com mais ações de políticas públicas de fortalecimento da identidade indígena na cidade, pois estar na cidade e viver na cidade é resistir e territorializar o espaço geográfico delimitado pelo pensamento colonizador. A população da cidade é formada praticamente por 23 povos indígenas oriundos de várias comunidades que compõem o Município, onde alguns parentes, falam com certo orgulho Nós fundamos uma grande cidade aqui”. E neste aqui, há a presença de artesãos, organizados em associações e ainda praticam a produção na roça, a agricultura tradicional, procuram por benzimentos para poder ter a cura de determinada doença, existem qüiti/narrativas, como por exemplo da Ilha Adana. Mantém os cantos, danças, bebidas e comidas tradicionais. Diante deste contexto, é muito importante salientar o direito à cidade a partir da compreensão do território urbano conhecendo a sua formação histórica, geográfica, política e antropológica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões de antropologia urbana sobre dinheiro, carros e aplicativos em Buenos Aires, Argentina

Guillermo Stefano Rosa Gómez (UFPEL), Hernan Palermo (CONICET)

Um motorista peruano que trabalha com aplicativos de transporte se desloca pelas ruas de Buenos Aires. Leva passageiros para todos os cantos da metrópole sul americana e aproveita os dias de bastante calor e o ampliado turismo de dezembro a janeiro, apesar da ascensão da direita à presidência e a incansável inflação de mais de 200% no ano de 2023. O carro um veículo usado fora comprado ali mesmo, na Argentina. O dinheiro usado para o financiamento em uma concessionária da capital argentina vinha de um empréstimo de suas redes familiares



no Peru. As parcelas, pagava em dólares todo o mês, o que dependia das variações do câmbio. Apesar de ser econômico, o carro, por ser de segunda mão, demandava constante manutenção, fator intensificado pelo uso constante ao ser utilizado como ferramenta de trabalho. As peças de reposição disponíveis nas oficinas da Argentina vinham, em sua maioria, da indústria automotiva brasileira, o que aumentava o custo. Essa descrição, que combina múltiplas nacionalidades e a circulação de dinheiro e de coisas, poderia ser uma confecção difusionista inspirada no homem americano, de Ralph Linton ou trecho de uma canção de Jorge Drexler sobre a globalização. No entanto, é parte de uma etnografia atenta a complexidade da metrópole e de seus narradores que performam atividades de trabalho. Nosso trabalho de campo nos conduziu pela capital de um país em crise, condição registrada e narrada por romancistas como Tomás Eloy Martínez e Miranda France. Com âncora lançada na antropologia urbana, tecemos reflexões sobre a experiência de trabalho de motoristas de aplicativo em Buenos Aires e suas relações com a cidade, o carro e o dinheiro. Confeccionamos essas reflexões com base em experiência de pesquisa antropológica em outras duas metrópoles: Porto Alegre que primeiro autor desse texto define como minha base, tomando emprestado os dizeres do antropólogo Ruben Oliven e Atlanta, na qual residiu e entrevistou motoristas, durante o doutorado sanduíche na Emory University em 2021. Argumentamos que essas cidades são boas para pensar em uma antropologia que toma o aqui e o lá como constantes motes de reflexão, provocação e deslocamento, como ensinam Mariza Peirano, Janet Carsten e Ruben Oliven. Refletimos sobre como os temas da economia, do trabalho e do parentesco são narrados por motoristas de aplicativo e possibilitam pensar etnograficamente sobre a complexidade das metrópoles contemporâneas, suas desigualdades, crises e imaginários. Fazemos isso a partir de uma etnografia que mergulha nas imagens evocadas em narrativas de sujeitos que não se resignam frente aos tempos descontínuos (Bachelard) provocados por múltiplas formas e escalas de crise urbana (Rocha & Eckert).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivendo nas ruínas de Atafona: etnografia audiovisual da pesca artesanal e do avanço do mar

Julia Dias Pereira (UERJ)

Imagine-se diante de uma praia repleta de ruínas de casas, onde ao caminhar pela areia se passa por milhares de tijolos quebrados, vergalhões, resíduos de encanamentos, móveis, pedaços de asfalto, postes, fiação elétrica, concretos e troncos de árvores esculpidos pela ação da erosão costeira, em um cenário em que todo tipo de infraestrutura presentes às margens da praia urbana são engolidas pelo mar e submersas por areia e água. Nesta comunicação apresento resultados iniciais da pesquisa antropológica e fílmica desenvolvida desde 2022, intitulada Memória e identidade de pescadores artesanais de Atafona frente ao avanço do mar, onde estudo como as famílias de pescadores artesanais residentes em ilhas fluviomarinhas de Atafona ─ distrito de São João da Barra, situado no extremo Norte do Estado do Rio de Janeiro ─ lidam com o contínuo avanço do mar e com as mudanças ocasionadas por esses processos, investigando de que maneira isso incide na manutenção da memória, identidade e transmissão de conhecimento local desses grupos sociais. Na praia de Atafona o mar avança desde 1970,

tendo destruído cerca de 500 construções e 14 quarteirões, o local mais crítico é no Pontal, nome dado ao lugar que margeia a foz do rio Paraíba do Sul, onde o mar avança cerca de oito metros por ano. Os moradores locais sugerem que a erosão costeira desencadeia-se por ações humanas predatórias, elencando como principais causas da progressão marítima: as mudanças climáticas e o derretimento das calotas polares, o assoreamento e a seca do rio Paraíba, a construção em 2007 do Porto do Açú e as constantes alterações da prefeitura no Pontal com objetivo de escoar a água do rio Paraíba no período de cheia intensa. Atafona guarda em suas ruínas memórias do antropoceno e da ferocidade dessa era, essa pressão de ações humanas influencia diretamente na sua composição territorial e gera uma paisagem antropogênica. Busquei apresentar um panorama geral da pesquisa, até então foram produzidos dois filmes etnográficos de curta duração com narrativas acerca da erosão costeira e das ruínas de Atafona, o primeiro intitulado A foz em erosão e o segundo Na boca do mar, além de um amplo acervo fotográfico. Em Atafona a possibilidade de terem as suas narrativas midiaticizadas e visibilizadas traz uma maior receptividade para produção de filmes e fotografias, permitindo uma discussão acerca das contribuições da antropologia visual frente ao antropoceno, a partir do compartilhamento de materiais audiovisuais que trazem um olhar local conectado ao global acerca das mudanças socioambientais vivenciadas cotidianamente nas cidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vozes que vem do rio: a poética nas paisagens de beirada em Santarém-PA

Karina Cunha Pimenta (UFPA)

O presente estudo possui como objetivo discutir a relação entre indivíduo e rio no contexto de construção de memórias e imaginários, utilizando uma abordagem poética. Dessa forma, busco analisar de que maneira a poesia se expressa também através de imagens que nos acompanham durante nossa vivência, contemplando os detalhes que são capturados pelos olhares e percepções dos moradores do município de Santarém e frequentadores da antiga praia da vera paz. Além disso, pretendo analisar a complexa relação de ocupação entre homem e cidade, explorando as influências da relação com o rio Tapajós e como essa conexão com a paisagem atua na elaboração de memórias essencialmente de cunho sensível. Nesse sentido, serão utilizados poemas e canções, além dos relatos e fotografias produzidos durante minha graduação em antropologia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Territórios em disputa: o carnaval e o projeto Novo Recife

Leonardo Leal Esteves (PPGA-UFS)

Neste trabalho, procuro refletir sobre as repercussões no patrimônio imaterial decorrentes das transformações em curso na área central do Recife, originadas pelo megaprojeto urbanístico, imobiliário e turístico intitulado "Novo Recife". De modo particular, procuro analisar como esse projeto de desenvolvimento e ocupação para a referida região tem impactado na dinâmica de produção e realização do carnaval na cidade. A área central do Recife, neste estudo, é pensada a partir da noção de território, cujas características não dizem respeito apenas à materialidade do espaço, mas, sobretudo, à dimensão simbólica, discursiva e política. As

mudanças planejadas para essa área tendem alterar significativamente a paisagem urbana e a dinâmica festiva, introduzindo novos usos e formas de ocupação do espaço. As discussões apresentadas fazem parte de um estudo mais amplo sobre os impactos do Projeto Novo Recife. Para isso, utilizo estratégias metodológicas como observação direta, conversas informais com moradores, comerciantes, carnavalescos, representantes do poder público e integrantes de movimentos sociais. Além disso, estão no escopo da pesquisa a análise de relatórios oficiais, mapas, notícias na mídia e projetos disponibilizados em portais do poder público. Pretende-se que este trabalho contribua para uma compreensão mais ampla sobre as possíveis implicações dos projetos de desenvolvimento urbano no campo do patrimônio imaterial, com ênfase na experiência do carnaval no Recife.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_399_91138897_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

LEITURAS SOCIOANTROPOLÓGICAS: Manipulações e estratégias da família Marley nas aproximações entre escola e comportamento desviante

Lucas Eustaquio de Paiva Silva (Faculdade Famart), Luciano Borges Muniz (Faculdade Famart)

Este trabalho nasce do desejo de dois pesquisadores da juventude em situações de conflito dentro de contextos escolares, discutirem as formas diversas em que os jovens tem enfrentado contextos e percursos desfavoráveis a eles e aos seus variados propósitos. Este estudo tem como objetivo central analisar os efeitos produzidos pelos estigmas criados pelos profissionais da educação em relação aos jovens pertencentes à Família Marley, maneira como se autodenominaram, bem como investigar as estratégias adotadas por estes últimos para se manterem inseridos no ambiente escolar em um contexto adverso à essa permanência. A autodenominação Família Marley, foi um tributo ao músico jamaicano, Bob Marley, chamado pelos jovens de Cabuloso e Vida Loka”. A Família Marley, embora formada por mais de 40 indivíduos que foram alunos da escola, estando entre 16 e 18 anos de idade, foi representada nesse estudo por seis participantes, pois, à época da coleta de dados eram os únicos que ainda estudavam na escola investigada, denominada de Chai, termo nativo daqueles jovens que significa situação embaraçosa”. As entrevistas foram feitas em grupo, em vista da temática em pauta ser comum entre eles e por se constituírem numa família, na qual todo mundo cuida de todo mundo, como bem explicou um dos meninos durante as entrevistas semiestruturadas. Durante o trabalho de campo foi perceptível na fala de professores e principalmente do corpo administrativo da escola, o discurso de que, a escola não estereotipa e/ou estigmatiza nenhum estudante. Ao contrário, possibilita e reforça a ideia de valorização da diferença e do respeito à diversidade. O referencial teórico que embasa o presente trabalho encontra-se na sociologia da experiência, do sociólogo François Dubet, na teoria do Estigma de Erving Goffman, na teoria da Rotulagem de Howard Becker e na teoria de Acusação do antropólogo Gilberto Velho. Em termos metodológicos, a referida pesquisa figura-se na perspectiva sócio antropológica, utiliza-se, como instrumento de coleta de dados, a entrevista com grupos de conversação e a observação participante. Utiliza-se também, no que se refere à interpretação dos dados, a análise do discurso. Os resultados decorrentes da coleta e análise dos dados, trouxeram uma infinidade

de exposição de contextos, interações e estratégias utilizadas pelos jovens, na tentativa de contrapor os rótulos e estigmas direcionados a eles por parte da escola, que mesmo não se assumindo ou se percebendo como instituição estigmatizadora, atua de forma efetiva nesse sentido na concepção dos jovens estudantes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_681_51740239_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A gente se uniu, os vendedores que tavam lá, e falamos, toca aqui que a gente vai te pagar!": Um estudo etnográfico com ambulantes no Samba Batuque da Feira do Açaí (Belém/PA)

Luísa Maria Silva Dantas (UFPA), Yasmim Costa Rosalino (ufpa)

Na Feira do Açaí, que faz parte do complexo do mercado Ver-o-Peso, localizada no centro histórico da cidade de Belém do Pará, além do comércio da fruta, também acontece toda primeira sexta-feira de cada mês o Samba Batuque da Feira do Açaí, coordenado pela Roda de Samba Fé no Batuque. O evento tornou-se mais organizado posteriormente à pandemia da Covid-19 e tem como peculiaridade o financiamento estrutural de vendedores ambulantes, predominantemente de cerveja, com exceção de uma barraca com oferta de espetos de churrasco, que têm nestas ocasiões a oportunidade de faturarem seu provento mensal e rateiam os custos com som e tenda, além de, algumas vezes, com grades e segurança do evento. Esta etnografia está vinculada ao projeto de pesquisa: Trabalhadores das e nas cidades: trajetórias sociais, memórias e práticas laborais na Amazônia brasileira, seu universo é predominantemente de mulheres negras que tem a rua/eventos culturais enquanto local de trabalho, em que por meio de observações diretas, conversas informais e entrevistas formais descobrimos que além do trabalho no samba, elas também são fundamentais na promoção, manutenção e estética do evento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Assembleias condominiais: conflitos e reflexos no ambiente urbano

Marisa Dreys da Silva Xavier (UFF)

O objetivo desta apresentação é promover a reflexão acerca da dinâmica das assembleias condominiais em condomínios edifícios e suas consequências para seus moradores e comunidade de vizinhança, considerando-as como um ponto de observação crítico das demais dinâmicas em condomínio e sua relação com o seu entorno na cidade: outros condomínios, moradias, empresas e o meio ambiente urbano, os espaços circunvizinhos. A assembleia compõe a estrutura normativa responsável pela associação de pessoas e grupos familiares no condomínio edifício. Estas relações têm como pressuposto a capacidade para a vida em comum, compartilhando espaços e experiências de acordo com o sistema de crenças e práticas democráticas. Além disso, também como estes conflitos violentos ou não se coadunam com estas expectativas e como são administrados. A experiência empírica mostra em que medida o esforço para a administração destes conflitos corresponde a propor soluções para desafios importantes como pensar sobre o ideal democrático e como a violência pode influenciar a

resolução das disputas de interesses que desbordam os muros do condomínio e alcançam o espaço público. Quanto maior a participação assemblear maiores serão as chances de debater os diversos problemas e formas de melhoria da vida condominial. Todavia, esta não tem se mostrado uma realidade. Apenas pequena parcela de condôminos frequenta as assembleias. Este breve estudo problematiza e expõe que o baixo quórum de participação em assembleias se deva inicialmente à falta da tradição, do exercício de participação democrática direta em decisões tanto para o país quanto em outras searas. Ainda neste sentido, a violência que vem ocorrendo constantemente a nas reuniões de condomínio e a falta de adequada administração dos conflitos quando eles acontecem na prática, são capazes de afastar os condôminos das assembleias condominiais, tornando estes momentos que seriam de trocas, em conflitos violentos e permeados por interesses econômicos ou de mera disputa de poder.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Implicações da concessão privada dos cemitérios da Cidade de São Paulo

Pedro Lima Shiraishi (USP)

O município de São Paulo tem sido objeto de políticas neoliberais na última década. Tais políticas voltadas à concessão da administração de diversos serviços e logradouros públicos foi seguida pelos sucessivos administradores, João Dória, Bruno Covas e Ricardo Nunes, prática também adotada pelo atual governador Tarcísio Freitas. Nessa lógica, os parques municipais foram os primeiros a serem concedidos à iniciativa privada, como o Ibirapuera em 2019 e o parque Villa-Lobos em 2022, hoje administrados pela empresa Construcap e o Consórcio Novos Parques Urbanos. Entretanto, entre esses serviços públicos que foram concedidos à iniciativa privada, a concessão dos cemitérios municipais ocorreu de forma sutil, e com pouco alarde da imprensa. Veiculadas em portais de notícias, a discussão sobre a privatização dos serviços funerários começou a ser debatida em 2017, e atualmente é alvo de inquérito do Ministério Público Estadual. A justificativa da gestão atual da prefeitura de São Paulo para a privatização desses serviços é a redução do valor do funeral social do edital de concessão, que passa de R\$766 para R\$566. Os consórcios vencedores serão responsáveis pela administração, gestão, exploração e revitalização dos cemitérios, bem como a criação de 3 novos crematórios para a cidade. Em uma das audiências públicas realizadas na assembleia legislativa do estado de São Paulo no ano de 2023, discutiu-se a privatização dos serviços funerários, sobretudo a sua piora, com denúncias de extorsão e assédio sofridos pelos servidores/ funcionários a partir da nova gestão. Com a concessão da administração, os antigos funcionários, antes empregados pelo serviço funerário municipal, foram realocados, e tiveram suas funções reorganizadas dentro das novas gestões. Por se tratarem de concessões recentes, foi possível perceber algumas mudanças em comparação com os cemitérios antes das concessões. A partir das idas a campo realizadas no âmbito de pesquisas desenvolvidas pela pesquisa Cemitério também é cidade: uma análise antropológica dos espaços cemiteriais urbanos realizada pelo (Laboratório do núcleo de antropologia urbana da USP) foi possível refletir sobre algumas destas questões, em uma tentativa de compreender de que modo essas concessões rebatem nas práticas dos servidores. Se entre eles ocorreu alguma mudança na forma como encaram os sepultamentos, os velórios e os cuidados com o cemitério, e a convivência com os frequentadores. Ou de modo

mais agudo se houve alguma mudança na percepção da morte por parte destes servidores. Este trabalho tem como objetivo expor as questões observadas em relação à posição dos servidores nos cemitérios concessionados, sobre como encaram a administração privada dos cemitérios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_606_40358599_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O imaginário do Carimbó nas paisagens urbanas de Belém do Pará: o curimbó como resistência cultural das ruas

Pierre de Aguiar Azevedo (UFPA)

Na região metropolitana de Belém do Pará é onde podemos afirmar que existe o Carimbó Urbano, um tipo de vertente estilística da manifestação cultural do Carimbó, patrimônio cultural imaterial brasileiro. Neste campo, imerso nas rotinas do ir e vir que ocupam as ruas, praças, feiras e mercados é possível ouvir frequências rítmicas que por vezes se destacam no cotidiano, imersos na variedade sonora imensurável que pulsa na cidade. Este ritmo é o do curimbó, que no Carimbó é o tambor que dá nome à manifestação e é condição necessária para a permanência da tradição carimbozeira através dos tempos. As representações relacionadas a ele vinculam-se ao imaginário afro-amazônico, também responsável pela formação de aspectos da cultura local, que atualmente dialogam com as expressões da modernidade contemporânea, neste caso, conectadas aos discursos de resistência cultural no meio urbano. Neste estudo, analiso o Carimbó percebido e vivido nas paisagens urbanas de Belém, levando em conta o imaginário que o compõe e o inscreve no cotidiano das ruas, no dia-a-dia dos carimbozeiros na relação com a população nos espaços de sociabilidade. Parto de minha experiência na vivência com o Carimbó enquanto pesquisador no campo antropológico, produtor cultural e carimbozeiro, para então propor uma etnografia sonora do curimbó na capital paraense a partir da atuação de mestras, mestres e grupos que fazem das ruas o ambiente para consagração da arte e cultura carimbozeira. Para muitos, o Carimbó é um estilo de vida, que remete às várias dimensões deste código cultural, expressas na cantoria, poesia, visualidade e celebração de sua sabedoria e saber-fazer característico. No entanto, a cidade, com seus espaços urbanos caóticos, é um território sujeito a acordos e conflitos entre quem circula diariamente nos locais comuns, o que implica dinâmicas de aceitação a ocupação dos espaços de sociabilidade, muitas vezes reservados arbitrariamente ou restritos aos ordenamentos do poder público. Neste contexto, considerando a atuação de movimentos culturais de Belém, entre eles os carimbozeiros, que propõem programações em espaços públicos, e as limitações existentes para as suas atividades, é fundamental refletir sobre a representatividade e resistência de uma cultura popular no espaço urbano e como a presença dos tambores, como o curimbó, historicamente ainda provocam a atenção do público, seja partilhando momentos de consagração da cultura, ou mesmo de repressão aos movimentos e expressões culturais de populações pobres na urbe. Portanto, as paisagens urbanas de Belém revelam um universo compartilhado com e pelo imaginário carimbozeiro, que se afirma enquanto tradição local e mantém seus códigos culturais e formas de sociabilidade resistindo no cotidiano de uma metrópole amazônica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sarau da Cooperifa: quando o bar se transforma em centro cultural

Priscila Silva Queiroz Cevada (IFSP)

Por meio do discurso da cultura de periferia o espaço urbano se reorganiza e toma novos significados. A exemplo dessa reconfiguração está a formação dos saraus, que a partir dos anos 2000, começam a ser realizados na periferia da cidade de São Paulo. Estes eventos são acolhidos pelo bar que o transforma em centro cultural, tornando-o um lugar significativo de ações culturais. Ao mesmo tempo em que ele é palco para performance artística é também escola de formação, transcendendo o sentido convencional da ideia de teatro (palco/plateia), pois agora está no contexto dos bairros populares. Ele assume também o lugar de divulgação e apreciação estética da literatura, formando ouvinte/consumidores, a partir da fruição, para a literatura/poesia declamada, assim como espaço de incentivo para profissionais da cultura. A reconfiguração urbana ao redor do bar também acontece por meio das relações que os participantes estabelecem com o próprio bairro, pois ao consumirem a cultura da periferia também movimentam a economia local. Nas noites de sarau o fluxo do bairro se altera: vendem-se bebidas e comidas, as pessoas chegam e vão de transporte público, carros de aplicativos, escolas organizam excursões para os alunos, professores se organizam em grupos; ou seja, o bar se torna o centro da periferia. A metodologia adotada para este trabalho foi a da Etnografia, realizada por meio da observação participante em períodos distintos, tendo observado a dinâmica do Sarau da Cooperifa na zona sul da cidade de São Paulo. Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado em andamento intitulada O silêncio é uma prece: a dinâmica da cidade no sarau e na sala de concerto no Departamento de Antropologia Social da USP, estabelecendo relações entre a dinâmica do fazer cidade e as organizações culturais na periferia e no centro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_505_52596416_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cidade em pausa e a arte em movimento. Um estudo etnográfico do graffiti em tempos de isolamento social.

Rodrigo de Abreu Ribeiro (PUC MINAS), Thiago de Andrade Morandi (PUC MINAS)

Este trabalho integra o processo de uma pesquisa etnográfica realizada no curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC Minas. Seu objetivo é analisar os efeitos da pandemia de COVID-19 no modo de vida e trajetórias laborais de grafiteiros belo-horizontinos. O ato de pintar a cidade vai além da estética, revela as intrincadas relações entre o social e o estético, bem como as memórias, conflitos e formas de apropriação dos espaços urbanos. Foram analisados grafites pintados nos muros de cidades, em especial Belo Horizonte, os quais expressam sentimentos, denúncias e reações à emergência do vírus SARS-COV-2 e suas implicações sociais. Durante o ano de 2023, foram realizadas incursões nas ruas, pesquisas imagéticas nas plataformas digitais e entrevistas com os autores das obras artísticas. As narrativas dos autores expressaram a subjetividade, principalmente, a indignação relativa às desigualdades sociais e o momento político brasileiro refletido no sistema de saúde pública, de educação, cultura, e econômico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Formas de viver e sentir a cidade: a Feira da Glória como um espaço potente na construção de uma cultura de rua carioca.

Taiany Braga Marfetan (Colégio Pedro II)

O presente artigo parte de um recorte da tese em andamento, que trata de analisar algumas feiras livres da cidade do Rio de Janeiro, no intuito de compreender as possibilidades de uso e produção de sociabilidades, assim como de subjetividades presentes no ato de fazer a feira” . Trago aqui uma análise da Feira da Glória, que se apropria da Avenida Augusto Severo e suas mediações e a transforma num potente espaço relacional da cidade, que extrapola os sentidos comumente dados ao ato de fazer a feira” . Para tal, lanço mão da etnografia de rua (ROCHA E ECKERT, 2003) a fim de compreender as possibilidades de uso desse espaço ora tornado feira aos domingos como um potente local na produção de uma cultura de rua carioca.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_128_69172822_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Argonautas do asfalto: Estudo da formação do ethos de carroceiro

Vanderlan Francisco da Silva (UFMG)

Este trabalho analisa o processo de formação do ethos dos carroceiros da Feira Central de Campina Grande-PB. Carroceiros são trabalhadores que oferecem serviços de transportes de mercadorias às freguesas na principal feira da cidade. A Feira é um grande evento, seja pela dimensão econômica, seja por sua importância histórica e social. Ela funciona de segunda a sábado e recebe mais de oitenta mil compradores aos sábados. Com uma área de 75 mil metros quadrados, 4.400 pontos comerciais e 10 mil comerciantes que vendem os mais variados itens, a história da Feira se entrelaça à existência da cidade. É em meio ao aglomerado de pessoas, nos labirintos da Feira que os cerca de 200 carroceiros oferecem seus préstimos. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir da observação das práticas cotidianas dos carroceiros, de entrevistas com 44 deles, seis feirantes, oito fregueses, além do administrador da Feira. Nos dias atuais os carroceiros realizam o transporte em carrinhos de mão, mas até meados da década de oitenta do século passado, eram conhecidos como balaieiros, pois usavam balaio de palha, no qual colocavam as compras, apoiado numa rodilha de pano que era colocada sobre a cabeça. Neste sentido, o carroceiro é uma atualização do outrora balaieiro. Atingido pelos ares da modernidade, com a maior oferta de carrinhos de aço e a facilidade de locomoção pelos labirintos da feira, o carroceiro expressa bem o paradoxo de mudanças e continuidades no universo da Feira Central. Por um lado, ele hoje oferece seus serviços como outrora, abordando senhoras e senhores, gritando, colocando a carroça à sua frente, negociando o preço a cada situação. De outra forma, a carroça é a nova marca do serviço secular de transporte na Feira Central, com facilidades de descolamento em relação ao balaio, maior durabilidade, mas também com desafios para caminhar em meio à multidão, com milhares de pernas que se apresentam como obstáculos dos quais os carroceiros precisam se fazer peritos na arte de navegar, a fim de não atingi-las. Para isso, desenvolvem práticas de comunicação singulares: dá licença, olha o ferro, olha o sangue. Dentre os carroceiros, apenas uma é do gênero feminino; a maioria tem origem na cidade sede da Feira; com idade superior a quarenta anos, sendo a

presença de idosos muito forte. Alguns dos entrevistados têm mais de 80 anos. A renovação do quadro de carroceiros parece estar garantida pela presença de crianças, adolescentes e jovens. As marcas da vulnerabilidade social são fortes e permanentes: analfabetismo funcional, ausência de trabalhos no mercado formal, ou migração deste para à feira por causa idade. Eles ainda convivem com as marcas de estigmas sociais, que entre outras, os acusam de sumirem com as compras dos fregueses.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_028_28902927_629457.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tecendo um outro centro narrativo: Arte política, memória e sensibilidade nas ruas de Belém do Pará

Victória Ester Tavares da Costa (UFPA)

O fazer artístico que evoca coletividades de bairros periféricos tem se tornado uma forma de agir através de ferramentas criativas para (re)configurar novas imagens sobre/a partir de seu espaço de habitação, circulação e lazer, repleto de histórias. Com base na etnografia de rua (Eckert; Rocha, 2013) que venho realizando, neste texto, parto das observações de vivências, relatos e imagens de habitantes de bairros de Belém do Pará que vêm transformando suas ruas, seus lugares de trânsito cotidiano a partir de artes visuais, performances, música, audiovisual, entre outras maneiras de ocupar a cidade sonora e visualmente. As expressões do sensível tornam-se produtos carregados de narrativas sobre vivências periféricas, questões de raça, de classe e que convergem no viver a cidade, suas relações com este espaço, permeadas por afeto, mas também por descaso e violência, memórias de pertencimento, mas também de dor. Historicamente, existem as práticas coletivas como forma de construção do viver e fazer-cidade (Agier, 2015), quando se trata de áreas periféricas. O que estas pessoas vêm fazendo com maior frequência é criar suas formas de recontar estas narrativas, criar outras memórias e reelaborar cotidianamente as referências hegemônicas. Deste modo, pelo aspecto do sensível emergem outras configurações de imaginário, outros símbolos são evocados e tomados como importantes para contar estas histórias, que antes eram eclipsadas por imagens elaboradas por centros (sejam eles econômicos, de poder ou geográficos). Notamos, assim, a intrínseca natureza política dessas práticas artísticas para cidadãos tão periféricos quanto seus territórios.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Produzindo territórios festivos em São Paulo: as fraternidades folclóricas bolivianas como experiência e pertencimento

Vinícius de Souza Mendes (FMU)

Para além das oficinas de costura e do trabalho informal (SILVA, 2002, SILVA, 2008), FREITAS, 2012), já contemplados pela literatura sobre a presença boliviana em São Paulo, o presente trabalho prossegue uma linha de pesquisa iniciada pelo autor em 2019 e em desenvolvimento atualmente em observá-la por meio das fraternidades folclóricas, conjuntos baseados, de forma inicial, em danças "típicas" do país, cujas origens remetem ao período colonial e à conformação do sujeito "cholo-mestiço" (FLORES, 2017). Os contextos de

aparição desses grupos de grandes festas urbanas a pequenos encontros privados recolocam os bolivianos na experiência urbana a partir de outra condição: a de "fraternos" (ARTEAGA, 2017). Nessa mudança de perspectiva, se transforma também a forma como eles experimentam a cidade: figuram nesse pertencimento, sobretudo, espaços e temporalidades que só são consumidos por ocasião das festividades das fraternidades, e cujos impactos podem ser vistos tanto nas práticas do trabalho quanto no tempo de lazer, assim como tem efeitos materiais na constituição da cidade como um campo permanente de convivência e relações. O trabalho sustenta, em caráter embrionário e baseado na aplicação de métodos móveis (JIRON, IMILÁN, 2018, FREIRE-MEDEIROS, LAGES, 2020), que há uma outra territorialidade marcada não pela rigidez do trabalho nas oficinas ou pelo lazer em guetos étnicos, como a Praça Kantuta (IKEMURA, 2018), mas pelo movimento constante no tempo e no espaço do mapa de São Paulo. Nele, os "fraternos" se movimentam por regiões urbanas que não estariam acessíveis a eles nas outras condições em que se inserem. É por isso que as fraternidades estão na dobradura entre o mundo do trabalho e o do lazer, à medida em que são produtoras de "territórios de encontro festivo" (González 2020) que concretizam as demandas dos seus ciclos de festas. Tão relevante quanto é observar como as fraternidades, ao se moverem junto com seus protagonistas por entre as fronteiras nacionais, se tornaram instrumentos reivindicatórios, repetindo, na experiência migrante, a história recente delas na Bolívia andina da segunda metade do século XX, quando foram instrumentos reivindicatórios por novos espaços sociais e políticos, sobretudo das populações "cholo-mestiças" (TASSI, 2010).

GT 055: Etnografias de processos de resistência de povos indígenas em Estados e governos de exceção

Em regimes de governo declaradamente autoritários ou em contextos de conservadorismo e retração de direitos, os povos indígenas têm se articulado e mobilizado para o enfrentamento, denunciando o descumprimento de seus direitos fundamentais. No Brasil, por exemplo, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) denunciou o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) ao Tribunal Penal Internacional *(TPI), por genocídio. Este grupo de trabalho pretende reunir pesquisas, notadamente etnografias, que tenham acompanhado ações levadas a cabo por povos e organizações indígenas em processos de confrontação, de diversas naturezas, em face de violações de direitos ocorridas durante dois períodos históricos: a ditadura civil-militar (1964-1985) e o governo Bolsonaro. Em relação à política indigenista, esses dois governos se mostraram comprometidos com projetos de integracionismo dos povos, criando condições e incentivando arrendamento de terras, desmatamento, mineração, garimpo e negligência quanto à execução de políticas básicas de saúde e educação. Gostaríamos de colocar em diálogo trabalhos que analisem enfrentamentos em contextos diversos, desde mobilizações cotidianas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 até respostas a perseguições, invasões e casos mais amplos que envolveram organizações de diversos povos.d

Coordenação

Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB), Daniela Fernandes Alarcon (Ministério dos

Povos Indígenas)

Debatedor(a)

Mariana Mora (Centro de Investigacione), Elisa Urbano Ramos (UFPE), Lauriene Seraguza olegário e Souza (UFGD)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia dos processos de territorialização dos Pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal.*Anna Kurowicka (UFPE)*

Essa proposta visa debater os efeitos das políticas indigenistas do governo Bolsonaro para a territorialidade do povo Pataxó, tendo como ponto de partida a etnografia dos processos de territorialização na TI Barra Velha do Monte Pascoal durante esse período. Os anos posteriores a impeachment da presidenta Dilma Rousseff- os governos Temer, Bolsonaro e até o momento atual- trouxeram importantes mudanças para as formas como os Pataxó pensam o presente e o futuro do seu território. Relaxamento dos mecanismos de fiscalização, sucateamento das instituições responsáveis pela execução das políticas públicas, recortes de financiamento: todos esses fatores contribuíram para que o Estado não fosse mais capaz de manter o controle dentro das Tis, entre elas dentro da TI Barra Velha do Monte Pascoal. As pressões de vários grupos de interesse econômico, como as dos agropecuaristas, da indústria da celulose, do setor de turismo e imobiliário começaram ser cada vez mais perceptíveis no território Pataxó. As práticas ilegais como arrendamentos e vendas de terra, instalação dos empreendimentos pelos não-indígenas dentro da TI, apropriação pelos não-Pataxó dos recursos naturais do território - viraram frequentes. Essas ações foram naturalizadas pelos discursos sobre a suposta necessidade de desenvolvimento dos Pataxó, de se introduzir dentro da economia nacional e de se integrar com a sociedade geral. O mesmo discurso que o propagado pelo governo Bolsonaro, que tenta ao também relativizar as garantias constitucionais dos territórios indígenas e gera a divisão entre os próprios parentes. A TI Barra Velha do Monte Pascoal encontra-se em processo de demarcação desde o ano 2008, tendo só uma pequena parte do território homologada. É justamente nessa região onde se deu de forma mais visível o processo de perda territorial dos Pataxó (vendas, arrendamentos), principalmente na faixa de praia. Ao mesmo tempo, em outra região do território e que ainda está sem concluir o processo demarcatório, observamos um grande levante pela terra, apropriado pelos Pataxó como a Autodemarcação da TI Barra Velha do Monte Pascoal. A coincidência temporal desses dois processos aparentemente contraditórios chama atenção e incita para reflexionar sobre as possíveis confluências discursivas aqui presentes. Se no caso dos arrendamentos na beira da praia a evidência do discurso e da práxis bolsonarista para sustentar a situação é evidente, já nas áreas das retomadas a realidade demonstra muito mais sutilezas neste sentido. Essa apresentação quer contribuir para a discussão sobre a importância e a influência do momento político marcado pelo governo Bolsonaro para os processos de territorialização entre os Pataxó, repensando os novos atores, debates e estratégias presentes na luta neste contexto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_779_67665804_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Dupla Vida do Estado na Mobilização da Juventude Kaiowá e Guarani

Arthur Paiva Octaviano (UFSC)

O presente trabalho é fruto de um acúmulo teórico e etnográfico de reflexões que partiram durante a feitura de minha dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD), onde me dediquei a pesquisar os efeitos dos dispositivos de criminalização, violência e punição do Estado e de sociedades civis e patronais vinculadas ao agronegócio como métodos para atravancar a mobilização política da juventude Kaiowá e Guarani na região sul de Mato Grosso do Sul, representada pelo coletivo Retomada Aty Jovem (RAJ). Durante a etnografia percebi que, na atual composição política dos jovens Kaiowá e Guarani, o Estado é visualizado como uma figura de contradição e equívoco, desempenhando, ora um papel de assistência e aliança, ora um papel repressivo e punitivo contra estes coletivos, utilizando de artifícios jurídicos, cristalizados em operações de reintegração de posse, que contam com um forte expediente policial, principalmente em áreas de retomadas. Este jogo de produção de uma política de boa distância (Levi Strauss, 2004), complexifica as relações (cosmo)políticas dos Kaiowá e Guarani, o Estado, entendido como o instrumento da política do modo de vida dos brancos karaí reko kuera, pode ser um aliado ou um inimigo - razão pela qual utilizo o termo dupla vida (Morel, 2023) para designar essas complexas relações - a depender das circunstâncias. Logo, a ação política do coletivo com o qual convivi por cerca de dois anos envolve uma produção instável e ao mesmo tempo recíproca de recusa e aproximação da instituição estatal. PALAVRAS CHAVE: Criminalização; Violência; Mobilização Indígena; Cosmopolítica; Ação Política; Etnologia Guarani

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De Corumbiara à O Território: estratégias de resistência indígena

Caio Helmer Gomes de Carvalho (UNIR)

O presente trabalho se debruça sobre os documentários Corumbiara (2009) e O Território (2022) com o intuito de traçar paralelos e semelhanças entre os materiais propostos, para que se possa realizar uma análise crítica acerca do momento de edição das películas, e o atual momento histórico e político. Conta também com o recorte tanto etnográfico como geográfico, pois, ao se privilegiar tais documentários, enquanto objeto de pesquisa, busca-se investigar uma realidade local, onde se aborda a realidade dos povos indígenas e os desafios para a sua sobrevivência no estado de Rondônia, localizado ao norte do país. Para a realização da análise sociológica, foram feitas a análise textual fílmica, tal qual idealizada por Bill Nichols, e instrumentalizada por Casetti e Di Chio, em Como analisar un film. O método se constitui em dois momentos fundamentais para o processo: a decomposição e a recomposição do filme. No primeiro momento, a decomposição, se constitui a segmentação do filme e a análise desses segmentos. Já num segundo momento, é feita a inferência dos dados coletados e analisados. Para além do método de análise textual fílmica, a pesquisa também conta com estudo qualitativo e bibliográfico acerca dos conflitos socioambientais. A partir da análise textual fílmica dos documentários propostos, é possível aferir a adaptação por parte dos indígenas no estado de

Rondônia, em relação aos anos que se seguiram entre um primeiro contato, como exposto no documentário de Vincent Carelli, Corumbiara”. Verificou-se, também, a instrumentalização tecnológica obtida pelos indígenas retratados em O Território, da etnia Uru-Eu-Wau-Wau. Tal processo além de retratar a realidade, foi utilizada para o auxílio da sua própria existência e resistência, diante dos avanços neocoloniais, e predatórios frequentemente associados ao capitalismo à brasileira em expansão, que vão de encontro ao seu modo de vida. Com a análise qualitativa, para além da análise textual dos filmes, é exequível o enfoque nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais retratados nos filmes documentários, para que se possa investigar e analisar os conflitos socioambientais que se seguem nas relações desenvolvidas diante das películas estudadas. Identificando assim os atores sociais e políticos contidos nos documentários e os seus interesses, assim como os impactos que causados pelo aluguel capitalista do chão (WOOD; FOSTER, 1999) que, travestido de desenvolvimento, diante dos investimentos públicos-privados, que colocam em risco a vida dos povos autóctones da Amazônia. Mas que não só estes, como os únicos a serem afetados com a destruição da natureza, mas toda a vida na terra, em última escala.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_914_55613408_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resistindo a Bolsonaro: uma análise sobre a mobilização dos Tupinambá da Serra do Padeiro, Bahia

Daniela Fernandes Alarcon (Ministério dos Povos Indígenas)

Examinar a mobilização política dos Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro (Terra Indígena - TI Tupinambá de Olivença, sul da Bahia) ao longo do mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) é o principal objetivo desta comunicação. Ela apresenta uma síntese dos resultados de projeto de investigação desenvolvido com apoio da Fundação Wenner Gren, por meio da linha de Pesquisa Engajada, com participação das pesquisadoras tupinambá Glicéria Jesus da Silva, Jéssica Silva de Quadros e Sthefany Ferreira da Silva. Em um quadro de graves violações de direitos de povos indígenas, quilombolas, camponeses e outros segmentos, viabilizadas pelo governo federal por atuação direta ou omissão, o movimento indígena emergiu como uma das principais forças de resistência ao bolsonarismo. Na descrição e análise das estratégias políticas engendradas na Serra do Padeiro no período, tomamos como pontos de partida cinco episódios-chave: a descoberta de um plano de extermínio visando lideranças indígenas, a tentativa de construção de um resort no território tupinambá, retrocessos no procedimento de demarcação da TI, a mobilização de forças repressivas contra ações protetivas adotadas pelos indígenas durante a pandemia de Covid-19 e a concessão de liminar em ação de reintegração de posse contra os indígenas. Por meio do exame pormenorizado de um caso concreto, buscamos contribuir com a produção sobre formas de ação coletiva levadas a cabo contemporaneamente por povos indígenas no Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processo de recuperação territorial na Retomada Kaingang Gãh Ré, Morro Santana, Porto Alegre/RS

Eduarda Heineck Fernandes (UFRGS)

Em 18 de outubro de 2022, poucos dias antes do segundo turno mais acirrado das eleições presidenciais contemporâneas, indígenas Kaingang retomaram seu território ancestral ao sopé do Morro Santana (Porto Alegre/RS) em área que, supostamente, pertencia a uma família de banqueiros que enriqueceu com a Ditadura Militar o Grupo Maisonnave, ou os maionese, como passaram a ser chamados pelos indígenas. Fruto de pesquisa etnográfica para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Ciências Sociais, busco aprofundar a discussão acerca da conjuntura específica da ação retomada (Alarcon, 2013), circunscrevendo-a na ideia de "drama social" (Turner, 1982) para, então, examinar o processo de territorialização a partir de situações sociais específicas, que dialogam com o cenário de crise e com a mobilização política da etnicidade e dos laços de parentescos. Convém destacar que esta coletividade kaingang estava territorializada na periferia do Morro Santana, região conhecida como Jardim do Verde e, que a partir de uma tentativa de reintegração de posse, de ameaças de grupos ligados ao tráfico de drogas e de assédio da especulação imobiliária, os indígenas resolveram retomar seu território ancestral, para que as gerações mais novas pudessem crescer e reproduzir o modo de vida dos kofá, os antigos kaingang. Insere-se, portanto, no âmbito das discussões sobre conflitos fundiários e a resistência indígena, visando à garantia do modo de vida kaingang e à preservação do meio ambiente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_582_33838109_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Três retomadas Kaiowá e Guarani diante da Quarta Guerra Mundial: terror e insurreição no Mato Grosso do Sul

Felipe Mattos Johnson (Universidade de Lisboa)

As retomadas dos Tekoha Kaiowá e Guarani consistem em recuperações de territórios ancestrais, ações orientadas e conduzidas pelos nhanderu (rezadores) e nhandesy (rezadoras) destes povos. Tais ações começam a ocorrer principalmente a partir do final da década de 1970 no sul do Mato Grosso do Sul (MS). Este período é caracterizado por intensa atividade extrativista e um novo dimensionamento dos monocultivos de grãos e da consolidação da propriedade privada da terra, escalonando bruscas transformações na paisagem, em especial, no macroterritório denominado pelos Kaiowá e Guarani de Ka'aguyrusu ("mata densa"), associadas a remoções forçadas de suas terras. Contemporaneamente, a emergência de novas retomadas desafia a simbiose entre Estado, latifúndio e corporações transnacionais. Este trabalho tentará discutir, a partir de uma etnografia militante em curso junto aos Kaiowá e Guarani, as políticas e os efeitos do terror de Estado e do latifúndio corporativo mediante o massacre como forma de acumulação e de dominação, efetuado por meio da pressão das plantations de soja e milho transgênico contra três retomadas recentemente mobilizadas por estes povos. Nomeadamente, o tekoha Jopara (município de Coronel Sapucaia), o tekoha Guapo'y Mirim Tujury (município de Amambai) e o tekoha Laranjeira Nhanderu (município de Rio Brillhante) serão os territórios focalizados neste estudo. A escolha destas retomadas diz respeito aos casos emblemáticos de violência enfrentados pelas comunidades, respectivamente

1) o assassinato do jovem Alex Lopes em maio de 2022; 2) o “Massacre de Guapo’y”, realizado pela Polícia Militar do MS em junho de 2022, seguido da execução de dois indígenas nas semanas seguintes; 3) a tentativa de despejo ilegal, que resultou na prisão de três pessoas na comunidade em questão. Através dos aportes da teoria zapatista da Quarta Guerra Mundial, o plantationceno como categoria analítica e as narrativas e testemunhos partilhados por interlocutores Kaiowá e Guarani dos tekoha que compõe este recorte de pesquisa, buscaremos debater a relação da pilhagem dos comuns ou forças vitais - transformadas em monoculturas maquinizadas e resguardadas por infraestruturas bélicas – com os mecanismos de violência (para)estatal e privada que atingem as vidas cotidianas destes povos, no lastro de um Estado de Exceção permanente que vigora no MS (Mattos Johnson, 2021). Aqui, a pergunta de Veena Das nos move: “o que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação?” (2020:27). A questão permite localizar as insurgências que fazem brotar a reprodução e recomposição das relações sociocosmológicas e modos de existir face aos traumas resultantes das violações em análise, deslocando nosso olhar para as múltiplas práticas de resistência implicadas no ato de retomar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Excepcionalidade do Estado e Políticas de Reparação: uma reflexão a partir da (cosmo)política de memória Xakriabá

Juliana Ventura de Souza Fernandes (IFMG)

Partindo de uma etnografia centrada na perspectiva do povo indígena Xakriabá a respeito da ditadura militar o tempo da guerra ou da luta pela terra objetiva-se refletir sobre uma forma particular de exercício da política, que chamaremos (cosmo)política de memória. As violências do tempo da guerra são compreendidas e agenciadas por um conjunto múltiplo de seres, que incluem os corpos indígenas, a cultura e os gerais (Cerrado), entre outros. O enfrentamento a essa guerra mobilizou um processo complexo de retomadas, em movimentos de reativação da memória do território (Célia Xakriabá). Esse processo segue assumindo significativa importância para os Xakriabá, revelando o que poderíamos chamar de uma pedagogia resistente movimentos ativos, conectados às estratégias de luta territorial e à narrativa de verdadeiras histórias implicando, como diz seu Valdemar Xakriabá, o pequeno, até quem ainda não nasceu, ou que não sabe onde tá, já que todos têm parte nessa luta de sangue derramado”. Os diferentes elementos dessa pedagogia, além da produção de uma narrativa contracolonial e contramestiça, colocam-se a serviço de um devir da possibilidade de continuidade da vida e do bem viver no território e se expressam, por exemplo, nos espaços de reflexão, que anualmente recordam a chacina das lideranças Xakriabá nos anos 1980. Do ponto de vista do Estado, essa violência foi justificada a partir da negação da indianeidade Xakriabá em virtude de seu relacionamento com povos quilombolas - o que retiraria seu estatuto de "verdadeiros indígenas". Essa discussão pode trazer elementos para a proposição do que pode significar uma política de reparação para o caso dos povos indígenas, como também a uma leitura sobre as formas pelas quais alguns povos indígenas veem se relacionando com os passados e presentes violentos e com a excepcionalidade da política que ataca seus territórios.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resistência indígena durante o Estado Novo e a ditadura civil-militar no sul da Bahia

Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB)

A comunicação propõe refletir, a partir de narrativas indígenas, literatura e material jornalístico, sobre os enfrentamentos protagonizados pelo povo Pataxó Hãhãhã da Terra Indígena Caramuru-Catarina Paraguassu, localizada no sul da Bahia, durante dois períodos de exceção vivenciados pelo Estado brasileiro: o Estado Novo (1937-1945) e a ditadura civil-militar (1964-1985). Entre os anos de 1937 e 1938, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) procedeu à demarcação das terras da reserva, que havia criado em 1926. Ocorre que ela não contemplou toda a área inicialmente reservada, e os jornais da época noticiaram que os indígenas realizaram um "levante comunista", acusando-os, assim como o chefe de posto do SPI, de pertencerem ao Partido Comunista do Brasil (PCB) (Lins, 2007). O objetivo de uma apresentação sobre esse período não se restringe a uma descrição simples dos fatos; busca-se, antes, analisar como as narrativas dos indígenas, dos jornais e da literatura trataram as ações de enfrentamento e resistência indígena frente às acusações. Note-se que as narrativas indígenas reputam a esse evento a sua capacidade de mobilização e organização nos anos 1970 para reaver áreas da terra indígena invadida entre as décadas de 1930 e 1970. Criado em 1976, o grupo intitulado Luta pela Terra representou o começo das mobilizações para recuperar o território. Ele era formado por indígenas do povo Pataxó Hãhãhã que se encontravam em localidades distintas, tanto no interior da terra indígena como em seu entorno. Considerando o Estado Novo e a ditadura civil-militar como uma continuidade histórica, os Pataxó Hãhãhã constroem suas narrativas considerando o Estado como um ente tutor, ao mesmo tempo incentivador das invasões, opressor e repressivo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Redes e Relações: Um estudo sobre povos indígenas isolados no Vale do Javari

Luisa Suriani (Observatório dos Direitos Humanos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato)

A porção leste da Terra Indígena Vale do Javari é a região com a maior presença confirmada de coletivos indígenas em isolamento, categoria usada pelo Estado que se refere a determinado grupo indígena que não estabelece relações frequentes com a Fundação Nacional dos Povos Indígenas - Funai. Esses coletivos são conhecidos como Flecheiros devido ao uso de arco e flecha e se diferenciam dos Caceteiros, grupos historicamente korubo que costumam usar bordunas para desferir ataques a terceiros (Coutinho, 1998:43). Os episódios de conflitos entre os Flecheiros e madeireiros precede a chegada da Petrobras, que em 1983 inicia os trabalhos de pesquisa sísmográfica para prospecção de petróleo e gás natural nos rios Jutaí, Jandiatuba e Javari. (Coutinho, 1998:42), pouco tempo depois são trazidos por volta de 400 trabalhadores da Companhia Brasileira de Geofísica (CBG), que passam a ocupar acampamentos na margem dos rios Itaquai e Jandiatuba. (ibidem, 1998:42). Este trabalho reflete sobre o isolamento de coletivos indígenas no interflúvio dos rios Itaquai, Jandiatuba e Jutaí (Góis, 2023:69) a partir das ações da Petrobrás na região, para tanto recupero relatos de conflitos entre agentes do Estado e indígenas. Devido aos conflitos e violências sofridas por esses povos é possível interpretar a escolha pelo isolamento como um processo de resistência ou como declaração de

recusa ao Estado (Ribeiro; Aparicio: Matos, 2022). Por outro lado, busco produzir uma crítica etnológica ao conceito de isolamento a partir de narrativas indígenas que evidenciam outros contextos de socialidade na região. Seguirei para tanto as estratégias de manifestação utilizadas pelos ditos isolados, seguindo a comunicação que há entre eles, os não isolados, os animais, plantas, espíritos etc.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografias de processos de resistência de povos indígenas em Estados e governos de exceção: o caso Pataxó do extremo-sul da Bahia

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Univeridade Federal da Bahia /UFBA)

Os fatos que serão aqui preliminarmente apresentados constituem uma espécie de núcleo duro da história de vicissitudes dos Pataxó ao longo do período compreendido entre 1937 e 1945, quando o Brasil viveu um regime de exceção, o Estado Novo, articulado e chefiado pelo presidente Getúlio Vargas, com o apoio dos chefes militares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_908_12156376_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Sem demarcação não há democracia": movimento indígena nacional na disputa hegemônica

Marina A. R. de Mattos Vieira (UNICAMP), Artionka Manuela Góes Capiberibe (UNICAMP)

Entre 2017 e 2022, houve uma escalada no ataque aos direitos indígenas no Brasil. Governos declaradamente anti-indígenas promoveram o seu extermínio por meio de discursos, atos normativos e desestruturação de órgãos indigenistas oficiais. Na posição antagônica, o movimento indígena, representado nacionalmente pela maior instância de aglutinação de suas organizações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), também intensificou a sua luta. Os protestos em Brasília se ampliaram, conquistas no campo jurídico foram observadas e o número de candidaturas indígenas cresceu, seguindo uma estratégia planejada de aldear a política institucional e ocupar espaços de decisão cruciais para a defesa de seus direitos. Em 2022, foi a primeira vez que se observou nos quase 20 anos de história da APIB, a coordenação de candidaturas indígenas alinhadas na luta em defesa de seus direitos, em especial, do direito à terra. Também foi inédito o apoio explícito do movimento à campanha de um candidato à presidência, Lula, em uma ampla articulação para retirar do poder a força política que atuou como inimiga dos povos indígenas. No presente trabalho, analisamos como a APIB aderiu à disputa hegemônica, sobretudo, nas eleições presidenciais de 2022. Para Laclau e Mouffe (1985), hegemonia é uma prática discursiva que articula uma polifonia de demandas em uma cadeia de equivalências capaz de criar uma unidade contingencial, fixada apenas parcialmente e cujo sentido é expresso em torno de um significante vazio. Em 2022, talvez o mais importante significante vazio em disputa por projetos políticos antagônicos tenha sido o termo democracia. Demonstramos como o movimento indígena mobilizou este termo, preenchendo-o com significados próprios e históricos de sua luta, ao articulá-lo com a demarcação de terras

indígenas em seu mote de campanha sem demarcação, não há democracia, ao mesmo tempo aderindo a uma certa unidade contingencial antibolsonarista. Nosso método consiste na análise qualitativa do discurso das cartas lançadas a cada ano (de 2004 a 2023) na principal mobilização do movimento indígena nacional, o Acampamento Terra Livre (ATL), que vem sendo organizado pela APIB desde a sua criação. Complementarmente, apresentamos observações etnográficas do ATL de 2023. A partir de um exercício interdisciplinar entre teorias políticas e antropológicas, refletimos como a adesão da APIB nessa disputa pode ser entendida como uma estratégia tanto de adaptação resistente (Albert 1993) frente a uma hegemonia política genocida, quanto de acordos pragmáticos (Almeida 2013; 2021) com parcelas da sociedade empenhadas em construir novos discursos e ação política pautada naquilo que vem sendo chamado, principalmente pela antropologia, de pluralismo ontológico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_250_46867533_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Povos indígenas no Maranhão e as políticas de controle e homogeneização do Estado civil-militar: a luta por acesso à saúde durante a pandemia da Covid-19.

Rodrigo Theophilo Folhes (UFMA), Daisy Damasceno Araújo (IFMA), Ana Caroline Amorim Oliveira (UFMA)

O presente trabalho traz como proposta de análise a luta por acesso à saúde dos povos indígenas em retomada no Maranhão, durante a pandemia da Covid-19, especialmente o contexto da vacinação dos Akroá Gamella, Anapuru Muypurá, Kariú-Kariri, Tremembé da Raposa, Tremembé do Engenho e Tupinambá, no ano de 2021. Diante de todo o histórico de desterritorializações e conflitos violentos que marcam a existência desses povos, durante a pandemia da Covid-19 os povos se depararam com o retorno de um antigo debate sobre os critérios de indianidade estabelecido pelo indigenismo oficial. A contenda se instaurou em virtude de deliberações das políticas indigenistas postas em prática pelo governo federal, sobretudo a partir do lançamento do Plano Nacional de Imunização (PNI), que estabeleceu a categoria indígena aldeado em terras demarcadas, e a publicação da Resolução n. 4/2021 da FUNAI, em que se criou critérios jurídicos para determinar quem é ou não é indígena. Os documentos evidenciavam o projeto do governo Bolsonaro em promover a exclusão de políticas públicas voltadas aos povos indígenas. Ainda em 2020, os mesmos povos haviam denunciado a recusa, por parte do Distrito Sanitário Especial Indígena no Maranhão (DSEI/MA), em prestar atendimento específico e diferenciado no tratamento contra a Covid-19, sob a justificativa do cumprimento dos critérios de indianidade e a alegação de que os mesmos deveriam ser atendidos pelo SUS dos municípios onde encontram-se localizados. No dia 25 de janeiro de 2021, os povos redigiram a primeira Carta Aberta denunciando a exclusão dos mesmos no Plano Nacional de Vacinação contra a Covid-19, argumentando que são duplamente violentados e penalizados e que o plano deixou de fora os indígenas que vivem nos centros urbanos, os quais, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, são cerca de 46% da população indígena no Brasil”. Após a carta, a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP) garantiu em nota que tanto os Tremembé quanto os Akroá Gamella haviam iniciado processo de imunização, além de reforçar a atuação da Força Estadual de Saúde do

Maranhão (FESMA) para atuar junto ao DSEI no processo de vacinação dos indígenas. Manifestou-se, ainda, favorável ao diálogo com os povos Kariri, Anapuru Muypurá e Tupinambá para garantir a vacinação dos mesmos, além do diálogo com movimentos sociais, representantes do CIMI e da CNBB e demais interessados. Após a circulação e impacto do primeiro documento, outras cartas foram redigidas e novas estratégias de articulação e resistências, visando garantir o acesso à saúde de forma específica e diferenciada, foram traçadas pelos povos, culminando em uma dinâmica de fortalecimento de seus processos de retomada, luta por reconhecimento e garantia de direitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_509_69528914_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O movimento indígena brasileiro e as mobilizações sociolegais contra a mineração no Sistema Interamericano de Direitos Humanos

Sandro Henrique Calheiros Lôbo (CESMAC Sertão), Sandro Henrique Calheiros Lôbo (CESMAC Sertão)

O artigo aborda o protagonismo dos movimentos indígenas brasileiros junto ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), entendido como importante instrumento de resistência contra a ação/omissão do Estado em razão do avanço do garimpo ilegal e as tentativas de legalizar a mineração nos territórios indígenas. Essas mobilizações sociolegais são caracterizados como uma forma de ação coletiva pautada pela ambientalização das lutas políticas (ACSELRAD, 2010), contra a expansão das fronteiras do agronegócio e da mineração nos territórios tradicionais, para constituição como um caso de direitos humanos (SEGATTO, 2006). Foram pesquisados diversos documentos como publicações de matérias jornalísticas relativas a conflitos minerais em terras indígenas, bem como informes produzidos pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) para as agências da ONU e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), visando entender a atuação dessa organização indígena nesses fóruns internacionais, a partir de um diálogo interdisciplinar entre a Antropologia e o Direito. PALAVRAS-CHAVE: MOVIMENTO INDÍGENA. SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. MINERAÇÃO.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Marcha das Mulheres Indígenas em destaque: concepções e ações etnopolíticas femininas pelos direitos dos povos indígenas no Brasil

Thamires Pessanha Angelo (UFAM), Maria Helena Ortolan (UFAM)

Cada vez mais o tema "movimento de mulheres indígenas" vem conquistando interesses etnográficos pela sua relevância analítica para os estudos que abordam a política indígena e política indigenista do Estado brasileiro. Neste GT, propomos apresentar, a partir de pesquisa de Doutorado em Antropologia Social, nossas reflexões sobre como a Marcha de Mulheres Indígenas se tornou um dos eventos políticos de maior destaque entre os diversos movimentos sociais brasileiros. Nos últimos anos, milhares de mulheres etnicamente diferenciadas têm ocupado Brasília com força reivindicativa em defesa dos direitos dos povos indígenas,

organizadas em delegações provenientes de vários estados do país. A primeira edição da Marcha das Mulheres Indígenas foi realizada em Brasília entre 9 e 14 de agosto de 2019, com o tema principal “Território: nosso corpo, nosso espírito”. Em 2021, foi realizada a segunda edição, entre 07 e 10 de setembro, com a presença de mais de cinco mil mulheres indígenas, provenientes de cento e setenta e duas etnias distintas. O tema da Marcha foi: “Mulheres originárias: reflorestando mentes para a cura da Terra”. O contexto político da época era de tensão que prevalecia pelo Governo Federal brasileiro estar posicionado declaradamente contra os direitos indígenas, tendo na Presidência da República Jair Messias Bolsonaro. Durante a Marcha, no dia 07 de setembro, ocasião de evento comemorativo em Brasília pelo Dia da Independência do Brasil, Brasília foi tomada por caminhoneiros mobilizados em apoio à política presidencial, como demonstração de força política. Por conta da insegurança resultante das hostilidades advindas de apoiadores do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, o deslocamento de mobilização política das mulheres indígenas em direção à Esplanada dos Ministérios, que estava marcada para acontecer no dia 8 de setembro, teve que ser adiada. Somente dois dias depois do programado, ocorreu o deslocamento de mobilização, com a trajetória de deslocamento também modificada - estava previsto para percorrer a Esplanada, no entanto, os caminhoneiros já estavam ocupando o local e as mulheres indígenas tiveram que negociar a autorização do Governo do Distrito para sua mobilização poder percorrer e, desta vez, em uma das principais avenidas de Brasília - W3 Sul. Também em 2022 ocorreu a Caravana das Originárias, resultante da primeira Marcha das Mulheres Indígenas, com finalidade de promover ações de fortalecimento, protagonismo, acolhimento, reflexão da importância dos Biomas e territórios de todo o Brasil (ANMIGA, 2022)”. Em 2023, entre os dias 10 (incluindo a chegada das delegações) e 13 de setembro, realizou-se em Brasília a terceira Marcha das Mulheres Indígenas, com o tema “Mulheres Biomas e Defesa da Biodiversidade pelas Raízes Ancestrais”.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_859_37641166_490538.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estratégias de resistência terena em uma conjuntura da política indigenista da ditadura civil-militar

Victor Ferri Mauro (UFMS)

Apoiado em informações captadas em obras científicas, reportagens e em arquivos públicos, investigamos aqui os chamados Projetos de Desenvolvimento Comunitário que a Fundação Nacional do Índio (Funai) empreendeu nas reservas do povo Terena em fins dos anos 1970 e no quinquênio posterior, inserindo a agricultura mecanizada nas aldeias. Analisamos as expectativas, interesses e estratégias dos indígenas que aderiram à essa proposta e dos agentes públicos que a conceberam e lideraram sua execução. Os resultados alcançados (ou não) e a avaliação de membros da referida etnia sobre o desempenho dessas ações são por nós observados. Conclui-se que o compromisso do governo de garantir a autossuficiência das comunidades através de tais planos não se cumpriu nem mesmo em curto prazo. Por trás dessa promessa havia a intenção ardilosa do Estado em revogar a tutela legal dos indígenas, retirar-lhes a assistência continuada e suprimir direitos territoriais. Os tais projetos não valorizaram as



tradições de plantio dos Terena, que tiveram que se render a novas rotinas e disciplinas, não sem contestação. Após um curto período de expansão, as atividades sucumbiram por retardo e diminuição no repasse de insumos e verbas. Em paralelo, a Funai deixou de proceder a ampliação dos limites das áreas indígenas reivindicada pelas comunidades. Por consequência, a dependência econômica e a insegurança alimentar se agravaram, resultando na intensificação das migrações para as cidades e do engajamento dos trabalhadores locais em empreitadas em fazendas e destilarias da região do Pantanal sul-mato-grossense. Danos ambientais de difícil reversão foram deflagrados nas áreas indígenas devido, dentre outros fatores, ao desmatamento, ao uso contínuo do maquinário e o desrespeito da necessidade de pousio do solo. No entanto, os Terena não deixaram de ativar a todo momento suas estratégias políticas ora mais diplomáticas, ora abertamente combativas - de resistência à dominação que o Estado buscava impingir a eles. E, pelo menos em parte, foram bem-sucedidos. A própria agricultura tradicional de subsistência não deixou de ser praticada por todos os integrantes do grupo, embora as condições fossem limitadas. No período da redemocratização do país, como consequência da organização do movimento indígena nacional e como reação ao confinamento socioespacial ao qual foram relegados, os Terena intensificaram a luta coletiva pela recuperação do controle de seus territórios ancestrais, encarando até hoje intrincados embates com o poder público e com a elite agrária de Mato Grosso do Sul.

GT 056: Etnografias do catolicismo: práticas, rituais, experiências e trajetórias em perspectiva

O catolicismo, quer por sua importância histórica na formação da nação e da cultura brasileiras, quer por seu declínio e perda de hegemonia na atualidade, tem ocupado um lugar de destaque nos estudos da religião, constituindo-se num campo privilegiado para compreender e interpretar as transformações que acompanham o processo social e político do país. Neste universo de pesquisas, a contribuição da antropologia, por meio da etnografia, tem sido fundamental como contraponto às análises que tendem a privilegiar contextos institucionais e dados estatísticos como suas fontes. Ao voltar o seu olhar para a prática dos sujeitos no cotidiano das comunidades e grupos locais, movimentos e organizações eclesiais, deslocamentos e rituais, a etnografia tem revelado outras dimensões do catolicismo, que não são captadas pelas análises de caráter macro. São, portanto, trabalhos sobre o catolicismo, com este foco etnográfico, que este grupo de trabalho quer reunir e debater. Ou seja, serão acolhidas pesquisas sobre “a religião vivida”, que apresentem o ponto de vista dos sujeitos, a partir de suas experiências, num campo de disputas, conflitos, alianças e negociações sobre “o que é ser católico”, que lhes confere um senso de pertencimento a um coletivo e uma identidade plural. O GT não se restringe ao campo da antropologia, nem a pesquisas presenciais, mas inclui também trabalhos produzidos por pesquisadores de outras áreas, desde que realizados a partir da perspectiva etnográfica.d

Coordenação

Edimilson Rodrigues de Souza (FAMES), Carlos Alberto Steil (Unicamp)

Debatedor(a)

José Guilherme Cantor Magnani (USP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ecologia e etnicidade em imaginações católicas contemporâneas

Adriano Santos Godoy (CEBRAP)

A chamada ecologia integral' se tornou um dos carros-chefes do Vaticano sob o pontificado de Francisco. Desde o lançamento da encíclica Laudato Si' em 2015 até a exortação Laudate Deum' de 2023 são continuamente anunciados novos empreendimentos, os quais buscam formatar essas novas diretrizes eclesiais. Dentre eles está o Sínodo Pan-Amazônico de 2019 que evidenciou como a Amazônia se tornou a vitrine e o laboratório para esse novo empreendimento político-religioso. Contudo, como sempre, há uma série de descompassos e desnivelamentos entre o que discursa o Vaticano e o que fazem os católicos. Nessa apresentação terei como referência pesquisas de campo, entre o sudeste e o norte do país, para explorar etnograficamente como essa ecologia integral tem sido imaginada entre católicos brasileiros. O meu argumento é que essa imaginação católica sobre ecologia tem sido plasmada através de referenciais étnicos. Por um lado, pela forte tradição missionária no Brasil com sua tradicional linguagem da inculturação. Por outro lado, pelos enquadramentos políticos pós-constituintes em que a Igreja Católica busca reaver sua influência pública. Dentro desse cenário macro da política religiosa nacional, interessa explorar na minha apresentação os imbricamentos entre ecologia e etnicidade na religião vivida pelos católicos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Breve Relato Etnográfico Na Associação Legião De Maria: Praesidium Nossa Senhora Da Conceição Comunidade Do Imaculado Coração De Maria

Aerica Souza Malheiros (UFMA)

Este trabalho tem o objetivo de analisar a religiosidade presente no grupo católico Legião de Maria, assim como, as relações sociais e espirituais nesse espaço religioso. Desse modo, pretendo refletir diante de um breve relato etnográfico o contexto social do mais famoso grupo religioso integrante da Igreja Católica Apostólica Romana. O recorte empírico fundamenta-se na observação da Praesidium Nossa Senhora da Conceição Comunidade do Imaculado Coração de Maria, pequeno grupo religioso presente na cidade de São Luís. Dessa forma, os objetivos da pesquisa são refletir a dinâmica do grupo, analisando a simbologia e representatividade do grupo. Identificar as simbologias espirituais do grupo e suas relações na formação do grupo. Analisar a representatividade de Maria sobre o grupo e suas relações espirituais, simbólicas e religiosas, assim como, identificar a devoção que forma o grupo e suas/seus integrantes de forma individual e coletivo. Pretende-se com este trabalho fundamentar um breve relato sobre o contexto histórico nacional e internacional do grupo, identificando seus trabalhos, formação e missões em apoio a Igreja Católica. O método utilizado na pesquisa seguiu a observação empírica como olhar etnográfico sobre as senhoras (denominadas irmãs) que estão presentes no grupo. E também a identificação dos estudos aprimorados sobre oração e os significados dos objetivos do grupo. Estes estudos são utilizados dentro das reuniões em grupo, precisamente

seus cronogramas, objetivos e falas baseadas em estudos, textos e discursos simbólicos que fundam o grupo. Dessa forma, compartilho desse estudo identificando a importância desse grupo em uma comunidade religiosa e também a missão de cada integrante sobre a comunidade em que trabalham. Palavras-chave: Legião de Maria; Religião; Espiritualidade; Igreja Católica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas etnográficas sobre as práticas congadeiras e sincretismo

Amanda Moura Souto (UFRJ)

Neste trabalho, objetivo apresentar as dinâmicas e relações das práticas congadeiras. Sendo elas, festejos, organizados pelas comunidades negras, em devoção a santos/as como Nossa Senhora do Rosário, São Benedito e Santa Efigênia, associados ao catolicismo e também, em alguns casos, à umbanda e ao candomblé. Utilizam-se de danças, cantos, toque de instrumentos, bandeiras e outros objetos, assim como de performances para afirmarem seu comprometimento festivo e devocional (SILVA, 2016; CORRÊA, 2018). Termos como Congadas, Congado, Congo e Reinados são alguns dos nomes que se referem a essa modalidade festiva e devocional, protagonizada por pessoas negras. Existe uma enorme profusão dessas festas, sobretudo, no território mineiro, sendo identificados cerca de 1.174 grupos, conhecidos como moçambiques, congos, marujos, caboclos, catupés, vilão de lenço, guarda de São Jorge, tamborzeiros. Segundo os antropólogos Rubens Silva (2010) e Daniel Silva (2016), cada um desses segmentos possuem características específicas em relação à vestimenta, aos objetos, aos instrumentos, à musicalidade e às performances. Por exemplo, os grupos de Moçambique possuem instrumentos musicais característicos as gungas, espécie de guizo amarrado nas pernas, e as patangomas ou patangomes, que são chocalhos arredondados que lembram o formato de uma peneira (SILVA, 2012, p. 16); os grupos de Congo têm em sua base rítmica com caixas, tamborins e chocalhos (SILVA, 2012, p. 16); já os grupos de Marinheiro e Marujos possuem em suas músicas referências explícitas ao mar e à navegação. Esses grupos, que podem ser chamados de ternos, bandas, embaixadas, entre outros, realizam em torno de 701 festas do Rosário em mais de 300 municípios (BRASIL, 2014). A quantidade de festas, grupos e localidades indica profunda diversidade nas formas de manifestar devoção aos santos e conceber os festejos (CORRÊA, 2018; MORAIS, 2019). Consequentemente, as práticas congadeiras são expressivas dessa enorme variação de formas de pensar e de fazê-las. Nesse sentido, busco apresentar a multiplicidade de tais práticas ao focar nas formas em que o sincretismo se apresenta nesta manifestação festiva. As descrições etnográficas estão ancoradas, sobretudo, em meu trabalho de campo desenvolvido em Viçosa/MG (2019) e em Ituiutaba/MG (2020, 2021 e 2022).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ativismo ambiental católico no Brasil: Um olhar ao paradigma da ecologia integral

Breno Botelho (Museu Nacional - UFRJ)

Ao longo da última década um termo ganha destaque no interior de grupos católicos atentos às transformações socioambientais, reconfigurando narrativas e práticas no interior do catolicismo, esse termo é ecologia integral. Partindo de dados coletados ao longo de dois anos de trabalho de campo multissituado, junto a grupos católicos ligados a agenda socioambiental



nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e junto a CNBB, em Brasília, como parte de doutorado em Antropologia Social em curso no Museu Nacional-UFRJ sobre ativismo ambiental católico em contexto de evento-crítico, o presente trabalho se debruçará sobre influências e inspirações orbitantes no conceito de ecologia integral a partir de sua mobilização por grupos ligados ao ativismo ambiental católico no Brasil. A ação sócio-pastoral empreendida por esses grupos reivindica como fundamento prático-teológico a noção de ecologia integral, sistematizada na carta encíclica *Laudato Si'* (2015). Nela, a noção de integralidade é estruturalmente trabalhada de forma a construir pontes entre diferentes matrizes de conhecimento e realidades sociais. Compreendendo enquanto interdependentes as crises ecológica e social, enfatizadas como decorrentes do modelo de produção capitalista (cf. FRANCISCO 2015. p.95), promove a crítica do paradigma desenvolvimentista (ESCOBAR, 2007; SVAMPA, 2016, 2019; LINS-RIBEIRO, 1991, 2014) de alta entropia, baseado na extração de commodities, no incentivo ao consumismo e individualismo (FRANCISCO, 2015, pág. 83). Em oposição ao qual se propõe um novo paradigma econômico, articulando elementos das chamadas economia humana e economia ecológica (DELGADO, 2021). Encontrando no conceito de Antropoceno uma ancoragem, articula uma aproximação com as chamadas Ciências da Terra, referenciando a compreensão da Terra enquanto organismo vivo (LOVELOCK 1979, 1991) e enquanto novo ator político (MANIGLIER, 2020). Em sintonia com a compreensão de giro ecoterritorial (SVAMPA, 2019), sinaliza-se, ainda, uma atenção às dinâmicas territoriais do conflito, compreendidos, contudo, a partir de uma dimensão estrutural na relação local-global. Diante de uma religião marcada por formas plurais de pertencimento (TEIXEIRA, MENEZES, 2009) sua abordagem populariza essa ecoteologia no interior do campo progressista católico, que tem se tornado seu maior divulgador em um contexto eclesial marcado por profundos antagonismos. Esta pesquisa parte de uma compreensão construtivista sobre o fenômeno religioso e tal como operacionalizado por Christina Vital e Renata Menezes (2014), proponho uma abordagem do catolicismo em conexão, não reificando as identidades religiosas a priori mas procedendo à contextualização da forja dessas identidades em relação aos múltiplos contextos da vida social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rezadores e Rezadoras de Ladainha no Marajó: hierarquias, tensões e alianças no cotidiano do Catolicismo em Ponta de Pedras.

Cintia Nayara Ribeiro de Sousa (UFPA), Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA)

A fé católica está ligada diretamente ao processo colonial no Brasil, por se tratar da religião oficial de Portugal. Como instituição seus meios de atuação perpassam pela moralização dos costumes e pela catequização. O fim do império em 1889 significou o término dessa hegemonia e a perda de espaço como religião oficial. Mudanças importantes também ocorreram na própria igreja a partir do Concílio Vaticano II. A igreja na Amazônia enfrentou obstáculos diversos para a evangelização, principalmente, por conta das grandes dimensões do território e a falta de sacerdotes. As metodologias empregadas foram as desobrigas, registradas desde o período colonial, e em seguida foram implementadas as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Gordiano, 2017). Nesse contexto, a atuação de lideranças leigas era indispensável a fim de que

as comunidades mantivessem a fé mesmo sem a presença dos sacramentos. A devoção aos santos representou um caminho para realizá-lo. O trabalho tem por objetivo ressaltar a experiência dos rezadores e rezadoras de ladainhas, que na ausência de sacerdotes conseguiam reunir as pessoas para orações comuns, cantadas em latim próprio do aprendizado oral. Trata-se aqui de evidenciar a relação estabelecida entre os leigos e a hierarquia oficial da igreja com seus conflitos, acordos e alianças. Aponta-se então uma escala temporal de permanências e mudanças na forma de dirigir esse ritual. A pesquisa é qualitativa, um trabalho antropológico, uma antropologia conforme Ingold (2015) construída com os atores e não apenas sobre eles. Os métodos serão: a história de vida (Kofes, 1994; Thompson, 1992) e também a observação participante na busca de estabelecer um diálogo com os interlocutores (Uriate, 2012). Portanto, partirei da perspectiva dos sujeitos leigos e leigas, rezadores e rezadoras de ladainha de Ponta de Pedras e seus associados, e não da hierarquia da igreja. Essa é a dinâmica do campo religioso (Boudieu, 2007), ora tensa, ora de alianças, entre os especialistas do sagrado e os leigos. Dessa forma, esta relação pode ser denominada complementariedade contraditória (Maués, 1995) marcante na história da igreja no Brasil e presente na fala dos interlocutores que vivenciam diariamente o catolicismo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_131_24745473_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os saberes de um narrador de São Benedito de Bragança do Pará

Elcio Sant'Anna (FACULDADE UNIDA)

RESUMO: Este é um estudo do saberes dos encarregados de comitivas de esmolação de São Benedito de Bragança do Pará que atua para as festividades beneditinas, uma tradição de 229 anos. A iniciativa de narrador de São Benedito a rigor funciona com suporte das devoções do catolicismo caeteara. Sendo atividade principal do encarregado de comitiva receber as doações dos promesseiros e realização de rezas e ladainhas em suas casas, sub-repticiamente torna-se canal do fluxo das narrativas de São Benedito que circulam nas regiões de município de Bragança. É assim que a pesquisa mostrou entre os anos de 2010 a 2016 estes agentes de fé beneditina, a pesar de sua subalternidade, agem para o fortalecimento da crença. Assim além da agência leiga do ritual católico quer realizando ladainhas, carregando as imagens de São Benedito, cantando o cancionário devocional, e até mesmo fazendo batuques, trazem para todos que quiserem ouvir as histórias de santo. Esta é a trama dos fazeres do narrador de São Benedito, perfazendo uma malha ingoldiana de caminhar, jogar bandeiras, rezar, cantar, batucar etc, no trajeto percorrido todos os anos de março a dezembro em favor do povo que clama por uma ação do sobrenatural na dura vida do fieis bragantinos. . Palavras-chaves: Saberes Narrativas Devoções

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_012_95622310_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Restos, relíquias e objetos sagrados: um estudo sobre a agencia das materialidades no culto aos santos católicos

Hugo Ricardo Soares (UFES)

A proposta deste trabalho é analisar o papel desempenhado por diferentes objetos na fundamentação da devoção dedicada ao padre polonês Rodolfo Komórek. Procuo, com esta abordagem, oferecer uma contribuição etnográfica ao campo da Antropologia das devoções e do catolicismo, que não se restrinja apenas à análise das representações religiosas e dos seus simbolismos, mas que também valorize as condições materiais do fenômeno religioso. Rodolfo Komórek nasceu na Polônia em 1890 e chegou ao Brasil em 1921 como missionário salesiano. Residiu e atuou em diferentes localidades, e morreu de tuberculose em 1949, na cidade de São José dos Campos, SP, local onde floresceu o movimento devocional. No ano de 1964, os salesianos deram início ao seu processo de canonização. Atualmente, há três espaços na cidade dedicados à sua memória e culto religioso: a capela Menino Jesus de Praga (onde está sepultado), o seu Memorial, ambos localizados na paróquia salesiana; e o quarto onde faleceu, localizado no antigo sanatório Vicentina Aranha que, atualmente, é um parque público. Os objetos analisados aqui são diversificados e incluem as relíquias, ou seja, os restos mortais do padre Rodolfo, e alguns de seus objetos pessoais, como fotografias, livros, cartas e apetrechos litúrgicos. Além da evidente diferença na composição material e na forma, a variabilidade da capacidade agentiva destes objetos também depende das características dos espaços físicos e da cadeia de sentido em que foram inseridos e agrupados. Ao analisar a disposição destes objetos nos três espaços dedicados ao padre Rodolfo, procuro compreender duas questões que são interligadas: 1) Como estes diferentes objetos mobilizam a agência do padre Rodolfo na relação devocional estabelecida com os devotos. 2) Como estes objetos o presentificam nesta mesma relação? Objetos que na capela inserem o padre Rodolfo em relações propriamente devocionais, no memorial e no quarto, ganham outros sentidos, historicizando sua presença e produzindo uma singularização dentro de um registro biográfico, mais do que hagiográfico. Nesta análise, noções como a de pessoa fractal (R. Wagner) e personitude distribuída (A. Gell) podem nos ser úteis para compreendermos como coisas, objetos, enfim, materialidades de pessoas mortas neste caso, uma pessoa santificada - podem continuar mantendo sua presença e agência dentro de uma determinada rede de causalidade. Por fim, procuro com esta análise, discutir algumas questões importantes para a Antropologia das devoções, como as tensões entre as noções de representação e presentificação, as diferenças, similitudes e continuidades entre imagens e relíquias de santos; a produção de agência e o princípio de causalidade nas práticas devocionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Gay e católico": construções coletivas e disputas acerca dos sentidos de ser católico

José Lidomar Nepomuceno de Sousa (UNB)

Pessoas LGBTQIAPN+ são alvo constante de discursos discriminatórios que, não raras vezes, são motivados por um viés de fundamentalismo religioso. A Igreja Católica Apostólica Romana é um dos espaços onde muitas vezes se pode constatar esse tipo de discurso que aciona fundamentos teológicos, doutrinários e supostamente bíblicos para enquadrar corpos e comportamentos dissidentes num lugar de desconformidade com a fé católica por estarem essas pessoas em pecado, dada a vivência da sua sexualidade e/ou identidade de gênero. Tal postura

institucional da Igreja vem sendo há muito confrontada por pessoas LGBTQIAPN+ que, professando a fé católica, desejam permanecer na Igreja e para tanto vêm se organizando coletivamente a fim de construírem espaços de acolhimento, mas também de mobilização política com o intento de disputar dentro da Igreja os sentidos do que significa ser católico. Neste sentido, minha intenção neste trabalho é apresentar e discutir essa realidade por meio de relato etnográfico, fruto da minha própria vivência e atuação nestes espaços, enquanto católico e gay. De forma mais localizada, abordarei a realidade do grupo Diversidade Cristã de Brasília (DCBSB) junto ao espaço pastoral liderado pelos religiosos jesuítas em Brasília - DF. O grupo, que reúne católicos LGBTQIAPN+, é parte de um movimento maior, a Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT, fundada em 2014 no Rio de Janeiro. A Rede conta hoje com grupos em várias regiões do país, mas meu interesse é refletir sobre o DCBSB, uma vez que se costuma afirmar o perfil conservador de Brasília, o que tem impedido inclusive que o grupo seja acolhido nas paróquias da Arquidiocese. A organização de grupos como o da capital federal, tem conseguido promover tensionamentos dentro dos espaços institucionais da Igreja, de modo a conseguir inclusive assento representativo dentro de instâncias importantes de discussão eclesial. Pensar esse processo de organização coletiva e seus possíveis impactos no modo como comunidade/igreja local percebem o modo de ser católico são também aspectos que me interessam. Essas experiências ainda assumem a disputa de narrativa acerca dos ideais de família e padrões de moralidade que têm sido insistentemente explorados nos últimos anos, sobretudo por grupos políticos com forte viés fundamentalista, que atuam na propagação de pânico morais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Corpos "fechados" e "preparados": da centralidade do batismo católico na sociabilidade pataxó

Larissa Moreira Portugal (UFSCar)

Na aldeia Boca da Mata da Terra Indígena Barra Velha do Monte Pascoal (Porto Seguro/BA) onde habitam os Pataxó, a maioria dos moradores se consideram e se reconhecem católicos, de modo que o seu modelo de sociabilidade articula um conjunto de elementos do catolicismo tal como elaborado e vivenciado localmente. Dentre estes elementos, por exemplo, merece destaque o batismo católico, fundamento e ao mesmo tempo prática que, de maneira bastante semelhante ao que se observa em outros contextos ameríndios nos quais o cristianismo foi introduzido a partir de missões religiosas cristãs, é considerado fundamental no processo de fabricação da pessoa humana. É por meio deste mecanismo que, segundo os Pataxó, uma "criatura pagã" é apresentada a Deus, seu "criador", tornando-se pessoa humana propriamente dita. Mas, além disso, diz-se também que é através do batismo que se dá a produção de um "corpo preparado" (isto é, "fechado" e parcialmente protegido) para o trato com alguns seres "sobrenaturais" —como os santos, os encantados, os bichos e os espíritos dos mortos— com os quais são estabelecidas relações de devoção, troca e reciprocidade, mas também de perigo e predação, seja no cotidiano da vida desperta, durante os sonhos, ou em contextos cerimoniais e festivos, como nas Festas de Santo realizadas anualmente na comunidade. Nesse sentido, o objetivo desta comunicação é apresentar uma reflexão etnograficamente informada sobre a

centralidade do batismo católico na sociabilidade pataxó, tendo em vista a sua relevância não somente para o que significa ser "gente verdadeiramente humana" ali, mas especialmente para a importância deste mecanismo na composição de um corpo idealmente fechado e preparado para a lida com certas alteridades. Trata-se, portanto, de pôr em foco os sentidos dados a este fundamento religioso prático que, de acordo com as formas pataxó de viver e estar no mundo, produz condição corporal indispensável para que os humanos estabeleçam relações cotidianas, oníricas e cerimoniais com os diversos seres sobrenaturais que povoam a sua cosmologia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rituais funerários e catolicismo entre os Yanomami de Maturacá (AM)

Leon Terci Goulart (FAPESP)

A proposta desta apresentação é discutir as relações entre os Yanomami de Maturacá (São Gabriel da Cachoeira, Amazonas) e o catolicismo, mais especificamente, seus modos de apropriação, tradução e transformação das práticas cristãs e do discurso missionário nas cerimônias funerárias e em seu conhecimento escatológico. Tema central de minha pesquisa de doutorado em andamento, o reahu é uma cerimônia funerária Yanomami voltada, segundo meus interlocutores, para que o espírito do falecido siga satisfeito para a morada dos mortos e, assim, se desassocie do mundo dos vivos. A cerimônia combina, de modo muito complexo, conhecimentos míticos, xamânicos e escatológicos, reciprocidade, caça, artesanato, e relações com distintas formas de alteridade além de ser atravessada pelo parentesco, especialmente pelo contraste afins-consanguíneos, seu desfecho se dá no consumo de um mingau feito de banana-da-terra misturado com o pó das cinzas dos ossos do morto. Maturacá é um povoado Yanomami situado no extremo sudoeste da Terra Indígena, já na região do Rio Negro, e conta com a presença permanente de missionários salesianos, ali estabelecidos desde meados da década de 1950. Dentre as inúmeras transformações impulsionadas por mais de seis décadas de contato com os missionários, vale mencionar o sedentarismo e a redefinição das categorias socioespaciais locais, a alteração das residências coletivas em favor das casas unifamiliares e a condução de jovens para internatos em São Gabriel da Cachoeira. Em geral, a presença missionária é marcante no cotidiano de Maturacá: de provedores de bens manufaturados e assistência sanitária, antes da existência de um posto de saúde local e da intensificação das viagens à cidade, ao trabalho na direção da escola estadual indígena, instalada junto à sede da missão. As missas, que ocorrem aos domingos, são bastante frequentadas e a maioria dos Yanomami dali se consideram católicos. Nesse contexto, nas últimas décadas, diante da intensificação das relações com o catolicismo e com os salesianos, os Yanomami de Maturacá também passaram a sepultar alguns de seus mortos no cemitério da paróquia local, processo que pode ser definitivo ou preceder à realização de um reahu. Assim, minha hipótese é que a reelaboração das práticas funerárias constitui um modo específico pelo qual o catolicismo é traduzido e incorporado pelos Yanomami. Tendo em vista que minha pesquisa está em estágio inicial de cotejo dos dados etnográficos com a bibliografia, o objetivo desta apresentação é sugerir alguns caminhos possíveis para compreender as apropriações Yanomami do cristianismo, as particularidades das cerimônias funerárias realizadas em Maturacá, e a versão local que o catolicismo assume ali.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_002_66663144_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Missa Tridentina (Vetus Ordo/Forma antiga do Rito Romano) em Vitória-ES história e vivências

Lucas Lagasse Corrêa (SEDU)

Este trabalho é resultado de uma aproximação etnográfica de longa duração no contexto da celebração da Missa na antiga forma do Rito Romano, conhecida como Missa Tridentina ou Missa em latim, em Vitória, Espírito Santo. Depois de uma breve contextualização da história dessa Liturgia, apresentaremos os meios de comunicação (especialmente a internet) como canais de difusão de informação sobre a prática (a missa na forma antiga), e ponto de encontro de interessados pela mesma; os documentos que resguardaram juridicamente o grupo de fiéis assistentes dessa forma da missa durante os anos em que ela está sendo celebrada na capital capixaba; os relatos divulgados em meios de comunicação (jornais, TV, internet) institucionais e individuais. Ressaltaremos as principais personagens propulsoras dessa tradição, bem como a experiência de tantos fiéis católicos que estão ligados à essa experiência religiosa, que existe a cerca de 13 anos na localidade; as influências de experiências de outros municípios (Campos-RJ, Colatina-ES), os casos de divisões (Fraternidade S. Pio X, Resistência Católica) e uma perspectiva da manutenção da celebração da missa antiga.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Nem agouro, nem superstição": a morte e os mortos a partir de uma cosmologia católica sertaneja

Maria Cinthia Pio de Oliveira (UFPE)

Nesta apresentação, partimos do pressuposto de que a morte, como um fenômeno sociocultural, não significa a ruptura das relações entre os sujeitos vivos e os mortos, já que é através da memória que permanecemos ligados a estes. Na perspectiva de uma cosmologia católica, que implica tais relações, assim como a natureza e a sobrenatureza que as cercam, essa memória pode ser compreendida através da interconexão de elementos como a saudade, o tempo, o espaço e os ritos que, justapostos, formam um complexo cognitivo/afetivo que permeia essas relações (Reesink, 2010; 2012). Assim, os sentidos atribuídos ao fenômeno da morte, e às relações que o envolvem, partem dos afetos concretos daqueles que os vivenciam, variando conforme as experiências dentro de realidades compartilhadas (Fravret-Saada, 2005; Rosaldo, 2019). No entanto, muitas das crenças e práticas que constituem essas relações são desconsideradas ou consideradas fora de seus contextos. Partindo disto, busca-se problematizar representações frequentemente estabelecidas em torno de contextos socioculturais territorialmente situados, como é o caso dos catolicismos praticados nos interiores, nas margens ou nos sertões do Brasil. Estamos nos baseando numa reflexão etnográfica acerca da ideia de superstição e aquilo que classificamos, a priori, como agouros de morte, para a comunidade católica de Pelo Sinal, distrito (ou povoado) de Solidão, sertão de Pernambuco. Na

contramão dos discursos e práticas que reproduzem padrões etnocêntricos clássicos (Kuper, 2008), em Pelo Sinal é possível observar uma cultura de morte onde se manifestam não só narrativas, como também experiências sobre agouros, os quais, tidos como superstição, reaparecem atualizados na categoria dos avisos. Os avisos, enquanto experiências que demandam uma ação simbólica e reflexiva dos sujeitos, estão contidos em um sistema de comunicação com os mortos e sobre a morte, tal como as relações de reciprocidade (Mauss, 2003). Assim, é na dinâmica desse sistema que imagens se "apresentam" e são vividas, elaboradas e compartilhadas nas formas dos sonhos, visões, sinais e pressentimentos, os quais chamaremos aqui de imagens-afeto, com o intuito de demonstrar, dentre outras coisas, diferentes formas de gerenciamento das angústias decorrentes da certeza da morte diante da sua imprevisibilidade, na comunidade em questão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_176_50009135_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

UMA ESPECIALISTA ENTRE DOIS MUNDOS: Catolicismo popular e afro-brasileiro.

Maria Gleiciane F Pereira (UFPI)

Este trabalho é parte da minha pesquisa de dissertação que tem como objetivo principal estudar a produção do conhecimento por parte de uma cartomante na região Nordeste, investigando como ela realiza o processo de adivinhação e como isso contribui para a construção do conhecimento. O ponto de análise foi o sistema ritual adivinhatório de Dona Luíza, que se baseia no uso das cartas de diversos baralhos/tarôs em seu contexto de residência no município de Camocim, no Ceará, litoral norte do Estado. Além disso, a cartomante em questão é um sujeito que transita na convergência entre dois campos religiosos. O Catolicismo Popular é uma forma de religiosidade que combina práticas, crenças e rituais populares. É caracterizado por uma forte devoção aos santos, à Virgem Maria e a outros símbolos e figuras religiosas. No Brasil, essa forma de catolicismo muitas vezes se mistura com elementos das religiões afro-brasileiras, resultando em relações de convergência religiosa. Por outro lado, as religiões afro-brasileiras são tradições religiosas trazidas pelos africanos escravizados durante o período colonial. Elas têm suas raízes nas crenças e práticas dos povos africanos, como o Candomblé, originário da região iorubá, e a Umbanda, uma religião desenvolvida a partir das convergências de elementos do espiritismo, do catolicismo e das tradições indígenas. No Brasil, onde a diversidade religiosa é uma característica marcante, compreender e estudar o diálogo e os contrastes entre o Catolicismo Popular e as religiões Afro-brasileiras é fundamental para uma análise mais profunda das práticas religiosas e das identidades culturais construídas no país. Neste texto, busco apresentar a figura da cartomante como uma especialista que transita entre esses dois mundos e desempenha um papel curioso na promoção do diálogo inter-religioso e na valorização da sua própria produção de conhecimento, assim como do discurso plural religioso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_211_94082339_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Todo congadeiro é católico, mas nem todo católico é congadeiro”: tensões e disputas nas classificações das práticas devocionais ao Rosário de Maria*Mariana Ramos de Moraes (UFRJ)*

Diferentemente de modalidades afroreligiosas como o candomblé e a umbanda, as práticas devocionais ao Rosário de Maria – comumente nomeadas reinados, congados, congadas, dentre outros termos – não têm legitimação social enquanto “religião”. Elas ainda hoje são consideradas como uma expressão do catolicismo – catolicismo negro ou catolicismo popular – e mesmo como cultura popular ou folclore – por vezes, adjetivado “negro” –, sendo considerado um folguedo ou uma dança dramática, evidenciando o seu caráter festivo. O reinado surgiu ainda no Brasil Colônia vinculado às irmandades negras, tendo uma relação próxima com a Igreja Católica, mas se desvencilha – em parte – dessa instituição religiosa no período republicano. Apesar disso, essa relação ficou grafada em sua história e em seus ritos. Entre meus interlocutores, reverbera-se a ideia de que no reinado são realizadas cerimônias em que santos católicos são festejados africanamente, juntamente com os ancestrais, e há a instituição de um império negro. Minas Gerais é um dos estados em que essa prática tem marcada presença e de onde eu componho o repertório que é base para as minhas considerações nesta comunicação. Conforme o levantamento feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), para fins do registro do reinado como patrimônio nacional – ora em curso – existem 1174 grupos de reinado no estado, que realizam 701 festas por ano e estão presentes em 332 dos 853 municípios mineiros. Apesar de a festa ser o momento fundante do reinado, ele não se encerra nela. Durante todo o ano seus praticantes – chamados de congadeiros – se reúnem com diferentes finalidades. No entanto, talvez pelo fato de a festa ser o momento também em que o reinado ganha visibilidade social, ela se destaca embasando a associação dessa prática a uma dada ideia de “cultura” e encobrendo o seu caráter religioso, tão caro aos meus interlocutores que acionam o termo “religião” para expressar aquilo que praticam. A partir de minhas experiências etnográficas junto a congadeiros de Belo Horizonte e cidades do seu entorno, busco pensar sobre as tensões e as disputas que envolvem as classificações e definições sobre o reinado, bem como sobre o que é “ser congadeiro”. Como expresso no título desta comunicação: “Todo congadeiro é católico, mas nem todo católico é congadeiro”. Ouvi essa frase durante uma festa do Rosário. Ela indica um senso de pertencimento a um coletivo, “ser católico”, ao mesmo tempo faz uma distinção dessa identidade plural, “ser congadeiro”. E é a partir dessa frase que conduzo a análise proposta nesta comunicação.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A "opção pela causa indígena: Kikuyus, macuxis e missionários da Consolata*Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP)*

Proponho, nesta comunicação, uma discussão sobre como a experiência diretamente vivida ou experienciada a partir de memória legada dos missionários da Consolata, no Quênia, nos anos 1950, incidiu nas práticas pastorais de jovens missionários da Consolata, em Roraima, Brasil, a partir dos 1960. Trata-se, no primeiro caso, de um contexto no qual kikuyus recorreram à violência armada para recuperar suas terras e a liberdade de gerir suas vidas, o da guerrilha Mau

Mau, e, no segundo, de indígenas macuxis submetidos ao trabalho forçado e acudados em suas terras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Enfrentando o Dragão do Apocalipse: para não esquecer, colocar uma romaria na rua em uma cidade minerária reflexões sobre a 5^a Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce

Ramon da Silva Teixeira (UFRRJ)

Concebidas no bojo de um conjunto de outras ações realizadas para não esquecer um evento crítico o rompimento da Barragem de Fundão, da Samarco (Vale/BHP Billiton), em Mariana (MG) em novembro de 2015 e propor um outro modelo para que a tragédia não se repita, as Romarias das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce (RATBRD) são romarias itinerantes de denúncia ao modelo mineral brasileiro e anúncio de uma outra ecologia. Organizadas por alguns setores do campo progressista da Igreja Católica em parceria com movimentos sociais e religiosos diversos, tais romarias tematizam a água e a terra a partir de uma perspectiva heurística religiosa-política que parte de uma ética ambiental holística e integral sem esquecer a opção preferencial pelos pobres que orienta historicamente a prática desses coletivos, onticamente expressa nas demandas das populações atingidas pelo desastre-crime. Desde sua primeira edição em 2016, as RATBRDs ocorrem a cada ano em uma paróquia de alguma das dioceses da Bacia do Rio Doce. Tendo em vista essa circulação por diversos locais, é objetivo neste trabalho pensar a situacionalidade e as tensões que envolveram o fazer romaria a partir da descrição e análise do planejamento, construção e viabilização do percurso por onde passou a 5^a RATBRD, ocorrida em setembro de 2022 em Conceição do Mato Dentro (MG), Diocese de Guanhães, e dos sentidos atribuídos para o caminho e os pontos de parada durante a caminhada. Conceição é um município banhado pelo rio Santo Antônio afluente do Rio Doce, local de peregrinação transformado por conflitos socioambientais desde a implantação do projeto minerário Minas-Rio da Anglo American, para onde todos os anos se dirigem milhares de romeiros/as para um centro de devoção, o Santuário do Senhor Bom Jesus do Matosinhos. Dito isso, através de uma análise do diário de campo, das conversas e discurso públicos e das fotografias produzidas em campo dos momentos pré, intra- e pós-romaria, buscarei analisar como o espaço conceiçoneense foi transformado para fazer o sagrado (sacra facere), produzir devoção e, ao mesmo tempo, uma crítica social à mineração predatória. Interessa refletir: Como o caminho escolhido para a 5^a RATBRD fez a romaria e vice-versa? Quais foram os agenciamentos materiais? Quais as materialidades e sentidos emergiram durante a caminhada da concentração até o Santuário? Como o Senhor Bom Jesus do Matosinho, o rio Santo Antônio, o contexto minerário local e seus conflitos foram motivos para a caminhada e sentidos da romaria? Com isso, espera-se contribuir com o debate sobre a produção de memória e espaços sagrados que afetam os fiéis e visitantes, ressignificam o espaço e reconfiguram as cidades; bem como refletir sobre as relações entre religião e política.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_274_83541397_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tradicionalismo católico em interface com o olavismo

Renan Baptistin Dantas (UNICAMP)

Esta comunicação tem por objetivo expor as primeiras experimentações etnográficas de minha pesquisa de doutorado, cujo tema se volta para as relações estabelecidas entre o olavismo e a direita católica brasileira. Por olavismo entendo um movimento e um conjunto de crenças anticomunista e antiesquerda, propagado por Olavo de Carvalho, polemista católico, responsável por fortalecer movimentos de direita no Brasil das últimas duas décadas. Como se fosse o gramscismo da direita, o olavismo luta pela hegemonia cultural contra a esquerda. Seu objetivo é formar militantes, intelectuais orgânicos de direita. Por outro lado, entendo por direita católica, agentes católicos conservadores ou tradicionalistas, que tem posições claramente antimodernistas e reacionárias, quanto a moralidade pública, direitos humanos, igualdade de gênero, tolerância social, etc. Dentro desta trama, o que procuro evidenciar nesta fala, refere-se a uma incursão em um evento de estudantes universitários católicos, organizado por um grupo tradicionalista católico, cuja origem remonta à uma dissidência com a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, da Família e da Propriedade, a TFP, fundada por Plínio Corrêa de Oliveira em 1960. Pretendo destacar deste grupo a oposição que o mesmo fez e faz ao olavismo no interior do catolicismo. Complemento tal apresentação destacando as estratégias de atuação deste grupo no meio universitário, assim como em contextos digitais. Observa-se neste sentido a importância de um recurso às discussões como as da etnografia virtual, estabelecidas por autoras como Christine Hine (2015), uma vez que o uso novas tecnologias da informação, das novas mídias, se torna meio estratégico de expressão da sensibilidade de tais grupos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Horto do Padre Cícero em Juazeiro do Norte - CE: tensões entre mística, controle eclesiástico e turismo religioso

Renata Marinho Paz (URCA)

Este trabalho pretende analisar algumas das transformações resultantes da interface entre ações voltadas para o turismo religioso e intervenções eclesiásticas no Horto do Padre Cícero, situado em Juazeiro do Norte CE. O Horto é um dos lugares centrais no itinerário do romeiro na cidade. Localizado na Serra do Catolé, é um complexo composto pela estátua monumental do Padre Cícero, o antigo casarão do sacerdote transformado em museu, e o Santo Sepulcro, espaço com grandes aflorações rochosas onde os fiéis realizam penitências; recentemente foi inaugurado o teleférico que liga o espaço ao centro da cidade, e a igreja do Bom Jesus do Horto. O local é considerado pelos devotos como um espaço sagrado; para os mais antigos, mais que sagrado, é um espaço encantado, marcado pela mística, com elementos inalcançáveis por quem não compartilha a devoção ao Padrinho e a crença em suas palavras. O Horto foi erigido e se manteve fundamentalmente a partir da ação da piedade popular e, até cerca de três décadas, permaneceu relativamente à parte do interesse das autoridades civis e eclesiásticas. Todavia, em meados dos anos 90 do século passado, uma série de intervenções começaram a ser realizadas no local, a partir de um projeto de revitalização, cuja finalidade foi urbanizar, higienizar e modernizar o espaço, a fim de atender às demandas do turismo religioso, sem

considerar seus aspectos místicos e religiosos. Além disso, desde o início dos anos 2000 a Diocese de Crato vem desenvolvendo um processo de reposicionamento e aproximação face ao movimento romeiro em Juazeiro e à devoção ao Padre Cícero. Um dos resultados deste processo está associado à presença efetiva da igreja católica na organização e controle dos lugares sagrados em Juazeiro. No caso do Horto, ações exercidas pelos Salesianos, responsáveis pelo espaço, têm gerado impactos e tensionamentos nos modos como os fiéis se relacionam com o lugar. Essas ações, associadas ao incremento do turismo religioso, tem imprimido novas configurações no local. Diante disso, a proposta deste trabalho é analisar essas transformações, com foco em seus reflexos nas crenças, práticas e representações acerca desse lugar sagrado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os desigrejados celebrando trajetórias e memórias da justiça e da esperança em rituais de resistência

Tânia Nazarena de Oliveira Miranda (SEDUC), Dilma de Oliveira Leão (FICS)

O artigo apresenta três grupos: Cebi, Comitê Dorothy e Fraternidade Emaús que desde a sua inauguração cultuam a memória dos mártires e defensores dos direitos humanos na Amazônia, mais especificamente no estado do Pará. Os grupos são formados desde o seu nascimento na perspectiva da teologia da libertação e que seguem suas lideranças e assim, permanecem com uma ruptura política e uma ruptura epistemológica em suas práxis libertadoras. Ambos atuam no campo e na cidade e se identificam como desigrejados, sejam eles católicos, evangélicos ou protestantes. Descreve-se no texto a junção destes grupos em rituais de protesto e memória anunciando o Deus da vida, da paz, da solidariedade, da fraternidade-sororidade em meio às injustiças, violência estrutural e a natureza desprezada pelo desenvolvimento técnico científico da modernidade e pelo clericalismo neopentecostal em alta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_015_07865496_517228.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Levanta o pau do Bastião": Disputas, agenciamentos e negociações do mastro de São Sebastião em uma cidade na Amazônia paraense

Victor Lean do Rosário (UFPA)

As festas do catolicismo popular produzem interações que transformam as experiências dos sujeitos, cujas conexões perpassam os imaginários, conflitos e controvérsias em torno da sua organização. A festa de São Sebastião, na cidade de Igarapé-Açu, nordeste paraense, não foge a esta regra, onde as relações de poder são negociadas e disputadas em torno da levantação do mastro em homenagem ao santo. Neste sentido, este trabalho tem por objetivo compreender as dinâmicas de poder na levantação do mastro de São Sebastião, na Amazônia paraense. Dito de outro modo, busca-se analisar o que produz os conflitos na organização e no alteamento da árvore que homenageia o santo flechado. Para isso, o percurso teórico tem como base a etnografia, que longe de buscar uma estabilização, almeja analisar as instabilidades, conexões e controvérsias entre os sujeitos da festa católica. Além disso, utilizo também as entrevistas em profundidade com as pessoas que organizam e carregam o mastro, uma vez que as memórias

da festa é figura central na composição do festejo. O mastro de São Sebastião é materializado em uma árvore intitulada quaruba-cedro, previamente escolhida pelos organizadores, com uma extensão de 20 metros e cerca de 8 a 12 toneladas, derrubada no início do mês de janeiro, e carregada nos ombros dos fiéis pelas ruas da cidade, banhado de muita bebida alcóolica, homenagens e jocosidades que envolvem a grossura, tamanho e envergadura do pau do santo”. Neste sentido, aponto que a organização, a carregada e a levantação do mastro auxilia no reconhecimento, distribuição e manutenção, em diversas escalas, de quem detém o poder na cidade, ao passo que novos/as agentes surgem, e tensões são (re)criadas em torno do madeiro. Em outras palavras, os conflitos que circunscrevem o mastro de São Sebastião são orquestrados a partir do reflexo das conexões e dinâmicas de poder construídas e disputadas sobre o município. E por fim, destaco que a festa católica em honra ao santo, serve como um fio condutor das controvérsias em busca de prestígio social, reconhecimento político e novas reconfigurações sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Santa Sara Kali e a Narrativa Proibida": Uma Análise Antropológica da Religiosidade Cigana

Watilla Cirqueira Leite (UFMA)

Este artigo analisa, por meio de diferentes paradigmas antropológicos, os aspectos da religiosidade cristã entre os povos ciganos, buscando investigar e interpretar o simbolismo de uma narrativa em torno da devoção destes povos a Santa Sara Kali.

A partir da representação simbólica de Santa Sara Kali, este artigo parte da premissa de que existe uma aliança estabelecida entre a divindade e cultura gajon (gadjé ou juron) com os povos ciganos, elucidativa das formas de organização social do grupo calcadas nas relações de parentesco e nas oposições masculino e feminino. O artigo é fruto de uma revisitação à etnografia produzida na dissertação de mestrado, aqui submetida à luz de um levantamento bibliográfico construído recentemente acerca da religiosidade cigana.

Palavras chave: Aliança; Ciganos; Dádiva; Religião; Santa Sara Kali

GT 057: Etnografias em contextos de violência, criminalização e encarceramento

Este Grupo de Trabalho objetiva reunir etnografias realizadas em contextos de violência, criminalização e encarceramento. Para tanto, toma “violência” como categoria densamente plurívoca e produtiva, que alude a práticas, experiências, linguagens, razão de denúncia e contextos, servindo como relevante vetor analítico e político. Além disso, divisa “crime” não apenas como o resultado da previsão normativa estatal, mas sobretudo como relação social e razão de governo, processo de criminalização constituinte de sujeitos, corpos e territórios. Por sua vez, compreende “encarceramento” considerando as abordagens que discutem os modos

pelos quais a prisão se infiltra em territórios e relações para além daquelas circunscritas pelas unidades penitenciárias. Tendo em vista a crescente proeminência dessas etnografias na antropologia brasileira, este GT se propõe a aglutinar trabalhos que tematizem, por exemplo: a) os desafios, potencialidades e limites metodológicos de empreender pesquisas etnográficas nesses contextos, levando em conta especialmente a cumplicidade entre a escrita da violência e a sua incitação; b) os efeitos dos contextos de pesquisa em mobilizações sociais, lutas por direitos e justiça e a produção ou negação de sujeitos de direitos; c) as imbricações entre experiências de violência, criminalização e/ou encarceramento e categorias de diferença como gênero, sexualidade, raça, classe, geração e territorialidade.d

Coordenação

Natália Bouças do Lago (UNICAMP), Roberto Efrem Filho (UFPB)

Debatedor(a)

Vanessa Sander (UFMG), Karina Biondi (UEMA), Camila Cardoso de Mello Prando (UnB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“é, e se essa seca do rio trazer ao menos ao ossada dos nosso filhos?”: notas etnográficas em torno do cárcere, desaparecimento forçado e “feminicídio de Estado” em Manaus.

Aline Ribeiro de Oliveira (ppgas ufam)

Há um considerável acúmulo, em reportagens, textos acadêmicos e notas de repúdio de organizações preocupadas com a constante violação de direitos humanos no Amazonas. Esse material versa sobre mortes violentas, desaparecimento forçado e operação vingança, apontam as recorrentes e constantes ações desse tipo, que fazem parte do cotidiano, tendo alvo principalmente moradores/as de periferia, envolvendo e misturando eventos limites e cotidiano, e borrando as fronteiras do ordinário e extraordinário (DAS, 2020) há uma obsolescência das políticas do Estado para combater ou prevenir esses tipos de acontecimentos, sem levar em consideração sua constante participação direta ou indireta nos casos, para além de uma “guerra de números”, que pouco precisam o quantitativo desses tipos de caso.(HIRATA,2021) O objetivo central dessa comunicação é refletir sobre o fazer etnográfico a partir de situações de violência de Estado, por forças de segurança pública, de um caso específico ocorrido em Manaus. A partir do acompanhamento de Marilene e Nonata, mães de pessoas vítimas de desaparecimento forçado na cidade, e “feminicídio de estado”, reflito sobre atravessamentos em torno do encarceramento, a prisão, as ações policiais, gênero e raça, e como esses marcadores descem ao cotidiano dessas mulheres (DAS,2020), pensando e alargando uma relação de dentro e fora da prisão (LAGO,2019) no cotidiano. Pesquisar a partir da experiência da instituição prisional e o crime é uma problemática que escapa aos modelos consagrados do trabalho de campo (BIONDI, 2018), do mesmo modo que requer um esforço teórico para compreender as relações de gênero nesse contexto. O ativismo, os movimentos sociais, e a luta pública são um ponto de partida importante, que me insere em capo+ para compreender relações de encarceramento, mortes violentas, criminalização e Estado (PADOVANI, 2015; MALART, 2014, 2019; LAGO 2014, 2019; GODOI, 2017, BUMACHAR, 2016).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_029_63290212_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Calma que dá tempo!": uma etnografia sobre a disputa do tempo das mulheres de presos

Beatriz Corrêa dos Santos (UFRRJ)

Este trabalho visa analisar o circuito e as visitas das mulheres de presos (LAGO, 2019) do Complexo Penitenciário do Gericinó, em Bangu, bairro da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. A partir de um registro da minha entrada no campo do encarceramento, tenho como estratégia da etnografia o deslocamento do

olhar para a vida externa à prisão, mais especificamente para essas mulheres e o manejo do tempo que elas acionam. Observo que o horário da visita organiza o fluxo de pessoas e mercadorias no entorno do presídio e, principalmente, a gestão do cuidado dessas mulheres com suas famílias e seus homens, ou seja, como se mantém

no mundo e dão conta dos outros (FERNANDES, 2018). Nesta etnografia pude acompanhar desde o embarque dessas mulheres (mães, tias, esposas e namoradas) às vans de transporte na Vila Kennedy com destino ao presídio,

até a formação da fila para entrada das visitas, bem como observei as relações e as dinâmicas comerciais que se estabelecem nesse território. A presença da pressa é um elemento que tensiona o campo. Pressa para chegar ao local, para a distribuição de senha e para a chegada ao pátio do presídio. Compreendo que essa contração temporal é marcada pela economia política sexual (RUBIN, 2012), onde se

consolidam as desigualdades de gênero. Elas se desdobram em jornadas, já que ocupam diversas posições na dinâmica social e familiar. A entrada de objetos no sistema prisional é controlada, levando as mulheres a um trabalho exaustivo de separação e procura por mantimentos específicos, denominados como sucata (DUARTE, 2020). Essa rigorosidade consolida uma constante readequação familiar que elabora a manutenção dos vínculos afetivos. Enquanto os homens cumprem o tempo na prisão, mulheres apressadas, perfumadas por suas marmitas e seus perfumes adocicados, disputam o tempo, manejando o tempo do cuidado, em um movimento de reivindicar que esses corpos encarcerados sejam bem cuidados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cuidado entre muros: os fazeres de mães, filhos e trancas no estado de São Paulo

Carolina Soares Nunes Pereira (UNICAMP)

Esta proposta de paper faz parte de uma pesquisa de doutorado em curso no departamento de sociologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP - Brasil). A pesquisa enfoca a reprodução social da instituição prisional e dos encarcerados no estado de São Paulo durante o período compreendido como da formação do encarceramento em massa, isto é, a partir da década de 1990 e mais especificamente após o Massacre do Carandiru em 1992. Tendo como marco a Teoria da Reprodução Social, a pesquisa é realizada por meio de uma etnografia com familiares de presos, além de pesquisa em arquivo e análise de documentos. Este paper propõe



um enfoque nas complexas relações sociais entre algumas mães e seus filhos que, juntos, puxam cadeia no estado de São Paulo (Brasil), para que os segundos encontrem formas de sobreviver à experiência de estar encarcerado. Discorremos sobre as formas pelas quais a presença e os atos de cuidado das mães interferem no governo da vida e da morte nas prisões, tensionando relações de violência com agentes penitenciários, diretores de presídios, outros presos e também de outros familiares envolvidos no cotidiano prisional. Entendemos que a descrição etnográfica sobre os contextos prisionais é enriquecida pelo enfoque sobre o cuidado e o trabalho reprodutivo realizado principalmente pelas famílias, mas também pelos próprios encarcerados uns em relação aos outros. De forma que a prisão não seja descrita de forma estática como uma instituição de privação e violência, mas que sejam evidenciadas as relações afetivas e econômicas que permitem a reprodução e a expansão do cárcere na complexidade que permeia as vidas dos presos. O trabalho pretende contribuir para os debates que enfocam o deslocamento e a relevância do trabalho de cuidado realizado fora dos limites do ambiente doméstico. Por fim, desejamos demonstrar os diferentes circuitos de trabalho reprodutivo realizado pelas mães como ilustração de diferentes formas pelas quais a prisão afeta a vida urbana, em especial nas dimensões econômicas, afetivas e políticas entre mães e filhos das periferias e prisões paulistas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A distinção da violência: políticas de partilha, limpeza étnica e transferência populacional

David Danziger Regenberg (UFRJ)

Neste trabalho gostaria de refletir sobre alguns modos de distinção e caracterização de práticas e experiências sob o signo da violência, notando em especial suas dimensões temporais e como isto impacta formas de gestão de populações e territórios. Com isto, minha intenção não é discutir se algo deve ou não ser entendido como violência, nem seu tipo. Concretamente, a partir de uma etnografia documental centrada na circulação de categorias da violência e tecnologias de governo, gostaria de explorar a produção da (in)distinção discursiva entre limpeza étnica e transferência populacional, concentrando-me no campo de debate sobre partilhas como um modo de intervenção internacional e solução humanitária para conflitos étnicos, como desenvolvido nos anos 1990 a partir do contexto da guerra nos Balcãs, mas que reverbera e se ancora nas discussões e tecnologias imperiais da primeira metade do século XX, especialmente relativas à Partilha da Índia (1947) e à Partilha da Palestina (1947). A compreensão pública da violência da guerra nos Balcãs foi marcada pela emergente noção de limpeza étnica, cuja descrição articulava uma imagem do horror que parecia impelir à ação moral para remediar tal situação. Neste contexto, entre diversas propostas de solução, alguns influentes intelectuais defenderam o estabelecimento de Estados nacionais etnicamente homogêneos por meio de partilhas e transferências populacionais, como um modo humanitário de refazer fronteiras, Estados e populações, já que se anteciparia e se realizaria de modo supostamente pacífico o que a limpeza étnica produziria com violência. Desta maneira, busco entender como certas noções de violência compõem políticas de partilha ao produzir distinções, circunscrever possibilidades, limites e necessidades de ação e intervenção, distribuídas desigualmente segundo uma matriz civilizatória que rebaixa destinos possíveis. Limpeza étnica enquanto categoria se estabeleceu desde então como parte do vocabulário jurídico do direito

internacional e do imaginário dos crimes contra a humanidade, mas além disso foi incorporada ao vocabulário conceitual das ciências sociais, como categoria analítica passível de ser aplicada retroativamente a uma série de processos históricos retendo algo de sua carga moral, estabilidade e potencial jurídico, inclusive para processos pensados como transferência populacional, apostando em sua denúncia e indistinção. Gostaria por fim de discutir algumas das flutuações entre descrição, análise e denúncia da violência encapsuladas nas transformações e instabilidade destas categorias, refletindo sobre as possíveis relações entre crítica da violência, sua reificação, justificação e infiltração em nossa escrita.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_959_36965929_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A violência urbana no trabalho dos entregadores de aplicativos em Arcoverde (PE)

Diego Vinícius de França Bezerra (UFPE)

A vulnerabilidade social dos entregadores de apps tornou-se mais evidente durante a pandemia de COVID-19. O empobrecimento e a informalização da classe que vive do trabalho e a crise econômica durante a pandemia que não atingiu as empresas aplicativos que contratavam os entregadores ajudaram a alardear este quadro de precarização das condições de vida nas cidades brasileiras. Nesse período, o IBGE verificou que a maioria deles eram homens pobres, negros, jovens, com baixa escolaridade e sem vínculo formal prévio ao ingresso nos apps (Lapa, 2020). No Nordeste a situação era pior, já que os entregadores trabalhavam mais e recebiam menos do que a média nacional. Além disso, os clientes percebiam que eles geralmente trabalhavam desprotegidos contra a COVID-19, mesmo que tivessem que se relacionar com estranhos durante o isolamento social. A desumanização ocasionada pela gestão do trabalho pelos apps, sobretudo os de food delivery, começou a ser denunciada pelos entregadores em julho de 2020, numa manifestação nacional que ficou conhecida como Breque dos Apps, cuja principal reivindicação era que os apps garantissem melhores condições de trabalho para quem realizava as entregas. A vulnerabilidade social dos entregadores era acompanhada pela marginalização, pois eles eram constantemente acusados por assaltos e acidentes de trânsito e eram expostos frequentemente como sujeitos perigosos nas grandes mídias. A maioria dos casos repercutidos aconteciam nos bairros nobres e nos condomínios fechados. Nesses enclaves urbanos, também era comum os entregadores denunciarem injúrias raciais, ameaças com armas de fogo e agressões físicas. Ainda durante a pandemia, em 2022, escolhi Arcoverde para pesquisá-los, por ser uma cidade de médio porte no Sertão de Pernambuco, um tipo de campo até então ausente nos debates acadêmicos sobre os entregadores de apps. Lá pude me relacionar com os entregadores de uma associação informal que começavam a se manifestar publicamente contra a violência urbana e que discutiam reservadamente sobre a violência policial no município. Também presenciei a inclusão das reivindicações deles nos debates legislativos na Câmara Municipal de Arcoverde. Conversando com entregadores, gestores de trânsito e clientes dos apps, concluí que a discriminação social sofrida pelos sujeitos que se tornavam entregadores em Arcoverde era um elemento indispensável para entender as recentes articulações políticas destes trabalhadores informais, que buscavam a formalização de uma associação profissional da categoria. Por fim, acredito poder contribuir com a temática proposta pelo GT 57, violência,

criminalização e encarceramento, ao qual encaminho este resumo, por conta dessa experiência enriquecedora e original no campo de pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A guerra antropofágica: sobre violências e vinganças em uma guerra não tão particular

Eduardo de Oliveira Rodrigues (Colégio Pedro II)

A vingança é elemento dotado de importante interesse sociológico, sobretudo pela sua relação com a problemática do conflito. No cenário nacional, o tema é relevante diante de contextos de violência entre grupos armados que transitam entre o legal-ilegal, onde o urbano se transforma em possível recorte analítico do fenômeno. No caso da metrópole carioca, a vingança aparece tal qual dispositivo legitimador da violência estatal letal, em especial na forma de resposta à morte de policiais em serviço. Diante do referido quadro, o presente paper sugere deslocar o foco analítico das situações de vingança em si para os significados que ela assume na perspectiva dos possíveis atores sociais enredados nas vendetas. Meu argumento é que diferentemente de um caráter comumente visto enquanto individual, a guerra de vingança entre PMs e bandidos possui uma dimensão coletiva de "guerra antropofágica" dimensão esta fundamental para explicar sua atomização e perpetuação. Este paper deriva de trabalho de campo realizado durante 15 meses junto a candidatos ao próximo concurso de soldado PM, ou seja, antes da entrada desses jovens na polícia. Realizei parte da minha etnografia em um "cursinho" preparatório para o concurso, onde atuei como monitor das disciplinas de humanidades cobradas nas provas. Numa dessas ocasiões, testemunhei o relato de um assalto sofrido por um dos meus interlocutores durante seu trabalho no Uber. Ricardo contou em detalhes o ocorrido, valendo-se da história para afirmar, caso consiga se tornar PM, seu desejo de vingança contra a bandidagem. O paper explora a referida história e o compartilhamento do sentimento generalizado de vingança por parte dos seus colegas, tendo em vista o papel da violência tal qual ação simbólica, isto é, uma linguagem aberta a processos de inteligibilidade e interpretação entre seus perpetradores e vítimas sejam eles do presente, passado ou futuro. Os resultados do paper são um recorte específico da minha tese doutoral. Com base nesses dados, afirmo que muitos dos significados nativos acerca da vingança são tributários de um processo em gestação já antes da entrada desses jovens na polícia. Vivendo em distintos contextos de precariedade, meus interlocutores compartilham relativamente de um mesmo fundo cultural com os bandidos que eles afirmam pretender combater. Neste cenário, casos conhecidos de agressão/vitimização violenta entre polícias e bandidos passam por um processo de atomização, onde os inimigos em disputa tendem a perder sua identidade individual e assumir um lugar na memória coletiva do conflito. Tal procedimento é fundamental para justificar e repactuar as agressões entre aqueles que participam da guerra antropofágica sejam eles tupinambás, sejam eles polícias ou bandidos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_787_30002604_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Como (não) contar um linchamento? Entre uma experiência dolorosa e o registro jornalístico

Fábio Magalhães Candotti (UFAM)

Este trabalho apresenta uma etnografia de um linchamento letal de um jovem sobrevivente do sistema carcerário, em Manaus, capital do Amazonas, em 2022. Trata-se de um esforço delicado de elaboração de uma experiência dolorosa, uma vez que conheci o jovem e convivo com parte de sua família há anos, em meio à luta anticarcerária. O que motiva esse esforço é confluência de dois processos: por um lado, o desejo, compartilhado por familiares e por mim, de não permitir o esquecimento da vida perdida, do próprio acontecimento e da injustiça que o cerca; por outro lado, tudo se deu enquanto eu finalizava um estudo sobre linchamentos noticiados. Nesse estudo, junto com outras/os colegas, analisamos e interpretamos, 578 reportagens, totalizando 600 eventos, ocorridos entre 2011 e 2020, em três metrópoles brasileiras. Além da frequência de casos e mortes, das motivações, do perfil de vítimas, dos instrumentos utilizados e da atuação policial, realizamos uma análise sobre a maneira como o jornalismo descreve os linchamentos por meio da quantificação da ausência de informações e da frequência de palavras nas reportagens, obtida com a análise computadorizada dos textos. Esse estudo se somou a uma etnografia de situações de linchamento (observadas diretamente por pesquisadores/as, narradas por interlocutoras/es, assistidas em vídeos) que, apesar de menos sistemática, mostrou-se fecunda para pensar a maneira como esses eventos ocorrem antes do registro jornalístico: através de uma malha de agentes (humanos e não humanos) que borra as linhas que separam o estatal e o não estatal, o policial, o trabalhador e o bandido”. Um dispositivo que chamamos de vigilantismo difuso. Mais do que isso, seguindo os fios dessa malha, essa etnografia permitiu pensar, igualmente, a maneira como a escrita jornalística ao lado de reportagens televisivas se alia ao trabalho policial e desdobra o que parece terminar nas ruas, participando de um agenciamento mais amplo que colabora não somente na produção contínua de mortes no meio das ruas, como numa certa incontabilidade dos linchamentos, no duplo sentido do termo: uma ausência de contagem de casos (seja por órgão de estado, seja por estudos acadêmicos, seja pela sociedade civil dedicada ao tema da violência”) e uma ausência de narrativas (seja em documentos de estado, seja em livros acadêmicos, seja em reportagens). O exercício de narrar a morte de uma pessoa querida, em aliança com as palavras e pensamentos de familiares ativistas, oferece, como contraponto, a elaboração de um dissenso que mostra a maneira como prisões, ruas, delegacias, hospitais e veículos de comunicação se conectam por meio da punição corporal e afetiva que ultrapassa a pessoa linchada. Em relevo nesse dissenso, está a noção de tortura” .

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Colocando nossos blocos na rua: os limites e potencialidades do fazer etnográfico em contextos de violência

Isabela Vianna Pinho (UFSCar), Isabela Vianna Pinho (UFSCar), Marcelli Cipriani (UFRGS), Ada Rízia Barbosa de Carvalho (USP), Juliana Torres y Plá Trevas (UFPE), Alana Barros Santos (UNICAMP)

O presente artigo surge do diálogo entre cinco etnógrafas que realizam distintas pesquisas em quatro estados brasileiros: Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Embora cada uma dessas investigações reflita especificidades teóricas, temáticas e territoriais, todas estão

imersas em contextos de violência, precariedade, criminalização e encarceramento, sendo nossos trabalhos de campo desenvolvidos em unidades prisionais e/ou periferias urbanas. Como resultado, tais contextos e lugares não só compõem os debates socioantropológicos nos quais estamos inseridas, mas tornam-se uma dimensão estruturante de nossa reflexividade como pesquisadoras. Se a escrita etnográfica é feita da descrição densa dos vínculos, mediações e articulações postos em movimento nas tramas de vida com as quais nos deparamos e engajamos em campo, são as tensões e ambivalências abertas pela seleção, composição e descrição desses encontros que aqui interrogamos. A partir de nossas interlocuções, percebemos que essas são preocupações comuns aos nossos percursos de pesquisa, muito embora sejam poucas vezes elaboradas e publicizadas. Por tal motivo, nos propomos a refletir sobre os desafios, as potencialidades e os limites metodológicos e epistemológicos identificados ao longo de nossos fazeres etnográficos e durante o processo de construção de nossas escritas, bem como a debater os caminhos aos quais aderimos e suas decorrentes justificativas. Consideramos, por exemplo, o risco à reificação de nossos objetos de estudo como consequência da seleção das informações coletadas; o reforço, por meio da exposição de certos dados, a representações sociais essencialistas e, no limite, punitivistas; as possibilidades concretas de reconhecimento da agência e da competência das atrizes e dos atores na reconstituição de situações; e, enfim, a mobilização de nossas escritas por meio de usos e contra usos pontuais e não necessariamente convergentes com os propósitos dos trabalhos. Diante de questões como essas, debatemos sobre o papel ativo que assumimos em cada uma de nossas pesquisas e sobre as escolhas que efetuamos (Fonseca, 2008), a fim de refletir de modo mais amplo sobre um fazer sociológico e antropológico que, nesses contextos etnográficos, reconheça os vínculos e as narrativas partilhadas por nossas interlocutoras e nossos interlocutores fugindo de uma condescendência intelectual que reproduza descrições romantizadas do que vemos, ouvimos e testemunhamos em campo, mas desenvolvendo táticas que evitem decair em uma cumplicidade, ainda que indireta, com a incitação da violência, com a negação dos atores como sujeitos de direitos e com o reforço à criminalização (cf. Cidade & Trabalho, 2020; Godoi et al., 2020; Marques, 2017; Salla, 2020).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A (des) construção da vítima inocente: Reflexões sobre a economia moral da inocência nas experiências micropolíticas de moradores de áreas de favelas do Rio

Jacqueline de Oliveira Muniz (UFF), Fatima Regina Cecchetto (FIOCRUZ), Gabriela Abrantes de Queiroz (UFF)

Aborda-se a categoria vítima inocente e suas manobras de sentido na gestão da violência letal. Trata-se de relato de pesquisa em curso, desde 2017, com juventudes periféricas e policiais do Rio de Janeiro. Apoia-se no trabalho de campo em favelas cariocas em diálogo com a narrativa jornalística sobre operações policiais construída por meio de uma base de dados de notícias de sites abertos. Adota-se como rumo analítico a produção da insegurança como projeto político. Este opera um regime do medo que, com suas práticas de exceção, administra e legitima o matar, o deixar matar e o deixar morrer como expressão da governança com o crime. Evidencia-se as moralidades que caracterizam certas pessoas assassinadas como vítimas de mortes



praticadas por policiais e domínios armados. Revela-se que categorizar as vítimas é um ato político, no qual o ato de nomear e atribuir sentido está em disputa entre agentes estatais, integrantes das mídias, parentes dos vitimados, ativistas sociais etc. A violência letal sofrida por alguém não é um marcador suficiente para que lhe seja concedido o status de vítima e de sua qualificação como "inocente" post mortem. Vê-se a combinação negociada de atributos identitários e seus salvos condutos morais no contexto de vitimização. Traz-se à cena discursiva as chaves interpretativas que reconstroem a trajetória do candidato à vítima e de seus credenciamentos sociais. Tem-se manobras interseccionais das razões de cor, gênero, orientação sexual, etária, classe, origem e inscrição religiosa para anunciar ou ocultar um lugar legítimo de vítima e inocente. Ser uma vítima, de fato e de direito, requer um "nada consta" moral que valide esta titulação póstuma e indique a fatalidade de uma morte injusta e sem merecimento. É preciso a validação do Estado que só fala a sua língua, dramatizando um embate entre suas instituições de segurança e justiça em busca da verdade soberana: quem pode e deve ser uma vítima inocente? A economia moral da produção política da vítima em seus status, faz uso da antinomia inocência e culpa que diferencia as vítimas para além da suas mortes e, em retrospecto, no aquém biográfico recontado quando ainda vivas. Nota-se os rendimentos da fabricação de juízos classificatórios e sentenciamentos cumulativos e reversos para situar as táticas discursivas que fazem justiça ao morto. Limpa o seu nome pela sua conversão processual à condição futura de vítima inocente, morta injustamente. Ou confirma sua culpa prévia como uma vítima culpada, envolvida com o crime, pelo seu desfecho fatal vindo de sua estória de vida, recriada como um auto testemunho insuspeito ou uma prova incontestada da perícia social: foi morto, mas procurou a sua morte, pois matar teria méritos e morrer teria merecimentos na guerra contra o crime” .

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre as pessoas matáveis e as pessoas não matáveis: a classificação da vida para seguidores da polícia do Amapá

Jade Figueiredo Costa (nenhum)

O presente trabalho tem o objetivo de abordar e interpretar interações que discorrem sobre as altas taxas de letalidade policial no Amapá no ano de 2021, com base em categorizações que sugerem a existência de indivíduos matáveis e não matáveis. As classificações, como procuro demonstrar, sugerem o "merecimento" da morte e a "eficiência" da polícia. As notícias que abordam altas taxas de letalidade policial são discutidas no perfil do Instagram "Devotos do BOPE-AP" como ação necessária para uma suposta segurança do Amapá. O Estado registrou em 2021 um índice de letalidade policial de 21,4 óbitos e em 2022, mesmo tendo uma queda nos dados de letalidade, o Estado ainda registrou índices significativos de 16,6 nas taxas de óbito por intervenções policiais, sendo a média nacional 3,2. No perfil os seguidores acionam categorias com "bandidos", "vermes" e "vagabundos" para se referirem as pessoas matáveis, essas categorias êmicas são fundamentais para se compreender, de maneira adequada, a rede de significados que informam as visões de mundo dessas pessoas, que estão relacionadas a compreensão local de quem são as pessoas matáveis e quais são os atributos presentes nas pessoas que devem ter seu direito à vida preservado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Gestão de meninos-problema: Escolas da periferia e a criminalização de trajetórias

João Pedro Dutra Henrique da Silva (UERJ)

Esse resumo é resultado de uma pesquisa etnográfica em escolas públicas de favelas no Rio de Janeiro, concentrando-se em analisar o processo de sujeição de alunos rotulados como "meninos-problema", através de dinâmicas discriminatórias, evidenciando a reprodução do racismo e criminalização da pobreza. Ao observar a rotina de duas escolas públicas na periferia, destaco a relevância da localização e da relação da instituição com o território, a fim de compreender como a complexidade das relações territoriais influencia o ambiente escolar, resultando na criminalização dos "meninos-problema". A análise detalhada da trajetória de dois jovens permite explorar como as dinâmicas do território permeiam a escola, contribuindo para a estigmatização desses alunos. Desfrutando da função de estagiário em educação especial pude compartilhar espaços com diferentes alunos, professoras, supervisoras e perceber e comparar as nuances de regimento e performance dos diferentes espaços da escola. Ouvi as opiniões e os comentários de alguns funcionários sobre determinados alunos e também sobre outros profissionais, e vice-versa. A acusação de certos alunos como 'os problemas' é tão frequente que pode ser entendida como um jargão, no qual a palavra 'problema', por força do hábito no ambiente escolar, seus usos e sentidos, faz com que se torne uma metáfora para algum aluno. É comum que os funcionários da escola se referiram a esses alunos apenas como problema, o problemático, "o problema da escola, aquele problema, ou problema do sétimo ano". Os julgamentos de valor que classificam esses alunos são verbalizados sem tanto pudor em qualquer lugar da escola. Um ritual diário de reificação de estereótipos é performado diariamente: na sala de aula, na frente de todos, nas entre salas da direção, no refeitório enquanto os demais comem, nos gritos de advertência pelos corredores das escolas. Concentro minha análise sobre a escola 1, escola do pé do morro e a forma com que Davi, um menino de apenas 7 anos, é estigmatizado como uma semente do mal e um problema para toda a escola. Sua classificação como meninos-problema se dá devido a seus casos de indisciplina escolar e por supostamente ser filho de um traficante do grupo armado que domina territorialmente o bairro. Dentre diversos episódios testemunhados em que o menino é discriminado pelo corpo de funcionários da escola, para que possamos compreender melhor a gestão e as expectativas da escola sobre a trajetória do menino, trago para análise a ameaça lúdica feita a ele pela diretora da escola depois do envolvimento numa briga durante o recreio Se você não mudar seu comportamento, você vai para aquela escola que não volta pra casa...o DEGASE".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_620_95971348_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A barbearia muda vidas, né mano?": medidas socioeducativas e projetos empreendedores

João Victor Borri de Oliveira (UFSCAR), Matheus Martins Sousa (UFSCAR)

Este paper decore de uma pesquisa em andamento. O objetivo é investigar as performances de masculinidade de jovens em comprimento de medidas socioeducativas em

meio aberto na cidade de São Carlos (SP). Para isso, partimos de uma pesquisa etnográfica que se concentra na observação participante das atividades rotineiras dos jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativas, no Salesianos, que é a instituição que articula e promove as medidas em meio aberto na cidade. Já realizamos trabalho de campo nessa instituição há alguns anos, e em trabalhos anteriores pudemos perceber que ao não pluralizar a realidade dos jovens que estão lá, bem como suas masculinidades, criam-se brechas para estigmatizá-los como agentes da violência e pessoas criminosas. E é este argumento que utilizamos de pano de fundo para realizar a reflexão que iremos propor.

Neste trabalho, propomos falar de algo que estamos observando nos últimos meses. Gostaríamos de investigar o projeto da barbearia, que é uma tentativa de qualificar e promover a formação desses jovens na área de barbearia e cuidados estéticos. Durante esse processo, averiguamos que falar sobre o empreendedorismo e seus sentidos é algo rotineiro durante as aulas. Embora o objetivo seja fornecer noções básicas para projetos autônomos, acreditamos que em alguns momentos a conversa acaba esbarrando no projeto neoliberal do empreendedor de si mesmo, sobretudo, na capacidade de gerir uma imagem e marca pessoal de forma a maximizar as chances de um notável sucesso profissional. São nesses momentos também, ao falar de empreender, que esses jovens são incentivados que o salão não é o lugar do corre, ou seja, apelos são feitos para que o trabalho nos mercados ilegais não seja realizado no espaço de trabalho formal.

É essa reflexão que queremos realizar neste trabalho apresentado na 34ª RBA, pois dizer para esses jovens que seu sucesso só depende de você nos parece uma cilada. Ao mesmo tempo, prefigura uma boa estratégia pensando nos efeitos dos apelos realizados para que eles parem de trabalhar com o tráfico.

Corrochano, M. C., & Laczynski, P. (2021). Coletivos juvenis nas periferias: trabalho e engajamento em tempos de crise. *Linhas Críticas*, 27.

Feltran, G. (2008). *Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp. Motta, L. D.

(2017). *Fazer estado, produzir ordem: sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas*. Tese (Doutorado) Sociologia, Universidade Federal de São Carlos.

Schlittler, M. C. (2011). *No Crime e na Medida: uma etnografia do Programa de Medidas Socioeducativas em meio aberto do Salesianos de São Carlos*. Dissertação (Mestrado) Sociologia, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_202_92517092_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A melhor prisão do Brasil: reflexões sobre a gestão da vida e dos números na Unidade Penitenciária Feminina de São Luís, Maranhão

Karina Biondi (UEMA)

Nas últimas décadas, a população carcerária brasileira cresceu vertiginosamente, sendo que o crescimento mais expressivo se deu no número de mulheres presas. O Estado do Maranhão seguiu a tendência de crescimento do restante do país, que ocupa atualmente a terceira posição entre os países que mais encarceram no mundo. Depois de uma crise em seu sistema penitenciário que o levou para o tribunal da Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Maranhão promoveu por uma ampla reforma no seu sistema carcerário, que ocorreu justamente durante o período de maior crescimento de sua população carcerária. Depois de alguns anos, especificamente em 2023, a Unidade Prisional de Ressocialização Feminina de São Luís (UFPEM), Maranhão, recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio de melhor estabelecimento penal do Brasil no Selo de Gestão Qualificada em Serviços Penais, promovido pela Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). Na mesma edição do prêmio, o Estado do Maranhão recebeu o primeiro lugar geral no ranking nacional. De fato, no decorrer de minha pesquisa sobre a vida das mulheres na UPFEM, pude notar um grande esforço na administração da unidade, mas também na Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Maranhão (SEAP) em atingir metas estipuladas. Esse esforço, por parte da administração, como não poderia deixar de ser, impacta diretamente na vida das mulheres em privação de liberdade. Esse impacto, entretanto, não é percebido por elas como algo que aponta para o alcance das métricas buscado pela administração penitenciária. Diferentemente, muitos dos regulamentos que, para os gestores, são racionalmente orientados, para as presas parecem sem sentido, injustos e, no limite, violentos. Nesta apresentação, a partir de pesquisa de campo realizada na UPFEM, mas também junto a egressas e na própria sede da SEAP, pretendo expor o que pude entrever do cotidiano das mulheres na UPFEM, fazendo uma discussão sobre o conjunto de regulações as quais elas passaram a vivenciar no interior de um modelo de gestão prisional celebrado como sendo o melhor do país. Abordarei, especificamente, como os principais itens de avaliação do Selo (segurança, assistências e gestão) se atualizam nos modos de controle dos afetos, dos acessos ao que a administração chama de regalias e da circulação de objetos e de pessoas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_293_80736031_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"De que adianta escrever certo se a gente nem sabe se chegou ao destino": reflexões acerca da relação intra e extramuros produzida pelas cartas no cotidiano prisional.

Kellyn Gaiki Menegat (UFSC)

A partir de uma pesquisa etnográfica realizada com mulheres trans e travestis que cumpriam pena na Penitenciária Masculina de Florianópolis, em Santa Catarina, este trabalho tem por objetivo refletir sobre o papel atribuído às cartas e documentos articulados cotidianamente pelas pessoas vinculadas à instituição

prisional. Neste sentido, proponho-me a pensar suas diferentes representações a partir da intersecção dos marcadores de raça, classe social e identidade de gênero das mulheres com quem dialoguei. Durante a realização da pesquisa de campo, pude observar o papel fundamental que as cartas exerciam no cotidiano vivenciado pelas interlocutoras, em alguns casos elas representavam o resgate e a

manutenção do contato com seus familiares e amigos a partir de relatos do cotidiano, desenhos e registros fotográficos, bem como, a demonstração de afeto pelos seus companheiros relatado em escritos permeados por amor e saudade, ainda, em outros momentos as cartas representavam para as interlocutoras a possibilidade de serem vistas e ouvidas pelos órgãos judiciais, ao passo que narravam situações de violência e restrições de direitos. Tais documentos atuam enquanto vasos comunicantes que demarcam fronteiras, conectam a prisão e os espaços intra e extramuros, produzindo redes de contato entre interlocutores, familiares e pesquisadores (Feltran, 2011; Godoi, 2015; Lago, 2014). Ao mesmo tempo, as cartas não escapam do controle promovido pelo Estado que, na figura de agentes policiais penais, realiza a leitura daquilo que foi escrito sob o argumento oficial de que ali poderia haver a comunicação de algum plano de fuga ou resgate de pessoas presas, mas que, na prática, se mostra muitas vezes enquanto um mecanismo de punição de determinados corpos a partir de uma análise discricionária daquilo que é permitido entrar e sair da prisão (Padovani, 2015). Dessa forma, neste artigo busco refletir as diversas representações produzidas pelas cartas a partir dos relatos e vivências que surgiram no decorrer do meu trabalho de campo, bem como, a partir das experiências narradas por outros autores e autoras que pesquisam o campo prisional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O lamento do general: os caminhos da incriminação dos militantes políticos na ditadura militar

Lucas Pedretti Lima (UERJ)

A presente comunicação busca refletir sobre os discursos por meio dos quais o Estado operava a incriminação no sentido proposto por Misse - dos militantes de oposição detidos durante a ditadura militar. O objeto empírico da comunicação é uma entrevista concedida pelo general Antonio Murici, chefe do Estado-Maior do Exército, em 1970, que tinha como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa feita para compreender os caminhos pelos quais a subversão vinha procurando deliberadamente atingir a mocidade”. Nessa entrevista, o militar demonstra verdadeiro lamento por ver jovens das classes A e B que deveriam estar se preparando, em sua visão, para se tornarem futuros chefes se juntando a movimentos revolucionários de oposição ao regime. Essa fonte, quero argumentar, nos permite um acesso privilegiado aos processos de constituição de formas classificatórias e de atribuição de sentido por parte dos agentes do Estado. Tomando-a como um atalho para promover um mergulho etnográfico naquele contexto, pretende-se refletir sobre como os militares foram levados a constituir, durante a ditadura, novos tipos criminais, diante da necessidade de ampliar o rol historicamente existente de sujeitos torturáveis e matáveis na experiência histórica brasileira. Em uma leitura a contrapelo, que leva a sério a síntese formulada por Efreim Filho de que o crime é o sujeito, a análise nos permite reforçar a percepção de que noções como 'vadios', 'vagabundos' e 'bandidos', que desde o século XIX operam para legitimar a violência de Estado no marco da atuação cotidiana das polícias e do sistema de justiça criminal, são atravessadas

por determinantes de raça, classe e território. Nesse sentido, era impossível, na prática, que jovens brancos de classe média pudessem ser criminalizados a partir dessas mesmas categorias. Daí a emergência de noções como 'subversivos' e 'terroristas', que construam outra via por meio da qual os militantes podiam ser situados do outro lado da fronteira moral que divide os cidadãos de bem dos sujeitos matáveis e da fronteira penal que distingue a normalidade do crime. Essa leitura permite compreender, também, que a necessidade de criar novas categorias para legitimar a violência estatal contra os militares era uma indicação de que eles também poderiam trilhar trajetórias específicas em sua tentativa de escapar das marcas da incriminação. Daí se percebe como, nos marcos da luta pela anistia, foi possível uma ampla reabilitação moral, política e criminal dos outrora 'terroristas' e 'subversivos' agora apresentados como 'presos políticos' -, ao mesmo tempo em que a nascente democracia não promoveu qualquer mudança significativa nas estruturas de perpetração de violência de Estado contra os 'bandidos comuns'.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A gente é o certo": concepções morais acerca do 'crime' e do Estado por parte dos 'irmãos' de Pedrinhas

Lúcia Mendes Miguez (USP)

O presente trabalho parte do objetivo de se debruçar sobre as formulações morais que os meus interlocutores, homens presos, produzem sobre si mesmos, e como essas formulações autorreferenciadas se relacionam ou se diferem de formulações morais feitas sobre o crime, mas de fora dele. Eu denominei as formulações dos homens com quem conversei de contra-moral, no sentido de que são relacionais, de dentro, mas referidas à perspectivas de fora. Ser do 'crime', no universo prisional, não é a mesma coisa que cometer um crime, e é um pertencimento sempre em disputa. Pela produção intensa, coesa e específica que o PCC faz de categorias morais relacionadas ao crime, eu escolhi me deter nesse ponto de vista. A partir de uma etnografia realizada no presídio de Pedrinhas, em São Luís - MA, no pavilhão pertencente ao PCC, o trabalho pretende compreender como estes irmãos e companheiros produzem um discurso que parte de uma conduta do Estado para justificar as suas condutas na demanda por direitos. Segundo meus interlocutores, o PCC 'demonstra respeito para ser respeitado', procura dialogar com o Estado para que se chegue em um 'entendimento', mas nunca em uma 'negociação'. Assim, eles 'batem de frente', mas sempre 'em cima' daquilo que o Estado diz, e colocando 'o lado deles', porque, segundo os mesmos, eles sabem 'seus direitos'. Dessa forma, busca-se compreender como o 'certo' é formulado a partir de determinadas balizas, e quais modulações são necessárias para que o 'certo' seja definição moral do 'crime', tal como pensado pelo PCC, muito diferente daquele pensado pelo Estado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_985_24886525_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Diante da lei está um porteiro": Limites da justiça pelo Estado

Maynara Costa de Oliveira Silva (UFMA)

Escrevo sobre como são constituídas e acionadas as categorias violência e crime nos processos de inteligibilidade na instituição policial, a partir de uma perspectiva etnográfica. Para isso, analisei dois inquéritos policiais tramitados na Delegacia da Mulher de São Luís no ano de 2018, que descrevem o caso de Vera e Dominique pois são capazes de evidenciar que o ato de fala da mulher não é apenas um dos procedimentos, mas se constitui como instrumento persecutório do processo penal. O caso de Vera carrega uma dupla narrativa: de um lado sentia-se vítima de uma violência sexual, do outro, não havia materialidade, nem tipificação possível para identificar que aquilo que ela descrevia seria um crime contra sua dignidade sexual. Esse fato ocorreu em abril de 2018, um período em que a classificação era impossível, pois não havia tipo penal específico para sua demanda. Logo, Vera sofreu uma violência, sente-se vítima, mas não é para o Estado e nem o será em breve, não por esse caso. Enquanto, o caso de Dominique, ocorrido em setembro de 2018, acessou a malha classificatória do Estado com uma narrativa semelhante à de Vera a partir da incorporação do sentido da violência a uma norma específica. Isso possibilitou que o processo fosse reconhecido como crime de importunação sexual e a usuária do serviço como vítima e o autor como investigado. Nos dois casos havia uma exposição moral da dor, do grito, do fato, do ato, do sofrimento. Não havia armas, sejam revólveres ou facas. A diferença, no entanto, estaria na lei penal do tempo da ação, na interpretação da norma, nos limites da justiça pelo Estado e suas servidoras. Assim, argumento que ao descrever os processos de Vera e Dominique não busco enfatizar as circunstâncias e similitudes das situações por elas vividas (que de fato são semelhantes), tampouco atear acusações contra a instituição e suas administradoras. Intento, antes, demonstrar que um fato é (re)atualizado cotidianamente a partir de fatores de transformação como a aplicação e a dinâmica do âmbito da lei; as concepções de crime registradas e compreendidas Estado; os procedimentos burocráticos, exames periciais e todos os mecanismos que podem ser acionados para transformar a violência em crime e a mulher em vítima.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas Etnográficas Sobre os Presos em Regime Semiaberto na Penitenciária de Florianópolis

Nicolas Roberto Quadros (Uni)

O presente trabalho apresenta as primeiras aproximações de minha pesquisa de Mestrado em Antropologia Social ainda em desenvolvimento junto ao Laboratório Universitário de Política, Direitos, Conflitos e Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina (LUPA/UFSC). A pesquisa se justifica em função da situação dos complexos prisionais brasileiros, de precarização vinculada a processos de desumanização e marginalização dos presos, na qual se expressa uma distinção entre sujeitos de direito versus sujeitos negados (BUTLER, 2015). A pesquisa tem por objetivo analisar de que forma os presos em regime semiaberto da Penitenciária de Florianópolis (SC), localizada no bairro da Agrônômica, se relacionam com as políticas de reintegração e ressocialização dessa instituição. Busco entender como os apenados vivem e organizam sentidos a partir dessas políticas, tendo em vista que os discursos acerca da ressocialização têm historicamente validado a prisão como a forma mais adequada de punição. Para tanto, tenho desenvolvido como pré-campo observações participantes presenciais, com a

manutenção de caderno e diário de campo para o registro das minhas observações em audiências públicas, conferência de direitos humanos e manifestações que discutem a situação dos complexos prisionais em Santa Catarina. A pesquisa tem sua importância ressaltada pela urgência de estudar o campo das prisões na era do encarceramento em massa e da negação dos direitos humanos nos estabelecimentos prisionais. Considerando que, pesquisas antropológicas feitas em prisões vem crescendo e estabelecendo novas maneiras de se fazer etnografia a partir desse campo, compreendo que a presente pesquisa pode contribuir para essa área, a partir do diálogo com os escritos de Michel Misse (2016), Michel Foucault (1987), Loïc Wacquant (2001), Kant de Lima (2000) e Fernando Salla (2013).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A violência no corpo e na subjetividade: relatos etnográficos de esposas e companheiras de pessoas em situação prisional em Salvador e região metropolitana

Rebeca de Souza Vieira (UFSC)

O presente resumo visa abordar as experiências vivenciadas por mulheres negras, companheiras e esposas de homens em restrição de liberdade em Salvador e na Região Metropolitana que figuram como visitantes no sistema prisional e são submetidas a um controle que vai para além do corpo e transbordam para a subjetividade, uma vez que as mulheres passam por um processo de padronização e negação, como por exemplo: não poder usar extensões de cabelo, mesmo passando pelo body scanner. Assim, a presente pesquisa questiona: como as mulheres percebem o controle do Estado sobre seus corpos e subjetividades no trânsito de se tornar e figurar visitante. Para responder tal questionamento será usado relatos etnográficos que vêm sendo coletados desde de 2022, junto com a observação participante e procedimentos de levantamento bibliográfico e uso de diário e caderno de campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A relação entre os indígenas Guajajara e os aparelhos punitivos estatais

Robson Nonato de Sousa Guajajara (NA)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência de pesquisa realizada na Terra Indígena Rio Pindaré, no Maranhão, no intuito de buscar desenvolver uma reflexão sobre o modo como se dão as práticas de resolução de litígios entre os Guajajara, em suas soluções endógenas e naquelas articuladas com a justiça estatal. Pretendo mostrar que, entre os Guajajara, há modos tradicionais de solucionar conflitos internos sem que, para isso, se recorra à tecnologia prisional. No entanto, muitas vezes os aparelhos policiais e judiciários do Estado brasileiro incidem sobre o cotidiano do povo, ora como forças exógenas que se impõem às práticas tradicionais, ora como parceiros e aliados. Entre esses dois extremos, há toda uma miríade de situações da vida real que são constantemente e cotidianamente problematizadas pelos próprios Guajajara e que variam de aldeia para aldeia, de território para território. Durante a realização do trabalho de campo, foi possível classificar as práticas de solução de litígio em três tipos: simples, média e complexa, que variam conforme os atores envolvidos e, principalmente, a participação do sistema de justiça do Estado Brasileiro, ou seja, a justiça universalizante. Dependendo da transgressão causada pelo indivíduo, o grau da punição a ser

aplicado pode variar, assim como o conjunto do júri para a deliberação da pena do sujeito causador de um conflito. De todo modo, é possível afirmar que a comunidade constitui regras para tomar uma decisão e para manter essa decisão em vigência, nas percepções de suas características tradicionais. Além disso, se percebeu também que, para os Guajajara, a unidade jurídica não é o indivíduo, mas a pessoa e suas redes amplas de relações. Por isso, a análise de casos de conflitos precisa ser ponderada com cautela, para não influenciar na exaltação dos clãs do acusado e da acusação. Os conflitos causados por litígios nesta T.I. demonstram características peculiares da política interna, do modo como esses Guajajara tratam os seus conflitos, baseados em princípios morais de regras internas de condutas. Mas conclui-se que, devido às mudanças ocorridas na região, foram desencadeadas relações interétnicas com o sistema de justiça da sociedade abrangente, que em alguns casos vem se impondo às alternativas praticadas pelos Guajajara para tratar conflitos internos. Contudo, este trabalho chama atenção para pontos em que a sociedade civilizada tem muito que aprender com uma comunidade indígena, em particular na significação de percorrer outros caminhos na cientificidade do estudo teórico sobre conflito, crime, e na maneira de julgar uma pena a um transgressor da ordem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_285_27117797_533423.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

À Mesa da Prisão: Uma etnografia das práticas alimentares no Presídio Regional de Pelotas

Tamires Rodrigues Siqueira (UFPEL), Renata Menasche (UFPEL)

A alimentação adequada e saudável é direito constitucional de toda população brasileira, mas dentro do sistema prisional, essa não é uma realidade resguardada. Os relatórios nacionais referentes à alimentação prisional demonstram que a comida oferecida a pessoas em situação de cárcere fere a dignidade humana, sendo caracterizada por má qualidade, não apenas pela insuficiência de frutas e legumes, mas também pela presença de alimentos estragados. Durante o trabalho de campo, notou-se não apenas uma deficiência nutricional na alimentação, mas também uma culinária insípida, na qual o ato de comer perde seu significado cultural e social associado à comida. Isso faz com que o ato de se alimentar não reflita mais o pertencimento dos indivíduos aos seus grupos sociais e resulta na perda da capacidade de evocar memórias afetivas ligadas à comida. Em vez de transmitir significados culturais, a comida oferecida passa a ser apenas mais um elemento da rotina diária. No Brasil, terceiro maior país do mundo em termos de população carcerária, os aspectos mencionados revelam uma política de produção de morte, sobretudo, quando observado quais os grupos sociais com maior participação nos índices de encarceramento: pretos, pobres e analfabetos. Nesse cenário, a partir da observação de práticas alimentares da população carcerária do presídio masculino regional da cidade de Pelotas/RS, a etnografia em curso, submetida à discussão neste GT, pretende apreender tensionamentos revelados nesse contexto. A partir da pesquisa até então realizada, pode-se destacar dois elementos: a alimentação como ferramenta de punição; as estratégias elaboradas pelos sujeitos a partir de práticas de escambo para mitigar os efeitos da alimentação de baixa qualidade. Dentre as fontes de tensão observadas em campo, estão as dinâmicas de organização da distribuição da alimentação e a insuficiente disponibilidade de alimentos. A comida se

destaca como um elemento importante para ponderar sobre as complexidades que permeiam o sistema carcerário. A superlotação das celas e o imprevisto de utensílios com garrafas PET e outros recursos disponíveis, ressaltam a necessidade de uma discussão aprofundada da problemática. Práticas como o escambo, em que se percebe que qualquer coisa pode ser trocada e negociada, desde chinelos até massagens nos pés - como um interlocutor destacou, não há nada lá dentro, então tudo precisa ser inventado -, revelam-se de extrema importância para apreender a dinâmica interna da prisão, os mecanismos de poder subjacentes e as estratégias empregadas para contornar as condições adversas a que estão submetidos, como a superlotação das celas ou o fato de as excreções fisiológicas serem realizadas no mesmo local em que se alimentam.

GT 058: Experiências com laudos antropológicos no Brasil profundo

A presente proposta de GT (Grupo de Trabalho) diz respeito à socialização de saberes, troca de experiências e discussões sobre a produção de diversos tipos de laudos antropológicos no Brasil profundo, isto é, nas vastas extensões do território nacional pouco visibilizadas pelas grande mídia e distantes dos maiores centros metropolitanos e suas instituições de ensino superior. Referimo-nos especialmente às regiões onde persistem configurações sociais que remetem à ancestralidade de populações originárias e tradicionais que reivindicam direitos territoriais, bem como o reconhecimento de expressões culturais que demandam a produção de laudos a profissionais do campo da Antropologia e áreas afins. Tais profissionais produzem diversos tipos de relatórios técnico-científicos sobre assuntos dos mais variados: terras tradicionalmente ocupadas, adoção de crianças, pessoas que configuram como réus em processos judiciais, licenciamento ambiental, patrimônio cultural etc. Em geral são perícias destinadas ao Judiciário, relatórios produzidos a órgãos do Estado, laudos que fazem parte dos estudos exigidos para o licenciamento ambiental de diversos empreendimentos etc. Neste sentido, o GT estará aberto à participação de estudantes e profissionais em diferentes níveis de formação acadêmica que possuam estudos e reflexões sobre essas práticas antropológicas cada vez mais exigidas e recorrentes no Brasil e em outros países latino-americanos.d

Coordenação

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL), Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Percepção ameríndia sobre processos judiciais criminais e perícia antropológicas: análise socio-jurídica antropológica de um caso criminal kadiwéu em Mato Grosso do Sul, Brasil

Bárbara Ferreira Ávila do Carmo (UFMS), Gustavo Costa do Carmo (RAIS)

Processos criminais envolvendo os povos indígenas no estado do Mato Grosso do Sul, Brasil possuem uma estatística surpreendente. Em razão da resolução 287 do CNJ do ano de 2019 passa a ser indispensável a produção de laudos antropológicos nos casos em que envolvam

peças indígenas. Esta pesquisa tem por objetivo apresentar uma análise e reflexão de um trabalho de campo ocorrido em função de um laudo antropológico em um processo criminal envolvendo uma pessoa kadiwéu (guaikuru) ocorrido no município de Bodoquena, oeste de Mato Grosso do Sul. A metodologia do trabalho de campo foi orientada por descrições etnográficas sobre as percepções da pessoa kadiwéu envolvida no processo judicial, bem como as percepções de sua família nuclear. Nesse ponto, o diagrama de parentesco foi fundamental para compreender as diferenças socioculturais entre perspectivas envolvidas no caso. Em relação aos resultados observou-se as discrepâncias entre o que está posto no processo e os fatos vistos do ponto de vista kadiwéu, assim como os impactos causados na vida cotidiana de sua parentela decorrente dos procedimentos do processo judicial. A estrutura desse conflito, por suposto, pode ser pensada no laudo antropológico, sobretudo, pelas relacionalidades e percepções kadiwéu

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_619_81034513_024881.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Infâncias (des)abrigadas: quero perguntar ao juiz se minhas irmãs vão voltar para casa

Célia Maria Foster Silvestre (UEMS)

A comunicação pretende apresentar questões referentes a perícia antropológica realizada em 2021, durante a pandemia de Covid, através de convênio entre o Ministério Público Estadual e a Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD. Entende-se que se trata de um caso emblemático, dados os atravessamentos nele presentes e por ser o primeiro relatório com atuação da perita. Reflete o trauma que a situação de abrigo coloca para as famílias indígenas e a necessidade, por parte do estado, de políticas de enfrentamento à vulnerabilidade e fortalecimento dos laços familiares que ressoem futuros desejáveis a partir da valorização dos coletivos indígenas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_014_75606883_024881.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A emergência de laudos antropológicos nos processos de adoção e medida de proteção de criança indígena em vulnerabilidade.

Gabriela Barbosa Lima e Santos (UFMS), Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS)

Este trabalho consiste nas primeiras experiências como perita na área de Justiça no estado de Mato Grosso do Sul, e nas produções de Laudos Antropológicos enquanto produto destas. Dois casos distintos, ambos se tratando de Medida Protetiva de Menor (de criança Guarani-Kaiowá), ressaltam a emergência do trabalho do antropólogo como perita para salvaguardar os direitos da criança indígena, reconhecendo suas particularidades culturais. Cada caso complexifica-se pelos diferentes interesses que cada requerente à guarda da criança possui, mas também como ela é enxergada dentro de cada uma dessas famílias. Verifica-se que a solução dada pelos kaiowá para este problema, isto é, da adoção da criança em vulnerabilidade, através do seu direito consuetudinário, não está distante do que é estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo nº 28, quanto à escolha de uma família substituta, respeitada a qualidade de

exceção, ou seja, quando não é possível o retorno da criança em seu seio familiar. O papel do/a antropólogo/a, além de pormenorizar a situação individual da criança, histórico de vida sua e de sua parentela, é avaliar e interpretar o contexto social onde a mesma vive, bem como o contexto dos requerentes à sua guarda, incluindo genitores, parentes e não parentes, em busca de sugerir as melhores opções de inserção ou reinserção familiar para seu crescimento saudável, para que assim ela possa exercer o seu direito de ser plenamente criança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_150_76915940_024881.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O tempo não-etnográfico: notas críticas sobre a atividade antropológica nos Licenciamentos Ambientais do Brasil

Ítalo Cassimiro Costa (UFMG)

A proposta deste trabalho é apresentar um dos contextos do desenvolvimentismo no Brasil. Trata-se, portanto, de uma análise crítica a respeito do empreendimento de duplicação da rodovia federal BR 364 previsto para o centro-oeste brasileiro nas próximas décadas. Os povos Nambikwara, habitantes milenares dessa região do país, são os primeiros e principais atingidos pelo projeto caso ele venha a ser viabilizado. No entanto, apresento aqui reflexões que alertam para o modus operandi e para os litígios que tornam a consulta antropológica limitada e reificada no licenciamento, acarretando, dessa forma, prejuízos infralegais e constitucionais para os povos étnicos e tradicionais atingidos uma vez que as temporalidades envolvidas nos processos burocráticos tendem a ser aceleradas para o empreendimento e retardadas para a garantia de direitos étnicos. O texto apresentará uma análise sobre esse contexto a respeito do fator tempo no fazer antropológico em Licenciamentos Ambientais com base nos estudos já realizados por Johannes Fabian em *O Tempo e o Outro: como a Antropologia estabelece seu objeto* (1983), por Raquel Oliveira Santos Teixeira, Andréa Zhouri e Luana Dias Motta em *Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento* (2021) bem como por Deborah Bronz em *Do campo etnográfico ao campo político: uma análise dos bastidores do licenciamento ambiental* (2020).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_689_82836938_024881.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do registro dos espaços nos laudos judiciais e administrativos ao mapeamento de terras e águas tradicionalmente ocupadas por comunidades Guató no Pantanal

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

O objetivo desta comunicação é apresentar alguns dos procedimentos científicos recorridos à produção de laudos sobre áreas tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas no Centro-Oeste. São estratégias científicas especialmente recorridas para o registro de espaços ocupados de diversas maneiras: habitações, roças, cemitérios, sítios arqueológicos, lugares de caça, pesca, manejo florestal etc. Os laudos de que tratam este trabalho foram produzidos sobre quatro terras indígenas: T.I. Buriti (2003) e T.I. Nãnde Ru Marangatu (2007), em Mato Grosso do Sul; T.I. Santuário dos Pajés (2011), em Brasília; T.I. Baía dos Guató (2017), em Mato

Grosso. A partir das experiências acumuladas durante a produção desses laudos, sendo três destinados à Justiça Federal e um à Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), são apresentadas as estratégias científicas recorridas em recentes trabalhos, voltados para o mapeamento de terras e águas tradicionalmente ocupadas por comunidades Guató no Pantanal. São estudos cujo propósito maior é atender a demandas que envolvem a reivindicação de duas áreas: uma anexa à Terra Indígena Guató e outra relativa ao território da comunidade da Barra do São Lourenço, ambas localizadas na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

PERÍCIAS SOBRE ABRIGAMENTO DE CRIANÇAS E GUARANI NO MS: obrigações parentais em cenário de múltiplas formas de negação de direitos

Levi Marques Pereira (UFGD)

O artigo discute resultados de várias perícias realizadas em processos judiciais sobre abrigo, adoção e destituição de guarda de crianças kaiowá no MS. Busca demonstrar como a atuação do Estado é responsável pela desterritorialização das parentelas, levando muitas delas a perder seus territórios de ocupação tradicional e a autonomia organizacional. A população kaiowá vive exposta a uma crise humanitária que dura muitas décadas, isto tem levado as parentelas e as famílias nucleares a encontrarem sérias dificuldades em proporcionar as condições necessárias ao desenvolvimento das crianças, com fizeram durante séculos. Ao final aponta algumas sugestões sobre como o Estado poderia rever sua prática colonialista.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_142_83313584_024881.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A importância da Arqueologia na produção de laudos antropológicos: perspectivas Guarani, Kaiowá e Laklãnõ/Xokleng

Rosalvo Ivarra Ortiz (USP), Walderes Coctá Priprá de Almeida (Estudante)

Nos últimos anos importantes trabalhos foram desenvolvidos acerca dos laudos antropológicos, envolvendo diversos grupos étnicos (Pacheco de Oliveira 1994; Eremites de Oliveira & Pereira 2009; Eremites de Oliveira 2012; Pacheco de Oliveira, Mura & Silva 2015). Conforme isso, com base em nossos dados arqueológicos obtidos através da etnografia multisituada (Marcus 1995) centrada na arqueologia do presente (González-Ruibal 2019; Silva 2024) e etnoarqueologia (Eremites de Oliveira & Milheira 2021; Rodrigues 2022) juntos aos povos indígenas Guarani e Kaiowá do Sul de Mato Grosso do Sul e Laklãnõ/Xokleng do Vale do Itajaí em Santa Catarina, temos por objetivos refletir a respeito desta temática fundante à antropologia brasileira. Em síntese, os dados em si são variados, como exemplos: objetos ritualísticos, artefatos líticos, sítios arqueológicos de artes rupestres, antigos assentamentos, cemitérios, lugares de memórias, paisagens múltiplas e áreas antropizadas que possuem profundas e intrincadas relações cosmológicas e ontológicas com tais grupos ameríndios e, que precisam ser levados em consideração nas reivindicações territoriais e ambientais. Portanto, em contexto do Marco Temporal das terras indígenas que reconhece apenas as terras ocupadas pelos parentes

em 1988 (data da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil) os dados arqueológicos e etnoarqueológicos tornam-se primordiais nesses processos de lutas e resiliências na era do Capitaloceno (Moore 2022), tendo em vista que atestam a história indígena de longa duração, em que díspares materialidades e espacialidades estão entrelaçadas no espaço-tempo. É por limiar, destaca-se que para obtermos os dados utilizamos o método genealógico com ênfase no sistema de parentesco com base na ancestralidade, consanguinidade, afinidade e afinidade política (Rivers 1991) dos anciãos e anciãs nas respectivas comunidades, no qual, privilegiou-se as narrativas orais e memórias individuais e coletivas. Diante disso, corrobora-se que é fundamental que as autoridades governamentais reconheçam a importância de 'preservar' e expandir as terras indígenas, pois, justamente os indígenas são os grandes responsáveis pela manutenção da fauna, flora e usos sustentáveis dos recursos naturais disponibilizados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

E o/a antropólogo/a com isso? A prática da perícia antropológica em contextos quilombolas no Brasil

Rosânia Oliveira do Nascimento (UFRJ)

Neste trabalho, visamos apresentar um balanço bibliográfico da produção antropológica no tocante a feitura de laudos antropológicos em contextos quilombolas. No Brasil, a prática surge nos anos 1980 do acordo firmado entre a Procuradoria-Geral da República e a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), aproximando as/os profissionais antropólogos/as da sistemática processual e da hermenêutica jurídica (Leite, 1996, p.6). Como demonstrado na literatura mobilizada neste texto, a promulgação da Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo da Cultura e no Artigo 68 da ADCT, reconheceu os direitos territoriais, culturais e sociais das comunidades quilombolas. Nos anos 1990, o debate se concentrou na autoaplicação e/ou implementação destes preceitos legislativos à realidade nacional, as políticas públicas específicas na esfera do poder executivo estadual e federal surgem a partir do início dos anos 2000. Assim, a experiência antropológica em contextos indígenas se ampliou para as especificidades das terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades quilombolas. O crescente litígio envolvendo tais coletividades e os agentes antagônicos demandou da ABA, das/os profissionais antropólogo/as e do movimento quilombola esforços técnicos-científicos, intelectuais e políticos para lidar com a jurisprudência desconhecadora dos princípios da territorialidade e ancianidade negra. Assim, objetivamos entender a participação das/os antropólogos/os na produção de laudos antropológicos em contextos quilombolas, repensando os esforços e desafios do seu fazer antropológico e fazer etnográfico nos processos judiciais e administrativos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

É possível converter a experiência pericial em ensino de Laudos antropológicos?

Ugo Maia Andrade (UFS)

Respondendo a um cenário em que emerge, de forma eloquente, uma demanda por profissionais da antropologia a fim de atuarem em situações extra-acadêmicas diversas, a ABA passou a

recomendar que graduações em antropologia ou em Ciências Sociais e PPGs em Antropologia mantenham em seus currículos componentes que tratem exclusivamente da produção de laudos antropológicos, estratégia que qualificaria profissionais no atendimento das demandas por laudos e, igualmente, faria frente a profissionais sem formação mínima em antropologia que pretendem atendê-la. Mas, é possível ensinar a "fazer laudo"? Como - a partir de experiências etnográficas de situações de perícia cujo sentido emerge do emprego conjunto de conhecimentos gerais e específicos dos campos da antropologia e do direito - qualificar profissionais em formação para que lidem com suas próprias experiências de situação de perícia? A comunicação pretende refletir sobre tais questões problematizando três experiências de perícia antropológica do autor, a saber, a produção de um laudo antropológico de acompanhamento do processo de obtenção de anuência prévia para acesso a conhecimento tradicional associado à patrimônio genético, realizado junto a uma comunidade ribeirinha do PA; e a produção de dois laudos periciais realizados para a JF junto a comunidades quilombolas do interior do CE e de SE.

GT 059: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário no Brasil e na América Latina

A participação indígena em processos eleitorais tem recebido ainda tímida atenção por parte da etnologia indígena e das Ciências Sociais no Brasil e de modo geral nos demais países da América Latina. Isso não obstante o crescimento no número de candidaturas e mandatos de indígenas havido nos últimos 50 anos, e a emergência de uma intelectualidade indígena que passou a disputar e ocupar espaços de representação e na regulação, formulação e gestão de políticas públicas. Novas formas do social indígena se tornar político se desenvolveram e consolidaram neste período, conjugando atuações extra e intrainstitucional. O interesse desse GT é continuar reunindo pesquisadores que têm se dedicado a investigar essa temática nos últimos anos. Interessa-nos trabalhos que descrevam e analisem: a participação indígena nos Poderes Executivo e Judiciário; a agência e a agenda indígena individual e coletiva em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre indígenas (candidatos ou eleitos) e o movimento indígena organizado; os processos de construção de candidaturas e mandatos indígenas e sua relação com os partidos políticos; a participação do eleitorado indígena e não-indígena nas candidaturas e nos mandatos indígenas conquistados; as conquistas e limites da participação e autodeterminação indígena no sistema eleitoral; biografias e trajetórias de indígenas que conquistaram mandatos; o debate sobre sistema de quotas indígenas em espaços eleitorais institucionais. Dossiê em preparação.d

Coordenação

Ricardo Verдум (Laced/Museu Nacional/UFRJ), Luís Roberto de Paula (UFABC)

Debatedor(a)

Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ)

| Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre os limites teóricos e empíricos da Ciência Política para o estudo da participação política indígena

Ana Carolina Vaz (IPOL/UnB)

Neste artigo, apresento os limites que a Ciência Política tem para a análise do fazer político do movimento indígena. Admitindo que há um alinhamento da produção de conhecimento às prioridades dos Estados nacionais, diferentes modos de saber e conhecer passam a ser hierarquizados. A forma de fazer e analisar desta área de conhecimento, ignora a produção de conhecimento indígena sob os seus próprios sentidos e perspectivas. No Brasil, ainda que seja possível anunciar a entrada de organizações do movimento indígena em plataformas partidárias eleitorais, a participação indígena e sua importância para o sistema político tem tido pouca atenção dos cientistas políticos. A ausência de estudos vem pela negligência em assumir que etnia ou raça podem ser clivagens políticas importantes para se pensar os sistemas políticos. Apresento dois pontos teóricos e empíricos utilizados na Ciência Política que podem se apresentar como fatores limitantes à ação étnica: o primeiro está relacionado à estruturação dos sistemas políticos e da competição partidária nacional, já o segundo, às formulações teóricas acerca da construção e reconstrução de identidades coletivas. A consolidação dos sistemas político-partidários na América Latina vem de uma epistemologia europeia, que não encarava as clivagens étnicas como um elemento importante para a estruturação do sistema político ou como uma característica definidora desses Estados. A estruturação da competição partidária unitária em todo território nacional, passa a se constituir dentro do eixo direita-esquerda e constitui a competição partidária em um processo de homogeneização étnica em seu interior. Da mesma forma, os partidos políticos seguem a lógica da monocultura nacional. Em relação à identidade do movimento indígena, o "mainstream" epistemológico entende que o processo de construção da identidade é reflexivo, a partir da diferenciação entre o eu coletivo e o outro. No caso da formulação do movimento indígena, o reconhecimento do eu coletivo e do outro não foi resultado de um processo reflexivo dessas organizações e comunidades ou um processo de unificação ou reconhecimento voluntário. Sua identidade coletiva é fruto do conflito político social e da interação com o Estado. O movimento indígena reelabora uma identidade política interétnica, para interagir no sistema político ocidental, ao mesmo tempo que mantém uma identidade coletiva firmada em reconhecimento da diferença, com solidariedades comuns. Sendo assim, este paper busca lançar luz aos limites teóricos do campo de estudos de movimentos sociais e partidos políticos, identificando como a concepção e atual formulação das teorias se apresentam como obstáculos para efetivação da participação partidária e eleitoral das populações indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aldear a Política e Retomar o Brasil: política representativa e a construção de um movimento indígena nacional

Gabriel Hardt Gomes (FFLCH)

O texto a ser apresentado na 34^a Reunião Brasileira de Antropologia são os primeiros desenvolvimentos de uma pesquisa de mestrado sobre o movimento indígena nacional e suas campanhas em conjunto com breves apontamentos e reflexões decorrentes da análise dos

documentos produzidos a partir do Acampamento Terra Livre (ATL) de 2022 e de um trabalho de campo a ser realizado no ATL de 2024. Pretende-se com este investigar a construção de pautas nacionais do movimento indígena a partir da organização dos povos originários e a defesa, dentro do movimento, da importância das candidaturas aos cargos do executivo e do legislativo e da necessidade dos votos dos povos originários serem em candidatos indígenas. Para tal, a pesquisa se debruça sobre a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), suas formas de organização e espaços de discussão, assim como, sobre as campanhas acerca do voto indígena realizadas em 2022, especialmente as que defenderam a necessidade de se aldear a política e de que parente vota em parente”. Hoje, a Apib é a organização indígena do Brasil, com regionais em todo o território nacional e responsável pela organização dos maiores espaços de debate e de manifestações indígenas com um grande número de pessoas e de diversos povos. Além disso, ela também foi responsável pelo impulsionamento e divulgação da campanha de 30 candidaturas indígenas em 2022. Para além de expor a necessidade de ampliação do número de parlamentares indígenas, levanto a hipótese de que essas campanhas informam sobre atritos entre uma política indígena e dos brancos, - como aponta Sztutman (2013) a partir de Clastres - a política indígena é uma política da multiplicação e da multiplicidade, ao contrário do que prescreve nossa filosofia política, que é da unificação, a tensão constante e o choque entre essas concepções, decorrente da participação indígena, pode nos fazer repensar tanto a política indígena, quanto a política dos brancos ou representativa e confere um rico espaço de debates para a antropologia. Nesse sentido, o texto visa debater essas hipóteses da pesquisa e apresentar parte das reflexões acumuladas até o momento sobre o movimento indígena brasileiro e a organização de seus espaços de assembleia e da construção de pautas nacionais. Além disso, também busca refletir sobre as possíveis continuidades e rupturas nas campanhas realizadas em 2022 e que serão debatidas no ATL de 2024. Referências Bibliográficas: SZTUTMAN, R. Metamorfoses do Contra-Estado, Ponto Urbe [Online], 13 | 2013, posto online no dia 31 dezembro 2013, consultado o 26 junho 2023. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/893>. Acesso em 27 de Outubro de 2023

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Voto indígena e não-indígena: o comportamento eleitoral em Benjamin Constant - AM nas eleições de 2016 e 2020

Lucillany Carneiro de Sousa (UFAM)

Este é um estudo comparativo do comportamento eleitoral em que os votos dos não indígenas e indígenas são componentes de análise da cultura política no município Benjamin Constant. Destacamos o voto indígena em decorrência da emergência étnica dos Kokama e Kambeba na região do Alto Solimões e o protagonismo Tikuna no campo político via organizações e movimento indígena. O desafio e a dificuldade impostos para a análise do comportamento eleitoral residem no fato das fronteiras étnicas e sociais dos eleitores indígenas e não indígenas serem difusas e, em hipótese, a cultura política na região. Para analisar a questão centramos atenção nas seções instaladas em Terras Indígenas que em tese oferecem bases para refletir sobre a natureza dos votos em candidatos a vereadores indígenas, denominado voto étnico, e por extensão os que não se enquadram. Trabalhamos os dados quantitativos recolhidos em

repositórios do TRE-AM e associações. Levantamos locais de votações, total de eleitores, votos em cada seção e votos para cada candidato nas eleições de 2016 e 2020 e a autodeclaração ao TRE-AM. Nos pautamos no paradigma hermenêutico, assim o empírico e a ação em seu contexto histórico se situaram no âmbito da cultura entendida pelo viés semiótico. Ao buscar compreender o sentido da ação política almejamos encontrar o significado presente no ato de votar em sua dimensão cultural (Geertz, 1989). Adotamos o conceito de clientelismo para pensar a dinâmica política do voto. As atitudes clientelistas são variáveis que permitem analisar os sistemas políticos em sua amplitude e dinâmica, assim afirmamos que o não controle do voto não significa o fim do clientelismo, as ofertas no mercado político retroalimentam e sedimentam a cultura clientelar a partir da assimetria política, conforme diz D'ávilla Filho (2007). Com o aumento de candidaturas indígenas é cada vez mais sintomático que os partidos busquem ampliar a inserção de indígenas em seus quadros. Todavia notamos que os votos étnicos são pulverizados pois os indígenas estão inseridos em partidos diversos, o que dispersa os votos. Os candidatos indígenas com votos expressivos decorrem da canalização, em geral, dos locais de votação serem direcionados para determinado candidato. Os dados confirmam que há dimensão étnica no ato de votar. Todavia, sabemos que é uma dimensão política e ideológica, assim fica patente que os indígenas as inserem no mercado eleitoral. A mobilidade étnica expressa nos votos abre espaço para problematizar variações ideológicas entre as fronteiras políticas; para esta devemos considerar a agregação de indígenas em partidos cujas bandeiras políticas são publicamente contrárias às pautas indígenas. Os números têm alcance, mas não alcançam toda as dimensões, todavia nos indicaram caminhos a seguir.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processos eleitorais, experiências de gestão e trajetórias de lideranças indígenas do Vale do Javari-AM

Rodrigo Oliveira Braga Reis (UFAM)

A presente comunicação resulta de um conjunto de atividades de investigação voltado à compreensão das transformações na ação política indígena no Vale do Javari, especialmente, no período posterior à demarcação da Terra Indígena. A partir da observação etnográfica e da reflexão sobre trajetórias de lideranças indígenas tem sido possível identificar uma série de transformações na política indígena nesta região e a constituição de um novo quadro de relações políticas interétnicas, fortemente marcado pela participação indígena em processos eleitorais e em diversos órgãos e esferas de gestão de políticas públicas, tanto às que se destinam exclusivamente aos povos indígenas quanto à administração pública municipal. Neste cenário, que exige destas lideranças conhecer e manejar novas linguagens e novos códigos sociais; constituir novas alianças; se apropriar de diferentes técnicas de produção de conhecimento e de informações, de saberes relacionados ao gerenciamento de parcerias e projetos; compreender a burocracia da política indigenista; disputar e ocupar espaços de tomada de decisão (Conselhos, Conferências, Câmara Municipal, dentre outros) ou mesmo criar novas instâncias de formulação e execução de políticas (DSEI, Secretarias e coordenações municipais), emergem questões sobre os indígenas do Vale do Javari enquanto parte de diferentes redes de poder, da construção de cidades e da própria formação do estado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_284_84611299_521890.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Participação de Mulheres Indígenas em pleitos eleitorais: Uma análise dos dados eleitorais de 2014, 2018 e 2022

Viviane Heringer Tavares (UFRJ)

Nos últimos anos foi possível observar o crescimento na participação de mulheres indígenas em pleitos eleitorais. Esse fato me chamou atenção para este campo de pesquisa, que desenvolvi no mestrado (2019-2020) com a dissertação intitulada "Mulheres Indígenas da Amazônia e Política: Análises a Partir de 2018" e sigo desenvolvendo no doutorado iniciado em 2021 com o projeto denominado "Mulheres Indígenas e Política no Brasil Contemporâneo: Processos de Formação de Estado, Gênero e Participação Política". Neste sentido, este trabalho faz parte do material que vem sendo desenvolvido na escrita da tese e se refere ao tratamento inicial dos dados coletados através do site do Tribunal Superior Eleitoral referentes à mulheres indígenas participantes dos pleitos eleitorais do ano de 2014, 2016 e 2022. Exploro esse dados utilizando recortes como: idade; região; grau de escolaridade; partidos políticos; número de votos, e outros. A discussão desses dados aborda algumas das complexidades em torno deste tema de pesquisa, como o critério de autoidentificação utilizada pelo Tribunal Superior Eleitoral, a relação (ou não) das candidatas com o movimento indígena, as regiões com maiores candidaturas, se sua presença se encontra em maior número em partidos localizados no espectro conservador ou progressista.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_755_60484352_521890.pdf

GT 060: Experimentos de Ontologia: formas de mundialização desiguais e etnografia como atuar criativo.

A América Latina é assolada pelo extrativismo, uma prática violenta que esgota e transforma vidas humanas e outras-que-humanas em matéria-prima para a expansão do capital, destruindo os conjuntos mais-que-humanos que conformam territórios de diferença. Chamamos esses processos de formas desiguais de mundialização. No entanto, essa violência não conseguiu anular as possibilidades que surgem do emaranhado entre mundos e que permitem reconhecer não apenas os diversos conjuntos de realidades, mas a aliança, a interferência e a guerra entre eles. A ontologia como método antropológico compartilha o interesse pela diversidade de mundos. Na América Latina, ele enfatiza a dimensão conflituosa das equivocações, mostrando a criação e atualização de realidades como processos operados em campos de disputa. No entanto, como fazer com que a metodologia vá além do mapeamento de conflitos assimétricos e equivocações? A pesquisa ontológica é capaz de incidir sobre os impasses que mapeia? Como criar formas de se referir a isso etnograficamente? Neste GT exploraremos essas questões, pensando caminhos para a prática etnográfica diante da violência que se acumula, do colonialismo que insiste em não ceder e dos perigos do ressurgimento da ultradireita totalitária, etc. Queremos que este seja um espaço criativo para reposicionar nosso compromisso com a autodeterminação ontológica dos

povos, convocando uma antropologia afetada pela ontologia a se engajar no trabalho criativo em prol da autonomia.d

Coordenação

Marisol de la Cadena (University of California, Davis), Lucas da Costa Maciel (Memorial University of Newfoundland)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um único mundo que não é o mesmo: ontologia como uma questão de compromisso

Alyne de Castro Costa (PUC-RIO), Alyne de Castro Costa (PUC-RIO)

Nos últimos anos, a noção de ontologia vem sendo mobilizada em teorias e análises oriundas de campos do saber outros que a filosofia. Capitaneada pela antropologia, a chamada virada ontológica expressa o compromisso de tomar os modos de vida dos povos nativos como realidades legítimas, em vez de meras representações culturais. Contudo, para estar à altura desse compromisso com o pluralismo ontológico, bastaria apenas reconhecer a legitimidade desses outros mundos? Como evitar que tal pleito não se converta numa exigência abstrata por respeito a esses outros, sem nos deixar afetar pelas diferenças entre nossos mundos? Nesta comunicação, abordarei alguns aspectos que me parecem ainda pouco explorados dessas novas articulações entre ontologia e política, as quais se tornam ainda mais cruciais diante da ameaça representada pela crise ecológica global. Mais especificamente, proponho que, para ativar o potencial político do pluralismo ontológico reivindicado, é preciso entender compromisso em termos de mutualidade e interdependência”: a construção de um mundo onde caibam muitos mundos diz respeito tanto à multiplicidade de mundos quanto à unidade que encapsula tal multiplicidade ou melhor, o mundo comum que emerge do reconhecimento da interdependência entre os diversos mundos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_450_09961458_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conflitos ontológicos, propriedade privada e lutas pelo comum, diálogos interepistêmicos México-Brasil.

Amiel Ernenek Mejía Lara (UFRB)

“O que se precisa para se dar conta dessa doença, dessa podridão da humanidade? Não se precisa uma religião, ou uma ciência, ou uma ideologia. Basta olhar, escutar, sentir”. Com a frase, o Subcomandante Moises problematiza a nova convocação dos indígenas guerrilheiros do México para “atravessar a tormenta e chegar ao outro lado”. Uma reflexão desses maias onde a “tormenta” é “à inconformidade da natureza (...) sua a forma de protestar, cada vez mais forte e cada vez mais terrível”, e a experiência sensível da catástrofe ambiental a maneira de criar um lugar-comum. Mas a tempestade, na reflexão deles, esta dada na “propriedade privada”: centro do capitalismo e colonialismo ocidental, opondo-se à catástrofe com sua proposta de “estabelecer extensões da terra recuperada como do comum. Ou seja, sem propriedade”, se posicionando assim num conflito ontológico que contorna a “destruição [que]

a natureza vai cobrar” ao recuperar a “terra” a do capitalismo. Mas essa posição dos Zapatistas, com grande visibilidade, coincide com as de outros movimentos indígenas do continente menos conhecidos que também se contrapõe, nesse grande conflito ontológico, as políticas de morte, compartilhando a importância de responder, sob categorias próprias, a guerra entre as relações impostas pelos não indígenas e as relações de humanos, não humanos e mais-que-humanos impedidas pela propriedade privada, questões que trabalharei procurando um diálogo interepistêmico que acompanha a reflexão Zapatista e as de duas lutas indígenas junto as quais tenho pesquisado. Uma delas é a luta pela “retomada do território” no Nordeste Indígena brasileiro, em particular dos Tupinambá, a qual, além de ser uma luta contra as fazendas por terras/recursos, é também um embate ontológico para “retomar” as relações cerceadas pelas propriedades privadas onde foram capturadas agências de tipos e tempos diversos que ao voltam à relação, quando as terras são recuperadas pelos indígenas, trazem uma plêiade de mais-que-humanos que encorajam a abolição dos latifúndios para “retomar” espaços para humanos, animais, plantas e outras agências não vivas. A outra reflexão é sobre a luta dos Nahuas do Ocidente mexicano pela “comunidade” a qual há séculos se contrapõe ao regime colonial, ao regime das fazendas ou ao regime da propriedade coletiva vinda da reforma agrária da Revolução Mexicana. Formas de propriedade que, mesmo com relações diferentes entre elas, se opõem ao lugar-comum almejado na ideia de “comunidade”, a qual não é apenas uma forma de organização social, mas também uma categoria que engloba os tratos e os acordos coletivos deles com forças não humanas, como ventos, águas e donos, que garantem a continuidade da “comunidade” mediante a perpetuação de ciclos como o do clima ou do milho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Além da poética vegetal: uma proposta de encantamento com um pensamento Guarani Mbya

Anai Graciela Vera Britos (USP)

Neste trabalho que está vinculado à minha pesquisa para a tese de doutorado, apresento conceitos e ideias surgidas a partir de uma série de intercâmbio de reflexões que venho realizando junto a um pensador indígena do povo Guarani Mbya sobre plantas, Mata Atlântica, língua e povo Guarani. Através das imagens e estéticas vegetais contidas nas narrativas, pretendo trazer a originalidade e a relevância dos próprios relatos e análises deste pensador sobre a cosmologia de seu povo. Os conceitos, reflexões e traduções guaranis servem aqui como impulso para debater língua guarani e tradução, analisando as formas particulares que os indígenas traduzem seus mundos à sociedade não-indígena e propor alternativas à tarefa da tradução de mundos (e não só de palavras) no âmbito de uma antropologia implicada (cf. Albert, 1995). Tendo como foco essa proposta guarani, tenho a intenção de propor uma experiência de encantamento com os brotos e os vegetais para compreender não só a poética vegetal do mundo guarani, mas também a sua crítica à noção ocidental de floresta e Mata Atlântica. O pacto etnográfico que venho construindo com este pensador se constitui assim em uma tentativa de construção de uma proposta cosmopolítica para traçar pontes entre universos culturais diferentes, levando a sério o pensamento indígena, que nos exige adquirir consciência para germinar outros modos de existir.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**Como pensar problemas sociais quando mundos incomensuráveis se encontram?
Apontamentos sobre o processo de vacinação contra a Covid-19 entre os povos indígenas
no Brasil**

Anderson Jamar Neves Maciel (UFRGS)

O presente trabalho acompanha histórias de pesquisadores indígenas da Plataforma de Antropologia e Respostas Indígenas a Covid-19 (PARI-C) durante o processo emergencial de vacinação contra Covid-19. Essas histórias, registradas durante entrevistas e rodas de conversas realizadas no âmbito do estudo de caso sobre vacinação dos povos indígenas no Brasil no ano de 2021, permitem entrever um dissenso histórico sobre um equívoco entre o paradigma biomédico que formatam as políticas de atenção à saúde indígena e noções indígenas de saúde. Ao descrever esse conflito, acentuado pelas políticas negacionistas e de retração de direitos do Governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2022), busco indicar como problemas sociais entre mundos incomensuráveis podem ser pensados a partir de intervenções heterogêneas e assimétricas que propiciam a construção de uma ética específica, localizada e não normativa para a promoção da saúde. Nota-se que em termos biomédicos, a vacina visa assegurar um futuro físico e biológico contra o novo coronavírus, no entanto, a forma como os pesquisadores indígenas se relacionam com, e por meio, do imunizante, dá a ver outros modos de construção de futuros que não se restringe a um corpo físico e biológico, mas envolve a relação com uma multiplicidade de seres visíveis e invisíveis que compõem o mundo ameríndio. Nesses termos, o problema social que gravita em torno do processo de vacinação contra a Covid-19 entre os povos indígenas escapa ao paradigma biomédico de saúde. O que essas histórias nos indicam são caminhos possíveis para a construção de futuros mais que biológicos, no qual o direito ao acesso à vacinação, a garantia dos direitos aos territórios indígenas e o reconhecimento dos diferentes modos de vidas dos povos indígenas são elementos indissociáveis para a promoção da saúde entre os povos indígenas. Nesses termos, argumenta-se que o problema social que gravita em torno do processo de vacinação contra a Covid-19 entre os povos indígenas envolve não apenas a proteção de um corpo físico e biológico, mas uma multiplicidade de relações pela qual emergem noções de saúde, ambientes e corpos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_182_75946328_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**(Sobre)viver nas ruínas: deslocamentos e processos de (re)territorialização em contexto
de desastre**

Beatriz Ribeiro Machado (UNICAMP)

Como é viver em meio às ruínas do que foi sua comunidade? Essa era a pergunta que ecoava enquanto, pela primeira vez, caminhei mergulhada no silêncio perturbador dos destroços de casas repletas de lama em Paracatu de Baixo, subdistrito de Mariana, MG. Em meio à parte central da comunidade, tudo o que se vê são escombros e ruínas, fruto dos impactos de megaempreendimentos e violências impostas às comunidades atingidas que foram deslocadas devido ao rompimento da barragem de Fundão da mineradora Samarco (Vale/BHP). Mediante

o maior desastre minerário da história, o caminho a ser trilhado nos escombros daquilo que foi Paracatu de Baixo, à luz da etnografia, é o de acompanhar os processos cotidianos de uma família composta pela matriarca e o patriarca, pais de 11 filhos, vítimas que retornaram para sua casa no território (ar)ruinado. Além dos que voltaram, alguns filhos optaram por ficar em Mariana. Em meio ao desastre socioambiental, a empresa responsável, Samarco S.A, passa a reger a autonomia das famílias atingidas através da Fundação Renova. Nesse cenário, o objetivo central é compreender, a partir destas redes familiares e campos sociais construídos, o que leva alguns membros das famílias atingidas pelo desastre a retornarem e optarem por viver em um território devastado e condenado pelo rejeito de metais pesados? E como se dá esse cotidiano em territórios arruinados? Por fim, esta etnografia trata das relações entre o cotidiano, as agências e reinvenções na vida de famílias em meio aos escombros e o processo em curso de arruinamentos, protagonizados pelos megaempreendimentos que devastam o sul Global.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mitofísicas do Lactationoceno x Manifestos Materfuturistas

Cecilia Cavalieri (PUC-RIO)

Assim como a plantation, a Lactation é um sistema de exploração colonial, imperialista, que se estrutura sobre quatro patas: 1) grandes latifúndios, 2) monocultura, 3) trabalho escravo e 4) exportação para a metrópole. Não por acaso, somos a única sociedade a desenhar, de certo modo, a plantation láctea, a Lactation, como um geoglifo performado por mamíferas bovinas. Lactationoceno, portanto, é uma época geológica determinante para o modo de vida mamífero e que data da criação do mito da Via Láctea, começando nas estrelas, passando pelas amas de leite, vacas, cabras e ovelhas, até chegar nos grãos [soja, aveia...]. Seguindo a proposição de Danowski e V. de Castro em *Há Mundo por Vir...* [2014], de que o regime semiótico do mito, indiferente à verdade ou falsidade empírica de seus conteúdos, instaura-se sempre que a relação entre os humanos como tais e suas condições mais gerais de existência se impõe como problema para a razão, podemos falar da Via Láctea enquanto mitofísica dado que 1) essa metafísica industrial em relação extrativista com a substância é alimentada e fortalecida pelo negacionismo da realidade biofísica dos leites humanos e outros-que-humanos e 2) o comportamento da substância leite e das operações de negação da realidade levam à constatação de que ambos, leite e negacionismo, são hoje commodities em torno das quais orbita boa parte da indústria láctea. Em minha tese de doutorado *Notas metafísico-metabólicas de uma experiência mamífera* [2022], parto de uma análise da noção de leite para produzir uma fratura epistêmica no seio da experiência mamífera ocidental, questionando os persistentes extrativismos, invisibilizações e lacunas na história do aleitamento humano e outro-que-humano, a partir de perspectivas contracoloniais, feministas e científicas: Leite não é produto, é um produzir-com”. Especular, nesse contexto, sobre materfuturismos, é pensar-com a presentificação da experiência do cuidado da matéria que deriva do latim, mater, e que quer dizer, literalmente, mãe e que implica em uma maternagem mais-que-humana e em uma experiência de parentesco que complexifica e engendra outra sensibilidade diante da afirmação *Todo leite é leite materno*”. Sujeita oculta da palavra leite, a vaca segue como produto de uma fantasia mítica e símbolo da questão biocapitalista. Este resumo se expande em encontro com o projeto Making

Cow, de Cadena, o qual pensa e promover uma ética da vida a partir da busca etnográfica de práticas de fabricação de vacas”. A questão do leite não atravessa apenas essa relação interespecies, perfurando a falaciosa divisão homem/animal, mas também é atravessada por questões de raça, gênero e sexualidade baseadas em uma taxonomia humanista que faz do tratamento mercantil da espécie um commodity.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_488_62076219_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia Indígena, indigenismo, antropologia: algumas questões preliminares acerca de conexões possíveis

Eduardo Santos Gonçalves Monteiro (Funai)

Ao longo das últimas décadas, a antropologia tem evidenciado certa dimensão política e poética do processo de pesquisa, o que se desdobrou numa ampla reflexão sobre as especificidades contextuais significativas no processo etnográfico, as parcialidades inerentes ao saber científico e a dinâmica complexa de estabelecimento de acordos locais de pesquisa e de redes de relações com novos atores emergentes. Ao mesmo tempo, a emergência atual do conceito de Ontologia suscita um campo de reflexões e contribuições para a crítica política e epistemológica da disciplina antropológica. Nessa esteira, e buscando refletir sobre modos de relação, comunicação e ação possíveis em meio ao reconhecimento de certa incomensurabilidade entre mundos, apresento questões preliminares relacionadas a possíveis emaranhamentos, sobreposições e contradições que emergem do encontro dos campos da antropologia, do indigenismo e da antropologia indígena. Para tanto, pretendo refletir sobre minha atuação como pesquisador e servidor público da Funai junto ao povo A uwẽ (Xavante) no leste mato-grossense. Buscarei descrever tensões, riscos e potencialidades de uma coexistência delicada inerente à posição de pesquisador-servidor, corporificada neste encontro entre estrutura institucional e engajamento pessoal; entre saberes - científicos ou não -, ação tecnopolítica e alianças cosmopolítica estabelecidas em meio à divergência. Descrevo, por um lado, a experiência como funcionário da área de gestão ambiental e territorial é cotidianamente confrontada com marcas persistentes do problemático histórico de relações entre Funai e os a uwẽ, atravessado por projetos desenvolvimentistas e por relações assistencialistas. Por outro, aponto como é possível vislumbrar alianças entre agências estatais e os a uwẽ que, ainda que profundamente tensionadas e sujeitas a riscos de captura, mostram-se fundamentais na luta indígena contra ameaças ao Cerrado centro-brasileiro. Articulada à esta discussão, pretendo tecer reflexões a respeito de uma antropologia indígena, a partir da discussão de trabalhos e da ação cosmopolítica de antropólogas indígenas norte-americanas e brasileiras e de minha própria colaboração com antropólogos a uwẽ. Argumento que a razão de ser deste campo está estreitamente relacionado a uma pragmática cosmopolítica - e, talvez, extra-acadêmica - fundamental para a

constituição e, sobretudo, para a defesa de mundos. Pretendo, com isso, criar ressonâncias entre estes campos que permitam aventar questões sobre maneiras efetivas de extrapolar o mapeamento abstrato e conceitual de conflitos e controvérsias e de reencontrar a ação cosmoprática, assumindo posições de sujeito com responsabilidades éticas sobre regimes de existência específicos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_025_54009010_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Alcances da etnografia para pensar equivoções: encontros de mundos e a categoria terra a partir dos Kiriri do Acré

Fernanda Borges Henrique (IFCH Unicamp)

Os Kiriri do Acré habitam uma terra no Sul do estado de Minas Gerais desde 2017 quando deixaram a aldeia Kiriri de Barra, localizada no Oeste da Bahia, em busca de um lugar em que pudessem dar continuidade em suas vidas. O deslocamento teve como estopim um conflito familiar entre irmãos, no entanto foi justamente o desejo de ter uma terra em que pudessem plantar, trabalhar, praticar a ciência e o toré, e viver como consideram possível que fez com que dezesseis famílias seguissem o cacique Adenilson até o Sul de Minas Gerais, mais de mil e seiscentos quilômetros distantes de sua antiga aldeia. A ocupação da terra realizada por essas famílias foi aceita pelo verdadeiro dono do lugar, um velho índio tapuia, que apareceu na ciência, e com quem os Kiriri negociaram sua estadia no lugar. Por serem índios também, as famílias obtiveram a permissão do velho índio para ali estabelecerem morada. No entanto, os Kiriri também precisam lidar com outra esfera de luta para permanecerem na terra desejada. Os sessenta hectares ocupados por essas famílias têm como seu proprietário legal o estado de Minas Gerais, com quem os Kiriri travaram intensas negociações. Em muitas dessas reuniões de negociação estive presente como antropóloga, nossa antropóloga, como algumas vezes me apresentaram aos agentes estatais. Em outras ocasiões também fui convidada pelo chefe da aldeia, o cacique Adenilson, e sua esposa, a também liderança Carluisa, a compor mesas em eventos acadêmicos para falar da situação da aldeia. Em todas essas ocasiões, o saber científico produzido pela antropologia fora solicitado como uma espécie de prova para dizer que aquelas pessoas eram indígenas que já haviam acordado sua estadia com o verdadeiro dono daquele lugar. Nesse sentido, sob os olhos da ontologia como método, este trabalho tem como objetivo discutir os alcances da etnografia para pensar as equivoções geradas a partir do encontro de mundos, neste caso pensando especificamente no que terra pode significar para os Kiriri e o que o mesmo termo quer dizer ao estado de Minas Gerais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O menino ribeirinho antropólogo e o Opará: modos criativos de narrar e descrever transformações paisagísticas, humanas e mais que humanas nas águas e margens do São Francisco em mundos fraturados.

Igor Luiz Rodrigues da Silva (FASVIPA)

Opará rio mar, é o nome originário dado pelos povos Tupis-Guarany que habitavam as margens e as águas do rio que comumente e desde 1501 se convencionou chamar de rio São Francisco. O maior rio em extensão totalmente brasileiro surge no território de Minas Gerais e percorre vastos biomas e paisagens até desaguar no Oceano, entre de Alagoas e Sergipe. Ao longo de mais de 2 bilhões de anos, o velho rio rasgou as entranhas do mundo, transformou paisagens, viu seu poder moldar vidas, relações. Os ventos, as erosões, secas e cheias, sedimentos, espécies variadas, seres mais que humanos, povos originários, faziam e fazem parte de sua constituição, de suas modelagens lenticas, sem grandes rupturas e aprisionamentos. Porém, nos últimos 500 anos, ele se viu estancado, preso por construções imensas de barragens, canais de concreto, pedra e ferro, fruto processos coloniais, industriais, da transformação de suas águas em objeto de apropriação pelo capital. Ao passo que essas catástrofes humanas, de tomadas de territórios originários iam sendo ocupados pela domesticação de paisagens, corpos humanos e mais que humanos, resistências e contradomesticacões ajudaram a construir novos sentidos e significados das comunidades ribeirinhas ao longo do rio. Neste sentido, este trabalho, inspirado na tese de doutorado defendida em 2022, cujo título é: Há um rio que vive e navega em meus sonhos, um Preto Velho me contou: memórias, paisagens e práticas do São Francisco, nas ruínas do Antropoceno, tem o objetivo de narrar, a partir de minhas próprias experiências, memórias, práticas e relação com o rio, o que venho chamando de antropologia ribeirinha, imersa nos movimentos das marolas, das vazões e correntezas de um rio múltiplo e habitado por relações multiespecies, bem como de memórias fluidas, simbióticas produzidas no seio das minhas famílias de barqueiros, canoeiros, pescadores, tornando a relação ribeirinho e antropólogo, sem divisões, sem hierarquizações, sem conflitos científicos e metodológicos. Para além da produção de conhecimento moldado com base em conceitos ocidentais e canônicos, estabeleço como método e metodologia, o encontro com sonhos, com habilidades e técnicas entrelaçadas no meu corpo, na minha escrita vinculada ao mergulho, nado, pesca, canoagem, desde a minha infância até os dias atuais. Bem como os encontros, diálogos, aconselhamentos com modos particulares de se relacionar com as entidades, seres, orixás, cânticos, ritos e incorporações, como sendo um iniciado na Umbanda, para assim para que a vida do rio, não seja ela mesma, pensada e apropriada continuamente pelas visões de mundo coloniais e para que a antropologia não seja parte desse processo brutal de domesticação dos mundos e conhecimentos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_772_08889099_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

OS MUNDOS POSSÍVEIS DIANTE DA CRISE: fazer política com os outros no tempo-de-agora

Izabela Santarelli Ferraz (UFMG)

Assimilar a existência de múltiplos mundos é o que nos faz descobrir, desde o concreto, a história aberta postulada por Walter Benjamin (2005). A partir de realidades outras, nos deparamos com o possível, aquilo que questiona o ilusório sentido único da história. Vislumbrar esses possíveis exige de nós lidarmos com o desconforto produzido pelo fato de que a história não possui uma razão, tampouco um sentido linear de progresso: os sujeitos a fazem, com suas

imperfeições inerentes à condição de humanidade. No atual contexto, a crise que transcorre suscita diferentes problemas e efeitos a distintos sujeitos, demarcando, assim, um tempo propício para questionar os pressupostos sob os quais acreditamos viver, possibilitando, então, uma reinvenção política. Se a crise afirma que não existe mais história, que nada fazemos, e seria a mão invisível esse sujeito oculto, a contradizemos, nos colocando enquanto sujeitos histórico-políticos no tempo-de-agora de Benjamin (2005), carregado de possibilidades subversivas. Além de perceber as potencialidades quando compartilhamos sentidos com os outros, Marisol de la Cadena propõe dar uma chance política ao equívoco (2018, p. 112), reconhecendo espaços de reivindicações num mundo com muitos mundos, ontologicamente distintos. Aqui, propomos pensar também em outros pressupostos necessários para fazer possível a cosmopolítica de Isabelle Stengers (2018), reclamando, como proposição e aposta pois ela não nos promete nada, a reunião de sujeitos que levam à arena política suas cosmovisões. Lidamos, assim, com outro desconforto, abrigado desde o locus epistêmico do qual partimos: ao mesmo tempo, pretendemos não somente o fazer daqueles diálogos possíveis, mas aceitar que não vamos entender tudo ou até mesmo nada daquilo que os outros nos dizem enquanto representantes de mundos outros, mas nem por isso deixamos de tentar. Partimos, então, do pressuposto de que os problemas complexos não vêm acompanhados de respostas. Quando nos propomos a dialogar, aceitamos que tudo é mera tentativa no fazer histórico-político profano. Qualquer ação humana não passa, assim, de uma aposta, mas exatamente aí reside a possibilidade de manter vivos os múltiplos mundos. No entanto, nem tudo vale: apostamos naquelas ações que são, por sua vez, potencializadas pela reunião dos sujeitos políticos (Stengers, 2018). Somente a reunião do nós com os outros é capaz de trazer à luz do dia as reivindicações passadas e presentes que o tempo-de-agora gesta, fazendo nascer o futuro. Para isso, nossa proposta passa pela hipótese de que reconhecer os outros como sujeitos políticos requer que os reconheçamos também enquanto sujeitos históricos, fazendo com que a proposta benjaminiana de escovar a história a contrapelo nunca tenha sido tão imperativa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_663_42392215_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nos cantos do ouro: mundialização mebêngôkre em tempos de garimpo

João Lucas Moraes Passos (Ministério dos Povos Indígenas)

Em abril de 1984, um grupo de cerca de 200 guerreiros da aldeia de Gorotire, aldeia ao leste da Terra Indígena Kayapó, resolveu empreender uma expedição guerreira a um garimpo localizado no interior do seu território. Acamparam, realizaram seus rituais guerreiros durante a noite e, no amanhecer do dia, irromperam na cabeceira da pista de pouso, principal ligação entre o garimpo e as cidades próximas. Hoje clandestino, o garimpo de Maria Bonita era, na época, comandado pelo próprio Estado brasileiro, que tinha a exclusividade da compra do ouro coletado ali. Os guerreiros de Gorotire ocuparam o garimpo e disseram que sairiam apenas se o governo atendesse a duas demandas: a demarcação de seu território e o aumento da porcentagem dos lucros da exploração de ouro que competia aos Gorotire. Essa última demanda pode a princípio contrastar com a imagem de guardiões da floresta construída por algumas lideranças mebêngôkre, mais destacadamente líderes como Cacique Raoni, Tuíre e Paulinho



Paiakan. Esse trabalho se propõe a discutir as formas de mundialização mebêngôkre nessas frestas, ou como algumas comunidades mebêngôkre fazem seu mundo em um contexto marcado pela presença em intensidade variável há mais de quatro décadas de invasores em seu território, especialmente garimpeiros ilegais. Esse emaranhado também inclui as relações e divergências políticas com outros grupos mebêngôkre, que muitas vezes se traduzem inclusive na própria relação com o garimpo. A TI Kayapó que, juntamente com outras 5 TIs contíguas, compõe o maior território indígena demarcado do planeta é terra indígena brasileira mais afetada pela exploração de ouro. Essa exploração se concentra especialmente na porção leste do território, área de domínio do grupo denominado Gorotire, o primeiro grupo a estabelecer relações pacíficas estáveis com os não indígenas, ainda na década de 1940. Desde 1970, o garimpo de ouro está presente no território gorotire, mas os últimos anos testemunharam uma destruição sem precedentes. O avanço da tecnologia da destruição, aliado ao aumento sucessivo do valor do ouro no mercado internacional, causaram na última década uma mudança brusca de uma garimpagem mais artesanal para um maquinário devastador. Nesse cenário, marcado pelas gigantescas crateras do garimpo, os Gorotire tentam constantemente construir seu mundo em um emaranhado de exploração e conflitos com os não indígenas e com outros grupos mebêngôkre. Isso é especialmente interessante se pensarmos que a forma de mundialização característica dos Mebêngôkre é marcada ao mesmo tempo por uma constante busca de partes mais-que-humanas para uma produção ritual da humanidade (nomes, cantos, indumentária) e um embate político entre diferentes grupos mebengokre para uma produção social de coletivos humanos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Disputar a Saúde, refazer o Público: aprendizados e desafios do projeto Cosmopolíticas do Cuidado no fim-do-mundo.

José Miguel Nieto Olivar (USP)

Esta apresentação conecta a discussão sobre política ontológica com o campo da saúde coletiva no Brasil. O campo da saúde e as disputas entorno do cuidado compõem de forma ativa processos vigentes de mundialização desigual”. Ao extrativismo dominante se articulam processos intensos de adoecimentos e expulsões, bem como os aplainamentos ontológicos próprios da velha biopolítica. O projeto-rede Cosmopolíticas do Cuidado no fim-do-mundo: gênero, fronteiras e agenciamentos pluri-epistêmicos com a saúde pública, produz informação sobre coletivos sociais que sempre ocuparam posições de necessitados em saúde, de vulnerabilizados e carentes, para evidenciar como sustentam saberes e mundos capazes de disputar o Mundo, de contra-domesticar o Estado, e de colocar em ação formas interessantes - e conflituosas-, de cuidado e saúde. O projeto baseia-se em relações de aliança com trabalhadoras sexuais, mulheres indígenas amazônicas, mulheres vítimas do sistema prisional, travestis em regiões de fronteira e agricultoras urbanas pobres que plantam nas ruínas”. O trabalho etnográfico com estes coletivos mostra as distâncias, equivocções e trânsitos político-ontológicos entre o que pode ou não pode ser humano, humanizado ou humanizável, o que deve ou não caber no Mundo, na Saúde, no Saber; o que pode ou deve ser cuidado, as presenças e relações que compõem os mundos, corpos e territórios. Começamos a evidenciar também

alianças, confluências e distâncias transversais entre estes coletivos e destes com o campo da saúde. Por outro lado, evidenciamos como os campos acadêmicos da saúde coletiva e da antropologia são interpelados por demandas de maior justiça epistêmico-ontológica a partir da presença de coletivos antirracistas, contra-coloniais, transfeministas, etc.. Percebemos a necessidade de reflorestar os repertórios teórico-metodológicos da antropologia. Apresentamos desafios metodológicos (teóricos, éticos e políticos) para a etnografia, buscando novas proposições e revisitando importantes proposições latino-americanas (Freire, Fals Borda e outros). Este repertório emergente ajuda a situar disputas e tensões no campo da saúde na linha de conflitos político-ontológicos descritos no Brasil e em outros contextos latino-americanos. Ele nos mostra como, a pesar de seu compromisso com os direitos humanos, de toda sua tradição democrática e progressista, de todas as aberturas à participação social e à humanização, o campo da saúde coletiva/pública tem ainda em aberto o desafio de levar a sério outros modelos de cuidado, a possibilidade da pluriversalidade, a exuberância onto-epistêmica das suas margens externas, os limites do excepcionalismo humano, entre outras coisas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmopoéticas ribeirinhas: alianças com o rio São Francisco para fazer-mundo entre os contratempos

Leon Patrick Afonso de Souza (UFG)

Neste trabalho, apresento algumas observações sobre a crise ecológica percebida, vivida e sentida pelos ribeirinhos e os mundos existentes com o rio São Francisco, na região de Buritizeiro e Pirapora, em Minas Gerais: com as enchentes, a temperatura e oxigênio das águas, os peixes, as plantas, as pedras, a cachoeira, a piracema. Os contratempos, que de acordo com um pescador é um desajuste profundo no tempo do calendário, no tempo climático e entre esses dois, estão acontecendo porque desde a colonização o rio São Francisco vem sendo ocupado por formas violentas, que na pesquisa identifico como um habitar colonial ribeirinho, atualizado constantemente pelo poder exercido sobre todas as formas de existir. Os contratempos não são uma ameaça ou aquilo que pode chegar com uma crise ecológica futura, muito menos com ajustes para uma transição energética. Como veremos, eles estão acontecendo como resultado da instalação histórica de infraestruturas de energia elétrica, mineração, irrigação e dos quebra-cabeças da plantation sobre os mundos do rio São Francisco. Desde que iniciei a pesquisa de mestrado, em 2022, alguns encontros (com pescadores, vazanteiro e com um artista) me instigam a pensar que outras formas de resistência e enfrentamento ao habitar colonial ribeirinho emergem diante dos contratempos, pois os ribeirinhos estão construindo alianças estéticas, políticas e ontológicas para conjurar a crise ecológica. No reencontro com os mundos do rio, já que nasci em Buritizeiro e vivi lá até os dezoito anos de idade, tenho aprendido sobre como criar, viver e resistir entre essas mudanças, mas também sobre as possibilidades para uma antropologia ribeirinha, que esteja cada vez mais atenta e sensível às alianças entre formas de existir que compõem os mundos ribeirinhos. Palavras-chave: Cosmopoéticas; crise ecológica; rio São Francisco; ontologias; antropologia ribeirinha.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arquiteturas compartilhadas: inventando práticas negociantes com o povo Xakriabá

Lucas Carvalho de Jesus (UFMG)

Em um contexto de colapso climático, expansão urbana, construção desenfreada de edifícios e infraestruturas públicas e privadas, urge pensar em outras possibilidades de habitar. Os territórios indígenas e suas tecnologias ancestrais são reconhecidos como alternativas para se pensar outros modos de estar no mundo de forma compartilhada com muitos seres, ao contrário dos modos predominantes nas cidades brasileiras modernas. A partir da ideia de Marisol de la Cadena do *no* somente, aprendi a expandir a prática da tradução acolhendo a multiplicidade e as diferenças percebidas quando estamos entre mundos. Em visita recente à Terra Indígena Xakriabá, conversávamos sobre o que era arquitetura e não chegávamos a um acordo. As definições estavam erradas. Mas *no* eram *so*; aquilo. O que talvez possamos chamar de arquitetura Xakriabá não é a mesma coisa que chamamos de arquitetura na universidade ou em outro lugar. *No* eram as mesmas práticas, eram diferentes. Esse processo de tradução feito com mal-entendidos *so*; *e*; um problema se a nossa intenção for que o entendimento seja *u*;nico. A equivocação, desse modo, *no* *e*; algo a ser evitado. No território Xakriabá, arquitetura também era o processo coletivo de construção das casas tradicionais e suas reverberações ou *no* nas práticas construtivas atuais, as lutas e conquistas pela diferenciação do espaço escolar indígena, as práticas de retomada que geram os diversos espaços comunitários, etc. Mas para o povo Xakriabá, *no*. O que chamávamos de arquitetura, para eles, era a vida cotidiana, parte da ontologia Xakriabá. Talvez o conceito de arquitetura estivesse em germinação, ali naquele encontro e diálogo com a universidade. Aprendemos juntos que habitar o território exige constantes negociações cosmopolíticas com as águas, os bichos, a terra, os tempos, as pessoas e todo o mundo ontológico Xakriabá. A presente proposta pretende, a partir desses aprendizados etnográficos, imaginar formas compartilhadas de fazer arquitetura, no diálogo entre a universidade e o território Xakriabá, ancorada em algumas questões: O que as práticas espaciais Xakriabá podem nos ensinar sobre arquitetura? Como considerar as práticas tradicionais nos processos de aproximação para que o conceito e a prática de arquitetura que chegam ao território Xakriabá *no* sejam os mesmos que discordamos na cidade? Como pensar processos, práticas e pesquisas compartilhadas de arquitetura a partir dos encontros com os povos indígenas?

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_449_94249333_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mas alla del equivoco

Mario Blaser (MU)

La visualización de los equívocos que ocurren en el encuentro entre formas de hacer mundos ha devenido en una movida analítica regular. En un terreno donde divergencias ontológicas eran negadas, dicha movida era crucial. Sin embargo, el terreno ha cambiado un poco, en muchos ámbitos la divergencia ontológica ha pasado de ser negada a ser afirmada (a veces con bases bastante endebles). En este contexto se hace necesario re-enmarcar la tarea: ¿cuál es el sentido hoy de marcar las divergencias ontológicas?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas Dissidentes e Criatividade na Segurança Pública Brasileira

Patrik Thames Franco (UNEMAT)

Quando se discute segurança pública no Brasil, é comum a percepção de que a polícia é "que mais mata e morre". Por um lado, há as pessoas afetadas pela letalidade policial especialmente os jovens negros e pobres; por outro, os agentes enfrentam um sistema hierárquico que coloca praças sob o comando dos oficiais, dentro de uma estrutura conhecida como "militarismo". Eles também lidam com diversas condições de sofrimento e doença, assédio, autoritarismo, violência e, frequentemente, suicídio, que os afeta mais do que os confrontos em serviço. Inspirado na ideia de que "o abismo não nos divide, nos circunda", de Wislawa Szymborska, mencionada por Isabelle Stengers (2015), e seguindo uma antropologia simétrica (Latour, 1994), esta comunicação apresenta dados preliminares de uma etnografia a partir de ativistas ex-policiais militares. Suas criações e engajamentos políticos dissidentes oferecem compreensões diferentes dos problemas típicos da autoridade generalista de um imperativo universalista. A existência de múltiplos mundos e a aceitação de tempos difíceis desfazem grandes divisões como entre "militar" e "civil" e promovem atos criativos que inventam novas formas de resistir à dominação das instâncias de poder. À maneira do desbunde contracultural, os interlocutores mobilizam outras políticas, dentre as quais, agenciamentos a partir do humor, da grosseria, do insulto, da injúria, da sátira e, enfim, da transgressão à ordem, valor maior do "militarismo"; que, de modo agonístico, habilita, nos termos de Stengers, possibilidades de resistência à barbárie.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_924_28290393_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Viver com o sal: O que nos contam as pessoas, as plantas e os animais que vivem com o sal

Renata Freitas Machado (Université Paris Cité)

Durante uma visita às instalações da empresa Dow química em agosto de 2022, uma engenheira de minas me mostra uma pedra de sal embalada em filme plástico para evitar o contato com a umidade. Meu olhar se fixa na pedra, exibida como uma lembrança na prateleira do armário. "Não existe mais nenhuma assim", comenta a engenheira. Esse único exemplar de sal revela aos meus olhos a materialidade ubíqua, mas invisível, na vida dos habitantes de Matarandiba, uma pequena ilha próxima a Salvador (BA). O trabalho de extração de sal na ilha consiste

em perfurar cerca de 1200 metros abaixo do nível do mar. Após a perfuração, as máquinas injetam água com alta pressão para recuperar o sal. Este pode então circular dentro dos dutos e atravessar o território da ilha, passando pelos manguezais, para chegar ao continente. Em nenhum momento, os habitantes veem o sal. Nesse sentido, tento mostrar que não apenas o sal e sua extração são invisíveis, mas que os danos sociais e ambientais causados por essa extração foram dissimulados pela empresa mineradora. Nixon (2011) qualifica como "violência lenta" a maneira como os danos ocorrem progressivamente e fora do alcance dos olhos" (2011: 2). A violência lenta tem como corolário à "resistência lenta", o modo como os coletivos humanos e não humanos afetados pelos efeitos dessa violência reagem e resistem gradualmente aos seus impactos (Babidge 2019). Nesse texto, vou me concentrar na resistência das mulheres marisqueiras e dos mangues à exploração do solo e subsolo em um território que optei nomear de "salgado". Para entender as questões relacionadas ao sal na ilha, é preciso retroceder ao início dos anos 1960. A comunidade não possui rede elétrica. Ela depende da produção artesanal do sal para garantir a conservação de peixes e frutos do mar. Mas, no final dos anos 1970, uma primeira rede elétrica é instalada, e uma empresa americana se estabelece nas terras da ilha para explorar os depósitos de sal. A exploração acelerada dos recursos minerais leva a uma devastação sem precedentes dos territórios habitados por grupos indígenas e/ou afrodescendentes na América Latina. Ela impõe uma ontologia única na qual a natureza é vista como um recurso destinado a alimentar a indústria capitalista (La Cadena; Blaser, 2018). No caso de Matarandiba, a exploração do sal se baseia no controle da circulação de sal nos tubos e controle de humanos, animais e plantas. Proponho realizar uma etnografia de relações multi-espécies para entender como as atividades de extração transformam as paisagens dos manguezais e da Mata Atlântica (Tsing 2017). Por estar no centro das interações com os humanos, animais e microorganismos presentes nos manguezais, o sal (salgema, salmoura, substância química) constitui o ponto de partida desta análise.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Diagnósticos de saúde mental e bem-viver, apontamentos etnográficos a partir do caso dos indígenas wai wai do Norte do Pará

Rui Massato Harayama (UFOPA)

Neste trabalho apresentaremos reflexões a partir do trabalho de campo entre povos Wai Wai no Norte do Pará, nas Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhaumundá-Mapuera. Os dados etnográficos referem-se às incursões em campo desde 2018 e com concentração nos anos de 2020 a 2023. A relação dos povos Wai Wai com o Estado nacional, sobretudo em sua caracterização étnica e na descrição da língua, foram organizados a partir do contato com os missionários do Unevangelized Fields Mission na década de 1940, e que levaram os primeiros serviços de saúde e educação. Esse contato gerou um processo de mudança e transformação

com o abandono expresso de práticas consideradas xamânicas e quaisquer outras que não seguissem os ensinamentos dos missionários e a biomedicina ocidental, com especial atenção à interdição do uso das plantas medicinais e das rezas e sopros. Com a transferência dos serviços de saúde e educação para o poder público, a partir da década de 1990, os indígenas waiwai passaram a ser atendidos, no caso da saúde, por políticas desenhadas pelo Ministério da Saúde e hoje coordenadas pela Secretaria Especial de Saúde Indígena. É nesse lastro histórico de relações colonialistas entre povos indígenas e não-indígenas que nos deparamos com os casos de pacientes psiquiátricos e que fazem uso de psicofármacos repassados pelas equipes de saúde. A estratégia de pesquisa de participar de forma engajada na compreensão desses diagnósticos, os medicamentos utilizados, os prontuários e os núcleos familiares, mediando os enunciados biomédicos para os pacientes indígenas, possibilitou conhecer diferentes formas de compreender o processo etiológico e com isso a explicação dos desequilíbrios sociocosmológicos, e que na concepção das equipes de saúde são compreendidas como doenças subjetivas e ligadas à psique humana. O quadro se agrava pelo modo como as políticas oficiais de saúde tem se apropriado das teorias do bem-viver, que quando transferidas em políticas públicas acabam replicando estereótipos colonialistas sobre indigeneidade e conhecimentos tradicionais. No caso analisado, as equivocações ocorrem entre as compreensões sobre os processos etiológicos nativos que compreendem seres não-humanos e os processos etiológicos da política governamental que apontam as compreensões xamânicas como respostas culturais a uma natureza universal, gerando estratégias cosmopolíticas de composição entre essas duas compreensões de mundo. Observamos que mesmo após a implementação de uma política de saúde norteadas pelo princípio da atenção diferenciada e da interculturalidade, as respostas das equipes de saúde baseiam-se em um processo de controle das queixas dos pacientes indígenas e transformadas em problemas subjetivos de explicação psicossomática.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_321_37393081_106762.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Epistemologia vegetal: agência e circularidade das plantas de cura e cuidados no Ver-o-Peso

Simone Lopes Silva (UFPA)

Este estudo busca compreender a agência e circularidade de plantas de cura e cuidados físicos e espirituais, no setor de ervas do Ver-o-Peso, na cidade de Belém, no estado do Pará, uma das mais antigas e tradicionais feiras da América Latina. Considerando que esses processos estabelecem uma relação íntima entre humanos e vegetais a partir de sistemas de conhecimentos de povos da Amazônia, associados a medicina tradicional e ao universo natural das plantas, buscam solucionar questões de saúde, de modo que pessoas que possuem experiência com este tipo de medicina desenvolvem práticas espirituais, que dialogam com a agência vegetal. Contudo, a relação humana com as plantas tem sido motivo de especulação capitalista, geralmente encaradas e instrumentalizadas para os interesses humanos, mas de pouco ou nenhum interesse sobre as espécies de plantas que atuam com seus hábitos, diversidade e presença na vida das pessoas. As plantas têm histórias de vida e participam do cotidiano da cidade, desde as mangueiras que ladeiam suas avenidas aos frascos de garrafadas

comercializadas nas feiras, dando seu próprio testemunho existencial, por meio de suas sombras, seus frutos, suas raízes e suas capacidades de cura. As bases teóricas metodológicas desta pesquisa buscam um diálogo etnográfico e interdisciplinar com que expressamente vem sendo chamado de epistemologia vegetal, ou virada vegetal (COCCIA, 2018) que considera as plantas criadoras do mundo, interferindo, modificando, interagindo e organizando a vida dos seres humanos. Em seguida, contribuindo, as Vozes Vegetais (OLIVEIRA et al., 2022) abordando a relação entre seres humanos e plantas, com palavras convidativas para ouvir, aprender e vegetar com as plantas: semear a terra, raízes da diversidade, sociabilidades vegetais e colher frutos, considerando a inteligência, sensibilidade e capacidade de comunicação das plantas (MANCUSO, 2019) entre si e nas suas relações com os seres humanos. De modo que, descentralize da ideia da natureza, em especial os agentes vegetais como mero instrumento humano, e sim atores protagonistas de histórias, promotores de uma diversidade epistêmica. Palavras-chave: Agência. Circularidade. Cuidados. Plantas. Amazônia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmopolíticas Quilombolas: corpo, terra e os territórios multiespécie

Sonia Regina Lourenço (UFMT)

Esta comunicação é resultado das etnografias realizadas com os coletivos quilombolas em Chapada dos Guimarães e Poconé, no estado de Mato Grosso nos últimos 11 anos. Pretende-se descrever como a cosmologia destes coletivos negros se constitui de composições de zonas ontológicas de coexistências de seres humanos e não humanos, criando posições cosmopolíticas de enfrentamento ao geotopoder que insiste em desvitalizar os territórios quilombolas. Os saberes de mulheres e homens quilombolas sobre o corpo, a terra e os territórios, incluem fluxos de vida nas roças, jardins, rios, serras e bocainas, delineando a paisagem e os modos de habitabilidade entre as multiespécies. Os quilombos são mundos relacionais de resistência às devastações produzidas pela geopolítica e o geotopoder, especialmente do agronegócio que afeta os territórios quilombolas e de povos indígenas no centro oeste brasileiro. Desde que a população africana deixou de ser escravizada e os povos originários sobreviveram ao extermínio do poder colonial, os territórios destes coletivos se tornaram verdadeiros refúgios de humanos e outros seres não humanos. Os quilombos decidiram ficar com o problema (Haraway, 2023), desde que passaram a existir na América Latina, retomando suas terras em modos de existência sempre marcados por tempos de urgências, tentativas de extermínio, recriando-se contra as práticas econômicas e políticas de exclusão e genocídio. Os quilombos existem como cosmopolíticas desestabilizadoras do Estado-nação, e buscam se colocar de modo contra-colonial diante das variações do racismo que atingem seus modos de vida. O que se quer dizer com a designação cosmopolíticas quilombolas? De um ponto de vista especulativo, seguimos as ideias formuladas por Stengers (2007, 2010, 2015, p. 446) e Debaise e Stengers (2016) para pensar os modos de existência nos quilombos como uma das situações concretas que nos provocam a abandonar teorias generalizantes da modernidade que tentam encapsular e situar as alteridades de humanos e de outros seres tais como divindades, espíritos, visagens, ancestrais sob o crivo do multiculturalismo ou encerrar mundos relacionais em oposições entre real e imaginado, ficção e realidade. Inspirada pela teoria da bolsa ficção de

Úrsula K. Le Guin, a etnografia levou a sério as relações entre as plantas, os corpos, as casas, as benzeções e os mutirões como micropolíticas contra-o-Estado (Clastres, 2003) na composição de seus mundos.

GT 061: Formas da restituição: coleções científicas, reparação e a longa jornada de volta.

Nas últimas décadas, vem se ampliando e complexificando, no âmbito das arenas culturais, processos de restituição. Ainda que se configurem em multifacetadas formas e nomeações, têm como princípio jurídico gerar remédios restitucionários para reparar danos por roubo, tráfico e saída ilegal de fronteira territorial. Este idioma ordena parte da cadeia político-administrativa por onde passam contestações sobre a posse de coisas, remanescentes humanos, arquivos e conhecimentos patenteados. Por outro lado, o campo de estudos da restituição (suas formas, temporalidades, objetos e atores) tem evidenciado tanto as disputas pelos sentidos da figura, quanto seus variados arranjos socioculturais ordinários e institucionais ao redor da demanda por coleções etnográficas, biológicas, e arquivos audiovisuais gerados em situações coloniais e de guerra. Neste quadro, os sentidos da restituição não só se relacionam com o que a reparação tem de retificação dos contratos e justiça corretiva, mas também com o reconhecimento de direitos violados e demandas pelo paradeiro de antepassados e desaparecidos políticos. Processos de restituição, portanto, operam como aceleradores de transformações nos direitos e práticas patrimoniais, bem como catalisadores de memórias silenciadas e retornos de bens inalienáveis em suas “longas voltas para casa”. A proposta é estimular um encontro entre as ciências humanas e naturais para gerar etnografias e histórias de processos de restituição em variadas configurações.d

Coordenação

Edmundo Marcelo Mendes Pereira (UFRJ), Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Liberte Nosso Sagrado: uma análise sobre a restituição de acervos e imagens afro-diaspóricas no contexto brasileiro e transnacional

Fernando Carlos de Sousa (UENF)

Na presente proposta de trabalho será apresentado o anteprojeto de pesquisa de doutorado, em que pretendo analisar os modos de representação e circulação de coleções afro-diaspóricas no contexto brasileiro e transnacional, considerando processos recentes que reivindicam a restituição de acervos, objetos e patrimônios. Ao longo da pesquisa pretendo investigar a presença litigiosa, questionável e até ilegal de acervos afro-diáspóricos em coleções públicas, tendo em vista o contexto de aquisição ligado direta ou indiretamente à criminalização das religiosidades de matriz africana e à colonização, nos cenários brasileiro e transnacional, respectivamente. Para tanto, algumas perguntas vão nortear os primeiros passos da pesquisa, tais como: em quais contextos se deu a formação de acervos afro-diaspóricos? Qual o estado

de acondicionamento, preservação e exposição desses acervos? De que forma esses acervos são apresentados nas diferentes mídias, tais como jornais, revistas, matérias jornalísticas e produção cinematográfica, quando for o caso? A pesquisa será desenvolvida com base na revisão da literatura já produzida sobre o assunto, na análise sobre processos de acondicionamento, preservação e exposição de acervos afro-diaspóricos. Ainda serão utilizadas como fontes de pesquisa imagens reproduzidas em jornais e revistas, bem como a produção cinematográfica sobre o tema.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_350_44119417_228696.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Alegria e preguiça: arte contemporânea e museus etnográficos

Geslline Giovana Braga (UFRN)

Muitos museus etnográficos incorporam entre suas mostras obras de arte contemporânea. Seja para compensar lacunas históricas, como processo de atualização do espaço expositivo museal ou reação às críticas das últimas décadas, que apontaram os museus etnográficos (e também os universais) como a própria representação materializada da narrativa colonial. Com as discussões sobre restituição à baila na esfera pública e midiática, a arte contemporânea passou a figurar dentro dos museus como um instrumento de suposta indicação de abertura à discussão sobre a devolução de objetos ou um jeito de assimilar e debater as críticas externas nas próprias paredes dos museus. Como se as obras de artistas que tiveram seus antepassados vilipendiados pudessem redimir os museus de sua aura sepulcral e colecionista dos antigos gabinetes de curiosidades. O presente trabalho pretende discutir sobre o papel decolonizador da arte contemporânea em museus etnográficos e seus limites nas políticas de reparação e restituição. Analisando as obras de artistas contemporâneos em duas exposições recentes em museus etnográficos. As obras de Osaze Amadasun na exposição Benin - Perspectiva (de outubro a dezembro de 2023), no Museu Weltkulturen de Frankfurt, na Alemanha. E as obras de Emeka Ogboh no Museu Wereld (até outubro de 2024), em Leiden, na Holanda. Ambos os artistas têm como tema a restituição das peças de bronze do antigo reino Benin. A partir da metodologia de Marília Xavier Cury (2021) analiso como a montagem das exposições sugerem diferentes leituras, mas as legendas que as acompanham levam a uma mesma conclusão quanto a pauta dos artistas, de que a restituição das obras não cabe aos museus.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_924_04108388_228696.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Decolonização em Processo: O Retorno do Manto Tupinambá

Hellen Tauana Silva Batista (Centro de Memória do TRF6)

Os Tupinambás eram uma população indígena do tronco linguístico Tupi, e originalmente os mantos das tribos eram utilizados por pajés durante rituais, e considerados vestimentas sagradas. Datados dos séculos XVI e XVII, eram construídos manualmente a partir de penas costuradas em malha, por meio de técnica repleta de ancestralidades do povo Tupinambá. Atualmente poucos exemplares são encontrados em Museus pelo mundo (não ultrapassando 5

exemplares), e foram levados de seus povos por europeus em viagens, para serem oferecidos como presentes aos monarcas. Os mantos, tal como o Manto Tupinambá, são representações valiosíssimas da arte indígena, e vestimentas carregadas de religiosidade. O Manto, que está há mais de 300 anos na Dinamarca, será devolvido, e deve ser repatriado para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2024. A decolonização surge como um movimento de (re)apropriação, aplicando o olhar para os povos oprimidos ao longo da história, e permitindo sua reconstrução; e junto a museologia social, que defende os Museus como locais de uso comunitário e participativo, para salvaguarda, e também divulgação das histórias sobre termos próprios de cada povo, surge o questionamento: qual será a história da arte indígena, por detrás daquela criada e contada pelos colonizadores? Este estudo aborda e levanta respostas para tal questionamento; aponta e dissemina a história que compõe o caminho percorrido pelo Manto Tupinambá, desde sua saída do Brasil, seus 300 anos na Dinamarca, até a decisão da sua devolução ao seu país de origem. E esta pesquisa também discute, e apresenta, possíveis contribuições da museologia social para a valorização e reconstrução da história da arte indígena. Descolonizar a arte indígena, em meio a participação ativa de seu povo, é criar meios para um futuro de reapropriação, em meio aos novos caminhos e novas faces também dos museus e das museologias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estratégias de mediação e participação social no processo de patrimonialização da Coleção Perseverança

Maicon Fernando Marcante (IPHAN)

A Coleção Perseverança composta por mais de 200 objetos de Matriz Africana roubados de terreiros de Alagoas nos ataques do ano de 1912 conhecidos como Quebra de Xangô vive um processo que pode resultar em seu reconhecimento e acautelamento como Patrimônio Cultural do Brasil. Na instrução de tombamento levada a cabo pelo IPHAN, instituição da qual faço parte como servidor da área técnica, diversas ações vêm sendo desenvolvidas com o objetivo de viabilizar a participação social e o protagonismo de religiosas e religiosos de Matriz Africana no processo de atribuição dos valores e da significação cultural da Perseverança, tal qual determina a Política do Patrimônio Cultural Material da instituição. Além disso, as interlocuções em curso compreendem mediações com agentes diversos, particularmente com o Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas que detém a guarda dos objetos. A presente proposta visa apresentar rendimentos da prática etnográfica em curso junto a esse processo de interlocução e mediação que atravessa a instrução de tombamento da Coleção Perseverança. A partir da posição de técnico do IPHAN, enfoco as estratégias desenvolvidas buscando estabelecer uma interlocução simétrica entre religiosas/os de Matriz Africana, equipe técnica e demais agentes envolvidos por meio da institucionalização de um grupo de trabalho, nas quais se revelaram influências de minha própria formação no campo da Antropologia especificamente em relação à formulação metodológica da proposta de participação social. Discorro sobre os resultados desse processo de interlocução e mediação condensados na atribuição dos valores históricos, etnográficos e artísticos dos objetos, evidenciando que a instrução de tombamento encontra-se subsumida em um mais amplo processo de

patrimonialização da Coleção Perseverança enquanto patrimônio do povo de Santo. Finalmente, abordo as discussões atualmente em curso acerca das diretrizes de gestão dos objetos compreendendo a proposição de uma gestão compartilhada entre os diversos agentes envolvidos e centrada no protagonismo de religiosas e religiosos de Matriz Africana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_794_16008430_228696.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pelos caminhos da bykyrè: coleções etnográficas e jornadas de restituição

Marília Caetano Rodrigues Morais (UFRJ)

As bykyrè, esteiras de palha tecidas pelas mulheres Iny a partir do entrelaçamento das fibras do buriti, desempenham papéis fundamentais na vida cotidiana e ritualística do povo Iny e vão além do que comumente se classifica como objetos utilitários, pois possuem usos e significados culturais profundos. Ao longo da história, muitas bykyrè, entre outros objetos Iny (Karajá), foram coletadas e incorporadas às coleções de museus, nem sempre com o consentimento das comunidades indígenas. Em meu projeto de doutorado, que encontra-se em fase inicial, pretendo compreender os diferentes regimes de memória, tanto indígenas quanto não indígenas, relacionados à produção, circulação e colecionamento das bykyrè. Também busco caracterizar os contextos de relações interétnicas que emergem desses processos, evidenciando as narrativas das mulheres Iny e os discursos produzidos pelas instituições museológicas. Nesta apresentação oral, pretendo refletir sobre a dimensão da restituição proposta pelo GT, dialogando com discussões contemporâneas sobre a devolução de objetos culturais às comunidades de origem. A partir dessa abordagem, proponho problematizar não apenas a importância das bykyrè como elementos de patrimônio cultural, reunidas em coleções etnográficas, acervadas e exibidas em museus nacionais e estrangeiros, mas, sobretudo, refletir sobre as demandas das comunidades Iny por reconhecimento, justiça e reparação por meio do acesso a esses materiais produzidos por seus antepassados. Dessa forma, a partir das intenções iniciais do projeto, brevemente apresentadas, o diálogo aqui proposto poderá contribuir para uma discussão sobre a longa jornada de volta e os processos de restituição no contexto das coleções etnográficas e científicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Restituição, matéria e metáfora: para uma ética decolonial de porosidade museal

Nuno Porto (University of British Columbia)

Partindo da experiência curatorial num museu universitário situado em terra indígena não cedida na costa noroeste do Pacífico, pretendo explorar situações específicas de articulação entre reclamação de bens culturais, restituição, reparação, pós-memória, lei, economia e ética. O argumento desdobra-se com base em processos concretos de reivindicação de coleções pelos seus proprietários culturais. Contrastando casos locais envolvendo pertences das populações indígenas da costa noroeste do Canadá no âmbito de uma longa história de colonialismo interno, com casos de coleções africanas remissivas a enquadramentos imperiais, pretendo explorar como formas de conciliação patrimonial podem assumir formas que podem parecer opostas e

argumentar que a presente situação é um incentivo para o desenvolvimento de uma ética e de práticas de porosidade (epistemológica, ética, administrativa, técnica e governativa) nos museus.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Restituição, memória e a agência dos objetos no Mayombe (RDC)

Rosa Cavalcanti Ribas Vieira (UFRJ)

Pedidos de restituição de artefatos africanos localizados em acervos de museus norte-americanos e europeus por parte de governos, instituições e coletivos têm se tornado cada vez mais visibilizados nos últimos anos. São frutos também de um novo contexto de críticas pós-coloniais e decoloniais, que motivaram questionamentos ao monopólio dos museus etnográficos constituídos nos séculos XIX e XX, sobre objetos, arquivos e narrativas a respeito de culturas não ocidentais. Debates e demandas sobre o direito ao patrimônio africano têm provocado acenos recentes de museus europeus, como, por exemplo, a confirmação do British Museum a respeito do retorno dos bronzes do Benin à atual Nigéria. Ao mesmo tempo, é importante compreender como essas questões se apresentam localmente, indicando outras camadas para se refletir sobre o retorno de objetos aos territórios africanos. A estatuária oriunda da região transfronteiriça do Mayombe é uma das mais valorizadas da África Central, como os chamados minkisi nkondi, e faz parte dos acervos de grandes museus etnográficos. Baseado em dados reunidos em uma pesquisa etnográfica de longa duração, este trabalho analisa as histórias, memórias e suspeições que objetos de acervos museológicos atualmente evocam em vilarejos Yoómbe. O trabalho articulará três frentes: 1. Fará um balanço das discussões contemporâneas sobre a restituição e o direito ao patrimônio em África; 2. Identificará os diferentes tipos de objetos do Mayombe nos grandes museus etnográficos, refletindo como são categorizados e apresentados; 3. Discutirá os relatos dos Yoómbe a respeito destes objetos. A hipótese sugerida é que, no Mayombe, estes objetos consistem em materialidades fisicamente ausentes, mas que se fazem presentes enquanto memória, tendo efeito nas práticas cotidianas e nas moralidades relativas ao dinheiro. O trabalho visa contribuir para a antropologia dos museus, refletindo sobre as possibilidades, como também as dificuldades, a respeito do retorno e das práticas etnográficas colaborativas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil: um estudo de caso da pesquisa nas regiões sudeste e nordeste

Vitória Lorenzi Corrêa (UFF), Ana Luiza Alves de Oliveira da Silva (UFU), Kaiena Thyelle Malaquias da Silva (UFPE)

O Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil é um projeto de caráter extensionista. É uma iniciativa do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA Associação Brasileira de Antropologia, que teve início após o Seminário Antropologia e Museus: desafios do contemporâneo, realizado em 2018. A proposta de mapeamento visa identificar e catalogar os objetos e coleções etnográficas que estão sob a guarda de museus, centros culturais e outras iniciativas comunitárias. Dentro do vasto panorama das instituições de memória no Brasil, onde

milhares delas se dedicam à preservação de objetos, é notável que uma parcela significativa detenha artefatos oriundos de diversos grupos sociais. Entendemos coleções etnográficas como objetos e /ou coleções representativas do cotidiano, de momentos festivos e especiais desses inúmeros grupos sociais, como, povos indígenas, objetos de arte e cultura popular, artefatos de grupos afro-brasileiros, de imigrantes entre outros. O principal objetivo é contemplar, em um único local, informações abrangentes sobre as coleções etnográficas. Para isso, optamos por uma abordagem virtual, acessível gratuitamente, utilizando a plataforma Tainacan para congregar esses dados. A intenção é que essas informações sejam uma fonte valiosa que possa ser explorada de diversas maneiras no futuro, seja pela comunidade acadêmica ou pelo público em geral. Em 2022 o projeto foi contemplado com auxílio do CNPq, assim nos organizamos em três equipes, sendo elas: pesquisa, banco de dados e difusão. Neste trabalho pretendemos falar mais sobre a experiência da difusão, mais especificamente na região Sudeste e Nordeste. O processo de pesquisa envolvendo o contato direto com as instituições é uma tarefa delicada, pois há uma variedade imensa de organizações envolvidas. Algumas são empreendimentos de grande porte, com uma rede extensa de colaboradores dentro do museu, enquanto outras são menores e podem ter menos familiaridade com o conceito de coleções etnográficas. Por essa razão, a abordagem da pesquisa pode variar consideravelmente, e nosso trabalho, muitas vezes, se assemelha ao esforço paciente de formigas, construindo passo a passo até alcançar um resultado significativo em escala mais ampla.

GT 062: Fronteiras e fabulações: antropologias especulativas e experimentos etnográficos

Este grupo de trabalho volta-se aos potenciais especulativos do trabalho antropológico. Acolheremos trabalhos que experimentem relações copoiéticas entre ciência e ficção que possam transpassar fronteiras epistemológicas, etnográficas e intersubjetivas. Pretendemos debater pesquisas que coloquem em cena processos de composição, montagem, construção e desconstrução de perspectivas teóricas e metodológicas, levando em conta relações entre teoria e prática, antropologia e etnografia, ciência e política. Formas de habitar mundos ao mesmo tempo justapostas e incomensuráveis, engendradas por auto-etnografias, antropologias contra coloniais, experimentações de escrita etnográfica serão bem-vindas. A partir das noções de figuração e mundificação propostas por Haraway, tencionamos entrelaçar propostas que construam cenários (etnográficos, ficcionais) a investigar, fabular e especular sobre - na perspectiva de Ingold, que considera a especulação uma dimensão fundamental da antropologia - possibilidades de vidas e seres compósitos. Buscam-se experimentos que levem a sério a dimensão do encantamento para produção e circulação de conhecimentos, seus artefatos e seus efeitos etnográficos. Também desejamos incluir trabalhos que dêem visibilidade a produções de conhecimento, em diálogo com a ficção, a literatura e outras formas expressivas, que ofereçam possibilidades de construção de saberes de forma coletiva e colaborativa, tais como no afrofuturismo e na escrevivência.d

Coordenação

Silvana de Souza Nascimento (USP), Ana Letícia de Fiori (UFAC)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Terreiro do Pajé Barbosa: memórias político afetivas do território Pitaguary

alexandre hermes oliveira assu (UFRJ)

A principal ferramenta mnemotécnica deste trabalho são as memórias do pajé Barbosa: imagens produzidas na Aldeia Monguba da etnia indígena Pitaguary, em Pacatuba - CE, entre os anos de 2013 e 2023. Um acervo significativo que conecta o pesquisador ao território e aos colaboradores da pesquisa, ajudando a compreender processos de autonomia analisados conjuntamente aos saberes tradicionais em seus territórios. Trata-se de um repertório de saberes organizado a partir de cosmologia afro-indígena, que contribuiu para uma reflexão acerca dos métodos de aprendizagem, conhecimento, compartilhamento e colaboração. A retomada destas memórias cotidianas e de eventos foi proposta utilizando ferramentas da antropologia da arte para desmontar um cenário fatídico e reconstruir a vida a partir de uma política das imagens, dos afetos, das artes e dos saberes desses povos tradicionais. Palavras chaves: memória, aprendizagem, política das imagem; colaboração; etnicidade, corpo, saberes tradicionais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_042_00392717_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma ponte entre duas culturas: o recurso da ficção científica social na construção de uma antropologia especulativa

Ana Luiza da Silva Dias (UFC)

O presente trabalho tem como objetivo propor a utilização da ficção científica social como recurso teórico na construção de uma antropologia especulativa, recorrendo à licença poética desse gênero literário e cinematográfico para articulações teóricas da área. Dialogamos com autores como Sarah Lefanu (1998), Neil Gerlach e Sheryl Hamilton (2003), Tim Ingold (2019), e Ursula K. Le Guin (2023). Desde sua origem mais consolidada, no século XIX, o gênero ficção científica (FC) se popularizou pelas narrativas futurísticas que misturavam a fantasia e a ciência, por exemplo, no temor ou na admiração a seres alienígenas (ou seja, estrangeiros em relação à espécie humana), cujas descrições encontravam paralelo naquelas das populações colonizadas pelas nações imperialistas. Nos anos 1950, ainda predominantemente literário, o gênero passou a incorporar cada vez mais reflexões críticas e sociais das ciências humanas tal virada inaugurou o que seria posteriormente intitulado de ficção científica social. No contexto do pós-guerra, as novas produções tinham como pano de fundo temas como colonialismo, imperialismo, etnocentrismo, raça, gênero e trabalho. A partir dos anos 1970, a FC passou a ser cada vez mais adaptada para as telas de cinema, com filmes que se apoiavam em efeitos especiais para retratar cenários e circunstâncias fantásticas”. Recorrendo à literatura e ao cinema de FC, pesquisadores de humanidades propuseram que a dita ficção científica social poderia ser utilizada no afloramento da imaginação antropológica e na própria investigação social. Segundo Sarah Lefanu (1998), enquanto a teoria socioantropológica expõe um fato

social como conceito, a FC pode trabalhar com ele pelo viés da imaginação, da especulação. Gerlach e Hamilton (2003) argumentam que o requisito da FC de imaginar um futuro para além das limitações das realidades do presente a torna ideal para a extrapolação das teorias das ciências sociais. Tal articulação encontra consonância com os votos de Tim Ingold (2019) por uma antropologia experimental e aberta à especulação, uma convergência da ciência com a arte. Ursula K. Le Guin (2023), escritora de FC, defende a literatura imaginativa como um instrumento útil de resistência à opressão, pois escancara a contingência da realidade, informando-nos que ela não tem que ser do jeito que é. A possibilidade de estabelecer um espaço tanto discursivo quanto imaginário entre o presente e o futuro justifica a utilização das narrativas de FC como ferramentas de compreensão da realidade social. Metodologicamente, o trabalho recorre à literatura existente sobre antropologia do cinema, antropologia e ficção científica e aos estudos de ficção científica, como os autores supracitados, mais Sheila Schwartz (1971) e Alice Fátima Martins (2004).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Silêncios e ruídos: registros (auto)etnográficos da violência em uma comunidade carioca

Caroline Laya de Menezes (USP)

A pesquisa em questão, derivada de um evento violento em 7 de abril de 2019, adota uma abordagem autoetnográfica que combina as vivências pessoais da pesquisadora com análises acadêmicas. Esta investigação busca explorar as complexas repercussões emocionais, midiáticas e sociais desencadeadas por esse evento, empregando a metáfora do "silêncio" e do "ruído" como instrumentos reflexivos e interpretativos. A metodologia empregada busca ir além das narrativas predominantes, investigando tanto as narrativas negligenciadas quanto as estratégias de silenciamento presentes no contexto analisado. Adicionalmente, o estudo amplia a discussão sobre desigualdades e violência urbana ao incorporar narrativas locais e rumores, elementos fundamentais na formação de percepções específicas das dinâmicas sociais na área em foco. Ao explorar esses elementos, a pesquisa indica uma intrincada rede de relações associadas ao evento violento, contribuindo para uma compreensão das interseções entre violência, mídia e comunidade. A utilização da abordagem autoetnográfica permite a integração de experiências pessoais com análises acadêmicas, enriquecendo a compreensão das implicações do evento em questão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_997_40003925_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

E antropólogo como contrarregra, ou da Antropologia como contrarregragem

Daniel Vilhas M. da Silva (UNICAMP)

Durante as eleições de 2020, acompanhei a campanha de Brenda da Silva Santunioni, então vereadora de Viçosa-MG e mulher transexual, à prefeitura da cidade. Em sua carreira e campanhas eleitorais, circulavam uma série de críticas em virtude de sua proximidade a grupos políticos locais que se situam mais à direita do espectro político, apesar de sua também estreita vinculação à luta por direitos LGBTQIA+ na região. Num contexto que era profundamente

marcado pela pandemia de Covid-19, em que vigoravam barreiras sanitárias, o distanciamento físico e social, e o uso frequente de máscaras, esteve presente nas caminhadas eleitorais que são típicas desse período de campanha. Diferente do que eu imaginara a princípio, a pandemia não havia acabado com o corpo-a-corpo eleitoral entre candidatas e eleitorias. Fazendo campanha junto de Brenda, eu havia me tornado, para todos os efeitos, uma de suas apoiadoras mais próximas. Em 2021, após ter perdido as eleições, Brenda passou a editar uma revista eletrônica com o nome Canal Brenda Santunioni”. Seu intuito com a revista era não apenas garantir uma fonte de renda, mas também continuar se projetando no cenário da política local, mantendo-se relevante entre os grupos políticos aliados e rivais. Em incursões de campo naquele ano, passei a ajudar Brenda nas filmagens externas de seu canal, montando o equipamento de filmagem, as luzes e o cenário para a realização de entrevistas. Ela passou a me apresentar, naquele momento, como seu contrarregra”. A partir dessas experiências do trabalho de campo de minha pesquisa de mestrado, reflito sobre o papel da pessoa antropóloga enquanto contrarregra, ou, mais precisamente, sobre a antropologia enquanto contrarregragem. Enquanto antropólogues, estamos frequentemente diante da situação de estarmos circulando pelos bastidores das experiências humanas. O trabalho antropológico, nesse sentido, adquire um caráter de contrarregragem na medida em que nós mesmos nos vemos implicados na construção das cenas que nos propusemos a estudar. Dito de outro modo, lançar luz sobre determinado acontecimento, contexto ou situação, é também produzi-la enquanto discurso da experiência humana. Por outro aspecto, o ato de montar a cena, dispondo a iluminação, os objetos e os equipamentos, pode igualmente ser comparado com a atividade de reflexão teórica que concerne à antropologia, tanto em relação às pessoas e grupos com quem pesquisamos, quanto em relação à história e a metodologia da própria disciplina. Diferente de propor uma abordagem inovadora sobre o cotidiano do fazer etnográfico, minha intenção é refletir a esse respeito à luz da noção de contrarregragem, conforme ela emergiu durante a pesquisa que deu origem à minha dissertação de mestrado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Gilead é logo ali: etnografando futuros

Diogo Coutinho Iendrick (UFF)

A proposta de trabalho parte da ideia de que a literatura é uma antropologia especulativa e busca explorar as potencialidades antropológicas da ficção científica, tomando O conto da aia, romance distópico da autora canadense Margaret Atwood, enquanto dispositivo imaginativo para examinar a própria natureza humana. Como pesquisa de doutorado em andamento, meu objetivo aqui é apresentar para discussão interesses temáticos e direcionamentos a partir dos elementos ficcionais criados pela autora e sua relação com nossa sociedade, comparativamente, buscando perceber o que existe de etnográfico na tecitura de um romance de ficção científica. A exemplo do que propõe Roberto DaMatta, é possível considerar uma obra literária como narrativa mítica, momento privilegiado em que a sociedade fala sobre si própria. Os mitos fornecem perspectivas sobre a compreensão do mundo e, considerando o romance uma derivação dos mitos, é possível adotar a narrativa ficcional como a própria sociedade percebida por meio de um código específico. O romance, então, examina a existência humana, o campo

de suas possibilidades — o que o ser humano pode fazer ou se tornar, não se limitando a metáforas. Quando colocamos em perspectiva a ficção científica então, é possível perceber que suas alteridades radicais e até seus cenários de devastação iluminam relações humanas constituindo um tratamento específico do mundo: são realidades alternativas que relativizam a nossa própria, colocando em evidência nossos anseios, temores ou desejos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_543_21611791_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre caminhar e compor com um espírito

Emília Guimarães Mota (SEDUC GO)

. Gostaria de enfatizar os efeitos sobre o trabalho de campo e escrita etnográfica de uma pesquisa que acolheu a demanda de um espírito e aceitou caminhar com ele. Para tanto, apresento algumas reflexões desde uma teoria etnográfica sobre a vida dos espíritos a partir do encontro com Mestra Paulina que desejou "dar seu nome e seu caminho". O trabalho é resultado da tese de doutorado criada junto à linha de pesquisa "Etnografia dos conhecimentos e experimentações etnográficas no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Goiás. Conheci Mestra Paulina e a médium Ana em um terreiro de umbanda em Aparecida de Goiânia (GO). Trabalhando na linha de pombagira e exu aos poucos Mestra Paulina agenciava um falar de si confidenciando que era uma mestra de jurema. O que despertou minha atenção enquanto parte da comunidade religiosa e pesquisadora. O trabalho foi orientado pelo questionamento sobre a possibilidade de falar sobre e conhecer a vida de espíritos de maneira que não sejam apenas narrativas sobre o passado. Pretende o deslocamento de um dispositivo conhecido como biografia para uma teoria etnográfica da vida do espírito em que vida está liberada de um predicado antropocêntrico, biológico e cronológico do tempo como uma flecha. Os posicionamentos metodológicos, teóricos e o estilo de escrita foram estabelecidos ao acolher e seguir os caminhos de Mestra Paulina, seus desejos de compartilhar sobre sua vida como espírito e todos os efeitos que o "caminhar com ela" pode proporcionar. Abarca deslocamentos e a desestabilização de concepções como: a de vida e morte, humano e não-humano, tempo, continuidade, de biografia. Coloca em suspensão também pressupostos sobre o trabalho de campo e a escrita etnográfica. Acompanha a prática narrativa e o pensamento de Mestra Paulina. Reflete sobre o desfecho da pesquisa junto à participação dos sonhos e dos desenhos, para "seguir com o problema, aportando assim nas aberturas e inquietações provocadas pela experiência de conviver e caminhar com um espírito e com a médium.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Refúgios transfronteiriços: práticas, narrativas e imaginação política

Eugenia Brage (CEBRAP)

Partindo de uma noção de refúgio como lugar figurativo e não como categoria jurídica, nesta apresentação procuro explorar, de maneira situada, uma narrativa liminal que tem como objetivo a junção da própria vivência de ser antropóloga, migrante, lésbica, inserida no campo

dos estudos migratórios, da saúde, dos cuidados e do gênero e sexualidade. Tomando como ponto de partida a minha própria experiência transfronteiriça busco indagar nas linhas difusas entre o lugar de origem e a ideia de retorno em contextos de incerteza. Procuo problematizar, simultaneamente, as vivências espaço-temporais, a pesquisa de campo e o contexto geopolítico como um conjunto de elementos que se tornam corpo. Neste enquadramento de ambivalências, espero indagar nas formas em que os contextos nos atravessam e nas diversas maneiras em que atravessamos esses contextos. Para isso, proponho a noção de refúgios transfronteiriços como lugares de preservação existencial no meio de conjunturas geopolíticas que atingem permanentemente nossas subjetividades e imaginação política. Não se trata de lugares físicos, nem de categorias jurídicas, mas de espaços, malhas, redes que constituem o tecido social que nos compõem e se tornam cruciais para configurar novos mundos que fazem habitável o porvir (Haraway, 2019). Me interessa, então, analisar, a partir de uma perspectiva situada, os modos de vida dissidentes do sistema sexo-gênero e das delimitações nacionais em vistas de produzir novas gramáticas que permitam imaginar" uma outra organização social das formas de vida (Preciado, 2020, p. 41), ou seja, uma linguagem de ficção política transfronteiriça.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ciência, ficção, farmacologia e gênero: tecnologias drag e trans a partir do trabalho artístico de Valentim Dias

Francisco Janis Borges Xavier de Gouveia (USP)

A presente proposta de trabalho busca refletir e acompanhar, de forma colaborativa, o processo criativo do artista visual, transmasculino não-binário e drag king Valentim Dias (Don Valentim) na produção de um trabalho artístico que expõe sua composição artística e corporal como drag e pessoa trans. Neste trabalho artístico, ainda sem nome e em construção, o artista propõe, em suas palavras, experimentação com diversos materiais, explorando tecnologias drag e trans para pensar sua própria trajetória artística. Os materiais que o artista utiliza provocam uma relação entre ciência, ficção, corpo, tecnologias farmacológicas, arte e tecnologia drag. Uma cabeça de isopor (utilizada para perucas) revestida de fitas tape (utilizadas por pessoas trans para reduzir volumes dos seios), com alfinetes, pedrarias, bandejas, vidros, exploram objetos que emulam experimentações laboratoriais e científicas, com experimentações drag e trans. Nesse processo, Valentim Dias pensa o artista como o cientista, explorando suas criaturas drags, seu corpo, e a própria ciência como ficção e produtora de tecnologias corporais. Assim, conectando com a proposta deste grupo de trabalho, esta apresentação propõe pensar a produção de conhecimento em diálogo com outras formas expressivas, neste caso, uma exposição artística. Desse modo, proponho refletir as relações entre ciência, ficção, farmacologia e gênero a partir do diálogo da produção artística em questão com o que Paul Preciado chamou, em *Testo Junkie*, de processo biodrag para se referir à ficções somáticas (como pílula) de feminilidade e masculinidade. Além disso, as reflexões da historiadora Susan Stryker (2021) em *Minhas palavras para Victor Frankenstein acima da aldeia de Chamonix: Performar a fúria transgênera sobre as tecnologias biomédicas e seus efeitos pretensiosamente naturalistas* irão compor esta apresentação de forma central, além da relação entre gênero, performance e arte que autora explora. Nesse sentido,

exploro, impulsionado pelo processo artístico de Valentim Dias, a relação entre ciência e ficção a partir da categoria drag.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_238_64695461_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Da arte se faz vida!": experiências do fazer extensão entre HIV/aids, experimentos artísticos e literatura

Gabriel Cavalcante Bueno de Moraes (UFPB), Maio Spellman Quirino de Farias (UFPB), Willis da Silva Guimaraes de Lima Junior (COL)

Extensionar no campo do HIV, desde a antropologia, requer menos aprender a manejar uma linguagem técnica, de caráter biomédico, do que se aventurar na procura de intersecções dinâmicas com outros saberes e (re)produções de linguagens. Requer também uma sensibilidade para aproximar dos mundos da vida um debate que

costuma oscilar entre o técnico e o moral, explorando para isso a polissemia que converge nos diálogos do HIV nas diversas temporalidades da epidemia e nos sentidos que as transbordam. Tais linguagens foram sendo entendidas - e vivenciadas - durante a execução do projeto de extensão Falando Sobre Aids, sediado na

Universidade Federal da Paraíba desde o ano de 2020, e que envolve docentes e discentes de graduação e pós-graduação dos cursos de antropologia, ciências sociais e letras. Dentre as diversas atividades realizadas ao longo de uma trajetória de quatro anos, destacamos aqui as aproximações com as dimensões

artísticas, especialmente com as narrativas autobiográficas de caráter literário, desenvolvendo uma técnica em que não apenas esses escritos foram lidos, mas sim, trazidos para o corpo; corpo que performa, que peregrina pelo caminhar da vida e reluz o fundado otimismo de Herbert Daniel (1989), para ser vivido. O

mesmo corpo figuracional de Haraway (2000), que carrega significados políticos, sociais, artísticos e culturais, fora representado nas atividades do projeto. Para tal construção, baseando-se nas performances de Franco Fonseca (2020), na literatura de Caio Fernando Abreu (1994) e nos escritos de Marina Vergueiro

(2019), a equipe do projeto experimentou explorar, dialogar e interpretar para a comunidade, tornando seus próprios corpos e vozes como intermediadores. Entendemos essas construções como uma ferramenta propulsora de

aproximação do público com o debate em HIV, esta que por sua vez auxilia no rompimento dos imaginários estigmatizantes, da discriminação, que gera conhecimento e apreciação. Falar sobre aids, seja por qualquer linguagem que possa ser oferecida, é, sobretudo, falar sobre arte, e extensionar neste mesmo campo, é

produzir vida. **Palavras-chave:** HIV/aids; Extensão; Literatura; Performance.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O corpo da cidade: estudos visuais para um filme

Georgiane Abreu (UFPA)

Neste ensaio retomamos a trajetória de uma ideia, do seu primeiro insight até a produção de um projeto de webfilme contemplado pela Lei Paulo Gustavo gerida pela FUMBEL em 2024. A arquitetura como parte do corpo da cidade de Belém, que vem sofrendo modificações constantes e demais arruinamentos produzidos pelos elementos humanos e naturais e uma projeção de futuro sobre como este mesmo corpo pode reagir à eventos climáticos inesperados. Seguindo a linha de raciocínio, da turbulência da realidade filtrada pelo prisma da especulação e transformada, não em futurologia, mas em um suplemento do real, busco imagens que possam ser transformadas em filmes a partir de derivas pelas cidades onde vivi. Tive meu primeiro contato com a teoria do antropólogo inglês Tim Ingold: para o autor, o mundo é composto por coisas e seus materiais, que se intrelaçam em relações diversas e estão em constante processo de arruinamento e crepitude. Foi essa ideia de crepitude constante que me saltou ao olhos ao passear pelo centro de Belém pós pandemia. Impulsionada pela publicação dos editais da Lei Paulo Gustavo gerenciados pela Fundação Cultural do município no final de 2023, escolho a premiação para Agentes Culturais e resolvo produzir um webfilme de três minutos que dê alguma resposta à minha curiosidade sobre fabular a cidade após um evento climático de proporções catastróficas. A partir de fotos começo a produzir o webfilme: escolho o vertical como quadro para enfatizar a natureza dos prédios, mas também para acolher o uso instintivo do celular, que é a verticalidade; aplico filtros para salientar o aspecto de catástrofe e escolho a narração como forma de contar essa história. Assim, desenvolvi uma videocarta, em que uma Georgiane do futuro volta a sua cidade natal depois de um episódio traumático de fundo climático e descreve para sua filha o estado geral das coisas. Fabulando sobre essa paisagem arquitetônica que é alterada bruscamente, desenvolvo uma personagem que diz reconhecer sua antiga cidade em meio ao caos, refletindo sobre o fato de que o lugar esteja se transformando em algo que ela agora desconhece e estranha. O fim de uma era familiar se apresenta. Vale lembrar da frase de Paul Klee citada por Tim Ingold: a arte não reproduz o visível; ela torna visível (tanto o problema quanto seu antídoto).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_573_68045623_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma autoetnografia misturada: trajetórias de telespectadoras negras na década de 90 em Viçosa,AL.

Hellen Christina da Silva Araujo (SEDUC)

Esta proposta de trabalho refere-se ao segundo capítulo da minha dissertação de mestrado defendida na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), intitulado "Um Deboche Autoetnográfico: Uma Análise sobre Redes de Transição Capilar em Viçosa-AL". Na construção de um trabalho antropológico sobre racismo cotidiano, não consegui descrever exclusivamente as experiências das interlocutoras, como estava planejado inicialmente, pois, à medida que escutava os relatos das mulheres negras viçosenses, era completamente atravessada e lembrava minha própria trajetória de vida. Porém, também não conseguia escrever exclusivamente sobre minhas vivências. Então, resolvi abordar a interseção entre "Eu + elas = nós", buscando seguir adiante. Nesse sentido, apresento uma autoetnografia

"misturada". Descrevo meu sonho de infância, como telespectadora que era, de rebolar minha bunda, inspirada na Valeria Valença, além de detalhar práticas racistas que sofri na escola. Integro à narrativa as experiências das interlocutoras, como o caso da trajetória de Marcilene ao tornar-se a primeira mulher negra a ser Miss Alagoas. Para essa "mistura", me inspirei na *Escrevivência* de Conceição Evaristo, nas leituras de Chimamanda Adichie e busquei compreender nossos sonhos de infância através do conceito de representação de Stuart Hall.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sonhar com pés no chão: escrevivências dissidentes por uma antropologia contra-colonial

Isabella Alves Guimarães (UFPEL), Raiana Mendes Ferrugem (UFOPA), Leticia Lemos de Sousa (Universidade Federal de Pelotas), Wemi Soares Pereira (UFPEL)

A antropologia, em especial, tem sua formação marcada por uma fixação na produção textual e na autoridade etnográfica. No entanto, essa formação curricular invisibiliza incisivamente as antropologias dos Outros e suas múltiplas formas de expressão. Zora Hurston, Lélia Gonzalez e Mariza Corrêa, já inovaram em suas respectivas épocas, elas partem de um corpo vivo para produzir conhecimentos críticos a partir da carne e espaço que ocupam. O lugar do "outro" é para elas uma perspectiva privilegiada sobre a colonialidade, utilizam essa percepção para fazer o que Viviane Vergueiro chama de reexame integral da colonialidade, ou seja, destrincham as violências <> resistências cotidianas em casa, rua, universidade, trabalho, escola, hospitais, etc. Nesse sentido, buscamos traçar e partilhar os caminhos já traçados por intelectuais dissidentes, de maneira coletiva, não apenas as que vieram antes, sobretudo com as que estabelecem uma relação de intimidade e de companheirismo diário. O coletivizando é um grupo de trocas de estratégias de pesquisa e vida, sobre a orietação de Loredana Ribeiro onde nos envolvemos com a crítica feminista à ciência e somos estimuladas a criatividade de outras maneiras de fazer pesquisa. Antes de companheiras intelectuais, somos amigas, guardamos segredos e contamos umas pras outras, o mel e o fel, de estar vivas.

A proposta deste trabalho é socializar pesquisas de estudantes da UFPEL desenvolvidas a partir do grupo, em especial, seu ponto de encontro: a escrita encarnada. A autoetnografia associada à escrevivência de

Conceição Evaristo, tem se configurado com um produto e processo etnográfico possível para a construção de conhecimento encarnado. Conhecimento que é gestado no interior do cotidiano que situa a construção sócio-histórica das identidades coloniais e se move para além delas, especulando maneiras criativas de expressão de vida, cura e afetividade. Nós utilizamos a metodologia-epistemologia para abordar temas como abuso sexual, racialização e racismo, transgeneridade, saúde mental e retomadas. Isabella, deselveu uma pesquisa autoetnográfica sobre a formação em Antropologia, abuso sexual e racialização. Wemi, formulou uma pesquisa autoetnográfica sobre o processo coletivo e múltiplo de ser trans. Raiana, escreveu uma tese autoetnográfica sobre os processos de

adoecimento e cura. Leticia, desenvolveu uma pesquisa a/r/tográfica sobre a formação em Artes Visuais Licenciatura e suas investidas de transgressão da história única em sua prática docente. Cada uma a partir de sua experiência material fábula a si mesma, por meio da narração constrói um mundo possível de enunciação da dor e da cura. Assim, buscamos refletir sobre as possibilidades expressivas da antropologia, costurando arte, poesias e conhecimentos ancestrais.

Palavras chave: Antropologia contra-colonial; Escrivivência; Autoetnografia

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_671_99525361_36653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A herança de Moreau animais exóticos e os limites da humanização dos pets

Jorge Leite Jr. (UFSCAR)

Seres híbridos entre animais não humanos e animais humanos são uma tópica comum nas obras literárias de fantasia e horror desde a Antiguidade. Tal hibridez tem como função questionar as definições e limites entre tais seres, mostrando que são construções culturais constantemente abaladas por mudanças sociais. Assim, a própria hibridez testemunha que as trocas, misturas e fronteiras são sempre histórica e socialmente possibilitadas, desejadas ou temidas. Um dos grandes exemplos na literatura é a obra *A ilha do dr. Moreau*, escrita em 1896 pelo inglês H.G. Wells, em que descreve uma sociedade distópica na qual animais selvagens eram humanizados a base de dolorosas cirurgias e rígidas regras de conduta, criando assim o povo animal. Neste livro, não apenas a separação entre animais humanos e não humanos é borrada, como o próprio desejo de humanizar as feras pressupõe uma relação autoritária, em que as hierarquias sociais não são extintas, mas reforçadas em suas manifestações mais brutais. Quase cento e trinta anos depois, as sensibilidades sociais em relação aos animais não humanos mudaram, mas o projeto de humanização seletiva e hierarquizada não apenas se manteve como se intensificou. Apesar de no final do século XIX na Europa Ocidental, já existirem animais domésticos pensados como de estimação, o que não se imaginava no período era a atual humanização de tais pets através do afeto e do mercado, criando toda uma população que, se não pode ser pensada como um povo no sentido cultural e/ou legal, pode ser lida como receptora de mais carinhos e cuidados do que muitas pessoas. Embasado nos *Animal Studies*, *Monster Studies* e nos estudos sobre distinção social, essa fala pretende fazer uma reflexão sobre uma pet shop brasileira de animais exóticos e sua dinâmica simbólica nas hierarquias entre humanos/ humanos e humanos/ animais e nos chamados novos animais de estimação e sua dinâmica dentro das famílias multiespécie.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem tem memória nunca está só: reflexões sobre ancestralidade, Tempo e encantamento a partir do Candomblé de Nação Ketu.

Karolyny Alves Teixeira de Souza (UFRN)

Compreendendo o Candomblé como uma realidade autônoma, que pode ser pensada a partir de seus próprios elementos, conforme registrou Roger Bastide (2001), me proponho a semear reflexões sobre memória, continuidade e produção do encantamento, pautadas no terreno do

Tempo ancestral. Por meio da escrevivência (Evaristo, 2017), registro percepções construídas a partir dos caminhos de axé que me são permitidos como iniciada na tradição do candomblé de Nação Ketu, em consonância com aspectos da cosmovisão africana e da filosofia da ancestralidade (Oliveira, 2021). Nesse sentido, utilizei de categorias e/ou concepções sobre memória já pensadas por teóricos clássicos (Halbwachs, 1990; Pollak, 1992; Nora, 1993) para recriar outros significados, fazendo fabulações, a partir de conhecimentos ancestrais e teóricos, colocando na encruzilhada das ideias, oferta de velhas roupagens com novas já antigos referencias, perspectivas do mundo moderno e do mundo ancestral. Considero a sabedoria dos mais velhos como vozes conceituais a partir da compreensão da valoração da palavra falada, a oralidade, como elemento que faz nascer a escrita como propõe Hampaté Bá (2010). Dialogo sobre a ancestralidade como matéria que constitui o tempo e que permeia tudo aquilo que compõe o universo das tradições afro religiosas, na intenção de construir perspectivas sobre a relação do tempo ancestral, pensada a partir do Orixá Iroko, com a dimensão sagrada do Ofó, o poder da palavra, atribuída ao Orixá Ossaim, como elemento que contribui para a produção do encantamento, na experiência do Ilê Asé (terreiro) como lugar físico de (re)existência ancestral, detentor de uma memória viva e pulsante, que faz lembrar e é contribuinte para a continuidade e o encantamento do mundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_673_16440657_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Bilinguajando simultaneamente: experimentações etnográficas entre e contra

Letizia Patriarca (Pesquisadora)

Neste paper exploro e adenso uma discussão sobre a forma de apresentação da tese bilíngue que defendi (Patriarca, 2023), partindo e discutindo os efeitos da minha vivência e atuação, possuindo também oficialmente as cidadanias italiana e brasileira. Na tentativa de comunicar com os dois contextos culturais, diversos e desigualmente marcados na geopolítica global, discuto as (im)possibilidades de escrita antropológica em duas línguas. Discuto como elaborações autoetnográficas por vezes partem de uma cisão muito estanque entre o público com o qual se realiza trabalho de campo e o público com o qual se dialoga na produção da escrita antropológica. De outras formas, uma vez que minha atuação me permite partir de uma atuação e circulação múltipla, passo a refletir sobre as possibilidades de escrita, diálogo e retorno textual também múltiplas. Situo minha produção como uma forma de saber, que se pretende entre, como ponte que permite comunicações e diálogos, múltiplos e simultâneos com diversos públicos. Além de me colocar entre saberes e contextos culturais, a perspectiva contra surge na tentativa de escrita nas línguas dos dois contextos em questão (em português e em italiano) e não na escrita em inglês (língua oficial para comunicação acadêmica), além de marcar a escrita em português e com uma bibliografia brasileira traduzida para o italiano que também desponta como contexto cultural europeu e com marcas de colonialidade de saber e violência epistêmica. Dessa forma, escrevo também em italiano como prática decolonial para efetivamente comunicar e provocar ruídos nas narrativas locais italianas que desconsideram ou ignoram produções brasileiras. Portanto através do meu saber localizado entre, perpasso discussões metodológicas sobre a fabricação textual e a apresentação formal de um trabalho

que pretende comunicar, ao mesmo tempo, com contextos culturais distintos, sem perder suas disputas e especificidades, que muitas vezes necessitam de uma contextualização diversa. Discuto também as possibilidades de elaborações e fabulações em formatos engessados por uma tradição acadêmica necessariamente escrita e diante de normas tácitas ou implícitas que limitam a apresentação (textual) de saberes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O peixe das nuvens e o Sertão Carioca: uma história em quadrinhos para fabular sobre relações multiespécie nas paisagens da especulação imobiliária

Luz Stella Rodríguez Cáceres (UERJ), Rachel Paterman (Fiocruz)

O objetivo desta comunicação é apresentar o processo criativo, imagético-textual, da produção colaborativa de uma história em quadrinhos de inspiração antropológica: o livro *Úrsula: uma peixinha do Sertão Carioca*, proposta cultural contemplada em 2023 pelo edital da Lei Paulo Gustavo. *Úrsula*, nome que se inspira tanto no primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil, de viés abolicionista, quanto à fabulação especulativa de Ursula Le Guin, que vem sendo recuperada por Donna Haraway no desafio de imaginar condições de vida no colapso climático, trata da amizade entre uma menina humana e um peixe ou uma peixa, conforme licença poética autorizada pela ficção da espécie Rivulídeo. Esta espécie é popularmente conhecida como peixe-das-nuvens e no Rio de Janeiro costuma ser encontrada nas áreas alagadiças características do Sertão Carioca, termo que classifica, dentro de um imaginário de longa duração da cidade, as áreas intocadas pela urbanização. O cerne problemático da história converge com aquele das experiências investigativas das autoras da HQ, como antropólogas atentas e sensíveis a entrelaçamentos entre desequilíbrios ambientais e conflitos sociais em torno da especulação imobiliária em tais territórios, referentes à Zona Oeste como vetor de expansão urbana no Rio. Nesse exercício, propusemos colocar em prática jogos experimentais de escrita e desenho capazes de contaminar e poluir o ponto de vista antropocêntrico, borrando as fronteiras entre natureza e cultura. Assim como Donna Haraway, Anna Tsing constitui aqui uma importante referência, nos instigando a pensar no meio ambiente além dos humanos, e na possibilidade da vida nas ruínas do capitalismo. Conforme pretendemos apresentar, o encontro da peixinha *Úrsula* com a menina Maya permite, para além de reforçar usos já reconhecidos da linguagem dos quadrinhos como recurso educativo, explorar seus potenciais para imaginar outros mundos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os parques infantis e as trocinhas: constituição de lugares e do governo da infância na cidade de São Paulo nos anos 1930 e 1940

Marcos Vinicius Malheiros Moraes (IFSP)

Na cidade de São Paulo dos anos 1930 e 1940, o desenvolvimento da experiência de vida metropolitana era acompanhado por uma indagação sobre os lugares das crianças nesse processo sociocultural. O objetivo do trabalho é analisar os discursos elaborados em relação aos parques infantis, instituições extraescolares de educação e cultura voltadas para crianças de 3 a 12 anos, e às trocinhas, grupos de brincadeiras criados pelas crianças nas ruas de bairros

centrais da cidade, indicando como esses lugares e os discursos que os permeiam são constitutivos de distintas experiências infantis na cidade, de formas de agência das crianças e de esforços para governá-las. Por um lado, os parques infantis são instituições estruturadas no âmbito do projeto desenvolvido por Mário de Andrade enquanto diretor do Departamento de Cultura e Recreação do Município de São Paulo, o que torna significativa sua análise a partir da perspectiva do estabelecimento de um governo da infância, pois, nos discursos, trata-se de um lugar adequado para o desenvolvimento de crianças provenientes de famílias proletárias e descendentes, em larga medida, de estrangeiros. As diferentes atividades desenvolvidas nos parques infantis, inclusive a performance de danças dramáticas do folclore brasileiro, contribuiriam para a constituição de uma infância brasileira saudável. Por outro lado, as trocinhas foram pesquisadas por Florestan Fernandes, o qual refletiu sobre o caráter integrador dessas brincadeiras tanto para as crianças quanto para os seus familiares, já que traços culturais adquiridos pelas crianças a partir do folclore infantil poderiam ser apropriados pelas suas famílias, contribuindo para a reeducação do imigrante. Portanto, a pesquisa sobre esses grupos de brincadeira evidencia uma preocupação em relação à possibilidade de eles favorecerem a assimilação cultural das crianças e de seus ascendentes à cultura brasileira. Em conjunto, esses discursos elaborados sobre distintas experiências infantis parecem indicar uma inquietação sociopolítica a respeito dos lugares das crianças na cidade, pois tais lugares deveriam evitar perigos existenciais, inclusive para a nacionalidade, e promover a segurança não apenas das crianças, mas também dos adultos por meio da problematização da educação e do sentido das práticas culturais desenvolvidas pelas crianças. Dessa maneira, nos parques infantis ou nas ruas dos bairros centrais, as crianças encontram-se diante de discursos e práticas sociais que procuram constituí-las como uma infância adequada aos objetivos, ainda que em disputa, dos adultos. Na análise desse drama infantil, um dos principais desafios metodológicos é captar, em uma leitura a contrapelo dos documentos, os indícios da agência e resistência das crianças ao seu governo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Esboçando uma etnografia afrofuturista: experimentações afrofabulativas em contexto de festival

okàn (vinícius oliveira) (USP)

Ser uma pessoa negra dentro do espaço acadêmico é desafiador por si só; e propor a elaboração e a amplificação de narrativas outras sobre as múltiplas existências negras no espaço-tempo torna tudo ainda mais tenso. Exige adaptação e releitura de construções teóricas acadêmicas enquanto contorna, no seu maior sentido de ênfase, diferentes modos de ser, estar e experienciar o mundo. Assim, um fazer antropológico atrelado à escrevivência (Evaristo, 2020) pode se construir enquanto conhecimento e experiências compartilhadas, onde a ficção se torna a própria escrita e método etnográficos; ficção não como mentiras, mas como construção de alguém (Geertz, 1997). Dito isso, proponho uma etnografia afrofuturista; espaço teórico, metodológico, político, ético-estético e ontológico que permite poesia e sabedoria, crônica e conhecimento, literatura e ciência

coexistirem na/com a experimentação e possibilidades dentro dos contextos de pesquisa antropológica, ao mesmo tempo em que centraliza agências, narrativas e disputas de pessoas negras, em acordo a um projeto de existência afrorreferenciado que busca imaginar e expandir os contextos que vivem e, talvez mais importante, desejam e imaginam. Fabular/especular, na dimensão etnográfica afrofuturista, seria reivindicar outras fontes, inspirações, orientações que não aquelas calcadas no pensamento ocidental (hooks, 1995) que, na construção de um espaço ficcional a partir da concretude de experiências localizadas neste espaço e no corpo negro, tornam-se um esforço antropológico que aponta para horizontes que se transmuta em diferentes espaços a partir de um só, enquanto se mantém como conhecimento legítimo. A partir desta proposta metodológica, exponho sua prática realizada em contexto do AFROPUNK Bahia, festival global de cultura negra que desde 2020 existe em Salvador/BA, atravessando não só aquelas que espelham as dimensões do festival e suas estéticas e musicares, mas também as experiências subjetivas de autore nesta localidade e seus arredores territoriais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_835_43345321_036653.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Por que você não desenha?": arriscando o pessoal com experiências gráficas multimodais nas relações com o campo.

Patrícia Montenegro Matos Albuquerque (UNICAMP)

A proposta desta comunicação é partilhar experimentações criativas no registro gráfico de diários de campo referente à pesquisa em curso, cujo objetivo é analisar como se configuram as relações de gênero e suas intersecções no circuito de quadrinhos autobiográficos produzidos nas cidades de Fortaleza e São Paulo

desde a última década. Pretendo refletir acerca da pergunta do título, feita pela minha orientadora, e contar dos caminhos que tenho encontrado para reagir a essa provocação, seus desdobramentos e as implicações de determinadas escolhas metodológicas e epistemológicas. Para tanto, articulo estudos feministas e de

gênero (Anzaldúa, 1987; 2015; Butler, 2004), narrativas gráficas (Refaie, 2012; Chute, 2010) em primeira pessoa (Smith; Watson, 2010) e antropologia do desenho (Kuschnir, 2019; Azevedo, 2016). No início da pesquisa, meu

interesse esteve voltado às memórias gráficas transnacionais assinadas por

mulheres e pessoas sexo/gênero dissidentes. Acumulei obras com uma variedade de temas, estilos e traços que me encantaram, do ponto de vista estético e político. No entanto, à medida que passei a frequentar feiras, eventos, clubes de leitura e lojas especializadas em quadrinhos, na cidade São Paulo, local em que residia

no início da pesquisa, meu foco mudou substancialmente. Passei a questionar onde estariam os quadrinhos com viés autobiográfico produzidos no Brasil, sobretudo por pessoas minorizadas socialmente. Apesar de ter encontrado um número expressivo de obras, identifiquei que ainda são poucos os registros teóricos, com

enfoque histórico e social, que dão ênfase às produções brasileiras. Quando o fazem, detêm-se quase que exclusivamente às autorias masculinas. Pouco ouviu-se falar em quadrinhos elaborados por mulheres e pessoas

LGBTQIA+. No ano passado, em retorno à minha cidade natal, Fortaleza, frequentei espaços semelhantes e refiz a pergunta anterior, a fim de compreender as mobilizações para emergência de obras naquele contexto. Até o

momento, tenho encontrado mais lacunas do que respostas, e compreendo que a busca por esses quadrinhos será sempre parcial e encontrará limites e precariedades.

Por outro lado, estar em espaços de formação para quadrinistas e perceber-me em trânsito nas referidas cidades, operou transformações nos rumos da pesquisa, de modo que pude refazer algumas perguntas, assim como refletir sobre questões em torno da posicionalidade, autoria e ética no contato com artistas e suas obras.

Encarar o desafio de desenhar quadrinhos autobiográficos, arriscando o pessoal (Keating, 2000), tem deslocado meu olhar para compreendê-los não apenas como objeto de estudo, mas como uma produção de conhecimento que se faz pela sua multimodalidade (Flowers, 2017) e autorreflexividade corporificada (Nascimento, 2016; 2019).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ficção como condição da realidade: montar olhando, ouvindo e lendo o narrado e o praticado.

Sara Caumo Guerra (UFRGS)

O campo que pretendo trazer como universo de pensamento foi se constituindo durante minha pesquisa de doutorado, a qual se desenrolou por dois anos e alguns meses, entre 2020-2022, em duas delegacias de homicídio e proteção à pessoa, atuantes em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Entrei nestas delegacias com a intenção de estudar os inquéritos policiais que davam conta das mortes caracterizadas e estabilizadas como sendo mortes suicidas. Tive acesso a esses inquéritos, que li como se fossem séries, organizadas por anos e pela própria forma de produção das pessoas policiais, através de perguntas inspiradas pela antropologia feminista da ciência, mas também tive acesso ao processo cotidiano de produzir inquéritos, por si mesmos a realização de uma montagem que conta com a colocação em discurso de uma série de gentes, cenas, objetos, substâncias, coisas, protocolos, cotidianos, dúvidas e, também, não ditos. As pessoas mobilizando coisas que excedem ou não ao que aparece nos papéis, comum a toda forma de pesquisa, uma vez que dificilmente tudo que acontece no processo de aproximação a um problema cabe na narrativa, me fez prestar atenção não só ao quê e ao modo de produzir narrativa das policiais, mas ao modo da antropologia produzir suas expressões de verdade. Ecoando e pensando a discussão sobre ficção e ciência não pela oposição de termos, mas pela observação da sua existência co-produtiva, a acompanho não só como parte do projeto para uma outra epistemologia e até mesmo para outra imaginação ontológica ainda não dada no modelo dominante da ciência ocidental (debate das feministas da ciência), também a pude apreendê-la nas práticas de uma instituição de Estado fortemente marcada pelas categorias de prova, evidência, real, fato, verdade. A ficção como a possibilidade de falar da realidade, como

a possibilidade de seguir não só com os problemas, nos termos de Donna Haraway, mas de seguir com as próprias instituições. Proponho um exercício de escrita que traga ao texto o processo de montagem e edição do inquérito não só como um objeto passível de reprodução infinita, mas como campo de desvios através dos quais podemos notar os limites da reprodução e os desafios de dizer o que se passa. Produzirei uma espécie de espelhamento contorcido tanto dos termos da organização dos elementos que dão inteligibilidade ao caso policial quanto dos termos que dão legitimidade à descrição antropológica, trazendo ao texto aquilo que a realidade sugere de diferentes maneiras, muitas das quais não cabem no documento. Afinal, por exemplo, o que os fantasmas dos mortos suicidas fazem durante a realização do inquérito e fora dele? Para algumas pessoas, muito mais do que se pode imaginar num dia regular de trabalho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O corpo-ciborgue imerso no mundo: entrelaçamentos entre literatura e Antropologia

Sara Luiza Ferreira Carvalho (UFMG)

O trabalho em comento, objetiva desenvolver um panorama e uma conexão entre as diversas formas de viver e se fazer presente no mundo por meio dos campos da Antropologia, e literatura, focando na figura do ciborgue. Imaginar diferentes possibilidades de existências e interações é um tópico essencial para estas áreas e algo que sempre despertou meu interesse. Julgo necessário a discussão de conceitos antropológicos em uma abordagem transdisciplinar para, por meio de discussões futuras, entender o corpo ciborgue (que será colocado em pauta na pesquisa), como possibilidades de futuro e existências dissidentes. A partir de leituras em Antropologia, com as abordagens imaginativas propostas pela imagem-conceito do ciborgue, objetivo comparar para estabelecer uma reflexão de futuros possíveis. Assim, busco um lugar antropológico-fictício, na ideia de permanecer entrelaçando reflexões tanto antropológicas, quanto fictícias, nesse lugar de compartilhamento de saberes e interseções. Tenho o intuito desenvolver uma comparação, a partir de leituras em Antropologia e na literatura de ficção científica das abordagens imaginativas propostas pela imagem-conceito do ciborgue, para estabelecer uma reflexão de futuros possíveis. Aqui vale destacar meu lugar na pesquisa, que é o foco que pretendo manter nesse trabalho. Enquanto pessoa não-binária, me vejo nesse lugar de tensionamento do ciborgue, no limiar irônico da criação. Por me ver enquanto ciborgue, este trabalho visa desenvolver uma reflexão do panorama atual da visão desse ser-estar ciborguiano pela sociedade. A criação de novos corpos é a marca da ciência contemporânea, fazendo pensar pontos éticos, sociais e políticos, pensando desde organismos transgênicos até corpos transgêneros. Assim, essas tecnologias podem participar de forma ativa ao pensar futuridades para nossos corpos. Logo, buscarei conexões entre os dois campos propostos, dando destaque à Antropologia e à ficção especulativa feminista, sendo o objeto central de análise, o corpo ciborgue. Precisamos fazer uma reapropriação para definir entidades que são produtos da implosão de categorias, fragmentos de realidade e ficção, pois não há como delimitá-los; um sempre acompanha o outro. É necessário construir e destruir simultaneamente categorias, figurações, imagens performativas que podem ser habitadas. E habitar também a necessidade de gerar relatos de continuidade, com muitas origens e nenhum final. Aqui retorno à ideia da transposição de fronteiras binárias (sobretudo de gênero) para pensar uma categoria nova e

híbrida que amplia as possibilidades de ser e estar no mundo. A relação estabelecida entre tecnologia e corpos coloca em questão fronteiras duais e/ou híbridas, assim como a própria relação com o corpo no contemporâneo.

GT 063: Gênero, sexualidade e raça: produção de diferenças e desigualdades na cidade

Os processos de produção das cidades em relação às sexualidades têm enfatizado ao longo da história a importância das noções de território e territorialidade para a compreensão de como são constituídos os espaços urbanos, os sujeitos e suas relações. Além de indicar que tais processos de produção cidadina correspondem a marcações sociais heterogêneas, é importante ressaltar que todo esse movimento compreendido pelas dinâmicas sociais locais e a ocupação de territórios, dispostos entre “periferias” e “centros”, perfaz mobilidades e/ou zonas fronteiriças que nos possibilitam problematizar os manejos feitos em torno da produção social das diferenças e em seu impacto a partir da articulação com as temáticas de gênero, sexualidade e raça. Nesse sentido, imaginar a produção de sexualidades em diferentes escalas é um ponto constituinte dos três eixos que norteiam o GT: as espacialidades, mobilidades e territorialidades. O objetivo é aproximar os debates sobre cidade, gênero, sexualidade e raça na tentativa de promover aproximações teóricas e empíricas que nos auxiliem a refletir e questionar estatutos citadinos em relação à produção de diferenças e desigualdades, tendo como ponto de partida a seguinte questão: de que forma podemos escrutinar urbanidades/citadinidades a ponto de fazer com que tais estruturas não sejam meros arquétipos geográficos/cartográficos, mas que internalizem e externalizem ações concretas de pertencimento e uso democrático do espaço público?

Coordenação

Ramon Pereira dos Reis (UEPA), Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS)

Debatedor(a)

Isadora Lins França (IFCH)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

MEU GÊMEO NÃO QUIS TRAVECAR E FOI UO PRA ELE: perspectivas sobre a possibilidade de uma não binariedade cisgênera

Ayira Sizernando Liberato (UFPB), Fellipy Sizernando Liberato (UFPE)

Tendo em vista vários debates intensos que rolam na comunidade virtual do trans twitter a cerca da não binariedade e também outras questões que surgem a partir da reflexão das identidades não binárias, seria possível defender que a não binariedade pode ser também uma identidade cisgênera? Defendemos que a não binariedade é definida primordialmente pela ruptura com padrões de vida binário, que não necessariamente significa o rompimento com a cisgeneridade, que é o que caracteriza a transgeneridade. Para Vergueiro (2020), existem três apontamentos que definem a cisgeneridade: 1) a pré-discursividade; 2) a binariedade e; 3) a permanência. O primeiro deles incide justamente no discurso, na ideia de que há um sexo biológico e, portanto,

inerente a todos os corpos. Dessa forma, o rompimento com a cisgeneridade é, fundamentalmente, discursivo, ou então o que representaria a transgeneridade se não fosse uma contra-proposta discursiva as identidades de gênero impostas. Por exemplo, se ser trans for o uso de determinadas roupas, o que seriam roupas trans ou não binárias? Se ser travesti for a necessidade de implante de silicone, ou de retirada de barba, o que falar das travestis que não tiram a barba ou que não querem os implantes? Se ser não binário for caracterizado por uma identidade corporal não binária, estamos dizendo que existe uma imagética masculina ou feminina? Dessa forma, em todos os caminhos que tomamos entendemos que o que caracteriza de fato a transgeneridade, é o discurso, a recusa discursiva de uma projeto de cisgeneridade. Ou seja, em poucas palavras, é essencialmente preciso anunciar que é trans para ser, e isso em todos os espaços. Por outro lado, a cisgeneridade se configura dentro de um campo de acessos e privilégios em sociedade que também é discursiva, visto que biologicamente somos construções sociais. Se ser transexual é a renúncia ser cis é assumir o pacto. Aqui é onde entramos na contradição: esse é um acordo firmado por indivíduos biologicamente sociais que constroem suas próprias identidades a partir do que referenciam como masculino e feminino. Esse trabalho analisa a experiência de identidades dissidentes de um casal de gêmeos socializados no interior da Paraíba, uma travesti e o outro, um viadão maluco. A partir dessa investigação, decorremos sobre o que leva a identificação enquanto trans e cis de cada um, apesar do próprio irmão-viado não se enxergar perfeitamente enquanto homem. Por fim, defendemos a possibilidade da experiência não binária como possível a identidades cisgêneras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_323_03363111_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As narrativas de solidão da personagem Macabéa: mulher, nordestina, migrante

Barbara Olives Rosa (UNIRIO)

O objetivo da pesquisa é estudar as narrativas de solidão da personagem Macabéa, a problemática da pesquisa perpassa o modo como os preconceitos de xenofobia, gênero e raça refletem na construção de subjetividades de mulheres nordestinas migrantes, na literatura, quando Clarice Lispector escreveu a personagem Macabéa, no livro "A hora da estrela". Aparece um sentimento de não pertencer à cidade do Rio de Janeiro pela protagonista: [...] limito-me a contar as fracas aventuras de uma moça numa cidade toda feita contra ela (LISPECTOR, 1998, p. 15). Sperber (1983) mostra como a protagonista não tem lugar, o espaço ocupado por ela é nenhum. É nessa hostil metrópole, que ela vai sentir solidão: [...] todo mundo é um pouco triste e um pouco só. A nordestina se perdia na multidão. Na praça Mauá onde tomava o ônibus fazia frio e nenhum agasalho havia contra o vento (LISPECTOR, 1998, p. 40). A Macabéa é uma personagem feminina que foi criada por um homem, o narrador Rodrigo S. M., que escreve a partir de sua percepção, de forma violenta, sem ter empatia pela protagonista. Já nesse começo, percebemos que a história é narrada por um homem carioca olhando para vida de uma nordestina. Para tal análise, embaso-me na concepção de linguagem proposta por Austin (1990), Derrida (1988) e Butler (2018). Deste modo, estudar as narrativas que envolvem a construção da personagem Macabéa se tornam importantes à proporção que o preconceito e à exclusão das mulheres nordestinas é uma realidade na cidade do Rio de Janeiro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Interseccionalidades em perspectiva: gênero e raça em escola pública periférica

Beatriz Giugliani (UFBA)

O objetivo dessa comunicação é um recorte de Tese que tratou sobre o abandono de jovens homens negros estudantes do Ensino Médio em escola pública na cidade de São Félix (BA). Esse território é dado como um bom exemplo por conta da demografia racial e pela tradição de estudos sobre o negro. Essa tese dispôs de uma abordagem teórico metodológica para: 1) examinar as discriminações e opressões invisibilizadas pelo uso em separados de categorias de raça e gênero; 2) instigar o aspecto interseccional; 3) ampliar a difusão dessa perspectiva e, evidentemente; 4) escrutinar a posição que ocupam na intersecção de vetores de opressão. Pensar o sujeito negro nessa espacialidade, nessa etapa de ensino - com jovens rapazes negros e nesse território, levou-nos a analisar e refletir com os próprios atores - através de metodologias específicas como os Grupos Focais e outros, as práticas de poder vividas e os efeitos do enraizamento do racismo no inconsciente coletivo e suas formas particulares, requisitando sua inter-relação na re-produção das desigualdades sociais. Buscou-se refletir sobre masculinidades negras, relações de poder e contexto escolar a partir da interseccionalidade caracterizada pela interdependência e a articulação entre categorias e práticas, indo além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão. Buscamos, ainda, indicar algumas formas possíveis de interpretar as desigualdades raciais e de gênero, a posição de sujeito frente o desafio escolar e para além dele, de acordo com as suas interações cotidianas de resistência ou negociação. Uma vez reconhecido que são os meninos negros provenientes de camadas pobres da população as principais vítimas do fracasso escolar, a discussão da construção das masculinidades racializadas e a relação que eles estabelecem com o processo de escolarização importam. Ou: de que maneira o racismo, as relações de poder e a discriminação racial estão presentes e/ou acontecem na escola? Quisemos também compreender os modos de subjetivação como uma construção de novos processos numa visão política e cultural que produzem o corpo, sua submissão e fragmentação em contextos de colonialidade de poder. Esses Grupos Focais e Rodas de Conversa versaram sobre as inter-relações entre meninos e meninas; trabalho; projeto de vida; igualdade de oportunidades, ser homem, ser mulher, violência e violência simbólica, desempenho escolar entre meninos e meninas; desigualdade racial. Por fim, elegemos alguns recortes dialógicos entre nossos interlocutores no sentido estrito para demonstrar de que maneira os efeitos da colonialidade pesam sobre os corpos racializados, gerando um poder autorizado, assim como, masculinidades que serão aceitas ou exterminadas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"No dejarían que un venezolano ganara por tercera vez": Disputas, alianças e agenciamentos entre drag queens migrantes em Roraima, Brasil

Caobe Lucas Rodrigues de Sousa (Unicamp)

Desde 2015 milhares de venezuelanos(as) tentam se estabelecer em território brasileiro, como refugiados(as) ou migrantes. Principalmente em Roraima, estado brasileiro que faz fronteira com a Venezuela, torna-se possível observar como raça, classe, gênero, sexualidade e outros marcadores diferenciam suas experiências, seja pelas dificuldades ou pelas facilidades com as

quais cada sujeito se depara em diferentes âmbitos, como na busca por emprego e moradia por exemplo. Por meio de uma abordagem etnográfica, o objetivo desta apresentação é lançar um olhar para as experiências de rapazes venezuelanos que fazem drag queen em Boa Vista, capital de Roraima. Aqui tenho como foco compreender como são tecidas as alianças entre eles para se estabelecer e sobreviver na cidade. Busco também mapear suas circulações pelos espaços noturnos onde frequentam como drag queens. Argumento que no contexto em questão, a população LGBTQI+ tem sido constituída pelos atores humanitários como um grupo específico que supostamente somaria vulnerabilidades”. Embora as situações de violência às quais migrantes/refugiados(as) LGBTQI+ são expostos(as) sejam significativas, a intenção aqui é chamar atenção para os agenciamentos cotidianos e maneiras singulares de lidar com as injustiças e desigualdades vividas por eles(as), que nem sempre são visibilizadas. Palavras-chave: Migração; Gênero; Sexualidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_309_83215492_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A (in)visibilidade de pessoas lgbtqiapn+ nas rodas de capoeira: Notas iniciais de uma análise realizada no bairro da Cidade Olímpica - MA

Ednaldo Ribeiro Sousa (UEMA)

O referido trabalho versa sobre as relações sociais de gênero dentro de grupos de capoeira em um bairro periférico designado Cidade Olímpica e que está localizado a 40 minutos da Capital São Luís - MA. Nestes escritos busco evidenciar a construção discursivas de corpos gays e lésbicos sobre o processo de (in)visibilidade que estes passam nas rodas de capoeira e como isso passa a surtir efeitos sobre essas pessoas. Que lugar resta a estes corpos que, além de negros e periféricos ainda tentam lidar com os desafios de aceitação de suas identidades dentro dos distintos grupos por eles frequentados? As rodas de capoeira se configuram, neste sentido, como um espaço de abrigo, ao passo que também esse acolhimento precisa ser questionado quando deixa de lado o reconhecimento das distintas identidades de gênero que a ele frequenta. O trabalho de investigação está em suas primeiras fases, está sendo construído com base em minhas vivências a uma dessas rodas de capoeira, conta também com pesquisas em fontes secundárias, observações diretas e entrevistas com esses corpos (in)visibilizados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_600_84708009_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Corpo, terreiro e território: perspectivas e expectativas de uma afro amazônia explorada e assediada

Elizangela Santos de Araujo (UFOPA)

Atualmente no território brasileiro, a condição da mulheres negras é marcada por extrema desigualdade, violência e exclusão dos espaços institucionais e políticos, as condições de moradia, saúde e educação são atravessadas por racismos estruturais e ambientais, as mulheres negras na sua grande maioria, são moradoras de comunidades periféricas, negligenciadas pelo poder público e esquecidas pelas autoridades. Na Amazônia esse quadro assemelha-se ao do



país, em meio a grande floresta as cidades crescem desgovernadamente, proporcionando a continuidade desse grave marcador social, a condição de exclusão da mulher negra. Essas mulheres estão presentes nas comunidades periféricas da cidade de Santarém no Pará, são trabalhadoras domésticas, esposas, mães, líderes comunitárias e estudantes que lutam para conseguirem melhores condições de vida, algo inimaginável para muitas delas, que esgotadas com tantas responsabilidades percebem-se impossibilitadas de acessar espaços de tomadas de decisões que afetam diretamente suas vidas, sendo a resiliência o único meio de mudarem sua realidade, permanecem nas suas trajetórias de resistência e sobrevivência, organizando-se para adquirir condições econômicas para alcançar seus objetivos. Essa pesquisa culminará em um documentário audiovisual, expositivo e humanizado da trajetória de três mulheres negras afro amazônicas periféricas, mostrando suas lutas, registrando sua presença, memórias e ancestralidade no espaço que ocupam, espaço que foi permitido ocupar dentro do estado brasileiro e amazônica. Mulheres que são mães precoces, porém não desistem da formação universitária, mulheres que lutam pela defesa do direito de exercer suas crenças e religiões, mulheres que lutam pelo direito de ser mulher dentro de seu corpo, dentro do seu terreiro, dentro do seu território. Registrando algumas nuances da sua rotina diária e os desafios que têm que enfrentar para conseguir superar os obstáculos diários, sem esquecer quem são e quais suas motivações, conhecendo os lugares onde se reconhecem impulsionadoras e mobilizadoras de mudanças. Nesses espaços se fortalecem e fortalecem os seus, deixando marcas em todos que atravessam seus caminhos, marcas da realidade árdua de suas existências e da leveza de sua vivência. Sendo um recorte das atuais sociedades urbanas amazônicas com suas relações e conflitos de gênero, raça e classe marcadamente condicionantes da exclusão dos corpos negros dos espaços de poder institucionais. Mulheres afro amazônicas que possibilitam a constituição de potencialidades, inspirando mais mulheres negras a ocuparem espaços de onde foram excluídas, espaços políticos de ensino e cultura que a partir de suas especificidades, tornam-se espaços de mudanças consideráveis para as relações étnico-sociais amazônicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_316_77159737_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Bissexualidade e classificações da sexualidade: ambiguidade e regionalidade em Belém no fim do século XX

Inácio dos Santos Saldanha (UNICAMP)

A cidade de Belém do Pará tem sido pensada como um campo empírico que foi fundamental para a análise dos processos de mudança nos sistemas de classificação da sexualidade no Brasil, mais especialmente o lugar atribuído ao estudo antropólogo Peter Fry sobre a homossexualidade masculina. A categoria bissexual, ainda que menos estudada, aparece nesse debate como um elemento controverso. Este trabalho toma a liminaridade dessa categoria como ponto de partida para analisar essas mudanças, e o faz a partir de uma reflexão crítica sobre as diferenças regionais do país. Tem como objetivo contribuir para a compreensão de processos de mudança nas classificações da sexualidade e das categorias com as quais opera, sobretudo a categoria bissexual, considerando seu caráter relacional e disputado. O recorte empírico é o da cidade de Belém, entre as décadas de 1970 e 90, período de ampliação do debate público sobre

a sexualidade na cidade, com a eclosão da epidemia de HIV/Aids, o desenvolvimento de espaços segmentados de sociabilidade, as pesquisas sobre sexualidade e a organização de movimentos locais de homossexuais, mulheres prostitutas e combate à epidemia. Porém, mais do que um campo empírico, a análise propõe considerar a cidade como um campo de produção de conhecimento. A metodologia consiste em um mapeamento de espaços, sujeitos e debates que permita uma análise das categorias presentes, seus usos e seus trânsitos. Este procedimento cruza a realização de entrevistas de pessoas envolvidas nos espaços de discussão da sexualidade com a análise de sua produção intelectual, arquivos pessoais e os dois jornais de maior circulação na cidade no período: O Liberal e O Diário do Pará. Como resultados, são descritas as tensões provocadas pela emergência de novas categorias em um contexto no qual se estabelecem contrastes regionais com as capitais do Sudeste do país. A influência da epidemia de HIV/Aids sobre as classificações da sexualidade no Brasil, apontada na literatura, não encerra a totalidade da emergência dessa categoria, que foi dispersa e polissêmica. Além disso, um imaginário baseado pela ideia de Amazônia é mobilizado, seja por moradores ou visitantes, nas formas como a sexualidade é classificada e compreendida. A circulação de categorias como bissexual, GLS e andrógino era mediada em seus múltiplos sentidos pela noção de que a Amazônia é uma região sem sexualidade ou menos madura sexualmente, uma terra virgem” .

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cinevídeo e produção de subjetividade: Pensando masculinidades não jovens a partir de um local comercial para encontros sexuais em Natal/RN

João Elioberg da Silva Oliveira (UFRN)

Os cinevídeos surgem em decorrência da decadência dos cinemões de pornografia do final do século XX e início do XXI. Este primeiro, com configurações arquitetônicas, de funcionamento e de público diferentes, são espaços presentes nos centros urbanos direcionados à prática da pegação (Vale, 2012). Para Oliveira (2013), a pegação é uma categoria nativa que se refere às experiências eróticas furtivas e efêmeras. Dito isto, o trabalho aqui proposto tem como objetivo analisar masculinidades não jovens a partir de um Lugar Comercial para Encontros Sexuais (Braz, 2013) que possibilita a pegação, o Cine França. Sendo o único cinevídeo da cidade de Natal/RN, o Cine França integra o circuito de pegação da cidade, no entanto, sua localização, no centro da cidade do Natal, e seu modo de funcionamento, um cinevídeo, dão uma configuração específica para o estabelecimento e, conseqüentemente, para a pegação. Dessa maneira, parto dessa realidade para buscar entender como é experienciado a prática da pegação por homens não jovens, isto é, sujeitos lidos socialmente como velhos. Metodologicamente, faço uso da etnografia sinestésica (Vasconcelos, 2020). Nesse sentido, desenvolvo uma leitura interseccional, privilegiando os marcadores de idade, raça, território, gênero e sexualidade para refletir acerca das experiências e da produção de subjetividade dos sujeitos masculinos. O presente texto é fruto das primeiras incursões à campo e faz parte da minha pesquisa de mestrado, em desenvolvimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_583_02738223_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Roteiros Sexuais; Histórias de referência; Orientações íntimas: Uma análise de casos presentes no contexto da pegação viril.

João Silva Junior (UFRJ)

O presente trabalho apresenta um recorte analítico sobre os dados etnográficos que estão sendo obtidos durante nossa investigação no doutorado. Nossa base teórica são, o compêndio de estudos que tem as práticas de busca e caça por parceiros sexuais por homens no Brasil nos últimos quarenta anos, numa análise a partir dos estudos de John Gagnon, e os de Michel Bozon. Neste trabalho apresentaremos cerca de 20 situações distintas que aconteceram em dois Cruising Bars, um no Rio e outro em São Paulo, onde podemos ver tais conceitos na prática. A pegação viril possui um Ethos ancorado tanto no habitus, quanto na construção de um corpo e valores a partir da ideia de reflexividade de Anthony Giddens. A pegação entre homens é um saber compartilhado no tempo ao longo de eras. A conquistas de parceiros sexuais é um dos instrumentos de legitimação da masculinidade como fator estrutural que permite manter esses homens próximos ou longe da linha orientadora de suas expressões de gênero. Fazemos ainda uma alinhamento teórico entre nossos achados e o conceito de Cuidado de Si proposto por Michel Foucault, expandindo o conceito de "ação política" para uma política sobre o gênero. Se um dia a heterossexualidade teve como um dos seus pilares e rito de passagem a negação de uma possível homossexualidade, como afirma Roberto DaMatta, hoje o mesmo se dá com os homossexuais. Se assumir homossexual é parte do amadurecimento das subjetividades dos sujeitos. Entendemos que a masculinidade é um dispositivo poderoso e que há muito abraçou os homossexuais. Os homens transferem uns para os outros os códigos de poder que lhes tornam dominantes Os homossexuais estão cada vez mais inseridos nas instâncias de aplicação dos poderes, como nos governos, na medicina, nas escolas e em quase todas as instituições socializadoras e disciplinadoras. Pretendemos apresentar novas perspectivas de como as mudanças sociais não pasteurizam a sexualidade gay, ao passo que houve uma normalização de suas práticas sexuais pela sociedade mais ampla. O poder, a masculinidade e o desejo se inter cruzam polarizados pelos marcadores sociais da diferença e fazem do corpo do homem sua morada e meio de expressão. Mostramos assim como os "Roteiros Sexuais"; "Histórias de referência" e " Orientações íntimas" se relacionam com as expressões de gênero sem a necessidade de mantermos a mística crença de que a masculinidade está essencialmente atrelada ou ancorada na heterossexualidade. Propomos uma saída a visão de Michel Bozon, que considera a homossexualidade como uma sexualidade "alternativa". Uma vez que o sujeito homossexual não existe em função do sujeito heterossexual, ele não é "alternativa a nada" a não ser a ele mesmo, enquanto referencial antológico de si próprio em ligação com a identidade masculina.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Prazer, territorialidade e racialidade: Etnografando o sexo em público à margem do Rio São Francisco

João Victor Gomes Varjão (USP)

Desde 2021, tenho conduzido um trabalho de campo nas margens do Rio São Francisco, em Juazeiro da Bahia, com o objetivo de explorar etnograficamente as intersecções entre

sociabilidade e prazer. A cidade é interpretada como uma cidade de interior, cuja urbanidade é construída na relação ruralidade e etnicidade/racialidade (Domingues, Gontijo, 2021). Nas margens da cidade, ao longo do Rio São Francisco, é comum a prática de sexo em público, geralmente experienciada por pessoas negras, ribeirinhas, pescadores e transeuntes da urbe. A dinâmica de sexo em público neste território é delineada por duas práticas interconectadas: a pegação e o trabalho sexual entre homens. A pegação envolve práticas sexuais casuais, enquanto o trabalho sexual, conhecido localmente como bico, incorpora uma transação monetária no sexo. Ao observar essas práticas, emerge uma complexa trama entre prazer, racialidade e território. As categorias de "cafuçu" e "marginal" são centrais nas relações vivenciadas nesse espaço, sendo utilizadas tanto por aqueles que desejam corpos identificados por essas categorias quanto pelos corpos que podem ser lidos através dessas categorizações. As categorias expressam a ambivalência vivenciada por corpos racializados no espaço, entre a abjeção e o desejo. Os corpos performam e são tachados por essas categorias. Nesse contexto, a fluidez e negociação das categorias durante as interações destacam a importância da interseccionalidade na produção de diferenças e sentidos no espaço urbano. O território, longe de ser fixo, é construído nas relações entre as pessoas, constituindo-se, assim, como uma territorialidade marginal (Perlongher, 1991). Argumento que a territorialidade do Rio São Francisco se expressa a partir dessa ambivalência entre desejo e abjeção. Essas territorialidades implicam mobilizações e deslocamentos espaciais e categoriais, envolvendo a materialidade de corpos, bem como os próprios lugares que esses corpos percorrem. Compondo-se como um espaço à margem da cidade, o lugar opera não apenas como uma desterritorialização do espaço público, a partir dos usos desejantes dos frequentadores, mas de Juazeiro em si, constituindo uma margem que é construída e reconstruída pelo prazer/abjeção. Essa perspectiva oferece uma chave para compreensão da intersecção entre sexualidade, racialidade e urbanidade, destacando a dinâmica do desejo na cidade, mas também como essa urbe é continuamente construída por marcadores sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_361_20396701_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A cidade isolada: a invisibilidade da mulher negra nos presídios femininos brasileiros e na trajetória de Carolina Maria de Jesus

Júlia Catarine dos Santos Abreu (UFMG)

O presente estudo busca compreender a trajetória de invisibilidade e abandono da mulher negra em um dos espaços mais vulneráveis e isolados das cidades no Brasil: os ambientes de privação de liberdade. Assim como a escritora Carolina Maria de Jesus (1960), que foi privada de liberdade em diversos momentos em sua vida sendo ela e sua obra um retrato de como a cidade possui estruturas racistas que ditam onde as mulheres negras estão e devem estar, podemos observar como as formas de organização social, econômica, e militar agem para que essa invisibilidade e abandono siga em um constante percurso desde antes, durante e após o encarceramento. Como estratégia de pesquisa, a pesquisa bibliográfica foi optada por tornar viável revisar a literatura a partir de um novo enfoque, possibilitando a visualização do ponto principal deste estudo (Lakatos; Marconi, 2003). Segundo o INFOPEN Mulheres (2018), 62%

das mulheres presas são negras, e essas apresentam um histórico de imensa vulnerabilidade: têm baixa escolaridade, muitas são vítimas de abuso sexual, possuem famílias desestruturadas e em grande parte são presas por tráfico de drogas. Esses fatos demonstram como os ambientes de privação de liberdade, sendo eles uma parte isolada da cidade, buscam excluir, limitar e segregar a existência e participação de mulheres negras nos espaços de liberdade. São então destinados às mulheres negras os espaços periféricos e os presídios, onde são abandonadas pelo Estado, pela família e amigos, sem direito a cidade e a mobilidade urbana, como Carolina Maria de Jesus relatou durante sua vida em seus diários no livro "Quarto de despejo" (1960). Desse modo, fica perceptível que enquanto a cidade possuir estruturas racistas e punitivistas, não haverá espaços sólidos e concretos de pertencimento e uso democrático para as mulheres negras, com ênfase para aquelas privadas de liberdade e/ou egressas do sistema penitenciário.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_723_91448012_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relações afetivo-sexuais de mulheres negras em cidades da zona da mata alagoana

Letícia Rosendo Correia Souza (UFPB)

Houve transformações no modo como as mulheres negras de pequenas cidades de Alagoas estabelecem suas relações amorosas? Quais os códigos de paquera utilizados por elas no passado e no presente? Quais os lugares que frequentam para paquerar? Suas relações são atravessadas pelos marcadores de raça, classe e gênero? Quais são os outros marcadores que atuam na formação de suas subjetividades e consequentemente em sua sexualidade e como isto se relaciona com a estrutura da cidade em que vivem? Essas são algumas das questões que norteiam minha pesquisa de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia na Universidade Federal da Paraíba. O objetivo é olhar para o passado, para a segunda metade do século XX e para os dias atuais e conseguir visualizar essas possíveis transformações, pensando nos lugares e posições que essas mulheres ocupavam e ocupam, já que vivem em cidades com fortes raízes patriarcais e escravistas. Metodologicamente, meu trabalho tem como base a análise processual e interseccional, no qual utilizo a análise de arquivos, como jornais e crônicas escritas por pessoas que moram ou moravam em cidades da zona da mata alagoana, para revelar todo o contexto histórico e social que envolve as mulheres negras pertencentes a esses espaços. Aliado a isso faço entrevistas com mulheres negras de diferentes idades, com o intuito de revelar como elas se percebem e criam narrativas de suas próprias experiências eróticas e vou aos espaços de divertimento que tais mulheres frequentam, com o objetivo de observar e fazer uma etnografia sobre como mulheres negras estabelecem relações de paquera nesses ambientes, além de fazer uma análise bibliográfica mais precisa dos estudos sobre a dimensão afetivas de mulheres negras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Família queer transfronteiriça. Afeto e cuidados entre migrantes venezuelanos LGBTQI+ abrigados na Operação Acolhida, Boa Vista, estado de Roraima, Brasil

Macarena Francisca Williamson Modesto (UNICAMP)

Neste trabalho pesquiso as políticas de afetos e cuidados na noção de família entre migrantes venezuelanos LGBTQI+ abrigados sob a Operação Acolhida, resposta federal do governo brasileiro para a recepção dos fluxos venezuelanos em Boa Vista, capital do estado de Roraima e tríplice fronteira do Brasil com a Venezuela e Guiana. Por meio de uma estratégia que combina cenas etnográficas e fragmentos de entrevistas, neste trabalho analisam-se configurações familiares entre migrantes LGBTQI+ nesses abrigos. No texto proponho que, nesses espaços temporais, a família aparece como um campo em disputa. Se por um lado, argumento que uma política sexual cisheterocentrada atravessa a Operação Acolhida por meio de um modelo familístico, nuclear - promovido na regularização migratória e na cotidianidade dos abrigos - por outro lado, a família escolhida entre migrantes LGBTQI+ nesses espaços temporais, envolvem não unicamente assistência material que lhes permite sobreviver ao dia a dia -, mas práticas de cuidado, gestão da vida cotidiana e a construção de um espaço próprio entre a comunidade LGBTQI+ migrante produzindo subjetivações e articulações centrais para o exercício de direitos dessa população nos abrigos. Da forma que apresento aqui, a família um campo de estudos de longa tradição na antropologia, ciências sociais e humanas - passou de ser pensada como uma instituição social rígida, universal, sustentada em pressupostos reprodutivos, genealógicos e arranjos familiares para a elaboração de uma crítica e desnaturalização da procriação como estrutura base do parentesco. Decorrentes das relações cotidianas e afetivas entre diversidades sexuais migrantes, as narrativas dos interlocutores residindo temporalmente nesses espaços indicam que as figuras de mãe, pai, filho, filha sem laços de sangue, aparecem como referentes de proteção, cuidado e autoridade entre migrantes LGBTQI+ frente às diferentes hierarquias e desigualdades que operam no dia a dia nesses abrigos. Esse trabalho conclui que a formação de comunidades familiares, apresenta uma forma de organização feita de fronteiras fluidas além de uma estratégia de sobrevivência e prática histórica do movimento LGBTQI+ constituindo uma resposta de organização e agência situada também adotada por migrantes LGBTQI+ frente as múltiplas violências e desigualdades que atravessam suas trajetórias migratórias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_929_19993042_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Trânsitos da masculinidade negra à nordestina e o tornar-se negro e gay em Imperatriz - Maranhão

Marcos Madjer Souza Morais (Centro Educa Mais Tancredo de Almeida Neves)

A presente dissertação abordará, por meio de importantes aportes teóricos, os marcadores sociais de opressão de gênero, sexualidade e raça que atuam sobre o corpo do homem negro e gay de Imperatriz do Maranhão, e as relações sociais que acontecem nos espaços de entretenimento noturnos que se localizam em um dos pontos turísticos da cidade, a Beira Rio. A proposta é analisar as marcações que se interseccionam sobre o corpo do homem negro homossexual a partir das vivências com o racismo, a homofobia, as exigências da hetenormatividade compulsória, e a masculinidade negra e nordestina imperatrizense. Além disso, iremos observar de que modo as relações afetivas e sexuais desses homens se constroem, como elas são afetadas por tais marcadores, e de que forma sua subjetividade reage a tudo isso.

Portanto, a pesquisa é etnográfica, em que o ver, ouvir e escrever permeiam todo processo de análise entre corpo, espaço, território e sujeito, além de realizarmos entrevistas e observarmos o circuito social que ocorre nesses ambientes. Nesse sentido, o corpo do homem negro, as relações sociais de interesse afetivo e sexual que ele constrói, como ele transita pelo território, e de que modo ele se reconhece como sujeito pertencente à cidade são os elementos principais de análise deste trabalho.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre o consumo LGBTQIAP+ e suas implicações políticas

Mariana Pesce Ribeiro (UFMG), Bruno Gabriel Santos Carvalho (UFMG)

O trabalho tem como objetivo pensar nos espaços de sociabilidade LGBTQIAP+, como bares e baladas, na sua dimensão política, traçando paralelos com o movimento social, e nas "ações afirmativas" para a ampliação da ocupação desses espaços, como a criação da "lista T". Para isso, faz uma breve introdução à origem do movimento LGBTQIAP+ brasileiro e seus primeiros anos de atuação. Apontamos que, apesar do esforço para desvincular essas atividades, consideradas diferentes em sua própria essência, muitas vezes se fez política em espaços como bares e vice-versa. Um exemplo são as reuniões do grupo Somos, que, num período de muita repressão, serviram também como lugar de socialização entre os homossexuais e, em alguns casos, deixavam de ser frequentadas uma vez que os laços de amizade se formavam. Além disso, nota-se que, além da apropriação de um discurso politizado pelas empresas, há pontos em que a tentativa de consolidação da população LGBTQIAP+ enquanto consumidora e sua demanda por direitos civis se cruzam. Dessa forma, entende-se que os eventos e espaços de lazer voltados para esse público, como festas, bares e festivais - muitas vezes realizados com apoio de patrocinadores - possibilitam a constituição de um espaço seguro, onde também se faz política de diversas formas. Outras práticas de consumo de produtos voltados para pessoas LGBTQIAP+ também têm um papel na constituição da autoestima e das identidades pessoais e coletivas. Portanto, a demanda por lazer e consumo faz parte das reivindicações da comunidade, apesar das visões conflituosas dos militantes a respeito da sociedade de consumo e das práticas de mercado. Destacamos que muitas ações propostas por empresas que apelam para a promoção do "orgulho" deixam de promover acesso à oportunidades de lazer e trabalho para as comunidades mais marginalizadas. Propomos olhar, então, para algumas práticas de ações afirmativas para o consumo LGBTQIAP+, como a criação da "lista T", que incentiva a entrada gratuita de pessoas trans, travestis e não binárias em espaços de festa já muito frequentados por lésbicas, gays e bissexuais. Em suma, buscamos pensar a respeito da dimensão política do consumo e dos espaços de sociabilidade LGBTQIAP+, bem como nas suas relações com o movimento social organizado e seu discurso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_512_20975114_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Marcações Espaciais: Reflexões sobre a Sociabilidade de Homens que fazem Sexo com Homens do Recife

Mateus Souza Araujo (UFPE)

RESUMO: No Brasil e no mundo, a categoria de homens que fazem sexo com homens (HSH) permanece especialmente afetados pelo HIV. A literatura clássica sobre HSHs aponta para a emergência de territórios de homosociabilidade nos centros das grandes cidades, locais que possibilitam maior anonimato. Estudos mostram que a sociabilidade entre HSHs está marcada pelo reconhecimento de códigos e pode fazer interações emergirem em espaços e contextos os mais variados, com destaque para a internet. Esta pesquisa foca na descrição densa onde se utilizou da técnica de observação participante, entrevistas temáticas com enfoque biográfico e análise temática de conteúdo. Convém destacar que a pesquisa que deu origem a este trabalho se baseou em abordagem sócio-construcionista da sexualidade e dos agravos em saúde e buscou pelos aspectos sociais, programáticos e intersubjetivos da vulnerabilidade ao HIV. Dessa forma, teóricos como Gayle Rubin, Richard Parker e José Ricardo Ayres, deu relevo aos contextos comunitários e às culturas sexuais que sustentam as interações em diferentes conformidades sexuais possíveis. Utilizou-se do conceito de estilização corporal de Judith Butler: as formas como as classificações sociais se expressam nos corpos produzindo sentidos. Apresentarei parte da etnografia realizada em bairros menores do subúrbio do Recife com enfoque na sociabilidade. O trabalho evidencia constante regulação dos trânsitos dos HSH pela cidade, matizados por marcadores sociais de gênero, classe, renda e idade. Palavras chaves: HSH, Sociabilidade, Território

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_787_13155292_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que uma etnografia com uma professora de funk em diferentes espaços na cidade do Rio de Janeiro pode nos dizer sobre a produção de gênero?

Natália de Oliveira Melo (PUC-RIO)

A partir de trabalho de campo com Dudadance, uma professora e dançarina de funk que dá aulas do ritmo para diferentes mulheres em diferentes espaços na cidade do Rio de Janeiro, em sua mobilidade com o funk, que vai desde aulas gratuitas do ritmo para moradoras da comunidade da Rocinha até aulas pagas no Museu de Arte Moderna (MAM) para mulheres estrangeiras que estão de férias na cidade, meu objetivo com esta comunicação é discutir que na produção de gênero participam do processo também os distintos espaços públicos da cidade, ou seja, a construção de gênero com as aulas na Rocinha se faz por enredamentos heterogêneos das aulas no MAM, trazendo à tona as indeterminações de gênero. Aqui, questiono: de que forma a produção de gênero em diferentes escalas se desenvolve junto a mobilidade de uma professora de funk que circula na cidade do Rio de Janeiro? Para isso, importa descrever sobre a mobilidade de Dudadance na cidade do Rio de Janeiro pelo recorte da produção de gênero; e investigar com as indeterminações de gênero em diferentes escalas a partir da mobilidade dessa professora de funk na referida cidade. O campo teórico que tem me ajudado a levantar questionamentos é o do feminismo com a antropologia, incluindo os desconfortos oriundos desse diálogo (Strathern, 2009; Brah, 2006). Quem me inspira na discussão em torno das mobilidades cidadinas através da sua produção etnográfica no Rio de Janeiro e as ambiguidades que emergem dessa circulação é Mizrahi (2014, 2018, 2019). Já na esfera das indeterminações em torno do gênero Hill Collins e Bilge (2021), Davis (2016) e Crenshaw (1989, 1991) são

importantes nomes para o debate, principalmente pelo diálogo do gênero com outros marcadores como raça e classe, fortalecendo a presente pesquisa no aprofundamento epistemológico da interseccionalidade. Butler (2019, 2019a), Tsing (2015, 2019) e Abu-Lughod (2020) são pensadoras que me direcionam simultaneamente na inquietação das construções de gênero e nas indeterminações de fazer pesquisa com a etnografia através desse enquadre. Como primeiro esboço reflexivo a partir dos dados encontrados em campo nessa pesquisa em andamento, sugiro que a mobilidade de Dudadance, com suas aulas de funk para diferentes mulheres em diferentes espaços no Rio de Janeiro, fomenta heterogêneas produções de gênero com e para os espaços citadinos a partir das marcações sociais de raça, etnia e classe social, não anulando, no entanto, algumas similaridades instigantes, pois também há confluências nessas produções de gênero ainda que com os diferentes espaços e personagens.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_624_57535522_011985.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Corpo-território, corpos dissidentes: repressão e resistências em terras sul-mato-grossenses

Simone Becker (UFGD), Danielle Tega (UFG)

Nossa proposta é a de apresentar possíveis relações entre os conceitos de corpo-território e corpos dissidentes a partir de uma análise do filme Madalena, dirigido por Madiano Marcheti (2021). Na película ficcional, as histórias de três personagens são afetadas pelo desaparecimento de Madalena, uma mulher trans. Nossa hipótese é que, longe de ser um mero cenário do filme, a cidade de Dourados (MS), na qual essa narrativa se desenvolve, oferece as condições materiais e simbólicas para as ações que se desenrolam em imagem e som. Corpos trans, viados, travestis, não binários e práticas dissidentes, bem como corpos indígenas em terras sul mato-grossenses, são executados pelo agro e pela necropolítica estatal sob fundamentações como a legítima defesa da honra e a legítima defesa da propriedade privada”. Ora, os povos kaiowá e guarani nos ensinam que somos possuídos pela terra, e não a possuímos. Seus corpos, também dissidentes, são seus territórios, suas terras, seu Tekohá. Procuramos, assim, expor como o neoliberalismo racista e heterocisnormativo, sobretudo em sua face neoextrativista, busca destruir sistematicamente corpos dissidentes e corpos-territórios que também se constroem enquanto resistências e lutas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres ao Vento: modos de dançar e existir enquanto moradoras de favela a partir da ideia de heterotopia de Foucault

Simonne Silva Alves (Museu Nacional/UFRJ)

Este resumo investiga o projeto Mulheres Ao Vento (MAV) no Complexo da Maré, Rio de Janeiro, percebendo como mulheres negras, migrantes nordestinas e acima de 50 anos usam a dança como meio de resistência, afirmação de identidade e pertencimento. Através de um estudo etnográfico, analiso como o MAV cria um espaço de acolhimento que contrasta com a precariedade de infraestrutura, desigualdade e violência urbana, dialogando com a noção de

heterotopia de Foucault (2013). Este estudo se aprofunda na intersecção da antropologia urbana e da dança, examinando como práticas culturais moldam espaços de resistência e como essas expressões de suas subjetividades são representadas pelas danças nos espetáculos do MAV, extrapolando esses espaços e sendo assumidos em seus discursos. Serão abordadas também as contribuições de Adriana Facina (2022) para pensar como as práticas artísticas, em contextos de precariedade, ajudam a pensar sobre esperança e futuro. Autores como José Magnani (2014) e Tiaraju D'Andrea (2013) auxiliam a refletir sobre como espaços culturais, como o Centro de Artes da Maré - local onde acontecem os encontros do projeto MAV-, funcionam como circuitos urbanos alternativos que desafiam as normativas espaciais e temporais hegemônicas, promovendo a formação de comunidades baseadas em interesses comuns e práticas de resistência, contribuindo também para pensarmos sobre subjetividades periféricas. Assim, este estudo ilumina o papel crucial de práticas artísticas e culturais na criação de heterotopias de desvio que oferecem refúgio e espaço para a reimaginação das identidades urbanas. As descobertas sublinham a necessidade de reconhecer e valorizar esses "outros espaços" dentro da antropologia, contribuindo para o entendimento das estratégias de sobrevivência e afirmação em contextos de vulnerabilidade social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pertencimento e uso democrático do espaço público: narrativas de mulheres do Ponto de Cultura Centro Cultural Casa Vermelha

Suzana Morelo Vergara Martins Costa (UFSC), Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Este trabalho é fruto de minha pesquisa no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa tem como temática o teatro contemporâneo de mulheres na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, e busca compreender quais são as contribuições das mulheres a este fazer.. Partindo da perspectiva feminista e decolonial localiza o pioneirismo e protagonismo das mulheres na construção da história do teatro contemporâneo na cidade e lança um olhar crítico a história do teatro feito na Ilha. Ao mesmo tempo, se busca entender como estas mulheres do teatro se relacionam com o espaço urbano da cidade e como a cidade se relaciona com estas mulheres, uma vez que Florianópolis encontra-se em uma Ilha, a qual o urbano e o rural convivem nos espaços de moradia, trabalho e lazer. A partir desta peculiaridade buscaremos verificar como e se os feminismos se fazem presentes em suas práticas artísticas e se contribuem para uma outra forma de tessitura do tecido urbano em seus vínculos com os espaços rurais de praias e territórios camponeses que constituem a Ilha de Santa Catarina. A pesquisa já entrevistou onze mulheres da cena teatral da cidade. Para a presente proposta realiza-se um recorte que atenta-se às narrativas das mulheres que participam do Centro Cultural Casa Vermelha, Ponto de Cultura independente da cidade de Florianópolis. Trabalha-se a partir de entrevistas realizadas junto a três artistas e professoras do centro cultural, atreladas à reflexão do campo da antropologia urbana e estudos feministas. Como estas mulheres relatam suas experiências junto ao Centro Cultural? Quais são as estratégias de produção junto a comunidade do centro da cidade de Florianópolis? Que tipo de práticas artísticas são desenvolvidas junto ao coletivo? São algumas das perguntas norteadoras deste trabalho. Em um primeiro momento, é possível perceber que a localização em uma zona

marginal do centro da cidade não impede que estas artistas e o coletivo do Ponto de Cultura internalizem e externalizem ações concretas de pertencimento e uso democrático do espaço público.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os (des) fazeres do brejo: Notas sobre lesbianidades e contextos pandêmicos da vida noturna em Natal/RN

Suzanne Freire Pereira (SEEC/RN)

Com o objetivo de refletir sobre e a partir das experiências de mulheres lésbicas na Região Metropolitana de Natal/RN, este trabalho teve como ponto de partida a análise etnográfica da participação (seja como público, produtoras ou artistas) em espaços de lazer e sociabilidades, em específico, bares e festas, voltados a este público-alvo, com foco de análise especialmente entre os anos 2020 e 2021. Surge como fruto de produção a posteriori da dissertação de mestrado em Antropologia Social. Em decorrência da crise sanitária do coronavírus, foi necessário fazer um redirecionamento do lócus da pesquisa, que consistia na observação participante nos diferentes estabelecimentos, voltando-se à retomada histórico-bibliográfica de alguns espaços, a fim de (re)construir um pouco deste cenário. Tem como objeto de análise metodológica, entrevistas semiestruturadas, de modo remoto e presencial, com o objetivo de lançar luz para como as suas trajetórias articulam-se com a construção de uma identidade lésbica, destacando dinâmicas específicas de produção de si, circulação pela cidade, negociações familiares e os contextos de readequação à vida social durante os decretos e normativas ligadas à pandemia. Em especial, entre as necessidades de elaboração de novas dinâmicas de vida, para um público habituado em trabalhar, produzir e consumir a vida noturna. Revelando emaranhados específicos nas intersecções entre sexualidade, gênero, corporalidades, classe, raça e território na capital Norte-Riograndense.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_365_92544082_011985.pdf

GT 064: Gêneros, sexualidades e corpos plurais: abordagens antropológicas de práticas esportivas

Este Grupo de Trabalho (GT) visa ampliar os espaços para diálogo sobre a antropologia das práticas esportivas e de lazer, que vem sendo produzida nos últimos anos, em diferentes contextos brasileiros e latino-americanos. Neste GT, de maneira mais específica, receberemos pesquisas, em andamento ou concluídas, que sejam voltadas às discussões de gênero, sexualidade e diversidade de corpos, em distintas circunstâncias socioculturais de práticas esportivas e de lazer. Ainda neste sentido, priorizaremos abordagens que tragam e discutam essas questões a partir de uma perspectiva etnográfica. Nosso objetivo, portanto, é fomentar o debate sobre como as dimensões de gênero, sexualidade e corpo, independentemente de sua interseccionalidade com outros marcadores sociais da diferença (raça, etnia, deficiência, dentre outros), afetam a experiência de diversos grupos sociais e moldam, por sua vez, diferentes subjetividades. Interessa-nos acolher pesquisas que discutam a temática a partir de experiências de atletas,

jogadoras(es), treinadoras(es), árbitras(os), torcedoras(es), jornalistas, dirigentes e/ou outros indivíduos que compõem estes universos. Assim, convidamos a submeterem seus trabalhos pesquisadoras(es), estudantes de pós-graduação, graduandas(os), atletas, treinadoras(es), ativistas e todas as pessoas interessadas em explorar as interações entre gênero, sexualidade e diversidade corporal no contexto esportivo e de lazer.d

Coordenação

Wagner Xavier de Camargo (UNICAMP), Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O torcer organizado por mulheres: a importância da ala feminina em uma torcida carioca

Ana Caroline Lessa de Oliveira (UNICAMP)

O presente trabalho pretende-se tornar capítulo de uma dissertação de mestrado em Antropologia Social, tendo como objeto de pesquisa o Grêmio Recreativo Sociocultural Torcida Fogoró, ou ainda, Fogoró. Uma torcida organizada (TO) do Botafogo de Futebol e Regatas, clube da cidade do Rio de Janeiro. Debruçando-me sobre a Fogoró, uma TO do tipo chopp (termo êmico, como de briga, que aparecerá mais abaixo), busco embrenhar e ao mesmo tempo impulsionar uma visão do outro lado das organizadas que tenta fugir de estereótipos e estigmas sustentados e disseminados pelo senso comum e pela mídia, relacionando-as à marginalidade e criminalidade, como associações criadas visando a prática de atos de violência (Teixeira, 2004). Ainda que trabalhos acadêmicos reforcem que essa porção problemática das torcidas (não necessariamente organizadas) compõe a menor parte delas, são menos os estudos interessados em investigar essa parcela, comumente contentando-se em mencionar que as torcidas não são só isso” : o lado não-violento, pacífico também existe. Mas por onde anda? Assim sendo, concentro-me nesse outro lado com um trabalho etnográfico cujo objetivo geral é compreender o que os integrantes da Fogoró acreditam, defendem, tem como filosofia dentro de uma torcida que não é de briga, como seus componentes descrevem. Em uma primeira incursão a campo, fui apresentada à vice-presidenta e a uma diretora da atual gestão da torcida. Antes disso, o atual presidente já havia reforçado - e é perceptível - a importância das mulheres na torcida em questão e do núcleo composto por elas, denominado Alambique Feminino. No geral, torcidas organizadas se reúnem por famílias, pelotões, esquadrões ou outra nomenclatura dialogando com sua identidade. Geralmente as divisões são feitas por bairros ou zonas de uma cidade (ex: Alambique Zona Norte), regiões de um estado (ex: 16º Alambique - Juiz de Fora) ou ainda por um estado (ex: Fogoró Cuiabá-MT), em caso de regiões mais afastadas da cidade do clube do coração. Mas há também a divisão da ala feminina de uma torcida, com suas próprias demandas e interesses, por vezes mais crítica e politizada, buscando mais visibilidade, autonomia e participação ativa dentro e fora da TO. É o caso do Alambique Feminino da Fogoró. Sendo uma torcida de porte menor, mais familiar, com participação notável da ala feminina, pretendo dedicar um capítulo da dissertação (e essa apresentação) a discutir aspectos como: motivação para ingressar em uma torcida organizada e como se deu a chegada na Fogoró; trajetória das torcedoras na arquibancada; atividades específicas do Alambique Feminino;

questionamentos, comparações e críticas quanto à modelos de gestão e atuação de outras torcidas sobre limitações na atuação das mulheres etc.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A ANTROPOLOGIA DO DESENHO DO CORPO NÃO BINÁRIO: Contribuições da hipertrofia no fisiculturismo sobre transgeneridade.

Aoi Berriel Pereira (UFRJ)

O projeto se baseia na análise da produção corporal de pessoas não binárias atletas de fisiculturismo em disputa no Primeiro e Único Campeonato de Fisiculturismo para Homens e Mulheres Trans e Não-Binários do Brasil (transmusclebr, no instagram). Questões de conforto são desenvolvidas na pesquisa em relação com o campo de antropologia das emoções e do desenho para isto. Investiga-se a estabilização de conforto do gênero não binário corporificado no desenvolvimento do alinhamento da transgeneridade com hipertrofia (o movimento de desenvolver músculos maiores). Como guia das noções de conforto não binário, parte-se da relação de documentos e retificação de nome e gênero de pessoas transgêneras não binárias alinhadas com o desenvolvimento da pesquisa e com o protagonismo em experiência da pessoa autora da dissertação em produção. A legislação sobre a transgeneridade apresenta o campo em análise que se esgota na medida em que a produção corporal não é legislada. Desta forma, a interrogação da pesquisa em investigar a produção dos corpos não binários transgêneros avança sobre o conforto de um corpo desenvolvido, este representado pelas pessoas atletas de fisiculturismo que pleiteiam o sucesso corporal associado as definições possíveis no esporte de seu gênero, sobre o corpo transgênero. Neste processo, também são localizadas reflexões sobre: o fazer antropológico, corpo trans em análise, noções de transgeneridade e metodologia bola de neve (ALBUQUERQUE, 2009).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_314_77972828_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres Lésbicas e as Práticas Esportivas no Lazer: Uma Etnografia em uma Equipe LGBTQIA+ de Porto Alegre

Bruna Tassiane dos Santos Pontes (UFRGS), Raquel da Silveira (UFRGS)

Resumo: A reflexão de lazer para quem?, provoca uma análise que revela uma dinâmica de privilégio de quem dispõe de momentos de lazer, colocando em evidência as desigualdades existentes na nossa sociedade que tem valores capitalistas alinhado ao neoliberalismo, e lesbofóbicos. Sendo assim, as vivências das mulheres lésbicas têm sido frequentemente invisibilizadas e marginalizadas. No contexto histórico, os esportes vêm sendo constituídos de normas, que se estabelecem através de diretrizes, que afastam as mulheres da prática esportiva, seja por questões biológicas, sexistas e machistas, como o questionamento da sua sexualidade. Nessa conjuntura o esporte parece não ser um lugar receptivo às diferenças. No entanto, uma nova possibilidade de vivenciar as práticas esportivas vem sendo produzida, que são as equipes identificadas como LGBTQIA+, neste contexto as mulheres lésbicas passam a se inserir. Ao que parece a prática dos esportes vem sendo produzida de forma a ser um espaço de

possibilidades, seja de vivenciar o esporte, de identificação, de segurança e de resistência. Portanto é fundamental propor debates a partir do reconhecimento das experiências esportivas das mulheres lésbicas no contexto do lazer, que é um direito constitucional. Fomentando essas discussões em busca de uma sociedade mais equitativa. Sendo assim, este trabalho traz aspectos de uma pesquisa de mestrado acadêmico em andamento, que vem sendo realizada no âmbito do curso de pós-graduação em Ciências do Movimento Humano, na UFRGS, do qual discute a inserção das mulheres lésbicas em uma equipe LGBTQIA+ no contexto do lazer. Conseqüentemente, este trabalho tem como objetivo trazer as primeiras aproximações do campo, com o objetivo de discutir as negociações e agências de mulheres lésbicas em uma equipe LGBTQIA+ de Porto Alegre, na constituição de um espaço inclusivo de lazer. A partir do exposto, as aproximações estão ocorrendo em uma equipe LGBTQIA+ de Porto Alegre, que pratica handebol. Os encontros ocorrem duas vezes por semana, com média de 1h30. Os treinos são divididos em dois momentos, o primeiro dá conta de atividades de aquecimento e de aperfeiçoamento de técnicas inerentes ao esporte e o segundo momento é a prática do esporte, através do jogo propriamente dito. Para além dos momentos de desenvolvimento técnico e tático do handebol, esta equipe parece proporcionar um espaço de acolhimento, coletivo, político e um espaço de segurança. Este espaço que se constitui de segurança não é restrito à prática esportiva, mas também de trocas de experiências lesboafetivas, onde as mulheres se sentem seguras ao falar sobre seus relacionamentos. A partir dessas aproximações iniciais é possível vislumbrar novas possibilidades de lazer, que vão além da fruição e sociabilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_198_84244938_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estou grávida! Posso fazer exercício, doutor? A gestão do risco na prescrição de exercício físico na gravidez

Camila Miranda Ventura de Oliveira (IMS/UERJ), Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ)

A medicalização do corpo feminino, sobretudo, no momento da gestação e do parto, transformou a gravidez em uma fase da vida repleta de vigilância biomédica. A gestação é interpretada pela biomedicina como um período de risco e a gestante, por sua vez, é transformada em uma paciente de risco”. Há uma produção de discurso que afirma que a prática regular de atividades físicas durante a gravidez pode proporcionar inúmeros benefícios, no entanto, é preciso estar atenta aos riscos. A ideia de promoção da saúde através da prática de atividades físicas visa a popularizar e tornar a prática mais aceitável na rotina das gestantes, com garantia de gestação e parto saudáveis. Contudo, existem exercícios descritos para serem evitados por oferecerem riscos à gestante e ao feto, e condições clínicas que impedem ou, por outro lado, flexibilizam a autorização médica da prática de exercícios durante a gravidez. Deste modo, apresentarei uma comparação entre discursos e protocolos médicos, com base no campo de pesquisa utilizado para este estudo, que foram livros-textos do ensino de Obstetrícia. Um dos documentos utilizados foi uma coletânea de estudos de pesquisadores brasileiros no campo da Obstetrícia, cuja influência vem dos protocolos do Colégio Americano de Obstetrícia e Ginecologia (ACOG). Este estudo é parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2020, no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro

(UFRJ), dentro da linha de pesquisa em Ciências Sociais e Humanas na Saúde, orientado pela Profª Drª Jaqueline Ferreira, cujo título é: "Tome cuidado com os exercícios": análise documental sobre recomendações médicas de atividades físicas às gestantes. O estudo se propôs a realizar uma análise documental, de perspectiva socioantropológica, em manuais de obstetrícia e protocolos médicos a fim de identificar o discurso produzido pela ciência biomédica, em seus consensos e dissensos, sobre a prescrição e orientação de atividades físicas para gestantes. Para a análise do material, foram utilizadas inspirações teóricas da sociologia do pensamento científico, proposta por Fleck (2010) e outros teóricos das ciências sociais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_194_00955993_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Esse Box só tem viado!": (Re)configurando as performances de masculinidades no Crossfit sob a ótica da homossexualidade

David Gonzaga (unicef)

O crossfit é uma modalidade esportiva que vem ganhando cada vez mais praticantes e se destacando pela especificidade de treinos de altas intensidade, vestimentas e acessórios próprios da prática, expressões idiomáticas derivadas do inglês e uma dinâmica de pertencimento que só seus praticantes, crossfiteiros, entendem. O esporte nasceu nos EUA na década de 80, levando seus praticantes ao extremo durante a execução do wod, principal momento de uma aula de crossfit, na qual os atletas correm contra o tempo para finalizar o treino. Os treinos de crossfit visam trabalhar de forma integrada vários grupos musculares, se utilizando de bolas, barras, cordas, tapetes, anilhas, elásticos, kettlebell e dumbbells, tudo para contribuir no desenvolvimento dos eixos principais do crossfit: resistência, força, flexibilidade e equilíbrio. Os locais em que acontecem os treinos de crossfit são chamados de Box, grandes galpões preenchidos por barras de ferro fixas no chão, cordas penduradas e os demais materiais organizados em nichos. O Crossfit foi tido como um esporte majoritariamente masculino e performado de uma masculinidade hegemônica, heteronormativa e pautada numa agressividade que justificaria a força e intensidade nos treinos. Com o crescimento e popularização do esporte, foi percebido uma diversidade cada vez maior de praticantes. O número de pessoas LGBTs praticando aumentou significativamente. Os box's de crossfit passaram a celebrar anualmente o mês do orgulho LGBT com camisas personalizadas, treinos especiais regados de músicas das grandes artistas pop admiradas pela comunidade, bandeira LGBT hasteadas nas entradas dos box's e discurso cada vez mais de que o crossfit é um esporte inclusivo, mas no dia a dia pessoas LGBTs ainda se sentem reprimidas a se expressarem, condicionando especificamente homens gays a reprodução de determinadas performances da masculinidade heteronormativa. Em contraponto, o aumento de homens gays praticando também tem fomentado a construção de micro comunidades dentro dos Box's, onde homens gays preferem treinar no mesmo horário como forma de garantir um espaço mais livre e socialmente receptivo as formas de socialização LGBT. A partir dessas breves reflexões, esse trabalho tem por objetivo analisar e refletir sobre as formas de socialização, tipificação e intersubjetivação das performances de masculinidades encontradas no crossfit, e como estão embrincadas com a presença cada vez maior de homens gays como praticantes. Esta pesquisa está em fase inicial, mas se dará a partir da ferramenta da

observação participante em quatro box's da cidade do Recife, localizadas em diferentes bairros da cidade e que concentram, de acordo com meus interlocutores iniciais, um grande número de viados crossfiteiros.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre treinadoras e atletas, sexualidade e geração em times de formação no futebol praticado por mulheres.

Débora Cajé Yamamoto (USP)

O presente trabalho busca discutir acerca da formação de atletas para o futebol de mulheres. Dessa forma, através de uma etnografia realizada com duas treinadoras das categorias sub 15 e sub 17, pretendo demonstrar como tem se constituído o ser jogadora”. O esporte de alto rendimento, no país, é marcado por uma rotina rigorosa de treinos em que o corpo se torna sua ferramenta e produto (VAZ e SILVEIRA, 2014). O Em Busca do Impossível (EBI) surgiu em 2016 com a proposta de desenvolver o futebol feminino. No CT do EBI acompanho o trabalho das duas treinadoras, Marília e Bruna, ex-jogadoras de futebol, com as categorias sub 15 e sub 17, respectivamente. Nesse tempo, notei como a formação de atletas para o futebol de mulheres está pautada em uma produção que vai além de um corpo capaz de executar de forma precisa uma determinada ação, mas, também, em uma mentalidade de atleta. É nos embates do que é ser jogadora futebol nos dias de hoje que isso vai ganhando contornos e significados. Bruna e Marília jogaram em épocas muito parecidas em que o futebol feminino era fortemente atravessado pelo estigma da homossexualidade. Tanto Marília quanto Bruna vivem suas relações afetivas de forma discreta, privada, evitando falar sobre e buscando manter em sigilo, sem que as atletas saibam, ao menos oficialmente. Em contrapartida, as atletas, de 13 a 17 anos, vivenciam a sexualidade de forma mais aberta, falam sobre, andam de mãos dadas com as companheiras o que, em determinados momentos, causa atrito com as treinadoras que defendem que aquele espaço (CT) não é ambiente para esse tipo de comportamento. As diferenças geracionais entre as treinadoras e atletas atravessam a forma com que elas compreendem o que é ser jogadora de futebol. Nesse trabalho, compreendo geração enquanto o compartilhamento de condições subjetivas que permitam a participação do indivíduo na produção dos mesmos códigos de entendimento (MORAES ALVES, 2009: 7). Assim, pretendo, articular essas duas gerações, a primeira, das treinadoras (faixa etária entre 30 a 50 anos), em que o estigma da homossexualidade fazia com que muitas atletas de futebol escondessem suas relações, tentassem se portar e vestir de forma mais feminina ou mesmo se afastassem da prática (PISANI, 2018). Já as atletas (de 12 a 17 anos), vivenciam um futebol feminino mais estruturado e com referências de jogadoras profissionais abertamente homossexuais. Logo, busco argumentar como as mudanças no entendimento da sexualidade (CARRARA, 2011) impactaram também as formas com que se entende o ser jogadora de futebol nos dias de hoje, permitindo que esses corpos transitem entre normas de feminilidades e masculinidades aceitas nesse contexto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_189_10300383_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres futebolistas: trajetórias plurais, desafios compartilhados, singularidades a serem visibilizadas

Franciane Maria Araldi (UDESC), Caroline Soares de Almeida (UFPE), Thaís Rodrigues de Almeida (Centro Universitário Estácio de Santa Catarina), Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Esta comunicação oral é resultado de uma pesquisa maior que vem sendo desenvolvida pelas quatro autoras. Nossa pesquisa investiga as relações, aproximações e distanciamentos, entre vida pessoal e carreira profissional de jogadoras brasileiras de futebol que atuaram em diferentes momentos, posteriores à liberação da prática do esporte para mulheres no Brasil, sobretudo nas décadas de 1980 e 1990. Esta pesquisa faz parte de um projeto de pesquisa intitulado Vida e carreira de mulheres futebolistas histórias a serem visibilizadas que está vinculado aos INCT Estudos do Futebol Brasileiro. As mulheres entrevistadas durante a pesquisa engajam-se em mais de uma modalidade de futebol, seja campo, futebol de salão, futebol 7, beach soccer ou futebol de areia. Nesse sentido, essa investigação tem como objetivo apresentar as histórias de vida de duas jogadoras, enfocando os processos inerentes à dualidade de ser mulher e futebolista nos cenários em que estiveram inseridas. Como questionamento inicial destacamos quais desafios, perspectivas e possibilidades de ser mulher e futebolista nos contextos em que circularam? As duas atletas são pessoas diferentes entre si, mas estão unidas pelo desafio de atuar em um esporte historicamente dominado por homens. Ao enfatizarmos as histórias de vida e narrativas dessas mulheres pretendemos destacar que, por mais que o futebol seja um fenômeno cultural permeado por pluralidades, ainda é preciso ampliar os estudos sobre suas diferentes manifestações, e visibilizar a diversidade de personagens integrantes deste universo, em especial as jogadoras de futebol como protagonistas das suas trajetórias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Quem Cabe Controlar o Jogo? Uma Reflexão Antropológica sobre Arbitragem e a Participação de Pessoas Negras

João Cauê Benedeti Morales (UFRGS)

A presente comunicação retoma o percurso de pesquisa no qual a preparação e a atuação de árbitros/as de futebol foram objetos de reflexão. Para dar conta desse empreendimento, a investigação até aqui transitou por dois contextos distintos de participação neste ofício - o circuito da arbitragem de competições amadoras que opera na cidade de Porto Alegre-RS e o curso de formação de árbitros/as que atuam em competições profissionais, ministrado no âmbito da Federação Catarinense de Futebol, na cidade de Balneário Camboriú-SC. A partir da inserção etnográfica nesses espaços, tendo como base a condição do autor como aprendiz em ambas circunstâncias, objetivou-se compreender de que maneira a constituição do modelo laboral genérico neste trabalho engloba, nem sempre de forma conciliatória, as diferenças que as pessoas que se interessam pela arbitragem, como ocupação e forma de sustento, trazem consigo - com especial atenção ao marcador de raça/etnia. Para isso, a comunicação aprofunda-se em uma ideia que é pervasiva ao contexto da arbitragem de futebol: "controlar o jogo". Não só os debates sobre esse tema são constantes entre as pessoas em formação/atuação, bem como essa categoria configura a expertise por meio de um processo de padronização de habilidades

restituídas pelo treinamento. Ao fazer convergir a reflexão sobre o controle do jogo com a produção de diferenças embasadas por distintos marcadores sociais, questiona-se como seria possível pensar lugar das pessoas negras na arbitragem de futebol.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dinâmicas e conflitos de gênero em Torcida Organizada: Uma análise das relações entre homens e mulheres na Torcida Mancha Azul de Maceió.

João Victor Mendes (UFPB)

O presente trabalho surge a partir de questões abordadas durante a minha pesquisa de dissertação de mestrado em Sociologia, intitulada "Juventude, gênero e torcida": Uma análise das relações entre homens e mulheres jovens na Torcida Organizada Mancha Azul-CSA (Mendes, 2022). Durante os anos de 2020 até 2022 acompanhei de perto as atividades da Mancha Azul, principal torcida organizada do CSA (Centro Sportivo Alagoano), e uma das maiores torcidas de Maceió. Perceber as dinâmicas e os conflitos de gênero foi o fio condutor da pesquisa, e que abordarei neste trabalho de maneira mais aprofundada. Ainda nos dias atuais discursos são ecoados reivindicando o espaço das torcidas a uma masculinidade exacerbada, como se aquele espaço fosse somente deles. Ao analisarmos de perto, não só percebemos a participação feminina de maneira efetiva, como sua posição entorno do fazer torcida e da reivindicação desse espaço. Munido de materiais oriundos de observações etnográficas e entrevistas semiestruturadas com homens e mulheres da torcida Mancha Azul-CSA, pude observar as diferentes dinâmicas que se apresentam e de como através dessas dinâmicas os conflitos se dispunham no interior da instituição (Simmel, 2002). Homens e mulheres disputam simbolicamente seu espaço dentro da torcida, e com isso podemos notar as dicotomias de gênero vistas na sociedade se materializando nos ambientes da torcida. Um dos pontos que chamou atenção, foi perceber que em algumas dinâmicas as mulheres eram proibidas de participar, a elas era reservado outro lugar, o lugar do cuidado, do zelo que foi culturalmente construído (Ortner, 1979). É importante salientar que as mulheres que fazem parte da Mancha Azul não aceitam essas condições de maneira pacífica, elas estão reivindicando e conquistando seu espaço, e quando não são contempladas, buscam traçar táticas e estratégias (Certau, 1998), para se fazerem presentes nas atividades que lhes são negadas. Com isso, o trabalho busca fazer uma reflexão dos resultados da pesquisa de dissertação, apontando novos caminhos que não foram contemplados no período da pesquisa, e aprofundando as discussões socioantropológicas acerca das questões de gênero e do universo das torcidas organizadas, colocando as particularidades alagoanas no circuito de discussões acadêmicas sobre o tema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Esporte e Diversidade: A experiência da gaymada em Boa Vista - Roraima

Lucas Alexandre da Silva Nascimento (UFRR)

O esporte se destaca como um fenômeno sociocultural contemporâneo e multifacetado, sendo a queimada uma modalidade muito peculiar por suas regras e diferentes formas de jogar. A pesquisa em questão analisa a prática da queimada pela comunidade LGBTQIAPN+ no município de Boa Vista/Roraima, e tem como interlocutoras a Gaymada do Centro e a Gaymada

do Pintolândia” . O enfoque é dado aos participantes/jogadores e suas expressões de gênero, sexualidade e as relações de corpo e performance dos indivíduos enquanto membros da comunidade LGBTQIAPN+ e os praticantes desse esporte. A presente pesquisa tem por base o trabalho etnográfico construído pela participação observante realizada antes, durante e após as partidas, com ambos os grupos e separadamente com aqueles indivíduos que se sentiram confortáveis para tanto. Algumas questões tentaram ser respondidas, por exemplo: como ocorre a ocupação dos espaços públicos por esses indivíduos? Quais os esforços para ocupá-los? Quais os efeitos da socialização na vida dessas pessoas? Uma característica comum dos grupos consiste na busca por meios próprios para a realização das partidas de queimada, evidenciando a busca por um espaço, não no sentido físico, mas sim identitário para que a comunidade LGBTQIAPN+ pudesse praticar um desporto/lazer e promover a interação entre todos que se identificam com o grupo, promovendo a diversidade e o bem-estar físico e psicológico dos participantes. A importância de mobilizações de entidades civis LGBTQIAPN+ como a Gaymada para a promoção de eventos esportivos e diversidade aparenta ser essencial para a celebração da identidade desses corpos sobreviventes às diversas macro e microagressões, além de evidenciar a discussão sobre a ocupação dos espaços públicos nas cidades com princípios inclusivos e participativos da população. Palavras-chave: LGBTQIAPN+; Gaymada; Identidades; Socialização.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_697_62053016_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazer-se homem: esportes, carnaval e sexualidade na periferia de Salvador

Lucas Maroto Moreira (UFBA)

A proposta de comunicação apresenta um estudo etnográfico realizado junto a homens, moradores de bairros populares de Salvador, Bahia, que dedicam-se a duas diferentes práticas esportivas, ambas realizadas em espaços públicos. Tratam-se da Malhação de Rua e do Baba de Saia” . A malhação de rua é um treino de hipertrofia realizado com o auxílio de halteres artesanais e do uso de barras ginásticas, combinando carregamento e levantamento de peso com ginástica calistênica. O Baba de Saia, por sua vez, define um tipo de jogo de futebol, tradicionalmente realizado em feriados e datas festivas, no qual os praticantes vestem-se de mulher” . A proposta, aqui submetida, busca pensar estas duas práticas enquanto formas de fazer” /” produzir o jeito de corpo masculino e uma performance viril, tarefa que os homens empreendem entre diferentes gerações. As duas práticas são mobilizadas pelos interlocutores em temporalidades diferentes: a malhação ao longo de todo o ano e o baba de saia apenas nos festejos e ocasiões especiais. Diferem também na intensidade e motivação: A malhação de rua é concebida enquanto rotina disciplinada que atua na transformação não apenas da musculatura corporal, mas na mudança de status geracional e na elaboração da performance de gênero e sexualidade. Já o baba de saia é visto como uma festa futebolística realizada entre parceiros, festa de íntima relação com o carnaval, na qual se consome grande quantidade de cerveja ou vinho e se dança ao som do pagode baiano” . Diante disso, pode-se perguntar pelo papel que estas formas de sociabilidade assumem na produção das masculinidade na periferia de Salvador. O trabalho é fruto de uma etnografia realizada entre os anos de 2017 e 2023 em dois diferentes

bairros da cidade de Salvador, Nordeste de Amaralina e Cajazeiras XXI, e está baseada no engajamento prático do pesquisador nas atividades pesquisadas, trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas e uso do registro fotográfico. Por meio de diferentes técnicas corporais, exercícios práticos e rituais de sociabilidade, tanto a malhação de rua quanto o baba de saia produzem espaços urbanos generificados, atravessados por marcadores de geração, de classe social e de raça, nos quais determinadas noções de masculinidade podem ser vividas e aprendidas entre pares.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quanto custa ser bailarino negro

Mariana Alves Prazeres dos Santos (secretaria de estado de educação do Rio de Janeiro)

Este trabalho é fruto da pesquisa realizada durante o mestrado que fiz em Ciências Sociais, culminando na dissertação intitulada: Discriminação e Preconceito no balé clássico. Neste artigo, tenho objetivo de discutir sobre as questões em torno da categoria raça; como democracia racial, contínuo de cor e discriminação, bem como seus efeitos sobre a trajetória de bailarinas e bailarinos negros/os em no Brasil. Nesse sentido reflito sobre as limitações e possibilidades de ação desses indivíduos nesse universo. Essa pesquisa foi realizada com base na metodologia qualitativa, através da realização de entrevistas semiestruturadas a bailarinas e bailarinos que tenham cursado a profissionalização em dança no Rio de Janeiro, bem como bailarinos profissionais que tenham iniciado ou desenvolvido suas carreiras neste estado. O balé clássico é uma arte que tem seu início no século XVI, na corte francesa, foi aprimorado, codificado, sofreu modificações, atingindo um virtuosismo técnico especialmente na Rússia no século XIX e chega ao Brasil a partir do início do século XX, devido às Guerras que ocorriam na Europa, fazendo com que bailarinos viessem para o país e aqui fizessem escola e desenvolvessem o ensino e disseminação dessa prática artística. Defendo que essa prática reflete a realidade das relações raciais encontradas aqui, bem como as reflete em uma divisão racial do trabalho, afetando de maneira incisiva as carreiras e trajetórias de aprendizes e profissionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Construyendo cuerpos e identidades de género: aproximaciones y comparaciones entre mujeres futbolistas en Argentina y Brasil

Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Este estudio busca comprender, a través de un enfoque etnográfico comparativo, la construcción y representación de los cuerpos y las identidades de género entre jugadoras de Argentina y Brasil durante la práctica deportiva del fútbol. Exploraremos cómo las dinámicas sociales y culturales influyen en la percepción y expresión de los cuerpos, además de examinar las narrativas e interacciones que dan forma a las identidades de género en el contexto del fútbol de mujeres. El análisis comparativo de las experiencias de las jugadoras en ambos países busca identificar similitudes y contrastes significativos, con el fin de ofrecer perspectivas sobre las complejidades de la relación entre la práctica deportiva, la corporalidad y la construcción de la identidad de género.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_889_00963422_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O gênero no torcer: notas etnográficas sobre as questões de gênero nas torcidas organizadas de futebol

Marianna Castellano Barcelos de Andrade (Pesquisador)

Neste trabalho buscarei apresentar algumas questões etnográficas decorrentes da minha pesquisa de doutorado em andamento, a respeito dos debates de gênero e suas interseccionalidades dentro de três torcidas organizadas da cidade de São Paulo, a saber, Gaviões da Fiel, Camisa 12, ambas vinculadas ao Corinthians, e a Mancha Alviverde, vinculada ao Palmeiras. Visando analisar as disputas, negociações e estratégias políticas presentes neste ambiente marcadamente masculinizado, olhando principalmente para a generificação da sociabilidade torcedora. Afinal, como é possível romper com a ideia de que existe uma categoria específica de gênero para o torcer e que ela pertence somente aos homens? Quais as diferenças e aproximações das demandas internas de gênero em cada uma das torcidas estudadas? Estes são alguns questionamentos provocativos que balizam minha pesquisa etnográfica e que agora, neste GT podem ser discutidas de maneira proveitosa em diálogo com os demais trabalhos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_644_96780359_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tornar-se psicólogo no esporte: considerações sobre um campo intensivo na iniciação esportiva

Marina de Mattos Dantas (UEMG)

O espetáculo esportivo é considerado um dos aspectos socioculturais contemporâneos, exigindo uma análise que vá além do desempenho competitivo, transcendendo a ênfase na performance de alto nível. No Brasil, a Psicologia do Esporte (PE) destaca-se devido à crescente compreensão da importância de componentes psicossociais no desempenho e bem-estar de atletas e outros envolvidos na prática esportiva. Este campo passou por transformações, ao longo do tempo, oferecendo contribuições significativas ao cenário esportivo nacional, capacitando atletas, treinadores e equipes para desenvolver seus potenciais, seja em situações de alta performance ou de lazer. Neste contexto, a demanda pela PE em cursos de graduação e pós-graduação é crescente naquele país, ainda que a oferta de disciplinas para trabalhar a temática não a acompanhe. Engendrada nesse cenário, apresento como proposta de comunicação reflexões sobre o acompanhamento de estudantes de psicologia em seu campo de estágio, supervisionados por mim em uma disciplina de estágio curricular na graduação em psicologia em uma universidade brasileira. O estágio em PE foi conduzido em uma escolinha de futebol em Divinópolis, Minas Gerais, vinculada a um clube tradicional do estado. A escola, inaugurada em outubro de 2022, conta com cerca de 200 alunos de diversas categorias, incluindo meninos e meninas, com idades que variam desde o Baby Fut, aos 3 anos, até a categoria SUB-17, com jovens de 16 e 17 anos. A estrutura organizacional envolve diretores,

treinadores, uma treinadora, um auxiliar de serviços gerais e parcerias com um instituto de fisioterapia que oferece serviços de fisioterapia, indicação nutricional e psicologia. Partindo de vivências como supervisora de estágio, apresento questões que emergem nesse campo, no qual o psicólogo desempenha um papel crucial nas relações sociais, destacando o papel central da tríade formada por professor, família e criança. A atuação do psicólogo pode ser desafiadora, dependendo de como ele se posiciona nas relações institucionais. A tendência pode ser mais voltada para a adaptação dos corpos às demandas de uma especialização precoce do atleta do que para o desenvolvimento de potencialidades. Isso traz implicações relacionadas à prática esportiva como fruição, socialização e uma prática de saúde. Desse modo, as questões enfrentadas por psicólogos em formação incluem os atravessamentos de gênero e raça na formação de crianças, que recebem mensagens conflitantes sobre o direito ao esporte e lazer, enquanto são exigidas a desempenhar como profissionais desde cedo. Essa realidade apresenta desafios e oportunidades a psicólogos do esporte em formação ao lidarem com as multiplicidades do ambiente esportivo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pole Dance, um espaço de sociabilidade e descoberta

Míriam Soares Dias (UFF)

Este trabalho pretende através de uma análise baseada no universo etnográfico de diálogos entre praticantes e na experiência da prática, propor um exercício reflexivo do material que vem sendo desenvolvido em um estúdio de Pole Dance em Niterói (RJ). Tem como objetivo abordar as dimensões do espaço de sociabilidade e convivência moralmente avaliado como incomum para mulheres e investigar as categorias de gêneros de Pole Dance como Pole Art, Pole Sport, Pole Fitness entre outras categorias consolidadas pela perspectiva do grupo de praticantes em questão e tencionar a observação para a possibilidade de uma categoria de Pole Dance na qualidade de recurso terapêutico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_565_43209322_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres torcedoras: gênero, corpos e identidades torcedoras plurais

Thaís Rodrigues de Almeida (Centro Universitário Estácio de Santa Catarina), Franciane Maria Araldi (UDESC), Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Nesta pesquisa, partimos da compreensão do futebol enquanto espaço plural onde ocorrem disputas, negociações e relações de poder, permeado por representações de corpo, gênero e identidades. Dentro deste contexto, elegemos tematizar as mulheres torcedoras e a diversidade de representações de suas identidades. A partir da perspectiva dos estudos de gênero, analisamos imagens e narrativas do projeto fotográfico documental *Cuerpas Reales, Hinchas Reales*. A proposta deste coletivo é promover o debate sobre corpos, experiências e identidades de mulheres torcedoras, e visibiliza suas produções na rede social instagram. O objetivo do trabalho foi, compreender as representações de identidades torcedoras assim como observar os discursos envolvendo gênero e corpos dissidentes em relação à diversidade de experiências

torcedoras visibilizadas e os desdobramentos discursivos possibilitados a partir do projeto. Foram utilizados como recursos metodológicos a etnografia de tela e a análise de discurso, no período de 2021 à 2023. Concluímos que, o projeto soma em tensionamentos e formas de resistências para ampliarmos as reflexões acerca das identidades torcedoras, em especial, em contextos de países Latinoamericanos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O futebol feminino e as atividades lúdicas infantis como mecanismos de classificação/divisão de gêneros.

Valdonilson Barbosa dos Santos (UFCEG), Amanda da Silva Leite (UFCEG)

Muitas modalidades de práticas esportivas e até brincadeiras lúdicas infantis são marcadas por classificação/divisão de gênero. No Brasil, por exemplo, em termos de percepção cultural o futebol, é visto como um esporte masculino e historicamente foi dominado pelos homens. Isso leva a um preconceito de gênero, arraigado numa mentalidade sexista do mundo. Atualmente, o futebol profissional feminino vem recebendo uma atenção maior por parte das instituições e entidades organizativas de práticas futebolísticas, no entanto, o futebol feminino ainda recebe menos investimento do que o masculino, isso pode causar a impressão de que é de menor qualidade ou menos importante. Então, cada vez que houver maior participação das mulheres em esportes visto socialmente como masculinos, essa situação será normalizado com o passar do tempo. Assim, uma dimensão da pesquisa visa refletir sobre as práticas esportivas futebolísticas de mulheres na cidade de Sumé-PB. Para isso, está sendo feito uma pesquisa de cunho etnográfico para vivenciar o dia-a-dia de treinos e investigar as formas de classificações de mulheres e homens nessa modalidade esportiva. Outra dimensão da pesquisa está relacionada a uma pesquisa realizada sobre a construção social das masculinidades através de atividades lúdicas infantis na cidade do Recife-PE. Para interpretar e mergulhar numa dada realidade sociocultural partimos do seguinte questionamento: por que não procurar a complexidade das relações de gênero dentro de espaços de sociabilidades que, de certa forma, sedimenta a nossa forma de pensar, agir, compartilhar, subjetivar os significados do que é cotidianamente vivido? Entendemos que a formação dos gêneros está intimamente relacionado à tentativa de compreender as relações entre o masculino e o feminino, caracterizadas pela diferença dos gostos, preferências, comportamentos e atitudes de cada sexo, por isso, é necessário entender os diferentes sentidos que são dados às ações de homens e mulheres. Em termos de referencial, utilizamos autoras(es) tais como: Vale de Almeida (1995), Connell (1997), Nascimento (1999), Medrado & Lyra (2002) entre outros. A interação direta com as pessoas que praticam ou praticaram práticas esportivas, tanto em Recife-PE como em Sumé-PB foram importantes para capturamos os sistemas de significação, fazem dos(as) participantes formadores de conhecimento e portadores de uma visão de mundo que inclui categorias de classificação utilizadas cotidianamente para distinguir, diferenciar, e (des) igualar coisas e pessoas. Trata-se de espaços de demarcação de fronteiras entre atividades consideradas masculinas e femininas, ou seja, instrumentos de (re) significação das formas de conceber as diferenciações entre os gêneros. Palavras-chave: Gênero; Corporeidade; Linguagem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_602_06049201_434256.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Futebol LGBTQIAPN+ brasileiro: rupturas e continuidades na dicotomia de gênero no esporte

Vanrochris Helbert Vieira (INCT)

No Brasil, o primeiro time de futebol amador composto apenas por pessoas LGBTQIAPN+ surgiu em 1990. No entanto, nessa época, esse movimento era composto apenas por homens gays e bissexuais, tendo sido chamado de futebol gay”. Em 2017, houve um boom na criação de times pelo país. Nesse mesmo ano, foi criada a liga nacional (LiGay) e o campeonato nacional (Champions LiGay) desses times. Em 2022, a LiGay passou a adotar oficialmente o termo futebol LGBTQIA+ e abriu-se para a participação de quaisquer pessoas LGBTQIAPN+. Apesar disso, percebe-se que ainda persiste a presença quase exclusiva de homens gays nesses times, com uma participação praticamente inexistente de mulheres nos campeonatos. Para entender esse contexto, é preciso observar que a dicotomia de gênero no esporte é tradicionalmente defendida para garantir uma suposta igualdade de condições para jogadoras e jogadores. Além disso, no contexto de inserção no futebol, homens e mulheres não heterossexuais têm tido trajetórias muito distintas no Brasil. Enquanto o acesso ao esporte tem sido sistematicamente negado aos homens não heterossexuais, as mulheres não heterossexuais têm sido parte importante da construção desse esporte desde que a proibição da sua prática por mulheres foi suspensa, na década de 1970. Assim, é preciso entender se a ideia de um futebol LGBTQIAPN+ faz sentido para jogadoras mulheres assim como faz para homens. Tendo em vista esse cenário, é possível concluir que o futebol LGBTQIAPN+ carrega potencialidades para a diminuição da dicotomia de gênero no esporte. No entanto, apesar de fazer movimentos tímidos nesse sentido, percebe-se que essa dicotomia persiste mesmo dentro do futebol LGBTQIAPN+.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O futebol virou questão social": etnografando coletivos LGBTQI+ de futebol durante a pandemia

Wagner Xavier de Camargo (UNICAMP)

A etnografia com coletivos de pessoas LGBTQIA+ que praticam futebol society se converteu em uma etnografia digital a partir da declaração da OMS sobre a pandemia do coronavírus, no início de 2020. A pesquisa antropológica então em curso, que ocorria em competições esportivas in loco, acabou se tornando uma peregrinação pelo meio digital, que acompanhava perfis individuais e de clubes esportivos no intuito de entender como tais agentes lidavam com o futebol em tempos pandêmicos. A proposta deste texto é dialogar com os lugares possíveis de produção e aparecimento destes futebolis (as redes sociais), no período de quase dois anos, e discutir como se redimensionaram nestes não-lugares (Marc Augé). Além disso, este texto dialoga criticamente com a ideia de futebol como questão social, inaugurada no contexto brasileiro neste período pandêmico por eles como algo novidadeiro e inédito.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Torcedoras-símbolo, relações étnico-raciais e de gênero no futebol: o caso da Nega Brechó

Yordanna Lara Rêgo (UFG)

Este ensaio propõe uma reflexão antropológica sobre os limites e possibilidades de aplicação da categoria de representatividade para a compreensão das identidades étnico-raciais e de gênero em Goiânia/GO, capital do Estado de Goiás.

Tendo como pano de fundo a História e a Antropologia do Esporte no Brasil (com destaque para o Futebol) e a História das Mulheres em Goiás, e por meio do aparato teórico/metodológico da interseccionalidade, proposto pela teoria feminista negra, este ensaio propõe um diálogo direto com a produção dos antropólogos do esporte Simoni Lahud Guedes e Édison Gastaldo e do sociólogo Adilson José Moreira. Em termos empíricos, este trabalho estuda a representação da figura da torcedora símbolo do Vila Nova Futebol Clube, Nega Brechó, no documentário *A cor da liberdade é vermelho e branco - Vila Nova Futebol Clube*, de 2018. O trabalho destaca dois elementos considerados fundamentais na compreensão da complexidade do que a figura da Nega Brechó representa no imaginário goiano, em termos de relações étnico-raciais e de gênero: seu apelido e a aura de respeitabilidade construída ao seu redor.

GT 065: Igualdade jurídica e de tratamento: etnografias de narrativas, produção de provas, processos decisórios e construção de verdades

A proposta deste GT é acolher pesquisas empíricas, especialmente etnográficas, a fim de promover discussões teórico-metodológicas voltadas para concepções de igualdade jurídica e de tratamento no sistema de administração de conflitos brasileiro, com destaque para o sistema judicial. A utilização do método comparativo em análises de diferentes sistemas nacionais e/ou internacionais será bem-vinda. Pesquisas em antropologia do direito têm identificado que é frequente, em tribunais brasileiros, a utilização de distintos critérios na condução de procedimentos semelhantes, bem como não serem raras instabilidades semânticas relativas a aspectos processuais centrais, como a produção e a análise de provas. Elas têm constatado confrontos entre diferentes concepções de igualdade e percebido que eles acentuam a percepção de arbitrariedades nos desfechos das causas, fazendo com que o sistema de justiça seja questionado ao apresentar e impor seus resultados. Assim sendo, este GT privilegiará trabalhos, preferencialmente etnográficos, voltados para a descrição densa de práticas e concepções de atores sociais engajados em dinâmicas como: 1) produção de provas judiciais, 2) construção narrativa de fatos e seu registro em peças judiciais, 3) formação da convicção de juízes(as) e/ou jurados(as), 4) disputas argumentativas em que sentidos e juízos morais compõem decisões judiciais, 5) práticas judiciais e extrajudiciais operantes em diferentes instâncias do sistema de justiça.d

Coordenação

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP), Regina Lúcia Teixeira Mendes da Fonseca (In)

Debatedor(a)

Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrativas étnicas em um tribunal do júri em Mato Grosso do Sul: a produção narrativa de identidades e experiências

Asher Brum (UFMS), Bárbara Ferreira Ávila do Carmo (UFMS)

Nosso objetivo é analisar o tribunal do júri e os autos processuais relacionados a um caso de feminicídio indígena ocorrido em uma aldeia no território guarani tradicional, em Mato Grosso do Sul. A vítima trata-se de uma liderança indígena feminina do povo Guarani Ñandeva (tupiguarani). A mulher assassinada era uma rezadora. Foi alvejada com disparos de revólver por dois homens encapuzados nos fundos de sua casa, onde estava com seu filho. Um dos acusados, um homem da mesma etnia e morador da mesma aldeia que a vítima, foi levado ao tribunal do júri sob a acusação de feminicídio. Nosso intuito é observar os autos processuais e o tribunal do júri referentes a esse caso para evidenciar como se dá a construção da vítima por meio de narrativas diversas: o boletim de ocorrência, as falas dos personagens no tribunal do júri, o depoimento do réu e das testemunhas etc. Argumentamos que as diferentes narrativas construídas em relação à vítima apresentam o eixo étnico como elemento norteador, aspecto estabelecido pelo laudo antropológico inserido no processo e que foi articulado de diferentes formas pela defesa e pela acusação. Baseamos nosso argumento no conceito de identidade narrativa, formulado por Paul Ricoeur, em "Tempo e narrativa". De acordo com o autor, a identidade é construída por meio de histórias narradas. No caso que observamos, há uma disputa narrativa em torno da construção da identidade da vítima, fazendo surgir múltiplas identidades. Olhar para as construções narrativas sobre a vítima em diferentes registros nos ajudam a perceber como experiências culturais se traduzem em narrativas no tribunal do júri, tal como demonstrou Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer, em "Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri". A metodologia será etnográfica. Em um primeiro momento, utilizaremos a etnografia de documentos para analisar os autos processuais do caso e, em um segundo momento, nos apoiaremos na etnografia de narrativas para descrever as construções narrativas sobre a vítima no tribunal do júri, evento que representa o desfecho do processo. Este trabalho apresenta os primeiros resultados de uma pesquisa em andamento que iniciamos em 2023.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_214_71463471_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma comparação entre a produção de provas em um julgamento por um Tribunal do Júri estadual (SP) e em um julgamento por um Tribunal do Júri federal (PR)

Beatriz Reato Bourdon (FFLCH-USP), Júlia Mamoré Di Nucci (FFLCH)

Este trabalho se embasa em duas pesquisas de iniciação científica (IC), em curso, inseridas em um projeto maior intitulado Conhecendo o Tribunal do Júri Federal brasileiro, resultante de uma parceria entre o Núcleo de Antropologia do Direito da Universidade de São Paulo

(NADIR-USP) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Tal projeto parte da constatação de que, sendo poucos os estudos sobre o Júri federal no Brasil e também pouco acessíveis informações e dados sobre seu funcionamento e resultados, cabe conhecê-lo, de modo sistemático, detalhado e analítico. Nossas ICs se situam na etapa exploratória desse projeto, cuja meta é investigar e mapear, a partir de dados disponíveis nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), na mídia, em sites e em produções acadêmicas, informações sobre casos julgados por Júris federais, entre 01/1989 a 12/2022. O que propomos, a partir de um recorte de nossas ICs, é uma comparação entre um caso julgado por um Tribunal do Júri federal e um caso julgado por um Tribunal do Júri estadual, a fim de analisarmos diferenças relativas a provas judiciais produzidas nos plenários de um e de outro. O Júri federal, a que assistimos, on-line, de 18 a 21/09/2023, se referia ao homicídio de um agente penitenciário federal, em Catanduvas/ PR, a mando do PCC. O Júri estadual, que acompanhamos, presencialmente, no Fórum Criminal de São Paulo/SP, em 05/10/2023, dizia respeito a uma tentativa de feminicídio. Essa comparação sugere que, no Júri Federal, provas mais robustas são produzidas em plenário, dentre outros motivos e situações, quando agentes federais estão nas posições de acusados ou de vítimas e porque a Polícia Federal, uma vez acionada, trabalha com mais recursos do que as Polícias Civil, Militar e Científica estaduais. Tais hipóteses surgiram das etnografias que realizamos nos dois julgamentos e de neles termos percebido diferenças significativas entre a quantidade e a qualidade dos laudos periciais realizados e apresentados aos jurados, bem como entre as provas testemunhais produzidas nos plenários. Sem a pretensão de, a partir de apenas dois casos, concluirmos algo mais sólido, esperamos contribuir para os debates do GT contrastando aspectos das facetas federal e estadual de uma mesma instituição do sistema de justiça brasileiro (o Tribunal do Júri) e pensando suas implicações para a igualdade jurídica, de tratamento, processos decisórios e de construção de verdades.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_763_12859598_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tutela coletiva e atuação cível do Ministério Público: uma análise de processos de inclusão e exclusão discursiva por meio das noções de tutela, hipossuficiência e dádiva.

Carolina Penna Nocchi (Ministério Público Federal - MPF)

O paper aborda as noções de hipossuficiência, tutela e dádiva como categorias relevantes para reflexão sobre a atuação cível do Ministério Público no âmbito da tutela coletiva de direitos de comunidades tradicionais. O trabalho tem como referência pesquisa etnográfica de mestrado (Programa de Pós-Graduação em

Direito da UnB) realizada em 2022 e 2023 na Procuradoria da República no Distrito Federal (MPF), com enfoque em dois casos específicos. Um acompanha ação judicial proposta pelo MPF, por meio da qual uma área, o

Santuário Sagrado dos Pajés, em Brasília/DF, foi reconhecida como terra indígena; e outro acompanha a repercussão para os direitos de uma comunidade cigana no DF do aprisionamento indevido de sua liderança. A atuação cível do Ministério Público em relação a comunidades tradicionais está inserida na área do direito

do processo coletivo, que ganhou força com Constituição de 1988 e na qual o Ministério Público ocupa papel central. A atuação quanto a direitos coletivos é identificada pela categoria nativa de tutela coletiva. A análise da participação do MPF nos casos joga luz na característica tutelar da atuação do Ministério Público, que age amparado tanto na ideia de hipossuficiência, que estrutura a função institucional do órgão, como também, paradoxalmente, no discurso de respeito ao ponto de vista dos envolvidos, sendo tal atuação tensionada pelo protagonismo das comunidades. Isso resulta tanto na dissintonia entre o discurso e a prática institucional do MPF, como também em processos de exclusão e inclusão discursiva das comunidades tradicionais ao longo do processo de administração do conflito. É necessário levar em conta, ainda, que essas dinâmicas são permeadas por relações estabelecidas mais em uma lógica maussiana de dádiva do que em uma lógica contratual, utilitarista, de equivalência perfeita e imediata. Os atos identificados como de exclusão discursiva, em que o MPF não levou a sério o ponto de vista expressado pelas comunidades, além de resultarem em experiências de vivência de cidadania inferior, também não contribuíram para a administração dos conflitos, que se desdobraram em mais incidentes. Por outro lado, a reação das comunidades e a resposta dada pelo MPF em algumas situações levou a vivências de inclusão discursiva, em que o diálogo mais substantivo ocorreu, permitindo-se um melhor endereçamento das demandas de direitos das comunidades e contemplando-se a dimensão do reconhecimento. Identificar e compreender os processos de inclusão e exclusão discursiva e como a tutela, hipossuficiência e dádiva pautam esses processos mostra-se importante, portanto, para entender as dinâmicas da administração do conflito e como se dá a vivência da cidadania pelas populações tradicionais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_462_91249770_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Um pau-de-arara do século XXI": uma etnografia do percurso político-jurídico da delação premiada no Brasil

Ciméa Barbato Bevilaqua (UFPR)

Este trabalho aborda transformações associadas ao transbordamento de normas legais e práticas processuais entre sistemas jurídicos. Embora o impulso expansionista de formas jurídicas, usualmente em condições políticas assimétricas, não seja de modo algum um fenômeno novo, parece haver qualidades específicas no modo como a propagação de conceitos, normas e procedimentos processuais tem ocorrido no presente, em particular no que se refere ao alastramento global, a partir da década de 1990, de mecanismos de perseguição penal característicos do direito anglo-saxão notadamente o instituto da plea bargaining, ou colaboração premiada. Tomando como referência o caso brasileiro, a etnografia segue inicialmente o percurso legislativo que deu origem à Lei 12.850/2013, que dispôs sobre a

celebração de acordos de colaboração premiada em inquéritos e processos criminais, atentando às referências, justificativas e expectativas então presentes no debate parlamentar em relação aos seus efeitos. Em seguida, aborda julgamentos do Supremo Tribunal Federal que colocaram em debate, inicialmente, a natureza jurídica da colaboração premiada e, em seguida, impasses decorrentes da proliferação desse instituto, que teria se transformado, nas palavras de um dos ministros da corte, em um instrumento de verdadeira tortura psicológica, um pau de arara do século XXI, para obter provas contra inocentes. A justaposição desses dois momentos da trajetória da delação premiada no sistema de justiça brasileiro leva a considerar como a propagação e recombinação de formas jurídicas desencadeia rearticulações conceituais e práticas nos sistemas específicos em que esses institutos passam a agir, com efeitos até certo ponto imprevisíveis e incontrolláveis. Ao mesmo tempo, coloca em questão os próprios limites, desde sempre problemáticos, das fronteiras nacionais do (e no) direito.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Se o senhor ex-presidente começar neste tom comigo a gente vai ter problema". O gaslighting jurídico no interrogatório do sítio de Atibaia

Eduardo Parreira da Silva (Capes)

O objetivo da proposta do presente trabalho é realizar uma análise antropológica da comunicação jurídica sobre o interrogatório do Presidente Lula na 13^a Vara Federal de Curitiba, em 14.nov.2018, na ação penal do sítio de Atibaia (autos nº 502136532.2017.4.04.700) na Operação Lava Jato. Esse processo de ampla repercussão midiática evidencia alguns aspectos relevantes sobre o funcionamento e lógica do sistema judiciário brasileiro, muito deles já trabalhados pela Antropologia Jurídica e pelo Direito no Brasil, tais como a inquisitorialidade, o insulto moral e verbal, os princípios cismáticos, a busca pela verdade real, a valorização do conteúdo moral em detrimento dos elementos técnicos na formulação dos julgamentos etc. Meu intento consiste em propor uma leitura complementar e alternativa a respeito dos aspectos antropológicos e sociológicos que o referido interrogatório suscita: a imposição aos jurisdicionados de um cenário enunciativo de violência processual que denomino temporariamente de gaslighting jurídico. Ele corresponde a um elemento etnocêntrico de interferência na atuação em fala, ocorrido num momento de disputa que visa enquadrar os enunciatos e as pessoas dentro de uma relação interativa assimétrica e patêmica, cuja aplicação dos atos de predominância exacerbam o uso das prerrogativas dos agentes de direito e descambam para o exercício do gaslighting jurídico. Isso tem enorme repercussões no cerceamento de direitos e condução viciosa das narrativas e atuações. Trata-se de um elemento que tem fortes consequências na gestão da liberdade de expressão e de manifestação dos indivíduos e de colonização discursiva. Trata-se de uma pesquisa de natureza coletiva e

interdisciplinar que temos desenvolvido no âmbito do PPGA/UFF, NUFEP/UFF e InEAC/UFF.

Palavras chave: Etnografia da Comunicação. Análise da Conversa. Antropologia Jurídica

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Múltiplos agentes, múltiplos juízes: a discricionariedade da figura policial

Isabella Markendorf Marins (funda)

O presente trabalho busca abordar, mediante análise bibliográfica, jurisprudencial e entrevistas semiestruturadas, como o processo penal brasileiro não possui tão somente um juiz, mas diversos, uma vez que são tomadas decisões ao longo de todo o curso processual por policiais na cena do crime, por peritos, delegados, o Ministério Público, para, finalmente, chegar às mãos do juiz. Esse, pega o caso já embebido de tomadas de decisões diversas, as quais, se feitas de outra forma, poderiam mudar totalmente o curso do caso. Nesse sentido, será destacada a figura do policial militar ou civil - como também o perito, que no estado fluminense configura agente da polícia. Busca-se demonstrar que, ao efetuar um flagrante, um boletim de ocorrência ou uma cena de local de crime, o membro da instituição toma decisões que dificilmente serão alteradas quando iniciado o inquérito policial. Ao, por exemplo, decidir se uma pessoa possui quantidade de drogas que pode classificá-la como usuária ou traficante, o policial efetua um juízo de valor que pode liberar o próprio indivíduo no momento do flagrante, ou levá-lo até a delegacia, seja para assinar o termo, seja para ser autuado como varejista. Essas decisões tomadas por esses agentes muito dificilmente, como é observado pela metodologia, são alteradas pelo Delegado que, ainda por cima, também é capaz de determinar o crime que deseja imputar, funcionando, mais uma vez, como um juiz que toma decisões pré judiciárias. O presente resumo anseia, em seu artigo final, apontar para como é necessário repensar a instituição policial como um todo, em que esses devem funcionar como agentes que não tomam decisões totalizantes, mas conduzem os atos considerados criminosos de modo a que o juiz tenha todas as versões possíveis ao tomar suas decisões.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o réu emocionalmente instável, descontrolado e a possibilidade de recuperação do viciado: as decisões de internação de pessoas usuárias de drogas nos manicômios judiciais de São Paulo

Mariana Celano de Souza Amaral (USP)

Inseridos no complexo de espaços regulados pelo sistema de justiça criminal, os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico abrigam aqueles lidos como loucos-infratores. Tais instituições antes denominadas de manicômios judiciais se configuram como híbridos: ao mesmo tempo em que se diferenciam dos hospitais psiquiátricos e das prisões, combinam de maneira particular características de ambos (CARRARA, 1998). Investigações desenvolvidas recentemente sobre essas instituições no Estado de São Paulo (MALLART, 2019; BARROS, 2018) apontam que, nos últimos anos, houve um aumento no número de pessoas usuárias de drogas acusadas ou sentenciadas pelo cometimento de crimes cumprindo uma medida de segurança de internação. Nessa modalidade de responsabilização, essas pessoas são

encaminhadas aos hospitais de custódia sem previsão máxima de tempo de permanência dentro da instituição. Partindo de tais constatações, a comunicação apresentará os resultados parciais de pesquisa de mestrado que investigou como os magistrados(as) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo tem decidido pela medida de segurança de internação nos casos de pessoas usuárias de drogas. A leitura, releitura e posterior sistematização de 100 sentenças proferidas entre 2010-2011 e 2020-2021 buscou ressaltar, à luz da problemática da pesquisa, aquilo que chama a atenção nesses documentos, identificando o que se repete, bem como aquilo que é pouco mencionado, num exercício de aproximação etnográfica com o material (VIANNA, 2005). Foi possível identificar quais os diferentes argumentos mobilizados por juízes e juízas nesses casos para justificar a internação, o que ajuda a revelar como determinadas construções jurídicas se articulam com construções morais e vinculadas ao campo médico. As operações que se desdobram nas sentenças parecem, por um lado, produzir ou reproduzir um lugar social específico para as pessoas usuárias de drogas o do sujeito perigoso, incontrolável e incurável, ao mesmo tempo em que reposicionam o lugar dos manicômios na sociedade como espaços necessários para tratar casos graves. Jogar luz em tais engrenagens ajuda a ampliar a compreensão sobre as formas contemporâneas de gestão e de controle das pessoas pretas e pardas, e como o judiciário tem despontado como ponto focal de articulação desse processo que envolve desde a polícia, até as instituições de confinamento como manicômios, prisões, hospitais psiquiátricos e comunidades terapêuticas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Toques em partes íntimas da vítima são ou não suficientes para consumir o delito de estupro de vulnerável?”: Produção probatória, controvérsias sobre tipificação e seus efeitos em processos judiciais

Patrícia Marcondes Amaral da Cunha (Prefeitura Municipal de Florianópolis)

Em 2009, importantes mudanças em relação aos crimes sexuais ocorreram na legislação brasileira, como a redefinição do crime de estupro e a criação de um tipo penal denominado estupro de vulnerável. Ambos passaram a configurar um tipo penal misto, incluindo a conjunção carnal e outros atos libidinosos. Contudo,

em casos de estupro de vulnerável, que tem como sujeito passivo crianças e adolescentes abaixo de 14 anos e outras pessoas em situações de vulnerabilidade como a deficiência, a adoção do princípio da presunção absoluta de violência fez com que a presença de violência ou grave ameaça se tornasse irrelevante para

caracterizar tal tipo penal. Nesse sentido, a condenação pelo crime de estupro, com previsão de penas elevadas (8 a 15 anos de reclusão), pode se dar sem a presença de vestígios físicos, pautando-se a materialidade do crime apenas nas provas testemunhais. Instigada pela pergunta do Procurador de Justiça no título deste trabalho, parto da etnografia de dois processos judiciais de estupro de vulnerável em contexto intrafamiliar que tramitaram num Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Grande Florianópolis entre 2014 e 2015 para analisar três aspectos: 1. As estratégias probatórias acionadas pelos operadores do Sistema

de Justiça (na fase inquisitorial e judicial, na primeira instância / em grau de recurso) diante

de acontecimentos, falas e o que é registrado (ou não) nos autos; 2. As controvérsias em torno dos critérios para estipular as fronteiras entre atos libidinosos e outros atos de cunho sexual incluídos nas contravenções penais (ex. importunação ofensiva ao pudor e a perturbação de sossego) e das operações discursivas de desclassificação do estupro de vulnerável para a modalidade tentada, sob o argumento de que não houve conjunção carnal, mas apenas atos libidinosos; 3. Os efeitos dessas estratégias e dessas controvérsias nos desfechos dos processos. A relevância dessa discussão se deve ao fato de que, a depender de estarmos diante de crimes ou contravenções penais, estão em jogo não somente as penalidades, mas também prazos prescricionais variáveis. Assim, entender essa embricada relação que envolve a construção da prova na interação entre os protagonistas crianças e adolescentes e os operadores de justiça; a tipificação designada; e as temporalidades se tornam cruciais para a descrever a capacidade do Sistema Criminal de Justiça detectar, processar e, eventualmente, punir esses tipos de delito, sobretudo levando em conta o tempo médio de três anos e meio entre o registro do boletim de ocorrência e o julgamento do caso. Demonstra-se, portanto, que as mudanças na lei são somente um dos vieses de transformação quanto ao tratamento dado a esses crimes pelo sistema.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_674_82078638_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Como julgar um serial killer: formação de alianças e tradução de modos de existências no julgamento do Maníaco do Parque

Pedro Henrique Barbosa Borda (FFLCH)

O objetivo deste trabalho é recuperar os argumentos apresentados no julgamento do Maníaco do Parque para investigar as conexões parciais entre as diferentes entidades envolvidas na condenação de Francisco e o tipo de aliança que se estabeleceu ali. Esse trabalho é resultado de uma tentativa de interpretação das transformações do serial killer ao longo desse percurso técnico-científico-jurídico pelo qual ele circula, tomando o julgamento do Maníaco como um caso paradigmático nesse sentido. Se a tradução de um objeto científico comporta sempre uma mudança de termos, a tarefa das entidades envolvidas nessa diplomacia entre diferentes modos de existência, é encontrar uma linguagem interessante (CALLON, 2020) para o direito e para a ciência, qualificada a operar uma negociação (LATOURETTE, 2017, 2019) capaz de determinar formas provisórias e heterogêneas de lidar com o problema duplamente jurídico e científico do assassino em série. No Júri, a questão seria em torno do grau de normalidade de Francisco. Uma vez que a defesa tinha diante de si um réu confesso, não seria possível defendê-lo por meio de uma negação dos crimes. Para o promotor, Edilson Bonfim, o desafio era explorar as falhas e controvérsias envolvendo os laudos, o que exigia uma nova arquitetura, capaz de dar conta de um problema tão excepcional e sombrio. Ele deveria estar apto a questionar as avaliações de peritos que sugeriam uma outra punição, baseada no argumento da inimputabilidade. Tais debates evidenciam um balanço de forças diferente daquele que observamos nos julgamentos de Febrônio Índio do Brasil e Benedito, por exemplo. Enquanto a legislação da época tornou

possível a internação de Febrônio no primeiro Manicômio Judiciário brasileiro, sob as recomendações dos médicos da época, o caso do Maníaco do Parque seria atravessado por uma série de discussões entre as teorias do Primeiro Mundo e a legislação atrasada, nas palavras da promotora. Assim, argumento que o julgamento e a condenação de Francisco têm efeitos importantes na operacionalização do assassino em série por meio do estabelecimento de uma nova trajetória possível para esses crimes no sistema penal brasileiro e também nas pesquisas científicas brasileiras sobre o tema.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_088_82416347_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fazendo perícia em Antropologia no MPF: transformações institucionais e reconhecimento de direitos socioculturais

Raphael Frederico Acioli Moreira da Silva (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL)

A apresentação consiste no relato da experiência do autor como chefe da equipe de peritos em Antropologia no Ministério Público Federal (MPF), de 2018 até o presente. Partindo da trajetória do espaço profissional da Antropologia na instituição, a apresentação visa debater as alterações administrativas ocorridas internamente, do desligamento funcional da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão para a inserção na Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise. Pretende-se analisar o quanto essas alterações significam tanto para as condições de atuação profissional em Antropologia dentro da instituição, como para os seus reflexos no contexto do MPF no sistema de justiça brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_139_01137227_259944.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Esforços técnicos e maquínicos de sedimentação da jurisprudência nacional: a democratização e a segurança jurídica na era dos dados e das ferramentas digitais

Sara R. Munhoz (UNICAMP)

Ao lado dos clamores por aceleração das práticas judiciais, a ânsia por segurança jurídica, manifestada na previsibilidade, coerência e estabilidade das decisões dos tribunais, apresenta-se como índice elementar à efetivação de uma justiça democrática. Este trabalho discutirá como a democratização da justiça tem sido imaginada e experimentada contemporaneamente, quando ferramentas digitais variadas, em especial as que envolvem inteligência artificial (IA) passam a fazer parte das rotinas técnico-administrativas dos tribunais, comparando, classificando e agrupando documentos de maneira automatizada sob o pretexto de encontrar, neles, semelhanças e padrões que a atenção humana não seria capaz, por si só, de identificar em tempo e com custos viáveis. A apresentação privilegiará a descrição etnográfica das promessas imaginadas e os usos efetivos dessas ferramentas em uma das cortes mais importantes do país, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), responsável por uniformizar a interpretação da legislação nacional infraconstitucional, divulgando uma jurisprudência suficientemente pacificada, previsível e eficaz. Ademais, serão discutidos alguns dos recentes esforços de inovação e de regulação promovidos pelo poder legislativo e por órgãos como o Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) que afetam muito diretamente as rotinas e procedimentos adotados pelo STJ particularmente os referentes às potencialidades e aos riscos dos usos de IA nos modos de se ver e de se fazer jurisprudência. Ao optar por uma atenção aos setores técnico-administrativos do Tribunal e às iniciativas que transformam e regulam suas práticas cotidianas a partir de uma abordagem inspirada nos Estudos da Ciência e da Tecnologia, a etnografia dilata o escopo das discussões a respeito da construção da igualdade jurídica e de tratamento, incluindo na análise discretos procedimentos maquínicos e humanos conduzidos longe das salas de julgamento, mas que impactam enormemente nas possibilidades de construção da estabilidade semântica almejada pelo sistema de justiça nacional.

GT 066: Imagens emergentes: antropologia e (re)montagens de arquivos audio-visuais

O GT busca reunir pesquisas que tem debruçado sobre os modos de reinvenção de arquivamento, circulação e produção de imagens e sons como agentes produtores de territórios existenciais, memória e imaginação política. Nesse GT, acolheremos discussões teórico-metodológicas que evidenciam a criação de arquivos emergentes e contra-arquivos fotográficos e audiovisuais como formas de resistência e de (re) montagens de histórias. Em tempos de acúmulos de arquivos empoderados como os da "ciência", ou de "arquivos ordinários" - que por vezes se confundem como amontoados de descartes anônimos, "arquivos órfãos" (Bruno 2016; 2019) -, a intenção é problematizar os destroços, os restos e os "inarquiváveis" (Mbembe, 2002). Os arquivos são, como ressalta Georges Didi-Huberman, "uma massa geralmente inorganizada de início – que só se torna significativa ao serem pacientemente elaborada" (Didi-Huberman, 2012). E a remontagem de imagens é capaz de provocar reconexões entre os tempos da história e os desejos de formar outros "arquivos do futuro" (Guarín e Cabrera, 2020). O GT enseja problematizar a "montagem" e "remontagem" de imagens e sons como territórios vivos, de conhecimento e entrelaçamentos entre antropologia e ciência pública. Enseja-se ainda debater trabalhos que se dediquem a produções indígenas, quilombolas, afrolatinas, LGBTQIA+, entre outros coletivos e corpos plurais, que se aliem aos audiovisuais para repensar a história e mostrar outros modos de existir e re-existir.

Coordenação

Fabiana Bruno (IFCH-Departamento Antropologia/ LA'GRIMA), Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Inverter o Olhar: Antropologia fílmica e compartilhada na associação de deslocados Prédio Argentina no município do Cairo, Valle do Cauca, Colombia.

Alejandro Escobar Hoyos (UFRJ)

A presente pesquisa procura pensar o fazer fílmico e etnográfico compartilhado na associação de deslocados Prédio Argentina no município do Cairo, Valle do Cauca, Colombia. Esta.

Pesquisa procura pensar minha relação desde a graduação, com os irmãos Sanchez Javier e Andrés os quais me convidaram para participar do documentário Recampesinização (2018) o qual com o tempo se torno um objeto de estudo para entender o processo de voltar ao campo e sua representação em imagens. Também neste trabalho procuramos pensar o documentário etnográfico Doña Consuelo (2023) o qual faz parte de uma série de trabalhos que utilizam a imagem como estratégia para produção, divulgação e circulação de experiências individuais e coletivas. Como, por exemplo, muralismos, ensaios fotográficos e em especial, a produção audiovisual como forma de representar e visibilizar a comunidade. Desta forma a presente pesquisa de longa duração com diferentes análises sobre o processo de voltar ao campo o qual deu início com o documentário Recampesinização (2018) deu continuidade no mestrado em antropologia social no UFRN pretende ser continuada no doutorado em sociologia e antropologia da UFRJ. Esta pesquisa procura pensar minha experiência com a comunidade e o fazer fílmico como também procura ressaltar a importância sobre a antropologia compartilhada. O que nos leva a pensar em Jean Rouch e por conseguinte nas propostas da antropóloga cineasta Colombiana Marta Rodriguez. A proposta desses autores reconhece a interação entre realizador e a comunidade filmada. Desta forma minha relação com os irmãos Sanchez é constante estamos em diálogo na busca de produzir matérias para visibilizar a comunidade de forma horizontal e dialógica. Desta forma cabe pensar o filme Doña Consuelo como um resultado de pesquisa, mas também como um produto do continuo relacionamento como a comunidade. Neste filme Javier Sanchez em voz em off comenta a premiação que obtive o filme Recampesinización como melhor filme documentário e a menção da contribuição para o debate sociológica da mostra NUPEPA da USP. Além de disto neste trecho o próprio Javier comenta sobre a realização do filme Recampesinización, apresenta sua mãe Consuelo e também menciona o empreendimento da família de plantas medicinais e azeites essenciais chamado SABEAE” . Este empreendimento resalta a proposta política de luta pela terra e permanência no campo. Neste sentido, a antropologia, etnografia, e o filme pode ser o resultado da interação de personagens, do diretor com a câmera e os seus colaboradores que produziram uma realidade fílmica. Por este motivo os personagens poderiam influir no destino dos filmes já que era por todos compartilhado enquanto uma criação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_869_55307679_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Furusato - Um lugar para voltar: relatos da produção de um documentário compartilhado junto à comunidade japonesa de Ivoti (RS)

Alexsânder Nakaóka Elias (Pesquisador)

O presente trabalho pretende expor o processo de produção do documentário intitulado Furusato: Um lugar para voltar, atualmente na etapa de montagem e edição, que estou realizando juntamente com interlocutoras/es associadas/os à Colônia Japonesa de Ivoti, no Rio Grande do Sul. O projeto para este curta-metragem, por mim dirigido, foi contemplado com uma verba da Lei Paulo Gustavo de incentivo à cultura, e conta com a participação, na equipe de produção, de interlocutoras/es que permitiram que eu realizasse minha primeira pesquisa de pós-doutorado, Por uma Antropologia da Montagem: narrativas e grafias nikkeis, vinculada ao

Núcleo de Antropologia Visual (Navisual) da UFRGS, entre 2021 e 2023, com auxílio de uma bolsa do CNPq (PDJ). Ao longo dos quase dois anos de convívio com essa comunidade japonesa, estabeleci intenso diálogo e, mais importante do que isso, fortes laços de afeto e amizade, como por exemplo com Iaioi sensei, minha professora de nihongo (língua japonesa), uma interlocutora privilegiada (Turner, 1967; Bateson, 1942; Wagner, 1975, Nakaóka Elias, 2018, 2019) que me apresentou às/aos demais integrantes da equipe e às pessoas da colônia, como, por exemplo, ao seu filho Anthony Massayoshi Tao (produtor, interprete e tradutor do projeto) e ao amigo Marco Ushida (produtor e tradutor). Seguindo a trilha iniciada por Jean Rouch (1952, 1955, etc.) e tendo como inspiração o fecundo projeto Vídeo nas Aldeias (Carelli e Valadão, 1986), a intenção, portanto, será a de realizar uma antropologia audiovisual compartilhada stricto sensu, relatando verbo-visualmente os processos de elaboração, produção e finalização do projeto, com suas idiossincrasias, (muitas) tensões e, especialmente, momentos de partilha.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_065_12791253_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A imagem como um dispositivo mnemônico: processos de recepção, restituição e devolução de um acervo imagético de atingidos por barragem na Paraíba.

Bernardo Américo Batista Tavares (UFPB), Lara Santos de Amorim (UFPB)

Esse trabalho decorre dos resultados obtidos por meio de um projeto extensionista de Antropologia Visual realizado na Universidade Federal da Paraíba, bem como a pesquisa empenhada por mim para o trabalho de conclusão de curso (TCC) em antropologia entre os anos de 2020 a 2023, ambos orientados pela professora Lara Amorim (UFPB). A partir disso, foi realizado o processo de organização de um acervo fotográfico sobre a experiência de atingidos por barragem na Paraíba, a partir do qual foi possível catalogar quatro coleções fotográficas de maneira colaborativa. Trata-se de ação etnográfica realizada com moradores das comunidades do Cajá e Pedro Velho, localizadas respectivamente nos municípios de Itatuba e Aroeiras, no estado da Paraíba, bem como com o Movimento de Atingidos por Barragem na Paraíba (MAB-PB). A dinâmica proposta a partir do projeto extensionista fez com que se construísse em torno de cada fotografia da coleção, uma rede de memórias, revelando uma experiência da memória coletiva comum entre os atingidos por barragens. Portanto, o sentido que se articula sobre a fotografia vai além de identificar um lugar físico, geográfico que foi atingido pela barragem, mas desencadeando um processo mnemônico afetivo e familiar, que interessa a elas/eles responderem: Quem são as pessoas que aparecem nas fotografias? De quem elas eram tias, sobrinhas, netas, filhas? De quem eram essas casas? De quem era o filho do dono dessa casa? Deste modo, partindo de uma proposta metodológica da antropologia visual, busca-se refletir como a imagem é articulada enquanto forma de mobilização social e política de memória, envolvendo práticas de restituição e devolução de fotografias em diferentes suportes (banners, hipermídia, instagram) para as comunidades atingidas e os movimentos sociais. E considerar também as dinâmicas mnemônicas afetivas, ou seja, como essas imagens são tomadas enquanto forma de representação do grupo coletivo, suas redes de parentesco, práticas tradicionais e experiências compartilhadas. Assim, este trabalho revela a importância de pensar

a etnografia como um lugar sensível para refletir sobre a imagem fotográfica, entendendo-a não como artefato isolado em si mesmo, mas como um dispositivo que carrega em si a expressão de memórias coletivas que envolvem afetos e experiências compartilhadas. Palavras-chave: Acervos e coleções imagéticas; comunidade de atingidos por barragem; memória coletiva.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens por vir: levantes e confluências para práticas de mundos

Carolina Noury (Esdi), Marina Sirito de Vives Carneiro (UERJ)

O colapso ambiental ameaça a existência da espécie humana, fazendo do planeta, um mundo-sem-nós, conforme indicam a filósofa Débora Danowski e o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro,(2017). Ao discorrerem sobre as causas (antrópicas) e as consequências (catastróficas) da crise planetária que vem se

desdobrando em escala mundial e em velocidade acelerada, os autores sinalizam que embora tenha começado conosco, muito provavelmente terminará sem nós. [...] Nosso presente é o Antropoceno, mas este tempo presente vai se revelando um presente sem porvir (p.20). Para pensar saídas para esse cenário e a possibilidade de criação de outros mundos, entendemos que é preciso

criar outras possibilidades de imaginar o futuro para além das perspectivas que podemos vislumbrar hoje - moldados por uma realidade achatada, em que simplificamos as narrativas lógico-formais à conceitos e enunciados que se esgotam em si mesmos (RODRIGUES, 2021, p.2). Narrativas essas, que produzem imagens

temíveis e terríveis do futuro, pautadas na armadilha de um destino comum e de um único ideal de desenvolvimento que abarca, para além de toda a humanidade, todas as outras formas de vida na terra. Diante da iminência do fim do mundo ou do

fim do futuro e do questionamento de nossas heranças alicerçadas no modernismo para podermos imaginar outros designs, nos questionamos: há designs por vir? Considerando a crítica ao capitalismo como insuficiente para dar conta das diversas crises que vivemos, torna-se imperativo o abandono da mitologia do progresso moderno. Para isso, entendemos que é preciso ampliar a

capacidade de imaginação para de fato construirmos outras saídas para as crises que nos assolam. Buscando pistas que nos ajudem a pensar outros futuros, encontramos nas imagens o potencial de mobilização de imaginários abertos, que agem como levantes capazes de colocar em diálogo outras cosmologias e outras possibilidades de habitar a terra, a partir de construções narrativas que nos permitam contar outras histórias de futuros que não nos parecem claros agora.

O futuro é ancestral, afirma Ailton Krenak. Não teremos futuro sem o resgate das cosmovisões sustentáveis do passado. Através das imagens que iremos apresentar propomos pensar em outros designs a partir da confluência e transfluência de saberes e de vidas que resistiram ao projeto aniquilador da modernidade e assim, praticar outros mundos com aqueles que têm se dedicado a suspender a queda do céu. Olhar para outras práticas como levantes contra a violência e a destruição vivenciada por diversos povos até os dias de hoje.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Produção discursiva de gênero em mídias digitais: transmasculinidades no Instagram

Carolina Vasconcelos Pitanga (UEMA)

O objetivo deste trabalho é identificar as produções discursivas sobre gênero apresentadas em perfis do Instagram, tendo como foco o conteúdo compartilhado por sujeitos que se apresentam como homens trans ou transmasculinos. Utiliza-se aqui a categoria de práticas discursivas, tendo como inspiração a leitura de excertos do livro de Michel Foucault, *Arqueologia do Saber*, que entende o discurso enquanto prática. No discurso entra em jogo uma série de saberes e poderes que constroem regimes de verdades e instituem posições para os sujeitos. A construção social e cultural do gênero pressupõe a valorização de feminilidades e masculinidades hegemônicas que simbolizam posições dentro da estrutura social do gênero. O caráter normativo das identidades de gênero hegemônicas é reiterado em mídias digitais, assim como são problematizados e questionados por pessoas e coletivos que utilizam a plataforma como espaço de comunicação e divulgação de ideias ligadas às pautas e reivindicações culturais e políticas, sobretudo, no que se refere à padrões de beleza e igualdade de gênero. Para alcançar os objetivos, buscou-se embasamento teórico a partir das leituras de Butler, Connell, Miskolci e Bento com a pretensão de responder a seguinte questão: que estratégias discursivas têm sido utilizadas por homens trans e transmasculinos no Instagram com o intuito de visibilizar e engajar conteúdo sobre suas identidades sexuais? Tendo como base uma abordagem qualitativa, esta pesquisa tem como pressuposto que o Instagram, enquanto ferramenta comunicacional, distribui conteúdos, ofertando-os por meio de enunciados discursivos até então invisibilizados e que embaralham as fronteiras entre as esferas do público e do privado. O apresentar-se a si é a regra dos/as criadores/as de conteúdo, entendendo que a exposição aumenta sua visibilidade e possibilita engajamento. As etapas metodológicas foram realizadas com a observação sistemática das páginas de Instagram selecionadas Lucca Scarpelli e Math Vidal Rosa -, caderno de campo e a técnica da etnografia de tela digital, considerando alguns conteúdos compartilhados. A seleção das páginas foi feita a partir de dois critérios: a apresentação da identidade trans na bio e a especificação de que aquele perfil é de um criador(a) de conteúdo. As páginas selecionadas foram observadas separadamente, examinando as características predominantes em relação à performance de gênero e a produção de sentidos sobre a identidade de gênero trans. Como resultado dessa investigação, foi possível considerar identificar que as páginas, de um modo geral, oferecem uma diversidade de conteúdo sobre relacionamentos, trabalho, estilo de vida, assim como apresenta marcas e produtos que são incorporados no contexto da apresentação dos conteúdos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografia das representações fílmicas dos fazedores de cultura da Amazônia

Diego Alano Pinheiro (USP)

O cinema feito na Amazônia brasileira, situada no estado do Pará, tem passado por mudanças significativas entre as produções dos últimos anos, destaca-se aqui a importância das Leis Aldir Blanc e Lei Paulo Gustavo como motivadores dessa expansão. As mudanças observadas, perpassam questões que dão visibilidade à sociodiversidade da região, mas também marcam o

reconhecimento identitário dos fazedores culturais Amazônidas (como se autointitulam e que compõem uma pluralidade de identidades, como ribeirinhas, indígenas, quilombolas, cidadinas, etc.). Nesse sentido, para este projeto ainda em desenvolvimento, proponho analisar etnobiografias de "cineastas da/na Amazônia" para refletir epistemologicamente sobre essa nova práxis audiovisual, acompanhando as mobilizações e representações sociais dos realizadores fílmicos (privilegiando filmes documentários). Desse modo, sob a luz da Antropologia Social, viso compreender a construção estética e de conteúdos dessas produções que valorizam aspectos particulares do que intitulam como "cultura regional amazônica" - refletindo a interculturalidade dos diretores fílmicos do contexto pesquisado e as imagens produzidas por estes sobre o que significa ser e viver na Amazônia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

É preciso aprender a voltar para casa: etnoficção, etnofabulação e a experiência audiovisual no fazer antropológico.

Éder dos Santos Braz (UFSC), Luz Mariana Blet (UFSC), Sergio de Almeida P. Machado (UFSC), Jeferson Vieira (IFSC)

Para a população afro-diaspórica, o ato de narrar a si mesma foi negado desde os primeiros momentos do sequestro que deu origem a uma travessia transatlântica forçada. Os africanos escravizados foram impedidos de enunciar a memória e origem de si. E esse feito, seguiu se atualizando em diferentes maneiras de invisibilizar as narrativas da população negra, mantendo essa história diaspórica fragmentada no tempo e no espaço dessa terra-nação chamada Brasil. Nesse caminho se torna necessário entender as consequências que as imagens construídas ou invisibilizadas geram na sociedade. Imagens acabam informando quem somos, fomos e podemos ser, as questões que ficam são: quem pode narrar a fim de produzir memórias e imagens? Quem pode ouvir o que as imagens querem dizer? Se pensarmos em uma etnografia de arquivos fotográficos de pessoas negras como vestígios visuais da memória, temos a possibilidade de reivindicar, reajustar a materialidade no presente e recriar memórias de futuridade. Segundo a autora Christina Sharpe (2023), a população negra, sobretudo afro-diaspórica na pós-escravidão, vive no vestígio, onde o passado que não passou, reaparece para romper o presente. Nesse sentido, viver no vestígio também abre caminhos para uma futuridade negra já presente e se torna uma oportunidade de olhar e criar outras realidades possíveis, como belos experimentos de fazer do viver uma arte (HARTMAN, 2021). Diante da violência e da impossibilidade de representação do negro nos arquivos históricos, Saidiya Hartman (2019), desenvolve um método que denomina fabulação crítica, uma narrativa recombinante, que tece passado, presente e futuro, recontando essas histórias, habitando e construindo suas alteridades. Este trabalho discorre sobre a experiência na produção audiovisual do curta-metragem *É preciso aprender a voltar para casa*, realizado Coletivo Audiovisual Panelinha, criado por estudantes do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC). O filme é uma etnoficção, ou etnofabulação, que apresenta um caminho ancestral de memória em movimento colocando em cena memórias visuais enterradas de um passado-presente. Através da performance do corpo em movimento, do caminhar em busca de memória e de uma identidade do personagem, a obra fabula a própria busca etnográfica do autor. De um eu não

individual, mas sim coletivo (EVARISTO, 2005), que compartilha a experiência de ser negro, do sul do Brasil. Em diálogo com Martins (1995) ao trazer para cena o corpo, símbolos de discursos e a visão negra do negro e do mundo, há uma futuridade que tira o que historicamente esteve na sombra e restitui o sentido plural de ser. Ou seja, o caminho que se faz para voltar para casa, possibilita vislumbrar a própria singularidade presente nesse universo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um devir negro nas imagens: formas de praticar acervos fotográficos afro-atlânticos

Felipe Camilo Mesquita Kardozo (UFC)

Partindo da noção de comunidade visível (Kardozo, 2021), um conjunto heterogêneo que dá a ver e se faz ver através de imagens em um território, investiga-se formas de praticar acervos fotográficos afro-atlânticos - familiares e comunitários. A pesquisa parte do pressuposto que há um devir negro nas imagens e álbuns de famílias brasileiras e em sua forma de se relacionar com eles. O uso do termo se refere ao devir-negro do mundo de Mbembe (2014). Com isso, observa-se como os trabalhos da memória (BOSI, 1994) de narradores das esquinas do Poço da Draga em Fortaleza, Ceará, têm a oralidade de suas histórias ativadas pela prática de suas imagens, assim como pela resistência à necropolítica (Mbembe, 2018) operada contra as vizinhanças negras no Brasil. Se na tese Comunidade Visível nos concentramos na particularidade desses narradores do litoral cearense, neste trabalho buscamos contextualizar o caso do acervo Poço 115 entre outras experiências brasileiras como o Museu da Maré (RJ), Retratisas do Morro (MG), Arquivo Zumvi (Ba) em estados de maior ou menor formalização que permitam elencar estratégias e formas de partilha dessas coletâneas de fotografias e narrativas que reagem contra o apagamento colonial ao mesmo tempo em que atestam a pluralidade de vozes dissonantes à história oficial. Pensando em como a ausência de imagens e coleções opera no imaginário das famílias e acervos brasileiros, a pesquisa dialoga com a obra de artistas como Aline Motta (Pontes sobre abismos, 2018), Safira Moreira (Travessia, 2017) e também com o ACHO - Arquivo Coleções de Histórias Ordinárias idealizado por Estefânia Gavina e Fabiana Bruno em 2014 - sem deixar de mencionar experiências indígenas no nordeste do país. Deste modo, esse trabalho se pergunta que micropolíticas orientam maneiras de tornar visíveis arquivos de coisas e histórias que não costumam ser encontradas nos catálogos dos museus e instituições oficiais de preservação do patrimônio nacional. Este pequeno esforço também esboça um minimanual de acervos fotográficos afro-atlânticos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_023_75583453_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um problema de princípio: quando o recorte conta a história que quer, quando a história conta o recorte que quiser. Uma reflexão a partir dos desenhos da aldeia Xikrin do Cateté (PA)

Flávio Bellomi Menezes (UNICAMP)

Este trabalho busca eliciar as problemáticas em torno das escolhas narrativas no início de análises antropológicas. Ter-se-à como material os desenhos figurativos referentes à imagem/noção de Aldeia disponíveis no acervo doado por Lux Vidal ao Laboratório de Imagem e Som em Antropologia (LISA), da Universidade de São Paulo. A opção de trabalhar com a figura da Aldeia deu-se em respeito à ordem narrativa e montagem escolhida pela própria Lux Vidal em sua tese *Morte e Vida de uma Sociedade indígena brasileira (1977)*, cujo tema da Aldeia aparece logo no segundo capítulo, dividido entre aldeia, roça e as expedições, nomeadas de vida nômade”. Busco, portanto, esgarçar a experiência figurativa através dos diversos dualismos presentes em maior ou menor grau nos desenhos, que não se limitam aos desenhos presentes na obra, com a intenção de trazer também ao debate as escolhas organizacionais da autora/editora utilizando como suprimento de possíveis lacunas a redação da própria autora, seus predecessores e sucessores no tema. Ao final, realizo um exercício de encontrar uma instabilidade viável para que possa justificar antropológicamente temas como a figuração, a memória e o encontro ontológico à luz de um trabalho maior, que envolve os desenhos figurativos do acervo de Lux Vidal e sua recepção pelos Xikrin hoje em dia, quase meio século depois.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_729_91206707_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nomear os mortos, reverenciar os antigos: cocriações audiovisuais na Plataforma Projeto Curas

Gabriela Acerbi Pereira (CAPES)

Este trabalho busca apresentar a plataforma Projeto Curas (www.projetocuras.com.br), abordando nossa atuação coletiva e também nossos materiais produzidos, com foco no último projeto audiovisual que está em fase de execução pela Lei Paulo Gustavo. O Projeto Curas no qual faço parte desde sua criação, em 2019, foi vencedor selecionado pelo IPHAN na Premiação Rodrigo Melo Franco de Andrade - Edição 2023, e entende-se enquanto uma rede comunitária de cocriação sediada no Terreiro de Umbanda Coboclo Pedra Branca, na cidade de Poços de Caldas, localizado no Sul de Minas Gerais e chefiado por Mãe Ana de Iansã. Nos definimos enquanto uma pesquisa progressiva em cocriação que registra e compartilha experiências e dimensões sagradas da vida e da gestão comunitária da saúde em nossos territórios. Curas é um projeto audiovisual de arquivamento dos percursos espirituais e das relações de afeto, cuidado, política e memória em outras formas de rezar no Sul de Minas Gerais, e também uma iniciativa de reconstrução e circulação de acervos familiares, comunitários e individuais. Além de tudo que já foi construído na plataforma, atualmente trabalhamos na confecção de um documentário que tem como objetivo primordial registrar as narrativas antepassadas de pessoas africanas que habitavam nossa região de origem (Poços de Caldas/ Caldas - que até 1888 eram um território só, como constam nossas pesquisas e documentações) entre os períodos do século XVIII e XIX principalmente, a partir de narrativas familiares e também de documentações coloniais que encontramos no Sul de Minas Gerais, e então abordar a relação da população local e também de nossa Mãe de Santo com os antepassados que aqui viveram e com suas trajetórias. Nomear, evocar e reverenciar os mortos para nós, a partir deste filme, trata-se de um exercício de

restituição, de fabulação e de cocriação. E também de uma contranarrativa diante dos projetos de apagamento e branqueamento vivenciados pela região em que nascemos e vivemos. Em relação ao trabalho etnográfico e os exercícios de investigação, entendemos nossos movimentos coletivos e comunitários articulados enquanto trabalho de campo, ancorados no registro das memórias pessoais e no levantamento da documentação colonial esta segunda com o intuito de questionar suas lacunas, estereótipos e violência. Nosso trabalho através das imagens (antigas e atuais) articula-se com o objetivo de reimaginar o passado e trazer novas perspectivas para um território que sempre esteve povoado por tais antepassados africanos (os "antigos") e muito seres sagrados que nos guardam e cuidam.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Um tempo que se mede nos trilhos do trem": uma análise acerca da narrativa museal presente na sala Arquivo Histórico, do Museu Municipal Francisco Coelho da cidade de Marabá-Pa.

Gabriela da Costa Araújo (UFPA)

O presente trabalho orientou-se na compreensão da fotografia enquanto sujeito atuante da pesquisa, ultrapassando os limites de uma ferramenta de trabalho, participando ativamente da pesquisa, narrando, sinalizando e permitindo a análise das experiências que vivencio no campo, assim como, o próprio campo de

pesquisa. Logo, por meio dos recursos visuais, realizou-se uma reflexão acerca da narrativa, exposta na sala - Arquivo Histórico, do Museu Municipal Francisco Coelho da cidade de Marabá-Pará, a qual partiu da seguinte inquietação:

Qual mensagem a sala Arquivo Histórico, ao utilizar os trilhos ferroviários como objeto museal em sua narrativa, simulando a passagem do tempo na cidade de Marabá, manifesta? ” . Diante disso, para o desenvolvimento da pesquisa,

realizou-se visitas ao Museu Municipal Francisco Coelho, sustentando-se no aparato teórico-metodológico que combinou elementos da antropologia interpretativa (Geertz, 2013) e antropologia visual (Achutti, 2004; Novaes, 2005; Leal, 2013; Gama, 2016), com os quais, realizou-se uma narrativa fotográfica, partindo da perspectiva de um fazer etnográfico composto além da escrita.

Compreendendo assim, que os objetos museais e as imagens possuem um caráter evocativo e, portanto, estão abertos a interpretações, as quais possibilitam um olhar que vai além do que é dito à primeira vista, possibilitando uma ampliação de perspectivas. Desse modo, a narrativa fotográfica sustenta-se no objetivo de

levar olhar desta pesquisadora para o interior do museu e suas narrativas (Chagas, 2009). Corroborando assim, para a identificação e reflexão do imaginário que é sustentado pela mesma. Palavras- chaves: Museu, Narrativas museais; Antropologia visual; Antropologia Interpretativa; Imaginário.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_959_78380294_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Covid-19 experienciada: adoecimento e experiência pública desde uma Antropologia Visual da Saúde

Geissy dos Reis Ferreira de Oliveira (UFPB)

Desenvolvi junto com Ruanna e outras três interlocutoras, no âmbito do mestrado em Antropologia pela UFPB, uma pesquisa orientada à compreensão de experiências de adoecimento por Covid-19, vivenciadas por mulheres domiciliadas na cidade de João Pessoa/PB. No contexto dessa pesquisa, centrada no adoecimento e na vida em meio à pandemia, foi elaborado um conjunto de imagens. O enfoque da citada pesquisa, e logo do ensaio fotográfico, remete à Covid-19 vivenciada e também a uma experiência pública em torno da Covid-19. É com Ruanna que elaboro conjuntamente este ensaio. Em sua condição de experiente (ANDRADE; MALUF, 2017) e coautora, Ruanna narra suas próprias experiências de adoecimento, comigo dialogadas numa narrativa verbal. E na medida em que determinadas dimensões dessas mesmas experiências, somadas e emaranhadas (INGOLD, 2012) à experiência pública, passam a existir também como relatos visuais, elaborados como fotografias, podem ser vistas, e não apenas ouvidas ou lidas, e assim, podem vir a aportar aspectos que a experiência guarda de indizível. É de experiências pandêmicas que buscamos produzir imagens, e com isso elaborá-las imagetivamente, num exercício também de registrar seus rastros, e os da política de morte bolsonarista. Sem, no entanto, nutrir a pretensão de registro da realidade, muito menos, de fruir por uma episteme de objetividade universalizante. Trata-se sim, da construção de imagens que assumem minha própria afetação e também a de Ruanna, as experiências vividas no marco da Covid-19, e a própria condição situada e corporificada do conhecimento. Importante destacar que inúmeras pesquisas antropológicas, na intersecção entre corpo, saúde, adoecimento e imagem já foram e vêm sendo elaboradas, com destaque para Christos Lynteris (2020) em sua análise da relação guardada entre fotografia e pandemias. Marcada a continuidade, importante dizer que é próprio deste trabalho, não a análise de imagens já produzidas, e sim a criação de novas imagens pandêmicas, que podem ser, elas próprias, recursos terapêuticos no processo de elaborar o adoecimento de Covid-19 para quem o experiencia, ao mesmo tempo em que permitem tanto aportar dimensões indizíveis desse processo, como ampliar as linguagens em que temos acesso à experiência do adoecimento. Dito isso, não se trata aqui de uma proposta epistemológica inaugural, no sentido de que não são inéditas investigações e produções na esteira dessa intersecção, se não, de lançar a possibilidade de uma "Antropologia Visual da Saúde", de fazer do diálogo entre antropologias (da saúde e visual), um campo antropológico em si, um campo emergente.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ruídos estéticos e proposições ressurgentes nas memórias audiovisuais do batuque afrobrasileiro de Nelson Silva

Guilherme Rezende Landim (Coletivo Turvo), Lucca Deliberato Reis (UNICAMP)

Após realizar filmagens com o grupo musical batuque afrobrasileiro de Nelson Silva em 2016 e reencontrá-las no processo de montagem fílmica em 2024, compreendemos estas imagens como arquivos e muitas vezes lacunas, ruídos e interrogações que nos instigam na compreensão do que representa o grupo artístico-

cultural que é patrimônio imaterial de Juiz de Fora (MG). Essa imaterialidade se reconfigura no tempo presente, ecoando vozes, presenças e cantos afromineiros em territórios políticos, estéticos e artísticos de Juiz de Fora (MG).

Cabe pensar também nas conflitantes narrativas orais e visuais, na ausência de registros historiográficos do grupo, além dos processos de espaços-tempos circulares como formas de construção narrativa dos procedimentos estéticos de montagem na antropologia visual. Assim, propõe-se narrar a partir daquilo que escapa, daquilo que instiga ao pensamento e questiona as memórias fragmentadas, ruidosas e em suma contraditórias, da falta mesmo das imagens, da construção cinematográfica como um organismo vivo de memórias coletivas amalgamadas em diferentes espaços-tempo. Outrossim, promovo o cinema como imagem ressurgente que instigue pensamentos sobre diferentes temporalidades e camadas de memórias dos(as) batuqueiros(as), no que tange às suas trajetórias de vida pessoais e coletivas, além das músicas do grupo e seus atravessamentos subjetivos com as mesmas. No processo de montagem do filme *Batuque:(en)cantos de lutas*, busca-se "pensar cada imagem em relação a todas as outras, e de que esse próprio pensamento faça surgirem outras imagens, outras relações e outros problemas" (WARBURG apud DIDI-HUBERMAN, 2013, p. 423).

Existem três lados de cada história: o seu lado, o meu lado e a verdade. E nenhum de nós está mentindo. Memórias compartilhadas servem a cada um de forma diferente (Robert Evans). Assim, a realização deste documentário busca suscitar outras grafias sobre o processo de investigação da história e memória do grupo, propondo camadas de imagens ao longo do processo de criação do filme, relações mediadas por imagens, desde a exibição de um material gravado na década de 90 sobre o grupo, passando pela exposição *Retratos da Resistência*, com fotografias que realizamos dos(as) batuqueiros(as) para a elaboração do projeto do filme e as trocas de imagens no decorrer das gravações. Ademais, propomos tecer um pensamento sobre a imagem a partir de territórios vivos dos imaginários construídos sobre o batuque, sobre seu fundador Nelson Silva e sobre suas músicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Visualidades performativas pós-humanistas de um arquivo de cariri

Jeanine Torres Geammal (UFRJ)

Desejo debater questões que sobressaem de composições arquivísticas com as quais proponho realizar minha pesquisa de doutorado. A pesquisa, situada nos domínios da antropologia visual, da performance, da memória, é praticada em correspondência com artes, artistas e outros viventes que habitam o Cariri-Ce, com atenção aos fenômenos, às relações, às performances que contribuem para particularizar e corporificar conceitos como "arte" e "memória". Na pesquisa atual, manipulo um conjunto de registros que produzi para uma pesquisa de doutorado anterior que não materializou tese, acolhendo-os como campo empírico. Ou seja, entendo que na pesquisa atual a frequência ao Cariri se dará também por modos arquivísticos: meus cadernos



de campo da primeira pesquisa; os textos elaborados para a tese que não vingou; e os registros de diferentes natureza (fotografias, vídeos, áudios, xilogravuras). Para isso, proponho pensá-los e vivê-los hoje como arquivos, pressupondo tanto o jogo de relações que esse enquadramento suscita, quanto o decurso de tempo que abrange. Interessam-me os repertórios (Schechner, 2013, p.2), compreendidos tanto como o conjunto de conhecimentos que o arquivo detém, quanto como o conjunto de seus desempenhos em ação, afetados que são, permanentemente, por aquilo que fizeram anteriormente e que fazem em articulação no agora. Ou seja, aquilo que as pessoas fazem na atividade de fazê-lo, acionando tanto o que já fizeram como o que inventam no próprio curso do fazer(-se). No que tange aos registros visuais, exercito vê-los como performatividades, acolhendo os desafios de: DIDI-HUBERMAN (2017), que nos propõe olhar as imagens com atenção às temporalidades difusas que carregam e suscitam (sobrevivências, anacronismos); de Donna Haraway (2023), para entendê-las como parte das compostagens que somos-formamos; e de Karen Barad (2017) que em sua abordagem materialista pós-humanista de performatividade questiona a supremacia representacionista das palavras na representação de coisas preexistentes (Barad, 2017, p. 9), diluindo a distinção ontológica entre as representações e aquilo que elas pretendem representar. Sobretudo, busco entender as fronteiras e propriedades dessas existências materiais e conceitos como determinações ou corporificações das intra-ações agenciais específicas, não como relata preexistentes (BARAD, 2017, p. 20). BARAD, K.. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. [S. l.], v. 01, n. 01, p. 29, 2017. DIDI-HUBERMAN, G.. A inelutável cisão do ver. In: DIDI-HUBERMAN, G.. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora 34, 2010. SCHECHNER, R.. Performance Studies: An Introduction. London ; New York: Routledge, 2020. HARAWAY, D.. Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno. São Paulo: N-1, 2023.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Remontando a história: de uma genealogia das ausências à uma etnografia da lembrança.

José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma reflexão a partir da pesquisa etnográfica iniciada em 2019 que, iniciando por um exercício genealógico, buscou realizar inferências históricas e antropológicas. Partindo de uma história oral das ausências ou da escassez das memórias, busquei reconstituir aquilo que, na memória dos vivos, havia sido desconhecido ou esquecido. Utilizei como fonte documentos religiosos e civis, e jornais antigos disponíveis nas plataformas digitais. Utilizei também a bibliografia genealógica e livros de memorialistas. A historiografia, portanto, ocupou lugar significativo na compreensão dos processos subjacentes às trajetórias das pessoas que compõem essa pesquisa. Partindo, portanto, da minha posição numa estrutura de parentesco, avancei até seis gerações, aproximadamente aos fins da primeira metade do século XIX. Duas ramificações remetem ao estado da Paraíba: um dos ramos maternos vai ao litoral paraibano, mais especificamente à ribeira e à várzea do Rio Paraíba (Cabedelo, Forte Velho, Santa Rita); e, um dos ramos paternos vai às regiões do brejo e da mata paraibana (Caiçara, Guarabira, Riachão, Serra da Raiz). As incursões no tempo e no espaço revelaram camadas de história e ascendências invisíveis. Nessas camadas conjuga-se a

dimensão macro de uma porção do litoral paraibano marcado pela economia dos engenhos de açúcar, suas instituições e a trajetória de pessoas e famílias em suas trajetórias de migração, aliança e pouso. O movimento ascendente na pesquisa sobre os antepassados mostra que a genealogia conjuga sempre um volume muito grande de pessoas e grupos pelos quais cada um é sempre e inevitavelmente atravessado. Junto a esses dados, mostram-se relevantes, para o estudo antropológico, as amnésias genealógicas que indisponibilizam memórias sobre parentes, tempos e lugares. Partindo, portanto, da ideiação que os documentos desta pesquisa permitem, diante das ausências e dos esquecimentos, busco uma escrita afetiva sobre as vidas de parentes incógnitos ou pouco conhecidos. Uma autossociobiografia irá, portanto, em direção à uma etnografia da lembrança e do lembrar.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_917_32441204_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Retomada da imagem: Poéticas e políticas de uma arqueologia visual indígena

Leonardo Nascimento da Silva (UFRJ)

“O que falaram de nós? O que falamos por nós? Que imagens de nós?” Essas são questões presentes em uma das telas expostas em “Retomada da imagem“, projeto de pesquisa, documentação e criação artística realizado pelo Museu Paranaense, entre junho de 2021 e janeiro de 2022. Com coordenação dos artistas indígenas Denilson Baniwa e Gustavo Caboco, a mostra surgiu da vontade do museu de revisar seu próprio acervo etnográfico. Assim, ao empregar a ideia de “retomada” como uma importante metodologia de trabalho, esta pesquisa busca compreender a produção de sentido por meio das imagens, uma vez que as artes visuais são, atualmente, ferramentas fundamentais para os indígenas expressarem suas demandas por terra, território e bem viver; e, sobretudo, para demarcarem subjetividades e concepções políticas contra o Estado e contra toda forma de monocultura. Nos últimos anos, a ideia de “retomada dos arquivos” — no sentido polissêmico de ambos os termos — tem-me inspirado como uma importante metodologia de trabalho para refletir sobre a produção de artistas e coletivos indígenas. Penso, por exemplo, na retomada da antropofagia por Denilson Baniwa; na volta do manto tupinambá, peça sagrada cuja produção foi retomada por Glicéria Tupinambá após um sonho; em “Uýra — A retomada da floresta” (2022), documentário que retrata a história da artista que viaja pela Amazônia para ensinar aos jovens indígenas que eles são os guardiões das mensagens ancestrais; no chamado de “retorno à terra” de Gustavo Caboco, que alia sua produção estética ao processo de retomada de suas raízes indígenas; ou ainda na retomada do espaço público por Xadalu Tupã Jekupé, que por meio da arte urbana atua contra o apagamento das culturas indígenas nas cidades. Se os povos tradicionais têm proposto a constituição de alianças que nos ajudem a sair do estado trágico em que nos encontramos, pretendo, a partir do acompanhamento da trajetória de artistas indígenas, assim como da pesquisa em museus de arte e ciência, refletir sobre as noções de “imagem” e “imaginário” enquanto formas de conhecimento capazes de contribuir para a elaboração de uma nova imaginação antropológica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fotografando com Pescadores/as Artesanais: Limites e Possibilidades do Emprego de Metodologias Participativas e Curadoria Coletiva na Construção de Livro de Fotografias do PEA Pescarte

Lilian Sagio Cezar (UENF)

A pesca artesanal historicamente constitui sustentáculo alimentar que permitiu a expansão dos núcleos urbanos no Brasil, apesar da pouca visibilidade destas populações e desrespeito aos seus específicos modos de vida que estão sendo cada vez mais pressionados pela expansão da indústria pesqueira e também pela indústria do petróleo e gás no litoral, em especial, no estado do Rio de Janeiro. Esta apresentação descreve e analisa os limites e possibilidades do exercício de co-criação, construção e produção do livro de fotografias em comemoração aos 10 anos do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte que tem como objetivo representar e dar visibilidade ao protagonismo de pescadores e pescadoras artesanais e seu empoderamento na Bacia de Campos, RJ, por meio da organização e participação comunitária nas ações políticas e econômicas estimuladas a partir dos processos de educação ambiental crítica deste PEA. Este artigo é resultado de pesquisa do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Pescarte, que é uma medida de mitigação ambiental exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzida pelo IBAMA. A realização deste livro de fotografias é metodologicamente sustentada em proposta da construção coletiva de caráter educativo, crítico, festivo e integrador e propôs a realização de 2 Oficinas Temáticas de Fotografias que abordaram e propuseram a construção de narrativas visuais sobre: 1. Artes e Ofícios da Pesca Artesanal; 2. Discussão dos Resultados do Diagnóstico Participativo sobre os conflitos ambientais e efeitos diretos e difusos da indústria do petróleo e gás nos municípios atendidos por este PEA. A realização das 2 Oficinas aconteceu no segundo semestre de 2023 com pescadores/as artesanais dos municípios de São Francisco de Itabapoana, São João da Barra, Campos dos Goytacazes, Quissamã, Carapebus, Macaé, Rio das Ostras, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo, seguida da discussão das fotos e curadoria coletiva das mesmas. Assim se buscou tematizar e selecionar materiais produzidos nas oficinas enquanto síntese do trabalho longo amparado por pesquisas no campo da Antropologia Visual articuladas à processos de comunicação comunitária e educação popular, pautadas pela educação ambiental crítica, discussões e diálogos junto às comunidades tradicionais da pesca artesanal nos 10 municípios atendidos por este PEA. Propomos que a produção e lançamento de livro de fotografias em comemoração aos 10 anos do PEA Pescarte também constitua um poderoso instrumento de mobilização e visibilização das investigações e discussões sobre a pesca artesanal, seus protagonistas, os conflitos ambientais que lhes atingem e os processos de resistência, mobilização e participação social que estão sendo empreendidos por estes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_744_83017883_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caminhos e Vivências Compartilhadas Alargando sentidos e sensibilidades entre mulheres labregas na Galiza (Espanha)

Lucybeth Camargo de Arruda (UFOPA)

Resumo Esta comunicação é fruto de uma pesquisa no acervo de imagens do Museo Etnológico de Ribadavia com o tema "mulheres labregas e/ou mulheres que vivem ou viveram no Rural". As fotografias que encontrei estão num recorte temporal do final da década de 1940 a 1995 e numa espacialidade que é a Galiza (Espanha). O trabalho envolve uma reflexão teórica-metodológica tendo os referenciais das antropologias visual, rural e histórica para construir um diálogo entre antropologia, história, fotografia e gênero. É importante dizer que concebo as imagens fotográficas como imagens etnográficas que alargam sentidos e sensibilidades com interpretações que desdobram e/ou complementam situações e contextos. Após a seleção das imagens, lancei mão dos olhares de mulheres que, atualmente, se autodenominam labregas de várias idades e de lugares diferentes da Galiza, para juntas, olharmos para as fotografias e, daí, caminhar sobre os elementos presentes nos enquadramentos que fizessem sentidos para elas, fazendo-as falar e conectando com suas vivências, alimentando imaginários e as ligando com um passado de relações de pessoas e coisas. O exercício se mostrou produtivo. Vários elementos se colocaram como pontos ativos de reconhecimentos, oferecendo em termos de apreensão e de compreensão das memórias dessas mulheres, um diálogo da rede de relações (não somente de signos como também de significados). Palavras-chave: Fotografias; Mulheres Labregas; Memórias

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_169_36354787_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens rasgadas e estilhaços de memórias

Rodrigo Frare Baroni (Unicamp)

O que se pretende apresentar nessa ocasião é um pequeno experimento fabulatório a partir de um desconexo material fotográfico. Esse exercício começa a partir do encontro, em um arquivo de fotografias-órfãs (ACHO - Arquivo Coleções de Histórias Ordinárias), com uma caixa de fotografias rasgadas. Se como já afirmara vários autores, as pessoas relutam em rasgar as fotografias de seus entes queridos por sentirem que estas os corporificam (Sontag, 2004; Mitchell, 2017), a presença desses fragmentos torna-se no mínimo tão inquietante quanto o gesto de recolhe-los. Tomando esses fragmentos como uma espécie de "sintoma" (Didi-Huberman, 2013) através da qual o arquivo se exprime procuramos realizar aqui uma montagem não no sentido de restaura-los ao que um dia poderiam ter sido, mas procurar traçar variações e recorrências desses gestos em diferentes planos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_593_04656466_299333.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Retratos (Mal)Ditos e a (Des)Educação de Subjetividades Negras na Escola

Samara Almeida Lima Santos (UFRB), Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Este trabalho, desenvolvido por meio de Bolsa PIBIC está associado ao projeto de pesquisa do orientador, Imagem, História e Cidade: Interpelando Narrativas Visuais no Recôncavo da Bahia desenvolvido na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com apoio de bolsa de Produtividade Pesquisa. É, ainda, uma extensão das análises e estudos de temáticas

desenvolvidas pelo grupo de pesquisa Territorialidade, Patrimônio e Violência no Recôncavo da Bahia com vistas a realização de trabalho de conclusão de curso. Realizado no colégio Estadual da Cachoeira com duas turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) foram desenvolvidas oito oficinas de rima, de análise de imagens e iconografias, de colagens de imagens e de produção audiovisual. Através das produções crítico-criativas dos estudantes, buscou-se compreender etnograficamente e através da formação e revisão crítica de arquivos visuais - de que modo os estudantes participantes do projeto representam para si de modos críticos e vernáculos os estigmas e estereótipos forjados sobre as subjetividades negras. Bem como, sobre a cachoeira negra e como foram educados, ou melhor (des)educados a admirar o que é branco e a rejeitar o que é negro. O projeto surge, a partir de uma primeira hipótese, a de que os retratos e imagens de subjetividades negras são forjados em um pensamento sócio-racial aprisionado na escravização e violência. A segunda, diz respeito a Cachoeira negra que parece estar fixada e ficcionalizada no período colonial, atrasada e não-moderna. E a terceira de uma cultura negra que é vendida à espetacularização, mas, quando vivida é atravessada por um contexto macro de antinegitude. Estas suposições parecem criar um arquivo imagético, desdobrado como uma narrativa que cristaliza sujeitas/os negras no pós-vida da escravidão; e uma Cachoeira que, assim como suas subjetividades negras, está impossibilitada de modernizar-se. Para mais, rememora em seu cotidiano e em sua arquitetura as feridas da colonização, talvez não para reprimir o passado, mas para lembrá-los de sua eterna condição. O projeto se debruça, portanto, em uma crítica às imagens pintadas por viajantes, como Debret e Rugendas, a teóricos racialistas que forjaram os retratos (mal)ditos, a exemplo de Nina Rodrigues e a intérpretes de um fictício Brasil como o Gilberto Freyre. Ao reunir como referências as releituras dos artistas Gê Viana, Harmonia Rosales e Uendel Nunes, ampliou-se, deste modo, o repertório discursivo dos estudantes negros ao criar, ou melhor, (re)criar, de forma autônoma, narrativas e imagens sobre si e a história do seu povo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_462_22744230_299333.pdf

GT 067: A Pesquisa Antropológica e os Estudos sobre violência em meio escolar: Críticas e Contribuições

A violência na escola, manifestada seja de forma física, simbólica ou virtual e em escala global, tem marcado a percepção da sociedade em geral e, em particular, as experiências dos sujeitos que vivenciam o ambiente escolar, inclusive na negação veemente de suas alteridades, chegando, no limite, aos atos letais. Tal realidade nega o ideário de uma instituição que, historicamente, foi construída para socializar e ensinar. O fenômeno vem sendo abordado pelas ciências humanas, médicas e sociais. E, ao contrário do estudo pioneiro de Spósito (2001), que mostrou uma produção discreta e predominante no sudeste e em PPGs em Educação no Brasil, entre o período de 1982 a 2000, nas décadas posteriores é evidente o aumento de investigações sobre a temática em outras áreas, incluindo a da antropologia em interface com outros campos do conhecimento. São estudos que revelam uma produção mais ampla e diversa com novos ângulos como a relação da violência escolar com questões étnico-raciais, religiosas, de gênero e de direitos humanos. O

que é possível inferir destas investigações? Como podem ser inventariadas em seus objetivos, referenciais teóricos e metodológicos? Que contribuições oferecem para repensar o fenômeno? Para responder e colocar em debate estas e outras indagações, o objetivo deste GT é reunir a produção acadêmica sobre a violência em meio escolar no Brasil e no exterior, para discutir as especificidades e contribuições da antropologia na compreensão da referida temática.d

Sandra de Fátima Pereira Tosta (Rede Argonautas), Lucas Eustaquio de Paiva Silva (Faculdade Famart)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Também apanhamos quando moleque": as representações de violência a partir das percepções dos agentes de segurança socioeducativa do DEGASE

Aiane Eduarda Queiroz Antonio (DEGASE)

Este trabalho é parte de uma investigação etnográfica em andamento no Departamento Geral de Ações Socioeducativas- DEGASE, instituição responsável pela execução de medida de Internação. Etnografias demonstraram a centralidade dos procedimentos de segurança (VINUTO, 2021) em detrimento das práticas

educativas, e para alguns atores institucionais as agressões fazem parte do contexto disciplinar para manutenção dessa segurança. No ano de 2022, o Ministério Público carioca ofereceu representação, na Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas, com base em indícios coletados em uma Força Tarefa, para apuração de irregularidades em Entidades de Atendimento em que alguns servidores foram afastados de forma provisória, ademais o compilado de práticas reiteradas de violência institucional foi caracterizado como crime de tortura, investigados na Vara Criminal, ambos os processos em andamento e correndo em segredo de justiça.

Diante da repercussão do caso dentro da Instituição, objetivamos descrever a partir dessas tipificações o que o corpo profissional entende como correção disciplinar, agressão e tortura.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cidade de sombras: a produção subjetiva do mundo urbano em experiências de punição extraprisionais

Ana Clara Klink de Melo (USP)

O presente artigo desdobra questões de uma etnografia que se dedica a refletir sobre a produção do espaço e do tempo no cotidiano de pessoas submetidas a formas de punição extraprisionais liberdade provisória, regime aberto, livramento condicional, por exemplo. Puxando um dos fios da pesquisa, o texto parte da ideia de que, nas margens do controle estatal, experiências de punição são organizadas ao redor de um Estado difuso e disperso diferente daquele consubstanciado no espaço prisional, que oscila entre um modo racional-burocrático e um modo mágico de ser (Das, 2004). Um poder que, mesmo quando parece ter suas leis e respectivas formas de implementação distantes, é onipresente e irresistível, representado e executado por meio de rumores, especulações, falsificações e representações miméticas. O

texto dedica-se, então, a responder: como as formas de habitar o espaço e tempo urbanos são reordenadas em função de um mundo marcado pela incerteza, pelo medo e pelo exercício constante de antecipação dos modos operatórios da punição? Partindo da experiência de pessoas que orbitam ao redor da Associação de Amigos e Familiares de Presos/as, coletivo paulista dedicado ao acolhimento e mobilização política de pessoas afetadas pelo sistema de justiça criminal, sugiro que o medo, localizado principalmente na antecipação de encontros com o Estado materializado em suas instituições e agentes, estrutura a construção de mapas subjetivos da cidade e informa a relação com o mundo urbano. Para além de informar fluxos, circuitos e fixações, o texto sugere que a esquivas de um Estado que se coloca como ameaça afeta o acesso à dimensão de um Estado que é também garantia, delimitando possibilidades de liberdade e, também, cidadania.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_801_91617935_711855.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do bege ao preto: etnografia no CRIAAD, Niterói (RJ).

Ana Cléia Gonçalves de Aguiar (Prefeitura Municipal de Niterói), José Colaço Dias Neto (UFF)

Esse trabalho tem por objetivo refletir através de um olhar etnográfico sobre continuidades e discontinuidades nos anos de 2021 e 2023 do CRIAAD (Centro de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente) no município de Niterói- RJ. A pesquisa em tela foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós- Graduação em Justiça e Segurança (PPGJS/UFF) iniciada em 2021 resultando na dissertação de mestrado da primeira autora e retomado em 2023. Esse estudo tem por metodologia a etnografia de documentos e a observação participante, assim o trabalho de campo resulta da experimentação sensorial propiciada pela etnografia, enquanto forma de investigação. Em 2021, na chegada ao local foi observado muros muito altos e na cor cinza. Os agentes socioeducativos, em uniforme bege. Já em 2023, o muro da entrada agora está verde e amarelo, pode ter haver com a gestão federal anterior, nacionalista e fascista. Ao tocar a campainha, escuto o som forte de tranca e cadeado. Sou recebida pelo agente socioeducativo que veste uma farda preta, botas coturno, seu sobrenome e tipo sanguíneo no canto esquerdo e no lado direito seu crachá na altura do peito. De 2021 para agora eles estão ainda mais parecidos com a imagem de um policial. Esse trabalho obteve como resultado a diminuição do quantitativo de adolescentes acompanhados. No ano de 2021 havia 100 adolescentes, enquanto nesse ano há apenas 11, já o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) acompanhava, em 2021, 60 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, atualmente somente 15. Em observação do grupo de trabalho da Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei estadual com os 92 municípios que compõem o estado do Rio de Janeiro, Campos dos Goytacazes, Volta Redonda, Macaé apontaram também para o baixo quantitativo de adolescentes em suas unidades. Reflete-se que o fato dos adolescentes não chegarem até as unidades do Degase e CREAS pode estar relacionado ao aumento do quantitativo de auto de resistência no estado do Rio de Janeiro, e a política de regulação de vagas implementada pelo CRIAAD. Quanto ao acesso à escola a matrícula é realizada de forma on-line sem dificuldades porém adolescentes são inseridos em

classe junto a crianças. Essa mesma escola denomina esse adolescente como "problema" e classifica como "evasão" a não permanência dos mesmos. No CRIAAD estão matriculados em escola pública próxima à unidade já no meio aberto a escola é a mais próxima da residência e a equipe técnica diz que a escola "não adere" a esse adolescente. Em relação ao tratamento terapêutico do adolescente, é indicado no processo pela análise do juiz, atingindo a autonomia dos profissionais de saúde mental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_324_78989233_711855.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Veneno: O sofrimento no sistema prisional

Catarina Pedroso (UNICAMP)

O trabalho a ser apresentado é parte de uma pesquisa de mestrado em curso que tem como objetivo analisar os efeitos do aprisionamento para as pessoas que estão ou estiveram presas. Especificamente, trata-se de investigar a categoria sofrimento no caso do sistema prisional paulista, buscando compreender sua função na produção dos indivíduos. Quando eu tava no sofrimento, acabou

o sofrimento, ou ser companheiro/irmão de sofrimento são expressões

recorrentes para se reportar ao universo prisional, utilizadas por aqueles que lá estão ou que de lá já saíram, bem como pelas pessoas que compõem a rede de

relações afetivas familiares, companheiros e amigos de presos. Estar no sofrimento é, em síntese, sinônimo de estar preso. Além disso, há algo do sofrimento

inerente à prisão que permanece nos sujeitos, modificando suas vidas dali em diante. Entender o que marca e como marca são interrogações que provocaram esta pesquisa. Embora o termo sofrimento não seja exclusivo

do universo prisional, está claro que ele possui uma densidade específica nesse campo. Propõe-se, portanto, que essa palavra banalizada, naturalizada ou enfatizada por

quem a pronuncia possa ser entendida como categoria e, como tal, esmiuçada e desdobrada, na aposta de que permita revelar uma face pouco explorada das

prisões na contemporaneidade. Investigar como se dá a produção de sofrimento na gestão de pessoas encarceradas e os efeitos posteriores das experiências de

sofrimento vividas na prisão pelas pessoas que por lá passaram são os objetivos mais amplos dessa pesquisa de mestrado. A proposta de apresentação

oral visa expor as análises parciais do trabalho etnográfico, partindo de

entrevistas realizadas com interlocutores que tiveram passagens por unidades prisionais. A partir da experiência comum de ter sido preso(a), a pesquisa investiga os

diferentes perfis, marcas e trajetórias das pessoas entrevistadas, visando compreender como o cárcere é um marco decisivo em suas vidas. Neste

sentido, o trabalho se alinha com a proposta do GT por discutir o sofrimento como um dos aspectos constitutivos do encarceramento, extrapolando o espaço circunscrito

das unidades prisionais e produzindo subjetividades, relações e trajetórias.

Ademais, há um vínculo íntimo entre sofrimento, criminalização e as diversas formas de violência experimentadas no contexto prisional. Finalmente, os casos debatidos

suscitam questões a respeito de temas mais amplos tais como masculinidade, tempo, trauma, militância, racismo, dentre outros, que também serão discutidos na apresentação em suas relações com o encarceramento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

OLHANDO PARA BOLA EU VEJO O SOL. Apontamentos sobre mulheres em privação de liberdade no Presídio Nilza da Silva Santos

Danielle Henrique Corrêa (UFF)

Este trabalho tem como objetivo abordar a necessidade de práticas esportivas no cárcere, interferência religiosa além de refletir sobre o fenômeno do abandono. O lócus do estudo, portanto, será o presídio feminino Nilza da Silva Santos, localizado no município de Campos dos Goytacazes, região norte do Rio de Janeiro. De acordo com o cenário apresentado, emergiu a necessidade da realização de um estudo voltado para as egressas do sistema prisional do norte fluminense. Conforme com que a pesquisa tem observado, o presídio em questão não apresenta atividade esportiva e lúdica, desenvolvendo apenas atividade religiosa, como único momento de saída das celas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_268_39698730_711855.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Povo de Israel: representações de ex-detentos sobre humilhação e violência em dois presídios da região metropolitana do Rio de Janeiro

Jaider dos Santos Costa (UFF)

Este paper se trata de parte da minha dissertação de mestrado e tem como objetivo apresentar as representações de ex-detentos acerca das moralidades, da violência, e das relações de troca do Povo de Israel em dois presídios da região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa se deu através de entrevistas com os interlocutores em situação de liberdade, sendo algumas destas realizadas pelo WhatsApp, durante a pandemia. Os relatos evidenciaram uma dicotomia entre as representações dos interlocutores a respeito da prática da solução julgamento que ocorre entre os detentos e pode ter como pena um castigo físico e dos institutos da caixinha espécie de fundo que aloca determinada quantia em dinheiro para ser revertida em favor dos próprios detentos ou para extorsão e do caveirão caderno de anotações com informações sobre os fluxos de pagamento dos presos. O que demonstra como a categoria violência pode ser acionada de diversas maneiras e como o dinheiro e as relações de trocas de bens e favores, como mercadorias políticas, podem ser compreendidas de formas diversas por cada um dos interlocutores. Além disso, tais práticas ainda perpassam pela regulamentação do Estatuto do Rael, com cláusulas que buscam regular a moralidade do coletivo prisional, bem como regular os conflitos existentes em tal contexto. Assim, o presente trabalho pretende refletir sobre como, todas essas representações, sobretudo, aquelas que divergem entre si, podem influenciar nas relações entre os detentos e entre estes e os agentes prisionais, perpassando por perspectivas morais, como a ideia de humilhação, que influenciam na forma como os ex-detentos entrevistados compreendem a violência no contexto das duas unidades prisionais estudadas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem não é visto não é lembrado: correlações entre o trabalho prisional e circulação na prisão em uma perspectiva comparada entre Brasil e França

Luana Ameida Martins (UFF)

Partindo de uma pesquisa etnográfica realizada em unidades prisionais no Rio de Janeiro, em Paris e em Marseille, este trabalho busca descrever e compreender as relações de trabalho entre mulheres privadas de liberdade e a administração prisional pensadas a partir da circulação no espaço da prisão, em uma perspectiva comparada. Essa correlação advém da observação de que, ao entrarem na prisão, as mulheres com as quais estabeleci interlocução durante o trabalho de campo realizado entre 2019 e 2021, buscaram dar sentido à punição que lhes foi atribuída, e, a partir disso, fazerem a pena andar com o foco no término do cumprimento dessa etapa. Dentro desse contexto, por mais que existam diferentes maneiras de buscar encurtar o tempo da pena, o tempo atribuído pelo(a) juiz(a) é quase soberano e torna-se preciso, portanto, ocupá-lo para fazer com que passe mais rápido, o que implica, também, ocupar o espaço da prisão, sobretudo por meio das atividades que são oferecidas com maior ou menor frequência em cada unidade prisional sendo a principal delas o trabalho prisional. Na minha pesquisa de campo, observei que, por mais que o trabalho prisional seja visto como uma das principais maneiras de ocupar o tempo na cadeia tanto no Brasil quanto na França, circular pela prisão aqui e lá possui implicações distintas para as mulheres que exercem funções laborais. Se aqui não trabalhar não parece ser visto como um problema a ser administrado pela direção na unidade e, nesse sentido, quem não é visto não é lembrado” ; na França, ficar muito tempo dentro da cela pode ser um sinal de que a pessoa é suicida, exigindo que a direção adote protocolos para evitar a morte dessas pessoas. Nessa perspectiva, é que proponho correlacionar as relações de trabalho na prisão e a circulação no espaço da prisão em uma perspectiva comparada, destacando os sentidos locais da punição, e observando diferentes maneiras de administração institucional de conflitos a partir de unidades de privação de liberdade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Letalidade policial em Minas Gerais: discricionariedades quanto às mortes decorrentes de intervenção policial.

Mayara Ferreira Mattos (tjmg)

Apesar de não ser a polícia que mais mata no país, a PMMG produz uma matabilidade racial específica e singular definida por uma alta padronização jurídica dos seus atos e procedimentos. Para compreender um pouco melhor como caminham no Sistema de Justiça Criminal os processos de letalidade policial em Minas Gerais, adentro as questões pertinentes às investigações e atuação da Justiça Militar nos casos abordados. A partir de dispositivos legais e administrativos (tais como: leis, decretos, códigos penais, normativas e resoluções nacionais e internacionais), pretendo compreender ainda como os dispositivos legais e administrativos normatizam, regulam e/ou regulamentam as investigações das mortes decorrentes de intervenção policial em Minas Gerais. A partir da análise de alguns casos discutidos até então, o que se pode notar é que ao longo desses procedimentos, as investigações produzidas demonstram que a vida pregressa da vítima se sobrepõe a ação policial que ensejou a morte,

demonstrando que a dimensão moral atravessa muitos agentes públicos envolvidos nesses processos. Desse modo, a possibilidade de repercussão dos casos de vítimas de ação policial está atrelada a um jogo de classificações morais em que a vítima se projeta não como uma personagem jurídica, mas sim moral. Por essa perspectiva, defende Eilbaum e Medeiros (2017) que essa classificação não trata das mortes em si, mas dos mortos. Conforme demonstra Kant de Lima (1996) esse é mais um elemento que caracteriza o sistema de justiça no Brasil como operante em função das subjetividades envolvidas e não dos fatos julgados. Assim, este trabalho, o qual se trata de um recorte das análises empreendidas para a tese de doutorado em andamento, tem como objetivo trazer para o debate os atravessamentos e influências que os procedimentos administrativos militares e a atuação da Justiça Militar do estado de Minas Gerais produzem nos processos que envolvem mortes de civis decorrentes de intervenção policial. Desde os conflitos de competência gerados pelas investigações concomitantes dos fatos pela polícia civil e pela polícia militar, passando pelas decisões tomadas por juízes militares quanto a apreciação dos autos de prisão em flagrantes desses casos, o que se nota é um prejuízo à apuração dos fatos e à coleta de provas, permitindo que o próprio órgão vitimizador produza verdades que conformam as peças judiciais. Para tal discussão, analiso parte do trabalho de campo realizado nas Auditorias da Justiça Militar de Minas Gerais, assim como dispositivos legais que têm por finalidade normatizar e estabelecer diretrizes que balizem o uso da força por parte das corporações policiais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_157_34069238_711855.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Para além da "totalidade" da prisão: notas etnográficas na unidade prisional da APAC-São Luís

Rodrigo Martins Azevedo (UFMA)

A proposta de trabalho atual visa compreender a dinâmica das fronteiras estabelecidas na unidade prisional da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC) São Luís, através do relato etnográfico durante o Curso de Formação de Voluntários APAC 2023 e do Curso de Formação Social 2019, organizado pelo Laboratório de Estudos em Antropologia Política (LEAP\UEMA), sob a coordenação de Karina Biondi. Este trabalho é fruto dos investimentos de pesquisa para minha dissertação. Durante os rituais de qualificação e defesa, algumas questões me foram apresentadas, como minha recusa em analisar a APAC como uma "instituição total". Não se tratou de uma negação em qualificar a unidade prisional como tal; porém, no processo de estabelecimento desse modelo de gestão punitiva e disciplinar, outras dinâmicas se tornam evidentes. A filosofia da APAC possui um caráter disciplinar e uma tendência à "totalidade". O objetivo institucional é produzir um tipo diferente do modelo prisional tradicional, o "ressocializado", e apresentar o "recuperando". Os participantes do curso já possuem laços, enquanto outros são construídos e fortalecidos com os "recuperandos". Durante a defesa da dissertação, a banca não se "convenceu" de que a APAC-São Luís não poderia ser analisada como uma Instituição total. A partir das experiências na unidade, pretendo explorar outros aspectos que priorizam os saberes adquiridos pelos internos, além de refletir

sobre se a proposta do modelo prisional apaqueano ainda é uma solução para os problemas do sistema prisional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_771_44033185_711855.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A criação da DECRIN/CE e o processo de enfrentamento a discriminação racial pelo governo do Estado do Ceará

Thavia Rodrigues Gomes (secretaria dos direitos humanos do ceará)

O presente trabalho está situado nas pesquisas de segurança pública e nas propostas decoloniais de ruptura com as normas colonialistas na quais se assenta a sociedade contemporânea. Esta última deflagra a construção de políticas estatais racistas conhecidas como leis negras, que pretendiam, em suma, impedir ou limitar a emancipação dos sujeitos racializados com vistas na manutenção da escravização dos corpos negros. Passados alguns séculos, o racismo segue presente, sobretudo em sua forma institucional. Em 2023, a injúria racial passou a ser tipificada como crime no Brasil. Um mês depois, o governador do Estado do Ceará, Elmano de Freitas, inaugurou a primeira delegacia de combate a crimes por discriminação racial, a DECRIN, como resposta aos movimentos sociais que reivindicaram políticas mais efetivas. Percebe-se, a partir desse cenário, uma movimentação do Ceará contrária àquela que anteriormente institucionalizou o racismo. Propomos, então, realizar um estudo da criação dos corpos negros associados ao estigma da periculosidade através de políticas de estado racistas, em contraponto com as atuais medidas do governo do Estado do Ceará. Serão utilizadas duas metodologias: 1) A revisão literária das produções existentes nos campos da criminologia brasileira, como a autora Vera Malaguti, dos estudos sobre raça no contexto Brasileiro, como Abdias Nascimento e Manuela Carneiro da Cunha, além de outros historiadores com recorte nos negros no Ceará; 2) A vivência do campo por meio de observação participante, entrevistas com usuários do serviço e dados colhidos ao longo deste percurso. Almejamos analisar, ante ao apanhado teórico e de campo, se a Delegacia é efetiva em relação ao propósito de sua criação ou se é, ao contrário, somente um espaço ocupado com fins burocratas e de manutenção da lógica do encarceramento que cristaliza a punição como única via existente.

GT 068: Liderança: estilos, modos, formas, problemas e exemplos entre camponeses, quilombolas e povos tradicionais

O grupo de trabalho pretende reunir trabalhos etnográficos sobre povos camponeses, quilombolas e tradicionais que permitam discutir formas, estilos e modalidades de relação subsumidas correntemente, em muitos contextos, no termo "liderança". Desse modo, esperamos explorar temas como exemplaridade, autoridade, carisma, reputação, imitação, prestígio, admiração, conhecimento, saberes; complexidades da relação entre "liderança", "política" e "convívio"/"comunidade"; a relação entre exercício de liderança com temas como sangue, família, parentesco, espiritualidade, escolarização/letramento, ascensão social, pertencimento e

exterioridade; as modalidades de disputa e conflito e os dilemas pessoais e coletivos que atravessam a formação e estabilização do lugar de liderança. Pretendemos reunir trabalhos que problematizem a centralidade de figuras de liderança na dinâmica da criação, enquanto formação e diferenciação de comunidades, povos e famílias, inclusive na sua relação com agências estatais, ONGs e movimentos/organizações, seja no cotidiano, seja em eventos excepcionais, críticos e conflituos, dentre os quais situações de ameaça, risco e atentados enfrentadas por lideranças. Esperamos incluir também textos que trabalhem a partir de abordagens biográficas ou autobiográficas, inserindo questões relacionadas a modos de subjetivação ético-política, individuais e coletivos. E estaremos atentos também às formas narrativas e seu lugar na conformação das figuras de liderança.d

Coordenação

Ana Claudia Duarte Rocha Marques (USP), John Cunha Comerford (UFRJ)

Debatedor(a)

**Igor Rolemberg Gois Machado (UFRRJ), Elionice Conceição Sacramento (pescadora),
Daniela Carolina Perutti (USP)**

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conversar não é governar: trajetórias de lideranças comunitárias na construção e na condução da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí

Bernardo Curvelano Freire (UNIVASF), Claudio Teófilo Marques

A presente comunicação é fruto de conversas e da convivência de uma liderança do Território Quilombo Lagoas (caatinga piauiense) com um antropólogo que reside na mesma região. Dessa relação forjou-se uma pesquisa colaborativa à forma de antropologia compartilhada em que as diferenças constitutivas dos pontos de vista fazem da autoria um esforço de confluência, ou seja, que junta sem misturar. Foi escrita, portanto, por amigos e vizinhos que, partindo da distinção liderança política e liderança comunitária, descreve encontros com narrativas complicadas sobre territórios quilombolas e sua relação com o movimento quilombola como uma articulação dotada de escalabilidade, e com a política, que é sempre outra relação. Pretendemos, com isso, relatar as histórias contadas por lideranças, políticas e comunitárias - todas quilombolas -, cujas trajetórias têm confluência com a criação da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ). Nosso objetivo é compreender como é que lideranças quilombolas mobilizam a distinção entre política e comunidade em suas narrativas de trajetória, assim como seu desdobramento em outras tensões constitutivas. Assim, oposições como dinheiro e relação; conversar e governar; orientam temas como políticas de vizinhança e relações de parentesco cujo manejo dão dinâmica para noções como proximidade e afastamento entre pessoas na constituição de lideranças e sujeitos coletivos. É na medida em que não é necessário morar nas proximidades para ser vizinho e não é preciso ser parente para que existam relações de sangue que se constitui um repertório de significados para refletir a respeito de uma coordenação de territórios em escala estadual em cuja articulação todos são irmãos quilombolas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_001_43471696_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As ameaças de morte no PAE Lago Grande, Santarém, Pará

Diego Amoedo Martínez (UFOPA)

No mês de setembro de 2023 recebemos a notícia de que mais uma liderança do PAE Lago Grande de Santarém, tinha sido ameaçada de morte, desta vez um jovem do coletivo dos guardiões do bem viver. Assim explica uma outra liderança esse processo que se arrastra nos últimos vinte anos nesse território: "O primeiro foi no período da Ivete, em 2004, que essas ameaças aconteceram, de lá pra cá, as coisas foram conflituando cada vez mais, hoje dentro do PAE Lago Grande, nós temos, nós somos dezessete lideranças ameaçadas (desde 24 de fevereiro de 2024 já são 18), doze homens, cinco mulheres. Todos, porque denunciam, na realidade não concordam com aquilo que vão fazer o mal, com aquilo que não é viável para a sociedade, para as futuras gerações que vai prejudicar o nosso rio, a nossa floresta, nosso bem viver, nosso bem-estar, e quando a gente denuncia, a gente está fazendo algo que vai prejudicar, que vai incomodar, na verdade, que vai incomodar as pessoas, principalmente, os grandes latifúndios, e isso a gente tem feito muito, denunciado pra fora, a gente deixou de falar pra nós, e estamos falando pra fora, para os fóruns, para as COPs, enfim, em vários eventos que estão acontecendo no mundo, essa situação que traz as ameaças para dentro do nosso território." (liderança ameaçada) Pretendemos nesta comunicação trazer a narrativa de algumas dessas lideranças em que, da mesma forma como aparece nesse depoimento, as ações de denunciar, falar e se apresentar em espaços além de seu território, gera uma ofensiva individual de ameaça explícita de morte, perseguição e intimidação. A formação, articulação e a base de mobilização dessas lideranças são entidades coletivas, já seja através do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR), a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (FEAGLE), ou o Coletivo de Jovens Guardiões do Bem Viver. De forma unânime é indicado que a insegurança fundiária é um dispositivo mobilizado pelos grupos que são contrários ao PAE, pois desde 2005 em que o INCRA cria o assentamento e é publicado no DOU as famílias aguardam pelo CCDRU. Dentro desse contexto a morte, o tombar na fala deles é uma possibilidade implícita, mas se resguardam em que o futuro será melhor, com o seu território, a sua terra que lhes permita o tão ansiado bem viver coletivo, não só com os humanos, mas também com as plantas, os rios, peixes e frutas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Sistema de aldeia" e os problemas com a categoria liderança no Ka'águyrusu (MS) : modos indígenas de fazer e desfazer relações com e contra o Estado

Diogenes Egidio Cariaga (UEMS)

Entre as famílias e lideranças kaiowá guarani e terena que vivem nas terras indígenas na bacia do Rio Dourados (MS), destacam-se as experiências em se manejar, se movimentar e torcer as relações com saberes, poderes e tecnologias do brancos (karaí reko) diante dos processos de intensificação das relações com a sociedade nacional, entre elas, uma das mais marcantes é o ingresso da política indigenista territorial e política republicana no início do século XX que no contexto regional são presentes por meio da existência das "reservas indígenas". Estes

territórios foram criados pelo Serviço de Proteção aos Índios, totalmente distante do modelo de ocupação territorial tradicional e de gestão política da vida familiar e comunitária, destes problemas figuram com mais controversos a constituição de uma modelo político e territorial indígena diante dos atravessamentos provocados pela impossibilidade de gerir a vida comunitária indígena sem a presença das agências e pessoas "do Estado". Nesta comunicação pretendo explorar os desdobramentos do uso da categoria "sistema de aldeia" dito pelas famílias e lideranças indígenas enquanto uma descrição das relações que dão forma as figuras da liderança tradicional e da capitania indígena para entender as transformações nos modos e estilos de lideranças indígenas em uma paisagem devastada pelo agronegócio, contudo, densamente povoada por existências múltiplas mais que humanas e humanas que se emaranham entre os regimes de historicidade coexistentes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Intelectuais das Águas: dois casos de exemplaridades de mulheres pescadoras e quilombolas do Nordeste, Brasil

Elionice Conceição Sacramento (pescadora), Rosânia Oliveira do Nascimento (UFRJ)

Neste trabalho, temos por objetivo principal discorrer sobre os casos de exemplaridades de Dona Joana Mousinho, pescadora artesanal de Itapissuma-PE, e Marizelha Carlos Lopes, pescadora artesanal e quilombola da Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré-BA. Ambas são figuras emblemáticas na luta e conquista de direitos sociais, culturais e territoriais das mulheres pescadoras a nível local, estadual, nacional e internacional. Assim, são duas mulheres exemplares dos Territórios das Águas que fizeram e ainda fazem escolas posicionadas e em contexto de grande importância para sua gente. Movidas por dois sentimentos principais: a revolta pela negação histórica dos nossos territórios e direitos, invisibilidade e a necessidade de fazer justiça epistêmica às companheiras que em dado momento se tornam irmãs, inspiração e professoras na luta, que surge a proposta deste artigo. Em termos teórico-metodológicos, a proposta se apoia em entrevistas realizadas remotamente com Dona Joana Mousinho e Marizelha Carlos Lopes durante o mês de dezembro de 2023. As questões foram debatidas e formuladas tendo como premissa a consulta às nossas interlocutoras. Devido à proximidade e relação de irmandade construída há mais de duas décadas na luta ao lado de Elionice Conceição Sacramento, uma das autores deste texto, elas sentiram-se confortáveis em abrir os baús das memórias individuais e coletivas. No primeiro momento, a ênfase se deu sobre a ancestralidade negroindígena, a relação de suas famílias com o ofício da pesca artesanal e agricultura, as dimensões da espiritualidade/religião que constituem os elementos simbólicos, materiais e culturais dos territórios tradicionais aos quais pertencem. Em um segundo momento, elas retratam as violências sofridas, a chegada de novos atores antagônicos em suas comunidades e, sobremaneira, a organização da luta política em defesa da vida. Na medida em que trabalhamos estes dois casos de exemplaridades, refletimos sobre as lutas travadas pela ANP e MPP na consolidação de políticas públicas voltadas para a pesca artesanal no Brasil, ressaltando o protagonismo desempenhado pelas mulheres pescadoras artesanais em defesa dos seus territórios e dos direitos das suas respectivas coletividades específicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lideranças do Povo Madiha Kulina, da Aldeia Porto Velho, Terra Indígena Kulina do Médio Juruá, Eirunepé-AM: formação, sucessão, papéis e relações entre elas.

Emerson Avelino de Souza (Estudante)

Os Kulina de auto denominação Madiha, que significa aqueles que são gente, falam a língua Kulina de tronco linguístico Arawá. No Brasil somam uma população de 7.211 pessoas (SIASI/SESAI, 2014). Esse trabalho se desenvolve por meio da etnografia, utilizando da observação participante. O objetivo é chegar à compreensão de como se organiza social e politicamente a aldeia Madiha Porto Velho, descrevendo a função, o processo de formação do líder político, ou tamine (cacique) e o líder religioso dsoppinehe (pajé), e a relação entre lideranças e comunidade. Como destaca Genoveva Amorim, existe uma relação muito estreita entre xamanismo e chefia, pois os últimos grandes tamine eram pajé (2019, p. 120). Percebemos desta forma que a chefia e a pajelança/xamanismo estão entrelaçados em toda a organização social da aldeia. É necessário compreender que chegar ao posto de chefia é de extrema importância para a percepção social de liderança dos Madiha. O chefe é responsável por dirigir a vida social da aldeia, com destaque para a sociabilidade de parentesco e o comportamento adequado. Lori Altmann destaca que o tamine Kulina trabalha muito, pois a condição para o sucesso de uma mobilização coletiva depende do seu exemplo, da sua disponibilidade. Ele precisa ter grandes roçados. O bom chefe é aquele que, mesmo nos períodos de crise, ainda tem algo a oferecer (ALTMANN, 1994, p. 75). Amorim, citando Lorrain (1994), destaca: Os grandes líderes do passado são lembrados por serem plantadores que tinham extensos roçados e seus produtos eram generosamente compartilhados em contextos rituais [...] (LORRAIN, 1994, apud AMORIM, 2014, p. 89). O pajé, é o líder religioso da aldeia e responsável por realizar curas. Genoveva Amorim destaca que: os pajés curam, mas também jogam feitiço ou flecham as pessoas com dori. [...] O pajé faz a cura do doente segurando o feitiço-pedra-dori com a boca ou tirando-a com as mãos (AMORIM, 2019, p.183). Esse poder xamânico Kulina é respeitado e temido por todo o povo Kulina e por outros povos indígenas como relata Costa, citado por Amorim (2014, p. 112): [...] os Kanamari admiram e temem os xamãs Kulina. Sendo que os Kanamari costumam se dirigir às aldeias Kulina em busca de cura [...] (COSTA, 2007: 26-93, apud AMORIM, 2014, p.112, nota de rodapé 196). Minha motivação no desenvolvimento dessa pesquisa é minha relação de parentesco com o povo Madiha Kulina. Mesmo eu tendo vivido em contexto urbano, sempre mantive laços de convivência com meus parentes. Com início do curso de Licenciatura Letras, Língua Portuguesa, descobri a possibilidade de poder dar evidência à cultura e às histórias do meu povo, através da nossa visão de mundo. Está pesquisa tem o propósito de ser uma das pioneiras, por ser escrita por um Madiha sobre os Madiha.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_600_39098307_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O meu corpo é o meu quilombo": os fluxos de saída e de retorno para o território e a comprovação étnica de quilombolas da Ilha da Marambaia - RJ

Fabiana Helena da Silva (UFRRJ)

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisa etnográfica em curso, na Ilha da Marambaia/RJ, local que abriga a Comunidade Remanescente de Quilombolas e uma Base Militar da Marinha. Além do acompanhamento do cotidiano, foram consultados documentos presentes nos acervos do quilombo e neste contexto, as teorias de Estado propostas por Veena Das (2008) têm sido fundamentais para pensar estas dinâmicas, em especial, o quanto documentos escritos atuam na organização da vida diária. Neste recorte, apresento questões relacionadas à comprovação da identidade étnica quilombola, assunto muito presente no cotidiano da comunidade. Comprovação esta, fundamental para aquisição de direitos, como o Auxílio Permanência do Governo Federal para estudantes de Instituições Federais de nível superior, assim como para ter acesso à cotas e benefícios relacionados a projetos de empresas ou ONGs, oportunidades de trabalho específico para grupos étnicos quilombolas e estágios. Para isto, a diretoria da comunidade emite declaração na qual a etnicidade quilombola é afirmada, através da assinatura de três lideranças, ressaltando o pertencimento à comunidade, manutenção de laços familiares, econômicos e socioculturais”. Nesta trajetória etnográfica dentro da comunidade, tenho acompanhado o quanto a emissão de comprovação da identidade, está de forma inegociável, relacionada à moradia no espaço físico território quilombola. No passado recente da comunidade, famílias foram expulsas pela Marinha e impossibilitadas de voltar a morar na ilha. Em épocas anteriores, algumas saíram de forma voluntária, em busca de escolarização e trabalho. Além disso, por conta da baixa mobilidade e falta de recursos, muitas estabeleceram moradia fixa no continente. Busco apresentar neste trabalho reflexões sobre este estar para ser e sobre os fluxos de saída e retorno destas pessoas para a ilha. Desenvolvo essa reflexão a partir de algumas histórias de ilhéus e seus familiares do continente. O objetivo desta pesquisa é promover uma reflexão sobre as especificidades deste quilombo como um território que possui fluidez e, ao mesmo tempo, um severo controle mediado pelo Estado. Para tal, proponho uma análise dos argumentos relacionados às saídas voluntárias e compulsórias, tendo por base depoimentos e pesquisa documental, buscando dar enfoque especialmente à dinâmica documento-território em atestar a identidade quilombola, sem deixar de fora conflitos, conquistas, perdas, projetos e sonhos. Por fim, refletir sobre as dimensões simbólicas propostas por Beatriz do Nascimento (Ratts, 2006), que contraria o pensamento ocidental vigente, sobre ser onde está, corpo-território ou corpo como o próprio território de pertença” .

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_383_35436875_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Formação política do delegado sindical de base no quilombo: Uma etnografia do curso de formação política de educação popular e trabalho de base na Vila das Almas, Brejo (MA)

Flaviana Almeida do Nascimento (UEMA), Flaviana Almeida do Nascimento (UEMA)

Esta apresentação pretende expor os resultados parciais da minha pesquisa de mestrado, orientada pela Profa. Karina Biondi, sobre os agenciamentos implicados no fazer da política sindical do delegado de base para a sustentação do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais vinculados à Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Maranhão (FETAEMA). Meu ponto de partida é uma etnografia realizada durante o primeiro módulo do Curso de Formação Política de Educação Popular e Trabalho de Base para delegados sindicais, dirigentes e lideranças de base, promovido pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), ocorrido em novembro de 2023 na Vila das Almas, um povoado quilombola localizado no Território Saco das Almas, município de Brejo, Maranhão, Brasil. Meu interesse é compreender o sentido da política que está em jogo nas relações entre os delegados sindicais da base da FETAEMA. A considerar o campo analiticamente, são os delegados sindicais a peça chave para compreensão do sentido nativo de política e como as implicações desse sentido atravessam o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). De acordo com as narrativas dos participantes do curso, a política que se realiza no território se mostra divergente da ideia de unicidade estatutariamente defendida pela FETAEMA e sindicatos. A formação política serve para conhecer o jeito certo de fazer essa política. Para o MSTTR, a formação resultará na organização política, fortalecimento de lideranças, representação, representatividade e resistências na busca de melhorias para o sócio, diferentemente dos atravessadores de paletó, assim chamados os grupos de advogados que realizam seus serviços jurídicos e cooptam os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Nesta apresentação, pretendo evidenciar os interesses dos participantes no processo político de fortalecimento do MSTTR, suas perspectivas a partir da apreensão de suas concepções de política, movimento sindical e território, bem como da forma que realizam a política local. Minha intenção é realizar um exercício etnográfico acerca da política, tal como se expressa no cotidiano dos delegados sindicais da região do Baixo Parnaíba Maranhense.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_890_98203864_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

LIDERANÇAS QUILOMBOLAS E AS REDES DO COTIDIANO: cooptação e mediação política em Alagoas.

Israel da Silva Oliveira (estad)

O presente trabalho, propõe uma investigação dos processos políticos de lideranças quilombolas em Alagoas. Por meio de uma abordagem processualista, esta pesquisa em andamento toma à atenção a relação do estado e seus atores políticos em diálogo com as lideranças representativas do movimento quilombola alagoano. Por meio de uma leitura em rede, o trabalho é construído a partir da uma vivência enquanto quilombola, junto de outras lideranças quilombolas organizadas em coordenações estaduais, aliados externos da fronteira étnica, buscando direitos e apoios políticos em relação as instituições do estado Alagoas e atores políticos, na busca por direitos e políticas públicas. Dentro do contexto de pesquisa, estou posicionado de modo que o processo etnográfico, que se constitui de uma atuação em engajamento com o pertencimento ao movimento quilombola (enquanto quilombola de Cajá

dos negros) e uma atuação técnico/política na estrutura do estado (por meio de uma acessória técnica na Secretária Estadual da Primeira Infância). Assim, por meio de uma observação participante com foco nas lideranças suas relações com o estado e internamente ao movimento, busco problematizar o que é ser liderança quilombola em Alagoas, nos aspectos das mediações, cooptação e relações políticas, em meio às dinâmicas da representação, associativismo e projetos políticos. Partindo de Fredrik Barth e suas observações sobre a etnicidade, em especial sobre agentes políticos, focando nos processos e formas contextuais de fazer política, ao abordar a complexidade das relações entre etnicidade, agentes políticos e conflitos étnicos, dando atenção a manipulação de identidades étnicas por meio de líderes políticos. Um dos principais pontos são as estratégias emergentes deste campo e os efeitos na etnicidade na atuação de líderes de médio escalão. Em Alagoas, segundo os dados da Fundação Cultural Palmeares são certificadas 74 comunidades, nota-se neste cenário a presença de associações quilombolas de níveis comunitários, e duas Coordenações quilombolas de representação estadual: GANGAZUMBA - Coordenação Estadual de Lideranças Quilombolas de Alagoas e As DANDARAS - Coordenação Feminina de Lideranças Quilombolas de Alagoas. Com essa atuação paralela, a rivalidade junto de uma dinâmica de construção de legitimidade ambas entram em embate, esse contexto não se distancia da política regionalizada que tem posicionamentos que geram afastamentos e aproximações, apoios ou oposições políticas na dinâmica de interação dos diferentes projetos políticos. A questão de gênero é latente ao contexto político analisado, num cenário de forças políticas externas a fronteira da etnicidade, no processo de criação e manutenção de relações políticas na estrutura do estado, se inserindo ou buscando aliados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"RESISTIR PARA EXISTIR": Trajetórias, resistências e lutas de mulheres lideranças quilombolas no Rio Grande do Norte.

Ivanildo Antonio de Lima (SME)

ÉSTE TRABALHO TEM COMO OBJETIVO PRINCIPAL DIALOGAR COM CINCO MULHERES QUE ATUAM COMO LIDERANÇAS QUILOMBOLAS NO RIO GRANDE DO NORTE, PONTUANDO SUAS TRAJETÓRIAS E BUSCANDO ENTENDER O PAPEL CENTRAL DESSAS LIDERANÇAS NAS REIVINDICAÇÕES PELOS TERRITÓRIOS, NA BUSCA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E NOS DIÁLOGOS COM AS INSTITUIÇÕES DENTRO E FORA DAS COMUNIDADES. VALE DESTACAR QUE O SURGIMENTO E VISIBILIDADE DADA ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO RN É UMA CONSTRUÇÃO RECENTE, RESULTANTE DO PROCESSO DE EMERGÊNCIA ÉTNICA COM INÍCIO NOS ANOS 2000, GRAÇAS AO TRABALHO EM CONJUNTO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA), O INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE QUE RESULTARAM NA ELABORAÇÃO DE LAUDOS ANTROPOLÓGICOS E IDENTIFICARAM INÚMEROS AGRUPAMENTOS QUILOMBOLAS,

INICIANDO UMA LUTA PELA TITULAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS TERRITÓRIOS À FRENTE DESSE TRABALHO, GANHANDO DESTAQUE NESSE PROCESSO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS, PRINCIPALMENTE, ESTABELECENDO DIÁLOGOS COM O ESTADO, INSTITUIÇÕES E A SOCIEDADE CIVIL. ASSIM, ESTABELECI UM DIÁLOGO COM CINCO MULHERES QUILOMBOLAS DE DIFERENTES COMUNIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (CAPOEIRAS, GROSSOS, GAMELEIRAS DE BAIXO, BOA VISTA DOS NEGROS E MOITA VERDE). COM O APOIO DE PESQUISA BIBLIOGRÁFICA, ENTREVISTAS E DADOS SOBRE AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DESSAS INTERLOCUTORAS, BUSCO ENTENDER ASPECTOS DA VIDA COTIDIANA E AS ATIVIDADES MILITANTES DAS LIDERANÇAS QUILOMBOLAS.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_397_02307121_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Protagonismo Feminino na Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento, no município de Igarapé Açu-Pará

Kauany Victória Silva Souza (UEPA), Tais Oliveira (UEPA), João Luiz da Silva Lopes (UEPA)

O objetivo deste artigo é evidenciar a atuação das mulheres quilombolas nas lutas sociais, de um povo que sofre cotidianamente com resquícios do preconceito vivenciado por seus antepassados, visto que não existiam dados sobre as comunidades quilombolas no IBGE até o ano de 2022. Torna-se necessário descrever o papel das mulheres negras como protagonistas de sua própria história e na luta pelos seus direitos sociais e territoriais. A comunidade remanescente de quilombos Nossa Senhora do Livramento está localizada na antiga estrada de ferro, mais conhecida como Belém-Bragança no município de Igarapé Açu que fica aproximadamente 150 km da capital do Pará, onde há diversos vestígios históricos da primeira ferrovia amazônica. Nesse contexto, a comunidade emerge como um cenário de resistência e empoderamento da mulher negra, onde elas desempenham papéis fundamentais na condução das lutas sociais e na busca pela garantia de seus direitos. O estudo demandou uma abordagem qualitativa, materializada em um trabalho de campo, no qual utilizamos como técnica de coleta de dados, assim como a entrevista semiestruturada com a presidente e a vice-presidente da associação. Os resultados apontam essas mulheres como guardiãs da cultura e da identidade quilombola, que enfrentam desafios diários, desde a preservação de suas tradições até a conquista de espaços de representatividade e participação nas decisões que afetam suas vidas e seu território. Um exemplo desse ativismo é a principal organização local ARQUINSEL (Associação dos Remanescentes de Quilombos Nossa Senhora do Livramento) criada no ano de 2009, está sob a gestão de 10 lideranças femininas, cargos que são tradicionalmente ocupados por homens. Todavia, o protagonismo dessas mulheres é evidenciado não apenas pela ocupação de cargos de liderança na Associação, mas também pelo seu engajamento ativo em questões como: a defesa do território, a preservação ambiental, a promoção da igualdade de gênero, o combate ao racismo, a luta pelos serviços de educação, saúde, saneamento básico,

entre outras. O papel das mulheres quilombolas como agentes de transformação e resistência destaca-se não apenas pela sua atuação dentro de suas comunidades, mas também pelo exemplo que oferecem para outras mulheres, tanto quilombolas quanto de outras origens, que enfrentam desafios semelhantes. Assim, é fundamental continuarmos debatendo e valorizando o papel das mulheres quilombolas, reconhecendo sua importância como agentes de mudança e inspiração na sociedade contemporânea.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_446_02732363_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"É tempo das mulheres": associação e exemplo na construção e efetivação da categoria feminina na vaquejada pé de mourão cearense

Laenia Nascimento da Silva (UFRJ)

Com base em um estudo etnográfico realizado na região norte do estado do Ceará, esta pesquisa busca analisar o protagonismo de mulheres enquanto sujeitos exemplares no âmbito da vaquejada pé de mourão cearense, sobretudo partir da criação de um coletivo feminino denominado Associação Feminina de Vaqueiras da

Vaquejada Pé de Mourão (AFEVA). Partindo da problematização da invisibilidade das mulheres e do seu apagamento em espaços públicos, procuro demonstrar como as vaqueiras aparecem a partir do razoável sucesso obtido por elas com a AFEVA e a categoria feminina, que apesar de mínimo, aciona a sua presença na cena

pública, performática e ritual das vaquejadas. Elas, enquanto sujeitos generificados e relacionados ao cuidado, quando associadas à dimensão feminina-materna, lidam ainda com julgamentos morais concernentes a ser ou não um bom exemplo enquanto mães e responsáveis, principalmente pela constante necessidade de

mobilidade que as competições acionam. Desse modo, trazendo como foco de análise as histórias de vida de mulheres e/ou em seu agenciamento nesses espaços, apresento uma narrativa historiográfica sobre o coletivo e suas

idealizadoras, que conquistaram com isso, o papel de figuras centrais dentro desse movimento até os dias de hoje, apontando para uma exemplaridade, bem como para a sua construção de identidade enquanto sujeitos políticos, ativos e modelos de inspiração à outras mulheres. Destaco ainda que esse movimento

feminino, apesar dos ideais de rompimento com uma estrutura dominante masculina, não necessariamente coincide com aqueles dos movimentos feministas, mas ocorre dentro de um agenciamento como maneira de viver uma tradição centrada na masculinidade, causando rupturas, efeitos e transformações importantes ao longo dessa inserção.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_573_32421952_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Terra perdida, território em disputa: a trajetória de luta de Dona Darcília

Lívia Ferraz da Costa Duarte (UFMG)

Há quase duas décadas, a empresa denominada Borba Gato, laranja da então MMX, de Eike Batista, comprou terras de posseiros na comunidade de Água Santa, zona rural de Conceição do Mato Dentro (MG). Alegando que o uso seria para a criação de gado e eucalipto, a empresa se apropriou da terra para, na verdade, explorar minério de ferro e construir o que viria a ser o maior mineroduto do mundo, o que só foi descoberto pelas comunidades apenas dois anos depois, quando as pesquisas de sondagem e o processo de licenciamento ambiental foram iniciados. Parte da área vendida contemplava terras no bolo ocupadas por lavradores há mais de quatro gerações, cuja memória das famílias remonta à escravidão. Esse sistema fundiário funciona por meio de regras costumeiras de uso, gestão e herança da terra; uma das características é que nele é reconhecido os direitos dos herdeiros ausentes, os quais não foram considerados herdeiros legítimos pela mineradora. Os Pimenta, família ali nascida e criada, foi uma das primeiras a terem suas posses adquiridas, e não tiveram os direitos possessórios coletivos reconhecidos; além disso, experienciaram formas várias de violências praticadas pelo empreendedor, como ameaças, assédio, descumprimento de acordos, entre outras. Serra, bicho, mato, águas sagradas e caminhos santos foram destruídos para dar lugar à mina de ferro do empreendimento. Mobilidade sobre e entre as terras, laços de parentesco, sociabilidades e autonomia expressa pelo trabalho na terra foram rompidos. O núcleo familiar de Darcília Pimenta, uma das herdeiras ausentes, segue ainda sem receber o valor da indenização. A lavradora mora na comunidade de Passa Sete, situada a poucos quilômetros de Água Santa e a 1,5km da barragem de rejeitos. Como a lavradora foi uma das primeiras a ter sua terra perdida e os direitos violados, Darcília foi uma das primeiras a se apropriar dos ritos do licenciamento ambiental vide reuniões, audiências e a participar dos movimentos de resistência. Nesse ínterim, a lavradora se torna uma das principais referências e exemplo de ação política para outros atingidos, sofrendo, inclusive, diversas retaliações da empresa ao longo dos anos. Mulher, benzedeira, comadre de mais de 40 afilhados, Darcília é uma referência política e figura de importância social e moral para as várias comunidades vizinhas. Como afirma Gelley (1995), os exemplos não nascem prontos: há uma estreita ligação com as circunstâncias. Assim, este ensaio se esforça em acompanhar etnograficamente a trajetória de Darcília, compreender, afinal, como se deu a construção da lavradora enquanto pessoa exemplar, enquanto uma espécie de dispositivo de memória de luta e ancestralidade, através das práticas e processos e espaços de subjetivação (Almeida, 2022).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ordens oníricas: prestígio e autoridade de uma liderança comunitária no sertão de Minas Gerais

Lucas P. Álvares (UFJF)

Esta proposta de comunicação pretende explorar um caso específico acessado pelo etnógrafo em agosto de 2022 na comunidade quilombola Pé da Serra, pertencente ao município de Januária, norte de Minas Gerais. Em resumo, o caso pode ser exposto da seguinte forma: ao acordar, Joana relata a seu marido e filhos a ocorrência de um sonho que a atormentou durante toda a noite. Naquela mesma manhã, os familiares sugerem a Joana que procure Zé Preto, líder comunitário do quilombo e relate os detalhes do sonho. Imediatamente ela vai até a casa da

liderança e diz ter sonhado com sua avó (mãe de Zé Preto, que falecera dois anos antes), que a confidenciou, de modo onírico, a existência de uma dívida deixada pela falecida em vida: uma dança a São Gonçalo, fruto de uma promessa cuja graça havia sido alcançada embora o sacrifício não tenha sido devidamente cumprido. Em razão disso, a avó relatou a Joana que sua alma encontrava-se em "estado de aflição", dependendo do pagamento da promessa em terra para sua libertação. Zé Preto ouviu atentamente o relato da sobrinha, no entanto, o fez com questionamentos: Aí eu fiquei desconfiado e falei esse negócio não tá certo não (Zé Preto, Pé da Serra, 25/08/2022). Ao adentrar às especificidades dos dramas que envolvem a família em questão, amparados por relatos, casos e genealogias, bem como pela forma pela qual se instituíram as relações comunitárias no quilombo Pé da Serra, o etnógrafo pôde explorar as razões que geraram a desconfiança de Zé Preto em relação ao sonho relatado pela sobrinha Joana, em especial, as relações de parentesco ali instituídas e a preponderância do papel de liderança que ele exerce na comunidade. O que chama a atenção, além do mais, é o ato de conferirem à liderança o papel garantidor de legitimidade de um relato individual de natureza onírica, a partir da autoridade e prestígio legados a Zé Preto, a tal ponto deste ser o portador do poder decisório sobre o pagamento ou não de uma dívida d'alma (Álvares, 2023) - ou promessa de defunto, nos termos de Queiroz (1958). A partir de estudos etnográficos realizados de modo intermitente entre 2020 e 2024, e considerando o caso específico supracitado, esta comunicação pretende adentrar aos meandros dos dilemas individuais e coletivos de uma comunidade quilombola rural tendo como centralidade a relação entre a liderança comunitária e os demais moradores. De modo ainda parcial, conclui-se que o caráter extensionista do poder decisório da liderança não se resume aos dilemas político-objetivos da comunidade mas se insere, adicionalmente, nas possibilidades resolutivas de questões que se colocam nas esferas subjetivas e oníricas, amparada pelas particularidades da organização social local em conformidade com as expressões da cultura popular que comungam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_246_22999250_675523.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do panteão dos bravos e valentes, mansos e apaziguadores às guerreiras e sofredoras: julgamentos e regramentos éticos de uma comunidade rural

Maria Isabel Trivilin Pereira (Museu Nacional - UFRJ)

Neste texto, fruto de uma pesquisa sobre o tipo de transformação que o agronegócio vem promovendo em comunidades do sul do país como a São João, reflito sobre a complexidade dos julgamentos e regramentos éticos, com possibilidades narrativas e de reconhecimento que vão tornando as questões cada vez mais difíceis de enquadrar a uma regra específica. Por meio das histórias que os moradores contam, mostro como a comunidade vai se constituindo nos conflitos ao mesmo tempo em que coloca seus próprios critérios de julgamento em jogo. Na intenção de possibilitar uma visão mais interna de como os moradores elaboram tais julgamentos, abordando-os a partir de várias dimensões, construindo reputações e julgando condutas por mais de uma circunstância, passo a olhar para os locais de excelência das brigas mais espetaculares (bailes, festas e jogos de futebol) até as mais sutis (cozinhas, atividades relacionadas à igreja e fofocas). Das regras que impediam a mulher de recusar uma dança,

apresento as reações típicas, as sanções morais, o papel poderoso das fofocas, os grupos das moças faladas, as vinganças entre mulheres e a pequena revolução ética que se deu no caso das meninas solteiras que apareciam grávidas. Com o sofrimento no centro dos julgamentos, reflito sobre a construção de novas reputações e a mudança de parâmetros. Das sofredoras que enfrentavam a vida sozinha às confinadas em casa pelos maridos, vai sendo possível identificar padrões de referência e levantar questões sobre as imagens construídas e contestadas do que significava ser mulher na época. Para o bem ou para o mal, começam a ser apresentadas as figuras exemplares, os personagens recorrentes das histórias. Estratégia essa que não se deu ao acaso, mas é também a forma como a própria comunidade se pensa: analisando a vida de certas pessoas em especial, refletindo sobre seu regramento ético e político não por abstrações, mas a partir da discussão da vida de determinadas pessoas aqueles que todos lembram, que repetem suas frases e que não são julgados só por um momento, mas por uma trajetória toda. Reforçando a inadequação de uma imagem idílica do campo, como um lugar de paz e tranquilidade, enquanto na cidade estariam o perigo e a ambição, os moradores atestavam que, quanto mais distante no tempo, mais bravos e perigosos eram os homens, oferecendo um catálogo de valentes com uma diminuição no grau de sua fama. Às figuras exemplares somam-se às dos calmos e apaziguadores, conhecidos pela generosidade e respeitados até pelos mais bravos. Nelas incluem lideranças da igreja, da associação comunitária, da organização das festas, rezas e dos torneios de futebol.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Novos modos de liderar a gestão institucional para dentro e para fora: Estratégias de atuação de mulheres agricultoras no movimento sindical da região leste de Minas Gerais

Rodica Weitzman (UFRRJ)

A intenção deste trabalho é analisar os estilos de liderança de mulheres agricultoras a partir de um processo de mobilização e auto-organização que começa, de forma embrionária, por dentro da estrutura institucional do Sindicato de trabalhadores rurais (STR) de Simonésia, na região leste de Minas Gerais/Brasil. O foco da análise concerne ao processo de reestruturação de significações em torno do lugar que as mulheres ocupam, o que desemboca em mudanças no mapeamento das relações que costuram com a realidade circundante. Muitas das mulheres que integram uma Comissão de trabalhadoras rurais identificam com a categoria classificatória de lideranças e progressivamente intensificam seu grau de engajamento em movimentos sociais afins, além de ampliar suas formas de atuação para o âmbito regional. As trajetórias destas mulheres sofrem modificações a partir de sua entrada em espaços marcados por relações assimétricas. É nítido a evolução dos seus esquemas de ação política a partir de diversas interpelações, na medida em que assumam posturas de negociação, conciliação e contestação diante de outros atores sociais. Atenção será dada aos seus esforços para tecer uma pedagogia que seja coerente com as particularidades de suas bandeiras de luta, além de uma linguagem específica que orienta os rumos de suas disputas e enfrentamentos dentro de instâncias de interlocução em um campo político poroso e conflitante. Marcos da trajetória de Teresinha - uma agricultora que se tornou a primeira mulher a assumir o cargo de presidente no STR no ano de 2010, serão destacados a partir da ótica da mobilidade. O fato de grande parte dos

estudos de migração tradicionalmente serem focados nos movimentos dos homens, como protagonistas desses fluxos, contribui para a invisibilidade dos modos de se movimentar das mulheres, que implicam o desenvolvimento de novas funções e aptitudes, a partir da ampliação da escala de sua atuação. Veremos de que maneira Teresinha paulatinamente consegue incidir nos processos internos de gestão institucional e desempenhar um papel de mediação, no sentido expresso por Wolf (1971). Assim, testemunhamos de que modo tornar-se liderança no ambiente sindical e fora dele envolve a aprendizagem de habilidades como a diplomacia para lidar com conflitos e um jeito singelo de construir uma linha argumentativa nos seus discursos. Teresinha e outras lideranças sindicais procuram se adequar a um modelo organizacional em que a fala bonita é determinante no processo de tomada de decisões, ao mesmo tempo em que gradativamente ganham respeito para introduzir mudanças no modelo de gestão que desafiam hierarquizações cristalizadas e a estagnação dos fluxos de poder.

GT 069: Maternidades Violadas: desigualdades, violências e demandas por justiça e direitos

Este Gt propõe refletir sobre hierarquias reprodutivas que modelam e interferem no exercício da maternidade. O objetivo é promover um diálogo sobre o direito de matinar e as consequências de sua violação para mulheres, seus familiares e comunidades. Tais situações se atrelam à (re)produção de profundas desigualdades sociais, afetando principalmente mulheres pobres, negras, jovens e migrantes cujos direitos já se encontram vulnerabilizados por outras violências que atuam como obstáculo no acesso aos direitos reprodutivos. Nos últimos anos, uma variedade de estudos antropológicos têm registrado diferentes tipos de violência praticada contra mulheres em suas experiências de maternidade na América Latina. Tais violências afetam as famílias e crianças específicas, mas têm como alvo principalmente as mães, que são suspeitas ou culpabilizadas por não desempenharem adequadamente um determinado papel de cuidado, geralmente revestidas de uma retórica de proteção ou inspiradas em uma abordagem "salvacionista". Espera-se receber trabalhos que evidenciem como a maternidade é gerida quando é suspeitada e considerada "inadequada" ou "fora de lugar", além de investigar como as contestações dessas práticas e as demandas por justiça nessas situações são construídas em termos de "direitos". Esse foco possibilita problematizar conceitos como justiça reprodutiva, direitos sexuais e reprodutivos, microfísica da violência estatal e também a influência do ativismo em prol dos direitos.

Coordenação

Soledad Gesteira (Universida), Natália Helou Fazzioni (UFRJ)

Debatedor(a)

Lucia Eilbaum (UFF), Janaína Dantas Germano Gomes (UFRGS), Raquel Lustosa da Costa Alves (UFPE)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mãe Negra: Estamos falando, estamos gritando...Estão nos silenciando.

Ariana Dos Santos Gomes (UFSCAR)

Ao me deparar com o tema que me direcionou, e continua me direcionando a investigação da minha pesquisa de doutorado, fui levada o que para mim é o mais gritante do bairro em que moro desde de quando nasci, me encontrei com a minha própria vivência que se mescla às experiências das mães negras que perdem filhos por mortes violenta, e que me levaram a pensar na quebra do silêncio que gira em torno dessas mortes e conseqüentemente da dor, e dos traumas em continuidade que essas mortes geram. São dores silenciadas, pois existe uma resistência social em não chorar a morte de um filho que morre por armas de fogo, como é o caso das mortes de muitos jovens negros em comunidades, por elas estarem geralmente associadas ao envolvimento com o crime. Os dados apresentados no Atlas da Violência 2020, evidenciam que as mulheres negras representaram 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil e os homens negros representaram 75,7% das vítimas de homicídios. Essas informações mostram que em todos os Estados brasileiros um negro tem mais chances de ser morto que um não negro (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2020). A pesquisa MÃE NEGRA: Fala, Grito, Silêncio e Sussurro, visa analisar, interpretar as dinâmicas (intervenções e praxes) das Mães Negras nas suas diversas interconexões entre Raça, Gênero, Classe e os processos de subalternização no contexto de suas práticas sociais diversa em Salvador no território do Ogunjá, as relações sociais que atravessam a vida destas mulheres em suas encruzilhadas, surgem algumas questões: Em que dimensão a mãe negra é atravessada pelas representações depreciativas com relação a construção de uma imagem de condição genérica do negro nas redes simbólicas da formação social assim constituída na cidade; Quais categorias de significado em termos de representação, identidade e ação são úteis para o estudo de gênero, raça e classe em uma perspectiva interseccional na vida cotidiana da Mãe negra; e Como a análise de discursos produzidos por estas mulheres em suas vivências cotidianas podem exemplificar as questões elencadas. Estamos após 135 anos da abolição oficial da escravatura, e a minha reflexão acerca da minha pesquisa é como transformar um mundo dominado por um pensamento branco-ocidental que nos querem preso ou morto, e como minhas interlocutoras pode escapar do destino colonial, como escapar do silenciamento programático, como escapar da exposição em praça pública onde o Pelourinho hoje é virtual. Quais os contornos da formação sócio histórica brasileira nos permitem compreender o entrelaçamento entre raça, gênero e classe, e quais os caminhos para a construção de um projeto de ruptura e emancipação popular construído de baixo para cima, sendo a população negra protagonista!

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Yo he venido a este país por mi hijo": os impactos da deficiência e do cuidado no exercício da maternidade e das relações familiares em um contexto migratório

Barbara Marciano Marques (CSEM), Tuila Botega Cruz de Oliveira (CSEM)

Ao investigar as trajetórias de migrantes, percebemos como as questões raciais, geracionais, de gênero, classe e deficiência atravessam o processo migratório, produzindo intersecções articuladas em uma rede de relações (Assis, 2011). A migração tem implicações não apenas no ponto de vista das políticas migratórias

nos países de destino, os países de origem também enfrentam os efeitos desse fenômeno.

Considerar a realidade daqueles que ficam nos países de origem, possibilita explorar como a migração pode desencadear novas relações sociais, de uma forma geral, e especificamente, no âmbito familiar e de cuidado.

Dessa forma, buscamos com este artigo analisar uma trajetória migratória marcada por um acidente que aconteceu a um migrante hondurenho indocumentado após dois anos de sua chegada aos Estados Unidos. Este migrante sofreu uma lesão medular, consequência de uma tentativa de suicídio dentro de uma penitenciária.

Ele perdeu os movimentos do corpo, a fala e está acamado há mais ou menos 10 anos, sendo cuidado por sua família, principalmente sua mãe. Nesse sentido, nosso objetivo é analisar como a migração e a deficiência

adquirida reestruturam as relações familiares (Assis, 2011) e de cuidado (Guimarães, Hirata, 2020), colocando em evidência o protagonismo e a agência dessa mãe na luta pelo reconhecimento do seu direito de exercer uma maternidade e um cuidado que denominamos transnacionais (Pedone, 2017).

Os dados apresentados neste artigo foram produzidos pela pesquisa *Salud mental y mujeres migrantes retornadas con discapacidad y mujeres cuidadoras de migrantes retornados con discapacidad*, resultado de uma parceria entre o Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e a Pastoral de Movilidad Humana (PMH) de

Honduras. Essa pesquisa buscou investigar os impactos dos acidentes ocorridos na rota migratória na vida de mulheres migrantes e mulheres cuidadoras, em sua maioria mães ou esposas de migrantes retornados com deficiência. Além de pesquisa bibliográfica e análise dos dados de atendimento fornecidos pela PMH (Botega,

2022), foram realizadas 10 entrevistas virtuais com mulheres retornadas com deficiência e cuidadoras de familiares retornados com deficiência, bem como a observação participante dos grupos de apoio a mulheres, entre os meses de dezembro de 2021 e março de 2022. Nosso interesse é compreender

como essa ruptura na trajetória de mobilidade e de vida, não apenas interrompem o sonho americano e o projeto migratório, mas reestruturaram as relações familiares, de cuidado, com o corpo, os afetos e a espiritualidade. Nos interessa entender como essas mulheres refizeram suas vidas após o trauma, a deficiência adquirida e a deportação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_042_85162654_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Violência obstétrica e Justiça Reprodutiva: o impacto do ativismo e o ato de nomear a violência obstétrica

Bruna Fani Duarte Rocha (UFSC)

Este trabalho trata de dados de uma pesquisa de mestrado - finalizada - e de uma pesquisa de doutorado - em andamento, e tem como fundamento uma etnografia assentada na antropologia feminista, em conformidade com Henrieta Moore (1988), e com o campo de estudos maternos, a partir de Andrea O'Reilly (2006). A investigação irá debruçar-se analiticamente em torno das discussões sobre maternidade e justiça reprodutiva na luta contra violência obstétrica no

contexto espanhol e no contexto brasileiro, a partir de dados de campo que evidenciam a rejeição do termo violência obstétrica como uma tendência política internacional. Para esta comunicação, irei discutir dados de campo sobre as disputas discursivas em torno da qual tem se produzido ativismo tanto na Espanha quanto no Brasil, discorrendo sobre as configurações de saberes e técnicas no cenário obstétrico, em que mulheres enfrentam múltiplas formas de violência que dificultam o acesso aos direitos reprodutivos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Foi a primeira vez que uma gestante foi ré": partos interditos e suas problematizações desde Fernando de Noronha

Camilla Iumatti Freitas (UFPB), Pedro Francisco Guedes do Nascimento (UFPB)

O que acontece quando o fluxo gestacional é interrompido pela proibição de se parir em determinada localidade? No Brasil há muitos distritos e municípios que não possuem aparato biomédico capaz de socorrer uma intercorrência no parto. Parteiras tradicionais, por vezes, acabam sendo figuras centrais para atender algumas comunidades. Mas apenas 01 lugar é expressamente proibido o parto: Fernando de Noronha. Mesmo partos classificados como de risco habitual, ou seja, aqueles em que não haja fatores de risco iminente de morte da mãe ou do bebê. Em 2020, em plena pandemia de covid-19, uma gestante foi condenada por querer parir na ilha. O Estado argumentou que a falta de estrutura biomédica para operacionalizar os nascimentos na ilha colocaria a mãe e sua cria em risco de morte. Os argumentos para a interdição envolvem um conjunto de normas que vão desde as orientações da OMS para realização de partos domiciliares, passando por regulamentos ambientais que impossibilitam voos noturnos na ilha, dificultando assim o socorro na possibilidade de intercorrências, até o regimento da ANAC acerca de tempo de gestação para viagens aéreas. Tudo isso culmina na realidade atual das gestantes de Noronha que ao completar 28 semanas de gravidez precisam deixar a ilha para parir no continente. Este artigo propõe trazer a história de Alyne Luna, a primeira gestante que foi condenada pelo Estado por ter fugido das autoridades com a intenção de não se colocar em risco, e assim, não colocar sua bebê em risco de contaminação da Covid-19. Para esta discussão, abordaremos as justificativas oficiais à luz da experiência das mulheres na ilha, em diálogo com as noções de risco e cuidado nas suas variadas performances, ou seja, risco e cuidado técnico, hegemônico e legítimo versus noções de risco e cuidado individualizados. A partir da pesquisa realizada entre 2018 a 2023, procuramos discutir e problematizar estes trânsitos à luz da Antropologia do parto no Brasil, dialogando com conceitos como governança reprodutiva, gestão de risco e cuidado dessas travessias do parto.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

E quando a mãe é puta? Reflexões sobre direitos de trabalhadoras sexuais

Débora Antonieta Silva Barcellos Teodoro (UNB)

Esta proposta de comunicação se dedica a refletir a respeito de dinâmicas familiares entre trabalhadoras sexuais, com especial foco nas maternidades. Da perspectiva das maternidades pensadas sob o viés da desigualdade, cabe pontuar que há lacunas de reflexões e produções acadêmicas que contemplem o universo de minhas interlocutoras de pesquisa. Não obstante,

tanto no debate público quanto no campo científico há disputas narrativas e de moralidades que orbitam em torno da temática do trabalho sexual, as quais se tornam mais tensas quando se toca em questões familiares e, principalmente, quando se reivindica a legitimidade de uma trabalhadora sexual ser mãe. Para traçar certo panorama de como atitudes de operadores do direito e sociedade civil podem incorrer em violações de direitos de mulheres trabalhadoras sexuais e suas crias, trago exemplos de retirada de guarda e de ameaças de retirada de guarda, em distintos lugares e temporalidades. A ideia é pensar em como a burocracia e o direito, operados por agentes atravessados e mobilizados por moralidades particulares, podem produzir e reproduzir violências nas vidas das pessoas. O texto é uma adaptação de minha participação em conferência promovida pela Comissão de Direitos Humanos da OAB RJ, no ano de 2023, a qual versava sobre direitos de trabalhadoras sexuais e seus filhos. Na ocasião, ancorada em dados de campo de minha pesquisa de doutorado, aventei possibilidades de reflexões interdisciplinares, por meio do esforço de provocar o público ouvinte a pensar sobre como a Antropologia, desde uma perspectiva etnográfica engajada e com foco no interesse e no bem estar dos sujeitos de direito, pode auxiliar no aprimoramento de práticas jurídicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que cabe as mães? Reflexões sobre discursos, burocracias e relações familiares em atendimentos do Conselho Tutelar na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro

Francielly Silva Costa Alves Rocha (UFF)

Através da descrição de dois casos acompanhados ao longo da pesquisa realizada em uma unidade do conselho tutelar na Baixada Fluminense, busco nesse artigo refletir sobre o papel das mães nos conflitos administrados pelo órgão. Com isso, pretendo analisar também sobre como as moralidades situacionais (Eilbaum, 2009) operam através dos discursos que direcionam a lógica de elaboração de políticas públicas as famílias e produzem ações concretas sobre os indivíduos seja na desconsideração de certos conflitos, ou na denúncia e controle intensos de outros. Nesse sentido, destaco aqui como o pertencimento social determina a infância a ser protegida (Ribeiro, 2013) e como as práticas institucionais previstas e atribuídas ao órgão são orientadas por sensibilidades jurídicas (Geertz, 2007) que legitimam de forma prática, moral e jurídica tais ações institucionais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_498_52143656_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre redes de cuidado e tensões: Uma análise antropológica das experiências de mulheres de mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza

Francisca Gabriella Brito Tavares (Prefeitura de Fortaleza)

Este projeto de pesquisa analisa as experiências das mães que retornam ao trabalho após a licença maternidade na periferia de Fortaleza, focando nas tensões e desafios da busca por redes de cuidado para seus filhos. Com poucos recursos de cuidado infantil na região, a pesquisa adota uma abordagem antropológica, considerando fatores como gênero, classe, etnia e localização geográfica. O objetivo é compreender como essas mulheres equilibram trabalho e

cuidados familiares, construindo estratégias de negociação e cuidado. A análise dos dados será interpretativa, buscando entender as experiências das mães a partir de suas perspectivas. A pesquisa também investigará as políticas públicas de cuidado infantil e sua efetividade na periferia de Fortaleza. A revisão bibliográfica abrange teorias antropológicas da maternidade, interseccionalidade, trabalho e políticas públicas de cuidado infantil. A metodologia inclui uma abordagem autobiográfica etnográfica, complementada por dados estatísticos. A análise interpretativa contextualizará os resultados dentro das políticas públicas locais e das realidades socioeconômicas, oferecendo recomendações para melhorar o suporte às mães que trabalham e o acesso aos serviços de cuidado infantil na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_542_44682910_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O agridoce do cuidado: fazendo a vida possível em contexto precário

José Rolfran de Souza Tavares (PPGAS/UFRN)

Este trabalho é parte dos desdobramentos da minha dissertação, na qual pesquisei, em bairros periféricos de Parnamirim (Rio Grande do Norte), as percepções de segurança pública e as estratégias de manutenção da vida de jovens negros que mães que já tinham perdido um filho adotavam para que outros tutelados com o mesmo perfil não morressem. Nela observei que em um território marcado por múltiplas precariedades e violências as tutoras de um segmento em alta vulnerabilidade são as que muitas vezes ficam encarregadas de construir formas de habitabilidade para quem está sob seus cuidados. Neste artigo descreverei como a relação das minhas colaboradoras de pesquisa com os filhos (tanto com os que já morreram, quanto com os que estão vivos) criava um território habitável para si e para os jovens de quem elas se responsabilizam, sendo um elemento significativo para o sentido que elas davam as suas vidas, ao mesmo tempo que também representava algo que as desgastavam física e mentalmente. Essas análises foram fruto de alguns dos nossos momentos de interação, englobando nosso primeiro contato, a resposta de um questionário estruturado, entrevistas realizadas com o intuito de provocar a narração biográfica delas sobre suas formas de maternarem e outras ocasiões que tivemos no nosso convívio comunitário, já que resido no mesmo local em que faço campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre a Lei de Alienação Parental: como noções de maternidade são apropriadas nas disputas em torno da lei brasileira

Júlia Viana Palucci (UFF)

A Lei de Alienação Parental (L12.318/2010) foi instituída no Brasil no ano de 2010 e, desde então, é alvo de intensas disputas políticas, protagonizadas por grupos que se colocam contra ou a favor da lei. Nessa disputa, o exercício da maternidade ocupa um lugar central nos argumentos de ambos os grupos. De um lado, as pessoas que defendem a lei a compreendem como um dispositivo que visa garantir os direitos das crianças e promover um maior compartilhamento do trabalho de cuidado entre os genitores, visto que este não seria um trabalho apenas materno. Do outro, as pessoas que se colocam contra a lei a compreendem

enquanto um dispositivo violador do exercício da maternidade, visto que as mães seriam vistas como as típicas alienadoras e, conseqüentemente, sofreriam as conseqüências do processo judicial. Uma vez constatados atos de alienação parental, os alienadores - ou as alienadoras, como colocam as mulheres-mães que lutam contra a lei - podem ser advertidos, multados e até mesmo sofrer um processo de inversão de guarda. Desse modo, os agentes que se opõem à lei constroem sua luta a partir de um argumento de indissociabilidade entre os direitos das crianças e os direitos das mulheres-mães, visto que haveria uma dependência entre o bem-estar de ambos. Nesse contexto, neste trabalho pretendo explorar como a relação entre as crianças e suas mães é mobilizada pelos atores que disputam a Lei de Alienação Parental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_527_52386982_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sentidos da prisão e da maternidade em uma Unidade prisional Materno Infantil no Estado do Rio de Janeiro

Kátia Sento Sé Mello (UFRJ)

“O objetivo deste trabalho é refletir sobre os sentidos atribuídos à maternidade em contexto carcerário no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, valho-me da pesquisa etnográfica que realizei entre os meses de dezembro de 2019 e março de 2020, quando foi instituído o fechamento de todas as instituições públicas em decorrência da pandemia de Covid 19 e a necessidade do isolamento como medida sanitária. Desde o início das conversas com as mulheres privadas de liberdade na Unidade Materno Infantil (UMI), escutei frases como isso aqui é um oásis no mundo das prisões, a UMI nem parece uma prisão, ao que as policiais penais sempre intervinham dizendo: mas não esqueçam que aqui é uma prisão”. Do mesmo modo, ouvia das detentas que queriam sair para cuidar dos filhos e, das policiais penais, que elas tinham que aprender a ser mães. Obviamente se revelava aí uma tensão entre formas distintas de perceber tanto o que é a maternidade quanto o que é a prisão. A UMI no Rio de Janeiro foi estabelecida pelo decreto no. 38.073/2005, que extinguiu a creche da Penitenciária Talavera Bruce pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro, abrigando mulheres lactantes juntamente com seus bebês até que completassem seis meses de vida. Eventualmente estes podem ficar até um ano de idade, desde que o juiz considere que a pena da mãe esteja prestes a se extinguir ou a ser convertida em outra medida alternativa, como a liberdade condicional ou a prisão domiciliar, casos em que o período do abrigamento dos bebês é estendido para que a mãe e a criança sejam poupados do trauma do desligamento. Embora atenda a todos os requisitos exigidos pelas regras mínimas dos direitos humanos em caráter internacional e pelo ideal do real interesse da criança, preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente, legislação brasileira de 1990, tal ideal e as práticas cotidianas relacionadas à maternidade parecem reproduzir e ampliar a punição das mulheres privadas de liberdade. De um lado, estas mulheres são submetidas a um cotidiano de hiper maternidade, no sentido de que a exercem 24 horas por dia durante os seis meses em que há permissão para o confinamento de seus bebês enquanto em privação de liberdade; de outro, um rompimento abrupto deste exercício no momento do que é denominado desligamento de bebês quando estes completam os seis meses de vida.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Preciso estar bem para cuidar do meu filho": (des)encontros entre maternidade, raça e loucura

Laura Lowenkron (UERJ), Ueslei Solaterrar da Silva Carneiro (UNESA)

O artigo aborda os (des)encontros entre maternidade, raça e loucura e os desafios enfrentados por profissionais da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) no atendimento e garantia dos direitos reprodutivos de mulheres negras que são mães e, ao mesmo tempo, lidas socialmente como loucas e cracudas”. Para isso propõe reconstruir os itinerários de cuidado acionados pela RAPS de um município da Baixada Fluminense/RJ diante de dois casos que envolvem mulheres negras diagnosticadas com algum transtorno mental. Ancorada na (auto)etnografia de Ueslei Solaterrar enquanto coordenador de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), que acompanhou os dois casos, o artigo evidencia as vicissitudes, os conflitos e os marcadores sociais da diferença que levaram duas mulheres loucas a serem privadas do direito/desejo de maternar, apesar dos esforços da equipe do CAPS em viabilizá-lo. Ao abordar tanto os desafios enfrentados por profissionais da RAPS quanto as formas de agência mobilizadas por essas mulheres ao longo de seus itinerários, atravessados pelas tentativas frustradas de garantir o direito/desejo de maternar os filhos, o objetivo é mostrar como mulheres negras socialmente lidas como loucas enfrentam desafios particulares para exercer a maternidade como um direito em nosso país.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Amamentação no Cárcere: Disputas Sobre o Direito à Maternidade na Penitenciária Feminina da Capital em São Paulo

Leticia Maria Gil de Freitas (un)

Ao GT Maternidades Violadas: desigualdades, violências e demandas por justiça e direitos eu gostaria de apresentar meu projeto de mestrado, aprovado pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Unicamp. Na pesquisa, pretendo realizar um estudo etnográfico com mulheres-mães presas e seus bebês detidas na ala materno-infantil da Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, a fim de compreender como as experiências de amamentação ali inscritas se inserem e tensionam as disputas pelo direito à maternidade destes sujeitos. A amamentação é um ponto sensível no campo da parentalidade e um desafio para a assistência básica em saúde no Brasil e no mundo. Se hoje já dispomos de um amplo embasamento em pesquisas que apontam que o leite humano é um alimento insubstituível e fundamental nos primeiros meses de vida, garantir o aleitamento humano exclusivo até os seis meses e o complementado até os dois anos ou mais, como recomendam a Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde brasileiro, continua sendo um desafio no Brasil para todas as populações, localizando a garantia de um aleitamento adequado enquanto direito ainda num campo em disputa que mobiliza muitas esferas da sociedade. Quando se trata de enfrentar este desafio dentro da realidade e a lógica do cárcere, no entanto, se faz preciso compreender uma série de tensões que estão ligadas às noções de quais direitos essas mulheres-mães que estão na condição de presas têm de maternar e a quais cuidados esses bebês têm direito. Noções estas que são atravessadas por marcadores de desigualdades intrínsecos à lógica do cárcere e estão,

ao mesmo tempo, constantemente sendo tensionadas por diferentes agentes e em disputa. Assim, o projeto pretende identificar esses agentes que estão implicados nas relações que atravessam as práticas e experiências de amamentação na Penitenciária Feminina da Capital e compreender as agências que tencionam as disputas pelo direito à maternidade no contexto desta unidade prisional, a fim de ampliar o debate nos campos do direito e da saúde coletiva através de uma perspectiva interseccional e abolicionista penal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Além da Contraceção: Direitos reprodutivos, acesso e planejamento familiar entre mulheres de baixa renda na cidade de João Pessoa/PB

Maria Patrícia Mesquita Pereira (UFPB)

Este estudo traz à discussão o relevante tema da infertilidade e do planejamento familiar, neste sentido, enfocando o direito constitucional ao planejamento familiar no Brasil, além dos desafios enfrentados, especialmente quando têm alguma dificuldade para engravidar e não tem condições financeiras para custear tratamento ou a investigação das causas da infertilidade, na cidade de João Pessoa/PB. Sendo assim, a Constituição Federal do Brasil garante o direito ao planejamento familiar, todavia, na realidade prática surgem muitos obstáculos, particularmente no que se refere à infertilidade, um problema de saúde que é frequentemente ignorado pelas políticas públicas. Neste sentido, este estudo tem como objetivo investigar a acesso e a eficácia das políticas públicas de saúde voltadas para o planejamento familiar e ao tratamento da infertilidade, e tem como foco as mulheres de baixa renda em João Pessoa/PB. Metodologicamente, utilizamos a pesquisa qualitativa, enfocando a análise de discursos de profissionais de saúde sobre infertilidade e planejamento familiar, complementando com uma revisão bibliográfica ampla sobre o tema. Preliminarmente, os resultados mostram que o planejamento familiar está voltado para os métodos contraceptivos, como pílulas anticoncepcionais, DIUs e laqueaduras, ignorando a questão da infertilidade. Observou-se que há uma lacuna considerável no acesso e na qualidade dos serviços de saúde oferecidos às mulheres de baixa renda, em relação ao diagnóstico e tratamento da infertilidade. Destaca-se a necessidade de uma visão inclusiva e integral das políticas de planejamento familiar que leve em consideração tanto os direitos contraceptivos quanto os direitos reprodutivos, incluindo também o tratamento da infertilidade. A discussão inclui ainda uma exclusão da participação masculina no processo de planejamento familiar. Apesar de que avanços tenham sido alcançados quando falamos em planejamento familiar, há ainda um extenso caminho a ser percorrido para que os chamados direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, particularmente aquelas que não tem condições financeiras de custear tratamento, sejam assegurados. Sendo assim, é primordial uma expansão do conceito de planejamento familiar tendo em vista a inclusão para dar suporte às questões de infertilidade, promovendo uma abordagem mais igualitária no acesso às políticas públicas de saúde. Palavras-chave: Planejamento Familiar, Infertilidade, Políticas Públicas, Direitos Reprodutivos, Saúde da Mulher.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Complexidades interseccionais: Intolerância religiosa, destituição do poder familiar e implicações legais

Milena dos Santos Correia (UFRRJ)

Esse artigo é construído como extensão da minha monografia de TCC que tem por objetivo analisar as interseccionalidades de raça, classe e gênero nos processos de destituição do poder familiar na comarca de Campo Grande no Rio de Janeiro. Especificamente, resolvi analisar neste artigo a questão religiosa dentro desse cenário observando os percursos pelos quais passaram as famílias que perdem a guarda legal de seus filhos. A fim de realizar esse estudo, fiz uma análise a partir da busca de casos midiáticos, nos art. 15 e 16 da Lei 8.069/1990 e na minha experiência pessoal e etnográfica nos terreiros de umbanda e candomblé refletindo quais são os reais atropelamentos desses casos. Qual foi, de fato, a motivação da retirada dessas crianças e o que possibilitou tais decisões administrativas e jurídicas? Este trabalho é baseado no âmbito da pesquisa Entrega voluntária, destituição de poder familiar e adoção: reflexões sobre as práticas de justiça em âmbito da Infância e da Juventude no Rio de Janeiro² que tem o apoio da Rede Anthera, do qual faço parte, e pude realizar trabalho de campo nas áreas de proteção à infância. As alegações infundadas dos órgãos de proteção à infância, que são classificadas como negligência, ocorrem devido aos rituais oferecidos às divindades que lhes são cultuadas. Cabe acrescentar que no ano de 2022, houve um aumento de pelo menos 45% de casos de intolerância religiosa no Brasil; no ano de 2023 foi sancionada a lei que equipara o crime de injúria racial ao crime de racismo, também protegendo a liberdade religiosa. Os casos midiáticos retratam a realidade de mães e famílias de algumas regiões do Brasil que são adeptos a religiões de origem afro-brasileiras. Iso Chaitz ressalta quando cita Konvitz que o que para um homem é religião, para o outro é imoralidade, ou até mesmo crime, não havendo possibilidade de uma definição judicial (ou legal) do que venha a ser” ; sendo assim todas as ocorrências se deram baseadas na intolerância religiosa ocasionadas por outros entes familiares ou comunidades perpetuadas pela falácia demonização de cultos não embranquecidos. Destaca-se aqui que apesar de vivermos por lei em um Estado laico, cabe analisar se de fato se os direitos das crianças à convivência familiar e comunitária, onde a destituição do poder familiar é visto como medida extrema de proteção, apenas são fornecidos a famílias ditas como tradicionais no senso comum neste vasto e diverso território. Por conta disso, busco enfatizar que há todo um caminho de violência estatal, simbólica e estrutural sofrido por essas famílias, de modo que o único agente hediondo nesses casos, é o da intolerância.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_401_79940231_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Maternidades marginalizadas: saúde, cuidado e o direito de maternar em meio às violações do sistema prisional em Manaus

Milena Novais Oliveira Silva (USP), José Miguel Nieto Olivar (USP)

Ao me aproximar da discussão sobre encarceramento pude perceber as diversas relações de gênero que se formam ao redor do sistema prisional, seja entre mulheres presas ou mulheres que são aprisionadas indiretamente quando algum familiar torna-se uma pessoa privada de



liberdade. Dentro do cárcere são as mulheres que menos recebem visitas, que tem suas relações afetivas profundamente marcadas pelo sexismo, que tem seus direitos sexuais e reprodutivos negados e que são afastadas de seus filhos quando são mães. Fora do cárcere, são as mulheres que assumem o papel do Estado ao levar alimentos e itens básicos para dentro dos presídios pensando no bem estar da pessoa presa. São essas as mulheres que passam por situações vexatórias e rotinas desgastantes para visitar seus entes aprisionados. A racialização da punição se entremeia com as questões de gênero, especialmente a maternidade, que atravessa a experiência da grande maioria das mulheres encarceradas e das mães de pessoas presas, ou as familiares (esposas, irmãs, tias) que também são mães e tem a maternidade profundamente afetada pela violência estatal. Quem pode ser mãe? Quais maternidades podem ser celebradas e vivenciadas sem que o Estado intervenha? Este trabalho tem como objetivo investigar e discutir as complexidades interseccionais e os desafios enfrentados por mulheres envolvidas no contexto prisional em Manaus, abordando especificamente as dimensões de cuidado, saúde e a luta pelo direito de maternar ancorada nas relações afetivas que compõem os movimentos sociais de familiares de pessoas presas. Para essa discussão, pretendo realizar um estudo etnográfico com as mulheres que tem/tiveram o exercício da maternidade afetado pelo cárcere, sejam as mães encarceradas, mães de pessoas presas, esposas que também são mães ou outras familiares. Como essas mulheres reivindicam o direito de maternar? Quais são as relações étnico-raciais que se tecem nas tramas do encarceramento e as violências que ele produz? Como as relações afetivas e de gênero se inserem na luta pela defesa dos direitos? Como elas produzem cuidado em saúde neste contexto? O trabalho de campo será realizado em Manaus por meio do acompanhamento das atividades realizadas pelo Coletivo Entre Elas: defensoras dos Direitos Humanos, que atua na luta pela defesa dos direitos de pessoas privadas de liberdade em Manaus.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_386_21114288_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cor visível corpo desumanizado: escrituragens de mulheres negras e racializadas com assistência médica

Rafaele Cristina de Souza Queiroz (UFAM)

Presente minha pesquisa de mestrado (Queiroz, 2023) na qual me dediquei a escrever sobre uma experiência radicalmente próxima e atravessada pelo luto. Nesta pesquisa vivencio o campo na própria pele e com mulheres negras e racializadas do Distrito do Purupuru, onde cresci e vivo. Não se trata apenas de observar e descrever, mas "escrever" as experiências das minhas semelhantes com a assistência médica no interior do Amazonas. O que norteia a minha escrita é o atravessamento da pergunta o que fizeram com o corpo desta mulher, como expressão para descrever a intervenção médica sobre o corpo de uma irmã, pergunta essa feita por uma médica plantonista. São escrituragens de Cristina, Pilla e Cassiane, que por meio de conversas de varanda entrelaçam as suas experiências referentes gestação, parto e puerpério, posteriormente de tia Julia em tratamento oncológico na Fundação CECON, em Manaus, e em seguida a escrituragem de Gabriele, que tem sua vida ceifada em 2019, após vários procedimentos durante o trabalho de parto. Nossas escrituragens compartilham o engasgo"

(Evaristo, 2021) de ter nossos corpos desumanizados e colocados no lugar de não dor e não afeto (hooks, 2020). Faço uma bricolagem de operadores teóricos e metodológicos: a escrevivência (Evaristo, 2005; 2020); a autoetnografia (Anderson e Glass-Coffin, 2013; Ellis et al, 2010; Adams et al., 2017; Versiani, 2005); a autoetnografia evocativa (Bochner e Ellis, 2016); e, por fim, a percepção de ser afetada/atravesada por minhas vulnerabilidades enquanto irmã/pesquisadora/antropóloga: a antropologia de coração partido (Behar, 1996), para descrever e escrever como essas mulheres vivenciam a assistência médica. A escrevivência e a etnografia, neste caso, representa uma ferramenta para penetrar naquele mistério, mas também [para] nos protege[r], nos dá[ar] um distanciamento, nos ajuda[r] a sobreviver. (Anzaldúa, 2000, p.232). Em minhas bases argumentativas, sigo os aportes teóricos do conhecimento situado e dos saberes localizados (Haraway, 1995); da interseccionalidade (Collins, 2022); sobre mulheres negras e racializadas (hooks, 1981; Gonzales; Vergés, 2017); e da escrita acadêmica feminista negra (hooks, 2017; 2020; Kilomba, 2010; 2016). Sinto-me acolhida por Gloria Anzaldúa, a respeito dessa forma de escrita de mulheres do Terceiro Mundo, que me propõe a fazer uma antropologia com as mulheres amazônidas, a mergulhar de cabeça em nossas vivências a partir do entrelaçamento das escrevivências e histórias de vidas únicas, porém remetendo a problemática social, o racismo que atinge os corpos de mulheres negras e racializadas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_321_13684626_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Itinerários de abandono e Justiça Reprodutiva: Uma etnografia da Morte Materna em Pernambuco

Raquel Lustosa da Costa Alves (UFPE)

Nos últimos anos, a cifra estatística da morte materna aumentou drasticamente no país, como mostrou o Observatório Obstétrico Brasileiro do Ministério da Saúde (MS). Em 2021, por exemplo, a taxa de morte materna se equiparou à taxa de 1998, com 110 mortes de mulheres a cada 100 nascidos vivos. Em Pernambuco, onde tenho acompanhado as ações do Comitê Estadual de Estudos de Morte Materna (CEEMM - PE), o fechamento de maternidades de referência, a alta rotatividade de profissionais nos serviços de saúde, a fragilidade da articulação entre os serviços de referência e contra-referência, a falta de abastecimento de métodos contraceptivos nas unidades básicas de saúde se somam aos fatores que contribuem com a manutenção da alta da morbimortalidade materna. Além destes aspectos relacionados à estruturação dos serviços, importa destacar a necropolítica que acompanha os índices de mortalidade materna, já que pelo menos 65% se trata de mulheres pretas e partas, como apontou o Boletim Epidemiológico de Morte Materna em Pernambuco (2021). Frente a este contexto, busco apresentar os resultados preliminares da pesquisa que venho desenvolvendo desde 2021 sobre as consequências da morte materna em Pernambuco, tendo como principal interlocução as integrantes do CEEMM-PE. Meu argumento é o de que além de evitável, as mortes maternas são produzidas em diferentes itinerários de abandono que dificultam e, impedem, que um ciclo de violações de direitos seja interrompido, da mesma forma que impede que Justiça Reprodutiva seja garantida para meninas, mulheres e pessoas que gestam.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

FISICAMENTE AUSENTES, PRESENTES NOS DISCURSOS: Sobre a produção de discursos acerca das mulheres mães de crianças e adolescentes acolhidas institucionalmente

Roberta do Nascimento Mello (UFPB)

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a produção dos discursos acerca das mulheres mães de crianças e adolescentes acolhidos/as institucionalmente em uma Casa de Acolhimento localizada no estado da Paraíba. A pesquisa que resultou nos dados expostos neste trabalho foi realizada junto a uma instituição de acolhimento no ano de 2021. De modo a embasar a reflexão sobre como esses discursos são produzidos no espaço da Casa de Acolhida e como eles criam representações de maternidade e práticas de cuidado dentro deste espaço, selecionei três histórias que tive contato durante meu ano de pesquisa, onde o ponto que entrelaça essas três histórias é a figura de uma mulher responsável pelo cuidado que aguardava a ordem do juiz para a reintegração familiar dos sujeitos acolhidos: a história de Muci e sua mãe Corine; a história das três irmãs Lulu, Vivi e Diana e sua irmã mais velha e maior de idade Fabrícia; e a história do casal de irmãos Dedé e Pietro e sua mãe Bruna. A partir dos dados foi percebido que apesar de ausentes fisicamente no dia a dia dessas crianças e adolescentes, a presença destas mulheres dentro da instituição se dá por meio dos discursos produzidos sobre elas - tanto por parte das crianças e adolescentes quanto dos funcionários e equipe técnica da instituição - e seus modos de maternas. Os discursos produzidos sobre essas mulheres muitas vezes são caracterizados por falas moralizantes sobre suas práticas de cuidado, fazendo assim com que o Estado seja um elemento essencial enquanto produtor de discursos e de representações sobre gênero e maternidade, tanto na dimensão de quem produz esse discurso quanto em que espaço ele é produzido. Alicerçada nos dados, posicionei a construção desses discursos como sendo fundamentados na perspectiva que norteia as políticas sociais, onde a família - a maternidade - é tanto um objeto e instrumento de intervenção como lugar de suspeita (Schuch, 2013).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_202_28662235_981002.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Archivos, maternidad y violencias: reflexiones teórico-metodológicas sobre el testimonio y la investigación colaborativa con mujeres que buscan a sus hijas e hijos robados en Argentina

Soledad Gesteira (Universida), Carla Villalta (UBA)

En el año 2023, luego de años de investigaciones sobre las formas en que diferentes colectivos de activistas denuncian injusticias diversas, se movilizan e impulsan transformaciones y demandas por sus derechos, iniciamos el proyecto de investigación "Maternidad e identidad: demandas de derechos, historias de vida y construcción de archivos sobre el robo de niñas y niños en Argentina". En este proyecto proponemos construir un corpus documental de historias de vida de mujeres que denuncian haber sido víctimas del robo de sus hijos e hijas al nacer. Se trata de mujeres que recién en los últimos años se han animado a

hacer públicos sus reclamos, se han acercado a las organizaciones de personas adoptadas que buscan sus orígenes y han comenzado a organizarse. Desde una perspectiva colaborativa, la construcción de este archivo busca, por un lado, recopilar y resguardar sus historias de vida (en formato audiovisual) a fin de contribuir a garantizar el derecho de sus hijos e hijas de conocer a sus madres biológicas y aportar a efectivizar su derecho a la identidad. Por otro, contribuir al análisis de las prácticas de robo de niños y niñas y de la violencia ejercida sobre las mujeres a través del despojo de sus hijos e hijas. En este trabajo, nuestro objetivo es reflexionar sobre el lugar del testimonio como herramienta de reparación en los casos de las violencias ejercidas hacia estas mujeres, sus hijos y sus familias, y focalizar el análisis en la doble dimensión: pública / privada del testimonio. Ello en tanto el testimonio puede ser una herramienta de visibilización en la construcción de la demanda de justicia de estas mujeres. Y, por otro lado, constituye una vía de transmisión de sus historias de vida y de su maternidad violentada e interrumpida. Desarrollar una investigación colaborativa con mujeres, que durante mucho tiempo fueron silenciadas y no escuchadas en sus reclamos, supone entre otras cosas identificar qué quieren contar, qué quisieran transmitir a sus hijos, y también implica trabajar con las personas adoptadas que buscan sus orígenes para registrar qué quisieran conocer sobre sus madres biológicas. En tal sentido, el trabajo colaborativo es también diseñar una metodología que permita ponderar necesidades y expectativas, y así como generar relaciones de confianza para legitimar relatos que durante mucho tiempo fueron invalidados. En suma, en este trabajo nos interesa analizar las significaciones del testimonio y el valor asignado como elemento reparador en su dimensión pública y privada en los casos de las mujeres que denuncian el robo de sus hijos e hijas. Y al mismo tiempo, como parte de ese proceso, dar cuenta de la forma en que esos testimonios se co-construyen durante el proceso de investigación y armado de este valioso archivo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre relatórios: O poder de descrição e a condição de quem é descrita à luz do "Dispositivo de Racialidade".

Tamara Vicaroni da Silva (ims)

A presente proposta de trabalho é um recorte da minha pesquisa de mestrado, que tem como objetivo compreender as construções de legitimidade em torno da maternidade e investigar como são conduzidas as "ações de destituição de poder familiar" (DPF). O propósito nesse recorte é analisar a função da descrição acionada pelas assistentes sociais em relatórios à luz do conceito, Dispositivo de Racialidade, apresentado por Sueli Carneiro. A descrição excessiva sobre os comportamentos das mulheres, que legalmente deveriam ser irrelevantes, é utilizada como justificativa para questionar a legitimidade de suas maternidades. Para compreendermos o papel desempenhado pela descrição nas práticas das assistentes sociais, é fundamental refletir sobre o papel dos documentos. Os documentos constituem o campo de forças no qual as

categorias são manipuladas por aqueles que atuam nos aparatos estatais desse processo. Os profissionais de assistência social estão incluídos na elaboração desses documentos e estão inseridos nos aparatos estatais que atuam na direção de produzir e autorizar a separação compulsória de mulheres de seus filhos. Esta é uma pesquisa qualitativa tem como objetivo realizar uma análise documental e entrevistas semiestruturadas com profissionais da assistência social. Essas metodologias colaboram para a compreensão do papel da descrição dentro dos contextos de acusações presentes nos processos de destituição do poder familiar. A reflexão sobre o papel da descrição no contexto da destituição do poder familiar, à luz da noção de dispositivo de racialidade, nos instiga a considerar o lugar social em que a vida dessas mulheres é situada. Neste processo, observamos a dualidade entre o poder daqueles que descrevem e a consequente deslegitimação daqueles que são descritos. As trajetórias dessas narrativas estão profundamente entrelaçadas com estruturas sociais que historicamente determinam quem possui direitos, quais corpos são dignos de respeito e quais formas de sofrimento demandam atenção e cuidado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Ela precisa se organizar": quando interdições morais sobre maternidades negras viram práticas judiciais

Tássia Águila Vieira (UERJ)

Este trabalho busca analisar a persistente tensão entre a sacralização da maternidade (atribuída principalmente às mulheres brancas) e a ameaça constante de perda de filhos enfrentada pelas mulheres negras, exigidas que se organizem para evitar a destituição. Essa tensão é investigada como uma expressão de políticas judiciais tanto no final do século XIX quanto em suas manifestações contemporâneas no projeto de reintegração familiar solicitado às mães pelas equipes de serviços de acolhimento e da Vara da Infância e Juventude no estado do Rio. A pesquisa, parte da minha tese de doutorado, foca na retirada compulsória de bebês de suas mães nas maternidades na Área Programática de Saúde 4.0 (AP 4.0), que abrange 19% do município do Rio de Janeiro. A escolha deste tema surgiu da interseção de questões relativas à destituição do poder familiar, a materialidade da vida, a habitação e a experiência de maternidades negras.

O objetivo deste texto é discutir um caso específico de destituição de parentalidade de uma mulher atendida pela política pública de acolhimento Lares Carioca, da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) da AP 4.0, conforme relatado por uma Conselheira Tutelar envolvida no caso. O programa Lares Carioca visa apoiar gestantes e mães com crianças de até dois anos em situação de rua ou extrema vulnerabilidade, oferecendo um lar individual para cada mulher nas diversas APs do Rio de Janeiro. Este estudo questiona como um programa destinado a beneficiar mulheres pode, paradoxalmente, desencadear um processo violento de destituição familiar, sob a alegação de não cumprimento das exigências do programa ou falha em "se organizar" para manter a custódia dos filhos.

A pesquisa é guiada por questões fundamentais: Como a exigência de "se organizar" para

manter ou recuperar a custódia dos filhos se torna uma prática constante nas experiências de maternidade negra dentro de um projeto de nação? De que maneira o auxílio por políticas de Estado pode acabar se convertendo em uma escalada de violências? Por fim, busco explorar as tensões que revelam certas continuidades nas situações vivenciadas por mães negras, refletindo sobre a construção do conceito de lar em contraposição à exigência de "se organizar", e identificando brechas que possam oferecer uma rota de escape desse cenário.

GT 070: Memórias sensíveis, contramemórias e patrimônios incômodos: políticas, suportes e narrativas nas cidades

O conceito de patrimônio de matriz eurocêntrica frequentemente reitera narrativas conciliatórias a respeito do que é digno de lembrança. A denúncia do caráter estrutural da violência, protagonizada pelas populações silenciadas pelo colonialismo nos países da América Latina (Gonzales, 1987), vai de encontro a essa perspectiva, trazendo à tona outras agências e protagonistas na dinâmica de preservação e esquecimento. Situações traumáticas, apagadas da história oficial e da memória coletiva, têm sido cada vez mais levadas ao debate público. Os meios para tanto são diversos, como, por exemplo, as intervenções sobre monumentos legitimados; a criação de memoriais e de museus comunitários; a elaboração de antimonumentos e ações de contramemória; a releitura/reconfiguração de exposições e acervos por agentes invisibilizados ou historicamente retratados de forma estereotipada. É pertinente analisar as estratégias de contestação de narrativas supostamente estabelecidas, frequentemente povoadas por personagens brancos, cisheterossexuais, fardados e masculinos. O GT, portanto, propõe discutir: quais são os objetos, corpos, narrativas e gestos mobilizados em estratégias de contestação de narrativas patrimoniais hegemônicas? Como as questões de raça, gênero, classe e/ou sexualidade são agenciadas na disputa pela maquinaria patrimonial? Como a interpelação mútua entre a rua e a arte movimenta processos de luta pela descolonização do espaço urbano?

Coordenação

Lilian Alves Gomes (UCAM), Hugo Menezes Neto (UFPE)

Debatedor(a)

Patrícia Lânes Araújo de Souza (UERJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Samba e Comunidade: A Relevância da Comunidade do Alto da Sé para as Agremiações de samba em Olinda

Akyla Alexandre Tavares Vicente Pessoa da Silva (UFPE)

O samba e as comunidades de Olinda-PE, especialmente a Comunidade do Alto da Sé, são elementos fundamentais na cultura local. Com dezesseis agremiações de samba e duas escolas de samba, sendo uma delas na Comunidade do Alto da Sé, a conexão entre essa comunidade e

o samba é evidente. Este trabalho destaca a importância dessa comunidade para as agremiações de samba em Olinda, com ênfase no papel do mestre Junior Batera na preservação e transmissão dessa tradição musical. Vale ressaltar que esse mestre nasceu e ainda mora na Comunidade do Alto da Sé. A pesquisa foi conduzida por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação participante, permitindo uma análise aprofundada das questões relacionadas ao samba e às comunidades em Olinda. Esses métodos revelaram a influência direta e indireta da Comunidade do Alto da Sé nas agremiações de samba da cidade. O texto contextualiza a resistência histórica enfrentada pelo samba em Olinda, destacando a importância de valorizar não apenas o ritmo, mas também as comunidades que o acolhem. Através de relatos de membros das agremiações de samba, como mestre Diego e Marquinhos de Pilares, fica evidente o impacto positivo do mestre Junior Batera na formação de novos talentos e na preservação da cultura do samba. O mestre Junior Batera, fruto da Escola de Samba Preto Velho, deixa um legado significativo que se estende por diversos projetos, incluindo sua participação ativa na mencionada escola de samba. Na comunidade do Alto da Sé, onde a tradição de escola de samba e mestres de bateria é forte, muitos dos alunos dessa comunidade ascenderam para se tornar mestres de bateria nas agremiações de samba em Olinda, graças a esses projetos. Essa trajetória demonstra como o conhecimento e a experiência são transmitidos e multiplicados ao longo do tempo, enriquecendo e fortalecendo a cultura e as tradições locais. A presença marcante do samba na Comunidade do Alto da Sé vai além do aspecto musical, contribuindo para os aspectos sociais e culturais da região e fortalecendo os laços comunitários. No entanto, as agremiações de samba enfrentam desafios, como a falta de reconhecimento por parte do poder público e a resistência de alguns moradores do sítio histórico de Olinda. Um episódio ocorrido durante uma reunião para a preparação do carnaval 2024 destaca a luta das agremiações de samba por reconhecimento e respeito. A voz do presidente da Escola de Samba Preto Velho ecoa a determinação dessa comunidade em resistir às adversidades e preservar sua cultura. Em suma, valorizar o samba em Olinda é reconhecer e valorizar as comunidades que o sustentam. A luta das agremiações de samba por reconhecimento e respeito destaca a importância de ouvir e apoiar essas comunidades para preservar a diversidade cultural no Carnaval de Olinda.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_128_04509540_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O dito e o não dito: A procura da diversidade sexual no Museu de Arte de Belém.

Alexssander Brandon A de Lima (UFPA)

Como braço direito do projeto moderno-colonial, o museu se estruturou historicamente no apagamento consciente de identidades dissidentes do cidadão produzido como ser da matriz de pensamento ocidental, por isso, essa instituição deve ser compreendida como uma unidade pedagógica das discursividades nacionais (BOITA, 2020). Nesse sentido, apresento algumas reflexões produzidas em minha atuação como bolsista de iniciação científica, tendo como objetivo primordial em meu plano de trabalho detectar as formas de enquadramento que corpos dissidentes, no tocante à diversidade sexual, ocupam em processos de musealização. Dessa forma, é preciso questionar: quem são os sujeitos esquecidos? Qual o papel que o museu pode tomar frente às contradições impostas por esse processo? Para isso, a metodologia se estrutura

em uma ampla pesquisa bibliográfica para fornecer a sustentação necessária para a análise dos acervos museais em pesquisa de campo. Dessa forma, foram realizadas entrevistas curtas com um dos profissionais responsáveis ligado à reestruturação das coleções e uma outra com um dos estagiários. O Museu de Arte de Belém (MABE), localizado no Palácio Antônio Lemos, possui um imponente acervo artístico representativo da ideologia burguesa da qual se liga de forma direta às discursividades modernas que estruturam a matriz de pensamento da museologia nacional. Sua reabertura em 2024 representou um novo marco em sua formulação, dando destaque a outros sujeitos em suas exposições. Entretanto, há uma invisibilização no que se refere à diversidade sexual e de gênero e suas estratégias de vida. O quadro mais próximo dessas tensões, na interpretação de um dos profissionais do museu, se intitula Meditação de José Girard, no entanto, é algo muito ambíguo no percurso museal. Nota-se como na produção de coleções museais, quando se tem, sexualidades dissidentes muitas das vezes habitam o penhasco entre o segredo e a revelação, é como se essas narrativas não pudessem habitar a história nacional e ocupassem o espaço do que é proferido por alguns profissionais, mas que nunca é reverberado pelo percurso museal (SOLIVA; MENEZES NETO, 2022). Por quais motivos tal invisibilização ocorre em meio às formulações das coleções, mesmo nas que proponham serem inclusivas? Assim, o MABE ousa construir outras discursividades da identidade belenense, mas precisa compreender quais sujeitos ainda permanecem às margens e que as coleções devem estar em permanente movimento, sobretudo em coleções que se proponham a debater a pluralidade concreta da sociedade. Tal ímpeto é crucial para que os mais variados grupos possam alcançar de forma plena o direito à memória e o exercício da cidadania patrimonial.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrimônios, territórios e Identidades: Do Mercado Sul para o contexto geral do Distrito Federal

Ana Luiza Noronha (UNB)

O Mercado Sul, localizado no Distrito Federal, em Taguatinga, há 25 km do Congresso Nacional, abrigou as primeiras feiras populares do território e seu começo data desde antes da inauguração de Brasília. Durante seus mais de 60 anos de história, o território passa por diversas mudanças: a chegada dos comerciantes, o abandono de lojas, a marginalização do espaço, a criação de uma comunidade cultural e em 2015 a ocupação popular com objetivo de reivindicar o direito à cultura, moradia e à cidade. O Beco, forma como é chamado por seus frequentadores, atualmente busca se tornar patrimônio cultural do DF. É a partir do acompanhamento do processo de patrimonialização do Mercado Sul, que a pesquisa passa a olhar para um ponto crucial: como os bens culturais, a sociedade civil, os conselhos de proteção ao patrimônio cultural e o Estado têm atuado em relação aos patrimônios do DF. A pesquisa feita entre 2022 e 2023 culminou no TCC "'Mercado Sul é Patrimônio Cultural": Debates sobre políticas, narrativas e o reconhecimento patrimonial de outras identidades culturais do Distrito Federal.'" que procurou trazer a análise de documentos oficiais do Estado, dos conselhos de proteção ao patrimônio cultural, bem como abordar como a sociedade civil tem atuado em relação aos patrimônios culturais da cidade, em especial do Mercado Sul. Neste trabalho pretendo trazer

algumas atualizações sobre o contexto patrimonial do Distrito Federal. A patrimonialização do Mercado Sul têm sido apenas o ponto de partida de uma pesquisa ampla sobre as disputas territoriais, de narrativas e as ações de proteção e construção da identidade cultural da capital do país. Pretendo abordar os novos desafios, as vitórias e as iniciativas que dão continuidade ao processo de reconhecimento do Mercado Sul, bem como a atualização das decisões dos conselhos patrimoniais do DF e como a questão territorial está intimamente ligada aos bens culturais que foram reconhecidos ou que desejam se reconhecer como patrimônios culturais do Distrito Federal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O CASO DO PAINEL BRENNAND: disputas em torno da cidade, participação social e políticas públicas

Cássio Ranieri Ribeiro da Silva (CEPPC)

Nesta comunicação trago a experiência por mim vivenciada, enquanto presidente do Conselho de Preservação de Pernambuco, onde ocupo a cadeira de Antropologia, Sociologia e Turismo, representando a sociedade civil. O foco de análise está no processo polêmico em torno da decisão do colegiado em autorizar a transferência de um importante painel artístico de Francisco Brennand do centro da cidade do Recife para o bairro de Boa Viagem. Existem aspectos importantes a serem ressaltados que compreendem as disputas internas ao Conselho, a agência dos representantes do Governo do Estado, os interesses privados do Banco privado que detém a obra, a família do artista e outras autoridades que se posicionaram à época contrárias a retirada. Embora o debate tenha sido público, existem interstícios que fogem ao debate amplo. Assim, buscando observar a experiência da participação social no Conselho de Preservação (instância máxima deliberativa em Pernambuco), os interesses que jogam a cidade numa disputa de narrativas e minha própria experiência enquanto antropólogo e conselheiro, à época presidente do colegiado. Com isso, pretendo evidenciar aspectos importantes para discussão do patrimônio cultural em Pernambuco, ampliando o debate sobre a prevalência de acordos e entendimentos, ainda fortemente adotados pela elite intelectual do Estado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrimônios de afetos visuais: Montagens da memória em acervos fotográficos pessoais

Cristina Maria Da Silva (UFCE)

Este trabalho é um mergulho na fisionomia, nas narrativas e experiências de vida de mulheres, de diferentes origens, por meio de suas fotografias e de seus traços visuais no tempo, em um projeto de extensão. A pesquisa e o ensino são movimentados pelo que a extensão aponta e estimula, não o contrário. Por meio de visitas às suas casas, vasculhando acervos familiares, escutando as músicas que embalsamaram a juventude dessas senhoras, tocando seus guardados, que culminaram em uma experiência expositiva, encontramos vestígios do que elas contam sobre si e do que acionam como um legado. Tomando a Antropologia Visual como referência, observamos a imagem como sintoma e como conhecimento (Didi-Huberman), acionamos os seus dispositivos e arquivos vivos, como atos (Samain) potencializadores na captura dos vestígios da memória, sobretudo das ausências, lacunas e rasuras do vivido. Seus nomes são



como bússolas que nos orientam e cartografam os seus percursos e protagonismos coletivos: Tereza, Tonha, Iolanda, Ivoneide, Zenir, Acilda e Helena. Suas existências a partir das imagens, dos diferentes lugares de onde vieram no Ceará, dos lugares por onde passaram e o que delas restou, são tomadas como questões, mas também como feridas (Barthes) que nos instigam a ver, além do que costumamos olhar. Observando seus espaços da recordação (Assmann) por meio da rememoração (Gagnebin), podemos ampliar as possibilidades narrativas de suas singularidades. Desse modo, diante dos movimentos das imagens articulamos fotografias com biografias e memórias e as observamos como extensão de nossos corpos e como registro que nos permitem inventariar nossas origens tanto individual quanto coletiva. Tomando os acervos pessoais como arquivos, desvelamos o que é contingente e arbitrário. Ao guardar histórias, descobrimos como de maneira singular, as memórias são acervadas e como elas podem restituir pelo afeto, bem como elas expressam o lugar de onde sofre, o lugar de onde se expressam os sintomas, conforme Didi-Huberman. Acompanhando os passos, rastros, cantos e visualidades dessas mulheres, podemos evocar suas memórias e sermos testemunhas dos signos (ou túmulos) de suas fabulações e geografia. Ao escutarmos as intimidades de seus cenários familiares redimensionamos as experiências urbanas, ampliamos as possibilidades cognitivas de como lemos as cidades e as biografias que as compõem. Se colonizar é um exercício de desmemorização, aqui as imagens nos possibilitam lembrar e com isso vasculhar nas lacunas dos arquivos e nos cortes da memória: as histórias e narrativas subterrâneas que atravessam pessoas, lugares e seus acontecimentos. Os ossos dos mortos regurgitam da terra vozes que, muitas vezes, não queremos ou não estamos prontos para escutar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Antimonumento Tortura: Suporte Material de Memórias, Refutação à Violência Estatal, Lugar de Memória e Consciência, Mecanismo da Justiça de Transição

Davi Kiermes Tavares (IFBA)

Resumo: O objetivo desta proposta de comunicação é apresentar o antimonumento denominado Tortura, escultura de quatro metros de altura, em dupla face, confeccionada em fibra de vidro e com, aproximadamente, 250 kg. Além da placa contendo 35 nomes dos homenageados, a obra traz uma silhueta humana trespassada por vergalhões de ferro, simbolizando elementos torturantes. Criado pelo artista plástico, cenógrafo e designer gráfico baiano Ray Vianna, resulta de uma ação do Comitê Baiano pela Verdade, do Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia, da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia, com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador, sendo inaugurado no dia 28 de agosto de 2015 - em referência ao dia da Anistia no Brasil (sancionada em 1979) -, no Largo do Campo da Pólvora, bairro Nazaré, cidade de Salvador. Além dos aspectos materiais e simbólicos que o mesmo encerra, ressaltados serão sobretudo seu sentido de contestação à violência do Estado brasileiro perpetrada durante o período ditatorial, conforme considerações de Seligmann-Silva (2015); sua função como lugar de memória e de consciência ao conformar o desejo de recordar de modo ativo o passado doloroso e dispor um aspecto pedagógico visando instruir e alertar quanto a recorrência de regimes ditatoriais, consoante Quadrat & Silva (2021); finalmente, sua capacidade de servir como suporte que evoca memórias - das arbitrariedades e

violações de direitos humanos cometidas pela Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), segundo Abreu (2016); e, de igual modo, como mecanismo de reparação simbólica, um dos eixos ou elementos estruturantes da chamada Justiça de Transição: conceito criado em 1990, por Ruti Teitel, que foca na instrumentalização do direito em circunstâncias excepcionais, referindo-se à justiça adaptada para sociedades que tenham passado ou estejam passando por períodos marcados pela violência política, como sustenta Quinalha (2013). Para estudá-lo, utilizamos a pesquisa bibliográfica, entrevista (com o artista) e observação livre in loco (do antimonumento em seu local de inserção). Em conclusão, a proposta possibilita refletir sobre e em que medida um artefato cultural voltado à memória da ditadura militar é capaz informar e/ou rememorar sobre as violações desse período, bem como prover sentido de justiça reivindicativa que se desdobra em ações na defesa de direitos e de combate ao esquecimento e ao oficialismo. O que foi exposto advém de pesquisa de doutoramento em curso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_631_61242243_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Silêncios monumentais: homenagens ao ator Paulo Gustavo (1978-2021) no espaço público de Niterói -RJ

Eduardo Monteiro R. Lima (UCAM), Lilian Alves Gomes (UCAM)

Silêncios monumentais: homenagens ao ator Paulo Gustavo (1978-2021) no espaço público de Niterói- RJ Na comunicação proposta, pretendemos analisar homenagens ao ator Paulo Gustavo (1978-2021) que se valem de objetos memoriais dispostos no espaço público de Niterói- RJ. Paulo Gustavo foi um ator e humorista nascido em Niterói e que utilizou a cidade como locação para os filmes da trilogia cinematográfica *Minha Mãe é uma Peça*, campeã de bilheteria no Brasil. O ator faleceu em maio de 2021, vítima de COVID-19. No mesmo mês de sua morte, a prefeitura de Niterói realizou uma consulta pública sobre a troca do nome da via que levava o nome coronel Moreira César para Rua Ator Paulo Gustavo”. A mudança foi aprovada e resultou na instalação de 26 placas. Elas se dividem em dois tipos. Um no padrão que já se vê pelas ruas da cidade, com o nome Rua Ator Paulo Gustavo, seguida pelas informações sobre o artista e o CEP da via. O outro tipo tem o rosto do ator e uma das três frases: Rir é um ato de resistência, Ame na prática, na ação. Amar é ação, amar é arte e O humor salva, transforma, alivia, cura, traz esperança pra vida da gente”. Ainda em 2021, no dia do aniversário de Niterói, seis meses após a morte do filho ilustre da cidade, a prefeitura inaugurou, no Campo de São Bento, duas estátuas em homenagem a Paulo Gustavo. Uma reproduz a imagem do ator e a outra mostra a personagem mais conhecida de Paulo Gustavo, a dona Hermínia. As duas formas de homenagem, nomeação de via pública e instalação de estátuas, despertaram não só a comoção de fãs. A imprensa noticiou ações contrárias à efetivação da troca de nome da via e um dos pesquisadores autores desta proposta de comunicação presenciou reações homofóbicas às estátuas quando estava produzindo fotos das homenagens em questão. Destacamos que tanto na placa que acompanha o monumento no Campo de São Bento, quanto nas placas de sinalização da Rua Paulo Gustavo, não se menciona que ele foi uma pessoa LGBTQIAPN+. Seus fãs e pessoas que o conheciam por seu trabalho certamente sabem disso, mas e as futuras gerações? Uma observação importante a ser sublinhada é a menção, na placa do monumento

no Campo de São Bento, à doença que levou Paulo Gustavo a morrer. Como é informado, o ator faleceu, aos 42 anos, vítima de COVID-19”. Nesse sentido, também pretendemos discutir em que termos a homenagem atua contra o esquecimento da pandemia de coronavírus, um evento traumático coletivo. Por meio da análise de notícias e de dados produzidos por meio de trabalho de campo, buscaremos discutir dinâmicas de visibilidade / invisibilidade e de enunciação / silenciamento envolvidas na materialização de homenagens a uma pessoa LGBTQIAPN+.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A patrimonialização do ofício de parteira tradicional: tensionamentos e reparações (im)pertinentes

Elaine Müller (UFPE)

Neste trabalho, reflito sobre a narrativa patrimonial para o registro do ofício de parteira tradicional do Brasil, levantando as categorias mais relevantes, os diálogos estabelecidos entre parteiras e técnicos com expertise no campo da antropologia e da história. Na pesquisa etno-histórica realizada para a instrução do processo de registro, os saberes e práticas das parteiras tradicionais são apresentados como sendo comunitariamente enraizados, como uma forma de cuidado integral entre mulheres e suas famílias, como acionando repertórios fitoterápicos e religiosos circunstanciais e, principalmente, como uma epistemologia que poderíamos entender como contracolonial. Como pano de fundo da abordagem patrimonial sobre o ofício de parteira, temos os tensionamentos entre saberes tradicionais e biomédicos e a perda de espaço das parteiras num contexto de medicalização e hospitalização do nascimento, colocando o reconhecimento como uma necessária reparação histórica por parte do Estado. Podemos dizer que a narrativa patrimonial construída no dossiê Parteiras Tradicionais do Brasil traz a baile perspectivas e experiências diversas, colocando o saber antropológico a serviço de uma curadoria, espécie de mediação cultural, imbricada pelas biografias de parteiras e antropólogas, por pautas do ativismo pelos direitos das mulheres e pessoas que maternam, pela necessidade de redimensionamento teórico metodológico do campo antropológico, museológico e patrimonial, e pelos afetos de relações interpessoais estabelecidas ao longo de um convívio duradouro entre pesquisadoras e interlocutoras protagonistas do ofício. Estes mesmos elementos compõem o potencial de sucesso e os riscos envolvidos em ações de salvaguarda, como as realizadas pelo Museu da Parteira - em exposições, filmes, livros, eventos de trocas de saberes e na aplicação do instrumento Caderneta da Parteira, por exemplo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Contestar, repensar e gerir o patrimônio: a construção e atuação do Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo

Fillipe Alexandre Oliveira Alves (Cebrap)

O presente trabalho tem como proposta acompanhar os processos de consensos e dissensos presentes na gestão coletiva de um bem patrimonializado no meio urbano e que mobiliza memórias sensíveis e de sociabilidade de afrodescendentes na região portuária do Rio de Janeiro. Busco compreender o funcionamento e dinâmica de uma gestão compartilhada

realizada por uma miríade de sujeitos que reivindicam o legado do Cais do Valongo para si enquanto questionam o discurso autorizado do patrimônio. Para tal foi realizado trabalho de campo por meio de observação direta das atividades propostas pelo Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo, com o acompanhamento de suas reuniões, oficinas e eventos correlatos, além de análise de atas e documentos que registram a trajetória e ação do comitê, sobretudo ao longo do ano de 2023. O discurso dos sujeitos e instituições que atuam no Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo parte principalmente da ideia de impedir os sistemáticos apagamentos e branqueamento da região portuária tendo o Cais do Valongo como norteador de suas ações. Nesse processo, esses sujeitos acabam por elaborar uma noção própria da categoria patrimônio a partir de seus marcadores sociais, das trocas entre si e suas relações com o bem arqueológico e com o território. Essa dinâmica não ocorre sem contradições, disputas ou tensionamentos, olhar para esses processos nos ajuda a compreender como grupos com narrativas silenciadas vem se relacionando e negociando entre si, com o poder público, com instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e com o próprio patrimônio, ou seja, compreender quais estratégias usam para contestar, gerir e se reapropriar de seus bens.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando o corpo é premissa: processos de mediação artístico cultural acionados pela negritude

Jamille Maria Carvalho Barros (Oficina Francisco Brennand)

O trabalho discute sobre as relações entre pessoas educadoras negras, que integravam a equipe educativa do Museu do Homem do Nordeste (Recife - PE), e o museu. A negritude é aqui entendida como elemento que atravessa o trabalho de mediação cultural e pode figurar enquanto uma experiência de autoinscrição de seus agentes sobre a narrativa expográfica. Tais reflexões versam a escrevivência e a autoantropologia enquanto proposições metodológicas e são materializadas através do diálogo entre relatos de vida de agentes desse campo com memórias resgatadas pela própria pesquisadora, que também exerceu a função de educadora no espaço estudado, bem como hoje atua na mesma função em uma outra instituição museal vizinha. O Museu do Homem do Nordeste existe há 45 anos, enquanto um museu regional histórico e antropológico, foi planejado e criado por Gilberto Freyre com a missão de reunir um acervo capaz de documentar o passado e os cotidianos da vida das pessoas do Nordeste. É aqui, no setor educativo deste museu, onde estão os agentes dessa pesquisa, que se dedicam especificamente à engajar entretenimento, reflexão e compartilhamento de conhecimentos nesse espaço. Esses profissionais, que idealizam, elaboram e executam tais práticas junto aos públicos do museu, são fundamentais para a compreensão da execução e prática do que é um museu e ao que ele serve. O recorte racial, por sua vez, é tomado enquanto eixo estruturante deste trabalho, já que tensiona o lugar desses agentes, enquanto profissionais negros, em um âmbito onde a negritude é basilamente abordada sob a ótica freyreana, cuja formulação de pensamento é marcada pela perspectiva da Casa Grande. Inferir sobre a autoinscrição enquanto característica da ação de pessoas educadoras que atuam na mediação cultural, negras, no contexto deste museu, parte de um exercício de escrevivência que, segundo Conceição Evaristo,

estabelece o imbricamento de suas próprias experiências e também das experiências comuns à população negra do Brasil - especialmente as mulheres negras - no ato de escrever. Assim, esse trabalho propõe uma reflexão centrada na análise sobre o mundo contemporâneo a partir da experiência negra, como inspira o pensamento de Achille Mbembe (2014). O nosso interesse é olhar para as relações sociais considerando as subjetividades de quem as pratica; as experiências e memórias pessoais e coletivas, se tornam parte constituinte da relação de conhecimento aqui construída.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_595_57069080_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Atos etnográficos e práticas normativas: uma análise de processos legislativos para declaração de patrimônios culturais de natureza imaterial

Larissa Maria de Almeida Guimarães (IPHAN)

As casas do poder legislativo enquanto ambiente de estudo na Antropologia, e as matérias legislativas enquanto objeto de análise do antropólogo, persistem como desafios antropológicos quando falamos de práticas etnográficas em contextos institucionais e rotinas governamentais, considerando a atuação profissional para além da academia. Os trabalhos de campo nos espaços que constituem o Poder Legislativo ainda se mostram de forma tímida (Sprandel, 2021). A dimensão documental dos itinerários burocráticos (Teixeira, Silva e Castilho, 2023) de processos legislativos, por meio de projetos de leis, moções, pedido de informação, requerimentos e outros, em comissões, audiências e sessões plenárias, das matérias relacionadas aos dispositivos declaratórios de patrimônio, envolve agenciamentos para além das narrativas oficiais e negociações junto à sociedade civil. De forma paradoxal, tais atos declaratórios concorrem com a atuação do Poder Executivo. No estado de Roraima, locus onde realizo meu trabalho de campo legislativo, foram promulgadas oito leis ordinárias, entre os anos de 2015 e 2023, de caráter declaratório, adotando três formas de identificação: patrimônio cultural material e imaterial do Estado de Roraima, patrimônio cultural e imaterial do estado de Roraima e patrimônio cultural imaterial do Estado de Roraima”. Assim, busco com este trabalho, realizar uma etnografia do processo que envolve o reconhecimento de patrimônio cultural no âmbito legislativo e a institucionalização do dispositivo normativo, focando a atenção à atuação de organizações não-governamentais, das Comissões da Assembleia Legislativa do estado de Roraima e da sociedade civil, a partir de três festas (Festas Juninas, Festejo de Bonfim e Festejo do Quarto de Bode) declaradas como patrimônio cultural do Estado de Roraima, pensando-as como festa-questão (PEREZ, 2012) que envolvem trocas e reciprocidades (Mauss, 2003), buscando [compreender no] modus operandi do processo legislativo, (...) a efetividade do uso da via legislativa, mediante iniciativa parlamentar, para preservação efetiva e agasalho do patrimônio cultural (Costa, 2019, p. 53).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_699_64123972_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Narrativas de si: gênero, autodefinição e patrimônio imaterial em arquivos fotográficos de comunidades tradicionais

Letícia Reis dos Santos (UFMG)

O que escolhemos lembrar sobre o passado e o que desejamos esquecer? Saidiya Hartman abre seus experimentos de fabulação crítica incitando a refletirmos sobre nossa memória coletiva. A partir de suas palavras, essa comunicação pretende apresentar uma pesquisa de Residência Artística em desenvolvimento acerca da construção de narrativas de si através da fotografia com mulheres negras detentoras de comunidades tradicionais. Do acesso restrito a equipamentos fotográficos até as interações de grandes fotógrafos, no masculino-branco, que compuseram as imagens que temos como resquícios do passado, interrogamos institutos que dialogam diretamente com comunidades tradicionais negras (povos de terreiro e comunidades quilombolas, majoritariamente) para pensarmos as políticas de arquivos e memórias nas instituições e convidamos algumas das fotografadas a refletir sobre quais são as narrativas que elas gostariam de compor e já estão compondo sobre si. Atréamos os dois estados com maior concentração demográfica de população negra do Brasil e tecemos a conexão Minas-Bahia para discutir políticas patrimoniais de imagem, direito de imagem, autoria e composição fotográfica de seus detentores culturais. As instituições escolhidas foram o Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - Iepha/MG, sediado em Belo Horizonte/MG; e o Zumvi Arquivo Afrofotográfico, localizado em Salvador/BA. Ambos os lugares possuem um acervo vasto de fotografias e uma ampla discussão sobre comunidades tradicionais negras brasileiras. O debate a ser apresentado nessa comunicação será pautado, sobretudo, na discussão sobre memória, arquivo, patrimônio cultural e imagens de controle por mulheres negras, centrados no olhar da teoria feminista negra pelos trabalhos de Leda Maria Martins, Lélia Gonzalez, Selma Dealdina, Mariléa de Almeida, Ana Claudia Jaquette Pereira, Winnie Bueno, Patricia Hill Collins, Silma Birge, Susan Sontag e Saidiya Hartman. Através desses caminhos entrecruzados, será possível construir e colher metodologias sobre os registros da cultura imaterial, compreendendo diferentes abordagens e perspectivas plurais de mulheres negras de comunidades tradicionais a se autodefinirem por meio da fotografia. Esperamos ampliar nosso diálogo sobre quais histórias queremos contar sobre nós, considerando a relevância imagética na dinâmica social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memória soterrada na cidade maravilhosa: a Praça XV de Novembro - RJ e o passado colonial carioca

Lídia Nascimento Fateicha de Oliveira (UERJ)

O espaço hoje conhecido como Praça XV de Novembro - RJ abrigou o primeiro porto de chegada de pessoas escravizadas na cidade durante o Brasil Colônia (1530-1822), sendo assim marcado por um passado de violência escravista e de forte presença africana dentro do Rio de Janeiro. Tendo em consideração que poucos são os trabalhos acadêmicos que exploram como a memória social coletiva vem sendo organizada e tratada no local a partir dos monumentos e patrimônios materiais tombados ali, o presente artigo tem por objetivo analisar e tensionar as narrativas de memória privilegiadas atualmente em sua paisagem. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da interface que se estabelece entre memória coletiva, espaço urbano e patrimônio, bem como pesquisa documental acerca do espaço da Praça XV

de Novembro. O trabalho demonstra que este espaço foi marcado por dinâmicas importantes dentro do contexto do Brasil Colônia (1530-1822) e do Brasil Império (1822-1889)". Durante o Brasil Colônia (1530-1822), o espaço possuía uma importância econômica e de violências escravistas. Já no período do Brasil Império (1822-1889), a Praça tomou uma maior importância política, representando a presença da família real no Rio de Janeiro. Com a proclamação da república em 15 de novembro de 1889, o local passou a ser chamado de Praça XV de Novembro, abrigando desde então monumentos que remetem a figura militar e a coroa portuguesa com centralidade em sua paisagem. Além disso, bens históricos que reforçam a figura do império português no local foram tombados posteriormente como patrimônio, enquanto a forte presença africana no seu passado se manteve esquecida em meio a esses processos de patrimonialização. A presença negra passou a ser representada ali, a partir de movimentações políticas, por meio do monumento à João Cândido (almirante negro), presente no local até 2022. Essa estátua ocupou uma posição secundária em meio a disposição espacial dos demais monumentos e foi posteriormente removida, o que demonstra um quadro atual de disputa com relação à narrativa de memória coletiva privilegiada ali. Desse modo, a pesquisa aponta que o espaço da Praça XV de Novembro possui um passado de trauma social coletivo ligado a escravidão, que não vem sendo problematizado e nem ao menos tensionado efetivamente no local. Os suportes de memória presentes ali reforçam em sua paisagem um ideal de colonialidade, mantendo as memórias negras e os conflitos sociais silenciados a fim de transmitir uma imagem harmoniosa da cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Exposição "Heitor dos Prazeres é meu nome": Fabulações Poéticas da Presença Negra nos Museus e nos Espaços de Arte

Luzia Gomes Ferreira (UFPA), Nutyelly Cena de Oliveira (UFRJ)

Nesta experiência, discutimos nossa visita como duas museólogas e antropólogas negras à exposição "Heitor dos Prazeres é meu nome", com curadoria de Pablo León de la Barra, Raquel Barreto e Haroldo Costa, realizada no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), na cidade do Rio de Janeiro/RJ, no período de 28 de junho a 18 de setembro de 2023. Destacamos, assim, a vida e a beleza negra de Heitor dos Prazeres. Para aprofundar essas questões, compartilharemos nossas reflexões como mulheres negras em diálogo com as propostas metodológicas de autoras como Rosane Borges, Saidiya Hartman, Christina Sharpe, Denise Ferreira da Silva e bell hooks.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_040_01087266_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encruzilhadas de memórias entre a Festa da Chiquita e o grupo de carimbó Borboletas do Mar: cidade, territorialidades e espacialidades festivas nos jornais "Diário do Pará" e "O Liberal" anos 1980

Milton Ribeiro (UEPA)

Este texto apresenta brevemente parte da pesquisa sobre a Festa da Chiquita, tendo como mote o diálogo entre patrimônio e memória TRANSLGB, o espaço urbano e as territorialidades

sociossexuais na cidade de Belém/PA. O argumento principal é compreender a Festa da Chiquita dentro de um quadro histórico e espacialmente marcado pela dialética de exclusão e abjeção à Quadra Nazarena, mas também de sintonia e integração aos territórios festivos ou de conformação de uma espacialização festiva. Em vista disso, o percurso dessa exposição tem como fio condutor uma apresentação do que talvez seja um dos aspectos mais duradouros da Chiquita: a relação com o grupo de carimbó Borboletas do Mar, do município de Marapanim/PA. Sendo assim, apresentarei aqui cinco recortes de matérias e/ou notas dos jornais Diário do Pará e O Liberal que apontam para a construção dessa relação que se estende pelo menos desde os anos 1980. O foco aqui será observar como o Borboletas do Mar se faz presente nas espacialidades festivas da capital paraense principalmente quando assume um lugar de destaque e presença nesta festa

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As lavadeiras de São Desidério: vivências e memórias

Mylena Karine (UNB), Iara Emanuelle de Souza Santos (UNB), Anne Caroline Martins Maciel (UNB)

O seguinte trabalho tem como princípio a narrativa de lavadeiras do município de São Desidério no interior do oeste da Bahia, onde ocorre uma forma peculiar de memória em torno do que foram seus trabalhos ao longo dos anos, conforme nossa ida para o município tomamos por uma espécie de lavanderia que foi remodelado para se tornar um patrimônio do município, entretanto o que deveria ser Lavanderia Cultural com uma ideia principal de transformar o lugar que essas mulheres trabalhavam em um museu, até acreditar que essas mulheres fossem ser homenageadas, vemos que não existem menções a nenhuma delas, muito menos registros do que fora o local de trabalho. Enquanto investigamos sobre o fato ocorrido, notamos algumas diferenças entre a versão das lavadeiras (dividindo-as entre as pioneiras e suas filhas), e as pessoas que pediam os serviços, enquanto vemos que as lavadeiras tinham seu meio de vida atrelado a prática de lavar roupa para fora, as pessoas que pediam os serviços não tinham esse mesmo olhar sobre elas, e quando confrontados sobre tais mulheres muita das vezes eles acreditavam que elas lavavam por prazer até mesmo diversão por estarem na beira do rio. Dentro de uma busca por registros, em maioria houve contradições entre a história da entidade política local e a história contada dentro de um apanhado de registros dentro da oralidade e alguns registros fotográficos, nota-se que dentro do município existe um livro que tem a finalidade de contar a história do município, porém não existem menções sobre essas lavadeiras. A finalidade desse trabalho, é entender e discutir de quais formas ocorrem um apagamento, por menor que seja e maior que virá a ser, além de uma forma de elevar para um debate ainda mais estruturado sobre a invisibilização de mulheres majoritariamente negras e de classes inferiores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_887_97882318_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Justiça para Marielle: lugares de memória e objetos semente em movimento seis anos depois

Patrícia Lânes Araújo de Souza (UERJ)

O presente trabalho tem como base etnografia de ato realizado em memória de Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018, no dia de sua morte seis anos depois: 14 de março de 2024. O dia de seu assassinato passou a ser um marco na luta por justiça, ou seja, pela responsabilização de quem a executou e mandantes do crime. Tal crime é reconhecido como político dada a sua atuação como defensora de direitos humanos e vereadora. O 14 de março constitui-se também como data de rememoração de lutas e causas a que Marielle esteve vinculada em vida. Aqui parte-se do relato etnográfico visual de um dos eventos realizados na cidade do Rio de Janeiro (onde Marielle nasceu, viveu, atuou politicamente e foi morta) para pensar o papel central de diferentes objetos semente (GOMES, LÂNES, 2023) nesse evento. Tais objetos, como placas, lenços, camisetas, flores ou mesmo a estátua criada em sua homenagem, são mobilizados por diferentes atores no espaço público, fazendo parte do repertório de atualização de sua memória e pedidos de justiça. Se a estátua, onde tem início o ato em questão, constitui-se em lugar de memória (NORA, 1997) e de ativação de causas e atores políticos em diferentes momentos, outros objetos (flores, camisetas, lenços, placas etc.) podem ser pensados como vetores e mediadores de sua memória pela cidade. Tais objetos junto a grafites, estêncis, lambes etc. marcam o espaço público a partir de atuações mais ou menos efêmeras. O ato em análise contou com uma caminhada pelo Centro culminando com a tomada das escadarias da Câmara Municipal, onde ela atuava como vereadora. A Câmara dos(as) Vereadores(as) do RJ está localizado na Cinelândia, espaço emblemático para movimentos sociais progressistas, onde foi realizada vigília após seu assassinato e onde a placa de rua foi originalmente substituída pela intervenção artística quebrada por opositores e, posteriormente, resgatada como símbolo da resistência da importância política de Marielle. No breve trajeto da caminhada, as participantes (em sua maioria mães e familiares de vítimas do Estado) mobilizaram imagens, palavras de luta e objetos conectando legado e memória de Marielle a outros eventos e causas, sobretudo ao assassinato de seus filhos (jovens negros moradores de favelas e periferias) e à luta por justiça. Aqui pensamos, portanto, os usos e formas de produção de memória no contexto de ativismo e mobilizações sociais públicas marcadamente urbanas a partir da memorialização pública de Marielle Franco.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Museus e Memórias: Reflexões Antropológicas sobre Cultura e Identidade Travesti

Sol Alves de Lima (UFRN)

O objetivo central deste trabalho visa compreender como os museus, especificamente o Museu da Imagem e do Som (MIS/CE), funcionam como espaços de contato e diálogo entre diferentes narrativas culturais, examinando como a memória das travestis é moldada, reinterpretada e apresentada por meio dessa instituição. Dentro desse contexto, a pesquisa se volta para entender como a memória das travestis é construída dentro do museu. Isso inclui investigar quais narrativas emergem, como são representadas e quem controla essas representações. Questões como a dialética do lembrar e esquecer são problematizadas, questionando quem detém o controle sobre essas ações e como isso influencia a construção da identidade cultural das travestis. Além disso, a pesquisa enfoca a construção da identidade cultural de forma mais ampla, problematizando conceitos como "cultura", "memória" e a invenção do "outro".

Destaca-se a importância de abordagens críticas e conscientes na análise das relações entre culturas e na preservação da diversidade cultural, garantindo que as vozes das comunidades marginalizadas, como as travestis, sejam ouvidas e respeitadas na construção e representação de sua própria memória dentro do contexto museológico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_701_05105383_133224.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da pesquisa ‘em’ campo à pesquisadora ‘do’ campo: uma experiência no carnaval carioca

Sthefanye Silva Paz (UFRJ)

O desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro é uma das maiores manifestações culturais brasileiras.

Anualmente, o Sambódromo que fica na Avenida Marquês de Sapucaí, no Centro da cidade, torna-se um palco iluminado onde se apresentam distintas agremiações recreativas que se articulam em torno da cultura do

samba. Uma das principais características do cortejo é o fato de ser composto por diferentes expressões artísticas que são resultantes de inúmeros processos de trabalho.

Todo desfile tem, por exemplo, um tema que precisa ser desenvolvido, no universo do samba carioca este tema é chamado de enredo. O enredo se materializa na avenida através de figurinos, alegorias e adereços e tem no

samba-enredo a sua principal forma de comunicação. Todos esses processos artísticos são realizados por uma ampla cadeia de trabalhadores do carnaval que são acompanhados de perto pela diretoria da agremiação.

Dentre as diferentes equipes de trabalho que se dividem em distintos fazeres artísticos, vale destacar a

centralidade dos carnavalescos que acompanham todo o processo de fabricação do carnaval. Devido à centralidade que o enredo vem conquistando nos últimos carnavais, a função de pesquisador(a) de enredo tem ganhado força.

A responsabilidade e a função deste profissional é acompanhar o processo de desenvolvimento da narrativa escolhida pela escola realizando uma defesa escrita das fantasias e alegorias que serão apresentadas no desfile. A pesquisa de enredo

é fundamental para a fundamentação histórica e conceitual do tema que a agremiação irá apresentar no carnaval e é peça decisiva na produção do cortejo pois dela decorre tanto os elementos plástico-visuais (fantasias e alegorias), quanto musicais (samba-enredo).

Ao longo de dois anos frequentei o barracão da G.R.E.S. Estação Primeira de Mangueira, como parte do meu campo etnográfico de pesquisa de doutorado. Minha pesquisa inicialmente buscava refletir sobre as dinâmicas

de trabalho, hierarquia e religião a partir da interlocução com uma adrecista evangélica responsável pela confecção de alegorias e adereços na escola. Devido a aproximação com alguns membros da escola, fui convidada

a assumir o cargo de pesquisadora, passando então a integrar a equipe de trabalhadores da agremiação como responsável direta por um quesito do desfile.

O objetivo deste trabalho é pensar antropologicamente esta experiência a partir dos desafios do fazer etnográfico quando o campo de pesquisa torna-se também seu trabalho, quando o modo de operar na estrutura são alterados já que há uma

mudança em minha posição no campo que se refletiu nas relações constituídas em um ambiente altamente hierárquico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tessitura patrimonial: reflexões sobre gerenciamento de territórios, populações e memórias

Sylvia Teixeira Soares Bomtempo (UFRJ)

As imagens das cidades são construídas por intencionalidades, onde os patrimônios culturais desempenham um papel fundamental ao determinar o que deve ser lembrado e o que permanecer como bem ordinário na rotina urbana de uma cidade (Araújo, 2015). Petrópolis é reconhecida como a Cidade Imperial, um título que nutre orgulho em grande parte da população e impulsiona o mercado e o turismo por evocar a importância da cidade no período monárquico brasileiro. A maioria dos patrimônios culturais tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) na cidade está associada a essa época, incluindo palácios, igrejas e jardins ligados à família real e à elite que a cercava. Porém, também há também outros patrimônios que destoam dessa imagem. O trabalho apresentado neste grupo de trabalho focaliza um desses patrimônios: a Vila Operária de Cascatinha, uma das primeiras habitações coletivas a serem tombadas no Brasil, integrante de um conjunto fabril localizado no bairro de Cascatinha. O bairro, situado fora do Centro Histórico onde se encontram os patrimônios relacionados à imagem Imperial, possui uma origem popular e representa um período da história brasileira após a queda da monarquia. Este patrimônio cultural não está incluído no circuito histórico-turístico da cidade. As casas são habitadas por camadas médias populares, descendentes de operários e outros estratos da classe trabalhadora, que reivindicam o direito de modificar suas propriedades, tornando-se um ponto de conflito para o IPHAN. Dessa forma, a Vila Operária de Cascatinha tornou-se um patrimônio indesejável tanto para o IPHAN, devido à administração conflituosa com os moradores, quanto para moradores, que enfrentam restrições em relação a alterações em suas residências sem a devida autorização do órgão de patrimônio. Dessa maneira, o objetivo do trabalho é analisar as ambiguidades das práticas e discursos do patrimônio no contexto da vila, buscando compreender os feixes de poder, seus mecanismos, técnicas, dispositivos e atores, que engendram e promovem a gestão das políticas de memória e a manutenção do bem como patrimônio cultural em situações não conciliatórias, em que as formas de resistência nos informam como o poder é operado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A memória de mulheres traficadas inscrita no Cemitério das Polacas

Syntia Pereira Alves (UNIMES)

As necrópoles e cemitérios, ao contrário do que julga o senso comum, vai muito além de ser a última morada dos indivíduos e se constituem como importantes locais de memória, tornando-se um possível ponto de partida para o estudo de dinâmicas sociais de um passado de difícil acesso. Neste contexto se encontra o Cemitério Israelita de Cubatão, popularmente conhecido como Cemitério das Polacas, fundado na década de 1920 pela Associação Beneficente e Religiosa Israelita de Santos (SP), cujas atividades foram encerradas na década de 1970.

Localizado na cidade de Cubatão (SP), o Cemitério das Polacas mantém presente na paisagem da cidade, da comunidade judaica e do Estado de São Paulo a história de indivíduos cujas vidas não se encontram no que comumente se encontra nos registros oficiais da história de uma sociedade. Esta proposta visa apresentar a pesquisa em andamento sobre este cemitério, espaço construído para sepultar homens e mulheres cuja história foi atravessada pela organização criminosa Zwi Migdal que operou no leste europeu traficando mulheres judias para Brasil, Argentina e Estados Unidos. Desta forma, o Cemitério Israelita de Cubatão se tornou um importante espaço de memória tanto para a cidade que o abriga, quanto para a história da comunidade judaica do Estado de São Paulo e para a história da imigração brasileira no século XX. Assim, será apresentado o estudo que busca compreender, a partir da história do Cemitério das Polacas, relações sociais escondidas e, por vezes, apagada de grupos sociais como mulheres traficadas e que estiveram envolvidas com prostituição, como foi o caso das polacas. Desta forma, serão apresentados pontos observados ao longo da investigação, como o Brasil como rota da organização Zwi Migdal, a organização e mobilização da Associação Beneficente e Religiosa Israelita de Santos e a construção do cemitério específico para mulheres judias envolvidas com a prostituição, o processo político envolvido na construção dos primeiros cemitérios confessionais não-católicos do Brasil, o abandono do Cemitério das Polacas como tentativa de apagamento histórico, seu recente tombamento e a inclusão do local como espaço de memória sensível. A pesquisa foi realizada a partir de documentos e entrevistas a fim de compreender a história, as relações indivíduos e sociedade e a tentativa de apagamento da memória desses incômodos mortos.

GT 071: Mercados culturais e trabalho: desafios e fazeres etnográficos

Nas últimas décadas a relação entre mercado cultural e trabalho têm mudado significativamente. A divisão moderna entre trabalho e lazer se desfez enquanto a esfera do trabalho e a “vida por projetos” se expandiu. As noções de mercado e de trabalho adquirem novos sentidos que vão além dos debates clássicos da indústria cultural. Os mercados culturais emergem a partir de novas relações entre os produtores culturais e os diversos circuitos alternativos de produção e consumo de bens culturais. As relações de trabalho também se alteram e discursos que valorizam a lógica empreendedora, as novas formas de contratação e a centralidade das redes profissionais ganham espaço e passam a impactar a subjetividade das pessoas que trabalham com cultura. Este GT, continuidade dos debates da última RBA(2022) e RAM(2023), propõe debater as relações entre mercados culturais e trabalho, sem focar em uma definição, mas a partir de trabalhos etnográficos que explorem os diversos sentidos emergentes. Interessa o aporte de trabalhos que se focam na vida cotidiana, nas subjetividades e nos processos de construção de mercados culturais e trabalho, problematizando algum dos eixos: mercados culturais e formas coletivas de produção da arte; novas práticas de trabalho na cultura e suas organizações laborais; dimensão do projeto e do sonho na construção de carreiras na cultura; mercados culturais e as relações com o poder público; mercados culturais e usos das mídias sociais e plataformas digitais.d

Coordenação

Marina Bay Frydberg (UFF), Victoria Irisarri (universidad de buenos aires)

Debatedor(a)

Tatiana Braga Bacal (UFRJ), Ornela Alejandra Boix (CONICET)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma análise da inserção de jovens no campo da cultura a partir do trabalho de projetos sociais

André Cesari Batista de Lima (FGV CPDOC)

O presente trabalho visa investigar a inserção de jovens estudantes de projeto social no campo da cultura, tendo como objeto de pesquisa a trajetória destes no projeto Centro de Ópera Popular de Acari. A análise incorpora uma parte da minha trajetória enquanto aluno/músico/professor do Centro de Ópera. Assim, com base em entrevistas realizadas sobre a trajetória que alguns participantes da instituição, o objetivo está em perceber como estes jovens percorreram uma trajetória e como foram se inserindo no campo da cultura como meio de trabalho. Entendendo as múltiplas complexidades do campo cultural, devemos compreender que os sujeitos que estão inseridos nessa área, experimentam e desempenham formas diferentes de inserção no mundo do trabalho e, assim, produzem diversos meios de engajamento e de organização na sua luta política. No caso o Centro de Ópera Popular de Acari, além do desenvolvimento das oficinas aos alunos, enquanto espaços de aprendizagem para esses jovens, visam também servirem de espaços de profissionalização para os mesmos, no qual, a partir do ensino, seja de uma atividade, seja ela artística ou não, capacitam o seu público para o mercado de trabalho. Deve-se ressaltar também que um projeto social localizado em regiões periféricas da cidade, visa não apenas o ensino de uma habilidade artística ou técnica. Ao oferecer aulas, esses projetos capacitam os alunos, não apenas em termos técnicos e artísticos, mas também no desenvolvimento de competências e noções como socioemocionais, cidadania, o trabalho em equipe e a consciência de que os mesmos fazem parte da sociedade. Assim, deve se compreender como esse campo profissional, as suas manifestações culturais e o seu desenvolvimento, possui uma dinâmica particular em relação ao seu funcionamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_294_48661197_927130.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Números e leituras no Brasil: uma discussão sobre legitimidade e agência no mercado editorial brasileiro

Angícia Gomes Pereira Mourão (SEDUC-CE)

Neste trabalho, proponho uma análise da agência dos números (DESROSIÈRES, 1993; SCOTT, 1998; FOUCAULT, 2021) expressos na quinta e última edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, publicada em 2020. Esta pesquisa é um diagnóstico realizado, na maioria das vezes, a cada quatro anos pelo Instituto Pró-Livro, com o apoio da Câmara Brasileira dos Livros (CBL), do Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e da Associação Brasileira de Livros e Conteúdos Educacionais (Abrelivros). Além de evidenciar a imbricação entre

Estado e mercado no setor cultural brasileiro, os números dessa pesquisa costumam ser apresentados como de importância fundamental para a compreensão e promoção dos hábitos de leitura dos brasileiros. Em última instância, é a eles que se costuma atribuir legitimidade tanto aos argumentos em prol da leitura, quanto ao senso comum de que o brasileiro não lê”. Dessa forma, este trabalho contribui para as discussões a respeito das relações entre poder público e privado no mercado cultural brasileiro, das políticas públicas como práticas sociais e discursos culturalmente situados e da formulação de indicadores culturais no Brasil. Palavras-chave: Mercado editorial. Políticas públicas. Indicadores culturais. Retratos da Leitura no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_164_48869542_927130.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre a gestão coletiva e o empreendedorismo individual : dilemas na reorganização do artesanato potiguar pós-pandemia

Augusto Carlos de Oliveira Maux (UFRN)

Este trabalho examina os desdobramentos de pesquisa de mestrado acerca da crise do setor artesanal do Rio Grande do Norte durante a pandemia de Covid-19, onde identifiquei a concorrência dos modelos de organização coletiva com o modelo de artesã-empREENDEDORA, problematizando a apropriação das tecnologias como um dilema concorrente à disputa pelos caminhos do artesanato. A pesquisa de campo foi realizada no período de 2020 a 2022, passando por minha participação como servidor público no programa estadual do artesanato, pelo acompanhamento de cooperativas do setor, e por etnografia digital. As artesãs que prosperaram em alguma medida no período sentiram rapidamente o acúmulo de atribuições do empreendedorismo individual. Para obter alcance nas plataformas digitais, foi necessária uma carga brutal de trabalho e o domínio de diversas técnicas que até então não compunham o ofício artesanal. Para além de cenários de empreendedorismo e precariedade, há no campo da Economia Solidária um projeto para a organização autogerida do setor que tem sido desafiado por diversas insuficiências não triviais. Coletivos de Economia Solidária, em parceria com a coordenação estadual e instituições de ensino superior, buscaram alternativas para o enfrentamento da crise derivada da pandemia, porém essas mobilizações esbarram num sistema que privilegia as formas hegemônicas de organização. A pesquisa evidenciou situações em que precariedades e adaptações se apresentam sem uma delimitação nítida. Entendo que o debate freireano proposto por David Nemer fornece elementos para articular analiticamente, em etnografias sobre o digital, o que Ortner chama de antropologia sombria e antropologia do bem, voltada aos efeitos perniciosos e respectivas formas de enfrentamento aos efeitos do neoliberalismo. É necessário, dessa forma, atentar para as apropriações feitas pelas artesãs das tecnologias e modelos organizacionais disponíveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"É uma brincadeira de interação simultânea": Trilogia do Santo Amaro e uma nova forma de ser Dj funk

Fabiola de Carvalho Leite Peres (UFRGS)

Desde que a carreira de Dj Marlboro alcançou proporção nacional, entre o final dos anos 90 e início de 2000, a importância destes profissionais extrapolou as tendas dos bailes funks das favelas do Rio de Janeiro e foi ganhando espaço cada vez maior na mídia e no cenário musical brasileiros. Ao longo dos anos, principalmente no caso do funk, suas possibilidades de trabalho se alargaram. Além das funções de seleção, mixagem e reprodução de faixas em eventos e rádios, recentemente, os Dj's têm ganhado destaque como produtores, compositores e intérpretes de músicas. Esta é uma das características que alicerçam o novo período da profissão, que, assim como em outros mercados culturais, emerge a partir de novas relações entre os produtores e os variados circuitos de produção e consumo. Extremamente ligado à difusão, cada vez mais simplificada, de conhecimentos e equipamentos técnicos através da internet e de equipamentos digitais, esta se torna uma profissão almejada por muitos jovens moradores de bairros de periferia. É neste cenário que surge, em 2021, o objeto que inspira este artigo: o Trilogia do Santo Amaro. Este produto, criado através do Baile do Santo Amaro (RJ), é composto por um trio de Dj's residentes deste evento, realizado no Morro do Santo Amaro (zona sul do Rio de Janeiro). Este produto revoluciona as práticas dos Dj's, que tradicionalmente estão inseridas em uma lógica individual, e cria uma nova forma coletiva de performance e de produção da arte. A realização de etnografias em bailes funks cariocas e apresentações do grupo de Dj's, aliada a entrevistas com os integrantes, possibilitou que fossem mapeados os processos de construção do trio, assim como observadas as performances, estéticas e produções que criam, no Trilogia do Santo Amaro, uma nova forma de trabalho no universo cultural dos Dj's e dos bailes funk. É o objetivo principal deste artigo, portanto, descrever de que forma tais performances, estéticas e produções criam esta maneira de trabalho coletivo cultural, assim como analisar como diferem dos shows tradicionais de um único Dj. É ainda possível refletir sobre o cenário geral de mercado para os profissionais atrelados ao gênero musical funk e a ascensão social que esta carreira permitiu a cada um dos integrantes do Trilogia do Santo Amaro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Políticas culturais democráticas: reflexões do construir a partir da Conferência Nacional de Cultura

Isabella Marques Ferreira (UNB)

O trabalho é um esforço de se pensar mercado cultural a partir da Conferência Nacional da Cultura. O evento de 5 dias aconteceu em Brasília em Março de 2024, depois de 10 anos de hiato, é um esforço de retomada da políticas culturais, melhor ainda, é um esforço de construir essas políticas democraticamente, com participação direta dos fazedores de cultura de todos os estados brasileiros. O objetivo de todos é que ao final do evento, as propostas prioritárias de cada grupo de trabalho operem como alicerce para a construção do Plano Nacional de Cultura para a próxima década. O evento é composto por uma metodologia de diferentes etapas de agrupamentos, falas e discussões. A partir do acompanhamento das diferentes etapas da conferência nacional, com foco no eixo de Economia Criativa o objetivo do meu trabalho é compreender com mais densidade as nuances da proposta de fazer política cultural de forma democrática. Compreendo que em nossa democracia, são poucos os momentos de escuta direta

às demandas da população, bem como, é grande a distancia entre a política pública pensada pelo Governo e seu alcance e execução entre os cidadãos. Foram longas horas de fala e escuta. Com isso, tenho algumas possibilidades de caminhos para este trabalho, assim a análise aprofundada dos dados indicarão o percurso, são elas: refletir sobre a democracia e a escuta bem como a falta delas; atentar sobre as especificidades dos trabalhadores da cultura e do fazer cultural, tal como a intermitência dos contratos, as dificuldades de manutenção econômica de suas atividades bem como as desigualdades de oportunidades com campo cultural; a economia criativa pensada a partir dos significados do fazer cultural: econômico, simbólico e cidadã; aproximações e distanciamentos entre os diferentes agentes que compuseram o evento. Independente do caminho trilhado, é intrínseco ao trabalho pensar a economia criativa e o mercado cultural extrapolando a noção de economia de mercado capitalista. Além disso, estará presente uma análise qualitativa fundamental para a perspectiva cultural, tendo em vista que os dados quantitativos muitas vezes mascaram as desigualdades do setor.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Natal Viva: Relações e disputas entre agentes culturais e agentes políticos a partir da Cidade Alta para e sobre o Centro Histórico

João Vitor Holanda Martins (UFRN)

O centro histórico de Natal, situado no bairro da Cidade Alta, é marcado por duas atmosferas distintas que se entrecruzam e se relacionam, durante o dia: comércio, compras, carros e ônibus, já à noite: lojas fechadas e o ir para casa após um dia de trabalho. Enquanto isso bares, boates e festas do beco da lama (viela onde existem uma série de atividades culturais no centro histórico) e adjacências se abrem a um novo público que passa a ocupar este lugar. Essa dinâmica é marcada por um cotidiano cercado de problemas que envolvem o local como a saída de lojas da região, falta de transporte público adequado, e um esvaziamento do local, em meio a esse cenário agentes culturais permanecem a realizar eventos e disputar esse centro histórico. Neste trabalho pretendo observar e analisar as relações e disputas políticas existentes entre produtores culturais, artistas, donos dos bares e/ou espaços culturais, e órgãos e agentes políticos, compreendendo assim como se dá a realização de eventos artístico-culturais no centro histórico. Dessa forma, este trabalho trata-se de um estudo antropológico acerca da produção cultural e os agentes envolvidos nesse processo no centro histórico de Natal, mais precisamente na Cidade Alta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_962_47702147_927130.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Profissão Digital Influencer: análise exploratória sobre o trabalho de mulheres consideradas influencers nas redes sociais digitais.

Luana Paula Peixoto Aglio dos Passos (UFES), Leandro Lucas Faccin (UFES)

Trata-se de pesquisa, em andamento, que visa analisar as condições de trabalho das mulheres que são digital influencers, através de uma abordagem exploratória baseada em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. As digital influencers desempenham um papel

significativo nas mídias sociais digitais, influenciando tendências e opiniões. No entanto, as nuances e as complexidades de seu trabalho parecem pouco exploradas pelas pesquisas acadêmicas. O objetivo principal é compreender as condições de trabalho enfrentadas por mulheres que possuem como trabalho ser digital influencer em diferentes nichos de mercado, a partir de pesquisas que abordem questões como: condições de trabalho, relações com empresas e seguidores ou o impacto desse tipo de atuação nas redes sociais digitais nas dimensões pessoais e ou profissionais. Também será buscado compreender se os artigos abordam como essas mulheres lidam com o(s) algoritmo(s) nas redes sociais digitais, ou seja, quais impactos os algoritmos podem causar para suas relações profissionais, comerciais ou pessoais. Como metodologia, optou-se pela pesquisa e análise de artigos que tragam informações relevantes sobre o tema, além de entrevistas semiestruturadas com diferentes mulheres que trabalham como digital influencers, escolhidas de forma intencional e a partir da disponibilidade das mesmas. Inicialmente foi feito um levantamento bibliográfico na base de dados Google Acadêmico com o uso do aplicativo Publish ou Perish utilizando as palavras-chave: trabalho, redes sociais mulheres Influencers”. A partir da base de dados encontrada, foi feita uma filtragem pelos pesquisadores dos artigos mais relevantes para os objetivos do trabalho, com a leitura e fichamentos dos artigos selecionados. Juntamente com essa filtragem humana, foi criado um prompt para ser utilizado na Inteligência artificial (IA) da empresa Microsoft chamada Copilot para que ela também fizesse uma análise se os artigos encontrados no levantamento inicial possuíam pertinência temática com o objeto do presente trabalho. A partir da seleção dos artigos, das reflexões teóricas e dos resultados das entrevistas,, buscou-se responder às seguintes perguntas: Como é o trabalho de digital influencer” ? Como é ser mulher digital influencer” ? Quais as especificidades deste trabalho? Ao abordar tais questões, espera-se contribuir para uma melhor compreensão das realidades pessoais e profissionais enfrentadas pelas mulheres digital influencers” .

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_65453778_927130.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O trabalho na costura em Campo Grande (MS): Etnografia em um cenário de precarização.

Manoel Pimenta de Paulo Neto (UFMS), Ricardo Luiz Cruz (UFMS)

Em Campo Grande (MS), as trabalhadoras da costura costumam exercer os seus ofícios em suas casas e através da modalidade de facção, na qual recebem peças (de camisetas ou calças de colégio, por exemplo) cortadas em fardos e as quais devem montar de acordo com uma peça piloto e uma ficha técnica. Os intermediários são os agentes (comerciais) que se colocam entre elas e os clientes (pequenas e médias empresas de confecção de vestuário esportivo, profissional e escolar, em geral), controlando assim a organização dos seus serviços no mercado local. Esse controle coloca as costureiras numa situação de competição e de precarização, na medida em que os primeiros tendem a escolher quem aceita receber os menores valores. Eles costumam demandar serviços de costura sem qualquer tipo de contrato formal, exigindo das trabalhadoras que tenham maquinário adequado para a produção, flexibilidade de horários, capacidade de aceitar longas jornadas diárias e prazos curtos de entrega. Não rara são as vezes em que um

intermediário não paga a costureira pela tarefa realizada, e ela acaba aceitando costurar novas peças a seu pedido ao se ver dependente dele. O objetivo desta comunicação é refletir a respeito da construção social do trabalho na costura em Campo Grande, sob a ótica das costureiras da cidade, e num contexto de transformações do trabalho na cidade, com a criação artista passando a mobilizar a produção dos mais variados bens e serviços, como hambúrgueres, roupas, cervejas, cortes de cabelo e feiras, por exemplo, marcando a emergência local do chamado novo capitalismo ou capitalismo artista. Quais seriam as formas de percepção do trabalho existentes entre essas trabalhadoras? Haveria o domínio de um tipo de visão dessa atividade? Quais valores as orientam? Até que ponto seus olhares sobre o trabalho são pautados por valores como a confiança, a solidariedade e o compromisso interpessoal a longo prazo? Como pensar a presença desses valores nas suas percepções a respeito dessa atividade? Como as transformações recentes no mundo do trabalho, com a esfera estética ou cultural assumindo um papel de destaque na organização desse universo, são vividas pelas trabalhadoras da costura em Campo Grande? Esta comunicação toma essas questões como ponto de partida para pensar uma etnografia do universo local da costura, sob a ótica das costureiras. Lista de referências bibliográficas disponíveis, apenas enviar um e-mail/solicitação: pimenta.manoel@ufms.br

Palavras chave: Trabalho, Reestruturação Produtiva, Mundo da costura

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quem disse que em Montes Claros não tem mar? Estratégia, experiência e engajamento na produção do evento Praia das Raparigas

Maria Isabella Sousa Silveira (UNIMONTES)

Introdução: Para que aconteça, todo evento cultural depende de uma série de fatores. Em uma região carente de programações carnavalescas, onde não havia investimento dos órgãos públicos no setor, o surgimento do Praia das Raparigas - um evento em moldes inéditos para a cidade, que levou como slogan o mote 100% cultural, popular e sem fins lucrativos, tendo na época expectativa de público de 3 mil pessoas. O evento, entretanto, caiu nas graças da cidade e carregou 15 mil pessoas para a Praça dos Jatobás, em Montes Claros/MG, o que culminou, no ano seguinte, no renascimento da programação carnavalesca de rua

montesclarenses, organizado pela prefeitura e que levou 20 mil pessoas às ruas. Objetivo: O objetivo do presente estudo é analisar as estratégias comunicacionais utilizadas na promoção do evento e sua articulação em prol da defesa dos direitos culturais e exercício do direito à cidade, bem como seus impactos, pontos positivos, negativos e decorrências para a cidade. Metodologia: Foi utilizado no artigo a metodologia descritiva, qualitativa e estudo de caso, realizadas mediante análise de todo o acervo do material existente, bem como fotos, entrevistas, postagens nas redes sociais, etc. Resultados: A realização do Praia

das Raparigas, em 2017, funcionou como um despertar para a comunidade local em relação ao Carnaval. Após este início, a cultura carnavalesca renasceu na cidade, onde foram realizados outros diversos eventos públicos, como o Bloco Jegue-

love ou o Carnavaliza” . Durante o ano de 2017, o carnaval virou temática em

Montes Claros; o Bloco das Raparigas do Bonfim disseminou-se e passou a ser contratado com frequência em outros eventos; e festas carnavalescas aconteceram durante todo o ano, movimentando a economia local. Além disso, no ano de 2018, houve o que não acontecia na cidade há mais de 10 anos: o carnaval de rua montesclarenses. Organizado pela prefeitura, também na Praça dos Jatobás, e com duração de 3 dias de folia, o evento reuniu, em um dos seus dias, 20 mil pessoas no espaço público. Conclusão: O principal legado deixado pelo Praia das Raparigas foi a volta do carnaval de rua na cidade que, devido ao seu sucesso, provavelmente ainda acontecerá por vários anos, ganhando, cada vez mais, proporções maiores. A partir do Praia, Montes Claros passou a realizar novamente um carnaval de rua gratuito, popular e, principalmente, seguro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Para além do espetáculo: pandemia e trabalho no carnaval carioca

Mauro Cordeiro de Oliveira Junior (Colégio Pedro II)

Um site de viagens americano, em 2018, elegeu o desfile das escolas de samba do carnaval carioca como o maior espetáculo da Terra’ , alcunha que, curiosamente, os agentes públicos - como a prefeitura do Rio de Janeiro - e privados - como a Liga Independente das Escolas de Samba (LIESA) - que promovem a festa já utilizavam desde o início do século para definir este ritual festivo-competitivo quase centenário. Este espetáculo internacionalmente reconhecido é produzido através de um longo ciclo anual por uma série de trabalhadores que, por meio dos seus ofícios, constroem os distintos elementos artísticos que encantam o público a cada carnaval. São processos técnicos operados por trabalhadores da cultura que, no caso das escolas de samba, são costureiras, ferreiros, pintores, escultores, marceneiros, aderecistas, figurinistas, entre outros profissionais. A emergência de saúde pública provocada pela pandemia de Covid-19 a partir do ano de 2020 interrompeu diversas atividades laborais até que a cobertura vacinal permitisse a retomada. No universo carnavalesco, seu impacto foi avassalador sobre a vida de alguns milhares de trabalhadores. O carnaval de 2021 não aconteceu e os barracões ficaram fechados durante mais de um ano. Este cenário evidenciou a insegurança das condições da força de trabalho que produz o espetáculo mercantilizado como símbolo nacional. Através de uma relação entre agentes públicos e privados, o desfile manifestação cultural é comercializado como um evento pela lógica turística. Em contrapartida, os produtores do espetáculo enfrentam os desafios e dificuldades de um cenário de precariedade que estrutura a festa. A ausência de políticas públicas destinadas à cadeia produtiva do carnaval é elemento central para o debate do caráter da gestão estatal em relação ao evento. Parte de uma pesquisa de tese de doutorado realizada em dois barracões de escolas de samba entre nos anos de 2019 e 2023, este trabalho irá versar, através de uma perspectiva etnográfica, sobre o impacto do isolamento e da não realização do carnaval em 2021, até a retomada e os desfiles fora do período carnavalesco em 2022, na vida de Augusto, homem negro que desempenha o papel de chefe de ateliê de fantasias com trinta anos de experiência no carnaval. Por meio dele, abordarei os desafios do fazer

artístico no universo carnavalesco, as dificuldades impostas pela pandemia e a precariedade e insegurança do trabalho neste mercado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Let's Play That'': Produção Musical Autoral Na Cena Contemporânea Teresinense

Nayra Joseane e Silva Sousa (SEDUC MARANHÃO)

Este artigo busca refletir sobre os processos e práticas de músicos e musicistas piauienses em seu fazer laboral que constitui a produção musical autoral na cena contemporânea teresinense. Interessa-me como os artistas se apropriam e subvertem dimensões hegemônicas da produção musical, criando coalizões, cujos sentidos e significados são capturados no movimento etnográfico. Para refletir sobre alguns caminhos percorridos por esses artistas que operam com a música, tensiono a partir da interseccionalidade levando em conta como as categorias raça e gênero afetam as trajetórias artísticas e reiteram corpos subalternizados no mercado musical da cidade. As reflexões deste trabalho delineiam movimentos a partir da trajetória profissional de três artistas da cena musical de Teresina (PI) cujos trabalhos artísticos refletem práticas de existência e esperança no modo de produzir sua música.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_054_65698235_927130.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

¿¿Cómo la música se vuelve un trabajo? ¿Y cómo sigue siendo una pasión? Trayectos en la trama de la música indie en La Plata, Argentina

Ornela Alejandra Boix (CONICET)

Esta ponencia parte de una inmersión etnográfica de larga duración en las tramas colectivas del mundo artístico de la música indie en La Plata, Argentina, en los últimos 10 años. Por la extensión temporal y la profundidad de algunos de los vínculos etnográficos construidos, esta investigación permite captar la emergencia y desarrollo de procesos de trabajo en la música por parte de distintas personas: músicos, sonidistas, managers, gestores, productores (y sus distintas combinaciones). Entendemos que la reducción a sociología del trabajo de estas experiencias es tan inconveniente como no entender que existe una organización específica de las actividades en el mundo de la música que es necesario comprender. Considerando esto, y la pregnancia de la autogestión en el indie de La Plata, enfocamos estas experiencias de trabajo musical en sus tramas de la vida cotidiana. Concretamente, en la ponencia presentamos las características de la red artística objeto de estudio e inscribimos allí distintos trayectos personales en la música. En este marco, los objetivos son: analizar la heterogeneidad de maneras en las que la música se vuelve un trabajo en las trayectorias personales; comprender la invención de nuevos trabajos alrededor de la música (en el marco de una ampliación histórica de las inserciones posibles en los mundos del arte) y explorar las tensiones entre la búsqueda de profesionalización y la pasión artística presente en estas apuestas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No andar citadino Catrumano: Configurações dos espaços e agentes na produção cultural de Montes Claros-MG.

Paôla de Oliveira Silva (UNIMONTES)

O seguinte trabalho trata-se de uma análise do cenário da produção cultural da cidade de Montes Claros - MG. Montes Claros é uma cidade de porte médio que se localiza no Norte de Minas Gerais, com cerca de 414.240 habitantes, tendo uma ampla diversidade cultural presente no cotidiano, manifestada em ações diárias e utilizada como referência em produções artísticas. Apesar desta afirmação, a cidade não possui um fomento para a produção dessa riqueza, na oferta de eventos e locais que se destinam ao lazer e cultura que dialogam com a realidade dos moradores pertencentes a grupos em condições socialmente vulneráveis, como moradores das periferias e regiões marginalizadas. A oferta de eventos culturais é em sua maioria voltada para as pessoas que possuem um capital cultural, como exposições de artes plásticas e grupos de danças, além de sempre estarem localizados na região central da cidade. Contudo, proponho investigar como a cidade norte-mineira se move culturalmente, como os espaços são apropriados, quais são esses espaços e quem são esses agentes que os ocupam. Buscarei também apresentar produtores e fazedores da cultura norte-mineira e suas percepções sobre o fazer cultura na cidade. Deste modo, utilizou-se da pesquisa de campo com a observação participante e entrevistas. Posto isso, será aberto um debate sobre a disputa pelos espaços e a hegemonia na produção de arte/cultura da cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rosa Malagueta, os desafios de viver para a arte e viver da arte

Socorro de Souza Batalha (UFAM), Alvatir Carolino da Silva (IFAM)

Esta comunicação deriva de um trabalho etnográfico sobre a trajetória social (BOURDIEU, 2011) da atriz popularmente conhecida na cidade de Manaus e no Amazonas (AM) como Rosa Malagueta, atuante no cenário cultural local e com trabalhos em âmbito nacional. Malagueta diz que sua verve artística inicia aos sete anos de idade quando vendia flores artificiais em frete a igreja de São José, no bairro Praça 14 de Janeiro, flores essas confeccionadas por sua avó que também fora Mãe de Santo no mesmo bairro. Eu fazia palhaçadas e interagia com as pessoas e vendia todas as rosas para minha avó (MALAGUETA, 2023). No entanto, seu sonho de atuar nas artes cênicas começa na adolescência durante o período escolar, por meio de representações teatrais nos lugares de periferias dos bairros da Zona Leste de Manaus (AM). Partindo dessas premissas, na sua condição de atriz, Rosa Malagueta atua no teatro, cinema, fez novela na Rede Globo e nos diz que sempre quis viver para arte, mas que viver da arte é muito penoso e difícil. Portanto, um projeto de vida e um sonho que se materializa à margem do glamour projetado pelo senso comum e atomizado na vida de alguns poucos profissionais das artes cênicas e cinematográficas que exibem boas estruturas. O que pretendemos com relatos da trajetória social (BOURDIEU, 2011) desta atriz é aproximar um olhar antropológico sobre o cotidiano de uma pessoa que atua na produção cultural local e encara demandas de ser mãe, avó, atriz, produtora, figurinista, costureira, brincante de boi-bumbá e ainda alinha o mundo do mercado cultural local com um fazer herdado por transmissão familiar que é o de ser quituteira, pois Rosa Malagueta tem uma banca de café regional em uma praça situada no Centro Histórico de

Manaus, como ela ressalta se não fosse essa banca de café a nossa situação seria bem pior” . No entanto, Malagueta tem articulado projetos culturais por meio de editais oriundos das leis Paulo Gustavo (2022) e Aldir Blanc (2020). A atriz e produtora aponta questões críticas sobre essas modalidades e financiamento de projetos, dificuldades de formação e consolidação de público nos teatros de Manaus e a desvalorização dos artistas e produtores locais pelas políticas, pelo público e setores da imprensa, o que, segundo ela, são empecilhos para se viver dignamente das artes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_701_32193698_927130.pdf

GT 072: Migrações, mobilidades e deslocamentos: problemas sociais, desafios antropológicos

Este GT, ativo nas Reuniões da ABA desde 2006, tem almejado continuamente refletir e dialogar acerca de diferentes contextos das dinâmicas de deslocamento/mobilidade, tanto nas dimensões históricas, como contemporâneas, nacionais e internacionais. Observa-se, nos últimos anos, que as questões climáticas e de busca por direitos humanos também tem contribuído para cenários de trânsitos de pessoas, objetos, animais e também de conflitos e restrições para atravessar as fronteiras. Nesses, observam-se famílias, indivíduos isolados e coletivos em mobilidade, em cenários que exigem estudo, reflexão e análise. Estas questões devem ser consideradas em profundidade, inclusive diante do número crescente de crianças entre a população que se desloca. A proposta do GT é agregar propostas (em diferentes níveis acadêmicos) que tenham como perspectiva refletir e analisar acerca de dinâmicas, processos e políticas migratórias, considerando que raça, gênero, classe, geração, etnia, religiosidade e outros marcadores influenciam as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, bem como as políticas de acolhida e de interações interculturais. O GT objetiva, partindo de um diálogo interdisciplinar da Antropologia com outras áreas ampliar as trocas metodológicas, teóricas e partilha de estudos já concluídos ou em andamento, promovendo intercâmbio de experiências e de resultados de pesquisa.d

Coordenação

Maria Catarina Chitolina Zanini (UFESM), Gláucia de Oliveira Assis (UNIVALE)

Debatedor(a)

Sidney Antonio da Silva (UFAM), Igor José de Renó Machado (UFSCAR), Maria Cristina Dadalto (UFES)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Além do Sonho Americano: Investigando as Aspirações de Permanência de Jovens em Governador Valadares e Região.

Adélia Verônica Silva (IGOT), Gláucia de Oliveira Assis (UNIVALE)

Por que os jovens optam por permanecer em suas localizações atuais, apesar das vantagens potenciais da migração, especialmente em áreas economicamente periféricas? Este estudo

investiga as aspirações de permanência entre os jovens de Governador Valadares e região, um lugar historicamente marcado pela migração internacional (Assis e Siqueira, 2009). Embora explicações convencionais atribuam a imobilidade a fatores como recursos limitados ou obstáculos impostos pelas políticas de migração, pesquisas recentes desafiam a noção de que aqueles que permanecem são meramente "deixados para trás" ou "migrantes falhados" (Hofstede et al., 2022). Em vez disso, uma gama crescente de estudos sugere que muitos indivíduos escolhem permanecer com um desejo genuíno e ativo (Gruber, 2021; Mata-Codesal, 2018). Este trabalho enriquece essa linha de pesquisa ao investigar a imobilidade dos jovens para além de quadros deterministas, adotando uma abordagem holística em termos de agência e bem-estar. Ao direcionar a atenção para os processos decisórios dos jovens em relação à permanência, esse trabalho enfatiza a utilidade do conceito de dotação relativa (Vezzoli, 2023) para entender suas decisões de não migrar. Da mesma forma, destaca a importância da ideia de agência, que se concentra na capacidade humana como habilidade do indivíduo para viver uma vida significativa (Sen 1985 apud Eichsteller, 2021). Metodologicamente, adotamos uma abordagem fenomenológica, centrada nas experiências de dezasseis jovens. Essa perspectiva permite compreender como as pessoas atribuem significado e articulam um estado considerado negativo socialmente (Mata-Codesal e Mancinelli, 2023). Os resultados destacam o papel crucial de fatores não econômicos, como relações familiares e sentimentos de pertencimento, na decisão de migrar (Rodriguez-Pena, 2023). Da mesma forma, mostram como as percepções individuais do tempo influenciam as escolhas dos jovens, com a decisão de permanecer sendo principalmente baseada em visões subjetivas do futuro ideal, embora também incorpore visões atuais e passadas das circunstâncias (Huijsmans e Froerer, 2021). Além disso, ao evidenciar como a definição de uma vida boa é moldada pelas oportunidades disponíveis para jovens com diferentes capacidades (Mata -Codesal, 2015), os resultados enriquecem a compreensão da imobilidade como uma escolha de agência (Ravn, 2022). Assim, este estudo contribui para uma análise crítica da dinâmica complexa que existe nas categorizações aparentemente simples de migração e imobilidade, à luz da ideia do Sonho Americano. E ainda, abre caminhos para pesquisas futuras ao demonstrar que a imobilidade é uma categoria de investigação tão complexa quanto a mobilidade, e que há espaço para aumentar e melhorar os estudos sobre a mobilidade humana.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Chibeiros, quileiros e passadores: Uma etnografia das práticas e narrativas de policiais em torno das dinâmicas de mobilidade na fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai

Aliziane Bandeira Kersting (UFRGS)

Atravessar fronteiras é um fenômeno que pode significar modificar a condição do sujeito em diferentes aspectos. De nacionais passamos a estrangeiros, o legal pode se tornar ilegal e o legítimo pode ser suspenso. Atravessar fronteiras pode significar adentrar em outros regimes jurídicos, morais e identitários. Considero que circular pelas fronteiras pode então promover aprendizados contínuos acerca das normativas e discursividades estatais postas em prática pelos atores envolvidos nas dinâmicas do ir e vir dos espaços fronteiriços. Chibeiros, quileiros, passadores são alguns dos personagens mais característicos da zona fronteiriça no sul do Brasil

e discuto como essas categorias circulam no cotidiano e entre os policiais de fronteira. Esta pesquisa é uma etnografia das fronteiras sul do Brasil para conhecer e analisar as narrativas e práticas de policiais que incidem sobre as categorizações e tipificações de imigrantes e da própria mobilidade internacional. Esta pesquisa trata-se de uma etnografia multissituada (MARCUS, 1995) junto a atores da segurança pública brasileiros, argentinos e uruguaios nos espaços fronteiriços de aduanas, a fim de analisar as disputas de sentido, valores e práticas em torno do processo de identificação. O foco deste estudo é examinar os processos subjetivos implicados nas políticas de controle e vigilância. A partir da noção de tecnologias da governamentalidade, desde Foucault a trabalhos de Didier Fassin (2013) e Josiah Heyman (1995), diretamente com policiais, indago sobre quais as categorias que manejam em seu trabalho diário nas regiões de fronteira. Quais as histórias fronteiriças, as tipificações acerca do legal e do ilegal e quais as técnicas de identificação e controle? Como as experiências diretas se relacionam com os dispositivos administrativos de identificação? Nesse sentido, essa pesquisa de doutorado faz uma análise crítica do controle migratório e fronteiriço a partir dos agentes de segurança pública. PALAVRAS-CHAVE: Fronteira; imigração, narrativa; etnografia; controle; vigilância; policiais

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Criar, ir e voltar: entre precarizações de vida e fluxos nacionais

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos (UNB)

Este artigo propõe uma análise aprofundada da trajetória de vida de uma família composta por mulheres negras, oriundas do Piauí e pertencentes à classe popular, ao longo das últimas cinco décadas, durante os movimentos migratórios entre as regiões Nordeste e Sudeste do Brasil. O objetivo principal é compreender como essas mulheres construíram suas vidas, considerando os diversos fluxos e precariedades de vida que influenciaram suas jornadas. Inicialmente, explora-se a formação histórica do movimento Nordeste/Sudeste, remontando às origens do tráfico interprovincial, para, em seguida, analisar como essas dinâmicas históricas reverberam estruturalmente na atualidade. A pesquisa baseia-se em uma abordagem etnográfica focada nos estudos de organização social e parentesco, incorporando também as dimensões de classe, raça e gênero. A análise cuidadosa desses fatores permitirá antever não apenas as transformações históricas, mas também compreender de que forma as experiências individuais se entrelaçam com as estruturas sociais preexistentes. Ao final, espera-se oferecer uma visão mais abrangente e contextualizada das vivências dessa família específica, contribuindo para uma compreensão mais ampla das interseções entre história, migração, e as complexas teias que envolvem classe, raça e gênero no contexto brasileiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_286_67627180_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Amigo, pesquisador e motorista: experiência de pesquisa de campo antropológica com travestis brasileiras profissionais do sexo em Amsterdã

Antonio Claudio Ribeiro da Costa (UFF)

Durante minha pesquisa antropológica e etnográfica entre 2020 e 2021, durante meu mestrado em Justiça e Segurança, mergulhei no mundo das profissionais do sexo travestis brasileiras em Amsterdã. Concentrei meu trabalho no trabalho de campo etnográfico e na observação participante, participando ativamente de suas vidas diárias além das entrevistas. Minhas duas interlocutoras migraram do Brasil para a Europa com motivações diferentes, mas com um objetivo comum: entrar no mercado do sexo em busca de uma vida melhor e mais segura. Lola escapou da violência doméstica, buscando um novo começo em terras estrangeiras. Elly, minha amiga há quase dez anos, motivada pela precariedade econômica desde a infância, buscou oportunidades no exterior depois de enfrentar a violência ao tentar entrar no mercado de trabalho e obter um diploma universitário no Brasil. Meu papel não era apenas observar e entrevistar nas horas marcadas; eu também era motorista, levando-as a clientes em vários locais, o que envolvia longas horas de espera e noites inteiras no carro. Essa participação não só enriqueceu minha pesquisa, como também proporcionou uma compreensão profunda de suas vidas e desafios. Vivi momentos cotidianos com elas, compartilhando refeições e experiências em casa, o que me permitiu entender melhor suas lutas diárias. A reciprocidade foi fundamental, ao ajudá-las, ganhei sua confiança para entrevistas formais. Essa experiência proporcionou uma perspectiva única sobre a complexidade de seu trabalho e da dinâmica social. De negociações com clientes a situações de risco nas ruas, testemunhei em primeira mão as realidades que eles enfrentam. Estar presente durante suas interações com os clientes revelou as complexidades emocionais e físicas de seu trabalho, bem como as estratégias para garantir sua segurança. Isso enriqueceu meu trabalho acadêmico e me permitiu estabelecer conexões humanas genuínas baseadas em confiança, amizade e respeito mútuo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Na rota do ouro: trabalho, migração e trajetórias masculinas nos garimpos de ouro do Tapajós

Bruno Henrique Simões Dantas (UFOPA), Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

A presente pesquisa busca compreender as condições de vida entre trabalhadores maranhenses migrantes nos garimpos de ouro do Tapajós, tendo em vista, suas trajetórias e os motivos para a migração. O objetivo é compreender as condições de trabalho que estes sujeitos estão submetidos, assim como, em que medida estes trabalhadores tem acesso à direitos fundamentais. Nos objetivos específicos, busca-se compreender as motivações que levaram estes sujeitos aos garimpos da região, bem como suas sociabilidades e formas de parentesco. Além disso, objetiva-se ainda compreender em que medida a ideia de masculinidade traz aos garimpeiros trajetórias marcadas pelo sofrimento e invisibilidade tornando o garimpeiro em uma figura mítica para além de sua humanidade. O estudo é etnográfico, com aplicação de entrevistas e formulários. Como resultado, visualiza-se que estes sujeitos são levados à migrar impulsionados pela desigualdade social encontrando nas cadeias auríferas uma oportunidade de melhorar sua condição socioeconômica, no entanto, em meio as trajetórias encontram-se em condições de trabalho degradantes tendo seus direitos básicos violados.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Eu luto por pessoas que estão nesse momento tentando atravessar a fronteira": O discurso humanitário e as práticas de poder imbricadas no acolhimento de migrantes no estado do Acre

Lara Noronha Xavier (UNB)

O presente trabalho almeja compreender como e por quem é feita a recepção e o acolhimento de migrantes na fronteira do território brasileiro, a partir do caso de três cidades situadas no estado do Acre: Rio Branco, Brasiléia e Assis Brasil. Dessa forma, tendo minha primeira experiência de campo nessas localidades como base, viso entender como as políticas públicas (ou a falta delas) estão presentes nessa admissão de migrantes no Brasil e quais são as condições materiais que eles possuem para que fiquem no território. Penso aqui a partir da multiplicidade de agentes que estão envolvidos nesse acolhimento, sendo eles estatais, funcionários de ONGs e instituições vinculadas às Nações Unidas (ONU). Uma vez que essas entidades vêm construindo uma indústria de acolhimento no estado do Acre para a recepção de migrantes, por ser um estado que possui um número elevado de sujeitos em fluxo. Instituições como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) começam a se instalar em Rio Branco, para somar a instituições religiosas, como a Cáritas, que já atuavam na região, visando resolver a situação grave do Acre. Para tentar abarcar essas três facetas: os agentes estatais, os de órgãos internacionais e os de organizações não governamentais, no presente trabalho irei apresentar três personagens, Camila, uma das coordenadoras da Secretaria de Direitos Humanos e Assistência Social do estado do Acre, Joyce, a representante da OIM situada em Rio Branco e Karla, coordenadora da Cáritas Migração do estado do Acre. Nesse momento pretendo analisar como a questão humanitária está presente no discurso das minhas três interlocutoras e como elas o utilizam em cada uma das instituições e em suas articulações. Dessa forma, entendendo que elas não falam apenas de receber pessoas, mas também de salvá-las. Por fim, para melhor compreender os fluxos no Acre, é necessário entender que, por ser um local de múltiplas fronteiras, os deslocamentos sempre foram intensos na região. Ultimamente, eles têm se adensado por causa de políticas de expulsão de migrantes tanto no Chile quanto no Peru, o que tem feito com que essas pessoas, em sua grande maioria venezuelanas, entrem no Brasil pela fronteira acreana. Dessa forma, desde que as atitudes expulsórias desses dois países se intensificaram, o estado se tornou uma possibilidade de escapatória para fugir da violência, podendo ocasionar um boom migratório na região, o que preocupa do governo do estado. Uma vez que não se tem estrutura para receber essas pessoas, pelo fato de ser uma localidade carente, na qual grande parte da população depende da assistência social e que não possui nem recursos financeiros nem capacidade de gestão para acolher esses migrantes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_983_92174891_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

(I)migração venezuelana: O contexto da alfabetização de crianças brasileiras e venezuelanas nas escolas municipais de Boa Vista/RR

*Leila Adriana Baptaglin (UFRR), Carolina Barbosa Lindquist (Harvard University),
Gabrielle Oliveira (Harvard University)*

Nesta investigação buscamos o entendimento de como a SMEC e as escolas públicas de Boa Vista/RR estão respondendo ao processo de alfabetização considerando os influxos de crianças venezuelanas. Adentramos numa investigação etnográfica em 2 escolas municipais de Boa Vista/RR. Com isso, realizamos entrevistas com a SMEC, com a equipe gestora e os professores das escolas e elaboramos categorias de análise: Formação; Atuação; Relações e Desafios. No que tange à formação profissional, todos os sujeitos apresentam formação condizente com a área de atuação e destacam as ações que a SMEC vem oferecendo. Na Atuação profissional percebemos que os profissionais têm se empenhado nas distintas ações deliberadas pela SMEC, contudo, há a necessidade da família estar presente neste processo, indiferente da nacionalidade, o que implica nas Relações que são estabelecidas entre os diferentes sujeitos (gestão, pais e crianças). A (i)migração intensificou alguns pontos, contudo, fica claro que o agravamento e o surgimento de alguns problemas se deram não somente pela (i)migração. A pandemia da Covid-19 e a questão econômica das famílias aparecem como elementos importantes no processo de alfabetização e na relação que se estabelece entre a escola com as famílias e as crianças. Assim, os desafios encontrados nos processos de alfabetização viabilizam e dão vazão para o entendimento de problemas estruturais decorrentes de vários fatores sociais que passam a ser analisados e buscadas alternativas para sanar as problemáticas junto à SMEC. Palavras-chave: Migração; Alfabetização; Crianças.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_406_96260403_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**Mobilidade acadêmica internacional como experiência e política migratória?
Pesquisadores, Estado e seus projetos**

Leonardo Francisco de Azevedo (UFRJ)

Acadêmicos e pesquisadores em circulação internacional podem ser considerados migrantes? Quais os limites e potencialidades de se pensar em tais práticas de mobilidade pela lente das políticas migratórias? Provoco tais questões para se pensar em como estes sujeitos, metaforicamente chamados de cérebros, que fogem, voltam e circulam, carregam consigo outras dimensões e expectativas que por vezes ficam relegadas ao segundo plano ou fortemente desconsideradas pelas políticas estatais de incentivo a tal prática. A partir de pesquisa realizada com pesquisadores brasileiros que realizaram doutorado completo no exterior, com bolsa de agências nacionais, pretendo explorar tais questões, pensando sobretudo na relação estabelecida entre esses sujeitos - seus projetos individuais e suas expectativas em relação às suas carreiras e vidas -, com as expectativas estatais com a concessão de tais bolsas. Se nas políticas migratórias podemos pensar nas diferentes formas com que os Estados nacionais buscam atender ou restringir os direitos e expectativas de pessoas com nacionalidades estrangeiras,

considerando outras dimensões de sua vida, como família e situação profissional, nas políticas de mobilidade acadêmica me parece que os sujeitos por elas contemplados são categorizados de outra forma. Apesar de serem estrangeiros em um país estranho, contam com vistos e autorizações específicas para poderem vivenciar tal período, tendo o retorno como elemento central para seus países de origem, e ao mesmo tempo o interesse em suas expertises pelos países que os recebem. Se essa é a percepção que mediam as relações e os acordos de cooperação entre diferentes Estados nacionais e suas instituições, para que seus cidadãos altamente qualificados possam circular, produzindo uma determinada geopolítica internacional do conhecimento científico, há uma outra dimensão que merece ser melhor observada - as expectativas e projetos individuais destes cientistas e pesquisadores que circulam. Pretendo explorar, portanto, a relação estabelecida entre estes pesquisadores e os Estados nacionais, considerando que estes pesquisadores, ao buscarem financiamento para realizar parte de sua formação em renomadas instituições internacionais, não necessariamente se alinham às expectativas estatais que garantem tais recursos. Há, contudo, pelo menos no caso brasileiro, a obrigatoriedade do retorno físico ao país, acreditando que isso também signifique o pagamento do investimento recebido. A partir dos discursos estatais sobre o retorno, produzido em documentos oficiais, legislações e decretos, e das experiências e relatos dos ex-bolsistas que vivenciaram, ou não, a experiência do retorno, pretendo explorar tal relação, compreendendo as diferentes dimensões morais envolvidas em tais processos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Jornadas e Trajetórias: Uma etnografia de famílias refugiadas venezuelanas em busca de um recomeço no Brasil

Lilian Cordeiro Bernardes Sagnori (UFMG)

Resumo: A discussão que trago aqui refere-se a resultados parciais de uma pesquisa em andamento sobre famílias refugiadas e migrantes venezuelanas no Brasil, em que realizo uma etnografia dos percursos que estes sujeitos fazem em busca de um recomeço no Brasil, desde a chegada pela fronteira no norte do país, até a interiorização em busca de reinserção socioeconômica, integração e independência. A presença de imigrantes e refugiados no Brasil cresceu de forma exponencial durante o período 2011-2021, marcada pela chegada dos novos fluxos migratórios no Brasil nos últimos anos, com a consolidação dos imigrantes latino-americanos, principalmente por haitianos e venezuelanos. O acolhimento de refugiados no Brasil passa pela integração local, que implica o reconhecimento de particularidades relacionadas a gênero, raça e etnia, sexualidades e a questão geracional (PAIVA, DIAS, MOULIN, 2018). A metodologia conta com uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico e autoetnográfico, pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas qualitativas semiestruturadas e a observação participante. Como resultados parciais observo a heterogeneidade das trajetórias vividas pelas famílias e a importância e os dilemas do acolhimento na facilitação dos processos de interação, reinserção socioeconômica e permanência dos refugiados no destino da interiorização. Palavras-chave: Etnografia; Refúgio; Integração; Trajetória; Acolhimento; Reinserção Socioeconômica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Eu passei muitas coisas, tia exercícios de escuta de crianças imigrantes e refugiadas no Brasil

Luciana Hartmann (UNB)

Esta comunicação pretende compartilhar os primeiros resultados do projeto em rede, sediado na Universidade de Brasília, intitulado Infâncias protagonistas: uma proposta colaborativa de criação de políticas públicas para a integração de crianças imigrantes e refugiadas em escolas brasileiras. O projeto foi iniciado em 2022 e conta com fomento do edital Pró-Humanidades do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq Brasil. Desenvolvido sob uma abordagem colaborativa e multidisciplinar entre crianças imigrantes e refugiadas, pesquisadoras brasileiras e estrangeiras, professoras da educação básica, gestores de instituições de acolhimento e membros da sociedade civil, o projeto dá continuidade a pesquisas que a equipe já vem realizando desde 2013 em escolas públicas, universidades e ONGs no Brasil, Uruguai, França, Portugal, Espanha e Moçambique. Embora a Resolução nº 1, de 13 de novembro de 2020, emitida pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, garanta o direito à matrícula em escolas públicas por crianças imigrantes no Brasil, sua concretização ainda encontra uma série de entraves, sobretudo por imputar a responsabilização às escolas, sem que tenha havido um debate sobre estratégias de integração e a devida formação e apoio às professoras. Visando contribuir de forma concreta com essa questão, a equipe do projeto atua metodologicamente em três frentes: 1. Levantamento de dados bibliográficos e estatísticos que visam a elaboração de um panorama da inserção atual das crianças imigrantes e refugiadas em escolas brasileiras; 2. Processos de escuta e cocriação com as crianças por meio de práticas artísticas e etnográficas, enfatizando seu protagonismo; 3. Formação continuada de professoras, com a elaboração e realização de oficinas de sensibilização à diversidade cultural em diferentes regiões do país. Embora três frentes do projeto estejam sendo desenvolvidas paralelamente, neste momento pretendemos enfatizar a segunda (processos de escuta e cocriação com as crianças). Por este motivo escolhemos a frase que dá título a essa comunicação, que foi pronunciada por uma de nossas interlocutoras, uma menina venezuelana moradora do Distrito Federal/Brasil. Assim como ela, diversas crianças imigrantes e refugiadas têm compartilhado suas histórias não apenas de imigração - conosco. Essas histórias estão dando origem a um podcast e jogos (de cartas e de tabuleiro) que pretendemos apresentar e colocar em debate com as participantes da Mesa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre fronteiras: direitos, territorialização dos waraos e a justiça de Minas gerais

Maiara Diana Amaral Pereira (UFMG)

Os indígenas Waraos são originários do Nordeste da Venezuela, do Delta do Orinoco e região adjacentes. Era um povo sedentário e não possuíam característica nômade, aderiram

características migratórias por causa de intervenções diversas em seu território de origem. Outra particularidade desse povo indígena é a variação cultural interna que refletem tanto nas relações sociais dentro do próprio grupo quanto nas sociedades envolventes que mantêm relações (ROSA, 2020). A migração Warao para o Brasil é um fenômeno recente foi em 2014 que atravessaram pela primeira vez a fronteira Venezuela Brasil e nesse momento foram deportados pela Polícia Federal de Boa Vista (Roraima) voltando a imigrar em 2016 e dessa vez sendo acolhidos com políticas públicas brasileiras. Os fatores que determinam a imigração são interdependentes e se faz necessário compreender os fatores repulsivos\atrativos e as condições sócio-culturais tanto do país de origem como dos locais de destino, sem, no entanto, deixar de considerar os desejos, motivações dos imigrantes\refugiados. Entre os motivos que fizeram os indígenas migrarem é preciso entender o que estimulou a vinda deles para o Brasil; o que aparece nos seus relatos é que vieram para o país a procura da melhoria na condição de vida, emprego, acesso à saúde e entre os motivos que fizeram deixar o país está o governo de Nicolás Maduro (ROSA 2020). Minha pesquisa tem como uma das finalidades compreender fatores políticos e sociais que fizeram com que indígenas decidissem migrar para o Brasil e os motivos da escolha por Belo Horizonte, Minas Gerais, para viverem assim como estão se organizando nessa cidade e quais suas lutas para manter seu modo de viver em uma capital brasileira. De acordo com Vanessa Perin (2014) o Brasil não possui campos de refugiados e de imigrantes como um espaço para a pesquisa, pois o país se caracteriza pelo controle estatal sob esses migrantes e o olhar do Estado”. Dessa maneira, o Estado cria ações para manter o controle e cuidado sobre esses sujeitos que precisam ser governados, posto eu ao definir ações políticas e normatizar o refúgio como uma problemática social o Estado passa a assumir ações dessa natureza. Como estagiária de pós-graduação do Ministério Público do Estado de Minas Gerais tenho acompanhado o caso dos Waraos nessa instituição de justiça com o intuito de narrar como o judiciário está acionando as leis garantidoras tanto o direito dos refugiados como dos povos indígenas no caso dos Waraos. A apreensão de como os indígenas refugiados waros são acolhidos através do direito brasileiro e suas instituições é importante para uma inteligibilidade de como os promotores, juízes, advogados, defensores aplicam a lei e os direitos de refúgio a uma população originária.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A cidade prometida: Fluxos migratórios e empreendimentos minerários na formação de Canaã dos Carajás - PA

Maria Clara Souza Sanches (UNIMONTES)

O tema do projeto aqui trabalhado, será a relação entre mineração e migração na formação da identidade em Canaã dos Carajás PA. A proposta será discutir os fluxos migratórios na cidade do sudeste paraense e como esse fluxo se relaciona com os empreendimentos minerários presentes na região, a exemplo da Vale S.A presente na cidade que acentua a extração de minério na área; e como estes afetam a formação cultural da cidade, que por sua vez é formada majoritariamente por migrantes; e se estes sentem-se participantes dela. Justifica-se essa análise em Martins (2018), que salienta que os migrantes não habitam as cidades em que moram, não havendo a chave do pertencer onde vivem. Podemos indagar então: os imigrantes se identificam

com Canaã dos Carajás? Assim, os objetivos são: apreender a relação entre os moradores imigrantes com a cidade, bem como, compreender os processos migratórios vigentes e por fim analisar a formação da identidade canaense com enfoque na vivência da migração. Foi realizado uma pesquisa qualitativa, contemplando revisão bibliográfica, autoetnografia, observação e entrevistas semiestruturadas, mas também, análises de dados secundários, como os fornecidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pensando a categoria identidade, foi utilizado Silva (2000) e sua conceitualização a partir da ideia de diferença, para entender aspectos da identidade na cidade. Em Hall (2000) foi usado a percepção de identidade como um processo mutável, desnaturalizando o conceito, onde ela pode ser ao mesmo nível construída, modificada e desconstruída, dependendo das suas relações. Em Craice e Souza (2018) busquei entender a relação entre os imigrantes e a cidade, como nas disputas simbólicas no espaço. Ressalto que a pesquisa está em estágio avançado, já tendo sido realizado a revisão e análise bibliográfica, e o trabalho em campo que vem demonstrando que Canaã dos Carajás, apesar de sofrer forte influências dos migrantes, aparenta não possuir estruturas públicas que possibilitem a sociabilidade, criando uma relação apática entre os moradores com os espaços da cidade, que se existentes, poderiam fomentar uma relação afetiva destes com o local em que habitam, e que essa apatia está profundamente ligada a privatização dos espaços na cidade, promovidos pela empresa Vale S.A. Existindo sumariamente espaços de socialização movidos pelo consumo, como bares, reservados aos moradores de classe média da cidade, pois os demais se veem excluídos pela própria cidade que moram.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_461_84181408_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reconfiguración sociocultural de población indígena Quechua de Bolivia en situaciones de migración

Maria Libertad Pinto Rodriguez (Taki Unquy, Centro Indígena de Investigación)

Bolivia, después de Guatemala, es uno de los países con mayor porcentaje de población indígena con relación a su población total (41,5%) (CEPAL y FILAC, 2020, p. 154). Dicha población indígena pertenece principalmente al pueblo Quechua que está presente con mayor énfasis en los departamentos de Cochabamba, Potosí y Chuquisaca, sin embargo, por motivos de migración, hoy, es posible encontrarlos diseminados prácticamente por todo el país, ya sea en áreas urbanas y rurales, así como en otros países. Existieron varias oleadas migratorias de población indígena en Bolivia, particularmente Quechua y Aymara. Una de las últimas oleadas migratorias, de carácter transnacional, se dio en la última década del siglo XX y primera del XXI con preponderancia, hacia España (Cruz, 2014). Dentro la región de América Latina, se produjo una migración fuerte a países como Argentina, Brasil y Chile principalmente. En estos países, se ha notado que las comunidades Quechuas, así como bolivianas en general, se reagrupan en torno a aspectos como el idioma, el lugar de pertenencia, la comida, situación migratoria, familia, fiestas entre otros, muchos de los trabajos que realizan en los nuevos espacios son referidos a textilería, agricultura, construcción, gastronomía entre otros, principalmente como mano de obra de obra barata. Particularmente, para el caso de Brasil, en reiteradas oportunidades se ha visibilizado a través de medios de comunicación nacionales e

internacionales, la situación de bolivianos en situación de esclavitud' o en condiciones de trabajo demasiado precarias en talleres de costura clandestinas en zonas periféricas de São Paulo. Estas personas tienen extenuantes horas de trabajo que muchas veces sobrepasan las 14 horas por día, viven entre varias personas en pequeñas habitaciones en los mismos ambientes donde trabajan y su salario no alcanza a ser el mínimo establecido por ley. A partir de los operativos realizados por la Secretaría de Inspección del Trabajo, vinculada al Ministerio del Trabajo de Brasil, se establece que, en los últimos 12 años, al menos 1.065 personas fueron rescatadas de condiciones semejantes a la esclavitud, la mayoría de los cuales son, principalmente, bolivianas (Metrópolis, 2023). Coincidentemente, la población que llega a esas situaciones tiene un nivel bajo de instrucción en instituciones educativas y pertenece además a población indígena.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"PEDRA É CAIANA NO RIO DE JANEIRO": breves reflexões sobre as transfluências do ser-quilombo e viver-quilombola, a partir da migração entre Caiana dos Crioulos-PB e Pedra de Guaratiba-RJ.

Marina Prado Santiago (UFPB), Patrícia Alves Ramiro (UFPB)

A comunidade remanescente de quilombo Caiana dos Crioulos, situada na zona rural de Alagoa Grande-PB, protagoniza a luta pelos direitos quilombolas em seu estado. Em 1998, deu entrada na Fundação Cultural dos Palmares, ao primeiro processo de reconhecimento da Paraíba e em 2005, tornou-se o 13º quilombo reconhecido no Brasil. Na carta enviada a Fundação, destaca-se no texto a preocupação da comunidade com a evasão dos homens do quilombo, jovens e adultos em idade economicamente ativa, que migravam para trabalhar no Rio de Janeiro.

Ao longo desses anos, o fluxo migratório entre Caiana e Rio de Janeiro continuou, revelando-se como uma das complexas estratégias entre quem parte e quem fica, para a manutenção do quilombo e viver quilombola. Por

consequente, uma comunidade étnica migrante consolidou-se em Pedra de Guaratiba, localizada no subúrbio do município do Rio de Janeiro, na Zona Oeste. Com uma abordagem etnográfica respaldada no trabalho de campo desenvolvido em Caiana dos Crioulos desde 2021 e em Pedra de Guaratiba no final de 2023, além das

escrevivências compartilhadas pelas mulheres e homens, migrantes e não-migrantes, durante a pesquisa de mestrado sobre o fortalecimento e valorização étnico racial empreendido pelas mulheres de Caiana, escutei repetidas vezes que Pedra é Caiana no Rio de Janeiro", complementada pela observação de que hoje em dia, se bobear, tem mais gente no Rio que na Caiana, marcando as zonas de diálogos e influências, as transfluências, das fronteiras de ambos territórios no dia a dia do quilombo. Desse modo, proponho apresentar as reflexões

iniciais que orientam a minha proposta de pesquisa no doutorado, onde busco compreender os caminhos, as dinâmicas e as estratégias de migrações entre essas

comunidades na Paraíba e Rio de Janeiro, no intuito de ampliar as percepções das noções de ser-quilombo e viver-quilombola. Destaco a relevância do tema não apenas

no campo da Antropologia, mas também para tais comunidades tradicionais que se reúnem em corpos-territórios em diferentes espaços e, apesar de terem seus direitos reconhecidos, ainda enfrentam dificuldades para acessá-los. A migração revela-se, nesse contexto, como um grande paradoxo na relação entre o/a quilombola e seu território, desafiando as percepções das noções jurídicas, políticas e sociais preestabelecidas sobre identidade e pertencimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_329_64811348_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres Brasileiras em Portugal: Ativismo Digital e Resistência ao Imaginário Social Discriminatório

Mayanne Kelly Silva Sousa (UFPE)

Com o objetivo de explorar o ativismo digital feminino no contexto da diáspora brasileira em Portugal, esta comunicação se debruça sobre as iniciativas do grupo "Brasileiras Não se Calam". Utilizando como corpus as postagens do Instagram, examina-se como estas mulheres denunciam e confrontam preconceitos e discriminações associados ao estereótipo da "Mulher Brasileira". Em um cenário amplamente impactado pelas transformações espaço-temporais do século XXI, essas mulheres não só buscam romper com o imaginário social discriminatório, mas também reconfigurar suas subjetividades em território português. O compartilhamento de experiências contribui para a criação de identificação entre aquelas que vivenciam as dinâmicas específicas do que é ser mulher brasileira em Portugal e a partir disso tentam levantar o debate sobre como as mulheres brasileiras são tratadas em Portugal. As narrativas apresentadas, saturadas de emoções, sensações e percepções, evocam reflexões críticas sobre o tratamento dispensado às brasileiras no país, colocando em evidência as facetas do racismo, sexismo e colonialidade. Esta pesquisa reflete sobre a ação do grupo como uma forma de resistência das mulheres imigrantes brasileiras às visões estereotipadas e o papel ativo desempenhado por elas em iniciativas ativistas na sociedade portuguesa. Adotando um caminho teórico-metodológico que entrelaça a abordagem decolonial feminista ao estudo das emoções, esta pesquisa amplia o debate sobre as experiências do ativismo digital das mulheres imigrantes brasileiras. Assim, o trabalho se alinha com os propósitos deste GT 072: Migrações, mobilidades e deslocamentos: problemas sociais, desafios antropológicos, sublinhando como as vivências cotidianas dos sujeitos em mobilidade, podem impulsionar transformações no tecido social, especialmente quando confrontadas com a colonialidade, o sexismo e o racismo em sociedades como a portuguesa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A efervescência do Padel e as novas possibilidades de trânsitos migratórios dos argentinos para Santa Maria-RS

Morgana de Melo Machado (UFSM), Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)

Esta proposta se configura partindo de uma pesquisa em nível de pós-doutorado que vem sendo realizada em torno do crescimento do padel enquanto fenômeno desportivo em voga em Santa

Maria RS. Assim, por meio de entrevistas semi-estruturadas e dialogadas com professores argentinos de padel na cidade, pensando sobre suas movimentações e uma relação social e cultural com seus corpos, nossa proposta visa analisar estes fluxos e fronteiras migratórias, sobretudo no que envolve a chegada destes migrantes na cidade e sua permanência envolvendo o mundo do padel”. Sua vinda está baseada, sobretudo, pela tradição deste esporte na Argentina seu país de origem, e, inclusive na Espanha, com a finalidade de fomentar o aprendizado local do padel. Nesses trânsitos, entendemos a importância do corpo como um artifício simbólico de expressão (LE BRETON, 2011), especialmente no contexto e no mundo do Padel, que possui normas, regras e performances específicas. Por meio do olhar para conexões antropológicas entre corporeidades e migrações e seus efeitos em torno das subjetividades, suas motivações, valores e outros impactos destas interações (ZANINI, 2010) que envolvem suas mobilidades e dinâmicas em torno dessas. Tendo em vista os contextos citadinos inerentes às sociedades e suas sociabilidades (SIMMEL, 2006), que contemplam novos modos de lazer complementares à própria esfera do trabalho, instituídos enquanto mercados por meio de uma necessidade individualista que, significativamente, cresce com a urbanização e a industrialização (DUMAZEDIER, 2001, p.25), buscamos compreender estes processos migratórios como um fato social total (SAYAD, 1998), que tem como ponto de partida o próprio fenômeno do padel e suas dinâmicas nos contextos em que se instala. Palavras-chave: padel, migração, práticas urbanas, corporeidade. Referências: DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. LE BRETON, D. Antropologia do corpo e modernidade. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EdUSP, 1998. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/361921/mod_resource/content/1/Sayad.%20A%20i%20migr%C3%A7%C3%A3o%20ou%20os%20paradoxos%20da%20alteridade.pdf Acesso em: 23 jun. 2023. SIMMEL, Georg. Questões fundamentais de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. ZANINI, M.C. Migrantes ao Sul do Brasil. Santa Maria: Editora UFSM, 2010.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_813_03357346_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Avanti Comunità: Uma diáspora italiana imaginada no Espírito Santo

Sandra Nicoli (UNIVALE), Maria Cristina Dadalto (UFES), Adélia Verônica Silva (IGOT)

A presente proposta é refletir sobre a manutenção imaginada da diáspora italiana no Espírito Santo através do grupo de WhatsApp Avanti Comunità. Essa manutenção se dá mesmo passados 150 anos da chegada e instalação do primeiro grupo de imigrantes vindo da península itálica para o Espírito Santo. Composto atualmente por 237 membros, residentes no estado e também em outros estados brasileiros, além de alguns residentes no exterior, o grupo, criado em 2017, se descreve como tendo principal objetivo de reunir lideranças representativas da comunidade ítalo-capixaba e demais interessados na cultura italiana e na comunidade italiana”. Neste sentido, se classifica como uma diáspora virtual por se caracterizar pela memória coletiva e cultural, autoidentificação e associação a uma comunidade imaginada que permanece presente entre seus membros após mais de cinco gerações. O contato diário online, as práticas de participação em atividades culturais e as trocas de informações entre os membros do Avanti

Comunidade sinalizam uma identidade de grupo. Isto sugere um tipo de consciência constituída numa percepção de vínculos descentralizados, mantido por uma recriação da diáspora e que reflete uma imaginação compartilhada da italianidade e de ser italiano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Migração haitiana em Manaus e seus desdobramentos geracionais

Silvia Katherine Pacheco Teixeira (UFAM)

Este artigo pretende fazer uma discussão sobre as questões geracionais na diáspora haitiana em Manaus Amazonas. Acerca de mais de uma década, centenas de haitianos se instalaram em Manaus e escolheram essa cidade para viver. Essas famílias foram trazendo outros membros, gerando e parindo novos filhos. Buscamos entender como ocorreram os processos de reunificação familiar e como viviam as famílias migrantes com membros haitianos e brasileiros. Procuramos entender como viviam essas famílias, com foco nos filhos, que caracterizavam a primeira e a segunda geração haitiana em Manaus. Para compreender como os haitianos chegaram a Manaus fizemos uma revisão pela literatura existente sobre a migração haitiana no Brasil, bem como procuramos explicitar a história do Haiti e seus movimentos migratórios. Dialogamos também com as principais discussões acerca das gerações nas migrações e através da história oral, das entrevistas e das etnografias tentamos desvendar um pouco desse universo geracional entre as famílias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_109_46101859_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encontrando o caminho de casa: memória e migração interna de famílias negras no Brasil

Tayná Almeida de Paula (UNICAMP)

O que as memórias de famílias negras têm a contar sobre os movimentos migratórios internos no Brasil ao longo do século XX? Quais imagens e narrativas são reveladas sobre o processo de deslocamento, que não aquelas contadas pela história oficial? O presente ensaio, oriundo da pesquisa intitulada *Conheça sua família!*, trata de uma jornada inicial em busca das minhas próprias origens. Sendo parte de uma família afrodescendente, meus parentes imigraram gradativamente de diferentes regiões rurais e periféricas brasileiras para o que chamam de construção dos grandes centros urbanos, como do interior de Minas Gerais para São Paulo. Se por um lado, a busca por melhores condições de vida parece ter configurado as principais motivações em torno do projeto familiar de migrar, questões relacionadas à seca, à fome e à disputa por terras parecem tê-la constrangido ao deslocamento. Assim, tendo em vista que a migração está situada entre o que alguns parentes chamam de bloqueios para narrar, busco entendê-la em meio aos esquecimentos, silenciamentos e não-ditos, mas também compreendê-la em meio as memórias afetivas. Considerando que esse processo ocorreu aproximadamente até 1990, e sendo eu da geração nascida já no local de destino e sem contato com narrativas profundas acerca das origens, isto se coloca como interesse de adentrar a memória familiar. Estendendo esse desafio antropológico, busco abarcar três dimensões da memória: minhas lembranças individuais, as lembranças de minha família, e como isso se articula com a memória

e a ausência nas representações oficiais de famílias brasileiras. Se tratando de famílias negras deslocadas de suas origens, mobilizo ainda relações entre o tráfico negreiro no período escravocrata e a migração no contexto capitalista brasileiro, sobretudo pela impossibilidade de nos mantermos na e com a sociedade de origem” . O objetivo é contribuir para a racialização do movimento migratório brasileiro por meio de elicitções familiares, perpassando dinâmicas de trabalho, violências de estado, redes de apoio mútuo, relações de família, parentesco e vizinhança, entre outras, produzidas pelo deslocamento, a reagregação e as sobrevivências da escravidão. Esse movimento trata de encontrar o caminho de casa, conhecendo família.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_085_55337223_768949.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O sonho de ser médico: a mobilidade de estudantes brasileiros para Rosário Argentina

Thais Fonseca Cruz (UNB)

As dificuldades de ingresso para cursos de medicina no Brasil, seja pela alta concorrência do vestibular e altos custos de mensalidade do ensino privado fez com que muitos brasileiros começassem a migrar para países da América do Sul para seguir a formação médica. Através de uma perspectiva etnográfica em uma primeira incursão de campo, esse estudo examina esse contexto de migração para a cidade de Rosário, na Argentina. Estes brasileiros são mobilizados pelo sonho de fazer medicina e o objetivo do trabalho é apresentar os motivos e as suas experiências considerando uma diversidade de perfis entre os estudantes. Ainda que seja um país próximo ao Brasil, enfrentam desafios relacionados ao aprendizado de um novo idioma e a adaptação em um novo sistema universitário. Na Universidad Nacional de Rosario, a universidade federal pública que mais recebe brasileiros na cidade, o método de ensino para o curso de medicina é o método baseado em problemas (PBL) em que os alunos são incentivados a discutir problemas e situações em turmas de tutoria” . Dessa maneira, a fluência no espanhol é fundamental considerando que além das aulas, as avaliações são compostas por provas orais, com a avaliação de algum professor sobre todo o conteúdo da disciplina, que é conhecido por mesas” . Os estrangeiros que não são falantes nativos do espanhol precisam fazer uma prova de proficiência para o nível intermediário avançado e a fluência do espanhol é uma das dificuldades para muitos dos alunos ingressantes. Mesmo que o ingresso seja facilitado, a permanência a longo prazo é desafiadora. Por fim, é preciso considerar que o contexto político e econômico argentino também tem afetado estes brasileiros. A partir do início do novo governo no início deste ano, estudantes estrangeiros, incluindo brasileiros, passaram a ser barrados no processo migratório sob a alegação de serem falsos turistas” . Geralmente, o trâmite efetuado por estes estudantes era o de entrar no país e depois aplicar para um documento de residência argentina e realizam a matrícula na universidade. Por causa do acordo de livre circulação do Mercosul, brasileiros não precisam de visto para visitarem o país, entretanto o visto para estudos na Argentina tem sido exigido na chegada. Além disso, as altas taxas de inflação e a instabilidade das taxas de câmbio provoca inseguranças financeiras para muitos dos brasileiros que estudam medicina. Por esse motivo, muitos começam uma dupla jornada em que precisam trabalhar para se manter em um novo país. Dessa maneira, também surge um mercado brasileiro

em torno da faculdade com lojas de conveniência, salões de beleza, bares e restaurantes de comida brasileira que altera o cenário da cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando o dinheiro não te segue: Dilemas nos processos burocráticos de imigrantes e manutenção da aposentadoria de Refugiados Venezuelanos.

Thays dos Santos Pinto (estudante)

Este Ensaio pretende descrever parte das vivências de uma mulher, advogada, branca, idosa com 64 anos que vive no Estado do Rio de Janeiro, no bairro de Botafogo na condição de Refugiada política da Venezuela há 5 anos. O relato de inicia a partir do atendimento jurídico realizado em uma instituição de atendimento a pessoas migrantes, em diversas condições sociais e principalmente em condições de vulnerabilidade, que procuram o local para esclarecer dúvidas jurídicas, pedir socorro em demandas sociais como alimentação, vestuário, além de solicitações burocráticas como benefícios sociais, requerimento de processo de refúgio e naturalização, entre outras demandas que permeiam o cotidiano da população migrante. A intenção do ensaio é destacar as dificuldades da aposentada Venezuela na manutenção de sua aposentadoria e os dilemas que enfrenta, uma vez que a Venezuela não possui acordos internacionais com o Brasil, no que se refere ao direito previdenciário, sendo pré-requisito que o aposentado esteja no país para a manutenção de sua aposentadoria, condição impossível para a interlocutora que se encontra refugiada no Brasil. A partir desse ensaio busca-se refletir os processos burocráticos que cercam as pessoas migrantes que vivem no Brasil e como esses obstáculos podem atrapalhar as suas vivências. A metodologia utilizada na construção desse ensaio foi a observação participante, com a realização do trabalho de campo na instituição de acolhimento a refugiados, além da observação foi realizada uma breve entrevista com a interlocutora focada na perda da sua aposentadoria e nas consequências imediatas na sua vida, que resultou na descrição que será produzida neste trabalho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_636_83265372_768949.pdf

GT 073: Mobilidade, memória e etnicidade: trajetórias biográficas e familiares indígenas

Este GT visa reunir pesquisas etnográficas que abordam a mobilidade de pessoas e famílias indígenas e seus processos de re-configuração sócio-espacial, em ambientes rurais ou urbanos, em contextos de desigualdade e convivialidade. A mobilidade é aqui compreendida desde sua dimensão histórica, condição para a análise das suas formas contemporâneas, e como uma maneira de habitar o mundo, de construir relações, produzir vida e lugares, por meio do agenciamento de memórias, entidades e conhecimentos. As configurações sócio-espaciais apontam para os modos materiais de reelaboração familiar e étnica, para além das fronteiras físicas e administrativas das Terras Indígenas, em contextos de subalternização e marginalização, mas também de re-produção do comum, na forma de fluxos, redes, lugares ou novos territórios. Finalmente, o nexo entre relações de desigualdade e convivialidade assinala nosso interesse nas

configurações sociais constituídas simultaneamente por laços de solidariedade e cooperação, bem como por diferenças, conflitos e dominação, de seres humanos entre si e destes com outros seres vivos. Serão valiosas as contribuições que analisem as perspectivas e conceptualizações indígenas sobre suas próprias trajetórias individuais e familiares, assim como as dinâmicas de atualização dos coletivos étnicos, que valorizem os agenciamentos da memória e invistam sobre a reflexividade que o próprio deslocamento promove sobre a condição indígena.d

Coordenação

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP), Claudia Mura (UFAL)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Padrinho Manéli, professor da doutrina: memórias familiares sobre o legado deixado por um forasteiro que se fez caboclo na comunidade Barreiro Preto (Território Indígena Xakriabá/MG)

Amanda Jardim da Silva Rezende (UFMG)

As exegeses etnográficas apresentadas nesta comunicação partem da produção de minha dissertação de mestrado, defendida em 2022, no Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGAn/ UFMG). O pretérito contexto de escrita, atravessado pelas intempéries da COVID-19, foi limitante para o desenvolvimento de buscas documentais em acervos locais (cartórios, registros paroquiais, inventários, testamentos, livros de atas de irmandade, etc.) quando a tônica da pesquisa se revelou de ordem biográfica. Reunindo esforços que partiram do registro de narrativas orais, memórias familiares e consulta a documentações históricas digitais (acessíveis de forma online), busquei levantar dados sobre a trajetória do forasteiro letrado Manoel Fernandes de Oliveira, que migrou nos anos 1920 para o Terreno dos Caboclos de São João, atual Território Indígena Xakriabá, partindo de Brejo do Amparo (MG), que hoje corresponde ao município de Januária (MG). A partir de 2024, com o ingresso no doutorado da mesma instituição, pretendo retomar os dados de pesquisa previamente vistos com o objetivo de revisitá-los e incorporar novas informações a respeito da intrigante trajetória desse sujeito. Partilhando do ensejo em, antes, torná-las públicas, avalio que a trajetória de padrinho Manéli revela-se interessante para: 1- pensarmos questões relativas à penetração e perpetuação de tradições de conhecimento (Barth, 2002) em territórios indígenas; 2 - compreendermos os fluxos culturais (Hannerz, 1997) como regimes amplamente partilhados em localidades específicas que se disseminam a partir da inserção de pessoas ou grupos familiares em localidades indígenas; 3- entendermos a variação cultural como contínua e a construção da fronteira étnica como contextual e relacionada a processos históricos de longa duração (Barth, 2000); 4- ressaltarmos a performance de elementos culturais não pertencentes ao roll dos diacríticos identitários por grupos familiares (como em Mura, 2013); e, por fim, 5- tornarmos os processos de territorialização (Oliveira,1997) transpassados pelo fazer parente, relações matrimoniais, de compadrios, e outras sociabilidades, como campo fértil de pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Ninguém faz a reza só": cuidado e mobilidade a partir das mulheres pankararu que habitam São Paulo

Arianne Rayis Lovo (UNICAMP)

As mulheres pankararu que habitam a cidade de São Paulo lideranças espirituais e políticas, deslocam-se entre diferentes lugares aldeia e cidade e, nesse aspecto, são protagonistas na manutenção da ciência pankararu conjunto de ações, práticas e conhecimentos que modulam as relações entre pessoas e encantados, seres espirituais que oferecem proteção ao grupo. Tais entidades estão presentes em lugares como a mata, os serrotes e as cachoeiras, na Terra Indígena Pankararu (TI Pankararu), em Pernambuco, mas visitam seus parentes humanos em locais fora da aldeia, pois mesmo distante, eles vêm para proteger. Esse reino encantado possui uma natureza de temporalidade diferente daquela vivida pelos humanos, pois possibilita um deslocamento entre lugares que não é medida pela distância geográfica, sendo equiparada a um tempo do outro mundo. Assim, pessoas e encantados estão imbricadas numa relação do cuidar em que o cuidado é pensado como uma ação cosmopolítica, pois encontra-se implicado na relação multiespécie, sendo percebido em sua dimensão afetiva, ética, política e disruptiva. Cuidar é também conhecer um modo de se compor com o mundo. Deste modo, o presente trabalho irá privilegiar os modos de fazer e conhecer das mulheres pankararu, dando destaque às trajetórias de rezadeiras (especialistas rituais) e lideranças políticas em suas práticas de cuidado, que abrangem tanto uma relação entre humanos (indígenas e não indígena), quanto outros que humanos (encantados, plantas e bens). A forma de habitar o território é pensada numa dimensão do vivido, como um modo de produção de vida, estabelecendo relações, conhecimento e formas de habitar o mundo (Lovo, 2017, 2023). O trabalho busca, assim, compreender os sentidos do habitar e do cuidar a partir de uma perspectiva feminina.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ayllunaka paulistanos - o sentido comunitário e familiar como base dos conjuntos autóctones andinos na/da cidade de São Paulo

Cristina de Branco (CRIA)

Estamos formando comunidades, estamos formando ayllus aqui neste país, nos diz Beatriz Morales, Quechua boliviana, migrante há quase trinta anos na cidade de São Paulo, integrante do Kollasuyu Maya e da Comunidad Autóctona Vientos del Ande. Como co-roteirista e co-protagonista da série documental Ventos do Peabiru (2023), Beatriz explica, no segundo episódio, a expansão do Tawantinsuyu e do Kollasuyu, territórios ancestrais das sociedades Quechua e Aymara, respectivamente. Ainda que secularmente recortados por fronteiras coloniais e depois republicanas, estes amplos territórios seguem sendo percorridos por pessoas Aymara e Quechua numa ininterrupta e dinâmica mobilidade ancestral (CELAC 2014). A partir de meados do século passado e sobretudo nas

décadas de 80 e 90, por diversos fatores, pessoas Aymara e Quechua começam a migrar intensamente para além de seus povoados rurais e até para lá de seus territórios ancestrais. Foram sendo ativados diversos processos de transterritorialização, de criação de territorialidades de referência indígena centro-andina e altioplânica nas cidades de Buenos Aires, Santiago do Chile e São Paulo (Branco 2023). Estes fluxos migratórios são iniciados pela migração individual do sujeito adulto para rapidamente serem transformados em migrações familiares, articuladas por redes comunitárias, entre familiares e vizinhos dos povoados e/ou cidades natais. O ayllu, a comunidade rural originária andina (no plural Aymara, ayllunaka), começa a ser reinventado em contextos urbanos distantes. Os conjuntos de música e dança autóctone altioplânica fazem parte dessa rearticulação migrante do ayllu enquanto lógica comunitária de base. Em São Paulo, estes conjuntos surgem na virada do milênio, quando estas redes migratórias e as estratégias de subsistência socioeconômica da comunidade migrante já estavam relativamente estabilizadas (Branco 2022).

Em geral, os conjuntos são formados por grandes famílias e amigos e têm uma composição transgeracional, das crianças aos integrantes mais velhos, os transmissores dos costumes e do saber musical. Os conjuntos servem enquanto dispositivo de união e articulação familiar e comunitária migrante e como meio de transmissão de repertórios culturais e espirituais de referência indígena andina às novas gerações. Como diz Teófilo Pillco, fundador do Huaycheños de Corazón, no quarto episódio da série documental: De onde somos, para onde vamos e como, com que vamos, esse seria nosso legado [para os nossos filhos e netos]. Nessa sintonia, a partir da minha etnografia doutoral e da série documental, esta comunicação busca refletir sobre os elos entre família, comunidade e estratégias de integração e sobrevivência étnica destas pessoas indígenas imigrantes internacionais e seus descendentes em São Paulo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Leôncio: um chefe Arara

Eduardo Cezar Cândido Xavier Ferreira (UFRJ)

Este trabalho procurará, ao jogar luz sobre a trajetória de Leôncio Arara, mostrar como reelaborações acerca da trajetória e lembranças dessa liderança indígena foi um ponto chave que permitiu o reposicionamento étnico de seus parentes como os atuais Arara da Volta Grande do Xingu. Atualmente esse grupo Arara são uma população de 234 pessoas distribuídas em quatro aldeias e outras famílias dispersas em um território indígena homônimo no município de Senador José Porfírio, estado do Pará. O reposicionamento étnico que aqui será abordado pode ser aproximado daqueles conhecidos da literatura como emergência étnica ou etnogênese (Arruti, 1997; Oliveira, 1998). Boyer (2022) em seus estudos sobre reposicionamentos étnicos na Amazônia brasileira, mostrou como esses processos envolvem um diálogo entre dimensões internas e externas desses coletivos. Do lado externo, a compreensão de que às populações etnicamente diferenciadas são garantidos direitos específicos e de que a cada uma das categorias

étnico-legais, como indígenas, quilombolas ou extrativistas, são atrelados a sentidos levemente diferentes. A compreensão dessas demandas por parte de atores do Estado insta simultaneamente a um debate interno, que, a partir do recenseamento de histórias familiares e pessoais se busca construir um consenso em torno da adoção de uma identidade enunciada coletivamente, e sua operacionalização, com o resgate de elementos culturais até então esquecidos e a adoção de estruturas políticas, como criação de associações para representar os interesses do novo coletivo emergente como unidade frente ao Estado. Na minha tese de doutorado, procurei dar conta de ambas as dimensões desse processo de afirmação étnica. Para os propósitos desse trabalho, gostaria de me concentrar na dimensão interna, mais precisamente sobre o papel de Leôncio Arara como pivô desse reposicionamento étnico. Apresentando elementos de sua biografia e escolha, mostrarei como sua posição foi construída a partir de três bases: seus conhecimentos históricos, práticas xamânicas e liderança de grupo doméstico. A conjunção dessas características permitiu a Leôncio estabelecer uma ponte entre os antigos subgrupos Arara do Bacajá e do Sucuriju e sua família no início do século XX, pavimentando o caminho para o reconhecimento étnico Arara pelo Estado brasileiro. Nesse sentido, procuro aproximar Leôncio da noção de reformador social indígena (FAUSTO; XAVIER; WELPER, 2016).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Indígenas no Leste e Nordeste do Brasil: notas a partir do Censo 2022 e do Monitoramento das Terras Indígenas da Anaí.

Estêvão Martins Palitot (UFPB), Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS / Institut national de la recherche scientifique)

O registro da população indígena nos censos brasileiros oscilou ao longo do tempo e apenas a partir de 1991 coletas mais sistemáticas e consistentes têm sido realizadas pelo IBGE. Nessas últimas décadas o instituto tem reformulado suas metodologias e ampliado o diálogo com o movimento indígena, o que apontou significativas mudanças na execução do Censo de 2022. Tomando como foco de análise as regiões etnográficas do Leste e Nordeste brasileiros percebemos que os povos indígenas nessas regiões vivenciam dificuldades históricas de reconhecimento e os dados demográficos sobre estas etnias e seus territórios são muito variáveis em função disso. Neste trabalho, realizamos uma análise dos dados iniciais da população indígena no Censo 2022 publicados pelo IBGE em comparação com as informações sobre localização de terras indígenas fornecidas pelo monitoramento de terras da Associação Nacional de Ação Indigenista - ANAÍ, com o intuito de percebermos a efetividade ou não do censo na identificação e contabilização da população indígena.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que se vive não se esquece: eventos críticos, trajetórias e memórias dos Warao no Brasil

Gabriel Calil Maia Tardelli (UNB)

Conhecido como gente das águas ou gente das canoas, o povo indígena Warao encontra-se, sobretudo, nos estados venezuelanos de Delta Amacuro, Monagas e Sucre. Mas também estão presentes na República Cooperativa da Guiana, no Suriname e, desde 2014, no Brasil, onde

vivem em todas as regiões do país, somando mais de 7 mil pessoas. De acordo com suas narrativas, saíram da Venezuela em direção ao Brasil devido a diferentes fatores, mas que podem ser condensados da seguinte maneira: perda de colheitas, escassez de itens alimentícios, impossibilidade de geração de renda, falta de atendimento médico e de medicamentos, mortes de familiares, agressões e perseguições cometidas por grupos armados que controlavam áreas de mineração etc. A morte do presidente Hugo Chávez e a ascensão de Nicolás Maduro ao Palácio Miraflores parecem demarcar um antes e um depois, quando tiveram que deixar suas comunidades. Não obstante, como ocorrera com outros povos indígenas das Américas, suas vidas estão marcadas por uma série de episódios que modificaram radicalmente suas vidas no decorrer de um processo histórico de longa duração. Nesse caso, destacam-se a invasão de seus territórios por grandes empreendimentos econômicos que visavam a exploração de recursos naturais (petróleo, minério, madeira e palmito) e a chegada de missões religiosas que instalaram seminários, ensinaram o evangelho e a língua espanhola, assim como contribuíram para que suas relações de parentesco e sua organização política fossem reconfiguradas. A partir da descrição das trajetórias de mulheres e homens Warao, este trabalho pretende analisar a maneira pela qual diferentes eventos críticos têm impactado suas vidas, sendo incorporados em seu cotidiano e na memória coletiva. Penso, como Veena Das, que os fragmentos narrados não devem ser compreendidos como partes que podem compor uma totalidade, mas como evidências de uma forma singular de habitar o mundo e lidar com o luto.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_397_10078399_753893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

OH QUE UMA NOITE NÃO É NADA... OI QUEM CHEGOU FOI PANELADA, NO ROMPER DA MADRUGADA...: um estudo sobre a etnogênese em Rio de Contas, Bahia

Márcio Santos Matos (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA/ SERPOMI)

Como parte dos processos de etnogênese (FONTELLA, 2020) o reconhecimento e debate em torno da existência indígena no Alto Sertão da Bahia, vem gradativamente se configurando como um campo de pesquisa em vias de expansão. Logo, é nesse sentido que o contexto social dos Sertões de Cima apresenta um campo etnográfico em mudança, de modo que, como questão de pesquisa, busca-se aqui compreender esse movimento de resgate da etnicidade protagonizado pelo Povo Kariri da Panelada, residente em Rio de Contas, sul da Chapada Diamantina, Bahia. Por fim, esta comunicação procura abordar o momento atual da pesquisa, apresentando uma breve discussão teórica, relacionando-a aos desafios enfrentados pelos interlocutores com os quais converso, durante sua busca por uma identificação e reconhecimento (ARRUTI, 2006), seja ante os demais parentes indígenas, seja ante o Estado Brasileiro.

Palavras chave: Etnogênese, Povos Indígenas do Nordeste, Povo Kariri da Panelada

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_739_44382573_753893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pelos caminhos das aldeias: um estudo sobre dinâmicas territoriais e mobilidade dos povos indígenas no Baixo São Francisco

Maria Alane dos Santos (UFPB)

Este trabalho descende da minha pesquisa de doutorado (em andamento) sobre as dinâmicas territoriais de grupos indígenas localizados na região do Baixo São Francisco. A pesquisa está sendo realizada em três comunidades: Fulkaxó, Pankariri e Kaxagó que estão localizadas entre os estados de Alagoas e Sergipe. Essas comunidades são grupos étnicos que estão se deslocando da terra indígena Kariri-Xocó. Posto isso, procuro analisar a forma como estes territórios são atravessados e formados por meio de vínculos de parentesco, amizade e afinidades que são acionados a partir da mobilidade. O processo de mobilidade envolve complexos laços que ligam pessoas ou grupos de famílias nas áreas de origem e de destino, por meio de vínculos que são criados, mantidos ou rompidos pelos sujeitos que atribuem significado aos seus deslocamentos. Ao longo do texto discuto como se dá a ocupação e o uso dos espaços por famílias que estão em processo de reformulação sócio-espacial, se reterritorializando e configurando novas territorialidades. No decorrer do texto elucidado sobre os processos de mobilidades e dinâmicas territoriais. Palavras-chave: indígenas, mobilidade e território.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_903_38478097_753893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivendo na cidade: uma etnografia sobre grupos domésticos potiguara na cidade de Mataraca

Maria Elita do Nascimento (UFPB)

Neste trabalho é realizada uma reflexão sobre o grupo local potiguara ao qual pertencço, localizado na cidade de Mataraca, Litoral Norte da Paraíba. Busco compreender como são construídas as redes de relações estabelecidas por parentesco, trocas de favores, vínculos de amizade, apadrinhamento, casamentos e de cooperação sociotécnica entre os membros do grupo doméstico e não-indígenas, a partir do contexto urbano. Constata-se também como através da ecologia doméstica os indígenas desenvolvem suas atividades para além da cidade, produzindo e reproduzindo tradições de conhecimento em espaços mais amplos, que incluem áreas rurais e Terras Indígenas. Esta dinâmica também produz e reproduz processos de dominialização desses lugares para desenvolver um determinado estilo de vida. O trabalho aborda também os vários níveis identitários que este estilo de vida permite definir, mostrando como a identidade doméstica se constitui como eixo principal para a formulação tanto da identidade étnica quanto daquela individual. PALAVRAS-CHAVE: potiguara, contexto urbano; processos de dominialização

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Trajelórias e Mobilidades: uma família indígena Atikum no Cangaço

Maria Tereza de Melo Cavalcanti (UFAL)

Durante a década de 1920, os indígenas Atikum Domingos, Raimundo e Rufino dos Anjos Oliveira ingressam ao cangaço após um conflito com a família Marcolinos, fazendeiros que viviam nas proximidades da Serra do Umã, em Carnaubeira da Penha em Pernambuco. Em um sertão marcado por questões de valores morais e códigos de honra, a família indígena viveu um

divisor de águas quando um dos membros da fazenda Molungu seduziu a irmã de Domingos dos Anjos e recusou-se a casar com ela. Domingos, entendendo o ato como uma desonra a sua irmã e a sua família, assassinou José Marcolino. Nesse contexto, se viu com poucas saídas, começou a se refugiar em alguns dos muitos esconderijos da Serra do Umã após ameaças de morte pela família Marcolino, à época, o cangaço era uma das saídas para resolver esses tipos de conflito. Assim, o intento deste trabalho é repensar as trajetórias de vida da família dos Anjos Oliveira através dos periódicos da época, quando Domingos, seu pai e seu irmão ingressam ao cangaço, construindo uma interseção de questões socioculturais e históricas entre o povo Atikum e os cangaceiros do bando de Lampião. Com a entrada no cangaço, a família indígena foi atravessada por múltiplas experiências, que acabaram moldando os seus processos de reconfiguração sócio-espacial nos sertões nordestinos, além disso, a mobilidade era um quesito de grande importância nesse contexto, a partir dela conseguiam construir e estabelecer relações, como foi o caso do grupo de Lampião e os indígenas Atikum, assim, as mobilidades de pessoas eram elaboradas por meio de experiências. A família dos Anjos Oliveira foi atravessada por múltiplas experiências, como a mobilidade e os processos de reconfiguração sócio-espaciais, sendo inseridos em novos contextos socioculturais, geográficos e identitários, quando ingressam ao grupo de Lampião, a sobrevivência da família e dos bandoleiros é moldada pela necessidade de adaptação e pela mobilidade de pessoas como estratégia essencial para garantia de subsistência. É importante ressaltar também os contextos de subalternização e marginalização vivenciados pelo povo Atikum e pelos cangaceiros diante de um Estado do sertão construído muitas vezes por fazendeiros, os grupos eram frequentemente desafiados a se reorganizarem, dessa forma, o ingresso da família de Domingos dos Anjos Oliveira é um dos fatores do estabelecimento das relações entre os Atikum e os cangaceiros, assim, os indígenas da Serra do Umã ofereciam refúgio e apoio aos cangaceiros do bando de Lampião. A análise de recortes de jornais é necessária para compreender a trajetória e as dinâmicas vivenciadas por essa família, buscando preencher as lacunas, os silêncios e os contextos presentes na narrativa dos jornais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_164_80662298_753893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Indígenas migrantes: A gente não sabe o que fazer com eles. Alguns apontamentos sobre as políticas públicas e o acolhimento destes sujeitos a partir das escolas de Boa Vista - RR

Priscila de Alantino Braz Silva (UFRRJ)

Este trabalho é parte de uma pesquisa doutoral, em andamento, e tem como objetivo, analisar as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes indígenas migrantes, residentes ou de passagem por Boa Vista - RR, e que estejam matriculadas nas instituições de ensino público. A partir de então, perceber como estas políticas atuam no seu processo de inserção e adaptação na sociedade de acolhida. A metodologia deste trabalho consiste em pesquisa documental e bibliográfica, observação participante e entrevistas. O Brasil, por meio de suas leis e diretrizes educacionais, assegura o direito à educação diferenciada aos indígenas, porém colocá-las em prática, tendo como sujeitos os migrantes indígenas, ainda se caracteriza como um desafio, pois por não fazerem parte das etnias originárias do território brasileiro, seus modos de vida e

manifestação cultural ainda carecem de conhecimento para que o acolhimento os alcance em suas necessidades. Devido ao movimento constante de entrada e saída, de venezuelanos Criollos e indígenas, de Boa Vista - desde aproximadamente 2015 -, as escolas vivem a realidade da falta de vagas, bem como de um processo constante de matrícula de alunos novos, ao longo de todo ano. Isto dificulta, tanto para professores quanto para os alunos, o processo de ensino e aprendizado e ainda mais a criação de laços e afetividades. Com a especificidade de não falar o português, tampouco o espanhol, muitos dos indígenas, em especial os da etnia Warao, encontram-se em desvantagens, tanto em relação aos alunos brasileiros quanto em relação aos venezuelanos, o que conseqüentemente também dificulta sua inserção e adaptação à sociedade de acolhida. Percebe-se, então, a necessidade de políticas educacionais de acolhimento e permanência para estes sujeitos, visando uma inserção digna na sociedade de acolhida.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Asfalto, terras e serras

Rosijane Fernandes Moura (UFAM)

Trago para o Grupo de Trabalho experiências que tive no decorrer da minha adolescência, juventude e da vida adulta para demonstrar que o preparo do corpo da mulher se inicia no momento da sua concepção no corpo da sua mãe, tem sua continuidade ao seu nascimento e crescimento até ser mãe. Lasmar (2005) associa a invisibilidade das mulheres indígenas à hegemonia da perspectiva masculina nas ciências sociais, além de compará-las ao caso da invisibilidade dos próprios índios, uma categoria, segundo a autora, étnica e racial ainda atrelada a representações enraizadas em fontes remotas, e cuja elaboração inicial recua aos primeiros séculos da colonização do Novo Mundo. Atualmente, com o passar dos anos, a presença feminina indígena tem tomado grandes proporções midiáticas, porém, assim como Lasmar, acredito que ainda está em círculos, apenas voltadas à temática como sangue, a fertilidade ou até mesmo a uma imagem sexual erotizada, mesmo quando estas mulheres ocupam lugares de destaque. Hoje as mulheres indígenas ocupam a academia, sendo seu corpo o território sagrado. Assim, cada ato das mulheres torna-se contribuições bibliográficas com suas perspectivas e memórias por meio de partilha de conhecimentos de mulheres para mulheres. Visando contribuir com os conhecimentos femininos indígenas, trago presente na minha pesquisa para o doutorado *As esposas do Waí Mahsã*”. Neste GT tenho por objetivo trazer presente relatos das mulheres que foram pegas pelos Waí Mahsã (seres que vivem além da visão), e a partir do contato adquiriram doenças, pois desconheciam as localidades que são consideradas de maior conexão com esses seres na região do Rio Negro, logo que a paisagem relatada possuía outras características. Dito isso é importante trazer presente que as mutações que as paisagens sofrem diariamente afeta diretamente não apenas no que diz respeito à conceitos como urbano e interior, mas à saúde e das memórias e compartilhamentos históricos dos povos indígenas. No GT proponho a fazer uma reflexão e comparação com os relatos de experiências de mulheres de outras regiões e estado do Brasil. Cabe salientar que a temática encontra-se em desenvolvimento dentro da pesquisa para o doutorado, mas a importância de

refletir sobre a influência da paisagem na vida dos povos indígenas deve ser abordado constantemente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_110_25117346_753893.pdf

GT 074: Modos de aprender e de ensinar a antropologia: desafios contemporâneos da formação e da escrita em antropologia

A aprendizagem e o ensino em antropologia têm sido pautados pela experiência dos seus autores. De certo modo, a agência de quem observa e de quem escreve, ou de onde se observa e escreve, nunca foi tão problematizada na produção antropológica como nos últimos anos. O que nos leva a pensar, qual o papel da experiência na antropologia contemporânea? O ingresso de um contingente de estudantes muito mais diverso tem promovido uma alteração significativa no perfil dos cursos das universidades brasileiras. E com os cursos de CISO e de antropologia não é diferente. Uma maior participação de negros(as), indígenas, lgbtqia+, quilombolas e de outras parcelas da sociedade tem feito muita diferença nas formas de ensinar e de aprender antropologia. Questões de gênero, raça, etnia, geração, classe, sexualidade poderão pautar a experiência de quem se encontra na encruzilhada do ensinar ou do aprender essa ciência. Para dar conta temos lançado mão de estratégias de produção de pesquisa e de narrativas em que os nossos pertencimentos têm sido colocados também no jogo antropológico. Assim, a produção de auto etnografias, de escrituras (Conceição Evaristo), de uma antropologia engajada, ou produzida a partir do lugar de fala, parece que são algumas das formas que temos encontrado para não deixar de fora esse protagonismo que vem de dentro. Desse modo, o GT tem interesse em trabalhos que dialoguem sobre formação em antropologia e sua escrita, a partir do viés da experiência de quem enuncia.d

Coordenação

Ana Cláudia Gomes de Souza (UNILAB), Beatriz Martins Moura (Ministério das Mulheres)

Debatedor(a)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ), Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões, Desafios da Etnografia Escrita indígena Kaiowá e Guarani

Antonio Carlos Benites (UFG)

A pesquisa para o povo indígena Kaiowá e Guarani vem sendo desafiante, especialmente a escrita acadêmica devido a exigência e formulações técnicas obrigatórias que devem compor uma pesquisa de estudo acadêmico. O objetivo desta proposta é trazer a experiência de convívio acadêmico entre indígenas e não indígenas neste espaço de instituição e engajamento na pesquisa na área da antropologia indígena kaiowá. A intenção da proposta é discutir experiências de escrita indígena kaiowá e guarani para uma realidade de uso da língua materna

nas produções acadêmica, dando a visibilidade a língua escrita entre não indígenas dentro dos parâmetros da produção acadêmica. O pesquisador e a pesquisadora indígena kaiowá e guarani sempre passamos pelo processo de inovar a pesquisa e a escrita a partir da etnografia, e nos questionamos como sujeitos pesquisadores/as o que vem a ser uma pesquisa para nós indígenas. No meu caso, falo a partir do lugar da retomada e da ocupação de saberes indígenas kaiowá e guarani, também da perspectiva de ser aprendiz xamã/rexakary indígena kaiowá e guarani. O mundo da escrita que são codificadas em papel é sempre desafiante. Assim, produzir pesquisa e escrita por meio dos sábios e sábias que são metes e mestras na oralidade, que são detentores e detentoras dos saberes tradicionais, que dominam o ser xamã e são chamados de nhanderu/rezador e nhandesy/rezadora é o desafio que enfrento. Produzir pesquisa e etnografia, e praticar código de escrever e envolver o meio do contexto social e as comunidades do povo indígena kaiowá e guarani, diante dos nhanderu e nhadesy, a pesquisa que resultará na escrita, tem a suas complexidades. Temos que revalidar os meios elementares do nosso próprio modo de pensar e interagir, pois aprendemos a saber, a pensar, ouvir, traduzir e escrever do nosso modo. ao longo do curso da pesquisa e do estudo, aprendemos a sistematizar as produções científicas para uma ciência mais perto e adequada para a formatação acadêmica. A outra face, a academia, nos dias atuais e nos cursos de pós-graduação vem tendo flexibilidade para entender o próprio pesquisador e pesquisadora indígena no seu modo de escrever e, de traduzir. Um dos grandes problemas entre escrever e a pesquisa para pesquisadores e pesquisadoras indígenas é o uso da língua materna, do oral para o texto científico, pois é, aos poucos que é possível desenvolver estudo na produção de artigos, dissertações, tese e livros que atualmente estão nos acervos on-line e Bibliotecas universitárias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_865_39784067_671223.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Lésbicas escrevendo cultura

Gabriela Pedroni (Universidad Autónoma Metropolitana)

O pensamento lésbico questiona a invisibilidade das existências lésbicas nos espaços de produção e difusão de conhecimento, por isso a escrita desde dissidências sexuais nos desafia a lesbianizar a ciência produzindo e socializando teorias lésbicas nos espaços formais de educação. Essa é a política da visibilidade, que tem como desafio informar a sociedade e a comunidade acadêmica sobre a existência de outros mundos fora da heterossexualidade. Por este motivo, este trabalho busca refletir sobre a escrita lésbica desde uma perspectiva antropológica, como forma de visibilizar as etnografias lésbicas produzidas na antropologia brasileira. Nesse sentido, exploro a complexa relação entre sexualidades dissidentes e antropologia, delimitando como a temática da sexualidade se constituiu como um objeto relevante para a antropologia. A partir disso, apresento um mapeamento das etnografias lésbicas produzidas a partir dos anos noventa até a contemporaneidade, em primeiro lugar, apresentando as antropólogas que foram pioneiras e, em segundo lugar, as novas antropólogas que ampliaram e diversificaram a discussão sobre lesbianidades. Portanto, este trabalho tem como finalidade delimitar as características das etnografias lésbicas, entendidas como trabalhos antropológicos escritos por e sobre lésbicas, para refletir de que forma a sexualidade pauta a experiência de

quem se encontra na encruzilhada da escrita cultural. Entendo que a escrita é uma forma de modificar e transformar a cultura, para escrever novos significados desde experiências que rompem com a heteronormatividade. Deste modo, proponho entender as lésbicas como criadoras e transformadoras culturais a partir de sua escrita, ou seja, as lésbicas escrevem cultura feminista em rebeldia e resistência.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pensando autoria/autoridade etnográfica negra: apontamentos sobre raça/racismo e escrita antropológica

Gleidson Wirllen Bezerra Gomes (UFPA)

A proposta de reflexão desenvolvida neste artigo deriva da experiência de escrita da minha tese de doutorado em Antropologia, defendida em 2023. A escrita etnográfica em si já gerou amplo debate no campo antropológico quanto às características específicas da etnografia enquanto texto (GEERTZ, 2018; CLIFFORD; MARCUS, 2016; STRATHERN, 2017), entretanto, ao longo da minha formação e, mais especificamente, no segundo campo (STRATHERN, 2017, p. 312) da textualização da tese, em meio às dificuldades, dúvidas e tensões mentais/emocionais geradas no processo de escrita, cada vez mais me questionava o quanto desses tensionamentos entendidos a princípio como internos/pessoais tinha a ver com a questão racial. Isto é, quanto mais eu mergulhava no estar aqui (GEERTZ, 2018, p. 160), mais eu pensava no que ser um homem negro, em uma sociedade racista como a brasileira e a belenense, poderia implicar na hora de enfrentar a página (GEERTZ, 2018, p. 21). A partir dessas reflexões iniciais, algumas questões podem ser elaboradas: o que o fato de ser negro implica na hora de escrever uma etnografia? O que raça pode ter a ver com escrita etnográfica? Ou, posta de outro modo: como o racismo pode marcar/formar a subjetividade de um antropólogo negro e como isso possivelmente reverberar na textualização (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2006) da etnografia? Ao formular essas questões, penso que elas podem ser entendidas como uma das consequências de uma maior presença de pessoas negras nos cursos de graduação das universidades, especificamente no âmbito das Ciências Sociais. Entre outros fatores, o maior acesso ao ensino superior gerou questionamentos e disputas sobre a construção do currículo de formação dos discentes, invariavelmente fundamentado no pensamento de autoras e autores brancos e, em muitos casos, estrangeiros: A chegada de um número cada vez maior de pessoas negras e indígenas ao ensino superior impulsionou uma série de iniciativas nesse sentido, dando origem a pesquisas e publicações protagonizadas por sujeitos que antes se viam reduzidos à condição de objetos científicos (BASQUES, 2022, p. 03). No pensamento socioantropológico brasileiro já existe um debate estabelecido sobre as implicações raciais na pesquisa de campo (MEDEIROS, 2017; DOMINGUES, 2018; RODRIGUES JÚNIOR, 2019; PEREIRA, 2020; CASTRO, 2022; PEREIRA; SIQUEIRA, 2022). Este artigo, assim, com as questões que o instigam, propõe-se a articular um debate sobre a possibilidade de pensar uma autoria/autoridade etnográfica negra na Antropologia, refletindo sobre os possíveis impactos da questão racial no processo de escrita das etnografias feitas por pessoas negras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A crônica como recurso para o ensino e a escrita em antropologia

Hermes de Sousa Veras (UESPI)

A crônica é um gênero literário que possibilita infinitas experimentações, mas que se caracteriza sobretudo pela sua brevidade, por ser um texto curto a ser publicado em diversas mídias jornais, revistas, redes sociais digitais, newsletters e outras. Além disso, flerta com o cotidiano e o relato dele. O que não significa se tratar de um gênero não ficcional, apesar de colocar em questionamento as divisas entre o real e a ficção. Pela sua possibilidade experimentadora e o seu manuseio em sala de aula como texto curto que pode ser lido e praticado durante os períodos letivos, passei a utilizar a crônica enquanto recurso para a aprendizagem da antropologia, tanto de seu aspecto conceitual, suas preocupações e pretensões científicas, quanto como instrumento para despertar na comunidade discente a criatividade e a escrita antropológica. Essa comunicação reflete esse uso junto a discentes de licenciaturas em Ciências Sociais e História (com a disciplina de Antropologia da Educação), também fazendo parte do projeto de pesquisa Crônica antropológica e sociológica: a imaginação e o escrever nas ciências sociais", cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação PROP da Universidade Estadual do Piauí UESPI. A pesquisa dialoga com a argumentação de Tim Ingold de que a antropologia pode ser pensada como educação, ao mesmo tempo que se aproxima do amadurecimento da antropologia da educação no Brasil, com a proliferação de grupos de pesquisa e trabalho, relatos de ensino, desenvolvimentos de trilhas de aprendizagem e outros procedimentos. Juntando a literatura especializada com a prática do projeto, propomos que Conceição Evaristo, com a sua elaboração da escrevivência, Pedro Demo com a tentativa de instigar discentes enquanto pessoas autoras, bell hooks com a quebra da frieza da sala de aula para a construção de uma educação transgressora, além de Wright Mills com o artesanato intelectual e a imaginação sociológica, estão trazendo resultados para o ensino e a prática da antropologia, que se ainda não é possível palpar em sua totalidade, já nos instiga a continuar na proposta de uma educação que instigue mais a criação do que a reprodução e a colonização de nossas sensibilidades. Parte considerável de discentes das licenciaturas em foco é de pessoas atravessadas por marcadores sociais que, pela colonialidade ainda dominante e editorial, podem ser colocadas em um lugar de não-autoria: de suas vidas, de seus textos. Dessa forma, essa comunicação vai apresentar os desdobramentos do projeto que tenta instigar a multiplicidade autorial, focado nas disciplinas ministradas na UESPI e em uma oficina de crônica antropológica realizada na mesma instituição, dentro da programação do III Seminário Didático Pedagógico do Centro de Ciências Humanas e Letras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_570_51844561_671223.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Escrita antropológica e aprendizado no contexto da diversificação da educação superior no Brasil

Maria Pilar Cabanzo-Chaparro (UFF)

O trabalho aborda relações entre a escrita antropológica, aprendizado e conhecimento no contexto da recente diversificação e ampliação da educação superior no Brasil. O foco de

análise é a minha atuação como professora de Antropologia e Ciências Sociais em um curso de Pedagogia pertencente a uma universidade pública localizada na Baixada Fluminense, no estado do Rio de Janeiro (Brasil). A localização desse campus universitário viabiliza o acesso à educação superior de uma parcela significativa da população fluminense cuja vida passa-se, em boa parte, longe da capital do Estado. No campus alvo das presentes reflexões, a vida universitária discente envolve reflexões sobre os limites e possibilidades de ser da periferia para a elaboração de conhecimento, assim como sobre a necessidade de apreender, e quiçá reformular, lógicas e modos de produção acadêmica. Em 2022 e 2023, essas questões perpassaram as atividades de avaliação propostas por mim para o corpo discente. Uma de tais atividades foi a confecção de relatórios de aula, consistentes em descrições do desenrolar da aula, incluindo os debates e comentários da turma. Muitas das descrições elaboradas pelas discentes mobilizaram a atenção e o estranhamento de si e da sala de aula, além de reflexões sobre a distância geográfica e moral do centro (associado de maneira variável à cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado, ao campus da universidade nesta cidade, à população branca e /ou herdeira, entre outros). Os relatórios também me suscitaram reflexões quanto a minha posição ocupada na relação com os variados agentes envolvidos no campus em questão. Por vezes, tal posição suscitou rearranjos nas interações, especialmente em razão das minhas origens. Assim, os relatórios de aula, propostos como escritas com intenções antropológicas, provocaram constantes reformulações subjetivas entre as participantes - tanto na docente quanto nas discentes. O trabalho inicia colocando questões sobre a relação entre Antropologia, escrita e aprendizagem. Posteriormente, o trabalho tece comentários em torno das articulações entre as discentes, os relatórios de aula e eu, professora e autora do presente trabalho, pensando as implicações disso para o aprender e o conhecer. As reflexões desenvolvidas são atravessadas pela precariedade laboral, as condições de emprego, as necessárias atividades de cuidado e os impactos das recentes reformas oficiais implementadas no campo da Educação no Brasil. Assim, o trabalho busca evidenciar as possibilidades da escrita antropológica para transitar e interpelar modelos de produção acadêmica no contexto de diversidade discente na educação superior brasileira, tentando vislumbrar futuros possíveis.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As "sobrinhas de Zora": fazendo parentes para reaprender a ensinar Antropologia

Nicole Faria Batista (IEPHA-MG)

O presente trabalho busca compartilhar reflexões acerca da experiência de ensino da disciplina "Introdução ao pensamento de Zora Neale Hurston" no curso de graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O curso foi ministrado pelo prof. Rubens Caixeta junto às alunas da pós-graduação Nicole Batista (autora deste resumo), Rafaela Rodrigues e Steffane Santos no segundo semestre de 2023. Hurston foi uma pesquisadora, antropóloga, escritora e cineasta estadunidense, que viveu no início do século XX, deixando contribuições inovadoras para o pensamento antropológico, mas que foram interdidas pelo racismo e sexismo de seu contexto. O trabalho busca refletir sobre a retomada da obra da autora a partir de suas potencialidades para a formação e ensino dentro dos cursos de Antropologia e Ciências Humanas. Esse movimento se orienta por dois pólos: 1) o ensino sobre os aspectos

metodológicos inscritos por Hurston, ou seja, seu modo aberto e multidisciplinar de realizar pesquisas etnográficas; 2) a ampliação do ensino de sua obra em disciplinas obrigatórias de teoria e método antropológico, recusando seu engessamento exclusivo em cursos de pensamento negro e/ou feminista. A partir desses aspectos ficaram evidentes as alianças possíveis entre esses fazeres e os novos múltiplos olhares que vem ocupando a Antropologia nos últimos anos. Compreendeu-se a sala de aula como lócus fértil para o desenvolvimento e fortalecimento de alianças entre o pensamento de Hurston e o desses novos sujeitos que vem ocupando a universidade (pessoas negras, povos indígenas, estudantes de classe popular). Tais alianças são propostas a partir da ideia de "fazer parentes" (Haraway, 2016) suscitada ao longo da disciplina a partir da identificação das estudantes com a expressão "sobrinhas de Zora", cunhada por Walker (2021) ao longo de sua retomada pelo trabalho da autora. Além disso, ao analisar as relações de ensino e aprendizagem instituídas ao longo da disciplina compreendemos que olhar para o trabalho de Zora Hurston nos obrigou a enfrentar as ficções persuasivas da Antropologia (Strathern, 2019) e aceitar novas proposições não sequenciais ou não lineares para a história da disciplina. Ou seja, com a experiência do ensino percebe-se que Hurston não somente nos impulsiona a encarar as complexidades da produção de conhecimento no campo das ciências humanas, mas nos chama a assumir as subjetividades que estão envolvidas em nossas perspectivas teóricas e metodológicas, em nossa forma de narrar a História, o tempo, nossas próprias ficções.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Tudo que nóiz tem é nóiz": Um olhar antropológico para a produção intelectual e artística negra através do documentário AmarElo.

Pedro Barcellos Rodrigues Juliano (SENAC)

Este trabalho busca lançar um olhar antropológico para o documentário AmarElo - É tudo para ontem, produzido e estrelado pelo rapper Emicida. O nosso objetivo é compreender como os elementos artísticos, intelectuais e históricos presentes na obra se relacionam com a produção intelectual das mulheres negras. Através dos conceitos (pensamento intelectual negro, epistemicídio, fratura epistêmica, epistemologia preta e escrevivência) pretendemos tecer uma discussão sobre diferentes formas de violência e diferentes formas de resistência presente no documentário, que utiliza o audiovisual como ferramenta de conexão com o público. Pretendemos apresentar uma discussão que busca na intelectualidade negra os elementos necessários para compreender os caminhos percorridos pela documentário. Busco trazer o sujeito negro como condutor da sua história. Sendo assim, utilizaremos o audiovisual e os estudos propostos pelas feministas negras para redimensionar a Antropologia, seguindo uma outra perspectiva que muitas vezes acaba sendo pouco explorada nas universidades brasileiras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A escrita antropológica do sofrimento: fragmentos, métodos e novas epistemologias

Rafaella Telles dos Santos (UFRRJ), Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Neste trabalho desenvolvo uma discussão que objetiva compreender as possibilidades da escrita como parte indispensável das disputas e negociações do fazer antropológico. O que fica em

evidência é que a antropologia está constantemente em movimento e não apenas as zonas de significação estão sendo renegociadas, mas também seus métodos e epistemologias. Se novos campos passam a ser possíveis, novas pautas chegam na pesquisa e os métodos precisam também ser atualizados para que o diálogo e as relações tenham espaço no corpo do texto. À luz das interpretações de Veena Das (2020), venho propondo o manejo da escrita não apenas como um recurso de sistematização de ideias, mas como uma técnica flexível e sensível a ser estudada e compartilhada. Compreendendo que contextos diferentes demandam escritas diversas, tenho como foco um estudo sobre a escrita do sofrimento, que passa ser necessária com a entrada de novos campos e interlocuções na antropologia. A partir de uma abordagem autoetnográfica, trago relações que qualifiquei como relações extremas, marcadas por uma dinâmica de esgarçamentos contínuos vividos num certo domínio do mundo das drogas. A fragmentação do campo se apresentou tanto pelas relações quanto pelos métodos, que envolvem relatos, memórias e brechas de coisas que não são ditas. A partir do acionamento dessas interlocuções, apresento algumas dinâmicas que aparecem nas relações entre uma rede de mulheres adultas e suas filhas crianças. Nessas relações, marcadas pelo sofrimento da drogadição, são desenvolvidas estratégias de vivência e sobrevivência marcadas por dinâmicas específicas de cuidado, de acionamento de identidades, de regulação de corpos, anestesia e recuperação. A discussão deste trabalho traz a escrita como uma das minhas principais estratégias de pesquisa e, para isso, aciono contos e personagens que me ajudaram a enfrentar barreiras de sofrimento na pesquisa e participaram, como verdades ficcionadas, da apresentação e formulação das análises, dos conflitos, dos tempos, sentimentos, dores e motivações que atravessam e são anunciadas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Essa é uma das nossas": notas sobre o meu corpo negro em campo e uma questão teórica metodológica além da ética

Ranna Mirthes Sousa Correa (IPEA)

A luta pela legitimação do acesso à creche como direito a ser garantido pelo Estado e como forma de compartilhar socialmente o cuidado de crianças tem sido, ao longo dos últimos anos, marcada pelo protagonismo de mulheres e de movimentos sociais feministas. Em pesquisa de doutorado realizada entre os anos de 2017 e 2021, a procura das famílias por vagas em creches consiste no fio condutor para uma análise que revela a indissociabilidade dessa busca com outras questões estruturais da vida das mulheres e das famílias no Morro da Polícia, em Porto Alegre. Considerando-se esse cenário, a tese objetiva apresentar as múltiplas formas de atuação política comunitária em um cenário que evidencia desigualdades de gênero e de raça, além de diversas noções de Estado e de política. Baseado em uma pesquisa etnográfica com as mães, com as cuidadoras, com as lideranças comunitárias e com os conselheiros tutelares, este trabalho propõe uma reflexão sobre a importância da minha subjetividade e posicionalidade enquanto pesquisadora negra e a dupla relação com o processo de produção de conhecimento na antropologia e no processo de minha formação enquanto

pesquisadora e escritora. A discussão enfatiza a necessidade de uma abordagem que respeite e reconheça a complexidade desta relação para discussões teórico e metodológicas na antropologia, especialmente em contextos marcados por opressão racial e de gênero.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia no ensino médio: perspectivas para uma educação democrática e antirracista

Tatiane Vieira Barros (IFCE)

Por vezes o Ensino Básico é um lugar da docência tida como menos valorizada. Mas é na educação básica, este lugar onde se objetiva formar estudantes para seguirem carreiras distintas, que a atuação em antropologia pode fazer uma grande diferença. Pensar formas de construir debates que tenham a antropologia como caminho condutor de aprendizagem é um dos grandes desafios de quem atua na educação básica. A educação com viés de transformação social ou que dialogue com os contextos sociais de estudantes não é o ponto principal dos currículos e das práticas em instituições como os Institutos Federais; mesmo descritas nas resoluções e missões institucionais. Isso gera efeitos na forma como todos/as se identificam, significam o conteúdo, se entendem enquanto sujeitos sociais e constroem suas identidades. Logo, trazer um debate fortalecido que atente para as questões sociais em sua complexidade tem muito potencial. Aqui, o olhar está voltado para os impactos de uma educação antirracista e democrática nesta etapa da formação escolar, observando o quanto é promissor para a construção de uma noção de sociedade. Como o pensamento antropológico pode ser transformador para a formação desses estudantes? Quais os impactos de uma formação realizada por docentes da área da antropologia na educação básica? Quais as formas de fazer antropologia para educar jovens? São algumas das perguntas que permeiam esta discussão. Neste momento me preocupa debater estas questões por um viés específico, aquele que fala de uma educação antirracista e democrática. Tema que não pode mais ser ignorado e que deve perpassar todas as esferas da educação e das nossas vidas. Assim, penso a educação básica como lugar potente para este diálogo, lugar promissor se pensarmos no efeito a médio e longo prazo. Fazer o estudante pensar criticamente atento a um debate racial, de classe, de gênero e que olhe para a sociedade e suas relações de forma comprometida é uma tarefa difícil, mas que pode ser apaziguada quando utilizamos das ferramentas antropológicas. A perspectiva de uma educação antirracista e democrática me parece ser uma produção de futuro. Mas é também uma base para caminhar no presente. Deste modo, este trabalho visa apresentar a experiência e os desafios de uma professora antropológa no ensino médio, apontando como a antropologia tem sido ferramenta de construção para produção de uma educação antirracista e democrática. Apresentando as relações feitas com o currículo, os enfrentamentos vivenciados para que o conteúdo obrigatório seja visto à luz da antropologia e, os projetos de ensino e extensão elaborados.

GT 075: Mundos em performance: interfaces entre antropologia e arte

Entre as artes e as ciências, o conceito de performance adquire formas variadas, cambiantes e híbridas. Há algo de não resolvido nesse conceito que resiste às formulações definitivas e delimitações disciplinares. Desde o século XX, despontam, no universo da antropologia, múltiplos centros gravitacionais de um campo emergente e surgem diversos pontos luminosos que servem de referência para as constelações de estudos de performance em universos em expansão e descentrados. Configura-se a chamada “virada performativa” na antropologia. Horizontes ampliam-se, subvertendo noções de campo e espaço e implodindo concepções de tempo. As atenções se voltam à ação dos corpos. Dos sentidos dos corpos, criam-se e se friccionam os sentidos de mundos. Em performance, mundos formam-se e desaparecem. Em ruídos, resíduos e elementos estruturalmente arredios, são detectados os movimentos sísmicos de sua criação. Nos remoinhos, encontram-se os que ainda não vieram a ser. Nesta proposta de GT, abrem-se perspectivas para explorar alguns dos remoinhos de mundos em performance.d

Coordenação

John Cowart Dawsey (USP), Rita de Cássia de Almeida Castro (UNB)

Debatedor(a)

Francirosy Campos Barbosa (USP), Robson Corrêa de Camargo (UFG), Rubens Alves da Silva (UFMG)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sentidos de mundo e sentidos de si no Quilombo Alto Santana - Cidade de Goiás

Ádria Borges Figueira Cerqueira (IFG), Luciene de Oliveira Dias (UFG), Fernanda Farias dos Santos (AQAS)

Este artigo apresenta as primeiras incursões na investigação sobre as práticas performáticas no Quilombo Alto Santana, da Cidade de Goiás. O Bairro Alto Santana foi certificado pela Fundação Cultural Palmares, em 30 de outubro de 2017, como quilombo. Historicamente marginalizada, a comunidade, situada na região que recebe a nomeação pejorativa de chupa osso, já esteve em situação de extrema vulnerabilidade social. A escrita desse artigo se dá entre tantas reflexões sobre o processo de fortalecimento da identidade quilombola desta comunidade e suas singularidades. Para tanto, problematizamos a forma como esse grupo tem elaborado elementos identitários que compõem o arcabouço das práticas performativas e ritualizadas que contribuem para o seu processo de autorreconhecimento. Nesse primeiro momento da pesquisa, lançamos mão de trabalho de campo realizado por uma das pesquisadoras e reforçamos o diálogo entre Antropologia e Performances Culturais como estratégia eficaz para o debate sobre reconhecimento e autorreconhecimento quilombola.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_813_25487642_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"A Marcha passou por aqui": observações sobre a Marcha das Vadias nas ruas do centro do Recife.

Anna Odara de Araujo Tavares (UFPE)

Este trabalho parte de uma pesquisa etnográfica realizada na Marcha das Vadias Recife (MVR) entre os anos de 2017 a 2019, entendendo como essencial a relação da manifestação com as ruas do centro da cidade, convertendo-se num espaço singular para determinadas formas de reivindicação política. Iniciada no Canadá, em 2011, com o nome Slutwalk, a Marcha das Vadias se caracterizou como uma manifestação de mulheres que foram às ruas com roupas consideradas provocantes, em corpos seminus, se autodeclarando vadias, como forma de protesto a cultura do estupro. As roupas curtas, os corpos desnudados, adornos e outros elementos estéticos foram transformados em críticas às moralidades e aos padrões sociais que impactam à vida das mulheres. Com grande repercussão online, a Marcha chegou em Recife com características próprias, e aconteceu de 2011 à 2019, se consolidando como uma das mais representativas manifestações feministas ocorridas na cidade, ocupando ruas do centro. Entendemos aqui as vestimentas e a nudez no espaço público em lugar central no conceito e realização da Marcha, como formas singulares de protesto, por seu poder subversivo, de resignificação, força estética e discursiva. Portanto, parte grande dos esforços analíticos passa pela apropriação dos corpos como elemento político reivindicatório (BUTLER, 2019). O empreendimento etnográfico focou na ocupação do centro da cidade por mulheres em um ato político, onde, nos três referidos anos, tiveram a concentração inicial em praças do centro da cidade, marcadas historicamente por abrigar as mais importantes manifestações políticas do Recife, como campo de resistência e luta. O espaço público, majoritariamente ocupado por homens, como campo de disputa, era ocupado e marcado pelas mulheres em marcha. São vozes, instrumentos, palavras de ordem, lambes, pixo que falam sobre as lutas, dores e reivindicações das sujeitas. Alguns destes elementos conseguiam romper o momento da Marcha e permaneciam ocupando os muros, pontos de ônibus, lixeiras, postes de iluminação, compondo e se apropriando do cenário urbano. Além de ocuparem espaço, os elementos visuais que a Marcha das Vadias deixava, se conectava e se incorporava ao tecido urbano, deixando no centro da cidade a materialização dessa performance política. O patrimônio público e privado era marcado e se convertia em registros, individuais e coletivos, materiais ou não, visuais e auditivos, que, até hoje, documentam não só a cultura, como também registram na memória e na história do feminismo - um movimento político de mulheres em uma grande cidade do país. Hoje a Marcha não existe enquanto manifestação de rua, mas é preciso entender que esta possibilitou outros debates e se mantém na memória de uma geração que conheceu o feminismo através dela.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_365_83862040_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Coletivo de colagens Antropo(i)lógicas: experiências em práticas performativas

Christine de Alencar Chaves (UNB), Lelia Lofego Rodrigues (UNB), Rita de Cássia de Almeida Castro (UNB), Lara Santos de Amorim (UFPB), Adriana Dantas de Mariz (SF)

Somos um coletivo de oito mulheres que estudaram antropologia na UnB nos anos 1980/1990, e nos reencontramos, trinta anos depois, para fazermos colagens. O primeiro encontro do coletivo Iló, Colagens Antropo(i)lógicas, aconteceu em setembro de 2022, no Vilarejo 21, espaço independente de arte, em Brasília. Exercitamos livremente a colagem, considerando técnicas variadas e estudos em colagens dadaístas e surrealistas, movimentos artísticos das vanguardas europeias que surgiram no mesmo contexto em que surgiu a pesquisa etnográfica. Seguimos nos reunindo para experimentos com colagem como forma de imaginação e pensamento sobre o mundo, sobre identidades e alteridades. As colagens do coletivo são, no contemporâneo, atravessadas e antropofagizadas por nossas experiências etnográficas, por nossos encontros e desencontros em campo e pelo estranhamento à nossa própria cultura. A reflexão sobre as interfaces possíveis entre antropologia e arte não é mais uma novidade no ensino e na prática antropológica. Já há quase cinquenta anos, a antropologia visual e os estudos da performance abriram novas fronteiras na pesquisa etnográfica, inserindo, para além do texto escrito, a imagem como artefato cultural e ferramenta de pesquisa, explorando novas formas e sentidos no encontro etnográfico. Tornou-se possível fazer uma etnografia desenhada, construir uma narrativa fílmica ou uma autoetnografia para expressar a alteridade. Nos perguntamos, no âmbito dessas possibilidades metodológicas, se a colagem (como artefato), ou o ato de colar (como gesto), não se constituiria em uma possibilidade etnográfica capaz de revelar imaginários coletivos e individuais, envolvendo memórias, subjetividades e sentidos. Esse campo emergente se constitui em ato, numa confluência espaço-temporal própria, como um jogo que se faz sempre novo a cada encontro-performance. Constituindo-se como campo aberto à experimentação, ele permite no gesto de cortar e colar a desestruturação das imagens-mundo prontas, assim como com seus resíduos formar novas imagens-mundo carregadas de alteridade. O encontro é assim ato performativo pleno, à medida que gera efeitos concretos, como impressões palpáveis do seu acontecimento. O gesto da colagem é um fazer subversivo, pois desnaturaliza ao fragmentar o conhecido, desestruturando a sacralidade do dado, e reúne o disjunto de modo a revelar suas infinitas potencialidades latentes. Intervém com liberdade na criação de mundos, personas, totens e seres híbridos que transitam em multi realidades polissêmicas. Transcria corpos-imagens em novas configurações e dá vida a inusitadas cartografias de sentidos, tecendo, entre frestas e dobras, diálogos entre antropologia e arte.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_571_43003676_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Piadas, Poesias, Ritmos: Relações De Poder Entre Surdos E Ouvintes Por Meio De Performances Diferenciadas

Dalcides dos Santos Aniceto Júnior (UFRR), Madiana Valéria de Almeida Rodrigues (UFRR)



Este trabalho tem como objetivo compreender as relações de poder de linguagem e educação no contexto de pessoas surdas vivendo em sociedade majoritariamente de pessoas ouvintes a partir de análises de performances artísticas de surdos(as) em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A questão problematizadora que conduziu este trabalho foi como a experiência de Ser surdo em uma sociedade envolvente de maioria ouvinte é colocada em relevo em momentos específicos de comunicação, como a poesia e contação de piadas. O tema é de relevância para refletir sobre as experiências de Ser uma pessoa surda com uma alteridade de linguagem e de corporeidade e de como essas diferenças são tensionadas nas relações e práticas educacionais estabelecidas para esses sujeitos. Além disso, é importante esse debate para compreender as experiências dos sujeitos educativos surdos(as) em relação às práticas escolares em que foram/estão inseridos, a partir de suas performances. A pesquisa teve por base a pesquisa bibliográfica de cunho qualitativa por meio de levantamento de referências para o embasamento teórico acerca do tema e análise e interpretação dos dados. Os dados do corpus da pesquisa foram coletados em pesquisas de campo realizadas no ano de 2018 com sujeitos surdos(as) na cidade de Boa Vista/RR, através de observação e registro em vídeo de performances artísticas em evento denominado Sarau Bilíngue. Como resultados encontrados observamos que a celebração do Ser surdo(a) e a valorização e exibição da Língua Brasileira de Sinais se dá por meio das performances artísticas. Em momentos específicos de comunicação como esses, os surdos(as) colocam em relevo suas experiências nas diferenciadas formas de relações de poder em que estão permeados nas articulações com a sociedade envolvente ouvinte. As performances analisadas se caracterizam por uma configuração estrutural diferente na maneira cotidiana de comunicação, revelando o surdo(a) como protagonista principal num mundo onde a diferença representada pela surdez o marginaliza e exclui. Além disso, concernente às experiências dos surdos(as) na educação, as produções bibliográficas científicas que embasaram o referencial teórico evidenciam que, historicamente, esse grupo foi pensado a partir da visão dos não-surdos, o que produziu práticas escolares e sociais em que os surdos são uma minoria social e linguística que precisa ser incluída nos projetos e currículos escolares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_587_83519033_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A performance Intercultural, ritual e a japonicidade na obra Yurusanai

Elise Hirako Dias (PPGCEN/UnB)

Este estudo pretende apresentar e desenvolver a relação entre as relações sociais nipo-brasileiras, o conceito de performance intercultural e a japonicidade aplicada na produção da obra cênica Yurusanai, 2023. Contextualiza-se que nesta investigação foi apresentada a trajetória de vida da performer com reflexões a partir dos conceitos de: performance intercultural, ritual, japonicidades. Tal cruzamento, deu contorno a uma história e ancestralidade enquanto mulher nikkei, que são os japoneses fora do Japão e os descendentes japoneses. Para construir performaticamente a obra Yurusanai, a performer refletiu sobre aspectos das práticas japonesas Kumiodori, Dança Butoh e Teatro Noh. Acerca dos conceitos acima apresentados, serão abordados por meio do entendimento de Elisa Massae Sasaki, Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, que pesquisou sobre a migração internacional

contemporânea entre o Brasil e o Japão; Ismar Borges Lima (2012), autor do artigo Reflexões sobre a Contemporaneidade Cultural do Japão e seu Legado Histórico: Clusters Etnoculturais, Aculturação e Japonicidade, 2012.; Célia Sakurai (2007), Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp (2009), pesquisadora de história da imigração japonesa no Brasil e autora do livro Os Japoneses, 2007, e Richard Schechner (1990, 2013), pesquisador dos estudos da performance que discutiu amplamente este conceito, seja no ponto de vista de vida cotidiana e ritual, seja do ponto de vista da performance art, em seus livros: *By means of performance: intercultural studies of theatre and ritual*, 1990 e *Performance Studies: Introduction*, 2013. Acerca da obra Yurusanai, serão apresentados os enlaces interculturais, através do ponto de vista de uma nipo-brasileira, em que serão apresentadas as escolhas estéticas para concepção da dramaturgia, cenografia e composição de movimento para a cena. Espera-se que este estudo possa contribuir para os estudos da interface entre a performance e a antropologia sendo observados em práticas performáticas nipo-brasileiras que buscam na ancestralidade inspiração para a composição de cena.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_284_28622860_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres em ginga: performance e corpo na roda de capoeira

Fernanda Castro de Queiroz (UERJ)

A capoeira é um fazer que gera múltiplos deslocamentos por meio dos corpos em ginga, feito de quebras, malícia, desequilíbrio, e engloba diversas artes como dança, canto, música, etc., além de ser uma prática que carrega o lúdico e a luta, sendo reelaborada a cada momento. Tendo em vista esta concepção, esta comunicação trata da performance das mulheres na capoeira Angola e Abadá, já que é no diálogo entre os corpos e tudo que os cercam que se elaboram sentidos, sentimentos e experiências por meio de uma performance, tendo como espaço fundamental a roda de capoeira. Nesse sentido, em vista das diversas criações do corpo na capoeira, esta comunicação tem como objetivo analisar a performance das mulheres, o que elas fazem emergir nessa prática e como essa performance articula os seus lugares enquanto sujeitos que realizam a capoeira. Além disso, observar quais experiências são elaboradas e como essas experiências estão envoltas no cotidiano e são capazes de gerar um conhecimento sobre e com esse fazer, que extrapola e reconstrói as concepções vigentes em relação ao lugar das mulheres na capoeira e que altera os saberes e poderes dessa prática, pois o que foi reconhecido como ser capoeira esteve assentado em uma tradição que carregou e ainda apresenta a capoeira como uma fazer hegemonicamente masculino. Ao destacar esses corpos, dialogo também com uma concepção de performance de gênero não-binária, que se constitui por meio de deslocamentos e nas possibilidades das transformações e rupturas da tradição nas rodas de capoeira. Neste trabalho etnográfico ainda em curso, me dedico às mulheres com graduações de professoras, mestradas e mestras no Abadá Capoeira; e mulheres trenelas, contramestras e mestras na Capoeira Angola. Uso da observação participante para vivenciar com essas mulheres a prática da capoeira em rodas, jogos, encontros, aulas, além de entrevistas semi-estruturadas ou não. Por conseguinte, é possível observar que as mulheres, por meio de seus corpos, elaboram performances criativas que fazem aflorar novas gingas e estratégias diversas para suas

recolocações nos variados espaços da capoeira. Palavras-chave: Performance, corpo, mulheres, capoeira

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tragédia como forma teatral e experiência na peça *Antígona na Amazônia* (Milo Rau/NTGent & MST, 2023): um diálogo a partir da antropologia da performance

Fernanda Marcon (UFFS)

A presente comunicação tem o intuito de apresentar os primeiros movimentos da reflexão desenvolvida no âmbito do estágio pós-doutoral que realizo junto ao departamento de antropologia da USP em 2024. O projeto de pesquisa se propôs a analisar a dramaturgia e encenação da peça *Antigone in the Amazon* (*Antígona na Amazônia*) e refletir sobre a tragédia enquanto forma teatral e experiência, tendo em vista a participação de atores ativistas em cena. Na articulação entre o diretor belga Milo Rau conhecido por seu teatro antropológico ou investigativo -, o MST e ativistas indígenas e quilombolas, a peça apresenta uma série de questões para pensar as performances contemporâneas e conceitos fundamentais para os estudos da performance, a exemplo da noção de experiência. Concordando com Schechner (2011) de que há muito o teatro vem se antropologizando e a antropologia está sendo teatralizada, considero que pode ser bastante produtivo tomar *Antígona na Amazônia* como uma forma de explorar esse diálogo. Embora o campo de estudos de performance tenha um caminho consolidado e muitos balanços teóricos a respeito da relação entre antropologia e teatro tenham sido feitos, de ambos os lados, entendo que a peça também reflete sobre os lugares do conhecimento antropológico, teatral e do ativismo político diante da emergência climática e de um mundo que corre rapidamente ao encontro do fim. Considerando o drama social da luta pela terra como tragédia da experiência humana, a peça remete sua dramaturgia e encenação à forma do drama grego e ao processo ritual do trágico. Enquanto experiência da tragédia, o drama social de ativistas Sem Terra, indígenas e quilombolas torna-se local, específico, cotidiano, uma experiência que parece ser completada pela performance, como apontou Dawsey (2005) com relação à noção de experiência para Turner. Esta comunicação pretende, portanto, explorar as primeiras análises da dramaturgia e encenação de *Antígona na Amazônia*, buscando evidenciar a interlocução da antropologia da performance com a obra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_481_13645413_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Surrealismo Temporal: Uma Abordagem Artística Antropológica à Obra de Hilda Hilst

Giovanna do Nascimento Schneider (santa casa)

Esta pesquisa busca explorar a intersecção entre a obra *A Obscena Senhora D* da escritora brasileira Hilda Hilst, sua escrita surrealista, a prática do desenho da própria autora e a concepção de temporalidade e memória coletiva, partindo da intersecção entre a Antropologia e a História. Reconhecida por sua escrita inovadora e provocativa, Hilst frequentemente explorava temas existenciais e transcendentais em suas obras, muitas vezes utilizando uma abordagem surrealista. Este estudo propõe analisar como tais elementos presentes na obra da

autora, dialogam com suas concepções de tempo proporcionando outras abordagens ao estudo artístico antropológico. Além disso, será investigado o papel dos desenhos da autora como meio de expressão artística e a relação com sua escrita, bem como sua representação do tempo através de palavras e traços. A pesquisa se dá a partir da análise documental com um viés antropológico, referenciando autores como Tim Ingold, James Clifford e Donna Haraway, cada um por suas diferentes, porém convergentes, contribuições para o pensamento antropológico, examinando como esses elementos conversam e são reinterpretados. Ao destacar essas interconexões, este estudo visa contribuir para uma compreensão mais profunda da obra de Hilda Hilst, assim como para uma reflexão sobre e as formas de representá-la artisticamente.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Mexendo o doce": uma aproximação etnográfica do skate de rua DIY

Giovanni Cirino (UEL)

Práticas sociais realizadas pelos coletivos urbanos ligados ao mundo da chamada cultura de rua são especialmente interessantes para pensar intersecções entre formas criativas de criar e de ocupar a cidade. Com formas propositivas de usos que vão além das convenções dadas no cotidiano urbano, Pixadores, grafiteiros, skatistas, parkours, bikers, rappers são exemplos de coletivos que realizam tais práticas. Em diversas cidades do mundo encontram-se intervenções realizadas em espaços públicos, às vezes lugares abandonados, ou lugares de passagem como calçadas e vielas, mas principalmente quadras e praças que passam a ganhar novas práticas através de novos usos e construções. Na região de Londrina não é diferente, essas intervenções, conhecidas como DIY (Do It Yourself), criam condições para diversas performances com características estéticas, artísticas e esportivas. O interesse da pesquisa que aqui apresentamos orbita entre essas práticas. Mais especificamente estamos interessados em entender as intervenções e modificações no espaço público realizados por praticantes de skate. Tais modificações permitem não apenas a realização de performances as manobras mas também impulsiona diversos outros desdobramentos como, por exemplo, a realização de vídeos ou a produção de conteúdo para o impulsionamento em redes sociais. Chama atenção, portanto, não apenas a performance das manobras, mas também a motivação para construir as intervenções nos espaços públicos e também os múltiplos desdobramentos e usos. De um lado a performance da construção/reforma, ou seja, aquele realizado pelos praticantes que dispõem para transformar/revitalizar um espaço para possibilitar a realização de certas manobras; de outro, aquelas produzidas pelos praticantes uma vez tendo construído e/ou reformado espaços.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_599_88374504_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre deitar e levantar: danças do boi de mamão.

Guilherme Borges Laus (UFSC)

Dentre tantos folguedos e brincadeiras populares com o boi no Brasil, destaca-se no litoral sulista, sobretudo em Florianópolis, o boi de mamão. Neste contexto, um boi passa mal e falece de causas variadas, ressuscitando tempos depois através de processos específicos e distintos de cura. Após esta ressurreição, o animal levanta e abre a roda para uma série de personagens, em sua maioria animais, entrarem e brincarem no espaço deixado. Esse movimento - o levantar -, pode ser visto como uma virada de ato na brincadeira: o antes e o depois do boi reviver, ser laçado e retirado da roda. Neste trabalho, apresentam-se descrições etnográficas a partir de experiências em campo com bois de mamão florianopolitanos, buscando construir uma perspectiva do que pode ser a dança do boi de mamão. Dizer isso, de certa forma, é pressupor que ele dança; por sua vez, reconfigura-se, talvez, o próprio entendimento do que é dançar. Independente disso, temos que seu deitar-morrer e seu reviver-levantar abrem caminhos dentro da brincadeira, como também podem abrir caminhos sobre o que é performar e dançar - talvez não enquanto substantivos, mas como verbos. Reforça-se, dessa forma, o caráter parcial da proposta: muito ocorre nessas brincadeiras além do enredo do boi. Ainda assim, deixar de lado, por um momento, os giros das Maricotas, o perigo das bernunças e a diversão das cabrinhas, ao focarmos nos movimentos do boi de mamão, pode ter o efeito de colocar em diálogo esse boi com outros de outros estados e regiões brasileiras. Nesse caminho, o primeiro passo para essa ponte ser edificada, ao menos dentro da antropologia, pode ser a descrição etnográfica. Em outras palavras, a busca ela mesma, nessas textualidades literárias e experimentais, do que esses corpos e presenças brincantes realizam em cena.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_151_25661197_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quando arte e crime se encontram: golpistas trapaceiros, seus personagens e performances.

Jania Perla Diógenes de Aquino (UFC)

O trabalho aborda componentes dramáticos e performáticos na atuação de três golpistas que se tornaram famosos nas últimas décadas e que, sem recorrer à violência física, enganaram grande quantidade de pessoas e obtiveram elevadas quantias, demonstrando habilidades em produzir narrativas, cenários e personagens verossímeis, apesar de falsos. Anna Sorokin, é a jovem russa que, nos anos 2010, apresentou-se nos EUA como Ana Delvey, suposta herdeira alemã de uma fortuna de 60 milhões de euros. Ela morava em hotéis cinco estrelas, frequentava festas exclusivas, vestia roupas de grife e viajava em jatos privados. conseguiu enganar a elite e o sistema financeiro novaiorquino. Sua trajetória foi enredo do livro "Inventando Ana", da jornalista Rachel Williams, que também se tornou uma série de sucesso na Netflix. Outro golpista que ganhou notoriedade mundial recentemente foi o jovem israelense Simon Leviev. Passando-se por um milionário russo, dono de minas de diamantes, Simon usava o Tinder para seduzir mulheres na Europa, levando-as a transferir altas somas para sua conta. Algumas das mulheres engodadas por Simon falam do enlace com o jovem no documentário "O golpista do Tinder", lançado pela Netflix em 2022. O terceiro impostor analisado é o brasileiro Marcelo Rocha que ficou conhecido no país, nos anos de 1990 e 2000, por variados golpes de estelionato. Em 2001, ele foi preso em uma atuação ousada, em que se passava pelo empresário Henrique

Constantino, cofundador da companhia aérea GOL, durante um carnaval fora de época em Recife. Na ocasião, enganou celebridades, namorou modelo e concedeu entrevista ao programa do Amaury Junhior, da emissora Record. Ele também se passava por guitarrista da banda Engenheiros do Hawaii para entrar em boates e beber sem pagar a conta. Em uma delegacia do interior do Paraná, apresentou-se como policial e lá trabalhou por semanas, tendo chegado mesmo a prender bandidos. Embora não tenha auferido altas somas com suas encenações, obteve consideráveis dividendos com as vendas do Livro VIPS, baseado em sua biografia, que veio se tornar um filme nacional, de mesmo nome. Atualmente Marcelo se apresenta como empresário, consultor e palestrante. Partindo da exposição de suas fraudes e truques, este paper argumenta que tais trapaceiros são sujeitos que desenvolvem uma sofisticada compreensão da estrutura social e seu funcionamento, mobilizando tal conhecimento para ludibriar e obter vantagens nas intenções sociais da vida cotidiana. O mundo de glamour que engendram com suas mentiras figuraria como espelho mágico ou antiestrutura. As "plateias" se deixariam seduzir pelas performances "cínicas" dos golpistas porque também se identificam com os personagens que eles criam e gostariam de vivenciar as "estórias" que eles contam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_710_03831102_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Assombrações: boias frias, mulher loba e bonecos em performance

John C. Dawsey (USP)

"O que seria uma assombração senão uma re-aparição, a ação restaurada que Schechner define como performance?, pergunta Diana Taylor. Mundos em performance se formam quando vivos e mortos se friccionam. De acordo com Avery Gordon, assombrações podem dar acesso a elementos marginalizados, suprimidos,

trivializados e negados. Uma imagem assombrosa, que se manifesta como uma ausência, ou presença de uma ausência, esquecida e, no entanto, vital, pode interromper o curso das coisas. Produz um desvio, possivelmente

iluminando a nossa condição atual, e fazendo com que possamos ver coisas que antes não conseguíamos ver. Neste artigo, pretendo discutir três pesquisas de campo envolvendo boias frias, mulher-lobo e bonecos ribeirinhos em performance.

Em cada uma delas, lampejam imagens que me assombam e, quem sabe, num registro benjaminiano, uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido".

Palavras chave: assombrações; performance; boias frias; mulher-lobo; bonecos ribeirinhos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Performances de corpos em improviso no Tap Dance/Sapateado "Americano"

Lívia Fontanella Claumann (UFSC)

O Tap Dance/Sapateado "Americano" é uma dança de origem afro-diaspórica desenvolvida nos Estados Unidos, caracterizada pelo uso de sapatos com chapinhas de metal na sola. Apesar do desenvolvimento ligado à cultura negra, a dança sofreu uma apropriação pela indústria do entretenimento, e com estes moldes ela foi importada ao Brasil. Atualmente, há esforços

significativos dentro da comunidade brasileira de sapateadores para reconstruir suas bases, com um foco particular no improviso, que reflete a maneira como a arte se estabeleceu. Neste contexto, o corpo em improvisação no Tap Dance tensiona e reconfigura tanto noções de improviso quanto de performance. Surgem questões sobre quais performances são possíveis em um corpo em improvisação e quais conceitos de improviso são desafiados e redefinidos em performance. Ao buscar entender a potencialidade da relação entre os dançarinos e a prática do improviso, possibilita-se discutir como os corpos em improvisação fazem emergir outras formas de pensar o Tap Dance por meio das rupturas provocadas a partir das movimentações corporais e conceituais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_248_08354895_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As performances da família Ganga Zumba: oralidade, saberes e apresentações

Lívia Rabelo (UFRJ)

Esta comunicação é parte da minha pesquisa de doutorado que tem foco no Grupo Afro Ganga Zumba (Ganga), localizado no Quilombo Urbano do Bairro de Fátima, no município de Ponte Nova, na Zona da Mata mineira. A centralidade está na família Ganga Zumba, constituída de lideranças que criaram o Grupo Afro Ganga Zumba, em 1988, a partir de um protesto dançante, bem como das pessoas que foram se somando ao grupo por: interesse na luta antirracista; forma de combate à depressão; e convívio na comunidade, sobretudo as crianças que queriam fazer igual aos mais velhos. A centralidade das relações no saber viver gangazumbeiro constrói e atualiza os limites da família a partir do sangue, afinidade e parentesco por consideração. Inspirada em Schechner (1985; 1988; 2003), compreendo esses saberes como performances cotidianas: nas memórias e narrativas da oralidade repletas de sensorialidade que produzem comunidade, família, liderança e Ganga; nas práticas cotidianas dessa família que possibilitaram a criação, manutenção e consolidação do grupo. A oralidade sobre a ocupação do território e as práticas cotidianas, sobretudo, o cuidar dos filhos/as de mulheres que precisam sair de casa para trabalhar, cria um espaço que propicia a consolidação e atualização das tradições entre diferentes gerações. Esses saberes performáticos são reapropriados na organização das atividades e apresentações do grupo. Especificamente, o núcleo de cantoria e percussão Irmandade Bantu atual carro chefe do Ganga, composto majoritariamente por mulheres da terceira idade, é um espaço de produção da autoestima, pertencimento e subjetividades negras empoderadas. Durante as performances artísticas, educacionais e/ou religiosas preparação, apresentação, e pós apresentação essas mulheres são transportadas do papel cotidiano de gestoras da casa e família, para o de mulheres negras, artistas, valorizadas e aplaudidas pela arte de tocar e cantar que contribui na luta antirracista. Esse deslocamento frequente, decorrente dos muitos eventos e viagens para os quais a Irmandade são convidadas para se apresentar, vai produzindo gradualmente novas visões sobre si e os seus. Nesse processo, destaca-se a liderança Rosângela, especialista em arrumar a si e aos outros, que através de saberes estéticos proporciona uma narrativa visual da beleza negra e a sensação de se sentir bonita, através da escolha dos figurinos utilizados. A materialidade contribui para um modo de subjetivação ético-política pautada pela beleza negra e para a produção de afetos

alegres no cotidiano e nas apresentações. As narrativas políticas de Rosangela passam, além da linguagem referencial, pela estética e afeto, que invertem a hierarquização imposta pela segregação racial municipal e compõe a luta alegre do Ganga.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_963_21699701_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre gingas e mulheres: Gênero, raça e performance a partir do Grupo de Estudos de Capoeira Angola Dona Cora-RN

Louise Caroline Gomes Branco (UFRN)

O presente trabalho parte do processo em curso de elaboração da Tese de Doutorado intitulada "Entre gingas e mulheres: memórias, ancestralidades e performances". O objetivo é analisar como as memórias e as performances são construídas em um grupo de Capoeira Angola conduzido por mulheres (Dona Cora). Em Natal-RN, o movimento de mulheres na Capoeira Angola é considerado recente, tendo o seu marco inicial sido o 1º Encontro de Mulheres Angoleiras: Iê de Iaiá, realizado em 2016 pelo coletivo Cazulo Amarelo e mulheres afins. Desde então, outros grupos surgiram, cada um com demandas e particularidades que refletem a interseccionalidade entre gênero e raça em suas práticas cotidianas e organização coletiva. No âmbito do grupo de Estudos de Capoeira Angola Dona Cora-RN, exploraremos como os conceitos de gênero e raça são debatidos, bem como o protagonismo das mulheres dentro do espaço da Capoeira e camadas possuem continuidades e descontinuidades com o conceito performance. A metodologia adotada consistiu em trabalho de campo, envolvendo o acompanhamento de treinos, eventos, rodas de conversa e entrevistas semiestruturadas com as principais integrantes do grupo estudado. Os resultados obtidos permitem apresentar concepções inovadoras sobre performance, gênero e o processo de racialização dentro e fora da Capoeira Angola, sob uma perspectiva crítica e antropológica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O humor religioso nas redes sociais digitais: uma análise da atuação humorística de influenciadores evangélicos em contextos digitais

Lucas Ribeiro Rocha (UFF)

Partindo de um interesse de pesquisa em analisar a atuação de evangélicos em espaços públicos, com foco no espaço digital a partir da observação continuada em redes sociais como Instagram, YouTube, TikTok, etc., é perceptível que há uma significativa presença de influenciadores evangélicos de diferentes denominações nas mídias digitais com uma profícua produção de conteúdos de diversos formatos feitos para serem publicados nas redes sociais digitais. Claro, a relação entre esses grupos religiosos com as mídias como rádios, televisão, jornais e nos meios digitais não é novidade. Dentre os diversos usos midiático-digitais possíveis, um desses formatos de produção de conteúdo é o uso do humor, seja na produção de memes, de esquetes humorísticas, de divulgação de trechos de shows de stand-up comedy, etc. Em uma pesquisa anterior para a monografia, investiguei o uso humorístico do pastor Claudio Duarte para abordar questões religiosas, como por exemplo, questões matrimoniais a partir da valoração de uma

moralidade conservadora em torno dos papéis sociais do "marido" e da "esposa" valendo-se de uma percepção cristã. A ideia agora é dar continuidade à pesquisa sobre a relação entre o humor e religião em contextos digitais tendo em visto que o humor é um fenômeno social multifacetado, portanto, pode ser utilizado de diversas formas que vão desde o uso político seja como crítico de estruturas vigentes ou conservador, mas também como uma forma de comunicação cotidiana mais ampla. Em vista disso, o presente trabalho visa debater, a partir de uma perspectiva qualitativa, sobre a atuação humorística de influenciadores evangélicos nessas redes em articulação com a gramática religiosa a partir da noção de que o humor enquanto arte e discurso se mostra como uma potente possibilidade de atuação que é mobilizada por evangélicos para atuar nas redes sociais, desempenhando um papel relevante na veiculação dos mais diversos conteúdos no ambiente digital.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_459_92540122_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da canoa que não se rema só: performance, corpo e xamanismo na cena contemporânea

Luiz Davi Vieira Gonçalves (UEA)

Esta proposta de apresentação tem como objetivo compartilhar a experiência dos processos de criação das performances Uhpu e Ukuse realizadas pelo grupo de pesquisa Tabihuni-Am junto com indígenas tendo como base a imersão nos rituais de xamanismo Yanomami e também do povo Yepamashã (Tukano). A experiência de imersão nos rituais ofereceu ao grupo Tabihuni uma qualidade de presença guiada pelas medicinas indígenas: rapé, pena, Karpi e sananga e orientada pelos pajés que transmutou a noção de corpo todos participantes do grupo. No que tange as metodologias e teorias para o pleito, os autores utilizados são: o indígena João Paulo Lima Barreto com o debate sobre a noção de corpo, a indígena Clainda Sateré Mawé com suas contribuições sobre músicas e danças e Jaime Diakara sobre o uso das medicinas indígenas na contemporaneidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_921_52340095_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A música em jogo nas rodas de capoeira

Marco Antonio Saretta Poggia (DIER/SJCDH)

A ideia de que o jogo não se restringe à atividade humana foi abordada por Joahn Huizinga em seu clássico *Homo Ludens*, um ponto fundamental para que o autor determinasse a primazia do jogo sobre a cultura. A questão reaparece em Gregory Bateson (1972) a partir de um conhecido insight que exerceu influência significativa nos estudos da antropologia da performance. Observando interações animais, o autor percebeu que eles muitas vezes interagem sob a dinâmica do jogo, envolvendo algum grau de metacomunicação capaz de transmitir a mensagem isto é um jogo". Partindo para a exploração de várias instâncias do jogo, ele argumenta que alguns jogos não se desenvolvem a partir da premissa de que se está jogando, e sim da pergunta: isto é um jogo?". Nessa perspectiva, as considerações sobre a atividade de jogar implicam igualmente uma ideia do que não é um jogo. Nas rodas de capoeira, o diálogo

estabelecido entre os jogadores também demanda que a todo o momento seja transmitida alguma mensagem corporal comunicando que tipo de interação está sendo proposta. Não exatamente para indicar que se está jogando, mas para de algum modo se estabelecer as regras que vão prevalecer, já que elas são imanentes ao próprio jogo. Porque há sempre a possibilidade de a maré virar e um novo jogo, com novas regras, vir a se estabelecer. Assim, a pergunta fundamental a se fazer pode ser esta: qual o jogo que está em jogo? Atravessados por metáforas animais e das forças da natureza, os versos cantados nas rodas de capoeira interagem a todo momento com os jogadores, descrevendo e propondo novas formas de interação entre eles. Assim, busca-se compreender como os cantadores participam dessa trama complexa de relações que se estabelecem na roda de capoeira e que envolve negociações variadas sobre a ideia de jogo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

TORNANDO O INVISÍVEL, VISÍVEL: o registro do movimento ritualístico por Maya Deren e um diálogo entre arte e antropologia.

Maria Eugênia Nunes Ferreira (UFRGS)

Como representar imagetivamente o que não se vê? Como perceber e comunicar o invisível? Com uma curiosidade pelo movimento corporal que se manifesta nos processos rituais, pela suspensão liminar durante o transe, nesta pesquisa, reflito sobre as possibilidades e os limites do registro etnográfico por meio da produção textual-imagética da multiartista e cineasta Maya Deren. Meu objeto de análise é o documentário *Divine Horsemen: The Living Gods of Haiti*, resultado de seu trabalho etnográfico realizado sobre o vodu haitiano durante um período de cinco anos e um livro de título homônimo publicado por ela (1953). Através de um interesse em articular discussões entre o campo da arte e da antropologia, esta pesquisa emerge do desejo em explorar como a experimentação artística que consiste o trabalho de Deren, teceu uma etnografia experimental, questionando o fazer antropológico. Busco explorar o movimento corporal em diálogo com a câmera a partir de sua etnografia corporificada, que é desenvolvida entre os corpos que dançam e do seu aparato técnico que os registra. Quando os sentidos se sobrepõem, a fala se torna secundária e o corpo que se move nesta performance revela-se a partir de si mesmo, entre passos, sons e repetições espiraladas de movimento. Busco compreender as estratégias articuladas pela artista no registro dos rituais vodu (por exemplo, como tensiona o momento de possessão durante um ritual e a possibilidade de captação do invisível ali manifesto) usando de fundamento reflexões da antropologia da performance (TURNER, 1987; DAWSEY, 2007), em diálogo com os trabalhos sobre rituais de Jean Rouch (1955) a ideia de câmera como extensão do corpo, de David Macdougall e posteriormente Grimshaw, no desenhar com a câmera (2015). Investigo também, seus diários pessoais de estudo fílmico sobre a produção visual antropológica de Margaret Mead e Gregory Bateson, *Balinese Character*, servindo de estudo para registro do movimento ritualístico. Assim, reflito criticamente sobre a dialética entre a posição de Deren como precursora do cinema experimental em contrapartida à sua diferente recepção na antropologia com sua etnografia experimental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_522_05117367_218702.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desafios de registrar uma performance no campo do patrimônio imaterial

Marina Fares Ferreira (Autonoma)

A performance é um fenômeno multifacetado que pode ser abordado por diferentes disciplinas, sendo uma delas, o campo do patrimônio cultural. A transformação de um bem em patrimônio cultural requer sua documentação essencialmente textual. Nesse campo, o patrimônio imaterial engloba práticas culturais que refletem modos de vida por meio de diversas expressões artísticas e culturais que têm o corpo como elemento central. O corpo é fundamental para a existência do patrimônio cultural, pois é através dele que tais práticas são manifestadas e transmitidas ao longo do tempo. Nos estudos patrimoniais, as formas de conhecimento incorporado podem ser negligenciadas onde textos, objetos e representações do corpo são mais valorizados que a ação do corpo em movimento como um texto em si. Nesse contexto, a antropóloga Diana Taylor propõe que a aprendizagem e a transmissão do conhecimento ocorrem por meio de ações incorporadas, que estão presentes nas performances. Assim, é através dessas performances que a memória e a identidade cultural de um grupo ou indivíduo são transmitidas. Para Taylor, a performance opera como uma episteme, um modo de conhecer. Ela argumenta que um bem cultural transcende as discussões entre palavras escritas e faladas. Para a autora, a questão central reside na distinção entre o conceito de arquivo e repertório, indicando que a compreensão de um patrimônio cultural só é possível quando consideramos não apenas seus registros estáticos, mas também suas manifestações dinâmicas e incorporadas na prática performática. Se as ações do corpo são essenciais para a preservação de um patrimônio cultural e essas ações são dinâmicas e estão em constante reinvenção, surge o desafio no campo do patrimônio de como registrar uma manifestação cultural dentro de um sistema que tradicionalmente se baseia na comunicação formalizada por meio de suportes textuais. Partindo desse questionamento e buscando compreender os desafios subjacentes à documentação de uma performance, esta comunicação propõe uma análise qualitativa fundamentada em categorias, características e elementos-chave extraídos de 48 dossiês de registro referentes aos anos de 2002 a 2021, os quais estão disponibilizados no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN. Além de oferecer um panorama abrangente, esta comunicação também realizará uma análise detalhada dos movimentos corporais presentes em 12 dos 48 dossiês, classificados como pertencentes à categoria de forma de expressão, conforme definido IPHAN. Esta análise tem por objetivo compreender as diretrizes normativas para a elaboração de um dossiê de registro, examinar a descrição dos movimentos corporais e investigar a concepção de performance presente nos referidos documentos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Johrei em Performance: Um Estudo Etnográfico da Prática de Imposição de Mãos na Igreja Messiânica Mundial do Brasil.

Thiago Guedes (UFSC)

Este artigo tem como proposta refletir uma prática religiosa de origem nipônica conhecida como Johrei, centrada na experiência com o corpo e mediada por um amuleto sagrado, o estudo coloca em perspectiva essa prática como performance. A análise visa entender como o fundador da

Igreja Messiânica Mundial do Brasil construiu sua relação com este amuleto sagrado que no desenrolar do seu desenvolvimento autorizou esta comunidade religiosa a ministrar o johrei, conferindo-lhe experiências mágicas e examinando o papel dessa construção na prática religiosa em questão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_325_28383997_218702.pdf

GT 076: Antropologia nos Museus: coleções etnográficas, detentores e artistas

A proposta deste GT é reunir reflexões e práticas levadas adiante por antropólogas (os-es), museólogas (os-es), detentores de objetos musealizados, organizadores de museus comunitários, curadores e artistas para compartilharem experiências, que lançaram novos olhares e arranjos para coleções, acervos e reservas técnicas. Bem como, iniciativas de museus ou pontos de memória, que foram constituídos sem acervos, coleções ou objetos. Ao reunir tais trabalhos pretendemos abrir um debate sobre múltiplas perspectivas de como a decolonização nos museus está se dando e como as diferentes práticas colaborativas e compartilhadas de fato acontecem, seus limites e possibilidades.

Coordenação

Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia), Luísa Valentini (USP)

Debatedor(a)

Ana Carolina Estrela da Costa (Museu das Culturas Indígenas)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Abordagens interdisciplinares nas classificações em acervos museológicos

André Luís Maragno (UFPR)

O uso imponderado ou a reprodução automática das classificações e termos adotados nos processos documentais museológicos podem colocar em risco não apenas a conservação de materialidades, dadas as múltiplas formas de cuidado e armazenamento, como também colaborar para a perpetuação de violências históricas, coloniais e epistêmicas em museus com acervos históricos e etnográficos. A partir de uma etnografia dedicada a este tema, no Museu Paranaense em Curitiba, que investigou desde as formas históricas dessas classificações durante a formação do acervo até os esforços recentes do museu para revisá-las, a pesquisa observa as dificuldades, problemas e tensões das classificações, desde a produção de relações das equipes com o tema ao longo da história do museu até seu impacto nos sistemas atuais de bancos de dados utilizados para nomear, localizar e documentar os itens musealizados. Além de uma revisão epistêmica das definições de documentação museológica, também foi possível reconhecer o trabalho e as influências de outras ciências presentes no museu em relação ao tratamento da informação patrimonial, bem como os impactos causados pela aplicação de diferentes metodologias nas classificações. Explorando as interações, semelhanças e diferenças geradas nas ações de trabalho do museu, destacam-se possíveis caminhos para mitigar

perpetuações coloniais históricas, como modelos de tomada de decisão aplicados aos processos museológicos, revisões periódicas do plano museológico, maior cuidado nos processos de aquisição, revisão dos processos de conservação e revisão de arquitetura dos modelos atuais de bancos de dados, entre outros. Por meio de uma revisão de classificações, é possível acessar uma gestão de acervos que caminhe para uma museologia descolonial, despatriarcal e plural.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cuidar do passado para imaginar o futuro: práticas de curadoria e trocas de saberes no Museu Indígena Anízia Maria do Povo Tabajara e Tapuio, Nazaré Lagoa de São Francisco (Piauí)

Anna Bottesi (Università di Bologna), Elayne da Silva Nascimento (Museu dos Povos Indígenas do Piauí)

Discussões e ações entorno da chamada museologia indígena existem no Brasil desde o começo da década de 1990 lembramos as experiências pioneiras do museu Magüta do povo Tikuna no estado de Amazonas (1991) e do Museu Kanindé do povo Kanindé no estado do Ceará (1995). No Estado do Piauí, o primeiro grupo indígena a se apropriar da estrutura e do conceito de museu como instrumento para apoiar o processo de rearticulação de sua própria memória foi o povo Tabajara e Tapuio-Itamaraty da comunidade Nazaré (Lagoa de São Francisco). Em 2016, após a participação no II Fórum de Museus Indígenas no Brasil organizado pela Rede de Memória e Museologia Social, algumas famílias da comunidade decidiram criar seu próprio museu: o Museu Indígena Anízia Maria. Na mesma ocasião, Nazaré foi indicada para sediar a terceira edição do Fórum em 2017. A partir desses dois momentos o museu ganhou uma importância sempre maior como instrumento físico e conceitual para apoiar o fortalecimento da identidade indígena e de reivindicação dos direitos políticos, tanto dentro da comunidade quanto em relação à sociedade não indígena. Este processo culminou na criação, no ano de 2023, do Museu dos Povos Indígenas do Piauí (MUPI), cuja construção foi financiada pelo governo do estado depois de anos em que os representantes do movimento indígena passaram a solicitar uma estrutura mais ampla e melhor equipada. Apesar de ter suas problemáticas e contradições, o MUPI representa um sucesso em termos de visibilidade e reconhecimento no espaço público. Sobretudo, com ele foi institucionalizado um aspecto que tem caracterizado a trajetória do Museu Indígena Anízia Maria desde a sua primeira fundação, ou seja, a presença da juventude indígena na gestão dos espaços do museu e na organização das atividades a ele relacionadas. Objetivo desta apresentação é justamente percorrer a atuação do grupo de jovens no museu, a fim de demonstrar a centralidade deles na articulação de uma experiência indígena Tabajara e Tapuio contemporânea. O diálogo intergeracional que se constrói entorno dos objetos guardados no museu e dos saberes tradicionais que eles representam e que são prerrogativa de adultos e idosos faz com que não apenas a memória seja mantida viva, mas que o mesmo conceito de curadoria seja sujeito a repensamentos. No contexto museológico do Museu Anízia Maria antes, e do MUPI agora, curar as coleções toma um duplo sentido: por um lado, cuidar da memória e da história da comunidade em vista de um futuro em que o desejo de dar continuidade ao legado dos ancestrais indígenas seja respeitado; por outro, produzir

narrativas contra hegemônicas que, ao se opor aos clássicos estereótipos sobre os povos indígenas, curem a epistemologia ocidental da colonialidade de que está imbuída.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O patrimônio cultural wauja em museus universitários e nacionais e a criação do Museu Indígena Ulupuwene: sobre a responsabilidade de trocas sistemáticas e simétricas entre instituições guardiãs e povos indígenas

Aristoteles Barcelos Neto (University of East Anglia)

Um vasto número de artefatos, fotografias, desenhos, manuscritos, filmes e gravações dos/sobre os Wauja encontra-se em coleções de museus universitários, notadamente nos Museus de Arqueologia e Etnologia da USP, UFPR e UFBA, da Escola Paulista de Medicina da UNIFESP e de museus nacionais da Alemanha (Forum Humboldt de Berlim e Museum für Völkerkunde de Leipzig), Estados Unidos (National Museum of Natural History da Smithsonian Institution), Portugal (Museu Nacional de Etnologia de Lisboa) e França (Musée du quai Branly de Paris). Essas coleções foram formadas entre 1884 e 2005 por expedições científicas, e estão documentadas de maneira muito desigual, algumas com erros ou inconsistências. A quase totalidade desse patrimônio é desconhecida dos Wauja. Apenas alguns poucos deles tiveram a oportunidade de conhecer algumas amostras dessas coleções em anos recentes [as duas coleções alemãs, que estão em estado mais crítico de documentação falha ou insuficiente, jamais foram qualificadas pelos Wauja]. Por outro lado, as tradições vivas das culturas visual, material e ritual wauja são pouquíssimo conhecidas por esses museus e seus curadores. Ou seja, para o caso dos Wauja, eles e os museus que guardam seu patrimônio vivem em domínios separados e praticamente sem relações, e estas, quando ocorrem, são em geral isoladas e carentes de continuidade. A nova definição de museu, aprovada em 2022 durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM), estabelece que os museus devem atuar juntamente com a participação das comunidades”. Portanto, museus que não envolvem comunidades de interesse de maneira direta, constante e sistemática, operam fora da definição oficial estabelecida pela comunidade internacional. Em abril de 2023, os Wauja criaram, por meio de uma assembleia comunitária, o Museu Indígena Ulupuwene (MIU). O MIU se inspira na filosofia do ecomuseu (museu liderado pela comunidade e focado em abordagens integradas dos patrimônios natural e cultural) e nas ideias da Museologia Social (museu é antes de tudo os modos de pensar e praticar a preservação dos patrimônios e memórias, e não apenas um edifício) e na espiritualidade wauja (cura, generosidade, alegria, festas e proteção das crianças). Além do objetivo de apoiar a preservação dos patrimônios naturais e culturais wauja, o MIU tem o objetivo de criar pontes de diálogo e trocas entre a aldeia Ulupuwene e os museus mencionados. Essa comunicação aborda os problemas éticos e práticos em torno da guarda das coleções wauja, sua insuficiente curadoria por esses museus e os desafios de estabelecer trocas sistemáticas e simétricas entre os Wauja e as várias instituições guardiãs.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Museu-vídeo, museu-professor: reflexões sobre museu indígena a partir da experiência no Rio Mapuera

Camila Pereira Jácome (UFOPA), Roque Yaxikma Waiwai (APITMA)

Neste trabalho apresentamos os primeiros resultados de um projeto para reflexão e proposição de um museu indígena no Rio Mapuera, situado entre duas terras indígenas, a Nhamundá-Mapuera e Trombetas-Mapuera. Essas terras indígenas tem distintos e inúmeros povos, incluindo Wai Wai, Parukwoto, Katwena, Hixkaryana, Tunayana, Txikiyana, Mawayana, Xerew, Karafawyana, entre outros. Essa iniciativa partiu de uma discussão colocada pelos indígenas para os pesquisadores da arqueologia e antropologia, sobre o desejo de se fazer um museu indígena. Atualmente existe um número crescente de jovens indígenas cursando a Universidade, na graduação e pós-graduação, e sobretudo entre aqueles que cursaram Arqueologia e Antropologia, a reflexão sobre o museu ganhou se ampliou. Conceitos como valorização/preservação da cultura, memória e patrimônio, são frequentemente chamadas neste debate tanto pelos que cursam a universidade, como por pessoas que vivem nas aldeias. Paralelamente a isso, muito recentemente, outras instituições brasileiras e estrangeiras têm desenvolvidos projetos com indígenas dessa região, que lidam com o tema do patrimônio, repatriação digital e qualificação de acervos já existentes. Neste trabalho, iremos apresentar alguns dos resultados do projeto “Nos caminhos da cultura”: diálogos sobre museu e patrimônio cultural dos povos indígenas do Trombetas, cujo objetivo principal era o de delinear uma proposta de plano de museu indígena. A metodologia proposta foi de oficina, com aulas e dinâmicas de grupo, para orientar e qualificar o debate entre os pesquisadores indígenas e não indígenas, e as pessoas participantes das aldeias. A oficina ocorreu na Aldeia Inajá, em 2023, com a participação de 90 pessoas, que vieram das 17 aldeias do rio Mapuera. As atividades da oficina foram orientadas pelos seguintes eixos: O que é Museu?; Museus sobre indígenas e museus indígenas; Acervos dos Povos Indígenas dos rios Mapuera e Trombetas (e região) nos Museus do Brasil e outros Países. As dinâmicas em grupos trouxeram grande diversidade expressadas nas falas dos participantes sobre conhecimentos, técnicas e objetos que deveriam ser inclusos no museu do Mapuera. As falas também destacaram que além da exposição dos objetos em si, é fundamental e igualmente importante, registrar a ação e a performance do conhecimento. Nessa perspectiva, os indígenas que participaram da oficina veem o museu não como um espaço estático, mas onde eventos ocorrem e devem ser registrados. Podemos apontar, a partir de trechos de falas, que o museu é como gravar um vídeo, onde aquilo que se registra/guarda é passível de ser visto e revisto, assim como, também pode exercer o papel de professor, presentificando o passado, mas também propondo sua continuidade no futuro para as novas gerações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Presença e colaboração Karajá. Uma abordagem à receptividade karajá a um projeto de repatriação digital.

Daiane Chiara de Souza Mendes (UFOPA)

Pretendo nesta comunicação descrever o envolvimento dos indígenas karajá com o Projeto Presença Karajá. Trata-se de um projeto iniciado em 2017 por iniciativa de Manuelina Duarte (UFG) que tem por objetivo mapear, identificar e analisar coleções de Ritxoko (as famosas bonecas Karajá”), que estão presentes em diversos museus brasileiros e estrangeiros. O

objetivo final é promover uma repatriação digital delas através de plataformas virtuais de exposição. Baseado em contatos com pesquisadores, museus e representantes do povo Karajá tal projeto constrói uma verdadeira rede de informações das coleções encontradas nesses museus. Meu trabalho se baseia na experiência junto aos colegas indígenas que são membros do projeto, bem como em uma experiência etnográfica no município de Santa Maria das Barreiras (aldeias Santo Antônio e Maranduba), numa oficina de fazer Ritxoko. Tal oficina integrava o I Simpósio da Educação na Cultura Karajá (outubro de 2023) de iniciativa da prefeitura local. Na comunicação que proponho pretendo demonstrar a boa receptividade dos Karajá às iniciativas de repatriação digital. Tanto da parte daqueles que se envolveram como membros do projeto quanto da parte dos Karajá das aldeias de Sta Ma. Das Barreiras que, por processos históricos, ficaram à parte das iniciativas de projetos que alcançam as grandes aldeias da Ilha do Bananal. As participantes da oficina promovida em Sta Maria das Barreiras mostraram considerável interesse em aprender a confecção, não apenas em termos de um aludido resgate cultural mas também como extensão de suas redes de conexão, seja com outras aldeias, seja com aliados tori (não-índio).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os caminhos do Museu Apyãwa: um processo de musealização em curso

Elizabeth de Paula Pissolato (UFJF), Koria Valdiane Tapirapé (UFG), Ana Guggenheim Nunes Coutinho (PPGAS-Museu Nacional), Pedro Henrique Oliveira Reis Teixeira (Escola Estadual)

Os Apyãwa/Tapirapé, povo tupi-guarani que vive no estado de Mato Grosso, Brasil, vêm se organizando para construir um museu em seu território na região da Serra do Urubu Branco. Trata-se de um sonho antigo, que se fortalece junto com uma série de retomadas apyãwa: o antigo território, o retorno das festas da tarywa (ciclo ritual anual), a escola própria, o fortalecimento da língua e da pesquisa apyãwa. O percurso da musealização apyãwa passa pelo encontro, em diferentes momentos desde os anos 1970, com pesquisadores antropólogos que lhes visitaram e pela visita de mestres e lideranças do povo a museus etnográficos nos Estados Unidos e na França. Isto simultaneamente à formação crescente de pesquisadores e pesquisadoras apyãwa através da escola e em cursos de graduação e pós-graduação universitários. Desde 2019, a partir de processo colaborativo entre o povo Apyãwa e a UFJF (contando também com colaboradoras da UFRJ) elaboramos um projeto para a edificação do museu (conforme demanda inicial das lideranças apyãwa) ao mesmo tempo que realizamos conversas e reflexões voltadas à musealização apyãwa. Como equipe de antropologia do projeto, desenvolvemos recentemente oficinas com professores e pesquisadores apyãwa para a escuta da experiência de outros povos indígenas, como os Kaninde e os Tikuna, na feitura de seus museus e nos inserimos nos debates da Rede Indígena de Memória e Musealização Social. Submetemos a presente proposta ao GT com intenção de trazer os desafios que temos encontrado na busca de caminhos para a construção da gestão apyãwa tanto dos acervos que irão compor o museu na aldeia de Tapi'itawa quanto dos objetos apyãwa que hoje habitam instituições museológicas no Brasil e no exterior.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_664_62677038_137740.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Alguns sentidos possíveis de uma coleção entre os Rikbaktsa: uma reflexão comparativa sobre os atos de colecionar entre indígenas e estrangeiros

Gabrielle Cardoso Meneses (UFRJ)

No artigo *Mismatches: Museums, Anthropology and Amazonia* (2021), a antropóloga Anne-Christine Taylor chama atenção para o descompasso entre a concepção ocidental de coleção e as concepções indígenas sobre os atos de colecionar. Segundo Taylor, há uma incompatibilidade entre o modo como os museus ordenam os objetos e as ideias indígenas sobre o que constitui um conjunto e sua variação interna. De que forma o que essas populações entendem por agrupar, compilar, enfim, colecionar poderia perturbar a nossa definição dessa prática e oferecer novos caminhos para os museus com acervos etnográficos? Partindo desse problema, esta comunicação pretende explorar etnograficamente como os Rikbaktsa, um povo de língua Macro-Jê da Amazônia, pensam as suas coleções na aldeia e as comparam com alguns itens colecionados pelos brancos. Os artesãos rikbaktsa têm um interesse particular em colecionar penas de aves, dedicando, cotidiana e ritualmente, uma atenção minuciosa à variação cromática delas e a maneira mais eficaz de conservá-las. Apesar das comparações cotidianas, é no contexto onírico que podemos perceber com maior clareza de que modo essa população confronta suas coleções na aldeia com alguns artigos colecionados pelos brancos. Os Rikbaktsa possuem uma teoria interpretativa dos sonhos em que cada objeto onírico é interpretado como duplo de um animal específico. Sonhar com a pena da asa de uma harpia, por exemplo, é presságio de encontro com o espectro de um morto dentro do corpo de uma cobra surucucu. A relação entre o item sonhado e o provável executor da agressão é sempre baseada na semelhança entre a morfologia do primeiro e um aspecto físico do segundo. O interessante é que dentro do esquema interpretativo dos sonhos no qual penas e outros itens figuram enquanto algoz, fora incorporado também alguns objetos vindos dos brancos, tais como agulha, dinheiro e anzol; interpretados igualmente enquanto duplos oníricos de animais perigosos. Esses artigos estrangeiros são obtidos em quantidade e as pessoas os guardam, assim como fazem com as penas. Diante desse cenário, pergunto-me: o que permite que os Rikbaktsa estabeleçam uma correspondência onírica entre os itens quantificáveis dos brancos e suas coleções de penas? Por que são exclusivamente artigos que não existem se não vinculados a ideia de conjunto aqueles que possuem agência nos sonhos? Mais além: como o sentido que os Rikbaktsa atribuem ao ato de colecionar pode alargar e problematizar nossa própria concepção desse ato? Por fim, procurarei explorar de que modo tal sensibilidade aos atos de colecionar influte no desenvolvimento da autonomia patrimonial e cultural dessa população, em como eles observam positiva, mas criticamente seus objetos em coleções de museus brasileiros e estrangeiros.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_601_14268375_137740.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da multiplicidade de vozes em uma pesquisa colaborativa

Helena Moreira Schiel (UFOPA)

Nesta comunicação pretendo discutir a receptividade indígena a um projeto que tinha por interesse pesquisar objetos indígenas sulamericanos em um museu etnológico alemão (Museu 5 Kontinente de Munique) afim de fazer uma espécie de repatriação digital”. Trata-se de um museu etnológico fundado em 1862. A pesquisa se voltava para as coleções de um biólogo alemão, Ernst Fittkau, que morou três anos no Brasil e levantou vasta coleção de objetos indígenas. A ideia inicial era fazer um levantamento dos objetos coletados por Fittkau que fossem do interesse de alguns grupos indígenas que eu pretendia alcançar. A resposta indígena à abordagem demonstrou um interesse enorme e implicou em uma ampliação do foco (não mais apenas em Fittkau mas em toda a coleção) e demonstrou um interesse bastante profundo nos objetos que estavam ali armazenados. Nossa análise irá abordar a receptividade dos representantes indígenas e seu interesse nos acervos. Tal como mencionado por Glenn Penny (2021), a perspectiva indígena atual é muito mais próxima daquela que animava o espírito salvacionista dos primeiros museus alemães, segundo a visão de mundo que apregoava Adolf Bastian, o fundador do museu de etnologia de Berlim. A presença de numerosos objetos, ou objetos mais antigos salvaguardados em instituições incentiva os indígenas a buscar o que faziam seus antepassados. Bibliografia PENNY, Glenn. 2021 In Humboldt’ s shadow : a tragic history of German ethnology. New Jersey : Princeton University Press

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Arquivos de povos indígenas: vislumbres e caminhos para o apoio à gestão autônoma

Luísa Valentini (USP)

Quando se fala em memória dos povos indígenas, se pensa imediatamente em práticas tradicionais de transmissão de conhecimentos, em projetos culturais, ou então, em documentação que é do seu interesse e foi produzida por pesquisadores ou instituições que trabalham junto a eles. Apesar disso, já faz várias décadas que os povos indígenas no Brasil produzem e reúnem conjuntos documentais diversos, produzidos por eles próprios: famílias e casas têm documentação pessoal guardada; associações indígenas têm suas memórias; escolas indígenas também produzem documentação. Essa memória documental é percebida contemporaneamente por lideranças, professoras e professores, e pela juventude indígena como um recurso a mais para o fortalecimento intergeracional na construção da vida cotidiana, e da garantia dos direitos à memória e à cultura, à educação escolar diferenciada e o direito fundiário. Os documentos produzidos em contextos indígenas podem ser encontrados em papel, em fitas cassete e em formato digital variado. Eles também podem estar distribuídos em redes de parentesco, de aliança política, de colaboração em pesquisa, e mesmo sob a custódia compartilhada de instituições. Como construir uma gestão autônoma desse material, garantindo a sua preservação para gerações futuras e ao mesmo tempo de modo respeitoso à sensibilidade e ao cotidiano de cada povo e cada comunidade? A apresentação será feita de modo a compartilhar questões técnicas, de direitos e políticas, e construir uma conversa com os participantes do GT.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Inventário dos patrimônios materiais e imateriais da aldeia Ulupuwene: construindo uma museologia indígena no Alto Xingu

Willis Kapulupi Yawalapiti Waurá (UFG)

Desde a criação Museu Indígena Ulupuwene (MIU) em abril de 2023 pela comunidade da aldeia Ulupuwene, um grupo de jovens pesquisadores indígenas tem se dedicado a elaborar o inventário dos patrimônios materiais e imateriais do povo Wauja dessa aldeia. Esse trabalho, orientado pelo antropólogo Autaki Waurá e pelo museólogo Aris Barcelos Neto, e liderado na aldeia por Wajamani Waurá é guiado pelas seguintes questões: 1 Qual é o item patrimonial material (cultural ou natural) ou imaterial dessa pesquisa?; 2. Há outros itens patrimoniais diretamente relacionados ao item patrimonial em foco e quem está responsável pela sua pesquisa?; 3. Em que mitos (aunaki) e outras narrativas esse item patrimonial é mencionado?; 4. Que pessoas tem conhecimentos sobre como fazer, usar e expressar (ou seja, dançar, cantar, tocar, narrar) esse item patrimonial?; 5. Quem são as pessoas que estão ensinando e aprendendo sobre esse item patrimonial?; 6. Quantos objetos representativos desse item patrimonial existem na aldeia?; 7. Onde esse tipo de item patrimonial é encontrado no território wauja?; 8. É um item patrimonial considerado com risco de perda?; 9. Como esse item patrimonial é entendido e conhecido por pessoas de diferentes gerações?; e 10. Qual seria o modo mais adequado para preservar esse item patrimonial? Essa comunicação apresenta os resultados parciais desse trabalho.

GT 077: Novas perspectivas antropológicas a partir de África: caminhos para reconfigurações autônomas no contexto sul-sul

O campo de estudos africanos no Brasil vem passando por significativas reconfigurações ao longo dos últimos anos. Essas transformações acompanham as mudanças ocorridas no continente africano, em consonância com os trânsitos globais, avanços e retrocessos da democracia no contexto de crise do capitalismo ultraliberal e mudanças tecnológicas e incertezas ambientais. Tais desafios se impõem ao continente, mas também emergem novas formas de organização social e de estruturação de respostas africanas para estes desafios, em busca de maior autonomia – política, da produção de conhecimento e de práticas sociais enraizadas. Este GT tem como proposta discutir as etnografias produzidas em África, considerando o esforço de escapar da dependência das análises e teorias de viés eurocêntrico, produzindo conhecimentos a partir do Sul que ponham em relevo as pesquisas feitas a partir do Brasil em diálogo com seus pares africanos. Valorizamos o cruzamento entre ativismo, arte e academia na produção de saberes e práticas de transformação social, tendo em vista a construção de novas possibilidades de futuro para o continente. Assim, encorajamos trabalhos que considerem estes diálogos que partem de pesquisadores de diferentes pontos do Sul, em temáticas como juventude, ativismos, memória, patrimônio, novas formas de organização e expressão política e outras questões que englobem perspectivas antropológicas para a compreensão de novas realidades africanas.d

Coordenação

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ), Renato de Lyra Lemos (UFPE)

Debatedor(a)

Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Acusações, conflitos e relacionalidades: a feitiçaria como linguagem do cotidiano na Guiné-Bissau

Érico de Souza Brito (UNIFESP)

Esta comunicação pretende apresentar um debate sobre a feitiçaria enquanto linguagem (GESCHIERE, 2006; WEST, 2009) nas relacionalidades (SPIES, 2019; NYAMNJOH, 2015) do cotidiano guineense. Pretendo fazer esta reflexão a partir de dois relatos feitos a mim por um interlocutor muito próximo durante o tempo em que estive em trabalho de campo na cidade de Bissau, capital da Guiné-Bissau. Durante minha estadia em Bissau pude perceber como a feitiçaria era um tema que, invariavelmente, perpassava a maior parte das conversas com meus interlocutores. Cabe ressaltar que o termo feitiçaria, apesar de seu uso consagrado nos textos antropológicos, não é o mais apropriado para definir os fenômenos que ocorrem no continente africano e que são designados de outras maneiras pelos interlocutores, como afirma Geschiere (2006). A intenção deste trabalho não será definir o que o guineense entende por feitiçaria, mas demonstrar através das narrativas como esse fenômeno é mobilizado como uma linguagem a fim de tornar os acontecimentos inteligíveis. No primeiro relato meu interlocutor, chamado Besna, narra o caso do desaparecimento de um cordão de ouro da casa do tio de seu amigo. Diante da impossibilidade de se descobrir quem era o ladrão do objeto, o homem apelou para um iran, entidade invisível que atua na resolução de conflitos, na proteção das pessoas e aldeias, e que é cultuado por diversos povos na Guiné-Bissau. Entretanto, o caso tem uma reviravolta quando se descobre posteriormente que o acusado pelo crime, indicado pelo iran, não era o verdadeiro autor do roubo. No segundo relato, Besna relaciona a morte de seu pai como consequência de atos de feitiçaria levados a cabo por alguns de seus tios. Sua tia, irmã mais nova de seu pai e personagem central na trama, era uma mulher que não conseguia engravidar e por isso era constantemente agredida e expulsa de casa durante os três casamentos que viveu. A infertilidade a obrigou, segundo Besna, a fazer um acordo com um iran para que trocasse a vida de um membro familiar por uma gravidez biológica. Ao final dos relatos procuro refletir sobre a feitiçaria enquanto uma linguagem que perpassa o cotidiano guineense pelo fato de ser dominada por todas as classes sociais e todos os grupos étnicos. A trama social guineense é tecida pelos rumores (TRAJANO FILHO, 1993; 2000) e pelas ações da feitiçaria, e as relacionalidades são afetadas por seus efeitos. Laços familiares podem ser rompidos a partir de acusações de feitiçaria, relações afetivas são profundamente afetadas e, em alguns casos, pode-se chegar à agressão física e até mesmo à morte. A feitiçaria seria, portanto, um dos componentes de intermediação nas relacionalidades e também uma ferramenta para se compreender acontecimentos do passado, presente e futuro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Refúgio na África do Sul: experiências dentro e fora de um campo de refugiados

Fernanda Martinelli (USP)

Este trabalho irá apresentar as possibilidades de estar refugiado na Cidade do Cabo, África do Sul, a partir de experiências de pessoas vivendo dentro e fora de um campo de refugiados não-oficial. O trabalho se baseia em minha pesquisa de mestrado que está se desenvolvendo desde 2022, com uma ida a campo em 2023. Nele irei refletir sobre as vivências das pessoas a partir de seu status legal de refugiado, posições de prestígio e vulnerabilidade. A xenofobia é um elemento importante que conecta diversas experiências através da violência, e esta possui particularidades no país, marcada por uma história que é composta não apenas pelas violências do apartheid, mas também pela construção do Estado após este período, que baseou a cidadania em uma noção de indigeneidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_402_65685799_876840.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Exogenia" e "Silêncio": duas persistentes categorias nos estudos queer africanos

Francisco Paolo Vieira Miguel (UNICAMP)

Desde o estabelecimento dos estudos africanos queer na década de 1990, inúmeras boas etnografias foram realizadas na África, tanto por pesquisadores africanos quanto não africanos. A partir deste amplo conjunto de dados coletados ao longo dos últimos trinta anos, dois aspectos frequentemente emergem entre as pesquisas: que o continente africano é caracterizado tanto pelo discurso nativista da exogenia da dissidência sexual quanto pelo silêncio generalizado sobre o assunto. Aproveitando minha experiência etnográfica com questões queer em dois países africanos de língua oficial portuguesa e uma extensa revisão bibliográfica, este artigo oferece uma visão abrangente deste campo e apresenta algumas percepções originais sobre esses temas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_848_71943203_876840.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Crianças na rua e crianças de rua: entre ações & representações das enfant talibé e o trabalho do Chemin du Futur

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

O fenômeno das enfant talibés - ou crianças alunas/discípulas em livre tradução - faz parte da história e do cotidiano senegalês, estando presente em livros de literatura, nos discursos de políticos se posicionando contra a "mendicância infantil", nas propagandas estatais, assim como nas propagandas e ações desenvolvidas por agências humanitárias e organizações não governamentais. O do Chemin du Futur, instituição fundada há aproximadamente 12 anos por brasileiros, se encaixa neste último grupo. Ao longo de todo este tempo a instituição passou por diversas fases, incluindo a possibilidade de ter de fechar devido a falta de verbas para que o trabalho continuasse. Atualmente, após ajustes, novas parcerias e redirecionamentos, o Chemin

du Futur segue em sua tarefa de procurar, acolher em sua sede, cadastrar e acompanhar meninos, entre crianças e adolescentes, que se encontravam nas ruas da capital senegalesa, muitos dos quais haviam fugido de Daaras. Longe de questionar a relevância do trabalho desenvolvido pretendo apresentar uma análise que percorra tanto noções mais gerais sobre modernidade, colonialismo contemporâneo e ajuda humanitária, relacionando com as ações desenvolvidas pelos integrantes do Chemin du Futur, suas instituições parceiras e investidores. A questão das enfant talibés, os marabus - professores do Corão - e a presença das Daaras - escolas corânicas - é uma realidade complexa, presente fortemente no Senegal, mas também em outros países da África Ocidental, como Gâmbia e Guiné-Bissau. Como tal, é necessário levar em consideração que se manifesta de formas diversas, por vezes contrastantes. Ainda que o Chemin du Futur reconheça tal multiplicidade, é perceptível que suas ações caminham juntas a representações que fazem cômico com outras percepções marcadamente ocidentais, as quais apresentam as crianças, por vezes enviadas por suas famílias para viverem nas Daaras, a "escravidão moderna". Dessa forma, pretende-se por meio desta comunicação, compreender como, e se, o Chemin du Futur compactua com esta perspectiva, e como isso pode se relacionar com uma percepção homogênea não apenas do fenômeno, mas da forma como o chamado Ocidente moderno trata todo o vasto continente africano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Panafricanismo e religião: novas perspectivas teóricas a partir do Ensaio sobre o Mito de Lègba de Honorat Aguessy.

Hippolyte Brice Sogbossi (UFS)

Ensaioando uma nova perspectiva no diálogo África-Américas, nos debruçamos em pressupostos teóricos que nem sempre condizem com a realidade das religiões africanas e a sua progressão multidimensional e multiespacial no fenômeno denominado de globalização. Esta proposta tem como objetivo, apresentar, num primeiro momento, o sociólogo e antropólogo Honorat Aguessy, intelectual beninense, no cenário acadêmico francês e internacional, considerado um dos maiores panafricanistas da atualidade, e o seu desempenho no cenário mundial. Num segundo momento, demonstrar a importância da tese, ainda inédita do autor no que tange ao estudo de uma das mais intrigantes divindades do panteão religioso fon do Daomé: Lègba, chamada Exu, Bara, Eleggua, Elegbara... Divindade duplamente mítica, objeto de um mito, e sujeito do mesmo; Lègba linguista e taumaturgo; emigrado e metamorfoseado. O autor lança ao longo de toda a obra, um desafio a autores considerados clássicos no âmbito das humanidades, sobre o estudo do mito e da política, entre eles Lévi-Strauss e Georges Balandier; ao mesmo tempo, dialoga, de forma tímida com intelectuais como Juana Elbein dos Santos, Roger Bastide, Alfred Métraux, evidenciando a necessidade de um diálogo sobre o tema. Espera-se contribuir à compreensão e à problematização de inúmeros enigmas não resolvidos do outro lado do Atlântico em religiões como a santeria, a umbanda, o candomblé, o batuque e o vodum, entre outras formas expressões religiosas, sob uma perspectiva decolonial.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_658_34724486_876840.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

UDEMU e a emancipação das mulheres guineenses

Iadira Antonio Impanta (UFSC)

É objetivo deste trabalho compreender como a criação da União Democrática das Mulheres de Guiné e Cabo-Verde (UDEMU), primeira organização feminina dos dois países, contribuiu para emancipação das mulheres guineenses numa época em que a questão era ainda pouco discutida em muitos países africanos, em especial os que ainda se encontravam na Luta Armada da Libertação ou em situação colonial. Não pretendo falar em nome de todas as mulheres guineenses, mas trazer algumas experiências que poderão ajudar a entender como algumas mulheres desafiaram o sistema por meio da criação e participação em movimentos de mulheres como a UDEMU.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_153_78929352_876840.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A pesca artesanal de Cabo Verde no horizonte da contemporaneidade: apostas para um futuro comum em meio à exploração industrial do pescado no Atlântico Sul

Madian de Jesus Frazão Pereira (UFMA), João Paulo Araújo Silva (governo federal)

Compreender a atividade pesqueira de Cabo Verde a partir de recortes sincrônicos e em diálogo com uma perspectiva histórica que possibilite a localização de seu surgimento é um exercício de análise fundamental para se compreender parte importante da própria história de ocupação desse arquipélago atlântico. Isso porque, de uma perspectiva contemporânea, a atividade pesqueira atuante no país, seja ela nacional ou estrangeira, artesanal ou industrial, guarda laços estreitos com o passado colonial das ilhas, ao mesmo tempo que aponta para as diferentes agências que concorreram para o surgimento no país, do estado independente a partir de 1975. Se de um lado os acordos internacionais de pesca entre Cabo Verde e a União Europeia reproduzem em seus efeitos a escassez dos recursos, outrora produzida pelas lógicas coloniais, a pesca artesanal, principalmente na modalidade de linha-de-mão, aparece como produtora de autonomia, de espaços de liberdade e como promotora de segurança e autonomia alimentar para estratos importantes das camadas populares das ilhas, demarcando-se como uma aposta viável para, por exemplo, o combate a um cenário de mudanças climáticas. Cabe reforçar que é importante para análise que se almeja identificar o mar como objeto de uma construção política específica, refletir sobre a interface local-global-transnacional. Em pesquisas documentais, bem como em entrevistas com representantes institucionais, a pesca é vista como um setor que precisa ser desenvolvido, melhor planejado, racionalizado. O governo cabo-verdiano passou a insistir no chamado Crescimento Azul, que colocou o objetivo de promover o aceleração da transformação do setor das pescas em um dos principais eixos da Agenda de Transformação de Cabo Verde, seguindo da agenda da economia azul, com vistas à organização do setor que se quer com maior eficiência e eficácia e com menos burocracia e custos de operação”. Para além de estudos comparativos, evidencia-se que há vários desafios sociopolíticos no Atlântico Sul Global, em que o setor pesqueiro é arregimentado através de investidas neoeextrativistas/neocolonialistas. Nesse sentido, uma questão continua no centro do debate: quais instrumentos os pescadores e pescadoras artesanais (e peixeiras) podem construir para a

defesa de territórios pesqueiros e garantia de direitos? Se a pesquisa junto às instituições estatais do país busca mapear os desdobramentos dessa questão, articulá-la com o trabalho etnográfico junto às comunidades artesanais pesqueiras do arquipélago africano é uma estratégia crucial para que se tenha a percepção da distância entre o que é dito sobre as pescas pela burocracia estatal e aquilo que é vivido no cotidiano de pescadores/as e abre para a identificação de redes de fortalecimento de re-existências.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_880_92834094_876840.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"São aqui cenas de gonazololo?": reflexões antropológicas através de um circuito erótico em Maputo, Moçambique

Maísa Cardozo Fidalgo Ramos (IFSP)

Partindo da premissa de Douglas e Isherwood para quem os bens são bons para pensar, esse trabalho se propõe a pensar através dos artigos eróticos que circulam em Maputo, capital de Moçambique. Artigos eróticos são bens e informações direcionados para o incremento das intimidades, entendidas aqui como relações

afetivas e sexuais. Em Moçambique, nesse recorte, podem ser os artigos industrializados encontrados em lojas do tipo sex shops e que são em sua maioria de origem chinesa ou brasileira, os pós ou temperos artesanais vendidos em feiras e que pressupõe conhecimentos locais e/ou tradicionais ou ainda cursos, mídias e

orientações que indicam possibilidades de usos sexuais ou conjugais. São artigos que produzem efeitos corporais e sexuais (principalmente genitais) ou sugerem modulações nos relacionamentos como engarrafar um homem (prender), ter o lobolo (compensação matrimonial) pago ou engravidar. Questionando quaisquer

binarismos que possam atravessar essas relações (tradicional/moderno; rural/urbano; afetivo/sexual), esses bens e informações pensados em circuito, sugerem reflexões antropológicas que divido em quatro eixos principais. O primeiro compreende a própria circulação de bens em um país africano marcado pelo intenso

trânsito de pessoas, mercadorias e informações. Em Maputo, maior área urbana do país, esses fluxos são sentidos nas ruas, nos sons, cheiros, cores, produtos que estão (mais ou menos) à disposição dos consumidores. Os artigos eróticos compõem essa trama, misturando o global e o local em complexas relações. O

segundo eixo diz respeito à produção de sentidos e relações de intimidades através dos artigos eróticos. Quando se orientam os usos ou se divulgam esses materiais e informações, são produzidas noções de masculinidades, feminilidades e intimidades, marcadas por gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da

diferença. Essas relações se entrelaçam às dinâmicas locais produzindo intimidades contextualmente engendradas. O terceiro abarca os conhecimentos tradicionais que desafiam binarismos como ciência/senso comum. Em campo, as narrativas a respeito dos artigos atualizam concepções biomédicas de corpo e de pessoa. Pensar em corpo e medicina nesse contexto e através dos artigos é

pensar em fluxos, fluidos, sujidades, aberturas, fechamentos e outros

conceitos tecidos nesse recorte etnográfico. O quarto e último eixo fala dos feminismos, das mulheres do sul de Moçambique. Nesse eixo, agência e resistência são repensados através do puxa puxa (matunas ou lulas), prática vaginal viabilizada por uma resina vendida nesse circuito. Menos que um binômio agência/resistência, tão caro aos feminismos ocidentais, a proposta aqui é pensar em outras potências e possibilidades políticas dessas mulheres africanas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre crioulidade e angolanidade: tensionando classificações para um estudo da sociedade luandense pós-colonial

Marcela Santander Ortensi (UFSCAR)

Do contato com o colonialismo, surgiram em Angola diferentes elites regionais ligadas ao governo colonial, vinculadas ao funcionalismo público, às forças armadas, ao comércio e ao tráfico de escravos, bem como às antigas chefias das sociedades africanas. Essas elites angolanas autóctones eram constituídas por grupos bastante heterogêneos, tendo por aspectos distintivos territorialidade, raça, etnia, grupo linguístico e religião, dentre outros. Na capital, Luanda, esses angolanos compartilhavam uma característica bastante marcante, dado o intenso contato com a cultura europeia, formando grupos que eram favorecidos pelas dinâmicas das relações com europeus, de modo geral, e com colonizadores, em particular. Formavam uma elite bastante particular: sujeitos citadinos, concentrados em regiões de intenso contato com europeus, muitos mestiços, e que estabeleceram conexões com o aparato colonial, ocupando, inclusive, funções administrativas de destaque. Assim, podem ser entendidas como elites políticas africanas de Angola. Estudiosos como Dias (1984), Bittencourt (1999a), Wheeler e Péliissier (2009) propuseram chamar essa elite local, sobretudo luandense, de elite crioula'. Outros, como Messiant (2006) e Nascimento (2013, 2018), optaram pela diferenciação entre 'antigos e novos assimilados', categorias que me foram úteis ao longo do mestrado. Contudo, se por um lado nem crioulos', nem elites são automaticamente transpostos ou redutíveis às categorias de assimilados, um olhar mais atento sugere que há mais continuidades das elites e do colonialismo que grandes rupturas quando analisamos a sociedade pós-colonial: por exemplo, o viés racialista e de classe da classificação imposta pelo Indigenato instituiu uma posição ambígua aos mestiços que reverberou após a independência. De todo modo, se por um lado estamos diante de representantes de uma elite intelectual bastante ligada à situação colonial, que em muitas análises foi, inclusive, entendida enquanto categoria intermediária entre europeus e africanos, por outro, estes sujeitos passaram também a se pensar enquanto angolanos muito antes que quaisquer outros e suas reflexões ecoaram na formação dos movimentos de luta armada anticolonial, que surgiram fortemente ligados às elites autóctones angolanas. Passados quase 50 anos da declaração da independência angolana, tenho com essa comunicação o objetivo de refletir de que maneira esses rótulos ligados às elites luandenses foram e são articuladas e influenciam na produção acadêmica sobre a sociedade angolana pós-colonial, colocando desafios ligados ao modo como lidamos com um passado ainda bastante presente, mas que não pode se dissociar totalmente das dicotomias de outrora que se atualizaram para, por exemplo, cidade e mato.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Townships, periferias e universidades: uma mirada multissituada sobre os efeitos da expansão do ensino superior em São Paulo e Cape Town.

Milena Mateuzi Carmo (UFABC)

Esta apresentação traz alguns achados de uma pesquisa de pós-doutorado, ainda em andamento, que se debruça sobre os efeitos da expansão do ensino superior comparando experiências do Brasil e da África do Sul. Através de uma análise multissituada envolvendo trabalho de campo e revisão bibliográfica em ambos os países, tem sido possível compreender como tal expansão em contextos nacionais marcados por profundas desigualdades raciais e sociais está conectada a processos globais, tais como: o crescimento mundial do ensino superior nas últimas décadas; a mercantilização da educação superior; processos de democratização; e as reações no interior das universidades, bem como as reivindicações por acesso que têm questionado o caráter elitista e colonial da educação universitária e da produção de conhecimento. Contudo, outras dimensões relacionadas ao cotidiano, às trajetórias das famílias e às transformações de territórios segregados tem emergido durante andamento da pesquisa. Entrevistas em profundidade com estudantes e com egressos do ensino superior tem demonstrado como a entrada na universidade é um projeto familiar que se vincula ao acesso de políticas sociais mais amplas (educação, habitação, saúde, etc). Desse modo, os efeitos vão muito além de uma questão de mobilidade social individual ou familiar (muitas vezes não garantida) reverberando na reimaginação de territórios, das narrativas sobre si e na emergência de novos sujeitos e pautas políticas. A África do Sul figura como contexto privilegiado de contraponto à experiência brasileira. Este país, além de também apresentar profundas desigualdades sociais por linhas raciais, passou por um processo recente de democratização, assim como o Brasil. Ademais, África do Sul e Brasil tem adotado políticas de inclusão ao ensino superior como forma de enfrentamento do enorme exclusivismo de suas universidades, voltadas para as elites brancas desses países. Alguns estudos tem chamado a atenção para as mobilizações, protagonizadas sobretudo por estudantes negros, que reivindicam a descolonização do ensino superior africano, como movimento Rhodes Must Fall pela retirada da estátua de colonizadores do campus da University of Cape Town e Fees Must Fall, contra as taxas que inviabilizam o ingresso de grande parcela de estudantes das townships. Por fim, em que se pese as diferenças de como raça e racismo são pensados e vividos em ambos os países, um dos argumentos principais desse trabalho é que as políticas de acesso ao ensino superior tem sido compreendidas e também vividas como políticas reparatórias, seja dos efeitos do Apartheid, no caso da África do Sul, seja como a primeira política de reparação do racismo no caso brasileiro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dinheiro, relacionamentos afetivos e sponsorships entre jovens universitárias na Cidade do Cabo, África do Sul

Thais Henriques Tiriba (USP)

Nesta apresentação, compartilho parte de meu material etnográfico reunido a partir de conversas com jovens universitárias sul-africanas na Cidade do Cabo, nas quais dividem suas impressões e experiências relativas ao chamado fenômeno *blessing*, segundo o qual homens de

mais recursos (chamados de blessers, sponsors, sugar daddies) se engajam em trocas afetivas, sexuais e materiais com pessoas mais jovens. Trata-se de um tema moralmente carregado. De um lado, autoridades da saúde pública, partidos políticos e lideranças religiosas advogam contra a prática, e de outro, inúmeras postagens nas redes sociais e em páginas especializadas associam a prática ao empoderamento feminino. Eu procuro estabelecer conexões entre o fenômeno blesser e as aspirações dessas jovens relativas ao amor, família e dinheiro, baseando-me nos esforços de estudiosas da sexualidade no Brasil, na África do Sul e em outros contextos africanos, que analisam cenários similarmente moralmente carregados e produzem trabalhos nuançados que resistem à sexualização e/ou à exotização das desigualdades. Esta apresentação é parte de minha pesquisa de doutorado em andamento, que visa investigar a paisagem da intimidade entre pessoas jovens na Cidade do Cabo e atenta para as intersecções entre as esferas econômicas e afetivas e para dinâmicas culturais que preveem trocas materiais na formalização de laços afetivos e familiares.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O lugar dos assimilados em Moçambique: as relações entre política e trabalho acadêmico.

Valdemir Zamparoni (Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos)

Durante a luta armada anticolonial, a Frelimo formulou a sua concepção sobre com quais segmentos sociais poderia contar para concretizar o seu projecto de transformação social, de libertação e de criação do homem novo”. A narrativa da aliança operário-camponesa prevalente teoria marxista facilitava a identificação de aliados e inimigos naturais: de um lado os operários - numericamente marginais na sociedade colonial - e de outro os camponeses, que formavam a esmagadora maioria. Entretanto essa interpretação se mostrou demasiada simplista diante uma realidade social historicamente complexa. A sociedade moçambicana colonial, sobretudo nas cidades, contava com uma imensa gama de segmentos raciais, sociais e culturais. Os brancos, dominantes, mas minoria, não escondiam as clivagens de classe que separavam os capitalistas dos operários, a seguir havia os indianos islamitas, hindus que controlavam o comércio miúdo e goeses católicos; uma pequena comunidade chinesa; um percentual de mestiços e por fim a imensa maioria constituída por negros, serviçais domésticos e empregados braçais. Uma parcela dos negros e a maioria dos mestiços eram pequenos funcionários subalternos da administração e do comércio e foram, a partir de 1917, submetidos à condição jurídica de assimilados. Desde então esta categoria e os debates em torno de sua existência - passou a estar onipresente na vida social do país, persistindo até hoje. Aos olhos da Frelimo o termo passou a ter um significado pejorativo e os assimilados, enquanto categoria, eram vistos como colaboradores do colonialismo, no entanto o movimento de libertação contava, em suas fileiras e órgãos dirigentes, com pessoas cuja trajetória pessoal e familiar esteve ligada aos assimilados e suas organizações sócio-políticas do passado, como o Grêmio Africano de Lourenço Marques. Após a independência, foram surgindo estudos que mostravam o quanto os membros dessa categoria social estavam envolvidos na denúncia das práticas coloniais violentas e na luta pela defesa dos interesses da imensa maioria da população submetida à categoria de indígena e em a emergência de uma consciência de moçambicanidade.

A comunicação pretende traçar o percurso desta camada social e perceber se a Frelimo mudou a sua narrativa face às evidências demonstradas por tais estudos acadêmicos.

GT 078: O campo biográfico-narrativo e a prática etnográfica: diálogos possíveis

A abordagem biográfico-narrativa tem sido cada vez mais utilizada na análise de acontecimentos sociais e culturais diversos, muitas vezes, associada à etnografia ou à perspectiva etnográfica. Por meio dessa abordagem, podem se revelar aspectos e pontos de vista acerca dos fenômenos estudados, sempre sob o olhar de cada sujeito e de suas memórias pessoais, pouco acessíveis por meio de outras metodologias. Entretanto, é fundamental a utilização de documentos arquivísticos e outras ferramentas de triangulação a fim de entrelaçar as narrativas biográficas aos seus contextos históricos, sociais e culturais, exercício necessário às reconstituições biográficas. Sendo a abordagem biográfico-narrativa interdisciplinar, interessa-nos discutir trabalhos que a utilizam em diálogo com a Antropologia, de modo a identificar suas potencialidades e limites. Pesquisas contemporâneas acerca de temas como diferenças e desigualdades de classe social, raça/etnia, classe, gênero, gerações, assim como de povos e saberes “tradicionais”, têm se aberto a esse diálogo com as narrativas biográficas, reconstituindo processos do ponto de vista dos sujeitos pesquisados. Interessa a esse GT reunir trabalhos que abarquem as narrativas biográficas no estudo de fenômenos sociais e culturais diversos e que tragam reflexões sobre as reverberações dessa abordagem na pesquisa antropológica e nos modos de apresentação dos textos acadêmicos.

Coordenação

Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ), Karla Cunha Pádua (UEMG)

Debatedor(a)

Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Com a distância do tempo: etnobiografar Eulina

Binah Ire Vieira Marcellino (UFSC)

Minha pesquisa, ainda em etapa de qualificação de projeto, consiste em realizar um trabalho biográfico a partir das variadas narrativas (escritas e orais, principalmente arquivos pessoais e histórias da família) sobre a pessoa de Eulina Alves de Gouvêa Marcelino, minha bisavó, professora e diretora escolar a primeira mulher a ocupar o cargo de vereadora na cidade de Florianópolis, em 1951, me utilizando de uma abordagem etnográfica e de recursos oferecidos pela antropologia histórica, focando em questões de narrativa e biografia, parentesco, gênero, raça e geração, sujeito e pessoa, com enfoque nas relações de gênero e raça e seu impacto em gerações de famílias inter raciais. Estas últimas ajudam a explicar o apagamento histórico de Eulina enquanto mulher negra e as implicações deste apagamento, embora não sejam os únicos fatores envolvidos nesse processo. Neste trabalho busco me aprofundar nas questões relativas

à construção da narrativa biográfica sobre Eulina, especialmente no uso da etnografia como ferramenta teórico metodológica que perpassa o estudo etnobiográfico. Para mim, e no contexto deste trabalho, a biografia parte de fragmentos de histórias de vida, estórias entregues no cotidiano em momentos de distração, passada dos mais velhos para os mais novos; e de como o conjunto delas na narrativa sobre Eulina ainda está por se fazer, a ser lembrada por meio dos fragmentos, vislumbrada pelas janelas das suas atividades profissionais e registros de eventos familiares. O sentido dessa trajetória ainda não pode ser totalmente vislumbrado, embora tenhamos caminhos a percorrer a partir da encruzilhada, vou traçando um itinerário de pesquisa que possa ser entrelaçado à trajetória de um sujeito pesquisado, estabelecendo uma narrativa etnográfica que nos permita lembrar de Eulina em seus lugares, em pessoas e objetos que estiveram com ela e alcançaram nosso tempo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A diversidade das experiências de racialização de estudantes autodeclaradas/os pardas/os e a defesa de investigação por uma abordagem narrativa-biográfica

Carolina Abreu dos Santos (Universidade de Brasília)

Partindo da premissa de que a identidade ou a identificação é construída por meio de um processo de reconhecimento de uma falta, de uma diferença ou digamos, do estabelecimento de uma fronteira simbólica, compreende-se que esta não é autocontida, mas relacional (Stuart Hall, 1996). A marcação de uma fronteira pode ser feita pelo sujeito ou pode ser desvelada ou imposta a ele. A presente reflexão tem como objetivo demonstrar como esse processo pode representar pontos de tensão e crises que reverberaram na auto-investigação de indivíduos sobre suas identidades e reconfigurações de sua própria vida. Com base em campo de pesquisa inserido no ambiente de uma escola pública de Ensino Médio, localizada em região administrativa periférica do Distrito Federal, Brasil, este trabalho tem como objetivo colocar em debate reflexões parciais de pesquisa etnográfica realizada entre agosto e novembro de 2023. A pesquisa visou compreender os processos de percepção de estudantes sobre autoclassificação e identificação racial, especialmente para os autodeclarados pardos, por meio de uma investigação de trajetória de vida via entrevistas. Foram entrevistados sete estudantes de 1º ano do Ensino Médio, com idades entre 15 e 17 anos, dentre os quais seis são autodeclarados/as pardos/as e um autodeclarado branco, sendo 4 do gênero feminino e 3 do masculino. O estudo demonstra que alguns estudantes entrevistados relataram incidentes ou eventos que abalaram suas percepções sobre sua identidade racial, a partir do olhar e intervenção do outro. Manifestações como sua cor é estranha, você não é negro, você não é branco, pardo não é o termo correto, é negro e apenas brancos recebem isso aqui representaram fronteiras simbólicas que moveram dúvidas ou entendimentos sobre suas identificações raciais e vivências. Para analisar e interpretar esses diálogos, baseei-me na abordagem da sociologia dos problemas íntimos (Diogo Corrêa, 2021), que considera o senso de interioridade como instância pragmática em que experiências mobilizam os atores em determinadas situações. Atividades auto investigativas são empreendidas pois são habitadas por crises ou tensões e estas se transformam ao longo do tempo e das vivências; ou seja, certas situações, nomeações podem gerar reconfigurações sobre consciências raciais e, portanto, de suas representações de si a partir

de tal evento. Outro aspecto observado foi o de que o próprio estudo pode ter representado um marco para os interlocutores pensarem sobre identificações raciais. O estudo aborda situações em que as perguntas fizeram lembrar ou se atentar, de/sobre situações de discriminação racial e, em outras, compreender processos de vida no ato de narrar (Sônia Maluf, 1999).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_268_73051944_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Análise Reconstitutiva de Narrativas Biográficas: Fundamentos Epistemológicos e Procedimentos Metodológicos de Condução e Análise Esboço para um Diálogo com a Etnografia

Hermilio Pereira dos Santos Filho (PUCRS)

A Sociologia desenvolvida por Alfred Schütz é uma das mais originais. Sua originalidade se deve, em boa medida, à combinação de orientações teóricas de diferentes disciplinas. Embora Schütz não tenha delineado instrumentos e roteiros para a pesquisa empírica baseados em sua sociologia, sua obra inspirou o desenvolvimento de algumas abordagens, por exemplo, a etnometodologia, já mencionada, a análise da conversação e a abordagem reconstitutiva de narrativa biográfica.

Contudo, há diferenças importantes entre essas abordagens, especialmente em relação ao processo de produção dos dados e sobretudo relacionada à importância das experiências biográficas para a análise. Tanto a

etnometodologia quanto a análise de conversação se concentram nas situações interativas da vida cotidiana, cujo foco analítico não está explicitamente direcionado à reconstrução das experiências prévias para se compreender como ocorre uma interação concreta, embora se reconheça que o passado exerce um papel relevante nas interações.

A abordagem reconstitutiva de narrativas biográficas desenvolvida inicialmente pelo sociólogo alemão Fritz Schütze e posteriormente incrementada por outros, entre eles por Gabriele Rosenthal é uma perspectiva metodológica que oferece procedimentos para a compreensão da ação no cotidiano. Fundamentada sobretudo na sociologia de Alfred Schütz, a abordagem reconstitutiva de narrativas biográficas procura compreender

problemas sociais obtendo-se narrativas sobre experiências concretas daqueles que possuem uma relação com os fenômenos analisados.

Nos últimos anos tenho me dedicado a difundir, no Brasil, tanto os fundamentos epistemológicos da abordagem reconstitutiva de narrativas biográficas, quanto os procedimentos metodológicos para a produção e análise de dados para a análise reconstitutiva de narrativas biográficas. Esse esforço tem se dado pela organização da tradução de obras importantes para a compreensão dessa abordagem, como dois livros de Alfred Schütz, assim como de dois livros da socióloga Gabriele Rosenthal. Para além disso, realizei dois documentários

apresentando elementos da sociologia de Alfred Schütz (Mundo da Vida -A Sociologia de Alfred Schütz, teaser disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=QNvBbGyO-IU>) e a abordagem reconstitutiva de

narrativas biográficas (em Mundo da Vida II: Biografias e Narrativas, em edição).

O trabalho irá apresentar os fundamentos epistemológicos e metodológicos da abordagem reconstrutiva de narrativas biográficas, com ênfase no processo de produção e análise de dados. A partir daí pretende-se explorar diálogos possíveis com vistas à combinação desta abordagem com a etnografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_745_84595110_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Na Rua da Guia tem Magia!": um estudo sobre agenciamentos femininos materiais e espirituais em uma rua do centro histórico do Recife.

Izabella Barbosa da Silva (UFPE)

A Rua da Guia uma das ruas que compõe o bairro do Recife ficou conhecida no período pós-colonial por ser a zona de baixo meretrício do cais do porto. A grande circulação de pessoas nas áreas de Alfândega, entre ricos e pobres, nobreza e seus escravos, mascates, marinheiros concentravam-se no local mulheres que prostituíam-se para sobreviver. Hoje no Bairro do Recife (Recife Antigo), a rua da guia é povoada por bares e restaurantes, e bem quista

como lugar de diversão e lazer, por moradores da cidade e turistas interessados em conhecer o centro histórico do Recife. Para muitos dos que frequentam a rua, a sua história é desconhecida, e quando pouco aparece na história oficial da cidade, menos ainda se fala dessas mulheres que por ali viveram.

Compondo o território mítico sagrado da Jurema, a Rua da Guia acolheu muitas entidades cultuadas na Jurema Sagrada. Principalmente as Mestras entidades femininas, sendo em sua maioria prostitutas, que viveram no Nordeste brasileiro, tiveram mortes trágicas e violentas passando a compor o panteão da Jurema. A Rua da Guia aparece nas narrativas sobre as mestras como local de sobrevivência e de sociabilidade, estando, portanto, presente em muitas passagens das trajetórias de vida dos mestres e mestras da Jurema, e, por isso, tornou-se território importante para os juremeiros. Durante nossa pesquisa de mestrado, quando

nos dedicávamos a desenvolver uma etnobiografia da Mestra Paulina, a entidade me disse: Na Rua da Guia tem magia! e completou a frase com uma provocação: - Pode mandar escavar que você vai encontrar! Quem procura acha!. Paulina falava de objetos e feitiços que ela chama de Catiços enterrados na Rua da Guia. Ela me conta que objetos como navalhas, punhais, moringas e

botijas eram utilizados para proteger dos perigos da vida na rua, ou pequenos tesouros como dinheiro e presentes valiosos que ganhavam e escondiam na esperança de mudar de vida, mas, eram também objetos enfeitiçados, que possuíam características sobrenaturais e espirituais e faziam parte de encantamentos com finalidades diversas (proteção, vinganças, curas, relacionamentos afetivos...).

É a partir do contato com as narrativas sobre as mestras da Jurema Sagrada, que a Rua da Guia passa a ser também, para nós, um lugar de afetos diversos, compreendendo-a como espaço que permitiu a ressignificação das vidas de

mulheres e abriu espaços para novas expressões do feminino, com suas memórias/histórias e sua agência feminina, seja esta material ou espiritual.

Interessa-nos, então, a partir da memória feminina relacionada ao culto da Jurema Sagrada e da sua relação com os territórios que habitaram, bem como, a sua presença que se atualiza nesses territórios, explorar agenciamentos femininos em torno do espaço urbano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma postura metodológica no encontro com sujeitos do CEVAE/Coqueiros: conjugando entrevistas narrativas e a perspectiva etnográfica

Juliana Gonçalves Tolentino (UEMG), Karla Cunha Pádua (UEMG)

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões iniciais sobre aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa de mestrado em andamento, intitulada "O Cevae é o pulmão da nossa comunidade": educação, cultura e ambiente no Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Coqueiros. Realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (PPGE/FAE/UEMG), o objetivo central da pesquisa é investigar os saberes, as práticas e as aprendizagens construídas a partir das atividades culturais e ambientais pelos sujeitos que participam do CEVAE/Coqueiros. Neste trabalho, focamos na apresentação do Programa CEVAE, na explanação sobre a categorização de diferentes saberes e na discussão da abordagem biográfico-narrativa, conjugando as entrevistas narrativas e a perspectiva etnográfica na metodologia da pesquisa. No âmbito teórico, acionamos, principalmente, as categorias de saberes populares, tradicionais, locais e ancestrais e o diálogo com o saber científico e acadêmico. Como resultados parciais, identificamos que existem tensões entre os distintos regimes de saberes, o que demanda reflexões sobre condutas e procedimentos em campo por parte do/a pesquisador/a. Sobre a pesquisa biográfico-narrativa conjugada com a perspectiva etnográfica compreendemos que, para além de um método, se configura enquanto uma postura que pode colaborar no desenvolvimento de pesquisas que prezam por relações dialógicas entre os diferentes saberes e seus sujeitos. Por fim, baseado na discussão levantada, concluímos que o caminho metodológico proposto pode possibilitar captar as nuances e as riquezas advindas das experiências e das subjetividades de cada participante do campo de pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma, nenhuma, cem mil Neusas

Luiza Freire Nasciutti (UERJ)

Este trabalho parte da pesquisa de doutorado "Tornar-se Neusa: raça, subjetividade e memória a partir da trajetória e obra da intelectual, psiquiatra e psicanalista Neusa Santos Souza", que versa sobre os atuais acionamentos e discussões que partem da obra "Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social" e sobre as interpretações diversas que emergem no presente sobre a história de vida desta intelectual negra brasileira. Neste recorte, apresento uma alusão ao romance de Luigi Pirandello, Um, nenhum, cem mil, para pensar sobre uma dimensão recorrentemente presente nas narrativas de meus entrevistados

sobre Neusa Santos Souza: a ideia de que não há uma única Neusa, mas várias Neusas, já que ela se apresenta de múltiplas formas a depender dos variados olhares e escutas que se predispõem diante dela ao longo de tempos e contextos. A partir desta ideia, me abro para às plurais narrativas de seus conhecidos, colegas e amigos, de momentos distintos de sua trajetória de vida, a fim de perceber quais camadas, fragmentos e facetas de Neusa foram mobilizados para descrevê-la e para transmitir sua história. Assim, aparecem os retratos de Zu, Neusa 70, Dra Neusa e Neusinha, como diferentes recortes e molduras construídas sobre uma pessoa e sua história de vida, assumindo que em qualquer trajetória individual há descontinuidades, contradições e incoerências constitutivas de todo sujeito (SCHWARCZ, 2013; SANTOS SOUZA, 1998). Valorizando os relatos orais como fontes que não traduzem o verossímil ou o verídico de uma biografia, mas comunicam muito mais sobre os sentidos que ficam marcados nas pessoas que a rememoram enquanto impressões de uma presença e de uma vida, percebo como diferentes Neusas serão constituídas nas próprias narrativas de entrevista, e evidencio os pontos comuns delineados entre essas múltiplas falas, sem apagar suas ambivalências.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_709_26700024_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Memórias narradas: A história de uma mulher migrante do Norte de Minas

Maria Eduarda Souza Oliveira (Nenhuma)

Este trabalho trata-se de uma breve reflexão da pesquisa que desenvolvi durante a graduação, em que busco me aprofundar na história de vida de uma mulher migrante no Norte de Minas Gerais, Dona Raimunda, e como esse relato oral possibilita uma compreensão acerca do fenômeno da migração feminina interna no Brasil com a finalidade do trabalho doméstico. Pretendo compartilhar a análise da história de vida de uma mulher migrante do Norte de Minas Gerais, que experienciou o fenômeno da migração e suas implicações tanto objetivas como subjetivas, produto dos trabalhos desenvolvidos nas cidades e comunidades norte-mineiras que se encontram próximas ou ao longo do Rio São Francisco, cenário este que foi palco para os romances Roseanos, é então, o lugar onde Os sujeitos são os homens e as mulheres de beira de rio e beira de sertão que vivem sua vida junto a família nuclear (Paula, 2009). Aqui, exploro a importância da memória e do relato de vida como ferramentas epistemológicas para as observações socioantropológicas dos estudos migratórios. Esses processos migratórios desempenham um papel importante para transformações do meio social, tudo se inicia com a partida, os caminhos, a chegada, a permanência e também a volta, constatando que na migração existe um ciclo conforme aponta Maria Aparecida de Menezes (2012), dando sentido ao aspecto de mobilidade ou fluxo ao fenômeno. A vulnerabilidade social e econômica, resultantes do processo de desenvolvimento capitalista no campo, contribuem para a intensificação da Cultura do Migrar, como aponta Paula (2009), onde a questão agrária e os interesses dos ruralistas criam espaços de conflitos, expulsões e partidas. Em meio a Cultura do Migrar, destaco a figura feminina para a compreensão do processo migratório no Norte de Minas, e também o impacto da migração sobre a vida social e pessoal da mulher do campo. A migração precoce de meninas que saem da roça para assumir o trabalho dos afazeres domésticos de famílias de classe média nos centros urbanos é recorrente na região do norte de Minas Gerais. Para a pesquisa optei pelo

uso de técnicas etnográficas, entrevistas semi-estruturadas, e uma história de vida para elucidar suas memórias como uma fonte de compreensões para os debates e estudos da migração interna. A memória, trata-se de [...] uma evocação do passado. É a capacidade humana para reter e guardar o tempo que se foi (2000, p.125), para Dona Raimunda, lembranças relatam a vida e o cotidiano de uma menina que além de cuidar dos afazeres domésticos em sua casa, constatando a perpetuação dos papéis de gênero condicionando o tipo de trabalho ao qual meninas e mulheres que migram de regiões afetadas pela vulnerabilidade social.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_369_99402855_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Pedagogia do Reinado: um estudo etnográfico e biográfico-narrativo sobre os saberes do Reinado do Rosário de Itapecerica - MG

Meire Jiane Viela (UFMG), Karla Cunha Pádua (UEMG)

O Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Itapecerica é uma importante manifestação da cultura afro-brasileira, que a mais de duzentos anos se constitui como um espaço de compartilhamento de diversos saberes tradicionais. A fim de compreender o processo de transmissão dos saberes desta tradição, desenvolvemos esta pesquisa qualitativa, biográfico-narrativa, de caráter etnográfico, com vistas a responder à seguinte pergunta: como acontecem as aprendizagens intergeracionais no Reinado de Nossa Senhora do Rosário de Itapecerica, tendo em vista a preservação dos saberes da tradição? A partir de pesquisa bibliográfica e documental evidenciamos os sentidos do Reinado, suas raízes e seu vínculo com o passado, com os negros e negras escravizados que deram origem a essa tradição. Considerando que o Reinado de Itapecerica é um fenômeno cultural e religioso complexo, que não pode ser compreendido apenas através de documentos e registros históricos, lançamos mão de uma extensa pesquisa de campo, de caráter etnográfico, para acompanhar e descrever os ritos e práticas realizados nos festejos do Reinado de Itapecerica, no ano de dois mil e vinte e três. Por meio da observação participante buscamos compreender o complexo contexto dos festejos, seus territórios, momentos e ritos importantes. Assim, pudemos observar as emoções dos reinadeiros em diversos momentos, mostrando que o Reinado é muito mais do que um festejo, é um elo entre os reinadeiros e sua família, sua história, seu passado ancestral. Como parte desse olhar etnográfico, complementamos a pesquisa com a realização de duas entrevistas narrativas, a fim de alcançar as significações e experiências subjetivas dos reinadeiros. Por meio dessas entrevistas, orientadas pelo enfoque biográfico-narrativo, pudemos evidenciar aspectos importantes como a crença e os conflitos geracionais vivenciados pelos reinadeiros. As narrativas subsidiam importantes reflexões sobre a forma como a cultura do Reinado permeia o dia a dia das famílias, influenciando a construção de sentidos e proporcionando, inclusive, apoio emocional nos momentos de dificuldade. Os relatos de vida dos nossos colaboradores nos revelaram parte do processo de transmissão geracional dos saberes do Reinado, um processo que acontece em diversas frentes: nos festejos, através das histórias, no dia a dia das famílias; um processo que envolve não só os mestres do Reinado, mas os pais, avós, pessoas que buscam a preservação das tradições familiares e dessa forma impulsionam a preservação da identidade étnica ancestral de inúmeros reinadeiros e reinadeiras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_782_39142088_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Análise Reconstitutiva de Narrativas Biográficas - Procedimentos Metodológicos de Condução e Análise de Pesquisa com jovens - Esboço para um Diálogo com a Etnografia

Paula Vianna Köche Pacheco (PUCRS)

Vivemos em uma sociedade acelerada, afirma Harmut Rosa em sua obra *Aceleração: A transformação das estruturas temporais da modernidade* (2019). O otimizar, o acelerar e o inovar, exigidos continuamente pela sociedade contemporânea, nos faz reféns da eterna falta de tempo. A permanente pressão temporal pelo medo constante de perder oportunidades (Rosa, *Ibidem*: 268) orienta o ritmo da vida, que, por sua vez, precisa ser ajustada para coexistir ao ritmo do mundo cada vez mais célere. Aliada à aceleração, a sociedade contemporânea se caracteriza também pela individualização. Ulrich Beck refere que a individualização significa que a biografia das pessoas se torna independente de determinações pré-fixadas, aberta, disponível e se converte em tarefa a ser desempenhada por cada um (Beck, 2010: 199). No processo de individualização, o sujeito se torna o centro no processo biográfico enquanto os vínculos familiares e diferenças de classe ocupam o plano de fundo (Beck, 2010: 194). Beck afirma ainda que o indivíduo desenha de próprio punho a sua biografia, isto é, a biografia socialmente predeterminada é transformada em biografia feita e a ser feita por cada um. (Beck, 2010: 199). Diante desse cenário, em que o indivíduo é o centro da sociedade contemporânea e a tecnologia é um motor externo que propulsiona a aceleração social, é compreensível a precocidade na busca identitária dentro da sociedade (Santos, 2015: 404). O indivíduo, cada vez mais jovem, procura sua identidade, o seu estilo de vida no grupo social em que está inserido. Em outras palavras, é exigido gradativamente e de forma precoce a singularidade do sujeito que deve ser confirmada no seu cotidiano. Schütz destaca a capacidade de interpretação dos indivíduos na vida cotidiana. Alfred Schütz sustenta a compreensão de que a sociedade é, em boa medida, o que os indivíduos fazem dela, ou seja, o mundo social não é dado, não é natural, nem pré-determinado (Santos, 2017). A pesquisa em tela adota uma combinação de métodos fundamentados no paradigma interpretativo (Keller, 2023): a abordagem reconstitutiva de narrativas biográficas proposta por Fritz Schütze (1983 e 2014) e incrementada por Rosenthal (2014), bem como a discussão em grupo (Bohnsack, 2010). Um dos fundamentos epistemológicos das abordagens interpretativas adotadas aqui é a sociologia de orientação fenomenológica proposta por Alfred Schütz (Schütz, 2018, 2023; Santos, 2018, 2021). Para além da apresentação dessas abordagens em maiores detalhes, considerando sobretudo as singularidades da pesquisa biográfica com jovens tão jovens, o artigo irá considerar as possibilidades de combinação com a etnografia, tendo como ponto de partida para essa discussão a sociologia fenomenologicamente orientada tal como proposta por Alfred Schütz.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_856_05692517_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ouvindo Mãe Xagui - Pistas para uma narrativa espiralar.

Ricardo Pereira Aragão (FAT)

A partir de reflexões e diálogos com Mãe Xagui, falecida em 2021 com 84 anos de iniciação, coautora do meu projeto de doutoramento que tem como objeto sua afrografia religiosa, buscando compreender seus percursos religiosos, bem como os agenciamentos percorridos por Mãe Xagui na construção do seu candomblé Angola, o presente trabalho buscará apontar pistas para a compreensão dos modos de convivências, amálgamas e outras formas de conexões rizomáticas entre Minkisi, Orixás e Voduns, Kaboko, Nzila e etc. tendo como pano de fundo, uma Salvador que se descortina a partir das vivências da jovem Carmélia (Mãe Xagui). Para tanto, ao ouvir mãe Xagui, o tempo se dobrava sobre si mesmo, num processo criativo que, em diálogo com o passado que se fescortinava no ato de narrar, abria possibilidades para produção de um futuro que ainda não está presente e se anuncia sempre como projeto, devir, algo por fazer (FU KIAU, SOURIAU, INGOLD) Acredito ser possível problematizar o conceito de nação, fortemente contaminado pela forma "Estado", e buscar, a partir das contribuições de Vinciane Despret, Busenki Fu Kiau, Tim Ingold, Tiganá Santana e etc., novos caminhos gramaticais para dar conta do modo como "nação" foi vivido na experiência religiosa de Mãe Xagui.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Yá Santília de Ayrá - trajetória de vida de uma Yalorixá e imaginação de mulheres negras.

Tamyres Batista Costa (SEDU)

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de construção da trajetória de vida da mãe de santo Yá Santília de Ayrá, zeladora do Ylê Axé Palácio de Ayrá, casa de candomblé da nação Kêtu-Nagô, localizada em Viana/ES. Para tanto, articulo os conceitos elaborados por intelectuais negras ao pensar o fazer biográfico e suas narrativas, tais como: biomitografia (LORDE, 2021), oralitura (MARTINS, 1997) e fabulação crítica (HARTMAN, 2022). A referida elaboração teórica, juntamente com entrevistas em profundidade realizadas com a mãe de santo, pesquisa em fontes documentais, acervo fotográfico e seus objetos de memória, me permitiram deslocar a noção de narrativa de vida como perspectiva da dimensão individual do sujeito no mundo, para reconhecer a indissociabilidade entre a Yalorixá, o ambiente sagrado do terreiro e as entidades ali presentes que se inscrevem mutuamente em seu tecido biográfico. A partir de minha experiência como pesquisadora-nativa racializada, filha de santo desse Ylê e mestranda no programa de pós-graduação em ciências sociais (PGCS/UFES), pretendo investigar quais as potencialidades do entrelaçamento entre memória, imaginação e discursividade de mulheres negras, tendo como ponto de partida a narrativa da Yalorixá. Cabe destacar que os esforços que permeiam a pesquisa e a escrita deste texto têm como propósito indicar reflexões que possam restituir a história de vida de Santília de Ayrá desde sua perspectiva.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Viver no mato e da terra no extremo sul da metrópole paulistana: trajetórias de luta e persistência dos cidadãos do mato

Tania Knapp da Silva (USP)



Quase um quarto da maior metrópole da América do Sul possui características pouco imaginadas a partir dos termos metrópole ou São Paulo”. Seja pela forte presença de elementos rurais, pelos remanescentes de mata atlântica, seja pela ocupação histórica dos Guarani Mbya. A pesquisa em curso lança luz sobre a história do extremo sul a partir das trajetórias de distintos grupos sociais do território como contraponto à história da cidade: que paulatinamente invisibilizou tanto essas pessoas como seu território. Entre as oito pessoas entrevistadas, em sua maioria pequenos agricultores agroecológicos, é comum a indicação do mato como o território no qual vivem ou querem viver. Se, por um lado, o temo mato alude a aquilo que não se distingue, nem se valoriza como a vegetação nativa, agreste e inculta”. Por outro, o mato é reivindicado por elas como espaço de produção e reprodução de suas formas de vida. Estas formas de vida não foram em geral reconhecidas ou desejadas ao longo do tempo pela história da cidade e seu planejamento. Suas existências foram admitidas como possibilidade e valorizadas ao custo de muita persistência e resistência. Assim, investigar as histórias dos agricultores e o lugar em que o mato costuma reinar e vicejar desafia este tipo pejorativo de interpretação. Quer-se debater os procedimentos metodológicos usados no trabalho de campo: 1. realização de entrevista semiestruturada baseada na trajetória, redes de solidariedade, conhecimento agrícola e memória sobre a história da terra em que cultiva; 2. realização da devolutiva, momento no qual a entrevista transformada em narrativa em terceira pessoa é lida em conjunto com a pessoa para que ela avalize as informações; 3. triangulação das narrativas (etapa em desenvolvimento), na qual a narrativa de uma pessoa se cruza com uma outra, produzindo uma terceira. Além disso, a pesquisa histórica documental e bibliográfica aprofunda e complementa o texto final. Entre os acervos consultados estão os de registro de imóveis, registro de empresas, alguns processos judiciais, bem como o arquivo histórico municipal. Essas trajetórias apontam para um espaço próprio, com formas específicas de vida no mato: a sua relação com a agricultura, e seus modos de cooperação e suporte na luta por direitos para existir no mato. Abordar tais narrativas tem por objetivo encontrar os aspectos comuns como cidadãos do mato que (re)existem dessa forma na metrópole. A reconstrução histórica do lugar e da agricultura realça a dimensão cultural de suas formas de vida. Ademais, indica uma visão de cidade mais inclusiva e sustentável: comprometida com valores culturais e necessidades daqueles que mantêm água limpa e produzem alimentos saudáveis para que possam manifestar plenamente sua cidadania.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas teórico-metodológicas de uma proposta de etnografia das trajetórias de docentes de escolas públicas na cidade de Apodi-RN

Tássio Ricelly Pinto de Farias (FACEP)

A presente proposta problematiza as experiências de construções biográficas entre docentes da rede pública estadual de ensino básico no pequeno urbano (KOURY; BARBOSA, 2020) de Apodi-RN. Trata-se da tentativa de compreender em que medida é possível visualizar um projeto (em termos de intencionalidade racional e reflexiva) nas narrativas biográficas de professores e professoras de escolas públicas estaduais. Partindo da ideia de projeto enquanto categoria analítica da fenomenologia de Alfred Schütz (2018), e dos seus usos na antropologia

por autores como Gilberto Velho (2001, 2005, 2007, 2013), assim como das contribuições da teoria bourdieusiana da reprodução (2013, 2014, 2015, 2018), o objetivo da minha pesquisa de doutorado (junto ao PPGA/UFPB) é refletir sobre as trajetórias de professores/as da cidade de Apodi-RN, considerando suas práticas projetivas e retrospectivas. A minha imersão prévia no universo pesquisado e a leitura da tese de Costa (2017) me fizeram partir de duas hipóteses: (I.) meus/minhas interlocutores/as (colegas de profissão) são oriundos/as de famílias sem histórico de longevidade escolar; (II.) esses/as colegas/as professores/as geralmente não têm filhos/as professores/as, o que poderia ser interpretado como a ausência de uma tradição familiar de incentivo à profissão docente. A partir da imersão em campo, e do uso de entrevistas narrativas biográficas (ROSENTHAL, 2014), pretendo acessar as histórias de vida dos meus interlocutores/as, a fim de entender suas trajetórias e curvas de vida, e como elas se relacionam com a aquisição da profissão docente. Faço, portanto, uma etnografia do meu mundo do trabalho. Trata-se de um exercício que Velho (2007) chamou de estranhar o familiar. Logo, o trabalho de observação exige a mobilização da escuta e de sentidos mais atentos, uma vez que também estou cumprindo demandas do meu ofício. São as vivências do meu próprio trabalho que compõem o material etnográfico e revelam certas nuances das práticas discursivas características da profissão docente no pequeno urbano da cidade de Apodi. Considerando minha própria trajetória profissional, entrevejo os porquês em termos de estímulos externos dos altos e baixos dessas práticas retrospectivas. Há momentos em que estamos mais satisfeitos com nossa profissão; há momentos em que essa satisfação está em decadência. Ou o inverso! Vislumbro que essas biografias possam revelar algumas adversidades da carreira docente, e das diferentes maneiras como aparecem nessas construções narrativas, sem perder de vista que [...] a etnografia não deve ser uma interpretação sobre, mas uma negociação com, um diálogo, a expressão das trocas entre uma multiplicidade de vozes. (CALDEIRA, 1988, p.141).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Itinerário feminino e o Ouro na amazônia: Situações e condições de trabalho de mulheres nos garimpos do Tapajós.

Thaissa Cristina Neres Ribeiro (UFOPA)

Esta pesquisa é uma análise de um dos fenômenos socioeconômicos, culturais e ambientais da Amazônia, com enfoque voltado para o itinerário das experiências de mulheres que se encontram inseridas nas atividades que envolvem a extração de ouro na região tapajônica. Com o intuito de identificar suas condições de trabalho, funções desempenhadas e estratégias de adaptação frente a uma carência de subsistência que não é suprida devido às circunstâncias que a garimpagem carrega causando essa intensa precariedade sobretudo econômica que permeia as realidades femininas no âmago do garimpo. As análises revelaram que essas mulheres enfrentam condições de trabalho árduas e frequentemente perigosas, confrontando uma série de desafios e vulnerabilidades singulares. Diante deste cenário, a escolha de uma abordagem metodológica qualitativa composta por entrevistas semiestruturadas foram aplicadas para os registros de narrativas biográficas para a coleta desses dados. Contudo a carência de debates abertos sobre questões de gênero no âmbito da mineração, especialmente na extração de ouro, ressalta uma lacuna significativa de percepção que demanda atenção. Este hiato contribui para

a invisibilidade das desigualdades de gênero presentes nesse contexto laboral, onde as mulheres se deparam com desafios distintos e específicos do ambiente onde vivem. Assim, a ampliação desta discussão contribui para uma compreensão mais profunda e abrangente das dinâmicas de gênero na mineração aurífera na Amazônia. Ademais, considera-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas e iniciativas que promovam a igualdade de gênero e melhorem as condições de trabalho e qualidade de vida das mulheres envolvidas na esfera da extração do ouro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_550_03554820_077294.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O encontro com mariam pessah: apontamentos sobre trajetória, noção de pessoa, ethos e lesbianidade.

Viviana Thais Vargas Zorzi (UFSM)

Trato aqui de um relato sobre o meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais chamado Amor, Placer, Rabia y Revolución: Apontamentos sobre a noção de pessoa em mariam pessah orientado pela Dr.^a Jurema Gorski Brites. Guiada pela perspectiva de um alargamento do universo do discurso humano (Clifford Geertz, 1989) procurei dar visibilidade a trajetória de mariam pessah: poeta, escritora, fotógrafa, ativista e lésbica. Utilizo a etnografia como um gênero literário que entrelaça teoria, método, epistemologia e ética na construção do diálogo entre dados e discussão teórica (Claudia Maria Coelho, 2016). Por meio desta abordagem, foi possível compreender a importância de ter atenção com relação aos objetos apresentados pelos interlocutores para dessa forma seguir os caminhos de compreensão por eles apresentados e suas respectivas categorias nativas. Em contato com a pesquisada e triangulando outros dados - crônicas, poemas, diário de campo, entrevista narrativa - a fim de localizá-la histórica e socialmente, elaborei uma narrativa biográfica da mesma, que apresenta a presença da pesquisadora numa perspectiva de produzir saberes localizados, tal qual escreve Donna Haraway, (2009). Por fim, observei que mariam expressa em sua escrita uma vivência associada a lesbianidade como categoria política e que essa vivência se traduz em um ethos compartilhado e marcado pelo apagamento histórico (Tânia Navarro-Swain, 2004) e a heterossexualidade compulsória (Adrienne Rich, 2012). Neste trabalho, destaco elementos dessa vivência lésbica que re-elaboram uma noção de pessoa específica que possui seus próprios repertórios de símbolos significantes (Geertz, 1989), como vocabulários, bandeiras, datas comemorativas, memórias, lutas e poemas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_915_30435857_077294.pdf

GT 079: O visível e o in(di)visível: ciências, conhecimentos e produções de mundos.

Historicamente, a produção do conhecimento científico foi inscrita no universalismo ocidental como a forma legítima e hegemônica de descrever o mundo. Em contrapartida, os demais modos de produção de saberes foram alocados à parte das redes científicas e julgados como "crenças,

irracionalidades ou formas imprecisas de conhecimento". Entretanto, a partir dos anos 70, o campo dos estudos de Ciências, Tecnologias e Sociedade (CTS) introduz diversos contextos de observação em que a produção dos fatos científicos se difere de outras formas de produção de conhecimento, não pela presunção de sua racionalidade, mas pela maneira específica que os cientistas relacionam a visibilidade da materialidade do mundo ao acionar seres invisíveis em seus laboratórios. Apesar de serem negados discursivamente pelos modernos, os eventos/actantes invisíveis se associam como testemunhas, atores e objetos da manifestação da verdade dos fatos científicos. Este GT se dirige tanto às etnografias das práticas científicas, quanto aos experimentos envolvendo conexões parciais, engajamentos, controvérsias, conflitos, mimesis, fricções e alianças em torno de interesses entre narrativas científicas e não científicas. Também acolheremos trabalhos sobre modos de produção de conhecimentos que disputem as formas de verificação do universalismo e do racionalismo euroamericanos, e/ou invistam em descrições sobre o cenário atual de instabilidade e incertezas epistêmicas manifestas nas primeiras décadas do século XXI.d

Coordenação

Guilherme José da Silva e Sá (UNB), Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG)

Debatedor(a)

Rafael Antunes Almeida (UNILAB), Flora Rodrigues Gonçalves (Fiocruz)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A gente procura em Marte minerais que, na Terra, são produzidos por bactérias: Ensaando vida mais-que-terrestre num laboratório de Astrobiologia

Ana Paula Henrique Salvan (UFSC)

Assim como a Biologia, a Astrobiologia é um campo de investigação que se debruça sobre a vida.

Diferentemente da Biologia, como sugere o prefixo "astro", essa ciência em ascensão nutre ideias particulares a respeito de seu objeto de estudo e, sobretudo, de onde ele pode ser encontrado. Se você é um astrobiólogo, você regularmente submete microscópicos terráqueos a condições ambientais típicas de paisagens além-Terra, como as salmouras de Marte, as nuvens de Vênus e os oceanos salgados de Europa e Encélado. Em sua prática diária, o macro e o microscópico, o visível e o invisível, o familiar e o alienígena estarão em permanente contato, em constante negociação. Tomando como base meu estudo etnográfico com e sobre os astrobiólogos e as astrobiólogas que conduzem

pesquisas no AstroLab ─ primeiro laboratório brasileiro a dedicar-se inteiramente à Astrobiologia ─, proponho seguir as associações mais-que-terrestres invocadas por esses e essas cientistas durante seus experimentos. Minha intenção é mapear de que forma a Astrobiologia se vale do insólito, do extremo e do extraterrestre para ensaiar a vida como uma propriedade cósmica em vez de uma particularidade terrestre.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comprovadamente ineficaz, medicina baseada em evidências: como os estudos sobre Hidroxicloroquina para o tratamento de COVID-19 surgem no Brasil e o que os cientistas tem a dizer sobre essa hipótese

Ana Paula Pimentel Jacob (UFOPA)

Durante a pandemia de COVID-19 houve uma série de pesquisas e investimentos principalmente nas áreas da saúde em busca de alternativas para sobreviver as incertezas impostas durante a crise sanitária global, que foi desencadeada após a declaração da pandemia. No Brasil teve-se uma longa discussão sobre o uso compassivo e off-label de alguns medicamentos em especial destaque a Hidroxicloroquina, os vermífugos e antiparasitários, tais como Ivermectina. Nos ensaios clínicos, caracterizados como estudos que analisam a eficácia de determinadas intervenções, há uma série de pesquisas envolvendo tais medicamentos. Sendo assim, este estudo tem o objetivo de refletir sobre a construção de um saber científico durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Especificamente, compreender o que, como e as justificativas que alguns cientistas levaram ao propor estudos que avaliaram a eficácia desses medicamentos no tratamento da COVID-19. Neste trabalho analiso e reflito a partir da leitura e sistematização de 15 publicações de um grupo de pesquisa na área da saúde que propôs avaliar a eficácia de diversos medicamentos para o tratamento de COVID-19, incluindo a Hidroxicloroquina. Além dessas publicações, analiso dez transcrições de entrevistas realizadas com nove pesquisadores deste grupo, feitas por mim entre setembro de 2022 e fevereiro de 2023. Com este material faço uma reflexão sobre os ensaios clínicos feitos no Brasil, os principais financiadores desses estudos, quem são as pessoas que os conduzem e de que forma o Estado contribuiu para a proposição dessas pesquisas que terminaram por evidenciar que Hidroxicloroquina não é eficaz no tratamento da COVID-19. Portanto, a medicina que se reconhece por ser ' baseada em evidências ' faz um caminho diferente nesse período e sua prática em períodos de crise parece ser baseada a partir de evidências de ineficácia. No entanto, durante o tempo em que essa produção de evidências não se consolida, há uma série de aparados, regulamentos e órgãos que autorizam o uso dessas substâncias sem sua devida comprovação científica. Por isso, a produção de fatos científicos guarda alguma especificidade na pandemia e talvez comum a outras epidemias. Cria-se lacunas, embaralhamentos e afirmativas sobre tratamentos ainda não evidentemente eficazes, que repercutem em necropolíticas (CASTRO, 2020) e como se como se constrói o conhecimento biomédico brasileiro. As reflexões contidas neste trabalho terão como inspiração as obras de Latour e Woolgar (1997), Martin (1998) e Traweek (1988).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_538_66571039_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Emergência climática, Economia e Economia Ecológica: aspirações científicas, tensões e reconexões

Beatriz Judice Magalhães (USP)

Embora trate de um aspecto da vida social, o que, portanto, posiciona a área no campo das ciências humanas e sociais, a Economia foi construída aspirando a um status mais próximo das



ciências duras, mirando-se, mais especificamente, em aspectos da mecânica clássica para construir modelos, e valendo-se, também, de forte instrumental matemático. No entanto, as abstrações dos modelos e teorias econômicas mais difundidas trouxeram simplificações que, no contexto da atual crise ecológico-climática, mostram-se, no mínimo, defasadas, senão mesmo infundadas: ignorar o meio-ambiente, ou tomá-lo como mera externalidade se mostra uma escolha até mesmo paradoxal para uma área que tem a Física como uma espécie de modelo para construir suas teorias e metodologias, já que tal abstração entra em contradição com as bases da Termodinâmica (notadamente, com a Lei da Entropia). A partir da década de 1960, nasce a chamada Economia Ecológica, que, ao considerar o sistema econômico como uma inserção em algo maior, o próprio planeta, leva em conta que o crescimento da economia gera impactos no ambiente, podendo tal crescimento ser, inclusive, caracterizado como antieconômico”. A inevitabilidade do decrescimento, um verdadeiro tabu no campo mais amplo das ciências econômicas, é, portanto, algo considerado por muitos dos adeptos de tal vertente. Tendo em vista a emergência climática, a discussão a respeito do chamado Antropoceno, ou, de modo mais geral, a súbita colisão dos Humanos com a Terra (DANOWSKI; VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 26), refletimos sobre as possibilidades de a Economia Ecológica ampliar seu campo de adesão, ao mesmo tempo que a negação ou minimização das questões ambientais por parte das teorias econômicas tradicionais é questionada. Nesse sentido, perguntamos se as mudanças e incertezas epistêmicas impelidas pela proposição do Antropoceno poderiam afetar os regimes de verdade estabelecidos no campo da Economia. Estaríamos diante da possibilidade de um enfraquecimento ou mesmo, de um rompimento da alavanca econômica, que reduziu drasticamente a complexidade dos engendramentos terrestres (LATOURE, 2021)? Nesse contexto, buscamos realizar considerações sobre o aguçamento das tensões entre Economia e Economia Ecológica conformado pela crise ecológico-climática. Tais fricções envolvem aspirações e disputas relativas a regimes de verdade, bem como possibilidades de reconexões com o atrator Terrestre (LATOURE, 2017). Referências: LATOURE, B. Onde estou? Lições do confinamento para uso dos terrestres. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. LATOURE, B. Où atterrir? Comment s’orienter en politique. Paris: La Découverte, 2017. DANOWSKI, D.; VIVEIROS DE CASTRO, E. Há mundo por vir? Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2015.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patentes e psicodélicos: uma abordagem antropológica, reflexiva e crítica

Isabel Santana de Rose (UFSC)

As discussões envolvendo patentes e psicodélicos trazem a tona uma série de questões éticas, legais e sociais relevantes. Estas incluem o acesso (ou a possível falta de acesso) a futuros medicamentos e terapias, e os debates sobre iniciativas de repartição de benefícios e reciprocidade com povos indígenas e populações tradicionais. As reflexões sobre estes temas têm ganhado visibilidade ao longo dos últimos anos, paralelamente à expansão das pesquisas biomédicas sobre os potenciais terapêuticos dos psicodélicos e ao crescente interesse da indústria farmacêutica e de setores corporativos nessas moléculas e tratamentos. Ao mesmo

tempo, ainda parece haver uma lacuna de discussões públicas bem informadas sobre o tópico, bem como de abordagens interdisciplinares e críticas que abordem as múltiplas complexidades envolvidas no patenteamento de psicodélicos. Partindo de uma perspectiva antropológica, esta pesquisa procura levantar e debater algumas dessas complexidades e controvérsias, enfocando os desafios e impasses e também os possíveis caminhos e soluções indicados pelas e pelos nossos interlocutores. Palavras-chave: patentes; psicodélicos; indústria farmacêutica; repartição de benefícios.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reencantamento do mundo e a imaginação de outros mundos possíveis: uma etnografia das narrativas artistas do grupo Tambores de Safo

Jessica Emanuelli Pereira da Cunha (Seduc - CE)

Desencantamento do mundo é uma expressão cunhada pelo sociólogo alemão Max Weber para designar um processo histórico milenar de desmagificação da compreensão da realidade, promovido pela religião e pela ciência, dando lugar à um modo racional, guiado por práticas científicas e pelo avanço tecnológico, de explicar o mundo. A destruição das imagens mágicas deu lugar aos processos de racionalização modernos, sendo o racionalismo ocidental a marca fundamental do homem moderno. Esse processo de desencantamento do mundo se deu a partir da expulsão dos elementos mágicos do âmago das práticas e crenças das grandes religiões, através do estabelecimento de uma ética de conduta religiosa. Após a desmagificação das religiões hegemônicas, ocorreu a desmagificação da sociedade ocidental como um todo, onde qualquer crença metafísica passa a ser vista como irracional, dando lugar à ciência como o modelo de conhecimento que estabelece a ordem racional das coisas através de uma concepção causal da natureza e do mundo. Este trabalho tem como objetivo, através da problematização da noção de desencantamento, ampliar os horizontes do fazer científico, assim como do fazer político, situando historicamente a construção desses saberes e trazendo para o diálogo outras epistemologias não hegemônicas. Faremos isso através da etnografia realizada com o coletivo Tambores de Safo, um grupo artista que mobiliza categorias e compreensões que extrapolam o fazer científico e o fazer político hegemônico, trazendo para o centro do debate uma construção artístico-política que se mostra engajada com o debate decolonial que avança dentro e fora da academia e que se coloca como produtor de conhecimento, trazendo à tona conceitos forjados no seio de epistemologias subalternizadas e evocando a noção de encantamento. Tambores de Safo é um coletivo artista composto por pessoas cisgêneras e transgêneras, lésbicas, bissexuais e pansexuais, que pretende através da arte mobilizar uma produção de saber politicamente encantada, bem como valorizar a cultura de matriz afroameríndia e produzir conteúdo artístico-político antirracista e anticapitalista. A produção artista do coletivo Tambores de Safo, que conjuga arte com política, se faz a partir de uma epistemologia das encruzilhadas, ou seja, a partir da confluência de diversos

saberes e práticas que se atravessam. As encruzilhadas, domínio de Exu, são dimensões espaciais-teórico-metodológicas que fundamentam os sistemas de pensamento da cosmologia de matriz africana. Na lógica da encruzilhada, não há silenciamentos, aniquilações e padronizações. Não há uma ordem única e nem um sentido único de caminhar. Assim, discutiremos noções como reencantamento e ancestralidade na produção de saber através da etnografia realizada com o coletivo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_387_73554607_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estéticas das evidências terraplanistas: mimese da ciência em um ecossistema digital

Jorge Garcia de Holanda (UFRGS)

Com a emergência de um ecossistema digital e de públicos terraplanistas no Brasil e no mundo em meados da década de 2010, uma série de artefatos audiovisuais de intenção e potencial persuasivo em circulação em plataformas digitais foi alçada por esse coletivos (integrados por pessoas que, em sua imensa maioria, não tinham formação ou atuação na ciência oficial) à posição de evidências incontestáveis da veracidade de uma Terra de formato plano. Esses vídeos são construídos, em linhas gerais, em torno de preocupações relativas à promoção de uma chamada ciência de verdade (mimetizando e distorcendo retóricas e práticas da ciência oficial), à demonstração da existência de uma suposta cosmologia bíblica terraplanista (apoiada em interpretações literais das escrituras cristãs) e/ou ao desvelamento de indícios de forças conspiratórias atuando em escala global. Neste trabalho, parto do caso de vídeos terraplanistas de testes de curvatura para direcionar o olhar àquilo que estes youtubers produziram sob o rótulo de ciência de verdade, analisando como suas formas de valorizar o experimental (associadas a certas demandas por acesso direto e não mediado à verdade) materializam-se em fabricações estéticas com efeitos de consolidação de um modelo cosmológico incompatível com uma longa cadeia de fatos estabilizados pela ciência. Busco também descrever as condições de apartação do terraplanismo em relação a redes tecnocientíficas, apontando alguns elementos para pensar como a emergência da defesa da Terra Plana enquanto fenômeno de plataformas digitais formou um circuito próprio de produção e verificação de fatos suficientemente eficaz para a reconstrução de mundo de seus adeptos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saberes menstruais: modos de conhecimento por usuárias de coletores

Leticia Wons (UFPR)

Esta pesquisa foi conduzida sob abordagem interdisciplinar na área de Gênero, Ciência e Educação. Desejo colaborar com o Grupo de Trabalho mostrando que as formas de verificação universalistas da ciência moderna são alicerçadas em premissas androcêntricas. Assim, desejo enfatizar a imprescindibilidade de considerarmos vieses de gênero nas práticas científicas e conferir destaque a modos de conhecimento que se esforçam por escapar de prescrições que violentam corpos menstruantes. A pesquisa é concentrada no coletor menstrual um objeto de



silicone em formato de taça a ser inserido no canal vaginal para recolher o fluxo da menstruação. Como o substantivo sugere, o objeto coleta o sangue uterino ao invés de absorvê-lo, característica única entre os dispositivos menstruais. Sua invenção remonta a 1937, atravessando diferentes momentos de tentativas de comercialização; no Brasil, foi somente a partir da década de 2010 que conquistou um público consumidor. A fim de compreender sua tardia emergência, investigo transformações nas ordens prático-simbólicas da menstruação que o uso dos coletores vem promovendo. Para tanto, destaco dois elementos orientadores: por um lado, ele apresenta propriedades que demandam acuidade de percepção às características únicas dos corpos das pessoas que o utilizam e possibilita um contato inédito ao sangue menstrual invulnerado em cor, cheiro, textura e volume, tensionando estigmas menstruais e processos correntes de alienação corporal. Por outro, a disseminação do coletor ocorre no Brasil a partir de redes de mulheres que constroem conhecimento através da troca de suas experiências, num movimento horizontalizado que desafia normas de etiqueta menstrual e imperativos de manter a menstruação sob a alcinha do segredo. Argumento que a partir do uso desse dispositivo estão ocorrendo transformações nos discursos e práticas considerados legítimos sobre corpo, saúde, sexualidade e autonomia, principalmente no que concerne à autoridade médica frente às habilidades de percepção desenvolvidas pelas usuárias do coletor. Como, afinal, a ciência moderna descreve a ocorrência da menstruação e quais as implicações dessa descrição? Alinho-me aos preceitos epistemológicos do feminismo perspectivista (standpoint theories), encarando criticamente os valores de objetividade, racionalismo e fundacionalismo que ocultam o viés androcêntrico na produção de saber científico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_696_81037637_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre a (não-)equivalência das diferentes multinaturezas indígenas ao conceito de Gaia latouriano e stengeriano

Levindo da Costa Pereira Junior (UFMG)

Se Geertz afirmou famosamente que somos todos nativos, sintetizando o espírito subversivo da noção fundacional da antropologia a de cultura (no plural), que conjurou a ideia de uma única e maiúscula cultura, coube a Wagner afirmar além dessa equidade de fato (grande contribuição do conceito clássico de cultura) a equivalência de direito entre os discursos do antropólogo e do nativo, bem como a situação de pressuposição recíproca desses discursos, permanecendo ao mesmo tempo fiel a letra mas transformando o espírito (ou agência) da noção de cultura. Salmon, Skafish e Charbonnier, p. ex, associam o deslocamento pretendido pelo giro ontológico, estimulado pelas antropologias pós-wagnerianas, tentativa contemporânea de reativar a potência outrora desestabilizadora da cultura. Trata-se, para eles, de reativá-la, já que o multiculturalismo liberal trivializou a ideia de pluralidade cultural: it is precisely [the] confinement of difference that recourse to the term ontology was aimed at thwarting. Assim, se a potência da noção de cultura (no plural) desafiou outrora a Civilização, agora seria a hora e a vez de outro pluralismo, dessa vez ontológico, desequilibrar a moderna Natureza, não sem a ajuda de Gaia (mais que uma reativação, uma irrupção; uma alien-acção) e das multinaturezas indígenas. Outros mundos, conceitos alterados, alien-noções. Mas se agora se trata de

transformar o espírito do conceito de natureza, é preciso avaliar simetricamente as contribuições vindas tanto de antropologias das modernas quanto dos extramodernos. Daí a proposta de pensar o conceito de Gaia ao lado de teorias e conceitos extramodernos bem à primeira vista equivalentes a esta noção proposta por antropólogos e filósofos diversamente associados ao giro ontológico, bem como por cientistas relacionados ao que se poderia chamar talvez de virada antropocênica nas ciências da natureza.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma (futura) ecologia da história: mosquitos modificados no Brasil e além

Luísa Reis Castro (Universidade do Sul da Califórnia (USC))

Há mais de cem anos, campanhas de saúde pública no Brasil tentam eliminar o mosquito *Aedes aegypti*, uma espécie conhecida por seu papel na transmissão de vírus patogênicos como febre amarela, dengue, Zika e chikungunya. Não obstante esses esforços, o *A. aegypti* continua a proliferar por todo o Brasil. Como parte de uma nova iniciativa, técnicos e agentes de saúde estão liberando mosquitos nas ruas e becos do Rio de Janeiro. Esses insetos estão infectados com uma bactéria chamada *Wolbachia*, um micróbio que reduz significativamente a capacidade do *A. aegypti* de transmitir vírus. Nesse caso, as picadas desse mosquito modificado ainda seriam um aborrecimento, mas não mais uma preocupação de saúde constante e implacável. Ao transformar o antigo inimigo em um novo aliado, proponentes dessa estratégia estão propondo também uma mudança na biopolítica mais– que– humana: da erradicação à coexistência. De novembro de 2017 a julho de 2018, realizei pesquisa etnográfica com agentes de saúde pública e técnicos e pesquisadores do projeto *Wolbachia* implementando tal estratégia no Rio. Devido ao longo histórico de tentativas e fracassos do Brasil em reduzir as arboviroses, meus interlocutores caracterizavam o país, e mais especificamente o Rio de Janeiro, como um local ideal para testar a estratégia *Wolbachia*. Além disso, eles argumentavam que, considerando a projeção da expansão geográfica do *A. aegypti* causada pelas mudanças climáticas, as ecologias de mosquitos no Brasil seriam um prenúncio do que ainda está por vir em outros países, principalmente na Europa e Estados Unidos. Esta apresentação visa investigar como a ecologia da história do Brasil (adaptando aqui a proposta de Hannah Landecker por uma biologia da história) é entendida como o futuro alhures. Para tal, examino etnograficamente de que maneira cientistas e técnicos do projeto *Wolbachia* instrumentalizavam as relações historicamente constituídas entre humanos, mosquitos e vírus para reimaginar possíveis futuros multiespécie. Ao propor pensar uma (futura) ecologia da história busco repensar as relações espaciotemporais entre Norte Global e Sul Global em um contexto de transformações planetárias. Ou seja, busco oferecer uma forma de compreender o momento atual, mas, ao mesmo tempo, resistir à reificação de certos lugares como o passado ou futuro” .

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Epistemologias e territórios em disputa no alto rio Iaco

Marcos de Almeida Matos (UFAC)

Ao longo dos últimos cem anos pelo menos dois modos de fazer território se enfrentam nas margens do alto rio Iaco, afluente da margem direita do alto rio Purus: de um lado, as iniciativas

para demarcar terras e seringais, descrever e fixar grupos e lugares, territorializar conjuntos de pessoas, estabelecer direitos e prerrogativas quanto aos modos de produzir e de viver, e consolidar o domínio sobre as principais vias de comunicação; de outro, as viagens pelos varadouros que conectam as cabeceiras dos rios, viagens de canoa para trocar coisas e fazer festas junto a coletivos distantes, coletivos que se organizavam ao redor de pessoas maiores ou antigas, os grandes sogros e sogras que abriram lugares, criaram seus filhos, que periodicamente saíam em viagem para visitar parentes distantes. Esse contraste heurístico entre duas formas de territorialidade pode ser pensado à luz de uma comparação entre os relatos sobre a invasão do alto rio Iaco, aqueles registrados no arquivo colonial e aqueles que são narrados pelos wutsrukateni manxineru (os velhos que conhecem as histórias). Uma transformação interessante desse contraste por ser elaborada também quando se comparam os recentes processos de construção de empreendimentos voltados para a comercialização futura de créditos de carbono que lançam mão de técnicas de construção de inventários florestais e do uso extensivo de tecnologias de georreferenciamento; e a mobilização pela identificação, delimitação e demarcação da Terra Indígena Riozinho do Iaco, que procura fazer o Estado reconhecer a ocupação tradicional de um território. Os modos de conhecer e descrever são formas de estabilizar terras e coletivos que constituem territórios sobrepostos e em disputa. A comunicação proposta pretende refletir sobre a natureza e os efeitos destas diferenças entre as formas de conhecer e entre as formas de ocupar a terra.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O recrutamento na pesquisa sobre o Zika em Recife/PE: Quando pesquisados e pesquisadores se encontram

Mariana Esteves Petruceli (UNB)

A epidemia de Zika na Região Metropolitana de Recife (RMR), que ocorreu entre 2015 e 2017, afetou majoritariamente famílias de baixa renda, negras e pardas, com baixa escolaridade e moradoras de bairros já negligenciados pelo Estado. À época, a resposta científica foi formulada a partir do encontro da classe científica com essa parcela da população a partir de mutirões de saúde, pesquisas clínicas e acompanhamento periódico em projetos que mesclavam a assistência clínica e a pesquisa científica. A produção científica possui ritmos e necessidades que, muitas vezes, não acompanham as demandas das populações beneficiadas. Tal questão se faz presente na vasta produção antropológica sobre a experiência de famílias afetadas pelo Zika Vírus e suas intercorrências (Valim, 2017; Carneiro; Fleischer, 2018; Alves, 2020), bem como as demandas organizadas pelas associações (Scott, 2018). De acordo com pesquisas com as famílias afetadas, muitas destas se queixaram da falta de retornos por parte dos cientistas, bem como pelo assédio científico sofrido, e optaram por não participar de demais projetos de pesquisa. O recrutamento de sujeitos se tornou um tema recorrente durante minhas entrevistas com profissionais da saúde e pesquisadores durante minha incursão etnográfica à Região Metropolitana de Recife (RMR) em maio de 2022. Demonstrando que a dificuldade em engajar os sujeitos de pesquisa não apenas dificultava o andamento dos empreendimentos de pesquisa em si, mas também da formulação de uma resposta científica à epidemia vigente. Desse modo, esse trabalho tem como objetivo apresentar a questão do recrutamento de sujeitos de pesquisa

no contexto da pesquisa sobre o Zika em Recife/PE a partir da perspectiva dos cientistas. Apoiada nos escritos da Crítica Feminista à Ciência e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia, pretendo discutir sobre os embates entre pesquisadores e pesquisados, tal como abordado por Steven Epstein (2008) e demais autores da área, apresentando os recursos acionados e as dificuldades enfrentadas neste processo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_512_02187276_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mito e pensamento: uma experimentação crítica do fazer etnológico às epistemologias indígenas

Marina Paixão Rodrigues de Lima (UFMG)

A Mitologia, ou o estudo dos mitos é um dos campos compartilhados entre a História e a Antropologia.

Nessa última, as narrativas míticas ganharam destaque a partir do século XX, à medida que a pesquisa etnográfica se estabelecia nas regiões sob colonização. A transposição de certos elementos da grade analítica dos mitos de sociedades antigas, como a Grega, para a análise das narrativas indígenas pode ser objeto de problematização, na medida em que se tratam de mundos diferentes em tempo, espaço e realidade.

Nesse sentido, o trabalho é uma experimentação crítica sobre a utilização da categoria mito nos estudos

etnológicos e a dicotomia estabelecida entre mito e pensamento. De um lado, o pensamento caracterizado como reflexivo, filosófico, positivo, científico, um tanto-faz de adjetivações típicas do discurso da Modernidade e, de outro, o mito, ora colocado em oposição a filosofia, ora a ciência, mas sempre, implícita ou

explicitamente, em posição de inferioridade, estático no tempo, grudado a dimensão concreta e não reflexiva, e nunca um sistema de conhecimento capaz de descrever, refletir e agir sob a realidade. Realizo uma breve análise de três textos, curiosamente todos de autoria francesa, relevantes nos estudos das narrativas

míticas, buscando, em um primeiro momento, descrever o que os autores caracterizam como mito e como pensamento, e apontar os aspectos em que se aproximam. O percurso analítico parte da abordagem de Jean-Pierre Vernant (1990), acerca do mito e do pensamento grego, passa pela abordagem estruturalista dos mitos no contexto ameríndio, trabalhando com a proposta de Claude Lévi-Strauss (1987), e se finaliza com as reflexões de Pierre Clastres (1990) acerca do conjunto de narrativas do povo Guarani, dentre os quais

pesquisou na década de 1960. Depois da exploração dos conceitos de cada autor, proponho a crítica. Para isso, recorro a Mauro Almeida (2013) e o seu reconhecimento da existência de conflitos entre ontologias. Busco mostrar

como o fazer etnológico dos autores explorados trata os sistemas de conhecimento indígenas a partir de pressupostos ontológicos não-indígenas, e como esse tratamento não é pacífico, mas conflitivo. Argumento que pensar o conjunto de narrativas indígenas da mesma maneira que se pensa sobre os mitos gregos,

isto é, sobre as histórias míticas de origem da Modernidade, é forçar incompatibilidades, é

lidar conflituosamente com o pensamento indígena, mesmo que com uma roupagem relativista. Por fim, em um último momento do trabalho, apresento alternativas indígenas para o tratamento teórico das narrativas dos povos ameríndios e uma reflexão sobre o que é e o que pode ser ciência para além dos moldes modernos, baseando-me no trabalho do antropólogo João Paulo Lima Barreto (2018), do povo Yepemahsã (Tukano).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_394_26478726_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Além do que se vê: visibilidades de gentes e de macacos em saberes primatológicos no sul do Piauí

Mateus Oka de Farias (UNICAMP)

Na região rural de Boa Vista, localizada no município de Gilbués (PI), as práticas de conhecimento de cientistas e de mateiros se encontram pragmaticamente. As pesquisadoras são estudantes do comportamento de macacos-prego (*Sapajus libidinosus*) da Universidade de São Paulo, e os sertanejos são contratados por elas como assistentes de campo que coletam, in loco, diariamente dados empíricos desses primatas. Dentre as concordâncias e as controvérsias partilhadas nessa relação, um dos pontos considerados pacíficos é o do reconhecimento individual dos macacos por nomes pessoais. Saber reconhecer individualmente um macaco é, tanto para mateiros como para cientistas, um bom sinal da competência para estudar primatas e uma conquista só alcançada pelo tempo dedicado em campo na companhia dos animais. No entanto, os sertanejos e as pesquisadoras parecem se valer de métodos por vezes divergentes, ou com ênfases diferentes, para o reconhecimento dos macacos. Os mateiros, treinando-me na prática, me dizem com frequência que *cê tem que ver além do que nós vê*”. Esta é uma asserção própria dos sertanejos, para quem conhecer os macacos parece envolver operações intelectuais menos óbvias do que a descrição de aspectos morfológicos e relacionais, elencados pelas cientistas como pistas para reconhecer os macacos. Isto é, se ambas as partes indicam, em graus distintos, fazer uso de procedimentos como a comparação, a discriminação, e a identificação de contextos e relações, no caso dos mateiros há ainda um tipo de imaginação, ou criação, envolvida no processo de conhecer os macacos, o que não é explícito discursivamente entre as pesquisadoras. Antes de elaborar um contraste final entre essas formas de conhecer e se relacionar com os macacos, o que parece é que tanto para os mateiros como para as cientistas a observação de primatas não se realiza por meio de uma visibilidade direta e transparente dos animais, mas é aprendida e negociada com eles. Assim, o objetivo desta comunicação é de apresentar uma pesquisa baseada em um trabalho de campo com primatólogas, mateiros e macacos-prego, alargando o campo das controvérsias que constituem as práticas de conhecimento e de reconhecimento dos macacos, e as filosofias implicadas nestas práticas. Com isso, talvez possam ser recriadas as distâncias e as aproximações entre os conhecimentos científicos e não-científicos, de modo que o exercício nos inspire a desacelerar o estabelecimento de fronteiras definitivas entre os saberes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma tentativa de ecologia das práticas na ginecologia natural: os encontros e rupturas de uma médica ao investir em uma medicina para as mulheres.

Mayra Nascimento Fonseca (UFG)

Resumo: O ensaio retoma trechos de uma entrevista realizada em 2023 com a Dra. Debora Rosa, médica brasileira especialista com reconhecida atuação em ginecologia natural, para discutir os motivos que atualmente delimitam quando um conhecimento é nomeado como ciência válida e quando é nomeado como curanderia ou credence, nos atendimentos relacionados à saúde da mulher. Em sua atuação profissional clínica e acadêmica, Dra. Debora Rosa menciona antibióticos, banhos de ervas, cirurgias e vaporizações do útero como procedimentos que têm o mesmo nível de importância. Ela retoma a ciência dos homens brancos, o conhecimento das mulheres, a sabedoria das plantas e ervas. Equipara protocolos da medicina formal às receitas oriundas dos saberes localizados de mulheres afro indígenas. Tudo isso gera uma conduta, uma ecologia de práticas, ainda pouco frequente na ginecologia brasileira. Um trabalho que atrai cada vez mais adesão de mulheres e críticas dos conselhos dos profissionais de saúde que não reconhecem a ginecologia natural como uma especialidade médica. Palavras-chave: Ciência. Ecologia das práticas. Saberes localizados. Ginecologia natural. Tecnologias de gênero.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_299_68746605_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O fracasso da ciência na reparação socioambiental de um crime/desastre sem precedentes na bacia do Paraopeba - MG

Renato Jacques de Brito Veiga (USP)

Uma amostra de água subterrânea, realizada num poço artesiano às margens do rio Paraopeba, atingido por um crime/desastre cometido pela Vale S.A., aponta uma certa quantidade de uma determinada "substância química de interesse". Tal quantificação, acima dos parâmetros legais, gera um "cálculo de risco" que indica que a utilização daquela água pode aumentar as chances de se desenvolver doenças de pele. A princípio, a população ribeirinha, que utiliza tal água para o banho, dentre outras atividades, se sente assistida, visto que os problemas de pele ganharam proporções inéditas após o crime/desastre. Contudo, numa reunião devolutiva, o coordenador técnico do projeto em questão afirma à população que esses estudos apenas avaliam "riscos e probabilidades", mas não são capazes de estabelecer "nexo de causa" entre a presença da substância identificada (e o risco a ela atribuído) e o adoecimento factual da população, o que só seria possível com a realização de outros tipos de estudo. Está instaurado o conflito. Tal relato, baseado em fatos reais, é fruto do meu trabalho atual como auditor do Ministério Público de Minas Gerais no processo de reparação após o crime/desastre cometido pela Vale S.A. em Brumadinho, mais especificamente nos Estudos de Avaliação de Risco à Saúde Humana. Com este trabalho, busco: a) debater as elaborações e disputas em torno do conceito de "risco"; b) compreender as fragilidades e incertezas que embasam a "ciência do risco", em especial no que se refere ao risco à saúde humana em razão do contato com contaminantes químicos; c) debater as elaborações e disputas em torno do conceito de "reparação socioambiental".

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ciências naturais em uma experiência pan-indígena no Brasil Central depois de 1988

Ricardo Alexandre Pereira de Oliveira (UNB)

Proponho apresentar um dos capítulos da tese de doutorado (em elaboração) acerca do Centro de Pesquisa Indígena (CPI), uma iniciativa da União das Nações Indígenas (UNI) e de professores da Universidade Católica de Goiás (UCG) que abarcou projetos-piloto voltados a combinar conservação ambiental, desenvolvimento socioeconômico de comunidades de diferentes povos e a formação de pesquisadores indígenas nas áreas de Biologia e Direito. A iniciativa ocorreu entre 1989 e 1996 e teve como pilares a tentativa de consolidar um movimento pan-indígena no país, a interseção com o ambientalismo através de ONGs transnacionais, e a transformação da relação entre ciências naturais e povos indígenas. Em 1979, Daniel Gross e colaboradores criaram um modelo para explicar as interrelações entre degradação ambiental e envolvimento de comunidades indígenas no mercado, comparando esse quadro entre os Kayapó-Mekrãgnoti, os Xavante (de Pimentel Barbosa), os Bororo (de Gomes Carneiro) e os Canela (Ramkokamekra), em que sugeriram a irreversibilidade do processo desencadeado pela intensificação da caça, que se tornaria inviável devido à sedentarização forçada pelo avanço da fronteira econômica/agropecuária (Gross et al, 1979). Esse modelo foi contestado por pesquisadores de campo, que enfatizaram características históricas, políticas e cosmológicas da relação entre povos indígenas do Brasil Central e a natureza (SANTOS et al, 2014). Em 1989, uma parceria entre professores da UCG, a ONG Núcleo de Cultura Indígena (da UNI) e a Associação Xavante de Pimentel Barbosa (AXPB) resultou na criação do Projeto Jaburu, voltado ao manejo da fauna cinegética e ao aproveitamento econômico da flora do cerrado, em conexão com o CPI, sediado em uma chácara na região metropolitana de Goiânia. Os projetos obtiveram financiamento de diversas organizações ecologistas internacionais, além do apoio de instituições de pesquisa nacionais, como a Embrapa e a ESALQ-Piracicaba, além de departamentos da própria UCG. Naquele contexto, uma equipe formada por um zoólogo e caçadores Xavante tentou aferir o status de populações de espécies animais silvestres quanto a condições de reprodução biológica e a riscos de extinção local. Outra equipe foi formada para executar o reflorestamento das áreas degradadas pela agropecuária, que os Xavante haviam retomado. Uma terceira equipe foi formada para dar existência a uma fábrica indígena voltada ao beneficiamento de frutos do cerrado. Em meio a sonhos de anciãos Xavante, teorias da conservação, princípios econômicos e utopias sociopolíticas do período da redemocratização do país, os projetos-piloto associaram redes que até então agiam de modo separado, criando conexões parciais entre os atores, que experimentaram a criação e a dissolução da iniciativa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O desafio da horizontalidade epistêmica na pesquisa participativa

Roxana Ruiz Buendía (UFSB)

Um ano depois de ter começado o doutorado em Estado e Sociedade, pela Universidade Federal do Sul da Bahia, em março de 2022, me mudei para a Reserva Extrativista (Resex) de Canavieiras, área de estudo da pesquisa que iria começar a desenvolver junto a lideranças pesqueiras artesanais. No anteprojeto

propunha analisar o processo de formação de pescadoras artesanais da Resex como lideranças políticas que lutam pelo território do qual suas comunidades tradicionais dependem, ao conduzir uma pesquisa participativa nos termos assinalados por Alfonso Torres Carrillo: investigação que envolve as pessoas afetadas por uma situação considerada por elas mesmas como uma problemática social, na sua identificação, estudo e solução, para o fortalecimento do coletivo. Na primeira ocasião que tive para conversar com algumas lideranças da Resex, lhes expliquei que o projeto era apenas minha chave de entrada à Universidade e um ponto de partida para a co-construção do tema da pesquisa junto com elas. Também salientei que, dada a metodologia usada, o tema não era fixo e que poderia ser alterado a partir da relação que construíssemos e com o contexto no geral. As lideranças acolheram a ideia de fazer uma pesquisa participativa e deram sugestões de tal importância que, desde esse momento, a orientadora, o co-orientador acadêmicos e eu os passamos a reconhecermos plenamente enquanto co-orientadores temáticos da pesquisa. Durante os primeiros meses de convivência com as lideranças, me foram relatadas histórias de racismo intelectual sofridas pessoalmente. Esse termo foi usado apenas por uma liderança, mas sua essência tem sido vivenciada pelas demais: desprezo que acadêmicas e técnicas manifestam diante do uso do conhecimento tradicional em cenários de gestão ambiental pública, como a gestão compartilhada de Unidades de Conservação, no caso, a Resex. Dentre os temas mencionados pelas lideranças, a discriminação étnico-epistemológica foi o que me causou maior impacto e, por tanto, tem sido meu guia para o amadurecimento da pesquisa. Com o apoio da orientadora e co-orientador acadêmicos, atualmente reconheço à horizontalidade epistêmica como um elemento teoricamente implícito nas abordagens da pesquisa participativa, mas que, também, se constitui como seu grande desafio. A construção moderna de ciência é contrária a quaisquer ideias de horizontalidade. Portanto, integrá-la de forma teórica e, especialmente, prática na pesquisa implica uma radical desconstrução e re-construção do que se entende por investigação. Propostas teóricas que apontam nessa direção, como a Ecologia dos Saberes e o Encontro de Saberes, se baseiam na construção de conhecimento a partir da prática e inclusão de saberes não acadêmicos. É o que farei: mostrar, em um caso, como isso pode acontecer.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Síndrome Congênita do Zika Vírus: de hipótese a entidade?

Thais Valim (UFRN)

Quando a palavra Zika entrou na vida de Laura Gomes, ela tinha 25 anos recém completados. Havia dado à luz Gabriel, seu primeiro filho. A gestação de Laura começou tranquila: “nas primeiras duas consultas, estava tudo certo”. Na terceira, quando ela foi fazer o ultrassom morfológico, o exame acusou a microcefalia. Os médicos, segundo Laura, não souberam

explicar muito bem o que estava acontecendo. Uma resposta aparentemente menos incerta veio após o nascimento do garoto: A microcefalia de seu filho está associada à infecção pelo Vírus Zika, explicou um neurologista. Ele perguntou se ela havia tido algum sintoma durante a gestação e, naquele momento, Laura lembrou-se que, realmente, lá pelo segundo mês de gestação, algumas manchinhas vermelhas pipocaram por todo o seu corpo, mas foram embora e não lhe trouxeram preocupação. Depois daquela primeira interação, a palavra Zika não saiu mais da vida de Laura e sua família. Havia Zika no laudo que ela precisava obter para acessar alguns direitos do filho; havia Zika nas reportagens da mídia sobre crianças como seu filho, sobre famílias como a sua; o Zika estava na boca de pesquisadores que cruzavam seu cotidiano, em folhetos do Ministério da Saúde, no código de doenças. Uma vez, durante uma palestra, Laura contou para a plateia sobre a primeira vez que foi falar em público, diante de tantas pessoas. Em um tom cômico, ela relatou que estava tão nervosa que, quando recebeu uma pergunta, esqueceu o nome da palavra... Zika! Ao contar essa história, ela deu uma honesta gargalhada. Como ela poderia esquecer justamente a palavra Zika? Essa palavra penetrou seu cotidiano e nada deixou no lugar. Esta palavra que passou a identificar, classificar e conectar tantos aspectos de sua vida. Até chegar em seus ouvidos como a causa da microcefalia de seu filho, contudo, o Zika passou por um longo percurso. Neste paper, procuro pensar nessa rede de transformações do Vírus da Zika: das salas de reunião onde ele ocupava o lugar de hipótese da microcefalia até um marcador de laudo exigido para a obtenção de benefícios sociais. Para isso, procuro, a partir de um conjunto de entrevistas com epidemiologistas que trabalharam na resposta científica a essa epidemia, recuperar algumas das práticas, dinâmicas e articulações que fizeram a SCVZ saltar de uma hipótese para um fato científico, emergindo como uma nova "entidade nosológica".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_226_91285123_563397.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O não dito como ato de testemunho: os desafios da situação etnográfica

Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

A partir de uma pesquisa etnográfica sobre a circulação acadêmica dos cientistas sociais indianos que fazem carreira na Europa, proponho uma reflexão sobre o papel desempenhado pelo não-dito e pelo silêncio em uma etnografia do meio acadêmico. Meu trabalho de campo, que consistiu na observação participante em dois centros de pesquisa especializados em estudos sobre a Ásia do Sul, um na Inglaterra e outro na Alemanha, mostrou que uma etnografia da vida acadêmica inevitavelmente enfrenta tabus e 'inomináveis' (Mills and Berg, 2010: 336), mas também um lugar ambíguo do corpo e das emoções na construção de trajetórias acadêmicas (Bourdieu, 2003 [1997]). Nesse contexto, acabei por recorrer a uma antropologia da "linguagem não representativa" (Favret-Saada, 1977) a fim de compreender o potencial comunicativo das interações face-a-face e das trocas não verbais (Goffman, 1974). No contexto do meu trabalho de campo, rapidamente percebi que a palavra falada era frequentemente menos importante do que certa corporeidade, visto que o enunciado de certas experiências, sentimentos ou opiniões poderia tomar a forma de uma espécie de afirmação implícita cuidadosamente construída ao longo ato de testemunho. Nesta exposição, exploro em detalhes uma situação etnográfica que,

apesar de específica, permite uma reflexão mais ampla sobre as palavras e o corpo na construção de conhecimento antropológico. A situação em questão diz respeito a duas entrevistas realizadas com uma das minhas interlocutoras na Inglaterra, diretora de um centro de pesquisa londrino. Como uma "mulher de pele escura" (dark skinned sendo o termo amplamente empregado na Índia), nascida numa família de classe baixa e de casta mista, esta pesquisadora falou repetidamente dos "desafios" de sua vida num ambiente dominado por pessoas de origens sociais privilegiadas, de altas castas e de pele clara (fair skinned). Ainda que ela falasse muito sobre esses desafios, ficaria claro para mim que havia uma mensagem que permanecia no nível de "conhecimentos não declarados, até mesmo venenosos" (Das, 2007) que não era jamais articulada. Apesar do fato de que ela faz conexões diretas entre discriminação de classe, casta e gênero, migração e vida acadêmica, duas coisas eram evidentes: havia uma dimensão corporalizada no seu testemunho que constituía, ao mesmo tempo, o objeto de sua reflexão e uma forma de "dizer"; e, para além do dito, ela tecia conexões que apenas expressavam algo quando analisados à luz do seu ato de testemunho em sua totalidade. Em suma, sugiro que uma análise antropológica do silêncio implica ir além da fixação disciplinar sobre o "representado", ou seja, a palavra falada, o ato realizado ou a imagem. Aqui, atos fragmentários de comunicação tornam-se elementos etnográficos centrais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre presenças e ausências: reflexões parciais acerca da materialização da saúde da população negra nos saberes, práticas e políticas

William Paulino Rosa (UNICAMP)

Minha pesquisa de doutorado em antropologia social investiga os usos, sentidos e processos de materialização da saúde da população negra nas práticas e saberes médicos e nas políticas de saúde. Promulgada em 2009 no Brasil, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) oferece orientações e evidências sobre as doenças mais prevalentes para pessoas autodeclaradas pretas e pardas, destacando como raça e racismo produzem efeitos concretos nos processos de nascimento, vida e morte. Neste trabalho, busco descrever alguns impasses encontrados durante o trabalho de campo, que tem sido conduzido desde março de 2023, centrados no suposto descolamento entre saberes e práticas, além da invisibilidade da saúde da população negra no cotidiano de um centro de saúde de atenção primária. Tais impasses conduzem-me a buscar o que está ausente, em vez de levar a sério apenas o que está presente. Minha atenção à prática surgiu, precisamente, após um evento etnográfico no qual uma profissional de um grande hospital público da cidade de São Paulo interpelou um médico-pesquisador em sua apresentação de evidências científicas sobre os impactos do racismo nos processos de saúde e adoecimento, dizendo mas, quando vamos à prática é tudo diferente". Assim, sobre quais diferenças ela se refere? Inicialmente, minha proposta com a pesquisa de doutorado era focar nos processos de produção de conhecimento científico sobre saúde da população negra na medicina. No entanto, ao longo do trabalho de campo, percebi a importância de atentar-me a como esses saberes fazem-se presentes ou não nas práticas, já que, na visão dos sujeitos da pesquisa, há mais descolamentos do que aproximações. Diante disso, compreendi que seria necessário um esforço etnográfico para tornar visível coisas que estão supostamente

invisíveis, uma vez que a saúde da população negra, assim como raça e racismo, não são deliberadamente acionados nas práticas médicas, mesmo estando presentes através de suas ausências. Por fim, tomo emprestada a ponderação feita pela funcionária do hospital e a torno uma pergunta especulativa para este trabalho: por quais motivos, quando vamos à prática, tudo é diferente?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A ação a distância e o invisível: entre o éter e as ondas gravitacionais

Wither Favalessa dos Santos (UFES)

O convite para "colocar os pés na lama" durante uma apresentação sobre meu projeto de pesquisa desafiou minha abordagem em relação às ondas gravitacionais, especialmente após uma discussão sobre a metáfora da "onda de lama" em um trabalho da minha orientadora. Essa comparação destacou a necessidade de uma postura etnográfica na pesquisa. Ao explorar o Programa de Pós-Graduação em Astrofísica, Cosmologia e Gravitação (PPGCosmos) na UFES, percebi a presença das ondas gravitacionais em várias atividades, incluindo publicações, cursos e eventos como o Inverno Astrofísico. Destaco neste trabalho a percepção etnográfica da participação das Ondas Gravitacionais como fenômeno/metáfora na solução de um problema que remete a física newtoniana chamado de ação a distância. Os artigos reunidos no Cadernos de Astronomia publicados pelo PPGCosmos abordam a detecção das ondas gravitacionais e sua contextualização histórica, destacando uma narrativa intrigante sobre o experimento do interferômetro de Michelson. Originalmente, esse experimento, desenvolvido no século XIX por Michelson e Morley, visava confirmar a existência de um éter como meio de propagação da luz, mas contrariou essa hipótese. O aparato, baseado na sobreposição de feixes de luz, não mostrou diferença de fase esperada se o éter estivesse presente. Isso desafiou a visão de que a luz necessitava de um meio físico para se propagar. Apesar de inicialmente visto como um fracasso, esse experimento tornou-se revolucionário, servindo de base para a teoria da relatividade restrita de Einstein e estabelecendo um princípio análogo ao utilizado na detecção de ondas gravitacionais, abrindo espaço para explicações mais complexas sobre a ação a distância de interações fundamentais como a eletromagnética e principalmente a gravitacional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_485_48309549_563397.pdf

GT 080: Ontologia e Linguagem: línguas indígenas, artes verbais e retomadas linguísticas

Trabalhos recentes em Antropologia e Linguística sobre línguas indígenas, artes verbais e processos de retomada linguística vêm apontando que, para contribuir com o registro e fortalecimento da diversidade linguística, é fundamental a atenção às proposições ontológicas dos interlocutores indígenas quanto à tradução, dialogicidade, escuta e alteridade, tendo especial atenção às artes verbais e formas de discurso xamânicas. Distanciando-se de concepções de linguagem que operam a partir da separação entre natureza e sociedade, ou das ideologias linguísticas enquanto crenças e representações sobre a linguagem e sobre o real, a presente

proposta de Grupo de Trabalho (GT) propõe um olhar para o multinaturalismo linguístico nos estudos sobre gêneros discursivos, artes verbais e processos de retomada linguísticos protagonizados por povos indígenas. O GT abre-se a propostas de trabalhos situados no campo interdisciplinar entre Antropologia e Linguística, que enfatizem as relações entre ontologia e linguagem observadas através de etnografias e processos de documentação de línguas indígenas, gêneros discursivos, artes verbais (cantos, fórmulas xamânicas, sonhos, narrativas míticas, dentre outros), modos de comunicação transespecíficos, e ações de retomada/revitalização linguísticas.d

Coordenação

Danilo Paiva Ramos (UNIFAL-MG), Leandro Marques Durazzo (UFRN)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Línguas encantadas": o akwẽ xakriabá

Ana Paula Santos Rodrigues (Museu Nacional)

O povo Xakriabá, que tem suas terras homologadas no município de São João das Missões, região norte de Minas Gerais, é parte dos chamados povos akwẽ com afinidades linguísticas e culturais com os Xavante, Xerente e Akroá. Levando em conta a filiação linguística, Xerente, Xavante e Xakriabá têm como língua originária o akwẽ, da família Jê, tronco Macro-jê (TEIXEIRA, 2000), porém os Xakriabá passaram por um violento apagamento de sua língua, que resultou em seu aparente adormecimento. Atualmente, existe um processo de retomada do akwẽ xakriabá, mas percebemos que o idioma jamais desapareceu por completo, em parte resguardado pelo segredo. O akwẽ continuou sendo utilizado em rituais e estudos dão notícia de que pajés se comunicavam com a protetora dos Xakriabá, Iaiá Cabocla, na língua dos antigos (PARAÍSO, 1987). Este trabalho pretende discutir os resultados de minha pesquisa de doutorado, realizada entre 2020 e 2024, sobre a retomada do akwẽ, especialmente no que diz respeito a uma possível inserção desta língua no que Durazzo e Bonfim (2023) chamam de área etnolinguística das línguas encantadas, visto ter ficado patente que a retomada do akwẽ possui uma forte conotação espiritual, com muitas semelhanças ao processo de retomada de outras línguas encantadas no nordeste brasileiro e suas proximidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Palavras luminosas: transformação e transcendência na vida ritual de um povo indígena adventista na Amazônia

Caio Monticelli (UFSCAR)

Situados muito próximos à fronteira com a Venezuela, os Taurepáng possuem uma vida religiosa bastante intensa. Praticantes há décadas da religião adventista, a agenda interna da comunidade Bananal é cadenciada pela realização de diversos cultos ao longo da semana. Dentro da igreja, o pregador é o emissário da palavra de Deus, que se transmitida de forma eficaz produz transformações desejáveis na pessoa, viabilizando a transcendência mundana a fim de alcançar o paraíso no céu após a morte. A hipótese de pesquisa deste trabalho é que a palavra de Deus transmitida pelo pregador detém uma qualidade luminosa. Ao equacionar as noções nativas de alma e fala, princípio vital e bem-estar, a presente análise busca contribuir

para uma ontologia da linguagem taurepáng, como foco na capacidade agentiva da palavra ritual.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ontologia, linguagem e movimento: uma abordagem tensiva sobre os xamanismos dos Hupd'äh, Yuhupdêh e Dâw

Danilo Paiva Ramos (UNIFAL-MG)

Distanciando-se de concepções de linguagem que operam a partir da separação entre natureza e sociedade, ou de conceitos como ideologia linguística (crenças e representações sobre a linguagem e sobre o real), o presente trabalho enfoca o multinaturalismo linguístico a partir da análise comparativa e das dimensões tensivas da poética dos soproencantamentos, gênero discursivo importante para os xamanismos dos povos Hupd'äh, Yuhupdêh e Dâw que vivem no Alto Rio Negro-AM. Trabalhos recentes sobre as línguas e artes verbais no Alto Rio Negro vêm apontando que, para contribuir com o registro e fortalecimento do multilinguismo, é fundamental a atenção às proposições ontológicas dos interlocutores indígenas quanto à tradução, dialogicidade, escuta e alteridade, tendo especial atenção às artes verbais e formas de discurso xamânicas (Barreto, 2019; Chernela, 2018; Epps & Ramos, 2020). A região do Alto Rio Negro-AM configura-se como uma das áreas com maior intensidade de multilinguismo no Brasil e até no mundo. Há um total de 22 grupos étnicos indígenas que falam línguas das famílias linguísticas Arawak, Tukano e a família formada pelas línguas Hup, Yuhup, Dâw e Nadêb. As complexas dimensões do contínuo entre ontologia-linguagem-movimento que os soproencantamentos Hup, Yuhup e Dâw revelam são aqui analisadas a partir da proposta de uma Antropologia Tensiva. Partindo da noção de diferença transversal (Viveiros de Castro, 2008), enfoca-se os modos de comunicação entre heterogêneos, entre multiplicidades intensivas, e busca-se descrever os caminhos vividos como linhas de fuga que acionam relações intensivas, feixes de afecções e forças que transformam os termos ao fazer passar algo entre eles. A aproximação crítica com a Semiótica tensiva permite então entender como o gradual e o contínuo aparecem em fenômenos linguísticos, cosmológicos e nos múltiplos mundos vividos a entrecruzarem-se. Enfatizando-se uma semântica das tensões e das gradações procura-se revelar as continuidades e descontinuidades entre a intensidade (ordem do sensível) e a extensão (ordem do inteligível), o que torna possível entender como se delineiam múltiplos campos de presença, centros dêiticos que correlacionam gradientes de presença e ausência de humanos e Seres-outrem (Fontanille, 2007; Zilberberg & Fontanille 2001).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Possíveis implicações da concepção tukano de língua para a análise gramatical

Dora Savoldi da Rocha Azevedo (outro), Evani Viotti (USP)

A Linguística se desenvolveu a partir dos preceitos de epistemologia da Modernidade, contribuindo para reforçar o viés colonial imposto à análise de línguas não-indoeuropeias. Recentemente, a partir de sua busca por um melhor entendimento de fenômenos característicos de línguas minorizadas, ela tem buscado rever muitos de seus fundamentos, inclusive aqueles relacionados à própria definição de língua (ver Joseph 1997; Ameka 1992). Neste trabalho,

propomos que tal movimento em direção à descolonização da disciplina deve levar em conta trabalhos recentes realizados no âmbito da Antropologia, que defendem uma não equivalência ontológica entre línguas (ver Course 2013; Hauck & Heurich 2018). Nesse sentido, assumimos, que língua é um conceito equívoco (ver Viveiros de Castro 2004), e que, portanto, o que é língua se define através de uma perspectiva ontológica. Tal premissa se dá em consonância com outros trabalhos sobre os povos do Alto Rio Negro, que vêm apontando que a língua, para esses povos, se encontra em um registro ontológico distinto do ocidental (e.g. Chernela 2013, 2018) e que enfatizam a ideia de que o entendimento de língua deve se inserir no registro ontológico de seus falantes (Epps & Ramos 2019). Nessa linha, buscamos avançar no sentido de determinar como a língua pode ser compreendida e analisada em uma perspectiva ontológica tukano, e como essa noção difere da concepção ocidental de língua. Nossa proposta se assenta sobre uma analogia entre o sistema de classificação ictiológico ocidental e o tukano, como mapeada por Barreto (2013). A classificação de peixes proposta por Barreto (2013) não se encerra nos peixes em si, nem na comparação de peixes com os próprios peixes, mas sim na relação que tais peixes estabelecem com seu entorno, com o meio ambiente e com humanos. Nossa ideia é a de que a mesma perspectiva deve valer para a classificação e a consequente operação dos elementos linguísticos. Propomos aqui uma discussão sobre o sentido de alguns morfemas de evidencialidade da língua Tukano, encontrados em dados de fala em interação, sugerindo uma análise que não se atenha nem ao sentido estritamente linguístico de tais morfemas, nem ao sentido do morfema em relação ao seu contexto imediato. Nossa análise procura entender a língua como parte integrante e constituinte de uma perspectiva ontológica eminentemente tukano. Vamos mostrar que a evidencialidade, em Tukano, só pode ser amplamente entendida se o envolvimento dos participantes nas estruturas que emergem na interação for levado em conta (Goodwin 2018). Esse envolvimento mobiliza questões que impõem a algumas noções que embasam a evidencialidade (e.g. visualidade vs. não visualidade) entendimentos diferentes daqueles que operam nas ontologias ocidentais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_671_13066393_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Terra adorada, Hino Nacional Ticuna e subversões de sentido

Edson Tosta Matarezio Filho (UEFS)

No ano de 1922 o poema de Joaquim Osório Duque-Estrada, adaptado à composição de Francisco Manuel da Silva, de 1831, se tornou a letra oficial do Hino Nacional brasileiro. Há uma distância de 91 anos entre a composição musical e a oficialização da letra. Neste intervalo de tempo, a ausência de um poema oficial era acompanhada pela sua entoação de maneira variada de uma região para outra, frequentemente expressando um regionalismo que se opunha ao conceito de federalismo e à unidade nacional. Passados 87 anos da composição da letra do Hino em português, o Hino Nacional brasileiro foi traduzido pela primeira vez para a língua ticuna, em 2009, pelo professor e mestre em linguística Sansão Flores. Djuena Tikuna torna a versão indígena do Hino bastante conhecida e mostra que pode ser uma poderosa arma de luta política. Talvez a música de

maior destaque entoada por Djuena seja a versão do Hino Nacional em língua ticuna. Ao traduzir o Hino Nacional para o idioma ticuna muito do sentido que conhecemos é subvertido, mostrando uma terra adorada e um

Brasil com outras possibilidades de significados. A terra adorada cantada no Hino não é a terra do agronegócio, do latifúndio e da monocultura. Na' ane, como se diz em língua tikuna, é uma terra viva, um ente que deve ser respeitado, que possui os mesmos atributos de uma pessoa (du' ü) e produz o alimento do povo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Artefatos indígenas e modalidades epistêmicas: relações intersemióticas e oralidade em línguas indígenas

Evandro de Sousa Bonfim (UFRJ)

A política linguística colonial para as línguas indígenas sempre teve como meta a redução dos idiomas ameríndios à forma escrita, desde as gramáticas jesuíticas aos projetos de tradução da Bíblia pelo SIL, passando pelos objetivos ambíguos da educação escolar e mesmo de iniciativas acadêmicas excessivamente focadas no letramento como principal forma de transmissão linguística. O objetivo da apresentação é focar na definição de línguas indígenas como línguas de oralidade (cf. SOUZA 2017) e discutir a importância de recursos gramaticais como as modalidades epistêmicas em tal caracterização, por dizer respeito não apenas a aspectos funcionais da língua, mas igualmente a questões cosmológicas e relativas à organização social. As línguas de oralidade não se apoiam apenas na fala, mas em variadas formas de inscrição e memória. Assim, gostaríamos de pensar elementos da cena enunciativa que exercem função epistêmica em apoio ao sistema linguístico, como cachimbo, cocar e outros artefatos indígenas e não-indígenas, como o famoso caso do gravador do Juruna, primeiro indígena eleito deputado federal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Assovios, gritos e esturros: a atração de animais como arte verbal

Gabriel Sanchez (UFSCAR)

Na Terra Indígena Rio Guaporé, local que faz fronteira entre o Brasil e a Bolívia, o pajé djeorometxi incentiva os jovens kujubins, wajurus, kanoés, djeorometxis e aikanãs a arremdarem certos animais, isto é, a assopram, gritarem e urrarem o que eles denominam de línguas dos bichos. Concomitantemente, com a ajuda de uma cuia, o pajé serve aos garotos um banho preparado de uma mistura de folhas e raízes conhecida como folhas de bichos, que impregna o corpo do iniciando com o cheiro de suas presas. Tais procedimentos apreendidos em momento ritual serão levados adiante pelos rapazes para se tornarem bons caçadores no futuro. O arremendar e o banho de folhas de bicho acabam por possuir uma mesma natureza: eles servem para comunicar afecções, para atrair e enganar animais. No entanto, falar com e cheirar como os animais apresenta um risco por vezes mortal aos caçadores: a transformação intencional e parcial que eles almejam alcançar ao se passar por sua presa para confundi-la e atraí-la. Abandonando uma série de elementos que o torna um ser humano no seio do

parentesco, o caçador deve assumir um corpo dotado de afecções diversas, que se locomove e inala cheiros diferentes. Expressando significados dessas línguas animais, o caçador trata como parente não aquele com o qual ele compartilha tabaco ou chicha, que fala sua língua materna ou que se pinta com jenipapo e patoá, mas aquele ser empoleirado em um galho, escondido na vegetação rasteira ou pendurado pelo rabo. Adentrando nestas nuances, esta apresentação refletirá sobre tais práticas cinegéticas que envolvem a noção de línguas animais. Mas mais do que isso, pretendo refletir sobre como e de que maneira os povos indígenas no Rio Guaporé pensam a questão da língua e da linguagem, estendendo essas categorias até aos seres não-humanos. Por meio de assopros, urros e gritos, os caçadores acabam atraindo os animais; mas que tipo de comunicação seria esta, em que está em jogo uma atração quase sempre mortal para ambos os lados? Por fim, este trabalho terá o esforço de pensar o arremendar enquanto uma arte verbal, comparável aquela praticada por cerimonialistas, cantores, dançarinos e xamãs. As línguas animais são línguas que devem ser assopradas, gritadas ou urradas. O sucesso cinegético perpassa por um conhecimento artístico e técnico dessas línguas animais: para saber caçar, digamos que além de um bom caçador, o caçador deve ser um bom soprador/cantor/falante/artista.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O canto da aranha e o conto do urubu-rei

Hugo Prudente da Silva Pedreira (Iepé)

“Para o estrangeiro vindo da face da terra ‘Eu’, disse ela talvez, ‘quero te trazer para cá, tal e qual’. Com este seu pensamento diverso ela lhe respondeu. Ela, que falava a Aquele Que Foi Levado Por Ruwu Hy. E a fala do estrangeiro vindo da face da terra, já diante de Ruwu Ramuj - a sua fala em resposta depois que já havia ido - a sua fala em resposta, no peito-pensamento de Ruwu Ramuj, não se revelava diversa, apartada, diversa soava. Eu disse há tempos”.

Esta é uma tradução de trabalho para um canto performado por Tajuje em 2017, transcrito na língua Zo'é em abril de 2022 com ajuda dos também jovens Supi e Tekaru. Para a transcrição, Tajuje recitou lentamente, do modo como os Zo'é costumam fazer para ensinar um novo canto durante uma festa. Vem desta forma salmodiada a divisão proposta em linhas. Ao encerrar, Tajuje refere aquela primeira gravação: “Eu disse há tempos”. Insere, assim, sua própria posição enunciativa em um texto já bastante pontuado por mudanças no sujeito da fala. O canto reporta um diálogo, ou dois diálogos, ou a falta de diálogo entre três personagens. A cena se passa no patamar celeste, a aranha fala para o homem em segredo, pois quer protegê-lo de Ruwu Ramuj, urubu-rei tirano que o mantém cativo. Ele escuta a fala da aranha e aceita sua ajuda. Em seguida, apresenta-se sozinho diante de seu sogro urubu e o engana: não revela a ajuda que recebeu. O canto evoca a cena e seu desentendimento para ouvintes que sabem das intenções em jogo. Bem ou mal, todos conhecem a longa história do homem que foi tirado de sua tocaia e levado aos céus pelos urubus, contada por narradores mais velhos e autorizados. Partindo de performances de Kwa'i e Tebo, podemos explorar o desenho desta narrativa, suas marcações internas e uma clara divisão em episódios. Esta divisão é fundamental para entendermos a relação entre o conto e o canto. Este é uma cena daquele. Na verdade, um relance de uma cena: o nexa que a resume. Embora restrito a um incidente, a sua forma truncada,

desentendida, informa e organiza toda a narrativa. Isso não esgota os modos como o urubu-rei pode figurar nos cantos Zo'ê. Reportado por Tekaru, o Finado Awati canta sua hesitação em aceitar a bebida fermentada sepy oferecida pelas mulheres na festa: ele é como o urubu-rei que não baixa logo ao chão onde jaz a carne podre. Inspirado no caráter desconfiado deste animal, o canto descreve o movimento inquieto de suas asas quando a ave deseja partir, escapando do caçador de tocaia. Este ponto de observação, a tocaia, também foi a escolha de Supi em certo conjunto de páginas de seu diário pessoal, compartilhado em 2020. Ele narra a longa e frustrante espera pela descida em bando dos urubus para obter suas valiosas penas, enquanto avalia com agudeza o seu comportamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_164_01064058_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Poéticas ameríndias e caminhos da tradução: perspectivas à partir da etnografia krahô

Ian Packer (USP)

Nesta comunicação, irei apresentar alguns exercícios de tradução em torno de exemplares de dois gêneros de arte verbal krahô (povo indígena falante de uma língua Jê, que vive no norte do Tocantins) que estiveram no centro de minha tese de doutorado (Packer, 2020): o canto da Machadinha, longo canto narrativo que narra o mito de origem desse artefato ritual; e os cantos de Maracá, cantos que, ao contrário, são bastante concisos e nos quais uma miríade de seres não-humanos se nomeiam e se apresentam aos humanos, descrevendo detalhes sensíveis de suas formas de vida. Buscando dar um passo além em relação à tradução etnográfica e à tradução linguística comumente praticadas por antropólogos e linguistas, irei apresentar alguns resultados preliminares de um exercício de tradução criativa que busca dar conta de qualidades formais e poéticas geralmente ignoradas pelas demais modalidades de tradução. Para tanto, lanço mão de um repertório de referências literárias e de um diálogo com teorias da tradução que, acredito, têm muito a contribuir tanto para a apreciação quanto para a compreensão de tais formas verbo-musicais para além do registro meramente documental, contextual ou semântico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quarupe no Alto Xingu: mistura linguística em rituais intercomunitários a partir de um povo com língua severamente ameaçada (Yawalapíti/Aruak)

João Carlos Albuquerque Souza de Almeida (UFSC)

Duplas de cantores de diferentes aldeias do Alto Xingu (MT) convergem, todo ano, para as edições da festa Itsatchi, mais conhecida por Quarupe, sua forma aporuguesada. Este é um ritual pós-funerário em homenagem aos chefes falecidos que costuma reunir todos os povos do sistema multilíngue em que está inserido. Dentre os participantes, estão os cantores viajantes, cuja língua, em muitos casos, é ininteligível aos anfitriões. A partir dos usos que Menezes Bastos e Severi realizam da obra de Jakobson, proponho que as canções do Itsatchi traduzem, ou transmitem, não só mitos e agências extra-humanas em música, mas também processos e eventos históricos. Uma evidência é o estatuto linguístico deste repertório, que pode reunir até três famílias linguísticas diferentes em uma única canção. Dessa forma, sugiro que o horizonte

multilíngue presente nas canções do itsatchi refletem o processo histórico de acomodação de povos recentes ao sistema. Se a música do itsatchi codifica processos históricos em letras plurilíngues, as canções possuem baixo entendimento semântico. Na maioria dos casos, são fórmulas linguísticas não utilizadas na fala cotidiana, mas que se mantém no repertório em questão, sendo considerada, pelos cantores yawalapíti, uma língua arcaica. Dessa forma, poucas palavras são passíveis de tradução, das quais pode-se inferir a diversidade linguística. Apesar de cada povo alto-xinguano ter sua língua como um dos principais fatores de identificação coletiva, o multilinguismo é um dos limites do sistema. Este é o caso dos Yawalapíti, que têm a sua língua (Aruak) criticamente ameaçada, com cerca de quatro falantes, sendo substituída, principalmente, pelas línguas Kuikuro (Caribe) e Kamayurá (Tupi-Guarani). Tal caráter limítrofe encontra-se, também, no canto do itsatchi. Nesse contexto, a presente apresentação se propõe a analisar uma sequência de canções do itsatchi, executada por cantores mehinaku na aldeia kamayurá, e suas exegeses, realizadas por um cantor yawalapíti. Neste excerto do repertório, pode-se inferir uma imagem de deslocamento e recepção entre povos, através da marcação linguística dos sujeitos, além de cenas mitológicas de diferentes pontos de vista. A música do Itsatchi integra uma cadeia progressiva que culmina na subjetivação de efígies de madeira capazes de atrair o duplo do falecido e na sua posterior dessubjetivação. Neste clímax hiper-povoado, cantores cantam e familiares choram evocando o morto através de termos de parentesco. Trata-se de processos que fazem novos chefes vivos, à medida que os não-vivos são postos na categoria de ancestral, e que aproximam povos distantes para uma colaboração musical e uma disputa física.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dois encontros com o curupira: tradução e análise de uma narrativa kotiria

João Marcos Cardoso (USP)

O trabalho pretende apresentar e analisar uma tradução de uma narrativa dos Kotiria (povo falante de uma língua tukano oriental e habitante do alto Rio Uaupés, no noroeste amazônico) que trata de dois encontros entre um homem e um curupira numa clareira na floresta. Em ambos encontros, está em jogo uma negociação que envolve prestações e contraprestações. Embora os significados investidos nos elementos trocados não sejam necessariamente partilhados pelos interlocutores, há um acordo tácito sobre os mecanismos da troca. A apresentação da narrativa permitirá destacar dois feixes de questões e suas relações entre si. O primeiro feixe será dedicado a revelar uma série de qualidades linguísticas e poéticas da língua kotiria observáveis na narrativa. Essas qualidades são, notadamente, a estruturação dos diálogos entre o homem e o curupira em seus dois encontros e o uso de paralelismos, tomados no sentido amplo, dado por Roman Jakobson, de equações verbais que constituem o texto poético ao estabelecer relações de similaridade e contraste. O segundo feixe abordará os diálogos entre o homem e o curupira na chave de um encontro que, sendo realizados entre um humano e um outro-que-humano, remetem às diferenças de perspectiva e de pressupostos ontológicos existentes entre eles. A proposta de abordagem de materiais etnográficos inspira-se principalmente em trabalhos inscritos na tradição da virada ontológica na Antropologia. Como mostram pesquisas mais recentes sobre as artes verbais das terras baixas da América do Sul, os estudos linguísticos e da

tradução têm o potencial de dar novos direcionamentos a questões postas por essa tradição. O cerne, portanto, da apresentação é a exploração, por meio de uma narrativa kotiria e de sua tradução, das possibilidades de uma compreensão mútua: de um regime ontológico específico por meio de suas expressões poéticas e, ao mesmo tempo, de determinadas feições linguísticas e poéticas em suas relações com certos pressupostos ontológicos. A narrativa (e sua tradução) que será apresentada é Boraro khiti (História do curupira), na versão contada em língua kotiria por Ricardo Cabral à linguista Kristine Stenzel em 06 de Janeiro de 2002, em São Gabriel da Cachoeira. Para minha tradução, baseei-me na documentação audiovisual e na transcrição da narrativa feita por Stenzel, que está acompanhada de uma glosa interlinear. Apoiei-me também na gramática e da língua escrita pela mesma linguista, no dicionário kotiria-espanhol de Nathan Waltz e em consultas pontuais a interlocutores kotiria. Fundamental também para a tradução e a análise que lhe segue é a conversa que tive com interlocutores kotiria em julho de 2023 sobre o curupira e as formas como pessoas kotiria se relacionam com ele.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_943_88624091_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmopolíticas linguísticas, cosmotécnicas encantadas e ciência indígena no Nordeste do Brasil

Leandro Marques Durazzo (UFRN)

Nesta comunicação, pretendo articular, conceitualmente, algumas noções centrais para o que se tem se entendido como valorização/fortalecimento/revitalização linguística em contextos indígenas do Nordeste brasileiro, aí compreendida a área de abrangência da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES (APOINME). Para tanto, fazemos uso de algumas noções de língua, falante, transmissão, território, técnica e ciência que entrecruzam categorias nativas e terminologias técnicas das áreas da Linguística e da Antropologia, bem como da Filosofia contemporânea. Nosso objetivo é demonstrar como não apenas a cosmovisão indígena altera concepções acadêmicas de língua, falante e transmissão linguística, por exemplo, mas como as próprias práticas tradicionais de povos indígenas, suas relações com o território, atividades técnicas e engajamento com entes não-humanos oferecem elementos para compreender dimensões cosmotécnicas daquilo que temos chamado de "línguas encantadas".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_354_28987120_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Forma também é conteúdo": operações discursivas nas resistências e didáticas no ensino da língua Mbya.

Leonardo Correia Marcoccia (UFPR)

Neste trabalho parto de uma etnografia com os Mbya-Guarani no Paraná, e focalizo minhas análises nas dinâmicas discursivas, saberes e registros produzidos através do curso de língua Mbya (Mbya Ayvu), lecionado online por uma liderança Guarani Mbya para pessoas não mbya. Exploro como a criação e continuidade do curso configuram uma forma de retomada linguística, nas quais as aulas,

juntamente com a utilização de espaços online e projeção da língua em mídias sociais, ocupam uma parcialidade dentro dos sistemas de lutas Guarani.

Discuto as aulas virtuais como local de produção e tensionamentos de sentidos entre a língua Mbya e a portuguesa, na qual regimes de conhecimentos e ensino disputam continuamente espaços através da linguagem, operando e reinventando premissas dentro e fora do jogo linguístico. Por um lado, os processos tradutórios e regimes de escrita tendem a produzir assimetrias e apagamentos nos enquadramentos gramaticais. Por outro, o sistema de saberes Mbya, fundamentado ontologicamente na palavra e profundamente ligado às noções de escuta e fala, realiza-se em uma experiência de língua viva, na qual a compreensão das palavras e seus poderes de sentidos são alcançados pela experiência. O saber, o corpo e as formas de comunicação com o divino se produzem na fala e constituem o nhandereko (jeito de ser Guarani), sendo um meio e caminho de produção, circulação e compartilhamento de saberes e memórias (Benites, 2020). Nesse sentido, investigo como a língua Mbya se faz ensinar e é transmitida para falantes não mbya, focalizando os deslocamentos epistêmicos que as operações discursivas mbya produzem ao movimentar dimensões da linguagem na e para além da escrita.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_862_01340549_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sons e os outros : reflexões sobre a cosmo-ecologia nadëb no Noroeste Amazônico

Nian Pissolati Lopes (LaRME - Laboratório de Antropologia da Arte, Ritual e Memória - PPGAS/MN/UFRJ)

Proponho neste trabalho uma discussão sobre os cantos e benzimentos do povo Nadëb e analiso a maneira pela qual o regime sonoro e a arte verbal indígena compõem (e estruturam) um sistema de relações interespecíficas que chamo de cosmo-ecologia na região do alto Uneiuxi, na Bacia do Rio Negro (AM). Para isso, apresento algumas transcrições e traduções do repertório de cantores-xamãs que pude registrar durante pesquisa de campo (2016-2019), bem como suas reflexões sobre o tema. Os Nadëb são um dos quatro povos falantes de línguas da família Naduhupy, ao lado dos Hupd'äh, Yuhupdeh e Dâw. Atualmente, todos eles habitam o Noroeste Amazônico, majoritariamente em território brasileiro. Na literatura especializada da região, estes povos são geralmente caracterizados pela alta mobilidade espacial e por terem vivido, até um passado recente, principalmente em regiões de cabeceiras de igarapés no interior da mata. Nesta apresentação, começo por destacar a importância do regime sonoro para a cosmologia nadëb e discuto de que modo ele está ligado à gênese e à (re)produção da vida, humana e não humana. Na sequência, apresento e analiso os cantos tradicionais nadëb (nadëb jãm) e as fórmulas verbais xamânicas (mehëm) regionalmente referidas como benzimentos. Discuto, então, de que maneira o repertório indígena se encaixa neste universo. Há um conjunto de termos presentes na arte verbal nadëb que é particularmente relevante para a discussão: häd had'yyt, os nomes legítimos de cada ente. Tais componentes, quando manipulados adequadamente por especialistas (cantores- xamãs), podem agir sobre os diferentes planos

cósmicos. Um segundo movimento que proponho neste trabalho é o de esboçar aproximações e contrastes entre elementos presentes no repertório nadëb em comparação a um certo padrão da arte verbal xamânica rionegrina. Ao propor tais discussões, almejo chegar a uma caracterização do repertório sonoro tradicional nadëb ao mesmo tempo em que procuro analisar sua relação com o problema fundamental da reprodução humana, da produção do parentesco e de corpos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_666_21969040_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A (re)existência dos povos indígenas nas entranhas do sertão baiano: uma breve história social e linguística

Paloma Reis Soares (UEFS)

Este artigo pretende explorar a história social e linguística dos povos indígenas no sertão baiano, com um enfoque específico na família Kariri, pertencente ao tronco Macro-Jê, por meio das abordagens da Linguística Histórica e História Social Linguística. O texto enfatiza o impacto violento do processo de colonização, que resultou na supressão e apagamento dos elementos históricos e socioculturais dos povos nativos, revelando a diminuição da diversidade linguística e os danos infligidos às línguas indígenas. A pesquisa almeja compreender a resistência, organização e legado dos povos indígenas no semiárido baiano, considerando a relevância das línguas pertencentes ao tronco Macro-Jê, e a imperatividade de salvaguardar a diversidade linguística e cultural que o caracteriza. A metodologia empregada é baseada em pesquisa bibliográfica para investigar o processo histórico e compreender a formação do semiárido baiano por meio dos atravessamentos históricos do período colonial, na intenção de visualizar a configuração em tempo atual. A força dos povos indígenas e do tronco Macro-Jê são reconhecidas como componentes fundamentais na configuração étnica e linguística da Bahia, conseqüentemente do Brasil. Entretanto, enfatiza-se que ainda há muito a ser desvendado e protegido, incumbindo-nos a tarefa contínua de explorar e respeitar a herança linguística e cultural dos povos indígenas, promovendo políticas inclusivas e práticas de preservação que garantam a perpetuação de suas tradições e conhecimentos ancestrais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Artes verbais e retomadas kanhgág: o que fazem os vẽnh jyvẽn e os tỹnh

Paola Andrade Gibram (UFGD)

Neste trabalho apresento algumas reflexões sobre duas formas de arte verbal do povo Kaingang: os vẽnh jyvẽn, também traduzidos, em português indígena, como aconselhamentos, e os tỹnh, geralmente traduzidos como cantos. A partir da etnografia realizada nas Terras Indígenas Apucarantina (PR) e Rio Da Várzea (RS), abordo a importância de ambas para a circulação dos kanhgág jykre [conhecimentos kaingang] e para os movimentos de retomada kanhgág, que incluem tanto retomadas territoriais quanto retomadas de formas de conhecer e existir enquanto kanhgág pé [verdadeiramente kaingang]. Os vẽnh

jyvẽn e os tỹnh exploram com profundidade recursos poéticos, semânticos e gramaticais da língua kaingang [kanhgág vĩ], sendo considerados de grande beleza e eficácia. Além disso, apontam para formas de conexão e atenção específicas e formas de relacionalidade que extrapolam o plano das interações humanas. Estão em jogo, nestas formas discursivas, relações com os javé [ancestrais] e relações interespecíficas, especialmente com os tã [donos, mestres] de animais, plantas e outros seres. Falas e cantos que fazem o pensamento, os vẽnh jyvẽn e os tỹnh constroem e reforçam os vínculos dos Kaingang com seus ancestrais demiurgos Kamé e Kanhru, acionando continuamente o tempo do mito [gufã] no presente. Os vẽnh jyvẽn versam também sobre relações de respeito, cuidado, atribuições daquilo que é há [bom, correto, belo] e korég [ruim, errado, feio], moralidades kanhgág que se replicam desde as falas dos antigos no vãsỹ [tempo passado] e que orientam as condutas no ũri [tempo de hoje]. Nesta apresentação, trarei tanto trechos e transcrições dessas formas discursivas, quanto reflexões indígenas sobre a importância de se saber ouvir e proferir adequadamente a kanhgág vĩ [língua, fala kaingang], para a qual os vẽnh jyvẽn e os tỹnh são fundamentais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_225_70118280_016018.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O levante e o protagonismo indígena na construção de políticas linguísticas na Década Internacional das Línguas Indígenas

Sâmela Ramos da Silva Meirelles (UNIFAP)

O presente trabalho discute o protagonismo indígena na Década das Línguas Indígenas no Brasil (DILI - 2022-2032). Esse protagonismo se fortalece por um amplo processo de articulação e organização política em torno da pauta de fortalecimento das línguas indígenas no Brasil a partir da criação, em abril de 2021, do Grupo de Trabalho Nacional para a DILI. O GT Nacional é um movimento coletivo, independente e autônomo. É constituído de uma equipe composta por indígenas de todas as regiões do Brasil e um conjunto de parceiras/os ligados à instituições governamentais e não-governamentais, organizações/entidades indigenistas e científicas. Atualmente, o GT se subdivide em três frentes de atuação: Línguas Indígenas Orais; Línguas Indígenas de Sinais e Português Indígena; além de GT's regionais e estaduais. Esse GT elaborou e encaminhou, à Unesco, o Plano de Ação para a Década Internacional das Línguas Indígenas". Pautados sob o lema Nada para nós sem nós, afirmado na La Declaración de Los Pinos Chapoltepek (2020), o GT se constitui a partir da participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão, planejamento e implementação das ações na DILI. No decorrer desses anos de atuação, uma série de documentos oficiais já foram construídos, o mais recente é o documento intitulado Diretrizes para a criação de políticas linguísticas para o fortalecimento das línguas indígenas no Brasil (2023), protocolado junto à Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e ao Ministério dos Povos Indígenas (MPI). Os documentos elaborados pelo GT reúnem propostas e anseios dos povos indígenas brasileiros e dos diferentes agentes engajados com os direitos linguísticos desses povos, voltados à promoção, valorização, reconhecimento, difusão e vitalização das línguas indígenas brasileiras. Encontramo-nos em momento crucial diante do perigo de adormecimento de muitas línguas ancestrais no Brasil e

no mundo, no qual a defesa dessas línguas se mostra central na garantia dos direitos dos povos indígenas e de sua diversidade linguístico-cultural. Nesse sentido, há um chamado ancestral para os povos indígenas e seus parceiros, para construirmos espaços coletivos e colaborativos, conectando projetos de fortalecimento, revitalização, retomada, fortalecendo nosso espírito, nossa ancestralidade, nosso território, nossa língua (Altaci Kokama).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Termos triádicos Mëbêngôkre (Jê) e a duplicação de perspectivas

Vanessa Rosemary Lea (UNICAMP)

Os Mëbêngôkre são mais conhecidos como guerreiros, tanto em eventos como o encontro de Altamira em 1988 quanto na história documentada a partir do século XIX. Pesquisas linguísticas recentes que buscam reconstituir uma proto-língua Jê e seus diversos ramos: Jê Setentrionais, Centrais e Meridionais, sugerem que sua história remete a uns 2.000 anos de profundidade, algo análoga à história das línguas derivadas de latim. Os termos de parentesco triádicos, devido a sua complexidade, sugerem que nem sempre os Mëbêngôkre dedicaram suas energias às atividades guerreiras. Tais termos remetem a 2 perspectivas simultaneamente, aquela do falante e aquela do interlocutor para se referir a uma terceira pessoa. Termos parecidos foram encontrados entre os povos originários da Austrália, sendo que no Brasil parece haver cognatos entre outros povos Jê Setentrionais como os Kisêjdê. O objetivo desta comunicação é divulgar esse fenômeno e ao mesmo tempo buscar sugestões para facilitar sua compreensão por pessoas não Mëbêngôkre, para que sejam reconhecidos como uma contribuição original não apenas ao campo das terminologias de parentesco, mas igualmente às artes verbais.

GT 081: Os limiares do corpo: a circulação de substâncias corporais e a produção de pessoas e relações

As substâncias que circulam no interior dos corpos de homens e mulheres, cis e transgêneros, sempre foram e são, em diferentes culturas e grupos humanos, portadoras de algum tipo de poder, o que as leva a serem consideradas seja perigosas, seja benfazejas, produtoras de malefícios, poluições ou vantagens para quem com elas entra em contato. Hoje em dia seu poder é cada vez mais retraduzido para uma linguagem bioquímica, tendo inclusive surgido, a partir dessa visada científica e objetivante, um conjunto de novas substâncias invisíveis, mas não por isso menos poderosas. Um poder desencantado e objetificado, mas ainda assim bastante potente, agindo na constituição de corpos e subjetividades e, como consequência, de novos personagens sociais. O objetivo desse GT é acolher trabalhos que, a partir de diferentes tipos de pesquisa, reflitam sobre o modo como as substâncias corporais, sejam elas produzidas pelo corpo ou sintetizadas fora dele, materializadas de diferentes formas (como, por um lado, o sangue e o leite materno e, por outro, os hormônios e os neurotransmissores), agem no modo de ser das pessoas, o que pode ocorrer seja através de tratamentos com ou sem indicação médica e de novos tipos de

autocuidado, seja de um controle mais ou menos rigoroso da troca de fluidos corporais entre as pessoas.

Coordenação

Jane Araújo Russo (UERJ), Fabíola Rohden (UFRGS)

Debatedor(a)

Marina Fisher Nucci (UERJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Síndrome dos Ovários Policísticos: experiências e substâncias em grupos no Facebook

Amandha Sanguiné Corrêa (UFRGS)

O presente trabalho parte de discussões no campo do gênero, saúde, hormônios, internet e aprimoramento de si. Como objetivo, busca investigar como os sintomas da Síndrome do Ovário Policístico (SOP) impactam as mulheres, por meio da análise de discursos produzidos e compartilhados em grupos temáticos na rede social Facebook. Esta pesquisa foi desenvolvida no âmbito do projeto Novas formas de circulação de conhecimento e de acesso a tecnologias biomédicas: cenários contemporâneos para transformações corporais e subjetivas (coordenado por Fabíola Rohden – IFCH/UFRGS). A aposta deste trabalho é que as transformações corporais em contextos que extrapolam o cuidado com a saúde, sobretudo a partir de procedimentos motivados pela busca do aprimoramento de si, com foco nos contornos corporais e na performance física, não pode ser apartada das interações e da produção de discursos acerca dos recursos biomédicos, tidos como inovadores e essenciais ao bem-estar estético. Para tanto, partiremos de uma etnografia realizada entre 2020 e 2022, as quais tiveram como foco o acompanhamento de publicações em grupos sobre Síndrome dos Ovários Policísticos no Facebook, balizada com o conteúdo produzido por profissionais da área da saúde no Instagram e o mapeamento e leitura de artigos da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO) considerados relevantes para o tema. A Síndrome dos Ovários Policísticos é tratada pelos profissionais da área da saúde como uma síndrome endócrina, metabólica e reprodutiva que atinge entre 6% e 16% das mulheres em idade reprodutiva. Observa-se um aumento no foco dedicado aos efeitos endócrinos da SOP, uma vez que se acredita que os sintomas decorrem principalmente da resistência à insulina, ou seja, a dificuldade deste hormônio em facilitar a entrada da glicose nas células. A resistência à insulina resulta em uma maior quantidade de testosterona livre no corpo das mulheres, dificultando a ovulação, aumentando a irregularidade menstrual e desencadeando outros sintomas característicos da síndrome, como o aumento de pelos, da acne e da queda de cabelo. Através da inserção nos grupos, foi possível investigar as experiências das mulheres que enfrentam a SOP. É importante ressaltar que essas vivências estão intimamente ligadas a aspectos estéticos, pois expressões como acne, excesso de pelos e ganho de peso são interpretadas como indicadores do controle ou descontrole da síndrome. Nos relatos das participantes, observa-se um grande descontentamento quando esses sintomas se manifestam de forma exacerbada, revelando a associação da SOP a padrões tradicionais e restritos de beleza e feminilidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_124_89754944_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os neurotransmissores e a substancialização da dor na fibromialgia: produzindo uma síndrome orgânica e identidades somáticas.

Ana Carolina Verdicchio Rodegher (UNICAMP)

A fibromialgia (FM) é uma síndrome com alta incidência em mulheres, que se caracteriza principalmente por dores musculoesqueléticas crônicas e por manifestações de fadiga, distúrbios do sono e alterações cognitivas e psiquiátricas. Parte das chamadas Síndromes Funcionais (SF), definidas pela ausência de lesão anatômica e pela falta de explicação causal dos seus sintomas e de seu aparecimento nos indivíduos, até hoje ela não obteve consenso quanto à sua etiologia (causa de seus sintomas). Pesquisas recentes realizadas através de neuroimagens, entretanto, indicam como a principal hipótese etiológica da síndrome uma desordem no processamento da dor como fator determinante para seu aparecimento e desenvolvimento. Esses estudos apontam o Sistema Nervoso Central (SNC) como a possível sede da afecção e sugerem a existência de disfunções nos neurotransmissores como a chave para compreensão da percepção exacerbada da dor em pessoas com fibromialgia. Nesta proposta de trabalho, pretendo analisar a hipótese da disfunção dos neurotransmissores como uma forma de substancialização da dor na fibromialgia, que passa a ser compreendida como um fenômeno predominantemente orgânico, a partir deste argumento. Em um plano mais geral, esta hipótese médico-científica corrobora com os variados repertórios discursivos e práticos que elegem o sistema nervoso e, em especial, o cérebro, como lócus privilegiado para compreender a constituição física, psíquica e sociocultural dos indivíduos. Informada por este debate, proponho refletir os neurotransmissores como uma substância que é, a um só tempo, produto e produtora de subjetividades, identidade, sujeitos e relações. No caso analisado, as pessoas com fibromialgia são produzidas (e produtoras) não só pela substância neurotransmissores”, mas pelos diferentes sentidos e efeitos que essa substância permite mobilizar no cotidiano. Destaco, por fim, o uso da hipótese da disfunção dos neurotransmissores como uma estratégia de legitimação da fibromialgia por parte das pacientes. Em um contexto de disputa pelo reconhecimento social de doenças que não apresentam lesão ou causa definida, tomar os neurotransmissores como a substância central que define a síndrome é um modo de materializar a sua existência como uma afecção somática e validar os corpos, vozes e identidades que carregam a dor consigo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Copylefts no contexto brasileiro: Manipulações hormonais inventivas de gênero e relações (extra) médicas

Ana Clara Martins Krueger (PUC-RIO)

Paul Preciado (2018) afirma que após a Segunda Guerra Mundial explicita-se um processo no qual o governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-porno) tomam conta expressivamente do sistema capitalista. Isso se materializa, em um diálogo foucaultiano, nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia.

O uso sintético dos hormônios seria um exemplo desse fenômeno. Preciado (2022) argumenta que esse uso é controlado e endereçado para o controle de certos

grupos da população. Por sua vez, o termo Copyleft (Preciado, 2018), em contraponto com a palavra copyright, determina aqueles e aquelas que acreditam que os hormônios utilizados para as chamadas transições de gênero não deveriam estar sob controle das indústrias farmacêuticas, nem sob regimento do governo. Minha apresentação pretende refletir sobre vivências próximas dessa caracterização no contexto brasileiro, abordando pessoas que se hormonizam de forma caseira ou independente devido a diferentes fatores, mas, de todo modo, escapando das recomendações do regulamento médico e da diligência do Estado. Entretanto, meu argumento é que, cercadas e cercados pela precarização, medo e preconceito, essas experiências não se encaixam completamente na teoria-prática de Preciado. O objetivo do trabalho é exercitar um olhar cuidadoso para quem, por algum motivo, percorre trajetórias de manuseio hormonal inventivas de gênero fora de qualquer um dos acompanhamentos médicos estabelecidos idealmente pela legislação brasileira ou recomendações feitas por manuais de saúde. Parte-se, então, da investigação acerca da relação entre o convívio com/consumo das tecnologias de gênero (De Lauretis, 1987), dos processos de autonomia vinculadas ao sujeito e do uso dos medicamentos de gênero, termo cunhado por Débora Diniz e Rosana Castro (2011). Elaboro, assim, com base na produção de Jane Russo e Ana Teresa A. Venâncio (2006), uma pequena discussão acerca das diretrizes médicas como o DSM (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders). Com uma análise inspirada em autores como Foucault (1985), Preciado (2018), De Lauretis (1987) e Butler (2018), essa pesquisa se baseia em dois estudos de caso com pessoas que consumiram ou consomem hormônios sexuais dentro do perfil caracterizado anteriormente, vivência a qual este trabalho designa como autônoma, mas que também compreende como a criação/fissura de diversas relações entre indivíduos e instituições.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_330_52158944_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experiências transmasculinas: a ingestão de testosterona, as modificações corporais e a constituição de uma identidade masculina

Andressa de Freitas Ribeiro (UNILAB)

Este artigo trata do processo de ingestão de testosterona e seus efeitos em experiências transmasculinas. Para tanto, utiliza a metodologia da análise de narrativas de vida de quatro homens trans, da cidade de Salvador-Ba. O artigo fundamenta-se na análise de narrativas sobre o período de hormonização em experiências de transição entre uma expressão corporal de gênero a outra. A hormonização inicia-se após o reconhecimento da identidade de homem trans. As narrativas demonstram que o início da hormonização é marcado por uma ambiguidade corporal que os interlocutores denominam de adolescência dos hormônios. Esta ambiguidade deixa de existir a partir, principalmente, da emergência de dois signos corporais: a constituição de uma barba, através do crescimento dos pelos faciais, e o engrossamento da voz. O artigo tem

por objetivo compreender esse período de ingestão da testosterona, na trajetória de vida de homens trans, e dos seus efeitos tanto físicos quanto psicossociais, interpretando as modificações corporais à luz dos significados sociais atribuídos aos corpos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_571_08715308_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A busca por biomarcadores de transtornos mentais: notas introdutórias sobre as relações entre luz, vida, informação e loucura

Arthur Alexandre Maccdonal (UFRGS)

O presente trabalho pretende refletir sobre pesquisas científicas contemporâneas situadas na intersecção entre biologia molecular, genética, bioquímica e bioinformática e que voltam seus esforços para a identificação de biomarcadores de transtornos mentais. Inspirando-se no trabalho de Hans-Jorg Rheinberger (2000), pretende-se explorar como os vários elementos que organizam técnicas, experimentações e conceitos científicos, nos mostram os novos arranjos entre as práticas biomédicas contemporâneas e suas materialidades. Segundo Rheinberger, as conquistas epistêmicas fundamentais do início da história da biologia molecular estão atreladas a duas condições: A primeira diz respeito à migração do interesse de pesquisa para elaboração de modelos de sistemas biofísicos, bioquímicos e genéticos simples, como bactérias, vírus e macromoléculas. A segunda se refere ao desenvolvimento tecnológico no âmbito da biofísica, bioquímica e genética, como a cristalografia de raio X, ultracentrifugação analítica, cromatografia, dentre outras. Assim, se quisermos observar o processo de estabilização de moléculas, genes e de quaisquer outros marcadores biológicos, precisamos orientar nosso olhar à coprodução das teorias científicas e das técnicas. Ao nos voltarmos sobre o espaço de tradução entre a técnica, experimentação e a elaboração de conceitos científicos, poderemos obter outras imagens da relação entre saber/poder a partir daquilo que se faz antes de um biomarcador tornar-se um fato científico. Neste cenário, substâncias corporais molecularizam-se sob a forma de proteínas, metabolitos e transcriptomas em sua relação com dispositivos laboratoriais e algoritmos, articulando-se em uma crescente infraestrutura cujo desenho experimental estabelece relações entre luz, vida, informação e loucura, apontando para os limiares de regimes biopolíticos contemporâneos e rearticulando o velho debate acerca dos determinantes biológicos da loucura.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dentro do corpo, além da pele: uma análise etnográfica da testosterona como substância de relacionalidade

Arthur Leonardo Costa Novo (UFRN)

O uso de testosterona sintética, substância de comercialização controlada no Brasil, é uma prática que tem sido descrita na literatura antropológica como parte fundamental de processos de transição de gênero de indivíduos que buscam se posicionar socialmente no gênero masculino. Sujeitos trans que vivem identidades de gênero de homem, homem trans, homem transexual e outras identidades transmasculinas aplicam o "hormônio masculino"



periodicamente, atribuindo a essa substância efeitos androgênicos de crescimento da massa muscular, engrossamento da voz e aumento dos pelos faciais, mas também alterações psicológicas, em sensibilidades e em emoções. Todos esses fatores fazem da testosterona uma substância fundamental na construção da identidade de gênero desses sujeitos. Neste artigo, contudo, busco analisar o modo como a testosterona atua não apenas no corpo e subjetividade dos indivíduos que transicionam para o gênero masculino, mas na produção de relações com outros homens trans, amigos/as e familiares. A circulação de testosterona pode ou não incluir médicos, consultórios e ambulatórios, mas extrapola e expande os limites da medicalização da transição de gênero. A partir de dados de uma pesquisa de campo etnográfica realizada ao longo de um ano com famílias de sujeitos trans, analiso casos de mães que aplicam testosterona nos filhos e em amigos dos filhos, homens trans que aplicam hormônio em outros homens trans, amigos que ajudam uns aos outros a conseguir receitas ou ampolas de testosterona e a fazer a aplicação. Nesse sentido, discuto a compreensão dos sujeitos a respeito dos significados de receber e aplicar testosterona, assim como os efeitos atribuídos ao hormônio sobre as interações e afetos em relacionamentos íntimos e familiares. Argumento, por fim, que a testosterona circula em redes que se fazem e refazem. Essas redes podem ter caráter efêmero e situacional, mas em muitos casos formam vínculos duradouros, adensando relacionamentos, transformando outros e atuando não só nos processos de construção de identidades de gênero, mas na constituição de pessoas e relacionalidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da remodelação dos contornos corporais ao tratamento de endometriose: gestrinona em circuitos de aprimoramento e práticas terapêuticas

Camila Silveira Cavalheiro (UFRGS)

Em abril de 2023 o Conselho Federal de Medicina publica a Resolução CFM nº 2.333/23, que proíbe a prescrição de esteroides androgênicos e anabolizantes nos contextos onde o uso destas substâncias visa melhorias estéticas, ganho de massa muscular e melhoria de desempenho esportivo. Apesar de fazer referência ao uso de qualquer formulação de testosterona (Inciso I, Art. 3º), a nota anexa à Resolução cita nominalmente apenas uma substância anabolizante: a gestrinona. Hormônio sintetizado na década de 1960, é consumido quase que exclusivamente por mulheres cisgênero através de diferentes formas e vias de administração, como comprimidos, óvulos vaginais e implantes hormonais. No Brasil, é particularmente difundido através dos implantes hormonais, também conhecidos como chip da beleza”. Em julho de 2022, a gestrinona foi incluída na Lista C5 do Anexo I da Portaria ANVISA nº 344/1998, que sumariza as substâncias anabolizantes de uso controlado no Brasil. Apesar da literatura biomédica contemporânea indicar que a substância está relacionada a práticas de aprimoramento estético, esportivo e sexual, como exemplificado pela Resolução citada e pela inclusão na Lista C5, ela também é utilizada no tratamento de condições como endometriose e miomas. Entre as décadas de 1980 e 2010, a gestrinona chegou a ser comercializada no Brasil para tratamento destas condições, mas os registros destes medicamentos foram cancelados a pedido dos próprios laboratórios. Dentre os efeitos colaterais relacionados ao seu uso, destacam-se aqueles atribuídos às características androgênicas da substância, como ganho de

massa muscular, aumento da oleosidade de pele e cabelos, acne, engrossamento da voz e hipertrofia de clitóris. Seja no tratamento da dor crônica causada pela endometriose ou na conformação dos contornos corporais, a gestrinona é uma substância cuja circulação está atrelada a sua capacidade de transformar corpos e subjetividades. Na presente ocasião, apresento os resultados parciais de uma pesquisa exploratória, onde estive inserida em três grupos de usuárias de gestrinona na rede social Facebook. Estou particularmente interessada nos relatos que explicitam os processos de transformação – hormonal, fisiológica, corporal, subjetiva e de estilo de vida – (co)produzidos através e no uso da gestrinona. Através da análise de testes clínicos e da mediação de efeitos colaterais indesejados, realizada com o uso de outros medicamentos e substâncias, as usuárias enfatizam o papel ativo que desempenham nas suas práticas terapêuticas ou de transformação corporal. Estes relatos, narrados em primeira pessoa, demonstram como as mulheres passam a adquirir e produzir um conhecimento altamente especializado, desconhecido pelos próprios médicos/as endocrinologistas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Ele desliga o corpo": Questionamentos de pacientes com Síndrome dos Ovários Policísticos sobre o uso do anticoncepcional como tratamento

Carolina Andrei Fischmann (usp), Cristiane da Silva Cabral (USP)

O questionamento acerca dos riscos à saúde por conta do uso de anticoncepcionais hormonais figurou pela primeira vez em 1970 durante uma CPI no Senado norte-americano conhecida como Nelson Pill Hearings que expôs publicamente os riscos cardiovasculares associados ao estrogênio presente na pílula (MARKS, 2001). A partir de 2014, há uma nova onda de notícias sobre os riscos destes medicamentos no Brasil e uma explosão de grupos de mulheres em redes sociais para discutir opções naturais de contracepção, embasando-se em uma espécie de feminismo da diferença (KLÖPPEL; ROHDEN, 2019; SANTOS, 2018). Contudo, desde a década de 1990, a indústria farmacêutica tem diversificado o marketing das pílulas anticoncepcionais e focado em seus potenciais benefícios de saúde, como o controle da acne, da síndrome pré-menstrual e da regularidade menstrual (WATKINS, 2012), mas poucas pesquisas qualitativas investigaram a percepção de usuárias sobre o uso terapêutico dos anticoncepcionais.

Uma das condições reprodutivas nas quais a contracepção hormonal é considerada o padrão-ouro do tratamento medicamentoso é a síndrome dos ovários policísticos (SOP) (TEEDE, 2023; MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). Ela é a endocrinopatia mais frequente em mulheres em idade reprodutiva, com uma prevalência estimada entre 6% e 19% no Brasil, dependendo do critério diagnóstico utilizado (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019). A SOP é uma doença multifatorial de apresentação heterogênea e com repercussões em diversos sistemas - reprodutivo, obstétrico, metabólico, dermatológico, psicológico, além de ser um fator de risco para doenças cardiovasculares (TEEDE et al, 2023).

A partir de sete entrevistas semiestruturadas com mulheres de 18 a 35 anos com diagnóstico formal de SOP vivendo na cidade de São Paulo, foi realizado

um estudo sobre as percepções de mulheres jovens quanto ao diagnóstico de SOP, sua interação com profissionais de saúde e os tratamentos utilizados. Um tópico de grande atenção é o fato de que todas as entrevistadas já fizeram uso de anticoncepcional, mas deixaram de utilizá-lo por entenderem que ele não estava, de fato, tratando a sua condição. Utilizando a crítica feminista sobre a produção de ciência, a criação de estereótipos de gênero e a medicalização dos corpos femininos (OUDSHOORN, 1994; ROHDEN, 2008), busco explorar as noções de corpo, saúde e o binômio natural/artificial, de forma a compreender as resistências à imposição de um modelo biomédico que limita as experiências de normalidade do ciclo menstrual através da prescrição automática de anticoncepcionais, ao mesmo tempo em que há uma busca de conformação deste padrão normatizado através de estratégias categorizadas como naturais em oposição aos hormônios artificiais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma análise antropológica sobre a trajetória de uma mulher com a Síndrome de Mayer-Rokitansky- Kuster-Hauser (MRKH)

Clarissa Lemos Cavalcanti (Anis - Instituto de Bioética)

Ao chegar à adolescência, algumas pessoas se deparam com a ausência de sangue menstrual, que marca o início de um novo momento da fase reprodutiva em corpos com capacidade de gestar. A ausência desse marcador as leva a clínicas e médicos para investigar as possíveis causas e, após exames de ultrassom e ressonância magnética, recebem o diagnóstico: síndrome de Mayer-Rokitansky-Kuster-Hauser (MKRH). Essa síndrome é caracterizada pela ausência congênita do útero, do colo do útero e dos dois terços superiores da vagina em pessoas consideradas, na literatura biomédica, fenotípica e hormonalmente femininas. Considerada uma doença rara, com incidência de 1 em 4.500 pessoas, e caracterizada como uma condição de "distúrbio do desenvolvimento sexual", que se refere a um conjunto amplo de condições que afetam a vida reprodutiva e sexual de seus portadores, a ausência congênita de útero pode ter implicações importantes na vida de um indivíduo. Isso ocorre porque essa condição tem impactos físicos, psicológicos e sociais sobre esses indivíduos, especialmente porque afeta seu potencial reprodutivo e sua percepção de si mesmos. Neste artigo, apresentarei os itinerários terapêuticos e a trajetória de vida de uma mulher com MKRH, evidenciando a centralidade do sangramento em sua vida. A ausência da menstruação evidencia-se como um marco disruptivo de uma diagnóstico de doença reprodutiva, possibilitando a análise deste fenômeno como algo que se atribui à normalidade em corpos lidos como feminino, bem como a possibilidade de criação de projetos de vida que espera-se de mulheres, atrelados à maternidade. Contudo, neste caso também veremos como a síndrome traz outro tipo de sangramento, vinculado à dilatação do canal vaginal, e como o sangue é significado e vivenciado em relação à outros corpos e sujeitos, e como ele torna-se passível de moldar as subjetividades. O material no qual essas análises se baseiam são de uma entrevista semiestruturada realizada com essa mulher, a qual faz parte da minha pesquisa de mestrado em andamento, e me permite refletir sobre as conexões entre os processos da doença, as práticas e os discursos biomédicos e as noções de gênero e

normalidade. Procuo refletir sobre como, e por meio de quais contextos, práticas e discursos, um órgão e suas capacidades - e aqui, especificamente, o útero e a menstruação - tem um potencial tão grande para definir identidades. Ao fazer isso, pretendo contribuir para o debate sobre a Antropologia da Saúde e do Gênero, que abrange reflexões etnográficas sobre doenças, tecnologias reprodutivas, maternidade e identidades de gênero.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Teu endométrio importa": os testes genéticos pré-implantacionais e a produção da comunicação materno-fetal no campo da medicina reprodutiva.

Fernanda de Carvalho Vecchi Alzuguir (UFRJ)

O presente estudo é um recorte de pesquisa de pós-doutorado cujo objetivo foi analisar como gênero e envelhecimento permeiam a promoção das tecnologias de reprodução assistida (RA) para o diagnóstico e tratamento da infertilidade masculina e feminina, com foco nos testes genéticos. Atenção particular foi dispensada à materialização, via gametas, da noção de temporalidade/relógio biológico.

A análise se pautou em comunicações digitais sobre os referidos testes, envolvendo especialistas (fertilistas, urologistas, andrologistas e geneticistas) e as chamadas (ex)tentantes, nas redes Youtube e Instagram, promovidas através da parceria entre clínicas de RA, laboratórios de análise genética e redes associativas de mulheres. Neste GT, pretendo discutir como a promoção

dos chamados testes genéticos pré-implantacionais (siglas PGT-A e EMBRACE, para o embrião; ERA, EMMA, ALICE, para o endométrio) evoca uma noção de responsabilização do corpo reprodutivo feminino pela produção de um bebê saudável. Isso se opera a partir do estabelecimento, a nível molecular, de uma íntima conexão biológica entre o referido corpo e a viabilidade do embrião.

Estudos sobre temas como comunicação materno-embriônica, epigenética, saúde do endométrio (equilíbrio da microbiota), troca de substâncias bioquímicas necessárias à receptividade do endométrio, implantação e

desenvolvimento do embrião pavimentam o caminho para o uso, sob orientação médica, dos testes pré-implantacionais para otimizar as chances de gravidez e minimizar riscos como falhas cromossômicas embrionárias e perda gestacional. No material analisado, componentes das células endometriais, a exemplo do Rna mitocondrial, são munidos de

intencionalidade/consciência e identificados como a mãe. No vídeo intitulado Tu endométrio importa, uma mulher branca com roupa executiva, enquanto caminha em frente a um painel com uma hélice de dna em movimento, explica: Apesar das probabilidades de gravidez reduzirem com a idade, existem outros fatores que podem melhorar nossas opções. Um deles é o endométrio que é tão importante quanto um embrião. Apesar de menos conhecido, embrião e endométrio como em um baile, o sucesso depende da perfeita sincronia do casal.

Um argumento se repete durante a promoção dos testes endometriais: um embrião [por melhor que seja] nunca implantará em um útero não receptivo.

As tecnologias de rastreamento genético são promovidas como ferramentas essenciais à otimização da performance e da complementariedade entre endométrio e embrião. A análise evidenciou como a ciência genética em contexto de RA materializa diferenças de gênero, além de evidenciar uma lógica marcada por certo apagamento do corpo reprodutivo masculino, com nuances conforme a especialidade em destaque nas comunicações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quimeras de natureza e tecnologia: transformações corporais em transplantes experimentais de células-tronco para a cura do HIV

Kris Herik de Oliveira (UNICAMP)

O objetivo deste trabalho é analisar, de um ponto de vista antropológico da ciência e da tecnologia, as transformações corporais em transplantes experimentais com células-tronco para a cura do HIV. De modo mais específico, examinarei as fragmentações, desdobramentos, desterritorializações, torções e transbordamentos de diferentes corpos em distintos contextos. Em diálogo com os materiais produzidos durante pesquisa de doutorado, que incluiu a coleta e análise de conteúdo de documentos científicos, jornalísticos e biográficos sobre os primeiros cinco casos de cura ou remissão de longo prazo do HIV, atento para o processo de quimerismo”, que permite avaliar as hibridizações entre natureza e tecnologia. Nessa discussão, observo o corpo tanto como uma figura de ficção especulativa quanto como matéria tecnobiocientífica que encarna os processos, problemas e soluções das terapias experimentais. Além disso, exploro as possibilidades de conexões entre corpos, levando em consideração os novos parentescos que surgem a partir dos transplantes e suas substâncias. Por fim, busco refletir sobre a ideia de regeneração das células-tronco como uma abordagem para compreender as transformações corporais e suas técnicas na medicina regenerativa do HIV.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_470_42495158_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Meu peito, minhas regras? Gênero, feminismos e maternidades a partir da amamentação e do desmame

Marina Fisher Nucci (UERJ)

Dentre as diversas substâncias corporais, há uma revestida de especial valor: o leite materno. Trata-se de um fluido produzido em um corpo como alimento para outro corpo, sendo capaz de construir identidades, estabelecer relações entre indivíduos (Soler, 2017), e de construir e/ou reforçar certos modelos de gênero, família e maternidade (Nucci; Fazzioni, 2021). Além disso, carrega consigo diferentes metáforas, como a ideia de amor em gotinhas”, ou de ser uma poderosa vacina capaz de proteger os bebês das mais diversas doenças (Nucci; Alzuguir, 2023). Nosso trabalho faz parte de um projeto de pós-doutorado que procurou analisar concepções em torno de gênero e maternidade, a partir da atuação de consultoras de amamentação, profissionais que orientam pessoas com dificuldades para amamentar. Sendo uma categoria profissional recente e ainda não regulada no Brasil, a consultoria em amamentação tem, em sua origem,



solo em comum com o ativismo ao parto humanizado, ativismo em prol da valorização do aleitamento, e da valorização de modelos de criação de filhos que promovem uma proximidade corporal maior entre a mãe e o bebê (Nucci; Russo, 2021). Nosso material é composto por entrevistas com consultoras, observação de uma edição de curso de capacitação para consultoria, e diferentes livros e postagens em redes sociais. Nosso foco específico neste trabalho é um tema considerado especialmente polêmico: o desmame, processo através do qual a amamentação chega ao fim. É possível notar, entre as consultoras e ativistas da amamentação, duas posições contrastantes sobre o tema, que divergem sobre o tempo e modo ideal de desmame, e se ele deve ou não fazer parte do escopo de trabalho da consultoria. De um lado, há um grupo que acredita que a mulher pode decidir quando interromper a amamentação, e que uma profissional – através de diferentes técnicas – poderá auxiliá-la para que este processo seja o mais tranquilo e respeitoso possível para a criança. De outro lado, há um grupo que acredita que o desmame precisa acontecer naturalmente”, sendo guiado pela própria criança, no tempo dela”, sem a interferência da mãe ou de uma consultora. Assim, a partir desta controvérsia, procuraremos analisar como se expressam diferentes moralidades e perspectivas sobre maternidades, feminismos e autonomia (da mãe e/ou do bebê), e sobre a relação entre natureza e cultura.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Botox, Algo(R)itmos e gestão das marcas corporais: para se pensar as experiências imagéticas da temporalidade contemporânea

Roberta de Sousa Mélo (UNIVASF)

O estudo pretende integrar-se ao horizonte de exercícios investigativos e analíticos dos mais recentes empreendimentos de si, em que a gestão do corpo se evidencia como primazia. Interessa-nos, especificamente, compreender as narrativas de investimento emblemáticas de um tipo específico das produções corporais, a saber: a toxina botulínica, popularmente conhecida como Botox. Trata-se de um composto injetável cuja atuação se dá mediante a paralisação da musculatura, constituindo-se como recurso notório dentre as opções oferecidas pelas atuais biotecnologias para a prevenção e tratamento de linhas de expressão, sobretudo as classificadas rugas estáticas e rugas dinâmicas”. Compreendemos, a partir disso, que os sentidos e significados que norteiam essas práticas de consumo parecem evidenciar determinadas complexidades da experiência estética do tempo na contemporaneidade. Tem-se, por um lado, que o imediatismo e a aceleração se firmam na mediação de nossas elaborações simbólicas e experiências sensíveis da temporalidade, inscrevendo seu ritmo voraz nas respostas que corporalmente fornecemos às urgentes exigências cotidianas. Por outro lado, coexiste a distensão de um sonho coletivo de deter as evidências da passagem espontânea do tempo na superfície da pele, ou, ao menos, da possibilidade de sua gestão. Em outras palavras, a sociedade da urgência é também a que parece catalisar formas de negociação com a perecibilidade do corpo – signo, por excelência, dos fluxos da vida, exaltando uma cultura preventiva capaz de apaziguar a corporificação dos indícios do tempo. Diante dessas questões, e reconhecendo as mídias digitais como artefatos culturais cruciais para a disseminação da lógica de tempo e produção de si, analisamos postagens de clínicas de estética veiculadas no

Instagram, procurando compreender os significados e narrativas atribuídas ao consumo de Botox em suas peças publicitárias. A escolha de tal plataforma considerou a intensidade do fluxo e os mecanismos de produção e circulação de informações e imagens que lhe são característicos. Nossas primeiras análises sugerem que os principais prejuízos estéticos que o consumo da toxina botulínica se dispõe a tratar figuram como inscrições corporais das próprias dinâmicas de urgência de nossos dias: assim, temas como cansaço”, exaustão”, atribulações da rotina despontam como experiências praticamente naturalizadas, cujos efeitos estéticos se dão à eficiente gestão de si promovida pelos serviços oferecidos. Cabe destacar que tais significados se produzem e se disseminam por meio de fluxos comunicacionais velozes e homogeneizantes das vivências e representações corporais, o que justifica a leitura dessa experiência estética do tempo considerando categorias como gênero e raça, por exemplo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Parir e sangrar no corpo-território: A prática da placentofagia no circuito das doulas adeptas da Ginecologia Natural

Stephanie Bittencourt Bezerra (UFRN)

A ingestão da placenta no pós-parto, in natura ou convertida em cápsulas, é uma prática que vem se consolidando no Rio Grande do Norte entre doulas e parturientes adeptas do ideário da Ginecologia Natural, expressão sociocultural contemporânea emergente na América Latina na última década. Esse movimento guarda um caráter político na medida em que aponta os efeitos da colonialidade que incide sobre os corpos femininos, defendendo a desmedicalização como caminho para recuperação da autonomia sobre a saúde sexual e reprodutiva e a validade de outras epistemologias. Em campo observou-se que o discurso dessas agentes, ao se opor ao que consideram um monopólio da ginecologia pelo paradigma médico dominante, compreendido como parte de uma ciência androcêntrica, aproximam permanentemente o corpo à uma natureza dicotomizada e exaltada, positivando placentas e fluídos em ritos de cuidado no pós-parto. Este artigo parte da etnografia realizada em dois espaços promovidos por doulas no Rio Grande do Norte, a saber: um workshop de formação em medicina placentária e uma roda de partilha sobre autogestão da saúde da mulher por vias não farmacológicas. O objetivo é discutir 1) como estes espaços em torno da Ginecologia Natural têm se constituído localmente, 2) como essas doulas têm associado seu ideário ao da humanização do parto, 3) que continuidades guardam com o fenômeno Nova Era e seus pilares - espiritualidade, ecologismo e feminino centralizado (MAGNANI, 1999), 4) quais entendimentos sobre o corpo e seus fluídos vem sendo promovidos por essas agentes e 5) como seus valores e práticas têm sido reproduzidos e funcionado como produtores de um estilo de vida, consolidando um sistema simbólico e o consumo de bens, serviços e objetos a ele vinculado. Como procedimentos metodológicos, além da observação participante, lanço mão de entrevistas semiestruturadas com as interlocutoras, analisando como suas trajetórias individuais são impactadas pelo conjunto de disposições e escolhas estéticas que compartilham.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tráfico de testosterona e o vício na performance: a produção da masculinidade a partir do consumo de hormônios sintéticos ilegais

Tiago Sales de Lima Figueiredo (UFF)

Esse trabalho, em fase exploratória, almeja compreender os discursos e justificativas em torno do uso recreativo de testosterona entre homens que compartilham suas experiências em grupos de Whatsapp. O hormônio é adquirido de forma ilegal, através de traficantes que fazem a intermediação com laboratórios undergrounds de produção nacional, sem controle sanitário, ou de contrabando de produtos da farmacêutica paraguaia Landerlan, ou desvio da produção nacional do laboratório Aspen. Apesar de o senso comum entender que a busca do uso recreativo da testosterona sintética e de seus derivados sejam apenas pela finalidade estética, a testo é desejada por atletas amadores de diferentes modalidades com intuito de melhorar a performance, se tornar mais produtivo e também como antidepressivo. Além disso, há recorrentemente homens entre 30 a 40 anos de idade que valem-se dos grupos com a justificativa de necessitar fazer Terapia de Reposição de Testosterona (TRT). Normalmente se apresentam com um discurso que gira em torno da ideia de não ter mais a mesma disposição dos vinte anos. Queixam-se da falta de libido, desânimo, ganho de gordura abdominal, de não conseguir conciliar o trabalho, a família e o lazer esportivo. Como consequência, não conseguem render tão bem no esporte, necessitando de maior tempo de recuperação após um treino exaustivo. Atribuem o cansaço a estarem com níveis baixo de testosterona. Muitos apresentam fotos do seu exame da testosterona total, muito próximo do valor mínimo aceitável, em torno dos 200ng/dl, mas, ainda assim, dentro dos limites aceitáveis. O problema que a reposição hormonal que esses homens fazem, sem acompanhamento médico, os levam a níveis supra-fisiológico, gerando aumento de massa muscular, aceleração do metabolismo, aumento da libido e também efeitos indesejados, como acnes, ginecomastia, queda de cabelo e retenção hídrica, depressão, ansiedade e irritabilidade. Nessa busca por prolongar a vitalidade da juventude e eles passam a racionalizar a ingestão dos macronutrientes, a se atentar para os marcadores de saúde, como hematócritos, prolactina, estradiol, entre outros. É comum que, ao sentirem algum efeito colateral durante o uso do hormônio suspeitem dos marcadores de saúde, mencionando que talvez uma indisposição, ou aumento de acnes em um dia, poderia ser explicado pelo aumento do estradiol, por exemplo. Dado essa contextualização sobre os discursos e justificativas em torno do uso recreativo de testosterona, o texto vai se aprofundar na discussão sobre como os sujeitos produzem sentido e significações sobre si a partir da quantificação da subjetividade e administração bioquímica do corpo, uma vez que a apresentação de si desses homens passa ser atravessada pelos seu nível de testosterona total no corpo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Testosterona por um olhar transviado

Tui Xavier Isnard (UNICAMP)

O presente artigo pretende produzir uma conversa com a testosterona atenta às suas características ambíguas. Um dos modos de perceber a agência da testosterona é o processo de aromatase, no qual, uma alta taxa de testosterona (+800ng/dl) converte-se parcialmente em

estrogênio. Essa capacidade de mutação da testosterona em estrogênio aponta para uma instabilidade da substância, que, indefinida em si, pode tornar-se seu outro. Descubro o gesto da aromatase em decorrência de uma pesquisa de campo com/na transmasculinidade, que envolve análises conjuntas (entre pacientes trans e o clínico geral da UBS) de exames de sangue. Portanto, nesta análise a testosterona se faz ver através da relação que estabelece com a materialização de corporalidades transmasculinas. A história da descoberta dos hormônios sexuais indica a implicação entre os imaginários sobre gênero e o regime da diferença sexual atuantes no contexto das pesquisas. Na descrição dos experimentos, e do próprio hormônio, foi produzida a virilização da testosterona, assim como o corpo humano foi atravessado por uma substancialização total, tornando o corpo sexuado efeito dos índices hormonais. Portanto, este artigo pretende, seguindo a proposta de Roy (2018), re-habilitar o conceito de sexo dentro dos estudos feministas. Sugiro um olhar transviado sobre a testosterona, referenciado na processualidade da materialização de corpos transmasculinos e com o propósito de repensar o conceito de sexo enquanto natureza em ação. As noções de intra-ação (Barad, 2021) e naturocultural (Haraway, 2019) são ferramentas de tensionamento para pensar-com os hormônios como produtores de sexo/natureza.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_679_06130438_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Controvérsias político-científicas da cannabis medicinal: canabinoides e a canabização do humano

Victor Luiz Alves Mourão (UFV)

A proposta deste trabalho é a de apresentar uma análise da conformação do campo científico-medicinal da cannabis de modo a enfatizar o modo como a lógica de investigação científica e de formulação dos objetos científicos de substâncias presentes na planta (canabinoides) promoveram não só um processo de medicalização da cannabis mas também uma reorientação cognitivo-ontológica e moral de nossas relações com a planta (o que estou chamando de canabização do humano). Para tal proponho uma reflexão que identifica os eixos cognitivos que os atores mobilizam no debate público científico sobre ou a partir da maconha/cannabis, tentando delinear os principais pontos de uma controvérsia que se instaura a partir da publicação do Decálogo sobre a Maconha”, documento/manifesto conjunto da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM), e da principal resposta a este Decálogo, realizada pela Sociedade Brasileira de Estudos da Cannabis (SBEC). Lastreada pela proposta de análise de controvérsias científicas, e utilizando uma metodologia de análise documental, a análise busca demonstrar que há uma posição heurística divergente que está correlacionada a tomadas de posição políticas e cognitivas dissímiles, lastreadas pela emergência de um paradigma marcado pelas noções de (endo)canabinoides e de sistema endocanabinoide, além de outros conceitos correlatos. A lógica de construção desse paradigma e de conformação do campo científico-medicinal da cannabis promove uma reorientação cognitivo-ontológica e moral de nossas relações com a planta ao entronizar cognitivamente os canabinoides no corpo humano e vinculá-los ao funcionamento normal, regular, dos processos fisiológicos que nos constituem corporalmente. Proponho chamar tal processo de canabização

do humano. Essa entronização dos canabinoides promove uma redução da eficácia simbólica e do pânico moral associado ao paradigma proibicionista. Trata-se de um estudo exploratório com foco na controvérsia acima mencionada e em sua correspondência cognitiva em torno do paradigma canabinoide.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_495_52102836_566174.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Agora são duas pessoas tomando comprimido": a gestão da vida sem o HIV a partir das relações de afeto

Wertton Luís de Pontes Matias (Museu Nacional/UFRJ)

Ao longo dos anos, alternativas de tratamento e prevenção ao HIV progrediram de forma decisiva para a garantia da vida na epidemia de aids. Apesar do Brasil registrar, nos últimos anos, um aumento no número de novas infecções por HIV (Brasil, 2023); determinados avanços no campo biomédico possibilitam o vislumbre de caminhos para superação da aids enquanto ameaça à saúde pública (Unaid, 2023). Neste trabalho, busco retomar alguns aspectos presentes na minha dissertação de mestrado, no intuito de refletir sobre um dos principais atores para construção desse quadro: as substâncias farmacológicas. Frente às dificuldades

impostas pela pandemia de Covid-19, tive a oportunidade de ter acesso a entrevistas concedidas para Pesquisa Qualitativa para a Avaliação da Percepção e Atitudes de Parceiros Chave Stakeholders na Implementação da Profilaxia Pré-Exposição ao HIV – PrEP no Brasil ImPREP Stakeholders. Financiado pela Fiocruz, um dos objetivos da pesquisa era compreender a percepção de usuários em PrEP sobre a Profilaxia Pré-exposição ao HIV (PrEP). Utilizando como base empírica o que nos conta um dos entrevistados sobre sua relação de afeto,

imersa numa conjugalidade sorodiscordante, meu objetivo será abordar o cotidiano de cuidado e manejo do medicamento na experiência vivida. Tais dinâmicas chamam minha atenção para como opera, na ordinariade da vida (Das, 2015), o processo contemporâneo de absorção da aids aos regimes vitais. Diante de narrativas que distanciam a aids da morte e de seu status de ameaça, adentrando ao nível da vida (Foucault, 1976), parto do princípio de que a relação entre a aids e a vida ao longo do tempo foi modificada, em face da circulação dos fármacos no corpo social. De princípio ético para construção de respostas institucionais, a manutenção

da vida passou a ser categoria mobilizada para projetos políticos e econômicos, não necessariamente em diálogo com a solidariedade. Através dos relatos, destaco dois aspectos fundamentais: 1) a forma como as substâncias produzem e transformam relações amorosas no contexto de prevenção ao HIV; 2) e o modo como as relações (Carsten, 2011) se apresentam no mundo social da PrEP, colocando em suspensão hierarquias e aspectos de diferenciação entre parceiros nas relações sorodiscordantes por meio do fármaco. Busco

dimensionar modos pelos quais o aids se penetra à vida ordinária, hoje, e dimensionar desafios que se colocam diante do futuro em relação à gestão da vida e aos

processos de saúde/doença de modo amplo. Nos rumos do progresso biomédico e científico, tais relatos nos contam sobre como as epidemias morrem nas narrativas institucionais/oficiais (Parker, 2015), mas permanecem vivas, em vida.

GT 082: Para além do CEP/Conep: desafios e reflexões sobre ética na pesquisa antropológica

Desde os anos 90 o tema da ética da pesquisa tem sido recorrentemente associado ao sistema CEP/Conep. Esse sistema está ancorado no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e, ao sugerir uma relação unívoca entre ética e pesquisa, termina por pautar de modo controverso a avaliação da ética nas pesquisas em Ciências Humanas, muitas vezes inviabilizando e invisibilizando o trabalho que é aí realizado. Este GT busca fomentar discussões sobre ética do trabalho antropológico em suas diferentes dimensões, problematizando a correlação imediata com o Sistema CEP/Conep e indo além do que dispõe esse aparato. Entendemos que a ética da pesquisa é plural e diz respeito a qualquer situação em que estejam presentes pessoas que agem sob perspectivas diferentes, sendo questão incontornável no fazer antropológico, e se impondo desde os momentos mais iniciais das investigações até suas publicações. Essa proposta resulta das atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da ABA, que tem como objetivo compreender o que a comunidade antropológica tem discutido sobre ética de pesquisa para, então, produzir um debate capaz de apontar outros caminhos para a construção de uma governança científica democrática. Serão bem-vindos trabalhos que abarquem desafios e reflexões éticas presentes no processo de escrita, campo de trabalho, relação com empresas e entre pares, entre outras dimensões, bem como experiências com o atual aparato burocrático de controle da avaliação da ética da pesquisa.

Coordenação

Hully Guedes Falcão (Fiocruz), Fernando José Ciello (UFRR)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vivências emocionais no cuidado paliativo pediátrico: uma abordagem antropológica das práticas profissionais

Ayra Hannah H. Cabral da Silva (UFPB), Ednalva Maciel Neves (PPGA)

Esse estudo aborda cuidados paliativos na infância a partir da perspectiva da antropologia das emoções, problematizando aspectos envolvendo: fase da vida, família, doença e morte. A antropologia das emoções ganhou força no Brasil desde a década de 1990 (REZENDE e COELHO, 2010; KOURY, 2014), em contraposição à ideia de que estas são universais e inatas. Compreendemos como as emoções são atravessadas pelos fatores culturais, sociais e históricos. Assim, a leitura antropológica inclui não apenas as emoções dos profissionais de saúde que atuam em cuidados paliativos pediátricos, mas sobre como as normas sociais e culturais moldam sua percepção e expressão emocional. Dentre as doenças, o Instituto Nacional do Câncer estima que mais de 400 mil crianças e adolescentes são diagnosticadas com câncer no



mundo por ano, o que representa que a cada três minutos alguma criança morre em decorrência de câncer (BRASIL, 2022). A abordagem sobre os cuidados paliativos, antes limitada à perspectiva biomédica, tem sido expandida para outros domínios de conhecimento. A definição comumente utilizada é dada pela OMS (2002), afirmando que os cuidados visam não somente a qualidade de vida, mas buscam o conforto do paciente – que enfrenta alguma doença que impeça a continuidade da vida – e de seus familiares. Aqui, o foco recai sobre médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais que enfrentam diariamente os desafios emocionais associados ao tratamento paliativo na ala pediátrica do Hospital Napoleão Laureano, em João Pessoa, PB. Cabe ressaltar que quase sempre negligencia-se o cuidado a quem presta cuidados, especialmente quando se trata de crianças e como pode afetar as emoções e sensações dos cuidadores em saúde. O objetivo é etnografar o cotidiano do cuidado paliativo hospitalar, recolhendo as narrativas dos profissionais de saúde sobre suas vivências e emoções frente ao sofrimento infantil. Entende-se que as emoções (sentimentos de angústias, entre outros), para esses profissionais, não se restringem ao cuidado paliativo, mas acompanham o itinerário de adoecimento desde o diagnóstico e envolvem também familiares/cuidadores das crianças. Buscamos destacar as narrativas desses profissionais, a fim de entender como descrevem seus sentimentos e sofrimentos, como extrapolam o ambiente de trabalho, as condições de trabalho e a rotatividade no setor infantil. Considerando que muitos profissionais desempenham papéis sociais fora do ambiente hospitalar, como: mães, pais, irmãos, nos interessamos sobre a permeabilidade entre esses papéis e suas práticas, pensando nos impactos sobre o cuidado prestado, a partir de um conhecimento situado em que gênero, raça e outras intersecções atravessam as práticas de saúde.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_400_75789752_050293.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Avanços e desafios na ética em pesquisa com seres humanos na Antropologia com a institucionalização dos CEPs/CONEP

Cleomar Felipe Cabral Job de Andrade (IFBAIANO)

Este trabalho busca refletir sobre avanços e desafios na ética em pesquisa com seres humanos na área da Antropologia, após as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde de n. 466/2012 e n.510/2016. As experiências a partir da formação acadêmica e a trajetória enquanto professora-pesquisadora dessa área, além da visão ética presente e vivenciada enquanto membro do CEP/CONEP (2021-2023), foram os caminhos percorridos para elaboração desse trabalho. Neste trabalho, a ética em pesquisa científica pode ser compreendida como um conjunto de hábitos ou comportamentos humanos que se constituem por inúmeros fatores como meios de realizações para fins almejados, isto é, são padrões de conduta (regras) decorrentes das experiências e vivências sociais e que orientam e disciplinam sobre o que é e não é socialmente aceitável. (Neves; Santos, 2018, p. 15). A reflexão ética constitui-se parte do processo formativo do antropólogo e condutora do fazer antropológico, ao ponto de instigar e fornecer aporte metodológico para diferentes áreas do saber. A Antropologia enquanto ciência da alteridade, da afirmação do outro”, da sensível relação dos sujeitos - o eu e o outro -, de como e quando se chega no chão da noite”, da difícil ação de interromper o processo e de se despedir,

de tencionar medidas para que a pesquisa contribua com a comunidade, se estrutura a partir da reflexão ética. A partir dessa ciência também é feita a reflexão sobre a escuta sensível do dizível e de como perceber o indizível”, de como respeitar a oralidade e a escrita, a palavra e o silêncio, da preservação da integridade dos sujeitos, dos corpos e das corpas divergentes, de desvelar a diversidade na pluralidade cultural. As Ciências Sociais contribuíram para que, após episódios de pesquisas desastrosas para as comunidades pesquisadas na área da saúde e da publicação de um conjunto de medidas e leis internacionais protetivas, refletissem e instituísem órgãos de acompanhamento da ética em pesquisa científica com seres humanos no Brasil. Por outro lado, posteriormente, também se viu imersa a um conjunto de procedimentos documentais e ético para o desenvolvimento de suas pesquisas, gerando avanços, como também vários desafios ao fazer antropológico. Considera-se que, dentre os avanços, a importância da responsabilidade do(a) pesquisador(a)-coordenador(a) no planejamento e desenvolvimento da pesquisa evidenciar os riscos da pesquisa. Dentre os desafios, acompanhar os impactos da pesquisa à comunidade-participante após o encerramento do projeto, como também, enquanto avanço e desafio, garantir a cobertura dos possíveis ressarcimentos de gasto e reparação de danos aos participantes da pesquisa, em pesquisas com recurso próprio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dilemas nos destinos das nossas etnografias

Daniela Velásquez (UFF)

No ano de 2017, após alguns meses de encorajamento por parte dos meus interlocutores para encaminhar a minha dissertação de mestrado sobre a comunidade do Quilombo do Grotão para o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), finalmente entrei em contato com o homem encarregado do processo de titulação da comunidade. A minha dissertação se colocava num lugar que, para a comunidade, era essencial no seu processo de reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo – dentro do instrumento jurídico disposto no artigo 68 do ADCT. O processo tomou alguns minutos entre o envio de um e-mail e uma ligação pelo telefone. A ligação, embora curta, suscitou algumas problemáticas acerca do trabalho que me outorgou o título de mestre: o encarregado do processo insinuou que pela sua natureza antropológica poderia entrar no lugar de um laudo de identificação da comunidade. O principal sentimento estimulado nessa ocasião não foi necessariamente a preocupação pelos limites do meu trabalho: tratava-se de algo entre curiosidade, estranhamento e revolta da falta do entendimento da diferença entre um trabalho de caráter científico - que deriva na obtenção de um título acadêmico- e a produção de um laudo de identificação requerido pelo INCRA – que deriva na outorga de direitos territoriais a uma comunidade remanescente de quilombo. A diferença de natureza entre essas duas produções, bem como os limites entre elas em termos de confecção, envolvimento, treinamento e autonomia, sob o meu olhar de mestre à época, aparecia abismal, como um funcionário do Estado poderia ter em mente que uma poderia substituir a outra? Este questionamento arrastou consigo um conjunto de desdobramentos analíticos associados à prática da antropologia na sua qualidade de disciplina científica bem como também no seu papel fora deste contexto. O ofício da antropologia se desdobra da pesquisa, age em algumas ocasiões no âmbito das lutas políticas e de movimentos sociais,

produzindo uma forma de responsabilização. A qual se rege por um compromisso estável e constante com o campo de pesquisa, com os nossos interlocutores – por mais próximos ou distantes que eles estejam das nossas experiências pessoais. Busco refletir acerca da plasticidade e elasticidade que se desenha nesta relação, na implicação das circunstâncias do nosso trabalho no estabelecimento de diretrizes que orientem a profissão ao mesmo tempo em que lidamos constantemente com as imposições da bioética principialista na regulação das pesquisas no interior das instituições universitárias – o lugar privilegiado do fazer antropológico e seu único espaço de regulação que ao mesmo tempo nos nega constantemente a possibilidade de nos tornarmos trabalhadores no ofício da ciência.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desenvolvimento, Ética e Campo: discursos e gestos sobre a construção da morte.

Josie da Silva Lessa (UFF)

Este artigo propõe uma conversa entre Métodos em Antropologia, ética em pesquisa e a entrada e iniciação no campo, para o desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado. Assuntos como aplicação da boa morte por parte dos profissionais médicos e não médicos, conflitos diante da inevitabilidade da morte e os discursos acionados pelos nativos deste campo. Dito isto, podemos considerar que conhecimentos antropológicos podem alterar a organização social das coisas, a emissão de luz sobre determinado objeto de estudo, dentro de uma perspectiva do objeto sociológico de estudo traz formas, olhares e reflexões que antes não haviam sido pensadas ou que devem ser repensadas. Todo exercício de retorno pode gerar uma reconfiguração de sobre como entendemos o tal objeto e no caso, aqui pretendido para pesquisa de mestrado, esse objeto chegara para todos e enquanto não chega para nós vamos vivenciando e experimentando os ensaios proporcionados por nossos conhecidos, amigos, familiares e amores – a morte. Palavras-chave: Antropologia da Morte; Cuidados Paliativos; Ética.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_519_43816299_050293.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Qual é o seu "n"? A Plataforma Brasil e um encontro conflituoso entre burocracia, ética e lógicas de produção do conhecimento

Lucas de Magalhães Freire (UERJ)

No Brasil, a burocracia de regulação da pesquisa é feito por meio do sistema CEP/CONEP, formado pela rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) ramificada pelo país e centralizada em Brasília pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), vinculada ao Ministério da Saúde. Esse sistema é operacionalizado por meio da Plataforma Brasil, um portal destinado a receber, protocolar e tramitar todo o processo de avaliação ética de um projeto de pesquisa. Assim como ocorre em outros países, essas burocracias produzem e impõem a diversas áreas do conhecimento regulamentações baseadas nos princípios particulares e na pretensão universalista da bioética, originalmente concebidas e certamente mais pertinentes para o controle dos riscos de pesquisas clínicas e experimentais no campo da biomedicina. Sendo assim, os debates acadêmicos sobre os desafios práticos e epistemológicos que surgem a partir

desses encontros/desencontros expressam tanto um conflito de éticas quanto disputas de autoridade entre os saberes biomédicos e os das Ciências Sociais e Humanas (CSH). Levando essa questão em consideração, esse paper discute a tensão entre os diferentes modos de produzir conhecimento e de conceber os procedimentos éticos e metodológicos desses dois campos vivenciada em uma interação que tive com a coordenadora (uma médica) da área de pesquisa de uma instituição da cidade de São Paulo para apresentar um projeto de pesquisa. O projeto, que foi redigido de acordo com uma série de imposições da Plataforma Brasil que não fazem sentido para uma pesquisa etnográfica, já havia sido submetido ao CEP da universidade e tinha sido aprovado. No entanto, mesmo tendo preenchido satisfatoriamente as exigências ético-burocráticas, o projeto foi extremamente mal recebido por minha interlocutora. A partir dessa cena – que chamo de um encontro conflituoso –, busco discutir de que maneira a incorporação da etnografia e de outros métodos de pesquisa de caráter qualitativo em pesquisas sobre saúde têm provocado discussões e atritos que colocam em xeque a hegemonia do campo biomédico e suas lógicas de produção do conhecimento.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Já podemos pintar? Já posso registrar? Expectativas acerca da aprovação ética de uma pesquisa com desenhos etnográficos em um ambulatório.

Matheus Piter (UFRRJ)

Nesse trabalho busco traçar uma rota de reflexões sobre a construção da minha pesquisa de mestrado, em um ambulatório em saúde, pela métrica da burocracia dos CEPs que venho submetendo meu projeto. A pesquisa pretende compor uma metodologia que incorpora a confecção de desenhos, meus e de interlocutores, na sala de espera, para fins etnográficos de abordagem e análise. As sensações de angústia e confusão no processo de submeter uma pesquisa através da Plataforma Brasil não consistiam exatamente novidades, pois, anterior ao meu ingresso no mestrado, me familiarizei indiretamente com alguns trâmites em uma pesquisa multidisciplinar, da qual fiz parte, apoiada pela própria instituição que gere o ambulatório. No entanto, atualmente, ao assumir um novo projeto como único autor (além da minha orientadora) e também incorporando meu desejo de realizar uma etnografia por meio de outra instituição (um programa de pós-graduação universitário em ciências sociais), novos desafios surgiram e também, com estes, necessidades de novas respostas para sair das pendências. Busco elaborar o que percebia antes e o que mudou agora que estou protagonizando tal imbróglgio como pesquisador-desenhador.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Ética Burocrática e o Espírito do Cartorialismo: O Sistema CEP/CONEP e suas Tramas Inquisitoriais e Cismáticas

Rosa Maria Dias de Oliveira (UFF)

O Sistema CEP/CONEP comporta inúmeras tensões e paradoxos na regulação da ética em pesquisa. A lógica emprestada ao modelo se assemelha em muito com aquela identificada por inúmeras pesquisas desenvolvidas na Antropologia brasileira sobre a Justiça e a Burocracia do Estado Brasileiro. Suas tramas burocráticas, seu viés inquisitorial, seus meandros cartoriais

fazem do sistema CEP/CONEP uma instância regulatória que encontra resistência, crítica e é, em certa medida, desvalorizado por parte da comunidade científica, em particular das Ciências Sociais e Humanas em virtude de sua ética burocrática e seu espírito cartorial. A partir de pesquisa etnográfica realizada no âmbito do CEP/Humanas da Universidade Federal Fluminense, seguindo as atividades do Curso de Extensão destinado aos estudantes e professores da Universidade com a finalidade de difundir sobre o funcionamento do sistema e da Plataforma Brasil, busco compreender uma outra dimensão presente no sistema e no interior da comunidade científica: a cisma. Diferentemente da desconfiança, que permite a transação e transição dos pontos de vista, na cisma prevalece um julgamento encapsulado que impermeabiliza a negociação das perspectivas sobre o que se avalia. Por um lado, a comunidade científica que, em boa parte, cisma que o Sistema CEP CONEP não tem serventia ou validade alguma para a governança científica da pesquisa. Por outro lado, os instrumentos, lógicas e aparatos do Sistema CEP/CONEP que reforçam o julgamento sobre os protocolos a partir de uma base cismática, ou seja, de uma suspeição generalizada e quase incontornável que culmina em fórmulas arbitrárias e repressivas de regulação da ética em pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do trabalho consiste em analisar a relação cismática produzida e reforçada pelo espírito cartorial do sistema CEP CONEP, partindo de dados etnográficos coletados em pesquisa desenvolvida no NUFEP/UFF e no INCT/InEAC.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_541_13038398_050293.pdf

GT 083: Patrimônios culturais e meio ambiente: pensando a proteção de modos de vida e territórios de povos e comunidades tradicionais

A CF 1988 consagrou entre seus princípios o reconhecimento da pluralidade étnica, social, racial e cultural, estabelecendo o direito à permanência e salvaguarda dos modos de ser, viver, fazer e expressar dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, bem como o direito de grupos específicos às terras tradicionalmente ocupadas. Contudo, entre avanços, recuos e desmanches, as políticas e rotinas administrativas voltadas para a instituição formal de territórios étnicos, para a salvaguarda de bens culturais e para a garantia de acesso ao meio ambiente equilibrado não alcançaram a proteção efetiva das práticas territorializadas que entrelaçam pessoas, culturas e ambientes. O GT colocará em diálogo pesquisas sobre direitos de povos e comunidades tradicionais, buscando refletir acerca das possíveis confluências - mas também dos limites e contradições - entre políticas identitárias, patrimoniais e ambientais. Procuraremos evidenciar essas interfaces nas estratégias de resistência aos modos de apropriação hegemônica do espaço, que esvaziam sentidos, práticas e o lastro histórico dos territórios. Serão bem-vindos trabalhos de caráter etnográfico sobre processos de reconhecimento de identidades e territórios, patrimonialização, conflitos ambientais, biodiversidade, que mostrem o tensionamento entre instrumentos normativos, a aplicação de políticas de salvaguarda, e a efetiva proteção aos territórios, aos saberes e às estratégias de vida de povos e comunidades tradicionais.d

Coordenação

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG), Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Debatedor(a)

Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular), Aderval Costa Filho (UFMG), Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Patrimônio cultural em licenciamentos ambientais: alguns casos em Minas Gerais

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

Pretendo fazer uma análise do modo como o patrimônio cultural vem sendo tratado no contexto de licenciamentos ambientais em Minas Gerais, recuperando casos mais antigos, como o da UHE Irapé, que envolveu a remoção da comunidade remanescente de quilombo de Porto Corís, como situações mais recentes envolvendo empreendimentos minerários no Espinhaço. Buscaremos pensar como, no contexto dos licenciamentos, a categoria patrimônio tem sido utilizada de modo a desconectar as práticas culturais de suas dimensões territoriais e ambientais, contribuindo para o que vimos chamando de "desmaterialização" do mundo social. Estratégias que visam a desconstituição de reivindicações em torno ao reconhecimento de sujeitos coletivos de direito e de formas diversas de ocupação territorial, e que, junto à restrição crescente das categorias espaciais do licenciamento (áreas direta e indiretamente afetadas, etc), convergem para a insegurança, a expropriação e a negação do dano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Questões sobre processos de patrimonialização das agri-culturas e os direitos às formas de vida das comunidades tradicionais do Espinhaço: como a Comunidade de Raiz nos ajuda a pensar

Ana Paula Lessa Belone (UFF)

Comunidades localizadas na região da Serra do Espinhaço Meridional, em Minas Gerais, que se autorreconhecem como apanhadoras de flores sempre-vivas e algumas delas também como quilombolas, caso da Comunidade Raiz a qual venho atuando especificamente em meu doutorado, conquistaram o reconhecimento como patrimônio agrícola mundial concedido pelo programa Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS) da FAO/ONU, título até então inédito no Brasil. Este programa se baseia nas noções de "paisagens esteticamente impressionantes", "biodiversidade agrícola", "ecossistemas resilientes" e "valioso patrimônio cultural", para operar formas de vida de comunidades sob a categoria de "sistema agrícola tradicional". Derivado diretamente deste processo de patrimonialização a nível internacional, este "sistema agrícola tradicional" também foi objeto de reconhecimento por parte do estado de Minas Gerais como patrimônio cultural imaterial, sendo que a partir deste logrou-se efetivar, como ação de salvaguarda, a elaboração do relatório de identificação e delimitação territorial (RTID) da Comunidade de Raiz. Tem-se observado nos últimos anos, que grupos etnicamente diferenciados vem acionando cada vez mais as políticas patrimoniais como estratégia de luta por garantia de direitos coletivos aos territórios tradicionalmente ocupados e aos direitos de reprodução social da diferença, sobretudo, frente a casos de conflitos deflagrados seja por

projetos de conservação ambiental, seja por projetos de desenvolvimento econômico, tal como ocorre nos contextos das comunidades apanhadoras de flores sempre-vivas. Assim, a partir de um olhar voltado à Comunidade Raiz e às políticas patrimoniais que reconheceram seus modos de vida, pretendo refletir sobre processos mais amplos de reconhecimento étnico, mostrando como comunidades vêm se movimentando, organizando e acionando as instâncias nacionais e supranacionais para acessar direitos que se vinculam às condições mínimas para sua reprodução social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

OS ENCANTADOS SUBIRAM O RIO: apagamentos, territorialidades e proteção ao patrimônio ancestral em Comunidades Quilombolas da Bahia.

Andrea Lima Duarte Coutinho (Pesquisadora), Cristiane Sobrinho Costa (Rede Makaia)

O presente trabalho traz, a partir das experiências e vivências das autoras em processos de regularização fundiária e ambiental com Comunidades Quilombolas da Bahia, reflexões sobre os apagamentos das memórias ancestrais, os danos patrimoniais materiais, imateriais e ambientais e as diversas violências e violações que se apresentam como ameaças aos modos de vida e aos territórios de povos e comunidades tradicionais. As reflexões que emergiram dessas experiências buscam compreender, a partir de um olhar engajado, as interfaces necessárias entre os Direitos patrimoniais e Direitos territoriais em Comunidades Tradicionais Quilombolas. Esta abordagem se concentra nas narrativas, memórias e conversações que emergiram durante a construção de metodologias comunitárias e participativas dos Quilombos envolvidos com os processos de regularização supracitados. Entre as metodologias utilizadas estão: cartografia social, Etnozoneamento, narrativas biográficas individuais e dos grupos, oficinas de saberes e memórias, entre outras. Nesse relato apresentaremos elementos que suscitam as interfaces do racismo, que se impõe historicamente sobre essas populações. No bojo dessas violações nota-se a permanente presença de frentes de expansão do capitalismo e dos projetos neocolonialistas empreendidos por empresas nacionais, internacionais, poder público e a crescente expansão religiosa pentecostal. Ao final apresentaremos propostas para ações relacionadas à proteção e salvaguarda dos Patrimônios em Comunidades Quilombolas, tendo como base as perspectivas dos quilombos envolvidos, assim como os novos marcos regulatórios, tanto a Portaria IPHAN Nº 135, de 20 de novembro de 2023, que dispõe sobre a regulamentação do procedimento para a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, como o Decreto Nº 11.786, de 20 de novembro de 2023 que Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, em especial o Art. 8º que enfatiza a pesquisa participativa e a difusão dos conhecimentos ancestrais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aiyé é terra sagrada: Povos de matriz africana, as feridas e curas nos territórios tradicionais

Beatriz Borges Bastos (Aedas)

A pesquisa perpassa na compreensão da territorialidade para os povos de matriz africana, os impactos e violações que vêm sofrendo em seus respectivos territórios de identidade a partir da

impossibilidade da realização dos seus rituais sagrados. Apesar das barreiras impostas pelo contexto colonial, de genocídio e epistemicídio da população e cultura negras, imposição de padrões culturais, linguísticos, sociais, ritualísticos, estéticos, alimentares e performáticos brancos e hegemônicos, esses povos resistem com características próprias. Além de resistirem, buscam subterfúgios através de suas práticas para curar o mundo, curar de uma ferida que é colonial e trouxe marcas e marcos históricos, ranços da colonialidade e de lógicas capitalistas que seguem oprimindo uma parcela (maior) da população.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_782_76565205_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Na Confluência da Roça: a construção das Políticas de Salvaguarda a partir do Conselho da Roça do Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro

Ediane Hirle (IPHAN)

O objetivo deste artigo é refletir sobre caminhos outros, capazes de criar confluências na roça indígena, reflorestada através das experiências e saberes ancestrais, associados ao que, no processo de patrimonialização institucional do IPHAN, é nominado como Sistema Agrícola Tradicional do Alto Rio Negro. Em 2014, foi formado o Conselho da Roça, com o propósito de pensar a gestão, os limites, as possibilidades e os impactos das Políticas de Salvaguarda. Esse é um importante instrumento de participação social, capaz de abrir espaço para que as narrativas do mundo indígena ressoem no Estado. Na busca de uma epistemologia, a partir das ideias de Mestre Nego Bispo em diálogo com as reflexões da antropóloga nativa Francy Baniwa e das contribuições de Elisângela, representante do Coletivo de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. Esta pesquisa convida a pensar as práticas coletivas presentes nas roças, nas danças, nos cantos e nos mitos transmitidos através da memória, bem como nas relações ontológicas com a terra e as plantas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_314_65558242_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Status das mulheres e a produção de pano marcado do povo Mandjaku, Guiné-Bissau: temas emergentes a partir do ingresso de jovens guineenses nas universidades

Ericânia Almeida Gomes (UNILAB), Natalia Cabanillas (UNILAB)

O pano marcado é o um artefato cultural da Guiné-Bissau, usados nas grandes festividades e rituais de passagem da etnia Mandjaku. Estes panos são produzidos exclusivamente por mulheres, através de marcas (bordados) sobre um pano de pinti, cujas cores e formas transmitem mensagens relativos ao contexto do ritual no qual serão utilizados. Atualmente na Guiné-Bissau, o pano marcado tornou-se fenômeno no país por fortes aderência das outras etnias e inclusive a sua inclusão nas cerimônias do Estado. A partir do acesso de jovens estudantes guineenses no âmbito acadêmico, já existem trabalhos acadêmicos sobre os panos de pinti, objeto produzido prioritariamente por homens e muito popularizado; porém, os panos marcados -apesar de serem mais importantes- ainda não tem sido objeto de pesquisa. Este trabalho estuda os significados e usos rituais do pano marcado, e como, através da sua produção, as mulheres

Mandjaku constroem um status social de reconhecimento, uma fonte de renda e uma associação com as atividades espirituais da comunidade Mandjaku. Foram realizadas até agora três entrevistas em profundidades em 2022 e quatro em 2024 através de redes sociais e de forma presencial na cidade de Fortaleza, com mulheres mandjaku originárias de Caio, que moram em Guiné-Bissau ou na diáspora no Brasil. As entrevistas foram conduzidas nas línguas crioulo e mandjaku, dependendo da preferência da entrevistada. Entre os resultados preliminares podemos afirmar que a produção de pano marcado visibiliza e reforça o papel das mulheres Mandjaku nas comunidades, desde que estes artefatos são indispensáveis nos diversos rituais, desde casamento até investidura do regulo. Este tipo de pano não é encontrado no mercado, e é comercializado apenas entre a produtora e quem solicita o trabalho, usualmente uma pessoa da família ou da vizinhança da produtora. Também podemos afirmar que possui um papel econômico na vida das mulheres que marcam o pano, pois elas o reconhecem como um ingresso complementar de relevância e que lhes permite enfrentar pagamentos de taxas de educação, entre outras coisas. Embora na bibliografia acadêmica sobre os povos mandjaku e sobre Guiné Bissau há um consenso em considerar os povos mandjaku como patriarcais, este trabalho discute a ideia de que são povos unívoca ou absolutamente patriarcais. Assim, esta pesquisa discute as formas nas quais as mulheres mandjaku constroem status e são reconhecidas através de atividades tradicionais, dos seus vínculos e participação na construção da religiosidade das comunidades às quais pertencem. O pano marcado simboliza ancestralidade e resistência de um povo que tem a oralidade como base dos seus ensinamentos e que os mantém vivos também através de linhas femininas de transmissão para gerações futuras.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_717_09694860_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas sobre o patrimônio afro-quilombola: um estudo etnográfico na comunidade de Alto Alegre, Horizonte-CE

Ester Araújo Lima da Silva (UFG)

Este trabalho visa explorar reflexões iniciais sobre a concepção do conceito de patrimônio afro-quilombola”, considerando-o enquanto um movimento que se insere no campo de disputas na guerra das denominações”, no sentido de contrariar (SANTOS, 2015) à lógica colonial do conceito de patrimônio”. Este tema é central no desenvolvimento da pesquisa de doutorado em andamento, sendo investigado sob a perspectiva das experiências e dos modos de vida na comunidade quilombola de Alto Alegre, localizada no município de Horizonte, Ceará. Com base em uma abordagem etnográfica somada às investigações conduzidas durante um pré-campo de pesquisa realizado em novembro de 2023, nos debruçamos a analisar as mobilizações comunitárias na realização das atividades em celebração à Semana da Consciência Negra intitulada Quilombo Ancestralidade Viva em Nós”. Ao longo deste evento, escolhido como tema representativo das inúmeras atividades desenvolvidas na ocasião, emergiram discussões significativas que servirão como aporte reflexivo-teórico para o embasamento da tese. Assim, a partir dessa experiência, objetivamos abordar de forma ampla a dimensão da preservação da vida como patrimônio afro-quilombola, uma temática que se destacou durante as atividades. Além disso, pretendemos explorar outros elementos, como estratégias de fortalecimento

identitário, memórias e contra a cultura (ABU-LUGHOD, 2020) e Ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005) vivenciadas no trabalho de campo. Palavras-chave: Patrimônio Afro-Quilombola. Etnografia. Quilombo de Alto Alegre. Ceará.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sistemas agrícolas tradicionais como estratégia de salvaguarda dos territórios Vazanteiros no Médio São Francisco mineiro

Fabio Dias dos Santos (UNIMONTES)

Em oposição a uma agricultura de base extrativista e subordinada ao capital internacional, os sistemas agrícolas tradicionais (SAT's) de distintos grupos étnicos têm assumido relevância nas políticas voltadas para segurança alimentar, desenvolvimento rural e patrimônio cultural. Casos específicos, se referem ao SAT das Apanhadoras de Flores Sempre Viva (MG), reconhecido pela FAO como parte dos Sistemas Importantes do Patrimônio Agrícola Mundial (SIPAM) e das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira (RJ) e do Rio Negro (AM), reconhecidos pelo IPHAN enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro. No Médio rio São Francisco mineiro, as comunidades tradicionais vazanteiras, identificadas pelos de fora como "gentes do rio" e "povos das águas e terras crescentes", em referência ao modo de vida construído na relação com este rio e ao manejo de suas ilhas e terras altas, teve seu SAT premiado pela EMBRAPA (2019) e processo de seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural imaterial aberto pelo IEPHA-MG (2023). Cabe ressaltar, o contexto de conflitos ambientais e territoriais de longa duração, vivenciados por estes grupos que envolvem, violência, esbulho e confinamento nas margens e ilhas do rio São Francisco. Conjuntura decorrente das políticas de desenvolvimento econômico e ambientais, que se referem às disputas de seus territórios tradicionais ocupados (TTO) com o agronegócio e unidades de conservação. Portanto, o presente estudo buscará refletir sobre as estratégias de resistência, utilizadas pelas comunidades vazanteiras do rio São Francisco, no diálogo com os dispositivos normativos do campo patrimonial, tendo como foco seu SAT. Para tanto, utilizamos de revisão bibliográfica, análise documental e trabalho de campo etnográfico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_303_42794342_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Radicalidade e inovação em áreas protegidas no Brasil? Retomadas em terras indígenas e territórios de uso comum à luz da conservação convivial (um projeto)

Henyo Trindade Barretto Filho (UNB)

Trata-se de um projeto de pesquisa em andamento, que visa etnografar comparativamente iniciativas radicais e inovadoras de consolidação de áreas protegidas (no caso, terras indígenas e territórios de uso comum de comunidades ribeirinhas) e de conquista de direitos territoriais, à luz da conservação convivial e de alguns subcampos da antropologia, notadamente os estudos sobre ciência e técnica. A conservação convivial se apresenta como uma abordagem à conservação da diversidade biológica e cultural que leva a sério não só as extinções de espécies em cascata, mas também as pressões estruturais do nosso sistema econômico e as violentas realidades socioecológicas e políticas cada vez mais autoritárias em que vivemos. Trata-se um

conjunto de princípios de gestão e uma abordagem pós-capitalista à conservação que tenta promover a equidade radical, a transformação estrutural e a justiça ambiental, baseados na noção de ferramenta convivial de Ivan Illich. As duas situações a serem abordadas são: (i) a área de retomada (hoje aldeia) Mãe Terra do povo Terena da Terra Indígena Cachoeirinha, no município de Miranda, em Mato Grosso do Sul, como movimento autônomo que visa conquistar o reconhecimento oficial do seu direito à terra e que está na origem da organização indígena Caianas; e (ii) a iniciativa, surgida em 2012, fruto da mobilização de uma rede de atores da sociedade civil, do movimento social e da esfera pública, de regularizar a situação fundiária de comunidades ribeirinhas no estado do Amazonas por meio de termos de concessão de direito real de uso coletivo para associações comunitárias situadas fora de áreas protegidas, sob a categoria de territórios de uso comum. A pesquisa vem sendo conduzida de modo colaborativo, respectivamente, com a organização indígena Terena Caianas (Coletivo Ambientalista Indígena de Ação para Natureza, Agroecologia e Sustentabilidade) e com a equipe do Programa de Ordenamento Territorial da ONG Instituto Internacional de Educação do Brasil, coletivos protagonistas de ambas as iniciativas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_214_61708000_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As encruzilhadas do Bará do Mercado de Pelotas (RS)

Isabel Soares Campos (Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos)

Atualmente, segundo estudos, há no estado do Rio Grande do Sul mais de 60 mil terreiros em atividade. Em Pelotas (RS), cidade considerada berço destas religiões no estado, há mais de duas mil casas religiosas de matrizes africanas. A presença significativa das religiões afro-brasileiras no contexto rio-grandense e pelotense é expressada na diversidade cultural africana que produz e reproduz o tecido social sulino. O Mercado Público é um território considerado referência simbólica fundamental para as comunidades tradicionais de terreiro e para manutenção de suas práticas sagradas, referindo-se tanto às memórias e narrativas que conectam a construção do mercado aos ancestrais escravizados, quanto pelo fato do mercado ser lugar de domínio do Orixá Bará. Em Pelotas, o Bará foi (re)assentado em 2012 no Mercado Público, ocasionando ataques racistas às sacerdotisas que estavam conduzindo o ritual religioso. Em 2015 e 2016, ocorreram as primeiras manifestações públicas em homenagem ao orixá Bará na cidade. Em 2019, a cidade recebeu a doação de uma escultura do Bará Lodê, retomando-se a manifestação religiosa denominada "Procissão ao Pai Bará", a qual ocorreu nos anos seguintes (2020-2021) a partir de um novo formato virtual devido ao contexto de pandemia. Outro marco importante de reconhecimento da relação entre o Mercado Público e as Tradições das Matrizes Africanas em Pelotas foi a instalação do adesivo na encruzilhada central, em julho de 2021, de modo a reafirmar sua territorialização. No adesivo há a ilustração de sete chaves e correntes que representam o elo de ligação ao Orixá Bará, mas também simbolizando a função do Orixá em abrir e fechar caminhos. Em junho de 2021 foi autorizada a demarcação do centro do Mercado Público com o adesivo referenciado ao Orixá Bará. No ano seguinte foi aprovada a Lei Municipal 7.025/2220 que instituiu oficialmente o dia do Orixá Bará a ser celebrado no Município de Pelotas no dia 13 de junho. Nesse sentido, o presente

estudo propõe tomar o caso do Bará do Mercado de Pelotas e o seu processo de patrimonialização, iniciado em 2023 através de solicitação do Conselho Municipal do Povo de Terreiro para tratar acerca dos desafios que se encruzilharam no caminho para o reconhecimento do bem cultural como patrimônio imaterial do estado do Rio Grande do Sul.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_309_97500970_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cadeias de Valor de plantas medicinais e de produtos da sociobiodiversidade: o desafio da inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais nos biomas brasileiros

Joseane Carvalho Costa (MDA), Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

Este trabalho tem como objetivo realizar o levantamento das economias simbólicas a serem identificadas em 31 empreendimentos de povos e comunidades tradicionais mapeados pelo projeto Articulafito, com vistas a produzir subsídios que possam orientar a formulação de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva, tendo em vista os bens materiais e imateriais envolvidos nesses processos produtivos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_862_74269675_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Controvérsias envolvendo o Parque Nacional da Serra da Canastra e os canasteiros: uma etnografia do conflito socioambiental

Juliana Mota Diniz (Instituto de Desenvolvimento Regenerativo)

Este trabalho busca compreender através de uma abordagem etnográfica o conflito socioambiental que acontece na Serra da Canastra envolvendo a população local, os canasteiros, e o Parque Nacional da Serra da Canastra sob a gestão do ICMBio. Esse conflito surge com a sobreposição do território tradicional dos canasteiros pela Unidade de Conservação, produzindo implicações definidoras nas vidas das famílias desapropriadas e no modo de vida da população local, e segue se desdobrando nos dias atuais uma vez que, devido ao fato de que o PNSC não teve a totalidade da área prevista pelo seu decreto de criação regularizada, está em curso medidas de desapropriação. O foco da etnografia é a relação entre os canasteiros e a gestão local do ICMBio com ênfase nas transformações vividas no território com a criação e ampliação do PNSC, nas mudanças experimentadas nas dinâmicas dessa relação e nas perspectivas de futuro apontadas por ela. A etnografia é apoiada por uma revisão bibliográfica da literatura antropológica que discute as imbricações entre a criação e o manejo de UCs, as perspectivas de desenvolvimento do Estado e de empreendimentos econômicos hegemônicos, os sistemas de conhecimento e modos de vida das populações tradicionais e as possibilidades que eles apresentam na busca de um pós-desenvolvimento e bem viver. As problemáticas descobertas pelos trabalhos que também abordam esse conflito e pela experiência no campo etnográfico envolvem, sobretudo, a dívida histórica do Estado e órgãos ambientais com os canasteiros devido ao autoritarismo, truculência e violações de direitos cometidas nos processos de criação e ampliação do Parque; o arcaísmo da política ambiental que insiste em um modelo de conservação de muros e cercas que infringe os direitos territoriais

das populações locais e contraria as evidências de que as populações tradicionais e seus modos de vida são responsáveis pelo estado de conservação da biodiversidade em que se encontram os territórios antes de se tornarem áreas protegidas e são, por isso, potencialmente aliadas no manejo destas áreas; o contraditório alinhamento da política ambiental com a lógica desenvolvimentista, especialmente do agronegócio e da mineração, através das medidas compensatórias de isenção de reserva legal e de impactos ambientais e sociais causados por grandes empreendimentos; os riscos em relação à continuidade do modo de vida dos canasteiros devido à sua desterritorialização e excesso de regulação sobre suas práticas produtivas; e a assimetria na disputa de interesses e saberes, técnico-científicos e tradicionais-locais, no contexto dos processos de patrimonialização ambiental através do Parque e de patrimonialização cultural através da regulamentação da produção do queijo canastra.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_996_91766353_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As ações de salvaguarda do carimbó em Alter do Chão/PA e sua interface com o turismo

Luciana Barroso Costa França (UFOPA)

O carimbó é uma das mais importantes referências da cultura paraense, que remonta – de acordo com diversos pesquisadores – ao século XVII, numa junção de elementos de dança e ritmos negros, indígenas e europeus. Desde que foi reconhecido pelo IPHAN como patrimônio cultural imaterial do Brasil, em 2014, ele tem conquistado um espaço cada vez maior. O Dossiê de Registro do Carimbó então elaborado reconhecia na região de Santarém apenas um grupo que se apresentava esporadicamente. Mas o processo de patrimonialização, que envolveu um forte movimento da sociedade civil, contagiou as pessoas que se dedicavam ao carimbó e que, até então, não se viam muito reconhecidas e valorizadas como artistas e responsáveis por trazer a público essa importante expressão da cultura popular local. De lá pra cá, nesse mesmo período em que Alter do Chão passou a se destacar como um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil, nasceram outros grupos e eventos de carimbó regulares, atendendo ao chamado de realizarem também a salvaguarda desse patrimônio. A região do Oeste do Pará, que pouco foi considerada como um lugar que abrigasse movimentos de carimbó à época da elaboração do INRC pelo IPHAN, ganhou destaque nesse universo e, nos últimos anos, toda uma rede de músicos, dançarinos, compositores, figurinistas, cenógrafos e artesãos locais se engajou no ofício de fazer acontecer o carimbó. Este trabalho pretende descrever esse movimento e sua relação com a crescente demanda por um turismo cultural na região.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O conflito ambiental envolvendo a identificação das áreas da União no rio São Francisco no Norte de Gerais: direitos étnicos, diálogos interculturais, engajamento e luta política.

Luciana Maria Monteiro Ribeiro (UNIMONTES), Elisa Cotta de Araújo (Colabora)

O objetivo é trazer elementos para compreensão do conflito ambiental e territorial envolvendo a identificação das áreas da União, na bacia média do rio São Francisco, Norte de Minas Gerais. As terras inundáveis deste rio são consideradas de acordo com a legislação federal terras



públicas da união e áreas de proteção permanente. Por um lado, reivindicadas como parte das terras tradicionalmente ocupadas por grupos de pescadores, vazanteiros e quilombolas, e por outro, por agentes ligados a empresas agropecuárias e corporações financeiras, que atuam com base numa lógica privatista. Em contexto recente, o setor agropecuário tem se articulado junto à bancada ruralista no congresso nacional para influenciar os atos de estado que visam regularizar as formas de acesso e usos dos terrenos marginais ao rio São Francisco. Desde os anos de 2008, pesquisadores do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA) têm realizado pesquisas etnográficas e assessoria junto a estes grupos que veem se mobilizando na luta por reconhecimento de seus direitos étnicos na região. A elaboração de relatórios antropológicos realizados a partir da cooperação técnica, com instituições de estado, com objetivo de subsidiar ações de reconhecimento territorial, contribuíram para pequenos avanços nos processos administrativos e reconfiguração dos conflitos e agência do agronegócio na região. Tal conjuntura, somada à publicação de ato de reconhecimento territorial do Quilombo da Lapinha, no ano de 2023, é apontada por agentes pastorais e lideranças comunitárias como marco temporal no acirramento das tensões nas áreas de estudo. Os vínculos de pesquisa com os grupos nos levaram a uma experiência de uma antropologia multissituada, ao acompanhá-los nas arenas onde os embates pela legitimidade da posse e domínio das terras marginais ao rio São Francisco acontecem. Nesta comunicação buscamos descrever as iniciativas de mobilização dos grupos, na tentativa de efetivação de políticas públicas de infraestrutura, educação e saúde para criar condições de permanência nos seus lugares de vida, frente às contestações dos direitos coletivos por parte de seus antagonistas - fazendeiros, empresas agropecuárias, entidades patronais, poder público municipal. Trazemos as indagações dos sujeitos sociais ao refletirem sobre a trajetória de luta, o campo político, o contexto de violências e a ambiguidade do estado. Buscamos refletir sobre a responsabilidade social do pesquisador, engajamentos ético-políticos envolvidos na produção de conhecimentos antropológicos e avaliar as condições de ameaça ou salvaguarda dos territórios tradicionais no médio São Francisco, e como a correlação de forças se atualiza na dinâmica do conflito diante das mudanças do cenário político nacional e internacional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cemitério dos Escravos como Patrimônio Quilombola: reconhecendo diversidades e seus modos de viver, saber e relacionar.

Lúnia Costa Dias (UFSC), Luiz Henrique Prado Campos (UERJ), Glaucon Durães da Silva Santos (PUC MINAS)

No dia 20 de novembro de 2023 o IPHAN lançou a portaria nº135 com vistas a regulamentar o artigo 216 da Constituição Federal, no que diz respeito aos processos de tombamento e salvaguarda do Patrimônio Quilombola. Nesta comunicação pretendemos analisar desafios e potências deste dispositivo na garantia de direitos dos povos e comunidades tradicionais a promoção e salvaguarda de suas histórias, memórias, seus modos de viver, saber e se relacionar. Tomamos o patrimônio como ponto focal nas disputas em torno da implantação de um megaprojeto de infraestrutura urbana de mobilidade proposto pelo governo do estado de Minas Gerais a partir de acordo firmado com a mineradora Vale S.A., o Rodoanel ou Rodominério,

como tem sido nomeado por movimentos sociais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com previsão anunciada de início das obras ainda neste ano de 2024, o projeto coleciona ações civis públicas que denunciam a violação do direito à consulta prévia livre informada e esclarecida aos povos e comunidades tradicionais da região, como previsto pela Convenção 169 da OIT. O projeto é majoritariamente financiado por recursos do acordo de reparação firmado com a Vale S.A. pelo desastre crime de Brumadinho, ocorrido em janeiro de 2019, com 272 mortes, somados a recursos de um leilão - este também alvo de denúncias - ocorrido em agosto de 2022. Dentre os territórios rasgados pelo projeto do Rodominério está o Cemitério dos Escravos, localizado no município de Santa Luzia. Território ancestral e de memória do Quilombo de Pinhões, o cemitério é patrimônio cultural material tombado em esfera municipal (2008). Propomos, a partir de análise do dossiê de tombamento e de apontamentos etnográficos das relações do Quilombo de Pinhões e de povos e comunidade de tradições de matriz africana da região com o Cemitério dos Escravos, produzir reflexões sobre os modos de tombamento do cemitério, arranjos da política de patrimônio executada no município de Santa Luzia, e, os modos, relações, saberes, desses povos com o Cemitério e as políticas de patrimônio, elencando desafios e potencialidades da política, sobretudo a partir da portaria supracitada, nas disputas em torno dos ditos projetos de infraestrutura de desenvolvimento e na garantia e efetivação de direitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O cerrado na demanda pela patrimonialização do ofício de raizeira/o

Marília Amaral (Iphan)

O objetivo do trabalho é compreender a narrativa construída em torno do bioma Cerrado e o peso da dimensão ambiental na demanda pela patrimonialização do ofício de raizeira e raizeiro do cerrado, a qual ainda não foi concluída, estando atualmente em andamento. A candidatura em questão foi proposta formalmente em 2006, quando a Associação Pacari, movimento que se autodenomina rede socioambiental formada por integrantes da sociedade civil que trabalham com saúde comunitária, cultura e meio ambiente”, acionou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a fim de obter o reconhecimento do ofício como patrimônio cultural brasileiro. Nos documentos referentes à candidatura, a associação define da seguinte maneira a atividade: os raizeiros e raizeiras do cerrado são especialistas no uso sustentável das plantas medicinais e na preparação e indicação de remédios caseiros”, detendo conhecimentos tradicionais sobre a identificação das plantas, a compreensão de seu ambiente, manejo sustentável, a maneira correta de coletar as partes usadas de cada planta, indicação e uso das plantas medicinais”. Por meio da pesquisa, é possível perceber que o bioma Cerrado e a preservação ambiental ocupam posições de destaque nessa candidatura a patrimônio cultural, conferindo unidade à diversidade de perfis de raizeiras e raizeiros, distribuídos pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. O ofício representa um modo alternativo de gestão da ecologia e o movimento pela sua patrimonialização significa uma aproximação em relação aos setores não só do meio ambiente, mas também da cultura, em busca de legitimidade para desempenhar a atividade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_840_08806559_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Não podemos deixar ela cair": memória, resistência e disputas em torno da Igreja de Santo Antônio, em Paracatu de Baixo, Mariana/MG

Maryellen Milena de Lima (UFMG)

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, provocou danos incomensuráveis ao longo do Rio Doce, como a destruição de territórios enquanto base da reprodução social, cultural e econômica de comunidades tradicionais e camponesas (Zhouri et al, 2016). A maioria das famílias que foram desterritorializadas dos seus locais de moradia está vivendo na sede urbana de Mariana. Essa é a situação vivenciada pelos moradores da comunidade de Paracatu de Baixo. A vida provisória (Lima, 2018) é marcada pela luta para recomposição dos territórios, recursos, estratégias e projetos. Além disso, em concomitância ao enfrentamento de um processo institucionalizado, burocratizado e disciplinador, que os obriga a lutarem por um novo lugar, os atingidos lidam com o descaso relacionado à conservação e à manutenção das edificações que não cederam após o rompimento da barragem e que permanecem representando espaços importantes para encontros e compartilhamentos entre vizinhos e parentes, como é o caso da Igreja de Santo Antônio - tombada em nível municipal conforme deliberação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Mariana (COMPAT), em 2016. A preservação da igreja de Santo Antônio representa a manutenção da memória, dos afetos, da identidade e do cotidiano anteriormente compartilhado. Nesse horizonte, novas dinâmicas de reterritorialização parecem emergir e a religiosidade constitui outra forma de resistência e ressignificação dos territórios. Em um contexto em que suas condições de autonomia foram retiradas, é importante apontar que os esforços dos atingidos em manter a tradição estão alicerçados na contínua dinâmica reivindicativa exigida pelos agentes protagonistas da reparação dos danos. Neste horizonte, os atingidos foram excluídos do processo de elaboração do projeto da nova Igreja de Santo Antônio que está sendo construída no reassentamento da comunidade. Fato que provocou bastante inquietação e reivindicação para que a comunidade pudesse participar do processo de construção de algo que representasse a fé, o cuidado e a partilha entre o grupo, além da importância da formação da identificação com o novo lugar coletivo. Dessa forma, o objetivo da proposta é refletir sobre os esforços dos moradores de Paracatu de Baixo para a manutenção das práticas socioculturais em torno da Igreja de Santo Antônio e o surgimento de uma nova gramática da resistência (ZHOURI, 2019). Além disso, pretende-se tecer reflexões acerca da disputa relacionada ao desenvolvimento do projeto arquitetônico da nova igreja no reassentamento e as implicações para as práticas tradicionais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_339_97560208_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O papel do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste na proteção e salvaguarda da região do Serro, MG, como território patrimonial

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO), Íria de Carvalho e Borges (UNIRIO), Sabrina Dinola (UNIRIO), Bianca Rihan Pinheiro Amorim (UNIRIO), Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

A partir da atuação do Observatório do Patrimônio Cultural do Sudeste - plataforma digital (<http://observatoriodopatrimonio.com.br/site>) criada com o intuito de formar uma rede de pesquisadores do campo do Patrimônio e contribuir para processos de proteção e salvaguarda de patrimônios culturais e ambientais no Sudeste brasileiro, focalizamos o caso do Serro, MG, região que abriga diferentes matizes patrimoniais, tanto materiais quanto imateriais. Procuramos identificar e assegurar o papel positivo das formas de proteção patrimonial, tanto no que tange ao aspecto jurídico quanto de formação de estratégias de salvaguarda às amplas e diversificadas formas patrimoniais existentes nesta região. O Serro é um município patrimonial, conhecido por ser a primeira cidade a possuir seu conjunto arquitetônico tombado pelo então SPHAN, em 1938. Além do patrimônio de pedra e cal, o município abriga uma diversidade de patrimônios culturais da ordem do imaterial, alguns registrados pelo IPHAN, outros inventariados ou em processos de registro, como as folias de reis, a festa de nossa senhora do rosário, cantos vissungos, entre outros. Esta multiplicidade de saberes e práticas tradicionais concentrados em um único território levou os pesquisadores do Observatório a cunhar o termo Território Patrimonial, buscando chamar a atenção para um caso expressivo no campo patrimonial brasileiro, ou seja, um caso de uma rede patrimonial extensa, cujos detentores dependem da inter-relação com segmentos territoriais que se complementam e que se articulam de forma orgânica, seja no que diz respeito a formas de ocupação, ou a saberes relacionados ao meio-ambiente de uma vegetação de transição entre cerrado e mata atlântica. Entretanto, essa região, com uma multiplicidade de patrimônios interligados, vem enfrentando contínuo assédio de projetos de extração de minério de ferro por parte de grandes empresas mineradoras que podem colocar em risco uma dinâmica de equilíbrio delicado. Amplo debate vem sendo travado em diferentes instâncias e, especialmente, alguns movimentos sociais e mandatos parlamentares vem chamando a atenção para os danos irreversíveis que projetos minerários de grande porte podem causar à região e seus moradores. A presente proposta visa debater sobre o papel do Observatório como uma ferramenta digital, ancorada numa ampla participação de uma rede de pesquisadores e detentores no campo patrimonial, para mediar, colaborar e ancorar um debate articulando a sociedade civil, as universidades e agências governamentais, tendo em vista a defesa do Território Patrimonial do Serro e os direitos das populações que nele habitam no sentido da tomada de decisões e do protagonismo cidadão garantidos pela Constituição Brasileira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_766_94328309_586239.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resistir ao longo do Jequitinhonha e em torno do Itambé: territorialidades quilombolas e a luta contra a mineração de ferro no Serro/MG:

Roberta Brangioni Fontes (UNIMONTES)

As comunidades quilombolas do Serro/MG estão organizadas em um movimento contra a implantação da mineração de ferro no município, enfrentando empresas que tentam impor processos de licenciamento ambiental marcados por irregularidades e violação de direitos étnico-territoriais. O Serro como território livre de mineração é o mote da resistência, em defesa de seu patrimônio histórico-cultural, suas riquezas naturais e culturais, os territórios e modos de vida de suas seis comunidades quilombolas certificadas e outras em processos de certificação. Através da pesquisa de doutoramento em curso, estamos realizando uma etnografia desde o ano de 2019, sendo um dos objetivos compreender e analisar a luta das comunidades quilombolas do Serro/MG, através do estudo das territorialidades quilombolas. O trabalho de campo foi realizado em seis comunidades certificadas pela Fundação Palmares e em uma comunidade em processo de debate sobre sua certificação. A partir das vivências e diálogos, procuramos entender as relações emaranhadas entre pessoas, as águas, o cerrado, a mata, os campos rupestres, dinâmicas de trabalho, manifestações culturais e os valores que sustentam crenças, saberes e fazeres. Compreendemos que essas relações podem ser profundamente atingidas pela chegada dos empreendimentos de mineração de ferro. Para as comunidades quilombolas do Serro, o Rio Jequitinhonha e o Pico do Itambé, que estão ameaçados por projetos minerários, são referências não-humanas de afeto e sentido do sagrado, paz e beleza, presenças entrelaçadas à vida e história de sobrevivência, liberdade, resistência e produção da vida. Outro exemplo é a produção do artesanato feito com taquara na comunidade de Queimadas, que tradicionalmente é confeccionado a partir da coleta da taquara em áreas livres de mata ou em terrenos cujos proprietários permitiam a retirada por laços de solidariedade ou parentesco. Essa prática já vem sendo afetada pela especulação fundiária no entorno, em função da mineração, e aquisição de terras por fazendeiros que não permitem o acesso para retirada da taquara. Em relação à agricultura familiar e produção do queijo minas artesanal do Serro, moradores relatam que essas atividades têm sido atingidas por causa da diminuição de água, em função da abertura ilegal de uma estrada por parte da mineradora Herculano, em área onde existem nascentes importantes para a comunidade. O estudo das territorialidades tem revelado um complexo sistema do lugar”, baseado na riqueza ambiental e cultural dos modos de vida de comunidades tradicionais do Serro e apontam os limites das classificações fragmentadas e arbitrárias dos processos de licenciamento ambiental para abarcar a proteção desses modos de vida.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões preliminares sobre a salvaguarda do patrimônio imaterial em face às normativas do licenciamento ambiental para campo do patrimônio: antes e depois de 2015

Vanilza Jacundino Rodrigues (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN)

No ano de 2015, a partir da publicação da Portaria Interministerial 60/2015 (que trata dos procedimentos administrativos que estabelece a atuação dos órgãos e entidades públicas de âmbito federal nos processos de licenciamento ambiental) e da Instrução Normativa do IPHAN 001/2015 (que trata dos procedimentos relativos ao licenciamento ambiental no âmbito do patrimônio cultural nacional), o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN

tornou-se efetivamente um dos órgãos federais intervenientes nos processos de licenciamento ambiental, em âmbito nacional e passou a abarcar todas as áreas do patrimônio, o edificado, o imaterial e o ferroviário (não somente com ênfase ao patrimônio arqueológico, como ocorria anteriormente) na análise destes processos. Esta atribuição tem como propósito proteger e salvaguardar o patrimônio cultural, quanto à possibilidade de ocorrência de impactos decorrentes da instalação e operação de diferentes empreendimentos. Contudo, nos momentos anteriores a 2015, o Instituto e suas Superintendências nos estados já atuavam amplamente nos processos de licenciamento ambiental. Com base em caso específico de Minas Gerais, pretende-se apresentar algumas reflexões preliminares, decorrentes da minha atuação nestes processos, como técnica do órgão, vinculada à área de patrimônio imaterial. Busca-se, portanto, trazer questões sobre as limitações da aplicação prática dos instrumentos normativos, no período anterior e posterior à publicação destes, em termos de princípios, critérios, formas e métodos de identificação e mapeamento dos bens culturais; de formas e entendimentos sobre a avaliação dos impactos e sobre a aplicação medidas de controle e mitigação, abordando alguns pontos coincidentes e contrastantes nos seus processos de aplicação, nos momentos distintos. Propõe-se, por fim, um exercício de reflexão sobre o modo como estas questões a serem abordadas podem ser válidas para pensar a atualização e revisão das normativas, no contexto atual.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pomerisch Ärbshaft: O processo de musealização da comunidade pomerana em Vila Pavão-ES

Vítor Ramlow de Souza (UFV)

O projeto tem por objetivo estudar os debates intelectuais e políticos em torno da criação e manutenção do Museu Pomerano Franz Ramlow, em Vila Pavão, interior do Espírito Santo. Instalado em 2005 para ser um símbolo cultural da cidade, encontra-se atualmente interdito pela Defesa Civil. O projeto se justifica por três motivações: i) contribuir com os estudos sobre a migração e a cultura pomerana no Brasil; ii) somar-se aos debates sobre preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural nacional, com especial atenção aos museus; e iii) fomentar localmente o interesse sobre a vida do museu. Parte-se do pressuposto que o museu não é somente lugar de memória, mas também um dispositivo intercultural de reinvenção das tradições. O museu pomerano abrigava aulas do idioma, oficinas de culinária, música e artesanato, atuando como um portal entre a comunidade da Vila Pavão e uma revivida Pomerânia. Espera-se, com este estudo, dar a conhecer os desafios enfrentados por um grupo étnico minoritário no processo de musealização das suas pomerisch ärbshaft (heranças pomeranas), bem como construir junto à comunidade pomerana de Vila Pavão um espaço de colaboração tendo em vista qualificar o debate público sobre a preservação e revitalização do patrimônio cultural.

GT 084: Patrimônios Culturais, Gênero e Diversidade Sexual: confluências e divergências

Nas últimas duas décadas o campo do patrimônio cultural passou por significativas transformações conceituais e políticas que impactaram de modo decisivo as formas de olhar e agir sobre este campo no Brasil. Percebemos situação análoga nos estudos sobre gênero e diversidade sexual com relação à sua consolidação e continua transformação desde meados dos anos 1980. Mas, o que dizer sobre as interfaces entre estes dois campos? Por um lado, elas parecem apontar para as práticas instrumentais e simbólicas de poder governamental estatal para manutenção de coesões morais nas bases das ordens sociais vigentes. Por outro, apresentam também os múltiplos saberes, discursos e práticas de resistência aos efeitos daquelas práticas de poder. Nesse sentido, esse grupo de trabalho pretende reunir resultados consolidados ou provisórios de pesquisas, atividades de extensão e intervenção que proponham reflexões teóricas e/ou metodológicas que ajudem a responder perguntas como: qual é o panorama atual dos estudos sobre gênero e/ou experiências da diversidade sexual nos contextos de produção cultural, situações ritualizadas, festividades ou processos de patrimonialização e musealização? Que expressões, conflitos, tensões, silenciamentos e resistências perpassam esses campos em suas interações? Como estas questões impactam a reflexão sobre coleções, museus ou fundos arquivísticos? O que este olhar pode nos oferecer como possibilidades de refletir sobre a produção de sujeitos e instituições hoje?

Coordenação

Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/IPHAN), Fabiano de Souza Gontijo (UFPA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O acervo de Natalina Cuba Barros, mulher e fotógrafa durante o Estado Novo em Portugal, no Centro Português de Fotografia, Porto

Alexandre Bergamo (UFSC), Aida Olímpia de Freitas Ferreira (CPF/PORTO/PORTUGAL)

Esta pesquisa tem por objetivo discutir a trajetória de Natalina Cuba Barros, fotógrafa talentosa, mas que, devido ao contexto da época, o Estado Novo em Portugal, deixa a fotografia de lado para assumir as funções esperadas para uma mulher de família. As fontes utilizadas para discussão são: o fundo arquivístico de Natalina Cuba Barros, pertencente ao Centro Português de Fotografia, em Porto, para o qual foram doados os seus negativos no período de 1946 a 1966; os álbuns de família organizados pela própria Natalina ainda na posse da sua filha; o depoimento de sua filha a respeito dos registros fotográficos de sua mãe, assim como os álbuns, com as provas de artista, que foram posteriormente organizados por ela após o falecimento de Natalina. O conjunto dessas fontes nos permite discutir uma série de questões relevantes a respeito das práticas sociais de registro e transmissão de memórias por meio da fotografia. Nelas podemos observar as diferenças de gênero nos registros fotográficos do período, seu aprendizado técnico e artístico durante os anos em que trabalhou no Studio Photo Stand, de 1948 a 1955, a tensão entre a memória pessoal (negativos) e a memória coletiva (álbuns de família), as relações estabelecidas entre fotografia e narrativa, e os caminhos que conduziram à patrimonialização de seu acervo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_423_97512002_032142.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O protagonismo das mulheres marabaixeiiras na produção e comercialização de bens associados ao marabaixo do Amapá.

Daniel Oliveira Terto (IPHAN), Fabio Gabriel Pereira da Rocha (UNIFAP), Lavínia Salomão Bezerra (iphan)

Em Macapá e nos municípios limítrofes de Santana e Mazagão, onde há a ocorrência do marabaixo no Amapá, com atenção às inúmeras comunidades negras rurais presentes nesses territórios, é possível verificar a circulação de artefatos oriundos da produção artesanal feita em sua maioria por marabaixeiiras, que se destinam à comercialização de objetos como representativos do universo afroamapaense do marabaixo, tais como: a caixa de marabaixo, a gengibirra, as indumentárias, colares, pulseiras, enfeites de flores, bonecos(as) marabaixeiros(as) etc. No contexto do processo de patrimonialização do marabaixo, esses bens são entendidos pelo Iphan como bens associados ao bem registrado, tanto que na fase de documentação do processo são contemplados no inventário e no dossiê de registro, bem como, após o registro são potencialmente estratégicos para a formulação das políticas públicas no âmbito da salvaguarda, que é um espaço atuação política institucional que busca garantir a promoção, valorização e a transmissão de conhecimentos sobre o patrimônio cultural imaterial acautelado. Nesse viés, conforme os dados que vêm sendo obtidos através da realização de um diagnóstico da dinâmica econômica do marabaixo com as detentoras e detentores por meio de entrevistas estruturadas, pretende-se analisar os aspectos socioeconômicos da vida das entrevistadas e entrevistados, que como produtores de bens afrocentrados busca-se compreender como se identificam com o bem registrado como Patrimônio Cultural do Brasil. A pesquisa aponta para o protagonismo das mulheres na produção e circulação desses bens associados ao marabaixo, tal como ocorre na participação social do processo de patrimonialização. No entanto, quando analisa-se o tipo de artefato produzido é possível perceber a reprodução de uma divisão social quanto ao sexo/gênero. Outro ponto importante nos resultados da pesquisa a ser analisado é o fato de que a realidade da produção e comercialização não fornece plenamente o sustento das famílias, pois a maioria dos sujeitos necessita exercer atividades profissionais paralelas para garantir melhores condições materiais de vida, como também há casos que indicam situações de vulnerabilidade social, o que nos leva a pensar que os processos de reconhecimento do marabaixo na esfera pública ainda não são suficientes para mudar a realidade dos sujeitos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres, culturas populares e política pública

Karine de Oliveira Moura (UFPB)

O Registro do Patrimônio Vivo (RPV) vem sendo instituído no âmbito de estados e municípios brasileiros há duas décadas. Sua capilarização se deu inicialmente por regiões do nordeste do país e essa política tem se destinado a mestras(es) e grupos do segmento da cultura popular e da cultura tradicional, conforme os termos de seus editais. Por meio da produção etnográfica acerca do RPV em Alagoas durante o mestrado, identifiquei uma série de tensões e assimetrias. Entre essas, o número inferior de mulheres inscritas como patrimônio vivo em relação ao de

homens foi o que deteve mais a minha atenção e foi um fator determinante para a escrita da minha dissertação. A falta de reconhecimento ou sua insipiência na esfera pública é inversamente proporcional a liderança que essas mulheres exercem dentro de seus lares e grupos e está atrelada ao fato delas estarem associadas ao lugar do cuidado. A busca pelo Estado por autenticidade para a manutenção das tradições culturais locais está predominantemente voltada à valorização de modalidades consideradas símbolos da cultura alagoana”, o que gera o reconhecimento majoritário de pessoas de determinadas grupos como é o caso do guerreiro, folguedo considerado genuinamente alagoano. Enquanto isso desigualdades sociais, como a de gênero, seguem sem ser observadas no âmbito da realização dessa política pública. A falta de sistematização de dados sobre o RPV em Alagoas é reflexo da forma como se dá a relação do Estado com o público alvo dessa política. Essa ausência implica a não observação das questões de raça, gênero e classe que estão intrinsecamente presentes quando se discute cultura popular e faz com que o Estado incorra na reprodução de desigualdades sociais ao implementar o RPV. As trajetórias de vida dessas mulheres demonstram em sua maioria a falta de reconhecimento em diversas outras atividades. Possuem pontos comuns que possibilitam discutir a partir de seus itinerários importantes questões sociais. O que na etnografia se deu teórica e metodologicamente por meio da interseccionalidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_196_35926832_032142.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Montando a Baiana: encruzilhadas de gênero, sexualidade, raça e religião no Maracatu de Baque Virado.

Kelwin Marques Garcia dos Santos (FFLCH-USP)

Nesta comunicação pretendo apresentar o desenvolvimento da pesquisa de mestrado *Baianas Ricas no Maracatu de Baque Virado: corpovocalidades entre tradição e transgressão*”, realizada no PPGAS-FFLCH-USP. Esta pesquisa, que parte também da Antropologia das Formas Expressivas, tem como objetivo perscrutar os lugares ocupados pelas baianas ricas, figura encarnada por homens gays, bichas, pessoas trans e travestis, no cortejo do Maracatu Nação. Essa figura ocupa espaços importantes tanto no séquito real das nações de maracatu, quanto nas festas, apresentações e atos políticos em que os novos grupos de maracatu participam. É a partir das décadas de 1960 e 1970 que os chamados frangos passam a ocupar especificamente a figura da baiana rica - anteriormente ocupada apenas por mulheres cis -, mas não sem ruídos nas comunidades maracatuzeiras. Uso aqui o termo frango por denotar a feminilidade dissidente corporificada historicamente por homens gays, mas também travestis e mulheres trans. É sob a exigência de entidades femininas, pombogiras, mestras de jurema e orixás, que essas novas baianas passam a desfilar nas cortes, sempre homenageando suas entidades. As comunidades nas periferias de Recife se constituem modernamente, sendo impactadas pelas lógicas sexistas que o pensamento ocidental informa. Mas ao considerá-las também enquanto comunidades de prática, é possível a pergunta: para além do sistema de gênero imposto e reproduzido colonialmente, quais lógicas de produção de corpo e gênero da diáspora movimentam, também, tais comunidades? Quais os lugares possíveis para esses femininos no universo de sentido das tradições afro-brasileiras? O que dizem esses corpos sobre

si mesmos? Considerando a proximidade das comunidades maracatuzeiras com as religiões de matrizes africanas, é importante considerar a bibliografia sobre a presença de homossexuais e transsexuais nas comunidades de santo e suas implicações. (Birman, 2005; Dias, 2017; Fry, 1982; Landes, 1947; Segato, 2000). Para lidar com essas experiências racializadas e generificadas, o transfeminismo (Nascimento, 2021) surge como uma possibilidade teórica de estabelecimento de diálogos entre o feminismo e corpos/performances dissidentes. Isso coloca a possibilidade de não alcunhar os interlocutores a partir do jogo de poder e exclusão das identidades, como aponta Berenice Bento (2006, p.205), mas esperar as categorias mobilizadas na heterogeneidade das experiências e compreender também os percursos de cada categoria. Isso porque a figura da baiana surge nas biografias ora como forma de culto às ancestrais, ora como espaço de exercício de liberdade, e por vezes como um caminho para a compreensão do próprio gênero, como no caso de mulheres trans que transicionam a partir do exercício de montar sua baiana.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_584_32221673_032142.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Viados e Caboclo Queer nas celebrações cívico-populares do Dois de Julho na Bahia

Vinícius Santos da Silva (UFS)

Depois de dezoito meses de conflitos armados entre brasileiros nacionalistas que defendiam a independência do Brasil do domínio colonial de Portugal, finalmente, em dois de julho de mil oitocentos e vinte e três as tropas populares baianas conseguiram definitivamente expulsar ou vencer pelo cansaço as tropas lusitanas de Salvador, permitindo a sua pacífica ocupação. Este acontecimento histórico protagonizado por homens e mulheres negras escravizadas, também contou com a brava obstinação da população indígena denominada de caboclos da terra”. A data desde então ficara marcada como a primeira insurgência nacionalista e popular e, duzentos anos depois, mantém-se incorporada de símbolos nacionalistas, como a própria celebração do Dois de Julho na Bahia, infestada de representações vernáculas da povo brasileiro que se expressão entre a contradição performática da formalidade cívica, popularidade religiosa e subversão moral no centro antigo de Salvador. Neste contexto, observa-se o caboclo queer”, a imaginária indígena móvel envidada e venerada, ao seu modo, pela comunidade sexo diversa numa zona efemeramente forjada no trajeto do desfile cívico na Avenida Sete de Setembro e denominada de Território da Fechação”. O ethos do Caboclo passa a se configurar no assimilacionismo divino e que tensiona os paradigmas heterossexuais outorgados ao indígena a partir do contato com o colonizador. Portanto, apresento a etnografia sobre este patrimônio imaterial artístico-jocoso, onde categorias analíticas como churria, viadeiro, viados de fanfarra e fechação impõe seus valores e significados próprios, além de imprimem uma particularidade popular e contra higienista dos movimentos culturais e revolucionários baianos. A partir de características singulares, procuro interpretar os processos intersubjetivos de independência política e rebeldia sexual dos atores envolvidos na cena para construção do dossiê de conhecimento desta expressão lúdica no livro de registros especiais associado as celebrações do Dois de Julho na Bahia.

GT 085: Pesquisas sobre infâncias a partir das cosmologias tradicionais

Em continuidade às edições anteriores, o GT agregará pesquisadores da Antropologia da Criança e áreas afins. Nesta edição reuniremos investigações realizadas com crianças a partir de cosmovisões tradicionais, tomando-as como sujeitos, privilegiando perspectivas críticas e decoloniais, que apontem saídas para o caos social e o neoliberalismo. Pesquisas situadas na virada ontológica da disciplina, atentas aos impactos do homem sobre o planeta e as relações das crianças com o ambiente, território, animais, o não-material, o sobrenatural, o não-humano e os encantados serão bem-vindas. A multiplicidade das infâncias, enquanto categoria estrutural dentro do ciclo geracional, através das experiências de povos tradicionais em terras indígenas, quilombos, sítios, florestas, reservas extrativistas, às margens de rios, APAS e até mesmo no contexto urbano, estará presente. Na interface com temas caros à antropologia - subjetividades, parentesco, cuidado, territorialidades, aprendizagens, etnicidades, religiões, turismo, meio ambiente, políticas públicas, etc – os trabalhos apresentarão soluções propostas pelos povos originários, tradicionais e ancestrais. Buscamos trabalhos que tensionem as intersecções promotoras de desigualdades (intergeracionais, etárias, raciais, classistas, de gênero e sexualidade, moradia), que desterritorializam os corpos-territórios da infância e agravam-se na contemporaneidade com crises políticas e climáticas, ameaçando a r-existência de seus grupos.d

Coordenação

Emilene Leite de Sousa (UFMA), Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Aparente e Invisível no Espelho D'água: Crianças Ribeirinhas da Amazônia Paraense

Adrea Simone Canto Lopes (Semec), Pamela Zatrepalek de Almeida (UNAMA)

O trabalho trata das questões relacionadas as crianças e as infâncias da ilha de Cotijuba, no sentido de fortalecer o protagonismo delas nas pesquisas e estudos, especialmente na Amazônia; bem como, estimular um olhar diferenciado sobre as infâncias; visto que está precisa ser compreendida como uma categoria socialmente construída, com especificidades e contextos diferenciados. O objetivo é apresentar, por meio dos desenhos, falas e textos as impressões que as crianças têm sobre suas vivências na Ilha de Cotijuba, território insular de Belém do Pará. O desenho é uma forma de linguagem e pode ser utilizado como instrumento metodológico para conhecer a realidade das infâncias e das crianças. O contexto da pesquisa aconteceu nas instituições de ensino e comunidades, envolvendo professores e crianças, com ênfase no contexto social e cultural em que as crianças vivem. As informações acerca da vida das crianças de Cotijuba revelam as construções que elas fazem do lugar onde moram. Além disso, apresentam as dificuldades enfrentadas no dia a dia, seja na escola ou no cotidiano de suas vivências.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_499_04317861_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

ENTRE DUNAS, PRAIAS E LAGOAS: a participação de crianças nas estratégias familiares de comunidades tradicionais do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses nas atividades do turismo

Ana Luiza Sousa Romeiro (UFMA), Benedito Souza Filho (UFMA)

Antes da criação do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) em 1981, essa grande região já abrigava famílias que historicamente vivem e trabalham em diferentes localidades, cujo modo de vida se consolidou a partir de saberes específicos e formas particulares de interação entre humanos e natureza. Atualmente, em um movimento de produção desse lugar-território como um local de destinação turística, os espaços naturais utilizados tradicionalmente pelas famílias têm sido apropriados por agentes políticos e econômicos e transformados em mercadorias destinadas à contemplação de turistas. Levando em consideração as intervenções do Estado, por meio dos agentes do órgão ambiental (ICMBio), a ação de agentes políticos e econômicos do ramo turístico e as transformações na vida social provocadas pelo incremento do turismo nessa região, o presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre o papel das crianças nos arranjos familiares para assegurar a reprodução social e material das famílias de Atins, uma comunidade tradicional de pescadores e marisqueiras, convertida em dos principais destinos de turistas que visitam o PNLM. Ao considerar tais arranjos como estratégias familiares para obter renda complementar às atividades tradicionalmente realizadas, o trabalho procura entender também a agência de crianças como parte das formas de resistência cotidiana das famílias para permanecer nos seus lugares de residência e trabalho.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_136_06920889_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As coisas sérias de santo: A infância e sua relação com o sagrado no Terreiro de Santana em Imperatriz-MA

Ana Sílvia Oliveira Marques (UFMA)

As crianças são parte fundamental da comunidade religiosa umbandista, contribuindo para a conservação e sobrevivência da religião. O processo de ensino-aprendizagem dentro do terreiro tem como principal característica a oralidade. O espaço reservado para elas em cada terreiro atravessa o discernimento do pai ou mãe de santo responsável pela casa em razão do compromisso assumido por este de zelar pela integridade física, moral e espiritual de seus filhos de santo. Esta pesquisa fez-se significativa por dialogar com a diversidade de perspectivas acerca da infância dentro das religiões afro-brasileiras tomando por base o Terreiro de Santana em Imperatriz no Maranhão, que recebe crianças em seus ritos, porém não realiza ritos de desenvolvimento mediúnicos até a sua maioridade. Trata-se de uma etnografia, que fez uso da observação direta e participante em cerimônias e reuniões abertas e privadas no terreiro. No cotidiano do terreiro, as crianças estão presentes em todos os espaços, brincando, dançando, circulando pelo salão e convivendo com tranquilidade com as entidades incorporadas aos médiuns. A iniciação de crianças nos terreiros não ocorre separadamente do espaço adulto e

garante a integridade física e espiritual, bem como o compromisso com os preceitos e responsabilidades que o desenvolvimento espiritual e cotidiano religioso demandam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_944_65666014_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre a casa, a rua e o imaginário: apontamentos etnográficos sobre ocupação dos espaços por crianças cabo-verdianas

André Filipe Justino de Morais (UFMT)

O presente trabalho é um desdobramento de minha tese de doutorado em Antropologia Social (A esperança do amanhã: cuidados, carinhos e castigos em uma etnografia com crianças cabo-verdianas) elaborada a partir de uma pesquisa etnográfica realizada em Praia, capital de Cabo Verde, entre 2019 e 2020. O locus privilegiado da pesquisa foi um bairro periférico da capital que cresce a partir de fluxos entre as diversas ilhas do arquipélago, por um lado, e recebendo imigrantes da costa ocidental do continente africano, por outro. O bairro constitui-se assim a partir de distâncias entre as pessoas e sua rede de relações originária, abrindo espaço para e criando a necessidade de estabelecer uma nova rede onde a solidariedade é um valor a ser cultivado. O objetivo principal desta comunicação é explorar de quais formas as crianças contribuem para a elaboração dessas redes ocupando os diversos espaços que compõem seu mundo social. Parto de dois espaços materializados, a casa e a rua, e aciono um terceiro, o imaginário, para mostrar como o mundo da criança vai paulatinamente se expandindo enquanto elas fazem relações e envelhecem no seio da comunidade mais ampla. Como pano de fundo desta análise considero uma característica bastante marcante da população do bairro etnográfico (e da população cabo-verdiana de modo geral), a saber, a circulação. A circulação de crianças, seja de modo mais definitivo através de práticas de fostering, seja de forma cotidiana, como nos trajetos entre casa e escola, por exemplo, é fundamental na manutenção de redes sociais de apoio e solidariedade, mas também opera no sentido de construção e expansão do mundo que elas elaboram para si. Por meio do mandado (categoria local que pode ser grosseiramente traduzida como um favor que se presta a alguém e que no meio infantil é fonte de prestígio), por exemplo, as crianças se inserem na lógica adulta de gerência da vida cotidiana e ocupam a rua interligando lares. Em casa, elas compõem as práticas de cuidado que fluem em múltiplos sentidos, isto é, passam a cuidar tanto quanto são cuidadas (espera-se que façam isso), apropriando-se do espaço e contribuindo para sua construção. E, por fim, a dimensão imaginária de suas andanças (que envolve lendas urbanas, mitos, figuras caricatas do cotidiano e um exercício de visualização no qual as crianças conhecem terras distantes e desvendam mistérios) constrói uma geografia subjetiva do bairro, onde forma e fronteira tornam-se bastante fluidos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

‘Ūgmū Yōg Hām xi Kakxop: Crianças Tikmū’ūn e a Retomada do Território

Barbara Viggiano Rocha da Silva (UFMG), Sueli Maxakali (UFMG), Jupira Maxakali (SESAI)

Uma das lideranças da aldeia é comunicada de uma ameaça de morte: um fazendeiro vizinho à Terra Indígena diz que mataria as crianças que invadissem seu terreno para caçar capivaras e dá um tiro à distância, para aterrorizar os Tikmũ'ũn (autodenominação dos Maxakali) que ali vivem. Autoridades devidamente acionadas, resta a incerteza sobre a possibilidade real de prevenção da violência anunciada com destemida hostilidade por homens brancos no interior de Minas Gerais. A luta pela terra sempre envolveu e impactou todas as pessoas que vivem em aldeias indígenas no Brasil, mas esses conflitos raramente são considerados em relação à uma categoria singular: as crianças indígenas. Direitos dos povos indígenas e direitos das crianças em intersecção, ao se contrastarem com as atuais condições de vida das crianças tikmũ'ũn, revelam as falhas de políticas públicas dos três poderes, bem como de problemas no convívio com a comunidade não-indígena do entorno. Questões ainda mais agravadas nos casos de retomadas recentes, que geram dinâmicas desiguais de disputa pela terra. Investigamos como o fortalecimento de valores colonialistas proposto veladamente por diversas instituições que assediam frequentemente suas aldeias está entre as causas das repetidas agressões contra os Tikmũ'ũn (Nũhũ Yãg Mũ Yõg Hãm: essa terra é nossa, 2020). Mobilizando teorias da virada ontológica (STENGERS, 2018; VIVEIROS DE CASTRO, 2018; MOL, 1999), decoloniais (CÉSAIRE, 1977; LUGONES, 2014; QUIJANO, 2014), anticapitalistas (MBEMBE, 2017; HARAWAY, 2015), antirracistas (GONZALES, 2011; SANTOS, 2015) e dialogando com pensadores indígenas (MAXAKALI, S., 2021; MAXAKALI, E., 2022; ANDRADE, 2021; CRUZ, 2017; CORREA, 2018; KRENAK, 2020; SANTOS, 2020; XAKRIABÁ, 2021; SMITH, 1999), procuramos atualizar a crítica à branquitude – presente há tempos nos discursos da intelectualidade negra do país (BENTO, 2002) – abordando a “etnofobia” brasileira por seus povos originários. Direcionamos nossas reflexões para os desafios enfrentados pelos Tikmũ'ũn, nesse contexto, para manter a qualidade da criação das crianças dentro de seus modos de vida próprios. Também tratamos da retomada do território das crianças, de suas práticas comunitárias intergeracionais e das fundamentais relações com os não-humanos sempre presentes nas aldeias: os yãmĩxop. Para tanto, nossa proposta é elaborar um texto em colaboração e diálogo com a comunidade, que ofereça perspectivas de várias gerações. Acreditamos que essa discussão contribui tanto para a literatura da Antropologia da Criança quanto do Direito, pois, como aponta Oliveira (2012), as crianças indígenas são antes indígenas que crianças e, como tais, não se podem perder de vista seus direitos diferenciados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_951_85280524_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Infâncias e patrimônios alimentares: notas a partir de dois contextos socioculturais brasileiros

Camila Guedes Codogno (IFSULDEMINAS)

Este trabalho pretende fomentar a seguinte discussão: se e de que maneira as crianças exercem papel ativo na construção dos patrimônios alimentares. Para tal, serão apresentadas vivências e representações infantis situadas em dois contextos socioculturais brasileiros: o primeiro, entre as crianças indígenas Galibi-Marworno, do estado do Amapá, com as quais realizei uma etnografia que resultou em minha dissertação de mestrado (CODONHO, 2007) e o segundo,

entre crianças não indígenas em contexto escolar na cidade mineira de São João Batista do Glória, por ocasião de um projeto de extensão voltado à execução do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), ocorrido no ano de 2018. As referências teóricas para tal intento são embasadas nos campos da Antropologia da Infância, bem como nos estudos acerca das culturas alimentares. Além disso, busca-se uma interpretação seminal do fenômeno a partir de um problema típico da modernidade: a separação (ou junção) entre natureza e cultura, como propõe Bruno Latour (LATOURE, 2019). Embora não se trate de um trabalho sistematicamente comparativo, o tema comum a estes dois ambientes versa sobre as relações estabelecidas pelas crianças com os alimentos, assunto muito pouco discutido, sobretudo no que se refere a um certo protagonismo infantil. Uma vez que os estudos recentes sobre patrimônios alimentares abarcam a discussão acerca da cultura imaterial, para além da material (UNESCO 2003), constata-se o quanto o recurso à tradição mostra-se como um mecanismo utilizado para a consolidação de narrativas identitárias, consolidação de mercados e até mesmo uma certa fetichização acerca de alimentos tidos como tradicionais. Em contrapartida à ideia de tradição”, o conceito de infância entre muitas sociedades, sobretudo as ocidentalizadas, traz consigo um certo frescor que aparentemente se contrapõe a um constructo de tradicionalismo, parecendo-nos à primeira vista estranho associar crianças enquanto agentes de elaboração e manutenção de um patrimônio alimentar. Entretanto, em ambos contextos tornou-se claro o quanto o ato alimentar entre crianças vai muito além de uma ação utilitária ligada apenas às prescrições de nutrir seus corpos através dos elementos naturais presentes na comida. Mais do que isso, há toda uma rede de saberes e significados, que incluem relações de pertencimento e poder ao redor da classificação e do manejo dos alimentos por elas acionada que as tornam grandes responsáveis pela ressignificação e manutenção das tradições. Neste sentido, o termo comedores em contexto (TORRALBA & GUIDALI 2015) traduz bem a potência contida na mobilização identitária infantil em torno dos patrimônios alimentares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_351_32916527_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

SE VER NA FOTO, VER O PERTENCIMENTO: a imagem como captura da produção de territorialidade pelas crianças do Quilombo Bela Aurora-PA/Amazônia

Cintia da Conceição dos Santos Matos (UFPA)

Resumo: este trabalho se filia às investidas da antropologia da criança para situar as crianças como agentes na organização social de seus grupos, neste caso, situo as crianças do Quilombo Bela Aurora, no município de Cachoeira do Piriá, localizado ao Norte da Amazônia Brasileira. Sendo também, o meu território, a minha casa”, como assim o vimos e sentimos. Mas, Bela Aurora, assim como as demais comunidades negras rurais deste continente, vive sob a ação histórica de apagamento colonial do pertencimento, de suas cosmologias e cosmogonias, contudo, aprendi a ver a olho nu e, agora pelas lentes de uma câmera fotográfica, que as novas gerações, as crianças, vão se apropriando e fazendo a salvaguarda do repertório ancestral e imprimindo novas leituras na cartografia do lugar. Por meio do uso da imagem, como produção de narrativas, tem sido possível observar como as crianças produzem territorialidades e agenciam novas possibilidades de recuperação de aspectos que foram apagados e que são



estruturais para a manutenção do grupo no tempo. Falo, então, neste estudo, de tradução e interpretação em primeira mão”, um exercício do olhar para as crianças como atuantes na existência da sua comunidade, como r-existentes. Cada fotografia traduz a identidade da infância quilombola e suas territorialidades, como interpretação dos fluxos e interfluxos culturais tecidos nas confluências do viver quilombola. Justifico, deste modo, a pertinência do estudo para o esforço que antropologia tem feito para identificar as concepções próprias às formas de autodefinição sociocultural dos grupos humanos, bem como a sua percepção de territórios, seus usos e valores. Assim sendo, comungo do argumento de que nenhum sujeito seja excluído de estudos que dizem respeito aos grupos dos quais pertencem. As crianças quando chegam como novatos no território passam também a narrar suas percepções, como as fotografias capturadas das crianças de Bela Aurora têm me possibilitado traduzir essas percepções em suas narrativas de diversas formas. Entre essas, a leitura que fazem dessas imagens em conexão com o pertencimento, com a representatividade e a permanência no território. PALAVRAS-CHAVE: criança quilombola; antropologia da criança; fotografia; quilombo Bela Aurora; Amazônia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Produzindo etnicidades: as crianças Gavião Phycop-Catiji do Maranhão

Emilene Leite de Sousa (UFMA)

Esta é uma pesquisa sobre a participação de crianças indígenas na preservação de seus territórios, associando para isso três importantes categorias sociológicas: etnicidade, territorialidade e infância. Esta pesquisa considera a agência de crianças indígenas na relação com seus territórios, contribuindo para a preservação dos mesmos, e sua participação na perpetuação de sua etnicidade, a partir de um estudo com as crianças indígenas Gavião do Maranhão. Para isto, problematizo a organização política e social de comunidades indígenas e a luta pelo território tradicionalmente ocupado frente à ação do projeto colonial e como essa luta está respaldada, dentre outros aspectos, na agência cotidiana de crianças indígenas. Esta pesquisa toma como ponto de partida o olhar das crianças indígenas sobre seus territórios, isto é, o modo como os representam e se apropriam deles, para demonstrar como sua participação é fundamental para a preservação destas comunidades territoriais e étnicas. A Antropologia da Criança tem destacado o protagonismo e a agência infantil como importantes mecanismos em funcionamento junto à organização social das comunidades tradicionais. Nesse sentido, interessa a pesquisa saber: Que representações as crianças têm do território e como estas representações respaldam suas ações? De que modo elas se relacionam com estes territórios? Que ações das crianças ajudam a preservá-los? Em que medida a sua agência, já reconhecida por tais comunidades, é considerada pelo Estado e pelas pesquisas que contemplam tais comunidades? Que necessidades da preservação do território tradicionalmente ocupado são reveladas pelo cotidiano infantil? Como crianças indígenas são produtoras de territorialidade e como contribuem para perpetuar etnicidades, atualizando-as no tempo e preservando-as? Até que ponto a agência infantil dá sentido a luta de homens e mulheres pelo território? Tais questionamentos têm sido respondidos à luz das teorias de etnicidade e da Antropologia da Criança e são elucidados através de uma etnografia sobre como se dá a relação das crianças

indígenas com seu território na luta pela sua preservação e como a agência infantil contribui para a organização social de territórios indígenas e para a perpetuação étnica destes povos. Produziu-se uma etnografia da participação das crianças indígenas Gavião Phycop Catiji do Maranhão na produção de territorialidades e etnicidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A produção de territorialidades por crianças Gavião Phycop-Catiji

Eula Rebeca Silva Lima (UFMA)

Esta pesquisa teve por objetivo analisar a participação de crianças indígenas do povo Gavião Phycop Catiji do Maranhão na preservação de seus territórios tradicionais. Assim, esta investigação considera a agência de crianças indígenas na relação com seus territórios e sua participação na organização social. Nesse sentido, nos interessou saber: como crianças indígenas são produtoras de territorialidade e como contribuem para perpetuar etnicidades, atualizando-as no tempo e preservando-as? Até que ponto a agência infantil dá sentido à luta de homens e mulheres pelo território? A fim de concretizar tais objetivos utilizamos como guias as teorias sobre territorialidades e os estudos da infância para a produção de uma etnografia pautada na observação participante. A partir da análise etnográfica entendemos que as crianças possuem conhecimentos próprios oriundos do contato com a terra e com a etnia, tornando-se importantes agentes de preservação e de mudança. Entre os povos indígenas a territorialidade infantil advém de diferentes conhecimentos produzidos através das brincadeiras, da corporalidade e da aprendizagem. Palavras-chave: Territorialidade, Infância, Criança indígena

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"EU VIM ESTUDAR COM A MINHA MÃE NA UNIVERSIDADE": estratégias de crianças quilombolas para que suas mães permaneçam na Universidade

Gabriela Guimarães Silva (UFPA)

RESUMO: Comungando do argumento de que as infâncias são múltiplas e diversas, e de que as crianças vivenciam experiências infantis peculiares em cada contexto no qual estão inseridas, busca-se investigar uma forma particular de se vivenciar a infância, tomando como sujeitos de pesquisa as crianças filhas de mães

quilombolas que acessam a Universidade Federal do Pará por meio do Processo Seletivo Especial-PSE. Neste trabalho, especificamente, tomaremos como objeto de análise a agência das crianças e a elaboração de estratégias de crianças quilombolas para contribuir com a permanência de suas mães na Universidade. Grande

parte dessas mães, no período do semestre letivo e, por inúmeros motivos, precisa levar suas crianças para a cidade de Belém, capital do estado do Pará, localizada no Norte da Amazônia, para que seja possível frequentar as aulas. Devido ao pouco recurso financeiro, estabelecem moradia em casas alugadas nos bairros

periféricos, como é o caso do Guamá, bairro populoso onde está localizada a Universidade, e, nesse ir e vir, possibilita às crianças a circulação entre esses espaços tão diversos e delimitados pelas fronteiras das desigualdades. A metodologia se valeu de uma observação participante para olhar, ouvir e escrever sobre

essas crianças no diálogo com elas e com suas mães. Neste sentido, a busca pelo ponto de vista das crianças, ouvir suas vozes, observar de perto seus movimentos, não significa apenas recorrer a um enfoque nas crianças, mas, sobretudo, ver o contexto sociocultural sendo dinamizado e intercambiado por suas cosmologias, ou seja, a partir do ponto de vista de crianças, contudo, sem desconsiderar a participação dos adultos ao longo da pesquisa. Os resultados parciais desta interlocução mostram a participação ativa das crianças ante às dificuldades do espaço-tempo da cidade impostas às suas experiências infantis, bem como acionam cosmologias de seus grupos na construção de estratégias junto às suas mães para que elas vençam os desafios da permanência na Universidade. As crianças quilombolas, desse modo, afirmam-se como interlocutoras de um caro debate nas ciências humanas e sociais acerca da relação da cidade com as populações tradicionais.

Palavras chave: Antropologia da Criança; Criança Quilombola; Cidade; Amazônia

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O desastre da Samarco como crise crônica: vivências de infâncias e juventudes em Mariana (MG) e os efeitos intergeracionais do rompimento da barragem de Fundão

Isadora Andrade Jammal (UFMG)

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, no município de Mariana (MG), desencadeou uma série de afetações às pessoas atingidas, que vivem cotidianamente o desastre enquanto uma crise crônica (VIGH, 2008) e lutam para terem seus direitos garantidos. Nesse sentido, os efeitos violentos não se limitaram ao momento do rompimento, mas ainda se reproduzem no tempo e no espaço, atrelados a padrões de vulnerabilidade socioambiental e ao processo de gestão da crise (OLIVER-SMITH, 1999; ZHOURI, 2023). Este trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre o desastre, pensando-o a partir de um grupo social específico: as crianças e os jovens de comunidades rurais atingidas. Tomando esses indivíduos como sujeitos de direitos, enfatizamos sua capacidade de agência em meio ao desastre e nos atentamos para as formas como as infâncias e juventudes são vividas nesse contexto. O deslocamento forçado de muitas famílias para a cidade de Mariana restringiu a liberdade de movimento dos jovens ao impor novos riscos e limites, como a impossibilidade de brincar na rua e de circular facilmente entre as casas de amigos e parentes. Por outro lado, as famílias que permaneceram na zona rural lidam com a contaminação ambiental e com o esvaziamento social dos lugares. Nessas condições, os laços de confiança e parceria estabelecidos ao longo dos anos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (Gesta/Ufmg) têm sido determinantes para a participação privilegiada em momentos que compõem o cotidiano das famílias atingidas. Ao longo da pesquisa, foi estabelecida uma interlocução não apenas com as próprias crianças e jovens, mas também com mães, pais, avós, avôs e professoras. No geral, chama atenção o modo como as relações de pertencimento às comunidades atingidas e os vínculos com o território de origem são reconfigurados em meio ao desastre. Sob esse viés, as vivências das crianças mais novas fornecem um acesso privilegiado à dimensão crônica da crise, pois para elas a experiência de ser atingido não está atrelada a uma ruptura súbita da normalidade, a partir do rompimento da

barragem, mas sim a efeitos intergeracionais. Somos, enfim, conduzidos a refletir sobre a temporalidade da crise, sobre os processos de comunicação de memórias entre gerações e de construção de identidades, entrelaçando experiências passadas e presentes às possibilidades de futuro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre infâncias possíveis, ser pequena/o hoasqueira/o: presença e participação das crianças em um núcleo da União do Vegetal

Ivana Silva Bastos Peregrino (UFPB)

Mestre Gabriel, que deu origem a União do Vegetal (UDV), preparou o chá – bebida psicoativa ingerida em rituais religiosos nas chamadas religiões hoasqueiras/ayahuasqueiras – pela primeira vez em sua casa. Colheu mariri e chacrona na floresta e voltou para casa com as folhas e o cipó em mãos, avisando a esposa que ia preparar o vegetal. Com o auxílio dela e de um dos filhos – Jair (9 anos), preparou o chá e beberam ele, Pequenina – sua esposa – e os dois filhos mais velhos, Getúlio (11 anos) e Jair. Nota-se, então, a presença das crianças preparando e comungando o vegetal desde o princípio da UDV e a importância histórica e participativa desse momento. Assim como fazia com seus discípulos, Mestre Gabriel – exemplo maior a ser seguido pelos adeptos da UDV – conversava, aconselhava e orientava as crianças, respeitando sua forma de se comunicar e usando maneiras lúdicas para isso. No entanto, apesar da relevância histórica, é possível afirmar que as crianças da UDV são consideradas hoasqueiras? Pretende-se aqui entender como é a presença das crianças, suas vivências e relevância no cenário religioso do Núcleo Conselheiro Salomão Gabriel, localizado em João Pessoa/PB. Para isso, foi realizada uma etnografia que mostrou que a União do Vegetal é uma religião espírita em que a criança, como qualquer outro indivíduo, é vista como um espírito em evolução e tem um trabalho espiritual a ser desenvolvido enquanto encarnado”. Por esse mesmo motivo a instituição defende o direito de a criança beber o vegetal, já que a União tem como objetivo trabalhar pela evolução do ser humano”. Com o crescimento da UDV e, conseqüentemente, com o fortalecimento de uma percepção mais institucionalizada, parece ter havido a necessidade de algumas mudanças e uma maior restrição na participação infantil. Então, foram colocados alguns limites como a quantidade de sessões que a criança pode participar, por exemplo. Após essa institucionalização e as mudanças que com ela vieram, vigora atualmente na União uma concepção de criança que parece estar em sintonia com a concepção predominante na sociedade, a da infância ocidental moderna. Tal condição coloca a criança como dependente e incapaz de tomar decisões ou ter uma participação mais ativa nas decisões. Apesar disso, as observações de campo também constataam que as crianças são consideradas importantes em sua condição atual neste espaço religioso, ainda que persista, para alguns, a ideia do vir a ser”, pois também ouvi in loco dizeres ressaltando que as crianças darão seguimento à religião. Empiricamente, foram vistas crianças frequentando a União do Vegetal, ocupando o espaço religioso – participando dos rituais e bebendo o chá – de forma marcante e sempre presentes na rotina do núcleo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Sou cigana puríssima": Um olhar sobre a cultura cigana a partir das crianças

Janeide da Silva Cavalcante (UFMA)

Este trabalho busca entender a cultura cigana e suas cosmologias a partir do universo infantil. Para isso, é necessário estar atenta ao modo como elas interpretam sua cultura de maneira específica, informando com uma linguagem própria do universo infantil, elementos que corroboram para a compreensão da cultura cigana. A expressão cigana puríssima foi utilizada por uma criança para evocar o cigano puro ou legítimo, que detém pais (mãe e pai) ciganos, sem a contaminação do sangue morador (o não cigano que vive na cidade). Apesar do apreço e da relevância de se ter um sangue cigano puro, é comum o casamento entre moradores e ciganos. Neste trabalho nos dedicamos àqueles sinais diacríticos que as crianças elencam e que compõem a cosmologia cigana: as relações de parentesco, casamento e moradia; as questões de aparência ou fenótipo; o idioma; e os modos de lidar com o luto e os mortos. Sob esse viés, o presente trabalho a partir de uma investigação etnográfica com crianças Calons na região Sul do Maranhão, busca identificar os elementos que colaboram para formação da identidade e pertença étnica, a partir do ponto de vista das crianças, dialogando com os estudos da infância e reforçando o seu reconhecimento da potencialidade das crianças em pesquisas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

COMO SE FAZ UMA LIDERANÇA POLÍTICA FEMININA QUILOMBOLA?: um estudo sobre o tornar-se Tucandeira pelas meninas quilombolas de Conceição de Mirindeua

Luana Mesquita de Araújo (UFPA)

Este artigo dialoga com os resultados parciais de uma pesquisa maior sobre o protagonismo da mulher quilombola na organização sociopolítica dos seus territórios em duas regiões brasileiras, Norte e Sul. Os resultados têm apontado que ao longo de séculos as mulheres quilombolas estão à frente das lutas pela garantia do território e permanência do grupo no tempo, enfrentando o cerceamento do Estado e as ameaças do grande capital. São insurgências que remontam às suas chegadas na diáspora. As mulheres do Quilombo de Conceição de Mirindeua, pertencente ao município de Moju-PA, localizado ao Norte da Amazônia brasileira, tornam-se lideranças, uma Tucandeira, após vivenciarem inúmeras experiências desde a infância sob diferentes nuances e expressividades na aprendizagem dos papéis políticos que regem a organicidade e o dinamismo do território. As Tucandeiras, em seu sentido denotativo, remetem as espécies de formigas que apresentam uma ferroadá dolorosa, além disso, se agrupam em grandes proporções e se espalham rapidamente. Esta espécie é corriqueira e popular na fauna amazônica. Outrossim, no que tange ao sentido conotativo, tal terminologia converge a uma representação geral atribuída pelas mulheres à organização política dos jambuaçuenses, institucionalizada em uma

associação de moradores, que reflete os modos e práticas das formas de atuação política das mulheres do Jambuaçu. Cabe então a pergunta antropológica: como uma menina se torna uma Tucandeira e como uma Tucandeira muda ao longo do tempo? Neste trabalho, por meio da observação participante com as crianças quilombolas de Jambuaçu, analiso o tornar-se ("becoming/become", Toren, 2004)

Tucandeira, visando traduzir e interpretar o seu sentido cosmológico no itinerário formativo de uma mulher liderança desde à infância pelo modo como as meninas agenciam a (re)produção do repertório ancestral necessário ao tornar-se Tucandeira. Como metodologia também, valho-me do que tenho aprendido em campo, para falar das crianças de outros, aciono o agô, tradução em yorubá de licença, para enveredar neste elo que intersecciona o passado-presente nas experiências das meninas que pertencem à comunidade dos jambuaçuenses.

Licença que tem me permitido compreender a importância de uma Tucandeira na sua história de longa duração.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A criança pajé e os processos educativos na doutrina espiritualista do Vale do Amanhecer: tecendo diálogos

Márcia Maria da Silva Sousa (PRIMES COOL)

Há processos educativos, ligados à religião que ainda necessitam serem conhecidos, estes processos, por sua vez, não estão dispostos, apenas nos currículos de formação atrelados ao conjunto formal. São processos educativos que ocorrem para além desses espaços, é na vivência do cotidiano, no social e dão sentido na vida individual e coletiva, para a participação escolar e comunitária de crianças e adolescentes. O estado de Pernambuco possui um pluralismo religioso, assim, se faz necessário conhecer esses processos educativos, pretendendo-se ao final desse estudo que se possa evidenciar que o conhecimento de tais práticas educativas e propostas de cursos de formação de professores amplie o diálogo em busca do enfretamento aos altos índices de evasão escolar ocasionados pela intolerância religiosa e como as crianças e adolescentes participam desse processo. Nesse sentido, espero compreender se essas práticas educativas desenvolvidas em ambientes tidos como não formais contribuem no processo de formação individual e coletiva de crianças, jovens e adolescentes, bem como se auxiliam na maneira de pensar a religião, refletir sobre geração e compreender os papéis sociais por eles desenvolvidos. Assim, analisarei as vivências educacionais da doutrina espiritualista do Vale do Amanhecer com e entre crianças participantes, os mestres coordenadores e as famílias, compreender os saberes produzidos e as trocas de aprendizagens em uma perspectiva relacional e geracional. Essa análise acontecerá no Vale do Amanhecer Aluanto, no município do Recife (PE), bairro Caxangá. Para analisar as atividades produzidas partirei da concepção de educação como um processo contínuo que acontece por meio da socialização e sem o rigor de objetivos e local institucionalizado. A análise dos dados será feita em uma interface com antropologia da infância, criança e da religião a fim de conceber a criança como um sujeito político, autônomo e produtor de cultura para assim descobrir o seu local de fala no contexto das atividades, bem como, no âmbito da religiosidade que os permeiam nos rituais, simbologias, atravessamentos e

construções de afetos. Utilizarei como métodos: entrevistas, observações, desenhos livres, temáticos e dirigidos, rodas de conversas, grupos focais, produção de croquis, fotografias dentre outros. Dessa maneira buscarei analisar se tais práticas educativas impactam ou contribuem no processo educacional, familiar e social das crianças e de que forma elas podem ser percebidas. Palavras-Chaves: Religiosidade, Crianças, Processos Educativos, Geração

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Eu sou pequenininho, mas trago os meus ensinios": uma etnografia da participação das crianças no Santo Daime

Marina Batista de Souza (UFMA)

Este trabalho tem como objetivo analisar a produção de experiências das crianças participantes de duas igrejas daimistas localizadas na região metropolitana de São Luis-Maranhão. O Daime, é uma bebida com propriedades psicoativas utilizada nos rituais de uma doutrina híbrida, o Santo Daime, que é permeada por

elementos católicos e conduzida pela dimensão musical, os hinos. No contexto em que é utilizado, o Daime é reconhecido como um Ser Divino dotado de saberes, um professor que tem suas metodologias, cujos saberes estão abertos a quem quer aprender, sobre si mesmo ou sobre o mundo espiritual. Sabemos que a infância ocupa

um lugar em tais espaços. As crianças inseridas nesse contexto têm muito o que aprender e ensinar. Através do método etnográfico e dialogando com os estudos da infância, buscamos dar voz às crianças, reconhecendo-as

enquanto sujeitos de pesquisa. Nos interessa responder: como as crianças internalizam e expandem seus próprios ensinios em um contexto religioso permeado pela relação com a natureza, com a música e com a sagrada bebida? Durante os trabalhos espirituais, as crianças permanecem brincando, enquanto se relacionam com os instrumentos musicais, as imagens de santos e as plantas, manipulando e ressignificando os objetos sagrados utilizados pelos adultos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Brincando com o Daime: Corporalidade e o lugar das crianças em uma comunidade Ayahuasqueira

Matheus Lopes Hengles (UNESP)

Buscamos refletir sobre a corporalidade e o lugar que crianças ocupam na construção e reprodução da organização social em uma comunidade ayahuasqueira, Instituto Xamânico Tupinambá Céu de Maria, objetivando entender sobre o que pode a criança no Daime, o que é ser criança no Daime e o que esta tem a nos ensinar. Para tal, propomos uma pesquisa etnográfica com crianças ayahuasqueiras, reconhecendo a agência destas na criação e negociação de regras e formas de aprendizagem que se relacionam com a comunidade daimista. Com efeito, imersos nas contribuições da Antropologia da Criança e da Sociologia da Infância, entendemos como elas são vistas neste espaço: as permissões, limitações e as formas de ressignificar. Assim, como base de nossas reflexões, trabalharemos na análise de fotografias: focando na corporalidade dos agentes; na coleta de desenhos: entrando em contato com

construções retóricas lúdicas e imagéticas de suas percepções e com entrevistas com as crianças e demais membros da comunidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A produção de infâncias no encontro com as crianças kaingang

Michele da Rocha Cervo (UNICENTRO), Danieli Finhgre Felix (UNICENTRO)

A pandemia evidenciou todas as desigualdades sociais que estruturam o Brasil e produzem formas de subjetivação da população. A discussão aqui apresentada fez parte da pesquisa "Modos de ser criança na Pandemia por COVID-19: a produção de infâncias no encontro com os territórios". Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se como referência a pesquisa-intervenção que buscou narrar as experiências de crianças indígenas da etnia Kaingang durante a pandemia, a partir da narrativa e vivência de uma psicóloga indígena em formação e sua circulação em diferentes territórios. O trabalho problematiza também os deslocamentos e encontros entre a estudante de psicologia indígena e sua orientadora branca. A produção de uma pesquisa que se localiza no campo das infâncias indígenas e que encontra um modo de produção dentro das Psicologias já traria um questionamento e campo de análise necessário para o século XXI. O que dizer sobre os modos de ser criança atravessados pela pandemia? E de que crianças estamos falando? E quando pensamos em crianças-indígenas e os efeitos da pandemia, o que encontramos? Essa pesquisa se fez através do encontro e da experiência de circulação pelas terras indígenas, como criança indígena Kaingang que a estudante foi e pelos encontros com as crianças de hoje que vivem nessas terras; pela experiência de escutar outras crianças indígenas na Casa de Passagem Indígena localizada em Irati/PR; pela escuta das crianças e mães que pudemos acompanhar nos espaços de luta e movimentos sociais dos povos indígenas. Foram consideradas para a análise as publicações e estudos sobre a temática; as observações e vivências registradas nos diários de campo a partir do estágio na Casa de Passagem Indígena, da participação nos Movimentos Indígenas, das conversas e interações com as crianças indígenas na Terra Indígena, oficinas e a produção de cartilhas informativas traduzidas nas línguas kaingang. Essas vivências e experiências compuseram narrativas que se desdobraram em duas linhas de análise: "as diferenças geracionais e temporais e não nos tratam bem" : sobre ser criança e viver na cidade". Ouvir os relatos das crianças indígenas, bem como as discussões sobre os direitos humanos dos povos indígenas afetam diretamente o modo como se produzem. As pesquisas são uma forma de devolutiva para as crianças indígenas, como aposta ética e política de ressignificação do papel delas na sociedade. E também, provocar os leitores a se deslocar da sua zona de conforto, e refletir sobre essas infâncias com um futuro incerto, produzindo pesquisas que respeitem a epistemologia de cada povo Indígena.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_343_04063650_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cosmologias Awa Guajá, Criança, Espaços e Tempos Educativos

Rosana de Jesus Diniz Santos (UEMA), Iara Tatiana Bonin (PUCRS)

Estudos de Antropologia dedicados às crianças se consolidaram, no Brasil, em especial a partir dos anos 1980, e ampliaram as possibilidades metodológicas e analíticas acerca dos processos educativos e do lugar da criança enquanto produtora de cultura. Por meio de um olhar atento para as práticas das crianças, suas rotinas, suas brincadeiras, seus afazeres, suas interações e formas de circulação, é possível problematizar entendimentos universalistas de infância e do ser criança. A presente comunicação se propõe a contribuir com o debate sobre o lugar das crianças em cosmologias de povos originários a partir de uma reflexão sobre as crianças Awa Guajá, povo indígena da Amazônia maranhense. As discussões apresentadas derivam de um processo de trabalho docente e de observação contínua de uma das pesquisadoras/autoras do texto, com os Awa Guajá, entre os anos 2000 e 2020, e se constrói a partir de registros em Diário de Campo. O objetivo é discutir as pedagogias e os processos de aprendizagem do povo Awa, entendendo que estes balizam as ações possíveis das crianças, os espaços, tempos e formas de circulação, bem como os modos de cuidar e educar nos contínuos e dinâmicos processos de produção cultural. A análise organiza-se em torno de dois eixos principais, sendo um dedicado à explicitação de contextos educativos específicos e da ação das crianças Awa e o segundo dedicado ao espaço da floresta, entendido como ambiente de aprendizagens, de conexões e de modos de viver que integra os processos culturais educativos do povo Awa Guajá.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_863_03292451_851452.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ritmos do Ritual: tornar-se tamborzeiro/a nos Reinados de Nossa Senhora do Rosário

Sueli do Carmo Oliveira (IFNMG), Fernanda Müller (UNIRIO)

Estudos antropológicos e educacionais têm direcionado sua atenção para a análise da aprendizagem em diferentes contextos de práticas sociais. No entanto, existem relativamente poucas publicações sobre religião, infância e educação. Reconhecemos que, embora as crianças frequentem assiduamente os campos onde são realizadas etnografias sobre rituais religiosos, elas são frequentemente submetidas à invisibilidade etnográfica. A falta de visibilidade das crianças nessas pesquisas sobre religião tem consequências significativas, tais como a minimização do status social das crianças e a perpetuação de estereótipos sobre as formas tradicionais de aprendizagem. Com base em uma etnografia realizada por quatro anos no Brasil, este artigo apresenta reflexões sobre processos de aprendizagem nas práticas rituais dos/as tamborzeiros/as de Nossa Senhora do Rosário de Araçuaí (Vale do Jequitinhonha/MG), grupo associado à tradição afrodiáspórica das irmandades negras erigidas no Brasil desde o século XVII. O artigo destaca as microdinâmicas rituais e os modos pelos quais os/as tamborzeiros/as adultos/as e crianças, por meio de suas performances rituais, traçam os caminhos do devir tamborzeiro e da contínua renovação e perpetuação dessa comunidade do tambor.

GT 086: Povos indígenas e experiências de construções biográficas

O GT busca reunir pesquisas que apresentem interpretações novas sobre a persistente presença e protagonismo dos povos indígenas no Brasil desde o período colonial até à atualidade. Partindo de contribuições dos campos da antropologia, sociologia, história, entre outros, buscamos reunir biografias, trajetórias, histórias de vida, autobiografias, etnobiografias. Através dessas modalidades de registros biográficos, pretendemos estimular a compreensão da complexidade das formas de participação indígena na constituição da história nacional bem como dos regimes de memória e outrificação de que foram objeto. Entendemos a produção em registro biográfico como uma ferramenta narrativa crítica, importante para compreender a articulação de comunidades, instituições, projetos políticos e utopias. Algo no sentido ao que Jacques Revel denomina “etnobiografias”. As propostas podem assim tratar de uma pessoa, um casal, uma família, um pequeno grupo ou ainda um acontecimento significativo. As transformações sociais serão tratadas como fenômenos sociais totais, envolvendo dimensões emocionais e afetivas, explorando aspectos contraditórios e ambíguos nas relações sociais, considerando também os contextos intersocietários e buscando compreender o protagonismo e a “agency” permanentemente exercida pelos indígenas.

Coordenação

Rita de Cássia Melo Santos (UFPB), João Pacheco de Oliveira Filho (UFBA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Uma semana a pé": caminhos percorridos por Dona Zeferina no cuidado com parentes Kinikinau

Aila Villela Bolzan (UFPR)

Dona Zeferina, a vovó”, como é chamada por seus descendentes coabitantes do seu entorno, é filha de pai e mãe Kinikinau. Terena, Kinikinau e Laiana são representantes atuais dos povos Chané-Guaná, de língua e etos Aruak, cujos ancestrais viviam no Chaco paraguaio e Pantanal. Esta senhora, com aproximadamente 90 anos, vive atualmente na aldeia Mãe Terra, Eno Poke´e, uma retomada no Pantanal sul-mato-grossense juridicamente identificada e declarada de ocupação tradicional Terena. Mediada por sua filha mais velha, Águeda, nos conhecemos em 2010, e na ocasião ela vivia junto a seu finado marido Miguel, filho de índio Laiana, como fazia questão de dizer. Pisando na terra, percorrendo caminhos que interligam aldeias e territórios indígenas, a biografia proposta objetiva apresentar algumas passagens da micro-história de Zeferina e da parentela dos Roberto/Moreira/Pereira. Colocando-a em diálogo com os efeitos da política indigenista brasileira nos incessantes e atuais desterramentos Kinikinau, os episódios e motivações das principais andanças narradas por ela também envolvem feitiços, parentesco, o convívio compulsório com sistemas de outras etnias e um pouco mais a ser desvendado. Para lidar com as ameaças que recaíram sobre a vida de Dona Zeferina e de sua família, a mobilidade e reordenação territorial tornaram-se modos de proteção para construir o cuidado dos seus e de si.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Histórias de mulheres e retomada: A intersecção entre gênero e memória coletiva Xokó

Ana Carolina de Assis Marinho da Silva (UFBA)

A história da retomada do território Xokó revela uma memória de mulheres produzida na luta. Essa memória é compartilhada nos atos de cuidar, zelar os santos e entidades, no cultivo do arroz, na produção de cerâmica, no ritual sagrado, na alfabetização do povo. Os atos de cuidar são uma memória prioritariamente construída por e entre mulheres. Desde suas casas, elas seguiam o percurso do barreiro, daí para as lagoas - onde tinham as plantações de arroz - passando pela igreja e pelo local do ritual sagrado. Dessa forma, suas histórias perpassam e estão representadas em todo o território. Apesar das políticas de invisibilização, quando a luta pela terra é narrada pelas mulheres, elas retomam um lugar da memória coletiva deixado à margem e revelam novos personagens, modos de existência, performances e memória. O narrar remonta o território do passado no presente e resgata histórias de resistência e protagonismos. Uma manutenção de si na história. É também através da narrativa que elas começam a se auto perceberem donas da terra”, como disse Dona Dadinha ao final de uma trajetória de vários encontros. Narrar constrói presença e se torna, assim, uma ferramenta não só de manutenção, mas de materialização de si na história. É na oralidade que elas se percebem atuantes, pertencentes, donas também do enredo narrativo. As histórias de mulheres revelam assim uma camada ainda mais profunda que se sobrepõe às suas narrativas, deflagrando a intersecção vivenciada pelo gênero.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caminhos Invisíveis: Crianças Indígenas em Manaus e a História Não Contada da Era da Borracha

Ana Luiza Morais Soares (Vanderbilt University)

Ao focar nas trajetórias de crianças indígenas em Manaus no final do século XIX, esta apresentação conta uma história da opulenta cidade da borracha que não se vê em livros didáticos nem na historiografia tradicional da cidade. Nesta narrativa, delineio a história das redes de poder relacional que orquestrou a circulação de crianças, trabalho infantil e inserção em internatos na Paris dos Trópicos”. Através da história de vida de Angela, Benedicta e Pulcheria, é possível entender num nível micro como a concessão, ou negação, da cidadania operava para as populações indígenas no período pós-independência, marcado pela crescente precarização que ainda permeia a realidade indígena contemporânea no Brasil. A história do Brasil perpetuou por muitos anos uma perspectiva das populações brasileiras como vítimas passivas ou como heróis que se sacrificaram aliando-se aos colonizadores, portanto, personagens idealizados de um passado distante. Essa narrativa histórica escrita do ponto de vista do colonizador e criada para consolidar uma ideia de nação homogênea sobre a égide do Tupi legitimou uma antropologia das perdas”. A partir dos anos 90, o campo da história indígena tem desafiado essas narrativas que relegavam os indígenas a papéis secundários na história do Brasil. Deste modo, ao enfocar possíveis construções biográficas do passado, podemos fortalecer os esforços em escrever uma história e uma realidade contemporânea embasadas em diversas vozes.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

MA'É UHUA'U IAPO PYR: modos indígenas de compor projetos

*Anderson Augusto Mota Serra (UNIFESP), Melvina Afra Mendes de Araújo (UNIFESP),
Paula Marize Nogueira Pereira (UFMA)*

Este trabalho realiza uma etnografia em relação aos modos indígenas do povo Tentehar, falantes de uma variante do Tupi-Guarani (RODRIGUES, 1986), de conceber práticas segundo a concepção de ma'ê uhua'u iapo pyr, que envolvem estratégias produzidas na relação com empreendimentos econômicos vinculados ao agronegócio e extrativismo mineral e vegetal complexificados como projetos dos karaiw. Partindo de uma experiência de pesquisa anterior na cidade maranhense de Imperatriz, junto a indígenas Tentehar, a pesquisa foi desenvolvida a partir dos discursos de interlocutores provenientes das Terras Indígenas (TI) Araribóia, Rio Pindaré e Cana Brava/Guajajara, que vêm experimentando nas últimas décadas uma série de transformações econômicas, que põem em xeque a preservação daquilo que esse povo considera importante para gerar uma “boa vida” visando a preservação da biodiversidade, humana e não humana, das terras onde vivem constituídas, em grande parte, pela floresta amazônica. Para tanto, enfocamos o ma'ê uhua'u iapo pyr, uma concepção produzida pelos Tentehar através das relações entre produção de conhecimentos apreendidos nas suas relações com os karaiw – não indígenas – e outras alteridades (outros indígenas, “não-humanos”, etc.) para lidar com os impactos ocasionados pelos projetos dos karaiw.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tikuein: não esqueci de minha gente nem do que passei

Carmen Lucia da Silva (UFMT), Carmen Lucia da Silva (UFMT), Edilene Coffaci de Lima (UFPR)

Tikuein, chamado na Nhaguarai na língua xetá, foi um dos que sobreviveu à violência do contato em meados do século passado, quando era ainda criança. A frente cafeeira naquela ocasião - vivia-se a Marcha para o Oeste, do período getulista - teve seu último impulso e violentamente alcançou os Xetá na Serra dos Dourados, no noroeste paranaense, causando o total desmantelamento do grupo em uma ação desorganizada do SPI, ou organizada apenas para removê-los do lugar, sem qualquer plano de atendimento e socorro. A partir da remoção, a vida de Tikuein foi toda atribulada: morou em várias terras indígenas, trabalhou como boia-fria no Mato Grosso do Sul, tomou parte e foi absolvido em um processo penal e envolveu-se, em diferentes momentos, desde os anos 1960, em pesquisas acadêmicas de antropologia e linguística. Buscamos aqui refazer parte de sua biografia, detalhando sua memória do contato e sua incessante luta pela recuperação de suas terras originárias. Falecido em 2005, os Xetá permanecem, quase 20 anos depois, sem terem suas terras demarcadas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Protagonismo indígena letrado: a trajetória do secretário de cabildo Primo Ybarenda (ca 1753-1786)

Eduardo Santos Neumann (UFRGS)

Nas reduções guaranis administradas pelos jesuítas no Paraguai colonial a prática da escrita estava bastante difundida entre os indígenas e foi utilizada por eles com frequência a partir do início dos trabalhos de demarcação de limites. Entre os guaranis letrados cuja trajetória dispomos de maiores detalhes destacamos a de Primo Ybarena cuja atuação localizamos evidências desde meados do século XVIII. Mesmo sem sabermos com certeza a motivação que norteou a escrita dos seus primeiros textos em 1753, o fato é que, quinze anos depois, Ybarena seguia exercendo a função de quatiáapohara, no caso secretário do cabildo

miguelista. Com a expulsão dos jesuítas da América hispânica o protagonismo desse índio letrado ganhou maior visibilidade, tanto por conta da importância de seu cargo, como pela destreza manifesta no manejo da pluma e da tinta.

Quando Francisco Bruno de Zabala compareceu a São Miguel, em 30 de julho de 1768, para acompanhar o inventário dos bens da redução, ficou surpreso com a caligrafia do escrivão de São Miguel. E, ao descrever sua entrada nessa redução, expressou a seu modo, com espanto, em uma nota à margem de um documento: el que há escrito esta carta, es indio de este pueblo y dictandole yo la há escrito.

No ano de 1786, os cabildantes da redução de São Miguel elaboram um memorial bilíngüe, em guarani e espanhol, para ser enviado ao governador. Nesse memorial coletivo de São Miguel, além do pedido de substituição do administrador Manuel Burgos, homem de poco espíritu y tanto tardo en resolver, lê-se ao final: Opa catu oyerure reco rupi Casiques chebe amoí Cherera ape Primo Ybarena ("a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarena"). Após décadas exercendo o ofício de

secretário todos os indícios sugerem que Ybarena é um exemplo singular de índio especializado na escrita. Sua capacidade letrada reflete o ensino praticado nas reduções durante o período jesuítico e poucos apresentam uma trajetória comparável à sua. Sua competência, em alguns momentos, extrapolou as atribuições usualmente conferidas a um secretário, cargo que ocupou por aproximadamente 30 anos. Ao desempenhar seu ofício ele deixou marcas, sinais de seu protagonismo no cargo que desempenhava no cabildo de São Miguel. E o conteúdo de alguns desses papéis redigidos por Ybarena sugerem que ele

desempenhou bem mais que as funções de um mero escrivão, revelando aspectos da capacidade de ação desse indígena letrado em meio as mudanças administrativas em curso na região..

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O pajé e o antropólogo indígena: de trajetórias e encontros, reescrevendo a história indígena no baixo Tapajós (Amazônia)

Edviges Marta Ioris (UFSC)

A apresentação abordará as trajetórias de vida e o encontro entre duas pessoas que foram fundamentais para o processo de reafirmação étnica e cultural que se desencadeou na região do baixo Rio Tapajós, oeste do estado do Pará, na virada para o século XXI: o pajé Laurelino

Floriano Cruz e o antropólogo indígena Florêncio Almeida Vaz Filho. Laurelino foi um último pajé de largo reconhecimento na região, oriundo do alto Rio Arapiuns, identificava-se como indígena kumaruara. Foi chefe de um extenso núcleo doméstico que constituía a comunidade de Taquara, cuja formação e organização sociopolítica e econômica estava assentada nas suas práticas xamânicas em trabalhos de cura. A sua morte em 1998 desencadeou um processo de reflexão entre seus descendentes sobre suas origens étnicas, depois de eles, em luto, ouvirem repetidamente as fitas cassetes em que havia sido gravadas longas entrevistas concedidas à Florêncio, então estudante de mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, na UFRJ, durante seus levantamentos de campo. Nas gravações, além de relatar suas trajetórias e iniciação nos trabalhos de cura, Laurelino pedia aos seus filhos e netos que não esquecessem suas origens e cultura indígena. Da escuta destas fitas, seus descendentes tomaram a decisão de reconhecer suas origens étnicas e seu pertencimento junto ao povo Munduruku, e passaram a se organizar política e territorialmente de acordo com seus preceitos étnicos. Enquanto realizava essas gravações como parte de seus levantamentos de pesquisa, Florêncio, também originário da região do baixo Tapajós, da comunidade de Pinhel, passava por um processo semelhante de reflexão sobre suas origens étnicas, quando passou a igualmente reconhecer seu pertencimento histórico ao povo Maytapú e a desenvolver um trabalho de recuperação da memória e da história do indígena no baixo tapajós, para reafirmar a sua continuidade nos dias atuais. Esse processo de reafirmação étnica e cultural que insurgiu inicialmente na comunidade de Taquara, após a morte de Laurelino, desencadeou processos semelhantes entre várias outras comunidades da região do baixo Tapajós, que também passaram a reconhecer suas origens e pertencimentos étnicos, em sua maioria, à povos que a literatura afirmava como extintos. Atualmente, cerca de cem comunidades do baixo Tapajós se reconhecem como pertencente a um povo indígena. Ao apresentar as trajetórias de vida e o encontro entre Laurelino e Florêncio objetivava-se refletir sobre estes eventos que potencializaram um inexorável movimento a reescrever as páginas da história e reinsserir a presença indígena na região. Objetivava-se também problematizar os processos de violência e apagamentos dos indígenas nos registros historiográficos e o protagonismo indígena em revertê-los.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Botocudo Kuêk E O Lugar Do Indígena Na Produção Do Conhecimento

Izadora de Souza Vieira (UFES)

O presente trabalho consiste em investigar o lugar de produção do conhecimento do botocudo Kuêk, ou Joachim Quack (1804-1834), tendo como base os trabalhos do viajante naturalista, Maximiliano zu Wied Neuwied (1782-1867), e outros documentos correlatos que remontam à trajetória do indígena. A retomada dessa etno-biografia (REVEL, 1998:22) está inserida no campo de discussão da relação de jogos de força e interdependência, tendo como fio condutor, o elo entre o contexto colonial e a política tutelar, que nos orienta para a discussão do lugar do indígena na produção do conhecimento, de alteridades e de acionamento de agências. Por meio da revisão bibliográfica documental é possível mapear e problematizar como a alteridade surge na literatura sobre os viajantes naturalistas e escritos de Maximiliano, já que Kuêk atuava como

auxiliar em na descrição etnográfica do litoral brasileiro e quais os mecanismos são acionados pelo sujeito indígena na construção dessa relação. A busca e elaboração desses elementos, por vezes, implícitos, nos permite construir uma biografia sob um viés histórico que se atrela a constituição da fundação da nação. Cabe destacar por fim, a importância da retomada de uma trajetória indígena do contexto colonial como subsídio no processo de reconstituição de direitos, memória e território dessas populações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um personagem histórico e múltiplas representações

João Pacheco de Oliveira Filho (UFBA)

Um menino Bororo foi adotado por uma dama da alta sociedade, na Corte Imperial no Rio de Janeiro, na década de 1880. Em um trabalho anterior, eu havia discutido a complexa relação de adoção instituída, considerando que o indígena foi efetivamente integrado à família como filho e sucessor. O que pretendo aqui explorar é algo bem distinto: como foram construídas os múltiplos registros sobre esta criança. AS fotografias feitas por Marc Ferrez retratam o menino sozinho ou em companhia de outros indígenas; uma tela, feito por pintor anônimo e depositada no Museu Nacional, o caracteriza como um gentleman; cartões postais e cartões de visita reaproveitam a sua imagem com finalidades diversas. Rompendo com qualquer pretensão de autenticidade, a pesquisa procura refletir sobre os Bororo e a sociedade brasileira dessa época.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os pioneirismos de Joenia Wapichana: impactos de uma trajetória no cenário político nacional

Leonara de Araújo Alves (UFPB)

O presente trabalho se propõe a apresentar uma etnobiografia de Joenia Wapichana, destacando três pioneirismos desta no cenário político nacional, a saber: a atuação enquanto primeira advogada indígena do Brasil; o mandato parlamentar sendo a primeira deputada indígena a ocupar um assento na Câmara dos Deputados; e o recente marco de ser a primeira mulher indígena a presidir a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Compreendendo que a etnobiografia revela muito além de uma narrativa linear e individual, e buscando romper com as dicotomias imperantes de indivíduo versus sociedade, subjetivo versus objetivo (KOFES, 2015), a etnobiografia é aqui tratada como o diálogo permanente entre as experiências do indivíduo e as possibilidades da cultura (GONÇALVES, 2012). Enxergando as contribuições que a etnobiografia oferece para o campo antropológico, e endossando a fala de Kofes de que onde há um nome, há um conjunto de relações (p. 33), a discussão sobre a trajetória social de Joenia Wapichana pretende corroborar para a emergência de narrativas outras sobre as populações indígenas, sobretudo no que se refere às participações 一 por séculos impossibilitadas 一 no âmbito das instituições públicas brasileiras, demonstrando como a atuação de Joenia em cargos políticos de destaque impacta, através da representatividade, outros circuitos e a própria história. GONÇALVES, Marco Antonio. Etnobiografia: biografia e etnografia ou como se encontram pessoas e personagens. In: GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (Orgs.). Etnobiografia: subjetivação e etnografia.

Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012, p. 19-41. KOFES, Suely. Narrativas biográficas: que tipo de antropologia isso pode ser? In: KOFES, Suely; MANICA, Daniela (Orgs.). Vida & grafias: narrativas antropológicas entre biografia e etnografia. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015, p. 20-39.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_281_27582996_241479.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

João Henrique Elliott e a biblioteca invisível de Curt Nimuendajá

Pablo Antunha Barbosa (ufsb)

O objetivo desta apresentação é trazer informações a respeito de João Henrique Elliott, sertanista norte americano que se radicou no Brasil onde viveu entre 1830 e 1880 aproximadamente. Elliott tem uma vasta obra dedicada aos povos indígenas das antigas províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, particularmente aos povos Guarani e Kaiowa. Inclusive, ele escreveu um importante texto sobre deslocamentos que esses povos realizaram na metade do s. XIX em direção ao leste, deslocamentos que estavam relacionados com a política de aldeamento do Império. Paradoxalmente, este trabalho permanece completamente esquecido e ignorado. De alguma forma, isso se deve a recepção da obra de Curt Nimuendajá, outro estrangeiro que também se radicou no Brasil. Nesta apresentação, tentaremos explorar alguns elementos que nos ajudam a entender como a obra de Elliott foi sendo progressivamente esquecida pela antropologia, mas particularmente pelos guaraniólogos contemporâneos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A saga de Mestre Roque Tuxá Setsor Bragagá e sua família, a reconstituição da viagem da volta.

Reginaldo Cordeiro dos Santos Junior (PUC MINAS)

Este trabalho, a reconstituição da viagem da volta, é parte da minha pesquisa de doutorado, realizada com o povo indígena Tuxá Setsor Bragagá de Pirapora, Buritizeiro, MG, no período de 2019 a 2024. A viagem da volta (Oliveira, 2004; 1994), aborda o problema histórico relacionado ao reconhecimento dos povos indígenas do Nordeste pelo Estado e pela sociedade brasileira. Este problema se constitui através da disseminação da ideologia colonial de que na atualidade, não existiria mais povos indígenas no Nordeste. O que há na sociedade, segundo Oliveira (1994), (...) de fato é a reiteração de uma insatisfação do não-especialista com o uso técnico do termo índio, que não coincide com (...) (Oliveira, 1994, p. 5) a realidade dos povos indígenas do Nordeste. Proponho apresentar, a saga da liderança indígena, Mestre Roque Tuxá Setsor Bragagá e de sua família, através do que denomino a reconstituição da viagem da volta. Esta reconstituição, diz respeito ao refazer etnográfico, com foco na memória e identidade, do percurso feito pelo Cacique e liderança indígena Tuxá, Mestre Roque e sua família, desde a sua saída na década de 1950, da aldeia mãe em Velha Rodelas -

Bahia, no intuito de instruir a diáspora dos Tuxá Setsor Bragagá desde do Velho Chico de Rodelas ao Velho Chico do norte mineiro, em Pirapora/MG. O objetivo do que denomino a "reconstituição da viagem da volta é compreender o processo de territorialização a partir da história de vida de Mestre Roque de sua ramagem e como ele organizou a vida, criando essa unidade política e religiosa denominada povo indígena Setsor Bragagá de Pirapora - Buritizeiro - MG.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_819_37863043_241479.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Muyrã-Ubi e Iratembé na formação da Paraíba. Atualizando memórias, recriando personagens históricos desde uma nova perspectiva.

Rita de Cássia Melo Santos (UFPB)

Muyrã-Ubi e Iratembé foram duas mulheres indígenas fundamentais à formação das capitâneas de Pernambuco e da Paraíba durante o século XVI. A primeira, casada com Jerônimo de Albuquerque, cunhado do presidente da província de Pernambuco, foi responsável por uma vasta linhagem de descendentes que ocuparam diferentes cargos públicos e chefiaram missões de conquista nas províncias ao Norte. Conhecida como uma das mães do povo brasileiro, juntamente com Paraguaçu, na Bahia, e Bartira, em São Paulo, sua atuação remete aos mitos da origem indígena brasileira. O rapto de Iratembé por um mameluco deu início a uma série de conflitos que ficou conhecido como a Tragédia de Tracunhaém”, ocorrida em 1574, e da qual desencadeou o processo da criação da província da Paraíba a partir de sua separação territorial da província de Pernambuco. Ambas, apesar das recorrentes referências em documentos e acervos históricos, não possuíam biografias sistematizadas tampouco imagens iconográficas que as representassem. A partir do projeto de extensão e pesquisa intitulado Trajetórias indígenas como caminho para educação das relações étnico-raciais na Paraíba (UFPB, 2017-2020) e do qual resultou o livro paradigmático *Muyrã-Ubi e Iratembé na origem da Paraíba* (Ed. ASES, 2023) pretendo nesse artigo explorar o processo de pesquisa de dados e de construção biográfica para figuras indígenas recuadas no tempo, bem como os princípios adotados para a construção da iconografia realizada e seus impactos no segmento infanto-juvenil a que se destina o material produzido. Em um segundo plano, pretendo ainda refletir sobre o papel a ser desempenhado pela antropologia no ensino básico. Apesar de não constituir uma disciplina obrigatória, sendo sua abordagem realizada de modo indireto a partir do ensino da sociologia no ensino médio, o presente artigo pretende refletir sobre os alcances de sua contribuição em consonância com as diretrizes estabelecidas a partir da lei 11.645/2008. E, por fim, recuperando os debates sobre antropologia pública, pretendo discutir caminhos alternativos à atuação do antropológico já consolidada em trabalhos técnicos (a exemplo da produção de laudos, relatórios, assessorias entre outros), reinserindo-a na arena mais ampla da educação de jovens e adultos e o papel de combate à desinformação potencializada nos últimos anos sobretudo a partir da disseminação de fake news acerca dos povos indígenas e que re-atualizaram antigos e arraigados preconceitos contra esses povos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No Alto Rio Negro, contar histórias de vida de mulheres que fazem cerâmica é reconhecer o protagonismo etnopolítico feminino

Sileusa Natalina Menezes Monteiro (UFAM), Maria Helena Ortolan (UFAM)

Sileusa Natalina Menezes Monteiro (UFAM/AMAZONAS/BRASIL) Maria Helena Ortolan (UFAM/AMAZONAS/BRASIL) Neste trabalho, as autoras pretendem trazer para o GT 086 suas reflexões sobre a importância etnográfica de fazer conhecida as histórias de vida de mulheres Tukano e Dessana que fazem cerâmica no Distrito de Taracúá/Rio Uaupés por proporcionar uma compreensão antropológica do fazer etnopolítico feminino no Alto Rio Negro. No atual momento histórico das relações interétnicas no Brasil, reconhecemos que é ainda maior a relevância de escolher estas mulheres para contar suas histórias por suas ações não possuírem o mesmo destaque político nacional e internacional que outras lideranças femininas com papéis relevantes em espaços públicos tanto governamentais (por exemplo, no Congresso Nacional, Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI, SESAI, etcn.) como não governamentais (por exemplo, organizações indígenas de representatividade regional e nacional, Fóruns nacionais e internacionais, redes sociais). As histórias de vida das mulheres produtoras de cerâmica no Alto Rio Negro abordam mais do que feitos pessoais, por demonstrarem como a história dos povos indígenas no Brasil é composta por ações cotidianas de resistência que são praticadas nos contextos das relações interétnicas locais e regionais nos quais os povos indígenas estão inseridos. Ou seja, falar das experiências de vida destas mulheres fazedoras de cerâmicas no Alto Rio Negro é reconhecer historicamente a importância do protagonismo etnopolítico feminino quando "da carne da terra se faz a cerâmica". Uma das autoras deste trabalho, Sileusa Natalina Menezes Monteiro, pertencente ao Povo *#407;mɨkomahsã* (Dessana), tem a história de sua família entrelaçada com a história destas mulheres. Seu avô paterno Siripó foi um dos primeiros alunos interno da Missão Salesiana do Distrito de Taracúá, no Rio Uaupés, junto a Foz do Tiquié. Por ter aprendido marcenaria e trabalhos de pedreiro, foi requisitado a morar na Missão para ajudar na construção da igreja e das instalações do internato feminino. Seu pai Diakuro, que foi aluno interno da Missão Salesiana de Taracúá desde seus 09 anos, conheceu na juventude sua mãe Yusio Josefina Menezes, do povo Tukano da aldeia Serã Yoã – Ananás, localizada no Baixo Rio Uaupés, e constitui uma família com sete filhos (seis meninas e um menino). A história de vida dos familiares de Sileusa, assim como das mulheres fazedoras de cerâmicas em Taracúá, é exemplar dos desafios cotidianos que Tukano e Dessana enfrentaram para manter sua diversidade étnica em um contexto histórico de imposição cultural do modo de vida ocidental. São estes enfrentamentos que continuam desafiando as mulheres Tukano e Dessana que fazem da cerâmica seu protagonismo etnopolítico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_522_10678463_241479.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cacique Guiragibe: protagonismo e silenciamento indígena na história da Paraíba

Valclécia Bezerra Soares (UFPB)

A história do Brasil se estrutura a partir da celebração de heróis nacionais, episódios marcantes, monumentos, que constituem os lugares de memória (Nora, 1989), seguindo o cortejo dos vencedores (BENJAMIN, 1994), cujos papéis centrais são ocupados pelos colonizadores em detrimento das populações indígenas. Discursos produzidos pela historiografia, em sua maioria, ressaltam feitos de grandes personagens que teriam sido responsáveis por expedições, batalhas, conquista e expansão de territórios. A partir de um levantamento bibliográfico sobre a História da Paraíba e da identificação da presença indígena como elemento central em sua formação, esse trabalho busca compreender a trajetória do cacique Guiragibe e sua relação com o contexto em que viveu. Dentro das narrativas contadas pela história, foram realizadas buscas por vestígios dos povos indígenas em especial do cacique tabajara Guiragibe que viveu no século XVI, para, a partir desses fragmentos, construir uma narrativa que possa apontar para a presença indígena na conquista da Paraíba. A pesquisa contou com poucas informações, mas com registros recorrentes sobre a presença de Guiragibe no primeiro século da colonização, estabelecendo alianças com portugueses e com os Potiguaras, nas expedições de expansão do território, em construções de fortificações e engenhos etc. A menção ao seu nome é frequente, mas a ausência de informações mais precisas é sintomático do processo de silenciamento e apagamentos desses grupos. O objetivo desse trabalho é proporcionar um espaço para novas interpretações das narrativas oficiais que possibilitem a compreensão dos povos indígenas no Brasil, em especial na Paraíba, como sujeitos ativos, cujas ações foram não só indispensáveis para concretização do projeto colonizador, fornecendo outras possibilidades de leituras históricas e antropológicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A pós-memória de Içá-Mirim: o legado do jovem carijó na Normandia

Vanessa Pastorini (USP)

Binoit Paulmier, também conhecido como Içá-Mirim ou Essomericq, foi o filho do cacique carijó Arosca levado à França no século XVI a bordo do navio L' Espoir. O combinado entre o capitão e o cacique, dizem, era o jovem aprender o manuseio das armas de fogo e ser devolvido ao seu povo passadas vinte luas. Entretanto, o trato não pode ser respeitado devido a um incidente com o navio, fazendo do jovem Essomericq o primeiro indígena a pisar na Normandia e aí viver. Tendo se tornado um aristocrata, a vida do batizado Binoit Paulmier ilustra o que poderia ter sido o bom-contato', tendo vivido 95 anos e deixado um legado no território francês (Perrone-Moisés, 1999). Apesar de não possuirmos documentos do próprio Essomericq, as produções da pós-memória dos seus descendentes servem de ponto de partida para a releitura dessa história: uma do seu bisneto, o abade Jean Paulmier (1673), e outra de Dorothée de Linares (2018), catorze gerações posteriores. Os estudos da memória e as pesquisas que vêm sendo realizadas no âmbito da pós-memória atuam como importante base teórica para mapearmos as significações que atravessam os discursos presentes em diferentes regimes de memória do período colonial. Com efeito, acreditamos, por meio destes documentos, vislumbrar os impactos da presença de um indígena carijó na vida dos seus descendentes, além de lançarmos luz sobre uma situação extraordinária: a de um indígena brasileiro que se tornou aristocrata e deixou um longo legado às gerações futuras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Biografias Panhĩ e Mehĩ: a participação política das mulheres indígenas no Tocantins - TO

Welitania de Oliveira Rocha (Incti)

O presente trabalho se relaciona com os estudos que enfocam nas construções etnobiográficas, trajetórias e histórias de vida. A pesquisa tem como objetivo refletir sobre a trajetória da liderança e cacica do povo indígena (um dos povos Krahô), autodenominados de Mehĩ; Creuza Prumkwyj Mãkraré, é cacica, liderança, educadora e pesquisadora, seus trabalhos versam sobre os resguardos, a pajelança e a saúde das mulheres, tendo como principais frente de atuação a temática da saúde das mulheres e educação. Sua sagacidade se reflete no poder de articulação entre os mundos e a partir das construções adquirida por suas

redes de relações. Antes de aprofundar pontos sobre a trajetória da cacica, tenho que marcar que a minha inserção no campo aconteceu a partir do diálogo com uma mulher de outro povo e que por coincidência são parentes próximas e possuem o mesmo nome de Cupê (não indígena) ambas são Creuzas. A mulher, é Nhiro Panhĩ; Apinajé, cacica do povo indígena Apinajé, foi com ela que caminhei por mais de 8 anos entre graduação e pós-graduação. Assim, primeiro busquei entender como era a política feita entre os Panhĩ;

sobretudo, para perceber como as mulheres faziam política, tendo em vista as interações com os não-indígenas faziam esse parecer algo essencialmente masculino. Caminhando com Nhiro (Creuza Panhĩ;), pude conhecer outras cacicas, fazer entrevistas e construí um trabalho sobre a atuação dessas mulheres como cacicas, especialmente com a Nhiro, que me recebeu, me ensinou, me acolheu e escreveu comigo os caminhos da pesquisa (ROCHA, 2016, 2019). Nestes trabalhos, busquei refletir sobre as tarefas das mulheres, os conhecimentos e o prestígio social que elas têm e como tais elementos as definem e são importantes para elas e para a comunidade, desencadeando o seu reconhecimento.

Agora, com as mulheres Krahô, a partir do diálogo com a cacica Prumkwyj, que como citei acima é parente da cacica Nhiro Apinajé, busco compreender o movimento político das mulheres entre estes dois povos. Creuza

Prumkwyj é Mãkraré (um dos povos Krahô), ela nasceu em 1971 na Aldeia Galheiro à sombra de um grande Pé de Jatobá (Tehcré); o Sol forte do meio-dia se fazia mais intenso, e naquele momento, em suas próprias palavras, nascia mais uma mulher indígena sofredora nesse mundo (KRAHÔ, 2017). Sobre a Prumkwyj, destaco o poder de articular pessoas e criar rede de apoio, como que ela construiu em 2020 para defesa da saúde das mulheres e foi de fundamental importância para enfrentar os desafios do período pandêmico. Com isso, o

trabalho busca evidenciar a participação política e a política feita pelas mulheres através da análise etnobiográfica sobre a trajetória da cacica Creuza Prumkwyj Mãkraré.

GT 087: Práticas espirituais na África e nas Américas

O objetivo deste GT é dar continuidade às discussões que vêm sendo feitas tendo como base o contraponto etnográfico entre as duas abordagens clássicas da antropologia dos povos afro-americanos, geralmente divididas entre um determinismo cultural - que considera as características sócio-culturais originais africanas como condicionantes das realidades destes coletivos -; ou um determinismo histórico - que afirmaria que são as condições dos novos contextos circunvizinhos os principais responsáveis pelo desenvolvimento contemporâneo dessas manifestações. Assim, o GT visa colocar em comunicação casos etnográficos estudados tanto em diferentes partes do continente americano quanto no continente africano, permitindo assim ao grupo de trabalho articular conexões tanto entre práticas religiosas quanto entre coletivos de matriz africana. Serão privilegiadas propostas que empreendam reflexões etnográficas sobre os modos pelos quais estas práticas instauram e são instauradas por meios “eto-ecológicos”, ou seja, meios nos quais a constituição do ser não pode ser desligada das relações que este estabelece com o ambiente e com os outros seres que o povoam.d

Coordenação

Clara Mariani Flaksman (UFRJ), Miriam Cristina Marcilio Rabelo (Docente)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Todo conhecimento é um auto conhecimento: sobre os primeiros dias em um terreiro de candomblé

Ana Luísa Nardin Rezende de Abreu (UFMG)

Nesse artigo pretendo contar sobre os primeiros meses da minha pesquisa etnográfica em um terreiro de candomblé, o espaço em análise é conhecido como Ilê Asè Sòpònnòn e está inserido na tradição de vertente Nagô. Sua localização é na região do bairro Paraíso, na cidade de Belo Horizonte, MG. O Babalòrisá do Ilê é Eduardo de Omolú, reside com sua esposa, sua filha e seu neto em uma casa anexa ao terreiro. Segundo meus interlocutores a identificação dos terreiros de matriz africana não segue os padrões convencionais de placas ou indicadores facilmente identificáveis aos de fora. Geralmente, a inserção nesses locais se dá por meio de um convite dos membros da comunidade. Nas conversas sobre a localização das casas de santo em Belo Horizonte, os membros da casa de Eduardo de Omolú destacam que os terreiros costumam ser discretos e situam-se em locais sem placas ostensivas que indiquem templo de candomblé”. Em outras palavras, eles explicam os terreiros encontram-se em lugares escondidos evidenciando uma ecologia resistente dentro da capital mineira. Diante disso, tenho buscado, por meio da experiência etnográfica, também descrever os caminhos, isto é, movimentos percorridos pelo grupo dentro e fora do terreiro. Tenho a sensação de que, para os integrantes do Ilê, é muito importante que eu me envolva plenamente no processo do candomblé. Como pesquisadora e, simultaneamente, como Abiyán, cabendo a mim observar e participar ativamente, assumindo o papel de filha da casa que está se iniciando, mas também escrevendo. Portanto, o Ilê Asè Sòpònnòn se revela para mim como um espaço a ser conhecido, uma casa escondida que se difere significativamente das inúmeras que já tive a oportunidade

de habitar ao longo da vida. Por fim, como destacou Strathern (2014), todo conhecimento é um auto-conhecimento”, e a busca pelo entendimento do outro frequentemente carrega consigo uma busca de autocompreensão. Palavras chaves: Ilê Asè Sòpònnòn, esconderijo, movimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_721_01160399_100147.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Gira quem gira bandagira: movimentos e relações no candomblé de Salvador

Ana Rizek Sheldon (não)

Boiadeiro Menino de Vizaura é o caboclo de um pai de santo e artista do samba de Salvador. A primeira vez que o caboclo se apresentou foi numa sessão de mesa branca antes da iniciação do atual babalorixá. Na ocasião, a presença de boiadeiro foi notada através da imagem de um chapéu de couro vista dentro de um copo d'água pelas lideranças espirituais que acompanhavam o futuro pai de santo quando adolescente. Mesmo sendo um caboclo apresentado numa sessão de mesa branca, Boiadeiro Menino de Vizaura conduz as festas dedicadas ao Exu da casa, mantendo com essas entidades uma relação de amizade e respeito. De acordo com o sacerdote, Boiadeiro sempre reverencia os Exus como mestres, porque são eles mestres do movimento. Gestos corporais, deslocamentos e fluxos estão reunidos na noção de movimento. Este trabalho parte das colocações de Boiadeiro Menino de Vizaura para discutir as especificidades das noções de movimento e as implicações de uma concepção situada dessas noções nas relações decorrentes das práticas destas entidades através de situações ocorridas em terreiros candomblés de Salvador.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_240_07933223_100147.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Umbanda Esotérica: afrouniversalismo, multiplicidade religiosa e o encontro entre diferentes e diferenças em um terreiro de Umbanda

Bianca Zacarias França (UFMG)

Esta pesquisa é resultado de um trabalho etnográfico que se iniciou no ano de 2014, com o Templo Universalista e Espiritualista Solar – TUÉS, terreiro de Umbanda Esotérica parceiro deste empreendimento. O objetivo é compreender como uma cosmologia tão múltipla, definida pelos umbandistas como afrouniversalista, atravessa a composição e a topologia de forças de territórios, como o terreiro e o corpo, que são polarizados pelo gênero, como um organizador ritual, e povoados por seres outros. Exu e o tempo aparecem como grandes promotores de encontros que cruzam os caminhos —linhas de força biográfica— dos/das médiuns com o terreiro, com seus guias, com a cidade, com o mundo, que, no limite, é um grande terreiro-território. Mostrando-nos que nem tudo que se ajunta se mistura, o estilo pluralista ou politeísta parece dar o tom da arte de unir a diferença sem se acabar com heterogeneidade nem perder seu pertencimento umbandista. A matriz afro aqui é entendida como uma perspectiva transformacional, sugerindo que todas as linhas podem fazer parte de um contínuo heterogêneo e o "universalismo", nesse contexto, não se apresenta como algo desterritorializante ou universalizante. Esse conceito (afrouniversalismo) funciona como um cavalo de santo e é



ocupado e incorporado por uma perspectiva cosmológica que pode ser aproximada ao que José Carlos dos Anjos (2006) chama de encruzilhada, se afastando do que superficialmente possa se pensar sobre sincretismo e mistura de religiosidades diferentes. Pelo contrário, é uma forma de pensar diferenças sem apaga-las ou cair na mera fusão, o que será pormenorizado ao longo de todo o artigo. As diferentes linhas, entidades e deidades não são essências identitárias pertencentes a indivíduos, mas territórios simbólicos de intensidades diversas, passíveis de serem percorridos por multiplicidades de raças e indivíduos (Dos Anjos, 2006, p. 22). Dessa maneira, no terreiro, existem percursos nômades e não-essencializados que não são nem considerados na arena da identidade nacional (Dos Anjos, 2006). O terreiro, antes de tudo, é um lugar naturalmente dado aos encontros, e seus habitantes — médiuns, exus/pombagiras, caboclos/caboclas, pretos velhos/pretas velhas, crianças, seres extraterrenos, seres intraterrenos, seres da natureza — são especialistas em uma política cósmica da diferença entre mundos múltiplos, divergentes e, por vezes, perigosos. Esses seres outros também estão em movimento, modificando-se, criando sua própria história de vida e, de alguma forma, sendo coetâneos a nós, compondo uma epistemologia umbandista, que é complexa, reflexiva, formadora de conceitos, teoria, práticas e ontologias nativas que não são apenas boas para pensar” .

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dançantes no mundo: vínculos e itinerários de terecozeiras na região de Codó

Conceição de Maria Teixeira Lima (UFMA)

Neste trabalho descrevo experiências e narrativas de brincantes do terecô – uma religião de matriz africana - que não têm ligações fixas ou vínculos oficiais com uma tenda. Nesse contexto, as tendas são os espaços nos quais se realizam diversas obrigações com as entidades, como festejos, sessões e atendimentos às pessoas que buscam por conselhos e outros tipos de ajuda. Estes locais são chefiados por um pai ou mãe de santo, e formados por seus filhos e filhas, e por uma diretoria (secretários e diretores responsáveis por questões de ordem financeira e de comunicação). Apesar da centralidade das tendas na vida de um brincante (terecozeiro ou baiador) nem todos têm vínculos unívocos ou contínuos com elas. Algumas dessas ligações não remetem a lógicas fixas e duradouras, indicando que muitos dos terecozeiros que dançam em certas tendas em período de festa não necessariamente se identificam como pertencendo a elas. Nos contextos de pagamento de visita – que uma espécie de dádiva e contradádiva entre tendas, que retribuem as presenças em suas festas - é possível encontrar dessas brincantes que circulam. Uma delas é Diva, uma senhora de quase 60 anos, que se destaca ao chegar nas tendas já posta com suas vestes de dançante. Sempre cumprimentando a todos de forma muito simpática, conta que já andou muitas distâncias para baiar ou dançar terecô. Segundo ela, suas entidades (encantados ou guias) até deixam passar a tenda, mas a dança, não!” . A partir de uma etnografia de sua história e de outras duas mulheres, pretendo analisar experiências de criação de vínculos com as entidades e com os lugares que não passam necessariamente pela ação de assentar a entidade ou a pessoa em uma tenda específica, mas que são tecidas a partir de percursos tanto das entidades quanto das pessoas. Busco, assim, refletir sobre cuidados, vínculos e itinerários

que não remetem à relação tenda e seu respectivo pais e mães de santo, mas colocam em primeiro plano a relação da pessoa com a entidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_625_98050230_100147.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A escolha de Lis: vida profissional ou a herança espiritual das religiões de matrizes africanas.

Elio Pereira Fernandes (NEAB/UFES), Maria Sampaio do Nascimento (Pesquisadora)

Resumo: O intuito deste trabalho é analisar a trajetória de vida de uma mãe de santo no município de Vila Velha/ES. Compreendendo que nem sempre é tranquilo o processo de decidir o rumo em nossas vidas. Foi a partir das narrativas da Mãe Lis que entendemos sua atitude em abrir mão de sua carreira profissional, ao optar pela vida religiosa, dedicando-se aos seus filhos/as e à sua comunidade religiosa afirmando o seu pertencimento ao Candomblé, e mantendo em sua casa o culto a Umbanda em memória a raiz espiritual de seu genitor. Mesmo com tentativas de silenciá-la por conta de suas práticas religiosas de matrizes africanas, como oferendas em lugares sagrados, pelos toques dos tambores e cânticos homenageando aos orixás, essa mulher tornou-se vítima do racismo religioso. Portanto, nunca permitiu as tentativas de apagamento feitas por parte dos intolerantes ao legado e às memórias deixados pelo seu pai biológico e pelo seu pai de santo. Palavras-Chaves: Memórias; Candomblé e Umbanda; Racismo Religioso.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_221_56787975_100147.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Territorialidade, patrimônio e encantaria: o caso do terreiro de Egito em São Luís - MA

Greilson José de Lima (UEMA)

Este trabalho tem como objetivo compreender os elementos políticos e legais que envolvem os povos de terreiro e as questões ambientais, direitos territoriais e seus espaços sagrados. Teremos como análise as estratégias dos povos de terreiro, coletivos e representantes do governo do Estado do Maranhão, no processo de patrimonialização do terreiro do Egito, localizado na Zona Rural de da Capital São Luís. É importante ressaltar que o terreiro do Egito é um dos mais antigos do estado não é uma ruína de um terreiro construindo de alvenaria, suas relações com a memória dos povos de terreiro não se limita a noção de patrimônio de pedra e cal, ele é parte de um território sagrado, de encantaria ou de encantos. O terreiro do Egito, teve muitos filhos de santo, diferente de outras casa de tambor de mina tradicional, iniciando vários homens na religião, foi fundado por uma africana e é localizado no topo de uma elevação, seu espaço é composto por várias árvores de cajueiro, marcando uma espacialidade, um tipo de abrigo. Desde 2014, o terreiro ganha notoriedade por conta do conflito na Vila Cajueiro, onde se pretendia a construção de um porto comercial. Essa ação resultou na retirada forçada de moradores da reserva. Por conta desse fato as negociações entre o governo

no estado, lideranças de terreiros e a comunidade de pescadores e extrativistas ganha novos rumos que iremos discutir.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As divindades-árvores entre a África e o Novo Mundo. O que as figueiras tropicais têm?

Jérôme Souty (UERJ)

Como os grandes deuses fitomorfos africanos, as divindades-árvores [a família Loko/Iroko/Tempo], conseguiram atravessar o Atlântico e se implantaram nas Américas e ilhas do Caribe? Nesse processo diaspórico, o que mais importa ao final: a qualidade da energia/vibração/força que caracteriza a divindade africana ou o tipo de árvore na qual esta pôde se (re)encarnar no Novo Mundo? Como essas duas dimensões se articulam? E porquê, no Brasil, a (quase) totalidade das árvores-suportes dessas divindades são figueiras (gênero *ficus*, família *moraceae*) - e não somente a gameleira branca, como muito se diz - ? Tentaremos responder a essas perguntas. Nossa pesquisa começou com investigações etnográficas em torno do orixá Iroko, do vodun Loko, do inquice Tempo, no Brasil (em alguns terreiros de candomblé do Rio de Janeiro, focalizando alguns adeptos/líderes religiosos ligados a essas divindades). Mas também foi necessária uma outra abordagem (ligada à uma antropologia dos sentidos e das emoções, à uma antropologia simbólica, à etnobotânica): levar a sério as grandes figueiras, observando-as por si mesmas e nas suas interações com seus ambientes, em áreas florestais, rurais e urbanas, em vários contextos (não apenas religiosos). Isso nos levou a perceber as grandes figueiras tropicais sagradas (no Brasil, na África e além), como abrigo multi-espécies (vegetais, animais, humanos, divindades e entidades), como dispositivo para proteger e favorecer formas de vidas colaborativas, e como paisagem.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Curar a T(t)erra: práticas de recomposição na encantaria

Kauã de Vasconcelos Favilla da Silva (UFRJ)

"Um verdadeiro pajé é aquele que cura". Retomando esse ritornelo posto para mim por praticantes da encantaria na cidade de Soure, na Ilha de Marajó (PA), busco nesse texto, em um primeiro momento, pensar as relações entre práticas de cura e seu lugar nas religiões de matriz africana e afroindígenas. Em seguida, uma abordagem mais situada de uma experiência curativa de um pajé no Marajó durante meu campo de doutorado, em 2022. Por fim gostaria de pensar a cura da terra se somando a outras vozes que fazem ressoar esse grito dos encantados, como no caso dos tupinambás da Serra do Padeiro, na retomada de seu território (ver Ubinger 2012; Alarcon 2020), ou na mensagem da preta velha vovó Mariana, do terreiro estudado por Bianca Arruda em Belmonte (Soares 2014), de que é preciso limpar essa terra manchada de sangue, marcada pela violência da ocupação colonial. De que maneira a cura nas religiões de matriz africana e afroindígenas, ao estender para a T(t)erra (Coelho de Souza 2016) os processos de recomposição dos seres (compostos de corpo-terra), nos possibilita pensar as relações etoecológicas da vida que emergem desses meios? E de que forma essa

singularidade do pajé, que encontra sua verdade na cura (sua verdade sincera como me disse uma pajé em Soure), nos devolve uma outra imagem, mais pragmática, de processos antes lidos na chave da representação simbólica por uma certa antropologia dessas experiências religiosas?

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Eu não ando só: considerações sobre modos relacionais 'eu-entidade'

Lânia Mara Silva (UFMG)

Pretendo discutir, através de referências bibliográficas e através de relatos recolhidos em diferentes situações dentro do terreiro, como a relação com as entidades em um terreiro de umbanda promove novos e distintos agenciamentos para a pessoa, modos de acompanhamento e de se estar acompanhado, propulsionando modos de agir em que o sujeito da ação se dá em uma composição "eu-entidade". Acredito que a noção de vontade será importante para se compreender alguns casos trazidos aqui. Conforme os relatos a serem apresentados, será possível pensar que eu tenho vontades e necessidades e aqueles que me acompanham tem vontades e necessidades e isso elabora um complexo de situações em que essas vontades e necessidades se conciliam, mas também se confrontam, promovendo, por vezes, um encadeamento de alterações no próprio corpo e na própria vida da pessoa. Pretendo também discutir as implicações dessa relação em via dupla, em que os encadeamentos também ocorrem para as entidades e orixás, através do ato de assentar o santo e da noção de 'exu batizado'.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Das "caídas" e dos "tombos": Agência, Força e Poder dos Encantados no Terecô de Codó (MA).

Lior Zisman Zalis (Centro de Estudos Sociais)

Este trabalho parte de uma pesquisa etnográfica realizada no município de Codó, interior do Maranhão, junto aos praticantes do terecô, religião de matriz africana brasileira, e os encantados, entidades que os acompanham. Nele pretendo explorar a noção de força sobre os corpos e territórios articuladas pelos interlocutores através das categorias cair e tombo", presente nas narrativas do passado da religião e também no presente da sua prática na cidade. Codó é conhecida na literatura antropológica como "terra de encantaria" e lugar de origem do terecô, também chamado de tambor da mata. As matas desse território são moradas da família de Légua, encantados chamados de "povo de Codó". Eles descem em diferentes terreiros do Brasil evocando as matas de Codó em suas doutrinas, carregando seus territórios para além dos limites da cidade. Através da relação entre os encantados, suas matas e seus trânsitos, encontramos uma noção polissêmica de território. Tal mata não é só morada de encantado, mas espaço sobre o qual exercem domínio e por isso, certa gestão de entradas e saídas, autorização e autoridade, força e poder. Para analisar a força da encantaria codoense, este trabalho busca tratar das histórias de resistência à perseguição policial que os terecozeiros sofreram no passado. Naquele tempo driblava-se tal perseguição através de um uso tático da força e saberes do terecô, acionados tanto pelos brincantes, quanto pelos encantados. Os tambores eram tocados clandestinamente nas matas de coco babaçu sob a proteção dos encantados, que

fechavam os caminhos, despistando os agentes repressores e fazendo-os se perder. Caso encontrassem o tambor, os encantados respondiam dando um "tombo", incorporando nos policiais, fazendo-os cair e dançando em cima deles a noite toda. Esta incorporação responsiva trata de uma participação ativa das entidades na resistência. "Quis acabar com o terecô, mas acabou caindo nele" e "o tombo é para mostrar para eles que é de verdade essa ciência", são frases que alguns interlocutores utilizam para falar do tempo da proibição. Elas tratam da incorporação como resposta ou evidência, aludindo ao que os encantados são capazes de fazer não apenas nas suas relações com àqueles que os recebem, mas também quando provocados. Centrando-me nas categorias cair e tombo", explorei outras ressonâncias e sentidos da incorporação das entidades, seja no presente ou nos processos de resistência histórica. Se o terecô venceu", como contou-me uma mãe de santo da cidade, é porque nele se mobilizam noções específicas de poder, autoridade e força. Para compreender essa vitória, é preciso pensar na agência das entidades que, junto aos seus cavalos", dinamizam formas próprias de luta, relação com o território e dinâmicas comunitárias.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_894_40486680_100147.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Kilombo Iré Arikú. Conexões entre matrizes espirituais, política e antirracismo

Luis Guillermo Meza Álvarez (UFRN)

Espaço de atuação social, expressão organizacional e ponto de articulação de pautas contemporâneas de coletivos afro-colombianos, o Kilombo Iré Arikú se propõe pautar, ampliar e integrar as concepções sobre saúde/doença presente nas regras ou religiões afro-cubanas na atenção em saúde para a população negra na cidade de Bogotá, Colômbia. Nessas articulações convergem a resistência política, espiritual e antirracista e são mobilizados referenciais libertários afro-latinos. Procuo descrever aqui os meios, as tensões e os modos por meio dos quais o Kilombo procura posicionar uma perspectiva cosmológica que liga pessoas, seres sobrenaturais, terras, regiões, política e luta antirracismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No tengas miedo: ritos funerários, modos de cura e doenças espirituais em comunidades afromexicanas

Priscilla Lessa de Mello (UFRJ)

O trabalho buscará descrever etnograficamente alguns aspectos dos ritos funerários, doenças espirituais e práticas de cura presentes em comunidades afromexicanas na Costa Chica de Guerrero e Oaxaca, no pacífico mexicano, buscando compreender, em um primeiro momento, a relação entre os elementos constitutivos da pessoa: a ânsima, o tono e a sombra; e doenças como: susto ou espanto, ninañi, coraje, mal de ojo, aire, empacho, a enfermidade do monte, entre outras. Depois, analisará dimensões cotidianas dos ritos funerários presentes na região, para compreender o modo como vida e morte se entrelaçam e constituem um dos modos como esta população seguiu em fuga de uma sociedade que ao longo dos séculos buscou reduzi-la à identidade nacional. Desse modo, um dos objetivos da apresentação será compreender o modo

como singularmente essa população resistiu aos processos de assimilação e compôs alianças, seja com a população camponesa e indígena da região, seja com outros seres: os animais, a terra, os rios e os mares, diablos e seus antepassados, e hoje, desde a década de 1980, tece conexões com outros povos de matriz africana para retomar seu pertencimento e relação com a diáspora e com a África.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Existências conjuntas e processos instaurativos na quimbanda do norte de Minas Gerais

Taisa Domiciano Castanha (UFBA)

O texto parte da ideia de instauração presente na obra de Souriau (2015) e Latour (2019). Argumenta-se que na quimbanda e na umbanda há formas de existir-junto, onde seres e pessoas se fazem através de trajetórias emaranhadas. Busca-se discutir que os seres, quer sejam humanos ou entidades, não são prontos antes da relação: eles se fazem na relação, no processo de instauração e não são fechados em si mesmos. Através do trabalho de campo realizado entre 2019 e 2020 no Centro Espírita Estrela do Oriente”, terreiro localizado no norte de Minas Gerais, pretendo apresentar as entidades da umbanda e da quimbanda se fazendo em trajetórias conjuntas, sendo a própria construção do terreiro derivada de um processo instaurativo. Nesse processo de construção do terreiro, que se iniciou na década de 1950, Chico Preto, o pai-de-santo fundador, fez experimentos, lidou com o erro e com a hesitação e se engajou para decifrar as vontades das forças e entidades que residiam naquele local. Para finalizar, reflito sobre os limites dessas existências conjuntas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_631_35310068_100147.pdf

GT 088: Processos e histórias transfronteiriças de coletividades em movimento - Os desafios da mobilidade indígena na atualidade..

Todas as pessoas se movem. A mobilidade é uma condição humana. Pelo menos isto é fortemente apoiado por estudos antropológicos referentes às dinâmicas das relações interétnicas, geoespaciais, bem como, as geopolíticas em transformações na atualidade. Esta proposta de GT visa atualizar a discussão antropológica sobre os atuais movimentos de coletividades indígenas que mostram uma especificidade com relação com as narrativas mitológicas, histórias de deslocamentos territoriais, itinerários e trajetórias de vida sobre movimentos na atualidade geoespacial. Dentro desta abordagem abrimos o debate para de um lado mapear essas mobilizações na história e etno-história dos povos originários, em algumas regiões de contato interétnico e muito linguístico, debater alguns elementos críticos, relativos ao uso de classificações legais e justificativas políticas de alguns governos, para prevenir ou adiar a entrada de pessoas em movimentos nas fronteiras ditas oficiais e nas fronteiras não oficiais. E, sobretudo, elencar as diversas motivações coletivas para a realização de mobilidades no contexto de uma região e sua geopolítica, especificamente pode-se falar das regiões do Noroeste Amazônico especificamente, as regiões das fronteiras com o estado de Roraima, as regiões amazônicas da tríplex fronteiras

no Rio Solimões, as fronteiras nas região do Estado de Rondônia tanto com a Bolívia, quanto com o Peru, ou ainda as fronteiras dos estados do Mato Grosso e Rio Grande do Sul.d

Coordenação

Renato Monteiro Athias (UFPE), José Exequiel Basini Rodriguez (UFAM)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Fronteiras, Mobilidade e Defesa do Território do povo Ka'apor

Alessandro Ricardo Pinto Campos (UFPA)

Na sua língua do tronco Tupi, a palavra Ka'apor, significa “gente que mora na mata”. Esta TI compreende parte dos municípios de Araguaianã, Centro Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Maranhãozinho, Nova Olinda do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e Zé Doca, perfazendo uma extensão de 5.304 km². Os Ka'apor dividem esse território com outros povos, estabelecendo relações próximas como casamentos interétnicos e também de conflito, são eles os Tembé, Awa-Guajá, (também de língua Tupi) e os Timbira (de língua Jê). Ao longo dos tempos, toda esta região tem sido cenário de conflitos interétnicos provocados sempre por invasões por não indígenas. Ainda no século XIX, esses conflitos estavam vinculados à intensificação não controlada de economias extrativas, tais como garimpo de metais preciosos. Cabe ressaltar que a esta atividade extrativista soma-se a sempre presente exploração madeireira e pecuária. Em 1873 estes episódios forçaram o deslocamento dos Ka'apor da região do rio Piriá, onde viviam, para a região do rio Gurupi onde estão atualmente. O povo Ka'apor se organizou em uma forte Associação presidida pelo cacique geral Iracadju, Associação Ka'apor Ta Hury do Rio Gurupi que bravamente resistindo às constantes invasões, sobretudo através de duas táticas: a criação de aldeias em pontos estratégicos e a criação do projeto “guardiões da floresta” (uma equipe treinada e equipada para defender seu território de invasores. Com ações periódicas esses guardiões passam vários dias na mata limpando suas fronteiras, destruindo pontes clandestinas e sempre em contato com a Polícia Federal e FUNAI. Na fala de Iracadju: “Os guardiões foram formados assim. Nós Ka'apor, nós jovens... não é só nós jovens. Os mais velhos vinham fazendo monitoramento do seu território. Desde quando vai caçar antigamente, levava toda a família, já faz parte de monitoramento. Nós só mudamos o nome. Hoje os Guardiões. Só mudamos a atividade também. Por exemplo, antigamente Ka'apor não fazia picada grande. Porque? Porque não tinha invasor, não tinha caraí perto. Eles caçavam normal. A família, um mês caçando, chegava com um bocado de caça. Então só mudamos o nome. Porque hoje nós criamos guardião? Guardião da floresta. Assim como sou coordenador geral da Associação, eu cuido mais da parte de gestão da Associação, projeto... alguns recursos... quando a gente faz o plano, porque os Guardiões já vinham trabalhando. Nós vínhamos trabalhando no monitoramento. Isso sem apoio. Sem combustível, sem carro, sem drone, sem câmera, sem nada. Agora estamos equipados”, Este artigo trata destas principais táticas e tentativas de resistência e monitoramento de seu território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Projetos soberanos do Estado-nação e a produção de limites em uma região trífrente amazônica

Arturo Manuel Gonzalez Rosas (IPEC)

A apresentação é resultado de um trabalho de campo de 18 meses na região da tríplice fronteira da floresta amazônica em três comunidades Ticuna que compartilham identidade étnica, mas estão localizadas em três estados-nação diferentes: Brasil, Peru e Colômbia. É melhor caracterizar o cenário da minha investigação como uma região transfronteiriça onde as pessoas se deslocam ou viajam através de diferentes tipos de limites. Estas travessias reforçam, desgastam e moldam diferentes realidades. A região tríplice fronteira amazônica não é apenas a confluência de três entidades nacionais, mas uma região com dinâmicas e características próprias, onde fatores locais, nacionais e internacionais se entrelaçam para criar dinâmicas regionais distintas. Os elementos determinantes dessas dinâmicas giram em torno da delimitação de ordens sociais diferenciadas que o povo Ticuna domina e por meio das quais opera. As travessias destas realidades são marcadas por limites de natureza diversa: fronteiras políticas, econômicas e socioculturais. Utilizando descrições etnográficas, abordarei os diferentes níveis em que os projetos nacionais instituem ordens administrativas e territoriais dentro de suas jurisdições, e o impacto cotidiano que estas têm sobre os Ticuna. A noção de ordem interna liga estas regiões periféricas à nação e ao seu centro. A etnografia é utilizada para problematizar a presença do Estado onde diferentes políticas indigenistas refletem os níveis de autonomia em que os Ticunas são incorporados aos projetos nacionais. As fronteiras dividem e diferenciam três modelos diferentes de territorialidade Ticuna com diferentes estatutos jurídicos e direitos legais diferenciados sobre suas terras. Este mosaico de diferentes ordens soberanas é desafiado pelas práticas quotidianas de pessoas que desafiam continuamente estes limites, corroendo as imposições do Estado, contrabandeando mercadorias, tendo identidades diferentes ou construindo comunidades transnacionais baseadas em laços familiares.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Indígenas em deslocamento institucional e a (des)articulação das redes de proteção de direitos sociais no estado do Amazonas - Brasil.

Daniel Tavares dos Santos (FUNAI)

Segundo os dados Censo Demográfico 2022, o estado do Amazonas possui o maior contingente populacional indígena do Brasil, com mais de 490 mil indígenas, correspondendo à cerca de 28,98% da população indígena do país. Destes, cerca de 71 mil vivem na cidade de Manaus que, assim, abarca a maior concentração populacional de indígenas por município. Manaus concentra, também, quase 50% da população do estado do Amazonas, com mais de 2.000.000 de habitantes. Essa concentração populacional também se manifesta em uma alta concentração de equipamentos sociais, educacionais e de saúde, que relega grande parte do interior do estado do Amazonas à uma dependência institucional frente à capital. É em Manaus que se encontram, por exemplo, as unidades de saúde de média e alta complexidade; os campi universitários com maior oferta formativa para os estudantes; os equipamentos de cumprimento de medidas socioeducativas, o aeroporto com saída para outros estados e países, entre outros. Através de

essa concentração há uma densa mobilidade de coisas e pessoas, incluso aí os indígenas. Neste trabalho, pretendo refletir acerca dos deslocamentos de indígenas, mediados/realizados por instituições, sejam elas governamentais ou não, e como as redes de proteção, promoção e garantia de direitos sociais e de cidadania são articuladas e/ou se articulam (ou não) para o atendimento e suporte à estes indígenas. Para tanto irei utilizar, para análise, de dois casos que considero emblemáticos e que reverberaram essa (des)articulação interinstitucional. São eles: i) O caso do indígena Tadeo Kulina (da etnia madija kulina), residente em Envira-AM, na fronteira com o estado Acre, brutalmente assassinado enquanto acompanhava sua esposa em uma maternidade da cidade de Manaus, com deslocamento realizado pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e; ii) o dos jovens indígenas da região do Alto Rio Negro que, residentes em São Gabriel da Cachoeira, foram deslocados institucionalmente pela Associação Solidária Humanitária do Amazonas - ASHAM que, sob comando de missionários islâmicos turco, mantinham os indígenas em condições precárias e em regime de internato religioso na cidade de Manaus, com o argumento de facilitação do acesso à educação e à formação profissional.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Hixkaryana em Nhamundá (AM): experiências entre o indigenismo e a história pública

Diego Omar da Silveira (UEA)

O presente trabalho discute a construção e a repercussão da exposição intitulada Hixkaryana: história e cultura indígena em Nhamundá”. Trata-se de um projeto desenvolvido no âmbito da Lei Aldir Blanc, com recursos do edital Amazonas Criativo (2021-2022) da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado do Amazonas. Sua proposição baseou-se no diagnóstico de que a população dessa pequena cidade situada na divisa do estado com o Pará conhece e dialoga muito pouco com os Hixkaryana, etnia que habita os rios Nhamundá e Jatapu e cuja Terra Indígena Nhamundá-Mapuera ocupa parte significativa do município. A primeira etapa do trabalho, apoiada pela Prefeitura de Nhamundá, consistiu em percorrer as treze aldeias Hixkaryana, produzindo uma vasta documentação visual; o que, por sua vez, subsidiou segunda etapa, de pesquisa e seleção de material para a montagem da exposição em sala anexa ao palco de eventos da principal praia da cidade – local visível e de fácil acesso à maioria dos habitantes da área urbana. Além das fotografias, nessa etapa foram agregados dados demográficos, mapas, objetos da cultura material e pequenos relatos de indígenas. Por fim, apresentamos o resultado da exposição e sua repercussão entre os visitantes em geral e estudantes da rede pública, o que nos tem permitido também refletir sobre a soma de esforços entre entidades indigenistas – no caso de Nhamundá, é marcante a presença do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (IEPÉ) – e universidade no sentido de produzir também sobre os povos indígenas uma história pública, voltada não apenas para acadêmicos, mas a públicos cada vez mais amplos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pueblos indígenas e indigenismos en América Latina: los desafíos transfronterizos y la seguridad de los estados

José Exequiel Basini Rodríguez (UFAM)

La discusión sobre pueblos indígenas y estados nacionales, así como indígenas en situación en frontera, vienen siendo temáticas recurrentes en los grupos de trabajo y otras modalidades de discusión promovidas dentro de las reuniones de antropología regionales y nacionales. En esta oportunidad proponemos una reflexión diferenciada a nivel continental en relación a la representatividad, auto-afirmación y autonomías de los pueblos indígenas así como su relación con los estados nacionales y actores não indígenas (indigenismos). La legitimidad de unos y otros puede verse a través del concepto de territorios trans-fronterizos y de seguridad, aspectos que también podrían invertirse, o ser reversibles, para un pensamiento de la temporalidad y la diferencia que amplíe las posibilidades de convivencia de los pueblos tradicionales en los contextos actuales. En otras palabras, este trabajo trae la contribución de representantes indígenas de diferentes pueblos en situación trans-fronteriza, y de modelos de intervención indigenista en diálogo con la antropología contemporánea y las comunidades académicas del sur continental.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_959_46023378_925370.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre os caminhos de curar e adoecer: Os Awa Guajá e seu itinerário terapêutico.

Lirian Ribeiro Monteiro (UFBA)

Os Awa Guajá, um povo de recente contato, são exímios caçadores da Amazônia Maranhense. Desde a década de 80, eles passaram por mudanças drásticas em seu estilo de vida. Nesse período, foram transferidos do interior da floresta para uma área mais próxima dos povoados não indígenas do entorno da Terra Indígena Caru, que é seu território homologado e compartilhado com o povo Guajajara e grupos isolados. Segundo os Awa, a partir do processo de aldeamento – onde hoje localizam-se as aldeias Awá e Tiracambu - passaram a viver de forma mais aglomerada, diferente de sua própria organização espacial no interior da floresta, onde viviam mais dispersos em grupos familiares pequenos. Nessa transição, da vida em floresta para a vida em aldeia, começaram a se acostumar com a comida dos Karáí (não indígenas), tal como carne de gado, frango, arroz, feijão, sal, açúcar, café e farinha; a morar em casas de pau a pique e a ter contatos cada vez mais frequentes com os não indígenas. Com as mudanças em seu estilo de vida, as doenças se proliferaram, e com isso, surgiu a necessidade de atravessar da aldeia à cidade para o atendimento hospitalar. Este trabalho apresenta os principais resultados das discussões realizadas com os Awa Guajá, entre 2018 e 2023, sobre processos de cura e adoecimento com relação entre três mundos distintos: floresta-aldeia-cidade, compreendendo aqui a floresta como o mundo Awa, a cidade como o mundo dos não indígenas e a aldeia como um espaço de fronteira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_753_51436810_925370.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mobilidade e a (in)visibilidade indígena na história ambiental de Goiás

Marcos Flávio Portela Veras (UNIVERSIDADE EVANGÉLICA DE GOIÁS)

Essa comunicação aborda algumas reflexões preliminares de uma pesquisa sobre a presença/ausência indígena na história ambiental de Goiás no âmbito de uma pesquisa de Pós-Doutorado. A baixa densidade demográfica indígena neste estado brasileiro suscita questionamentos e aponta para processos de invisibilidade histórica em virtude de intervenções sociais dos mais diversos agentes de intervenção. Sendo uma das regiões onde o agronegócio mais se expandiu, especialmente a partir da Marcha para o Oeste produzida pelo Estado Novo, dentro das estratégias capitalistas de incorporação de novos territórios, inevitavelmente as populações tradicionais teriam sido pressionadas a se dispersarem ou se submeterem. A falta de informações sobre a presença indígena nos estudos de história ambiental fomenta investigações que elucidem trânsitos e mobilidades que lhes estejam associados. Com o propósito de compreender os processos sociais envolvendo as populações originárias de Goiás nas relações com os agentes de intervenção que resultaram em sua população atual, proponho uma aproximação epistemológica do conceito de fronteira utilizada na história ambiental, uma abordagem relacional e móvel do território e os processos históricos relacionados a história indígena. Logo, pensar as mobilidades indígenas que já foram atestadas em outras áreas etnográficas podem ser caminhos pertinentes para elucidar a questão levantada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Utī possidetis Guarani: do Mapa das Cortes (1749) ao Mapa Guarani Digital (2016)

Orivaldo Nunes Junior (UFAM)

Os Guarani da Bacia do Rio da Prata viveram com a maior parte de seu território sob a ocupação portuguesa desde 1514 e espanhola desde 1542. O vice-reinado do Peru, capital em Lima, comandava a Audiência e Chancelaria Real da Prata dos Charcas, o mais alto tribunal da Coroa Espanhola na zona conhecida como Alto Peru (hoje Bolívia), e a Gobernacion del Guayrá (hoje Paraguai). Até 1776, foi parte do Vice-reino do Peru, logo foi parte do Vice-Reino do Rio da Prata. Passou a ser a Intendência de Assunção do Paraguai em 1782, o que incluía os trinta povo das Missões em território Guarani, após a resistência contra os ataques de Portugal e Espanha para expulsar os Guarani do oriente para o ocidente do Rio Uruguai, chamada de Guerra Guaranítica (1750 a 1755). A disputa de fronteiras entre os reinos de Portugal e Espanha gestaram o Mapa das Cortes (1749) que balisou o Tratado de Madrid (1750) que instituiu o princípio de direito romano "uti possidetis" segundo o qual os que de facto ocupam um território possuem direito sobre este, uma espécie de Usucapião medieval. Com isto, portugueses e espanhóis tentavam comprovar que não haveria "terra nullius" (terra que pertence a ninguém) nos territórios fronteiriços e, assim, reduzir a possibilidade de guerras de impérios. Após as Guerras Napoleônicas (1810) destituírem o poderio imperial espanhol, os vice-reinados nas américas iniciaram suas disputas territoriais internas. O vice-reinado do Rio da Prata, a partir de sua capital Buenos Aires, buscou independência e compôs as Províncias Unidas do Rio da Prata, anexando a Gobernación del Guayrá que resistiu buscando sua própria independência (1811). As disputas territoriais comandadas desde Rio de Janeiro, Assunção, Buenos Aires e Montevideo, tentaram abocanhar o espólio espanhol numa disputa que durou décadas de resistência, culminando na Guerra do Paraguai (1864-1870) que reduziu não apenas as terras, mas as vidas da população Guarani que, mais uma vez, resistiu em suas terras divididas entre

Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Os indígenas da Bacia do Rio da Prata até a atualidade resistem à ocupação de seu território e aguardam o novo ciclo cósmico de destruição e recriação, chamado por etnólogos de Yvy Mara'ey (Terra sem males), onde terão oportunidade de reabitar seu território tradicional, o Yvyrupá (berço da terra) conforme fora criado por Nhanderu Nhamandu, o primeiro, criador dos Tekoá, local onde se vive conforme as regras, o Tekó, mantendo os corpos, Ekó, purificados para serem habitados pelos Nhe'e, conforme demonstram o "uti possidetis" Guaraní na publicação do Mapa Guaraní Digital (2016). A teoria da multiescalaridade fractal pode auxiliar na compreensão dos ciclos micro, médio e macro que compõe a resistência Guaraní no espaço e no tempo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Circuitos Warao: parentesco, xamanismo e outros trânsitos

Sandro Martins de Almeida Santos (UFRR)

Desde 2016, um coletivo indígena vem chamando atenção de pesquisadores e autoridades brasileiras por suas práticas migratórias. Eu mesmo venho acompanhando o processo desde 2017. Trata-se do povo Warao, originário da Venezuela, que se encontra esparramado hoje por quase todos os estados do Brasil. A comunicação tem como objetivo apresentar reflexões acerca das conexões que os Warao vêm estabelecendo entre seu território tradicional, no delta do rio Orinoco, e uma série de cidades brasileiras, tais como Boa Vista, Manaus, Teresina, João Pessoa, Belo Horizonte e outras. Os caminhos Warao são pavimentados, sobretudo, por suas relações de parentesco e também por suas práticas xamânicas ligadas ao adoecimento e à cura. A ferramenta analítica dos circuitos, advinda da antropologia urbana, é empregada como tentativa de acompanhar não somente os caminhos Warao, mas compreender o que trafega e dá sentido à conexão entre pessoas, coisas e lugares, buscando evitar a dicotomia enganosa entre "indios aldeados" e "indios na cidade". Os Warao chegaram para fazer parte das paisagens urbanas brasileiras e vêm constituindo uma multiplicidade de circuitos envolvendo indígenas e não indígenas: parentesco, xamanismo, artesanato, trabalho de rua, movimento indígena, entre outros. Evidencia-se que a intensidade das chegadas e partidas Warao não obedece a uma lógica utilitarista. Pesquisas recentes, além das minhas próprias, vêm demonstrando como os Warao aliam as necessidades de sobrevivência com as suas obrigações de parentesco, mobilizando e fazendo chegar coisas e informações a pessoas que vivem em diferentes partes do Brasil e na Venezuela. O destaque nesta comunicação são os processos relativos à circulação de cuidados (idosos, crianças e enfermos), às trocas matrimoniais e ao pagamento de dívidas com "brujos" (cura e proteção). As chegadas de grandes contingentes, as partidas inusitadas e o retorno eventual à Venezuela, aspectos que causam confusão entre as equipes responsáveis pelos acolhimentos institucionais, oferecem complexidade à compreensão do fenômeno que abarca dois problemas prementes de política pública no Brasil: a migração transnacional e o direito dos povos indígenas em situação urbana. Desde que ganharam visibilidade no Brasil, a partir de 2017, os Warao vêm sendo tratados pelas autoridades como migrantes e refugiados. Acessam políticas para migrantes e se somam aos povos originários do Brasil na denúncia de uma violência histórica: a inexistência de políticas diferenciadas para indígenas em contextos urbanos.

GT 089: Quilombos: processos de territorialização, movimentos sociais e conflitos

O Comitê Quilombos da ABA propõe neste espaço reunir pesquisas realizadas em diversas regiões do país que reflitam sobre os processos de territorialização e a intensificação de conflitos territoriais, acirrados pelo avanço dos chamados megaempreendimentos de carbono, mineração, agronegócio, imobiliário, infraestrutura, criação ou privatização de unidades de conservação, barragens, energia eólica, entre outros, nos territórios quilombolas. Busca-se também analisar os processos de retomada de regularização fundiárias e as políticas públicas em curso nos territórios. As implicações relacionadas aos processos de licenciamento ambiental e a ausência de aplicação de dispositivos constitucionais ou internacionais, como o que estabelece a Convenção 169 da OIT quanto à consulta prévia, livre e Informada. Trabalhos que abordem movimentos de resistência e mobilização social em torno da valorização de memória dos guardiões, saberes e formas de transmissão, tecnologias tradicionais, afirmação da identidade, patrimônio cultural e educação escolar quilombola. Serão também de interesse a problematização as diversas estratégias de resistência e mobilização social criada pelas comunidades quilombolas diante da aceleração das mudanças climáticas.

Coordenação

Cynthia Carvalho Martins (UEMA), Raquel Mombelli (aba)

Debatedor(a)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES), Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Refletindo sobre a categoria quilombo a partir da trajetória da quebradeira de coco babaçu e quilombola, a senhora maria antônia dos santos do território quilombola camaputua.

Adrielma Abreu Rodrigues (UEMA)

O trabalho ressalta a construção da categoria quilombo a partir da trajetória de uma agente social inserida em diferentes formas organizativas e que se autodefine como quilombola e quebradeira de coco babaçu. Com base no trabalho de campo no território de Camaputua, Cajari-MA buscamos demonstrar a aspectos dessa trajetória e a construção de um processo de reivindicação pelo território como quilombola. Deslocamo-nos de uma visão genérica de quilombo enfatizando aspectos de uma situação concreta. Com a pretensão de mapear as formas organizativas as quais essa agente social está referida, de modo a analisar como ela concilia o pertencimento a um movimento social de caráter interestadual com sua atuação em uma associação local, assim a partir das narrativas e fazendo uma articulação de elementos do passado e do presente, no sentido de afirmar um pertencimento associado a identidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_099_29741880_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caso Baunilha do Cerrado sob a perspectiva do direito à Consulta Prévia Livre e Informada do povo Kalunga-GO

Ana Carolina Miranda dos Reis (UFJF)

A Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143, de junho de 2002, estabelece, no artigo 6º, que cabe aos governos consultar os povos interessados, sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; dessa forma, criando meios pelos quais esses povos participem livremente, em todos os níveis decisórios, de instituições eletivas ou órgãos administrativos responsáveis por políticas e programas que lhes afetem. Não somente isso, é dever do Estado estabelecer meios adequados para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas próprias desses povos, disponibilizando os recursos necessários para esse fim. Isso posto, o presente trabalho se ocupa de uma reflexão teórica, a partir de fontes de cunho bibliográfico e documental, a respeito da Consulta Prévia, Livre e Informada e do projeto Baunilha do Cerrado, criado pelo chef paulista Alex Atala, conduzido por sua organização – o Instituto Até – no território quilombola Kalunga, entre 2016 e 2018. Segundo o observatório De Olho Nos Ruralistas (2019)", o instituto desenvolveu marcas exclusivas a partir da baunilha tradicional, obteve financiamento de R\$424 mil para pesquisa, enquanto os kalungas receberam menos de 10% do valor, e afirmaram terem sido excluídos das tomadas de decisões sobre o empreendimento. Dessa maneira, o conflito em questão permitiu observar como a disputa de interesses sobre terra e territorialidade pode afetar os direitos dos quilombolas quanto à Consulta Prévia, Livre e Informada, e portanto o horizonte do etnodesenvolvimento no Brasil. Nessa perspectiva, a presente análise se dará à luz das reflexões de Luís Roberto Cardoso de Oliveira (2002) acerca do déficit de cidadania e das hierarquias presentes na sociedade brasileira, as quais mobilizam critérios de dignidade e respeito de forma desigual, no campo das atitudes e intenções, entre grupos em conflitos por reconhecimento. Além disso, serão de grande importância os estudos de Liliane Amorim (2020) a respeito do povo Kalunga situado em Cavalcante-GO, segundo a qual é comum que projetos supostamente vinculados ao etnodesenvolvimento, como é o caso da Baunilha do Cerrado, expressem a reprodução de uma nova forma de dominação, que teima por excluir a participação dos sujeitos. Por conseguinte, buscou-se reafirmar a relevância do protocolo comunitário, para ratificar e prever meios de viabilizar a Consulta Prévia, Livre e Informada (MAIA, BRITO e GIFFONI, 2018), sendo esta de grande valia para a legitimidade jurídica dos povos e das comunidades tradicionais em conflitos socioambientais, como proposto por Júnior e Lemgruber (2020), acerca da ampliação do espaço retórico relativo a repertórios de resistência no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_466_48733188_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comunicação de roça: fazer a lei dos outros vir ao encontro da tradição.

Ana Carolina Oliveira Marcucci (UNICAMP)

Em abril de 2020, diante do anúncio da pandemia de coronavírus, um ofício subscrito por 23 associações quilombolas do Vale do Ribeira foi mobilizado para solicitar a concessão de

autorizações emergenciais para a realização de roças naquele ano. Nos trâmites ordinários até 2019 para fazer roça, a realização de supressão de vegetação exigia um licenciamento prévio baseado em duas leis Federais, o Código Florestal e a Lei da Mata Atlântica. Esse processo envolvia o georreferenciamento das áreas requisitadas, visitas técnicas e a elaboração de laudos por órgãos ambientais e fundiários. Desde a década de 80 as comunidades da região enfrentam embates com leis ambientais conservacionistas, sobreposições de territórios e, em especial para este trabalho, os atrasos na emissão das autorizações de supressão de vegetação nativa para abertura da roça tradicional. O objetivo deste trabalho é o de acompanhar as controvérsias e avanços suscitados pela demanda em torno desse rito do licenciamento no tempo certo, bem como as mudanças conquistadas em 2022 com a Resolução SIMA-98. Este trabalho observa, de modo comparativo, a forma como a licença de supressão de vegetação nativa para abertura de roça se deu até 2019 e como esta passou a transcorrer a partir da pandemia em diante, graças a mobilização das associações das comunidades quilombolas. As conclusões apontam para uma disputa de concepções de modo de vida e tensões que despontam de leis ambientais que, conforme Brandão (1999), são justas a distância, mas perversas em sua prática. É onde as regulamentações e os documentos são postos à prática e onde as miudezas e as temporalidades da aplicação legal podem se tornar grandes obstáculos. Os atrasos para emissão das autorizações resultam em incertezas no trabalho com a terra, segurança alimentar e permanência nos territórios. Na pandemia os procedimentos para obter a autorização ambiental passou a ser feita sem a necessidade de mobilizar tantos papéis e visitas técnicas antes de sua emissão, através do processo de comunicação de roça em caráter emergencial até 2021 e permanente a partir de 2022. Porém, destaco que não existe uma demanda para afrouxar as regras ambientais, e sim que elas sejam feitas levando em consideração os diversos modos de habitar o mundo e a proteção ambiental exercida pelas comunidades tradicionais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Resistências Amazônicas: Quilombolas e o impasse político pelo direito a titulação em áreas de polifonia

Ana Claudia Matos Sampaio (UFOPA)

Neste trabalho busca-se retratar as formas de resistência política dos movimentos quilombolas amazônicos de encontro a questões fundiárias que corroboram para a não titulação de territórios quilombolas na Amazônia brasileira, especificamente no baixo amazonas, calha norte, que reúne segundo o último censo do IBGE o maior percentual de povos quilombolas registrados na região. Para isto terá como base da pesquisa as relações político-sociais de organização e impasse político pelo direito a titulação em áreas de polifonia no território quilombola (TQ) Alto Trombetas II, localizado no município de Oriximiná-PA, composto por oito comunidades, confluindo práticas e tradições de resistência negra com dentro de unidades de conservação ambiental e áreas de impacto da mineração da bauxita, e a questão quilombola do Quilombo do Surubiu-açu, em Santarém-PA, sobreposto no projeto de assento agroextrativista (PAE) Aritapera. Os dados utilizados foram extraídos a partir de análises antropológicas de reuniões entre estado e território tratados durante realização de Pibic AC Sede (IC) CNPq, concluída, e dados coletados em campo de pesquisa de extensão (Peex), em andamento, em prol da

construção e doação do relatório antropológico do TQ. Possibilitando compreender-se o movimento/território quilombola como espaço de incidência política, desde sua organização espacial a social, resistindo pela titulação de reafirmação identitária via associações, constituídas com o papel político de preservação do direito quilombola a titulação na Amazônia, assegurado pela legislação brasileira.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Antropologia dos arquivos: Uma análise da demora na tramitação dos processos de regularização dos territórios quilombola Santa Rosa dos Pretos no INCRA/MA

Anna Carollina da Silveira Frazao (UEMA)

No contexto da análise das dinâmicas sociais e territoriais, é fundamental considerar uma gama de categorias e abordagens que nos permitem compreender a complexidade das relações entre pessoas, comunidades, suas práticas e seus espaços de vivência. Nesse sentido, este estudo, ainda em fase inicial no Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão, tem como proposta analisar as diversas categorias, incluindo povos e comunidades tradicionais, território, territorialidades específicas, identidade étnica, etnografia de documentos, mapas, comunidade, quilombolas, estado de direito e políticas públicas, e o papel do antropólogo dentro dessas discussões, bem como a antropologia da administração pública, que são categorias muitas vezes tidas como auto evidentes, mas que precisam ser analisadas de acordo com o contexto no qual estão inseridas. A princípio, a ideia é direcionar a análise para a demora na tramitação dos processos de regularização de território quilombola pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão (INCRA/MA), com foco específico no caso de Santa Rosa dos Pretos, situada em Itapecuru Mirim, Maranhão. Este recorte permite-nos mergulhar nas nuances das lutas por reconhecimento e garantia de direitos territoriais de comunidades historicamente marginalizadas, destacando os obstáculos enfrentados frente às estruturas burocráticas e políticas. Ao entendermos o contexto dessas comunidades quilombolas e suas relações com o Estado e as políticas públicas, buscamos não apenas identificar os entraves processuais, mas também compreender as dimensões políticas, sociais e culturais que permeiam tais questões e contribuem para a reflexão feita na construção do objeto de pesquisa. Minha inserção na pesquisa se deu de maneira gradativa. Entre os anos de 2017 e 2022, realizei pesquisas referentes aos efeitos sociais causados pela implantação de mega empreendimentos no Corredor Carajás sobre os povos e comunidade tradicionais no Maranhão. Realizei, ainda neste período, um estágio no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Maranhão, lugar em que, posterior ao estágio, trabalhei por dois anos. Ao escrever o projeto para apresentar no seletivo do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, pensei em utilizar esses anos de trabalho no INCRA/MA para tornar objeto de pesquisa algo que já lidava no cotidiano, na tentativa de realizar o exercício de estranhar o que já era familiar, a demora na tramitação de processos do INCRA. O intuito é perpassar pelas fases de execução para entender, de forma situacional, o que acontece com os processos que ficam parados por anos, sobretudo os de Santa Rosa dos Pretos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processos de licenciamento para funcionamento de atividades minerárias na Comunidade Quilombola de Boa Vista em Oriximiná- PA

Beatriz Fernandes Farias (UEMA)

A empresa de mineração MRN (Mineração Rio do Norte) se instalou em Oriximiná no Alto Trombetas em 1979, impactando diretamente o quilombo de Boa Vista e alterando o meio físico e social e as formas de subsistência como agricultura e pequenas atividades extrativistas e pesca. A mineração tem explorado a quatro décadas aquela área e para fins de continuação do projeto minerador é necessário o licenciamento, e dentro do licenciamento existem condicionantes que pretendem mitigar impactos. A elaboração do PBAQ (Projeto básico ambiental quilombola) da comunidade de Boa Vista, um documento que descreve os programas que visam prevenir, controlar e amenizar os impactos causados por empreendimentos na comunidade, o PBAQ na comunidade contornará os efeitos da exploração de minério desenvolvido pela MRN e é construído em conjunto com a comunidade e apresentando eixos temáticos como: Comunicação, educação, cultura, esporte e lazer, geração de renda, meio ambiente, relações institucionais, saúde, segurança, transporte. O PBAQ é parte do controle, mitigação e potencialização de impactos do Anexo II- C termo de referência específico Fundação Cultural Palmares (FCP) componente quilombola da Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015. Porém com a Normativa N.111/2021 as comunidades são avisadas sobre o empreendimento em seu território apenas após o INCRA já ter analisado os documentos produzidos pelo empreendedor, chegando as comunidades quilombolas já preenchidos e devidamente articulado sem a presença da comunidade ferindo os princípios e direitos constitucionais e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que recomenda a participação ativa e consciente dos povos em todas as medidas legislativas, administrativas ou de outra natureza responsáveis pelas políticas públicas e programas que lhes sejam concernentes, objetivando o consentimento acerca das medidas propostas. Diante do exposto pretendo analisar os processos de licenciamento para funcionamento da MRN na comunidade de Boa Vista em Oriximiná-PA.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_186_32308360_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Papel das formas organizativas frente aos conflitos territoriais no Quilombo Camaputua - Cajari - MA

Braz Veiga Neto (UEMA)

Neste texto me proponho a apresentar uma análise sobre o papel das organizações sociais, as denominadas associações de moradores frente aos conflitos vivenciados pelos autos denominados quilombolas. Tais conflitos têm ocorrido desde da década de 90 em função, principalmente, da criação de búfalos pelos fazendeiros da região. Esses fazendeiros ameaçam os quilombolas e tentam de todas as formas desapropriar as famílias de suas terras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A desaceleração como forma de resistência quilombola ao cercamento de suas terras e territórios por grandes empreendimentos

Cintia Beatriz Muller (UFBA)

A Região Metropolitana de Salvador e outros municípios próximos estão sendo impactados pela construção da ponte Salvador - Itaparica que ligará a capital às regiões sul e baixo sul do estado da Bahia. Uma das modalidades de impacto é o loteamento das terras que compõem os territórios quilombolas promovidos por agentes públicos e privados, contudo, também os empreendimentos do Sistema Rodoviário Ponte Salvador – Itaparica, ou Sistema Viário Oeste, têm sido instalados de maneira fragmentada trazendo consequências para várias comunidades tradicionais na região. Este artigo se propõe investigar esta perspectiva de fragmentação e como sua modalidade de ação acelera os tempos e leva pessoas e coletividades a agirem de forma reativa. Neste cenário, a desaceleração de procedimentos de titulação, de discussões públicas, com sucessivos adiamentos, cancelamentos, antes de ser uma forma de se retirar de discussões passa a ser um modo de enfrentar um mundo com o qual não se concorda e no qual se busca (sobre)viver.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As territorialidades específicas e as formas de resistência em comunidades quilombolas

Cynthia Carvalho Martins (UEMA)

A proposta consiste em discutir as formas de mobilização de quilombolas em unidades sociais com territorialidades específicas diante da morosidade nos processos de desapropriação dos seus territórios para o exercício da sua autonomia produtiva e dos seus modos de vida. As iniciativas de resistência incluem audiências públicas com agentes governamentais para explicitação e solicitação de informações sobre o andamento dos processos no INCRA ou nos órgãos estaduais; transformação de direitos como o direito de consulta da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em formas de mobilização das famílias quilombolas; construção de unidades de mobilização para formalização de denúncias; criação dos designados centros de ciências e saberes e de coleções autodesignadas coleções quilombolas, coleções indígenas e de quebradeiras de coco, dentre outras iniciativas. As situações das quais explicitaremos os processos de mobilização estão localizadas prioritariamente na região conhecida como Baixada Maranhense, com maior incidência de quilombos no chamado Estado do Maranhão.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola: uma primeira análise

Fabiano Campelo Bechelany (ministério da igualdade racial), Ronaldo dos Santos (Ministério da Igualdade Racial), Paula Balduino de Melo (Ministério da Igualdade Racial)

Neste trabalho, propomos uma análise preliminar da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola, cujo decreto que a institui (11.786/2023) foi assinado pelo presidente

Lula no último 20 de novembro. Apesar da sua novidade como normativa, a PNGTAQ resulta de uma longa construção, que tem o movimento social quilombola como protagonista. Trata-se de um instrumento orientador para a atuação do estado na implementação de políticas públicas, pensada para efetivar direitos das comunidades quilombolas. A gestão territorial e ambiental é entendida como um conjunto de diretrizes, de planejamento e ações que visam a sustentabilidade dos modos de vida, das atividades produtivas e do manejo dos bens naturais dos territórios quilombolas, associada a aspectos como ancestralidade, cultura, saberes tradicionais e formas de organização social das comunidades. Um elemento central da PNGTAQ é o reconhecimento das formas de gestão territorial e ambiental realizadas pelos quilombolas e a premissa de que cabe ao Estado apoiá-las. A PNGTAQ tem cinco eixos que a orientam: 1) integridade territorial, usos, manejo e conservação ambiental; 2) produção sustentável e geração de renda, soberania alimentar e segurança nutricional; 3) ancestralidade, identidade e patrimônio cultural; 4) educação e formação voltadas à gestão territorial e ambiental; 5) organização social para a gestão territorial e ambiental. A partir destes eixos, a PNGTAQ se coloca como catalizadora das estratégias de resistência e das contribuições das comunidades quilombolas diante da crise socioambiental e da aceleração das mudanças climáticas. Propomos uma análise do processo de construção da PNGTAQ e um olhar para a sua implementação, considerando os avanços que ela pode representar enquanto política pública que amplia a agenda quilombola no âmbito dos governos. Analisamos também os desafios para sua execução, os compromissos de governança, o horizonte orçamentário e a necessidade de articulações interfederativas e junto a cooperação internacional e organismos de financiamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_966_08427039_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Amazonia e Religiosidade: "O santo daime e as diferentes representações sobre os saberes da floresta"

Gabriel Matheus Serra Maia de Souza (OAB)

Neste trabalho, busco abordar uma religião nascida na denominada Amazônia, em 1930, iniciada e desenvolvida por um maranhense, filho de escravizados, que migrou para o Acre em 1909, este maranhense – Raimundo Irineu Serra – originou uma prática religiosa com base no sacramento sagrado, chamado daime, congregando em uma comunidade, os maranhenses que migraram de uma área de interesse quilombola maranhense denominados Povoado de Santa Tereza, no município de São Vicente Férrer. No centro da prática ritual os elementos da denominada Amazônia surgem como fundamentos para a formação deste denominadas comunidades, com fundamentos centrados em uma prática de resistência centrada em uma autonomia produtiva baseada nos chamados roçados. Deste modo, através da percepção dos elementos de autonomia deste grupo religioso amazônico, das suas das representações e saberes da floresta, procuraremos analisar as formas de resistência dessas famílias no Acre, oriundas principalmente do Estado do Maranhão. Está em discussão as formas de organização de agentes sociais referido a uma geração após a submissão à escravidão, e que migram para áreas com um predomínio de um outro tipo de imobilização da força de trabalho, no caso em análise, nos

seringais do Acre, como forma de garantir a sua sobrevivência. Analisaremos a relação da religiosidade com essa resistência face a um outro tipo de submissão a interesses externos aos seus e vinculados a práticas de exploração da Amazônia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_034_15292077_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Soberania alimentar e incidência política: o ativismo alimentar do Quilombo Dona Bilina

Gabriela da Luz Vieira dos Santos (UFRRJ)

O Quilombo Dona Bilina é um quilombo localizado na região norte do Maciço da Pedra Branca, no Rio da Prata, em Campo Grande, bairro localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, território marcado por mudanças sociais, ambientais e políticas. Em 2017, o Quilombo recebeu a certificação da Fundação Cultural Palmares, órgão responsável pela emissão de certificados às comunidades quilombolas (AS-PTA, 2022). Sendo recém-titulado, pretende-se analisar como ações em torno da pauta da soberania alimentar têm contribuído para sua organização interna. Sua atuação ganhou visibilidade quando, em 2020, no período da pandemia de Covid-19, as mulheres do Quilombo Dona Bilina se organizaram junto a outras organizações sociais da zona oeste do Rio de Janeiro para a distribuição de cestas agroecológicas para aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade social (Baptista, S.; Freitas, C.; Bruce, M). Eram cestas que continham alimentos da agricultura familiar local, pensando nas relações de solidariedade entre agricultores também impactados pela pandemia e famílias empobrecidas, sendo a maior parte delas lideradas por mulheres negras. Dentro deste panorama de organização em torno do ativismo alimentar, entre 2021 a 2023, a ong AS-PTA que possui um histórico de atuação em projetos de agroecologia na zona oeste do Rio de Janeiro, realizou projetos no Quilombo, onde foram desenvolvidas atividades como cartografias sociais participativas, apoio a criação de um ecomuseu e a criação de uma horta comunitária. Em agosto de 2023, o Quilombo Dona Bilina, após uma articulação com movimentos sociais da zona oeste do Rio de Janeiro para reivindicar a soberania alimentar do território, teve o projeto para o Programa de Aquisição de Alimentos aprovado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Pensar o PAA como um mercado de redistribuição à luz de Polanyi (2000) nos traz a reflexão de analisar os desafios quanto à prática do cultivo em sua horta comunitária e os enfrentamentos relacionados à produção agrícola, ao mesmo tempo, que, busca-se reconstruir o processo de criação do Quilombo, seu reconhecimento interno e seu reconhecimento público.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processo de territorialização: o fortalecimento das bases comunitárias por meio da União das Comunidades Quilombolas do Maranhão

Gardenia Mota Ayres (UFBA)

A proposta tem como objetivo discorrer sobre configurações, que estão em curso, de organização política das comunidades quilombolas no Maranhão, diante da criação da União das Comunidades Quilombolas (UNIQUE's). Na década de 1970, as comunidades negras rurais, apoiadas pelo Projeto Vida de Negro (PVN), se organizaram em Comissões, o que resultou na

criação da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ/MA), registrada em 1997. Da década de 1970 até o ano vigente, 2024, diante do processo de mobilização em torno da identidade étnica e racial, o quantitativo de comunidades quilombolas, identificadas e reconhecidas, no estado, aumentou consideravelmente. Com isso, a capacidade das organizações em representar essas comunidades, não, necessariamente, acompanhou o fluxo das demandas, em especial, no tocante à política pública de titulação definitiva dos territórios. No ano de 2020, a experiência exitosa com a criação de Associação ou Comissão municipal de comunidades quilombolas ganha força, diante das dificuldades impostas pela pandemia da covid-19, que exigiu repensar formatos de mobilização dentro do território, a partir das articulações das comunidades localmente. Até o ano de 2023 já foram criadas cerca de vinte e três Associações/Comissões, que, ao se reunirem para deliberar coletivamente sobre os assuntos que as envolvem formam a UNIQUI'S. No entanto, essa configuração organizacional tem gerado disputas, tanto no campo da representação das comunidades, quanto no campo da mediação com setores públicos e privados. São apontamentos, que merecem ser observados criticamente, haja vista, que ofertam possibilidades para a retomada de fortalecimento das bases comunitárias e da provocação de mudanças capazes de reposicionar o movimento quilombola no estado.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Geografia do Cimarronaje no MERCOSUL. Movimentos Sociais Afrodescendentes entre velhas e novas tensões.

Juan Carlos Piñango Contreras (UFPEL)

Durante as últimas décadas, algumas transformações se desenvolveram no campo social e político nos países do MERCOSUL, fazendo parte deste cenário complexo as mobilizações e reivindicações de diversos setores sociais, como os povos afrodescendentes, denunciando a invisibilidade histórica e o racismo estrutural. (ALMEIDA, 2020), como política dos Estados. Assim, estes processos de transformações sociais têm permitido a reengenharia da participação cidadã e novas estratégias para os anunciados processos de reconhecimento e inclusão, sendo as políticas culturais e, especialmente, as políticas de Patrimônio Cultural uma das áreas intervencionadas para concretizar a empresa. Precisamente, no âmbito das políticas de alguns estados latino-americanos no âmbito das mobilizações sociais por reivindicações de inclusão dirigidas às populações afrodescendentes, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), através da Comissão do Patrimônio Cultural, aprovou, em 2017, o projeto de declaração patrimonial "A geografia do Cimarronaje. Cumbes, quilombos e palenques do MERCOSUL", projeto promovido pela República Bolivariana da Venezuela, pela República Federativa do Brasil e, pela República do Equador. Dessa forma, por meio deste documento que representa um trecho do trabalho de tese, propomos discutir as tensões e conflitos gerados na disputa pelo reconhecimento e redistribuição de recursos entre os novos protagonismos e os estados signatários do projeto de patrimônio cultural.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_977_97450905_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conflitos Ontológicos: A cosmopolítica da Comunidade Quilombola do Indaiá

Júlia Oliveira (UFBA)

Esse resumo propõe articular as discussões que venho realizando na pesquisa de mestrado de mesmo tema, que busca refletir sobre os conflitos territoriais que as comunidades quilombolas têm vivenciado. Ele se desenvolve sob a ótica da ameaça à existência desses grupos, como dos entes não humanos, enquanto um conflito ontológico entre o que pode ou não existir (emergir) nos territórios quilombolas, diante da ontologia moderna hegemônica, que se manifesta por meio das políticas normativas de desenvolvimento”. A partir dessa conjuntura, procura-se tensionar o conceito antropológico, cosmopolítica, para entender se essa categoria é suficiente para abranger as dinâmicas e elementos mobilizados e criados pela Comunidade Quilombola do Indaiá (MG) para a construção da luta e da vida. De acordo com a comunidade, foi em 1970, que passou a sofrer intensamente com as políticas de desenvolvimento impostas com a introdução das monoculturas de eucalipto na região. Foram apontadas consequências ambientais e sociais diversas. Para De Almeida (2013), as intervenções desenvolvimentistas que se impõe em um povo e um lugar trata-se de um ato de guerra ontológica, que destrói redes-de-vizinhança e relações com os não humanos e coloca no lugar delas redes-de-mercado. Nessa dinâmica, analisa-se que baseado na ontologia naturalista (Descola, 2016) as políticas desenvolvimentistas, consideram os recursos naturais enquanto reserva”. Também, opta-se sistematicamente pela exclusão e extermínio de comunidades quilombolas e não-humanos, pela destruição e não demarcação de territórios e patrimônios imbuídos de história e valores culturais. Nesta conjuntura, as comunidades passaram a travar batalhas para se defender, realizando mobilizações, organizações, estruturas criativas e alianças com movimentos sociais, universidades e elementos não humanos (natureza, os rios e as plantas). Stengers (2003) recomenda a categoria de cosmopolítica para rastrear os processos pelos quais os grupos apresentam os estatutos das realidades (humanos e coisas) na arena política. A proposição cosmopolítica se afirma enquanto uma disposição ao reconhecimento e ao diálogo, pois, como ela explica, o termo cosmopolítica é o modo pelo qual se atualiza a copresença problemática de práticas (Stengers, 2003, p. 355) Dessa forma essa pesquisa procura relacionar as discussões sobre conflitos ontológicos e comunidades quilombolas, tensionando o conceito cosmopolítica para aproximar a discussão do universo da Comunidade Quilombola do Indaiá. Busca-se compreender se é possível operacionalizar esse conceito teórico e abstrato em indicadores empíricos de como ele atua na vida da Comunidade, mapeando e identificando os elementos que são mobilizados e transformando as próprias categorias nativas em explicativas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_225_19530357_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Abre-alas", aqui é o nosso lugar: a questão quilombola em Barcarena, Pará.

Marcia Alves (PPGSA), Maria do Carmo da Silva Dias (UFPA)

A história de desenvolvimento da Amazônia é marcada por uma busca contínua por desenvolvimento, impulsionada por políticas públicas voltadas para grandes empreendimentos e pela influência do capital financeiro internacional.

Dentro desse contexto, o município de Barcarena emerge como um epicentro econômico crucial, abrigando um complexo de empresas dedicadas ao neoextrativismo e se destacando mundialmente como um dos principais exportadores de caulim. O Polo Industrial de Barcarena abriga mineradoras, indústrias e portos, vistos como fundamentais para o desenvolvimento regional pelas autoridades públicas e grupos econômicos. No entanto, enquanto esses empreendimentos são defendidos como impulsionadores do desenvolvimento, as comunidades tradicionais enfrentam os efeitos adversos da exploração dos recursos naturais em seus territórios. Neste cenário, as violações dos direitos coletivos dessas comunidades se intensificam, apesar das garantias constitucionais e internacionais, refletindo num processo histórico de violências caracterizadas pela desterritorialização, desagregação e fragmentação dessas populações tradicionais. Este estudo parte de atividades de assessorias técnicas independentes durante a realização de Estudo de Componente Quilombola - ECQ, conduzidas entre 2022 e 2023. Buscamos evidenciar as transformações nos modos de vida dessas comunidades frente à instalação dos empreendimentos de mineração, destacando os desafios enfrentados por essas populações na defesa de seus direitos e justiça ambiental em um contexto de rápida transformação socioambiental. Além disso, o estudo destaca a percepção dessas comunidades diante dos crimes ambientais ocorridos em seu território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Quilombo Cruz da Menina: identidade, território e movimentos sociais em Dona Inês/PB

Nathália Jorge Novais (UFPB), Fabio Mura (UFPB)

Esta comunicação visa apresentar algumas reflexões produzidas na pesquisa etnográfica iniciada durante a graduação, e em continuidade no mestrado, que tem analisado a relação entre o território e cultura no processo da construção étnica quilombola na comunidade Cruz da Menina, Dona Inês/PB, observando as singularidades do Nordeste e, sobretudo, pensando a territorialização e a territorialidade em relação com a cultura local. Em campo, observamos a maneira como a territorialidade tornou-se um aspecto importante no processo de reconhecimento do território, cujas relações familiares desenvolveram um sentimento de pertença entre os indivíduos e consolidaram a comunidade, com suas histórias, práticas culturais, conflitos e negociações, reconhecendo as subjetividades e os cenários sociais, políticos e econômicos vivenciados. Os primeiros moradores chegaram naquelas terras em 1850 e, segundo relatos de seus descendentes, eles permaneceram naquele espaço devido a exclusão étnica dos moradores dos sítios em que, atualmente, é localizada a zona urbana da cidade. Na busca por refúgio nas terras inesenses, esses indivíduos compartilharam suas culturas, valores, saberes e criaram vínculos de parentesco. A comunidade foi formada por essa relação entre os moradores do quilombo e a forma como se relacionaram com os moradores da cidade, mas, sobretudo, pelo próprio autorreconhecimento. Esse sentimento de pertença compõem uma parte fundamental no processo de reivindicação dos moradores que aguardam pela certificação de suas terras. A comunidade foi reconhecida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) como



quilombola em 2008, após reivindicação étnica conduzida por um coletivo de mulheres que, no ano seguinte, fundaram a Associação da Comunidade dos remanescentes de Quilombo Cruz da Menina”, que ainda hoje é majoritariamente formada por mulheres. Portanto, a pesquisa tem ressaltado a luta e resiliência quilombola a partir das narrativas produzidas durante o trabalho de campo, do qual o coletivo de mulheres é fundamental para reconhecer a importância das territorialidades para a construção de uma identidade étnica quilombola naquela região. Ainda investigamos os sentidos do território para os moradores, o processo de territorialização desde a chegada dos primeiros moradores e as sociabilidades existentes, relacionando a cultura com o território, seus entrelaces e tessituras. Palavras-Chave: Identidade étnica; território; Quilombolas; Paraíba.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_150_79684006_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Consolidação de Museus Vivos em Comunidades Quilombolas: a construção da memória como política de reconhecimento

Patrícia Maria Portela Nunes (UEMA)

A presente comunicação busca colocar em discussão um conjunto de iniciativas, que estão em curso, há pelos menos uma década na Amazônia, de criação dos chamados Museus Vivos, também designados Centros de Ciências e Saberes. Estas iniciativas são orientadas para a organização de coleções de objetos classificadas de acordo com taxonomias próprias, pensadas e definidas por curadores que são referidos às próprias comunidades quilombolas às quais estas coleções se referem. Os atos de curadoria, ora tratados, distanciam-se sobremaneira das ações de classificação de inspiração colonial que tão bem caracterizam políticas museais oficiais na medida em que se constituem em instrumento de luta política face a inúmeras iniciativas de violação dos direitos étnicos e territoriais. Ou seja, classificados por aqueles que organizam essas novas coleções como museus vivos, as experiências ora refletidas parecem demarcar uma inflexão em referência às ações de musealização que, orientadas pelas noções de sociedade, cultura e/ou povos primitivos _ ou selvagens por derivação _, fundamentaram a organização e estruturação de coleções representativas dos chamados primitivos em contexto colonial. Aproximam-se, em distinção, das ações de resistência que demarcam a politização das relações de conflito social, por vezes agudos, que caracterizam os atos de intervenção em comunidades quilombolas perpetrados, seja por ações oficiais, seja iniciativa privadas que avançam sobre os territórios tradicionais. Tais experiências nos convidam a refletir sobre a relação entre os autodesignados museus vivos e as políticas de reconhecimento étnico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_786_14269899_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Trajatória Intelectual de Mulheres Quilombolas do Espírito Santo: o caso de duas irmãs.

Paula Aristeu Alves (Sem Vínculo), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES)

Em trabalhos de campo desenvolvidos nas comunidades tradicionais de quilombo do Espírito Santo temos acompanhado que o acesso ao processo de escolarização está inscrito nas

reivindicações e lutas por direitos destes territórios. Neste contexto, algumas mulheres vêm se destacando e alcançando níveis mais elevados de escolarização, em alguns casos, influenciadas pelas trajetórias de lideranças locais, ou de familiares. Diante deste cenário, este artigo visa analisar a trajetória escolar de duas irmãs, Juliana e Isabel, pertencentes a comunidade quilombola de Monte Alegre, localizada no município de Cachoeiro de Itapemirim- ES. Ambas foram influenciadas pela trajetória do pai, que concluiu curso de terceiro grau, exerce papel de liderança local e escreveu um livro sobre a comunidade. Para tanto, são utilizados dados obtidos por meio da pesquisa de doutorado da autora, intitulado "Trajetórias acadêmicas de mulheres quilombolas do Espírito Santo", desenvolvido no PGCS-UFES. Também utilizamos dados provenientes do projeto "Africanidades Transatlânticas: história, memórias e culturas afro-brasileiras", que tem por objetivo realizar estudos em comunidades tradicionais de matriz africana e afro-brasileiras no Espírito Santo, entre as quais as comunidades quilombolas. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas de narrativas de vida pensadas de acordo com a perspectiva de Bertaux (2010). As trajetórias destas irmãs evidenciam que as políticas de ações afirmativas vêm contribuindo para novas experiências individuais e coletivas dos estudantes quilombolas, que ao adentrarem nas universidades além de contribuírem para a construção de novas epistemologias passam a ser referências para que novos estudantes ocupem este lugar de disputa. Observa-se ainda, que as relações no ambiente escolar vivenciadas pelos/as estudantes quilombolas são permeadas por processos de violência como racismo e segregação. A educação para as relações étnico-raciais é vista como uma das estratégias para mudar esta realidade. Palavras Chaves: Mulheres quilombolas; Trajetórias de escolarização; liderança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_744_60114473_164108.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Minhas histórias tem um pé de colheita - Uma trajetória da professora e artista da Comunidade Quilombola de São Domingos: Lenilda Alacrino Maria Almeida

Renata Betriz Rodrigues da Costa (SEDU-)

I-Frequências Uma ligação telefônica feita por dispositivos móveis acontece por meio de ondas invisíveis que se encontram em frequências específicas, meu primeiro contato com a historiadora, artista visual e docente Lenilda Maria Alacrino de Almeida ocorre por meio destas ondas uma vez que nos encontrávamos em uma frequência singular afetada pelo tempo da pandemia da COVID-19. Nesta comunicação apresento dados reunidos para contar a trajetória de uma vida a partir de pontos específicos no tempo, reminiscências a conformar um quadro geral das singularidades e de processos de autoria de mulheres negras, junto de outras coordenadas que guiam este texto como fotos, imagens, trechos de entrevistas e análise em correlação com legislações como a resolução CNE/CEB Nº 8, de 20 de novembro 2012, que fixa diretrizes curriculares para a educação escolar quilombola, define e delimita como escolas quilombolas são aquelas localizadas em território quilombola, e endossa a busca por uma perspectiva de educação que considere e valorize a memória, os marcos civilizatórios, os modos de vida, a oralidade, e o território. Na perspectiva dos

estudos sobre memória e trajetórias os acontecimentos que compõem a vida estão emaranhados nas estruturas sociais. Bourdieu (1986) em seu já clássico *A Ilusão biográfica* propõe que a história de vida se trata muito mais das posições ocupadas pelos sujeitos ao longo da vida do que de um relato abundante e biográfico que pretende abranger a maior parte dos aspectos da vida. Assim ao narrar a história de uma professora quilombola pretendo adensar a compreensão e a necessidade de se levar em conta as memórias, vivências, e a relação dos quilombolas com seus territórios como eixos estruturantes do que é a educação quilombola. Narrativas como a dela tornam possível uma maior compreensão da busca pelos quilombolas no campo da educação no tocante a produção de uma legislação específica que os contemple sobretudo valorizando os processos formativos de educação comunitária, trata-se de fato de construir no campo legislativo educacional outras frequências. Trabalhos como estes propõem rotas para deslindar particularidades do mundo social a partir de um ponto de vista localizado. A arte de Lenilda liga o mundo e a vida numa metamorfose que preenche de significados a realidade de uma mulher que criou para si e para os seus que vivem em sua vida e também em suas histórias, pinturas e causos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Território E Violência: relatos de assassinatos e ameaças de morte entre os territórios de Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo - Itapecuru-Mirim, MA.

Tacilvan Silva Alves (pes)

O referido trabalho versa sobre distintos casos de ameaças de morte deflagrados contra lideranças quilombolas de distintas comunidades quilombolas pertencentes aos territórios de Monge Belo e Santa Rosa dos Pretos, ambos em Itapecuru-Mirim no estado do Maranhão. Os dados a serem apresentados são resultados de distintas pesquisas realizadas nessas comunidades desde o ano de 2019, tendo início com as atividades de mapeamento social solicitado por esses territórios ao laboratório do Nova Cartografia Social da Amazônia. Atualmente essas atividades de pesquisas têm como desdobramento a construção de monografias, dissertações e teses de doutorado. Podemos considerar que essas distintas formas de violências contra quilombolas tem se acirrado consideravelmente nesses territórios, culminando em ondas de assassinatos, como o do senhor Doka. Desta maneira, este escrito tem como objetivo central refletir sobre a vulnerabilidade de lideranças quilombolas nesses territórios face à inoperância do poder público sobre tais questões. A pesquisa é baseada em uma análise de entrevistas gravadas desde o ano de 2019 e conta com dados atualizados com as pesquisas realizadas entre 2022 e 2024.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_034_97243374_164108.pdf

GT 090: Religiões afro-ameríndias entre Norte e Nordeste do Brasil: territórios, trânsitos e práticas

Atentos/as às históricas peculiaridades das formas de ocupação colonial, ameríndia e africana das regiões Norte e Nordeste do país e aos efeitos destes encontros e desencontros nas expressões afroreligiosas nestas regiões, que trazem consigo entidades e deidades em constante relação, este Grupo de Trabalho pretende reunir pesquisas, concluídas ou em desenvolvimento, dedicadas a pensar as religiões de matrizes afro-indígenas designadas como terecô, jurema, catimbó, umbanda cabocla, mina, omelokô, xambá, toré, torém, uricurí, xangô, candomblé, entre outras, dando enfoque à agência das entidades (caboclos, encantados, exus, pombagiras, ciganos, pretos-velhos, etc.) e divindades (injuices, voduns, orixás) nos trânsitos e trocas entre a região norte e nordeste. Partimos do entendimento de que, a despeito das distintas formas de ocupação colonial destas regiões, sempre houve entre elas intensos trânsitos de sujeitos, seres, conhecimentos, práticas, rituais, objetos, entidades e deidades, que trazem consigo paisagens, ecologias e ancestralidades. Exatamente por isso, nosso intuito é reunir trabalhos dedicados a pensar essas relações, através de tais fluxos e trânsitos, estabelecidos no universo dos terreiros. Portanto, esperamos receber trabalhos dedicados a pensar em termos descritivos, comparativos e analíticos, a agência, movimento e relação de entidades e deidades que ganham contornos múltiplos nos encontros possíveis entre o Norte e o Nordeste do Brasil.d

Coordenação

Leonardo Oliveira de Almeida (cebrap), Patricio Carneiro Araújo (UNILAB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"É umbanda do nordeste que traça com Jurema, caboclo, com o culto da pajelança e de outros cultos": uma análise sobre a Umbanda Nagô no Grupo União Espírita Santa Bárbara

Andresa Monteiro Moreira (UFAL)

Esse trabalho é um desdobramento da minha pesquisa de mestrado que trata da construção de teorias nativas acerca do chamado sincretismo afro-brasileiro. Contrapondo-se a uma visão homogeneizadora da umbanda como religião resultante de uma confusão sincrética, procuro, a partir de uma pesquisa etnográfica, analisar os diversos atravessamentos externos e internos que constituem a Umbanda Nagô cultuada no Grupo União Espírita Santa Bárbara (GUESB) localizado em Maceió-AL. É importante salientar que os cenários culturais afro-religiosos do estado de Alagoas são marcados por um dos maiores episódios políticos de perseguição às religiões de matrizes africanas no Brasil, que ficou conhecido como Quebra de Xangô de 1912". Diante desse brutal acontecimento, estratégias organizacionais foram reelaboradas para a continuação dos cultos no estado, dessa forma procuro apresentar a Umbanda Nagô que surgiu em Alagoas pós quebra de Xangô e os outros cultos internos à casa, como o Catimbó do Nordeste e a Umbanda de Mãe Chica, que constituem a Umbanda do GUESB. Dessa maneira, busco construir uma teoria nativa com os religiosos da casa a partir de suas práticas e vivências na religião que cultuam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_505_26073282_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Som, fluxo e música na Umbanda: Noções etnomusicológicas sobre as energias nos rituais de umbanda.

Caio Barbosa Alencar Brayner (UECE)

Este estudo, como o título já sugere, trabalha com as noções de som, fluxo e música no contexto da Umbanda cearense. O terreiro pesquisado é o Centro Espírita de Umbanda Jesus Maria e José (atualmente coordenado por Mãe Gardênia de Iansã) que, fundado em 1956, representa um dos terreiros mais antigos da cidade de Fortaleza e do Ceará como um todo. Uma característica fundamental do Terreiro são suas práticas que mesclam elementos do catolicismo, das religiões de matrizes africanas e da pajelança cearense, resultando assim em performances, sobretudo sonoras, provenientes de tal contexto. Trazendo os conceitos de percepção (principalmente a sonora) debatidos por Tim Ingold (2008) e o conceito de música de Anthony Seeger (2015), relaciono-os com o contexto dos conceitos, da história e das práticas dos povos de terreiro. Após descrever o C.E.U. Jesus Maria e José em relação às suas práticas e formas de viverem a umbanda, destaco o papel da música durante seus diferentes rituais (incluindo giras, firmamentos e festas). Além disso, o grupo artístico Torres de Oyá do C.E.U. Jesus Maria e José também é trabalhado na pesquisa, visto que, nesse ponto, a música vai para além do espaço da Casa. Ao final organizo e transcrevo as músicas trabalhadas pelo Terreiro e compreendo como as mesmas se organizam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_087_80978968_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um jogo de cartas: diálogos etnográficos com uma cartomante candomblecista em Belém do Pará

Dayane Ferreira da Silva (UFPA)

Este estudo visa analisar a prática da cartomancia ofertada por uma cartomante candomblecista, tendo como objetivo compreender as relações entre comércio e sagrado que a prática oracular viabiliza para mulheres de terreiro. Ainda, para esta reflexão, ressalto as relações de troca e pesquisa, no qual eu, pesquisadora, também me posiciono como cartomante, partindo de um olhar familiarizado com a prática. Dessa forma, busco entender como a leitura de cartas possibilita sociabilidades tecidas na experiência de relacionar sustento econômico e religiosidade, bem como o desenvolvimento do sacerdócio enquanto serviço, sobretudo para mulheres. Para tanto, o trajeto metodológico desta pesquisa, se baseia em um diálogo etnográfico com a interlocutora, contando com observação participante e entrevistas semi estruturadas entre pesquisadora e sacerdotisa (ambas cartomantes) de um terreiro de candomblé em Belém do Pará. As experiências analisadas ampliam as discussões sobre a prática oracular de cartomancia realizada por mulheres cartomantes em Belém, além de apresentar vivências das práticas mágico-religiosas destacando as expressões de religiosidade popular no contexto sociocultural amazônico. PALAVRAS-CHAVE: Cartomancia, Oráculo, Feminino, Mercado de Bens-Religiosos, Amazônia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Saberes tradicionais nos rituais de cura e pajelança no quilombo de Santo Antônio em Penalva - MA

Elivania Estrela Aires (UEMA)

Minha proposta para escrita deste trabalho está relacionada às minhas vivências de pesquisa na comunidade quilombola Santo Antônio que fica em Penalva, no estado do Maranhão. Está referida em um conjunto de reflexões acerca das práticas de cura e pajelança que carregam consigo saberes e fazeres, ambos sob domínio dos detentores de saberes autodesignados curadores, benzedores, pajés, parteiras. O objetivo deste texto é refletir sobre como esses saberes estabelecem dentro do território relações sociais que fortalecem os vínculos familiares, afirma o pertencimento ao grupo, estabelece relações políticas e contribui para a afirmação identitária coletiva do grupo. A pesquisa está baseada em levantamento de fontes secundárias, diálogos com antigos moradores da comunidade, e descrições de minhas vivências na referida comunidade que foi onde eu nasci.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_999_65551800_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da Jurema ao Catimbó: Resistência e manifestações religiosas no Sertão Cearense

Gabriel Freitas De Sousa (UFPA)

O presente estudo, em andamento, pretende abordar sobre os fenômenos sociais, políticos e religiosos que levaram a transição dos cultos afro-indígenas no Ceará, como Jurema, Ouricuri, Toré, etc, para a Umbanda, e de que modo os marcadores sociais da diferença se interseccionam nas formas de resistências e identidades. Dessa forma, propomos (i) analisar os ritos, os símbolos e as performances de três terreiros de Jurema/Umbanda na cidade Juazeiro do Norte (CE) e 3 terreiros na cidade de Canindé (CE); (ii) Investigar por meio das lideranças, sendo esses pais e mães de santo de distintas regiões cearenses quais seriam as semelhanças e diferenças entre essas três expressões religiosas, Jurema, Catimbó e Umbanda, ou, ainda, se estas podem ser consideradas como parte de uma mesma configuração ritualística; e por último, mas, não menos importante (iii) evidenciar as resistências das diversas manifestações afro-indígenas presentes nos terreiros no estado do Ceará e como os marcadores sociais da diferença agem sobre seus corpos e existências, a partir das dimensões de raça, gênero, etnia, território e religião. Para isso, iremos dispor de ferramentas metodológicas como, entrevistas semiestruturadas com Pais e Mães de Santo, além da realização de etnografia em seus terreiros, e em duas aldeias indígenas, na tentativa de comparar os ritos e entender se há semelhanças ou distâncias com as manifestações religiosas afro-indígenas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_163_66881435_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O fação cortou embaixo e a bananeira caiu!

Genilson Leite da Silva (UFRJ)

O título desse trabalho é também um trecho de uma ladainha da capoeira, nela aborda-se a necessidade de compreender as raízes como algo fundamental para a existência do sujeito e sobrevivência da comunidade. Nessa perspectiva, a aproximação do meu objeto de pesquisa, mito do Zé Pilintra, possibilita que eu desenvolva alguns floreios textuais para pensar a figura do Zé Pilintra enquanto agente social que personificar a construção da identidade carioca e como agente místico que se presentifica nos cultos religiosos de matriz afro-ameríndia. A invocação do Zé Pilintra por meio da cantiga faz referência as muitas narrativas que contam que quando em fuga na Bahia, em Pernambuco ou em Minas Gerais, José Pereira dos Anjos, um de seus muitos nomes, se transformava em bananeira a fim de despistar seus perseguidores. Desse modo, o que busco fazer aqui é um exercício para compreender o mito do Zé Pilintra a partir da ideia de combinatória (Calvino, 1977) e a quadratura (Levi, 1977) sobre o referido mito. Para tal, as narrativas dos praticantes das religiões de matriz afro-ameríndia e das entidades que se apresentam nos cultos a partir da energia ou falange da malandragem nas giras que acontecem no bairro da Lapa no Rio de Janeiro. Recorro a dados etnográficos extraídos do meu campo de pesquisa por meio de observações e entrevistas com as entidade Zé da Lapa, Zé Pretinho1, Zé Pretinho2 e Zé camisa Preta, a debate realizado em grupo de Whatzapp e por fim as narrativas que se originam no imaginário popular acerca do Zé Pilintra e malandragem. Importa saber que não é interesse debater ou aprofundar sobre a origem ou legitimidade de Zé Pilintra, esse trabalho essencialista já foi empreitado de vários autores que por fim já se deram por vencido (Augras, 1999, p.43 apud Ligiéro, 2004, p.26). Há neste exercício certo desapego pela cronologia dos fatos e das narrativas, assim, operarei a partir da categoria do trickster como um ser que usa de suas artimanhas para produzir ilusões, para enganar, assim promove oposições e contradições para possibilitar a mediação entre o mito e os sujeitos. Assim o trickster é um mediador e essa função explica o fato de ele manter algo da dualidade que tem por função superar (Lévi-Strauss, 1979, p.244) para dar conta de questões referentes a lacunas temporais e espaciais. Aqui seguiremos os rastros das transformações do mito de Zé Pilintra e suas variantes que possibilitam o nascimento de entidades que surgem a partir desse mito.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_519_70329656_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Não deixe de ir no Homem de Branco”: Relações entre espiritualidade e conhecimentos/práticas biomédicas no Culto à Jurema Sagrada

Gilliard de Oliveira Justino (UFCEG)

O presente trabalho propõe estabelecer reflexões sobre as relações entre espiritualidade e prática biomédica, que são estabelecidas pelos praticantes do Culto à Jurema Sagrada, expressão religiosa de raiz afroameríndia, derivada e inserida em um complexo polissêmico mais amplo que orbita em torno da planta denominada Jurema (gêneros Mimosa, Acácia e Pithecelobium). O fio que conduz estas reflexões são os dados de campo da pesquisa de mestrado intitulada "Jurema, sua folha cura e sua flecha mata": os sentidos de saúde e doença na Jurema Sagrada (Justino, 2016). A doença, pensada aqui enquanto episódio crítico (Morin, 1995), expressa a possível viabilização da desordem do sistema social, estabelecendo incertezas e potencializando os elementos desagregadores anteriormente presentes, oferecendo riscos à

integridade da comunidade. Deste modo, percebemos que os modos de lidar com o episódio da doença, entendidos aqui enquanto drama social (Turner, 2005, 2013, 2015), desencadeiam uma série de ações e reações individuais e coletivas que estabelecem pontos de contato – conflituosos ou não – entre as práticas médicas e a “Ciência da Jurema”, conhecimento/energia detido pelos juremeiros. Um elemento fundamental – e para o qual direcionamos o foco desta análise – é a intervenção direta dos Mestres e Mestras, entidades que, quando em vida, tiveram contanto com a Jurema e seu conhecimento, voltando à terra para completar suas evoluções a partir do trabalho espiritual (Justino, 2016). Para além da intervenção ritual, os Mestres e Mestras são, por vezes, elementos ativos no itinerário terapêutico dos doentes, incentivando – por vezes ordenando – a procura de assistência dentro do sistema de saúde biomédico. Sendo assim, é possível perceber que a relação estabelecida para resolução da “crise da doença” é de complementaridade, com práticas que adquirem um caráter sinérgico aos olhos dos juremeiros, reafirmando, em um mesmo movimento, crença no conhecimento médico – o “homem de branco”, na linguagem dos Mestres – e na força da Jurema enquanto base de sentido da experiência e enquanto possibilidade de intervenção.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Linhas e Cidades: identidades, territorialidades e sagrado no culto de Catimbó-Jurema

Henrique Falcão Nunes de Lima (QCM - Quilombo Cultural Malunguinho), George Henrique Pinto Pereira (UFPE)

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver reflexões acerca das relações entre identidade e territorialidade nos Mestres e Mestras encantados, entidades espirituais que atuam no Catimbó-Jurema, tomando como campo de pesquisa a cidade do Recife/PE. Considerando a distinção à classificação da “falange” na prática religiosa das Umbandas, as entidades juremeiras emergem como agentes que, mesmo submetidos ao processo de “encantamento” (passagem do mundo material para o espiritual), preservam em suas manifestações mediúnicas seus comportamentos, identidades nominais, alcunhas, ocupações, preferências e outros traços distintivos que possibilitam aos adeptos reconhecerem suas singularidades individuais. Isso resulta na singularidade de cada Mestre ou Mestra, uma vez que foram indivíduos distintos durante sua existência terrena. Além de analisar essas identidades, buscamos investigar a dinâmica da interação entre identidade, territorialidade e locus sagrado. Especificamente, examinamos como os territórios ocupados ou frequentados pelos Mestres e Mestras se convertem em espaços sacralizados para os praticantes da Jurema, como por exemplo áreas específicas da cidade do Recife, como a Rua da Guia, bairro da Mustardinha, Cais do Porto dentre outros. Como metodologia de buscar esses marcadores entre identidade e territorialidade, nos debruçamos em analisar os cânticos sagrados, também chamados de “linhas” de Mestres e Mestras como Tertuliano, Ritinha, Preá, Manoel Quebra-Pedra, e mais. Sendo o Catimbó-Jurema uma religião que se sustenta na tradição oral, é através das toadas que os encantados comunicam a respeito de suas histórias de vida. Para auxílio, buscamos nas bibliografias clássicas do estudos de Jurema, referências pertinentes para amparar nossas reflexões; em conjunto, exploramos a busca de dados em antigos jornais, como Diário de

Pernambuco, que retrata uma série de matérias expondo a política de repressão ao Catimbó durante o início do século XX, trazendo diversos nomes de catimbozeiros apreendidos, sendo alguns deles atualmente Mestres e Mestras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

- Abre a porteira, Exu! Deixa a mulher passar! - Maria Padilha, poder e perigo de uma Pombagira no Ceará

Jean Souza dos Anjos (UECE)

"Naquela rua vai passando uma mulher. Essa mulher se chama Maria Padilha. Maria Padilha tem o perfume de rosa. Maria Padilha é uma serpente venenosa. Eu não sei quem ela é. Eu não sei quem ela é. É uma serpente venenosa que mordeu, matou". Laroyê! Salve Dona Maria Padilha da Estrada! Cantando seu ponto, fumando sua cigarrilha e bebendo seu champanhe, Padilha entra no terreiro girando e gargalhando. As pessoas presentes cantam e dançam com ela. A alegria e a fé marcam a presença de Maria Padilha na Cabana Tupinambá Guerreiro das Águas Claras, terreiro de Umbanda localizado no bairro Granja Lisboa, periferia de Fortaleza-CE. Este trabalho, de caráter etnográfico e com ampla produção de imagens, reflete sobre Maria Padilha, entidade do panteão da Umbanda. Ela é da linha dos exus e pombagiras. Como uma Pombagira, Maria Padilha representa a subversão dos valores morais. É uma mulher da rua, que nega a vida doméstica e a maternidade compulsória. Por ser uma mulher que busca a liberdade é considerada perigosa em uma sociedade machista e misógina,

afinal, Padilha é insubmissa e não aceita ser mandada por ninguém. Assume, muitas vezes, o papel de amiga e confidente atendendo umbandistas e clientes para resolver assuntos relacionados ao amor, a emprego, a saúde, entre outros. Conforme Augras (2009) são figuras transgressoras que estão sempre invertendo os valores prezados pela boa sociedade. Suas festas são plenas de alegria, brilho, vibração e muita energia, como indica o trabalho de Cavalcante (2018) sobre Maria Padilha de Mãe Iara Cavalcante, do Centro de Umbanda Rei Dragão do Mar, em Fortaleza-CE. A Festa da Padilha de Pai Jonas não é diferente, sendo preparada com muito esmero para a satisfação da entidade e de seus convidados e convidadas.

Maria Padilha é considerada a mulher do diabo como desvela vários de seus pontos: Abriu-se as portei ras do inferno pra besta fera passar, sendo ela Maria Padilha, sendo ela a mulher do diabo. Abre a porteira, Exu! Deixa a mulher passar! É a Padilha, Exu! Deixa a mulher passar!; Padilha, soberana da rua. Padilha, seu feitiço tem axé. Mas ela é a rainha da encruza, ela é rainha da Quimbanda, ela é mulher de Lucifer. Entretanto, ser a mulher do diabo não significa, necessariamente, ser uma entidade do mal. O trabalho de campo mostra que Maria Padilha está mais perto das esferas do poder do que das esferas do mal, portanto, ela é uma experiência de mulher que trabalha espiritualmente para que seus fieis e admiradores conquistem seus desejos. Este trabalho faz parte da minha

pesquisa do doutoramento no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade

Estadual do Ceará (UECE)

e é apoiado pela Fundação Cearense de Apoio

ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mojubá ô: O princípio dinâmico das trocas justas.

Lina Regina Geralda Nunes dos Santos (UFBA)

RESUMO: As experiências contidas na rotina de um terreiro de candomblé dão vazão para se pensar a partir do outro (KOURI, 2001), dentro de uma gama de variações simbólicas contidas nas relações destaca o estabelecimento de vínculos e a possibilidades de trocas. Pensar essa proposta a partir de Exú e explorar um dos seus princípios é justamente abordar esse momento da ida ao mercado como um movimento de compensação (FLOR DO NASCIMENTO, 2016) e que cria laços de sociabilidades. Mesmo que de forma reinterpretada por conta de uma existência secular os processos de cooperação e suas múltiplas possibilidades de interação humana (BLUMER, 1996) se reagrupam e tomam forma. Exposto isso, depreende-se que mesmo que de forma ressignificada pela questão da diáspora, destaca a importância do culto a esse orixá como um dos pilares de sustentação para o candomblé e por suas características um grande acionador do funcionamento estrutural simbólico dessas comunidades. Palavras-chave: Trocas; Interações; Candomblé.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

AS ROTAS DO CANDOMBLÉ JUAZEIRENSE: territórios, memórias e mães de santo

Maria Edina Marques Ferreira (UNILAB), Jacqueline da Silva Costa (UNILAB)

O presente trabalho investiga as rotas de constituição do candomblé em Juazeiro do Norte (CE) através das memórias e trajetórias das mães de santo, a partir da articulação das categorias de memória e oralidade. Segundo a literatura disponível, as primeiras casas de candomblé em Juazeiro do Norte datam da década 1970. Nosso estudo se insere no processo de reexame da história do candomblé no Ceará, já que, segundo alguns historiadores, a chegada desta religião ao Ceará dataria de 1965, com o estabelecimento da primeira casa de candomblé, sendo de origem bantu, chamada Viva Deus do Calunga, em Fortaleza. Durante muito tempo este foi considerado o primeiro terreiro de candomblé do Ceará. Essa pesquisa utiliza a metodologia da história oral combinada a interdisciplinaridade através da técnica da entrevista, sendo o principal recurso de condução dessa investigação. As mães de santo de candomblé são nossas fontes principais, pois acompanham o estabelecimento dos primeiros terreiros na cidade, assim como a estruturação e expansão dessa afroreligiosidade nas terras caririenses. Assim, compreendemos a oralidade como um elemento estruturante das religiões afro-brasileiras e fundamental para perscrutar as rotas que possibilitaram o surgimento do candomblé no interior do Ceará, sendo a memória, elemento fundamental nessa investigação. Nesse sentido, apontamos para um trânsito e uma origem distinta em relação ao surgimento do candomblé em Fortaleza e em Juazeiro do Norte, ainda que estejam situados próximos temporalmente e partilhem aspectos em comuns como a origem bantu das casas de Asé em ambos os territórios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_162_47770787_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Macumba, catolicismo e evangelicalismo na comunidade quilombola do Cumbe, em Aracati/CE

Ozaias da Silva Rodrigues (UFAM)

Falar na religiosidade local do Cumbe, implica em entendermos as relações entre macumba, evangelicalismo e catolicismo nessa comunidade quilombola. Há um antagonismo entre essas expressões religiosas, ao mesmo tempo em que há um diálogo, a depender de cada caso. Na pesquisa de campo que realizei entre 2022 e 2023, fiquei sabendo do preconceito que os evangélicos têm contra festas católicas e contra afrorreligiosos. Em algumas ocasiões, ouvi queixas de católicos não-praticantes contra evangélicos, de católicos contra afrorreligiosos e destes sobre evangélicos. Interessante apontar que ouvi relatos de que algumas pessoas que eram da macumba, hoje em dia são evangélicas – e criticam a macumba, bem como católicos/as não-praticantes que se converteram, como se diz no jargão evangélico. Interessante também foi a frequência com que ouvia, estando em campo, de interlocutores/as mais íntimos/as, a palavra macumba'. A primeira vez que ouvi achei interessante, mas julguei como um dado aleatório. No entanto, no decorrer dos dias de dezembro de 2022, fui percebendo em que certas ocasiões e com certas pessoas a palavra macumba' aparecia nas conversas de forma muito espontânea e o principal para mim, enquanto também pesquisador de religiões de matrizes africanas, era ouvir aquela palavra com a naturalidade que eu só ouço dentro dos terreiros de Candomblé e Umbanda. A palavra macumba' era sempre evocada sem nenhum sentido pejorativo, sem nenhuma demonização do termo. Nesse sentido, a naturalização do termo macumba' me apontava algo que só a frequência de ouvi-lo me faria entender: a macumba é constitutiva da memória de vários moradores/as do Cumbe, quase como uma memória coletiva. Eu sempre ouvia algum relato de que fulano e sicrano mexiam ou mexem com macumba, tanto no sentido de exercitar sua religiosidade afro e/ou mediunidade, quanto no sentido dos trabalhos', dos ritos de caráter mágico. Os/as interlocutores/as mais íntimos sempre citavam os nomes das pessoas ao falar de macumba e às vezes davam detalhes vívidos sobre a antiga macumba no Cumbe. Porém, ao mesmo tempo em que a macumba é afirmada e positivada por algumas pessoas, como falei, essa foi a experiência que tive com os/as interlocutores/as mais íntimos/as, pois há quem negue a sua presença no passado do Cumbe e quem a demonize. Assim, há quem fale bem e com propriedade da macumba e há quem fale mal e com muito distanciamento da mesma. De alguma forma, a macumba subjaz ao catolicismo popular do local, que é permeado de misticismos e entidades não-cristãs.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_214_79151846_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As Sete Encruzilhadas de Obá no candomblé cearense: agência e protagonismo da pomba-gira e do orixá na configuração do empoderamento feminino no candomblé ketu em Fortaleza (CE)

Patricio Carneiro Araújo (UNILAB)

Francisca Maria da Justa Teixeira, uma professora de educação básica e umbandista na década de 1980 é uma chave interpretativa indispensável à compreensão da história das religiões afro-cearenses. Depois de longa convivência na umbanda, em Fortaleza e no Rio de Janeiro, é iniciada no candomblé ketu pelo saudoso Pai Baiano (Waldomiro Costa Pinto), no Ilê Babá Ogum Megegê Axé Baru Lepé (Rio de Janeiro), quando recebeu o nome iniciático de Obá Larim. Mãe Obassi, como posteriormente passou a ser conhecida, tornou-se uma importante ialorixá no Ceará. Ao seu nome está relacionada a introdução do candomblé ketu naquele estado, já que em 1990, quando foi inaugurado o Ilê Axé Oloibá, as demais casas de candomblé existentes ali, e mais especificamente em Fortaleza, eram de outras nações. Vítima de uma morte repentina, trágica e criminosa, na madrugada do dia 24 pra 25 de 1996, sua liderança à frente da casa que criou durou apenas seis breves anos. Todavia, a força e carisma desta sacerdotisa foram mais do que suficientes para assegurarem a sobrevivência do seu legado para além da sua morte. A fonte da sua força, carisma e liderança em parte se atribui ao poder de sua pomba-gira (Sete Encruzilhadas) e ao seu orixá Obá, forte símbolo de emancipação feminina e na época ainda pouco conhecida no Ceará. Considerando, portanto, a liderança da Mãe Obassi e a agência das forças sobrenaturais das quais emanava seu poder sacerdotal, neste trabalho serão apresentados alguns resultados parciais obtidos na pesquisa intitulada *Ilê Axé Oloibá: memória e história do candomblé no Ceará*, que vem sendo desenvolvida desde outubro de 2022 junto à comunidade deste terreiro e das pessoas que a conheceram pessoalmente e/ou mantiveram alguma forma de convivência com ela. A pesquisa tem abrangido entrevistas, visita a terreiros, análise de documentos, incursões aos espaços institucionais por onde passou Mãe Obassi e observação sistemática do cotidiano do Oloibá. Trata-se de uma história fortemente marcada pelo trauma da perda da fundadora, mas também permeada pela força de uma mulher que, por sua liderança, marcou de forma indelével a história do candomblé no Ceará. No trabalho a ser apresentado veremos como, mesmo tendo sido vítima da violência de gênero que há muito tempo permeia, também, o universo das religiões afro-brasileiras, a memória e a história da Mãe Obassi interfere até os dias de hoje nas diferentes configurações da vida do povo de terreiro no Estado do Ceará, da mesma forma que Dona Sete Encruzilhadas e o orixá Obá continuam orientando a conduta do atual babalorixá da casa e de toda aquela comunidade-terreiro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O Jarê e a Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos em Lençóis, Bahia.

Paula Pfluger Zanardi (IPHAN)

O jarê, religião descrita como candomblé de caboclo (SENNÁ, 1998), surge historicamente por meio de complexas interações culturais. O candomblé jeje-nagô, vindo de Cachoeira pelo rio Paraguaçu, se funde aos elementos de fundamento congo-angola já presentes na região. Porém, diferentemente do candomblé litorâneo, a religião de matriz africana da Chapada Diamantina tem em sua essência uma abertura à incorporação de elementos e entidades de outras fés, como o catolicismo popular, o espiritismo e culturas indígenas (PARÉS, 2018). A Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos, considerado como o padroeiro dos garimpeiros desde o século XIX, é a principal festa do município de Lençóis, e a que reúne mais devotos das cidades das

lavras diamantinas. Dentre os devotos do padroeiro dos garimpeiros há um expressivo número de integrantes do jarê (?) que participam ativamente da festa. A exemplo, as baianas que conduzem o ritual de lavagem das escadarias da igreja do Senhor dos Passos, e distintas lideranças religiosas do jarê que acompanham a procissão em lugar de destaque, por vezes carregando o andor. A fé no padroeiro, portanto, não se limita aos católicos. A festa é o momento de devoção a esta imagem do Senhor dos Passos em específico, a qual é encontrada em pejis dos terreiros de jarê da cidade. Por se considerada uma expressão cultural tradicional das Lavras Diamantinas, a Festa de Nosso Senhor Bom Jesus dos Passos encontra-se em processo de registro como patrimônio cultural imaterial pelo IPHAN, tendo já sido reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Nas últimas décadas, o sentido religioso da festa e sua conexão fundamental com a cultura do garimpo tem perdido espaço como aspecto principal da festividade, para a programação de shows promovidos pela prefeitura. Este trabalho visa apresentar as intersecções entre o jarê e a festa do Senhor dos Passos de Lençóis, os vínculos e sentidos partilhados entre as expressões culturais que tem em sua origem a cultura garimpeira da região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_535_41447414_081001.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Religiosidades no sertão profundo: pluralidade de matrizes espirituais em uma família de Cedro - Ceará

Vinícius Fernandes Evangelista (UFC), Érica Fernandes Dias (seduc/ce)

A pesquisa intitulada Religiosidades no sertão profundo: pluralidade de matrizes espirituais em uma família de Cedro - Ceará debate a influência de diversas religiosidades no imaginário de um grupo familiar, parentes dos autores, que reside majoritariamente em Cedro, município localizado no sertão profundo da região Centro-Sul do Ceará. O presente trabalho é parte de uma dissertação em construção do programa associado do Mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Optou-se por uma pesquisa de abordagem qualitativa/interpretativa, para melhor compreender: até que ponto as religiosidades etnografadas apresentam arranjos únicos de crenças?; se os elementos destas religiosidades estão circunscritos apenas ao referido grupo familiar, ou se estes transcendem ao seu entorno imediato? Estas perguntas de partida baseiam-se na investigação sobre como os sujeitos da pesquisa constroem e materializam o espiritual, o religioso e o simbólico, no território onde estão inseridos. Diante da realidade observada no campo, mediante a análise das entrevistas, da comparação do material com cosmopercepções e etnografias provenientes de diferentes matrizes étnicas e religiosas - em diálogo com autores como Juana Elbein dos Santos (1986), Sobonfu Somé (2007), Grunewald e Savoldi (2020) - constatou-se, até aqui, que existe uma imensa complexidade de influências nas crenças e rituais etnografados. Uma série de elementos trazidos pelos entrevistados (vocábulos, rituais) são encontrados em povos tradicionais do Caribe, em grupos de cangaceiros antigos e em povos indígenas do norte do Brasil. Outras dimensões também são analisadas: a memória afetiva que esses sujeitos têm com o passado, no qual a espiritualidade era celebrada, porém de forma diferente; a relação entre diferentes gerações perante o sagrado; a relação dos sujeitos da

pesquisa com entes espirituais não-humanos e com a feitiçaria. Para uma melhor compreensão do imaginário estudado, foi necessário entrevistar sujeitos que não eram do grupo familiar, mas que eram considerados mestres espirituais por este e por outras pessoas da cidade. Alguns personagens populares da região são retratados nessa discussão, pois, em Cedro, além de entidades não-humanas, há também entidades super-humanas populares, isto é, pessoas que são consideradas capazes de realizar o sobrenatural. Por fim, compreende-se que há nesta pesquisa um relevante potencial para o estudo das dinâmicas das religiosidades no interior do Ceará. Palavras-chave: Antropologia da religião; Religiosidades afro-indígenas; Sertão Profundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_531_98719655_081001.pdf

GT 091: Religiões afro-brasileiras e mobilizações afrorreligiosas: enfoques etnográficos e metodológicos contemporâneos

A ideia das religiões afro-brasileiras como patrimônio nacional é resultado da ação de sacerdotes e sacerdotisas, pesquisadores/as, gestores/as do patrimônio e militantes. Tal representação vem sendo posta em xeque devido aos ataques e atentados sofridos por essas religiões nas últimas décadas, em todo o país. O objetivo deste Grupo de Trabalho é contribuir para os estudos antropológicos a partir da análise contemporânea das religiões afro-brasileiras. Espera-se que sejam debatidos os estudos sobre as diferentes tradições fundantes - as matrizes africanas e indígenas, deram origem a diversas manifestações nos estados brasileiros, não se limitando aos cultos iorubanos; pesquisas voltadas para o impacto da transnacionalização religiosa que confronta as práticas locais aos cultos importados da Nigéria e de Cuba, transformando profundamente o campo afrorreligioso; os diálogos entre a religiosidade afro, a educação, as artes e as políticas de patrimônio; e os conflitos que se relacionam com as tradições cristãs (católica e protestante) e seus efeitos na construção da identidade da população brasileira e no desenvolvimento de uma mobilização afrorreligiosa. Pretende-se ainda priorizar a seleção de trabalhos que discutam os modos de fazer pesquisa de campo e a expansão das fronteiras, levando-se em consideração a difusão que as religiões de matriz africana têm vivenciado nos últimos anos se implantando em novos territórios (América Latina, Europa e Ásia).d

Coordenação

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF), Stefania Capone (CNRS)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Na Encruzilhada Do Mercado: Sagrado E Memória No Mercado Público De Porto Alegre"

Alicia Cima Rodriguez (IBGE)

O Mercado Público é um dos locais mais importantes da cidade de Porto Alegre, localizado na área central, possui quatro entradas principais e os corredores se cruzam formando uma encruzilhada. No centro do local, segundo tradições do Batuque Gaúcho, foi assentada uma



divindade Yorubá: o Bará do Mercado, orixá que recebe oferendas e saudações diariamente naquele espaço. Assentado por pessoas escravizadas durante a construção do prédio ou por Príncipe Custódio, príncipe oeste-africano que viveu parte de sua vida no Rio Grande do Sul no século XX, o fato é que, o assentamento da divindade potencializa a convergência sagrada do Mercado e os elos dos afro-religiosos com ele. Na encruzilhada, a morada de Bará é alimentada constantemente com saudações, moedas, pipocas, balas, palavras e mais uma série de oferendas que circulam a partir do cruzeiro. Ademais, ritualizações um pouco mais robustas também são frequentes, como a festa do Bará, os rituais de bate folhas, os rituais de passeio (ritual iniciático do Batuque), entre outras cerimônias e homenagens que envolvem o mosaico, uma marcação material que aponta publicamente para a presença da divindade. O comércio afro-religioso mediado pelas floras do Mercado, também movimenta trocas de produtos, conhecimentos e divulgações religiosas que tecem redes com os terreiros ou casas de religião da cidade. A pergunta que acompanhou esta pesquisa foi: como o sagrado se manifesta no cotidiano do Mercado Público de Porto Alegre? Este trabalho teve como objetivo analisar como as dimensões da memória e do sagrado se manifestam e se relacionam cotidianamente no Mercado Público. Foi realizada uma etnografia durante seis meses, indo a campo em média três vezes por semana, a etnografia contou com a descrição densa em diários de campo e a utilização de recursos audiovisuais para captar e refletir sobre as cenas do campo. Além disso, foram realizadas três entrevistas qualitativas semiestruturadas com Silvia de Iemanjá, religiosa que comercializa fitas e saquinhos repletos de axé em uma das entradas do Mercado, com Iara Rufino, única mercadeira negra do Mercado e com a Iyalorixá Vera Soares, mãe de santo e militante politicamente engajada. Em conclusão, atualmente Bará é um elo central nos processos de reterritorialização das populações negras em nível regional. Bará e o panteão de orixás africanos cultuados em uma Porto Alegre do século XXI são (re)feitos com o Mercado. Foi possível identificar e analisar que o sagrado manifesta-se de forma alargada, na encruzilhada, nas paredes, nas folhas, nos produtos, nos alimentos e ele é refeito através de rituais, encontros e celebrações que suscitam a memória coletiva negra que (re)territorializa o lugar.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caminhos abertos para a reconstrução de um acervo sagrado

Ana Cecília Freitas de Oliveira (UFF)

No dia 21 de setembro de 2020, o Acervo Nosso Sagrado, composto por peças de religiões afro-brasileiras, foi transferido do Museu da Polícia para o Museu da República. A transferência marcou o início de uma trajetória de acolhimento, cuidado e mudanças das representações simbólicas e culturais de suas narrativas. Até então, o acervo estava tombado sob o nome Coleção Magia Negra e as mais de 500 peças eram vistas como objetos apreendidos pela polícia carioca entre o final do século XIX e início do século XX. Dessa maneira, a presente pesquisa, fruto de um projeto PIBIC, tem como objetivo estudar os movimentos dos atores sociais para a reconstrução do acervo e os novos significados atribuídos às peças.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Representações de dor e sofrimento nas estratégias de preservação e resistência do território dos povos de terreiro

Andréia Soares Pinto (Gingauff)

Este trabalho apresenta uma análise das relações conflituosas que se estabelecem entre os povos tradicionais religiões de matriz africana e os diversos atores sociais e políticos, com foco nas estratégias de instrumentos legais de disputa, acionados por essas comunidades tradicionais na resistência pela preservação de seus territórios. Dados de um levantamento feito em publicações de jornais, blogs, revistas e portais de notícias online, produzidos pelo grupo de pesquisa Ginga UFF, mostram o crescente interesse da mídia sobre esta temática, ao mesmo tempo em que as mobilizações políticas e sociais dos povos de terreiro se intensificam. Nas narrativas presentes nas publicações estão representações do terreiro como a materialização de corpos, sentidos e coisas produzidas em comunidade de acordo com tradições e preceitos culturais e religiosos. Assim como nas palavras de Roger Sansi (2013) ao falar sobre o processo de iniciação no candomblé, onde afirma que o santo é construído, tornado real no templo e no corpo”, o terreiro se constitui em corpo material e sagrado. As considerações iniciais da pesquisa em andamento indicam que as ameaças à permanência e existência de comunidades de terreiro em seus territórios não podem ser explicadas pelo um movimento natural das cidades em consequência do desenvolvimento urbano. Estudos de Feitosa Neto e Oliveira (2023) consideram que racismo religioso, neste contexto, é percebido a partir da participação ativa de grupos religiosos evangélico-pentecostais e neopentecostais, inseridos e atuantes tanto as esferas da administração pública, quanto dos grupos de domínio armado, com demonstram os trabalhos de Cristina Vital e Ana Paula Miranda, cujo objetivo comum seria a eliminação dessas formas de organização social e religiosa de tradições africana e afro-brasileira. A busca pelo reconhecimento desses territórios sagrados como patrimônios imateriais e materiais demanda um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, até então pouco acionado por povos de terreiro. Entender e descrever a relação entre as pessoas e o terreiro, o sagrado e a sua materialidade, ajudam a contextualizar o campo de pesquisa para trabalhar com as representações de dor e sofrimento diante das ameaças e ações contra comunidades tradicionais de matriz africana.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De uma busca ativa a construção de um sujeito político: o caso das religiões de matriz africana e afro-brasileira de Caruaru-PE.

Aristoteles Veloso da Silva Muniz (SEDUC)

Em 2011, um grupo de jovens militantes assume uma secretaria na gestão municipal da cidade de Caruaru e dentro de sua estratégia de diálogo político democrático, inclusivo e participativo com os diversos atores político local, buscou de forma pioneira abrir um canal de diálogo com as lideranças das religiões de Matriz africana e afro-brasileira do município. Fui convidado para coordenar esse diálogo com a comunidade com o objetivo de mapear as casas, as lideranças e seus integrantes buscando abrir um espaço de participação e escuta para formulação de estratégias e ações políticas a partir das demandas indicadas neste diálogo. Cabe destacar que era a primeira vez na história da cidade, segundo lideranças mais antigas dos Terreiros, que tal

abertura política havia acontecido. Realizamos o mapeamento, o levantamento de demandas e formulamos estratégias políticas com objetivos definidos pelo diálogo que foi estabelecido. Vimos surgir deste processo 04 associações de Terreiros que representam hoje, os interesses políticos deste grupo junto ao governo municipal da cidade. A luta pelo reconhecimento das demandas, que partiu de uma abertura do poder público junto as comunidades, possibilitou a construção de um sujeito político até então invisibilizado no cenário político local. Para tanto, busco na teoria do reconhecimento de Axel Honneth e Nancy Fraser a ferramenta conceitual no processo de compreensão e explicação desse movimento que, de antemão, entendo ter nascido de dentro do poder público, abrindo um diálogo que não foi iniciado por nenhuma liderança, nem integrante desta comunidade e que foi indispensável para o amadurecimento político e a construção de um sujeito coletivo que agora pauta e disputa a agenda política local com grupos religiosos majoritários e historicamente influenciadores da política local. A metodologia de pesquisa utilizada neste estudo é de natureza qualitativa e exploratória onde envolveu a interação entre o pesquisador e a comunidade aqui apresentada. Foram 04 anos de intensa interação entre o pesquisador/ator e a comunidade, onde iniciamos nossos primeiros contatos com apenas 02 Terreiros e conseguimos identificar 63 durante o primeiro ano de contato, e nenhuma associação ou entidade do tipo. De uma comunidade retraída e individualizada na comunicação com o poder público municipal, identificamos que o resultado deste processo de mobilização de dentro para fora do Estado, foi a formação de 04 associações representativas e articuladas que hoje, 2024, pautam dentro de suas limitações a política local e a inserção de sua agenda no debate e ações políticas do município.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A atuação da Defensoria Pública da União na assistência aos povos de terreiro: Uma discussão metodológica

Bruna Russel Salvador (UFF)

A proposta de resumo deste trabalho é discutir algumas características metodológicas do trabalho que analisa a atuação das instituições públicas no atendimento e tratamento aos povos tradicionais de terreiro. A pesquisa, que vem sendo feita desde agosto de 2023, tem como objetivo investigar a Defensoria Pública da União (DPU) e como se caracteriza sua relação e atendimento voltado especificamente para comunidades tradicionais de matriz africana. A DPU foi criada a partir da Constituição de 1988 e tem como função a prestação integral e gratuita de assistência jurídica, judicial e extrajudicial ao cidadão carente. E, atende os povos de terreiro através dos Grupos de Trabalho (GTs). Os GTs buscam executar ações que exigem medidas imediatas para cessar violações de direito ou garantir direitos fundamentais para populações socialmente, organizacionalmente e informacionalmente vulnerabilizadas. No caso dos povos de terreiro, dois GTs podem atendê-los: os GT Comunidades Tradicionais e o GT Políticas Etnorraciais (GTPE). Os povos tradicionais de matriz africana são reconhecidos pela lei brasileira, se caracterizando por possuírem formas específicas de organização, e para sua reprodução cultural e religiosa necessitam ocupar um território e usar recursos naturais. Portanto, torna-se relevante uma discussão sobre os desafios metodológicos que se apresentam quando estamos preocupados em analisar o atendimento e relação de instituições públicas que

lidam com povos de terreiro. Nesse sentido, uma parte da pesquisa tem sido feita com o acompanhamento de eventos públicos que possuem a participação ou a organização da DPU voltados para essa comunidade. Apresento aqui, a importância desses eventos públicos como uma área de fronteira que seria capaz de explicitar disputas e conflitos de interesse. A DPU é uma instituição que se coloca em muitos casos, contra as ações que têm o Estado como perpetrador de violações de direitos, ao mesmo tempo que é parte integrante e essencial da função jurisdicional desse Estado. Portanto, um dos desafios apresentados tem sido o de entender o processo de construção mútua, entre os atendidos, povos de terreiro e a instituição, DPU. Em que, essas populações são classificadas e vistas como vulnerabilizadas e de certa forma, precisam se construir como vulnerabilizadas para serem aptas a receber o atendimento. Pelo fato de a Defensoria ser uma instituição pública de acesso limitado, a entrada em campo demonstra ter seus próprios desafios. Por conta disso, o ponto principal de discussão é a abordagem escolhida para o trabalho etnográfico, voltada para o acompanhamento de eventos públicos que são capazes de demonstrar uma linguagem política específica para a assistência jurídica aos povos tradicionais de matriz africana.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Arreda homem, que aí vem mulher": reflexões sobre sexualidade e transe a partir de terreiros de umbanda do interior de São Paulo

Bryan Henrique Pinto (UFSCAR)

As religiões afro-brasileiras compõem um vasto universo de religiosidades, desde o candomblé da Bahia, como o xangô de Pernambuco, o batuque do Rio Grande do Sul, a umbanda, entre outras. Na literatura das ciências sociais, tais cultos foram estudados em diversas perspectivas. Dentro destes vastos estudos, a

preocupação em compreender a umbanda em um escopo de transformações da sociedade brasileira está presente desde os primeiros estudos de Roger Bastide. Na década de 70, Renato Ortiz (1999[1978]) avança nos estudos sobre a umbanda como uma religião que busca sua brasilidade, que deseja ser brasileira, como forma de síntese de outras religiões, além do processo de embranquecimento dos cultos africanos realizado pela umbanda. Nos anos 90, Lísias Nogueira Negrão (1996) retoma este debate, mas de forma diferente, compreendendo a umbanda como uma religião que se desloca em dois polos, entre a cruz e a encruzilhada, por ser fruto da síntese do catolicismo, espiritismo e candomblé, as práticas umbandistas estariam ora mais próximas da encruzilhada-candomblé, ora mais próxima da cruz-catolicismo/espiritismo.

A proposta para o grupo de trabalho visa refletir, a partir do desenvolvimento de minha pesquisa de mestrado

com foco etnográfico em dois terreiros de umbanda de linhas diferentes, no interior de São Paulo, sobre as relações entre a sexualidade e o transe, investigando em quais sentidos a heteronormatividade interfere no transe, gerando uma recusa do transe com entidades femininas por parte dos homens heterossexuais. Tendo em

vista que os estudos sobre as religiões afro-brasileiras e sexualidade costumam privilegiar o candomblé, analisando como a religião cria um espaço simbólico onde os

homens homossexuais podem exercer papéis de poder, estando em altos níveis da hierarquia dos terreiros, até mesmo como babalorixás (Landes, 2002[1947];

Fry, 1982; Birman, 1995), algo incomum nas religiões cristãs que costumam excluir os homossexuais tanto do culto como da hierarquia religiosa. A construção da pesquisa em torno de um terreiro próximo do polo da cruz e de outro próximo do polo da encruzilhada não é desinteressada, busco compreender se há menor presença da heteronormatividade em terreiros mais próximos do candomblé, tendo em vista os diversos estudos sobre a maior aceitação da homossexualidade no candomblé. Sem dúvida, a pesquisa em campo coloca outros rumos para a pesquisa que não são previstos inicialmente.

Realizando observação participante, notei homens entram em transe com orixás femininos, como Iemanjá, Oxum, Iansã, mas recusam o transe com Pombagira, entidade pertencente ao panteão da esquerda, relacionada com desejo e sexualidade, desse modo, me questiono se, talvez, estivesse diante de performances de gênero.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_240_11064679_432355.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

AFRORRELIGIOSOS NAS PÓS-GRADUAÇÕES: o reconhecimento sócio-político e a mobilização pela visibilidade

Cleyde Rodrigues Amorim (UFES)

Apresento aqui resultados da pesquisa etnográfica realizada durante estágio pós-doutoral (2021/22) a partir de trajetórias de estudantes e egressos de pós-graduação na área de ciências humanas, que se identificam como povos de terreiros e que obtiveram formação nos últimos 10 anos em cursos de ciências humanas. A pesquisa pautou-se pela interlocução com afroreligiosas/os de 8 estados brasileiros e se constrói em perspectiva decolonial. Observamos que as ações afirmativas no ensino superior nos últimos 12 anos podem ter impactado positivamente adeptos de religiões afro-brasileiras, criando um ambiente mais favorável para as proposições de discussões e de pesquisas envolvendo as religiões de matriz africana. Entretanto, os relatos apontam para inúmeras evidências do racismo religioso e epistêmico, e também para a sobreposição de discriminações no ambiente acadêmico (raça, gênero, e outras). Nesse contexto, nossos interlocutores afroreligiosos construíram diferentes estratégias de enfrentamento, buscando o reconhecimento sócio-político nas instituições em que estiveram em formação acadêmica. Também discutimos neste estudo sobre como os afroreligiosos atuaram diante dos conflitos entre os diferentes tipos de saber (tradicional e o acadêmico), e, por outro lado, como esta formação acadêmica interferiu na constituição destes sujeitos junto às suas comunidades e na mobilização pela visibilidade das religiões de matriz africana.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Nem tão familiar assim": Reflexões metodológicas sobre o lugar do pesquisador-êmico no terreiro Filhos de Oba(SE)

Leonardo Vieira Silva (UFF)

O presente trabalho visa trazer reflexões metodológicas da etnografia realizada no terreiro Filhos de Obá, Laranjeiras– SE, sendo o pesquisador pertencente ao campo” , quais foram os acessos e limites impostos a ele, tendo em vista a dinâmica desta comunidade. Ressalto que a etnografia teve como objetivo compreender as formas de organização política do terreiro Filhos de Obá no processo de garantia de direitos. Desde o final do século XIX as religiões afro-brasileiras têm sido objeto de interesse dos antropólogos, sejam eles brasileiros ou estrangeiros. Muito embora ao longo dos anos tenha se construído um senso comum acadêmico de que para quem está dentro é mais fácil” , ou seja, esta pessoa teria acesso quase que ilimitado ao campo. Neste trabalho trago a problematização de que pertencer ao campo é uma classificação redutora da questão. Uma vez que os povos tradicionais de terreiro são detentores de uma diversidade étnica-religiosa. Diante disso, ser pertencente ou liderança de um segmento não confere ao mesmo conhecimento pleno sobre todas as nações, Axés, linhagens, ramas e famílias existentes dentro dessa cosmologia. Neste trabalho, tomo como ponto de análise, o lugar da liderança de um segmento. Uma vez que sujeito ocupa uma posição dentro da hierarquia, que é reconhecido por todos os segmentos das religiões afro-brasileiras. Isto posto, o passo seguinte é a construção dos acessos, cuja constituição faz emergir os limites. Desta forma, não é possível pensar acessos sem pensar também os limites postos ao pesquisador-êmico durante o trabalho de campo. Finalizo o trabalho tendo como perspectiva metodológica que o contexto etnográfico em questão fez com que repensasse o senso comum sobre o lugar do pesquisador-êmico nesta etnografia. Explícita ainda que o distanciamento é presente no campo, seja ele adotado pelos interlocutores do campo, quando limitam as ações do pesquisador. Assim como do próprio pesquisador que precisa se distanciar do aprendizado que ele detém, para aprender e compreender os conhecimentos que emergem durante a realização do trabalho de campo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Recontando a história do nagô alagoano: a mobilização afro-religiosa e o processo de tombamento da coleção perseverança.

Matheus Winicius Silva Alves (UFAL)

As reflexões aqui presentes decorrem de um estudo em andamento que visa colaborar para construção de um novo entendimento das religiões afro-brasileiras praticadas no estado de Alagoas. Visto que, nas entranhas da memória alagoana, reside uma ferida aberta de um dos episódios mais violentos que acometeram os terreiros e comunidades afro-religiosas do estado, período batizado popularmente como Quebra de Xangô, iniciado em 1912, que demarcou os sucessivos crimes cometidos aos terreiros que foram invadidos, violados e perseguidos até os dias atuais. Por consequência, as práticas afro-religiosas encontradas no estado são marcadas por um expressivo período de silenciamento e necessidade de reelaboração dos ritos. Como contrapartida, a mobilização de sacerdotes e sacerdotisas possibilitou a criação de uma rede

composta por uma coletividade de grupos religiosos, militantes, representantes do Estado e pesquisadores empenhados em reconstruir uma narrativa acerca das religiões e suas práticas a partir dos sujeitos que a compõem, de modo a romper com a imagem negativa historicamente construída. Ocorre atualmente uma discussão acerca dos patrimônios culturais oriundos do candomblé e umbanda do estado. Dentre eles, encontra-se a Coleção Perseverança, composta de objetos religiosos roubados dos terreiros durante o episódio de 1912, que está em posse do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGAL). Tem sido tramitado a nível federal a proposta de tombamento desta coleção através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/AL), o que resultou na mobilização e participação ativa das mais variadas camadas da sociedade civil. Os dados aqui contidos são frutos de um atencioso levantamento bibliográfico que tem sido elaborado durante a minha pesquisa de mestrado, bem como do trabalho de campo nas audiências públicas e momentos de reuniões que viabilizaram o processo de pedido de tombamento. Estimo estabelecer um diálogo profícuo através da participação no GT com a finalidade de circular os dados iniciais desta pesquisa, buscando romper com as narrativas estigmatizadas e positivistas pactuadas pela elite alagoana acerca dos xangôs do estado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_314_73596505_432355.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Em busca da identidade religiosa nos Candomblés: uma experiência de trânsito religioso entre jovens negros em Salvador-BA

Mossi Kuami Anoumou (UFBA)

Ser negro no Brasil faz parte das dificuldades que enfrentam a maior parte da juventude negra. Com a ajuda da pastoral afro dentro da Igreja Católica, os jovens do bairro de Sussuarana em Salvador da Bahia conseguiram superar essa dificuldade, aceitando e assumindo a sua negritude, ou seja, a sua identidade negra. No entanto, dentro do próprio espaço religioso surge uma nova dificuldade: ser negro na Igreja. A descoberta da negritude parecia estar em dicotomia com as normas da Igreja e colocava-se o novo desafio de saber como a identidade negra poderia ganhar corpo e cor também nesse espaço. Trata-se de incluir os elementos diacríticos como tranças, turbante, vestimentas, penteados e alguns símbolos da religião de matrizes africanas como danças, tambor, músicas... Como esse novo jeito de ser e de viver a fé católica diverge das normas da Igreja, isso gerou conflito e acarretou a saída para outra experiência religiosa: o Candomblé como lugar perfeito de resgate da identidade negra. A identificação com o afro é realçada, não permitindo mais que esses jovens aceitem outras identidades e símbolos que não contemplem ou rechacem os valores africanos. Dalí surge a seguinte pergunta: será que o caminho necessário e inevitável de um jovem que se reconhece como negro ou negra, necessariamente, termina no candomblé? Essa apresentação, que é fruto de uma pesquisa de campo durante o mestrado, aborda algumas motivações que levam a juventude negra católica a adentrarem no Candomblé.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_453_52869986_432355.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Incursões iniciais sobre o passeio do batuque gaúcho na região metropolitana de Porto Alegre

Rafael Cristaldo da Silva (UFRGS)

No dia 18 de janeiro de 2020, foi publicado na plataforma Facebook um vídeo que mostra um impasse entre um pai de santo e o porteiro do Santuário Nossa Senhora do Rosário de Porto Alegre/RS. Na ocasião, Pai Maninho de Ogum, de Canoas/RS, e seus filhos, que estavam no Santuário para cumprir parte do ritual passeio, foram impedidos de subir ao altar principal da igreja. Em um primeiro momento inspirado pela abordagem material da religião, o vídeo desencadeou uma pesquisa sobre como os corpos batuqueiros ocupam o Santuário e o que acontece lá dentro. Observamos que há, grosso modo, dois modos pelos quais os grupos circulam no Santuário: ou ficam sentados em um dos bancos ou percorrem os múltiplos altares da igreja em ordem anti-horária. Depois de mais desenvolvimento, a pesquisa tem dois enfoques: um sobre o que é o passeio e porque ele ocorre (seu papel dentro da religião) e outro sobre como diferentes pais de santo fazem diferentes passeios e quais são as suas experiências. Para isso, além de recorrer a uma bibliografia inicial, entrevistamos alguns sacerdotes do batuque sobre como eles realizam o passeio e por que e quando o ritual ocorre. Essa é uma pesquisa que se desenrolou em um ano de iniciação científica e que, agora, no mestrado, queremos ampliar para todo o passeio, além do Santuário do Rosário.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_355_72036241_432355.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Acima das nuvens e abaixo dos céus": uma análise da cosmologia dos encantados no tambor de mina em São Paulo

Yasmin Estrela (USP)

Esta pesquisa tem por objetivo investigar a cosmologia dos encantados", uma categoria específica de entidades que teve origem na região amazônica, mas hoje se encontra difundida em várias cidades do Brasil, inclusive naquelas mais urbanizadas, como São Paulo. Segundo os religiosos, o encantado é uma divindade que tendo vivido na terra não passou pelo processo de morte, se encantou". Este processo de encantamento ocorre em diversos espaços da natureza, como rios, praias e florestas, criando um espaço mitológico chamado encantaria", localizado, ainda segundo os religiosos, acima das nuvens e abaixo dos céus". Neste sentido, o encantado coloca em perspectiva algumas categorias sociais fundamentais como vida e morte, por não estarem localizados em nenhuma das duas lógicas, ou tempo e espaço, por estarem associados a um tempo fora do tempo e a um espaço mítico (encantaria) que embora possa se referir a lugares geograficamente identificáveis (como rios e florestas) fazem alusão a eles enquanto portais ou passagens para outras dimensões cosmológicas. A

pesquisa atualmente está em desenvolvimento trabalhando com esta categoria de entidades na cidade de São Paulo trazida de Belém do Pará por Pai Francelino de Xapanã, primeiro fundador da Casa de Minas de Thoya Jarina

atualmente dirigida por Márcio Adriano. Com base nos dados bibliográficos e de campo, temos uma nova perspectiva destas entidades ao chegarem na capital paulista partindo de uma ideia de noção de pessoa, no qual uma mesma categoria de entidades possui um comportamento em seus cavalos em determinadas regiões.

Investigar a cosmologia e a adaptação destas entidades torna-se fundamental para compreender a difusão e as mudanças culturais que estas religiosidades apresentam ao transitarem por diferentes territórios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_742_62794747_432355.pdf

GT 092: Retomadas, tessituras e insurgência no fazer antropológico e outros fazeres.

Com o objetivo de reunir estudos que abordem propostas de pesquisadores que se deslocam deste lugar do/da/de 'outro(a/e)' e constroem uma narrativa de subjetividade implicada com epistemologias êmicas na feitura da teoria antropológica e o fazer em outros espaços, a partir da perspectiva de sujeitos/as/es que existem em diferentes contextos que outrora foram locais centrais para a reflexão sobre alteridade. Hoje, estes contextos passam a ser locus participativos num processo de transformação social ocorrido na última década. Na esteira das/dos/des intelectuais que agora vem construindo proposições teóricas a partir também do que experienciaram seus cotidianos de vida, nos implicando numa ideia de etnografia envolvida. Visamos expandir o debate a partir das reflexões propostas por estes/as pesquisadores/as, partindo de suas produções, vivências, experiências e grafias em reflexões antropológicas. Objetivamos assim, construir espaços que fomentem o debate sobre esses processos de retomada no fazer antropológico por esses sujeitos/as/es, como forma de expansão de suas lutas na produção de conhecimentos e reivindicações por direitos, localizadas no campo acadêmico. A proposta é ampliar e aprofundar o debate sobre as produções e as/os intelectuais, traçando cruzos que reposicionam saberes e fazeres dentro e fora da antropologia brasileira, mas perspectivam saberes e seus usos em diferentes contextos.d

Coordenação

Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF), Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

VAMOS ABRIR A RODA, ENLARGUECER! - Reflexões Sobre Ser Pesquisadora/Amiga/Vizinha/Intelectual Ao Fazer Campo Em Meu Próprio Bairro

Andreza Lorena Santos Cerqueira (UFSC)

Neste artigo, reflito à luz das Epistemologias Feministas Negras e da Antropologia Feminista o processo experiencial que vem sendo realizar etnografias a partir de observações em festas de pagode e paredão no meu bairro, em Salvador/Bahia. Basicamente, a ideia é refletir sobre como as posturas se modificam durante o percurso de observação quando informo ou deixo de informar que estou fazendo pesquisa, quando esperam uma pesquisadora diferente nas

confirmações no Instagram e subitamente surge eu, a vizinha, ou o oposto, quando estou dançando e me divertindo e me questionaram se aquele momento é de fato pesquisa. Esse limite existe? Nós mulheres negras - tendo como objeto o pagode ou não - estamos o tempo inteiro levando nossas experiências como construção de subjetividade, dialogando com nossos familiares, reconfigurando raça/classe/ gênero e as demais interseccionalidades e obviamente fugindo das experiências únicas, tal qual os Feminismos Negros nos ensinaram. Ao mesmo tempo, uma vez que atravessadas pelo conhecimento acadêmico, ainda ecoam em nossos ouvidos Geertz, Malinowski e autores da Antropologia Clássica, sugerindo um distanciamento que além de parecer mágico, soa irreal para as nossas experiências de pesquisa. Neste artigo, irei tentar conectar alguns conhecimentos caros aos Feminismos (como o Ponto de Vista Feminista e a Noção de Conhecimento Situado) para debruçar-me sobre as etnografias que venho realizando e de como, a interlocução deixa de ser pela observação mas acionada por outros sentidos como o afeto e a dança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_467_32680671_691683.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres (re)fazendo mundos: aproximações entre Veena Das e as Encruzilhadas dos cultos afrodiáspóricas

Cleiane Pereira Souza dos Santos (UFPI)

Ao resumo interessa investir na compreensão dialógica entre as formas de habitar a vida cotidiana mediante os eventos de dor e sofrimento em consonância com um exercício conceitual-filosófico próprio de minha pertença comunitária e religiosa, que está ligada às religiões de matrizes afrodiáspóricas brasileiras, as Encruzilhadas”. Em sua principal obra, *Vida e Palavras: a violência e sua descida ao ordinário*, a antropóloga indiana Veena Das(2020) provoca um revisionismo à certeza europeia-feminista-ocidental que sempre buscou universalizar as noções de resistências femininas a partir do modelo binário da subordinação e subversão”, excluindo o que é corporal, feminino, emocional, não racional e intersubjetivo(MAHMOOD, 2006). Desta forma, Das(2020, p. 27) ao se questionar o que é recolher os pedaços e viver nesse lugar de devastação?”, sua intenção é romper com a visão dos corpos que estão nas margens como os outros”, os subalternos e as vítimas”; nos mostrando que esses corpos estão a todo momento se constituindo a partir da vida de muitos outros; dentro de uma dinâmica onde esses corpos estão a todo momento repensando, reavaliando e reescrevendo suas vidas(DAS, 2022).Isto posto, é que acredito que a perspectiva das Encruzilhadas encontra caminho com o pensamento da antropóloga indiana a medida que este lugar(as Encruzadas) inscreve nossa capacidade de a todo momento (re)inventar nossas formas de viver, lócus onde são determinados diversos caminhos com a intenção pedagógica de mostrar o quanto e de como a todo momento estamos fazendo e nos refazendo nos limites da vida cotidiana, dentro de um oriki que diz: Exu faz o acerto virar erro e o erro virar acerto” (RUFINO,2019), concatenado nessa capacidade que todos nós carregamos, de sempre estar reavaliando e reescrevendo nossas relações uns com os outros.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_213_44248632_691683.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sagrado E Político: O Terreiro Como Produtor De Vida E Saúde Para Mulheres Da Comunidade Colibris Na Cidade De Santa Rita/Pb

Durvalina Rodrigues Lima de Paula e Silva (UFPB)

Sabe-se que a partir da constituição de 1988 com a criação do Sistema Único de saúde -SUS, uma chave foi virada para a democratização da saúde no Brasil. Contudo, após trinta e seis anos de sua criação, a população mais empobrecida pelas estruturas de poder que alicerçam o Brasil, são lançadas na vala do descaso e negligências devidos as ausências do Estado concernentes as efetivações das políticas públicas, com destaque a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, e a presença das necropolíticas com base no racismo e suas interfaces. Nesta perspectiva, o presente trabalho pretende elucidar tecituras, ainda em construção, que farão parte de um dos capítulos da tese intitulada, Entre a necropolítica e as práticas de produção de vida: Mulheres, Terreiro, Saúde da População Negra na comunidade Colibri-Santa Rita/ PB, alicerçada pela antropologia da saúde. Apresentarei, com base nas narrativas das interlocutoras, as múltiplas formas criadas e reinventadas das mulheres para se manterem vivas de forma individual e coletiva na resistência de sobreviverem diante dos descasos políticos em sua comunidade, das dificuldades de acesso as políticas públicas do SUS nas três atenções e as fragilidades encontradas nos serviços de saúde ofertados, afora os percalços vivenciados por elas com as intersecções das desigualdades de gênero, classe e raça. Além disso, enfatizarei um espaço sagrado e político localizado na comunidade de Colibris na cidade de Santa Rita /PB, um Terreiro de matriz afro-ameríndio que desenvolve um papel fundamental, ser um espaço de cuidados, e através de sua responsável, uma Yálorixá, as mulheres encontram acolhimento e apoio necessário através de conhecimento ancestral, práticas milenares com plantas medicinais e direcionamentos com base no sagrado que contribuem com o acalanto e preenchem de dores, angustia e ausências. Tais reflexões, sem dúvida, contribuirão no fomento de mais pensamentos na trilha de outros fazeres antropológicos nesta grande construção.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A atuação da antropologia na produção social: uma possibilidade profissional a partir de uma experiência empírica

Ioanna Augusta Costa da silva (Município de Natal)

Diante de um cenário pós pandêmico alguns jovens acadêmicos, militantes e artistas passaram a se reunir em uma praça na zona norte da cidade de Natal para a prática do voleibol. O que começou como uma alternativa de lazer se tornou um movimento cultural, o Vôlei Mix, que buscava mobilizar a comunidade em busca de melhorias e oportunidade para os aparelhos públicos disponíveis. O que busco tensionar nesse trabalho a partir da minha experiência no Vôlei Mix são as possibilidades percebidas de atuação profissional das ciências sociais, principalmente da antropologia, fora da universidade. Ou seja, uma forma da antropologia se engajar diretamente nos espaços sociais, profissionalmente, não necessária para produzir pesquisa, mas podendo fomentar uma transformação social, auxiliar as demandas públicas e realizar projetos culturais. Portanto, a área da produção cultural surge como essa possibilidade, pois é uma área de atuação que visa promover ações, sejam elas de cunho social, artístico,

educacionais, entre outras. Essa relação também levanta alguns tópicos sensíveis como o desafios de financiamento desses projetos, as buscas pelas contrapartidas ética e os conflitos que fazem parte desses processos. Por fim, espero mostrar as possibilidades da atuação da antropologia na produção social e do que pode ser um campo profissional necessário para a antropologia dos tempos atuais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cálculos de uma economia do vivido: a instituição de um próprio por meio do amadurecimento profissional

Manu Rocha de Matos (UFSC)

O objetivo deste estudo é realizar uma interpretação antropológica, fundamentada na etnografia, das narrativas que envolvem a significação do trabalho docente e as escolhas profissionais dos interlocutores, em conexão com outras dimensões de suas vidas. O foco da pesquisa recai sobre os professores substitutos das redes públicas de ensino em Santa Catarina, que, apesar das condições estruturais precárias decorrentes de um projeto neoliberal de educação em nível nacional, descrevem suas práticas impregnadas de significados substanciais de resistência a esses processos. Destaca-se o amadurecimento como um fator determinante para as tomadas de decisão econômica ao longo de suas trajetórias profissionais. Neste sentido, o trabalho desenvolve-se na interface entre antropologia econômica e antropologia do trabalho, questionando o que significa para a nossa produção de conhecimento resistir às categorias, distinções e definições de cima para baixo, advindas das teorias da globalização do capitalismo em função da crescente reestruturação das bases produtivas e de seus reflexos na administração do serviço público. Para embasar este estudo, foi desenvolvido o conceito de "cálculos de uma economia do vivido", que busca conciliar as noções de "cálculos econômicos" de José Sérgio Leite Lopes com as "táticas" de Michel De Certeau. Essas abordagens dizem sobre as operações mentais e as maneiras de fazer dos trabalhadores comuns para resistir às estruturas administrativas que não lhes permitem criar um espaço próprio. Deste modo, os professores precisam lidar com os contingenciamentos do tempo para tirar proveito dessa ordem econômica. No entanto, ao longo de suas carreiras profissionais, começam a reivindicar um próprio, através da racionalização posterior, afastada no tempo, desse cotidiano imprevisível e instável, permitindo-lhes imaginar e ressignificar esse contexto, que agora é habitado por eventos que conversam com o íntimo e alimenta um sentimento de preparo em relação às futuras escolhas profissionais e econômicas. Palavras-chave: Trabalho Docente; Neoliberalismo; Amadurecimento; Práticas Narrativas

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

E como você se sente sobre isso? - A escrita emocional de si, no percurso de pesquisa sobre branquitude.

Maria Beatriz Barmaimon Garcia (UNILA)

Sinto um enjoo ao escrever o que se segue e isso me parece um bom começo. Esse enjoo se relaciona com um conjunto de emoções surgidas de um compromisso político e afetivo assumido por mim: o de estudar a branquitude, sendo uma pessoa

branca. Dessa forma, proponho, no presente resumo, elaborar as emoções produtoras e produzidas durante um processo de pesquisa que vincula os Estudos da Branquitude à Educação para as Relações Étnico Raciais. Charles Mills em O contrato racial aponta para a existência de um contrato epistemológico, uma epistemologia da ignorância incluído no próprio contrato racial (MILLS, 2023, p.126), no que concerne à branquitude, como estrutura de poder. Isso significa dizer que os signatários do contrato racial concordam em interpretar erroneamente o mundo”, se mantendo blindados e anestesiados à realidade das desigualdades raciais e suas consequências devastadoras (MILLS, 2023, p.42). Aqui é possível reconhecer um primeiro grupo de emoções, relacionadas ao pertencimento, à satisfação de acreditar que tudo a sua volta faz sentido e que as coisas são como devem ser. Esse grupo de emoções também pode ser vinculado ao que vou chamar de aprender a ser branco”, que nada mais é do que a transferência geracional e interfamiliar de um conjunto de comportamentos e interpretações específicas da branquitude, que moldam a maneira como me movo pelo mundo, meus objetivos e expectativas, o que busco na vida e o que espero encontrar” (DIANGELO, 2016, p.159, tradução nossa). Nesse sentido, a tarefa de recusa ao contrato racial, por pessoas brancas, é uma escolha real [...] embora seja reconhecidamente uma escolha difícil (MILLS, 2023, p.136), afinal ela vai de encontro a tudo aquilo que se aprendeu. Escolho, neste trabalho, a escrita de si como um tipo de registro terapêutico e relativamente etnográfico de, [re]elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação (KLINGER, 2012, p. 23), com o objetivo de ser o mais verdadeira possível com minhas limitações para que elas sejam corretamente endereçadas e resolvidas, a fim de caminhar em direção à uma crítica justa e atenta das armadilhas impostas pelo que podemos chamar de lei da inércia branca”. Assim, a relação de mecanismos de defesa do ego [...] negação; culpa; vergonha; reconhecimento; reparação”, experimentados pelos brancos ao se confrontarem com a realidade do contrato racial, se torna também lista das emoções vividas pelos mesmos (KILOMBA, 2020, p.29). Minha experiência é que tais emoções surgem desordenadas; todas juntas ou separadas, e que o maior exercício é o de acolhê-las sem sucumbir a elas, legitimá-las sem se vitimizar, lembrando sempre que o cuidado de si se realiza [também] no cuidado do outro (CARNEIRO, 2023, p.311).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Viver da morte: gestão econômica do luto em Finados no Cemitério Santa Izabel (PA) e no Cemitério Senhor da Boa Sentença (PB)

Pollyana Calado de Freitas (UFRJ), Elisa Gonçalves Rodrigues (Universidade Federal do Pará), Weverson Bezerra Silva (UFPB)

Este resumo aborda a economia mortuária ou gestão econômica da morte durante e pós-pandemia de Covid-19 em duas cidades cemiteriais localizadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, analisando os modos de prática, comércio e sociabilidade no Dia de Finados nos

Cemitérios Santa Izabel (PA) e Senhor da Boa Sentença (PB). Diante das semelhanças e particularidades observadas nessas duas regiões e cemitérios na mesma data, objetivamos compreender o processo de visitar os mortos, destacando os aspectos sociais e econômicos relacionados a esse dia, e as construções de subjetividade. Intuindo destacar os elementos que constituem o mundo social do cemitério, examinamos questões como o mercado dentro e fora dos muros, a religiosidade econômica e a presença de novos acessórios que compõem os sistemas de relações que são as máscaras, o simbolismo da solidão, o número reduzido de enlutados, como também toda a divisão de classes presente na estrutura do cemitério, que se perpetua nos comerciantes que perpassa as relações dos vivos e/com os mortos, mostrando a diminuição dos serviços de limpeza dos túmulos. Para tanto, correlacionando teoria e método, em um movimento que dinamiza a experiência etnográfica na antropologia, a percepção das vivências cemiteriais, suas práticas socioculturais e as relações construídas entre os indivíduos nos permitiu visualizar estes lugares não apenas como um local de morte e enlutamento, mas como um espaço de vida, atividade social, econômica e continuidade simbólica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sobre antropologias e suas crias: o cuidado no centro do fazer etnográfico.

Tatiane dos Santos Duarte (UNB), Daniela Carolina Perutti (USP)

Nesta comunicação, aportamos às maternidades como marcador social da diferença considerando as especificidades do fazer antropológico. Nosso argumento é em prol de antropologias que olhem, escutem e escrevam através das sobreposições possíveis entre o pessoal e o intelectual na trajetória de antropólogas mães construída na conciliação entre o trabalho do cuidado e o trabalho científico. Esse debate é deveras importante em uma ciência que se ocupa das relações de alteridade, mas que pouco escuta os sons que emergem do cotidiano de quem cuida ao mesmo tempo em que faz antropologia. Dessa forma, é necessário o reconhecimento do cuidado como centro do trabalho da antropóloga diante do desafio de antropólogas-mães de ir a campo e produzir etnografia tal como aprendemos em nossas formações canônicas. Assim, essa proposta visa discutir o cuidado de um ponto de vista metodológico e epistemológico, centrando em uma prática ética-política em diálogo com o debate feminista interseccional. Se é preciso considerar a existência de muitas realidades em nossos trabalhos de campo, há também as realidades relativas ao próprio fazer antropológico, sempre situado, mas ainda pouco abordado sob a perspectiva do cuidado (PÉREZ-BUSTOS, 2020). A história da antropologia brasileira há muito tem sido criticada pelo apagamento da produção intelectual e da contribuição de mulheres para a formação da nossa disciplina (CORRÊA, 2003). Mais recentemente, discutimos o que faz de uma obra um clássico (BRANCO et al., 2018) e os autores que lemos nos cursos de mestrado e de doutorado (TEIXEIRA; CUNHA, 2023), promovendo, assim, a crítica necessária sobre o reconhecimento de quem faz antropologia (GROSSI; REA, 2020). Para isso, tem-se considerado as interseccionalidades entre raça, gênero, classe e nacionalidade, de modo a refletir sobre os contextos e sujeitos que estudamos, sobre como fazemos antropologia e como ela tem sido ainda produzida de forma hegemônica a partir de pressupostos eurocêntricos, a despeito dos avanços trazidos pelas políticas afirmativas dos últimos anos. Por fim, consideramos ser esta

uma importante discussão, pois ainda há poucas reflexões sobre quem faz antropologia no país, especialmente diante da emergência de um debate público acerca do cuidado que tem revelado a manutenção da divisão sexual do trabalho, inclusive, nas ciências sociais. Apesar de estarmos em um processo de pluralização de nosso corpo discente e docente, nossa disciplina continua desparida e descuidada em relação aos contextos de suas antropólogas e suas antropologias e das encruzilhadas que marcam os saberes e fazeres de nós mães e antropólogas, entre os espaços acadêmicos e o cotidiano da vida (re)produtiva.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Percorrendo as trilhas etnográficas de Zora Hurston e Ana Mumbuca

Thaynara Kelly dos Santos Pereira (UFPE)

O texto propõe-se a explorar os percursos etnográficos de duas antropólogas em diferentes períodos históricos e culturais, destacando suas principais contribuições e transformações sobre o fazer etnográfico. O trabalho tem como foco principal analisar como Zora Neale Hurston e Ana Claudia Matos da Silva (Ana Mumbuca) desenvolveram suas metodologias de pesquisa etnográfica, adaptando-se às suas experiências e aos contextos em que trabalharam. Apesar de todas as barreiras enfrentadas por ambas, elas foram de encontro com o que até então era visto como a única forma de "fazer etnográfico", o desenvolvido por Malinowski. Utilizando uma abordagem comparativa, busco examinar as práticas etnográficas dessas duas antropólogas, analisando em suas obras as suas principais técnicas de pesquisa e enfoques teóricos. Destaca-se a singularidade de cada abordagem, evidenciando as diferentes perspectivas e influências que moldaram suas trajetórias. De modo geral, esse trabalho busca ressaltar a importância de compreender os percursos individuais de cada antropólogo para apreciar a diversidade da pesquisa etnográfica, onde cada uma desenvolveu sua própria abordagem metodológica, adaptando-se às experiências e aos desafios do campo, e assim deixando um legado mais plural na construção no fazer etnográfico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_752_94588158_691683.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Na crise parece que os ossos estão quebrando falo e grito, mas parece que não sou ouvida": As experiências de viver com Doença Falciforme no contexto Paraibano e as interfaces do racismo.

Uliana Gomes da Silva (UFPB)

Neste artigo, irei tecer reflexões sobre as vivências e as estratégias de cuidado das pessoas negras com doença falciforme no Estado da Paraíba, especialmente no contexto do sistema único de saúde (SUS). Que surge como resultado da pesquisa de Doutorado pelo Programa de pós-graduação em Antropologia (PPGA/CCHLA/UFPB), ainda em desenvolvimento. O histórico da doença genética mais comum no Brasil, que acomete mais a população negra, data mais de um século. As lutas por garantia de direitos são evidenciadas por meio do controle social, a mobilização do movimento negro, assim como as pesquisas e

produções acadêmicas que destacam uma série de questões que interferem na qualidade de vida das pessoas com a doença. Estes desafios requerem soluções urgentes para assegurar uma melhoria significativa na qualidade de vida dos indivíduos afetados. Entretanto, constata-se que os avanços na Paraíba são lentos e, em alguns casos, inexistem, a exemplo da ausência de um hospital especializado para atendimento de adultos em crises relacionadas à doença falciforme. A ausência efetiva de tratamento adequado persistente, aliada ao silenciamento, desvalorização, desrespeito e negação de direitos, aumenta o sofrimento das pessoas, acarretando complicações de saúde e gerando uma dor adicional de natureza social. A citação inicial do título, atribuída a Janaina, destaca a percepção das múltiplas dimensões de dor resultantes da interseção entre a condição genética e os fatores sociais que perpassam as estruturas da organização social, a exemplo do racismo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

No meio do caminho tem um muro: a branquitude como obstáculo às práticas pedagógicas

Victoria Corrêa Tavares (UFSC)

Este resumo se refere às reflexões a partir da pesquisa de campo no Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina. O objetivo da pesquisa etnográfica é identificar como a branquitude, enquanto expressão do racismo, interfere nas práticas pedagógicas da comunidade escolar. Embora distintos, branquitude e racismo são categorias que se relacionam quando somados à análise do poder. Ao acionar a categoria branquitude, posicionamos as pessoas brancas nos estudos sobre racismos. O que envolve examinar como a identidade racial branca é construída e produz vantagens sistêmicas em relação a outras identidades raciais. Em 2007, o Conselho Universitário da UFSC criou o Programa de Ações Afirmativas. Mas somente em 2023 o Colégio de Aplicação aderiu ao critério racial às políticas de ações afirmativas vinculadas ao sorteio de vagas para matrícula de estudantes. A antropologia dispõe de ferramentas que podem auxiliar na compreensão, junto da comunidade escolar, dos obstáculos que separam em 15 anos a adesão do critério racial às PAA para a entrada de estudantes na escola, em relação à universidade. Das/dos 100 educadoras/es, 97 se autodeclaram pessoas brancas e somente 3 se autodeclaram pessoas negras. Mesmo com assimetrias explícitas, circulam concepções em torno da excepcionalidade da escola. Como por exemplo, a presença de doutoras/es e mestras/es no quadro docente, além de projetos de pesquisa e extensão. Segundo a antropóloga Flavia Medeiros, a branquitude se expressa naquilo que parece sutileza, mas é explicitação. Ao entrarmos na escola, nos deparamos com um mural de uso exclusivo da disciplina de Alemão, mesmo havendo outras línguas oferecidas pela instituição. Como um cartão de visitas da escola, o mural serve como uma cápsula de embranquecimento, uma vez que está fixado na parede externa de uma estrutura circular utilizada por trabalhadoras/es da equipe de limpeza. A hiper-visibilidade naturalizada da branquitude enquadra paisagens e pessoas, por isso a importância em compreender a escola como um aparelho que proporciona a reprodução do dispositivo da racialidade (Carneiro, 2023). As pessoas negras têm sido

historicamente responsáveis em desvelar a branquitude (Cardoso, Faustino e Brito, 2023), denunciando as dissimulações racistas, as facetas do salvadorismo branco e o abismo entre discursos e práticas engajadas. Enquanto mulher branca, cisgênero e lésbica, continuamente formada por um letramento racial racista (Lima, 2023), tensiono o que trago de antemão ao campo. Neste sentido, estranhar a branquitude é estranhar o familiar (Damásio, 2021) e constantemente negociar com a ideologia da superioridade racial branca (Carneiro, 2023).

GT 093: Ritmos negros e periféricos: Hip-hop, Música e Identidades

Este grupo busca possibilitar a socialização e o debate de pesquisas concluídas ou em andamento, enfocando a música, ritmos e movimentos socioculturais como elementos de mobilização coletiva, definição de linguagens e códigos de comunicação, com ênfase na construção de performances entre grupos de juventudes nas diversas regiões brasileiras, ou mesmo em outros países, a partir das tendências rítmicas veiculadas pelos sistemas midiáticos. Cada vez mais, expressões artísticas que eram assumidas como simplesmente formas de lazer, são acionadas e compreendidas como formas de se expor posições políticas e afirmação de identidades. Dentre essas expressões, a cultura Hip-hop conquistou espaço relevante nas produções acadêmicas. A proliferação da cultura Hip-hop pelo mundo propiciou uma série de estudos sobre a temática, consolidando o que tem sido chamado de Hip-hop Studies (NEAL, 2011). Destacam-se, nessa área, pesquisas locais e comparativas sobre Estados Unidos, Caribe, Américas, Europa, Ásia, Oceania e África. Nestes diferentes contextos, a cultura Hip-hop tem integrado pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, especialmente ciências sociais e com significativa produção em antropologia, os quais buscam compreender as dinâmicas sociais dos contextos urbanos. O Hip-hop studies busca elucidar não apenas o que é o Hip-hop e as suas idiossincrasias, mas, sim, flagrar o que ele revela sobre as experiências de vida em contextos de precariedade.d

Coordenação

Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP), Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma batalha feita por nós, que fosse pra nós, onde as rimas não fossem afetar a gente, quem a gente é": Battle Girl Power, ferramenta de enfrentamento ao racismo e sexismo em Belém/PA

Arielly Nazaré Jorge Cordeiro (UEPA)

O presente estudo concentra-se em discutir as dinâmicas estabelecidas por mulheres e pessoas LGBTQIA+ na batalha de rima Battle Girl Power em Belém/PA, buscando apresentar se engajamento na produção deste espaço incentiva o debate sobre marcadores sociais de gênero, raça, classe e sexualidade, possibilitando que artistas demarquem através da rima e poesia seus posicionamentos políticos em uma sociedade que as quer silenciadas. Pretende-se investigar se o rap, seguimento do movimento hip hop, encontra nestes sujeitos um mecanismo de resistência

e mitigação das disparidades sociais. Além disso, busca-se contribuir para o fortalecimento do cenário hip hop na Região Metropolitana de Belém (RMB), e consequentemente, para o estado do Pará. Para tanto, a pesquisa utiliza uma abordagem crítica combinada à entrevistas semi-estruturadas e observação participante na batalha de rima organizada pela Battle Girl Power na 26ª Feira Pan-Amazônica do Livro. Enquanto referencial teórico este trabalho utiliza conceitos apresentados por José Guilherme Magnani (1992), Leila Leite (2019), Patricia Hill Collins (2016) e Lélia Gonzalez (1984).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_392_34727270_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Chamar o povo e tomar a cidade": a estética revolucionária de Don L

Clayton da Silva Guerreiro (UNIFESP)

Esse trabalho propõe um sobrevoo analítico sobre o álbum Roteiro para Aïnouz, vol. 2, do rapper Don L.

Ao longo do paper, irei argumentar que a obra evidencia uma estética (Rancière, 2009) revolucionária singular na cena contemporânea do Rap, conforme a posição abertamente comunista de seu autor, que se autodeclara mais guerrilheiro que MC.

A singularidade da obra se expressa, em primeiro lugar, pela sobreposição irregular de múltiplas

temporalidades, desde a colonização portuguesa no Brasil (com o massacre das populações indígenas e de africanos escravizados), passando pela proposta de uma luta armada contra o capital, até chegar ao seu ápice, quando a revolução socialista poderia ser, enfim, consolidada.

As vozes sobrepostas do eu-lírico de Don L e de outras/os rappers que participam da obra (como Tasha &

Tracie, Alt Niss, Djonga, Mcs Junior e Leonardo, Rael, Terra Preta, entre outros) destacam que as desigualdades atualmente observadas no Brasil resultam da consolidação de práticas historicamente gestadas no seio de instituições responsáveis por sua perpetuação. Diante disso, a obra apresenta fartas alusões ao

papel do cristianismo e da violência policial no genocídio dos povos indígenas, na exploração do povo negro, na violência de gênero e na consolidação do capital acumulado por bilionários ao longo dos séculos.

Diante de um cenário de inúmeras desigualdades consolidadas pela violência do capital, o rapper parece não ver outra opção para além da violência revolucionária. Enquanto a primeira aparece tem termos como sangue, massacre, estupro, torturaram, escravizaram e mataram, o léxico revolucionário conta com categorias como

chumbo no peito, vai morrer e guerrilheiro. Além disso, são inúmeras as alusões às revolucionárias e aos revolucionários de esquerda que optaram pela superação das desigualdades por meio da luta armada, entre as/os quais o autor se inclui.

Referências
MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Boitempo, 2011.
RANCIÈRE, Jacques. A partilha do Sensível: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. 2a Ed, São Paulo; Editora 34, 2009.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Das ruas ao Museu da Cultura Hip Hop RS: Jornadas coletivas e os desafios contemporâneos

Diogo Raul Zanini (UFRGS)

O presente texto visa analisar o processo de construção do primeiro museu voltado para o Hip Hop da América Latina, o Museu da Cultura Hip Hop RS (MUCHRS). Neste artigo serão apresentados dados analisados na Pesquisa Histórica do MUCHRS (realizada entre 2021 a 2022) e os desafios históricos e contemporâneos da cultura Hip Hop, a mais de 40 anos socializando as juventudes negras e periféricas no Estado do Rio Grande do Sul.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reverberações Contemporâneas do Movimento de Negritude: A ação do rap na expressão de identidades negras

Edson Linhares da Silva (UFSCAR)

Neste trabalho, pretendo demonstrar como o rap nacional, por meio de seus/suas artistas contemporâneos/as, pode ser considerado um dos desdobramentos do Movimento de Negritude, enriquecendo as discussões sobre identidade e cultura negra de maneira intensa e radical. Em outras palavras, meu objetivo para esse GT é abordar a relação entre o Movimento de Negritude, que surgiu na década de 1930 entre estudantes africanos e afro-diaspóricos de língua francesa, e o rap nacional contemporâneo como uma de suas possíveis reverberações. Partirei dos dados produzidos em um dos capítulos de minha dissertação recentemente finalizada. Durante a pesquisa, conduzi dois experimentos por meio de dinâmicas de Grupos Focais e entrevistas individuais com os/as participantes, analisando suas percepções e experiências em relação à narrativa do rap. Ao examinar os depoimentos, identifiquei como as características presentes nas letras e ações dos/as rappers brasileiros guardam relação com as propostas do Movimento de Negritude. Essas manifestações artísticas se destacam por sua abordagem radical no enfrentamento ao racismo na contemporaneidade, promovendo a valorização e a afirmação da identidade negra. O retorno obtido dos/as participantes da pesquisa em relação à narrativa do rap desempenha um papel fundamental em suas vivências, identidades e subjetividades. Além disso, os dados produzidos sugerem que a identidade contemporânea é fluida, variando conforme o contexto e a perspectiva de cada indivíduo. A dinâmica de construção da identidade por meio do rap é um processo complexo, influenciado por fatores sociais, culturais e históricos. Sendo assim, busquei examinar como a noção de negritude se torna fundamental para as pessoas negras, possibilitando o desenvolvimento de novas estratégias no enfrentamento das posições subalternas historicamente atribuídas a elas. A análise das letras e dos discursos revelam o rap não apenas como uma forma de expressão artística, mas também como um instrumento de produção de conhecimento, intelectual, resistência e empoderamento para as comunidades negras. Portanto, este trabalho visa contribuir para uma compreensão das possíveis influências entre o Movimento de Negritude no rap nacional contemporâneo e suas narrativas, destacando a importância dessa expressão cultural na luta por identidade e justiça social. Ao examinar a conexão entre rap, produção de conhecimento, identidade negra e movimento de resistência,

espero oferecer insights significativos para o debate acadêmico e contribuir para os hip-hop studies.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_456_28768891_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Rima e circulação: A batalha pelo espaço marabaense

Estevão de Figueiredo Ribeiro (IFPA), Hiran de Moura Possas (UNIFESSPA)

O RAP (do inglês, Rhythm And Poetry) é um dos elementos da "cultura Hip-Hop", acontecimento histórico que surge no Bronx (EUA) na década de 70 e se espalha pelo mundo em meados dos anos 80. Chegando nas diferentes periferias do Brasil e do mundo, tem a característica potente de se tornar uma referência para jovens desse território, em sua maioria negros, que se encontram em espaços públicos da cidade. As batalhas de rima, uma disputa entre MCs (Mestres de Cerimônia) com rimas improvisadas, faz com que jovens periféricos ocupem o espaço urbano, originalmente não previsto para os mesmos. Esse é o objetivo desse trabalho: entender como isso acontece, quais são as forças reativas que buscam impedi-la de acontecer e como se dá a dinâmica chamada "underground", que acontece nas ruas de Marabá e região. Para tal, estamos no processo de realização de uma etnografia e coleta de dados. O trabalho de campo na cidade, no contexto das batalhas de rima, tem se revelado necessário no sentido de observar a realidade a partir de "um ponto de vista descentrado" (GOLDMAN, 2003, p. 468), de forma que a percepção metodológica do pesquisador deixa de ser um conjunto de técnicas, mas também uma apreensão teórica da realidade dos sujeitos com quem dialogamos. Dialogando com essa proposta metodológica, estamos utilizando autores que versam sobre as noções de espaço e território, entendendo-o sempre como um campo de forças que impedem que seja visto como algo dado, mas dentro de um intenso conflito, envolto num processo de construção. O espaço também é esse lugar permeado por inter-relações e, por assim ser, deve ser percebido como múltiplo, heterogêneo e em que há coexistência (MASSEY, 2017). A noção de "underground" elaborada pelos MCs é o elo que conecta as noções teóricas e o que acontece na rua. Essa noção está diretamente relacionada com o espaço público ocupado, mas também com a forma de se relacionar, de se portar, de ser crítico e independente. "Underground" é está longe da visibilidade, ao mesmo tempo em que é visto e vê os que estão ali naquele lugar. Quanto mais se frequenta o espaço, quanto mais se circula nas batalhas da cidade, mais a cultura lhe vê de volta. Essa noção é o agrupamento de diversas formas de se fazer presente e de circular nas batalhas de rima pela cidade de Marabá e região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_628_09429763_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Galo, a ciência do tambor": reinvenções e memória da música popular soteropolitana no Hip Hop de João Merín

Gabriela Costa Lima (UNICAMP)

Quando viemos do oriente para o ocidente trouxemos a magia do couro ancestral e aqui no ocidente os caboclos e os tambores se fundiram. Seja na capoeira e no

samba duro aqui na América do Sul, ou no jazz e no break dance na América do Norte. Tudo unido por um elemento matemático nessa equação divina: o Galo. Este trabalho é um resumo da minha dissertação de mestrado, na qual me debruço sobre a trajetória do rapper soteropolitano João Merín. Desde o final do século XX Salvador é um dos principais destinos de carnaval, período histórico que os blocos afro ganharam força e visibilidade internacional por meio da circulação de artistas e produtores de ethnic music e também devido ao boom do axé (Guerreiro, 2000). Neste mesmo período, o Hip Hop baiano se consolidou de forma tão expressiva quanto São Paulo e Rio Grande do Sul, especialmente na capital e no recôncavo baiano. Pode-se afirmar que o rap é uma das músicas populares da cidade, tanto pela força do movimento, quanto porque é institucionalmente reconhecido em museus como o Cidade da Música, que tem como objetivo narrar as histórias das musicalidades soteropolitanas. O trabalho de Merín chama a atenção, pois floresce nas encruzilhadas transatlânticas da música popular soteropolitana, entregando o mais alto nível de qualidade estética do Hip Hop soteropolitano e o molho do groove do pagode baiano, as levadas de samba-reggae e a memória da percussão de Salvador. Com tal contextualização do cenário musical do território de Salvador, vale indicar o objetivo foi fazer uma pesquisa de trajetória de João Merín para também refletir sobre: 1) os conflitos raciais que borbulham sob o véu da baianidade; 2) analisar o pagode, samba-reggae e groove baiano na chave da memória para refletir sobre a influência desses gêneros particulares do território para a consolidação da música de Merín; 3) analisar as dinâmicas e paisagens urbanas e 4) refletir sobre a pluralidade das figuras afro-religiosas que perpassam os caminhos do rapper, que professa a fé da gnose. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, estando atenta tanto aos clássicos do Hip-Hop studies, como do Hip Hop baiano e trabalhos que se voltem sobre a música afro, afro-pop e percussiva de Salvador. A etnografia foi absolutamente central e teve duração de 3 meses na capital baiana acompanhando João Merín, circulando por espaços históricos para a música soteropolitana, fazendo entrevistas com Hip Hoppers da região, circulando por museus que narram a história do carnaval, da música afro-percussiva e da arregimentação urbana da cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Música, negritude e ancestralidade sonora. Uma etnografia sobre a construção musical da identidade de um funkeiro amador de Porto Alegre

Guilherme Vieira Bertollo (UFRGS)

Esta apresentação aborda a produção musical de um funkeiro em início de carreira, com ênfase nas reverberações entre as práticas musicais e a construção da identidade de um jovem cantor e compositor negro. A partir do enfoque nos processos criativos por meio dos quais a música é feita, portanto, sob a perspectiva dos bastidores da produção musical, a minha pesquisa tem como um dos seus principais objetivos compreender qual a agência (Gell, 2018) da música na

produção de identidades. A investigação foi construída a partir do meu engajamento direto nos processos de criação musical do artista amador, incluindo a participação em uma sessão de gravação com um DJ produtor de funk com ampla habilidade em arte de estúdio (Turino, 2008). As categorias “funkeiro e músico”, que são bastante mobilizadas na minha dissertação de mestrado, funcionam como indicadores de pertencimento social e constroem laços específicos, se articulando com os marcadores sociais da diferença, como classe, raça, gênero, etnia, nacionalidade e território. Além de aprofundar-me nas redes (Latour, 2006) de relações que constituem o plano de fundo da construção musical da identidade do interlocutor da pesquisa, reflito sobre as mudanças impulsionadas pelas novas tecnologias digitais nas formas de engajamento com a música, tendo como fio condutor o “musicar” (Small, 1998) de um funkeiro da capital gaúcha.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um arquivo que faz barulho, barulho de negro: Arquivo King Nino Brown

Luca Amaral Machado (UNICAMP), Victor Hugo Cossa da Silva (CEMI)

No início do ano de 2022, nós tivemos um primeiro contato com King Nino Brown e seu arquivo (AKNB). Foi o momento em que esses documentos foram incorporados no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL). Lá, ele faz parte de um conjunto documental maior que está sendo produzido no AEL denominado Arquivo Brasileiro de Hip-Hop. Ao nos aprofundar na história de Nino e de seu arquivo começávamos a compreender a magnitude política e reflexiva destes dois personagens indissociáveis. Uma história de grande circulação de ideias, inclusive internacional, e de exercício político educacional. Assim, começamos uma pesquisa de iniciação científica com o AKNB, tendo como orientação transitar por ele, a fim de tentar compreender suas lógicas e ter um primeiro contato com os documentos nele contidos. A partir desta experiência de trabalho com um arquivo de Hip-Hop, surgiram algumas reflexões.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_623_09993490_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As Batalhas de Breaking e a “Esportivização” da Prática: uma análise situacional do evento “Chega Que É Certo - Edição 7”, em João Pessoa/PB

Luiz Carlos de Lima do Nascimento (UFPB)

O artigo submetido à 34ª RBA, um recorte que faço da minha pesquisa para a tese em antropologia, partirá de uma análise situacional de uma competição de breaking (dança urbana praticada por b-boys e b-girls - dançarinos e dançarinas de breaking, respectivamente) e tem como finalidade levantar uma discussão quanto as possíveis mudanças nas regras da dança e avaliações/pontuações dos competidores ou mesmo nos comportamentos dos praticantes com a oficialização do breaking como modalidade olímpica. Como uma expressão urbana, há de se considerar a importância dos processos de socialização que tem a rua a sua referência. Saliento aqui a importância dos encontros, sejam eles através dos treinos, das apresentações públicas, e, principalmente, das batalhas/competições/dos rachas, que consolidam o sentimento de pertencimento entre integrantes de diferentes crews/grupos, gera trocas de conhecimentos sobre

a dança, conscientizam sobre a discussão de diversos temas de interesses dos praticantes (inclusão social, cidadania etc.) que ocupam e dão sentido aos espaços públicos. Após o sucesso que teve nos Jogos Olímpicos da Juventude, em Buenos Aires, em 2018, o breaking estreia nas Olimpíadas de Paris 2024 como uma nova modalidade esportiva. Assim como alguns esportes urbanos como o ciclismo BMX, skate e basquete 3x3, além da escalada e do surf, a inclusão do breaking como categoria olímpica faz parte das mudanças que vem ocorrendo desde a edição de Tóquio (2020), com a intenção de atrair a audiência do público mais jovem. A competição de breaking nos Jogos Olímpicos Paris 2024 consiste em dois eventos dividido por gênero (feminino e masculino), 16 b-boys e 16 b-girls que se enfrentarão (através de movimentos improvisados e ritmados a partir das músicas postas pelo DJ) em batalhas (1x1) solo. Com exceção do país sede, cada Comitê Olímpico Nacional (CON) poderá contar, no máximo, com 4 competidores, sendo dois por gênero. As vagas serão distribuídas tendo como base um ranking que observará o desempenho dos atletas no Mundial ocorrido em 2023 na Bélgica, os campeonatos continentais (como o Pan-Americano 2023), além de uma série de classificatórias que ocorrerão em 2024. Acompanharei durante um final de semana (19, 20 e 21 de abril) os competidores no evento “Chega Que É Certo - Edição 7”, que acontecerá em João Pessoa/PB, e buscarei compreender como o breaking, uma prática que surge nas ruas, é (ou não) afetada pela “esportivização”, pela individualização da prática, visto a importância das crews/dos grupos, pela divisão da modalidade por gênero, entre outros pontos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Que Rap é esse? Histórias E Narrativas Do Movimento Hip Hop Em Mato Grosso Do Sul

Matheus Firmino Leite (UFMS)

Este trabalho visa contribuir com os estudos que têm sido reconhecidos como parte do empreendimento dos Hip-hop Studies e apresenta o conjunto de reflexões parciais realizadas com o objetivo de estabelecer reflexões historiográficas consistentes sobre a História e historiografia do Hip Hop na diáspora afro-atlântica (Butler, 2020). Partindo dos estudos de Anna Raquel Motta de Souza (2005) e Volnei José Righi (2012) apontamos certa limitação metodológica quanto à escrita e teoria da história do Hip Hop. Os textos são tomados como fontes históricas que informam as narrativas autorreferentes do movimento e cultura Hip Hop. Além disso, articulamos fontes digitais publicadas nos sites Rap Dab (rapdab.com.br) e Campo Grande News (campograndenews.com.br) que centralizam a polifonia narrativa do Hip Hop como desafio específico a historiografia. Desse modo nos propomos a refletir os desafios éticos e políticos levantados pela investigação de um movimento cultural protagonizado por juventudes subalternizadas (índigenas, negros, periféricos, etc.) que colocam suas demandas e reivindicações nas suas expressões artísticas. Neste sentido concluímos que o Hip Hop desorganiza os supostos estabelecidos dentro da historiografia ao construir sentidos dialógicos para categorias como "tradição" e "memória".

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_610_55294545_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Conexões do Rap: Pensando sobre Identidades

Maysa Lannah da Silva (UNB), Marina Ribeiro Souza Santos Reis (UNB), Larissa Santos Rabelo (UNB)

O presente trabalho tem em vista estabelecer compreensão sobre as temáticas relacionadas à identidade, enquadramento e cultura hip-hop como interlocutores na produção de saberes e construção do documentário *Conexões do Rap*. Terá como enfoque principal a relação entre identidades, enquadramentos e suas representações dentro do movimento hip-hop, bem como seus desdobramentos no Rap, movimento artístico da cultura hip-hop.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_879_95331683_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Roda Cultural do Alcântara: hip hop e cultura gonçalense em movimento.

Nathan Anderson Menezes Pacheco (UFF)

A Roda Cultural do Alcântara (RCA) é uma das rodas culturais que acontecem no espaço público do município de São Gonçalo, o segundo mais populoso do Rio de Janeiro, com caráter independente e realização quinzenal. Fundada em 2013, a RCA articula os quatro elementos do hip hop simultaneamente - MC, DJ, breakdance e grafite - atraindo um público jovem que se reúne para veicular essas modalidades de cultura na cidade. Por meio do registro fotográfico e de entrevistas com os atuais articuladores, somados à observação sistemática dos encontros na Praça Chico Mendes e também das reuniões que antecedem sua realização, a pesquisa tem como objetivo revelar a RCA como uma precursora da cultura e da arte urbana no município. Assim, busca-se evidenciar como os frequentadores constroem o conceito de cultura na prática a partir de suas vivências cotidianas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_427_50641603_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma etnografia do MCing recifense a luz das tradições do improviso na cultura popular local e dos modelos globais do hip-hop.

Neilton Felix da Silva (UFPE)

O trabalho visou uma etnografia analítica, descrevendo os duelos verbais praticados por jovens MC's de idade entre 14 e 30 anos, se autoidentificando negros e oriundos das periferias do Recife e RMR, que ocorrem nas sextas-feiras à noite na escadaria da Rua do Hospício, um evento que batizaram Batalha da Escadaria. Inscrevendo-se em uma das 4 (quatro) práticas da cultura hip hop (MCing; Djing; Breakdance e Grafite), os MC's (Mestres de Cerimonia) da Escadaria, escolheram o lugar como provocação em relação a sua pouca acessibilidade aos locais, simbolizando o consumo cultural e mercantil, para elaborar uma prática que assimila influências simbólicas e semióticas do rap e do slam (ambas práticas de improviso, respectivamente musical e poético, associadas ao hip-hop) sem reduzir-se a elas, com a particularidade de brincar com trocas de insultos e fortes gírias. Estes rituais de insultos já foram amplamente examinados na literatura antropológica nos EUA, mas pouco na antropologia do hip-hop no Brasil, perspectiva na qual o Pernambuco é pouco representado. Metodologicamente, associei a pesquisa a três perspectivas pertinentes a proposta: 1) a

antropologia da performance, analítica e metodologicamente, para dar conta dos aspectos ritualísticos, simbólicos, linguísticos e da relação estética e política tais como significam para os MC's, seu público e a sociedade civil abrangente; 2) teorias pós-coloniais, focando os conceitos de contra-cultura e dupla consciência, para examinar a tensão entre particularismo racial/universais modernos, e a tensão global/local no processo de apropriação e transformação do modelo global pelos MC's recifenses; 3) a perspectiva interseccional do espaço (raça, gênero e classe), para entender o processo de territorialização urbana do fenômeno. Outro aspecto inovador do projeto é o exame da contribuição das tradições populares dos duelos de improviso locais, para contribuir a uma antropologia do hip-hop pernambucano.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nossos Livros Foram discos: potencialidades pedagógicas do rap para a educação das relações étnico-raciais

Paulo Henrique Ferreira Borges dos Santos (Prefeitura Municipal de Nova Europa)

Esta comunicação tem por objetivo apresentar dados do estudo de mestrado intitulado "Nossos Livros Foram discos: potencialidades pedagógicas do rap para a educação das relações étnico-raciais", onde objetivamos identificar e analisar dimensões epistemológicas do rap que podem contribuir com práticas pedagógicas escolares, transversalmente ancoradas na noção de Educação para as Relações Étnico-Raciais. Metodologicamente, as análises foram realizadas por meio de levantamento bibliográfico, análise de quatro entrevistas e investigação sobre as obras de rap: O Glorioso Retorno de quem Nunca Esteve Aqui (Emicida, 2013) e Univerguetto - relatos da zona oeste (Ptcho Packer, 2023). O trabalho se desenvolveu a partir da noção de que, por estarmos inseridos em um sociedade onde a escrita e a razão são hegemônicas, um mundo logocêntrico (Hall, 2003) e eurocêntrico, grande parte das/os docentes têm sua formação fixada em certa concepção que considera e elege os conhecimentos científicos como única forma de saber legítima, levando a limitação de compreensão sobre saberes outros (Gomes, 2008). No decorrer das análises, primeiramente, observamos que se tratando do mundo Atlântico negro (Gilroy, 2001), a música é proeminente na construção e transmissão de conhecimentos. Sob essa ótica, entendemos que o rap permite o encontro de docentes e discentes com uma prática vinculada à tradição de pensamento e expressão das populações negras. Concomitantemente, através dos princípios colocados pelo Parecer CNE/CP 003/04 e que devem conduzir a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira: consciência política e histórica da diversidade, fortalecimento de identidades e de direito, ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. Concluimos que o rap pode contribuir com práticas pedagógicas transversalmente alicerçadas na: valorização das identidades ligadas à ancestralidade africana; rompimento com imagens negativas forjadas contra as populações negras; desconstrução do mito da democracia racial brasileira; compreensão de que a sociedade é formada por grupos étnico-raciais distintos; valorização da oralidade, da corporeidade e da arte, marcas da cultura de raiz africana, ao lado da escrita.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Epistemologia feminista negra do barulho: A musicalidade negra e genderizada no hip-hop brasileiro

Steffane Santos (UFMG)

No Brasil amplia-se um expoente do movimento hip-hop a partir da música negra periférica. O movimento, a batida, as letras envoltas em um misto de expressões de pensamento, as muitas batidas por muito apresentam um barulho - a construção de uma sonoridade que dá vazão ao narrar a si próprio, a tornar-se sujeito de seu próprio discurso, como traz Lélia Gonzalez. Mulheres negras cis, transexuais e transvestis são agentes epistemológicas dentro de diversos espaços, inclusive no cerne da musicalidade. Neste sentido, o presente trabalho objetiva explorar como esses corpos brasileiros, genderizados e racializados têm produzido saberes a partir da música oriunda do hip-hop em transformações. Na mesma medida em que aciono, o meu corpo enquanto uma mulher negra, cis, bissexual, periférica e inserida na cultura hip-hop, ouvinte e vivente da vida envolta à epistemologia feminista negra do barulho. A episteme produzida no fazer e narrar a si próprio, em primeira pessoa, é uma faceta constitutiva da composição da epistemologia feminista negra do barulho, demarcando lugar de sujeitas de nossos corpos marcados por opressões mas também por faces de resistência, saber, ancestralidade e vivência cotidiana. Explorando as contribuições de Patricia Hill Collins acerca da epistemologia feminista negra para vislumbrar uma epistemologia feminista negra do barulho que rompe com o silêncio, desafia horizontes de existências, questiona a epistemologia dominante e corrobora com o tornar-se corpo-sujeito do conhecimento e da própria existência. Entendido sob luz dos ritmos do atlântico negro de Paul Gilroy. Discutindo horizontes antropológicos e possibilidades para a visualização deste fazer que se reinventa e intersecta com marcadores sociais. A presença preponderante da experiência, à luz de elementos da diáspora negra como tambores, atabaques, tantans e berimbau, o uso da linguagem disruptiva que é criada e nomeada como forma são facetas deste saber que se alimenta e é criado por estes corpos a partir de ritmos inventivos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_104_27780251_282328.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desafios de representação: estudos brasileiros sobre rap e a metapragmática dos duelos de rimas

Thiago Cazarim da Silva (CEFET/MG)

Nenhuma categoria parece tão onipresente no universo musical e das pesquisas acadêmicas sobre cultura hip-hop quanto a de representação. Camargos (2016, p. 16 - 17) resume bem o sentido sociopolítico desta categoria para os rappers brasileiros ao pontuar que a categoria representar articula a dualidade representante/representado como relação de co-pertencimento legítimo entre quem empresta sua voz aos que não a possuem. Tendo identificado uma tendência predominante no campo brasileiro de estudos de rap de enfatizar o sentido sociopolítico do rap em detrimento de uma descrição sistemática de seus desenvolvimentos poéticos. Enquanto o poder de representação

política do rap é amplamente representado nos estudos acadêmicos, seus procedimentos e técnicas de representação (sua poética) não têm tido a devida representação acadêmica. De toda forma, metarrepresentações são onipresentes em textos e performances de rap. Um exemplo bastante emblemático de autorreferencialidade literomusical é o título e os primeiros versos da mais famosa canção do rapper Sabotage (2001): O rap é compromisso/ não é viagem/ se pá fica esquisito, em que as categorias compromisso e viagem apontam ao mesmo tempo para aspectos sociopolíticos e poéticos. O rap, para ser rap (voz comunitária e gênero musical), precisa ser assim ("compromisso") e não assado ("viagem"). No entanto, nem sempre há equivalência entre metarrepresentações sociopolíticas e poéticas, o que coloca a necessidade de olhar para as especificidades de ambas as formas de reflexividade a fim de compreender suas possíveis articulações, desalinhamentos e tensões. O objetivo deste trabalho é discutir a dimensão metapragmática do rap, mostrando articulações e tensionamentos entre seus aspectos performáticos, culturais, territoriais e políticos. Para tal, desdobrei aqui resultados de trabalhos realizados sozinho e com outros pesquisadores, tomando como referenciais teóricos os estudos de pragmática e da Análise de Conversa Etnometodológica em conjunto com dados gerados em minha pesquisa de doutorado. Como resultado das análises apresentadas, pode-se inferir que a metapragmática poética é elemento fundamental para estabelecer o reconhecimento político do rap, o que muda a percepção sobre a importância dos aspectos poéticos do rap para sua validação sociopolítica coletiva. A partir dessa percepção, retorno ao problema dos desafios de representação tal como lançados pelos próprios rappers para repensar a posição dos pesquisadores do tema.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Música, Teoria social e o Brasil sob a ótica dos Racionais MC's: o rap como uma afro intelectualidade periférica insurgente

Waldemir Rosa (UNILA)

Durante minha pesquisa de campo para o doutorado, meus interlocutores, em diversas ocasiões, ao “descobriam” que eu era da universidade e estava fazendo uma pesquisa sobre o Hip Hop em Goiânia, me colocaram a seguinte questão “como o hip hop entrou na sua vida?”. A história, enquanto narrativa, é um elemento importante para se entender a dinâmica do Hip Hop no Brasil, e seus integrantes apresentam uma fala “sócio-historicizada” onde os elementos de uma “sociologia da interação” entre brancos e negros, assim como uma perspectiva histórica do presente, é utilizada para referirem-se a si próprios, pela afirmação de suas identidades, e sobre a sociedade. Assim, a pergunta “como tinha chegado ao campo?” não era apenas uma curiosidade, fazia parte de um processo investigativo que, ao mesmo tempo, possibilitava me localizar diante dos meus interlocutores ao mesmo tempo que buscava corroborar uma tese difusa sobre autoridade deles em construir a narrativa sobre o Hip Hop/Rap. Buscamos compreender a fala “sócio-historicizada” como uma intelectualidade insurgente, racializada e

periférica para operar um giro epistêmico da forma como o Rap, como a manifestação musical do Hip Hop, vem sendo abordado nos estudos acadêmicos. A tese apresentada aqui é bem simples, apesar de pouco explorada na atualidade. Ao observarmos os raps dos Racionais MC's os encaramos como uma teoria intelectualidade insurgente, racializada e periférica que interpreta o Brasil a partir da perspectiva daqueles que não ambicionam estar na posição de impor aos outros sua concepção de mundo e nem os aprisionar nas projeções políticas de sua subjetividade. Não se trata de dar a voz aos que perderam a guerra colonial, mas ampliar a audição acadêmica das vozes que existem para além da oposição dialética entre colonizador/colonizado ou senhor/escravizado. O caminho percorrido aqui é da margem da "auto-etnografia" para o interior de uma teoria insurgente, racializada e periférica. Tal movimento não busca transformar meus questionamentos identitários – como antropólogo negro que tem como objeto de análise outras intelectualidades negras – como o centro na narrativa, mas utilizá-los como a localização estratégica para explicitar a aproximação da obra dos Racionais MC's. A análise das letras dos Racionais MC's em três décadas é realizada como uma trajetória intelectual que se articula a partir de uma identidade racializada e periférica e desafia a "teoria social brasileira" sobre o Brasil como uma democracia racial e de processo de mestiçagem harmoniosa e pacífica. Aqui indicamos que o movimento crítico realizado pelos Racionais MC's é fundado na reconstrução identitária do ser colonizado/escravizado como sujeitos autônomos na construção de suas narrativas sobre a sociedade brasileira.

GT 094: Saberes Localizados, escritas de si e entre os seus: desafios político-teóricos e metodológicos nas práticas etnográficas

Historicamente, a Antropologia tem sido marcada por um viés coletivista/ objetivista, em detrimento da atenção à subjetividade, ao "biográfico" e à experiência pessoal. Nos anos 1970 surgem etnografias em que a/o autora/o se constrói como personagem ativa, na interação com interlocutores ou na explicitação de sua trajetória e posicionamentos político-epistemológicos. Esta antropologia reflexiva é coetânea à formação de pesquisadoras/es oriundas/os de comunidades tradicionais, que recorrem à escrita de si (e entre os seus) na etnografia, focando o pertencimento coletivo mais que a experiência interior. Tais abordagens, por vezes rotuladas como autoantropologia ou autoetnografia, foram alvo de suspeição por seu suposto individualismo e não-cientificidade. Gerando polêmica e tensão criativa no campo, contribuem para a crítica ao presente e autoridade etnográficas, para a reflexão sobre aspectos ético-políticos e metodológicos da pesquisa, e a construção de "saberes localizados" (Haraway, 1995). O GT dá continuidade a grupo iniciado na XIV RAM (2023), congregando etnografias junto a grupos/ categorias a que a/o pesquisadora/o pertence (transsexuais e outras pessoas LGBTI+; indígenas; pessoas negras; mulheres cisgênero; etc), e contemplando abordagens plurais (epistemologias negras feminista e transfeminista; escrevivência; etnografia entre parentes; estudos sobre branquitude e cisgeneridade; etc). Desejamos fomentar a reflexão comparativa sobre potencialidades destas abordagens.d

Coordenação

Leandro de Oliveira (UFMG), Moisés Alessandro de Souza Lopes (UFMT)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A filosofia Africana e as potencialidades das abordagens que recorrem a escrita de si no contexto da pesquisa em educação

Alessandra Maria da Silva Gomes (UFMG)

Na pesquisa qualitativa se tem agregado conhecimento e sentidos aos fatos estudados na esteira da Ciências Sociais e Humanas fazendo com que a investigação, na área da educação, possibilite problematizar e fomentar as discussões em torno do pertencimento dos pesquisadores, ao locus investigativo e a importância da utilização de sua subjetividade como perspectiva metodológica para análise de dados. Para tanto, se tem exigido um processo de familiaridade/estranhamento onde se faz uso das impressões pessoais para refletir ao mesmo tempo, o papel de investigador e de participante da pesquisa, pautando-se em um engajamento que ao perpassar a experiência e a vivência no terreno da coletividade, contextualiza a cultura do grupo social de imersão. Nesse âmbito, a metodologia rotulada autoetnográfica permeia o estudo, servindo de bússola para as análises e interpretações dos dados gerados. Essa abordagem converge para uma postura autoreflexiva que, como ferramenta de prática, permite a valoração da subjetividade do pesquisador/participante ao levar em consideração seus valores e saberes. Ao utiliza-la o pesquisador anseia à uma descolonização acadêmica marcada pela busca de uma abertura ampla ao conhecimento, em um exercício que torna possível uma autonomia na escrita oferecendo uma sobreposição/neutralização do gênero científico-literário típico da modernidade que, sob a perspectiva de uma cultura dominante, impôs seus aspectos eurocêntricos, hegemônicos, onde a subjetividade do pesquisador é irrelevante e, portanto, são desconsideradas nas práticas de análise e nas práticas discursivas das pesquisas, inclusive as de cunho qualitativo. Defendo que na investigação na área da Educação, assim como na Antropologia, a relação de uma pessoa com o saber exige um entrelaçamento de si própria com o outro e uma abertura a um mundo social no qual, o pesquisador, ocupa posições das quais ele é elemento ativo, permitindo deitar o olhar a influência da própria subjetividade para a operacionalização da pesquisa. Palavras-Chave: Racismo religioso; Educação; Autoetnografia.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_078_12855770_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A língua de resistência do quilombo raiz: O valorar da cultura e identidade local

Andreia Ferreira dos Santos Ribeiro (UFVJM), Josélia Barroso Queiroz Lima (UFVJM), Marivaldo Aparecido de Carvalho (UFVJM)

Esta comunicação tem como objetivo tecer reflexões a partir da pesquisa de mestrado que se encontra em fase de desenvolvimento e que se concentra na análise da importância cultural de uma língua específica utilizada entre os membros do quilombo de raiz, localizado no Município de Presidente Kubitschek, mg, em contextos de interação. Nesta perspectiva, encontro-me em um duplo lugar, de pesquisadora e de jovem liderança, que possui vínculos profundos com esse



território, mantendo laços sólidos com a cultura e a identidade quilombola, incluindo a tradição de apanhar flores sempre-vivas. Para além da questão do conhecimento linguístico enquanto afirmação identitária e territorial, a pesquisa proporciona contribuições significativas quanto ao meu papel de pesquisadora envolvida com uma pesquisa em seu próprio território. Nesse contexto, buscarei refletir sobre as dificuldades que reside em adotar uma perspectiva externa à comunidade para compreender os aspectos internos a esta dinâmica; sobre como lidar com um sistema acadêmico no qual o comitê de ética em pesquisa (CEP) questiona o meu papel de pesquisadora por encontrar-me profundamente imersa no território; dos desafios inerentes aos conflitos entre a prática de escrever e a vivência cotidiana, além de redefinir a compreensão do tempo entre ser pesquisadora e liderança. Como afirma Conceição Evaristo a respeito da elaboração da sua dissertação de mestrado, este foi um momento no qual a escritora iniciou um processo "entre escrever-viver", "escrever-se-ver" e "escrever-se-vendo", culminando no termo "escrevivência". A origem dessa ideia vem de um fundamento histórico, que é o processo da escravidão dos povos africanos. Segundo a autora, a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande, e sim para acordá-los de seus sonos injustos". Pretendo expor que a escrevivência é de grande importância, pois me permite contar a minha própria história e ser a pesquisadora da minha herança cultural, dando voz às experiências, memórias e perspectivas do meu povo, a partir de um olhar de dentro do território. Como afirmado por Simone Weil (2022) quem é desenraizado desenraiza. Quem é enraizado não desenraiza". Trago comigo as palavras não ditas, espaços não ocupados. Pois como nos lembra Ecléa Bosi o vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai, a seiva para a formação da identidade. Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, de Simone Weil, para quem este é um direito humano semelhante a outros direitos ligados à sobrevivência do homem (Bosi, 2012: 199).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_402_87957931_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Experiências religiosas: explorando a reflexividade e os saberes situados na pesquisa etnográfica na Congregação Cristã no Brasil

Carlíjaniele dos Santos Silva (UFRN)

Este trabalho tem como objetivo discutir a transformação da abordagem antropológica ao longo do tempo, especialmente em relação à inclusão da subjetividade, narrativas pessoais e saberes situados na pesquisa etnográfica por meio da revisão bibliográfica. A produção antropológica dedicada à reflexão sobre a subjetividade e à condição situada da produção do conhecimento experimentou um notável crescimento por ocasião da virada antropológica. Este aumento de interesse reflete uma mudança de paradigma na disciplina, que passou a reconhecer a importância de considerar as perspectivas e experiências subjetivas dos pesquisadores no processo de investigação. Gilberto Velho (1978), Neuza dos Santos (1983), José Cantor Guilherme Magnani (1984), Lélia Gonzáles (1984) entre outros, corroboram com essa discussão ao mergulhar profundamente na realidade social e cultural analisando aspectos como relações de vizinhança, formas de sociabilidade, práticas religiosas, expressões culturais, discriminação racial, movimentos de resistência e dinâmicas de poder incorporando sua própria experiência como pesquisador(a) ao texto, compartilhando suas reflexões e impressões pessoais

sobre o campo. Nesse sentido, incorporo parte de minha experiência adquirida durante a pesquisa etnográfica que deu origem a minha dissertação de mestrado, destacando a importância de estar "de perto e de dentro" da comunidade estudada, participar ativamente da vida cotidiana dos interlocutores e compreender suas perspectivas a partir de uma posição de empatia e proximidade ao mesmo tempo em que assumo uma postura crítica e reflexiva em relação ao meu papel como pesquisadora, reconhecendo os desafios e limitações da prática etnográfica. Por tratar-se de um estudo bibliográfico incorporado em uma pesquisa etnográfica mais ampla sobre religião e saúde pública entre membros da Congregação Cristã no Brasil, instituição na qual permaneci como membro por doze anos, onde todos me são familiares e me consideram membro, apesar de meu afastamento, reconheço que essa posição peculiar me possibilitou, nos termos de Berger, repensar experiências religiosas com um olhar reflexivo direcionado a cosmovisão do grupo, observando como ela se reapresenta para mim, levando em consideração minha atuação enquanto pesquisadora, além de me dar acesso aos membros e suas representações socioculturais tendo acesso a discursos que destoam do que é politicamente correto para o grupo, o discurso normatizado, que frequentemente encontramos em pesquisas sobre o grupo. Assim, discutimos questões éticas, metodológicas e teóricas, buscando constantemente aprimorar abordagem etnográfica e contribuir para o desenvolvimento da Antropologia Urbana no Brasil. Palavras-chave: Etnografia; subjetividades; reflexividade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Eu sou, como ele é: reflexões sobre os desafios e as potências do trabalho de campo realizado em casa

Cassio Oliveira dos Santos (UFPE)

O fazer etnográfico demanda dos seus praticantes uma constante atenção acerca de método, autoria, ética, bem como, sobre o lugar da subjetividade e os limites nas relações estabelecidas entre o pesquisador e o objeto estudado. Nesse sentido, este trabalho busca abordar quais os desafios, dilemas e possíveis vantagens ou desvantagens que surgem no exercício do trabalho de campo, considerando a natureza dinâmica das interações entre o antropólogo e os sujeitos que compõem a questão investigada quando estes, compartilham de certa maneira uma mesma realidade, como por exemplo: ser homem (cisgênero), negro e periférico. Em outras palavras, quando estes comungam de aspectos da experiência de gênero que se processam dentro de uma lógica patriarcal, racista e capitalista. Tal reflexão de cunho metodológico emerge da minha pesquisa de doutorado recém iniciada que se preocupa em investigar a produção e performance da masculinidade de homens negros cisgêneros, residentes na periferia de Salvador- Bahia, sendo que eu, o antropólogo, sou como eles são.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_215_35909655_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Escrevivências Episódicas: tensões entre as noções de "sujeito", "objeto", "autoria" e "temática" no registro de si e do outro dentro da escrita etnográfica.

Daniel de Oliveira Baptista (UFMG)

Partindo do interior das regras e práticas acadêmicas institucionais, esse trabalho procura analisar como discentes cotistas negros, negras, indígenas e PCD's tem o seu reconhecimento enquanto sujeitos, e produtores e produtoras de conhecimento, negado a partir de uma leitura muito específica de suas ações e comportamentos dentro da estrutura institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, e, mais especificamente, do PPGAN-UFMG, a comunidade acadêmica estudada em questão. Este trabalho procura mostrar como suas ações e comportamentos não são lidas pela instituição acadêmica, pelos membros de sua comunidade, assim como parte do corpo docente da instituição, como legítimos ou apropriados, na medida em que os significados previamente estabelecidos pela instituição têm por referencial as noções e práticas da chamada "tematização" de corpos e sujeitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_167_64639924_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A antropologia e os outros, e o outro que sou eu: reflexões sobre um trabalho de campo feito por e com mulheres negras em deslocamento

Elisa Hipólito do Espírito Santo (Afro-Cebrap)

A proposta deste texto nasce de alguns questionamentos e reflexões que surgiram durante os quatro anos em que realizei um trabalho de campo e de pesquisa junto com mulheres negras imigrantes na cidade de São Paulo. Sendo eu uma mulher negra, pesquisadora, belorizontina, que já foi imigrantes e que agora mora em uma cidade outra que não a sua natal. Reflexões essas que se misturam à sentimentos e compartilhamentos mútuos e distintos das experiências de sermos corpos femininos negros em constante trânsito. Diante dessa convivência intensa se fez necessário e imprescindível durante a escrita da dissertação falar de mim e como o meu corpo se coloca em campo: como o campo me comove, tornando a minha escrita constituída da minha subjetividade e história. Sendo assim, no presente texto, inicialmente analiso e retomo as discussões sobre os distanciamentos e aproximações entre pesquisadores e interlocutores, já que foram movimentos que vivenciei e me questioneei durante todo esse processo. Posteriormente dialogo com as colaborações de autoras e autores que defendem o pesquisar de perto e de dentro, de construir uma pesquisa encarnada (Nascimento, 2019; Messeder, 2020) e com posicionamento político associada ao desejo de uma Ciências Sociais e de uma Antropologia aberta para a escrita de si, da escrevivência, atenta às subjetividades e apta às reelaborações.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mochila, estrada e uma etnografia viajante pela América do Sul

Ester Paixão Corrêa (UFRN)

O objetivo deste trabalho é compartilhar uma experiência de pesquisa multissituada que envolveu sentir a viagem no corpo enquanto mulher que viajava de mochila. Fazer uma etnografia viajante foi sentir a experiência etnográfica no corpo. Por meio de um mochilão etnográfico, nos anos de 2019-2020, decidi jogar o corpo no mundo para construir as rotas da pesquisa do doutorado pela América do Sul. Essa experiência etnográfica envolveu a

subjetividade da pesquisadora: meu corpo e minhas emoções fizeram parte das rotas da pesquisa. As estratégias metodológicas que transitarão comigo estavam relacionadas com a experiência pessoal e a coragem enquanto viajante. A perspectiva da Antropologia Feminista considera colocar em evidência as subjetividades, como uma forma de produzir conhecimento situado. Desde a minha dupla posição na estrada, ser uma pesquisadora mulher viajando – sozinha, em vários trechos – impôs limites espaciais, temporais e emocionais à pesquisa, trazendo à tona a questão do gênero na prática etnográfica, da mesma forma que meu ser viajante me empurrava para deixar fluir o movimento da estrada, algo que está relacionado ao campo da intuição. Experimentei sensações outras além da visual e da auditiva. Os encontros com alteridades acionavam as localizações e as posições em campo, além de conectar-me com diferentes mulheres com quem partilhava das experiências fronteiriças. O corpo-pesquisadora que viajava era também um território, o lugar ao qual pertencço está inscrito no meu corpo. Ser uma mulher afro-indígena, amazônica, interiorana, artista, pesquisadora e viajante, acionaram diferentes movimentos e rumos. Tais marcadores eram ativados nos contextos de pesquisa, me lembrando dos lugares que meu corpo ocupa no mundo. A prática etnográfica se construiu marcadamente a sombra da prática de viagem masculina heroica, na qual os deslocamentos por longas distâncias eram desaconselhados para as mulheres. Ainda vivenciamos isso, a estrada é visto como um lugar perigoso para as mulheres. Os desafios em pesquisar em um contexto cultural, que é familiar, mas instável, exigiu estar em trânsito em cinco países diferentes, cruzando diferentes fronteiras culturais e linguísticas, circulando por espaços/lugares em meio a instabilidade política e sanitária. A vulnerabilidade, o medo da violência de gênero e do abuso sexual era recorrente e compartilhado. O prazer da viagem também. Estes atravessaram os sentidos de ser mulher fazendo um trabalho de campo que é móvel, que se desloca, que expõe. Expor as minhas flutuações entre as identidades que circulavam durante a prática etnográfica, podem mostrar que as nossas pesquisas são marcadas por aspectos das nossas trajetórias, identidades, prática e valores, pois estes marcam as relações intersubjetivas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma carta de amor, luta e cuidado: quando a escriturização de trabalhadoras domésticas impacta no pesquisar feminista

Gabriela Maria Vieira dos Santos (UEMG)

Por muitas vezes, as trabalhadoras domésticas são faladas por outrem, descrevem essas como aquelas que estão sempre dispostas a servir e como máquinas de trabalho. Mas pouco é considerado daquilo que elas desejam falar e construir sobre suas próprias histórias e memórias. Colocada esta problemática, o presente trabalho é um texto fruto do meu trabalho de conclusão de curso que se caracterizou como um ensaio acadêmico que se trata de uma carta-ensaio feita com e para trabalhadoras domésticas. Sendo uma estratégia de possibilitar encontros, afetos e cuidado com aquelas que são colocadas em posição de subalternidade constantemente. Para tal, a carta elaborada se constitui com diferentes intelectuais: trabalhadoras domésticas, ativistas, teóricas e familiares. Logo, o texto articula e argumenta a partir das epistemologias feministas negras como as nossas pesquisas são articuladas com nossos corpos, cotidianos e territórios. Sendo realizado uma carta que se divide em três momentos: um primeiro no qual me apresento

para as trabalhadoras domésticas e digo para minhas leitoras dos meus processos de escrevivência. Nesta carta utilizo de minhas vivências enquanto filha e neta de trabalhadoras para refletir como é desenvolver uma pesquisa que aborda a temática daquelas que me cercam; a segunda carta do ensaio busquei evidenciar como as leituras de narrativas feitas por domésticas proporciona um novo repertório para pensarmos mudanças em tal contexto, algo que possibilita criamos novos imaginários a partir da coletividade proporcionada pelas autoras; por último uma carta direcionada a articulação entre teóricas que demonstram como o ato de escrever possibilita o registro de histórias mal contadas e o enfrentamento das opressões a partir da perspectiva de quem tem o corpo violado. A pesquisa demonstra como a escrita é algo que está para além das normas acadêmicas coloniais, podendo reinventar mundos e contar histórias mal contadas sobre o corpo da mulher trabalhadora doméstica. Desse modo, compreendo como pesquisar com as domésticas, investigar como elas resistiam a partir de suas escritas, me fez repensar a própria estrutura e metodologia da pesquisa, fazendo com que o texto produzido não fosse apenas algo distante daquelas que eram sujeitas da pesquisa.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Eco - Uma Nova Grafia do Meu Nome ou Como Eu Me Sinto uma Pessoa Trans: Reflexões em diálogo com Zora Neale Hurston e Audre Lorde

Ian Lofego Silveira (UFMG)

Neste ensaio, estabeleço conexões com as autoras Zora Hurston e Audre Lorde enquanto construo textualmente minha própria identidade e descrevo meu processo de escrita, por vezes de forma íntima até demais. A partir da narração recortada pelas categorias da transgeneridade, da branquitude, da neurodivergência e da classe, dialogo com essas e outras autoras, desenvolvendo fluxos de consciência que se inspiram no gênero literário batizado por Lorde de biomitografia, qualificando o trabalho dentro da categoria de pastiche.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_706_53240426_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas sobre contingências em campo: recusando (e aceitando) a categoria "mulher"

Isabela Venturoza de Oliveira (FESPSP)

Este trabalho visa recuperar reflexões a partir de minha experiência de pesquisa e ativismo no campo de estudos e intervenções com homens e masculinidades em contextos de violência de gênero. Em um primeiro momento, acompanhei (do lado de fora) um grupo reflexivo com homens denunciados por crimes de violência contra a mulher. Mais tarde, além de me tornar facilitadora nos grupos, também iniciei uma pesquisa de doutoramento sobre as relações entre homens e feminismos e as possibilidades (e tensões) em torno das categorias "homem feminista", "homem pró-feminista" e "homem aliado dos feminismos". Nesse processo, para além de mapear os sentidos quanto à própria categoria "homem", também fui obrigada a me confrontar com a forma com que eu mesma, pesquisadora, era (e sou) lida em campo. Do lado de cá, observar minha subjetividade e meu corpo sendo descritos a partir da palavra mulher,



como se seu significado fosse auto-evidente, me causara e continua causando certa aflição. Ser descrita (e estabilizada) pela palavra/conceito mulher, de maneira exógena, evidenciava a operação que faz com que o gênero seja não apenas algo que descreve corpos e sujeitos, mas principalmente o que os normatiza, regulando o que podem ou não ser e fazer no mundo (Butler, 1990, 1993). Assim, o que me parece interessante salientar é que, pesquisando e atuando com homens, meu olhar esteve desde o início provocado pela percepção quanto aos movimentos que atribuem sentido a corpos e sujeitos determinando exatamente o que podem ser ou fazer. E, na mesma medida, isto me leva a estar permanentemente atenta aos sujeitos que não aceitam os sentidos atribuídos nas permanentes operações que nos posicionam de modo a nos fazer caber em alguma sorte de coerência" dentro de arranjos pré-determinados (não só de gênero, mas também a partir de outros marcadores sociais da diferença). Quando penso aqui na palavra mulher" que me foi oferecida em tantos momentos, os problemas de gênero de Judith Butler questionando os limites da linguagem e das políticas de identidade se juntam à Sojourner Truth, de "Ain't I a woman?" , me fazendo lembrar que o meu desconforto com a palavra não é um mero capricho linguístico. Ao contrário, ele se relaciona à consciência de que a escolha e o uso das palavras também colocam em ação e efetivam projetos políticos. E, nesse sentido, quando acompanho homens e os vejo se afirmando feministas, pró-feministas, aliados do feminismo ou sendo constrangidos por utilizarem tais palavras, estou precisamente acompanhando campos discursivos de ação (Alvarez, 2014) que nos sinalizam sobre possibilidades e desafios de um passado, presente e futuro feministas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Meu Corpo é Político, Coletivo E Re(ex)sistência

Jéferson Oliveira Moraes (es)

O objetivo desta produção intelectual repousa em analisar, a partir da minha trajetória universitária, as nuances da incidência do racismo estrutural e como suas tecnologias opressivas configuram este espaço de poder. Justifica-se por ser um ato político que quebra o meu silenciamento; poder falar sobre a minha história - que se parece com tantas outras - é contribuir ativamente para o desmonte do sistema que cristaliza minha opressão. A metodologia utilizada foi de caráter autoetnográfico, que consiste em uma abordagem etnográfica e analítica, em um tipo de fazer específico por sua forma de proceder, ou seja, refere-se à maneira de construir um relato sobre um grupo de pertença, a partir de si mesmo. Dessa forma, este trabalho pretende dar luzes ao silenciamento das camadas profundas da minha própria experiência, tecendo uma narrativa que transcende o pessoal para abraçar o cultural e o social. Ao adotar essa abordagem, espero proporcionar uma compreensão contextualizada das interseções que fazem meu corpo ser marginalizado em todos os âmbitos da sociedade em virtude do racismo estrutural, assim como todos os corpos não brancos. Antecipo uma jornada reflexiva, na qual cada lembrança se torna uma peça no quebra-cabeça mais amplo da minha identidade, desafiando-me a explorar não apenas o "eu", mas também a teia de influências que moldam minha história. Utilizei também uma base de dados secundários referentes ao funcionamento da Universidade, junto a um referencial bibliográfico de pesquisadores clássicos e decoloniais, como Silvio Almeida, Bell Hooks, Conceição Evaristo, Pierre Bourdieu, Frantz Fanon, Neusa Santos Sousa, Paulo

Freire, Grada Kilomba e outros, como categoria de análise. Por conseguinte, foi posto em evidência a dicotomia acadêmica e educacional que apresenta um potencial transformador e opressor para pessoas negras, visto que ao mesmo passo que ela emancipa estes corpos da alienação colonial, ela consegue amarrá-los ao fazer a manutenção do sistema Racista. Dessa forma, pode-se concluir que, embora ela apresente em sua totalidade epistêmica e na sua configuração institucional o caldo do discurso colonial, ela ainda é um dos maiores vetores para a negritude - como também outros grupos marginalizados - alcançar a tão sonhada ascensão social, e que permanecer e concluir o percurso é, sem dúvidas, re(ex)sistência.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_936_71330302_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da dificuldade de acesso ao campo na autoetnografia

Júlia Mistro Rodrigues (UFRGS)

Brevemente: existem dois perigos no fazer autoetnográfico: o primeiro deles é a dissolução completa da perspectiva de um invólucro em torno do Eu – que o faria uma unidade fechada em relação à outras unidades igualmente fechadas com as quais esse eu estabelecerá vínculos, os Outros – o que acarreta, em maior ou menor intensidade, uma sensação muito vívida de dissolução de si, uma percepção exacerbada de que existem extensas zonas e fluxos desconhecidos nesse Eu e uma crescente dúvida sobre se, de fato, esse Eu sequer exista; o segundo perigo, muito maior, é que o primeiro não ocorra. A noção de um sujeito atômico, egocêntrico, auto-interessado, competitivo e amedrontado do modelo político-liberal moderno (contratualista) como descreve Zirbel (2016), faz com que exista também a presunção de que sabemos tudo de nós mesmas, quem somos. Mas as teorias do cuidado nos convidam a pensar em outro tipo de sujeito: um self relacional que não se constitui de modo autônomo, mas são resultado das interações com os demais: a maior parte de nós mesmas é, então, por nós desconhecida, nós não sabemos a priori quem somos ou esses tantos fluxos constantes que nos constituem, enquanto as teorias da imagem tensionam os modos de autopercepção e da relação entre o Eu e o Outro – como, por exemplo, o mito de Narciso. A autoetnografia me parece olhar para isso que nos compõem com o compromisso de realizar uma implosão de si (Dumit, 2014), com uma dúvida um olhar direcionado, sim, mas olhar para essa vastidão de nós que desconhecemos com o compromisso de etnografá-la, percebendo o outro dentro de si como algo que é e não é o si mesmo. Essa zona desconhecida não pode seguir (e não segue) infinitamente, é importante e configura um sujeito de pesquisa que carece o estabelecimento de cortes (Strathern, 2017). E daí surgem questões: o que acontece quando usamos o cuidado como uma forma de cortar a rede que nos constitui e que permite o fazer autoetnográfico? E a pesquisa já em andamento oferece uma resposta: somos convidadas a implodir a nós mesmas – e, pode não parecer, mas essa é nossa melhor opção – e é o que proponho realizar neste trabalho em que, esmiuçando alguns desafios do fazer autoetnográfico e os cruzando com reflexões das teorias do cuidado e da imagem, tensiono a por vezes falsa presunção de facilidade de acesso ao campo nesse tipo de pesquisa para, com isso, contribuir com uma reflexão sobre o narcisismo na autoetnografia.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões e afetos contra-hegemônicos

Keo Silva (UFSC)

A proposta desse ensaio/relatório, foi construir a partir da articulação entre as perspectivas teóricas abordadas em uma aula durante meu período de doutoramento e seus efeitos. Considerando uma perspectiva interdisciplinar onde dialogam questões relacionadas aos afetos/afetações, ao corpo, questões relacionadas à produção de conhecimento, perspectivas descoloniais e algumas questões referentes a bibliografia sugerida para aula. Tal experimento versa sobre uma descrição autoetnográfica da aula, comentarei sobre algumas menções feitas por colegas de turma e professores na sala de aula. Seguido de breve reflexão teórica sobre tais temas, que apareceram em forma de insights e reflexões, desse modo considero uma forma de compartilhar o relatório como uma parte dos meus cadernos de campo. A primeira etapa do ensaio versa sobre as temáticas das autoras trabalhadas no dia da aula sobre a arte, a interpretação e os artifícios das cidades imaginadas. E como a partir disso emergiram os primeiros insights que acabaram por construir uma cidade imaginada na sala de aula. A segunda etapa versa sobre reflexões sobre corpo dentro de uma abordagem interdisciplinar e descolonial, resgatando o argumento de quais corpos são permitidos nos espaços de ensino, desde locus de enunciação em que não corresponda ao estatuto de objeto de investigação. A terceira etapa dialoga sobre a produção de conhecimento, no ímpeto de tecer uma crítica a perspectivas hegemônicas que desconsideram o campo da produção do saber elaborado por novos sujeitos nos espaços acadêmicos. A partir da ideia de cibercidade problematizo as perspectivas dos diferentes modos sensoriais sobre como diferentes corpos são afetados pela cidade. Palavras-chaves: autoetnografia; cidades imaginadas; cisnormatividade;

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mulheres negras, famílias e trabalho subalterno: práticas etnográficas a partir de um olhar de dentro

Layla Gomes da Silva (.)

Este trabalho propõe refletir sobre a realidade social de mulheres negras que experienciaram em suas vivências o trabalho subalterno, no qual a família tende a apresentar-se enquanto uma instituição que naturaliza e reproduz eixos de subordinação, repercutindo nas subjetividades desses sujeitos e no seu assujeitamento em diversas instâncias da vida, dentre elas, no mundo do trabalho. Esta proposta é um desdobramento da minha pesquisa de dissertação, uma pesquisa etnográfica, centrada na análise de histórias de vidas de três mulheres negras residentes de Rio das Ostras (cidade da baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro), com idade entre 55 e 69 anos e que em comum possuem trajetórias marcadas por diversos tipos de violências e relação com o trabalho doméstico (infantil), função que, historicamente, materializa a subordinação de gênero, raça e classe de modo imbricado. Destaco ainda que em minha pesquisa uma das pesquisadas trata-se da minha mãe, sendo, portanto, a minha família etnografada. Nesse contexto, eu, enquanto mulher negra da classe trabalhadora, filha de ex-trabalhadora doméstica, que geralmente seria lida apenas enquanto objeto de conhecimento, venho ocupando espaço na academia (tal qual outros grupos marginalizados), enquanto pesquisadora, desenvolvendo esta

pesquisa a partir de um lugar proximidade, não alheia ou externa ao campo, mas enquanto um sujeito que teve a vida condicionada por eixos de subordinação de gênero, raça e classe e que observou de perto o contexto de exploração e opressões que incidiam sobre familiares e pessoas do meu ciclo social. Por fim, embaso-me epistemologicamente na teoria crítica do feminismo negro, na teoria decolonial e interseccional..

Palavras chave: interseccionalidade, trabalho subalterno, família, práticas etnográficas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_967_12476841_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Textos, tempos e composições que (se) transformam: coescrita como experimentação etnográfica frente à AIDS e suas linguagens de dor

Lucas Pereira de Melo (USP)

Esta comunicação toma como eixo a construção de relações com uma interlocutora no contexto de uma etnografia interessada em descrever experiências de sofrimento social entre pessoas que vivem com HIV/AIDS no Brasil. Durante uma de nossas conversas, em março de 2020, fui afetado pela narrativa de Vanessa Campos, uma mulher amazonense que vive com HIV/AIDS desde 1990, a qual era estruturada por múltiplas experiências de violência que articulavam AIDS, gênero e lugar. Além da perplexidade diante das situações narradas, logo após o início da conversa percebi que a interlocutora tinha algo a falar que, num primeiro momento, parecia dispensar a necessidade do meu roteiro de entrevista. A partir dali, coloquei-me na posição de alguém interessado em escutar e passei a seguir o fluxo narrativo de Vanessa. Esta interlocução me colocou algumas questões: como transcrever o áudio da entrevista e ouvir tudo outra vez? Como ler e reler o texto transcrito? Como analisar e escrever? Como fazer circular entre múltiplas audiências? Como se posicionar como autor naquela narrativa? Como escrever e não matar? Nesta comunicação desenvolvo um relato sobre como a escrita etnográfica se tornou possível no encontro e nas alianças que Vanessa Campos e eu construímos ao longo da nossa interlocução. O propósito é criar um espaço para demonstrar escritas, escolhas, bibliografias, relações, afetos, contextos, argumentos que, como pedras ao pavimentar um caminho, constituem a face do nosso artesanato intelectual que fica ocultada em nossos textos. Assim, elaboro uma experimentação etnográfica mediante a comparação de três textos que escrevi, dois individual e um colaborativamente, ao longo da interlocução com Vanessa entre os anos de 2019 e 2023: (1) uma comunicação oral apresentada num grupo de trabalho da 32^a Reunião Brasileira de Antropologia; (2) a versão revista e ampliada dessa comunicação oral que se transformou num artigo publicado num dossiê sobre os 40 anos da epidemia de AIDS; e (3) o livro SoroposidHIVa, uma mulher na diáspora da AIDS escrito por Vanessa Campos em colaboração comigo e Thiago Oliveira publicado pela Andarilha Edições. Com essas comparações pretendo pensar esses textos como artefatos etnográficos. Faço isso ao colocar em relação três formas textuais: a comunicação em congresso, o artigo científico e o livro; o que abre outras possibilidades de discussão sobre escrita etnográfica e gêneros textuais. Além disso, busco discutir questões como estilos de autoridade etnográfica, autoria/coautoria, escrita/coescrita e, assim, deixar em relevo uma abordagem de etnografia como com-posição:

composição com as pessoas com quem nos relacionamos em campo e suas lutas; e com posicionamento político (IMUÊ, 2019).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Falando entre/com os meus: A construção das masculinidades de homens gays no Brasil contemporâneo

Moisés Alessandro de Souza Lopes (UFMT)

Esta proposta de trabalho parte de uma investigação que está em desenvolvimento sobre a construção das masculinidades entre homens gays e bissexuais no Brasil contemporâneo analisando especialmente as concepções e interrelações entre saúde, cuidado e sexualidades a partir da metodologia qualitativa e de uma perspectiva multissituada. Nesta pesquisa em desenvolvimento abordo dados que envolvem a relação entre as práticas de (auto)cuidado e as práticas sexuais, em especial as envolvidas com o uso de estratégias de prevenção a ISTs e HIV/Aids tais como, preservativos, profilaxia pré-exposição (PREP), profilaxia pós-exposição (PEP) e vacinas (hepatites, meningite e HPV). Pretendo abordar nesta apresentação como as relações estabelecidas em campo com outros homens são facilitadas, mas ao mesmo tempo dificultadas, pelo fato do pesquisador fazer parte do grupo investigado. É importante dizer que nesta pesquisa pretendo abordar elementos que envolvem uma análise dos marcadores sociais da diferença e como estes constroem na prática uma diversidade de masculinidades, práticas e estratégias de cuidado, agenciamentos das políticas públicas de saúde e, com isso, distintas formas de vivência das sexualidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pelo, gordura e odor: branquitude e cisgeneridade materializadas

Nonô Arantes Lima (UFMG), Luana Rodrigues Nascimento (UFMG)

O presente trabalho tem como objetivo, através da experiência intelectual corporizada de ambas autoras e da bibliografia selecionada, identificar os cruzos e paralelos das violências que se escondem sob a égide do pacto narcísico da branquitude cisheteronormativa (NASCIMENTO, 2023). Faremos isso dando atenção especial ao corpo e a algumas categorias de diferenciação que se materializaram enquanto marcas da colonialidade, como os pelos corporais (BRAZ, 2022), a distribuição de gordura corporal (NOVAIS; MACHADO, 2021) e os odores. A semântica do pacto evoca um entrelace de acordos no agir, no existir e também nos momentos/modos de classificação e percepção das alteridades. Assim, não são apenas as nossas concordâncias para com ele (o pacto) que faz a nossa permanência, dependemos de concordâncias terceiras. A pertença num acordo pode ter seus limites, pois para além das parencas, as diferenças também são cruciais diante de um pacto bem estabelecido e materializado em diversas formas de opressão. Desta forma, a não plenitude dos espelhamentos resulta na ruptura de um pacto e por conseguinte na ausência da proteção que esse acordar pode lhe conferir? Lélia Gonzalez aciona o conceito de denegação em sua compreensão do racismo brasileiro enquanto algo ativado apenas na condição de ser negado. Num momento onde a cisgeneridade e a branquitude, apesar de devidamente conceituadas e engendradas por intelectuais e pelos movimentos sociais, percebemos que há articulações daquelas que acionam

tais termos numa condição negatória de forma a arguir a sua suposta não pertença aos pactos que as estruturas proporcionam. Assim, a ideia de saberes localizados (HARAWAY, 1995) torna-se um exercício reflexivo contínuo ou uma citação desconexa? Se sim, para essa última, servira apenas como ferramenta de resgate da disciplina antropológica afetada após crítica pós-moderna? Este trabalho é profundamente marcado pela experiência de corpos que, apesar de diferentes, são afetadas de diferentes formas a partir das três categorias alocadas no título. Se a branquitude, a gordofobia e cisheteronormatividade andam de mãos dadas, não seria mais justo para todes que as proporções das violências sofridas no convívio enquanto diferença ou subjetividade Outra, fossem resguardadas? Aqui não se trata de hierarquizar o sofrimento, mas sim, num movimento de tensionamento, refletir sobre os impactos de categorias que são materializadas em formas de opressão, por vezes sobrepostas, por vezes feitas opacas por marcadores de privilégio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pesquisada agora e Pesquisadora: Antropóloga Quilombola Kalunga e agora?

Rosiene Francisco dos Santos (UNB)

Neste artigo, empreendo uma análise reflexiva sobre minha experiência acadêmica enquanto Quilombola Kalunga, doutoranda em Antropologia Social na Universidade de Brasília. O mesmo foi inspirado na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa em Antropologia, ministrada pela professora Dra. Soraya Resende Fleischer no primeiro semestre de 2023. No decorrer deste texto, pretendo apresentar minhas reflexões e percepções sobre a intersecção entre minha identidade étnica e cultural e o ambiente acadêmico, tanto como estudante quanto como professora doutoranda na disciplina de Introdução à Antropologia. Para isso, utilizarei uma abordagem autobiográfica coletiva, incluindo a escutavivência de uma intelectual quilombola (SILVIA 2023) e as cartas produzidas pelos estudantes da graduação, em que fui afetada (FAVRET-SAADA 2005). Trata-se de uma escrita circular, espiralada ou até mesmo sem forma, mostrando a importância da oralidade e da vivacidade em nosso cotidiano quilombola, contrastando com a lógica temporal urbana. Por meio de uma carta dirigida a um "destinatário desconhecido", compartilharei minhas memórias da infância no quilombo, destacando os valores de cuidado, afeto e conexão com a natureza, e principalmente com os ensinamentos do ser tão velho, CERRADO, dentro da universidade. Além disso, neste momento, convido todos a seguirem na estrada cavalheira, cientes de que essa caminhada é marcada por obstáculos e apoios. Espero que estejam preparados fisicamente, pois será uma jornada longa. O Antônio Bispo dos Santos - Nego Bispo, relator/intelectual Quilombola de Saco Curtume, Piauí, já nos lembra que somos começo, meio e começo, e meu grande desafio é manter a linearidade na escrita. Mas por que buscá-la? A circularidade nos permite revisitar e reformular pensamentos, e a repetição na circularidade também reforça os argumentos. Vamos seguir de forma circular, espiralada, as formas da natureza ou mesmo sem definição de forma. Poderia me posicionar como uma outsider within (COLLINS, 2016), porém carrego em minha corporalidade e territorialidade a minha pretitude e etnicidade, ousa a falar que sou outsider within QUILOMBISTA em movimento na universidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_024_67135841_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Qual é o seu gênero?": Gênero e sexualidade a partir da experiência de um professor-antropólogo na educação básica

Samue Douglas Farias Costa (UFG)

Gênero e sexualidade são categorias que atravessam a educação básica a partir de várias entradas: normativas curriculares, eventos, projetos e relações interpessoais.

Contudo, nem sempre aparecem com os sentidos em que são mobilizadas nas teorias filosóficas e das ciências humanas. Em minha pesquisa de campo

na escola em que trabalho como professor de sociologia (ciências sociais), na cidade de Cuiabá (MT), dois interlocutores e colegas de profissão me responderam

que são do gênero hétero. A partir dessa situação e de minha posição e experiência como um homem branco, cisgênero, gay, de 32 anos, professor e antropólogo em uma

escola pública estadual de Cuiabá, questiono quais são os sentidos e contextos em que gênero e sexualidade aparecem na educação básica e no espaço escolar. Para esta tarefa, descrevo e problematizo documentos

curriculares, práticas pedagógicas (minhas e de colegas de profissão) e situações cotidianas entre docentes.

A proposta é criar perspectivas parciais e colocar os materiais do campo em relação com teorias de gênero e sexualidade para criar conexões, analogias, deslocamentos e contrastes, o que Marilyn Strathern (2014)

denomina de efeito etnográfico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_112_61921890_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Na verdade, agora já é desabafo, é o momento de desabafar": reflexões sobre as narrativas de uma liderança quilombola enquanto processo político e epistemológico

Tainá Silva Candido (UNESC), Viviane Kraieski de Assunção (UNESC)

Este resumo refere-se a um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que considera as narrativas de Tinho, liderança da comunidade quilombola Ilhotinha, como um processo político e epistemológico. Nossa intenção é destacar o percurso da pesquisa, juntamente com as estratégias metodológicas empregadas ao longo do processo. Nos primeiros encontros com Tinho, indagamos sobre sua

motivação para narrar sua história de vida e suas preferências em relação à maneira como gostaria de narrar.

Além da entrevista, devido ao seu gosto pela escrita, ele escolheu narrar sua história por meio de cartas virtuais endereçadas à sua interlocutora. A pesquisa vem se desenvolvendo com os aportes teóricos de

Evaristo (2020), Rivas-Flores et al. (2020), Kilomba (2019), Nascimento (2022), dentre outros. Entendemos que o interesse em partir das vozes subalternizadas não é para obter a verdade", tampouco buscar validade ou crédito sobre um acontecimento, mas captar a visão que o sujeito tem sobre si mesmo e de seu contexto, bem

como o que suas narrativas representam (Rivas-Flores et al., 2020). No entanto, para alguns grupos sociais não basta falar, mas se fazer ouvir

(Evaristo, 2020). Quando Tinho cria laços com o campo acadêmico, estrategicamente está buscando o poder de se fazer ouvir, bem como quando escolhe o que narrar. Para Evaristo (2020), palavra mais ação, é autorização. Experiência transformada em texto, auto autorização. Escrivência. Sobre suas motivações, Tinho fala: na verdade, agora já é desabafo, é o momento de desabafar.

Logo, a palavra é a arma para a transformação contínua da história (Nascimento, 2022). A narrativa de Tinho se origina numa perspectiva pessoal, mas contempla uma coletividade, afinal, a comunidade não é sem mim e eu

não sou sem a comunidade (Tinho). Assim, percebemos nele uma escrita e narrativa que escancara um incômodo e evidencia uma revolta. Para ele, é necessário contar a história com nosso olhar, sob a nossa perspectiva. Reescrever a história; usar a escrita e a fala como ato político, como passagem de objeto para sujeito

(Kilomba, 2019). Potência para desarmar as palavras do inimigo enquanto fortalece palavras enfraquecidas (Santos, 2023). Portanto, acreditamos que a narrativa e sua produção se configuram como agência outra, uma possibilidade narrativa desde a diferença cultural na qual práticas silenciadas de sujeitos sociais

subalternizados desvelam a matriz colonial de poder e a naturalização da discriminação racial/étnica e cultural, bem como a produção discursiva de subjetividades em dominadas e dominantes, dando destaque às práticas de reexistência identitária, política e cultural (Cotta, 2019).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_073_51166625_530025.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Vidas em trânsito: escrita de si - e de nós - entre mulheres negras brasileiras migrantes.

Yssysay Divina Rodrigues (UNB)

Este trabalho apresenta o uso da escrita de si em minha pesquisa de doutorado, centrada em histórias de vida de mulheres negras brasileiras migrantes, a fim de analisar como se expressam, em articulação, as categorias raça, gênero, classe, nacionalidade e sexualidade em nossas trajetórias, particularmente sobre processos identitários e sentidos de pertencimento. Mulher cisgênero, parda, filha de um relacionamento interracial entre classes sociais contrastantes, brasileira, migrante, bissexual e antropóloga com formação interdisciplinar, pretendo entrelaçar minhas vivências, situadas em meio a estes trânsitos, a de minhas interlocutoras, mulheres com quem convivi ou convivo, em um processo relacional de auto-investigação (Santana, 2020; hooks, 2019; Morrison, 2019) que é também coletivo. Abordo a categoria migrante a partir da noção de transnacionalidade (Basch, Schiller, Blanc, 1994), em que coexistem vínculos e circulação geográfica e simbólica entre países diversos. Pessoas migrantes consistem, portanto, em uma oportunidade de análise do deslocamento de categorias de acordo com as especificidades de cada territorialidade; e representam noções como "fronteira", "ambiguidade e encruzilhada", enumeradas por Gloria Anzaldúa (1987) em seu debate sobre uma nova consciência mestiça - para o qual também contribuem experiências vividas pela autora. Grada Kilomba (2019) relata episódios de racismo cotidiano vividos por mulheres negras migrantes, inclusive por ela mesma, em diferentes territórios, resultando em análises que vão desde a esfera

do trauma até a persistência da dicotomia colonial entre senhor e escravizada em relações contemporâneas, em um processo que entende por epistemologia com o sujeito como parte. A partir destas e de outras influências – como a escrevivência de Conceição Evaristo; o testemunho recuperado por Sueli Carneiro; a memória como organização de fragmentos, de Eclea Bosi; e a potência da leitura de biografias de mulheres negras - pretendo neste exercício trazer um recorte de minhas vivências pertinentes aos assuntos de interesse da etnografia a ser realizada, como também abordar desafios de várias ordens referentes ao uso destas metodologias. Por fim, cabe pontuar que este trabalho representa uma continuidade da etnografia do cotidiano da migração brasileira em Moçambique, a que eu também pertencio, realizada em meu mestrado. Busco agora justamente um amadurecimento referente ao uso de minhas experiências no processo etnográfico, considerando que, a despeito da sua ocorrência mais ou menos frequente na antropologia nas últimas décadas, permanece alguma polêmica em torno destas técnicas, o que se reflete em ponderações sobre seus limites e possibilidades, com as quais o debate deste grupo de trabalho contribui.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_328_18132913_530025.pdf

GT 095: Saberes plurais em torno do uso de drogas

Essa proposta é uma nova edição do GT que se encontra desde 2013 e visa refletir sobre as representações e práticas acerca dos usos de substâncias psicoativas, discutindo instrumentos teóricos e metodológicos que permitam compreender seus efeitos sociais, bem como os controles que as cercam. Contempla a multiplicidade de discursos e práticas que coexiste em torno dessas substâncias, como a própria definição como “drogas” ou “medicamentos”, por exemplo. Tanto as estratégias de controle sobre as experiências de uso, como aquelas mobilizadas para garantir esse consumo são consideradas em suas singularidades, isto é, a partir de sua própria constituição. O ponto de partida é problematizar o paradigma “médico-legal” em que se baseiam as políticas de drogas estatais. Ao mesmo tempo, busca-se superar a dicotomia “efeitos farmacológicos” versus “aspectos culturais”, promovendo o diálogo entre diferentes campos de conhecimentos. Para tanto, o GT comporta: 1) etnografias sobre usos de substâncias, sejam elas classificadas como “drogas”, “plantas” ou “medicamentos”; 2) análise de políticas de drogas e das instituições que atualizam regimes de controle e regulação, nos campos da justiça, saúde, religião, ciência, sociedade civil e seus entrecruzamentos; 3) pesquisas que exploram a fluidez de fronteiras entre lícito e ilícito; natural e artificial; social/terapêutico/ritual; endógeno e exógeno; tratamento/prevenção/aprimoramento; proibição/regulação/legalização

Coordenação

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF), Beatriz Caiuby Labate (Instituto Chacruna)

Debatedor(a)

Paulo Cesar Pontes Fraga (UFJF), Rogerio Lopes Azize (UERJ), Lúgia Duque Platero (Instituto Chacruna)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mapeando Privilégios: uma etnografia sobre a branquitude e a circulação de drogas no território de Florianópolis

Bruna Soares Overbeck (UFSC)

Esta pesquisa busca investigar como a manutenção dos privilégios associados à branquitude se entrelaça com a dinâmica territorial de Florianópolis, uma cidade cada vez mais planeada pela especulação imobiliária. Através de uma abordagem etnográfica, exploramos as interseções entre os privilégios brancos e a circulação de drogas, examinando como esses fenômenos se manifestam e se reproduzem no contexto específico da cidade. Além disso, o estudo se estende ao conceito de "studying up", focalizando nas camadas médias e altas da sociedade, particularmente, explora como a circulação e consumo de drogas permeia a noção de direito à cidade". Ao mapear as relações entre branquitude, territorialidade e circulação de drogas, esta pesquisa pretende oferecer insights sobre as complexidades das dinâmicas sociais e espaciais em Florianópolis, contribuindo assim para uma análise mais profunda e crítica das estruturas de poder e desigualdade na cidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

CULTURA CANÁBICA: sentidos do uso de maconha entre frequentadores das rodas de fumo no CAHL

Daniele Sampaio Gonzaga (UFRB)

Este trabalho analisa o sentido do uso de maconha entre frequentadores das rodas de fumo em um contexto universitário interiorano baiano. Na qual é fruto de uma pesquisa exploratória sobre a inexistência de uma política de drogas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). O lócus da pesquisa é o Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL) situado na cidade de Cachoeira/BA. Trata-se de uma etnografia e tem a propositura de um debate interdisciplinar. Esta pesquisa possui como base autores(as) que debruçam seus estudos em pesquisas sobre sujeitos que fazem uso da maconha, a exemplo de Gilberto Velho, Howard Becker, Edward MacRae e Luisa Saad. Ademais, este trabalho intenta ampliar os estudos realizados através de uma análise empírica sobre a cultura do uso da maconha, o proibicionismo e seu efeito sobre as relações étnico-raciais, geracionais e religiosas em um contexto interiorano. A partir das narrativas dos interlocutores na pesquisa etnográfica, serão descritos os significados e experiências de uso entre os sujeitos que se formam a partir de elementos simbólicos compartilhados. Isto posto, foi utilizado como um dos instrumentos de pesquisa, a entrevista semi-estruturada, nas conversas das rodas de fumo. Através do arranjo e rearranjo de palavras, sentidos, gestualidades, falas e ritos. A intenção é comunicar a forma como os interlocutores, que vivenciam as rodas de fumo, dão sentido ao uso dessa planta e compartilham suas experiências diante de um cenário político criminalizador. Vale ressaltar que esta pesquisa encontra-se em andamento e seus dados ainda são preliminares. Mas até o presente momento percebe-se uma diminuição dessas rodas, pois enquanto egressa do campus, participante das rodas de fumo e refletindo os relatos obtidos através das entrevistas, nota-se esse esvaziamento. Tanto como consequência da pandemia quanto em relação a outros fatores decorrentes dos perfis de sujeitos que atualmente vivenciam a universidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_692_31618320_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Usuários, pacientes, comerciantes e jardineiros: disputas pelo acesso às flores de maconha em Sergipe e no Rio de Janeiro

Gabriel Seixas Silva (UFF)

O referido texto é parte do andamento de pesquisa que venho realizando junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, através de discussões proporcionadas pelo grupo de pesquisa Psicoativos e Cultura (Psicocult/UFF) desde o ano de 2023, sobre as práticas de cultivo e de acesso à maconha no Brasil, em específico com interações com interlocutores dos estados do Rio de Janeiro e Sergipe, registrando as práticas de cultivo, de ativismo e de acesso à planta por aqueles que trabalham no comércio varejista e aos que cultivam suas próprias plantas. A pesquisa ainda está em curso, mas até o momento foi possível a realização de algumas entrevistas

semiestruturadas com 1) cultivadores-pacientes que possuem autorização da justiça através de Habeas Corpus criminal, 2) cultivadores para fins sociais/adulto que não comercializam sua produção e 3) cultivadores comerciantes, além de observação participante em rodas de conversas, simpósios e palestras com usuárias

terapêuticos e pessoas que realizam uso social, além de profissionais que também refletem ou trabalham com a questão e o paradigma médico-jurídico de proibição da maconha no Brasil. Foram realizadas descrições com interlocutores que

narram suas histórias de início e aperfeiçoamento do saber técnico de cultivo para a produção de seu próprio remédio, sobre as diversas disputas envolvendo a

comercialização dos produtos no mercado legal e ilegal da maconha e também escrevo minha experiência pessoal de tornar-se um "paciente" medicinal de maconha no Brasil, bem como dos procedimentos burocráticos de acesso

efetivo ao produto, custos e início do tratamento médico. Ao fim

descrevo também como os cultivadores que conversei trazem indagamentos sobre políticas de reparação no cenário de discussões de regulamentação do cultivo no país;

formas de organização e demandas da categoria de cultivadores no mercado legal e ilegal (cooperativas, associações, clubes ou outro); a desigualdade no

acesso à maconha (legal ou ilegal); entre outras questões que atravessam a política de drogas nacional instrumentalizada para um guerra ("às drogas"), refletida em

fenômenos como encarceramento em massa, o racismo, a corrupção e a desigualdade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_703_75295203_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Aqui estamos discutindo medicamentos": notas sobre o debate legislativo em torno do uso terapêutico de Cannabis e derivados (2014-2023)

Hellen Monique dos Santos Caetano (UFRN)

Neste trabalho, analiso cinco projetos de lei federais propostos no Senado Federal entre 2014 e 2023 que têm como foco o uso terapêutico de Cannabis ou de algum de seus derivados. Por seu lugar controverso como droga e medicamento, as discussões públicas sobre essas substâncias tem se construído em meio às áreas de segurança e saúde. Com o intuito de entender como a Cannabis tem se construído como uma tecnologia terapêutica, o trabalho de campo foi construído por meio de documentos e eventos. Os documentos que fazem parte do processo de tramitação dos PL foram analisados e sistematizados em um programa de análise qualitativa por meio de codagem de dados. As audiências públicas de instrução sobre o tema foram acessadas pela TV Senado e pelo canal da instituição no Youtube, analisadas e comparadas ao que era dito nos papéis. Com a participação de médicos, pesquisadores e ativistas, as audiências tiveram discussões e posicionamentos que deixavam claro as diferentes visões sobre os usos, ao passo que era enfatizado, por diferentes atores, que o que estavam discutindo era saúde e medicamentos, não drogas. Seguindo a tramitação de cada projeto, foi possível ver as diferenças entre os projetos antes e depois das audiências. Além disso, há também diferentes discussões sobre o que seria cada substância, como se Cannabis e maconha não fossem a mesma coisa. Mais do que tudo, analisar documentos e eventos em torno do tema mostrou que o processo de feitura de uma lei é, sobretudo, coletivo. Apesar disso, nem sempre as participações têm os mesmos pesos. As discussões em torno da formulação desses projetos deixam em evidência as diferentes moralidades sobre o tema, além de disputas sobre quem deve legislar e delimitar os processos de regulamentação e controle sobre o uso das substâncias derivadas de Cannabis no Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O uso do álcool como fator adjutor da dominação do colonizador sobre os povos indígenas brasileiros.

Larissa Bianca de Souza Quaresma (UFVJM), Marivaldo Aparecido de Carvalho (UFVJM), Rosana Passos Cambraia (UFVJM)

O artigo analisa o uso do álcool como instrumento de dominação dos povos indígenas brasileiros pelos colonizadores, destacando suas origens históricas, consequências e a necessidade de abordagens holísticas para enfrentar esse problema. Desde os primeiros contatos entre europeus e indígenas no Brasil, o álcool foi utilizado para estabelecer relações desiguais de poder, fragilizando estruturas sociais e culturais nativas. A imposição do consumo de álcool pelos colonizadores contribuiu para doenças, violências e conflitos internos nas comunidades indígenas. A contextualização histórica revela que o álcool sempre foi parte integrante da sociedade, incluindo os povos indígenas brasileiros. Desde a colonização portuguesa, houve imposição da cultura eurocêntrica e uso do álcool como ferramenta de controle e submissão das populações nativas, facilitando a exploração dos recursos e a imposição da religião católica. As consequências do uso do álcool são diversas e devastadoras. O aumento do consumo levou ao alcoolismo e dependência, contribuindo para problemas de saúde física e mental, como doenças

crônicas não transmissíveis e taxas crescentes de suicídio. Além disso, o álcool afetou as estruturas sociais e culturais das comunidades, gerando conflitos internos e desintegração social. A conclusão ressalta a urgência de políticas públicas efetivas que protejam os direitos e promovam a saúde das comunidades indígenas, considerando suas especificidades étnicas. É necessário um debate amplo e inclusivo sobre as práticas coloniais ainda presentes na sociedade brasileira, buscando superar injustiças históricas e promover uma abordagem holística para enfrentar o problema do uso do álcool como ferramenta de dominação dos povos indígenas brasileiros.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_312_22920631_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Desafios na expansão contemporânea do consumo das Medicinas da Floresta: controvérsias interculturais e de gênero

Lígia Duque Platero (Instituto Chacruna)

Neste texto, discuto sobre desafios e paradoxos da expansão global das chamadas Medicinas da floresta relacionadas à expansão do turismo xamânico indígena no Brasil no século XXI, de uma perspectiva histórica e antropológica. Parto de dados etnográficos apresentados em minha tese de doutorado (Platero, 2018), ocasião em que pesquisei as trocas em múltiplos sentidos de valor, reinvenções e transformações multidirecionais e a produção de parentesco simbólico e efetivo em meio à aliança do povo indígena Yawanawa com uma igreja urbana do Santo Daime (Rio de Janeiro). Busco aqui dar mais um passo analítico e dialogar com as discussões sobre a globalização da ayahuasca e do turismo ayahuasqueiro (Labate e Cavnar, 2014; Labate, Cavnar e Gerin, 2017). A partir de dados etnográficos na Terra Indígena Rio Gregório, no Acre, e na igreja do Santo Daime, no Rio de Janeiro, apresento inicialmente uma visão geral dos usos contemporâneos das chamadas Medicinas da Floresta (rapé, sananga, kambô e muká, incluindo a ayahuasca, a mais famosa substância). Em seguida, enfatizo o caso dos indígenas Yawanawa no estado do Acre, oferecendo uma visão sobre o processo de colonização na região e as diferentes fases da história dos yawanawas, do tempo da borracha e da presença de missões religiosas ao tempo do resgate da cultura nos anos 1980, quando práticas xamânicas foram recuperadas. Apresento um panorama sobre suas práticas xamânicas, suas relações de trocas e reciprocidade com não indígenas e suas transformações durante os séculos XX e XXI. Enfatizo suas relações tradicionais de trocas em múltiplos sentidos de valor relacionadas à produção de parentesco simbólico e efetivo, incluindo em suas redes pessoas não indígenas das cidades, como turistas do norte global, muitos deles dos EUA e Canadá. Incluo uma discussão sobre a IV Conferência Indígena da Ayahuasca, que aconteceu no Acre, em setembro de 2022, quando líderes indígenas apresentaram suas preocupações relacionadas à expansão e globalização das Medicinas da Floresta. Tenho como objetivos expandir o debate em torno de tópicos como turismo xamânico como uma alternativa econômica para várias populações indígenas do estado do Acre e controvérsias e conflitos gerados pela globalização, produção de parentesco simbólico e efetivo em meio ao consumo das Medicinas da Floresta, desentendimentos funcionais em meio a alianças e diálogos interculturais entre indígenas e turistas

ayahuasqueiros, hibridismos versus apropriação cultural e relações de gênero em contextos xamânicos, incluindo perspectivas indígenas e não indígenas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Abstinência e redução de danos": uma etnografia sobre trabalhos com pessoas em situação de rua

Lucas Senna de Brito Pires (UFF)

Neste trabalho, meu objetivo é apresentar a pesquisa que realizei durante a minha dissertação de mestrado, defendida com o título *Abstinência e redução de danos: uma etnografia sobre trabalhos com pessoas em situação de rua*. O trabalho de campo foi realizado em Volta Redonda/RJ, e envolveu a frequência em

diversos órgãos públicos e instituições religiosas. As questões norteadoras foram: Como as instituições municipais lidam com pessoas em situação de rua no município de Volta Redonda? e Como se atualizam as concepções de abstinência e redução de danos, na prática dos profissionais que lidam com pessoas desse segmento social?. Durante a pesquisa, a categoria trabalho foi usada diversas vezes, por pessoas em situação de rua, por mim, na redação da dissertação e pelas pessoas que lidavam com as que estavam em situação de rua. Porém, os sentidos atribuídos a esse trabalho, eram diferentes. As reflexões que faço,

partem, principalmente, da observação dos tratamentos para o uso de substâncias psicoativas, que são ofertados para pessoas em situação de rua em um serviço de assistência social de Volta Redonda/RJ. Sendo que, descrevendo e analisando o uso de categorias como trabalho, redução de danos, abstinência, ajuda e direito", busco interpretar e compreender, qual o sentido que os interlocutores com os quais estabeleci relações durante a pesquisa dão para as suas práticas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Medidas de proteção contra as drogas: uma etnografia documental nos arquivos da Vara Especial da Infância e da Juventude

Marcelo H Quaglio Marques (HCFMUSP)

De dentro da Vara Especial da Infância e da Juventude, a partir de uma leitura etnográfica dos processos judiciais que haviam medidas de proteção requisitando tratamento compulsório de crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas, pretende-se aqui apresentar resultados preliminares, percalços e os ditos estranhamentos de uma pesquisa que ainda está em curso e teve como objetivo inicial teorizar acerca da internação compulsória e compreender os argumentos do Poder Judiciário para usá-la como opção de tratamento ao adolescente usuário de "drogas", afinal, desde a lei da reforma psiquiatria brasileira, pessoas com transtornos mentais devem ser assistidas em dispositivos de saúde da Rede de Atenção Psicossocial, do Sistema Único de Saúde, dentro do território. No entanto, a mesma lei informa que, em casos excepcionais, onde se prove a insuficiência destes dispositivos, internações devem ser indicadas. Quando se fala de adolescentes usuários de substâncias psicoativas, não se cogita



internações voluntárias. Há apenas espaço para internações involuntárias e compulsórias, a mando dos juízes de Direito. Sendo assim, critérios e argumentos são construídos e usados para que a internação compulsória tome corpo e seja regra para uma parcela marginalizada da sociedade. A excepcionalidade não existe. Enquanto isso, adolescentes usuários de substâncias psicoativas são absorvidos por instituições das mais diversas sortes, transitam por dispositivos judiciais, sociais e médicos e ficam sob constante vigilância destes mesmos dispositivos e de seus operários, mas não saem das margens da sociedade. Seja na Fundação Casa, cumprindo medidas socioeducativas, na Unidade Experimental de Saúde paulistana e até mesmo em um hospital, nestes casos trazidos aqui, as leis de proteção não resolvem as vulnerabilidades dos adolescentes usuários nem o dito problema das drogas”. Em outras palavras, como diz o ditado, um cão de muitos donos passa fome, assim como um adolescente assistido por muitas instituições pode ser vítima de diversos tipos de violência; o inverso da proteção desejada.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_291_16430999_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Importação do modelo "Guerra às Drogas" pelo Brasil

Maria Beatriz Stefani dos Reis (FCLAR/UNESP)

Segundo a Organização Mundial da Saúde, o termo droga refere-se a qualquer substância não produzida pelo corpo humano que pode atuar sobre o Sistema Nervoso Central e, portanto, despertar alterações em seu funcionamento. Atualmente, a perspectiva sobre as substâncias psicoativas gira em torno de um panorama proibicionista que defende uma sociedade livre de drogas. Em contrapartida, a partir de alguns estudos, sabe-se que as drogas acompanham a história da humanidade, desde seu uso ritualístico e medicinal até o uso recreativo. O que se altera ao passar do tempo é como as substâncias psicoativas estão inseridas em determinados contextos e como seu padrão de uso é visto. Atualmente, uma das formas de classificação e diferenciação é a separação das substâncias entre lícitas e ilícitas”, sendo que as lícitas, no caso brasileiro, são fiscalizadas por órgãos governamentais como, por exemplo, a ANVISA, e as ilícitas proibidas de serem fabricadas, transportadas e comercializadas devido à política combativa nacional contra às drogas. A partir disso, algumas indagações surgem: por que há substâncias ilícitas? Há fatores vinculados a interesses políticos, econômicos ou ideológicos para a proibição de certas substâncias? Por que a lei de drogas no Brasil veio muito pouco depois da abolição da escravidão? Até o final do século XIX e começo do século XX, substâncias psicoativas não eram vistas como um assunto da esfera pública, sendo comercializadas em boticas sem a fiscalização estatal e com um discurso voltado para o viés da temperança e não de abstinência ou prevenção. A guerra às drogas ergue-se sobre um discurso moralizante da proibição de comportamentos (ato de consumir drogas) por representar perigos potenciais à ordem social vigente. No entanto, ao se proibir determinadas substâncias, cria-se estigmas sociais e, conseqüentemente, um processo de marginalização que favorece a abertura de violação de direitos básicos. Ao se analisar a construção do discurso sobre drogas no Brasil, bem como as políticas de segurança pública, percebe-se que a questão se desenrola sob uma perspectiva jurídico-moral-médica em um contexto implícito de manutenção da hierarquia racial e social pautado na repressão e controle compulsório de determinados corpos,

representando caráter violento via repressão, criminalização, encarceramento e extermínio da população negra, pobre e periférica. Vale salientar que tais políticas não surgem do nada, visto que suas dinâmicas e consequências atuais são resultantes de um processo histórico. Assim, a partir de uma revisão bibliográfica, o objetivo deste trabalho é, além de analisar o contexto em que as drogas passam a ser consideradas mercadorias, trazer uma nova reflexão sobre as substâncias psicoativas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Acusações, proibições, incertezas e demandas de atenção diante do consumo de álcool, drogas e outras substâncias entre jovens indígenas na tríplice fronteira amazônica

María Rossi Idarraga (UFAM)

O consumo de álcool, drogas e outras substâncias por parte de jovens indígenas no Alto Solimões, Amazonas, é hoje uma das preocupações mais frequentes entre lideranças indígenas, representantes religiosos, instituições de ensino e serviços de saúde. Nos três municípios onde se desenvolve esta pesquisa há uma presença expressiva de indígenas – 7.107 em Atalaia do Norte, 15.314 em Benjamin Constant e 27,518 em Tabatinga –, maioritariamente jovens (cerca de 75% da população indígena tem 34 anos ou menos), dos povos Tikuna, Kokama, Kanamari, Matsés, Marubo, Kaixana, Matis, Kambeba, Kulina Pano, Korubo e Witoto, principalmente. Em reuniões, eventos e espaços coletivos, nos quais esta preocupação é objeto de debate – e de procura de possíveis soluções – o consumo é caracterizado como problemático, desde as seguintes considerações: excesso; o caráter ilegal de algumas das substâncias ou as não consideradas aptas para o consumo (como gasolina); os conflitos associados (furtos, brigas, assassinatos, violência sexual, violência familiar, suicídio e depressão); a presença expressiva do crime organizado na região de fronteira; e as proibições dadas desde posições morais e religiosas ou desde entendimentos legais. Entre as práticas envolvidas nestas problemáticas, a maioria estão proibidas em várias camadas, só o consumo de álcool é legal, mas para a população indígena, sua compra e venda em terras indígenas é ilegal, de acordo com a lei conhecida como estatuto do índio, de 1973, que no artigo 58 estabelece como crime contra os índios e a cultura indígena: “propiciar, por qualquer meio, a aquisição, o uso e a disseminação de bebidas alcoólicas, nos grupos tribais ou entre índios não integrados”. As categorias tribal e não integrado”, não teriam cabimento depois das reformas da constituição de 1988, mas a lei continua vigorando, sendo interpretada e aplicada. Esta pesquisa pergunta sobre como o fenômeno é entendido, atendido e enquadrado, considerando as leituras morais e legais da proibição; as aproximações dos serviços de saúde, e as noções de saúde mental, dependência e a profissionalização do cuidado (ou a demanda para que isso ocorra). Assim, para este GT reflito sobre como se articulam as várias camadas de proibição existentes, as problemáticas cotidianas relacionadas aos consumos, as incertezas, as demandas da população por pesquisas e as buscas de soluções. A pesquisa, em andamento, sugere que a busca por soluções oscila entre o proibicionismo e a procura por atenção, cuidado e reconhecimento de processos de sofrimento. Sugere também, que em contextos de maior acumulação de proibições, as condições de consumo apresentam mais riscos e maiores conflitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_978_92541245_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A atuação das mulheres daimistas nas relações de poder no contexto de transnacionalização do Santo Daime

Paulina Valamiel Lopes (UFMG)

Compreendendo o poder como uma entidade não monolítica, mas sim como algo que se manifesta nas relações sociais e está constantemente em fluxo (Foucault 1979), neste artigo, discutirei como, no contexto de transnacionalização do Santo Daime, as mulheres tem participado das dinâmicas de poder dentro da religião. O Santo Daime é uma religião ayahuasqueira brasileira de origem amazônica e que foi fundada na década de 1930 na periferia de Rio Branco (AC). Tradicionalmente, a organização dessa religião está estruturada a partir de papéis e dinâmicas de gênero que tendem a refletir aspectos patriarcais de seu contexto de origem (Chaves, 2003; Moreira e Macre, 2011; Assis, 2017; Benedito, 2018). Desde a década de 1980, o Santo Daime adentrou de maneira mais expressiva aos fluxos das religiões globais, inserindo-se em contextos marcados pela secularização (Assis, Labate, 2014); pela guerra internacional às drogas tornadas ilícitas (Karam, 2013) e pelas novas dinâmicas de gênero resultantes dos feminismos (Gross, 2005). Com essa inserção, um novo perfil de adeptos passou a fazer parte dessa religião, em sua maioria, pessoas brancas, escolarizadas e das classes médias (Assis, Labate, 2014). Atualmente, o Santo Daime está presente em todos os continentes habitados e em mais de 43 países (Assis 2017), e, a partir de um levantamento exploratório realizado durante minha pesquisa de doutorado, foi possível constatar que a maioria destes grupos conta com um público majoritariamente masculino. Apesar disso, nesses mesmos espaços, vem sendo possível observar a importância da atuação de mulheres na manutenção da presença dessa religião nos novos espaços nos quais vem se inserindo e nas flexibilizações dos papéis de gênero dentro dela, ainda que nada disso ocorra isento de contradições, conflitos e disputas. A título de exemplo, é possível citar o surgimento de mulheres em cargos de liderança nas igrejas (especialmente na Europa e nos Estados Unidos); seu lugar de importância nas negociações diretas de cunho institucional com o Estado; a ocupação por parte delas, de espaços antes dedicados exclusivamente aos homens dentro da religião; a criação de novos cargos institucionais e de espaços de articulação feminina, além do fortalecimento do apoio a vítimas de assédio e a tentativa de maior visibilidade de papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres. O texto é parte de minha pesquisa de tese na qual, partindo de um lugar híbrido de mulher lésbica daimista pesquisadora, pude entrevistar em profundidade, com a utilização da técnica do relato de vida (Bertaux 2010), mulheres daimistas de diversas partes do Brasil e do mundo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da proibição ao uso terapêutico da maconha no Brasil: a construção da categoria paciente nos âmbitos médico e jurídico

Rebeca Sophia Lima Azeredo (UFF), Yuri José de Paula Motta (UFF)

Neste trabalho, pretendemos apresentar quem são as pessoas que utilizam a maconha para fins terapêuticos e como a categoria paciente canábico é construída no Brasil a partir de dois âmbitos: médico e jurídico. Desde 2014, por conta da intensa demanda e mobilização da sociedade civil, diversas resoluções foram expedidas pela agência sanitária reguladora do país,

regulamentando em partes o uso terapêutico da maconha. Mas, apesar disso, o status legal da planta não foi alterado, mantendo sua criminalização pelos artigos da Lei de Drogas (nº 11.343/2006). Em contrapartida aos recortes punitivistas de condenação na justiça por conta dessa lei, o judiciário tem sido pioneiro em conceder o direito a pessoas que necessitam da planta como ferramenta terapêutica, seja por meio de ações de custeio movidas contra o Estado e/ou planos de saúde, seja através dos habeas corpus e/ou salvo condutos, que atualmente já ultrapassa três mil pessoas permitidas a cultivar no ambiente doméstico e mais de 15 associações em formato coletivo. Considerando os apontamentos de Eduardo Viana Vargas, o paradigma médico-jurídico foi e continua sendo o principal fundamento que justifica o modelo proibicionista de combate às drogas ilícitas. Porém, com essas transformações no que tange a maconha, constatamos em nossas pesquisas (2019; 2024), que essas mesmas áreas (medicina e direito), estão assumindo protagonismo no que diz respeito a regulamentação da maconha no Brasil, resignificando este paradigma. Iremos desenvolver tal questão a partir dos trabalhos de campo realizados pelos autores durante suas pesquisas de mestrado, em uma associação e em um coletivo canábico, respectivamente, em que ambos auxiliam pacientes que buscam pela utilização da maconha para fins terapêuticos. Ambas as pesquisas compõem o repertório de trabalhos desenvolvidos sobre a temática no Núcleo de Pesquisa em Psicoativos e Cultura (PsicoCult), da Universidade Federal Fluminense. No primeiro trabalho, o contexto da pesquisa se deu através da interlocução com pacientes que cultivam a maconha para produzirem artesanalmente seu próprio medicamento. No segundo, o trabalho foi realizado junto à equipe de um coletivo que realiza atendimentos e consultas médicas, orientando pacientes na utilização do óleo. Gostaríamos de refletir sobre a construção da categoria paciente nesses dois contextos e os conhecimentos que circulam em torno dessas práticas, demonstrando a amplitude e a diversidade do que é se tornar um paciente canábico no Brasil e de como o paradigma médico-jurídico é resignificado em propósito dessa categoria.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

(Re)produção de gênero e sexualidade entre pessoas LGBTQIAPN+ na doutrina do Daime em Santa Izabel-PA

Rodrigo Calderaro Rocha (UFPA)

Esta comunicação objetiva discutir a relação do consumo da ayahuasca com a construção do gênero e da sexualidade de pessoas LGBTQIAPN+ praticantes dos rituais da doutrina do Daime no espaço do Centro de Iluminação Cristã Luz Universal de Juramidã - Pará – CICLUJUR-PA, um espaço de consumo da ayahuasca marcado pela moral cristã, localizado na região metropolitana de Belém-PA. É um desdobramento de etnografia anteriormente realizada no mesmo lugar a respeito da (re)produção da diferenciação de gênero dentro e fora dos rituais da doutrina no referido centro. Toma como ponto de partida a disciplina, categoria que organiza e ordena os espaços ritualísticos e a performance dos participantes nas cerimônias de consumo da ayahuasca/Daime a partir dos elementos materiais e dos discursos que regulam a experiência psicoativa com a bebida (ROCHA, 2023). Considero que a disciplina materializa uma matriz heteronormativa que atua sobre os participantes em uma dimensão interrelacional, que tem influência sobre as subjetividades dos participantes em, ao menos duas camadas: a relação

engendrada pelo consumo do psicoativo (pessoa-Daime) e a relação do praticante com os elementos materiais e tabus e interdições necessários à participação no rito (pessoa-doutrina). Esta inter-relação entre psicoativo-pessoa-doutrina revela um campo onde atuam a agência do próprio psicoativo sobre a pessoa e da doutrina enquanto instituição sobre os sujeitos. A partir dos discursos de pessoas LGBTQIAPN+ associados ao CICLUJUR-PA, fica evidente que estes sujeitos se mobilizam a partir dos afetos provenientes da experiência individual do consumo do psicoativo para desestabilizar a matriz ritual heteronormativa da doutrina. As percepções sobre identidade sexual e a vivência da sexualidade influenciadas pelo uso do Daime podem se definir em facilitação, enquadramento e aceitação à disciplina, mas também revelam contradições e apagamentos. As interlocuções com estas pessoas viabilizam uma problematização da agência da bebida enquanto um ente que opera sobre a subjetividade e influencia a construção da sexualidade de quem a bebe, produzindo efeitos e resultados que podem se apresentar diversos do (hetero)normatividade do contexto ritual da doutrina do Daime.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_199_23686730_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Registros de Conhecimentos Indígenas da Ayahuasca e Debates Atuais sobre Psicodélicos

Sandra Lucia Goulart (FCL)

A apresentação abordará um conjunto de processos que envolvem transformações e mediações entre diferentes registros de conhecimentos de alguns povos indígenas amazônicos associados ao uso da ayahuasca. A análise destacará os significados complexos de registros de conhecimentos tradicionais (como os grafismos e imagens visionárias ligadas a práticas xamânicas) e dos recentemente adotados por esses povos, como os desenhos ou as pinturas figurativas e a escrita da mídia livro. Desenvolvo o argumento de que a ayahuasca possui uma ação importante na elaboração desses registros de conhecimentos. Será dada mais atenção a algumas situações de grupos do tronco linguístico pano, como os Huni Kuin, os Yawanawá e os Shipibo-Konibo. A proposta do trabalho a ser apresentado é destacar diferenças e diálogos possíveis entre concepções indígenas e não indígenas da ayahuasca. Simultaneamente, ressaltando perspectivas e usos indígenas da ayahuasca, minha intenção é contribuir para aprimorar o debate contemporâneo sobre essa substância e seus significados e tipos possíveis de aplicações considerando o cenário mais amplo do renascimento psicodélico.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_402_97393636_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os antropólogos do Daime: a planta professora e as etnografias

Saulo Conde Fernandes (UFMG)

Este resumo visa apresentar resultados parciais de minha pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida junto ao PPGAN-UFMG. Parto da categoria antropólogo ayahuasqueiro”, forjada por Beatriz Labate em sua dissertação de mestrado publicada posteriormente como livro (2000; 2004). Esta categoria pressupõe um duplo viés, pertencimento, inserção, iniciação – ser antropólogo e ser ayahuasqueiro – e seria um caminho possível para permanecer ligado ao

fenômeno a partir de dentro mas também de fora” . O lugar de fala do antropólogo ayahuasqueiro é, afirma Labate, potencialmente rico. Para a presente pesquisa, entrevistei vinte antropólogos e antropólogas que escreveram dissertações ou teses sobre religiões e contextos da ayahuasca – a maioria ligada ao Daime, seja a religião, seja a própria bebida com a mesma denominação. Proponho, portanto, a criação de uma nova categoria, os antropólogos do Daime” , para designar os antropólogos(as) que tecem densas tramas de relações com a religião daimista e/ou com o próprio Daime, uma bebida professora que, dentre outras potencialidades, ensina. O objetivo é descrever e analisar o trabalho de campo e a escrita etnográfica destes antropólogos que possuem diferentes níveis de pertencimento: dirigentes de centros, membros filiados, ex-membros, participantes-frequentadores, simpatizantes. Sendo o Daime o professor dos professores” , é impactante em suas narrativas nas entrevistas a influência do Daime tanto na execução do trabalho de campo quanto no próprio processo de análise e escrita. Neste diálogo e interação entre humano e planta, os antropólogos empreendem pesquisa na força (o efeito mágico/psicoativo da bebida) e se apoderam de insights e entendimentos cujos efeitos estão intensamente presentes, mas quase nunca evidenciados, nas etnografias. Por fim, é importante ressaltar que eu, sujeito de escrita dessa pesquisa, me posiciono como antropólogo ayahuasqueiro / antropólogo do Daime.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O uso da bebida alcoólica entre indígenas e a interface entre saúde, gênero e violência

Sirley Vieira da Silva (UFPE)

Pesquisa realizada com indígenas, envolvendo a questão do uso da bebida alcoólica, entre vários fatores elencados, observa-se a referência sobre o uso dessa substância como um desinibidor social (Langdon, 1999; Oliveira, 2004; Vieira-Silva, 2005; Guimarães e Grubits, 2007), sendo que, algumas dessas pesquisas também aponta a questão da violência como algo relacionado ao abuso da ingestão do álcool. Guimarães e Grubits (2007), apontam que a relação álcool e violência, em alguns casos, pode ser um elemento agravante em os casos de violência. Porém, nesse ponto específico, observa-se que, a referência aos casos violência e uso do álcool, quando citadas, identifica-se algumas particularidades diferenciais nas referências feitas por homens em relação as observações apontadas pelas mulheres (Vieira-Silva, 2005; Guimarães e Grubits, 2007). Atualmente, em pesquisa em andamento com indígenas Pankararu e Warao, nas informações adquiridas no diálogo com a comunidade, tantos homens, quanto mulheres indígenas, das duas etnias pesquisadas, relacionam alguns casos de violência ao uso da bebida alcoólica. Porém, ainda numa análise inicial, pode-se perceber que, em alguns casos, só os homens relacionam o uso da bebida alcoólica a gravidade da violência doméstica, as vezes usando esse argumento como justificativa da ação violenta. No caso das mulheres, apesar de reconhecerem que o efeito do álcool como efetivo para a gravidade da violência doméstica, boa parte delas apontam não ser culpa do álcool a agressão e sim da maneira como os homens indígenas têm lidado com as mudanças e os problemas do cotidiano. É importante destacar que esses casos estudados, envolve o consumo da bebida destilada. Dessa maneira, também é importante ter a ideia que a introdução do álcool destilado, nas comunidades indígenas, conforme afirma Quiles (1999), foi usado pelos conquistadores como uma arma de dominação

e de extermínio”. De acordo com Oliveira (2004) e Kohatsu (2001), tudo é parte de um processo de subjugação da cultura dos dominadores que vieram da Europa. Essa estratégia serviu para o projeto colonizador que levou a apropriação de terras e bens das comunidades indígenas e o permanente uso causou duas mudanças drásticas no modo de beber desses povos, gerando problemas enfrentados na atualidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Contradições nas políticas baianas para pessoas impactadas pela questão das drogas

Wagner Coutinho Alves (UFBA)

Na Bahia, lançado em 2011, o Pacto pela Vida, formado por um conjunto de ações para o cuidado e reinserção de usuários e usuárias, é a principal fonte de custeio dos serviços direcionados para pessoas que usam drogas, financiando desde tratamentos até operações no âmbito da Segurança Pública da Bahia, incluindo material bélico para as polícias. Nesta proposta pretendo explorar as contradições que regem as políticas baianas para pessoas impactadas pela questão das drogas e os seus desdobramentos. O acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade e com problemas de consumo abusivo de álcool e outras drogas, no Brasil, é de responsabilidade compartilhada entre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS e Sistema Único de Saúde – SUS. Os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, do SUAS, lidam com as vulnerabilidades de ordem social encaminham as pessoas para a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS, que integra o SUS e atende os necessitados em Centros de Atenção Psicossocial – CAPS. Entre as diversas modalidades desses equipamentos estão aqueles dedicados à clínica do abuso de álcool e drogas, modalidade CAPS-AD”. Essa pequena rede de atenção psicossocial voltada exclusivamente para consumidores de álcool e outras drogas não cobre todo o território brasileiro e não atende adequadamente à enorme demanda. Complementares à RAPS, também existem Programas de Governo para o gerenciamento de questões relacionadas ao álcool e outras drogas. Porém, assim como extensões universitárias e outros programas simpáticos às estratégias de redução de danos, estes sofrem de carências crônicas em termos de financiamento e funcionários qualificados. Na contramão dessa tendência estão as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. As entidades sociais sem finalidade lucrativa e de natureza privada, constituídas no Brasil e em funcionamento regular, podem qualificar-se com esse status. Isso permite a celebração de Termos de Parceria com o Poder Público. É nessa categoria que se enquadram as Comunidades Terapêuticas. O envolvimento dessas entidades na política de drogas é tão intenso que elas passaram a integrar o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas – SISNAD e, pouco após a posse, o Governo do Presidente Lula, em 20 de janeiro de 2023, publicou no Diário Oficial da União o decreto n.º 11.392, criando o Departamento de Apoio a Comunidades Terapêuticas, uma pasta do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, da Família e do Combate à Fome – MDS. Apesar do recente aumento na terceirização de serviços de acolhimento e aumento nas verbas para as políticas de drogas o estado continua com altos índices de encarceramento e letalidade policial, questões a serem endereçadas na apresentação proposta.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_996_92348772_763893.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Negociações Legais e Sociais: Categorias, Representações e Discursos sobre o Habeas Corpus Preventivo para Cultivo de Cannabis na UFSC

William Rosa (UFSC)

A UFSC se tornou a primeira instituição no Brasil a obter uma decisão judicial que autoriza a produção de todos os insumos necessários para pesquisas sobre a aplicação da cannabis na medicina veterinária. O professor Erik Amazonas lidera a linha de pesquisa "Endocannabinologia e Cannabis Medicinal" no Grupo de Estudos em Produção Animal e Saúde. Este grupo tem como objetivo traçar o perfil terpenofenólico de diversas linhagens de Cannabis spp, visando categorizá-las de acordo com seu conteúdo real de canabinoides e terpenos. Além disso, a pesquisa visa acumular conhecimento sobre os óleos derivados de diferentes linhagens, bem como comparar métodos de extração de compostos. Esse trabalho busca uma interseção entre a burocracia estatal, a ética da pesquisa e a legalização da cannabis para fins medicinais. Um dos principais objetivos é entender as demandas da instituição universitária em relação ao reconhecimento de seu direito de estudar, plantar e produzir cannabis, examinando como essas demandas são moldadas e negociadas dentro do contexto burocrático e legal. Através da pesquisa etnográfica, busca-se não apenas documentar os processos formais de obtenção de autorização, mas também investigar as dinâmicas informais e as negociações sociais subjacentes, destacando as moralidades que permeiam esse processo.

GT 096: Sexualidade, gênero, raça e territorialidades: articulações, pertencimentos e direitos em disputa

Noções de sexualidade e gênero impõem-se como nodais na expressão de relações sociais e conflitos que marcam a emergência de novos sujeitos políticos, direitos e categorias em meio a tentativas de retomada democrática, em contexto de adensamento dos conservadorismos e ultraliberalismos. A antropologia tem fornecido contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com sujeitos cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por diferentes atores sociais. Partindo da perspectiva de que sexualidade e gênero se articulam – e constituem-se mutuamente – a outras categorias, tais como: raça, classe social, geração, territorialidades, pertencimentos religiosos, e outras, vem se produzindo avanços na análise da produção de diferenças e desigualdades, a partir de gramáticas articuladoras de regimes morais, jurídicos e políticos. Esse GT pretende reunir trabalhos que, situados na intersecção entre gênero, sexualidade e outras categorias de diferença, ofereçam reflexões pertinentes ao contexto contemporâneo, particularmente nos seguintes termos: 1) dinâmicas relacionadas à violência em suas diversas modalidades, contextos sociais e formas de administração; 2) produção de corpos e subjetivações relacionados a gênero, sexualidade, raça e religião; 3) constituição de territorialidades, envolvendo circulações, trânsitos, fluxos e fronteiras de diferentes ordens; 4) transformações, conflitos e disputas no campo dos direitos, políticas e movimentos.

Coordenação

Jacqueline Moraes Teixeira (UNB), Roberto Marques (URCA)

Debatedor(a)

Regina Facchini (UNICAMP), Nina Rosas (UFMG), Juliana Farias (UERJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Homens quilombolas e negros: narrativas do Eu no mundo acadêmico

Alan Augusto Moraes Ribeiro (UFOPA)

É crescente a produção no Brasil de debates públicos e estudos acadêmicos sobre homens e masculinidades negras, seja como um tema central, seja como um tema transversal ou lateral. Embora essa crescente produção mobilize críticas a um senso-comum que concebe a análise sobre masculinidades e homens negros de maneira monolítica, homogênea e essencialista, parte desse debate público e dos estudos acadêmicos apresenta-se sob a forma de narrativas mais autorreflexivas e especulativas e menos como estudos a partir de bases empíricas. Diante deste cenário, pesquisar sobre o tema homens e masculinidades negras, portanto, obrigado-nos a teorizar velhos problemas de maneira que seja possível participar do debate público sobre homens negros criticamente, driblando dicotomias e binarismos que ainda são persistentes quando raça e gênero são articulados (West, 1993; Gray, 1995; Gates JR., 2001). Uma análise sobre como jovens homens negros de espaços não-urbanos passam a viver experiências de racialização em instituições educacionais urbanas, a partir de uma pesquisa realizada entre os anos de 2018 e 2019 em Santarém, Oeste do Pará, com jovens homens quilombolas estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará, é parte do exercício de reflexão sobre dispositivos de diferenciação acionados para a confecção de identidades raciais no ethos urbano. Como esses dispositivos interatuam nas narrativas do Eu feitas por esse sujeitos a partir da vida universitária? Qual é o "Eu masculino" de jovens homens negros quilombolas, estudantes universitários, fora dos territórios de origem? Quais os impactos da sociabilidade na universidade sobre a identificação de raça e gênero dos jovens homens negros quilombolas? Um dos pontos de tensão entre os entrevistados reside nas dificuldades de execução de tarefas e atividades pedagógicas acadêmicas e científicas, vistas como parte das exigências necessárias para que um negro quilombola que está na universidade possa merecer estar e obter respeito dos demais colegas. As dificuldades de adaptação envolvem valores e ideias ora explícitas, ora latentes sobre o lugar do trabalho intelectual como atividade legítima entre homens negros de diferentes origens. Tais valores e ideias ainda inscrevem, subrepticiamente, uma imagem espúria de homem negro brutalizado como expressão negativa de uma disputa entre um anti-intelectualismo e uma valorização da educação como prática de autonomia política. Esta disputa faz parte de conflitos individuais vividos pelos entrevistados, para os quais a universidade passa a se constituir como um vetor ambivalente de autovalorização de percepção de si como um corpo racializado e masculinizado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_031_26724743_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Convenções e moralidades de gênero e raça nos processos de desumanização violenta: casos de linchamento em revista

Ana Laura Lobato Pinheiro (UNICAMP)

O presente trabalho resulta de reflexões preliminares da pesquisa de doutoramento que busca identificar regimes de inteligibilidade sobre uma forma de violência coletiva específica, denominada linchamento. Os resultados apontam para o modo como este fenômeno é constituído por práticas de vingança e punição, que se moldam necessariamente por processos históricos centenários, convenções sociais e moralidades marcadas por sistemas de diferenciação, discriminação e desigualdades de gênero, raça/cor, classe social, sexualidade e território. O linchamento é uma prática coletiva, que figura formas de controle social, da qual se tem conhecimento em vários países do mundo, em diferentes momentos históricos. Comumente caracterizado pela ação coletiva de indivíduos que capturam, imobilizam e efetuam diversas agressões, o linchamento pode resultar na morte do linchado. As motivações variam conforme os sentidos de justiça de cada contexto social podendo ser relacionadas a formas de punição por crimes (suspeitos ou confirmados), ou mesmo por comportamentos sociais considerados inaceitáveis. Há uma sensibilidade jurídica nos linchamentos, que passam fundamentalmente pela experiência dos sujeitos e estão menos afeitas às convenções do que é justo, correto ou adequado, pelos tribunais de Estado. Ela se configura a partir de experiências não apenas de opressão, mas também de violências e violações estão profundamente ancorados num conjunto de convenções e moralidade que tecem a vida social a partir de sistemas de diferenciação e discriminação tais como raça, gênero, classe, religião etc. No caso do Guarujá (2014), as agressões profundamente violentas perpetradas a partir de um boato de que havia na região uma sequestradora de crianças para fins de rituais de magia negra demonstram não apenas a figuração de uma ameaça ancorada em rumores, em moralidades religiosas, em convenções de gênero, mas também de descrença de que a justiça produzida pelo Estado seria adequada ou suficientemente punitiva para aquela ameaça. Do mesmo modo, no caso de São Luís (2015) a tortura daquele corpo negro e desnudado aponta, por um lado, para a indignação pela ameaça sofrida na tentativa de assalto e pelas sistemáticas situações de insegurança vividas no bairro, como também remontam ao imaginário social do corpo negro como criminoso e passível de severas punições, pautados pelo racismo estrutural. A análise de dois casos, de repercussão nacional, sob diferentes tipos de materiais e fontes (judiciais, cinematográficos e teatrais) têm possibilitado uma reflexão pormenorizada do modo pelo qual as convenções e moralidades de gênero e raça conformam processos de subjetivação, de sujeição e de desumanização de determinados corpos nos contextos de violência coletiva, como são os linchamentos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Direitos em disputa na Política Nacional de Cuidados: uma análise a partir do gênero, raça e sexualidade

Anna Paula Vencato (UFMG), Regina Stela Correa Vieira (UNIFESP)

O objeto desta proposta é a análise da pactuação de uma política em andamento e dos direitos em disputa neste processo. O Decreto 11.460/2023 instituiu um grupo interministerial voltado



à construção de uma Política Nacional de Cuidados no Brasil. Em face da guinada ultraconservadora e pós-neoliberal da gestão Bolsonaro, no que se inclui a postura "anti-gênero" de Damares Alves, a decisão de quais direitos e obrigações relacionam-se ao cuidado traz desafios que extrapolam aqueles comuns à pactuação de uma política pública. Isso porque três frentes de interesses disputam o desenho da política: o familismo; as demandas feministas sobre o trabalho de cuidado; e os movimentos de pessoas que necessitam dele. Nesse contexto, a elaboração de políticas para quem cuida e quem precisa de cuidado sofre influência de noções de gênero, sexualidade, parentesco, muitas vezes divergentes, e a visão majoritária impacta de modo a instituir ou afastar o conservadorismo. Diante disso, neste trabalho, pretendemos analisar a construção da política nacional de cuidados, por meio de uma abordagem etnográfica documental de publicações oficiais nas páginas do Governo Brasileiro, transcrições das reuniões interministeriais já realizadas e manifestações de diferentes sujeitos envolvidos na produção da política. Tomamos como pressuposto ser o cuidado uma necessidade de todas as pessoas ao longo da vida, com maior demanda vinda de crianças, idosos, pessoas com deficiência e doentes. Ao mesmo tempo, o que os estudos sobre cuidado têm demonstrado é que dimensões como gênero, raça e classe social impactam de modos diversos o recebimento ou provimento dos cuidados. É razoável afirmar que, de modo geral, o trabalho do cuidado é na maior parte das vezes realizado por mulheres e, em muitos casos, sem reconhecimento ou remuneração. Regular o cuidado, seus direitos e deveres, em uma única política integrada é um passo para a efetivação da cidadania dos grupos que cuidam e recebem cuidados, mas que não pode ser pensada sem levar em consideração desigualdades estruturais. Discursos conservadores sobre o cuidado relegam às famílias a responsabilidade do trabalho do cuidado, fazendo com que, por vezes, o cuidado ofertado não seja o melhor possível ou, em outros casos, restrinjam a autonomia do sujeito que necessita dele. Nesse sentido, importa observar a construção da política e como se darão as negociações em torno de representações sociais sobre gênero e sexualidade, sobre raça, classe e deficiência, questionando ou reproduzindo ideias como o "papel feminino", a desvalorização desses trabalhos, a "incapacidade" de certos grupos e outros. Por se tratar de um tema de cidadania e direitos humanos, urge que o cuidado não seja tratado como algo meramente doméstico ou de ordem privada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Elaborar presença e ausência: o desaparecimento forçado de pessoas trans na Baixada Fluminense

Augusto Torres Perillo (UFRRJ), Isabella Alves Guimarães (UFPEL)

O presente trabalho é uma reflexão acerca da pesquisa intitulada Mapeamento exploratório sobre desaparecidos e desaparecimentos forçados em municípios da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro", realizada em 2021. A pesquisa é fruto da parceria entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através do grupo de pesquisa Observatório Fluminense, e o Fórum Grita Baixada. Ela traz o mapeamento das diferentes dinâmicas de se fazer desaparecer pessoas na Baixada Fluminense. Para tanto, valeu-se de diferentes metodologias: levantamento bibliográfico, análise dos bancos de dados do Disque Denúncia e do Instituto de Segurança Pública e acompanhamento de páginas do Facebook e de jornais locais. Contou também com a

análise da legislação nacional e internacional e das movimentações de propostas no Congresso Nacional. A partir do trabalho de campo junto a mães e familiares de vítimas da violência de Estado. Parte da metodologia desta pesquisa consistiu em analisar páginas e grupos de Facebook dos territórios da Baixada Fluminense para mapear como se apresenta a dinâmica da procura das vítimas de desaparecimento forçado. O mapeamento realizado apresentou um vazio quantitativo: não houve notícia de desaparecimento de pessoas transgêneras¹ no recorte temporal realizado entre 2016-2020. A tabela produzida para a pesquisa foi dividida nas categorias de raça, gênero, idade, territorialidade e se o corpo foi encontrado ou não após a denúncia. O vazio como dado se apresenta ao se interseccionar com os dossiês "Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras" que demonstra o sudeste como a região que mais mata pessoas trans. Em 2018, o Rio de Janeiro liderou o ranking de assassinatos com 16 pessoas e a mídia, como mostrou o mesmo dossiê, não respeita o nome social das vítimas expondo o nome de registro de nascimento e, conseqüentemente, produz desinformações sobre violências contra pessoas trans. O direito à existência e ao luto, tem sido categorias e além disso, experiências materiais que modelam a vida cotidiana de pessoas trans. No ímpeto de construir narrativas que dê conta do duplo violência <> resistência, intelectuais trans têm construído um quadro narrativo que fornece pistas sobre vida e morte. Jota Mombaça, Abigail Campos Leal, Viviane Vergueiro, Castiel Vitorino Brasileiro, constituem um quadro intelectual que denunciam a morte e exigem a vida das dissidências. A pesquisa propõe refletir sobre dados quantitativos e qualitativos, produzidos por esferas diferentes das Ciências Sociais, a partir de entrevistas semi-estruturada com um coletivo de referência no acolhimento às pessoas LGBTQINB+ do território da Baixada para desobliterar o silêncio produzido pelo sistema colonial-capitalista, seguindo pistas das intelectualidades trans.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_058_54230733_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As travestis e as ruas: uma construção de memória, corpos, irmandade e ativismo.

Dediane Souza (UFRN)

Aqui, apresento reflexões das experiências vividas, apontamentos teóricos, afetivos e políticos sobre a construção de uma memória coletiva de uma categoria identitária e política: as travestis brasileiras. A centralidade deste artigo é refletir como as travestis, no contexto brasileiro, furaram a bolha de uma memória nacional única para construir memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), uma memória que é coletiva e viva: a partir da tradição oral (HAMPATÉ BÁ, 2020), que é sistematizada pelas mais velhas, pelos relatos da repressão policial, das memórias do ativismo e das construções de resistência. Apontar reflexões a partir da minha experiência de ativista e em conjunto com as memórias, a oralidade e as notícias veiculadas nos cadernos policiais nos maiores veículos de comunicação do país; pensar a rua como um palco de construção de memórias, corpos, irmandade e ativismo. Contar nossas histórias é lançar luz sobre as existências e as resistências empreendidas por travestis no contexto das grandes cidades no Brasil; é rememorar a perseguição policial, a ditadura civil militar, o exercício do trabalho sexual nas ruas e as primeiras organizações políticas e sociais do segmento de travestis. Apresentar reflexões sobre as operações de segurança pública nas grandes metrópoles

brasileiras e as estratégias de manutenção da memória travesti na sociedade contemporânea a partir de uma reivindicação da memória viva.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_816_23491222_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Sentir-se atrasada": a temporalidade social de uma lésbica não praticante.

Isabella Gonzaga Guimarães Silva (SECTI/GO)

Esse trabalho está relacionado com a pesquisa de mestrado realizada entre os anos de 2020 e 2022, cujo objetivo foi desenvolver uma etnografia das relações com os regimes de verdade e a relação crítica que as interlocutoras da pesquisa, mulheres homossexuais com mais de 50 anos e que lançam mão de categorias de autoidentificação como lésbica, madura e entendida, teceram consigo mesmas para a constituição de uma vida possível. O como das suas experiências é narrado através do acionamento de temporalidades distintas que apresentam-se enquanto tecnologias subjetivantes de suas sexualidades. Tais temporalidades apresentam-se como o modo de dizerem da feitura de si mesmas em condições que não são as do tempo de agora. A atenção despendida por elas para dizer sobre o outro tempo aponta para a importância em suas jornadas de dizerem sobre quais são os tempos que as compõem. Pensando que o substrato da antropologia são as relações e cabe ao antropólogo criar conexões entre elas, ao estabelecer a diferença entre o tempo delas e o tempo de hoje, as interlocutoras elaboram, assim, uma teoria etnográfica dos processos de subjetivação na intersecção entre gênero, sexualidade, geração, classe e raça ao longo de distintas formações culturais. Dentre as questões que emergiram a partir da pesquisa, será tomada nesse trabalho o complexo horizonte temporal de uma interlocutora de 51 anos, lésbica e negra que por meio da sua espera pelo tempo ideal de poder viver em liberdade sua sexualidade, elabora o entendimento de que o tempo já passou para ela e de que ela não sabe mais como ser lésbica”. Colocando, assim, em circulação o afeto de sentir-se atrasada o que leva a reflexão sobre como o pertencimento geracional permite visualizar como novos regimes de verdade são engendrados e de como eles operam enquanto dispositivos que colocam em circulação procedimentos de condução das condutas individuais e da produção dos diagramas de subjetividade e verdade. Sua afirmação de "que não sabe mais como é ser lésbica”, pode ser tomada como efeito da não realização de uma narrativa progressista da identidade (Solana, 2016;Kveller, 2022) desembocando em uma fratura em seu próprio entendimento do que é a sua experiência com a sexualidade. Assim, o objetivo desse trabalho é refletir sobre como esses acentos temporais é uma atualização no presente da violência do não-reconhecimento que atravessa diferentes tempos de sua trajetória. Essa discussão é costurada pelos tensionamentos do giro temporal queer e do conceito de "conhecimento envenenado" da Veena Das, para tecer inteligibilidades sobre como o trauma segue interpelando o presente da experiência na homossexualidade feminina da interlocutora.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A ação coletiva de evangélicos progressistas em defesa da democracia nas eleições de 2022

Jeferson Batista da Silva (UNICAMP)

Esta comunicação investiga o papel dos "evangélicos progressistas" no Brasil contemporâneo, especialmente sua participação nas disputas pelos sentidos de direitos humanos e de sujeitos de direitos em diferentes campos. Por meio de um olhar etnográfico e revisão bibliográfica, o foco recai sobre a atuação do coletivo Novas Narrativas Evangélicas durante as eleições de 2022. Nesse período, o grupo lançou uma "agenda evangélica antifundamentalista", uma campanha digital contra a violência política nos ambientes eclesiais e desenvolveu outras atividades com o intuito de demonstrar que nem todos os evangélicos são fundamentalistas", o que, naquele contexto, significava não apoiar Jair Bolsonaro em sua busca pela reeleição no cargo de presidente da República. O argumento é que esses atores adotam diversas estratégias para conciliar sua afiliação religiosa com a defesa dos direitos humanos desde uma perspectiva política progressista", especialmente em questões de gênero, sexualidade e raça, além de democracia e direitos socioambientais. Ademais, a análise considera que a presença pública dos grupos religiosos "fundamentalistas", marcada por conexões com a extrema-direita, também é um fator que contribuiu para a emergência de grupos como o Novas Narrativas Evangélicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre o "dom" e o "mérito": notas sobre o recrutamento de mulheres e formação de novas lideranças de ultradireita

Júlia Freire de Alencastro (UFRJ), Elaine Reis Brandão (IESC - UFRJ)

Sobretudo na última década, o Brasil tem sofrido instabilidades fundamentais e reorganizações em suas dinâmicas políticas e institucionais com a ascensão de lideranças de extrema direita, culminando na eleição de Jair Bolsonaro para presidência do país em 2018. Em consonância com esse movimento, observamos também a rápida ampliação no número de mulheres em partidos de direita ocupando cargos decisórios no país, em particular nos poderes legislativo e executivo. Por exemplo, o Partido Liberal (PL) e o Republicanos (atual partido de Jair e Michelle Bolsonaro e de Damares Alves, respectivamente), nunca haviam eleito sequer uma mulher à Câmara Federal, mas entre 2019 e 2023 tiveram as duas maiores bancadas femininas da casa. O crescimento do número de mulheres com orientação política de extrema direita neste e em outros espaços tem sido investigado por estudos recentes aos quais o presente trabalho pretende se somar. Nele, proponho analisar o processo de recrutamento e formação política de novas filiadas ao PL e de potenciais candidaturas para as eleições municipais de 2024. Embora Lula (Partido dos Trabalhadores) tenha vencido a presidência em 2022, o PL tem ampla maioria na Câmara Federal e teve o maior número de novos senadores eleitos no pleito. Em 2023, o partido investiu no relançamento da preexistente, mas até então adormecida, plataforma PL Mulher, agrupando diversas pautas na interface do gênero, sexualidade e racialidade. Michelle Bolsonaro assumiu a presidência da plataforma desde março de 2023, e nomeou como sua vice, a deputada federal Amália Barros. A partir de análise documental em registros de acesso público, descrevo duas de suas principais estratégias de ação: os encontros estaduais, que têm sido realizados em diversas cidades desde a nomeação de Michelle à presidência da "célula feminina" do partido; e a recém-lançada "academia brasileira de política conservadora", que reúne materiais pedagógicos com recursos informacionais às novas filiadas e possíveis candidatas pelo partido. A partir de atuações majoritariamente relacionadas a uma moralidade

ultraliberal, baseada na família cis-heterossexual, na negação intransigente do abortamento legal e no construto frequentemente acionado da ideologia de gênero e da "violência ideológica", o PL Mulher tem difundido um discurso que transita entre o "mérito" e o "dom" das "mulheres de bem" para ingresso na carreira política, desembocando na naturalização das desigualdades fundadas nas relações sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"O Papel da Religião na Construção da Identidade de Mulheres Evangélicas Estudantes da UFBA"

Juliana Maria Teixeira da Conceição (UFBA), Andressa Verena Luz França (UFBA), Alice Alves de Carvalho (UFBA)

A construção da identidade perpassa diversas experiências da vida humana. Nesse sentido, a religião, como âmbito de vivência, transformação social, e emergência de novos sujeitos, pode ser entendida como um importante elemento no que tange a construção identitária muito em virtude da natureza das práticas,

conhecimentos e discursos envolvidos. Tendo em vista que a identidade feminina é construída socialmente, fruto da vivência de um coletivo cuja conjuntura sócio-histórica remete a definição de papéis e, conseqüentemente, atores sociais e suas atribuições na sociedade, as religiões pentecostais apresentam-se como âmbito de

conhecimento para analisar como religião e gênero podem se articular, ao mesmo tempo que servem como guia para a identidade desse grupo influenciando diretamente na subjetividade dessas mulheres. O tema a ser abordado na pesquisa visa dar agência às mulheres envolvidas, uma vez que procura escutar e entender, através de seus

discursos, como ocorre esse processo de construção da identidade a partir de suas experiências. Assim, o presente trabalho buscou compreender, através da realização de entrevistas e grupos focais, a visão de estudantes evangélicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A escolha metodológica fora de uma análise qualitativa através do uso de categorias da análise do discurso da

linha inglesa levando em consideração a importância da experiência no social e sua capacidade reveladora nos meandros discursivos, uma vez que se busca observar a potencialidade dessas mulheres enquanto sujeitos", sobretudo, sociais e políticos, atuantes e passíveis, ao mesmo tempo, de influência exterior para suas

subjetivações e, ademais, contou com a combinação do respaldo teórico tanto da linha sociológica quanto da antropológica. Nesse ínterim, foi desejoso mostrar como arcabouços conceituais tais como as noções de gênero, "subjetividade e religião, por exemplo, são moldadas e moldam o comportamento desse coletivo, e

não somente isso, como essas categorias se entrecruzam. Observou-se como resultado depois do contato com as estudantes e através da análise e

interpretação dos dados coletados que a religião possui sim um caráter elementar e fundante na construção de suas identidades, perpassando as suas subjetividades, porém ela não é um fator exclusivo, o que levou a percepção de que a produção

de determinadas subjetivações e corpos no que toca ao gênero e religião necessitam, ordinariamente, de outros contextos de atravessamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_168_39515377_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O corpo asiático como território de guerra e temporalidade do trauma: raça, gênero e sexualidade na construção do ativismo asiático-brasileiro

Lais Miwa Higa (USP)

Abordo a construção do ativismo asiático-brasileiro contemporâneo (2016-2023), desde o surgimento dos três primeiros coletivos de antirracismo, feminismo e LGBTQIA+ asiáticos/amarelos no Facebook, sua expansão para outras redes sociais, na mídia, e em espaços offline. Numa década marcada por enormes transformações e crises, a análise etnográfica contextualiza e articula a trajetória do campo às marcas das Jornadas de Junho (2013); do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2016); da ascensão da extrema direita, com a eleição de Jair Bolsonaro (2018); da Pandemia de Covid-19 (2020); e da eleição de Lula como Presidente (2022). O objetivo principal é analisar as maneiras pelas quais coletivos e sujeitos asiáticos-brasileiros têm produzido, significados e articulações entre marcadores sociais da diferença – tais como raça, gênero e sexualidade –, na produção de práticas políticas e modos de subjetivação. Parto de minha pesquisa de doutoramento em torno da criação dos primeiros coletivos asiáticos no Facebook e na internet, enquadrada na eclosão dos novos movimentos sociais e do ciberativismo, como local de encontro e construção política e subjetiva de jovens, em contraposição às gerações mais velhas, com representantes conservadores que ocupam as associações étnicas e partidos de direita. Investigo a produção de categorias de identidades asiáticas-brasileiras politizadas e de sujeitos políticos asiático-brasileiros, dando destaque a importância e a valorização atribuídas a pesquisas e a estudos acadêmicos nos debates e embates em torno das categorias étnico-raciais, conceitos e perspectivas teórico-políticas que são constantemente utilizados para fundamentar discursos e práticas do movimento. Por fim, ao perscrutar o mito do Perigo Amarelo e o mito da Minoria Modelo, de maneira a aprofundar os modos pelos quais essa juventude mobiliza memórias e histórias das diásporas, invocando especialmente eventos de guerra, privação e injustiça sofridas por imigrantes e descendentes nos países de origem e no Brasil. Exemplos e análises de pesquisas acadêmicas permitem, por um lado, a recontextualização e a ressignificação das próprias experiências vividas de microagressões, xenofobia, racismo e discriminação. Por outro, contribuem para fundamentação de críticas e análises que fomentam a formação política e o incentivo à atuação em movimentos sociais, coletivos e organizações. Por fim, mobilizo as noções de assombrações de diásporas asiáticas e traumas transgeracionais de Grace Cho junto a ideia de conhecimento venenoso, de Veena Das, para destacar visibilidades opacas e as formas em que as escolhas por certas categorias identitárias e por certas histórias revelam outras camadas de hierarquias e desigualdades nas comunidades e ativismos asiáticos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Explorando a Transversalidade e Interseccionalidade das Políticas Públicas de Saúde para Mulheres: Reflexões sobre Gênero, Raça, Sexualidade e Privação de Liberdade

Layla Vitorio Peçanha (Seeduc), Adriane das Neves Silva (COLEGIO ESTADUAL HILTON GAMA)

Numerosos estudos, inclusive este em andamento, têm se dedicado a examinar as deficiências estruturais crônicas do sistema penitenciário brasileiro, que perpetuam uma cultura de violência institucional. Essa cultura alimenta práticas discriminatórias e abordagens violentas, resultando em uma clara violação da dignidade e dos direitos humanos, especialmente no contexto do encarceramento feminino. Essa violação torna-se ainda mais evidente quando destacamos as interseções de raça, gênero, sexualidade revelando uma camada adicional das profundas desigualdades sociais. Como mencionado anteriormente, estabelecemos uma analogia entre o trauma colonial e seus impactos duradouros, juntamente com os silenciamentos promovidos pelo Estado. Apesar dos esforços para implementar políticas públicas que adotem uma abordagem transversal e interseccional, a realidade prisional desafia as próprias premissas dessas políticas, leis e normativas. Assim, a triste constatação é que, por mais bem-intencionadas que sejam, essas medidas não conseguem superar as falhas de um sistema que, por uma cruel e injusta contingência, encarcera 65% de mulheres negras em penas privativas de liberdade (Infopen, 2023), as quais, em uma encruzilhada sombria, se encontram nas entranhas de um sistema carcerário - que, ao contrário de Exu -, não oferece caminhos nem soluções adequadas. Ao aprofundarmos a interseção da identidade racial com a de gênero, destacam-se contrastes gritantes na realidade brasileira. Essas disparidades permeiam transversal e interseccionalmente diversas esferas da vida social, afetando o acesso à educação, saúde, qualidade de vida, saneamento básico, inserção no mercado de trabalho, acesso à informação, busca por justiça e a própria cidadania, como salientado por Segato (2006). Nesse contexto, a observação de Carneiro (2002) de que "o recorte de raça e gênero apresenta diversas especificidades" (p. 210) ganha ainda mais relevância. Nos dedicaremos a explorar como diferentes leis, programas e políticas públicas de saúde se entrelaçam, abordando questões de gênero, raça, sexualidade e identidade em ambientes de privação de liberdade. Por meio desta investigação metodológica, buscamos identificar áreas de convergência, apontar lacunas e destacar oportunidades para aprimorar o atendimento de saúde em contextos prisionais, visando a uma visão mais inclusiva e ampla da saúde pública. REFERENCIA BRASIL. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN 2023. CARNEIRO, S. A batalha de Durban. Revista Estudos Feministas, ano 10, 1º Semestre. p. 210- 2002. SEGATO, R. L.. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. Mana, v. 12, n. 1, p. 207– 236, abr. 2006.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Moda, Antropoceno e Racismo Ambiental no Sul Global

Lino Gabriel Nascimento dos Santos (IFSC), Verdi Lazaro Alves Vilela (UFSC)

Apontamos o impacto da estética nas ciências duras. Argumentamos o papel desempenhado por imagens e modos na definição, divisão e categorização realizadas a partir dos sentidos -

particularmente da visão - que redundaram em taxonomias baseadas em diferenças entre comuns. Como nos legou Mirzoeff - falando especificamente das interpenetrações entre geologia, ciências naturais e racismos - é a partir disso que se define, também, o que é humano e o que não é. Fanon é categórico "o negro não é um homem" (2008, p. 26). Definimos como nosso objeto a Moda, açambarcando, inclusive, o caráter polissêmico do termo. Como Moda pode ser fútil em um país onde a estética define quem vive e morre? Ademais, não existe modernidade sem colonialidade e colonialidade sem racismo. Da moda, observamos o fast-fashion, produção acelerada de roupas que se tornou uma das indústrias mais poluentes do mundo, responsável pelo grande aumento das zonas de sacrifício, sobretudo onde vivem pessoas racializadas - devastadas ambiental e culturalmente (Niessen, 2020), como é o caso do gigante cemitério de roupas criado no deserto do Atacama, no Chile. É nesse ínterim que inscrevemos em nosso debate algumas temporalidades complexas: o antropoceno, capitaloceno ou platantioceno, processos antrópicos como forças geológicas, e, como contraponto, a vinculação entre antropoceno e supremacia branca (Mirzoeff, 2018) e as potencialidades generativas do Chtuhuluceno de Donna Haraway.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Qual o gênero do seu mijo? Uma reflexão sobre a luta por políticas de afirmação de gêneros dissidentes na utilização de banheiros públicos dentro da UFPB

Luciana Maria Ribeiro de Oliveira (UFPB), Jota Joana Cabral Fagundes Isnard (UFPB), Gabriella kollontai Silva (UFPB), Ayira Sizernando Liberato (UFPB), Murilo Lorenzi Catunda (UFPB)

O ambiente universitário, assim como outras instituições sociais nas quais estamos inseridas, é também um espaço de disputas: sejam teóricas, narrativas, e/ou políticas. Quando analisamos a forma como uma corpa trans/travesti vivencia sua existência e permanência dentro destas instituições, percebemos o quão primárias ainda precisam ser as discussões para que lhes sejam assegurados os direitos mais básicos, tais como a utilização de banheiros de acordo com sua identidade de gênero autodeclarada. Paul Preciado (2019), propõe uma reflexão de como a cisgeneridade, a máquina-capital-heterossexual", não deixa nada escapar em vão; transformando os banheiros públicos, para muito além de locais de simples despejo de dejetos, em espaços arquitetônicos que cumprem um papel de reafirmação e reprodução do gênero. Jota Mombaça (2015) destaca o quanto o espaço acadêmico é um espaço de violências e de geração de conteúdos dominantes, produzindo certas vozes como ausentes em regimes de verdade dentro dos quais não há possibilidade de conhecimento, fala e, muito menos ação. Diante de tais questões, intenta-se realizar uma contextualização histórica e teórica sobre as violências sofridas na utilização de banheiros por parte da população trans/travesti da UFPB, bem como, a luta empreendida nos anos de 2022 e 2023 pelo projeto de extensão Cine Trava (PROBEX/UFPB), em conjunto com outros coletivos, que resultou na minuta que aprovou em dezembro de 2023: a utilização de banheiros e demais espaços segregados por gênero, por estudantes, servidores e visitantes da UFPB de acordo com a identidade de gênero dos mesmos, independentemente do registro civil. Tal medida foi um marco na luta pelos direitos da

comunidade trans/travesti dentro da UFPB, sendo resultado de um longo diálogo e força coletiva destas corpos dissidentes.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_410_46929762_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pensando gênero e a noção de corpo-território a partir do coletivo de mulheres indígenas guajajara Guerreiras da Floresta

Manoela Freire de Oliveira (UFBA)

O trabalho discute a imposição das categorias de gênero ocidentais e a noção de corpoterritório, a partir do coletivo composto por mulheres indígenas guajajara, denominado Guerreiras da Floresta. A discussão tem como campo teórico norteador as pensadoras da denominada crítica antirracista e decolonial, como a nigeriana Oyèrónkàn Oyèrúnkàn; e a colombiana Maria Lugones. Além disso, a discussão levantada por algumas pensadoras indígenas como Manoela Karipuna e Aurora Baniwa sobre o Movimento das Mulheres Indígenas e a noção de corpo território. O coletivo Guerreiras da Floresta se formou no ano de 2012 e é composto por cerca de 20 a 25 mulheres guajajara, da aldeia Maçaranduba, da Terra Indígena Caru, localizada no oeste do estado do Maranhão. O grupo de mulheres guajajara tem como objetivo principal apoiar e promover ações de cuidado e proteção territorial, bem como de sensibilização no entorno da Terra Indígena. As Guerreiras da Floresta usam tecnologia de satélites e patrulhas na mata para inibir a presença de madeiras em seu território. O resultado: em dois anos, o desmatamento na TI Caru caiu de 2 mil para 63 hectares. A TI Caru fica situada numa zona de transição entre a Amazônia e o Cerrado, onde resta um dos últimos trechos de floresta intacta e contígua no Maranhão. Sendo assim, o trabalho trás as concepções e perspectivas guajajara de cuidado com o que denominam de território”, pensado por elas, como a própria extensão do corpo e do sentido de vida. Além disso, pensa o movimento político e luta dessas mulheres para fora dos limites e de seus lugares de origem, tanto no âmbito estadual, como no contexto nacional. Assim, o coletivo das Guerreiras, é representado aqui como uma iniciativa não muito comum, no universo do trabalho realizado de monitoramento territorial, que tradicionalmente sempre foi ocupado pelos homens. Dessa forma, a noção de corpoterritório”, nascida do movimento de mulheres indígenas, é tomada como conceito central para pensar a relação das guerreiras indígenas guajajara nos cuidados com o território e com o movimento político do coletivo para fora das aldeias. A pesquisa insere-se numa abordagem teórico conceitual antropológica de pensar o conceito da construção da identidade e sujeito indígena mulher guajajara”, através das discussões das múltiplas formas sociais e culturais de constituição de gênero e sexualidade em diferentes sociedades ou segmentos sociais, e assim, problematizar a naturalização ocidental do conceito de gênero. Para isso, é de fundamental importância os trabalhos de algumas pensadoras indígenas, sobre feminismo indígena ou movimento de indígenas mulheres, a partir do coletivo Guerreiras da Floresta, tanto nos cuidados com o território, como na luta política dentro do Movimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_550_26983469_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Do Crime à Fé: Estigma e Reconfiguração Territorial na Conversão Evangélica em Bairros Periféricos de Salvador e Região Metropolitana

Mariana Isadora Costa Campos Neves (UFBA), Lidia Ribeiro Bradymir dos Santos (UFBA), Gisele de Deus Souza (UFBA)

Este trabalho aborda a conversão evangélica de pessoas previamente envolvidas com o crime em bairros periféricos de Salvador e na Região Metropolitana. A pesquisa explora a transformação na relação do novo convertido com as territorialidades do bairro, destacando as mudanças na dinâmica social e espacial. Ao investigar a relação entre a recém conversão e as modalidades de violências sofridas e/ou perpetradas neste contexto específico, observamos que novos convertidos exercem um papel ambíguo. Ao mesmo passo que sua vida pregressa o torna uma figura de pouca confiança, ela é mobilizada como mediadora entre a igreja e envolvidos”, servindo como exemplo para novas conversões. Assim, o estigma associado às suas transgressões passadas ainda persiste, apesar do engajamento do novo convertido com as atividades religiosas. A reconfiguração das dinâmicas territoriais vivenciadas por essas pessoas é analisada a partir do processo de familiarização do espaço público que existe nos bairros populares da Bahia (Agier, 2019). Nesse sentido, é interessante pensar a transformação da relação do novo convertido com o bairro e as novas formas de familiarização empregadas. Desse modo, o presente resumo apresenta um trabalho onde a análise perpassa a interseção entre raça, territorialidade e religião. AGIER, Michel. Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos. Editora Terceiro Nome, 2019.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sexualidade como tema de disputa entre conservadorismo e direitos: pesquisa e intervenção com jovens

Marion Teodósio de Quadros (UFPE), Sirley Vieira da Silva (UFPE)

Esta proposta reflete sobre nossas experiências em pesquisa e intervenção relacionadas a promoção de direitos sexuais e reprodutivos, incentivando o conhecimento e autonomia de jovens. Foram oficinas e tentativas de discutir sobre o tema, em diferentes espaços educativos públicos e particulares com homens jovens e pesquisa com mulheres jovens em diferentes locais. Conseguimos detectar dificuldades e reações semelhantes. A conversa ou o processo de educação em gênero e sexualidade provoca reações nas pessoas envolvidas, algumas vezes há ameaças e outras vezes o trabalho passa a não ser mais aceito, por exemplo. Essas e outras dificuldades são refletidas à luz da intensa onda conservadora que foi se consolidando no Brasil essencialmente a partir da segunda década desse século, com o enfraquecimento da luta por direitos sexuais e reprodutivos e o completo apagamento da educação sexual nas escolas. Mostra porém, que as resistências à promoção de direitos e educação sexual já eram fortes mesmo antes da consolidação do conservadorismo, que se alastrou desde o processo do impeachment da Presidenta Dilma, indicando que a extensa rede de destruição de espaços de discussão sobre gênero e sexualidades tinha fortes sustentáculos na sociedade. As reflexões intencionam evidenciar como esse contexto e as dificuldades vivenciadas podem proporcionar subsídios para auxiliar novas iniciativas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Caminhos abertos pela palavra: Reflexões sobre a trajetória profissional de poetas negras do slam

Midria da Silva Pereira (USP)

O presente trabalho advém de pesquisa de campo realizada desde 2019 até o presente momento, com poetas negras cisgêneras que atuam na cena de slams de São Paulo. A partir de entrevistas em profundidade e acompanhamento de suas movimentações dentro e fora dos slams como artistas, foi possível compreender a formação de suas identidades como poetas profissionalmente, expandindo suas atuações para campos remunerados por meio de desdobramentos de suas palavras enquanto um produto que reorganiza sentidos sobre seus corpos e vidas. As poetas focalizadas foram Kimani, Luz Ribeiro, Mel Duarte e Patricia Jimin. Ao longo da exposição será possível ter acesso à uma introdução sobre o histórico do movimento de slam no Brasil, permitindo uma visualização geral da significação da presença de mulheres negras dentro dos slams e reflexões sobre as potencialidades de sua atuação profissional como artistas no cenário da sociedade brasileira que se engendra historicamente desde às bases com a opressão de corpos como os seus.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_998_77605341_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Gênero e sexualidade nas redes sociais de lideranças religiosas cristãs: mapeando narrativas e disputas em ano eleitoral

Olívia Bandeira de Melo Carvalho (Intervezes)

Nos últimos anos, questões de gênero e sexualidade se tornaram centrais nos debates que acontecem em contextos de eleições no Brasil. Parte desse fenômeno se dá pela crescente participação de agentes religiosos, sobretudo evangélicos e católicos, nas disputas eleitorais, assim como pelo recrudescimento dos conservadorismos e das direitas que atuam para barrar os direitos conquistados ou a conquistar por mulheres e pela população LGBTQIAP+. Nesse sentido, temas como ideologia de gênero e a defesa da família se tornaram bandeiras de campanha de candidatos e candidatas aos cargos legislativos e fonte de debates e questionamentos nas campanhas para o executivo. As mídias, sobretudo as digitais, apropriadas de forma intensa pelos ativismos religiosos e cada vez mais parte da vida cotidiana, se tornaram arena central onde as questões de gênero e sexualidade, a produção de corpos e subjetivações e as políticas públicas são discursadas e disputadas, incluindo o uso de desinformação e de violência de gênero misógina como estratégia política. A mediação do gênero e da sexualidade pelas redes sociais acontece não apenas no período eleitoral, mas de forma contínua por meio da atuação de lideranças religiosas e políticas que articulam o online e o off-line na tentativa de delimitar moralidades dominantes. Partindo de concepções da antropologia digital que consideram os entrelaçamentos entre o online e o off-line e também a agência do design das plataformas digitais e de seus algoritmos no consumo de mídias e na conformação dos debates públicos, este trabalho, em andamento, tem como objetivo discutir os temas e as abordagens sobre gênero e sexualidade que circulam nas redes sociais de lideranças



religiosas e políticas cristãs em um contexto pré-eleitoral. A pesquisa parte das redes sociais de Michelle Bolsonaro – figura fundamental nas eleições de 2022, com papel crescente na política desde então – como um dos nós de uma rede que conecta outros perfis de agentes religiosos e políticos que atuam nas redes e nas ruas. Com foco no Instagram, no Tik Tok e no Twitter, que possuem diferenças relacionadas aos tipos de mensagens propagadas e aos públicos, a pesquisa acompanha perfis de lideranças religiosas e políticas de janeiro a junho de 2024. Reflexões parciais indicam que a defesa da família patriarcal e heteronormativa associada a um projeto de construção de uma nação cristã se torna tema relevante mesmo em um contexto de eleições municipais. Indica também a construção do papel da mulher como mediadora da luta do bem contra o mal não apenas no interior das famílias e das igrejas, mas na ocupação de espaços políticos a partir de ações que negam os feminismos ao mesmo tempo que utilizam de forma estratégica algumas de suas bandeiras.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mais Mulheres na Política: vivências e violências, a eterna disputa por espaço.

Pietra Alves Nogueira (UERJ), Ana Beatriz Dutra Cid Coutinho (UERJ)

Em uma sociedade estruturada pelo domínio capitalista e patriarcal, determinados corpos foram postos em uma posição social marcada pela subalternidade, sobretudo quando esses sujeitos se encontram localizados na interseccionalidade. Logo, ainda que demandas por direitos permaneçam sendo pautadas, as estruturas políticas permanecem sendo moldadas a partir de uma perspectiva masculina, cis, heterossexual, branca que age sobre o corpo social. Assim, com o objetivo da modificação da realidade existente, a luta por direitos, pelo o fim das discriminações de gênero, raça e sexualidade tal como a busca por mais espaço na política vem crescendo cada vez mais. A Lei das Eleições (9.504/1997) obtinha por princípio estabelecer um preenchimento mínimo de 30% de candidaturas por gênero, o que deveria ser assegurado por cada partido ou coligação política. Entretanto, somente em 2014 que o número de candidaturas femininas chegou perto dos 30%, ainda assim, proporcionalmente, a taxa de sucesso de mulheres decresceu. A partir de dados recentes, percebe-se que as leis de cotas e ações afirmativas contribuíram para a inserção de mulheres no campo político, todavia, as cotas ainda não se apresentam como um mecanismo capaz de oferecer a paridade de gênero ou assegurar a permanência de mulheres na política. Assim como, torna-se essencial considerar fatores que estão além do gênero, – como raça, sexualidade e classe social – e que se tornam barreiras à ascensão social e política de determinados grupos. Arelada a tais preconceitos, surge a violência, neste caso faz-se necessário citar os casos simbólicos de Dilma Rousseff e Marielle Franco, exemplo de máxima da violência política de gênero e raça, assassinada na noite de 14 de março de 2018 no Rio de Janeiro. Dessa forma, com a função da maior conscientização e da diminuição dos casos de violência política de gênero, em 2021 foi consolidada a lei 14.192 que estabelece os parâmetros para a prevenção e o combate a violência política de gênero no Brasil. Entre diversas campanhas de prevenção a violência, escolhemos ressaltar a campanha Mais Mulheres na Política promovida pelo TSE em 2021, que ilustra não apenas as diferentes formas de violência política de gênero mas também retrata a importância da diversidade no campo político. Assim, a pesquisa foi estruturada a partir de uma análise da campanha promovida pelo

TSE enquanto em paralelo ocorrerá uma análise de entrevistas – vestidas nos mesmos moldes da campanha – com integrantes de movimentos sociais e partidos políticos. Dessa forma, estudaremos as percepções dessas mulheres sobre as vivências dentro da política, como também, os pareceres sobre a realidade da violência política de gênero, e como tais entendimentos se modificam a partir de seu local interseccional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_366_84258798_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

**ENTRE ABUSOS SEXUAIS, AMEAÇAS, RESTRIÇÕES E ENFRENTAMENTOS:
uma análise antropológica das experiências violentas vivenciadas por travestis em uma cidade interiorana potiguar**

Pietra Conceição Azevedo da Silva Paiva (UFRN)

Esse paper faz parte das primeiras reflexões que estou tecendo para minha tese de doutorado, que se trata de uma etnografia sobre as travestilidades e violências de um contexto interiorano do Rio Grande do Norte. Todos os estudos acadêmicos recentes com enfoque nas travestis, produzidos nas duas primeiras décadas do novo milênio e inspirados nos trabalhos iniciais de Neuza Maria de Oliveira (1994), Hélio Silva (1993) Don Kulick (2008) e Marcos Benedetti (2005), sinalizam, em menor ou maior intensidade, a realidade violenta que atravessa as experiências dessas sujeitas em várias localidades do Brasil. No entanto, ainda são poucas as pesquisas densas e etnográficas sobre a temática das travestilidades e violências cotidianas. Provocada por essas questões e considerando a recente atenção sobre as relações de gênero e sexualidades dos contextos interioranos, discutirei acerca das experiências violentas descritas por 10 (dez) travestis que residiam em uma cidade de médio porte localizada em um dos interiores potiguares. Para tanto, serão consideradas como interlocução as entrevistas semiestruturadas, guiadas pela ética pajubariana (Favero, 2020), realizadas com essas sujeitas. A partir das trajetórias de vida (Bourdieu, 2006) que foram narradas, foi possível estabelecer análises antropológicas sobre o abuso sexual infantil de crianças viadas”, as ameaças de cunho travestifóbico com arma de fogo, as restrições afetivas e de deslocamento, bem como, sobre as reações e os enfrentamentos a esses processos marcados por violências. Neste percurso analítico, foram consideradas as intersecções dos marcadores sociais da diferença de gênero, sexualidades, classe, raça, corpo e ocupação profissional.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_749_77697616_812932.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Precisamos normalizar mulheres cristãs imperfeitas": sensibilidades feministas e pós-feministas no discurso de gênero de uma evangélica influenciadora digital

Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes (UFSC), Alinne de Lima Bonetti (UFSC)

Alana Carla é influenciadora digital no Instagram. Seu perfil atrai mulheres cristãs, sobretudo evangélicas, que se interessam por conteúdos sobre mulheres, teologia e feminilidade bíblica. Advogada, teóloga e doutoranda em Ciências das Religiões, a influenciadora produz reflexões dissonantes no meio cristão

conservador. Em um reels, publicado em janeiro de 2024, ela convida suas seguidoras a normalizarem a imperfeição. Na legenda, questiona: Quem foi que exigiu perfeição de nós? A palavra de Deus ou simples normas culturais?. A perfeição a que se refere vai desde a (auto)cobrança estética ao alto desempenho no cuidado doméstico e familiar, tópicos abordados no vídeo por meio de recursos sonoros e visuais ambivalentes. Enquanto passam pela tela frames de Alana em momentos de lazer e realizando tarefas cotidianas - como a organização do lar e o estudo bíblico -, ouvimos sua narração de que tudo bem às mulheres cristãs não serem perfeitas, já que nem as mulheres da bíblia o foram. Em seu argumento, Maria, mãe de Jesus, é citada como exemplo de uma mulher imperfeita, pois teria esquecido o Jesus de 12 anos no templo de Jerusalém, demorando um dia para perceber sua ausência. Nesta comunicação, buscaremos aproximar a narrativa da feminilidade bíblica da imperfeição às sensibilidades feministas e pós-feministas e apresentaremos um contraponto etnográfico à pesquisa realizada por Nina Rosas (2023) sobre os ensinamentos de Ana Paula Valadão. O discurso da pastora e celebridade religiosa, analisado por Rosas, orienta mulheres evangélicas sob um dispositivo da perfeição, em que um corpo moldado e uma personalidade domada evidenciam as sensibilidades pós-feministas conforme explicitadas por Rosalind Gill (2007). O pós-feminismo enquanto um processo político e social, pode ser compreendido como um emaranhado de pautas feministas e antifeministas. Nessa sensibilidade pós-feminista contemporânea, a feminilidade é percebida como um propriedade corporal capaz de ser manejada por uma constante autovigilância e autodisciplina. A performatividade de gênero da mulher virtuosa imperfeita, encontrada em nosso trabalho de campo, nos inspira a pensar como reverberações feministas e pós-feministas estão implicadas no discurso de uma nova geração de evangélicas conservadoras e na constituição de outras sensibilidades pós-feministas no contexto evangélico brasileiro.

GT 097: Sistema de justiça e a (re)produção da cultura jurídica brasileira

As discussões propostas por este SE priorizam investimentos a partir de pesquisas empíricas – etnográficas ou etnografia com outros métodos de pesquisa - que problematizam processos de desconstrução e relativização de práticas jurídicas que propiciem a construção de um saber crítico e reflexivo em diálogo entre a Antropologia e o Direito. Essa abordagem permite, como vem sendo demonstrada pelas inúmeras pesquisas realizadas no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Processos Institucionais de Administração de Conflitos (NUPIAC/PPGD/UVA) e demais pesquisadores do Instituto de Estudos Avançados em Administração de Conflitos (InCT/InEAC/UFF), a análise de temáticas relacionadas aos rituais judiciais, sistemas de justiça, etnografias de espaços judiciais ou extrajudiciais, os discursos jurídicos, e o fazer de diversas profissões jurídicas. Também interessa discutir problemas específicos de pesquisa antropológica aplicada ao campo do Direito, tais como: formas de delimitação do objeto da

pesquisa, o ingresso em campo e o diálogo entre percepções e abordagens sobre os percursos das pesquisas e o lugar do pesquisador, além da compreensão do ponto de vista dos interlocutores no trabalho de campo, os sentidos que atribuem às suas práticas, dilemas éticos e morais.d

Coordenação

Roberto Kant de Lima (UFF), Daniel Schroeter Simião (UNB)

Debatedor(a)

Michel Lobo Toledo Lima (INCT-InEAC), Theophilos Rifiotis (UFSC), Fábio Reis Mota (Departamento de Antropologia)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Segregação jurídica ou reparação histórica? Uma análise etnográfica do papel do Estado e das leis referentes ao trabalho doméstico no Brasil

Adara Pereira da Silva (UFRN)

Este trabalho reflete sobre a construção histórica da legislação referente ao trabalho doméstico no Brasil. Trata-se de um recorte de uma pesquisa doutoral, elaborada por meio de uma investigação etnográfica em andamento, que analisa documentos oficiais referentes ao trabalho doméstico e sua relação com a vida cotidiana das trabalhadoras. Esta atividade laboral foi reconhecida como trabalho formal pelo Estado somente em 1972, com a Lei nº5859. Parto da hipótese que este reconhecimento tardio ocorreu devido as suas especificidades, a saber, por exercido no espaço doméstico, por mulheres, brancas ou negras, de classes populares, sendo um trabalho entrecortado por diferentes eixos de dominação, de modo que, o não reconhecimento da categoria doméstica enquanto classe trabalhadora seria materializado em sua exclusão pelo domínio legislativo. Neste contexto, a pesquisa tentará responder a seguinte questão: a Emenda Constitucional 72/2013, popularmente conhecida como PEC das domésticas”, encerrou a segregação jurídica imposta as trabalhadoras domésticas? Para respondê-la, o objetivo do trabalho é comparar leis, referentes aos direitos conquistados pelas trabalhadoras domésticas, desde a Consolidação das Leis Trabalhistas até a Lei Complementar 150/2015. A etnografia dos documentos, como procedimento metodológico, permitiu que o exame das leis revelasse a trama de significados presentes nestas. Contudo, tais significados não são evidentes. A linguagem jurídica, tecnicista, disposta em um emaranhado, causa estranhamento e requer um processo de compreensão da linguagem nativa”. Por isso, foi necessário considerar estes aspectos, analisar as minúcias do sítio oficial, onde estão dispostas as leis, percebendo-as através de seu valor e sentido próprio (PEIRANO, 2014) e captar as relações de poder inscritas. Assim, a partir do estranhamento à linguagem jurídica e esforço empregado para sua apreensão, foi possível perceber que, mesmo que as leis analisadas sejam documentos públicos, a compreensão de seus significados não é pública. A comparação entre as legislações e a retomada do processo histórico referente ao trabalho doméstico no Brasil, tem por finalidade apresentar o argumento, à luz da perspectiva de Veena Das e Deborah Poole (2008), que a exclusão legislativa relacional ao processo histórico do trabalho doméstico no Brasil, tem como função invisibilizá-lo, relegando-o às margens. Porquanto, a exclusão é necessária a construção das práticas do Estado. Além disso, examino o papel do campo estatal,

a partir de Pierre Bourdieu (2008), na produção das relações específicas que envolveram o trabalho doméstico e reflito sobre a intransponibilidade do acesso ao Direito pelo uso da linguagem jurídica, à luz de Arthur Slaibi (2017).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_737_67121584_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Políticas de Segurança Pública no Brasil: conquistas e retrocessos no campo da justiça criminal

Antônio dos Santos Piinheiro (URCA)

Nesta proposta de trabalho, discutiremos os retrocessos decorrentes das mudanças no campo da segurança pública após a promulgação da Constituição de 1988 no contexto da segurança pública brasileira. Conhecida pelos juristas, como Constituição Cidadã, a principal das mudanças implantadas por esta Constituição esteve relacionada ao exercício democrático da população no controle sobre o abuso do poder, corrupção e a violência policial. Em decorrência dos casos de abuso e violência, problematizamos sobre a concretude de uma concepção de segurança comunitária e cidadã em que, no plano da apresentação de uma política de segurança, apresenta-se como garantidora dos direitos humanos aos cidadãos, mas, na prática recorre à violência física ou simbólica na solução dos conflitos sociais. Problematizo que os dilemas entre velhas práticas e novas práticas policiais permitem questionar a constituição de uma nova polícia que, no plano da apresentação, pretende cumprir com as determinações do direito facultado aos cidadãos, mas, na prática tem recorrido à violência física ou simbólica na solução dos conflitos sociais. Portanto, ao invés dos acordos formais, observamos que, geralmente, em casos de abordagens a grupos ou indivíduos estigmatizados, a violência não comedida torna-se, na maioria das vezes, a máxima de um poder, onde os métodos não convencionais são regra e não exceção. Como problemática desta proposta de trabalho, problematizo que esta lógica tem comprometido as expectativas do processo civilizador que pressupõe o respeito e a obediência aos códigos formais dos princípios estabelecidos pelo estado democrático de direito.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Cultura jurídica vs Branquitude jurídica: Uma breve etnografia sobre a OAB/RJ

Barbara Gama Dias Reis Silva (UFF)

O presente trabalho se desenvolve através da participação em eventos de debate racial na seccional da OAB RJ e em suas subseções no ano de 2023. Nestes eventos, foram observadas as formas como a cultura jurídica da ordem dialoga com as categorias de branquitude, hierarquização racial e racismo institucional. Através dessa perspectiva, observa-se como as relações de interesse, tanto profissionais quanto políticas, se desenvolvem por meio de eventos, palestras e seminários realizados nos espaços institucionais da OAB. Os processos eleitorais da ordem e sua distribuição de cargos influenciam as relações estabelecidas nesses eventos, nos quais participam "homens e mulheres de ordem". A pesquisa busca correlacionar aspectos da manutenção dos privilégios da branquitude, utilizando como referencial teórico o Pacto da Branquitude de Cida Bento. Além disso, emprega a Hermenêutica Jurídica Negra de Adilson

Moreira para compreender a diferenciação da perspectiva negra sobre Justiça. Esses referenciais teóricos contribuem para uma análise mais abrangente das dinâmicas raciais presentes nos eventos e práticas da Ordem dos Advogados do Brasil.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A interpretação do direito quilombola: as tramas da produção do sentido jurídico no campo dos direitos culturais

Bruno de Oliveira Rodrigues (UFAM)

A ideia central desse texto é apresentar a construção das conexões de sentido que são atribuídos sobre a base normativa que regula o direito das comunidades quilombolas no Brasil, essa estrutura legal articulada constitui o sistema que suporta os direitos e tem a condição de materializar realidades e contextos. É neste sentido que entendemos que a atividade de atribuição de sentido do Direito é condutor da produção, distribuição e circulação de bens sociais, os quais, no caso, dependem da intersecção do Estado e sua burocracia organizadora. O método utilizado é a hermenêutica jurídica, a partir do subsídio da teoria crítica dos direitos humanos. Com isto, este trabalho vai apresentar uma inteligência articuladora entre os textos jurídicos, fazendo surgir um modelo interpretativo que orienta a integração direcionada dos textos, do sistema jurídico e da leitura jurisprudencial.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_344_37505559_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões antropológicas a partir das audiências concentradas em uma Vara da Infância na Paraíba

Christina Gladys de Mingareli Nogueira (UFPE)

Esta pesquisa de tese teve como objetivo refletir sobre as audiências concentradas da Vara da Infância e da Juventude, em um município da Paraíba, em diálogo com o referencial teórico da antropologia do direito e da antropologia das crianças. Pretendi, ao mesmo tempo, analisar como se processa o encontro assimétrico, em termos de poder legal e repleto de tensões geracionais, entre as crianças que vivem em situação de acolhimento institucional, seus familiares e os operadores da justiça, dentre outros envolvidos nesses processos. Assim, busquei compreender os efeitos socioculturais desse movimento de participação das crianças a partir da ritualística das sessões das audiências, das narrativas e discursos produzidos, das práticas burocráticas, e da investigação dos protocolos jurídicos. Para tal, a etnografia das audiências se mostrou uma estratégia de grande relevância na produção dos dados ao buscar compreender como ocorrem esses possíveis encontros entre agentes com distintas posições sociais hierárquicas. A fim de alcançar os objetivos traçados por essa pesquisa, a metodologia aplicada foi de ordem qualitativa, considerando um emaranhado de técnicas de pesquisa. Em primeiro lugar, busquei os recursos bibliográficos referentes à temática estudada. Ainda no tocante aos recursos metodológicos, recorri à análise documental abordando leis constitucionais, portarias, regulamentações, entre outros documentos que envolvem o objeto de pesquisa. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Entre os entrevistados

estavam pessoas que possuem envolvimento nas audiências como os juízes, defensores públicos, promotores de justiça, equipe técnica e familiares presentes nas audiências. Com as crianças, especificamente, realizei oficinas de desenhos temáticos, conversas informais e etnografia nos espaços das casas de acolhimento. Isto posto, me questiono: Seria essa modalidade de audiências, as concentradas realizadas também em instituições de acolhimento um processo de uma sensibilidade jurídica (LIMA, 2010)? Há relações de alteridade nas audiências? Seriam as audiências concentradas com escuta das crianças um vetor de participação e cidadania no âmbito dessas audiências? São essas algumas das questões que refletimos. Assim, audiências que possibilitam o diálogo entre os sujeitos a escuta das crianças, deve ser considerado como uma questão essencial para que as decisões e práticas burocráticas/jurídicas não promovam o apagamento dos direitos das crianças.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O crime de violência política contra a mulher: uma etnografia entre o direito e política nos autos processuais da Justiça Eleitoral

Clarice Tavares Macedo (internetlab)

Como uma violência torna-se um crime, mais especificamente, um crime eleitoral? Como julga a Justiça Eleitoral? Quais são as particularidades de uma violência de gênero ser um crime eleitoral? Como disputas políticas expressam-se no mundo do direito? Essas são algumas das questões que pretendo elaborar na apresentação, que é parte da minha pesquisa de mestrado, em andamento, que tem por objetivo principal perseguir a produção, articulação e mobilização da categoria de violência política de gênero por movimentos sociais e pelo poder judiciário. Após o assassinato de Marielle Franco, em 2018, o tema da violência política de gênero ganha tração no Brasil e, entre outras consequências, enseja a aprovação da Lei nº 14.192/2021 que introduz ao Código Eleitoral o art. 326-B que tipifica o crime de violência política contra a mulher com pena de reclusão de um a quatro anos. Por fazer parte do Código Eleitoral, a justiça competente para analisar e julgar casos de violência política contra mulher é a Justiça Eleitoral. Contudo, é preciso levar em consideração que uma etnografia sobre a Justiça Eleitoral encontra-se em uma tríplice fronteira, que exige um constante diálogo, tradução e interpretação de termos, conceitos e categorias do mundo do direito e do mundo político para uma análise antropológica. Isso porque a Justiça Eleitoral guarda diversas particularidades, quando comparada a outras esferas do poder judiciário, que são, em geral, objeto de estudos antropológicos. Pode-se dizer que a Justiça Eleitoral é um híbrido, que não apenas tem competência para conflitos político-eleitorais quando provocada; mas tem também poder administrativo e regulamentar. Ainda, ao contrário dos tribunais de justiça comuns, a Justiça Eleitoral tem uma composição rotativa, ou seja, a cada dois anos, juízes da justiça comum atuam, durante um biênio, como juízes eleitorais. Nesse sentido, pensar a criminalização, a nível eleitoral, coloca uma série de questões para a reflexão antropológica e, também, para a reflexão jurídica. Nesta apresentação, busco discutir as implicações de se realizar uma etnografia nessa esfera do judiciário e abordar aspectos dos autos processuais referentes ao crime de violência política contra mulher. Por ser um tipo penal recente, existem ainda poucos casos tramitando na Justiça Eleitoral. Ao longo de minha etnografia, identifiquei 18 casos sobre

o tipo penal. A partir da imersão nos autos, busco traçar reflexões sobre quem são as pessoas que acionam a Justiça Eleitoral, quais agressões são compreendidas como violência política, quais são as implicações de se julgar um crime que, via de regra, estão sempre gravados, registrados e com testemunhas; e como fazer política e fazer justiça confundem-se na Justiça Eleitoral.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_389_51311641_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A construção discursiva de um feminicida em mídias sociais de grande circulação: o caso Doca Street

Clerismar Aparecido Longo (UNB)

Trato da construção discursiva da identidade de Doca Street, assassino de Ângela Diniz, em mídias sociais de grande circulação à época do crime e de seu desfecho. Com base em algumas noções da análise do discurso de matriz foucaultiana, tentei apreender como os jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Globo e o Estado de Minas, bem como as revistas Veja e Manchete inscreveram sentidos sobre o autor do assassinato e do crime, a partir do gênero e de suas interseccionalidades com os marcadores sociais de classe, sexualidade e cor/raça, com foco nas masculinidades, enquanto chave de leitura em perspectiva histórica. No caso do assassinato de Ângela por Doca, os discursos em disputa mais evidenciados são o conservador, de viés misógino, que vitimiza o assassino e constrói uma representação negativa da assassinada, com base no histórico de vida de ambos, principalmente no que se refere as suas relações afetivo-amorosas, associadas por vezes a questões de classe, cor/raça e religião, a partir de um olhar ancorado em padrões normativos de um determinado tempo-lugar; e um progressista, de viés feminista, que denuncia a violência e a opressão de homens sobre mulheres e que reivindica a igualdade de direitos entre ambos. Por meio desses discursos, é possível apreender a maneira como o fenômeno da violência de gênero contra mulheres, em circunstâncias afetivo-amorosas e/ou sexuais, é sintomático do conflito de valores hegemônicos vs contra-hegemônicos, onde estão colocadas em pauta as relações hierárquicas entre masculinidades e feminilidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A construção jurídica da morte: os elementos morais da investigação criminal nas seções do Júri em uma comarca na cidade de Fortaleza - Ce.

Deybson de Sousa Cavalcante (UFC)

O presente trabalho pretende discutir os sentidos das moralidades acionados nas seções do Tribunal do Júri em uma comarca na cidade de Fortaleza. A partir do campo etnográfico em andamento, desejamos evidenciar como os aspectos das moralidades, das técnicas e dos saberes, Medeiros (2016), são utilizados nas seções do tribunal do Júri como um elemento cristalizador da tipificação penal. Entendendo que a fase investigativa de um caso de homicídio é uma das etapas do fluxo de justiça, Ribeiro (2010), ou seja, antes da Seção do Júri, a investigação para um caso de homicídio é uma etapa que se exerce empírica e cotidianamente

nas delegacias e no Ministério Público, isto é: a efetiva interpretação de eventos como crimes cometidos por indivíduos em contextos singulares e por agências que o interpretam em cumprimento da lei (Misse, 2011) e que se reverberam (ou não) no tribunal do júri. Esses elementos morais da investigação de um caso de homicídio descortinam o que há em seu resultado (investigativo) em face às sensações dos rituais de julgamento de homicídios. As fases que se inter cruzam entre Ministério Público e Delegacia de polícia sugerem ao tribunal no tribunal do Júri elementos que podem (ou não) ser utilizados nas suas naturezas ritualísticas, Schritzmeyer (2007) do julgamento, portanto se pretende visualizar como esses elementos podem ser acionados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_205_31722558_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A Produção de Dados sobre as Audiências de Custódia: o caso do Rio Janeiro

Eduardo Ramos Junior (PPCIS UERJ)

O presente artigo discute o papel das audiências de custódia como instrumento garantidor de direitos humanos dos custodiados e do aperfeiçoamento do controle da atividade policial à luz dos dados produzidos pelo sistema de justiça. Frente a novidade do rito, há um processo de entendimento por parte das instituições e dos operadores jurídicos sobre os sentidos e resultados das audiências, tanto para o custodiado como para a prestação da justiça como um todo. Ao analisar como e o tipo de informações sistematizadas pelas as instituições busco compreender quais aspectos das audiências são considerados relevantes e seus possíveis usos como um instrumento de política pública. Para tanto utilizo de entrevistas com Magistrados, Defensores Públicos e Promotores de Justiça, análise documental e de dados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_740_90774850_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Quem não é visto não é lembrado". A relação entre as mídias digitais e o trabalho desempenhado pela Guarda Municipal de Maricá/RJ.

Erick Sobral dos Santos Pereira (SEOP Maricá)

Fenômenos sociais como segregação urbana, violência, descumprimento de normas, manifestações e realização de grandes eventos passaram a ser pauta de atuação diária dos guardas municipais no Brasil, cujo conceito de policiamento preventivo baliza cada vez mais o agir como condição direta das leis que regem a Administração Pública. Esse escopo jurídico traduz-se em impedir ou paralisar atos antissociais pela mediação, fiscalização e orientação em face de conflitos em potencial. Sendo evidente o crescimento populacional do supracitado município, ante o planejamento do Poder Executivo em infraestrutura, comércio, serviços, educação, materializados pelo recebimento do maior fluxo de caixa no país devido ao repasse dos royalties na extração de petróleo da bacia de Santos (para exemplificar, em 2022 foram recebidos 2,5 bilhões de reais), o controle sobre os índices de criminalidade é importante pauta política,

para que se possa garantir qualidade de vida e investimentos do setor privado.

Neste cenário onde os Estados da Federação encontram-se fragilizados economicamente, a proposta de pesquisa passa pelo entendimento de como estão pautadas as funções dos guardas municipais (GMs) e, conseqüentemente, o grau de autonomia que receberão do Poder Executivo municipal. Passa a merecer atenção como surgem as notícias após o atendimento das ocorrências pelos(as) guardas. Tais indagações postas servem para dar embasamento crítico e científico ao rumo dessa instituição em constante expansão. Serão selecionadas matérias extraídas de jornais eletrônicos, levantamento bibliográfico sobre atuação da mídia enquanto formadora de opinião, análise das normas de Direito Administrativo correlatas a Guarda Municipal e sobre a segurança pública nacional. Através de entrevistas com jornalistas locais e conversas informais com colegas de profissão, será possível obter maior compreensão sobre o trabalho feito pela GM de Maricá quando comparados às forças policiais.

Portanto, este trabalho de pesquisa busca retratar, através de etnografia, a visão sobre a relevância das atividades diárias desempenhadas pelos agentes da Guarda Municipal em todo o território de Maricá; bem como os comportamentos das pessoas envolvidas na atuação direta com os problemas sociais de uma cidade em expansão. Seguindo este norte, será possível obter um melhor entendimento sobre o porquê dos atendimentos dos guardas municipais serem retratados numa narrativa distinta aos fatos verdadeiramente experimentados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_926_22324003_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As encruzilhadas da Democracia: tensões entre a razão iluminista e a razão cismática na promoção dos direitos de cidadania e do reconhecimento.

Fábio Reis Mota (Departamento de Antropologia)

O objetivo da proposta é problematizar - a partir de dados etnográficos produzidos ao longo dos últimos anos por um grupo de pesquisa da UFF (PPGA, NUFEP e o INCT/InEAC) - as tensões existentes entre a "razão iluminista", própria da modernidade factual e científica, e a "razão cismática", emergente no cenário global. Como apontamos em nossos trabalhos, a "razão cismática" tem impactado os alicerces de alguns aparatos básicos das Democracias modernas, tais como a confiança, a capacidade do estabelecimento de consensos provisórios e a orientação da ação pública orientada por justificações generalizáveis. Nesse sentido, o ato de cismar se difere substancialmente da ação de desconfiar. Um ponto central da hipótese levantada e tratada do ponto de vista etnográfico e antropológico, diz respeito a diferença entre atribuir um julgamento por meio dos critérios da confiança/desconfiança – que permite o estabelecimento de um canal comunicativo permeabilizado, viabilizando as passagens entre o gesto de confiar e/ou desconfiar a partir do procedimento de consertação e negociação que podem culminar em consensos provisórios – e os desenvolvidos pela via da cisma – que produz uma ruptura comunicativa com o outro-diferente, impermeabilizando os canais comunicativos a partir do enquadramento do julgamento em celas do absolutismo das certezas. Para tanto, elegeremos

alguns campos empíricos no Brasil e na França, locais nos quais desenvolvemos pesquisas etnográficas, para ilustrar e problematizar alguns aspectos das lógicas sociais e simbólicas do que denominamos de "razão cismática" de maneira a compreendermos alguns aspectos da contemporaneidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Como é possível falar sobre um direito sem terra?

Fernando Soares Gomes (UFMG)

Partindo do reconhecimento da heteronomia da juridicidade e de que movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também engendram o direito, o presente trabalho propõe-se a reconstituir e analisar um marco teórico-metodológico que fundamenta a percepção de uma forma de juridicidade específica, o direito sem-terra. A empreitada em questão opera diante da compreensão de que o direito ocidental moderno, produzido e controlado pelo Estado, configura um "folk system", ou seja, uma manifestação singular de um fenômeno mais amplo de regulação social, a juridicidade. Diante dessa premissa, a operação constitutiva de um modo de vida normativo ou de uma forma específica de juridicidade é um processo criativo e coletivo ou social, que ganha agência e materialidade em cada contexto. Sendo assim, na medida em que são diversas as maneiras de habitar o mundo e interagir com o que nos envolve, conforme demonstram, por exemplo, as experiências de povos e comunidades indígenas e tradicionais no Brasil, também são múltiplos os horizontes de ordenação e regulação social. Esse debate, apesar da miscelânea de enfoques acadêmicos e dos avanços político-sociais acumulados ao longo das últimas décadas, ainda pode nutrir compreensões sobre cenários correntes e suprir lacunas, principalmente quando atrelado ao estudo empírico do direito. As potencialidades que podem ser contempladas abarcam não somente as contribuições de pesquisas sobre formas de juridicidade produzidas por grupos étnico-culturais ou tradicionais, mas também discussões menos ventiladas, como aquelas em torno de processos de jurisgênese desencadeados pelas sociabilidades de movimentos sociais latino-americanos. Trata-se, portanto, de uma proposta de revisão bibliográfica, fundada sobretudo em abordagens interessadas na construção de esquemas propícios para a delimitação do direito em cenários de pluralismo jurídico. Tal delimitação pode ocorrer por meio de um olhar direcionado às zonas de fronteira ou contato estabelecidas entre distintas sociabilidades, compreendidas aqui enquanto formas sociais marcadas pelo princípio da reciprocidade. No caso dos mencionados movimentos sociais, essas sociabilidades se expressam em termos internos, ao longo de processos de engajamento, cooperação e interação; e também de forma externa, por intermédio da afirmação pública de formas alternativas de vida, arguidas no âmbito de ações coletivas, autônomas e organizadas. A composição dessas sociabilidades em relação ao contexto envolvente, diante do referencial aqui apropriado, pode evidenciar dimensões de juridicidade contidas em determinada questão social, notadamente de suas regiões de incomunicabilidade, consenso e negociação.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_664_48094569_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os juízes progressistas: emoções, moralidades e práticas divergentes na magistratura criminal fluminense

Geana Neumeyer Cardoso Benfeita (UERJ)

O expressivo crescimento da população carcerária nas últimas décadas, põe em evidência o caráter punitivista do Judiciário brasileiro. Entretanto, ainda que poucos, existem magistrados comprometidos em adotar práticas menos punitivistas, como penas alternativas à prisão. Esta pesquisa tem como proposta apresentar um grupo de juízes criminais fluminense que no exercício de suas funções mantém-se críticos a decretação da pena de privação de liberdade, os chamo de juízes progressistas. A partir de entrevistas de história de vida e com base na antropologia das emoções, busco compreender e analisar as expressões emocionais e morais em torno dos significados que os juízes progressistas atribuem ao cotidiano de trabalho com o direito penal e que formam sua identidade progressista, entendida como outsider (BECKER, 2012) em relação à magistratura, de caráter conservador. Em especial, examino suas falas sobre o ato de decretar a prisão de alguém, associado a sentimentos negativos como dor e angústia, que revelam conflitos morais e continuidades da cultura jurídica ligados ao ethos católico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A vítima no centro: dinâmicas inquisitoriais nas disputas pela assistência da vítima de feminicídio nos tribunais do júri no Rio de Janeiro

Isadora Vianna Sento-Sé (UERJ)

Neste artigo, examino as dinâmicas de significado relacionadas às categorias de "vítima" e "não vítima" em casos de feminicídio, com foco na perspectiva dos operadores do sistema de justiça que atuam no júri. A pesquisa investiga as estratégias institucionais para abordar os direitos das vítimas de feminicídio, destacando o papel da defensoria pública e do MPRJ. A pesquisa envolveu observação participante durante um ano e meio nas varas criminais do júri, na capital do Rio de Janeiro e entrevistas com profissionais do sistema de justiça, nas quais o crescente interesse nas vítimas de feminicídio em comparação com outras vítimas de crimes, observando uma batalha institucional emergente em torno dos "direitos da vítima" e a influência da performance da vítima dentro dos parâmetros de uma "vítima ideal". As estratégias da Defensoria Pública e do Ministério Público diferem, com a defensoria focada no acompanhamento do processo e no depoimento em tribunal, enquanto o MP busca a condenação do réu. Identifiquei neste trabalho que a garantia dos direitos das mulheres vítimas sobreviventes de feminicídio e a representação das vítimas fatais no júri estabelecem analogia à violência doméstica e são subordinadas ao reconhecimento limitado de configurações familiares e nele se centram. Dessa forma, ainda que a criação da qualificadora facilite o deslocamento desse tipo de violência da esfera privada para a pública, é a instituição familiar a principal chave de análise evocada pelos operadores do júri. Logo, persistem os estereótipos de gênero, contidos em construções de "vítimas ideais", que limitam o acesso das mulheres a direitos, revitimizando as sobreviventes. Também identifiquei a disputa entre Defensoria Pública e Ministério Público pela Assistência Jurídica das vítimas de feminicídio (sobreviventes ou vítimas indiretas como familiares). Os crimes de feminicídio, que na prática são tratados como um tipo penal, são referidos pelos operadores como "pauta positiva", o que

sugere a atuação política dessas instituições para fora das esferas de sanção. As mulheres vítimas de feminicídio e a própria categoria se traduziram, portanto, em ativos para empreendimentos de política institucional e ativismo judicial. Na prática, os operadores implicados na assistência jurídica da vítima revelam o desejo de que o resultado do júri seja a condenação. Logo, a escolha pelo endurecimento penal, que resulta de demandas de determinados movimentos feministas, implica a reprodução dos estereótipos de gênero e atua no sentido de perpetração da lógica inquisitorial.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_406_27134000_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Posso tirar uma dúvida?": A rotina de uma delegacia de interior

Juliana Coelho de Almeida (PPGA-UFF)

O trabalho é fruto de pesquisa etnográfica (em andamento) em uma Delegacia de Polícia Civil localizada no interior do Estado do Rio de Janeiro, em uma cidade com menos de 40 mil habitantes. Ao acompanhar a rotina da delegacia e os atendimentos dos plantonistas, vi por diversas vezes pessoas que chegam e dizem posso tirar uma dúvida?. Esse grupo forma a maior parte dos atendimentos feitos pelos policiais, que dizem oferecer uma consultoria jurídica gratuita. Eles argumentam que a DP é o único lugar que funciona 24 horas, fazendo referência a outras instituições do Estado que como o Fórum de Justiça, o Ministério Público e a Defensoria Pública que possuem horários de funcionamento mais restritos. Segundo eles, muitas pessoas recorrem à delegacia por ser o lugar mais fácil de ser atendido por um agente, já que não há recepção ou triagem. Argumento que esses atendimentos são marcados pela personalidade, pois, as respostas dadas variam de acordo com quem é o solicitante e se ele é reconhecido como alguém da cidade. Além disso, a informalidade também é um traço característico, esses atendimentos não geram registros ou documentos, pois, não são vistos como casos de polícia. O contexto é relevante para pensar as diferenças e as semelhanças entre as percepções dos policiais e da população sobre o trabalho da polícia civil. Além disso, evidencia a confiança (ou não) que a população local deposita nos policiais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reparação Racial na Política de Drogas: entre dinâmicas morais e reivindicações categóricas

Karoliny Felipe Martins (UNB)

Este trabalho objetiva esboçar possíveis reflexões acerca da discussão sobre reparação racial na política de drogas. Parto da discussão sobre a categoria vítima para pensar seu uso no que concerne as violências em decorrência de operações policiais como estratégia de inibição ao tráfico de drogas. Com isso, pretendo discutir como os movimentos negros têm definido e requerido políticas de reparação relativas à política de drogas e seus respectivos impactos sobre a população negra no Brasil. Assim, pretendo mobilizar alguns dados, disponíveis

especialmente em meios jornalísticos dado ao seu caráter público e sua centralidade na formulação da opinião pública, e as referências bibliográficas em torno da vitimização para sustentar essa discussão. Argumento, portanto, sobre a dificuldade do reconhecimento dessa categoria em relação à política de drogas devido ao imaginário moral em que as drogas estão inseridas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Abordagens metodológicas para o estudo da relação entre agentes jurídicos e diversidade sexual e de gênero no poder judiciário

Luiza Cotta Pimenta (UFJF), Laura Mostaro Pimentel (UFF)

As demandas por reconhecimento de direitos da população LGBTI+ se relaciona diretamente com a atuação dos agentes jurídicos dentro e fora do campo jurídico. Neste sentido, desenvolver pesquisas que toquem no tema das trajetórias de vida de advogados que se engajam na defesa da população LGBTI+ revela aspectos da formação das identidades, motivações, experiências que marcam uma aproximação com direitos das minorias. O presente artigo tem como objetivo explicitar como os instrumentos metodológicos importados das ciências sociais podem revelar aspectos fundamentais das relações tecidas entre os sujeitos envolvidos nas dinâmicas de distribuição de direitos. O emprego da observação participante, aliado a realização de entrevistas semiestruturadas tem oferecido uma série de dados que revelam aspectos que abarcama escolha pela carreira jurídica, a experiência durante a graduação, a trajetória profissional, as estratégias e planos pessoais que informam o acompanhamento das demandas da população LGBTI+ perante instituições públicas administrativas e jurídicas. Considerando a invisibilização estrutural que permeia a população LGBTI+, reforçada pela desigualdade de gênero no campo jurídico, pelas omissões normativas perpetuadas por um poder legislativo conservador e por perspectivas moralizantes de magistrados e de servidores de equipamentos públicos como delegacias e cartórios, surge com cada vez mais força a necessidade de agentes jurídicos dispostos a desenvolver estratégias de atuação para tradução dos direitos de seus assistidos para as instâncias decisórias. Esta invisibilização está presente, inclusive, nas pesquisas sobre o perfil sociodemográfico dos agentes jurídicos, não se tendo dados sobre a existência LGBTI+ nas organizações profissionais do campo. As conclusões obtidas até o momento, dão conta de uma atuação engajada, na qual os interesses pessoais são fundamentais no direcionamento dos advogados para a atuação junto à população LGBTI+, seja pelo fato de se identificarem enquanto parte desta população, combinando atuação profissional à militância, ou por terem experienciado momentos marcantes em suas trajetórias que os levaram a dirigir sua atenção para este público, ou até por situações vividas em instâncias do poder judiciário e equipamentos públicos, que reforçaram suas percepções sobre a desigualdade de gênero e do impacto das moralidades na distribuição de direitos. Destaca-se que se trata de pesquisa em andamento, mas que tem potencial para contribuir para a literatura, relativamente escassa, sobre a existência e a vivência de profissionais jurídicos engajados com a defesa de direitos da população LGBTI+, principalmente pela abordagem etnobiográfica, que oferece uma ampla gama de categorias de análise.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_582_82164929_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perceber segurança, ou olhar a segurança?

Michelle Nascimento Babo de Mendonça (UFF), Ícaro José Iegelski Rodrigues (UFF)

O trabalho tem como objetivo refletir e discutir a relação entre a produção de dados de segurança pública e como podemos debater a percepção de segurança”, enquanto categorias, tanto por parte da população, como por parte das instituições responsáveis pela segurança pública no Rio de Janeiro. Quando se trata da categoria segurança pública”, os dados de institutos de pesquisa, como os do Instituto de Segurança Pública (ISP), são usados como referência para pautar o assunto e nos ajudam a pensar sobre o que a população pode enfrentar, bem como quais podem ser suas principais preocupações. Tanto a mídia, quanto a polícia se fundamentam nos registros e estatísticas que os próprios realizam em conjunto com o ISP, e estas são usadas como uma forma de mostrar sua atuação e resultados positivos de suas operações. Em observações realizadas no Rio de Janeiro, o uso ostensivo da força policial acaba sendo frequente, além do uso de estratégias que afetam diretamente o cotidiano da população, como as operações policiais na zona oeste e zona norte da cidade, que vêm atingindo recorde de mortes quando realizadas, nos últimos anos. Além de planos de segurança que pareciam promissores e aparentemente contavam com o apoio da população, como as UPPs em 2008 que, entretanto, com a crise financeira do estado, acabaram em 2014. Entre altos e baixos, a população parece ter a sensação que há uma piora da segurança no cotidiano e as crises financeiras pós Megaeventos agravaram a situação, devido a falta de recursos para garantias básicas da população, levando a medidas drásticas de uso das forças militares, via Intervenção Federal, em 2018, que não deixou demonstradas mudanças em relação a segurança da população. Sendo assim, este trabalho busca tratar da relação entre as perspectivas de segurança pública que o Estado projeta e a visão da população em relação a sua atuação neste campo. Juntando a experiência de pesquisa em um Conselho Comunitário de Segurança Pública (que no Rio de Janeiro são vinculados ao ISP), onde foi possível observar a perspectiva da população que sofre com atuação policial ou com a falta dela, em conjunto à perspectiva dos agentes que pensam a segurança pública e se utilizam dos dados estatísticos como forma de validar as atitudes que deverão ser tomadas naquela localidade. A discussão perpassa pelos dois extremos do que cada um considera como segurança pública”, e como objetivamente cada um classifica se está havendo ou não uma melhora na segurança”, questionando a perspectiva apenas analítica e operacional do Estado quanto às questões de proteção da população, ou talvez, o controle de uma parte desta população.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_895_99219998_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Punitivismo uruguaio: aspectos e características da criminalização e do encarceramento a partir de uma etnografia sobre a produção do feminicídio

Natascha Enrich de Castro (UFRJ)

Acompanhar algumas audiências sobre casos de feminicídio possibilitou direcionar o olhar para o sistema de justiça e para alguns aspectos do punitivismo uruguaio. Se por um lado o contato

com familiares de mulheres assassinadas em casos de feminicídio nos aproximava de expressões de inconformidade com relação ao resultado de processos, impunidades e punições, por outro, as experiências em salas de audiência davam a ver características particulares do punitivismo uruguaio. No caso específico do feminicídio, a inclusão da categoria como agravante muito especial de homicídio na lei uruguaia em 2017 teve como efeito direto o endurecimento de penas e condições de liberdade. Mas o trabalho de acompanhar audiências criminais também possibilitou o reconhecimento de características particulares dos modos de tratamento de pessoas detidas e dos instrumentos de contenção em outros casos e processos. A aparição, durante as audiências, dos réus imobilizados por algemas de combinação foram marcantes especialmente pela dissonância com discursos progressistas. O país é reconhecido especialmente na região latino-americana pelo progressismo de suas leis e políticas, mas mantém níveis altos de encarceramento, algo identificado por pesquisadores como uma herança da ditadura civil-militar (1973-1985), caracterizada pelo uso da prisão massiva e prolongada como método de repressão, contando, na época, com a maior taxa de presos políticos por habitantes entre as ditaduras da América Latina. Neste artigo proponho apresentar algumas características do sistema punitivo uruguaio em relação a temas como gênero e violência a partir de etnografia sobre o feminicídio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pena ou Medida? Uma Etnografia sobre as Práticas Judiciárias na Construção da Verdade Jurídica na Vara da Infância e da Juventude

Raymundo Nonato de Almeida Santos (UFF)

O trabalho a ser apresentado é fruto da pesquisa empírica que desenvolvi numa das Varas da Infância e da Juventude, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com intuito de observar e descrever as práticas judiciárias dos agentes e personagens que compõem o sistema de justiça criminal no Brasil. A partir das descrições das audiências, utilizando o método etnográfico como ferramenta, o artigo apresenta as analogias que são aplicadas nos julgamentos, a partir da legislação penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como objetivo principal analisar a construção da verdade jurídica nos julgamentos dos casos e as aplicações das medidas socioeducativas e seus resultados. Segundo Kant de Lima, a verdade será construída de maneira sigilosa e inquisitorial. Nesse ponto destaco em minhas observações do campo, que mesmo quando as testemunhas dizem que não sabem da participação do acusado no crime, nem mesmo seu envolvimento no tráfico local, os adolescentes acabam incriminados (Misse). Com efeito, o depoimento do policial tem grande relevância para ratificar a representação oferecida pelo MP e ao proferir a sentença condenatória a verdade judicial se vê concretizada. Observei também que muitas moralidades situacionais (Elbaum) são apresentadas nas práticas dos agentes quando, ao decidirem, ao falar que aceita até o fato do adolescente ter matado, mas a paulada ela não aceita. Um de meus interlocutores havia me dito, que cada caso é julgado conforme eles próprios queiram decidir e conforme suas próprias convicções e esse é um ponto interessante que aparece em diversas pesquisas produzidas pelo instituto e que mais uma vez está sendo confirmado como nos casos descritos. Com isso, compreendi relevância da minha pesquisa, uma vez que o domínio do Direito no Brasil, como os trabalhos de Roberto Kant de

Lima destacam há anos, é composto de normas abstratas que se aplicam concretamente apenas através da interpretação arbitrária dos agentes públicos, orientados por um sistema de opiniões dogmáticas (instituído como sistema de crenças e opiniões contraditórias na dogmática jurídica”), preocupado com o dever ser” . As representações sobre a sociedade são de caráter hierarquizado e sua atuação não é vista como voltada para a administração de conflito, decidindo de forma punitiva no atuar dos agentes que tem o poder de administrar o conflito desta maneira. Desta forma, o trabalho pretende apresentar, a partir das elaborações etnográficas e dessa minha observação participante, parte da construção da dissertação de mestrado que venho elaborando no Programa de Justiça e Segurança da Universidade Federal Fluminense do qual faço parte como discente, seguindo a trajetória de pesquisas realizadas no âmbito do InEAC.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_664_47889967_762747.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Por uma Antropologia com o Direito: algumas contribuições teórico-metodológicas para um diálogo possível

Yolanda Gaffrée Ribeiro (UFF), Karolynne Gorito de Oliveira (Advogada)

Esta comunicação parte do diálogo entre uma advogada e uma antropóloga na realização de um trabalho conjunto de busca e análise de documentos judiciais, especificamente de habeas corpus no contexto da pandemia de COVID-19. As reflexões aqui apresentadas derivam de uma experiência de pesquisa documental e dialógica que teve início com a participação das autoras em um projeto financiado pela CAPES (Edital nº 12/2021), cujo objetivo geral é analisar as decisões judiciais na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos para os casos de furto, roubo, tráfico e homicídio nas cidades do Rio de Janeiro, Campo Grande e Porto Alegre. Os HC selecionados foram impetrados em razão da Recomendação 62 do Conselho Nacional de Justiça, destinada aos juízes e tribunais para a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo Coronavírus no âmbito dos sistemas de justiça” . Em nossa análise específica, iniciamos uma busca no site do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) para mapear os habeas corpus impetrados face à recomendação 62 do CNJ, tendo como recorte temporal os meses de março de 2020 a dezembro de 2022, delimitando o tipo penal tráfico de drogas. Ao lidar com os documentos judiciais como peças etnográficas” , os quais atendem a certos constrangimentos e imperativos de coerência internos ao campo do direito, acabamos por analisar, de uma perspectiva antropológica, algumas categorias como a de segredo de justiça” , rubrica sob a qual se enquadravam muitos dos processos analisados, levando a relativizar verdades consagradas (e naturalizadas) no campo do direito. Ainda, fizemos uma etnografia documental atenta às moralidades inscritas no processo decisório, não para adotar uma postura de denúncia ou questionamento da decisão judicial, mas para entender as lógicas que regem as práticas judiciárias em diálogo com o fazer profissional no campo do direito. Desta forma, propomos um fazer antropológico com o direito, mais do que sobre o direito, suscitado pelo caráter dialógico observado no trabalho conjunto das autoras. Consideramos, ainda, que compreender as práticas e as regras do mundo jurídico - em diálogo com os profissionais do campo do direito - pode ser uma contribuição relevante ao fazer

antropológico, nem sempre familiarizado com o estudo das formas de produção de saber e reprodução de poder em instituições de controle social, como é o caso do campo jurídico no Brasil.

GT 098: Som, música e eventos: experimentações etnográficas

A reconhecida centralidade do olhar na tradição etnográfica, marca clássica da ideia de observação participante, tem sido continuamente desafiada por experimentações etnográficas que conferem destaque à dimensão multissensorial das pesquisas antropológicas. O objetivo deste GT é enfatizar a importância e os desafios teóricos e metodológicos dos trabalhos que tomam o som como aspecto especialmente relevante de pesquisas realizadas nos mais variados contextos etnográficos. Dentre as explorações possíveis de paisagens sonoras (todas bem vindas no GT), interessam-nos particularmente pesquisas com, sobre ou atravessadas pela música: debates sobre gêneros/estilos musicais, suas transformações e disputas; tensionamentos classificatórios em/entre campos musicais; reflexões sobre a dimensão performativa da música e sua relação com dinâmicas urbanas; análises sobre o campo da produção e do fazer musical e suas redes; articulações entre música, religião, política, emoção, território, lugar, performances; e debates metodológicos sobre estes estudos. Soma-se ainda nesta proposta um interesse específico nos debates contemporâneos sobre pesquisas etnográficas realizadas em eventos: situação antropológica usualmente abordada em trabalhos que tratam de som e música, mas nem sempre discutida com a devida atenção. Interessam-nos, também, modelos experimentais de comunicação científica, que valorizem a dimensão sonora inclusive no momento da apresentação e divulgação destes trabalhos.d

Coordenação

Carly Barboza Machado (UFRRJ), Matheus Gonçalves França (ABA)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Ratos de Porão tem nada a ver com Charlie Brown Jr.”: o movimento underground de Toledo entre associações e dissociações

Aldo Francisco Valoto (UFPR)

Este trabalho busca apresentar a cena underground de Toledo – PR, local no qual estudei junto a seus membros e produzi minha dissertação. Aqui, minha proposta é demonstrar como a cena tomou sua forma, como ela veio a ser o que era por meio dos relatos de algumas de suas membras e membros, acentuando tal formatação a partir das trajetórias de vida destas pessoas. Assim, buscou-se objetivar os processos de associações e dissociações tendo em vista os processos de identificação e comunitarização tendo a música como sua agente, o que fica explícito em minha formulação de “comunidades musicalmente motivadas”. Propus entrevistas de longa duração com as pessoas que dela participam em momentos diferentes, nas quais perguntei sobre suas experiências enquanto frequentadoras das cenas regional e nacional,

enquanto organizadoras de eventos e shows, fãs, artistas; enfim, pessoas que têm sua trajetória aterrada às comunidades musicais. Junto à apresentação destas trajetórias, busco apresentar a cena underground de Toledo e o processo pelo qual passou até chegar à sua formatação atual que é o coletivo Subversa. Os coletivos são a forma pela qual a comunidade musical é objetivada pelas próprias participantes; então, considero importante sua compreensão para acionar as formas como o underground é manifesto pela e a partir da comunidade de praticantes. É importante perceber que o underground é distintivo para quem tem a sensibilidade (pensando no sensível de Bourdieu) de reconhecer o underground. Para quem veste uma camiseta dos Beatles ou do Iron Maiden no dia-a-dia poderia muito bem imaginar-se como membro da “comunidade rockeira” de Toledo. Agora, para a comunidade de praticantes do underground, usar estas camisetas são sinais diacríticos que manifestam, na realidade, a não participação; afinal, se Charlie Brown Jr. tem nada a ver com Ratos de Porão, Beatles e Iron Maiden têm menos a ver ainda.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_785_11405216_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A mimese ritual à cidade sagrada: o poder das recitações em uma confraria sufi transnacional.

Bruno Ferraz Bartel (UFPI)

O artigo explora as dimensões das ações devocionais realizadas pela confraria senegalesa Muridiyya no município de Niterói (RJ). No que diz respeito às doutrinas do campo ritual, a maioria dos discípulos considera o valor da submissão, o amor pelo santo patrono, a leitura dos poemas religiosos (qasidas) e a oferta de dinheiro mais importantes do que a recitação diária das litânias. Além disso, durante a prática das invocações dos nomes e da presença de Allah (dhikrs), é importante destacar as relações entre os fenômenos de santidade, profecia e milagres provenientes dos santos, considerados homens protegidos e honrados por Allah. A maioria dos discípulos e portadores de narrativas orais empenham-se em comprovar a santidade dessas figuras mais proeminentes. No entanto, essas hagiografias estão sempre sujeitas a edições e remodelações, ou seja, elas não constituem uma organização homogênea com uma história linear e isenta de conflitos. Ao contrário da suposta capacidade do ritual de conectar lugares distantes por meio da atuação de imaginários transnacionais, argumento que tanto as qasidas quanto os dhikrs buscam renovar as experiências de seus participantes por meio da ação mimética com a cidade de Touba, local que abriga o mausoléu de Shaikh Ahmadou Bamba Mbacke (1853-1927). A produção de dados sobre o cotidiano religioso deste grupo sufi foi viabilizada por meio de um trabalho de campo realizado durante o Ramadã (mês sagrado para os muçulmanos) em 2023, contemplando algumas visitas aos locais de encontro do grupo em fevereiro de 2024. As experiências etnográficas tiveram como base as reuniões de discípulos da Muridiyya, organizada na associação local (dahira) e frequentada por senegaleses da etnia Wolof. As observações diretas sobre a vida ritual sufi foram complementadas com conversas informais, a fim de obter acesso ao fluxo interpretativo dos adeptos e confrontar as informações provenientes dos interlocutores com outros contextos etnográficos já desenvolvidos. O uso de equipamentos, como mesa de som, microfones e alto-falantes, juntamente com a reprodução de

CDs contendo recitações ao santo patrono, criava uma paisagem devocional mimética com o local sagrado da confraria. Além disso, essas ações evocavam uma cenografia religiosa compatível com as aspirações dos envolvidos. Tais performances sonoras (recitações feitas no local e/ou gravadas), combinadas com as perspectivas exigidas pela ortodoxia local, recriavam os imaginários dos adeptos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_571_17703995_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os estúdios de gravação no contexto da produção musical contemporânea: experiências de pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo

Daniel Ferreira Wainer (UFRJ)

Este trabalho procura descrever e analisar contextualmente tipos de estúdios de gravação enquanto espaços fundamentais de objetivação e investigação fonográfica. Partimos da confluência entre experiência etnográfica do autor, literatura especializada e diferentes tipos de materiais documentais, inspirados pelos sound studies, para entender em que medida esses laboratórios de sons podem contribuir para uma compreensão dos processos musicais e sonoros em sentido amplo. O trabalho decorre de pesquisas de campo empreendidas entre as camadas médias das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre os anos de 2017 e 2018. Pretende-se problematizar esses ambientes tendo em vista as categorias e práticas classificatórias que circulam no meio, as quais, ora enfatizam as similaridades de cada local, ora suas diferenças. Será esboçada, a partir disso, uma tipologia que objetiva dar conta desta configuração social, considerando o tamanho de cada estúdio, suas relações sociais e meios técnicos de produção, sua inserção em diferentes mercados, entre outros fatores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_019_94218733_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Pique Favela: DJs de baile, montagens e o sonoro na construção de territorialidades no funk carioca

Daniela Moreira de Faria de Oliveira Rosa (UFRJ)

O funk carioca é o primeiro gênero de música eletrônica brasileiro e é continuamente criado nos bailes funks do Rio de Janeiro. Os bailes são realizados desde a década de 1970 por e para a população que habita morros e favelas da Região Metropolitana, principalmente. De forma geral, os bailes são festas de Sound System, ou seja, festas que tem o sonoro, produzido por um DJ e seu aparato técnico, e reproduzido por caixas de som empilhadas em paredes, como elemento central e condutor das relações, que se manifestam, substancialmente, pela dança. Em comunicação com outras manifestações culturais como o samba, pagode, torneios de futebol etc., os bailes constituem a subjetividade de grande parte dos moradores das comunidades que os produzem. Como empreendimentos coletivos de toda uma vizinhança, os bailes integram a economia e os modos de viver de comunidades diversas. Ainda que sob constante ameaça de aniquilação, eles resistem como acontecimentos que se tornaram tradicionais em seus territórios. Sendo assim, este artigo é parte de uma tese de doutorado em processo, que busca

pela pesquisa etnográfica dar visibilidade na academia às montagens do funk carioca. As montagens são músicas assim denominadas pelo circuito do funk desde a década de 1990, que se relacionam com o Set dos DJs de baile na medida em que são produzidas pela mixagem de funks e samples de funk preexistentes. Muitas vezes subvalorizadas pelos próprios produtores de funk, as montagens funcionam como dispositivo para jovens DJs ingressarem no circuito e são fundamentais nos processos constantes e simultâneos de invenção e preservação do funk carioca - além de serem as músicas mais tocadas nos bailes. Embora ainda não tenham se constituído como objeto de estudo para o campo do funk, as montagens representam um instrumento de pesquisa privilegiado para se observar, entre outros aspectos, a construção de memória no funk carioca e a sua simultânea atualização junto às demandas de sensibilidades do presente. O objetivo é demonstrar a relevância das montagens nos processos fundamentais do gênero, contribuindo para uma compreensão mais abrangente do funk carioca na academia. Em paralelo, este trabalho procura tangenciar as maneiras pelas quais o funk carioca expressa territorialidades por aspectos não discursivos da música. Como músicas produzidas para mediar as relações do baile, as montagens, desde as Montagens de Galera, tornam audíveis não só os nomes de suas comunidades, mas também suas sensações. As colocações aqui reunidas são fruto de um trabalho de campo que se inicia em 2018 e é contínuo e indiscernível de meu cotidiano como público dos bailes e integrante de um estúdio musical de favela localizado no Complexo do Lins, Zona Norte do Rio de Janeiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_365_86342642_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O dia em que chorei em campo - notas etnográficas sobre afetos, samba e pentecostalismo

Felipe Gabriel de Castro Freire Oliveira (CERNe-USP)

O pretensão comportamento analítico do trabalho antropológico pode se tornar um desafio de metodologia para quem realiza um estudo etnográfico de maneira presencial. Estar em campo requer protocolos que construam a posição do pesquisador nesse ambiente de maneira a estabelecer uma relação de confiança com as pessoas interlocutoras e que deixe evidente o objetivo do trabalho científico em execução. Contudo, estar em campo é também estar suscetível ao inesperado, ao imponderável e aos afetos criados entre as sujeitas e os sujeitos. Nesse sentido, este trabalho se propõe a pensar as implicações metodológicas e éticas de episódios em que este autor, mesmo não sendo adepto de igrejas pentecostais, chorou durante celebrações religiosas de ministérios que realizam louvores em ritmo de samba. A pesquisa de doutorado em curso se baseia na análise de práticas desse gênero musical propostas por duas instituições do campo evangélico e a investigação de como se tratam de estratégias de proselitismo, maior engajamento de integrantes convertidos (grande parte ex-integrantes de grupos de pagode ou escolas de samba) e de disputas sobre uma possível identidade brasileira evangélica. Este autor, como dito, apenas passou a ter contato com essa expressão devocional a partir do início da pesquisa de campo, que se tornou interesse de estudo devido a sua trajetória pessoal no universo do samba e do carnaval (é músico pandeirista e mestre-sala em uma agremiação do interior do Estado de São Paulo) e seu questionamento sobre as disputas identitárias no atual período de transição religiosa no Brasil. Como esse jogo de aproximações

e distanciamentos, próprio das relações antropológicas de estudo, ajudam a construir a imagem do sujeito pesquisador em campo? Como lidar com afetos que podem complexificar a relação entre as pessoas em um ambiente de pesquisa? Emocionar-se em campo cria implicações de que tipo para o resultado das investigações? Como relatar esses afetos e compreender as suas causas? O impacto da música seria um sintoma de como pesquisadoras e pesquisadores estão suscetíveis ao imponderável em seus trabalhos de campo? Essas e outras questões, subsidiadas pela bibliografia especializada na relação entre sujeitas e sujeitos de pesquisa e suas implicações metodológicas, irão nortear esta reflexão.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Jesus Cristo é o motivo do meu samba”: A música gospel como recurso de gestão da vida cotidiana em territórios urbanos

Frederico Felipe Souza de Assis (UFRRJ)

Nas últimas décadas, em virtude do efetivo crescimento evangélico (pentecostal) em territórios urbanos, práticas deste segmento religioso se misturaram com a vivência das periferias. Ao longo desse processo de imbricamento e tensionamentos mútuos, a “cultura gospel” passou a incorporar elementos do modo de vida das periferias urbanas e a vida nas periferias urbanas passou a absorver práticas, valores e experiências pentecostais. Ocupando, circulando e/ou disputando as ruas, evangélicos das mais distintas vertentes não somente (re)configuraram o cenário urbano, mas também se fizeram ouvir nos espaços públicos pelos quais percorreram. Pontos de pregação, louvores nos trens do subúrbio, marchas para Jesus, blocos evangelísticos e outros tantos eventos onde a música gospel possui centralidade se tornaram cada vez mais populares, nas margens e nas mídias. Desta forma, assim como o samba e o funk, a música gospel tem se consolidado como elemento integrante do cotidiano de uma parcela significativa de pessoas das periferias urbanas que, através dessa sonoridade, recorrem ao sagrado e exercem a gestão da vida ordinária. Neste trabalho, pretendo abordar analiticamente uma roda de “samba gospel”, realizada em Duque de Caxias, Baixada Fluminense, no ano de 2018, a fim de compreender de que forma as interações entre o samba, música gospel e o pentecostalismo têm (re)configurado práticas sociais nas regiões metropolitanas fluminenses. Este evento traz como protagonista um pastor e cantor de samba gospel, cuja trajetória nos estimula a (re)pensar constantemente a relação entre religião, política e cultura nas periferias urbanas. O cantor a que me refiro é Waguinho, um pagodeiro que até o final dos anos 1990 integrou o grupo “Os Morenos” e se converteu à religião evangélica no início dos anos 2000, mantendo vínculos afetivos e culturais produzidos nas rodas e redes de sociabilidades. A prática do pagode combinada com a vivência pentecostal gera tensões recíprocas. A infiltração mútua que ocorre entre essas experiências forja um produto musical cuja estética é híbrida e esta característica confere ao samba gospel condições de circulação, alcance e/ou criação de um público para além das fronteiras (religiosas e seculares) estabelecidas. Considero que se faz relevante acirrarmos os debates sobre como e o quanto a íntima relação entre a religião pentecostal e os territórios urbanos tem gerado atualmente tensionamentos de fronteiras, formas de mediação e fluxos culturais. Em tempos extremos, a música gospel ocupou os streamings, transmitindo alento, produzindo esperança, não como um mero acessório de entretenimento e fuga da realidade, mas

sim como um poderoso recurso para encará-la, (re)mediando dores e conflitos, para celebrar a vida.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_586_50843798_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As Rainhas Makuas: dançar e cantar tufo pela ótica da educação e corporeidade

Jaqueline de Oliveira e Silva (UFMG)

Esta apresentação tem como objetivo abordar as estratégias pelas quais os aconselhamentos cantados, chamados em idioma makua de *ikanos*, estão presentes no cotidiano das Rainhas de Tufo, figura central desta prática performativa, predominantemente feminina, disseminada na região norte de Moçambique, no continente africano. A dança tufo faz parte de uma ética de reciprocidade que envolve o dançar-cantar, quem assiste à dança e quem a proporciona, na qual a dinâmica de convidar, receber e aconselhar é extremamente importante. O dinamismo ideal do tufo, enunciado muitas vezes pela expressão a dança que anima corresponde a boa interação das partes que compõem o todo: as habilidades corporais das dançarinas, as letras das canções elaboradas de acordo com a ocasião que foram convidadas, a interação entre a Rainha, as dançarinas e os músicos (chamados em língua local de *anatomboros* ou *musiqueiros*), as *capulanas*, tecidos escolhidas para o evento serem boas e bonitas, os tambores (*ikanos*) estarem bem apertados e a interação com o público presente. A sociabilidade dos corpos humanos e não humanos que se conectam numa performance que tem como fim animar, receber e aconselhar é o que define um bom tufo. Os conselhos, imbricados nas canções e na dança, também norteiam a sociabilidade de uma associação, prática protagonizada pelas Rainhas, que possui estreita relação com ideia de educação dos sujeitos presentes dos ritos de iniciação, tanto femininos quanto masculinos, nos quais as Rainhas, em seu diálogo dançado com os tambores (*ikoma*) possuem um papel central na manutenção desta prática.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

De gênero musical excluído a patrimônio imaterial da cidade: tensionamentos e disputas no Movimento Brega

João Victor Souza de Azevedo (UFPE)

O Movimento Brega, expressividade da cultura recifense em Pernambuco, é reconhecido por meio da sua ligação com a música brega. A movimentação musical promovida desde a década de 60, primeiramente pelo cantor Reginaldo Rossi, vem se modificando musicalmente ao passar dos anos e criando tensões importantes. Os fazedores deste gênero, os quais ocupam funções diversas, realizam o movimento na busca por direitos, ou seja, apesar de estar vinculado à música, atualmente o Movimento Brega está em plena articulação política. Contudo, a forma como este movimento vem se organizando perpassa por questões mais profundas do que a própria complexidade musical, mas atravessa temas como expulsões urbanas, periferização, raça, classe, gênero e sexualidade, aspectos de violência, entre outros assuntos que revelam o cotidiano das grandes cidades brasileiras (SOARES, 2017; AZEVEDO, 2022). Porém, é preciso entender em que nível da esfera institucional o Movimento Brega está inserido, para

realizar um debate em torno do que se promove na cultura do Recife a partir de políticas públicas. A pesquisa, portanto, cumpre uma agenda interessada em debater as potências do Movimento Brega e sua intensa participação em festas públicas da cidade após sua patrimonialização. Ao compreender as questões acima relatadas, a pesquisa se desenvolveu metodologicamente por meio de análises em eventos públicos, como o Festival Novembro Brega, ocorrido no mês dedicado ao Movimento em Recife, e o carnaval de 2023 e 2024. Percebe-se, a partir dessas análises, o nível do envolvimento da cidade com esse bem patrimonializado, da validação enquanto uma expressão cultural da cidade, como a considerar um patrimônio incômodo e sem sentido. É possível afirmar que o Movimento Brega é resultado de uma contínua disputa pela cidade, a partir da música produzida e por todos significados que carrega. O fortalecimento de uma cultura periférica em Recife, deve ao Movimento Brega uma página de destaque pela sua contribuição frente a um sistema político que ainda insiste em menosprezar produções advindas das margens urbanas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_423_49572243_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

“Não é uma roda, é um quadrado”: percepções de músicos e público acerca de uma roda de choro na zona sul do Rio de Janeiro

José Renato de Carvalho Baptista (INES)

Afirma-se que o choro não é um “gênero musical” mas, sobretudo, uma forma particular de fazer música, dotada de uma linguagem e de regras muito rígidas. Estas regras definem o pertencimento dos músicos a linhagens musicais muito bem determinadas, que se ligam ao uso de certos instrumentos e padrões estéticos, mas principalmente de uma “tradição” que caracteriza o choro. A “roda de choro” é o lugar onde o músico verdadeiramente “aprende a tocar”, e onde ao mesmo tempo ele se põe à prova, para demonstrar sua competência e seu pertencimento a estas linhagens e à “tradição”. A partir de uma etnografia sobre um espaço da cidade do Rio de Janeiro onde um grupo de músicos se reúne semanalmente para fazer choro, proponho analisar as diversas percepções de músicos do próprio grupo, mas principalmente de fora dele que afirmam não se tratar de “uma autêntica roda de choro”, por não atender aos rígidos padrões que caracterizam o estilo. “Não é uma roda, é um quadrado”, afirmou um músico, condenando o entendimento dos membros da roda sobre a verdadeira “tradição do choro”. Entretenimento para o público em geral, que se deleita com as diferentes formações que ali se apresentam, o evento se mantém há mais de uma década “fazendo choro” e animando a feira livre que ali ocorre.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O que o rio me falou - As músicas de Cleide do Arapemã no Baixo Amazonas

Liendria Marla Malcher Silva (Universidade de São Paulo)

Neste trabalho, proponho uma reflexão sobre a trajetória de vida e produções da cantora e compositora quilombola Cleide do Arapemã, através da produção de uma etnografia audiovisual. Suas canções versam sobre memórias, pertencimento e experiências de ser



quilombola na confluência da territorialidade ribeirinha nas margens do rio Amazonas e das epistemes negras, assim, produz um musicar local próprio, fazendo de suas performances afrografias, que, tal como define Leda Martins, são formas de inscrições de saberes ancestrais, bem como, espaço estético e pedagógico no compartilhamento do conhecimento incorporado quilombola. Cleide é uma mulher negra, de 61 anos de idade, natural da comunidade remanescente de quilombos de Arapemã, localizada na área de várzea da cidade de Santarém, Pará. Foi presidente da Federação das Organizações Quilombolas de Santarém (FOQS), co-fundadora do grupo Na Raça e Na Cor, atuando em frentes e projetos de proteção da mulher quilombola. Cleide compõem desde a juventude, registrando seu cotidiano ribeirinho e seu entendimento sobre seu território, porém, somente em 2017 teve a oportunidade de gravar um CD em parceria com a Terra de Direitos, onde constam músicas como Beira de rio, Negra Nagô, Roda Pião e Igarapé, combinando estilos como carimbó, brega, seresta e lundu. Para compreender a musicalidade de Cleide, tomo como referência o conceito de musicar - em inglês Musicking - de Christopher Small (1998), conferindo sentidos performático, participativo e contextual às práticas musicais. Entende-se também que ela produz uma performance da oralidade e do corpo, conceituadas como afrografias por Leda Martins (1997), motivando junto de sua comunidade lugares de inscrições de memórias, saberes e experiências, um importante espaço pedagógico, de encontro, lazer e compartilhamentos estéticos. Nesse sentido, a memória não é apenas a rememoração de um passado que marca a trajetória de determinado grupo social, mas é reelaborada constantemente a partir da prática coletiva ativa no presente e reflexiva de um futuro compartilhado. Cantar e dançar é refazer o mundo de seus antepassados, praticando o mundo vivido do presente e construindo um mundo por vir. Nesse sentido, a produção musical de Cleide traz uma riqueza estética, memorial, social, histórica e antropológica que aborda não só as territorialidades amazônicas, mas também a resistência, luta e vivência da população negra no Brasil. Este trabalho é parte da pesquisa que desenvolvo no doutorado, que tem como tema as musicalidades quilombolas no baixo Amazonas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Formulações etnográficas - vadiando com conceitos

Lucas Barbosa Lima (Associação)

O trabalho intitulado Formulações etnográficas - vadiando com conceitos é fruto da pesquisa minha desempenhada no doutorado, onde discuto musicalidade, corporeidade e identidade nas rodas de Capoeira Angola. O presente trabalho é uma etnografia que envolve uma imersão no campo que venho há alguns anos coletando dados de pesquisa por meio da observação participante, anotações e gravações de áudio visual da realização das rodas de Capoeira Angola. O presente trabalho busca apresentar um conceito de pesquisa chave para a realização da minha tese de doutorado, nomeada de vadiação etnográfica. Vadiação etnográfica é o conceito que surge com o objetivo de evidenciar os múltiplos lugares que por muitas vezes o pesquisador tem que se flexibilizar para dar conta da sua pesquisa, em outras palavras é a circunstância social de viver a experiência por completo (cantar, tocar, jogar, ouvir, afinar instrumentos, receber convidados, etc) ao mesmo tempo produzir a ciência com seu rigor científico de coleta de dados e armazenamentos (anotações em campo, gravações, entrevistas, etc). Vadiar na



Capoeira Angola é um termo que remete á prática do jogo, onde as expertise dos seus praticantes entram na roda para bater sem pegar, derrubar sem tocar, falar sem dizer. Na roda de Capoeira Angola a vadição é de lei, mas a lei não é o Código Penal de 1890 na primeira República e muito menos o artigo 59 do decreto lei de 3.688 de 1941 que reforçou a criminalização de pessoas negras que estivessem reunidas. A vadição é fundamento da prática da Angola, que por sua vez é envolvida por uma atmosfera musical que estimula os seus praticantes durante toda sua prática. Compreendo que existe um processo de receptação dos sons aos corpos através de um processo de estimulação de vibrações nervosas, afetadas por ecos sonoros propagados (LANGER, 2006). Assim acontece nos cantos e instrumentos da Capoeira Angola, que atingem diretamente os corpos daqueles que integram e buscam entender o significado daquela prática cultural. Os corpos se movem a partir das provocações tonais e rítmicas, recebendo estímulos vibracionais, interpretados consciente ou inconscientemente. GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 1ed- São Paulo: Atlas, 1987 GILROY, P. O Atlântico Negro. São Paulo: Editora 34, 2001. LANGER, Susanne K. Sentimento e forma: uma teoria da arte desenvolvida a partir da filosofia em nova chave. Trad.: Ana M. Goldberger Coelho e J. Guinsburg. São Paulo: 2006

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O musicar local dos festivais de viola e sertanejo raiz

Luiz Fernando Dias Prado (Universidade de São Paulo)

Este trabalho apresenta o desenvolvimento de uma pesquisa em andamento sobre a produção da localidade a partir do musicar de festivais de viola e música sertaneja raiz. Procura-se entender como as práticas de músicos, organizadores e jurados, que atuam para a produção dos festivais, contribuem na construção de uma localidade na qual a música assume papel central como elemento de identidade. Para tanto, parte-se do conceito de musicar local para se fazer uma análise de festivais realizados nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Em comum, estes eventos apresentam a ênfase em um repertório musical identificado como caipira ou sertanejo raiz, apresentações ao vivo de duplas de viola e violão e canto em terças, que disputam troféus e prêmios em dinheiro e a presença de um corpo de jurados para avaliá-las. Ao mesmo tempo, também enfatizam discursos sobre valorização e resgate de "raízes" e "nossa cultura". A hipótese é que o musicar dos festivais produz uma localidade que não se circunscreve apenas no espaço geográfico, mas também no tempo, reavaliando as noções de pertencimento ao ambiente rural em face das transformações mais amplas da sociedade brasileira.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_568_38830814_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

K-Pop vs. Funk: estilos musicais e feminilidades em jogo em um bairro popular na cidade de Campinas

Maria Fernanda Corrêa Frazão (UNICAMP)



Os estilos musicais e as diferentes noções de feminilidade se encontram em circulação nos espaços urbanos especialmente através das dinâmicas de relações entre os jovens. Dentre esses espaços, a escola aparece como uma das principais instituições onde os jovens experimentam a socialização entre pares e estabelecem afinidades e desafinidades de acordo com suas características e visão de mundo. A pesquisa de mestrado que sustenta este trabalho vem sendo desenvolvida desde 2021 e, através da abordagem qualitativa e etnográfica, tem como objetivo analisar os diferentes estilos de feminilidade entre garotas adolescentes em um bairro de classe popular da cidade de Campinas, São Paulo, e a relação que elas estabelecem com a escola. Partindo das reflexões de Pierre Bourdieu (2003, 2007), busquei apreender o sistema de valorização de diferentes práticas e estilos dentre as meninas adolescentes, identificando aqueles mais aceitos socialmente e buscando compreender o entrelaçamento desses aspectos na formação de grupos de amizade, na relação com os estudos e com o cotidiano escolar. Nesse sentido, o objetivo da pesquisa é identificar as características tidas como mais marcantes e a moralidade vigente no território, que orienta tanto a relação das meninas entre si quanto a relação que as mesmas estabelecem com a escola e os estudos. A preferência por certos estilos musicais em detrimento de outros apareceu como um tópico de destaque na construção da identidade das meninas e também na formação de grupos de amizade distintos, com destaque para a diferenciação entre o Pop Internacional (especialmente o K-Pop) e o Funk. Nesse contexto, a preferência por um desses estilos mostrou se relacionar intrinsecamente a outras características marcantes na distinção de diferentes grupos de amizade e estilos de feminilidade, como por exemplo os modos de viver a sexualidade, de se portar na escola e de se vestir. Nesta comunicação irei descrever a relação entre os estilos de feminilidade identificados e a preferência por certos estilos musicais, apresentando também as principais características e as diferenças mais marcantes na distinção entre os grupos, articulando a discussão com outras categorias que se mostraram pertinentes para análise, especialmente raça, classe e religião.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_119_21537130_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A descoberta do som: uma análise sobre a diferença sonora no evento da 22a Expo Itaguaí
Pamela da Silva dos Santos (PPGCS)

Essa comunicação é resultado de uma pesquisa que foi feita em movimento, seguindo pessoas que se organizam na cidade de Itaguaí (Baixada Fluminense do Rio de Janeiro), criando espaços de diálogo de construção artística e política. O foco deste trabalho está no acompanhamento dos processos de organização de eventos culturais e sua relação com as políticas públicas urbanas. Para isso, acompanhei dois eventos: um organizado pela classe artística, chamado “Primeira Conferência Popular de Cultura”, e outro organizado pela gestão municipal, chamado “22 Expo Itaguaí”. Para esta comunicação pretendo me debruçar sobre a dimensão sonora deste último evento, a “22 Expo Itaguaí”. Como discute Chaves (2000, p.14), a metodologia desta pesquisa foi se desenvolvendo enquanto a pesquisa de campo também ocorria. Em diálogo com as reflexões propostas por Chaves (2000), experimentei uma abordagem etnográfica que se realiza na trilha dos eventos e das palavras feitas ações, moldadas pelo objeto de pesquisa. Abordagens antropológicas sobre eventos, com foco nas ações sociais, têm por referência

diversos autores clássicos, dentre os quais destaco Gluckman (1987) e seu debate sobre a ideia de situação social. O conceito de situação social nos ajuda a compreender e observar os atores em ação. Essa metodologia permite analisar também as estruturas de relações, ou sistemas de relações, imbricadas nesta dinâmica. Ao longo da imersão etnográfica no evento da Expo, que é a combinação de uma feira agropecuária com um festival de música, destaca-se a paisagem sonora do campo. Embora num primeiro momento parecesse desarmônica, ela tinha uma lógica em si mesma que me despertou para um olhar mais curioso sobre estes sons e como, a partir destes, fazia-se possível analisar a gestão desigual das atrações artísticas no evento. Era marcante a diferença entre os equipamentos utilizados nos diversos espaços, contrastando-se os recursos utilizados na Arena Cultural, destinada aos artistas locais, daqueles que apoiavam o Palco Laiá, que recebia os artistas de ampla circulação nacional. Esta comunicação pretende se debruçar sobre a diferença sonora produzida nestes dois espaços situados num mesmo evento, a fim de pensar a gestão de recursos de políticas culturais locais, em nível municipal.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Interseccionalidades através do pagodão: uma proposta de abordagem sobre metodologias ativas dentro da educação básica

Ronald Miguel Souza da Silva (UFRB)

A proposta de trabalho apresentada nesse espaço de debate, refere-se ao projeto de intervenção utilizado no componente de estágio obrigatório, do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. O trabalho foi inspirado na trajetória do coletivo Brincadeira de Negão, que se debruçou a estudar sobre as subjetividades e masculinidades racializadas, categorias e estruturas de sentimento que articulam, de modo problemático e contraditório, os sujeitos com às estruturas do Estado e do mercado, sobretudo as influências que perpassam e atravessam o pagodão baiano. O objetivo desse trabalho é estudar os assuntos interseccionais através da ótica do pagodão moderno, e da maneira em que ele pode se apresentar, seja pelo viés da opressão ou pelo viés da representatividade e empoderamento feminino, e posteriormente de qual maneira o estudo sobre o pagodão contribui para o entendimento das subjetividades dos alunos, e consegue abrir o debate sobre temas importantes e pertinentes para as Ciências Sociais em sua contemporaneidade.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_229_33740380_068429.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Da Central do Brasil à Grande Leopoldina: o Trem do Choro e suas dinâmicas

Sandra Maria Corrêa de Sá Carneiro (UERJ)

Tendo por foco o Trem do choro, um evento anual celebrado desde 2013, na cidade do Rio de Janeiro, procuro discutir neste trabalho como o choro tem sido um elemento de mobilização de grupos sociais, através de intervenções nos espaços públicos, acionando novas modalidades de práticas e representações, constituindo-se em uma agência importante em termos de processos de identificação socioculturais. O choro não é apenas um gênero musical, mas também uma prática cultural complexa (presente em várias regiões do Brasil), tendo um caráter plural

relacionado às diferenças estéticas associadas aos diferentes contextos onde ocorre e com distintos significados atribuídos pelas comunidades de chorões (denominação dada a seus músicos) nos diferentes territórios onde é produzido. Neste sentido, procuro mostrar como o Trem do choro pode ser um elemento capaz de redimensionar os sentidos de pertencimento, de tradição, de sociabilidade, de tensões e de reivindicações por reconhecimento no contexto dos subúrbios cariocas. Assim, através desse estudo de caso pretendo também analisar as possíveis articulações entre música, território, lugar e construção de identidades.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Atuações político-artísticas do movimento brega em meio à pandemia

Tarsila Chiara Albino da Silva Santana (UFSC)

Nesta exposição, gostaria de discutir a complexidade das respostas dadas pelo movimento brega à emergência da pandemia em Recife, o que envolve várias experiências individuais e compartilhadas que são politicamente combinadas. As maneiras como o movimento tem lidado com esse evento crítico assinala como a música não pode ser isolada dos processos sociais que constituem as vidas dos sujeitos. Pois, por meio da música, os sujeitos dão significado à pandemia. Nesse sentido, verifica-se uma estreita relação entre o movimento e as ações públicas voltadas para intensificar as medidas de contenção da pandemia. Como exemplo dessas respostas, eu descrevo o uso do Mc gotinha do brega-funk, que performatiza e imuniza o passinho da esperança”, por parte da Prefeitura do Recife, bem como de outras prefeituras da Região Metropolitana, nas campanhas de vacinação; e o brega de protesto/social, que se utiliza do passinho e da politização para conscientizar as pessoas da comunidade sobre a crise sanitária. A participação da cantora Michelle Melo no carro da vacina em dezembro de 2021 e da cantora Brunessa Franca da Banda Sedutora, no caldinho da vacina, também são descritas. Ao realizar a descrição dessas ações, volto meu olhar para a música desde uma perspectiva que não foca exclusivamente os seus sons. Ao mesmo tempo, esse olhar também considera a ação das pessoas. Dessa maneira, com base em uma descrição centrada nas narrativas dos sujeitos que fazem parte do movimento brega, meu foco será marcar a relação entre música, saúde e política no interior do movimento brega no contexto da pandemia de Covid-19.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os sons do bailão: sobre o universo acústico de festas populares em Pelotas (RS)

Wagner dos Santos Sicca (IFSul)

As luzes, os cheiros, os sabores, o calor... Muitos são os estímulos aos sentidos em um estabelecimento como o bailão, tipo de casa noturna existente no Rio Grande do Sul e cujas ocorrências em Pelotas, cidade da região sul desse estado, são de interesse da pesquisa em andamento que embasa a presente apresentação. O caráter essencialmente musical dessa festividade, no entanto, dá à dimensão sonora da experiência um papel de destaque, afinal não há bailão sem música. Dessa forma, considero imprescindível para a apreensão desse tipo de lugar a investigação dos sons que o compõem. Partindo da ideia de paisagem sonora desenvolvida por R. Murray Schafer (2001) e considerando as críticas a esse conceito tecidas por Tim Ingold (2015), busco nessa apresentação discorrer sobre os sons do bailão, dando

ênfase ao aspecto acústico do lugar sem perder de vista a multiplicidade de elementos que fazem desse ambiente o que ele é.

GT 099: Técnica, Território e Práticas de Conhecimento

Neste GT buscamos abordar as relações e transformações técnicas vivenciadas em diferentes contextos sócio-ecológico-territoriais. Nos interessa refletir sobre as dinâmicas de tradições de conhecimento locais e práticas de conhecimento em curso a partir de uma perspectiva da antropologia (mas em diálogo com outras áreas de saber), interessada nos processos técnicos, sem adesão a acercamentos tecnofílicos nem tecnofóbicos. Serão bem-vindos trabalhos preferencialmente de caráter etnográfico que reflitam sobre a articulação entre processos técnicos e territoriais, através de aproximações teórico-metodológicas que apresentem avanços quanto a superação de determinados dualismos como natureza/cultura, material/imaterial ou sujeito/objeto. Nesse sentido, esperamos trabalhos que abordem intencionalidades e escolhas técnicas, cadeias operatórias, gestos e ritmos técnicos, a constituição de redes sociotécnicas, as relações com objetos técnicos e os processos de aprendizagem relacionados com diferentes concepções de território e modos de ação que configuram modos de vida e específicas organizações político-territoriais. Nos interessa também receber trabalhos que levem em conta o papel das técnicas e das relações ecológicas na geração de mapeamentos participativos e demais produções colaborativas que resultem da confluência entre preocupações acadêmicas e práticas de conhecimento locais.

Coordenação

Alessandro Roberto de Oliveira (UNB), Fabio Mura (UFPB)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Relaciones de poder intra e interétnicas vinculados a la producción y circulación de artesanías indígenas en la provincia del Chaco, Argentina.

Ana Emilia Cao (CONICET)

El presente trabajo indaga, mediante el método etnográfico, en las relaciones de poder intra e interétnicas vinculadas a la producción y circulación del trabajo (artesanal/artístico) de mujeres indígenas en torno a un conjunto de dispositivos: la Feria Artesanal Aborigen Chaqueña, su Concurso de Artesanías y el Museo Artesanal René J. Sotelo. Utilizamos la categoría nativa trabajo para referirnos a las producciones artesanales/artísticas realizadas por mujeres de los grupos étnicos qom, moqoit, wichi y shimpi/vilela. Se trata de la producción de alfarería, cestería en palma y totora y tejido en lana y chaguar; actividades que representan desde la década del 60 una importante fuente de ingresos económicos para las mujeres indígenas y sus familias en la provincia del Chaco. El análisis que nos proponemos involucra el estudio de distintos niveles de agencia indígena en el despliegue de estrategias de negociación, resistencia y autonomización que se ponen en marcha a través de la producción y del intercambio de artesanías en el marco de un sistema de relaciones intra e interétnicas asimétricas. Nos enfocamos especialmente en las tensiones que se producen a partir de la intervención y la

legitimación institucional (privada y estatal) atendiendo a los efectos de estas operaciones en la configuración de un campo específico para las artesanías indígenas que atraviesa una trama social caracterizada por la desigualdad. Este trabajo responde a una investigación que se inscribe en el paradigma interpretativo y despliega una estrategia metodológica de índole cualitativa que considera un enfoque analítico que atiende tanto a una dimensión macro-social de la realidad (que incluye procesos histórico-políticos) como a una micro-social, que centra su análisis en las relaciones sociales, los vínculos entre las personas y con/ mediante los objetos, sus acciones, valores e interpretaciones.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_901_28788096_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As relações entre técnica e estética no registro rupestre: o caso do sítio Roça Nova, Camalaú, PB

Carlos Xavier de Azevedo Netto (UFPB)

A tradição dos estudos arqueológicos acerca dos grafismos rupestres, a chamada Arte Rupestre, no território brasileiro não agrega os atributos estéticos aos atributos técnicos, encontrados nessas manifestações. Assim, a presente comunicação tem como objetivo apresentar as possibilidades relacionais entre as categorias de atributos apontados acima, fruto da pesquisa de pós-doutoramento, efetivada junto ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural sob a supervisão do Prof. Dr. Carlos Etchevarne. Par essa discussão optou-se por centrá-la nos casos observados no Sítio Roça Nova, onde foram identificadas somente pinturas na rocha, localizado no Município de Camalaú, Estado da Paraíba. Trata-se de um sítio localizado no semiárido paraibano, conhecido como Cariri Paraibano, formado por uma lâmina de rocha granítica, em 45°, resultando em uma parte abrigada, onde são executadas as pinturas, em vermelho, e suas tonalidades, com raros casos de amarelo. Foram observadas duas técnicas de aplicação das pinturas, digitado/espátulado, impressões e uso de pinceis”. Além dessas técnicas, foi vista a ocorrência de uma estratigrafia na estratégia de ocupação da superfície do suporte, onde o uso da digitação/espátulado e impressões ocupando a faixa superior e inferior da rocha, enquanto aqueles grafismos executados a partir do uso de pinceis encontram-se na parte intermediária. Quanto aos motivos representados, foi observado a ocorrência de motivos ligados à aves, em composição com geométricos, já nas faixas superior e inferior, os motivos são mais variados, onde aparecem cervídeos, antropomorfos e geométricos, na faixa superior, mãos, com alterações, impressas, nas faixas superior e inferior. No tocante às cores, a predominância é o vermelhos e suas variedades para todo o sítios, para os casos de figuras em amarelo, estas ocorrem entre as figuras impressas de mãos, na faixa superior e de aves na faixa intermediária, Assim, pode-se constatar para esse sítio uma correlação entre as técnicas de digitação/espátula com motivos de maior amplitude (antropomorfos, cervídeos e geométricos), para a técnica de impressão, com alterações, correlacionada com a representação de mãos e o uso de pinceis”, para a representação de aves em sua faixa intermediária.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Nossa comunidade é artesã: identidade, territorialização e ambiente no Alto do Moura

Darllan Neves da Rocha (UFRJ)

Reconhecida pelo Mestre Vitalino e como importante centro de artes figurativas do Brasil, a comunidade artesã do Alto do Moura (Caruaru/PE) se caracteriza pela atividade de manipulação da argila através de três tradições de conhecimentos e técnicas: os utensílios domésticos, os bonecos e as bonecas em barro. Assim, o sentido de comunidade está assentado através de dois aspectos: o conhecimento tradicional técnico e as vinculações na relação de parentesco. Entretanto, a comunidade vivencia o processo de patrimonialização do ofício dos artesãos e artesãs em barro e, durante a realização da pesquisa, o grupo artesão demandou o registro não apenas do ofício, mas também na categoria de lugar, fundamentado pela relação da comunidade com o processo de ocupação territorial. Para o caso apresentado importa ressaltar a dimensão ambiental na perspectiva da técnica, como noções de ambiente interno e ambiente externo desenvolvido por Leróí-Gourhan (1994) ao caracterizar ambiente técnico. O ambiente interno é formado pelo grupo técnico e a organização social, enquanto que o ambiente externo contempla as dimensões da natureza e a presença de outras sociedades, cujos produtos técnicos se interpõem entre ambos os ambientes. Neste sentido, a Mura e Silva (2011) propõem um enfoque processual aos estudos sociotécnicos, considerando os contextos sócio-ecológico-territoriais específicos e transcendendo a prática efetiva dos sujeitos - sejam eles humanos ou não humanos -, dando ênfase às intencionalidades políticas, às relações de poder e às necessidades de uso, bem como à confrontação de diferentes designers (ibid, p. 120). Destarte, partindo da negação em buscar enquadrar realidades sociais em categorias previstas e seguir a etnografia como elemento reflexivo e motivação para problematização, ampliação ou refutação de categorias pré-estabelecidas, tais como conceitos de sustentabilidade, pois a queima da lenha para queima das peças é considerado agressivo ao ambiente, e de subsistência, considerando que a necessidade da produção de peças de barro não está associada ao fim imediato para consumo e de sobrevivência. Assim, superando a dualidade de contraposição entre natureza e cultura e contemplando os aspectos sociotécnicos, na qual as relações de poder, se torna importante para compreensão da identidade da comunidade artesã e seu processo de territorialização em relação ao próprio ambiente que se insere.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

RESISTÊNCIA RIBEIRINHA: a cartografia como instrumento de defesa

Deyvson Pereira Azevedo (IFPA)

Na Amazônia Tocantina os Territórios Tradicionais vêm sofrendo com o avanço de Projetos Portuários Privados transnacionais que omitem as relações socioespaciais constituídas para se instalarem nesses Territórios. Esta pesquisa buscou evidenciar as representações e relações socioecológicas constituídas pelos agentes sociais do Território Ribeirinho Agroextrativista da Ilha Xingu, em Abaetetuba, Pará. Os métodos adotados foram a pesquisa etnográfica a partir da escuta atenta, observação participante e construção de mapas da espacialidade dos Ribeirinhos Agroextrativistas com uso de diferentes recursos visuais da paisagem local e análise documental. Os resultados apresentam a produção de informações e elaboração de representações, a diversidade de conhecimentos e práticas constituídos na dinâmica da vida dos ribeirinhos em acoplamento com o sistema ecológico e as relações culturais que os envolvem.

Esses vínculos socioecológicos e políticos são visualizados com a produção de mapas a partir de uma cartografia participativa, concatenando instrumentos tecnológicos e visuais das relações de convivência do pesquisador com esses povos, onde tais representações permitiram identificar um emaranhado de saberes do contexto de ribeirinhos agroextrativistas que transcendem a função de caracterização geográfica e incorporam os bens comuns das águas e das florestas, as técnicas da pesca artesanal, a construção de moradias e artefatos com bens ecológicos locais, os ciclos socioecológicos e a visão política, econômica e ecológica do território constituídos nas relações seculares de convivência. Estes resultados possuem significativa relevância tanto acadêmica quanto social, pois visibiliza relações socioecológicas seculares, reconhece as epistemologias embricadas nos modos de vida ribeirinhos agroextrativistas e fornece às instituições que auxiliam na permanência desses povos em seus territórios, instrumentos para sua conservação e defesa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_714_27820536_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Processos técnicos, artesanato e as estéticas da etnicidade e da indianidade (Terceira etapa)

Diego Vartuli Cavanellas (UFPB)

Os efeitos da mudança de status para indígenas na organização das atividades dos grupos domésticos são aqueles que influenciam as escolhas sobre quais processos técnicos empreender, quais materiais acessar e quais objetos construir ou transacionar. Neste sentido, partindo de conhecimentos tradicionais locais (INGOLD & KURTILLA, 2000), os grupos domésticos tabajara têm começado a produzir e a dar atenção a objetos decorativos - como pulseiras, colares e indumentárias -, tidos como artesanato étnico”. Dão vida, assim, a transformações técnicas e produção de estéticas objetais e corporais significativas. Dando continuidade as etapas anteriores, desenvolvidas entre 2020 e 2022, o intuito do trabalho foi cotejar tanto a produção de objetos destinados tradicionalmente a atender as demandas internas aos grupos domésticos, quanto a construção de ferramentas e utensílios destinados às atividades de ecologia doméstica, com aqueles hoje produzidos para atender uma demanda externa, construída a partir de uma noção de indianidade (OLIVEIRA, 1988) isto é, neste caso, a imagem que o senso comum faz sobre o que seria identitariamente e esteticamente indígena. Este cotejamento leva a também se questionar sobre uma noção genérica do que seria uma atividade artesanal e de como conotar o próprio artesanato como uma categoria sociotécnica específica. Leroi-Gourhan (1983), falando sobre a indústria humana, refere-se ao fato de que a relação entre o gesto técnico, a ferramenta e os materiais utilizados leva a produzir uma estética funcional. Neste sentido, dependendo do destino de uso, um determinado objeto ou ferramenta terá sua eficiência e eficácia técnicas prevalecendo na definição da forma que estes elementos assumirão, resultando em uma estética associada às propriedades técnicas dos materiais utilizados. O nível de variação na forma e na estética dependerão, por sua vez, dos limites existentes na competência, conhecimentos e ferramentas disponíveis para quem constrói o objeto em questão, criando-se, assim, conjuntos técnicos e ações sobre a matéria relacionados a ambientes técnicos particulares (LEROI-GOURHAN, 1977a). Neste termos, entre os grupos domésticos tabajara, as produções de

objetos e instrumentos voltados a desenvolver atividades de pesca, coleta, agricultura e caça, bem como aquelas residenciais (como a construção de habitações, culinária, costura e trançados) permitem associar, a partir de habilidades e conhecimentos tradicionalmente refinados, materiais de diversas procedências, com o intuito de que o resultado do processo técnico empreendido seja eficaz tanto quanto possível.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_705_66402981_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

COSMONUCLEAÇÃO REGENERATIVA E RESTAURAÇÃO BIOCÊNTRICA: Um encontro vivo entre mundos no Povo Xukuru do Ororubá.

Fabricio Brugnago (Coletivo Jupago Kreká)

O Povo Xukuru do Ororubá iniciou em janeiro de 2024 um projeto em parceria com a FAO (Food and Agriculture Organization), de Restauração Biocêntrica, categoria criada pela própria a qual valoriza processos de restauração ecológicas impulsionados por humanos, no qual o objetivo principal não é o uso humano dos benefícios alcançados, mas sim a própria vida. Em paralelo, dentro do povo Xukuru do Ororubá, foi criado há 3 anos pelo Coletivo Jupago Kreká, a categoria prática chamada Cosmonucleação Regenerativa, que visa ações humanas de impulsionamento de regeneração ecológica centrada em núcleos de força, sendo o objetivo central, o fortalecimento do próprio núcleo de força e de suas relações ecológicas no cosmos. Este trabalho visa compreender como o encontro entre estas categorias se expressa a partir de práticas e técnicas, considerando os métodos recomendados pela FAO para aplicação e seu uso prático com técnicas desenvolvidas localmente dentro do conceito de Cosmonucleação Regenerativa. A partir das necessidades metodológicas da FAO, indicadores e documentações passam a ser importantes dentro do processo, assim, técnicas são revisitadas para atender a indicadores com objetivos direcionados a um público distinto, envolvendo aprendizado de novas tecnologias e objetos técnicos, e o desenvolvimento de diferentes itinerários e movimentos dentro de trabalhos regenerativos. Apesar dos conceitos nascerem em contextos diferentes, um de um contexto cosmológico local, e outro, a partir de pesquisas com diversas comunidades em diálogos com agências internacionais de desenvolvimento, ambos procuram se distanciar do antropocentrismo e de dualismos como natureza/cultura, material/imaterial, porém consideram o humano enquanto agente planejador do processo em diferentes níveis. Mesmo assim, o fato de planejar não quer dizer que seja considerado necessariamente o principal agente do processo. Esse trabalho é uma pesquisa em andamento a partir do acompanhamento de trabalhos práticos que envolvem mapeamentos técnicos e de tradições de conhecimentos, pela percepção de relações cosmológicas. Utilizarei algumas ferramentas teóricas como o contexto sócio-ecológico-territorial, como pensado por Fabio Mura, dentro de uma ecologia feral como pensado por Tsing, em relações práticas sensíveis, onde corpo, mente e ambiente passam a ser indissociáveis em um contexto sensorial háptico, como debatido por Ingold.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_400_42452131_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

PERSPECTIVA ETNOARQUEOLÓGICA DA TERRA INDÍGENA POTIGUARA DE MONTE-MÓR: um estudo etnográfico de dois grupos domésticos sobre as apropriações dos objetos e monumentos nas aldeias Jaraguá e Ybycuara, Paraíba.

Germana Karla Martins Soares da Silva (UFPB)

A partir da perspectiva etnoarqueológica da terra indígena potiguara de Monte-mór, este estudo direcionou seu foco para a investigação etnográfica de dois grupos domésticos distintos, localizados nas aldeias Jaraguá e Ybycuara. Neste contexto, foram coletados relatos acerca dos achados arqueológicos dentro de seus territórios, acompanhados da expressão do desejo de que tais objetos técnicos e monumentos fossem preservados em um conceito que emerge como "museu vivo". Surge a necessidade de uma reflexão sobre os sentidos do patrimônio arqueológico, conforme percebidos por esses grupos indígenas. As interpretações e significados atribuídos aos sítios arqueológicos pelos indígenas diferem substancialmente das abordagens tradicionais colonialistas, cartesianas e eurocêntricas, que historicamente se concentraram em perspectivas particulares ao lidar com descobertas arqueológicas. Diante disso, o propósito desta investigação é descrever os sentidos e apropriações associados aos objetos e monumentos pelos dois grupos domésticos na terra indígena Monte-mór. Para atingir este objetivo, adotou-se um procedimento metodológico fundamentado na realização de pesquisa etnográfica em conjunto com a análise de fontes históricas. Dessa forma, será possível uma compreensão mais abrangente sobre as narrativas e percepções dos grupos em relação ao seu próprio patrimônio arqueológico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

DAS PAREDES AOS MUROS: Interações e graffiti urbano na cidade de Imperatriz-MA

Jesus Marmanillo Pereira (UFPB)

A presente pesquisa é parte de um projeto mais amplo sobre graffiti urbano na cidade de Imperatriz-MA, e tem como objetivo apresentar a relação entre organização social, processos de transação do conhecimento e algumas dinâmicas territoriais com base na trajetória de um artista local chamado Edney Areias. Utilizando autores como Barth (2000), Mura (2011), Velho (2013) e Goffman (2013), analisamos o itinerário biográfico do interlocutor e suas dinâmicas cotidianas para demonstrar como ocorrem os processos de transação do conhecimento ao longo de diversas situações que marcam seu percurso, que vai desde telas e paredes até os muros localizados nas vias públicas da cidade. Ao utilizar as interações como base analítica, compreendemos a reprodução da prática do graffiti como um processo dinâmico da cultura, envolvendo fluxos, valores, deslocamentos e experiências. Portanto, demonstraremos como os status e papéis sociais foram modificados e adaptados em relação ao desenvolvimento e construção do próprio repertório de possibilidades desse interlocutor. No âmbito dos processos técnicos, demonstraremos como as novas situações vividas por ele implicaram na atualização do conhecimento técnico e de habilidades ligadas a sua maneira de fazer graffiti e se apresentar publicamente. Também observaremos como o conhecimento resultante desse processo se expressa territorialmente na cidade, demarcando um perfil específico de artista em relação a outros. Para acompanhar os contextos biográficos e vivenciais cotidianos dele e compreender as dinâmicas em torno do conhecimento a respeito do graffiti em Imperatriz-MA, foram

realizados entre 2020 e 2022, uma série de registros fotográficos, observações diretas, trabalhos com os arquivos e diálogos com Edney Areias.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas sobre a relação entre técnica e território na FLONA-Tapajós (PA)

Júlia Dias Escobar Brussi (UFOPA)

A presente proposta resulta de uma pesquisa que ainda está em andamento e que se volta a compreender determinadas comunidades dos Estados do Pará e do Maranhão enquanto territórios sociobiodiversos, a partir, principalmente, da perspectiva do ambiente, do conhecimento e da sustentabilidade. Três dessas comunidades localizam-se na Floresta Nacional do Tapajós (Flona-Tapajós), localizada a cerca de 40 quilômetros da cidade de Santarém, e constituem o foco de nossa atenção aqui, sendo elas: São Domingos, Maguari e Jamaraquá. Tais

comunidades compartilham não só de um mesmo ambiente, de floresta às margens do Rio Tapajós, mas também desempenham uma série de atividades produtivas em comum, entre as quais o artesanato com sementes e com o látex extraído das seringueiras locais. Apesar da semelhança da paisagem, dos recursos disponíveis e das

atividades desenvolvidas nas três comunidades, é possível verificar que cada comunidade tem suas especificidades quanto à produção das denominadas biojóias feitas com as sementes (coletadas e compradas), mas principalmente, quanto ao uso e processamento do látex. Em cada uma dessas localidades a borracha passa por cadeias operatórias distintas que, por sua vez, resultam em produtos distintos. Destaca-se que, as diferenças e as especificidades de cada comunidade também são ressaltadas nas falas de seus moradores, que

em suas narrativas tendem a reforçar certa separação e isolamento das suas comunidades em relação às demais. No entanto, quando nos atentamos às etapas anteriores à produção propriamente dita, como o momento de obtenção dos recursos necessários, ou até as suas etapas posteriores, como o destino dos produtos, é

possível perceber a atuação de uma rede de parentesco, de circulação e de trocas que ultrapassam as fronteiras da comunidade. Busca-se a refletir, portanto, sobre a forma como tais práticas de conhecimento se apresentam e se distribuem por essas comunidades, a partir da perspectiva da técnica e do território.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A agroecologia como Educação Ambiental em um território de reforma agrária no Distrito Federal

Layane de Oliveira Ferreira (UNB)

Neste trabalho buscamos compreender como as práticas de conhecimento agroecológicas contribuem na formação dos estudantes de uma escola do campo localizada em espaço de Reforma Agrária no Distrito Federal. O Centro Educacional Agro urbano - CED Agro urbano Ipê, localizado no Conglomerado Agro urbano - CAUB I, Riacho Fundo II, Núcleo Bandeirante, possui grande valor para a comunidade escolar circundante porque promove

diversos projetos voltados para a conservação ambiental, a valorização da cultura do campo e o fortalecimento de práticas que contribuem para a sustentabilidade cultural, social e econômica desse território comunitário. Esses sujeitos camponeses em sua maioria têm uma relação direta de produção de conhecimentos com recursos provenientes da terra. Nesse sentido, o CED Agrourbano Ipê promove diversos projetos através confluência entre saberes populares e saberes científicos em conjunto com a comunidade, objetivando uma educação ambiental pensada para o exercício do cuidado com a vida nas diversas formas e especificidades. Nesta comunicação enfocamos o sistema sociotécnico desenvolvido pela escola que articula as ações humanas com água, peixes e plantas. A aguaponia é um sistema de produção integrado que combina a captação de água da chuva para abastecimento de um tanque de criação de peixes, por sua vez associado a uma composteira e ao sistema agroflorestal nas escolas e nas unidades de agricultura familiar do CAUB I. Abordaremos então essa cadeia operatória com especial atenção para as intencionalidades e ritmos pedagógicos dessa dinâmica ecológica com atenção aos processos de aprendizagem.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_935_91822480_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A atividade dos mateiros e guias na Floresta Nacional do Tapajós: trilhas que se entrecruzam

Leiliane Moreira de Araújo Pacheco (UFOPA)

O presente trabalho parte de uma pesquisa de graduação em andamento na Floresta Nacional do Tapajós. Esse território, distante cerca de 40 quilômetros da cidade de Santarém-PA, abrange 530.000 hectares do bioma tropical terrestre amazônico com floresta primária e secundária, uma rica biodiversidade e várias comunidades que praticam pesca, extrativismo de subsistência, artesanato e turismo, inclusive científico. As comunidades mais procuradas para fins turísticos e de pesquisa são: Jamaraquá, Maguari e São Domingos. O trajeto das trilhas, que levam os visitantes floresta adentro e ao encontro de centenárias árvores consideradas sagradas pelos comunitários, além de refrescantes igarapés, só podem ser percorridos com a presença de um guia, que também pode ser um mateiro. Os guias e os mateiros são pessoas das comunidades que integram as Associações locais, se revezam no atendimento aos turistas e, mais importante, detêm uma série de habilidades e conhecimentos relativos àquele ambiente. Pretendo analisar essas duas categorias, do mateiro e do guia, enquanto detentores de um conhecimento crucial para sobrevivência e o modo de vida das comunidades, o qual é transmitido através das gerações. Durante as caminhadas nessas trilhas, ora com mateiros, ora com guias, observamos que cada um desses agentes apresenta um conjunto de habilidades distintas. Os mateiros conseguem, por exemplo, identificar no percurso da trilha um sapo-folha camuflado ou um sapo minúsculo, que facilmente passaria despercebido pelos visitantes. Foi possível observar que, de modo geral, os mateiros têm um maior repertório em termos do nome das árvores, do uso dos seus frutos, sementes e resinas, ou do canto dos pássaros. A diferença entre tais repertórios, conhecimentos e habilidades, resulta do tipo de engajamento que mateiros e guias têm com aquele ambiente. Nesse sentido, é importante ressaltar que os guias passam por um treinamento para receber turistas, oferecido pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio),

instituição responsável pela administração e controle da entrada naquele território. O trabalho buscará traçar, portanto, um contraste entre as habilidades de mateiro e de guia, destacando as especificidades dessas atividades, seus conhecimentos e suas formas de engajamento com a floresta, além da dinâmica de aprendizado em cada um desses casos. Buscaremos, ainda, verificar de que modo a inserção de mulheres e jovens, enquanto guias, vem ressignificando essas funções, destacando como a atividade de guia se tornou essencial para a dinâmica de vida dos indivíduos dessas comunidades tradicionais, marcadas por uma íntima e ancestral prática de conhecimento e relação com a natureza.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_663_60920456_054414.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Reflexões sobre o uso do corpo na Capoeira Angola: Técnica e conhecimento.

Luís Felipe Cardoso Mont'mor (SEECRN)

Este resumo busca apresentar reflexões autoetnográficas (Jones; Ellis 2016) de uma pesquisa em andamento, que trata sobre a Capoeira Angola como uma tradição de conhecimento e seus processos sociotécnicos. Enquanto uma tradição de conhecimento, este gênero de arte marcial se caracteriza por seus modos transacionais de caráter performático (Barth, 2000), que podem ser observados a partir de estilos (Leroi-Gourhan, 2002) e usos dos movimentos corporais, que se caracterizam como modos de ação política (Mura, 2011) representativos de indivíduos, que por sua vez integram uma tradição individuada, a partir das propostas de Simondon (2020). A ideia, portanto, lançando mão do que foi exposto, é compartilhar os resultados parciais que esta pesquisa apresenta, no que se refere então aos usos dos corpos e as técnicas desenvolvidas na prática em questão e como o pesquisador praticante de uma arte marcial, utilizando seu próprio corpo e a sua atenção (Wacquant, 2002; Ingold, 2010; 2020), pode passar a desenvolver reflexões sobre os ritmos técnicos (Leroi-Gourhan 2002; 1984a; 1984b) e o conhecimento produzido, sejam eles[as] nas diversas formas que se manifestam. Palavras-chave: Capoeira Angola; Técnica; Conhecimento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_187_03992507_054414.pdf

GT 100: Trabalho Sexual em Tempos (Pós)Catastróficos

Sem dúvida alguma, a última década mudou a face do trabalho sexual no Brasil. Os megaeventos esportivos de 2014 e 2016, o colapso do governo do PT, a volta da crise econômica, as vitórias eleitorais das direitas extremas, e -- finalmente -- a pandemia da COVID-19 fizeram impactos duradouras na organização do sexo comercial em nosso país. Quando esses impactos foram pensados na luz de fatores já existentes como a crescente digitalização do trabalho sexual – os pânicos morais frente ao assim-chamado "tráfico de pessoas" e a "pornografia", o recrudescimento do policiamento dos fluxos migratórios, e a continuada cruzada conta pessoas LGBTQ e particularmente T – o trabalho sexual brasileiro parece estar passando por uma fase que poderia ser qualificada como “catastrófica” em termos de seus impactos nas vidas das pessoas engajadas no comércio do sexo. Esse GT apresentará trabalhos etnográficos e antropológicos que

buscam desvendar as mudanças e permanências no trabalho sexual frente ao *katastrophē* – ou virada repentina – dos últimos 10 anos. Daremos prioridade para trabalhos que focalizam no Brasil, mas também podemos incluir trabalhos que tomam como seu objeto outras viradas em outras regiões do globo que dialogam com os acontecimentos em terras *brasilis*.d

Coordenação

Thaddeus Gregory Blanchette (PP), Ana Paula Luna Sales (UNICAMP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os discursos sobre "olhar feminino" e o reposicionamento do canal Sexy Hot: notas sobre mercado, redes sociais e pornografia.

Analice Paron de Silva (UNICAMP)

Em meados de 2020, o canal Sexy Hot, marca de entretenimento adulto, anunciou um reposicionamento de mercado. O canal passou a mobilizar categorias tais como "diversidade", "inclusão", "olhar feminino", sendo essa última amplamente usada nos mais diferentes tipos de discurso. Seja em entrevistas para a imprensa, novas editorias de conteúdo nas redes sociais, seja na classificação do material audiovisual produzido com o selo Sexy Hot Produções, o "olhar feminino" passou a fazer parte do vocabulário do canal. Esse trabalho quer discutir os usos dessa categoria a partir da observação dos diferentes discursos feitos pelo canal. Como o canal entende e elabora a categoria "olhar feminino" e como ela se relaciona com um conjunto de elementos evocados pela ideia de bem-estar, vida saudável e positividade sexual (GREGORI, 2016)? Esse trabalho é um recorte da dissertação de mestrado intitulada "Abrindo a caixa de Pandora: olhares femininos nas produções audiovisuais do canal Sexy Hot", defendida em março de 2024, e vai se concentrar nas discussões sobre mercado e sobre os usos das redes sociais, mais precisamente Instagram, Twitter e LinkedIn. Esses espaços foram fundamentais para o processo de reposicionamento de marca e essa comunicação oral vai indicar qual a relação das redes com os conteúdos audiovisuais produzidos com o selo Sexy Hot Produções.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_692_92670322_212828.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Corpos Desnudados: um estudo sobre mulheres, subjetividade e formas de erotização no mercado do sexo

Carla Beatriz Campos (UNIFESP)

O objetivo deste trabalho é discutir a pesquisa de doutorado em andamento, que consiste em investigar a forma como mulheres se fazem sujeitos sociais a partir de sua experiência no mercado do sexo. Parto do pressuposto de que a sexualidade e o erotismo são elementos fundamentais para a discussão da prostituição e do trabalho sexual, e, através da realização de pesquisa etnográfica com mulheres que exercem a prostituição e a pornografia, proponho refletir sobre o que o trabalho sexual produz e significa em termos de vivência da sexualidade e experiências de gênero. Considero, para tanto, os dispositivos regulatórios que recaem sobre

a sexualidade bem como os processos de sua subjetivação pelos sujeitos, que envolvem processos de assujeitamento e agência nas relações sociais (Foucault, 2014; Mahmood, 2019). Tendo como referência a antropologia de Veena Das (2020), busco compreender como a experiência de trabalhar com a sexualidade e de mobilizar o corpo a partir de formas de erotização criam experiências de gênero singulares e contribuem para a formação de uma noção específica de sujeito, em um debate que também se articula às discussões sobre políticas sexuais e direitos sexuais e reprodutivos. A pesquisa, em andamento, consiste no acompanhamento de duas interlocutoras que trabalham com programas e produção de conteúdo erótico. São mulheres inseridas em um cenário específico e atual do mercado do sexo, no qual a prostituição articula-se à pornografia e à presença nas mídias digitais. Além disso, são mulheres que trabalham com práticas fetichistas e do universo BDSM. Até o momento foi feito um acompanhamento de suas rotinas, através de encontros presenciais e de interações nas redes sociais, além da realização de entrevistas em profundidade. Pretendo, em seguida, acompanhá-las em eventos e cenários próprios do mercado do sexo, como em gravações de conteúdo erótico e pornográfico, e em festas e feiras eróticas nas quais elas estiverem presentes. Pretendo também analisar sua presença e o conteúdo produzido nas redes sociais. Dentro do quadro geral desta pesquisa, proponho nesta apresentação discutir o problema de pesquisa articulando-o a dados obtidos na pesquisa de campo até o momento, com o intuito de apresentar as questões que dele começam a emergir. Pretendo discutir especificamente e forma como as interlocutoras da pesquisa expressam e elaboram suas identidades pessoais e profissionais, e como transitam entre o exercício da agência no contexto do trabalho sexual e as vulnerabilidades que as atravessam enquanto mulheres e trabalhadoras sexuais.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_088_20162393_212828.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O lugar das experiências escolares na trajetória de mulheres que vivenciam a prostituição: narrativas interseccionais em perspectiva

Cinthy Bastos Ferreira (UNICAMP), Elias Evangelista Gomes (UFMG)

Este trabalho busca compreender as experiências escolares de mulheres que vivenciam a prostituição, a fim de identificar aspectos estruturais e subjetivos em suas trajetórias, desde um ponto de vista interseccional. Trata-se de um estudo qualitativo, que teve como base a realização de entrevistas com mulheres localizadas no Sul de Minas Gerais, no contexto pandêmico. A pertinência deste debate se revela no processo de descortinamento das problemáticas que perpassam tanto a prostituição, enquanto um dos vetores que constituem o mercado do sexo em sua pluralidade, quanto a educação, com suas instituições sociais permeadas por dilemas próprios, mas que se interligam no conjunto da vida das mulheres entrevistadas. Por isso, entende-se que, entre elas, há um conhecimento crítico acerca dos nexos entre desigualdades sociais e desigualdades escolares, bem com acerca das ambivalências da agência, que comportam aspectos de controle e de resistência. Palavras-chave: prostituição; experiências escolares; mercado do sexo; interseccionalidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Limites e continuidades das narrativas sobre resgate de prostitutas no Brasil

Clara Luisa Oliveira Silva (IFSP)

O presente propõe-se a discutir aspectos que permeiam as articulações entre as narrativas de resgate de prostitutas e a categoria de ajuda que, neste âmbito, reflete uma noção que abrange um emaranhado de experiências individuais e coletivas, além de diversas sociabilidades que se dão entre os agentes religiosos e as mulheres que exercem ou exerceram a prostituição na região da Guaicurus, zona boêmia da cidade de Belo Horizonte. As relações de ajuda entre os agentes religiosos (principalmente, os que sustentam sua prática religiosa no que conforma a tradição judaico-cristã) e prostitutas são relações que, em uma perspectiva inicial (mas não exclusiva), podem ser interpretadas a partir de seus entrelaçamentos a uma concepção abolicionista ou a uma que defende, no geral, a abolição da prostituição e o conseqüente resgate das chamadas vítimas desta atividade, considerada, no âmbito deste modelo de intervenção, como uma violência contra as mulheres. Assim sendo, a partir de uma etnografia multissituada realizada entre fevereiro de 2017 e dezembro de 2019, e baseando-me na premissa de compreender as relações de ajuda entre grupos religiosos (um de base católica e dois de base protestante) e prostitutas para além de uma concepção abolicionista frequentemente atrelada a estas relações, investiguei a categoria ajuda, categoria nativa em meu campo, e a compreendi como uma categoria complexa sustentada por diversas noções e, que de modo geral, poderia ser concebida no escopo de relações e práticas diversas. Realizo uma análise sobre o(s) modo(s) como os grupos religiosos e mulheres atendidas por estes relacionam ou não a(s) ajuda(s) dada(s) e recebida(s) com uma concepção de resgate e, assim, compreendo que esta concepção é (re)produzida no campo, acionada e/ou contestada pelos diferentes sujeitos. Evidencio que muitas narrativas coladas explicitamente a uma ideia de “salvação”, “resgate”, retirada da prostituição passam, muitas vezes, a serem sustentadas, principalmente, por uma linguagem que mobiliza os direitos e a autonomia e/ou liberdade das mulheres. E nesta perspectiva defendo que essa espécie de atualização das narrativas de resgate em torno do componente organizacional da ajuda se relaciona com a própria necessidade de funcionamento destes grupos religiosos em um campo político da prostituição influenciado pelo debate internacional a respeito do tráfico de pessoas, pelo debate em torno dos direitos humanos e grupo sociais específicos, e a atuação do movimento organizado de prostitutas em diferentes instâncias, das governamentais àquelas compreendidas no espaço físico das zonas”, por exemplo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_833_33835759_212828.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Sexualidades móveis: pornografia na era do smartphone

Dionys Melo dos Santos (UFSCAR)

O presente artigo possui como objetivo principal analisar o estágio atual da indústria pornô brasileira. Mais especificamente, o trabalho em tela pretende analisar os impactos das novas tecnologias digitais, em especial os celulares inteligentes (smartphones) e as recentes plataformas de compartilhamento de conteúdo, no ecossistema do pornô nacional. Nos últimos anos, a cadeia produtiva da indústria pornô vem passando por intensas transformações,

principalmente, no que se refere à emergência de produtoras independentes que vendem seus conteúdos por meio de aplicativos. Novos corpos e desejos, novos consumos. Inclusão e diversidade são processos fundamentais para o capitalismo contemporâneo, pelo menos no discurso, e no campo pornográfico não seria diferente. Partindo de uma pesquisa empírica, realizada junto a produtoras e realizadoras da indústria pornográfica nacional por intermédio de entrevistas e participações em eventos voltados para o mercado pornô, como as feiras de negócios, workshops e festas, esta pesquisa encontra no conceito de sexual wellness (bem-estar sexual) um ponto chave no discurso de realizadores da área em um processo que visa aumentar engajamento e fomentar a desestigmatização do campo. Informado por um referencial teórico foucaultiano e, principalmente, recuperando o conceito de farmacopornografia trabalhado por Paul B. Preciado (Testo junkie, 2018), o trabalho a seguir pretende refletir sobre os impactos da tecnologia não somente na cadeia produtiva pornográfica, mas, também, nos formatos de distribuição de conteúdo, cada vez mais fragmentados, e de consumo, cada vez mais individualizados.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_242_87358263_212828.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Canivetes e Camisinhas: Formas de Cuidado em Homens que Fazem Trabalho Sexual

Josafá Barros Camargo Borges (PPGAS/UFMS), Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS)

Ao longo das décadas, o trabalho sexual de homens tem ocupado diversos lugares nas Ciências Sociais e em outras disciplinas. O que antes era observado na relação entre cliente homem/profissional mulher passa a ter novas configurações, como, por exemplo, as relações comerciais entre homens que fazem sexo com homens (HSH) independentemente da sexualidade entre ambos. Outra mudança diz respeito às fases que as ciências observaram na divisão de temas e períodos da produção sobre o trabalho sexual. O presente trabalho faz parte de uma pesquisa etnográfica maior com homens que fazem trabalho sexual na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul. Para esta comunicação, dois colaboradores da pesquisa que fazem trabalho sexual na cidade supracitada foram selecionados para tratar do tema cuidado. O cuidado, embora muito visto na área e temática maiores da Saúde Pública, possui variações em sua percepção e prática no que tange ao sexo que é comercializado, na relação consigo e com clientes. Os colaboradores da pesquisa, por meio de suas narrativas, relatam cuidados no plural e que por vezes fogem da esfera da Saúde. Temas como segurança, uso de camisinha e outros objetos, comunicação, cuidado do corpo entre outros são discutidos. O que pode ser inferido das informações é uma ligação com algumas variáveis passíveis de articulação como geração, corporeidade, raça/cor e sexualidade.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Putas nos asfaltos e nas margens: segregações espaciais e pandêmicas na precarização do trabalho sexual na cidade de São Paulo

Julio César Ferreira de Oliveira (USP)



A apresentação reflete e analisa processos de controle e resistência enfrentados por mulheres cis, mulheres trans e travestis que atuam como profissionais do sexo na cidade de São Paulo e enfrentam desafios que precarizam a venda de prazeres, como as gentrificações e segregações espaciais que tentam empurrá-las para margens da cidade e a pandemia da COVID-19 e sua catástrofe econômica e sanitária vivida de forma desigual por trabalhadoras marginalizadas. Procuo trazer experiências observadas desde o início de minha graduação até o segundo ano de mestrado, de 2017 a 2024, em bairros apropriados como territórios de mercado do sexo por trabalhadoras que agenciam seus serviços nas ruas, como o Butantã na zona oeste de São Paulo. O City Butantã é um bairro que concentra empresas multinacionais e famílias de classe média que desejam ocupar univocamente o bairro e empurrar às margens as prostitutas que fazem de suas ruas pistas e pontos de trabalho. No combate à prostituição, desde 2017, tais agentes obtiveram autorização municipal para fechar ruas com portões fixos e seguranças que permitem o acesso somente a moradores, cercando o espaço público e destituindo determinados corpos do direito à cidade. Junto às grades e ao controle policial do espaço público, encontram-se novos artifícios de vigilância, como a disseminação de seguranças privados e a instalação de câmeras que filmam calçadas e capturam imagens de corpos tidos como perversos e imorais. As putas desafiam o estatuto de um bairro de classe média e de heterossexualidade hegemônica com a venda de prazeres e a transformação do que deveria ser dado em uma carreira de trabalho. São corpos que, por vezes, são fotografados e expostos em redes sociais como imagens do que deve ser empurrado para as margens, representações que incentivam um pânico moral de segregação espacial e desejo por fronteiras que delimitem a cidade. Durante a pandemia da COVID-19, esse cenário de precarizações foi intensificado por novas lutas de ocupação do espaço urbano com outros trabalhadores precarizados, como entregadores de aplicativos. Na medida em que, para as mulheres cis, coexiste um código moral de piedade no qual elas podem ser vistas como pessoas vulneráveis que não tiveram escolha em serem prostitutas, as travestis e mulheres trans, sobretudo negras, são vistas como duplamente vis: além de comercializarem sexo, são operadas como criminosas natas que aumentam a delinquência das ruas. Tanto as mulheres cis como as mulheres trans e travestis que continuaram a trabalhar nas ruas durante a pandemia foram discriminadas como vetores pandêmicos da doença, em meio a dificuldades econômicas e ao adoecimento de clientes e familiares.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_016_51360690_212828.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Putas e blogueira: trânsitos de reputação e prestígio entre o trabalho sexual e digital na plataforma Instagram.

Nayla Etlén Fonseca de Campos (UFPA)

Esta pesquisa, discute como uma trabalhadora sexual paraense constrói sua reputação na rede social Instagram nos trânsitos entre São Paulo e sua cidade de residência. A conta de Instagram analisada neste estudo, foi selecionada por ser o perfil de uma das trabalhadoras sexuais mais seguidas do Estado. O objetivo deste trabalho, foi buscar compreender como essa trabalhadora faz uso do seu Instagram, particularmente dos stories, para apresentar e negociar o seu trabalho sexual. Através da observação direta do seu perfil público da rede social Instagram, realizei

uma análise de conteúdo dos stories desta trabalhadora, do período de julho de 2021 até outubro de 2022, produzindo os dados baseando-me apenas no que estava disponível para seus milhares de seguidores e qualquer pessoa que visitasse o seu perfil. Além disso, analiso dados obtidos através da participação desta trabalhadora em um episódio de podcast em sua cidade de residência. Sob uma perspectiva etnográfica, discuto dados produzidos a partir dos registros da sua fala em diário de campo, bem como de dados registrados com base na captura de imagens do seu conteúdo nos stories e feed de Instagram. A partir do diálogo com estudos teóricos sobre trabalho sexual, antropologia digital, plataformas digitais e produção de reputação e prestígio, os resultados desta pesquisa, apontam que para além de vender o seu trabalho sexual mostrando a inseparabilidade de sexo e dinheiro nas relações afetivas, essa profissional, ao tornar o seu conteúdo nos stories de Instagram em um produto que será consumido pelos seus seguidores”, ela estrategicamente, atribui legitimidade ao seu trabalho sexual, enquanto constrói prestígio como trabalhadora digital na cidade em que reside, se tornando rentável dentro da dinâmica econômica da plataforma Instagram.

GT 101: Trabalhos etnográficos com população em situação de rua: modos de existir/resistir, políticas, governos e agências

Em novembro de 2022 ocorreu no STF a audiência de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 976, nessa ocasião, a Corte determinou aos Executivos federal, estaduais e municipais a adoção de providências em relação às condições de vida da população em situação de rua no Brasil. A audiência foi considerada histórica por ser a primeira vez que o STF abordou o tema. A questão tem alçado atores políticos inéditos e nos fez interpelar a contribuição da antropologia, e das ciências sociais nesse debate. Num cenário de hegemonia neoliberal, parcerias público-privadas são naturalizadas na gestão das camadas precarizadas que vivem ou circulam pelas ruas. Todavia, assegurar moradia, trabalho e saúde mental, evitar o definhar e a morte são modalidades de alta complexidade, que abrangem dispositivos diversos, as particularidades de cada território e o lidar com atores que operam o governo das condutas nas margens. Este GT pretende agregar trabalhos etnográficos com população em situação de rua que compartilhem relatos empíricos, instrumentais teóricos e metodológicos, e engajamentos militantes. Receberemos trabalhos atentos tanto a questões internas às ruas, suas dinâmicas, tipos urbanos, modos de habitar, ganhar dinheiro, segregação e violência, quanto a questões referentes ao aparato de gestão destinado a tal público, como abrigos, centros de convivência, CAPSad, consultório na rua, comunidades terapêuticas, prisões, ongs, igrejas e correlatos.d

Coordenação

Taniele Cristina Rui (UNICAMP), Adriana dos Santos Fernandes (UERJ)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O luto pela perda de filhos vivos: emoções e efeitos da retirada compulsória de filhos de mulheres com trajetória de rua

Caroline Silveira Sarmento (UFRGS)

O intuito deste texto é o de aprofundar a reflexão acerca dos efeitos da retirada compulsória dos filhos no cotidiano das mulheres com trajetória de rua. A discussão é parte da pesquisa de doutorado em andamento, cujo objetivo consiste em compreender as complexidades - que comumente ficam ocultas - presentes na prática de afastamento compulsório de filhos de famílias marcadas socialmente por classe e raça. Em que pese os marcos legais estabelecidos e os direitos conquistados pela população em situação de rua, como é possível que ocorram reiteradamente violências como essas e tantas outras diuturnamente com essas pessoas? É uma das perguntas centrais da tese. Para contemplar possíveis respostas, o propósito está em refletir sobre a categoria população em situação de rua no sentido de problematizá-la enquanto heterogênea, plural e complexa. Dessa forma, apresentarei dados da etnografia desenvolvida com mulheres com trajetória de rua com a finalidade de enfatizar as emoções por elas manifestadas durante o processo de perda do poder familiar e após sua efetivação, em especial o luto. Aqui uma espécie de luto pela perda do filho vivo”, expressão êmica, que aciona incertezas acerca do destino do bebê/criança e impõe à mãe conviver com esta falta. Diferentemente de filhos falecidos, este não é um luto reconhecido, é um luto não autorizado, afinal a criança/bebê está viva e supõe-se bem cuidada - algo que supostamente a mãe biológica não seria capaz de fazer. Nesse sentido, a presente comunicação apresenta cenas e histórias de campo na intenção de discutir de que modos trabalham emoções como inconformidade e raiva, mobilizadas por essas mães enlutadas, sobre as quais pesa a obrigação da aceitação sob o argumento de melhor interesse da criança”. Considerando que as experiências de luto são sempre singulares, neste caso, das mães órfãs de filhos vivos, importa atentar para o impedimento político do direito a esse luto e também como tais vivências impactam a vida dessas mulheres, impossibilitadas de realizá-lo.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Circulação da população em situação de rua nas margens da zona sul de São Paulo: etnografia dos escombros

Gabriel Rocha Teixeira Mendes (UNICAMP)

O presente trabalho apresenta resultados parciais do trabalho de campo de uma pesquisa de doutorado. O objetivo central da investigação é analisar etnograficamente a circulação de pessoas em situação de rua com transtorno mental e problemas decorrentes do uso de drogas nas margens da zona sul de São Paulo. Estabelecemos a lei 10.216 de 2001 como clivagem da assistência à saúde mental no Brasil. A partir de então, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico inauguraram a lógica psicossocial e comunitária de atendimento, estabelecendo o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) como ponto central do novo formato. Dez anos depois, a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) surge como uma consolidação da reforma psiquiátrica por articular diferentes instâncias e serviços de saúde pertencentes à atenção básica e especializada. No entanto, mesmo com a instituição da RAPS, um equipamento de caráter psiquiátrico perdurou como um de seus componentes: a comunidade terapêutica. Na prática, essas instituições operam de forma contrária à reforma, frequentemente produzem tratamentos sem qualquer cientificidade e violam os direitos humanos. O que temos observado no território

pesquisado não tem sido diferente. O distrito do Grajaú está localizado às margens da zona sul de São Paulo. Além dos altos índices de vulnerabilidades, o território conserva algumas peculiaridades da vida urbana de São Paulo, por exemplo, as formas de ocupação do território. De um lado intensos processos de urbanização propiciados pelo aumento significativo da população nas últimas décadas. De outro lado modos de vida rural, que vão desde produções agrícolas, artesanatos e bazares orgânicos, a espaços de lazer e coletivos agroecológicos. Entretanto, outro aspecto marca a região: o arranjo dos aparelhos de Estado. A partir do trabalho etnográfico temos observado que a dinâmica territorial produz encontros, usos e circuitos diferentes daqueles prescritos nas políticas. Sob esse prisma a população em situação de rua pode ser exemplo, o cotidiano dessas pessoas evidencia fragilidades e insuficiências de programas e serviços, sobretudo, de saúde mental. O funcionamento desse mecanismo faz com que boa parte dos usuários procurem por internação em comunidades terapêuticas quando pretendem acolhimento institucional ou algum tipo de cuidado de saúde. Nessa seara, uma dupla questão emerge: quais rearranjos a RAPS precisa realizar para acolher a parcela que esquia, ao mesmo tempo como fazer para que esses usuários se sintam acolhidos por ela. Além disso, que mecanismos deveriam existir para conter a proliferação de comunidades terapêuticas clandestinas na região.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_193_31167030_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Uma etnografia de uma Escola Depósito: A (des)construção de sujeito de direitos e de infâncias descartáveis.

Jade Novaes de Figueiredo (UERJ)

Nos contextos de cuidados dos direitos das crianças, diversos discursos, moralidades, controles, legitimidades, instituições estatais articulam-se em uma rede de apoio e de assistências. Através desta etnografia trato sobre diferentes formas de tutelas produzidas por uma unidade escolar em relação às crianças em território favelizado na cidade do Rio de Janeiro. A escola é considerada um depósito de indesejáveis pelos atores que a compõem. A minha análise visa demonstrar como há formas de tutelas e governo direcionadas a produção dessas crianças como descartáveis por intermédio de instrumentos que seriam para garantir seus direitos. A rede escolar é hierarquizada, neste sentido, divide e define os estudantes e funcionários os direcionando para escolas específicas. O contexto da cidade carioca está entrelaçado em minhas análises, ao qual o cotidiano de guerra reverbera tanto na ação de extermínio direto, quanto nas ações de governo em um extermínio das dignidades cotidianas e subjetivas. Este trabalho analisa como a produção desta escola depósito implica na distribuição dos corpos e subjetividades considerados como problemas diante dos marcadores sociais da diferença, atuando em processos de sujeição dessas infâncias. Minhas análises verificam que as múltiplas violências e humilhações desaguam na produção de corpos descartáveis. Da mesma maneira, analiso como os processos de sujeição dos estudantes e funcionários da escola estão relacionados com a utilização e instrumentalização de laudos médicos e psiquiátricos. Os laudos são mecanismos produzidos para a promoção de direitos e resguardos, quando atrelados a certas escolas estes possibilitam rearranjos para a produção de sujeitos de direitos. Nesta

etnografia visou demonstrar que os laudos são instrumentalizados para o funcionamento escolar, veiculando modos de contornar os conflitos, assim como formas de deslegetimações e antagonismos. No campo são operadas as categorias, ao mesmo tempo médicas, sociais e pedagógicas: pessoas laudadas, pessoas incluídas e pessoas sem laudo incluídas por atos diagnósticos. Deste modo, os laudos são operados para a suspensão de direitos, sendo um instrumento de descartar corpos e subjetividades indesejáveis. Nesse cotidiano escolar, observei a produção de uma necropolítica para aqueles que seriam considerados moralmente inferiores, sem necessidade de espaços dignos, suspendendo seus direitos, os desumanizando, produzindo infâncias descartáveis. A cadeia de autoridades delegadas que circulam pela unidade está relacionada com a gestão de moralidades, precariedades e as suspensões de direitos, produzindo um cotidiano de sofrimento e adoecimento de todos que ali trabalham e estudam. Palavras-chave: escola depósito, laudos, necropolítica, sujeitos de direitos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_967_10979325_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Notas antropológicas do Censo Pop Rua Recife: registros etnográficos sobre a população em situação de rua

Jullia Alves de Almeida (UFPE)

A partir da construção do Censo Pop Rua Recife (2023), elaborado mediante a parceria entre a Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, especificamente a Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas Sobre Drogas (SDSDHJPD), será incorporada às discussões antropológicas conectadas aos dados da pesquisa sociodemográfica acerca da população em situação de rua em termos de gênero, raça, sexualidade e faixa etária. O Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) atende demandas referentes a higienização, alimentação, documentação e dispõe de ferramentas para elaborar encaminhamentos para o Restaurante Popular, Abrigos Noturnos e Casa de Acolhimento 24h. No território do Recife existem quatro Centros POP: Centro POP Glória, Centro POP Neuza Gomes, Centro POP José Pedro e Centro POP Maria Lúcia, esse último encontra-se com as atividades suspensas. O Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS) proporciona o contato direto com a população de rua nos territórios, deste modo, por se tratar de uma ocupação externa de busca ativa, nos permite o contato inicial, a abertura e a tentativa de proximidade, além do registro descritivo nos cadernos que levamos para o campo, bem como a construção dos relatórios individuais das pessoas usuárias do serviço. Deste modo, sob a luz das produções antropológicas referentes à população em situação de rua, serão refletidas as vivências destes grupos na cidade do Recife, dentre elas: "No Meio da Rua: Nômades, Excluídos e Viradores" (BURSZTYN, 2003), "Corpos Urbanos Errantes" (Frangella, 2009) e "O Sistema da Rua em Ação" (Holanda, 2017). Em ligação, utilizarei como base os relatórios feitos por mim oriundos dos atendimentos com os/as usuários/as nas ruas através do Serviço Especializado de Abordagem Social (SEAS), preservando eticamente as pessoas envolvidas, utilizando nomes fictícios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_400_39879199_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perpectivas e desafios da RDMR para pessoas em situação de sem-abrigo em Lisboa: uma etnografia do CAEM Santa Bárbara

Lara Silva Fagundes (CRIA)

O contexto pandémico da COVID-19 incitou uma série de discussões e novas formas de abordagens para ultrapassar problemas de saúde e sociais. Nesse sentido, se faz necessário o debate sobre o investimento em intervenção social e ações de Redução de Danos e Minimização de Riscos (RDMR) para a população em situação de sem-abrigo em Lisboa. A conjuntura pandêmica propiciou a identificação da necessidade de uma resposta de intervenção específica para essa população, levando em consideração os seus consumos e dependências. Em 2021, foi inaugurado o Centro de Acolhimento de Emergência Municipal (CAEM) de Santa Bárbara. O centro tem capacidade para 128 indivíduos e é gerido por três entidades: Câmara Municipal de Lisboa, Vitae e Ares do Pinhal. A Associação Ares do Pinhal assumiu a responsabilidade de prestar serviços na área da saúde mental e desenvolveu um modelo de intervenção voltado para RDMR, com a gestão do Espaço para Comportamentos Aditivos e Dependências (ECAD). Através da pesquisa etnográfica multimodal, o objetivo deste estudo é refletir sobre as políticas e procedimentos adotados no CAEM, apresentar o perfil demográfico dos residentes e discutir os desafios e o futuro da intervenção junto aos cidadãos com consumos aditivos e dependências. Esta reflexão acerca das práticas instituídas pretende contribuir para a disseminação de conhecimentos pertinentes à intervenção junto à população em situação de sem-abrigo, bem como promover a troca de experiências, fomentando um diálogo construtivo para o aprimoramento contínuo das práticas de acolhimento e intervenção social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Solidão na multidão": reflexões etnográficas sobre identidade e vulnerabilidade cismática do idoso em situação de rua

Luana Lima Godinho (UFF)

RESUMO A proposta de trabalho ora aqui apresentada visa desenvolver uma análise antropológica de um dos problemas sociais mais complexos que acometem a população idosa: a realização. Considerando a vulnerabilidade quanto aos direitos de cidadania e reconhecimento desse grupo, buscarei evidenciar os mecanismos de resistência empreendidos pelos idosos para suplantar as qualificações e avaliações cismáticas que incidem sobre seus aparatos identitários. O julgamento formulado sobre a égide da cisma implica no congelamento e petrificação de determinadas representações sobre a identidade do outro, resultando em um déficit no reconhecimento da dignidade, dos direitos desse segmento e no paradoxo da solidão na multidão. Segundo dados do IPEA, entre 2012 e 2022, o crescimento da população em situação de rua foi em torno de 200%. O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que afeta diversos aspectos da sociedade, como a economia, a saúde, a educação e a segurança. A partir de pesquisa etnográfica implicada e de observação participante no atendimento de atenção básica à população em realizada pelo serviço de abordagem social

de competência municipal na cidade de Niterói, Rio de Janeiro, visto problematizar como as políticas de controle social implementadas pelo Estado definem que redefinem as dimensões identitárias desse grupo. Desse modo, pretendo discutir as tensões que se apresentam no trabalho de definição das identidades dos moradores idosos realizado pelos agentes públicos e as mobilizadas pelos próprios idosos de forma a explicitar as consequências dos julgamentos cismáticos nos critérios de reconhecimento, cidadania, subcidadania e invisibilidade dos idosos moradores de rua. Ou seja, em que medida a lógica da desconfiança, que supõe uma possibilidade de transição e transação dos julgamentos sobre os outros permeabilizando, dá lugar a lógica da cisma quando se trata desse segmento da sociedade, enquadrando nos absolutismos das certezas em caixas determinadas e fechadas. Portanto, em que medida o ensimesmamento reforça esse modo de viver a rua da solidão na multidão”.

Palavras-chave: Cisma, Identidade, População em situação de rua

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_028_49650201_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Ser na Rua, Ser da Rua: abandono social, violência e estigma com mulheres em vulnerabilidade no município de Rio Tinto"

Marçal Henrique da Costa (UFPB), Luziana Marques da Fonseca Silva (UFPB)

Este resumo visa refletir sobre a vivência de Maria, uma mulher em situação de rua no município de Rio Tinto, localizado no litoral norte paraibano, no qual desenvolvemos uma etnobiografia (Gonçalves; Marque; Cardoso, 2012), a fim de trazer à tona os desafios enfrentados por indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade no que diz respeito ao acesso aos serviços públicos de saúde e assistência social. A metodologia aplicada nesta pesquisa antropológica é qualitativa e descritiva, os dados têm sido coletados a partir das informações obtidas por meio de conversas diretas com a protagonista, agentes de saúde, profissionais da assistência social e outros moradores locais. A partir do relato, é possível perceber como o acesso de Maria aos serviços de saúde é complexo e burocrático, demandando a apresentação de documentos, como carteira de identidade e comprovante de residência. Desprovida de documentação e vivendo à margem do horário comercial convencional, agravado pela dependência ao crack e a constantes mudanças de localização, Maria enfrenta uma camada adicional de violência ao ser negligenciada pelo aparato estatal. agravos à exposição ao HIV/Aids. Maria é tida como um potencial foco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, sendo insinuado, por parte de algumas moradoras, que vários homens haviam sido vítimas dessa suposta contaminação. Esse posicionamento acusatório nos dá a entender como a situação de Maria é percebida pela comunidade, é um indicativo que nos permite dimensionar como o seu corpo é lido pelo/no território. Por um lado, Maria, sem uma moradia fixa e rotineiramente associada ao uso de drogas, impulsiona uma leitura de que sua própria existência é impura, tal qual nos lembra Mary Douglas (1985). A necessidade de uma ação urgente exigiu uma pronta intervenção para auxiliá-la a obter tratamento, através da parceria com ONG's paraibanas com expertise na atenção às pessoas em situação de rua,

motivando-nos a considerar iniciativas como o projeto "Médicos na Rua" da Prefeitura de João Pessoa. Essas ações visam implementar políticas de redução de danos, inspiradas em experiências bem-sucedidas em alguns estados do Brasil. Em última análise, almejamos contribuir para a construção de uma resposta ao HIV/Aids mais eficiente e sensível às necessidades desses indivíduos em situação de extrema vulnerabilidade social.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um estudo etnográfico: novos personagens da e na rua após o isolamento social do covid-19 na região central de Belo Horizonte.

Mariana dos Santos Cruz (PUC MINAS)

Essa proposta é resultado de uma pesquisa etnográfica, em desenvolvimento, que tem como objetivo analisar as situações sociais decorrentes do covid-19 (pós isolamento) para as pessoas que vivem nas ruas e para os novos personagens da rua”, no centro de Belo Horizonte. A pandemia gerou problemas dramáticos e graves para os grupos em situação de vulnerabilidade, como os moradores de periferia, pobres, sem qualificação de mão de obra, desempregados, imigrantes, entre outros (NATALINO, 2020, p.7). Esse cenário se agravou, marcadamente por falta de trabalho e precárias condições financeiras para pagar aluguel, luz, água e comida, contribuindo para que os novos personagens fossem viver nas ruas em abrigos improvisados, fazendo uso dos equipamentos públicos, especialmente nos centros das cidades. Conforme a pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), a população que vive e sobrevive nas ruas do Brasil cresceu 38% entre 2019 e 2022, atingindo 281,4 mil pessoas, o que denota o aumento expressivo dessa condição de vida na sociedade. Nesse contexto, a questão que orientou essa pesquisa foi: quais são as condições das pessoas que estão vivendo na rua no período pós isolamento social, quanto às representações sociais, os efeitos na saúde física e mental, relações familiares, experiências de trabalho e planejamentos futuros. Podemos afirmar que os novos personagens no centro de Belo Horizonte se encontram na faixa etária entre 18 anos a 35 anos, população jovem, predominantemente do gênero masculino, sem formação de mão de obra especializada para o trabalho, sem endereço fixo, drástica interrupção de vínculos sociais, escolares e familiares, apresentam sofrimento mental, particularmente depressão e problemas clínicos. Essa condição leva os novos personagens a demandarem aos serviços públicos de assistência social - ONG's, Pastoral Nacional do Povo da Rua -, em busca de formação de mão de obra para a inserção no mercado de trabalho, moradia e assistência à saúde. Em suas narrativas, apesar da luta diária para viver e sobreviver nas ruas, é notável um empenho para construir sociabilidades, ajuda mútua, apropriação dos espaços públicos e novas interações sociais.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Os Sentidos do Envelhecimento de Pessoas Idosas Em Situação de Rua em Aracaju - SE

Matheus de Oliveira Barros (UFS), Camilla Martins Albuquerque (UFS)

RESUMO INTRODUÇÃO: A pesquisa buscou aprofundar a compreensão de duas condições marcadas por processos de subjugação, precariedade e fragilização: 1) pessoas em situação de rua e 2) o envelhecimento dessas pessoas. O foco deu-se na análise dos desafios enfrentados

por pessoas idosas em situação de rua, considerando as condições inerentes ao envelhecimento e as estratégias de sobrevivência em um contexto de rua. A pesquisa, visou responder: quais são os desafios enfrentados por essa população na reprodução de suas vidas? Qual o sentido atribuído ao envelhecimento nessas condições? A abordagem levou em consideração a produção de significados atribuídos ao envelhecimento, e teve como objetivo principal a compreensão dessa produção por parte das pessoas idosas em situação de rua no município de Aracaju, Sergipe. É sabido que o caráter de envelhecimento da população brasileira, de uma maneira geral, constitui as características censitárias de nosso tempo. Neste panorama, o debate gerontológico ganha notoriedade dentro dos espaços de produção de conhecimento, ao elucidar questões que perpassam por condicionalidades sociais, psicológicas, econômicas e culturais. Por este caminho, o marcador etário ganha, a cada dia, centralidade nos debates, lançando para as mais diversas relações sociais o desafio de pensar, viver e transformar a sociedade para um mundo que se estrutura por vivências marcadas pela cultura do envelhecimento”.
METODOLOGIA: Os caminhos analíticos utilizados em nossa pesquisa possibilitaram a construção etnográfica visando 1) avaliação institucional, para compreensão do papel dos equipamentos no suporte às pessoas idosas em situação de rua; 2) análise política e cultural objetivando a averiguação dos estruturantes sociais que colaboram na produção de condicionalidade sociais e subjetivas que impactam no modelo de produção dos sentidos do envelhecimento das pessoas em situação de ruas; 3) entrevistas narrativas com o intuito de captar formas de subjetivação e as produções de sentidos relacionados ao envelhecer e elaboradas pelas pessoas idosas em situação de rua.
RESULTADOS: Como resultado, observamos uma singular hierarquização etária na dinâmica das relações sociais na rua, perpassando por prestígio comunitário a intensidade da vulnerabilidade/violência. Nos atentamos, também, a respeito do impacto institucional e as especificidades que tais instituições conotam na vida dessas pessoas, sinalizando um significativo aumento da procura e o fortalecimento do discurso de saída das ruas”. Ademais, acentuamos a construção de distanciamentos parentais, movimento fortemente influenciado por diversos modos de abandono ou pela própria temporalidade de rua.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_870_59830608_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Comunidades terapêuticas: articulações do religioso e secular na experiência ordinária

Matheus Moreira Santos (UFRRJ)

Com a formalização das Comunidades Terapêuticas, antes conhecidas pelas populações periféricas do Rio de Janeiro como casas de recuperação ou centros de recuperação”, estes espaços têm sido alvos de controvérsias. Dedicados à prática do acolhimento e tratamento de indivíduos usuários e dependentes de álcool e/ou outras drogas, essas comunidades, que, em boa parte das vezes, possuem viés religioso, agora, sob a alcunha de comunidades terapêuticas, atuam efetivamente no resgate e recuperação daqueles que se encontram no fundo do poço”, aplicando modelos de cuidados não convencionais se comparados aos propostos pela Medicina, Psicologia ou Serviço Social. Além disso, as comunidades terapêuticas também desempenham direta ou indiretamente um papel importante na gestão da violência urbana, em territórios

periféricos. Dialogando com trabalhos que qualificam a dimensão fronteiriça de equipamentos como os centros de detenção e os abrigos, traço caminhos de análise das CTs tendo como referência a ideia de exílio (Machado, 2021). Em consonância com Machado (2021), abordo as CTs como zonas de exílio urbano”, procurando compreender de que maneira essa perspectiva permite uma ênfase na dimensão territorial desse circuito mobilizado pelo problema das drogas, sob o ponto de vista da expulsão e do isolamento. Um dos desafios da gestão desses espaços é a identificação desses territórios como perigosos”. Segundo Leite (2014), o debate público sobre a violência urbana transita para um plano moral, em que as periferias urbanas são identificadas como um território inimigo e seus moradores categorizados às vezes como vítimas, porém mais frequentemente compreendidos como cúmplices da criminalidade. Desse modo, pretendo investigar as práticas, tensões e mediações produzidas no cotidiano das pessoas vinculadas a duas comunidades terapêuticas localizadas nos bairros de Santa Cândida e Estrela do Céu, município de Itaguaí. Abrigados, ex-abrigados, familiares, igrejas e outras instituições participam desta rede de sociabilidades, negociando e (re)fazendo a trama da vida urbana, elaborando soluções destinadas aos que sobram ou excedem na cidade (Fernandes, 2018), possibilitando (auto)preservação da integridade e viabilizando possibilidades de (re)começos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Etnografando o acesso à moradia para população idosa em situação de rua e o acesso às políticas públicas no município de São Bernardo do Campo/SP

Maysa Luana Silva (UFABC)

A pesquisa propõe evidenciar as violações de direitos humanos que atravessam a vida de idosos/as em situação de rua, no município de São Bernardo do Campo/SP. Ao situar a insuficiência de políticas públicas voltadas para o acesso à moradia digna e o impacto na qualidade de vida destes idosos. Através da etnografia, a pesquisa analisa o processo de saída das ruas de idosos/as, para morar em pensões e cortiços que apresentam precariedade habitacional. A proposta de intervenção é desenvolver a cartografia social de suas moradias e territórios de ambiência, para que eles possam indicar quais as violações de direitos e quais seriam as soluções e melhorias para avançar na qualidade de vida durante o processo de envelhecimento. O uso do mapeamento participativo possibilita ações realizadas conjuntamente aos idosos, para evidenciar de que forma ocorrem às mobilidades e acessos no território, as condições de moradia e a relação com as políticas públicas de garantia de direitos que atuam nestes territórios. Assim, caracterizar de que forma estas violações de direitos impactam no direito à cidade e no acesso à moradia digna.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_359_55967736_462494.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

"Tudo é temporário": modos de habitar, permanecer e circular nas ruas de Volta Redonda/RJ

Nildamara Theodoro Torres (Iniciativa PIPA)

Viver na rua representa ocupar espaços públicos que também refletem um tipo de sociabilidade, como compartilhar um beco, uma praça, um viaduto, partilhar roupas, alimentos, bebidas. A rua é atravessada por mobilidades, atividades e sujeitos, todos em movimento e participando de complexas redes de relações. O

objetivo deste trabalho é discutir as dinâmicas de circulação e permanência dos sujeitos em situação de rua nas periferias da cidade, assumindo as Comunidades Terapêuticas como alternativa de moradias temporárias. A presença das CTs reflete um tipo de sociabilidade muito específica que, de determinadas formas, tem a ver com o sentido de casa, família e acolhimento, mas que são, ao mesmo tempo, atravessadas por uma temporalidade específicas de espaços como estes, temporários e com um conjunto de regras. Trago como ponto central a CT localizada em um bairro periférico de Volta Redonda para pensarmos sobre as dinâmicas de circulação e as múltiplas possibilidades de habitação, circulação e permanência em contextos de precariedade. O presente trabalho é fruto de uma pesquisa qualitativa que venho desenvolvendo a partir da cidade de Volta Redonda em diferentes fases. Num primeiro momento, acompanho e traço diálogos com assistentes sociais do Centro Pop, com o objetivo de entender a complexidade do fenômeno da situação de rua naquele território. Em um segundo momento, acompanho, tanto presencial quanto virtualmente, a rede de doações de comida que circulam pela cidade distribuindo alimentos, água e roupas para, então, chegar a sujeitos específicos que vivenciam as ruas, e que, de determinada forma, se tornaram meus interlocutores por um breve período. Este é um trabalho composto a partir de diálogos com os principais interlocutores integrantes de uma CT na cidade: Dona Ana e Márcio. Volta Redonda atrai um número considerável de grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de rua, com objetivos de, principalmente, ganhar a vida”. Ao mesmo tempo, a situação de rua é alvo de políticas e ações de instituições públicas, religiosas e de grupos de voluntários, que visam amenizar a situação de vulnerabilidade de tais sujeitos. Vale ressaltar que a cidade propõe a integração entre medidas assistenciais e os dispositivos de interceptação, controle e limpeza dos espaços públicos e, também por isso, há uma extensa rede voltada para o cuidado com estes sujeitos. Neste imbricamento, encontro a atuação das CTs, que se apresentam como instituições temporárias de acolhimento e apresento reflexões sobre o cotidiano fragmentado de sujeitos que vivenciam o espaço das ruas entre a circulação e o confinamento, reconfiguram as noções de casa e evidenciam o descompasso e a fragilidade das instituições e produzem vida a partir da ausência.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Circulando, circulando: dispositivos para gerir a circulação de pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro

Raquel Martini Carriconde (Secretaria Educação Município Rio de Janeiro)

O presente trabalho parte de etnografia realizada em abrigos municipais do Rio de Janeiro, entre os anos de 2015 e 2017, onde busquei mapear alguns dos mecanismos acionados para produzir e gerir corpos precarizados em suas circulações e encontros com o Estado, além de pensar sobre que cidade e que Estado se fazem para gerir esses indesejáveis das várias ordens vigentes. Para esta apresentação, tomo como eixo de apresentação o Projeto Circulando – projeto social direcionado a pessoas em situação de rua que ocupavam os abrigos da cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2013 e 2016 – para pensar sobre a experiência dessas pessoas em suas circulações pela cidade. Assim, busco lançar luz sobre os dispositivos para gerir essas circulações; sobre as estratégias mobilizadas para minimizar os impactos da circulação dessas existências indesejadas sobre as outras circulações, as boas, que devem ser maximizadas; sobre os dispositivos acionados para produzir uma circulação mediada por múltiplas facetas do poder tutelar (como nos fala Antônio Carlos Souza Lima); e sobre os distintivos desse poder tutelar que produz uma circulação controlada e vigiada sobre diferentes espaços urbanos.

GT 102: Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais

Dando continuidade aos trabalhos iniciados na RBA de 2020, o GT pretende reunir etnografias e pesquisas históricas que constroem delineamentos acerca de transições democráticas, desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa. Como explicação a priori, o binômio democracia/ditadura, muitas vezes, impede-nos de pensar a respeito dos processos que ajuda a descrever e dos problemas que é capaz de ocultar em nossas pesquisas. Nesse sentido, a proposta visa colocar em debate trabalhos, de caráter conceitual e/ou de diferentes recortes empíricos, para provocar reflexões imprevistas em torno do mesmo problema teórico-político. Sem limitar os campos de investigação que poderão ser acolhidos, nos interessam trabalhos que problematizem questões como: 1) as implicações das leis de anistia e os silenciamentos impostos a atores sociais que sofreram violências durante a vigência de regimes ditatoriais, assim como a recepção de suas lutas reivindicativas de memória, verdade e justiça em democracia; 2) o caráter ambíguo de políticas humanitárias transicionais adotadas por países periféricos; 3) construções de fronteiras e distinções entre crime político e crime comum, e/ou entre segurança nacional e segurança pública, como mecanismos de controle social; e 4) a mobilização da guerra às drogas e a expansão penal como dispositivos centrais de combate às ilegalidades e controle das populações pobres (majoritariamente não-brancas) em democracia.d

Coordenação

Desirée de Lemos Azevedo (UNIFESP), Adalton Jose Marques (UNIVASF)

Debatedor(a)

Liliana Sanjurjo (UERJ)

| Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Exceção carcerária, uma poderosa afinidade entre Ditadura e Democracia: reabrindo arquivos sobre a política penal e a expansão carcerária no Brasil (1969-1978)

Adalton Marques (UNIVASF)

Na contramão do debate sobre segurança pública que teorizou a relação entre a remoção do "entulho autoritário" produzido durante a Ditadura Civil-Militar e a "consolidação" democrática, este paper apresenta uma documentação inédita ou raramente mobilizada concernente à política penal produzida pelos governos de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel com o objetivo de evidenciar que o problema da continuidade da Ditadura sobre a Democracia não pode ser teorizado sob bases binárias que reduzem o primeiro termo a traços autoritários e atribuem ao segundo a incumbência de desmontar a parafernália antidemocrática. A (re)abertura de arquivos dirigida por uma suspeita do presente permite notar que nos tornamos completamente despreparados para compreender que os governos militares foram capazes de produzir leis penais e decisões administrativas humanistas em favor das quais continuamos a lutar, em democracia. Como crítica às caracterizações generalistas dos períodos políticos e perspectivização do presente, este artigo aponta pistas que permitem pensar os modos pelos quais a exceção carcerária (funcionalmente dependente de seu reformismo humanista) se aclimata tanto às experiências ditatoriais quanto às democráticas de penalizar e punir.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_425_31171686_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Colonialismo, racismo e securitarismo, três aspectos fundamentais do marco temporal

Amarildo Ferreira Júnior (IFRR)

Tomada como região de fronteira geopolítica e de expansão do capitalismo, a Amazônia e seus povos originários têm sido sujeitados a um longo processo de colonização e de incorporação e integração, inicialmente ao Estado português, ao qual esteve ligada como uma Colônia distinta do Brasil até o século XVII, e, posteriormente, ao próprio Estado brasileiro. Este trabalho tem como objetivo discutir a vinculação desse processo com a emergência da tese do marco temporal das terras indígenas e seus efeitos sobre os povos indígenas e os conflitos socioambientais na região. A partir do campo da antropologia histórica e da discussão do desenvolvimento e de sua crítica, apresento análise da referida tese e de seus papéis no modo de produção simbólica da sociedade brasileira e no repertório de instrumentos de apropriação territorial de suas classes dominantes. Desse modo, faço uma resenha histórica dos atos de Estado na Amazônia e da formação socioeconômica da região, tomando a construção de suas marcações temporais, fortemente caracterizadas por abordagens cíclicas e desenvolvimentistas, como problema de pesquisa. Em seguida, realizo a exegese do marco temporal a partir da avaliação de enunciações em diferentes espaços (discursos parlamentares e jurídicos, notícias, notas públicas, entre outros) com destaque ao colonialismo, ao racismo e ao securitarismo como três de seus aspectos fundamentais. Diante disso, verificamos que no núcleo da elaboração e da defesa da tese do marco temporal está o argumento de que tal condicionante garantiria segurança jurídica ao processo de demarcação de terras indígenas no país. Contudo, o mesmo

discurso da segurança jurídica tem sido amplamente utilizado por representantes de setores do complexo agrocarbonohidromineral brasileiro para proteção de suas propriedades e interesses, os quais são sorrateiramente colocados como interesses do desenvolvimento da nação. Nesse contexto, a luta contra o marco temporal ganha os contornos de disputa pelo próprio estabelecimento do que é legítimo quando falamos em demarcação de terras indígenas e, conseqüentemente, dos conflitos socioambientais no país, em especial, para os fins deste trabalho, na Amazônia, o que torna necessário refletir, a partir das sínteses elaboradas, sobre as possibilidades de construção colaborativa de espaços de co-conceitualização e de desenvolvimento conseqüente de relações intersubjetivas e instrumentos políticos que ensejem in(ter)ferências na realidade histórico-social em relação aos elementos fundamentais da tese do marco temporal e às conseqüências do manuseio e do assédio securitário instituído pela coalização de pilhagem que a forjou e defende.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_874_26748247_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Territorialidade, segurança pública e crime no Rio de Janeiro

Antonio Carlos Rafael Barbosa (UFF)

Na presente comunicação busco revisitar algumas reflexões sobre a produção discursiva e imagética das favelas e periferias do Rio de Janeiro como espaços da insegurança e do descontrole (em termos das garantias estatais), uma vez atravessados por modos de governo das condutas, contenção e contorno fronteiro por parte de grupos milicianos e das chamadas facções do tráfico”. A isso podemos adicionar as operações policiais que criam territórios de exceção”, conduzidas pelos corpos especiais das Polícias Militar e Civil, mas hoje também realizadas pela PRF e PF; operações que visam a poda das pontas soltas de uma anomalia concebida como extirpável - como cansa de conchamar parte do jornalismo policial - se houver interesse político. Que tal tanatopolítica tenha como alvos privilegiados os corpos negros, é o que muitas vezes escapa às discussões sobre biopolítica e racismo e, no mesmo movimento, reforça o apagamento das lutas pelo reconhecimento da existência de territórios negros na cidade do Rio de Janeiro. E que tais operações sirvam para transformar tais localidades em campos de treinamento de uma elite de assassinos a serviço de interesses corporativos é muitas vezes esquecido (vamos borrar a partição dura entre legal/ilegal; vide escritório do crime”). A isso podemos adicionar, lá onde se misturam segurança nacional e segurança pública, as sucessivas experiências GLO na cidade do Rio de Janeiro. Tal produção enunciativa se deixa ver numa cascata de adjetivações: territórios do crime, minados, precarizados, marginais, territórios sob controle de grupos armados, entre outros. A cada uma delas corresponde um direcionamento dos problemas (e escalonada pressão política): seja por parte das análises acadêmicas; seja nos diagnósticos (que se querem propositivos) dos formuladores das políticas de segurança pública; seja nas justificativas e valorações policiais. Sem pretender expandir a análise para fora do Rio de Janeiro, contrastando com outros modos de territorialização, o quadro ganha ainda em complexidade ao considerar a passagem e composição entre tecnologias de poder: disciplinares”, com sua modelagem que fixa territórios fechados e faculta a passagem entre eles; e as tecnologias do controle ou da segurança”, que operam a partir de redes flexíveis

e sobrepostas (o recente ENFOC, de Flávio Dino, sua preocupação com o crime que não respeita fronteiras, é exemplar nesse sentido; no cotidiano das ruas, as duras policiais em celulares também servem de exemplo da captura em rede como dispositivo micropolítico do controle). Todavia, tal discussão não pode prescindir, como lastro valorativo, ancoragem analítica e exigência política, das avaliações e lutas por parte de quem habita esses territórios”. E é daí que se começa.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_451_87526136_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Até tirar-lhes a vida: uma genealogia do auto de resistência

Evandro Cruz Silva (UNICAMP)

O objetivo deste texto é o de aprofundar e relativizar as origens históricas do auto de resistência, forma discursiva fundamental para o Estado brasileiro e sua administração, cuja característica distintiva reside na produção de uma narrativa oficial de dizer que um civil só sofreu violência do Estado porque ele reagiu. O auto de resistência, portanto, desempenha um papel crucial na construção da chamada verdade jurídica e na fé pública acerca da narrativa policial. Para a base da nossa apresentação, nos utilizamos de duas técnicas de pesquisa: uma genealogia dos debates públicos sobre auto de resistência num período entre 1830 e 1980 dentro da Hemeroteca Digital Brasileira e uma revisão bibliográfica sistemática acerca de trabalhos acadêmicos brasileiros que mencionam a invenção ou origem do auto de resistência. Apoiando-se em pesquisa documental e inspirado no método genealógico, nesta apresentação, destacaremos duas evidências-chave que fundamentam nosso objeto central: o aumento na cobertura de notícias sobre o tema e o consenso gerado pela leitura do livro de Verani (1996). Sustentamos que, embora o conceito de "auto de resistência" não tenha sido criado nos anos 1960, foi nessa época que ele assumiu um papel central no cenário da polícia que mata. Utilizamos dois argumentos principais para embasar nossa posição. Primeiramente, confrontamos a interpretação de Verani sobre as origens do auto de resistência, ressaltando que tanto os profissionais do direito quanto a imprensa da época o consideravam uma inovação contemporânea para justificar a letalidade policial. Em segundo lugar, exploramos a sua origem nas práticas policiais cotidianas, especialmente ligadas aos grupos de extermínio, e como isso influenciou o surgimento de uma polícia política durante o período pós-1964. Nesse contexto, as fronteiras entre "segurança pública" e "segurança nacional" se tornaram cada vez mais difusas, permitindo a ampliação das atividades criminalizadas sob a narrativa do auto de resistência, utilizando-se da fé pública e da perspectiva do agente de segurança.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_649_23548907_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mobilizações no atual governo Lula (PT) por reparação de crimes cometidos pelo Estado brasileiro entre os anos de 1964-1985

Evanielly Sheyla Velozo Silva (UERJ)

Coletivos e grupos de militantes e familiares de pessoas que foram perseguidas, torturadas, que estão desaparecidas e/ou foram mortas devido a imposição da ditadura militar no Brasil entre os anos de 1964-1985 - e que agora também estão organizados em torno da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia - vem pressionando o governo federal, especificamente o presidente Luiz Inácio (PT), Lula, para que a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) seja reinstalada e para que haja o cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2011. No governo atual, e conforme seu mandato avança, o presidente sinaliza que não quer ficar remoendo o passado e veta a realização de atos críticos à ditadura militar no período em que serão completados 60 anos pós-golpe. Entretanto, é também neste mesmo mandato que a Comissão de Anistia, que retoma sua atuação após um período de esvaziamento durante o governo Jair Bolsonaro (2019-2022), deverá julgar os primeiros casos de reparação coletiva para as etnias Krenak (MG) e Guyraroká (MS), e julgar a demanda do grupo dos nove chineses”. Integrantes destas etnias e grupo foram torturados e/ou mortos durante a ditadura e a reparação coletiva servirá também para contar uma parte da história do país, com provas concretas sobre a sistematização do golpe militar. Sendo marcado por estas dissonâncias, o governo Lula tem sido repudiado entre militantes e familiares devido principalmente às frustrações, esperas e pelo não cumprimento de promessas de campanha. Por isso, o presente trabalho se ocupará de colher e apresentar algumas ações e reflexões dos militantes em relação aos avanços e retrocessos das suas demandas políticas durante o primeiro biênio do terceiro mandato do presidente Lula. É de interesse também acompanhar como o Estado brasileiro vem sendo manobrado pela atual gestão e quais as implicações das decisões tomadas por seus agentes na vida/militância de integrantes da Coalizão Brasil. É importante ressaltar que esta é uma pesquisa recente e sua principal pretensão é compartilhar com este grupo de trabalho a sua construção inicial, ou seja, as primeiras descrições acerca de um campo de estudos adensado e amplo. Compreendo que a contribuição desta pesquisa é fazer análises deste material empírico junto a conceitos e teorias antropológicas já etnografados sobre mobilização social, reparações, direitos humanos, violência de Estado e funcionamento de instituições públicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Ainda somos os mesmos? Ensinamentos e aprendizados sobre a Democracia Representativa em grupos familiares da classe trabalhadora.

Fernanda Agostinho (UNIFESP)

Título da pesquisa: Ainda somos os mesmos? Ensinamentos e aprendizados sobre a Democracia Representativa em grupos familiares da classe trabalhadora. Orientador: Alexandre Barbosa Pereira Universidade: Universidade Federal de São Paulo - EFLCH Essa comunicação visa apresentar partes da pesquisa etnobiográfica grupos familiares da classe trabalhadora que objetiva mapear a transmissão de saberes e os aprendizados sobre democracia representativa entre sujeitos de diferentes gerações com ascendência direta em realização desde agosto de 2023. Para contemplar uma multiplicidade de subjetividades, compõe o grupo de pesquisa, 4 grupos familiares moradores de diferentes cidades de São Paulo, e entre os integrantes a faixa etária varia entre 10 e 90 anos com diversidade de gênero, racialidade, renda e posicionamento

político. Sua elaboração se deu na experiência como professora no ensino escolar privado na cidade de Mogi das Cruzes, durante o ano de 2022. As crianças apresentavam a necessidade de falar sobre a eleição e, no meio disso, estava a pressão e vigilância realizada pelas famílias e a direção escolar para que o assunto não fosse abordado em sala de aula, afirmando que a educação política é de responsabilidade familiar. Ainda que as crianças fossem vistas como inaptas para falar sobre política, elas desenvolviam estratégias para lidar com o tema muito abordado entre elas. Considerando o 8 de janeiro de 2023, data que marcou ataque às instituições e funcionalidade da democracia representativa no Brasil, emergiu a necessidade de mapear formas de transmissão geracional de compreensões políticas, com foco na participação na democracia representativa – forma política obrigatória em uma cidadania regulada como a brasileira. Desenvolver uma etnobiografia com grupos familiares, se dá na busca por registrar memórias através de observar a profusão de relações subjetivas que ocorrem no momento da narrativa. Tal ato, acredito, garantirá um mapeamento de intersubjetividades das significações e estratégias na atuação política desenvolvidos em diferentes contextos sociais e históricos, e intercambiadas nos arranjos dos grupos familiares. A realização do campo de pesquisa tem sinalizado como tanto para o papel dos meios de informação e o acesso à educação quanto das questões de organização diárias definidas pelos campos de gênero, raça e classe influenciam no formato de educação política familiar. PALAVRAS CHAVE: DEMOCRACIA REPRESENTATIVA – FAMÍLIA – TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL GONÇALVES, M. A., MARQUES, R., & CARDOSO, V. Z. (2012). Etnobiografia: subjetivação e etnografia. Rio de Janeiro: 7 letras. SILVA, M. G. (2017). Ferrazópolis: um bairro, duas gerações e a política. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Educação da USP (FEUSP).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_039_77152377_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Direitos humanos, transformações e continuidades: uma etnografia da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia

Gabriela Fortunato Castro (UNESP)

O trabalho apresenta e discute a categoria direitos humanos inserida dentro do escopo da antropologia brasileira, especificamente na Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia. Os dados foram construídos a partir de pesquisa bibliográfica, seguida da realização de entrevistas com alguns ex-coordenadores da Comissão de Direitos Humanos e ex-presidente da Associação Brasileira de Antropologia. Essa abordagem etnográfica tem foco em dois eixos: 1) descritivo: como a categoria direitos humanos tensiona o campo de saber antropológico, sendo necessário observar como tanto a antropologia quanto os direitos humanos, suplantando binarismos universalistas e relativistas, partem de narrativas centradas no espectro da colonialidade; 2) analítico: como a Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia tem se configurado como um agente na antropologia brasileira contemporânea e, portanto, com ações perante o Estado e sociedade. O objetivo é evidenciar como a interlocução com antropólogas/os permitiu-me refletir sobre os limites e continuidades estabelecidos no diálogo da antropologia com os direitos humanos, este que foi

observado como categoria nativa, se adaptam de acordo com seu uso prático em relação ao contexto social, político, histórico e moral que é mobilizado. Busco refletir, centralmente, sobre o deslocamento dos direitos humanos, que por ser alvo de disputas, pode passar de categoria acusatória para categoria unificadora, de categoria operatória para categoria de resistência. Logo, não há política sem contradição e não há luta por direitos humanos que não pressuponha o conflito.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_603_83325103_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Violência, invisibilidade política e apagamento de rastros na República brasileira - anotações sobre a produção da memória sobre Canudos e os conselheristas

Joana da Silva Barros (UNIFESP)

Canudos foi o primeiro enfrentamento armado da República brasileira. Como tal construiu as marcas inaugurais e constitui a forma política pela qual o estado brasileiro, na sua fase/face de modernização, compreendeu e lidou com as revoltas populares ao longo deste século e meio. As formas do combate ao arraial do Belo Monte/Canudos que articulavam exército e polícias estaduais, não se resumiram ao enfrentamento armado e ao massacre da cidade conselherista: depois de rendida, Belo Monte foi queimada, seus habitantes degolados e a memória daquela revolta constante e sistematicamente apagada - seja pelo silenciamento sistemático em torno do massacre perpetrado, seja pela construção de uma narrativa da guerra contra Canudos como um dispositivo de instauração e consolidação do progresso, do desenvolvimento e da democracia contra a "barbárie da revolta conselherista". Este texto procura explorar as relações entre a construção do silenciamento do conflito, violência (em múltiplas dimensões) e a construção da democracia na passagem para a República, como mote e estratégia política que se firma como motor da construção e da formação social no período. Exploraremos para tal os relatos da Guerra contra Canudos deixados pelos descendentes dos Conselheristas, e um conjunto de imagens produzidas por fotógrafos ao longo de mais de 60 anos, contrapostos aos textos que se tornaram a versão oficial do conflito, escritos por Euclides da Cunha, cotejados pelas imagens de Flávio de Barros. Busca-se explorar a hipótese de que a perpetuação de uma sociabilidade autoritária e violenta como a brasileira supõe a construção de um Outro em negativo, a um só tempo bárbaro, violento e invisível politicamente.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Entre Generais e Federais: a Secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro!

Michel Cícero Magalhães de Melo (Aluno)

A presente comunicação se trata de uma pesquisa incipiente onde pretendo refletir sobre a Secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Nesta abordagem pretendo analisar os ocupantes dos cargos de Secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro desde a eleição de Leonel Brizola em 1982 até o governo de Claudio Castro que vence a eleição em 2022. A questão da segurança pública ocupa o imaginário social e estatal no Brasil. Por

onde você vá, pessoas ocupam seu tempo para falar que uma rua está mais perigosa, que estão ocorrendo muitos furtos em certo local, que as leis penais no país são brandas com criminosos ou que a polícia prende e a justiça solta. No caso do Rio de Janeiro, tido por muitos como o cartão postal do Brasil, os jornais, a televisão, grupos de pesquisa e muitos outros segmentos sociais se detêm sobre a importância e os acontecimentos da área de segurança pública. Partindo desta ideia, tenho como enfoque uma secretária específica do Estado do Rio de Janeiro: a SESEG – Secretária de Estado de Segurança Pública, que é responsável por planejar e gerir as políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Desde a eleição de 1982 até 2024, passaram-se 42 anos. Por quanto tempo a secretaria esteve ativa? Em que períodos ela foi extinta? Quais foram os seus secretários e que cargos públicos estes ocupavam antes da secretária? Há grupos hegemônicos? Que discursos foram proliferados pelos secretários quanto ao combate à criminalidade no Rio de Janeiro? Norteados por tais perguntas, pretendo revisitar o passado para pensar o presente. Entendo a SESEG como uma peça na construção e articulação das políticas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo fundamental para compreendermos as dinâmicas que se operam no campo da segurança pública a partir da sua posição política e dos atores que ocuparam e ocupam o posto de Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_746_36420785_590790.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Mediações arquitetônicas no Rio de Janeiro: estratégias e procedimentos de controle, ordenamento e gestão de cidades e populações na década de 1990

Paulo Vitor Ferreira da Silva (SEEDUC)

O campo da arquitetura e suas redes profissionais têm desempenhado funções mediadoras centrais no processo de formação do Estado brasileiro, principalmente através da elaboração de procedimentos de ordenamento e gestão de territórios e populações. Nesse sentido, meu objetivo é discutir sobre a participação dessas redes profissionais nas formas de governo das cidades e populações brasileiras a partir da década de 1990, tomando como objeto a atuação do departamento fluminense do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB-RJ) no Programa Favela-Bairro. Meu argumento é que olhar para a atuação local dessas redes profissionais elucidada como a década de 1990 representa um momento ímpar para compreensão da guinada neoliberal nas formas de governo das cidades e populações brasileiras. Minha análise busca ir além do que é narrado pelos meus interlocutores como um momento de mudança de paradigma na política urbana possibilitada pelos marcos jurídicos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, no qual os programas de urbanização de favelas assumem o lugar das políticas de remoção. Por meio de entrevistas com arquitetos que fizeram parte do programa, análise de documentos e depoimentos públicos, procuro evidenciar a participação desses atores em uma série de arranjos e operações que, em última instância, visavam dar segurança às operações financeiras e parcerias pública-privadas que seriam realizadas na cidade: os procedimentos reunidos sob o guarda-chuva do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), a produção de consenso como parte das estratégias para intervenção urbana, o aporte de recursos para grandes

projetos de desenvolvimento junto às agências transnacionais e a organização dos concursos para contratação de obras públicas do Programa Favela-Bairro.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Guerra híbrida e a zona cinzenta de tempo e espaço: o caso brasileiro (2014-2024)

Piero C Leirner (UFSCAR)

Como sabemos pela nossa própria experiência brasileira, golpes militares são vistos como eventos com datas de início e, talvez de forma menos marcada, fim. Em todos os níveis de análise sociopolítica que se coloque, o golpe é visto como ruptura de algo. Assim, suas linhas demarcatórias são bastante claras. De certa maneira, quando se fala sociologicamente em golpe militar, se supõe que tal ruptura também se dá pela intromissão invasiva do campo da guerra no campo da política. A partir desse momento, e ainda que termos como estado de exceção expliquem vários elementos jurídicos e políticos implícitos na gerência dos regimes militares, é preciso levar em consideração também como categorias nativas do universo militar se desdobram na sua forma de conduzir o Estado. Tomando este elemento em perspectiva, gostaria de tratar sobre uma nova forma de guerra que apareceu nos últimos anos no repertório militar: a guerra híbrida. De forma resumida, seu pressuposto é o do apagamento da fronteira entre guerra e política, tempo de guerra e tempo de paz, estatal e não-estatal, e entre doméstico e estrangeiro. Trata-se, enfim, de considerar que todos esses elementos estão em forma híbrida”. Diante disso, cabe se perguntar como militares re-escalonaram sua própria concepção do que seria um regime militar”, golpe”, etc, e se a noção de ruptura no tempo e espaço ainda é viável nessa nova modalidade militar. Pretendo trazer algumas reflexões sobre este problema a partir de uma perspectiva etnográfica sobre a ação política de militares no Brasil nos últimos 10 anos

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Manejos da água e da terra em transformação nos arquivos da Diocese de Juazeiro-BA e da Sudene

Sabrina Maria Gonçalves Luz Barros Bezerra (UFSCAR)

Este trabalho propõe o exame do manejo das águas e de terras nos arquivos/acervos da Diocese de Juazeiro-BA e da Sudene, como elementos que lançam luz para relações de forças empregadas no enfrentamento, nas proposições e nas estratégias de desenvolvimento do Vale do Submédio São Francisco disparados após e em razão da construção da barragem de Sobradinho-BA (1979). Trata-se da temática da minha pesquisa de mestrado em curso; o seu argumento central, que venho desenhando, é que essas noções não foram postas ou mesmo convocadas para os mesmos problemas de manejo no semiárido e, portanto, não foram acionadas para os mesmos propósitos e efeitos nos arquivos. De um lado tem-se o acervo doado pela Sudene, que chamarei apenas de acervo Sudene, constituído por materiais e documentos doados em 2021 e em 2023, sendo boa parte publicações técnicas financiadas pela Superintendência para o delineamento das chamadas áreas de interesse, e suas variações, e para a prospecção de estratégias de armazenamento e distribuição de água. Do outro o arquivo da Diocese de Juazeiro que compreende o Acervo Dom José Rodrigues e o Arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ambos correspondiam à biblioteca diocesana de Juazeiro criada em

19 de março de 1975 pelo então bispo Dom José Rodrigues, inspirada nos Projetos de Educação Popular de Paulo Freire, para o enfrentamento dos efeitos da barragem de Sobradinho. Pretendo defender que o manejar águas e terras apresenta e está posto nesses arquivos em escalas e condições enunciativas diferentes de (re)composição, proposição e de ação numa região em ebulição durante as décadas de 1970, 80 e 90. Da construção da barragem de Sobradinho produziu-se o deslocamento de mais de 70.000 pessoas, ao passo em que possibilitou, direta e indiretamente, a extensão de 93.900ha de terras irrigadas do polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA. É com isso em mente que opero a abertura dos arquivos/acervos, pelo que anima o esforço de considerar nos escritos encaixotados e, ora, expelidos, condições em que forças distintas puderam enunciar - distintamente e conflitante - processos de manejo, produção e cercamento da terra e da água por convocações e arranjos com discursos geográfico, antropológico, técnico e dos agentes pastorais para compor a razão e a contra-razão desenvolvimentista. Por fim, este trabalho está situado na fronteira entre a antropologia de/com arquivos e documentos e a do desenvolvimento, além de estar imbuído na relação entre a antropologia e a história.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_980_13456793_590790.pdf

GT 103: Universidade Indígena no Brasil: experiências e possibilidades

A criação da Universidade Indígena é reivindicação do movimento indígena reapresentada ao Ministro da Educação no início de 2023 como parte das propostas consideradas prioridade no VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (dez./2022). Essa proposição resulta, por um lado, das experiências que vem ocorrendo de forma crescente nos últimos 25 anos de presença e participação de indígenas no ensino superior como discentes, docentes e pesquisadores. Por outro lado, a proposição busca dialogar com experiências de outros países, em especial na América Latina, em instituições referidas como universidades interculturais e/ou universidades indígenas. Neste GT, propomos revisitar diferentes experiências para buscar identificar referências e reflexões de caráter epistemológico, metodológico, de práticas e políticas de conhecimento que possam constituir o repertório a partir do qual seja possível construir a proposta de "Universidade Indígena no Brasil" considerando diversos programas e experiências de: documentação das línguas indígenas e revitalização linguística; gestão territorial e ambiental em TI; saúde indígena; ensino superior (licenciaturas interculturais indígenas e demais modalidades); pesquisa e autoria indígena; centros de formação conduzidos por organizações indígenas; museus indígenas; educação escolar básica indígena; participação de sábios e conhecedores indígenas nas universidades; atuação de indígenas como docentes e pesquisadores nas universidades; dentre outros.d

Coordenação

Gersem José dos Santos Luciano (UNB), Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG)

Debatedor(a)

Rita Gomes do Nascimento (UFRN), Altaci Corrêa Rubim (UNB), Rosilene Cruz de Araujo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Possibilidades de interação e cocriação no ambiente virtual TUAUFRGS por alunos indígenas

Alexandre Magno de Aquino (UFRGS)

Este trabalho tem como objetivo relatar e refletir sobre o desenvolvimento do Catálogo do Aluno indígena no ambiente virtual TUAUFRGS, que visa contemplar formas dialógicas e interculturais orientadas para a cocriação desse ambiente, situando a construção de uma pauta de motivações e aspirações relacionadas às especificidades culturais dos povos indígenas na UFRGS. Além de promover o acesso ao conteúdo disponibilizado pelo Catálogo do Aluno da TUAUFRGS (históricos, atestados, diplomas, etc), entende-se que a elaboração de um catálogo diferenciado afirma valores culturais num contexto em que o letramento e o mundo digital é por excelência a moeda de troca da interação com a universidade, como importante lugar de vivência. A promoção de novas formas de experiências estéticas torna-se fundamental para os esforços que promovam a interculturalidade, seja auxiliando no uso de equipamentos, programas e ferramentas da informática, seja fomentando o uso da tecnologia da informação, alicerçada em métodos democratizantes. Atenta-se para o fato da universidade ter incorporado definitivamente, com a política de ações afirmativas, a questão da diversidade, notadamente das populações indígenas. Diante dessa diversidade, enfatiza-se a importância do autorreconhecimento e da auto-afirmação na universidade. Apresenta-se resultados preliminares da oitava desta parcela da comunidade universitária, especialmente no que se refere ao acesso à informação dos serviços disponibilizados nesse ambiente virtual do Catálogo, descrevendo os avanços para as etapas mais propriamente aplicadas do projeto de extensão em andamento. Esse projeto articula aspectos estéticos e técnicos, permitindo democratizar os serviços neste contexto histórico em que a cibercultura, especialmente no que se refere às ferramentas educacionais disponibilizadas por aplicativos e sites, como ocorre em um Ambiente Virtual de Aprendizado, motiva usuários a se tornarem cada vez mais coparticipes, agregando conteúdo e significado social, visando o desenvolvimento da autonomia, de processos de coautoria e a curiosidade, da colaboração, da cooperação e do respeito mútuo, que favorecem diferentes formas de comunicação (linguagem escrita; texto, linguagem imagética; imagens), refletindo sobre o uso da informática, explorando o Design Participativo, com foco no ambiente em si, para definir as imagens, as representações gráficas, a possibilidade de explorar links, páginas, espaços cibernéticos. Esta abordagem considera determinado contexto social no desenvolvimento de tecnologias computacionais interativas, seja para apoio às atividades escolares, seja para contribuição no cotidiano universitário, diagnosticando processos em que os indígenas acessam o mundo digital nesse sistema de registro acadêmico.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Tensiones y desafíos entre conocimientos y políticas educativas estatales en el contexto de la educación superior en Wall mapu (territorio Mapuche, Chile).

Felipe Domingo Curivil Bravo (Centro Indígena de Investigaciones Taki unquy)

Palabras claves: Educación superior indígena – pluralismo epistemológico – conocimientos educativos. Desde la conformación de los Estados nacionales en América Latina (siglo XIX) la

educación se ha traducido en políticas asimilacionistas hacia los pueblos indígenas, por ello los sistemas educativos han sido agencias para la integración nacional donde se han reproducido diversas violencias coloniales y también sus actores y/o funcionarios una correa de transmisión de la hegemonía del Estado-nación, excluyendo saberes y conocimientos indígenas. Sin embargo, cuando estos se han incorporado, generalmente se ha hecho sobre la base de ideas e imágenes estereotipadas, reflejando que el sistema educativo reproduce tanto saberes como estructuras coloniales (Bertely, 2014). Esto porque los sistemas educativos nacionales han integrado bajo políticas de inclusión las diferencias culturales a una estructura (neo) colonial establecida que reproduce racismo visible e invisible. Así, el horizonte colonial en nuestro continente constituye un sustrato profundo de mentalidades y prácticas que hasta hoy estructuran modos de convivencia (Albó, 1993). Si estos principios, y las tensiones que los rodean, están presentes en las discusiones sobre la educación escolar básica en contextos de pueblos indígenas, también se movilizan en los debates sobre diferentes modelos de educación superior, universitaria y técnico profesional. Este trabajo se centrará en el ámbito de la educación superior, a partir de establecer por un lado un balance crítico sobre la misma en contextos de pueblos indígenas en Chile y por otro lado identificar algunas consideraciones indispensables para analizar las tensiones y desafíos entre conocimientos y políticas educativas estatales en el contexto de la educación superior en Wall mapu (territorio Mapuche, Chile), lo anterior ante un próximo estudio etnográfico del caso de la implementación de la única institución de educación superior intercultural indígena en Chile, el Centro de Formación Estatal Intercultural de la VIII región del Biobío (territorio Mapuche Lafkenche). Ahora bien desde el punto de vista contextual, abordaremos las tensiones y desafíos entre conocimientos y políticas educativas estatales en el contexto de la educación superior en Wall mapu (territorio Mapuche, Chile) reconociendo el surgimiento los últimos años de importantes iniciativas desde educación inicial a la educación superior, instancias propiciadas por comunidades, organizaciones e instituciones del pueblo Mapuche, donde destaca el liderazgo de la juventud mapuche constituyendo hoy un movimiento por los derechos educativos y lingüísticos.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Indígenas na Ufopa - As experiências na Amazônia como lições e aportes para a construção da Universidade Indígena do Brasil

Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA)

A discussão em vista da elaboração do projeto de uma universidade indígena no Brasil parece se dar, agora, em terreno mais fértil, após duas décadas de experiência de estudantes indígenas no ensino superior através das políticas de ações afirmativas. Ao longo desse tempo, principalmente nas universidades públicas,

o processo passou por aperfeiçoamentos e muitos avanços, sempre com a ativa participação dos estudantes indígenas. Indígenas egressos de cursos de pós-graduação, lentamente, começaram a assumir o papel de professores nas universidades públicas, num processo que não raro permite ver que o racismo institucional

anti-indígena continua muito bem vivo. Os acadêmicos indígenas envolvidos nesses processos têm muitos aprendizados e lições para contribuir com a proposta

de criação da universidade indígena no Brasil, olhando também para as ricas experiências que acontecem nos demais países latino-americanos. Neste trabalho, trazemos como aportes para essa discussão um relato-testemunho sobre o processo de ações afirmativas voltado para os indígenas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde o autor é professor no Curso de Antropologia e atuou como Diretor de Ações Afirmativas. Destacaremos: os Seminários preparatórios para o Processo de Seleção Especial Indígena (PSEI), que contaram com a participação de estudantes indígenas, lideranças dos povos indígenas e suas organizações; a Formação Acadêmica Indígena (FAIN), como etapa de acolhida para os calouros indígenas em preparação para a entrada nos seus cursos específicos; o Curso da língua Nheengatu para a formação de professores de escolas indígenas, ministrado por especialistas acadêmicos e indígenas falantes vindo das aldeias; e o Diretório Acadêmico Indígena (DAIN), como entidade de organização dos indígenas que muito protestou contra os casos de racismo e ajudou na elaboração da política de ações afirmativas da Ufopa. Esses quatro elementos mostram, entre outras coisas, a importância da participação das lideranças dos povos indígenas e dos próprios universitários indígenas na definição da política que se quer implantar. Mostram que a universidade deve ser um espaço de diálogo dos saberes indígenas e científicos, como ocorre na FAIN. E mostram também que processos de revitalização de línguas indígenas, na verdade, envolvem vários aspectos da vida coletiva, como memória, mitologia, xamanismo, cantos, identidade de grupo e projeto de futuro. Tais experiências podem trazer lições e aportes para enriquecer a proposta de criação de uma universidade indígena necessária e possível.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Perspectivas indígenas sobre museus - apontamentos para práticas colaborativas

Karenina Vieira Andrade (UFMG), Marciane Rocha (UFMG)

Neste trabalho, pretende-se fazer uma reflexão sobre como poderíamos traduzir os conceitos de museu e patrimônio cultural para as perspectivas indígenas, de modo a construir práticas museais colaborativas, nas quais diferentes visões possam estabelecer um diálogo simétrico. A discussão será baseada na experiência e no diálogo entre a antropóloga Karenina Andrade e a estudante indígena Marciane Rocha. As autoras se propõem a refletir sobre o tema a partir de suas perspectivas – a antropóloga, a partir de sua experiência de pesquisa etnográfica junto ao povo Ye'kwana, e a estudante de antropologia e artesã ye'kwana, a partir de sua visão de mundo e sua atuação como mediadora no Espaço do Conhecimento UFMG. Ambas estiveram envolvidas, de diferentes maneiras, com a exposição “Mundos Indígenas”. Inaugurada em dezembro 2019 no Espaço do Conhecimento UFMG, um museu universitário, a exposição contou com a participação de cinco povos indígenas, que foram convidados a apresentar um pouco de seus mundos para os não indígenas. Participam da exposição os povos Yanomami, Maxacali, Xacriabá e Pataxoop e Ye'kwana. Ao longo do trabalho, as autoras discutem o tema a partir do que significou para o povo Ye'kwana levar parte de seu mundo para dentro de um

museu. As autoras discorrem sobre os processos de fabricação dos “objetos” que foram escolhidos para compor a parte ye’kwana da exposição “Mundos Indígena” e que são utilizados tanto em contextos rituais quanto na vida cotidiana, de modo a refletir sobre a composição e fabricação de tais itens, em que a expertise e a técnica envolvidas passam desde a preparação dos materiais de fabricação até os cantos aichudi. Como, pois, garantir que não figurem como meras coisas inertes, ao serem exibidas como parte de uma coleção em um museu na cidade? Fazemos alguns apontamentos para repensar a presença dos mundos indígenas em museus, a partir da experiência na produção da exposição “Mundos Indígenas” pelo povo Ye’kwana. A partir da experiência com a exposição em um museu universitário, as autoras refletem também sobre a relação entre as iniciativas fomentadas pelas universidades em projetos de pesquisa, extensão e ensino relacionados aos povos indígenas que sejam pensados como parte de práticas inclusivas dialógicas.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Um panorama dos programas de ação afirmativa para indígenas no ensino superior brasileiro

Marina Ribeiro Romero (UNICAMP), Chantal Medaets (UNICAMP), Luiz Felipe Medina (UNICAMP), Lucas Ferreira dos Santos (UNICAMP)

Nesta comunicação apresentaremos uma síntese e análise do levantamento nacional de programas de ação afirmativa destinados a indígenas em cursos regulares de Graduação de universidades públicas brasileiras que realizamos entre 2021 e 2023. A partir deste levantamento, que está disponível em banco de dados de acesso livre (<https://www.ceape.fe.unicamp.br/pt-br/obiques>), apontaremos os modelos que têm emergido em âmbito nacional para estimular o acesso e promover a permanência de estudantes indígenas nas universidades públicas do país, indicando sua distribuição regional, os alcances e limites destes programas de acordo com a literatura acadêmica disponível, assim como reflexões críticas de estudantes indígenas integrantes da UPEI – União Plurinacional dos Estudantes Indígenas e dos coletivos indígenas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Diante dessa reflexão, que aponta para uma diversidade de ações para o ingresso indígena no ensino superior, vemos também o surgimento de discussões sobre a criação de Universidades Indígenas, que representam um modelo completamente diferente daquele que busca promover o ingresso de estudantes indígenas em cursos regulares, e nos leva a repensar os modelos adotados até agora.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

DIÁLOGOS PLURIEPSTÊMICOS: das (im)possibilidades de uma prática pedagógica intercultural insurgente no PROETNOS/UEMA

Marivania Leonor Souza Furtado (UEMA)

Esta pesquisa realiza uma reflexão sobre as implicações das concepções de interculturalidade (Walsh,2009) e diálogos pluriepstêmicos (Baniwa,2023) apresentados como diretrizes político-pedagógicas para a implementação de Licenciaturas Interculturais Indígenas vinculadas ao Programa de Formação Docente para a Diversidade Étnica – PROETNOS da Universidade



Estadual do Maranhão, que tem esta pesquisadora como Coordenadora Geral. O Programa PROETNOS teve início em 2022 e atende a 180 indígenas e quilombolas, divididos em 6 turmas, sendo três de Licenciaturas Interculturais Indígenas e 3 turmas de Licenciatura em Educação Quilombola, com 30 estudantes indígenas e quilombolas, respectivamente, em cada turma. Esta reflexão toma como referencial teórico-metodológico os estudos decoloniais e contracoloniais (Bispo dos Santos, 2023), bem como a proposta da etnografia nos interstícios, desenvolvida pelo grupo de estudos, pesquisa e extensão em Lutas Sociais, Igualdade e Diversidades – LIDA/UEMA, que tem esta pesquisadora como membro fundadora e coordenadora. O principal fio da linha a ser seguido para a tessitura da abordagem aqui proposta é a de que, no processo de tentativa de apagamento histórico das epistemologias indígenas, mostram-se como resistência as línguas e as racionalidades matemáticas indígenas, possibilidades ímpares para a construção de processos escolares nas aldeias autônomas e não traduzíveis às racionalidades hegemônicas eurocentradas. A formação de docentes indígenas pelo PROETNOS/UEMA seria o locus privilegiado para a observação da construção de uma coalisão epistêmica entre saberes ocidentais e pluriépistemologias indígenas, entendendo a prática pedagógica como potente para a emergência de um novo aspecto da interculturalidade crítica, a saber; a interculturalidade insurgente.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_078_00764911_356162.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O clima da educação e das artes em Muã Mimatxi e os contornos de uma pedagogia interespecífica.

Paulo Maia (UFMG), Luciene Alves dos Santos (UFMG), Saniwê Alves Braz (UFMG)

Contra a monotonia, a monocromia e a monocultura instauradas, em setembro de 2023, ofertamos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) uma disciplina nas Formações Transversais em Saberes Tradicionais com a seguinte ementa: O clima da educação e das artes nos territórios indígenas; O que é e o que pode ser feito com um têhêy?; Uma incursão guiada pela "escrita condensada" dos Têhêy - pescaria de conhecimento" : imagens que ensinam sem a escrita de palavras, somente pela oralidade, a "ciência da terra"; Contextualizando alguns valores", modos de ensinar e aprender no território/ aldeia/escola pataxó [pataxó] de Muã Mimatxi: Na terra cada um tem o seu lugar de vida; A alegria de quem é vivo e se movimenta com a natureza; O manejo de cuidar da terra; Tudo na natureza vive acompanhado; As plantas ajudam a terra a ficar bonita; A força dos brotos; Plantio é a alegria da terra; A fartura; Compartilhar e ajudar os animais; Camaradagem; A alegria e a liberdade Pataxó com a natureza. A presente comunicação associada a imagens/desenhos/têhêys pretende dar conta da experiência compartilhada nesta ocasião tendo em vista os processos pedagógicos, metodológicos, avaliativos e organizacionais empregados neste encontro de saberes que, em larga medida, buscou delinear os contornos de uma pedagogia interespecífica.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

As "colisões" e as "coalizões epistêmicas" em debate: as (im)possibilidades da Licenciatura Intercultural Indígena no Maranhão

Sérgio César Corrêa Soares Muniz (PPDSR - UEMA)

As lutas e articulações dos povos indígenas no Brasil para abrir passagem em direção ao ensino superior, tem sido um caminho percorrido desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, mas que se acirrou a partir da primeira década do século XXI, considerando algumas conquistas e experiências pioneiras como os casos da Universidade do Estado do Mato Grosso em 2001 e da Universidade de Brasília em 2004 que, respectivamente, lançaram políticas de ação afirmativa para povos indígenas ingressarem em uma Licenciatura Intercultural 'específica e diferenciada' reservada exclusivamente a esse segmento e a reserva de vagas para candidatos indígenas nos cursos regulares da IES. Desse contexto até os dias atuais, outras conquistas foram, ao menos formalmente, alargando essa passagem de acesso para os povos indígenas às salas de aula das universidades. Em 2005 e 2012, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (PROLIND) e a "Lei de Cotas" foram importantes conquistas políticas para o acesso de indígenas ao ensino superior. No entanto, no caso do Maranhão, foi em 2007 que a Universidade Federal do estado, a UFMA, lançou uma política de ação afirmativa demandada pelos movimentos e articulações da população negra do estado. Essa política, como que de forma não intencional, acabou por contemplar os povos indígenas do estado. Já em 2016, a Universidade Estadual do Maranhão passou a realizar a primeira Licenciatura Intercultural Indígena do estado, a LIEBI. O curso contemplou quatro povos indígenas do estado (Tentehar/Guajajara, Canela, Krikati e Pyhcop Catiji/Gavião) e formou, em 2022, 54 cursistas. Uma análise das experiências formativas e produções intelectuais de alguns cursistas da LIEBI entre os anos de 2016 e 2022, contexto em que atuei como docente e orientador no curso, tornou possível o entendimento de que nas trocas, partilhas e correlações epistemológicas realizadas pelos indígenas, entre os seus saberes e os conhecimentos acadêmicos, se manifestavam equivalências e incongruências que em Muniz (2023) chamei de "colisões epistêmicas" e "coalizações epistêmicas". As primeiras eram expressivas de uma negociação improvável, sem efetividade, entre as formas daquelas indígenas para pensar o mundo e as formas não indígenas (acadêmicas). As segundas indicavam que para qualificar a atuação dos indígenas em esferas de discussão acerca de seus direitos, um certo tipo de aliança política entre os saberes indígenas e os acadêmicos deveria ser considerado enquanto possibilidade. Para ver e sentir de perto essas colisões e coalizações recorri a "etnografia dos/nos interstícios" (FURTADO, MUNIZ e OLIVEIRA, 2018) e MUNIZ (2023), por ser parte protagonista do processo que, nesse trabalho, é objeto de reflexão.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_717_91148584_356162.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Professor/a-pesquisador/a-universitário/a: **experimentações entre saberes, espaços e papéis na formação em serviço de professores/as indígenas**

Valéria Mendonça de Macedo (UNIFESP)

A partir da experiência na coordenação da Licenciatura Intercultural Indígena recém-criada na UNIFESP, espero compartilhar aspectos das experiências e reflexões de professores/as indígenas sobre sua prática docente e as escolas em que lecionam. Particularmente, serão

ênfatisados desafios e desdobramentos criativos da justaposição da docência e da pesquisa-intervenção nas comunidades, bem como as transformações trazidas pela experiência universitária na prática docente. Ainda, serão abordadas transformações trazidas por esses universitários indígenas na prática docente dos professores não indígenas na licenciatura e na produção/circulação de conhecimentos na universidade. Serão compartilhadas experiências e reflexões dos professores indígenas que se interessarem por sua veiculação neste GT e pela co-autoria em textos que se desdobrem desta sistematização preliminar

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O curso de Língua e Cultura Mbyá Guarani na Casa das Culturas Indígenas da USP

Vitor Miranda Ciochetti (Estudante)

O ensino de línguas nas Instituições de Ensino Superior (IES) está majoritariamente vinculado a uma perspectiva instrumental, com o objetivo de angariar um capital cultural para a evolução profissional e acadêmica, em que se destacam o ensino das línguas de origem europeias. Centrada nessa visão eurocêntrica, as IES ainda atribuem às línguas e às culturas indígenas a lugares marginais no currículo. Sabe-se, por sua vez, que as línguas indígenas, para além do caráter comunicativo-instrumental, ocupam um lugar central na preservação das culturas, tradições e saberes de seus povos, possuindo extrema relevância na luta política dos povos indígenas em defesa de uma educação específica e diferenciada que considere seus os processos de ensino e aprendizagem. Considerando esses aspectos, os povos indígenas enfrentam o desafio de transformar as instituições educacionais em atores estratégicos na valorização das suas línguas e culturas. Ao mesmo tempo, nas últimas duas décadas, tem despontado projetos de produção dialógica entre os saberes indígenas e os saberes científicos nas IES. Neste trabalho, propõe-se apresentar o curso de Língua e Cultura Mbya Guarani, projeto desenvolvido pela Rede de Atenção à Pessoa Indígena, vinculado ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, campus Butantã, com o objetivo de discutir as potencialidades e desafios do ensino de línguas indígenas em universidades. Desde 2019, a Rede de Atenção à Pessoa Indígena, em parceria com as comunidades Mbya Guarani da cidade de São Paulo, desenvolve o curso de Língua e Cultura Mbya Guarani, ofertado gratuitamente para o público interno e externo da universidade em caráter de Extensão Universitária. As(os) professoras(es) do curso são, em sua maioria, jovens lideranças da Terra Indígena do Jaraguá, a menor T.I. demarcada no país localizada na maior cidade da América Latina. Cabe destacar que o curso é oferecido na Casa das Culturas Indígenas, uma edificação tradicional Guarani, conhecida como Opy e traduzida para o português como Casa de Reza”, construída em 2017 no Instituto de Psicologia. A Casa de Reza é um espaço fundamental na organização social dos povos Guarani, na transmissão de seus saberes, práticas culturais e religiosas. Nesse sentido, a Casa das Culturas Indígenas, ao fazer referência a uma instituição central na cultura Mbya Guarani, produz novos sentidos em relação à presença indígena no espaço universitário, possibilitado a troca de saberes entre o meio acadêmico e as comunidades indígenas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_035_96908904_356162.pdf

GT 104: Visualidades Indígenas

Esta proposta retoma a experiência dos GTs Visualidades Indígenas realizados nas RBA's de 2016, 2018 e 2022, visando reunir pesquisas recentes que analisem as produções audiovisuais feitas por povos indígenas ou sobre eles. O escopo das investigações a serem apresentadas deve agregar reflexões sobre as concepções de imagem do ponto de vista das cosmologias de distintos povos indígenas, mas também reflexões sobre a apropriação das técnicas de produção de imagens, análises de processos de formação em cinema e vídeo por meio de oficinas e seus paradoxos e temas correlatos. O objetivo das sessões será; analisar as novas visualidades que se colocam para dentro e para fora dos grupos indígenas, o protagonismo dos jovens indígenas na produção de discursos audiovisuais a partir das lógicas culturais; relações entre imagem e xamanismo; circulação de pontos de vista indígena e sua recepção acadêmica, apropriação do audiovisual em processos de transmissão de conhecimento, seus limites e possibilidades. Os temas gerais que serão acolhidos no GT tratam de comunicação intercultural, arte, relações entre imagem e política, questões de autoria, tecnologias nativas do tornar visível, jovens indígenas e apropriação das técnicas do vídeo, transmissão oral e o audiovisual.d

Coordenação

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF), Edgar Teodoro da Cunha (UNESP)

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Encontros audiovisuais com Kayane Nunes: trilhas musicais e vozes da juventude Kariri-Xocó

Alice Martins Villela Pinto (UNICAMP)

Durante o processo de produção do filme Retomada, sobre a luta pela terra do povo Kariri-Xocó, conheci Kayane Nunes, indígena Kariri-Xocó de 16 anos, estudante do terceiro colegial, cantora, compositora e comunicadora indígena. Kayane possui um canal no YouTube onde posta conteúdos produzidos por ela: filma, apresenta, edita e posta os vídeos que abordam o dia a dia na aldeia, conversa com mais velhos, eventos, datas comemorativas e seu cotidiano escolar. Além disso, lidera o grupo da juventude Sabuká e a banda Uká, que apresenta um repertório de cantos tradicionais kariri-Xocó adaptados para instrumentação de banda (com baixo, bateria) além de suas composições. Convidamos Kayane para participar do filme como parte da equipe e fizemos uma formação audiovisual com ela para que pudesse usar a câmera que compramos com recursos do projeto. A partir daí ela passou a produzir imagens para o filme ao mesmo tempo em que também passou a ser filmada como uma das personagens", como uma voz jovem Kariri-Xocó. Este paper pretende tecer reflexões sobre o encontro com Kayane num contexto de produção audiovisual a partir da ideia de que o trabalho de campo se torna um dispositivo, um local de experimentação onde compartilhamos experiências, formas de musicar (Cf. Small, 1998) e sobretudo, a construção do conhecimento e suas representações com aqueles que, mais do que interlocutores, são reconhecidos como nossos parceiros epistêmicos (ESTALELLA; SÁNCHEZ-CRIADO, 2018, p.20).

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Estéticas mbya da (r)existência

Aline de Oliveira Aranha (USP)

A partir do contexto atual de produção e circulação de filmes realizados por cineastas e coletivos Guarani Mbya de cinema, e com especial atenção à atuação e perspectivas das mulheres guarani (kunjãgue) e de seus modos próprios de ser, agir e se comportar (kunjãgue reko) nesses espaços, pretende-se oferecer nesta comunicação algumas reflexões de minha pesquisa de Doutorado ainda em andamento, acerca das relações entre cinema guarani, xamanismo e gênero. O cinema é tomado aqui como uma via de acesso ao xamanismo guarani – que não se reduz à figura masculina do xamã e estaria mais bem distribuído entre toda a coletividade – e toda sua diplomacia cosmopolítica, o que inclui as relações entre gêneros, contribuindo para o debate sobre o lugar e importância das mulheres indígenas, em especial, as Mbya, e de suas próprias vozes e ações políticas nessas esferas e nos filmes que realizam, valorizando e dando visibilidade a seus saberes e práticas xamânicas na constituição e proteção do coletivo e de seu próprio mundo. Pois, se o xamanismo é o meio por excelência de resistência mbya contra o Estado, o cinema guarani, enquanto um meio eficaz de se fazer ver e ouvir para fora das aldeias na luta por direitos territoriais e sociais, poderia ser pensado como uma estratégia xamânica renovada de resistência cultural e espiritual e expressão de sua ética e estética cosmopolítica, capaz de oferecer em sua tradução-crítica xamânica dos modos de ver, ouvir-sentir e viver não-indígenas (jurua reko), uma alternativa possível à política etnocida do mundo jurua, inspirando outros modos de (r)existir, isto é, uma outra estética da (r)existência com a qual temos muito a aprender e nos afetar para adiar o fim desse mundo.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_715_91997857_482914.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Protegendo e fazendo Kukràdjà: os filmes da aldeia mebêngôkre A'Ukre

Amilton Rosa de Lima (UFSCAR)

Desde os primeiros contatos com as câmeras e filmadoras de jornalistas interessados em sua história de luta e resistência, das diversas pessoas que passaram pela base de pesquisa Pinkaiti com seus aparelhos eletrônicos para registro e ainda com os diversos projetos, como o “Mekaron Opôî D'jôî”, o “Kayapó Vídeo Project” e o “Kukràdjà nhipêjx” do Museu do Índio que se empenharam em auxiliar na implementação do audiovisual no cotidiano das aldeias, os mebêngôkre da aldeia A'Ukre têm contato com esses aparelhos e, cada vez mais, vêm construindo uma soberania visual, além de uma forma própria de se fazer filme. Nas etnografias sobre os mebêngôkre, o termo kukràdjà aparece como central na análise sobre a sua vida social, principalmente se tratando da transmissão e aquisição de conhecimento, nomes, prerrogativas, enfeites, acessórios. Convencionou-se traduzir como algo próximo ao que entendemos como “cultura”, tradução feita não só por pesquisadores, como também, em alguns momentos, pelos próprios mebêngôkre e que, dentre outras coisas, se refere principalmente as formas de ser e de conhecimento mebêngôkre, como também uma forma específica desse povo de aquisição de saberes e equipamentos que vem de fora. O presente trabalho é uma reflexão oriunda da minha dissertação de mestrado e que pretendo desenvolver em meu doutorado sobre como as imagens produzidas pelos cineastas da aldeia metaforizam – aqui tomando como Roy Wagner (2017)

concebe o termo – o kukràdjà em seus filmes e em como esses filmes acabam sendo entendidos eles mesmos como kukràdjà, sendo introduzidos como repertório significativo próprio.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Protagonismo indígena nas produções audiovisuais: um olhar sobre a atuação dos Comunicadores Indígenas Xipaya.

Irana Bruna Calixto Lisboa (UFPA), Denise Machado Cardoso (UFPA)

O trabalho aborda reflexões a respeito do protagonismo dos Comunicadores Indígenas Xipaya no que diz respeito a autoria de produções audiovisuais fomentado através de oficinas oportunizadas pelo Plano Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA- CI) da Usina Hidrelétrica de Belo Monte mediante o Programa de Patrimônio Cultural Material e Imaterial (PPCMI) desenvolvido junto ao povo Xipaya situado nas aldeias Tukamã, Tukayá, Pitjijptjia, Kamarataya, Kaarimã e Yupá localizadas na Terra Indígena Xipaya, às margens dos rios Iri e Curuá, no município de Altamira, estado do Pará. Nesse sentido, as oficinas proporcionaram o suporte necessário para garantir o registro de narrativas imagéticas e sonoras relacionadas a cultura, história e cosmologia do povo Xipaya. No contexto da região do Médio Xingu, os indígenas engajados nas produções audiovisuais são denominados de videoastas, os quais tem um papel fundamental na cultura do seu povo, considerando que os mesmos possuem habilidades para documentar em vídeo os patrimônios culturais materiais e imateriais, registrando seus saberes tradicionais, suas atividades culturais e cotidianas. Entretanto, atualmente, a nomenclatura mais utilizada no contexto nacional para os indígenas que desenvolvem trabalhos audiovisuais em suas aldeias é a designação de comunicadores indígenas. Na fase inicial de organização das oficinas ocorreram reuniões de planejamento com o consultor indígena da etnia Xipaya para organização do curso, aquisição de equipamentos a serem utilizados no decorrer da atividade e entregue aos comunicadores indígenas Xipaya. Vale ressaltar que as oficinas aconteceram no território Xipaya e teve a participação de representantes das aldeias contidas na Terra Indígena (TI) do supracitado povo indígena. As oficinas resultaram na criação da Rede de Jovens Comunicadores Xipaya denominada Rede Sekamena, mediante a estruturação de página no Instagram gerenciada pelos indígenas no intuito de divulgar suas produções audiovisuais. Ademais, as oficinas possibilitaram o aprimoramento de técnicas audiovisuais visando assegurar a autonomia e autoria de vídeos pelos Xipaya, possibilitando a participação da juventude Xipaya em várias frentes de trabalhos voltados para a comunicação garantindo o protagonismo indígena nas produções de conteúdos relevantes relacionados aos aspectos culturais, linguísticos, cosmológicos e políticos. Em suma, a apropriação dos meios de comunicação pelo povo Xipaya, sobretudo os de produções audiovisuais constituem-se apreciável ferramenta na preservação da memória coletiva e autodeterminação, contribuindo na salvaguarda do Patrimônio Cultural Xipaya.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

A fotografia indígena documental e a sua potência entre atos.

Ítalo Rodrigo Mongconãnn Reis (UNICAMP)

Partindo do ensaio fotográfico documental 15-05-2019 "(r)existência", pretendo analisar a potência das imagens quando registrado a luta de nós, estudantes indígenas dentro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC-2019), também, discutir em que medidas esses registros fotográficos ou o ato fotográfico, podem ser vistos como uma nova ferramenta de luta dentro do movimento indígena, e não apenas como um material de registro histórico do momento em si. Esse trabalho de análise, também tem como objetivo refletir sobre questões de estética e política na narrativa fotográfica documental, tentando entender como essas reverberam nesse processo do fazer movimento social. Entendo que essa forma/linguagem fotográfica, estabelece uma relação muito íntima entre o fotógrafo, a câmera e o fotografado, pois é preciso que se tenha essa aproximação com o outro (sujeito/agente) para que se possa captar para além das expressões, ou seja, trazer para a fotografia não somente o olhar, sentimentos ou veracidade, mas sim a alma do retratado ou da imagem. Pois observando os registros que fiz naquele dia, pude entender a expressão marcante nos rostos dos agentes, pois os mesmos são fortes e nos remetem as grandes lutas de nossos ancestrais. Então, acredito que consegui captar essa alma dos fotografados para o ensaio, pois os registros em primeiro plano, planos abertos e outros em planos detalhe, fazem com que possamos olhar para dentro da imagem podendo ver as múltiplas camadas presentes nela. Nesse sentido, considera-se que toda a fotografia tem sua história a qual quando (re)visitada, nos faz ir e vir no tempo, quando olhamos o instante capturado, ele nos faz reviver várias emoções, o que se aproxima de nossas oralidades quando começamos a memorar nossos pais, avôs e familiares na luta por nossos territórios e tantas outras. Assim vejo que a fotografia tem o poder de observar e somar na luta e resistência indígena, mas qual seria de fato seu papel? Para ajudar a essa pergunta e compreender outros pontos mencionados, utilizarei autores como Georges Didi-Huberman, Michael Freeman, Edigar Xakriabá, Etienne Samain, Sandra Benites, Alfred Gell e outros/as autores/ras que dialogam com a fotografia e com a antropologia da imagem.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

O cinema de Olinda Yawar: diálogos entre cinema, território e mudanças climáticas

Leandro Teixeira da Silva (fclar)

Este resumo tem como proposta apontar questões no que diz respeito aos diferentes modos e percepções de mundo, a partir do cinema e do olhar indígena da cineasta Olinda Tupinambá. Articulando a luta de seu povo, o ativismo ambiental à produção cinematográfica, o uso do audiovisual tem sido um importante arma de luta e resistência, aliado a questões emergentes junto a luta dos pataxó hã hã hã: Como a retomada de suas terras e a denúncia junto aos diversos conflitos sobre seus territórios. O termo arma de luta é bastante empregado e difundido no movimento, principalmente entre os cineastas indígenas que, volta e meia, recorrem a esta expressão para invocar o sentido principal de se produzir imagem pelos povos indígenas. A câmera enquanto objeto/corpo pode ser comparada ao arco, o ato de disparar/clicar ao lançar a flecha, a imagem captada à caça e o cineasta/fotógrafo ao caçador. (Xacriabá, 2018). A incursão de Olinda no cinema se deu através de um curso realizado em 2015. No final do curso, segundo ela: resolvi que eu queria fazer um documentário para apresentar na faculdade, porque naquele momento eu imaginava que era a melhor forma para eu passar meu trabalho para a comunidade,

eu queria que eles também tivessem acesso ao que eu estava produzindo. Neste sentido acabei fazendo um documentário. E, eu acho que foi algo pensado muito mais por uma coisa interna, da comunidade, que uma coisa externa, confesso que teve isso” . Assim sendo, este trabalho visa a partir de uma análise antropológica da produção fílmica de nossa interlocutora, ancorada em uma revisão bibliográfica, discutir a relação do ato de fazer cinema, um cinema contracolonial e o debate ambiental ao longo dos trabalhos de Olinda. Nas primeiras contatações, fica evidente uma forte relação do fazer cinema de Yawar com a terra, com o sagrado, com a ancestralidade, um movimento cosmológico. A produção de Olinda Tupinambá, é antes de tudo, uma produção sobre e com a terra. A maioria dos meus filmes, eles trazem com eles essa questão da terra. Meu primeiro filme, foi um filme que fala do retorno a terra, ele fala sobre a vida do cacique Nailton que é um dos líderes da comunidade e quais foram essas estratégias criadas por ele para retornar para terra, para retomar a terra, porque os indígenas tinham sido expulsos. No segundo momento a gente consegue reconquistar a terra, retomar as terras e voltarmos para porção maior da terra. Depois eu faço um outro filme que fala sobre as mulheres que alimentam, que são 4 personagens que falam como que foi esse retorno para a terra, voltar a mexer com a terra, uma terra que estava doente. Depois tem outro que é Kaapora- O chamado das matas” , que fala sobre um projeto de recuperação ambiental que eu tenho, na verdade kaapora é o nome do projeto” .

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_295_30584962_482914.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Imagens Indígenas. Fotografia e sua instabilidade.

Mariana da Costa Aguiar Petroni (UNILAB)

Em um artigo sobre a instabilidade das imagens, Maurício Lissovsky (2009) argumenta que os arquivos deveriam ser pensados a partir de cinco dimensões que caracterizam suas propriedades dinâmicas. As quatro primeiras estão relacionadas com sua história e dinâmica institucional, e a quinta ele chamou de poética. Procuo, com este texto, ativar as propriedades dinâmicas das imagens do arquivo fotográfico do antropólogo mexicano Julio de la Fuente e, por meio de um olhar atento, buscar as tramas em que essas fotografias podem se envolver quando não estamos olhando para elas, a partir das memórias e sensações provocadas por outro trabalho fotográfico, este realizado pela fotógrafa indígena yalalteca Citlali Fabián. O que teriam a dizer esses dois conjuntos de imagens convidadas a um diálogo entre si? Essa pergunta busca criar novas perspectivas frente a pesquisa inicial (Petroni, 2008) que privilegiou um olhar sobre as fotografias de Julio de la Fuente como um artefato cultural de representação, onde seus aspectos icônicos me remeteram a uma reflexão sobre seu referente. Trata-se, agora, de compreender as imagens como produtos de relações, entre pessoas, entre imagens e entre ambos. Assim busco uma antropologia da imagem vivente, na qual o rearranjo das fotografias feitas de Yalálag e dos yalaltecas me possibilite evidenciar relações possíveis sem perder de vista a memória das imagens. Trata-se aqui de olhar para essas fotografias não apenas como campos de memória, como arquivos vivos e lugares de desejo, mas ainda, como um terreno de questões, de questionamentos (Samain, 2014, p.52) sobre como observamos aos povos indígenas. São as constelações de imagens de Yalálag e dos zapotecos que podem abrir novos caminhos de

pensamento. As relações colocadas em evidência devem potencializar o que está à margem, o rastro e seus indícios independentemente da possibilidade de se inventariar, classificar, criar organizações definitivas, catálogos exaustivos para repertórios que resistem a serem submetidos a esses processos (Cunha, 2016, p.249).

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_475_51156305_482914.pdf

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Dos cantos na kuxex às obras nos museus: multiplicações intersemióticas nas artes dos Tikmuun_Maxakali

Paula Berbert (USP)

Os Tikmuun são originários das florestas de Mata Atlântica que cobriam a região compreendida entre o nordeste de Minas Gerais e o extremo sul da Bahia. A invasão agropecuária em seu território ancestral, ao longo dos séculos XIX e XX, os confinou em cinco diminutas terras indígenas, cercadas de fazendas e devastadas pela derrubada da floresta e pelo plantio do capim colônio. Apesar da voracidade da colonização, eles permanecem falando sua própria língua, o Maxakali, pertencente ao tronco Macro-Jê, e dedicam parte importante de seu tempo à atualização diária das relações com os Yamiyxop, os espíritos da Mata Atlântica que os visitam desde antigamente para cantar, dançar, curar, caçar, dar e receber alimentos. O complexo repertório de cantos que os Maxakali mantém junto aos Yamiyxop desdobra-se em uma abundante produção material tradicional, como as pinturas e adornos corporais, além dos objetos produzidos para atividades cotidianas e rituais realizadas conjuntamente pelos espíritos e seus parentes humanos. Nesse sentido, podemos afirmar que a arte maxakali é feita a partir da relação com os Yamiyxop, sendo os cantos xamânicos sua principal força motriz. Para além destes cantos, cuja análise os tornou conhecidos na literatura etnográfica, nos últimos anos a arte maxakali têm se destacado também por sua multiplicação em novos dispositivos e linguagens, como filmes, desenhos, pinturas, fotografias e instalações, rendendo aos seus artistas mais conhecidos – Sueli Maxakali e Isael Maxakali – participações em festivais, mostras e exposições de relevância em espaços importantes do sistema da arte ocidental. O objetivo desta comunicação é apresentar as reflexões da pesquisa desenvolvida junto a Sueli e Isael e aos demais artistas da comunidade Aldeia-Escola-Floresta. Essa investigação está centrada no acompanhamento de seus processos de criação, especialmente durante as oficinas de formação artística que temos realizado, e ainda na observação da circulação de sua produção em diferentes espaços do sistema de arte ocidental. Os dados etnográficos reunidos evidenciam o vínculo indissociável entre as atividades tradicionais do xamanismo e os processos de criação em novos dispositivos tomados de empréstimo da arte não-indígena. Observa-se que essas novas criações derivam-se especialmente dos cantos e dos rituais mantidos junto aos Yamiyxop. Nesse sentido, examinarei um conjunto de obras produzidas recentemente nas oficinas, salientando os nexos intersemióticos entre estas obras, os ciclos rituais e os cantos xamânicos. Buscarei ainda destacar as poéticas e os regimes de autoria que organizam estes trabalhos, bem como a relação entre tais agenciamentos artísticos e suas lutas políticas em prol de seus direitos ao território originário e à educação diferenciada.

Apresentação Oral em Grupo de Trabalho

Náw ibiy e suas imagens: reflexões sobre o fazer audiovisual Hupd'äh e a noção de bem viver

Rafael Hupsel Palomo Garcia (USP)

Esta apresentação propõe compartilhar algumas notas preliminares sobre o fazer audiovisual de jovens Hupd'äh das comunidades do Médio Tiquié, na região do Alto Rio Negro (AM). A partir da realização de oficinas de audiovisual destinadas a jovens hup, pretende-se investigar os sentidos que eles atribuem à produção de imagens fílmicas e fotográficas e quais as possibilidades do uso destas linguagens para refletir sobre as transformações recentes vividas pelos Hupd'äh, os graves problemas enfrentados atualmente pelos jovens nas suas comunidades e no meio urbano e como ambos se articulam com a noção hup de bem viver.. Os Hupd'äh habitam tradicionalmente a região interfluvial do Rio Tiquié e Rio Papuri, afluentes da margem esquerda do Rio Uaupés, na fronteira entre o Brasil e a Colômbia. Estão distribuídos atualmente em aproximadamente 35 comunidades (grupos locais) e o último censo aponta para uma população de 2.634 indivíduos. Os Hupd'äh estão entre alguns povos do conjunto que, ainda hoje, vem sendo agrupados sob o termo “família linguística Maku”. A inclusão como beneficiários de políticas públicas de redistribuição de renda e de assistência social tem impactado os Hupd'äh de forma alarmante, tendo como graves consequências diversas violações de direitos humanos. Conforme o acesso a benefícios sociais tornou-se mais abrangente, nota-se um aumento no deslocamento de famílias hup de suas comunidades para o perímetro urbano, sujeitando os Hupd'äh a uma crítica situação de vulnerabilidade social. O preconceito étnico-racial, a exploração enquanto força de trabalho e a desestabilização de um senso de pertencimento étnico resultante do contraste entre diferentes dinâmicas sociais empurram os jovens hupd'äh para um processo de vulnerabilização social que tem impactado consideravelmente as comunidades hup. Neste contexto foram realizadas a partir de julho de 2023 oficinas de audiovisual com jovens Hupd'äh, parte de uma série de ações idealizadas por coletivos e organizações que atuam junto aos hup, visando dirimir as consequências do contexto apresentado acima entre os jovens. As oficinas estavam inseridas em um contexto mais amplo que tem por objetivo a reflexão, discussão e promoção do bem viver entre os jovens, envolvendo seus participantes na prevenção de problemas relacionados à saúde, principalmente no tocante ao suicídio. A experiência desta primeira oficina desdobrou-se em uma pesquisa de doutorado em andamento que propõe debruçar-se sobre as especificidades de um modo próprio de produção de imagens, tendo como um dos seus objetivos pensar conjuntamente com os interlocutores hupd'äh os possíveis usos do audiovisual como forma de fortalecimento de ações coletivas voltadas à noção hup de náw ibiy (“bem viver”).

Mesas Redondas

MR 03: A antropologia vista do Nordeste: práticas insurgentes de intelectuais negres e indígenas

Essa mesa tem como proposta refletir sobre o métier de antropólogos negres e indígenas da região Nordeste, envolvidos em articulações científicas e políticas nos últimos anos. Reunimos neste espaço, estudiosas/os que se deslocam desde o lugar do Outro e constroem uma narrativa de subjetividade implicada em suas vivências na feitura da teoria antropológica e na construção das ciências humanas, numa articulação dupla. Os temas aqui mobilizados serão referentes aos direitos territoriais, à luta contra a violência secular às mulheres indígenas, negras e ciganas, as políticas públicas de saúde e educação e a busca por autonomia entre coletivos e sujeitos marcados pela gramática colonial imperialista. Todos estes temas, dentro das especificidades de cada contexto, convergem para alguns objetivos comuns enfatizados pelo movimento do reconhecimento de saberes desses grupos. Os debates agregarão reflexões acerca de experiências de pesquisa, extensão e ensino, pautando os desafios para a transformação do nosso campo de saber desde experiências concretas calcadas em projetos contra hegemônicos para a disciplina. Objetivamos assim, construir espaços que fomentem o debate sobre processos de retomada no fazer antropológico como forma de expansão dessas lutas na produção de conhecimentos e reivindicações por direitos, localizadas no campo acadêmico e sobretudo trazer reflexão sobre a feitura de uma antropologia nordestina.d

Coordenação:

Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF)

Debatedor(a):

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Participantes:

Elisa Urbano Ramos (UFPE)

Ana Cláudia Gomes de Souza (UNILAB)

Felipe Sotto Maior Cruz (UFBA)

MR 01: 20 anos de pesquisa em Antropologia e Educação(2000-2020): trajetórias, contribuições e perspectivas de formação na e para a diversidade.

Pelo menos desde os anos 2000, em eventos nacionais e internacionais do campo antropológico, são recorrentes os debates acerca da antropologia, educação e escola, onde tem sido enfocados temas como os desafios do aprender e ensinar antropologia desde o ensino médio à pós-graduação em cursos que não os de Ciências Sociais e também a própria formação do antropólogo e de uma pedagogia da antropologia. Tais debates focalizam as diversas modalidades de

educação e aprendizagens em espaços escolares e não escolares e o atendimento às exigências de ações afirmativas como políticas públicas focais voltadas para grupos que sofrem discriminação étnica, racial, de gênero, religiosa etc. Especialmente a Lei 11.645 que obriga o ensino da "História e Cultura afro-brasileira e indígena" na rede pública e privada de educação. Frente a essa realidade, questionamos: Que movimentos teóricos, metodológicos e de aplicação fazem os antropólogos quando escolhem ou são instados a investigar questões que dizem destas temáticas que permeiam os processos de aprendizagens? Desde este contexto, esta MR objetiva colocar em diálogo e em perspectiva comparada os modos como a Antropologia, nestas duas décadas (2000-2023), vem dialogando com a educação e a escola como categorias que dizem de práticas e de pressupostos teóricos que fundamentam saberes e fazeres expectativa é fomentar e fortalecer estudos acerca da interface antropologia e educação em realidades historicamente desiguais, diferentes e diversas. d

Coordenação:

Weslei Lopes da Silva (Faculdade Famart)

Debatedor(a):

Guillermo Vega Sanabria (UFBA)

Participantes:

Sandra de Fátima Pereira Tosta (Rede Argonautas)

Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento (UFPI)

Anderson Tibau (UFF)

MR 02: A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas

Diante da situação crítica de eminente perda de extenso patrimônio linguístico e cultural da humanidade, foi instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI) para o decênio 2022-2032. A DILI tem como o lema Nada para nós sem nós, afirmado na Declaração de Los Pinos Chapoltepek, que estabelece a participação efetiva dos povos indígenas nos processos de tomada de decisão, consulta, planejamento e implementação como princípios norteadores da iniciativa. Nesse contexto, foi elaborado o Plano Nacional da Década das Línguas Indígenas que explica os objetivos, metas, ações e organização no Brasil, com a criação do GT Nacional das Línguas Indígenas e mais dois outros grupos de trabalho que chamam atenção para formas pouco documentadas da diversidade linguística ameríndia no país: o Português dos Povos Indígenas e das Línguas de Sinais Indígenas. Reunindo linguistas e antropólogos/as que, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, dedicam-se ao registro de línguas indígenas, assessoria a processos de retomada/ revitalização linguística, assessoria para o ensino de línguas indígenas em escolas diferenciadas e à documentação de artes verbais, a presente mesa tem por objetivo debater sobre as contribuições da antropologia e da abordagem etnográfica para a consolidação de objetivos da DILI e do GT Nacional das Línguas Indígenas.d

Coordenação:

Danilo Paiva Ramos (UNIFAL-MG)

Debatedor(a):

Anari Braz Bomfim (ONG)

Participantes:

Sâmela Ramos da Silva Meirelles (UNIFAP)

Evandro de Sousa Bonfim (UFRJ)

Leandro Marques Durazzo (UFRN)

Trabalho para Mesa Redonda

A Antropologia e a Década Internacional das Línguas Indígenas: questões de ontologia e linguagem

Danilo Paiva Ramos (UNIFAL-MG)

A Década Internacional das Línguas Indígenas (DILI), instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2019, tem como objetivo promover ações contínuas e efetivas para o reconhecimento, valorização e manutenção das línguas indígenas no mundo. No Brasil, o grupo de trabalho nacional da DILI vem realizando um levantamento das ações de fortalecimento, revitalização e retomadas linguísticas no país, podendo essas ações serem vistas como estando em continuidade com o Inventário Nacional da Diversidade Linguística que, desde 2010, esteve a cargo do IPHAN e buscou coletar informações abrangentes sobre todas as línguas do Brasil para identificar a situação atual de cada uma delas para subsidiar políticas públicas favoráveis ao patrimônio linguístico. De modo relevante, as ações do GT da DILI vêm sendo marcadas pelo protagonismo de linguistas indígenas e de lideranças de diferentes povos para a elaboração de políticas linguísticas locais, regionais e nacionais, além a afirmação da necessidade de valorização das concepções sobre língua e comunicação de cada povo, não sendo possível mais somente a imposição de conceitos e entendimentos sobre língua e linguagem de áreas acadêmicas como a Linguística e a Antropologia. Os processos atuais e participativos de registro, fortalecimento, retomada/revitalização linguística e de artes verbais vêm impondo a necessidade de recolocar a questão sobre o que é uma língua e sobre quais as naturezas da linguagem. Se para a Linguística o conceito de língua envolve as formas de comunicação entre pessoas humanas, vivas e pertencentes a comunidades de fala, para a maior parte dos povos indígenas as teorias da linguagem envolvem pensar também a comunicação com espíritos, encantados, antepassados, plantas e animais. A convergência dessas perspectivas diversas sobre a linguagem gera impasses e sérias questões para valorização da diversidade linguística. Tomando como ponto de partida a proposta do GT nacional da Década Internacional das Línguas Indígenas, o presente trabalho busca demonstrar a importância da etnografia da fala/comunicação e da abordagem ontológica nos estudos sobre linguagem para um entendimento do multinaturalismo e das dimensões cosmopolíticas envolvidas em processos de registro, retomada/revitalização linguísticas e documentação/fortalecimento de artes verbais indígenas.

Trabalho para Mesa Redonda

Língua-espírito: ontologia da linguagem e a pesquisa das línguas ameríndias na Década Internacional das Línguas Indígenas

Evandro de Sousa Bonfim (UFRJ)

As línguas indígenas sempre foram prioridade das políticas administrativas do Estado desde o empreendimento colonial. As apropriações das línguas indígenas por agentes estatais, começando pela promoção do bilinguismo da população mestiça, passando pelas sistematizações jesuítas e as atividades de coletas de listas de palavras das expedições científicas, mostram como as línguas indígenas foram fundamentais para a ocupação do território e controle das populações originárias pelas diversas Forma-Estado (colonial, imperial, república). Mesmo com o advento da pesquisa científica das línguas indígenas no Brasil, ocorrido bastante tardiamente em virtude da presença de agentes missionários com apresentação pública acadêmica, como o Summer Institute of Linguistics, a agenda e o aparato teórico para tratar dos idiomas ameríndios permanece em grande parte externa às cosmopolíticas linguísticas das próprias comunidades de falantes. Contudo, nas últimas décadas tem ocorrido o chamado levante linguístico das línguas indígenas, que inclui projetos de retomada e fortalecimento linguístico, a luta pela salvaguarda das línguas em risco de interrupção da transmissão intergeracional e a proposta de renovação epistemológica através de concepções metalinguísticas indígenas como a noção de língua-espírito. A apresentação tem como objetivo discutir o valor heurístico do conceito de língua-espírito que vem atuando como operador ontológico do plano de ação da Década das Línguas Indígenas no Brasil.

Trabalho para Mesa Redonda

O estatuto encantado das línguas indígenas: comunicação mais-que-humana e revitalização linguística

Leandro Marques Durazzo (UFRN)

A partir de um breve estudo de caso, considerando a relação do povo indígena Tuxá (Rodelas/BA) com seus antepassados mais-que-humanos, chamados de "encantados", e as dinâmicas de política linguística e revitalização de sua língua ancestral, o Dzubukuá, refletimos sobre as tensões e os limites terminológicos que definem a vitalidade e a extinção de um idioma. Considerada a experiência ritual, comunicacional, escolar e política tuxá, buscamos entender modos outros de existência, em que línguas tidas como mortas pela ciência ocidental mostrassem, por diferentes relações étnicas, ontológicas, rituais e epistêmicas, línguas encantadas, com falantes vivos, mesmo que mais-que-humanos. No limite, refletimos como direitos linguísticos e direitos originários dos povos indígenas se encontram interligados a múltiplas formas de conhecimento, de ocupação do espaço e de experiências históricas e cosmológicas, apontando a territorialidade como base da experiência indígena de mundo.

MR 04: A Configuração Política Atual para os Povos e Comunidades Tradicionais: ameaças e resistências.

Esta Mesa Redonda é constituída de membros do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos da ABA, que refletem sobre a configuração política no governo Lula e os esforços do governo atual para cumprir suas expectativas eleitorais de demarcar as Terras Indígenas, as Terras de Quilombolas e as Comunidades Tradicionais frente às fortes pressões da bancada ruralista, o setor de mineração, e empresas de infraestrutura, no Congresso Nacional. Discutem-se temas como o "marco temporal" e o embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional que ameaça desestabilizar a democracia e reverter as conquistas consolidadas na decisão do STF contra o marco temporal, e os vetos do presidente da República. Examinam-se as novas configurações do agronegócio dirigidas por grandes corporações e interesses transnacionais, a ameaça de instalar uma usina nuclear em Itacuruba, PE, o avanço dos setores hidrelétrico e de mineração na Amazônia, e os parques eólicos no Nordeste com seu conjunto severo de impactos junto à comunidades pesqueiras e rurais. Com a inauguração do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a reestruturação da FUNAI com presidenta indígena, e a presença de indígenas políticos(os) no governo atual, investigam-se a resistência contra essas novas ameaças para os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.d

Coordenação:

Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor(a):

Aderval Costa Filho (UFMG)

Participantes:

Pedro Castelo Branco Silveira (Fundação Joaquim Nabuco)

Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba)

Stephen Grant Baines (UNB)

Trabalho para Mesa Redonda

Os Povos Indígenas, as tentativas de sabotar os direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, e Resistências do Movimento Indígena

Stephen Grant Baines (UNB)

Examinam-se as ameaças aos direitos indígenas ao longo dos últimos 25 anos e a configuração política atual no governo Lula (2023-2026) e esforços do governo para cumprir suas expectativas eleitorais de demarcar as Terras Indígenas, as Terras de Quilombolas e as Comunidades Tradicionais frente às fortes pressões da bancada ruralista, do setor de mineração, de empresas de infraestrutura, e de parte da bancada evangélica, no Congresso Nacional. Discute-se brevemente o ataque aos direitos indígenas que se acirrou a partir do ano de 2000 com uma série de medidas legislativas visando o desmonte dos direitos dos povos indígenas e comunidade tradicionais, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI INCRA 2 de 2017 e o indiciamento de antropólogos, lideranças de movimentos sociais indígenas e quilombolas e de outros profissionais que atuam na defesa dessas populações. E o chamado "marco temporal", o embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Congresso Nacional em 2023 que ameaça desestabilizar a democracia e reverter as conquistas consolidadas na decisão do STF sobre a inconstitucionalidade do marco temporal” , e os vetos do presidente da República a maioria dos

quais foram derrubados por uma maioria dos parlamentares. A promulgação de uma nova Lei nº 14.701/2023 em 28/12/2023, transformou a tese ruralista do marco temporal em lei visando mudar a Constituição Federal. Examinam-se as novas configurações do agronegócio dirigido por grandes corporações e interesses econômicos transnacionais, o avanço dos setores hidrelétrico e de mineração na Amazônia, e os parques eólicos no Nordeste com seus severos impactos junto às comunidades indígenas e populações tradicionais. Com a inauguração do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a reestruturação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) com presidenta indígena, e a presença de indígenas políticas(os) no governo atual, investigam-se a resistência contra essas novas ameaças, focalizando sobretudo os povos indígenas. Examina-se o papel da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) criada pelo movimento indígena no Acampamento Terra Livre de 2005, e atualmente uma instância de referência nacional do movimento, que após promulgação da lei nº 14.701/2023 pelo presidente do Senado, conhecida como lei do genocídio para o movimento indígena, a APIB, em conjunto com os partidos políticos REDE e PSOL, ingressaram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF). A APIB em 14/12/2023 pede que a lei seja declarada inconstitucional e suspensa até a finalização do julgamento na Corte.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_901_27729207_29333.pdf

MR 06: A ocupação da prostituta e suas redes de afeto

As relações de maternidade, conjugalidade e afetos das prostitutas expressam o estigma em torno do trabalho sexual. Mesmo reconhecido como ocupação pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002, esse trabalho não é legitimado por todos os setores da sociedade civil, incluindo parte do movimento feminista, e no ambiente político institucionalizado, apesar de encontrar apoio nos movimentos sociais. Embora boa parte das trabalhadoras sexuais sejam mães, esposas, companheiras ou tenham namorado/a, são representadas como se não pudessem ter núcleos familiares com filhos/as, família e afetos. Apresenta-se não raro a dissociação na tríade maternidade/conjugalidade/ocupação, tal dissociação revela um paradoxo: se por um lado, essas mulheres são invisibilizadas socialmente, por outro, sua ocupação exige recursos associados à feminilidade, entre eles, o cuidado da escuta e o afeto. Aproximando-se de um discurso de que as mulheres possuem habilidades e competências de cuidado voltadas aos filhos, pais e parceiros, tal discurso não se aplica a todas, em especial, às que escolhem a prostituição como ocupação. A maternagem da mãe prostituta é deslegitimada socialmente, assim como a conjugalidade. Também são observadas assimetrias sociais no acesso político e econômico em relação à não legitimidade do papel social de cuidado, como é o caso das moradoras de rua e das mulheres com HIV. Esta mesa discutirá as relações afetivas e familiares das trabalhadoras sexuais.d

Coordenação:

Juliana Gonzaga Jayme (PUC MINAS)

Participantes:

Marina Veiga França (UFMT)

Ana Paula da Silva (UFF)

Juliana Cavilha Mendes Losso (Centro Universitário Estácio de Santa Catarina)

MR 07: A Pesca Artesanal é um objeto da Antropologia? Reflexões sobre o estado das artes na produção acadêmica brasileira

A Pesca Artesanal há muitas décadas tem sido considerada com especial interesse pelas mais diversas ciências e áreas do conhecimento. No Brasil, ao longo do século XX, sobretudo com a estruturação das universidades, bem como com os incrementos de programas de pós-graduação e centros de pesquisa de alto nível, a Pesca Artesanal tem recebido atenção sistemática de pesquisadores ligados à Antropologia ocupados em observar de modo direto, não apenas a atividade em si, mas os modos de vida, as formas de reprodução social e as relações com agentes e instituições, em princípio, heterônomas aos contextos ambientais nos quais esta atividade é praticada. A vultosa e conhecida produção acadêmica sobre este tema e a importância desta atividade extrativista, no entanto, parece não ter sido suficiente para elevar estes estudos, tomados em conjunto, a um status semelhante, por exemplo, ao que recaiu sobre a Etnologia Indígena ou ao Campesinato, por exemplo, quando pensamos em temáticas que foram consolidadas, desde o surgimento da Antropologia profissional praticada no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, os estudos sobre a Pesca Artesanal e seus fenômenos sociais correlatos, com o passar das décadas estão, de formas diferentes, engendrando novas áreas tais como Antropologia Marítima, Antropologia Haliêutica, Antropologia do Povos Ribeirinhos entre outras classificações. Esta Mesa Redonda, portanto, pretende trazer uma provocação: a Pesca Artesanal é um objeto da Antropologia?

Coordenação:

Francisca de Souza Miller (UFRN)

Debatedor(a):

Francisca de Souza Miller (UFRN)

Participantes:

José Colaço Dias Neto (UFF)

Marco Antonio da Silva Mello (UFRJ)

Luceni Medeiros Hellebrandt (UFPR)

MR 08: A Pós-Graduação em questão: os desafios da formação em Antropologia diante das demandas contemporâneas

A proliferação de cursos de pós-graduação em Antropologia e áreas correlatas promoveu a diversificação da produção acadêmica e a descentralização da formação. Tal movimento veio acompanhado, nas últimas duas décadas, de políticas de cotas/ações afirmativas que democratizaram o ingresso na área. Esse conjunto de fatores veio a constituir um panorama muito diferente para a Antropologia no país. Presenciamos também mudanças estruturais significativas que têm apresentado novas demandas para a expertise antropológica: por parte do Estado, das instituições ambientais, empresariais e até militares. A diversificação se amplia com os trabalhos de consultoria que começaram a ser demandados por empreendimentos de energia elétrica, de construção civil, de empresas madeireiras, de fábricas de papel e celulose, de mineração, de petróleo e gás. Temos um panorama diferente de décadas atrás que nos colocam diante de dilemas envolvendo a dimensão de autonomia científica, da relação com agentes sociais estudados e a ampliação dos gêneros textuais em antropologia. Esta mesa objetiva discutir as experiências de três cursos de pós-graduação que assumiram o desafio de compartilhar suas vivências pautadas na questão dos conhecimentos tradicionais, visto que têm em suas linhas de pesquisa a relação com os povos e comunidades tradicionais e a afirmação de seus direitos étnicos e territoriais: PPGDS/UNIMONTES, o PPGCSPA/UEMA e o PPGAS/UFRN.d

Coordenação:

Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Debatedor(a):

Alfredo Wagner Berno de Almeida (UEMA)

Participantes:

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Arydimar Vasconcelos Gaioso (UEMA)

Elionice Conceição Sacramento (pescadora)

Trabalho para Mesa Redonda

O desafio do pensar antropológico na interdisciplinaridade

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Na Constituição Federal do Brasil de 1988, foram reconhecidos os direitos coletivos de povos indígenas e comunidades remanescentes de quilombos, visibilizando as lutas e reivindicações dos novos sujeitos de direitos. Os povos tradicionais dão visibilidade aos modos coletivos de gestão e apropriação dos territórios,... expressam uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza” , (Almeida, 2008: p.26). São povos que expressam na atualidade o contexto histórico de expropriação e resistência, pois mesmo tendo enfrentado séculos de expropriações territoriais e simbólicas, eles resistem nos territórios, utilizando formas de uso comum da terra e a gestão distinta da natureza. Enquanto sujeitos de direitos, os povos tradicionais têm ocupados vários espaços sociais e políticos da sociedade, inclusive no campo da educação. Pretendemos dialogar sobre a Antropologia na interdisciplinaridade, no contexto de um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Social. Dialogar sobre o acionamento da categoria desenvolvimento” e os desafios da inserção, entrada e permanência dos povos tradicionais na pós-graduação.

Referências: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Terra de quilombo, terras indígenas, babaçuais livre”, castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. Alfredo Wagner Berno de Almeida. – 2.^a ed, Manaus: PGSCA– UFAM, 2008.

Trabalho para Mesa Redonda

Saber Tradicional e Conhecimento Científico: os embates na produção de conhecimento na pós-graduação

Arydimar Vasconcelos Gaioso (UEMA)

O final do século XX é marcado por intensas mobilizações políticas articuladas com o advento das categorias de autodefinição, quanto com a emergência de formas político-organizativas específicas. É possível afirmar que se presencia um momento histórico caracterizado por novas formas de mobilização, de reivindicação, onde os agentes sociais, por meio dessas práticas mobilizatórias demonstram conhecimento de seus direitos constitucionais e questionam sobre suas relações com a política. Tomam para si a autoridade de falarem em seu próprio nome e de tornar esse discurso legítimo, não se configurando como simples espectadores, mas como agentes de transformação. Nesse sentido, as formas de representação de agentes sociais organizados em torno de uma identidade coletiva deslocam-se para outras instâncias de representação, saindo da esfera dos sindicatos e partidos de esquerda, ao trazer em suas pautas de reivindicação elementos de identidade. Os espaços acadêmicos e universitários, a partir de políticas de cotas e/ou ações afirmativas, vem democratizando o ingresso de agentes sociais, o que tem fomentado um debate sobre autonomia e hierarquia do saber científico, resultado de tensões provocadas por diferentes saberes na estrutura do campus científico. Esse debate tem levado redefinições nas formas de ingressos nas pós-graduações, mas não são acompanhados na mesma proporção no reconhecimento dos diferentes tipos de saberes como saber científico. Assim, ao mesmo tempo que reconhece o modo de vida e o saber tradicional dos candidatos à pós-graduação, a produção intelectual exigida ao longo do curso têm destoado dessa representação, pois ao mesmo tempo que reconhece as especificidades, também desconhece, ao impor um padrão de conhecimento e produção intelectual que deslegitima o saber tradicional. Essa situação tem sido desafiadora para os programas de pós-graduação, que também está submetido à hierarquia do campus científico, devendo cumprir com os padrões estabelecidos através de métricas. O programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia da Universidade Estadual do Maranhão não está isento dessa discussão e vem criando ações, desde sua criação, em 2013, para amenizar essas tensões.

Trabalho para Mesa Redonda

O PPGAS UFRN: a confluência e formação de pesquisadores no desafio da articulação de saberes.

Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

A partir de 2016, o PPGAS UFRN instituiu ações afirmativas, com editais específicos para povos indígenas, quilombolas e mais recentemente, ciganos, pessoas trans e travestis, reforçando a formação de pesquisadores que têm usado o conhecimento adquirido na área em suas pautas de reivindicações, principalmente no campo do enfrentamento a grandes

empreendimentos energéticos que nos últimos anos se intensificou no estado do Rio Grande do Norte, onde estamos inseridos. O desafio de pensar o conhecimento no campo acadêmico, mas também na interface com o conhecimento tradicional é a base sobre a qual esse debate se estabelece. A proposta desse trabalho é, portanto, enfrentar os desafios postos de pensar o conhecimento como uma via de mão dupla, mas também analisar essa formação no enfrentamento das questões vivenciadas por essas comunidades no estado. É também um debate que se dá em uma universidade pública que está inserida em um estado pobre, na região Nordeste, mas que pode ajudar a pensar para além dessa instituição.

MR 09: A presença da antropologia na discussão sobre perspectiva sociocultural das drogas.

Nos últimos anos, o campo do estudo do uso de substâncias psicoativas, até recentemente quase exclusivo dos estudos em saúde ou direito, vem se desenvolvendo na antropologia. A nova, mas não inédita, atenção dada aos seus aspectos culturais tem se manifestado em numerosas dissertações e teses, assim como apresentações em reuniões científicas. Os antropólogos, ao abordar a questão das drogas, vem se posicionando como aliados aos diferentes grupos sociais em defesa dos direitos humanos e compromissados com a agenda política brasileira, especialmente, com as questões de gênero, genocídio, grupos étnicos, raciais, indígenas, entre outros. Nesse contexto, transbordam os limites acadêmicos, influenciando a militância política contra o proibicionismo, a guerra às drogas, o racismo, nas campanhas e ações de redução de danos relacionados ao uso de psicoativos e fazendo interface com estudos da religião, ao tratar dos enteógenos. Nesta mesa redonda propõe-se trazer palestrantes para relatar como vêm ocorrendo discussões na academia, como a abordagem antropológica vem sendo utilizada nas políticas públicas e como ela tem sido adotada por militantes feministas, queer, indígenas, antiproibicionistas e psicodélicos. d

Coordenação:

Regina de Paula Medeiros (PUC MINAS)

Debatedor(a):

Regina de Paula Medeiros (PUC MINAS)

Participantes:

Edward John Baptista das Neves MacRae (UFBA)

Beatriz Caiuby Labate (Instituto Chacruna)

Ygor Diego Delgado Alves (UNIFESP)

MR 10: Alimentação e Cultura: saberes críticos e diálogos transdisciplinares sobre a fome e a insegurança alimentar e nutricional

Em consonância com a temática da 34a RBA, a proposta para esta mesa visa colocar em tela o tema da fome e insegurança alimentar e nutricional em interface com a Antropologia, como possibilidade de pluralizar as perspectivas de compreensão destes fenômenos que, por seu turno, se agravaram diante dos contextos de crises múltiplas e violação de direitos vivenciados no Brasil nos últimos tempos. A fome e insegurança alimentar e nutricional, tema perene nos contextos dos países do Eixo Sul, clama por atualizar as conexões entre os modos de produção e consumo de alimentos nos diferentes grupos sociais e temáticas candentes como racismo, patriarcado, LGBTQIA+fobia, ecocídio e crises ambientais, etc, que conformam sobremaneira discussões fundamentais para impulsionar as agendas de pesquisa e as lutas por justiça social, racial, ambiental, de gênero, dentre outras, em direção à defesa da vida plural. Esta proposta, cabe ressaltar, emerge do GT Alimentação e Cultura da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - Rede PENSSAN, cujos objetivos circundam em reconhecer as abordagens interdisciplinares no campo da soberania e segurança alimentar e nutricional; promover a produção de conhecimento teórico metodológico sobre alimentação e cultura; provocar reflexões e estudos sobre alimentação e cultura no contexto da antropologia e das ciências sociais. Pretende-se assim ampliar os espaços dialógicos e reflexivos sobre a temática no âmbito da ABA.d

Coordenação:

Ligia Amparo da Silva Santos (UFBA)

Participantes:

Anelise Rizzolo de Oliveira (UNB)

Maria Emília Lisboa Pacheco (ong)

Inara do Nascimento Tavares (UFRR)

Trabalho para Mesa Redonda

Território, corpo, espírito: uma concepção das mulheres indígenas em movimento para o debate de soberania alimentar

Inara do Nascimento Tavares (UFRR)

Resumo para a mesa: Explorando o conceito de território-corpo-espírito como uma proposição política e epistemológica desenvolvida pelas mulheres indígenas durante a I Marcha das Mulheres Indígenas em 2019, buscamos analisar a soberania alimentar sob essa perspectiva. Destacamos a experiência das mulheres indígenas da Associação Cultural Indígena do Estado de Roraima – KAPOI, uma associação multiétnica situada no contexto urbano da cidade de Boa Vista, em Roraima. Através dessa abordagem, é possível observar como esse coletivo elabora estratégias para lidar com situações de insegurança alimentar e promover a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que fortalece a identidade étnica em um ambiente urbano por meio da cultura alimentar. Assim, os espaços como as malocas, os girais, os fogareiros e as cozinhas comunitárias emergem como locais de poder, tomada de decisão e resistência para as mulheres indígenas, contribuindo para a construção da soberania alimentar. São lugares onde a comida se torna teoria, e os sabores são expressões do território, corpo e espírito, fundamentais para a afirmação de uma forma de soberania alimentar desde os povos indígenas.

MR 11: Alimentação, Meio Ambiente e Mudanças Climáticas.

As mudanças climáticas estão se tornando um dos principais (senão) o principal assunto a ser debatido na atualidade e essa é uma constatação pertinente. De fato, as enormes e diferentes formas com que esse fenômeno se apresenta faz com que cada vez mais seja vivenciado e sentido como algo até mesmo assustador. Porém, grande parte da mídia e mesmo de instituições só visualizam o problema a partir de seus aspectos ditos climáticos naturais. No entanto, a atividade humana é fundamental nesse quadro e interfere, de forma decisiva para a situação. Um dos aspectos mais cruciais que esta realidade traz é a que se refere à alimentação. As transformações ditas climáticas fazem com que a produção de alimento seja diretamente e imediatamente afetada. Secas, enchentes, incêndios, poluição e outros tantos fatores impactam a produção, em especial a pequena produção e a produção tradicional, cujos produtores ficam à mercê de drásticas transformações. Isso faz com que a Fome existente no mundo se agrave ou mesmo que ressurgja em contextos onde está sob controle. O objetivo desta Mesa Redonda é, justamente, debater esse problema a partir do viés antropológico, em especial da Antropologia da Alimentação. Entende-se que, neste momento, a Antropologia pode ter um papel fundamental e significativo na reflexão sobre o assunto e mesmo instrumentando ações relativas ao mesmo. d

Coordenação:

Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS)

Debatedor(a):

Flávio Bezerra Barros (UFPA)

Participantes:

Cauê Fraga Machado (UFRGS)

Rafael Camaratta Santos (UFRJ)

Lis Furlani Blanco (Nrel)

MR 12: Antropologia do Segredo

Esta mesa discutirá o segredo como uma forma relacional presente em diversos contextos. O tema atravessa várias etnografias, desde a constituição da Antropologia Social, e também se faz presente na sociologia, história, política, literatura, artes etc. Na antropologia, há um crescente interesse pela sistematização de instrumentais teórico-metodológicos que abordam facetas ocultas de interações sociais, inclusive de compromissos éticos entre etnógraf@s e participantes de pesquisas. Estudos sobre sociedades secretas, magia e xamanismo, segredos institucionais, de família, de Estado e de Justiça, além de pesquisas que lidam com diversos tipos de documentos sigilosos envolvem investigações sobre o segredo e seus incontornáveis processos de revelações e violações de alianças. Serão apresentados na mesa: 1) um breve balanço teórico-antropológico do tema, com destaque para uma literatura estrangeira pouco conhecida no Brasil; 2) uma análise antropológico-jurídica do papel-chave do segredo em rituais de julgamento por Tribunais do Júri no Brasil e na França; 3) reflexões sobre segredos em contextos de fronteiras geopolíticas em

que ocorrem injunções entre legitimidade e ilegalidade, bem como tensões entre diferentes lógicas que regulam a circulação de coisas e pessoas. Enfim, a proposta é demonstrar que existe uma considerável rede de reflexões na antropologia sobre processos de comunicação, revelação e vazamento de informações que pode ser denominada Antropologia do Segredo.d

Coordenação:

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Participantes:

Maria José Campos (Receita Federal (BH))

Regina Coeli Machado e Silva (UNIOESTE)

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Trabalho para Mesa Redonda

Segredos e revelações nos Tribunais do Júri do Brasil e da França

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Em sintonia com a proposta-chave da mesa – discutir o segredo como uma forma relacional que envolve processos de comunicação, de contenção e circulação de informações, bem como de formação e violação de alianças – apresentarei algumas análises antropológicojurídicas a respeito de segredos e revelações presentes no Tribunal do Júri brasileiro e na Cour d’assises francesa. Após apresentar, em linhas gerais, algumas das principais semelhanças e diferenças entre os rituais dessas duas cortes, destacarei: 1) dificuldades, no Brasil e na França, para se ter acesso às pautas dos julgamentos, apesar de, a princípio, serem sessões abertas ao público; 2) casos que “correm em segredo de justiça”; 3) situações em que os julgamentos acontecem, total ou parcialmente, a portas fechadas; 4) orientações dadas aos jurados para que não demonstrem seus pensamentos e emoções e como suas linguagens corporais de adaptam (ou não) a isso; 5) juramentos de testemunhas, peritos, jurados e a não exigência de que informantes, réus e vítimas “digam a verdade”; 6) compromissos de confidencialidade entre advogados e clientes, bem como entre antropólogos e interlocutores; 7) estratégias de revelação e ocultação de argumentos utilizadas pelo Ministério Público, Defesa e Assistentes de Acusação/Partes Civas; 8) a confissão ou não de réus e seu “direito a permanecer em silêncio” (direito ao segredo?); 9) a produção de rumores, fofocas e informações pela mídia e por redes sociais sobre os crimes; 10) o princípio da incomunicabilidade entre os 7 jurados populares no Brasil, que lhes impede de trocar ideias entre si e com quaisquer pessoas a respeito do caso, inclusive na “sala secreta”, antes de intimamente decidirem e secretamente votarem; 11) a comunicabilidade entre os 9 jurados na França (3 magistrados e 6 populares), que lhes permite conversar sobre o caso nos intervalos do julgamento e debatê-lo, na “sala secreta”, antes de intimamente decidirem e secretamente votarem; 12) sanções a jurados franceses que revelam os conteúdos dos debates ocorridos na “sala secreta”. A proposta, portanto, é demonstrar que há vários momentos, situações e camadas em que, tanto nos plenários do Júri brasileiro quanto nos da França, segredos e revelações marcam as tensões presentes nos processos comunicativos que se desenvolvem durante os julgamentos. Cenários, performances, posições, relações de controle e, conseqüentemente, de poder, estão em jogo. Como o que interessa a uma antropologia do

direito e do segredo, voltada para processos decisórios em tribunais de justiça, não são os segredos, em si, mas a percepção e a análise das redes de relações por eles mobilizadas, etnografias desses espaços são estratégias potentes para observar tais processos.

Trabalho para Mesa Redonda

Poder, silêncio e segredo na obra do antropólogo Eric Schwimmer

Maria José Campos (Receita Federal (BH))

O objetivo desta exposição é apresentar, de forma sucinta, o balanço teórico-metodológico sobre o segredo, realizado pelo antropólogo holandês Eric Schwimmer (1923-2022), no trabalho *Power, silence and secrecy*, produzido em 1980, como uma espécie de antologia sobre o tema até aquele momento. A falta de sistematização teórica sobre o segredo na literatura antropológica corrente no Brasil, em um contexto em que ele emerge de forma frequente como um fenômeno dos mais relevantes para a compreensão dos conflitos sociais e da política atual, incentiva a abordagem e a divulgação do trabalho do autor, pouco conhecido e não traduzido para o português. O texto evidencia um extenso conhecimento da literatura antropológica e um levantamento exaustivo sobre o assunto, além da importância do tema para as demais Ciências Sociais desde os estudos inaugurais do sociólogo alemão Georg Simmel sobre o segredo e as sociedades secretas. Sua leitura realça a necessidade de reflexões mais detidas sobre os conhecimentos acumulados por uma antropologia que se deparou e abordou o segredo inúmeras vezes no decorrer de sua história, sem necessariamente colocá-lo no centro das análises etnográficas, como notou Schwimmer. O impacto da sua interpretação, por mais datada que a obra possa parecer, estimula a reflexão sobre temas afins ao segredo, como a falsidade, as mentiras e o silêncio, contemplando questões e análises extremamente atuais e elaborações extemporâneas, se considerado o momento em que o autor escreveu. Além disso, dialoga com vários autores clássicos ou muito conhecidos com destaques para suas discussões em torno do tema. Eric Schwimmer situa a análise do segredo de um ponto de vista interdisciplinar, ao abordá-lo de uma perspectiva semiótica, em uma ampla visão, ciente de sua complexidade e de sua presença marcante também em outros campos disciplinares. Uma rápida retomada da biografia do autor contextualizará a produção do texto, que será exposto a partir de uma introdução e do acompanhamento da estrutura dos tópicos propostos por ele: a sintaxe do segredo; a semântica do segredo e a pragmática do segredo. Ao tomar o segredo como um problema no campo da teoria da comunicação e da semiótica, dirige a atenção para os múltiplos significados, contradições, formas relacionais e argumentos ocultos implicados nos exemplos etnográficos selecionados. Possibilita, assim, comparações entre diferentes formas possíveis de perceber, de ordenar e de interpretar os segredos e seus desdobramentos, que iluminam e inspiram novas reflexões sobre as vivências particulares e as políticas dos segredos em suas mais diversas manifestações nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_606_46562669_325222.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Segredo público e escola em contexto fronteiriço

Regina Coeli Machado e Silva (UNIOESTE)

O objetivo da apresentação é refletir sobre o segredo público observado em uma escola pública de ensino fundamental em contexto de fronteiras geopolíticas em que ocorrem injunções entre legitimidade e ilegalidade. Tais injunções advêm das relações que configuram o trabalho de transporte de mercadorias entre o Paraguai (Ciudad del Este) e o Brasil (Foz do Iguaçu), qualificado como crimes de contrabando e descaminho (grandes volumes de mercadorias, evasão de pagamentos de impostos, e/ou mercadorias proibidas como produtos falsificados, drogas, armas). Deter-me-ei nas tensões coconstitutivas circunscritas nos modos de existência fronteiriços dos quais essa escola, como várias outras instituições, são parte. Nela o segredo público emerge como expressão de opostos complementares, pela presença convencional do estado-nação brasileiro e pelo modo de existência fronteiriço, esse último sob forma de tensões que circunscrevem ilegalidades encapsuladas nos regulamentos. Silêncios, reticências, opacidade, cumplicidades, cooperação e confiança são elementos que viabilizam as relações iniciadas e mantidas em práticas que desestabilizam e mesmo desfazem os atos de estado em sua contenção territorial, política e simbólica. Como formas de entendimentos compartilhadas, referidas umas às outras, diferencialmente distribuídas em relação à ilegalidade versus legitimidade, o conhecimento social e público do segredo é compartilhado: a) na escola, entre professores, crianças e os adultos (com quem elas vivem) e trabalham na ponte. É uma forma de conhecimento delimitador de quem está dentro ou fora desse trabalho, classificação indicativa de que quanto mais se detém as razões para manter o segredo público, mais próximos estarão das ameaças e do perigo do poder em sua forma instituída. As crianças sabem, como os adultos, que desmascarar o segredo é estar mais próximo ao poder sob a face da legalidade, inteligível na formulação de cair a casa, o que recrudescer suas relações com a polícia e, portanto, com as autoridades instituídas. Os professores e outros agentes escolares estão entranhados nesse segredo, pois, ao conviverem com essas crianças e com os adultos, articulam os efeitos das tensões entre ilegal e legítimo em suas atividades cotidianas, por meio do acolhimento e do resgate, assim duplicando-as para si mesmos como encarregados de atos do estado próprios da rotina escolar; b) nas instituições de controle, por meio dos agentes da fiscalização das Receitas Federal e Estadual, em posição inversa e simétrica aos que trabalham na ponte e c) entre os consumidores, destinatários finais, que mantêm o mesmo segredo ao questionarem a legitimidade do imposto, visto como uma extorsão do Estado.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_502_79758661_325222.pdf

MR 13: Antropologia e etnografia das culturas populares entre fins do XIX e meados do XX: novas visões a partir de arquivos

Com base em pesquisas em arquivos, abordamos distintos usos e entendimentos da Etnografia iluminando iniciativas e empreendimentos integrantes do campo antropológico na Europa e no Brasil. O arco temporal de fins do XIX a meados do XX abarca correntes de pensamento anteriores à institucionalização universitária das ciências sociais e também a diversidade de tendências contemporâneas à antropologia moderna que consagrou no cenário mundial as

monografias oriundas de trabalho de campo intensivo e duradouro. O espólio científico do antropólogo português Jorge Dias e sua esposa Margot Dias (Museu de Etnologia, Lisboa) trará a análise do projeto de Atlas Etnográficos realizado em diferentes países europeus no pós- II Guerra Mundial; documentação dos Fundos Mário de Andrade (USP) e Paulo Duarte (Unicamp), referente aos anos 1930/início dos 1940, permite reexaminar o lugar do inacabado projeto do cancionista Na pancada do Ganzá na obra multifacetada do intelectual modernista Mário de Andrade; Documentação do Centro de Memória da Amazônia (UFPA) e da Biblioteca Pública do Pará embasa o exame de crônicas jornalísticas paraenses do final do século XIX que discute os sentidos do espaço dado aos registros e estudos das expressões culturais da população negra de Belém e arredores. Questões da atualidade e a contextualização das pesquisas examinadas permitem renovar o conhecimento das diferentes vertentes que compõem uma múltipla tradição disciplinar.d

Coordenação:

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti (IFCS)

Debatedor(a):

João Miguel Manzollilo Sautchuk (UNB)

Participantes:

Antonio Maurício Dias da Costa (UFPA)

João Leal (CRIA Universidade Nova de Lisboa)

MR 14: Antropologia e Patrimônio: Desafios, perspectivas e interfaces com as políticas públicas

O patrimônio cultural é uma área pujante de atuação na Antropologia, seja no plano acadêmico com estudos etnográficos, seja na elaboração de registros e inventários de bens para efeitos de patrimonialização. Isso se ampliou ainda mais com a criação do Decreto 3.551, de 04/08/2000, que tem proporcionado interfaces do conhecimento antropológico com as políticas públicas de salvaguarda de bens culturais. Considerando que o campo de pesquisa na Antropologia tem se expandido, com novos temas e formas de abordagens, formando profissionais com expertises nos níveis de graduação e pós-graduação, é preciso indagar como a disciplina (com seu arcabouço teórico e metodológico), bem como pesquisadores e profissionais graduados na área, podem participar das discussões visando a adoção e aperfeiçoamento de inventários, processos de registros e instrumentos de salvaguarda de maneira a qualificar as políticas públicas de patrimônio cultural nos níveis nacional, estadual e municipal? Por outro lado, é importante questionar quais os limites das políticas públicas de patrimônio para ampliar os instrumentos e processos de patrimonialização de bens e valores culturais, possibilitando cidadania cultural plena, legítima e democrática, através do reconhecimento das demandas de grupos étnicos e sociais, comunidades, mestres e mestras da cultura? Quais as perspectivas na relação entre a pesquisa antropológica e as políticas públicas? Estas são questões que norteiam as reflexões e discussões dessa mesa. d

Coordenação:

José Maria da Silva (UNIFAP)

Debatedor(a):

José Maria da Silva (UNIFAP)

Participantes:

Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento (Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular)

Patricia Silva Osorio (UFMT)

Sérgio Ivan Gil Braga (UFAM)

MR 15: Antropologia e Performance Negra

Estudos de performance negra oferecem oportunidade excepcional para o diálogo hemisférico. No Brasil ou nos Estados Unidos consolida-se uma tradição crítica de estudos de performance no âmbito das práticas culturais expressivas da diáspora africana, com estudos realizados nos Estados Unidos, no Brasil, no Caribe e no continente africano. No debate sobre a formulação fugitiva de uma estética negra a performance negra é central, como em Fred Moten, Saiydia Hartman, Leda Maria Martins e outros autores. Na antropologia clássica como em Victor Turner ou no trabalho contemporâneo de Diana Taylor, as formas de produzir sentido e conhecimento, de armazená-lo, transmiti-lo e manipulá-lo baseadas em performances, ocupam lugar central na teoria social. No campo da cultura popular negra como em Robin Kelley e em estudos sobre Hip-Hop e outras práticas, a dimensão performática é essencial. Nessa mesa propomos, com base na larga experiência de investigação empírica das participantes, no Brasil, em Cuba, Angola e nos Estados Unidos, refletir sobre a radicalidade e potencialidade dos estudos de performance negra para interpelar a teoria antropológica e os próprios impasses da experiência negra transnacional.

Coordenação:

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Debatedor(a):

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Participantes:

Jaqueline Lima Santos (UNICAMP)

Tanya Latrice Saunders (umbc)

Christen Smith (University of Texas at Austin)

MR 16: Antropologia em meio a políticas de enfrentamento à violência

Esta mesa redonda visa a aglutinar trabalhos de pesquisa antropológica realizados em meio a políticas de enfrentamento à violência. Estes trabalhos se dão junto ao Núcleo observatório de feminicídios de Londrina, uma organização da sociedade civil no Paraná dedicada a visibilizar e acompanhar casos de feminicídio; à Rede Não Cala rede de professoras pelo fim da violência

sexual e de gênero na Universidade de São Paulo; e ao setor de Direitos Humanos do MST em Pernambuco, que lida com casos de violência e criminalização relativos a conflitos agrários. Considerando a diversidade destes universos empíricos, esta mesa redonda procura refletir, por exemplo, sobre: a) os desafios éticos, conceituais e metodológicos de empreender pesquisas em contextos de violência e de mobilização política pelo seu enfrentamento, sobretudo no interior da crise democrática e sob o incremento do ultraconservadorismo no país; b) o contraste entre a produção de avanços legais e jurisprudenciais, o aumento do investimento acadêmico a seu respeito e o recrudescimento de estatísticas e casos sobre violência; e c) as disputas em torno dos múltiplos sentidos da noção de violência, implicadas em conflitos acerca da definição de sujeitos e direitos e da possibilidade ou não de atualização, em cada caso, dos citados avanços legais e jurisprudenciais.d

Coordenação:

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Debatedor(a):

Natália Bouças do Lago (UNICAMP)

Participantes:

Martha Celia Ramirez Galvez (UEL)

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Roberto Efrem Filho (UFPB)

MR 17: Antropologias e Literaturas: criações no ato de narrar

Esta mesa pretende investigar as múltiplas criações no ato de narrar, sejam elas próprias da literatura institucionalizada em publicações editoriais, ou aquelas encontradas na interlocução etnográfica nas interações cotidianas. Nesse sentido, pretende-se interrogar as possibilidades variadas de criação literária que se colocam seja em textos de escritores legitimados como autores em um certo mundo, seja em textos criados por nossos interlocutores de pesquisa em outros mundos. Nesses materiais empíricos estão em jogo: a produção do ponto de vista de sujeitos humanos e não humanos, e de seus ambientes; as técnicas e ferramentas em uso; as linguagens e poéticas implicadas. O que envolve em ambos os casos uma atenção completa ao agenciamento das palavras, das formas, dos conteúdos e das materialidades da narração: seus gêneros, registros, suportes, ritmos, contextos. Essa proposta abre inevitavelmente espaço para refletir sobre outras criações ainda, como a da própria narrativa etnográfica que se expande e se transforma a partir da mutualidade de conhecimentos. d

Coordenação:

Júlia Vilaça Goyatá (UFMA)

Debatedor(a):

Igor Rolemberg Gois Machado (UFRRJ)

Participantes:

Fernanda Arêas Peixoto (USP)
Antonádia Monteiro Borges (UFRRJ)
Ana Carneiro Cerqueira (UFSB)

MR 18: As novas dinâmicas das emigrações brasileiras

Brasileiros têm migrado para o exterior desde o final do século passado, mas os últimos anos viram um enorme crescimento dos deslocamentos. Pode-se dizer, sem qualquer dúvida, que o principal fenômeno migratório atual no país é a saída massiva de brasileiros para o exterior. No entanto, tanto a mídia como a academia não têm dado a devida atenção a essa situação e os trabalhos sobre a emigração brasileira são raros. Essa mesa redonda tem a intenção de colocar o tema em pauta, com apoio do Comitê de Migrações e Deslocamentos da ABA, a fim de discutir as características e as novas configurações das emigrações brasileiras. A partir de três eixos básicos a racialização da migração, a questão do gênero e instabilidade das categorias legais de definição desses movimentos pretendemos apresentar novas pesquisas sobre a questão emigração brasileira atual e suas implicações para uma reflexão sobre os discursos nacionais sobre a diferença e também sobre a imigração no Brasil. Em que medida as discussões sobre a imigração no Brasil, marcadas pela inflexão política à extrema direita dos últimos anos, não resultam também na invisibilização da emigração brasileira? Discutir a emigração brasileira é também colocar em questão as matrizes de produção discursiva sobre a diferença representada pelos imigrantes no Brasil, afinal como encarar o racismo contra os imigrantes num país essencialmente emigrante?

Coordenação:

Igor José de Renó Machado (UFSCAR)

Debatedor(a):

Jeffrey Lesser (Emory)

Participantes:

Isadora Lins França (IFCH)

Maria Catarina Chitolina Zanini (UFSM)

Igor José de Renó Machado (UFSCAR)

MR 19: Coleções e Museus Etnográficos: o pioneirismo de antropólogas mulheres

As primeiras coleções etnográficas coletadas no Brasil, constituídas por artefatos indígenas, remetem ao séc. XVII. No séc. XIX tais coleções passaram a integrar acervos de instituições brasileiras, como os institutos históricos e geográficos, bem como os grandes museus que então se formavam – o Museu Nacional, o Museu Goeldi e o Museu Paulista. A constituição e o estudo destas coleções no país contaram com a contribuição de algumas antropólogas que foram tecendo formulações e métodos, alguns registrados em obras de referência utilizadas por aqueles que investigam a cultura material indígena. Esta mesa visa destacar as contribuições de Berta Ribeiro,

Sonia Dorta e Lucia van Velthem, três antropólogas que fizeram trabalho de campo com populações indígenas e se destacaram em seus estudos sobre coleções etnográficas e sobre as relações entre museus, exposições e povos indígenas. Berta Ribeiro fez pesquisas sobre arte, tecnologia e saberes dos povos indígenas e é autora do importante Dicionário do Artesanato Indígena (1988). Sonia Dorta escreveu sobre a plumária indígena e compilou dados a cerca das coleções etnográficas brasileiras. Lucia van Velthem dedica-se a pesquisas da cultura material e das coleções, atuando por mais de três décadas no Museu Goeldi. A partir do pioneirismo destas antropólogas propomos pensar os desafios contemporâneos dos estudos da cultura material e das coleções no necessário diálogo e na participação dos povos indígenas.d

Coordenação:

Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

Debatedor(a):

Maria Amália Silva Alves de Oliveira (UNIRIO)

Participantes:

Lúcia Hussak Van Velthem (MPEG)

Maria Denise Fajardo Pereira (Iepé)

Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

MR 20: Conflitos passados e presentes: história, memória e política em Moçambique

Estudiosos moçambicanos têm chamado atenção para a violência como um elemento intrínseco da política moçambicana (Igreja, 2008; Macamo, 2016; Meneses, 2015), focando principalmente em duas questões: as implicações da violência para a construção da nação e sua centralidade na construção da narrativa do projeto nacional (Igreja, 2008). A mesa-redonda propõe-se a refletir os diferentes conflitos que compõem a história passada e presente de Moçambique, com objetivo de aprofundar a compreensão sobre desafios, limites e controvérsias relacionadas às histórias e memórias das diferentes guerras e conflitos que se entrelaçam na vida social e política do país. A mesa reúne pesquisadores/as engajados/as em diferentes agendas de pesquisa, provocados/as a se reunirem a partir da questão: Como conflitos passados ainda se fazem presentes na história e na política moçambicana? As diversas temporalidades que se cruzam nos trabalhos apresentados - da guerra anticolonial à guerra dos dezesseis anos, dos processos de paz com a democratização e suas implicações na geração de outras formas de conflitos internos à recente convulsão armada no extremo norte do país - colocam o problema da construção de histórias oficiais e os desafios democráticos contemporâneos. A mesa foi pensada em virtude da atualidade e atualização desses tempos e conflitos na vida política moçambicana. Nesse sentido, a mesa procura contribuir para os debates contemporâneos sobre memória, política, poder, violência e democracia.d

Coordenação:

Bruna Nunes da Costa Triana (UFG)

Debatedor(a):

Inácio de Carvalho Dias de Andrade (FJLES)

Participantes:

Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma)

Lorenzo Gustavo Macagno (UFPR)

Bruna Nunes da Costa Triana (UFG)

MR 21: Desafios e (re)existências das parteiras tradicionais no Brasil: diálogos teóricos e práticos

A presente proposta buscar apresentar os desafios e perspectivas da atuação das parteiras tradicionais e das leituras que têm sido sugeridas para as suas epistemologias e práticas. Segundo o DATASUS, em 2021, torno de 98% dos nascimentos aconteceram em espaço hospitalar. No CNES, o Amazonas é o estado que mais tem parteiras cadastradas e Pernambuco o quarto estado com maior número de cadastros nos estabelecimentos de saúde. Esse é um dado que aponta para a forte institucionalização do parto, indicando que a assistência acontece, majoritariamente, por profissionais de saúde com habilitação formal. Se, por um lado, essa realidade aponta a expansão do SUS, por outro, também se configura como um indicativo da dificuldade de mensurar a atuação das parteiras tradicionais, que continuam invisíveis nos sistemas de informação, mas presentes e atuantes nas suas comunidades. A partir de várias oficinas de trocas de saberes com as Parteiras Tradicionais do Amazonas e de Pernambuco, percebeu-se que elas continuam (re)existindo, desejantes de reconhecimento e atuantes politicamente, denunciando a falta de mecanismos que possibilitem a visibilidade de suas atividades e maior diálogo com o sistema público de saúde. Pesquisadoras (es) e parteiras, a partir da co-construção de conhecimento, discutem suas experiências comunitárias e de pesquisa, as relações com o poder público e os projetos participativos em busca de reconhecimento e valorização da arte (do ofício) de partejar.d

Coordenação:

Elaine Müller (UFPE)

Debatedor(a):

Julio Cesar Schweickardt (servidor)

Participantes:

Maria das Dores Silva Nascimento (PSI Brejo dos Padres)

Camila Pimentel (Fiocruz)

Maria das Dores Marinho Gomes (Instituto Mamirauá)

Trabalho para Mesa Redonda

As parteiras do Amazonas e suas intersecções com o campo da saúde: um relato de experiência sobre as resistências e existências complexas

Camila Pimentel (Fiocruz)

O presente texto é um relato de experiência tecido ao longo de três anos e vários encontros entre a equipe de pesquisa e as parteiras atuantes no projeto, que tem como objetivo fazer ver as diversas formas de associativismo e práticas (re)existentes das parteiras, que continuam ofertando atenção e assistência para as mulheres, não só durante o ciclo gravídico-puerperal, mas ao longo do curso da vida. Iniciado durante a pandemia, o projeto se viu desafiado a repensar as atividades metodológicas, que se baseavam nas abordagens participativas. Assim, o ano de 2021 foi de encontros online, de muita escuta sobre as estratégias de cuidado possíveis em meio aos meses de lockdown: barricadas em comunidades mais afastadas – para diminuir a circulação de pessoas; remédios caseiros – para enfrentar a sintomatologia quando “a pandemia nos pegava”; e o reconhecimento de que o lugar mais seguro para nascer, naqueles meses, eram as casas das parturientes. Em 2021, quando toda a equipe (incluindo as parteiras) estava com duas doses de vacina, deu-se início as oficinas presenciais com as “poderosas defensoras do cuidado humanizado e dos direitos humanos” (notas de campo, 2021). As oficinas de troca de saberes tinham como objetivos principais: 1) promover a interlocução entre a atenção básica dos municípios e o trabalho desenvolvido pelas parteiras; 2) elaboração de cartas de demandas das parteiras para encaminhar para o poder público. Nesse processo de escuta, foi comum perceber surpresa, entre as equipes de saúde, ao saberem da quantidade de parteiras atuantes, porém ainda invisíveis para o poder público. Da importância do cuidado contínuo, atento e territorializado que elas realizam e que foi fundamental durante a pandemia. De vê-las em posição de ensinar (ao relatarem suas práticas) a importância da escuta empática, da atenção carinhosa e do preparo da comida como elemento de intimidade no processo de construção de vínculo com as mulheres que atendem. Corriqueiro também são os relatos de enfrentamento das condições precárias com que realizam seus trabalhos, muitas vezes sem material mínimo e, quase sempre, sem remuneração. Essa invisibilidade e a conseqüente falta de retorno financeiro do ofício da parteira foi uma constante nas cartas de demandas, elaboradas pelas parteiras participantes das oficinas. Em todas aparece a urgente necessidade de reconhecimento desse trabalho que, dentre tantos outros exercidos (majoritariamente) por mulheres, o trabalho reprodutivo se mantém como atividade invisível, não remunerada e subalternizada. Em alguns cenários, até mesmo enfrentando perseguição e preconceito, contudo, continuam insurgentes e resistentes reforçando a fala da atual presidenta da associação “Não é só sobre parteiras. É sobre pessoas que lutam por pessoas”.

Trabalho para Mesa Redonda

Parteiras tradicionais do Brasil e a construção compartilhada de uma narrativa patrimonial

Elaine Müller (UFPE)

A partir de minha experiência de trabalho com parteiras tradicionais, procurarei refletir sobre a construção de uma narrativa patrimonial acerca do ofício, que sustenta o dossiê entregue ao Iphan para o registro como patrimônio cultural do Brasil. A trajetória do processo de patrimonialização do ofício de parteira tradicional, o qual participo desde o início, remonta o ano de 2008. Desde então, diversos projetos de pesquisa (identificação), projetos de fomento e valorização (salvaguarda) foram realizados, a exemplo da iniciativa Museu da Parteira, tocado

por antropólogas, parteiras e ativistas. Estes projetos sempre foram elaborados a partir das sugestões, ideias e anseios das parteiras - filmes, exposições, livros e encontros - com o apoio de uma equipe de não-parteirias que auxilia no planejamento e execução. Este trabalho técnico pressupõe o domínio de certas categorias teóricas e das políticas públicas e a metodologia de elaboração de projetos, atividades que já sinalizam para o acionamento de uma narrativa patrimonial. Gostaria de refletir sobre o caráter participativo desta atuação conjunta de parteiras e antropólogas - esta espécie de curadoria compartilhada - como um processo rico para ambas as partes. Temos utilizado a ideia de simbiose, da parteira pernambucana Dona Prazeres, para refletir sobre o ofício tradicional, pelos contatos estabelecidos por elas em suas comunidades, pelos diversos papéis desempenhados, e pelo acionamento de diferentes saberes. Sugiro que a narrativa patrimonial construída ao longo destes anos de convívio é também marcada por uma simbiose, entre saberes populares e acadêmicos, entre o domínio de diferentes linguagens e expertises, acionados para uma mesma finalidade.

MR 22: Diálogos atuais sobre as políticas e demandas ciganas no Brasil e no mundo

A mesa pretende promover o encontro entre três ativistas ciganos: Valdinalva Caldas, calin, vice-presidente da Agência Nacional de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais do Povo Cigano; Leonardo Kwiek, rom, presidente da Federação Mineira de Ciganos; e Aluízio de Azevedo, calon, pós-doutorando na Fiocruz e assessor da Associação Estadual das Etnias Ciganas de Mato Grosso. A ideia do encontro é colocar em diálogo diferentes compreensões sobre os avanços (ou não) das políticas de reconhecimento e valorização dos povos ciganos no cenário nacional e internacional nas últimas décadas, bem como as demandas e lutas específicas de cada segmento. Depois de muitos séculos de perseguição e invisibilidade, os últimos anos vem sendo marcados por um progressivo relevo da luta cigana por ocupar espaços nas políticas de reconhecimento étnico, de ações afirmativas, de garantia territorial e direitos específicos. Neste cenário, quais foram os reais avanços, quais caminhos ainda faltam percorrer e quais os principais percalços destas lutas? Muito ainda está por fazer para que os povos ciganos tenham seus direitos plenamente garantidos e consigam ocupar todos os espaços, incluindo os da política institucional e da academia? Destaca-se aqui que o termo lutas aparece no plural, denotando a multiplicidade de povos ciganos existentes no país, cujas pautas também são distintas e plurais. A mesa visa assim, possibilitar um lugar de debate entre três representantes dessa pluralidade.

Coordenação:

Juliana Miranda Soares Campos (IFMG)

Participantes:

Aluízio de Azevedo Silva Júnior (Ministério da Saúde)

Valdinalva Barbosa dos Santos Caldas

Leonardo Costa Kwiek

MR 23: Dinamismo cultural e (re)configurações identitárias entre Ciganos/Rom e a sociedade envolvente na contemporaneidade.

Os ciganos/Rom fazem parte do cenário multiétnico e racial que caracteriza a sociedade brasileira, selecionando elementos culturais que os distinguem, mantendo e reelaborando formas de identificações coletivas e organizações sociais particulares. Esta Mesa Redonda tem como tema as implicações (mudanças e hibridizações) decorrentes das relações entre indivíduos e coletivos ciganos brasileiros com a sociedade envolvente em anos mais recentes. Para tanto, considera-se as novas tecnologias, redes sociais, oportunidades de trabalho, acesso à escolarização, ativismo político etc. O atual momento histórico apresenta novas configurações de ciganidade que acentuam a negociação entre diferentes universos culturais, aproximando ciganos de não ciganos na universidade, na indústria e no comércio, no uso da internet etc., questões essas que desafiam o olhar antropológico e merecem reflexões acadêmicas. Assim, esta Mesa busca discutir antigas e novas relações entre ciganos e não ciganos, pensando o atual contexto social e as demandas políticas e identitárias decorrentes, buscando refletir sobre os efeitos ocorridos nesse contexto complexo de fenômenos gerados nos contatos interétnicos.

Coordenação:

Maria Patrícia Lopes Goldfarb (UFPB)

Debatedor(a):

Mario Igor Shimura (UNICESUMAR)

Participantes:

Antonio Alves Pereira (INSTITUTO PLURIBRASIL)

Tarciso José Martins Dantas da Cruz (OAB)

Rodrigo Corrêa Teixeira (PUC MINAS)

MR 24: Direitos Sexuais e Reprodutivos na América Latina: Família, Valores e Religião Frente ao Ascenso Conservador

No contexto latino-americano, presencia-se o embate entre forças progressistas em prol do avanço dos direitos sexuais e reprodutivos de mulheres e do segmento LGBTQI e a reação conservadora que defende o modelo de família tradicional heteronormativa. Agentes religiosos têm se destacado no debate público, especialmente, nos termos de um ativismo religioso conservador, que pretende impor seus parâmetros à sociedade como um todo. Há contudo, mobilização no sentido oposto, não apenas dos grupos assumidamente laicos, mas também por parte de quem se identifica com valores religiosos, caso das Católicas pelo Direito de Decidir, das igrejas inclusivas, e dos grupos pela diversidade entre católicos/as e evangélicos/as. Parte desse cenário ocorre no contexto de disputa pelo ideário dos direitos humanos. Setores

conservadores se aferram aos direitos de liberdade religiosa e liberdade de expressão para proteger suas práticas discriminatórias e combater a dita ideologia de gênero a fim de proteger a família. Acionam o discurso do direito à vida desde a concepção para impedir alteração na legislação sobre aborto, dizendo-se a favor da defesa das duas vidas. A luta pelos direitos de mulheres e meninas e pela diversidade sexual se dá entre avanços e retrocessos. Esta mesa contempla o atravessamento do discurso dos direitos humanos por essas tendências opostas contemplando o debate público sobre aborto, sexualidade e modelos de famílias com seu entrelaçamento por valores religiosos.d

Coordenação:

Jacqueline Moraes Teixeira (UNB)

Participantes:

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Jacqueline Moraes Teixeira (UNB)

MR 25: E eu, não sou uma antropóloga? Negras, mães, quilombolas e afro-indígenas na feitura do saber antropológico

E eu, não sou uma Antropóloga? Visibilizar e re-conhecer antropólogas negras mães, quilombolas e afro-indígenas na história da Antropologia é o propósito dessa Mesa Redonda que nasce dos debates provocados pela Campanha Yalodês, organizada pelo Comitê de Antropólogas e Antropólogos negros, no ano de 2021 para a visibilidade de mais de cem antropólogas negras do Brasil. Pretendemos ampliar as discussões em torno do porquê se faz necessário falar das estruturas que invisibilizam a produção do conhecimento feita por antropólogas negras, e que são ainda mais invisibilizadas quando são atravessadas por experiências de maternidade e pertencimentos étnicos e territoriais. O epistemicídio racial, bem como o continuum da estrutura do heteropatriarcado e das violências da desgenerificação racial, por muitos anos invisibilizaram e ocultaram mulheres negras mães, quilombolas e indígenas de ementas de cursos e da economia das citações das Revistas de Antropologia. Contudo, por meio da solidão resistente dos corpos negros na Academia, na luta constante dos movimentos negros e das políticas de ações afirmativas nas universidades, é que temos hoje a possibilidade de debatermos a presença não-visibilizada, mas ativa de antropólogas negras mães, quilombolas e indígenas na RBA. Por fim, evocaremos um terreno poderosamente insurgente na Diáspora Negra: Mulheres negras mães quilombolas e afro-indígenas como intelectuais e pontes para a feitura do conhecimento. d

Coordenação:

Alexandra Eliza Vieira Alencar (UFSC)

Debatedor(a):

Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Harvard)

Participantes:

Maíra Samara de Lima Freire (UFSC)

Jade Alcântara Lôbo (IDAFRO)

Fabiana Leonel de Castro (Universidade Nova de Lisboa)

MR 26: Ecologias do Plantationceno: modos de habitar, resistir e preservar

Em diferentes partes do globo, a antropologia tem renovado seus modos de pensar questões ambientais e urgências climáticas. A partir de experiências históricas e contemporâneas pautadas não só em um ideal de natureza autocontida e apolítica, abrem-se novos caminhos analíticos e metodológicos. Trabalhando a partir de contextos marcados por processos de desigualdade e racialização, esta mesa redonda busca abordar a produtividade de conceitos como o de Plantationceno para pensar as urgências climáticas, as desigualdades de acesso à terra e os diferentes modos de habitar a Terra. Visamos discutir o Plantationceno à luz de perspectivas heterogêneas da antropologia contemporânea, notadamente os debates sobre capitalismo racial, legados da plantation, domesticação e feralização, feminismos negros e indígenas, ecologia decolonial e humanidades ambientais. Ao privilegiar descrições etnográficas e histórias particulares, nosso objetivo é refletir sobre modulações locais de compreensão e resposta aos dilemas e desafios ecológicos globais, problematizando o modo como conceitos são produzidos e empregados nas ciências humanas. A partir de pesquisas situadas, nosso objetivo é analisar temporalidades, histórias, espaços e escalas distintas, a fim de pensar eixos comparativos teóricos e metodológicos mais abrangentes. Nesse sentido, prestar atenção e reconceitualizar a ecologia a partir de outros termos, práticas e genealogias nos permite, de fato, criar novas alianças.

Coordenação:

Rodrigo Charafeddine Bulamah (UERJ)

Debatedor(a):

Alyne de Castro Costa (PUC-RIO)

Participantes:

Rosa Cavalcanti Ribas Vieira (UFRJ)

Guilherme Moura Fagundes (USP)

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (UFSC)

Trabalho para Mesa Redonda

Barras indomáveis e cetáceos ressurgentes: geontologias do capitalismo fóssil e ecologias ferias no litoral sul do Brasil

Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (UFSC)

A pesca com auxílio de botos é uma forma única de cooperação interespecífica praticada por pescadores artesanais e comunidades de golfinhos nos estuários lagunares do Sul do Brasil. Embora o registro oral e escrito indique sua ocorrência em vários pontos das costas catarinense e gaúcha, atualmente, a prática tem se concentrado em dois locais específicos, as barras de

Laguna (SC) e Tramandaí/Imbé (RS). Distantes cerca de 250 km um do outro, ambos os canais foram objeto de intensas transformações antrópicas ao longo do último século, das quais essa apresentação partirá para discutir os conceitos de plantationceno/capitaloceno, geontologia e ecologias ferais. Mais precisamente, ela buscará explorar as relações entre a prevalência da pesca cooperativa nestes canais, de um lado, e as infraestruturas erigidas para a fixação de seus leitões e traçados, de outro, tendo em vista a circulação de combustíveis fósseis extraídos e consumidos em outros lugares. Isto é, o escoamento do carvão do complexo carbonífero sul-catarinense, no caso de Laguna e do vizinho porto de Imbituba, e o recebimento de petróleo em alto-mar, no caso de Tramandaí. Deste modo, trabalharemos com a hipótese de que a pesca cooperativa é uma forma de ressurgência vital que se mantém à margem de infraestruturas e ruínas legadas pelo capitalismo fóssil, assim como uma maneira simbiótica de habitar paisagens moldadas por violentos processos de domesticação da inconstante geomorfologia costeira. Abordaremos, também, o passado baleeiro de algumas das infraestruturas enfocadas, ressaltando a histórica vinculação entre cetáceos e o litoral sul-brasileiro como fronteira do capitalismo extrativista.

Trabalho para Mesa Redonda

Humano, dendezeiro e ancestrais: alianças para resistir e discutir o plantationceno

Rosa Cavalcanti Ribas Vieira (UFRJ), Rosa C R Vieira (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo)

As análises multiespécies, os estudos sobre plantations e os debates acadêmicos sobre o dendezeiro (oil palm) têm considerado as plantas como agentes que participam de regimes de fazer viver, como também de fazer morrer. As plantations são locais de controle, disciplina e dominação de plantas e pessoas, ao mesmo tempo são irregulares, fragmentárias, onde emergem novas relações sociais e multiespécies. Com base em dados etnográficos, esta apresentação discute o rearranjo das relações e afetos dos Yoómbé (floresta do Mayombe, RDC) com o dendezeiro nativo, motivado pela presença de comerciantes portugueses e ações coloniais belgas na África Central. Sugiro como, apesar destas intervenções, o Mayombe não se tornou uma fronteira escalável. Nas ruínas de antigas plantações coloniais belgas, o dendezeiro consiste em um pilar simbólico, social e econômico dos vilarejos. Nesse sentido, discuto como os espaços de resistência à plantation se constituem através de alianças vegetais, propiciadas pelo consumo e compartilhamento de substâncias, que ligam humanos, não humanos e ancestrais.

MR 27: Estética, Gestual e Oralidades: invenções de si, invenções da cidade

Nesta mesa exploramos a dimensão performativa da estética, do gesto e da oralidade por meio de diferentes perspectivas etnográficas sobre a cidade, como formas de expressão, intervenção e invenção de sujeitos em seus percursos, experiências e traduções. Tais expressões constituem paisagens narrativas, sonoras, imagéticas, gestuais que nos colocam diante de múltiplos sentidos

– políticos, sociais, sensoriais – sobre o mundo que habitam, coligindo referências locais e globais. As cidades se tornam palco de formas em disputa e da exibição de si. As técnicas, os repertórios, as emoções e as intervenções dos sujeitos reinventam entendimentos de ser e de viver a cidadania, através de corpos e de expressões simbólicas e agentivas mediadas, inclusive, por referência ao digital. O rap, o slam poetry, o grafite, o k-pop, o funk, o break, a vídeo arte, a arte pública, a fotografia, a prática do skate e da patinação de rua, a moda periférica, entre outras, ocupam as cidades, como nos casos trabalhados nesta mesa: Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo, Aracaju, Porto Alegre, Lisboa, Barcelona. O que há de comum e incomum entre estas experiências, do ponto de vista da forma, dos sujeitos e do fenômeno mais geral sobre o que as cidades podem nos dizer na contemporaneidade? Que territórios, corpos e saberes críticos são estes? O que dizem sobre si, sobre seu entorno e sobre o mundo? Entre outras questões, este é o exercício de reflexão antropológica que propomos.d

Coordenação:

Frank Nilton Marcon (UFS)

Debatedor(a):

Cornelia Eckert (UFRGS)

Participantes:

Gloria Maria dos Santos Diogenes (UFC)

Mylene Mizrahi (PUC-RIO)

Guilherme Aderaldo (UNESP)

MR 28: Etnografias com o sistema de justiça criminal

Esta mesa redonda pretende reunir pesquisadores de diferentes instituições e unidades da federação que realizam pesquisas etnográficas com o sistema de justiça criminal e segurança pública, ampliando a circulação de pesquisadores e pesquisas empíricas dedicadas aos temas da administração de conflitos, da segurança pública, do sistema de justiça e da burocracia estatal, contribuindo para fortalecer a articulação promovida no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC). Nesta ocasião, propomos reunir pesquisadores de diferentes estados da federação que realizam pesquisas em contextos diversos, com ênfase nos estudos sobre segurança pública e sistema de justiça no estado do Rio de Janeiro; na compreensão de dinâmicas criminais e atuação do sistema de justiça criminal no Mato Grosso do Sul; a partir de análises do sistema prisional no Distrito Federal, mas também observando a interface entre a pesquisa acadêmica e a atuação profissional em organizações da sociedade civil. Busca-se, ainda, valorizar uma abordagem multidisciplinar, na medida em que a atividade será coordenada por uma antropóloga, contando com a participação de um antropólogo, um sociólogo e uma pesquisadora do campo do Direito, cujos trabalhos têm em comum a promoção de uma interface entre o campo da Antropologia, da Sociologia e do Direito, em especial na produção de etnografias não apenas do, mas com o Direito e com o sistema de justiça criminal.d

Coordenação:

Yolanda Gaffrée Ribeiro (UFF)

Debatedor(a):

Michel Lobo Toledo Lima (INCT-InEAC)

Participantes:

Roberto Kant de Lima (UFF)

Carolina Barreto Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura)

André Luiz Faisting (UFGD)

Trabalho para Mesa Redonda

Desigualdade Jurídica e Encarceramento no Brasil: um estudo a partir da atuação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul na análise e decisão de habeas corpus impetrados durante a Pandemia de Covid-19

André Luiz Faisting (UFGD)

Partindo de dados e reflexões, abordaremos a atuação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul na análise de habeas corpus impetrados durante a Pandemia da Covid-19 no Brasil. A pesquisa na qual se baseia essa apresentação está inserida dentro de um projeto maior que tem como objetivo descrever e analisar como se deu, durante a Pandemia, o tratamento desigual na apreciação de pedidos de liberdade de réus presos para os crimes de furto, roubo, tráfico e homicídio nos Estados de Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Aprovado pelo Edital nº 12/2021 da CAPES (Impactos da Pandemia), o projeto parte da hipótese de que a sociedade brasileira se estrutura de forma hierarquizada, o que se reflete em diferentes formas de desigualdade. No plano jurídico, a desigualdade opera tanto no nível normativo, momento em que as leis são elaboradas, quanto no nível da administração dos conflitos, quando as leis são aplicadas pelos profissionais do Direito. Assim, a pesquisa procura problematizar como as instituições judiciárias reproduzem desigualdades jurídicas na formulação e na aplicação das leis, em especial em situações extraordinárias como as que se desenvolveram no contexto da Pandemia da Covid-19. Além disso, partimos da hipótese de que a política criminal no Brasil também é marcada, após a Constituição de 1988, pela coexistência de princípios contraditórios, ou seja, modelos que ora são mais punitivos ora são mais garantidores de direitos. É no âmbito dessa política criminal esquizoide” (CAMPOS e AZEVEDO, 2020) que compreendemos a edição, em março de 2020, da Recomendação 62 do CNJ que propôs medidas preventivas à propagação do vírus da Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo, em especial medidas de desencarceramento. Nesse sentido, embora o CNJ tenha reconhecido o estado de coisas inconstitucional” (STF, 2015) que caracteriza o sistema prisional no Brasil, bem como a vulnerabilidade das pessoas privadas de liberdade ao contágio e morte pela doença, o que observamos empiricamente é que a referida Recomendação não foi, em geral, adotada pelos tribunais. Assim, para compreender em que medida a Recomendação 62 do CNJ foi aplicada, aplicada parcialmente ou rejeitada nas decisões de juízes e desembargadores do TJMS, levantamos e analisamos o teor completo de todos os habeas corpus impetrados no período de 2020 a 2022 que fizeram menção direta à referida Recomendação, totalizando 390 decisões judiciais analisadas. Além das variáveis quantitativas como o resultado e o placar das decisões, os tipos penais envolvidos, o sexo do/as pacientes e a atuação da defensoria pública,

identificamos e classificamos, qualitativamente, os principais argumentos e moralidades utilizados como fundamento para as decisões proferidas.

Trabalho para Mesa Redonda

Dívidas e direitos. Os sentidos de pagar pena em cadeias do Distrito Federal.

Carolina Barreto Lemos (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura), Marcus Cardoso (UNIFAP)

Inspirados nas contribuições de pesquisadores/as que atuam dentro do espectro da antropologia do Direito no Brasil e defendem a especial atenção às noções de justiça e de direitos elaboradas por atores sociais concretos e circunscritos em contextos específicos, o trabalho proposto visa apresentar e discutir os significados que as pessoas em situação de privação de liberdade no Distrito Federal, davam a suas experiências cotidianas, com especial foco em situações, relatos e percepções desses atores sociais relacionados àquilo que essas pessoas nomeavam pagar pena. A reflexão dialoga com estudos produzidos no âmbito da antropologia sociocultural por autores como Caillé (2002), Malinowski (1951), Gluckman (1973), Godbout (1998), Godelier (1996) e sobretudo Mauss (2003) que nos fornecem pistas interessantes para que se interprete adequadamente de que modo pagar pena ganha sentido na experiência das pessoas presas no DF, revelando a centralidade da dimensão moral da obrigação do pagamento e do contrapagamento, assim como sua importância para a criação e a perpetuação dos vínculos sociais. São igualmente importantes para a interpretação que propomos as reflexões acerca de dilemas de cidadania e demandas por reconhecimento, desenvolvidos por Honneth (2003) e, no Brasil, por Cardoso de Oliveira (2011). No contexto analisado, foi possível verificar a reprodução de práticas institucionais marcadas por padrões de arbitrariedade e autoritarismo que naturalizam violações sistemáticas dos direitos formais de pessoas privadas de liberdade e são experimentadas por essas pessoas como formas de desconsideração. O material de campo evidencia, dessa forma, que a instituição prisional é particularmente representativa das disjunções que impactam a experiência substantiva da cidadania dos grupos sociais mais vulneráveis à criminalização e ao encarceramento. Nesse contexto, os sentidos simbólicos suscitados pelas categorias acionadas por pessoas presas são frequentemente marcados por relatos de experiências de violência física e psicológica que mobilizam demandas por direitos e pelo reconhecimento de sua integridade pessoal.

Trabalho para Mesa Redonda

Cidadania vertical e Desigualdade jurídica frente ao encarceramento no Brasil

Roberto Kant de Lima (UFF)

A institucionalização do tratamento desigual para os presos foi, recentemente, expresso explicitamente em um Manual para Arquitetura das Audiências de Custódia do CNJ, elaborado durante a pandemia, que define o tratamento desigual para os detentos a partir dos conceitos aristotélicos” de equidade horizontal, para os iguais e equidade vertical, para os desiguais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2021). Este ethos de tratamento desigual de cidadãos detidos reflete a institucionalidade do tratamento jurídico e judiciário desigual no Brasil. Este, desde o início do século passado, tem sido justificado a partir do brocardo

jurídico” de que a regra da igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente os desiguais na medida em que se desigualam” , perenizado desde que enunciado em discurso de Ruy Barbosa em 1920. Assim, embora a Constituição disponha que todos são iguais perante a lei” em seu artigo 5º, a regra prática da aplicação do princípio da igualdade jurídica dá-se rotineiramente em franca oposição ao estabelecido constitucionalmente. No caso da Constituição, os diferentes cidadãos devem dispor dos mesmos direitos comuns, mas na regra prática os cidadãos semelhantes é que devem ter tratamento uniforme. Daí a expressão do Manual acima citado, referente a dois tipos de equidade, aquela horizontal, entre os iguais, e a vertical, entre os desiguais, em especial aqueles que não estão em liberdade. Como tem demonstrado trabalhos empíricos realizados no âmbito do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos (INCT/InEAC) e em projetos de pesquisa em curso, há uma responsabilidade dos magistrados e dos Tribunais na alimentação do superencarceramento – e no conseqüente fortalecimento das facções - mas ocorre, também, como pretendo discutir, a institucionalização do tratamento desigual para os presos, ora explicitado no Manual do CNJ.

MR 29: Etnografias do digital: tecnossocialidade, biossocialidade ou quando códigos binários encontram códigos genéticos na antropologia

Esta mesa redonda tem o objetivo de destacar a pluralidade de eleições etnográficas que problematizam o digital e suas formas cada vez mais complexas de constituir a vida. Computadores pessoais e softwares de modelagem, aplicativos e redes sociais da internet, algoritmos e DNA, inteligência artificial e organismos geneticamente modificados, constituem um amplo e complexo amálgama que intersecta tecnologias digitais e da vida. Elas dão forma a mundos múltiplos, modulados por combinações matemáticas, técnicas, arranjos e transformações biológicas. Tecnossocialidade e biossocialidade, para usar uma fórmula mais conhecida. Nas últimas décadas a antropologia tem problematizado, por diferentes caminhos, a concepção de social ou sociedade como sendo a reunião de indivíduos humanos e seus modos de representação, ação, convivência e pertencimento. Isso inclui a emergencia coletivos situacionais e contingentes, definidos, por exemplo, pela partilha de moléculas, por códigos binários e genéticos ou pela combinação de dados minerados por algoritmos. Ainda que projetadas como globais, essas tecnologias encontram resistência e mobilizam interesses difusos e ganham novos contornos nas práticas localizadas ou em situações extraordinárias, como foi o caso da pandemia de Covid-19. Neste caminho, a mesa oferece um panoramas dos esforços antropológicos para tratar a produção e o governo da vida trazendo para o primeiro plano, através da etnografia, a atuação das tecnologias digitais e da vida.d

Coordenação:

Jean Segata (UFRGS)

Participantes:

Maria Elisa Máximo (UFSC)

Fabiola Rohden (UFRGS)
Theophilos Rifiotis (UFSC)

Trabalho para Mesa Redonda

Novas formas de exposição e aprimoramento de si nas redes sociais: os "diários de cirurgia" como produção de transformações corporais e subjetivas

Fabiola Rohden (UFRGS), Camila Silveira Cavalheiro (UFRGS)

"Diários de cirurgia" são vídeos que visam narrar o processo de busca, realização e recuperação de procedimentos cirúrgicos diversos, sobretudo aqueles que visam alterar os contornos corporais. Estão presentes em diversas plataformas: no Youtube atingem milhões de visualizações, no Instagram se mesclam a fotos de antes e depois e no TikTok se destacam entre danças e coreografias, condensando semanas de acontecimentos em poucos minutos. A existência dos diários de cirurgia, um tipo de produção audiovisual muito particular, pode ser entendida como um fenômeno complexo e relevante. Argumenta-se que sua importância pode ser atestada não somente pelo número de visualizações dos vídeos, mas também pelo fato de que materiais de divulgação como estes podem ser impactantes na auto percepção corporal e na decisão de fazer uma cirurgia estética, por parte de mulheres e adolescentes. Além disso, trata-se de um exemplo singular que revela novos processos coproduzidos por meio das interações ocorridas via internet de um modo geral e especificamente nas redes sociais. Ademais, ilustra uma forma bastante singular de digitalização da vida, por meio da produção e publicação de relatos que narram a intimidade do percurso de realização de uma cirurgia estética. Não apenas palavras e gestos que traduzem desejos, expectativas, ansiedades e medos, mas também imagens que refletem os recortes e ajustes (a serem) feitos nos corpos se transformam em conteúdo digital, com vistas a produzir o maior número possível de visualizações e interações. Nesta direção, os diários são analisados com o objetivo de demonstrar como este tipo de produção, que ilustra novas formas de aprimoramento de si, por meio das intervenções cirúrgicas, e exposição pessoal via audiovisual, só existe por meio da internet e redes sociais. Além disso, argumenta-se que este fenômeno precisa ser entendido à luz da problematização de certas fronteiras, como vida pública e privada, e imagens em telas de dispositivos e pessoas (em seus corpos e peles concretos). São dimensões que permitem refletir acerca de novos modos de produção de subjetividades, transformações corporais e, em especial, referências ao que seria da ordem do natural ou sintético, e padrões de gênero e feminilidade.

**MR 30: Etnografias dos negacionismos e das alt-sciences:
Perspectivas a partir da antropologia da ciência**

Na última década, proliferaram no Brasil movimentações coletivas que desafiam os referenciais, os procedimentos, as instituições, as políticas públicas e as tecnologias baseadas no conhecimento científico. Assistiu-se à negação de axiomas e consensos científicos, à formação de coletivos a partir de especulações, e à intensificação de teses conspiratórias e de rumores

fragmentados. Somam-se a isso as contestações de procedimentos experimentais, de regulamentações institucionais e de organizações especializadas que retiram a sua legitimidade de testemunhos publicamente compartilhados. A partir do campo da antropologia da ciência, esta mesa redonda coloca em perspectiva etnográfica os negacionismos e as práticas de grupos terraplanistas, de defensores do tratamento precoce da Covid-19 e outros coletivos conspiratórios. Interessa-nos não somente as suas contraposições à ciência, mas sobretudo os seus modos de pensamento, ação e intervenção. Aspiramos descrever os projetos específicos aos quais estão articulados, as materialidades que mediam suas práticas e seus processos de transformação ao longo do tempo. A partir de diferentes contextos, os/as participantes desta mesa mobilizam distintas estratégias etnográficas para refletir sobre as especificidades de sujeitos engajados em alt-sciences, problematizando os modos com que suas práticas desafiam a pesquisa antropológica e ameaçam projetos de justiça social.

Coordenação:

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ)

Debatedor(a):

Flora Rodrigues Gonçalves (Fiocruz)

Participantes:

Rafael Antunes Almeida (UNILAB)

Jorge Garcia de Holanda (UFRGS)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ)

Trabalho para Mesa Redonda

Construindo evidências, formando terraplanistas: mídias, públicos e a defesa de uma ciência de verdade da Terra Plana

Jorge Garcia de Holanda (UFRGS)

Em meados da década de 2010, uma onda de disseminação do modelo da Terra Plana tomou forma em plataformas digitais em diversos países, incluindo o Brasil. Seus defensores em sua imensa maioria, pessoas sem formação ou atuação na ciência oficial afirmavam que o contato recente com o nascente ecossistema digital dedicado ao assunto (formado principalmente por canais, páginas e grupos distribuídos por plataformas como YouTube, Facebook e WhatsApp) havia sido decisivo para disparar e consolidar um processo de despertar "para a verdade". Neste trabalho, tomo essa dinâmica de formação de um público terraplanista no Brasil como ponto de partida para a análise de vídeos de YouTube dedicados à apresentação de supostas evidências de um mundo plano, considerando o papel de agências estéticas e algorítmicas na construção de artefatos audiovisuais de intenção (e potencial) persuasivo. Interessa aqui compreender o lugar ocupado por aquilo que terraplanistas nomeiam como ciência de verdade (em oposição à ciência oficial, mas mantendo com ela uma relação mimética que produz modificações e distorções de suas retóricas e práticas) no universo mais amplo da formação estética (Meyer, 2019) a partir da qual emergiram subjetividades terraplanistas, apontando, mais especificamente, os intercâmbios desse modo de conceber ciência com uma dimensão religiosa e o seu embasamento numa lógica conspiratória.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_959_70243551_696474.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

A carta psicografada de Ademar Gevaerd: algumas observações sobre como ufólogos navegam no ambiente da pós-verdade

Rafael Antunes Almeida (UNILAB)

Entre uma parcela significativa dos ufólogos, Ademar Gevaerd era reputado como um dos mais importantes pesquisadores brasileiros do campo das últimas décadas. Nesses anos, ele editou a Revista UFO, organizou os maiores congressos de ufologia do país e esteve presente em muitos programas de televisão que versaram sobre o tema da vida extraterrestre. Em 2022, Gevaerd faleceu em decorrência de uma queda. No ano seguinte, circularam nos meios ufológicos duas versões de uma carta psicografada atribuída a ele. Nos documentos, o suposto espírito do ufólogo trazia informações sobre a vida além-túmulo, revelações sobre a relação entre anjos e aliens, além de conjecturas sobre as relações entre o presidente Lula e os extraterrestres do tipo reptiliano. Nesta comunicação analiso os efeitos dessa carta sobre uma parcela da comunidade ufológica. Ao acompanhar esse episódio e as reflexões geradas por ufólogos a partir da disseminação do texto, terei a oportunidade descrever como coletivos que regularmente acionam o idioma da suspeita e raciocínios conspiratórios dirigidos a um fora, como a governos, cientistas e instituições públicas, lidam com situações controversas na própria comunidade. Vale observar que muitos dos estudos voltados à antropologia da pós-verdade se debruçaram sobre comunidades que emergiram ou foram catalisadas no mundo pós-Trump. Os ufólogos, por seu turno, estão presentes na cena pública desde 1947, onde apresentam sistematicamente os seus interesses, métodos de investigação e formas de organização. O meu objetivo com esta comunicação é adicionar um pouco mais de compreensão à questão de saber como paracientistas com uma trajetória anterior à emergência das plataformas digitais, navegam no ambiente do que tem se chamado de pós-verdade. Trata-se aqui, portanto, de um esforço complementar àquele caracterizado pela descrição das formas de produção de evidências, processos de constituição de grupo e modos de circulação da informação entre paracientistas. Busca-se produzir uma etnografia de sua transformação.

Trabalho para Mesa Redonda

Negacionismo, temporalidade e morte: parábolas do futuro na pandemia de Covid-19

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ)

Nesta apresentação, realizo uma aproximação antropológica das formas de modulação e desestabilização de fatos e enunciados científicos que sustentaram as políticas públicas de saúde no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil, durante o mandato de Jair Bolsonaro. Com especial atenção para as intervenções farmacológicas e não-farmacológicas geridas neste contexto, argumento que as medidas do governo federal entre 2020 e 2022 fizeram mais do que negar os fatos científicos e minimizar os discursos, instituições e intervenções de saúde pública. Assim, discuto a heterogeneidade das práticas e estratégias negacionistas, com ênfase nas temporalidades produzidas e articuladas nos discursos e políticas de autoridades e instituições federais relacionadas à covid-19. Argumento que esses agentes estabeleceram um mecanismo

complexo de deslocamento intermitente dos fatos científicos e de modulação de fatos que chamarei de subjuntivos”, caracterizados por uma projeção futura de seus possíveis efeitos, e cujo desdobramento prospectivo engendrou uma zona política e ética para a gestão da mortalidade decorrentes da pandemia. A apresentação se ancora na discussão etnográfica de duas parábolas constantemente recitadas por Bolsonaro (a parábola do sapo e a parábola do Pacífico), destacando como tais narrativas, associadas a discursos públicos e ações de algumas autoridades nacionais, estabeleceram três correlações centrais: os riscos relacionados à pandemia com ameaças conspiracionistas à liberdade individual; a defesa da vida da população com a preservação das atividades econômicas; e a ética do tratamento precoce” com um tempo futuro em que os medicamentos promovidos pelo governo poderiam ter seu benefício comprovado cientificamente, em retrospecto. Nesse contexto, discuto como os dados sobre as mortes por covid-19 não foram apenas negados como um indicador do fracasso das políticas de imunidade de rebanho” e do tratamento precoce”. Ao contrário, os dados epidemiológicos de mortalidade foram intencionalmente articulados como um fato que corroborava que a situação “teria sido pior”, se não fossem as iniciativas do governo de desqualificar as medidas coletivas não-farmacológicas e promover os medicamentos do tratamento precoce.” Nesse sentido, discuto como essa modalidade subjuntiva de negação e modulação de fatos sobre mortalidade, a partir de uma temporalidade de futuro anterior (Povinelli 2011), remodelou eticamente o presente pandêmico e configurou uma zona de morte sob a qual agentes federais reputavam não ter qualquer responsabilidade.

MR 31: Etnografias em serviços de saúde: perspectivas atuais e futuras nas pesquisas sobre o processo saúde e adoecimento

No ano de 2024 comemora-se o décimo aniversário de lançamento do livro *Etnografias em Serviços de Saúde* organizado por Jaqueline Ferreira e Soraya Fleischer e publicado pela editora Garamond. A proposta do livro consistiu em reunir trabalhos que apresentassem as múltiplas possibilidades do fazer etnográfico em espaços tanto corriqueiros como inusitados e que contribuíssem para pensar os processos de saúde e adoecimento. A etnografia como ferramenta teórica e metodológica trouxe a densidade dos temas bem como o lugar das pesquisadoras desde o momento da inserção, as negociações e os imponderáveis da vida real presentes no campo de suas pesquisas. As discussões como cuidado, gênero, ética, moralidade, responsabilidade e as tensões entre indivíduo e sociedade, profissional de saúde e usuários, pesquisadoras e interlocutoras e as reflexões sobre conceitos como usuários, pacientes, portadores e experientes mostraram a exuberância de possibilidades de discussão que esse assunto apresenta. A proposta dessa mesa é revisitar a obra e suas reflexões e fazer um estado da arte sobre o campo das etnografias em saúde que surgiram desde então, bem como trabalhos que se debruçam sobre a perspectiva etnográfica em saúde com seus dilemas e desafios. Também será debatido a contribuição da obra para a formação de estudantes em ciências sociais e ciências da saúde e as

perspectivas futuras de pesquisas etnográficas em saúde concebendo os modos plurais de conceber os processos de saúde e doença.d

Coordenação:

Jaqueline Teresinha Ferreira (UFRJ)

Debatedor(a):

Sônia Weidner Maluf (UFSC)

Participantes:

Martinho Braga Batista e Silva (UERJ)

Jane Araújo Russo (UERJ)

Ceres Gomes Víctora (UFRGS)

MR 32: Fronteiras em movimento, processos de territorialização e riscos socioambientais na Amazônia brasileira

Na perspectiva dos grupos étnicos e sociais, o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas, atualmente sob responsabilidade do Incra, SPU e Funai, e constantemente alvo de ataques pelos grandes setores do capital, expressos principalmente nos grandes projetos ditos de desenvolvimento, é sinalizada como estratégia política na luta pela reprodução das condições de trabalho e manutenção das unidades familiares em contextos comunitários e intercomunitários de maneira sustentável, inclusive em termos das suas práticas socioculturais. Reafirmando temáticas consagradas no campo antropológico, esta Mesa pretende discutir a construção da etnicidade com a emergência de processos de reificação de elementos culturais como sinais diacríticos pelos atores sociais e na distribuição dos direitos territoriais constitucionalmente garantidos para povos tradicionais. Ao refletir sobre os processos sociais e políticos de ocupação territorial e de reconhecimento de tais direitos frente ao Estado, podemos observar diferentes dinâmicas de produção e manutenção de fronteiras sociais e identidades étnicas mediante a análise etnográfica. Dimensionar as diferenças contextualmente produzidas entre indígenas, quilombolas, assentados e outras categorias de trabalhadores e povos tradicionais não como essências culturais, mas constituídas por relações de poder herdadas, inclusive, do período colonial, e investigar a produção de novas formas de colonialidade do poder serão os objetivos desta Mesa.d

Coordenação:

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Debatedor(a):

Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ)

Participantes:

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Katiane Silva (UFPA)

Paloma Abreu Monteiro (UFF)

MR 33: Fronteiras LGBTI+: olhares antropológicos compondo histórias brasileiras

A proposta da mesa é reunir pesquisadoras (es) sobre a questão LGBTI+ a partir de diferentes regiões do Brasil. Na última década, alcançamos conquistas importantes no processo de cidadanização de pessoas LGBTI+. Paradoxalmente, a despeito desse avanço em termos de direitos, ao menos do ponto de vista formal, o Brasil segue sendo um dos países com os índices mais elevados de LGBTfobia e líder mundial no assassinato de pessoas trans. Nessa mesa, reunimos pesquisadoras (es) que trabalham com pessoas em dissidências sexuais e de gênero e ao fazê-lo estão inscrevendo na ordem do reconhecimento experiências marcadas por diferentes graus de exclusão e marginalização. Outros olhares, outras temáticas, temporalidades e geografias, talvez nos convidem a inventariar outros corpos e espaços, deixando de vê-los apenas como cenários das nossas pesquisas, mas percebendo o quanto eles são frutos de práticas sociais e adquirem significado e possibilidades de leitura na agência dos diferentes sujeitos que os constituem. Por isso a noção de fronteira é muito cara ao diálogo aqui proposto. Fronteira, na definição dos dicionários, remete a uma ideia de limite ao mesmo tempo que opera uma distinção. Mas não só: ao demarcar uma diferença, a linha da fronteira também coloca em contato, aproxima e facilita trocar entre universos distintos. As exposições da mesa fazem isso a partir de experiências LGBTI+ em diferentes contextos brasileiros.d

Coordenação:

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS)

Debatedor(a):

Renan Honório Quinalha (UNIFESP)

Participantes:

Jainara Gomes de Oliveira (UFGD)

Thiago Barcelos Soliva (UFSB)

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS)

Trabalho para Mesa Redonda

Teoria e prática no combate às desigualdades através da descolonização e refutação epistemológica transmasculina

Dan Kaio Souza Lemos (UNB), Dan Kaio Lemos (UNB)

Por que escolher esse tema? Parto do presuposto que o ato de escrever exige inicialmente uma escolha, seguido de uma invocação que, muitas vezes, já possui uma linha de tempo ou não, de forma diversa ou não, mas que precisamos entender algo e ao mesmo tempo produzir questionamentos. Sendo assim, escolher esse tema é perceber sua importância e urgência. Dito isto, pego emprestado minhas lentes na tentativa de traduzir cientificamente esse universo que também, de uma certa forma, carrega meu material genético subjetivo. No momento em que reverberam as reivindicações dos lugares de fala (Djamila, 2017) e que os ânimos se exaltam entre a ciência e a militância, penso ser importante reconhecer as transmasculinidades nos

debates epistemológicos. A ideia, desse artigo, é desconstruir essa invisibilidade mediante um olhar interseccional (CRENSHAW, 2002), fugindo das análises simplistas que insistem na universalidade, gerando exclusão e mortes. Nesse sentido, este trabalho problematiza técnicas de enfrentamento ao capitalismo patriarcal apresentando outras possibilidades de construções corporais e identitárias através da política transmasculina. PALAVRAS-CHAVES: Transmasculinidades; Descolonização; Refutação Epistemológica

Trabalho para Mesa Redonda

“Farras e fervos” com a “Carmen Miranda Do Pantanal”: Condutas Homossexuais, Geração e Agência

Guilherme Rodrigues Passamani (UFMS)

Entre os anos de 1970 e os anos de 1990, a casa de Gica, na periferia de Ladário-MS, era bastante movimentada aos finais de semana. “Farras e fervos” faziam a alegria das “amigas” da “Carmen Miranda do Pantanal”. Marinheiros, os homens de verdade, se deliciavam com as bichas em festas que começavam na sexta-feira e só acabavam na madrugada de segunda-feira. Essas e outras reflexões fizeram parte de uma pesquisa, cujo trabalho de campo transcorreu entre os anos de 2012 e 2015 nas cidades de Corumbá e Ladário, ambas em Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Na pesquisa maior – hoje o livro *Batalha de Confete: envelhecimento, condutas homossexuais e regimes de visibilidade no Pantanal-MS* (Papéis Selvagens, 2018) – a partir de um grupo de 17 interlocutores, muito diferente entre si em termos de camadas sociais, formação intelectual e inserção laboral, contatei homens gays, mulheres lésbicas, travestis e pessoas que “se montavam” no intuito de compreender como eram experienciados momentos mais avançados do curso da vida. Meu interesse especial recaiu sobre o envelhecimento de pessoas com condutas homossexuais em cidades consideradas “pequenas” e “distantes” dos grandes centros urbanos, sobretudo, do sudeste onde – em tese – se reuniriam as condições objetivas ideais para a realização plena das sexualidades “desviantes” ou dissidentes.

Trabalho para Mesa Redonda

Regimes de visibilidade e reconhecimento dos modos de vida de mulheres maduras que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres

Jainara Gomes de Oliveira (UFGD)

Nesta comunicação, discuto a relação entre regimes de visibilidade e reconhecimento dos modos de vida de mulheres maduras que se relacionam afetiva e/ou sexualmente com mulheres. Trata-se de uma relação fortemente marcada pelo problema da temporalidade social constituída, que traz à tona a questão do sujeito com o tempo. Na fronteira entre diferentes temporalidades que não se suplantam mutuamente, os relatos sobre suas histórias de vida são sobrepostos, de maneira que o passado continua atuando no presente. Nesse sentido, reconhecer a si mesma como uma mulher madura pressupõe um processo de longa duração por meio do qual o tempo trabalha na criação de si mesmas como sujeitos. Essas mulheres nasceram e cresceram em diferentes estados do Nordeste e, em sua maioria, são naturais de cidades interioranas e

mudaram-se para a cidade de João Pessoa, Paraíba, com idades variadas e por motivos diferentes.

MR 34: Indígenas, quilombolas, metodologias participativas e território na produção do Censo demográfico nacional de 2022

A título de descrever um território e uma população, os censos produzem e impõem recortes e classificações, construindo representações de largo alcance e extensas consequências. As dimensões territoriais do Brasil, a sua estrutura de desigualdades e o racismo estrutural impõe à realização do censo demográfico dificuldades e disputas tão importantes de se conhecer quanto o próprio retrato de família que resulta dele. Em 1991, o primeiro censo demográfico realizado no curso do processo de redemocratização brasileira incluiu a opção indígena nas respostas à pergunta sobre cor ou raça. Em 2022, sob uma conjuntura absolutamente diversa e adversa, foi incluída mais uma opção: quilombola. As novas classificações étnicas disponíveis transformam radicalmente aquele retrato e agregam novas dificuldades e disputas à realização do censo, tanto quanto forçam a própria Antropologia a alterar os jogos de escala nos quais desenvolve suas reflexões sobre identidades e grupos étnicos no Brasil. Nosso objetivo é discutir o lugar da Antropologia nas reformulações recentes do censo demográfico, desde o seu planejamento e execução, até a sua legibilidade. Daremos especial atenção a dois aspectos inovadores: de um lado, o processo de consulta, de formação diferenciada das equipes e de adaptação metodológica aos contextos étnicos concretos; e, de outro, as novas categorias sócio-espaciais de captura de dados, baseadas em uma cartografia censitária colaborativa e participativa.d

Coordenação:

José Maurício Paiva Andion Arruti (UNICAMP)

Participantes:

João Pacheco de Oliveira Filho (UFBA)

Marta de Oliveira Antunes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

Fernando Damasco (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE)

MR 35: Infâncias Migrantes e Refugiadas: entre pesquisas etnográficas e políticas públicas

A Mesa propõe um diálogo entre pesquisadoras que atuam no Brasil e no exterior em interlocução direta com crianças e jovens imigrantes e refugiados, buscando conhecer suas experiências de deslocamento e suas percepções sobre as políticas de acolhimento e integração nos países de destino. Segundo dados da ACNUR Agência da ONU para Refugiados, no final de 2022 haviam cerca de 108,4 milhões de pessoas deslocadas à força em todo o mundo. Embora as crianças representem 30% da população mundial, entre as pessoas deslocadas este quantitativo sobe para 40%. No Brasil, estima-se que atualmente existam cerca de 1,5 milhão de imigrantes e

solicitantes de refúgio, dentre os quais, poderíamos estimar, de acordo essa proporção, pelo menos 600 mil seriam crianças. Embora estatísticas e eventos cotidianos revelem a urgência de uma atenção especial à realidade das infâncias migrantes e refugiadas, estas ainda não tem recebido a atenção devida por parte da sociedade em geral e, mais especificamente, da gestão pública. Buscando contribuir no sentido de sanar esta lacuna, a Mesa pretende abordar pesquisas etnográficas que envolvam processos de escuta das crianças e jovens, bem como pesquisas de cunho bibliográfico e estatístico que permitam reflexões sobre o panorama da inserção atual das crianças imigrantes e refugiadas no Brasil e sobre políticas públicas na área. O debate se insere nas ações da Rede de Pesquisa Infâncias Protagonistas: Migração, Arte e Educação (Pró-Humanidades CNPq). d

Coordenação:

Luciana Hartmann (UNB)

Participantes:

Leila Adriana Baptaglin (UFRR)

Fernanda Cruz Rifiotis (EHESS)

Anelise Gregis Estivalet (UNB)

Trabalho para Mesa Redonda

Educação a distância e feminização da migração no Brasil: trajetórias educacionais e narrativas migrantes

Anelise Gregis Estivalet (UNB)

Desde 2015, o Brasil vem sofrendo um processo de feminização das migrações, particularmente pelo aumento do número de mulheres nas migrações dos países do Sul-Global. Além disso, junto ao aumento do número de mulheres, observou-se um aumento da chegada de crianças e adolescentes. No entanto, o país registra deficiências, tanto de dados sobre crianças imigrantes e refugiadas no país, como de dados referentes à inserção escolar desse público. No âmbito educacional, as tecnologias digitais oferecem oportunidades de compartilhamento e colaboração à distância, além de facilitar o acesso a recursos online e a novos tipos de ferramentas e pedagogias. No Brasil, no entanto, o ensino e o uso de tecnologias em ambientes educacionais são limitados pela falta de investimento em infraestrutura e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), pela conectividade das escolas, pela falta de conteúdo aberto e pela ausência na formação da comunidade escolar. Utilizando, predominantemente, de métodos qualitativos, esta pesquisa pretende problematizar as condições que permeiam o acesso de meninas e mulheres à educação e às tecnologias educacionais no Distrito Federal, considerando as diferenças entre os grupos que possuem maior dificuldade de acesso, particularmente as meninas e mulheres migrantes e suas famílias.

Trabalho para Mesa Redonda

Produções Artístico/Culturais em abrigos de Imigrantes/Refugiados venezuelanos em Boa Vista/RR

Leila Adriana Baptaglin (UFRR), Luciana Hartmann (UNB)

Resumo Esta investigação buscou analisar as produções artístico/culturais desenvolvidas nos abrigos de imigrantes/refugiados em Boa Vista - Roraima/Brasil. Para isso, realizamos uma investigação etnográfica em 5 abrigos de imigrantes/refugiados em Boa Vista - Roraima/Brasil, sendo eles: Abrigo Rondon 1, Rondon 5, Pricumã, Jardim Floresta e Waraotuma a Tuaranoko. Dos abrigos investigados, todos são de responsabilidade do Governo Federal em parceria com a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e o Exército Brasileiro. Temos ainda a parceria com a Associação Voluntários para o Serviço Internacional Brasil - AVSI (3 dos abrigos pesquisados) e Fraternidade sem Fronteiras (2 dos abrigos pesquisados). Nestes locais foram entrevistados os responsáveis/coordenadores dos abrigos a fim de entender as ações artísticas desenvolvidas nestes espaços. Além das oficinas de Pintura, dança, música e materiais recicláveis, percebemos que nos abrigos há atuação do Instituto Pirlampos, do projeto Mi Casa su Casa, e, nos abrigos indígenas a parceria com A Casa Museu do Objeto Brasileiro, que oferece treinamentos para produção de artesanatos. As ações dentro dos abrigos são coordenadas por Comitês e, as ações culturais são coordenadas pelo Comitê da Arte e Cultura. Uma das ações acompanhadas foi a Oficina de Pintura no abrigo do Pricumã, que foi onde identificamos um maior número de ações e envolvimento com o trabalho com arte/cultura. A Oficina de Pintura é realizada por um casal de artistas venezuelanos que, após 7 meses de moradia no abrigo conseguiram promover um projeto para trabalhar com pintura. A ação é realizada 3 vezes por semana e aberta para o público em geral, contudo, quem mais participa são crianças e jovens de 4 a 18 anos. Assim, nesta primeira etapa da investigação pudemos perceber um protagonismo dos moradores assistido pelas organizações (AVSI e Fraternidade sem Fronteira). Outro destaque ocorre pela rapidez das mudanças que ocorrem nestes espaços o que inviabiliza de certa forma, a continuidade das ações que são desenvolvidas. Palavras-chave: imigração; abrigos; ações culturais/artísticas

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_202_29654059_332419.pdf

MR 36: Intelectuais negras e negros e insurgência acadêmica

No intuito de promover um debate em torno da concepção de uma Antropologia crítica sobre relações étnico-raciais e colonialidade epistêmica nas universidades públicas brasileiras, a ideia desta MR é reunir antropólogas e antropólogos negras e negros cuja trajetória acadêmica docente e a produção científica e intelectual são expressivas de um compromisso ético e político com a causa das populações afrodescendentes, no Brasil, atinente à problemática das desigualdades e o racismo estrutural. Portanto, pensadores/as expoentes do protagonismo de uma práxis antropológica em afinidade dialógica com os movimentos negros, no engajamento sensível às reivindicações desse coletivo na luta histórica por justiça social e direitos humanos. Participarão da MR como palestrantes: profa. Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB), profa. Luciana de Oliveira Dias (UFG) e prof. Carlos Benedito Rodrigues Silva (UFMA). Acrescenta-se que a MR será também espaço para homenagear intelectuais negros/as cuja produção epistemológica e ação política têm contribuído para a formação de novas gerações de pesquisadores/as antirracistas e

enriquecido o debate e a produção teórica da ABA, bem como de outras associações científicas no Brasil e no exterior – com destaque especial para importância das trajetórias do prof. Kabengele Munanga, profa. Josildeth Gomes Consorte e Carlos Benedito Rodrigues Silva para a antropologia. d

Coordenação:

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Debatedor(a):

Nilma Lino Gomes (UFMG)

Participantes:

Luciana de Oliveira Dias (UFG)

Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)

Vera Regina Rodrigues da Silva (UNILAB)

MR 37: Internacionalização da Ayahuasca e Conhecimentos Indígenas e Tradicionais

A Mesa destacará discussões sobre a dispersão global contemporânea da ayahuasca e suas transformações, incluindo contextos tradicionais e novos. No Brasil, a expansão desse fenômeno e a emergência de um debate público sobre ele, inicialmente, estiveram mais associadas a religiões não indígenas. Atualmente, há uma presença forte de indígenas no debate público sobre a ayahuasca e nos diferentes contextos de seus usos. Notamos uma intensificação de contextos interétnicos relativos à bebida. A difusão das religiões ayahuasqueiras brasileiras no mundo implica numa grande diversificação de práticas, abarcando disputas sobre legitimidade entre diferentes contextos de usos e de sujeitos ligados a eles. As regulamentações da ayahuasca, envolvendo diferentes países, suas legislações e tratados internacionais, abrangem debates como: direitos de minorias religiosas, políticas de drogas ou de saúde pública. Hoje a ayahuasca pertence a redes globalizadas influenciadas por diversos interesses políticos, econômicos, científicos. Ela assume protagonismo na nova medicina psicodélica, e suas aplicações nesse meio conduzem a desafios com relação aos direitos e conhecimentos de povos originários e populações tradicionais associadas ao seu uso. A Mesa proposta inclui uma indígena e não indígena, reunindo diferentes perspectivas sobre: relevância da ayahuasca em movimentos indígenas; processos de sua regulação; tensões e diálogos entre usos e conhecimentos indígenas e outros usos e saberes.d

Coordenação:

Sandra Lucia Goulart (FCL)

Debatedor(a):

Glauber Loures de Assis (Solaris)

Participantes:

Leonardo Lessin (UFAC)

Henrique Fernandes Antunes (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento CEBRAP)
Sandra Lucia Goulart (FCL)

Trabalho para Mesa Redonda

Controvérsias legais sobre o uso da ayahuasca na Europa

Henrique Fernandes Antunes (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento CEBRAP)

A expansão global da ayahuasca tem sido acompanhada por uma série de controvérsias públicas e questões legais. Grupos religiosos e lideranças indígenas têm frequentemente encontrado restrições legais, confisco de carregamentos de ayahuasca e ameaças de prisão, entre outros problemas que põem em xeque as práticas e até mesmo a existência de grupos que consomem ayahuasca em um nível global. A reação ao crescimento desse fenômeno tem sido frequentemente de desconforto entre os países onde o uso religioso da ayahuasca está presente. As respostas a esses grupos, geralmente baseadas em acusações de uso e tráfico de drogas ilícitas”, levantam questões complexas sobre a interface entre políticas de drogas, direitos culturais e liberdade religiosa em um cenário mundial cada vez mais marcado por fluxos culturais transnacionais. Essas acusações frequentemente se baseiam no fato de que uma das plantas usadas na fabricação da ayahuasca, a *Psychotria viridis*, contém DMT (N,N-dimetiltriptamina), uma substância controlada de acordo com a Convenção de Substâncias Psicotrópicas (CSP) das Nações Unidas de 1971. Apesar das leis que regem o uso de substâncias psicoativas variarem de um país para outro, é importante ressaltar que a maioria dos Estados nacionais adere à CSP, que inclui a DMT em sua lista de substâncias controladas. Isso cria um problema em relação à regulamentação da ayahuasca, uma vez que, na maioria dos casos, as plantas não estão sujeitas a nenhum tipo de controle, mas uma delas contém uma substância controlada mundialmente, inserindo a ayahuasca e seus consumidores em uma área cinzenta legal. Em vista disso, o presente trabalho pretende explorar esse novo cenário de inquietação, buscando compreender as implicações legais da expansão da ayahuasca no continente europeu, bem como os dilemas, as controvérsias e as consequências para os grupos ayahuasqueiros no velho continente.

Trabalho para Mesa Redonda

O retorno do Pajé. O uso indígena contemporâneo da ayahuasca no Acre.

Leonardo Lessin (UFAC)

O retorno e expansão do xamanismo indígena ayahuasqueiro contemporâneo no Acre pode ser visto como um daqueles eventos que correspondem ao processo denominado por Sahlins como “indigenização da modernidade”. Paralelamente ao retorno do xamanismo nas aldeias da Amazônia acriana ocorre um processo contemporâneo de multiplicação e transformação do uso indígena da ayahuasca que impulsiona o fortalecimento cultural de diversas etnias. O fato desse movimento promover a política tradicional de alianças interculturais te, a ver com o processo expansão dos usos da ayahuasca na cena global. Indico que aqui no Acre o surgimento e desenvolvimento da prática do xamanismo interétnico através do uso da ayahuasca se deu no contexto de um movimento indigenista amadurecido que aproximadamente há 40 anos já organiza a luta dos povos indígenas no acre se dedicando incansavelmente a ajudar os nativos

amazônicos no fortalecimento político, econômico e cultural indígenas na reivindicação dos seus direitos constitucionais e na luta pela proteção e preservação ambiental dos seus territórios. Assim sendo, a importância do retorno da ayahuasca indígena está em seu poder de manter e acelerar o processo de revitalização cultural dos povos indígenas no Estado do Acre.

Trabalho para Mesa Redonda

Questões Atuais do Debate Público sobre a Ayahuasca: da regularização no Brasil à internacionalização

Sandra Lucia Goulart (FCL)

Inicialmente, apresentarei um panorama dos processos que conduziram à regularização do uso da ayahuasca no Brasil e à emergência de um debate público sobre esse fenômeno. A discussão ressaltará a análise dos principais agentes e argumentos envolvidos em diferentes momentos da história de expansão do movimento ayahuasqueiro no Brasil e da conquista da sua legitimidade pública. No contexto brasileiro a expansão do uso da bebida associa-se à formação de religiões surgidas na região amazônica e marcadas por influências de tradições não exclusivamente indígenas. O debate público sobre a ayahuasca no Brasil num primeiro momento envolveu o protagonismo político destas religiões. Entretanto, atualmente, este debate abarca outros atores, como os indígenas e grupos não religiosos associados a um movimento da Nova Era ou a contextos xamânicos. A legitimação social do uso da ayahuasca no Brasil envolveu a interlocução entre diferentes atores e o maior ou menor protagonismo destes, acionando também diferentes argumentos, como do direito religioso ou dos patrimônios culturais. Num segundo momento da apresentação, a proposta é refletir sobre os possíveis diálogos entre a atual disseminação de usos da ayahuasca num cenário internacional e a história da regularização da bebida no contexto brasileiro. Como o caso brasileiro da conquista da legitimidade pública da ayahuasca poderia contribuir para os debates atuais sobre a legitimidade de diferentes sujeitos e tipos de aplicações da bebida ou da substância num cenário internacional? E, por outro lado, como as novas questões colocadas num cenário global e diversificado de interesses sobre a ayahuasca podem conduzir a novas alterações no campo ayahuasqueiro brasileiro e entre seus diversos agentes?

MR 38: Mães: gênero, raça, mobilidades e dinâmicas familiares nas experiências de maternidades no Sul Global

Tendo como ponto de partida a concepção de que as maternidades são construídas socialmente sendo, portanto, vivenciadas de formas diversas e sem fixidez no tempo e no espaço, a presente proposta se dedica a investigar, de maneira sistemática e comparativa, as dinâmicas familiares que constituem e são constituídas pelas múltiplas vivências em torno da maternidade. São três as frentes de investigação que se entrelaçam nesta proposta: 1. O cruzamento crítico entre uma visão externa e normativa que institui um valor moral de mãe ideal e as perspectivas de mulheres-mães que experienciam a maternidade no cotidiano; 2. O mapeamento de redes de cuidado que envolvem o que tem sido denominado de geografias das maternidades e que conectam mulheres

entre si e mulheres e seus filhos em redes nacionais e/ou transnacionais de afeto; 3. as interfaces entre maternidades e conjugalidades que nos permitam refletir sobre o terceiro elemento desta relação, o homem-pai. A partir de uma perspectiva comparativa esta MR pretende reunir pesquisadoras que, refletem sobre as dinâmicas familiares e de maternidade de forma multissituada. O debate tem ancoragem em pesquisas em dois continentes, África e América – ambos contextos unidos pela diáspora negra do passado e por fluxos migratórios contemporâneos. Interessa-nos estudar tais percursos geográficos de ontem e de hoje entendendo-os como um campo social contínuo no qual podemos ancorar nossas pesquisas e reflexões.d

Coordenação:

Andréa de Souza Lobo (UNB)

Participantes:

Fatime Samb (UCAD)

André Filipe Justino de Moraes (UFMT)

Paula Balduino de Melo (Ministério da Igualdade Racial)

MR 39: Matas e matos, bichos e encantos: estudos sobre as relações entre seres humanos e outros-que-humanos entre os povos indígenas no Leste do Brasil

Conhece-se a enorme riqueza da biodiversidade dos biomas da porção leste do Brasil, que abrange os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo e o sul e extremo sul da Bahia. Uma riqueza semelhante pode ser destacada quanto à sociodiversidade ou diversidade cultural nativa na mesma zona. Com efeito, o assim chamado leste etnográfico foi e é o lar de muitos povos indígenas cujas línguas classificam-se em diferentes famílias linguísticas: Tupi-Guarani, Jê, Botocudo, Maxakali, Kamakã, Puri e outras. Esses grupos indígenas no Leste exibem uma diversidade de formas de organização social, de práticas sociais, de modos de vida e de universos artísticos, culturais, míticos e cerimoniais. Desenvolvida em íntimo contato dos povos com seus territórios, essa diversidade sociocultural decorre e desdobra-se num conjunto de relações entre coletivos humanos e uma miríade de seres outros-que-humanos, sejam eles plantas, animais, espíritos, encantados, pais das matas, bichos brutos e outros seres ditos sobrenaturais, objetos, formações rochosas, rios e lagos e muitos outros. Esta mesa pretende pautar essas distintas formas de relação, históricas e/ou atuais, entre as sociedades indígenas no leste etnográfico e os múltiplos seres outros-que-humanos com quem compartilham o mundo, e com os quais engajam-se continuamente na produção de seus modos de vida, suas trajetórias históricas e suas lutas por reconhecimento e direitos.d

Coordenação:

Felipe Ferreira Vander Velden (UFSCAR)

Debatedor(a):

Fabiano José Alves de Souza (UNIMONTES)

Participantes:

Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB)

Vanginei Leite Silva (UFMG)

Izabel Missagia de Mattos (UFRRJ)

MR 40: Memórias ambíguas: processos e narrativas de desestabilização de políticas de reconhecimento e preservação

Nesta mesa redonda reunimos trabalhos que analisam as ambiguidades dos processos e narrativas memorialistas operados durante a construção de políticas de reconhecimento social e preservação cultural de eventos históricos, em especial os relacionados a experiências coletivas tidas como sensíveis, violentas ou críticas. Observamos que, desde os anos 80, um rearranjo global trouxe à tona inquietações sobre as formas das sociedades lidarem com as memórias de eventos difíceis, como os relacionados ao Holocausto, às ditaduras latino-americanas, às comissões de verdade e reconciliação na África pós-apartheid, ao racismo e à xenofobia, entre outros. Nesse contexto, se difundiram práticas e discursos de preservação cultural que buscavam dar conta da comunicação e do reconhecimento público das diversas experiências dolorosas. Processos que, por seu caráter ao mesmo tempo material e linguístico, tentaram exercer força sobre a normatividade e o percurso das narrativas memorialistas. Para refletir sobre essas questões, a mesa terá como foco os atores, estratégias, discursos, controvérsias e mecanismos produtores de novos significados em torno do eixo passado-presente-futuro e os tensionamentos entre as lógicas dos direitos humanos, das dinâmicas locais e da mercantilização cultural. Coordenação: João Paulo Castro (FCS/UNIRIO) Expositores: João Paulo Castro (FCS/UNIRIO); Cristiane Freitas Gutfreind (PPGCOM/PUCRS); Roberta Guimarães (PPGSA/IFCS/UFRJ) Debatedor: Roberto Marques (PPGS/UECE) d

Coordenação:

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO)

Debatedor(a):

Roberto Marques (URCA)

Participantes:

Roberta Sampaio Guimarães (UFRJ)

Cristiane Freitas Gutfreind (PUCRS)

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO)

Trabalho para Mesa Redonda

Relatos de memórias nos documentários biográficos sobre a ditadura militar

Cristiane Freitas Gutfreind (PUCRS)

Essa proposta pretende analisar os documentários biográficos sobre a ditadura militar brasileira para compreender as ambiguidades dos processos narrativos e memorialistas na

contemporaneidade. As situações traumáticas geram transformações importantes nas formas de representação nas artes em geral, e, particularmente no cinema, devido ao seu papel fundamental como testemunho, participando da construção do conhecimento, da visibilidade do subjetivo e das articulações na dimensão do político. Os documentários evocam personagens cuja existência é legitimada pela história; sua forma é híbrida por excelência e transita entre o filme político, o filme testemunho, o filme de família, o filme diário, o filme reportagem, o filme histórico e, também, o filme militante. Documentários como Retratos de Identificação (Anita Leandro, 2014) e Fico te devendo uma carta sobre o Brasil (Carol Benjamin, 2020) têm imagens agenciadas de distintas formas por meio da justaposição e da correlação de materiais heterogêneos, como imagens de arquivo, retratos, cartas e testemunhos propondo uma discussão entre imagens do passado e do presente com o intuito de revelar a violência social. Contemplam, ainda, um esforço memorialístico pelo uso de diferentes níveis de narração, o individual e o político, criando uma tensão permanente entre a imagem e a subjetividade, entre o percebido e o memorável, propondo assim, uma ressignificação do filme político. Os registros serão analisados a partir de três aspectos: os relatos narrativos que revelam as articulações políticas, as ambiguidades e a subjetividade do sujeito; a elaboração desses registros em termos imagéticos (montagem, enquadramento, escolhas estéticas); o entendimento do conflito sobre o político que infere no processo memorialista. A experiência narrativa fílmica biográfica torna-se, assim, o lugar, onde a consciência devastada pela violência, faz com que o filme político considere a subjetividade como parte fundamental da sua estrutura na atualidade. Nesse sentido, analisar os documentários a partir das estratégias estéticas diferenciadas, nos levam a uma reflexão sobre a dor física e social que deixou suas consequências na elaboração da memória diante da iminência do autoritarismo quando o golpe militar faz sessenta anos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_908_53351803_281166.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

As experiências ambivalentes na ditadura civil-militar de 1964

João Paulo Macedo e Castro (UNIRIO)

As narrativas autobiográficas forjadas na experiência vivida na última ditadura civil-militar brasileira se inscrevem naquilo que o crítico literário Andreas Huyssen identificou como uma marca do século XX: o passado presente”, ou o reconhecimento da interconexão entre tempo e espaço como unidades capazes de fornecer entendimento sobre os eventos públicos e, principalmente, sobre a especificidade de cada evento. O passado é revisitado sob os olhos do presente, reverberando os eventos com novos símbolos e significantes. Com Beatriz Sarlo, poderíamos falar do surgimento de uma nova modalidade de olhar para o passado, que se fortalece em função de necessidades presentes, intelectuais, afetivas, morais ou políticas” (Sarlo, 2005, p.14). Neste cenário, as memórias, lembranças e lugares de memória se multiplicam através de diferentes meios de expressão. Em determinada perspectiva, poderíamos ver em tal processo uma fuga do fluxo incessante e constante de informações e uma nostalgia de certo passado onde as lembranças funcionariam como suporte afetivo e moral ao presente, oferecendo algum conforto àqueles que sobreviveram. No entanto, esse conforto se esvai quando se apresenta uma modalidade muito específica da memória, o testemunho. Ele é

impositivo, tenaz, obstinado, perseverante. Através do(s) seu(s) relato(s), temos acesso aos traços culturais, aos resíduos ou, nos termos de Walter Benjamin, às reminiscências [culturais] que relampejam no presente. Aceitando o testemunho como um portal de acesso ao passado, a própria percepção/explicação dos eventos passados se confrontam nas múltiplas vozes, nas múltiplas narrativas. Talvez resida aí a tenacidade do testemunho e a ambiguidade no seu acolhimento. Nesta apresentação, pretendo discutir o lugar do testemunho nas políticas de reconhecimento social e preservação cultural de eventos históricos. Parto da observação de que essa modalidade narrativa se caracteriza por ser um relato excepcional, singular e de difícil enquadramento e arquivamento. Reside na fronteira entre o real e a imaginação. Nos termos do antropólogo Vincent Crapanzano (2005), poderíamos falar que esses relatos residem no “aquém ou no além”, em um espaço liminar, que foge das convenções e normas instituídas e definidas como organizadoras do campo das narrativas. São relatos que articulam desejos, medos, sensações, projeções e possibilidades, que para serem compreendidos precisam de um acolhimento, de uma escuta. Como chamou a atenção Paul Ricoeur (2010), a experiência a ser transmitida é de uma inumanidade sem comparação com a experiência do homem ordinário” (p. 186). Ao mesmo tempo, são narrativas que perturbam, que desestabilizam, pois impossibilitam um enquadramento simples e impõe desafios aos projetos memorialísticos.

Trabalho para Mesa Redonda

A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro

Roberta Sampaio Guimarães (UFRJ)

A comunicação toma como base o artigo “A gestão empresarial das memórias sensíveis. Poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro”, publicado em 2023 na revista *Tempo Social* e escrito em parceria com João Paulo Castro. O mote inicial do trabalho foi compreender por que o sítio arqueológico Cais do Valongo havia se tornado uma política de memória bem-sucedida” (segundo avaliação corrente de muitos pesquisadores do patrimônio, ativistas e intelectuais dedicados à valorização da cultura negra). O processo de reconhecimento do Cais do Valongo foi articulado evocando imagens de tragédia e vergonha: por ele aportaram quase um milhão de africanos escravizados ao longo do século XIX. Após a abolição da escravidão, e no afã de exibir um país moderno no início do século XX, a então prefeitura da capital soterrou o local e ali construiu uma praça. Aterradas por mais de um século, as ruínas do cais foram desveladas em 2011, durante a implementação da operação urbana Porto Maravilha e, diferente de vários processos de patrimonialização que levam anos para alcançarem um consenso interno e se projetarem internacionalmente, o local foi prontamente registrado como sítio arqueológico pelo IPHAN e listado Patrimônio Mundial da Unesco em 2017. Mas, como buscamos demonstrar, o processo foi veloz apenas na aparência. Sedimentando a ocasião da descoberta simbólica das ruínas do cais, havia mais de 50 anos de articulações para territorializar a memória negra na cidade. Nesta mesa redonda, apresento então os feixes de poder que possibilitaram a inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo como patrimônio mundial, colocando em destaque três cenários: a incorporação de ativistas dos movimentos negros à administração pública no final dos anos 1970; a legitimação internacional

das agendas afro-brasileiras pelo projeto A Rota do Escravo da Unesco; e o incremento à indústria turística durante o Porto Maravilha no início do século XXI. O argumento é que a territorialização das memórias da escravidão foi impulsionada por uma gestão empresarial das identidades culturais, em que métodos e procedimentos técnicos se impuseram como modelo de ação política. Desse modo, o discurso da identidade afro-brasileira se integrou às novas dinâmicas de acumulação do capital e de mercantilização cultural, com os sentidos e práticas em torno do caos agregando as lógicas do dever de memória e da regulação concorrencial.

MR 41: Mídias e evangélicos no Brasil contemporâneo: novas perspectivas analíticas

Um tradicional eixo de debate antropológico no Brasil procurou refletir sobre a utilização das mídias por instituições religiosas, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. As chamadas “terceira onda evangélica” ou a “Renovação Carismática Católica”, por exemplo, foram caracterizadas pela utilização efetiva dos meios de comunicação nos processos de evangelização. A disputa por outorgas de canais de rádio e televisão, a disseminação da música gospel ou a emergência de celebridades religiosas instigaram discussões sobre a manutenção de fiéis e a visibilidade no espaço público. Sendo assim, a proposta desta mesa-redonda é evidenciar novas perspectivas analíticas sobre os entrecruzamentos entre mídias e religiosidades, realçando como seus usos por diferentes sujeitos vêm estimulando uma multiplicidade de formas de vivenciar a fé na contemporaneidade. A partir da ênfase nas práticas midiáticas efetuadas por evangélicos em seus cotidianos, as apresentações visam: 1) destacar a influência do mundo digital no campo religioso; 2) compreender as tecnologias de gênero, sexualidade e outras intersecções que perpassam os processos de fazer-se evangélico/a; 3) atentar para os ativismos digitais tidos como “conservadores” ou “progressistas” que mobilizam certos segmentos dentro e fora das igrejas; 4) realçar as experiências de conversão e o impacto das redes sociais no grau de intensidade religiosa, dentre outros assuntos.d

Coordenação:

Raphael Bispo dos Santos (UFJF)

Debatedor(a):

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Participantes:

Nina Rosas (UFMG)

Olívia Bandeira de Melo Carvalho (Intervozes)

Raphael Bispo dos Santos (UFJF)

Trabalho para Mesa Redonda

Fé, mídias digitais e tensionamentos envolvendo a Igreja Batista da Lagoinha

Nina Rosas (UFMG)

Esta reflexão analisa, em primeiro lugar, a campanha articulada nas redes sociais, em junho de 2023, pelo pastor André Valadão, contra a comunidade LGBT+. Recuperamos o modo como foram provocados sentimentos de ódio, repugnância e desqualificação das dissidências sexuais e de gênero, a partir da mobilização de noções como guerra espiritual, pecado, humildade e sacrifício. Evidencia-se ainda críticas feitas à transexualidade, ao aborto e à educação sexual nas escolas, em nome da defesa da família, do binarismo de gênero, da heterossexualidade e de um tipo específico de masculinidade que visa repor a autoridade dos homens. Em segundo lugar, volta-se à compreensão dos excertos de fala do pastor Lucinho Barreto, relativos à educação sexual dos filhos, que viralizaram em maio de 2024, suscitando discussões sobre pedofilia e homofobia. Aposta-se que esses dois exemplos de mediação da religião se circunscrevem no acirrado ativismo antigênero empenhado pelos evangélicos, evidenciando como certa vertente da religião digital resiste à diversidade, dá subsídio a expressões de abuso e se apropria de categorias presentes em outro campo ideológico e que compõem uma gramática que está em disputa.

Trabalho para Mesa Redonda

Gênero em disputa nas redes digitais evangélicas

Olívia Bandeira de Melo Carvalho (Intervozes)

A partir do mapeamento de perfis de lideranças religiosas evangélicas nas redes sociais, com foco em sua atuação relacionada às questões de gênero, esta apresentação tem o objetivo de discutir as múltiplas mediações comunicacionais da esfera religiosa no espaço público. Dessa forma, busca ampliar a compreensão do que vem sendo considerado como liderança religiosa e autoridade religiosa nos estudos na interface entre mídia e religião. O mapeamento das lideranças nas redes sociais considera não apenas aquelas tradicionalmente legitimadas, como pastores, mas também lideranças políticas, apresentadores/as de programas de rádio, TV e internet, influenciadores/as digitais, cantores/as gospel, artistas etc. que podem ou não representar uma instituição religiosa. Os agentes mapeados, oriundos de diferentes trajetórias, se inserem nos ativismos religiosos que têm no gênero um de seus temas centrais, protagonizando embates que antagonizam os direitos das mulheres e da população LGBTQIAP+ e os ativismos antigênero. Observa-se que esses embates não se configuram apenas como uma disputa do mundo religioso evangélico contra os ativismos em prol dos direitos das mulheres e da população LGBTQIAP+, pois o mapeamento das redes sociais permite observar como no interior do mundo evangélico as questões de gênero também são disputadas, assim como as diferentes maneiras de se pensar o gênero a partir de uma ótica cristã e as pessoas autorizadas a falar em nome do cristianismo.

Trabalho para Mesa Redonda

É fã ou hater? interrupções religiosas e colapsos morais nas redes sociais virtuais de artistas evangélicas

Raphael Bispo dos Santos (UFJF)

O objetivo desta apresentação é refletir como disposições morais e subjetivas religiosas são mediadas pelas interações sociais em suas fronteiras com as novas tecnologias de comunicação

e informação digitais. O trabalho baseia-se na observação, acompanhamento e análise de conteúdos produzidos e compartilhados entre artistas evangélicas e seus seguidores na internet. Fofocas e tretas sobre trajetórias religiosas emergem nos debates escritos, gravados e narrados nas plataformas virtuais de mulheres famosas envolvidas em algum momento de suas histórias pessoais com igrejas evangélicas. Acionando categorias analíticas como interrupções e colapsos morais, busca-se neste texto atentar para a dimensão da relacionalidade presente nos conflitos morais e emocionais, comuns aos processos de transformações de si frente às vivências ordinárias da fé.

MR 42: Migrantes indígenas ou indígenas migrantes? Indígenas venezuelanos no Brasil, agenciamentos e o acesso a políticas públicas.

O objetivo desta mesa é discutir os múltiplos agenciamentos acionadas por indígenas venezuelanos/as frente aos desafios de acesso às políticas públicas migratórias no Brasil. Desde 2017, foram constatadas várias iniciativas de recepção, abrigamento e integração em diversos estados brasileiros. As políticas públicas baseiam-se na cooperação interinstitucional e internacional que envolve, especialmente, a articulação entre instituições públicas, Forças Armadas, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. Protocolos internacionais e hierarquias tem-se sobreposto a direitos internacionais e a processos de construção coletiva. O estabelecimento de categorias estatais internamente entre os povos indígenas e a falta de ampliação dos espaços comunitários têm produzido diferenciações marcadas por conflito e estranhamentos. A baixa participação social dos/as indígenas venezuelanos/as nas instâncias decisórias limita a sustentabilidade e o aprimoramento de políticas migratórias no Brasil, aliada ao pouco envolvimento das gestões públicas estaduais e municipais na resposta ao acolhimento aos/às indígenas venezuelanos/as. Isso resultou em baixa coordenação e alinhamento das intervenções; ausência de órgãos focais estaduais ou municipais de implementação de uma política permanente. Frente a esta realidade, indígenas venezuelanos/as têm produzido múltiplos agenciamentos, os quais serão explorados e refletidos com base em etnografias realizadas em diferentes contextos. d

Coordenação:

Sidney Antonio da Silva (UFAM)

Participantes:

Geraldo Andrello (UFSCAR)

Iana dos Santos Vasconcelos (UFRR)

Luis Ventura Fernández (CIMI)

Trabalho para Mesa Redonda

Cinco anos de Operação Acolhida: da assistência emergencial à precariedade permanente.

Iana dos Santos Vasconcelos (UFRR), Sandro Martins de Almeida Santos (UFRR)

A comunicação oral irá realizar um balanço crítico das atividades da Operação Acolhida entre 2018 e 2023. Os dados debatidos provêm de pesquisa etnográfica realizada nas cidades de Boa Vista-RR, Pacaraima-RR e Manaus-AM. Bem como me apoio em outras pesquisas sobre aspectos específicos como saúde e contabilidade, articulando saberes interdisciplinares. Reconhecemos a efetividade da Operação no tocante à assistência emergencial oferecida à população venezuelana no Brasil. Contudo, a presença de uma força tarefa de caráter temporário vem atuando como uma antipolítica pública no sentido de que as ações emergenciais são descontinuadas e não legam equipamentos públicos de saúde, educação, moradia. Os/as venezuelanos/as chegaram para ficar. Até quando serão tratados como crise? Fica evidente, nos últimos anos, que governos municipais, estaduais e federal se abstiveram de buscar soluções duradouras que beneficiariam tanto residentes venezuelanos/as como brasileiros/as, optando por repostas temporárias e uma precariedade permanente.

Trabalho para Mesa Redonda

Povos indígenas em situação de mobilidade, sujeitos de direitos coletivos: fragilidades e desafios da resposta do Estado brasileiro

Luis Ventura Fernández (CIMI), Lethicia Reis de Guimarães (Conselho Indigenista Missionário)

No contexto da migração entre Venezuela e Brasil destaca a mobilidade de grupos familiares indígenas E'ñepa, Kariña, Pemón e Warao. A diversidade cultural entre estes povos significa também diferenças nas dinâmicas e horizontes da mobilidade de cada um deles. As respostas do Estado brasileiro e de algumas Agências do sistema ONU apresentaram dificuldades em compreender e atuar com estes grupos através de ações específicas que considerassem sua condição de sujeitos de direitos coletivos. Os povos indígenas, para além da natureza migratória de seus deslocamentos, são sujeitos de direitos coletivos que hoje fazem parte do marco legal do Estado brasileiro. Estes direitos foram sistematicamente ignorados, e às vezes instrumentalizados ou negados, pelo Estado e por algumas Agências. A resposta do Estado brasileiro caracterizou-se, principalmente, por três componentes: • O abrigo de famílias em estruturas de acolhida que se demonstraram claramente inadequadas. Os Abrigos se tornaram em espaços permanentes, e sem saída, de aglomeração de grupos social e culturalmente diversos e sob dinâmicas institucionais e disciplinares que instalaram uma relação de tutela e de agressão a direitos coletivos fundamentais. Após muita insistência e denúncias, alguns Abrigos incorporaram mecanismos que diziam respeitar “os processos próprios de organização social” dos grupos ou “a consulta”; entretanto, a falta de preparo das entidades responsáveis e a própria condição de confinamento dos Abrigos descaracterizaram estas medidas, que acabaram contribuindo para a invisibilidade dos povos indígenas e para a consolidação de um sistema de tutela, teoricamente já superado desde a CF de 1988; •

A primeira resposta institucional do Estado é a chamada “Operação Acolhida”, conduzida na prática pelo Exército brasileiro e com a participação de algumas Agências do sistema ONU. A Operação Acolhida atua fundamentalmente nos estados de Roraima e Amazonas e não conseguiu a necessária participação coordenada e articulada dos diversos entes federativos

implicados, inviabilizando desta forma a configuração de políticas públicas consistentes. •

No resto do país, diante da ausência de uma política de Estado coordenada pela União, encontramos um conjunto de respostas diversas, desconectadas e, muitas vezes, sem os recursos suficientes, conduzidas por estados e municípios. Inexiste até o momento uma política de Estado coerente, com orientações claras e recursos específicos, em diálogo com os povos indígenas e que tenha como horizonte a garantia de seus direitos específicos e coletivos; É fundamental, e já está acontecendo, que os povos indígenas em mobilidade avancem de forma autônoma para estabelecer alianças e processos de reivindicação de seus direitos diante do Estado brasileiro.

Trabalho para Mesa Redonda

Mulheres Warao na Amazônia: trajetórias num contexto de tutelas e de precarização.

Sidney Antonio da Silva (UFAM), Maria Helena Ortolan (UFAM)

O objetivo desta comunicação é discutir o protagonismo de mulheres indígenas nas trajetórias migratórias dos Warao e suas relações com as políticas de abrigo em Manaus. Observam-se limites das ações brasileiras (municipais, estaduais e privadas) de abrigo e interiorização espontânea realizada pelos indígenas. Desde 2017 foram constatadas várias iniciativas de abrigo em Manaus (AM), algumas até elogiadas pelos ACNUR, como foi o caso de casas alugadas em diferentes bairros para abrigar grupos de indígenas, divididos pelo critério do parentesco. Passados alguns anos da chegada deles no Brasil, eis que os Warao chegam em outras regiões do país, a partir do protagonismo de mulheres, que através de suas redes, constroem novas rotas de mobilidade. Conclui-se que a mudança de localidade e a insuficiência de políticas públicas no pós-abrigo não alteram as condições de precariedade às quais estes indígenas estão submetidos. O reconhecimento deles enquanto grupo étnico, e não apenas como imigrantes, pelo Estado brasileiro, já seria o primeiro passo para acessar direitos garantidos não somente aos indígenas aldeados, mas também em contextos urbanos. Enquanto isso não acontece, elas continuam circulando e construindo estratégias para acessar direitos, através do associativismo.

MR 43: Mineração, dependência e patronagem: compreendendo a recorrência dos desastres minerários em Minas Gerais

O termo patronagem tem sido utilizado pela antropologia para demonstrar como um intrincado padrão de relações pessoais, fundado num jogo de lealdades e deveres entre atores desiguais, está no centro das instituições políticas e econômicas de sociedades capitalistas pós-coloniais, como a sociedade brasileira. Utilizado para compreender formações sociais minério-dependentes na América Latina, sendo o trabalho de June Nash “We eat the mines and the mines eat us” (1978) a principal referência, a patronagem tem-se revelado um conceito útil para descrever como, nos territórios minerados, pautas coletivas em prol de melhores condições de trabalho e bem-estar são retraídas por uma série de obrigações morais que segmentos amplos da população

estabelecem com as empresas mineradoras. Na tentativa de debater a pertinência do termo para compreender não somente da mineração em Minas Gerais, mas também a forma como são construídas as repostas para os seus desastres, a mesa sugere aos seus participantes as seguintes reflexões: Quais seriam os fundamentos sociológicos da patronagem em realidades minério-dependentes? Como lidar com a temporalidade das relações patrão-cliente na formação histórico-econômica de Minas Gerais? Quais seriam as congruências entre essas relações e as estratégias empresarias de inserção nos territórios? Como os laços de patronagem se relacionam com os aparatos jurídico-administrativos da mineração no Estado?

Coordenação:

Rafael Gomes de Sousa da Costa (UFES)

Debatedor(a):

Cristiana Losekann (UFES)

Participantes:

Tádzio Peters Coelho (UFV)

Vinicius José Ribeiro da Fonseca Santos (UFMG)

Rafael Gomes de Sousa da Costa (UFES)

Trabalho para Mesa Redonda

Mineração e comunidades: reflexões sobre poder e resistência

Jessica Lorrany de Jesus Silva (UFMG)

A instalação de um empreendimento de mineração pode parecer a chegada do progresso para populações antes dedicadas a ciclos locais ou regionais de produção. As oportunidades de emprego são acompanhadas por novos hábitos de consumo e a ampliação da infraestrutura necessária para atendimento em bens e serviços. Mas, ao assumir responsabilidades pertencentes ao Estado, como moradia, saúde e educação, a relação que se estreita entre empresas e comunidades ultrapassa a dinâmica patrão-empregado e se divide entre resistência e desejo, sendo que a força de trabalho, a obediência e a lealdade são o preço pago para usufruir daquilo que a empresa pode proporcionar. Nesse sentido, analisando o histórico de instalação da mineradora Samarco em Mariana, Minas Gerais, e o desastre deflagrado com o rompimento da barragem de Fundão em 2015, este trabalho pretende, a partir dos trabalhos de June Nash, *We eat the mines and the mines eat us* (1979); Aníbal Quijano, *Colonialidade, poder, globalização e democracia* (2002) e *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina* (2005); Eduardo Gudynas, *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza* (2015); Andréa Zhouri, Paola Bolados e Edna Castro (orgs.), *Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais* (2016); e Henri Acselrad (org), *Políticas territoriais, empresas e comunidades: o neoextrativismo e a gestão empresarial do social* (2018), refletir sobre as relações de poder estabelecidas no período colonial e atualizadas nas diferentes gerações do extrativismo vivenciadas em Mariana e nas repostas institucionais ao desastre sociotécnico.

MR 44: Mobilizações e Ativismos: como a Antropologia contemporânea tem tratado os “movimentos sociais”?

A proposta desta mesa redonda visa a reflexão acerca dos cenários de mobilização e ativismo relacionados a processos de ações coletivas, caracterizados pela combinação de quatro elementos: conflito, identidade, redes informais e modalidades de protesto. A abordagem adotada, a partir da Antropologia Política, que toma a mobilização e o ativismo como objeto, tem como objetivo problematizar de que maneira aquilo que é rotulado como "político" e/ou "social" possibilita compreender a forma como os próprios atores definem suas práticas de interação, organização e intervenção. Além disso, busca-se compreender como os efeitos dessas práticas são concebidos em termos de processos de mudança, podendo ser interpretados como "sistêmicos" ao afetar relações estruturais de dominação, ou se são percebidos como efeitos "pontuais" que, de maneira isolada, introduzem determinadas agendas e constituem novos atores. Esta abordagem procura desconstruir a representação de uma suposta invisibilidade do tema "movimentos sociais" no campo da Antropologia. Na prática, essa ausência não está relacionada à falta de pesquisas empíricas, mas sim à forma como os debates teóricos e conceituais se manifestam, em relação às pesquisas em outros campos acadêmicos. Pretende-se, assim, por meio de diversos recortes etnográficos discutir o que isso revela acerca da política da antropologia e da antropologia da política.d

Coordenação:

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF)

Debatedor(a):

Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ)

Participantes:

Maria Victoria Pita (Professora UBA)

Lia Zanotta Machado (UnB)

Thaddeus Gregory Blanchette (PP)

MR 45: Monocultura e grandes projetos de desenvolvimento no plantationoceno: resiliências, tecnociências e mercados

Os debates críticos surgidos em meio à discussão do antropoceno, que trouxeram à tona a noção de plantationoceno, recolocaram temas tratados por historiadores, sociólogos, antropólogos e geógrafos a respeito da plantation e sua relação com o capitalismo, o colonialismo, o escravismo, a diáspora africana, e as formas de dominação e resistência próprias a essa configuração. Nessa “retomada” da plantation, são reformuladas, criadas ou enfatizadas, entre outras, discussões sobre as dimensões ecológicas, a centralidade da dimensão racial e suas continuidades e descontinuidades ao longo do tempo, as relações entre humanos, menos-que-humanos e não-humanos e as redes sócio-técnicas, o caráter replicável e escalável da plantation, em domínios

atinentes a outras produções de monoculturas, corpos e mercadorias (como a universidade), as possibilidades de vida e de enredos/lugares “nas ruínas” e “nos refúgios” da plantation. A mesa pretende explorar as possibilidades abertas por esses debates recentes em torno do plantationoceno, inclusive somando-os àqueles que vem se dando em torno do chamado agronegócio e as resistências que desperta, na América do Sul, Caribe e outras paisagens do chamado sul global.d

Coordenação:

Luciana Schleder Almeida (UNILAB)

Debatedor(a):

John Cunha Comerford (UFRJ)

Participantes:

Cristiano Desconsi (UFSC)

Igor Thiago Silva de Sousa (CPDA/UFRRJ)

Natacha Simei Leal (UNIVASF)

MR 46: Movimentos hermenêuticos: Migrações, mobilidades, circulações, diásporas, deslocamentos, exílios

A antropologia sempre esteve em movimento, assim como o mundo e grupos com as quais ela se relaciona. Essa natureza dialética da disciplina levou à transformação contínua do aparato conceitual sobre movimentos de seres humanos e outras entidades: pastoralismo, nomadismo, migração, diáspora, exílio, refugiados, circulações, mobilidades, fluxos etc. A centralidade de cada um desses conceitos foi frequentemente definida por distintos momentos históricos: colonialismo, guerras, nacionalismos pós-coloniais, crises regionais, globalização etc. Frequentemente, essas transformações conceituais trouxeram melhores entendimentos do mundo social, mas não raramente acabaram criando imbróglis hermenêuticos. Em artigo seminal de 2006, Rogers Brubaker lançaria luz sobre uma questão premente: a ampliação excessiva do significado do termo diáspora. No mesmo ano, Mimi Sheller e John Urry publicaram outro texto seminal destacando a "virada da mobilidade" nas ciências sociais e suas implicações para esse campo. Ambos são bons exemplos de como o ritmo acelerado do mundo pode ser angustiante para a antropologia. Mais recentemente, a consolidação de termos amplos, como Mobilidades e Circulações, apresentou novos desafios devido à sua ampla cobertura, que vai do turismo à migração forçada e ao transporte público. À luz dessas transformações, convidamos pesquisadores da área a explorar a produtividade hermenêutica desses conceitos, e suas correlações, em diferentes contextos etnográficos.d

Coordenação:

Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Debatedor(a):

Leonardo Francisco de Azevedo (UFRJ)

Participantes:

Handerson Joseph (UFRGS)
Martina Ahlert (UFMA)
Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC)

MR 47: Mundos, estranhamentos mais-que-humanos e expansões no fazer etnográfico

Esta proposta versa sobre a agregação de agenciamentos e diálogos com não humanos, ou mais que humanos, redirecionando o fazer etnográfico contemporâneo. Com o advento da virada ontológica, no trabalho de campo os não humanos passam a ser vistos como actantes que criam mundos (multiversos) ou redes (expansões ao infinito), reorientando o fazer etnográfico e as bases teóricas da antropologia. Nesse sentido, propõe-se demonstrar como o pluralismo ontológico tem contribuído para uma nova perspectiva do método etnográfico. A primeira comunicação irá analisar as relações entre humanos, não humanos e outros mais que humanos em museus de etnologia e seus acervos com os povos originários e proporá pensar em uma antropologia engajada em pensamentos e práticas de mundos que preexistem aos humanos ou que os supera. A segunda centrará na pesquisa com médicos-cirurgiões e tilápias (peixes), ambos construindo ativamente a pele do canal vaginal de mulheres trans em salas cirúrgicas. Por fim, a terceira comunicação com pesquisa de campo no Japão, apontará outras possibilidades de se pensar um novo animismo que, relaciona-se à cosmologia Shinto; e que diz respeito à interação dialógica com seres mais-que-humanos, (kami) onde humanos, kami e natureza fazem parte de um único sistema que não os diferencia e que pode nos ajudar a compreender a pluralidade de outras formas de pensar a relação com a natureza e as contribuições aos debates ambientais e do Antropoceno na antropologia.

Coordenação:

Sonia Regina Lourenço (UFMT)

Participantes:

Paulo Rogers da Silva Ferreira (UFBA)

Ryanddre Sampaio de Souza (UFMT)

Sonia Regina Lourenço (UFMT)

Trabalho para Mesa Redonda

Tilápia do Nilo, mulheres trans, médicos-cirurgiões e a insistência do melhor possível: praticando antropologia especulativa da vaginoplastia

Paulo Rogers da Silva Ferreira (UFBA)

Esta comunicação é um exercício em antropologia especulativa da medicina. Partindo da técnica cirúrgica da vaginoplastia com a pele de tilápia do Nilo, técnica pioneira de médicos-cirurgiões da Faculdade de Medicina da UFC, a intenção é exercitar um gesto especulativo sobre o emaranhado humano (médicos-cirurgiões) e mais que humano (tilápia do Nilo) na construção de um canal vulvo-vaginal como insistência do melhor possível para as mulheres



trans que almejem à cirurgia de redesignação sexual. Por insistência do melhor possível, o gesto especulativo de Debaise e Stengers (2016), isto é, de nada excluir, de nada desqualificar em uma situação dada, levando em conta a multiplicidade das dimensões que compõem a experiência hic et nunc, ou melhor, sem julgamento fora do experimentado da técnica cirúrgica com a pele de tilápia do Nilo, julgamento que domesticaria esta multiplicidade hic et nunc, em cirurgia, em termos de categorias ou de exigências que lhes seriam estrangeiras. No que concerne mais especificamente ao conceito de melhor, a inspiração vem de Bruno Latour (2019), quando esse autor desenvolve o conceito de melhor mundo possível associado à boa combinação. Ainda neste sentido, busca-se, com esta comunicação, compreender a boa combinação (vaginoplastia com pele de tilápia do Nilo) também recorrendo ao que propõem Annemarie Mol e John Law (2002), quando os autores recobram que a questão não é apontar se a técnica cirúrgica é boa ou ruim, como se houvessem padrões, mas se ela é melhor ou pior do que era, do que suas alternativas, do que um limite acordado, do que seria de esperar, em que avaliações envolvem comparações em cada procedimento cirúrgico. Esta comunicação, por fim, não se centra nas questões políticas identitárias de mulheres trans, mas na abertura de diálogo com o conceito de metamorfose em Emanuele Coccia (2020), isto é, de pensar a construção do canal vulvo-vaginal com pele de tilápia do Nilo não em termos de afirmação de uma identidade/gênero, mas como uma metamorfose entre humanos e mais que humanos, em que o colágeno da pele de tilápia do Nilo com as células do corpo humano se torna o prolongamento da vida da tilápia do Nilo levada para outro lugar. Trata-se, aqui, de descartar a oposição entre o vivo (a mulher trans) e o não vivo (a pele de tilápia do Nilo), pois a mulher trans não apenas está em continuidade com a pele de tilápia do Nilo, mas ela é seu prolongamento doravante, sua metamorfose, sua expressão mais extrema.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_574_30434209_420308.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Devires-kami e estranhamentos quiméricos: um olhar antropológico sobre a atualização dos animismos japoneses na contemporaneidade

Ryanddre Sampaio de Souza (UFMT)

A presente exposição objetiva um olhar antropológico sobre os animismos japoneses na contemporaneidade, pensados sempre no plural, e a centralidade da noção de natureza e do meio ambiente na vida social, na religiosidade e na subjetividade japonesas. Busco demonstrar como tais animismos e suas narrativas relacionadas a natureza, estética e religião fazem com que espíritos, deidades, pessoas, plantas, pedras, robôs e animais coabitem o mundo, ignorando as fronteiras entre humanos e não-humanos. Compreende-se que, no Japão, o animismo (animizumu) tem suas raízes no Shintō (xintoísmo), uma forma tipicamente japonesa de relação e interação com o mundo, pensada aqui em um paradigma de ressignificação do conhecimento tradicional que pode contribuir para os debates ambientais na antropologia, compreendendo que a relação entre natureza (shizen) e os aspectos religiosos do Shintō estabelecem um sentimento reverente para com esta natureza que regula o modo de vida e a moral do povo japonês. Buscarei apontar as formas através das quais as atualizações do complexo cosmológico

Shintô e dos animismos japoneses estabelecem uma relação mais dialógica e democrática com os seres que habitam as florestas do Japão, destacando os vínculos locais e comunitários em um país que avança cada vez mais em políticas desenvolvimentistas e predatórias cujas implicações são a marca das crises que vivemos no Antropoceno. Assim, para esta comunicação, usarei como foco de análise o Festival de Outono de Takayama (Takayama Matsuri), uma festividade tradicional de caráter regional, simbólico e cerimonial. Os matsuri são momentos importantes para reverenciar as deidades (kami) e ela relacionadas e tornam visíveis as complexas tramas entre o que, no ocidente, diferenciamos como o binarismo natureza-cultura. Tais festividades serão vistas, então, como atualizações dos animismos no Japão através de ritos de coesão social, sendo um dos muitos exemplos de como o imaginário rural, fabricado através da crescente dicotomia entre rural e urbano a partir do final do período Edo (século XIX), permanece vivo e fundamental para o pensamento japonês contemporâneo.

Trabalho para Mesa Redonda

Para uma antropologia especulativa dos museus: entre a cronotopia e a impermanência.

Sonia Regina Lourenço (UFMT)

Esta comunicação pretende pensar as relações entre humanos, não humanos e outros mais que humanos nos museus de etnologia e seus acervos com os povos originários, tomando como situação etnográfica, a experiência do Museu Rondon de Etnologia e Arqueologia da UFMT nos últimos dois anos. Para fins analíticos, nos interessa o gesto especulativo como prática antropológica que nos faz perguntar sobre a natureza ontológica das coisas e sobre as relações ontológicas que atravessam as alteridades presentes nos espaços museais e em seus acervos (Debaise e Stengers, 2016). A virada ontológica é um gesto possível para ir além dos diacríticos culturalistas e da cosmologia modernista presentes nos estudos sobre museus e coleções. Os museus são espaços de relacionalidade entre pessoas, objetos e mundos, como envoltórios corporais de fluxos que conectam as coisas em exibição, criam armadilhas à percepção, produzem narrativas e capturas na relação entre humanos e não humanos (Gell, 2018). Estamos diante de territórios de agenciamentos e afetos que deslocam as coisas de sua ontologia primeira, de sua funcionalidade e sentidos situados em outros territórios. Desde o século XIX, os museus de etnologia provocaram desterritorializações e reterritorializações de coisas e objetos de seus mundos originários, sobrecodificando-os como objetos pelos processos de colonização, musealização e patrimonialização. Estas práticas fizeram dos acervos, locais de abrigo e exílio de artes, técnicas, saberes de povos ameríndios e rastros da colonialidade. Na etnografia, descrevemos a relação entre o acervo do museu e os territórios indígenas, a diferença entre o mármore e a murta, as duas zonas ontológicas distintas (Latour, 1994; Viveiros de Castro, 2002). Essa distinção nos leva a descrever dois modos de existência: a modernista caracterizada pela fixidez, a permanência, a cronotopia, a dureza da matéria e os grandes divisores do ocidente não indígena; e a transformação, a fluidez, o germinativo, a inconstância, como atributos dos povos da floresta. Com essa preocupação que o gesto especulativo ao estabelecer alianças com os pensamentos minoritários e seus modos de existência cosmopolíticos, passa a reorientar o fazer etnográfico ao perturbar os grandes divisores modernistas. Nessa direção, a teoria da bolsa ficção de Le Guin (1986) fornece uma imagem

do conhecimento desvinculado das grandes narrativas, voltado para a ficção científica e às práticas fabulatórias que nos engajam a descrever as relações das pessoas com seus mundos.

MR 48: Narrar a terra: criações, estórias e resistências de coletivos quilombolas e povos tradicionais

Sabemos todos que, nas lutas de quilombolas e povos e comunidades tradicionais que têm o território como objeto, um papel crucial é desempenhado pelas estórias e narrativas que tematizam modos de vida singulares e situados espacialmente, as ameaças a eles e as resistências suscitadas nesse processo - tais histórias contribuindo para fazer terra e território em suas múltiplas dimensões. Nessa mesa queremos pensar tais estórias e narrativas sobre o território enquanto práticas de criação, ou seja: com foco nas materialidades e nos meios expressivos que as possibilitam, na multiplicidade de elementos e dimensões agenciados por essas formas rituais assim como nas invenções, subversões e desencaminhamentos por elas propiciados. Interessamos pensar tais histórias e narrativas a partir das agências e contextos dialógicos concretos em que elas se atualizam, as criatividades imanentes a elas correlacionando-se então à sua coexistência com outros registros discursivos que se estruturam via linguagens jurídico-administrativas ou discursos críticos de cunho sociológico. Concebidas a partir desse encontro e imbricação de vozes, memórias e experiências díspares, queremos então refletir como tais estórias e narrativas têm potencialidades criativas não apenas no que se refere às vidas e lutas pela terra dos povos e coletivos em questão - mas também no que diz respeito ao plurilinguismo inerente ao fazer etnográfico daqueles antropólogos engajados com esses últimos. d

Coordenação:

André Dumans Guedes (UFF)

Debatedor(a):

Ana Claudia Duarte Rocha Marques (USP)

Participantes:

Yara de Cássia Alves (UEMG)

Daniela Carolina Perutti (USP)

Sonia Aparecida Araujo (PRE)

MR 49: Nas ciladas dos direitos: refletindo sobre enquadramentos políticos, administrativos e de pesquisa na produção de sujeitos e assujeitamentos

Os debates em torno dos direitos voltados a sujeitos considerados de algum modo como “vulneráveis” vêm ocupando a cena pública com destaque desde o chamado processo de redemocratização brasileira nos anos 1980. A antropologia, entre outras formas de conhecimento e outras categorias profissionais, tem participado de diferentes modos dessa cena, ora disputando enquadramentos, ora apresentando complexidades etnográficas ou adensando reflexões éticas

sobre responsabilidade social, alianças políticas e limites nas formas de atuação da academia. Partindo de pesquisas em campos empíricos distintos, notabilizados também por tensões em torno de direitos e sujeitos de direitos, a mesa pretende destacar alguns pontos potencialmente incômodos destes processos. Ancorando-se em pesquisas envolvendo etnicidade e migração (Facundo), violência de gênero (Aguião) e sexualidade (Vianna), as participantes buscam refletir sobre 1) qual o papel desempenhado por processos administrativos de diversas ordens na produção de dinâmicas de sujeição em meio à “proteção” ou à “reparação”?; 2) que sentidos específicos de violência e vulnerabilidade estão atrelados à produção de sujeitos? 3) que papel desempenham, em diferentes momentos das últimas décadas, o entrelaçamento das categorias raça, etnia, gênero e sexualidade nos modos de enquadramento de sujeitos e políticas? 4) que papel e que contradições são vividas por antropóloga/o/es nesses processos enquanto coprodutores de enquadramentos?d

Coordenação:

Adriana de Resende Barreto Vianna (UFRJ)

Debatedor(a):

Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Participantes:

Adriana de Resende Barreto Vianna (UFRJ)

Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN)

Silvia Aguião (UFMA)

MR 50: Nexos África - Caribe: diálogos etnográficos para além dos "estudos de área"

África e Caribe inscrevem-se no pensamento social como contextos geopolíticos e áreas culturais ligadas por dois processos históricos: pelo tráfico atlântico de pessoas escravizadas; e pelas relações de solidariedade e interlocução intelectual e política no âmbito do movimento pan-africanista, no qual intelectuais negros oriundos do Caribe tiveram papel relevante como fomentadores e organizadores de lutas anticoloniais e anti-apartheid. Se por um lado esses processos evidenciam conexões relevantes, por outro segmentam as formas de se pensar seus contextos e trajetórias históricas particulares, desembocando em sua localização como áreas de estudo situadas no que Michel-Rolph Trouillot denominou “nicho selvagem”, para o caso dos estudos caribenhos, e no que Archie Mafeje identificou como “casos especiais”, no âmbito dos estudos africanos. Como reflexo da internacionalização da antropologia no Brasil, esta proposta, construída no âmbito do Comitê de Estudos Africanos da ABA, dá continuidade a esforços por estabelecer nexos, da ordem do que Bispo dos Santos nomeou “transfluências”, entre África e Caribe, utilizando conceitos emergentes de experiências etnográficas com questões estéticas, artísticas, visuais e sensoriais em um desses contextos, indagando sobre a possibilidade de compor grades de inteligibilidade sobre o outro fundamentadas ou não em relações históricas diretas e confluências empiricamente evidentes.d

Coordenação:

Paulo Ricardo Müller (UFFS)

Debatedor(a):

Rogério Brittes Wanderley Pires (UFMG)

Participantes:

Helena Santos Assunção (Museu Nacional)

Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG)

Flávia Freire Dalmaso (UFMS)

Trabalho para Mesa Redonda

"O diabo sou eu": Materialidades do diabo no vodu haitiano

Flávia Freire Dalmaso (UFMS)

Este trabalho retoma parte do material etnográfico relativo ao Vodou haitiano, um dos meus principais interesses de pesquisa nos últimos anos. Como veremos vodou é um termo polissêmico que circula por várias esferas da vida cotidiana sendo associado não só a religião, mas também a arte, ao folclore, a cultura, ao diabo e, no limite, até ao próprio Haiti. Para esta mesa gostaria de enfatizar os aspectos visuais e materiais do conceito de diabo entre pessoas que servem aos espíritos com as quais convivi enquanto estive naquele país. Recorrendo a algumas fotografias tiradas durante o trabalho, trata-se de um esforço reflexivo sobre lugar que ocupa o diabo nos discursos e práticas relacionadas ao vodou e como sua presença e seu poder de agência se materializam em objetos ora classificados como arte ou folclore, ora como religiosos.

MR 51: Novas Fronteiras Minerárias: violências e transformações territoriais no laboratório político do desenvolvimento

O crescimento da demanda por commodities e as respostas hegemônicas às mudanças climáticas orientadas a uma suposta transição energética tem fomentado a ampliação de investimentos extrativos no país. Caracterizado como um novo ciclo extrativo, esse contexto promove a multiplicação de projetos minerários e energéticos. Entretanto, mais do que uma forma técnica caracterizada pela escala e intensidade da exploração dos recursos naturais, a mesa propõe discutir o neoextrativismo através do recurso analítico da fronteira (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021), entendida como um regime político que conforma novos padrões de poder. A partir de pesquisas conduzidas em Minas Gerais, Ceará e Maranhão, o intuito é debater os efeitos sociais dos projetos extrativos na configuração de espaços marcados pela violência e pela experimentação política. Nesse cenário, se destacam os dispositivos e táticas que instituem novas modalidades de controle territorial, vigilância, contenção da crítica, dissolução de direitos, bem como arranjos emergentes em que são redefinidas formas de ação política, identidades, linguagens e estratégias de contestação. Constituem temas centrais da discussão: o mapeamento das redes e processos, por vezes, ilegíveis, que viabilizam os projetos; as narrativas de

desenvolvimento e suas justificações; as transformações territoriais engendradas, seus efeitos sobre povos e comunidades tradicionais, as disputas desencadeadas e as formas institucionais de administração dos conflitos.d

Coordenação:

Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)

Debatedor(a):

Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)

Participantes:

Raquel Maria Rigotto (UFMA)

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA)

Horacio Machado Araújo (UFOP)

MR 52: O exílio na antropologia contemporânea: interrogando uma presença nebulosa

É conhecida a referência de Edward Saïd ao exílio como uma experiência que “nos compele estranhamente a pensar”, embora terrível de se viver, fratura incurável. Para o autor, em suas Reflexões sobre o Exílio, a diferença entre os exilados de outrora e os atuais é de escala. Vivemos a era das imigrações em massa. Quando se altera a dimensão do fenômeno, mudam também as formas de nomeá-lo e, assim, inscrevê-lo em categorias que lhe deem inteligibilidade. Modificam-se, em suma, os modos de apreendê-lo e de lidar política e socialmente com ele. São inúmeros os estudos antropológicos voltados para os deslocamentos que marcam a contemporaneidade em nível global, diferencialmente situados no tempo e no espaço, entre os trânsitos, localidades e identidades envolvidos nesses processos, nomeados por distintas categorias: diásporas, migrações, expulsões, refúgios. Estranhamente, o exílio, emblema do desterro, é secundariamente referido nesses estudos, deixando de lado uma categoria que foi fundamental, em sua inscrição política, no contexto das ditaduras latino-americanas do século XX. Esta mesa pretende interrogar essa presença nebulosa. Propomos discutir, entre as formas de aproximação da antropologia a esses processos históricos e sociais, quais os sentidos e implicações desses deslocamentos de categorias para pensar e nomear a descontinuidade da vida diante de partidas forçadas de pessoas e populações. O tema reveste-se de especial relevância nos 60 anos da ditadura brasileira.d

Coordenação:

Cynthia Andersen Sarti (UNIFESP)

Debatedor(a):

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Participantes:

Felipe Magaldi (UNIFESP)

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)

Liliana Sanjurjo (UERJ)

Trabalho para Mesa Redonda

"Um documento válido para viajar, este é o nosso apelo": testemunhos do exílio brasileiro na Itália nos anos 1970

Felipe Magaldi (UNIFESP)

Este trabalho trata de algumas experiências e trajetórias de brasileira/os (e cidadã/os estrangeira/os residentes no Brasil) banida/os do território nacional durante a ditadura militar (1964-1985). Esse tipo de desterro foi sobretudo consequência das negociações que libertaram presos políticos em troca de embaixadores sequestrados por organizações clandestinas entre as décadas de 1960 e 1970. Para analisá-lo, explora-se a participação da/os banida/os em fóruns de denúncia pública realizados no exterior, com ênfase na primeira sessão do Tribunal Russell II, realizado em Roma, Itália, em 1974. O cenário italiano, desprovido de uma política pública de acolhimento, se destacava pelas iniciativas civis de publicização das violações no contexto do compromisso histórico. A partir da análise dos testemunhos do referido evento, consultados no arquivo histórico da Fundação Basso, busca-se compreender como se deu a construção da figura antropológica do exílio naquele contexto, em tensão com a nascente figura do refugiado, então parte integrante da incipiente retórica humanitária.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_514_82182921_977147.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Reflexões sobre experiências e trajetórias de exilados externos e internos durante a ditadura militar no Brasil (1964/1985)

José Sergio Leite Lopes (UFRJ)

Pretendo partir de reflexões autobiográficas como filho de exilados universitários durante dois períodos, entre 1964 e 1967 e posteriormente entre 1969 e 1979. O caso permite diferenciar o primeiro período, uma ida para o exterior de meu pai, aceitando o convite de professor visitante em universidade francesa, do segundo período, a situação mais duradoura representada pelas punições de aposentadoria compulsória em universidade pública (de pai e mãe) e demissão em centro de pesquisa com estatuto de fundação privada com financiamento governamental. Os primeiros anos se seguiu a situações de inquérito em 2 processos de IPM (FNFi/UB e ISEB) assim como prisão de dois dias na véspera de viagem no ano de 1964. Já o segundo período, desencadeado pelo AI-5, vinha interromper bruscamente projetos iniciados após dois anos de retorno ao país, e se configurava uma situação de exílio mais duradouro por impossibilidades de exercício profissional no Brasil. A ida para o exterior de pai e mãe afetaram de forma diferente a experiência dos 3 filhos segundo o ciclo de vida diverso de cada um. No meu caso propiciou a frequência ao ciclo básico dos estudos de graduação em universidade francesa (anos letivos 1966/67 e 1967/68) e o convívio com exilados do período inicial da ditadura. Já no período que se seguiu a 1969 eu me encontrava terminando a graduação e iniciando estudos de pós-graduação no Brasil, e no final da década dos 70 já estava nos anos iniciais da carreira de docente. Enquanto isso, ex-colegas do ensino médio ou universitário passavam por situações (que poderiam ter sido as minhas) de diferentes graus de repressão (morte, prisão, torturas, clandestinidade, exílio temporário, processos na justiça militar, banimento). Em

pesquisas de campo etnográficas em convívio com trabalhadores industriais e rurais pude conhecer situações de clandestinidade temporária e de exílio interno de ativistas, perseguidos nos anos pós-golpe de 1964. O objetivo da apresentação seria assim refletir sobre gradações e diferenciações das situações e das experiências do exílio segundo as trajetórias possíveis de indivíduos em diferentes momentos do ciclo de vida e com diferentes capitais socioeconômicos e escolares.

Trabalho para Mesa Redonda

Migrantes, Exilados ou Refugiados? categorias, práticas e sentidos da experiência do exílio argentino durante a ditadura militar

Liliana Sanjurjo (UERJ)

A geografia do exílio argentino durante a ditadura militar (1976-1983) é conhecida e comumente narrada a partir de coletividades de exilados conformadas em países como Espanha, França, Itália, México e Suécia. As redes transnacionais constituídas entre exilados nesses países e os movimentos de familiares de desaparecidos e de direitos humanos na Argentina foram inscritas nas memórias sobre o período. Elas são lembradas e reconhecidas pelo seu importante papel no trabalho de denúncia internacional de violações cometidas pela repressão ditatorial, num período em que o léxico humanitário passou a ganhar proeminência em escala local, regional e global. Em contrapartida, são poucas as referências sobre o exílio argentino no Brasil, figurando como uma presença invisível, narrada através de silêncios e permeada por ambiguidades e desconfortos em relação às formas de significar e nomear a experiência do desterro. Foi buscando tornar inteligível esses silêncios que realizei uma pesquisa com argentinas/os que se deslocaram para o Brasil entre os anos de 1974 e 1981. A partir de suas memórias, produzidas e registradas ao longo dessa pesquisa, à luz das representações associadas ao exílio no contexto latino-americano da segunda metade do século XX, neste trabalho analiso os sentidos atribuídos à experiência política e migratória, problematizando as categorias mobilizadas (exilados, refugiados, migrantes, estrangeiros) e as múltiplas formas de viver, significar e entender o exílio.

MR 53: O FAZER ANTROPOLÓGICO NUMA SOCIEDADE DAS IMAGENS: perspectivas críticas e desafios teóricos e metodológicos aos cânones clássicos

Essa proposta é fruto de participações de membros do Núcleo Etnologia e Imagem em congressos científicos: VI REA (Salvador, 2019), I e II Encontro de Antropologia e Imagem (São Luís, 2016, 2022); GT's e Simpósios da ABA e SBS, dando continuidade a reflexões sobre fotografias, filmes e demais acervos iconográficos investigados. Constata-se um consenso nas Ciências Sociais de que habitamos numa sociedade das imagens. Gruzinsky, Ranciére e outros apontam características peculiares de uma civilização que apresenta densa floresta de imagens em profusão. Nesta MR, pesquisadores de diferentes regiões refletirão sobre aspectos imagéticos e semiológicos no fazer antropológico com imagens de acervos produzidos, enfrentando desafios

no percurso interpretativo. José de S. Martins introduz uma inquietação em relação ao significado sociocultural dos acervos imagéticos: “Sociólogos e antropólogos precisam de muito mais do que uma foto para compreender o que uma foto contém”. Portanto, a MR propõe o debate de como se tem enfrentado e superado estes dilemas interpretativos. A quais recursos extra-imagens recorreremos para atingir o alcance semiológico das imagens investigadas? Os cânones clássicos da Antropologia ainda dão conta da realidade contemporânea? Como as novas tecnologias da imagem (IA) e os territórios socioculturais e étnicos dialogam transformando os códigos e as linguagens? Os convidados apresentarão suas dificuldades e conquistas no trabalho de campo com as imagens.d

Coordenação:

Alexandre Fernandes Correa (UFRJ)

Participantes:

Juliana Loureiro Silva (PPGSA/UFRJ)

Jean Souza dos Anjos (UECE)

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (UFMA)

Trabalho para Mesa Redonda

**ACERVOS ETNO-FOTOGRAFICOS E PESQUISA ANTROPOLÓGICA:
Representações imagéticas sobre povos indígenas em Curt Nimuendajú e William Crocker**

Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira (UFMA)

O objetivo desta comunicação é analisar o trabalho etnográfico e imagético dos antropólogos Curt Nimuendaju e William Crocker, com ênfase nas respectivas produções fotográficas sobre os povos originários Apãnyekrá e Ramkokamekra-Canela, localizados no centro-sul do Maranhão. Parte-se de questões teóricas que relacionam a antropologia visual com a memória social (KOSSOY 2001 e 2002, HALBWACHS 2004), confrontadas a dados etnográficos contidos em textos e fotografias de Nimuendajú, e Crocker. Exponentes da Etnologia sobre os povos Jê, Nimuendaju e Crocker constituem paradigmas da pesquisa antropológica no Brasil. Autodidata, o alemão Curt Unkel chega Brasil no início do século XX e desloca-se para interior de São Paulo, iniciando junto aos Guarani sua trajetória de etnógrafo e colecionador, que se estende de 1905 a 1912. Em 1913 se transfere para Belém (PA), onde desenvolve, até 1944, seu projeto etnográfico junto povos do Cerrado e da Amazônia. De formação acadêmica, curador e pesquisador vinculado ao Museu Nacional de História Natural do Smithsonian Institution (EUA), William Crocker inicia suas pesquisas com os Canelas em 1957, que se estendem, sem interrupção, até a década de 1970 e de modo intermitente, até 2011. A produção imagética – fotográfica e fílmica – realizada por Nimuendaju e Crocker revela temáticas sobre a diversidade cultural e a dinâmica histórica dos Jê Setentrionais, especialmente dos Apãnyekrá e Ramkokamekra-Canela e suas relações junto às agências tutelares (SPI e FUNAI) e à sociedade regional. O acervo de Curt Nimuendaju refere-se a um conjunto formado por 70 fotografias sobre os Canelas geradas no período de 1928 a 1935, formando parte da Coleção Carlos Estevão de Oliveira, localizada no Museu do Estado de Pernambuco. Essas imagens

resultam de viagens etnográficas realizadas junto aos Canela e outros povos Jê-Timbira - Apinayé, Krahô, Krikatí, Pukobyê, Krepumkateyê. Decorrente da relação profissional entre Nimuendaju e o advogado pernambucano Carlos Estevão de Oliveira, que exerceu o cargo de Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi - evidenciada nas Cartas do Sertão (NIMUENDAJU 2000), em correspondências junto a etnólogos e representantes de museus no Brasil, EUA e Europa - este acervo foi parcialmente reproduzido em algumas monografias (NIMUENDAJU, 1939, 1942, 1946). A produção fotográfica e fílmica de William Crocker junto aos Canela, encontra-se no Smithsonian Institution (EUA), cujo acervo está parcialmente reproduzido em seus livros (CROCKER 1990, 2004, 2009 e outros), e de outros pesquisadores (IUVARO 2017). Esta comunicação aborda esse conjunto foto-etnográfico a partir de pesquisa antropológica sobre memória e imagem fotográfica junto aos Canela, presente nas obras de Crocker e Nimuendaju e de outros pesquisadores.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_955_81507936_800213.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Os impactos do brilho e fascínio da imagem no fazer e na interpretação antropológica.

Alexandre Fernandes Correa (UFRJ)

A partir de pesquisas de campo realizadas no percurso dos últimos anos em terrenos específicos, - sobre a produção imagética do movimento do Grito dos Excluídos; os recentes ataques aos monumentos históricos; a produção de imagens sobre o bicentenário da independência; o desfile do GRES Mangueira (2019) -, entre outros espaços sociais analisados; desenvolve-se uma análise sobre o fazer antropológico em meio a conflitos entre sujeitos e processos históricos sociais em ebulição. Perspectivas críticas e desafios teóricos e metodológicos aos cânones clássicos se impõe num contexto de transformações aceleradas. Para participação nesta MR propõe-se uma investida sobre as mudanças nos gestos da pesquisa (Flusser, 2014), perscrutando os usos e produções das imagens alcançando as transformações radicais em curso nos modos de vida e no fazer investigativo. Instigado pela comparação de registros de Malinowsky (1983) - referência clássica- e Pierre Clastres (1980), - este acerca de um “retrato” feito numa “etnografia selvagem” no Paraguai -, apresenta-se reflexões sobre os usos das imagens e seus testemunhos pela antropologia. Considerando que “com o mesmo direito que a palavra e a escrita, a imagem pode ser veículo de todos os poderes e de todas as vivências” (Gruzinsky, 1995), de maneira seu brilho e fascínio impactam na interpretação sociológica e etnológica contemporânea? Paradoxalmente, no momento que a imagem adquire status de documento, superando enfim a fixação do registro escrito clássico, a antropologia audiovisual sofre abalos quanto a fidelidade da sua “grafia” com a desconfiança dos usos da “inteligência artificial” (IA). De que modo a fluidez, a efemeridade e velocidade da produção e circulação das imagens promovem perdas de referenciais e a suspensão de “critérios de autenticidade” (Lévi-Strauss), colocando em xeque sua efetiva eficácia simbólica? De que modo o excesso e difusão alucinatória de imagens promovem esvaziamentos de sentido do registro visual? Qual o grau de “falha na regulação estável entre o sensível e inteligível” que esta profusão de imagens denota? É o desafio que se pretende propor ao debate sobre o fazer antropológico e

etnográfico colocando em foco o destino das imagens (Rancière) numa sociedade à deriva (Castoriadis).

Trabalho para Mesa Redonda

“Exu te ama”: arte e antropologia transgredindo em espaço público

Jean Souza dos Anjos (UECE)

Esta apresentação diz respeito a experiência da Exposição “FestaBaiaGiraCura” que ocorreu no Museu da Cultura Cearense (MCC), dentro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (CDMAC), equipamento da Secretaria da Cultura do Ceará (SECULT/CE) gerido pela Organização Social (OS) Instituto Dragão do Mar (IDM) entre 30 de setembro de 2023 e 11 de fevereiro de 2024, em Fortaleza, Ceará. “Exu te ama” é um painel de 24m x 6m, aproximadamente, com letreiro preto e fundo vermelho produzido na parede externa do Museu de Arte Contemporânea (MAC). O painel compôs a exposição “FestaBaiaGiraCura” e causou um enorme impacto visual dentro do CDMAC, seja pela sua grandiosidade estética, seja pela sua capacidade de inverter, insubmisso e transgressor, o racismo religioso contra as culturas afro-indígenas do Ceará. Além desse, outros painéis estiveram ao longo da exposição como “Arreda, homem, que chegou mulher” e “Não chuta que é macumba”. Duas salas no MCC com fotografias de terreiro e materialidades como um grande altar para a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas integraram a exposição. Na varanda dos museus, nas rampas de acesso às salas do piso inferior do MCC, mais fotografias. Por fim, no hall de acesso, um assentamento de Exu e um vídeo da Pombagira girando. Logo após a inauguração da exposição uma parlamentar da Assembleia Legislativa do Ceará (ALECE) filiada ao Partido Liberal (PL) requereu a retirada do painel “Exu te ama” alegando que o mesmo agredia os valores cristãos e não poderia estar em espaço público. Apesar do pedido da deputada, o painel não foi retirado e permaneceu até o final da exposição. Fruto de mais de vinte anos de produção de conhecimento dentro das Ciências Sociais e Humanas, e com recorte na celebração dos quarenta anos do terreiro de Umbanda e Candomblé Cabana do Preto Velho da Mata Escura / Ilé Asé Ojú Oyá, a exposição provocou reflexões em todo o Brasil e integrou arte, antropologia, pesquisa, teoria e prática. Este relato de experiência contribui para os fazeres antropológicos e artísticos desvelando intersecções, também, na prática antirracista.

Trabalho para Mesa Redonda

Reflexões sobre ética e estética na documentação e exibição audiovisual dos rituais de matriz africana para além das guerras de imagem

Juliana Loureiro Silva (PPGSA/UFRJ)

Em 2004, filmei, pela primeira vez, uma festa de tambor de mina. Realizava uma pesquisa sobre questões territoriais no quilombo maranhense de Santa Rosa dos Pretos, quando fui convidada por Mãe Severina para filmar a festa de seu encantado-guia, o Caboclo Cearenso. O interesse pela filmagem foi por ela mesmo revelado: Eu tinha vontade de me ver dançando, porque até agora eu não me vi dançando, uma vez que incorporada, atuada, ela perde seus sentidos. Fiquei surpresa com seu pedido, pois até aquela época considerava que a produção e a circulação de imagens dos espaços, dos rituais e dos médiuns incorporados por entidades das religiões de

matriz africana eram restritas e até mesmo proibidas. Atualmente, com o novo cenário sociotecnológico que permitiu o amplo acesso às câmeras de celulares, os próprios religiosos filmam e fotografam suas casas, festas, rituais, as danças dos orixás, inquices, voduns, caboclos, exus, pombagiras, promovendo nas redes sociais uma intensa, afirmativa e dispersiva profusão de suas imagens. Para a presente mesa, desafiada a refletir sobre o fazer antropológico numa sociedade das imagens, discorro sobre ética e estética na documentação e exibição audiovisual dos rituais de matriz africana para além das guerras de imagem, investigando e interrogando, a partir dos questionamentos de Latour sobre o iconoclash” (2008), as múltiplas performances imagéticas da documentação dos rituais, as dos documentados, as minhas e de muitas outras exibidas nas redes sociais.

MR 54: O patrimônio cultural face à superexploração de commodities no Brasil: direitos, desastres e políticas de reconfiguração de memórias

A indissociabilidade dos direitos culturais, ambientais e territoriais perpassa a Constituição Federal de 1988, notadamente os artigos que tratam do patrimônio cultural, do meio ambiente, dos povos indígenas e dos remanescentes de quilombos. Da definição constitucional de patrimônio cultural, que abrange modos de fazer, criar e viver, depreende-se a imbricação de múltiplas dimensões (territoriais, ambientais, econômicas) com a produção cultural dos grupos formadores da sociedade brasileira. A despeito disso, a proteção desse patrimônio é confrontada por inúmeros projetos de desenvolvimento baseados na superexploração de commodities, que usurpam territórios, promovem danos ambientais e desconsideram valores culturais de comunidades locais. Desastres como os de Brumadinho e Mariana destacam-se neste contexto devido à grandiosidade e ao fato de afetarem patrimônios históricos consagrados. Em todas as regiões do Brasil, encontram-se condições semelhantes às que resultaram nos referidos eventos e ameaçam os modos de vida e os patrimônios de inúmeros grupos sociais. Há "grandes projetos" que ameaçam os territórios, os modos de vida e a reprodução cultural dos grupos. Propomos, nesta mesa, discutir desde o modus operandi desses projetos até as estratégias locais de reconfiguração de memórias sensíveis. Pretendemos, ainda, abordar os limites dos direitos constitucionais e das políticas patrimoniais, tendo em vista a imbricação entre direitos culturais, territoriais e ambientais.d

Coordenação:

Luciana Gonçalves de Carvalho (UFOPA)

Participantes:

Voyner Ravena Cañete (UFPA)

Julie Antoinette Cavignac (UFRN)

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO)

MR 55: O processo do morrer e os mortos no Brasil: um balanço a respeito do término da vida em contexto contemporâneo

A partir do final do século XX, os estudos do campo da antropologia da morte estão em expansão, com crescimento no número de pesquisas sobre a morte, os mortos e o morrer, numa diversidade cada vez maior de campos e com uso de ferramentas conceituais inovadoras. As pesquisas se concentram em discussões concernentes a dilemas teórico-metodológicos e questões morais, políticas, religiosas, da esfera da atenção à saúde e do âmbito das demandas sociais. Os debates refletem variadas temáticas, como luta por direitos, reconhecimento e empoderamento de agências, além de conflitos na gestão do final da vida. O término da vida envolve escolhas referentes a valores vigentes no contexto, sob controle de diferentes instituições, saberes e profissionais – da área do Direito, da Medicina, da religião e da política. Controvérsias em torno do que seria uma morte natural pautam normatizações, vinculadas à determinação do que seria vida e morte com dignidade. Propomos debater algumas indagações, sobretudo a partir da pandemia da Covid-19: como se morre no Brasil? Quais as mudanças na assistência ao final da vida e no controle de óbitos? Como parte da vida, a morte pode indicar vozes silenciadas e/ou ignoradas, de maneira a possibilitar acesso a concepções vigentes em cada contexto, assim como evidenciar caminhos metodológicos capazes de uma mirada dirigida à nossa própria atividade como pesquisadoras, pesquisadores e cientistas sociais.d

Coordenação:

Rachel Aisengart Menezes (IESC/UFRJ)

Debatedor(a):

Andreia Vicente da Silva (UNIOESTE)

Participantes:

Mísia Lins Vieira Reesink (UFPE)

Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Lucas de Magalhães Freire (UERJ)

MR 56: Para além do Brasil: história indígena de longa duração e diálogos entre antropologia e arqueologia

O conceito e a realidade político-social e territorial do Brasil informam e constituem uma narrativa histórica oficial, bem como uma estrutura de saber e de poder. O Brasil, e sua história, são dotadas de uma cronologia e uma trajetória: cronologia datada de um marco ou limite, iniciada em 1500; esta, associada à trajetória europeia, mais especificamente, do Império português e da história universal. Sendo a história universal eurocentrada uma totalidade hierárquica, que envolve a formação individual e coletiva, servindo assim como matriz geradora e criadora de pessoas e coletividades, incluindo aí diversas hierarquias sociais e formas de organização territorial. O objetivo da presente mesa é justamente lançar o desafio da

desnaturalizar essa estrutura de saber e de poder (romper com a ideia de que a única cronologia possível e a única trajetória possível de ser estudada historicamente) é da sociedade produzida a partir da colonização. A partir de diálogos entre antropologia social e arqueologia, a presente mesa pretende trazer para reflexão pública como descobertas revolucionárias da arqueologia (que fizeram recuar a história indígena e ampliar sua cronologia), bem como experiências da antropologia social e do ativismo e pensamento indígena contemporâneos, colocam outras possibilidades de pensar uma multi-história, que vai muito além da história unilinear da narrativa oficial e de sua colonialidade do poder e saber.d

Coordenação:

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Debatedor(a):

Gina Faraco Bianchini (Andrade e Bianchini Arqueologia e Patrimônio)

Participantes:

Andre Menezes Strauss (USP)

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)

Jorge Eremites de Oliveira (UFPEL)

MR 57: Para evitar a queda do céu: o que as crianças nos ensinam para sair da crise contemporânea?

Em diálogo com a Antropologia da Criança, a mesa traz investigações com crianças a partir de cosmovisões tradicionais, tomando-as como sujeitos, privilegiando perspectivas críticas e decoloniais, que apontem saídas para o caos social e o neoliberalismo. Serão apresentadas pesquisas situadas na virada ontológica da disciplina, atentas aos impactos do humano sobre o planeta, cujas reflexões se produziram a partir das relações das crianças indígenas Galibi-Marworno com o ambiente, através da aprendizagem de uma ética de cuidados no contato com os "donos" (humanos e não humanos) dos lugares; da produção de territorialidades do bem-viver das crianças do quilombo do Abacatal no Pará; e dos modos de relação e enfrentamento das crianças com vírus (o invisível) da Covid-19 no estado da Paraíba. A multiplicidade das infâncias, enquanto categoria estrutural dentro do ciclo geracional, estará presente. A mesa tratará de temas caros à antropologia - subjetividades, parentesco, territorialidades, aprendizagens, etnicidades, meio ambiente, Estado, políticas públicas, cuidado e família, etc –, à partir das soluções propostas pelas crianças para sair da crise contemporânea.d

Coordenação:

Emilene Leite de Sousa (UFMA)

Participantes:

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)

Flávia Ferreira Pires (UFPB)

Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA)

Trabalho para Mesa Redonda

Aprendendo a respeitar os “donos” dos lugares: o que as crianças Galibi-Marworno nos ensinam sobre cuidado e ética socioambiental?

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)

A partir de pesquisa de campo com crianças Galibi-Marworno do Uaçá (Oiapoque/AP), pretende-se explorar as dinâmicas de aprendizagem relacionadas ao reconhecimento, cuidado e respeito a um ambiente vivido por diferentes tipos de pessoas, humanas e não humanas. A educação Galibi-Marworno sustenta que as crianças devem viver livremente na comunidade para desenvolver um corpo forte e saudável e adquirir conhecimentos úteis para as atividades cotidianas. Esta apresentação argumenta que a extensão dessa liberdade e a possibilidade de circulação das crianças depende do reconhecimento das características dos diferentes contextos socioambientais em que ocorrem essas atividades. Boa parte dos desafios da aprendizagem está em reconhecer os diferentes contextos socioambientais em que ocorrem as atividades diárias (marcados por domínios de “propriedade” humana e não humana), identificar a presença dos “donos” dos lugares e conhecer seus vínculos com esses “donos” (humanos do mesmo grupo local, humanos de outros grupos locais e não humanos), bem como as regras de contato, cuidado e respeito que se deve ter com essas pessoas. É dessa maneira que as crianças Galibi-Marworno nos ensinam sobre cuidado e ética socioambiental.

Trabalho para Mesa Redonda

O que as crianças em situação de orfandade pela Covid-19 no estado da Paraíba podem ensinar para o mundo?

Flávia Ferreira Pires (UFPB)

Em outra oportunidade já escrevi sobre o que as crianças podem fazer pela antropologia. Nesse momento, minha empreitada é ainda maior, pretendo tentar responder O que as crianças em situação de orfandade pela Covid-19 no estado da Paraíba podem ensinar para o mundo. Através de cenas etnográficas apresentarei casos de crianças que perderam as mães para a covid-19, atentando para as soluções inventadas por elas para enfrentar o luto e as tragédias decorridas dele. Os novos arranjos familiares, as guinadas na trajetória escolar e os abalos na saúde mental serão os temas mais suscitados nesse diálogo com esses atores e atrizes. Concluo sobre a urgente de ter em conta as crianças para encontrar soluções para a crise ambiental, econômica e política contemporânea. Covid-19, Crianças, Orfandade

Trabalho para Mesa Redonda

O Bem-Viver no “jeito de se viver” das crianças do Quilombo do Abacatal-PA/Amazônia

Maria do Socorro Rayol Amoras (UFPA)

A discussão que proponho nesta Mesa Redonda parte das minhas investidas com a antropologia da criança para situar as crianças do Quilombo do Abacatal como interlocutoras de um debate acerca de suas relações com o “trabalho” e a manutenção do território no tempo, isto é, como elas dizem: o “jeito de se viver”. Um posicionamento que busca compreender como elas atualizam o repertório ancestral dos saberes do seu grupo que ensinam o viver com dignidade,

isto é, para os quilombolas de Abacatal a satisfação das necessidades humanas pressupõe viver em harmonia com a natureza. Arrisco-me a dizer que as crianças abacataenses situam uma compreensão de Bem-Viver quando se expressam na articulação política da vida, quando participam ativamente do fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, compartilhando espaços comuns de sociabilidades e de trabalho colaborativo, produzindo territorialidades que afirmam um modo de vida particular. A participação ativa dessas crianças, no pertencimento e na permanência do grupo, instiga refletir o que anunciou Antônio Bispo (2023): “os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente”. O debate, portanto, argumenta que as crianças quilombolas e suas experiências infantis com a construção das referências identitárias de um “jeito de se viver” muito têm a contribuir com o conjunto das formulações acerca das saídas para a crise contemporânea, aquelas pensadas a partir de um Bem-Viver - “viver diferente” - que redireciona as relações do chamado mundo do trabalho, sendo uma possibilidade de imaginar outros mundos pelas crianças.

MR 58: Patrimônios insurgentes: disputas e agenciamentos políticos no campo patrimonial

Nos últimos anos, temos assistido a um processo de expansão do campo do patrimônio associado à ampliação e efetivação dos direitos de grupos historicamente aliados da memória oficial. Esses coletivos, cujos corpos, práticas e memórias são marcadas pela ausência nas narrativas patrimoniais hegemônicas, têm operado diferentes estratégias de resistência e formas de agenciamento responsáveis por provocar fissuras nas políticas patrimoniais contemporâneas. As disputas por “direito à memória” e a “cidadania patrimonial” tem se expressado em um mosaico de novos repertórios patrimoniais: patrimônios afro-brasileiros, patrimônios indígenas, patrimônios urbanos, patrimônios LGBTQIAPN+, museus indígenas, museus memoriais e museus comunitários. Dialogando com esse contexto, a proposta desta Mesa Redonda é provocar o diálogo acerca desses “patrimônios insurgentes”, com foco nas disputas e tensões que envolvem movimentos sociais, órgãos do governo, especialistas do patrimônio e a sociedade mais ampla. Trata-se, portanto, de evidenciar os contenciosos que se relacionam às diferentes estratégias de contestação de narrativas patrimoniais hegemônicas baseadas na história única. O debate pretende, portanto, contribuir para a compreensão da complexa arena do patrimônio, cujos conflitos têm sido cada vez mais importantes para a compreensão dos processos de efetivação dos direitos humanos, da cidadania e da democracia. d

Coordenação:

Thiago Barcelos Soliva (UFSB)

Debatedor(a):

Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA)

Participantes:

Patrícia Lânes Araújo de Souza (UERJ)

Larissa Maria de Almeida Guimarães (IPHAN)

Hugo Menezes Neto (UFPE)

MR 59: Podcasts em antropologia: desafios e possibilidades

Esta mesa redonda tem como objetivo refletir sobre a produção e consumo de podcasts, enquanto artefatos digitais, em antropologia. O ponto de partida da discussão é a partilha de experiências realizada por meio da Rádio KereKere, coletivo de podcasts em Ciências Humanas criado em 2020. Assim, pretende-se discutir os múltiplos significados em torno do podcast, partindo de relatos de produtoras/es antropólogas/os/es. Com isto, a proposta é pensar nas possibilidades e desafios na produção de episódios e temporadas, discutindo desde as expertises necessárias para este processo (roteirização, edição, divulgação) até as implicações de uso de plataformas digitais ou mesmo a questão do trabalho invisível envolvido nessa produção. Por fim, esta MR quer pensar no uso dos podcasts em múltiplos contextos: ensino-aprendizagem, extensão, pesquisa e divulgação científica. d

Coordenação:

Carolina Parreiras Silva (USP)

Debatedor(a):

Carolina Parreiras Silva (USP)

Participantes:

Ramon Pereira dos Reis (UEPA)

Hugo Virgilio de Oliveira (UFF)

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos (UNB)

MR 60: Perspectivas etnográficas sobre direitos humanos e violências no Norte e no Nordeste

Nos últimos anos as instituições responsáveis pela defesa e garantia dos direitos humanos estiveram sob intensos e sucessivos ataques. A situação foi particularmente grave no norte e nordeste do Brasil, onde os atentados aos direitos humanos costumam ser inviabilizados e as redes de proteção, quando comparados a outras regiões do país, dispõem de menores recursos. Neste período, presenciamos as políticas garantidoras dos direitos fundamentais de populações vulneráveis, assim como as de proteção ao meio ambiente, serem sabotadas. Observamos setores do agronegócio e da extração mineral impondo a expansão das atividades econômicas predatórias em territórios indígenas, quilombolas e de outras populações tradicionais. Nos centros urbanos das duas regiões, a adoção de políticas fundiárias voltadas à apropriação do capital e o não reconhecimento do direito à cidade de diferentes grupos, somada ao incremento da violência dos operadores do Estado e da crise econômica, trouxe desafios à garantia dos direitos humanos de parcela da população. Diante desse cenário, o nordeste e o norte do Brasil são palcos, entre outros fenômenos, de números escandalosos de mortes provocadas por policiais, de massacres no sistema prisional e da criminalização e assassinato de ativistas. Esta mesa redonda tem como objetivo propor um diálogo, a partir de perspectivas etnográficas, sobre como diferentes formas de violência, atualizadas a partir dessas regiões, tornam-se entraves à defesa dos direitos humanos.d

Coordenação:

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Participantes:

Natasha Maria Wangen Krahn (UFRN)

Paula Mendes Lacerda (UERJ)

Marcus André de Souza Cardoso da Silva (UNIFAP)

Trabalho para Mesa Redonda

Um ensaio sobre racionalidades penais brasileiras: estudo de caso do Rio Grande do Norte

Natasha Maria Wangen Krahn (UFRN)

O Brasil somente entrou na era do que se convencionou a se chamar de encarceramento em massa a partir dos anos 1990, embora as condições subumanas de suas instalações prisionais fossem denunciadas desde a instalação do primeiro estabelecimento prisional no país (Dal Santo, 2022; 2023). Ao contrário do que ocorreu em países do hemisfério norte do globo, o aumento do encarceramento se deu lado a lado ao processo de redemocratização; da instituição de legislações progressistas, que visam a garantia dos direitos humanos dentro e fora das prisões; do fortalecimento de políticas afirmativas e de inclusão social, do fortalecimento das instituições e da garantia de direitos e ampliação ao acesso à justiça. Dentro desse contexto macro, esse paper se propõe a, a partir de uma perspectiva local – o Estado do Rio Grande do Norte – refletir sobre as mudanças em curso, entendendo as ações e políticas adotadas enquanto fruto de uma racionalidade penal (Pires, 2004) com nuances específicas que merecem ser exploradas para uma melhor compreensão das ambiguidades da política criminal e penal potiguar. Objetiva-se analisar a gestão prisional estadual sendo construída, principalmente em resposta à grave crise na segurança pública vivida em março de 2023 em todo o estado e às denúncias de violações dos direitos humanos reportadas nos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT). Utilizando a metodologia da etnografia de documentos, examina-se os direcionamentos políticos adotados para o endereçamento à já persistente, grave e bem documentada crise do sistema prisional norte riograndense. As violações dos direitos humanos de pessoas privadas de liberdade no estado vêm sendo há anos reportadas em relatórios técnicos de inspeção de órgãos diversos, e uma nova gestão do sistema prisional vem buscando responder a essa crise se pautando em diferentes ações. Assim, a partir do cruzamento entre as denúncias relatadas nos relatórios do MNPCT e as políticas adotadas publicizadas por meio digital, site e redes sociais oficiais e relatórios institucionais, se apresenta uma reflexão sobre as lógicas que norteiam a elaboração de políticas públicas para o sistema prisional diante de uma lupa que se colocou sobre o sistema prisional do Rio Grande do Norte, face às graves violações dos direitos humanos e seu transbordamento para as ruas.

MR 61: Por uma antropologia da agroecologia: desafio urgente perante o Capitaloceno

A mesa redonda propõe-se a apresentar trabalhos recentes que demonstram o potencial da pesquisa antropológica junto às iniciativas agroecológicas. Apesar do crescente destaque que tem ganhado no debate público contemporâneo, a agroecologia é uma notável ausência nas discussões da Reunião Brasileira de Antropologia. Apenas algumas apresentações esparsas podem ser encontradas nos anais das RBAs anteriores. A atividade reunirá algumas pesquisas antropológicas recentes sobre o tema, com o intuito de estimular a futura formação de uma rede de investigadores. Entendemos que, a partir da emergência climática que assola o planeta, movimentos populares de todos os continentes percebem na agroecologia uma alternativa concreta à falência dos modelos vigentes na agricultura mundial, surgidos a partir da chamada Revolução Verde (sic). Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, também apontam para a necessidade global de buscar modelos sustentáveis de agricultura para que se possa reduzir as desigualdades e enfrentar a fome. Trata-se, ainda, é bom dizer, de um termo em disputa, mas cuja defesa tem sido assumida por numerosos movimentos populares. Como debatedor, a mesa terá o líder camponês Joelson Oliveira Ferreira, expoente do pensamento agroecológico no país e reconhecido pela UFMG por seu notório saber na área.d

Coordenação:

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Debatedor(a):

Joelson Ferreira de Oliveira (Teia dos Povos)

Participantes:

Mariana Cruz de Almeida Lima (UNICAMP)

Priscila Seoldo Marques (Fiocruz)

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

Trabalho para Mesa Redonda

A persistência da eritrina segundo uma “Política com mato dentro”: um ou dois problemas da ‘vida’ nas ruínas do capitalismo

Mariana Cruz de Almeida Lima (UNICAMP)

Árvores centenárias, na maioria nativas da Mata Atlântica, aliam-se a bananeiras, cacaos, cupuaçus. Múltiplas mãos prepararam cuidadosos berços para que elas, agora pequenas mudas, cresçam, floresçam e frutifiquem, zelando umas das outras, de gentes, bichos e demais seres outros-que-humanos. Sem Terras, pessoas negras, indígenas, pesquisadoras e militantes populares se reúnem em volta de um futuro em que seja possível “trabalhar mais com a cabeça, descansar os braços e alimentar a barriga”. Em uma pausa do trabalho na roça por vir, nossos olhos percorrem uma paisagem verdejante e sinuosa salpicada de pequenos pontos avermelhados. São flores de eritrina - “coisa de fazendeiro”. Na região sul da Bahia, a persistência desta árvore sinaliza a longevidade de uma guerra ainda em curso. Ela também condensa a expressão espacializada do controle exercido, até quase a virada do século XXI, por uma aliança entre latifundiários, agências estatais e ciência. Nesta comunicação, argumento que movimentos de luta por terra e território não são os únicos coletivos a reivindicar o entrelaçamento entre a vida humana e outra-que-humana como condição de origem e



continuidade da existência no planeta. Seus maiores inimigos há muito desenvolvem arranjos técnico políticos que visam subjugar processos vitais reduzindo-os a meros meios de extração de valor. Tendo em vista que o capitalismo produz, com cada vez mais frequência e intensidade, “arranjos mais-que-humanos”, como resistir à sua captura vitalista? E como, ao fazê-lo, defender a terra e os povos que dela vivem? Estas questões ganham corpo e constituem a agroecologia cultivada na região pela Teia dos Povos. Tal “política com mato dentro”, como às vezes é chamada, não se reduz a um conjunto de técnicas de cultivo agrícola, mas se volta a alguns modos de relação com a terra e as plantas para criar um arranjo existencial capaz de barrar o avanço da produção de ruínas capitalistas. Assim, a partir de provocações suscitadas ao longo de meu trabalho etnográfico e militante junto a habitantes do Assentamento Terra Vista, busco mapear o contexto de atuação da eritrina e suas repercussões em diferentes escalas e temporalidades. Por fim, reflito sobre alguns dos modos pelos quais um diálogo com a “política com mato dentro” desestabiliza categorias nativas da própria antropologia. Se, como sugeriu Mestre Joelson, “a enxada é ferramenta para amansar antropólogos”, como uma etnografia “calejada” pode contribuir para a compreensão do vitalismo capitalista e para a luta por terra e território?

Trabalho para Mesa Redonda

Por uma antropologia da agroecologia como práticas insubmissas diante das políticas neoliberais

Priscila Seoldo Marques (Fiocruz)

Propor um diálogo entre a antropologia e a agroecologia tem se mostrado caminho importante na trajetória de alguns antropólogos interessados em debater um campo tão significativo social e ambientalmente quanto a agroecologia. A agroecologia tem se destacado como tecnologia social e força propulsora para impactos positivos no que diz respeito aos grupos de populações tradicionais e indígenas, que, oprimidos historicamente pelas políticas neoliberais, resistiram e mantiveram tecnologias ancestrais de cuidado e manutenção da terra. Essa interseção de áreas de conhecimento é desafiante e ao mesmo tempo necessária nestes tempos de devastação e apropriação da natureza enquanto mercadorias. Em nossa apresentação, traremos algumas reflexões iniciais de cunho antropológico e alguns aportes teóricos, intentando dialogar com aspectos sociopolíticos, ambientais, biofísicos presentes nos estudos transdisciplinares do campo extenso em que a agroecologia se insere: as concepções de territórios sociais, proposta por Paul Little, abarcando as dimensões do Bem Viver tratadas por Aníbal Quijano e Alberto Acosta, assim como perspectivas descolonizadoras de Mbembe e Santos. Esses autores tratam, em certa medida, de possíveis construções desde ações contra-hegemônicas, ou seja, alternativas ao sistema neoliberal (este que representa a exclusão, desigualdade e opressão de muitos povos que trataremos ao longo do texto como à margem do sistema, com suas lutas e modos de existir invisibilizados por séculos). Ainda partindo como referencial teórico em relação ao tema da agroecologia, dialogaremos com Siliprandi, Caporal, Costabeber e Altieri para abrir o campo de reflexões transdisciplinares, e Tsing com sua perspectiva sobre as interações multiespécie.

Trabalho para Mesa Redonda

Por que a agroecologia anuncia devires para a antropologia

Spensy Kmitta Pimentel (UFSB)

A apresentação buscará discutir os impactos do contato com a agroecologia para a antropologia, e os caminhos possíveis diante desse bom encontro, que, do nosso ponto de vista, tem o potencial de revolucionar a disciplina. Partimos da constatação de que a agroecologia opera como um conector cosmopolítico, propiciando a possibilidade de novas alianças entre os mais distintos povos e grupos sociais. A inspiração para essa análise provém da observação do papel-chave que a agroecologia tem assumido nas pautas de diversos movimentos latino-americanos altamente relevantes, sobretudo os ligados à Via Campesina. Nas últimas décadas, os devires e afetos gerados ao longo da pesquisa antropológica têm sido objeto de intenso debate acadêmico. Entendemos que o campo da agroecologia pode apontar caminhos para a formação de novas alianças entre campo e cidade, entre populações camponesas, tradicionais e urbanizadas, de tal forma a colaborar no enfrentamento do difícil cenário atual, relacionado à crise climática. Essa aproximação, porém, impõe diversos desafios de ordem metodológica e epistemológica à antropologia, os quais discutiremos durante a mesa-redonda.

MR 62: Povos Indígenas e a Comissão Nacional da Verdade: 10 anos depois

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV), concluído e divulgado no final de 2014, identificou os povos indígenas como as maiores vítimas da ditadura civil-militar no Brasil, entre os anos de 1946 e 1988. De uma presença inicialmente ofuscada, na conclusão do trabalho da CNV os indígenas passaram à condição de maiores vítimas, sendo totalizadas mais de oito mil mortes naquele período. As violações de direitos humanos dos indígenas então registradas incluem vários casos de remoção forçada e esbulho de terras (Xetá, Ofayé-Xavante, Panará e Tapayuna, entre outros), perseguição e morte de lideranças indígenas (Ângelo Kretã e Marçal de Souza, mas não só) e encarceramento (Krenak, especialmente), e outras tantas formas de violência então silenciadas. Passados dez anos desde a conclusão do relatório, restam esquecidas suas recomendações, a começar pelo pedido de desculpas do Estado Nacional. Tencionamos apresentar e debater pesquisas que apontem o que se passou neste intervalo de 10 anos com os povos indígenas mencionados naquela ocasião, a fim de imaginar mundos possíveis em que a Justiça de Transição e reparações possam ser estabelecidas e realizadas. Ao mesmo tempo, pretende-se debater a proposta de criação de uma Comissão Nacional Indígena da Verdade, como se deu em outros lugares, conduzida pelos povos que foram efetivamente vitimados.d

Coordenação:

Edilene Coffaci de Lima (UFPR)

Participantes:

Patrícia de Mendonça Rodrigues (FINATEC)

Rafael Pacheco (CGY)

Romancil Gentil Cretã (consultor indígena)

MR 63: Povos Quilombolas e Violações de Direitos no Brasil

Povos e Comunidades Quilombolas são encontrados em todo o país onde empreendem lutas por reconhecimento identitário, efetivação de direitos e pela segurança física de suas lideranças e comunitários. Apesar disto os Povos Quilombolas enfrentam múltiplas violações de direitos que se sucedem ao longo do tempo ou que se manifestam na contemporaneidade de forma concomitante. No Brasil, comunidades quilombolas convivem com impactos de grandes projetos que lhes afeta tanto o uso de seus recursos naturais quanto lhes coloca em risco seus meios de subsistência; a expansão do agronegócio lhes insula em seu próprio território e lhes toma os marcos de memória e da história do grupo; a criminalização e morte de lideranças comunitárias; e as mudanças climáticas, que poderão inviabilizar sua permanência em seus territórios ancestrais e aprofundar desigualdades socioculturais já existentes. O objetivo desta Mesa proposta pelo Comitê Quilombos é reunir antropólogos de diferentes regiões do Brasil para confeccionar uma síntese dos principais conflitos enfrentados pelos povos quilombolas no país e a contribuição da antropologia, hoje e em relação a projetos futuro de enfrentamento a violações de direitos.d

Coordenação:

Cintia Beatriz Muller (UFBA)

Participantes:

Juliane Pereira dos Santos (UFOPA)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

Davi Pereira Junior (UEMA)

Trabalho para Mesa Redonda

Quilombos e narrativas frente aos grandes projetos: casos no estado do Espírito Santo

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

O presente texto tem por objetivo analisar a construção de narrativas feitas por lideranças de comunidades quilombolas no norte do estado do Espírito Santo frente aos conflitos enfrentados com a implementação de grandes empreendimentos como monocultura de eucaliptos, gasoduto, extração de petróleo e de um mega projeto de extração de sal gema do subsolo de seus territórios. As narrativas foram obtidas em trabalho de campo, por meio de técnicas de entrevistas, anotações em caderno de campo e observação participante em eventos celebrativos dessas comunidades. Ao mesmo tempo em que as lideranças elaboram um discurso narrativo de denúncia de conflitos, violências e invasões de seus territórios; empreendem em suas comunidades processos de valorização da memória de seus ancestrais e de saberes deixados por eles/as, como verifico na construção de lugares que recebem os nomes e/ou fotografias desses ancestrais mestres de saberes do passado, entre os quais destaco: ponto de memória, biblioteca quilombola, associações comunitárias, Centro de Referência e Assistência Social, escolas, templos religiosos (terreiros, centros, mesa-de-santo, casas de oração e capelas) e barracões de grupos culturais. As violências e conflitos provocadas por agentes externos encontram

resistências nos saberes e ações empreendidas por essas comunidades, o que demonstra, apesar da disparidade de forças, que elas não estão passivas diante das violências avassaladoras dos grandes projetos. Palavras-chave: Quilombo; território; narrativas; conflitos; grandes projetos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_042_75996973_784787.pdf

MR 64: Reimaginações etnográficas: fotografia, desenho e produção de memórias contracoloniais

Calcada em imagens desde o início, como nos desenhos do livro de Lafitau ou nas fotografias de Malinowski, a antropologia sempre foi eloquente em sua preferência pelos textos, vale dizer, por um certo tipo de imagens, o das palavras escritas, das palavras imaginadas. Esta mesa objetiva fazer acontecer um choque de imagens. Ela pretende contribuir para a reimaginação das práticas etnográficas e das narrativas antropológicas, quer concebendo ou imaginando tais práticas e narrativas de outras maneiras, quer compondo ou propondo novas imagens para ou com elas. Mais especificamente, esta mesa pretende contornar a predileção antropológica pelo texto escrito experimentando nos limiares da imagem e da palavra, da produção de memória e das condições de sua produção. E ela pretende fazê-lo, de um lado, pondo em fricção as antropologias e as artes, explorando outros modos de registro e expressão, de criação e de apropriação, de alteração, composição, sobreposição e reprodução. E, de outro, colocando no centro da discussão modos de expressão comumente invisibilizados, bem como a realização de antropologias compartilhadas que compreendam contribuições de povos tradicionais não pertencentes à academia. Tendo como foco experiências africanas ou afrodiáspóricas, esta mesa pretende contribuir para espantar os colonialismos e seus pavores propondo alternativas à imaginação etnográfica convencional, ensaiando formas de produção emergentes nas margens da antropologia e das artes visuais.d

Coordenação:

Eduardo Viana Vargas (UFMG)

Debatedor(a):

Lilia Katri Moritz Schwarcz (USP)

Participantes:

José Eustáquio Neves de Paula

Paulo Sergio da Silva [paulo nazareth Awa Jeguakaih Rendah] (PN)

Eduardo Viana Vargas (UFMG)

MR 65: Religião, culturas africanas e lideranças afro-muçulmanas: atributos como ações significativas

De acordo com um relato profético (hadith), um neto do profeta Mohammed, refere, "Memorizei do Mensageiro de Deus, que disse: Deixa de lado o que traz dúvidas, e apegate ao que não deixa lugar a dúvida (Tirmizi Nasa`i)". A partir de uma análise sócio-antropológica, o relato religioso

aponta, em termos de hipótese de trabalho, para a dinâmica da vida social e intersubjetiva de lideranças muçulmanas, nos modos como esses sujeitos mobilizam certos atributos e constroem comunidades islâmicas no mundo contemporâneo. O conceito de atributo se insere nessa discussão, não como um dado estabelecido e homogêneo e sim como uma questão central que, em equilíbrio tenso, fornece um caminho analítico para compreender os sentidos sociais das experiências muçulmanas. A proposta da Mesa é discutir, com base em dados de pesquisa etnográfica, a mobilização de atributos acionados por lideranças afro-muçulmanas na África e na diáspora. Interessa-nos problematizar de que modo os atributos são potencializados na interação social enquanto ações significativas na vida cotidiana, na busca de legitimidade e/ou reconhecimento religioso. Tal como afirma Alfred Schütz para o conceito de interação social, sugerimos que a noção de atributo é um "operar social" (SCHÜTZ, 2018) para a compreensão analítica de umma, eclipsando enfoques essencialistas e/ou deterministas sobre as normativas islâmicas, e instiga a uma escuta etnográfica de experiências intersubjetivas afro-muçulmanas, em processo.d

Coordenação:

Fanny Longa Romero (UNILAB)

Participantes:

Hannah Romã Bellini Sarno (UFBA)

Pingréwaoga Béma Abdoul Hadi Savadogo (UNIFESP)

Marina Berthet (UFF)

Trabalho para Mesa Redonda

Atributos e sentidos de comunidades de fé na África do Oeste

Dr. Abdoul Hadi P.B. Savadogo (UNIFESP)

Ni mana dô siguelen ye suma na, a don ka fô ko dô folola tele la (ao ver alguém na sombra, reconhece e afirma "sem nenhuma dúvida" que alguém fico antes no sol). Através desse pensamento social legitimando a tradição de liderança islâmica na África do Oeste, problematiza-se as articulações entre espiritualidade e lógicas sociais. As diferentes discussões teológicas e antropológicas no que diz respeito à liderança de comunidade de fé, se cristalizam ao volto das noções de: burudju/halala den/halala (filiação), horonya ne lambé (ética e nobreza de caráter), saramaya (carisma), jama mógó (estética no relacional/interação social; capacidade de administração de humanos), e de baraka (benção). Atributos significativos mediando o viver junto no que se refere à vida cotidiana quanto em situações/momentos de exceção, constituem critérios requeridos para a escolha e eleição dos podendo assumir o poder de autoridade. Através de marcos históricos, apreende-se o complexo processo de apropriação do islã pelas diferentes sociedades da África do Oeste. Conjugando o espaço-tempo na sua concepção islâmica, analisa-se a imaginação criadora através da qual as lideranças afro-muçulmanas junto às diferentes alteridades se constituem enquanto comunidade de fé e/ou de sentido de vida, atendendo à fidelidade da mensagem do islã na contemporaneidade.

Trabalho para Mesa Redonda

“Ninguém tem tolerância sem que ela seja posta à prova”: Al-Halim e autoridade religiosa na comunidade islâmica baiana

Hannah Romã Bellini Sarno (UFBA)

De acordo com Talal Asad o Islã, como objeto de estudo, deve ser entendido como uma “tradição discursiva” a partir da qual modelos normativos da religião são recriados e atualizados histórica e culturalmente. O contexto desempenha um papel de suma importância também nas formas como a autoridade religiosa islâmica é e pode ser exercida. No cenário baiano, a história da presença islâmica no estado e as particularidades da composição de sua comunidade têm relevância significativa na sua dinâmica social e intersubjetiva, assim como nas possibilidades de atuação do seu líder, o Sheikh nigeriano Abdul Hameed Ahmad. Como base em pesquisa etnográfica e entrevistas em profundidade, esta comunicação busca compreender a produção do estilo de autoridade religiosa de Ahmad à luz das especificidades do ambiente no qual ela acontece. Com forte presença de migrantes da diáspora africana, um número apreciável de convertidos e uma ampla diversidade étnica, cultural e de formação teológica, a comunidade muçulmana baiana contemporânea requer tecnologias de liderança específicas. Sua heterogeneidade e os desafios postos para a prática religiosa como minoria, marcada pelo imperativo da adaptação de convertidos e imigrantes – os primeiros neófitos na religião e os últimos ambientando-se ao lugar – implica a necessidade de mobilização de atributos como tolerância e humildade, por parte de seus membros e do líder. Em termos de sua “tradução” teológica, essa disposição geral foi descrita pelo Sheikh como inspirada na qualidade islâmica Al-Halim. Um dos noventa e nove nomes de Deus listados na literatura religiosa, Al-Halim aparece diretamente derivado do texto do Alcorão. Na sua dimensão humana, ter hilm pode ser entendido como a capacidade de ter sabedoria e tolerância, permitindo a uma pessoa controlar sua indignação mesmo que seja justificada. Não se trata, no entanto, de um atributo estável ou dado. Como sugere o hadith narrado por Hisham ibn Urwa citado no título da comunicação, como ética islâmica da virtude, hilm precisa ser testada para emergir. No que concerne a sua liderança, o atributo foi descrito pelo Sheikh como uma “modalidade de paciência” que incide na sua capacidade de pesar corretamente as contingências, em particular as negativas, lhe permitindo concentrar “no que é importante”. O rasgo de caráter ou conduta associados com hilm se relacionam de forma especialmente interessante com o imperativo de construção do self e da autoridade religiosos no contexto em tela, justamente por sua complexidade e pelas adversidades envolvidas. A demanda inerente de adaptação por parte dos membros da comunidade e a necessidade de conciliação das diferenças possibilitam que hilm emerja, imprimindo, de alguma forma, a tradição islâmica local com suas características.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_775_69299094_801790.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Uma socialização do Islã em São Tomé e Príncipe?

Marina Berthet (UFF)

De acordo com a proposta da Mesa, me propõe a apresentar uma reflexão inicial sobre a liderança afro muçulmana em São Tomé e Príncipe. Trata-se de uma liderança que se constituiu

logo depois da independência e ao longo das últimas décadas. É notável que os líderes das duas principais comunidades muçulmanas do país se preocupem com a formação, discussão e acolhimento da comunidade muçulmana. Além disso parte da população não muçulmana é incluída nos programas e ações marcantes do cotidiano como distribuição de refeições durante o ramadã, intervenções de uma ONG, ajuda para construir casas. Procuo identificar e problematizar as formas de interações, os atributos acionados pelos líderes para estabelecer pontos de diálogo entre a população muçulmana, em devir muçulmana ou não muçulmana. A busca por uma legitimidade religiosa, social e política se faz gritante e é nuançada ao comparar as duas comunidades. Com base em uso de um vídeo realizado para acompanhar a liderança Ahmadiyya na ilha de São Tomé e Príncipe e entrevistas realizadas com o Imam sunita, procuro lançar mão de uma ballade etnográfica de experiências intersubjetivas afro-muçulmanas recentes, que se entrelaçam com várias pessoas, agentes sociais ou estatais.

MR 66: Remoções Urbanas Planejadas: Gênero, Geração e Raça

A prática do planejamento de regiões metropolitanas envolve uma redistribuição constante da população em resposta às alianças travadas entre gestores do estado e empreendedores que idealizam realizar investimentos que dão retornos. Esses retornos são apresentados como produtos desejados cujo alcance exige o reordenamento de territórios urbanos, priorizando o seu uso projetado de acordo com essas alianças. Moradores de assentamentos populares localizados nesses territórios são submetidos a remoções forçadas e têm seus direitos de cidadania frequentemente desrespeitados. De acordo com a sua história de ocupação e suas alianças, estes moradores se organizam para enfrentar a remoção com repertórios confrontacionais variados. Examinando casos concretos de remoções em diferentes regiões metropolitanas do Brasil, nesta mesa se discute como diferenças de gênero, geração e raça tanto informam as ações empresarias-estatais quanto são mobilizadas pelas pessoas, já removidas ou a serem removidas, na defesa do seu direito à moradia na cidade. Desde a participação em ações concretas de reivindicação e protesto até a elaboração da memória dos espaços vividos antes e depois da remoção, gênero, geração e raça são examinados com uma interrogação sobre a sua relação com a ação coletiva, com a vivência cotidiana e com o reconhecimento da particularidade e/ou universalidade de sua cidadania.d

Coordenação:

Russell Parry Scott (UFPE)

Debatedor(a):

Ana Alves De Francesco (FGV DIREITO SP)

Participantes:

Leticia de Luna Freire (UERJ)

Stella Zagatto Paterniani (UNICAMP)

Francisco Sá Barreto dos Santos (UFPE)

MR 67: Saúde, Sofrimento e Políticas da Vida: desafios etnográficos

Nesta mesa, propomos uma discussão sobre a categoria sofrimento no campo da antropologia da saúde, em sua relação com as políticas da vida e privilegiando as dimensões etnográficas da discussão. Nossa intenção é focar nos processos, ao invés das forças sociais que pretensamente são capazes de explicar tudo. Pretendemos contornar o problema do relativismo para colocar em primeiro plano os agenciamentos terapêuticos, desfazendo premissas como a diferença entre doenças e curas (biológicas); mal-estares e cuidados (representações e crenças), sem que isso implique necessariamente em empoderamento ou emancipação dos sujeitos. Se, como sustenta Talal Asad, agência e subjetividade não são sinônimas, pois aquela se encontra objetivada nas articulações entre humanos e não humanos em processos de coemergência, tampouco a agência concorre necessariamente para a eliminação do sofrimento. Entendemos que conferir centralidade ao sofrimento, como na abordagem de Veena Das, encarnado em experiências de sujeitos e coletivos vulnerabilizados, acompanhando os “destinos” conferidos à sua resolução em contextos seculares e/ou religiosos, e as teorias da vida, na perspectiva de Didier Fassin, enquanto um vasto território biológico e material, social e experiencial, possibilita potencializar as etnografias das formas específicas pelas quais os processos terapêuticos são objetivados e problematizar clivagens que sustentam certos referentes da saúde, delimitando precocemente as suas fronteiras.d

Coordenação:

Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (UFPB)

Participantes:

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

Carlos Alberto Caroso Soares (UFBA)

Octavio Andrés Ramón Bonet (UFRJ)

Trabalho para Mesa Redonda

Estética, retórica e agenciamentos terapêuticos religiosos: sofrimento na trajetória de terapeutas exponenciais

Carlos Caroso (UFBA)

Tomamos com ponto de partida a concepção de que as práticas terapêuticas e cura religiosas não são arbitrarias ou aleatórias, uma vez que resultam de situações diferenciadas de sofrimento das pessoas que vieram a se tornar praticantes em saúde. Com vistas a melhor compreensão destas práticas e de seus praticantes, tomamos como uma das referências o conceito teórico de agenciamento para analisar a cura religiosa como parte de uma longa tradição histórica no Brasil, que atualmente é encontrada tanto em ambientes rurais quanto urbanos e abrange várias formas de expressão. Nosso argumento é desenvolvido a partir de uma análise da maneira pela qual a reputação de pessoas reconhecidas por seus poderes extraordinários e sobrenaturais são representadas, por meio da construção de signos, sinais e disposições somáticas que são

encontrados em elaboradas estéticas das práticas rituais e performances retóricas que asintegram e são apropriadas nas suas construções.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_569_75122267_78265.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Estratégia Saúde da Família, pluralismo terapêutico, sofrimento e racismo em quilombos

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

O trabalho apresenta uma abordagem etnográfica da pluralidade terapêutica em comunidades quilombolas em Cachoeira, Bahia, que são atendidas pela Estratégia Saúde da Família-ESF. Considerando as dificuldades de acesso (distância e condição das estradas) às Unidades Básicas de Saúde da Família nas áreas rurais, as vulnerabilidades sociais que permeiam essas comunidades, e as experiências cotidianas de racismo, compreender a pluralidade terapêutica em quilombos atendidos pela ESF apresenta desafios adicionais que busquei mapear por meio dos agenciamentos terapêuticos, que humanos e não humanos, desfazendo a dualidade entre doenças e mal-estares; e de sistemas terapêuticos “separados” (religiosos, tradicionais ou alternativos) ou em fricção (intermedicalidade) com as práticas biomédicas. Os estudos de campo realizado nessas comunidades desde 2014 compreendeu dois períodos voltados à investigação dos cuidados em saúde, em que foi possível observar diferentes formas de relação entre a ESF e o pluralismo terapêutico local. No primeiro período (2016-2018) foi realizado o mapeamento de práticas terapêuticas quilombolas, em que se agenciam procedimentos variados para a “feitura” dos remédios, sua aplicação e descarte. A disseminação da cultura biomédica de prevenção e tratamento de doenças tem resultado na diminuição dessas práticas tradicionais, reconhecimento que convive com a avaliação positiva sobre a “chegada da saúde” (a ESF), em que se luta por mais postos de saúde, melhores estradas, mais médicos e ambulâncias. Nesse processo, os agenciamentos terapêuticos quilombolas vem se fazendo por adição, incorporando as práticas biomédicas quando convém, e mobilizando práticas tradicionais nas frestas da relação médico-paciente, com os agentes de saúde ou mesmo durante a permanência em hospitais. Dessa forma, ao invés da convivência entre diferentes “sistemas” de saúde, temos uma rede espalhada, com práticas tradicionais que atravessam os espaços intersticiais da organização dos serviços de saúde. No segundo período (2022-2023), que investigou a percepção dos quilombolas sobre a ESF, pude acompanhar os agenciamentos terapêuticos que produzem cortes na rede, condensando emoções e disjunção com a ESF por meio de experiências de sofrimento e racismo. O sofrimento ordinário da vida cotidiana, “não dramático” (vide Veena Das), é explicitado nas difíceis condições da vida e de acesso à saúde (às consultas, aos especialistas, aos exames, ao hospital), em que se percebem à margem desses serviços. Mas o sofrimento também vem sendo agenciado como “evento crítico” da memória da escravidão, por meio da luta contra o racismo, tanto no sentido universalista do direito à saúde, quanto na reivindicação de especificidades da ESF para os quilombos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_881_44977085_78265.pdf

MR 68: Sobre os modos de pesquisa afro-diaspórico: a pesquisa de mulheres negras no continente africano

O que contemporaneamente tem mediado as pesquisas que envolvem o Brasil e o continente africano? Mobilizadas por esse questionamento, propomos essa mesa redonda como um espaço para produzir interlocuções que colaborem nas reflexões que têm sido feitas acerca das renovações temáticas e de metodologias de pesquisa acerca do Brasil e África. Nos motiva discutir como perfis de pesquisadoras negras estão deslocando olhares e modos de pesquisar e de estar em campo. Interessa-nos debater como essas pesquisadoras conseguem fazer pesquisa no continente africano estão rompendo, atualizando e inovando nas perspectivas que envolvem esses espaços territoriais. Temos especial atenção em refletir sobre esse conjunto de pesquisas a partir das mediações engendradas por corpos racializados, pensamentos politicamente localizados e cosmopercepções recuperadas, triangulando, assim, raça, gênero e ancestralidade. Ademais, entendemos essa mesa como mais uma proposição aos repertórios acerca dos modos de pesquisa afrodiaspórico.d

Coordenação:

Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB)

Participantes:

Yérsia Souza de Assis (UFRB)

Santa Julia da Silva (ufrg)

Jaqueline de Oliveira e Silva (UFMG)

MR 69: Socialidades animais nas ciências humanas e sociais: desafios multidisciplinares e diálogos multiespécies

Os encontros e desencontros que (con/de)formam as identidades de humanos e outros animais, bem como o reconhecimento, ainda tímido, da participação dos outros-que-humanos na composição do social, têm sido matéria/trama das ciências humanas e sociais há algumas décadas, ou, como um campo de investigação difuso, bem antes disso, nas discussões mais gerais sobre a presença animal em contextos humanos, tanto econômicos como simbólicos, entre outros. Nesta mesa, propomos refletir sobre alguns percursos recentes da pesquisa inter e multidisciplinar compreendendo as sociedades humano-animais, principalmente no âmbito da antropologia brasileira na medida em que suas interseções com a psicologia, a filosofia, e com as ciências biológicas e da linguagem são atualizadas. Nos diálogos da antropologia com outras disciplinas, propomos discutir modelos da etologia e da psicologia comparada, estudos multiespécies, que apontam para os diversos modos de produção conjunta de mundos, e as coderivas ontogênicas no caminho explicativo da biologia do conhecer. Situados no campo dos estudos animais, buscamos pensar nesta mesa como os modos de associação entre diferentes entidades adquirem diferentes e mesmo divergentes semblantes e qual a sua capacidade de

vinculação e valência, seja em uma relação simbiótica, um ecossistema ou em um processo multiespécies de mundificação.d

Coordenação:

Beto Vianna (UFS)

Participantes:

Beto Vianna (UFS)

Juliana Fausto de Souza Coutinho (PUC-RIO)

Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ)

Trabalho para Mesa Redonda

O Cosmopolitismo Doméstico nas derivas da Política Chilena atual

Arthur Arruda Leal Ferreira (UFRJ), Arthur Arruda Leal Ferreira (IP/UFRJ)

Em muitos países como o Brasil, pelo menos em grandes centros urbanos, os cães vira-latas estão se tornando cada vez mais uma espécie em franca desapareição: os cães só podem habitar o espaço urbano sob a propriedade de algum proprietário ou responsável e aqueles que estão fora desse registro, são confiscados pelo Estado, como se a existência de cães fosse possível apenas como propriedade de um ser humano e vinculada à posse responsável. Restam algumas matilhas em periferias e em algumas favelas. E os cães que acompanham populações de rua em grandes cidades, o que confirma de alguma forma a perspectiva de seu estatuto como propriedade. No entanto, no Chile (e em algumas cidades do oeste da Argentina), há uma singularidade que já foi descrita por viajantes como David Byrne: a existência de cães nas cidades não está referida apenas a proprietários particulares, mas também é perceptível como parte singular das cidades. Nesses casos, se eles não são animais domésticos, qual é o status deles como espécie (doméstica, selvagem ou praga)? Qual é a sua situação em relação a esse espaço supostamente próprio da ecologia humana, isto é, cidades? Que formas singulares esses animais apresentam diante outros canídeos (selvagens e domésticos)? O objetivo deste trabalho é examinar as formas de associação entre cães, humanos e cidades em instancias específicas, como manifestações, praças, ônibus e salas de aula e, a partir dessas descrições, refletir sobre a forma de composição recíproca gerada por práticas de domesticação diversas e singulares. Gerando novas formas de vida em comum interespecies. Começarei discutindo aspectos específicos do que propomos chamar de metodologia quiltra (nome dos cães de rua chilenos) numa linha de investigação que desenvolvo a partir da encruzilhada entre a etnografia e etogramas etológicos. Em sequência, descreverei alguns conceitos derivados da observação e dos registros de campo para discutir os trânsitos das formas de relação interespecies entre cães e humanos durante os trânsitos da política chilena, considerando tanto o estalido social de 2019-2020, como os momentos posteriores e mais atuais. A proposta é concluir este trabalho em forma de manifesto interespecies.

Trabalho para Mesa Redonda

Biolinguagem: os nós que tecemos, e as pontas que nos deixam soltas

Beto Vianna (UFS)

Antropólogos e outros e outras cientistas sociais têm usado, nas últimas décadas, a noção de tradução, ou de rede, para seguir o afazer e os quase-objetos das ciências naturais, repovoando as naturezas de agências humanas, e as sociedades (e os discursos) de coletivos inumanos. Essa virada ontológica e colaborativa, bem como a tarefa de reatar o nó górdio que enreda sociedade, natureza e linguagem, podem ser ainda mais promissoras se surpreendermos investigadoras nativas e nativos – como os biólogos, ou nós, linguistas – co-tecendo a mesma trama desde seus próprios nichos. Longe dos cantos de sereia naturalistas (da sociobiologia) ou estruturalistas (da sociolinguística), é possível costurar uma biologia do social, em especial no contexto das socialidades multiespécies, e uma linguística outra-que-humana, em especial no entendimento dos encontros e desencontros animal-humano. Penso, como bons caminhos explicativos, na teoria da deriva natural dos biólogos chilenos Maturana e Mpodozis (a chamada Escola de Santiago), na teoria dos sistemas em desenvolvimento de Susan Oyama, e no linguajar das linguistas Julie Tetel Andresen e Cristina Magro. Latour propôs certa vez que as redes eram mais flexíveis que a noção de sistema, e mais históricas que a de estrutura. Talvez as ciências nativas ajudem Ariadne a encontrar fluidez também nas dinâmicas sistêmicas e nas derivas estruturais.

Palavras chave: biolinguagem, deriva natural, sistemas em desenvolvimento, linguajar

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_831_10521700_158695.pdf

Trabalho para Mesa Redonda

Menina veneno, o mundo é pequeno demais

Juliana Fausto de Souza Coutinho (PUC-RIO)

Embora o DDT tenha sido sintetizado em meados do XIX, alcançará estatuto de herói durante a Segunda Guerra Mundial, tendo uma série de usos. Após a Guerra, colonizou o imaginário dos agricultores: bastava abrir um frasco para que os soldados-mosca tombassem vencidos; no Brasil, a primavera silenciosa sobre a qual Rachel Carson alertou pode ser experimentada hoje por qualquer um que entre em uma monocultura de soja, onde se ouve apenas vento. Minha pesquisa trata da questão de um envenenamento múltiplo observado nas monoculturas e das estratégias que alguns insetos desenvolveram na guerra que se trava contra eles. Destacarei duas lagartas que aparecem nas plantações de soja no Paraná, a Falsa-Medideira e a Broca das Axilas. O que elas têm de especial é que são resistentes à tecnologia BT, sementes desenvolvidas pelo melhoramento genético da biotecnologia. Essa soja tem seu código genético modificado e recebe genes da bactéria BT, o *Bacillus thuringiensis* que se encontra no solo. Tal bactéria produz proteínas tóxicas específicas para algumas pragas que atacam as lavouras da soja, como é o caso da lagarta da soja. Há diversas sementes BT no Brasil, constantemente atualizadas. A introdução dos genes BT na planta leva ela a expressar essas proteínas inseticidas. Em linguagem popular, podemos dizer que essas plantas passam a exsudar inseticida. Então, quem são a Lagarta Falsa-Medideira e a Broca das Axilas, essas duas espécies resistentes às sementes BT? São animais que conseguiram criar um corpo de veneno e viver no meio deste. Será que um dia tornar-nos-emos resistentes? Por ora na liderança, as lagartas são terroristas, ou possíveis terroristas, nessas cultura da soja. São organismos em um corpo de veneno resistente ao veneno para a sobrevivência em um mundo envenenado outrora foi seu, mariposas nativas

das Américas. Essa pesquisa tem sido feita por meio de entrevistas com médicos do MPT, professores universitários, funcionários do MAPA, ativistas agroecológicos e engenheiras agrícolas.

MR 70: Tempo, cidades e memória ambiental no Brasil: etnografia da duração das/nas paisagens urbanas mais que humanas

A realidade socioambiental urbano-contemporânea no Brasil se caracteriza, hoje, pela crise ambiental nos grandes centros urbanos do país advindas dos problemas das mudanças climáticas. Um fenômeno que articula (Oliveira, 2000) microéticas locais nos usos dos ecossistemas urbanos, macroéticas planetárias de preservação ambiental e mesoéticas relacionadas aos processos de ocupação de áreas de várzeas, banhados, morros e matas que conformam a paisagem dos grandes centros urbanos brasileiros. No Brasil, 50% da população não tem coleta de esgoto em suas casas e aproximadamente 80% do esgoto coletado tem como destino as águas dos rios e, sem nenhum tratamento. O lixo é 76% depositado a céu aberto, sendo 13% em aterros controlados. A mesa Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas destaca a relevância do estudo da memória ambiental para a compreensão do quadro dos cenários críticos que tem afetado, mais recentemente, os inúmeros territórios das cidades brasileiras. Sob o ponto de vista de uma etnografia da duração (ECKERT ; ROCHA, 2013, 2021), a Mesa Tempo e memória ambiental: etnografia da duração das paisagens citadinas abordará estudos etnográfico das rítmicas espaço temporais que deram origem aos inúmeros cenários críticos que se apresentam, hoje, nos centros urbano-industriais do país que nasceram ao longo cursos de rios e arroios, ao longo da costa litorânea tanto quanto nas escarpas de morros tanto quanto nas antigas áreas de matas e florestas.d

Coordenação:

Ana Luiza Carvalho da Rocha (UFRGS)

Debatedor(a):

Flávio Leonel Abreu da Silveira (UFPA)

Participantes:

Maria Raquel Passos Lima (UERJ)

Pedro Paulo de Miranda Araújo Soares (UFAM)

Flávia Maria Silva Rieth (UFPEL)

MR 71: Teoria crip à brasileira: aleijando a normalidade

As diferenças categorizadas pela noção de deficiência levam a problematizar formas de funcionamento que consideramos quase como uma segunda natureza. São modos corporais de se movimentar, se relacionar e fazer as coisas na vida cotidiana e no mundo acadêmico, que estão implícitos nos padrões arquitetônicos e comunicacionais, nos parâmetros sensorio-motores e nas

tecnologias e práticas pedagógicas. Assim, nossas práticas tendem a se organizar em torno de ordenamentos corporais e comportamentais que são aglutinados na ideia de “capacidade corporal compulsória”. Desenvolvida por Robert McRuer, a teoria aleijada defende um modelo cultural da deficiência que rejeita a ideia de que não ter uma deficiência seja um estado natural de todo ser humano. O termo “aleijado” carrega um sentido propositalmente pejorativo, simbolizando o movimento de insurgência e as contranarrativas das pessoas com deficiência, demarcando a importância do engajamento aleijado contra as práticas de normalização de corpos por meio da crítica aos sistemas de opressão marcados pela corponormatividade, no qual o patriarcado, a branquitude, o classismo e a cisheteronormatividade estão implicados. Aleijado é pensado no sentido de descolonizar, mutilar, deformar e contundir o pensamento hegemônico sobre deficiência, provocando-lhe fissuras. A mesa se organiza em torno do lançamento da tradução brasileira do livro Crip Theory, refletindo sobre a sua apropriação e desdobramentos no contexto brasileiro.d

Coordenação:

Olivia von der Weid (UFF)

Debatedor(a):

Marco Antônio Gavério (UFSCAR)

Participantes:

Robert McRuer (GWU)

María Elvira Díaz Benítez (PPGAS)

Carlos Eduardo Oliveira do Carmo (Escola de Dança)

MR 72: Territórios Digitais em Movimento: algumas contribuições antropológicas

Esta Mesa-Redonda se propõe a investigar as dinâmicas dos espaços online e a evolução dos corpos digitais, enfatizando a colaboração entre humanos, outras entidades e as tecnologias. A questão central a ser discutida é como a presença digital altera o conceito de 'estar presente' em pesquisas antropológicas, especialmente no trabalho de campo. Esta proposta busca também explorar como as tecnologias digitais reformulam as práticas de pesquisa tradicionais, afetando a coleta e análise de dados etnográficos. Além disso, será dada atenção às implicações éticas da pesquisa online, incluindo privacidade e a observância das leis de proteção de dados, que variam internacionalmente. Estratégias para enfrentar dilemas éticos contemporâneos também serão um ponto focal. Coordenação: Dra. Patrícia Pavesi - UFES Expositoras: Dra. Debora Krischke Leitao - UQAM Dra. Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes - UFF Dra. Lorena Mochel - UnB Debatedora: Dra. Carolina Parreiras - USPd

Coordenação:

Patricia Pavesi (UFES)

Participantes:

Débora Krischke Leitão (Université du Québec à Montréal)

Laura Graziela Figueiredo Fernandes Gomes (Departamento de Antropologia - UFF)
Lorena Mochel (UFRRJ)

MR 73: Universidade Indígena no Brasil: experiências e possibilidades

A criação da Universidade Indígena é reivindicação do movimento indígena rerepresentada ao Ministro da Educação no início de 2023 como parte das propostas consideradas prioridade no VI Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (dez./2022). Essa proposição resulta, por um lado, das experiências que vem ocorrendo de forma crescente nos últimos 25 anos de presença e participação de indígenas no ensino superior como discentes, docentes e pesquisadores, Por outro lado, a proposição busca dialogar com experiências de outros países, em especial na América Latina, em instituições referidas como universidades interculturais e/ou universidades indígenas. Nesta MR, propomos apresentar proposições quanto à concepção, estrutura pedagógica, epistemológica e metodológica para a proposta de "Universidade Indígena no Brasil" considerando diversos programas e experiências de: documentação das línguas indígenas e revitalização linguística; gestão territorial e ambiental em TI; saúde indígena; ensino superior (licenciaturas interculturais indígenas e demais modalidades); pesquisa e autoria indígena; centros de formação conduzidos por organizações indígenas; museus indígenas; educação escolar básica indígena; participação de sábios e conhecedores indígenas nas universidades; atuação de indígenas como docentes e pesquisadores nas universidades; dentre outros.d

Coordenação:

Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG)

Debatedor(a):

Rosilene Cruz de Araujo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO)

Participantes:

Gersem José dos Santos Luciano (UNB)

Altaci Corrêa Rubim (UNB)

Rita Gomes do Nascimento (UFRN)

MR 74: Vícios, dependências e (des)articulações em torno de regimes terapêuticos e de cuidados

Esta mesa redonda visa reunir trabalhos antropológicos sobre experiências que são classificadas biomedicamente como "vícios", "adições", "compulsões" ou "dependências", com foco em socialidades, práticas, agenciamentos, controvérsias, conflitos, fluxos e disputas de sentido. Nos interessam etnografias do particular sobre tais temas, centradas em repertórios simbólicos, conhecimentos, saberes e moralidades, pelos quais circulam experiências heterogêneas e desiguais de gênero, de raça e de classe. Queremos reunir problematizações antropológicas tanto de perspectivas científicas e/ou de profissionais de saúde a respeito dos "vícios", baseadas muitas

vezes em nosografias e itinerários terapêuticos que reforçam ideais como “força de vontade” e estilo de “vida saudável”, quanto outras categorias classificatórias mobilizadas para conferir sentido a tais experiências, tais como “fissura”, “abstinência”, “fundo do poço”, “doença”, dentre outras. Nos interessam perspectivas que ao mesmo tempo desnaturalizem essas dimensões (incluindo sua biologização, psiquiatrização, patologização ou medicalização) e as relacionem a contextos de práticas, direitos, políticas públicas de cuidado e saberes diversos, incluindo grupos de ajuda mútua, mobilizações diversas, redes de apoio, usos heterogêneos e terapias diversas relacionadas ao uso de distintas substâncias (drogas, medicamentos, plantas etc.), aos relacionamentos amorosos e sexuais, ao tabagismo, dentre outros campos e universos.d

Coordenação:

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Debatedor(a):

Taniele Cristina Rui (UNICAMP)

Participantes:

Carolina Branco de Castro Ferreira (UNICAMP)

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF)

Jardel Fischer Loeck (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC))

Trabalho para Mesa Redonda

Emergência das noções de vício em sexo e amor, saberes e diálogos

Carolina Branco de Castro Ferreira (UNICAMP)

Em minha pesquisa de doutorado tratei da emergência das noções de vício em sexo e amor, a partir de grupos anônimos de ajuda mútua, convenções médicas e mecanismos de popularização destas categorias no Brasil (Ferreira, 2012). Nessa apresentação trato das teorias nativas do vício em sexo e/ou amor as quais envolvem aspectos físico-morais, horizontes éticos afetivo-sexuais criados a partir de práticas pedagógicas no âmbito amoroso-sexual e expertises médico sociais co-produzidas entre categoria leigas, médicas e ativistas. Ainda, abordo como as itinações em busca de cuidados sexuais e no campo amoroso envolvem uma “conversa” com a figura do terapeuta no campo de saberes psi, bem como com a de “usuário” de serviços públicos de cuidado e de saúde. Minha análise busca compreender a topografia e diferenças desses processos mencionados acima, a partir das possibilidades e constrangimentos associados às marcas da experiência social.

Trabalho para Mesa Redonda

O surgimento da figura legal do "paciente", através dos habeas corpus para cultivo de maconha no Brasil

Frederico Policarpo de Mendonça Filho (UFF)

A partir da década de 2010, se iniciou um processo de mudança na regulamentação sobre os usos da maconha no Brasil. Até então completamente proibida, dois canabinóides da planta passaram a ser permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): o CBD, em 2015, e o THC, em 2016. De imediato, essas mudanças facilitaram a vida dos que têm



prescrição médica e fazem tratamento com o extrato da planta. No entanto, a regulamentação ainda não avançou sobre a produção da matéria-prima, isto é, o cultivo da planta continua sendo proibido em solo nacional. Hoje em dia, os pacientes têm as seguintes opções para ter acesso à maconha no Brasil: comprar nas farmácias, importar diretamente de empresas ou adquirir através nas associações canábicas que conseguiram na justiça a permissão para distribuir para seus associados. Essas opções, no entanto, são caras e o custo do tratamento médico com a maconha continua alto. O tratamento depende de uma série de fatores, mas é possível afirmar que o custo mensal gira em torno de 2 a 5 mil reais. Além de ser um valor alto para a realidade brasileira, é preciso ainda considerar que a maioria dos que se tornam pacientes tem que lidar com condições de saúde complexas que compromete seu orçamento com outros tratamentos e medicamentos. Para lidar com essas dificuldades de acesso, alguns pacientes passaram a elaborar ações judiciais para diminuir o custo e a burocracia, na forma de habeas corpus para o cultivo doméstico com a finalidade da produção artesanal da maconha. A ideia básica é: o próprio paciente cultiva a maconha e produz os extratos que precisa em casa. Com a justificativa de garantir o direito à saúde, os tribunais de justiça em todo o país passaram a reconhecer e avaliar esses pedidos de habeas corpus. Atualmente, há no Brasil mais de dois mil pacientes que cultivam maconha em casa graças ao habeas corpus, de acordo com meus interlocutores advogados. Assim, ao invés de fugir, se esconder ou evitar, as pessoas passaram a buscar o sistema de justiça para demandar o acesso legal à maconha. Com essa postura, é possível identificar uma mudança no ativismo canábico, que girava em torno da defesa do direito do “usuário”, em oposição ao “traficante” e ao “viciado” (e outras categorias de acusação similares). Agora a figura do “paciente”, estava no centro das discussões. Não se tratava mais de reivindicar o direito individual ao uso, ou de denunciar a violência policial implicada na política de drogas repressiva. Com a entrada do “paciente”, o debate público sobre a maconha passou a ser também uma questão de saúde. Nesta apresentação discuto o surgimento da figura legal do “paciente”, através dos habeas corpus para cultivo de maconha no Brasil.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_344_77808818_499871.pdf

MR 75: Vissungos: de língua de segredo a patrimônio cultural

Vissungos são cantos rituais em língua de origem africana misturada com o português falado no Brasil. Pesquisados desde 1928 por Aires da Mata Machado em São João da Chapada, Diamantina, Minas Gerais, eram cantados por remanescentes de escravizados no trabalho do garimpo de diamantes, em rituais religiosos e fúnebres. As letras eram expressão de uma “língua secreta”, utilizada para uma comunicação discreta e instrumento de transmissão da cultura e de referências identitárias. Na Comunidade Quilombola do Baú, Milho Verde/Serro, a língua foi difundida até a década de 1930. Nesses quase cem anos circularam pela cultura nacional (música, teatro, cinema) destacando-se na voz de Clementina de Jesus. Hoje ocorrem nos cantos da Folia de Reis da Comunidade Quilombola Quartel Indaiá, Diamantina, e dos Catopês das festas de Nossa Senhora do Rosário de Serro, formados por quilombolas do Baú e Ausente. Ivo Silvério,

morador de Milho Verde, é principal referência viva como conhecedor e pesquisador dos vissungos. Artistas negros moradores de grandes cidades, por sua vez, retomam os cantos como parte da constituição de suas identidades, revigorando a luta antirracista. A mesa pretende abordar a abrangência cultural dos vissungos, seus sentidos rituais, a transmissão e circularidades que têm contribuído para sua vitalidade e ressignificação, neste momento em que estão em processo de registro pelo Inventário Nacional da Diversidade Linguística, vinculado ao PNPI/IPHAN.d

Coordenação:

Oswaldo Giovannini Junior (UFPB)

Debatedor(a):

Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

Participantes:

Luciano Mendes de Jesus (ELT)

Enilson Clemente Viríssimo (Catopê de Milho Verde)

Geraldo Soterio Verissimo (Catopê de Milho Verde)

MR 76: “Qual o lugar da Antropologia na Educação Básica?”: ensino, pesquisa, aprendizagem e fazeres.

As experiências exitosas da participação em reuniões acadêmicas como a RBA (2022), XIV RAM (2023) com grupos de trabalho, mesas redondas e publicações variadas, as quais reuniram pesquisadores/antropólogos/professores de distintas partes do Brasil, mostra a importância de trazermos, para o debate acadêmico, a discussão sobre o papel e o lugar da Antropologia na Educação Básica. As pesquisas e reflexões desta mesa redonda intentam contribuir para o campo dos estudos voltados ao ensino da Antropologia na e para além da interface com a sala de aula, buscando ampliar, assim, o diálogo sobre a prática educadora e suas articulações com as diferentes metodologias de ensino, entre elas a etnografia, e os diferentes espaços de socialização e aprendizagem, a história do ensino de Antropologia na educação básica, a Antropologia no currículo, nos livros didáticos e nos espaços escolares, conteúdos antropológicos, formação de professor(a)s para atuação na educação básica, Técnica e Profissional, e as estratégias de transposição didática da Antropologia na educação básica. Dessa forma, objetivamos inaugurar um espaço permanente de reflexão sobre a presença e a importância da Antropologia na educação básica.d

Coordenação:

Gekbede Dantas Targino (IFPB)

Debatedor(a):

Lívia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO)

Participantes:

Andréa Lúcia da Silva de Paiva (UFF)

Robson Campanerut da Silva (IFCE)
Tatiana Bukowitz (Colégio Pedro II)



Minicursos

MC 01: Entre o terreno e o campo: perspectivas do fazer-etnográfico entre Brasil e Portugal

Este minicurso estrutura-se a partir da noção de pesquisa de terreno, a qual perpassa o fazer-etnográfico antropológico numa perspectiva transdisciplinar, que se desenvolve em Portugal, em certa medida dialogando também com o cenário da antropologia brasileira. O objetivo é oferecer às/ aos participantes um quadro de referências teóricas, metodológicas e empíricas, que permita uma reflexão crítica sobre as práticas de pesquisa no contexto português e brasileiro. A proposta emerge a partir do diálogo entre pesquisadoras/es brasileiras/os e portuguesa/es, com vistas a ampliar os debates acerca do tema e contribuir para a consolidação de redes pesquisa internacional e de reflexão sobre o fazer-etnográfico. O minicurso divide-se em três eixos: 1) introdução à pesquisa de terreno, demonstrando as práticas e técnicas características deste modo de conceber a pesquisa etnográfica; 2) experiências de pesquisa no Brasil e em Portugal; 3) a produção de conhecimento antropológico articulado a partir das dinâmicas de mobilidade e de migração e as questões éticas da pesquisa de terreno. d

Coordenação:

Handerson Joseph (UFRGS)

Rita Ávila Cachado (ISCTE)

Ministrante

Otávio Raposo (ISCTE)

Ministrante

Maria Carmencita da Felicidade Job (UFRGS)

Ministrante

Joanna Munhoz Sevaio (UFRGS)

MC 02: Estratégias de publicação, escrita acadêmica e o campo editorial em Antropologia

O Minicurso (MC), proposto pela Comissão Editorial de Periódicos Científicos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e realizado pela Revista Novos Debates (ABA), aborda a produção científica em revistas e periódicos acadêmicos nas Ciências Sociais e Antropologia. Uma primeira edição deste MC ocorreu durante a XIV RAM em 2023 e dada sua bem-sucedida recepção, estamos ofertando-o mais uma vez. O objetivo deste MC é capacitar estudantes de Ciências Sociais e Antropologia, familiarizando-os(as) com práticas editoriais, estruturação de

artigos acadêmicos e diversas formas de publicação científica, fundamentais para suas trajetórias acadêmicas. Assim, destinado a estudantes de diversos níveis, o MC busca familiarizar os(as) participantes com o ambiente das publicações científicas, tão importante para consolidação de trajetórias acadêmicas. Estruturado em três sessões, a primeira discute “ Fluxos Editoriais, ética e boas práticas de publicação”, abordando aspectos editoriais, a avaliação do Qualis Capes, estratégias de publicação e normas acadêmicas. A segunda sessão, “ Estruturas de um artigo acadêmico em Antropologia”, focaliza os elementos essenciais de um manuscrito inédito, diferenças entre ensaios e artigos, e a transformação de trabalhos em artigos científicos. A terceira aborda “ Outras formas de publicação científica”, apresentando variedades acadêmicas como resenhas, entrevistas e ensaios fotográficos.d

Coordenação:

Mariane da Silva Pisani (UFPI)

Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Ministrante

Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Ministrante

Virgínia Squizani Rodrigues (UFSC)

Ministrante

Lucas Maroto Moreira (UFBA)

MC 03: Guerra em Gaza e a questão palestina: Contextos, representações, mobilizações

Este minicurso tem como objetivo trazer uma perspectiva histórica e antropológica para a compreensão do contexto de violência, segregação e colonização pelo qual passou e passa a Palestina como sociedade e território sob ocupação e controle militar de Israel. Considerando o nível de violência dos eventos que aconteceram recentemente em Israel, Gaza e, mesmo, na Cisjordânia, torna-se importante e urgente discutir os contextos, discursos e efeitos mobilizadores da questão palestina e da ocupação e controle israelense da Cisjordânia e Gaza desde 1967. A Guerra em Gaza iniciada em 2023 já promoveu o deslocamento forçado de cerca de 2 milhões de habitantes do território, e a morte de mais de 21 mil pessoas, sendo 70% delas mulheres e crianças. A centralidade da Questão Palestina e da Guerra em Gaza para uma reflexão antropológica comprometida com os Direitos Humanos e os direitos de povos originários em terem autonomia e soberania em seus territórios, em oposição a projetos coloniais e/ou nacionais que visam sua despossessão, confinamento, segregação e submissão, foi reconhecida em notas contundentes feitas pela American Anthropological Association (AAA) e pela European Association of Social Anthropologists. A própria ABA reconheceu a importância da questão, realizando um webinar e uma nota a respeito. Assim, curso pretende trazer elementos

informativos e analíticos que permitam uma compreensão complexa e profunda da questão para a comunidade antropológica no Brasil. d

Coordenação:

Francirosy Campos Barbosa (USP)

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF)

Ministrante

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF)

Ministrante

Francirosy Campos Barbosa (USP)

Ministrante

Silvia Montenegro (conicet)

MC 04: Mapeamento das Coleções Etnográficas e desenvolvimento de banco de dados com software Tainacan™

Desde 2018, o Comitê de Patrimônios e Museus da ABA realiza o Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil, por meio de articuladores regionais. Em 2022, o projeto foi aprovado no Edital Pró-humanidades do CNPq, quando foi formada uma rede de pesquisadores multidisciplinar com bolsistas da antropologia, museologia, história, produção cultural e TI de universidades brasileiras de todo Brasil, com o objetivo de desenvolver uma plataforma do software Tainacan™ - sistema de gerenciamento de dados para instituições culturais - com disponibilização da localização de objetos e coleções etnográficas em museus brasileiros para o conhecimento dos detentores, pesquisadores e público em geral. O objetivo desta oficina é abordar a Tecnologia da Informação (TI) e o processo de transformação digital relacionado a acervos bibliográficos, arquivísticos e museográficos, as ferramentas de TI e o impacto social da Informática e dos sistemas computacionais na organização, nos métodos de acesso a informações e na gestão de banco de dados. Relacionando o uso dessas tecnologias à antropologia, para que os participantes também possam alimentar a plataforma do Mapeamento das Coleções Etnográficas - que será lançada no evento Pré-34^aRBA do Comitê de Patrimônios e Museus - bem como, elaborar projetos nas áreas de museus, patrimônios e restituições digitais ou não.d

Coordenação:

Geslline Giovana Braga (UFRN)

Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

Ministrante



Adriana Russi Tavares de Mello (UNIRIO)

Ministrante

Marco Brandão (UFF)

Ministrante

Jully dos Reis Feitosa da Silva (UFF)

Oficinas

OF 07: O quê e Quem (não) contam os números: metodologias colaborativas para mensurar as violências de Estado

A oficina retoma curso de extensão ministrado pela proponente na Universidade Federal do Paraná (UFPR), e avança na direção de refletir sobre os resultados parciais de um dos eixos do projeto ABA/FORD sobre Territorialidades, Meio Ambiente, Violência Estatal e Direitos Humanos. Centrada na análise antropológica de narrativas numéricas, a oficina pretende reunir pessoas com (ou interessadas em) pesquisas e ativismos dedicados a identificar, mapear e registrar diferentes formas de violações perpetradas pelo Estado em diferentes configurações e contextos. Interessa-nos provocar o intercâmbio de ferramentas, experimentos e incursões, principalmente em colaboração com movimentos e organizações sociais, para mensurar violências de Estado, como aquelas perpetradas, por exemplo, contra pessoas encarceradas e seus familiares; contra pessoas LGBTQIA+; mulheres; povos indígenas e populações tradicionais.d

Coordenação:

Karina Biondi (UEMA)

Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Ministrante

Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Ministrante

Juliana Farias (UERJ)

Ministrante

Eriki Aleixo de Melo (UFAM)

OF 01: Confabulações tecnopoéticas e imaginações mediadas por IAs

A IA está presente em nosso cotidiano por meio de softwares, programados para automatizar tarefas simples, desde bots de pesquisa até assistentes pessoais. Destarte plataformas online de síntese de imagens, como DALL-E 2 e Stable diffusion, criam imagens a partir de comandos como “/imagine”, seguido de palavras-chave ou pequenos textos. Há nesse processo imaginativo, um engajamento entre algoritmos e humanos, pois quando pedimos às máquinas que imaginem elas respondem de acordo com o contexto descrito e os detalhes fornecidos pelo humano. Por outro lado, elas nos farão imaginar a partir de elementos imprevistos, suscitando novas questões

e ideias. A expansão dos recursos fornecidos pela IA gera questões éticas importantes, especialmente quando pensada em associação à ideia de verdade. Ademais, em um mundo cada vez mais individualista, a automação de atividades criativas, tanto a estilos quanto às emoções, deve ser problematizada. Nesta oficina, pretendemos experimentar ferramentas de geração de imagens, compreendendo o engajamento entre humanos e máquinas como uma forma de confabulação tecnopoética. Interessa-nos pensar e discutir de que modos as ferramentas de geração de imagens criam novos instrumentos científicos, ampliam a capacidade humana de produzir narrativas a partir das pesquisas de campo e, por fim, quais as implicações ético-estéticas, poéticas e políticas da popularização das imagens produzidas por IAs, considerando o campo da antropologia visual e multimodal.d

Coordenação:

Daniele Borges Bezerra (UFPEL)

Jesus Marmanillo Pereira (UFPB)

Ministrante

A prática da Biodanza no SUS como caminho de aproximação intergeracional

Juliane Cristina Helanski Cardoso (Unicamp)

O Brasil vem caminhando de maneira acelerada em direção à velhice e à longevidade. No entanto, a sociedade brasileira não enxerga a pessoa idosa em sua integralidade, tampouco reconhece a pluralidade dessa etapa da vida. Nesse sentido, o fator que vem precarizando a saúde e ocasionando mortes precoces é a discriminação etária, que provoca isolamento social e onera a economia. Essa discriminação, também conhecida como idadismo, diz respeito as ideias estereotipadas que criamos, aos preconceitos que experimentamos e a discriminação em relação à idade, ao envelhecimento e à velhice. Trata-se de um preconceito que pode interferir no olhar dos indivíduos para si mesmos e provocar conflitos entre gerações. Este trabalho pretende contribuir para a reflexão sobre a inclusão, no Sistema Único de Saúde (SUS), de práticas que promovam a aproximação entre gerações como uma estratégia de enfrentamento do preconceito contra pessoas idosas. As reflexões a seguir emergem de uma pesquisa de Doutorado em Saúde Coletiva e, portanto, são recortes de um estudo em andamento. O estudo está sendo realizado com um grupo de 10 mulheres idosas participantes de práticas integrativas e complementares (PICS) em um Centro Municipal de Saúde do município do Rio de Janeiro no município do rio de Janeiro. O projeto está de acordo com os preceitos éticos da resolução CNS n 466/2012, tendo sido submetido e aprovado pelo Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob parecer número 5.473.135. A fala “o jovem precisa ser mais educado com a pessoa idosa” de uma das participantes, traz relevo para esse insulamento dos grupos etários que polariza, distancia e solda cada geração em suas representações idadistas. Algumas das narrativas, ratificam a ideia de que, é um grupo que promove saúde há 19 anos. Entretanto, ao mesmo tempo que esse fato, emerge como irrefutável, permite que se vislumbre os potenciais benefícios de um entrelaçamento intergeracional. As polarizações intergeracionais percebidas nas narrativas das participantes deste estudo apontam para um longo caminho a ser percorrido. No entanto, elas

também dão pistas de que as próprias engrenagens de assistência do SUS tem potência para arrefecer essa polarização intergeracional. Portanto, considerando que hoje as práticas exclusivas para pessoas criem mais muros do que pontes, cabe a nós pensar no engendramento de propostas que as tornem permeáveis ao público de outras gerações.

OF 02: Desenho-conhecer e outras amarrações antropológicas

Essa oficina é parte das atividades do Prêmio Pierre Verger e visa explorar potenciais do conhecimento antropológico pelo desenho e pelo bordado, conectando ministrantes com experiência em artes visuais, antropologia e arte-educação a participantes que se interessem em descobrir modos de fazer etnografia e compor saberes através dessas práticas. A oficina tem três sessões, oferecidas por Alexandre Alexandrino, antropólogo e artista, com ênfase em processos de construção de visualidades afro-ameríndias; pela antropóloga Ralyanara Freire, que conduzirá uma atividade com a arpillera, prática de bordar histórias, articulando narrativas da vida cotidiana à resistência contra a violência e o colonialismo; pela antropóloga, quadrinista e arte-terapeuta Rachel Paterman e a antropóloga Júlia Misto Rodrigues, em torno do desenho etnográfico. Atuarão como coordenadoras/mediadoras as antropólogas Tatiana Lotierzo, Sophia Pinheiro, Karina Kuschnir e Aina Azevedo.d

Coordenação:

Aina Guimarães Azevedo (UFPB)

Ministrante

Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO)

Ministrante

Rachel Paterman (Fiocruz)

Ministrante

Alexandre Silva (UFPA)

OF 03: Dicas para pedir financiamento para chamadas da Wenner-Gren

Esta oficina visa compartilhar ferramentas para facilitar a obtenção de financiamentos da Wenner-Gren Foundation, com foco nos Dissertation Fieldwork Grant e Engaged Research Grant. Serão abordarão elementos do "grant writing": como estruturar respostas, discutir bibliografia e definir a contribuição do projeto. Além disso, a oficina visa contribuir para a pluralização de vozes no fazer antropológico. Priorizaremos participantes negres, indígenas, quilombolas, pessoas trans/travestis, ciganes e pessoas com deficiência (PcD). Desafiando as

diversas desigualdades que estruturam e norteiam os rumos do país, assim como da disciplina, essas estudantes recusam a posição de “pesquisadas” e tomam para si o lugar de produtoras do conhecimento científico. A oficina busca auxiliá-las na captação de recursos, promovendo um ambiente coletivo de produção de conhecimento e fortalecendo as candidaturas ao financiamento. As duas primeiras sessões discutirão o Dissertation Fieldwork Grant. A primeira será exclusiva para participantes de um programa de desenvolvimento de projetos de sete semanas. Na segunda sessão será realizada uma discussão intensiva sobre estratégias de solicitação desse financiamento. Participantes dessa sessão devem trazer um rascunho completo do projeto (em inglês ou em português). Finalmente, na terceira sessão, abordaremos o Engaged Research Grant, que apoia parcerias de pesquisa com grupos que têm sido historicamente objetos de investigação antropológica.

Coordenação:

Luísa Reis Castro (Universidade do Sul da Califórnia (USC))

Brendane Arrica Tynes (Wenner-Gren Foundation)

Ministrante

Brendane Arrica Tynes (Wenner-Gren Foundation)

Ministrante

Vinícius Venancio de Sousa (Max Planck Institute for Social Anthropology)

Ministrante

Danilyn Rutherford (Wenner-Gren Foundation)

OF 04: Direitos Humanos, Políticas Públicas e Antropologia

A partir da experiência de uma rede formada por seis grupos de pesquisa liderados por antropólogas em universidades no estado do Rio de Janeiro, a oficina pretende estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre a relação entre direitos humanos e políticas públicas a partir da perspectiva antropológica. Para tanto, a atividade se desenvolverá em três sessões. A primeira será dedicada a uma reflexão teórico-conceitual acerca dos direitos humanos, abordando o caráter polissêmico dessa categoria tão presente no cotidiano e ainda pouco compreendida. A segunda versará sobre a relação entre os direitos humanos e as políticas públicas, abordando as implicações teóricas e práticas dessa última categoria nas sociedades democráticas. A terceira discutirá o papel do antropólogo e da ciência antropológica nesse campo, as distintas formas de atuação e as contribuições para a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento às violações desses direitos. Ao longo das sessões, pretende-se trabalhar situações empíricas relacionadas a estudos etnográficos em torno de temas como: violência institucional e demandas por justiça, refúgio e migrações, habitação, educação e desigualdades urbanas, meio ambiente e povos tradicionais, modos de governo e desigualdades de gênero. Com isso, a oficina busca construir

um espaço fértil de interlocução e produção de conhecimento em torno de questões fundamentais nas plataformas atuais das ciências sociais e na agenda política e social.d

Coordenação:

Lucia Eilbaum (UFF)

Deborah Bronz (UFF)

Ministrante

Gisele Fonseca Chagas (UFF)

Ministrante

Leticia Carvalho de Mesquita Ferreira (UFRJ)

Ministrante

Leticia de Luna Freire (UERJ)

OF 05: Drama, performances e suas Antropologias: breve mergulho entre técnicas teatrais e saberes tradicionais no giro da decolonialidade

A partir da experiência de uma rede formada por seis grupos de pesquisa liderados por antropólogas em universidades no estado do Rio de Janeiro, a oficina pretende estimular o diálogo e a reflexão crítica sobre a relação entre direitos humanos e políticas públicas a partir da perspectiva antropológica. Para tanto, a atividade se desenvolverá em três sessões. A primeira será dedicada a uma reflexão teórico-conceitual acerca dos direitos humanos, abordando o caráter polissêmico dessa categoria tão presente no cotidiano e ainda pouco compreendida. A segunda versará sobre a relação entre os direitos humanos e as políticas públicas, abordando as implicações teóricas e práticas dessa última categoria nas sociedades democráticas. A terceira discutirá o papel do antropólogo e da ciência antropológica nesse campo, as distintas formas de atuação e as contribuições para a promoção dos direitos humanos e o enfrentamento às violações desses direitos. Ao longo das sessões, pretende-se trabalhar situações empíricas relacionadas a estudos etnográficos em torno de temas como: violência institucional e demandas por justiça, refúgio e migrações, habitação, educação e desigualdades urbanas, meio ambiente e povos tradicionais, modos de governo e desigualdades de gênero. Com isso, a oficina busca construir um espaço fértil de interlocução e produção de conhecimento em torno de questões fundamentais nas plataformas atuais das ciências sociais e na agenda política e social.d

Coordenação:

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Ministrante

Robson Corrêa de Camargo (UFG)

Ministrante

Pâmilla Vilas Boas Costa Ribeiro (USP)

Ministrante

Luiz Antônio Nascimento Cardoso (Núcleo de Artes Afro-Brasileiras (sediado no campus da USP))

OF 06: Éticas em pesquisa e o espírito cartorial do sistema CEP/CONEP: desafios para a antropologia

A proposta desta Oficina consiste em apresentar, em linhas gerais, o sistema CEP/CONEP (Comitês de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), desenvolver discussões sobre a regulação e a governança científica no domínio da ética em pesquisa com seres humanos no Brasil e aprofundar reflexões sobre os desafios enfrentados por antropólog@s diante das exigências impostas por esse sistema. Buscaremos expor e analisar as dificuldades, barreiras e alternativas que permitam suplantar as amarras burocráticas e cartoriais estruturantes do sistema, bem como os caminhos para que ele auxilie pesquisador@s e garanta direitos fundamentais a participantes de pesquisas. Cada sessão da oficina identificará algumas dinâmicas do sistema, suas lógicas de regulação, seus efeitos para pesquisas em diferentes âmbitos e grupos e que alternativas existem para trocas parceiras entre pesquisador@s e pareceristas de CEPs. Também abordaremos as consequências do PL 7082/2017 para as ciências humanas e sociais. A Oficina se engaja nas atividades do Comitê de Ética em Pesquisa nas Ciências Humanas da Associação Brasileira de Antropologia, cujo objetivo é difundir esse campo e produzir melhores entendimentos das dinâmicas de governança da ética científica. Serão, por fim, pautados casos que exemplificam a diversidade das práticas etnográficas e como já foram ou não possíveis diálogos entre perspectivas plurais de garantias éticas e o espírito cartorial do sistema CEP/CONEP.d

Coordenação:

Hully Guedes Falcão (Fiocruz)

Fábio Reis Mota (Departamento de Antropologia)

Ministrante

Eliene Rodrigues Putira Sacuena (UFPA)

Ministrante

Percepções de uma antropóloga a partir de sua experiência como coordenadora de um CEP de Humanidades: muitos aprendizados!

Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer (USP)

Há pelo menos 5 décadas, tornou-se central, na antropologia, refletir a respeito de com quem e como antropólog@s se relacionam em seus trabalhos de campo. Embora para os primeiros etnógrafos – homens brancos, de metrópoles europeias e estadunidenses – não estivesse em questão explicar aos seus “exóticos objetos de estudo” por que e para que estavam ali, nem lhes pedir permissão para permanecer, interagir e publicar registros e interpretações, eles logo perceberam que, para suas pesquisas prosperarem, elos de confiança eram necessários. À medida que a antropologia questionou e reviu suas marcas coloniais de nascença e que guinadas epistemológicas a reconfiguraram, mudando, inclusive, o perfil dos primeiros antropólogos, objetos se tornaram sujeitos, interlocutores, participantes e coautores cada vez mais cientes do direito a serem esclarecidos dos objetivos dos trabalhos antropológicos, dos riscos que podem correr ao deles participarem, dos benefícios que lhes podem advir e do caráter necessariamente voluntário de seus consentimentos. Esse longo processo, incrementado na 2ª metade do século XX e, principalmente, nas duas primeiras décadas deste século, foi concomitante ao que também se passou no campo da ética em pesquisas nas áreas da saúde. Após as atrocidades realizadas em corpos humanos, em nome da “ciência”, durante a 2ª Guerra Mundial, seguidas do advento da Declaração Universal do Direitos Humanos, surgiu a bioética como um guia para as pesquisas científicas em geral. Muito do que esse movimento de ideias e atitudes passou a preconizar, já constava das preocupações e cuidados de antropólog@s em campo, mas logo surgiram textos que passaram a registrá-los, como, no Brasil, o "Código de ética do antropólogo e da antropóloga", criado na gestão 1986/1988 da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e alterado na gestão 2011/2012. Na 1ª sessão desta oficina, além de uma breve retomada desse contexto histórico-político, apresentarei o Sistema CEP/CONEP (Comitês de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), vinculado ao CNS (Conselho Nacional de Saúde) e ao Ministério da Saúde. Destacarei aspectos das principais Resoluções em vigor (466/2012 e 510/2016) e da Plataforma Brasil, e pontuarei desafios enfrentados pelo CEP-FFLCH-USP (Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo), um dos poucos, no Brasil, exclusivamente voltado para as CHS (Ciências Humanas de Sociais). Coordeno-o, desde dezembro de 2019, quando foi criado, e colocarei em debate, por exemplo, casos de dispensa de RCLE (Registros de Consentimento Livres e Esclarecidos), bem como os limites e potencialidades de sua exigência.

OF 08: Prêmio Pierre Verger : diálogos sobre filmes etnográficos

O Prêmio Pierre Verger, foi criado em 1996 pela Associação Brasileira de antropologia (ABA) e é promovido bianualmente pelo Comitê de Antropologia Visual (CAV). O Prêmio Pierre Verger é um dos principais festivais competitivos de obras fílmicas, fotográficas e gráficas produzidas no âmbito de pesquisas antropológicas na América Latina. Nesta Oficina, propomos um espaço de debate e reflexão com autores/as dos Filmes Etnográficos selecionados pela Comissão Organizadora da edição de 2024. Considerando a relevância e amplitude deste Prêmio, bem como a complexidade, o investimento epistêmico, sensível, técnico, metodológico e estético

envolvidos na preparação dos filmes concorrentes, convidamos especialistas para discorrerem sobre as obras fílmicas e interagirem com seus/suas autores/as. Através da partilha com estes profissionais e com o público, pretendemos problematizar o lugar assumido pela linguagem imagética nestas pesquisas, seja associando a exposição a experiências etnográficas singulares, seja como lugar de pensamento e experimentação do próprio tema e das escolhas formais e narrativas do filme. Trata-se de uma oficina que pretende problematizar o lugar assumido pela linguagem imagética nas pesquisas antropológicas a partir das obras fílmicas selecionadas na Mostra, com a participação de três especialistas convidados, autores dos filmes, e dirigidas a um público mais amplo d

Coordenação:

Lisabete Coradini (UFRN)

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Ministrante

Imagem-percepto: experiências perceptuais no filme etnográfico

Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Essa apresentação busca abordar filmes etnográficos, que visam captar experiências perceptuais humanas e mais que humanas, bem como discutir os desafios de filmar sensações que são dificilmente transladadas para o aparato tecnológico de filmagem. Diante dos desafios de translação, a proposta é discutir modos de estranhamento interno a própria linguagem do filme etnográfico com vias a produzir imagens-perceptos com efeitos semelhantes a experiência perceptual.

Ministrante

Filmes Indígenas: práxis e cosmopolíticas

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Na atualidade, os cinemas indígenas são feitos por muitos coletivos, por muitas mãos e pelos próprios indígenas, ou em perspectiva colaborativa com os não-indígenas. Dessa forma, há uma gama muito larga do ponto de vista da forma e da linguagem, do conteúdo e da duração, da mise-en-scène e da auto-mise-en-scène. Nosso objetivo é discutir e matizar essas diferenças com o público e as realizadoras e realizadores de filmes apresentados no contexto do Prêmio Pierre Verger.

Ministrante

Conhecimento antropológico e criação fílmica

João Martinho Braga de Mendonça (UFPB)

Diferentes modalidades de relações entre as experiências de pesquisa etnográfica e de criação fílmica se mostraram possíveis ao longo da história do filme etnográfico, em toda sua extensa gama de nacionalidades, regionalidades, interioridades, metodologias, estéticas, linguagens, autorias e agências. Espera-se refletir e debater com realizadoras e realizadores de filmes as

características destas relações nos diferentes filmes atualmente selecionados para o Prêmio Pierre Verger. Questionar, por exemplo, as articulações entre imagens fílmicas e inserção no campo de pesquisa, temporalidades da pesquisa e da realização fílmica, metodologias de produção fílmica e formas de distribuição, roteiro de produção e de edição, ética de abordagem e pós-produção, estética

OF 09: Prêmio Pierre Verger: Diálogos sobre Fotografia

O Prêmio Pierre Verger (PPV), criado em 1996 pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA), consolidou-se como espaço incontornável para a circulação de pesquisas antropológicas expressas por meio de fotografias, filmes e desenhos. As obras premiadas passam a integrar um circuito de Mostras Itinerantes do Prêmio Pierre Verger, que percorrem várias regiões do país e do exterior. Nesta Oficina, a proposta é abrir o diálogo com realizadores e realizadoras sobre a relevância da pesquisa com e por imagens para os estudos etnográficos empreendidos, sendo uma ocasião especial para o debate e a reflexão acerca dos processos de pesquisa com fotografias. Esse espaço será um lugar de diálogos sobre ensaios, obras e instalações fotográficas, seus processos de construção de narrativas, formas edição, montagens, dimensões estéticas e éticas e poéticas. Considerando a relevância do PPV, especialistas serão convidadas e convidados para comentarem as obras, ensaios e instalações fotográficas, interagindo com realizadoras e realizadores participantes da Oficina. Cada uma das duas sessões previstas contará com um debatedor ou uma debatedora e o objetivo será gerar reflexões e celebrarmos a Mostra do PPV e os realizadores e realizadoras que a tornaram possível o PPV, estimulando jovens pesquisadoras e pesquisadores a pensar a imagem como modo de conhecimento antropológico.d

Coordenação:

Fabiana Bruno (IFCH-Departamento Antropologia/ LA'GRIMA)

Edgar Nunes Corrêa (UFMG)

Ministrante

Cláudia Turra Magni (UFPEL)

Ministrante

José Duarte Barbosa Júnior (IFRN)

Ministrante

Felipe Camilo Mesquita Kardozo (UFC)

OF 10: Protocolos Autônomos em contextos de Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos de Povos e Comunidades Tradicionais

Os protocolos autônomos de consulta e consentimento prévio, livre e informado são instrumentos jurídicos e políticos elaborados pelos povos e comunidades tradicionais que objetivam a defesa de seus territórios e a manutenção de seus modos de vida, para que sejam respeitadas suas especificidades culturais e formas de organização social. São elaborados através do exercício da autodeterminação que exige respeito à temporalidade e organização social de cada grupo. O avanço de grandes empreendimentos sobre os territórios tradicionais tem colocado esse instrumento em disputa, com vistas a viabilização de licenciamentos ambientais e a implementação de projetos desenvolvimentistas. Diante deste contexto, observa-se a tentativa do Estado de trazer a regulamentação deste processo para si. Frente a estes impasses e desafios colocados para os povos e para a prática antropológica, o Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos, juntamente com o Observatório de Protocolos Autônomos Comunitários propõem esta atividade, em continuidade às discussões realizadas na oficina “Desafios no processo de implementação dos Protocolos Comunitários de CCPLI”, ministrada na XIV RAM 2023. Esta edição busca aprofundar as reflexões em torno das experiências de elaboração e implementação desses protocolos, as tentativas de regulamentação do direito à consulta prévia e sobretudo, as formas pelas quais pesquisadores têm se inserido nesses processos na América Latina.d

Coordenação:

Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG)

Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Ministrante

Liana Amin Lima da Silva (UFGD)

Ministrante

Maira de Souza Moreira (MDA)

Ministrante

Diego Antonio Saavedra Celestino (Derecho, ambiente y recursos naturales - Perú)

Prêmios

Prêmio de divulgação científica 2024 (II Edição)

1º lugar

Ginga UFF: a rede social como estratégia de comunicação e difusão científica sobre povos de terreiro no enfrentamento ao racismo religioso

Ana Paula Mendes de Miranda (UFF), Leonardo Vieira Silva (UFF) e Mariana Maiara Soares Silva (UFF)

1º Lugar

Atlas do Pernambuco Indígena

Lara Erendira Almeida de Andrade (INRS) e Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Menção Honrosa

Enegrecendo currículos

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE)

1º Lugar

Antropologia. Ensino, pesquisa e etnografia hoje – Volume 1

Kleyton Rattes Gonçalves (UFC), Marcelo Moura Mello (UFBA), Simone da Conceição Silva (UFF)

Prêmio Lélia González 2024 (III Edição)

Agraciada

MAGIA, ACHO QUE SER MULHER PRETA É UMA COISA MÁGICA: Uma reflexão sobre Solidão da Mulher Preta e sua Dororidade

Dandara Barcellos Dresch (UFRGS)

1º Lugar

Tudo o Que Nóiz Tem é Nóiz: Um Estudo Sobre Narrativas Negras do Jornalismo Brasileiro

Bruno de Castro Brito (PPGAS/UNILAB)

2º Lugar

Identidade e negritude na cidade de Rio Pardo/RS

Adilson Silva da Silva (PPGAS/ UFRGS)

Menção honrosa de Dissertação

Escrevivências de corpos racializados com a assistência médica em Careiro e Manaus, no Amazonas

Rafaele Cristina de Souza Queiroz (UFAM)

Menção honrosa de Dissertação

Nas Fronteiras da AiD\$: experiências com a PrEP em Brasília, Manaus e Recife

Wertton Luís de Pontes Matias (UnB)

1º Lugar

Nos rastos do passado: costuras do tempo na construção do parentesco e da socialidade entre quilombolas do Vale do Jequitinhonha- MG

Yara de Cássia Alves (PPGAS/USP)

2º Lugar

Lutas por creche, lutas do cotidiano: Cuidado e moralidade no ativismo de mulheres no Morro da Polícia

Ranna Mirthes Sousa Correa (PPGAS/UFRGS)

Menção Honrosa

Seguindo as linhas das mulheres pintadas: estudo antropológico do desenho e do pornobomb

Thayanne Tavares Freitas (PPGAS/UFRGS)

Prêmio Antropologia e Direitos Humanos 2024 (XI Edição)

Agraciada

Julgai, Fazendeiros, o vosso interesse: biopolítica e corpos de mulheres escravizadas segundo o saber médico de Jean Baptiste Imbert

Ana Luiza Souza Jesus (UNIVASF)

Menção Honrosa

Por um judiciário com 'perspectiva de gênero': um olhar etnográfico sobre o lugar construído pelo NUDEM/RJ na promoção dos direitos das mulheres vítimas de violência

Júlia Viana Palucci (UFF)

Menção Honrosa

Direitos humanos, transformações e continuidades: uma etnografia da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia

Gabriela Fortunato Castro (UNESP)

Agraciada

A luta pela democracia: moralidades, práticas e limites na magistratura criminal fluminense

Geana Neumeyer Cardoso Benfeita (UERJ)

Menção Honrosa

As promotoras contra o Estado: um olhar antropológico sobre responsabilizações de violências policiais contra jovens categorizados como infratorem

Marina de Oliveira Ribeiro (UNICAMP)

Agraciado

Polícia e direitos humanos: uma problemática (para além) da formação e prática dos agentes militares

Eduardo de Oliveira Rodrigues (Colégio Pedro II)

Agraciada

Internação perpétua à moda brasileira: relatos de uma etnografia de hospital psiquiátrico

Sabrina Melo Del Sarto (UEMS)

Menção honrosa

PARCERIAS OU DOMINAÇÃO? A Relação entre Grandes Projetos e Comunidades Quilombolas no Rio Trombetas, Oriximiná, Pará.

Julienne Pereira dos Santos (UFOPA)

Prêmio Pierre Verger de Filmes, Fotografias e Desenhos Etnográficos 2024

1º Lugar

Fazer-cidade-em-rodas: uma (etno)grafia desenhada sobre os usos e sentidos atribuídos aos carrinhos nas práticas socioculturais em um mercado público paraibano

João Vítor Velame

2º Lugar

Fabulações em laboratórios de antropologia: as experiências no LABareDA

Katianne de Sousa Almeida

3º Lugar

'As pedras têm vida, tem bicho, mato, árvore, cabrito, vaca': o olhar do desenho sobre Paisagem, Trabalho e Patrimônio da lida campeira nos campos dobrados do Alto Camaquã, RS

Flávia Rieth

Menção honrosa

Nossas senhoras: livro de retalhos

Isabella Alves Guimarães

1º Lugar longa-metragem

Ricardo Aleixo: Afro-Atlântico

Rodrigo Lopes de Barros (Harvard); Direção: Rodrigo Lopes de Barros

2º Lugar

Black Rio! Black Power!

Emilio Domingos (PUC-RIO); Direção: Emílio Domingos

3º Lugar

Cantos de Jaguar

Yeimy Araque Contreras (Ninguna); Direção: Yeimy Araque Contreras

1º Lugar

Uma Mulher Comum

Débora Diniz Rodrigues (UnB); Direção: Debora Diniz

2º Lugar

Acervo ZUMVI - O Levante da Memória

Iris de Oliveira Teixeira; Direção: Iris de Oliveira

3º Lugar

Sou Moderno Sou Índio

Carlos Eduardo Magalhães; Direção: Carlos Eduardo Magalhães

Menção honrosa

Jijet - Como estudamos nossos cantos

*Hugo Prudente da Silva Pedreira (Iepé) e coautoria de Liendria Marla Malcher Silva;
Direção: Hugo Prudente e Lia Malcher*

1º Lugar

Espelhos da memória: imagens de arquivo e o resgate do passado

Laura Alves Guimarães (FGV CPDOC), Gabriel Cardoso e Andressa Iremex Apinajé

2º Lugar

O sol daqui é amarelo

Henrique Yoshio Fuzikava (UNICAP)

3º Lugar

Parque Progresso

Nuno Fernando Froes Godolphim (PRODUTOR DE CINEMA)

Menção honrosa

De palha e de ouro

Kelwin Marques Garcia dos Santos (FFLCH-USP)

Prêmio ABA de Ensino de Antropologia 2024 (III Edição)

Trabalho de campo no coração da graduação: relato de uma experiência de ensino na formação de jovens antropólogos/os na Amazônia

Michele Escoura Bueno (UFPA) - Agraciada

Prêmio Lévi-Strauss 2024 (X Edição)

Agraciada

Antifeminismo em gestação: família, educação e gênero no campo político catarinense

Diennifer E. C. Cardozo (UFSC)

Agraciado

entre o céu e a terra: o fazer cinema de Olinda Tupinambá, agenda ambiental, processos germinantes e contracolonial

Leandro Teixeira da Silva (Unesp)

Agraciada

Retratos (Mal)Ditos e a (Des)Educação de Subjetividades Negras na Escola

Samara Almeida Lima Santos (UFRB)

Agraciado

Desenhando paisagens multiespécies: o desenho como ferramenta descritiva-etnográfica no Dique de Cabedelo – PB

Sthevson Lourran de Melo Santos (UFPB)

Agraciado

Da 'nota de pesar' à 'injusta agressão': uma etnografia das narrativas sobre morte escritas pela PMSC

Jo Pedro Barros Klinkerfus (UFSC)

Agraciada

Cada mulher demanda um atendimento diferente: aspectos jurídicos, judiciais e morais na classificação de demandas em um núcleo especializado da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro

Júlia Viana Palucci (UFF)

Menção honrosa

Gêneros Desobedientes: a não-binariedade em perspectiva

Aleixo Fonseca Bueno dos Santos (UFSC)

Prêmio Mário de Andrade 2024 (I Edição)

Agraciada

Chamas, cinzas e lutas: uma etnografia do desastre patrimonial de um Museu Nacional

Mariane Aparecida do Nascimento Vieira

Agraciada

Os Karajás: plumária e etnografia: seguindo uma exposição antiga do Museu Nacional

Marília Caetano Rodrigues Morais (UFRJ)

Agraciada

Mercado Sul é patrimônio cultural: a saga pelo reconhecimento de identidades e práticas periféricas em Taguatinga, Distrito Federal

Ana Luiza Noronha (UnB)

Agraciados/as

Museu da parteira: articulando saberes e tecendo redes

Júlia Morim de Melo, Elaine Muller, Maria dos Prazeres de Souza, Maria das Dores Silva Nascimento (Mãe Dôra), Edileusa Maria da Silva, Juliana Pankararu, Maria Fernanda da Silva, Paula Viana, Marília Pinheiro, Eduardo Queiroga, Hugo Menezes Neto, Marina Maria Teixeira da Silva

Prêmio Heloísa Alberto Torres 2024 (VI Edição)

Agraciada

Evangélicas em (des)igrejamento: interpelações de gênero e sexualidade nas práticas de igreja e desigrejar

Tatiana Bezerra de Oliveira Lopes (UFSC)

Menção Honrosa

O cotidiano da cura: gestão da vida sem o HIV a partir das relações de afeto

Wertton Luís de Pontes Matias (Museu Nacional/UFRJ)



Simpósio Especial

SE 15 - Laicidade e Democracia em Perspectiva

Este Simpósio integra e dá sequência à agenda de atividades da Comissão de Laicidade e Democracia/CLD da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no âmbito das Reuniões Brasileiras de Antropologia/RBA, realizadas em 2020 e em 2022. Reconhecendo a centralidade de modalidades específicas de engajamento político de sujeitos religiosos na arena pública, temos debatido sobre como eles têm construído um lugar de reconhecimento público e como nesses debates se destacam a maneira como a noção de conservadorismo cristão é utilizada e difundida em diversos espaços, bem como os usos de expressões discursivas de intolerância e de racismo religioso na defesa por direitos de uma maioria religiosa brasileira. Na 34ª RBA, convidamos pesquisadores e integrantes da sociedade civil para uma discussão conjunta sobre as formas da atuação pública da religião, considerando as eleições majoritárias de 2024 e como os conservadorismos religiosos têm se articulado em torno de uma agenda moral contra os direitos das mulheres, LGBTs e demais minorias religiosas, sociais e étnicas ganhando importância eleitoral e maior presença na agenda política e na do Estado. Assim, o Simpósio visa contribuir para a reflexão de temas estruturantes da sociedade brasileira ressaltando a validade dos aportes antropológicos para uma análise densa sobre os cenários contemporâneos bem como sua contribuição para uma formação social plural, ética e democrática.d

Coordenação:

Mariana Ramos de Moraes (UFRJ)

Tatiane dos Santos Duarte (UNB)

Sessão 1 - O que a antropologia tem a dizer sobre as ações de Intolerâncias e Racismos Religiosos no território nacional?

Participante(s):

Leonardo Oliveira de Almeida (cebrap)

Patricio Carneiro Araújo (UNILAB)

Taissa Tavernard de Luca (UEPA)

Debatedor(a):

Tatiane dos Santos Duarte (UNB)

Sessão 2 - A vocação antropológica em prol das diversidades: desafios apresentados pelo cenário político.

Participante(s):

Marcelo Tavares Natividade (NEPP-DH-UFRJ)

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

Debatedor(a):

Lia Zanotta Machado (UnB)

Sessão 3 - Roda de Conversa|O papel da sociedade civil no enfrentamento aos conservadorismos religiosos.**Participante(s):**

Célia Gonçalves Souza (FE)

Fátima Regina Gomes Tavares (UFBA)

José Antonio Miranda Sepulveda (UFF)

Mauro Luiz da Silva (PUC MINAS)

Debatedor(a):

Mariana Ramos de Moraes (UFRJ)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Por uma Antropologia da Não Subalternidade: a sociedade, o Estado Brasileiro e o Estado Laico*Célia Gonçalves Souza (FE)*

O racismo religioso e o crescimento do mesmo nas suas mais diversas manifestações: preconceito, intolerância religiosa, feminicídio e mortalidade negra, não são apenas fenômenos sociais, mas um processo de construção coletiva fundamentada na maioria das vezes no silêncio e na omissão. É preciso falarmos desses problemas visando despertar no espaço da academia, do pensar os desafios de quem não está nesse lugar, mas na periferia dos grandes centros urbanos. E o desafio colocado por minha fala será exatamente esse: o de trazer para esse lugar da antropologia o debate sobre o racismo religioso, os preconceitos e os efeitos desses no contexto social. É preciso pensar uma antropologia da não subalternidade, uma antropologia que possa se estabelecer numa compreensão dos fenômenos sociais modernos e seus desafios de compreender as diversas humanidades e como estas se estabelecem no contexto social. A análise das culturas, da sociedade e das diversas e plurais formas linguísticas, devem levar em consideração a sociedade brasileira e seus processos históricos. E falar de racismo é isso. E nesse campo é fundamental para escancarar o que o racismo, o preconceito e ódio são capazes de produzir. E a alternativa que propomos é a de se buscar consolidar uma sociedade e um estado verdadeiramente laico, onde as pessoas sejam livres e respeitadas por ser elas mesmas e não que querem e se esperam delas.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

"Ideologia de Gênero": o legislativo atacando a escola laica?*José Antonio Miranda Sepulveda (UFF)*

Nos últimos anos assistimos a ascensão de uma agenda conservadora no Brasil e no mundo, com fortes implicações na vida cotidiana da sociedade, especialmente no campo da política. Nesta análise que proponho, o conservadorismo é uma categoria histórica, ou seja, deriva de processos sociais através do tempo. Conhecemos o conservadorismo porque frequentemente as

peças se comportam de forma conservadora. Este processo histórico gera certa regularidade de argumentos para situações análogas, o que nos permite observar o desenvolvimento de uma cultura conservadora. Por isso, não é possível se pensar em conservadorismo como uma categoria estática, tanto sociológica quanto antropologicamente. Sendo assim, a proposta desta apresentação é analisar a forma como tal agenda se posiciona em relação a laicidade e seus impactos sociais, principalmente, após as eleições de 2018 no Brasil. Dessa forma, procuro demonstrar como o sintagma ideologia de gênero se mantém vivo dentro do discurso político, especialmente para atacar professores nas escolas, a partir da denúncia de uma suposta doutrinação esquerdista (comunista). Entendo que a construção do dito sintagma é a principal forma de interdição do debate sobre os gêneros e as sexualidades nas escolas e na sociedade brasileira. O argumento da defesa da família, naquilo que hoje se identifica como "pauta de costumes" se constitui como um dos principais elementos de ataque à laicidade e à democracia. *Palavras chave: laicidade; democracia; escola; ideologia de gênero*

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Altars fragmentados, imaginados e redistribuídos Expressões do racismo religioso e intolerância em contextos de exposição pública

Leonardo Oliveira de Almeida (cebrap)

Trago nesta comunicação uma reflexão sobre as formas assumidas pelo racismo religioso e intolerância na cidade de Fortaleza, Ceará, tomando como centro da análise três exposições de objetos afroreligiosos ocorridas em períodos e contextos históricos distintos. Nos três casos, foco no percurso de altares fragmentados e redistribuídos, entendendo que acionam diferentes operações de representação, generalização e atribuição de autoria. Redistribuição e fragmentação são aqui compreendidas como operações distintas, embora bastante entrelaçadas e marcadas por porosidades, cujas características assentam-se, no primeiro caso, na produção de continuidades mágico-religiosas, e, no segundo caso, na interrupção dessas continuidades, que pode se combinar a ações que visam a anulação/controlar de sua eficácia. Essas duas expressões são aqui pensadas em contexto de exposição pública. A primeira exposição, aberta à população fortalezense, ocorreu em 1937, em uma delegacia, como resultado da apreensão de objetos de altares ou mesas de trabalho de Catimbó. O caso é apresentado como uma primeira aproximação à noção de fragmentação, na medida em que evidencia a tentativa de produzir descontinuidades de relações entre objetos e neutralização de sua eficácia, acompanhada da exposição. A segunda exposição, de caráter permanente, encontra-se atualmente no Museu Arthur Ramos e é composta por objetos doados pela polícia em data desconhecida. Nesse caso, a análise estará centrada em uma fotografia de um altar exposta na coleção Sincretismo Religioso. Alguns dos objetos que compõem o altar fotografado também fazem parte da mesma exposição, contribuindo para a existência de um altar imaginado e de operações de persistência da experiência de fragmentação. Por fim, a terceira exposição, chamada Festa, Baía, Gira, Cura, esteve disponível ao público fortalezense no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura por seis meses entre 2023 e 2024, como parte das comemorações de 40 anos de um terreiro. O altar a que me ateno, que é aqui compreendido em uma forma estendida, foi formado a partir da redistribuição de imagens e outros objetos advindos de diferentes terreiros. A exposição em

questão foi alvo de tentativas de fragmentação por parte de representantes do legislativo estadual e, como buscarei argumentar, além de retomar operações discutidas nos dois casos anteriores, é atualizada a partir de dinâmicas contemporâneas. Nesse caso, atendo-me às noções de minorias, maioria cristã e exercício democrático apresentadas como justificativa para a tentativa de fragmentação. As trajetórias dos altares em questão não só apontam para as formas tomadas pelas perseguições e pelo racismo religioso, mas também indicam as dificuldades impostas a essas religiões quanto a sua exposição pública.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Da antipolítica pública bolsonarista à reconstrução de uma política de direitos humanos: limites, tensionamentos, avanços e imobilismos

Marcelo Tavares Natividade (NEPP-DH-UFRJ), Marcelo Tavares Natividade (NEPP-DH/UFRJ)

A apresentação focalizará as principais linhas de tensão na política brasileira com a ascensão do bolsonarismo e suas estratégias de ocupação de pastas e ministérios por conservadores e representantes de grupos religiosos, como foco na política sexual brasileira e suas interseccionalidades. Reflete sobre discursos, conteúdos e mensagens, mas também sobre atos do executivo que indicam retrocessos e desmontes no acesso a serviços, políticas e programas governamentais. Colabora para a avaliação da política sexual brasileira, em particular, aquelas para comunidades LGBTI+, pessoas vivendo com AIDS e e outras, ao abordar a construção de centros e margens, em jogos de forças e disputas entre múltiplos atores sociais. A passagem a um novo e complexo cenário, com a eleição do Presidente Lula para um terceiro mandato, será problematizada nos termos das possibilidades, limites e estratégias para a reconstrução de uma política de direitos humanos dentro de um jogo de forças entre legislativo brasileiro, executivo e seus grupos de interesses. Os fatos são ilustrados com dados sobre documentos, atos oficiais do Estado, decretos, portarias, nomeações, normas técnicas, campanhas, procurando delinear aspectos da avaliação da política sexual brasileira e seus contextos.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Arquiteturas da segregação em um Estado Laico: A edificação de uma cidade intolerante e racista, dedicada a Cristo Rei do Universo.

Mauro Luiz da Silva (PUC MINAS)

Nesta comunicação, apresento uma reflexão sobre a maneira como o exercício pastoral de Dom Antônio dos Santos Cabral, entre os anos de 1923 e meados da década de 1950, buscou materializar no território de Belo Horizonte seu projeto de dominação religiosa. Importante que se diga que tal projeto começou a ser desenvolvido no início do período republicano, após a promulgação da Constituição de 1891, que tinha a laicidade como princípio. A reflexão aqui proposta é fruto de minhas pesquisas acadêmicas e, também, da minha experiência como diretor e curador do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos e coordenador do Projeto de Pesquisa e Centro de Documentação NegriCidade. Belo Horizonte, inaugurada em 1897, foi uma cidade planejada e, para ser edificada destruiu e soterrou o povoado que existia no local, o Arraial do Curral del Rey. O povoado foi construído e habitado por negros. Com a chegada da Comissão



Construtora da Nova Capital de Minas (CCNC), eles foram banidos pela ação higienista do Estado para as periferias e favelas da nova capital. Os idealizadores e construtores da cidade buscaram efetivar um projeto de homogeneização e hegemonização estética e cultural como modelo ideal de cidade urbana moderna e no intuito de compor seu corpo social como expressão e extensão de seu espaço urbano num esforço de apagar a identidade e a memória daqueles que, anteriormente, haviam inscrito ali suas referências identitárias. Com a chegada de Dom Cabral, os negros do antigo arraial e seus descendentes foram segregados novamente pela ação da Igreja. Ele foi o primeiro bispo da nova capital e proibiu a realização dos festejos do Reinado de Nossa Senhora do Rosário em templos católicos. Mas não só isso. Ele tinha como projeto a construção da Catedral Cristo Rei, que seria o símbolo de seu poder no território belo-horizontino. Ele se baseava no projeto Ultramontano, que defendia o retorno de uma Igreja dogmaticamente mais romanizada. A população negra criou outras formas de manter suas tradições religiosas, mesmo nas periferias e favelas da cidade. Dom Cabral não conseguiu concluir seu projeto, embora suas ideias ainda ecoem, sob novos formatos.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Pauta de costumes e conservadorismo: identidade religiosa e disputa de moralidades no debate legislativo de Bolsonaro a Lula

Naara Lúcia de Albuquerque Luna (UFRRJ)

O governo Bolsonaro terminou em dezembro de 2022. Contudo a eleição de Lula para a presidência da República correspondeu à eleição de um Legislativo ainda mais conservador e inclinado à direita, em virtude do esvaziamento do centro. Parte significativa dessa mobilização para manter a pauta bolsonarista em voga é promovida por parlamentares de identidade religiosa pública, que a mobilizam a fim de se afirmar no debate político, posicionando-se contra os direitos das mulheres e de LGBT. Embora a esquerda tenha mantido ou até ampliado a sua participação no parlamento, sua atuação tem sido tímida, no máximo defensiva em grandes crises, fugindo de temas controversos que podem lhe custar votos. Assim, se contrastado com 2022 (o último ano do governo Bolsonaro), em 2023, aumentou a mobilização contrária à pauta de diversidade sexual. No tocante aos direitos reprodutivos, a mobilização antiaborto é a sombra que paira sobre qualquer discussão. Desta forma, a defesa da família cristã é bandeira empunhada por um segmento considerável, associada à defesa da vida desde a concepção. A tensão se dá contra o protagonismo do Judiciário, uma vez que ações no STF têm sido o único meio de fazer avançar uma pauta progressista em torno do direito das minorias. Assim o voto de Rosa Weber na ADPF 442, ação ajuizada pelo PSOL, favorável à descriminalização do aborto voluntário até 12 semanas incendiou o debate na Câmara dos Deputados. A pressão pelo Legislativo faz o Executivo federal evitar esses temas em claro descompromisso com sua base. A exposição vai se basear em levantamento de propostas legislativas e discursos no portal da Câmara dos Deputados em 2022 e 2023, e na ALERJ e no Senado em 2022.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O posicionamento da Antropologia acerca do racismo religioso no Brasil deve ser um compromisso ético-político com quem historicamente sempre colaborou com o desenvolvimento desta ciência e disciplina

Patricio Carneiro Araújo (UNILAB)

É historicamente sabido que as religiões afro-brasileiras têm sido parte fundamental do campo de atuação da Antropologia no Brasil, figurando ao lado dos povos indígenas como um dos principais repositórios de onde antropólogos retiram parte significativa do material etnográfico com o qual elaboram suas análises. Não obstante esta reconhecida generosidade, nem sempre a premissa maussiana do dar-receber-retribuir se completa, já que muitas vezes a antropologia se detém no segundo movimento, não retribuindo na mesma medida o gesto de quem muitas vezes lhe confia o que há de mais precioso ao seu redor. Ora, tanto a Resolução 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde – CNS (BRASIL, 2016), quanto o Código de Ética da ABA prescreve e enfatiza a importância de que os/as profissionais da Antropologia primem por uma forma de atuação que evite – no máximo – prejuízos aos grupos pesquisados e, sempre que possível, revertam os benefícios resultantes destas pesquisas em favor desses mesmos grupos. O fato é que nem sempre isso acontece, uma vez que no seu métier, antropólogos e antropólogas, após garantirem seus títulos e vantagens curriculares com os materiais recolhidos nos terreiros, se afastam dessas comunidades (às vezes de forma definitiva) abandonando-as em suas lutas por dignidades e direitos, como se a luta política também não abrangesse o papel dos profissionais de antropologia. Quando assim agem, antropólogos e antropólogas assumem o papel de um tipo de “traficantes do simbólico”, cujo sentido vai muito além daquele empregado por Mariza Correia em texto hoje muito conhecido (CORREA, 1987). Nesta intervenção, pretendo problematizar essa forma de atuação dos profissionais da antropologia, no sentido de uma provocação acerca das implicações éticas e políticas na relação histórica entre antropologia e terreiros no Brasil. Não se trata de julgar a antropologia por seus “pecados originais” (LÉVI-STRAUSS, 1956) de outrora ou seus “pecados capitais” contemporâneos (PEIRANO, 2004), mas de problematizar o quanto às vezes somos omissos em relação às lutas daqueles que tanto nos apoiam e ajudam a construir esta ciência e disciplina. Neste sentido, entre outras coisas, aprofundarei a dimensão e os sentidos daquilo que alguns/mas podem chamar de antropólogo/a engajado/a, nativo ou “afetado” (FAVRETTA-SAADA, 2005). Da mesma forma, retomarei uma discussão sobre ética e pesquisa em antropologia que, ao meu ver, deve ser constantemente atualizada em função das dinâmicas contemporâneas de lutas políticas dos grupos com os quais estamos sempre trabalhando. Espero que essa discussão seja uma ocasião favorável para repensarmos nossas metodologias e práticas, além de, oxalá, assumirmos uma atuação da qual não tenhamos, no futuro, que nos envergonhar.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Racismo Religioso no Espaço Escolar: Panorama da Situação Amazônica e Estratégias de Combate

Taissa Tavernard de Luca (UEPA), Patrícia Perdigão (Seduc/Semec - Brlém)

Este trabalho tem por objetivo tercer um panorama do racismo religioso praticado dentro das escolas da grande Belém definindo sua formatação e o prejuízo causado a comunidade afro-religiosa que frequenta o espaço da escola. Na sequência da análise de dados apontaremos estratégias de combate a essa prática e da garantia de equidade. Partiremos do estudo de caso de um projeto de extensão realizado pelo Grupo de Estudos Religiões de Matrizes Africanas na Amazônia vinculado a Universidade do Estado do Pará. Tal projeto se chama Cine-Africanidade Vai a Escola e tem por objetivo adentrar nas instituições de ensino da educação básica promovendo atividades de combate ao preconceito religioso.

SE 01: A noção de periferia e algumas questões transversais: Estado, territórios, cuidados, fluxos e violências

A noção de periferia foi construída em oposição à noção de “centro”, seu par antagônico por excelência. Há alguns anos, as “margens”, conceitualmente elaboradas por Das e Poole, estabeleceram a abordagem quase consensual dos estudos do urbano direcionados às regiões de pobreza nas cidades. Hoje é preciso outro rumo, menos direcionado e fixado para certos territórios da “margem” e mais para os fluxos e as diferenças que os atravessam. As dinâmicas plurais ganham preeminência vis a vis às fronteiras físicas visto que estabelecem diferencialmente seus territórios e relações. A transversalidade ganha importância já que estamos analisando um campo múltiplo que envolve instituições estatais, agências midiáticas, forças religiosas, intervenções judiciais, políticas e interesses econômicos de modo interdependente. Discutiremos as suas faces e os seus fluxos em variadas periferias através dos tópicos: - Políticas de cuidados, tramas institucionais e violência : significados do habitar, seus efeitos e impactos no cotidiano. - Vigilância/segurança: formas de controle e arranjos de poder: há governos plurais, constelados e conflituosos, nas periferias? - Deslocamentos, fluxos, circulação, precariedades: experiências dos moradores frente às hierarquias e aos poderes locais e estatais.d

Coordenação:

Patrícia Birman (UERJ)

Sessão 1 - Políticas de cuidados, tramas institucionais e violência

Participante(s):

Adriana dos Santos Fernandes (UERJ)

Carly Barboza Machado (UFRRJ)

Joana da Silva Barros (UNIFESP)

Debatedor(a):

Regina Célia Reyes Novaes (UNIR)

Sessão 2 - Vigilância/segurança: formas de controle e arranjos de poder

Participante(s):

Edson Miagusko (UFRRJ)
Márcia da Silva Pereira Leite (UERJ)
Mariana Magalhães Pinto Côrtes (UFU)

Debatedor(a):

Cibele Saliba Rizek (USP)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Deslocamentos, fluxos, circulação, precariedades

Participante(s):

Ana Luiza Vieira Gonçalves (UFABC)
Cleiton Machado Maia (UERJ)
Gabriella Duarte Dantas De Biaggi (UNIFESP)
Igor Moreira de Sousa Pinto (SEDUC-CE)
Mariana Tavares Ferreira (SUS)
Nildamara Theodoro Torres (Iniciativa PIPA)

SE 02: Ações Afirmativas: Impactos e Desafios para a Antropologia Brasileira

O Simpósio Especial proposto para a 34ª Reunião Brasileira de Antropologia foca nas ações afirmativas e seu impacto abrangente na Antropologia. Este simpósio visa proporcionar uma discussão profunda sobre como as ações afirmativas estão reformulando o ensino e a prática da Antropologia no Brasil, com uma atenção especial para a importância das comissões de heteroidentificação. Os eixos temáticos detalhados são: 1. Ações Afirmativas: Muito Além das Cotas Exploração da amplitude das ações afirmativas, examinando como vão além das cotas e afetam o ambiente acadêmico e social. 2. Comissões de Heteroidentificação e o Debate Antropológico sobre Identidades e Identificação Análise crítica das comissões de heteroidentificação, abordando seu papel crucial nas políticas de ações afirmativas. Este eixo se concentrará na forma como essas comissões contribuem para o debate sobre identidade e corporalidade, destacando sua relevância no contexto da Antropologia. Ações Afirmativas no Conteúdo do Ensino em Antropologia 3. Avaliação do impacto das ações afirmativas no currículo de Antropologia, com foco na inclusão de uma gama diversificada de perspectivas e autores. 4. Ações Afirmativas e o Mercado de Trabalho Antropológico Discussão sobre como as ações afirmativas estão influenciando as oportunidades de carreira e a prática profissional na Antropologia.d

Coordenação:

Edilma do Nascimento Souza (UNIVASF)
Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

Sessão 1 - Muito além das cotas: ações afirmativas de entrada e permanência e as comissões de heteroidentificação

Participante(s):

Ana Clara Sousa Damásio dos Santos (UNB)
Marina Prado Santiago (UFPB)
Priscila de Alantino Braz Silva (UFRRJ)

Debatedor(a):

Christina Gladys de Mingareli Nogueira (UFPE)

Sessão 2 - Racializando os canônes: a urgência das ações afirmativas no ensino de antropologia

Participante(s):

Beatriz Martins Moura (Ministério das Mulheres)
Daniel Alves de Jesus Figueiredo (UFMG)
Milton Ribeiro da Silva Filho (UEPA)

Debatedor(a):

Carlos Benedito Rodrigues da Silva (UFMA)

Sessão 3 - Roda de Conversa|E agora, para aonde ir: antropologia brasileira e o mercado de trabalho

Participante(s):

Antônia Gabriela Pereira de Araújo (Harvard)
Eliene Rodrigues Putira Sacuena (UFPA)
Juliana Cintia Lima e Silva (Museu Nacional)
Layla Ingridy de Melo Nascimento (UFRN)
Luana Braga Batista (Fundo Agbara)
Mauro Cordeiro de Oliveira Junior (Colégio Pedro II)

Debatedor(a):

Gilson José Rodrigues Junior (IFRN)

SE 03: Antropologia e Saúde: epidemias, iniquidades e o trabalho antropológico

Nas últimas décadas, as situações persistentes e negligenciadas de saúde que atingem o país passaram a ser acompanhadas por novas epidemias de saúde: SARS, Zika e mais recentemente a Covid-19 são alguns exemplos que se articulam a contextos endêmicos, marcadamente disseminados e intensificados por iniquidades raciais, sociais, de gênero, sexualidade, território, entre outras. Neste simpósio especial, organizado pelo Comitê de Antropologia e Saúde, pretende-se colocar em debate: 1) as múltiplas dimensões sociais e políticas de epidemias,

endemias e emergências de saúde, problematizando seus enquadramentos (ou não) como crises, as formas desiguais com que se articulam e os desafios para seu enfrentamento; e 2) os modos com que antropólogas/os/es, em diferentes espaços e modalidades de atuação profissional, são interpeladas/os/es pelos desafios dessas situações de saúde e como lançam mão da bagagem e do repertório da antropologia para pensar e agir diante desses contextos. O simpósio será organizado em duas sessões, com os títulos a seguir: Sessão 1 - "Epidemias, crises, emergências e negligências" e Sessão 2 - "O trabalho antropológico no campo da saúde".d

Coordenação:

Rita de Cássia Maria Neves (UFRN)

Rosana Maria Nascimento Castro Silva (UERJ)

Sessão 1 - Epidemias, crises, emergências e negligências

Participante(s):

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE)

Cristina Dias da Silva (UFJF)

Rozeli Maria Porto (UFRN)

Debatedor(a):

Ednalva Maciel Neves (PPGA)

Sessão 2 - O trabalho antropológico no campo da saúde

Participante(s):

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

Waleska de Araujo Aureliano (UERJ)

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB)

Debatedor(a):

Rogério Lopes Azize (UERJ)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Racismo e Covid19: experiências de mulheres negras profissionais de saúde

Ana Cláudia Rodrigues da Silva (UFPE)

O Brasil foi o país onde mais morreram profissionais de saúde em decorrência da Covid19. Dentre estes, as mulheres negras foram as mais afetadas espelhando a realidade brasileira intercoartada pelo racismo e pelo sexismo. Mulheres negras são maioria na assistência à saúde, mas contraditoriamente as que mais cuidam também são as que mais morrem. As experiências destas mulheres, a partir de pesquisa realizada durante a covid19 em Pernambuco, revelaram dimensões do racismo institucional e estrutural presentes no campo da formação e da atuação profissional, mostrando como em contexto de emergência sanitária o racismo é estruturante das micro e macropolíticas de cuidado. A linha de frente para o enfrentamento da Covid19 é marcada pelo racismo genderizado demonstrando a necessidade de pensarmos a divisão racial

do trabalho em saúde. E, são justamente as estratégias utilizadas por essas mulheres, que deslocam o privilégio racial na saúde.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Mudança de Habitus? Reflexões de um antropólogo fumante em grupos de apoio a tabagistas

Camilo Albuquerque de Braz (UFG)

"De repente entra uma mulher com pipocas em saquinhos e nos entrega. A coordenadora do grupo disse que ela era psicóloga e que realizaria a sessão de hoje. Uma coisa que me chamou a atenção foi que, quando eu falei da pesquisa e que eu era tabagista há muitos anos e também queria parar de fumar, as participantes comentaram que eu não tinha "cara de fumante". Falaram sobre a pele de uma pessoa que fuma, sobre o cheiro de cigarro e disseram que eu não aparentava fumar. Algumas comentaram sobre como suas famílias as tentam "ajudar" a parar de fumar. É o marido de uma que às vezes esconde a carteira de cigarros. O filho de outra que faz o mesmo, o que a leva a "sair da dieta". Imediatamente, a coordenadora interveio e começou a falar sobre hábitos saudáveis, alimentos saudáveis, exercícios físicos e de respiração, ingestão de água como elementos que evitam o sobrepeso ao se parar de fumar. É interessante que as profissionais de saúde nos grupos sempre falam desses "hábitos saudáveis" e do quanto parar de fumar tem a ver com uma escolha por um outro "estilo de vida". Essa expressão surge literalmente nas falas. Fico pensando o quanto isso remete à ideia de uma biomedicina que "ensina como viver". Isso de certo modo teve muito a ver com a dinâmica que a psicóloga realizou hoje. Ela nos deu as pipocas e, enquanto as comíamos, disse que estava ali para falar de transformação. Falou que a pipoca era como uma metáfora para aquele grupo, já que o milho se transforma em outra coisa, muito mais saborosa. Leu um poema que falava sobre isso. Falou sobre compulsão e fissura, comparou tabagismo e alimentação. Trouxe a experiência dela própria, que passou por uma cirurgia de redução de estômago, e teve que "reaprender a viver" comendo menos. Ela frisou o tempo todo como parar de fumar era "reaprender a viver". Frisou o tema da "força de vontade", e da "importância de mudar" os hábitos. E de como ao final as pessoas se sentiriam melhores consigo mesmas. Pois deixariam de ser milhos para serem pipocas saborosas". Nesta apresentação, trarei algumas reflexões sobre o fazer antropológico no campo da saúde a partir de trabalho de campo em grupos de apoio a tabagistas realizados em unidades básicas de saúde na cidade de Goiânia (Goiás). Em minha pesquisa, intitulada "Promessa de Ano-Novo: antropologia do parar de fumar", tenho refletido sobre como a transformação do tabagismo em um problema de saúde pública relaciona-se com e atualiza algumas noções contemporâneas importantes para a biomedicina, tais como as ideias de prevenção, de risco e de práticas de risco. Pretendo aqui discutir como é nessas chaves que certas categorias e repertórios simbólicos são mobilizados, tanto por profissionais de saúde quanto por participantes dos grupos, para colocar o tabagismo em discurso.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O "último nível do cansaço": uma investigação sobre a pandemia de covid-19 entre gestores municipais de saúde.

Cristina Dias da Silva (UFJF)

Pretende-se nesse texto apresentar resultados parciais da pesquisa, financiada pelo CNPq/UFJF, Antropologia da saúde: perspectivas na pós-pandemia. O objetivo geral era compreender as perspectivas e narrativas criadas pelos profissionais de saúde e gestores durante a pandemia de covid-19. Foram entrevistados até o momento cerca de vinte e cinco gestores e profissionais de saúde que atuaram diretamente na gestão cotidiana da pandemia de covid-19: agentes da prefeitura e das secretarias municipal e estadual de saúde. No espaço desta apresentação, trarei alguns dados sobre as entrevistas que eu realizei em um município mineiro. Os relatos sobre a gestão da crise muitas vezes assumem a forma de uma anedota sobre a burocracia e o estado na luta para garantir acesso ao atendimento, às vacinas, etc. O último nível de cansaço é uma das formas de descrever, encontradas por uma das interlocutoras, para qualificar a experiência de gerir uma série de precariedades administrativas e governamentais agravadas por um contexto de crise. Busca-se assim, compreender a relação entre ações governamentais e crises sanitárias, através da qual podemos entrever sentidos sociais e políticos atribuídos ao SUS (Sistema Único de Saúde).

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Vivências críticas de profissionais de saúde em tempos de pandemia da COVID-19

Rozeli Maria Porto (UFRN), Francisco Cleiton Vieira (FACISA/UFRN), Natalia Yolanda Araújo (UFRN)

O trabalho analisa os efeitos e as implicações sociais da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), entre trabalhadoras/es atuantes no que se convencionou chamar de "linha de frente" no cuidado aos adoecidos pelo SARS-CoV-2 no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O foco recai, primordialmente, sob o campo da saúde mental das/dos profissionais de saúde residentes no Rio Grande do Norte.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Olhando pra lá do lado de cá (e vice-versa): a pesquisa antropológica com e como "grupo de risco" no contexto pandêmico

Waleska de Araujo Aureliano (UERJ)

Nesta comunicação reflito sobre os desafios, limites e possibilidades da pesquisa antropológica considerando o cenário recente da pandemia de Covid 19. Neste contexto, muitas/os pesquisadora/res da antropologia da saúde se viram forçadas/os a repensar não apenas seus campos de pesquisas, mas também refletir sobre a relação possível com seus interlocutores durante esse período e a gestão de sua própria vida, especialmente para aquelas/es entre nós consideradas/os parte dos chamados "grupos de risco", tais como pesquisadoras/re com doenças crônicas ou deficiência, ou que eram os principais responsáveis pelo cuidado de pessoas afetadas por tais condições, idosos e crianças. O momento de vulnerabilização trazido pela pandemia foi capaz de produzir reflexões que atravessaram nossa forma de gestão da vida e de nossas pesquisas, impostas pelo isolamento social e pelo medo posto sobre a ideia de susceptibilidade para complicações graves da Covid-19, entre nós mesmos e nossos interlocutores. Por outro

lado, as ferramentas antropológicas nos deram repertório para pensar e agir diante desse cenário, permitindo uma reflexividade sobre nossos contextos individuais envolvidos em análises sociológicas sobre esse fato social total que nos atravessou. As análises antropológicas sobre a ideia de "grupo de risco" nos ajudaram a pensar o valor social atribuído a determinadas vidas durante e o que isso nos revela sobre como a cronicidade, a deficiência e o envelhecimento seguem sendo vistos como "ponto fora da curva", e não parte intrínseca da existência humana. A reflexão partiu de minha experiência como antropóloga que há quase 20 anos faz pesquisas em ambientes hospitalares e juntos a doentes crônicos, e da minha experiência como mãe de uma criança com uma síndrome rara que ao nascer apresentou grave quadro pulmonar sendo, portanto, considerada parte do "grupo de risco" para complicações da Covid 19.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Para que serve um laboratório de antropologia?

Ximena Pamela Claudia Diaz Bermudez (UNB)

O Laboratório de Antropologia da Saúde e da Doença (Labas) foi criado no início dos anos 2000, no âmbito do Departamento de Saúde Coletiva da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. Situado em um espaço demarcado pela interdisciplinaridade própria do campo da saúde coletiva, onde convergem saberes da epidemiologia, política, planejamento e gestão e ciências sociais e humanas, a ideia de criar o Labas buscava encontrar um espaço de interlocução entre a antropologia da saúde junto aos diversos cursos do campo da saúde, em especial, medicina, enfermagem, farmácia, odontologia, nutrição e saúde coletiva. A reflexão que desenvolvo no trabalho procura pensar o papel de um laboratório de antropologia no sentido de constituir um espaço institucional que discute conteúdos programáticos da antropologia da saúde e fornece ferramentas de pesquisa, técnicas e metodologias próprias da antropologia como a etnografia, a observação participante, o diário de campo, a escrita, assim como a interação com diversos grupos sociais e o entendimento do processo saúde-doença como eventos que além de suas manifestações biológicas e clínicas, possuem conotações sociais, culturais, políticas e simbólicas. O Labas tem sido uma oportunidade de diálogo interdisciplinar para operacionalizar o ensino da antropologia da saúde e a estruturação de linhas de pesquisa que analisam criticamente o modelo biomédico, os determinantes sociais da saúde e a dimensão econômica dos fenômenos da saúde em contextos sociais específicos e as vulnerabilidades que os configuram. Ao longo dos anos o Labas tem modificado seus temas de pesquisa, mas prevalecem algumas características que modelam sua identidade tanto no ensino na graduação e na pós-graduação, quanto na agenda de pesquisa. Dentre os principais temas abordados destacam populações vulneráveis ao HIV e aids, outras doenças infecciosas, como a sífilis e a tuberculose; determinantes sociais da saúde, interseccionalidades de classe/gênero/étnicas, violência, saúde indígena e cooperação internacional em saúde. Em uma visão epistemológica focaliza nas potencialidades heurísticas da abordagem destes temas a partir das características epidemiológicas conjuntamente com a perspectiva da antropologia da saúde, visando mostrar os fenômenos da saúde e da doença em sua expressão distributiva em territórios e cenários e o papel das práticas sociais enquanto expressões sociais e culturais de vida.

SE 04: Antropologia sob o signo da urgência

Novos tempos, novas guerras e massacres, novas epidemias: o que a antropologia tem a dizer sobretudo tendo como referência o seu lugar num campo que mobiliza tantos agentes internacionais entre profissionais especializados, jornalistas e órgãos de comunicação, mídias sociais, organizações multilaterais e agências humanitárias que atuam no terreno e, por vezes, representam forças beligerantes e/ou antagônicas? Sob o signo da urgência o antropólogo mobiliza distintas formas de pesquisa de campo como traz para o debate anos por vezes décadas de conhecimento acumulado sobre uma determinada população, região ou problemática. Este campo tenso de conflitos e catástrofes, e num movimento que certamente não é novo, é também um universo de atuação profissional de antropólogos e antropólogas para além da pesquisa: reconfigurações da clássica “antropologia aplicada” fazem de nossos pares agentes no terreno da ação, produzindo relatórios, indicando diretrizes, sistematizando informação, propondo políticas que, certamente, estão longe de promover qualquer tipo de consenso em nosso campo profissional.d

Coordenação:

Kelly Cristiane da Silva (UNB)

Sessão 1 - A Antropologia diante das guerras contemporâneas

Participante(s):

Paolo Israel (University of the Western Cape)

Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto (UFF)

Virginia R. Dominguez (illinois)

Sessão 2 - Missões de paz e mediações possíveis

Participante(s):

Ana Elisa de Figueiredo Bersani (FJLES)

Kelly Cristiane da Silva (UNB)

Marcelo Moura Mello (UFBA)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Humanitarismos

Participante(s):

Ana Elisa Santiago (UFSCAR)

Jean Segata (UFRGS)

Leonardo Schiocchet (Universidade de Viena)

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Reflexões antropológicas sobre intervenções internacionais: o caso da MINUSTAH no Haiti

Ana Elisa Santiago (UFSCAR)

Nesta apresentação, pretendo discutir alguns aspectos críticos das intervenções internacionais a partir da etnografia da MINUSTAH, Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti. Ao conectar alguns insights da pesquisa aos temas do Simpósio, pretendo aprofundar em como a Antropologia pode abordar as complexidades dos conflitos modernos e das chamadas crises humanitárias. A etnografia dos documentos da missão mostra como a burocracia molda os objetivos e as ações da cooperação internacional, muitas vezes refletindo noções de governança e estabilidade centradas em ideias ocidentais. Essa perspectiva, com foco na criação do que chamei de “paisagem estatizada”, demonstra os intrincados processos de engenharia institucional que visam estabelecer o chamado “estado democrático de direito”. No entanto, a metodologia padronizada da ONU para alcançar tais objetivos tende a negligenciar as especificidades locais e as perspectivas das populações às quais pretendem atender. A etnografia junto aos movimentos sociais haitianos joga luz sobre o imenso desencontro entre os objetivos supostamente humanitários pretendidos pela missão e as avaliações locais sobre a atuação estrangeira no país. A Antropologia permite experimentos produtivos com a escrita, possibilitando superar silenciamentos impostos pela burocracia e narrativas homogeneizantes sobre o Haiti. Pretendo, então, me posicionar junto aos haitianos na análise da MINUSTAH, a partir da crítica que eles apresentam a conceitos ocidentais como paz, democracia, igualdade e, claro, direitos humanos.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_597_00802943_182550.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Mediações em situações de emergência: antropologues entrelugares

Kelly Cristiane da Silva (UNB), Kelly Silva (UnB)

Nesta comunicação proponho discutirmos as possibilidades de ação de antropólogos e antropólogas em contexto de emergência pela mobilização da ideia de mediações. A partir dela, cotejo aproximações e distanciamentos entre nosso ofício e a prática do jornalismo e do advocacy. Destaco ainda dilemas éticos que potencialmente podem se impor como consequência de nossa localização nesse entrelugar.

SE 05: Antropologia visual, re-existências e mundo porvir

Pretendemos discutir os desafios e as re-existências da antropologia visual diante das múltiplas crises em mundos porvir. Nesse sentido, buscaremos debater sobre a potencialidade das imagens para frutificar futuros ancestrais mais que humanas e telas plurais, em um diálogo transversal entre cinema, fotografia, desenho, entre outras grafias, como modo de imaginar "ideias para adiar o fim do mundo" (Krenak). Para tanto, este Simpósio terá a seguinte composição. A primeira mesa "Imagens emergentes e futuros ancestrais", pretende discutir a produção visual indígena abordando cinema, fotografia e desenho com a presença de Rubem Caixeta (UFMG), Edgar Xakriaba (Povo Xakriabá), Tatiana Lotierzo (USP), Rumi Kubo (UFRGS) e Ana Lúcia Ferraz (UFF). A segunda mesa, "Imagens vivas e telas plurais" abordará pesquisas audiovisuais, sobre

mais humanos, povos negros e quilobolas. Será composta por Rafael Devos (UFSC), Patricia Pinheiro (UFPB), Pedro Davi (Curador Festival de Tiradentes), Luis Felipe Hirano (UFG) e Anelise Guterres (MN/UFRJ). Por fim, a roda de conversa, intitulada Transversalidades entre artes, antropologias e saberes visa travar um diálogo entre diferentes formas expressivas, a relação com a antropologia e outros saberes como os dos indígenas, negros, jangadeiros e coletivo de mulheres arpilleiras. Contaremos com Viviane Vedana (UFSC), Barbara Copque (UERJ) e Ralyanara Freire (SEDUC) e com a mediação de Fabiana Bruno (Unicamp).d

Coordenação:

Fabiana Bruno (IFCH-Departamento Antropologia/ LA'GRIMA)

Luis Felipe Kojima Hirano (UFG)

Sessão 1 - Imagens emergentes e futuros ancestrais**Participante(s):**

Edgar Nunes Corrêa (UFMG)

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Rumi Regina Kubo (UFRGS)

Debatedor(a):

Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz (UFF)

Sessão 2 - Imagens vivas e telas plurais**Participante(s):**

Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPB)

Pedro David de Oliveira Castello Branco (art)

Rafael Victorino Devos (UFSC)

Debatedor(a):

Anelise dos Santos Gutterres (UFRJ)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Transversalidades entre artes, antropologias e saberes**Participante(s):**

Bárbara Andréa Silva Copque (UERJ)

Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO)

Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)

Viviane Vedana (UFSC)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Câmera Arco, Imagem Flecha*Edgar Nunes Corrêa (UFMG)*

Os povos indígenas no Brasil vem ao longo do tempo passando por uma nova retomada de apropriação de espaço, assim como o território é a base da garantia da manutenção sociocultural

e continuação de ser o que somos, há uma certa necessidade de se ter uma forma que garanta tal sustento. Dentre diversos meios e possibilidades, surge uma nova ferramenta de luta que é o audiovisual, especificamente a fotografia, visto por muitas comunidades indígenas como um “mal necessário”. Por um lado a chegada dessas novas tecnologia é vista como uma má influência na cultura do povo, por outro lado há um certo desejo para que se usa esta nova “arma” a favor da luta e garantia dos direitos dos povos indígenas. Mas, o que implica numa comunidade indígena ter uma arma “emprestada” pelo “outro” e aos poucos se (re) apropriar desta ferramenta afim de usar à partir do seu ponto de vista proprio. Estas são umas das principais questões que surgem nos debates entre indígenas cineastas, fotógrafos, artistas. A partir daí podemos refletir sobre essas questões, quais são as implicações que se faz da imagem/alma/espírito, - ou como dito em Akwẽ; Xakriabá, HÊMBA - a partir do ponto de vista propriamente indígena, não somente através da lente mas que atravessa ela. O que estou chamando de “Etnovisão” é justamente o ponto de vista sobre o nosso mundo indígena e o mundo do “outro” visto à partir da “objetiva” deste corpo-câmera.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Navio do sertão: as memórias quilombolas em uma poética das águas

Patrícia dos Santos Pinheiro (UFPA)

A história e paisagens do sertão paraibano têm sido uma importante fonte de inspiração e de elaboração estética nas artes. Uma paisagem árida e um povo sofrido, invariavelmente despontam à primeira vista. Mas é também no Alto Sertão, município de Coremas, que fica o maior reservatório de água do estado da Paraíba o Complexo Estevam Marinho, que já foi o maior do Brasil, antes da construção da hidrelétrica de Itaipu Binacional. Nele, há um navio submerso. Na virada do século 19 para o 20, época de grandes secas na região, o poder central de um Brasil ainda sendo construído como nação dá início aos estudos para barrar os rios e construir essa obra monumental na paisagem sertaneja. De moradores nas fazendas, em condições de privação de liberdade, ou flagelados, fugindo das secas, a trabalhadores em condições precárias, o curso da população de toda a região foi alterado, atraídos pela possibilidade de empregos e a pequena cidade passou a ser um centro pulsante a partir da atuação intensa de um órgão federal hoje sucateado, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Antes da obra, as fazendas de algodão e de gado povoavam a região, alicerçando uma economia escravista marcada pelo mando dos coronéis. É nesse contexto que ficava um quilombo centenário chamado Navio, repleto de plantios nas vazantes do rio Aguiar e abrigava mais de 200 famílias. Essas pessoas, antes trabalhadores das fazendas, se tornaram operários das obras, em condições precárias, com a promessa de realocação ao redor do açude, que se deu de modo incompleto e sem títulos de terras. Nos anos 2000, a esperança se renova com a possibilidade de reconhecimento das comunidades quilombolas que se formaram desses e outros deslocamentos, a partir dos direitos garantidos na Constituição de 1988 de regularização fundiária. Entre as 3591 comunidades quilombolas remanescentes legalmente reconhecidas e certificadas no Brasil, segundo o critério de auto-identificação, assegurado pela Convenção 169 da OIT, três se localizam em Coremas: Mãe d'água, Cruz da Tereza e Barreiras, conectadas pelas águas do açude. Apesar das contínuas violências que sofrem, esses

territórios são também objeto de reflexão cultural e social sobre os mundos nos quais nos situamos e compõe o cenário da série documental Navio do Sertão. Apesar das mazelas, foi possível construir complexos conhecimentos sobre o ambiente sertanejo e sobre expressões culturais, contada através das águas por seus narradores, como Zé Pequeno, Francisca, Tereza, Chico Preto, Damiana e Desterro, que guardam as histórias com uma minúcia de detalhes. Mostrar essas narrativas que atravessam gerações também permite enfatizar imaginários sobre o Nordeste que vão além das secas e violência, mas sim percorrem uma poética das águas.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Naufrações, pneus, parrachos, riscas e outros pesqueiros: audiovisual e percepção embarcada no Rio Grande do Norte e Paraíba.

Rafael Victorino Devos (UFSC), Viviane Vedana (UFSC), Gabriel Coutinho Barbosa (UFSC)

Desde 2015, acompanhamos pescadores que navegam em jangadas pela costa oceânica da Paraíba e do Rio Grande do Norte, desenvolvendo dispositivos de produção audiovisual a partir de suas habilidades perceptuais e artes de notar: seus modos de conhecer dinâmicas ambientais que emergem no encontro de pesqueiros no interior da plataforma continental oceânica, através de suas embarcações e instrumentos de pesca. Retornando a campo em 2023, imaginávamos encontrar em evidência as marcas na pesca artesanal de eventos críticos, como a pandemia de Covid-19 e o desastre com a chegada de manchas de óleo às praias nordestinas em 2019 e 2020. O que encontramos em campo foi a vitalidade da pesca artesanal, com as ciobas, as bicudas, os serras, as mariquitas, e outros peixes no convés das jangadas e na cadeia de comércio na praia. Mas encontramos também ausências sentidas, de mestres de navegação cuja saúde não teve a mesma capacidade de renovação das embarcações e dos pesqueiros. Nessa apresentação, trago algumas reflexões sobre o que aprendemos com jangadeiros sobre a ecologia dos pesqueiros, assembleias mais que humanas de vida marinha em torno de materiais submersos, de recifes a naufrágios e outros materiais "botados". Frequentar onde e quando "o peixe vem comer", apresenta desafios: a navegação orientada por marcos na paisagem; o posicionamento da jangada e das linhas em confluência com a maré do peixe; acompanhar as notícias de cada pesqueiro. As escolhas de qual pesqueiro visitar levam em conta sua capacidade de se renovarem, de serem visitados por "qualidades" de peixes que frequentam gradientes de profundidade na plataforma continental, dos parrachos e tassis às riscas e paredes, próximos ou muito distantes da costa. Leva-se em conta a resistência da embarcação e do corpo dos próprios pescadores, que nem sempre se renovam, como os pesqueiros. Buscamos transpor ao audiovisual esse saber preciso sobre a vida submersa em uma antropologia mais voltada para a ação e as relações. No mar, a precisão da navegação tem que lidar com a abertura para os imprevistos da vida na maré, algo que perturba também a noção de controle expressa na ideia de dispositivo audiovisual. Essa reflexão é parte da produção do documentário *Maré do peixe*, que realizei junto com Gabriel Coutinho Barbosa, com edição de som de Viviane Vedana (CANOA UFSC e INCT Brasil Plural - CNPq). Com câmeras Gopro, DSLR e gravador de áudio a bordo, abaixo ou em torno das jangadas, perseguimos as artes de notar dos pescadores: em conversas enquanto refazem embarcações; em plano sequência na beira da praia seguindo

suas formas de comércio; em deslocamento em paralaxe a bordo da jangada para percepção embarcada horizontal do pesqueiro; em imagens subaquáticas para percepção vertical do pesqueiro.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Ponto de vista: bordados e costuras para diferentes grafias em antropologia

Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO), Ralyanara Moreira Freire (Ciranda da Arte/Seduc-GO)

Grupos de mulheres em diferentes regiões do Brasil estão criando “testemunhos” do cotidiano através de linhas, agulhas, tesouras e tecidos. Seus bordados adotam a linguagem das arpilleras confeccionadas no Chile. Ao se reunirem para bordar, as mulheres refletem sobre perdas e deslocamento forçado; sobre as novas condições de vida; fortalecem a coesão enquanto grupo; e alimentam a consciência de constituição de gênero, classe, raça e etnia. Esses processos acrescentam aos bordados, enquanto objetivação de seu modo de expressão, o sentido de denúncia feminina. Em face dessa realidade, esta conversa aborda as criações, usos e sentidos do bordado arpillera, tal como praticado por mulheres impactadas por barragens no Brasil. As apropriações e ressignificações dessa forma de expressão, disseminada pelo MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens –, revelam experiências de perda, ao mesmo tempo em que permitem a (re)elaboração e expressão do “ponto de vista feminista” (Bairros, 1995) de cada uma das mulheres e suas famílias, empoderando-as no contexto das relações de gênero, em particular no enfrentamento de problemas emergentes nas conjunturas locais. Dessa maneira, eu focalizo os processos socioculturais e políticos relativos à criação de arpilleras no conjunto da vida cotidiana de mulheres em Altamira, estado do Pará, localizada na região do médio/baixo Xingu, assim como a circulação desses bordados para além das especificidades onde são criados. De maneira particular, o estudo antropológico foi desenvolvido com mulheres expulsas do Xingu e deslocadas compulsoriamente para Reassentamentos Urbanos Coletivos – bairros construídos na periferia da cidade pela empresa concessionária da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Norte Energia. Com base neste apanhado, busco discutir a criação do bordado arpillera e como ele compõe o pensar-saber-fazer antropologias e pesquisas, de maneira que as peças foram acionadas como uma metodologia de realização das pesquisas de campo e como constituidoras dos processos de criação das escritas antropológicas.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Pé no chão, câmera na mão: o futuro ancestral dos cinemas indígenas

Ruben Caixeta de Queiroz (UFMG)

Se os cinemas indígenas são múltiplos e coletivos, às vezes também são autorais, sem deixarem de ser ancestrais. Se "a câmera é a flecha", numa perspectiva masculina e da guerra, ela pode ser também "a cesta ou o cofó", numa perspectiva feminina e da semente. A partir da análise de alguns poucos filmes indígenas, pretendo mostrar como o movimento para "demarcar a tela" é uma ideia e uma ação para "adiar o fim do mundo". Dessa forma, o audiovisual indígena se coloca como uma comunidade de luta para reflorestar não só a mente, mas a própria terra, que foi devastada pela colonização e pelo homem branco. Por isso, em resumo, os cinemas

indígenas são as flechas que apontam para a luta e a resistência, mas também são "as cestas" que coletam sementes, alimentos, memórias, rituais, cotidiano, saberes, e se conectam à terra - de volta à terra - e ao mundo vivido!

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Encontro de saberes: reflexões entre confluências e transfluências

Rumi Regina Kubo (UFRGS), Ana Lúcia Liberato Tettamanzy (IL/UFRGS), Luciana Prass (IA/UFRGS), Marília Beatriz Albornoz Stein (IA/UFRGS), Celina Nunes de Alcântara (IA/UFRGS), Carla Beatriz Meinerz (CLN/UFRGS), Cláudia Lu

No processo do crescente reconhecimento da coexistência de mundos diversos e fundamentado na ideia de uma perspectiva pluriépistêmica, em 2016 a interdisciplina Encontro de Saberes foi implementada na graduação da UFRGS, almejando confrontar e provocar confluências entre modos de vida diversos. A atividade inspirou-se num projeto iniciado em 2010 pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI) em parceria com a Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação do professor e antropólogo José Jorge de Carvalho. Pela proposta, mestras e mestres tradicionais foram convidados a ministrar aulas regulares nas universidades, configurando-se como vetores de um diálogo intercultural sistemático desde uma perspectiva pluriépistêmica. Nessa proposta pedagógica, o predomínio de uma racionalidade científica é afetada pela consideração das dimensões do corpo, do sensível, da imaginação criadora e da espiritualidade, o que pode provocar fissuras que quiçá rompam com o histórico silenciamento e desvalorização destas pessoas e seus respectivos coletivos e ainda possibilita relações com formas de vida não humanas. O presente trabalho, visa refletir sobre este processo de docência compartilhada e de partilha de saberes, sobretudo, evidenciando a centralidade das formas sensíveis e da corporalidade. Palavras-chave: Encontro de saberes, partilha do sensível, confluência

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Kilkay, semear e amarrar pegadas: desenho-pensar como modo de conhecimento desde a própria história

Tatiana Helena Lotierzo Hirano (USP)

Nesta apresentação, pretendo apresentar três conceitos relativos ao desenho, que aprendi com os artistas inga Uaira Uaua, Kindi Llajtu, Rosa Tisoy, Carlos Jacanamijoy, Tirsa Chindoy e Nestor Jacanamijoy, a saber: kilkay, amarrar pegadas y semear. Com isso, tenho a intenção de contextualizar um problema que me acompanha em minha pesquisa de pós-doutorado e que diz respeito às condições que viabilizam a utilização do desenho como método de investigação em antropologia.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Artes de notar, saberes e manejos coletivos de aquíferos e outros corpos d'água

Viviane Vedana (UFSC), Rafael Victorino Devos (UFSC), Priscila Oliveira dos Anjos (UFSC), Gabriel Luz Siqueira de Aquino Vieira (UFSC), Luana Ferraz (UFSC)

Há algum tempo a antropologia vem “olhando para as águas” e estudando as infraestruturas que permitem - ou não - que ela chegue até a casa das pessoas. Nestas pesquisas sabemos sobre como as pessoas organizam seu cotidiano em torno dos cuidados com a água, sobre as políticas estatais para o abastecimento, sobre as paisagens e a presença de seus diversos corpos d’água. Aqui apresento a pesquisa que realizamos com alguns dos sistemas coletivos alternativos de abastecimento de água de Florianópolis, Santa Catarina e que resultou no documentário “Águas Alternativas”. Estes sistemas são administrados por associações de moradores e ganham existência na combinação entre as práticas das pessoas e as particularidades do revelo, das águas e seus fluxos, das condições ambientais de cada comunidade. Desde 2021 acompanhamos o cotidiano e a história de algumas dessas associações que se tornaram uma alternativa qualificada no abastecimento de água na cidade. Um profundo conhecimento da paisagem, dos caminhos dos morros e dos fluxos da água nestas regiões orienta as práticas destes moradores, bem como suas negociações entre vizinhos e com o poder público para se manterem como sistemas alternativos. Com os cuidadores das águas, seguimos seus fluxos: brotando nas nascentes; descendo os morros; encanada e distribuída; tratada e acumulada nos reservatórios; correndo nos hidrômetros e torneiras; escorrendo pelos bueiros e infiltrando no solo, com a chuva. Tais práticas de manejo são relatadas como “cuidar da água”, “arrumar a água”, “arrumar a cachoeira”, “plantar água”, por pessoas encarregadas da manutenção e gestão desses sistemas, em que o uso de uma série de aparatos e de relações indiretas com a vizinhança, com a cidade e com a bacia hidrográfica local se revelam. Ter atenção aos ciclos das chuvas e aos períodos de maior estiagem ou cheia, observar as diferenças entre mananciais subterrâneos que exigem ponteiras e poços ou aqueles derivados de nascentes que “brotam” do chão e demandam práticas de contenção de volumes d’água, são elementos comuns do manejo destes sistemas e das artes de notar a paisagem destes cuidadores. Cada uma destas formas de se relacionar com o sistema de abastecimento local nos desafiou a olhar e escutar a água em suas relações com o chão, os canos, a gravidade, a atmosfera, as torneiras. Nos desafiou a acompanhar as artes de notar destas pessoas e pensar sobre as formas de expressar em vídeo e som estas relações. No documentário, as narrativas dos cuidadores abastecem a história de suas comunidades. As imagens seguem enunciações das águas na paisagem. A paisagem sonora evoca suas traduções: bruta na captação, bombeada, filtrada, reservada, tratada, cuidada. Esta pesquisa contou com financiamento da FAPESC e apoio do INCT Brasil Plural.

SE 06: Antropologia, Direitos Humanos e Ciências Forenses

Nas últimas décadas, um movimento global de ascensão das ciências forenses vem impactando o campo humanitário. Desde os processos de busca e identificação de desaparecidos pelas ditaduras militares latino-americanas, a crescente introdução de fazeres científicos na lida com violações humanitárias transferiram para os vestígios materiais a qualidade probatória antes centrada nos testemunhos das vítimas. O termo giro forense assinala os impactos do desenvolvimento desse “ramo científico” em termos de uma mudança de paradigma nos processos de busca por Memória, Verdade, Justiça e Reparação. Nesse mesmo movimento, a perícia no Brasil tem passado por debates estruturais que colocam em evidência modelos e

protocolos de atuação. A maior parte das investigações periciais são feitas por agentes vinculados à Polícia Civil ou à Secretaria de Segurança Pública. A nomeação enquanto "Polícia Científica", debate no Congresso Nacional para alteração constitucional, explicita como atribuições cotidianas se relacionam na produção da verdade e justiça. Ao pôr em relação ambos os contextos, o objetivo deste SE, proposto pela Comissão de Direitos Humanos da ABA, é articular pesquisadoras/es, peritas/os, militantes e familiares de vítimas para dialogar como práticas e saberes diversos têm sido acionados nas lutas por justiça e como noções de "ciência" são manejadas na defesa de direitos, na aplicação de novas tecnologias e no desenvolvimento de experiências práticas de contra investigação forense.d

Coordenação:

Flavia Medeiros Santos (UFSC)

Sessão 1 - SESSÃO 1 – Laudos periciais, documentos e burocracias estatais: desafios nas lutas por justiça

Participante(s):

Alexandre Giovanelli (Secretaria de Polícia Civil do Rio de Janeiro)

Maria Julia Miranda Baltar da Rocha (Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro)

Natália Barroso Brandão (Ineac)

Debatedor(a):

Liliana Sanjurjo (UERJ)

Sessão 2 - SESSÃO 2 – Tecnologias digitais, inovação e produção da verdade: experiências práticas de contra Investigação forense

Participante(s):

Desirée de Lemos Azevedo (UNIFESP)

Flávia Palladino (Goldsmiths)

Ricardo Urquizas Campello (PPGAS/UNICAMP)

Debatedor(a):

Liliana Sanjurjo (UERJ)

Sessão 3 - SESSÃO 3 – Roda de Conversa|Mobilizações, familiares de vítimas e defesa de direitos: articulação de saberes e lutas por memória, verdade, justiça e reparação

Participante(s):

Ana Paula de Oliveira (Universidade Estácio de Sá)

Catarina Heralda Ribeiro da Silveira (UFF)

Juliana Farias (UERJ)

Natasha Brusafarro Riquelme Elbas Neri (UFF)

Debatedor(a):

Liliana Sanjurjo (UERJ)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Usos e consumos dos laudos periciais no combate e prevenção à tortura nas audiências de custódia

Natália Barroso Brandão (Ineac)

O presente trabalho busca analisar como os laudos periciais, principalmente relativos ao exame de integridade física do preso ou corpo de delito, são utilizados pelos operadores do direito nas audiências de custódia. O objetivo das audiências de custódia, criadas em 2015, é avaliar a necessidade, a legalidade e a adequação da continuidade da prisão, a partir da apresentação do custodiado ao juiz, em uma audiência em que também estão presentes o representante do Ministério Público e da defesa do custodiado, que pode ser exercida por defensor público ou advogado particular. Outro objetivo destas audiências é a averiguação da ocorrência de agressões, maus tratos ou tortura no momento da prisão, sob pena do relaxamento desta em caso positivo. Para tanto, além do relato do preso durante audiência, está previsto que o exame cautelar de corpo de delito deve ser feito após a prisão, devendo o laudo estar disponível no momento da audiência, ou após a audiência, caso não tenha sido feito antes ou seja insuficiente. A partir de trabalho de campo realizado na Central de Audiência de Custódia (CEAC) de Benfica, no Rio de Janeiro, e da análise de autos de prisão em flagrante e atas de audiências, busco pensar como estes laudos são utilizados para analisar se o custodiado foi submetido a agressões ou torturas no momento da prisão em flagrante.

SE 07: Antropologias mundiais: Políticas associativas, políticas da etnografia (WCAA/ABA)

Sem dúvida alguma, a antropologia brasileira tem desempenhado papel de destaque na formação e desenvolvimento de associações antropológicas mundiais (como a WCAA e IUAES), regionais (como a ALA) e encontros acadêmicos transnacionais (como a RAM e a REA), como também no que concerne à excelência de sua produção etnográfica. Embora a maioria dessa produção continue a ser parte de uma antropologia feita em casa, ou anthropology at home, tem havido desde a década de 1980 um aumento no contingente de antropólogas e antropólogos do Brasil a realizar etnografias em diferentes partes do globo. Nesse cenário, esse simpósio especial tem como objetivo entrecruzar reflexões sobre políticas associativas mundiais/regionais com reflexões sobre a políticas de etnografias realizadas em diversos contextos nacionais. Dessa perspectiva, a primeira sessão reunirá lideranças da WCAA/WAU e ALA que apresentarão e discutirão as questões cruciais confrontadas no passado e no presente por suas associações e seus planos para o futuro, incluindo paradigmas sobre as antropologias mundiais. Já os participantes da segunda sessão, antropólogas e antropólogos do Brasil, refletirão sobre a política, prática e produção etnográfica em outros contextos nacionais

Coordenação:

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP)

Sessão 1 - Políticas Associativas

Participante(s):

Cristiana Lage David Bastos (UNiversidade de Lisboa)
Gordon Mathews (Chinese University of Hong Kong e WCAA)
Gustavo Lins Ribeiro (UAM)

Debatedor(a):

Carmen Silvia de Moraes Rial (UFSC)

Sessão 2 - Políticas de Etnografia

Participante(s):

Jaqueline Lima Santos (UNICAMP)
Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)
Rodrigo Charafeddine Bulamah (UERJ)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

WCAA and World Anthropology

Gordon Mathews (Chinese University of Hong Kong e WCAA)

The World Council of Anthropological Associations (WCAA) has made many strides since its founding in 2004 at the initiative of Gustavo Lins Ribeiro. That founding was an act of great acuity, seeking to unify anthropological associations around the world into a common body. The International Union of Anthropological and Ethnological Sciences (IUEAS) had already engaged in global meetings for a century, but the WCAA sought to do this on an organizational basis. Recently, the IUAES and WCAA have been merging into the two-chambered World Anthropological Union. WCAA has been engaging in contemporary issues of anthropology through its quarterly Delegates Meetings, its semi-monthly webinars, and its in-person meetings at WAU Congresses. Brazil has long played a central role in the WCAA, through the work of Gustavo, Bela Feldman-Bianco, and other energetic contributors to WCAA's mission. What are the ongoing global challenges world anthropology faces? One challenge remains Anglo-American hegemony. The WCAA was founded in an effort to combat this hegemony, but with global university rankings becoming all-important, along with citation indexes, Anglo-American hegemony has become even more institutionally encompassing. A second challenge lies in the Global North-Global South divide in anthropology, with the Global North paying little attention to the Global South, as if its anthropologists don't exist: we must have an intellectually level playing field for anthropology the world over! A third challenge, as well as strength, lies in the diversity of anthropologists around the world: anthropologists in Brazil as opposed to China, for example, may have very different senses of what the discipline entails. Would it not be better if we could speak as anthropologists with a single voice? A fourth challenge lies in the increasing precarity of employment in the discipline around the world, with anthropologists easily hired and fired, with penurious wages; we thereby reproduce the global order of "haves" and "have-nots" within the discipline of anthropology itself. And yet despite

these challenges, I remain confident that the global discipline of anthropology is indeed proceeding into a vibrant future. I am convinced that the best days for a global, intellectually vigorous anthropology remain ahead of us. Onto the future!

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Experiência etnográfica em contexto pós-colonial e território urbano: um estudo sobre o Hip-hop Angolano

Jaqueline Lima Santos (UNICAMP)

Nesta apresentação, buscaremos explorar o contexto que possibilitou a chegada do hip-hop em Angola, como a diáspora ocasionada pela guerra e o intercâmbio entre angolanos vivendo fora e dentro do país, e as fases deste movimento que estão diretamente relacionadas ao cenário político, econômico e social: II) hip-hop contra a guerra, quando as narrativas clamavam pela paz; III) hip-hop político, quando quase todos os esforços são no sentido de questionar o poder vigente e as desigualdades e reivindicar transição presidencial como fator necessário para estabelecer a justiça social; e IV) hip-hop africanista, quando os ativistas buscam uma quebra de paradigmas na história ao lançar mão de elementos que os ajudam a afirmar sua identidade e valores africanos. Além dessas fases nitidamente marcadas, trazemos também produções contínuas que as atravessam e que lançam mão dos elementos da cultura hip-hop para falar de diversão, de amor, de superação e autoestima. Imaginar uma Angola pós-colonial pode ter muitas perspectivas, mas todas mobilizam sentimentos que remetem à luta pela libertação nacional, à guerra civil e à paz - estão intrinsecamente ligadas ao sonho de um país independente. Para quem permaneceu no país, há posições transgressoras e que buscam promover uma ruptura e há aquelas integracionistas e que reificam as relações de poder, enquanto entre aqueles que vivem fora há quem espera pela consolidação das mudanças prometidas ainda na guerra anti-colonial para retornar e há quem encontre mais liberdade para contestar e denunciar o "regime" residindo em outros países. Os fluxos e refluxos que possibilitam a chegada do "Global Hip-hop" à Angola são trazidos a partir das narrativas de diferentes atores do contexto local: os que emigraram devido à guerra civil e os que se mantiveram no país. As trocas estabelecidas entre estes dois segmentos, como veremos, configurou as cenas locais do contexto angolano. A linha histórica traçada a seguir é elaborada a partir do repertório e trajetória de vida de 13 personagens: Kizua, Kool Klever, Nelboy, Pobre Sem Culpa, Samurai, Marita Vênus, Kota Nguma, Kambolo, Girinha, Gangsta, Phathar Mak, MCK, Yanick Afroman, Miguel Neto e Klaudio Bantu. Suas vozes aparecem misturadas e vão se complementando em diferentes períodos do percurso do hip-hop angolano.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

La ALA entre lo regional y lo global, desafíos para "nuestras antropologías"

Lia Ferrero (IESCODE-UNPAZ E WCAA)

Las conversaciones que dan inicio a la Asociación Latinoamericana de Antropología, hacían hincapié en el desconocimiento entre las antropologías de la región. Esas conversaciones se profundizan con las nociones de Esteban krotz de Antropologías del Sur, de Gustavo Lins Ribeiro y Arturo Escobar sobre Antropologías del Mundo, y otras en la misma línea, que

sopesan la geopolítica del conocimiento a la hora de pensar lugarizadamente a las antropologías. En los últimos 8 años, la ALA ha promovido conversaciones en esa misma línea, procurando posicionar a la misma en tanto proyecto político que busca entre otras cosas poner en discusión cuáles son "nuestras antropologías" - qué las caracterizan como tales y por lo tanto qué las diferencian de otras. En ese marco entendemos los proyectos editoriales tales como la colección "Las antropologías hechas en América Latina y el Caribe", cuya última entrega "Nuestras antropologías, elaboraciones y problemáticas desde América Latina y el Caribe" precisamente inicia con esa discusión. Lo mismo para la revista "PLURAL, antropologías desde América Latina y el Caribe", y la nueva colección "Cuadernos de los Grupos de Trabajo ALA". Esas son sólo algunas de las líneas de trabajo que tensionan la idea de una antropología internacional o global, pero que a su vez plantean desafíos para "nuestras antropologías". De eso se tratará esta presentación, de los desafíos que se nos presentan en tanto antropologías del Sur, en un sistema mundo académico que tiende a la uniformidad, y que por lo tanto obtura cualquier posibilidad de disidencia.

SE 08: As escolas como arena, instrumento e alvo de disputas públicas

Este Simpósio visa reunir aportes para a análise de disputas públicas que têm as escolas como arena, instrumento e alvo. Algumas dessas disputas são antigas no Brasil, como as relacionadas ao ensino religioso, cívico e moral ou as permanentes tentativas de reforma educacional – vide o “Novo Ensino Médio”. Outras são recentes, como os enfrentamentos em torno da “ideologia de gênero”, da “escola sem partido”, do homeschooling, da militarização das escolas ou da resposta e explicações aos ataques armados em escolas pelo país afora. Propomos que no cerne dessas disputas estão os direitos conquistados por grupos historicamente marginalizados; primeiro as mulheres e o movimento feminista, no raiar do século XX e, depois, as pessoas LGBTQ+, negros, povos indígenas, comunidades quilombolas, jovens e crianças, imigrantes, etc. Tais avanços concretizam-se no âmbito escolar nas modalidades especializadas da educação, no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena e nas ações afirmativas, por exemplo. Contudo, existe ao mesmo tempo um movimento de agendas ultraconservadoras, mais visível entre os adultos, mas também presente entre os mais jovens, nas escolas, na forma de posturas antifeministas, racistas, xenófobas, LGBTQfóbicas e que banalizam ou exaltam abertamente a desigualdade e a violência. O Simpósio foca nos paradoxos do discurso da diversidade neste contexto e nos desafios etnográficos e analíticos colocados pela experiência daqueles que vivenciam estes fenômenos.d

Coordenação:

Guillermo Vega Sanabria (UFBA)

Sessão 1 - Etnografia de/nas escolas, educação e democracia

Participante(s):

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)
Bóris Maia e Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Emilene Leite de Sousa (UFMA)

Debatedor(a):

Mylene Mizrahi (PUC-RIO)

Sessão 2 - Ensinando “temas sensíveis” na escola

Participante(s):

Anna Paula Vencato (UFMG)
Lívia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO)
Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Debatedor(a):

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Da sociabilidade e das formas de violência nas escolas

Participante(s):

Ana Maria Rabelo Gomes (UFMG)
Nathalie Le Bouler Pavelic (paris 8)
Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)

Debatedor(a):

Diogenes Egidio Cariaga (UEMS)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Escolas indígenas: resistência, transformação e criatividade na construção de um diálogo inter-epistêmico

Antonella Maria Imperatriz Tassinari (UFSC)

O tema da educação escolar indígena no Brasil recebeu renovado interesse antropológico nas últimas décadas, acompanhando o movimento indígena de reivindicação por escolarização, acesso ao Ensino Superior e à pós-graduação e conquistas na legislação decorrentes da Constituição de 1998. Foi um período de intensa mobilidade entre as escolas das aldeias indígenas e as Instituições de Ensino Superior, motivada tanto pelo interesse indígena em acessar conhecimentos acadêmicos quanto pelas políticas de ações afirmativas e fomento à formação de professores indígenas. Mas o que vem acontecendo no chão das escolas das aldeias indígenas? A partir de uma revisão bibliográfica sobre educação escolar indígena (2001-2021), pretende-se apontar para as inovações e transformações dessas escolas, considerando o conceito de "convivência intercultural" (Luciano 2013, p.107) que permite "criar sensibilidades socioculturais, afetivas e humanas" ou o que Walsh (2007, p.52) define como um espaço relacional de "inter-epistemologias". As etnografias recentes sobre escolas indígenas, várias delas de autoria indígena, têm revelado maior articulação do cotidiano escolar com várias outras esferas da vida social (xamanismo, corporalidade, noção de pessoa, gênero, organização social

e política, entre outros). Indicam que, apesar das dificuldades da gestão das escolas indígenas no Brasil, várias experiências têm conseguido transformar seu cotidiano de forma a dar espaço para fontes de conhecimentos não hegemônicos, mestres não humanos e processos alternativos de ensinar e aprender. Argumento que esse espaço das escolas das aldeias, com seus desafios, resistências e experimentações, são atualmente o verdadeiro lócus de emergência de um diálogo inter-epistêmico mais equitativo, pois ancorados no cotidiano das aldeias, com suas dinâmicas e temporalidades próprias.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Em busca da escola segura: modelos e práticas em disputa nas políticas de prevenção à violência escolar

Bóris Maia e Silva (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Esta apresentação visa discutir, a partir de dados de pesquisa etnográfica no Brasil e nos Estados Unidos, como, nas últimas décadas, a instituição escolar tem sido objeto de políticas de prevenção à violência que se baseiam em modelos distintos de controle social e segurança em contextos democráticos. A lógica que orienta a formulação de tais políticas, no entanto, encontra desafios na prática das escolas e das instâncias burocráticas educacionais, que, frequentemente, redefinem as orientações vindas de instâncias superiores em função das concepções de educação e controle social que seus atores manifestam. Assim, a implementação de projetos de justiça restaurativa, militarização das escolas, mediação escolar, programas anti-bullying, antirracistas e contra a homofobia, entre outros, são redesenhados na prática, variando de acordo com a adesão dos membros da comunidade escolar a eles. Tais políticas e suas formas de implementação na prática têm consequências diretas sobre as relações de sociabilidade e a construção do comum vivenciadas pelos estudantes, configurando diferentes modos de socialização política em torno do tema da segurança e das violências na escola.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Comida-da-escola e comida-de-casa: alimentação e pertencimento em uma escola do campo

Emilene Leite de Sousa (UFMA)

Esta etnografia trata da relação construída pelas crianças de uma escola no interior do estado do Maranhão, entre a alimentação e o pertencimento ao campo. Por meio da narrativa da comida as crianças reforçam a sua identidade rural, em uma escola em que o currículo e o corpo docente, por meio de suas práticas, negam o pertencimento ao campo. Transitando pelas categorias comida-da-escola e comida-de-casa, as crianças diluem dicotomias clássicas como casa/roçado e roçado/escola. A etnografia foi produzida com base na observação, na produção de desenhos e por meio de conversas informais, técnicas utilizadas nesta pesquisa.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Aprendendo a ensinar: o que os jovens têm a nos dizer sobre temas sensíveis?

Lívia Tavares Mendes Froes (IFBAIANO)



Esta comunicação é resultado de reflexões em torno da minha prática docente, enquanto professora de Sociologia, do Instituto Federal Baiano, no ensino médio. Não se trata, portanto, do compartilhamento de resultados de uma pesquisa sistemática. No Campus Itaberaba - BA, tenho ministrado o componente para todas as séries dos cursos técnicos de Agroindústria e Agropecuária integrados ao ensino médio. Após seis anos de experiência em sala de aula, a troca com estudantes só vem evidenciando a complexidade que representa o esforço de simplificação e inteligibilidade de um campo do conhecimento que exige um esforço considerável de abstração e bagagem teórica para apreensão de conceitos e categorias. Ainda que não haja consenso sobre tópicos e perspectivas teóricas a comporem os planos de ensino, as Orientações Curriculares Nacionais, publicadas em 2006, destacam dois papéis centrais viabilizados pela Sociologia, no ensino médio que são: a desnaturalização e o estranhamento dos fenômenos sociais. Dois movimentos que podem, inicialmente, causar desconforto uma vez questionam uma série de certezas a respeito de valores, normas e comportamentos construídos, no decorrer da vida dessa pessoa que chega no ensino médio. Para refletir sobre esses e outros incômodos, analiso, ainda que de forma preliminar, as interações vivenciadas com, e entre os jovens, durante a abordagem de temas sobre gênero e sexualidade, tanto no decorrer das minhas aulas quanto durante atividades promovidas pelo Geni, o Núcleo de Estudos em Gênero e Sexualidade do IF Baiano. Destacarei, também, como minha formação em Antropologia tem se configurado enquanto importante companheira nessa travessia na qual aprendo, diariamente, e na interação com os estudantes, a ensinar esses e outros temas. No decurso dos anos, tenho observado uma diversidade de maneiras de como os jovens se apropriam, mobilizam e se posicionam diante dos temas gênero e sexualidade. Se é possível encontrar resistência, constrangimento e evitação desses temas, observo, ao mesmo tempo, interesse e muitas vezes reivindicação, por parte de alguns, em conhecer e debater o assunto, muitas vezes considerado tabu no ambiente familiar. Obviamente a escuta e observação atenta não são especificidades da Antropologia, mas desenvolvê-la enquanto ofício elementar para a prática antropológica tem representado, na minha experiência docente, relevante apoio no processo pedagógico, principalmente por levar à sério, o que os jovens dizem e demonstram. Na comunicação, serão compartilhadas ainda, algumas estratégias didáticas utilizadas.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Brincar de ataques” / “Brincar de receber encantados” : educação escolar indígena na aldeia Tupinambá de Serra do Padeiro, Bahia

Nathalie Le Boulter Pavelic (paris 8)

A comunicação pretende evidenciar alguns aspectos da educação escolar indígena visto através do olhar dos seus estudantes na aldeia tupinambá de Serra do Padeiro. As violências e violações aos direitos indígenas sofridas pelos Tupinambá por parte de indivíduos e grupos contrários à demarcação, inclusive por agentes do poder público, impactaram diretamente e continuam impactando a rotina escolar. A omissão do governo federal, ao não garantir os direitos territoriais dos Tupinambá, só fez acirrar o conflito e aumentar a violência. A comunicação quer demonstrar que, a depender da situação vivenciada pelas crianças e pelos jovens - dentro ou fora da escola - as atividades inventadas e realizadas por eles mudam nitidamente. Em

situação de conflito tenso, as brincadeiras tendem a refletir e exteriorizar as violências enquanto em tempo de relativa paz, elas tendem a expressar mais aspectos da própria cultura e assim reforçá-la.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Sociabilidade, estigmatização e segregação de estudantes

Rodrigo Pereira da Rocha Rosistolato (UFRJ)

A comunicação apresentará os resultados da pesquisa "estigma e construção das trajetórias educacionais", financiada pelo CNPq. A investigação envolveu pesquisadores e pesquisadoras de todos os níveis e experiências, de professores(as) a alunos(as) de iniciação científica. Realizamos um conjunto de etnografias com foco na observação dos processos de estigmatização e rotulação presentes nas escolas, discutindo a relação destas formas de sociabilidade, por vezes violentas, com a construção das trajetórias educacionais dos alunos na educação básica.

SE 09: Comitê Inserção Profissional / ABA: percursos e atuações da antropologia contemporânea.

O presente Simpósio objetiva criar um espaço de debate em torno da atuação de profissionais da antropologia no Brasil. Visa apresentar os principais objetivos e atividades desenvolvidas pelo Comitê Inserção Profissional/ABA a partir da interlocução com diferentes coletivos de antropólogas/os. Intenta proporcionar reflexões a respeito da prática profissional diante do avanço de cursos, sem a devida qualificação, destinados a uma suposta formação antropológica, somados às ameaças e violências sofridas por antropólogas/os nos últimos anos a partir da ação de diversos setores, principalmente aqueles vinculados ao capital privado, cujos interesses se opõem aos direitos humanos e territoriais dos sujeitos envolvidos na pesquisa antropológica. Trata-se de reunir esforços com vistas à construção de estratégias coletivas em defesa do fazer antropológico em diferentes campos de atuação (órgãos do Estado, ONGS, consultorias, profissionais autônomos, academia).d

Coordenação:

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFGM)

Mariana Balen Fernandes (UFRB)

Sessão 1

Participante(s):

Diana Dianovsky (iphan)

Januaria Pereira Mello (INCRA)

Ugo Maia Andrade (UFS)

Debatedor(a):

Luís Guilherme Resende de Assis (MPF)

Sessão 2

Participante(s):

Beatriz Accioly Vaz (MPF)

Patrick Arley de Rezende (UFMG)

Vanessa Flores dos Santos (INCRA)

Debatedor(a):

Breno Trindade da Silva (NEPPAMCs-UFMG)

SE 10: Democracias, conflitos e viradas autoritárias em contextos africanos

No marco dos 30 anos da eleição de Nelson Mandela na África do Sul e da derrocada do regime do regime apartheid, esta proposta de Simpósio Especial e Roda de Conversa tem por objetivo refletir sobre os dilemas e limites das experiências democráticas em países do continente africano. Além do marco sul-africano, os efeitos dos levantes populares no norte da África contra as ditaduras locais nos anos 2010 e os 50 anos da independência dos PALOP's também nos trazem elementos importantes de reflexão sobre a diversidade de experiências de democracia no continente. Como argumenta o antropólogo sul-africano Archie Mafeje, a democracia não é um conceito unívoco. Trata-se de um processo social e histórico múltiplo que foi e vem sendo vivido diferentemente por países africanos. A década de 1990 assistiu a uma virada dos modelos institucionais de governança no continente. Este período coincide com o fim da Guerra Fria, que havia influenciado fortemente as lutas contra a dependência colonial. Os movimentos de libertação surgidos a partir da formação de uma consciência nacionalista, ligados ao pan-africanismo e ao pan-islamismo deram origem a governos que dialogaram de formas variadas com este modelo bipolar global. Hoje um novo desenho geopolítico emerge e novos desafios se colocam para as sociedades africanas. Importa a este SE e RC refletir sobre este processo no momento em que países do Norte e do Sul Globais enfrentam golpes militares, novos conflitos e a ascensão da extrema-direita.d

Coordenação:

Laura Moutinho (USP)

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Sessão 1 - Democracia na África do Sul: 30 anos da eleição de Nelson Mandela – inspiração ou sombra?

Participante(s):

Fiona Ross (UCT)

Laura Moutinho (USP)

Paulo Sérgio da Costa Neves (UFABC)

Debatedor(a):

Thais Henriques Tiriba (USP)

Sessão 2 - Democracia, golpes e conflitos no Norte da África

Participante(s):

Denise Dias Barros (USP)

Houda Blum Bakour (UFF)

Mahfouz Ag Adnane (Casa das Áfricas - Amanar.)

Debatedor(a):

Gisele Fonseca Chagas (UFF)

Sessão 3 - Roda de Conversa| 50 anos da independência dos PALOP's

Participante(s):

Alessandra Kelly Tavares de Oliveira (USP)

Artemisa Odila Candé Monteiro (UNILAB)

Eunice Borges (ubuntu escrevivencias)

Francisco Paulo Vieira Miguel (UNICAMP)

Paulo Ricardo Müller (UFFS)

Zacarias Milisse Chambe (UniRovuma)

Debatedor(a):

Luena Nascimento Nunes Pereira (UFRRJ)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Pertencimentos (i)legítimos? Estado-nação, etnicidade e crises multiformes no Mali

Denise Dias Barros (USP)

O Mali, como outros estados africanos, é governado pelo princípio unitário em conformidade com o decreto da então Organização da Unidade África. Contudo, este princípio é desafiado por contestações/rebeliões conduzidas por nações sociológicas fragmentadas por fronteiras coloniais perpetuadas ou por rupturas no bojo da desigualdade de distribuição de riqueza, centralismo político e marginalização. A construção dos Estado-nação no Mali tem sido marcada por sistema político com distribuição de poder formada em torno de grupos étnicos específicos e o fortalecimento das mobilizações/rebeliões com bases étnico-territoriais. A crise no Mali, que eclodiu em 2012, expôs suas profundas fissuras internas em que comunidades de pertencimento, a exemplo da Kel Tamasheq de Azawad e a Fulɓe do Massina. Ambas mobilizam forças de rebelião e reclamam autonomia territorial. As tensões que mobilizam a etnicidade expressam-se, inclusive no contexto da composição de grupos jihadistas como o Daesh e o Jama'at Nusrat al Islam al Muslimeen. Discutir tais questões focando a desintegração do tecido coletivo entre Fulɓe e Dogon na região central é o objeto desta comunicação. O reconhecimento da composição entre unidade nacional e a pluralidade de formações políticas, vai ao encontro tanto das lutas por soberania territorial e cultural, da reivindicação de

instituições federalizadas como de Estado que atue como fator de coesão e vetor de investimento econômico coerente e equitativo.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Where is reconciliation now? Thoughts on a controversial concept

Fiona Ross (UCT)

South Africa's much lauded transition to democracy between 1990 and 1996 saw multiparty negotiations, the official ending of apartheid, the first universal adult franchise in 1994, the institution of a progressive Constitution based on a Bill of Rights in 1996, and the repeal of much discriminatory legislation. It also saw several Commissions which were intended to provide remedy for apartheid and colonialism and to deal with the unfinished business of negotiations. Hopes were high. Democracy was heralded by some as bringing new opportunities for folding into a global economy and a human rights dispensation. Critique existed but was muted in the general euphoria that greeted the end of apartheid and the opportunity of entering what was imagined as a global world order. The Constitution was underpinned by two principles, both intended to perform the work of historical repair. Dignity was understood as the basis for instilling respect for human rights, autonomy and for radically revising the racial ordering of society. Reconciliation was seen to be both a solution for the immediate problems of history (e.g. how to deal with perpetrators and how to address what was euphemistically called "race relations") and for grounding a new social order and new nation-state. By focusing on the work of Africa's Truth and Reconciliation Commission some thirty years after its institution, I ask about the circulation, longevity and value of political concepts, in this case, reconciliation. What work do political concepts do? To what extent are they tethered to the historical conditions of their emergence and circulation? What happens when their potential is not met? As democracy comes under pressure, how do our concepts fare?

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Egito: Ditaduras e Juventude – Revolução de 25 Janeiro em foco

Houda Blum Bakour (UFF)

Egito: Ditaduras e Juventude – Revolução de 25 Janeiro em foco Houda Blum Bakour As configurações políticas do Egito atual estão claramente estruturadas a partir de duas experiências importantes da história deste país. A primeira, e mais longa, diz respeito a todo o período de governos monárquicos, coloniais, militares, que se caracterizam por uma conduta ditatorial e opressiva, e a segunda experiência, apesar de muito curta, representou um grande marco na história política egípcia, ameaçando o ciclo de políticas perversas e antidemocráticas, e que eclodiu em 25 de Janeiro de 2011. Chamado por alguns de Revolução, por outros de Levante, o movimento protagonizado principalmente por coletivos de jovens egípcios através das mídias sociais, conseguiu mobilizar diferentes setores da sociedade civil em todo o país, e ao final de 18 dias (25 de janeiro – 11 de fevereiro), o então presidente no poder há 30 anos, Husni Mubarak, foi destituído. Este período histórico de levante popular se iniciou no Dia Nacional da Polícia (25 de janeiro) provocando uma sequência de mobilizações populares e articulações políticas com diferentes desdobramentos, inclusive uma eleição, até o Golpe

Militar de Abdel Fatah Al-Sissi em 2013 (até hoje no poder). Estes dias de efervescência política, principalmente no centro do Cairo e na Praça Tahrir (local central do movimento) permitiram novas e múltiplas formas de se viver o cotidiano, através de diferentes expressões. Nesta apresentação pretendo chamar a atenção para o protagonismo da juventude na chamada arte de rua como murais, shows e cinema improvisado, que se mostrou de grande importância na conscientização dos frequentadores e visitantes da praça, tentar compreender, passados 13 anos, em quais cenários é possível encontrar os ecos desta juventude engajada, uma vez que as violações de direitos e a brutalidade policial são legitimados pelo atual governo.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Angola e os outros

Paulo Ricardo Müller (UFFS)

Nesta comunicação buscarei refletir a contrapelo sobre as inter-relações entre a trajetória de formação da sociedade pós-colonial angolana e as condições de produção de conhecimento antropológico naquele contexto. A produção antropológica recente sobre Angola tem enfatizado o quanto os processos de reconstrução e desenvolvimento nacional pós guerra civil (2002 -hoje) atravessam temas de pesquisa tradicionais (parentesco, religião, organização social) e emergentes (ciência e tecnologia, política, economia), exigindo reenquadramentos metodológicos e conceituais constantes. Nesse sentido, as condições atuais de produção de conhecimento antropológico relativo a Angola refletem dinâmicas diversas que acompanharam diferentes momentos da formação do Estado e da sociedade angolanas após a independência (1974-1975), especialmente no que diz respeito à construção de "outros" externos - apoios internacionais aos movimentos em conflito durante a guerra civil, agências de ajuda e cooperação internacional, interlocutores políticos e comerciais internacionais e transnacionais - e internos - movimentos cívicos, ativistas políticos e culturais, novas gerações, imigrantes e refugiados. Ao final buscarei esboçar possíveis agendas de investigação e de cooperação acadêmica com vistas à viabilização de novos projetos de pesquisa e meios de inserção de pesquisadoras/es no contexto angolano.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Dilemas da democratização vistos a partir das universidades: uma análise comparativa entre Brasil e África do Sul.

Paulo Sérgio da Costa Neves (UFABC)

A democratização de países com grandes disparidades sócio-econômicas e étnico-raciais, como são Brasil e África do Sul, pressupõe mudanças não apenas ao nível da política institucional mas, também, na estrutura das desigualdades que alicerçam as hierarquias sociais e as limitações no exercício de cidadania. Isso se dá na medida em que a legitimidade do regime democrático pressupõe, como se tornou lugar comum desde Tocqueville, a igualdade tanto no plano dos direitos políticos quanto no âmbito das oportunidades de inserção e de ascensão social. Ora, como se sabe, tanto Brasil quanto África do Sul, embora com avanços consideráveis em alguns domínios, são ainda sociedades atravessadas por imensas assimetrias entre pobres e ricos, e entre brancos e não brancos. Apesar de políticas públicas postas em prática nas últimas

duas décadas, as disparidades entre pobres e ricos, entre brancos e não-brancos, entre mulheres e homens, dentre outros grupos, continuam elevadas. O que poderia explicar que o ideário democrático tem sido contestado nos dois países, seja através da emergência de grupos políticos saudosos do passado ditatorial (caso do Brasil), seja pela cada vez mais frequente visão negativa do modo como se deu a transição democrática (caso da África do Sul, onde a figura de Mandela tem sido criticada por grupos cada vez mais numerosos). Olhar todo esse processo a partir dos efeitos e dos debates sobre as políticas públicas de ações afirmativas nas universidades é um bom expediente para percebermos os impactos da democratização política sobre o modo como os atores sociais se posicionam acerca do papel das instituições de nível superior na superação das discrepâncias sociais, econômicas e simbólicas nas duas sociedades.

SE 11: Disputas fundiárias em contextos de instabilidade

Disputas fundiárias têm longa continuidade histórica no Brasil, ganhando nova tração nos últimos anos à medida que acontece uma corrida global por terras, com aquisição massiva de áreas (land grabbing) para expansão da fronteira agropecuária, mineral e de produção energética. O Estado tem incidido diretamente, ampliando instrumentos de “governança”, com novas políticas públicas de cadastro, regularização fundiária, titulação, demarcação. Ademais, estados brasileiros possuem ordenamento jurídico e histórico de repasse fundiário distintos, sobretudo na Amazônia legal, contribuindo para a instabilidade da posse efetiva da terra, favorecendo ilegalismos desde grilagens a invasões, passando por sobreposições de terras, até mesmo atividade mineradora em terras indígenas. Ao mesmo tempo, surgem diversas mobilizações contra expropriações ou realizando ocupações e retomadas, com diversidade de pautas e atores (sem-terras, indígenas, povos e comunidades tradicionais), retratados em diversos trabalhos antropológicos. Neste Simpósio Especial, propomos tratar dessas questões focando a dinâmica das disputas fundiárias em áreas de fronteira (tema da primeira sessão), e os modos como se produz a mobilização reivindicando o acesso à “terra” e “território” (tema da segunda sessão). Concluiremos as discussões com uma roda de conversa junto a interlocutoras/es de movimentos e organizações sociais acerca das mais recentes configurações que as disputas fundiárias vêm assumindo em suas localidades.d

Coordenação:

Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Sessão 1 - Disputas fundiárias em áreas de fronteira

Participante(s):

Katiane Silva (UFPA)

Marcos Antonio Barbosa de Almeida (TJRR)

Renata Barbosa Lacerda (UFRJ)

Debatedor(a):

Marisa Barbosa Araújo (UFV)

Sessão 2 - Mobilização social em áreas de disputas fundiárias

Participante(s):

Daniela Fernandes Alarcon (Ministério dos Povos Indígenas)

Davi Pereira Junior (UEMA)

Igor Rolemberg Gois Machado (UFRRJ)

Debatedor(a):

Claudia Mura (UFAL)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Retomadas de terras: breve balanço do campo e contribuições para uma agenda de pesquisa partilhada

Daniela Fernandes Alarcon (Ministério dos Povos Indígenas)

Partindo de uma breve síntese do processo de recuperação territorial em curso na aldeia Serra do Padeiro, situada na Terra Indígena (TI) Tupinambá de Olivença, sul da Bahia, este trabalho focalizará as retomadas de terras, ações coletivas levadas a cabo por povos indígenas em diversas regiões do Brasil desde pelo menos a década de 1970. Tal estratégia de ação direta tem sido central para a sustentação de coletividades indígenas ao longo do tempo e para a defesa de seus territórios, em íntima conexão com a construção de projetos coletivos, que têm logrado, em numerosos casos, desestabilizar o poder colonial em diferentes escalas. Ao interrogar as relações entre mobilização indígena e produção de conhecimento, com especial atenção à antropologia, será possível, de um lado, tecer uma crítica à pouca atenção, guardadas exceções, conferida às retomadas de terras pela disciplina até recentemente, e, de outro, delinear transformações de agenda de pesquisa ocorridas nos últimos anos. Neste movimento, desvela-se a constituição de um vigoroso campo de estudos, de alta relevância política e acadêmica, que se relaciona diretamente a interlocuções renovadas entre o movimento indígena e a universidade, incluindo-se o incremento da presença indígena nesse espaço. Valendo-me também da recente experiência de trabalho no Departamento de Mediação e Conciliação de Conflitos Fundiários Indígenas, vinculado ao Gabinete do Ministério dos Povos Indígenas (MPI), discutirei alguns problemas atuais, atentando para as possibilidades de ampliação e aprofundamento dos estudos sobre as retomadas, na perspectiva de contribuir para a garantia dos direitos territoriais indígenas.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

AJARANI: Movimentos e tensões nas fronteiras de Roraima.

Marcos Antonio Barbosa de Almeida (TJRR), Manuela Souza Siqueira Cordeiro (UFRR)

Essa apresentação tem como objetivo discutir constantes tensões em fronteiras sociais estabelecidas no norte amazônico, especificamente em regiões localizadas no limite leste da Terra Indígena Yanomami (TIY) com o estado de Roraima, sobretudo no Projeto de Assentamento Agrícola Ajarani e a ocupação “Lula Livre”, localizados respectivamente nos municípios de Iracema e Mucajaí, regiões que potencializam o status de vulnerabilidade dedicado ao lugar por instituições de pesquisa e organizações sociais ligadas as referidas

populações. A região assiste atualmente ao resultado de processos históricos de construções fronteiriças, orientados por diversos eventos que tensionam o nervo social, mobilizados por diversidades de experiências construídas no âmbito das relações envolvendo as categorias colonos, indígenas e fazendeiros. Roraima encontra-se na “mira” de holofotes midiáticos, se considerarmos as tensões veiculadas entre as duas últimas grandes conjunturas políticas, governos Lula e Bolsonaro, essas mobilizadas em torno de discursos disseminadores dos conflitos envolvendo ocupações de terras e processos de extração dos recursos naturais da região em territórios indígenas, sobretudo na TIY. A marca destas ações é observável nos limites deste território, zona rural do estado, partilhado de maneira tensa entre colonos e fazendeiros, além das constantes mobilidades de distintos grupos habitantes da TIY e pessoas ligadas, direta ou indiretamente, aos processos de intrusão nos territórios indígenas por ocasião dos movimentos em torno da mineração. Este último fato, envolve as três categorias aqui listadas, estando os colonos em número expressivo de pessoas que se mobilizam em torno da “entrada” no território indígena, fomentando a dinâmica em torno desses processos de mobilidade. As fazendas encontram-se ocupando - geograficamente - o limite extremo da TI Yanomami com as zonas rurais descritas, proporcionando aos fazendeiros uma ocupação “privilegiada” diante das tensões produzidas no decurso dessas mobilidades. Os assentamentos agrícolas e outras ocupações de colonos na região encontram-se atualmente pressionados entre as longas faixas de terras ocupadas por fazendeiros, fator que impulsiona estes últimos a se mobilizarem sistematicamente no sentido de desarticular as movimentações de colonos e indígenas em torno da região. Além dos arranjos em torno do “garimpo”, motor de expressivas tensões que caminham muito além do discurso disseminado em redes midiáticas, o cenário é dinamizado por conflitos de terra entre colonos e fazendeiros. O isolamento geográfico e a reduzida fiscalização na região permite à rede de fazendeiros, articulação em torno do despejo de grupos colonos nos entornos das fazendas, muitas vezes já estabelecidos em projetos de assentamento.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_092_55647532_888191.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Conflitos, violências e ilegalismos na região da BR-163 (Pará, Amazônia)

Renata Barbosa Lacerda (UFRJ)

Esta exposição discute como políticas de colonização e de desenvolvimento na região da rodovia BR-163 Cuiabá-Santarém (Pará, Amazônia) engendraram conflitos, violências e ilegalismos em torno do uso e apropriação de terras públicas, da floresta e dos minérios. Resulta de etnografia e da análise de: documentos; publicações de moradores; reportagens; e entrevistas em profundidade com autodenominados pioneiros, colonos, produtores rurais, comerciantes, empresários, garimpeiros, madeireiros, pequenos agricultores assentados e lideranças indígenas Mebengôkré (Kayapó). Se as disputas fundiárias, violências e práticas ilegais na BR-163 paraense foram largamente descritas pela literatura vinculadas à valorização do preço internacional de commodities, como terra, carne, soja, ouro e madeira, observo como têm sido narradas e vivenciadas por diferentes habitantes da região. Esses as expressavam por meio de silêncios e histórias marcadas por um léxico agonístico referido a: brigas (por terra, de bar, por



mulher, de peão, de gato e rato), terras enroladas, desgastes, desavenças, medo, respeito, direitos, leis, corrupção, invasores, donos de terras, posseiros, grileiros, guachebas, pistoleiros, humilhações, covardias, terrorismo, ameaças, promessas de morte, conflitos e violência. Descrevo essas brigas por meio de suas temporalizações, referidas a normas administrativo-jurídicas fundiárias e ambientais, bem como políticas territoriais e de desenvolvimento. Em especial: a colonização da Amazônia pela ditadura empresarial-militar e a abertura da BR-163; a discriminação de terras da União sob a forma de glebas, que se sobrepuseram a uma base militar; a formação de associações para demandar políticas fundiárias; a criação da Terra Indígena Baú em 1991; a mudança jurídica de 50% para 80% de reserva legal na floresta amazônica (1996); a pavimentação da BR-163 nos anos 2000; o Plano BR-163 Sustentável (2003), que criou novos marcos de legalidade, intensificou a fiscalização ambiental e criou unidades de conservação e assentamentos rurais sustentáveis, sobrepostos entre si e com outras modalidades de uso da terra; o Programa Terra Legal (2009) e outras leis de regularização fundiária; o Decreto nº 6.514/2008, que dispõe sobre infrações ambientais e sanções administrativas. Abordo dimensões complementares dessas brigas: o reconhecimento do direito moral de ser dono da terra, independente do direito oficial/legal; conflitos cotidianos entre o povo da região e autoridades do governo. Nessas narrativas, agentes heterogêneos denunciavam variados modos de gestão diferencial dos ilegalismos que reproduziram e intensificariam desigualdades sociais em diferentes escalas, do local ao global.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_483_21653467_888191.pdf

SE 12: Etnografias das práticas de conhecimentos no Sistema Único da Assistência Social

Este SE, proposto pela Comissão de Direitos Humanos (CDH/ABA), pretende reunir pesquisas sobre os efeitos e as transformações nas relações entre as pessoas e o Estado a partir da criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) no Brasil - um dos grandes marcos pré e pós-constituente para a definição de políticas de seguridade social e de garantia de direitos aos cidadãos e cidadãs. A Constituição Federal de 1988 definiu em seus artigos 203 e 204 os princípios e normas da política da assistência social brasileira: descentralizada e tripartite. Meia década depois foi publicada a LOAS (Lei nº 8742/1993) regulamentando os direitos sociais necessários para a erradicação da pobreza e à ruptura com práticas assistencialistas e desfragmentadas. Em 2006, a Resolução nº 296 (CNAS/MDS) aprovou as NOB-RH, um avanço para definições sobre financiamento, benefícios, programas, projetos e equipes para atuação nos centros de referência da Assistência Social (CRAS e CREAS). Neste SE pretendemos dar relevo às experiências de pesquisas e de atuação de profissionais da Antropologia no campo da Assistência Social, organizado em três sessões temáticas de acordo com os temas dados/dos pesquisadores/as/us convidadas. Nos interessam trabalhos sobre e com coletivos em diferentes territórios e contextos etnográficos, atravessados por redes e fluxos que interseccionam (ou não) as relações geracionais, de gênero, étnico-raciais e os saberes e fazeres mobilizados na efetivação dessa política. d

Coordenação:

Diogenes Egidio Cariaga (UEMS)

Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Sessão 1

Participante(s):

Flávia Ferreira Pires (UFPB)

Flavia Melo da Cunha (UFAM)

Lucia Pereira (UFGD)

Debatedor(a):

Tatiane Vieira Barros (IFCE)

Sessão 2

Participante(s):

Diogenes Egidio Cariaga (UEMS)

Marcelo Giacomazzi Camargo (Universidade de Brasília)

Tatiane Vieira Barros (IFCE)

Debatedor(a):

Lucia Pereira (UFGD)

SE 13: Experiências de descolonização em museus e coleções indígenas

É extensa a bibliografia sobre descolonização, abrangendo a América e outros continentes. Mas são poucos os relatos sobre iniciativas concretas nesta direção, como veio a ocorrer no Museu Kanak de Noumea, em museus americanos, canadenses e africanos (vide a coletânea "De acervos coloniais aos museus indígenas", Pacheco de Oliveira & Santos, 2019). No Brasil trabalhos pioneiros foram desenvolvidos desde 1991 no Museu Maguta dos indígenas Tikuna (AM), no Museu Kwari dos povos indígenas do Amapá, no Museu Índia Vanuíre dos Kaingang (SP) e no Museu do Povo Kanindé (CE), além de iniciativas mais recentes. O Simpósio Especial aqui proposto busca reunir e possibilitar um diálogo entre uma geração mais nova de pesquisadores indígenas diretamente envolvidos na formação de coleções contemporâneas. As apresentações terão como foco principal as experiências desenvolvidas pelos indígenas no contexto de museus e exposições, devendo contemplar tanto os esforços de compreensão etnográfica e análise dos artefatos, quanto outras questões relativas ao exercício de uma curadoria. A colaboração ativa das comunidades de origem, assim como com antropólogos e instituições deve ser igualmente ressaltada. Os debates devem conduzir a um aprofundamento das questões relativas à pesquisa e curadoria de coleções formadas por indígenas, permitindo apreender a sua originalidade e os desafios futuros (científicos, administrativos e jurídicos).d

Coordenação:

João Pacheco de Oliveira Filho (UFBA)

Tonico Benites (FUNAI)

Sessão 1 - Coleções e patrimônios nacionais

Participante(s):

Bartolomeu Cícero dos Santos (UFRJ)

Gliceria Jesus da Silva (UFRJ)

Sokrowe Karaja (Aldeia Hawaló)

Debatedor(a):

Tonico Benites (FUNAI)

Sessão 2 - Museus de povos indígenas

Participante(s):

Kassia Angela Lod Moraes Galiby (Museu Kuahí)

Salomão Inácio Clemente (Museu Magüta)

Suzenilson da Silva Santos (UFC)

Debatedor(a):

Manuel Ferreira Lima Filho (UFG)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Experiências múltiplas de produção de memórias

Participante(s):

Altaci Corrêa Rubim (UNB)

Ariassana Braz Bomfim de Souza (CEICV)

Creuza Virgílio (artesã)

Dirce Jorge (anroni)

José Tarisson Costa da Silva Nawa (Defensoria Pública da União)

Rafael Santana Gonçalves de Andrade (Museu Antropológico-UFG)

Debatedor(a):

Renata Curcio Valente (Museu Nacional UFRJ)

SE 14: Histórias plurais e situadas da antropologia: novos horizontes metodológicos e temáticos

Muitas são as controvérsias sobre a história da antropologia, suas práticas de representação e metodologias de pesquisa. Todavia há um consenso de que a antropologia deve se adaptar às mudanças e desafios socioculturais e políticos, redefinindo seu papel no mundo contemporâneo. A proposta do simpósio é refletir, problematizar e discutir histórias da antropologia no Brasil a partir de perspectivas críticas e interpretativas mais recentes que põem em relevo processos de descentramento de narrativas e de sujeitos, tendo como ponto de inflexão a pluralidade de

enfoques temáticos, de estilos, com ênfase no papel de marcadores sociais da diferença como gênero, raça/etnia, orientação sexual, gerações e deficiência nesta revisão de nossa história. Novos desafios teórico-metodológicos para a tarefa de descrever e interpretar contextos intelectuais e políticos da prática disciplinar servirão como fio condutor das apresentações e dos debates propostos neste Simpósio Especial com as seguintes sessões. Sessão 1 - Considerações metodológicas e éticas para a pesquisa em histórias da antropologia Antonio Motta (coord) - Mariza Peirano, Christiano Tambascia e Vinicius Ferreira Sessão 2 - Histórias das mulheres na antropologia: o que nos ensinam? Miriam Grossi (coord)- Candice Vidal e Souza, Denise Cruz e Janaina Damasceno Sessão 3 - Roda de conversa: Historiografias situadas da antropologia em diálogo com movimentos sociais com Anahi Mello, Jamile Borges, Rivelino Barreto e Sil Nascimento

Coordenação:

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)

Sessão 1 - Considerações metodológicas e éticas para a pesquisa em histórias da antropologia

Participante(s):

Christiano Key Tambascia (UNICAMP)
Miriam Pillar Grossi (UFSC)
Vinicius Kauê Ferreira (UERJ)

Debatedor(a):

Antonio Carlos Motta de Lima (UFPE)

Sessão 2 - Histórias das mulheres na antropologia: o que nos ensinam?

Participante(s):

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS)
Denise Ferreira da Costa Cruz (UNILAB)
Janaina Damaceno Gomes (UERJ)

Sessão 3 - Roda de Conversa| Historiografias situadas da antropologia em diálogo com movimentos sociais

Participante(s):

Anahí Guedes de Mello (Anis - Instituto de Bioética)
Jamile Borges da Silva (UFBA)
João Rivelino Rezende Barreto (UFSC-SC)
Silvana de Souza Nascimento (USP)

| Trabalho para SE - Simpósio Especial

Antropólogas e seus contextos: enredos pessoais e institucionais a partir das regiões Nordeste e Sul e dos estados de Minas Gerais, Pará e Mato-Grosso

Candice Vidal e Souza (PUC MINAS), Candice Vidal e Souza (PUC Minas)

A apresentação resulta de experiências de pesquisa dedicadas às professoras e pesquisadoras que iniciaram suas carreiras em Antropologia desde os anos 1960, muitas delas alunas das primeiras turmas de pós-graduação no Brasil. As entrevistas foram realizadas entre 2004 e 2024, em diferentes projetos de pesquisa que consideram contextos institucionais de universidades federais das regiões Nordeste e Sul, além dos estados de Minas Gerais, Pará e Mato-Grosso. A antropologia das vidas intelectuais orienta as posições metodológicas e interpretativas que exploram os arranjos domésticos, as experiências de geração (sociológica e cronológica) e as relações de gênero, narradas por sujeitos autoreflexivos que escavam suas memórias dos ambientes intelectuais e das relações interpessoais em trajetórias que entrelaçam espaços e tempos da vida pessoal e acadêmica.

SE 16: Mediação de Conflitos Ambientais e seus desdobramentos sobre as Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: balanço da última década

O SE discutirá os efeitos políticos e institucionais de princípios desenhados em nome da sustentabilidade sobre processos em curso no Brasil. Enfoque será dado às estratégias de construção de consensos, mesas de diálogo e participação em conflitos ambientais. Interessa refletir sobre deslocamentos que acomodaram negociações de diferentes ordens (direitos, leis, territórios locais, regulamentação ambiental). Em que medida a participação tutelada em espaços institucionais tem produzido o silenciamento de grupos subalternos, perpetuando as desigualdades ambientais na forma de violência lenta (Zhouri, 2020)? Por outro lado, a última década tem se caracterizado por perdas céleres e reconquistas árduas no jogo democrático devido aos avanços da ultradireita sobre o aparato e o modus operandi estatal. Direitos socioambientais foram solapados e aprofundaram as descompensações sociais e econômicas; foi multiplicada a cultura do ódio e a negação das diferenças, recrudescendo práticas persecutórias e de criminalização de movimentos sociais. Como os pontos de inflexão política e econômica incidiram sobre as orientações institucionais no tema socioambiental? Como essas lidaram com a racionalidade prevalente sobre mediação de conflitos ambientais? Será feito balanço analítico de uma década do debate iniciado em 2012 no seminário Formas de Matar, de Morrer e de Resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais organizados pelas proponentes na UFMG.d

Coordenação:

Andréa Luisa Zhouri Laschefski (UFMG/ABA)

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UFSCAR)

Sessão 1 - A institucionalização dos dispositivos de diálogo e mediação de conflitos

Participante(s):

Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF)

Marcos Cristiano Zucareli (UFRJ)

Rafael Mello Portella Campos (Defensoria Pública- ES)

Debatedor(a):

Edna Ramos de Castro (UFPA/ SBS)

Sessão 2 - O reconhecimento dos direitos em situações de mediação de conflitos**Participante(s):**

Cleyton Henrique Gerhardt (UFRJ)

Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG)

Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (UPE)

Debatedor(a):

Sonia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos (UFPA/ABA)

Sessão 3 - Roda de Conversa**Participante(s):**

Filovalter Moreira dos Santos Junior (DEFENSORIA PÚBLICA/SP)

Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior (UFMA)

Marino D'Angelo Júnior (CABF - Atingido Mariana)

Patricia Generoso Thomaz Guerra (REAJA, Atingida pelo Projeto Minas- Rio)

Sara Rodrigues Lima (Ribeirinha da Volta Grande do Xingu)

Zoraide Souza Pessoa (UFRN)

Debatedor(a):

Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio (UFSCAR)

SE 17: Mudanças climáticas e desigualdade ambiental no Brasil

A crise do clima integra as agendas de governos, instituições e as pautas de movimentos sociais, tornando-se tema central de políticas em todo o mundo. Frequentemente associada a fenômenos de ampla escala planetária ou geológica, a busca por soluções para este problema tem levado os especialistas a transcenderem as fronteiras entre análises científicas, perspectivas críticas aos modelos de desenvolvimento vigentes e a difusão de princípios morais, ideológicos ou existenciais. As mudanças climáticas são amplamente enquadradas sob as perspectivas da modernização ecológica e da gestão humanitária de desastres e conflitos, as quais frequentemente negligenciam os processos históricos que expõem certos grupos sociais a maiores riscos e condições de vulnerabilidade socioambiental. A Antropologia, em diálogo com outros saberes, fornece uma grande contribuição ao debate, ao promover aproximações entre análises multiescalares e multissituadas, e caracterizar densamente práticas e discursos relacionados à

questão pública climática. Este simpósio especial reúne pesquisadores e especialistas para refletir sobre esse cenário e os arranjos de governança ambiental destinados a enfrentá-lo no contexto brasileiro. O tema da justiça climática também será tratado a partir da perspectiva de movimentos sociais, pessoas afetadas por desastres e conflitos socioambientais, além de representantes de organizações voltadas à redução das desigualdades ambientais no país.d

Coordenação:

Deborah Bronz (UFF)

Raquel Oliveira Santos Teixeira (UFMG)

Sessão 1 - A questão climática no Brasil

Participante(s):

Henri Acselrad (Professor colaborador UFRJ)

Sineia Wapichana (Coiab - Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC))

Sessão 2 - Governança ambiental: políticas públicas, convenções e mercados

Participante(s):

Aurélio Vianna Junior (The Tenure Facility)

Caio Pompeia Ribeiro Neto (UFV)

Victor Marchezini (Cemaden)

Debatedor(a):

Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ)

Sessão 3 - Roda de conversa sobre justiça climática e desigualdade ambiental

Participante(s):

Maria Suellen Timoteo Correa (SEEDUC RJ)

Rosenilda Botelho Gomes (SEMEC)

Simone Maria da Silva (professora)

Debatedor(a):

Raquel Maria Rigotto (UFMA)

Trabalho para RC - Roda de Conversa

As diferentes experiências e temporalidades de um desastre em um lugar de recorrentes chuvas e de seus acionamentos políticos

Maria Suellen Timoteo Correa (SEEDUC RJ)

A presente comunicação visa apresentar parte do universo de uma pesquisa empreendida a partir da experiência de atingida pelo desastre ligado às chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro, ocorrido em janeiro de 2011. Tomando como ponto de partida um dos elementos da produção dessa pesquisa - no caso a etnografia da experiência busco relacionar às experiências de afetada a uma percepção das desigualdades presentes em Nova Friburgo, em relação à

resposta do Poder Público às demandas e reivindicações de grupos dessa cidade. Reviver tantas vezes essa experiência não esgotou a análise do desastre, pelo contrário, manteve uma busca por mais referências, em diálogo com vários olhares e vivências, a ponto de problematizar diversos contextos de chuvas e situações de desastres de diferentes épocas em Friburgo. Com isso, a pesquisa pôde analisar, além da construção dos riscos e de uma territorialização propícia a desastres, a constituição estatal e das relações políticas locais atreladas também aos fenômenos periódicos de chuvas e aos seus acionamentos simbólicos. A partir da reconstituição dos desastres de 1979 e 2011 e dos usos e sentidos em torno destes eventos críticos, foi possível refletir sobre desastres enquanto oportunidades expressas em políticas rituais oficiais na cidade, operadas pelos chamados governos das chuvas. Essas políticas oficiais produzem diferentes respostas que, por sua vez, levam a diversas temporalidades de um desastre.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_107_45471485_804452.pdf

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Território quilombola: conflito entre uso da terra e a mercantilização de crédito de carbono

Rosenilda Botelho Gomes (SEMEC)

Após a COP 26, as comunidades quilombolas das Ilhas de Abaetetuba no nordeste paraense, recebem a proposta do projeto de Mercado de Carbono Voluntário. A natureza do projeto é de uma empresa que se identifica no território como a única "startup crowdfunding, aptas para o enfrentamento às mudanças climáticas e diminuição da pobreza na Amazônia". São empresas que buscam adquirir créditos de carbono por meio da realização de projetos socioambientais como medida mitigadora de danos. Dessa forma, a proposta é compensar financeiramente os quilombolas, que em contrapartida, devem manter a "floresta em pé", ou seja, não queimar e nem derrubar por um tempo médio de três décadas. O trabalho proposto segue um estudo etnográfico, com foco nas análises situacionais das discussões sobre Mercado de Carbono no território quilombola em diversos eventos, tanto virtual, quanto presencial. Onde foi possível identificar que a mercantilização do crédito de carbono, cria intervenções que imprimem outros significados ao uso do território: de um lado o território como reprodução socioeconômica e cultural (modo de viver, produção tradicional da roça); e do outro, como fonte mercadológica. Todavia, isso tem gerado vários conflitos, externos e internos envolvendo os responsáveis pela gestão do território (ARQUIA), agricultores, estudantes quilombolas, filhos de agricultores, pescadores, oleiros e a empresa Amazon Carbon. Os posicionamentos divergem entre os próprios quilombolas, à medida que alguns veem o mercado de carbono como uma oportunidade financeira e outros como perda de autonomia territorial, além disso, recai na incerteza de entrar no mercado devendo milhões, sem a transparência do que efetivamente irá ocorrer no território, após a assinatura do contrato. Palavras-chave: Mercado de carbono. Território quilombola. Conflitos

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_846_68318634_804452.pdf

SE 18: Novos cenários nas instituições de ensino superior: ampliação do acesso, permanência e debates sobre as, carreiras e epistemologias

Nas últimas décadas, as universidades brasileiras passaram por profundas mudanças no perfil discente com o advento das leis de ações afirmativas, uma grande vitória dos movimentos negros e outros movimentos sociais organizados. Esse processo se junta a outros que já estavam em curso e que se intensificaram: as ações afirmativas e políticas de equidade se estendem para outros setores como o corpo docente, técnico-administrativo e até mesmo os cargos de gestão das universidades; situações de assédio são desnaturalizadas; constituem-se espaços institucionais de ampliação da equidade, diversidade e inclusão e iniciativas relativas à garantia dos direitos de estudantes trans, docentes e funcionárias trans e pelos direitos relacionados à maternidade nas carreiras científicas. Em função dessas transformações, também presenciamos uma demanda por novas epistemologias acadêmicas que privilegiem autoras e autores de grupos minorizados, além de um debate mais amplo sobre equidade. Este Simpósio Especial é organizado pelo Comitê de Gênero e Sexualidade e Comissão de Direitos Humanos, e tem como objetivo refletir sobre o novo momento dentro destas instituições a partir do aumento da presença de atores/as. A ideia é ampliar a reflexão sobre os debates e iniciativas dessas/es novas/es/os autoras/es, compreender quais os impactos, disputas e políticas que estão atualmente na arena acadêmica e como têm estado em diálogo com o fazer antropológico.d

Coordenação:

Ana Paula da Silva (UFF)

Regina Facchini (UNICAMP)

Sessão 1 - Sujeitas/os racializadas/os: ampliação do acesso à universidade para pessoas pretas, pardas e indígenas e as novas demandas acadêmicas.

Participante(s):

Ana Paula da Silva (UFF)

Angela Figueiredo (UFRB)

Lauriene Seraguza olegário e Souza (UFGD)

Debatedor(a):

Jacqueline Moraes Teixeira (UNB)

Sessão 2 - Gênero, ampliação do acesso, permanência, carreiras e epistemologias

Participante(s):

Brume Dezembro Iazzetti (Universidade Cornell)

Heloisa Buarque de Almeida (USP)

Rebeca Buzzo Feltrin (Col)

Debatedor(a):

Regina Facchini (UNICAMP)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Ciência e política: produção de conhecimento acadêmico e as relações com movimentos sociais

Participante(s):

Ian Guimarães Habib (UFBA)

Marco Aurelio Maximo Prado (UFMG)

Roberto Marques (URCA)

Sérgio Luís Carrara (UERJ)

Stephanie Pereira de Lima (InternetLab)

SE 19: O Debate Contemporâneo sobre Masculinidades Negras

O debate sobre masculinidades negras tem escalado na esfera pública brasileira, correlacionando-se de modo transversal à discussão sobre a violência antinegra e ao genocídio do povo negro; ao estudos em educação e/ou no espaço escolar e suas contradições impasses; junto as políticas queer de sexualidade, arte e ativismo; e mesmo na discussão sobre políticas públicas e ações afirmativas raciais no âmbito do Estado. Na antropologia social brasileira, o campo se equilibra entre os estudos raciais e de gênero e progride em franca interdisciplinaridade, tematizando alguns dos principais desafios que interpelam nossa disciplina, justamente nessa conjugação interseccional e interdisciplinar. Nesse simpósio propomos um balanço crítico do campo, com ênfase para contribuição etnográfica assim como para a articulação das questões desenvolvidas no âmbito do movimento social e no debate público.d

Coordenação:

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Sessão 1 - Interpelando Masculinidades Negras

Participante(s):

Osmundo Santos de Araújo Pinho (UFRB)

Waldemir Rosa (UNILA)

Sessão 2 - Etnografando Masculinidades Negras

Participante(s):

Alan Augusto Moraes Ribeiro (UFOPA)

Rolf Malungo Ribeiro de Souza (UFF)

Vinícius Santos da Silva (UFS)

SE 20: O que ameaça o presente e o futuro dos povos indígenas no Brasil?

O Simpósio Especial (SEs) ‘O que ameaça o presente e o futuro dos povos indígenas no Brasil?’ ao tempo em que se inspira na carta aberta de Dinamam Tuxá (coordenador executivo da APIB e assessor jurídico da APOINME) e Felipe Tuxá (Depto de Antropologia da UFBA, membro da Articulação Brasileira de Antropólogos Indígenas e vice-presidente da Associação Nacional Indigenista (ANAI), “Carta para um Brasil que nunca se quis indígena”, tenta enfrentar o desafio de examinar a questão básica ali problematizada, ou seja, “Qual é [...] o problema dos povos indígenas?” Essa questão básica, por sua vez, se desdobrará em dois eixos, i.e., (1) a “violência não contingencial” – físico-existencial, simbólica e emocional -- exercida contra os povos indígenas; e (2) a memória, que os dois autores referidos consideram “O mastro para a condução de um futuro para um Brasil que seja, também, indígena” (Carta para um Brasil...). O primeiro eixo será desenvolvido em duas sessões. A Roda de Conversa (RCs) “Lembrar para não Esquecer” tratará do segundo eixo, por meio dos temas da criação do Monte Pascoal e do “Fogo de 1951”, um evento crítico que, até o presente, acarreta graves consequências, sociais, políticas e emocionais, para os Pataxó da Aldeia de Barra Velha, no extremo-sul da Bahia. As dimensões de gênero e geração terão, na RC, especial relevância, abrangendo, complementarmente, as perspectivas teórico-reflexiva e vivenciald

Coordenação:

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Univeridade Federal da Bahia /UFBA)

Sessão 1 - “violência não contingencial” – físico-existencial, simbólica e emocional -- exercida contra os povos indígenas;

Participante(s):

Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB)

Luana da Silva Cardoso (UFPA)

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Univeridade Federal da Bahia /UFBA)

Debatedor(a):

Leandro Marques Durazzo (UFRN)

Sessão 2 - A Memória: o mastro para a condução de um futuro para um Brasil que seja, também, indígena

Participante(s):

Edwin Boudewijn Reesink (UFPE)

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Mauricio Caviedes (UFBA)

Debatedor(a):

Nathalie Le Bouler Pavelic (paris 8)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Lembrar para não Esquecer

Participante(s):

Anari Braz Bomfim (ONG)
Ane Kethleen Ferreira da Silva
Antônia Santana Braz (UFBA)
Genilson dos Santos de Jesus (UFBA)
Rosimar Braz de Araújo (UFESBA)
Rutian do Rosário Santos (UFBA)

Debatedor(a):

Marcio Tadeu Maia de Almeida Malta (University of Florida)

Trabalho para RC - Roda de Conversa

O que ameaça o presente e o futuro dos Povos Indígenas no Brasil

Anari Braz Bomfim (ONG)

Nessa roda de conversa trarei algumas reflexões sobre a situação enfrentada pelo povo Pataxó no Extremo Sul da Bahia. Como alguns fatos como o "fogo de 51" e a luta pelo território refletem ainda nos dias atuais.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Histórias, memórias e violências: um esboço sintético das violências anti-indígenas

Edwin Boudewijn Reesink (UFPE)

Hoje discutimos o primeiro eixo como definido pela proposta do simpósio inspirado na formulação de dois autores indígenas: “Qual é [...] o problema dos povos indígenas?” Essa questão básica, por sua vez, se desdobrará em dois eixos, i.e., (1) a “violência não contingencial” – físico-existencial, simbólica e emocional – exercida contra os povos indígenas;” Desde a chegada da primeira flotilha de Pedro Álvares – em que se discutiu a necessidade ou não de sequestrar alguns naturais da terra – toda a história do Brasil se desenrola sob o signo da violência. Depois de “tomar posse” e de um início de “colonização” claudicante, para usar os termos portugueses, a conquista do que viria a ser o Brasil se desdobrou sempre num processo de expansão e coação dominial com uma dimensão constitutiva de uma “violência social total”. Inspirado em Mauss, este é o fato social total das histórias e memórias brasileiras e indígenas que intrinsecamente define seu caráter profundo e intemporal. Ou seja, a violência supracitada abarca violências que atingem as pessoas em todas as suas dimensões, tanto pessoais quanto coletivas. Nesse sentido, constitui-se como um axioma de caráter geral e generalizador, mesmo que para cada caso singular a sua fenomenização exiba as particularidades que a sua abrangência dimensional abarca. A noção de uma história do Brasil e de uma história dos povos indígenas no Brasil é válida para os mais altos níveis de abstração; em contrapartida, na realidade, encontramos uma enorme quantidade de histórias do Brasil, memórias no Brasil e histórias dos povos indígenas no Brasil. Todas estas histórias e memórias contêm seus pontos de vista particulares, suas abstrações e reificações ontológicas e epistemológicas singulares e, diante desta complexidade inevitável e da necessidade premente

e também inevitável de abstrair e analisar, a presente apresentação se propõe, muito resumidamente, a esboçar alguns traços sintéticos para divisar alguma unidade nesta imensa multiplicidade de histórias e, ao inverso, alguma multiplicidade nessa unidade.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O papel da antropologia na mediação da formação de professores indígenas no Brasil

Felipe Bruno Martins Fernandes (UFBA)

Recentemente, o Ministério da Educação aprovou o primeiro curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal da Bahia, em resposta ao Edital Parfor Equidade. Este curso, eminentemente interdisciplinar, foi desenvolvido em colaboração com diversas áreas do conhecimento ligadas às Humanidades, Artes, Literaturas, Matemática e Ciências da Natureza. Durante o processo de desenvolvimento, consultas foram conduzidas com o movimento indígena, juntamente com uma articulação interna na UFBA para garantir um Plano Pedagógico de Curso (PPC) e uma matriz curricular alinhados às diretrizes da educação escolar indígena e à valorização dos saberes indígenas em atividades de pesquisa, ensino e extensão. Liderada por uma equipe majoritariamente composta por antropólogos, com contribuições significativas de linguistas especializados em línguas indígenas (mas não só), o curso foi possível graças às competências da equipe em experiências de campo que garantiu a sensibilização necessária das diversas unidades universitárias envolvidas. Espera-se que este curso, a ser implementado a partir de 2024.2, promova a excelência na formação de professores indígenas na Bahia, capacitando-os para atuar tanto em escolas indígenas quanto como pesquisadores em diversas áreas do conhecimento.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

O ensino das histórias e culturas indígenas na escola: limites e possibilidades de aplicação da lei 11.645/2008

Genilson dos Santos de Jesus (UFBA), Genilson dos Santos de Jesus (UFBA)

O presente trabalho tem como objetivo principal refletir sobre a obrigatoriedade do ensino da "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" na escola. Busca-se compreender quais são os limites e as possibilidades de aplicação da Lei 11.645/2008. Esse Texto Normativo abre novos caminhos e gera expectativa de mudança no tratamento da questão indígenas no âmbito escolar. Faz nascer a esperança de superação de um passado de invisibilidade e omissão. Esse trabalho, de forma crítica procura debater os diferentes desafios enfrentados pelos professores e profissionais da educação. Também aponta possibilidades de superação das lacunas e imprecisões relacionado a temática indígena. Acredita-se que escola ganha um importante aporte legal que possibilita avançar um pouco mais, podendo, portanto, proporcionar uma maior valorização e respeito aos povos indígenas, suas histórias e culturas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_459_12239921_393586.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Violências e processos disruptivos entre os Pataxó Hãhãhã, sul da Bahia

Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB)

O objetivo da comunicação será refletir sobre situações abruptas que atravessam as trajetórias do povo Pataxó Hãhãhã, como o esbulho, prisões, assassinatos, separação de parentes, esterilização de mulheres, ação de narco traficantes. Acontecimentos que, historicamente, têm alterado o curso das vidas das pessoas. A partir da memória, pretendemos discutir noções que, oriundas de violências contingenciais, mas pela força da ação que representaram, passaram a fazer parte do cotidiano do povo, a exemplo de “escorraçado” e “esparramado”. Mesmo após a regularização territorial, esse povo está submetido e constrangido por uma série de acontecimentos que não os deixa descansar. Uma vida em eterna suspensão, em que a qualquer momento a realidade pode ser alterada.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Violência não contingencial exercida contra os Pataxó de Barra Velha /BAHIA

Maria Rosário Gonçalves de Carvalho (Univeridade Federal da Bahia /UFBA)

A intervenção terá como objetivo apresentar as situações de violência contingencial a que têm sido submetidos os Pataxó de Barra Velha, localizados no extremo-sul da Bahia. ao longo de décadas e cujo ponto cronológico inicial ocorre nos anos 1940, com as tratativas para a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal (PNMP), que os ignorou completamente e a eles se sobrepôs.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

luta pataxó pelo Território e violências

Rosimar Braz de Araújo (UFESBA), Rosimar Braz de Araújo (UFSB)

Os Pataxó vivem no extremo Sul da Bahia e Minas Gerais. No município de Porto Seguro, está a Aldeia Barra Velha, Aldeia Boca da mata e no município de Santa Cruz cabrália esta localizada a Aldeia Coroa Vermelha. Os primeiros registros da ocupação pelo Território é iniciado a partir de viajantes naturalistas como o príncipe Maximiliano Wied- Neuwied que em 1815 através de seus registros apontou os Pataxó como reservados e desconfiados. Fomos descritos a partir da venda e troca de objetos feitas na vila do Prado. O povo Pataxó é destacado a partir das lutas e resistência. É preciso destacar as reivindicações pelo direito às terras que são de ocupação tradicional, sendo tais áreas um campo de disputa e conflitos entre indígenas e o agronegócio, turismo e indústria da celulose. Apesar da Constituição Federal de 1988 garantir estes direitos, eles vêm sendo violados e desrespeitados há décadas. Em relação a essa omissão estatal e expropriação territorial histórica, os Pataxó têm em sua memória uma história de luta e resistência pelo Território e guardam cicatrizes das violências e crimes cometidos durante o Fogo de 1951 e a criação do Parque Nacional do Monte Pascoal(1940-1961) onde o IBDF- Instituto Brasileiro de defesa florestal impediu os Pataxó de manterem seus roçados tradicionais o que levou a período de restrição alimentar severa, é definido pelo povo Pataxó como o período da fome em que adultos, idosos, crianças e adolescentes se alimentavam de banana verde, mangaba verde devido a proibição de fazerem seus roçados e tiveram que procurar outros meios de se alimentar. A luta pelo Território Pataxó foi marcada por muita violência, violação de

direitos, esta violência caiu sob lideranças Pataxó no que diz respeito na luta pela autodemarcação, como exemplo a retomada do Monte no ano de 1999 em que lideranças de nosso povo foram perseguidas por ruralistas por defenderem o Território que por direito é tradicional e sagrado que tem um significado de " baliza" marco histórico de nossa presença antes da chegada dos colonizadores. É sobre esse evento criminoso que irei falar neste simpósio, uma memória viva que embora sendo dolorosa para nós, é conhecida por todos, mesmo os mais jovens. Um lembrar incômodo, mas necessário para a manutenção da luta por nossa autonomia territorial e cultural.

Palavras chave: Memória Pataxó, Território, Luta, Monte Pascoal

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_766_15419131_393586.pdf

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Frente De Resistência Pataxó: Violações dos Direitos Territoriais do Povo Pataxó, Extremo Sul - Bahia

Rutian do Rosário Santos (UFBA), Maria Rosário de Carvalho (UFBA)

O povo Pataxó, está concentrado no Extremo Sul da Bahia e possui a maior população indígena deste estado. Ele tem sido submetido a graves violências e violações de direitos decorrentes do processo de autodemarcação do território Barra Velha. O conjunto das aldeias, que estão estabelecidas na Terras Indígena Barra Velha do Monte Pascoal, vive em um cenário de guerra, sendo atacada por pistoleiros e grupos contrários aos processos de demarcação, o que tem restringido o seu direito de ir e vir nos limites de cada aldeia e das sedes municipais. A TI Barra Velha do Monte Pascoal, no município de Porto Seguro, foi submetida a um reestudo que corrigiu os seus limites, do que resultou uma área de 52.748 hectares, incluída a demarcação anterior. Desde 2020, os Pataxó aguardam a portaria declaratória. Esta TI especificamente, vêm sendo invadidos e loteados, em razão dos processos de demarcação estarem paralisados. A demarcação de territórios indígenas é um processo administrativo realizado pelo governo federal através da Fundação Nacional dos povos indígenas, regulado pelo Decreto nº 1775/96. Já a autodemarcação (retomadas) é quando o estado não cumpre seu papel constitucional de demarcar e o povo indígena retoma o território de origem que se encontrava em processo de grilagem. No caso do povo Pataxó o processo de grilagem tem se estendido há mais de séculos e o território pataxó de Barra Velha do Monte Pascoal foi recentemente autodemarcado. Com o processo das retomadas houve um acirramento dos conflitos entre indígenas e fazendeiros locais gerando mortes e insegurança jurídica. Diante disso, o acirramento da violência nos territórios indígenas é resultado da omissão do estado na não demarcação.

SE 21: Patrimônios culturais em países de língua portuguesa: decolonialidade e reparação no contexto contemporâneo

Nas últimas décadas, o tema dos patrimônios culturais ganhou destaque no conjunto de várias áreas disciplinares. A Antropologia está comprometida com este debate tanto no plano nacional,

quanto mundial, produzindo pesquisas, atuando em políticas e ações em articulação com movimentos sociais, e operando categorias analíticas nas agências governamentais e não governamentais. A partir dos patrimônios e museus em países de língua portuguesa, entre Brasil, Portugal e Moçambique, apresentaremos as demandas por reconhecimento de identidades (sobretudo de grupos menos hegemônicos ou vulneráveis), por reparação, a luta por direitos sociais, bem como os movimentos de revisão das representações em espaços públicos, como a toponímia e os monumentos que fazem referência a um passado colonialista, patriarcal e escravagista. Nos sítios patrimoniais, o passado e a memória em disputa se fazem presentes por meio de afirmações de identidade e diferença articuladas com as políticas de reconhecimento. Este Simpósio visa pôr em debate valores e escalas variadas - espaços museais, pequenas e grandes cidades, patrimônios nacionais e mundiais, de forma articulada e comparada. Objetivamos analisar similaridades e diferenças de cada contexto (1) à democracia nos processos decisórios; (2) aos resultados alcançados quanto às demandas por reconhecimento; (3) aos obstáculos enfrentados; (4) às categorias usadas no conjunto da gramática patrimonial; (4) às mais diversas formas narrativas e performáticas.d

Coordenação:

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Sessão 1 - Patrimônios, cidades e reparação

Participante(s):

Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

Pedro Henrique Baima Paiva (NIPAM-UFG)

Simone Pondé Vassallo (UFF)

Debatedor(a):

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Sessão 2 - Patrimônios, cidades e decolonialidade

Participante(s):

Ema Cláudia Ribeiro Pires (UFG)

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Debatedor(a):

Daniel Bitter (UFF)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Patrimônios, decolonialidade e reparação

Participante(s):

Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/IPHAN)

Hugo Menezes Neto (UFPE)

Patricia Martins (Ministério da Cultura)

Vinícius Ferreira Natal (CEFET)

Debatedor(a):

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Presença das mulheres no campo de estudo das culturas populares no Brasil: os arquivos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Daniel Roberto dos Reis Silva (CNFCP/IPHAN)

Esta comunicação tem por objetivo expor alguns resultados de pesquisa do projeto "Culturas Populares no Brasil: memórias e acervos das mulheres nos arquivos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP)" que visa um estudo sobre a produção e atuação das mulheres no campo das culturas populares no Brasil a partir dos arquivos do CNFCP. De modo específico, pretende analisar seus respectivos papéis na construção e consolidação de um campo de conhecimento no país, a partir da década de 1940, considerando a ampla, porém pouco difundida, produção das mesmas. A análise de seus arquivos nos permite perceber os trânsitos e embates da presença feminina nas instituições culturais brasileiras e nos auxilia a (re)pensar olhares sobre as culturas populares enquanto campo de estudos.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O Museu Lusófono da Diversidade Sexual e o enfrentamento à precarização patrimonial

Hugo Menezes Neto (UFPE)

O Museu Lusófono da Diversidade Sexual e o enfrentamento à precarização patrimonial. Temas como os patrimônios LGBTQIAPN+ e a emergência de museus ligados à diversidade sexual e de gênero têm ampliado o “vocabulário do patrimônio” (Gonçalves, 2012) e provocado debates sobre reparação histórico-patrimonial de grupos sociais alijados da história oficial, da gerência dos arquivos (Foucault, 2013), dos espaços de aparição (Butler, 2019) e da maquinaria patrimonial (Jeudy, 2005). Nos últimos anos, a população LGBTQIAPN+ têm também ocupado a internet, criando museus virtuais dedicados a evidenciar e salvaguardar os vestígios históricos e as narrativas contra-hegemônicas, além de celebrar marcos temporais, personagens e lugares de suas referências. Um dos exemplos emblemáticos desse movimento é o Museu Lusófono da Diversidade Sexual (MLDS), instituição virtual que tem a premissa de “resgatar a história, reafirmar o presente e desenhar o futuro das populações LGBT+ de dez países e regiões que tem como idioma oficial a língua portuguesa” (site). Nesta comunicação, intento discutir como a proposta do MLDS se converte no enfrentamento à ideia de museu como tecnologia de poder desenvolvida para a manutenção do pacto hétero-cisgênero que promove a precarização da vida das pessoas LGBTQIAPN+. Nesse sentido, proponho a noção de “precarização patrimonial” como constitutiva da experiência social da população LGBTQIAPN+ nos países de língua portuguesa. Logo, inspirado em Butler (2015; 2019), penso na inscrição androcêntrica, cis-heteronormativa e LGBTfóbica da maquinaria patrimonial, por conseguinte, na incidência de suas ações para a população LGBTQIAPN+, como o seu apagamento histórico e a interdição ao conhecimento público de suas memórias. Como efeito advertido, tais operações transformam

um grupo social em sujeitos de cultura não patrimonializável e, por conseguinte, não musealisável. Parece interessante, desse modo, pensar o enfrentamento à precarização da vida a partir dos investimentos do ativismo memorial LGBTQIAPN+ (Soares, 2020) em se infiltrar na maquinaria patrimonial para reconhecer patrimônios e instaurar museus, esses dispositivos de legitimação de narrativas, produção de verdades e de sacralização dos bens culturais.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

“OS LUGARES INVISÍVEIS DA ESCRAVATURA”: percursos (de) coloniais na cidade de Lisboa (Portugal)?

Izabela Maria Tamaso (UFG)

Nos últimos anos, o tema das paisagens memoriais e das representações monumentais e toponímicas nos espaços urbanos ganhou relevância nas práticas ativistas e acadêmicas. Movimentos sociais, coletivos, investigadores, agentes de museus, de centros culturais e de agências de proteção dos patrimônios iniciaram reinterpretações das narrativas patrimoniais. Em Lisboa, as narrativas oficiais sobre a memória do colonialismo e do Império português, baseadas na ideologia política do luso tropicalismo, passaram a ser confrontadas por formas alternativas e contra-hegemônicas de ler a cidade. Os lugares densamente valorados como patrimônios históricos, arquitetônicos e culturais, como a Região de Belém, passaram a receber demandas por se apresentarem a partir de outras narrativas que não mais a narrativa oficial sobre a cidade, baseada na gesta-heroica dos descobrimentos, no pioneirismo da expansão marítima, na grandeza do império português, na ideia do colonizador tolerante, e no passado colonial que obnubila a violência da colonização. A escravatura e o racismo passam a ser desvelados, após séculos de invisibilidade, na materialidade urbana. Demandas por inscrições memoriais - monumentos e toponímias – relativamente aos povos escravizados, bem como questionamentos contra hegemônicos sobre monumentos em homenagem a personagens históricos envolvidos com o processo de colonização, “descobrimentos” e escravização ganharam corpo, sobretudo a partir de 2017. Dentre tantas ações patrimoniais praticadas na cidade de Lisboa, interpreto o percurso “Os lugares invisíveis da escravatura” - realizado pelo Museu de Lisboa – Palácio Pimenta - como uma ação patrimonial de decolonização das narrativas sobre Lisboa. São três os percursos executados duas vezes ao ano: o “Destino Lisboa”, o “Viver Lisboa” e o “Liberdade Lisboa”. Com base na etnografia de cada um desses percursos, realizados entre 2022 e 2023, interpreto-os a partir dos seguintes pontos: (1) que cidade enunciam; (2) quais personagens negras são destacadas; (3) quais narrativas são performadas; (4) quais agentes museais participam; (5) qual o perfil dos participantes. Além disso, interessa-me refletir sobre os desafios e as dificuldades dos agentes museais em operar amplamente uma ação patrimonial decolonizadora. Em que medida estes percursos contribuem para transformar a maneira como a cidade patrimonial é vivida, narrada, visitada e comercializada?

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Patrimônios culturais e territórios: desafios das políticas de patrimonialização a partir da experiência do Serro (MG)

Joana Ramalho Ortigão Corrêa (UFRJ)

As políticas patrimoniais de cultura enfrentam atualmente dois grandes desafios: o primeiro é o alargamento da concepção de cultura a partir da desconstrução do pensamento colonial; e o segundo é de não se limitarem a constituir meras listas de reconhecimento de bens culturais, mas de fato se desdobrarem em iniciativas de acautelamento das redes patrimoniais de detentores e dos sentidos que sustentam a patrimonialização. Apontaremos alguns caminhos para o enfrentamento destes desafios a partir de análise das tramas culturais que tecem redes patrimoniais no município do Serro, em Minas Gerais. Reconhecido no cenário das políticas patrimoniais brasileiras por ter sido o primeiro município a ter seu conjunto histórico e arquitetônico tombado no Brasil, o Serro hoje segue como um território de referência diante do impressionante conjunto de bens culturais que cresceram substancialmente a partir das políticas do patrimônio imaterial, reconhecidos em três esferas governamentais e ainda em âmbito internacional. Serão apresentadas reflexões para a proteção de territórios patrimoniais frente ao assédio de empreendimentos do grande capital articuladas no capítulo "As tramas culturais do Serro (MG) e caminhos para a proteção de territórios patrimoniais", escrito pela expositora em parceria com as também antropólogas Regina Abreu e Íria Borges, do Observatório do Patrimônio Cultural no Sudeste, enviado para a publicação "Patrimônio cultural e direitos coletivos de minorias" organizada por Luciana Carvalho e Renata Gonçalves (ABA, 2024, no prelo)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

"Meu encontro com Jacira": performances afrodiaspóricas e seus percursos contracolônias

Patricia Martins (Ministério da Cultura), Jacira da Conceição (Universidade de Évora)

Tarde de domingo em Lisboa, no início da Avenida da Liberdade, um grupo de pessoas reúne-se para acompanhar a performance denominada "Insularidade", da artista cabo-verdiana Jacira da Conceição. Num percurso marcado pelo uso do espaço público, em correspondência direta com monumentos e a materialidade da memória colonial presente nesta cidade, Jacira com seu pote de barro na cabeça, e seu corpo negro na rua, risca pontos, traz riscos, se coloca em risco, num percurso onde nada é fixo ou definitivo, tudo é partilhado, o pote, o trajeto, a cidade e a memória colonial. Jacira subverte a ordem da narrativa hegemônica, que teima em enaltecer o colonizador. Retomando um processo iniciado em 2020, com o movimento Black Lives Matter, o debate público sobre a remoção de monumentos dedicados a memória da escravidão, são impulsionados por manifestações que ganhavam as ruas de várias partes do mundo. Se, por um lado, a recorrente monumentalização de referências à colonização europeia das Américas e da África, e ao comércio de africanos escravizados, tem sido denunciada, por outro, é preciso olhar também para o reverso da moeda: o silenciamento da memória dos africanos e afrodescendentes. Diferentes camadas simbólicas e de ação política se evidenciam pela insularidade de Jacira, evocando reparação, afirmação e liberdade, neste encontro junto a sua performance contracolonial revela-se a potência e a profundidade de seu pote de barro, seu corpo e suas águas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_254_32864355_566878.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O que as mudanças climáticas podem nos dizer sobre os patrimônios mundiais? conflitos ambientais e o restauro do patrimônio edificado da Ilha de Moçambique

Pedro Henrique Baima Paiva (NIPAM-UFG)

A Ilha de Moçambique é um lindo recife de corais com 184 km² a 15° de latitude Sul caprichosamente deitado à frente da baía de Mussuril na Província de Nampula, região norte de Moçambique. A área peninsular foi reconhecida como Patrimônio Mundial em 1991, o que tem provocado a gentrificação de moradores locais e um conflito envolvendo os materiais utilizados na construção e restauro dos imóveis da ilha. Há algum tempo, os estudos em cidades patrimoniais têm abordado os conflitos acerca das reformas, restauros e a conservação dos imóveis, nesse artigo procuro ressaltar as consequências ambientais provocadas pela retirada das riquezas naturais necessárias para garantir as características históricas dos imóveis tombados. Fruto da minha pesquisa de doutorado defendida em 2023, nessa pesquisa se destacaram como metodologia a observação participante, a construção de mapas mentais e a produção audiovisual compartilhada com o objetivo de refletir sobre a necessidade de se pensar o patrimônio e seu valor histórico excepcional frente aos desafios climáticos da atualidade.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Uma caminhada pela "Pequena África" do Rio de Janeiro: lugares e fronteiras em trânsito

Renata de Sá Gonçalves (UFF)

No início do século XXI, o projeto de renovação urbana para a região portuária do Rio de Janeiro concentrou-se na dimensão de grandes reformas urbanas. Ao mesmo tempo, a produção cultural local tem buscado frequentemente se adaptar aos impactos da transformação urbana. Nesse contexto, as visitas guiadas organizadas por movimentos sociais na região promoveram noções complexas sobre a "herança africana", destacando lugares de significado histórico e de usos contemporâneo a partir de diferentes referências locais distintas das representações oficiais, dramatizando suas ligações com pessoas e lugares e suas fronteiras contestadas. Nesse contexto, a "Pequena África" envolve a produção de "localidades" concebidas localmente por associações culturais que promovem visitas à região, com o objetivo de definir itinerários que adaptam ou subvertem o tempo e o espaço, extrapolando esse espaço e adquirindo dimensões da memória da presença africana no sentido mais amplo. Este estudo de caso serve como porta de entrada para o debate sobre trânsitos transatlânticos entre o Brasil e o continente africano, memória social e suas representações culturais contemporâneas.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

A patrimonialização do Cais do Valongo no Rio de Janeiro e suas tensões

Simone Pondé Vassallo (UFF)



O Cais do Valongo é um sítio arqueológico situado na região portuária do Rio de Janeiro, numa localidade que é há décadas reivindicada como um território negro por inúmeras lideranças, pesquisadores, agentes culturais, dentre outros. Em 2017, o cais foi reconhecido pela UNESCO como um patrimônio sensível, um testemunho de um crime contra a humanidade que foi a escravidão, pois por ali teriam desembarcado cerca de 1 milhão de africanos escravizados durante as primeiras décadas do século XIX. Sua patrimonialização se insere num contexto mais amplo de emergência de debates públicos sobre a colonização e a escravização, que produz novas paisagens memoriais. Em meio aos mecanismos de produção de consensos que decorrem do reconhecimento do bem pela UNESCO, procurarei trazer aqui algumas formas de apropriação do cais por parte de lideranças negras, bem como alguns conflitos decorrentes do seu processo de patrimonialização.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Os depoimentos do Museu do Samba e a patrimonialização pela ótica dos compositores

Vinícius Ferreira Natal (CEFET)

A partir do acervo de entrevistas do Museu do Samba, constituído, atualmente, por mais de 120 depoimentos, irei analisar as narrativas dos compositores acerca do processo de patrimonialização do samba do Rio de Janeiro. Composto desde 2006, na ocasião do processo de titulação, o acervo se mostra como uma importante chave para o entendimento dos próprios sambistas acerca do processo e, mais ainda, um entendimento próprio sobre seus limites e desdobramentos das políticas públicas entre os sambistas. Para tanto, utilizarei os compositores presentes no acervo como uma categoria artística e profissional de interesse para esse entendimento, buscando quantificar e qualificar suas narrativas dentro do conjunto do acervo e em seus processos de individualização no ambiente urbano.

SE 22: Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos: entre margens, fissuras e reconstruções

As grandes corporações vêm pressionando, por meio de movimentos neoextrativistas, as diferentes regiões do Brasil. Essa pressão sobre os recursos naturais, e consequente adoecimento do território, se consolida por meio das atividades minerárias, exploração da biodiversidade e mesmo pelo agronegócio, dentre outras atividades de alto impacto socioambiental, tecendo paralelos entre si por meio da desconsideração da ocupação ancestral de povos e comunidades tradicionais sobre esses territórios e suas relações simbióticas com a natureza. No entanto, os silêncios, os sussurros, gritos e resistências daqueles que são o centro do sistema, dado que garantem a proteção dos territórios, ainda que tratados como periferia, figuram como tema a ser fortemente e continuamente tratado. Esse contexto tem se constituído principal objeto de reflexões teóricas e ações políticas do Comitê Povos Tradicionais, Meio Ambiente e Grandes Projetos no interior da ABA. O posicionamento institucional deste comitê tem constituído por um modo peculiar de produzir conhecimento público e na intensa interação com a dinâmica da conjuntura. O objetivo deste Simpósio Especial é discutir sobre tais contextos no âmbito da RBA,

de modo a refletir sobre as interfaces entre o fazer antropológico e a violação de direitos dos povos e do meio ambiente. Para tanto, articula suas sessões em 3 eixos: ameaças, estratégias de defesa e formas de resistência.d

Coordenação:

Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba)

Voyner Ravena Cañete (UFPA)

Sessão 1 - Ser o centro, estar na margem: ameaças aos povos e comunidades tradicionais no Brasil

Participante(s):

Jesus Rosário Araújo (UNIFEI)

Joana Sirley da Costa Porto (UFG)

Rafael Paiva de Oliveira Diaz (UFPA)

Debatedor(a):

Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG)

Sessão 2 - Construções e estratégias para a defesa dos povos

Participante(s):

Carlos Frederico Marés de Souza Filho (PUCPR)

Florêncio Almeida Vaz Filho (UFOPA)

Neirevane Nunes Ferreira de Souza (UNIMA AFYA)

Debatedor(a):

Henyo Trindade Barretto Filho (UNB)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Entre silêncios, sussurros, gritos e resistências

Participante(s):

Adair Pereira de Almeida (Conselheiro)

Ana Flávia Moreira Santos (UFMG)

Célia Nunes Corrêa (Câmara Federal)

Liana Amin Lima da Silva (UFGD)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Dinâmicas do São Francisco: povos tradicionais, agronegócio e terras da união

Felisa Cançado Anaya (UNIMONTES-MG), Felisa Anaya (UNIMONTES-MG), Elisa Araújo (NIISA/UNIMONTES-MG), Ana Thé (NIISA/UNIMONTES-MG), Claudia Luz (NIISA/UNIMONTES-MG), Luciana Monteiro (NIISA/UNIMONTES-MG)

No Brasil, os conflitos e a violência no campo e na cidade estão diretamente vinculados a apropriação privada e ilegal de terras públicas e devolutas, objeto de interesse de grandes empreendimentos econômicos. Nesse contexto, se coloca como central, o debate sobre a

demarcação das Terras da União e sua função socioambiental para povos e comunidades tradicionais. Este trabalho tem como proposta, apresentar dados etnográficos do processo de demarcação dos terrenos marginais da bacia média do rio São Francisco, Minas Gerais, produzidos concomitante às pesquisas antropológicas de identificação de terras tradicionalmente ocupadas por comunidades tradicionais quilombolas e vazanteiras. Observamos, nesse processo mais recente, uma reconfiguração do agronegócio, de sua retórica e do seu modus operandi na região. Conjuntura que demanda, para as comunidades, um reposicionamento na construção de novas estratégias de defesa territorial e novos desafios para o trabalho antropológico junto a estes grupos.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

"Última fronteira" para quem? Povos indígenas no Piauí e impasses do desenvolvimentismo

Hélder Ferreira de Sousa (Universidade Federal do Delta do Parnaíba)

O estado do Piauí, cuja criação data de criação é no final do século XIX com a expansão dos currais da Bahia, é considerado, senso comum, a “última fronteira agrícola” do Brasil. Este trabalho busca investigar se os povos indígenas na região estão sendo convocados para discutir, além da agroindústria, a implantação de projetos que envolvem setores das usinas eólicas e solares, os projetos de mineração, hidrogênio verde, portos, além de outras formas de relação entre o meio ambiente e nossos territórios.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_972_91135793_862309.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Violações aos direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais e a mercantilização da terra

José Heder Benatti (UFPA)

No atual estágio do capitalismo nem a relação Estado-território, unidade indissociável na compreensão sobre a soberania estatal burguesa, está livre dos interesses da globalização e do capital financeiro, e a consequência é a forte coação para a disponibilização da terra e a sua transformação em uma commodity a fim ser disponibilizada livremente como mercadoria e facilitar a especulação fundiária. A consequência direta no Brasil, em particular na região Amazônica, é a paralisação do reconhecimento dos territórios indígenas, dos quilombos, criação de assentamentos rurais e as reservas extrativistas. Os movimentos sociais sofrem com a pressão sobre as terras de uso comum e a utilização de todos os mecanismos, legais e ilegais, para as glebas de terras não fiquem fora do mercado, mas disponíveis para serem vendidas e especuladas. A terra é vista como um ativo produtivo e especulativo ao mesmo tempo, com altos retornos financeiros. Nem a atual estrutura administrativa para assegurar o direito à terra aos diferentes segmentos sociais é capaz que colocar em prática o que a legislação assegura no papel. O contraponto ao atual cenário nacional e internacional é fortalecer a luta dos povos e comunidades tradicionais, da agricultura familiar, em defesa de seus territórios e cultura. Na prática é também uma defesa dos direitos da Natureza.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Silenciamento e Resistência: o processo de apagamento da existência das vítimas da Braskem em Maceió-Alagoas.

Neirevane Nunes F. de Souza (UNIMA AFYA)

A tragédia-crime da Braskem em Maceió envolve um grave problema de silenciamento e resistência por parte das vítimas afetadas pela mineração de sal-gema. Os impactos socioambientais incluem o afundamento de bairros devido à subsidência do solo e uma série de danos ambientais, materiais, imateriais e existenciais, que são considerados irreversíveis. No entanto, as vítimas enfrentam diversos obstáculos para terem suas vozes ouvidas e obterem reparação. Apesar das adversidades, há uma crescente resistência por parte das vítimas. Organizações da sociedade civil têm se mobilizado ao lado das vítimas para dar visibilidade ao caso, buscar justiça e garantir reparação adequada para as comunidades afetadas. O caso da Braskem em Maceió traz a discussão o nosso sistema mineral brasileiro que ameaça o meio ambiente e viola os direitos da população afetada. Além disso, evidencia a necessidade de fortalecer os mecanismos de proteção dos direitos das comunidades afetadas, com a sua reparação integral e de garantir que empresas responsáveis por tragédias-crimes no Brasil não permaneçam impunes e que crimes socioambientais semelhantes não mais se repitam.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_692_21308724_862309.pdf

SE 23: Territórios quilombolas, reconexões e reconstrução dos modos de vida

O Simpósio Especial pretende refletir sobre as formas de resistência produzidas pelas diferentes comunidades quilombolas do país diante da perspectiva modernizadora e desenvolvimentista adotada pelo Estado brasileiro que tem resultado em diferentes impactos sobre os territórios e comprometido as possibilidades de reprodução de modos de vida nestes lugares. Apesar do processo de redemocratização em curso no atual governo, o cenário ainda é marcado por retrocessos no campo dos direitos, desmonte de órgãos e políticas de proteção e paralisação dos processos de regularização fundiária. Soma-se a isso os efeitos causados pelo acelerado processo de mudanças climáticas, que tem potencializado a desigualdade social, a injustiça fundiária, o racismo ambiental, a precarização dos modos tradicionais de vida, entre outros. Ademais, registra-se o enfrentamento de diferentes ordens de conflitos socioterritoriais decorrentes da implementação de projetos de desenvolvimento nos territórios, desastres sociotécnicos e medidas administrativas que tem desconsiderado e desrespeitado direitos constitucionais assegurados. Pretende-se neste espaço promover o diálogo entre a produção antropológica, diferentes ativismos, movimentos sociais e estratégias de proteção de modos de vida e permanência nos territórios, além de identificar ações de enfrentamento às mudanças climáticas e aos movimentos pelo fortalecimento, defesa, reconstrução de modos de vida e reconexões com os territórios.d

Coordenação:

Aderval Costa Filho (UFMG)

Raquel Mombelli (aba)

Sessão 1

Participante(s):

Edna Correia de Oliveira (Presidenta da Federação N'Golo")

Juliane Pereira dos Santos (UFOPA)

Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal)

Debatedor(a):

Aderval Costa Filho (UFMG)

Sessão 2

Participante(s):

Luzinete Serafim Blandino (ES)

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

Simony Jesus (Pitagoras)

Debatedor(a):

Emmanuel de Almeida Farias Junior (UEMA)

Sessão 3 - Roda de Conversa

Participante(s):

Aderval Costa Filho (UFMG)

Edna Correia de Oliveira (Presidenta da Federação N'Golo")

Luzinete Serafim Blandino (ES)

Sérgio Góes Telles Brissac (Ministério Público Federal)

Simony Jesus (Pitagoras)

Debatedor(a):

Raquel Mombelli (aba)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Memórias e saberes na defesa de territórios quilombolas

Oswaldo Martins de Oliveira (UFES)

O objetivo deste texto é debater o trabalho da memória e a transmissão de saberes para a construção e defesa dos territórios quilombolas em diferentes comunidades da região norte do estado do Espírito Santo, em especial as comunidades de Degredo (município de Linhares) e São Domingos, Córrego do Alexandre, Roda D'Água e Porto Grande (município de Conceição da Barra). Para defender seus territórios, tenho verificado em pesquisas, que essas comunidades têm enfrentado conflitos com grandes projetos e interesses relacionados à crimes e desastres ambientais, cultivos de monocultura de eucaliptos em grande escala, extração de petróleo,

gasodutos, redes de transmissão de energia elétrica, construção de rodovias e, o mais recente, um mega projeto de extração de sal gema no subsolo dos territórios de comunidades quilombolas de Conceição da Barra. Para enfrentar as ameaças provenientes desses grandes empreendimentos, as lideranças dessas comunidades têm enviado seus filhos e filhas para acessarem os saberes escolares, incluindo o universitário em nível de graduação e pós-graduação, e, ao mesmo tempo, retomado memórias e saberes que valorizem suas tradições. Por isso, atribuem nomes de seus ancestrais às suas associações comunitárias, como é o caso do nome de Atalino Leite na Associação Quilombola e de Pescadores de Degredo; grupos culturais, como se verifica no Reis de Boi Tião de Véio, em Porto Grande; escolas, como se verifica na escola Mário Florentino em São Domingos; e estampam versos deixados por seus avós, como se verifica na camiseta do grupo de Jongo Nossa Senhora Aparecida de Córrego do Alexandre, onde se pode ler verso que atribuem a autoria ao mestre Acendino. Valorizar os saberes tradicionais e escolares é uma forma de combinar o passado com o presente para conhecer e assegurar o direito ao território e um lugar para seus filhos e netos no futuro. Palavras-chave: Memória; Quilombo; Território; Grandes Projetos.

SE 24: Territórios, etnocídio e criminalização indígena

A Constituição Federal de 1988 representou um grande avanço para os povos indígenas, sendo reconhecidos nesta Carta direitos fundamentais, como às terras tradicionalmente ocupadas, e a emancipação do regime de tutela, a que eram anteriormente submetidos, sancionando também o fato de o Brasil ser uma nação multiétnica e pluricultural. Há que se observar, porém, que a aplicação dos ditames constitucionais, desde sua promulgação, não tem sido algo simples e linear, apresentando-se significativos obstáculos, por setores da sociedade nacional contrários a estes princípios. Tais obstáculos, inclusive, durante o recente governo ultraconservador de Jair Bolsonaro, chegaram a se tornar políticas de Estado. A tentativa de barrar as demarcações de terras indígenas, através de um marco temporal não previsto na Constituição, a invasão de terras indígenas, para as mais diversas atividades ilegais (como garimpo, mineração e arrendamento), com uma destruição sistemática de ecossistemas, impacta e vulnerabiliza enormemente os princípios vitais dos povos indígenas. A este quadro há que se somar a crescente criminalização de pessoas indígenas e a retirada de crianças para adoção por não indígenas. Em resumo de todo este grave cenário, revelam-se práticas de genocídio e de ecocídio, que, em sua sistemática e perdurabilidade, levam a caracterizar formas contemporâneas de etnocídio, algo que o presente simpósio pretende debater.d

Coordenação:

Edviges Marta Ioris (UFSC)

Elaine Moreira (UNB)

Sessão 1 - Encarceramento e adoção indígena: produção de vulnerabilidade e invisibilidade étnica

Participante(s):

Antonio Hilario Aguilera Urquiza (UFMS)
Felipe Kamaroski (Governo do Paraná)
Stephen Grant Baines (UNB)

Debatedor(a):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Sessão 2 - Ataque aos direitos territoriais indígenas: Marco temporal, invasão e exploração nas TIs

Participante(s):

Andrey Cordeiro Ferreira (UFRRJ)
Fabio Mura (UFPB)
Mauricio Terena (APIB)

Debatedor(a):

Estêvão Martins Palitot (UFPB)

Sessão 3 - Roda de conversa |Etnocídio, Ecocídio e genocídio

Participante(s):

Deborah Duprat (oab)
Fabio Mura (UFPB)
Joziléia Daniza Jagso Inacio Jacodsen Schild (ANMIGA)
Luciano Mariz Maia (MPF)
Paulo Machado Guimarães (Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania - ADJC)

Debatedor(a):

Alexandra Barbosa da Silva (UFPB)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O encarceramento de indígenas nas penitenciárias de Roraima, e a criação de regimentos internos pelo Conselho Indígena de Roraima para construir sistemas de justiça indígena

Stephen Grant Baines (UNB)

A criminalização e o encarceramento de indígenas em Roraima pelo sistema de justiça criminal do Estado submetem indígenas a processos de invisibilização étnica e genocídio, levando muitos indígenas a negar sua identidade étnica e ressocializando-os como criminosos, pois, as unidades penitenciárias do Estado servem como escolas de crime. Muitos indígenas encarcerados escamoteiam sua identidade étnica frente ao racismo, tanto de operadores do direito quanto de outros presos. Em 2001, o Conselho Indígena de Roraima (CIR) iniciou um projeto intitulado, Operadores de Direito Indígena e defende o reconhecimento legal dos regimentos internos, com base no artigo 231 da Constituição Federal brasileira de 1988, da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o artigo 9º do Estatuto do Índio de 1973. O CIR, a partir de iniciativas da advogada indígena Joênia Wapichana, trabalho

continuado por Ivo Cípio Aureliano e outrxs advogadx indígenas, está agindo nas comunidades, escrevendo regimentos internos ou normas da comunidade para regiões, Terras Indígenas, e grupos de aldeias, conforme as demandas indígenas, para construir sistemas indígenas de justiça com penas alternativas cumpridas dentro de Terras Indígenas que sejam reconhecidas pelo sistema de justiça criminal do Estado. Esses regimentos internos são aplicados por conselhos de tuxauas, e pelo Polo Indígena de Conciliação Maturuca na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, criado em 2015 e reativado em 2019. Este Polo Indígena de Conciliação foi idealizado pelo juiz indígena Aluizio Vieira. A crescente violência nas unidades penitenciárias de Roraima, acentuada desde o ano de 2013 com a presença de facções criminosas, se evidenciou na rebelião ocorrida em outubro de 2016 na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), em Boa Vista, e que deixou 25 mortos, marcando a consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) na região. A rebelião foi provocada pela rivalidade entre o PCC e a Família do Norte (FDN), que controlava o presídio até então, ligada ao Comando Vermelho (CV). A consolidação das facções criminosas nas penitenciárias conduziu a uma intervenção federal em 2018, prorrogada por 13 vezes, transformando a PAMC em centro de genocídio para os indígenas encarcerados. As penas alternativas administradas pelas comunidades indígenas por meio de regimentos internos oferecem sistemas de justiça indígena para resolver conflitos internos que não apenas mantêm os acusados dentro de comunidades indígena, mas abrem a possibilidade de uma ressocialização conforme as decisões dos indígenas, uma alternativa vista pela maioria dos indígenas como muito positiva comparada à ressocialização como criminosos no sistema de justiça criminal do Estado, além de abrir caminho para uma pluralidade jurídica.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_634_71225004_603027.pdf

SE 25: Uma 'Antropologia implicada' nos tempos e espaços rurais: homenagem a Carlos Rodrigues Brandão

Carlos Rodrigues Brandão foi antropólogo e educador incansável e deixou-nos um legado imenso. Por ocasião do primeiro ano da sua partida (julho de 2023), propomos, neste Simpósio Especial, abordar as temáticas centrais de sua obra, apontando as contribuições e as perspectivas abertas por seus estudos. C. Brandão dedicou as suas pesquisas ao mundo da vida e do trabalho camponês e às culturas populares - a religião, as festas e seus ritos. Também integrou aos seus estudos a dimensão ambiental dos cenários e vidas rurais. A abertura para o outro sempre esteve presente não somente no antropólogo, mas também no educador. "Educação e cultura popular" se constituíram em um outro campo vigoroso de investigação do antropólogo. Quando nos referimos a uma Antropologia Implicada (Bruce Albert, 1995), evocamos a sua prática de pesquisa e de produção de conhecimento compromissada intelectual e eticamente com a situação vivenciada pelas comunidades estudadas. Para debater os aportes trazidos e as perspectivas abertas pelos seus estudos, contaremos com a participação de antropólogas, antropólogos, representantes de movimentos sociais e povos tradicionais. A terceira sessão será uma Roda de Conversa que contemplará também depoimentos, versos e cantos, evocando a partilha de saberes

sempre vivida por C. R. Brandão. Como ele próprio refletiu na Introdução de Etnocartografias do São Francisco (2013:13): "saibamos alargar até a fronteira aberta da arte os territórios das ciências humanas".d

Coordenação:

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Emilia Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

Sessão 1 - O trabalho da terra e do saber: educação, meio-ambiente e trabalho**Participante(s):**

Luzimar Paulo Pereira (UFJF)

Neusa Maria Mendes de Gusmão (UNICAMP)

Renata Medeiros Paoliello (UNESP)

Debatedor(a):

John Cunha Comerford (UFRJ)

Sessão 2 - Cantar, dançar e rezar: religiosidades populares e rituais camponeses**Participante(s):**

Carlos Alberto Steil (Unicamp)

Carmem Lúcia Rodrigues (UNIFAL-MG)

Wagner Neves Diniz Chaves (UFRJ)

Debatedor(a):

Wilson Rogério Penteado Júnior (UFRB)

Sessão 3 - Roda de Conversa|Carlos Rodrigues Brandão: antropólogo e professor engajado**Participante(s):**

Alik Wunder (Unicamp)

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)

Letícia Aparecida Rocha (Conselho Pastoral dos Pescadores - MG)

Lucimar Magalhães de Albuquerque (PUC MINAS)

Simone de Souza (Escola Estadual da Fazenda Passagem Funda)

Yan Victor Leal da Silva (UNIMONTES)

Debatedor(a):

Emilia Pietrafesa de Godoi (UNICAMP)

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Beira rio, beira vida: etnocartografias de comunidades tradicionais

Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)



No ano de 2011 realizamos um trabalho de campo a bordo da Barca Tainá, saindo do norte de Minas Gerais, da cidade de Pirapora até a cidade de Manga, última cidade de Minas Gerais já na fronteira com a Bahia, o trecho navegável do Rio São Francisco mineiro. Carlos Rodrigues Brandão, foi nosso capitão nessa viagem, onde nosso objetivo era visitar ilhas e pequenos povoados ribeirinhos. Compreendemos de acordo com Brandão (2012), que a palavra etnocartografia possuiu múltiplo sentido para essa viagem: “Em uma direção foi nosso objetivo mergulhar em uma leitura geo-cartográfica do rio São Francisco. Começamos por uma leitura de mapas antigos e terminamos por um novo levantamento das ilhas do São Francisco e de algumas de suas comunidades ribeirinhas. Em uma outra direção, convergente, etno-mapeamos cenários, cenas e, sobretudo, pessoas, comunidades e modos de vida tradicionais longo do São Francisco.” E assim, "Rio baixo, norte acima", foi possível observar, descrever e conviver com homens, mulheres, crianças, velhos, jovens, que fazem o viver nessas beiras de rio e sertão. Realizamos entrevistas, imagens, vídeos, participamos de cerimônias religiosas, ritos de benzeções e do fazer artesanato em barro. Estivemos em casas de adobe, em lavouras de mandioca e de diversidade de feijões e milhos. Vimos o rio se transformando em estrada líquida, transportando famílias, trabalhadores e coisas diversas. Participamos de rodas de batuque, de São Gonçalo. Vimos fome e fartura, casas de ausentes e de famílias a esperar os seus entes retornarem da migração. Foram muitas as imagens das “gentes do sertão e do rio”. Estivemos com Pessoas que as vezes estavam sós, em uma lavoura de vazante de ilha, às vezes em um par, outras vezes em uma família ou mesmo em um pequeno grupo comunitário reunido. Foram onze (11) dias pelas águas do São Francisco, onde vivemos mais uma experiência de trabalho científico e de formação de pesquisadores que nos reuniu desde o ano de 2005. No "sertão seco" e no "sertão molhado" (nome que fizemos circular entre nós através da explicação de Carlos Brandão) do Norte de Minas, para diferenciar as comunidades tradicionais de beira rio e de dentro do sertão. Todas e todos os pesquisadores estiveram ligadas a algum de nossos projetos coletivos. E, assim, cada pesquisador, ao lado de desenvolver sua dissertação ou tese, participava ativamente de trabalhos coletivos de pesquisa ou de desdobramento de pesquisas, com trabalhos diretamente associados a comunidades pesquisadas. Uma experiência de viver a pós-graduação de forma solidária, na dimensão da ciência realizada de forma engajada.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

A religião como cultura: o olhar implicado de Carlos Rodrigues Brandão sobre a vida dos subalternos do campo

Carlos Alberto Steil (Unicamp)

A contribuição de Carlos Rodrigues Brandão aos estudos da religião popular é indiscutível. Sua abordagem etnográfica, assim como seus aportes teóricos, é incontornável para a antropologia e as ciências sociais da religião. E, para além dos parâmetros científicos, que ele domina com grande competência, seus escritos revelam uma longa vida compartilhada com as populações rurais subalternas, com as quais ele convive intensamente, fazendo de seus interlocutores amigos e companheiros. Tomando como base seus livros e escritos sobre o tema, a minha fala, neste Simpósio Especial, destacará alguns aspectos relevantes do pensamento de Brandão sobre os emaranhados do catolicismo rústico, com suas rezas e cantos, com as festas e folguedos da

cultura popular. Destacarei, ainda, que o seu compromisso etnográfico intenso e sua inserção apaixonada em campo são as condições efetivas da objetividade e da profundidade da sua investigação. Por fim, num esforço de diálogo com sua obra, pretendo lançar algumas perguntas sobre os desafios que as transformações recentes na cultura popular e na configuração das relações sociais no campo estão impondo a nós, antropólogos que estudam religião.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

O antropólogo peregrino pelas estradas de terra no Sul de Minas: devoção, cantoria e a partilha da vida.

Carmem Lúcia Rodrigues (UNIFAL-MG)

Muito foi dito, escrito e divulgado sobre Carlos Rodrigues Brandão desde sua partida (11/07/2023). Ele era um escritor compulsivo, publicou mais de setenta livros, que tratam de temas aos quais se dedicou por décadas: educação (sobretudo a educação popular), pesquisa participante, comunidades rurais e tradicionais, cultura popular. Foi professor por mais de cinquenta anos, em diversas universidades brasileiras e no exterior. Etnógrafo primoroso, pesquisou em campo a cultura popular ao longo de toda sua vida, nos rincões mais isolados dos sertões mineiros até em aldeias remotas da Galicia (Espanha), onde morou por um tempo. No trabalho de campo exercitava, como maestria inigualável: a escuta atenta, o olhar perspicaz, a troca de saberes e sobretudo a convivência amorosa com o povo do campo: mestres de folias de reis e do congado, agricultores e agricultoras, quilombolas, indígenas e outras tantas gentes... Conheci o Brandão em 1997, no ano em que se aposentou da Unicamp. Foi ele o responsável por minha conversão à antropologia. Coerente aos preceitos da educação em que apresenta no famoso livrinho de bolso “O que é a Educação” (1981), Brandão nos ensinava a “ler o mundo” a partir de seu próprio exemplo, na lida com as pessoas. Revelava de maneira informal, nas muitas histórias que gostava de contar, conhecimentos de obras clássicas, de preferência durante as caminhadas pelas estradinhas de terra no Sul de Minas. Como sua orientanda de doutorado na Unicamp, o Brandão me conduziu com leveza e grande sensibilidade na realização de uma pesquisa etnográfica sobre o “Fandango Caiçara”, concluída em 2013. O acompanhei algumas vezes ao participar das folias de reis mais contemporâneas. Nos últimos anos, os foliões realizavam os circuitos de carro em bairros periféricos de Poços de Caldas e em Caldas. Era com profunda devoção que observava as cantorias e os rituais, ainda que fossem mais breves e menos complexos daqueles analisados em Sacerdotes de Viola (1981). Uma das coisas que o Brandão mais gostava de fazer era caminhar ao lado de pessoas amigas ao redor do sítio dele, em Caldas (MG), para apreciar as matas, as cachoeiras, as montanhas e, em especial, as estrelas e os passarinhos. É desse lugar, de perto e de braços dados com o Brandão, que pretendo narrar como me tornei pesquisadora e professora de antropologia. Muito ainda será dito e lembrado a respeito desse grande educador e antropólogo, mas para nós, que tivemos a boa sorte de estar por um longo tempo ao seu lado, no sítio “Rosa dos Ventos”, o que fica é a certeza de que ele foi uma das pessoas mais generosas desse mundo. Sua maior alegria era a partilha da vida. Generoso, afetuoso e agregador, é assim que sempre nos lembraremos dele, o nosso querido Brandão.

Trabalho para RC - Roda de Conversa

Ateliê de costura: memórias e abordagens que nos permitem o encontro com o antropólogo engajado.

Letícia Aparecida Rocha (Conselho Pastoral dos Pescadores - MG), Letícia Aparecida Rocha (Educadora Social do CPP-MG)

Ao nos debruçarmos sobre o legado deixado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão como antropólogo e educador, no Simpósio Especial da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, nos propomos ao tecimento, a muitas mãos, fazermos um ateliê de costuras de suas contribuições acadêmicas enraizadas no cotidiano do mundo camponês e às culturas populares. Neste ateliê de memórias convidado o Ivo Polleto, pessoa felizarda, que conviveu com o professor Carlos Brandão na época da sua fecunda contribuição na formação da diocese de Goiás em 1968, ocasião que fora nomeado como bispo daquela diocese Dom Tomás Balduino, frade diocesano e ativista do MEB em Conceição do Araguaia. bispo reconhecido pela sua forte e significativa atuação na luta pela terra, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, fundador da Comissão Pastoral da Terra. Até os anos de 1990, Carlos Rodrigues Brandão assessorou projetos de ação pastoral junto as comunidades camponesas, enfrentando todo o peso da ditadura militar. E a partir das memórias de Ivo Polleto quero elucidar a primeira e confirmada constatação, que tenho do professor Carlos Rodrigues Brandão como antropólogo comprometidos com as causas do povo, acolhendo a coetaneidade (FABIAN, 1983) daqueles que foram colocados como sujeitos de suas pesquisas antropológicas.

Trabalho completo: https://www.abant.org.br/files/34rba_584_05182756_424884.pdf

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Os animais não humanos na antropologia de Carlos Rodrigues Brandão

Luzimar Paulo Pereira (UFJF)

Ao nos debruçarmos sobre o legado deixado pelo professor Carlos Rodrigues Brandão como antropólogo e educador, no Simpósio Especial da 34ª Reunião Brasileira de Antropologia, nos propomos ao “tecimento,” a muitas mãos, fazermos um ateliê de costuras de suas contribuições acadêmicas enraizadas no cotidiano do mundo camponês e às culturas populares. Neste ateliê de memórias convidado o Ivo Polleto, pessoa felizarda, que conviveu com o professor Carlos Brandão na época da sua fecunda contribuição na formação da diocese de Goiás em 1968, ocasião que fora nomeado como bispo daquela diocese Dom Tomás Balduino, frade diocesano e ativista do MEB em Conceição do Araguaia. bispo reconhecido pela sua forte e significativa atuação na luta pela terra, juntamente com Dom Pedro Casaldáliga, fundador da Comissão Pastoral da Terra. Até os anos de 1990, Carlos Rodrigues Brandão assessorou projetos de ação pastoral junto as comunidades camponesas, enfrentando todo o peso da ditadura militar. E a partir das memórias de Ivo Polleto quero elucidar a primeira e confirmada constatação, que tenho do professor Carlos Rodrigues Brandão como antropólogo comprometidos com as causas do povo, acolhendo a coetaneidade (FABIAN, 1983) daqueles que foram colocados como sujeitos de suas pesquisas antropológicas.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

"SIGO ATRAVÉS": travessias entre saberes com o Mestre Carlos Rodrigues Brandão*Neusa Maria Mendes de Gusmão (UNICAMP)*

"Sigo através" é expressão do sábio Bashô, monge zen, peregrino e grande poeta admirado e diversas vezes citado pelo Mestre Brandão, nosso homenageado neste Simpósio. A expressão se faz eixo deste artigo, no qual busco dialogar com Brandão e comigo mesma, apresentando nossas práticas como pesquisadores do sertão e da educação. O que se pretende aqui, é trazer à tona o sertão e suas gentes como espaço educativo de fazeres e acontecimentos, de encontros e desafios ao nosso próprio saber/fazer mediante outros saberes, outras visões de mundo. O compartilhar, desde sempre presente no pensamento de Brandão em termos de prática antropológica e educação, revela-se em muitas de suas obras, no intento de luta pela igualdade e valência de saberes. Nesse sentido, uma entre muitas de suas obras e de imenso significado, se destaca por colocar em intenso diálogo o sertão e sua gente e estes, com o mundo acadêmico e com o universo literário de Guimarães Rosa, expondo o lugar de nossas falas, ou seja, a antropologia e a educação

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Carlos Rodrigues Brandão e o Trabalho de Campo: aprendizado e poesia*Renata Medeiros Paoliello (UNESP)*

A apresentação visa relembrar o trabalho de Carlos Brandão na formação de seus alunos, a partir de minha experiência como mestrandia em antropologia social na UNICAMP, em meados dos anos 1980. Ao mesmo tempo rigoroso e sensível, deixou sua marca em cada um que, com ele, não só cursou disciplina, mas aprendeu a prática da pesquisa etnográfica. Não à toa, em *O Afeto da Terra*, ele alude a Bachelard: simultaneamente noturno - o das poéticas - e diurno, o do cuidado metódico com o olhar e a escuta na abertura para a alteridade. Na tangência entre o fazer científico e a educação, inspirará seus alunos a efetivamente se relacionarem com aqueles entre os quais se pesquisa como sujeitos, e a se colocarem por sua vez como sujeitos de um aprendizado mútuo e ativo. Transformar-se no campo e a partir dele é a grande aventura na coprodução de um conhecimento, propriamente antropológico, que, se permanece mais ou menos hermético para não iniciados, é aquele que melhor oferece a possibilidade de transpor barreiras entre mundos simbólicos sem reduzir suas diferenças, sem aniquilar suas especificidades. São esses passos, de uma antropologia feita também com o corpo e os sentidos, que pretendemos evocar vivamente, nas pegadas de Carlos Brandão, antropólogo, poeta, viajante e, sobretudo, para os que foram seus alunos, um professor memorável e exemplar.

Trabalho para SE - Simpósio Especial

Entre dádivas, afetos, saberes e aprendizados*Wagner Neves Diniz Chaves (UFRJ), Wagner Chaves (Professor Associado do Departamento de Antropologia Cultural / UFRJ)*

Os estudos pioneiros de Carlos Rodrigues Brandão sobre religiosidade popular, especificamente os voltados para os rituais do catolicismo popular, como Folias, Congadas, Cavalhadas, Festas do Divino, Danças de São Gonçalo, Moçambiques, entre outros, são



indispensáveis para quem se aventura a pesquisar tais assuntos. Nessa comunicação em homenagem ao querido e saudoso mestre que há um ano nos deixou, minha intenção é destacar duas de suas mais originais contribuições para essa área de estudos: a primeira diz respeito ao uso que faz da teoria maussiana da reciprocidade para a descrição e interpretação das trocas e processos rituais, especialmente no caso das Folias; a segunda, em torno das dinâmicas de transmissão e circulação de conhecimentos no âmbito dos coletivos populares que movimentam em suas performances, saberes, competências e habilidades diversas e desigualmente distribuídas. Ao final da apresentação, esses dois caminhos inspiram algumas notas etnográficas a partir da minha própria pesquisa e vivência junto às Folias de Santos Reis, São José, Santa Luzia entre outros santos e santas.

Realização



Apoio



Organização



Contato

Endereço postal:

Caixa postal 2442, Brasília/DF

CEP: 70842-970

Endereço físico:

UNB, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Asa Norte

Prédio do Instituto de Ciências Sociais - ICS

Sala AT-41/29, Térreo, Brasília/DF

CEP: 70910-900

E-mail: aba@abant.org.br

Telefone: +55 61 99865-8256

Horário de funcionamento: De segunda a sexta-feira, das 09h às 17hrs

Redes sociais:

Instagram: https://www.instagram.com/aba_antropologia/

Facebook: <https://www.facebook.com/ABA.antropologia>

YouTube/TV ABA: <https://www.youtube.com/tvaba>

Twitter/X: https://twitter.com/aba_antropo